00100.113546/2019-10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 109, TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

---

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2019 7

Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais) 52

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de maio de 2019 96

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019 132

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de maio de 2019 192

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de junho de 2019 228

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de junho de 2019 282

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de junho de 2019 312

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de junho de 2019 368

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de junho de 2019 (realizada em conjunto com a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) 445

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de julho de 2019 446

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2019 447

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 482

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de julho de 2019 483

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2019 485

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2019 508

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 14ª Reunião, Conjunta, realizada em 8 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos) (vide item 1.1)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.113546/2019-10

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2019 509

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2019 550

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2019 586

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2019 605

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 644

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 648

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2019 681

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2019 726

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de junho de 2019 794

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2019 889

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2019 969

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 1137

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 1173

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de junho de 2019 1219

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2019 1339

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2019 1378

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2019 1417

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 1491

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2019 1503

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2019 1563

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de julho de 2019 1611

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2019 1704

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 1769

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2019 1771

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de julho de 2019 1826

1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.113546/2019-10

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de junho de 2019 1843

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2019 1886

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2019 1941

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 1970

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2019 1999

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de junho de 2019 2035

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2019 2069

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2082

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2019 2093

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de julho de 2019 2125

1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2019 2146

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 2175

Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de junho de 2019 (realizada em conjunto com a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo) 2234

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2019 2272

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2019 2314

1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2019 2318

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2019 2366

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 25 de junho de 2019 (realizada em conjunto com a 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura) (vide item 1.7)

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2019 2415

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2620

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2654

1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de junho de 2019 2658

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2700

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2705

1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2019 2740

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2019 2743

Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de junho de 2019 (realizada em conjunto com a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos) (vide item 1.1)

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2745

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2749

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2019 2765

1.11 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 5ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2019 2767

Ata da 6ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2019 2804

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2019 2815

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2019 2865

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 2900

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2019 2943

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2973

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2019 2979

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2019 2997

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quatorze minutos do dia sete de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Renilde Bulhões. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 10ª Reunião, que são aprovadas. Em seguida, informa aos membros que a comissão foi contatada pelo Prof. Davi Silva Fagundes a respeito do projeto de diagnóstico socioambiental do Distrito Federal e Entorno que desenvolve, tendo um dos grupos o foco em assuntos relacionados a esta Comissão, a Secretaria encaminhará por e-mail, a mensagem do professor e o trabalho realizado no ano passado aos membros da CAE. Após, a Presidência comunica que recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: OFÍCIO SEI nº 28/2019/GME-ME, de 21 de janeiro de 2019, do Ministério da Economia, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao quarto trimestre de 2018; OFÍCIO SEI Nº 153/2019/GME-ME, de 23 de abril de 2019, do Ministério da Economia, encaminhando o relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao primeiro trimestre de 2019; OFÍCIO SEI Nº 17/2019/FAZENDA-ME, de 07 de fevereiro de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em dezembro de 2018, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 3/2019/SE-ME, de 04 de janeiro de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em novembro de 2018, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 50/2019/FAZENDA-ME, de 27 de março de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em fevereiro de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; OFÍCIO SEI Nº 31/2019/FAZENDA-ME, de 14 de fevereiro de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em janeiro de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFÍCIO SEI Nº 64/2019/FAZENDA-ME, de 22 de abril de 2019, encaminhando os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia em março de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 84/2018-BCB, de 24 de dezembro de 2018, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de novembro de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício 1579/2019-BCB, de 29 de janeiro de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2018, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Ofício 3853/2019-BCB, de 26 de fevereiro de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de janeiro de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício nº 5461/2019-BCB-Presi, de 26 de março de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de fevereiro de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Ofício nº 8226/2019-BCB/Secre, de 29 de abril de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao primeiro trimestre de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária e Ofício nº 4289/2019-BCB/Secre, de 6 de março de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando demonstrações financeiras deste Banco Central consolidadas, referente ao 2º semestre de 2018. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 13, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. Relatório lido pelo Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento, de autoria do senador Marcos do Val, de urgência para a matéria. (Item 11). **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 14, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Tasso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jereissati. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, de iniciativa do senador Tasso Jereissati. (Item 12). **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 49, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Contrário ao projeto. É apresentado requerimento pelo senador Izalci Lucas, para a realização de audiência pública. Fizeram uso da palavra os senadores Kátia Abreu, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Espiridião Amin e Luiz do Carmo. Foi lido o relatório pelo relator da matéria. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais, e a votação do requerimento é adiada. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Espiridião Amin e Rogério Carvalho. Resultado**:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Espiridião Amin. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 74, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, para aquisição de material escolar, destinado a alunos matriculados em escolas públicas de educação básica." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 457, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 41, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 13 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)"." **Autoria:** Marcos do Val. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 41/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 43, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 14 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza"'." **Autoria:** Tasso Jereissati. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 43/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Ofício "S" n° 6, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicando sobre Parceria Público-Privada para modernização e eficientização da iluminação pública do Município de Hortolândia." **Autoria:** Prefeitura de Hortolândia. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 44, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o tema: Economia Circular do Plástico, em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e intensidade de projetos de lei sobre o tema." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 44/2019 – CAE. O presidente informa aos membros da comissão que será realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos para apreciar o PLC nº 37 de 2013. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/07

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 3ª e da 10ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o voto favorável do Senador Kajuru.

Informo que a Comissão de Assuntos Econômicos foi contatada pelo Prof. Davi Silva Fagundes a respeito do projeto de diagnóstico socioambiental do Distrito Federal e Entorno que ele desenvolve com estudantes do 1º ano do Centro de Ensino Médio de Taguatinga Norte, que visa ao levantamento de problemas em várias áreas e definições de possíveis soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo um dos grupos o foco em assuntos relacionados a esta Comissão, a Secretaria encaminhará a V. Exas., por *e-mail*, a mensagem do professor e o trabalho realizado no ano passado.

Comunico ainda o recebimento de sete ofícios do Ministério da Economia, bem como seis ofícios do Banco Central do Brasil.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

O item 1 é um empréstimo para a cidade de Vitória.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, se o Relator não chegar a tempo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode fazer.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Eu posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode sim. É só ler o parecer, porque ele está pronto.

Eu vou passar a V. Exa. para que leia o relatório.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória (1ª Etapa do Plano de Ação Vitória Sustentável)".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Com a palavra o Relator, Senador Marcos do Val, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Vou ler a análise do Senador Alessandro.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 40, de 2001, da RSF nº 43, de 2001, e da RSF nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 2000, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do então Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 525, de 13 de dezembro de 2018, complementado pelo Parecer SEI nº 44, de 13 de fevereiro de 2019, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem) da STN informa que o programa de investimentos do mutuário contará com contrapartida mínima de US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

A Copem declara que o Município de Vitória atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2018 e 2019, nos termos dos incisos I e II do §1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a Copem atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Vitória, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (Sadipem), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021 (Lei municipal nº 9.236, de 21 de dezembro de 2017), bem como conta com dotações necessárias e suficientes ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida, conforme evidenciado na Lei Orçamentária para o exercício de 2019 (Lei municipal nº 9.371, de 28 de dezembro de 2018).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à adimplência, a Copem afirma que o Município de Vitória está em situação de regularidade com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União e em relação às garantias por ela concedidas, além de entender que a verificação da adimplência do ente, inclusive relativamente ao pagamento de precatórios, deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a Copem cita documentos do Poder Executivo municipal e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e do controle da despesa total com pessoal.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 3º quadrimestre de 2018, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 34,51% (trinta e quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) de sua RCL, logo, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a Copem relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no Sadipem, o ente declara que não firmou contrato na modalidade Parceria Público-Privada.

Ademais, a Copem cita o Memorando SEI nº 135, de 7 de dezembro de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa Libor de três meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo BID, está situado em 4,33% (quatro inteiros e trinta e três centésimos por cento) ao ano para uma duração de 12 anos, que é inferior ao custo máximo das emissões da União na mesma moeda e na mesma duração, o qual se situa em 6,01% (seis inteiros e um centésimo por cento) ao ano. Portanto, é desnecessária a inclusão de cláusula no contrato proibindo a securitização da operação de crédito.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Vitória oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem como de outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias previstas na Lei municipal nº 9.054, de 28 de novembro de 2016, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto ao BID, segundo o Memorando SEI nº 83, de 4 de dezembro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) da STN.

A seu tempo, por meio da Nota Técnica SEI nº 86, de 3 de outubro de 2018, a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da STN expõe que a classificação final da capacidade de pagamento do Município de Vitória é "A", de modo que a operação de crédito pleiteada atendeu a um dos requisitos para a sua elegibilidade à concessão de garantia da União. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nota da classificação final da capacidade de pagamento do Município reflete a combinação da nota "A" obtida nos indicadores de endividamento, liquidez e poupança corrente.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer SEI nº 34, de 11 de março de 2019, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Em outras palavras, a operação de crédito pretendida não incide nas vedações impostas pelo art. 8º da RSF nº 48, de 2007.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente. Assim sendo, o Município de Vitória está apto a receber a autorização senatorial para a contratação da operação de crédito pretendida acompanhada da concessão da garantia da União.

Voto.

Diante do exposto, apresento voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 13, de 2019, nos termos seguintes...

O.k., queria apenas fazer uma inclusão após essa fala. No Município de Vitória... Houve uma pesquisa da Caixa Econômica e do BID em todos os Municípios brasileiros. Identificaram que os Município de Palmas, João Pessoa, Vitória e Florianópolis são Municípios preparados para recebimento de verbas de investimentos. Vitória é a única capital, ainda o único Município que falta receber esse recurso. Eles gastaram – a Caixa Econômica e o BID – quase 1,5 milhão só para fazer essa pesquisa dos Municípios que estariam preparados para receber esse financiamento. Esse financiamento será feito para novas escolas, saneamentos, obras viárias e toda estrutura do Município de Vitória independentemente do atual prefeito ou não. É uma verba que vai beneficiar todos os capixabas. Eu gostaria muito que a Casa votasse favorável a esse financiamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Marcos do Val que leu *ad hoc* o relatório do Senador Alessandro.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Tudo bom? Bom dia, Sr. Presidente, meus amigos.

A leitura já foi feita do relatório. Efetivamente, é um projeto de resolução meritório, o Município de Vitória, sem sombra de dúvida, atende os requisitos necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente opina pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Em discussão o relatório do Senador Alessandro lido *ad hoc* pelo Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Alessandro Vieira.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, agradeço.

Se pudesse ser feito o pedido com urgência para o Plenário, eu agradeceria também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos votar o pedido de urgência do Senador do Espírito Santo, Marcos do Val, para que seja encaminhado hoje a Plenário para ser lido e votado em Plenário ainda.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência, Senador.

Irá a Plenário...

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, é favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O requerimento já foi votado.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre o Município de Fortaleza, no Estado da Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Eu vou passar ao Senador Rogério Carvalho, *ad hoc,* para ler o relatório do Senador Eduardo Braga.

Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Fortaleza (CE) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 465 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – Copem, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 21 de novembro de 2018, complementado pelo Parecer SEI nº 42, de 12 de fevereiro de 2019, também da Copem, anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Fortaleza (CE) atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Fortaleza (CE) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, a Secretaria do Tesouro Nacional afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 69, de 30 de outubro de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – Coafi, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Fortaleza (CE), conforme os termos da Lei Municipal nº 10.461, de 31 de março de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Fortaleza (CE) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – Corem, da STN, em sua Nota SEI nº 85, de 4 de setembro de 2018, elaborada em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017, o Município apresenta capacidade de pagamento "B", atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Fortaleza (CE) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Destaque-se ainda que o Município de Fortaleza não firmou, até o presente momento, contrato de parceria público-privada.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Ademais, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Fortaleza, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Vamos ao voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Fortaleza encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019
> Autoriza o Município de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Eu passo a palavra, para discussão, ao Senador Tasso Jereissati, Senador do Estado do Ceará, que muito nos honra. Já presidiu esta Comissão e presidiu com muita habilidade. O Senador Tasso Jereissati, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador... (*Falha na gravação.*)

... ressaltar a importância desse empréstimo para a cidade de Fortaleza, por se tratar de recursos destinados a dois problemas básicos da nossa região e do País: educação e saneamento básico. E neste momento nós estamos aqui no Senado discutindo o novo marco regulatório do saneamento básico que é uma das vergonhas básicas deste País.

Eu queria agradecer ao Senador Rogério Carvalho pela gentileza de ser o Relator *ad hoc*, prestando esse serviço à cidade de Fortaleza, e ao Senador Eduardo Braga, que foi o Relator desse projeto feito de forma tão minuciosa.

Então, é essa a questão que eu gostaria de colocar, pedindo aos companheiros Senadores que aprovem este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Em discussão, ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Eduardo Braga, lido *ad hoc* pelo Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar, gostaria de fazer um requerimento de pedido de urgência para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Tasso Jereissati.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que irá a Plenário para ser votada ainda hoje.

O Senador Otto retirou item 3.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para contemplar a atividade de segurança viária e os agentes de trânsito nos projetos a serem apoiados pelo Fundo.

Autoria: Deputado Efraim Filho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Vai reexaminar esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 4. O Senador Jorginho Mello não se encontra em Plenário. Eu vou retirar de pauta esse projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.)

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Autoria: Deputado Moses Rodrigues

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Plínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Senador Izalci me pediu que lesse o requerimento dele antes de se colocar em votação esse projeto, requerimento que propõe audiência pública para discutir exatamente esse assunto. Eu leio ou só digo isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Basta isso, não é?

Está aqui o requerimento, ele cita os artigos na formada lei, propõe audiência pública e lista os convidados para discutir exatamente esse assunto antes de votarmos pela aprovação ou não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Isso já foi a favor uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa relatoria é do Senador Styvenson. Trata de extintor, da obrigação de se colocar extintor nos carros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de pedir a consideração da necessidade dessa audiência pública. Isso já foi permitido uma época, depois foi desautorizado, retirado, e agora se está sendo colocada novamente essa obrigatoriedade. Então, isso é muito bom para quem vende extintor de incêndio. Eu tenho 57 anos e nunca vi carro pegar fogo perto de mim, muito menos os meus.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu falo, não há problema; se eu não falar, a imprensa põe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho... Eu concordo com que a gente pudesse votar esse projeto, o relatório do Senador Styvenson, que relata contrariamente, mais despesa para as pessoas, para o consumidor. Extintor de incêndio? Daqui a pouco... Há um tempo, era um *kit* remédio; daqui a pouco, vai-se colocar um secador de cabelo para a gente fazer escova. Aliás, é muito útil!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É superútil!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, não estou querendo debochar, não; eu estou só brincando um pouco, porque, de manhã cedo, a gente tem que relaxar.

Eu acho totalmente desnecessário. É matéria vencida, e nós já decidimos uma vez contra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A gente não está conseguindo ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! A Senadora Kátia Abreu está com a palavra. Por favor, eu pediria um pouquinho de silêncio só.

Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Olha, essas entidades precisam procurar a gente nos gabinetes. A gente os recebe com prazer. Agora, não adianta vir atropelar aqui, dentro do plenário, querendo votos. Isso é para vender extintor de incêndio. Não está ninguém preocupado se vai pegar fogo ou se pessoas vão morrer, quer-se vender extintor. Eu respeito, acho ótimo que queiram vender, absolutamente republicano, mas cabe a nós defendermos o consumidor brasileiro. Não tem nenhuma utilidade, porque no passado isso já foi imposto aos consumidores, colocada a obrigatoriedade, viu-se que não funcionou, retirou-se esse extintor. Agora se está reiterando a matéria.

A mesma coisa o *kit* remédio. Tinha que andar com um negocinho de primeiros socorros. Isso era obrigatoriedade, venderam milhões e milhões de reais em *kits* de primeiros socorros. Agora não é obrigado mais. Então – é a minha opinião –, eu gostaria de votar o relatório do Senador Styvenson, acompanhá-lo, contrário ao projeto.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Plínio Valério. O projeto não é do Senador Plínio Valério, o pedido de audiência pública que ele está fazendo aqui é um pedido feito pelo Senador Izalci, que teve que ir para uma outra Comissão e pediu ao Senador...

Senador Plínio, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Senadora Kátia, os telespectadores são muitos e entram a cada momento. Da forma como a Senadora falou, parece que eu tenho um projeto e defendo isso. Não defendo, não. Meu voto também é contrário a isso. Eu só li o pedido, o requerimento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu entendi.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu só estou repassando para o telespectador entender, porque eu sou contra esse tipo de coisa também. Acho isso deplorável e voto também contra isso. Eu só atendi ao pedido do Senador, que quer que seu requerimento seja votado. Eu não concordo, meu amigo Rogério, com esse tipo de coisa também. Só para clarear bem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Também não concordo. Apoio a Senadora Kátia.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto, meu Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu gostaria de aprovar o projeto, até porque o Governo, lá no Palácio do Planalto e nas adjacências, está precisando muito de extintor de incêndio. É incêndio todos os dias. (*Risos.*)

Então, eu acho importante, porque nós temos hoje uma demanda reprimida no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E lá não é carro, é tanque.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Inclusive, Sr. Presidente, e eu quero concluir, eu me lembro bem da história, que gosto de ler. No período do Governo Jânio Quadros, em que houve vários problemas, o então Governador do Estado da Guanabara, ou do Rio de Janeiro, era o Carlos Lacerda. Carlos Lacerda, que apoiou Jânio Quadros, viu que o governo dele ia ser uma derrocada, como foi, e colocava na porta do Palácio da Guanabara uma frase todo dia sobre a crise do dia. O Lacerda colocava a crise do dia: "Jânio Quadros está brigando por causa de biquíni", "Jânio Quadros quer acabar com o jogo do bicho". Está parecendo com o Governo Jânio Quadros. Eu coloquei hoje, na porta do meu gabinete, a crise do dia. A crise do dia hoje é Olavo contra Santos Cruz. Amanhã vai ser o Abraham, Ministro da Educação, contra as universidades. Então eu vou ter até o final do Governo uma crise por dia.

Eu não sei se dá para se chegar ao fim do Governo com tantas crises gestadas, todas elas, pelo Palácio do Planalto e os que os circundam.

Portanto, eu acho que nós temos que aprovar o projeto. A demanda reprimida por extintor de incêndio é muito grande. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu discordo da Senadora Kátia Abreu. Existe uma demanda reprimida para apagar os incêndios gestados no Palácio do Planalto, na circunvizinhança do Palácio do Planalto, que se estende até o Rio de Janeiro, na Câmara de Vereadores, lá onde está o Olavo de Carvalho, que, na verdade, tem sido o grande gestor dessas crises todas. Portanto, eu quero encaminhar a favor do projeto de extintor de incêndio, sobretudo para atender às crises do Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria só colocar uma coisa aqui. Eu conheço bem o Gen. Villas Bôas. Tive o prazer de ser Governador quando ele foi o Comandante Militar da Amazônia. É um dos homens mais preparados deste País e é uma pessoa que quando se posiciona é a favor do Brasil. Ele é uma amazônida reconhecido, conhece o Brasil como poucos, um homem ponderado, democrata. Para ele se posicionar, é porque se chegou realmente a um limite. E a preocupação de todos nós brasileiros é de que não precisam nem de oposição. Eles estão se digladiando. Ninguém faz oposição.

Então, quando o Gen. Villas Bôas se posiciona é porque se chegou a um limite. Pelo respeito que ele tem dentro das Forças Armadas, pelo respeito que ele impôs por onde ele passou e trabalhou... Eu posso ser testemunha disso porque sei o quanto ele foi valoroso na Região Amazônica, como Comandante Militar da Amazônia. Tive o prazer de conviver com ele e posso dizer ao Senador Otto que isso realmente nos preocupa bastante. Pode parecer brincadeira, mas não é brincadeira. É muito sério.

No momento em que se coloca que a única saída do País é a reforma da previdência – não se fala em outra coisa –, e os números que o Sr. Paulo Guedes diz são questionáveis... Ele não tem noção do que ele fala. Hoje ele fala que há 60 mil casas no Brasil paradas. Ele chuta, ele ouve dizer e chuta. Na semana passada, ele deu umas declarações... Hoje eu vou aprovar um requerimento em Plenário, porque é mais fácil... Na minha região, a gente fala: é mais fácil a gente pegar um mentiroso do que um coxo. A pessoa mente, e, como tem visibilidade nacional, a mentira vira verdade. Uma mentira contada por várias vezes vira uma verdade para os ouvidos da população menos esclarecida. E a gente tem que acabar com esse negócio de falar em números. Números são ciências exatas. Em números, não se erra: dez vai ser sempre dez; vinte vai ser sempre vinte; trinta vai ser sempre trinta. É diferente da área de humanas, em que, com uma palavra, uma vírgula, você pode trocar o sentido da frase. Mas com números não dá para brincar. E o Paulo Guedes brinca de falar em números. Ele fala em desonerações de 16 bilhões; depois, são 20; depois, são 40. Ele não tem os números. Ele ouve dizer. E eu, como Senador do Estado do Amazonas, vou fazer um requerimento, junto com o Senador Plínio Valério e o Senador Eduardo Braga, com um questionamento só. E vamos provar que ele, quando se posiciona, mente – mente! É uma palavra muito pesada, mas nós temos que dar um basta nas mentiras, porque o espaço que ele tem na mídia nacional nenhum de nós tem para contestá-lo. Então, só é possível contestar através de documentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E volto a repetir: números são ciências exatas. Não dá para brincar com números. Um milhão sempre vai ser um milhão, 10 milhões sempre vão ser 10 milhões. Não dá para dizer 20 milhões quando é 1 milhão, porque você pega o mentiroso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria reforçar o que V. Exa. está afirmando. Eu sou autor do requerimento que solicita informações sobre a base de cálculo utilizada pelo Ministério da Economia para chegar aos números, ao custo da transição do sistema de partição para o sistema de capitalização, e não consigo ter acesso às informações sobre o impacto fiscal que se vai produzir e o agravamento da crise que isso pode trazer pela mudança do sistema de partição para o sistema de capitalização.

Por fim, eu queria aproveitar aqui a brincadeira – que não é uma brincadeira, é uma coisa séria – que o Otto trouxe que é: enquanto o Governo se ocupa em pensar como é que vai autorizar atirador que treina tiro a transportar munição dentro do carro, enquanto o Governo se preocupa com os seus filhos, com as confusões geradas pelos seus filhos, enquanto o Governo se preocupa com isso, a gente já está em quase dez previsões de redução do crescimento econômico para o ano de 2019. Enquanto isso, o desemprego passa dos 13 milhões de brasileiros, com 25% da população brasileira subempregada, e a gente não vê nenhuma medida efetiva para a retomada do crescimento. E mais: quando a gente vê, são falas como a que o senhor registrou aqui: "Ah, 70 mil, 60 mil casas que foram entregues foram devolvidas". Sabem para quê? Para justificar a inoperância e a inapetência deste Governo em governar, a inapetência deste Governo de colocar para adiante aquilo que pode aquecer a economia e trazer benefício para a população, que sofre bastante em nosso País.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rodrigo Pacheco pela ordem.

Senadora, depois a senhora, por favor.

Depois o Senador Styvenson.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para colaborar em relação a este projeto, o PLC 159, de 2017. Há um requerimento de audiência pública formulado pelo Senador Izalci Lucas, que infelizmente não está presente, e que foi aqui lido pelo Senador Plínio Valério. Eu gostaria inclusive de subscrever por entender pertinente audiência pública sobre esse tema. Esse projeto tramitou na Câmara dos Deputados, lá foi realizada audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, pelo que eu me lembro, na Comissão de Constituição e Justiça. Eu recebo aqui agora uma nota técnica em relação à pertinência do projeto. Fosse o parecer do Senador Styvenson favorável ao projeto, eu também sugeriria a audiência pública para uma reflexão desta Comissão e do Senado a esse respeito. Não é um tema simples.

Da mesma forma que se pode interpretar alguma iniciativa de ordem mercantilista para a venda de extintores de incêndio, nós temos que compreender também por que a supressão da obrigatoriedade de extintores de incêndio nos veículos aconteceu, se houve algum tipo de influência da indústria automobilística para que isso acontecesse. No final das contas, todos nós queremos identificar se é ou não necessário extintor de incêndio em veículos automotores Brasil afora.

Há uma série de ocorrências de incêndios... Não daqueles incêndios que não dá para debelar o fogo, em que só Corpo de Bombeiro é que o faz, mas aquele princípio de incêndio que pode ser debelado por um extintor de incêndio. Então, essas circunstâncias, essas situações, devem ser expostas por quem sejam os especialistas nessa matéria. E seria muito bom ouvir esses especialistas. Quero crer que essa seja a razão do requerimento de audiência pública do Senador Izalci Lucas, que, repito, está ausente – até em respeito a ele eu devo subscrever esse requerimento. E não haverá prejuízo algum em realizar a audiência pública e, na sequência, votar o parecer do Senador Styvenson, que é, num primeiro contrário, contrário – e pode continuar a ser contrário. E repito: fosse um parecer favorável, eu sugeriria, da mesma forma, a realização desta audiência pública, dada a matéria, a natureza dessa matéria, desse projeto de lei da Câmara dos Deputados, apenas porque não há essa necessidade do açodamento, especialmente quando ausente quem promoveu o requerimento de audiência pública.

Então, esse é o pedido que faço, para que possamos ter esse respeito ao Senador Izalci Lucas e possamos votar a audiência pública e acolher essa audiência pública na sequência, votando o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu, só para orientar... Orientar não... Não é terminativo aqui. Vai para outra Comissão – a de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle de Defesa do Consumidor. Lá, sim, eu acho que nós temos que fazer uma audiência pública, em relação ao consumidor. Correto? Lá eu acho.

Porque, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos se pode fazer audiência pública, mas, como se trata de uma audiência – e como disse bem a Senadora Kátia – em relação ao consumidor, que vai ter que comprar ou não comprar o extintor, eu acho que, como vai para outra Comissão, lá poderia ser solicitada essa audiência pública, em vez de ser solicitada aqui na CAE.

É esse o meu pensamento, mas eu vou seguir a maioria.

Senadora Kátia, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para afirmar a minha convicção no tema. E acho, Senador Otto, que, lá, o caso não é de extintor de incêndio. Depois nós conversarmos em particular.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho.

Olha, há um número aqui importante do Contran, à época, quando se revogou a lei do uso do extintor de incêndio.

A Associação Brasileira de Engenharia Automotiva divulgou, no ano de 2000 – quer dizer, nove anos atrás: 2 milhões de sinistros cobertos pelas seguradoras brasileiras de veículos, dos quais 800 apenas, 0,04%, foram por incêndio. Desses 800, só em 24 casos os extintores foram utilizados. Então, apenas 3%.

Agora... "Ah, mas faz muito tempo essa estatística". É pior, porque os carros ficaram muito melhores, com muito mais recursos, com muito mais tecnologia para evitar esse tipo de acontecimento. Então, eu discordo. Desculpe-me, quanto à audiência pública, eu acho que ela é sempre bem-vinda, mas, nesse caso, é uma matéria, reitero, vencida.

Eu gostaria ainda de fazer coro com o Presidente Omar Aziz, com relação aos generais, às Forças Armadas.

Eu tenho lido muito, Presidente, e procurado ver, nesses últimos anos, principalmente da redemocratização para cá, qual Presidente da República que ergueu a voz contra as Forças Armadas, não por medo, mas por respeito e admiração da população. Nem nos Governos de esquerda Lula e Dilma – eu procurei em todos os lugares para fazer leitura –, em nenhum governo de esquerda, que sempre teve os seus atritos com a ditadura, ninguém se atreveu a humilhar e debochar das Forças Armadas. Não são Forças Armadas de Bolsonaro, não; são Forças Armadas dos brasileiros, e nós não podemos aceitar esse tipo de atitude de um Presidente da República e de quem quer que seja que mora do outro lado do mundo e que venha desmoralizar as Forças Armadas com palavrões e com palavras de baixo calão, de baixo nível. Esse cidadão está insuflando, ele não sabe onde ele está mexendo. Esse governo não conhece as Forças Armadas. Todo mundo tem brio, todo mundo tem limite.

Então, eu peço ao Congresso Nacional – e não é defender Bolsonaro ou ser contra Governo de Bolsonaro – que esta Casa possa pedir o respeito do Governo Federal, do Executivo, pedir, exigir o respeito às Forças Armadas do Brasil. É uma questão de autoridade institucional. Nós vivemos num país democrático e nós não queremos nem brincar com alguma coisa diferente disso. E eles estão brincando com fogo. Quem precisa de extintor de incêndio é muita gente, não é só no Palácio do Planalto, não. Inclusive, lá nos Estados Unidos é do que mais precisam.

Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Kátia.

Como eu venho de uma região que tem um comando militar e a sede é em Manaus, eu convivi com o Gen. Heleno, grande Comandante Militar da Amazônia, um grande brasileiro, e com o Gen. Villas Bôas e posso dar meu testemunho sobre o equilíbrio que esses dois homens têm. Então, eu não estou aqui falando de pessoas que querem colocar gasolina no fogo, não; são pessoas equilibradas. Eu vejo, por outro lado, um cidadão que não está aqui, não vive o dia a dia, não conhece a realidade total brasileira. Se tem méritos, eu não conheço ainda o Sr. Olavo, mas posso dizer que tanto o Gen. Villas Bôas como o Gen. Heleno, com quem eu tive o prazer de conviver e trabalhar em conjunto em várias ações que beneficiaram a região do nosso Estado, eu posso dizer à senhora que são dois grandes brasileiros completos, dois brasileiros completos, que têm equilíbrio, democratas que sempre tiveram o equilíbrio necessário.

Então, aqui a minha solidariedade ao Gen. Villas Bôas, que foi atacado pelo Sr. Olavo de Carvalho – eu não sei de onde veio esse cidadão. O Gen. Villas Bôas eu posso dizer que é um homem de bem, é um homem democrata e é um homem que quer o bem do Brasil.

Por isso, a minha solidariedade a ele como Presidente da Comissão, como Senador da República e como um amazonense, porque, como ele serviu no Amazonas, o Amazonas todo tem o maior respeito pelo Gen. Villas Bôas. A gente não pode admitir um cidadão que está lá num apartamento muito confortável, vivendo uma vida boa querendo intervir e falar de pessoas que ele não conhece, com quem ele não conviveu. A nossa grande admiração pelo Gen. Villas Bôas pelo trabalho que ele já fez pelo Brasil.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu serei muito breve.

Comentava aqui com o Senador Styvenson: eu nunca vi extintor virar lança-chamas, esta foi a primeira oportunidade. Extintor virou lança-chamas. Quem é que produziu isso? Foi o químico Styvenson. (*Risos.*)

Ele mudou o fluido, a espuma que deveria haver dentro do extintor, e ele virou um lança-chamas.

Mas eu só gostaria de fazer uma intervenção séria. Vou falar sobre isso no Plenário, e o senhor me oportunizou isso, assim como a Senadora Kátia.

Eduardo Dias da Costa Villas Bôas: eu o conheci há cerca de quatro anos. Fiquei impressionado com o prenome dele, Eduardo Dias – pintor florianopolitano com belas telas que era autodidata e morreu trabalhando aos 70 e poucos anos de idade em Florianópolis, em 1945. É um brasileiro exemplar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz questão de vir não à posse – não que não mereça – do Gen. Pujol: eu fiz questão de comparecer à "desposse" do Gen. Villas Bôas. E disse isto a ambos: "Vim aqui para assistir à "desposse" de um homem de bem". O capricho da biologia da vida humana o fez debilitar-se fisicamente de maneira dramática, mas isso só fez sobrelevar o espírito democrata, de patriota e de homem público exemplar que ele carrega iluminando o Brasil.

E não vai ser nenhuma língua solta que gosta de insultar... Lembro-me de uma frase do Vila sobre um peruano chamado Santos Chocano, que dizia assim: "Os deuses não consentiram que Santos Chocano desonrasse o patíbulo nele morrendo. Por isso ele está aí, vivo, depois de fatigar a infâmia". Ou seja, cansou a infâmia já e continua falando mal dos outros. Então, aplica-se a quem fala mal do Gen. Villas Bôas esse adágio do Vila. Merece ficar vivo para fatigar a infâmia, a injúria e a calúnia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador!

Senador Luiz do Carmo, o Senador Plínio é o autor do requerimento. Eu vou dar primeiro a palavra a ele e, depois, a passaria para o senhor. Pode ser, Senador?

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. *Fora do microfone*.) – Pode ser.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria falar, nessa esteira...

Quando o astrólogo lê, não interpreta as estrelas direito e ofende o Gen. Villas Bôas, está ofendendo, em particular, todos nós amazônidas, todos nós amazonenses. A gente está providenciando, Senadora Kátia – não sei o termo correto –, uma moção de repúdio a Olavo, ou de apoio a Villas Bôas, mas a gente está dando entrada a essa moção agora. Não pode passar em branco isso. Se esse cidadão acha que pode atacar uma pessoa de bem como o nosso Villas Bôas, certamente pensa que vai poder outras coisas. Aliás, ele pensa que pode outras coisas.

Então, essa moção de repúdio... Porque nós, particularmente – Omar já disse –, Esperidião, nós nos sentimos ofendidos quando se ataca o Villas Bôas. Então, essa moção de repúdio vai ser apresentada logo mais no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, voltando ao projeto aqui, eu estou com o Relator, porque eu participei muito disso aí e eu me lembro de quando se proibiu. De lá para cá, eu não vi muita coisa que aconteceu por falta de extintor de incêndio. E, no Brasil, há muitas normas não só sobre extintor de incêndio, não. Nós temos que ver o que fazer, Senador Amin, porque são umas coisas que são inúteis. É lógico que o extintor é importante, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora em que se precisa, mas é muito pouco. Então, terminou aquilo e continuou a vida. Não houve muito acidente depois disso aí. Então, eu sou a favor do projeto do Relator.

E, sobre a audiência pública também, acho que esse assunto tínhamos que matar por aqui. Eu sei que não é terminativo, mas tínhamos que matar, não fazer essa audiência pública e deixar a próxima Comissão ver o que faz. É o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, há aqui um pedido para que a gente faça uma audiência pública sobre essa matéria, que ainda irá para uma outra Comissão. Eu quero saber se se mantêm aqueles que a apoiam, senão eu vou ter que colocar em votação se vai haver ou não audiência pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Eu poderia ler o relatório e aí acho que poderia haver mudança de pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor vai mudar o seu pensamento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não, mudar o pensamento de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não mudar o pensamento da senhora, não; mudar o de quem quer a audiência pública.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Exato, de quem quer a audiência pública.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Porque a senhora é favorável.

Esse assunto, Sr. Presidente, já foi discutido acho que desde quando o Código de Trânsito foi feito neste País. Desde 1997, se vem discutindo a utilidade, porque não vinha no *caput* do art. 105 a obrigatoriedade como dispositivo de segurança, e, sim, com alterações que foram passadas durante os anos – o *airbag* foi colocado como dispositivo de segurança... Dispositivo de segurança é cinto de segurança; dispositivo de segurança não trata especificamente do extintor, e, sim, de alguns elementos bem claros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vou ler de forma rápida, mas de forma para que fique bem entendido.

A proposição tem três artigos. O primeiro enuncia a alteração descrita na ementa e o art. 3º contém cláusula de vigência imediata.

O art. 2º do Projeto altera o art. 105, esse de que eu estava falando, do Código de Trânsito Brasileiro, para incluir o inciso VIII, que torna obrigatório o extintor de incêndio do tipo ABC, o que apaga o incêndio causado por líquidos ou outros, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos automotores.

O autor justifica sua proposta afirmando que tornar facultativo – porque é facultativo hoje, o condutor não é obrigado, é facultativo; quem quiser ter, pode obter esse extintor – o uso dos extintores de incêndio nos veículos deixa os ocupantes dos veículos vulneráveis em caso de incêndios. Então, ele quer dizer que, se não houver, fica-se vulnerável. A Senadora Kátia Abreu colocou, sobre a quantidade de danos por incêndios causados nos veículos, que, em apenas 3%, usaram-se extintores.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Transparência Fiscalização e Controle, em caráter não terminativo. Não foram oferecidas emendas.

Análise.

De acordo...

Vou pular.

No mérito e pelas questões econômicas, somos pela rejeição da matéria, em razão dos argumentos que passamos a expor.

Primeiramente, a obrigatoriedade da instalação de extintor de incêndio nos veículos não é determinada por lei, como já foi dito. O Código de Trânsito Brasileiro não relaciona isso, em seu art. 105, alguns dos equipamentos considerados obrigatórios, entre os quais não figura o extintor, e transfere para o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a competência para definir os demais equipamentos exigidos, bem como suas especificações técnicas.

A primeira norma que tratou do assunto foi a Resolução do Contran nº 14, de 6 de fevereiro de 1998, que estabelecia, no art. 1º, inciso I, item 20, a obrigatoriedade do extintor veicular para veículos automotores e ônibus elétricos.

Em 2004, sobreveio a Resolução do Contran nº 157, de 22 de abril de 2004, que fixava especificações para os extintores de incêndio, equipamento de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semirreboque. Essa resolução do Contran determinou, no ano de 2004, que todos os veículos novos fabricados no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2005, seriam equipados com extintor de incêndio com carga de pó ABC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, determinou também que, a partir de 1º de janeiro de 2005, todos os extintores veiculares com carga de pó BC, ao final da validade, seriam substituídos por extintores de carga de pó ABC.

Os prazos para implantação dos extintores de carga de pó ABC foram sucessivamente postergados, até que, em 2015, a Resolução do Contran nº 556, de 2015, tornou facultativo o uso do extintor de incêndio para os automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

A Resolução nº 556, de 2015, embora tenha mantido o extintor do tipo ABC como item de segurança obrigatório para os veículos comerciais como caminhão, caminhão trator, micro-ônibus, ônibus e veículos destinados ao transporte de produtos inflamáveis, líquidos e gasosos, e transporte de passageiros, revogou a obrigatoriedade de quaisquer espécies de extintores de incêndio para os demais veículos, entre os quais os de passeio.

Entretanto, a mesma resolução determinou que, se o proprietário do veículo não obrigado a portar extintor de incêndio veicular optar por fazê-lo, deverá, necessariamente, utilizar extintores de incêndio com carga de pó ABC.

Em síntese, segundo a regulamentação infralegal, o extintor de incêndio com carga de pó ABC é obrigatório apenas para os veículos comerciais e facultativo para os demais, sendo vedado o emprego de outra espécie de extintor de incêndio veicular no Brasil.

Vários são os argumentos que apontam para manter o uso facultativo dos extintores de incêndio em veículos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores, eu pediria um pouquinho de silêncio porque o Senador Styvenson está com a palavra, lendo um relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado, Senador.

Inexpressiva ocorrência de incêndios automotivos...

Quando a gente realmente está atento à leitura, à fala... Aí perdemos, e para pegar o raciocínio outra vez... Peço só silêncio. Obrigado.

A inexpressiva ocorrência de incêndios automotivos em relação à frota total; tendência de redução da ocorrência de incêndios automotivos devido à inovação tecnológica; despreparo dos motoristas para utilizar, adequadamente, o extintor... Nesse parágrafo aqui eu quero dizer o seguinte, Senador Rodrigo: hoje os carros, como a Senadora Kátia Abreu disse, já têm dispositivos que até cortam o combustível no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que há uma colisão. Há carros bem tecnológicos já que informam, que têm computadores inteligentíssimos.

Eu creio também que a falta de preparo da população no uso de extintores, no caso de incêndio... Eu digo isso porque, como policial, uma viatura, uma vez, pegou fogo, e eu abandonei o carro, Senador. A gente esperou o carro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sério mesmo, porque o fogo foi muito rápido. Não dava tempo com um extintor pequenininho, que estava debaixo do banco... Há até essa dificuldade da localização.

De acordo com nota publicada pelo Contran à época da revogação da obrigatoriedade do extintor, a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva divulgou que, em 2000, dos 2 milhões de sinistros cobertos pelas seguradoras brasileiras de veículos, 800 foram incêndios, mas só em 24 casos os extintores foram utilizados, como já foi dito aqui, cerca de 3%.

Então, Senador Presidente, dito isso, ainda faltam alguns parágrafos para justificar a não obrigatoriedade do extintor nos veículos e sim deixá-lo facultativo, como o Contran mesmo já fala, porque é o Contran que normatiza. É o Contran que tem a responsabilidade, Sr. Senador, de fazer essa parte. Então, que permaneça dessa forma.

Partindo para o voto, rejeitei o PLC 159 por esses fatores ditos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Vista coletiva, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, mas eu tenho de botar em votação o requerimento ou faço isso na volta do pedido de vista? Eu acho melhor fazer na volta do pedido de vista.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exatamente, eu ia sugerir isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k., Senador Plínio? Até porque já vai estar aqui o Senador Izalci também para poder defender o pedido de vista dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode sim, Senador. Só que para este nós temos de ter quórum qualificado. O senhor pode ler, mas nós não temos como votar ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 6 é um projeto que passa recursos do Fust para o Projeto Antártico.

O pedido de vista coletiva está concedido.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2018

- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT.

Observações:

1.A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CCT.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Eu pedi para adiantar, Senador, porque este é importante.

É um fundo que nós temos de 20 bilhões que nós temos desde 2000 até 2016 que não é utilizado para a finalidade que deveria ser, ou seja, inovação, tecnologia e esses fins. Ele é usado para outras contas do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhores e senhoras, eu fico, às vezes, constrangido em pedir às pessoas para ficarem em silêncio. Eu fico constrangido, mas eu pediria que respeitassem o Relator da matéria porque se trata de um projeto... Há um projeto do Senador Otto, de que sou Relator, que acaba com o contingenciamento a partir do ano que vem. Esses recursos são contingenciados todos os anos. Ele foi criado para que a gente pudesse fazer investimento em alta tecnologia no Brasil.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado, Sr. Senador.

O projeto é de autoria do Senador Otto Alencar e altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do Fust para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Se o senhor permitir, Sr. Presidente, vou para a análise e para o voto.

Em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das diversas proposições submetidas à deliberação da Câmara Alta do Parlamento brasileiro. Por se tratar de decisão terminativa, a CAE deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 433, de 2018.

No tocante à constitucionalidade e juridicidade, entendo que o PLS nº 433, de 2018, está de acordo com os dispositivos constitucionais, pois trata de tema de competência legislativa da União, inserindo-se entre as atribuições do Congresso Nacional. Ademais, não trata de matéria de iniciativa privativa da Presidência da República. Quanto à técnica legislativa, vislumbra-se que o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, entendo ser bastante louvável a iniciativa. De fato, o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) é fundamental e estratégico para as pretensões geopolíticas do nosso País. Devemos, portanto, fortalecê-lo e ampliá-lo. Os recursos do Fust mostram-se perfeitamente adequados para tal finalidade.

Como salientado no parecer da CCT, de acordo com auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), o percentual dos recursos do Fust efetivamente utilizado na universalização dos serviços de telecomunicações, razão da existência do próprio do Fundo, no período de 2001 a 2016, é ínfimo. Menos de 0,002% dos recursos, que correspondem a R$341 mil, foram utilizados, frente a uma arrecadação de R$20,5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta forma, possibilitar a utilização dos recursos do Fust para o pagamento de despesas de telecomunicações do Proantar, incluindo o fornecimento de equipamentos de rede e de terminais de acesso, é conveniente, oportuno e meritório. Por estas razões, a proposição deve ser aprovada.

A inclusão da Região Centro-Oeste na aplicação anual mínima de 30 % dos recursos, conforme proposto ao §1º do art. 5º da Lei nº 9.998, de 2000, não representa óbice ao projeto, podendo ser acatada, pois sabe-se que essa Região também carece bastante de serviços de telefonia fixa em quantidades adequadas.

Da mesma forma, a Emenda nº 1-CCT também deve ser aprovada, pois não há dúvidas de que o acesso à internet em conexões de banda larga é um dos serviços de comunicação mais demandados pela sociedade, devendo, portanto, sua ampliação ser custeada por recursos do Fust, dado o grande volume de recursos arrecadados e não aplicados efetivamente na universalização dos serviços de telecomunicações.

Finalmente, manifesto entendimento similar ao exposto na justificação da matéria, no sentido de que o projeto não cria ou altera despesa obrigatória, mas apenas autoriza a aplicação dos recursos do Fust em novas finalidades. Assim, entendo que não há necessidade de apresentar estimativa do impacto econômico-financeiro do projeto, como determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Voto.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 433, de 2018, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, bem como a Emenda nº 1 da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que lembrar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que esse projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Em discussão.

Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Senador Otto, eu quero explicar o seguinte: eu sou amplamente simpático ao projeto, completamente simpático. Agora, como diria Mussolini... Atribui-se ao Mussolini a seguinte a seguinte frase: "Governar a Itália não é difícil, mas é inútil, porque eles não aceitam as minhas determinações".

Autorizar o uso do Fust para pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico conta com a minha total simpatia, assim como outras autorizações específicas. Mas, como nós sabemos, o Fust... A última notícia que eu tive é que tinha ultrapassado há muito tempo 10 bilhões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Vinte bilhões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está em mais de 20.

Quando trabalhei na Cotesc, eu queria usar o Fust da época para ajudar a fazer a telefonia rural. Esse dinheiro nunca foi usado. E ele já desapareceu, porque ele foi comido pela voragem dos juros. Isso aí faz parte do tal superávit primário, que todos os Governos usaram. Não vem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Não estou reclamando não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou apenas lembrando as circunstâncias, porque todos os Governos usaram.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para pagar juros, que são impiedosos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu tenho um pouco de preocupação com o aceno positivo que não tem consequências. Não sei se eu me faço entender. Mas é claro que eu sou favorável a isso! A isso e a muito mais! Só que nós vamos autorizar um uso que certamente não será efetivado.

Então, é um aceno de amizade sincera e absolutamente inútil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quem sabe os militares conseguem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não só esse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou conceder um aparte aqui ao Senador Rogério, que quer... Está percebendo que a chama daquele extintor está apagando e ele quer acender a chama de novo. Naturalmente, é uma questão caridosa, daquelas virgens prudentes: sempre têm óleo na vela, para acender.

Mas eu quero dizer o seguinte: eu não voto contra. Agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que concordar com o senhor. Aliás, não é só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual é a utilidade disso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Qual a utilidade dos 180 fundos que o Brasil tem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, eu só quero aqui dizer... Há um projeto aqui, do Senador Otto também, do qual sou o Relator, Senador Espiridião, em que nós acabamos com 80% do contingenciamento desse recurso. Nós vamos tornar lei.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quantos por cento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oitenta. Oitenta por cento dele não poderá ser contingenciado.

Veja bem: o que que acontece...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me permite?

Eu acho que, nesse aspecto, nós temos que dar consequência ao orçamento impositivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim... Agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria chamar a atenção desta Comissão: eu encaminhei, Senador – valeria a pena nós dedicarmos uma sessão a isso –, nós aprovamos, e está por ser promulgada, a emenda constitucional que estabelece a regra geral do orçamento impositivo. E eu mandei para a Comissão Senado do Futuro, presidida pelo Senador Mecias – um nome apropriado sobre o futuro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o passado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... mas eu quero falar de futuro – os estudos já feitos. A melhor emenda já apresentada foi a do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelecia que a lei orçamentária será de execução obrigatória, com seis parágrafos sobre como é que ela pode ser contingenciada, sempre por lei e sempre por projeto encaminhado ao Congresso. Não existe mais esse negócio de eu escolher: "Vou tirar 30% da escola tal e não vou tirar 30%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da escola outra", tem-se que submeter ao Congresso. Ou seja, não pode haver poder de império do Executivo sobre o que contingenciar, sobre o que cortar. Esse é o traçado para o orçamento impositivo.

É um bom começo esse que V. Exa. enuncia, quer dizer, não pode contingenciar 100%, mas não é por aí. O Executivo não pode contingenciar nada sem autorização do Congresso, que aprovou um orçamento que será de execução obrigatória.

Esse é o intervalo que eu peço a V. Exa., para que nós debatamos o fim do contingenciamento aleatório, assim como se deve acabar com o fim do subsídio aleatório que o Executivo deu abusivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador pediu vista?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Esperidião Amin pediu vista.

Vamos ao item 7. (*Pausa.*)

O Senador Confúcio não se encontra.

Senador Rogério Carvalho, item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pode?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Relatório.

Vem à apreciação desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2018, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT) causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

O art. 1º formaliza o objeto da pretendida lei, ao cogitar o acréscimo de um §5º ao art. 12 da Lei nº 6.194, de 1974, determinando que as guias de pagamento do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em um mesmo documento, físico ou eletrônico.

A cláusula de vigência figura no art. 2º do projeto, estatuindo que a lei porventura resultante da aprovação da matéria entrará em vigor 180 dias após sua publicação oficial.

Na justificação, o autor observa que, "de acordo com a Lei 6.194, de 1974, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 332, de 2015, o vencimento do seguro obrigatório DPVAT [...] deve coincidir com o da cota única ou da primeira parcela do IPVA", mas que, "no entanto, em alguns Estados, as guias de pagamento [estariam] sendo emitidas separadamente", o que estaria levando muitos cidadãos a pagar exclusivamente o IPVA, esquecendo-se de emitir a guia do DPVAT.

O proponente ressalta ainda que "o não pagamento do DPVAT pode fazer com que, em caso de acidente, a seguradora negue indenização ao proprietário inadimplente, com base na Resolução nº 332, de 2015, do Conselho Nacional de Seguros Privados, e que, embora essa negativa possa ser discutida judicialmente, isso implicará um indiscutível transtorno ao cidadão que se tenha tornado inadimplente de modo involuntário, induzido a erro pelo simples fato de que a correspondente guia de pagamento não foi disponibilizada conjuntamente com a do IPVA.

O PLS nº 130, de 2018, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Assuntos Econômicos.

Ao projeto não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 130, de 2018, tendo em vista que:

I) compete privativamente à União legislar sobre seguros, a teor do disposto no art. 22, inciso VII, da Constituição Federal (CF);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput* e inciso XIII);

III) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e

IV) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto:

I) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado;

II) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

III) possui o atributo da generalidade;

IV) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e

V) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 99, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre as matérias relacionadas a seguros, o que fundamenta o atendimento desse aspecto da regimentalidade pela análise da proposição a que ora procedemos.

O PLS nº 130, de 2018, é digno de nota, pois a situação que se busca resolver de fato merece a atenção do legislador.

Com as alterações que lhe foram promovidas pela Lei nº 8.441, de 13 de julho de 1992, passou a prever a Lei nº 6.194, de 1974, no §2º de seu art. 12, que o Conselho Nacional de Trânsito deveria expedir normas para o vencimento do seguro coincidir com o do IPVA.

Mas, porque o DPVAT apresenta caráter de seguro (ainda que, quanto a isso, haja certa controvérsia, pois, para alguns juristas, sua natureza seria, em verdade, parafiscal), foi o Conselho Nacional de Seguros Privados que acabou cumprindo essa determinação legal, ao editar a Resolução nº 332, de 9 de dezembro de 2015 (que dispõe sobre os danos pessoais cobertos, indenizações, regulação dos sinistros, prêmio, condições tarifárias e administração dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não – Seguro DPVAT), cujo art. 24 determina, categoricamente, que a data de vencimento em cota única coincida com a data do vencimento da cota única do IPVA.

Quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PLS nº 130, de 2018, detectamos uma única impropriedade. Não se atendeu adequadamente ao comando do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, pois a ementa do projeto atenta contra a concisão, ao transcrever desnecessariamente a ementa da lei que se pretende alterar, motivo por que propomos uma simples emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2018:
> "Acrescenta § 5º ao art. 2º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico."

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A emenda é para que estejam juntas as duas?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A emenda não. Esse é o projeto de lei inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a tua emenda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A emenda só mexe na redação, para enxugar, para tornar mais claro e objetivo o objeto. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação... Ah, precisa ter quórum qualificado. Fica para a próxima, para quando houver quórum qualificado.

Vou passar ao item 9. A Senadora Rose de Freitas retirou... Aliás, o Senador Oriovisto é o Relator.

Por favor, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou tentar resumir, porque o parecer é bastante longo, mas é possível deixar claro.

Este parecer trata de decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº162, de 2018, da Senadora Rose de Freitas, que "altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito".

Eu faço um relatório, Sr. Presidente, inicialmente descrevendo o projeto, descrevendo que ele não fere a boa técnica legislativa, que ele pode ser aceito do ponto de vista da juridicidade, mas que, apesar disso, ele deve ser rejeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto à análise, então, para mostrar por que ele deve ser rejeitado.

De acordo com o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de quaisquer matérias que lhe sejam submetidas.

Além da análise de mérito, uma vez que o presente projeto de lei foi submetido à apreciação desta Comissão em decisão terminativa, cumpre-nos examinar, ainda, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Então, eu vou pular os itens seguintes, porque eu já falei sobre eles.

O art. 48... Uma vez que a matéria sob exame não viola cláusula pétrea...

Apesar de inovar o ordenamento jurídico vigente, acreditamos que há um problema de juridicidade na matéria – e aqui é que começa a análise realmente. Afinal, ainda que não haja impeditivo constitucional para a apresentação do PLS, diversos incisos do art. 9º da Lei n° 12.865, de 9 de outubro de 2013, atribuem ao Banco Central a competência para disciplinar os arranjos de pagamento, fixar regras de transparência na prestação de serviços de pagamentos. Sendo assim, o mais indicado é que o tema seja regulado de maneira infralegal, pela autarquia supracitada.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está de acordo com o preceituado pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, acerca do mérito, compreendemos as nobres intenções da autora do PLS, que buscou oferecer proteção adicional ao consumidor brasileiro. Entretanto, acreditamos que a proposição apresentada não é a melhor opção para alcançar tal propósito.

Conforme já explicitado no momento da avaliação da juridicidade da proposição, acreditamos que o melhor para a eficiência do mercado de cartões de crédito é que a regulação seja feita pelo Banco Central. Afinal, quaisquer interferências excessivas por parte do Congresso Nacional que enrijeçam o mercado de cartões de crédito poderiam gerar distorções incalculáveis, afetando negativamente consumidores, lojistas e instituições financeiras.

Assim, acerca da limitação do percentual mínimo para pagamento das contas no cartão de crédito...

Sr. Presidente, eu pediria que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não, é o barulho lá atrás, Sr. Presidente, mas agora pararam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, acerca da limitação do percentual mínimo para pagamento das contas no cartão de crédito, cumpre-nos salientar que atualmente o Banco Central define, por meio da Circular nº 3.512, que tal percentual deverá ser de, no mínimo, 15%. Isso ocorre como medida para reduzir o endividamento das famílias no cartão de crédito, cujo custo de rolagem sabe-se ser o mais alto entre as modalidades de crédito do sistema financeiro nacional. A proposta da Senadora vai, portanto, em sentido contrário ao da medida prudencial do Banco Central.

Portanto, ante os motivos supracitados, discordamos da imposição arbitrária do valor de 10%, menor do que o estabelecido pelo Banco Central, por ocasionar interferência indevida no mercado de cartões de crédito. Além disso, um valor mínimo excessivamente baixo pode causar aumento excessivo dos juros a serem pagos pelo consumidor e colocar em perigo a estabilidade do mercado em análise.

Ainda, limitar a 20% o percentual máximo para o valor mínimo a ser pago pela fatura pode prejudicar substancialmente a modalidade de pagamento via cartão de crédito no Brasil como conhecemos atualmente, uma vez que isso pode ampliar o risco moral dos tomadores de crédito, que, por terem a possibilidade de pagar um valor excessivamente baixo da fatura do cartão, podem passar a gastar muito mais que sua capacidade real de pagamento.

Como os bancos não assumiriam esse aumento no risco de inadimplência, além de aumentarem os juros cobrados, poderiam concentrar a sua oferta de crédito em financiamentos com garantias reais ou consignação em folha de pagamento – o que acabaria sendo prejudicial ao consumidor, acostumado ao uso do cartão de crédito.

Em virtude do exposto, o acesso a cartões de crédito poderia ficar restrito a clientes de alta renda e com nível de risco menor, sob inúmeras restrições. Assim, possivelmente, trabalhadores com nível de renda mais baixo perderiam totalmente o acesso às facilidades proporcionadas pela possibilidade de realizar pagamentos com cartão de crédito, além de pagarem juros ainda mais elevados. Afinal, o Banco Central não definiu um valor máximo, mas sim um mínimo. De fato, os bancos certas vezes estipulam valores mínimos superiores ao piso definido pelo Banco Central por um motivo: para impedir a tomada excessiva de crédito de alto risco e sem garantias reais por parte dos clientes e, consequentemente, proteger o sistema financeiro e as instituições que ofertam crédito de potenciais calotes, adequando-se à renda e à capacidade de pagamento do cliente.

Quanto ao tema, ressalte-se ainda que a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional, disciplinou regras para o financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito, com a intenção de diminuir o endividamento do consumidor e os juros exorbitantes cobrados pelas instituições financeiras, de forma mais eficiente para o funcionamento do mercado de cartão de crédito que a simples vedação à cobrança de juros sobre inadimplentes. A resolução determinou que o saldo devedor da fatura de cartão de crédito, quando não pago integralmente até o vencimento, somente pode ser mantido em crédito rotativo até o vencimento da fatura subsequente (em geral, 30 dias). A partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daí as instituições financeiras devem transformar os recursos emprestados em crédito direto ao consumidor sem garantia real ou pessoal.

Em suma, acreditamos que o Banco Central, por todos os motivos supracitados, é capaz de regular a matéria de forma mais eficiente e prática em nível infralegal e, como visto, vem, de fato, cumprindo bem essa função.

Voto.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2018.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

O projeto é terminativo, eu preciso de quórum qualificado, só votaremos na próxima reunião.

Vou encerrar a discussão.

O próximo item tem quatro emendas encaminhadas agora. V. Exa. não quer ver essas emendas para fazer o relatório semana que vem, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Na verdade, o Senador Esperidião Amin não está presente, mas ele me assegurou... Esse projeto, Sr. Presidente, é um projeto do Senador José Serra que não tem, na verdade, nenhuma implicação econômica para o Governo, busca apenas dar transparência àquilo que o Governo empresta com juros subsidiados, que o Ministério da Fazenda deveria dar um relatório a cada quadrimestre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Parece que o Ministério da Fazenda está preocupado com isso, então o Esperidião Amin ia pedir vista para tentar atender o Ministério da Fazenda. Talvez fosse melhor, embora ele não esteja aqui, conceder vista diretamente ao Senador Esperidião Amin, porque ele...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista concedida a todos até semana que vem. Vista coletiva. Semana que vem a gente vota.

Aqui há um ofício.

Item 13.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

OFICIO "S" Nº 6, de 2019

- Não terminativo -

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, comunicando sobre Parceria Público-Privada para modernização e eficientização da iluminação pública do Município de Hortolândia.

Autoria: Prefeitura de Hortolândia

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e seu posterior arquivamento.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na forma do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

A Lei nº 11.079, de 2004, instituiu normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da Administração Pública. Em seu art. 28, determinou-se que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos, por intermédio de PPP, encaminharão ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para a verificação do cumprimento dos limites e parâmetros nele estabelecidos.

Do ponto de vista das finanças públicas, as PPP envolvem contraprestações financeiras que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado. A propósito, em conformidade com a autonomia política, financeira e administrativa constitucionalmente assegurada aos entes da Federação, o controle de suas repercussões sobre as finanças públicas estaduais e municipais não compete ao Senado Federal, mas sim aos próprios entes.

Portanto, para esta Casa, as PPPs dos entes subnacionais não diferem de outros atos que os levem a criarem despesas permanentes ou a expandirem os serviços prestados diretamente. Assim, uma vez constituídas novas despesas, cabe aos tesouros dos governos envolvidos proverem, nos exercícios subsequentes, a adequada cobertura orçamentária.

Nesse contexto, não compete ao Senado Federal aprovar ou não as contratações de PPP pelos entes subnacionais. Todavia, no caso específico das despesas permanentes oriundas das PPPs, entendeu-se, nos termos definidos na referida lei que as regulamenta, que a elas deveriam ser aplicados limites, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerá-las como uma forma indireta e assemelhada de endividamento público. Elas comprometem, e de forma continuada, por um longo período, as receitas do setor público.

Ressalte-se, justamente pela capacidade que as PPPs têm de elidir o monitoramento da Secretaria do Tesouro Nacional, do Senado Federal e do Conselho Monetário Nacional, que são instâncias que tratam do endividamento público, a Lei nº 11.079, de 2004, em seu art. 28, fixou limites prudenciais de comprometimento da receita corrente líquida com as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto de PPPs contratado.

Assim, o total das despesas realizadas com o conjunto de PPPs já contratado pelo ente, em um ano anterior ao do exercício em curso, não pode ter excedido a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para esse mesmo exercício.

As despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes tampouco podem exceder a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios. A extrapolação de qualquer uma dessas limitações veda a concessão de garantia e a realização de transferência voluntária pela União à unidade federativa concedente do serviço público.

O Ofício "S" nº 6, de 2019, ora analisado, cumpriu a exigência de informar esta Casa acerca da contratação, pelo Município de Hortolândia, da parceria acima referida e do seu impacto no orçamento do Município.

Para tanto, o Município de Hortolândia disponibilizou as informações acerca das projeções do impacto orçamentário da PPP a ser contratada sobre sua receita corrente líquida. Trabalhando com valores arrecadados em 2018 e orçados para 2019, as projeções foram realizadas com previsão de crescimento real de 1,1% a partir de 2020.

Com essas hipóteses, as estimativas apresentaram níveis consideráveis de conforto na observância dos limites, concluindo-se, sem prejuízo da competência da STN para averiguar a capacidade de endividamento e de recebimento de transferências voluntárias dos entes federados, pelo enquadramento do Programa de PPP do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, nos limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Em suma, os estudos, as informações e os demonstrativos então disponibilizados pelo Município trataram, além de outros aspectos, do impacto das despesas envolvidas na PPP do Município, ainda em processo de contratação, e demonstraram, de forma preliminar, como enfatizado, que o Município atende às exigências do art. 28 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Lei das Parcerias Público-Privadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se que os referidos limites não são empecilhos a que Estados e Municípios continuem a contratar novas PPPs. Trata-se, tão somente, de desestimular eventuais excessos pelos atuais gestores públicos, em prejuízo da gestão orçamentária dos futuros governos estaduais e municipais.

Dessa forma, os pareceres desta Comissão sobre a matéria buscam, fundamentalmente, conhecer o comprometimento das receitas públicas disponíveis com despesas em PPP e, em cumprimento à determinação expressa no art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, estar ciente sobre a existência de impedimentos à concessão de garantia e à realização de transferências voluntárias da União a Estados e Municípios. Tomado conhecimento da matéria, o parecer concluirá pelo seu arquivamento, com o envio de cópia da deliberação correspondente à STN.

Voto.

Diante do exposto, manifesto meu voto pelo conhecimento do Ofício nº 6, de 2019, pela Comissão de Assuntos Econômicos e seu posterior arquivamento, bem como pela comunicação desta decisão ao Ministério da Economia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Só para lembrar, Senador Rogério, essas questões de PPP são complexas, porque você compromete futuras administrações. Naquele primeiro momento, quando você está querendo fazer uma parceria público-privada... No caso específico aqui, no meu entender, é uma parceria para que você faça uma modernização da iluminação pública da cidade, correto? Nessa parceria pública, o Município tem que colocar um recurso com segurança para que você possa fazer, a empresa entra com os recursos para fazer as obras e depois, futuramente, com a arrecadação da iluminação pública que terá, ele vai...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No caso em particular, a economia, com a mudança do tipo de lâmpada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... paga o investimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Paga o investimento. Porque hoje, sinceramente – e é uma coisa que nós temos que discutir no Senado –, com a energia solar, na maioria dos Estados brasileiros, também você faria investimento, pagaria qualquer tipo... Com um investimento hoje para fazer fazendas de 20, 30kW, você vai ter aí uma economia a médio e longo prazo muito grande em relação ao que nós consumimos, na energia pública principalmente. O Município pode investir nisso, pegar um recurso para fazer esse tipo de investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório do Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e Senadoras com concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento e arquivamento.

Temos aqui um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 44, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o tema: Economia Circular do Plástico, em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e intensidade de projetos de lei sobre o tema.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

Representante da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Representante da Companhia ONU Mares Limpos.

Representante da Confederação Nacional das Indústrias.

Representante da indústria de bens de consumo.

Representante da Associação Brasileira da Indústria de Plástico.

A autoria é do Senador Eduardo Braga.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Braga.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A nossa reunião está encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amanhã teremos uma reunião conjunta, às 9h da manhã, para tratar especificamente de uma matéria de que, inclusive, o Senador Rogério pediu vista para discutir, que é a Política Nacional sobre Drogas – e não é só sobre a Política Nacional sobre Drogas; vamos deixar claro que há muitas outras coisas aí.

Encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (13ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (14ª REUNIÃO), EM 08 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Romário e Rose de Freitas, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Leila Barros, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Flávio Arns, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Maria do Carmo Alves, Mailza Gomes, Eliziane Gama, Humberto Costa, Alvaro Dias, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Jayme Campos e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião . Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 37, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas." **Autoria:** Deputado Omar Terra. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto (Pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais). Leitura de voto em separado dos Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, após leitura do voto em separado, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Omar Aziz, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Irajá, Marcos do Val, Mara Gabrilli, Marcos Rogério, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE e da CAS, favorável ao projeto - por vinte votos favoráveis e um contrário na CAE, e quinze votos favoráveis e um contrário na CAS - ficando prejudicado o voto em separado dos senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 2). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 45, de 2019** que: "Requerimento de urgência PLC 37/2013" **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

45/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/08

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013.

O Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, não está presente; mas o representando aqui está o Senador Plínio Valério, Vice-Presidente dessa mesma Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, de 2013

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006; 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 8.981, de 20 de janeiro de 1995; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; 8.069, de 13 de julho de 1990; 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e 9.503, de 23 de setembro de 1997; os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Autoria: Deputado Osmar Terra

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto (Pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais).

Observações:

1. A matéria está sendo apreciada em conjunto pela CAE e pela CAS, em virtude da aprovação dos REQs nº 29/2019-CAE e nº 41/2019-CAS, nos termos do art. 113 do RISF.

2. O Senador Styvenson Valentim é o Relator em ambas as comissões.

3. A matéria será apreciada pela CDH.

4. Em 24/4/2019, em sessão conjunta CAE-CAS, foram apresentados extrapauta, e rejeitados, os REQs nº 33/2019-CAE e nº 45/2019-CAS, de iniciativa do senador Rogério Carvalho.

5. Foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

6. Em 8/5/2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho apresentaram voto em separado.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho ou ao Senador Humberto Costa para leitura do voto em separado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para proferir relatório.) – Eu vou fazer a leitura do relatório do voto.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2013, pretende reformular a política sobre drogas, por meio de alterações na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e outros 12 diplomas legais.

A proposição abrange sete grandes temas: 1) estruturação do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad); 2) formulação e acompanhamento das políticas sobre drogas; 3) atividades de prevenção, reinserção social e econômica; 4) atenção à saúde do usuário de drogas; 5) caracterização das comunidades terapêuticas acolhedoras; 6) aspectos penais e processuais penais; e 7) mecanismos de financiamento.

A descrição detalhada das inovações legislativas propostas foi apresentada no relatório do eminente Relator, Senador Styvenson Valentim, que adoto para fins deste voto em separado.

O projeto foi distribuído para ser apreciado pelas seguintes Comissões: CCJ, Comissão de Educação, CAE, CAS e CDH.

No âmbito da CCJ, durante a instrução do projeto, foram realizadas duas audiências públicas, sendo que a segunda foi de iniciativa popular, solicitada por meio do canal e-Cidadania, por mais de dez mil pessoas, para debater os temas da descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal e da eventual inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343, de 2006.

Em 29 de outubro de 2014, a CCJ aprovou o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, que passou a constituir o Parecer da CCJ, com voto favorável ao PLC nº 37, de 2013, e às Emendas nºs 1, 2, 3, 7 e 8, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), e contrário às Emendas nºs 4, 5, 6 e 9.

Está difícil ouvir aqui, Presidente! Eu mesmo não estou conseguindo me ouvir.

No âmbito da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, só um minuto, Senador Humberto.

Por favor, gostaria de pedir silêncio a todos, para que o Senador Humberto possa proferir o seu relatório. Por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, foi realizada uma audiência pública sobre a matéria, dividida em duas partes, ocorridas nos dias 30 e 31 de março de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 14 de dezembro de 2016, a CE aprovou o relatório do Senador Lasier Martins, que passou a constituir o Parecer da CE, com voto favorável ao PLC nº 37, de 2013, e às Emendas nºs 2 a 8 – CE, e contrário à Emenda nº 1-CCJ. Nessa oportunidade, também foi apresentado voto em separado pela Senadora Lídice da Mata, que concluiu pela aprovação do PLC nº 37, de 2013, nos termos do substitutivo de sua autoria, que foi vencido.

O projeto foi arquivado ao final da última legislatura e, na sequência, desarquivado por força da aprovação do Requerimento nº 43, de 2019.

Quando a matéria retornou à CAE, foi aprovado o Requerimento nº 29, de iniciativa do Senador Omar Aziz, de apreciação conjunta da matéria pela CAS.

O eminente Relator designado para relatar a matéria nas duas Comissões, CAE e CAS, Senador Styvenson Valentim, apresentou relatório com voto favorável ao projeto, mantendo o seu texto original. Não foram apresentadas outras emendas.

Na sequência, a matéria seguirá para análise da CDH, antes de ser submetida ao Plenário.

Análise.

Tributando o máximo respeito e consideração ao eminente Relator, reconhecendo o cuidadoso trabalho que ele desenvolveu em torno do projeto, aqui serão expostos os motivos que nos levam a concluir pela aprovação do projeto, na forma de um substitutivo, que contempla a maior parte das emendas apresentadas na Comissão de Educação, mas aproveita a Emenda nº 1-CCJ, incorporando a ela alguns aprimoramentos.

Nossa intenção é manter várias das propostas contidas na Emenda nº 1–CCJ (Substitutivo), bem como nas Emendas nºs 2 a 8, da Comissão de Educação, além de introduzir novas ideias. Discutiremos, inicialmente, nossos pontos de concordância com as emendas aprovadas pela Comissão de Educação...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Silêncio, por favor!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e com o substitutivo da CCJ.

Para a redação deste voto foi aproveitado o trabalho acumulado de todos aqueles que participaram da discussão do projeto ao longo de sua tramitação, especialmente da Senadora Lídice da Mata. Vários trechos desses trabalhos foram incorporados de forma integral ou com pequenas alterações ao presente voto em separado.

Inicialmente, com relação à reinserção social e econômica de pessoas assistidas pelas políticas sobre drogas, o projeto reserva 3% das vagas em empresas vencedoras de licitações de obras públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que gerem mais de 30 postos de trabalho. O postulante à vaga deve estar cumprindo seu plano individual de atendimento e deve abster-se do uso de drogas.

A esse respeito, estamos de acordo com a alteração formulada no substitutivo da CCJ e abraçada em emenda apresentada perante a CE, de igual teor, que propõe, em vez da cota de vagas, o encaminhamento do usuário do Sisnad ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) e a programas de inserção no mercado de trabalho, com a previsão de que tais programas deverão contemplar estratégias específicas de atendimento aos usuários ou dependentes de drogas. Consideramos que a cota de vagas, tal como prevista, pode dificultar, quando não comprometer completamente, a eficácia do tratamento da dependência de droga, especialmente em localidades distantes dos serviços da rede de atenção psicossocial, como é comum no caso de grandes obras públicas.

Com relação à criação da Semana Nacional de Políticas e a previsão das ações que devem ser desenvolvidas nesse período, concordamos com o relatório da CE, quando demonstra que a proposta fere os requisitos procedimentais estabelecidos pelos arts. 2º a 4º da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas. Como não foi realizada consulta ou audiência pública específica sobre o tema previamente à apresentação da matéria, a Seção II e o respectivo art. 19-A – *caput*, §1º e incisos –, que o PLC nº 37, de 2013, pretende introduzir na Lei nº 11.343, de 2006, devem ser suprimidos.

Concordamos, também, com a necessidade de retirar previsões de constitucionalidade duvidosa, que criam obrigações para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, ao instituírem "programas de tratamento, acolhimento e reinserção social e econômica". Duas emendas apresentadas junto à Comissão de Educação suprimem a expressão "obrigatoriamente" do inciso IV do art. 8º-B e do inciso IV do art. 8º-C, ambos a serem acrescidos à Lei nº 11.343, de 2006, na forma do art. 2º do projeto. O texto proposto é igual àquele aprovado pela CCJ, no bojo da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

Pelas mesmas razões, é necessária a supressão do §2º do art. 8º-F acrescentados à Lei nº 11.343, de 2006, na forma do art. 2º do PLC, uma vez que ele acabaria por gerar obrigações orçamentárias relacionadas aos conselhos de política sobre drogas, adentrando matéria de competência legislativa de Estados, Distrito Federal e Municípios. O substitutivo da CCJ também promoveu a supressão desse dispositivo.

Igualmente alinhados ao substitutivo da CCJ e à emenda da Comissão de Educação, percebemos que se tornou inoportuna a inclusão dos §§5º e 6º ao art. 33 da Lei nº 11.343, de 2006, que buscam definir o que é organização criminosa e incrementar a pena do tráfico de drogas quando o agente é comandante de organização criminosa. Ocorre que, após a aprovação do PLC pelo plenário da Câmara dos Deputados, foi promulgada a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, que trata as organizações criminosas de modo mais rigoroso do que o proposto pelo PLC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordamos, também, com a necessidade de suprimir as revogações pretendidas pelo art. 19 do PLC, equivocadamente mantidas no art. 15 da Emenda nº 1-CCJ, por terem perdido a oportunidade. Com efeito, os §§1º e 2º do art. 32 e os §§1º e 2º do art. 58 da Lei de Drogas foram supervenientemente revogados pela Lei nº 12.961, de 4 de abril de 2014.

Verificamos, com isso, que, das sete emendas apresentadas junto à Comissão de Educação, quatro estão contempladas no substitutivo da CCJ. Das outras três emendas, estamos de acordo com duas (supressão dos dispositivos que criam a data comemorativa e do que promove a revogação de dispositivos que já foram revogados) e entendemos que, nesses pontos, o substitutivo da CCJ deve ser aprimorado.

No que se refere à segunda divergência que apresentamos em relação ao relatório oferecido perante a CE, entendemos que o substitutivo da CCJ apresenta inovações importantes, aprimoramentos de mérito que foram analisados em profundidade no parecer daquela Comissão e que não merecem ser rejeitados, a saber:

- Acréscimo de objetivos ao Plano Nacional de Política sobre Drogas, como o de fortalecer a rede de atenção psicossocial para o atendimento a usuários e dependentes de drogas e o de consagrar o pluralismo de abordagens para a prevenção do uso indevido de drogas, bem como estabelecer convergência de propósitos com políticas públicas voltadas para a criança, o adolescente e o jovem, políticas de esporte, cultura e lazer, entre outros objetivos. Essas inovações foram incorporadas a partir de sugestões enviadas pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

- Garantia de participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, na forma do regulamento.

- Quanto aos Conselhos de Políticas sobre Drogas, as alterações atenderam a sugestões do Colégio de Presidentes de Conselhos Estaduais de Políticas sobre Drogas – previsão de que entes federados poderão atribuir-lhes poder normativo, mediante aprovação de lei local, além das previsões de que os objetivos elencados também se aplicam à União, de que os conselhos de políticas sobre drogas deverão atuar em articulação com os conselhos de saúde e de assistência social, de participação da sociedade civil de forma paritária e de mandato fixo para seus conselheiros, cuja participação será considerada de interesse público e não remunerada.

- Previsão de que, entre os objetivos do sistema de informação, avaliação e gestão das políticas sobre drogas, está o de criar ouvidoria para a melhoria do atendimento a usuários e dependentes de drogas. É outra alteração incorporada a partir de sugestão enviada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

- Inserção de dois novos princípios e diretrizes para as atividades de prevenção, quais sejam a divulgação de informações sobre ações de prevenção e de atenção à saúde e a divulgação de iniciativas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ações e campanhas que visem a estimular o diálogo e a inserção social de pessoas que fazem uso problemático de drogas.

- Acréscimo de novos princípios e diretrizes a serem observados...

Sr. Presidente, está difícil!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Mais uma vez, gostaria de pedir o entendimento das senhoras e dos senhores. Façam silêncio, para que o Senador Humberto Costa possa continuar proferindo o seu relatório.

Por favor, silêncio!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Acréscimo de novos princípios e diretrizes a serem observados nas atividades de atenção à saúde e de reinserção social dos usuários e dependentes, tais como promoção de condições indispensáveis à garantia da atenção integral e acesso igualitário aos serviços e ações de saúde; coordenação de políticas em atenção à criança, ao adolescente e ao jovem para a redução de danos sociais e à saúde relacionados ao uso indevido de drogas; e a compatibilidade entre os programas que visam à abstinência com os programas de tratamento que visam à autonomia do indivíduo, com redução de danos sociais e à saúde. Também sugestões do ex-Presidente Fernando Henrique.

- Deslocamento topográfico do atual art. 24 da Lei nº 11.343, de 2006, para que passe a viger como art. 22-C, a fim de manter o assunto de que ele trata (incentivos a programas de reinserção no mercado de trabalho) no capítulo próprio do tema, evitando que, com as alterações que serão introduzidas na lei, o assunto reste inserido no capítulo do plano individual de atendimento, que é instrumento da atenção à saúde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No que se refere à atenção à saúde, a inclusão da atenção psicossocial, ao lado do tratamento ambulatorial, como forma prioritária de tratamento dos dependentes de drogas; supressão da referência a usuários, quando o sistema de atenção à saúde deve estar focado nos dependentes; e especificação de que os protocolos técnicos usados para orientar tais serviços sejam baseados nas melhores evidências científicas disponíveis.

- No tema da internação involuntária de dependentes de drogas, a previsão de que ela será interrompida, quando houver solicitação escrita da família e não houver risco imediato à vida da pessoa internada ou de terceiros, avaliado pelo médico responsável; e poderá ser interrompida pelo médico responsável mediante requerimento de servidor público da área de saúde ou da assistência social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Especificação de um rol de direitos fundamentais relacionados à atenção à saúde dos dependentes de drogas, como o de ter acesso a tratamentos consentâneos com suas necessidades; receber informações de equipe multiprofissional de saúde sobre os tratamentos disponíveis; não ser internado contra a sua vontade, salvo nas hipóteses previstas em lei; ter acesso a um médico para esclarecer a necessidade de hospitalização involuntária; receber atenção psicossocial; ser tratado em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis; e ter garantia de sigilo nas informações prestadas.

– Reorganização dos dispositivos referentes às comunidades terapêuticas acolhedoras, consolidando-os no art. 26-A, com nova redação que traz a definição dessas entidades para o capítulo próprio, separa os incisos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que elencam características dessas entidades daqueles que criam obrigações, e acrescenta novas obrigações, como: informar à família e órgãos públicos, inclusive o Conselho Tutelar, sobre os acolhimentos realizados, assim como os desligamentos, desistências e evasões; permitir a comunicação com familiares; respeitar a integridade física e psíquica e os direitos à privacidade, à liberdade de crença, à alimentação; prover alojamentos adequados; e observar as normas de segurança sanitária. Buscou-se, também, eliminar ambiguidades que poderiam surgir na caracterização das comunidades terapêuticas acolhedoras, de modo a deixar claro que elas não se caracterizam como unidades de saúde. Para isso, o substitutivo especifica que os projetos terapêuticos oferecidos têm como principal instrumento a convivência entre os pares, esclarece que as entidades de acolhimento deverão se articular com o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para garantir a integralidade da atenção à saúde e preparar o processo de reinserção social da pessoa acolhida e, por fim, assegura-lhes prioridade na utilização da rede de atendimento do SUS, conforme o fluxo organizativo e institucional estabelecido pelo SUS.

A redação do dispositivo foi construída pelo Relator, no âmbito da CCJ, em diálogo e acordo com representantes da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas e da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas.

- No que se refere aos aspectos processuais penais do projeto, a revogação do art. 59 da Lei nº 11.343, de 2006, busca atualizá-lo à legislação processual em vigor, que, desde a entrada em vigor da Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008, não mais exige a primariedade ou os bons antecedentes como condição para que o condenado possa apelar em liberdade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Essa modificação veio da necessidade de ajustar a lei processual penal ao direito fundamental previsto no art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5º, inciso LVII, da CF, que dispõe que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (princípio da presunção de inocência).

- Entre os aspectos penais do projeto, o dispositivo que visa tornar mais objetiva a diferenciação entre o usuário e o traficante de drogas, a fim de reduzir o grande número de usuários que acabam processados e presos como traficantes. A proposta segue o exemplo de inúmeros países, que baseiam sua legislação na fixação de quantidades determinadas para diferenciar usuários de traficantes e, em alguns casos, pequenos de médios e grandes traficantes. Não se trata de descriminalizar o porte de drogas, que continuará tipificado como infração penal. Trata-se de estabelecer uma presunção, sujeita a prova em contrário, de que a pessoa flagrada com uma pequena quantidade é usuária e não traficante. Isso não impede que o portador seja enquadrado como traficante, se comprovadas circunstâncias que autorizem a imputação. O dispositivo considera pequena quantidade o correspondente a cinco dias de consumo pessoal, sendo que a quantidade de referência deverá ser estabelecida por órgão técnico do Poder Público. Além da modificação proposta pelo substitutivo da CCJ, entendemos que é possível avançar na diferenciação entre usuário e traficante. Nossa ideia é que se mantenha o critério da "presunção de usuário", com base na quantidade de droga apreendida, sendo que essa presunção somente poderia ser superada quando, não ultrapassada a quantidade correspondente a cinco dias de consumo pessoal, houver flagrante de venda de droga ou exposição à venda ou o agente for flagrado trazendo droga para o interior de estabelecimentos prisionais. Nesses casos, aplicar-se-ia o disposto no §2º do art. 28 da Lei nº 11.343, de 2006 (Lei de Drogas), na forma do substitutivo, ou seja, o juiz, atendendo à natureza e à quantidade da substância apreendida, à conduta do agente, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, poderia determinar se a droga destinava-se ao consumo pessoal ou à difusão ilícita. Fora dessas situações, a presunção assumiria caráter absoluto. Ainda no que se refere ao usuário de drogas, especificamente às situações de uso compartilhado, entendemos que a Lei de Drogas apresenta uma incoerência que deve ser corrigida. O art. 33, §3º, que trata do assunto, dispõe que aquele que "oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem" será punido com pena de seis meses a um ano de detenção, além de pagamento de multa. Como se observa, o referido tipo penal é direcionado a consumidores de droga, mas, em vez de prever penas semelhantes àquelas dispostas no art. 28 da Lei de Drogas, comina pena privativa de liberdade! Assim, por uma questão de coerência e razoabilidade, propomos que essa conduta passe a ser equiparada à de mero usuário de drogas.

- A inclusão do Capítulo IV no Título III da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, buscou... Eu pediria que pelo menos as pessoas falassem mais baixo; não é possível, assessores e Senadores, todo mundo falando alto; eu não consigo me ouvir aqui. Inclusive no Judiciário, para conseguir importar medicamentos à base de canabidiol (CBD) para o tratamento de doenças graves... Ainda que atualmente a Anvisa esteja disciplinando a matéria, inclusive no que se refere ao plantio para fins medicinais, o dispositivo inserido eleva a questão para o âmbito da lei e abre caminho para que esse processo tenha maior segurança jurídica. O uso da maconha para fins medicinais remonta à antiguidade, mas as pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganharam novo impulso a partir da década de 60, quando as estruturas químicas dos componentes farmacologicamente ativos da droga foram identificadas. De fato, a identificação do assim denominado sistema canabinoide deu apoio à ideia de ser suscetível de manipulação farmacológica, assim como outros sistemas endógenos. Isso levou à descoberta de moléculas canabinoides com utilidade terapêutica. Desde então, a importância medicinal da maconha tem sido reiteradamente demonstrada. Trabalhos recentes, por exemplo, confirmaram sua eficácia no tratamento da dor neuropática. Estudos com o dronabinol – versão sintética do tetraidrocanabinol, o principal componente psicoativo da maconha – também demonstraram efeito positivo no controle da caquexia associada à aids e ao câncer. Além disso, o medicamento se mostrou mais eficaz que os fármacos habitualmente utilizados no tratamento das náuseas e dos vômitos secundários à quimioterapia em pacientes oncológicos, recebendo o aval do Food and Drug Administration (FDA) norte-americano.

Em função de sua baixa toxicidade, o CDB – que não é considerado uma substância psicoativa – tem sido extensamente estudado em ensaios clínicos, especialmente nas doenças que afetam o sistema nervoso central. As suas propriedades anti-inflamatórias e neuroprotetoras fizeram com que fosse indicado para o tratamento da doença de Huntington, da doença de Parkinson e do dano cerebral isquêmico do recém-nascido. O uso dos canabinoides no manejo da fibromialgia também demonstrou redução da dor e melhora da qualidade de vida e do sono. Outrossim, há inúmeros relatos de que a maconha e seus derivados têm efeitos benéficos em diversos sintomas da esclerose múltipla: dor, distúrbios urinários, tremores e espasticidade. Por essas razões, a lista de países que permitem o uso medicinal da maconha e seus derivados é extensa, composta majoritariamente por países europeus e do continente americano. No Brasil, contudo, a despeito da autorização expressa que consta do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.343, de 2006, o acesso dos pacientes à maconha medicinal ainda é muito difícil.

- Entre as modificações promovidas pelo substitutivo da CCJ, relativas às questões processuais penais, há dois aspectos de relevo: i) a adequação à Lei nº 12.961, de 2014, que disciplinou novo procedimento de destruição das drogas apreendidas pela polícia; ii) a adequação ao Código de Processo Penal da ordem dos atos praticados durante a audiência de instrução e julgamento, para que o interrogatório do acusado seja realizado após a inquirição das testemunhas. É uma simples inversão da ordem dos atos da audiência, mas que possui relevância para a acusação e o juiz, na obtenção de um quadro narrativo mais completo para o interrogatório e mesmo para o réu, que poderá avaliar de modo mais adequado suas teses defensivas e a eventual utilização do seu direito de não se autoincriminar. Enfim, entendemos que devem ser mantidas as referidas alterações, com pequenos ajustes, haja vista que atendem aos interesses de todos os envolvidos no processo.

- No tema do financiamento das políticas sobre drogas, alterações substanciais que foram feitas para atender a sugestões do Governo Federal, a fim de tornar mais simples, do ponto de vista burocrático

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e operacional, os incentivos fiscais previstos para fomentar doações a instituições que atuam na recuperação de usuários ou dependentes de drogas (dedução no imposto de renda).

- A supressão de dispositivos existentes no projeto original, que: (i) criam novas condições para os Estados e Municípios recebam recursos do Fundo Nacional Antidrogas, como a criação de conselhos e integração ao sistema de informações; (ii) regulam em detalhes do funcionamento dos órgãos gestores dos fundos de políticas sobre drogas, incluindo regras sobre a forma de emitir recibos, de administrar as contas e de realizar suas reuniões; (iii) limitam a atuação do Ministério Público na fiscalização da forma como os recursos são aplicados pelas instituições beneficiárias de incentivos fiscais.

Apesar das importantes inovações de mérito agregadas à proposição perante a CCJ, há duas inovações propostas pelo respectivo substitutivo, que não se mostraram adequadas.

O substitutivo alterou o art. 44 da Lei nº 11.343, de 2006, a fim de atualizá-la à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que vem afastando, seguidamente, por inconstitucionalidade, as proibições legais que conferem ao tráfico de drogas um tratamento mais severo que o dos crimes hediondos e as vedações que ferem o princípio da individualização da pena (vedações à liberdade provisória e à conversão da pena em restritivas de direitos). Conquanto a proposta iguale o tratamento legal do tráfico de drogas com o dos crimes hediondos, também equipara a estes os crimes previstos nos arts. 34 a 37 da Lei de Drogas. Essa última alteração, contudo, deve ser evitada, haja vista que a equiparação do tráfico de drogas aos crimes hediondos, prevista pela Lei nº 8.072, de 1990, sempre foi feita de modo restritivo, sem abarcar outros crimes da Lei de Drogas, como por exemplo, a associação para o tráfico (art. 34). Nesse sentido, inclusive, já se manifestou o Supremo Tribunal Federal:

> Ementa: Habeas Corpus. Associação para o Tráfico de Entorpecentes. Progressão do Regime Prisional. Não Equiparação a Crime Hediondo. O art. 2º, § 1º, da Lei 8.072/90 é explícito ao fixar que somente o tráfico de entorpecentes (art. 12 da Lei 6.368/76) se assemelha aos crimes hediondos para o fim de vetar a possibilidade de progressão do regime prisional. O crime de associação para o tráfico não está previsto na lista do art. 2º da Lei 8.072/90 e, portanto, a esse tipo não se aplica a proibição do § 1º do artigo. *Habeas corpus* deferido em parte. (HC 83656, Relator(a): Min. Nelson Jobim [...], 2004 [...].

Também somos parcialmente contrários à modificação da redação do *caput* do art. 60 da Lei 11.343, de 2006, uma vez que se retira a possibilidade de o juiz, de ofício, decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias nos casos em que haja suspeita de que os bens móveis e imóveis, direitos ou valores sejam produto do crime ou constituam proveito dos crimes previstos na Lei de Drogas. A situação tratada no *caput* do art. 60 é de medida acautelatória, que pode ser deflagrada pelo juiz, de ofício, conforme previsto no art. 127 do Código de Processo Penal (CPP). Demais disso, a alteração suprime a necessidade de oitiva do Ministério Público, quando esse órgão não for a autoridade que requerer a apreensão ou as medidas acautelatórias. Sendo o *Parquet* o titular da ação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penal, deve ser ouvido e ter ciência sobre referidas providências, até porque, em caso de condenação, deve fiscalizar o perdimento de tais bens.

Assim, melhor restringir a modificação em análise ao seu propósito inicial, qual seja alterar a expressão "autoridade de polícia judiciária" por "delegado de polícia".

Outro ponto que merece destaque: a distinção entre usuários, pequenos e grandes traficantes é importante do ponto de vista econômico. De acordo com os dados mais recentes do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), havia, em 2014, cerca de 622 mil detentos no País, dos quais aproximadamente 170 mil (28% do total) detidos por crimes associados a drogas. Desse total, a imensa maioria é formada por usuários e, principalmente, pequenos traficantes. De acordo com a pesquisa do Instituto Sou da Paz, feita na cidade de São Paulo, dos presos em flagrante por porte de maconha, 14% portavam até 10g, volume perfeitamente compatível com usuários. Outros 75% portavam entre 10g e 1kg, quantidade associada a pequenos e médios traficantes. Com cocaína, foram 25% pegos com até 10g e 67% de 10,1g a 100g. Com *crack*, 15% estavam com até 10 pedras; e 66% de 11 a 100 pedras. Entre os traficantes presos, 93,5% não portavam arma e 54,2% não possuíam antecedentes criminais.

Cabe questionar a eficácia de se deter tantos traficantes de pequeno porte que, claramente, oferecem baixo potencial lesivo à sociedade. Qualquer política pública envolve custos, de forma que, para implementá-las, devemos sempre avaliar se a relação custo e benefício é adequada ou não. Do contrário, é melhor aplicar os escassos recursos públicos em outras atividades. O aprisionamento de pequenos traficantes não tem contribuído para reduzir o consumo de drogas no País. Com efeito, entre 2007 e 2014 (dados mais recentes), o número de detentos por crime de drogas passou de cerca de 65 para 170 mil – um aumento da ordem de 160% – sem que houvesse qualquer redução no consumo de drogas. A principal consequência no aumento no número de presos foi a superlotação dos presídios.

Ainda de acordo com o Infopen, em 2014 havia 622 mil presos para um total de 371 mil vagas, um déficit de 250 mil vagas. Se leis mais adequadas permitissem desencarcerar 70% dos 170 mil detidos por crimes ligados a drogas, a população carcerária poderia ser diminuída em cerca de 120 mil indivíduos, reduzindo pela metade o déficit atual. Além de reduzir o déficit de vagas no sistema prisional – com prováveis reflexos positivos na recuperação e ressocialização dos detentos – não se pode menosprezar a economia significativa que tal medida acarretaria. Afinal, o custo médio anual de manter alguém na cadeia é de quase R$29 mil reais. Se a população carcerária se reduzisse em 120 mil indivíduos – obviamente, sem comprometer a segurança pública –, a economia anual seria da ordem de R$3,5 bilhões, valor suficiente para custear...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senador Humberto, R$29 mil por ano?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – R$29 mil por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – É muito mais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Este aqui é o dado...

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Tenha certeza de que hoje está em torno de R$4 mil ou R$5 mil para você manter um preso numa penitenciária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, aqui está falando R$29 mil.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Por mês. Hoje, um estudante custa em torno de R$2 mil a R$3 mil/ano e uma pessoa presa... Por isso a questão da prevenção ser importante. Essa é a questão que eu acho que nós temos que tratar. Ontem, havia psiquiatras aqui querendo discutir esse assunto. Quanto menos jovens você deixar irem para a cadeia, menos o Estado gasta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro, perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – ... porque é um gasto inútil. Você paga R$4 mil a R$5 mil/mês para manter o cara preso e o trabalhador não consegue ter isso. Essa é a discussão maior que nós temos que ter aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se a população carcerária se reduzisse em 120 mil indivíduos – obviamente, sem comprometer a segurança pública –, a economia anual seria da ordem de R$3,5 bilhões, valor suficiente para custear 1,2 milhão de alunos, tendo em vista o piso anual por aluno de R$2.875 para o Fundeb, em 2017.

Mais um ponto relevante refere-se aos incentivos fiscais previstos nos arts. 6º a 10 do PLC. Estou concluindo. Atualmente, a Lei nº 7.560, de 1986, autoriza a dedução da base de cálculo do imposto de renda das doações direcionadas ao Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso. O PLC amplia as possibilidades de doação aos fundos de políticas sobre drogas nacional, estaduais, distrital e municipais, bem como para construção e manutenção de instituições de atenção a usuários de drogas. Em segundo lugar, os incentivos passam a ser aplicados sobre o imposto de renda devido, e não mais sobre a base de cálculo.

O substitutivo aprovado pela CCJ alterou o escopo dos incentivos fiscais, em atendimento a sugestões do Governo Federal, a fim de torná-los mais simples, do ponto de vista operacional e burocrático. Com a redação proposta, as pessoas físicas poderão deduzir, do imposto de renda devido, até 30% do valor das doações efetuadas a projetos de construção e manutenção de instituições de recuperação de usuário ou dependente de drogas. Faremos, entretanto, três alterações em relação ao texto do substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A primeira é referente ao período em que irá vigorar o incentivo fiscal. No substitutivo aprovado na CCJ, o incentivo poderia ser utilizado entre 2014 e 2018. Como estamos em 2019, decorre-se da aprovação daquela proposição seria acolhido dentro das regras... Espere aí, estou... Desculpem! Como estamos em 2019, atualizaremos o período para até 2024, sem especificar o início da vigência do benefício.

- A segunda modificação é acrescentar que a instituição beneficiada deve ser vinculada ao SUAS ou ao SUS. Pretende-se, com isso, dar maior segurança de que os recursos irão para instituições que atendem a um padrão mínimo de qualidade e estejam mais compatíveis com as políticas públicas.

A terceira alteração tem por objetivo aprimorar a técnica legislativa, inserindo diretamente no art. 12 da Lei nº 9.250 as doações para instituições de recuperação de usuários ou dependentes de drogas entre aquelas abrangidas pelo incentivo fiscal. Também alteramos o art. 22 da Lei 9.532, de 1997, para ficar compatível com o incentivo proposto.

Da mesma forma, é importante destacar que, com a promulgação da Emenda Constitucional 95, de 2016, tornou-se obrigatória a estimativa do impacto orçamentário e financeiro das proposições legislativas que criem renúncia de receita, nos termos do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No nosso caso, contudo, não há ampliação dos incentivos fiscais. O PLS, na forma do substitutivo que apresentamos, mantém para pessoas físicas o limite de 6% do valor do imposto de renda devido. Ou seja, a matéria apenas aumenta o rol das doações passíveis de serem dedutíveis do imposto de renda, sem alterar a renúncia fiscal da União.

Para ratificar essa interpretação, podemos mencionar a Nota Técnica nº 14, de 2017, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf), que realizou estudo do impacto orçamentário e financeiro do PLS nº 16, de 2015. Esse projeto também amplia o rol de doações passíveis de serem dedutíveis do imposto de renda, no caso, para fundos patrimoniais vinculados a instituições de ensino superior ou ligadas à cultura.

Assim como no PLC sob análise, o PLS nº 16, de 2015, permite a dedução dos valores doados do imposto de renda devido, mantendo o limite de 6%. A referida nota concluiu que o PLS nº 16, de 2015, não amplia o limite de renúncia de receita autorizado pelas leis em vigor. Assim, um possível aumento de doações que decorresse da aprovação daquela proposição seria acolhido dentro das regras vigentes.

Por essas razões, optamos por oferecer um substitutivo, que tem como base a Emenda nº 1, da CCJ, com os aprimoramentos já discutidos.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2013, na forma do seguinte substitutivo, que segue então.

É isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Humberto Costa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – Eu queria, em nome da importância desse projeto, que vai beneficiar milhões de pessoas que sofrem com o vício, com a degradação, por causa das drogas... É uma lei que vai acolher, é uma questão humanitária o que a gente está vendo aqui. Essa é a essência desse projeto, que passou praticamente por unanimidade na Câmara dos Deputados e está aqui no Senado, houve audiência pública lá e cá, mais de 20... Então, está parado esse projeto aí há quase dez anos, e eu acredito que nós temos quórum, já, para votar. Eu queria fazer um pedido – já foi lido o relatório – para que a gente possa fazer essa votação desse projeto tão importante para a sociedade.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu havia pedido a palavra, em concordância, em consonância ao que foi dito pelo colega Eduardo Girão. Eu retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

O Senador Styvenson Valentim fará algumas considerações?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Prefiro colocar em votação também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Primeiro que aqui nós não vimos uma posição do voto em separado contrária ao projeto em discussão. O que nós vimos foi uma posição que aperfeiçoa o projeto e que não criminaliza o usuário de drogas. O que está em discussão é que nós estamos... E esse projeto vai transformar qualquer pessoa que já tem o dissabor de estar viciado numa determinada substância química, que está submetida ao domínio e ao envolvimento com perda das suas relações familiares, sociais... Além disso, essa pessoa, agora – por esse projeto, e não o substitutivo –, passa a ser considerada criminosa e traficante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quanto ao argumento do meu querido colega, Senador Eduardo Girão, de que faz muito tempo que esse projeto está em debate, ele está em debate porque não há, da parte de quem propôs, a abertura para construir o diálogo e o entendimento que representem as diversas formas de pensar da sociedade, que não consegue compreender que não é escondendo, não é achando que não vai existir usuário de drogas que nós vamos resolver o problema do acolhimento do usuário de drogas.

Então, o que nós estamos aqui, com o voto em separado, buscando é o entendimento, o entendimento para não tornar custosas para o País a criminalização e a transformação de qualquer usuário em usuário de drogas; o que nós estamos aqui buscando é... Porque há um outro argumento que circula, que diz o seguinte: que, se esta Comissão, se o Senado não definir, quem definirá é o Supremo Tribunal Federal, legislando em detrimento das Casas Legislativas.

Mas o que está sendo dito aqui – não no projeto que foi defendido no voto em separado –, o que está sendo proposto aqui é que a definição do que é usuário, do que é traficante, fica na discricionariedade de pessoas talvez menos ciosas e preparadas do que o STF, porque veja: nós poderíamos aqui dizer, legislar, tratar da questão central, o que é usuário e o que é traficante, e nós estamos aqui nos negando e deixando para que, na ponta, o policial, o juiz de primeira instância, o promotor ou qualquer um que esteja como autoridade constituída, como autoridade policial, defina, diante das circunstâncias, se é ou não é traficante.

E nós temos o exemplo do caso daquele que foi preso com 10kg de cocaína e que não foi caracterizado como tráfico e daquele que é pego com 10g, 15g de maconha e é trancafiado por cinco ou até 15 anos, porque é considerado traficante.

Então, a sensibilidade que a gente precisa ter...

Então, Senador Eduardo Girão, eu estou citando o senhor porque eu sei do seu empenho e eu sei do empenho de todos, e aqui ninguém é contra regulamentar; aqui ninguém é contra acolher, tratar, até porque tanto o Senador Humberto Costa, que é psiquiatra, como eu, que sou médico, que comecei a minha vida no Serviço de Saúde mental Dr. Cândido Ferreira, em Campinas, que fiz desmanicomialização na minha cidade de Aracaju, que montei uma das maiores redes de saúde mental do País, que ganhei todos os prêmios nessa área, na ocasião, como secretário; que conheci o sistema canadense, o sistema espanhol, o sistema português de redução de dano e para cuidar de pessoas usuárias e portadoras... E, diante dessa situação, o que eu peço é a sensibilidade de todos.

Nós não podemos deixar em aberto o que é tráfico e o que é usuário de drogas, porque, dos 63% de mulheres que estão presas por tráfico de drogas – porque a maioria é por tráfico de drogas –, geralmente – ou, pelo menos, mais da metade – não estariam presas, se essa definição o Congresso tivesse assumido para si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se há uma responsabilidade que este Congresso precisa assumir, é definir claramente – como a Alemanha já definiu, como a Holanda já definiu, como Portugal já definiu, como a Espanha já definiu, como vários países... Como os Estados Unidos já definiram – o que é porte para consumo e o que é tráfico de drogas. Essa é a responsabilidade, para além daquilo que está dito no conjunto da política, em que há muito mais consenso do que dissensos.

A questão central que a gente traz para sensibilizar esta Casa, esta Comissão, é que, se a gente quer, de fato – de fato –, definir e legislar, a gente tem que ter a coragem de dizer: não! Ou a gente diz aqui em público, em alto e bom tom, que todos que usam drogas são criminosos e que merecem ir para a cadeia e ficar presos, ou há uma distinção entre usuário e traficante.

É essa a decisão que esta Comissão tomará no dia de hoje.

Se não for o voto em separado, o outro voto diz: "Todos que usam drogas são traficantes". E serão tratados como traficantes e ficarão à mercê da discricionariedade do agente ou da autoridade policial que assumir o caso.

E aqui o Congresso abrirá mão de definir quem é e quem não é e abrirá mão de fazer uma grande economia e de olhar e de cuidar, de fato, daqueles que já são miseráveis, porque quem entra na droga já está vivendo parte do sofrimento da miséria humana, alguém que a gente precisava acolher, e não trancafiar e transformar, sim, em verdadeiro bandido e futuros traficante de grande periculosidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Humberto, cinco minutos com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, bem rápido...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu queria só entender, do discurso do Senador Rogério, para ficar claro, se ele é contra, então, a atuação da Polícia Militar, da Polícia Judiciária, da Polícia Civil, do Judiciário, já que cabe a eles, dentro das circunstâncias, avaliar os critérios de quem é traficante, de quem é usuário... Só para ficar claro, porque eu acho que entendi errado, então.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu sou a favor de que esta Casa defina o que é porte que caracteriza o usuário e o porte de drogas que caracteriza tráfico. O que eu sou a favor é de não deixar em aberto a questão central, porque depois a gente reclama que o STF vai legislar; depois a gente reclama, e nós estamos legislando sim, definindo que tudo passará a ser tráfico ou tudo poderá ser tráfico, como é hoje, da forma em que está. Por isso que o STF está buscando uma solução e vai buscar essa solução. Então, não tem nada a ver com o papel que desenvolve as corporações; tem a ver com a nossa responsabilidade de dizer o que é e o que não é tráfico, quando se trata de porte de drogas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas ainda... Se me permitir, Senador Romário, Sr. Presidente, eu ainda estou com a dúvida. Então, quantificar, colocar essa quantidade dentro da lei por aqui feita... Então, separaria quem é o traficante, quem é o usuário, como o senhor mesmo está dizendo... Então, qual seria o papel mesmo do juiz, Ministério Público, Defensoria, ou até mesmo do delegado, da Polícia Militar... Como é que seria feito esse papel, se a gente aqui legislar quantificando? Porque o juiz tem a sua importância, o delegado tem a sua importância; a circunstância tem que ser avaliada em cada momento, em cada situação.

Eu falo isso, Senador Rogério, com o maior respeito ao senhor, claro, porque aqui temos juízes que são Senadores agora, temos delegados, temos capitães de polícia, temos várias pessoas... Temos médicos, como o senhor mesmo disse, psiquiatras... Então, essa discussão, como o senhor está levando aqui, a gente tem que realmente aprofundar, mas não nesse quesito do PLC 37, que não trata desse quantitativo. Trata, como o senhor mesmo falou, do acolhimento; trata do cuidado; trata de onde eles vão ser cuidados e de que forma; como vão ser reinseridos... Então, trazer aqui, nesta ocasião, essa quantidade específica por lei, como o senhor citou, como o Canadá... Se eu não me engano até a Suécia, que retirou a quantidade, se eu não me engano. Voltou a... O Uruguai também, que mudou esse conceito e está tendo problemas lá...

Então, trazer para cá, Senador Rogério, essa discussão, nesta ocasião, na ocasião em que estamos avaliando... Da forma que eu fiz o relatório, todos receberam o texto de esclarecimento do PLC 37, de 2013, todos estão podendo ler, neste minuto, todos os Senadores aqui presentes. É um texto rápido. Nas últimas páginas, nas quatro últimas páginas, vem dizendo cada argumentação para retirada das emendas apresentadas...

Então, eu entendo que – e, aí, eu peço que quem tem mais essa propriedade se manifeste –, se colocar um quantitativo, se não seria essa permissão, hoje, para o uso da droga no nosso País.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só responder ao Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, rapidamente: já que eu fui citado pelo Senador Rogério, e eu respeito muito o Senador Rogério, mas, nesse ponto, a gente diverge frontalmente. Frontalmente.

Alguns países que ele citou aí, a maioria... Por exemplo: a maconha é liberada. A maconha é liberada. E o estrago social foi terrível! (*Palmas.*)

Tanto, que a Suécia já voltou atrás.

Os índices de violência explodiram em Portugal, a criminalidade... E, no Uruguai, recentemente liberado, há cerca de 3,5 anos. Então...

No Colorado, os acidentes de trânsito triplicaram. No Colorado. Há até crianças – porque é uma indústria que está por trás –, lá no Colorado, nos Estados Unidos, intoxicadas com chocolate de maconha, porque isso é vendido. Se o comércio é liberado, podem ser vendidos outros produtos.

A Holanda virou um narcoestado, e está trabalhando, já, para voltar atrás.

Mas eu só queria dar um exemplo, aqui, para encerrar a minha fala.

Eu trouxe aqui... O Senador Amin vai me... (*Risos.*)

Eu trouxe aqui algo, só para demonstrar um pouco dessa questão da quantidade. Só para a gente ter uma semântica de projetos que tramitaram aqui na Casa com esse discurso, exatamente com esse discurso, em que o objetivo é definir quem é traficante e quem é usuário. Então, essa quantidade que está na minha mão aqui, ó... São 250 – nós pegamos giz, para traduzir o *crack*, pedra de *crack*... Então, aqui você tem, ó... Você tem aqui 250 pedras, que era projeto aqui, que tramitava, para mostrar que era usuário, que poderia usar pela semana, por uma semana toda. Então, 250 pedras... É isso aqui. E isso aqui destrói vida.

O consumo vai aumentar ou vai diminuir quando você definir isso?

Eu acho que está se colocando em xeque aqui – e eu acho um absurdo isso – o Judiciário. Está se colocando em xeque o Judiciário. (*Palmas.*)

Está se colocando em xeque aqui os policiais, que fazem o trabalho, e eles têm como saber... A Senadora Juíza Selma conhece bem esse assunto, porque trabalhou a vida inteira nessa linha, e seria importante o Senador Contarato também – Fabiano –, para que a gente pudesse ter uma noção do peso do que nós estamos decidindo aqui.

Então, Senador Romário, eu acredito que é de suma importância para a sociedade esse projeto, de suma importância. Está tramitando na Casa há muito tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente não legislar aqui, dia 5 de junho o Supremo Tribunal, mais uma vez, vai cuspir na nossa cara e vai fazer um trabalho que seria para a gente fazer e, dessa vez, como o Senador Amin está falando aqui, com razão – com razão, porque a gente está procrastinando, empurrando com a barriga a situação.

Então, eu espero que essa lei, que é extremamente humana, seja votada hoje, o mais rapidamente possível, aqui nesta Casa. Eu peço que se vote. O relatório já foi lido, o voto em separado do Senador Humberto Costa já foi lido. Vamos votar o voto em separado dele e vamos votar o relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes, eu queria a palavra para uma questão de ordem, para concluir a resposta ao Senador Styvenson.

Eu queria dizer ao Senador Styvenson que cabe à Justiça o cumprimento da lei, fazer com que seja cumprida. Quem estabelece o que é lei é o Congresso Nacional, e é isto que nós estamos definindo aqui: se nós vamos ter ou não uma regra objetiva para que a lei seja efetivamente cumprida.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria pedir que se distribuísse uma tabela que eu deixei aí, sobre a mesa, com os países que estabelecem quantidades consideradas para uso pessoal de maconha e cocaína, países que adotaram critério objetivo para definir o que é usuário e o que é traficante. E eu também queria que fizesse parte do processo uma nota pública sobre a tramitação do PLC 37, de 2013, pela retomada do diálogo democrático contra o retrocesso nas políticas de drogas, da Plataforma Brasileira de Política de Drogas, que é da juventude do Brasil. São mais de 70 entidades que subscrevem essa nota pública contrária ao PLC na sua forma original.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, agora eu passo a palavra ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Nós apresentamos duas emendas de redação, mas, após entendimento com o Ministro, nós vamos fazer a retirada das emendas para que elas sejam incluídas via MP. (*Palmas.*)

Eu faço questão de assinalar a necessidade de que a gente tenha, sim, a garantia da política de redução de danos como um caminho para chegar à abstinência e a necessidade de que as comunidades tenham uma estrutura mínima compatível com o atendimento aos seus clientes, seus usuários.

Então, com a garantia do Governo de atendimento a essas duas demandas, a gente faz a retirada das Emendas nº 10 e nº 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora à Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras presentes, apenas por ter sido aqui invocada a questão do papel do Judiciário nessa discussão, eu devo falar por experiência própria: não há como você engessar uma circunstância. Nós precisamos, quando vamos julgar cada caso, julgar caso a caso, exatamente nesse sentido da expressão.

Então, se um determinado elemento é pego com 5g de cocaína, indo e voltando durante uma noite e fornecendo dentro de um baile *funk*, ele é um usuário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Mas ele foi pego com 5g! Não é?

Então, é exatamente por isso, Sr. Senadores que discordam, com todo o respeito, que nunca, nunca vai funcionar, porque o traficante sempre vai dar um jeito de cada vez mais aliciar esses pequenos traficantes para poder satisfazer o seu comércio. O fato de os traficantes, a maioria deles, efetivamente não serem pessoas violentas, como foi citado aqui, é verdade, é real. Você vai em qualquer presídio e você percebe que os que trabalham, que têm permissão de trabalho, de varrer o corredor, de servir a comida para os outros, geralmente são os traficantes, porque eles, na verdade, não são criminosos violentos; eles são meros comerciais de um produto que é ilícito. O que eles fazem, Senador Kajuru, embora não sejam violentos, é causar violência, aumento da criminalidade, porque tudo isso acontece pelo uso e pelo tráfico de drogas.

Então, eu até gostaria, antes disso, de fazer aqui alguns elogios ao relatório do Senador Styvenson. Vou deixar para outro momento, se for o caso.

Eu apenas apelo aqui aos colegas para um dado que é muito importante – não sei se já foi dito aqui antes da minha chegada. É que esse projeto original é de 2010, é do hoje Ministro Osmar Terra. Nós estamos em 2019, são nove anos. Em nove anos, quantas famílias já não perderam os seus filhos? Quantas pessoas já não morreram por causa disso?

Então, coloquemos a mão na consciência. Se nós aprovarmos esse projeto da forma como está, esse relatório do Senador Styvenson, ele não volta à Câmara para nova revisão. Se nós ficarmos aqui, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais que sejam válidas algumas ideias que foram colocadas por colegas... Eu ouvi atentamente, na medida em que a bagunça deixou, Senador, a sua posição – balbúrdia, baderna!

Na medida em que isso foi possível, eu ouvi o seu relatório e concordo com vários pontos. Só que eu penso que, neste momento, nós devemos aprovar da forma como está e, depois, aquele Senador que tiver posicionamentos a acrescentar ou a suprimir faça projetos separados. O que nós não podemos mais é sentar em cima de um assunto tão importante, algo para o qual a sociedade que nos elegeu espera uma resposta. Eu fui eleita no meu Estado falando que sou contra as drogas e, assim, eu pretendo...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... render fidelidade aos meus eleitores.

Muito obrigada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, eu estou inscrito. Queria saber a posição aí na lista por gentileza.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, se for pela ordem de inscrição, o Senador Jorge Kajuru seria o primeiro, porque ele está aqui desde 9h30min. Então, Senador Jorge Kajuru com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, vamos votar! Abra a votação, Presidente!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jorge Kajuru com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigada, Presidente Romário.

Eu gostaria apenas de confirmar com o Presidente Omar: V. Sa. conseguiu falar com o Presidente do Senado? Haverá votação hoje no Plenário para esse assunto ser encerrado?

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Se for terminativo aqui e pedirem urgência, vai para Plenário ainda hoje.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ainda hoje?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos votar, Presidente! Vamos votar!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há a previsão de tramitar na CDH.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou aqui para requerer. Vamos votar! Se não votarmos, não adianta pedir urgência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.

Então, eu vou apenas aqui, respeitosamente, dar uma satisfação aos colegas e ao Brasil, porque este assunto envolve acirrados debates na comunidade acadêmica, na área da saúde, da segurança, da assistência social. O debate é profundo, é polêmico, e os senhores e as senhoras se lembram que, na última reunião aqui, a minha proposta foi para que houvesse pelo menos uma audiência pública...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... que fosse feita na segunda-feira, ou seja, anteontem, e que hoje, aqui, em definitivo votássemos.

Eu, inclusive, citei nomes de pessoas que seria importante ouvir. O Senador Girão, a Senadora Selma e o Senador Styvenson sabem que os seus argumentos apresentados a mim foram convincentes. E eu mesmo formei a minha audiência pública, ou seja, eu mesmo formei o meu conselho, porque eu registrei em cartório que assuntos polêmicos eu votaria de acordo com a sociedade brasileira, em enquete, com aplicativo seguro, que impede robôs e tudo mais, e com conselheiros importantes do tema. Eu escolhi o ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso; o General do Exército Alberto Mendes Cardoso; o Jornalista José Luiz Datena; o eterno Senador desta Casa Pedro Simon; e a eterna Senadora desta Casa Heloísa Helena.

Eu já ouvi de tudo, eles estão discutindo neste momento e pediram a mim: "Kajuru, deixe o seu voto para o Plenário, porque a gente está terminando a discussão aqui, porque há opinião aqui, Kajuru, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo jeito." E eu concluo. Por exemplo, um deles disse a mim: "Kajuru, se vocês votarem esse projeto hoje, será um crime." Outros acham que não: "Tem que ser votado hoje, imediatamente, Kajuru!"

Então, eu vou deixar para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – V. Exa. quer colocar extrapauta o requerimento para colocar em votação? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, eu quero dizer que eu vou votar no Plenário hoje.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Fará em Plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que esse assunto é de uma gravidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato. Por favor, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aqui eu quero deixar claro que a minha fala é também como Delegado de Polícia, por 27 anos, no Estado do Espírito Santo. Passou da hora de o Senado dar uma resposta efetiva. Nós temos que votar esse projeto com ou sem...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E nós não podemos objetivar um comportamento subjetivo, como alguns Senadores pretendem. Eu mesmo, por diversas vezes, já autuei em flagrante traficante com três papelotes de cocaína, mas que eu provei, com a quantidade de cédulas com que estava, que o Estado tinha sido ineficiente na sua função de flagrá-lo quando estavam com 60, 70, 80, 100 papelotes de cocaína. Então, você não pode objetivar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento subjetivo. É como se você fosse querer objetivar o que vem a ser, por exemplo, violenta emoção, desenvolvimento mental incompleto ou retardado. Essa é a razão.

Muito se critica o Supremo por estar invadindo o espaço do Congresso, mas eu culpo... Nós temos que fazer um mea-culpa porque nós somos responsáveis, porque passou da hora de o Senado Federal dar uma resposta e legislar. O que não pode é nós nos acovardamos e deixarmos escondido ou nos furtarmos de enfrentar o problema.

Então, o momento de decidir, minha gente, é agora. E a aprovação desse projeto é urgente, porque as famílias estão morrendo, os jovens estão sofrendo, e nós temos que resgatá-los, razão pela qual eu voto, na íntegra e com louvor, com o Relator.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Humberto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Por favor, Senador Romário, vamos colocar em votação. Todo mundo aqui já está preparado para votar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu queria que fosse respeitado o meu direito de Senador, porque, inclusive, apresentei um voto em separado, de me manifestar e falar da minha posição. Eu queria que V. Exa. me garantisse a palavra, eu pedi várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A palavra está com V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço a V. Exa.

Eu quero começar dizendo que, para mim, essa discussão tem que ser feita. Eu sou médico, sou psiquiatra, trabalhei com droga-dependência e alcoolismo durante muito tempo, no período em que fui médico do Governo do Estado e da Prefeitura de Olinda. Portanto, eu não emito aqui uma opinião que não seja a minha preocupação com a questão da saúde. O problema da droga e da dependência de droga tem que ser visto sob estes dois aspectos: o problema da saúde e o problema da violência.

Não estamos discutindo aqui liberar consumo de droga, não; não estamos discutindo isso. Ninguém aqui apresentou qualquer proposta para liberar consumo de droga ou até mesmo descriminalizar. Quem leu ou quem ouviu o meu voto em separado sabe que, em nenhum momento, há referência é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: o que é a dependência de droga? Cada um de nós, Sr. Presidente, tem determinadas predisposições de ordem genética, predisposições que, na interação com o meio ambiente, poderão se transformar em doenças, em dependências. Aliás, aí existe até uma repetição, porque uma dependência é uma doença.

Eu, inclusive, tenho muita fé, acredito que, em pouco tempo, com o desenvolvimento de estudos da ciência, esse problema da dependência de álcool e de droga vai estar superado, vai haver remédio para isso. Muita gente, inclusive, que cultiva isso para poder...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço respeito!

Muita gente que cultiva esse moinho de vento vai ter que encontrar outra coisa para fazer, do meu ponto de vista.

Então, o problema da dependência, como eu disse, tem que ser atacado do ponto de vista da saúde pública. E existem várias abordagens, várias abordagens! Eu sou defensor de uma abordagem holística, eu defendo tanto a existência da comunidade terapêutica, que já existe, que já recebe recurso público...

Ninguém está inventando a roda aqui. Há muita gente dizendo que isso aqui é o que vai garantir a prevenção. O que é que há de novo nesse projeto? A comunidade terapêutica já existe, mas precisa ser apoiada. Ela já recebe recurso público, mas precisa, na verdade, é de uma regulamentação, para evitar que algumas comunidades terapêuticas que eventualmente não sigam uma linha adequada, correta, transformem a comunidade num manicômio. Isso tem que ter regra, é isso que a gente está discutindo aqui concretamente.

Pois bem, defendo a ideia de uma rede assistencial da saúde, que já existe, mas que aqui não é sequer citada. É como se só houvesse uma abordagem para o enfrentamento dessa questão, é como se só houvesse uma maneira de tratar e de trabalhar.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Existem, inclusive, duas visões do enfrentamento e do objetivo. Há uma visão, que é a visão da busca da abstinência, que eu defendo, à qual sou favorável. E há uma visão que entende que nem todo mundo consegue se abster e que mesmo aquele que mais à frente vai se abster não pode, no período em que ainda não chegou a essa condição de abstinência, ser um risco para a sociedade.

Então, por exemplo, a política de redução de danos não é para estimular ninguém a fumar maconha nem cheirar cocaína. Ao contrário: é para proteger a sociedade e o próprio indivíduo para que ele não cause dano a si nem à sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente diz "quando beber, não dirija", está protegendo a pessoa que está ali e que não tem nada a ver com aquela pessoa, e ela própria também.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui, neste projeto, não há uma palavra sequer sobre o tema da redução de danos, e isso é cientificamente comprovado. O que esse projeto quer é simplesmente colocar a abstinência como a única coisa que se deva fazer, inclusive contra a vontade das pessoas.

O problema, por exemplo...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O problema, por exemplo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador, Senador...

Eu peço respeito e que o Senador tenha total liberdade de falar nesta Casa. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O próximo que se manifestar eu vou pedir para ser retirado da reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A política de redução de danos é importante, por isso a minha posição de que é holística.

Eu, como médico, quando trabalhava com alcoolismo, muitas vezes recomendei o AA. O AA é uma coisa parecida com o que se faz na comunidade terapêutica, é uma terapia behaviorista, é um processo de acolhimento. Agora, eu não posso dizer que só o AA resolve. E há pessoas que se dão bem no AA, e outras que não se dão, que se dão bem numa terapia individual, que se dão bem numa terapia de grupo. Então, se a gente realmente quer enfrentar o problema, nós temos que ter essa visão ampla, holística, do problema, e não chegar aqui e querer empurrar uma solução só para um problema que é muito mais amplo.

Sobre a outra questão, do usuário e do dependente, aqui está sendo tudo distorcido. Não é a questão da quantidade de drogas simplesmente que vai dizer se o indivíduo é traficante ou não. Ora, se eu estiver com uma pedra de *crack* e o policial me ver vendendo ou se eu entrar num presídio com um cigarro de maconha, é lógico que eu tenho que ser caracterizado como traficante. Outra coisa é o camarada que fuma, ou que usa, e aí chega a polícia, às vezes... É importante lembrar: ele já tem aquela amostra para deixar lá, mas não estou dizendo que são todos os policiais, são os maus policiais. Porém, o indivíduo não é um traficante. Aí ele vai para cadeia; chega à cadeia e vai virar integrante do PCC, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senão ele vai ser estuprado, ele vai sofrer violência, ele pode ser morto, ele vai ser roubado. É por isso que nós somos contra essa política geral de encarcerar todo mundo. Não é porque o indivíduo não precise de castigo, mas é porque a prisão no Brasil está sendo o maior foco de alimentação do crime organizado, inclusive do tráfico de droga. É essa a questão que tem que ser discutida de maneira corrente.

Então, o juiz e o policial, é lógico, vão ter o seu julgamento subjetivo, mas não em relação à quantidade. Se o cara está com um cigarro de maconha entrando de 15 em 15 minutos num baile *funk* – e aí eu não sei por que falam de baile *funk* –, ele, então, é um traficante, ele é um traficante! O traficante não usa a droga. Aqui se está apenando o usuário, mas o traficante bom mesmo, o que junta dinheiro, que é eficiente, ele não usa droga. Então, por que é que nós vamos estar agora apenando essas pessoas que são vítimas?

Vou concluir, Sr. Presidente. vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, só para eu concluir, eu quero dizer: temas aqui foram discutidos, inclusive, com a Federação e a Confederação Nacional das Comunidades Terapêuticas, como, por exemplo...

Eu indico, como psiquiatra, que um paciente possa ir para uma comunidade terapêutica, mas eu preciso saber se, lá na comunidade terapêutica, ele vai ser bem tratado, se ele vai ser alimentado, se vai haver alguém que fiscalize a estrutura sanitária, se ele vai ter médico que seja chamado se for necessário. É isso que a gente está querendo. Ninguém está querendo impedir que as comunidades terapêuticas funcionem, não; queremos que elas funcionem. Agora, a única forma de enfrentar o problema não pode ser por meio da comunidade terapêutica. E a outra coisa é que a comunidade terapêutica não pode ser desvirtuada se transformando em manicômio.

Recomendo a quem quiser ler um livro chamado *Holocausto brasileiro*. Leiam e vejam o que é um manicômio, como muitos que existiam e que, graças a Deus e à luta do povo, foram eliminados. Nós não queremos novos manicômios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador!

Passo a palavra ao Senador Irajá.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com a palavra o Senador Irajá; depois o Senador Marcos do Val; e vamos colocar em votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Presidente Romário, já são 13h. Nós começamos este debate há duas horas praticamente. Todos nós sabemos da sua sensibilidade e da sua preocupação em relação a esse tema tão relevante, mas, respeitando o contraditório dos outros colegas, a minha sugestão é que V. Exa. abra a votação...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – ... para que o debate possa continuar com os oradores que estão inscritos, mas que a gente possa dar celeridade.

Por exemplo, o nosso colega Kajuru tem diabete, ele precisa almoçar. Nós aqui não temos nenhuma dificuldade nesse sentido, mas nós precisamos respeitar a situação dele. Ele precisa votar e sair por uma questão de saúde. Então, gostaria de pedir a compreensão de V. Exa. e dos outros Senadores para a gente abrir a votação e iniciar os trabalhos.

Obrigado, Presidente.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu quero que V. Exas. entendam que nós vamos fazer aqui duas votações: a primeira será pela CAE e, depois, a segunda será pela CAS.

Eu vou passar a palavra agora ao Senador Marcos do Val...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado, Presidente, pela oportunidade da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Logo em seguida abriremos a votação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Sr. Presidente, eu vou ser bem breve também na minha fala.

Eu tenho escutado a questão do consumidor. Faz 20 anos que eu trabalho no meio da segurança pública, em vários países da Europa, nos Estados Unidos, e tenho visto o tratamento diferente que se dá ao dito consumidor.

As leis nos outros países são mais rígidas para evitar que a pessoa passe a ser um consumidor, e aqui a gente vê um consumidor como alguém que precisa ser tratado e protegido de forma diferenciada, como é visto hoje o tal excluído da sociedade que é preso. Nós temos que ter uma lei rígida para evitar que ele entre, para evitar que ele inicie o consumo dele.

Dentro da minha casa, quando eu era novo, a primeira lei que eu escutei foi quando o meu pai disse: "Se você usar droga e for preso, esquece, porque eu não vou lá te tirar." E, por conta disso, eu nunca coloquei um cigarro na boca, nunca coloquei droga nenhuma na boca, nunca cheirei nada e muito menos consumi álcool na minha vida. Então, é dentro de casa, esse é o exemplo que nós temos que ter para não iniciar.

O consumidor, para mim, é igual ao receptador. Fala-se de receptador como se nós quiséssemos também aliviar os receptadores de peça roubada, de carro roubado e de celular que incentivam comércio. Então, para mim, o consumidor é um responsável.

Você que consome droga, seja no final de semana, uma vez por semana ou todos os dias, você é um corresponsável pela violência no Brasil, você é um corresponsável pelo número crescente de traficantes e pelas mortes que acontecem por conta disso. Se o traficante não ganhar dinheiro, e muito dinheiro, por meio disso, ele também vai partir para outros meios. Então, nós temos também que responsabilizar e combater o consumidor tanto quanto o traficante. Agora, se os presídios no Brasil são sucateados, nós temos que trabalhar também para a mudança do entendimento de que construir presídios foi incompetência do Estado na construção de escolas.

Vou dar um exemplo para vocês. Há um país em que há escola para todo mundo, não falta vaga para ninguém; há emprego para todo mundo, não falta emprego para ninguém, inclusive para quem quer morar lá ilegalmente. Mesmo assim, tem a maior população carcerária do Planeta. E é um dos países mais seguros do mundo! Então, nós temos que quebrar esse tabu de dizer que, se construiu presídio, é porque foi incompetente na construção de escola, e abrir mais vagas mesmo para os consumidores. Parando os consumidores, nós vamos dissecar e enxugar o rendimento dos traficantes, e eles não vão ter como dar continuidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Vou colocar em votação e vou passar a palavra aqui para o Presidente da CAE, Senador Omar Aziz. Vamos abrir a votação nominal.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu queria reclamar a minha inscrição, eu estou inscrito para falar. Eu queria que V. Exa. me assegurasse a palavra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

Ninguém me dá a palavra, eu vou falando.

Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu tenho requerimento de informação aqui, Sr. Presidente, que tem, inclusive, a assinatura de outros Senadores, e eu queria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria conversar com vocês, porque, assim... Eu não tenho interesse nenhum em sobrestar este projeto. Ha esse requerimento de informação, que já tem a assinatura de outros Senadores; a gente tem a sociedade civil querendo um monte de respostas; e as respostas já foram feitas a esse requerimento de informação.

Com todo respeito, eu acompanhei o Ministro Osmar Terra na confecção desse projeto, e a única coisa que eu quero é ter as informações oficialmente. Então, para que a gente consiga ter celeridade e não fazer com que esse requerimento de informação atrase o processo, eu queria oficializá-lo. E, já que já temos as respostas... Amanhã eu mesma tenho uma reunião com o Ministro Osmar Terra. Eu só queria oficializar esse requerimento de informação para a gente ter essas informações.

Eu confesso que eu não me sinto à vontade de votar sem conhecer mais profundamente o projeto do Senador, porque é um voto em separado, é um projeto que eu ouvi e me parece bastante rico. Então, eu só queria sugerir... E a gente tem um outro projeto na CCJ. De repente, se os dois fossem para o Plenário juntos, talvez a gente conseguisse abarcar tudo o que a gente está falando aqui, não só a parte de tratamento para droga-adição, mas também o uso medicinal da maconha. Juntos, de repente, talvez a gente conseguisse votar os dois ao mesmo tempo.

Então, eu só quero oficializar o requerimento de informação que tenho aqui, que, inclusive, tem a assinatura da Senadora Kátia Abreu, do Senador Fabiano Contarato, da Senadora Zenaide, do Senador Rogério Carvalho, do Senador Paulo Paim, do Senador Humberto Costa e do Senador Randolfe Rodrigues. Eu só queria oficializar esse requerimento de informação, mas deixando claro que o objetivo não é sobrestar o projeto, porque já temos as respostas. Eu só quero oficializá-lo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, aberta a votação, este "sim" é contrário ou a favor?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem vota "não" vota com o meu substitutivo. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a votação... É o seguinte: eu vou abrir a votação para a CAE, depois o Senador Romário... Não, ainda não. Vou ter que... Já abriu? Já está aberto.

O voto "sim" é no relatório do Senador Styvenson, e "não", no relatório do Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só peço aos Senadores que, depois que votarem, não saiam. Não saiam, porque a gente vai ter depois... Não é, Senador Romário? Só explicando: são duas votações, a votação da CAS e a da CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí. É só um minutinho! Só um minutinho!

Existem dois relatórios: um relatório oficial, do Senador Styvenson; e, no pedido de vista, o Senador Humberto veio com outro relatório. O do Senador Humberto, o relatório dele, eu faço de conta que não existe? Se for aprovado o do Senador Styvenson – "sim" –, aí fica prejudicado o do Senador Humberto, correto? Então, quem vota no relatório do Senador Styvenson vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda haverá outra votação na CAS.

O Senador Confúcio estava aqui. Já saiu? (*Pausa.*)

A Daniella Ribeiro está aqui, não? (*Pausa.*)

O Jean Paul estava aqui. Ele estava aqui, o Jean Paul. (*Pausa.*)

Todo mundo já votou? (*Pausa.*)

A CAS vai votar. Primeiro é a CAE que está votando, daqui a pouco a CAS vai votar. O pessoal está saindo, mas há outra votação.

Quem quer falar agora? Estão inscritos aqui: Senador Marcos Rogério, Senador Lasier Martins, Senador Marcos do Val, Senador Mecias de Jesus e a Senadora Mara Gabrilli.

Senador Marcos Rogério; depois, Senador Lasier Martins.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro eu queria fazer aqui um registro cumprimentando o Senador Styvenson Valentim pelo seu voto, pela qualidade do seu voto e pela firmeza na condução desse tema.

Quero fazer também aqui um registro, cumprimentando a presença no nosso plenário hoje do nosso sempre Senador Magno Malta, há 16 anos enfrentando esse tema, defendendo a família brasileira nesse enfrentamento firme e combativo às drogas. Então, minha saudação ao Senador Magno Malta.

O que fazemos hoje aqui, na verdade, é até uma forma de reconhecimento ao seu trabalho, à sua luta no enfrentamento às drogas, Senador Magno Malta. V. Exa. é para todos nós uma referência nessa postura de enfrentamento. A voz de V. Exa. neste Senado Federal não será calada, mas aqui por muitos será verbalizada na defesa, sobretudo, da família, da dignidade humana, da saúde das pessoas. Então, meus respeitos a V. Exa.

Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou abrir, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... eu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, deixe-me só abrir aqui para que já vote a CAS, para que a gente não perca mais tempo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

Eu peço a compreensão do Senador Lasier e da Senadora Eliziane – ela estava inscrita antes de você, Marcos; eu passei por cima dela e nem vi.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, Senadora.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado o relatório do Senador Styvenson.

(*Manifestação da plateia.*)

Resultado: 20 SIM; e 1 NÃO. O Presidente não vota.

Agora eu vou passar a Presidência para o Senador Romário, para dar encaminhamento, e aí os Senadores continuam falando. Só um minutinho. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os membros da CAS agora podem votar por favor.

(Procede-se à votação.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu posso usar a palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Volto a palavra com o Senador Marcos Rogério.

Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e Srs. Senadores, eu obviamente respeito a opinião dos que são contrários ao projeto, mas eu não posso concordar com suas teses, com seus argumentos.

Quanto à questão de política pública. Tentar neste momento sustentar a tese de que é preciso implementar parece desconsiderar o passado, quando teve oportunidade de implementar e não o fez. Esse não é um tema atual. Esse é um tema que o Brasil enfrenta há muito tempo.

A questão aqui, Sr. Presidente, não é usuário e traficante, é usuário e dependente. O que alimenta a cadeia do tráfico é justamente o uso, é o consumo. Sem consumo, obviamente, não há comércio. E, com todo o respeito, Sr. Presidente: o que começa errado não termina certo, o que começa como crime termina como crime. Plantar, armazenar, vender, tudo isso é crime, mas fazer uso do produto não é crime? Então, vamos descriminalizar também a receptação, pela mesma lógica. O receptador não pode ser taxado, enquadrado como criminoso. Se a origem é criminosa, flagrar alguém com droga será sempre crime – perdoem-me a opinião diversa –, ou então, ao flagrar-se alguém com um produto de receptação, reitero, este também não poderá responder criminalmente, posto que se trata de *animus* para uso pessoal.

A droga vitima o dependente, mas não só ele: vitima a família, vitima a sociedade. A pergunta que fica para nossa reflexão em uma data como esta é: quem defendemos? O cidadão, a família, a sociedade? Ou o traficante? Eu defendo a vida, eu defendo a saúde, eu defendo a família, eu defendo a segurança pública, e o meu voto será sempre "não às drogas".

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra agora, pela ordem aqui, ao Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – À Senadora Eliziane, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Eliziane.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Romário, cumprimento o senhor, todos os colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, e quero cumprimentar de forma muito especial o Senador Magno Malta, que fez um grande trabalho nesta Casa e continua fazendo, fora dos microfones aqui do Senado, mas com a mesma força política que ele tem em nível nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Presidente, trazer os meus cumprimentos ao Ministro Osmar Terra. Digo isso com muita propriedade porque fui, na Câmara dos Deputados, Presidente da Comissão de Políticas sobre Drogas, e lá tratamos com muita profundidade do que isso representa para a juventude brasileira e para o País como um todo.

Eu queria pedir que o Presidente pedisse um pouco de silêncio, porque está difícil falar. A fala das mulheres em geral é um pouco mais baixa, então eu queria pedir isso aos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Silêncio, por favor.

Senadora, antes de V. Exa. concluir, eu quero encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu estou ainda com a fala. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Aprovado o projeto pela CAS...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... assegurar o meu direito de fala, Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente! Eu quero assegurar a minha fala, Presidente!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero só pedir para V. Exa. corrigir meu voto, que foi "não".

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente Romário, eu estou com o direito de fala. Eu gostaria de não ser interrompida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria apenas de proclamar o resultado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, só um minuto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes de V. Exa. proclamar o resultado... Há Parlamentares sentados aqui para votar...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu quero sugerir à Senadora Eliziane...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... como a Senadora que está aqui e eu...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Senadora Eliziane, por favor, peça urgente para o plenário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... esperando para votar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu gostaria de ter...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Tem que dizer que vai terminar a votação, senão não tem sentido; prejudicar Senadores que aqui estão, que votam "sim", que votam a favor da matéria...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Presidente vai registrar o voto de V. Exas. nesse projeto.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Solicito também que registre o meu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – São 13 SIM e 1 NÃO...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – SIM.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – São 14 SIM... 15 SIM e 1 NÃO.

Volto a palavra à Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu, antes de mais nada, quero requerer urgência, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, como estávamos falando sobre...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Urgência, requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim, Presidente.

Seguindo aqui o nosso raciocínio, Presidente. Hoje no Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... nós temos uma população carcerária de quase um milhão de pessoas. E essas pessoas que hoje estão no sistema prisional infelizmente estão lá porque têm uma relação direta com a questão das drogas – algo em torno de 70% a 80% –, ou seja, nós vamos combater a violência no Brasil dando uma atenção para a ação inicial, que é exatamente a questão do combate, de ações voltadas para políticas de drogas no Brasil.

Eu queria cumprimentar o Senador Girão, que teve um papel importante ao lado do Senador Styvenson na aprovação deste projeto de lei, cumprimentar o Ministro Osmar Terra, e finalizar dizendo que, na nossa caminhada pelo Brasil, nós visitamos várias comunidades terapêuticas, e eu sei perfeitamente o papel preponderante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que as comunidades terapêuticas têm na transformação, na ressocialização...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de mais uma vez pedir silêncio, porque a Senadora Eliziane está com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... e no acompanhamento não apenas do usuário, mas também das suas famílias, pelo papel preponderante no acompanhamento que fazem em relação essas famílias.

O que nós aprovamos hoje aqui foi reconhecer a importância dessas comunidades e dar a elas a oportunidade de ter minimamente...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... de ter minimamente um apoio financeiro para a sua manutenção. As comunidades hoje vivem de acompanhamento, de doação. As igrejas... Os familiares às vezes dão 1kg de arroz, às vezes dão 1kg de feijão para essas comunidades resistirem. Então, esse discurso de que algumas são para desviar recurso público...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Fala quem não tem conhecimento do papel sério e do trabalho que essas comunidades terapêuticas têm em todo o Brasil.

Os meus cumprimentos a todos que participaram de forma direta e às comunidades terapêuticas. Vamos em frente! Os próximos passos são algo importante e fundamental para a redução da violência no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Senador Romário, o Senador Zequinha Marinho está inscrito...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer a presença...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... e parece que não estão obedecendo à ordem da inscrição aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... do Ministro Osmar Terra neste importante evento, já que o ministro sempre foi um guerreiro nesse assunto, desde quando eu era também Deputado Federal – lembro bem – e juntos começamos essa história.

Parabéns por uma grande conquista, por uma conquista para todos nós brasileiros, principalmente usuários.

Eu quero agora...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... passar a palavra ao Senador Zequinha Marinho...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu estou em primeiro, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Peço minha inscrição como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... e, em seguida, ao Senador Lasier.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Presidente. Eu só queria fazer algumas considerações.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, peço pela Liderança do Governo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O Brasil e o mundo dividem o grupo das drogas em dois: a droga lícita e as não lícitas. Nós já temos aí o álcool e o fumo como drogas lícitas. Se pararmos para avaliar os danos que essas lícitas têm causado às pessoas, às famílias, à sociedade, ao Governo, à segurança das pessoas, à vida...

(*Soa a campainha.*)

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... é uma coisa fantástica. Por que avançar na direção de permitir o uso de outras drogas? É um contrassenso sem medida.

Só há venda se houver quem consuma, quem queira consumir. Não há como vender droga para quem não quer droga. Meu pai dizia que, quando dois não querem, um não briga. E aí é importante a gente não permitir que esta Casa concorde com a morte e a desgraça das pessoas. Não podemos permitir que esta Casa concorde com a destruição das famílias. Não podemos permitir que esta Casa possa apoiar uma sociedade permissiva. Nós temos, sim, que entender que a votação desse relatório do Senador Styvenson é fundamental para a vida, para a família e para o Brasil.

Eu queria concluir neste momento, Presidente.

Quanto à questão da saúde, a gente não tem dinheiro, não tem condição para atender o básico. Como é que nós vamos conseguir avançando ao permitir o uso de drogas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... e ainda ter condição de financiar esse tratamento?

Precisamos dar segurança. Traficante é criminoso, mas quem consome alimenta o tráfico, alimenta o traficante, alimenta o crime, e esta Casa não pode concordar com isso. Portanto, parabéns, Styvenson! Parabéns a todos.

Muito obrigado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Muito bem, Senador.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só quero – só um minutinho – registrar que o requerimento encontra-se sobre a mesa. Quando o quórum cair, não será possível votá-lo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu sei.

Com a palavra o Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, há circunstâncias em que os números falam mais alto do que palavras. Nós tivemos duas estrepitosas vitórias em favor da saúde e da vida. E, ao falar em saúde e vida, eu quero uma palavra de homenagem a este extraordinário conterrâneo chamado Osmar Terra, o protagonista desse grande debate que vai há dez anos – só no Senado, nós estamos a 6,5 anos discutindo. A matéria foi exaustivamente discutida. Quatro audiências públicas foram realizadas: duas na CCJ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... e duas na Comissão de Educação, que tive a oportunidade de presidir. E chegamos a esse resultado magnífico em sintonia com a vontade dos brasileiros. Então, uma palavra da homenagem ao atual Ministro Osmar Terra, um homem que sempre se preocupou com a saúde, como médico que é, e que tem um histórico muito bonito. Eu o conheço porque acompanho a sua vida política e de gestor público no Rio Grande do Sul há muito tempo.

Uma outra palavra de homenagem, Srs. Presidentes, é com relação ao esforço desenvolvido pelo ex-Senador Magno Malta. Foi um lutador em favor dessa causa, a tal ponto que hoje está aqui desde cedo acompanhando. É um homem que faz falta aqui no Senado Federal. Magno Malta, um dos mais contundentes oradores deste Senado nos últimos tempos, muitas vezes com contundência, com argumentos e até com muita graça. Então, elogios, homenagens ao Magno Malta, que, aliás, deixa um sucessor aqui de grande qualidade, outro homem extraordinário nessa luta, que é o Eduardo Girão. Assim, nós estamos concluindo um trabalho muito bem sucedido nas Comissões.

Eu quero, então, requerer, Presidentes, que se leve essa matéria com urgência para o Plenário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Mais uma vez, parabéns a todos!

Senador Magno Malta, obrigado pela presença. Meu amigo eterno, seja sempre bem-vindo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senador, vamos deliberar a urgência, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em votação o requerimento de urgência proposto pela Senadora... (*Pausa.*)

Senadora, eu vou passar a Presidência para V. Exa., que é da CAE, para fazer a leitura, e eu faço depois pela CAS, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Requerimento de minha autoria, Senadora Rose de Freitas.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 45, de 2019

- Não terminativo -

Requerimento de urgência PLC 37/2013.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

Requeiro, nos termos do art.338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 37/2013.

Sala das Comissões.

Em votação o requerimento proposto, já lido.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a apresentação de regime de urgência para a matéria lida e votada anteriormente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Se alguém achar um iPad, por favor, entregue à Mesa. É do Senador Serra.

Muito obrigado pela presença de todos.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Manifestação da plateia.*)

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e treze minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Paulo Paim, Telmário Mota, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: **Ofício nº 135, de 2018,** da Caixa Seguridade, que encaminha o Relatório da Administração e Análise dos resultados de 2017; **Ofício nº 53, de 2019,** do Banco do Nordeste do Brasil S.A., que encaminha a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2018, referente ao exercício de 2017, onde consta Relatório de atendimento das metas e dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia; **Ofício 145, de 2019,** do Banco do Brasil Seguridade Participações S.A, que encaminha o Relatório de Administração, com demonstrações contáveis e análise dos resultados obtidos no exercício de 2018; **Ofício 328, de 2019,** do BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que encaminha o Relatório de Administração, com demonstrações contábeis e análise dos resultados obtidos no exercício de 2018; **Ofício nº 2010, de 2019,** do Banco do Brasil, que encaminha o Relatório da Administração, com demonstrações contábeis consolidadas de 2018**; Aviso nº 129-GP/TCU, de 2019,** do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 262/2019 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao anteprojeto de decisão normativa para fixação dos percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o exercício de 2019, conforme previsão no art. 159, inciso III, § 4º, da Constituição Federal (TC 001.839/2019-0) e A**viso nº 132–GP/TCU, de 2019**, encaminha cópia de Decisão proferida nos autos do TC 037.723/2018-9, bem como da Decisão Normativa-TCU nº 173, em mídia, que tratam de Representação acerca da fixação, para o exercício de 2019, dos coeficientes destinados ao cálculo das quotas de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esses expedientes serão encaminhados aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 377, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. Antes da leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Espiridião Amin e Jorge Kajuru. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 219, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CCJ. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 CCJ-CAE. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 150, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de dispositivos antiesmagamento nos acionadores energizados de janelas, tetos solares e painéis divisores de veículos automotores, e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 433, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 457, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Espiridião Amin, Marcos Rogério, Tasso Jereissati, Jean Paul Prates e Jorge Kajuru. **Resultado:** Após a leitura do relatório reformulado, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 585, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª e 13ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico ainda o recebimento dos seguintes ofícios: Ofício nº 135, de 2018; Ofício nº 53, de 2019; Ofício nº 145, de 2019; Ofício nº 328, de 2019; Ofício nº 2.010, de 2019.

Aviso do Tribunal de Contas da União nº 129, de 2019.

Aviso nº 132, de 2019.

Esses expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, DE 2015

- Não terminativo -

Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 4/10/2017, a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu vou pedir para retirar o primeiro item da pauta, porque o Ministério da Saúde entrou em contato, o Governo Federal entrou em contato, pedindo para que sentássemos para conversar, tanto a minha equipe quanto a equipe do Ministério. E chamei a equipe do Senador Lasier para que conversássemos juntos e escutássemos o ministério.

Já peço aqui para déssemos pelo menos uma semana, e que, na próxima reunião, colocássemos novamente o item na pauta para eu relatar. Então, seria apenas uma semana de espera, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorge Kajuru, V. Exa. estava inscrito para discutir o item 1.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente Omar Aziz, um bom-dia a todos e a todos!

Eu respeito a posição da estimada Senadora Leila, mas eu estava muito disposto a debater, pela importância desse projeto.

O câncer de mama, como V. Exa. deve saber, Senadora Leila, é o que mais mata mulheres.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ou provoca mortes.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ou provoca mortes, como bem disse o nosso símbolo Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ele acelera a morte.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele a acelera, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ele tem a capacidade de acelerar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu cheguei cedo aqui hoje, disposto a discutir esse projeto, mas entendo o seu posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E eu concordo com o senhor, tanto que o meu relatório é favorável. Eu tenho histórico familiar. A minha mãe faleceu vítima de câncer de mama. Então, esta aqui é uma causa até pessoal, mas, por respeito... É que, diariamente, a gente tem convivido com essas questões aqui, que são normais na Casa. Esse é o rito da Casa. Então, estou dando o prazo de uma semana, para sentarmos juntos, a minha equipe, a equipe do Lasier e a do Ministério da Saúde. Não passará da próxima semana, eu garanto a todos vocês, é claro com a concordância do nosso Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, na semana que vem, nós vamos pautá-lo.

Quero só dar um testemunho aqui, Senador Kajuru, Senador Esperidião e Senadora Leila: na minha região, é impossível, às vezes, as mulheres terem acesso a esse tipo de coisa. Então, muita gente morre no interior do Amazonas, e o pessoal diz: "Morreu de infarto". Nem sabem que foi um câncer que se alastrou durante anos, porque não fazem o exame preventivo. Eu comprei, quando Governador, um mamógrafo para cada Município e fiz o treinamento principalmente de mulheres. Como é um exame que se faz na mulher, em Municípios pequenos, eu preferi treinar mulheres para fazer o exame de mamografia; elas são técnicas. Através da internet, você hoje o manda para a capital, e a capital faz o laudo. Infelizmente, em muitos Municípios, o equipamento está encaixotado ainda e nem instalado foi, porque há um custo. O grande problema nosso não é somente detectar o câncer, mas é depois fazer o tratamento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Sim, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Se você o detecta, o Governo empurra com a barriga, porque ele sabe muito bem que, se formos fazer uma geral no Brasil, nós vamos detectar bastante, e aí o tratamento de quimioterapia ou de radioterapia, outro tipo de tratamento que possa haver ou uma cirurgia até traumática... Infelizmente, aqui, também dou um testemunho meu, e os amazonenses sabem: o que eu fiz de reparação de seios... Talvez, uma das coisas mais doloridas para uma mulher é ser mutilada, isso tira a autoestima, há uma série de coisas. E eu tive essa oportunidade. Deus me deu essa oportunidade como Governador, e, felizmente, nós conseguimos, através de um trabalho bastante extenso, junto às organizações de mulheres que estão à frente dessa luta de prevenção do câncer de mama – o mais importante é prevenir –, não só fazer cirurgias reparadoras, para fazer com que voltasse a autoestima da pessoa... Imagine uma senhora com 45 anos ter de tirar o seios e ficar sem os seios! É uma coisa que a deixa realmente numa situação em que ela fica bastante deprimida.

Fiz isso e acho que nós temos de trabalhar nisto, Senadora Leila: não só na prevenção, mas, principalmente, na reparação. Há as mulheres que, infelizmente, tiveram de retirar os seios por causa do câncer, e nós temos condições de alocar recursos para os Estados para que possamos fazer esse tipo de cirurgia reparadora, que, com certeza, melhora muito a autoestima das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na semana que vem, vamos votar, porque isso é muito importante para todos nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Espiridião, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... acrescentar a minha absoluta compreensão e aprovação à prudência da Senadora Leila, que não está pedindo isso para ganhar tempo; pelo contrário, para ganhar razão. Eu acho que igual procedimento, na respectiva Comissão, se poderia... Eu comparo sempre o câncer de mama ao câncer de próstata. Acho que são os dizimadores primários da mulher e do homem. E o homem ainda enfrenta outros constrangimentos, e ainda hoje há quem se recuse a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A fazer o exame de próstata.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo menos é recalcitrante. Quanto à mulher, eu acho que nós tivemos ganhos de comunicação, com muito avanço na compreensão de que o nódulo. Há várias circunstâncias que facilitaram. Agora, que se imponha um prazo para isso é uma questão até de natureza econômica, não é só de natureza humanitária, porque, se você não podar o problema no seu início, ele é avassalador. Depois que ele ultrapassa o limite, ele se torna avassalador, como todos os outros, e com as suas consequências, como o senhor falou, das metástases.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E mais, Senador: quando a gente detecta, o custo de tratamento é barato. Depois que se alastra, o Estado paga uma fortuna, e muitas vezes não se consegue salvar a pessoa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Inutilmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Inutilmente. Então, quando a gente fala em, a partir de 40 anos, fazer esse exame, nós não estamos gastando dinheiro, estamos fazendo economia, tenha certeza...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na prevenção, a economia é crucial. Por isso eu acho que o Governo tem que analisar bem, porque depois, já avançado, o custo é altíssimo de quimioterapia, radioterapia. E com a prevenção a gente resolve.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem dúvida alguma. Acho que, por isso, é louvável o esforço que a Senadora Leila informou aqui de, racionalmente, com a participação do Ministério da Saúde, traduzir nesse projeto de resolução, digamos, nessa matéria legislativa, uma solução viável e eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Está retirado. Na terça-feira que vem, Senadora Leila, a gente debate o assunto. Acho que nisso há consenso aqui.

Senador Oriovisto, V. Exa. é Relator do item 9. V. Exa. poderia ler o relatório? Porque a Senadora Kátia está um pouco atrasada, o voo dela atrasou, mas ela está chegando. (*Pausa.*)

O senhor já o leu?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone*.) – Já li.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor poderia ler o item 10? Porque eu não tenho quórum para votar ainda, mas o item 9 nós vamos votar daqui a pouco.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone*.) – O item 9?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, já foi lido e... (*Pausa.*)

Item 10, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – O item 10.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor.

Senador Oriovisto, vai ler o relatório do item 10. Parece que há emendas, não é, Senador?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Tem sim, tem sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade, Senador.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 7/5/2019, foram apresentadas as emendas nº 1, de autoria do senador Angelo Coronel, e nºs 2, 3 e 4, de autoria do senador Espiridião Amin.

2. Em 7/5/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, só para tentar situar os presentes. Trata-se de decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2018, do Senador José Serra, que dispõe sobre o sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Vou tentar, em linhas gerais, como já foi lido, apenas fazer um resumo do que se trata.

O projeto de lei é composto por quatro artigos. O art. 1º explica que disporá sobre o sistema federal de avaliação do impacto e efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária que são incluídos em operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

O art. 2º define o que são os benefícios ou subsídios creditícios.

O art. 3º dispõe que o Ministério da Fazenda publicará, até o último dia do mês subsequente do quadrimestre, o impacto fiscal dos benefícios ou subsídios creditícios concedidos.

O §1º do art. 3º explicita os objetivos dos demonstrativos, ou seja: apurar o custo fiscal explícito e implícito, identificado, no mínimo, por região, modalidade, programa de aplicação e setores beneficiados; apresentar os objetivos e resultados econômicos e sociais alcançados; e finalmente evidenciar os custos das políticas no orçamento como outros gastos federais.

O §2º dispõe que os subsídios, que estão embutidos em operações de crédito realizadas por instituições oficiais, que são lastreadas por recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a taxas inferiores ao do custo de oportunidade do Tesouro Nacional, devem estar evidenciados nos demonstrativos. Inclui, portanto, os recursos do FGTS.

O §3º disciplina que a taxa de juros utilizada para calcular o custo de oportunidade do Tesouro Nacional será a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O §4º expõe que, para efeito de regionalização dos subsídios financeiros ou creditícios apurados, será considerado o critério de localização do beneficiário final.

Finalmente o §5º, os Poderes Executivo e Legislativo poderão estabelecer acordos, convênios para o bom cumprimento desta lei.

O art. 4º dispõe sobre a data de vigência da lei.

Em sua justificação, o projeto dispõe que pretende instituir sistema de controle e avaliação dos custos e benefícios das políticas de crédito relacionadas a subsídios e incentivos fiscais.

Foi distribuído à CAE e será apreciado em decisão terminativa. Ocorre que na CAE, da reunião passada para cá, foram apresentadas quatro emendas. Eu agora, então, aprecio essas emendas.

Eu vou pular a análise, Sr. Presidente, porque a análise é exatamente o que já foi lido na reunião anterior e aquela protocolada. Vamos direto, então, às emendas, que é algo novo, que não estava na última leitura.

Durante a tramitação da matéria nesta CAE foram apresentadas quatro emendas. O Senador Angelo Coronel apresentou a Emenda nº 1, CAE, que propõe alterar o parâmetro utilizado para o cálculo do valor dos subsídios que, na redação original, seria a taxa Selic, para o custo médio de emissão dos títulos públicos federais.

De maneira semelhante, o Senador Esperidião Amin apresentou a Emenda nº 4, CAE, que propõe a alteração no mesmo dispositivo, argumentando que a taxa Selic representa o custo de apenas parte das operações de endividamento público e dessa maneira não deveria ser o único parâmetro permitido para o cálculo dos custos das operações analisadas.

As duas argumentações estão corretas. Eu aceito as duas emendas, e propomos o seu acolhimento e a alteração da redação do dispositivo.

Acreditamos que a adoção do custo médio de emissão do Tesouro Nacional como parâmetro de cálculo contribui para tornar as estimativas a serem apresentadas mais adequadas, tendo em vista que, na maioria das vezes, esse custo médio de emissão é superior à Selic.

Já as Emendas nºs 2-CAE e 3-CAE, também de autoria do Senador Esperidião Amin, buscam corrigir a redação da ementa e do art. 1º da proposição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente o que eu li, Sra. Senadora. A senhora está me corrigindo ou realçando aquilo que eu falei? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pelo realce.

Eu vou continuar, Senador. O senhor me permite?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então está bom.

Buscam corrigir a redação da ementa e do art. 1º da proposição de maneira a delimitar corretamente o objetivo da lei que, efetivamente, não cria um sistema de avaliação, mas, sim, um processo de avaliação que esperamos contribua para dar mais transparência sobre os custos e benefícios dos diversos mecanismos de incentivos financeiros e creditícios existentes.

Dessa maneira, entendemos meritórias as Emendas 2 e 3, que acatamos com ajustes de redação.

De forma paralela, alguns aperfeiçoamentos foram propostos pela equipe técnica do Ministério da Economia no sentido de delimitar melhor os objetivos e a forma como serão divulgadas informações. Assim, a periodicidade da publicação do demonstrativo de que trata o art. 3º passa a ser anual, em vez de quadrimestral. Argumentam, Sr. Presidente, com razão, os técnicos da Receita que, realmente, de quatro em quatro meses, é impossível fazer a necessária avaliação.

Também foi incluído parágrafo para evidenciar que o demonstrativo a ser publicado deverá explicitar os setores beneficiados pelo direcionamento dos recursos captados em diversos instrumentos financeiros incentivados, como poupança, letras de crédito, entre outros.

Por fim, foram feitos ajustes redacionais e a renumeração de dispositivos ao longo do texto na forma de substitutivo.

Entendemos que o aumento da transparência na política creditícia é imprescindível para o País. Em tempos de crise fiscal, a matéria ganha maior importância. Em um país com as dimensões do Brasil, com graves desigualdades e muita pobreza, a transparência no uso dos recursos públicos é fundamental e necessária. Permitirá também o melhor controle e avaliação da política creditícia e um melhor exercício de uma das competências mais relevantes das duas casas do Congresso Nacional, que é a fiscalização.

Voto.

Em razão do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 457, de 2018, e do acolhimento total ou parcial das emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CAE, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Passo a ler a emenda substitutiva:

Projeto de Lei do Senador nº 457, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre o processo de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Sr. Presidente, está muito difícil competir com a conversa. Quando vocês terminarem de conversar, eu começo a relatar de novo. Podem terminar a conversa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Peça um aparte.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então, por favor, a todos os que estão falando eu peço um aparte. (*Risos.*)

Vamos lá.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o processo de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária autorizados para fomentar operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.
Art. 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se:
I – benefícios ou subsídios creditícios: os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito
I – benefícios ou subsídios creditícios: os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito...

Um aparte de novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pessoal, eu não creio que vocês tenham alguma coisa mais importante do que um Senador que está lendo aqui. A gente, às vezes, é indelicado... A única coisa que eu não quero é ser indelicado com as pessoas aqui, mas, por favor, o limite do respeito é até onde a gente pode estabelecer... Aí, se já pedimos, mais de uma vez, para os senhores contribuírem... Eu, da próxima vez, não vou pedir não, eu vou pedir para se retirar.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Posso retomar, Sr. Presidente?

Então, vou ler novamente.

I – benefícios ou subsídios creditícios: os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, a taxas de juros inferiores ao custo de emissão do Tesouro Nacional;
II – benefícios ou subsídios financeiros: os desembolsos realizados por meio das equalizações de juros cujos valores constam do orçamento da União; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – incentivos fiscais de natureza tributária: as renúncias tributárias com objetivo de fomentar políticas creditícias.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais de natureza tributária referidos no inciso III compreendem: isenções tributárias sobre os rendimentos auferidos em contas de depósito de poupança, letras de crédito, certificados de recebíveis e outros títulos ou instrumentos financeiros, conforme regulamentação do Ministério da Economia.

Art. 3º O Ministério da Economia publicará, anualmente, até 1º de julho, na internet, demonstrativos sobre:

I – impacto fiscal dos benefícios ou subsídios creditícios, bem como dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito realizadas no Sistema Financeiro Nacional; e

II – os desembolsos e as inscrições em restos a pagar realizados por meio de benefícios ou subsídios financeiros.

§1º Os demonstrativos previstos nos incisos I e II serão elaborados com os seguintes objetivos:

I – apurar custo fiscal explícito e implícito das operações creditícias e financeiras identificadas, no mínimo, por região, modalidade, programa de aplicação e setores da economia beneficiados;

II – apresentar periodicamente os objetivos e os resultados econômicos e sociais alcançados da política creditícia, a fim de incentivar a entrega de resultados na forma mais adequada às necessidades dos beneficiários;

III – melhorar a alocação de recursos entre programas de crédito e outros programas governamentais, especialmente a partir de análises de custos e benefícios auferidos e potenciais; e

IV – evidenciar o custo das políticas creditícias com base orçamentária equivalente à de outros gastos federais.

§2º Os demonstrativos evidenciarão os setores da economia beneficiados pelo direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, letras de câmbio, letras de crédito, certificados de recebíveis e outros títulos ou instrumentos financeiros contemplados na regulamentação de que trata o parágrafo único do art. 2º.

§3º Os subsídios derivados de operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de crédito lastreadas em recursos captados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a taxas inferiores ao custo de emissão do Tesouro Nacional serão evidenciados nos demonstrativos de que tratam este artigo.

§4º A taxa de juros utilizada no cálculo dos custos de emissão do Tesouro Nacional será obtida pelo custo médio de emissão dos títulos públicos federais estabelecido por metodologia divulgada pelo Ministério da Economia. §5º Para fins de regionalização do subsídio financeiro ou creditício apurado, será considerado o critério de localização do beneficiário final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§6º Enquanto não for possível a aplicação dos critérios estabelecidos nos incisos I, quanto à regionalização, e II do §1º, ou caso seja inviável a aplicação desses critérios, deverão ser especificadas, em nota explicativa nos demonstrativos a que se refere o *caput*, as razões que justificam a sua não aplicação.

§7º Atos próprios dos Poderes Executivo e Legislativo poderão estabelecer acordos de cooperação técnica para estimar os impactos fiscais de proposições que impliquem prorrogação ou ampliação das despesas com subsídios e subvenções creditícios.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu iria saudar a Senadora, mas infelizmente levei um susto! (*Risos.*)

Porque iria me dirigir à Senadora Leila, certamente com um sorriso dos meus lábios, e me defronto com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi um choque!

O senhor há de convir comigo que realmente foi uma decepção! (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não posso fazer nada! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No seu ponto de vista, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É falta de decoro esta confissão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é ponto de vista. Em referência, quando eu dizia, há muitos anos... Hoje em dia não mais. Eu falava bem assim, se estava em São Paulo ou no Rio: "Você mora onde?". "Ah! Eu moro no Amazonas". "Você mora longe". Eu falava: "Depende da sua referência. Eu estou mais perto de Miami do que você". (*Risos.*)

Depende da sua referência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu acho que até o Senador Tasso Jereissati, que geralmente é muito circunspecto nessa questão, há de convir que eu tenho direito de expressar minha decepção!

Estava sentada aqui ao meu lado a Senadora Leila. Aí eu saúdo os Senadores e a Senadora, e olho para o lado e... É impossível! (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Se fosse eu, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só seria mais decepcionante se fosse o Kajuru que estivesse... (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Que falta de decoro, hein?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Após esse rápido comentário, que é um elogio à estética e à ética, eu quero cumprimentar o Senador Oriovisto e agradecer pela deferência de compreender o alcance das três emendas que eu ofereci, e ao mesmo tempo dizer o seguinte. Primeiro, quero fazer um apelo ao Senador Luiz do Carmo, que é o Relator do meu projeto de lei complementar que versa sobre subsídios e incentivos fiscais no sentido global. O que esse projeto do Senador Serra faz é setorialmente impor a necessidade daquilo que eu entendo que deve ser no geral: avaliar o custo e o benefício.

O que é um subsídio? O que é uma forma de incentivo fiscal por renúncia de receita? É um incentivo que eu dou para uma atividade econômica. Sim. Eu, desde 1992, estou tentando fazer isso! Não é extinguir sumariamente, como alguns Estados estão fazendo e depois arcando com as consequências de fazer uma tábula rasa sem critério... E o critério só pode ser decorrente de avaliação, e essa avaliação deve ser feita econométrica e socialmente. O que eu quero é isso. Se o Brasil vai abrir mão de 350 bilhões de receita no meio desta crise neste ano – só a União, sem contar Estados e Municípios... No meu Estado são 6 bilhões, mais ou menos o valor de Goiás. Não sou contra incentivo fiscal, eu sou a favor da avaliação para saber o que cada tostão desses está rendendo em termos de preservação de emprego, competitividade para o setor e benefício para o consumidor.

E só para concluir: os Estados Unidos inventaram outro subsídio agora. Quem está acompanhando o que está acontecendo lá, o Presidente Donald Trump disse que não pode abrir mão das onerações que ele está fazendo sobre as importações da China, porque isso está fazendo os Estados Unidos crescerem 3,2%. Realmente é uma marca estonteante uma economia daquela crescer 3,2. Só que o próprio consultor econômico dele diz o seguinte: isso é uma forma artificial. A criação, no caso lá, desses ônus para importação da China, o que está produzindo é excesso de estoque, coisa que a economia moderna refuga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tudo que você faz instintiva ou politicamente, no sentido mais inconsequente da palavra, é nocivo. O Brasil não pode abrir mão de 300 bilhões sem perguntar, Senador Mecias: vale a pena isso? E vale para quem? Nós já tivemos Ministro... O Ministro da Presidente Dilma que agora está no BNDES dizia que isso era uma brincadeira, o Henrique Meirelles dizia que isso é uma "bolsa empresário".

Eu aplaudo o projeto, agradeço ao Sr. Relator pela atenção que deu às minhas modestas emendas, mas acho que isso é pouco. Pelo tamanho da crise do Brasil, nós não podemos tergiversar. Presidente, eu não estou falando aqui de um caso específico. Temos que avaliar o custo benefício de tudo! Por quê? Porque a empresa está falindo. A empresa Brasil está em estado pré-falimentar. Nós estamos discutindo aqui, e vamos discutir, a dor de transição de aposentadoria, e não temos coragem de analisar sistematicamente o custo e o benefício daquilo que nós ou damos ou de que abrimos mão.

Então, quero fazer um apelo ao Senador Luiz do Carmo que apresse o seu parecer, seu relatório, para que a Comissão possa debater. Eu apresentei o primeiro projeto nesse sentido em 1991. Aprovei no Senado, foi rejeitado na Câmara. Claro que o projeto cresceu, ficou mais complexo, porque a economia ficou mais complexa. Repeti a proposta na Câmara em 2017. Foi aprovada na Comissão pelo Deputado Eduardo Cury. E agora ele ficou mais robusto ainda, porque a crise é maior.

Então, eu peço encarecidamente a V. Exa. que solicite ao meu amigo Luiz do Carmo que apresse o parecer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dirija-se ao Presidente.

E finalmente quero pedir desculpas ao Senador Jean se eu o agredi. (*Risos.*)

Mas ele deve se sentir confortável, porque, pelo menos na comparação, ele teve um grande *upgrade*.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Chamei meu amigo e colega do Rio Grande do Norte para me defender dessa agressão. V. Exa. se entenda com ele ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí vou ter de concordar com ele disser. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, alertado pela assessoria técnica em relação a essa matéria, eu vou solicitar vista para fazer uma análise mais detida, porque as mudanças que estão operando a partir do substitutivo apresentado me parecem ter impactos consideráveis que podem obviamente ser positivos – e acho que essa é a motivação de quem apresenta as inovações –, mas requerem uma análise mais cuidadosa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista concedida ao Senador Marcos Rogério.

Vamos passar ao próximo item.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, posso só fazer uma observação ao Senador Marcos Rogério?

Senador, foi lido na reunião passada e de lá para cá tivemos quatro emendas. Estivemos reunidos com o Ministério da Fazenda, e os técnicos do Governo trouxeram todas as reivindicações. Foram longas reuniões para se chegar a esta redação. Então, não é uma redação que saiu da minha cabeça. Quero que o senhor saiba que é fruto de reuniões com o Governo, já acatando as emendas todas daqui, e com a equipe do Senador José Serra. Ele também apresentou algumas dificuldades para concordar com alguns pontos, mas acabamos chegando a um consenso. Eu só queria lhe contar a história.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela preocupação. Eu só quero agradecer, Sr. Presidente, pela preocupação do eminente Relator. Eu não teria dúvida da coerência de V. Exa., da maturidade de V. Exa. ao tratar dessa matéria, que, obviamente, carece desse diálogo com a equipe econômica e com o Banco Central também. Acho que as ações que adotamos aqui, as medidas que adotamos aqui têm impactos efetivos, alguns positivos e outros negativos.

Mas agradeço a V. Exa. a cautela de fazer essa revisão, mas farei a análise necessária o mais rapidamente possível. Certamente, na próxima pauta, enfrentaremos o tema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto do Senador Esperidião Amin cujo Relator é o Senador Luiz do Carmo é idêntico a esse projeto do Serra, Senador Amin? O seu projeto é igual ao do Serra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O do Serra é setorial.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele abrange essencialmente matéria... O projeto do Senador Serra, relatado brilhantemente pelo Senador Oriovisto, é setorial. São benefícios fiscais, pelo que eu entendi, decorrentes de aplicações financeiras de recursos basicamente do Fundo de Garantia e outros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, basicamente do Fundo de Garantia, operados por instituições públicas, fundamentalmente. O meu, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O seu vai além.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O meu é tudo que é renúncia de receita, tudo que é juro subsidiado, é o subsídio dos juros...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que está demorando mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, compreendo, mas não vou deixar de fazer um apelo porque nós vamos ficar legislando sobre partes. Aí é a tese daquele médico londrino. O Jack, o estripador, é que ensinou: "Vamos por partes". Ele fazia sempre por partes. Mas, analisando o global, acho que você tem uma visão melhor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – No seu projeto, o senhor pretende discutir as zonas francas também?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Toda forma de renúncia fiscal. Não é discutir a zona franca, mas é discutir o benefício que qualquer incentivo representa para a competitividade, para a geração de emprego e para o consumidor. Não existe cláusula pétrea para se avaliar. E, se quiser analisar antecipadamente a questão da zona franca, primeiro, ela tem proteção constitucional. Agora, mesmo tendo a previsão e a proteção constitucional, eu acho que, de tudo de que se abre mão, tem de se saber qual o custo e qual o benefício, tanto na parte financeira, como quer o Serra, na forma de subsídio...

Se eu dou subsídio para uma atividade agropecuária, aí não sei nem o custo nem o benefício disso. Por quê? Então, não há restrição. Pode até ser imposta uma restrição, mas o objetivo do projeto é transparência. Em tudo que eu aplico, em tudo de que eu abro mão, sendo dinheiro público, eu tenho de saber se houve mais benefício do que custo e vice-versa. Esse é o sentido do projeto, mas não é focalizado nisso ou naquilo, e muito menos na questão específica da zona franca.

Agora, a Zona Franca de Manaus, se quiser discutir, primeiro, tem os próprios mecanismos para avaliar o custo e o benefício, mas isso é setorial. Eu acho que não existe setor que deva ficar imune à avaliação de custo e de benefício com dinheiro público num País que está passando pela situação pela qual o Brasil passa, com 14 milhões de desempregados e com R$500 bilhões de receita dispensados ou dos quais se abriu mão anualmente, sem critério, sendo que alguns desses benefícios foram concedidos no século passado. Atividades já foram substituídas, como profissões o foram, e nós continuamos com essa torneira aberta, porque é assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, o que o Governo Federal nesta década? Estou falando só de 2010 para cá. O Congresso aprovou incentivos. Vou falar de uma coisa que afeta a minha região: linha branca. Qual foi o benefício disso para o País? Qual foi o emprego que foi gerado? Então, fazer isso às cegas é o que o Brasil tem feito, ultrapassando os padrões internacionais, que consideram que isso, em hipótese alguma, deve passar de 10% ou 12% da receita pública. No caso do Brasil, já está chegando a 25% da receita anual, num País quebrado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas quero fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Marcos Rogério!

Talvez, esta seja a oportunidade, Senador Oriovisto e Senador Esperidião Amin, de a gente poder debater tecnicamente os incentivos que a Floresta Amazônica recebe.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou falar só do Amazonas, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é só o Amazonas, não, mas é a Região Norte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí nós vamos fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não um debate...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho visto agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não estou criticando nenhuma coisa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Recentemente, numa decisão do Supremo, eu vi tanto número aí que a gente desconhece e que vira verdade. Olha, vocês sabem que uma mentira repetida várias vezes vira verdade na cabeça das pessoas. Eu vi agora... Vou dar só um exemplo, Senador. Isso aqui, hoje em dia, é bom para todos nós avaliarmos certas coisas. Veja bem, eu vou dar um exemplo humano – e muitos exemplos outros deve haver no Brasil afora, mas não tiveram a mesma repercussão que esse teve porque foi na Rede Globo. Foi o caso do jogador, o goleiro do Vasco, domingo, que recebeu um prêmio como "melhor jogador", em uma brincadeira feita que magoava. O cara depressivo, com problemas. A gente tem que respeitar o ser humano. Qualquer um de nós aqui está sujeito a isto: uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentira sendo repetida, bancada por blogues através de robôs, e você virar o maior bandido, do dia para a noite. Ninguém está isento disso.

Eu hoje mandei o pessoal do meu gabinete fazer um projeto. Eu não suporto mais receber ligações de computador da Oi oferecendo serviços. Eu vou proibir isso. Ninguém é obrigado a receber... O celular é meu! Eles que façam uma propaganda, e eu que ligue para pedir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles sabem que o senhor é um bom cliente, e é por isso que o senhor recebe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos nós recebemos aqui, pessoal. Todos nós recebemos! É uma invasão dentro do nosso...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, todos nós recebemos. Qualquer cidadão... Você está em uma reunião, aí toca o telefone: é uma operadora lhe oferecendo serviço. É ou não é verdade?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para concluir.

A questão da zona franca, de discutir os incentivos, não nos assusta; alegra-nos, porque eu espero que, enquanto eu estiver na Presidência, nós possamos esmiuçar esses números e que, daí para frente, nunca mais se fale que a zona franca é um prejuízo para o Brasil, entendeu? Eu acho que é o momento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo contrário: vamos objetivamente demonstrar o custo e o benefício.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico! Então, isso não nos assusta, até porque nós não temos os meios de comunicação para rebater, às vezes, as inverdades que são colocadas contra nós. Nós não temos esse espaço. E aqui, sim, num debate técnico, com audiências públicas, mostrando os números realmente... Por exemplo, o senhor falou agora em linha branca. A zona franca não produzi linha branca. É proibido. A gente não produz lá geladeira, fogão, frigobar. Não, nós não produzimos isso. Então, não é para o Amazonas; é para Estados desenvolvidos. Qual era a justificativa? Que o consumidor pudesse ter um produto mais barato na mesa, aliás, na sua casa. E isso não funciona desse jeito. Nós sabemos que não funciona.

Isso é que nem Governo... Uma vez a Dilma fez uma proposta, e eu disse a ela: "Presidente, como é que a senhora vai controlar isso?". Ela desonerou a cesta básica. Eu quero saber como é que se controla, em uma taberna, no interior do Estado de Rondônia ou de Goiás ou... "Ah! Está mais barato o arroz aqui porque a Presidente...". Isso não existe, pessoal!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o benefício para o consumidor. É o terceiro item.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não chega ao consumidor. Infelizmente, é uma verdade: nunca vai chegar ao consumidor. Você não espera que o empresário vá ser bonzinho e vá dizer: "Não; já que reduziram 16% ou 17% do ICMS, zeraram a alíquota do ICMS da cesta básica, eu vou lhe dar também". Nunca! Havia uma desoneração sem chegar ao consumidor. Isso é bom a gente debater.

Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, o debate é importante, e acho que trazer essa matéria para um debate mais profundo e responsável, considerando as peculiaridades regionais, é fundamental, porque cobram os incentivos que nós temos na Região Amazônica, e não apenas na Zona Franca de Manaus, mas na Região Norte, com as ZPEs, e no Nordeste, que também tem incentivos em razão das peculiaridades regionais, mas não cuidam de observar muitas vezes as contingências que esses Estados têm. E, no caso da Amazônia, mais especificamente, as limitações que tem ao pleno desenvolvimento, em razão justamente de estarmos hoje cumprindo aquilo que o Brasil, e boa parte do mundo, deixou de cumprir, que foi preservar as suas florestas. E nós estamos fazendo: Rondônia tem mais de 80% de área preservada, e a propriedade privada tem como maior associado, maior sócio, o Estado que impõe a obrigação de uma reserva de 80%. O nosso zoneamento vai dizer: "Não, 20% você explora; 80%, preserva". Vamos implantar essa regra em outros Estados para ver se funciona: reflorestar, recompor.

Então, é preciso realmente fazer esse debate, levando em consideração as peculiaridades regionais. E nós não estamos fugindo da obrigação de cuidar daquilo que é fundamental para o Planeta. Nós o fazemos, mas é preciso ter obviamente cuidado no sentido de respeitar as questões regionais, esses aspectos que são fundamentais.

A tese que o Senador Esperidião Amin traz eu acho que é fundamental e oportuna: fazer uma discussão em sentido amplo, para corrigir as distorções, mas obviamente, Senador Esperidião Amin, considerando V. Exa. como alguém que tem absoluta responsabilidade no que fala e, desde a Câmara, já o respeito muito, em razão disso, mas, levando em consideração essas particularidades, eu acho que isso é fundamental. Nós não podemos ter dois brasis; o Brasil é o mesmo. E, para a gente compensar essas distorções, nós precisamos conhecê-las, mensurar as diferenças e aí, sim, estabelecer uma política tributária, uma política fiscal que seja equânime com este novo momento do Brasil.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, eu posso fazer um último comentário nessa fala?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre a zona franca ainda?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

É só para dizer que eu sou um admirador da zona franca e que estou lá. E eu quero dizer que lá não é o único lugar que tem incentivos. No Estado do Paraná, há; no Estado de Santa Catarina, há; existe a questão dos portos, em Santa Catarina, que facilitam muito; em São Paulo, há. O Brasil todo faz política...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Em Paranaguá, há alguma coisa. O porto é muito ruim, mas há algum incentivo.

Mas, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte, na hora em que a gente fala em retirar subsídios, tem que tomar muito cuidado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não, eu sei, mas, na hora em que vai avaliar, vai discutir, tem que tomar que muito cuidado. Por exemplo, eu quero contar uma experiência pessoal, por que eu fui parar na Zona Franca de Manaus.

Nós tínhamos uma empresa que fabrica computadores em Curitiba; lá, eu já não pertenço mais, deixei totalmente o lado empresarial da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para quem não conhece, a empresa é a Positivo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não era para contar, mas já que o senhor contou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a maior produtora de computador do Brasil.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pois é.

Nós tínhamos lá, Sr. Presidente, a fabricação de quase todos os computadores que vendíamos. O Governo do então Governador Beto Richa resolveu colocar o ICMS da produção de computadores lá em cima, porque achou que nós estávamos muito ricos e tal, e que tinha que ser assim mesmo. Todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversas foram feitas, possíveis e imagináveis, e não houve solução. Sabe qual foi o resultado? Eu fui para a Zona Franca de Manaus, porque lá eu senti alguma segurança, porque no Paraná, se continuasse, quebraria, porque não teria como competir com outros Estados que davam o mesmo subsídio, e é um setor em que a margem é de 2%, quando se vendem grandes estoques. Então, qualquer variação de preço acaba com a indústria.

Então, estou lá na Zona Franca de Manaus, sou muito feliz, faço parte daquilo lá. E não sou contra acabar, não. Eu estou só alertando, porque o Amin quer competir lá com Santa Catarina.

Ele está querendo fazer zona franca lá, que eu sei. Mas isso é só para fazer intriga. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora eu fui citado. Eu quero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fui citado. Eu fui citado e só quero dizer ao Senador Oriovisto e a V. Exa. o seguinte: fui Governador duas vezes, e nunca, sob o meu governo, foi praticado um ato que representasse guerra fiscal, nem um caso – nem um caso! Agora, também tomei os cuidados para que os meus vizinhos, que sempre desejaram se transformar num Estado industrial, mas que não são um Estado industrial – e eles têm todo o direito de lutar por isso –, não oferecessem vantagens competitivas que criassem, que gerassem obsolescência.

Infelizmente, a política brasileira de fomento à *commodity* foi a mais prejudicial para a indústria. E os Estados que se industrializaram artificialmente estão murchando. Até o Estado de Santa Catarina, que ainda tem um setor industrial para lá de dois dígitos, diferente do Brasil, que já está com um dígito só, porque tem tradição industrial, sofre com esta política que nós temos adotado: fomento à exportação de *commodity* e punição para a produção de bens industrializados. Por isso, eu jamais tive foco para prejudicar quem industrializa ou pelo menos aprimora o que é matéria-prima.

Agora, volto ao meu projeto. O projeto não é para sacrificar; é para que não haja tesouradas absurdas e sem fundamentação técnica, que é o que está acontecendo no Brasil. Os Governadores que estão sofrendo a crise de não saber se podem pagar a folha de pagamentos estão fazendo cortes de incentivos fiscais pelo valor do corte, ou seja, se eu preciso de R$1 bilhão e passo a tesoura, as consequências, como dizia Vitorino Freire, vêm sempre depois, mas vêm sempre. E estão passando agora por novas aflições. Acho que o debate do meu projeto, sem nenhum preconceito nem de minha parte, nem da de V. Exas., vai ajudar o País.

É isso que eu digo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, quero só fazer uma colocação rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso já havia pedido a palavra, primeiro, por favor.

Senador, eu o vi primeiro.

Depois, fala o Senador Jean.

Depois, fala o senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Diante do debate sobre incentivo fiscal, quero dizer que eu me considero bastante envolvido nessa questão, não por causa da Zona Franca de Manaus. Mas, primeiro, quero concordar *ipsis litteris* com o projeto do Senador Amin, porque é preciso fazer um reestudo global, geral dos incentivos, de seus resultados, de suas contribuições e de seus problemas.

Eu queria dizer aqui – o Senador Esperidião Amin disse que foi Governador e que não se lembra de ter dado incentivo – que eu fui Governador do Estado do Ceará e que posso dizer com muito orgulho que fui um dos iniciadores da guerra fiscal. Eu comecei a dar incentivos fiscais para atrair indústrias para o meu Estado, que não tinha indústria. O meu Estado, como vocês conhecem, o Estado do Ceará, como o Rio Grande do Norte, por exemplo, não tem vocação agrícola – todos nós temos problemas de seca – e não tem mercado, porque as nossas populações são extremamente pobres e vivem em situação de desemprego e de falta de oportunidades.

Nos exemplos que nós vimos de outros países, como os Estados Unidos, existe uma tremenda guerra fiscal entre os Estados. A Federação lá é diferente, é mais forte. Temos um exemplo de como fazer Estados mais pobres terem alguma chance de se desenvolver e de atrair empregos.

Eu queria dizer, portanto, que isto não é uma exclusividade do Brasil, a questão do incentivo fiscal. Há uma distorção, nós elevamos o nível de incentivos a números absolutamente indesejáveis, mas também há o outro lado da questão. Incentivos hoje existem em todo o Brasil, a começar por São Paulo, onde existem os maiores incentivos. E, se forem tirados todos os incentivos fiscais – sei que ninguém defendeu isso aqui, mas eu quero levar outro ponto à discussão –, não há uma empresa neste País... Eu conheço pouquíssimas empresas que não têm incentivo fiscal algum. E qual é a razão disso, fora a questão regional? O elevado nível de tributos no País. Então, a carga tributária é elevada, e o disfarce para essa carga tributária são os incentivos, que hoje são generalizados e não são monopólio de uma ou de outra região neste País.

Então, o debate, Senador Esperidião, com o qual eu concordo, tem que ser muito mais amplo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem a palavra o Senador Jean Paul...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Quero só complementar o que disse o Senador Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e, depois, o Senador Kajuru.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – É só uma palavrinha, Kajuru, se me permite. Quero só completar, dizendo que a minha saída de Curitiba e a ida para a Zona Franca de Manaus fechou quatro mil empregos na cidade de Curitiba, e eu abri esses empregos lá. Isto é o que pode fazer essa coisa de mudar a política fiscal irresponsavelmente: criar desemprego, criar confusão, criar despesa. Então, realmente, o Amin tem muita razão quando diz que é preciso haver critério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Quero só complementar com o critério que eu vou mencionar aqui ao fim. Quero lembrar apenas que, de fato, todos aqui têm muito mais experiência do que eu, até como Governadores de Estado, no histórico dos incentivos no Brasil. Eles, de fato, começaram tentando incentivar atividades e investimentos em regiões tidas como economicamente desfavoráveis ou ambientalmente restritas, como o Senador Marcos colocou. Então, para compensar isso, havia a possibilidade, dada pela sociedade brasileira, de que eles dessem, mais severamente, mais rigorosamente, incentivos.

Hoje, nós temos situações completamente diferentes. Primeiro, como o Senador Tasso colocou, praticamente todos os Estados dão incentivos. Esses incentivos, no caso do Nordeste, são praticamente iguais; hoje nós estamos praticamente equalizados. O que conta são os critérios de logística, os critérios de recursos naturais próximos e também agora energia. Então, nós temos... Nem a parte ambiental conta hoje, porque não é o caso da Amazônia, porque, obviamente, há outra questão, que é a percepção de não ter desmatado, de não desmatar ou de não ferir a questão ambiental.

Então, os nossos incentivos industriais hoje são praticamente equivalentes. O que conta – eu queria salientar aqui algo importante – é não apenas a avaliação dos benefícios *versus* as perdas fiscais, mas também o acompanhamento *pari passu*, regular, estrito, das contrapartidas que o investidor propõe fazer quando ganha o benefício. Então, aquele que diz que vai gerar emprego, que gere emprego; aquele que diz que vai capacitar mão de obra, que capacite mão de obra.

Na maior parte desses programas de incentivo, Senador Esperidião, a gente nota que eles são dados, mas que, depois, o camarada fica navegando dez anos ou vinte anos no incentivo, sem absolutamente nenhum acompanhamento dessas metas, desses critérios estabelecidos. É preciso fazer isso. Estamos fazendo isso no Rio Grande do Norte. A Governadora Fátima Bezerra está revisando o nosso Proadi com base nesse critério, apenas inserindo o acompanhamento mais restrito, a cobrança das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metas que são colocadas em troca e até a graduação desse benefício em função das contrapartidas que são oferecidas pelo próprio investidor industrial.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente, vou ser objetivo aqui.

O que me deixa mais aturdido é saber que esse projeto de abismal importância do Senador Amin está há 27 anos aqui no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, sem discussão! E é um projeto de grande importância. Não cabe aqui a ninguém questioná-lo, mas, sim, debatê-lo.

Eu jamais cometeria a injustiça de Baruch de Spinoza, quando ele escreveu sobre ética, porque sei das posturas éticas de Tasso e de Amin quando Governadores. Eles jamais cometeriam tal erro. Mas, no meu Estado de Goiás, anualmente, nos últimos 20 anos – isto é motivo de denúncia e de investigação do Ministério Público Federal por um dos melhores Procuradores deste País, Mário Lúcio de Avelar –, simplesmente todo ano, o perdão fiscal era de R$9 bilhões! E é de amplo domínio público que o Governador Marconi Perillo, infelizmente do seu Partido, Tasso Jereissati, recebia 3%, ou seja, eram R$300 milhões na conta dele todo final do ano. Isso foi motivo de investigação e de denúncia do Ministério Público Federal. Nove bilhões reais o Estado de Goiás dava de perdão fiscal! Inclusive, a JBS Friboi – isto é de domínio público – recebeu R$1,4 bilhão de perdão fiscal.

Então, para concluir, faço só uma pergunta, Presidente, em relação ao seu comportamento: existe um prazo para o Relator nesse projeto tão importante? Existe um prazo? Ele tem um prazo ou não tem um prazo? Ele pode demorar? Se existir um prazo e se ele terminar, eu gostaria de me oferecer para ser Relator, porque, em uma semana, eu faço esse relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero agradecer ao Senador Nasser, que alguns conhecem como Senador Kajuru, pelo préstimo que ele presta ao País.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru, realmente não tem... A gente deixa muito a critério da boa vontade do Senador da República.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – E se não houver boa vontade?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, aqui diz uma semana. É impossível, em uma semana, você dar um relatório, às vezes. Pelo Regimento, seriam 15 dias. Não é isso? São 15 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. E aí aqui tem...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Faz mais de um mês?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, faz mais. Há projetos que aqui estão desde o primeiro dia em que eu assumi, e eu já os repassei para quase todos os Senadores. Aqui há vários projetos para relatar que até hoje não transferem para cá. Todos os Senadores recebem semanalmente vários projetos da Comissão para relatar. Correto? E eu fico no aguardo da boa vontade. Não sou eu que vou ligar e cobrar do Senador. Geralmente, o autor do projeto é quem procura o colega Senador que é responsável pela relatoria e pede... Por exemplo, nós só votamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para esclarecer, em 27 de fevereiro, deu entrada o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas não é só o Senador que está com esse projeto desde o dia 27 de fevereiro, outros Senadores e Senadoras também têm projeto desde o dia 27 de fevereiro e até hoje não trouxeram o relatório aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas, Presidente, 75 dias para um Parlamentar relatar, perdoe-me, é uma decepção. O único que o senhor me deu até hoje para relatar, aquele do radialista, eu demorei uma semana e entreguei ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um? Não, mas há mais de um com o senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Comigo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É lógico!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, é um só.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu só fui... Comigo não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere, que vou lhe dar o número exato já, já. Com certeza...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agora, 75 dias... Desculpe-me, hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi pedida a vista. Na semana que vem, a gente vai discutir. Foi concedida vista coletiva.

Senador Mecias de Jesus, como alguns Senadores não estavam presentes no momento, eu fui passando...

Depois, volta a palavra para você, Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Não há problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, amigo?

Senador Mecias, por favor...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, eu fui designado por V. Exa., por esta Comissão, para relatar o Projeto de Lei 585, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que inclui a diabete melito no rol dos agravos, das doenças pelas quais seus portadores podem ter desconto no Imposto de Renda, mas, apesar de meu parecer estar pronto para ser votado, atendendo a um pedido pessoal do Senador Izalci, eu quero pedir a V. Exa. a retirada de pauta, porque o Senador Izalci me disse que quer analisar com mais cuidado esse projeto. Então, eu gostaria de pedir a V. Exa. a retirada de pauta, para que a gente pudesse incluir em outra data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 585, DE 2019

- Terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Em 10/4/2019, a matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Eu agradeço. É que eu estava numa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Eu vou conversar com o Relator sobre esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Styvenson, dois o senhor está adiando, vai relatar só um, não é isso?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Na verdade, vou relatar o que trata do dispositivo antiesmagamento veicular.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o item 6?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso!

Quanto ao item 5, que trata dos extintores, o Senador Veneziano, que não está presente, colocou um voto em separado e queria discutir o assunto. Então, eu peço para retirar de pauta a questão do extintor. E eu poderia relatar só a questão da obrigatoriedade do dispositivo antiesmagamento nos acionadores energizados de veículos.

Sr. Presidente, quero pedir também que o do Fust... Acho que é o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está pedindo o adiamento também, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim. Falei com o Senador Otto já sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Autoria: Deputado Moses Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

2. Em 7/5/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, de 2018

- Terminativo -

Altera as Leis nos 9.998, de 17 de agosto de 2000, e 9.472, de 16 de julho de 1997, autorizando o uso dos recursos do FUST para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro – Proantar.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: pela aprovação do projeto, com a emenda nº 1-CCT.

Observações:

1. Em 12/12/2018, a matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CCT.

2. Em 7/5/2019, foi concedida vista ao senador Espiridião Amin.)

Vamos ao item 6, por favor.

Depois, a Senadora Kátia vai relatar o item 2.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a obrigatoriedade de dispositivos antiesmagamento nos acionadores energizados de janelas, tetos solares e painéis divisores de veículos automotores, e dá outras providências.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Posso antecipar a análise? (*Pausa.*)

Conforme argumentado pelo autor na sua justificação, a proposição visa a garantir o cumprimento de regras já estabelecidas pela Resolução nº 468, de 2013, do Contran, e que, segundo o autor, apesar da postura de várias empresas que acataram a norma e a vêm cumprindo, algumas empresas do ramo da indústria automobilística e fabricantes ou importadores de acessórios têm se voltado contra essa norma buscando brechas para descumpri-la.

Tendo em vista que a proposição se caracteriza como um mecanismo de *enforcement* de obrigações já vigentes, os seus custos econômicos, de certa forma, já foram integrados na economia.

Destacamos que, a nosso ver, o escopo da avaliação vai muito além dos custos da indústria automotiva com matérias-primas e dos consumidores de automóveis com preços de veículos. Também é preciso sopesar os custos decorrentes das perdas humanas, especialmente de crianças, que são as vítimas fatais dos acidentes com vidros elétricos. Nesse cenário, é inequívoco o largo benefício que a aprovação do PLS nº 150, de 2018, trará.

Entretanto, consideramos que transformar o texto da resolução editada pelo Contran em lei dificulta mudanças futuras nas regras em virtude de possíveis incrementos tecnológicos na indústria automobilística. Como regra, o processo legislativo é bem mais longo que a edição de uma resolução.

Embora o autor tenha apontado que o anexo da lei, onde estão os comandos efetivos da resolução, poderia ser modificado por resolução do Contran, esse caminho não seria válido, pois não cabe a esta alterar aquela.

A fim de garantir que a citada resolução seja cumprida, em vez de trazer todo o seu longo texto para o corpo de uma lei, seria pertinente que apenas a obrigatoriedade de uso desses "dispositivos antiesmagamento" constasse da lei. Seus requisitos técnicos devem continuar definidos por resoluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o Código de Trânsito tem em seu escopo artigo com a descrição de equipamentos obrigatórios nos veículos. Dessa forma, em vez de edição de uma lei esparsa, a alteração no CTB para o fim pretendido seria mais apropriada.

Consoante com o teor da Resolução Contran nº 468, de 2013, que, atendidas determinadas condicionantes, permite que acionadores energizados funcionem sem dispositivo de inversão, o corpo da lei deve remeter ao Contran a estipulação de critérios para a dispensa da instalação desses dispositivos de inversão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2018, na forma do seguinte substitutivo:

> EMENDA Nº - CAE (Substitutiva)
> PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2018
> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a instalação de sistema de inversão nos acionadores energizados de janelas energizadas, tetos solares e painéis divisores de veículos automotores.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a instalação de sistema de inversão nos acionadores energizados de janelas energizadas, tetos solares e painéis divisores de veículos automotores.
> Art. 2º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do inciso VIII:
> "Art. 105.
> .....
> .....
> .....
> .....
> VIII – dispositivo de inversão nos acionadores energizados de janelas energizadas, teto solar e painel divisor de veículos automotores.
> .....
> .....
> §6º As exigências estabelecidas nos incisos VII e VIII do *caput* deste artigo não se aplica aos veículos destinados à exportação.
> §7º A exigência disposta no inciso VIII aplica-se aos acionadores energizados de janelas energizadas, teto solar e painel divisor de veículos automotores vendidos e instalados no mercado de reposição, sendo dispensável quando não trouxer benefícios à segurança, conforme regulamentação do Contran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

..... (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Styvenson Valentim.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, nos temos da Emenda nº 1-CAE, Substitutivo.

Senadora Kátia Abreu, vamos ao item 2: PLC 219, de 2015.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (franchising); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Mourão

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: favorável ao projeto, com a Emenda nº1-CCJ.

Observações:

1. Em 30/5/2018, a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda n° 1-CCJ, de redação.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria diz respeito às franquias. Desde 2015, esse projeto foi protocolado. Ele não traz grandes novidades, a não ser a transparência, porque o marco regulatório anterior não trazia claramente a questão dos juros, das condições, do que quanto se paga, do percentual. Então, é apenas uma transparência nos detalhes.

Quero antecipar que eu tenho aqui uma carta de todas as franquias do Brasil e também dos franqueadores, aprovando este relatório, que é do Senador Armando Monteiro, quando ele aqui estava. Isso foi negociado quando ele era Ministro do Desenvolvimento.

Então, vamos à leitura, Sr. Presidente.

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 219, de 2015 (PL nº 4.386, de 2012, na origem), do Deputado Alberto Mourão, que "dispõe sobre o sistema de franquia empresarial (*franchising*); revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994; e dá outras providências".

A proposição é estruturada em doze artigos.

Destacamos o art. 3º, que estabelece a obrigação de o franqueador fornecer ao interessado em tornar-se franqueado uma Circular de Oferta de Franquia (COF), enumerando as informações que devem constar no referido documento. Então, a Bíblia da franquia vai ser a COF, exigida pontualmente por este projeto de lei.

O art. 4º, que também merece destaque, determina que a COF, que é a Circular de Oferta de Franquia, deverá ser entregue ao candidato a franqueado no mínimo dez dias antes da assinatura do contrato ou do pagamento de qualquer taxa pelo franqueado, prazo cujo descumprimento pode ensejar a anulação do contrato. Ressalva-se o caso de licitação ou pré-qualificação promovida por órgãos ou entidades públicas, em que a Circular de Oferta de Franquia será divulgada logo no início do processo de seleção, com editais de licitação.

O art. 5º também merece destaque e trata da hipótese de sublocação ao franqueado do ponto empresarial alugado pelo franqueador, dispondo sobre a ação renovatória e o valor do aluguel. Também não havia regras claras.

O art. 6º estabelece que a omissão de informações exigidas por lei e a veiculação de informações falsas na COF pelo franqueador também ensejarão a anulação do contrato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

O art. 8º autoriza as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios a adotar o sistema de franquia, de franquia pública, como, quem sabe, os Correios, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação do projeto de lei, seu autor afirma que a proposição "tem como objetivo atualizar a legislação de franquias no País, após quase vinte e cinco anos de vigência da Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994". Então, são 25 anos após a lei para se renovar esse tema.

O projeto de lei foi distribuído à CCJ, que formulou parecer pela aprovação da proposição, com uma emenda de redação, e a esta Comissão, CAE, devendo ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Não foram apresentadas outras emendas.

A CCJ já se manifestou sobre os aspectos constitucionais e formais da proposição, com o que concordamos.

Quanto ao mérito da proposição, somos favoráveis à sua aprovação.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2015, e da Emenda nº 1, da CCJ.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Kátia Abreu.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ/CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há mais um relatório, do Senador Jorginho Mello, mas ele está sendo pautado pela segunda vez. Vamos aguardar.

Nada mais havendo a discutir com os Senadores, convoco para a próxima terça-feira a reunião aqui, nesta Comissão, às 10h da manhã.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos).*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Otto Alencar, Irajá, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Alvaro Dias, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Weverton e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 377, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru, Lasier Martins, Espiridião Amin, Veneziano Vital do Rego e Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 18). **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 29, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Espiridião Amin e Lasier Martins. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 64, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, de forma a assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com a emenda nº 1-CDR-CRA. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 669, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a cobrança de taxa de religação de serviços públicos." **Autoria:** Senador Weverton. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu (*Ad hoc*), substituiu Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Weverton Rocha, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Veneziano Vital do Rego, Leila Barros, Otto Alencar e Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a emenda nº 1 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 151, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 17). **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2014 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao projeto com as emendas 1, 2 e 3-CRE-CCJ. Após leitura do relatório, fez uso da palavra o Senador Álvaro Dias. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CRE-CCJ-CAE. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 19). **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a associação de Municípios." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 10 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 457, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após leitura do relatório, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Oriovisto Guimarães, Espiridião Amin, José Serra, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rego, Álvaro Dias, Luiz do Carmo, Tasso Jereissati, Marcos Rogério e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova, por 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a Emenda nº 5-CAE (Substitutivo), ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, XVI, do RISF. **Observação:** Obs. De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 583, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o § 5º do art. 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para prever que as lesões físicas ou psíquicas permanentes poderão ser comprovadas por laudo médico." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 585, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 50, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 151 de 2017, que "Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 50/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 51, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para Projeto de Decreto Legislativo nº 377 de 2015, que "Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS."."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Jorge Kajuru. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 51/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 52, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 26 de 2014, que "Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros."." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 52/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 53, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de debates no âmbito desta Comissão, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 75 de 2018." **Autoria:** . **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 53/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 54, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, aditar o Requerimento nº 46/2019 - CAE, para inclusão de convidados na audiência pública conjunta desta comissão com a Comissão de Infraestrutura, com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário." **Autoria:** Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 54/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 55, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 55/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

O item 1 tem como Relatora a Senadora Leila Barros.

Para a gente adiantar, eu vou pedir à Senadora Kátia Abreu, que é Relatora do item 5, para ler o relatório.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, de 2017

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Autoria: Deputado Zé Silva

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto.

Eu pediria à Senadora para...

Não é terminativo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresenta-se para análise da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017, do Deputado Zé Silva, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

O art. 1º da proposição altera o §1º do art. 26 da Lei nº 11.775, de 2008, para estabelecer que a individualização dos contratos coletivos de financiamento celebrados junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária e ao Programa Cédula da Terra seja condicionada à decisão da maioria dos beneficiários de cada associação, obrigando a todos, tendo em vista que, pela atual redação, a lei condiciona a individualização dessas operações à adesão de todos os beneficiários de cada empreendimento.

O projeto prevê a vigência da futura lei imediatamente após a sua publicação.

Análise.

É competência da Comissão de Assuntos Econômicos avaliar propostas legislativas acerca de política de crédito, de acordo com o Regimento.

A proposição é meritória porque a redação atual da lei restringe a individualização dos projetos do crédito fundiário e favorece minorias desinteressadas no adimplemento do contrato, prejudicando os demais associados. Porque, num grupo criado, montado para o financiamento, nem todos estão ali, de fato, dispostos a empreender na atividade agropecuária.

todos estão ali, de fato, dispostos a empreender na atividade agropecuária. E aqueles que estão dispostos ficam defendentes desses demais. E aqueles de boa-fé, com vocação e talento, ficam presos e não podem ter o seu financiamento individualizado. Então, não é justo que essa pessoa fique prejudicada pelos demais.

Assim, a posição objetiva combater o comportamento oportunista de uma minoria de associados, contribuindo para a redução da inadimplência, uma vez que cada família seria responsável por sua própria dívida.

A proposição representa impacto significativo para as famílias de agricultores que se encontram vinculadas a contratos de financiamento coletivos celebrados no âmbito dos programas Banco da Terra e Cédula da Terra.

Estima-se que o projeto alcance cerca de 2,6 mil contratos, que beneficiam mais de 46 mil famílias que adquiriram 958 mil hectares de terra, com financiamento total ao redor de 663 milhões de valores atuais. No Tocantins, por exemplo, são cerca de 1,3 mil famílias. Os beneficiários do programa são famílias rurais vulneráveis e com menor renda inscritas no Cadastro Único (CradÚnico) e usam o crédito para aquisição de terras e programas de infraestrutura comunitária. Com isso, a individualização dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos de financiamentos celebrados pelos beneficiários desses programas será definida a partir da decisão da maioria dos mutuários de cada empreendimento, abolindo o atual critério da unanimidade.

É importante ressaltar que a opção de individualizar os contratos não traz prejuízos ao mutuante, que continua a contar com garantia real hipotecária sobre a parcela do imóvel que cabe a cada mutuário, sem prejuízo dos demais mutuários, uma vez que eles arcarão tão somente com as obrigações proporcionalmente assumidas nos contratos coletivos. Dessa forma, o projeto vai facilitar a regularização da situação das famílias vinculadas a esses projetos e contribuir de forma decisiva para a retomada do crédito e do investimento produtivo no âmbito da agricultura familiar brasileira.

Pelo exposto, somos favoráveis ao Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2017.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório da Senadora Kátia Abreu.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora, parabéns pelo relatório porque realmente, se eu, a senhora e o Kajuru montarmos uma empresa pequena e eu não quiser pagar a minha parte, vocês dois se prejudicam por isso. Isso é seriíssimo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso é um dos problemas sérios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque há alguém que não quer mais. Esse alguém que não quer mais acaba prejudicando terceiros que querem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, se individualizar... Acho que é um projeto que ajuda. Eu não sabia que era essa quantidade toda de famílias: 46 mil famílias é um número bastante significativo.

Parabéns pelo relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O senhor me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Se o senhor me permite, eu gostaria de pedir a urgência desta matéria para Plenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento da Senadora Kátia Abreu para que a gente coloque em Plenário para ser votado ainda hoje.

Aqueles que concordam, Senadores e Senadoras, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Leila, item 1.

Aprovado.

Senadora Leila, item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, de 2015

- Não terminativo -

Susta a Portaria nº 61, de 1º de outubro de 2015, do Ministério da Saúde, que torna pública a decisão de não ampliar o uso da mamografia para o rastreamento do câncer de mama em mulheres assintomáticas com risco habitual fora da faixa etária atualmente recomendada (50 a 69 anos) no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 4/10/2017, a matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.

Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras!

Semana passada, eu retirei o projeto, só para informá-los, e nós estivemos com os representantes do Ministério da Saúde do Governo e foi entendido que eles deverão editar uma nova portaria, entenderam isso, mas eu acredito que aqui nós temos, a Casa tem que caminhar, e nós vamos continuar com os nossos ritos aqui. Então, vou manter o meu parecer, vou fazer a leitura do relatório, mas foi muito proveitosa a nossa reunião.

Bom, vem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 377, de 2015, que susta, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição, a Portaria do Ministério da Saúde (MS) nº 61, de 2015.

Na justificação, o autor argumenta que o Ministério da Saúde, ao estabelecer limites etários mais elevados que os estabelecidos na Lei nº 11.664, de 2009, para a realização do rastreamento do câncer de mama mediante exames de mamografia, extrapolou suas competências. Além disso, a Portaria afrontaria o direito constitucional à saúde e se colocaria contra as recomendações médicas internacionalmente reconhecidas.

O PDS foi distribuído para a apreciação da CCJ, para, em seguida, seguir para votação no Plenário desta Casa.

Relatório do Senador Ronaldo Caiado, favorável ao Projeto, foi aprovado na CCJ. Posteriormente, foi aprovado o Requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho, solicitando a oitiva da CAE.

Análise.

Compete à CAE analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas.

Antes de mais nada, é preciso destacar que o câncer de mama é uma enfermidade gravíssima e que acomete um número muito grande de mulheres. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), em 2019, estima-se o surgimento de 59.700 novos casos, uma taxa de incidência de 51,29 casos por 100 mil mulheres. A taxa de mortalidade por câncer de mama de 13,68 óbitos por 100 mil mulheres em 2015 representa a primeira causa de morte por câncer entre as mulheres brasileiras. Além disso, sabe-se que a incidência aumenta progressivamente a partir dos 40 anos.

Muitos chamam essa condição de um mal silencioso, pois pode passar totalmente despercebido pela portadora em seus estágios iniciais, quando as chances de tratamento bem-sucedido são maiores. Daí a importância fundamental do rastreamento precoce, ou seja, da mamografia.

De acordo com a Lei nº 11.664, de 2008, o Sistema Único de Saúde deve assegurar a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade, um parâmetro seguido em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países e recomendado por entidades como a Sociedade Brasileira de Mastologia. No entanto, o Ministério da Saúde adotou uma diretriz mais restritiva, por meio da Portaria que o PDS pretende sustar. Conforme exarado no Parecer da CCJ, a portaria é ilegal por afronta à citada lei.

a portaria é ilegal, por afrontar a citada lei.

É de se reconhecer que o tema comporta certa polêmica, não havendo uma diretriz comum no plano internacional e tampouco consenso na comunidade científica quanto aos custos e benefícios por faixa etária da detecção precoce, mas o fato é que, não obstante a maior incidência de câncer de mama ocorrer entre 50 e 69 anos, essa taxa ainda é expressiva entre 40 e 49 anos, não se afigurando razoável ou mesmo aceitável que os serviços de saúde pública deixem de cumprir com a determinação legal.

A lei federal que assegura o exame preventivo a partir dos 40 anos é uma norma que foi fruto de um debate democrático no Congresso Nacional. Nesse sentido, concordamos mais uma vez com o parecer da CCJ, quando conclui que o caminho legítimo e adequado para se modificar a regra é por meio de projeto de lei ou até mesmo medida provisória.

Do ponto de vista financeiro, entendemos que, mesmo que haja impacto, ele já deveria estar provisionado e previsto na legislação orçamentária federal, exatamente por se tratar de uma norma de 2008. Ou seja, em princípio, está afastada a hipótese de criação de uma nova despesa.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 377, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila.

Senador Kajuru, inscrito para debater o assunto.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Bom dia, Presidente Omar Aziz, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras.

Inicialmente, eu quero cumprimentá-lo, pois, no sábado, eu estava em uma palestra em Belo Horizonte e, ao ler o seu Twitter, imediatamente me solidarizei e imediatamente, ontem, protocolei um requerimento ao Chefe da Casa Civil, mas diretamente ao Presidente Bolsonaro, respeitosamente, para que ele saiba separar o joio do trigo.

Então, que ele diga à Nação quem é que pratica conchavos, quem é, neste Congresso Nacional, que está querendo tornar o Governo dele ingovernável, que está querendo praticar o toma lá, dá cá. Então chega, neste País, de declaração em que se coloca todo mundo na mesma vala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que outros companheiros deste Senado e do Congresso Nacional tenham a mesma posição nossa em relação a esse requerimento.

Sobre o projeto, merecedor de total aplauso, do Senador Lasier Martins, e muito bem relatado pela Senadora Leila, eu apenas observo que, em muitos países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, do Canadá, do Reino Unido, da Holanda, da Dinamarca, da Noruega, tem-se observado um aumento de incidência do câncer de mama, porém, acompanhado de uma redução de mortalidade por ele ocasionada.

Esse fenômeno, aparentemente paradoxal, é explicado pelo trabalho de detecção precoce realizado por esses países, por meio de introdução da mamografia para rastreamento, com a subsequente oferta de tratamento adequado àquelas mulheres em que é detectada alguma alteração mamária.

mulheres em que é detectada alguma alteração mamária.

Já no Brasil, infelizmente, o aumento da incidência do câncer de mama tem sido acompanhado do aumento da mortalidade, Presidente. E a explicação para esse quadro lamentável reside obviamente nos diagnósticos tardios e na consequente aplicação tardia da terapêutica adequada. Não é de se estranhar – e foi bem observado pela Senadora Leila, Relatora – que dentre todos os cânceres, o de mama é o que mais mata as mulheres no Brasil. E aqui eu trago o número oficial. Anualmente, cerca de 15.403 mulheres morrem, no País, dessa neoplasia.

Relatórios divulgados mostram que o diagnóstico por meio da mamografia pode reduzir a taxa de mortalidade em 31%, também observou bem a Senadora Leila. Então, o projeto é sem nenhuma dúvida de imediata aprovação, e que ele vá o mais rápido possível para o Plenário, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Lasier é o autor do projeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Está muito bem relatado, Presidente. E com o adicional do Senador Kajuru, eu acho que pouco ou nada mais há a acrescentar e se está propondo apenas um rastreamento mais precoce, para com isso se evitar tanta mortandade de mulheres com câncer de mama, que como foi dito é o maior flagelo em termos de câncer nas mulheres.

Eu tenho a expectativa da aprovação aqui e no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns, Senador Lasier, pela iniciativa. E a Senadora Leila, que conversando comigo semana passada, numa demonstração clara de que quer contribuir com o Governo, esperou mais uma semana para votar, porque houve pedido, está certo? E isso aí... Uma semana a mais, uma a menos, não iria fazer muita diferença. Mas pela compreensão de a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não querer colocar no colo do Governo e interpretar de forma errada, a questão da mamografia precoce além de detectar, deixa mais barato o tratamento, porque a partir do momento em que se detecta já um câncer avançado, a quimio, a radioterapia e às vezes a mutilação da mulher são muito mais caras do que um exame feito com antecedência.

A gente que vem do Norte, do Nordeste, imagine no interior do Nordeste, no interior da Amazônia! E aqui mesmo, no Centro-Oeste, quantas mulheres já vieram a óbito sem saber que tinham câncer de mama? Quantas? Inúmeras! E antigamente o pessoal dizia que morreu do coração, teve um ataque e morreu. Não. O câncer consumia e um dia a mulher chegava ao óbito.

Eu tive a felicidade de – coloquei aqui semana passada – comprar mamógrafos, quando fui Governador, para todos os Municípios do meu Estado. Treinei pessoas, principalmente mulheres, porque no interior uma mulher fica muito mais constrangida se for fazer o exame de mamografia com homem. Dei preferência às mulheres para fazer o treinamento técnico e esses exames eram encaminhados à capital através da internet, porque não há nos Municípios, no interior, pessoas

E esses exames eram encaminhados à capital através da internet, porque não há, nos Municípios do interior, pessoas especializadas para detectar se têm ou não têm. E em alguns está funcionando, mas, em outros, infelizmente, depois que eu saí, nem implantaram. Mas eu tenho uma coisa que me orgulha muito: tínhamos o maior índice de câncer de colo de útero na minha região, e eu fui o primeiro Governador a vacinar todas as crianças de 11, 12 e 13 anos com a vacina do HPV. É uma doença que não afeta só a mulher, mas o homem também tem muitos problemas, adquire isso na relação sexual. Depois, o Governo, através da Presidenta Dilma, também implantou isso no Brasil todo.

Então, quero só fazer aqui este registro ao parabenizar a Senadora Leila e o Senador Lasier pela iniciativa.

O projeto vai a Plenário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem.

O senhor, quando Governador, vacinou os quatro anos, de 9 a...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não: 11, 12 e 13.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah, 11, 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E era uma dificuldade, porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Custo para o Estado, a vacina?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Estado, é.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, numa conversa com a Presidenta Dilma enquanto Governador... Ela implantou, e hoje o SUS oferece essa vacina para todas as crianças dessa faixa etária, o que é um programa de prevenção importante: com 10, 15, 20 anos, a gente erradica o HPV do Brasil se mantida essa sequência.

Um grande problema que nós temos, Senadora Kátia, é, muitas vezes, a incompreensão do pai e da mãe, que acham que uma criança com onze anos... "Ela vai se prevenir quando ela começar lá na frente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A atividade sexual.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... uma relação." Ela está se prevenindo. Então, isso é muito importante.

Aliás, aqui está o Senador Serra, que, na minha opinião, foi o melhor Ministro da Saúde que nós já tivemos. Se hoje nós temos índices de redução de mortalidade pelo HIV, nós devemos ao Ministro Serra, que, na época, acabou com aquela brincadeira de monopólio de remédios, ele fez o genérico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Enfrentou os laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele enfrentou o mundo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele enfrentou o mundo, o que não é pouca coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele enfrentou o mundo, não foi pouca coisa não. E quero falar isso na sua frente: foi, com certeza absoluta... E implantou também o Médico da Família, o que ajudou muitas pessoas.

Então, o Senador Serra, que foi Ministro da Saúde, sabe da importância da prevenção. E isto é prevenção: mamografia, exame... Não sou médico, mas está aqui um especialista, o Dr. Otto Alencar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas ortopedista não é médico?

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Cada um no seu quadrado! No caso do Senador Otto Alencar, ele é especialista em tratar do encruzo das paletas com a soca da cola! (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É bom!

Em votação...

Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com relação à mamografia: na sua experiência de governo... Porque estou vendo no Tocantins... Praticamente todos os mamógrafos, fui eu que levei, mas ninguém faz, não há obrigatoriedade, não há um programa. Você instalou? Você fez um programa de cumprimento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foram instalados nos hospitais no interior do Amazonas. As pessoas fazem isso de graça, não pagam. É o seguinte: é uma iniciativa da mulher, não tem jeito de você obrigar uma mulher a fazer o exame de mamografia, tem que ser iniciativa dela.

Em relação ao HPV, não, é diferente, porque, se a mãe e o pai não permitirem, não se vacina uma criança, tem que ter autorização. E nós fazíamos nas escolas...

não se vacina uma criança, tem que ter autorização. E nós fazíamos nas escolas. Nós não esperávamos que a criança fosse a um posto de saúde; elas eram vacinadas nas escolas naquela faixa etária – dentro das escolas. Então, existia uma vacinação acima de 90%. Só que hoje, não; hoje não se vacina mais nas escolas. O programa existe, mas a pessoa tem que procurar um centro médico. E as pessoas sempre acreditam naquele negócio: "eu não vou ter isso nunca". Então, não procuram.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quero parabenizar V. Exa., como Governador do Estado, que foi sensível a essa questão tão importante, parabenizar a Senadora Leila pelo seu relatório e dizer que sou completamente a favor.

Obrigada.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Em rápidas considerações, além das que foram feitas por V. Exa. e acompanhadas pelo registro congratulatório da Senadora Kátia ao exercício do mandato como Governador, eu queria fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menções à autoria vigilante do Senador Lasier, à competente relatoria da nossa companheira socialista, Senadora Leila, e dizer que, além do fato de estarmos debatendo uma questão que, de mérito, a mim me parece, acolhe de todos nós as preocupações alusivas a um decreto do Ministério da Saúde – e todos nós somos sabedores, Senador Plínio, da necessidade de fazermos políticas públicas preventivas –, o mais importante, Senador Lasier, é que nós estejamos, e aí vão os meus cumprimentos a V. Exa., vigilantes.

Sem adentrar questões de natureza política, porque fatalmente hoje teremos nós no Plenário essa oportunidade, o Governo começa a se repetir e reiterar o desejo de legislar através de decretos, sem conhecer aquilo que, inclusive, tem sido por nós produzido, como de fato foi essa legislação federal em 2015, extinguindo aquilo que é avanço e estabelecendo aquilo que não é ação regulamentadora, mas sim uma iniciativa legislativa.

Do início do Governo para cá, Senador Lasier, nós já deixamos de lado – e eu volto, Senadora Kátia, a dizer, porque fui contra a medida, que não teve base alguma técnica, metodológica, científica – a extinção do Programa Mais Médicos. Eu, particularmente, achei extremamente pernicioso, Senador Kajuru, e fico feliz ao ouvir aqui ao lado esquerdo, no meu ouvido, V. Exa. dizendo que, de fato, foi uma extrapolação, foi uma precipitação, foi um debate eminentemente de fundo ideológico, deixando milhões de brasileiros, Senador Esperidião Amin, hoje 19 milhões de brasileiros – eu não sei se isso acontece com a nossa querida, não apenas sua, Santa Catarina, mas a realidade do nosso povo nordestino, do nosso povo nortista é essa – à mercê da ausência de profissionais que outrora davam essa assistência.

E de que forma foi decidido isso, Senadora Leila? Simplesmente por uma canetada, simplesmente porque não se concordava com aquilo que se estabelecera contratualmente. Vamos discutir esse contrato! Vamos discutir esse acordo entre países! Vamos estabelecer novas condições para essa relação, Senador Presidente Omar Aziz. Hoje somos quase 19 milhões de brasileiros a perguntar onde estão os médicos que se inscreveram para ocupação das vagas em lacuna deixada pelo profissionais cubanos. Onde estão? Então, da mesma forma como se precipitou, sem nenhuma base de método, sem nenhuma

forma como se precipitou, sem nenhuma base de método, sem nenhuma preocupação de fundo em relação à extinção do Programa Mais Médicos, também o fez com esse decreto, que, ainda bem, esta Casa, a partir deste colegiado, levando ao colegiado pleno do Senado, haverá de sustar.

Parabéns ao Senador Lasier e, da mesma forma, à nossa querida companheira Leila e aos demais que se acostam a essa visão preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só quero complementar o que foi dito a respeito do projeto de lei em pauta, que tem como Relatora a Senadora Leila, que nos trouxe, inclusive, um depoimento de natureza pessoal e, de maneira sensata, concordou com a postergação de uma semana. Eu até fui chamado à colação na reunião de Líderes e tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que explicar o porquê do adiamento, que eu acho que foi uma medida sensata e, como quase tudo, ajudou a serenar. Isso me convence de que, a cada vez que a gente procura um atalho na vida, a gente perde tempo, porque todo atalho produz confusão lá na frente. E, quando você deixa o debate, por exemplo, na comissão permanente própria, que, no caso, é a Comissão de Assuntos Econômicos, as coisas serenam e podem ir para o Plenário evidentemente com menos dúvidas, suscitando menos discórdia.

Segundo, quero cumprimentar o Senador Lasier. E, como o Senador Veneziano, *en passant,* falou sobre a questão do Programa Mais Médicos, eu quero dizer que eu estou matriculado na campanha de, primeiro, pedir reparação ao equívoco do Governo no tocante ao Programa Mais Médicos no meu Estado também, reduzindo o número de Municípios atendidos de maneira discricionária, sem uma fundamentação. Parece até contingenciamento de verba.

Parodiando, o Congresso aprova um orçamento e um técnico faz um contingenciamento discricionário, ou seja, alterando, adulterando – melhor dizendo – o que o Congresso estabeleceu. Neste caso, o Programa Mais Médicos foi amplamente debatido.

Eu fui socorrido, Senador Lasier, por um gaúcho de Bagé, Dr. Francisco Karam, já falecido, sogro do nosso saudoso ex-Senador Vilson Kleinübing, que, radicado em Santa catarina, até os 97 anos de idade, escrevia em jornais. Ele me disse: "Quem é contra o Mais Médicos é antipatriótico, porque a Medicina é feita com os olhos, com a atenção e com as mãos." Os equipamentos são um complemento. Gente que nunca tinha visto um médico passou a ver, passou a ter um médico ao qual recorrer. Solução para os problemas é outra coisa. Agora, o conforto de se sentir acolhido é outro.

Então, eu estou matriculado nessa campanha. Já cobrei em dois pronunciamentos, vou cobrar em outros, e também o Revalida. Soube que houve um murmúrio nesse fim de semana de que ele seria...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... lançado ou relançado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... lançado ou relançado. Quer dizer, sem o Revalida e sem o Mais Médicos, nós estamos condenando esse 19 ou 20 milhões de brasileiros à solidão – esta é a expressão, solidão –, falta de conforto e falta do atendimento que for possível. Não estou falando em alta tecnologia, medicina avançadíssima, mas pelo menos o conforto de escutar aquela frase: "O doutor disse que eu tenho chance".

Queria me solidarizar também com a manifestação do Senador Veneziano e reiterar aqui meus cumprimentos ao Senador Lasier e à Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu agradeço aqui a oportunidade.

Eu não poderia deixar de me manifestar, tendo sido o Relator do Programa Mais Médicos. Na ocasião, esse programa não tratou só do provimento e da fixação de médicos, ele tratou da fixação, do provimento da fixação, foi o maior programa de interiorização e de fixação de médicos da história da humanidade, foram 18 mil médicos interiorizados e fixados. Ou seja, em menos de três anos nós levamos médicos para mais de 3,5 mil Municípios, mais de mil Municípios que nunca tinham tido um médico residente na história, em toda sua existência.

Mas, além disso, nós criamos regras para criação dos cursos de graduação em Medicina. Essas regras acabavam com o balcão de negócio no Ministério da Educação, ou seja, deixava-se de ser a vontade de alguns agentes públicos em detrimento da necessidade efetiva de aquelas vagas serem alocadas regionalmente. Infelizmente, essa regra já foi praticamente abolida, já não se seguem mais as regras para a criação de novos cursos de graduação em Medicina, agora são os interesses dos agentes políticos que definem onde vai ser e não a necessidade objetiva de uma determinada região, o que é muito ruim porque você pode hipertrofiar o número de médicos onde já há muitos médicos, como foi na década de 80 e na década de 70, com a criação de vários cursos de graduação em Medicina.

Esse mesmo Programa Mais Médicos criou a especialização em Medicina Geral de Família e Comunidade, que passava a ser obrigatória a todos os médicos que quisessem fazer uma residência. Portanto, formaríamos médicos para o Sistema Único de Saúde e daríamos à população usuária do SUS, que são 150 milhões de brasileiros, a oportunidade de ser assistida por um profissional especializado, além de estabelecer os critérios do Revalida, porque o Revalida virou um modo de exclusão e de garantir que a corporação tivesse total e absoluto controle do número de médicos que entram no mercado. Então, o Revalida que nós propusemos na lei tinha que seguir o teste de progresso. A gente queria introduzir no Programa Mais Médicos um teste de progresso, que seria feito ao final do quinto e do sexto anos nas residências médicas e a mesma prova aplicada para os alunos do sexto ano deveria ser aplicada para os médicos que buscavam a revalidação de diploma, médicos que foram formados fora do País.

os que foram formados fora do País. Nenhuma dessas regras, infelizmente, foram implementadas pelo Governo passado, e agora neste Governo há o desmonte total de uma grande política de provimento, fixação, formação, especialização, revalidação de diplomas, criação de cursos de graduação de Medicina, controle do número de especialistas, porque a gente criou a obrigatoriedade de informar o número de especialistas, informar o Ministério da Saúde para ter um controle da quantidade de especialistas que há no País para definir critérios e a referência para a formação de especialistas no nosso País.

Então, infelizmente aquilo que vinha para mudar e criar um ambiente mais confortável para a prestação de serviço da área da saúde, para dar sustentação ao SUS, nós estamos vendo ser completamente enterrado. E agora a gente continua com mais de mil vagas em aberto no Programa Mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Médicos e sequer a gente consegue garantir que os médicos formados fora consigam ter a revalidação do diploma, porque a prova é para excluir, não é para incluir; a prova não é para medir conhecimento, é para evitar que esses profissionais formados fora do País consigam o registro do CRM e a revalidação de diploma.

Infelizmente é algo com que nós não deveríamos estar convivendo. E acho que nós deveríamos pautar esse debate na CAS, viu, Kajuru? Quem for da CAS, que a gente possa pautar esse debate de forma mais incisiva para retomar o programa na sua totalidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru, em discussão o projeto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Rapidinho, Presidente, vou ser bem objetivo, curto e grosso.

Senador Rogério, Senador Veneziano, que foram cirúrgicos, é só mudar a naturalidade deles, e esse projeto volta. Se esses médicos tivessem nascido nos Estados Unidos, por exemplo, nada disso teria acontecido. Então, é só mudar a naturalidade deles. Vamos lá no cartório, a gente muda a naturalidade deles. Isso foi uma brincadeira – me desculpe –, a nacionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório da Senadora Leila Barros.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Senadora Leila, item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

No item da Senadora Leia, Relatora, eu vou pedir para a gente votar o pedido de urgência, para se votar o mais rápido possível no Plenário, por favor, porque ninguém pediu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu pedi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vi, Kajuru.

Então, colocando em votação o pedido do Senador Kajuru para urgência. Em votação.

Os Senadores e as Senadoras...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, eu só queria explicar o que foi acordado com o Governo, como a gente esperou e no meu parecer favorável só pediram para que eles pudessem alterar o decreto deles. Então, por isso que eu até conversei aqui com o Senador Lasier, que ele iria fazer o pedido de urgência, e eu expliquei o que tinha sido acordado. Então, se pudermos esperar o que foi acordado, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, depende do Senador Kajuru.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, mas deixe o Senador... Só estou passando o que foi acordado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... mas, Kajuru, fique à vontade. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se é para eu ficar à vontade, pela primeira vez na minha vida, vou discordar de você, minha linda, estonteante, maravilha que brilha feito farol de milha. (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Somos irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Somos irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Kajuru.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a Plenário o pedido de urgência do Senador Kajuru.

Então, até o final da tarde, o Governo tem tempo suficiente para editar um novo decreto, porque são só duas linhas.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 29, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda apresentada.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Pois não, Sr. Presidente.

Vem ao exame da CAE o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2018, do Senador Lasier Martins, que altera a lei que institui o Fundo Nacional de Meio Ambiente, o FNMA, para acrescentar a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o autor, o FNMA é o mais antigo fundo ambiental da América Latina e tem como objetivo principal contribuir para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Desde que foi criado, o Fundo apoiou cerca de 1.450 projetos socioambientais, com recursos da ordem de R$266 milhões voltados às iniciativas de conservação e de uso sustentável dos recursos naturais.

Na justificação, especificou-se que, entre os desastres de origem antrópica, apenas devem ser alvo dos recursos do FNMA aqueles cuja autoria não puder ser identificada, de modo a evitar que esses recursos sejam destinados a custear as responsabilidades daqueles que comprovadamente causaram a degradação ambiental.

A matéria será examinada pela CAE e, em decisão terminativa, CMA.

Não foram apresentadas emendas.

A análise.

O PLS em análise propõe alterar a Lei do Fundo Nacional de Meio Ambiente para incluir, entre as ações prioritárias para aplicação dos recursos financeiros desse fundo, a prevenção, o combate e a remediação de desastres naturais ou de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada.

O Fundo se destina a apoiar projetos em diferentes modalidades, que objetivem o uso racional e sustentável de recursos naturais, consoante as prioridades da política nacional do meio ambiente, incluindo a manutenção, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental.

Entendemos que a proposição é meritória e aperfeiçoa a legislação vigente, sobretudo por possibilitar mais uma fonte de recursos para prevenção, combate e remediação de desastres naturais e de desastres de origem antrópica cuja autoria não puder ser identificada, considerando os elevados custos

cuja autoria não puder ser identificada, considerando os elevados custos à sociedade decorrentes desses desastres.

Desastres naturais representam um dos maiores problemas hoje enfrentados, a ponto de a Organização das Nações Unidas coordenar, desde o ano 2000, esforços em torno da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres. A redução do risco de desastres é tema relativamente novo, que evoluiu desde a década de 1970, quando se tomavam basicamente ações reativas centradas na resposta aos desastres, sobretudo para aliviar o sofrimento dos afetados.

No plano doméstico, destacam-se as medidas de adaptação à mudança do clima, que tem no aumento da ocorrência de desastres naturais um de seus principais efeitos previstos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a viabilidade da matéria e seu impacto fiscal, ponderamos que o projeto é viável e que se coaduna com os objetivos do FNMA e da legislação vigente.

Não vislumbramos impacto fiscal, já que o projeto não cria despesa nem obriga destinação de recursos.

Caberá ao Poder Executivo federal, durante a elaboração da proposta de lei orçamentária, consignar as dotações de recursos que julgar adequadas e o Parlamento analisá-las conforme suas prerrogativas.

Propomos apenas um ajuste redacional de modo a não revogar indevidamente os §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 1989.

Voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 29, de 2018, com a emenda de redação constando no texto.

Eu fiz um resumo por causa da pauta que é extensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila.

Em discussão o relatório.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, acho o projeto meritório, como todas as iniciativas do Senador Lasier, e com essa dupla que está sendo formada aqui na Comissão será difícil...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Nem todos, heim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, mas com a dupla...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas eu já vou dar um corte nisso aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. mantiver essa dupla atuando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou eliminá-la.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... será difícil. Mas eu tenho uma sugestão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eu puder pedir um aparte ao tribunal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senhoras e senhores que estão ao... Por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Toque a sineta! Senão não vão escutá-lo também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou pedir um pouco de silêncio!

O Senador Esperidião Amin com a palavra, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só quero uma parte; um aparte ou uma parte. É uma parte em homenagem a Jack, o estripador, que sempre nos recomendou ir por partes, não é? (*Risos.*)

Mas a minha sugestão. Eu sou de um Estado marcado por alguns desastres naturais, nem todos provocados por gaúchos. (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Fala de novo! Merece conflito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer pedir direito de resposta?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A gauchada tem levado grande contribuição ao desenvolvimento de Santa Catarina. Não perca de vista isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E Santa Catarina ofereceu a Porto Alegre dos casais açorianos a contribuição dos açorianos que passaram por lá.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim, porque não tinha espaço para eles.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim, porque não tinha espaço para eles.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós selecionamos: os menos habilidosos no mar, nós mandamos para lá!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha sugestão é de redação. Na questão dos desastres provocados por ser humano, o que é de autoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Identificada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não identificada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que é? O "antrópico", pelo que sei, quer dizer de origem humana. Por exemplo: um fósforo, uma casa construída numa área de risco ou uma árvore abatida numa área sujeita a desmoronamento, desbarrancamento.

Então, a minha sugestão para a Relatora é muito singela: "cuja autoria não puder ser identificada" eu substituiria, por precaução, pela expressão "cuja autoria não tenha sido identificada em [aí vêm alternativas] inquérito próprio [ou investigação própria]." Ou seja, tem que ter havido a busca da autoria. Eu não posso dar por lido porque, senão, eu começo a ocultar a autoria. Tem que haver um B.O., tem que haver uma investigação. Por onde? Pelo órgão ambiental, pelo Ministério Público. "Olha, não foi possível descobrir quem foi o autor." Pelo menos alguém... Autoridade própria é ou o órgão ambiental... Em Santa Catarina nós temos o Instituto do Meio Ambiente. Se for nacional, temos o Ibama, o ICMBio, e sempre teremos o Ministério Público. Onde houver um acidente ambiental, o Ministério Público será chamado a atuar, porque é um crime ou é uma contravenção, ou o que seja, de ação pública. O Ministério Público é obrigado a se manifestar. Então, numa linguagem mais genérica, seria: "autoria que não tenha sido identificada em inquérito próprio [ou em investigação própria]." É a minha sugestão de redação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A sugestão do Senador Amin...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês, um gaúcho e um catarinense, que se entendam.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ela aprimora, mas isso já está previsto no texto quando se diz "com autoria, quando não puder ser ..." Ora, se diz "não puder", para chegar à conclusão de que não deu, é porque já houve... Mas aprimora, ela é mais complementar, a emenda é boa.

Eu sugiro à nossa Relatora Leila que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria ter duas informações, do autor do projeto ou da Relatora: quanto é o valor desse fundo e quanto é que estão liberando?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Cento e sessenta e cinco milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E qual é o contingenciamento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então! É aquilo que falei há pouco tempo aqui. Nós temos aí cento e poucos fundos no Governo, todos contingenciados. Todo o esforço que V. Exa., Senador Lasier, está fazendo, e a Senadora está fazendo é inócuo, porque eles vão contingenciar esses recursos. Por isso é que agora nós temos que tomar... Nessa reforma tributária... Nós temos que mudar essas regras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Orçamento impositivo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O orçamento impositivo vai fazer o orçamento valer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O orçamento impositivo vai fazer o Orçamento valer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olhe só: o Fundo Amazônia, que é de recursos da Noruega, da Alemanha, o BNDES está questionando. Eles não investem. Você fazer um projeto, Plínio, para o Fundo Amazônia é a coisa mais difícil do mundo. Eu peguei uma vez um recurso lá – eu, não; o Governo – para fazer reflorestamento no Amazonas: R$20 milhões.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo... Senhores e senhoras...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O valor do fundo... Desde quando foi criado o fundo, eu acredito que nunca se liberou um recurso para qualquer tipo de atividade nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim, Presidente, mas, se não houver nenhuma previsão, aí é pior!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pelo menos se cria uma expectativa. Haveremos de chegar a um dia em que o fundo vai estar disponível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu não estou aqui questionando, não! Eu estou só dizendo para V. Exa. que a iniciativa é ótima, o relatório também, a contribuição do Senador Amin, agora, se a gente não fizer o que o Senador Amin falou... Se a gente fizer emenda impositiva, o Presidente da República vai declarar que a gente está querendo derrubá-lo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, "não"...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não"...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, nós já estamos estudando esse assunto...

Presidente, esse projeto foi apresentado no ano 2000. A lei orçamentária é de execução obrigatória, e o Presidente pode propor a sua modificação, por projeto de lei, e não por decreto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos lá.

Em discussão ainda o projeto que altera a Lei 7.797.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu ainda teria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor quer discutir ainda?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu ainda teria um acréscimo, porque o projeto prevê prevenção, combate e remediação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Em caso de um desastre natural que seja de uma relevância extraordinária, de uma repercussão, de prejuízos, ela poderá abrir uma exceção quanto ao uso, porque tem que resolver aquilo, senão vai piorar a situação. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo que não haja disponibilidade do fundo, pode-se criar essa disponibilização pela importância do desastre que aconteceu. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria alcançar, Senador Lasier, um exemplo aqui prático: Brumadinho. Quem vai fazer essa reparação: esse fundo ou a empresa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é antrópico. Esse é antrópico.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É RG, não é pessoa física. É de origem antrópica: foi o ser humano, foi o homem, foi o técnico...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, mas é isso aí.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Está identificado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Esse foi identificado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi identificado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Foi negligência ali...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para dar uma explicação, para as pessoas que estão nos vendo neste momento, de qual é o objetivo da coisa. É importante dizer o seguinte: se é feito pelo ser humano, o cara é responsável. Ele é responsável pelos seus atos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tem que haver o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que haver o inquérito, lógico. Aí, há polícia para isso, há Ministério Público para isso, há as entidades ambientais para discutir isso.

Mais alguma. Alguém mais quer discutir o projeto? (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora é o item 4.

O Senador Serra, Senadora Kátia, está pedindo para fazer uma inversão, porque nós temos quórum para votar itens terminativos.

está pedindo só para fazer uma inversão, porque nós temos quórum para votar itens terminativos; daqui a pouco, nós não teremos e não votaremos. A senhora aguardaria para ser a próxima?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não seja pessimista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que, na semana passada, quarta-feira, estava esvaziado muito aqui...

Senador Oriovisto, por favor, é o item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, de 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 7/5/2019, foram apresentadas as emendas nº 1, de autoria do senador Angelo Coronel, e nºs 2, 3 e 4, de autoria do senador Espiridião Amin.

2. Em 14/5/2019, foi concedida vista coletiva do relatório reformulado da matéria.

Houve uma discussão já aqui...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Já foi lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi lido.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Já foi lido.

Sr. Presidente, se o senhor me permite, eu faria um rápido resumo oral...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... para que todos se lembrem do que se trata, e depois nós poderíamos encaminhar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – O PLS 457, de autoria do Senador José Serra, tem como propósito estabelecer que o Ministério da Economia preste relatório – inicialmente, o projeto previa quadrimestral – de todos os empréstimos concedidos com subsídios, bem como forneça também uma relação de todas as isenções fiscais e os benefícios que esses empréstimos subsidiados e isenções fiscais têm trazido à sociedade.

Este projeto é de grande mérito, sofreu emendas do Senador Angelo Coronel, bem como do Senador Espiridião Amin. Ambas foram acatadas.

Nós discutimos também com o Ministério da Economia, que sugeriu que o prazo fosse de um ano e não quadrimestral, como inicialmente propunha o Senador José Serra. Também isso foi acatado.

Na última reunião da CAE, nós fizemos a leitura completa do projeto de lei, e vou me permitir ir diretamente ao voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 457, de 2018, e do acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1-CAE, 2-CAE, 3-CAE e 4-CAE na forma da seguinte Emenda Substitutiva:

Vou ler a emenda substitutiva para que todos se lembrem.

> EMENDA Nº – CAE (Substitutivo) (ao PLS nº 457, de 2018).
> Projeto de Lei do Senado nº 457, de 2018.
> Dispõe sobre processo de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.
> O Congresso Nacional decreta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre processo de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária autorizados para fomentar operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.
Art. 2º Para efeitos desta Lei, consideram-se:
I – benefícios ou subsídios creditícios: os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, a taxas de juros inferiores ao custo de emissão do Tesouro Nacional;
II – benefícios ou subsídios financeiros: os desembolsos realizados por meio das equalizações de juros cujos valores constam do orçamento da União; e
III – incentivos fiscais de natureza tributária: as renúncias tributárias com objetivo de fomentar políticas creditícias.
Parágrafo único. Os incentivos fiscais de natureza tributária referidos no inciso III compreendem isenções tributárias sobre os rendimentos auferidos em contas de depósitos de poupança, letras de crédito, certificados de recebíveis e outros títulos ou instrumentos financeiros, conforme regulamentação do Ministério da Economia.
Art. 3º O Ministério da Economia publicará anualmente, até 1º de julho, na internet, demonstrativos sobre:
I – impacto fiscal dos benefícios ou subsídios creditícios, bem como dos incentivos fiscais de natureza tributária, concedidos em operações de crédito realizadas no Sistema Financeiro Nacional; e
bem como dos incentivos fiscais de natureza tributária, concedidos em operações de crédito realizadas no Sistema Financeiro Nacional; e
II – os desembolsos e as inscrições em restos a pagar realizados por meio de benefícios ou subsídios financeiros.
§1º Os demonstrativos previstos nos incisos I e II serão elaborados com os seguintes objetivos:
I – apurar custo fiscal explícito e implícito das operações creditícias e financeiras identificadas, no mínimo, por região, modalidade, programa de aplicação e setores da economia beneficiados;
II – apresentar periodicamente os objetivos e os resultados econômicos e sociais alcançados da política creditícia, a fim de incentivar a entrega de resultados na forma mais adequada às necessidades dos beneficiários;
III – melhorar a alocação de recursos entre programas de crédito e outros programas governamentais, especialmente a partir de análises de custos e benefícios auferidos e potenciais; e
IV – evidenciar o custo das políticas creditícias em base orçamentária equivalente à de outros gastos federais.
§2º Os demonstrativos evidenciarão os setores da economia beneficiados pelo direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança, letras de crédito, certificados de recebíveis e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros títulos ou instrumentos financeiros contemplados na regulamentação de que trata o parágrafo único do art. 2º.
§3º Os subsídios derivados de operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de crédito lastreadas em recursos captados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a taxas inferiores ao custo de emissão do Tesouro Nacional serão evidenciados nos demonstrativos de que tratam este artigo.
§4º A taxa de juros utilizada no cálculo do custo de emissão do Tesouro Nacional será obtida pelo custo médio de emissão dos títulos públicos federais, estabelecido por metodologia divulgada pelo Ministério da Economia.
§5º Para fins de regionalização do subsídio financeiro ou creditício apurado, será considerado o critério de localização do beneficiário final.
§6º Enquanto não for possível a aplicação dos critérios estabelecidos nos incisos I, quanto à regionalização, e II do §1º, ou caso seja inviável a aplicação desses critérios, deverá ser especificado, em nota explicativa nos demonstrativos a que se refere o *caput* as razões que justificam a sua não aplicação.
§7º Atos próprios dos Poderes Executivo e Legislativo poderão estabelecer acordos de cooperação técnica para estimar os impactos fiscais de proposições que impliquem prorrogação ou ampliação das despesas com subsídios e subvenções creditícios.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Esperidião Amin, Senador Serra e Senador Alessandro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Senador José Serra por sua persistente luta no sentido de aprimorar a transparência dessa questão que pode ser englobada como subsídios.

E tornar a pedir ao Senador Luiz do Carmo: libera o meu projeto, Senador.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. *Fora do microfone*.) – Já está pronto!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já consegui alguma coisa. Libera o Projeto de Lei Complementar 41, de 2019, que abrange isto tudo: abrange juro, incentivo fiscal, benefício creditício, etc.

Mas, focalizando neste projeto, o Senador José Serra fez publicar agora, dia 10 de maio, no jornal *O Estado de S. Paulo* um artigo conexo com esse assunto, que fala sobre transparência nos subsídios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creditícios. E esse projeto de lei é sobre isso, sobre o quanto o Brasil concede e não avalia de benefícios nas operações de crédito que ele banca, especialmente com o sistema financeiro oficial, mas também com o sistema financeiro

especialmente com o sistema financeiro oficial, mas também com o sistema financeiro privado. Aliás, o privado só não gosta de crédito rural, mas parece que vai tomar gosto.

Então, o que eu queria dizer: eu não posso negar o meu voto a favor com aplauso ao projeto muito bem relatado pelo Senador Oriovisto. Eu no começo pensei que ele iria dar o texto dele como visto, mas ele leu e é uma deferência à galera aqui presente.

E, finalmente, quero reiterar o meu pedido ao Senador Luiz Carlos. Eu vou marcá-lo sob pressão, como aquele zagueiro do Havaí que foi roubado no último domingo... (*Risos.*)

... foi roubado no último domingo. Mas isso é outro assunto. Eu vou marcar sob pressão para que V. Exa. apresente.

O projeto do Senador José Serra que o Senador Oriovisto relatou focaliza exatamente o tema do Projeto de Lei Complementar 41. O Brasil vai, só a União vai conceder neste ano, em que nós estamos no fundo do poço, como diz o Ministro da Economia, R$400 bilhões de subsídios, não só desses que o Senador Serra focaliza, mas no geral. Se somarmos os Estados e o Distrito Federal, também sem avaliação, vamos a 550, segundo o Deputado Luiz Carlos Hauly, que estudou esse assunto no bojo da reforma tributária. Eu persigo esse assunto desde 1991, é o terceiro projeto que eu apresento.

Mas, para não me estender, quero cumprimentar o Senador José Serra, que mostra ser um Senador, um homem público de preparo singular. E eu tive que estudar no seu artigo para poder acompanhá-lo, viu, Senador? (*Risos.*)

Ou seja, tive que colar dele para poder encostar nele.

Então, dou o meu voto favorável, cumprimentando o Relator, cumprimentando o autor e a CAE por aprovar esse projeto, como eu espero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Amin.

Quero só registrar que ele falou duas vezes bem de mim hoje, de modo que eu estou com o dia, estou com a semana ganha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Deve se prevenir, porque deve estar vindo alguma coisa... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Há uma pontinha de preocupação para dizer a verdade.

Mas o PLS 457, em resumo, Sr. Presidente, cria um processo de avaliação dos subsídios, coisa que é fundamental. São subsídios concedidos pelo Governo para baixar taxa de juros. E isso tem um custo: o custo é alto, 83 bilhões apenas de incentivos creditícios, e outro tanto que nos leva a 100 bilhões de incentivos de natureza fiscal para subsidiar juros.

Nós não estamos propondo revisar esses subsídios, não estamos propondo aumentar nem diminuir; nós estamos propondo transparência, conhecer, saber para onde vão os recursos despendidos pelo setor público federal no Brasil, disso que se trata, informação. A partir dela é que nós temos condições de raciocinar, de propor políticas, de nos opormos ou de apoiarmos determinadas medidas de política, é apenas isso. O Senado estará dando uma bela contribuição à transparência do processo econômico no Brasil.

É isso, Sr. Presidente, muito

à transparência do processo econômico no Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Quero parabenizar o Senador José Serra. Mais um projeto de alto nível técnico, de alta relevância... Quero parabenizar também o Relator pelo trabalho que fez de aprimoramento, que já é praxe na condução dos relatórios do Senador Oriovisto, e apontar que é um caminho sem volta para o Brasil você ter cada vez a profissionalização da gestão pública.

Você não pode mais fazer a gestão de forma açodada, sem previsão, sem planejamento, sem análise de impacto, como historicamente se fez no Brasil, desperdiçando, em grande parte, o futuro de gerações de brasileiros.

Então, parabéns aos dois Parlamentares, e a gente soma o nosso esforço a essa batalha pela evolução das contas públicas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Presidente, eu saúdo a iniciativa do Senador José Serra. Idem, os nossos cumprimentos se dirigem ao Senador Oriovisto.

Quero apenas pontuar, que é uma preocupação do Colegiado: tivemos nós a oportunidade, na CDR, Presidente, de apresentar um requerimento, convidando os senhores representantes, presidentes, do BNDES e do próprio Banco do Nordeste do Brasil, Senador Lasier.

Por que digo isso? Porque tivemos em mãos, Senador Amin, aquilo que V. Exa., desde o início desta Legislatura, tem feito repetidamente, com todas as razões, não apenas por força de uma iniciativa sua à época do seu primeiro mandato como Senador: a pertinência desse debate amplo sobre isenções, sobre subsídios, a qualidade para quem se isenta, para quem se propõe esses subsídios. Eu tive, em mãos, um relatório do Tribunal de Contas da União que diz exatamente isso, Senador José Serra. Ou seja, quando nós trabalhamos principalmente, diga-se de passagem, porque já tivemos na CDR a presença ilustre do Presidente Romildo, do BNB, que nos trouxe um relatório mais próximo, diríamos nós, da realidade com a qual nós queremos versar no dia a dia: saber para onde estão indo esses recursos, para quem, seus propósitos e resultados. O grande problema está aí.

Quando nós buscávamos essas informações, através, inclusive, dos dados que foram profundamente trabalhados e tratados pelo Tribunal de Contas da União, junto ao BNDES, você não os encontra, Senador do Carmo. Nós não encontramos. Ou seja, nós não sabemos até que ponto existe eficiência naquilo que é proposto como política de incentivo.

Quando você busca saber geração de oportunidades, a partir do momento em que esses financiamentos foram feitos, você também não os detém, não os identifica. E pior: aqueles que mais acessaram os recursos subsidiados pelo BNDES são aqueles que, de fato, menos precisariam ou que mais poderiam recorrer aos que financiam na iniciativa privada. E aqueles que mais geraram oportunidade, Senador Kajuru, foram os pequenos e microempreendedores – os pequenos e microempreendedores. Os "tubarões", as empresas que sempre foram vistas e focadas com atenções diferenciadas pelo BNDES, são aqueles que menos respondem em termos de efetividade. São os que menos respondem em termos de efetividade.

E, como nós estamos numa quadra em que o Governo anuncia "fundo do poço", em que o Governo se vale de todas as suas manobras, estratagemas, para pressionar, colocar o Congresso às cordas, fazendo separações

para pressionar, colocar o Congresso às cordas, fazendo separações de classe política a outras classes políticas, a gente precisa também descortinar oportunidades e alternativas que nós temos para ajudar a sair dessa realidade. O BNDES e o BNB são alguns dos instrumentos com os quais nós podemos contar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A iniciativa do Senador Serra é extremamente oportuna e abre, portanto, a condição, mesmo que num prazo razoável... Penso que poderia ser de seis em seis meses para saberem que nós estamos com o olhar fitando-os, saber que nós estamos acompanhando e buscando essa eficiência desejável. Mas merece desde já os nosso cumprimentos, nosso voto modesto, porque foi motivo e será. Afinal de contas, o convite que nós formulamos ainda não tem data para a presença do Presidente Joaquim Levy, como também do Presidente Romildo, para que conheçamos à profundidade a realidade do dia a dia, que a nós não nos chega como desejado.

Parabéns, Senador Oriovisto, e da mesma forma e ainda mais à iniciativa intelectual do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Presidente, também pretendo homenagear José Serra por esta iniciativa oportuna, assim como o relatório do Senador Oriovisto.

Nós sabemos dos danos que a política de desonerações, de incentivos fiscais e benefícios creditícios tem proporcionado a setores da economia. Não sabemos, no entanto, dos benefícios. Não há uma relação custo-benefício dessa prática. Nós indagamos: houve geração de empregos? Houve redução no preço dos produtos consumidos? O que se sabe é que há benefícios localizados.

Vamos trazer aqui um exemplo. Em 2016, o déficit do sistema previdenciário chegou a R$280 bilhões. Fomos verificar o impacto das desonerações. E as desonerações foram responsáveis por R$144 bilhões desse déficit: DRU, 92 bilhões. Se retirássemos o déficit proporcionado pelas desonerações e pela DRU, nós teríamos apenas 22 bilhões de déficit do sistema previdenciário, em 2016.

Neste ano, as desonerações alcançam R$310 bilhões. Significará perdas de receita para Municípios e Estados brasileiros da ordem de R$65 bilhões. Portanto, nós sabemos de danos que provocam as desonerações, a prática dessa política de forma ampliada, e não sabemos dos seus benefícios. Por isso, a proposta do Senador José Serra vem em boa hora, com o relatório competente que acolheu algumas emendas, do Senador Oriovisto, e, portanto, nós devemos aprovar e começar a exigir realmente maior transparência, narrativa real sobre efeitos dessa política de desonerações e de benefícios tributários, até porque isso acaba produzindo desigualdades insanáveis também, já que alguns setores da economia são amplamente beneficiados e outros acabam tendo que enfrentar uma concorrência desigual.

Por isso o Senador José Serra está de parabéns por esta iniciativa, Sr. Presidente

Por isso, o Senador José Serra está de parabéns por essa iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luiz do Carmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é muito importante essa discussão sobre incentivos fiscais, mas, antes, quero dizer aqui que não é fácil relatar projeto do Amin não: ele cobra todos os dias, liga no gabinete e cobra publicamente também, não é? Mas está pronto, pode ser colocado em votação.

Sobre incentivos fiscais: isso é muito grave. Em Goiás, por exemplo, há incentivos fiscais absurdos! Eles deram incentivos fiscais lá para loja que vende móveis, e muito dinheiro! Ora, onde o comércio vai ganhar incentivo? Aí, para enganar o Estado, ele colocou uma fábrica de guarda-roupa e pegou o incentivo. Então, é muito grave!

Outra coisa: há o contingenciamento que eles fizeram, que o Temer fez, para não aumentar as despesas, mas os incentivos aumentam também. É um absurdo fazer isso.

Agora, outra coisa grave: guerras fiscais entre os Estados. Em Goiás nós estamos tentando tirar os incentivos, mas as empresas estão correndo para São Paulo. Então, outra coisa que nós temos que fazer, Amin e José Serra, que é de São Paulo, para não haver essa guerra... Corta incentivo, ela vai para outro Estado e, aí, só quem ganha é o empresário, e o Estado perde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, quero também enaltecer a importância e a oportunidade do projeto do Senador Serra, tão bem avaliado pelo Senador Oriovisto e que traz à tona uma questão importante, que é a análise e a verificação das consequências de incentivos fiscais ou creditícios. Aliás, não só incentivos fiscais ou creditícios, mas todas as políticas públicas que sofrem fortemente de uma falta de avaliação dos seus resultados.

Mas lembro que, no meio dessa questão, não se deve esquecer que este é um país de diferenças. As questões fiscais, tributárias, não têm no Sul a mesma relevância que têm no Sudeste, que têm no Norte e que têm no Nordeste. Isso não impede, contudo, que haja uma análise concreta e objetiva e que haja, principalmente, transparência.

Por isso, quero parabenizar o Senador Serra e o Senador Oriovisto por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu vou abrir o painel porque nós temos que votar, não é isso? Depois a gente vai discutindo, porque, senão, daqui a pouco não votamos a matéria. Eu vou iniciar a votação.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, uso da palavra neste momento apenas para cumprimentar S. Exa. o Senador Serra. Eu tinha preocupações...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores, quem vota "sim" vota com o Relator, quem vota "não" rejeita o relatório.

Pois não, Senador Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu tinha algumas preocupações com essa matéria, suscitadas essas dúvidas pela própria Consultoria, mas, fazendo a análise do texto e, sobretudo, da proposta que o Relator apresenta, vejo que é uma matéria que está madura e que é necessária ao País.

vejo que é uma matéria que está madura e é necessária ao País; absolutamente necessária.

Trata-se de uma proposta que vai na linha, justamente, da transparência. O papel do Parlamento é o papel de controle. E aqui se busca o controle da efetividade, a avaliação da política pública, porque há quem ganha e a quem perde nessas transações, e não se pode abrir mão justamente desse processo de aferição. Esse tipo de política pública não pode e não deve ser um favor sem causa, e ao longo do tempo a prática que nós temos visto no Brasil, infelizmente, é de ausência absoluta de controle, sobretudo pela falta de transparência. Então, eu queria cumprimentar S. Exa. o Senador Serra pela iniciativa. Penso que é preciso realmente avaliar, é preciso verificar a motivação, avaliar se o resultado é o pretendido, e nada mais justo do que uma regra de transparência que assegure efetividade nesse controle.

Quero parabenizar o Senador Oriovisto, que entendeu a importância da matéria e, com suas preocupações e cautela, traz algumas sugestões que a meu ver também melhoram o texto, aperfeiçoam o texto. Esse é o papel do Poder Legislativo.

S. Exa. o Senador Serra, como sempre, com acerto, com espírito público absolutamente comprometido com este momento que o País vive e com as cautelas com que exerce no seu mandato, apresenta-nos um texto que vai na linha daquilo que todos nós defendemos. Ao longo do tempo, nós temos visto serem desenvolvidas muitas políticas públicas que, na aparente intenção de buscar soluções, acabam apresentando mais prejuízos do que soluções.

Então, minha saudação ao autor da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos.

Senadora Kátia, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero apenas reiterar o que todos os colegas aqui disseram. Nós temos batido nessa tecla já há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tempo, há quase três anos, especialmente de um ano para cá, sobre a transparência desses incentivos fiscais, que são muito fechados, só têm valor global, não têm o nome das empresas e, principalmente, não têm o tempo de duração. De acordo com os objetivos sociais da operação, "vou dar os incentivos por 'isso', por 'aquilo'". Explicou-se por que, para quem, quanto. E por quanto tempo? Então, é muito importante o projeto prever o tempo de cada um dos incentivos. Esses são instrumentos que os países todos usam em momentos de dificuldade, em momentos de uma crise localizada, por exemplo, na atividade automobilística, na atividade de peças, nos insumos do setor agropecuário ou num grande projeto como a Zona Franca de Manaus; nos demais, não existe tempo limitado. Tudo está hoje ilimitado, como se isso já tivesse se transformado em uma apropriação das empresas e dos setores. E na verdade esse dinheiro não é do Governo, esse dinheiro é do povo brasileiro e tem que ser devolvido, permanentemente, para manterem-se os empregos. Em momentos de dificuldade, dá-se o incentivo para assegurar o emprego.

Então, quero parabenizar o Senador por esse projeto simples, óbvio e espetacular. Por isso, ele é simples.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

A Senadora Kátia ainda falta votar.

A Senadora Renilde...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Renilde

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Senadora Kátia, ainda falta votar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Renilde, a senhora falta votar.

Senador Espiridião Amin.

O Senador Marcelo Castro está aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falta a Senadora Renilde. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

17, SIM; NÃO, 0;

Abstenção, 0;

Quórum de 18, porque o Presidente não vota.

A gente passa à Senadora Kátia *ad hoc* para ler...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Projeto de lei do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

A Comissão aprova a emenda na CAE, com substitutivo, ficando prejudicado o projeto nos termos do art. tal.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto, o.k.?

Senadora Kátia.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 669, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos.

Autoria: Senador Weverton

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Projeto de autoria do Senador Weverton Rocha, do Maranhão, e eu quero saudá-lo por essa autoria maravilhosa que diz respeito diretamente a um benefício aos brasileiros mais pobres do País.

Trata-se do Projeto de Lei (PL) nº 669, de 2019, de autoria do Senador Weverton, que altera a Lei 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos.

Todos nós sabemos que apenas as famílias e as pessoas mais pobres ficam sujeitos ao corte de energia. Para a classe média e classes A e B, dificilmente ou raramente existe um corte de energia.

O art. 1º da proposição acrescenta à Lei nº 8.987, de 1995, o art. 13-A:

"Art. 13-A. Veda-se a cobrança de taxa destinada à religação ou restabelecimento do serviço."

Essa lei de 1995 e a lei do consumidor de 1990 não deixam clara essa taxa de religação. E é exatamente nesse sentido que as empresas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha.*) – A Senadora Kátia está lendo um relatório, por favor, pessoal. Ela está elevando a voz para poder...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É verdade. Obrigada, Presidente. Eu estava mesmo levantando a voz. (*Risos.*)

Então...

Eu estava ficando aflita, porque é muito importante este projeto do Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, levanto quando é preciso, Senador, principalmente com os machistas.

Então, essa lei traz confusão e não a clareza de se as empresas privadas ou públicas de energia elétrica e de água podem ou não cortar o serviço ou se podem ou não cobrar uma taxa de religação.

podem ou não cortar serviço ou se ela pode ou não cobrar uma taxa de religação.

Senadora Leila, em Brasília custa R$90 a taxa de religação; no Maranhão, a taxa é de R$10,74 mais a taxa de urgência. Eles inventam uma taxa de urgência – ninguém sabe o que é urgência e o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é – e passa, no Maranhão, para R$58. No Tocantins, a trifásica está R$32 e a monofásica R$7,50. Então, existe uma disparidade de taxas de cobrança. E rico não deixa cortar energia, só os mais pobres.

Esse projeto foi inclusive aprovado na Assembleia Legislativa do Tocantins, o autor é o Deputado Estadual Jorge Frederico, e na Câmara Municipal de Palmas, o Vereador Diogo Fernandes. O que que aconteceu? As empresas entraram com uma ação no Supremo, dizendo que não poderia ser uma lei estadual, que tinha que ser uma lei federal para poder alterar e não permitir essa cobrança de taxa de religação e uma tal taxa de urgência, que ninguém sabe qual é, ainda mais os mais pobres vão conseguir entender essa taxa de religação...

A chamada "taxa" de religação de serviços públicos é um tema controverso. Não existe em lei federal dispositivo que explicitamente a autorize ou a proíba. A questão da religação tem sido de fato relegada às normas infralegais, a cargo das agências reguladoras.

Segundo esse raciocínio, o serviço de religação tem um custo para as empresas, que, por sua vez, deve ser ressarcido pelo usuário. No entanto, entendemos que tal raciocínio falha ao desconsiderar que esse ônus recai de maneira particularmente pesada sobre os mais pobres. Imaginem uma taxa de religação de R$90 e uma energia cortada por R$50! Como é que vai agir essa família?

E, o que é mais duvidoso ainda? A Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), diz no seu art. 22:

> Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Ou seja, pela lei de defesa do consumidor, os serviços essenciais não deveriam nem ser descontinuados, ou seja, cortados. Mas, infelizmente, não há clareza nisso. E essa proposta do Senador Weverton traz justamente a proibição – ponto – para a cobrança de taxa de religação de energia. E há uma emenda muito importante em que o autor diz o seguinte:

> É vedada a cobrança de taxa, tarifa ou outra modalidade de contraprestação pela religação ou restabelecimento do serviço, cujo prazo máximo de realização será, em qualquer hipótese, de 12 (doze) horas [...]

Então, eles colocam a religação para 24 horas justamente para cobrar a taxa especial para religar a energia com menos de 12 horas.

Essa emenda do Senador Mecias de Jesus

do Senador Mecias de Jesus inclui que é vedada essa cobrança e a religação a partir de 12 horas, contadas a partir do pedido do consumidor ou da quitação de eventual débito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E incluo ainda para apreciação dos colegas uma emenda para que, assim como a Assembleia do Estado de Tocantins incluiu os serviços de água, que nós também possamos incluir a taxa de serviços de distribuição e abastecimento de água, quando cortado, também em 12 horas a religação, não podendo cobrar taxa de religação ou taxa especial de religação.

Peço aos colegas uma atenção muito especial a esse projeto, porque é de um alcance extraordinário exclusivamente para as pessoas mais pobres, inclusive aqueles das taxas especiais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

O autor da proposta, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sr. Presidente, queria primeiro cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, que fez aqui, de forma muito firme; ela vive no dia a dia, num Estado que também sente na pele muitas injustiças sociais. Nós do Nordeste, do Norte, enfim de todas as regiões periféricas dos grandes centros do País, sabemos o quanto é sofrido o dia a dia para se manterem as contas de dentro de casa permanentes, todo o tempo, em dia, e quanto a serviços essenciais e questões básicas, como o direito à alimentação, às três alimentações do dia, o direito ao fornecimento de água, de acesso à água, ao saneamento básico, à luz, à energia elétrica, que são direitos. E parece para muitos que já têm condição uma coisa muito básica, mas para milhares e, olhe lá, milhões de famílias neste País ainda é motivo de muito estresse e de muita dor de cabeça de um chefe de família.

Muitos hoje já saíram de casa cedo sem saber o que vão trazer de volta para casa, no final do dia, para alimentar os seus filhos. E veja a humilhação por que essas famílias, Presidente, quando chega lá a companhia energética e corta a energia, como foi falado aqui. Há muitos casos. Há vários casos que chegaram para mim de energia elétrica de R$60 a R$70. E esse trabalhador não atrasa a conta, porque ele é mau pagador. Pelo contrário, quando ele atrasa, é porque realmente, com o poder dele de compra, ele vai pensar: "Ou eu pago energia ou eu boto comida para o meu filho"; básica, arroz, ovo, tomate e leite. Aí ele acaba atrasando e tem esse constrangimento, essa humilhação permanente por que essas famílias passam.

Então, o projeto é bem simples. Essa família que atrasou vai ter que correr atrás de pagar; ninguém está proibido de cortar o serviço. Só que, pagando com muito sacrifício, já penalizando o orçamento, também não pode ser explorada, empurrando-se uma taxa, às vezes, maior que a própria conta de energia da família para voltar a ter acesso.

Então, eu peço aqui, em nome da Sandra Maria – eu gravei um programa eleitoral, na época da campanha, na casa dela, em Monte Castelo, lá em São Luís –, que relatava essa humilhação, ali perto da Rua Raimundo Correia; a Sandra relatava a humilhação por que ela e vários outros conhecidos já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passaram com o corte de energia elétrica. E eu disse para ela que uma das minhas principais bandeiras seria essa. Parece ser simples, mas essas pessoas que estão lá na ponta aguardam ansiosamente, porque nós sabemos o quanto vai ser importante devolver no mínimo a dignidade e também as condições para que possam ter esses serviços básicos.

Eu peço encarecidamente aos nossos pares

possam ter esses serviços básicos.

Eu peço encarecidamente aos nossos pares, colegas, que nos acompanhem e nos ajudem a aprovar esse projeto.

E quero parabenizar a Senadora Kátia, agradecer o incluir, como emenda, não só taxa de energia elétrica, mas também a taxa do fornecimento da água, ali do serviço de saneamento básico.

Obrigado, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero aproveitar a carona.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... aproveitando a carona aqui, rapidamente, como vizinho.

Quero aproveitar, claro, e parabenizar tanto o autor quando os Relatores, o Relator *ad hoc*, pela iniciativa e pela deliberação, aqui, bem conduzida, mas, ao mesmo tempo – desculpem-me –, fazer um contraponto aqui, pessoal, para lamentar que a gente ainda tenha que fazer projetos desse tipo no Brasil. Lamentar por quê? Porque isso, para mim, mais uma vez é o atestado de incompetência e impotência absoluta das agências reguladoras brasileiras. E isso não é projeto para se ter em lei. Isso é um projeto cuja razoabilidade, a proporcionalidade de multas, de punição... Uma coisa que custa 90 para religar, 50 é a conta para pagar... Isso não é razoável!

Então, as nossas agências reguladoras precisam ser repensadas, do ponto de vista...

Fala-se o tempo todo de autonomia das agências, as agências são livres, são para tudo, e, no entanto, está aí: nós somos obrigados a descer a esse nível de detalhe numa lei, parar o Senado, parar as atividades todas, aqui, basicamente para uma coisa regulatória!

Uma agência reguladora, boa, tem que ser capaz de dirimir um problema desses, baixar uma regra e todos cumprirem, todos os concessionários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não estamos falando de atividade de livre mercado. Estamos falando de atividades concessionadas – autorizatárias também, eventualmente – do Poder Público brasileiro. Não é possível que a gente tenha que fazer lei para esse tipo de detalhe.

Mas parabenizo porque, diante da incompetência e da impotência dessas agências, nós acabamos sendo obrigados a fazer esse tipo de projeto. Parabenizo, mas lamento ao mesmo tempo.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu só queria complementar aqui, se me permitir o Jean Paul: há uma desconexão de todas as agências com a sociedade. Elas se conectam basicamente com os setores regulados. Então, isso é uma consequência da total e absoluta desconexão das agências com a população e as suas necessidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, eu conversava aqui com a Senadora Kátia e, ao nosso lado, o Senador Rogério, o Senador Kajuru... Não sei se pertinente, se o próprio autor que, acertadamente, pela vivência... Não que nós possamos nos apresentar como conhecedores mais profundos sobre agruras regionais, pelo fato de vivenciarmos a nossa realidade do Semiárido maranhense, do Semiárido paraibano, mas são experiências trazidas por uma filha do Tocantins e termina se generalizando Brasil afora.

Essa prática, eu penso, principalmente em momentos de debilidade econômica como a que nós estamos vivendo, é anticristã. Você imaginar que somos mais de 13 milhões, hoje, de desafortunados brasileiros sem emprego e outros tantos milhões que não estão nessa conta; você imaginar que somos quase 50 milhões entre brasileiros que vivem na faixa da pobreza e da extrema pobreza...

Mas eu pergunto, meu querido Líder pedetista Weverton Rocha, se nós poderíamos estabelecer faixas de rendimento.

Meu receio – sabe, Presidente –, por mais que a Senadora diga "quem pode não deixa de pagar"... Lastimavelmente, cada um de nós tem exemplos de pessoas

deixa de pagar"... Lastimavelmente, cada um de nós tem exemplos de pessoas que poderiam pagar e não o fazem por outras razões. Lamentavelmente! Não dá para desconhecer que muitas situações Brasil afora identificam que muitos que poderiam cumprir com essas obrigações não o fazem.

Concordo, na plenitude, com o Senador Jean Paul, que é inadmissível, é inclusive algo inaceitável você ter uma conta menor do que o valor que lhe será cobrado para uma religação, o que poderia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido e regulamentado por agências próprias. Não sei, Senador Weverton, se V. Exa. permitiria estabelecer limites de renda, para que não corramos o risco de saber que muitos poderão se valer dessa correta proposta legislativa socialmente indiscutível – e por isso terá de todos nós o apelo e o voto favorável –, mas que outros não peguem essa – eu não utilizarei carona – oportunidade legislativa de não cumprirem, podendo fazê-lo, as suas obrigações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório da Senadora Kátia Abreu, que leu *ad hoc*, muito bem lido, Senadora. Deu explicações corretíssimas aqui para todos nós, esclareceu qualquer dúvida.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE e com a emenda da Senadora Kátia Abreu, que fez aqui *ad hoc*.

Pois não, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, só lhe agradecer, ao tempo que nós vamos continuar aqui nessa luta dentro da Casa. Trazer que essa resposta já não vai mais servir para esse relatório que já foi aprovado, mas não se preocupe, Senador Veneziano, que nós pesquisamos muito, e a turma do *freezer* cheio não deixa cortar energia, porque eles não querem que o caviar estrague, nem o filé. Quem atrasa de verdade e fica passando por esse tipo de humilhação é quem realmente não tem condição.

E quanto às agências reguladoras, o Jean Paul está corretíssimo. E eu, como Deputado, tenho vários vídeos, várias falas que... Eu sempre disse que se fechassem, Presidente, essas agências todas no Brasil, o cidadão não iria sentir falta de nenhuma! Você começa pela energia elétrica; a que trata aí dos consumidores, do serviço de telefonia, os desserviços de passagens aéreas, das empresas aéreas... Tudo, tudo, tudo parece que é a agência a favor das empresas. O cidadão e o consumidor, que deveriam ser realmente a razão de ser... Você não sente essa proteção e a luta das agências a favor dos consumidores. É impressionante!

Outro dia, baixaram aí o decreto das malas. Aí disseram que iriam baixar as passagens. Todo mundo viu o que aconteceu. O custo de energia elétrica, de serviços de energia é um absurdo! Você puxa o custo da telefonia móvel... Por mais que eles façam investimento, nós, todo dia, nos grandes centros, passamos um monte de estresse com serviço mal prestado deles. Imagine nos pequenos centros e nas comunidades mais longínquas, em que hoje 3G ainda é sonho?

Eu mesmo chego em cidades em que pessoas dizem: Senador, brigue para trazer internet para minha cidade, porque não tem. É impressionante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa questão das agências é realmente um sentimento que todos têm, inclusive o cidadão, que é o mais importante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só um minutinho, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Complementando aqui o Senador Weverton, só para complementar, porque ele fez esse raciocínio aqui, uma das coisas mais revoltantes nessa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para complementar o que disse o Senador Weverton, porque ele fez esse raciocínio... Uma das coisas mais revoltantes nisso que eu falei aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é justamente a questão do preço, porque existe esse dogma de que não se regula preço de mercado – diz-se: "Não, porque o mercado é livre." Isso não quer dizer, no entanto, que a agência reguladora não possa monitorar e controlar os preços; não quer dizer, absolutamente, que ela vá impor preço ao mercado da aviação, que ela vá impor preço às tarifas de energia, que ela vá impor preço a combustível nem que ela vá impor preço a serviço de telefonia ou de TV a cabo, mas ela precisa controlar os absurdos, ela precisa chegar a um momento...

É como a gente viveu agora no nosso Rio Grande do Norte, onde uma passagem para Natal está custando o dobro de uma passagem para João Pessoa, e pediu uma explicação. Aí, quando fomos à Anac, a resposta que recebemos foi: "Nós não controlamos preço. Vá ao Cade." Quando eu fui ao Cade e fiz o pedido, lá vem a turma do mercado da aviação reclamar que nós pegamos pesado demais: "Pô, vocês foram logo ao Cade? Isso não é ainda caso de Cade!" Então é onde? Porque, se na Anac não é e no Cade também não é, ou é forte demais, onde é que fica?

Eu acho – vou só reiterar para fazer o ponto – que todas as agências reguladoras, de serviços concessionados e autorizados principalmente, têm que monitorar preço, têm que ser obrigadas a monitorar preço, e têm que entrar no circuito para negociar casos absurdos, seja de multa, seja de preço mesmo.

É isso. Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É só para reiterar o discurso do Rogério, do Jean Paul e do nosso querido Senador Weverton, para reiterar o absurdo da desconexão e do abuso. Pensar que, no Distrito Federal, uma taxa para religar a luz custa R$90... Isso mostra a desconexão de uma empresa que não entende a realidade de uma Estrutural e de um Paranoá, onde muitas vezes o usuário tem uma conta de apenas R$30 ou R$40 e tem que pagar R$90 para religar a luz, diferentemente do que acontece em outros Estados. O senhor viu aí o valor...

No Maranhão é quanto, Weverton?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Lá é 10 a normal e...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Cinquenta e oito no Distrito Federal e, lá, nove. Realmente é uma desconexão e um abuso!

Era só para reiterar isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar e, depois, Senador Alessandro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção dos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos para essa questão das agências.

A culpa está aqui dentro do Congresso Nacional, na CAE mesmo. O que fez o Congresso Nacional na Lei das Agências? Primeiro: deu mandato de quatro anos a cada membro das agências; segundo: o Congresso Nacional, esta Comissão, não pode convocar um diretor de agência. Pode convocar um Ministro, mas pode convidar... Quando convida, como eu já fiz algumas vezes, não vem e manda um representante. Muda, acaba com esse mandato de quatro anos, bota na lei que pode ser convocado a prestar contas! Ele não veio prestar contas... São umas figuras hoje que estão acima... São quase membros do Supremo Tribunal Federal! Não dá, são intocáveis! Quatro anos de mandato, e nós não podemos convocar o presidente de uma agência! Se queixar de que aqui?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – É uma pseudoautonomia!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por quê? Fomos nós que fizemos! Muda a lei! Por que não muda a lei? Porque o Congresso Nacional não muda a lei? Eu já debati isso muitas vezes.

Presidente de Comissão, convidei e não veio, veio um representante. E eu, como Senador, não podia fazer nada! O erro está aqui dentro. E mais ainda: cada diretor de agência aqui é indicado por um Deputado Federal, por um Senador ou por um partido político e fica respondendo exatamente a quem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicou. Normalmente são figuras que até não estão mais no Senado Federal que comandam as agências. E, se quiser...

que nem estão mais no Senado Federal, que comandam as agências. E, se quiser controlar o que acontece em Brasília em termos de traficância, improbidade administrativa, corrupção, está na maioria das agências reguladoras aqui de Brasília, federais. Estão aí dentro. E outra coisa: é um escândalo fechado, que ninguém vai descobrir, porque os caras não podem prestar conta, não são obrigados a prestar conta! Essa é a grande realidade.

Então, as queixas aqui são queixas infundadas. O erro está dentro do Congresso Nacional. Ou muda a lei ou, então, diretor nenhum vai dar satisfação a nenhum Senador ou Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Eu fico contemplado pela fala do Senador Otto. Era nesse sentido a minha manifestação.

O problema não está nas agências reguladoras. O mecanismo das agências reguladoras é excelente; é moderno, é contemporâneo. O problema é o uso que se fez desse instrumento: as indicações são feitas pelo Executivo federal, infelizmente já há muito tempo com um critério essencialmente político, e não técnico; essas indicações são aprovadas pelo Senado da República, em sabatina, também passando por um critério absolutamente político; aí não se pode depois pegar aqui o microfone para dizer que o sistema não funciona. O uso que nós fazemos do sistema é que está errado.

É isso, meu amigo Weverton, que dá a ousadia de as pessoas irem à rua defender fechamento de Congresso, defender fechamento de Supremo: é a ineficiência do trabalho realizado. E você precisa cientificar as pessoas cada vez mais de que nós precisamos ter um trabalho mais técnico, mais consistente, como o Otto colocou perfeitamente, e alterar aquilo que não funciona, mas alterar dentro do jogo democrático, dentro da lei. Fora disso, é barbárie.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só acrescentando aqui, eu vou colocar um caso pontual: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A indicação... Quem indicou não está mais aqui há muito tempo: foi o Presidente do PR, Valdemar Costa Neto. O cidadão que está lá é auxiliar, despacha com ele. Se alguém quer acertar alguma coisa, passa no Valdemar, que acerta com o cara que está lá. E ele está lá com um mandato de quatro anos. Quem aprovou? Contra o meu voto aqui dentro, eu nem vim, porque sabia que era uma carta marcada. Se todo mundo sabe disso... Essa corporação de agências aqui deve muito mais a quem indicou e está fora daqui, como é esse caso pontual, do que a nós mesmos que estamos aqui no Senado Federal. Isso é uma realidade que todos conhecem. Essa situação, a situação de agências aqui, é o maior centro de traficância... Brasília é o centro de traficância do mundo – não tenho a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor dúvida do que gravita em torno de nós –, mas o maior centro são as agências reguladoras. Estou absolutamente certo do que estou dizendo aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam... (*Pausa.*)

Já foi aprovado esse projeto.

Eu só queria colocar uma coisa aqui para vocês. É o seguinte: estabelecem-se na concessão os critérios... Quando é a prefeitura que dá concessão ou o Estado que dá concessão, estabelecem-se alguns critérios. Por exemplo, hoje nós temos tarifa social tanto para água quanto para energia: até um certo consumo, você tem direito à tarifa social. Os critérios da tarifa social, geralmente – lá no Estado nós fizemos esse critério –, eram para quem tinha bolsa família. Se o cara recebia bolsa família, a gente entendia que ele tinha direito à tarifa social, até um certo consumo. Há uma média de quantos litros de água cada pessoa utiliza. Isso é matemática, engenharia: quando você faz um projeto de engenharia, de hidráulica, você coloca isso, é tranquilo. Mas hoje essas

Isso é tranquilo. Mas hoje essas concessões que foram dadas pelos Municípios e pelo Estado essas empresas não estão respeitando; desconhecem isso totalmente. Há uma perda muito grande da saída da geração ou da saída do tratamento de água para chegar ao consumidor, e esse desperdício, muitas vezes, é furto de energia, "gato", uma série de coisas que são feitas. Então, o cidadão de bem que paga em dia é quem sofre mais.

Com essa proposta trazida pelo Senador Weverton, eu concordo plenamente, Senador. E mais... Veja bem, há casos e casos. Eu vi casos de pessoas deficientes terem cortada a sua energia e precisando de um ventilador, porque a mãe precisava cuidar. Imaginem cortar a energia de uma pessoa às 5h da tarde! Não há para onde correr, porque o cara não vai ligar à noite, e ele vai passar a noite toda sem energia. Imaginem cortar a água de uma senhora que tem que fazer a comida de casa... Então, há certas situações em que, quanto mais rápido nós possamos ajudar para solucionar, acho que estamos no caminho certo.

Parabéns pelo projeto!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, só para, mais uma vez, complementar a colocação em relação à agência, já que a discussão foi para esse lado, e ratificar algumas coisas aqui.

O Senador Otto até faz uma análise mais radical do que a minha. Basicamente, a questão dos mandatos não me incomoda tanto. O mandato fixo não me incomoda tanto porque faz parte do princípio básico das agências reguladoras não terem seus diretores alterados a cada mudança presidencial ou a cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança política, porque há uma base regulatória ali que deve ser mantida, independentemente de governos.

O que eu condeno é o excesso do dogma da autonomia. A autonomia não é geral e irrestrita, não é uma autonomia programática setorial. A agência reguladora responde aos ministérios quanto à política setorial. Pode ter autonomia em relação à regulação e ao combate aos abusos. Nisso ela tem que atuar sozinha, de ofício. Não deve necessariamente ter autonomia financeira total – ela não é um órgão em si mesma – e muito menos pode se eximir de vir prestar contas ao Senado, por exemplo. Esse é um absurdo completo. Esses dirigentes têm que ter transparência, governança, têm que dar satisfação o tempo todo, porque justamente têm que mostrar que atuam tanto para regular o setor em prol dos agentes econômicos que eles regulam como também em prol do público em geral, que são os consumidores, principalmente quando se trata de setores que lidam com o consumidor final, que não tem capacidade sozinho de reagir a um abuso econômico.

Então, é basicamente para mostrar e ratificar que eu sou amigo das agências, defensor das agências cada vez mais fortemente. E justamente pelo fato de sê-lo é que estou criticando aqui hoje a falta de competência e de potência dessas agências para regular questões como essa.

Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, apenas o Senador Alvaro Dias fez o pedido a V. Exa., Sr. Presidente, por questão de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para inverter a pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É, eu tenho a CTFC, e a Senadora Rose, às 13h, tem a CPI de Brumadinho. Se eu não comer, eu simplesmente com hipoglicemia, eu morro, eu apago.

O projeto do Senador Alvaro Dias diz respeito a diabetes, e eu sou portador dela. Se pudesse haver a inversão da pauta, eu agradeceria a compreensão de todos e de todas.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que o senhor colocasse

Solicito que o senhor coloque em votação um requerimento meu para audiência pública sobre o PL 075, de 2018, Marco Regulatório do Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Vamos colocar já, já, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo projeto tem um pedido aqui do Senador Kajuru, esse projeto é o 16º, Senador Veneziano, a questão da diabetes...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – V. Exa. me pergunta se há algum problema de inverter para que tenhamos a leitura do relatório do Senador Kajuru? Qual é a dúvida, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, veja bem, é do Senador Alvaro Dias.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto sobre a questão do Imposto de Renda do diabético, é o 16º. É o Mecias que é o Relator e ele não está. Ele pediu para retirar da pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Retirar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi.

Deixem-me dizer uma coisa. Esse projeto, Senador Kajuru... Para que a gente não seja responsabilizado de uma forma não verdadeira de que a gente está tentando inviabilizar o Governo... Esse é um projeto em que... No relatório do Senador Mecias, ele não fala qual é o custo disso e nem quem tem direito a isso. Porque diabetes não é uma doença que só dá em gente que não tem condições, dá em gente milionária, que tem condições de pagar um bom tratamento. Não me consta aqui que ele tenha colocado aonde vai, qual é o recurso que o Governo vai deixar de arrecadar em relação a isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O autor...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente, como o Relator não está presente, eu creio que nós devemos dar uma oportunidade a ele de participar do debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Nós temos os argumentos. Se há redução de receita da parte do Governo, há também economia.

Mas isso fica para o debate do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que minha assessoria me colocou isso para fazer o questionamento. Eu não sou contra o projeto, não, eu sou favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu acho melhor o Senador Mecias estar aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para debatermos com ele.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

(É o seguinte o projeto retirado de pauta:

ITEM 16

PROJETO DE LEI Nº 585, de 2019

- Terminativo -

Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu pediria apenas que se deliberasse sobre o item 7, que também é de minha autoria...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Styvenson, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... e tem o Senador Styvenson como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Styvenson, é o PLS 26, de 2014.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, de 2014

- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto com as emendas 1, 2 e 3-CRE-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CRE.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, 2 e 3-CRE-CCJ.

Parece que há emenda já abrindo para todo mundo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não, é restrito aos Estados estrangeiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, no relatório, está abrindo para os outros brasileiros também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vou ler.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Ele vai ler.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2014 – Complementar, do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para estabelecer que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações ativas efetuadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando a contraparte for Estado estrangeiro ou a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro.

que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando a contraparte for Estado estrangeiro ou a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Determina ainda que os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das referidas operações sejam divulgados em página específica da instituição na rede mundial de computadores e em jornal de grande circulação na praça de sua sede.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que as operações bancárias do setor público devem submeter-se ao princípio constitucional da publicidade, devendo impor-se o sigilo bancário como exceção apenas.

Ressalta que a transparência nesse tipo de operação em nada afeta a honra e a privacidade do cidadão comum e que o sigilo bancário, como instrumento de proteção da pessoa humana, não deve ser indevidamente estendido para ocultar as operações financeiras do setor público.

Destaca também que as instituições oficiais de crédito, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm recebido recursos subsidiados do Tesouro Nacional, que são repassados na forma de operações de crédito aos tomadores finais e que "os custos do Tesouro Nacional com as emissões que lastreiam esses empréstimos finais têm sido sistematicamente superiores ao retorno que obtém e, o que é mais preocupante, esses custos têm crescido exponencialmente".

Registra, por fim, que "se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, é incompreensível que o benefício seja estendido a outras nações à custa do sofrido contribuinte brasileiro".

A matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores (CRE), em que recebeu parecer favorável com três emendas, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em que recebeu também parecer favorável com aprovação das três emendas apresentadas na CRE, e a esta CAE.

A primeira emenda altera a redação da ementa, para estender a extinção do sigilo bancário a todas as operações de crédito custeadas com recursos públicos; a segunda emenda promove essa alteração na parte dispositiva do PLS, enumerando taxativamente que não estão cobertas pelo sigilo bancário as operações quando (a) a contraparte for Estado estrangeiro, (b) a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro; ou (c) tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador. A terceira emenda, por fim, suprime a necessidade de publicação dos contratos em jornal de grande circulação na praça de sua sede, prevista no PLS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Entendemos que não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal (CF), compete à União legislar sobre política de crédito e a matéria relativa ao sigilo bancário insere-se na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da CF.

Ademais, conforme estabelece o inciso XIII do art. 48 da Carta Magna

Ademais, conforme estabelece o inciso XIII do art. 48 da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna.

O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, consideramos que a matéria segue o princípio da publicidade, preceituado no art. 37 da Constituição Federal, por meio do qual todos os atos públicos devem ser de conhecimento geral, de forma a que a sociedade possa fiscalizar a ação dos agentes públicos. Assim sendo, a aplicação do sigilo bancário para operações financeiras em que se lança mão de recursos públicos, sobretudo por meio de instituições oficiais de crédito, é insustentável.

O projeto é louvável. O controle do uso de recursos públicos pela Administração só é possível mediante absoluta transparência na sua utilização.

Ademais, cabe considerar que uma questão fundamental para o financiamento público é a dotação de poupança necessária no país credor. Dessa forma, países que demandam investimentos externos não deveriam priorizar o financiamento a governos estrangeiros, mesmo que por meio do financiamento de empresas privadas. Caberiam a estas demandar no setor privado nacional ou estrangeiro o necessário financiamento para a realização de obras no exterior.

Além disso, o financiamento é voluntário. Contrata o financiamento com o Poder Público aquela empresa ou ente público, nacional ou estrangeiro, que o deseje, submetendo-se por iniciativa própria aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regramentos vigentes para o crédito que pleiteia, não lhe sendo lícito arguir posteriormente o acobertamento do sigilo por qualquer motivo. Se não convém aos seus negócios que seja conhecido de terceiros o favor que então recebe, não contratará o crédito.

Todavia, como apontamos nos pareceres da CRE e da CCJ, a publicidade não deve se limitar aos empréstimos a países estrangeiros ou por eles garantidos, pois boa parte dos projetos que são financiados em países estrangeiros decorre de créditos de financiamento à exportação, concedidos a empresas exportadoras brasileiras de bens e serviços, as quais são as tomadoras finais dos empréstimos, não dependendo da garantia formal de países estrangeiros. Portanto, quando houver aplicação de recursos públicos nesse tipo de financiamentos, também deve ser afastado o sigilo bancário.

Igualmente, devemos considerar que qualquer financiamento que tenha como fonte os recursos públicos, assim definidos como os recursos provenientes de aportes diretos ou indiretos do Tesouro do ente público controlador, deve ser tornado transparente. Ao contrário da proposta original, em que a razão da publicidade é o destinatário dos recursos.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da CAE favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 da CRE, CCJ, CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alvaro Dias, autor do projeto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Primeiramente, pedindo também que se remeta ao Plenário com urgência, porque esse projeto vem de 2014. Ele foi apresentado exatamente durante aquele fogo cruzado dos empréstimos oferecidos pelo Governo brasileiro, por intermédio do BNDES, a outras nações, especialmente algumas nações mais próximas ideologicamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabamos de discutir aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... dos nossos governantes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... subsídio...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acabamos de discutir subsídio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se fosse um subsídio para o Paraná, para a Região Nordeste, mas não... Subsidiar países!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Países. Exatamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não somos tão ricos assim não!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Na verdade, nós víamos, àquela época, uma iniciativa inusitada: o Governo promovia empréstimos com a tarja de sigilosos. Nós estávamos impedidos de conhecer valor, taxas de juros, prazos de carência e eventualmente a possibilidade de retorno dos recursos emprestados.

Hoje nós verificamos que a irresponsabilidade administrativa nos leva ao calote. Nações caloteiras como Cuba e Venezuela, já com atraso de mais de R$2,3 bilhões.

Foram, no período de seis anos, R$716 bilhões repassados ao BNDES, 478 bilhões do Tesouro Nacional, que foram tomados no mercado, com taxas de juros de 13, 14, 15%, repassados ao BNDES, que emprestou de 3 a 6%, a nações estrangeiras. E mais duzentos e alguma coisa bilhões de reais retirados do FAT e do FGTS, portanto, recursos dos trabalhadores brasileiros, e repassados ao BNDES para a consecução desses empréstimos.

Se nós formos olhar outras nações, Banco Mundial, Bird, BID, esses bancos não trabalham com empréstimos secretos. Não há sigilo nos empréstimos concedidos a outras nações.

V. Exa. foi Governador, eu também fui, e quando no Paraná fizemos empréstimos junto ao Banco Mundial, nós revelamos à população o valor, o prazo de carência, a taxa de juros e qual era a perspectiva de retorno desses recursos, levando em conta a relação custo-benefício dos empréstimos realizados. Não se justifica o sigilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós indagamos do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, em determinada oportunidade, por que o Governo brasileiro celebrava empréstimos secretos com Cuba, por exemplo, para o Porto de Mariel, de US$800 milhões? Ele disse: – Nós respeitamos a legislação daqueles países.

Eu disse a ele: Como, Presidente? Respeitar a legislação dos outros países e desrespeitar a nossa Constituição, que fala em publicidade dos atos públicos, em transparência?

Portanto, não há nenhuma justificativa.

Esse projeto surgiu exatamente na esteira desse debate, impedindo, se aprovado – já passou pela Comissão de Justiça, já passou pela Comissão de Relações Exteriores – sigilo nos empréstimos externos. Certamente, o Brasil ganha com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador.

Certamente, o Brasil ganha com isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito bem, Senador!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, se não houver problema com o Senador que apresentou um voto em separado ao relatório sobre os extintores... Se pudesse colocar para a próxima terça como a primeira...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O Senador Alvaro Dias não faz parte da Comissão. Eu vou pedir urgência... Está dada a urgência.

Em votação o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

Até porque... Aí nós vamos... Aí se coloca... Os juros, quando o Presidente do Banco Central veio aqui... Ele coloca que o aporte de recursos de dinheiros subsidiados para o desenvolvimento consta também nos juros que o cidadão paga – quando se dá dinheiro subsidiado. Se fosse dinheiro para os brasileiros, tudo bem, mas sendo dinheiro para fora e a gente não sabendo nem a destinação desses recursos... É mais complicado.

Tenho dois requerimentos para ler.

Requerimento do Senador Luiz do Carmo:

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debates no âmbito desta Comissão na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em data a ser definida, para debater os termos do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2018, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas em vias públicas, com vários representantes, inclusive o Governador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento do Senador Luiz do Carmo.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só não vou pedir vista desse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não entrega, não tenho o projeto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, porque ele prometeu que já entregou, senão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senão ele pede de volta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Marcação sob pressão!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixem eu...

Requerimento do Senador Wellington.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 46, de 2019, que será realizada em conjunto com a Comissão de Infraestrutura com o objetivo de discutir o modelo de transporte ferroviário, tendo como temas a serem explorados direito de passagem, modelo, sistema ferroviário, cálculo de tarifa ferroviária... Proponho a inclusão dos seguintes convidados: Sr. Vicente Abate, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária; Sr. Fernando Simões Paes... (*Pausa.*)

Aqui, a justificativa.

Em discussão.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Wellington. (*Pausa.*)

Outro requerimento do Senador.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir... que altera as Leis 10.938, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio e a afetação de corporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradia firmados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Você vai pedir audiência pública? (*Pausa.*)

O Deputado Marcelo me disse que você ia colocar para votar com urgência na terça-feira para colocar em Plenário, porque nós evitaríamos problemas ao financiamento das casas do Minha Casa Minha Vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Em função do encontro que houve no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, eles, inclusive, entenderam que seria importante que a gente pudesse fazer essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não vamos ter uma prazo para isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se a gente fizer isso...

importante que a gente pudesse fazer essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não vai haver um prazo que nós temos para isso?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se a gente fizer isso logo na terça-feira, o meu relatório está até pronto. Podemos fazer em outro horário qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, em votação o requerimento do Senador Wellington.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a próxima reunião, na terça-feira da semana que vem.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Paulo Paim, Telmário Mota, Lucas Barreto, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, José Serra, Rose de Freitas, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 457, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 159, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Contrário ao projeto. Fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Espiridião Amin, Veneziano Vital do Rego, Styvenson Valentim, Tasso Jereissati, Chico Rodrigues, Mecias de Jesus, Kátia Abreu, Telmário Mota e Oriovisto Guimarães. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto, ficando prejudicado o voto em separado do senador Veneziano Vital do Rêgo. Votam contrário ao relatório os senadores Veneziano Vital do Rêgo, Telmário Mota, Mecias de Jesus e Chico Rodrigues. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Tasso Jereissati. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 298, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso" **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria à senadora Kátia Abreu. **ITEM 6 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 57, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para determinar que a liberação dos recursos relativos a transferências voluntárias deverá preferencialmente obedecer à ordem cronológica de aprovação dos respectivos projetos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria foi retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 585, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado em razão da apresentação de ofício do relator, senador Mecias de Jesus, solicitando informações sobre o impacto orçamentário e financeiro da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia, Srs. Senadores. Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 457, DE 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre sistema federal de avaliação do impacto e da efetividade dos benefícios financeiros e creditícios e dos incentivos fiscais de natureza tributária concedidos em operações de crédito concedidas pelo Sistema Financeiro Nacional.

Autoria do Projeto: Senador José Serra

Relatoria do Projeto: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Observações:

1. Em 21/5/2019, a comissão aprova a Emenda nº 5-CAE (Substitutivo).

2. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

2. Em 7/5/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

3. Em 13/5/2019, o senador Veneziano Vital do Rêgo apresentou voto em separado pela aprovação do projeto com uma emenda de sua autoria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, eu estava esperando o Senador Veneziano chegar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a quarta vez que a gente traz essa matéria. Eu não vou pautar mais essa matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, depois de hoje também...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois de hoje eu não pautarei mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Fiquei aguardando o Senador Veneziano, para ele ler o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente tem que pautar matérias que a gente possa discutir e votar. Não vou pautar matéria aqui, e não se discute e não se vota.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estou aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, V. Exa. está aqui. Eu estou dizendo que eu não vou pautar mais essa matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está o.k. Eu não vou nem fazer a defesa do voto contrário dele. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não temos é quórum.

O Senador Plínio retirou de pauta, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O senhor coloca para votar, não é terminativo, não é? Ainda vai para comissão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloca para votar então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não temos é quórum para votar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está bem, então. Eu o aguardei para fazer a defesa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, V. Exa. trouxe o voto em separado? (*Pausa.*) Quer ler o voto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, o senhor permite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em homenagem ao Senador Veneziano, que aqui chega, eu quero enunciar para nós – não digo para o Styvenson, porque ele deve ter sido um herdeiro de corsário inglês ou coisa parecida, mas para nós, que sabemos que os nossos ancestrais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há aqueles viquingues que chegaram ao Nordeste. Ele é descendente desses viquingues.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas nós nos orgulhamos porque nossos ancestrais vieram no porão do navio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É verdade!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... com escala em Gênova.

Veneziani... A região do Vêneto tem sete províncias, e o cidadão de cada uma recebe um apodo, um epíteto, uma qualificação: "*Veneziani, grandi signori*!". Olhem bem!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – *Grandi signori*?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os venezianos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... são *grandi signori*, enquanto nós nos orgulhamos do porão do navio, que agasalhou os nossos ancestrais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua família aportou no Nordeste em que cidade, Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha foi direto... O meu pessoal era esperto, foi direto para Florianópolis. (*Risos.*)

O meu lado italiano é que cometeu o equívoco de fazer escala em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, o meu também, o meu lado italiano foi para São Paulo, para o interior de São Paulo, e o meu lado árabe foi para a Bahia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, imagine: o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos muita coisa em comum. Há muitas coincidências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor, o Nelsinho Trad e o Esperidião Amin têm uma coisa em comum: italiano...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E árabe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor sabe qual é o cúmulo do absurdo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um árabe andando pela rua e jogando dinheiro fora, e um italiano pegando o dinheiro e o devolvendo para ele. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Veneziano tem a palavra, por favor.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente, meus cumprimentos, com a alegria e a honra de poder... de V. Exa., e já tinha tido esta mesma satisfação, porque é muito bom quando você contempla e pode estar ladeado por figuras que têm um conhecimento universal. Eu tive essa oportunidade com o Senador Esperidião Amin, porque ele foi um dos companheiros na Câmara, e Deus me permitiu acompanhá-lo aqui e continuar a ter, além dessa universalidade em termos de conhecimento, essa forma sempre simpática e carismática de tratar a todos.

Presidente, o Senador Styvenson já deve ter feito a leitura do seu relatório em relação a essa proposta. Eu apenas queria fazer algumas observações. E, logo, eu irei à análise do voto em separado, se V. Exa. assim permitir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Como Relator.) – Só fazendo o resumo, esse voto já foi lido. Como o senhor mesmo disse, ele foi pautado por quatro vezes. No início, quando eu fiz a leitura, criou-se uma polêmica. Até o Senador Amin estava no meio e pediu um jato d'água para apagar o lança-chamas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um extintor mesmo!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu votei contrariamente a esse projeto de lei que veio da Câmara e que é pela obrigatoriedade de se colocarem extintores nos veículos pelo fato, também já apresentado em relatório, de que não existe, Senador Veneziano, nada que comprove a eficácia de se colocar esse produto dentro do rol do art. 105 do CTB, que torna obrigatório o uso do extintor. O fato de custar R$70, R$100, ou R$20 o extintor não é o caso. O caso é mesmo de proteção à vida, e não ao patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da relatoria contrária, não existe uma estatística como existe a do cinto de segurança: 45% para quem está na frente; 75% para quem está atrás; encosto de cabeça para não se quebrar o pescoço... Esses são critérios de segurança, itens de segurança que tiveram comprovada a sua eficácia para a vida da pessoa. Já no caso do extintor, não foi comprovado que ele defende a vida, e sim defende o patrimônio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O *airbag* reduz em 15% a perda de vidas.

O que faltou, o que não é justo para a população não só para adquirir um produto é que ela não tem esse preparo técnico e emocional, porque, sendo bem sincero, Senador Veneziano, nunca eu iria para cima do fogo com um extintor.

Eu penso desta forma: se é para proteger a vida, eu sigo a regra de abandonar o patrimônio e resguardar a minha vida. Eu penso assim. Dentro do meu parecer, dentro da minha relatoria, eu analisei muito. Eu vi o voto que o senhor vai dar agora e vi os números estatísticos, mas não fica claro por que o uso do extintor, Senador Omar Aziz, é para carros novos e não para carros antigos. Então, os números de que dispomos hoje não dizem a data, não dizem o ano do carro, não dizem qual foi o tipo de incidência. Se carros novos pegam fogo, é um problema de direito do consumidor. Ninguém compra um veículo para pegar fogo. Eu li o seu voto e o achei muito bacana.

Então, eu continuo com a ideia de que seja facultativo – não está proibido – o uso. É facultativo para as pessoas que queiram adquirir esse extintor.

Lembre-se de que, se colocar no rol do art. 105, além de trazer um custo – e não vou olhar pelo custo –, traz uma obrigatoriedade de o cidadão ou condutor ter esse aparelho sempre em boas condições de funcionamento, cuja aferição de quantas vezes funciona também não temos. Ora, se no caso de munição, eu, como policial, ia dar um tiro e a arma falhava... Não se tem a estatística, o nosso rol de funcionamento, o quanto ele realmente é... Quantas pessoas morreram queimadas ou quantas foram protegidas? Não existe esse número.

Então, colocar no art. 105 é tornar o uso obrigatório, passível de uma fiscalização policial. E, se não estiver na validade, não estiver funcionando, ou em boas condições, é também passível de uma apreensão, retenção do veículo e uma notificação, uma multa para o condutor.

Sr. Presidente, esse era o apanhado geral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Styvenson.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, agradecido, mais uma vez, pela atenção sempre dispensada pelo Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, esta matéria não poderia passar da data de hoje por força das outras três ocasiões em que, por razões das mais variadas, não tivemos, tanto ele quanto eu e o Colegiado, a oportunidade de nos debruçarmos sobre ela e definitivamente apreciar esta proposta.

Eu pediria a V. Exa., com a compreensão dos meus pares, que fôssemos diretamente à análise, porque já é uma matéria bem conhecida.

Análise.

À CAE compete a análise do PLC. Com fulcro, com base no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão é responsável pela análise dos aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe sejam submetidas. Os aspectos de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade serão analisados pela última Comissão.

Não há dúvidas de que a presença de extintores de incêndio do tipo ABC, tecnicamente falando, nos veículos pode ser determinante para evitar sinistros de maior gravidade, *data venia* da opinião em contrário do Senador que relatou adversamente a nosso voto, que agora apresento. Esses equipamentos são de fácil operação e eficientes para combater princípios de incêndios. A mim me parece que aí não há dúvidas.

O próprio Contran já havia reconhecido, em resoluções anteriores – e quero saudar aqui um dos defensores, o meu companheiro, decano, companheiro do Senador Esperidião Amin, Gonzaga Patriota, que eu estou feliz em ver bem e recuperado, pois na Câmara nós tratávamos sobre esse assunto, e tanto verdade é que aprovado foi por aquela Casa –, que os extintores são itens importantes para salvaguardar a vida dos ocupantes dos veículos. A formulação dessas normas foi precedida por ampla discussão em que foram ouvidos vários órgãos técnicos que foram unânimes quanto à necessidade do uso de extintor de incêndio nos veículos, reconhecendo-o como único meio eficaz para combate ao princípio de incêndio – porque pode ser um princípio e levar a consequências bem maiores –, sugerindo melhorias e a continuidade do uso. Decidiu-se, assim...

A gente vai aumentando de acordo com o aumento dos nossos companheiros, com todo o respeito.

Decidiu-se, assim, pela melhoria do equipamento, mediante substituição do extintor do tipo BC pelo tipo ABC, sendo este eficaz ao combate de princípio de incêndio de qualquer origem, decisão que resultou na Resolução nº 157/2004. Assim, os argumentos apresentados para torná-los facultativos são, no mínimo, questionáveis, porque, Sr. Presidente, meu Senador Styvenson, se houvesse um convencimento da ineficiência dos extintores, o Contran de pronto, em vez de dar faculdade para usá-lo, terminantemente o proibiria. Se ele faculta é porque, obviamente, podemos interpretar que ele tem alguma funcionalidade – alguma funcionalidade, ao meu ver, tem funcionalidade.

Sr. Presidente, perdoe-me, mas essa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendi essa sua...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Não entendeu? É tão fácil, Sr. Presidente! Se você faculta algo é porque enxerga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas ele também poderia, do mesmo modo, dizer que é terminantemente obrigatório usar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Bem, mas pelo menos há uma dúvida ou não, Presidente. É de fácil interpretação. A interpretação que se dá à faculdade é exatamente a de reconhecer a possibilidade dessa eficiência ou não. Cabe-nos aqui fazer o juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não vou entrar no mérito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Perfeito, mas eu tenho que entrar no mérito porque já estou com um voto destoando da compreensão do meu irmão e amigo Senador Styvenson, que diz que não há, quando o próprio Contran, nas idas e vindas... Porque o próprio Contran um dia já legislou no sentido da imperiosidade, da necessidade de se ter o extintor; no outro dia, estabeleceu faculdade. Quando faculta, ele não desconhece, Senador Styvenson, que o extintor simplesmente não possa ter a sua eficiência. Tem, sim. Pode até não ter, à visão técnica, a eficiência desejável em outros níveis.

Pois bem, continuemos.

Observem que a Resolução do Contran 556, de 2015, que faculta o uso dos extintores, não proíbe o uso destes equipamentos, mas apenas os torna facultativos. Ora, se eles fossem ineficientes, como querem alguns, seu uso não seria facultativo. E a resolução vai além: obriga a que os fabricantes de veículos disponibilizem local adequado para a instalação do suporte do extintor, confirmando a importância desses equipamentos.

Infelizmente, em se tratando da vida das pessoas, não podemos deixar que o uso dos extintores de incêndio veiculares seja facultativo, ao meu ver.

Como a obrigatoriedade da presença do extintor envolve custos ao proprietário do veículo, muitos têm deixado de adquiri-los para evitar gastos financeiros adicionais, convenhamos, bem modestos. Entretanto, a decisão de um indivíduo em não utilizar determinado item de segurança não compromete apenas a sua própria vida, mas envolve a vida de terceiros. Por isso, não concordamos com a faculdade do uso de um equipamento tão importante, que pode evitar tragédias no trânsito brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados do Corpo de Bombeiros da cidade de São Paulo mostram que em média sete carros por dia pegam fogo, enquanto a mesma corporação no Rio de Janeiro registra em média, Senador Amin, seis carros por dia. No Brasil, este número chegaria a 10.300 carros por ano, considerando-se apenas os registros oficiais.

Além do mais, o Brasil é signatário do tratado de unificação das legislações de trânsito da Aladi, incorporado ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 3/1993, que tem como um dos itens obrigatórios o extintor de incêndio veicular. Também se devem considerar os vários países onde o extintor é obrigatório, como Bélgica, Bulgária, Egito, Estônia, Israel, Jordânia – e já vai para as suas plagas, meu querido Amin –, Lituânia, Polônia, Romênia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que me preocupa é que Israel concorda com a Jordânia e com o Egito; com isso é que eu fiquei preocupado. (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... Rússia, Grécia e Turquia, entre outros tantos.

Apesar de a indústria automobilística ser a principal interessada em tornar facultativo o uso dos extintores de incêndios, com o argumento de que os carros novos têm total segurança e raramente sofreriam incêndios em função do desenvolvimento de novas tecnologias, dados recentes mostram exatamente o inverso, que milhares de carros novos têm sofrido princípios de incêndio. Várias fabricantes de carros têm realizado *recall* de número expressivo de veículos por risco de incêndio, a exemplo da Renault – e aí faço esse registro necessário –, que realizou uma chamada geral de 33.974 carros somente no ano de 2015, com risco de incêndio. Notícia divulgada pela Reuters em 2017 informou que a Honda realizou *recall* de cerca de 2,1 milhões de veículos pelo mundo para substituir o sensor da bateria devido a riscos de incêndio. Já a Hyundai do Brasil anunciou que quase 140 mil unidades de seu modelo mais vendido, o HB20, têm um defeito de fabricação capaz de causar incêndios. Por conta disso, a empresa convocou o quinto maior *recall*, totalizando 139.159 unidades. E, apesar de todos os avanços tecnológicos e a introdução de novos sistemas de segurança nos automóveis, o risco de incêndio existe em razão da presença de materiais combustíveis nos veículos, tais como plásticos, borrachas, tapetes, entre outros, que podem entrar em ignição a partir de um curto-circuito ou falha elétrica no carro.

Outro argumento da indústria automobilística é de que o motorista é despreparado para usar o extintor, mas há inúmeros casos de pessoas que utilizaram e extinguiram um princípio de incêndio. Seria necessário apenas uma maior fiscalização do Denatran das obrigatoriedades por ele geradas.

Ademais, os custos envolvidos na compra dos extintores frente ao custo total de um veículo (aquisição, manutenção, IPVA, seguro obrigatório, licenciamento, entre outros) são mínimos. Além disso, não podemos nos esquecer de que a validade do extintor de incêndio do tipo ABC, que é o sugerido, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longa. É possível encontrar nas lojas *on-line* extintores com custos entre R$20 e R$100. Trata-se de um valor que todo proprietário, convenhamos, de veículo certamente será capaz de dispensar a cada cinco anos. Ainda, senhores, a medida estimulará o desenvolvimento de um segmento da economia e contribuirá para a geração de novos empregos nas indústrias e no comércio atrelado ao setor.

Por fim, temos apenas uma modificação a fazer no projeto. Considerando que a medida vai gerar uma alta demanda pela fabricação de extintores, é preciso disponibilizar um tempo adicional para que os setores envolvidos se adaptem à nova demanda que surgirá. Portanto, propusemos a *vacatio legis* de 365 dias.

Nosso voto.

Pelo exposto, apresentamos o voto em separado pela aprovação – *data venia*, meu querido companheiro Senador Styvenson – do PLC nº 159, de 2017, com a mudança exposta na emenda.

> EMENDA Nº
> Substitua-se no art. 3º do PLC nº 159, de 2017, a expressão "na data de sua publicação" por "365 dias após sua publicação".

Eis o nosso modesto voto, Sr. Presidente, senhoras e senhores companheiros do Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, obrigado pelo voto.

Com a palavra o Relator do projeto. Depois, o Governador, Senador Chico Rodrigues; o Senador Mecias de Jesus e a Senadora Kátia Abreu.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente, permita-me só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... ao Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com toda certeza, aqui ninguém vai se opor à sua pergunta, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ninguém!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... pela sua generosidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano, diante da estatística que V. Exa. apresentou, uma pergunta. V. Exa. disse que é uma estatística segundo a qual oito carros por dia, em São Paulo, se não me engano...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. *Fora do microfone*.) – Sete.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Sete. Seis no Rio.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. *Fora do microfone*.) – Sete em São Paulo e seis no Rio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Sobre perdas de vida, há uma estatística nesses incêndios?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Não. Os números são relativos a incêndios registrados dia a dia e não os cometimentos ou as consequências que possam ter levado a mortes. A episódios com mortes registradas, não, apenas de princípios de incêndios que, por razões bastante óbvias, podem gerar fatos não apenas danosos materialmente, como respeitosamente pontuou o Senador Styvenson, mas há outros prejuízos: por exemplo, queimaduras em graus diferenciados ou até mesmo mortes, que nós sabemos, se não estatisticamente, terem já sido episódios verificáveis Brasil afora, Governador e Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Pode ser agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Como Relator.) – Senador Veneziano, muito bom, mas eu preciso contrapor alguns pontos que foram levantados e, se eu puder, parágrafo por parágrafo, falar... Falarei de forma rápida.

Logo no segundo, quando o senhor disse que esse equipamento é de fácil operação: ele não é de tão fácil de operação, não é fácil nem sua localização dentro do veículo. Precisa, sim, de um treinamento? Precisa, mas, além de um treinamento, precisa de um treinamento emocional para lidar com a situação de que você não tem controle. Então, além da sua competência em treinar, treinar, treinar, para poder apagar aquele fogo, eu vou para o ponto também de equilíbrio ao lidar com aquela situação naquela ocasião.

Volto a falar, já no §5º, que, em se tratando de vidas, extintores de incêndio sejam facultativos... Uma proteção à vida. Volto a repetir, Senador Tasso Jereissati, que isso é para proteger a vida e não o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio. Abandone o veículo, encoste o seu veículo... Olhe o procedimento certo a se fazer: se no carro começou a pegar uma ignição dentro do motor, está saindo fumaça, e ele estiver em movimento, você estaciona o veículo. Isso eu aconselho – a não ser que o Senador Amin queira fazer de outra forma! Desça do veículo se o fogo... Porque eu não sei se esse fogo vai se alastrar rapidamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Deixe a sogra dentro do carro.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Deixe a sogra? Não, tem que salvar!

Então, o conselho é... Você levantar o próprio capô do veículo... Existe uma combustão que pode aumentar se for no capô.

Já nos parágrafos mais à frente, quando o senhor traz os números, que até hoje o Senador Tasso Jereissati trouxe, se são 10,3 mil carros por ano, não fala o ano desse carro, e, no PLC, a facultatividade fala do quê? De veículos novos, e os veículos novos têm dispositivos de controle, o tecido é anti-incêndio, há um corte de ignição. E a gente está falando aqui na proporção de acidentes e veículos.

Já no parágrafo posterior a esse, que fala da Aladi, que é um tratado, preciso perguntar ao senhor se se trata de direitos humanos. Se for esse o caso, a gente realmente o acolhe; se não, a gente o regulariza de outra forma, como o Contran está fazendo e como o CTB está fazendo, por lei ordinária.

Mais à frente.

A indústria automobilística, quando o senhor diz assim... Os dados são espantosos. Esse aí foi um dado espantoso trazido: veículos novos com risco de pegar fogo. Eu estava conversando com o Senador Amin e disse que ninguém compra um produto para se danificar ou para queimar, mas ele me trouxe um contra-argumento: o para-choque é para evitar o choque causado pelo ser humano; a ignição da bateria ou a ignição do veículo não é causada por você, a não ser que seja uma colisão frontal ou traseira que possa incendiar o veículo. Isso, sim, poderia ser, mas trazer aqui como argumento, Senador Veneziano, com todo respeito ao senhor, que os veículos novos estão pegando fogo... Então, a gente tem de rever isso aí, porque ninguém compra um produto para correr risco. O art. 10 do Código do Consumidor prevê isso aí já.

Mais à frente, quando o senhor diz que o argumento da indústria automobilística de que o motorista é despreparado... Eu não vejo despreparo só técnico, eu vejo despreparo também emocional. Eu vejo despreparo emocional para lidar com aquela situação naquele momento. Então, eu aconselho o uso facultativo para carros de passeio, porque o CTB trouxe a obrigatoriedade para os carros que transportam pessoas em coletividade, como ônibus e micro-ônibus, e para carros que transportam substâncias químicas ou que possam incendiar em grande proporção. Aquela pessoa, sim, está treinada para isso, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que ter treinamento para proteger a vida dos outros. Por quê? De um ônibus não dá para desembarcar todo mundo. Então, o motorista desce com o extintor e vai tentar combater o fogo enquanto as pessoas estão descendo. Já num carro de passeio, onde estou sozinho – exceto com a sogra, segundo o Senador Amin –, desço do veículo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Aí seria uma discussão... Não, espera aí! Aí seria uma discussão aqui, Senador Tasso Jereissati.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, a discussão seria a defesa da vida ou a defesa do patrimônio. O que está sendo preservado aí, o patrimônio ou a vida? Eu preservo a vida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Já os dois?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas, aí, a estatística, como não é clara quanto ao número de incidentes com a vida das pessoas, diferentemente do número de mortes causadas por armas de fogo, por acidentes envolvendo embriaguez, por velocidade... Por este fato se torna facultativo: por não haver elementos que realmente provem a eficiência e a eficácia de sua utilização para a proteção à vida dos condutores, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Governador Chico Rodrigues, por favor.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu ouvi com muita atenção o parecer do nobre Senador Veneziano e também o relatório do Senador Styvenson.

Eu entendo que o extintor, obviamente, encerra para o condutor uma premissa de defesa, de segurança, porque, apesar da tecnologia, da modernidade etc., são sistemas elétricos e, obviamente, um pequeno curto circuito... Nenhum automóvel, nenhum veículo, está isento realmente da possibilidade de acontecer um incêndio.

Temos tido dezenas, centenas, milhares de exemplos aqui no nosso País. E olhando no retrovisor para os países desenvolvidos, a gente verifica, inclusive no caso específico da Inglaterra, que é obrigatório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o uso. Em alguns países europeus, não é obrigatório o uso, mas é recomendado, porque obviamente, em ocorrendo um incidente de início de incêndio ou mesmo um veículo sendo atingido e a pessoa não tendo a iniciativa ou não tendo a destreza para operar o extintor – e isso é comum –, mas alguém, de um carro ao lado ou uma pessoa que esteja passando, pode se antecipar e obviamente defender o patrimônio e principalmente a vida.

Eu entendo também, Sr. Presidente, que essa questão vem se arrastando ao longo do tempo porque nós lembramos bem daquela época em que foi instituída a obrigatoriedade do *kit* de primeiros socorros, que foi uma falácia, obviamente. Mas quanto ao extintor em si, sinceramente, entendendo as argumentações do nobre Relator, que é ponderado, é cuidadoso, que estudou com certa minudência os detalhes, eu não sei se é por temor por já ter sido tomado por um evento dessa natureza em que foi exatamente o extintor que salvou a vida e parte do veículo que eu defendo realmente esse parecer do nobre Senador Veneziano. Eu acho que essa obrigatoriedade... Até porque o extintor tem um custo baixíssimo, ele não implica... Acho que custa R$40, R$50, R$60 um extintor. E há o efeito psicológico da segurança. Por isso, na verdade, é que eu acompanho o Senador Veneziano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, creio eu que todos nós, ao emitir opinião, parecer, voto, qualquer coisa no sentido, observamos antes sempre uma experiência de vida nossa ou de alguém. E aqui, com o devido respeito ao parecer bem elaborado pelo nosso Senador Cap. Styvenson, que tem origem na Polícia Militar e que tem um conhecimento, creio eu, enorme das ruas e dos acontecimentos do dia a dia, eu quero pedir vênia ao nobre Relator para acompanhar o projeto, o voto em separado do Senador Veneziano, em função de já ter, como já disse aqui o Senador Chico Rodrigues, necessitado eu mesmo, com minha família, em um momento, do extintor, quando não só ajudou a salvar vidas como também o patrimônio.

Portanto, neste caso, acompanho o Senador Veneziano.

Mas, Sr. Presidente, eu quero pedir vênia a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão para aproveitar minha fala e pedir o sobrestamento do Projeto nº 585, de 2019, de que eu sou Relator, de autoria do eminente Senador Alvaro Dias, que inclui o diabetes mellitus na isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou de reforma. O nosso pedido, Sr. Presidente, é feito em função de que não há impacto orçamentário. Assim, nós requeremos a V. Exa. que solicite...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o que eu falei na semana passada, Senador Mecias de Jesus: há casos de pessoas que têm, infelizmente, diabetes e que são pessoas muito abastadas, que não se cuidam pelo SUS. Essas pessoas também terão esse direito, como um cidadão que tem de ir para o SUS? Aí nós temos que ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O meu parecer, Presidente – isso foi muito bem colocado por V. Exa. –, em princípio, é pela aprovação do projeto. Porém, há de se fazer um levantamento, até porque, como V. Exa. bem disse, existem inúmeras pessoas, milhares de pessoas que têm o diabetes mellitus, que é praticamente uma doença comum, e que têm condições financeiras bastante elevadas. Mas, em geral, eu creio que é uma doença que sacrifica bastante o ser humano.

Eu aproveitei para incluir uma emenda de minha autoria, que inclui o lúpus eritematoso. Mas, quanto ao lúpus eritematoso, já temos, inclusive, um dado: são apenas 65 mil brasileiros com lúpus eritematoso. Esse é um número que já existe. Quanto ao diabetes mellitus, na realidade, a gente não tem ainda esse número.

Então, em função disso, eu requeiro a V. Exa. o sobrestamento do Projeto 585, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O diabetes hoje é considerado também... Ele entrou no caso dos deficientes. Você está me entendendo? Antigamente, havia os deficientes, e agora os diabéticos também entraram na questão dos deficientes.

Mas essa é uma discussão em que temos de ter muita responsabilidade. Não é que sejamos contra ou a favor, mas precisamos ter a responsabilidade de saber realmente se vamos beneficiar pessoas que precisam. Um Senador da República, por exemplo, não precisa disso se tiver diabetes, até porque o plano de saúde do Senado cobre o tratamento do Senador. Então, ele não vai ter de descontar do Imposto de Renda dele para se tratar. Correto? Então, há casos e casos. Estou dando o nosso exemplo aqui, para não passarmos para a sociedade que nós somos contra. Não vejo por que isentar de Imposto de Renda um Senador da República porque ele é portador de diabetes, porque ele tem diabetes; não há porquê. É como o dono de um banco e muita gente. Então, não há como dizer...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. *Fora do microfone.*) – Grandes empresários...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que fulano tem direito e que beltrano não tem direito. Então, nós temos que ver isso, para que não possamos sair daqui fazendo dispensa de pagamento de Imposto de Renda a torto e a direito.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, fortalecendo a posição de V. Exa., pela ordem, eu gostaria, inclusive, de deixar aqui um assunto de que temos tratado em outras comissões, relativo à questão da insulina para o tratamento do diabetes. Nós temos um problema seriíssimo: o Brasil importa algo em torno de meio bilhão de reais por ano de insulina, e a Anvisa teima em não liberar a fabricação por grandes empresas que estão preparadas para fazê-la aqui no Brasil. Então, era bom que V. Exa. trouxesse essa questão para a Ordem do Dia da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, porque esta é uma Comissão estratégica. Esse é um assunto que, hoje, praticamente, tomou conta da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Podemos fazer uma audiência pública com o Presidente da Anvisa (*Fora do microfone.*)

para questionar não só essa questão, mas outras.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senador Kátia Abreu tem a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de, em primeiro lugar, dizer do meu respeito à opinião de todos os colegas. De fato, é uma questão de foro íntimo. Respeito o relatório do Líder do meu Bloco, Senador Veneziano, e também o do Senador Styvenson.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, fazer aqui algumas argumentações. Com relação à obrigatoriedade do extintor de incêndio, quando nós olhamos os países que tornam obrigatório o uso desse extintor, percebemos que são países importantes, mas pequenos. E, em boa parte desses países, o sistema de governo ainda é muito diferente do nosso.

Nos Estados Unidos, é simplesmente livre e voluntário. Por que eu estou falando dos Estados Unidos? Não é porque o nosso Presidente gosta de copiar os americanos, mas os Estados Unidos são uma referência em modernidade, uma referência em cuidados com a saúde, com instituições muito duradouras e estruturadas com relação a qualquer tipo de problema no que diz respeito ao perigo à saúde das pessoas e à vida.

Ainda lembro que, em países como o Japão, a Alemanha, o Canadá, a China, a Índia e a Itália, não é proibido o uso de extintor de incêndio. Eu destaco aqui o Japão, a Alemanha e o Canadá, sem querer menosprezar os demais, que também são países extremamente desenvolvidos e que têm toda uma carga de cuidado e atenção à saúde e à vida humana. Isso eu vivencio no dia a dia com a produção de alimentos. Eles são rigorosos. Talvez algumas das legislações mais rígidas do mundo sejam as desses países. A população, a comunidade desses países em que o extintor é opcional é altamente exigente, altamente preparada e com uma consciência muito forte.

Ainda quero lembrar das inovações tecnológicas. Em todo veículo fabricado atualmente, é obrigatória a instalação do *air bag*. Por que os antigos, então, não são obrigados a colocar o *air bag*? Simplesmente por uma questão mercadológica, por uma impossibilidade de se instalar o *air bag* em carros antigos. Então, com relação às inovações tecnológicas, não só o *air bag*, que não tem nada a ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com incêndio, mas é uma proteção à vida, também a fabricação dos carros com o corte automático de combustível em caso de colisão. Bateu-se o carro? Na hora, corta-se a transmissão do combustível. E ainda há mais uma exigência: a localização do tanque de combustível é fora da cabine de passageiros.

Então, tudo isso já foi ajudando a diminuir esses números acidentais que aqui foram proclamados. Repetindo: de 2 milhões de sinistros, no caso de seguros, 800 – o que não é pouco – causados por incêndio, mas apenas 3% ou 24 carros de 2 milhões tiveram a oportunidade de usar o extintor de incêndio.

Quero lembrar que todos os carros vêm com o suporte do extintor de incêndio. Eles não têm que inventar um lugar para pregar o extintor. Isso é uma coisa opcional. Agora, quem conhece minimamente a economia e o mercado – não precisa nem ter estudado, mas que vive comprando nos lugares –, é só lembrar que, na hora em que se aprovar esta lei aqui dizendo que é obrigatório, vocês sabem quanto vai custar o extintor de incêndio! Não vai custar R$100! Não vai custar R$50! Nós sabemos como funciona a fera do mercado. Então, não vamos nos iludir com isso.

Se isso fosse real e custasse R$100, nós estaríamos falando de um mercado de R$5,5 bilhões. Repito: se o extintor custar R$100, são R$5,5 bilhões! Será que não seria mais fácil procurar uma outra forma e um fundo em que apenas os prejudicados fossem beneficiados do que exigir que toda a população use e tenha essa despesa adicional?

A outra pergunta que eu deixo aqui, que me estranhou muito, é que nós somos acostumados, aqui no Senado, em toda causa polêmica, a ser procurados por "deus, raimundo e todo mundo", o que eu acho ótimo, porque a gente ouve os divergentes. E eu, sinceramente, só fui procurada pelos vendedores de extintor de incêndio; eu não fui procurada... Não sei os outros colegas. Eu sei que todos trabalham com muita legitimidade, conheço cada um deles aqui, mas eu chamo atenção para isto: eu não vi uma matéria de televisão denunciando esse problema grave; eu não recebi nenhuma corporação de Corpo de Bombeiros, e muito menos do meu Tocantins, que tem todo o acesso ao meu gabinete, em Palmas e em Brasília; eu não recebi a indústria automotiva; eu não recebi nenhuma demanda da população do meu Tocantins.

E por que será que foi reunido o Corpo de Bombeiros, foi reunida a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva, reuniram-se com os vendedores de extintor, e ninguém votou a favor de ser obrigatório? Por que nós vamos agora votar uma lei que os especialistas estão recomendando que seja voluntário? Nós queremos... É um direito nosso achar que é um perigo e aprovar a lei, claro, mas por que nós vamos contrariar a ideia técnica, a lógica técnica disso, de quem está lá no dia a dia? O Cap. Styvenson é da polícia, conhece também do assunto. Eu tenho aqui o privilégio de muitos colegas às vezes me perguntarem sobre alguma matéria do setor agropecuário, porque eu entendo um pouquinho disso. Então, nós temos os especialistas aqui também, na Casa, em vários setores. Agora, quanto os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialistas de fora da Casa, eu não vi preocupação em lugar algum. Eu não vi sequer uma matéria, em nenhum jornal, em nenhum blogue, em nenhuma TV, denunciando o risco disso.

E o principal: o Corpo de Bombeiros, gente... Vamos falar a verdade: as normas do Corpo de Bombeiros no Brasil inteiro têm sido, inclusive, motivo de constrangimento e dificuldade para se abrirem empresas. Por isso, inclusive, soltaram uma medida provisória para facilitar esse licenciamento, pelo excesso de cuidados do Corpo de Bombeiros. Então, será possível que, nesse caso... Quem é que não sabe aqui a dificuldade de uma licença no Corpo de Bombeiros no seu Estado? Será possível que eles não fariam um movimento nacional pela exigência do extintor de incêndio? Não, gente, por favor! O Corpo de Bombeiros, podem falar o que quiserem, só preza pelo excesso de cuidado. Eu nunca vi o Corpo de Bombeiros agir com pouco cuidado com a população.

Então, esse valor, esse volume é monstruoso, e eu não estou vendo essa demanda na sociedade. Não vejo a necessidade de ser obrigatório. Voluntário: todo cidadão que tem um carro tem a consciência do perigo; ele tem o direito de decidir se quer o extintor ou não.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para você ter uma ideia...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senadora Kátia, ele deu o número agora de que, no Estado de São Paulo, que deve ter milhões de automóveis, parece que são oito incidentes por dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sete. No Rio de Janeiro, que deve ser a segunda cidade com maior número de carros, são seis. Não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu só estou colocando aqui os dados, não é?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, só por força de ter apresentado um voto destoante...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Seria o Senador Telmário agora.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Ah! Desculpe. Senador Telmário, me perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário.

Então, o Senador Telmário, depois o Senador Oriovisto. Aí eu estou ouvindo aqui os Senadores.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Presidente Omar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a primeira pergunta que eu quero fazer aos Senadores: qual é o preço da vida? Qual é o preço da vida? Vamos por esse caminho. A vida tem preço? Vamos ver: se um extintor para um carro é maior do que a vida, é um ponto para ser analisado. Imagine, com todo o respeito à Senadora Kátia, nos Estados Unidos, não se é obrigado nem a votar! Então, os Estados Unidos não são referência para o Brasil. Aqui nós temos um clima tropical, e lá não. Então, não é referência para o Brasil, nem quero que seja, porque os Estados Unidos não são humanos, e o Brasil é humano, é um ponto diferente; o Brasil não se mete nos países alheios, e os Estados Unidos se metem toda hora, já é outro ponto diferente. As diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos são extremamente grandes.

Então, vamos ver o preço da vida. Aqui o Senador Mecias e o Senador Chico, que são da minha região, sabem o quanto é necessário. Imagine: na nossa cidade, que é tomada por motos, eu já presenciei duas vezes – e a sua cidade, que é a que mais fabrica e vende para gente, seu Estado –, duas motos pegarem fogo, e o cara descer do carro, pegar o seu extintor e ir lá apagar. Em frente do nosso colégio, lá na Getúlio Vargas, chamado Oswaldo Cruz, um cidadão morreu gritando, e todos os carros passavam e não havia um extintor para apagar!

Então, olha, o que se coloca para salvar a vida é importante. Para que um extintor dentro de uma boate? Quando há pânico, não corre todo mundo? Mas é necessário, porque uma hora um vai lá e usa o extintor. "Ah! Mas o cara, na hora do pânico..." "Um carro novo não pega..." Pega, ele capota e pega. "Ah! Mas o cara lá dentro não vai pegar o extintor." O outro chega e socorre com o extintor do carro dele. Então, eu acho que o extintor é, sim, uma prevenção à vida, é importante.

Os dois Senadores são meus amigos, tanto o Senador Styvenson quanto o Senador Veneziano, mas eu entendo que o extintor é um salva-vidas, e o salva-vidas é necessário. Para que levar salva-vidas para o mar, se só pode entrar o cara que sabe nadar, não é verdade? Para que o salva-vidas numa escada num prédio desse, um extintor num prédio desse? Se eles tirarem o extintor lá do carro, vamos tirar de todo canto onde não se corre nem risco. No carro, há um risco iminente de acidente. Então, o extintor é fundamental para salvar a vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que fazer seguro de vida? Para que fazer seguro de vida? Faz-se um seguro de vida para salvar a vida! O extintor é para salvar, para compor, para compensar a vida. Olha só, você faz seguro de vida para compensar a sua vida. O extintor é para salvar a sua vida.

Então, vou por salvar vida, eu fico com o Senador Veneziano.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas... Um minutinho só.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não, é a minha posição, Senador! É a minha posição, é a minha posição!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, Senador Telmário, eu concordo, mas só que nenhum desses é obrigatório. O senhor não é obrigado a comprar o seguro de vida; o senhor não é obrigado a entrar num navio; mas o senhor é obrigado a dirigir e vai ser obrigado a comprar um extintor. É facultativo, para ficar claro...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não é facultativo botar extintor numa boate, não é facultativo, é obrigatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não, não! Calma, calma!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É obrigatório colocar num prédio.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Num veículo, Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não, mas num veículo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos focar no veículo?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O veículo é instrumento em que o ser humano está la dentro, lá dentro!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Certo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É um preço insignificante; é insignificante quando se trata de vida; é insignificante, é o meu sentimento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O senhor se esqueceu de citar aí, já que o senhor está falando de proteção e defesa da vida, a questão de dar arma para todo mundo. Então, está valendo também. Já que é para proteger a vida, então, eu concordo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Então, se é para copiar os Estados Unidos, que se dê arma para todo mundo! E eu sou a favor da arma!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu moro na área rural, e lá eu uso é doze.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não. Na área rural eu também concordo, dentro da casa...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É doze. O cara vai lá e vai encontrar uma doze.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... mas não dentro do veículo.

Mas deixe-me só esclarecer, porque o Senador Chico aqui fez uma referência à Inglaterra e logo depois corrigiu, não é, Chico? Lá não é obrigatório, é facultativo.

Mas Telmário... Telmário! Senador!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só ônibus e táxi.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É. Só ônibus e táxi, não é isso?

Senador Telmário, só para lembrar: colocar no rol do art. 105, por cinco anos, que seria a validade do extintor... Durante uma fiscalização policial, se esse extintor não estiver, querendo ou não, dentro de condições de uso, que vão desde uma limpeza de um bico desobstruído a um critério para saber realmente utilizá-lo e mantê-lo, se não estiver, o carro pode ser retido até solucionar o problema, dentro da obrigatoriedade, e leva-se mais uma multa ou o condutor pode ter o veículo apreendido.

Então, tem que ver tudo isso. E deixem a população, no caso, escolher. País democrático é assim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu tenho minha opinião, mas, como estou presidindo aqui a Mesa... Depois eu coloco minha opinião.

Senador Oriovisto, por favor. V. Exa. está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria primeiro me congratular com a Senadora Kátia Abreu e concordar cem por cento com as colocações que ela fez, concordar também com o Senador Styvenson.

Senador Telmário, se o seu argumento pega, cada casa no Brasil será obrigada a ter um extintor daqui a pouco.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Na cozinha, do lado do fogão...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Na cozinha e em todo lugar, porque o incêndio acontece em qualquer lugar. E, particularmente, eu quero acrescentar o seguinte: este Senado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Tem porque é obrigado.

Este Senado não pode criar uma despesa para o Poder Executivo, mas, de repente, ele quer criar uma despesa para todo cidadão brasileiro. É uma coisa muito estranha isso. É mais Estado e menos o cidadão, menos o indivíduo. Nós precisamos ter essa opção de decidir se achamos interessante ou se não achamos interessante. Não tem que ser obrigatório. Isso de ser obrigatório é como declarar todos incapazes, como se não pudessem pensar.

Eu fico horrorizado com essa história, por exemplo, de o Fundo de Garantia ser compulsório. Deveriam entregar para o trabalhador. Se ele quiser, ele que faça uma poupança. Aí o Governo quer ser o pai de todos, pega o dinheiro, aplica mal, não corrige nem a inflação. Então, menos Estado, pelo amor de Deus, e mais cidadania!

Isso de obrigar as pessoas a fazerem uma despesa é uma coisa que eu não consigo entender, não cabe na minha concepção de cidadania. Eu sou totalmente contra a obrigatoriedade e totalmente a favor do relatório do Senador Styvenson.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório do Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Styvenson permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Um, dois, três, quatro contra.

Contra, o Senador Veneziano; contra, o Senador Mecias; contra, o Senador Chico Rodrigues; e contra, o Senador Telmário.

Aprovado o relatório do Senador Veneziano com quatro votos contrários.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Styvenson. Desculpem-me.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, apenas para registrar e agradecer de antemão a compreensão e a sensibilidade dos Senadores Telmário, Mecias e Chico Rodrigues, mas para que impressões outras não permaneçam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Veneziano.

Por favor, ele foi relatório contrário. Ele quer colocar, até para não ficar uma má impressão sobre quem votou a favor ou contra aqui.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – É verdade.

Então, eu renovo aqui meu agradecimento pela sensibilidade dos companheiros que entenderam a preocupação nossa.

Sr. Presidente, convenhamos: não é honesto de nossa parte, não é respeitoso, principalmente com quem está em casa, utilizar de premissas ou de argumentos extrapolando o razoável. Quando se fala sobre extintor para casas como se pudéssemos, para essas unidades, exigir isso, nós estamos tratando daquilo que, de fato, única e exclusivamente, diz respeito aos interesses daqueles moradores. A preocupação aqui vai além do proprietário do veículo, porque somos sabedores de que há consequências geradas para outrem que tinham como ser evitadas se, por exemplo, cuidado tivesse existido.

Quando a Senadora, pela qual tenho o maior carinho e respeito, fala dos exemplos que não poderiam ser dados... Minha querida Senadora Kátia, o Estado de Israel é um dos mais evoluídos tecnologicamente, e lá se exige o uso de extintor. Nos Países Baixos, é da mesma forma; exemplifiquemos a Bélgica. A Rússia, querida Ministra Senadora, não é um país pequeno que não possa ser uma referência.

Concordo com o que o Senador Telmário disse. Por que as unidades educacionais, Senador Oriovisto, têm a obrigação de utilizar os extintores sob pena de não funcionarem ou não terem alvará?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente porque é o público, é o alcance daquela medida para mitigar um episódio que nem V. Exa. nem eu estamos aptos, ou em condições, de evitar. É apenas isso. Vamos tirar também da obrigatoriedade os extintores das lojas comerciais e dos prédios residenciais? Se a justificativa é tão simples, por força de eu não saber utilizar um extintor, que se retire das lojas, que se retirem os extintores dos edifícios.

Enfim, foi apenas uma colaboração que nós tentamos trazer.

Renovo o agradecimento pela sensibilidade dos Senadores que priorizam efetivamente a vida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou ler aqui o resultado...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Oriovisto! Deixe eu concluir a votação. Depois eu abro a palavra para os senhores, por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto, ficando prejudicado o voto em separado do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Oriovisto Guimarães. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin e, depois, o Senador Oriovisto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Oriovisto só vai aguardar... É claro que ele vai ter o direito de falar, mas eu quero adicionar ao meu voto uma recomendação.

O projeto vai continuar tramitando. Faltam dois elementos técnicos que eu não quis trazer no momento da discussão porque nós tínhamos que escolher entre o voto em separado e o relatório.

Primeiro, é evidente que, se nós formos olhar os carros que estão pegando fogo, nós vamos constatar que são carros antigos, haja vista que, na estatística de São Paulo, o veículo número um em incêndio é a Kombi – está aqui. Não há dados sobre vidas humanas, mas sobre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Kombi é histórica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Kombi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É histórica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... é um veículo histórico que tem um motor, como todos sabem, que fica atrás, e o para-choque é a perna do condutor. Aliás, é muito divertido dirigir a Kombi, mas é muito perigoso.

Então, esse dado estatístico deve ser solicitado pela assessoria da Comissão para instruir o esclarecimento na próxima Comissão, que, aliás, é mais apropriada do que a Comissão de Assuntos Econômicos. Aqui nós temos que tratar daquilo que a Senadora Kátia Abreu e o Oriovisto realçaram: nós estamos impondo ao universo uma exigência de segurança cujo foco não foi delimitado.

Pela estatística que eu vi de São Paulo, que é muito bem organizada, dos veículos de uso não coletivo que estão tendo incêndios, eu gostaria de saber a idade, até porque há um ponto em comum com Israel, Jordânia e Egito. Sabem qual é? São os maiores importadores de carros usados da Europa. Repito: são os maiores importadores de carros usados da Europa. Por quê? Na Alemanha, por exemplo – quem já viu inspeção veicular na Alemanha sabe disto –, eles passam aquela máquina no pneu, e é bom para a indústria automobilística e para o consumidor mandar esse carro embora, e ainda é um carro muito atraente. Então, a obsolescência para uns não é obsolescência para outros. Os maiores importadores de carro usado são os países do Oriente Médio – pode mandar fazer a estatística –, e é visual isso, percebe-se na rua.

É lógico que o carro antigo, ou mais antigo, com coisa de dez, quinze anos passados... E tudo segue a Fórmula 1, para concluir. Vocês devem ter assistido às cenas do acidente do Niki Lauda: ele bateu no muro, e a Fórmula 1 pegou fogo. Mas isso foi há trinta e poucos anos passados, e ele voltou a correr e voltou a ser campeão. Mas hoje Fórmula 1 bate no muro e não tem isso, porque se interrompe, como falou a Senadora Kátia Abreu, o fluxo do combustível, bloqueia e acabou. Ou seja, a técnica, a segurança dos carros é outra.

Por isso, eu solicito que à próxima Comissão seja pedido que acrescente na informação que deve nortear no final o Plenário se não caberia estabelecer a idade do veículo em que essa obrigação tem que ser imposta.

Agora, num veículo novo, que sai da fábrica com uma série de outros requisitos, seria ou abusivo ou uma decisão arbitrária nossa. O que me instrui a impor isso, essa norma de segurança? Tem que ser a técnica, tem que ser o *recall*, essas informações técnicas que o senhor mencionou, mas codificadas de maneira a se saber a ocorrência de incêndios e as consequências para a vida humana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por que o ônibus... Concluo. Por que o ônibus tem que ter extintor? Porque é de uso coletivo. Tudo que é de uso coletivo, como o táxi... Táxi é um serviço público. Lamentavelmente, ao Uber não se aplica, mas o Uber é um serviço público quando regulamentado.

E concluo ainda dizendo o seguinte: nós tivemos um acidente dramático que envolveu uma família de Santa Catarina. Vocês devem ter acompanhado. Seis pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso acontece muito em carro até hoje, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Num apartamento no Chile...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Elas inalaram gás carbônico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... alugado pelo Airbnb, um aplicativo consagrado no mundo, a família inteira morreu porque o monóxido de carbono, na averiguação preliminar da polícia, em vez de sair, entrava no apartamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso acontece em carro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso pode acontecer. É monóxido de carbono, e o sujeito nem sente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem sente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma coisa que acontece em túneis quando não há ventilação, ou seja, o risco de vida sempre há de merecer... É aquilo que o Senador Telmário falou: a vida não tem preço. Mas, nesse caso, é preciso se avaliar o risco, como a economia moderna recomenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já aconteceu isso em aeronave.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Chama-se gestão de risco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu só queria, Sr. Presidente, lembrar ao Senador Veneziano que, nas escolas, o extintor é obrigatório, mas é obrigatório algo além do extintor: é obrigatório haver uma brigada contra incêndio treinada e preparada para combater o incêndio, o que muda totalmente a configuração. E se trata de um local com grande concentração de alunos. Não estou fazendo confusão de ordem. Quem fez confusão de ordem foi ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma casa, uma residência unifamiliar é muito mais comparável a um carro do que uma escola. Não faz nenhum sentido a confusão de ordem que me foi atribuída.

Eu também queria lembrar que nós estamos em um período em que, daqui a pouco, os carros elétricos serão a maioria dos veículos. Isso, muito em breve, vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Vamos obrigar que os carros elétricos também tenham extintores de incêndio? Como é que fica isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, o senhor é muito... Eu gosto do senhor, porque o senhor é uma pessoa muito otimista. Em breve, não...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Não sei se em breve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que nós não estaremos mais aqui, Senador, quando isso acontecer.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Mas eles já estão à venda. Eles deverão vir com extintores de incêndio?

Mas, enfim, é assunto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que todos nós aqui temos uma opinião. E nós temos que respeitar todas as opiniões. Eu tenho a minha. Eu não seria a pessoa... Se eu estivesse dirigindo um veículo e se ele pegasse fogo, eu não iria atrás de extintor de incêndio; eu sairia, deixaria o carro pegar fogo, não ficaria ali perto. Para salvar uma vida, eu poderia até...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Duvido de que, se V. Exa. estivesse diante de uma pessoa presa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Essa é outra coisa! Mas aí veja bem...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... que, no abalroamento, tivesse desmaiado, V. Exa., mesmo não sabendo utilizar o equipamento, não o procuraria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não! Eu estou falando do meu veículo, não estou falando de terceiros.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sim, estou apenas dizendo do seu sentimento de preservação da vida. Mesmo sendo no seu veículo, tendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido ele abalroado, se uma pessoa não pudesse reagir, tivesse desmaiado e ficado presa a um cinto de segurança, duvido muito, conhecendo V. Exa., de que o seu instinto de preservação da vida não o faria pegar o extintor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ninguém está proibindo...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu não sou de deturpação, Sr. Presidente. Apenas quero dizer que não imagino, por exemplo, num episódio como esse, já que alguns... Não vou mais citar nomes, até porque senão vamos ficar em réplicas e em tréplicas. Em um *shopping*, em que reunidos estão centenas e milhares de veículos, um episódio desse teria grandes proporções. Nós não estamos falando de um carro isoladamente, que não gera outros episódios, porque eu valorizo a vida de uma pessoa, não apenas a de centenas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Mas, enfim, isso é fato vencido. Apenas quero renovar e reforçar que não sou de deturpar exemplos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem eu aqui, porque há milhares de exemplos...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, V. Exa. bem sabe... Mas, enfim, é ponto superado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos milhares de exemplos aí. De uma forma ou de outra, acho que a orientação que você tem em segurança do trabalho, a orientação que você tem em engenharia... Quando você faz cálculo para uma escola, para uma boate ou para qualquer coisa, é definido pela lei o que você vai trabalhar em cima de um sinistro. Não é uma coisa que qualquer um pegue, abra o extintor e saia... E, com o tempo, esse extintor tem que ser recarregado. Ele não passa a vida *ad aeternum* funcionando. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Eu acho que não são cinco anos, mas não vamos discutir isso. Essa é uma questão que não dá...

Eu vou passar ao relatório do Senador Jorginho.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 2016 (COMPLEMENTAR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Acrescenta artigo na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para orientar a aplicação da Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello para a leitura do relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Jorginho!

Senador Tasso...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Qual o número do item?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o item 4.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, coube a este Senador a relatoria do projeto da lavra do Senador Lasier Martins que diferencia a exigência para a micro e pequena empresa. Ele vai ao encontro do que diz a nossa Constituição.

Passo a fazer a leitura do relatório, Sr. Presidente.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99 do Regimento Interno, opinar sobre proposições relativas a tributos, finanças públicas e normas gerais de direito financeiro.

A matéria objeto da proposição versa sobre direito tributário, sua disciplina é condizente com a competência legislativa da União (art. 24 da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal).

Como estabelecido no art. 48 da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Senhor Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se incluem as referentes ao Sistema Tributário Nacional. Nesse ponto, não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da Constituição Federal, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à juridicidade, a proposição afigura-se correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, pois, com esteio no art. 146, inciso III, "d", da Constituição Federal, cabe à lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, da Carta Magna.

Sr. Presidente, é uma matéria cujo relatório é longo. Se os Srs. Senadores quiserem que eu faça a leitura... Mas eu posso resumi-lo. Hoje, o pequeno empresário, quando faz uma venda para outro Estado da Federação, tem que se inscrever, tem que fazer um cadastro e, para isso, tem que contratar um contador e terá despesas acessórias em cima daquele pequeno negócio que ele fará.

O Senador Lasier Martins, preocupado com a proteção do micro e pequeno empresário, já que a Constituição lhe garante tratamento diferenciado, dispensa esse micro e pequeno empresário de fazer esse cadastro em outro Estado para oferecer, para fazer uma pequena venda.

Se os Srs. Senadores quiserem que eu leia toda a matéria, eu posso fazê-lo. Senão, essa é a explicação, e eu acho que é meritória.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós todos já sabemos do teor, do mérito que V. Exa. tem para nos colocar.

Vou colocar em discussão o relatório do Senador Jorginho Mello.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso Jereissati pede vista.

A vista fica concedida para o Senador Tasso Jereissati.

Eu vou passar à segunda matéria, da relatoria do Senador Elmano Férrer.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Senador Jorginho...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, passo a ler o relatório sobre o projeto do Senador Paulo Paim.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2018, de lavra do eminente Senador Paulo Paim.

A proposição possui apenas dois artigos.

O primeiro revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho, a nossa CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – eu era uma criancinha nessa época. Com isso, obrigaria licença prévia das autoridades competentes para as chamadas jornadas de 12 por 36, isto é, 12 horas de trabalho por 36 horas ininterruptas de descanso.

O artigo segundo é a cláusula de vigência, que seria imediata.

A matéria veio a esta Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo após para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão definitiva.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Preliminarmente, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico de qualquer matéria que lhe seja submetida e sobre os problemas econômicos do País, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno desta Casa.

No tocante à juridicidade, constitucionalidade e técnica legislativa, não vemos óbices evidentes à matéria.

No tocante ao mérito, temos ressalvas.

A proposição trata de assunto sensível, discutido no âmbito da reforma trabalhista, a Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. A reforma passou a permitir a jornada 12 por 36 sem a necessidade de licença prévia das autoridades, considerada burocrática e inoportuna por alguns. Contudo, permitiu a instituição desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornada mesmo por acordo individual – o que representa uma exceção à própria lógica da reforma, que tem a convenção ou acordo coletivo como regra.

De fato, a demanda pela jornada de 12 por 36 é frequentemente dos próprios trabalhadores, que a consideram vantajosa. Seria mais oportuno, porém, que ela fosse limitada aos casos de acordo ou convenção coletiva. Assim, protegeríamos trabalhadores de jornadas que em alguns setores podem ser extenuantes e perigosas, já que o sindicato seria ouvido, ao passo que permitiríamos sua adoção nos setores em que é interessante para os trabalhadores.

Não à toa, quando da discussão da reforma, este Senado Federal orientou veto presidencial neste ponto, para que a jornada 12 por 36 só fosse instituída por acordo ou convenção coletiva. Vale rememorar o Parecer nº 34, de 2017, desta Comissão, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, vazado nos seguintes termos:

> Outro ponto fundamental que precisa [diz o Senador Ricardo Ferraço à época] ser mais bem regulamentado é o referente à previsão do art. 59-A da CLT, como proposta pelo PLC, que permite que acordo individual estabeleça a chamada jornada 12 por 36. Entendemos que a mudança é até constitucional, já que a Constituição é clara ao diferenciar o que pode ser negociado por acordo individual e por acordo coletivo, não vedando no inciso XIII do art. 7º que questões de jornadas sejam pactuadas por acordo individual [diz o Senador Ricardo Ferraço, que prossegue].
> No entanto, entendemos que, da forma como consta no projeto, a previsão não protege suficientemente o trabalhador, que pode ser compelido a executar jornadas extenuantes que comprometem a sua saúde e até a sua segurança. Permitir a jornada 12 por 36 por acordo ou convenção coletiva nos parece suficiente para flexibilizar a jornada nos setores em que a realidade da atividade necessita deste tratamento diferenciado.

De outra parte, o Relator contemplava assim modificação solicitada pelos nobres Senador Humberto Costa, Otto Alencar e o próprio Paulo Paim.

O acordo ou convenção coletiva para a jornada 12 por 36, porém, sempre esbarrou em uma dificuldade. Ele é especialmente popular no setor de saúde, justamente um setor em que há restrições institucionais à celebração de acordo ou convenção coletiva.

Nesse sentido, o próprio Poder Executivo editou a Medida Provisória nº 808, de 14 de novembro de 2017. Para a instituição de jornada 12 por 36, a referida MP colocava como regra o acordo ou convenção coletiva e como exceção o acordo individual, permitido somente para o setor de saúde. Todavia, a medida provisória perdeu validade em 2018. Não foi deliberada pela Câmara dos Deputados e jamais chegou a este Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, propomos a aprovação do projeto em tela na forma de emendas. A jornada 12 por 36 continuaria sendo permitida sem a exigência de licença prévia, mas desde que tenha havido autorização pelo sindicato da categoria, conforme acordo ou convenção coletiva.

Prestigiamos assim a intenção da proposta, de proteger o trabalhador, ao passo que prestigiamos também a demanda dos trabalhadores que se interessam pela jornada 12 por 36. As 36 horas de descanso ininterruptos é demandada por categorias, pois libera mais tempo do trabalhador para outras atividades, inclusive o lazer e o convívio familiar.

Para o setor de saúde, em que a jornada é demandada por enfermeiros e médicos, mas em que existem restrições aos acordos ou convenções coletivas, seguiria sendo permitido, excepcionalmente, o acordo individual.

Voltar a exigir a licença prévia, mesmo diante da celebração de negociação coletiva, parece flertar com a inconstitucionalidade. Corre-se o risco de implantar restrição ao emprego em um momento em que a recuperação econômica ainda é morosa, em colisão com o princípio constitucional da busca do pleno emprego, consagrado no art. 170, VIII. Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem valorizado a autonomia coletiva da vontade e a autocomposição dos conflitos, dando central importância ao inciso XXVI do art. 7º da Carta Magna.

Nesse sentido, o saudoso Ministro Teori Zavascki, na relatoria do Recurso Extraordinário nº 895.759, assinalou que "esta corte conferiu especial relevância ao princípio da autonomia da vontade no âmbito do direito coletivo do trabalho". Não por acaso o Ministro Luis Roberto Barroso, conforme voto no Recurso Extraordinário nº 590.415, reconheceu na Constituição um marco de mudança de um modelo corporativo-autoritário rumo a um modelo justrabalhista de caráter mais autônomo e democrático. Diz o Ministro Barroso: "O reconhecimento dos acordos e convenções coletivas permite que os trabalhadores contribuam para a formulação das normas que regerão a sua própria vida".

Estamos no final, Sr. Presidente.

Dessa forma, a nobre intenção do texto original do PLS em análise pode ser concretizada com a restrição ao acordo individual, sem a tutela excessiva de exigir que o Estado tenha de autorizar tal modalidade de jornada mesmo quando já autorizada pelas próprias trabalhadoras e trabalhadores.

Sr. Presidente, apresento o voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2017, na forma das seguintes Emendas. Vou ler só uma delas aqui:

EMENDA Nº - CAE
[...]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 [...]."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu acho, Sr. Presidente, como o universitário está orientando, que deixo de ler as emendas, já que constam no presente relatório.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório que tínhamos a apresentar relativamente a esse oportuno projeto que assegura liberdade para o sindicato laboral e o sindicato do empregador decidirem essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Elmano.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de pedir vista desse projeto, porque, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, nós não teríamos nem condições de votá-lo hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... não o compreendi totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A vista fica concedida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem mais nenhuma matéria a ser tratada, eu encerro a reunião, convocando os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, às 10 horas da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Leila Barros, Eliziane Gama, Renilde Bulhões, Paulo Paim, Jaques Wagner, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Jean Paul Prates. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, que é aprovada. Em seguida comunica ainda o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: **Ofício nº 197, 2019**, de da Caixa da Caixa Econômica Federal, que encaminha o Relatório da Administração e Análise dos resultados de 2018; **Ofício nº 10808/2019-BCB-Presi**, de 30 de maio de 2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de abril de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Lido esse ofício usaram da palavra os senadores Omar Aziz, José Serra, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Eduardo Braga. **Ofício GAB/MB nº 034/2019**, do Senhor Vereador Marcelo Bussiki, da Câmara Municipal de Cuiabá-MT, **Of. 364/2019-SF**, encaminhando cópia do **Of. SEI nº 234/2019/GME-ME**, de 27 de maio de 2019, do Ministro de Estado da Economia, em resposta ao Requerimento de informação - RQS nº 305/2019, **Ofício nº 237/19**, de 22 de maio de 2019, da Câmara Municipal de Mariana – MG, encaminhando Moção de Repúdio contra a Fundação Renova em favor de Mariana. Esses expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 163, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Otto Alencar, Esperidião Amin, Eduardo Braga, Rogério Carvalho, Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Tasso Jereissati e José Serra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo), e contrário à Emenda nº 2. Abstém-se de votar o Senador Esperidião Amin. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 15). **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proibição de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar e conceder crédito a governos estrangeiros e projetos a serem realizados em outros países, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 151, de 2016 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A tramitação da matéria é suspensa em razão da aprovação do REQ 61/2019-CAE, para instrução do projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 298, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso" **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1763, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Ciro Nogueira e Chico Rodrigues. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Chico Rodrigues. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1273, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo)acrescida de uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 57, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 61, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 151/2016, que acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 61/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei Complementar n° 61, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir Municípios do Estado de Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região do Semiárido." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 16). **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 62, de 2019** que: "Requer urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 163 de 2018, que "Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000"." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 62/2019 – CAE. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 63, de 2019 que: "Requer urgência para o Projeto de Lei Complementar nº 61 de 2019, que "altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir Municípios do Estado de Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região do Semiárido"." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Usaram da palavra os senadores Omar Aziz e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 63/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 59, de 2019** que: "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 66, § 6º, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que envie ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) solicitação de Instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas e do preço do combustível de aviação no Estado da Bahia." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 59/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/04

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia.

Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico ainda o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

Da Caixa Econômica Federal, Ofício nº 197, de 2019, que encaminha o relatório da administração e análise dos resultados de 2018.

Do Banco Central do Brasil, Ofício nº 10.808, de 30 de maio de 2019, que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2019, as razões delas terminantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Serra, essas reservas internacionais que o Brasil tem não podem ser trazidas ao Brasil, para que a gente pudesse aplicá-las em investimento aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não? Por quê?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Economicamente, sim; financeiramente, não faz sentido. Você vai gastar um estoque para fluxo; vai perder reserva, vai pressionar juros... Seria completamente fora de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não seria bom?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque muita gente me fala isto: por que a gente não traz essas reservas, precisando de dinheiro para...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Esquecendo que nós temos a dívida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você acha que aumenta?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Esquecendo que há dívida pelo outro lado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Esquecendo que reservas líquidas são negativas, no sentido da dívida. Se você comparar estoque da dívida...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é sempre bom perguntar para quem sabe, como você.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para abater dívida não...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Depende da taxa de juros da dívida.

O que você está obtendo pelas reservas e o que você está pagando pela dívida? Você tem que ter um seguro também. Você não pode ficar... A dívida é infinita.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não, mas você ficar sem reserva? É um perigo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, porque nós pagamos de juros, nessa dívida externa, 1% só, não é, Serra? É 1% só. Nós pagamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A situação é cavilosa, e por isso eu estou me permitindo falar. É cavilosa! E isso foi relatado pelo Presidente atual do Banco Central, naquela reunião no Banco Central.

Em resumo, confirmando o que o Senador Cid Gomes falou: o Brasil paga, neste momento de baixa taxa de juros, de Selic baixa, um pouco mais do que a Selic, na média, pela sua dívida, que é da ordem de 4,5 trilhões; paga 9,5%, na média – pode ser 9%, pode ser 10%... E a nossa reserva, que está em torno de 1,6 trilhão, é remunerada a 1%. Me conta: que negócio é esse?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E para terminar: internacionalmente – o Senador Serra sabe disso mais do que nós –, o que que é considerado margem de segurança? É o valor das importações ou do déficit eventual na balança comercial de seis meses. Como nós temos superávit, vamos falar do que nós importamos em seis meses. Essa seria a reserva exigível pelo sistema financeiro internacional, sempre muito generoso, muito dadivoso, muito filantrópico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos com toda a nossa reserva, Senador Rogério – toda! –, sendo remunerada a 1%, e pagamos quase 10%! E achamos que isso é bom! Uma parte disso, eu defendo, deve ser usada em investimento, não em despesa corrente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que eu perguntei ao Senador Serra, se não valia a pena trazer parte dessa reserva para investimento, neste momento em que nós estamos numa pré-recessão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Amin, ou abater da dívida pública, porque você reduz o que você gasta de juros, e podendo renegociar isso.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria também tocar nesse tema das reservas cambiais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O valor que foi mandado para cá: US$378 bilhões!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Trezentos e setenta e oito bilhões de dólares...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em fevereiro!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E queria acrescentar um debate, Senador Omar, aqui nesta Comissão, nessa mesma direção, porque não acredito que o Brasil, com os números que foram divulgados hoje, do IBGE... Todos os índices da indústria caíram, todos os índices dos serviços caíram, todos os índices do varejo caíram, e eu não entendo como é que um país que está com esse cenário, aumento de desemprego, etc., continua fazendo enxugamento monetário com o compulsório do Banco Central.

Então, são dois temas dos quais eu acho que esta Comissão pode e deve ter um protagonismo na discussão: um, a questão do tamanho das reservas; dois, a questão do compulsório.

Nós estamos fazendo enxugamento na base de crédito e na base monetária, quando o Brasil precisa emprestar dinheiro – dinheiro a juros baixos, para o microcrédito, para o consumo –, para que nós possamos voltar a fazer crescer a indústria. A indústria brasileira não tem hoje consumo para que possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair de uma recessão em que vem se arrastando há anos. Portanto, acho que esse debate é extremamente importante aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Rogério está presidindo uma subcomissão que foi formalizada aqui, e eu vou sugerir ao Senador Rogério que a gente traga esse debate para cá, inclusive com o Presidente do Banco Central, ao qual, quando foi sabatinado aqui, nós demos um prazo, em torno de seis meses, para que trouxesse uma proposta de redução de juros, principalmente sobre o compulsório, assunto sobre o qual o Senador Eduardo Braga acabou de falar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu acho, quanto a essa provocação que o Presidente trouxe, que você reforça, que o Amin reforça, que nós todos aqui estamos trazendo, que nós podemos, numa das reuniões da Comissão, durante uma reunião da Comissão, trazer três ou quatro economistas que divirjam, para que a gente possa fazer esse debate aqui. Se V. Exa. concordar, eu apresento um requerimento hoje, com algumas sugestões de nomes, para, daqui a 15 dias, a gente fazer esse debate, ou na próxima reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Como debate, acho uma boa ideia.

Devo deixar claro: o que seria maluquice, absurdo, é investir dinheiro de reserva. Agora, reserva, dívida... Diminuir dívida contra reservas é uma política que faz sentido. Tem que ser discutida a proposta, qual é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Foi a proposta do Senador Rogério.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O que não faz sentido é imaginar que vá pegar as reservas e vá investir, até porque as reservas pertencem ao Banco Central; não são do Executivo. Não são recursos disponíveis para gastos.

Agora, em matéria de dívida, é outra história; pode haver uma relação diferente reserva/dívida e, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas quando você tira para pagar a dívida, sobra dinheiro no Governo Federal, porque esses recursos que nós tiraríamos do Governo Federal sobrariam. Em contrapartida, sobraria, não é, Senador Serra?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, tenho um ofício da Câmara Municipal de Cuiabá, do Sr. Vereador Marcelo Bussiki, Ofício 034, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício do Ministério do Estado da Economia, encaminhando o Ofício nº 234, de 2019, de 27 de maio de 2019, em resposta ao Requerimento 305, de 2019.

Ofício 237, da Câmara Municipal de Mariana, de 22 de maio de 2019.

Encaminha moção de repúdio contra a Fundação Renova, em favor de Mariana.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 163, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAE em 04/09/2018, e retorna em decorrência do Requerimento nº 370 de 2019.

Eu tenho aqui o Projeto de Lei nº 163, de 2018, de autoria do Senador José Serra e de relatoria do Senador Otto Alencar.

Informo que foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Espiridião Amin.

Com a palavra o Relator, para a leitura do relatório e pronunciamento sobre a emenda do Senador Espiridião Amin.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Pois não, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador José Serra apresentou o Projeto de Lei do Senado 163, que altera a Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que, sem nenhuma dúvida, é uma grande contribuição que o PSDB, àquela época, deu para os Estados e os Municípios, no cumprimento das metas fiscais.

A Comissão de Assuntos Econômicos é o foro correto para a análise desse projeto de lei do nobre Senador José Serra, e a LCP 156, de 2016, fundamentalmente, trata de um programa de auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando atenuar os efeitos da crise fiscal por eles enfrentada. Para tanto, a referida lei concedeu um prazo adicional de 240 meses para o pagamento de dívidas refinanciadas em contratos celebrados pela União com os Estados e o Distrito Federal. Com essa extensão, o prazo total para o pagamento dessas dívidas passou a ser de 50 anos, contados a partir da assinatura do contrato de renegociação original.

Ainda nos termos dessa lei, ficou assegurado a esses entes o refinanciamento de suas dívidas contratadas junto às instituições públicas federais, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a concessão de uma redução extraordinária e temporária das prestações mensais das dívidas renegociadas, de julho de 2016 a junho de 2018. Logicamente, os valores não pagos serão incorporados ao saldo devedor em julho de 2018, devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência.

A LCP nº 156, de 2016, trata ainda da contrapartida exigida dos Estados e do Distrito Federal, que se consubstancia na limitação do crescimento de suas despesas primárias correntes, objeto de alteração por parte do PLS 163, de 2018 – Complementar –, ora em reexame.

Na contrapartida exigida dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da redação do *caput* do seu art. 4º, fica determinado que, respeitadas a autonomia e a competência dos entes federados, o crescimento anual das suas despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e pagamentos da contribuição social do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), deve corresponder à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro que venha a substituí-lo, nos dois exercícios subsequentes à assinatura do correspondente termo aditivo.

O PLS 163, de 2018 – Complementar –, tão somente inclui as despesas referentes às sentenças judiciais, os denominados precatórios, entre as exceções de controle previstas no referido art. 4º.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, ressalte-se que, quando de seu exame por esta Comissão de Assuntos Econômicos, em 4 de setembro de 2018, deliberou-se, acertadamente, que a disciplina da matéria do referido projeto é de competência legislativa da União (art. 24 da Constituição) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição), não havendo, portanto, impedimentos constitucionais, tampouco inadequações relativamente aos requisitos de adequação às regras regimentais.

Quanto ao mérito, a relevância da matéria, também de forma adequada e convincente, ficou demonstrada no Parecer nº 80 da CAE, de 4 de setembro de 2018, resultante da referida deliberação.

Como dito na seção anterior deste parecer, a Lei Complementar 156, de 2016, estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, permitindo que a União conceda prazo adicional para o pagamento das dívidas dos governos subnacionais, bem como reduza extraordinariamente a parcela mensal devida. Em contrapartida, definiu-se nova regra fiscal, ainda que temporária, o "teto de gastos" dos Estados, a ser observada na gestão das finanças públicas estaduais: um limite de crescimento das despesas correntes primárias.

O desenho da nova regra fiscal contém, entretanto, no nosso entendimento, lacuna. Não foi previsto "válvula de escape" para o caso em que as despesas superem o limite estabelecido.

No regime fiscal brasileiro, as demais regras fiscais previstas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) apresentam regulamentação específica sobre o acionamento de medidas para situações em que os parâmetros e limites das normas são descumpridos. Entendemos, assim, que a introdução de mecanismo dessa natureza seria relevante para corrigir a referida falha, adotando-se, para tanto, as disposições normativas previstas para outras regras fiscais já adotadas no País como referência.

Ademais, por motivos variados, há Estados que não formalizaram os aditivos contratuais previstos na Lei Complementar 148, de 2014, o que lhes impede o acesso aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 156, de 2018, objeto do projeto em exame. Para tanto, faz-se necessário reabrir o prazo previsto no art. 4, §1º, da Lei Complementar 148, de 2014, uma vez que ele expirou em 31 de janeiro de 2016.

Por fim, julgamos igualmente importante criar o Conselho de Gestão Fiscal, já previsto no art. 67 da LRF, que contribuiria para monitorar as despesas dos Estados, além de outras funções importantes, como a (i) harmonização de interpretações técnicas na aplicação das normas voltadas à responsabilidade da gestão fiscal e a (ii) promoção de debates, divulgação de análises, estatísticas fiscais padronizadas, estudos e diagnósticos no âmbito de suas competências.

Para tanto, propomos emenda que incorpore tais avanços como parte da conclusão deste parecer.

O voto, em face do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 – Complementar –, com a seguinte emenda, que passo a ler:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2018 – COMPLEMENTAR
Altera a Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, e nº 101, de 4 de maio de 2000 [Lei de Responsabilidade Fiscal], para conferir maior alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais, bem como criar o Conselho de Gestão Fiscal e dá outras providências.
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 4º
.....
.....
.....
.....
§2º Se o crescimento anual das despesas primárias correntes ultrapassar o limite de que trata o *caput* ao final do exercício financeiro, o excedente deverá ser eliminado, nos termos dos §§3º a 5º, até o final do terceiro exercício subsequente à celebração do termo aditivo de que trata o *caput* do art. 1º.
§3º Para eliminar o excedente, no prazo previsto no §2º, o ente deverá implementar planos de revisão de gastos, incluindo a agenda legislativa prioritária, evidenciando a implementação de medidas de redução de despesas para fins de cumprimento do limite de que trata o *caput*.
§4º O não cumprimento do limite de que trata o *caput* e da medida de que trata o §2º implicará encargos contratuais de adimplência.
§5º A avaliação do cumprimento da medida de que trata o *caput* será regulamentada por ato do Poder Executivo."
Art. 2º A concessão do prazo de que trata o §2º do art. 4º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, na redação dada por esta lei complementar, será processada mediante assinatura de termo aditivo ao respectivo contrato.
§1º O termo aditivo de que trata o *caput* autoriza o alcance das novas regras para tratamento do descumprimento do limite de que trata o *caput* do art. 4º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, com a redação dada por esta lei complementar.
§2º A não celebração do termo aditivo de que trata o *caput* deste artigo e o descumprimento do limite previsto no *caput* do art. 4º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, implicarão a aplicação do disposto no §4º do art. 4º da referida lei complementar, com a redação dada por esta lei complementar.
§3º Aplica-se a dispensa dos requisitos referidos no art. 1º da Lei nº 13.631, de 1º de março de 2018, na efetivação de todos os atos necessários à celebração do termo aditivo de que trata este artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º Fica reaberto pelo prazo de 180 dias, contado da data de publicação desta lei complementar, o prazo para a assinatura do termo aditivo a que se refere o *caput* do art. 1º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016.

§1º O novo prazo está disponível apenas aos entes da Federação que não assinaram o termo aditivo no prazo a que se refere o §7º do art. 1º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016.

§2º O prazo para as renegociações de que trata o art. 2º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016 fica prorrogado no prazo a que se refere o *caput*.

§3º Os aditamentos previstos no *caput* e no art. 3º da Lei Complementar 156, de 28 de dezembro de 2016, deverão observar tratamento isonômico com os termos aditivos celebrados anteriormente junto aos demais entes da Federação.

§4º Os demais períodos e prazos de que tratam os art. 1º e 3º da Lei Complementar 156 deverão ser transpostos, proporcionalmente ao novo prazo a que se refere o *caput*, para conferir o tratamento isonômico de que trata o §3º.

§5º Para a assinatura dos aditivos autorizados nesta lei ficam dispensados todos os requisitos legais exigidos para a contratação com a União e a verificação dos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º O Conselho de Gestão Fiscal (CGF) acompanhará e avaliará, de forma permanente, a política e a operacionalidade da gestão fiscal, consoante o disposto nos arts. 50, §2º, e 67, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

§1º Compete ao Conselho de Gestão Fiscal:

I - harmonizar interpretações técnicas na aplicação das normas voltadas à responsabilidade da gestão fiscal, com vistas a garantir a sua efetividade;

II - editar normas gerais de consolidação das contas públicas, buscando-se a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, especialmente no que diz respeito aos procedimentos contábeis patrimoniais, orçamentários ou aqueles que exijam tratamento específico e diferenciado, bem como relatórios contábeis e plano de contas padronizado para a Federação;

III - editar normas relativas à padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos fiscais de que tratam esta lei complementar, bem como da aplicação da legislação que lhes seja relacionada;

IV - adotar normas e padrões mais simples para os Municípios com menos de 50 mil habitantes;

V - promover debates, divulgação de análises, estatísticas fiscais padronizadas, estudos e diagnósticos no âmbito de suas competências; e

VI - elaborar e alterar seu Regimento Interno.

§2º O Conselho de Gestão Fiscal será regulamentado pelo seu regimento interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º O Conselho de Gestão Fiscal será composto pelos seguintes 11 membros, e respectivos suplentes, com direito a voto:
I – o Ministro de Estado da Economia, que o presidirá, com voto de desempate;
II – um representante do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;
III – um representante do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;
IV - um representante do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;
V – um representante do Tribunal de Contas da União;
VI – um representante de Tribunal de Contas dos Estados;
VII – um representante do Confaz (Conselho Nacional de Secretários de Fazenda) da Região Norte e Nordeste;
VIII – um representante do Confaz (Conselho Nacional de Secretários de Fazenda) da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste;
IX – um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
X – um representante de entidade nacional de representação municipal que represente, pelo menos, 80% dos Municípios brasileiros ou 50% da população brasileira, na forma do regulamento;
XI – um representante do Conselho Federal de Contabilidade.
§4º O Secretário do Tesouro Nacional presidirá o CGF na ausência do Ministro de Estado da Economia.
§5º O Conselho, com sede na Capital Federal, será apoiado por câmaras técnicas responsáveis pela elaboração e proposição de normas e interpretações técnicas no âmbito das competências do Conselho, sendo que sua composição e forma de funcionamento serão definidas no regulamento.
§6º Os membros e especialistas indicados para o Conselho e para as câmaras técnicas devem ser cidadãos de reputação ilibada e que detenham notório conhecimento e experiência profissional nas áreas de atuação do Conselho.
§7º O órgão central de contabilidade da União exercerá, na forma do regulamento, as funções de secretaria-executiva do Conselho e a coordenação das câmaras técnicas referidas no §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal de 4 de maio de 2000.
§8º As funções de membro do Conselho de Gestão Fiscal e de especialistas integrantes das câmaras técnicas serão consideradas prestação de serviços de relevante interesse público e não serão remuneradas, sendo que os custos referentes à sua participação caberão aos órgãos e entidades a que se vincularem.
§9º O regulamento estabelecerá a forma de escolha dos membros representantes de que tratam os incisos IX, X e XI deste artigo, vedada a participação de entidades de representação de servidores públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§10º O Conselho instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios quanto à qualidade e transparência dos seus demonstrativos e suas práticas fiscais, orçamentárias, contábeis e financeiras.
§11º A inobservância das regras de padronização editadas pelo Conselho ensejará as penalidades previstas no §2° do art. 51 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, esse é o relatório que apresento a V. Exa., para que seja analisado por esta Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Esperidião Amin apresentou emenda. Eu devo dar uma satisfação ao nosso "califamor", representante da Ásia Menor, de que a emenda dele levaria o Estado a ter uma situação muito desconfortável, o que significaria que, apesar da dívida da União de R$600 bilhões com os Estados e Municípios, ficaria o Estado numa condição de quase devedor.

Já que ele aprova e vai votar favoravelmente à reforma da previdência, a União perderia uma previdência. Por isso, nós não aceitamos e não incorporamos a emenda do nobre Senador Espiridião Amin. Peço desculpas a ele. Gostaria de atendê-lo, já que ele é um ícone de referência na Comissão de Assuntos Econômicos, mas seria uma situação em que não haveria a menor condição de a União arcar com essa situação, essa responsabilidade de perder recursos.

O erro maior aqui, na minha opinião, é que a União funcionou como banco, emprestando dinheiro aos Estados, o que, na minha opinião, hoje, é uma situação completamente fora de posição, já que a União nunca mais praticou essa ação de empréstimos aos Estados e Municípios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Espiridião Amin, cumprimentando o Dr. Vicente Caropreso, Deputado Estadual do nosso querido Estado do Espírito Santo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Santa Catarina.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Santa Catarina. Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Espírito Santo está presente, porque o Ciclo do Divino já começou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, é o terceiro. Isso é verdade.

Ele é do nosso Estado de Santa Catarina. Seja bem-vindo aqui ao Senado.

E eu vou passar a palavra ao autor da emenda, Senador Espiridião Amin, que estava inscrito; depois, Senador Eduardo Braga, Senador Rogério, Senador Fernando Bezerra, para debater a matéria.

Senador Espiridião Amin com a palavra, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu queria pedir desculpas aos membros da Comissão, porque a emenda não fazia parte do conteúdo apresentado aqui, na internet, até às 10h37, quando eu reclamei. Vou repetir: até às 10h37min, por uma falha técnica, cibernética, um ciberataque, um *hacker* do mal – porque há o *hacker* do bem –, a emenda não havia entrado. Estou desconfiado de que algum tranca-ruas digital – existe isso – obstruiu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ontem, quando nós pautamos, não.

Ontem, o Senador Otto disse que tinha dificuldade de acatar a sua emenda e colocou as razões dele. Eu acho que cada um coloca as suas razões aqui, mas não é bem assim não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o fato é que, até às 10h37, nenhum dos diligentes queridos companheiros da Comissão poderia acessar a emenda, porque ela não estava aqui. O Senador Oriovisto, por exemplo, que chegou pontualmente, se fosse consultar, a emenda não existia. Então, eu considero isso um prejuízo dramático.

E, para abreviar o que eu vou falar, quero também pedir desculpas ao meu querido amigo José Serra, meu guru da economia, especialmente quando ele viaja no rumo da sua formação acadêmica e pensa mais no desenvolvimento do que nos encargos de mercado. Ele é fulgurante e é meu guia, principalmente quando demonstra que é um novo cristão, um cristão novo, em matéria de adoção dos preceitos da chamada Escola de Chicago.

Eu queria, então, para abreviar, informar aos senhores o seguinte: qual é a notícia do dia? O famoso Plano Mansueto... Lembram-se daquela reunião com os Governadores, lá na casa do Presidente Davi Alcolumbre?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Meu Deus do céu! Isso é um desfile da enologia do Vale do São Francisco, lá da tua terra, Fernando! Essa cor deve ser de algum vinho que está sendo lançado no Vale do Canaã, na Bahia. Só pode ser!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria pedir a atenção de todos...

Só pode ser a grife de algum vinho que está sendo lançado lá. Essa composição de gravata... Tenho certeza de que, se o Ministro Sergio Moro observar isso aí, ele vai trocar aquele preto sobre preto por esse vinho sobre vinho!

Eu queria pedir, primeiro: quem puder acessar a emenda, abra na p. 3, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu já acessei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não: quem não tiver acessado, porque ninguém acessou... Entrou aqui só às 10h37!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. está me chamando de ninguém?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque eu sou povo, eu sou da Bahia?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo contrário...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ninguém é povo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... V. Exa. é o alguém da história...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está me chamando de ninguém...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque V. Exa. tomou conhecimento hoje, às 7 da manhã. V. Exa. recebeu essa emenda às 7 da manhã, por mão própria, mas os que recorreram ao computador, até às 10h37, não tiveram acesso. Esses é que fazem parte do ninguém.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A emenda de V. Exa... V. Exa. está voltando a 1.997...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Calma!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está voltando a 1.997...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As dívidas estão começando lá.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. quer voltar a 1.997!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E já voltamos outras vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria só pedir licença... Está sendo anunciado o tal Plano Mansueto. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio. É importante essa discussão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O nosso Jaques Wagner confirma: não nasceu, estreou; e continua estreando aqui na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria pedir atenção, para dizer o seguinte: o Plano Mansueto foi o que nos faltou naquela reunião promovida pelo Senador Davi Alcolumbre na sua residência, na residência oficial, quando reuniu os Governadores, presentes Lideranças do Senado e, igualmente, da Câmara, e o constrangimento foi geral, porque ninguém conhece o Plano Mansueto. A notícia do dia é que o tal Plano Mansueto aterrissou ontem na Casa Civil. Portanto, nós não temos informação; temos informes. E o Plano Mansueto, porque a maior parte dos Estados está espremida e não tem capacidade de endividamento, prevê uma liberação dessa margem de empréstimos para os Estados que se comprometam a algum ajuste fiscal, mas mantém os Estados federados à mercê da União. Ou seja: o Plano Mansueto perpetua o estado de servidão, de escravidão, que acomete os Estados federados – é isso o que a imprensa divulga.

Por isso é que eu peço a atenção de todos para a p. 3 da emenda.

A p. 3 da emenda está aqui, vou apresentar neste projeto, vou apresentar no Plano Mansueto.

O que que ela demonstra? Demonstra a agiotagem do Governo Federal! Por isso que ela começa em 97: porque a agiotagem do Governo Federal não é deste partido ou daquele.

A Lei 9.496, de 1997, abriu para os Estados da Federação a possibilidade de consolidar e refinanciar as suas dívidas. Juntou tudo, Senador Tasso Jereissati: ARO (Antecipação de Receita Orçamentária), empréstimos vários... Consolidou e refinanciou. Por isso, ela é o marco inicial. Assim como o Proes, que a seguiu e foi aproveitado para os Estados que tinham sistema financeiro próprio.

Então, para pegar o exemplo da Bahia, pela qual o Senador Otto Alencar tem a obrigação de ser apaixonado, pelo Estado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tenho uma notícia ótima para lhe dar: o Presidente Jair Bolsonaro está indicando um evangélico para o Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E já abriu a vaga?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não sei, mas eu vou fazer um projeto indicando V. Exa., como representante dos muçulmanos, para o Supremo Tribunal Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu, infelizmente, não sou muçulmano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sou católico, apostólico, romano...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, mas descendência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... jesuíta!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sou jesuíta!

O meu chefe está aqui, ó.

Jesuíta.

O senhor não vai trocar o meu chefe. O meu chefe é este aqui, ó: Santo Inácio de Loyola.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas V. Exa. não é da Ásia Menor, não é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Meu pai nasceu no Líbano, era cristão ortodoxo. E a minha mãe, italiana, por fuga de guerra...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ah, pegou uma pitadazinha da Itália.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por fuga de guerra... O Tasso Jereissati não me perdoa. Ela nasceu na Suíça. No cantão alemão. Apenas foragida.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. A composição vai ser um muçulmano... O judeu vai ser Davi Alcolumbre, que vai chegar com a Torá lá no Supremo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Devidamente circuncidado. Devidamente circuncidado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espere aí. Deixe-me terminar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos sugerir também a participação de um representante das religiões de matriz africana. E compõem o Supremo todo. No gosto do Bolsonaro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, eu tenho certeza de que Otto Alencar representará o Pelourinho como um todo.

Mas voltando: por favor, leiam esta tabela. Leiam. Leiam e fiquem indignados!

Meu querido Líder Fernando Bezerra Coelho, o seu Estado tomou empréstimos no valor de 6 bilhões e quase 900 milhões. Isso aqui está corrigido pelo IPCA!

Pagou, pelo mesmo IPCA, 10,451 bilhões e deve 3,186 bilhões. Sabe por quê? Porque a União cobrou *spread*. A União, que agora acena com o pacto federativo, tomou juros dos Governos estaduais. No caso da Prefeitura de São Paulo, tomou juro de IGP-DI mais 9% ao ano.

Isso aqui é impagável! Por isso, quando o senhor pega Minas Gerais, Minas Gerais pegou 52 bilhões de dinheiro emprestado, compondo bancos e acordo da dívida. Pagou 68, e deve 82 – deve R$82 bilhões! Isso pode ser auditado, pode ser conferido... Não vamos decidir hoje.

O Estado do Ceará, sempre muito bem administrado, pegou apenas 355 milhões da Lei 9.496 e pegou 900... Total: 3,9 bilhões. Pagou 5.387, e deve ainda 851 milhões. Esse número é irretorquível!

E eu não quero que a União fique devendo, mas quero dizer que o que eu proponho vem sendo proposto por pessoas conservadoras, como o Francisco Dornelles, como a Senadora Ana Amélia... Isso não começou hoje.

A Lei Complementar 148, aprovada no Governo da Presidente Dilma, mudou o indexador e, ao mudar, a lei nos tapeou, porque ela autorizava o Governo Federal a mudar, e o Governo não mudou. Tivemos que fazer uma nova lei, impondo a modificação. Foi a CL 151 – o Senador Fernando Bezerra Coelho sabe disso –, e eu fui o Relator da 156, que nós estamos modificando agora. Todas elas remontam a 97 – todas! Não há como começar a história que nós estamos descrevendo aqui.

Eu quero dizer aos senhores: não é uma ideia fixa. Eu não sou Governador, não votei no Governador do meu Estado, o Senador Jorginho sabe disso, mas eu não vou parar de brigar por isso.

"Ah, hoje você vai ser o derrotado". Não há problema nenhum. Eu tenho instrumentos legais para chegar ao Plenário.

Eu quero saber qual é o Senador que pode ficar indiferente a isso: agiotagem do Governo Federal – não estou me referindo ao atual Governo –, desde 1997, contra os Estados brasileiros.

Nós estamos aqui para quê? Para dizer que isso não é conosco? É conosco. No momento em que o Senador Serra quer tirar precatórios da conta do endividamento do Estado – mas vai ter que pagar –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendendo a uma necessidade prioritária do Estado de São Paulo... Repito: todos os Estados têm problemas com precatório, mas nenhum tem mais do que o Estado de São Paulo. E é justo que ele faça isso.

Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, o Senador Serra era Governador quando o Supremo Tribunal Federal decidiu em relação aos precatórios. Ele foi um dos que, na época, se insurgiu contra, dizendo que não iria cumprir naquele momento. Não foi isso, Senador Serra?

V. Exa., eu me lembro bem, colocou claramente, porque ficou o Estado preso a uma dívida que, com o passar do tempo, foi triplicando, quadruplicando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A correção disso deu uma CPI!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A correção disso tem dívidas.

Há precatórios no Estado do Amazonas que custaram 100, hoje estão em 800! Quer dizer, oito ou dez vezes mais.

E, se você for analisar, passam pela primeira e pela segunda instâncias, vêm bater aqui no Supremo e, quando chegam ao Supremo, essa dívida, que era de dez, virou mil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Estado do Amazonas tomou emprestado 1,7 bilhão, pagou 2.294 e deve 500 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a sorte do Estado do Amazonas é que quando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso aqui é um escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na época dessa lei de 1997, o Estado era muito pouco endividado. A dívida maior que nós contratamos foi dinheiro subsidiado pelo Bird e tal. Nossos juros são pequenos em relação aos juros que o Estado de São Paulo paga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, e a Prefeitura de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas acontece que agora o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão abrindo créditos para os Estados e para os Municípios aleatoriamente, com juros de mercado, para pagar, e pior, não é para fazer investimento, é para pagar custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o BNDES está anunciando hoje... Hoje, o Presidente Joaquim Levy está dizendo que não vai mais usar dinheiro do fundo de garantia; vai usar dinheiro de mercado. Bom, dinheiro de mercado quem quiser pagar que pague. Agora, os Estados foram levados a este cenário. Eu só peço a reflexão dos senhores.

E repito: esta aqui não é a última oportunidade, não. Eu vou apresentar esta emenda, Senador Eduardo Braga, hoje. Se tiver que recorrer a outra Comissão, recorrerei, mas o Senado vai se debruçar sobre esse assunto, porque eu considero meu dever e não abro mão disso.

Repito: não tenho nenhum compromisso político com o atual Governador de Santa Catarina, não votei nele, acho que é um homem sério, faz parte de uma aposta que o Brasil fez. Agora, se o Governo Federal quer fazer pacto federativo, vai ter que olhar essa tabela. Por quê? Porque os Estados que estão engessados hoje, como o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro, Goiás, vão ficar pendurados no Governo como se fossem um peso na bengala do Governo, e não há solução. É impagável.

Senhores, em resumo, 323 mais 73 dão quase 400 bilhões. Foi isso que o Governo Federal, a valores de hoje, emprestou. Os Estados pagaram pelo mesmo índice de correção 529 e – prestem bem atenção – devem 510 bilhões. "O que é isso, cara? Isso não é comigo!". É com quem, então? É com a Câmara dos Deputados? Isso é um assunto para a Casa da Federação.

Lamento se eu estou importunando. Lamento e peço desculpas ao Senador Serra. Eu peguei uma carona nisso aqui, porque isso não é jabuti; no momento em que eu estou tratando num projeto de lei de mudar a Lei 156, isso não é jabuti. Se fosse uma medida provisória com um objetivo definido, seria um jabuti, e eu não teria coragem de apresentar. Agora, isso não é jabuti, não vai ser jabuti no Plano Mansueto, porque virá sob a forma de projeto de lei, de forma que eu deixo isso aqui para reflexão.

Não quero atrapalhar mais a tramitação do Projeto de Lei 163. Só lamento, repito, que a emenda não estivesse disponibilizada por meio eletrônico até as 10h37 de hoje, foi um arquivo, está superado. Não vou atrapalhar a tramitação, mas eu duvido que os senhores possam dizer: "O Amin está querendo quebrar o País agora, porque o Bolsonaro...". Não, esta aqui é uma conta que já foi apresentada na Lei Complementar 148, na Lei Complementar 151, na tramitação da Lei Complementar 156, está presente de novo e, se Deus me der forças, estará presente na votação do Plano Mansueto. Perder ou ganhar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faz parte.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... faz parte da democracia. Agora, não apresentar e não argumentar me deixaria mal com a minha consciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu votarei a favor da sua emenda, viu, Senador? Até porque, como ex-Governador... E outros ex-Governadores sofreram com tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Senador Otto e o Senador Serra pela iniciativa e pelo relatório. É importante destacar que esta já é a versão 4.0 deste projeto. Primeiro, tratava-se da revisão da questão do precatório, tratava-se de algumas questões fiscais, apresentou-se um primeiro relatório, identificamos que precisava de aprimoramento. Corretamente, o Relator, Senador Otto, retirou isso de pauta. Avançamos. Houve contribuições inclusive do Senador Rogério Carvalho, que também contribuiu no Colégio de Líderes sobre a matéria. Portanto, esta foi uma matéria longamente debatida e que traz, no relatório do Senador Otto, uma série de inovações que eu reputo importantes.

Veja, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido importante para o Brasil e se transformou numa verdadeira regra de ouro para que o Brasil pudesse retomar o controle inflacionário e para que o Brasil pudesse retomar as boas práticas da gestão pública, com responsabilidade fiscal, nos Municípios, nos Estados e até mesmo na União.

Anteriormente, é importante destacar que muitas vezes a União fazia seu dever de casa, alguns Estados faziam, outros não faziam, alguns Municípios faziam, outros não faziam, e a conta fiscal é de todos os entes federados, Sr. Presidente! Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um ganho. Entretanto, o que se traz nessa lei – e é importante destacar – é que nós estamos implementando questões para as quais já existia previsão legal e que nunca foram implementadas. O Conselho de Gestão Fiscal, por exemplo, não é nenhuma novidade, só que era uma letra morta da nossa legislação que agora entra em vigor. O que significa a criação desse Conselho? É criar uma instância, Senador Fernando, de forma colegiada, com participação da União, dos Estados e de outras representações da sociedade civil, para que nós possamos administrar parâmetros fiscais – criarmos parâmetros fiscais –, o que dará flexibilidade sem se criar a irresponsabilidade fiscal.

Portanto, eu quero aqui, Senador Otto, reconhecer o trabalho de V. Exa., o trabalho do Senador Serra, que construíram uma solução que eu reputo importante.

Agora, quero me dedicar um pouco à questão do indexador da dívida pública. Essa não é uma discussão nova no Senado da República. E quero dizer que, quando nós chegamos aqui, no meu primeiro mandato, o indexador era exatamente o IGPD mais 6%.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Seis por cento para o Amazonas e nove para São Paulo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Calma! Calma, Senador Amin, calma. Eu o ouvi atentamente. Calma. Era IGPD mais 6%. O que nós não... Eu fui Governador do Estado durante oito anos; e quando fui Governador, questionei esse índice. Por quê? Porque esse índice era, sim, um índice absolutamente irreal para a realidade pós Plano Real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós não podemos desconhecer, Senador Amin, é que, nos idos de 1996, a inflação neste País, anterior ao Plano Real, estava quebrando o Brasil e quebrando os brasileiros. Nós chegamos a ter inflação mensal de mais de três dígitos – mensal! Ora, o Brasil, àquela altura, vivia uma outra realidade. Quando chegamos, depois do Plano Real, a ter uma nova realidade sobre as taxas de juros e sobre a inflação, não era mais justo cobrar dos Estados um valor irreal.

Essa discussão perdurou no Senado durante anos. E Senadores que hoje estão aqui, como eu, como o Senador Fernando – aliás, o Senador Fernando estava chegando aqui, mas o Senador Serra já estava aqui, Ciro já estava aqui e outros –, fizemos uma grande discussão para que nós pudéssemos, em 2014, rever aquele índice e passar a ser IPCA mais 4 ou taxa Selic, o que for menor.

Ora, retroagir uma irrealidade para 1996, com toda a boa vontade que eu tenho para com os Municípios – eu fui Prefeito, sou municipalista –, com toda a boa vontade que tenho para com os Estados, porque defendo aqui no Senado não só o meu Amazonas, mas os Estados que formam a Federação, seria fazer com que nós tivéssemos tratamento igual em questões desiguais. Agora, eu concordaria com V. Exa. se a emenda de V. Exa. tratasse dos próximos anos, porque este empréstimo vai até 2045 e 2050.

Propostas, Presidente: que façamos uma emenda baixando IPCA mais 2 ou Selic, o que for menor. Por quê? Porque daqui, de 2018 a 2045 ou 2050, esperamos que nós estejamos vivendo uma realidade de controle inflacionário. Portanto, não se trata aqui de estarmos discutindo a questão fiscal com uma mão para resolver o problema fiscal com a reforma da previdência e afrouxando com a outra. Seria criarmos uma emenda – e aí eu estaria com o Senador Amin, apoiando –, daqui para a frente, numa nova base. Porque nós estamos criando novos fundamentos na economia que ajustarão a questão fiscal, que, portanto, daqui para o futuro, seja IPCA mais 2 ou Taxa Selic ou a que menor acontecer. Assim seria correto.

Agora, eu quero dizer que endosso o argumento de V. Exa. se for olhando para o futuro, para os prazos ainda a vencer, porque retroagir a 1996, aliás, a 1997, é criar uma distorção das realidades entre a taxa de juros de mercado e a fiscal.

No mais, Sr. Presidente, é para apoiar o relatório indicado pelo Senador Otto, mais uma vez parabenizá-lo, parabenizar o Senador Serra e dizer ao Esperidião Amin que é sempre muito difícil discordar de V. Exa., porque V. Exa., como sempre, é brilhante.

Quero dizer que, sendo uma proposta IPCA mais 2 ou taxa Selic, a que menor acontecer para os próximos anos, voto com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem razão, Senador Amin. E o Senador Eduardo diz o seguinte: se o senhor colocar até 2002, praticamente – eu vou colocar até 2002 –, dificilmente um Estado do Norte, do Nordeste tinha acesso a esses créditos. Geralmente, era um Estado do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se você verificar o endividamento do Estado de São Paulo com a inflação, na época do Sarney, enorme... Os outros Estados brasileiros não tinham acesso a isso. Por isso, hoje, uma dívida expansiva. Por quê? Porque sempre foi relegado... Se havia algum recursinho, geralmente ele ia para os grandes Estados brasileiros; os do Norte e os do Nordeste não tinham essa facilidade. Eu não estou colocando todos os Estados. Naquela época, não era a questão econômica de como o Estado estava; era a questão de que quem tinha força política aqui dentro conseguia o dinheiro. Então, o Estado de São Paulo tinha força política, outros Estados... Eu não vou citar aqui nomes, mas vamos deixar claro que esse foi um endividamento irresponsável feito, e os Estados brasileiros hoje não têm que assumir essa irresponsabilidade. Os Estados os Estados do Norte e do Nordeste começaram a ter crédito – vamos deixar claro – a partir do Governo Lula. Vamos ser justos. Até então, não havia uma Federação. Alguns Estados brasileiros com força política aqui dentro tinham benefícios maiores do que outros Estados brasileiros. Essa é uma grande questão que tem de ser colocada. Vamos falar a verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Independentemente da questão política, de se gostam ou não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É só olhar o valor do endividamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É só ver a história.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – São Paulo tem um débito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não é nada contra...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de R$220 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não dá para a gente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Duzentos e quarenta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Duzentos e quarenta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Duzentos e quarenta. E a Bahia tem 5 bi. É só olhar o endividamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é o Estado de São Paulo. Veja bem, nós não podemos falar do povo paulista. Não, nós estamos colocando a política do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Política de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De Estado.

Até 2002, com o Fernando Henrique Cardoso, nós não tínhamos direito de acesso a crédito; ninguém tinha. Quem tinha direito de acesso a crédito eram alguns Estados com força política aqui dentro e Estados ricos no Brasil. Quanto mais rico, mais dinheiro tinha. Isso mudou a partir de 2002, vamos ser sinceros. Lógico, essa é a regra, e os números estão aí para serem vistos. A história não mente. É ruim quando alguns esquecem a história, porque ela se repete; com a modernidade, ela vai se repetindo.

Então, o que o Eduardo colocou agora está claro, até porque nós passamos por isso. Ele passou; eu, como Governador, passei; e outros Governadores...

Eu fiz um levantamento, Senador Espiridião. Enquanto 80% dos recursos do BNDES eram para o Sul e Sudeste, o Norte não tinha direito a absolutamente quase nada. Inclusive, o Amapá, de onde vem o nosso Presidente Senador Davi Alcolumbre... É só pegar os recursos que o BNDES colocou no Amapá: zero, nada. Um Estado que precisa de dinheiro, e o BNDES não coloca. Agora, Estado que tem dinheiro... Pegue Roraima, pegue Rondônia, pegue o Amazonas, pegue o Acre, quase absolutamente nada. Por isto é que nós temos dificuldade na logística, nós temos dificuldade na infraestrutura: porque nós não tínhamos acesso e nem temos até hoje.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Lucas, eu vou lhe mandar o levantamento...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... feito dos empréstimos do BNDES para o seu Estado do Amapá. É uma vergonha! Peru, Cuba, Venezuela e outros países da África tiveram muito mais dinheiro, mas muito mais dinheiro do que o Estado do Amapá.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – É interessante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Rogério Carvalho está na frente, mas o senhor está inscrito. Vou colocá-lo já, já, aqui, meu amigo.

Senador Fernando Bezerra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, primeiro eu quero dizer que nós temos acordo com o Relator, ainda que... Quero sugerir, porque, no Conselho, só há prepostos da representação dos governos estaduais. Seria interessante que nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E dos Municípios.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, mas não tem o Governador, não tem Governadores, não tem Prefeitos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, não tem problema, mas poderia ter representante dos Governadores das Regiões Norte e Nordeste e poderia ter das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Tem do Confaz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, eu sei que tem do Confaz. O Confaz não tem voto. O Confaz é preposto. E é diferente a sensibilidade de quem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixa eu falar a minha tese!

Não vamos separar... Essa história de separar a política da técnica é um equívoco. Essa história de criminalizar a política por quem é político é um equívoco. Quem foi eleito foram os Governadores, e hoje nós estamos vendo órgãos de controle, que são acessórios, com mais poder e importância do que as casas mães.

Qual é a dificuldade de a gente ter, sentado num conselho, um Governador eleito? Qual é o problema? Porque recebeu voto? Recebeu aquilo que é mais importante numa democracia: a delegação do povo. Ou nós estamos achando que é mais importante o Estado sem voto, pela meritocracia? Sem o voto... Não existe democracia sem voto! Não existe democracia sem voto!

Então, eu acho que a gente precisa parar com essa história de político criminalizar a própria atividade e achar que, pelo fato de ter sido votado, não pode estar num conselho. Eu estou simplesmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando a importância de ter quem gerencia... O que é que custa? Pode ter o Conselho dois representantes, dois Governadores, um das Regiões Norte e Nordeste e um das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que equipara o número de Estados da Federação, para a gente ter o cheiro, quem está vivendo, quem está sentindo, que é diferente do Secretário de Fazenda, que tem outra visão.

Então, é só uma sugestão que o Relator vai acatar ou não. Eu estou colocando uma posição que acho muito adequada para a gente dar mais consistência ao debate político, porque decisão técnica dessa natureza é 100% política.

A outra questão é que nós estamos vivendo um cenário de crise, e a PEC do teto hoje é um impedimento para o País crescer: você não pode fazer investimento porque o teto de gastos impede; você não pode gastar mais recursos na área da saúde porque o teto de gastos impede; você não pode mais aplicar recursos na educação porque o teto de gastos impede. Então, nós não temos alternativas para retirar o País da crise, porque, se não houver recurso para gerar mais riqueza, nós vamos viver de cortes, únicas tarefas que nós estamos vendo ser definidas pelos economistas que estão hoje no comando do País e da economia.

Ah, parece-me que os economistas sabem cortar, mas têm uma dificuldade enorme de apresentar caminhos para gerar emprego e renda, que é o que nós estamos precisando! São 28,3 milhões de desempregados! E subutilizados! A economia, com 0,2% de queda, às portas de uma depressão econômica! E a gente, aqui, sem entender e sem ter protagonismo na questão central.

Então, acho que seria de bom tom... Por exemplo: nós não temos uma receita vinculada da saúde? Por que não? Não estamos liberando os precatórios? Por que não liberar o gasto da saúde do teto? Por que não? Eu sei que o Relator não acatou, certo? Por que não? Por que não haver uma equação que esfole menos os Estados? Por que sim ao rentismo, que esfola o País? Por que nós estamos o tempo todo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, o rentismo de uma maneira geral.

Por que nós estamos o tempo todo de quatro ao rentismo, seja ele de que natureza for, enquanto o povo desempregado, com fome? É claro! Nós estamos de cabeça baixa, certo? Nós estamos sem enfrentar o debate. Nós estamos sem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Deixem-me falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro que estamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não estou falando de você. Não estou falando de você. Você não precisa botar a carapuça...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uai... Nós estamos vendo... Eu estou me referindo... Otto, não precisa botar a carapuça, que não cabe em ti. E não precisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não estou rebaixando o nível de nada. Eu só estou dizendo que nós estamos sem enfrentar o debate que toma conta do País, toma conta do País, certo? Toma conta do País. É o rentismo mandando em tudo, em todas as relações, e a gente sem tomar iniciativa efetiva para mudar a realidade do crescimento econômico, da geração de emprego, de tudo o que interessa ao povo brasileiro.

Veja, eu fui eleito Senador. E, como Senador, e com o respeito que eu trato todos os meus colegas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... com o respeito que eu trato a todos os meus colegas – aqui eu não me referi a nenhum colega em particular –, eu tenho o direito de expressar aqui a minha posição, assim como o Líder do Governo vai lá e expressa a posição dele, em defesa do Governo; ele, no alto da responsabilidade política dele. Agora, eu aqui tenho uma posição, e a minha posição é que eu acho que a PEC 95 hoje é um gargalo e que, num momento como este, nós poderíamos estar discutindo como tirar...

Por exemplo: nós não podemos fazer investimento público por causa da PEC do teto! Nós não podemos gastar o dinheiro da saúde por causa da PEC do teto! E tudo isso gera riqueza e renda em todos os lugares, além de salvar vidas. Então, nós estamos submetidos, sim, a uma lógica do interesse de pegar as nossas riquezas e pagar juros. Estamos submetidos ao rentismo. É uma verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Fernando Bezerra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar o Senador José Serra, cumprimentar o Senado Otto Alencar pela apresentação do seu substitutivo, à medida que ele propõe uma solução alternativa ao texto original, mas mantém, diferentemente do que foi colocado, os precatórios no cômputo do cálculo. E, por outro lado, ele institui uma espécie de válvula de escape que reabre os prazos para renegociação das dívidas e concessão de descontos.

Portanto, o Governo orienta os Parlamentares aqui, nesta Comissão, a votarem com o substitutivo apresentado pelo Senador Otto Alencar.

Eu queria trazer algumas informações: essas revisões nos contratos de dívida dos Estados com a União, como foi bem aqui destacado pelo Senador Eduardo Braga, foram alvo de revisão em 2014 e em 2015. Para se ter uma ideia, em função da Lei Complementar 148 e da Lei Complementar 156, pôde-se reduzir o estoque da dívida dos Estados em mais de 100 bilhões. E, entre 2016 e a presente data, estima-se uma redução, do ponto de vista do pagamento de encargos dos Estados e dos Municípios, em mais de 60 bilhões.

Ou seja, essa discussão que o Senador Esperidião Amin apresenta, é legítima, é oportuna. Agora, parece-me que não é aqui, neste substitutivo, o melhor momento para tratarmos desta questão.

O Governo vai encaminhar nos próximos dias o famoso Plano de Equilíbrio Fiscal, o chamado Plano Mansueto, em que nós vamos ter a oportunidade de trazer de volta esse tema. E me parece, Senador Amin, que, na linha do que foi sugerido pelo Senador Eduardo Braga, nós poderíamos, sim, encontrar um entendimento aqui nesta Casa que pudesse rediscutir os encargos que estão atrelados a esses contratos que vão vencer somente em 2045, em 2050. Então, não é justo dizer que o Governo está fazendo rentismo ou que o Governo está ganhando dinheiro com esses contratos porque, para um empréstimo de curto prazo, pode-se falar até em taxa Selic, mas, num empréstimo de longo prazo, qualquer que seja esse empréstimo, em qualquer instituição, as taxas de juros vão a algo em torno de 10% ou mais.

Então, eu pediria a compreensão, acho que o debate pode ser feito, deve ser feito, é legítimo que seja colocado, mas tenho a impressão de que deveríamos votar o substitutivo da forma que foi apresentado pelo Senador Otto Alencar e deixarmos essa discussão da revisão desses contratos da dívida dos Estados e dos Municípios para a ocasião da aprovação aqui do Plano de Equilíbrio Fiscal. Aí, sim, esse debate será pertinente e o Governo estará aberto para tentar negociar cláusulas e condições que sejam mais justas, tendo em vista que a taxa de juros está sendo reduzida. E a expectativa do Governo é trabalhar para reduzir ainda mais essa taxa de juros. Portanto, é oportuno rever as taxas que estão fixadas nesses contratos, sobretudo para um período tão longo, que vai até 2045.

A Liderança do Governo recomenda o voto "sim" ao substitutivo do Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E "não" à emenda?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E "não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra... Senador Fernando Bezerra, pela história no Brasil – estou falando no Brasil–, nenhum plano econômico que teve nome deu certo, hein? Plano Sarney, Collor e outros mais. O que deu certo foi o Real, que não tinha nome. Então, é melhor trocar. Se for começar com o nome de pessoa, aí a gente já... Eu tenho uma... Isso é que nem passar debaixo de escada, entendeu? A gente não passa. Mesmo que não vá acontecer nada, eu não passo. Então, é uma sugestão que eu dou ao Líder do Governo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que a gente consiga um nome que não seja o nome do fulano...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para registrar, o próprio Mansueto é contra isso; ele prefere chamar de Plano de Equilíbrio Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E é assim que nós deveremos chamar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, olha, Lei Kandir, lei não se de quê, meu amigo, a história não é boa com o nome de pessoas aqui.

Senador Luiz do Carmo e, depois, Senador Tasso Jereissati.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, só há uma situação aqui. Eu sou de Goiás. O Caiado, que era Senador junto de vocês, ganhou o Governo lá. Eu, como Deputado Estatual, suplente dele, assumi aqui, mas eu estou com dó do Caiado. O Caiado, desde o dia 1º de janeiro, não sai de Brasília, e não acontece nada. Ele vai a um lugar, vai a outro, desesperado. Não há dinheiro para pagar a folha de dezembro. A situação do Estado está terrível. E quem tem que resolver essa situação? É o Senado.

Eu estive conversando com o Renan, um dia, que é experiente, e disse: "Luiz, quem vai resolver o problema dos Estados é o Senado". Eu acho que nós temos que trazer essa discussão aqui para o Senado. Na hora em que eu ouço o Amin e vejo o Eduardo falando, todos os dois têm razão, mas a situação dos Estados está terrível, e esta Casa tem a obrigação de fazer alguma coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado brasileiro não é agiota. Então, tem que se rever o que está acontecendo. Os Estados que estão precisando de dinheiro também estão numa dificuldade danada. Então, o que tem de acontecer? O Senado não pode se furtar de trazer isso para si, que seja Mansueto, que seja outra coisa, mas tem que ser imediato. Nós estamos com quase seis meses de Governo, e nada, só pensando na previdência. Nós temos que ter outra pauta positiva. Eu estou querendo que essa reforma previdenciária chegue aqui rápido para ser votada e parar essa pauta. Parece que eu não quero nem discuti-la mais. Eu quero votar, porque o Brasil está começando a ter desemprego grande, as empresas decrescendo e a diferença aumentando, que é demais.

Então, o Senado Federal tem que achar uma solução para resolver esse problema dos Estados, porque os nossos Governadores não têm nada a ver com isso, foi no passado. Não é um novo Governo? Vamos começar uma nova justificativa e realmente tirar os Estados da situação em que se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Caiado foi meu colega Senador, e ele era vibrante e tal, e agora está até fazendo o Presidente chorar num discurso, virou sentimental. Eu vi que o Presidente chorou com o discurso dele. (*Risos.*)

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É pelo desespero que há em Goiás, é pelo desespero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati; depois, Senador José Serra; e, por último... Depois vamos colocar em votação, por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Não se preocupe, porque eu vou citá-lo para que V. Exa...

Senador Omar Aziz, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quando eu fui Governador em 1987, no primeiro ano de Governo, recebi o Estado – como voltou a acontecer várias vezes, em vários Estados – em situação calamitosa, com uma dívida não só impagável, mas não paga, com o Estado sem pagar; e era a situação da maioria dos Estados brasileiros.

Naquela época, nós fizemos uma união com todos os Governadores e fizemos um novo pacto de renegociação da dívida dos Estados, que foi feito, se não me engano, na época, ou pelo Ministro Bresser ou pela Ministra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mas o candidato a Ministro da Fazenda era V. Exa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – E fui vetado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: como eu era novo na política, Senador Esperidião, tinha acabado de entrar na política, não tinha sido político, eu acreditei que aquele era um programa para ser feito de uma vez por todas. E assim fiz. Dediquei-me àquilo e acontece que fizemos uma renegociação, mas, se não me engano, no Governo Federal seguinte, houve uma nova renegociação das dívidas – o Senador José Serra lembra bem, se não me engano, com o Governador Quércia. São Paulo tinha uma dívida incalculável, e, em função do Governo de São Paulo, foi feita outra renegociação da dívida, que foi assim se repetindo até hoje.

Essa situação de hoje eu queria dizer, Senador Esperidião, Senador Otto, Senador Rogério, não é nova, é uma situação que se repete. É uma questão... E aqui eu queria primeiro louvar o importante relatório do Senador Otto, que considerou aquilo que era para considerar, não considerou aquilo que não era para considerar; e a iniciativa do Senador José Serra. E quero também, apesar de não concordar com a emenda do Senador Amin, louvar a iniciativa que ele traz aqui para abrir a discussão.

Eu conheço bem o Senador Esperidião Amin e, às vezes, ele tem o espírito do Chacrinha: ele não vem aqui para explicar, vem para confundir. E ele trouxe aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Neste momento, é o que o Senador Esperidião está querendo: provocar uma discussão. Porque a primeira discussão que devemos fazer, Senador Fernando, Senador Eduardo, é: tudo aquilo que o Governador do Estado fez, o ex-Governador fez é responsabilidade só do Governador ou é responsabilidade do Estado? Porque é o que nós estamos vendo acontecer.

Eu acompanho a luta do Governador Caiado, e ele tem razão quando diz: "Eu não tenho nada a ver com isso". Mas o Estado tem a ver com isso! Porque aquilo nós não podemos ficar indefinidamente colocando como responsabilidade do Governador anterior, que, como foi muito bem colocado pelo Senador Rogério, foi eleito pelo Estado e, portanto, assume a responsabilidade pelo Estado.

Então, essa discussão é válida, mas eu estaria mais para acompanhar a opinião do Senador Eduardo Braga. Vamos colocar essa discussão daqui para frente, vamos colocar esses números daqui para frente e vamos discutir também qual é definitivamente a responsabilidade que os Governadores têm como representantes e procuradores dos seus Estados, mandatários dos seus Estados em relação às consequências que recaem sobre os seus Estados.

Não é, a meu ver, apesar de entender as dificuldades que existem hoje, possível simplesmente dizer que eu não tenho nada a ver com isso. Todo aquele Governador que vai assumir sabe dos problemas que vai enfrentar, sabia dos problemas quando se candidatou e tem disposição para enfrentar. Por outro lado, também simplesmente deixar os Estados que estão em situações calamitosas à deriva não é justo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos que discutir isso, mas com bastante seriedade e sobriedade, sem nos deixarmos envolver pelas emoções do momento.

É essa a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadores, nós temos ainda 12 projetos para serem analisados aqui. Nós estamos no primeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é nominal, não. Eu tenho o Senador Serra, que é autor do projeto, e tenho o Senador Esperidião Amin. Aí vou encerrar e a gente vai votar, por favor.

Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho que convém começar a lembrar que em 2016 – eu queria explicar a origem da proposta – os Estados renegociaram a dívida com a União, lembremo-nos disso, por meio de um plano de auxílio financeiro aos Estados. O plano promoveu uma folga fiscal, estima-se, da ordem de 60 bilhões para os Estados que assinaram os acordos.

O Governo Federal exigiu o quê? Uma contrapartida e a criação de um teto de gastos para impedir o crescimento real das despesas correntes, ou seja, a contrapartida foi: "Renegociamos a dívida, e vocês param de aumentar os seus gastos".

Dezoito Estados assinaram o acordo. Dois, Bahia e Distrito Federal, judicializaram. Os demais não tiveram interesse por não terem dívidas elevadas com o Governo Federal, ou seja, dois terços dos Estados aderiram ao acordo. Desses dois terços, 14 irão descumprir o teto exigido agora pelo Governo Federal. E o pior: quem descumpre o teto, no caso, fica obrigado a devolver os recursos renegociados para o Tesouro. Daí é que nasceu o nosso projeto.

Nesse contexto, houve o acordo inicial para retirar o dispositivo que exclui o pagamento de precatório da base de cálculo do teto de gastos dos Estados única e exclusivamente para aliviar a situação dos Estados no cálculo da dívida.

Agora, o Senador Otto trabalhou mais, conversamos, e, no final, o texto final reabriu o prazo para que os dois Estados que judicializaram, Distrito Federal e Bahia, possam renegociar a dívida. Segundo, regulamenta o Conselho de Gestão Fiscal, que tanta falta faz, que foi previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é objeto de um projeto meu isolado e de várias tentativas. Mas aqui finalmente regulamenta-se o Conselho de Gestão Fiscal.

A proposta do Otto, além disso, estabelece prazo adicional para que os Estados possam promover planos de ajuste fiscal necessários para conter o teto de gastos e, por último, revoga o dispositivo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obriga os Estados a devolverem os recursos que foram renegociados em 2016. Nesse sentido, a meu ver, a proposta é pertinente, ela ajuda a que as coisas caminhem.

A ideia proposta pelo Senador Amin é alterar o indexador da dívida dos Estados para trás, para que o custo da dívida seja somente IPCA. É retroativo e por isso tem um impacto descomunal. Em primeiro lugar, o custo de captação do Governo é maior do que o IPCA – digamos que seja o IPCA mais algo na faixa de juros de 4%. Trata-se de uma fortuna! Em segundo lugar, a dívida dos Estados cresce, devo observar, em termos de estoque, porque o Congresso – isso nós temos que reconhecer – aprovou limitações ao pagamento das prestações. E, aí, durante muito tempo, as prestações ficaram limitadas à receita somente do Estado.

Agora, o problema do estoque elevado da dívida dos Estados – vamos ser realistas – não é devido ao juros, mas, sim, ao fato de que as prestações não foram pagas, e nós, o Senado, demos sempre cobertura a isto: a suspensão, a redefinição de pagamentos etc.

Para efeito da questão do impacto fiscal, a proposta do Senador Amin implicaria, segundo a assessoria do Governo, um custo para o Tesouro de 800 bi; segundo a minha assessoria, de 1,131 trilhão. Trata-se de algo, evidentemente, inexequível. Seria bom, se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas diferença entre a sua assessoria e a do Governo é de 500 bilhões! É uma diferença muito grande em matemática.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É, não sei se chegará a tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse que, segundo o Governo, 800 bi; segundo a sua assessoria, 1,3 tri.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É que uma leva o IPCA mais 4 e o outro é só o IPCA. A nossa é o IPCA mais 4, que é o realista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe o que é, Senador Serra? E isso aqui é uma coisa muito séria. É que o Governo, a PGFN e não sei quem mais chutam cada número, que, depois, para a gente esclarecer, a gente tem de esperar um bocado de tempo. Mas a gente vai esclarecer alguns números colocados pela grande mídia, pelo Ministro da Economia, pela PGFN em relação a algumas desonerações que há no Brasil.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – No caso, a diferença de custo é porque um leva em conta a taxa de juros, e o outro, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Se o Senador José Serra me permitir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Segundo o Senador Tasso Jereissati, eu criei a confusão que não é confusão. Eu vim aqui para forçar a todos nós a pensar sobre esse assunto e já consegui realizar o meu objetivo, que é o objetivo do Senado.

Quero fazer colocações muito breves.

Senador Rogério, V. Exa. tem total razão quanto a colocar gente que tem voto. Sabe quem nomeia o sucessor de um Senador nos Estados Unidos?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – O Governador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Governador. Valeu para Hilary Clinton e valeu para o Obama. Até deu CPI, e o Governador foi cassado.

Na Alemanha, o Senador pode representar o Estado no Senado. Portanto, esse perfume seria muito bom no Conselho, e eu aplaudo o Senador Otto, porque, no parágrafo 10, ele faz o ranqueamento dos Estados.

Eu apenas... Se V. Exa. quiser uma sugestão, crie a classificação dos Estados quanto ao cumprimento dos dispositivos fiscais para, então, premiar. O §10, se V. Exa. quiser aperfeiçoá-lo – eu não vou apresentar emenda –, diria: "O Conselho vai classificar o comportamento fiscal dos Estados, podendo premiar." Mas o objetivo é perfeito.

Terceiro, o Plano Mansueto é o cenário adequado para discutir essa emenda. O Senador Eduardo Braga fez uma sugestão, o Senador Tasso Jereissati... De forma que aquilo que seria uma confusão virou luz: eu acho que nós estamos iluminando o que é prioritário para o Brasil. Então, eu fico muito feliz por ter alcançado esse objetivo.

E creio, finalmente, que obter a redução, como diria Odorico Paraguaçu, do "parafrentemente" seria um ganho razoável.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, "parafrentemente"!

Agora, que houve agiotagem no "pratrasmente", disso não há dúvida também, mas ganhos devem ser celebrados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se nós tivermos esse ganho no debate do Plano Mansueto, eu fico satisfeito.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, não vou pedir vista, não vou reclamar votação nominal nem vou obstruir a chegada do projeto ao Plenário do Senado, apenas não vou dar meu voto favorável. Eu peço que seja consignado que eu me abstive, mas não criarei nenhum obstáculo a mais, e conto com a torcida de todos para que essa discussão no Plano Mansueto seja para valer.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Exa. que colocasse em votação porque isso é urgente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão – com a abstenção do Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, é favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 3, Substitutivo, e rejeita a emenda do Senador Esperidião Amin.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, queria pedir urgência para ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pedido de urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço ao Senador Davi para pautar o mais rapidamente possível. Vamos pedir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 2 foi retirado para reexame.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 3, do qual o Relator é o Senador Jorginho Mello... (*Pausa.*)

O Senador José Serra está pedindo para fazer uma audiência pública. O senhor mantém o pedido de audiência pública, Senador Serra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Projeto de Lei nº 151, de 2016... (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Estou propondo tirar a microempresa do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu encaminhei um requerimento de audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO N° 61, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 151/2016, que acrescenta artigo na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para orientar a aplicação da Emenda Constitucional n° 87, de 16 de abril de 2015.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Em votação o pedido de audiência pública feito pelo Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É relativo ao Projeto de Lei Complementar do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para orientar a aplicação da Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor está convidando o Henrique Meirelles; o Marco Aurelio Santos Cardoso, Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul; o Bruno Pessanha, Presidente da Cotepe/ICMS do Confaz; o Maurício Salvador, Presidente da Associação Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comércio Eletrônico; e Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

São os convidados desse Requerimento nº 61, de V. Exa.

Em votação o requerimento do Senador José Serra.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos marcar a audiência e convidar esses, para a gente fazer a audiência pública.

A Senadora Kátia Abreu pediu vista do projeto dos Senadores Paulo Paim e Elmano Férrer.

A senhora trouxe...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, Sr. Presidente.

Vou fazer uma revisão, a pedido da Embrapa, inclusive, para que a gente possa acrescentar e melhorar o relatório, mas eu o trarei o mais rápido possível.

Não é o da Embrapa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. É o item 4, Senadora.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 298, DE 2017

- Não terminativo -

Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

2. Em 28/05/2019, após a leitura do relatório, foi concedida vista à senadora Kátia Abreu. (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, e o projeto de lei do DPVAT que já foi relatado e que é só votar hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, sim...

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Elmano Férrer.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O Senador Oriovisto é o Relator do item 5, de autoria do meu querido amigo Ciro Nogueira.

Vocês dois estão juntos aí. Entendam-se aí.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 1763, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Contrário ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Senador Oriovisto com a palavra, por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Então, Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei 1.763, de 2019, que altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.

Sr. Presidente, o relatório mostra basicamente que o projeto de lei está estruturado em três artigos. O art. 1º altera as disposições pertinentes na Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que autoriza o desconto de prestações em folha de pagamento. O art. 2º adapta a Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e autoriza a faculdade do crédito consignado ao servidor público federal. O art. 3º traz a cláusula de vigência, imediata.

Na justificação, o autor ressalta o alto nível de endividamento das famílias, estimulado em grande parte por medidas do Governo implementadas desde 2003, com o objetivo de expandir o crédito e o consumo. Dentre elas, a edição da Lei 10.820, de 2003, que autorizou os empréstimos com desconto em folha de pagamento, podendo alcançar até 35% da remuneração de trabalhadores do setor privado, funcionários públicos e aposentados e pensionistas do INSS.

Além de limitar o superendividamento das famílias, o projeto de lei visa a "proteger principalmente os mais idosos de golpes financeiros e até da pressão de familiares para tomar crédito fácil e caro".

Não foram apresentadas emendas.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Da análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I e III, do Regimento Interno do Senado, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Ainda que o fim almejado pelo nobre autor do projeto de lei seja meritório, identificamos óbices quanto à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há dúvidas sobre a viabilidade do projeto em alcançar o objetivo pretendido, de evitar o endividamento familiar com crédito "fácil e caro" – entre aspas. Por um lado, as condições econômicas para geração de emprego e renda ainda não estão recompostas, que venham a permitir a substituição do crédito pessoal por recursos próprios. Não se vislumbra, em curto prazo, a recomposição do nível de atividade e da renda familiar para que se concretize esse objetivo.

Por outro lado, o crédito consignado constitui forma mais barata, e não cara, de tomada de crédito. Segundo os dados mais recentes do Banco Central, a taxa média de juros do empréstimo consignado está em 1,78% ao mês. Em contrapartida, as demais alternativas de crédito pessoal mostram-se bem mais caras para o tomador de crédito. A taxa do rotativo do cheque especial é de 12,76%; a do rotativo do cartão, 12,23%; e a do crédito pessoal não consignado, 6,94% ao mês.

Hoje, as linhas de empréstimo consignado constituem a principal forma de endividamento do brasileiro na modalidade de crédito livre, atingindo o montante expressivo de R$347,5 bilhões. Esse valor supera o total dos gastos do brasileiro no cartão de crédito (R$201 bilhões), cujo prazo médio de pagamento é muito menor.

Nesse contexto, torna-se complexo reduzir a margem de consignação de empréstimos ao trabalhador ou aposentado. O crédito consignado foi uma das medidas introduzidas nos anos recentes com maior efeito prático para a redução efetiva dos juros praticados ao tomador final – o que pode ser constatado por dados do Banco Central.

Lembramos que, recentemente, a Medida Provisória nº 681, de 2015, convertida na Lei nº 13.172, de 2015, veio aumentar em cinco pontos percentuais a margem para empréstimos consignados em folha, justamente para permitir a substituição de dívida com o cartão de crédito, mais cara, por desconto em folha de pagamento. Trata-se de modalidade de crédito que é vantajosa para o consumidor, pois paga menos juros, e também para o banco, pois o risco de inadimplência é menor.

O projeto de lei vai de encontro a esse quadro de acesso a linhas de crédito mais baratas. A nosso ver, a restrição ao crédito consignado, como sugerida pelo projeto de lei, gera o risco de transferência do crédito consignado em folha (mais barato), para outras modalidades de crédito cujos juros são maiores, e não a simples redução da tomada de crédito. É só imaginar alguém que está devendo e que não tem recursos para pagar, ele vai ter que tomar em outro lugar.

Lembramos, ainda, que o crédito à pessoa física constitui uma importante forma de manter o nível de consumo e bem-estar da família brasileira em um período ainda de crise. Em termos macroeconômicos, funciona como mecanismo para não aprofundar a retração do nível de atividade econômica. Não vemos, assim, benefício derivado da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o nível de endividamento das famílias vem apresentando retração desde o começo de 2015 e o comprometimento da renda também vem caindo, afastando preocupações quanto à sustentabilidade do nível de crédito atual.

Quanto à proteção dos idosos de golpes financeiros, recentemente o INSS emitiu a Instrução Normativa nº 100, de 28 de dezembro de 2018, que criou regras mais rígidas para a concessão de empréstimo consignado a aposentados e pensionistas, com o objetivo de combater fraudes e evitar o assédio comercial das instituições financeiras a esses segurados. A medida proibiu, por exemplo, que os bancos ofereçam empréstimo pessoal no prazo de seis meses após a concessão do benefício. Além disso, bloqueia a contratação de crédito nos primeiros três meses de recebimento da aposentadoria ou pensão.

O segurado interessado no crédito com desconto em folha deverá também fazer uma pré-autorização para ter acesso à modalidade. Entendemos serem regras efetivas para o fim que almeja, de proteção do aposentado, em parte atendendo o pretendido pelo PL ora em comento.

Isso posto, consideramos que o projeto deva ser rejeitado.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.763, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro Nogueira, autor do projeto, com a palavra. A matéria está em discussão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, o objetivo desse projeto é uma situação que tem me preocupado bastante – principalmente a mim que venho do meu querido Nordeste – em relação às pessoas de baixa renda. O que tem acontecido é que as pessoas, principalmente as de baixa renda, que têm os seus salários e, para a grande maioria, as suas aposentadorias, para a sua subsistência, estão sendo ludibriadas, enganadas por empresas e até pelos familiares, com filhos tirando consignado para comprar motocicleta, para comprar bens de consumo. E as pessoas, na época em que mais precisam, que são nas suas aposentadorias, para a sua subsistência, estão sendo bastante prejudicadas.

Eu até gostaria, depois, de ter acesso a alguns dados que foram levantados pelo Senador que dizem que o endividamento das famílias no País tem diminuído. Os dados que tenho dizem o contrário, que tem aumentado. Aqui, por exemplo, até divergi, porque, claro, são dados de assessoria, e quero ter acesso... O que foi levantado é que o endividamento das famílias brasileiras alcançou, em março do corrente ano, o maior patamar desde setembro de 2015, subindo de 61,5% para 62%, Sr. Presidente – o endividamento, 62% da sua renda anual. Isso é um absurdo, isso é um absurdo!

Nós temos famílias que estão com o seu patrimônio comprometido, porque não é tão simples dizer para essas pessoas: "Ah! Senão elas vão para o cheque especial ou vão...". Elas não têm acesso ao cartão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crédito, essas pessoas de baixa renda; elas não têm acesso a esse tipo de... Eu sei que esse valor de cheque especial aqui no País ou de cartão de crédito é um absurdo e só no nosso País se encontra isso, fruto da concentração bancária, fruto de esta Casa não ter coragem de enfrentar essas pessoas que são indicadas para o Banco Central, que saem indicadas para o Banco Central do Bradesco, ou do Santander, ou do Itaú. E, quando saem do Banco Central, voltam para essas instituições financeiras. Você acha que essas pessoas vão enfrentar as questões de concentração bancária no nosso País? Jamais, 85% de concentração bancária em apenas cinco bancos.

Então, vejo com muita preocupação a questão do endividamento das famílias brasileiras, essa questão do consignado que é em cima do salário; o salário é para a pessoa subsistir. Estão hoje comprometendo, às vezes, 30%, mais de 30% da sua renda familiar com a questão dos consignados. Às vezes, as pessoas saem fazendo até nove consignados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Quinze por cento, que é um número que podemos até ampliar, mas eu acho que é uma situação que esta Casa tem que enfrentar, porque esses empréstimos consignados têm prejudicado principalmente as pessoas de baixa renda no nosso País.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixe-me falar um pouquinho aqui. Eu acho que... É engraçado que tanto o Senador Ciro como o Senador Oriovisto têm razão. Vejam bem, nós tínhamos que chegar num denominador comum, porque, Senador Ciro, eu darei exemplos aqui do que já vi na minha vida. E a gente tomou decisões também, mas eram os Estados que tomavam... A lei estadual que falava até quanto poderia ser.

O policial, duas separações... Ele tinha uma esposa na capital, arranjou outra esposa no interior. Então, ele tinha duas pensões consignadas e recebia no contracheque R$1; no final do mês, R$1. Mas existe um problema maior no submundo do servidor. Infelizmente, o servidor está à mercê de ali no local em que ele trabalha ter aquele agiota do dia a dia, que empresta cem para um, duzentos para outro, e chega no final do mês e vai com o cara lá, com a pessoa, com o funcionário, para receber o dinheiro na boca do caixa. O consignado ainda tem os juros, por incrível que pareça, ainda menores do que o do agiota de repartição, porque em todas as repartições públicas do Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... existe agiota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou... Agiota é o cara que empresta dinheiro ali. Ele tem R$10 mil, R$15 mil para fazer esse tipo de coisa. Dá 200 para um e cobra 250, por três dias. A pessoa precisa comprar um negócio... Sabe quem tem? Fulano tem. Aí dá... Então... E não é juro de 10% não; três dias é 20%, 30%. A pessoa que está precisando se submete a isso. E no final do mês ela tem o prejuízo.

Então, é algo que precisamos discutir. Por isso, eu digo que os dois têm razão, porque para a gente estipular um valor não, mas o dia a dia do servidor em repartição pública... Posso assegurar isso para você, porque já tomamos várias medidas administrativas. Eu, quando tive oportunidade de ser gestor, já tomei várias medidas administrativas para tentar conter isso, mas é impossível! Porque, se não for dentro da repartição, a pessoa está ali na esquina. Então, esse agiota sabe...

Quando eu falo sobre BPC aqui, aposentadoria rural... Você sabe que um senhor, no interior do Piauí, não é diferente do interior do Amazonas, não é, ele tem uma renda fixa daquela aposentadoria. Então, ele tem crédito na drogaria, ele tem crédito na taberna... "Olha, o Seu Francisco mandou...". A neta vai lá comprar dois quilos de café, um quilo, e coloca na conta do Seu Francisco. O taberneiro, o dono da taberna, o dono da drogaria dão esse crédito para ele, anotam lá, porque sabem que no final do mês ele terá esse dinheirinho que recebe. Correto? É a mesma coisa com o cara que trabalha ali dentro de uma repartição, sabe quanto você ganha e sabe o que você está devendo. Então, ele empresta em cima daquilo.

Mas acho que é uma discussão que tínhamos de trazer, sim. Sua preocupação é...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, posso...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente...

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Chico Rodrigues. Depois, Senador Oriovisto.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu estou acompanhando aqui a discussão desse tema apresentado pelo nobre Senador Ciro Nogueira. Veja, isso é de uma clareza de uma janela sem vidros. É absolutamente clara essa manifestação e essa proposição do Senador Ciro Nogueira. E a gente verifica exatamente aqueles abutres que ficam, na verdade, rondando os aposentados e aqueles que têm menores condições financeiras, que recebem pequenos salários, que, na verdade, são os mais justos nos seus pagamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente percebe que a manifestação também do outro lado, do Relator, é extremamente equilibrada. O Senador Oriovisto procurou dar outra dimensão ao projeto. E eu estou vendo que realmente a polêmica... Inclusive, a orientação do Governo é votar contrário, mas eu fico numa dúvida absurda por conta desse questionamento, porque acho que 35%, na verdade, muitas vezes, deixam, principalmente os que ganham menos, os aposentados numa situação quase de insolvência financeira, quando recorrem a outros meios, a outras demandas e sabem que está sendo descontado todo mês aquele valor no seu contracheque.

Então, eu gostaria de pedir vista desse processo para nós nos debruçarmos e fazermos uma discussão mais detalhada. Gostaria que houvesse a concordância tanto do autor quanto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está concedido vista para o Senador Chico Rodrigues.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, só para esclarecer, o aumento das dívidas das famílias pobres brasileiras – Senador, realmente o senhor tem razão – cresceu, o endividamento. Mas cresceu: 78% no cartão de crédito, 14,4% em carnês e 10% no financiamento de carros. No global, cresceu, mas, no crédito consignado, não.

Então, Sr. Presidente, eu só quero – está concedido vista, vamos aguardar – dizer que toda vez em que nós fazemos uma lei diminuindo a gestão do cidadão sobre o seu próprio dinheiro, acontece mais ou menos o que ocorre com o Fundo de Garantia. O Governo quer ser o grande pai protetor, pega o dinheiro do trabalhador, não entrega para ele, remunera mal, não cobre sequer a inflação, é um pai padrasto, é um pai carrasco. E eu acho que o nosso povo só vai aprender a votar votando. O nosso povo só vai aprender a controlar suas finanças tendo liberdade de usar o seu dinheiro.

Então, eu acho que o Estado limitar a iniciativa do cidadão é sempre algo com que eu não concordo. Acho que já há um limite, que é 35%. Por mim, acho que não deveria haver limite nenhum. Se ele quer todo, que fique sem comer, problema dele. Cada um tem que ter seu autocontrole.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – É extremo também, Senador. Aí também é extremo. Normalmente o brasileiro, por natureza, não tem educação financeira. Isso aí dificulta bastante.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – O senhor tem de pensar no aposentado no interior do País. Pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu acho que ele não precisa ser tutelado, ele não é incapaz.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – É. Muitas vezes é.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então, nós temos de impedir que ele vote, que ele trabalhe. Se ele é incapaz... Se ele é cidadão, tem de ter o direito de usar a cidadania.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – São ludibriados.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Mas quem não é ludibriado neste País? Eu também sou, às vezes. Faz parte da vida isso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Tem que protegê-lo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Essa proteção acaba custando caro para ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o que eu disse aos senhores há pouco, até porque o meu papel aqui é só presidir, nem votar eu voto, mas minha opinião posso dar. Os dois têm razão na questão. E a experiência nos mostra isso no dia a dia, eu coloco para vocês. O Chico falou: ou você pega o consignado ou a pessoa vai pegar com juro maior num agiota de repartição. Isso a gente não tem como controlar. Não temos como controlar o agiota de repartição.

Senadora Kátia, V. Exa. é Relatora do próximo.

Está concedido vista ao Senador Chico Rodrigues.

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, a Embrapa fez contato com o nosso gabinete pedindo que nós incluíssemos alguns itens e mais alguns detalhes. Eu faço questão de modificar e atender a Embrapa. Na semana que vem, nós já o devolveremos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, porque este projeto eu achei de uma importância grande.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É superimportante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que nós temos que dar valor à Embrapa por muitas coisas que ela tem feito no Brasil.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É terminativo e há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, terminativo aqui.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Há quórum agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. A senhora pode trazer na semana que vem?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Posso, claro que sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai fazer as alterações que ela está pedindo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso. Aí nós votamos no começo da...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou encaminhar para reexame, está bem?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso, e o colocamos no início da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aquela questão é a seguinte.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2019 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir Municípios do Estado de Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região do Semiárido.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao projeto.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou ler o meu voto, mas gostaria de fazer aqui uma consideração importante a respeito dessa região.

Nós temos hoje o Semiárido nordestino em que foram incluídos, ao longo do tempo, o norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha, com muita justiça, e o norte do Espírito Santo, também com muita justiça, porque se enquadravam a estas características de precipitação pluviométrica anual inferior a 800mm; índice de aridez de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações; e também pelo risco de seca maior do que 60%. Tudo isso tomou por base um período de 1960 a 1970 até 1990.

Nós tivemos, com o passar do tempo, uma região no Tocantins, que sempre teve um problema de água sério. Com o aquecimento global, com a mudança climática, nessa região do sudeste piorou demais a questão hídrica, tanto que nós temos uma obra, infelizmente, parada, no Rio Arraias que é de contenção de água, justamente a perenização do rio. Mas não é nem sempre uma prioridade do País a perenização dos rios, que poderia amenizar muito o sofrimento dessas pessoas. Nós temos furado poços e temos feitos cisternas nessa região.

Há uma curiosidade importante: o Tocantins, como um todo, especialmente na área do Cerrado mais fraco, menos denso, nós temos um equilíbrio de chuvas muito bem definido: seis meses de água e seis meses de seca bruta, dura, sem cair um pingo d'água nessa região do sudeste do Tocantins, cujos 25 Municípios eu gostaria de ler aqui: Almas, Arraias, Aurora, Brejinho, Chapada de Natividade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Combinado, Conceição, Dianópolis – em que choveu, no ano passado, 450mm; e uma das regras é 800mm –, Ipueiras, Lavandeira, Monte do Carmo, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Pindorama, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição, Santa Rosa, São Salvador, São Valério, Silvanópolis, Taguatinga e Taipas. São Municípios maravilhosos, extraordinários, que até têm muitos cursos d´água, mas não têm nenhum investimento. Chega a época da seca e, por todos os córregos, nós conseguimos passar andando, tranquilamente, sem perigo nem de molhar os pés.

Então, nós estamos, Sr. Presidente, também agora, neste momento, como Minas Gerais... Parte de Minas e parte do Espírito Santo já foram incluídas na região do Semiárido brasileiro, que fica no nordeste... Repito: norte de Minas e norte do Espírito Santo. Os Municípios do Tocantins, do sudeste do Tocantins, que são vizinhos do Jequitinhonha e da Bahia, do Semiárido nordestino, nós somos uma região integrada. Então, eu gostaria de pedir a apreciação dos colegas, porque os que são incluídos no Semiárido têm os benefícios, claro que participando do Fundo Nacional do Nordeste...

Até a nossa preocupação não é o volume de recursos, mas o bônus de adimplência de 25%, que é justo para quem tem dificuldade com água, como o sudeste do Estado. Para o Pronaf, há juros especiais, com prazo de dez anos e uma carência de três anos, algo que o sudeste, que tem as mesmas características, não possui. Soma-se a isso... Ainda há a inclusão e a prioridade em ações federais de combate à seca, o que significa a implantação de adutoras, operações de carro-pipa, instalação de tecnologia de abastecimento do Programa Água para Todos.

Sr. Presidente, o Senador Eduardo Gomes propõe esse projeto de lei e eu tenho o privilégio de relatá-lo, porque é uma questão de justiça. Nós somos de partidos diferentes, mas essa questão é suprapartidária – é água, é seca –, e nós não podemos tratar os iguais de forma desigual. Então, há um benefício para o Semiárido nordestino, para Minas Gerais e para o Espírito, e espero a compreensão da Casa para que possa incluir nesses benefícios os sofredores da seca do sudeste do meu Estado.

Aliás, estarei lá no dia 17 próximo, trabalhando com os meus colegas, Prefeitos, líderes e Vereadores, um plano de desenvolvimento regional para essa margem direita do Tocantins, que já foi considerada, e ainda é, um corredor da pobreza, porque é uma área isolada do restante do Estado por estar à margem direita do Tocantins, por estar do outro lado da Belém-Brasília, por estar do outro lado, ainda, da ferrovia. Então, são Municípios totalmente isolados para a integração, com os menores indicadores de Ideb, com os menores indicadores de IDH. Renda *per capita*, por exemplo: o meu Estado tem uma renda *per capita* média de R$1,3 mil, enquanto essas regiões da margem direita do Tocantins, que ficam do mesmo lado de Palmas, têm uma renda *per capita* de menos de R$600. Isso demonstra que no Tocantins nós temos um período de muita pobreza, na seca, assim como nas demais regiões, e temos, no período de chuva, nada muito razoável também – na região do sudeste, nessa região na divisa com a Bahia e com o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, pela aprovação deste projeto, porque depende do Congresso Nacional incluir esses Municípios, com muita justiça, na abrangência dos benefícios do Semiárido brasileiro.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Kátia Abreu.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Peço urgência, Sr. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO N° 63, DE 2019

- Não terminativo -

Requer urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 61 de 2019 (Complementar), que "altera a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir Municípios do Estado de Tocantins na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e na região do Semiárido".

Autoria: Senadora Kátia Abreu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Coloco em votação o requerimento de urgência. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Senadora Kátia e Senador... Senador e Senadora, eu, hoje, conversando com a minha assessoria técnica... O Basa, o Banco do Nordeste, os bancos... Geralmente eles chegam a um Estado e falam que têm 800 milhões, têm 1 bilhão para o Estado. Quando se chega ao final do ano, a gente não vê a cor desse dinheiro. Por quê? Porque, geralmente, as pessoas que estão precisando não têm a regularização fundiária, não têm uma série de coisas que seriam importantes para adquirir esses recursos. Por isso, parte desses recursos do Banco do Nordeste, do Basa, nós poderíamos passar para as agências de fomento dos Estados, para que eles pudessem fazer... E o Estado seria responsável por esses recursos, para que ele pudesse, de uma forma mais prática, ajudar os pequenos empreendedores.

Muitas vezes uma senhora faz um curso de cabeleireiro. Quando chega a hora de montar, ela precisa de R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil para comprar equipamento, o material, e não tem esse dinheiro. O cara faz o curso de bombeiro hidráulico. Não tem. Então, o Estado, com a agência... Eu acho que Tocantins deve ter, Sergipe deve ter, o Amazonas tem a Afeam... Está certo? Para a gente botar parte desses recursos com o Estado sendo o fiador desses recursos.

Então, você coloca 100 milhões, para financiar milhares de pequenos empreendedores no Estado. Isso, no Norte e Nordeste, funciona bastante. Então, lá no Sergipe, quando a pessoa quer fazer um doce caseiro, ela se prepara para fazer, mas não tem recursos para poder iniciar a vida dela, para começar a vida dela. Então, o Estado tem mais facilidade para poder ofertar esses recursos.

Eu pedi para fazer um estudo hoje, à equipe, e depois quero conversar com os Senadores e Senadoras aqui, porque eu acho que é uma forma que a gente tem de ampliar esse crédito para pequenos empreendedores no Brasil afora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Senador Omar Aziz, eu agradeço e felicito por esse comentário.

Mais do que passou da hora de nós criarmos concorrência nos fundos constitucionais. É exatamente a concorrência que vai fazer o recurso chegar à mão de quem precisa, porque, por conta de banco... Não tenho nenhum preconceito contra banco. Deus me livre de viver sem um banco, mas a tendência deles é a fuga do risco, e os mais pobres têm mais risco. Então, a tendência de um banco e de todos os seus operadores é emprestar para quem tem dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A garantias dos fundos constitucionais – que, aliás, são fundos de desenvolvimento para regiões que não são desenvolvidas – é de 1,3. Então, se uma pessoa pobre ou de classe média tem 1,3 de garantia para dar, ela nem precisa do Banco da Amazônia ou dos fundos constitucionais, 1,3 é exigência para país riquíssimo. Então, isso já é um vício de origem.

Está sendo criada uma frente parlamentar – o Senador Rogério é o Presidente da frente – dos 48 Senadores, Norte e Nordeste. E, na reunião dessa frente de que o senhor participou, na casa do Presidente Davi Alcolumbre, nós elegemos, por unidade, segundo o Senador Rogério, dez pontos a serem trabalhados nessa frente. E a minha sugestão pessoal, desse eu quero tratar pessoalmente, é justamente ampliar os recursos dos Fundos Constitucionais do Banco da Amazônia – para quem aqui está nos ouvindo e não conhece, não sabe o que é fundo, mas sabe que é o Basa, o Banco da Amazônia....

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Há o Banco do Nordeste também.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... e o Banco do Nordeste –, que os bancos oficiais, Banco do Brasil, Caixa e demais, e as cooperativas de crédito pudessem operar também esses recursos. E nós, com muita sabedoria de V. Exa., podemos, sim, incluir as agências estaduais, que podem se dedicar ao microcrédito com os fundos constitucionais.

Então, este é um tema, Sr. Presidente, que foi colocado por mim nesses dez itens, aliás, como condicionante para participar da frente. E eu gostaria de trabalhar com outros colegas especificamente este ponto e esta mudança.

E nós podemos ir além. Se nós somos uma frente de 48 Senadores e somos 16 Estados, o que acontece com Condel hoje, que é o conselho do Basa, do Fundo do Norte e do Fundo do Nordeste? Ele é composto por Ministros de Estado. Tudo bem, isso é ótimo, está bom. Agora, Ministro vai e Ministro vem. Há Ministro que fica um ano, há Ministro que fica seis meses, mas os Governadores são eleitos por quatro anos.

Então, nada mais justo de que os Ministérios até uma representação federal tenham, mas que os Governadores das Regiões Norte e Nordeste sejam os membros do Condel, dos conselhos de desenvolvimento dos Fundos do Norte e do Nordeste. Por quê? Porque existe um plano de Governo, existe um plano de Estado e os que conhecem esse tema, não são os Ministros. Com todo respeito aos Ministros, eu já fui uma, com muito orgulho, mas nós não temos a segurança da estabilidade. De repente, decide-se uma área num conselho desse e de repente mudam-se os Ministros, aí começa tudo de novo. E os Governadores, apesar de poderem ter interrompidos seus mandatos, na verdade, eles têm uma garantia de quase 90% dos seus quatro anos.

Então, nós estamos querendo fundir os dois fundos e criar um conselho único dos 16 Governadores da Região Norte. Essa é a proposta dos 48 Senadores da Frente Norte-Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Requerimento do Senador Jaques Wagner.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO N° 59, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 66, §6º, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que envie ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) solicitação de Instauração de Inquérito Administrativo para investigar a majoração das tarifas aéreas e do preço do combustível de aviação no Estado da Bahia.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Vinte e sete de maio de 2019.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A reunião está encerrada, convocando as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima reunião, na terça-feira que vem.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Irajá, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento. Aviso nº 328, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1174/2019, do TCU, proferido nos autos do TC 021.258/2018-0, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, que encaminhou uma resposta aos Senadores Plínio Valério, Eduardo Braga e Omar Aziz, em resposta ao Ofício nº 19, de 2019, da CAE. Ofício nº 3554, de 2019, da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que encaminha, em cumprimento ao art. 37, §3º, do Decreto nº 8.945, de 2016, o relatório anual relativo ao exercício de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 888, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao projeto e pela rejeição da emenda nº 1. Após lido o relatório pelo Senador Otto Alencar, usam da palavra os senadores Izalci Lucas, Angelo Coronel e Alessandro Vieira. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria. **Observação:** 1. Em 21/05/2019, foi aprovado o REQ 55/2019, para instrução da matéria. 2. Em 11/06/2019, é aprovado o REQ 66/2019-CAE, de dispensa da da Audiência Pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1763, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Contrário ao projeto. Após lido o relatório,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usou da palavra o senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1273, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo),acrescida de uma subemenda apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 162, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre arranjos de pagamentos, para definir faixa de valores para o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1766, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a discussão é encerrada e apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 66, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 55/2019 - CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). Usou da palavra o senador Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 66/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 57, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Usaram da palavra os senadores Esperidião Amin e Mecias de Jesus. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 57/2019–CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 64, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas - CAEALGCP, com o objetivo de discutir a conjuntura econômica atual." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 64/2019–CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento.

Aviso nº 328, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1174/2019, do TCU, proferido nos autos do TC 021.258/2018-0, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, que encaminhou uma resposta aos Senadores Plínio Valério, Eduardo Braga e Omar Aziz, em resposta ao Ofício nº 19, de 2019, da CAE.

Ofício nº 3554, de 2019, da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que encaminha, em cumprimento ao art. 37, §3º, do Decreto nº 8.945, de 2016, o relatório anual relativo ao exercício de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO N° 66, DE 2019

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 55/2019 - CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para instruir o PL 888/2019.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Requerimento nº 66, de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a retirada do Requerimento nº 55, de 2019, em caráter definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Informo que em 07/6 foi apresentado o requerimento para retirada em definitivo do Requerimento 55/2019, para instrução da matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o requerimento do nobre Senador Wellington Fagundes, eu acabo de assinar também, concordando com a retirada em definitivo da audiência pública. Portanto, V. Exa., tendo conhecimento, pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o Requerimento nº 66, de 2019, subscrito pelo Senador Otto Alencar, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a retirada do requerimento em caráter definitivo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 888, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Marcelo Ramos (PL/)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Favorável ao projeto e pela rejeição da emenda nº 1

Observações:

1. Em 08/05/2019, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Angelo Coronel.

2. Em 21/05/2019, foi aprovado o REQ 55/2019, para instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 07/06/2019, o senador Wellington Fagundes, relator da matéria, apresentou Requerimento para retirada em definitivo do REQ 55/2019 - CAE.

Relatoria *ad hoc:* Senador Otto Alencar, Líder do meu partido, PSD.

Com a palavra o Senador Otto Alencar para ler o relatório *ad hoc.*

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores...

Sr. Presidente, V. Exa. sabe tanto quanto eu do nosso esforço aqui no Senado Federal e dos nossos presságios permanentes para que o Governo dê certo. Essa é uma intenção nossa. Um sonho nosso é que o Brasil possa encontrar o caminho que nos leve a uma solução para todas as dificuldades sociais do povo brasileiro, sobretudo no quesito desenvolvimento econômico e emprego.

E V. Exa. sabe também que há muitos meses eu venho colocando na porta do meu gabinete a crise do dia, todas elas gestadas pelo Governo; nenhuma delas gestada nem no âmbito da Câmara dos Deputados e, muito menos, gestadas aqui no Senado Federal. Semana passada acalmou um pouco, e eu coloquei na porta do meu gabinete: "Graças aos orixás, a crise passou". Eu estava enganado. Ledo engano, até porque a crise voltou com todo o fôlego, e eu tive de recolocar na porta do meu gabinete outra frase como crise do dia: "Vaza jato, vaza, Moro", dando a intenção de que, na minha opinião, o Ministro da Justiça não pode mais continuar ministro, a não ser que ele coloque, acima de tudo, a necessidade de ter um emprego e jogar por terra, como já jogou, toda a sua história de magistrado, que nós todos pensávamos isento e imparcial, o que, pelas últimas informações e notícias dadas como corretas e sérias, não corresponde à realidade.

Claro que esse é um pensamento nosso. Pode haver aqui ou ali discordâncias, e eu vou respeitar. Mas nesse caso, na própria declaração dada ontem pelo Desembargador Alfredo Attiê, de São Paulo, ele foi até muito além do que eu penso. O Desembargador Alfredo Attiê, de São Paulo, disse que o Ministro Moro foi corrupto. Eu não concordo com isso. Agora, houve, claro, uma concordância, uma intenção de se orientar o Ministério Público na condução da denúncia para a prisão do ex-Presidente Lula. Eu não tenho a menor dúvida disso. É claro que os fatos serão investigados, e será dado o direito de defesa àqueles que estão envolvidos nessa situação, tanto ao Promotor Público Dallagnol quanto ao atual Ministro e ex-magistrado e Juiz Sergio Moro.

É o direito de defesa que se tem de dar. Às vezes, o direito de defesa foi até, ao longo da Operação Lava Jato, cerceado, a condição de que os acusados pudessem se defender e tivessem um julgamento que fosse considerado isento para que a sentença pudesse ser dentro daquilo que foi apreciado. Como feito, ao arrepio da lei. Eu queria só fazer esse registro.

Infelizmente a crise voltou, tenho que registrar, à porta do meu gabinete. Está lá a crise do dia: "Vaza jato, vaza, Moro".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vou agora à leitura do PL 888/19, que vou relatar *ad hoc*, substituindo aqui o nobre Senador Wellington Fagundes.

Esse projeto altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Há observações aqui: foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Angelo Coronel; em 21/05/2019, foi aprovado o Requerimento nº 55/2019, para instrução da matéria; em 07/06/2019, o Senador Wellington Fagundes, Relator da matéria, apresentou requerimento para retirada em definitivo do Requerimento nº 55/2019.

Relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 888, de 2019, do nobre Deputado Federal Marcelo Ramos...

Quero informar que está fugindo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que está dando problema lá.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É do nobre Deputado Federal Marcelo Ramos e altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais... (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, está-se fazendo a leitura do relatório do item 1. Só quero dizer a V. Exa. e ao nobre Relator que, em seguida, vou pedir vista para ver o impacto financeiro desse projeto. De qualquer forma pedirei vista pelo Governo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois bem, Sr. Presidente, o projeto dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A proposição está estruturada em cinco dispositivos. O arts. 1º e 2º propõem alterações na Lei nº 10.931, de 2004. O primeiro comando do projeto modifica o §6º do art. 4º do referido diploma legal para restaurar o Regime Especial de Tributação que produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, aplicável às incorporações de imóveis residenciais de interesse social, assim considerados os projetos de incorporação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de imóveis destinados à construção de unidades residenciais de até R$100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Pelo mencionado RET, a incorporadora recolhia o equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A proposta é que esse RET volte a produzir efeitos para as incorporações que, até 31 de dezembro de 2018, tenham sido registradas no Registro de Imóveis competente ou tenham tido os contratos de construção assinados.

O segundo comando do projeto insere o art. 11-A na Lei nº 10.931, de 2004, para prever que o RET vigorará, no caso de incorporações, até o recebimento integral das vendas de todas as unidades imobiliárias que compõem o memorial de incorporação registrado no Registro de Imóveis, independentemente da data da comercialização; e, no caso de contratos de construção, até o recebimento integral do valor das avenças.

Os arts. 3º e 4º, por sua vez, alteram a Lei nº 12.024, de 2009.

A primeira modificação na referida lei é materializada pela nova redação ao seu art. 2º, cujo objetivo é restaurar o RET que também produziu efeitos até 31 de dezembro de 2018, aplicável à empresa construtora contratada para construir unidades habitacionais de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O referido RET das empresas construtoras também as beneficiaram com o recolhimento equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal recebida a título de pagamento unificado do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins.

Pela redação conferida pelo projeto, a restauração do regime especial alcança as empresas construtoras que tenham sido contratadas ou tenham obras iniciadas até 31 de dezembro de 2018. Além disso, a nova redação do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, na forma do art. 3º do PL, dispõe que a autorização para o recolhimento unificado dos tributos perdurará até a extinção do respectivo contrato celebrado e, no caso de comercialização da unidade, até a quitação plena do preço do imóvel.

Ainda em relação ao RET em questão, além de restaurá-lo, o PL, em seu art. 4º, insere o art. 2º-A na Lei nº 12.024, de 2009, para criar novas regras ao regime especial de tributação aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019. De acordo com o texto do projeto, o RET das empresas contratadas para construção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida passa a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perene. Serão beneficiárias do regime as que forem contratadas para a construção de unidades habitacionais de até R$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais).

O RET eleva, no entanto, o percentual de pagamento unificado de tributos de 1% (um por cento) para 4% (quatro por cento) da receita mensal auferida pelo contrato de construção, assim entendida a totalidade das receitas obtidas pela construtora na venda das unidades imobiliárias que compõem a construção, bem como as receitas financeiras e as variações monetárias decorrentes dessa operação.

O art. 2º-A da Lei nº 12.024, de 2009, na forma como proposto pelo art. 4º do PL, ainda estabelece o regramento do mencionado RET, com previsão, entre outros pontos: dos tributos envolvidos; caráter definitivo do pagamento unificado; repartição da receita tributária arrecadada; e duração do regime, que se estende até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

Por fim, o art. 5º da proposição estabelece a cláusula de vigência, ao dispor que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto apresentado na Câmara dos Deputados, o autor destacou que o Programa Minha Casa, Minha Vida permitiu "o acesso à casa própria às famílias" de baixa e média rendas, em consagração ao direito constitucional à moradia, e estimulou a indústria da construção civil, com geração de empregos e "renda para milhares de trabalhadores". Para o autor, a concessão do benefício fiscal objeto da proposição contribuiu, entre outros fatores, para "a redução dos preços dos imóveis residenciais contemplados" e para o "sucesso do programa habitacional". Por isso, sustenta as alterações previstas no PL em razão da importância de conferir mais segurança jurídica, prever disposições claras e sedimentar os resultados obtidos para a sociedade brasileira.

Na Câmara dos Deputados, o PL foi apresentado em 19 de fevereiro de 2019 e aprovado no Plenário da referida Casa no dia 10 de abril de 2019.

No âmbito do Senado Federal, a matéria foi distribuída a esta Comissão no dia 16 de abril de 2019. No dia 8 de maio, foi apresentada a Emenda nº 1 pelo Senador Angelo Coronel, com o objetivo de alterar a redação do inciso I do art. 7º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para ampliar de até 12 meses para até 24 meses o prazo de conclusão das unidades habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, relacionadas a operações com recursos destinados à subvenção econômica, previstos no inciso III do art. 2º do referido diploma legal.

Análise.

Nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão opinar sobre proposições pertinentes a tributos e sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre sistema tributário e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos dos arts. 48, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Além disso, o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de benefício fiscal, nos termos do §6º do art. 150 da Constituição.

Em relação ao mérito, a proposição merece parecer pela aprovação desta Comissão.

O PL nº 888, de 2019, restabelece o Regime Especial de Tributação (RET) aplicável a incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos de habitação residencial no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. O RET para esses casos se encerrou, no tocante às obras do referido programa, em 31 de dezembro de 2018, nos termos do §6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004, e do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009.

O regime especial consistia em reduzir a carga tributária relativa a tributos federais devidos pelas incorporadoras e construtoras que desenvolvem esses projetos. Em caso de opção pelo RET, o recolhimento do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins era unificado por meio da incidência da alíquota de 1% (um por cento) sobre a receita mensal específica obtida.

Com o fim do RET, para os casos em questão, em 31 de dezembro de 2018, as incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida devem voltar ao regime comum, com elevação, portanto, da carga tributária que onera os empreendimentos.

O que o PL nº 888, de 2019, propõe é a extensão do regime para os empreendimentos que tenham sido, no caso de incorporadoras, até 31 de dezembro de 2018, registrados no Registro de Imóveis competente, ou tenham tido os contratos de construção assinados até a referida data. É o que dispõe a nova redação que o art. 1º do PL confere ao §6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004.

Em relação às construtoras, a proposição exige para fruição do RET, nos termos da alteração do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, promovida pelo art. 3º do PL, que tenha havido a contratação ou o início das obras de construção das unidades habitacionais até 31 de dezembro de 2018.

Cumpridos os requisitos, mesmo que ultrapassado o ano de 2018, a empresa contribuinte poderá continuar a usufruir do RET. O regime especial apenas deixará de ser aplicado, no caso de incorporações, após o recebimento integral das vendas de todas as unidades que compõem o memorial de incorporação, e, no caso de contratos de construção, até o recebimento integral do respectivo contrato, conforme disciplinado pelo art. 11-A a ser inserido na Lei nº 10.931, de 2004, pelo art. 2º do PL.

É evidente que essa previsão permite, com mais segurança, a manutenção dos empreendimentos iniciados em 2018, pois deixa de ocorrer a mudança do regime tributário em razão apenas da passagem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um exercício financeiro para outro. Impede-se, com a aprovação da proposição, o agravamento imediato da carga tributária incidente sobre as incorporações e construções inseridas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, e, portanto, evitam-se possíveis prejuízos aos projetos em curso.

Em relação a novos projetos, iniciados a partir de janeiro de 2019, propõe-se, no art. 4º do PL, a inserção do art. 2º-A na Lei nº 12.024, de 2009. O dispositivo regula novo RET que incentivará a construção de unidades habitacionais de valor até R$124 mil no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A receita mensal decorrente do contrato de construção passa a poder ser submetida à alíquota de 4%, cujo montante a ser recolhido representará o pagamento unificado de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins. Esse novo regime vigorará, de acordo com o §8º do art. 2º-A a ser inserido na Lei nº 12.024, de 2009, até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

O novo regime tributário, criado com semelhança ao vigente até 31 de dezembro de 2018, embora com carga tributária mais elevada, é importante para auxiliar a redução do déficit habitacional no País.

Segundo dados do IBGE, divulgados no estudo "Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018", um conjunto de 13% da população brasileira residia, em 2017, em domicílios com ao menos uma importante inadequação domiciliar, como ausência de banheiros de uso exclusivo dos moradores, utilização de materiais não duráveis nas paredes externas do domicílio, adensamento domiciliar excessivo, etc.

Essa conjuntura brasileira evidencia a necessidade de manter o fomento à participação das construtoras nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trata-se de unidades habitacionais de valor reduzido, cuja construção e posterior aquisição pelas pessoas concretiza, de modo substancial, o direito à moradia, previsto como direito social no art. 6º da Constituição Federal.

Assim, a única manifestação possível em relação à proposição é pela sua aprovação. Deve-se, inclusive, conferir celeridade à tramitação do PL nº 888, de 2019, em moldes semelhantes à condução na Câmara dos Deputados, a fim de que em tempo breve os regimes especiais de tributação estejam em vigor.

Quanto à Emenda nº 1, embora louvável o objetivo nela inserido, a matéria é estranha ao PL, razão pela qual merece análise em projeto autônomo, de sorte a permitir a efetiva análise de seu conteúdo, efeitos e repercussão.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 888, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação. Em relação à Emenda nº 1 apresentada nesta Comissão, o voto é pela rejeição dessa emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No montante, é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

O Senador Otto Alencar leu *ad hoc*, quer dizer, não foi ele que rejeitou tecnicamente a sua emenda, Coronel, não vão brigar lá na Bahia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Izalci; o Senador Alessandro está inscrito, eu sei que o senhor vai pedir vista.

Eu quero aqui agradecer a presença do autor do projeto, Deputado Marcelo Ramos, Presidente da Comissão Especial da Previdência, que nos honra com sua presença. Muito obrigado por sua presença.

Esse projeto não está prorrogando incentivo, ele está dizendo a quem assinou o contrato até o dia 31 de dezembro do ano passado. Eles assinaram contrato baseados numa alíquota. De repente, muda a alíquota e...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu fui Relator *ad hoc* do relatório preparado pelo nobre Senador Wellington Fagundes. Na verdade, a emenda do Senador Angelo Coronel apenas amplia de 12 para 24 meses.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Após a promulgação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

Eu não quis ser descortês com o Senador Wellington Fagundes e fiz a maldade com o Senador Angelo Coronel. Se o autor do projeto, o Deputado Marcelo Ramos, concordar com a aceitação e todos os Senadores não tiverem nenhuma discordância, posso voltar atrás. Recuar também é golpe. Então, eu recuo para atender ao Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí, voltaria para a Câmara. Essa questão é muito séria, porque está dando um problema seriíssimo na construção do Minha Casa, Minha Vida. Temos que analisar isso com muita cautela.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – É importante, eu acho que o RET (Regime Especial de Tributação) é muito importante no programa. Agora, quando nós fizemos a Emenda nº 1, ampliando para 24 meses... Imaginem, vamos passar por aqui, Câmara, até sancionar e tudo, terminam vencendo os 12 meses. Então, coloquei 24 meses após a promulgação. Eu acho que é muito mais plausível do que manter na sua originalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, só não muda de opinião quem não as tem. Eu vou acatar a emenda do Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês são baianos, vocês comem um acarajé...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Voltando atrás, acato a emenda do Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, se acatar, volta para a Câmara.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Volta para a Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Volta para a Câmara. Aí, vai perder muito tempo. Eu acho que depois nós podemos dar...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Então, se volta para a Câmara, para não atrapalhar o pessoal, eu retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está resolvida a questão.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Obrigado, Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Angelo Coronel, o magnânimo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se deixar, a Bahia vai tomar conta aqui, por favor. Juntando os dois...

Primeiro, quero parabenizar o Deputado pela iniciativa, o projeto é muito bom. Eu me somo ao pedido de vista – que seja vista coletiva – porque é preciso ver o impacto disso num momento que é de esforço fiscal. Mas não poderia deixar de fazer uma colocação baseado no que o Prof. Otto Alencar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... orientações sobre esse novo escândalo de vazamentos e, enfim, todo esse caos.

Há um ponto, Presidente Omar, em que ninguém está tocando com muita clareza. Uma organização criminosa, provavelmente contratada por alguém interessado em prejudicar investigações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está em ação no Brasil. Nós temos uma quadrilha fazendo monitoramento, infiltração e "hackeamento" de aparelhos *smartphones*, celulares de autoridades: Ministros, Juízes, Desembargadores, Procuradores da República e, quem sabe, Senadores. E a gente vai deixar isso passar como se não fosse nada? Porque existe um conluio de interesses dos mais diversos, pessoas que defendem, como é o caso do meu colega Otto, o devido processo legal, e pessoas que defendem, na verdade, a impunidade.

Então, a gente não pode fechar os olhos para o que está acontecendo no Brasil: uma ação criminosa, orquestrada, que não é barata, que não é simples, e que está atacando fortemente o sistema de Justiça brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Izalci vai pedir vista do projeto...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, mas antes de pedir vista, Sr. Presidente, eu só quero até justificar e cumprimentar aqui o meu colega, o Deputado Marcelo, pelo empenho nessa matéria. Acho que é uma matéria relevante, importante, de alto interesse social, e a gente está envolvido nisso também.

Agora, existem alguns aspectos que a gente... Para evitar uma questão futura de um veto ou de uma rejeição, eu, como Vice-Líder do Governo, estou pedindo vista para a gente ver essa questão do impacto e estudar essa matéria, para que a gente tenha uma solução.

Tentaram, inclusive, através da MP 852, introduzir esse material, que foi rejeitado. Então, há a questão do impacto e uma série de coisas que nós temos que administrar para que essa solução seja uma solução viável e definitiva. Então, eu vou pedir vista.

Vamos conversar com o Governo o mais rapidamente possível, inclusive convido o Deputado Marcelo para participarmos juntos disso, para buscar uma solução para atender...

Eu sei da insegurança jurídica que está gerando e eu quero contribuir também com essa solução.

Então, peço vista, e parece que outros Parlamentares também estão pedindo vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, necessariamente... Na medida provisória era jabuti; e a gente já tomou uma decisão aqui no Senado, há muito tempo, de que a gente não aceita qualquer matéria... Porque colocaram e deixaram o Senado e a Câmara muitas vezes comprometidos nacionalmente por causa de coisas que não tinham nada a ver com a matéria. Por isso é que não foi votado.

Mas eu até acho, Senador Izalci... É um direito pedir vista, é normal, mas eu, se estivesse no lugar dessas pessoas que assinaram um contrato com um valor e, depois, passou para outro... Na Justiça, ganhariam facilmente. E deve haver já decisão judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos querendo é facilitar aqui, até porque você não pode mudar uma regra do jogo depois de ter assinado o contrato. Se a gente abrir esse precedente, é ruim – esse tipo de precedente –, mas o papel do Senador Izalci e do Deputado Marcelo... É importante conversar com o Senador para a gente poder votar na semana que vem.

Foi pedida vista coletiva. Na semana que vem volta à pauta, para a gente votar na terça-feira.

Obrigado, Senador Otto.

Vamos passar...

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1763, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Em 4/6/2019, foi concedida vista ao senador Chico Rodrigues, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 2 já foi lido e já foi discutido. É só votação.

O pedido de vista foi feito pelo Senador Chico Rodrigues. O parecer do Senador Oriovisto era contrário a se reduzir para 15%, e nós já discutimos essa matéria aqui.

Eu vou colocar em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguma posição mais, Senador Oriovisto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Apenas, Sr. Presidente, para reiterar o que disse na última ocasião: hoje, é o crédito mais barato que há, o empréstimo consignado. A permissão é a de que o trabalhador possa se endividar em até 35% do valor do seu salário, e a tendência desse projeto... A tendência, não: a prescrição do projeto era reduzir para 15%. Isso jogaria, inevitavelmente, esses trabalhadores no cartão de crédito ou no agiota...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os agiotas de repartição.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Os agiotas de repartição.

Então, o projeto pode eventualmente estar pensando numa boa intenção, mas ele, na verdade, vai fazer um mal muito grande para essas pessoas.

E eu trouxe também dados do Banco Central que comprovam, em definitivo, que a dívida das famílias no consignado diminuiu de 2015 para cá.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação o relatório do Senador Oriovisto Guimarães.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., se puder, que delegue um Relator *ad hoc* no item 3, é um projeto importante, relevante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Kajuru, Relator, pediu para retirar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O projeto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Hoje? Pediu hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui: ontem ele pediu, porque ele não estaria presente, e ele pediu para retirar. Como não sei se ele tem alguma coisa a mais para fazer, não posso negar esse pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu não conhecia esse pedido, mas pediria a V. Exa. que, na próxima então, a gente pudesse votar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aqui: foi pedido em relação aos institutos federais. Trata-se de projeto que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, de autoria do senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas aí ele pediu para retirar de pauta...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k., na próxima. Eu converso com ele.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1273, DE 2019

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

2. Em 5/6/2019, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria da senadora Kátia Abreu.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O item 4 também é do Senador Kajuru, e também ele pediu para retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 379, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo),acrescida de uma subemenda apresentada.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo).)

A Senadora Kátia Abreu também pediu para retirar o item 5, porque ela não vai estar presente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 39, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

Item 6: Relator Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Item 6?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu apresentei o Requerimento nº 57, de 2019. Eu gostaria que, se possível, fosse lido hoje, devido à importância, pelo momento desse requerimento, e que pudesse ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito isso após a gente terminar a discussão das matérias, Senador.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quantos Senadores estão aqui? Dois, quatro, seis, oito, nove, dez, onze. Faltam três Senadores para a gente ter quórum para votar matérias aqui.

Senador Otto, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só para informar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 400, DE 2016

- Terminativo -

Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.

Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR).

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2016, do Senador Telmário Mota, que determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito.

O Projeto é composto por dois artigos. O art. 1º...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... estabelece que as empresas credenciadoras de cartões de crédito deverão repassar para os estabelecimentos comerciais os valores referentes às vendas pagas com cartão de crédito no prazo máximo de 20 dias corridos. Em seu parágrafo único, dispõe que, no caso de vendas parceladas pelo estabelecimento, o prazo refere-se ao repasse da primeira parcela.

O art. 2º dispõe sobre a cláusula de vigência.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS.

Compete à CAE analisar matéria dessa natureza.

O projeto é terminativo e precisamos analisar os aspectos formais de regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade.

Entendemos que o PLS atende ao Regimento Interno do Senado, utiliza a técnica legislativa adequada e não existem óbices constitucionais ao projeto em análise. É competência da União legislar sobre política de crédito, conforme inciso VII, art. 22, da Constituição Federal, e cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias.

Como o tema é referente ao sistema financeiro, poderia haver dúvidas sobre a sua juridicidade, em virtude do art. 192, da Constituição Federal, que exige lei complementar para tratar de assuntos correlatos. Ressaltamos que o assunto não disciplina a organização.

Do ponto de vista formal, é fundamental observar que a matéria não tem implicação direta no sistema tributário.

Quanto ao mérito, consideramos que o PLS não deveria prosperar. A justificação do PLS é feita devido à baixa concorrência no mercado de crédito e elevado poder de mercado, seja dos bancos emissores, seja das empresas credenciadoras. O prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores que envolvem vendas feitas com cartões de crédito busca reduzir essa assimetria de poder entre as partes, levando a uma redução na necessidade de capital de giro.

O problema é que o PLS não resolve o problema de necessidade de capital de giro por parte dos estabelecimentos comerciais, e tampouco a assimetria de poder entre as partes. Além disso, gera novos custos ao processo tornando-o mais oneroso.

O voto é pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É terminativo? Precisa ter quórum.

A discussão está encerrada e, assim que tivermos número, colocamos em votação.

Senador Otto, o item 7 também é do senhor.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 139, DE 2018

- Terminativo -

Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.

Autoria: Senador Wilder Morais (PP/GO).

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela rejeição do projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – É um projeto do Senador Wilder Morais que altera o art. nº 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios e acordos, Sr. Presidente.

Nós olhamos esse projeto, entendemos a boa vontade do Senador, mas é um projeto completamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso não existe!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... inconstitucional. Não existe!

Portanto, o nosso voto é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Assim que tivermos quórum, colocamos em votação. É um projeto terminativo.

Está encerrada a discussão.

Eu quero...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quero informar a V. Exa. que o meu computador foi "hackeado" aqui agora. Eu estou suspeitando que é o mesmo sujeito que fez com o Moro. Eu não consigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ler nada, absolutamente nada! Então, eu queria providências para a investigação também, para abrir uma sindicância para apurar esse crime cibernético contra o meu computador! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está ali a pessoa responsável. São elas as responsáveis, ali. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 10: do Senador Plínio Valério.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1766, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.

Autoria: Senador Reguffe (S/Partido/DF).

Relatoria: Senador Plínio Valério.

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas apresentadas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, mesmo tendo quórum para votação, é terminativo; pelo menos a gente lê, Senador Mecias, e já adianta, porque esse projeto está comigo há algum tempo. Havia dois projetos parecidos, o do Senador Reguffe, que chegou primeiro às minhas mãos, e depois o do Senador Fernando Bezerra. Eu analisei o projeto do Senador Reguffe e contemplei o do Senador Fernando Bezerra com emendas.

Portanto, que fique registrado que a gente contemplou o projeto do Senador Fernando Bezerra colocando emendas no projeto do Senador Reguffe.

É de decisão terminativa. A gente vai só lê-lo.

Trata-se do Projeto de Lei nº 1.766, de 2019, do Senador Reguffe, que dispõe sobre a prorrogação, por mais cinco anos, da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.

O relatório fala das leis, da apresentação, da legalidade, da competência.

A análise, Presidente.

No mérito, concordamos integralmente com os argumentos do autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se trata de prorrogação de benefício vigente há oito anos, a sua não prorrogação equivalerá efetivamente a um pesado aumento da carga tributária. No momento em que a gente vive, o País não pode se dar a esse luxo, sobretudo quando o efeito direto desse aumento será sentido no combalido mercado de trabalho.

A alteração que se faz necessária no projeto diz respeito à sua adequação à LDO. A gente tentou... Porque é uma norma que impõe a observância de diversos requisitos de natureza financeira para as proposições legislativas que importem diminuição de receita para o Erário. Então, basicamente, o que eu fiz foi adequar à LDO.

Quero citar, especificamente, o §1º do art. 116 da referida lei, que veda a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial, exceto – e aqui é o cerne do projeto – a prorrogação por prazo não superior a cinco anos, desde que o montante do incentivo ou benefício prorrogado seja reduzido em pelo menos dez por cento ao ano – e foi isso que a gente fez.

Voto, Presidente.

A gente apresentou as duas emendas, como eu disse, do projeto do Senador Fernando Bezerra. O inciso VII, com a primeira emenda:

> [...]
> VII – até o exercício de 2024, ano-calendário de 2023, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado; e [aí vem]
> [...]
> c) no exercício de 2020 [começa a reduzir] [...] correspondente a 90% da contribuição [...];
> d) no exercício de 2021, [...] 80% [...];
> e) no exercício de 2022, [...] 70% [...];
> f) no exercício de 2023, [...] 60%; e
> g) no exercício de 2024, [...] 50% [...].

A gente foi adequando e reduzindo.

Eu creio que por isso merece aprovação, por isso dei o voto favorável, Sr. Presidente.

Só repetindo, para que conste nos *Anais* e fique registrado: é o projeto do Senador Reguffe o que me detive para analisar. Do projeto do Senador Fernando Bezerra, eu retirei o teor e apliquei duas emendas, contemplando o Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Plínio Valério. Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo número regimental para que a gente possa fazer a votação nominal, está lido o relatório, a discussão também feita, é só votar quando houver número.

Está encerrada a discussão.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO).

É proposta para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Economia;

2. Representante do Tribunal de Contas da União;

3. Representante do Tesouro Nacional;

4. Representante da Associação Auditoria Cidadã da Dívida.

Em discussão esse requerimento do Senador Vanderlan.

Senador Vanderlan, autor do requerimento, com a palavra.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, nós apresentamos esse requerimento devido ao momento por que passa o País. Eu vejo muitas discussões com relação à previdência, à reforma tributária, e nós precisamos nos aprofundar um pouco mais na dívida pública, saber por que essa dívida pública está aumentando da forma que vem aumentando.

Eu tenho conversado com muitos economistas e técnicos e vejo que, às vezes, um fala uma coisa e o outro chega e desfaz. Eu tenho analisado, nos últimos 60 dias, o crescimento dessa dívida: somente nos últimos dez anos nós pagamos aí cerca de 1,8 trilhão de juros. E temos ali – está no quadro de amortizações – que deve ser... Não é amortização, deve ser outra coisa... São 7,3 trilhões, e a dívida, em 2008, era de 1,7 trilhão; hoje está em 5,8 trilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que nos aprofundar um pouco, Senador Mecias, no assunto, pelo menos para os Senadores aqui na Comissão discutirem melhor. Então, foi com este intuito a apresentação: chamar os órgãos envolvidos para esclarecerem melhor para nós como essa evolução vem acontecendo.

No meu modo de ver, Sr. Presidente, a reforma da previdência vai trazer, Senador Plínio, nos próximos dez anos, 1 trilhão – e o que se está falando –, e a nossa dívida interna aumentou, só em 2018, entre juros e amortizações, R$1,5 trilhão. Então, a reforma da previdência, Sr. Presidente, vai ser consumida em um ano só se continuar dessa maneira. Então, nós precisamos discutir.

Eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Em discussão.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o meu amigo e correligionário Senador Vanderlan, porque realmente nós temos discutido a questão de dívida e de poupança, de quanto é preciso de economia, de maneira muito pontual e, por isso, nós não enxergamos a floresta.

Então, além de dar o meu voto a favor e o aplauso, eu queria apenas sugerir uma ampliação da lente. E a ampliação da lente pode ser feita em duas partes. A primeira parte é chamar alguém do Banco Central, que acho que não está na relação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui está um representante do Ministério da Economia, que pode ser o Presidente do Banco Central.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas seria alguém do Banco Central especificamente, para nos explicar quanto é que nós perdemos anualmente... Isso já foi dito naquela reunião do Banco Central. O Brasil tem reservas superiores a US$400 bilhões, certo? São reservas cambiais. Essas reservas... Se nós fôssemos um país de razoável inteligência financeira, nós deveríamos destinar seis meses de importação, que seriam mais ou menos 90 bilhões, e colocar no tal fundo resguardado internacionalmente como garantia para que nós não passássemos o calote, a 1% ao ano. Mas, como nós somos um país muito rico, nós deixamos os US$400 bilhões a 1% ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente tentou discutir, mas o Senador Serra é contra. O senhor viu aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se pode nem discutir aqui. É por isso que eu estou trazendo hoje. "Não pode, não pode!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por que não trazem 200 bilhões e aplicam no Brasil?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E nós tomamos emprestado dos mesmos, só que é uma dívida maior. Isso dá quatro vezes mais. Nós pagamos, na média, segundo o Presidente do Banco Central informou... Não sei se o Senador Omar foi àquela reunião do Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. estava lá. O Senador Cid Gomes colocou o foco sobre esse assunto de maneira muito apropriada. Nós pagamos, na média, 9,5% ao ano, quer dizer, mais do que a Selic. Então, há uma diferença de 8% a 8,5% de juro anual entre o que nós pagamos e que nós recebemos. Só essa diferença já dá mais ou menos o que nós estamos querendo na reforma da previdência.

Isso aí é só para não atrapalhar o seu requerimento, para aplaudi-lo. Eu só peço para incluir o Banco Central.

Agora quero falar outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E está acontecendo uma coisa agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só deixe eu concluir, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é até para você falar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. Só deixe eu concluir. São dois tópicos. O primeiro tópico é este: só incluir o Banco Central.

Agora o segundo. Eu fui quase escorraçado aqui quando discuti a dívida dos Estados. Nós continuamos... Aos Estados que estão aí reunidos hoje, aos quais serão oferecidos 10 bilhões de empréstimo... Olhem bem: para pagar juros, porque o BNDES não vai mais emprestar dinheiro do Fundo de Garantia. Estão dando cachaça para cuidar do tremor do bêbado! Está bêbado, está tremendo muito, vamos dar uma cachacinha que ele para de tremer. Isso está muito bem explicitado num artigo publicado neste fim de semana.

Então, queria só fazer a comparação – esse é um outro requerimento – entre os juros que a Nação cobra dos Estados historicamente, que já foi IGPDI mais 6% e mais 9%... Aos Estados foi emprestado o valor total, de 1997 para cá, de 400 bilhões, corrigidos pelo IPCA. O pagamento, corrigido também pelo IPCA a cada data, além do que foi pago... Os Estados pagaram 523 bilhões e estão devendo 510 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deu para entender? Emprestaram-me 400, paguei 523, estou devendo 510. E agora nós vamos dar uma cachacinha para eles, o direito a um empréstimo de 10 bilhões.

O que eu estou propondo? Que se crie uma comissão, uma subcomissão. Só isso. Estou trazendo um requerimento – já está pronto, mas não vai concorrer com o seu – para comparar o que os Estados e Municípios pagam à União, pagaram e pagam, com o que os bancos pagaram no Proer e no Proes. Só isso. Trata-se de saber o que historicamente nós temos feito de maldade contra nós mesmos – complementando o Banco Central ali e antecipando o requerimento que eu vou lhe trazer.

Presidente, peço desculpas, porque se o senhor tivesse entrado nessa minha pequena digressão, os seus argumentos certamente espantariam a minha capacidade de seguir no raciocínio.

Muito obrigado.

Desculpe a indelicadeza que eu cometi.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Duvide! Não tenha dúvida disso!

Mas o que eu iria falar é o que o senhor falou: eu sugiro aqui, agora, fazer um requerimento ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para que informem a toda a Comissão sobre pedidos de empréstimo feitos pelos Estados e Municípios desde janeiro até agora. O senhor vai ficar estarrecido com o dinheiro de juros de praça. Governos e Municípios estão pegando recursos como se fosse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, para fazer o quê? Para fazer obras e aumentar o custeio dos Estados e dos Municípios. É uma roda viva.

Então, eu quero um ofício à Caixa Econômica Federal do Brasil e ao Banco do Brasil para que informem a esta Comissão os empréstimos que já foram feitos até agora para os Estados e para os Municípios, de janeiro deste ano até agora, quantos pedidos e o valor desses pedidos – vão ultrapassar esses 10 bilhões brincando, Senador Amin.

Senador Mecias de Jesus. Depois, o Senador Vanderlan.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, eu quero também, a exemplo do Senador Amin, aplaudir o requerimento do Senador Vanderlan Cardoso, brilhante Senador do Estado de Goiás. Aliás, o Estado de Roraima tem a alegria e a satisfação de ter um pedacinho desse mandato, porque o Senador Vanderlan é considerado pelo povo de Roraima um grande amigo, um grande companheiro e, sem dúvida nenhuma, também é por nós considerado Senador do Estado de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Roraima tem participação acionária nesse mandato.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Tem participação acionária, com certeza absoluta! Bem colocado pelo Senador Amin!

Quero aplaudir o requerimento, até porque o momento é oportuno para se discutir isso. O Governo vende a reforma da previdência como se fosse a saída para o Brasil a curto, a médio e a longo prazo, mas é sabido que esse um trilhão que o Governo quer com a reforma da previdência é absolutamente nada dentro daquilo que o Governo deve: 5 trilhões.

E depois da reforma da previdência, o que nós vamos ter? É essa a única proposta do Governo Federal? E olhem que eu estou disposto a votar a favor de todas as medidas que o Governo elencar como favoráveis para o crescimento do Brasil, mas só essa não vai resolver o problema. Nós queremos saber quais são as outras. Discutir a dívida hoje é, sem dúvida nenhuma, essencial para o Brasil, para o Congresso Nacional e, em especial, para esta Comissão muito bem presidida por V. Exa., Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, eu faço aqui coro com as palavras do Senador Amin e do Senador Vanderlan Cardoso, pela discussão mais aprofundada desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Vanderlan...

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Vanderlan.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o acréscimo que estou fazendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse acrescentado o nome de Felipe Salto, que é do Instituto Fiscal Independente, aqui do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim, sim.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... para colocar nesse mesmo requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, Sr. Presidente, o Senador Amin tocou aqui numa questão: juros dos Estados, o que a gente está pagando. Quando se vai fazer a conta, com relação a esse aumento da dívida interna, a dívida nossa, dá muito mais do que 9,5%. A conta não fecha, a conta que eles estão apresentando não bate, por isso é que a gente tem que discutir.

Há também essa remuneração diária que o Banco Central faz aos bancos. Hoje está em torno de 1,2 trilhão, 1,3 trilhão: diariamente pagam-se juros sobre isso.

Mas é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Em votação...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, eu vou ter que me retirar para ir à CMO, mas eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o requerimento do Senador Vanderlan.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Marcar a data... Depois, peça a sua assessoria para ver uma data para a gente poder fazer essa audiência pública aqui.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Se o senhor já quiser sugerir... Não sei como está na...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nós temos aqui, na semana que vem, uma audiência pública, na terça-feira...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Na outra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No dia 2, será votada aqui a Dra. Fernanda como Diretora do Banco Central. Ela será sabatinada pela gente. Mas há data para a gente fazer.

Requerimento do Senador Rogério Carvalho.

EXTRAPAUTA

ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO N° 64, DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a participação da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão de Cadeias Produtivas – CAEALGCP, com o objetivo de discutir a conjuntura econômica atual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Ele convida aqui o Marcos Lisboa, economista da Universidade da Pensilvânia; o Luiz Carlos Bresser Pereira, economista; o Guilherme Mello, economista; André Lara Resende, economista; Laura, economista; Eduardo Moreira, economista, para tratar sobre cadeias produtivas.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nossa reunião está encerrada.

Convocamos as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, às 10h da manhã.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Confúcio Moura e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Otto Alencar, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião. As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 002/2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14/2019, da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, solicitando apoio ao PLC nº 113, de 2015, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 28, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresentado. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Rogério Carvalho e Fernando Bezerra Coelho. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência dos Senadores Rogério Carvalho e Fernando Bezerra Coelho para a matéria (item 6). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 47, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de debater a importância da regulação do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico- financeira nacional." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 47/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 58, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 47/2019, seja alterado o convidado representante do Banco Central do Brasil por um representante do Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 58/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 68, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) debater a homologação do acordo com a Petrobras para a venda de ativos." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 68/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 69, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Termo de Compromisso de Cessação de Prática, firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Petrobras, envolvendo a venda de oito refinarias." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 69/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 70, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 28 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 70/2019 – CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 64/2019 - CAE, de autoria do Senador Rogério Carvalho. **Finalidade:** Debater a conjuntura econômica atual. **Participantes:** Guilherme Mello, Economista e Professor da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Antonio Correa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP. Fernando Gaiger, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Usam da palavra para questionamento os Senadores Marcelo Castro, Confúcio Moura, Jean Paul Prates e o Deputado Paulo Teixeira. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/18

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 002/2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14/2019, da Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa, solicitando apoio ao PLC nº 113, de 2015, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 28, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Não apresentado.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 28, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Não apresentado

Com a palavra o Relator, para a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, foi distribuída por V. Exa. a mim a tarefa de relatar, oferecer parecer, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a autorização para que a União conceda aval a um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Estado de Pernambuco.

O parecer não é tão extenso, mas, para poupá-los, eu destacaria apenas alguns itens, com a sua permissão.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – Profisco II – PE".

Para esclarecer, essa linha de financiamento, esse específico Profisco já foi feito em muitos Estados brasileiros, inclusive o Estado do Ceará foi um dos que teve esse financiamento, e é um financiamento dirigido à modernização, à melhoria, a tornar mais eficiente o sistema de receitas, de arrecadação da secretaria da fazenda dos Estados. Portanto, é um financiamento que se desdobrará num retorno da melhoria e da eficiência da receita do Estado de Pernambuco.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (Bacen), sob o número TA833756.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor trimestral, acrescida de margem variável, a ser definida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,23% ao ano, flutuante com a variação dos encargos financeiros, inferior ao custo máximo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para emissões da União em dólares, que se situa em 6,33% ao ano, considerada a *duration* de 11,84 anos.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado de Pernambuco comporta a assunção de novas obrigações financeiras, advindas da contratação desse novo empréstimo.

Relativamente à classificação fiscal do Estado de Pernambuco, informa a Secretaria do Tesouro Nacional, com base no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501, de 23 de novembro de 2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantida da União. Isso, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal, por apresentar custo efetivo favorável e o Estado fornecer garantias consideradas suficientes, como já enfatizado.

Então, destacadas essas considerações, passo ao voto.

O pleito encaminhado

Destacadas essas considerações, passo ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pleito encaminhado pelo Estado de Pernambuco encontra-se de acordo com o que preceituam a LRF e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte: Projeto de Resolução do Senado.

Dispenso-me da leitura.

É esse o nosso parecer, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, eu queria agradecer, em nome do Senador Humberto Costa, que está em viagem para o Mercosul, mas gostaria de estar aqui hoje para acompanhar a leitura do relatório. Trata-se de um empréstimo para o Estado de Pernambuco. Eu queria agradecer, em nome do Líder do PT, Humberto Costa, pernambucano, o parecer do Relator, Senador Cid Gomes, que é favorável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma, o Senador Fernando Bezerra tinha pedido urgência nesse projeto, porque dia 28 encerra o prazo. Então, nós teremos que votar isso hoje.

Em discussão o parecer do Senador Cid Gomes.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só em tempo, para agradecer o parecer do Senador Cid Gomes, agradecer a presteza do nosso Presidente, Senador Omar Aziz, em ter pautado essa matéria muito importante para o Estado de Pernambuco, que é a contratação de um empréstimo de US$37 milhões, que permitirá as ações de modernização da Secretaria da Fazenda, do sistema de arrecadação do Estado. Portanto, eu quero aqui registrar o trabalho do Senador Cid Gomes, o apoio do nosso Presidente, Senador Omar Aziz, e, agora, a urgência solicitada pelo Senador Rogério e por mim para que essa matéria possa ser apreciada no Plenário do Senado ainda hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador Cid Gomes permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – O primeiro parecer aprovado a gente nunca esquece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senado terá muitos aqui, com certeza absoluta, pela sua capacidade e experiência como gestor.

Em votação o pedido de urgência do Senador Rogério e do Senador Fernando Bezerra para que a gente encaminhe ao Plenário e seja votado hoje à tarde.

Em votação o pedido de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o pedido de urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Teremos uma audiência pública interativa que foi pedida pelo Senador Rogério Carvalho. Ele irá presidir essa subcomissão hoje. É um pedido do Senador Rogério Carvalho.

Antes disso, Senador, e aqui eu peço ao nosso líder Fernando Bezerra que possa nos ouvir um minutinho, até fazendo um apelo aos Senadores, no último domingo, o Presidente Bolsonaro publicou no Twitter que vai reduzir o IPI de 16% para 4%, alegando inovação tecnológica e o custo mais barato dos produtos celulares e computadores que são produzidos em vários Estados brasileiros, não são produzidos só na Zona Franca. Eu quero fazer um apelo para que, antes que isso aconteça, a equipe econômica possa nos ouvir, porque inovação tecnológica nós só teremos fazendo pesquisa no Brasil.

porque inovação tecnológica nós só teremos fazendo pesquisa no Brasil. Nós importamos tecnologia embarcada, que é feita em qualquer lugar do mundo. A nossa tecnologia no Brasil é a mesma que é feita para vender na América – não é diferente. Um celular Samsung que é vendido nos Estados Unidos ou na Europa é o mesmo produzido em qualquer lugar do Brasil hoje. Um computador, um *notebook* tem a mesma tecnologia hoje. São poucos países que detêm essa tecnologia de ponta, e nós vamos, em vez de gerar empregos aqui no Brasil, importar produto final, reduzindo o IPI ou o II e, com isso, tirando a competitividade das indústrias brasileiras, desempregando, e só favorecendo o importador, que não gera emprego e que é um mero repassador. Quem importa e repassa para o comércio é um mero repassador. Ele não gera emprego na produção desse produto final.

Você, como nordestino, como uma pessoa que conhece a realidade dos Estados, eu pediria a sua intervenção, como Líder do Governo do Presidente Bolsonaro, para que, antes que se tomasse qualquer decisão de alíquotas, pudéssemos debater. Eu acho que o debate é salutar e não dá, Senador Fernando Bezerra... Isso nos angustia, isso aterroriza todos nós e deixa centenas de milhares de pessoas que estão trabalhando...

Em um pequeno estudo que fiz ontem, para se ter uma ideia, concluí que mais de 110 mil empregos seriam perdidos no Brasil se essa decisão for tomada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço esse apelo a V. Exa. e tenho certeza absoluta de que qualquer Senador de um Estado que produz celulares, produz computadores está preocupado, neste momento, em perder empregos. Não é o momento de a gente perder empregos para outros países. Por isso eu faço esse apelo a V. Exa., Senador Fernando Bezerra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A propósito de ao que o senhor fez referência e do macrotema como um todo, o Senado, salvo engano, através de um projeto ou de um parecer de um relatório do Senador Tasso Jereissati, já prevendo – vamos dizer assim – que essa questão seja feita de forma unilateral e não pelo conjunto dos que devem definir o processo legislativo, Executivo e Legislativo, há uma previsão de que o Executivo não possa sozinho, por decreto, alterar alíquotas. Acho que essa matéria foi aprovada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não chegou a ser aprovada ainda, mas o razoável é que a gente aprove isso e, de alguma forma, vacine... O Executivo propor redução de alíquota é razoável; agora, naturalmente, isso tem que passar pelo coletivo do Legislativo para que, de fato, a gente não seja vítima de atitudes impensadas... Pensa-se uma coisa durante a noite, no dia seguinte, faz-se um decreto, e só restará a nós uma medida extrema de revogar um decreto, como, creio, deveremos fazer hoje no que diz respeito às armas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, Senador Cid, esse apelo eu faço ao Senador Fernando Bezerra até pela sensibilidade de nordestino, de brasileiro que é, para que possa contribuir com essa discussão.

Veja bem, ninguém diz que pode ou não mexer. Essa não é uma coisa estática.

diz que pode ou não mexer. Isso não é uma coisa estática, a evolução em alguns... Mas os Estados Unidos agora se protegeram contra a China, e a China está se protegendo. Outros países estão se protegendo para manter os empregos dentro do seu País. E o Brasil não pode fugir de uma realidade. Ou a gente gera emprego aqui e o produto ou bem final... Posso assegurar a quem está nos ouvindo que o bem final produzido no Brasil não é diferente do bem final produzido em lugar nenhum do mundo! Tenha certeza do que eu estou falando! Até porque, hoje, os Estados Unidos importam do México US$360 milhões/ano. A nossa balança comercial com os Estados Unidos não chega a US$20 bilhões/ano. É parelha. A gente importa e exporta US$20 bilhões.

Os Estados Unidos compram produtos feitos no México. O iPhone que é um produto americano é produzido no México, e eles importam. Isso foi colocado ao Presidente numa audiência que tivemos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele, dizendo: olha, essa questão da preservação da nossa região, principalmente... Os Estados Unidos poderiam importar produtos bem finais da Zona Franca de Manaus ou de qualquer outro Estado brasileiro, e não só importar do México.

O produto Mexicano... A qualidade de uma TV Samsung, de uma TV LG, que está na casa de qualquer americano, é igual à qualidade da TV de qualquer brasileiro que tenha. Asseguro isso a vocês. A nossa tecnologia em relação a bens de informática, a produtos eletroeletrônicos, é de alta tecnologia. O Brasil tem essa alta tecnologia.

Então, não é que nós vamos importar hoje um produto melhor do que o que nós produzimos aqui, Fernando. Quando, na década de 90, o então Presidente Collor abriu as fronteiras, é porque eles chamavam os nossos carros de carroça, nós não tínhamos tecnologia. Era essa a intenção dele: a modernização. Hoje, abrir as nossas fronteiras para importar não trará inovação tecnológica nenhuma, porque é bem final, e não haverá modernização, porque a modernização nós já produzimos, no Brasil.

Então, nós estamos abertos... O Estado do Amazonas, o Estado de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná que é um grande produtor de computadores, e outros Estados brasileiros que produzem celulares, computadores, estão abertos a discutir isso, colocar os números na mesa e mostrar à equipe econômica que nós estaremos fazendo um mal aos empregos que nós temos hoje, gerados por essas indústrias. Por isso, esse apelo a V. Exa. E tenho certeza de que vou contar com a sua ajuda nesse sentido.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos... Pois não, Senador.

Ah sim. São dois requerimentos? Eu só aconselho a não fazer a semana que vem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Mas aí já deixo marcado e vejo outra data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a importância da regulação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico-financeira nacional.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Banco Central do Brasil.

2. Representante da Comissão de Valores Mobiliários;

3. Representante da Secretaria da Receita Federal;

4. Representante da Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABCripto);

5. Representante da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain (ABCB).

E há outro requerimento em adendo.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 47/2019, seja alterado o convidado representante do Banco Central do Brasil por um representante do Ministério da Economia.

Em votação os dois requerimentos do Senador Styvenson Valentim.

Os Senadores e as Senadoras que os aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vamos marcar a data, Senador Styvenson, que possa contar com a presença maciça dos Senadores.

Eu convido o Senador Rogério para ocupar a Presidência da Comissão. Ele vai presidir a Comissão numa audiência pública solicitada pela Subcomissão que ele preside. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Dou início à audiência pública, que é interativa. Através do Portal do Senado os telespectadores podem participar, fazer suas perguntas.

Esta é uma audiência pública organizada pela Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas. É um requerimento de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós convidamos para participar desta audiência o Prof. Luiz Gonzaga Belluzzo, que é Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, e o Prof. Marcos Lisboa, que é Professor Diretor do Insper, mas ambos não puderam estar presentes, tiveram problemas de ordem pessoal e não puderam comparecer.

Aproveito já para convidar o Prof. Guilherme Mello, Economista e Professor da Universidade Estadual de Campinas, para compor a Mesa; o Prof. Fernando Gaiger, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Professor da Universidade Federal Fluminense e o Prof. Antonio Corrêa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP.

Diretor da Faculdade de economia da PUC de São Paulo.

Estão todos aqui.

Inicialmente, eu queria agradecer a eles por atenderem ao nosso convite e por poderem prestigiar a nossa Comissão e dar as suas contribuições ao debate.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Todos os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Os convidados já se encontram aqui à mesa.

De acordo com o art. 94, §§2° e 3° do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 15 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Prof. Guilherme Mello para fazer a sua apresentação. Desde já, agradeço a sua disponibilidade para vir aqui ao Senado.

O SR. GUILHERME MELLO (Para exposição de convidado.) – Eu que agradeço.

Só para saber, a apresentação vai aparecer em algum lugar aqui, para eu me localizar? (*Pausa.*)

Mandei. Vai aparecer ali ou onde? (*Pausa.*)

O.k. Desculpe.

Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, queria agradecer muito o convite do Senador Rogério Carvalho, da CAE para estar aqui com vocês hoje, debatendo um pouco os rumos da economia brasileira, o que eu acredito que a gente está enfrentando aí, os dilemas que a economia brasileira enfrenta a partir de então.

Eu trouxe uma pequena apresentação. Poderia começar a passar para mim?

Essa pequena apresentação começa discutindo a origem do que eu estou chamando de depressão brasileira. Por que depressão? Recessão é quando você tem queda do PIB. Tecnicamente, dois trimestres seguidos de queda do PIB é muito provavelmente o que acontecerá nesse primeiro semestre brasileiro. Depois de dois anos sem recessão, nós voltaremos a ter recessão.

Mas por que eu estou falando depressão? A depressão é uma coisa mais prolongada. A gente teve recessão em 2015 e 2016, só que em 2017 e 2018 não houve crescimento econômico, houve quase uma estagnação, crescimento de 1%, certo? Então, essa se configura como a crise mais longa da história do Brasil. Teve início em 2015. Na verdade, você tem uma desaceleração em 2014, mas ainda crescimento positivo; a partir de 2015, aí sim, você entra em recessão; 2016, recessão, e depois você não recupera mais. A nossa tese é de que essa recessão inicial de 2015 e 2016 foi causada por uma série de choques que foram dados na economia naquele ano, e esses choques levaram não só a economia à recessão como a um cenário de aumento da inflação.

Esses choques, é verdade, foram correções de rota em relação ao que vinha

Esses choques, é verdade, foram correções de rota em relação ao que vinha acontecendo, mas, como foram feitos todos ao mesmo tempo, de uma maneira um pouco atabalhoada, eles geraram esse cenário aí, que a gente está vendo.

A nossa linha da crise atual é a linha preta, mais baixa. Vocês percebem, a gente está comparando com outras crises... A grande depressão dos anos 30; a crise da dívida, dos anos 70, 80; o confisco da poupança, na época do Collor... E olhem a crise atual: o que que ela está mostrando? Não só ela é uma das mais profundas – no caso, se você medir só pelo PIB, é a mais profunda; pelo PIB *per capita*, é a segunda mais profunda –, como ela é a mais prolongada. A gente vai demorar ainda alguns anos para recuperar o PIB que a gente tinha lá em 2014. Essa é a verdadeira década perdida. Muito mais do que a década de 80.

E o que eu queria mostrar para os senhores, nesse gráfico que aparece aí, é a mudança na trajetória, a partir de 2014 e a partir de 2015.

Essa primeira linha vermelha vertical marca uma mudança em 2014. Ou seja, até 2013, o consumo das famílias, que é a linha amarela, vinha crescendo em um ritmo razoavelmente grande – desculpem-me: o consumo das famílias é a linha vermelha –, e a formação bruta de capital fixo, ou seja, investimento, este, sim, cai em 2014. Ou seja, em 2014 você já tem uma desaceleração econômica, puxada pela queda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos investimentos, muito ligados à incerteza eleitoral. Era um ano eleitoral, grande incerteza, uma redução dos preços do petróleo no final do ano, crise institucional – a Lava Jato já começava aqui –, o que puxa os investimentos para baixo. Mas o consumo das famílias, que é a linha vermelha, continua no positivo. Esse é o principal motor da economia.

A partir de 2015 não. Aí o consumo das famílias vai para o negativo, e é isso que leva a economia, puxa a economia para a recessão. Ou seja, em 2015, a desaceleração vira recessão, puxada pela queda do consumo das famílias.

Olhem o consumo das famílias, ao longo de 2003, 2004, ali: até 2012, vinha crescendo a um ritmo alto – 6, 7%; a partir do Governo Dilma ele desacelera, mas continua positivo. Até chegar a 2015. Olhem a ruptura que é 2015. Em 2015, desaba o consumo das famílias e vai para o campo negativo. Por isso que a gente marca 2015 como o início da recessão e da crise brasileira, porque a desaceleração muda de natureza, vira recessão, puxada pela queda do consumo das famílias.

E também isso tem um impacto enorme no mercado de trabalho. Olhem lá, a partir de 2015, o impacto no mercado de trabalho: a taxa de desocupação dispara e cresce, desde então. E por que isso? Por que o mercado de trabalho entra em crise a partir de 2015? Por causa dessa série de choques que foram dados na economia brasileira, todos ao mesmo tempo.

Você teve um choque na taxa de juros, na taxa de câmbio, nos preços administrados e na inflação. Então, quando você libera todos os preços represados, tudo de uma vez – e isso joga a inflação lá para cima –, você também libera a taxa de câmbio, para desvalorizar – isso também pressiona a inflação lá para cima –, a inflação chega a 10%, e o que o Banco Central faz? Começa a aumentar os juros. Então, você tem pelo menos quatro grandes choques: juros, câmbio, preços administrados e inflação. E um quinto, que é a compressão dos gastos públicos, em 2015.

Há vários estudos que mostram que, em 2015, a política fiscal foi recessiva, foi contracionista.

Em 2015 a política fiscal foi recessiva, foi contracionista. Você corta muito investimento público já em 2015, cinco choques ao mesmo tempo em uma economia que já estava crescendo 0,5%, ou seja, o paciente já estava desacordado na cama, você foi lá e deu cinco facadas nele. Obviamente essa economia entrou em recessão.

O problema é que essa recessão prosseguiu – eu estou apontando para o lugar errado; você pode passar para mim? – nos anos seguintes e não se conseguiu mais reverter o cenário do mercado de trabalho, porque se você falasse assim: "Você entrou numa grande recessão, mas logo você sai dela e o mercado de trabalho volta, a renda volta, e o emprego volta", mas não foi isso o que aconteceu.

A partir de 2016, já com o novo Governo, tenta-se uma nova agenda econômica, que é a das reformas estruturais: a PEC 95, a Emenda à Constituição 95, a reforma trabalhista, agora, a reforma da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência, que já tinha sido tentada no Governo Temer. Isso reverteu o cenário do mercado de trabalho? Houve mudanças na Petrobras, mudanças no BNDES, mudanças no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, um novo plano de infraestrutura com concessão para a iniciativa privada, uma série de mudanças conjunturais e estruturais, uma nova equipe, e todas as mudanças. Isso reverteu? Não.

O mercado de trabalho continua se deteriorando – veja, a linha azul é de desocupados – e, mesmo quando os desocupados param de piorar, se estabiliza lá em 13, 14 milhões, o que continua crescendo são os subocupados e desalentados, ou seja, essa taxa de desemprego razoavelmente estável em 12% ou 13% esconde um aumento do desalento e da subocupação, o mercado de trabalho continua se deteriorando. E isso leva...

Vejam o grau de endividamento das famílias. Famílias sem renda e sem emprego acabam comprometendo uma parte da pouca renda que elas têm com mais dívida. Então, o comprometimento da renda das famílias, com o endividamento, cresce a partir de 2018 e, junto com desemprego, deterioração do mercado de trabalho, menor renda, etc., a desigualdade volta a crescer no Brasil. A desigualdade, que vinha uma trajetória de queda, volta a crescer a partir de 2015. Cresce desde então, em 2017, cresce em 2018. Para piorar, não é só o aumento da desigualdade, mas o aumento da pobreza, da miséria e da fome voltam a ser temas no Brasil.

Então esse é o cenário da grande crise brasileira.

Você pode passar para mim, por favor? Eu não estou conseguindo passar por aqui.

Aí a questão é a seguinte: quais são as estratégias para reverter isso? A grande aposta do Governo Temer e, de alguma forma, atual é de que fazendo as reformas estruturais você vai retomar a confiança, os empresários mais confiantes vão voltar a investir e esse investimento vai tirar o Brasil da crise. De fato, você tem momentos de aumento da confiança. Mesmo no começo de 2018, e agora, depois da eleição, em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro de 2019. Só que a confiança não é capaz de puxar o crescimento. Costumo brincar que a confiança é tipo uma corda: ela te puxa para baixo, mas não é suficiente para te empurrar para cima. Por quê? para baixo, mas ela não é suficiente para te empurrar para cima. Por quê? Porque qual é o empresário que vai investir se não há demanda, se as pessoas não estão trabalhando, se não há crédito, se não há emprego? Só porque ele está confiante, só porque ele concorda com a reforma da previdência? Não. Ele precisa de algum sinal da economia.

Nós fizemos um modelo econométrico mostrando que, na verdade – fizemos o chamado teste de causalidade –, o que causa o aumento da confiança é o aumento da atividade e não o contrário. As pessoas costumam achar que o que causa o aumento da atividade é o aumento na confiança. Não, você não consegue ver essa causalidade. O que você consegue mostrar estatisticamente é o contrário: quando aumenta a atividade, aumenta a confiança, porque aumenta a demanda, o empresário fica mais confiante e começa a investir mais. Então, a confiança não vai ser – eu já vou passar isso aqui – a nossa saída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é apenas um gráfico para mostrar o cenário do PIB atual, que, como a gente sabe, é grave porque a gente está voltando para um cenário recessivo. Depois de dois anos... Depois de vermos a maior recessão da história do Brasil, tivemos dois anos de estagnação e, agora em 2019, estamos voltando para a recessão. É quase inédito no mundo isso. Geralmente, depois que você sai da recessão, a recuperação é rápida, porque a base de comparação é baixa. Então, é fácil crescer quando você tem muito desemprego, quando você tem muita capacidade ociosa. O Brasil está num cenário raríssimo na história mundial que é: sai de uma recessão, estagna e volta para outra recessão.

O que eu estou querendo mostrar e apontar para as Sras. e os Srs. Senadores é que a agenda que nós estamos adotando desde 2015... São 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – já são cinco anos com uma agenda muito parecida de reformas estruturais: diminuição dos direitos trabalhistas, reforma da previdência, contenção dos gastos do Estado, privatização da infraestrutura, redução dos investimentos públicos... A agenda só vai se aprofundando, conforme o tempo vai passando, e os resultados não vieram. Então, talvez não seria o momento de a gente pensar em alternativas?

E aqui rapidamente eu vou elaborar algumas linhas de o que seria uma política alternativa a essa estratégia atual que eu acho que pode nos ajudar a nos tirar desse cenário depressivo. A política atual, do ponto de vista macroeconômico, tem uma política fiscal pró-cíclica, ou seja, cai o crescimento, cai a arrecadação; cai a arrecadação, eu tenho que cortar mais gasto, porque eu tenho que cumprir as metas fiscais. E aí eu corto mais gasto, cai mais o crescimento, cai mais arrecadação, e eu tenho que cortar mais gasto. Assim, é pró-cíclica. Ela vai jogando você cada vez mais para o fundo.

A política monetária é só preocupada com o nível de preços. Até o mercado financeiro está falando que o Banco Central hoje teria que abaixar juros, mas ele não abaixa. Por quê? Porque ele está preocupado com inflação, porque houve um pequeno choque agora em alimentos. Então, não está preocupado com o crescimento econômico.

A política cambial é totalmente livre. Até um mês atrás, o câmbio chegou a quase 4,20; está em 3,88. Como dá para investir em um país com essa volatilidade cambial? Como dá para ter um mínimo de segurança?

Você tem uma aposta já desde 2016, em particular, no capital externo como promotor do desenvolvimento. "Não, os investidores estrangeiros virão e vão promover...". Primeiro, eles não vêm; segundo, quando eles vêm, eles exigem várias condições: seguro cambial, porque a taxa de câmbio é volátil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – Mas, mais do que isso, eles só vêm para os setores que interessam a eles para explorar algum benefício fiscal, algum ganho com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para explorar algum benefício fiscal, algum ganho com salário menor. Eles não têm um compromisso. Quem deve ter compromisso com o desenvolvimento nacional somos nós aqui, brasileiros, não os estrangeiros, certo? E não tem uma estratégia de desenvolvimento produtivo. Venham os estrangeiros para a área que eles quiserem vir. A gente não consegue estabelecer prioridade, saber o que nós queremos de nós como País.

Qual seria a política econômica alternativa? Uma política fiscal anticíclica, focada na retomada do investimento público, nas obras paradas que podem gerar milhões de empregos no Brasil, nas obras de infraestrutura que reduzem o custo Brasil; uma política monetária com duplo mandato, que se preocupe com inflação, evidentemente, mas também com emprego, e que tenha uma agenda para o barateamento do crédito, para você não ter aquele cenário que eu mostrei, com aumento do comprometimento da renda das famílias com dívidas, certo? Uma política cambial ativa que evite essa volatilidade cambial, que pelo menos garanta um pouco de previsibilidade na taxa de câmbio, para o exportador, para o investidor brasileiro ter condição de se planejar.

Em vez de apostar no capital externo, apostar no mercado interno que é potente, que é poderoso, que gerou pelo menos dez anos de crescimento alto no Brasil; apostar no povo brasileiro como a saída para a crise brasileira. E, por fim, uma estratégia de desenvolvimento que seja produtiva e esteja articulada com a ideia de transição ecológica, porque a gente tem um potencial enorme do ponto de vista ambiental que a gente explora pouco. Então, é desenvolvimento produtivo, mas em setores em que nós temos vantagens. Biocombustíveis, nós temos vantagens; energia limpa, nós temos vantagens.

Querem ver um exemplo para os senhores? Saneamento básico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – Nós temos um caminho enorme pela frente e vantagens aí que a gente pode utilizar.

Eu vou terminar aqui falando... Eu vou pular essas duas partes, porque senão irei ocupar muito tempo da gente. Precisamos começar com um plano emergencial de retomada da renda, do emprego e do crédito. E devemos ter um foco enorme em infraestrutura, para o qual não podemos depender só de concessão para o setor externo. O setor público tem um papel central no investimento em infraestrutura e me preocupa muito a sinalização do Governo de que, no ano que vem, o investimento público em infraestrutura, do Governo Federal, será zero. Hoje já está em 14 bilhões, o menor nível da história. E será zero. Isso é muito preocupante, porque vai aumentando o custo Brasil.

A gente tem que prosseguir com reformas estruturais. E temos várias reformas. Falarei de algumas. A reforma na previdência, de que os senhores em breve terão de tratar aqui, é um tema evidente, mas não focado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – ... no ponto de vista fiscal... Vou economizar um trilhão ou dois trilhões. Não é isso! É focado em combater as injustiças e os privilégios; em distribuir renda. Essa deve ser a discussão da reforma da previdência. Onde tem privilégio vamos tirar, mas onde distribui renda, onde melhora a qualidade de vida das pessoas, isso vamos manter. Agora, a gente tem outras pautas.

A reforma tributária, outro tema que o senhores, em breve, provavelmente, vão enfrentar, deve ser uma reforma tributária ampla, não pode focar só na simplificação dos tributos indiretos, que é importante, claro! Mas ela deve focar também nos tributos diretos e na distribuição de renda! Temos de pensar em uma reforma do sistema financeiro, para os bancos competirem oferecendo crédito mais barato. E uma reforma do Estado brasileiro! Porque se esse conflito dentro das instituições do Estado prosseguir, não há o que fazer!

Eu termino com a ideia de que ainda há esperança. A atual estratégia econômica e política que o Brasil seguiu nos últimos cinco anos não trouxe consigo nenhuma perspectiva muito positiva. Talvez seja a hora de a gente repensar essa estratégia. Em vez de insistir e aprofundar nessa estratégia, repensar

essa estratégia. Em vez de insistir e aprofundar nessa estratégia, repensar o que está dando errado, o que a gente tem que fazer de diferente.

Eu acho que a gente precisa rediscutir temas como regras fiscais e outros temas. Eu acho que fora do Brasil esse debate já está aparecendo. Lá nos Estados Unidos, aparece na forma do *Green New Deal*, um grande projeto de investimento público baseado em tecnologias verdes.

Então, vamos nos inspirar nos bons exemplos internacionais para trazer para cá a ideia de como o Estado pode e deve atuar na economia para a gente retomar o caminho do desenvolvimento com inclusão social: o povo e o mercado interno sendo a resposta para o Brasil e não esperando que os investidores estrangeiros venham fazer o trabalho que nós brasileiros temos que fazer.

É isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agradecer ao Prof. Guilherme Mello por sua exposição.

E, de imediato, eu já passo a palavra para o Prof. Antonio Corrêa de Lacerda, Diretor da Faculdade de Economia da PUC-SP.

O SR. ANTONIO CORRÊA DE LACERDA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Agradeço aqui o convite do Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos, em nome do Senador Rogério Carvalho. Em nome dele, cumprimento os meus colegas de Mesa, todos presentes e todos aqueles que nos acompanham pela TV e redes sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi aqui já bem apresentado pelo Guilherme, nós vivemos uma crise significativa da economia brasileira, é certamente a maior crise da nossa história. E chama atenção o fato de ser uma crise que tem, sim, seus componentes internacionais, evidentemente, mas é uma crise muito doméstica, ela é fruto de uma série de problemas que nós enfrentamos na nossa economia, alguns dos problemas estão presentes no dia a dia, especialmente do debate público, via grande mídia, mas há outros aspectos que sequer entram na pauta.

Evidentemente, como também já foi apresentado, é uma queda expressiva ao longo dos últimos anos. Nós tivemos duas quedas no PIB, em 2015 e 2016, e, desde então, o crescimento é pífio. Nós temos dois anos, 2017 e 2018, de crescimento próximo de 1%.

Ou seja, nós iniciamos 2019 com o nosso PIB cerca de 5% inferior ao início da crise, em 2014. Então, é um nível muito baixo.

O Governo vinha apontando como o ano do crescimento 2019. Infelizmente, isso não está ocorrendo, como os indicadores apontam. Quer dizer, o PIB do primeiro trimestre caiu 0,2, todos indicadores coincidentes e antecedentes não apontam para um resultado melhor no segundo trimestre, o que significa que o semestre de 2019, no melhor dos casos, é igual a zero. Ou seja, qualquer resultado eventual positivo dependerá do desempenho do segundo semestre, que não está dado, não é automático. Essa história de que você vai recuperar a confiança via reformas e automaticamente virá o crescimento, isso já foi inclusive apontado muito bem pelo Paul Krugman, que é um Nobel de Economia, e se referia evidentemente ao caso da Europa, mas que pode ser aplicado ao Brasil, é acreditar no que ele chama de fada da confiança. Então, você realiza reformas, com isso ganha confiança e os investimentos vêm naturalmente. Isso, obviamente, não tem precedente na boa teoria econômica e nem na história econômica recente. No Brasil não é diferente.

Então, tudo caminha para um resultado

e nem na história econômica recente no Brasil é diferente. Então tudo caminha para um resultado pífio do PIB novamente este ano, ou seja, um crescimento próximo de 0,5%.

Quando a gente vê isso acumulado – se puder ir para o próximo, por favor – nós vamos ter o seguinte: nós estamos hoje num nível de PIB, que é a linha cinza, bem abaixo, 4%, 5% abaixo do que atingimos antes da crise lá em 2014, e o mais grave, num nível de investimentos, que é a formação bruta de capital, que é a linha preta, cerca de 30 pontos percentuais abaixo. Quer dizer, nós estamos num nível de investimento muito baixo. Ali no meio, a linha laranja é a indústria, que vem numa longa crise.

A indústria brasileira – podemos ir para o próximo – aponta um longo período de crise. Você vê o seguinte... Na verdade nós temos aí os vários componentes da produção industrial, mas vamos ficar ali na linha azul, que é a indústria geral. Nós estamos hoje, na produção industrial, num nível semelhante a 11 anos atrás, 2008, que era um ano de crise – se a gente lembrar, 2008 e 2009 foram anos de crise. Veja que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a indústria teve alguma reação, mas basicamente não mudou de patamar. E o que é curioso é o seguinte: ao longo de dez, onze anos, será que o consumo, o desempenho não cresceu? É claro que cresceu.

Vamos para o próximo, por favor. Devido às dificuldades de competitividade, à volatilidade do câmbio, ao juro muito elevado, o que acabou acontecendo foi um descolamento entre a nossa capacidade de consumo, que está na linha azul do gráfico, e a produção industrial. Então o Brasil continuou a crescer, continuou a demandar, mas na indústria, a adversidade oriunda da política macroeconômica, especialmente taxa de juros muito elevada, câmbio durante muito tempo apreciado e em muitos momentos volátil, o que afetou negativamente os investimentos, e ainda dificuldades da competitividade sistêmica, ou seja, o ambiente, a burocracia, custo de logística, infraestrutura, desequilíbrios da tributação, desigualdade, tudo isso levou a uma perda da capacidade industrial.

O que é interessante é o seguinte: ao longo desse período, a ociosidade na indústria é bastante significativa, então não falta capacidade de produção na indústria. O que houve foi que grande parte do crescimento do consumo vazou por importações. Ao longo do período, pelas deficiências também na nossa política comercial – ou seja, definição de tarifas de importação –, houve um incentivo muito grande às importações, então quebra-se a falácia de que a economia brasileira é fechada, quer dizer, a maior evidência de que a economia brasileira é fechada estaria aqui nos próximos dados que eu vou apresentar. Na verdade, nos últimos dez, quinze anos, grande parte do acréscimo de consumo provocado pelo crescimento da economia vazou pelas importações, e não foi por falta de capacidade de produção. As nossas indústrias têm capacidade ociosa. No entanto, as condições adversas da política econômica levaram a um aumento da importação.

A balança comercial, que é o próximo gráfico, por favor, denota o seguinte. Ao longo dos últimos anos, as barras vermelhas inferiores se referem ao déficit de produtos manufaturados, ou seja, é o déficit de produtos industriais, e as barras azuis são

E as barras azuis são o déficit total da... Ou melhor, o saldo total – muitas vezes o superávit – da balança comercial.

Como é que se explica esse milagre?

Na verdade, nós temos superávit na agropecuária, de uma forma geral, no complexo mineral, e um forte déficit na balança comercial de manufaturados. Então, a gente vê lá que, por exemplo, em 2014, esse déficit passou de US$100 bilhões de produtos manufaturados. Depois, ele diminui com a crise, mas vejam que, gradualmente, ele segue aumentando.

O mais curioso é que parte do problema cambial foi corrigida, em função das próprias circunstâncias – quadro internacional, dificuldades internas –, e hoje você tem uma taxa de câmbio, em tese, mais favorável à produção doméstica, o que tenderia a colaborar para um maior equilíbrio na balança comercial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, você continua com vários outros fatores adversos, inclusive, como a gente viu, investimento em queda, desemprego muito elevado, falta de perspectiva de demanda, que não conseguem inverter o quadro da produção doméstica.

Então, nós temos uma falta muito grande de vetores que possam favorecer uma retomada, uma saída da crise, que é muito grave.

A consequência disso, como todos sabem, é um aumento do desemprego. Quer dizer, nós temos, hoje, 13 milhões de pessoas desempregadas. Num conceito mais amplo, nós vamos chegar a quase 30 milhões de pessoas, se considerarmos desalentados e tudo isso. Ou seja, uma parcela substancial da nossa população economicamente ativa está fora do mercado de trabalho.

Como sabemos, cada desempregado a mais, um consumidor a menos. Então, nós não temos, pelo lado do consumo, nenhum incentivo ao investimento e à produção.

Pelo lado do consumo do Governo, que é principalmente o item "investimentos", como também aqui já colocado, nós estamos nos maiores níveis nos menores níveis de investimento da nossa história. Então, o Estado não cumpre, no Brasil, o seu papel anticíclico, que é clássico em períodos de crise. Quer dizer, ao contrário do orçamento doméstico, em que uma família ou uma empresa precisam, na crise, cortar seus gastos, porque elas não têm o monopólio que o Estado tem, de emissão de dívidas e emissão monetária, o Estado, por sua vez, tem compromissos que são definidos na Constituição e tem um papel anticíclico muito importante. Então, é exatamente no reverso desse processo que o Estado tem que sair à frente e, principalmente, privilegiar investimentos, sejam em infraestrutura, em gastos sociais, porque isso, além do efeito multiplicador – ou seja, o que é gerado por essa atividade –, há o efeito demonstração, o que faz com que também os entes privados invistam.

Então, isso é que, de fato, pode trazer o desempenho da nossa economia, e não imaginar que, só pelas forças do mercado ou no resgate da chamada confiança, esse quadro se inverte.

Vamos em frente então?

Bom... E aí nós chegamos a um ponto fundamental, que é o quadro das contas públicas.

De fato, a situação das contas públicas não é confortável. Nós temos, desde 2014, basicamente, lá, na linha laranja, o déficit primário. Ou seja, as despesas superam a arrecadação. Então, nós temos déficit. Mas o que mais chama a atenção nesse quadro são as barras cinzas, que são o pagamento de juros sobre a dívida pública.

Então, nós temos um custo de financiamento da dívida pública que já foi de 8%

Nós temos um custo de financiamento da dívida pública que já foi de 8% em 2015, reduziu um pouco, mas ainda é de 5,6% do PIB. E é uma parcela expressiva. Então, nós já temos déficit primário. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junta com o pagamento de juros, chegamos a um déficit total de 7%. É um déficit expressivo, não é muito diferente da maioria dos países, é bom que se diga, quer dizer, isso não é um privilégio brasileiro, o fato de você ter déficit. E há um componente do déficit muito pouco explorado que é a queda da atividade econômica. Por que com a queda da atividade econômica aumenta o déficit? Primeiro porque cai a produção, cai investimento, cai consumo, cai a arrecadação. Segundo o que acontece com a inadimplência na crise? Aumenta. E o que acontece com os gastos públicos? Eles tendem a aumentar de uma maneira geral, porque você tem mais gastos sociais para socorrer aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Então, na verdade, nós temos uma situação em que a questão fiscal não se resolve por si só, ao contrário do que vem sendo praticado, basicamente, nos últimos anos. O corte de gastos sociais e principalmente o corte de investimentos tem levado a um processo autofágico em que, na tentativa do ajuste fiscal, há um aumento do déficit pela queda da atividade econômica. Então, é preciso inverter esse processo e o Estado tomar a frente em recuperar a sua capacidade de investimento em infraestrutura e programas sociais, usar os bancos públicos para prover crédito, que é um outro problema.

Podemos ir para o outro quadro? E é também um problema significativo, enfrentar o problema da estrutura de financiamento da dívida pública brasileira, quer dizer, nós temos um gasto anual da ordem de quase R$400 bilhões com juros da dívida pública. De longe, o Brasil é que, proporcionalmente, tem o maior custo de rolagem da sua dívida pública. O Brasil, em comparação internacional, não é dos países mais endividados. Mas é aquele que mais gasta, proporcionalmente, para financiar a sua dívida, porque o Brasil é o único pais do mundo que remunera títulos da dívida pública sem risco, com liquidez, a taxas de juros reais. Enquanto muitos países estão com taxa de juros zero ou mesmo negativa nos seus títulos de curto prazo, o Brasil continua pagando taxas de juros altíssimas. Então, isso gera um compromisso enorme de financiamento, cria uma sociedade de rentistas. Então, no Brasil, as empresas, para sobreviverem, se tornam importadoras, pelo quadro que eu descrevi internamente, e rentistas para poderem gerar alguma receita, o sonho das famílias de classe média e média alta é se tornarem rentistas. As novas gerações, todas elas, a sua forma de empreender é se tornar rentista, que é um comportamento, do ponto de vista individual, explicável, mas, do ponto de vista macroeconômico e estrutural, trágico, porque nós só vamos gerar emprego e renda com atividade de uma forma geral.

Vamos em frente, então, rapidamente.

Quer dizer, na verdade, nós estamos no menor nível de taxa de juros, lá em 2018 a gente vê historicamente 6,5%. É uma taxa de juros baixa para padrões brasileiros históricos, porém, para padrões internacionais ainda muito elevado. E quando a gente olha a expectativa de inflação, como a inflação está em queda, o juro real ainda é expressivo, de cerca de 2,7% ao ano. E mais grave ainda é a distância que há – é o próximo quadro – entre o juro básico e o juro

que era o próximo quadro entre o juro básico e o juro ao tomador final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui são as taxas de juros médias, que, na verdade, são muito mais elevadas tanto para a pessoa jurídica, que está lá, em média, com 20% – mas especialmente a pequena e a média empresa pagam muito mais do que isso –, e o juro ao consumidor de 54% ao ano. Quer dizer, existe um espaço enorme para se trabalhar no Brasil que é reduzir o custo do crédito. A redução do custo do crédito seria um elemento importante para reativar consumo e investimentos.

Há um papel importante – é o próximo quadro – desempenhado pelo BNDES historicamente. No entanto, a gente vê que o BNDES vem reduzindo substancialmente os seus aportes, em termos de financiamento. E o papel do BNDES é insubstituível, tendo em vista o quadro de elevadas taxas de juros praticadas no mercado doméstico. Então, é preciso resguardar e fortalecer o papel do BNDES como supridor de financiamento a projetos de infraestrutura e de produção no longo prazo. Não há substituto à altura no curto prazo no mercado privado para o BNDES.

Vamos em frente, então?

No lado externo, nós temos uma situação razoável. O nosso déficit em conta corrente das nossas transações com o exterior é relativamente equilibrado, ligeiramente negativo. E o próximo quadro mostra o seguinte: o Brasil tem uma posição sólida, há muitos anos, de reservas internacionais. Então, isso deveria nos dar muito mais autonomia na nossa política econômica doméstica para evitar a volatilidade cambial, para reduzir taxa de juros doméstica, porque, ao contrário de o que ocorria nos anos 80, nos anos 90, nós não temos uma crise de balanço de pagamentos; muito pelo contrário, nós temos uma situação de razoável conforto no lado das contas externas.

E o recado final – e aí nós podemos partir para o próximo, que é o encerramento – é que, na verdade, muita coisa pode ser feita em termos de política econômica para amenizar a crise e retomar o desenvolvimento. O que menos pode ser feito é o que está sendo feito no discurso do Governo atual e da equipe econômica, que põem toda a fé de uma possível recuperação nas forças do mercado. Isso não tem precedente na história econômica mundial e nem base da boa teoria econômica. Quer dizer, na verdade, nós precisamos combinar a atuação do mercado via um ambiente de investimentos e produção favorável à geração de emprego e renda com uma forte atuação do Estado, recuperando investimentos públicos, suprindo programas sociais em um país com o grau de desigualdade regional de renda que há no Brasil, e sobretudo incrementando os investimentos públicos, que são imprescindíveis neste momento. Com essa mudança e com as mudanças também no mercado de crédito, na facilitação de negócios, em uma profunda reforma tributária que traga mais justiça e também mais eficiência na produção e nos investimentos é que nós poderemos combater esse quadro desolador, como vimos, e que tem representado uma queda da qualidade de vida, jogando milhões de brasileiros no desemprego.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agradeço ao Prof. Antonio Corrêa de Lacerda pela brilhante apresentação.

Dando seguimento, eu passo a palavra ao Prof. Dr. Fernando Gaiger, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com a palavra o Prof. Fernando.

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Agradeço o convite

O SR. FERNANDO GAIGER – Obrigado, Senador Confúcio.

Agradeço o convite da Comissão, como aos meus colegas, ao Rogério em particular.

Eu vou começar falando um pouco do que meus colegas falaram e vou tentar chegar nos dados recentes que a gente tem sobre o mercado de trabalho, que eu considero importantes.

Eu, infelizmente, não uso mais PowerPoint.

Uma das coisas que me chama atenção na crise atual é que ela me lembra, quando eu era jovem, a crise dos anos 80 e 81, quando a gente viveu uma recessão muito grande. Segundo os gráficos, os colegas apresentaram os dados de comportamento do PIB. Mas se a gente for para o PIB *per capita*, esses dois anos de 1% e esse ano aqui de 1% é zero. Ou seja, o crescimento, em termos de PIB *per capita*, é zero.

Se vocês forem ver, as nossas grandes crises, as mais duradouras, para se recuperarem ao nível anterior, a de 29 e a de 63 demoraram quatro anos. A do Collor, nos anos 80, seis anos. E a nossa, PIB *per capita*, o prognóstico não é seis, não é sete, é oito, se muito! E nos anos 80, as razões de termos entrado numa austeridade cavalar – o Ministro Delfim, à época, foi o responsável – eram outras, como disse bem o Lacerda. Era um problema de balança de pagamentos, nós tínhamos uma inflação em três dígitos, tudo o que nós não temos hoje.

Então, a crise de hoje é um pouco fabricada. Evidentemente que nós tivemos um problema fiscal muito sério, mas não tão sério, como o próprio Lacerda disse. E aí tem uma certa narrativa de crise fiscal e crise política se retroalimentando.

A gente incorreu em um sério perigo de entrar nessa situação. Ou seja, a crise política foi tão grave e ainda é tão grave – eu sinto isso – que a gente não tem como fazer uma discussão para chegar a alguns acordos para sair da crise.

Em parte – aí eu estou falando por mim, não como pelo meu órgão, pelas instituições em que eu dou aula – porque é um Governo de confronto, que alimenta o confronto e não vem com propostas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir. Então, isso é um problema muito sério, quando você tem uma proposta de Governo, uma agenda em que você está pouco disposto a ceder, e que você também não discute muito a transição.

O Ministro Paulo Guedes fala de uma carga tributária, que é o horizonte dele, de 20%. Eu já acho uma loucura 20%! Eu acho que é um sonho. Dizem que tem alguns Ministros meio lunáticos, ou um pouco exagerados. Eu acho isso um exagero absurdo. E ainda mais que não tem nem a transição para isso! Então, isso é muito preocupante, no sentido de que a gente não tem soluções no campo da política, então, todos os nossos recados no campo da economia têm um bloqueio muito grande; e bloqueio que não está só na política institucional, está na própria sociedade.

Se vocês forem pegar os últimos dados do Barômetro das Américas, a gente percebe que a sociedade é muito cética em relação a soluções e ao Estado. E também tornou-se muito mais conservadora na forma de ver o Estado e os seus concidadãos. Um exemplo é o dado de Bolsa Família. Eliminar Bolsa Família, porque não é diminuir ou reduzir, é eliminar! Se, em 2008, nós tínhamos 4% da população a favor da eliminação do Bolsa Família, em 2017 foram 15%. Isso mostra um certo esgarçamento das condições de solidariedade.

Acho que a gente pode discutir quais os caminhos melhores para buscarmos essa melhoria. E eu vou chegar na reforma tributária, que é o assunto com o qual eu mais trabalho; mas também passarei um pouco pela previdenciária. Mas antes disso, para ver como a crise é grave em termos de mercado de trabalho, além do que os meus colegas disseram, desde 1995 até 2016... Eu agradeço os números do Marcelo Medeiros e do Rogério Barbosa, que são dois especialistas e estão fazendo um trabalho sobre isso.

Desde 1995, nós tínhamos uma queda continuada na desigualdade no mercado de trabalho. Só a renda do trabalho, não as rendas totais, está? Não

mercado trabalho, só a renda do trabalho, não as rendas totais. Não é o gráfico que o Guilherme apresentou, que é geral. Em todas as rendas também começou a crescer desigualdade, mas, no mercado de trabalho, nós nunca tivemos um aumento desde 1995 na desigualdade no mercado de trabalho, na renda do trabalho. De 2016 em diante, nós temos um aumento da desigualdade no mercado de trabalho e o mais importante é que a velocidade desse aumento é muito maior do que a velocidade que a gente teve – quando alta – da redução da desigualdade.

E por que a desigualdade está crescendo tanto no mercado de trabalho? Primeiro porque a recessão que mostraram em dois anos depois alguma recuperação não chegou aos 20% e aos 40% mais pobres. Os 40% mais pobres estão há cinco anos – 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 – com diminuição nos seus rendimentos. O ganho de renda que nós temos e que de vez em quando se aporta nas pesquisas domiciliares é nos 20% mais ricos. E o mais interessante é que no topo da distribuição, onde a gente está tendo algum ganho de renda e não está tendo desemprego – o desemprego também se concentra na parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de baixo – por que essa renda está subindo no topo? No caso da renda do trabalho, é interessante que agora a PNAD Contínua está conseguindo apurar de forma mais robusta o que acontece com o seu rendimento habitual, o que que você ganha no seu dia a dia no mercado trabalho, o seu salário e aquele rendimento efetivo, que é a hora extra que você faz, o outro trabalho que você desenvolve, é aí está havendo o crescimento da renda do topo. Então, mesmo nos 20% mais ricos, a renda que está subindo é a renda extra, a renda que se vai buscar.

Eu me vejo nessa, no ano passado eu estava com uma bolsa de pós-doutorado, ou seja, fui atrás de outro rendimento; comecei a dar mais aula, fui atrás de outro rendimento. É importante a gente perceber que esse grupo da população, os 25% mais ricos, têm saídas para tentar melhorar os seus rendimentos, enquanto a parte mais pobre não tem. E chama atenção que sempre, em alguma medida, a informalidade foi um *locus* de absorver parte dessa crise no mercado de trabalho. Não se está vendo isso.

Outra coisa importante: onde estão os maiores efeitos do desemprego e da queda da renda do trabalho? Em alguns setores – isso é importante citar: indústria, construção e comércio. Então, se a gente for ver... O que me preocupa, no caso, é uma certa letargia do Governo em relação à crise, acreditando ou jogando todas suas fichas na reforma previdenciária. A reforma previdenciária, em termos de ajuste fiscal, é para o médio prazo, não vai, de uma hora para outra, melhorar as contas públicas, mesmo que ela seja uma forma de você controlar o gasto previdenciário nosso, que é relativamente alto ou alto em relação ao resto. Eu não gosto de trabalhar déficit ou superávit em previdência, porque previdência é caixa em aberto, você tem o direito de chegar lá e pegar. Então, não importa de onde vem o dinheiro, o importante é a gente discutiu o nível de gasto, e o nível de gasto é relativamente elevado, a gente tem que ter um certo controle do gasto. A reforma é importante, não só pelas questões de gasto, mas também pelas questões de justiça. Eu, atualmente, me aposento com 61 anos. Não é razoável uma pessoa de renda elevada como eu se aposentar com 61 anos e 35. Eu vou ter mais condições laborais, pode me empurrar para os 65. Mas o maior problema não é nem esse, é que minhas taxas de reposição são elevadas. Então, de fato, nós, servidores públicos de alta renda, temos algumas benesses. Mas, se você for pensar, ninguém discute, na taxa de reposição que você tem das aposentadorias, os benefícios fiscais

na taxa de reposição que você tem das aposentadorias, os benefícios fiscais que você tem no Imposto de Renda. Hoje uma pessoa, quando se aposenta, se aposentar aos 65, passa a ter duplicidade no limite de isenção do Imposto de Renda. Isso, para uma pessoa que ganha em torno de R$10 mil, é em torno de 8% da sua renda líquida, ou seja, depois que se aposenta tem esse benefício. Todos os países geram benefícios para aposentados, mas eles geram justamente porque a taxa de reposição é mais baixa, então você dá um alívio fiscal via Imposto de Renda.

O que me chama a atenção quando se discute a reforma da previdência em termos de questão fiscal, em termos de economia – e parecendo que é uma economia agora – é que nunca se coloca isso pelo lado da reforma tributária, ou seja, não dá, não há... No caso da tributação você pode ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado na hora. Se você tirar as isenções de aposentadoria e passar a cobrar os aposentados a partir de 1900, acabar com as deduções de saúde ou fazer as deduções de saúde terem um nível ou reduzir ou eliminar as deduções em gastos educacionais, tudo isso é dinheiro na hora, e é tudo no topo da população. Quem paga Imposto de Renda, não esqueçamos, são os 20% mais ricos. Na verdade, efetivamente, quem começa a pagar são os 15% mais ricos, e eles têm todo esse conjunto de benefícios.

O benefício da dedução por educação é um Bolsa Família. A diferença do Bolsa Família é que quem deduz do Imposto de Renda, como eu, a educação da minha filha, ela não precisa passar de ano nem frequentar a escola em 80% dos dias, eu só preciso apresentar o CNPJ da escola e dizer que paguei. Então esse tipo de esquecimento dessas possibilidades de você fazer equidade, justiça e recuperar, ter melhoria fiscal, você passa ao largo.

É importante, eu tenho defendido isso, ter políticas de redução dos benefícios do Imposto de Renda, mas no último seminário que eu fiz eu falei que sou contra fazer agora, porque a nossa crise é tão grave que tirar 8% da minha renda, como eu brinco, é fechar os restaurantes que ainda estão abertos em Copacabana. Então a gente tem que tomar um certo cuidado nas coisas que nós vamos fazer em termos de justiça.

E eu faço esse preâmbulo para dizer que a reforma da previdência no curto prazo, ainda que seja positivo no controle do gasto, seja muito positivo para dar mais sustentabilidade, pode ser até positivo em termos de desigualdade no longo prazo, no curto prazo ela pode diminuir o afã de consumo meu, porque como minha previdência, minha aposentadoria vai ser menor, vai ser mais atrás, eu vou reduzir meu consumo. Se pode ter algum efeito, é um efeito retratação, e não um efeito de crescimento. No caso da reforma tributária é perfeito, se a gente não souber bem manuseá-la, a gente pode também incorrer nesse sério risco.

Então esse é um panorama que eu queria apontar mais, e aí eu digo uma coisa que... O nosso amigo Marcos Lisboa foi convidado, mas não pôde estar presente, o Lisboa escreveu no domingo que nós estamos à porta do inferno, porque as instabilidades que recorrentemente estão acontecendo no cenário político são impeditivas de um avanço da discussão das reformas que têm essa expectativa de gerar confiança e melhorar as possibilidades e a economia se desenvolver. E ele disse que nós estamos à porta do inferno. Eu discordo dele. Nós já estamos no inferno há uns três anos. Eu acho que todo o cenário que a gente levantou... E o que me preocupa é a letargia, é uma ideia do Governo de que não há nada a ser feito. Isso não é fato, porque quanto menos se atuar nisso, mais a crise vai ser agudizar. E aí eu lembro nos anos 80 e nos anos 81, a crise social do mercado de trabalho e da pobreza atingiu... Acho que desde então a polícia começou a tratar manifestante de outra forma, foi a vez que derrubaram as grades do Palácio dos Bandeirantes. Eu não espero que a gente chegue a esse

as grades do Palácio dos Bandeirantes. Eu não espero que a gente chegue a esse espaço de desgastamento social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em alguma medida, nós não temos essa crise tão aguda junto à população mais pobre e tendo esse tipo de risco de ter... Nos anos 80... Há gente que não era nascida aqui. Há gente que é mais jovem. Mas houve saques no Rio de Janeiro, saques no Nordeste, saques em São Paulo, derrubaram isso... Por que que isso ainda não está acontecendo, com tanta gente na rua? Em alguma medida, porque, na época, nos anos 80, a gente não tinha a rede de proteção social que nós temos hoje; nós não tínhamos a escola universal ainda; nós não tínhamos o Sistema Único de Saúde consolidado como temos; não tínhamos a Previdência tão abrangente, universal, como temos, a despeito de todos os seus problemas; nós não tínhamos o Bolsa Família; nós não tínhamos seguro-desemprego...

Todas essas políticas de corte social – o BPC... –, tudo isso a gente tem hoje. O problema é que, quando você tem uma tampa, que é a Emenda Constitucional 95, esse tipo de política começa a ficar afetada no seu crescimento normal. E é importante dizer, já que trabalho com questão distributiva, que os gastos sociais são muito redistributivos, no caso brasileiro. Então, se, de um lado, você tem uma desigualdade crescente no mercado de trabalho e, do outro lado, um Estado que tem políticas redistributivas – ainda que a Previdência tenha todos os problemas no seu caráter redistributivo, por causa do regime próprio e por causa das aposentadorias por tempo de contribuição –, nós temos um Estado que tem políticas, no seu conjunto, redistributivas. Quando você bota um controle sobre esse gasto, você vai diminuir esse impacto redistributivo.

Então, se a gente continuar nesse cenário de não ter nenhuma medida do Governo para reanimar a economia, seja via investimento, como disse o meu amigo Lacerda, seja via mercado de consumo, como bem disse o Guilherme, seja por outras medidas, gastando... Há que se gastar, gente. Desculpem-me dizer. E não sou eu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – Até o André de Lara Resende já está falando para gastar, a Mônica de Boulle está falando para gastar... Não precisa ser progressista ou... Há conservadores que também estão vendo o grau da crise e estão colocando isso em risco.

Mas eu acho que a equipe econômica, em especial o Ministro, não escuta. É interessante, porque o Ministro não escuta e muita gente não o escutou.

O Ministro da Economia foi articulista do *O Globo* durante mais ou menos 15 anos, com uma coluna semanal. Eu nunca vi nenhum economista, à esquerda ou direita, ao centro ou abaixo, fazer comentário sobre as suas missivas. Ou seja, ele passou incólume. E ele sempre falava as mesmas coisas: liberalismo, liberalismo, liberar, liberar, mais mercado, mais mercado, menos Estado, e nunca ninguém repercutiu as suas falas. Então, nesse sentido, eu acho que ele não tem essa preocupação, e essa é uma preocupação que tem que estar presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a medida para sair da crise que nós vivemos... Como dizem os colegas, eu digo: é uma depressão profunda, porque nós estamos com um PIB *per capita* há sete anos, seis anos, sem nenhum crescimento. Nós não vamos voltar aos níveis de PIB *per capita* tão cedo. Nós vamos ter oito, nove anos para isso, se o Governo não tiver um pouco mais de proatividade. Mas com um Governo que não dialoga, às vezes, isso fica bastante comprometido.

Então, eu acho que a gente tem que fazer um esforço de buscar, junto às forças políticas, primeiro, para a conversa começar a acontecer. Os pares têm que conversar, senão a gente não vai ter uma solução para a nossa crise política e para a crise econômica.

E, nesse sentido, não é... O exemplo recente já mostra que a contração expansionista não teve resultado. A austeridade levada a cabo por Levy e Dilma também tinha essa ideia, de que vai voltar a ter confiança, nós vamos diminuir os problemas

de que vai voltar a ter confiança, nós vamos diminuir os problemas fiscais, a taxa de juros no longo prazo vai cair e o investimento vai voltar. Depois, tivemos a reforma trabalhista, e isso também não aconteceu. Não se aproveitou o início do Governo, esse ânimo todo também. Ou seja, essa fada não aparece, nem a taxa de juros mais declinante também. Então precisa se tomar medidas de curto prazo, e eu vejo o atual Governo com pouca iniciativa para isso. Isso me preocupa muito.

Eu acho, para terminar, que uma das medidas interessantes seria a reforma tributária. Não resta dúvida de que essa é uma esperança que eu carrego ao ver as Casas políticas, a Câmara e o Senado, começarem a ser proativas nisso. Por um lado, também se descriminaliza, desculpem o termo, a política, ou seja, começa a ganhar força a discussão política em si, porque isto também é um problema na nossa crise: a descrença nos legisladores em geral. Isso é importante porque a gente vê que começam a tomar iniciativa e ter espaço para tanto.

A reforma tributária a gente vê que o próprio Congresso tomou a iniciativa, a Comissão toma essa iniciativa. É uma medida muito salutar, mas não esqueçamos que essa mesma medida, com o mesmo autor, o economista Bernardo Appy, foi proposta em 2008 e 2009 pelo Governo Lula no auge da sua popularidade, sendo que o Relator era o Sandro Mabel, o Presidente da Comissão era o Palocci e todo mundo estava de acordo. Estavam de acordo até ali, e não foi para frente. Era muito semelhante. Trazia a simplificação, a unificação dos tributos indiretos e alguma sinalização, diferentemente de hoje, para os Estados para que eles ficassem com poucas alíquotas, e não uma só, como é hoje a proposta, não tinha unificação geral, a modulação era mais tranquila, o período de transição era um pouco mais rígido.

Mas por que ela foi obstaculizada? Porque que a reforma do Appy de 2008 agora vai ter sucesso? Ela foi obstaculizada, primeiro, porque os Estados maiores produtores são muito reticentes em mudar a política para o destino. Naquela época, os Governadores de Minas, São Paulo, Paraná e Mato Grosso, que são Estados exportadores dentro do País, foram muito reticentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa são as pessoas preocupadas com as políticas de corte social. Toda essa comunidade, seja da assistência social, seja da saúde pública, fica com muito medo de perder os seus vínculos, os seus carimbos: CSL é para isso, salário-educação é para aquilo, salário-família é para isso. Ou seja, nós temos uma cultura que foi se avolumando de você ser inseguro em relação aos recursos de cada uma das atividades ou ações do Estado na política. Então, para o pessoal da educação, quanto mais carimbar, mais seguro vão estar com esse orçamento. O pessoal da saúde também, o pessoal da previdência também. Então a gente, na verdade, fica com uma dificuldade muito grande, que é ver os Estados muito reticentes, os mais ricos, e quem defende política social também muito reticente em perder os seus direitos, em perder as suas vinculações.

Em 2009 o cenário era positivo, e isso fez também com que fossem reticentes em mudar a legislação tributária em função de que, na época, a gente arrecadava 35%. "Por que eu vou mexer quando eu tô arrecadando tudo isso? Eu corro o risco de perder."

Então eu acredito que, no caso da reforma tributária, a gente ainda não conseguiu – a gente: analistas em geral e o próprio Congresso, pelas entrevistas que vejo – perceber quantos óbices e quantos obstáculos a gente vai ter nisso. De fato, essa reforma que está sendo proposta vai ter muitos ganhos em termos da pequena e da média

essa reforma que está sendo proposta vai ter muitos ganhos em termos da pequena e da média empresa em simplificar, mas a gente tem que ir além. Para a gente começar a ter uma estrutura tributária que seja menos regressiva e que seja mais pró-crescimento e anti-investimento, a gente tem que também fazer outras coisas; ou seja, não adianta só fazer essa simplificação. A gente também tem que diminuir o imposto sobre as empresas. Mas não adianta diminuir o imposto sobre as empresas, o *corporate tax*, como se diz, ou o Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica, se 92% das empresas estão no Simples; ou seja, está todo mundo dentro do Simples. Nós somos o país que tem o Simples menos simples – mais simples e menos simples, porque ele tem várias regras para vários tipos, mas que abarca o maior conjunto da população. O nosso limite do Simples, que é R$4,8 milhões é quatro vezes o maior limite de outro país. Todo mundo é Simples. Eu estava contanto aqui que... O Lacerda falou que você vai a uma padaria, e a cada dia sai um CNPJ, porque a padaria... É bom vocês fazerem o teste, porque possivelmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA – ... na padaria há três empresas: a que faz o pão, a que vende o pão, e a que vende as outras coisas, para entrar no Simples.

Então, não adianta também a gente fazer simplificações só no lado do imposto indireto e não de como a gente vai financiar, via folha ou via regimes simplificados, a previdência; como a gente vai desonerar, em alguma medida, as empresas; e, ao mesmo tempo, não perder a carga de que nós precisamos para continuar fazendo políticas sociais, investimento e outras coisas. Nesse sentido, temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que voltar a tributar lucros e dividendos, temos que buscar outras formas de ampliar a nossa base tributária sobre o Imposto de Renda da Pessoa Física. Mas isso também vai ter outros obstáculos.

Então, se, na reforma da previdência, já se vê uma certa limpada no meio de campo e parece que ela está no *peep line*, como se diz, e várias coisas ruins já foram depuradas, como o BPC, a aposentadoria rural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER SILVEIRA – ... a capitalização, que é uma coisa que, se Deus quiser, não vai continuar, oxalá não continue... Mas eu acho que a reforma tributária, que seria muito importante para você ter recursos agora e para você sinalizar um ambiente melhor de negócio, vai ter muitos obstáculos pela questão federativa e pela questão das políticas sociais, que têm uma cultura do vínculo.

Essa discussão teria que ser uma discussão aberta e franca, mas, no momento de uma crise política aguda que continua, porque há um confronto cotidiano entre as forças, você não tem ambiente para debater.

Eu fiquei mais esperançoso com as aprovações PL, porque todo mundo votou – 400 votos, não é? Mas lá estava cheio de carimbo. É interessante isto: o PL conseguiu voltar aos 240 de crédito suplementar carimbando tudo. Mas como nós vamos discutir carimbo, como nós vamos curtir lucros e dividendos, como nós vamos discutir outras saídas da reforma tributária no momento em que o diálogo não existe?

Então, eu acho que a coisa que me desesperançou quando eu me preparei para vir aqui é que eu não vejo um cenário positivo, eu não vejo uma possibilidade de melhora porque a crise continua, o debate está muito... Não é um debate, é uma disputa, é uma concorrência, uma briga constante. E eu acho que o Governo está muito na expectativa de que as reformas que ele propõe vão fazer – como os meus colegas disseram que eles esperam – grandes mudanças. Eu acho que isso não vai acontecer. Tem que, no momento atual, haver alguma medida para tirar a economia dessa situação.

Eu agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria agradecer ao professor e pesquisador Fernando Gaiger pela apresentação. Eu tive que me ausentar por alguns minutos e agradeço ao Senador Confúcio por ter assumido a Presidência. Quero também agradecer ao Presidente da Comissão, Omar Aziz, que, prontamente, aceitou fazer no horário

prontamente, aceitou fazer, no horário da Comissão, esta audiência pública, o que é muito importante porque nos dá espaço na TV, um espaço nobre da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, feitos os agradecimentos, antes de falar na condição de autor do requerimento, eu queria propor aos Senadores que a gente... Se o Senador Confúcio, o Senador Marcelo Castro quiserem se inscrever, eu abriria para os Senadores. Aqui tem a presença... Eu quero agradecer aqui a honrosa presença do Deputado Paulo Teixeira. Depois que os Senadores fizerem seus questionamentos, eu abriria para o Deputado Federal Paulo Teixeira e a gente devolveria à Mesa. E numa única rodada, como estamos aqui com essas inscrições, nós teríamos a fala final da Mesa e encerraríamos a nossa audiência pública. Podemos caminhar dessa forma?

Pode começar, Marcelo. Depois eu falo, na sequência, como...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu queria cumprimentar os palestrantes, pedir desculpa por ter chegado um pouco atrasado. Eu assisti só às duas últimas palestras. Pedir primeiro lá ao Guilherme. E dizer que o que eu ouvi aqui concorda com o momento em que nós estamos vivendo.

País em recessão, que vem se aprofundando ano a ano. Estamos no sexto ano de déficit primário, gastando mais do que a gente arrecada. Além disso, não estamos pagando os juros da dívida, que é um valor exorbitante, mais de 400 bilhões por ano; não estamos amortizando a dívida e ainda por cima, quando deveríamos estar fazendo superávit primário, nós estamos fazendo déficit primário.

Então, todo ano, nós temos a dívida, mais os juros da dívida, mais amortização, que não estamos fazendo, e mais o déficit primário. Tudo isso aí é um em cima do outro, vai virando uma bola de neve e nós estamos vendo a dívida crescer praticamente em progressão geométrica. Lá já se vão mais de cinco trilhões.

Se nós fizermos uma retrospectiva no tempo e lembrarmos que quando Itamar Franco encerrou o Governo dele e passou para Fernando Henrique, a dívida interna brasileira eram míseros R$62 bilhões! Quer dizer, uma coisa irrisória. Mas de lá para cá vêm as políticas, sobretudo do Governo do Fernando Henrique, e a dívida cresceu, com a TR, que era para enxugar o mercado; mas terminou a dívida crescendo de uma maneira exorbitante, mesmo vendendo as empresas brasileiras.

Daí para cá, só teve queda em relação ao PIB no Governo do Lula, principalmente no primeiro ano do Governo do Lula, quando o Palocci entrou fazendo uma política de superávit primário. E naquela época, se não me falha a memória, a relação dívida/PIB, quando Lula entrou, era de cinquenta e tantos por cento, e caiu para até trinta e tantos por cento do PIB. E agora nós estamos chegando a 80%, o que é uma coisa preocupante.

Bom,

80%, o que é uma coisa preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, o que nos preocupa mais e parece que os palestrantes, sobretudo Fernando Gaiger expôs. É que parece que não há planejamento, uma coordenação governamental para se enfrentar a crise. Isso é preocupante, porque, se nós estamos numa situação difícil, mas estamos mostrando um caminho, então, vamos trabalhar todo mundo, vamos fazer o sacrifício, mas nós estamos vendo uma luz no fim do túnel. E, se não houver essa coordenação, essa concertação, é evidente que fica a coisa, de uma certa maneira, anárquica, sem rumo, sem direção e aí a gente não sabe aonde vai chegar.

O que eu acho de positivo no momento? É que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, parece que se estão dando conta das altas responsabilidades que lhes caem sobre os ombros, que não é muito comum nos regimes presidencialistas, é mais comum no regime parlamentarista.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu acho que todo mundo está assim: "Bem, nós não podemos esperar pelo Executivo, porque parece que de lá não virão as propostas. Então, vamos nós fazer as coisas acontecerem". Eu acho que estamos todos nós mais ou menos imbuídos desse sentimento de que nós temos que tomar – digamos assim, numa linguagem popular – o pião na unha e nós mesmos tocarmos as reformas para frente de que tanto o Brasil precisa. Então, é o que eu vejo conversando e dialogando, esse sentimento que eu encaro como muito positivo.

E eu, para não fugir do meu tema predileto, quero fazer uma pergunta aqui ao Dr. Antonio Corrêa de Lacerda, que falou da questão de juros. Por que os juros no Brasil são tão caros, tão exorbitantes? Eu fiz um levantamento do Banco Mundial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... e o spread bancário no Japão é 0,7% ao ano. Em quase a totalidade dos países do mundo inteiro – dados do Banco Mundial – o spread bancário não chega a 10%. Nós temos duas exceções no mundo: Brasil e Bangladesh, em que é acima de 40%. Por que isso? Que tão especial é o nosso país que nós somos diferentes de todos os demais?

Cheque especial é uma coisa que é cara em qualquer lugar do mundo. Por exemplo, nos Estados Unidos, é, em média, quatro vezes a taxa básica de juros. Então, se os juros nos Estados Unidos são 2,5% ao ano, o cheque especial normalmente é em torno de 10%. No Brasil, a nossa taxa básica de juros é de 6,5% ao ano. O nosso cheque especial é de 300%!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quando esteve aqui o Presidente do Banco Central hoje para nós aprovamos, eu passei na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, tirei um extrato dos bancos e li para ele a taxa, o banco está dizendo lá: mais de 300% ao ano!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, quantas vezes a nossa taxa básica de juros? Praticamente, cinquenta vezes. Quer dizer, nos Estados Unidos, quatro vezes; mundo civilizado, quatro vezes, duas vezes, três vezes... No Brasil, cinquenta vezes. Por que isso? Será que é por que os bancos centrais são sempre dirigidos pelas pessoas que vêm do mercado financeiro? É uma hipótese. Deixo aqui a pergunta. Se V. Sa. me ajudasse no esclarecimento, eu ficaria muito agradecido.

Obrigado.

se V. Sa. me ajudasse no esclarecimento, ficaria muito agradecido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, o problema brasileiro é que nós temos muitas crises juntas, crise de todo lado. A gente não sabe qual crise a gente vai atacar primeiro e qual a sistemática de ir fechando esses buracos em que existem crises, desde as crises econômicas diversas, como a crise prisional, a crise na saúde, a crise na educação, a crise em todos os demais setores. Qualquer dos senhores pode fazer um comentário.

Segundo, os rentistas, que hoje são as classes média e alta, formam esse circuito do investimento em bolsas e outros papéis, fazendo uma roda viva da concentração cada vez maior. Qual é a maneira com que a gente poderia fazer para diminuir esse ímpeto dos investimentos de quem tem uma sobrinha de dinheiro?

A terceira pergunta é sobre o mercado interno. Como é que a gente poderia ativar o mercado interno, por exemplo, de *commodities,* se nós não teríamos condições de consumir milho, soja, algodão, carne bovina e outros itens, mais minerais? Como seria esse aumento do mercado interno em cima desses produtos que sobram aqui? Ou será que nós não estamos consumindo esses produtos?

Outra pergunta: há outra forma de recuperar a economia que não seja pelo Governo?

E a última pergunta. Nas crises prolongadas, há sempre dois caminhos a tomar. Primeiro, o populismo se impor, e, segundo, surgir o estadista. Qual vocês acham... Não há assim... Qual o estadista que nós temos no Brasil hoje? Qual é o líder escondido, porque ele não está aparente, para assumir essa função de longo prazo de encarar as crises verdadeiras?

São esses os meus questionamentos. Eu não vou encaminhar, todos foram igualmente brilhantes, não há como eu ir dirigir a minha pergunta para um ou para outro. Os senhores podem ficar bem à vontade e responder de maneira sumária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Senador Rogério, Presidente desta audiência especial. Obrigado ao Fernando, Antonio e Guilherme pela presença aqui, pela atenção a este Senado. Parabéns pelas suas exposições, extremamente esclarecedoras.

Eu ouvi esses dias que o Presidente estaria por aqui de economistas. Acho que todos ouviram isso, ou fui só eu? Eu não sei. Eu, como economista, sinto-me até um pouco ofendido por isso, um Presidente da República estar por aqui de economistas; e tendo lá um dos economistas ditos notórios, que escrevia, como o Fernando colocou, num jornal há vários anos, mesmo sem ter muita atenção, é um pouco preocupante. Se ele está com um dos não melhores e já está por aqui dele, imagine nós.

Mas eu é que estou por aqui de factoides e mitômanos, e as exposições de vocês, que não têm nada de partidário, não têm nada de esquerda ou de direita, são exposições completamente neutras, mas que preconizam o que culturalmente a gente tem de melhor, que é a importância que o brasileiro... E eu espero que a gente não perca isso, esse é um dos motivos e dos meus motes principais neste mandato, que é prezar o Estado brasileiro. Nós temos isso na nossa cultura luso-ibérica, enfim. Por mais que a gente tenha essa relação de amor e ódio, o Estado é o nosso grande propulsor. Vocês estão mostrando aí que sem usá-lo, sem utilizá-lo – direito

propulsor. Vocês estão mostrando aí que, sem usá-lo, sem utilizá-lo direito, evidentemente...

Todos os Governos cometeram erros, e eu não sou daqueles que passa o pano em cima de nenhum, nem dos nossos próprios. Agora, acho que nós cometemos, particularmente, mais acertos do que erros, e um dos acertos foi valorizar o Estado brasileiro. Não é fortalecer no sentido de torná-lo mastodôntico, onde não é necessário entrar. Ao contrário: é torná-lo eficiente, ter mais músculo do que gordura, mas, de fato, a nossa economia se ressente desse movimento.

E hoje nós estamos vivendo, aí, algumas vendas de argumentos que eu considero como versões falsas, e uma delas é essa questão de o Estado ser o inimigo do negócio. O Estado ser inimigo, ser mais corruptível, mais suscetível a ineficiências... E isso depende de nós: quem controla o Estado é o povo; quem elege quem está aqui é o povo; quem elege o Executivo é o povo. Infelizmente, o mesmo não se aplica ao Judiciário, por questões operacionais. Você não pode eleger juízes. Mas está aí o problema. Nós estamos defrontando agora. Quando o Judiciário acaba se imiscuindo na política, o problema que dá é muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos, hoje, estamos agora vivendo situações... Ontem foi anunciada essa questão da quebra ou da entrada, em processo pré-falimentar, do Grupo Odebrecht. Tivemos várias alegações durante campanhas, etc. – falsas, evidentemente –, de que a Petrobras estaria quebrada... E tudo isso decorrente de um processo de investigação totalmente distorcido, que atingiu pessoas jurídicas, em vez de atingir as pessoas físicas que eram responsáveis pelos erros que foram eventualmente cometidos ali.

Então, para variar, como quando quebram empresas, os dirigentes saem ricos, festejando com champanhe e dizendo que estão quebrados, e as empresas e os empregados vão para a rua, e para a rua da amargura.

Então, isso que já acontecia, Senador Marcelo, já desde sempre... As falências, nas nossas pessoas jurídicas, sempre premiam os seus maus gestores... Isso, no setor privado. Vejam que nós não estamos falando só do público não.

Agora aconteceu com grande eloquência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para mostrar, de fato, como é que se construiu essa cultura no brasil. E, agora, como se "vilanizar" o Estado resolvesse esse problema.

E, aí, congela-se o Estado... Dizem: "Não. Você não pode mais gastar, meu filho. É o seguinte: vamos à Constituição, mexe lá, e agora ninguém pode mais gastar...". Estou aqui simplificando, usando de um jargão bem leigo, porque, obviamente, nós estamos nos referindo aqui ao teto de gastos. Eu digo ao Estado que não pode mais gastar e, agora, coloco um ministro... Bom, crio uma panaceia, que é a Previdência, todo mundo tem que se sacrificar – essa é a panaceia... Panaceia é aquele remédio que cura todos os males. Se isso não acontecer, nada melhora, se isso não acontecer, tudo melhora. Já é a quarta panaceia, se não me engano, num período de dois anos, que nos é vendida. Primeiro, era o *impeachment*; depois foi o teto de gastos; depois foi a reforma trabalhista; agora, a reforma da previdência. Panaceias totalmente... Eu diria que são...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... como é que se chama aquilo, o remédio que não faz efeito? Placebos. Nem uma coisa nem outra. Vamos e venhamos, essas reformas têm méritos e eram necessárias, e um dos erros que nós cometemos foi não tê-las discutido com um País mais calmo e com uma situação bem melhor para fazê-lo. Reconhecemos esses erros.

Agora, passar a vender versões falsas de que o Estado forte ou o Estado presente na economia não faria a menor diferença agora e que só o sacrifício coletivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos mais baixos da pirâmide social vai resolver o problema. Para mim é completamente equivocado. E aí, nesse ponto é que eu digo que estou por aqui de factoides e mitômanos.

Aos trancos e barrancos essa reforma vai acabar passando, vai passar esfarrapada, dentro de um corredor polonês, com todo mundo com um pedacinho, com razão, dentro do espírito democrático. Vai acabar passando uma reforma mínima, porque virou uma questão de honra para o Governo também. Então vamos todos colaborar para isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mas com muitas emendas, com muitas ressalvas.

Agora, o que me preocupa é a questão dos investimentos federais, essa questão. E mais do que os investimentos federais, já falaram bastante a respeito, eu queria levantar um outro aspecto, porque eu não estou entendendo absolutamente onde se quer chegar com isso, que é a venda de patrimônio nacional amortizada. Não estou falando de estatais ineficientes. Todo mundo é a favor de privatizar estatais ineficientes, quando o Estado toma algum negócio de alguém porque cobrou uma dívida do BNDES, pegou um hotel de serra, não tem nada que ter hotel, tudo bem! Até aí, vamos lá! Alguns são favoráveis também a privatizar determinados setores. Em alguns setores, você entra com uma regulação mais forte, consegue entrar com investimento privado junto com investimento público. O Brasil fez essa opção, por exemplo, no setor de petróleo em 1997. Admitimos a entrada de todo tipo de investimento. O mercado é livre.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem quiser refinar petróleo pode pedir uma autorização na ANP e fazer refino de petróleo.

Agora, o que explica o Ministro da Economia passar por cima de um ministro almirante, nomeado para gerir o Ministério de Minas e Energia, passar por cima literalmente, porque ele não tinha se pronunciado a respeito – fiz este apelo, inclusive, a ele para que comece a se pronunciar, até como membro das Forças Armadas que é –, o que faz o Ministro da Economia passar nos cobres redes de gasodutos, monopólios naturais com tarifas definidas, amortizados? E agora quem vendeu vai pagar pedágio para usar. Depois, colocar oito refinarias em sacrifício, imolar oito refinarias por ordem do Cade, aliás, por um acordo que foi assinado pelo Cade, quando o Cade sequer terminou o processo de acusação de prática anticompetitiva? Isso é um escândalo. Isso foi feito há poucos dias, mas ninguém deu bola, porque há tanta coisa na pauta que parece que a estratégia é confundir todo mundo. Vão passando umas coisas e a gente não vai percebendo.

Vejam, senhores e senhoras, foi proposto ao Cade que entrasse com processo por atitude anticompetitiva contra a Petrobras por conta do refino. Já está errado, porque o mercado não é de refino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mercado é de combustíveis e está liberada a importação. Aí os importadores de combustíveis entram contra a Petrobras dizendo que ela pratica políticas anticompetitivas nesse mercado. O Cade começa a investigar. Em menos de um mês ou dois de investigação, a Petrobras sozinha, a gestão atual da Petrobras, irresponsavelmente, a meu ver... Os acionistas deveriam estar preocupados com isso. Que a gestão é essa que, ao invés de ir lá e defender a empresa, vai lá e diz: "Entreguem logo metade das refinarias para esses caras pararem de nos investigar"? E investigação que não sei nem se chegou a 30% do que deveria fazer. Aí o cara imola oito refinarias, principais refinarias, da importância da Alberto Pasqualini, em Porto Alegre, que movimenta a economia do Rio Grande do Sul.

Srs. Senadores do Rio Grande do Sul, falei com o Senador Paulo Paim, com o Senador Lasier, não é questão de partido, não é questão de esquerda e direita a questão é: para que fazer isso? Para fazer caixa? O que me parece, na mente, é o seguinte: o Ministro quer fazer um caixa rápido, vender o que tem de bom, como eu disse, os *big fishes*, como falam os americanos, para faturar dinheiro e resolver o problema dos seus quatro anos. "Depois, vou morar no estrangeiro, fazer alguma coisa melhor." Deixa para o sucessor uma bomba-relógio sem tamanho, uma empresa sem

Deixa para o sucessor uma bomba-relógio sem tamanho, uma empresa sem tamanho, uma empresa sem pé, uma empresa não integrada, uma Petrobras que vai virar, no jargão da indústria de petróleo, um produtor independente, ou seja, só vai tirar óleo, extrair óleo e entregar para os outros; não vai mais refinar, não vai mais transportar o gás no próprio mercado dela. Senador Rogério, no nosso Nordeste, é vender o cabo do pente. Para vender gás para qualquer lugar nosso, para qualquer distribuidora de gás nossa poder receber gás agora, vai pagar o pedágio de alguém que pagou R$9 bilhões para comprar um ativo já amortizado. Que sentido os senhores veem nisso? Fazer caixa só? Nisso há responsabilidade jurídica e econômica por trás? Que papel a gente pode exercer aqui? Nós estamos fazendo a nossa parte.

Uma das coisas – desculpem pelo avanço no tempo – que eu quero fazer é aproveitar a audiência hoje, Presidente Rogério, para apresentar dois requerimentos justamente sobre essa questão do CADE. Então, vou deixar dois requerimentos aqui: um, para a realização de audiência pública para receber o Presidente do CADE; e o outro, para uma audiência pública mais completa, em que viriam o CADE, a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia, a Associação de Engenheiros da Petrobras, um ou dois consultores do setor de petróleo. Ficam os requerimentos extrapauta.

E deixo para vocês esta pergunta: vender patrimônio público é uma missão de curto prazo do Ministro Paulo Guedes? Se for confirmada essa nossa desconfiança, nós vamos ter que entrar em campo com um pouco mais de agressividade. Nós temos sido muito civilizados aqui. A nossa bancada de seis tem sido bastante cooperativa. Estamos ajudando o Governo, inclusive, a aditivar o orçamento público, claro, extraindo a fórceps liberação de recursos para a educação, para ciência e tecnologia, para o Minha Casa, Minha Vida, para tentar, duramente, via Legislativo aqui, recuperar um pouco do investimento público na economia brasileira. Mas isso não é suficiente. Nós temos que entender a mentalidade do Governo para poder combatê-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Após a audiência, a gente coloca, antes de encerrar a reunião, em apreciação os seus requerimentos.

Repasso a palavra ao Deputado Paulo Teixeira por cinco minutos. Depois, eu faço aqui o papel de autor do requerimento.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – Eu quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Rogério Carvalho e parabenizá-lo pela audiência, parabenizá-lo pela excelência dos convidados. Quero cumprimentar o economista Guilherme Mello, professor da Unicamp; o economista Antonio Corrêa de Lacerda, que é o Diretor da Faculdade de Economia da PUC de São Paulo; o Fernando Gaiger, também, que é do Ipea; e os Srs. Senadores presentes aqui.

Inicialmente, Sr. Presidente, senhores professores, eu queria perguntar a V. Exas... O Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, Ministro Paulo Guedes, é de uma vertente ultraliberal, mas parece-me que os ultraliberais hoje no mundo estão indo em direção oposta à direção que ele vem imprimindo à economia brasileira.

Vejam o que aconteceu nos Estados Unidos. Os Estados Unidos, para sair daquela crise de 2008, fizeram um grande investimento, um grande estímulo para sair da recessão em que eles se colocaram na crise de 2008. Eles, agora, em um governo ultraliberal do Trump, não deixaram de fazer os investimentos. Portanto, o que eu quero perguntar é se o receituário do Ministro Paulo Guedes está de acordo com a linha de pensamento a que ele se filia, porque me parece que há uma

de pensamento a que ele se filia, porque me parece que há uma defasagem, talvez até de conhecimento daquela linha a que ele se filiou. Há desatualização. Por quê? Porque o receituário que ele está colocando no Brasil não é o receituário que os economistas que orientam tal linha de pensamento adotam nos países desenvolvidos, para sair de uma recessão gerada pela crise de 2009 e agravada na crise de 2015, na China.

Então, é uma pergunta... Já que os senhores são da Academia também, economistas que não são teóricos, mas são economistas que conhecem a economia brasileira e puderam mostrá-la tão bem. Mas essa é a pergunta. Porque com 13,4 milhões de desempregados, não tem um estímulo para o crescimento, para a geração de emprego. Não tem retomada de obras, investimentos públicos, crédito, salários; e a exportação não está ajudando. Então, eu queria perguntar se não há uma defasagem na relação dele com a própria fonte de conhecimento dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, ontem, ele demitiu um economista que na minha opinião era liberal. Nós já achávamos, quando ele esteve no nosso Governo. Mas ele coloca um outro economista que vem dos bancos, cujo objetivo não é colocar o BNDES para investir, mas o objetivo é, segundo ele, abrir a caixa-preta do BNDES. Então, é fazer política e não economia a partir do BNDES. Então, a primeira pergunta que eu queria fazer é dessa natureza.

A segunda pergunta que eu quero fazer é que nesse mesmo Governo tem o Ministro da Justiça, Ministro Sérgio Moro. E ele foi juiz lá da Lava Jato. E quando juiz da Lava Jato, na minha opinião ele não soube realizar bem o seu papel. Qual era o papel dele? O papel dele era fazer uma profilaxia nas empresas, para, de maneira cuidadosa, afastar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – ... os gestores e as empresas continuarem... preservar as empresas. Vejam o que o Fábio Comparato fala aqui: "É indispensável estabelecer o princípio..." Ele diz o seguinte:

> (...) é da maior importância para se compreender que, para superar o capitalismo destrutivo, é indispensável estabelecer o princípio de que nenhum empresário é dono da empresa, mas simplesmente dirigente, assim como nenhum chefe de Executivo é dono do Estado.

Assim, ele teria que fazer uma profilaxia nessas empresas afastando aqueles dirigentes que agiram mal, mas preservando as empresas.

Entristeceu-me, ontem, Professor Antonio Correa de Lacerda, Professor Guilherme Mello, Professor Fernando Gaiger, Senador Rogério Carvalho e demais Senadores, ver uma empresa como a Odebrecht...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) – ... entrar em regime de recuperação judicial. Por quê? O que teria de ser feito ali seria uma profilaxia, o afastamento dos empresários, a nomeação, talvez, de um CEO do mercado, a adoção de medidas de integridade, a reparação do patrimônio público; mas a empresa deveria continuar como patrimônio público que é! Da sociedade brasileira! E esse senhor, de uma maneira inclusive ilegal, porque mostra ali que ele não trabalhou a justiça nos seus equilíbrios

que ele não trabalhou a justiça nos seus equilíbrios, freios e contrapesos, nos seus mecanismos de digestão devagar do tema legal, ele se apressou e destruiu as empresas de infraestrutura pesada: óleo, gás, petróleo e construção civil pesada. Nós perdemos aquilo que puxava a economia brasileira: grandes obras E nós estamos vivendo agora a revelação, através do *site* The Intercept, de como se davam as relações, em que não agia juiz afastado das partes. O juiz que julgaria como se aplicariam as medidas de punição àqueles que cometeram corrupção, mas ele agiu como se ele fosse parte da acusação – como se ele fosse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte – e, ao mesmo tempo, articulava para que ele decidisse. Ele pode premiado como o melhor procurador de Justiça nos anos de 2015, 2016 e 2017, mas não juiz. E é por isso que talvez a economia tenha tido esse resultado.

Eu quero perguntar também para o Prof. Guilherme Mello, o Prof. Antonio Corrêa de Lacerda e o Prof. Fernando Gaiger como veem essa forma que o Brasil adotou de combate à corrupção. Eu fico pensando, se fossem ali Sergio Moro e o nobre Deputado Rogério Carvalho – ele é médico... Se ele fosse aplicar, se o paciente tivesse câncer e ele fosse aplicar uma espécie de quimioterapia, se ele não teria matado o paciente com o excesso de dose de quimioterapia. Também o Deputado Marcelo Castro é médico... O Senado Confúcio também é médico. Então, eu gostaria de perguntar – já que temos aqui uma junta médica – se essa forma de combate à corrupção não foi abusada e errada do ponto de vista médico.

Portanto, eu agradeço a oportunidade e deixo essas perguntas para os senhores economistas e também para os senhores Senadores médicos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Enquanto o Presidente não estiver por aqui de médico, está bom. De economista, já deu na tampa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero aproveitar também a oportunidade. Eu acho que, primeiro, nós tivemos aqui hoje uma reflexão bastante consistente do cenário atual da nossa economia e também uma visão de caminhos, que são caminhos que o mundo inteiro adota em situações de crise como a que a gente está vivendo. A história já mostrou que quando um país entra em recessão ou em depressão econômica, é fundamental que o Estado movimente os seus instrumentos para fazer um movimento anticíclico. Isso foi claramente demonstrado aqui.

E eu acredito que o nosso Estado até hoje ainda tem muito potencial de movimentar a economia. Primeiro, o nosso Estado construiu um sistema de distribuição de riqueza e de proteção social bastante consistente com a Constituição de 1988; o nosso Estado é um Estado com uma presença muito forte na área de produção de serviços públicos de saúde, de educação,

... de saúde, de educação, de serviços de assistência social, que, além de terem um caráter distributivo, têm também um caráter que movimenta a economia de forma muito potente. Mas nós criamos um óbice a essa capacidade de mobilização do Estado que é a Emenda Constitucional nº 95, que impede o investimento público por causa do teto de gastos; que já retirou mais de R$7,2 bilhões da saúde, repito, por causa do teto de fastos; que está retirando dinheiro da educação, de novo, por causa do teto de gastos. Ou seja, o teto de gastos tem impedido o País de movimentar a sua capacidade nos campos em que ele pode atuar, que é no investimento público, investimento em infraestrutura, investimento de uma maneira geral, ou seja, o gasto de capital e o custeio, que é o investimento na rede de proteção social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem aí um óbice. Há, inclusive, uma PEC, de minha autoria com a Bancada dos Senadores do PT, que tenta retirar o investimento público; há ainda uma outra PEC, do Senador Marcelo Castro, de que sou Relator, que tira os gastos da saúde; há também uma do Senador Humberto Costa, que caminha nessa mesma direção de tirar o gasto da saúde; e há uma uma, encabeçada pelo Senado Jean Paul, para retirar os gastos em educação do teto de gastos. Porque vejam: são áreas estratégicas, onde nós não podemos estabelecer um patamar que inviabiliza setores tão fundamentais de qualquer economia, de qualquer país;

Então, além disso, nós sempre tivemos, no Brasil, algumas empresas públicas com grande capacidade de tomar dinheiro e de fazer investimento em momentos de crise, como a Petrobras o fez. Em um período determinado da nossa economia, a Petrobras fez isso com muita competência, alavancou e foi responsável pela retomada da indústria naval, que está fechando, pela retomada da prospecção e da exploração de petróleo, e chegamos ao pré-sal, que é uma fonte de riqueza, bem como pela construção de plataformas com conteúdo nacional, construção de gasodutos, construção de refinarias e várias obras. Ou seja, ao mesmo tempo em que a gente conseguia desenvolver tecnologia para explorar o nosso petróleo em grandes profundidades, na camada do pré-sal, nos aquecíamos e movimentávamos a economia.

Eu fico pensando a tragédia que será... E eu não acredito que agente vá permitir isso, como Congresso, porque eu concordo com o Senador Marcelo Castro quando diz que o Congresso está tendo um protagonismo maior, está tendo um equilíbrio. Eu percebo isso aqui no Senado e vejo também na Câmara um grupo de Parlamentares, independentemente de partido, tentando costurar, mais do que costurar, bordar acordos que desenhem um modelo de reforma da previdência, de reforma tributária, algumas regras de funcionamento do País...

reforma tributária, algumas regras e funcionamento do País, mas eu acredito que a gente vai evitar, mas você imagine se a gente abre mão de algumas empresas e do controle estatal de algumas empresas para alavancar, para movimentar a economia.

Então, acho que essa é uma questão que tem que estar na ordem do dia, a gente precisa discutir isso. Não estamos falando aqui da presença do Estado em qualquer setor e também não estamos falando que o Estado deva estar em setores que sempre foram caros para gente, mas nós não podemos deixar que eles funcionem... Por exemplo, no setor saúde tem uma tendência de transferir a operação para o setor privado. Não vejo isso como o maior problema, o problema é deixar de investir na saúde, é cortar o dinheiro da saúde. O problema não é que a gente tenha a iniciativa privada na educação, o problema é deixar de investir na educação, é retirar o dinheiro da educação; o problema não é deixar de ter serviços de assistência social ou transferir para a OS, o problema é deixar de ter o gasto nesse setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em determinados setores da nossa economia, o Governo dispor de alguns instrumentos como bancos fortes para fomentar, como o BNDS, como o Banco do Brasil... Essa agência, que é agência é uma agência de governo da maior importância para o Brasil, que é a Caixa Econômica Federal, porque ela se tornou uma agência de governo, ela é muito mais do que um banco, ela é uma agência que organiza e distribui política de governo é política de Estado com muita eficiência, que ganhou competência e qualidade.

Nós vamos abrir mão de instrumentos como o Banco do Brasil na área do crédito agrícola, como instituição forte para regular mercado, inclusive de juros como foi feito num determinado momento? Nós vamos abrir mão? Qual é o peso que essas empresas têm para garantir a capacidade do País enfrentar crises como essa que a gente está passando?

A outra questão para a qual eu queria aproveitar aqui a presença de vocês, na mesma linha do Deputado Paulo Teixeira e de todos os outros colegas, é que nós vivemos um período em que a investigação e o combate à corrupção e o discurso do combate à corrupção destruiu setores fundamentais da nossa economia como a indústria pesada da construção civil. Toda série A está quebrada.

Como o País pode neste momento fazer investimento em infraestrutura, grandes obras com esse arsenal, com esse acervo que nós construímos ao longo de quase um século? Como nós vamos suprir este vazio? Com empresas estrangeiras? Nós vamos pagar? Como disse aqui o Guilherme, nós vamos pagar um seguro cambial para empresas estrangeiras virem aqui fazer obras, ganhar ou disputar a concessão? A gente vai ter que pagar para eles assumirem determinadas tarefas que o setor público tem dificuldade operacional de dar conta?

Veja que nós estamos diante de uma desorganização do País e uma tentativa de mais desorganização do ponto de vista nossa capacidade de movimentar a economia, com a PEC do teto, com o desmonte da série

a economia, com a PEC do Teto, com o desmonte da Série A da construção civil, com a ameaça das grandes empresas que têm capacidade de movimentar a economia. E, por fim, eu acho que a gente tem, eu sou do tipo, como o Jean Paul e como outros colegas aqui da bancada do Senado, que acredita que o diálogo é fundamental para que a gente possa construir caminhos e soluções. Nós temos a responsabilidade e estamos muito cientes dessa responsabilidade, o Jaques Wagner, o Humberto Costa, o Paulo Paim e todos os Senadores aqui, nós estamos trabalhando muito no sentido da cooperação. Mas acreditamos que alguns ajustes na reforma da Previdência e, que bom, eu quero dizer que o estrago já foi minorado muito ao preservar o sistema, o regime geral de previdência, mais ou menos como ele está, mudando algumas regras que a gente precisa discutir... Mas eu queria parabenizar vocês, na Câmara dos Deputados, que tiraram o BPC, que tiraram o sistema de capitalização, que tiraram a aposentadoria rural, que conseguiram, mantiveram a previdência como uma questão constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria parabenizar a Câmara dos Deputados por terem conquistado isso, vão mandar para nós o refino dessa reforma, como disse o Professor Fernando. É importante que a gente faça, como é importante que a gente faça uma reforma tributária que vá buscar os privilégios que o setor público passou a ter num determinado momento e que não correspondeu, porque a aposta de transferir para o setor público, para eles investirem o recurso público, a gente viu que não deu certo, como foi dito aqui pela Mesa, o setor público vai atrás do investimento privado. O Guilherme tocou nesse ponto e todos aqui de alguma maneira chancelam a tese: o setor privado vai atrás do investimento público. Portanto, a gente tem uma tarefa muito grande no debate desta Casa.

E por fim eu tenho refletido sobre e eu queria deixar aqui, como esse tema não veio, eu queria deixar aqui esse questionamento, nós temos grandes empresas, como a Petrobras, como empresas geradoras de energia, tínhamos grandes empresas na área de construção civil, mas nós temos, como disse aqui, a maior parte das empresas vivendo do Simples, ou enquadradas no Simples, são micro, pequenas e médias empresas, que devem corresponder aí a mais de 90% do conjunto das empresas brasileiras. E a gente não vê os Governos estaduais, de uma maneira geral, com foco na geração de riqueza, do crescimento e do desenvolvimento econômico, é sempre atrás de empresas maduras para dar incentivo fiscal, gerar um pingo de emprego — certo? —, e não deixar nenhum legado do ponto de vista do desenvolvimento e da articulação territorial, e trazer benefícios territoriais.

E vejo que a gente tem uma uma incapacidade de, regionalmente, identificar nossas cadeias produtivas, a gente ter a capacidade de manufaturar e agregar valor à nossa produção... Acho que a gente carece de um programa ou de uma política que transforme esse fundos constitucionais

esses fundos constitucionais do Norte, do Nordeste, mudando o formato deles para que o dinheiro seja dirigido para reorganizar ou para agregar capacidade de transformação e de agregação de valor nos setores que compõem as mais diversas cadeias produtivas do nosso País.

Talvez isso nós não tenhamos conseguido fazer nos Governos do PT. A gente ficou muito na macro e não conseguiu ser muito criativo nesse âmbito da organização das cadeias produtivas, fazendo a nossa indústria. Talvez aí esteja o furo: a gente não ter construído uma indústria de médio porte, mas uma indústria consistente, regional, que transforma, que agrega valor e que enriquece as diversas regiões, nos mais diversos cantos deste País.

Portanto, é isso que eu queria deixar aqui, esses questionamentos, e, mais uma vez, agradecer a prontidão com que vocês se dispuseram a vir e a participar deste debate. Para nós todos que estamos aqui e para todos os que estão nos assistindo foi um debate muito rico, do mais alto nível, e sem a doença da "ideologiose". Nós estamos vivendo, neste momento, a "ideologiose", que é a doença da ideologia, que produz o necro governo, o governo da morte – aqui falando como médico – , porque é o governo que desregulamenta o trânsito; é o governo que libera o consumo de agrotóxico e é o governo que arma a população como política de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o necro governo, o governo da morte, e a doença é a sua "ideologiose", que é a doença da ideologização de todas as coisas. Não é possível a gente viver num Estado, numa sociedade onde se ideologiza cada debate, cada pedacinho, cada discussão. Virou uma doença sem cura, que só produz tensão e perspectiva de morte.

Muito obrigado aos senhores.

Agora, com a palavra o Dr. Guilherme Mello.

O SR. GUILHERME MELLO – Obrigado, Senador Rogério. Obrigado aos Senadores Marcelo Castro, Confúcio, Jean Paul, ao Paulo Teixeira, ao nosso Deputado Kim.

Eu vou ser breve para tentar abordar alguns temas que foram levantados aqui.

O primeiro tema é o que o Deputado Castro colocou: a questão do sexto ano de déficit primário. E é verdade. Desde 2014. O problema é que a nossa estratégia para reverter isso aprofundou o problema. Desde 2015 a nossa estratégia foi o quê? Deu déficit primário em 2014. Então, corta gasto e diminuem os investimentos públicos para encontrar o equilíbrio de novo. Só que, quando você cortou o gasto, caiu mais o PIB, caiu mais a receita. Aí você cortou de novo. Então, a gente está correndo atrás do rabo há seis anos. Chega uma hora em que até o cachorro cansa de correr atrás do rabo. Acho que está na hora de o País se cansar também e perceber. Não é uma defesa de mais gasto de qualquer jeito, mas é: quais são os gastos públicos, os investimentos públicos que serão capazes de retirar o País dessa estagnação, dessa recessão que se aproxima agora e colocar de novo o País numa trajetória de crescimento que aumente receita, que gera emprego, que gera formalização e, com isso, financie esses investimentos.

Então, não é uma discussão de qualquer gasto, mas de quais são os gastos. E aí o que a gente faz é cortar os melhores gastos.

são os gastos. E o que a gente faz é cortar os melhores gastos ao invés de aumentar os melhores gastos. A gente corta investimento. A gente corta na saúde, a gente corta na educação, que são os gastos que mais distribuem renda e que mais geram emprego e renda. Então, está aí o erro.

O senhor também questionou por que no Brasil os juros são tão altos. Acho que os meus colegas podem falar mais disso. Nos relatórios do Banco Central se aponta muito a inadimplência alta no Brasil. A inadimplência é verdade. Um problema no Brasil mais do que a inadimplência é a recuperação de crédito, que é muito difícil no Brasil, mas eu colocaria que eles jogam boa parte da inadimplência dos bancos como provisão de devedores, e isso abate no imposto que eles pagam. Então, quem acaba pagando pela inadimplência alta não é o banco. É o contribuinte, porque ele abate no pagamento de imposto uma boa parte disso.

Então, na realidade, eu acho que a gente tem que focar em duas questões. Uma era a concorrência. São poucos bancos que não concorrem entre si. Nós temos que encontrar no Brasil um mecanismo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer os bancos concorrerem. A Dilma tentou lá colocar os bancos públicos. Deu muita gritaria, muita resistência nos bancos privados. Então, quem tem que encontrar uma regra que faça com que bancos públicos, bancos privados, todo mundo que queira seja incentivado a concorrer, a competir. Hoje, os bancos não competem, não concorrem. Existe um certo conluio, digamos assim, entre os bancos: você vai a um, cobra 300; você vai a outro, cobra 295; você vai a outro, cobra 298. Então, é basicamente a mesma coisa.

E eu acho que a gente tem que começar a limitar a possibilidade de os bancos ofertarem essas linhas de crédito, que são extorsivas: limitar cartão de crédito, limitar... Você quer ofertar cartão de crédito, até um determinado limite. Passou desse determinado limite, você vai ter que informar ao seu cliente. Hoje já existe isso para a inadimplência, mas eu acho que tem que limitar a quantidade. Ele vai ter que informar ao seu cliente: "Olha, é melhor você pegar outro crédito que é mais barato". Porque há o problema de educação financeira. O cara vai se endividando no cartão de crédito, no cheque especial e, quando viu, acabou. Ele já não tem mais como pagar aquela dívida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME MELLO – Exatamente. Então, tem que haver uma regulamentação quanto a esses créditos mais caros.

O Senador Confúcio perguntou como ativar o mercado interno. Eu acho que para ativar o mercado interno a gente tem que ter um plano emergencial de emprego, renda e crédito neste País. O *New Deal*, nos Estados Unidos, foi isso. Diante da grande depressão americana, o Franklin Delano Roosevelt fez o *New Deal*, que foi responsável por tirar a economia americana da depressão. O que ele fazia? Frentes de emprego. E vocês acham que falta o que fazer? Olha para as nossas cidades: quantos serviços faltam de limpeza, de atendimento da população, de campanhas de conscientização, quantas coisas a gente poderia fazer e quantos empregados estão desesperadamente procurando esses empregos. A gente tem que fazer. E há como financiar isso. Há vários mecanismos para financiar isso: tributários, não tributários e até mesmo, eu diria, como vocês colocaram, tirar o investimento público do teto e criar um orçamento de investimento público que vai alavancar o crescimento e, portanto, vai se pagar no futuro, porque vai gerar emprego, vai gerar renda, vai gerar tributo.

A outra questão eu acho que o Senador Confúcio colocou, o Senador Jean Paul colocou e também está presente nas preocupações do Senador Rogério. O Senador Confúcio colocou: "Qual estadista que temos no Brasil hoje?" Eu não vou responder qual o nome do estadista ou os nomes dos estadistas. Eu acho que a sociedade brasileira vai descobrir com o tempo

Os nomes dos estadistas eu acho que a sociedade brasileira vai descobrir com o tempo qual é a figura que vai personalizar esse consenso, mas, independentemente da figura, têm que ficar muito claro que a figura vai lidar com o Estado, com uma estrutura institucional do Estado que hoje se encontra em enormes dificuldades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Teixeira colocou quais são os impactos da Lava Jato na economia. A Lava Jato exacerbou conflitos institucionais dentro dos Estados fazendo até Poderes entrarem na esfera do outro Poder, Poderes que deveriam ser imparciais fazerem políticas, etc., etc., o que acabou com aquela ideia lá atrás que a gente tinha, em 2014, que as instituições estão funcionando normalmente, não há problema. O Brasil está num caminho de amadurecimento institucional. Eu duvido que algum cientista político acredite nisso hoje. É óbvio que não estão funcionando normalmente. É óbvio que você tem uma crise institucional regulatória enorme.

Então, eu concordo com as análises do Fernando e dos Senadores. Infelizmente o Governo atual não está fazendo a função de estadista, ele está fazendo uma função de enfrentamento político com uma pauta que ele possui e esse enfrentamento obviamente não é o papel do estadista, o papel do estadista é encontrar os consensos e não os dissensos.

Esse futuro estadista terá que enfrentar um tema fundamental que é o tema da reforma do Estado. As instituições precisam voltar a funcionar dentro dos seus limites e não fora deles. O juiz precisa voltar a ser juiz, o TCU precisa voltar a ser um assessoramento legislativo e não um tribunal todo poderoso, o Ministério Público precisa voltar a ser Ministério Público e fico muito feliz de ver que o Parlamento está voltando a ser Parlamento cada vez mais, assumindo para si também as pautas que lhe são importantes.

Por fim, eu queria tratar de duas questões que o Paulo levantou: uma, que os ultraliberais do mundo estão sendo pragmáticos e isso a gente viu aqui na história brasileira. O Roberto Campos lá, na ditadura militar, era um liberal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME MELLO – ... mas fez uma reforma tributária que aumentou a carga tributária e criou uma infraestrutura para promover o Estado desenvolvimentista. Pois é, ele era liberal, mas ele era pragmático. O Trump é muito pragmático. É liberal, fala de liberalismo, liberalismo, mas ele não permite que empresas chinesas comprem empresas americanas, ele faz combate. Por quê? Porque é o tema da soberania nacional. Isso está na Alemanha, que está criando fundos para impedir que as empresas chinesas comprem as empresas alemãs.

A gente tem que retomar o tema da soberania nacional que não é um tema só da boca para fora, de cantar o Hino, olhar para a Bandeira; é um projeto de desenvolvimento nacional e, num projeto de desenvolvimento nacional com soberania, não se pode vender tudo para os estrangeiros como a gente está fazendo, inclusive para estatais estrangeiras: estatais chinesas, estatais americanas, estatais europeias...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Espanholas e francesas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME MELLO – ... espanholas. Isso não é soberania nacional, soberania nacional é você saber o que você quer como país e ter um projeto que inclua o povo, os empresários, as empresas nacionais para promover esse desenvolvimento nacional. Até os liberais dos outros países – a Angela Merkel e o Trump – estão fazendo isso. Nós estamos realmente na contramão do mundo.

Por fim, a única coisa que eu queria colocar e me aliar aqui ao Senador Rogério Carvalho é sobre a nossa preocupação de que nesse novo projeto de desenvolvimento tem que ter uma preocupação com as nossas potencialidades regionais e territoriais, as nossas possibilidades. Não adianta a gente querer competir em 5G com a China.

as nossas possibilidades. Não adianta a gente querer competir em 5G com a China. Isso, a gente não vai conseguir.

Mas a gente tem um monte de coisa em saneamento básico, em saúde, em educação para fazer, que a gente ainda não fez e que exige pessoal, conhecimento, inovação. Então vamos olhar para as nossas potencialidades como País e articular um projeto de desenvolvimento nacional com as nossas empresas, baseado nessas potencialidades, que têm dinâmica regional e dinâmica territorial.

É isso. Muito obrigado.

Eu peço desculpas, eu vou ter que sair correndo para o aeroporto muito em breve. Então não sei se vou conseguir ouvir os meus colegas.

Mas agradeço o convite, agradeço por estar aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Guilherme, pela sua participação. Todos os Senadores, o nosso Deputado Paulo Teixeira e todos aqui ficaram muito felizes com a sua presença.

Mas antes de passar para o Prof. Antonio Correa, eu queria citar algumas pessoas que mandaram mensagem para cá, que acompanham pelo e-Cidadania. O Renato Nery, de Pernambuco, que pergunta: "Por que a dívida pública aumenta tanto em estoque, a ponto de o Governo pedir crédito suplementar?" O Marcelo de Brito, do Distrito Federal: "Quais consequências o Brasil sofreria em caso de não aprovação da reforma da previdência?" A gente já abordou isso aqui. Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro: "Que tipo de cortes no setor público poderia ser feito para diminuir gastos?" Nós estamos vendo todos os tipos de cortes. "Haverá diminuição de impostos, que são altos, sobre os produtos brasileiros, para ajudar no crescimento econômico?" Dominick Rocha, do Maranhão: "Quais são as propostas para a continuidade no trabalho junto aos BRICS", em que ninguém tocou, na importância disso para todos nós.

Com a palavra o Prof. Antonio Correa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – Muito bem. Muito obrigado. Eu vou passar aqui pelos temas que foram levantados, são temas muito relevantes e que evidentemente exigiriam um tempo maior do que infelizmente dispomos, mas vamos diretamente a eles.

Primeiro, a problemática dos juros no Brasil, e a pergunta foi por que é que no mercado financeiro se praticam juros tão elevados. E aqui não estamos falando da Selic, que é a taxa básica de juros, mas as taxas de juros existentes no mercado, quando nós vamos lá ao banco e precisamos usar um recurso. Ou, como já foi até levantado, pior ainda, quando se usam os recursos do cheque especial ou do cartão de crédito rotativo, que, é preciso registrar, são as piores modalidades de crédito, são as mais caras. Enquanto a Selic, o juro básico, é 6,5% ao ano, essas taxas no cartão de crédito rotativo e no cheque especial passam de centenas por cento, não é? Então, na verdade, 300%, 400%.

O que é que ocorre? No Brasil os bancos não vivem, como no restante do mundo, de emprestar para o setor produtivo e para os consumidores. Basicamente, no Brasil, os bancos vivem de duas coisas: da prestação de serviços e da cobrança de tarifas, e como são oligopólios, são poucos bancos, têm uma capacidade muito grande de cobrança de tarifas; e segundo, financiando o Estado.

Mas no mundo todo, os Estados nacionais são endividados. O Brasil não é diferente nesse ponto. O que difere o Brasil dos outros países é que no Brasil se pratica a taxa de juro da dívida pública, que é basicamente a Selic, a qualquer prazo. Então, hoje o melhor negócio do mundo é você financiar o Estado brasileiro, porque você não tem risco, você tem liquidez, ou seja, você pode resgatar a qualquer momento, e recebe por isso um juro real que ainda é, embora no nível histórico, mais baixo, que são os 6,5% Juro real que, embora em um nível histórico mais baixo, que é 6,5%, ainda é muito elevado para padrões internacionais. Então, o que acaba ocorrendo é que o mercado financeiro brasileiro é distorcido. Então, no âmbito da chamada financeirização, que é um fenômeno global, no Brasil isso é exacerbado. O setor financeiro ganha um peso muito grande, cria uma sociedade de rentistas, porque hoje, quando você aplica em títulos públicos, qualquer tipo de aplicação que você faz no banco acaba sendo carreada para título público. Então, o que ocorre é que você tem uma distorção na economia, porque compensa muito mais o ócio e a especulação do que a produção e o investimento produtivo. Então, você tem aí um nó a ser desatado.

O Senador Confúcio lembra a questão do mercado interno, e como já foi aqui também lembrado, o Brasil é um dos poucos países que pode se dar ao luxo de, primeiro, ter grande competência, como tem, no complexo agromineral e na pecuária, mas sem abrir mão da indústria, porque apesar do processo de desindustrialização que está em curso no Brasil, o Brasil ainda é o maior parque industrial da América Latina, e isso não é pouco. No âmbito do G20, o Brasil é o único País que ainda tem uma demanda reprimida na área de infraestrutura, na área de conquistas sociais, muito significativa. Isso tem que ser visto como oportunidade. Na verdade, as nossas carências em saneamento, em infraestrutura, estradas, portos, aeroportos, ferrovias, são oportunidades que precisam, sim, em algum momento contar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento privado, mas nós não podemos ver – e aqui respondendo ao Senador Jean Paul, que levanta o problema da privatização – e entender a privatização como um fim em sim mesmo – como ele bem colocou, como simples geração de caixa. Existem funções do Estado que não são possíveis de serem delegadas. O Estado eventualmente pode abrir mão de exercer a operação de determinadas atividades, mas existem atividades como a de regulação – ou seja, aquela do funcionamento das regras –, de fiscalização e de supervisão, que são imprescindíveis.

Infelizmente, nós não aprendemos nada da nossa experiência de privatização. A privatização não é um fenômeno novo no Brasil. Se a gente lembrar há 30 anos, foi iniciado, no final do Governo Sarney, depois no Governo Collor, depois no Fernando Henrique, um processo de privatização. O melhor exemplo da privatização que é citado é na área de telecomunicações e informática, basicamente. O argumento principal a qualquer critica que se faz em relação à privatização é que antigamente você precisava recorrer a um plano estatal, um plano de expansão, para obter um telefone, e pagava um custo muito alto e demorava muito para ter acesso. Isso é verdade. A privatização, junto com, principalmente, a modernização tecnológica que ocorreu no mundo todo – não foi um fenômeno brasileiro – deu um acesso maior aos bens de telecomunicações e informática. Mas eu pergunto: a que custo? E a que qualidade de serviço? Péssima qualidade de serviço a um custo altíssimo. Nossas tarifas são absurdas. Nós, como usuários, consumidores, somos pessimamente tratados pelas poucas empresas que prestam serviço. Então, para mim é um antiexemplo da privatização. Nós tivemos outros. Nós tivemos o apagão energético em 2001, também por uma falha regulatória no processo de privatização. Ou seja, trazendo para o dia atual, o que é o desafio? É eventualmente, sim, você ter privatização, com a participação de concessões – PPPs, parcerias público-privadas –, mas com um processo regulatório

parcerias público-privadas etc., mas com processo regulatório que é inexistente no Brasil. Então, nós precisamos criar um Estado forte do ponto de vista regulatório e de fiscalização, para que o usuário, o consumidor, o cidadão não se sinta desprotegido dentro desse processo. E também isso não pode ser um modelo açodado de transferência patrimonial, porque não seria resolver o problema, e, sim, transferi-lo para outros tipos de problema.

O Deputado Paulo Teixeira lembra bem a questão do papel das empresas e, de fato, as empresas têm que ser vistas como ativos sociais. E é muito interessante que, no Brasil, sob o argumento do combate à corrupção, tenha havido a destruição de empresas. Tentou-se – felizmente não se conseguiu – destruir a Petrobras, embora esteja num processo sempre sendo atacada, mas nós temos, em vários segmentos, a destruição de empresas na área de construção civil e outras que foram citadas aqui.

E é interessante, a gente vê o que é feito mundo agora. Eu lembro que, há poucos anos, bem recentemente, nós tivemos um exemplo de uma grande montadora de automóveis alemã que fraudou os seus níveis de emissão de poluentes. Fraudou de uma forma criminosa os seus níveis. Mas o que fez o Estado alemão, o Governo alemão, os órgãos reguladores alemães? Inviabilizaram essa empresa? Claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não, porque ela é um ativo social, porque a empresa convive com seus funcionários, com seus fornecedores, a sociedade como um todo, os seus clientes, e há o seu papel na arrecadação de impostos, não podemos esquecer isso. Uma das causas da nossa crise fiscal também foi a inviabilização no Brasil de grandes empresas, porque, quando você destrói uma empresa, você está destruindo emprego, está destruindo toda a cadeia de fornecedores e a capacidade arrecadatória de grandes empresas que poderiam estar contribuindo. Então, é uma fala solução.

Então, esse discurso moralizante que vem sendo agora desnudado, com todo esse discurso moralizante de combate à corrupção – e temos visto de que maneira isso tudo foi e está sendo conduzido –, tem representado economicamente uma tragédia para a economia. Então, é preciso, sim, combater a corrupção, mas sem destruir a empresa. Puna-se a empresa com multa, afastem-se os dirigentes, afastem-se os seus controladores, mas a empresa tem que seguir o seu caminho, porque ela é um ativo social e muito relevante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – O Senador Rogério Carvalho lembra muito bem o papel da Emenda Constitucional 95, a que estabelece um teto nos gastos públicos.

Eu creio que essa emenda trouxe um grande desserviço não só ao País, por inabilitar o Estado de exercer as suas funções – está na hora do investimento –, mas sobretudo no entendimento do papel do Estado e dos gastos públicos.

Eu lembro que, na exposição de motivos da Emenda Constitucional 95, se fazia comparação entre os gastos públicos e o orçamento doméstico, que é uma comparação absolutamente indevida. Nós, como indivíduos, até mesmo um ente privado, uma empresa, evidentemente, está limitada, na sua ação, pela sua receita – ela não pode gastar mais do que arrecada –, mas essa premissa não vale para o Estado, porque o Estado, primeiro, tem obrigações definidas na Constituição de 1988, no caso brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – ... e mais do que isso: internacionalmente, o Estado exerce um papel fundamental

o Estado exerce um papel fundamental, especialmente nos momentos de crise. Então, a Emenda Constitucional 95 representa uma camisa de força autoimposta ao Estado brasileiro, ao Parlamento, ao Judiciário, que nos impede de fazer política pública. E mais: considera, como bem lembrou o Senador Rogério Carvalho, todos os itens numa mesma cesta. Então, os gastos correntes são confundidos com investimentos em infraestrutura e gastos sociais, investimentos sociais; ou seja, você limita tudo isso – nós estamos no menor nível de investimentos dos últimos 50 anos por parte do Estado, limitando uma capacidade fundamental de exercer políticas públicas e anticíclicas no momento de crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um último fator importante, reforma da previdência e papel do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CORREA DE LACERDA – ... PIS e do financiamento, especialmente BNDES. No relatório da previdência, foi excluída a capacidade de repasse do PIS ao BNDES, que é uma grande dificuldade, ainda mais que o BNDES agora está sendo pressionado a devolver os recursos que o Tesouro lhe havia emprestado. Existe um cronograma de devolução, mas agora o Paulo Guedes está pressionando para que esses recursos sejam devolvidos mais rapidamente. O que que isso significa, na prática, devolução de recursos e mais, se for aprovado, o impedimento de repasse de recursos do PIS para o BNDES? Significa, na prática, a inviabilização da ação do BNDES como financiador, e um papel que, a meu ver, é insubstituível no curto prazo. Nós não temos, no mercado privado, instrumentos que possam substituir o papel do BNDES no financiamento da infraestrutura, da produção, e, portanto, da retomada do desenvolvimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Fernando Gaiger.

O SR. FERNANDO GAIGER – Eu vou gastar muito pouco tempo, porque eu acho que meus amigos responderam bastante e bem.

Os dois Senadores já se afastaram, já responderam também. Eu vou falar ao Senador Jean Paul sobre o *mainstream* econômico e o nosso Ministro. Na verdade, a gente vê muito mais arejado o *mainstream* econômico no mundo, em especial na questão tributária. Há mudanças, inclusive essa ideia do *trickling-down*, tributar menos os ricos para escorrer, isso já foi... Você vê mesmo os pais dessa matéria, as pessoas próximas sendo muito mais arejadas. E se você for ler os ensaios do Ministro em *O Globo*, é porrada nem na esquerda, é na socialdemocracia, que a socialdemocracia tinha que ser varrida do espaço, mercados. Um colega meu do Ipea, ontem que fui perguntar se ele ia, ele disse que havia vez em que, no ensaio, ele abria aspas e a IEC fechava aspas; não havia nem palavras deles. Então, eu acho que isso é um grave problema. Tá?

Há aquela história do Millôr: as coisas quando ficam velhas chegam aqui – isso é um pouco. Nossos liberais primeiros não são arejados como os outros e às vezes nem liberais são, porque são liberais na área econômica, mas, na política e na questão dos direitos civis, não há liberalismo nenhum. Então, isso eu acho que a gente tem que resgatar.

É muito estranho que, nas propostas na área tributária, você tenha o *mainstream* em geral bem mais avançado do que os divulgadores deles aqui. Todos os países estão fazendo mudanças bem "profundas" – entre aspas –, mas em processos de alteração de seus regimes tributários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"profundas", entre aspas, mas processos de alteração de seus regimes tributários, seus sistemas tributários.

Em alguma medida, o Governo diz que vai seguir na mesma direção, mas eles são muito reticentes, por exemplo, à tributação de lucros e dividendos, há uma má tributação sobre o Imposto de Renda na Fonte das altas rendas, porque acham que isso pode gerar fuga de cérebros, pode também ser desincentivador a essas maiores rendas ou investimentos. E é impressionante, porque, nessa área, o FMI produziu um documento em outubro de 2017, eu acho, combatendo a desigualdade. E lá uma das coisas que eles colocam é essa revisão de que tributação sobre capital um pouco maior, ainda que beneficiado, não é anticrescimento.

Então, a gente tem um cenário no pensamento econômico em matéria tributária bem mais avançado do que nossos liberais aqui dentro, mas isso eu acho que a gente tem que aproveitar, a gente tem que divulgar. Ele citou o Krugman. O Krugman é um cara do *mainstream*. Mesmo o Piketty é um cara do *mainstream* econômico, é um neoclássico de primeira. Então, tem que aproveitar esse arejamento, como disse o Guilherme, e tentar trazer para a realidade, batê-los com os próximos a eles.

Quanto à questão que o Paulo levantou da corrupção, eu acho que a narrativa de que nós estávamos vivendo uma crise fiscal muito aguda – a que o próprio Lacerda diz que *pero no mucho*, porque nós estamos, como o mundo todo, ligados à questão de corrupção – foi se agudizando demais. Uma coisa retroalimentou a outra, ainda que não houvesse nem tanta corrupção, nem tanta crise fiscal. Na verdade, a política ficou presa nessas duas narrativas, e não só a quem assumiu o Governo ou o Governo passado, do Temer, mas mesmo a nós, vamos dizer, do pensamento mais progressista. A gente fala muito em ter que controlar gasto, a gente também virou um pouco austero. Esse discurso tomou a gente e também o discurso da corrupção, ou seja, a gente tem que se vender como limpinho e austero. E, se você for ver, em outros países, essas coisas não estão no centro do debate. É lógico que a contração fiscal, sim, mas já foi demolida, é um debate grande lá fora, mas que nem chega perto daqui. Mas a própria corrupção em outros países não tem esse tamanho todo.

Eu sempre comento que eu morei em Austin, Texas, fazendo pós-doutorado lá, onde se construiu o último autódromo de Fórmula 1 do circuito. Com Bernie Ecclestone, sempre há roubo, espero que ele não me processe. (*Risos.*)

Mas o Bernie Ecclestone eu acho que é só mais limpo que a NFL, porque ninguém fala isso. A NFL é uma bandidagem desgraçada, NBA. NFL, principalmente. Ninguém comenta.

O autódromo de Austin foi construído numa área de expansão, teve duas matérias de jornal sobre os desvios. A gente dá muito mais volume a isso. A corrupção não é moderna, a moderna é dos tempos imemoriáveis. A corrupção, às vezes, ou os desvios não dá para zerar. Há literatura anglo-saxônica sobre quanto você tem que ser flexível no setor corporativo. Naquela brincadeira de compartilhar biscoitinho ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

café, e há o cara que não compartilha, até onde você tem que ser... Porque, se você endurecer muito, as corporações não vão. Sempre há desvios. Estou querendo mostrar que você também não tem um nível ótimo... Você tem um nível ótimo, não é zero esse nível, entendeu? Os controles e as governanças são... Porque senão o custo da governança para controle de desvio é maior do que os ganhos que você vai ter nisso, ou seja, um funcionário público pegar e ligar para a sua família como pessoal, se você for gastar tempo em controlar tudo isso... Ou o professor: eu dou aula no setor privado, estou lá, estou atrasado para ir para a faculdade e imprimo três ou quatro provas, ou imprimo vinte, trinta, me controlar disso é muito pior.

Então, eu acho que falta é isso também. é muito pior.

Então, eu acho que falta isso também. Faltam mais estudos. Tem um livro muito legal da Celi Pinto, sobre corrupção, que ela publicou antes, que é bem claro nesse sentido também de dar um tempo.

Nesse sentido, o que eu acho mais instigante estudar, e que eu tenho estudado, é que a crise fiscal e a questão da corrupção estão associadas também a uma visão, a uma mudança de comportamento político da população como um todo, em especial uma visão antitributo e antioferta pública, de todas as camadas, em especial da classe média. Você vê isso pelos *surveys* do barômetro das Américas, e outros todos, uma certa negação. Pode haver várias hipóteses. As pessoas começaram a ascender mais, então há a ideia de que a mobilidade social crescente faz as pessoas serem mais reativas a uma ação mais forte do Estado, porque agora sou eu que vou pagar; eu antes recebia, agora vou pagar. E há poucos estudos nisso, mas começa a haver.

Ao mesmo tempo, recentemente a Oxfam, junto com o Datafolha, lançou uma pesquisa em que a gente já vê alguma mudança nesse comportamento político. Chama a atenção primeiro um apoio à oferta pública em saúde e educação. Chama a atenção também a preservação e uma retomada no apoio a políticas redistributivas. Mas mesmo assim, entre 2008 e 2017 nós perdemos muito nisso. Mas não só aqui. No mundo como um todo você tem esse conquistar corações e mentes por um Estado menor, e essa venda de que o Estado é sempre ineficiente na oferta do que faz. Isso não é só aqui. Essa ascendência do que eu digo que estou estudando, do contribuinte, e o esvaziamento da figura do cidadão, não é só daqui – todo mundo fala: "eu sou um *tax payer*, então eu tenho direito" –, e não é cidadania. Então, isso é generalizado. De vez em quando, a gente esquece também de se colocar no cenário mundial. Isso é importante. Não somos só nós que estamos retroagindo em termos de cultura política, comportamento e em termo de ganhos econômicos para um Estado mais de bem-estar. É o mundo todo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO GAIGER – Muito obrigado! Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero agradecer ao Prof. Antonio Correa de Lacerda e ao Prof. Fernando Gaiger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar a nossa reunião, tenho aqui sobre a mesa dois requerimentos de autoria do Senador Jean Paul.

Primeiro requerimento.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 68, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) debater a homologação do acordo com a Petrobras para a venda de ativos.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Eu vou colocar para apreciação e debate os dois, em conjunto.

O outro requerimento também é do Senador Jean Paul.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 69, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Termo de Compromisso de Cessação de Prática, firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Petrobras, envolvendo a venda de oito refinarias.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Paula Farani de Azevedo; um representante da Petrobras; um representante do Ministério de Minas e Energia; um representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras; Paulo Cesar Ribeiro Lima, Consultor Legislativo Aposentado da Câmara dos Deputados.

Em discussão.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Paula Farani de Azevedo Silveira (Conselheira do CADE)
2. Representante da Petrobras
3. Representante do Ministério de Minas e Energia
4. Representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet)
5. Paulo Cesar Ribeiro Lima (Consultor Legislativo aposentado da Câmara dos Deputados)

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 69, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Termo de Compromisso de Cessação de Prática, firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Petrobras, envolvendo a venda de oito refinarias.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)).

Declaro encerrada...

Foram aprovados os Requerimentos 68 e 69, de 2019, da CAE.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a 19ª Reunião da CAE.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Luiz do Carmo e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Leila Barros, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Irajá, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Zenaide Maia, Marcos do Val, Eduardo Girão, Jayme Campos e Alvaro Dias, e ainda do Senador não membro Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, José Serra, Plínio Valério, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião. As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. O Senador Esperidião Amin pediu para que seja votado requerimento de sua autoria e usa da palavra o Senador Vanderlan Cardoso. Comunico o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Ofício nº 2, de 2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14, de 2019, da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas, solicitando apoio ao PLC nº 1113, de 2015, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 29, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome da Senhora FERNANDA FEITOSA NECHIO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Esperidião Amin e Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais (art. 383, II, b). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 73, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre elementos de fundamentação para o anunciado o projeto "INCORPORAÇÃO REVERSA" que se desenvolve visando incorporar a Centrais Elétricas -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ELETROSUL à Companhia de Geração Térmica de Energia - ELETROBRÁS - CGTEE." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 73/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 71, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater numa sequência de três reuniões as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil, inclusive como forma de instruir o PL 2948/2019 (que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira), sob minha relatoria, abordando os seguintes assuntos críticos." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 71/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 74, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 69/2019, seja incluído o nome do senhor Gilberto Bercovici, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 74/2019 – CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 57/2019 - CAE, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Finalidade:** Debater a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira. **Participantes:** Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas União - TCU; Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional e Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil. Após a exposição do convidado, usam da palavra os senadores Kátia Abreu, Oriovisto Guimarães, Esperidião Amin, Zenaide Maia e Luiz do Carmo, Jean Paul Prates e Alvaro Dias. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Queria pedir a benevolência de V. Exa. e a compreensão dos companheiros e companheiras: eu estou dando entrada num requerimento que vou pedir que seja apreciado ainda nesta reunião, se possível, ou seja, extrapauta, em função das circunstâncias que o tornam urgente. E eu quero, mesmo ainda sem ter assinado o requerimento, justificar o porquê desse pedido de uso da palavra.

Eu acabo de vir de uma reunião no Ministério de Minas e Energia, de toda a bancada de Santa Catarina, que sucede reuniões já havidas, que têm como objetivo buscar esclarecer por que se desenvolve, está em curso um processo que se chama incorporação reversa. Tudo que é reverso merece um esclarecimento especial. E o requerimento é exatamente nesse sentido.

Está em curso um processo de incorporação reversa da Eletrosul, empresa de âmbito regional, que compreende os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, à CGTE, que é uma companhia de âmbito estadual do Rio Grande do Sul. Em resumo – não vou relatar todos os fatos –, nós estamos discutindo esse assunto desde abril deste ano. O que significa essa incorporação reversa que o Governo Federal já coloca em marcha? É por isso o meu requerimento.

A CGTE tem um prejuízo acumulado, nos últimos sete anos – ela era constituída por três empresas termelétricas, das quais duas malograram e uma continua funcionando –, de R$4 bilhões.

A ela será incorporada a Eletrosul, que é uma empresa de âmbito interestadual – quatro Estados – que é lucrativa e tem sede em Florianópolis. É a única estatal... Aliás, é o único organismo estatal regional que tem sede em Florianópolis. A Justiça Eleitoral não tem sede em Florianópolis, ainda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha âmbito regional; o Ministério Público, a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, todos os órgãos ou empresas regionais têm sede nos outros Estados. A única que ainda tem sede em Florianópolis é a Eletrosul.

Com esse processo decisório, a Eletrosul será incorporada à CGTE supostamente para favorecer aspectos fiscais, ou seja, a empresa CGTE/Eletrosul poderá abater de futuros resultados positivos, Senador Vanderlan, que só podem ser criados pela Eletrosul, o prejuízo que a incorporadora acumulou nos últimos anos. É um deboche capitalista, um deboche, porque tudo que eu conheço do mercado é a empresa sã incorporar a que está com pendências, prejuízos e abater do Imposto de Renda que essa grande e saudável empresa incorpora nos seus exercícios futuros. Essa é uma engenharia de mercado repetida por carradas de vezes. No nosso caso, é o inverso, contaminando e fazendo com que Santa Catarina perca o CNPJ da única empresa interestadual que ainda tem sede no nosso Estado.

Então, eu apresentarei um requerimento e peço aos nobres pares que me ajudem a colocá-lo como extrapauta, porque o processo vai célere. Sabem quando é para enterrar? Quando a gente quer se desfazer do cadáver, o enterro vai rápido, não é, Jayme?

Eu pediria que os companheiros compreendessem essa minha intervenção, que vou ter que fazer também na Comissão de Infraestrutura, para pedir, em resumo, quais são os elementos, qual é o parecer. Dizem que é um parecer da Deloitte, mas qual é a fundamentação jurídica, financeira e contábil que justifica essa incorporação reversa com a qual a bancada de Santa Catarina, não apenas o Esperidião Amin, não concorda?

Eu espero que os demais Senadores, inclusive o Senador Jorginho Mello, que participou da reunião agora, subscreva o meu requerimento.

Então eu peço, Presidente, que este meu arrazoado seja incorporado à ata e ao requerimento que apresentarei daqui a alguns minutos.

Muito obrigado a todos pela paciência. E aguardo a solidariedade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será votado o seu requerimento assim que tivermos o quórum que permite votar requerimentos, Senador Amin.

Realmente é o inverso, não é? Não sei nem se é o inverso. Eu já vi muitas empresas com dificuldades financeiras serem incorporadas por alguém já robusto e que tem interesse na região ou num produto, na marca.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, isso tem acontecido no sistema de energia no Brasil todo. Só para ter uma ideia, a Amazonas Energia foi vendida por R$50 mil. A empresa que comprou tem que fazer um investimento, a que ganhou essa licitação, bastante grande na região, lá no Estado do Amazonas. Só que ela está indo captar recursos a fundo perdido do Basa. Quer dizer, é uma coisa: vende a empresa, eu compro uma empresa por R$50 mil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Presidente da empresa, pelo menos, vai mudar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, continua o mesmo, o que era antes. Só que ele vai pegar dinheiro subsidiado pelo povo brasileiro para ele, futuramente, ter lucro.

Eu já pedi informações ao Basa sobre isso, porque, depois, vai para a conta do consumidor, e ele... É uma beleza. O Brasil continua, antes, e vai continuar agora, durante... Você, empresário, compra uma empresa por R$50 mil, que tem um déficit alto, aí, no leilão, você tem compromissos. Quais são os compromissos? Fazer investimento da ordem de 1 ou 2 bilhões. "Não, mas eu não vou tirar dinheiro do meu capital, eu vou pegar esse dinheiro emprestado do Basa ou do BNDES, pagar juros baixos e botar na conta do consumidor." Então, essas coisas estão acontecendo no Brasil. Se você vai pedir ao Basa para arrumar R$10 mil para um pequeno empreendedor que precisa comprar duas máquinas de costura, não tem. Ele não consegue. Tem que ter um conselho para provar e que se reúne duas vezes por ano.

Essas mudanças, Senador Amin, que nós temos que fazer na legislação brasileira, principalmente fusões de empresas, acho que é bom chamar o Cade para discutir isso. Tem que discutir essa questão. Há órgãos do Governo cujos nomes nós aprovamos aqui outro dia para compor esses órgãos fiscalizadores. Não é porque se trata de empresas públicas que a gente pode permitir que isso aconteça.

Senador Vanderlan, por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Amir, lá em Goiás, nós temos um nome para isso aí: "tem boi na linha". E está virando uma farra essa questão de energia no Brasil. Deve ser a mesma empresa que já está trabalhando para ficar com essas empresas lá do Sul, que é a empresa Enel, que está comprando tudo no Brasil. Compra a preço de banana; pega uma empresa que é rentável, como é a Enersul hoje; joga em cima de uma empresa que tem um débito violento, de mais de 4 bilhões de prejuízo. Essa empresa com certeza vai levar esse prejuízo, o preço dela de mercado vai cair, e eles chegam e compram. Então, o senhor pode ficar esperto aí, a bancada do Sul, porque deve haver alguma coisa estranha acontecendo. Aconteceu lá em Goiás, e o prejuízo foi muito grande para os goianos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, nós temos aqui os seguintes documentos para conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício nº 2, de 2019, da Universidade da Região de Joinville, e Ofício nº 14, de 2019, da Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas, solicitando apoio ao PLC nº 1113, de 2015, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária.

O expediente será encaminhado aos Senadores.

Senador Amin, é da sua cidade, Joinville.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Ajorpeme, Sr. Presidente, essa segunda associação mencionada por V. Exa., é a maior entidade que congrega pequenas e microempresas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela está fazendo um apelo aqui, e eu vou encaminhar para você fazer o *lobby* natural.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor, dá para integrar um outro? Porque eu sou o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É de 2006.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O autor do projeto sou eu; o Relator é o Senador Cid Gomes. O senhor poderia me fazer a gentileza de submeter à aprovação e encaminhar ao Senador Cid Gomes para ver se ele apressa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já estou encaminhando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Irajá, para leitura do parecer.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 29, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome da Senhora FERNANDA FEITOSA NECHIO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

Senador Irajá, com a palavra, por favor.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, o relatório.

A Comissão de Assuntos Econômicos recebe do Presidente da República a indicação do nome da Sra. Fernanda Feitosa para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, em conformidade com o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República possui competência privativa para indicar o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil. O Senado Federal, por sua vez, é responsável pela aprovação prévia, por voto secreto e após arguição pública.

Cabe à CAE manifestar sua opinião sobre a escolha de Diretor do Banco Central do Brasil, conforme art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. O art. 383 também afirma que a CAE deve arguir o candidato e avaliar o seu currículo profissional e acadêmico. Deve verificar, assim, se este tem as credenciais técnicas e profissionais que permitam o desempenho de uma função tão relevante, que é a de pertencer ao colegiado de diretores do Banco Central.

Conforme a Lei nº 6.045, de 1974, os diretores do Banco Central do Brasil, bem como seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A mensagem presidencial traz como anexo o currículo da senhora Fernanda Feitosa, relatando tanto sua formação acadêmica como sua experiência profissional.

A Sra. Fernanda Feitosa Nechio nasceu em 1979 – desculpe-me por ter falado o ano. Estava escrito aqui no relatório. Foi indelicado da minha parte. Eu comi mosca. –, no Rio de Janeiro. Graduou-se como Bacharel em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2001, e concluiu mestrado em economia, pela mesma Universidade, em 2004. Também concluiu mestrado e doutorado em economia, pela Universidade de Princeton, nos anos de 2009 e 2010, respectivamente.

Possui vasta experiência profissional. Foi professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de fevereiro a julho de 2004 e professora da Universidade de Berkeley de agosto a dezembro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2011. Trabalhou como economista no Federal Reserve Bank de São Francisco no período de julho de 2009 a maio de 2015; como Economista Sênior, de junho de 2015 a dezembro de 2016; e como Research Advisor, de janeiro de 2017 até o presente momento, nessa mesma instituição.

Tem grande número de publicações internacionais que versam sobre política monetária e temas de interesse do Banco Central. Tem publicações em revistas reconhecidas mundialmente como as mais importantes da área como a *American Economic Review* e *Journal of Monetary Economics*.

A mensagem contém, conforme art. 383, no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração da indicada que afirma que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional. Declarou que foi sócia minoritária na empresa do pai, Icefruit Rio Distribuidora Alimentos LTDA, de 6 de junho de 2003 a 2 de julho de 2009. Apresentou certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Eu acho que há um celular tocando por excesso de mensagens por aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin, acho que há um celular aí com excesso de mensagens.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Excesso de mensagens ou alarme.

Declara que nos últimos cinco anos não atuou em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O currículo da candidata se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão. Este revela o alto nível de qualificação profissional, bem como sua formação acadêmica e técnica. A CAE fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação da senhora Fernanda Feitosa Nechio para ser conduzida ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Irajá sempre com relatório sucinto e explicativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dessa vez passa, Senador Irajá. Da próxima vez...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero pedir desculpas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui comunicar à assessoria de todos os Senadores e Senadoras que não é permitido, de forma nenhuma, revelar a idade de nenhuma mulher. Homem pode revelar! Das mulheres, não!

Então, dessa vez vamos deixar passar, mas eu vou orientar aqui a todas as assessorias que é a última vez que isso acontece aqui na minha presidência. Senão, não vou nem ler. Não vai ler relatório nem nada!

E como o Irajá falou, que é companheiro, gente da melhor estima nossa, ele comeu mosca, realmente. (*Risos.*)

Mas em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "Brasil", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Senador Vanderlan, por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu só queria registrar que eu estive com a Sra. Fernanda. Tive o prazer de conversar com ela ali no cafezinho do Senado, por bastante tempo e fiquei impressionado, Presidente, com a capacidade. Acho que o Senador Irajá fez questão de falar a idade porque à primeira vista, quando a gente olha, pensa: "Puxa, mas é muito nova. E quando, a gente vai conversar, vê a capacidade que essa senhora tem. Todas as perguntas... E ali eu que sou um pouco curioso nessa questão econômica e com relação à parte financeira, das várias perguntas que fiz para ela, a resposta foi na ponta da língua.

Então, quero dizer para a Sra. Fernanda que nós estaremos muito bem representados com a senhora ali na Diretoria do Banco Central. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Amin pediu a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria primeiro pedir desculpas, mas explicar que, por incrível que pareça, quem estava mandando aquela porção de mensagens era o Senador Oriovisto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não acredito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele represou e despejou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não acredito!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então me causou um grande constrangimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E você causou um grande problema aqui, agora. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu só gostaria de fazer uma pergunta. O dia é hoje, para fazer pergunta? Ou não pode? Já deu vista?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, esclareço que na reunião do dia 2...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já deu vista, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já, já. No dia 2 do mês de julho, nós teremos a Sra. Fernanda aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu posso deixar encomendada uma?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor manda por escrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha bem, ela trabalhou no Federal Reserve Bank of San Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Vanderlan colocou... E eu não estava acostumado a esse meio...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles tinham... Houve uma época em que havia 16 bancos centrais, nos Estados Unidos. Eu só quero saber quantos são hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será realizada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antigamente com poder de emissão. Isso que é o perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será realizada sabatina da Sra. Fernanda Feitosa, indicada ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, no dia 2 de julho. Ela estará aqui conosco.

Dra. Fernanda, foi dada vista coletiva e no dia 2 a gente aguarda a senhora aqui, para termos uma... Será muito bem recebida, com certeza, e com perguntas pertinentes ao que o Brasil precisa para resolver seus problemas.

Muito obrigado pela sua presença.

Audiência pública interativa. Esta reunião contará com os convidados Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União; Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional; Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; e Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil.

Eu convido os senhores a tomarem assento aqui. (*Pausa.*)

Bom dia à Sra. Maria e a todos que se encontram aqui.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por 15 minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Com a palavra o Sr. Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Meu amigo, se a sua responsabilidade for do tamanho desse nome... (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia! Gostaria de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Omar Aziz, a quem também gostaria de agradecer, em nome do Presidente do Tribunal de Contas, Ministro José Mucio, pelo convite para participar dessa audiência pública. (*Pausa.*)

Inicialmente, uma breve explanação de como o TCU tem atuado na fiscalização da dívida pública. São instrumentos de auditoria as auditorias operacionais, de conformidade e financeiras. Na auditoria operacional, por exemplo, a gente faz avaliações da sustentabilidade intertemporal da dívida pública e também sobre a eficiência da atuação do Tesouro Nacional como gestor da dívida pública no Brasil, na Administração federal. Como auditoria de conformidade, a gente avalia aqueles cumprimentos das regras, principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprimento de limites, enfim. E a auditoria financeira seria a confirmação, a asseguração de que os dados divulgados pelo Tesouro Nacional, pelo Poder Executivo, são confiáveis.

Pode passar.

Antes de falar um pouco desses trabalhos, só um pequeno... Como o TCU enxerga a fiscalização da dívida? A dívida é um tema impactado por diversas variáveis. A gente não tem apenas a abordagem de fiscalização de irregularidades de contratos, irregularidades de números, mas também uma avaliação de fatores que determinam a dívida. Então, quando o Tribunal de Contas da União acompanha o cumprimento das metas fiscais, ele está, de certa forma, fazendo uma fiscalização da dívida pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando o Tribunal de Contas da União acompanha algumas operações, digamos, heterodoxas, como o FIDC, o Tribunal também está fiscalizando a dívida pública. Há diversas abordagens que o Tribunal faz que não necessariamente são aquelas abordagens clássicas de auditoria, de verificação de cláusulas contratuais, que são muito comuns.

Hoje, eu vou falar de uma forma geral dos principais achados de auditoria, das principais conclusões a que o Tribunal chegou, decorrentes desses três trabalhos aqui; dois deles decorrentes de solicitação de Senadores desta Casa: o primeiro, do então Senador Ronaldo Caiado, que resultou nesse Acórdão 1705; o segundo, do Senador Alvaro Dias, que resultou no Acórdão 1084; e uma auditoria para avaliar a capacidade operacional do Governo para promover a sustentabilidade fiscal, Acórdão 2937, de 2018. Na essência, esses trabalhos tentam verificar quais são os fatores que determinaram o crescimento da dívida pública nesses últimos anos, no período de 2001, 2002 até 2017.

Pode passar, por favor.

Aqui são dois gráficos de todo o período de dois indicadores importantes de dívida pública. São indicadores do FMI para mostrar que a dívida bruta do Brasil, durante todo o período, foi maior do que a da média dos mercados emergentes e também do que a da maioria dos países do Brics.

A partir de 2015, 2016, a dívida do Brasil passou a ser superior à de todos os componentes do Brics. E os juros brasileiros, em relação ao PIB, a conta de juros nominais em relação ao PIB, durante todo o período, sempre foi maior do que a da média de todos os países do Brics.

Pode passar, por favor.

Um dos trabalhos trouxe a valores de 2016 os valores da dívida bruta para se poder comparar o quanto ela efetivamente aumentou. Então, a gente pode verificar que a dívida bruta, em valores monetários, aumentou 65% no período de 2000 até 2016; aumentou exatamente 1,9 trilhão, passando de 2,9 para 4,8.

Pode passar.

Esse aumento de 1,9 trilhão foi causado principalmente pelos juros. A gente pode ver que as barrinhas vermelhas são os juros anuais, os fluxos anuais de juros, e, ao final, o acumulado. Então, a gente pode notar que os juros são os principais responsáveis por esse aumento da dívida bruta do Governo em geral. De novo, esses são os valores a preço de 2016. Essas barrinhas azuis são as emissões líquidas. No caso, quando está para baixo, quando está negativo, são resgates líquidos de títulos públicos do Tesouro Nacional.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos trabalhos também verificou uma mudança de comportamento, uma mudança de postura fiscal entre os dois períodos. Foram comparados o período que vai de 2002 a 2010 com o período de 2011 a 2014. Verificou-se uma tendência de queda de juros e do resultado nominal, que é a necessidade de financiamento do setor público, e uma certa estabilidade do resultado primário em torno de 3% do PIB. Em 2009, atingiu 1,9% do PIB, mas acho que talvez em decorrência do próprio PIB, da queda do PIB. E no período seguinte, que é depois dessa barrinha vertical, a gente tem um aumento do resultado primário, na verdade, um aumento do déficit primário, diminuindo o superávit primário até 2014. A partir de 2014, passou a ser déficit primário. Isso, na verdade, fez com que o resultado nominal acompanhasse essa trajetória. A barrinha do resultado primário é a barrinha vermelha, e o resultado nominal, que é a necessidade de financiamento, é a barra pontilhada.

Pode passar.

Fez-se também uma avaliação sobre o comportamento das receitas totais e das despesas totais durante o período. Esse gráfico mostra a variação das despesas mensais do Governo Federal também comparando o período até 2014 – até 2011 na verdade, ou seja, o período todo, de 2011 a 2014. Verifica-se que, até 2011, existe uma relação de despesa para receita de 1 para 62. Então, cada R$1,00 de aumento de despesa aumentou a receita em R$0,62, e no período em que é menor essa relação, o aumento da receita é menor, avaliando o período todo. Isso quer dizer que, nesse segundo período, no período de 2011 a 2014, essa relação piorou, quer dizer, a despesa começou a aumentar mais do que a receita.

Pode passar.

Outro componente importante no caso do Brasil diz respeito às emissões diretas de títulos públicos para financiar programas de Governo. A gente tem o caso do BNDES, que passou de um crédito que, em 2015, correspondia 9,1% do PIB, e aqui é o impacto acumulado dessas emissões diretas. Aqui a gente tem a barrinha azul, que são as emissões para o Banco Central, as emissões líquidas para o Banco Central, que no acumulado foram de 5,7 pontos percentuais nessa evolução, no crescimento da dívida bruta sobre o PIB; e a expansão de 11,4 pontos percentuais nas emissões para os bancos oficiais, na relação dívida bruta-PIB.

A gente verifica que houve uma diminuição na participação da dívida pública nos componentes de dívida no Orçamento público. Então, a gente chegou a 60% em 2003, chegou a 60% de todo o Orçamento. A gente tem refinanciamento, amortização e juros – os juros são a barrinha azul, lá embaixo; a amortização, em vermelho. Veio diminuindo, chegando a cerca de quarenta e poucos por cento em 2017. Essa parcela vermelha, de amortização, apresenta um crescimento a partir de 2014. Isso quer dizer que o Governo passou a resgatar, a emitir menos para resgatar dinheiro, quer dizer, passou a refinanciar menos a dívida pública e a resgatar mais.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os detentores da dívida pública, essa aqui é apenas uma verificação da evolução no tempo desses detentores, incluindo o Banco Central. Então, uma observação que eu faria é a da diminuição das instituições financeiras e de uma boa participação do Banco Central, mas, no caso, esses 33% seriam as emissões do Tesouro Nacional na carteira do Banco Central.

Pode passar.

As hipóteses, os objetivos das emissões estão todos estabelecidos, regulamentados pela Lei 10.179, de 2001, mas os principais fatores que vêm sendo observados, que justificam a emissão de títulos são: a rolagem da dívida pública – principal e juros –; constituição de reserva de liquidez, que é o colchão da dívida; emissões diretas para financiamento de políticas públicas e para o Banco Central; e financiamento do déficit primário a partir de 2014.

Pode passar.

Essa aqui também foi uma questão do trabalho oriundo da solicitação do Senador Alvaro Dias, que era de quanto, desse aumento da dívida pública, foi destinado a investimento. Verificou-se que, no Orçamento – isso foi uma informação do próprio Tesouro –, nada, nenhuma despesa de investimento, carimbada com a GND de investimento, foi custeada com a emissão de títulos, quer dizer, até aí nenhum investimento foi feito com recursos da emissão de títulos públicos, mas houve investimento via BNDES. Então, as emissões feitas, as emissões diretas, que não passaram pelo Orçamento, feitas via BNDES, de 450 bilhões, são consideradas como investimentos. É no Brasil a maioria delas.

Aqui, quanto foi destinado para rolagem de juros e de principal. A gente tem a barrinha azul, que é a rolagem total, e a barrinha vermelha, que é a rolagem de juros. Então, é observada uma crescente participação da rolagem de juros, quer dizer, emissão de títulos para o pagamento de juros principalmente nos últimos anos.

Somadas, nessa tabela da direita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – ... a rolagem de juros mais a cobertura do déficit, chega-se a esses valores, que chegam a 113 bilhões em 2017.

Os mecanismos de transparência visam dar maior credibilidade e reduzir incertezas de mercado, mas o TCU reconhece e identificou que existe espaço para melhorias na transparência desses números. Existem muitos números divulgados, tanto no Tesouro Nacional como no Banco Central do Brasil, mas sempre há espaço para uma melhor divulgação, principalmente visando uma melhor compreensão por parte da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso aqui foi apenas um exercício envolvendo as médias das taxas praticadas nos leilões. Assim, se mudar o período dessas médias, provavelmente vão mudar esses números, mas foi um aprendizado para a gente – foi uma questão também do Senador Alvaro Dias –, foi um aprendizado, e o TCU pretende aprimorar o trabalho sobre o acompanhamento dos leilões. Eu vou mostrar isso daqui a pouco.

Enfim, a trajetória da Dívida Bruta do Governo Geral até 2011 é de queda, decorrente dos superávits primários, também ajudada pela diminuição dos custos financeiros da dívida e pelo crescimento do PIB. De 2012 a 2017, a gente vê uma elevação da dívida bruta, decorrente de déficits primários, elevação dos custos e também da queda do PIB.

Essa foi uma constatação do terceiro trabalho. É apenas uma observação do impacto que as demandas judiciais podem ter na gestão fiscal – há alguns impactos bastante relevantes, não é? A auditoria apurou os valores.

Aqui, o impacto das decisões legislativas também na gestão fiscal: são apresentados números relevantes. Então, o impacto estimado pelo Tesouro até 2022 é de R$166 bilhões. Isso deixa de entrar nos cofres. Isso é decorrente dos refinanciamentos aprovados pelo Congresso Nacional, Estados e Municípios. Então, isso deixou de entrar nos cofres do Tesouro Nacional e, portanto, o Tesouro se viu obrigado a financiar isso com dívida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Trata-se apenas de refinanciamentos dos entes federados?

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Aqui está só em relação a entes federados.

Bem, as próximas ações do TCU. Todas elas são decorrentes desses três trabalhos que eu mencionei. A gente vai fazer um acompanhamento permanente da evolução e dos propósitos da dívida pública, dos objetivos da emissão dos títulos, justamente para, nas próximas solicitações de informações que vierem do Congresso Nacional principalmente, a gente já ter a resposta pronta, não precisar fazer um trabalho para responder. Então, haverá mais agilidade nessa informação.

A gente também vai desenvolver uma ferramenta tecnológica para acompanhamento dos leilões, como eu disse. É preciso aprimorar o controle sobre as taxas praticadas e indicar eventual ineficiência.

Também já foram autorizadas as auditorias com vistas a avaliar o relacionamento econômico-financeiro entre a União e os entes subnacionais e o impacto das demandas judiciais contra a União.

Bom, senhores, era isso.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço ao Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Felipe Salto, Diretor-Executivo da IFI.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, cumprimentar o Presidente, Senador Omar Aziz, e também o Senador Vanderlan, autor do requerimento, agradecendo pelo convite, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores desta Comissão.

Para nós, da Instituição Fiscal Independente, que é um órgão do Senado Federal, é muito bom poder participar de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos porque é uma oportunidade para divulgar e compartilhar os resultados dos trabalhos que nós temos feito lá na instituição.

Então, hoje o tema é dívida pública. A apresentação está baseada em alguns estudos que foram feitos pelos nossos analistas. Inclusive, um deles é de minha autoria também. E eu trago aqui algumas informações conceituais e também números, para ajudar no debate que nós vamos ter.

Passe ao próximo eslaide, por favor, porque aqui não está funcionando.

Para contextualizar, então, a IFI tem quatro objetivos. Porque a gente se preocupa com a evolução da dívida pública? Na Resolução nº 42, do Senado, está fixado que um dos nossos quatro objetivos é a preocupação com o equilíbrio fiscal de longo prazo, quer dizer, o equilíbrio das contas do Governo no longo prazo. Então, a gente precisa fazer as projeções para saber como a atual política fiscal vai permitir ou não que o Brasil retome as condições de sustentabilidade, de equilíbrio da dívida em relação ao PIB. Então, é sempre a dívida como proporção do PIB.

Pode passar.

A apresentação está estruturada em cinco tópicos. Primeiro, vou falar um pouco sobre as formas de financiamento do Estado, quer dizer, quais são as possibilidades de financiar além da dívida e por que ela é tão importante? Por que existe dívida pública? Por que os governos fazem dívida? De que depende o equilíbrio de longo prazo? A agenda do ajuste fiscal que está sendo implementada e como ela pode ajudar a resolver esse problema da dívida. E a questão das reservas internacionais e da conta única, que é algo que vem sendo bastante debatido como uma alternativa, um complemento para auxiliar na questão da resolução do problema fiscal.

Então, quais são as formas de financiamento do Estado? Ou você emite moeda – é uma alternativa, e o custo é a inflação –, ou é dívida pública, que também tem um custo que é o juro, ou tributação. O tributo também tem um custo que é o peso morto, o que os economistas chamam de peso morto: quanto mais você tributa, maior a ineficiência que você gera, porque as pessoas tendem a ir para o setor informal, produzem menos, etc, etc. Então, as três formas à disposição, ou pelo menos teoricamente à disposição, têm um custo associado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande desafio da política fiscal é combinar principalmente dívida e tributação de maneira inteligente e eficiente, para que se possam financiar as ações do Estado e as demandas da sociedade que estão refletidas na Constituição e nas leis.

Por que existe dívida? Se o País começasse hoje... Então, ele vai fixar um imposto – suponha que esse país tem só um imposto – e vai começar a realizar suas despesas: de pessoal, de educação, saúde, investimentos, etc. Quando ele perceber que a receita é menor do que a despesa, vai aparecer um déficit que a gente chama de déficit primário. Então, se a gente tem um País com cem unidades monetárias e receita e 200 de despesa, tem 100 de déficit.

Como eu financio esse déficit? Vou emitir títulos da dívida pública para alguém. Só que esse alguém – o mercado – precisa querer comprar esses 100, ele precisa querer financiar o Governo. Para que ele queira financiar, eu tenho que pagar juros. Então eu pago juros em cima desses 100. Esses juros que eu pago em cima dos 100 vão alimentar aquele déficit primário e vão produzir o que a gente chama de déficit nominal. Essa é a lógica que está representada neste diagrama aqui que eu estou mostrando.

Então você tem o PIB, quanto mais PIB você tem, mais receita você gera – ali na flechinha nº 3. Quanto maior a receita, melhora o primário, melhora a dívida, menos juros você paga. Quanto menor o PIB, menores as receitas, menor o resultado primário – hoje nós estamos com déficit primário –, maior a dívida, maiores os juros e maior a dívida de novo. Então, para quebrar esse círculo vicioso, qual é a variável que está sob o controle do Governo? Despesa e receita. O juro pode mudar também, só que o juro é uma consequência também da política fiscal, das pressões que são exercidas sobre a demanda da economia.

Bom, o custo para a atividade produtiva de você continuar financiando com aumento de carga tributária e não aumentando dívida é muito alto, porque nós já temos uma carga tributária relativamente alta quando comparada, por exemplo, a países da OCDE, que têm um nível de desenvolvimento maior do que o nosso. Então a alternativa que sobra, dado que a população, depois do Plano Real, já decidiu que não quer mais namorar com a estratégia de inflação... Porque o Governo pode financiar suas despesas com emissão de moeda, só que isso gera inflação. É o que se chama de imposto inflacionário. Quem paga o pato são principalmente os mais pobres, porque a inflação recai sobre aqueles que não têm instrumentos ou acesso a instrumentos financeiros para neutralizar esses efeitos do chamado imposto inflacionário. Resta ter uma estratégia que permita emitir dívida, mas de maneira sustentável. Juros mais baixos claro que também ajudam, mas eles vão ser uma consequência dessa estratégia.

Passando então para os números, como nós estamos hoje em relação ao resto do mundo? O Brasil tem uma dívida, segundo o FMI... O conceito do FMI é dez pontos percentuais maior do que o nosso por uma questão metodológica, mas a trajetória é parecida. Então, ali na última coluna, 2018: 87,7%. Os emergentes, 49,9%, e os desenvolvidos, 104% do PIB. Nós estamos com uma dívida que já vai se aproximando do nível de dívida dos países desenvolvidos, só que nós temos um juro muito mais alto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basta ver que o déficit, ali na segunda linha, é de 9% do PIB; o dos emergentes, 4%; e o dos desenvolvidos, 2%.

Por que há essa dificuldade de o Brasil ter dívida de 60%, 70%, que já começa a ser insustentável? Porque as condições macroeconômicas que o País tem não permitem que ele tenha uma dívida tão alta. A forma de ver isso é a chamada equação de sustentabilidade da dívida. Por exemplo, o Japão, que sempre é utilizado como exemplo, aqueles 200 ali, por que o Japão pode ter 200% de dívida e o Brasil não pode ter mais do que 60%? Por que num país como o Japão a diferença juros menos taxa de crescimento do PIB é muito baixa; e isso permite você ter uma dívida sobre o PIB muito alta. O Brasil tem essa diferença juros menos PIB muito alta. Quem tem juros menos PIB muito alto, a partir de um certo momento até ainda muito baixo de dívida, já fica com uma dívida insustentável. Então, o Brasil é aquele caso ali entre o A e o B, e o Japão e os Estados Unidos são aqueles casos que estão mais próximos do caso C, a linha azul mais escura.

Essa equação de sustentabilidade ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Poderia me explicar direito esse "juros menos PIB", por favor?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

Essa questão dos juros menos o PIB é a seguinte: a inclinação daquelas curvas azul claro e azul escuro depende dessa diferença da taxa de juros e do PIB. A gente sabe que, quanto maior a taxa de juros, mais pagamento de juros sobre a dívida você vai ter que fazer; quanto maior o PIB, mais dívida eu posso fazer. Por quê? Quanto maior o PIB... Se aquele numerador da razão dívida/PIB for alto, se o PIB estiver crescendo, eu posso fazer dívida, porque o denominador está ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Mas não é obrigado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Mas não é obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso que eu não entendo. Você não é obrigado a fazer a dívida.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sim, quando você diz que pode, pode porque o percentual da dívida sobre o PIB não fica tão alto?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Só por isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Porque ele fica sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Fica sustentável como percentual, mas o valor nominal continua explodindo, claro.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Por isso que, quando a gente olha a dívida – 5,2 trilhões –, ela sempre está crescendo em termos nominais, mas o mais importante é vê-la em relação ao PIB, porque, se o PIB, em termos nominais, estiver também crescendo e crescendo mais do que essa dívida em termos nominais, a situação é controlável, porque aí o mercado vai observar essa trajetória e vai falar: "Bom, esse país consegue ter um estado que cabe na dimensão que o PIB está me indicando".

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Se eu pudesse comparar com uma pessoa, se o salário dela aumenta todo mês, a capacidade de endividamento dela pode aumentar também?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso. A geração de renda e riqueza dela é suficiente para ela ter...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas me parece que, quando você morrer, você vai ficar devendo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Alguém vai ter que pagar a dívida.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É, o estoque da dívida estará lá.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Qual é o ponto de equilíbrio?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, então... Eu trouxe o ponto de equilíbrio que é: pegando essa equação e a transformando em números, vamos pegar, por exemplo, um juro real de 4% e um crescimento perto de 2%. Hoje, o juro real está mais baixo que isso, ele está em torno de 2,7%, mas é possível que ele aumente um pouco, porque, se a economia voltar a crescer, você vai ter uma redução da ociosidade; isso começa a pressionar a inflação, e o juro volta a aumentar.

Mas, só para ser conservador, vamos pegar 4% e 2% de crescimento. O primário, para estabilizar uma dívida de 80, é um 1,68% do PIB; ou seja, eu preciso fazer um superávit primário de 1,7%. Hoje, nós estamos com déficit de 1,7%. Então...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Se você tivesse esse superávit de 1,7%, a dívida ficaria estável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, sim.

Quer dizer, se fosse 1,7% hoje, com aquelas condições de crescimento de 2% – o crescimento hoje está em 1% ou menos de 1% – e juro de 4%, ficaria estável.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso. Então, eu já vou mostrar a trajetória para o senhor poder ver quando ela fica estável.

Por que nós não estamos conseguindo gerar essa sustentabilidade que está representada naqueles números? Eu costumo dizer que o Brasil é pródigo em criar regras fiscais, mas não tão pródigo em cumpri-las. Nós fizemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, criamos a Secretaria do Tesouro Nacional, separamos as contas do Banco do Brasil e do Banco Central, que antigamente eram todas juntas, a chamada conta movimento... Os avanços vêm acontecendo, mas as regras não são suficientes para produzir o esforço necessário. O teto de gastos foi o último avanço em 2016, mas, sozinho, o teto não resolve, porque o teto é como uma placa de limite de velocidade: você pode correr no máximo 100km/h, mas as despesas estão em um ritmo muito maior do que 100km/h; estão correndo a 200km/h, 250km/h. Agora, para mudar isso, é preciso mexer no que se chamam despesas obrigatórias, que hoje representam a maior parte das despesas primárias.

Voltando à questão da dívida, então, já que a gente já entendeu que o objetivo maior é a sustentabilidade. Hoje na composição da dívida a gente tem vários indicadores de endividamento. Você tem a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP); a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG); tem ainda a DPF, que são só os títulos, é o dado que o Tesouro divulga; e a DFL, que é a Dívida Fiscal Líquida. Por que estou dando esses conceitos? Porque às vezes a gente confunde, a gente olha o déficit nominal e fala: "Não é só somar esse déficit nominal com a dívida anterior e eu vou ter a dívida do ano seguinte?". Sim, conceitualmente é isso, mas você tem uma série de conceitos que mostram informações diferentes. Por exemplo, a dívida líquida é 3,77 trilhões. Esse é o dado do Banco Central, público, de abril de 2019, é a fotografia da dívida em abril.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – V. Sa. me perdoe...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – A dívida líquida você calcula pegando a dívida bruta...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Menos os créditos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... menos as reservas que o Banco Central tem em dólar?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – E os créditos junto aos bancos públicos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Junto aos bancos públicos. Só que isso é uma teoria, porque o que você tem de reserva em dólar você não vai transformar em real nunca. Teria que emitir moeda e a inflação explodiria.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Então o que conta realmente é a bruta, não é?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É importante...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Poderia abater o crédito com bancos públicos, mas que também são públicos.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, esse é um ponto importantíssimo, porque, na minha opinião, é importante olhar os dois conceitos, porque se nós temos reservas e temos crédito junto a bancos públicos, esses recursos têm liquidez. A gente pode questionar qual é a liquidez deles, se a de um é maior do que a do outro, se eu posso me desfazer das reservas da noite para o dia, e eu não posso, mas é importante saber qual é o peso desses ativos, desses créditos que nós temos.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Eu só pergunto isso porque a gente escuta muito uma teoria assim: por que o Governo não pega os bilhões de dólares que tem e paga a dívida interna?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, claro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Isso é totalmente impossível. Seria bom você esclarecer isso.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu vou esclarecer.

Então, conceitualmente a gente tem a dívida líquida. Observem ali na segunda linha, destacado em vermelho, 5,48 trilhões de dívida bruta. Qual é a diferença de 3,77 para 5,48? Justamente os créditos que o Governo tem seja junto aos bancos públicos seja em reservas internacionais.

Por que é importante olhar os dois conceitos?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pela razão que eu falei agora: a dívida bruta é basicamente os títulos que o Governo emite, mais a dívida bancária, mais a dívida dos Estados e Municípios, mais a dívida externa. E os créditos são esses dois componentes principalmente. Há também os recursos do FAT na rede bancária e outras coisas, mas o grosso é reservas e BNDES, basicamente.

Como têm evoluído esses indicadores? A dívida bruta, que é o primeiro, vem crescendo sem parar desde 2013, já são quase 28 pontos percentuais do PIB de aumento. Por que ela cresce? – as pessoas perguntam. Porque nós temos déficit. Então, fluxo e estoque: nós temos um estoque de dívida sobre o qual a gente paga juros e ainda temos um déficit primário que precisa ser pago. Então, a dívida vai crescendo, eu vou emitindo mais papel público. Como a gente quebra essa lógica? Volta lá à nossa equação de sustentabilidade: tem que aumentar o resultado primário, reduzir o juro e aumentar a taxa de crescimento do PIB. Se a gente pudesse mexer nessas variáveis, automaticamente a gente teria uma dívida estável.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – A reforma da previdência vai resolver tudo isso?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – A reforma é uma parte disso, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Agora, é verdade que não há uma bala de prata, Senador, para isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas, se hoje a sociedade brasileira, que nos critica muito – qualquer coisa que a gente fale contra o Governo, parece que a gente está querendo desgraçar o Brasil, acabar com o Brasil –, ouvisse, tecnicamente, que nós temos aí... Isso é uma pontinha do *iceberg*, a reforma da previdência. Nós temos tantas outras coisas para serem feitas, para poder fazer o crescimento do Brasil; acabar, diminuir esse déficit, para poder gerar uma série de coisas. Então, nós estamos baseando... Todo o debate nacional hoje, infelizmente, está baseado num ponto só. Eu acho isso uma temeridade. E qualquer coisa, qualquer movimento que o Congresso tem feito tem servido para alimentar a intolerância, o ódio, uma série de coisas baseado em questões pequenas. Um decreto do Presidente que é derrubado no Senado não vai quebrar o Brasil, pessoal! Não é um decreto ou um projeto de lei que nós modificamos. Essa discussão não está acontecendo. Essa discussão está parada no Brasil.

Então, quero deixar claro: a reforma da previdência – e aqui 90% dos Senadores são favoráveis a uma reforma da previdência, como todo o povo brasileiro – não é suficiente para a gente sair desses números que você está colocando aí e que os outros debatedores colocarão. É só isso que eu quero colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Omar Aziz, em matemática, a gente tem que demonstrar alguns teoremas, em geometria, em que a gente diz: condição necessária e suficiente. Muitas vezes a condição é necessária, mas não é suficiente. É o caso da reforma da previdência: necessária, mas claramente insuficiente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só pediria para a gente não interromper o nosso expositor, porque, senão, ele ficará prejudicado na sua exposição.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu já vou terminar, em respeito aos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma coisa... Deixe-me dizer uma coisa: ele trabalha diretamente com esta Comissão, a IFI. Então, qualquer Senador desta ou de qualquer outra Comissão que queira tirar dúvidas ou obter algum tipo de informação, basta procurar a IFI, que está à disposição de todos os Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Tem que pedir licença?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mim, não. Aliás, ele está indicando um novo nome aqui...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Na verdade, o que tem acontecido com essa estratégia nossa de não conseguir fazer o ajuste fiscal? O investimento, que é tão caro e que sempre é discutido, inclusive nesta Comissão, no Senado, vem despencando, porque governo atrás de governo, seja de esquerda, seja de direita, tem que espremer o investimento para conseguir sustentar o aumento do gasto obrigatório. Então, veja: o investimento na década de 70 era de 10,5% do PIB; hoje, ele está em 1,7% do PIB – só o investimento público, incluindo estatais, incluindo Estados, Municípios e a União. Então, o resultado da estratégia que nós temos sustentado até o momento é de queda do investimento como resultado dessa falta de controle dos gastos obrigatórios.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Na OCDE está quanto?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Como?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Na OCDE está quanto?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Eu não tenho de cabeça, mas vou buscar esse número.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, quanto aos resultados, em termos de variação da dívida, como é que a gente faz a compatibilização? Esses detalhes, depois, a gente pode também discutir, como o Senador Omar Aziz propôs, nos gabinetes e tudo mais, mas eu acho importante trazer qual é a relação direta do déficit com a dívida. A Dívida Fiscal Líquida, que é a DFL, está relacionada diretamente ao déficit. Então, o déficit hoje é de 500 bilhões. Esses 500 bilhões fazem a dívida fiscal líquida aumentar – está em 3,6 –, e aí você tem os ajustes metodológicos que levam àqueles dados que eu mostrei antes, da dívida bruta e da dívida líquida.

O que está por trás do aumento da dívida é essa trajetória do primário, do pagamento de juros e do déficit nominal.

Aqui, nesse quadro, eu mostro o peso da despesa obrigatória – benefícios previdenciários, pessoal – e das discricionárias, cada vez menores.

As taxas de juros. Quando a gente vê o custo médio da dívida e a Selic, elas estão caminhando juntas e vem havendo uma redução desse custo médio da dívida. O problema é que o perfil da dívida – a linha cinza lá em cima – mostra que metade da dívida está atrelada à Selic. Esse é um problema central, porque, quando a gente aumenta a taxa de juros...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – A outra metade está atrelada a quê?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Está ali nas outras curvas: você tem atrelada à inflação, pré-fixado e uma pequena parte ainda indexada ao dólar, mas o grosso é Selic.

Aqui está o resumo das premissas do nosso cenário.

Nós fizemos esse quadro no último relatório para facilitar a identificação dos riscos fiscais. Então, por exemplo, no caso do teto de gastos, quando ele vai ser descumprido: o risco é alto de se descumprir em 2022; o resultado primário só volta ao positivo lá em 2026.

O último eslaide é a trajetória da dívida. A dívida bruta vem crescendo e deve crescer ainda até 2025 para então se estabilizar – respondendo à pergunta do Senador Oriovisto –, e vai caindo lentamente até 2030. O cenário vermelho é o pessimista, e o cenário azul claro é o otimista.

Encerro aqui e fico à disposição para perguntas e comentários.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Antes de passar a palavra à Sra. Maria Lucia Fattorelli, eu vou passar a Presidência ao Senador Vanderlan Cardoso, que é o autor, porque eu tenho uma audiência para ir. Voltarei em seguida se terminar cedo a audiência; vou tratar de um assunto referente ao meu Estado. Eu só consegui esse horário para fazer essa audiência. Então, vou passar ao Senador Vanderlan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Vanderlan e demais Senadores e Senadoras presentes.

Eu tenho uma apresentação. Por favor, pode colocá-la.

Vou falar do trabalho da Auditoria Cidadã da Dívida, que é uma associação sem fins lucrativos que eu represento, que há quase 20 anos vem investigando a dívida pública com participação social.

Tem o passador de eslaides? (*Pausa.*)

Vou começar com uma pequena introdução.

Qual tem sido o papel da dívida no Brasil? Quando se fala de dívida pública e de outros países, nós não podemos comparar a dívida do Brasil com a dívida do Japão. O Japão faz dívida para fazer investimentos. No Brasil, como o TCU colocou aqui, nenhum investimento foi feito com a emissão de títulos de 2000 a 2017. Então, a dívida do Brasil não é dívida para investimento – para começar.

O que explica o crescimento explosivo da dívida se os investimentos estão estacionados há anos e o patrimônio público brasileiro tem sido privatizado para pagar a dívida?

Quem são os credores? Esse dado, aqui no Brasil, é sigiloso. Então, só esses três tópicos já mostram que auditoria deveria ser uma praxe, uma constante, publicada em *outdoors*, porque o povo que paga a conta tem direito a ter essas informações.

Pode passar.

A dívida tem sido... A necessidade de pagar a dívida tem sido a justificativa, primeiro, para a destinação da maior parte do orçamento público todo ano. Vai para pagar juros e amortizações.

A dívida tem sido a justificativa para contínuo e rigoroso ajuste fiscal, que está levando a contingenciamentos cada vez mais drásticos, impedindo o funcionamento do Estado e até mesmo a Defesa Nacional com cortes drásticos; a ciência e a tecnologia amarradas; e a prestação de serviços essenciais comprometida: saúde, educação, etc.

A dívida tem sido a justificativa para privatizações; tem sido a justificativa para contrarreformas que favorecem bancos e não resolvem o problema fiscal. Tem sido a justificativa para modificações constitucionais danosas, como a PEC do teto, a Emenda Constitucional 95; e até o Rodrigo Maia está dizendo que ela está provocando caos, no Brasil, porque só congelou os gastos primários, deixou fora do congelamento, fora do controle os gastos financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a dívida tem sido utilizada para novos mecanismos financeiros fraudulentos, como o mecanismo da securitização de crédito público, que gera dívida ilegal que é paga por fora, com recursos arrecadados de contribuintes, que são desviados durante o percurso pela rede bancária. Nem chegam ao cofre público.

Todo ano, a figura do orçamento federal executado é isso aí, olhem: mais de 40% dos recursos destinados a pagamento de juros e amortizações. E por que a auditoria cidadã soma juros e amortizações? Ali tem um *link*, essas apresentações estão todas disponíveis e explicam, mas eu vou mostrar, no quadro seguinte – pode passar –, esse dado aí: ano a ano, o valor dos juros e encargos da dívida, o valor das amortizações – dados oficiais do Siafi, que é o sistema de pagamento federal – e o que aconteceu com o estoque.

Não precisa ser auditor para dar uma olhada nesse quadro e ver que tem algo errado. Com esse volume grande de amortizações, qual teria que ser o comportamento do estoque da dívida? Teria que cair. Se eu tenho uma dívida e eu faço uma amortização gigante, o estoque teria que cair; e o estoque aumenta. Aí, muita gente fala: "Ah, é rolagem". Se fosse rolagem...

Rolagem é substituição de um título que está vencendo por outro. Se fosse rolagem, o estoque se manteria constante.

O estoque está explodindo!

Outro indício de erro. Como auditora eu afirmo: erro. Se pegar ali o estoque da dívida, em qualquer ano, e multiplicar pela taxa média dos juros daquele ano, vamos encontrar um valor de juros de 100%, 150%, 200%, 250% maior do que o valor do juro informado pelo Siafi. Por que isso acontece? Porque a maior parte dos juros estão sendo contabilizados como amortização.

O representante do TCU falou, admitiu que o maior fator de crescimento da dívida são os juros e que os juros estão sendo pagos com novos títulos. Agora, alto lá! Juro é despesa corrente. O art. 167, inciso III, da Constituição proíbe emissão de título público para pagar despesa corrente. Acabou de ser autorizado aqui por esta Casa o PLN 4, de 2019, para emitir título para pagar algumas despesas correntes. Algumas vezes os senhores escutaram pedir autorização para pagar despesa corrente com juros? Nunca. Por quê? Porque sistematicamente os títulos estão sendo emitidos, e os juros estão sendo pagos com novos títulos, e juro é despesa corrente. Como isso está sendo feito? Através de uma atualização monetária paralela; toda essa atualização monetária paralela é parte do juro e está sendo paga com novos títulos.

Por isso é que a dívida está explodindo. A dívida não está explodindo por conta de despesas primárias. Como disse o Sr. Salto, nós produzimos R$1 trilhão de superávit primário até 2015. A remuneração da sobra de caixa dos bancos é um dos mecanismos que gera dívida pública – atualmente já está em mais de R$1,3 trilhão. Gera rombo porque sobra dinheiro no caixa dos bancos, o Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceita toda essa sobra e remunera. O gasto para remunerar essa sobra de caixa dos bancos foi R$754 bilhões nos últimos dez anos, sem atualização.

Essa operação produz escassez de moeda na economia e é a operação responsável pelo juro de mercado abusivo que há no Brasil. Se o Banco Central parasse de remunerar essa sobra de caixa dos bancos, nós teríamos R$1,3 trilhão do caixa dos bancos. Se esse recurso for empregado em investimento produtivo, não gera inflação não, pelo contrário: movimenta a economia, gera emprego, gera renda, reduz o déficit e gera desenvolvimento socioeconômico. Essa operação, ao mesmo tempo, gera dívida pública: hoje R$1,324 trilhão da nossa dívida interna está nessa operação aí – R$1,324 trilhão. Isso é um abuso, nenhum país do mundo emite título da dívida para remunerar sobra de caixa dos bancos. Isso é um escândalo!

A desculpa do Banco Central para fazer isso é controlar a inflação. Esse argumento ficou totalmente desmascarado em 2017, quando nós tivemos IGP negativo, e o volume das operações bateu o recorde de R$1,230 trilhão naquele ano. O que o Banco Central fez diante disso, diante da total falta de respaldo? Enviou para o Congresso o Projeto 9.248, de 2017, um projeto de um artigo só, que cria o depósito voluntário remunerado, que é o que já está sendo feito com essas operações. Então, uma operação dessa gravidade não tem respaldo legal, porque até hoje esse projeto 9.248 ainda não foi aprovado. Eu espero que o Senado enfrente isso, porque essa operação é um escândalo.

De 1995 a 2015, produzimos R$1 trilhão de superávit primário. E qual foi o comportamento da dívida? Só a interna pulou de R$86 bilhões para R$4 trilhões. Então, o crescimento da dívida não foi por conta de gasto social, não foi por conta de gasto primário, não foi por conta de investimento algum; o crescimento da dívida foi por conta dos mecanismos financeiros que geram dívida, principalmente essa política monetária do Banco Central, responsável pelo déficit nominal e responsável pela crise.

Olhem, nos dados oficiais, o que aconteceu com a nossa economia. Esse primeiro quadro aqui, essa montanha azul que os senhores estão vendo é o superávit primário de R$1 trilhão, de 1995 a 2015. De repente, déficit primário! O que aconteceu no Brasil? Nós não tivemos aqui nenhum dos fatores que produzem crise no capitalismo. Não tivemos aqui quebra de bancos, que foi o que provocou a crise lá nos Estados Unidos e na Europa, de 2007 para cá; não tivemos quebra de safra; não tivemos adoecimento, pestes que impedissem a população de trabalhar; e não tivemos guerra. O que derrubou a economia do Brasil? A política monetária do Banco Central.

Nós produzimos resultados positivos, superavitários com as contribuições da seguridade social. De repente, isso despencou. A arrecadação vinha subindo. De repente, despencou. O PIB vinha crescendo, em média, quase 4% ao ano, estacionou em 2014; em 2015/2016, caiu mais de 7%, e segue estacionado. Provavelmente, neste ano, PIB perto de zero de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Banco Central produziu a crise? Em 2013, a taxa de juros já estava altíssima, em 7,25%. Quando o mundo inteiro, desde 2008, estava com taxa zero ou negativa, o Brasil já estava a 7,25%. O que o Banco Central fez? Em praticamente todas as reuniões do Copom, saiu de 7,25%, foi para 8%, 9%, 10%, 11%, 12%, 13%, 14,25%! Quando chegou a 14,25%, ficou nesse patamar por mais de um ano! Só isso já seria suficiente para detonar a economia do Brasil, mas não foi só isso que ele fez. Ele dobrou as compromissadas, que atingiram R$1 trilhão em 2016, custando lá aqueles R$754 bilhões em dez anos para remunerar; teve prejuízos brutais com o *swap* cambial. Há representação do TCU que fala que o formato de *swap* que o Banco Central faz é ilegal. De setembro de 2014 a setembro de 2015, os resultados negativos do Banco Central com *swap* cambial somaram R$207 bilhões. Aí é que está o déficit; não é no gasto primário. R$207 bilhões! Teriam dado para dobrar o orçamento anual da saúde, dobrar o orçamento anual da educação e dobrar mais 15 rubricas!

Além disso, o Tesouro, em 2015, fez uma emissão excessiva de títulos, muito além do necessário para rolar a dívida e os juros. Resultado? Só em 11 meses de 2015, a dívida cresceu R$732 bilhões. Os investimentos federais, naquele ano, quase R$10 bilhões, mas nenhum deles foi pago por dívida.

Então, a dívida tem sido um mecanismo de transferência de recurso para os bancos, porque todos esses juros, essa remuneração da sobra de caixa vai direto para os bancos, a maior parte dos juros vai para banco. Quem usufrui do prejuízo do *swap* cambial são os privilegiados bancos e grandes empresas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Então, olhem aí, o déficit está no Banco Central. O déficit não está na seguridade social. Essa proposta de reforma da previdência vai ser danosa para as contas públicas, vai tirar 1 trilhão da população, principalmente dos mais pobres. Um trilhão vai deixar de circular na economia. E o déficit não está na previdência, o déficit está aqui; está no desemprego e está aqui, no gasto financeiro. A reforma que nós precisamos é no gasto financeiro abusivo, parar de remunerar sobra de caixa dos bancos, parar de fazer *swap* ilegal, deixar o dinheiro no caixa dos bancos para que os juros caiam.

Evidentemente, está aí, provado, com dados oficiais do Banco Central: o déficit nominal está no gasto com juros. O maior gasto federal é o gasto financeiro. Olhem ali o gasto com pessoal. É aquela reta verde, uma rampa suave. Olhem o gasto com a previdência. Não tem nada de anormal. A rampa está mais íngreme porque, diante da ameaça de reforma, muita gente foi empurrada para se aposentar. Agora, olhem ali o gasto com juros e amortizações da dívida, olhem os saltos que ele dá ali. Ali que está irregular, que está indisciplinado, precisando de reforma.

A dívida tem crescido por conta de transformação de dívida do setor privado em dívida pública, por conta das elevadíssimas taxas de juros, da inconstitucional contabilização de juro como amortização. E nada acontece? Um procedimento inconstitucional está fazendo a dívida explodir e nada acontece! O *swap* ilegal, a remuneração da sobra de caixa dos bancos, ilegal, a emissão excessiva de título, prejuízos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Banco Central que são jogados para o Tesouro cobrir sem limite algum desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. Desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, todo e qualquer prejuízo do Banco Central empurra-se para o Tesouro, e o Tesouro cobre com dívida. E a securitização de crédito público, que gera dívida ilegal que é paga por fora. Os Estados, os entes federados estão sendo empurrados para isso aí.

Vários dados oficiais provam que o juro é o maior responsável pelo aumento da dívida: tabela do Banco Central, relatório da CPI, relatório do TCU. Olhem lá, 3 trilhões foi a apropriação de juros, o mesmo dado que o Alessandro apresentou. Essa elevação de juro para controlar a inflação não tem respaldo. Diversas economias do mundo provam isso. Até o Lara Resende está falando em emitir moeda para ativar a economia.

E mais: o art. 3º da Lei 4.595 diz que a política do Conselho Monetário Nacional objetiva adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e seu processo de desenvolvimento e regular o valor da moeda, prevenindo depressões.

Quando o Banco Central enxuga essa montanha de R$1,3 trilhão, depósito voluntário, sem base legal, ele está ferindo essa Lei 4.595. Não é à toa que o projeto que foi encaminhado para esta Casa, de autoria do Banco Central, propõe a revogação desse dispositivo – o PLP 112 propõe a revogação desse dispositivo.

A nossa inflação, aqui no Brasil, de acordo com dados do próprio Banco Central...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – ... tem sido produzida pelos preços administrados. Subir juros vai fazer cair o preço da gasolina? Vai fazer cair o preço do gás? Isso não tem a menor lógica! Os juros sobem para transferir dinheiro para o setor financeiro.

Não vai dar tempo de eu explicar qual tem sido a contrapartida da dívida na esfera federal, no âmbito dos Estados, a necessidade de uma auditoria, mas eu preciso mostrar esse gráfico do lucro dos bancos. Enquanto o PIB cai, as empresas quebram, o desemprego bate recordes, e o lucro dos bancos não para de subir.

Nós temos mais de R$4 trilhões em caixa: nós temos R$1,27 trilhão no caixa do Tesouro; R$1,13 trilhão atualmente no caixa do Banco Central, remunerando a sobra de caixa dos bancos; mais de R$1,5 trilhão de reservas. Nós não estamos propondo, Senador, vender reserva para pagar dívida, não. Vender um pouco das reservas; parar com essa remuneração da sobra de caixa dos bancos; jogar dinheiro nos investimentos. O Brasil está definhando de inanição com mais de 4 trilhões na gaveta. Isso é um escândalo! É por isso que o lucro dos bancos aumenta, e o Brasil lidera a alta da pobreza na América Latina. E a extrema pobreza, que já tinha saído das estatísticas do Brasil, retorna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil: nona economia mundial, 79º no *ranking* dos direitos humanos. O nosso cenário é de abundância, ricos em todos os sentidos, mas temos sido submetidos a um cenário de escassez. Enquanto não enfrentarmos o sistema da dívida, a política monetária suicida que está sendo praticada pelo Banco Central, o modelo tributário regressivo, não sairemos dessa condição.

Agradeço pelo tempo e fico à disposição para as perguntas.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Dona Maria Lucia.

Com a palavra José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Bom dia a todos.

Agradeço o convite e cumprimento o Senador Vanderlan, Presidente da Mesa, cumprimento meus colegas aqui de painel, cumprimento todos os Senadores, as Senadoras e as pessoas que nos escutam pelos canais de comunicação oficiais da Casa.

Meu nome é José Franco – as pessoas me chamam de Franco –, eu sou atualmente Subsecretário da Dívida Pública e sou funcionário de carreira do Tesouro Nacional há 18 anos.

O tema dívida pública, operações compromissadas é muito complexo, e isso acaba sendo um campo fértil para interpretações equivocadas e, algumas vezes, interpretações mal-intencionadas. Eu vou tentar fazer aqui uma explanação a mais simples possível para a gente tornar esse tema, que é árido, um pouco mais acessível.

Pode passar, por favor.

Essa é só a estrutura da apresentação. Vamos lá, eu não vou passar tudo, não.

Próximo, por favor. (*Pausa.*)

Ah, já está funcionando? Obrigado.

O que a gente tem neste gráfico aqui? Eu vou tentar complementar o que os meus colegas falaram até agora. Alguns conceitos: dívida bruta e DPF.

A dívida bruta é aquela barra da direita, ali: atualmente representa 78% do PIB – é a chamada DBGG, Dívida Bruta do Governo Geral. Uma parte dela é a DPF, que são os títulos em poder do mercado, Dívida Pública Federal: os títulos que o Tesouro emite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquela parte verde lá, na segunda coluna, são os títulos que estão em poder do Banco Central e são utilizados nas operações compromissadas. A parcela azul são outros passivos do Governo Geral. Basicamente, o Governo Geral é o quê? Tesouro, Banco Central e os entes subnacionais. Então, aqueles 4,7% são a dívida dos entes subnacionais com terceiros, com bancos que não o Tesouro Nacional.

Essa questão das operações compromissadas... Como eu disse, é um tema muito complexo. O Tesouro Nacional publicou há cerca de um mês aquele relatório que está ali, à direita: "Relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central". Há um *hyperlink* ali. Aconselho quem tiver mais interesse, os assessores eventualmente, que consulte. É um texto muito rico e, de maneira bastante simples, explica o histórico do relacionamento entre o Tesouro e o Banco Central.

Essa questão das operações compromissadas. Eu só... Assim... Eu acho que falar que isso é a sobra de caixa dos bancos é uma maneira muito superficial de analisar.

Eu faço um convite aos senhores aqui. Quem tem algum fundo de investimento no banco, qualquer banco, entre lá no seu fundo, eventualmente no próprio aplicativo aí, e olhe a composição do seu fundo de investimento. Quase com certeza vão estar lá operações compromissadas; principalmente se for um fundo DI ou um fundo com pouca volatilidade, um fundo conservador, há bastante operação compromissada ali. Então, os detentores não são necessariamente os bancos, os bancos são os veículos. As operações compromissadas são um instrumento.

A nossa economia é extremamente líquida. No Brasil nós temos um problema de excesso de liquidez estrutural. Quando a gente fala que os bancos não têm dinheiro para emprestar... Não, têm, há muita liquidez no nosso sistema. É por isso que o Banco Central precisa fazer a gestão dessa liquidez. Então, daí vem a separação institucional: o Tesouro é o gestor da dívida pública, e o Banco Central é o gestor da liquidez. Qual é o elo de ligação aí? A gestão da liquidez é feita por meio de operações compromissadas nas quais o Banco Central recolhe, enxuga a liquidez do mercado, entrega títulos do Governo, do Tesouro como colateral. Então, é simplesmente um lastro, e essas operações vão de um dia a seis meses. Essa troca acontece sempre no final da operação. Quem são os grandes detentores? Fundos de investimento, fundos de previdência.

Se os senhores olharem no *site* da CVM, por exemplo, verão que estão lá os fundos. Cada fundo tem o seu CNPJ e aparece lá qual a parcela que ele detém de compromissados, de títulos públicos, e por aí vai. No caso de previdência aberta, o *site* da Susep vai mostrar a mesma informação. Então, os bancos são o veículo.

O Banco Central trabalha com o sistema de *dealers*. Então, os vários participantes do mercado entregam o dinheiro para os bancos, que o repassam para o Banco Central. Eles são os veículos, mas os detentores finais são outros, e muitas vezes estão pessoas físicas por trás disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Complementando a apresentação do Felipe Salto, há esses dois conceitos para a dívida bruta, conceito usado pelo Banco Central do Brasil e pelo FMI. A diferença é basicamente o seguinte, como eu disse antes, o Banco Central utiliza a carteira de títulos públicos que o Banco Central tem como colateral, como lastro para as operações compromissadas. Uma parcela disso fica na carteira do Banco Central, não está sendo utilizada, que são aqueles 10% do PIB ali. Então, o FMI considera todo o estoque da carteira do Banco Central, enquanto, na estatística oficial do Brasil, é desconsiderada essa parcela, que eu acho que é mais correto.

Aqui está o nível e o comportamento das operações compromissadas em relação ao PIB. Então, existe uma série de fatores que podem explicar isto, o aumento das operações compromissadas. Eu estou apenas separando alguns aqui. E vejam que na linha nós temos o resultado primário também em relação ao PIB, desde 2006.

Aquela primeira parcela ali, aquele crescimento das operações compromissadas, que foi de 2006 a 2009, o principal fator foi a constituição de reservas cambiais. O fluxo cambial, o fluxo de dólares vem para o Brasil. Se o Banco Central não fizer nada, ocorre uma apreciação cambial. Uma apreciação cambial acaba prejudicando as exportações. Então, o Banco Central, por uma razão ou outra, acaba adquirindo esses dólares. Quando ele adquire esses dólares, ele põe reais na economia. Para enxugar esses reais, ele faz as operações compromissadas. Então, fala-se: por que ele tem que fazer? Por que ele não deixa isso na economia? Simplesmente pelo seguinte, o Banco Central, os colegas lá do Demab, têm um mandado muito claro, que é perseguir a meta da taxa Selic, que atualmente está em 6,5%. E eles usam as operações compromissadas para esse fim. Então, é dessa maneira que o Banco Central persegue a meta da taxa Selic, que é definida lá pelo Copom.

Então, houve aquele primeiro momento ali de acumulação de reservas. Há um segundo momento, que acabou que não está muito forte aí: as emissões para o BNDES. Pensem o seguinte, o Tesouro Nacional fez emissões de títulos curtos para o BNDES. Quando esses títulos venciam, aumentava a liquidez, que depois tinha de ser enxugada pelo Banco Central. Esse é um segundo fator.

O terceiro fator, que é o que tem provocado aumento nos últimos anos... O nível de reservas está praticamente constante aí nos últimos anos, de uns três, quatro anos. Agora, é o resultado primário. Uma maneira simples de a gente pensar é a seguinte, o caixa do Tesouro... Pense em dois lados aí: o caixa do Tesouro, que fica dentro do Banco Central, e o público em geral. Sempre que o dinheiro sai do caixa do Tesouro, aumenta a dívida bruta, aumenta a compromissada. Sempre que o Tesouro volta para o Caixa do Tesouro, reduz a dívida bruta via redução de compromissadas.

Então, quando o Tesouro conseguia fazer superávit primário, o que ele fazia? Recolhia dinheiro. Recolhia do sistema. Automaticamente reduzia-se a dívida bruta. Nos últimos anos, o Tesouro não tem conseguido fazer superávit primário, desde 2014, então, a cada ano que ocorre um déficit primário, o dinheiro sai do caixa do Tesouro e vai para o mercado aumentando a dívida bruta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí está uma... A Sra. Fattorelli citou que em 2015 o Tesouro Nacional fez uma emissão...

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – Excessiva.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Excessiva. Acho que a senhora usou um outro adjetivo, mas foi excessiva. Não foi criminosa, alguma coisa assim não? Não? Enfim, mas, de fato, o Tesouro fez essa... O que é que há nessas barras aí? Há o que a gente chama de percentual de rolagem. Quando ele está abaixo de 100%, o que é que o Tesouro Nacional faz? Emite menos título do que está vencendo.

Então, durante todo aquele período ali, daquele quadrado, enquanto o Tesouro fazia superávit primário, tinha condições de emitir menos títulos. Agora, a partir do momento em que o Tesouro não pôde mais, não foi mais capaz de fazer superávits primários, então, ocorre o oposto, aumenta a liquidez e aumenta a dívida bruta.

Dois mil e quinze, especificamente, só para a gente lembrar aqui, foi um ano de muito estresse no mercado financeiro, porque em 2015 ficou claro que o Tesouro tinha, que o Governo tinha um problema fiscal estrutural. Só lembro aqui que o *trigger*, onde começou o estresse no mercado financeiro, só para a gente lembrar, foi com um Ploa enviado, prevendo um déficit de R$30 bilhões. Hoje nós temos saudades daquele déficit de R$30 bilhões que mudou tanto as expectativas dos agentes. Além disso, havia outras coisas, havia o caso da Petrobras... Em muitas reuniões que a gente tinha com investidores, a expectativa era de que o Tesouro ia ter que pôr mais dinheiro na Petrobras. Então, o Tesouro aumentou o seu caixa, fazendo essas emissões excessivas. Em 2017 também houve uma emissão muito grande, mas por outros fatores. Em 2017, o mercado estava muito positivo. Então, o Tesouro aproveitou, a taxa de juros estava caindo, o Tesouro aproveitou para melhorar a composição da dívida, emitindo mais títulos prefixados.

Aí eu tenho, nesse gráfico, a composição da dívida bruta. Dívida bruta é formada por DPF, como eu disse, e operações compromissadas. Então, de fato, com o passar do tempo, aumentou a parcela de operações compromissadas, mas tem-se mantido aí na casa dos 24%, 25%, durante os últimos quatro anos.

Esse aqui é um outro conceito de dívida, dívida líquida. Está aqui, já houve a pergunta. Há a dívida bruta. Ao considerar também os ativos, que são as reservas internacionais, o crédito das instituições financeiras, então, a gente obtém a dívida líquida. De fato, o indicador mais utilizado hoje é a dívida bruta, por uma série de fatores, como o Senador mencionou, as reservas não podem ser facilmente utilizadas, os ativos junto aos bancos oficiais têm uma liquidez diferenciada.

Enfim, falando um pouco da gestão da dívida pública, falando aqui da DPF agora, o Tesouro tem um elevado nível de transparência em todas as suas ações. Divulgamos mensalmente o Relatório da Dívida Pública, a própria equipe do Tesouro Nacional, os coordenadores-gerais fazem a apresentação. Então, todos os indicadores são amplamente divulgados. Além disso, anualmente, temos o plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento da dívida, que é a principal maneira como o Tesouro se comunica com a sociedade em relação à gestão da dívida pública. E, no final do ano, há a prestação de contas, que é o Relatório Anual da Dívida. Então, os objetivos são muito claros.

O retrato do Plano Anual de Financiamento é basicamente esse aí. Temos algumas referências tanto em termos de composição, quanto em termos de estrutura de vencimentos. Então, na composição estão os prefixados, índices de preços e taxa flutuante. São, basicamente, os três principais títulos emitidos no mercado doméstico. Observem que a exposição cambial é muito baixa. São, unicamente, títulos externos.

Temos também alguns indicadores de prazo. Observem ali que o prazo médio da dívida deve-se reduzir neste ano. Fechou 2018 em 4,1 anos e deve haver uma redução este ano. Por quê? Porque o nível da dívida aumentou muito.

Enfim, vou passar rapidamente.

Essa aqui é outra foto. Esse é o perfil de maturação da dívida pública. Eu peguei aqui um corte para 2019.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Vejam como se trata essa questão de compromissadas e DPF. Observem ali em julho. No dia 1º de julho, vencem R$68,7 bilhões de títulos públicos – no dia 1º de julho. Nesse dia, haverá um aumento de operações compromissadas na mesma magnitude, porque o dinheiro está saindo do caixa do Tesouro e está voltando ao mercado. Por mês, o Tesouro faz... As emissões são semanais. Os leilões ocorrem semanalmente. Por mês, o Tesouro emite entre R$40 bilhões e R$50 bilhões. Isso não é feito em um único dia. Então, observem ali: em junho, por exemplo, venceu muito pouco de dívida. Então, as operações compromissadas devem se reduzir, aumentando a DPF, porque o Tesouro vai emitir 40 bilhões do mesmo jeito. Então, depende muito do perfil de maturação da dívida pública. Agora, a dívida bruta é a mesma. A gente está mudando, simplesmente, a composição, com mais compromissadas e menos DPF ou vice-versa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Qual o valor acumulado das compromissadas hoje?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Hoje está cerca de 1,2 trilhão...

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Em abril, 1,324.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Aqui: 1,324, em abril, de acordo com os dados da Sra. Fattorelli.

Isso é da compromissada ou total da carteira do Banco Central?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – O Felipe que apresentou.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Só das compromissadas é 1,3?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Em abril, 1,324.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – E eu chutaria que... Não tenho os dados aqui. Agora, grande...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – É 1,3 de compromissadas, não é?

Os detentores finais das compromissadas não são os bancos. Eles são veículos de ligação entre os detentores finais e o Banco Central. Eles recolhem o dinheiro que sobra na economia. Sobrar talvez não seja a melhor maneira de falar. Está nas mãos dos fundos de investimento. E quem está por trás dos fundos são pessoas físicas ou, eventualmente, institucionais.

Essa aqui é uma foto...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – É remunerada pela Selic?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – As compromissadas, eu acho que o Fernando pode falar melhor. Agora, é algo próximo à Selic, porque ela tem um prazo. Pensem o seguinte: a Selic é uma taxa de um dia. As operações compromissadas vão de um dia a seis meses. Então, existe um negócio chamado curva de rendimentos. Então, dependendo do prazo, pode ser um pouquinho acima ou abaixo da Selic.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – É isso. A referência acaba sendo a Selic.

Isso aqui é uma foto da Conta Única do Tesouro. Observem uma coisa que a Sra. Fattorelli mencionou. De fato, é difícil a gente explicar isso. Hoje, a Conta Única do Tesouro está em cerca de 500 mais 600... Põe aí 1,250 trilhão. Estou arredondando aqui. Esse é o total da Conta Única do Tesouro, e, mesmo assim, o Governo teve que solicitar um crédito suplementar, mesmo com dinheiro em caixa. Por que isso ocorre? Aquela parcela lá... São três grandes subcontas ali, e eu vou focar mais nas duas primeiras. Uma é específica para dívida pública, que contém lá hoje – quer dizer, na data ali, no mês passado – R$650 bilhões. Isso é uma reserva para dívida pública. Então, em momentos de muito estresse no mercado financeiro, o que o Tesouro faz? Ele pode simplesmente não se sujeitar aos níveis de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é um exemplo muito claro. O que eu tenho aqui? Aquela linha ali é o custo de emissão da dívida de título pré-fixado de dez anos, e nas barras eu tenho as emissões que o Tesouro faz. Observem que em maio, em junho do ano passado, as taxas subiram muito. O que o Tesouro fez? Parou de emitir e passou a comprar; o Tesouro passou a comprar – é uma gestão eficiente, uma gestão responsável de caixa. Porque houve a percepção de que os títulos estavam baratos, o nível de risco do mercado estava muito elevado, muito por questões do período eleitoral, então o Tesouro aproveitou como uma oportunidade, usando o quê? Usando o seu caixa da dívida.

A outra parte da Conta Única, os R$594 bilhões, está vinculada. Então, faz parte do que nós temos aqui da nossa rigidez orçamentária e não pode ser facilmente utilizada. Mas, enfim, se o Tesouro emitir mais ou menos, isso não afeta a dívida pública, a dívida bruta, mas afeta a DPF.

Por fim – o tempo já está acabando –, eu só gostaria de falar rapidamente: esses são os detentores da dívida pública, como eles mudaram nos últimos dez anos. A última posição lá: os fundos de investimentos são os principais detentores; previdência também. Então, juntando fundos mais previdência, são 52%. Então, a Sra. Fattorelli falou: "Poxa, mas a gente não sabe quem é, existe um sigilo". Não, não existe sigilo. O Tesouro publica isso mensalmente. Agora, para saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Pois é, a senhora que é auditora, para saber exatamente que o... A senhora consegue saber o CNPJ olhando por exemplo no *site* da CVM: existem lá os vários fundos, existe o CNPJ específico. A senhora, como é auditora, pode ir lá auditar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – É tudo público, está tudo no *site,* tanto da CVM quanto da Susep para o caso da previdência aberta. Isso é muito claro.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (*Fora do microfone.*) **–** Por que vocês não respondem isso?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não sei. Eu nem sei quem é, até pelo sigilo bancário. Eu não posso saber: é o sigilo bancário. Isso tem na apresentação. Como eu disse, é um tema árido e complexo. Existe uma série de definições sobre coisas até como pagamento de juros. Só para citar alguns exemplos aqui: quanto que se paga exatamente de juros? Existem lá as várias definições: de juro da DBGG, que é o conceito nominal da pura apropriação, foram lá R$406 bilhões em 2018. O que o Tesouro divulga é um conceito por caixa, regime de caixa, e não de competência, e é a taxa de juro real: de R$280 bilhões no ano passado.

Outra coisa que a Sra. Fattorelli falou, a questão de incorporar a correção monetária ao principal: o que a senhora falou que é ilegal ou que a senhora falou... Enfim, LRF... Onde é que está... LRF, art. 5º,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º. Vou ler aqui rapidamente: "A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica". Então, a LDO estabelece o quê? Que o principal da dívida deve ser corrigido pela inflação.

Então eu coloquei um exemplo muito simples aqui: imagina uma LTN – é um título pré-fixado. Ele sempre vai pagar R$1 mil na data de vencimento. Então, hoje, supondo aqui que é uma LTN com vencimento em 2022, o Tesouro vai pagar R$1 mil lá na frente por unidade – é o PU, preço unitário. Hoje o preço é R$80, então, o investidor paga R$80 pelo título, lá na frente para receber vai receber R$1 mil... Paga R$800 – desculpa – e lá na frente vai receber R$1 mil. Agora, isso é uma taxa nominal. A gente não sabe qual vai ser a inflação.

Eu coloquei dois casos aqui. No primeiro caso, uma inflação de 10%. Nesse caso, lá na frente, qual vai ser a contabilização? Os encargos nominais serão R$200, independentemente de qualquer coisa; agora, com uma taxa de inflação de 10%, R$80 vai ser a atualização monetária e R$120 serão os encargos reais – com a taxa de inflação de 10%. Se a taxa de inflação for a metade, for de 5%, então muda essa composição; agora, o financeiro não vai mudar. Então, eu estou simplesmente... É uma convenção contábil. Naquele outro caso lá, a atualização monetária vai ser de R$40 e os encargos reais de R$160. Agora, o financeiro não vai mudar, porque trata-se de uma convenção contábil.

Por último, eu só queria ressaltar que aqui eu licitei, fiz a lista das auditorias que ocorreram no Tesouro Nacional relacionados à gestão da dívida pública. Vejam: aquelas do primeiro quadro são de origem do TCU, as do segundo quadro da CGU, sobre os variados assuntos ali. Então, desde 2017, eu não contei ali, mas eu acho que facilmente devem ter mais de 15 auditorias específicas em temas relacionados à gestão da dívida pública.

Bom, vou parar por aqui e permaneço à disposição.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O senhor poderia apenas comentar qual foi o impacto do fim da inflação no tamanho da dívida do País ao longo do tempo? Porque a dívida era alta influenciada pela inflação. Acha que isso aumentou quanto?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Vamos lá. A gente olhando a composição da dívida, cerca de 30% é indexada à inflação, então, com uma inflação menor, isso acaba reduzindo os encargos daquela dívida específica. Por outro lado, a dívida pré-fixada, a rentabilidade acaba sendo um pouco comida pela inflação. Há esse impacto também. Agora, sobre a terceira parcela da dívida, que é indexada à taxa Selic, com uma inflação menor, é possível também reduzir a taxa Selic. Resumindo: a queda na inflação é amplamente favorável para a gestão da dívida pública. Embora a Sra. Fattorelli tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criticado o Banco Central por aumentar a taxa de juros e tal, em longo prazo é mais positivo para a gestão da dívida pública ter uma inflação baixa, porque a taxa de juros...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quero saber do Fernando Henrique para cá, o que impactou no aumento do volume exorbitante da dívida pública a queda da inflação?

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Eu não tenho diretamente essa relação. Agora, são vários pontos que afetam o tamanho da dívida pública. Toda vez que a gente tem um subsídio, esse subsídio acaba sendo financiado pela dívida pública. Os gastos tributários por ano são R$300 bilhões, isso acaba se transformando em dívida pública. Então, eu acho que o principal canal acaba sendo de fato a situação fiscal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. José Franco, eu é que agradeço.

Vou passar a palavra agora ao Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatística do Banco Central do Brasil.

Com a palavra V. Sa.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador Vanderlan. Obrigado pelo convite para participar desta audiência pública.

Eu gostaria de começar apresentando um dado que Senadora Kátia Abreu perguntou sobre o investimento público na OCDE. Eu sei que depois o Felipe Salto vai dar os detalhes e todos os dados, mas uma consulta à internet, no *site* da OCDE, mostra um investimento público, na média dos países que compõem a OCDE, de 3% do PIB. Esse investimento público representa, para os países da OCDE, 15% do investimento total dessas economias, 3% são públicos. Esses 3% são 15% do investimento total e, de acordo ainda com as *highlights* da OCDE, 60% desse investimento público são direcionados à educação e a assuntos econômicos como transporte e infraestrutura.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – À educação e...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Assuntos econômicos como transporte e infraestrutura, 60% desse total. Então, ele mostra também que os investimentos públicos caíram na OCDE, de 2008 para 2016, possivelmente como consequência – aqui não diz isso – também da crise econômica e fiscal que chegou a esses países. Então, esses são alguns números gerais, a partir da pergunta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi feita pela senhora. Tenho certeza de que o Felipe vai complementar com mais dados e informações.

Queria agradecer, além de às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que estão aqui possivelmente há mais de duas horas, às autoridades que compõem a Mesa e começar a minha intervenção dizendo que o Banco Central do Brasil é um ente um pouco distinto das apresentações que foram feitas pelo Tesouro Nacional, que tem entre as suas responsabilidades, como uma das responsabilidades principais, gerir a dívida pública e de uma forma mais ampla fazer a política fiscal do País junto com o Ministério da Economia. Da mesma forma, a Instituição Fiscal Independente, que, como o próprio nome diz, faz estudos sobre a situação fiscal do País; a Auditoria Cidadã, que também se debruça sobre esses temas fiscais; e o Tribunal de Contas da União, que tem a responsabilidade de controlar e monitorar não só os procedimentos que são feitos nessa gestão de dívida pública e temas fiscais, mas também as consequências do impacto.

Qual é a diferença do Banco Central? O Banco Central do Brasil não tem atribuições sobre a política fiscal, não faz parte das suas competências a ingerência na política fiscal do País. As políticas econômicas que estão a cargo do Banco Central são a política monetária e a política cambial, que compõem, digamos assim, a atribuição do Banco Central, duas pernas do famoso tripé macroeconômico do País, que é de uma política monetária de metas para a inflação, buscando garantir a estabilidade de preços; a política cambial de livre flutuação cambial, que constitui uma primeira defesa do Brasil contra choques internacionais; e a política fiscal, que busca, através de superávits primários na magnitude necessária, uma estabilização e posterior redução do endividamento público. Então, duas dessas pernas estão sob a responsabilidade do Banco Central, a política monetária e a política cambial, enquanto que a outra está no Ministério da Economia, a política fiscal.

Dito isso, é evidente que as políticas todas são inter-relacionadas, uma influencia a outra. A decisão do Banco Central de baixar os juros, como foi visto nos últimos mais de dois anos, reduzindo a taxa Selic conforme a situação atual e as perspectivas da inflação, influenciou de forma positiva a evolução da dívida pública e da gestão da dívida pelo Tesouro Nacional, como dito aqui pelo Franco, e também a política cambial de livre flutuação.

Dito isso, no caso do Banco Central, e a minha presença aqui, eu creio que se justifica pelo fato de o Banco Central também ser responsável pela compilação de estatísticas macroeconômicas do País. Em conjunto com o IBGE, cada um com as suas atribuições, o Banco Central é responsável por produzir todas as estatísticas do País referentes ao setor externo, balança de pagamentos, dívida externa, posição de investimentos, estoque de reservas internacionais, e também as estatísticas monetárias e de crédito e as estatísticas fiscais, que, conforme foi visto nas quatro exposições que me antecederam, são os elementos fundamentais para esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o papel do Banco Central aqui é fundamentalmente o de produtor das estatísticas fiscais, que foram utilizadas por absolutamente todas as autoridades que compõem a Mesa. Em virtude disso, eu não trouxe uma apresentação própria, porque acho que todos os números, de todos os dados, já foram explorados.

E então, na apuração de estatísticas fiscais especificamente, o Banco Central, desde 1991, compila as estatísticas fiscais, e exatamente pela credibilidade dessas estatísticas, pelo fato de elas já estarem disponíveis há uma década, quando da edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando se definiu pelo sistema de definição de metas para o resultado primário do Governo central e do setor público como um todo, a estatística produzida pelo Banco Central foi utilizada para avaliar esse cumprimento das metas, de acordo com as mensagens presidenciais, que todos os anos encaminham a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Congresso Nacional.

Então, quais são as estatísticas fiscais que o Banco Central publica? O Banco Central publica as estatísticas dos resultados fiscais, que são compostas pelo resultado primário, que são apuradas pela metodologia abaixo da linha, ou seja, o Banco Central faz a apuração das estatísticas fiscais, de resultado, da mesma forma que o Tesouro Nacional faz.

O Tesouro Nacional utiliza as informações que lhe são próprias, as informações de recebimentos e pagamentos por parte do Governo central, que, em última instância, digamos assim, é o Tesouro Nacional que controla. Então, é nada menos que o total das receitas recebidas de arrecadação de impostos e outras menos as despesas. Dessa forma, o Tesouro Nacional tem o seu resultado fiscal chamado acima da linha, a partir das operações.

E no caso do Banco Central, o dado, a informação que o Banco Central tem dos balanços dos bancos e das outras fontes de financiamento, nós fazemos como se fosse uma estatística espelho dessa estatística acima da linha, chamada abaixo da linha, que são as fontes de financiamento do Tesouro Nacional e dos outros órgãos do setor público. Dessa forma, nós somos capazes de ver, a cada momento do tempo, a cada mês, o estoque de dívida pública, e a partir desse estoque de dívida pública, da variação de um período para outro, nós somos capazes de calcular o quanto dessa variação foi devida a despesas e receitas primárias – e apuramos o resultado primário – e o quanto dessa variação foi devida a juros – e apuramos, então, os juros nominais.

Como disse o Felipe Salto na sua apresentação, os juros nada mais são do que os encargos que existem, que já foram contratados em períodos anteriores, do estoque de dívida existente a cada período. Só existem juros porque existe dívida, e a causalidade, nesse caso, é bem definida.

Exatamente por isso, o legislador brasileiro optou por ter uma meta de resultado primário, que era uma forma de avaliar a política fiscal, digamos assim, a quente, em tempo real. Então, para fins dessa avaliação, ele pensou-se: bom, ocorreu, em diversos governos anteriores, em diversos períodos anteriores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma acumulação de dívida, mas, a partir deste momento em que o Governo incumbente, o Governo em curso é o responsável pela política fiscal, o que ele fez em termos do resultado primário, que é uma coisa que ele pode controlar a partir da expansão de receitas ou da expansão de despesas? Caso a gente queira reduzir o resultado primário, atua-se pela expansão de despesas, ou pela expansão da arrecadação, caso a gente queira ampliar o resultado primário, e, dessa forma, ter uma avaliação de política fiscal.

A estatística utilizada para verificar se o Governo cumpriu ou não as metas é a estatística do Banco Central, que é calculada pelo Departamento de Estatísticas a partir das fontes de financiamento. Essas mesmas fontes de financiamento permitem, portanto, que o Banco Central divulgue as estatísticas de dívida tanto do setor público como um todo.

E foi muito falada aqui a diferença entre a dívida líquida e a dívida bruta, em termos de a dívida líquida ter considerado os ativos. Então, isso significa que a dívida bruta está por volta de 78% do PIB e a dívida líquida por volta de 52%, ou seja, 26% do PIB são ativos que o setor público tem em diversos níveis, fundamentalmente as reservas internacionais, que são um seguro importante para a estabilidade macroeconômica do País, e também empréstimos ao BNDES e outras modalidades. Mas, além disso, a dívida líquida é um demonstrativo mais completo da situação fiscal porque ela abrange todo o setor público, enquanto que a dívida bruta abrange basicamente o Governo geral, que são o Governo central e os governos subnacionais.

Mas, enfim, a função do produtor de estatísticas é exatamente disponibilizar a maior quantidade de estatísticas possível, o maior detalhamento e o maior nível de desagregação dessas estatísticas. A gente divulga tanto os ativos e passivos do setor público por esferas do Governo central, dos governos estaduais e governos municipais e, separadamente, as suas empresas estatais, de tal forma que essas estatísticas possam subsidiar toda essa discussão que nós temos tido aqui e contribuir para as definições de política que são adotadas tanto pelo Governo quanto Parlamento em sua atividade legislativa.

Dito isso, a gente já viu os números da estatística de dívida bruta. A dívida bruta começou a crescer em 2015 e, hoje, está no seu maior nível da série do Banco Central que inicia em 2006: 78,8% do PIB. Esse dado é de abril. A estatística para o mês de maio vai ser divulgada nessa sexta-feira agora pelo Banco Central.

E um tema a tratar ainda sobre dívida bruta é a diferença, já falada aqui, entre o critério do Banco Central e o critério do FMI. É importante ressaltar que ambos os critérios são calculados pelo Banco Central. Embora se utilize a dívida bruta no critério do FMI, ou seja, na metodologia do FMI, que busca uma comparabilidade internacional, esse número é calculado pelo Banco Central do Brasil, publicado na página de internet do Banco Central do Brasil e enviado ao FMI.

A diferença, como o Franco já antecipou, é que, do total de títulos públicos que o Banco Central tem para fazer política monetária, existe uma parte que está atualmente em uso, nas operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromissadas, e outra que está na carteira. Esses títulos na carteira do Banco Central foram recebidos pelo Tesouro sem contrapartida, sem que o Banco Central tivesse que comprá-los, ou diretamente do Tesouro, ou em mercado. Por esta razão, não houve fluxo financeiro do Banco Central para o Tesouro, e a gente entende que eles têm uma qualidade diferente – estão separados, estão na carteira do Banco Central, não influenciando o mercado – e não são considerados no estoque da dívida. Como o FMI tem que fazer uma estatística geral, para todos os países, independentemente da sua institucionalidade específica, nacional, ele considera esse estoque, mas o Banco Central divulga regularmente, mensalmente, nas estatísticas, esse estoque, que hoje está ao redor de R$500 bilhões.

Por fim, em relação à transferência de resultados entre Banco Central e Tesouro Nacional, que tem ampliado tanto os estoques da conta única depositados no Banco Central quanto os estoques de títulos que o Banco Central tem em carteira, neste ano, o Legislativo brasileiro aprovou uma lei com a nova relação entre o Banco Central e o Tesouro Nacional que, de uma forma resumida, acaba com essa assimetria dos fluxos. Quando o Banco Central tem lucro, ele repassa esse lucro na forma de um depósito na conta única ao Tesouro Nacional e, quando tem prejuízo, ele recebe títulos públicos do Tesouro Nacional. Então, essa nova regulamentação, essa nova legislação sobre a relação entre Banco Central e Tesouro Nacional acaba com essa troca de fluxos que são assimétricos e, portanto, não se anulam – nós mandamos dinheiro e recebemos títulos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Dessa maneira, a partir da semana que vem, a partir de 1º de julho, quando a lei entra em vigor, o que passará a acontecer é que, no caso dos resultados cambiais do Banco Central do Brasil, se forem positivos, eles serão depositados numa conta de reserva de resultados dentro do Banco Central do Brasil e não serão mais transferidos ao Tesouro Nacional. Da mesma forma, quando as operações cambiais do Banco Central tiverem prejuízo, elas serão debitadas nessa conta e isso não mais implicará uma emissão de títulos do Tesouro Nacional para o Banco Central.

A emissão de títulos do Tesouro Nacional para o Banco Central está limitada a casos extremos, em que a carteira livre do Banco Central esteja em níveis muito baixos e isso possa ser visto como uma limitação para a realização das operações de política monetária do Banco Central.

Como todos sabemos, desde a Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001, o Banco Central não emite mais títulos para fazer suas operações e, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro, as operações de política monetária são feitas mediante o controle das condições de liquidez da economia para que a taxa de juros que o Copom decide a cada 45 dias seja realmente a taxa de juros efetiva das operações curtas, de um dia, como mencionou o Franco, no mercado interbancário. Isso ocorre no Brasil e em todos os países desenvolvidos do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma coisa interessante é que, como cada país tem sua institucionalidade, no caso do Banco Central dos Estados Unidos, do Federal Reserve System, como são filiais independentes, o *board* do Federal Reserve, em todas as reuniões, decide a sua taxa de juros e, em ato contínuo, ele emite uma diretriz para o Federal Reserve de Nova York para que este conduza operações de mercado aberto nas condições necessárias para que a taxa de juros definida pelo – digamos assim – Copom do Banco Central americano seja, de fato, a taxa prevalente no mercado.

Da mesma forma, aqui no Brasil, o Copom, ao definir a sua taxa de juros, implicitamente determina que o Departamento de Mercado Aberto do Banco Central (Demab) conduza essas operações nos montantes necessários para que a taxa de juros do Copom seja efetiva e possa, de fato, controlar as condições da economia e fazer com que a taxa de inflação permaneça na meta, estável e de forma previsível.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Agradeço ao Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatística do Banco Central do Brasil, pelas suas colocações muito importantes.

Devido ao horário e ao fato de alguns Senadores terem compromissos, quero passar já para as perguntas.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar convidado.) – Presidente Vanderlan, primeiramente os cumprimentos pela iniciativa importante de V. Exa. de promover o debate desse que é, sem dúvida nenhuma, o grande desafio para este País, e também as minhas homenagens aos que participam desta audiência pública.

Vou diretamente ao ponto.

Eu concordo com a Maria Lucia quando afirma que mais grave do que a dimensão da nossa dívida foi a utilização dela: não houve investimento, não há retorno, apenas engordamos os patrimônios monumentais de grandes banqueiros do nosso País e do exterior.

Eu quero enaltecer o Tribunal de Contas da União que prontamente atendeu a um requerimento de nossa autoria e ofereceu o resultado de uma auditoria. Evidentemente que não tem a profundidade necessária, já que não há as condições essenciais para uma auditoria do porte que exige a dívida pública brasileira, mas o esforço do Tribunal de Contas é louvável, e faz algumas recomendações importantes como, por exemplo, o cumprimento do art. 52 da Constituição, que institui a necessidade de estabelecermos limites para o endividamento público no nosso País, o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe a instituição de um conselho de gestão e outras recomendações como, por exemplo, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registro eletrônico com uma plataforma, propondo maior transparência para que a sociedade possa conhecer os detalhes do endividamento dos entes federados, Municípios, Estados e União. Nós não sabemos absolutamente nada em relação a esses detalhes que são importantes, como diz a nossa convidada Maria Lucia, aqueles que pagam os impostos. Além disso, também uma plataforma para o lançamento dos títulos públicos, notadamente em relação a operações compromissadas. O Tribunal de Contas não afirma taxativamente, mas coloca um indício de suspeição em relação ao privilégio que detêm os *dealers* na negociação, na rolagem da dívida pública brasileira, faz algumas recomendações em relação a esses temas.

Eu vou até indagar diretamente... Eu até peço desculpas, porque não vou poder ficar ouvindo a resposta, já que tenho uma reunião com a minha bancada, que me aguarda em meu gabinete. Obviamente, eu depois saberei a resposta ou ouvirei do meu gabinete com a bancada reunida.

Na verdade, o Tribunal de Contas determinou à Secretaria-Geral de Controle Externo que realize auditoria específica com o intuito de avaliar a eficiência e a transparência do mecanismo de *dealers* dos títulos do Tesouro brasileiro, com a realização de testes substantivos, estatísticos ou preferencialmente utilizando ferramentas de análise de dados e inteligência artificial que possam efetivamente identificar operações ou grupos de operações eventualmente fora do padrão – nós queremos saber se essas providências já foram adotadas –; determinou à Secretaria do Tesouro Nacional que apresente ao Tribunal de Contas, no prazo de 60 dias, um plano de trabalho e o correspondente cronograma com proposta de solução visando disponibilizar o registro eletrônico centralizado com informações dos entres das três esferas, como afirmei anteriormente. A outra determinação: determinar ao Banco Central do Brasil, à Secretaria de Orçamento Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional que, no prazo de 180 dias, realizem estudo acerca do intervalo desejável para a manutenção do estoque de operações compromissadas e do nível de reservas internacionais em face das peculiaridades da economia nacional.

Eu verifico que o Banco Central solicitou ao Tribunal de Contas que o desobrigasse dessa tarefa, considerando não haver nenhum indício de que a autoridade monetária esteja se descurando do adequado monitoramento do nível de reservas internacionais ou de sua atuação no controle da liquidez. Eu entendo diferente, acho que o Banco Central deve, sim, explicações em relação a essas operações compromissadas especialmente. Creio que o Tribunal de Contas faz muito bem em requerer do Banco Central esta providência: determinar ao Banco Central do Brasil e à Secretaria de Orçamento, em 180 dias, estudo acerca do intervalo desejável para a manutenção do estoque de operações compromissadas, como já dissemos.

Ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central do Brasil e à Secretaria do Tesouro Nacional, fica a recomendação de que, em 180 dias, apresentem plano de trabalho e o correspondente cronograma com proposta de solução visando disponibilizar plataforma digital para a negociação de títulos públicos e a realização de operações compromissadas, contendo ainda o planejamento de módulos de controle e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento, utilizando-se de ferramentas tecnológicas, a exemplo de análise de dados e inteligência artificial, para predizer e evitar operações irregulares e antieconômicas com o uso desses recursos.

Portanto, são algumas das recomendações. Eu fico por aqui em razão do tempo que me é conferido pela Presidência, mas eu creio que são recomendações essenciais. Inclusive, apresentamos aqui um projeto para discutirmos, no Senado, a limitação, os limites do endividamento público, conforme impõe o art. 52 da Constituição. Eu creio que seria adequado o Poder Executivo aprofundar uma discussão conosco. Nós temos aí certamente o Instituto Fiscal Independente a nos assessorar nessa tarefa, e o Senador Vanderlan, que tem sido o interessado muito preocupado com essa questão da dívida pública no Brasil, pode também participar liderando um procedimento nesta Comissão de Assuntos Econômicos para chegarmos a um consenso em relação a essa possibilidade de estabelecermos limites para o endividamento.

Enfim, Presidente, este assunto é complexo, nós sabemos disso. Não há como ignorar a sua complexidade, mas estamos devendo, e muito, em relação a uma administração competente da dívida pública do País, que realmente não se compara com outras nações que se endividaram, mas investiram, e hoje auferem os resultados produtivos dos investimentos que realizaram e podem pagar o endividamento contraído com segurança e com tranquilidade.

Portanto, Sr. Presidente, este é o grande desafio do momento no nosso País. De nada adiantarão as outras reformas se nós não chegarmos a uma equação competente para uma administração eficiente da nossa enorme, da nossa gigantesca dívida pública comparativamente ao Produto Interno Bruto. São indagações que deixo.

Infelizmente vou ter que me retirar, mas vou acompanhar a resposta lá do meu gabinete pela televisão, enquanto me reúno com os meus parceiros da Bancada do Podemos.

Muito obrigado, Presidente. A minha saudação a todos os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Alvaro Dias, eu tenho acompanhado nas redes sociais a sua preocupação com relação à dívida pública, e o senhor foi o primeiro a chegar aqui, até antes do autor do requerimento, e acompanhou a reunião até agora. Com certeza, o que nós vimos aqui hoje no debate foi essa preocupação, e é bem mais complexo mesmo. Então, com certeza todos nós ganhamos aqui. Eu quero agradecer ao senhor a sua participação.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não está.

Kátia Abreu. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava inscrita, mas também não está.

Sr. Oriovisto. (*Pausa.*)

Então, a Senadora Zenaide tem a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia ao Sr. Presidente Vanderlan, à nossa Maria Lucia Fattorelli, a José Franco Medeiros, a Fernando Alberto, a Felipe Salto e a Alessandro.

Este é um assunto... Economia e tributação eram uma caixa-preta, mas a população hoje já chama a atenção sobre isso. Então, eu queria fazer aqui alguns questionamentos a vocês.

O Brasil, como a gente vê aí, bota quase 50% do Orçamento... Está lá 2017, que me chamou a atenção, porque 2017 foi quando surgiu aquela PEC do Teto: durante 20 anos nós não vamos investir em saúde, educação, segurança pública – pasmem: segurança pública, que é um dos assuntos que, pela primeira vez... Eu sou médica de formação, e sei que o povo exigiu mais segurança do que saúde e, no orçamento, há menos de 0,5%. É daí que virá a minha primeira pergunta.

Eu vi aí o Japão como exemplo. Como foi mostrado aqui, os países desenvolvidos podiam, a dívida pública... Porque a gente ouvia falar como se o Brasil fosse o único que tivesse dívida pública. Daí vem a pergunta: por que o Japão pode se endividar e investir em infraestrutura, gerando emprego e renda? Será que é porque o Japão não chama os bancos e diz que não vai dar quase 50% do seu orçamento todos os anos para os bancos em detrimento do desenvolvimento do país?

A pergunta é esta: a remuneração de caixa dos bancos é real? Se não é, por que o Banco Central tem um projeto de lei aqui querendo legalizar? E a gente está vendo que é uma extorsão que se faz quando se fala em mil reformas, mas se tem isso aí provado pelos valores que os senhores falaram aí.

Por que não auditar? Por que essa dificuldade de auditar se está na própria Constituição? Por que a redução – isso me chama muita a atenção – da taxa Selic não chega ao povo? A gente não vê essa redução de inflação. Sou dona de casa e sou eu que faço minha feira livre, que vou ao supermercado e, na verdade, eu não vejo essa redução de inflação. Na verdade, eu vejo, em alguns casos, algo mais grave: redução de inflação pela recessão – as pessoas não compram, e eles têm que liquidar os produtos. Eu vejo isso diariamente: não chega ao consumidor.

Por fim: alguém acredita – desmontaram a CLT dizendo que isso ia gerar emprego e renda – que essa reforma da previdência, que dizem que é para tirar privilégios, mas começou justamente pelas pessoas com deficiência e com os trabalhadores rurais... É que a MP 871 já fez uma minirreforma. Se olharem... Se fosse só um pente fino, tirava os privilégios de quem está fraudando – e tem que tirar –, mas eles mudaram as regras das concessões principalmente para os trabalhadores rurais e para as pessoas com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito, amigos, que nós temos que sentar, e o Governo tem que ter um plano. Aqui não é questão de ser partido A, B, C, isto aqui é gente em defesa do País, entendeu? Nós temos um governo que o povo elegeu. Cabe a nós minimizar... E se a gente não investir nos setores, como construção civil... Vocês dos bancos, eu costumo mostrar... Por que bancos estatais com lucros estratosféricos, matando a construção civil? E não há como dizer que não é. Três semanas atrás eu fui procurada por jovens engenheiros que investiram no Minha Casa Minha Vida: dez casas, recebiam da Caixa Econômica, aí começavam de novo. Esse povo está há um ano sem receber. Os imóveis estão prontos, a Caixa com no mínimo cinco pessoas aptas a comprar, e ninguém investe. E eu digo que a construção civil é o que emprega do homem rude ao doutor e alavanca a economia.

Eu sei que são bancos, são investidores, mas eu acho o seguinte: o capital que só investir no capital especulativo e não em emprego e renda, agricultura familiar, construção civil, infraestrutura... Só no meu Estado – eu sou do Rio Grande do Norte – há mais de 500 obras paradas do Governo Federal, desempregando as pessoas. E, veja, de onde tirar?

Eu lhe digo o seguinte. Não é desidratando – como médica, ouvi muito esse termo "desidratação", mas agora está na moda –, não é só fazendo reforma... Claro que a gente quer que se tirem os abusos, mas não é por aí, nós temos que gerar emprego e renda. Eu não sou economista – vocês realmente são autoridades nisso aí –, mas eu lhes digo o seguinte: se tirou o poder de compra do povo, tirou o poder de venda do comércio, tirou o poder de venda da indústria, o Governo não arrecada e, então, nós vamos ter uma seguridade realmente deficitária.

Mas as perguntas são justamente sobre isso e sobre o Japão, do qual a gente ouve falar. Por que essa remuneração de caixa dois? Se ela não é ilegal e se não existe, por que há um projeto de lei querendo que a gente legalize?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só vou passar aqui a dinâmica, porque eu não falei no início: nós vamos fazer as perguntas e depois a Mesa responde.

Com uma palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Boa-tarde a todos, aos componentes da Mesa, aos Senadores.

Vanderlan, você trouxe um tema muito importante para o Brasil. Eu acho que o que mata a economia do Brasil é realmente a dívida, é a dívida. Eu fui bancário muitos anos, não tenho nada contra banco, mas acho que o Banco Central do Brasil é feito, do jeito que está, para ajudar os banqueiros e não o povo.

Eu quero fazer uma coisa simples aqui, uma composição simples, Vanderlan, porque muita gente que não entende de orçamento está nos vendo. Eu tenho um emprego, ganho x, a minha despesa está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto com o meu salário; aumentou a despesa, o que é que eu tenho que fazer? Eu vou ao mercado e tomo dinheiro emprestado para cobrir o meu déficit. Eu não estou dando conta de pagar as despesas minhas, então quer dizer que o juro vai ser capitalizado – isso para eu pagar as despesas. Se não for assim, arrumo um emprego para aumentar a minha renda, mas não tem como eu ter um emprego a mais porque já estou no limite. Aí é mais ou menos assim: eu tenho que cortar as despesas, mas não tem como cortar as despesas, assim está o Brasil.

Mas eu queria perguntar à Maria e aos funcionários do Banco Central, aos diretores, o seguinte. No meu tempo de bancário, o dinheiro do depósito à vista, que é do contribuinte... É meu, não é de ninguém; eu estou com R$1 mil aqui, o dinheiro é meu, eu vou ao banco e deposito. Ele ficava, 20%, para os bancos e, 80%, para o governo jogar no mercado, controlar a inflação e realmente pôr dinheiro no mercado. Hoje parece que 80% desse dinheiro fica com os banqueiros e 20% com o Banco Central. Quando sai uma falência, dinheiro do compulsório, que são depósitos à vista, está ali onde remunera o pessoal? É outra coisa. Então, é mais uma forma pela qual o banco ganha dinheiro com dinheiro da gente, porque ele está emprestando o próprio dinheiro dele para mim. É mais ou menos isso aí.

Eu queria entender quanto a esse depósito compulsório: não tem como nós mudarmos isso e deixarmos o povo brasileiro usar esse dinheiro? É que na outra vez que vieram aqui, eles disseram o seguinte. Eu fiz a mesma pergunta, e ele me respondeu: "Olha, isso aí é para alimentar os caixas eletrônicos." Eu achei a resposta meio simples, porque é muito pouco dinheiro do povo para alimentar os caixas. A resposta que ele me deu foi essa. Eu não tive coragem nem de falar com ele. Falei assim: "Realmente, ele está brincando com a gente!"

Eu queria que vocês me explicassem o que é feito do depósito à vista, o que os bancos fazem com esse dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Como é de praxe nas Comissões, antes de passar aqui para as respostas às perguntas feitas pelos Senadores e Senadoras...

Primeiro eu queria perguntar à Senadora Renilde se tem alguma pergunta a fazer, alguma observação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigada por sua presença, Senadora, nos honra muito.

Como é de praxe, há várias perguntas no Portal e-Cidadania. Eu sou Presidente da CCT, Comissão de Ciência e Tecnologia, e lá as perguntas que chegam não chegam nessa quantidade. É que o tema é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer só a leitura das perguntas dessas pessoas, que respeitosamente as fizeram através do Portal e-Cidadania.

Vamos começar aqui pela Clara de Melo, da Bahia: "Por que é tão comum no Brasil o perdão de diversas dívidas quando se trata de bancos?"

Claudio Barbosa, do Distrito Federal: "A dívida pública consome boa parte dos recursos do País. Um projeto de lei limitando a utilização de recursos com a dívida seria apropriado?"

Alexandre Souza, do Rio de Janeiro: "Do orçamento total (secundários, gastos com juros e serviço da dívida), quanto a União gastou com a rolagem da dívida pública?"

Creio que na apresentação já foi respondida grande parte dessas perguntas.

Cesar de Aguiar, do Rio de Janeiro: "É preciso com urgência efetuar a inadiável e constitucional auditoria da dívida pública! Até quando seremos escravos do sistema financeiro?"

Alexandre Souza, do Rio de Janeiro: "Há alguma lei que impeça a tributação dos rendimentos financeiros atrelados à dívida pública?"

Denise Carneiro, da Bahia: "Não é justificável o medo dos governos de cumprir a Constituição Federal e realizar a auditoria da dívida pública. É desarrazoado!"

Carolina Cezar, do Distrito Federal: "As dívidas públicas ainda existem devido à falta de transparência e fiscalização do Estado."

Antônio dos Santos, da Paraíba: "Em vez de o governo tirar 40% do orçamento para destinar aos muito ricos, não poderia utilizar sua totalidade em benefício de toda a Nação?"

Rosemary Farias, do Piauí: "Política monetária brasileira remunera sobras de caixa dos bancos elevando dívida pública. Por que o Senado não acaba com essa ilegalidade?" Isso foi falado aqui.

Antônio dos Santos, da Paraíba: "O sistema financeiro é superprivilegiado, e por que o mesmo não poderia bancar parte dessa dívida?"

Antônio Barbosa, da Paraíba também: "Sem auditoria sobre a dívida pública, toda discussão será vã. Que a CAE aprove requerimento e realização da auditoria."

Antônio dos Santos, também da Paraíba: "A crise econômica e os atropelos na economia brasileira são muito seletivos. Os bancos acumulam vultosos lucros!"

Loisleyne Santana, do Paraná: "Deveríamos ter lucros quando o governo lança esses títulos de dívida pública e não prejuízos, pagando juros sobre juros."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Siqueira, do Paraná: "Quais as soluções para a alta dívida pública?"

Nubia Silva, do Rio de Janeiro: "Existe um planejamento previsto para que seja equacionada a questão da dívida pública?"

Paulo Fernando, do Rio de Janeiro: "Muitos não entendem o que é a dívida pública, sua importância e por que ela ainda existe. Então, acho que a transparência [...] é fundamental."

José Francisco, de Roraima: "Por que existe dívida pública se somos mais de duzentos milhões de brasileiros consumindo e pagando as mais altas taxas de impostos e juros?"

Eder Silva, do Rio Grande do Sul: "O Bird não recomenda reformas para retomada de crescimento econômico, nem o financiamento da dívida pública. [...] [Reais] na mão do povo é a solução!"

Gustavo Saude, de Santa Catarina: "Com PIB de 5,5 trilhões, arrecada 2,2 e paga 1,4 em juros e amortizações + 40% orçamento. Moratória em 50% aos bancos seria solução."

Hercules Kehl, de Santa Catarina: "Os juros da dívida pública são o mal do qual quase não se fala. [...]"

Luan Carlos Pereira, também de Santa Catarina: "Quais as propostas ou medidas a serem adotadas pelo Senado Federal para que ocorra a solução da dívida pública?"

Denilson Domingos, de São Paulo: "O sistema da dívida pública é sem dúvida o câncer da sociedade brasileira como disse a ex-auditoria da Receita Federal Maria Lucia Fatorelli."

Denilson Domingos, de São Paulo: "Queremos saber que medidas estão sendo tomadas, pois sabemos que os verdadeiros corruptos da Nação são o mercado e sua rede criminosa."

Henrique Tomaz, de São Paulo: "O Bacen é credor de R$1 trilhão com operações compromissadas. Essa forma de operacionalizar a política monetária não é a grande culpada pelo rombo?"

José Santos, de São Paulo: "É urgente a auditoria da dívida pública brasileira!!!"

Paulo Nani, de São Paulo: "Por que não se limitam os juros dos bancos e dos rentistas em papéis da dívida? Aplausos para o PL 79/2019."

Também Paulo Nani, de São Paulo: "Quais os resultados efetivos se a dívida pública fosse desindexada de imediato? [...]".

Em respeito a todos que participaram, fiz a leitura. Peço que a Comissão depois passe essas perguntas ao pessoal da Mesa.

Eu gostaria agora de passar à Mesa, que está respondendo às perguntas dos Senadores e das Senadoras. Aí, vocês, de acordo com as perguntas, decidem como vai ser...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pode ser.

Estou ouvindo a sugestão aqui. O Alessandro começou a falar, então, começa pela ordem o Alessandro.

Só vou pedir que seja um pouco breve devido ao horário.

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – O.k. Obrigado, Senador.

Respondo ao Senador Alvaro Dias.

Na verdade, ele falou bem melhor do nosso trabalho do que eu pude apresentar aqui no período em que apresentei, entrou muito mais em detalhes. Essas recomendações que foram feitas pelo Plenário do Tribunal de Contas já estão sendo providenciadas. Por exemplo, essa ferramenta para acompanhar os leilões e as ofertas dos leilões dos títulos da dívida vai ser iniciada, o levantamento da base de dados para coleta de dados pelo Tribunal junto ao Banco Central e o Tesouro Nacional vai ser iniciado em setembro. A partir daí a gente imagina que um dos objetivos dessa ferramenta seja auxiliar o próprio TCU na fiscalização disso, porque aí vai na outra recomendação, que é a fiscalização do sistema de dívidas. O outro sistema, o Sadipem, a gente vai retomar, Na verdade, já há uma grande quantidade de informações com detalhes já divulgados no Sadipem com relação a Estados e Municípios, operações de dívida de Estados e Municípios. Faltava, na época em que a gente analisou, agregar as informações da União, apesar de que todas as informações da União também já constam do *site* do próprio Tesouro, mas em outros ambientes...

O que mais? Com relação aos estoques: também existe uma recomendação para se avaliar a relação das compromissadas.

Reservas internacionais: também é outro trabalho que a gente deve iniciar agora em julho, a gente até se comunicou com o Banco Central sobre isso, vai fazer um levantamento.

Sobre a plataforma digital, que foi uma recomendação também, para negociação de títulos públicos: a gente já sabe que já foi informado pelo próprio Banco Central e Tesouro sobre essa questão do desenvolvimento da plataforma. A gente vai, no momento do monitoramento, analisar essa proposta.

No que toca... Há uma pergunta da Senadora Zenaide: por que não auditar? É uma pergunta recorrente que o Senador Vanderlan leu aqui vindo das redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Do e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Na verdade, o próprio representante do Tesouro Nacional, José Franco, apresentou uma lista de trabalhos de auditoria que o Tribunal de Contas tem realizado. Não sei qual foi o prazo que ele apresentou, mas nos últimos anos. Então, há bastante auditoria já realizada. Imagino que o dever de casa que eu levo, que a gente do Tribunal leva, é comunicar melhor, acho que talvez esteja faltando comunicar melhor para a sociedade e para o próprio Parlamento o resultado dessas nossas auditorias. Então, é um dever de casa que a gente leva.

Obrigado.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Obrigado pelas perguntas.

O Senador Alvaro Dias coloca a questão dos juros, dos bancos, das compromissadas, que é uma questão que perpassa, de certa forma, todos os comentários dos nobres Senadores e Senadoras.

O ponto central é que o juro é a consequência da política fiscal. A gente tem a demanda agregada e a oferta agregada. Esse modelo de oferta e demanda agregada, que é amplamente ensinado nos cursos de Economia – e a gente aprende lá –, é que gera uma certa taxa de juros, um nível, a taxa neutra, como é chamada, aquela que não acelera nem desacelera a inflação. A partir disso é que o Banco Central vai definindo a sua política de juros com vistas ao controle e ao atingimento da meta de inflação.

Esse pano de fundo é importante porque é evidente que o peso do gasto financeiro, do gasto com juros, é muito elevado no Brasil, por isso é que nós temos um déficit primário de 1,6 a 1,7, uma conta de juros de 5,5% do PIB e um déficit nominal total de 7% a 7,2% do PIB, quando já computadas as despesas financeiras líquidas das receitas financeiras.

A questão é que o jabuti está em cima da árvore, mas como é que a gente faz para ele descer? Não basta dizer: "Então, olha, Banco Central, reduza a taxa de juros a zero da noite para o dia que, de repente, nós vamos começar a pagar 0% sobre os títulos emitidos." Isso automaticamente geraria o efeito oposto. Primeiro, porque a inflação dispararia e, segundo, porque o Banco Central, alguns dias depois, teria que começar a aumentar os juros para conseguir que o Tesouro financiasse o seu déficit. Então, essa relação é muito intrincada e complexa.

O juro é uma consequência da política fiscal e dos outros fatores de pressão da demanda agregada. Agora, isso não anula ou não impede que se façam investigações e auditorias. Quanto mais, melhor! O próprio Franco mostrou aí a lista de auditorias que já foram feitas. Nós, na Instituição Fiscal Independente, não temos um mandado para fazer auditorias, mas temos um mandado para fazer estudos, relatórios, pareceres, notas técnicas, e temos feito isso.

E cabe registrar que a transparência dos *sites* do Tesouro e do Banco Central aumentou muito. Existe um *site*, por exemplo, que se chama Tesouro Transparente. Representantes da IFI estiveram lá, no Tesouro, conhecendo as pessoas que cuidam desse *site*, demos até algumas sugestões. O Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem um sistema, que é o SGS, o Sistema Gerenciador de Séries Temporais, que é amplamente utilizado por todos os analistas, economistas. Todo mundo aqui que fez apresentações certamente bebeu daquela fonte. Então, quanto mais transparência, melhor.

Agora, além de transparência, é preciso agregar análise, agregar também a interpretação desses dados.

Um contraponto que eu faria à Maria Lucia seria quanto à utilização dos dados em termos nominais, porque ela utiliza os dados em termos nominais para comparações ao longo do tempo. A nosso ver, a utilização dos dados ao longo do tempo deveria ser controlando a inflação ou, então, em porcentagem do PIB, porque, senão, dá a impressão de que aumentou muito uma certa variável, enquanto... Em relação ao quê? Porque o PIB também aumentou muito em termos nominais. Então, acho que esse tipo de comparação seria interessante para agregar às análises da Auditoria Cidadã.

Quanto à PEC do Teto, a Senadora Zenaide coloca a questão de que a PEC do Teto gera uma restrição fiscal muito grande. De fato, há um diagnóstico de que a despesa cresceu muito. A despesa primária cresceu 6% ao ano em termos reais ao longo dos últimos 20 anos. A questão é que, durante algum tempo, no período da chamada bonança externa, quando os preços de *commodities* cresceram muito, nós nos beneficiamos disso e o PIB cresceu, mais de 4%. Então, foi possível que as receitas sustentassem esse avanço. Agora, na época das vacas magras, esse aumento de despesa está mais exacerbado, está mais visível a olho nu, tanto é que nós estamos com um déficit de 139 bi – que é a meta fiscal deste ano, a meta de déficit primário –, sem mencionar o déficit nominal.

A PEC do Teto não é a vilã a nosso ver, ela é parte da solução, porque ela é uma espécie de vitrine que explicita a restrição orçamentária, quer dizer, o teto ajuda a gerar um compromisso na direção de controle dos gastos. Nós temos feito as contas de simulação de como o teto vai evoluir ao longo do tempo – eu mostrei na apresentação – e, basicamente, o teto, se nada for feito – mudanças nos gastos obrigatórios, o que inclui previdência, pessoal e outros gastos obrigatórios –, dificilmente o teto será cumprido para além de 2022. Então, o rompimento do teto vai ser uma realidade se a lição de casa não for feita do lado dos gastos. Claro que o ajuste fiscal pode ser feito também com receitas, mas a nossa carga tributária não é pequena.

Quanto à comparação com o Japão, que eu até coloquei naquele gráfico que eu mostrei, ela é importante, porque muitas vezes se diz: "Olha, por que que os países desenvolvidos podem ter níveis elevados de dívida e nós não podemos?" Porque eles têm um custo de endividamento muito mais baixo, juros muito mais baixos. "Ah, então vamos reduzir os nossos juros!" Vamos. Só que, para reduzir os nossos juros sem gerar inflação, nós temos que tirar os fatores de pressão da demanda agregada, que, basicamente, hoje vêm do setor público. Nós gastamos demais, isso gera pressão inflacionária. E não é só preço administrado: os preços livres também. Hoje nós temos uma ociosidade grande na economia, mas basta começar uma recuperação que o hiato do produto começa a se fechar e você começa a ter de novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas pressões. Então, o Banco Central faz o trabalho dele no sentido de cumprir o mandado de metas de inflação. O juro é consequência, não é?

Só para terminar: o Senador Luiz do Carmo também comentou sobre a questão dos depósitos compulsórios, depósitos à vista, mas acho que o colega Fernando vai ter mais propriedade para responder a essas questões que tocam ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Antes de passar para a Maria Lucia, eu convidaria o Senador Luiz do Carmo a assumir a Presidência. Eu vou me ausentar por uns minutinhos.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Eu agradeço as perguntas dos Senadores, das Senadoras e dos internautas também. Vou procurar respondê-las.

Ressalto aqui a observação do Senador Alvaro Dias, que já vem há alguns anos estudando a questão da dívida pública, que pontuou a ausência de contrapartida da dívida brasileira. A dívida pública brasileira se tornou um grande negócio financeiro, essa é a verdade que os dados mostram. A Auditoria Cidadã da Dívida tem denunciado isso, esses mecanismos financeiros que geram dívida pública, que fazem a dívida pública se multiplicar por ela mesma.

O Brasil é o único país que atualiza monetariamente, de forma cumulativa e automática, a dívida pública. A atualização monetária é a remuneração! Criaram, aqui no Brasil, uma nova remuneração, na medida em que o Tesouro separa ali... E não há fundamento legal que diga: "É para atualizar a dívida pública."

Aquele arremedo de legislação que foi citado aqui, na Mesa, só fala de um índice. Quer dizer, fala assim: "A atualização não pode ultrapassar o IGP." Que atualização? Onde é que está o dispositivo que manda atualizar? Não existe! Não existe!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Não, a LDO é um parâmetro que diz também que não pode ultrapassar anualmente o IGP, é só um parâmetro. Não há um dispositivo que mande atualizar.

E mais: em 2017, o IGP foi negativo, e foi feita a atualização!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Maria Lucia, só para complementar: será que não é uma questão contábil?

A SRA. MARIA LÚCIA FATTORELLI – Não, não. Eu não te interrompi. Eu não te interrompi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Será que não é só uma questão contábil?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – Não. Calma aí.

Em 2017 o IGP foi negativo, e foi feita uma atualização. A Auditoria Cidadã fez pedido de requerimento: "Que atualização vocês fizeram?" O Tesouro não respondeu. Nós recorremos à CGU. A CGU não respondeu. Então, há muita coisa errada. Fica aqui a dica para o TCU olhar isso.

Sistema eletrônico de acompanhamento da dívida: precisa aumentar ainda, e muito, a transparência. Até hoje, 2019, século XXI, o Banco Central tem a coragem de colocar suas estatísticas em planilhas de Excel! Até hoje! O privilégio dos bancos é impressionante, até o FMI fala que o volume de reservas do Brasil é exagerado! O FMI fala!

Então, essas foram, basicamente, as colocações do Senador Alvaro Dias que eu queria pontuar.

Senadora Zenaide, por que quase a metade do orçamento todo ano vai para a dívida? Por conta desses mecanismos, e a dívida não tem uma contrapartida em investimentos, como o próprio TCU já colocou e os dados demonstram.

As compromissadas – a senhora pergunta – são legais ou ilegais? Nenhum país do mundo faz compromissadas no volume que o Brasil faz, nenhum país do planeta! A compromissada existe no mundo todo para controlar volume de liquidez, mas nenhum país remunera também não; o Brasil remunera diariamente, de forma cumulativa.

Eu queria aproveitar para esclarecer o Senador Luiz do Carmo quando ele coloca sobre o compulsório: a compromissada é diferente do compulsório. O depósito compulsório é obrigatório para evitar que os bancos emprestem todo o dinheiro que está lá. Então, o compulsório fica separado. O que nós temos denunciado é o dinheiro que sobra no caixa dos bancos. Já fez o compulsório, aí há mais uma quantidade de moeda que ele não conseguiu emprestar. Por que ele não consegue emprestar? Porque ele pede taxa de juros abusiva para o mercado, desencoraja empresas e pessoas. Então, aquele dinheiro sobra. Daquele dinheiro que sobra, o Banco Central aceita um depósito voluntário, e sem previsão legal, porque o Projeto de Lei 9.248, que legaliza o depósito voluntário remunerado, ainda não foi aprovado. Então, aquela sobra – cujo termo técnico é excesso de liquidez, que na verdade é gerada porque a taxa de juros de mercado no Brasil é indecente –, ele não consegue emprestar, e o Banco Central aceita essa sobra e entrega título da dívida pública para os bancos. À medida que os bancos estão com o título da dívida em mãos, eles recebem uma remuneração diária. Então, a dívida pública está sendo utilizada dessa forma, para remunerar toda essa sobra de caixa dos bancos.

Eu costumo dizer é o seguinte: o juro no Brasil não é alto por conta desses fatores que foram ditos aqui; o juro no Brasil de mercado é alto por causa dessa benesse de depósito voluntário remunerado diariamente pela Selic ou até mais. Imaginem: se o Banco Central devolvesse esse trilhão para os bancos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os bancos iriam querer ficar com esse dinheiro parado na gaveta? Claro que não! Eles iriam querer emprestar para ganhar alguma coisa. E, para ganhar essa alguma coisa, o que eles teriam de fazer? Reduzir os juros de mercado. Reduzindo os juros de mercado, o que seria da nossa economia, irrigada com R$1 trilhão a juro baixo de mercado? Adeus crise! Adeus queda do PIB! Adeus desemprego! Volta do investimento.

Então, nessa operação ilegal que está sendo remunerada de forma abusiva foram gastos R$754 bilhões, segundo os balanços do Banco Central. Se atualizar, Felipe, chega a mais de 1 trilhão de gasto para remunerar sobra de caixa dos bancos em dez anos! Então, isso precisa ser enfrentado.

Por que não auditar? Eu reconheço que o TCU tem feito alguma coisa, mas ele tem feito investigações pontuais. Ainda não houve aqui no Brasil a auditoria integral da dívida que está prevista na Constituição Federal. Ainda não houve, mas tem que acontecer. E tem de que acontecer com participação social, como aconteceu no Equador, que fez auditoria e anulou, com a concordância dos detentores dos títulos, 70% da dívida externa em títulos em poder dos bancos. Anulou! Basta olhar os dados da Cepal para ver o desenvolvimento socioeconômico do Equador de 2008 em diante, quando terminou a auditoria com participação social lá. O Equador não ficou com restrição de crédito, pelo contrário, porque equacionou o problema.

A Senadora Zenaide perguntou: por que a redução da Selic não chega ao consumidor? Por esse problema do enxugamento de quase 20% do PIB esterilizados no Banco Central e remunerando essa sobra de caixa dos bancos. É só parar com isso que o dinheiro vai ficar no caixa dos bancos, e eles vão ter de reduzir os juros para emprestar para a sociedade. É a mesma resposta para a quebra da construção civil etc. Está tudo ligado ao juro de mercado abusivo.

Eu queria ainda comentar aqui uma pergunta da internet que fala da rolagem. Dentro do dado da rolagem que foi apresentado aqui está grande parte do juro, porque o juro nominal... Quem tem título da dívida não recebe só juro real; quem tem título da dívida recebe o juro nominal na sua conta. Para ficar correta a estatística, o Siafi tinha de contabilizar o juro nominal que está sendo pago. Como ele está contabilizando? Contabiliza só o juro real, porque a parcela da atualização monetária, que é parte do juro nominal, é despesa corrente e está sendo contabilizada como rolagem, burlando o art. 67, inciso III, da Constituição – porque nós estamos falando de despesa corrente.

Eu lamento que o representante do Banco Central tenha reduzido o papel do Banco Central ao papel de um produtor de estatísticas. Definitivamente não é! O Banco Central é que define a taxa de juros, o Banco Central é que faz as operações compromissadas, o Banco Central é que faz as operações de *swap* cambial. O Banco Central é responsável pelos danos dessa política monetária às finanças públicas do Brasil. O Banco Central, com essa esterilização de mais de R$1 trilhão, influencia na taxa de juros de mercado: é por isso que taxa de mercado é alta no Brasil. Nós não podemos terminar este evento deixando o Banco Central reduzido a um produtor de estatísticas, de forma alguma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também não posso deixar de comentar o que foi falado aqui sobre uma legislação recente que trata do resultado do Banco Central e das transações entre Banco Central e Tesouro. Quando o Banco Central dá lucro, ele envia para o Tesouro, mas o Tesouro só pode gastar com dívida. Por isso é que na conta única há aquele 1,3 trilhão lá. Só pode gastar com dívida. Agora, quando o Banco Central dá prejuízo, o Tesouro tem que emitir dívida e cobrir o prejuízo do Banco Central. Então, está aumentando.

Também os detentores. Nós temos vários requerimentos respondidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central no sentido de que os dados dos detentores são dados sigilosos, eles só informam os grupos.

Para resolver o problema, gente, só com corte de gastos? O resultado está aí: o Brasil, nona economia mundial, PIB caindo, população desempregada, empresas quebrando. Continuem cortando gastos! Joguem mais ainda o Brasil na inanição!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – E qual é a sua proposta?

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO – A nossa proposta é parar de remunerar sobra de caixa dos bancos, deixar o dinheiro no caixa dos bancos para os bancos terem que emprestar para a economia, para as empresas terem acesso a crédito, para as empresas terem acesso a capital de giro, para a indústria parar de quebrar, para o emprego voltar a existir neste País, para o PIB voltar a crescer. Para começar, é isso; depois temos várias outras propostas, e podemos sentar para discuti-las.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente, eu queria, porque vou ter que me retirar, só dizer o seguinte: se eu fosse banqueira, Senador Esperidião Amin, neste País, onde mais de 40% do orçamento – da oitava ou nona economia do mundo – já estão na minha conta, por que eu ia ter preocupação em emprestar para a construção civil e para a agricultura familiar? De jeito nenhum!

Eu vou sair mesmo sem falar, mas eu perguntei se o Japão... Porque o Japão tem uma dívida grande, o senhor me falou, mas o senhor não me perguntou... Será que a gente não podia se reunir e dizer não 50% do orçamento, mas pelo menos 25% e deixar o resto desse pagamento para bancos investirem em infraestrutura e num setor que gere emprego e renda?

Agora eu vou ter que sair porque estou desde cedo aqui.

Mas, se eu fosse banqueira, se já tenho 50% do orçamento da oitava economia do mundo, por que eu ia me preocupar em emprestar? A ninguém!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigada, Senadora, por ter ficado esse tempo conosco aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu queria dizer, antes de passar a palavra ao Sr. José Franco, que nós temos aqui dois requerimentos extrapauta. Eu gostaria de ler um deles, que, inclusive, Senador Esperidião Amin, é do senhor.

Em seguida, o senhor já pode fazer a pergunta, o senhor estava inscrito.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 73, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre elementos de fundamentação para o anunciado o projeto "INCORPORAÇÃO REVERSA" que se desenvolve visando incorporar a Centrais Elétricas - ELETROSUL à Companhia de Geração Térmica de Energia - ELETROBRÁS - CGTEE.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC).

Consulto se o autor do requerimento quer fazer uso da palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr, Presidente, eu só peço para acrescentar ao requerimento as notas taquigráficas do que eu já falei ao início da reunião, que concluem especialmente e especificam, dentre os elementos de informação, pareceres de auditorias – parece-me que da Deloitte – que recomendam esse tipo de incorporação muito curiosa: a empresa, com 4 bilhões de prejuízo acumulado, vai incorporar uma empresa que dá lucro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 73, de 2019, da CAE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu pediria celeridade, Sr. Presidente, porque o Ministro de Minas e Energia vai estar na Comissão de Infraestrutura, onde apresentei o mesmo requerimento, agora às 2h. Então, se fosse possível fazê-lo rapidamente, eu ficaria grato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Aprovado o Requerimento nº 73, de 2019, da CAE.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 71, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater numa sequência de três reuniões as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil, inclusive como forma de instruir o PL 2948/2019 (que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências, para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira), sob minha relatoria, abordando os seguintes assuntos críticos.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Consulto a autora do requerimento...

Não se encontra presente.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 71, de 2019, da CAE.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso fazer a pergunta agora?

Sr. Presidente, eu tive que me ausentar pela razão que já expus: eu era o requerente da presença do Ministro de Infraestrutura lá na Comissão de Serviços de Infraestrutura. Ele ainda está lá, mas fiz questão de vir aqui, primeiro, para cumprimentá-lo pela iniciativa de promover esta reunião e, segundo, por presidi-la.

E quero aqui, mesmo sem ter acompanhado tudo o que foi dito, fazer dois pedidos sob a forma de pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro: nós não temos o quadro comparativo – eu estou tentando montar um quadro comparativo – de como a União trata alguns de seus clientes. Então, por exemplo, qual foi o encargo financeiro do Proes, o programa que permitiu a reestruturação dos bancos públicos, leia-se privatização, com exceção de um ou dois remanescentes, entre eles o Banrisul? Quanto é que custou... Aliás, há o Proer e o Proes, ou seja, o dos bancos privados e o dos bancos públicos. Qual tem sido o subsídio, ou seja, o abatimento, dos encargos financeiros nos Refis havidos nos últimos 20 anos – vamos pegar aí – para comparar com os juros que são cobrados nas dívidas dos Estados nos últimos 21 anos, 22 anos, já que a Lei 9.496 é de 1997? Eu já estou completando a tabela do Proes, do Proer, não consigo fazer a tabela do Refis – um bom trabalho para a nossa Instituição Fiscal Independente – *versus* encargos da dívida do programa de reestruturação das dívidas dos Estados e Municípios iniciado pela Lei 9.496, de 1997. Começaram com IGP-DI mais 6% ou 9%, baixaram para IPCA mais 4%. Nesse último, em que estou focado, se corrigir pelo IPCA limpo, a União emprestou, a partir de 1996, 1997, em valores atualizados, 400 bilhões; pelo mesmo índice, a cada pagamento feito, os Estados pagaram 529 bilhões – são valores de 2017, eu não consegui atualizar de 2018 para cá – e devem 510 bilhões.

O segundo ponto que eu queria colocar para os presentes é uma indagação que tem sido repetida aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. O Brasil tem uma reserva cambial, arredondando, de US$400 bilhões – é mais ou menos isso. Qual é a remuneração que o Brasil recebe disso? Eu não sei se isso foi focalizado aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É 1%. E o Brasil paga, na média, pelos 4,5 trilhões que deve, em números redondos também, mais do que a Selic: paga entre 9% e 10%.

Parece que a margem de segurança internacional seria o equivalente a seis meses de importações, considerado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um dos critérios. Se fossem seis meses de importações, nós consumiríamos US$90 bilhões dos US$400 bilhões que temos. Então, provisionaríamos US$90 bilhões para serem remunerados a 1%, e o restante poderia pelo menos empatar com o que nós pagamos. Essa diferença de juros, quase 9% em cima de US$300 bilhões, dá US$27 bilhões/ano. É um país muito rico este! Além dessas artimanhas que não só enxugam o dinheiro que poderia financiar, o dinheiro produtivo... O Tio Patinhas guarda, não corre risco!

Lá fora, nós temos dezenas, centenas de bancos que fazem concorrência para emprestar dinheiro; eles correm riscos; às vezes, quebram, mas a roda gira. Aqui, eles emprestam para o Governo! São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preguiçosos! O sistema os tornou preguiçosos. O gerente não precisa tirar – desculpe a expressão – as nádegas da cadeira para emprestar o dinheiro.

E, concordando com o discurso da Dra. Maria Lúcia Fattorelli, que eu, de vez em quando, leio – muito bom, me lembra do meu tempo de estudante, é um discurso vivo –, eu queria dizer que essa descompensação de quanto nós valemos e do quanto o dinheiro dos outros valem é uma coisa intrigante, porque o dinheiro é o mesmo. O nosso vale 1%, o deles vale 10% de juros!

Eu queria só concluir dizendo o seguinte, dirigindo-me principalmente ao representante do Banco Central do Brasil: enquanto nós tivermos cooperativas de crédito e outras formas de organização financeira com menos de 20% das operações ativas no Brasil, nós teremos taxas de juros, como dizia Fernando Henrique Cardoso, escorchantes – essa expressão não é minha, não; é do Presidente Fernando Henrique, quando Presidente da República, não foi nem antes nem depois. Nós temos um quase monopólio. Quantos bancos de varejo nós temos no Brasil, incluindo os estatais? Cinco, seis... Com capilaridade.

Eu concluo dizendo que, no meu Estado, as cooperativas de crédito já ultrapassaram a barreira dos 20% de operações ativas. Não sei em quantos outros Estados isso já aconteceu. Eu tenho um projeto aqui que não fui eu que orquestrei. Chegaram aqui duas mensagens, uma delas da Ajorpeme, que tem sede em Joinville, a maior associação de micro e pequenas empresas do Brasil, pedindo para que nós regulamentarmos a sociedade de garantia solidária, que é um instrumento a mais para democratizar o acesso ao dinheiro. Esse é um trabalho acadêmico, eu sou apenas o autor do projeto de lei.

Enquanto nós tivermos quatro bancos de varejo e a quase totalidade das operações ativas os tendo como emprestadores, com essa facilidade, com esse *hedge* generoso – "a União o remunera, se você não trabalhar"; " você não remunera o depósito à vista, mas nós o remuneramos" –, enquanto isso acontecer, a preguiça e a indolência vão fazer com que o crédito seja concentrado, como foi concentrado o do BNDES. Essa CPI que está sendo feita na Câmara está apurando isso. O BNDES emprestou dinheiro para quem? Para meia dúzia de empresas, com juros subsidiados. E o retorno não foi exatamente o esperado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Sr. José Franco Medeiros.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Agradeço as perguntas. Vou fazer breves comentários.

Vou começar pelas perguntas do Senador Alvaro Dias, a questão do art. 52 da Constituição Federal. Vou falar rapidamente do arcabouço fiscal que nós temos atualmente no Brasil. Temos basicamente três regras fiscais: a meta do resultado primário... Só lembrando que o art. 52 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal seria o limite para a dívida pública, que é o objeto da audiência pública aqui. Temos então o arcabouço fiscal: a meta do resultado primário, a regra de ouro e o teto dos gastos. Desses, a principal âncora fiscal eu diria que é o teto dos gastos. A regra de ouro, da maneira como está desenhada atualmente, não impediu o endividamento. Então, hoje a principal âncora fiscal é o teto dos gastos. A questão de uma nova regra fiscal impondo limite para a dívida pública eu acho que pode ser discutida, e é papel do Parlamento fazer isso.

Outra questão levantada pelo Senador Alvaro Dias é a questão dos *dealers*. Existe um mito em torno dos *dealers*. O que são os *dealers*? Um grupo de bancos que são *dealers* primários do Tesouro Nacional. Em primeiro lugar, os leilões são abertos para qualquer instituição financeira que tenha uma conta no Selic. Os leilões não são restritos aos *dealers*. Os *dealers* têm uma série de obrigações e alguns direitos. Infelizmente, foca-se – a Auditoria Cidadã, principalmente, foca – só nos benefícios, e não nos deveres. O dever dos *dealers* é comprar uma parcela dos títulos no mercado primário e girar no mercado secundário, provendo liquidez. Uma vez satisfeitas essas condições, eles têm direito a um benefício chamado segunda volta nos leilões. O que é isso? Após cada leilão, eles têm a opção de decidir se querem comprar um percentual pequeno e pré-determinado de cada leilão, ao preço médio do próprio leilão, ou seja, é uma opção para o *dealer*, e ele vai exercer essa opção se ela estiver dentro do dinheiro, se ela estiver valendo alguma coisa. Agora, é uma variável aleatória. Em alguns dias os *dealers* a exercem, em outros não. Agora, isso não acarreta nenhum tipo de custo adicional para o Tesouro Nacional.

Em relação às auditorias, só queria enfatizar aquele eslaide que eu mostrei. Desde 2010, foram 31 auditorias do TCU e 7 da CGU. No relatório mencionado especificamente pelo Senador Alvaro Dias, todas as demandas, as recomendações do TCU, foram devidamente cumpridas pelo Tesouro Nacional.

A questão do sistema, registro eletrônico centralizado. A informação hoje está disponível, só que o Tesouro Nacional divulga as suas estatísticas, o Banco Central divulga as dele, e os Estados e Municípios, eventualmente, cada um divulga o seu. A exigência aqui é um registro eletrônico centralizado. O que o Tesouro Nacional está fazendo? Há vários registros fragmentados. O Tesouro está construindo um único sistema que vai, na realidade, acoplar toda essa informação que está, de certa maneira, fragmentada.

A questão da Senadora Zenaide em relação ao orçamento da dívida. A Sra. Fatorelli fala nos 44% do orçamento. Vamos só entender o que é o orçamento. No orçamento público, você tem receitas e despesas. É uma autorização para fazer cada tipo de despesa, e ele determina também qual é a fonte da receita. Então, os números apresentados pela Sra. Fatorelli não estão errados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – ... mas a interpretação está errada, está equivocada. Existem duas maneiras de fazer isso: uma é incluindo o principal, e a outra é sem incluir o principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI CARNEIRO (*Fora do microfone.*) – O juro está dentro...

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Eu acho que seria até mais honesto, do ponto de vista intelectual, mostrar os dois, porque a fonte de receita para pagar a amortização é a própria rolagem da dívida. Então, olhando aquele gráfico de *pizza*, a pessoa pode ter uma impressão equivocada de que se está tirando recursos da saúde, da educação, da segurança, para pagar a dívida pública, o que não é verdade. A fonte de receita do principal é, basicamente, a rolagem da dívida pública. É a emissão de novos títulos. É basicamente isso.

A Senadora Zenaide também falou: "poxa, por que não faz outras políticas?". E o Senador Luiz do Carmo mencionou uma coisa específica: redução do depósito compulsório. Redução do depósito compulsório vai aumentar as compromissadas. O dinheiro está no banco; se reduzir, vai sair do caixa do banco e vai aumentar as compromissadas. Então, é preciso ver exatamente o que a gente quer.

O Senador Esperidião Amin falou uma coisa muito importante. O senhor mencionou Proer, Proes, Refis. Uma coisa que é fundamental nós fazermos é a avaliação de políticas públicas. A Secretaria Especial da Fazenda está se empenhando bastante na avaliação de políticas públicas. Eu acho que é justo que toda política pública seja devidamente avaliada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhores deviam apoiar o meu projeto que determina a avaliação dos subsídios, a avaliação anual. Está aqui.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Certíssimo, certíssimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não ouvi o Governo manifestar uma vez interesse.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Não conheço o projeto, mas vou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Projeto de Lei Complementar nº 42, de 2019. É o terceiro que eu apresento. Nunca Governo algum apoiou.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Perfeito. Vou mencionar isso internamente. Vou mencionar internamente, Senador.

Agora, falando ainda de políticas públicas, a Senadora Zenaide mencionou: "Poxa, por que o Tesouro não incentiva os bancos públicos ou o Sistema Financeiro a emprestar para a população?". Gente, mais uma vez, como é um assunto complexo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Quando os bancos emprestam para a população, as compromissadas não se reduzem, porque o dinheiro já está no sistema. E não é que o Tesouro Nacional concorre com a população. Quando o dinheiro vem para o Tesouro, aí sim se reduz a dívida, se reduzem as compromissadas. Quando ele permanece no sistema, permanecem as compromissadas.

Por fim, mais uma vez a questão da avaliação de políticas públicas. A Senadora mencionou especificamente o caso do Minha Casa, Minha Vida. Vamos só lembrar que várias dessas políticas públicas com efeito de curto prazo que foram defendidas aqui têm efeito na dívida pública. Vou citar um exemplo claro aqui, o programa Minha Casa Melhor: foram R$5 bilhões que o Tesouro Nacional emprestou para a Caixa Econômica Federal, a juros subsidiados, para emprestar para que as pessoas que adquiriram a casa no Minha Casa, Minha Vida comprassem eletrodomésticos. Então, são recursos subsidiados que tiveram como consequência o aumento da dívida pública.

Por último, eu posso pedir que voltem à minha apresentação? É só um eslaide, Presidente. É o último eslaide da minha apresentação. É porque o Senador Esperidião Amin mencionou a questão do custo da dívida dos Estados.

Como o Senador mencionou, lá no final da década de 90, talvez no início da década de 2000, quando o Tesouro Nacional assumiu a dívida dos Estados, os Estados pagavam para o Tesouro IGP+6, a grande maioria. Em alguns casos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Em alguns casos, +9.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – ... nove, +9.

Olhe esse gráfico: naquela época, o custo do Tesouro era IGP+10,8. Então, durante todo aquele período ali, até 2010...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Durante todo aquele período em que o custo do Tesouro era maior do que o custo dos Estados –, havia um subsídio ali. Então, isso tudo contribuiu para aumentar a dívida pública.

A outra linha vermelha ali, como o próprio Senador também mencionou, é a Lei Complementar 148, que reduziu de IGP+6, para IPCA+4.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que foi corrigida pela 151, porque ela era opcional, era facultativa.

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Ah, tá. O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a 156...

O SR. JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS – Tornou obrigatória. O.k. Perfeito.

Então, essa questão do relacionamento federativo também teve impacto na dívida pública. Acho que foi o Felipe Salto que mostrou os 166 bilhões, e nós temos aqui um dado semelhante. Desculpa, acho que foi o Alessandro, foi o TCU que mostrou.

Quais foram os benefícios dados pelo Governo Federal aos entes subnacionais, após a 9.496? Lei Complementar 148, que mudou o indexador; 156, que estendeu o prazo; 158, ou melhor, 159, que é o Regime de Recuperação Fiscal. Isso além das decisões judiciais, das decisões liminares constituídas pelo Supremo. Então, isso tudo tem efeito na dívida pública federal.

Enfim, eu acho que era mais ou menos isso, em relação ao que foi comentado.

Mais uma vez afirmo: é um assunto complexo. O Tesouro Nacional está totalmente disponível para esclarecer qualquer tipo de dúvida. E, mais uma vez, não se deixem enganar por soluções simples, que, na maioria das vezes, são soluções equivocadas. Eu acho que o tema é demasiadamente sério para ser tratado dessa maneira.

Agradeço o convite e a participação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Sr. José.

Com a palavra o Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em homenagem ao Senador Esperidião Amin, que nos acompanha até agora, eu gostaria de começar pelo final, pelas perguntas do Senador, e dizer sobre o cooperativismo de crédito.

O Banco Central do Brasil lançou no mês passado uma agenda, que se chama BC#, que tem uma iniciativa específica sobre cooperativismo de crédito na dimensão de inclusão do Sistema Financeiro Nacional, para possibilitar exatamente esses pontos que o Senador mencionou. Tal ação do Banco Central tem aspectos concretos em que o Banco Central espera poder avançar nos próximos meses, tais como: a permissão de empréstimo sindicalizado – eu estou lendo da própria página do Banco Central, onde essa informação está pública – por parte de cooperativas; o depósito interfinanceiro cooperativo, para ampliar a origem de recursos – o *funding*, em termos técnicos – das cooperativas e dos seus sistemas cooperativos; a captação de poupança por cooperativas singulares, que também é uma forma de ampliar o seu *funding*, tendo mais e recursos e emprestar mais; o uso de fundos constitucionais, como *funding* desses recursos – o uso de fundos constitucionais ainda é, em geral, uma fonte de recursos mais barata do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a caderneta de poupança, pela remuneração que tem –; a definição de uma política para a área de atuação dos sistemas organizados cooperativos; a modernização do conceito de área de admissão, buscando ampliá-la; a realização de assembleias cooperativas também por meios digitais, aproveitando as últimas tecnologias para aumentar a eficiência do sistema cooperativo; a possibilidade de as centrais exercerem intervenção em cooperativas singulares, bem como as confederações em centrais – usando a hierarquia do sistema cooperativo, as cooperativas individuais se reúnem em cooperativas centrais, que se reúnem em confederações; então, na medida em que essas tenham poder de intervenção, caso detectem alguma irregularidade das suas cooperativas membros, isso torna o sistema mais sólido e crível –; o aprimoramento da governança e a ampliação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGC para os bancos (Fundo Garantidor de Crédito), e FGC do cooperativismo de crédito, da mesma forma – para garantir os recursos aplicados até um determinado limite, evidentemente; e uma meta de desenvolvimento regional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nessa página do Banco Central – o senhor leve esse pedido –, coloque a situação atual e os objetivos a serem alcançados.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim, pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Entendeu? Só esse pedido.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A posição quando começou, vamos dizer que seja em 31 de maio, e o que eu espero que aconteça, mês a mês ou semestre a semestre, até o final do ano, por exemplo.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para saber quais são as metas. Eu chamo isso democratização do crédito.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não. No termo da Agenda BC+, isso está sendo chamado como dimensão de inclusão. A dimensão "Inclusão" significa facilidade de acesso ao mercado para todos: pequenos e grandes, investidores e tomadores, nacionais e estrangeiros. E, entre as medidas para alcançar esse objetivo, estão as plataformas digitais, menos burocracia e simplificação de procedimentos. Então, esse tema está lá.

Dentro dessa iniciativa de inclusão, os outros temas são: além do cooperativismo, o microcrédito, que tem inúmeras semelhanças, ou seja, de fazer operações de crédito de pequeno montante para as pessoas físicas ou jurídicas; também a ideia de um projeto de lei de conversibilidade cambial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplificando as regras cambiais; e, por fim, a iniciativa de mercado de capitais, que foi recentemente lançada com participação do Banco Central, da CVM, da Susep, de todos os participantes disso.

Essa foi uma pergunta que o Senador fez sobre as cooperativas de crédito.

As outras são sobre a remuneração das reservas internacionais do Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – *Versus*...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim. Isso aqui está em algum lugar, pois já deixei aberto aqui.

Na sua página, o Banco Central divulga anualmente um relatório de gestão das reservas internacionais, que é elaborado pelo departamento de acompanhamento de riscos do Banco Central.

O Banco Central é um dos poucos bancos centrais no mundo que tem esse nível de transparência sobre as suas reservas, que identifica as moedas nas quais elas são aplicadas, os títulos ou as modalidades de instrumentos financeiros nas quais elas estão aplicadas.

As reservas internacionais têm, por definição, que ter uma alta liquidez, porque podem ser utilizadas a qualquer momento de necessidade, e por isso estão aplicadas em prazos mais curtos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sem piso e sem teto?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Tudo?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Não; há uma estrutura de aplicação das reservas internacionais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que tem que ter liquidez absoluta? (*Fora do microfone.*) O que tem que ter...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Exatamente, o Banco Central do Brasil tem um *benchmarking*, um sistema que fornece o padrão de como as reservas têm que ser aplicadas. Esse *benchmarking*, em termos gerais, define que as reservas, pela própria definição dos manuais do FMI, são ativos em moedas estrangeiras, divisas sob controle do Banco Central do Brasil, com elevada liquidez e que servem para ser usadas em momentos de intervenção no mercado de câmbio ou de desequilíbrio do balanço de pagamentos do País. Então, seguindo essa definição, um dos padrões do sistema *benchmarking* é que as reservas têm que fazer um *matching*, têm que dar proteção para o serviço da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida externa do País. Então, sua forma de aplicação, as moedas, os instrumentos que já estão aplicados, têm relação com os vencimentos da dívida externa que ocorrem a cada prazo.

Essas informações de prazo, dos prazos de vencimento da dívida externa, também são publicadas, são públicas, de acordo com o padrão internacional, ou seja, aquelas disponibilidades imediatas, a disponibilidade de zero a três meses, de três a seis, de seis a nove meses, de nove a doze meses, de doze a dezoito, de dezoito a vinte e quatro. Todas essas informações sobre a dívida externa brasileira estão publicadas no *site* do Banco Central.

Então, com essas restrições, o Banco Central não investe reservas em operações aplicadas com risco e perda e tudo. A remuneração das reservas internacionais do Brasil, em 2018, foi de 1,17% em moeda estrangeira. No caso da dívida brasileira...

A nota para a imprensa está aqui. Não está em...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois é. As reservas internacionais renderam, então, no ano de 2018, 1,17%, rendimento em dólares, ao qual deve ser acrescida a desvalorização cambial ou a apreciação cambial, se houver. E, na nota para a imprensa do Banco Central do Brasil, que nós divulgamos todos os meses – neste mês vai ser na próxima sexta-feira –, nós temos o que nós chamamos de taxa implícita de juros da dívida bruta. Então, a gente só pega os passivos da dívida, sejam eles a dívida pública federal, que o Franco mencionou, sejam as dívidas bancárias. Não estamos falando só da União; estamos falando de todas as esferas do Governo, todos os Municípios, os Estados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – E, da dívida bruta interna, nos últimos 12 meses encerrados em abril, a taxa implícita de juros foi de 8,3%. Essa taxa é acima da taxa Selic dos 12 meses encerrados em abril. Se a gente olhar a taxa Selic efetiva, apurada, era de 6,5%, na verdade, mas como a taxa, olhando diariamente – acho que o Franco mencionou isso –, tem uma certa volatilidade, nos 12 meses encerrados em abril, a taxa Selic efetiva foi de 6,35%, que é de 15 *basis points* abaixo dos 6,5% da meta.

Então, o total da dívida pública bruta do Governo geral no Brasil, nos 12 meses encerrados em abril, teve um prêmio de 2 pontos percentuais acima da taxa Selic. Isso, como o Franco já mencionou, se deve, entre outros fatores, vamos dizer, ao prêmio de rolar esse estoque de dívida e também à diferença de maturidade. A taxa Selic é uma taxa para as operações de curso prazo, enquanto a dívida pública, se eu não me engano – eu estava prestando atenção na apresentação do Franco –, tem uma *duration* média de 4,1 anos – 4,2, eu quase acerto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta, então... Bem, o Senador Esperidião Amin fez uma afirmação sobre cooperativa de crédito, o custo de remuneração da reserva, o custo de remuneração da dívida bruta.

Passados esses três pontos, eu gostaria de voltar, também homenageando a Maria Lúcia Fattorelli, que está aqui, conosco, deixando as respostas daqueles Senadores que não estão para depois. A Maria Lúcia falou que o Branco Central só divulga estatísticas em Excel. O Banco Central do Brasil hoje divulga estatísticas em diversos formatos para diversos tipos de público. Então, para o público mais básico, que quer saber a última informação, e isso basta, nós divulgamos estatísticas em HTML, como é o caso dos dados diários das reservas; para os interessados em séries, o Felipe Salto, que é um usuário intensivo das séries do *site* do Banco Central do Brasil, mencionou o Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), que disponibiliza as informações em HTML, Excel e CSV.

Essas mesmas informações estão disponíveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – ... para leitura máquina por máquina, que é o que os grandes provedores de informação, como Bloomberg e Reuters, fazem. Esse protocolo de transferência de arquivos se denomina STA – o que o Banco Central utiliza.

Nós também disponibilizamos as informações de acordo com a Lei da Transparência, aprovada acho que cinco anos atrás, no portal de dados abertos do Banco Central, que está disponível a partir do *site* do Banco Central. A tecnologia utilizada para isso é JSON, então são informações também lidas máquina por máquina. E, por necessidade dos protocolos internacionais entre os organismos que regulam a produção de estatística no mundo inteiro – a divisão de estatísticas das Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial, o Banco de Compensações Internacionais, na Basileia, a Unctad e outros diversos sistemas –, nós também divulgamos estatísticas no formato legível por máquina SDMX, que é uma metodologia própria. Então, dependendo dos usuários, nós temos um leque amplo de fornecimento de estatísticas.

Quando se define que o Banco Central faz depósitos voluntários atualmente de forma ilegal, eu acho que aí é uma questão muito simples de desconhecimento técnico. As operações compromissadas que o Banco Central efetua são operações de compra e venda de títulos; elas não envolvem depósitos. Depósitos são um instrumento específico com que o Banco Central pode passar a operar adicionalmente. É um instrumento que utiliza hoje caso o Poder Legislativo assim o decida, aprovando, se for o caso, o projeto de lei. Então, são duas coisas diferentes.

As operações compromissadas envolvem a compra e venda de títulos públicos. Para ampliar as compromissadas, o Banco Central vende títulos públicos e recebe reais por isso, enxugando liquidez do mercado, com um prazo determinado para que seja feito o desfazimento dessa operação. Portanto, é uma operação compromissada – e o termo compromissada vem disso – porque se faz uma operação de compra e venda de títulos conjugada com o compromisso de uma operação de venda e compra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Banco Central vendeu os títulos dentro de um prazo determinado – de 30, 60, 90 dias, qualquer que seja – ele vai recomprar. Então, isso são as operações compromissadas. Em inglês, tal como operado pelo Banco Central dos Estados Unidos, pelo Banco Central Europeu e por todos os outros referências nesse assunto, elas se chamam *repurchase agreements*, ou então *repos*. *Repurchase agreements* talvez traduza melhor o significado dessa operação do que operações compromissadas. Então, *repurchase agreements* são operações com o compromisso de recompra, exatamente porque se trata de compra e venda de títulos.

A diferença, além do instrumento envolvido, do ponto de vista dos beneficiários ou usuários dessas operações, é que, nas operações de depósitos voluntários, caso elas venham a ser autorizadas ao Banco Central do Brasil, o Banco Central vai fazer leilões de depósitos voluntários nos quais os bancos que tiverem interesse vão depositar os seus recursos no Banco Central. Essa é uma operação sem garantias – não haverá um título dado em garantia a essa operação –, e esse depósito voluntário poderá complementar o leque de instrumentos à disposição do Banco Central do Brasil para fazer política monetária.

Não há nada de estranho, nada de novo nisso. Essa utilização de depósitos voluntários foi utilizada por todos os bancos centrais dos países desenvolvidos, posteriormente à crise de 2008, e é um instrumento relativamente mais novo. É um instrumento novo por meio do qual o Banco Central acha que seria útil ampliar o leque dos seus instrumentos de controle de liquidez e política monetária, caso o Parlamento brasileiro assim o defina.

Sobre as ilegalidades das operações do Banco Central, é claro que não há nenhuma ilegalidade, absolutamente nenhuma, em qualquer tipo de operação que o Banco Central faça. E a responsabilidade no sistema jurídico brasileiro de verificar e apurar ilegalidades é dos órgãos de controle, dos órgãos de persecução penal, então não há que se falar nisso.

Por fim, eu não reduzi o papel do Banco Central. O início da minha apresentação foi dizer exatamente que o Banco Central, embora não tivesse sua responsabilidade sobre a política fiscal, que era o tema principal desta Mesa – acho que o Felipe já está ficando rouco de tanto dizer que os juros são consequências da política fiscal, o que deveria ser óbvio: duas pessoas, eu e o Franco; o Franco se endividou para comprar uma casa, ele paga juros, e eu pago aluguel, então não fiz uma dívida, então não pago juros. Os juros são consequência dessa política fiscal, o Felipe está rouco de falar isso. Então, eu só quis diferenciar que o Banco Central não tem, entre as suas responsabilidades, fazer a política fiscal. O que o Banco Central faz é a política monetária e a política cambial do País, e, claro, essas políticas têm uma inter-relação. Como a economia é só uma, todas as políticas se inter-relacionam.

E eu quis destacar aqui – tudo bem, posso estar puxando a brasa para a minha sardinha – que um papel importante que o Banco Central desempenha, no debate que nós tivemos desde essa manhã, nas últimas quase quatro horas, um dos papéis importantes que o Banco Central desempenha é produzir estatísticas. As estatísticas são vistas como um bem público, um bem que algum ente da sociedade produz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e que serve, sem nenhum custo, para ser utilizado por toda a sociedade: os analistas de mercado, os analistas acadêmicos, a sociedade civil, o Governo, os Poderes da República, investidores internacionais. Então, o Banco Central é o produtor dessa estatística, e eu acho que esse é um caso relevante. Eu não vejo como uma redução, mas como um engrandecimento do papel do Banco Central ser o responsável por produzir a maioria das estatísticas que embasou este argumento.

Dito isso, eu voltaria, então, para a questão apresentada pelo Senador Alvaro Dias, que, especificamente no que diz respeito ao Banco Central, lembrou que o Banco Central recebeu uma recomendação de auditoria do Tribunal de Contas da União para que apresentasse estudos sobre o nível de reservas e o nível de compromissadas no País – quais seriam os níveis ótimos, os intervalos e tudo.

O Banco Central assim ou fez. O Banco Central, em dezembro do ano passado, encaminhou para o Tribunal de Contas da União os estudos que achou que deveria apresentar sobre esses temas, na forma de duas notas técnicas: uma nota técnica encaminhada pelo Departamento de Mercado Aberto do Banco Central sobre compromissadas; e uma nota técnica elaborada pelo departamento de risco do Banco Central sobre reservas.

Posteriormente, a partir de uma avaliação de um recurso feito pela Secretaria de Orçamento Federal, o Colegiado dos Ministros do Tribunal de Contas da União houve por bem desfazer – não sei qual é a palavra técnica, o Alessandro deve saber melhor – essa recomendação. Então, essa recomendação foi revogada ou...

O SR. ALESSANDRO AURÉLIO CALDEIRA – Reformulou.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Reformulou – muito obrigado, Alessandro.

Então, não obstante esta recomendação não esteja mais em vigor, os estudos foram feitos, apresentados pelo Banco Central e estão lá. Novamente, como diz o Franco, não se trata de temas simples, e os estudos, cada um desses estudos do Banco Central tem alguma coisa por volta de 30 páginas.

Só para dar um exemplo sobre as eventuais dificuldades de definir níveis ótimos de reservas, há muito tempo que a globalização financeira e o aumento de fluxos de capitais entre os países eliminou aquela métrica anterior de avaliação do estoque de reservas como um percentual entre 6 e 12 meses de importação, porque os fluxos financeiros hoje são um múltiplo das transações de bens no mercado internacional.

Então, na página 20 da nota técnica encaminhada pelo Banco Central ao TCU, há uma síntese dos resultados da avaliação do volume das reservas internacionais. Dependendo das métricas que são elaboradas, seja pelo FMI, seja por acadêmicos, seja uma mediana de todos esses estudos, para o caso brasileiro, com as considerações específicas que o Brasil tem na sua economia, em geral se acredita que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um piso, ou seja, um limite inferior para as reservas internacionais seria alguma coisa como 11% ou 12% do PIB – o menor estudo que nós avaliamos nessa nota técnica foi 9,1% do PIB –, e o intervalo superior para as reservas seria alguma coisa como 25% do PIB, sendo que, pela métrica do FMI, esse montante chegaria a 17,6% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fernando...

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só para tirar uma dúvida. Essa reserva está onde, em qual remuneração?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Pois não.

Conforme eu havia mencionado na resposta ao Senador Esperidião Amin, as reservas internacionais auferiram um resultado de 1,17% de juros no ano de 2018 nos mercados internacionais. E, quanto à aplicação dessas reservas, olhando o relatório de gestão das reservas internacionais – eu vou achar rapidinho –, aqui a gente tem uma tabela que diz tanto dos instrumentos quanto das moedas nas quais elas estão aplicadas.

As aberturas por moeda das reservas internacionais são basicamente o dólar, que é a moeda padrão internacional – eu posso depois dar os números, mas, visualizando aqui graficamente, essa barra seria o total das reservas, e a parte azul escura é a aplicação em dólares –, e em seguida o euro. Dólar, euro, o iene japonês, a libra esterlina, dólares canadenses, dólares australianos, e uma parte muito pequena em ouro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E onde isso está? A maioria desses recursos estão onde?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – A maioria desses recursos estão aplicados em títulos públicos dos Estados Unidos, na dívida pública norte-americana, e exatamente por isso são os instrumentos denominados em dólares.

E é importante lembrar que as reservas buscam fazer um *matching*, buscam casar com a estrutura de endividamento externo do País, que também é um endividamento predominantemente em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Desses bancos, que são outros que têm recursos do Brasil, das reservas aplicadas neles, algum deles que tem operação dentro do Brasil?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – O Banco Central do Brasil faz operações com reservas, fundamentalmente, com outros países, outras operações soberanas, não necessariamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com títulos emitidos pelo setor privado. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a maior parte das aplicações que a gente faz são em títulos da dívida pública dos Estados Unidos, ou seja, que é um passivo do Governo dos Estados Unidos, mas, na parte dos depósitos – nós temos uma parte das reservas que permanecem em depósitos –, esses depósitos são em bancos, nos Estados Unidos ou na Europa, para poder fazer as transações e os pagamentos que são necessários para as reservas. Aí, sim, para essa parcela menor, nós utilizamos bancos comerciais, mas eu não conheço quais são atualmente os bancos que nós utilizamos para fazer esses depósitos. Então, pode ser que tenham representações no Brasil ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Algum deles pode ter operação no Brasil, desses bancos que pegam recursos lá fora?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Sim, eu acredito que sim, mas não sei dizer quais são esses bancos atualmente e não sei dizer se eles têm essa aplicação no Brasil hoje ou não.

Então, a pergunta do Senador Alvaro Dias era se nós cumprimos a recomendação do TCU, e a resposta é sim.

Desculpem... Eu só estava mencionando, então, o resultado dos estudos sobre o volume de reservas. Então, uma evidência importante sobre a incerteza desses números é o grande intervalo de flutuação. Dizer que o estoque de reservas pode ficar entre 12% e 25% do PIB é uma margem muito grande, que traduz a incerteza que existe entre a comunidade econômica internacional, tanto acadêmicos como organismos internacionais, sobre qual deve ser esse padrão. Se a gente utilizar o intervalo superior, utilizando os dados do PIB 2018, o intervalo de 25%, o teto para reservas nesse conceito seria US$528 bilhões, bastante superior aos US$384 bilhões que nós temos hoje. Então, por essas métricas e considerada a incerteza, a gente está dentro de um intervalo passível, mas é um intervalo muito grande.

A Senador Zenaide Maia fez uma pergunta sobre a remuneração de caixa dos bancos, se esse é um fato real, a partir da exposição feita pela Auditoria Cidadã da Dívida. Em nossa análise, essa avaliação da Auditoria Cidadã é uma avaliação incorreta em termos técnicos. O que existe é a operação de *repurchase agreement* feita pelo Banco Central.

Ainda a Senadora pergunta por que o Banco Central tem um projeto para depósitos voluntários. Os depósitos voluntários são outro instrumento para a execução da política monetária, basicamente andando de acordo com o padrão dos países mais desenvolvidos internacionalmente, que já têm esse instrumento na sua caixa de ferramentas. A diferença é que o depósito voluntário é feito sob a forma de depósitos e não tem nenhuma garantia envolvida; e, no caso das operações compromissadas, é uma operação de compra e venda de títulos públicos, compra por um prazo curto e com um prazo determinado para essa operação ser desfeita.

O Senador Luiz do Carmo pergunta sobre os depósitos compulsórios do Banco Central. Neste caso, o Banco Central teve um diagnóstico que ensejou uma ação específica da Agenda BC Mais, iniciada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2016, que era sobre a simplificação dos depósitos voluntários. Ao longo do tempo, as regras de depósitos voluntários no Brasil sobre depósitos à vista e depósitos a prazo foram sendo aditadas periodicamente. Isso gerou uma complexidade operacional: há uma alíquota de depósitos compulsórios, há uma alíquota extra; uma parte destes depósitos compulsórios poderia ser feita em títulos, outra parte poderia ser feita com depósitos à vista, em dinheiro; essa parte não seria remunerada, a outra parte dos compulsórios seria remunerada. Então, a ação do Banco Central, no primeiro momento, durante essa Agenda BC Mais, foi simplificar essa estrutura de depósitos compulsórios. E essa simplificação, nós acreditamos, dá mais de previsibilidade e facilidade operacional para o sistema financeiro aumentando sua eficiência. O próximo passo seria avaliar a eventualidade de reduzir o nível de depósitos compulsórios.

Em relação às perguntas do e-Cidadania, vários desses temas já foram tratados aqui nas perguntas do Senadores: a remuneração de sobra de caixa da política monetária, as operações compromissadas... Foi dito no e-Cidadania que o Banco Central é credor dessas operações. Quando o Banco Central faz operações para enxugar liquidez, o Banco Central é devedor, é ele que entrega os títulos, mas, enfim, também recebe os papéis, então a operação é um pouco diferente disso. E apareceram várias propostas legislativas sobre as quais melhor dirá o Senado Federal.

Eu espero ter sido exaustivo nas perguntas, não ter deixado nenhuma sem resposta.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós é que agradecemos, Fernando.

Como fui o autor desse requerimento para debater a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira, eu queria só fazer aqui uma observação.

Eu tinha muitas perguntas a fazer, mas todas elas foram feitas pelos Senadores, e vocês já responderam aqui nas apresentações. Então, eu queria aqui, nesta observação, de um jeito muito simples, voltar um pouco ao passado e lembrar o meu saudoso pai.

Nas observações... Desde quando era criança, depois como adolescente, eu via o sufoco do meu pai, sempre atrás de banco e pagando juros. Só fazia pagar juros. Era um sufoco! A gente vem de uma família muito simples e grande, como a maioria das famílias goianas naquela época. E eu pensava comigo, Maria Lúcia: "Quando eu tiver meu negócio e crescer, eu não quero viver dessa forma de jeito nenhum", sempre em banco, para pagar, aquele negócio todo, e se tiraram muitas das coisas de nossa casa, até ter uma vida melhor; iam para o banco.

Fui para o Norte do País, para a cidade de Boavista, em Roraima, nos anos 80, e tive a oportunidade de começar um pequeno negócio na área de supermercado. E aquele pensamento que eu tinha de acompanhar o meu pai, dizendo "nunca mais eu vou fazer isso", quando começou o mercado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na época, houve aquela questão do garimpo, e Boa Vista cresceu muito, então eu comprava muito e tinha o maior prazer. Chegou a um ponto que eu tinha o maior prazer de ir lá, Felipe, ao cartório e dizer assim: "Hoje havia 180 títulos apontados ali, e eu consegui resgatar 100". Então, eu pagava para cartório, pagava multa e pagava juros exorbitantes naquela inflação maluca no final dos anos 80. Um dia, um cidadão disse para mim, e eu agradeço muito a ele: "Olha, eu tenho visto o seu esforço, trabalhando muito – eu com meus vinte e poucos anos de idade –, e você tem que se organizar. Quem vive pagando juros é escravo de quem empresta".

Hoje eu estou aqui no Senado Federal. Eu me aprofundei e, a cada dia que procuro saber dessa nossa dívida, tanto a dívida brasileira como a dos Estados e a dos Municípios, vou ficando um pouco perturbado. Por que estamos pagando quase 1,8 trilhão de juros nos últimos 10 anos? Por que essa dívida saiu de 1,7, em 2008 e, se hoje nós formos fazer o levantamento, ela deve ter passado de 6 trilhões? Onde é que nós vamos parar? Eu vejo as explicações e até converso com alguns economistas – eu não sou economista. Por que nós não podemos usar parte dessa reserva para pagar a conta e baixar esses juros que a gente paga? Por que nós não podemos usar esses recursos, como foi apresentado por vocês ali, nas apresentações? Já que nós estamos devendo, como se diz no jargão lá em Goiás, até o cabelo da cabeça, por que não vamos buscar o estoque, como eu fiz, quando eu tinha aquele pequeno supermercado? Eu fui lá, vendi o estoque e vim pagar as contas. Nunca mais! A partir daquele dia, eu disse: "Nunca mais eu vou a cartório, nunca mais eu vou pagar juros! Se eu tiver dinheiro, eu vou comprar é à vista", e a empresa cresceu assustadoramente.

O Brasil está sendo escravo desses juros, o povo brasileiro, dessa forma como está sendo conduzido. Então, eu não consigo, realmente... Aqui, Felipe, já conversamos bastante, com a Maria Lúcia também, e eu não consigo, Senador, ver a quantidade de recursos, ou seja, de estoque que nós temos de dinheiro, e estamos devendo aí quase R$6 trilhões.

E o povo brasileiro... Olha, eu ando por este País – nós temos operações nas nossas empresas no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste, no Sul – e estou vendo o povo gemendo, o desemprego, as empresas quebrando, e cada vez mais nós estamos pagando juros e juros e juros, e a dívida aumentando.

Olha, aprendi muito aqui hoje. Creio que os Senadores... Foram 24 Senadores que estiveram aqui presentes, fora os que não registraram; creio que passaram mais de 30 Senadores. As explicações de vocês para nós aqui foram muito importantes, podem ter certeza disso. Esse debate não vai ficar só por aqui, porque eu vejo os números que foram apresentados sobre esse juro que se paga diariamente aí, desses recursos que são pagos aos bancos ou a sei lá quem, de quase R$1 trilhão nos últimos dez anos, e o que nós estamos falando aí da reforma da previdência é de R$1 trilhão – talvez nem isso agora, com as mexidas que houve – em dez anos, ou seja, só isso daí é uma previdência.

Então, eu acho que nós estamos aí somente com o plano A. Qual é o plano B que nós temos para essa dívida nossa? Essa é a nossa preocupação. Eu vejo os Senadores e Senadoras aqui, e eles estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

angustiados, querendo saber – vocês viram isso aqui pelas perguntas que foram feitas – querendo saber realmente o que pode ser feito e ouvir isso dos senhores. Então, para mim hoje aqui foi muito importante essa colocação de vocês.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Vanderlan, desculpa interrompê-los aí, mas fiz questão de vir – porque estava assistindo parcialmente à audiência pública – elogiar, Senador Vanderlan, a Presidência e esta Comissão pela iniciativa de ter transformado este pequeno momento aqui de três, quatro horas num verdadeiro debate intenso sobre essa questão da dívida pública. É muito importante.

À Maria Lúcia, aos demais palestrantes, parabéns. É importantíssimo que a gente tenha isso veiculado. E agora que pedaços das falas de vocês se transformem aí em memes mesmo para facilitar o entendimento de um assunto complexo, mas muito importante e que acaba implicando a vida de cada um de nós aqui.

Vim também para solicitar um requerimento extrapauta, para aduzir um palestrante em uma audiência pública, senhores, que vai ter muita importância também, porque envolve o Cade e um processo bastante escandaloso, que aconteceu agora, em que a Petrobras se ofereceu para imolar oito refinarias em troca de parar uma investigação do Cade a respeito de domínio econômico no setor de refino. Aliás, não existe mercado de refino; existe mercado de combustíveis. E temos abertura hoje para importar combustíveis, produzir em refinaria também e construir refinarias novas, ampliar refinarias; tudo isso é livre. Então, não dá para entender esse movimento. Enfim, estou solicitando, Sr. Presidente, a adução do nome do Sr. Gilberto Bercovici, advogado e professor da Universidade de São Paulo, para essa audiência que já está aprovada e para a qual nós temos que marcar apenas a data. Talvez já na semana que vem possamos fazê-la. É uma audiência da CAE para ouvir o Cade sobre esse processo especificamente emergencial do acordo com a Petrobras para imolar essas oito refinarias em prol de uma suposta competitividade no segmento de refino.

No mais, mais uma vez quero agradecê-los pela presença e saudar a possibilidade de a gente contar com vocês em outras audiências públicas, onde esse tema da dívida pública vai ser misturado com demais temas: juros de banco, macroeconomia em geral, a própria condução pelo Ministro Paulo Guedes da nova política econômica dele – que a gente não entendeu bem qual é ainda. Enfim, quero poder contar com vocês numa próxima vez também e dizer que estávamos aí na audiência elogiando o desempenho de cada um.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Jean Paul. Vamos passar à leitura do Requerimento nº 74, de 2019, da CAE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 74, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 69/2019, seja incluído o nome do senhor Gilberto Bercovici, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Consulto o autor do requerimento se quer fazer uso da palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, já expliquei aqui a situação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 73, de 2019... Ou melhor, nº 74, de 2019.

Eu quero, já encerrando, agradecer ao Alessandro Aurélio Caldeira – obrigado pela sua participação, atendendo ao nosso convite; ao Sr. Felipe Salto – meus agradecimentos, Felipe; à Srª Maria Lúcia Fattorelli – obrigado pela presença, atendendo ao nosso requerimento; ao Sr. José Franco Medeiros de Morais, Subsecretário da Dívida Pública – obrigado pela sua presença, atendendo ao nosso pedido; e ao Sr. Fernando Alberto Sampaio, Chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central do Brasil.

Nada mais havendo a discutir, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 23 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (18ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (21ª REUNIÃO), EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência dos Senadores Vanderlan Cardoso e Flávio Arns, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Juíza Selma, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Irajá, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Jorge Kajuru, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Esperidião Amin, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Lasier Martins e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Weverton, Jean Paul Prates e Paulo Rocha. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Registra-se a presença de João Batista Tita Furlan – Vice-prefeito do município de Toledo (PR); Deputado Glaustin Fokus (PSC/GO). Passa-se à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 19, de 2019-CCT, de autoria do Senador Flávio Arns, subscrito pelo Senador Paulo Rocha, Requerimento nº 22, de 2019-CCT, de autoria do Senador Flávio Arns, Requerimento nº 47, de 2019-CAE, e Requerimento nº 58, de 2019-CAE, de autoria do Senador Styvenson Valentim, com a finalidade de debater a importância da regulação do mercado de Criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico-financeira nacional, com a participação de Natália Garcia - Presidente da Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABCripto); Fernando de Magalhães Furlan - Presidente da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain (ABCB); Rafael Santiago Lima - Coordenador de Estudos de Atividades Fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), representante do Ministério da Economia (ME) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Os Senadores Flávio Arns, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo e Arolde de Oliveira fazem uso da palavra. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e dezenove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rego, Kátia Abreu, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Omar Aziz, Otto Alencar, Irajá, Dário Berger, Márcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Major Olímpio, Izalci Lucas, Leila Barros e Paulo Paim. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, inicia a apreciação da primeira parte da pauta, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 5/2019-CN – que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, senador Otto Alencar. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Inclusão de Meta ao PL nº 5/2019-CN: **Emenda nº 1** - Código da Ação – 210C - Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas e Artesanato – Quantidade/Meta – 1.000; **Emenda nº 2** - Código da Ação – 15E7 – Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf – Quantidade/Meta - 1; e as seguintes Emendas ao Texto do PL nº 5/2019-CN: **Emenda nº 3** - Inciso II, Item 4, Aditiva; **Emenda nº 4** - Inciso II, Item 4, Aditiva; **Emenda nº 5** - Artigo 105, Parágrafo 8, Aditiva; **Emenda nº 6** - Artigo 105, Parágrafo 5, Inciso VIII, Aditiva; **Emenda nº 7** - Artigo 11, Aditiva; **Emenda nº 8** - Artigo 125, Parágrafo 1, Inciso III, Aditiva; **Emenda nº 9** - Artigo 69, Inciso I, Aditiva; **Emenda nº 10** - Artigo 77, Modificativa; **Emenda nº 11** - Artigo 63, Aditiva; **Emenda nº 12** - Inciso II Item 4, Aditiva; **Emenda nº 13** - Inciso I, Item 63, Aditiva; **Emenda nº 14** - Artigo 12, Parágrafo 3, Inciso II, Modificativa; **Emenda nº 15** - Artigo 15, Inciso III, Aditiva; **Emenda nº 16** - Artigo 21, Aditiva; **Emenda nº 17** - Artigo 69, Inciso I, aditiva; **Emenda nº 18** - Artigo 21, Aditiva; **Emenda nº 19** - Artigo 11, Inciso VII, Aditiva; **Emenda nº 20** - Artigo 10, Inciso VII, Aditiva; **Emenda nº 21** - Artigo 130, Aditiva; **Emenda nº 22** - Inciso I, Item 63, Aditiva; **Emenda nº 23** - Inciso I, Item 63, Aditiva; **Emenda nº 24** - Artigo 36, Aditiva; **Emenda nº 25** - Artigo 21, Aditiva; **Emenda nº 26** - Artigo 39, Parágrafo 3, Modificativa; e **Emenda nº 27** - Inciso XXV, Modificativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OMAR AZIZ
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e dois minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Irajá, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Leila Barros, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Luis Carlos Heinze e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, José Serra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Comunico o recebimento do seguinte documento para conhecimento. Ofício 1.379, de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional, em resposta à consulta desta Presidência da CAE, com o demonstrativo. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 32, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Gabriel Leal de Barros." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga, o relatório foi lido pelo Senador Márcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais (art. 383, II, b). **2ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 29, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome da Senhora FERNANDA FEITOSA NECHIO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Irajá.. **Relatório:** Pronto para deliberação. Após a exposição da sabatinada, usam da palavra os senadores Irajá, Rogério Carvalho, Tasso Jereissati, Kátia Abreu, Renilde Bulhões, Vanderlan Cardoso e Rose de Freitas **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora Fernanda Feitosa Nechio, para exercer o cargo de diretora do Banco Central do Brasil, por 17 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 79, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Portaria 309 de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, principalmente o Art. 13, incisos I, II e IV, § 2º, alíneas “a” e “b”, principalmente nas partes “margem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferença de 5% em favor do nacional" e "margem de diferença de 5% em favor do nacional, após a aplicação da alíquota do imposto de importação do produto, considerada aquela vigente na data inicial do pleito de Ex-tarifário", e assuntos correlatos relativos a importação por meio dos Ex-Tarifários, de bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT)." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 79/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 78, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convite de comparecimento do Senhor Marcos Prado Troyjo, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, a fim de esclarecer a esta Comissão acerca do Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Usam da palavra os senadores Cid Gomes e Kátia Abreu. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 78/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 77, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de detalhar e aprofundar os termos do histórico acordo de livre-comércio, firmado no dia 28 de junho de 2019, em Bruxelas, na Bélgica, entre Mercosul e União Europeia (UE)." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 77/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento do seguinte documento para conhecimento.

Ofício 1.379, de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional, em resposta à consulta desta Presidência da CAE, com o demonstrativo. Eu fiz uma consulta, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e a Secretaria do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tesouro disse para os Senadores procurarem em um *link,* o que já foi feito. Pasmem os senhores: um Governo que fala em ajuste fiscal já emprestou, a juros bancários normais, para Estados e Municípios, de janeiro até agora, R$4 bilhões. O Paulo Guedes fala em ajuste fiscal, mas abre uma torneira para endividamento de Municípios e Estados com juros não subsidiados, com juros normais de banco, com isso comprometendo mais os ajustes fiscais dos Municípios e dos Estados. Está uma liberação geral para pegar dinheiro na Caixa Econômica e no Banco do Brasil – liberou geral! Antigamente, havia uma série de critérios, e Estados só pegavam recursos realmente com juros subsidiados, para que pudessem fazer investimentos. Hoje, não; está liberado geral. E aí, de uma ponta, eu vejo Governadores se reunirem para tratar de ajuste fiscal; de outra, o Governo abre as torneiras para colocar dinheiro para quem está em final de mandato, porque os Prefeitos que estão pegando recursos agora vão deixar esse comprometimento para os próximos que virão. Essa é uma responsabilidade que a CAE tinha que trazer para discutir, para que, em relação a esses recursos que não são subsidiados, o Governador ou o Prefeito que queira pegar emprestado pague nos quatro anos dele. Ele pode pegar esse dinheiro, mas vai ter que pagar nos quatro anos para não comprometer o orçamento dos próximos que virão, caso não seja ele mesmo. Então, é uma discussão que eu vou trazer a esta Comissão, para que a gente possa dar um basta nisso. O Senador Marcio Bittar vai ler *ad hoc* o relatório da indicação do Sr. Josué Alfredo Pellegrini.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 32, DE 2019

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Gabriel Leal de Barros.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. O relatório será lido nesta reunião, concedida vista coletiva automática, e a apreciação se dará na reunião seguinte, nos termos do art. 383, II, "b" e "e" do RISF.

Com a palavra o Senador Márcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Pois não, Sr. Presidente.

Nosso colega, Senador Eduardo Braga, me incumbiu dessa tarefa, que eu aceitei com prazer. É um colega que está em São Paulo fazendo exames. Portanto, a relatoria é do Senador Eduardo Braga e eu tenho o privilégio de fazê-la *ad hoc*.

Trata-se da indicação do Sr. Josué Alfredo Pellegrini para Instituição Fiscal Independe, em vaga aberta em decorrência da saída de Gabriel Leal de Barros, antes da conclusão de seu mandato de quatro anos.

Inicialmente cabe destacar que o Sr. Josué Alfredo Pellegrini preenche os requisitos de notório saber e reputação ilibada. Ademais, o indicado é bacharel, mestre e doutor em economia pela Universidade de São Paulo (USP), professor universitário em instituições de ensino superior, como a USP de São Paulo e de Ribeirão Preto e no curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É também bacharel em Direito.

Trabalhou em bancos, foi pesquisador da Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Governo do Estado de São Paulo, na área de sistema financeiro, e Gestor de Políticas Públicas no Ministério da Fazenda, onde trabalhou com assuntos internacionais. Na atividade acadêmica e de pesquisador, realizou trabalhos e produziu artigos sobre sistema financeiro e monetário, economia brasileira, finanças públicas e economia internacional.

O indicado trabalhou também no então Ministério da Fazenda (1996-1999) após aprovação em concurso para o cargo de Gestor Governamental, tendo sido, em seguida, cedido para a Câmara dos Deputados, onde trabalhou com questões orçamentárias, no âmbito federal.

Vale ressaltar que consta do currículo do indicado a autoria de uma série de artigos sobre questões fiscais, em particular três trabalhos premiados no prestigiado Prêmio Tesouro Nacional (2006, 2016 e 2017), promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional para estimular a produção técnica na área fiscal. O indicado produziu também livro de macroeconomia.

Já nesta Casa, como Consultor Legislativo concursado, atuou por nove anos, desde 2008, na área de política econômica, com demandas sobretudo na área fiscal. Produziu textos para discussão relativos à autonomia do Banco Central, reforma tributária, dívida estadual e dívida bruta e líquida do Governo Federal. Foi também coordenador do Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa. Atualmente, ocupa o cargo de analista na IFI.

O Sr. Josué possui larga experiência na área fiscal e participou de todo o processo de construção da instituição, onde elaborou relatórios, notas e estudos técnicos com foco na política fiscal e orçamentária do País. Entre seus trabalhos mais recentes, cabe destacar: 1º) Relação entre Tesouro e Banco Central; 2º)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As operações compromissadas do Banco Central; 3º) Dívida pública brasileira: mensuração, composição, evolução e sustentabilidade; 4º) Reservas internacionais: nível adequado, custo fiscal de carregamento e uso no resgate da dívida pública; todos eles de relevância significativa para o atual debate econômico.

Destaque-se, também, que se encontra debruçado sobre as questões de avaliação de políticas públicas e a reforma da previdência.

É importante enfatizar que a IFI é importante órgão, já consagrado pela qualidade de seus trabalhos, não só entre os diversos agentes econômicos responsáveis pelo funcionamento da economia, como nos meios acadêmicos.

Constituem-se como principais atribuições da IFI divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários, analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente, mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial e projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

Todas essas matérias são da competência do sabatinado.

Assim, concluímos que o nome de Josué Alfredo Pellegrini está em condições de ser votado nesta Comissão para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente.

Esse é o relatório do Líder do MDB, Eduardo Braga, que eu tenho o privilégio de ler, *ad hoc*.

Está lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, na reunião do dia 16 de julho, será realizada a sabatina do Sr. Josué Alfredo Pellegrini, indicado ao cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente.

Mensagem nº 29, de 2019...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Até o dia 17 nós temos. O dia 16 é terça-feira. Ainda há sessão aqui.

Nós vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 29, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome da Senhora FERNANDA FEITOSA NECHIO, para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 26/02/2019 foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A sabatina será realizada nesta reunião.

Vamos realizar agora a sabatina com a indicada para Diretora do Banco Central. (*Pausa.*)

Eu vou passar a palavra à Sra. Fernanda Feitosa para que faça uma breve exposição. (*Pausa.*)

Pois não.

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Exmo. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Plínio Valério, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo. Senador Irajá, Relator do processo que trata da indicação do meu nome ao cargo de Diretora do Banco Central do Brasil; Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores; senhoras e senhores.

Sinto-me honrada com a oportunidade de comparecer hoje a esta Comissão como indicada a Diretora do Banco Central do Brasil.

Agradeço ao Presidente Jair Bolsonaro por me honrar com esta indicação, bem como ao Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, e ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, pela confiança de que eu possa contribuir com a condução da política econômica.

Caso também receba o voto de confiança desta Comissão e minha indicação seja confirmada pelo Plenário do Senado Federal, estarei integralmente empenhada em contribuir com a missão do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central do Brasil de assegurar a estabilidade monetária e a estabilidade financeira, para se garantir um ambiente econômico necessário ao crescimento sustentável do País.

Não tenho dúvidas de que minha experiência acadêmica e profissional pode se somar ao trabalho de excelência do Banco Central do Brasil.

Dedico-me há 20 anos ao estudo e prática da economia, combinando uma formação sólida em Macroeconomia e Economia Internacional com experiência prática em um dos mais conceituados bancos centrais do mundo.

Minha graduação e mestrado no Brasil, assim como meu mestrado e doutorado no exterior, me garantiram um sólido fundamento teórico em economia.

Durante meu doutorado, eu me especializei nas áreas de Economia Internacional, Macroeconomia e Economia Monetária.

Publiquei diversos artigos acadêmicos em periódicos internacionais de alto prestígio, todos esses artigos relacionados a questões de política monetária e Economia Internacional.

Posteriormente, minha atuação como pesquisadora permitiu uma experiência de aplicação prática dos conhecimentos econômicos, voltada exatamente para a condução da política monetária.

Durante os últimos dez anos, trabalhei como economista do San Francisco Fed, um dos bancos do Federal Reserve System, o sistema de bancos centrais dos Estados Unidos. Nesse período, auxiliei três presidentes consecutivos na formulação e condução da política monetária. Um desse presidentes posteriormente assumiu a liderança do Federal Reserve System.

Vivenciei a atuação do Banco Central americano durante os desafios de uma das maiores crises da história dos Estados Unidos, além de um dos mais longos períodos de expansão da economia americana.

É esse conjunto de competências que trago para contribuir com o trabalho do Banco Central.

Eu me comprometo a atuar com afinco na execução da política monetária, na inserção internacional e no conjunto dos desafios do Banco Central do Brasil.

O Banco Central conduziu um processo desinflacionário que beneficia toda a sociedade. O chamado imposto inflacionário é o socialmente mais injusto, pois penaliza em especial a parcela mais vulnerável da sociedade. Somente uma inflação baixa e estável protege o nível de renda, mantém eficazes as políticas de redução de desigualdade e proteção social e viabiliza o planejamento para a execução de investimentos tão necessários para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do nosso País.

O arcabouço institucional que orienta a condução da política monetária no Brasil tem como diretriz o regime de metas de inflação. No intuito de potencializar o efeito estabilizador da política monetária, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Central do Brasil tem aprofundado transparência e objetividade em sua comunicação, capitaneando as expectativas da sociedade, a fim de atingir seus objetivos com o menor custo possível.

Minha formação acadêmica e experiência profissional me qualificam para me somar ao permanente trabalho da Diretoria colegiada do Banco Central, para que a conquista da inflação baixa e estável se mantenha.

O Banco Central do Brasil também tem atuado com sucesso para manter um sistema financeiro estável e resiliente a crises, assegurando uma estabilidade financeira que beneficia toda a sociedade. Como os bancos trabalham captando recursos de depositantes, são esses depositantes os potencialmente maiores prejudicados em momentos de crise bancária. Instabilidades financeiras e crises econômicas prejudicam a sociedade como um todo.

Espero ajudar a Diretoria Colegiada a manter o Sistema Financeiro brasileiro sólido e reforçar as ações para aprimorar eficiência, competitividade e inclusão, caso esta Comissão e o Plenário do Senado Federal confirmem minha indicação para Diretora do Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil tem renovado seus esforços em aliar inovação tecnológica à sua agenda de reformas microeconômicas, preparando o Sistema Financeiro brasileiro para um futuro inclusivo.

A instituição está estruturando sua ação nas dimensões inclusão, competitividade, transparência e educação financeira em uma atuação que ajudará a criar as condições estruturais que permitirão destravar o crescimento do País. Eu não tenho dúvidas de que tenho muito a contribuir com esse desafio.

Caso V. Exas. me deem a honra de poder colaborar, dedicarei ao Banco Central do Brasil toda a experiência acumulada nos últimos anos no acompanhamento da conjuntura econômica internacional e brasileira, permitindo que eu contribua para a formulação e execução de políticas monetárias e financeiras efetivas, assim, poderei contribuir para a manutenção da estabilidade econômica do Brasil. Estabilidade econômica associada a outras iniciativas voltadas ao aumento de produtividade, ganho de eficiência, flexibilidade da economia e melhoria no ambiente de negócios pavimentará o caminho para a retomada do crescimento sustentável do País.

A efetivação de reformas que assegurem a sustentabilidade da trajetória fiscal é fator fundamental para o reforço das condições estruturais que permitam a retomada do crescimento econômico sustentável e uma queda na taxa de juros estrutural. Essas reformas são importantes para que política monetária tenha eficiência no cumprimento de seus objetivos com o menor custo possível.

Quanto ao cenário internacional, área da Diretoria Colegiada para a qual eu fui indicada, permanecem os riscos de uma desaceleração da economia global decorrentes de incertezas sobre políticas econômicas e geopolíticas, com impactos na dinâmica da atividade econômica brasileira. A atuação do Banco Central do Brasil tem sido um dos fatores que propicia à economia brasileira a capacidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absorver instabilidades no cenário internacional. Reservas internacionais robustas funcionando como um seguro contra crises e a condução firme e transparente da política monetária nos últimos anos têm logrado ancorar as expectativas de inflação em torno da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Essa atuação contribui para manutenção da estabilidade macroeconômica em momentos mais turbulentos.

Ainda em relação ao cenário internacional, se aprovada por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal, trabalharei para aprofundar a inserção internacional do Banco Central, de forma a assegurar que as especificidades da economia brasileira serão adequadamente consideradas nos organismos e fóruns internacionais.

Utilizar a experiência internacional adaptada à realidade brasileira é uma forma de o País aprofundar suas políticas de forma mais eficiente, moderna e abrangente. Assim, caso V. Exas. me deem a honra de ser aprovada a minha indicação para Diretora do Banco Central do Brasil, dedicarei todo meu conhecimento e experiência para atuar junto à Diretoria Colegiada no cumprimento da missão institucional do Banco Central, sempre em busca do melhor para o País e para a sociedade brasileira.

Estou inteiramente à disposição para atender aos questionamentos de V. Exas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero agradecer à Sra. Fernanda Feitosa Nechio.

Eu vou abrir a votação, porque nós temos de ter, no mínimo, 14 votos.

Está inscrito o Senador Irajá, como Relator.

Vai querer fazer uso da palavra, Senador Irajá? Antes, só quero abrir a votação.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estão inscritos o Senador Rogério Carvalho, o Senador Tasso, a Senadora Kátia e a Senadora Renilde.

Eu vou conceder para cinco Senadores, e a senhora terá o tempo de 10 minutos para responder, caso haja algum questionamento.

Vamos abrir a votação. A votação será na salinha.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Irajá com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Dra. Fernanda Feitosa, eu gostaria inicialmente de fazer um questionamento.

O País, o Brasil, desde 1995, já é membro da OMC. E temos visto recentemente, após a posse do Governo Bolsonaro, uma sinalização e uma determinação, tanto do Presidente da República quanto do próprio Banco Central, para que o País possa ingressar na OCDE, numa tentativa de participar da pauta internacional. Eu gostaria de saber, Dra. Fernanda, se o fato de o Brasil ter que abrir de uma condição especial de subsídios dentro da OMC, principalmente no que envolve as *commodities* brasileiras, como um requisito exigido para sua inclusão na OCDE, na sua avaliação, na sua experiência, vai ser benéfico? Em que medida? Quais são os prós? Quais são os contras? O que o Brasil ganha ao abrir mão dessas vantagens, desses subsídios, na OMC? Mas também, ingressando na OCDE, quais seriam esses benefícios para o País?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Rogério Carvalho está com a palavra, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Brasil, que exerce em 2019 a presidência de turno do agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, reafirmou seu apoio ao sistema multilateral de comércio. Quais são as expectativas econômicas do Banco Central em relação aos Brics?

O Brasil passa, nos últimos anos, por um processo continuado de desindustrialização, com queda expressiva da participação do setor na formação do Produto Interno Bruto, expondo-nos à reprimarização de nossa pauta de exportações, hoje sustentada em *commodities* agrícolas, minério de ferro, petróleo bruto, importação de produtos derivados. Na sua avaliação, a política cambial brasileira tem conseguido cumprir o objetivo de regular adequadamente os preços dos produtos que o País importa e exporta, equilibrando, assim, os demais preços da economia? Alternativamente, ao menos se cogita usar o câmbio como elemento dinamizador estratégico para a constituição de uma política de inovação e desenvolvimento?

Como avalia a atual política monetária brasileira e os instrumentos usados na administração da liquidez do Sistema Financeiro Nacional, as operações compromissadas, os depósitos compulsórios remunerados, o colchão de liquidez e os *swaps*?

Qual a sua avaliação sobre o histórico de decisões do Copom nos últimos anos, levando em consideração os resultados de índices de inflação, preços administrados, crescimento do PIB e desemprego? Considera propor alguma alteração em políticas e na dinâmica de decisões do Copom? Considerando que a Constituição Federal, em seu art. 192, determina que o Sistema Financeiro Nacional deve ser organizado de forma a propor um desenvolvimento equilibrado do País e a atender aos interesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da coletividade, qual a sua avaliação sobre a inclusão de metas sociais nas competências do Banco Central do Brasil com o aumento do nível de emprego e com o crescimento econômico?

Por fim, estudo divulgado recentemente pelo Banco Central minimizou o peso da falta de concorrência no *spread* bancário. Qual a sua avaliação a respeito do assunto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Tasso e, depois, a Senadora Kátia e a Senadora Renilde.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Dra. Fernanda, é um prazer! O seu currículo, por si só, já demonstra uma formação acadêmica bastante sólida e de altíssima qualidade, e sua experiência se alia a essa formação acadêmica. Portanto, eu já gostaria de deixar claro o nosso apoio à indicação de V. Sa. à Diretoria do Banco Central. Além do mais, temos excelentes referências pessoais de V. Sa. Sabemos que o Senador Anastasia tem declarado ser seu admirador. Eu gostaria de dizer também da minha admiração e amizade. Se não me engano, sua sogra é Dorothea Werneck, que foi Ministra e que muito contribuiu para este País.

Eu gostaria de apresentar duas questões sobre dúvidas que eu tenho. A primeira é um assunto que vai ser... O Senador Rogério já tocou nisso por cima. Eu não concordo com a colocação que foi feita em relação ao mandato do Banco Central, o de ser apenas o protetor da moeda e zelar pela estabilidade de preços, mas também o de ter o viés em que se fala de emprego, etc. No entanto, muito parecida com essa sugestão dada pelo Senador Rogério, há uma sugestão feita recentemente pelo Dr. Armínio Fraga, economista, ex-Presidente do Banco Central, que tem defendido que, além dos objetivos de seu mandato de estabilidade de preços, o Banco Central tem o papel subsidiário de suavizar os ciclos econômicos, de maneira subsidiária, o que me parecer bastante sensato.

Eu estou aqui pensando alto, Senador Rogério. Acho que é um pouco perigoso sair disso, porque pode ser conflitante a questão de começar a estabelecer, por exemplo, metas de emprego, ao lado das metas de inflação. No entanto, a sugestão de o banco ter a função de suavizar os ciclos econômicos, em que, naturalmente, o índice de emprego pode ser bastante prejudicado, parece-me bastante razoável.

Queria ouvir a sua posição.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ela vem de uma experiência do FED que trabalha com essas duas vertentes e monitora as duas coisas. Então, a pergunta foi em função disso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É por isso que eu estou colocando exatamente qual a opinião dela, porque nós vamos ter um projeto aqui, agora para discutir esse assunto, porque é um assunto relevante que nós vamos ter aqui na CAE nos próximos dias ou próximos meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra questão é que cada vez se avoluma o número de economistas que falam que a nossas reservas estão elevadíssimas, o custo da manutenção dessas reservas é muito alto e é evidente que é um seguro de que ninguém pode se desfazer. No entanto, em função da nossa crise, dos nossos problemas, muitos economistas que eram refratários à ideia de uso de parte dessas reservas já começam a aceitar – economistas conservadores, vamos dizer assim – que é uma ideia que deve ser considerada com bastante cautela, com bastante moderação. Então, são essas questões que eu gostaria de deixar colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Tasso.

Senadora Kátia Abreu, por favor. De mulher para mulher agora, hein!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Presidente.

Eu também gostaria de parabenizar o seu currículo. Você é uma vencedora, uma mulher que estudou, que fez por onde merecer todos os cargos que ocupou, e quero dizer que você nos orgulha e as mulheres do Brasil. Espero que você faça um belíssimo mandato. Pretendo apoiá-la não só pelo seu currículo, mas também pela indicação do Senador Anastasia, que para nós tem um peso muito forte aqui. Mas gostei demais do seu currículo e do seu preparo no diálogo que nós tivemos.

Eu tenho de fato algumas dúvidas e preocupações, mas eu compreendo a sua chegada recente ao banco e se alguma das minhas perguntas não for possível responder agora, você pode me responder depois, por escrito, como preferir, porque também a gente chegando numa instituição tem sempre ainda que integrar, para poder responder todos os problemas.

É o seguinte, eu tenho estudado, sido uma boa aluna para entender a nossa economia. É uma matéria que me fascina, em que pese eu seja apenas uma média especialista na área rural, no campo, e sou psicóloga de formação. Mas o Senado é uma grande escola para todos nós; eu já estou aqui há 12 anos.

Nós estamos observando uma recuperação cíclica muito lenta do Brasil, como nunca tinha acontecido no passado. Nós já tivemos recessões, nós já tivemos... Mas todas as recuperações das crises do Brasil foram mais rápidas. Se nós avaliarmos a crise no Governo Dilma por conta do *impeachment*, por conta de tantos fatores, logo depois, assumindo o Presidente Michel Temer com o Henrique Meirelles, nós até pudemos ver algumas reações positivas. Logo depois, foram prejudicadas por conta dos escândalos de corrupção contra o Presidente da República.

Novamente, nós voltamos à estaca zero.

Agora, nós estamos com um Presidente novo eleito, com uma equipe econômica e do Banco Central reconhecidamente competente, pelo menos na sua ampla maioria – não 100%, claro, nunca se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue. Mas, na sua ampla maioria, tanto no Ministério da Economia como no Banco Central, nós temos personagens interessantes.

Qual é o problema que está pegando? É a primeira vez, talvez, que a gente tem uma crise de demanda. A nossa crise não é de oferta, como sempre aconteceu no País.

Por que essa demora tão grande para o nosso País recuperar-se? Será que o freio de mão... Falando assim, agora, como o pessoal do interior fala, e eu sou do interior do Brasil: será que o freio de mão não foi puxado de uma só vez e muito forte? Talvez você não tenha tirado... O Brasil não teria tirado o oxigênio do doente com muita rapidez? Ou não teria aplicado uma superdose de quimioterapia num paciente enfraquecido e já pesando pouco, fragilizado? Eu estou usando esses exemplos para colocar o meu pensamento, o meu sentimento. A impressão que eu tenho é de que a força foi grande demais e o paciente está morrendo.

Então, o que que a gente pode fazer? Nesta Casa aqui, não se discute outra coisa. Aliás, nós estamos numa fase muito boa no Senado, onde nós estamos tendo a nossa agenda, votando com o Brasil, em que pesem as diferenças. Eu tuitei outro dia que nós tivemos uma fase aqui antes do Jucá e outra depois do Jucá. Nós estamos vivendo uma fase pós-Jucá, em que a gente não se sente desconfiado das coisas. E o Senado tem produzido muita coisa bacana aqui, muita coisa!

Então, a gente direto está discutindo o que fazer para ajudar. Quantos grupos já se formaram para perguntar o que fazer, com o próprio Presidente? Nós estamos dispostos a ajudar, mas a economia não está na nossa mão. No que pudermos nós queremos colaborar, mudando leis, fazendo leis novas, retroagindo em determinadas leis, mas a gente não consegue muita especificidade por parte do Ministério da Economia nem do Banco Central. Do que que vocês precisam de nós, claramente? É claro que nós temos a nossa agenda, mas não custa ouvir o Governo, para a gente poder trabalhar junto no mesmo rumo. Então, isso tem me angustiado bastante.

E será que, no próximo bimestre, no próximo trimestre, já vai haver uma recessão? A minha preocupação não é com a recessão brasileira, é com a americana, que vem atrás, que está num ciclo, já, todo sinalizado de uma nova recessão, um ciclo normal dos americanos, em que o juro, a curto prazo, está muito maior do que o juro de longo prazo. Esse é o maior sinal de recessão de um país, e lá hoje está assim.

A minha segunda pergunta é – ou dentro da primeira, não sei: não estaria na hora de reduzir a Selic? O Banco Central é independente? Precisa ser, mas também não é a Santa Sé, em que ninguém pode discutir e falar nada.

Então, nós estamos com uma inflação baixa, nós estamos com a Selic de 6,5, uma taxa real de 2,5... Qual é a taxa de equilíbrio que o Banco Central está esperando? Porque hoje já é de 2,5 a taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equilíbrio. Segundo alguns economistas, que procuram me ensinar alguma coisa, já está na taxa de equilíbrio suficiente para baixar os juros aí, quem sabe, 0,5 mais 0,5.

Então, fica tudo concentrado na reforma da previdência, e os brasileiros terão uma grande decepção, porque ela é importante, ela é necessária, mas não tem um efeito tão rápido como as pessoas acham que vai ter, como uma dose forte de analgésico, quando a gente está com alguma dor. Ela é precisa, ela é necessária. Então, por que não baixar esse juro, se a crise é de demanda, não é de oferta?

Segundo: o Ministro Guedes anunciou a liberação dos compulsórios em 100 bilhões. Eu, sinceramente, não sou especialista como ele, mas, eu não sei, acho que eu já teria feito isso antes. Mas o Banco Central já colocou alguns senões: "Não, espere aí, não há definições de prazo e de montantes a serem liberados...". Como é que é isso? O Paulo Guedes anunciou, mas como é que será essa escala de liberação do compulsório? Há gente pensando que está ajudando os bancos. Não é; isso é para aquecer a economia. Liberando-se compulsório, é mais dinheiro na praça.

Quanto à OCDE, o Senador Irajá perguntou...

Eu gostaria de dizer que estou, assim, um pouco triste, porque eu li anteontem, no *Valor Econômico,* que a central de recebíveis de cartão de crédito vai ficar para agosto de 2020. Isso é o quê? Isso é independência do Banco Central, é pressão dos bancos privados? É, de fato, algum fato técnico burocrático enorme que essa central de cartão de crédito não pode começar amanhã? Com os equipamentos tecnológicos que nós temos hoje, não há... Assim, desculpe a palavra, mas não há desculpa para empurrar isso para o ano que vem. Então, uma central de recebíveis de cartão de crédito iria abaixar o *spread* dos bancos, iria abaixar o juro dos bancos, porque, se eu parcelo para o lojista em dez parcelas, ele só pode ir a um determinado banco adiantar essas parcelas, porque ele está apertado. E, com uma central de recebíveis, nós teremos uma infinidade de bancos disputando as parcelas do comerciante, para dar um juro melhor para ele.

E, se puder comentar alguma coisa sobre os ganhos do acordo Mercosul-União Europeia... Eu não sei se o Senador Irajá perguntou no final, mas eu não tenho dúvida dos ganhos. Sempre foi uma bandeira pela qual sou apaixonada. Conversei algumas vezes com o pessoal do Governo e disse: "Aceite qualquer coisa, mas faça essa união; depois se corrige no meio do caminho. Depois se corrige. Nada é mais importante do que essa abertura".

Alguns terão algum prejuízo? Sim, mas o Estado serve para isto: é para corrigir distorções para aqueles que ficaram mais prejudicados.

Então, o acordo tem 20 anos, mas ele foi retomado em 2014, eu participei da retomada desse acordo, com todas as trocas de ofertas, eu ajudei a preparar, eu e o Armando Monteiro. Depois, o Aloysio Nunes Ferreira, no Governo do Michel Temer, também deu uma ótima avançada. E agora que está acabando o mandato dessa Comissão na União Europeia, eles querem deixar um legado, graças a Deus, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o legado será esse, que é o acordo de Mercosul e União Europeia. Eu acho maravilhoso, mas queria que você pudesse falar para nós o que que significa isso para o Banco Central.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Renilde Bulhões.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sra. Sabatinada, Dra. Fernanda Feitosa, inicialmente, nós queremos parabenizá-la pela riqueza do seu currículo, por sua experiência de vida. Com tão rico currículo, você, com certeza, vai realizar um bom trabalho. Quero parabenizá-la por ter sido indicada, chegar até aqui, e dizer que realmente nós vamos aprovar seu nome, porque nós temos a certeza de um bom trabalho seu.

Nós ouvimos atentos a sua explanação, e você falava que uma de suas metas, como Diretora do Banco Central do Brasil, seria destravar o crescimento do País, e nós entendemos que, dentre outras ações, está a de promover o desenvolvimento equilibrado do País e atender aos interesses da coletividade. Então, eu repito a pergunta do Senador Rogério, porque me chamou muito a atenção quando você nos visitou e nós já falávamos sobre este assunto, de que não era tanto atribuição do Banco Central, mas, sim... Foi citado aqui o artigo da Constituição que determina que o Sistema Financeiro Nacional deve ser organizado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado. Então, nós perguntamos: qual é a sua avaliação sobre a inclusão de metas sociais nas competências do Banco Central do Brasil, como o aumento do nível de emprego e o crescimento econômico? É essa minha pergunta.

E parabéns porque, primeiro, você é competente, tem experiência, e, para nós, é motivo de orgulho que uma mulher chegue a ocupar esse espaço, porque a vida toda a gente sempre escuta comentários de economistas homens. Então, para nós, mulheres, é motivo de orgulho que você chegue à Presidência do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E as mulheres, em casa, são imbatíveis como economistas, porque elas fazem milagre!

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Com certeza! Já temos uma experiência boa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é? A mulher faz milagre em uma casa, quando ela realmente puxa para si a economia.

Eu vou convidar o Senador Irajá para presidir a reunião, enquanto eu vou votar.

Por favor, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Dra. Fernanda Feitosa, para responder aos Senadores e às Senadoras que fizeram questionamentos.

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Agradeço a V. Exas. pelos questionamentos. Eu vou tentar cobrir todas as questões que surgiram dentro de um limite de tempo razoável.

Respondendo ao Exmo. Senador Irajá, a entrada do Brasil na OCDE é bastante positiva, a meu ver, tem o potencial de trazer um ganho de credibilidade para o País muito grande, e esse ganho de credibilidade, no futuro, gera redução de risco país, abre um leque de oportunidade de investimento, os investidores internacionais prestarão mais atenção ao País.

A OCDE é uma instituição que define as melhores práticas internacionais. Grande parte dos países desenvolvidos do mundo faz parte deste grupo. Então, eu vejo como um selo de confiança no País a entrada do Brasil na OCDE.

Além disso, como membro da OCDE, o País vai ganhar direito a voto e vai ter voz. Investidores brasileiros serão protegidos de qualquer tipo de discriminação.

Então, eu vejo essa possível entrada como um fator muito positivo.

Em resposta ao Exmo. Senador Rogério Carvalho, são várias questões levantadas, eu vou tentar cobrir todas elas.

Quanto à política cambial, o regime de metas para a inflação definido pelo Conselho Monetário Nacional define como missão do Banco Central atingir a meta de inflação. Nessas diretrizes, o câmbio é flutuante. Então, não há um objetivo de atingir um nível de câmbio ótimo ou uma atuação do Banco Central que afete o nível de câmbio em uma direção ou outra. O objetivo do Banco Central é de estabilidade monetária e financeira, e, nessa diretriz dada pelo Conselho Monetário Nacional, o regime de câmbio é flutuante.

Bom, em relação às compromissadas, um outro ponto levantado por V. Exa., as compromissadas são um dos instrumentos de política monetária que o Banco Central tem em suas mãos.

Vale lembrar que o uso de compromissadas não é específico do Brasil. Outros países também se utilizam de operações compromissadas, e posso entrar um pouquinho mais em detalhes no uso desses instrumentos, com a compromissada sendo um deles.

O Banco Central, através do Comitê de Política Monetária, define a taxa de juros que enxerga como necessária para se atingir a meta de inflação, e a atuação do Banco Central no mercado financeiro é tal que alinha as taxas sendo negociadas a essa taxa definida pelo Copom, a taxa Selic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa atuação, o Banco Central atua enxugando ou provendo liquidez, de forma a alinhar a taxa negociada com a taxa definida pelo Copom, que determina o cumprimento da meta, de atingir a inflação em torno da meta.

Um dos instrumentos usados pelo Banco Central são as operações compromissadas. Outros instrumentos, por exemplo, são operações com títulos públicos diretamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – É. Venda e compra de títulos públicos.

Então, esses instrumentos são instrumentos usados pelo Banco Central para enxugar e prover liquidez no mercado, para garantir que a taxa de juros se alinhe à Selic, e é a Selic tal que garante que a inflação atinja a meta determinada pelo Conselho Monetário Nacional.

Quanto ao histórico de decisões do Copom, as decisões do Copom são baseadas na situação econômica corrente, nas possíveis trajetórias para a economia no futuro e também num balanço de riscos para a economia brasileira. Essa atuação acontece no Brasil e é semelhante em outros países do mundo que seguem um regime de metas, inclusive países que têm outras metas também, outras diretrizes no sistema de metas sendo seguidas.

Minha avaliação é que a postura do Copom tem sido bastante clara quanto aos riscos para a economia. As decisões são bastante transparentes, e esse balanço de riscos está sempre bem descrito nas atas que seguem as reuniões do Copom.

Mais recentemente... Eu acho que vale ressaltar que o balanço de riscos tem sido tal que, por um lado, a economia se vê com o crescimento interrompido, a recuperação foi interrompida, o que põe menos pressão na inflação, mas também temos fatores que podem pressionar a inflação e trazer riscos para o País. A situação externa, com conflitos comerciais e conflitos de ordem geopolítica também, põe pressão em países emergentes. É uma situação ruim para o Brasil. É muito melhor quando a economia global está crescendo para a economia brasileira. E, além disso, há um leque de incertezas quanto ao andamento das reformas que devem promover a produtividade, ganhos de eficiência no País e melhoria na decisão de negócios. Então, esses balanços de riscos estão por trás do processo decisório de política monetária, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo também.

Em relação ao questionamento de V. Exa. sobre o duplo mandato, sobre o mandato do Banco Central, essa é uma questão que surgiu também, é levantada por outros Senadores e Senadoras.

Bom, acho que a primeira coisa que se deve ter em mente é que não existe crescimento sustentado sem estabilidade de preços. Não consigo apontar país no mundo que tenha crescimento sustentado sem a estabilidade de preços como pré-condição. No caso do Brasil, especificamente, eu acho que o sistema de metas atual é o adequado. O País tem o histórico inflacionário recente, inclusive um histórico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hiperinflação recente, em relação aos pares internacionais, e, além disso, o nível de indexação da economia é bastante alto. Esses fatores acho que é bastante importante de se ter em consideração, quando se conversa sobre possíveis mudanças no mandato do Banco Central.

Além disso, eu acho que é arriscada qualquer mudança no mandato. Essas mudanças podem ser mal-interpretadas e aumentar as incertezas quanto à condução de política monetária no Brasil. Então, a meu ver, é arriscado esse tipo de mudança sendo considerado.

Dito isso, dadas as propostas que estão sendo levantadas, eu acho que é importante ressaltar também que o Banco Central, como eu disse anteriormente, já leva em consideração não só a situação da economia atual e o impacto dessa situação no nível de inflação, mas também as possíveis trajetórias da economia. Então, a decisão de política monetária já toma em consideração também o nível de atividade da economia.

Um outro ponto que foi levantado, na verdade, foi uma comparação com outros bancos centrais que têm um duplo mandato, como o Federal Reserve. Acho interessante comparar, nesse caso, por exemplo, as atas das reuniões tanto o FED quanto do Banco Central do Brasil. Apesar de terem diretrizes diferentes, o processo decisório de política monetária é bastante semelhante. Então, ambos os bancos levam em consideração tanto a situação corrente quanto a situação futura, as trajetórias futuras da economia, e um balanço de riscos na decisão de política monetária.

Então, acho que a minha consideração final sobre o ponto de duplo mandato, de possíveis mudanças no mandato, é a de que eu tenho a visão de que pode ser um movimento arriscado e gerar incertezas sobre a condução da política monetária, tanto agora quanto no futuro.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Eu já usei meus dez minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) **–** Pode seguir.

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Em relação à pergunta sobre concorrência e os efeitos no *spread* bancário, o Banco Central acredita que... Há diversos estudos. Estudos acadêmicos também mostram que concorrência afeta, em nível de *spread* bancário. Pode não ser o único fator que afeta nem o fator mais preponderante, mas é um dos fatores que afeta o *spread* bancário, e o Banco Central do Brasil tem agido nessa direção de aumentar o nível de concorrência no mercado de crédito brasileiro.

Essa atuação tem se dado de forma regulamentar e também com incentivo à entrada de novos participantes. Eu acho que vale ressaltar, por exemplo, a atuação do Banco Central na regulamentação e no fomento à entrada das *fintechs*. Essas empresas tendem a ter uma especialização no mercado de crédito e têm o potencial de dar mais acesso às pequenas e médias empresas e dinamizar o mercado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito. Então, eu acho que essa atuação é bastante positiva, tende a aumentar a competição no mercado de crédito, o que tende também a gerar fatores positivos no *spread* bancário.

Dada a minha limitação de tempo, vou caminhar nas perguntas.

Agradeço ao Exmo. Senador Tasso Jereissati pelos elogios e pelas questões levantadas. Uma das questões é em relação a mandato no Banco Central, que eu já discuti em resposta ao Senador Rogério Carvalho.

Quanto ao nível de reservas, as reservas internacionais funcionam como um colchão de segurança para o País.

Em momentos de instabilidade financeira, reversões bruscas de capitais podem afetar a economia, e ter esse colchão de segurança é muito importante, sobretudo para países emergentes. Inclusive vimos, recentemente, economias emergentes que passaram por períodos de estresse no ano passado e também na história do Brasil, e essas economias recentemente não tinham um nível de reservas, a meu ver, adequado para se defender desse estresse vindo de fora. O Brasil não sofreu tanto e foi protegido exatamente por esse colchão se segurança.

Há sempre um questionamento sobre o nível ótimo de reservas. É uma questão que surge frequentemente em discussões econômicas e em artigos de jornal.

Não há consenso na literatura acadêmica sobre o nível ótimo de reservas. O que podemos observar é que, dado o tamanho da economia brasileira, o nível de reservas do Brasil não é muito diferente dos pares emergentes. Então, a economia brasileira é muito maior que a economia de vários outros países emergentes, e, se se compara a razão de reservas com o PIB, por exemplo, se vê que o nível brasileiro não está muito diferente de outros países. A meu ver, as reservas são muito importantes como um colchão de segurança para o Brasil.

Além disso, outro ponto levantado foi sobre o custo de carregamento dessas reservas.

Na verdade, o custo de carregamento está em seu mínimo histórico. Então, é como se nós estivéssemos mantendo um seguro e pagando um preço que está no mínimo histórico. Então, eu vejo a manutenção do nível de reservas como um fator muito positivo.

Bom, respondendo às questões levantadas pela Exma. Senadora Kátia Abreu, agradeço as considerações iniciais a meu respeito.

Bom, em relação à recuperação da economia, o País sofreu uma de suas maiores crises econômicas muito recentemente. A recuperação, de fato, tem sido gradual, e a tendência é a de que a economia continue se recuperando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho superimportantes as reformas microeconômicas e as reformas que estão sendo propostas por avaliação nesta Casa. Essas reformas, como V. Exa. levantou, não promovem uma recuperação rápida, imediata, mas têm um potencial muito grande de mudar as expectativas sobre o País.

Essa mudança de expectativas é muito importante, basicamente porque diminui os riscos e as incertezas em relação ao País, o que facilita decisões de investimentos. Então, os efeitos das reformas propostas podem não ser imediatos em si, mas a mudança da percepção do País e as expectativas sobre o futuro da economia afetam as decisões de investimento, o que afeta a economia e os possíveis ganhos de crescimento para o País.

As reformas propostas e discutidas devem focar em melhoras na produtividade do País, melhora no ambiente de negócios, liberalização da economia, e têm o potencial, sim, de melhorar as expectativas de crescimento e de diminuir as incertezas quanto ao País.

Eu já discuti um pouquinho as decisões de política monetária. Posso falar mais um pouco.

As decisões de política monetária, tanto no Brasil quanto em outros Bancos Centrais do mundo também, são feitas com base em alguns pilares. Esses pilares são a situação corrente da economia e o impacto dessa situação na inflação, as possíveis trajetórias para a economia do Brasil para o futuro e um balanço de riscos que essa economia pode enfrentar.

Mencionei os riscos mais preponderantes no momento, o andamento das reformas sendo avaliado neste momento, e também a situação internacional como sendo um dos fatores preponderantes no balanço de riscos que o Banco Central tem levado em consideração.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Para não baixar os juros?

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Para atingir a meta de inflação.

Quanto à questão sobre os recebíveis de cartão de crédito, eu não sou da Casa e, então, não tenho exatamente conhecimento sobre os prazos, as negociações e os detalhes sobre esse processo, mas a regulamentação e a possibilidade de uso dos recebíveis de cartão de crédito por lojistas são bastante benéficas. Vai aumentar a possibilidade de acesso a recursos, a lojistas, e acho que é uma modificação bastante positiva. E o Banco Central entende, pelos relatórios todos que lemos do Banco Central, que este é exatamente o objetivo final: dinamizar o mercado de crédito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só uma observação aqui, para que a senhora leve: essa medida está na BC+, aquela agenda do Governo anterior...

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... e ela já foi prorrogada três vezes, só para você ter esse histórico. E agora foi prorrogada, de novo, para agosto do ano que vem. Então, eu gostaria, depois que se inteirar, que a senhora pudesse explicar por que que isso está sendo postergado insistentemente.

Obrigada.

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Obrigada.

Finalmente, quanto à questão do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, mais uma vez eu acho que isso é um passo muito importante, positivo, tem o potencial de abrir um leque de oportunidades de investimento e exposição do País à possibilidade de novos investimentos estrangeiros e, além disso, um leque de oportunidades para produtores nacionais também, com possíveis aumentos de exportação, importação e benefícios para a sociedade como um todo. Então, acho que a notícia do acordo é bastante positiva.

Quanto às questões levantadas pela Exma. Senadora Renilde Bulhões... Primeiramente, agradeço também as considerações a meu respeito.

A ação do Banco Central é sempre baseada em atingir a meta de inflação e garantir o crescimento sustentado da economia brasileira. Como eu já comentei inicialmente, não existe... Estabilidade de preços é pré-condição para crescimento sustentado da economia. Não existe país no mundo que não tenha essa combinação.

Quanto à questão de mudanças no mandato, como eu mencionei e expliquei aos demais Senadores, acho arriscado mudanças no mandato do Banco Central. Isso pode ser mal interpretado e arrisca trazer incertezas para a condução de política monetária no Brasil. O Banco Central tem bastante credibilidade, tanto no Brasil, atualmente, como no mundo, e a manutenção dessa credibilidade é de extrema importância.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Dra. Fernanda.

Só falta a Senadora Kátia votar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Já acabaram as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu posso só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria só de pedir que, posteriormente, então, me desse notícia sobre a central de recebíveis de cartão de crédito, sobre o cronograma de liberação do compulsório, e por que que, na meta de inflação, o Brasil coloca alimentação no domicílio? Nos Estados Unidos, isso não é calculado, por conta da simetria nos preços da sazonalidade.

Então, eu, que sou de oposição, falar isso, não há nenhum problema, mas, se alguém do Governo falar, podem achar que já é uma sugestão de criar um mecanismozinho para ajeitar a inflação. Não. Eu sempre defendi isso, desde o Governo da Presidente Dilma, mas não havia clima nem ambiente. Então, eu gostaria de saber por que que o Banco Central ainda continua colocando, na meta de inflação, a alimentação no domicílio, dentro de casa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Vanderlan com a palavra.

Depois, Senador Irajá.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente Omar, Sra. Fernanda, tive o privilégio e o prazer de conversar com a senhora longamente ali, no cafezinho do Senado, e ali já fiz uma pequena sabatina com a senhora e pude ver o seu preparo, o seu conhecimento. É preparadíssima para ser a nossa Diretora do Banco Central. E já votei.

Mas eu queria aqui só fazer uma observação e também uma pergunta, porque, como a senhora mesma disse, ainda não faz parte dos quadros do banco, mas a senhora, com certeza, pode ter esse conhecimento.

Nós estamos remunerando sobra de caixa dos bancos diariamente. E, nos últimos dez anos, isso chegou aí quase a uma economia que estão falando com relação à previdência de quase R$1 trilhão, nos últimos dez anos.

A senhora acha que precisa mesmo fazer essa remuneração? O que o Banco Central fala e os técnicos... Inclusive, na audiência pública que nós fizemos aqui, Senador Omar, com o Diretor do Banco Central, ele falou um pouco sobre isso e acha que tem que se fazer, mas não é muito dinheiro sendo remunerado para os bancos? Volto a falar que, nos últimos dez anos, Senador Omar, chegou a quase R$1 trilhão, mais precisamente R$795 bilhões; se for corrigido, passa de R$1 trilhão. O que senhora pensa sobre isso? A senhora tem opinião já formada sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre isso aqui – desculpe, Dra. Fernanda –, na sabatina que fizemos ao Dr. Roberto, quando foi indicado para ser Presidente do Banco Central, muito se discutiu aqui, o *spread* e uma série de outras coisas, principalmente os lucros distribuídos no final de todo ano sem a devida cobrança de impostos. Um trabalhador, nos seus contracheques, chega a contribuir para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Receita Federal com 27,5% dos seus rendimentos. E, nessa distribuição de lucros, que é algo bilionário e todo ano é feito entre os donos dos bancos que há aqui, é em torno de 6%, 7% somente.

Então, isso também foi discutido bastante aqui, porque são números que chegam para a gente e são realmente números bastante grandes. Que eu saiba, o Banco Itaú, no ano passado, distribuiu para uma só família mais de 2 bilhões de lucro no final do ano. E vai ver quanto é que eles pagaram de Imposto de Renda sobre isso... É muito pequeno para o grande lucro que o banco teve.

Quando a gente fala em taxar fortunas e quando a gente fala em aumentar... Porque o Brasil utiliza de muitos subterfúgios com essa questão de dividir lucros. São cotas, e, no final, quem paga realmente é o trabalhador. Tanto é que, na minha opinião, com a reforma trabalhista que fizemos e aprovamos aqui no Congresso Nacional, a médio prazo, só quem vai estar contribuindo para a previdência serão os servidores públicos, porque o trabalho hoje é temporário, não há mais segurança de o trabalhador passar tempo no serviço. Ele vai trabalhar 35, 40 anos, e vai contribuir muito pouco durante esses 30, 40 anos, até pela mudança de trabalhador. Cada dia mais a indústria 4.0 está se instalando no Brasil, a automação e uma série de coisas. Então, quem vai pagar, quem vai tentar sustentar a previdência será o servidor, se a gente não mudar essas regras de distribuição de lucro, uma série de outras coisas que o Senado tem que discutir. Eu não estou aqui colocando... É uma pauta que nós vamos discutir no momento certo.

A senhora está com a palavra para responder ao Senador Vanderlan e à Senadora Kátia

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fernanda, só complementando, para eu entender... Quando eu cheguei, você estava falando sobre as reservas, que há cerca de US$400 bilhões em reservas. Até 2005, nós tínhamos cerca de US$50 bilhões. Esses recursos, de acordo com o Diretor do Banco Central, 80% ou um pouquinho mais estão em letras do Tesouro americano, sendo remunerados a 1,17%. O restante está em alguns bancos da Europa ou mesmo dos Estados Unidos. Ele não soube me responder se alguns desses bancos tinham operação dentro do Brasil, mas eu sei que têm operação dentro do Brasil. Os mesmos juros eles pegam e emprestam aqui em valores bem altos.

A senhora não acha também – com relação a essa remuneração que nós temos das nossas reservas a 1,17%, gerando emprego nos Estados Unidos, eles emprestando a 5%, 6%, e nós aqui pagando juros da dívida pública a 8%, 9%, até 16%, quando chegou a Selic a 14,25% – que nós poderíamos disponibilizar um pouco dessas reservas para abaixar um pouco essa dívida? (*Pausa.*)

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Em resposta às questões adicionais da Exma. Senadora Kátia Abreu, quanto à meta de inflação e qual o tipo de inflação usar. A definição da meta de inflação é dada pelo Conselho Monetário Nacional, mas, independentemente dessa meta, o Banco Central acompanha várias medidas de inflação, inclusive medidas que excluem alimentos e combustíveis que tendem a ter uma volatilidade maior. Então, se V. Exa. acompanhar o relatório de inflação, por exemplo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Banco Central entra em mais detalhes quanto ao andamento, às expectativas e ao movimento desses diferentes índices de preço que podem ser analisados. No seu processo decisório, apesar de a meta de inflação ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, outras medidas de inflação também são consideradas.

Quanto aos compulsórios – faltou responder sobre isso na última interação –, eles foram muito importantes no Brasil durante a crise. Isso é verdade tanto no Brasil quanto em outros países também. Manter um nível de compulsórias adequado no sistema bancário serve como uma segurança de que o sistema financeiro vai conseguir enfrentar crises.

Dito isso, o Banco Central, em si, já anunciou que está em uma tendência de diminuição do nível de compulsórios, que é alto no País e em relação a outros países também, mas não há pronunciamento a respeito do prazo de alterações e nem do nível ótimo que se vai alcançar. No que o Banco Central tem agido – e isso a gente pode acompanhar nos relatórios que têm sido produzidos –, é que há um esforço de liberalização e simplificação, sobretudo no custo de observação nos compulsórios. Então, acho que a tendência realmente é de redução, mas não há informações sobre objetivos e prazos.

Em resposta ao Exmo. Senador Vanderlan Cardoso, quanto às reservas internacionais, acho muito arriscada essa discussão sobre usar as reservas internacionais de forma voluntarista, para cobrir partes ou incentivar a economia. Inicialmente, eu levantei que a minha opinião é que as reservas nos dão um colchão de segurança contra crises. O Brasil já enfrentou crises muito severas vindas de fora. Sabemos muito bem o que acontece quando há reversão brusca de capitais: os países emergentes são os principais países afetados nessas situações. Então, as reservas são muito importantes como segurança em situações como essa. Mas acho, inclusive, muito arriscado usar as reservas em situações voluntaristas, porque pode abrir precedentes. E, abrindo precedentes para possíveis usos futuros, é possível que haja um aumento de incerteza no País e um aumento na possibilidade de o País não honrar seus compromissos futuros. Esse aumento de incerteza dificulta as decisões de investimentos e diminui os investimentos na economia, afetando o crescimento. Uma redução do crescimento aumenta o endividamento do País em relação ao PIB. Então, pode ser contraproducente, na verdade, usar reservas para cobrir situações específicas.

As operações de política monetária implementadas no Brasil são bastante semelhantes às operações implementadas em outros lugares do mundo. Como eu expliquei anteriormente, o Banco Central atua enxugando e provendo liquidez, para garantir que a taxa negociada no mercado seja alinhada à Selic, que é a taxa que o Copom define como adequada para que a estabilidade de preços e o sistema de metas sejam respeitados no País.

Nessas operações, o Banco Central enxuga liquidez ou provê liquidez, e há uma troca de remuneração nas operações tanto compromissadas como outras operações em que o Banco Central atua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em relação às questões levantadas pelo Exmo. Senador Omar Aziz... Quanto a esse assunto sobre o lucro dos bancos, eu acho que tem que ser visto, não só como... A métrica mais adequada é o lucro, em relação ao investimento realizado. O Brasil é um país de dimensões continentais. O custo de entrada é bastante alto. Então, o nível de investimento para se atuar em todo o País é bastante grande. A relação entre lucros e o capital investido, na verdade, se comparar com outros países, não é muito diferente; o Brasil não está distante dos pares internacionais. Mas, de fato, o retorno financeiro das instituições afeta o *spread* bancário. Não é o fator preponderante. Entre os fatores mais importantes estão a inadimplência, essa inadimplência associada à baixa recuperação de garantias de empréstimo, além de custos administrativos e tributação; e, além disso, o retorno financeiro.

O Banco Central tem atuado na questão do *spread* bancário de forma muito forte. É uma preocupação tanto da agenda anterior, durante a Presidência do Presidente Ilan Goldfajn, e também agora, com o Presidente Roberto Campos Neto.

Ambas as Agendas BC+ e BC# têm como objetivo a redução do *spread* e a democratização do acesso ao crédito. Essas iniciativas têm dado efeito e movido o País numa direção positiva. Certamente, há muito mais a ser feito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ficou por último, o Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – A Dra. Fernanda indicou muito bem as vantagens em relação à inclusão do Brasil na OCDE: o papel de protagonismo, o assento, direito ao voto. Mas a minha grande dúvida, Dra. Fernanda, é quais seriam as desvantagens de o País sair da condição de membro da OMC – se é que ele vai sair dessa condição de membro da OMC ou apenas das condições de subsídio que a OMC garante ao País.

Então, qual é a sua avaliação ao se estar abrindo mão dessa condição. Onde o Brasil perde com isso? Embora, em que pese, a gente tenha outros ganhos ao ingressar na OCDE. Você pontuou muito bem quais são essas vantagens.

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Respondendo ao questionamento do Exmo. Senador Irajá, a meu ver, o custo de entrada do Brasil na OCDE é bastante baixo, dados os benefícios que podem vir com essa possível entrada.

Quanto aos subsídios e taxas especiais que o setor pode ter, primeiramente, o setor agrícola no Brasil é muito importante, e as negociações têm sido feitas tentando, da melhor forma possível, levar em conta as especificidades do País em garantir o bem-estar do País.

Quanto à questão dos subsídios, eu acho que o mais importante de se ter em mente em toda essa discussão é que haja sempre transparência. É importante que a sociedade tenha conhecimento do tipo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsídio que está sendo feito e dos prós e contras desse subsídio. Se há transparência, a decisão de alocação de recursos é melhor feita e facilita inclusive as decisões do Congresso a esse respeito.

Mas, a meu ver, acho que os custos da entrada do País na OCDE são mais baixos em relação à gama de benefícios que isso pode trazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Encerrada a discussão.

Eu vou...

Senadora Rose, a senhora quer votar?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é lá dentro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, enquanto a Senadora vota, eu posso fazer mais uma pergunta ou atrapalho?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Existe alguma relação de obrigatoriedade no nosso acordo Mercosul-União Europeia agora com a OCDE? De estar na OCDE? Não? São coisas bem distintas? O fato de concluirmos o acordo nos impulsiona e nos empurra? É necessário, mais do que nunca, ir para a OCDE? Não vai dar... Não há nenhuma afetação entre as duas coisas?

A SRA. FERNANDA FEITOSA NECHIO – Acho que é um fator muito positivo. O acordo entre o Mercosul e União Europeia, acho, dá uma nova credibilidade ao País. Acho que os acordos têm sido tratados de forma independente, as possibilidades de acordo, mas a gama de oportunidades dos dois é bastante grande.

Eu não tenho detalhes sobre o acordo que acabou ser aprovado. Estão surgindo agora os detalhes sobre o que foi acordado exatamente entre o Mercosul e União Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenha dúvida de que a questão ambiental é pauta dele, até porque o movimento dos Parlamentares da área ambiental é muito forte. Não são tão simples como parecem as coisas até porque a política do atual Governo em relação ao ambiente não é muito clara.

Vamos abrir a apuração, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – SIM, 17; NÃO, 0.

Dra. Fernanda, a senhora foi aprovada à unanimidade.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há um requerimento de V. Exa. que já vou ler, Senador Tasso, com o maior prazer.

Aliás, eu quero até conversar com esse cidadão quando ele vier aqui, porque ele é um liberal que quer abrir o mercado brasileiro para todo mundo. Ele é o cabeça disso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois a gente vai conversar pessoalmente sobre essa questão.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 79, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Portaria 309 de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, principalmente o Art. 13, incisos I, II e IV, § 2º, alíneas "a" e "b", principalmente nas partes "margem de diferença de 5% em favor do nacional" e "margem de diferença de 5% em favor do nacional, após a aplicação da alíquota do imposto de importação do produto, considerada aquela vigente na data inicial do pleito de Ex-tarifário", e assuntos correlatos relativos a importação por meio dos Ex-Tarifários, de bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT).

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Isso é muito sério, e nós precisamos discutir isso aqui. Não é à toa que a gente está tentando esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou convidando o representante da Associação Brasileira das Indústrias de Eletroeletrônicos (Abinee), o Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, o Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, o Superintendente da Suframa, o Diretor de Relações Governamentais da Positivo, e o representante da WEG, para que a gente possa fazer uma audiência pública na semana que vem para debater exclusivamente...

Se alguém tive mais alguma sugestão de nomes, nós convidaremos também.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E há o requerimento do Senador Tasso.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 78, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convite de comparecimento do Senhor Marcos Prado Troyjo, secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, a fim de esclarecer a esta Comissão acerca do Acordo de Livre Comércio Mercosul – União Europeia.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse cidadão está fomentando esse negócio da abertura. O Ministro Paulo Guedes está voando nessas questões, porque ele acha que nós vamos importar tecnologia como bem final e que a tese deles é a melhor do mundo. Mas, para quem acha que nós temos que fazer pesquisa, não o é! Vamos importar tecnologia como bem final. Eu não conheço o modelo de se importar tecnologia como bem final, mas eles o conhecem. Vamos ver isso aqui.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, desculpe! Quanto a esse do Mercosul, quanto a esse acordo, já há os nomes dos que foram chamados?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o do Secretário Especial de Comércio. Ele está sendo convidado. Ele não está sendo convocado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – A ideia, Senadora Kátia... Pode acrescentar outros nomes, mas a...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, eu estou com um...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sem problema nenhum!

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É o seguinte: eu acho que, na última semana, essa foi a notícia mais importante que nós tivemos para a nossa economia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não saiu uma linha ainda sobre em que base foi feito isso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Exatamente.

Eu gostaria, primeiro, que viesse aqui o Marcos Troyjo, porque ele é o negociador, para saber as bases de cada um dos produtos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Ministro das Relações Exteriores também.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não me parece bem adequado o Ministro das Relações Exteriores... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso mesmo!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ele pode ter aprendido nos últimos dias.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É mais importante a gente saber as bases técnicas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – E, em seguida, Senadora Kátia, nós convocaríamos o próprio Ministro da Economia. Mas é importante... A gente só sabe as grandes linhas. Os detalhes nós não conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há esse requerimento que eu assinei agora, Senadora, para tratar sobre a Portaria 309. Primeiro, estamos trazendo aqui o pilar da indústria brasileira para discutir, para depois convocar o Ministro da Fazenda e para, juntamente, convocar todos os que estão assinando essas portarias e esses decretos. Agora, por exemplo, no caso concentrado – só estou dando um exemplo –, ia de 12 para 8, e se esperou vencer o prazo, porque poderia ter feito um dia antes a portaria, o decreto, de 12 para 10. Esperou o prazo para cair para 8 para, só daqui a 90 dias, poder editar para 10. Entendeu? É um subterfúgio que é utilizado para ganhar três meses, como se isso fosse resolver o problema da economia.

Então, essas questões nós temos que discutir, porque isso está criando uma insegurança jurídica para quem quer fazer investimento do Brasil muito séria. Um dia, é uma coisa; no outro dia, é outra! Um dia, sai no Twitter um posicionamento de alguém do Governo. E quem quer investir não vem aqui investir num ato de brincadeira. Hoje o jogo é um; amanhã a regra é outra. E vamos trabalhar não sei o quê e tal...

Estou vendo essas coisas que estão acontecendo. A gente tem que se posicionar.

Em votação o requerimento do Senador Tasso.

A senhora quer convidar mais alguém, Senadora Kátia?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu queria protocolar... Coincidentemente, estava aqui para eu assinar e protocolar hoje... Já foi protocolado ou não? Ia ser protocolado agora. Eu vejo que é muito importante esse acordo. Sou a favor, mas é importante conhecer os detalhes desse acordo. Eu já tinha colocado o Sr. Marcos Troyjo – é espanhol. Mas eu tinha colocado também a própria Ministra da Agricultura, para que ela pudesse falar da área específica, porque acho que é a parte mais sensível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E tinha também, no meu requerimento, sugerido o pessoal das carnes bovinas, suínos e aves, separadamente. Camardelli é da Abiec, e o Ministro Turra, que é o do suínos e aves. Eu acho que é a coisa mais sensível que tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para vocês, principalmente. Para o agronegócio.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É nesse acordo aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por isso o seu apoio é importante para a preservação da Amazônia com a Zona Franca, para que possa...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Claro! Com certeza! Sou parceira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O agronegócio hoje...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Omar, por favor... Senadora Kátia, por obséquio.

A ideia... Eu sei e entendo a importância da convocação que V. Exa. pretende fazer, mas me parece...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É um convite.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Convite. Usei a palavra errada. Mas me parece que, nesse primeiro momento, seja fundamental que a gente tenha uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Das bases.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... do todo. Separado do todo... Por exemplo, nós teremos, provavelmente, implicações sobre a indústria brasileira. Não sou contra, não, mas é preciso esclarecer exatamente quais são as implicações que nós teremos. E teremos uma grande concentração de produtos importados também da União Europeia, que provavelmente vão ter reflexo muito grande na competição e até na inflação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor falou no leite, que é um...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – E eu gostaria que se fizesse separadamente uma, especificamente para o setor rural, em que a gente entendesse, mas, antes, tivéssemos uma visão geral do...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu me proponho... Se há uma urgência, na terça-feira, nós teremos essa audiência aqui. Não há problema nenhum, para mim, nós fazermos essa audiência na quarta, na quinta, até porque nós vamos trabalhar até o dia 17. O dia 16 será o último dia, praticamente, que será numa terça-feira. Depois, só voltaremos no dia 3 ou 4 de agosto. Então, eu aceito sugestão, porque, se a gente colocar essas pessoas para debater... Com certeza, os Senadores vão debater esse assunto aqui e vão querer conhecer...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O meu receio, Senador, não diminuindo a importância, porque é fundamental o setor rural, é que nós... Evidentemente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a presença que a Senadora propõe, nós vamos focar na questão agrícola, agropecuária, que é fundamental, mas sem ter uma visão do geral. Eu gostaria de ter uma visão geral e, em seguida, focar nas áreas específicas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, eu coloquei também o Robson Andrade, da CNI, e coloquei o próprio Ministro das Relações Exteriores, que é o ministro da área.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos fazer separado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, eu penso que a gente precisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É melhor fazer separadamente, então.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Essa proposta do Tasso será feita no horário da Comissão ou em horário extra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso que eu quero ver. Na terça-feira já há uma audiência pública aqui, marcada para terça-feira que vem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A dos importados?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É essa da questão do...

Nós poderemos fazer na quarta-feira.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A do Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Quarta à tarde.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quarta à tarde é da CCJ. Essa do Tasso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 14h nós poderíamos fazer a do Senador Tasso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E faríamos a da senhora na terça-feira, dia 16.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – No horário da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah! À tarde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No horário da Comissão, nós teríamos a.. Ah! Não há nada marcado. Pode ser no horário da Comissão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ótimo. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador Tasso?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está feito. Fechado.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Está ótimo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, já posso ler e protocolar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou só colocar em votação...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Posso dar como lido?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Vou colocar o requerimento do Senador.

Então, a do Senador será na quarta-feira que vem, às 14h, aqui na CAE, correto?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Quarta-feira, depois de amanhã? Não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Na semana que vem, na semana que vem.

Até porque, Senador, o senhor está fazendo um convite, o que não quer dizer que ele aceite vir. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. O Senador Tasso não combinou nada. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós dependemos dessa audiência, se ele aceitar vir, não é convocação. A mesma coisa quanto à Senadora Kátia. Ela está convidando o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Agricultura; eles têm que aceitar para haver.

Em votação o requerimento do Senador Tasso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 14h, do dia 10, terça-feira, aqui.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Requerimento da Senador Kátia Abreu...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só vou votar o requerimento, aí a palavra vai para o senhor.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ah! O.k.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O dele é à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

Senadora Kátia Abreu, um requerimento de convite a autoridades que estão discutindo essa questão do acordo do Mercosul para o dia 16, no horário regimental da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, era para requerer urgência à Mensagem do Senado Federal nº 29, de 2019, que indica o nome da Sra. Fernanda Feitosa Nechio para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será colocado em votação o pedido de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou pedir... Senador Cid, o senhor vai estar na reunião de Líderes?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não. Tem que informar lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Informar dentro da reunião de Líderes, por favor, informar para pautar hoje a votação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu faço isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dra. Fernanda, foi um prazer tê-la aqui e será convidada outras vezes para vir aqui, havendo qualquer coisa sobre a qual os Senadores e Senadoras queiram ter alguma explicação.

Está encerrada a reunião, convocando os Srs. Senadores para amanhã.

(*Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Izalci Lucas, Leila Barros, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Juíza Selma, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Omar Aziz, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 20ª e 23ª Reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 69/2019 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), e REQ 74/2019 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Debater o Termo de Compromisso de Cessação de Prática, firmado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Petrobras, envolvendo a venda de oito refinarias. **Participantes:** Claudio Akio Ishihara, Diretor de Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo do Ministério de Minas e Energia; Israel Lacerda de Araújo, Consultor Legislativo do Senado Federal. Paulo César Ribeiro Lima, Consultor aposentado da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Leila Barros, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Otto Alencar, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 11ª e 24ª Reuniões, que são aprovadas. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: BANCO CENTRAL DO BRASIL - Ofício nº 12.858/2019, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2019, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas e MINISTÉRIO DA ECONOMIA - Recebido do Ministério da Economia, estimativa do impacto orçamentário-financeiro do PLS nº 117/2018, PLC nº 141/2015, PLS 355/2015 e PL nº 585/2019. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 79/2019 - CAE, de autoria Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Finalidade:** Debater a Portaria 309 de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, principalmente o Art. 13, incisos I, II e IV, § 2º, alíneas "a" e "b", principalmente nas partes "margem de diferença de 5% em favor do nacional" e "margem de diferença de 5% em favor do nacional, após a aplicação da alíquota do imposto de importação do produto, considerada aquela vigente na data inicial do pleito de Ex-tarifário", e assuntos correlatos relativos a importação por meio dos Ex-Tarifários, de bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT). **Participantes:** Daniel Marteleto Godinho, Diretor de Estratégias Corporativas da WEG S/A; José Goutier Rodrigues, Diretor de Relações Governamentais da Positivo S/A; José Velloso Dias Cardoso, Presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ; Humberto Barbato, Presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE e José Jorge do Nascimento Júnior, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 85, de 2019** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Economia, Paulo Guedes, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a PORTARIA Nº 309 de 24 de junho de 2019, que estabelece regras procedimentais para análise de pedidos de redução temporária e excepcional da alíquota do Imposto de Importação pra bens de capital – BK e bens de informática e telecomunicações – BIT sem produção nacional equivalente, por meio de regime de Ex-tarifário." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 85/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério e Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Juíza Selma, Nelsinho Trad e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião. As Sras. Senadoras e Senadores que concordam queiram permanecer com se encontram. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. Consta da pauta o item 1, não terminativo. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 32, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 1º, § 2º a § 5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Gabriel Leal de Barros." **Autoria:** Senador Omar Aziz (PSD/AM). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Senador Presidenta declara aberta o processo de votação. Usam da palavra os senadores Luiz do Carmo, Elmano Férrer, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Eliziane Gama e Renilde Bulhões. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Josué Alfredo Pellegrini, para exercer o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação de ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião.

As Sras. Senadoras e Senadores que concordam queiram permanecer com se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Consta da pauta o item 1, não terminativo.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 32, DE 2019

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 1º, §2º a §5º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016, a indicação do Senhor JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, em vaga aberta em decorrência da saída de Gabriel Leal de Barros.

Autoria: Senador Omar Aziz (PSD/AM)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 02/07/2019, foi lido o relatório pelo Senador Marcio Bittar e concedida vista coletiva da matéria.

2. A sabatina será realizada nesta reunião.

Realizaremos agora a sabatina com o indicado para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente.

Conforme comunicado na última reunião, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado e perguntas ao indicado por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O indicado já se encontra no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria o conduza até o Plenário. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Josué Alfredo Pellegrini, para que faça uma breve exposição.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Presidente, obrigado pela palavra.

Bom dia, quer dizer, boa tarde para todos os presentes!

Presidente, eu não tenho muito o dom da palavra. Então, eu preparei algumas laudas aqui. Aí eu peço permissão para ler. Eu tenho também uma exposição em PowerPoint tratando da situação fiscal do País e da IFI. Aí o senhor vê, conforme a dinâmica, se há tempo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O.k.! Fique à vontade.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Exmo. Sr. Presidente da CAE, Sras. e Srs. Senadores, demais presentes, é com muita honra que recebo a indicação do Senador Omar Aziz para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente.

Antes de tudo, agradeço ao Senador Aziz pela indicação, conforme determina o art. 1º, §2º, inciso II, da Resolução nº 42, de 2016.

Muitas dúvidas pairavam no período em que se discutia a criação de uma IFI no transcurso do biênio 2015/2016. Não havia clareza a respeito de suas atribuições. Alguns desconfiavam que seria mais um órgão trazendo novos gastos, duplicação de tarefas etc. Felizmente, o Brasil seguiu o caminho de cerca de 40 outros países, que, após a crise de 2008, acharam por bem criar uma instituição à qual se incumbiria a tarefa de, sem filiação partidária, melhorar a disciplina fiscal, a transparência das contas públicas e a qualidade do debate sobre a política fiscal no Brasil.

Muito bem, senhoras e senhores, quero crer que o Senado incluiu mais um importante item em sua extensa lista de serviços prestados ao País. A IFI foi criada aqui mesmo, nesta Casa, por meio da Resolução do Senado nº 42, de 1º de novembro de 2016. Logo em seu art. 1º, a norma lista as atribuições da IFI, como, por exemplo, a de divulgar suas estimativas de parâmetros, a de analisar a aderência do desempenho dos indicadores fiscais e a de mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes.

Em seus dois anos e meio de existência, creio não haver mais dúvidas a respeito da importância institucional da IFI e de seu papel nas discussões a respeito da questão fiscal no Brasil. A instituição produziu o primeiro Relatório de Acompanhamento Fiscal, mais conhecido como RAF, já em seu primeiro mês de efetivo funcionamento. Desde então, foram 29 edições. Esse material faz parte da lista de publicações mensalmente esperada por aqueles que acompanham a situação fiscal do País. Nele estão contidos todos os meses do cenário macroeconômico atualizado, de onde são retirados os pressupostos para a elaboração das projeções fiscais, notadamente do resultado primário do Governo central e da dívida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pública do Governo geral, permitindo aferir a aderência dos indicadores fiscais às metas estabelecidas, uma das atribuições da Resolução nº 42.

Mas a IFI não se contentou apenas com os relatórios. Nesses dois anos e meio, foram produzidas 35 notas técnicas e 9 estudos sobre temas fiscais, a exemplo da regra de ouro, hiato do produto, balanço patrimonial da União, dívida pública, operações compromissadas, reservas internacionais, *rating* dos Estados e previdência estadual, entre vários outros temas.

Uma indicação importante do espaço ocupado são os registros feitos pela imprensa à IFI. Foram cerca de 1,3 mil referências, Presidente, desde a criação da IFI até a semana passada, referências feitas pela imprensa à IFI. Digo isso sem falar nas inúmeras citações de autoridades, como Parlamentares, membros do Governo, especialistas do mercado e da academia e até organismos internacionais. O FMI mencionou a IFI no relatório da missão do art. 4º de 2018, e a OCDE fez o mesmo no relatório sobre a economia brasileira de fevereiro do mesmo ano.

Um bom exemplo da atuação da IFI nas grandes questões fiscais do País está se dando agora mesmo, na tramitação da reforma da previdência e em toda a discussão que um tema como esse suscita. A IFI publicou dois RAFs (Relatórios de Acompanhamento Fiscal) inteiros tratando do assunto, pouco tempo depois do envio da PEC nº 6, da reforma previdenciária, para o Congresso Nacional, antecedendo o próprio Executivo na divulgação das estimativas a esse respeito. O primeiro relatório fez diagnósticos e analisou o texto da proposta. Já o segundo apresentou projeções a respeito dos impactos fiscais. Um estudo sobre previdência estadual também teve muita repercussão nos jornais escritos e televisivos.

Nessas palavras, transpareço entusiasmo e envolvimento com o trabalho desenvolvido pela IFI desde sua criação. Não é por menos: estou na IFI, como analista, desde o seu início, atendendo ao convite de Felipe Salto, no final de 2016. Não nos conhecíamos na ocasião. Agradeço a confiança que então depositou no meu trabalho.

Senhoras e senhores, Presidente, fico feliz por ter participado do trabalho feito na IFI até aqui. Creio ter dado minha colaboração na consolidação que se logrou nesse período.

Foi rica a experiência de conviver com jovens colegas dedicados e competentes, de amadurecer com os acertos e erros cometidos. O aprendizado e a compreensão que tive dos problemas fiscais do País foram enormes nesse período. Creio ser essa experiência o que de mais importante posso apresentar aos senhores, para que possam avaliar se me conferem a honra de continuar com esse trabalho, agora como Diretor da IFI.

Os novos desafios serão grandes, tenho certeza. A reforma previdenciária virá para esta Casa no segundo semestre. A aprovação dessa matéria abrirá espaço para outros assuntos de igual relevância, como a reforma tributária e a das relações federativas.

O desafio do desequilíbrio fiscal persistirá mesmo com a reforma previdência. A IFI estará a postos, tenho certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A minha experiência profissional foi descrita no excelente relatório produzido pelo Senador Eduardo Braga relativo à minha indicação. O relatório foi lido pelo Senador Marcio Bittar na reunião anterior desta prestigiosa Comissão. Agradeço a ambos.

Em que pese esse excelente relatório, peço a paciência dos senhores e senhoras para falar um pouco mais da minha experiência profissional, sempre com o intuito de melhor abalizá-los em sua decisão de me agraciar ou não com esse voto nesta tarde.

Tive a honra também de ingressar nesta Casa por concurso público, no cargo de consultor legislativo. Nesse cargo, estou desde o início de 2004 até 2016, na consultoria, e, na IFI, estou desde então.

Minha área é a de política econômica, e as demandas dos Senadores envolviam com frequência as questões fiscais. Por isso, a experiência na consultoria foi muito rica. Eu me recordo, por exemplo, do trabalho com a reforma tributária de 2008 e da coordenação da área de economia por cerca de um ano e meio.

Tive, como consultores gerais, competentes e dedicados profissionais, como, por exemplo, Sérgio Penna, Paulo Mohn e Danilo Aguiar. Há outros colegas que, com felicidade, vejo aqui presentes também – o Paulo Springer, o Carlos Alexandre –, também representando a consultoria aqui, nesta ocasião.

Minha área era a de política econômica, e as demandas dos Senadores envolviam com frequência questões fiscais. Por isso, essas experiências foram muito ricas.

Não quero ir muito longe, senhoras e senhores presentes. Então, só descrevo, com muita brevidade, minha formação em Economia na Universidade de São Paulo, onde obtive os títulos de bacharel, mestre e doutor.

Desde 1983, trabalho como economista.

Fui pesquisador do Governo do Estado de São Paulo e dei aula em curso superior por cerca de 14 anos, inclusive no Departamento de Economia da USP de Ribeirão Preto.

Vim para Brasília após ser sido admitido em concurso público num cargo de gestor governamental, período no qual trabalhei no Ministério da Fazenda.

Em seguida, cedido para a Câmara dos Deputados, trabalhei como assessor junto a Comissões Mistas de Orçamento e de Finanças e Tributação.

Por fim, eu gostaria de concluir falando da atividade profissional que mais me agrada, que é escrever notadamente sobre temas técnicos na área fiscal. Por isso, escrevi inúmeros artigos em revistas acadêmicas, em livros de Macroeconomia, especialmente na área de finanças públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu me orgulho, em especial, de três artigos premiados pelo prestigioso Prêmio Tesouro Nacional, nos anos de 1996, de 2016 e de 2017, tratando, respectivamente, das transferências feitas com base na Lei Kandir, dos gastos tributários e do carregamento das reservas internacionais.

Já encerrando, Sr. Presidente, eu só não poderia deixar de agradecer à minha família. Sem o suporte emocional que ela me propicia, tudo seria muito mais difícil.

Agradeço aos meus queridos filhos, Fernando e Ricardo, e à minha esposa, Vanialucia, sempre presente. Inclusive, eles estão aqui agora, representando a família.

Agradeço também à minha mãe, Ema – que ela tenha uma pronta recuperação! –, e às minhas irmãs, Sandra e Cristina, que agora descansa em paz.

Enfim, Sras. e Srs. Senadores, era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela paciência.

Espero que essa fala possa orientá-los em sua decisão de me autorizar a continuar o meu trabalho na IFI, agora como Diretor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Sr. Josué Alfredo Pellegrini.

Saudação à família! Parabéns pelo patriarca!

A votação já está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Lembro aos Senadores que estiverem em seus gabinetes e quiserem vir votar que a votação já se encontra aberta.

Contamos com a presença do Senador Elmano Férrer, nosso companheiro do Piauí, e do Senador Luiz do Carmo, nosso companheiro de Goiás. Um dos dois quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Muito obrigado, Presidente.

Parabéns pelo seu currículo, pela sua disposição!

Eu queria fazer só uma pergunta para o senhor. Os Estados e Municípios, inicialmente incluídos na reforma previdenciária, ficaram de fora da reforma na Câmara dos Deputados, e vários Estados, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

meu Estado de Goiás, estão endividados. Que alternativa o Governo Federal tem para ajudar os Tesouros estaduais e municipais?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Acho melhor responder de um a um, sim.

Com a palavra o Sr. Josué Alfredo Pellegrini.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Senador, obrigado pela pergunta.

A questão dos Estados e Municípios também, a questão fiscal, é fundamental, assim como a da União. A situação é muito ruim, tanto a da União quanto a dos Estados e Municípios.

Como o senhor já adiantou, os Estados e Municípios, por enquanto, ficaram de fora da reforma, como tudo leva a crer. A proposta ainda está em tramitação, mas tudo leva a crer que ficarão de fora da reforma previdenciária. Qualquer mudança terá que ser feita, pela redação atual, com a aprovação de lei ordinária em cada Estado.

Eu entendo que teria sido muito importante que os Estados e os Municípios fizessem parte da reforma previdenciária, porque, assim como as despesas previdenciárias da União, as despesas previdenciárias dos servidores estaduais e municipais também estão crescendo de forma significativa e estão deslocando a receita que é utilizada em outros destinos com esse aumento constante. Então seria muito importante pelo menos estabilizar essa despesa, para que as outras atribuições do Estado não fossem comprometidas.

Dito isso, Senador, fica a questão do que fazer enquanto isso. A União e os Estados têm feito acordos nos últimos anos, como a Lei Complementar 148, a Lei Complementar 156 e o regime de recuperação fiscal, que propiciou um bom alívio em termos de encargos financeiros.

É preciso ver qual é o espaço que existe disponível para algo ser feito ainda nesse sentido.

A chamada a proposta Mansueto, inclusive, já foi remetida, se não me falha a memória, para o Congresso, trazendo um novo apoio nesse sentido. E eu creio que poderá ajudar os Estados a suavizar isso, vamos dizer assim, no caminho de um ajustamento. Mas, Senador, creio ser inevitável que algum ajuste pelo lado da despesa, enquanto ainda não é feita a reforma previdenciária nos Estados, terá que ser feito. E também, eventualmente, se possível, se houver espaço, poderá haver algum ganho em termos de receita, porque a gente está vendo que a carga tributária no Brasil está na faixa de 32%, de 33%, já há muitos anos, o que parece indicar que há um limite por aí.

Então, temos essa situação. É necessário realmente a reforma da previdência nos Estados. A União pode ajudar em alguma medida ainda, no espaço que existe para a União fazer isso, mas, em alguma medida, algum ajuste precisa ser feito também no âmbito das despesas e, se possível, das receitas dos Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Está satisfeito, Senador Luiz do Carmo? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Elmano Férrer, um dos nossos conselheiros aqui no Senado.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Meu nobre e estimado Presidente Plínio, eu gostaria também, dentro dessa linha do nosso companheiro Senador, de fazer uma pergunta. Antes, porém, eu gostaria de ressaltar a importância para o Senado, para o Congresso Nacional e para o País da criação da Instituição Fiscal Independente. É grande a contribuição que essa instituição tem proporcionado a nós outros, Senadores, com os trabalhos técnicos e científicos que tem produzido, inclusive nos orientando para os grandes desafios e as grandes reformas que nós temos que fazer.

Eu queria, por questão de justiça, ressaltar o trabalho do Felipe Salto durante todo esse processo.

Eu queria também, de outra parte, cumprimentar, quando da sua chegada, o nosso Josué Alfredo, que, pelo currículo, vai trazer uma contribuição muito grande para essa instituição.

Mas eu queria que o nobre indicado fizesse um comentário sobre o estabelecimento de teto das despesas para a contribuição e também sobre o ajuste fiscal que nós estamos buscando, ressaltando que, no meu entendimento, nós vivemos uma crise profunda do Estado brasileiro, que, no meu entendimento, se esgotou. Chegamos a um processo de esgotamento do Estado que está aí, e, dentro disso, vejo uma crise maior, que é a crise federativa, para o que exatamente nós estamos buscando agora uma saída durante esse processo de reconstrução do Estado brasileiro.

Mas eu queria que o senhor se reportasse à importância desse estabelecimento do teto de gastos nesse processo.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Senador, obrigado pela questão. Agradeço também as referências à IFI. Apesar de eu estar me candidatando aqui, eu já trabalhava na IFI anteriormente. Então, também fico feliz com os agradecimentos ao trabalho da IFI.

O Senador traz uma questão fundamental, que é a questão do teto de gastos. Eu considero o teto de gastos uma medida muito importante que foi adotada, porque, de fato, as despesas vinham numa trajetória insustentável de crescimento. O teto não foi alcançado ainda. Ele já começou a operar desde 2017, mas, nem por isso, não é pelo fato de ele não ter sido alcançado que ele já não represente algo importante até por uma questão de uma sinalização de expectativas, porque os agentes econômicos, na tomada de decisões, com certeza, levam em conta o equilíbrio e a sustentabilidade das contas públicas. Então, a existência de um teto é uma âncora nesse sentido que contribui para melhorarem as expectativas.

Agora, Senador, em algum momento, o teto pode ser alcançado. De acordo com as projeções da IFI, que estão divulgadas – não é nada interno, elas são divulgadas –, o teto poderá ser alcançado em 2022, de tal modo que os gatilhos seriam aí acionados. A Emenda Constitucional 95, a do teto de gastos, prevê, caso o teto de despesas seja alcançado... O teto corresponde à despesa corrigida pela inflação, que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na verdade, basicamente, teria de se manter constante em termos reais. Então, a IFI entende que esse teto poderá ser alcançado já em 2022, e, em 2023, os gatilhos teriam que ser acionados. Nesse momento, o alvo preferencial do gatilho seriam as despesas com pessoal.

Nesses gatilhos, estaria uma série de restrições a aumentos de salário, a contratações, a promoções e coisas do tipo, e daí a importância do teto. Já existe uma questão de expectativa de sustentabilidade futura, mas ela vai se tornar efetiva já nos próximos anos e assim poderá contribuir até para o cumprimento da meta do superávit primário, ou melhor – desculpe! –, do déficit primário, por enquanto.

Em relação ao déficit primário, a IFI entende que ele só se tornará positivo em 2026. Portanto, teremos aí mais de dez anos de déficits primários, e o teto poderá contribuir, um pouco mais para frente... Por enquanto, as metas estão sendo cumpridas sem essa necessidade, mas, um pouco mais para frente, o teto vai ser importante também para o cumprimento de uma meta de déficit um pouco mais baixo do que ocorreria de outro modo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Elmano Férrer, está satisfeito? (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Presidente.

Quero cumprimentar o Josué e dizer da satisfação de recebê-lo hoje.

Também aqui quero fazer nossos elogios ao trabalho da IFI. Espero que possa continuar com a isenção e com a competência de sempre.

Eu queria fazer duas perguntas, que são grandes, mas o senhor pode resumir o máximo que puder.

A primeira pergunta é a seguinte: vocês já têm uma análise da diferença da reforma tributária do Baleia Rossi, que é o modelo Appy? E há o modelo Hauly. Então, são duas: uma já está protocolada na Câmara; a outra deverá ser protocolada pelo Senado hoje. O senhor já é capaz de analisar as perdas e os ganhos de uma e de outra ou não? Se não, o senhor pode me mandar posteriormente essas duas diferenças. Qual a IFI recomenda não só do ponto de vista técnico? E a gente sabe que o ponto de vista político também pesa muito na tributária por conta das divergências entre os Estados.

A segunda questão é sobre a previdência. Eu estava falando da tributária. Não falei da previdência, não é?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, agora, falo da previdência. O que foi aprovado na Câmara? Eu tenho duas dúvidas. De lá para cá, eu vinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

andando e conversando. Não consegui saber: a transição foi alterada? A transição era, inicialmente, no primeiro ano, de três anos de trabalho. Se eu tivesse três anos para me aposentar... Aquelas pessoas que precisam trabalhar por três anos para se aposentar teriam que trabalhar mais seis anos, o que daria nove anos. Hoje já me disseram que não, que agora são três mais três. Se isso aconteceu, é porque houve uma redução na transição. Eu queria saber se isso é verdadeiro, porque estou muito preocupada com essa transição da proposta original.

E a segunda é sobre – é uma dúvida que eu tive de lá para cá – a transição... Eu vou lembrar daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – É a terceira, não é, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, não. Uma é sobre a tributária, a outra é sobre a previdência. Dentro da previdência, eu queria saber sobre a regra de transição. E a outra coisa... É isso aí, depois eu vou lembrar a segunda parte. São essas duas por enquanto aqui, essas duas áreas.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Senadora, obrigado pelas perguntas. Como sempre, são perguntas abalizadas, complexas.

Com relação à tributária, como a senhora falou, há propostas colocadas à mesa. Há a proposta do Senador Hauly, que foi aprovada na Comissão Especial, e há a proposta do Deputado Baleia Rossi, que foi aprovada na CCJ, e, se não me engano, a Comissão Especial será aberta em breve.

A IFI ainda não teve tempo, Senadora, de se debruçar sobre esse assunto, porque a reforma previdenciária está consumindo muito a equipe da IFI, que é muito pequena.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu me lembrei da segunda parte. Então, vamos nos concentrar na previdência. A segunda parte é sobre a desconstitucionalização. Aprovou a Comissão, de forma ampla, geral e irrestrita ou de forma parcial, a desconstitucionalização?

São essas duas coisas sobre a previdência.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Ainda um pouco sobre a tributária, aparentemente, Senadora, as referências que acho vão ficar agora colocadas serão as da PEC 45, do Deputado Baleia Rossi. E o Governo tem dito com frequência que também enviará uma proposta de reforma tributária, envolvendo a fusão de tributos – aparentemente, são só tributos federais –, envolvendo também alterações no Imposto de Renda e, eventualmente, um imposto sobre pagamentos.

Então, permita-me esta especulação: creio que duas possíveis referências para o debate da reforma tributária agora será justamente a PEC do Deputado Baleia Rossi e uma proposta que eventualmente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Governo envie para cá após a aprovação da reforma previdenciária na Câmara, talvez do Senado, mas talvez até mesmo depois da aprovação da Câmara.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas, se me permite, quero apenas fazer um acréscimo: na verdade, uma reforma tributária que não mexa no ICMS não existe, porque é simplesmente o imposto que atrasa e atrapalha o País.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Perfeito!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, é apenas um faz de conta. Mas nós teremos uma proposta ainda do Senado que poderá sair ainda hoje.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Perfeito, Senadora.

A IFI não discutiu sobre isso ainda. Eu, particularmente, acho que seria interessante tratar os impostos indiretos federais e também o ICMS e o ISS em conjunto e fazer um imposto sobre valor adicionado, congregando todos esses impostos. Acho que haveria um grande ganho para o País.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É claro!

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – A proposta do Deputado Baleia Rossi vai um pouco nessa direção.

Presidente, o senhor quer dizer algo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Não, não.

Já encerrou?

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Ainda...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Está satisfeita, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estou. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ela já está satisfeita com a resposta.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – A senhora quer...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Ela está satisfeita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Tasso Jereissati está com a palavra.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senador Plínio Valério, Presidente desta Comissão, V. Exa. chegou muito renovado do Amazonas. Todo o Senado percebeu a sua repaginação, que está sendo muito elogiada aqui, Senador Plínio, principalmente pela Senadora.

Dr. Josué, eu queria dizer da minha satisfação pela indicação de V. Exa., que já faz parte da IFI, que faz um trabalho lá de primeiríssima qualidade.

A IFI, hoje, Senador Plínio, é respeitada fora dos limites do Senado, no Brasil inteiro. É uma referência para instituições financeiras no Brasil inteiro e até fora do Brasil. Eu conheço algumas entidades internacionais que já consultam com frequência o relatório da IFI pela sua independência e presteza nos números.

Então, é com muita alegria que nós estamos agora preservando essa instituição, que se tornou uma das instituições mais importantes do Senado Federal.

A minha pergunta se refere mais ao momento atual. Pelo que eu tenho ouvido sobre alguns números levantados pela IFI em relação às previsões oficiais do Governo de redução de despesa que nós teríamos com a reforma da previdência da maneira como ela foi aprovada na Comissão Especial, quanto aos números da IFI existem algumas discrepâncias. Segundo a IFI, os resultados que nós conseguiríamos seriam menores do que aqueles anunciados oficialmente.

Eu queria que V. Sa. desse uma palavra sobre o porquê dessas discrepâncias.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Obrigado, Senador, pela pergunta. Agradeço também os elogios feitos à IFI. Já estou na IFI há dois anos e meio e quero aqui dar o meu testemunho de que o senhor tem sido um dos principais apoiadores do trabalho da IFI.

Com relação ao impacto fiscal da reforma previdenciária, como eu comentei na audição inicial, a IFI fez os cálculos tanto da PEC, da proposta, quanto agora do substitutivo aprovado na Comissão Especial. No caso da PEC, o impacto havia sido de R$971,4 bilhões em dez anos; com as alterações feitas na Comissão Especial, o impacto estimado é de R$754,7 bilhões. Portanto, há uma queda de R$216,7 bilhões, de acordo com as estimativas da IFI.

Nesses R$754,7 bilhões, que é o impacto do substitutivo, está incluída uma estimativa do adicional de cinco pontos percentuais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que a IFI está estimando em algo como R$30 bilhões. Então, mesmo somando esses R$30 bilhões, que foi um aumento de receita que não está estritamente relacionada com previdência, mesmo incluindo esses R$30 bilhões, a redução do impacto foi de R$216,7 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Governo também tem as estimativas dele. Os valores, Senador, do Governo têm sido maiores do que os da IFI. Isso não quer dizer necessariamente que há alguém errado, porque essas estimativas são feitas com muitas hipóteses sobre a evolução futura da economia. Incluem expectativa de evolução do PIB, da inflação. Então, às vezes, cenários diferentes escolhidos levam a resultados diferentes.

No caso do Governo, o impacto inicial anunciado por eles foi de R$1,2 trilhão. Agora, juntando os números do Governo, parece que eles estão estimando um impacto de cerca de R$1 trilhão. Então, haveria uma redução aí de R$230 bilhões. Se forem olhar as reduções, elas são relativamente parecidas – as reduções do impacto da PEC em relação ao aprovado no substitutivo. Mas, desde o início, os impactos calculados pela IFI, tanto com relação à PEC quanto em relação ao substitutivo, são menores dos que os do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Senador Tasso, está satisfeito?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga, que foi o Relator. O relatório foi lido na reunião anterior.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Primeiro, quero somar-me ao Senador Tasso Jereissati, que acaba de fazer aqui uma constatação, Senador Plínio: a de que essa repaginação, depois da visita ao Amazonas, salta aos olhos principalmente das nossas colegas do Senado.

Cumprimentando o Dr. Josué, primeiro, quero reconhecer o papel que a IFI vem desempenhando, não apenas no assessoramento que tem feito, com dados e com estudos que são publicados para todos e que têm sido fundamentais para que nós possamos elucidar algumas questões que são importantes, seja do ponto de vista fiscal, seja do ponto de vista tributário, seja do ponto de vista da previdência. Quero elogiar a forma independente como o instituto vem se comportando e se conduzindo. Ao mesmo tempo, quero reconhecer que, com uma pequena equipe, a IFI tem dado grandes contribuições para o debate das soluções que nós temos conseguido encontrar para o Brasil. Portanto, esse é um reconhecimento que quero fazer no momento em que sou o Relator da indicação de V. Sa. Ao mesmo tempo, quero prestar um reconhecimento da importância da criação da IFI e do papel que a IFI vem desempenhando. Acho que também é de justiça reconhecer o papel que o Felipe vem desenvolvendo na direção desse instituto.

Eu queria fazer três perguntas ao Dr. Josué. A primeira é: na sua opinião, qual a importância de Estados e Municípios estarem inclusos na proposta da reforma da previdência? Que impacto isso teria nos números apresentados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A IFI diz que, sem levar em consideração o aumento da contribuição sobre o lucro dos bancos, o ajuste seria de R$750 bilhões e que, levando em consideração os bancos, o valor chegaria a R$780 bilhões, quase R$790 bilhões. É importante ter uma perspectiva da questão dos Estados e dos Municípios.

Será que não seria inteligente discutirmos a hipótese de calibrar a questão dos policiais e dos professores, para que pudéssemos incluir Estados e Municípios? O impacto deles, seja da Polícia Federal, seja dos agentes da Polícia Rodoviária Federal – são os policiais que o Governo Federal possui –, pelo que estou informado, é da ordem de R$4 bilhões na reforma da previdência. O grande impacto, portanto, está nos Estados e nos Municípios, principalmente nos Estados, como é o caso das Polícias Militares e das Polícias Civis.

Portanto, eu pergunto: o custo-benefício de uma mitigação, para que nós pudéssemos abrandar as condições de aposentadoria para os policiais e, ao mesmo tempo, trazer os Estados e os Municípios para dentro da reforma, seria positivo?

É claro que nós não podemos esquecer também a questão dos professores. Os professores, no Governo Federal, estão restritos também às universidades federais e aos institutos federais. Portanto, os números também não são estratosféricos. Nós estamos falando no conjunto. Parece-me que é um número em torno de R$25 bilhões. E a entrada dos Estados e dos Municípios traria um ganho da ordem de R$100 bilhões.

Eu queria que a IFI e o Dr. Josué pudessem fazer uma avaliação sobre esse tema.

O segundo ponto é sobre outro tema que foi excluído na Câmara. Quanto se deixou de acrescentar de nova receita com a exclusão do agronegócio na sua contribuição para a previdência? Eu gostaria de uma opinião e de uma análise do Dr. Josué sobre essa questão.

Finalmente, faço a última pergunta, que é uma análise sobre renúncia fiscal. A IFI tem uma publicação que, aliás, chamou muito a minha atenção. Eu tenho usado inúmeras vezes esse trabalho publicado pela IFI. Senador Tasso, a IFI fez uma publicação, no ano passado, que identificou algo que muitos desconhecem no Brasil. Algo como 54% do total da renúncia fiscal brasileira está localizado no Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para que os brasileiros que nos acompanham possam ter uma ideia, a Zona Franca de Manaus, que ultimamente tem estado tanto em discussão por várias razões – e hoje, na audiência pública da CAE, debatemos sobre uma questão da indústria nacional, em que a Zona Franca estava envolvida –, representa apenas 8%. Ora, a região mais rica do Brasil representa 54% da renúncia fiscal, e a Zona Franca de Manaus, apenas 8%. Eu queria também um panorama e uma visão Dr. Josué sobre isso.

No mais, quero cumprimentar V.Sa. pela indicação e, tenho certeza, pela aprovação.

Quero cumprimentar o Presidente da CAE e o Vice-Presidente pela indicação do nome de V.Sa., porque reputo que V.Sa., que já vinha contribuindo com a IFI, agora vai poder acrescentar, como Diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da IFI, novos trabalhos, novos estudos que, sem dúvida nenhuma, terão relevância num momento tão importante do debate da geração de emprego, do crescimento da economia e de dias melhores e mais prósperos para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com a palavra o Sr. Josué Alfredo Pellegrini.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Obrigado, Senador Eduardo Braga, primeiro, pelos elogios à IFI. Sou parte dela também, pois trabalho lá desde o início.

Eu também quero agradecer ao Senador – eu já agradeci no início e agradeço novamente ao senhor aqui agora – a relatoria da minha dedicação.

Com relação a Estados e Municípios, o senhor coloca a questão fundamental aqui da participação dos Estados e dos Municípios na previdência. O desejável seria que os Estados e os Municípios estivessem incluídos na reforma da previdência, porque eles têm um problema similar ao que a União tem. As despesas previdenciárias estão subindo de forma muito rápida e estão deslocando as outras atribuições. Os Estados têm atribuições constitucionais muito importantes, como saúde, educação, segurança, e a pressão causada pela dinâmica da despesa previdenciária tem reduzido a disponibilidade de receita para as outras atribuições.

Foram feitas estimativas sobre... A IFI não fez estimativas com relação aos Estados, pois há uma dificuldade muito grande com relação às informações; houve também uma questão de tempo. As estimativas apresentadas do impacto que poderia ter sido gerado com a inclusão de Estados e Municípios na reforma previdenciária, as estimativas divulgadas eram de R$350,7 bilhões em dez anos. Então, esse teria sido o montante da despesa previdenciária a menos que ocorreria, caso as regras tivessem sido aprovadas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Fora o R$1 trilhão da União.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Sim, Senador Tasso. No caso do substitutivo da IFI, seriam R$754,7 bilhões, já incluindo, Senador, os R$30 bilhões...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Já incluindo?

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Já incluindo os R$30 bilhões da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Fora isso, há a estimativa no âmbito federal. Também haveria o impacto da inclusão dos Estados e Municípios. As estimativas que foram divulgadas vão nesta direção: R$350,7 bilhões ao longo de dez anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Haveria alternativas para lidar com a questão, Senador Eduardo Braga? Com certeza! Poderia ter se pensado – ou ainda se pode pensar nisso, se há tempo na Câmara – em alguma possibilidade de inclusão dos Estados. O senhor, inclusive, já traz uma possível proposta, com ajuste nos requisitos para os militares estaduais. É isso, não é, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Professores.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – E professores também.

O senhor bem disse que, no caso dos Estados, professores e policiais são muito mais importantes do que são para União. Existem estimativas de que as categorias especiais, que têm regras previdenciárias diferenciadas, chegam, em média, a 45% dos servidores dos Estados, incluindo professores, militares, policiais, bombeiros e policiais civis. Em alguns casos, Senador, esses podem, inclusive, passar de 60% dos servidores. Então, realmente, é um peso muito grande, e talvez haja alguma possível estratégia a ser adotada na calibragem aí, para eventualmente se considerar a hipótese de inclusão dos Estados e dos Municípios na previdência.

Agora, a gente entende a dificuldade que a questão envolve. É preciso avaliar se isso põe ou não em risco o todo da proposta. É um risco que os Parlamentares – os Deputados e agora os Senadores – vão ter que avaliar.

Com relação ao agronegócio, eu creio que o senhor está se referindo à retirada da renúncia da contribuição previdenciária sobre as exportações do agronegócio. Ela tinha sido... Desculpa! Não é a renúncia. Havia sido retirada a renúncia na PEC. Agora ela foi excluída. A renúncia foi recolocada. O dispositivo é que ficou excluído.

A IFI não tem cálculos específicos sobre essa retirada, Senador, mas as estimativas divulgadas falam em algo como R$80 bilhões em dez anos. Então, se for considerar a questão exclusivamente fiscal, não há dúvida de que o desejável seria que a renúncia fosse retirada. Levando em conta a questão exclusivamente fiscal, o desejável seria que a renúncia fosse retirada, como no início.

Então, a IFI não calculou isso ainda, porque é uma medida muito recente, mas as estimativas que foram divulgadas eram de um pouco mais de R$80 bilhões em dez anos, uma quantia considerável que contribuiria no impacto total da previdência.

Com relação ao trabalho da IFI...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com licença, faço um aparte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas, nesse caso, tudo que se arrecada contribui, é óbvio, mas é contra um princípio tributário universal de que não se tributa nem produção, nem exportação, não é? Investimento e exportação não se tributam, não é?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu poderia fazer um aparte, Presidente, aqui com a Senadora.

Este é um pensamento que eu tenho tido constantemente, discutindo – e a Senadora Kátia também o faz – com relação não só à agricultura: uma coisa que é justíssima é a isenção sobre exportação, a isenção tributária sobre exportação. Eu sei que é...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Senador Tasso, digo só esta palavra: é imunidade tributária, na verdade; não é isenção.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – É imunidade tributária.

Agora, quanto à previdenciária, eu não falo só sobre a questão da agricultura, mas, por exemplo, sobre a instituição filantrópica. Vou dar o exemplo mais nobre possível: o Hospital Albert Einstein, que é um hospital de referência mundial enorme. A meu ver, ele deve ser filantrópico e ter imunidade tributária mais previdenciária. Previdenciária, a meu ver, não cabe... Não sei a palavra correta tecnicamente, se é imunidade ou isenção, mas dá no mesmo.

O que nós estamos retirando é uma parte dos recursos que vão garantir o pagamento da aposentadoria de todas as pessoas que estão trabalhando naquele setor. Não é da União, não é do Orçamento da União que nós estamos nos beneficiando, fazendo essa desoneração, para que o "sacrifício", entre aspas, seja do Orçamento da União. Aí, não, o sacrifício vai ser para o pagamento da aposentadoria daqueles que trabalham naquele setor.

A minha pergunta é se tem sentido ou existe ou é generalizada essa, como quer a Senadora, imunidade previdenciária – não é tributária – para setores tão amplos quanto esses. Eu perguntaria, por exemplo, se a IFI tem algum cálculo em relação à isenção previdenciária para as filantrópicas, para os hospitais filantrópicos de maneira geral.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Eu vejo como uma questão complexa essa.

Senadora Kátia Abreu, como eu coloquei, levando em consideração exclusivamente a questão fiscal, é óbvio que, quanto mais receita, melhor e que, quanto menos despesa, melhor. O tema envolve uma série de questões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Com licença, Sr. Josué!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho que me retirar, porque sou Relator de um projeto em outra Comissão. Eu chamaria o Senador Tasso Jereissati... Em seguida, falarão a Senadora Eliziane Gama e o Senador Esperidião Amin. Quero registrar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu só...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Só um minutinho, Senadora!

Quero registrar a presença da Senadora Renilde Bulhões, que está conosco esse tempo todo.

Senadora Eliziane, assim que acabar essa rodada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A não ser que a senhora queira entrar também no debate, que fica interessante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O debate é muito interessante, mas eu também terei de ir a outra reunião. Eu gostaria de fazer uma intervenção rápida, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – O Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, eu...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu quero dizer que nós já temos quórum suficiente para a aprovação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu quero apenas pedir desculpas, porque também sou Relator da 879, e está havendo uma audiência pública lá. Já está no último orador, e eu vou ter que me ausentar, mas deixo o meu cumprimento ao Dr. Josué.

Tenho a certeza de que V. Sa. vai contribuir muito.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Muito obrigado, Senador. Obrigado pela relatoria também.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Posso falar, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Acho que o Senador...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu só queria fazer aqui uma pequena correção, depois de ter olhado o que diz o nosso amigo Google. A isenção é dada quando existe a obrigação e quando você está dispensado. Agora, há o outro caso, que é a imunidade, quando, do ponto de vista constitucional, não há cobrança tributária sobre determinada atividade, como investimento e exportação deveriam ser.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – O meu ponto, a questão que eu apresentei é que previdência não é tributo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Também concordo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Esse é meu ponto. Quando é tributo, Senadora, aí ele vai explicar melhor do que eu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Previdência não é tributo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Previdência não é tributo. Tributo...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É uma contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Previdência é uma contribuição que empregador e empregado fazem para garantir a remuneração da aposentadoria e das pensões no futuro. É um recurso que vai diretamente para esse pagamento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Quando você retira, por exemplo, imunidade ou isenção tributária, você retira do Orçamento da União. O.k.? Quando se trata da não contribuição previdenciária, essa é a contribuição que não é feita para garantir a aposentadoria ou a pensão no futuro. Então, ela diretamente pertence a todos aqueles que trabalham individualmente ou coletivamente naquele setor. Minha pergunta não é só para a agricultura; é também para filantrópicas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É para todos.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu dou o exemplo do Albert Einstein, que é uma potência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas não é filantrópico.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não é filantrópico?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, só no papel.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Sim, mas é filantrópico e deve ter esse tipo... Há o Sírio Libanês. Estou dando exemplos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, eu gostei do exemplo; adorei, na verdade, porque as casas de misericórdia, estas, sim, são filantrópicas, porque têm isenção, mas trabalham 100% com SUS. Agora, em relação a esse hospital mencionado, que, aliás, é uma referência, sim, eu não entendo qual é a filantropia que existe ali, porque possui os preços mais caros do País e tem isenção total, inclusive previdenciária.

Então, eu acho que o Senado, neste momento de tanto arrocho e aperto, deveria, sim, questionar a questão previdenciária dessas entidades que se dizem filantrópicas, mas não o são. Ao contrário, os preços são vultosos, apesar de elas realizarem um trabalho de alto nível. Mas nós estamos falando aqui de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – E de excelente qualidade.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nós estamos falando de justiça tributária.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Acredito que nem a Senadora nem eu estamos nos referindo especificamente a nenhuma entidade. Apenas essa foi dada como referência, até por ser a referência que é.

Aproveito para colocar à consideração do Dr. Josué, como final, a questão que a Senadora Eliziane vai fazer.

Depois, nós já abriremos o painel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria apenas cumprimentar o Dr. Josué e cumprimentar a IFI, destacando a grande contribuição que esse instituto tem dado para o Brasil e – eu até diria – para o mundo, pelo reconhecimento que tem pelo FMI, pela OCDE, exatamente pela visão técnica da IFI. Muito embora esteja numa Casa política, o instituto é uma organização extremamente independente, com um quadro técnico extraordinário, que dá um respaldo muito grande para esta Casa nas consultorias, nos relatórios, nas avaliações de conjuntura nacional – inclusive, houve uma avaliação muito importante agora em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

relação à previdência. Estamos prestes a abrir a questão tributária, que o Senado estará protagonizando, e, mais uma vez, a IFI também dará a sua grandiosa contribuição. Então, toda essa questão fiscal no Senado passou a ser muito mais rica, passou a ser muito mais pujante, com uma equipe técnica tão qualificada, dando a sustentação adequada para todos os Senadores aqui nesta Casa, de forma isenta, de forma imparcial, de forma realmente muito técnica.

Então, eu quero apenas cumprimentá-lo e desejar-lhe sucesso e prosperidade. V. Exa. tem um currículo extraordinário e vem enriquecer ainda mais o instituto, ao lado do Pedro e do Felipe, que nele trabalham e que o conduzem com muita maestria também.

Deixo aqui meu registro de que eu, pessoalmente, já fui muito respaldada pelo instituto em alguns pareceres que nós solicitamos e que vieram em boa hora, inclusive com repercussão nacional na grande imprensa nacional.

Então, o nosso voto foi dado com muita dedicação, com muito apreço e com a torcida de que essas contribuições, como agora estamos aqui a discutir, em relação à questão da previdência, que, daqui a pouco, estaremos discutindo no Plenário do Senado para fazer o reajuste necessário da inclusão ou não dos Estados e Municípios... Eu acredito que nós estamos numa Federação. A gente mora no País, mas a gente mora na cidade, a gente mora no Estado. E há uma grande quantidade de Estados brasileiros que estão em uma situação fiscal terrível; alguns, em situação mais grave. Com exceção do Amapá e do Estado da minha querida Kátia, que estão em uma situação mais confortável, a maioria absoluta está em uma situação gritante. Eu acho que o Congresso Nacional tem que dar uma resposta. A reforma da previdência é um ajuste para todo mundo, desde o alto profissional àqueles que ganham um salário mínimo, mas eu acho que essas alíquotas que foram apresentadas foram realmente importantes para a gente conseguir, na verdade, a aprovação dessa reforma.

Acho que é muito importante fazer um debate a partir dos Estados. Os números que são apontados aqui são números que considero suficientes para argumentarmos a inclusão de Estados e Municípios nessa reforma. Agora, é um debate que passa pelo entendimento político também, porque, se analisarmos apenas do ponto de vista técnico, entendemos que é necessária a inclusão, mas é claro que precisamos avaliar do ponto de vista político.

Espero que nós aqui desta Casa, o Senado faça as reformas necessárias a partir do texto que vier da Câmara dos Deputados. Esta é uma Casa revisora, mas é uma Casa protagonista, sim; tem a sua autonomia, tem a sua identidade própria, Senador Tasso – e eu acredito que V. Exa. possa ser o Relator dessa proposta aqui nesta Casa. Nós temos o papel preponderante de deixar a marca do Senado; e a marca do Senado com muita veemência, com muito auxílio técnico e, sobretudo, com muita responsabilidade com o Brasil. A reforma da previdência é uma necessidade para equilibrar o nosso País, e eu acredito que o Senado precisa e deve dar a sua contribuição, deixando uma marca. Nós não podemos receber um texto da Câmara, simplesmente votá-lo como estiver, Senador, e não fazer o ajuste, porque será preciso ajuste desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero deixar esse registro, a nossa contribuição, claro, sempre buscando o auxílio da IFI.

Parabéns, Dr. Josué.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Muito obrigado, Senadora.

Ficamos felizes em saber que os trabalhos da IFI estão contribuindo com o mandato da senhora.

A senhora não fez propriamente uma pergunta; fez um comentário sobre um tema que realmente é um dos mais importantes que estão colocados lá na Câmara e aqui no Senado, e que já apareceu em outras oportunidades. É um problema que terá de ser resolvido: se se trata das questões dos Estados ou se é melhor aprovar a reforma que já existe. É uma questão complexa que eu tenho certeza de que o Senado terá capacidade de resolver a contento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para encerrar esta reunião porque nós vamos ter agora outra reunião.

Peço desculpas pelo atraso. Eu tinha saído daqui já um pouco tarde, mas já havia conversado com o Josué.

Eu queria que se abrisse a apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado com 18 votos a favor; nenhum NÃO.

Assim, ele se torna Diretor da IFI a partir desta sabatina.

Boa sorte!

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar em votação...

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Eu gostaria de parabenizar o Dr. Josué Alfredo Pellegrini por ter sido indicado para assumir a direção dessa instituição financeira, e, devido talvez à urgência de ele ser conduzido ao cargo pela vacância, solicito urgência no envio ao Plenário, para ser votado, se possível, até hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será solicitado, será colocado. Vou pedir aqui ao Alexandre que encaminhe ao Bandeira para pautar, para a gente votar ainda hoje a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Josué.

O SR. JOSUÉ ALFREDO PELLEGRINI – Obrigado, Presidente. Obrigado pela indicação também da CAE.

Obrigado, Senadora, pelo pedido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, José Serra, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 78/2019 - CAE, de autoria Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). **Finalidade:** Esclarecimentos acerca do Acordo de Livre Comércio Mercosul - União Europeia. **Participantes:** Marcos Prado Troyjo, Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério de Economia; Lucas Ferraz, Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia; Caio Megale, Secretário do Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação do Ministério da Economia. Alexandre Lobo, Subsecretário de Negociações Internacionais do Ministério da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Omar Aziz
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Styvenson Valentim, Flávio Arns e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Irajá, Rogério Carvalho, Weverton, Eduardo Gomes, Otto Alencar, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Confúcio Moura, Renilde Bulhões, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Wellington Fagundes e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Romário, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Maria do Carmo Alves e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 682, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1, apresentada por ocasião do pedido de vista. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 138, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior." **Autoria:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de nove emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS a 9-CAS. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 312, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 81,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever a instalação de câmeras no interior dos veículos de transporte escolar." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 30, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas da doença de Alzheimer ou da doença de Parkinson." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 240, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dar nova redação os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, com uma subemenda que apresenta, e 2-CDH. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 412, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação anual dos critérios e valores estabelecidos para remuneração de serviços e dos parâmetros de cobertura assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Airton Sandoval (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 578, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 32, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito por parte do condutor de veículo que cometer os crimes de homicídio ou lesões corporais, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 15 - Emenda(s) da Câmara dos Deputados n° 2, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007 - Não Terminativo -** que: "Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.610-D de 2009 do Senado Federal (PLS nº 620/2007, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária, determina outras providências e revoga a Lei nº 6.710, de 5 de novembro de 1979"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável à Emenda. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 67, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto da CCJ com a CAS, com o objetivo de instruir o PL 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764,de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 69, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 132/2018, que dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, sejam incluídos os seguintes convidados: Ângelo Fabiano - Presidente da ANPT; Luis Alberto - Representante do DIAP; Miguel Torres - Presidente da Força Sindical; Paulo Afonso Ferreira - Presidente da CNI; José Roberto Trados - Presidente da CNC; Rogério Marinho - Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 71, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a Síndrome do X Frágil." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/12

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Bom-dia a todos os Senadores e Senadoras!

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas de reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que apoiam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente.

Ofício nº 584/2019, da Câmara Municipal de Diadema, São Paulo, o qual encaminha cópias dos Requerimentos nºs 150 e 157, de 2019, que contêm considerações sobre o Dia do Enfermeiro, comemorado no dia 12 de maio, e sobre a discriminação racial no Brasil.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para as manifestações dos Senadores a fim de que sejam analisadas pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

Informo que o Senador Romário, Presidente desta Comissão, está em missão no exterior, em Nova York, a fim de compor a delegação oficial brasileira que participará da 12ª Conferência de Estados-Partes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conforme o Requerimento nº 484, de 2019, aprovado em Plenário no Senado Federal.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos Itens 1 a 17.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 69, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 57/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 132/2018, que dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, sejam incluídos os seguintes convidados: Ângelo Fabiano - Presidente da ANPT; Luis Alberto - Representante do DIAP; Miguel Torres - Presidente da Força Sindical; Paulo Afonso Ferreira - Presidente da CNI; José Roberto Trados - Presidente da CNC; Rogério Marinho - Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros.

Passo a palavra a um dos autores para a leitura do requerimento.

No caso é o senhor, não é, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

Presidente Senador Styvenson Valentim, esse requerimento é fruto de um grande entendimento daqueles que são favoráveis a esse projeto, que trata de instruir o Projeto 132, de 2018, que dá nova redação ao art. 477-A da CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Na verdade, quando há demissões em massa – 1000 trabalhadores, 500 trabalhadores, 200 trabalhadores –, o que nós temos a assegurar, que já estava na CLT, é que haja primeiro uma discussão entre as partes, ou seja, representantes de empregados e empregadores. Como é um projeto que tem visões diferentes, eu sou favorável a essa discussão, a esse acordo, como sempre houve no Brasil, mas, a partir do momento em que aprovaram a reforma trabalhista, à qual nos opusemos, foi introduzida essa possibilidade de demitir quantos quiserem sem sequer dialogar com as partes – inclusive demitem até por correspondência.

Como havia duas posições em relação a isso – e eu respeito, naturalmente, quem pensa de forma diferente –, fizemos um acordo, os três signatários, para indicar as seguintes pessoas para a audiência pública: Ângelo Fabiano, Presidente da ANPT; Luís Alberto, representante do DIAP; Miguel Torres representando as forças sindicais – então vem aqui a Força Sindical neste momento representando as centrais sindicais –; Paulo Afonso Ferreira, representando a CNI, Confederação Nacional da Indústria;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

José Roberto Tadros, Presidente da CNC, Confederação Nacional do Comércio; e Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, mediante comum acordo.

Assinam a Senadora Soraya Thronicke, o Senador Paulo Paim e a Senadora Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Muito bem, Sr. Senador.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 71, de 2019, CAS, apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 71, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a Síndrome do X Frágil.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN).

Para a referida audiência, sugiro a participação dos seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Saúde;

- Representante do Ministério Público do Trabalho;

- Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Dr. Rui Pilotto, médico geneticista professor da UFPR;

- Dr. Roberto Herai, professor pesquisador na área de genética da PUCPR;

- Luz Maria Romero, psicóloga, gestora do Instituto Lico Kaesemodel.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 312, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB).

Relatoria: Senador Marcelo Castro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para proferir o relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um projeto de autoria do nobre Senador Cássio Cunha Lima de grande relevância. Ele propôs no seu projeto inicial, original, que o Conselho Federal de Medicina pudesse supervisionar os cursos de Medicina, e isso vem evoluindo de lá pra cá: houve uma alteração da lei do Mais Médicos, já em 2017; depois passou-se a relatoria para a Senadora Vanessa Grazziotin; depois foi para a Comissão de Educação; e a Comissão de Educação entendeu que o termo não deveria ser "supervisionar", porque uma autarquia não poderia ficar acima do Estado. Como o CFM é uma autarquia e o Estado é representado aqui, nos cursos de Medicina, pelo Ministério da Educação, então a Comissão de Educação mudou o termo, de "supervisionar" para "observar". Então, o CFM ficaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a função de observador das avaliações periódicas que se fazem nos cursos de Medicina, expandindo um pouco a função do Conselho Federal de Medicina, que hoje se cinge à atuação médica, ao exercício da atividade: ele teria um papel na formação do médico ao longo da sua carreira e no curso de Medicina que os estudantes estivessem fazendo.

E, aí, essa proposta da Comissão de Educação para "observar" está trazendo uma celeuma muito grande, e eu, juntamente com os técnicos aqui da Casa, estudamos e achamos que a palavra mais adequada não seria nem "supervisionar", que pressupõe uma supremacia, nem "observar", que pressupõe uma subordinação, mas, sim, "participar". Então, o meu substitutivo é no sentido de que o Conselho Federal de Medicina participará, junto com os órgãos de avaliação, para também avaliar os cursos de Medicina e poder se reportar e dizer "Olha, esse curso aqui não está formando bons profissionais, precisa melhorar", e já atacar o mal pela raiz; e não lançar no mercado de trabalho profissionais que vêm de um curso notoriamente sem qualificação suficiente para essa pessoa tratar posteriormente com vidas humanas.

Então, a celeuma toda desse projeto é só a palavra, porque, quanto ao resto, ao mérito, acho que todos estão de acordo que também o Conselho Federal de Medicina e os Conselhos Regionais de Medicina, que participam do exercício da profissão médica, avaliando se as pessoas estão se comportando dentro da ética médica, agora também participem da avaliação dos cursos médicos.

Como vai ser essa participação? Evidentemente, vai haver uma interação entre os órgãos do Ministério da Educação e o Conselho Federal de Medicina, e eles vão encontrar um caminho para que, efetivamente, participem da avaliação dos cursos de Medicina.

Então, a celeuma eu estou tentando dirimir não dando uma supremacia, não dando uma subordinação e participando efetivamente com o poder, naturalmente, de fazer o julgamento.

Então, no final, o meu substitutivo é só para mudar essa palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu vou ler o substitutivo para dizer como é que vai ficar no final.

O art. 9º da lei 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 9º – É instituída a avaliação específica para o curso de graduação em Medicina com instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes conforme ato dos Ministérios de Estado da Educação e da Saúde, aplicada com periodicidade anual e com a participação do Conselho Federal de Medicina.

Então, em todas essas avaliações do Conselho Federal de Medicina se fará presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era esse o substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Presidente, eu percebo o brilhante trabalho feito pelo Senador Marcelo Castro. Mas, meu querido Senador e Relator, que tem tido uma postura exemplar aqui na Casa, no Plenário, o Vice-Líder do PT, Rogério Carvalho, que também é médico, gostaria de dar uma olhada com mais profundidade e me pediu que eu solicitasse vista.

Então, eu não vou argumentar nada, apenas estou cumprindo aqui um pedido do Senador Rogério Carvalho para que seja concedida vista para que ele possa... Ele, inclusive, foi o Relator quando era Deputado da medida provisória que criou o sistema Mais Médicos.

Ele não está fazendo nenhuma crítica – eu estou com o parecer dele aqui –, apenas está solicitando que eu peça vista para que ele possa aprofundar e dialogar mais com o Senador Marcelo, que também é médico, ambos são médicos.

Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu concordo com o Senador Paulo Paim, não estou discordando dele, mas quero dizer que o Senador Marcelo Castro fez uma correção muito importante no projeto de lei, porque, antes, estava escrito que o exame seria realizado sob a supervisão do Conselho Federal de Medicina, o que, na verdade, não poderia acontecer, porque tem que ser uma iniciativa pública do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Saúde obviamente, mas com a participação do Conselho Federal de Medicina. Isso ficou, assim, bem alterado do projeto inicial para o projeto atual. Então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu pedi vista em seu nome. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, eu só quero enaltecer o Senador Marcelo Castro por ter percebido isso e feito as correções, que eu considero essenciais dentro do projeto de lei. Aliás, "correções" nem seria a palavra adequada: são adequações dentro do projeto de lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Vista concedida ao Senador Paulo Paim para o Senador Rogério analisar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só, se for possível, fazer um pequeno comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um comissão chamada Comissão Nacional de Residência Médica, que é composta pela Associação Médica Brasileira, pelo Conselho Federal de Medicina, pela Associação Nacional de Médicos Residentes, pela Federação Nacional dos Médicos – portanto, quatro entidades da corporação médica –, mais representantes do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, do Ministério da Saúde; portanto, uma comissão que envolve todos os atores responsáveis pela regulação do exercício profissional, pela contratação dos profissionais, e com representantes do Ministério da Saúde que são os responsáveis pela formação desses profissionais.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – Da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Da Educação e da Saúde, estão lá presentes.

Portanto, eu queria rever, porque nós já temos uma comissão que cuida disso e tem uma tradição de mais de 50 anos tratando desse tema.

A residência médica começou no Brasil ainda no final da década de 50, década de 60, e a gente já tem mais de 50 anos de tradição, de acreditação de programas de residência médica com método, com modelo de vistoria, com agenda de vistoria, com roteiros de vistoria e que transformaram a residência médica brasileira numa referência para o mundo.

Eu queria agradecer ao Paulo Paim pela...

A vista coletiva foi nada? Se não...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Havia sido só para o Paulo Paim. Agora o senhor pediu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Coletiva, não tem problema. Eu vou fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhor.

Sr. Paulo Paim, o senhor pode assumir aqui a Presidência enquanto eu leio o meu relatório?

Eu vou ler o item 6, que é o Projeto de Lei do Senado 81, de 2016, terminativo, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. É de autoria do senhor. (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Item 6.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 81, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever a instalação de câmeras no interior dos veículos de transporte escolar.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Relatoria: Senador Styvenson Valentim.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O projeto é terminativo. Será lido, mas sairá de pauta se não tivermos 11 presenças.

Com a palavra o Relator.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Senador.

Vou ler o segundo parágrafo do relatório, depois vou para a análise.

A proposição acrescenta um §2º ao art. 70-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), determinando que "os veículos de transporte escolar estarão equipados com câmeras de vídeo que captem imagens do interior do veículo, na forma de regulamento". Estabelece ainda que o período de armazenamento das imagens, pela instituição pública ou privada responsável pelo transporte escolar, não seja inferior a 180 dias; por fim, restringe o acesso às imagens exclusivamente às autoridades policiais ou judiciárias encarregadas de investigação ou processo penal. O art. 2º do projeto determina que a lei entre em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Em suas razões, o autor aponta "o aumento do número de casos de abusos, maus-tratos ou simplesmente tratamento inconveniente ocorridos no interior dos veículos de transporte escolar, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecidos como 'vans escolares'", como a causa de sua proposição, acrescida da necessidade, mais geral, de fazer sempre respeitar, como um todo, o universo de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esclarece, enfim, que o prazo de 180 dias, contados da data da publicação da lei, para sua entrada em vigor permitirá aos atingidos pelas novas medidas uma transição planejada para a nova condição.

Vou para o voto.

Eu disse que ia ler a análise... Se o senhor quiser comentar, já que o projeto é do senhor...

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, com a seguinte emenda.

> EMENDA Nº - CAS
> Substitua-se, no inciso II do §2º do art. 70–A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conforme proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, a palavra "penal" por "criminal".

A única mudança foi a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, o seu relatório só melhorou o projeto!

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas as discussões e a votação, já que ele é terminativo.

Eu tenho que presidir a CDH às 10h, então vou ter que ir para lá. Os meus projetos que estão na pauta são todos terminativos. Calculo eu que dificilmente vai haver quórum para terminativos; consequentemente, ficariam para a próxima semana.

Muito obrigado a todos.

Estou indo para a CDH.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Na medida em que o Senador Paulo Paim...

V. Exa. acabou de relatar aqui uma matéria que é extremamente importante, sobretudo para o transporte, tanto público como privado, sobre as instalações das câmeras por um prazo de 180 dias. Esse projeto de V. Exa. é muito louvável e meritório.

Particularmente eu tenho a sensação de que isso já era para ter sido feito há muitos anos, pois há não só excesso de velocidade, mas também carros de transporte funcionando com muita precariedade, abuso muitas vezes do motorista e do próprio cidadão que vai para cuidar das crianças, maus-tratos. Entretanto é uma pena que não possa ser votado já no dia de hoje, tendo em vista que, embora de caráter terminativo, nós não temos quórum suficiente.

Agora, nada impede, Senador Paulo Paim, Senador Presidente, que essa discussão seja feita, que seja encaminhada a matéria para que, na próxima reunião da Comissão, nós já a coloquemos em votação, pela importância que o projeto representa.

Então, eu faço aqui um apelo a V. Exa.: que o senhor abra o processo de discussão, de encaminhamento da matéria e de votação, e, após tudo isso aqui, a manifestação daqueles que quiserem; na próxima, nós já entremos em processo de votação, na medida da importância que representa este projeto para o transporte público e para o privado, porque são milhões de ônibus, milhares e milhares de vans que percorrem as ruas nas cidades brasileiras, na área rural etc.

Só faço esse apelo para que este projeto não fique dormindo, seja aqui na Comissão, se tivesse que encaminhá-lo para o Plenário, ou se fosse remeter para outra Comissão. Pela importância, eu quero crer que, se fosse para dar celeridade, não custaria nada que as pessoas que quisessem discutir e encaminhar a matéria o fizessem, e, na próxima, nós só votaríamos.

Era só isso que eu queria acrescentar, além de parabenizar o ilustre e eminente Senador Paulo Paim pela iniciativa e a bela relatoria do Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu estou na Presidência e me avisa aqui a Secretaria-Geral dos trabalhos que eu tenho que ir para a CDH para abri-la, eu convidaria o Senador Jayme Campos, se pudesse ficar aqui na Presidência, a abrir a discussão, se entenderem os Senadores necessário. Senão, fica para a próxima reunião, porque entendo que é um projeto que vai ser aprovado mediante entendimento.

O.k.? Posso me retirar então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volta a Presidência para o Senador Styvenson.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Poderia até ser estendida essa questão das câmeras para outros tipos de transporte. Acho que poderia ser para todos, não é? Solucionariam muitas ocorrências de trânsito que hoje não são solucionadas.

1ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito por parte do condutor de veículo que cometer os crimes de homicídio ou lesões corporais, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

Relatoria: Senadora Mailza Gomes.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes para a leitura do relatório.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia, Srs. Senadores!

Vou direto à analise, Sr. Presidente.

Conforme o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS manifestar-se sobre o mérito de matérias atinentes à proteção e defesa da saúde e às competências do SUS.

O PLS nº 32, de 2016, enquadra-se nessa temática, por tratar do ressarcimento, ao SUS, das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, cumpre ressaltar que disposições que têm como objetivo a prevenção dos acidentes de trânsito, assim como o aumento do aporte de recursos para os serviços públicos de saúde, sempre merecem destaque. Assim, à primeira vista, a proposta sob análise soa coerente, e o seu propósito, meritório.

Os acidentes de trânsito são considerados um problema grave de saúde pública e constituem relevante causa de despesas na gestão do Sistema Único de Saúde, notadamente em face dos altos custos da atenção médico-hospitalar, que abrange desde o resgate da vítima até a sua reabilitação.

Atualmente, mais da metade dos acidentes de trânsito em rodovias federais são causados por imprudência dos motoristas. A despeito da pretensa característica de não intencionalidade que recobre a palavra "acidente", grande número deles ainda é causado pelo fato de dirigir sob a influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, isso apesar da plena vigência da Lei Seca, há uma década.

O trânsito mata mais de 40 mil pessoas por ano no País. De acordo com o Ministério da Saúde, entre 70% a 80% das vítimas de acidentes de trânsito são atendidas pelo SUS. Esses acidentes são a segunda causa mais frequente de atendimento nos serviços públicos de urgência e emergência. Das vítimas, 34,5% sofreram contusão, entorse ou luxação; 30,1% fraturas, amputações ou traumas e 27,2% cortes e lacerações. Isso resultou, apenas entre os anos de 2010 e 2015, em mais de R$1,3 bilhão gasto em atendimentos pelo SUS.

Depreende-se da análise desses números e estatísticas que, para manter o direito à saúde como um direito de todos, conforme prevê a Constituição Federal, de forma universal e igualitária, são necessários recursos cada vez maiores. Assim, consideramos que a cobrança pelo atendimento médico proporcionado às vítimas de acidentes automobilísticos, na hipótese de o motorista estar sob efeito de álcool ou drogas, poderia ajudar a mitigar essa situação

O fato de o comportamento do motorista ser considerado socialmente reprovável é justificativa bastante para exigir uma contrapartida financeira pelos serviços prestados pelo SUS às vítimas da imprudência do motorista. Segundo a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, do Ministério da Saúde, em 2016, 7,3% da população adulta das capitais brasileiras declararam que bebem e dirigem, ou seja, assumiram o risco de provocar acidentes.

Situação que guarda alguma semelhança com a relatada é a que acontece com os planos de saúde, que estão obrigados a reembolsar o SUS todas as vezes que os seus beneficiários forem atendidos na rede pública.

O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente, por unanimidade, que a regra prevista na lei que regulamenta a saúde suplementar é constitucional, colocando fim a uma discussão que já durava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase duas décadas. Se a decisão tivesse sido em sentido contrário, teria referendado uma prática reprovável de alguns planos de saúde, que é a de direcionar seus clientes, ainda que de forma indireta, para o atendimento no SUS, principalmente nos casos mais graves e custosos, implicando enriquecimento ilícito das operadoras.

Conclui-se, portanto, que a cobrança pelo atendimento médico, na via regressa, às vítimas de acidentes automobilísticos decorrentes do ato de dirigir sob o efeito de álcool ou drogas, é razoável.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senadora Mailza.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto por favor.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhor.

Alguém...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Vista também.

Está bem, até eu queria vista coletiva, porque, Senadora Mailza, o projeto é muito bom, mas, para aprimorá-lo, a gente precisa só colocar como os hospitais provariam que aquela pessoa estava sob influência de álcool, a vítima ou o condutor. Então, a vista deve dar um esclarecimento e aperfeiçoar esse projeto.

As colisões...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – É só para fazer um adendo ao que disse V. Exa.

Eu imagino, pela relatoria da ilustre Senadora, que se vai definir, naturalmente, qual vai ser o critério para ver se a pessoa está embriagada ou está drogada. Eu imagino que será na regulamentação da lei. Aprovada a lei, nós vamos ter que regulamentar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Pode ser.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É a própria regulamentação, Senador... Só para colaborar com V. Exa.: eu acho que será na regulamentação da lei. Aqui, na verdade, está explícita a essência do projeto, sobretudo com o relatório muito bem apresentado pela ilustre Senadora, todavia, a minha visão, particular, é de que será na regulamentação da lei que nós poderemos determinar a forma de saber qual é o critério adotado nessa regulamentação para saber quem está drogado...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Nesse caso, é obrigação do hospital, do atendimento médico...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – ... fazer esse exame.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A relatoria dela está perfeita. É preciso apenas, na regulamentação, acharmos o mecanismo, o instrumento, a ferramenta para tratar desse assunto em que tocou aqui o Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Jayme.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Senhora.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Obrigada. Eu aceito as sugestões. O projeto ainda vai para a CCJ e podemos pensar nisso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O.k.

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas da doença de Alzheimer ou da doença de Parkinson.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, como já foi colocado, é projeto muito importante de autoria do Senador Paulo Paim, que está presidindo agora uma comissão, a Comissão de Direitos Humanos, projeto que prevê que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que é do próprio trabalhador – então não é um dinheiro público, é do trabalhador –, possa ser movimentado quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por Alzheimer ou Parkinson, o que é muito importante.

O art. 2º do projeto estabelece a cláusula de vigência, prevista para ter início na data de publicação da lei.

O autor lembra que o FGTS se destina a garantir o bem-estar do trabalhador ou da trabalhadora, e de sua família, quando da superveniência de condições imprevistas ou adversas. Um artigo da lei do FGTS já autoriza a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador, ou qualquer de seus dependentes, for acometido de neoplasia maligna, infecção pelo vírus HIV e doença terminal. O que ele está propondo é para doença degenerativa, Alzheimer ou Parkinson; visa a equiparar os doentes com Alzheimer ou Parkinson às pessoas acometidas por outras patologias importantes, que já tiveram reconhecido seu direito de dispor de seu FGTS para suprir as necessidades advindas de tais acometimentos graves de saúde.

O projeto foi distribuído à apreciação exclusiva e terminativa da CAS, nossa Comissão, e não recebeu emendas.

Eu quero destacar aqui na análise que, quanto ao mérito, a medida é elogiável. A legislação do FGTS, como dito, já contempla dispositivos que preveem a liberação em outras situações. Nesses casos, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saque do fundo constitui uma medida de política social compensatória e beneficia os trabalhadores que se encontrem em situação de fragilidade pessoal e com necessidade de maiores aportes financeiros. Isso costuma acontecer para as pessoas já previstas, como foi dito, e o projeto procura estender isso para Parkinson e Alzheimer.

Eu destaco que tais doenças, no entanto, são apenas uma pequena amostra dentro do conjunto de moléstias e condições graves, progressivas, degenerativas ou incapacitantes que podem acometer os seres humanos.

Então, não há como justificar que o FGTS seja liberado apenas para os doentes com Parkinson e Alzheimer – isso é muito importante, quero dizer – e não o fazer, por exemplo, para pessoas com esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica (ELA), doenças neurodegenerativas e incapacitantes que ainda não dispõem de tratamento efetivo, ou para os pacientes com quadro grave decorrente de infarto agudo do miocárdio ou acidente vascular cerebral, condições com elevada prevalência em nossa sociedade. No entanto, seria impossível esgotar na norma legal a enumeração de todas as doenças equiparáveis a Parkinson, Alzheimer, neoplasia maligna e infecção por HIV, nos quesitos de gravidade, progressividade, degeneração e incapacitação que elas acarretam.

Não se discute que a liberação do FGTS é justificável e necessária em caso de doença grave, mas a norma atual só prevê a liberação quando o trabalhador ou seus dependentes estiverem em estágio terminal. Entendemos, diferentemente, que é mais racional e justo permitir que essa liberação ocorra quando os recursos ainda puderem prolongar a existência do trabalhador, melhorar sua qualidade de vida e minorar seu sofrimento.

Assim, na nossa visão, a liberação do FGTS precisa ocorrer para todas as pessoas com doenças ou condições graves, degenerativas ou incapacitantes, beneficiando um universo bem maior de trabalhadores e seus dependentes. Além disso, ao invés de deixar que esse apoio assistencial chegue ao paciente tardiamente, em fase terminal, é necessário permitir que os recursos sejam liberados a qualquer momento após o diagnóstico e beneficiem os trabalhadores doentes em vida, durante a vida.

Entendemos que a medida será de grande ajuda para indivíduos que se veem, muitas vezes em plena juventude, debilitados e impossibilitados de trabalhar, e também obrigados a encarar a perspectiva de que não terão muito tempo de vida pela frente. E, mais do que tudo, ela irá dar significado à contribuição obrigatória para o FGTS do trabalhador desafortunado que, doente, não terá a perspectiva de usufruir por muito tempo dos frutos de seu trabalho ou da aposentadoria.

Para atingir a finalidade almejada, em vez de incluir o inciso XX, propomos modificar o inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para possibilitar o saque do FGTS, nos termos do regulamento, quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante deixar que a enumeração dessas doenças seja feita por regulamento, pois a possibilidade de editar normas infralegais dá ao legislador maior agilidade para acompanhar, inclusive, a evolução científica e tecnológica.

É mais ou menos o que o Senador Jayme Campos colocou agora há pouco em relação ao projeto de lei que estávamos discutindo: deixar para regulamento, porque as coisas vão mudando no decorrer dos anos.

Por exemplo, pode ocorrer o desenvolvimento de cura efetiva para doenças cuja progressão hoje é irreversível. Dessa forma, a previsão em regulamento possibilita a inclusão e a exclusão de doenças de forma mais fácil e tempestiva.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante, em qualquer estágio de sua evolução".

EMENDA Nº -CAS

Atribua-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 20. .....

.....

XIV - quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante, em qualquer estágio de sua evolução, nos termos do regulamento.

.....'(NR)"

Então, o regulamento vai especificar quando isso acontece.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Parece-me que não há quórum para votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, eu gostaria, aqui pedindo vênia e desde já elogiando a iniciativa do autor do projeto e o relatório, que está, do meu ponto de vista, excelente, Senador... Mas eu gostaria de fazer um requerimento, Sr. Presidente, no sentido de que realizássemos audiência pública, porque já há vários outros projetos dependendo de audiência pública neste sentido, com relação às liberações de Fundo de Garantia.

Então, o requerimento é no sentido de que sejam ouvidos um representante do Ministério da Economia, um da Caixa Econômica Federal e um do Conselho Curador do Fundo de Garantia.

Parece-me até que V. Exa. já tem conhecimento dessas audiências públicas, não é?

Então, é o que eu gostaria de requerer, aproveitando que a discussão está aberta e que não há como votar nominalmente na data de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Isso, Senadora, quando chega o tema FGTS...

Registro a apresentação desse requerimento de autoria da Senadora Selma para a realização de audiência pública para instrução da matéria com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno.

Ressalto que a deliberação do requerimento incidental ao projeto é prejudicial à discussão de mérito. É obrigatória a votação...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente... Desculpe, é porque eu não acompanhei V. Exa....

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O requerimento da Senadora Selma está sendo lido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bem. Desculpe-me ter interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Vamos colocar só em votação.

Eu ia conceder a palavra, como já foi concedida, para a leitura das eventuais considerações a respeito do requerimento, mas ela já o fez.

Então, coloco o requerimento em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Para discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, senhores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Antes de mais nada, Sr. Presidente, Senador Styvenson, e demais Sras. e Srs. Senadores, eu compreendo e entendo a ilustre e eminente Senadora Selma na sua propositura aqui de fazer uma audiência pública em relação a esse projeto, pelo fato de que está envolvendo, até certo ponto, um desembolso talvez não previsível do orçamento lá do Governo Federal.

Na verdade, nós temos que esclarecer aqui que esse dinheiro que esse cidadão vai sacar é dele. Foi ao longo da sua vida de trabalho que ele conseguiu depositar o dinheiro no Fundo de Garantia. E o Governo Federal, com todo respeito aqui, passa à opinião pública a impressão de que esse dinheiro é dele, e não é. Muitas vezes é usado até de forma errônea, porque, quantas e quantas vezes, tem sido sacado o dinheiro do FGTS para os investimentos que certamente não são, muitas vezes, do conhecimento do próprio trabalhador, que pagou por 10 anos, 15 anos, 20 anos.

Na verdade, Senador Flávio, no Brasil – o senhor lembra muito bem –, até pouco tempo atrás, só se sacava o dinheiro: primeiro, quando você era demitido da empresa; ou se você fosse a óbito. Caso contrário, era muito difícil.

Eu acho que esse projeto aqui é extremamente meritório, além de nós avançarmos nessa questão social, Senador Styvenson, na medida em que vai permitir ao cidadão... Praticamente está morrendo aqui, não é? Está morrendo. Eu acho que tem que tirar lá no início esse dinheiro.

Alguns já estão indo quase a óbito e não vão poder sacar aquilo que depositaram. Aquilo é dinheiro dele. O Governo Federal não pode fazer nenhuma intervenção nesse caso, porque é dinheiro do trabalhador, que pagou a sua participação. E o empresário também, quando contrata, recolhe 8%.

E, nesse caso, particularmente, já quero dizer à ilustre Senadora Selma, é regimental essa audiência pública aqui. É regimental, claro e evidente. Vão ser ouvidas as autoridades, como V. Exa. aqui já apontou os nomes das pessoas. Agora, é um projeto extremamente meritório. É louvável a iniciativa do Senador Paulo Paim, que é o autor, e, sobretudo, o brilhante voto aqui relatado pelo ilustre e eminente Senador Flávio Arns.

Senador Flávio, eu tenho um projeto, no meu primeiro mandato aqui como Senador da República, em que já propunha... Esse projeto deve estar aqui na Casa. Se não foi arquivado, eu vou recuperá-lo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resgatá-lo. É o quê? Em quantas e quantas famílias no País, muitas vezes, um pai, ou uma filha, ou uma mulher têm um acidente na estrada, numa via pública ou, às vezes, até no próprio fundo do terreno, no quintal, e têm que fazer modificação na sua habitação. A habitação, muitas vezes, não está em conformidade depois dessa tragédia, dessa fatalidade que aconteceu com essa pessoa. Às vezes, você tem que aumentar até a porta da casa, tem que fazer o banheiro, tem que fazer acessibilidade e assim por diante. E esse cidadão tem o direito de pegar esse dinheiro. Esse projeto meu está aqui na Casa. Eu vou tentar resgatá-lo, votá-lo, para ele melhorar a sua habitação, fazer acessibilidade, melhorar seu banheiro. Às vezes, a porta é pequena e tem que aumentá-la.

Então, é com projetos sociais como esse que, certamente, nós vamos tentando melhorar essa desigualdade no Brasil. A desigualdade é muito grande, é gigantesca aqui. Para os ricos, quanto mais, ótimo: os incentivos fiscais, os banqueiros bombando, ficando, cada dia que passa, mais ricos no Brasil. E o coitado do trabalhador, lamentavelmente, tem o seu dinheirinho lá depositado, depois de 15, 20, 30 anos – não sei quantos anos –, conforme trabalhou.

Agora, o Governo, muitas vezes, vem aqui pedindo ou agindo... Até por orientação do próprio Governo a Senadora Selma está pedindo essa audiência pública, pode escrever aí. Registra-se aqui, e eu sei que está gravado aqui, que eles vêm colocar dificuldade aqui, dizendo que não pode, que isso é fazer diferença, pá-pá-pá. Esse é o Brasil, lamentavelmente. Eu fico indignado, fico indignado na medida em que acho que aquilo que é seu é direito líquido e certo, sobretudo na questão da saúde.

E vou mais longe, Senador Flávio: nesses casos aqui, para o cidadão, mesmo sendo funcionário público ou outros que são funcionários públicos também, temos que fazer um projeto de lei para isentar de Imposto de Renda. Ele está morrendo pela sua doença, pela dificuldade e ainda paga 27,5% de Imposto de Renda. Nós temos que isentar esse cidadão. Com esse dinheirinho que se desconta do Imposto de Renda, ele pode comprar remédio, ter um fim de vida mais digno. O cara está morrendo lá, não tem dinheiro, e o Governo toma 27,5% dele. Está aos 80 anos. Nós temos que mudar este Brasil aqui. Quanto mais arrecada, quer arrecadar mais, lamentavelmente. Se arrecadasse e tivesse retorno, uma contrapartida em alguns serviços essenciais, que é o caso da saúde, que é constitucional, e da educação, que é constitucional, ótimo! Mas você não vê esse retorno, essa garantia.

Eu vou propor esse projeto – e já quero pedir a V. Exa. o apoiamento – para que, em casos como esse aqui, o cidadão, seja funcionário, que trabalha, deixe de recolher também o Imposto de Renda, o que é um absurdo. Essa é a minha manifestação.

Concordo com a Senadora Selma que este aqui é um espaço democrático. Eu já quero me manifestar favoravelmente a essa audiência pública. Todavia, não venham aqui com conversa de bêbado, para delegado aqui, querendo enrolar esta Comissão. Sou favorável ao projeto porque o projeto é meritório. Só isso eu tenho a acrescentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. pelo belo – como sempre, sensível às causas sociais – relatório, Senador Flávio Arns.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Senador Jayme Campos. Ele demonstrou toda a extensão da necessidade. E eu penso isso mesmo. Às vezes, a família tem um filho com deficiência, paralisia cerebral, uma dificuldade física, deficiência intelectual, precisa ter acesso ao Fundo de Garantia. É um dinheiro dele. Às vezes, R$ 2 mil, R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil, lá na conta, muda o banheiro, faz a rampa, compra uma cadeira especial, facilita a vida. E é um dinheiro dele, não é dinheiro do Governo; é dinheiro dele – dele! Não é do Governo. E também doenças degenerativas. A pessoa está morrendo com Alzheimer, fica cinco anos, dez anos, quinze anos... Deus queira que haja cura! Como o próprio relatório coloca, se houver a cura, deixa de ser uma doença à qual se aplica essa regra de acesso ao Fundo de Garantia. Não, mas só em estado terminal! A pessoa já está morrendo, aí tem acesso ao Fundo de Garantia? Não tem cabimento uma coisa dessa!

Agora, eu só queria dizer à colega Senadora Juíza Selma, que propôs a realização de audiência pública... Eu também concordo com a audiência pública, só que eu fico imaginando assim, Sr. Presidente: nós estamos discutindo o projeto de lei que trata de doenças degenerativas, terminais, progressivas e, certamente, o Ministério da Economia virá para dizer: "Não, é para pagar faculdade, para isso, para aquilo". Não temos interesse nisso. Nós queremos o contraditório nessa audiência pública para tratar de doenças degenerativas, progressivas e crônicas, que são objeto desse projeto de lei.

Então, que o Ministério da Economia, a Caixa Econômica Federal, Juíza Selma, venham, e são bem-vindos – eu sou muito amigo também, já fui várias vezes muito bem recebido na Caixa Econômica Federal –, discutir o objeto desse projeto de lei, porque senão vão tratar disso, aquilo e tal. Quer dizer, da minha parte eu não teria... Não é que eu não teria interesse, que também é uma palavra forte. Mas que venham aqui e que tenham o contraditório.

Então, nós gostaríamos de indicar pessoas que participassem e pudessem fazer o contraponto do ponto de vista social, humano, de cidadania, porque eles tratam, e tratam bem – a gente tem que ter gente qualificada nesse sentido, para tratar disso – do orçamento, mas nós temos que ter gente para dizer por que isso é importante, para doenças degenerativas, crônicas, como está especificado aí no projeto.

Se os colegas permitirem, a gente indicaria pessoas para fazerem o contraponto, mas dizendo, no requerimento, para eles virem aqui direcionados para isso. Porque, se não, a gente discute. Agora, em outra ocasião, a gente pode discutir outras coisas, até na Comissão de Educação. Lá também acho que é um drama para as famílias, eventualmente, um curso de ensino superior não terem o dinheiro para pagar. E está lá o Fundo de Garantia, que é o dinheiro deles. Pelo menos ajuda um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tudo tem que ser debatido, senão a gente foge do escopo, não é Juíza Selma?

Agradeço, Sr. Presidente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, art. 14.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – As duas orelhas arderam.

Sr. Presidente, gostaria, novamente, de corroborar não apenas com os termos deste projeto de lei e com o seu relatório, mas com o mérito dele. Quero dizer aos senhores o seguinte: esse requerimento, como bem percebeu e bem disse o meu colega Jayme Campos, foi-me apresentado a pedido da liderança do meu Partido, portanto, por interesse, evidentemente, do Governo Federal.

Só quero fazer um contraponto. O Fundo de Garantia não tem como escopo garantir que se possa fazer qualquer coisa com ele. O Fundo de Garantia veio para substituir aquele sistema antigo – não é, Senador Jayme Campos? – em que as pessoas eram estáveis. Então, com a Constituição de 1988, logo em seguida, as pessoas passarem a ser optantes: ou você optava pelo sistema antigo ou você optava pelo Fundo de Garantia. O Fundo de Garantia tinha o escopo de garantir que, se você ficasse desempregado, teria uma poupança para sustentar a sua família, doente ou sadio etc. e tal.

Vejo que, nesse sentido, a preocupação do Governo pode, sim, ter pertinência, porquanto é óbvio que se todos nós esgotarmos os nossos saldos de Fundo de Garantia por vários motivos, amanhã ou depois, o desemprego pode ficar sem controle. Se houver, como está tendo, uma onda de desemprego e você não tem saldo no Fundo de Garantia, vai viver do quê? O Seguro Desemprego tem um período muito curto para acudir o trabalhador. E sem o saldo do Fundo de Garantia, menos ainda. O que não quer dizer que eu não concorde plenamente. Só estou fazendo essa ponderação aqui para fazer uma defesa prévia com relação a isso, em face dos posicionamentos prováveis do Ministério da Economia.

Mas também quero dizer que, hoje pela manhã, ouvi um comentário – não vou fazer propaganda aqui, mas ouvi um comentário – na TV de que, provavelmente, o Ministério da Economia já estaria estudando outras soluções para essa crise além da aprovação da reforma da previdência. Dentre elas estaria sendo cogitada a liberação de Fundo de Garantia para fomentar o mercado, as pessoas poderem usar o Fundo de Garantia como uma maneira de fomentar o mercado. Então, talvez estejamos aqui discutindo alguma coisa que vai ficar inócua dali para frente.

De qualquer forma, gostaria de pedir, de novo, vênia ao colega Relator para dizer que esse requerimento só concordei em fazer porque não havia quórum para votação. O.k.? Se houvesse, eu não teria feito. Deixo apenas registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitando, Sr. Presidente, queria pedir ao senhor para a gente retirar de pauta um projeto do qual eu sou a autora. Qual é o número, pessoal?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – V. Exa. me permite um aparte?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Quase temos quórum. Falta um só para termos o quórum e votarmos o que já foi lido. Só um Senador para a gente votar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É só para retirar de pauta o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O item 10?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Juíza Selma, só um aparte, bem rapidinho.

A Juíza Selma mencionou a liberação do Fundo de Garantia, que está sendo estudada, eventualmente, pelo Governo. Eu diria, até fazendo uma sugestão à Juíza Selma, ao Senador Eduardo e aos outros Senadores, que temos a reforma tributária. Já temos a proposta do ex-Deputado Luiz Carlos Hauly aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados, com o PSOL, com o PT, com o PSDB. Foi aprovada por unanimidade e daria uma economia de mais de R$1 trilhão por ano no Brasil. Nós estamos pedindo até entrevista com o Ministro Paulo Guedes para dizer que está pronto, que está aprovado na Comissão. É só levar para o Plenário, trazer para o Senado, uma reforma tributária aprovada por consenso. Imaginem! Isso seria a salvação do Brasil, eu penso. Aí o Brasil, sim, vai ter desenvolvimento.

Só que há uma obsessão, unicamente, pela Previdência, que é importante. Mas a tributária não é R$1 trilhão em 10 anos, é R$1 trilhão por ano. Simplificar, discutir... Está pronta, está aprovada. Tem que ir ao Plenário, lá pelo Rodrigo Maia, que envia para o Senado. Então, a GloboNews, que também tem comentaristas importantes que fizeram comentários sobre o FGTS... A gente até faz um apelo para o Gerson Camarotti, para a Cristiana Lôbo, que são amigos nossos, a gente sempre conversou com o Valdo Cruz e a turma toda, para termos a reforma tributária, tão necessária para todo mundo no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O senhor ainda quer discutir, Senador?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Quero. Só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Porque a gente tem que aproveitar o momento em que todos os Senadores estão presentes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, para uma questão de ordem. Desculpem-me, ilustres Senadores.

Eu indaguei à nossa ilustre e eminente Senadora se ela faz questão, diante do mérito do projeto, dessa audiência pública. Até porque está calculado aqui R$1 trilhão para o Fundo de Garantia. Nós não vamos saber nem os números, quanto vai pesar.

Nós temos quórum, acho. Weverton está aqui, Humberto Costa, o Senador que chegou. Nós podemos votar essa matéria aqui. Na verdade, V. Exa. leu... Permita-se, Sr. Presidente. Ela apenas leu aqui a possibilidade desse requerimento. Todavia, esse requerimento não foi colocado em votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Não foi ainda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Nesta audiência.

Indago, com todo o respeito e amizade, se é possível nós votarmos. Temos aqui a Leila, a Senadora...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Retiro o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a sensibilidade da Dra. Selma Arruda. E vamos votar o projeto. É para o pobre, é para o cidadão brasileiro que está à margem, a depender de boas políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Senador Jayme, assim que o Senador Luiz do Carmo encerrar a fala dele, coloco em votação o item 7, que é da relatoria de Flávio Arns.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, acho engraçado o Governo. O FGTS é um dinheiro do trabalhador. O FGTS é um dinheiro do trabalhador e o Governo sempre quer mandar nesse dinheiro, sempre quer.

Acho que está na hora de os trabalhadores ou o Governo novo que está assumindo passarem realmente esse dinheiro aos trabalhadores para que cuidem dele. Quando há um projeto tão bom quanto este aqui, que vai liberar dinheiro para quem tem Alzheimer e Parkinson... O cara já está morrendo quando vai receber, a pessoa já está nos últimos dias, e não pode sacar esse dinheiro? É muito injusto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Então, acho que está na hora de nós fazermos alguma coisa para que os trabalhadores tomem conta desse dinheiro, para não ficarem comprando ações da Petrobras, desviando toda hora esse dinheiro.

Acho que nós temos aqui, nesta Comissão e nas outras comissões, realmente que cuidar do dinheiro dos trabalhadores, que é muito importante. Se eles administrarem esse dinheiro, se eles mesmos movimentarem esse dinheiro, com construção de casas, vão movimentar a economia e vai dar certo o Brasil. O Brasil está precisando de empregos. É o dinheiro dos trabalhadores que vai tirar o Brasil dessa crise.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador. Obrigado pela paciência.

Senadora Selma, o item 7 – só lembrado a senhora – é terminativo. Está aqui, está bom? Então, vamos colocar...

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório.

Votação nominal. Será nominal. Votação eletrônica.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Indago a V. Exa. como vai ser. Quem vota com o Relator vota "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Isso. Com o relatório do Flávio Arns.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Para liberar o FGTS para as pessoas que têm Parkinson, para as pessoas que têm Alzheimer.

Todos já votaram, por favor? As Sras. Senadoras votaram? Todos?

Vou encerrar a votação.

Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 138, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

Autoria: Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de nove emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

2- Em 05/06/2019, foi lido o relatório, e adiada a discussão e a votação.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório foi lido.

A matéria versa sobre a expatriação e melhoria de ambiente de trabalho de trabalhadores brasileiros no exterior. É uma matéria que traspassa as bancadas de oposição e de governo, Sr. Presidente, porque regula e dá segurança a milhares de trabalhadores brasileiros que estão no exterior trocando informações, tecnologia e gerando emprego de boa qualidade no País.

Portanto, Sr. Presidente, tivemos um encontro com as 40 empresas transnacionais na semana passada, falando sobre a necessidade que o País tem de regular a sua relação de trabalho no exterior, visando colocar o País em condição de igualdade com outros países. Realmente, é uma matéria que traspassa a questão política, já que tivemos também emendas consistentes do ex-Senador Jorge Viana à apresentação do projeto do nosso Senador Armando Monteiro. É um projeto daqueles que atravessam as legislaturas, mas que, pelo seu bom senso e pela sua necessidade, se fazem necessários.

Por isso solicito o apoio dos nobres colegas Senadores para a sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Sim, favorável ao Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

Posso encerrar a votação? Srs. Senadores e Senadoras, todos já votaram?

Senador Jayme? Cadê o Senador Jayme, que estava aqui na minha frente? Só falta o Senador Jayme para votar.

Encerro a votação e entraremos no item 6, votação também.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Pronto, Senador? Posso encerrar a votação?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Sim. Seu pedido é uma ordem.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Onze a zero.

Aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1 a 9.

A matéria será encaminha à Secretaria-Geral para as providências cabíveis.

Último.

Otto, obrigado pela presença.

Item 6.

Como já foi lido o Item 6, vou colocá-lo em votação. É terminativo.

Só para resumir: são câmeras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio, V. Exa. poderia assumir aqui?

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Styvenson.

Item 6 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever a instalação de câmeras no interior dos veículos de transporte escolar.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal.

Está aberto o painel para votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, por favor, votem.

O relatório é favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Vanderlan, se V. Exa. puder votar também...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O senhor me permite, Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Só quero fazer um breve comentário em relação ao projeto do Senador Paulo Paim e da relatoria de S. Exa. o Senador Styvenson.

É um projeto extremamente meritório. O parecer do Senador Styvenson foi maravilhoso, exuberante, extraordinário! É sobre transportes escolares, as vans que circulam nesse imenso Brasil aqui.

A partir do momento em que esse projeto for aprovado, haverá a obrigatoriedade de câmeras em todos os veículos de transporte escolar no Brasil, porque, lamentavelmente, hoje, quase maioria absoluta, alguns trabalham em estado de precariedade, sobretudo no interior do Brasil. As prefeituras têm que fazer um esforço muito grande na fiscalização das vans que transportam os alunos das cidades e dos ônibus escolares. E, nesse caso, a partir da aprovação desse projeto, todos os ônibus terão a obrigatoriedade, não só os ônibus escolares, mas também as vans escolares.

Portanto, o projeto do Senador Paulo Paim é meritório, tendo como Relator o Senador Styvenson, que fez um relatório maravilhoso.

Quero cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim por, mais uma vez, fazer um gol de letra, ou seja, um gol de ouro nesse caso, particularmente, pois estamos preocupados com as nossas crianças que trafegam, na maioria das vezes, em ônibus em estado precário, sem condições de trafegabilidade para transportar as vidas das nossas crianças.

Parabéns, Senador Paulo Paim e Sr. Relator, Senador Styvenson!

Muito obrigado, Senador Flávio.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Jayme Campos.

Posso encerrar a votação? Todo mundo já votou?

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estão aprovados o projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo à Presidência ao amigo e Senador Styvenson Valentim, do grande Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Item 11.

1ª PARTE

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 244, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, com uma subemenda que apresenta, e 2-CDH.

Observações: *Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao Senador Luiz do Carmo para proferir o relatório.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou direto aqui à análise do projeto.

Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou de vulnerabilidade social encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não se tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo destinado a convertê-la em lei.

Não se trata, ainda, de questão que demande a aprovação de lei complementar para a sua inserção no quadro normativo brasileiro. Assim, a lei ordinária é o instrumento jurídico adequado para a disciplina da matéria em exame.

Quanto à atribuição da CAS para emitir parecer terminativo sobre a matéria, cabe destacar que os arts. 91, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal a ela conferem tal prerrogativa.

No mérito, louva-se a iniciativa da Senadora Angela Portela, que concretiza o postulado da função social da propriedade, constante no art. 5º, XXIII, da Carta Magna.

Não se destinando a propriedade unicamente a proporcionar o bem-estar de seu detentor, deve o ordenamento jurídico brasileiro estabelecer medidas que promovam a sua utilização de maneira a promover o bem-estar de todos e erradicar quaisquer formas de discriminação que se verifiquem no corpo social.

Ciente, portanto, de que a mulher sujeita a violência doméstica ou familiar ou em situação de vulnerabilidade social encontra maiores dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e, com isso, garantir a sua independência financeira, cabe ao legislador oferecer-lhe os meios indispensáveis para que ela alcance uma existência digna, liberta de seu agressor, no primeiro caso, ou restabelecida do estado de vulnerabilidade, na última hipótese.

A aprovação do PLS nº 244, de 2017, portanto, é medida que se impõe. Corrige-se, com ele, grave distorção verificada no mercado de trabalho brasileiro que privilegia, de maneira ilegítima e ofensiva ao postulado da isonomia, o labor do homem em detrimento do trabalho da mulher.

Quanto às emendas nº 1 e 2 – CDH, também merecem ser aprovadas. A primeira, por trazer critérios mais seguros para que a mulher faça jus à cota prevista no PLS nº 244, de 2017, evitando, com isso, a burla da finalidade por ele visada. A segunda, por apenas corrigir equívoco redacional constatado no art. 1º da proposição.

Cabe, entretanto, realizar um aperfeiçoamento na Emenda nº 1 – CDH, no sentido de se estabelecer que os 5% (cinco por cento) previstos no parágrafo único que se busca inserir no art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974, serão preenchidos preferencialmente, e não obrigatoriamente, por mulheres em favor das quais houver sido concedida medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 2006, ou por mulheres em situação de vulnerabilidade social temporária assim identificada de acordo com os critérios referidos no art. 22, §1º, da Lei nº 8.742, de 1993.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, permitir-se-á a inserção das referidas mulheres no mercado de trabalho, sem, entretanto, abrir espaço para a punição do empresário que, por motivos alheios à sua vontade, como a dificuldade de encontrar candidatas aptas ou a incapacidade financeira de ampliar o seu quadro de pessoal, por exemplo, não puder atender ao comando legal.

Em razão do que foi exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2017, com as Emendas nº 1 e 2 – CDH, e com a seguinte redação:

> "Art. 4º-B.....
> .....
> Parágrafo único. Nas empresas com 100 (cem) ou mais empregados, pelo menos 5% (cinco por cento) de suas vagas serão reservadas, preferencialmente, a mulheres em favor das quais houver sido concedida medida protetiva prevista na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou a mulheres em situação de vulnerabilidade social temporária assim identificada de acordo com os critérios referidos no art. 22, § 1º, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993."

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Relatório do item 11 dado como lido pelo Senador Luiz do Carmo.

Infelizmente ficam adiadas as discussões e a votação por falta de quórum.

O senhor queria falar, Senador?

O Senador Irajá se manifestou.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Eu estou querendo relatar um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Agora é o senhor.

1ª PARTE

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 578, DE 2019

- Não terminativo -

Permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Presidente, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei nº 578, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.

A proposição, em seu art. 1º, permite ao empregador que contratar empregado inscrito no Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 2004, a dedução do valor do benefício assistencial pago ao obreiro da contribuição patronal prevista no art. 195, I.

Além disso, consta nos §§1º a 4º do referido art. 1º que, caso o valor a deduzir, em cada mês, seja superior à contribuição patronal devida, o que exceder poderá ser deduzido de qualquer outra contribuição social devida pela pessoa jurídica. Além disso, determina-se que o disposto no art. 1º aplica-se, inclusive, para os optantes do Simples Nacional, regime especial de tributação instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observando-se, conforme o caso, os percentuais de partilha previstos nos Anexos I a V da referida lei complementar. Condiciona-se ainda a fruição do benefício fiscal ao integral atendimento da legislação trabalhista e previdenciária.

No art. 2º, consta o dever de o empregador comunicar ao órgão gestor do Bolsa Família a admissão e dispensa do empregado de que trata o Projeto de Lei nº 578, de 2019. A admissão nos moldes do projeto em exame acarreta a suspensão do benefício assistencial durante a vigência da relação de trabalho.

No art. 3º, concede-se preferência ao empregado admitido na forma da proposição de participar de programas de qualificação profissional. O art. 4º da proposição estabelece penalidades para o empregado e o empregador que fraudarem os ditames do projeto em exame, com a possibilidade, inclusive, de descredenciamento do Bolsa Família. O art. 5º, por fim, determina que a lei oriunda da aprovação do PL nº 578 entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação no projeto reside na necessidade de se estimular a contratação de trabalhadores inscritos no Bolsa Família, mediante o abatimento do valor do benefício assistencial pago ao obreiro da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída à CAS e à CAE, cabendo à última proferir decisão terminativa sobre a matéria.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 578, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao caput do art. 3º do Projeto de Lei (PL) nº 578, de 2019, a seguinte redação:

> Art. 3º O empregado admitido na forma desta Lei passará a integrar o Cadastro Nacional de Inclusão Produtiva do Trabalhador (Pró-Trabalho), administrado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma do Regulamento.

Presidente, era até importante que o Senado Alvaro Dias estivesse aqui, não foi possível, mas eu queria cumprimentar o Senador pela iniciativa. Essa ideia é uma ideia genial, não é uma boa ideia não, é uma ideia genial!

Em resumo, o que isso aqui significa? Que nós vamos criar um ambiente para os empreendedores de todo o Brasil, sejam pequenos, que estão no MEI, no EPP, empresa de pequeno porte, ou seja empresas do lucro real ou empresas do lucro presumido, para que se sintam estimulados a contratar pessoas, contratar um cidadão que hoje está no Bolsa Família, porque hoje não existe absolutamente nenhum incentivo. E ele, esse empregador, passaria a ter o desconto do INSS patronal, que é uma obrigação acessória de toda empresa.

Nós pagamos, as empresas pagam, de imposto patronal, 22% do salário base de cada funcionário. É um encargo pesado, relevante e que faz muita diferença. Então, ele deixaria de pagar esses 22%, contratando um cidadão que está no Bolsa Família, dando oportunidade para esse cidadão se reintegrar ao mercado de trabalho, aprender um ofício, ter a sua renda, ter a sua dignidade resgatada. O Governo ganha. Perde porque deixa de recolher o INSS, mas ganha porque deixa de pagar o Bolsa Família nesse período em que tiver o cidadão empregado, trabalhando. Então, fica um empate. Fica zero a zero para o Governo. Fica bom para o empreendedor, porque ele tem esse estímulo de contratar, e melhor ainda para o cidadão do Bolsa Família, que vai ter a oportunidade de entrar no mercado de trabalho.

Por isso, eu queria apenas aqui reforçar e parabenizar o Senador Alvaro Dias, porque é uma ideia genial mesmo. Parabéns pela iniciativa! Isso vai abrir oportunidades a milhões de brasileiros que estão hoje inscritos no programa Bolsa Família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Coloco a matéria em discussão, mas, antes, Senador Irajá, digo que isso coloca, na prática, dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da legalidade o que já acontece no dia a dia. Eu vejo muita gente que não quer assinar a carteira, do Bolsa Família, justamente para não perder esse benefício. Então, acho que não é trocar o seis por meia dúzia, não. É realmente fazer o que deve ser correto, é o que eu percebo.

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores...

A senhora quer discutir?

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para discutir.) – Se, por acaso, esse cidadão for demitido, como retorna ao Bolsa Família? É automático ou é preciso algum dispositivo para garantir? Tem que buscar de novo? Como é feito? Eu não conheço direito. O projeto prevê a volta dele para o Bolsa Família caso ele seja demitido?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Em caso de demissão.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Pelo projeto, o conteúdo do projeto, é uma suspensão. Ele suspende o pagamento no período em que esse cidadão estiver registrado na CLT com essa empresa. Se, porventura, for demitido ou sair da empresa espontaneamente, aí ele poderia reingressar ao Bolsa Família normalmente.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Certo.

Eu concordo, mas acho que deveria amarrar mais, detalhar mais esse aspecto.

Realmente é louvável, mas a gente questiona muito esse incentivo ao cidadão para sair do Bolsa Família, trabalhando. Isso é muito bom para todos do processo, mas eu acho que a gente poderia ver, amarrar mais esse retorno. Colocar uma emenda para que, após demitido, possa voltar automaticamente ao Bolsa Família. Alguma coisa... Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – A senhora sugere, então, um pedido de vista.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O.k.

Está acatado, concedo vista à Senadora Bulhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Só para contribuir, Presidente, claro que é regimental o pedido de vista da Senadora, mas está previsto no art. 2º do projeto, consta o dever do empregador de comunicar ao órgão gestor do Bolsa Família a admissão e dispensa do empregado de que trata o projeto de lei em questão. A admissão, nos moldes do projeto em exame, acarreta a suspensão, não a retirada do benefício assistencial durante a vigência da relação de trabalho.

Só para contribuir com V. Exa.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Então, esta dispensado. Realmente...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Já foi explicado, Senadora?

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sim. Retiro o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 67, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto da CCJ com a CAS, com o objetivo de instruir o PL 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764,de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria da Senadora Soraya Thronicke e Daniella Ribeiro.

Subscreve, nesse item, a Senadora Leila Barros.

Passo a palavra à Senadora Leila para a leitura do requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia, Sr. Presidente e demais Senadores.

Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de instruir o PL nº 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Coordenação Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde;

2. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD);

3. Ministério da Educação;

4. Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Ordem dos Advogados do Brasil;

5. Berenice Piana, idealizadora da Lei 12.764, de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

6. Fernanda Santana, Presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo - Abraça;

7. Isabella Virginio, Conselheira da Rede Unificada Nacional e Internacional em Defesa dos Autistas (Reunida);

8. Deputado Estadual Raniery Paulino, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Autismo na Paraíba.

9. Carolina Spinola Alves Corrêa, Presidente Nacional PRO D TEA

É isso, Sr. Presidente.

Subscrevo também o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Aqueles que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Antes de encerrar, convoco para o dia 19 de junho, quarta-feira, às 10 horas, Reunião Extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater a reforma da previdência, com a presença do Secretário Especial de Previdência e do Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatorze minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Otto Alencar, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Juíza Selma, Leila Barros, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 10/2019 - CAS, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater a reforma da previdência. **Participante:** Rogério Marinho, Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/19

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a receber o Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Sr. Rogério Marinho, para debater a reforma da previdência, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2019, da CAE, de autoria do Senador Paulo Paim.

Dando início à reunião, solicito ao Senador que acompanhe o Secretário para tomar assento à mesa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado,* da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores na internet.

A exposição do Secretário terá duração de 30 minutos, após o que se abre a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dispondo Senador e interpelante de cinco minutos para perguntas; Secretário, de cinco minutos para a resposta; o Senador interpelante, de dois minutos para a réplica, e o secretário, de dois minutos para a tréplica.

Como é de praxe aqui nesta Casa, Secretário, vou passar aqui a Presidência desta audiência pública ao autor do requerimento, nosso nobre Senador Paulo Paim.

Muito obrigado pela presença do senhor. Eu tenho certeza de que aqui, nesta audiência pública hoje, vamos ter muitas informações, informações essas que são de grande importância e relevância para a nossa previdência.

Muito obrigado.

Segurança, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senhoras e senhores, eu queria, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Romário, que passou a Presidência para este Senador, por ter sido autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu tenho sempre que aprender. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma prática que eu adoto também lá. O autor do requerimento... A não ser que seja pedido específico do autor do requerimento que a gente presida, eu faço isso que o Romário fez nesse momento.

E, ao mesmo tempo, Romário, eu o cumprimento, assim como o Capitão Styvenson, Senador que está aqui presente, e cumprimento também... Eu o chamo de ministro. Ele disse: "Paim, vai falando que, se a moda pega, eu viro ministro".

Cumprimento o Secretário Especial Rogério Marinho. Eu havia, por telefone, falado com ele, que havia dito: "Olha, é só dar uma oportunidade, que eu vou aí no Senado". E você proporcionou essa possibilidade, quando aprovamos aquele requerimento. Baseado nesse requerimento, o Ministro está aqui conosco, para conversar sobre esse tema que interessa a todo o povo brasileiro.

Claro que, hoje, a presença dos Senadores é pequena na Comissão, que está sempre lotada, pelo trabalho de V. Exa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Inclusive, quero fazer um apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua, Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu ia até entrar nesse assunto.

Infelizmente, Secretário, por amanhã ser feriado, e por ter o dia de ontem ido até muito tarde, e por haver outras comissões que têm outros convidados, hoje esta Comissão está um pouco esvaziada, mas normalmente, como diz o nosso Presidente, é uma Comissão em que os Senadores comparecem. A gente tem tido aqui debates interessantes e importantes. Inclusive, a gente está tendo muita votação de projetos terminativos, são projetos que têm que ter, no mínimo, 11 Senadores presentes. Infelizmente, hoje não estão os Senadores que costumam estar, mas eu tenho certeza de que, independentemente disso, esta audiência pública vai ter uma importância muito grande. Todos da nossa Comissão saberão de tudo o que aconteceu aqui neste dia de hoje.

Muito obrigado mais uma vez pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de imediato, eu passo a palavra ao Secretário Rogério Marinho, para que ele faça sua exposição. São 30 minutos.

Em seguida, vamos falar sobre esse tema que interessa a todo povo brasileiro.

A palavra é sua.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (Para exposição de convidado.) – Bem, primeiro quero agradecer o convite da Comissão. Para nós é uma honra estamos aqui, no Senado da República, ao lado dos Senadores que aqui estão presentes, do corpo técnico que assessora o Senado da República, para tratar de um assunto que considero o mais importante, neste momento, para o País, até pela sua dimensão, pela sua complexidade e pelo fato de que o conjunto da sociedade brasileira é abarcado por esse tema.

Então, quero agradecer aqui ao Presidente, Senador Romário; ao Senador Paulo Paim, que é o proponente da audiência pública, e ao nosso conterrâneo, Capitão Styvenson, que representa o nosso Rio Grande do Norte. Aliás, que nos propiciou também uma oportunidade de fazer esse debate no Estado. Tivemos um bom debate lá, com o ex-Ministro Carlos Gabas, a respeito do assunto. Foi um debate, Senador Paim, em que V. Exa. fez falta, porque, sem dúvida nenhuma, é um dos grandes conhecedores do tema.

Mas nós estávamos lá, conversando a respeito da previdência, e foi um debate – o Senador Styvenson deve testemunhar depois – de alto nível, no qual as ideias foram colocadas, a visão de mundo e do problema foi colocada. Eu acho que é assim que deve ser estabelecido esse debate a respeito de um tema tão delicado, tão sensível e que, como disse, abrange o conjunto da sociedade brasileira.

Em função de o tema já ser de conhecimento público – eu estive aqui, inclusive, na Comissão que foi instalada pelo Presidente Davi Alcolumbre, no início dos trabalhos da Comissão que está acompanhando, *pari passu*, o que está acontecendo no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Presidente é o Senador Otto Alencar e o Relator é o Senador Tasso Jereissati.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso, o Tasso Jereissati e o Otto Alencar.

Então, eu preferi fazer uma conversa mais informal, até para propiciar essa interação conosco, aqui, para conversarmos um pouco a respeito do tema, até porque já existe agora um relatório que foi tornado público, do Relator Samuel Moreira, que modifica a proposta original que chegou aqui, ao Congresso Nacional.

Mas qual foi a estratégia do Governo ao apresentar os projetos de lei que compõem esse conjunto de alterações no nosso sistema previdenciário?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é preciso levar em consideração, Senador, todo o acervo de negociações e de tratativas que ocorreram por ocasião da PEC 287, que tramitou aqui, nesta Casa, e no Legislativo da Câmara Federal, na legislatura anterior. Então, as negociações que foram feitas, o que foi estressado com as categorias, o que foi colocado de público, de que forma a população reagiu, quais eram as narrativas que deveriam ser enfrentadas.

Então, por isso, nós apresentamos quatro projetos. O primeiro foi a Medida Provisória 871, que, inclusive, ontem foi sancionada pelo Presidente da República, que mira o combate a fraudes. Nós temos, inclusive, acórdãos do Tribunal de Contas da União que identificam indícios de fraudes em pelo menos 30% dos inquéritos e processos de concessão de benefícios que tramitam dentro do sistema previdenciário. Todos nós aqui, que somos cidadãos brasileiros, pelo menos uma vez por semana temos notícia de operações que são feitas e publicizadas de quadrilhas que se organizaram para fraudar o sistema, em especial o INSS.

O INSS é uma instituição que atende a quase 90 milhões de brasileiros. Eu vou repetir, gente: o INSS atende a quase 90 milhões de brasileiros. Então, é uma instituição que tem uma magnitude e uma amplitude, uma capilaridade que precisa ser levada em consideração. Eu estou falando em 6 mil processos diários; eu estou falando de R$49 bilhões que são pagos em benefícios e pensões, as mais variadas, mensalmente.

E, deste universo que, no ano passado, o consolidado foi de R$712 bilhões, pouco mais de R$90 bilhões são fruto, Senador, de ações judiciais. Então, quase 15% do dispêndio do Governo Federal se dão em função de litígios que ocorrem por vácuos da legislação ou por fragilidade do sistema que foram identificados ao longo dos últimos 20 anos, principalmente pelos procuradores federais que representaram o Governo Federal nas diversas audiências que ocorreram nas varas e nos fóruns de todo o País.

Então, nós levamos em consideração, primeiro, a questão do combate à fraude. E, aí, você tem a questão de se fazer a revisão dos benefícios, porque a lei determina que a revisão seja a cada seis meses e a cada dois anos e, em alguns casos, nunca é feita. Nós temos um estoque hoje que chega 6 milhões processos, e a ideia é zeramos esse estoque nos próximos dois anos, para que tenhamos um fluxo normatizado.

Aliás, há alguém que disse que a justiça tardia não é justiça, não é? Então, nossa ideia é estabelecer essa instantaneidade na prestação de serviço do cidadão.

E a MP 871, inclusive, como consequência, nos deu a oportunidade de nos debruçarmos sobre o que nós chamamos de digitalização e desburocratização dos serviços que o INSS presta ao conjunto da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos falando de 96 benefícios distintos de atividades que o INSS tem. No início do ano, nós tínhamos nove ou dez dessas ações que eram digitalizadas; as demais eram analógicas. Agora, no dia 8 de julho, 92 dessas atividades vão ser digitais – 92, das 96. As que vão remanescer são justamente aquelas onde há a necessidade da ação presencial do Estado, perícia médica, por exemplo. Você não pode fazer uma perícia a distância, de forma remota. Mas todas as demais ações do INSS passarão a ser digitais, o que vai inclusive facilitar muito o acesso do cidadão ao sistema.

Hoje, nós temos em torno de 20% dessas ações de demandas digitais dentro do sistema, e o atendimento, Senador, tem sido D+0 em quase 40% delas. Ou seja, você faz o pedido e é concedido de imediato, desde que haja conformação dentro do aplicativo do sistema.

Nós chegamos ao INSS e, em função dessa fragilidade, nós tínhamos uma média de atendimento de 159 dias entre o pedido de uma concessão e o deferimento ou indeferimento do pedido. Nós já chegamos a 111 dias e esperamos diminuir drasticamente esse número, até o final do ano, até porque, passados 45 dias, o Governo é penalizado com a necessidade de pagar correção monetária sobre o benefício que não foi concedido. Isso nos dá um prejuízo de R$500 milhões por ano.

Uma das ações, por exemplo, que a Medida Provisória 871 transformou em lei, apenas como exemplo, é o fato de que os cartórios tinham a obrigação de ter até 40 dias para informar ao INSS o óbito dos beneficiários – nós transformamos isso em 24 horas. Isso significava para nós um prejuízo de R$1,3 bilhão por ano. E por quê? Por que, se você demora 40 dias para informar o óbito, o INSS já depositou pelo menos dois meses daquele benefício na conta do beneficiário que já faleceu, e, via de regra, esse recurso será sacado, porque alguém tinha uma procuração para fazê-lo, ou o banco se apropriava do recurso, alegando sigilo fiscal, e isso depois era diluído em tarifas bancárias.

Então, só essa ação da 871 significará para nós uma economia de 1,3 bilhão/ano, entre outras 29 ações diferentes que foram levadas em consideração na MP.

Quero aqui, inclusive, agradecer ao Senado da República a compreensão e a parceria na aprovação do tema. Aliás, fizemos um acordo com o Senador Randolfe e cumprimos. Informamos ao Senador Randolfe na questão do Cadastro do CNES, ampliação de prazo... Isso está constando, inclusive, no relatório do Deputado Samuel Moreira, na Câmara Federal.

A outra ação que foi impetrada, por ocasião do lançamento da reforma, da reestruturação, foi a questão da dívida. Nós sabemos que, no ano passado e no ano retrasado, esse foi um tema extremamente colocado em evidência, por ocasião da discussão da CPI da Previdência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Exatamente: o nosso Presidente aqui estava à frente também da CPI. E também durante todo o processo de tramitação da própria PEC 287. Então, esse foi um tema bastante recorrente.

Então, nós tomamos uma atitude, e o Presidente já enviou à Câmara Federal um projeto de lei que tem duas vertentes: de um lado, ela recrudesce a cobrança contra grandes devedores, aqueles que devem acima de R$15 milhões e são, na nossa ótica, os que nós chamamos de devedores contumazes, aqueles que se utilizam das brechas do sistema para rolarem as suas dívidas e aguardarem os refinanciamentos. Então, a gente diminui prazos, a gente estabelece uma série de restrições para esse tipo de devedor e, por outro lado, a gente permite que a PGFN tenha instrumentos para fazer tratativas extrajudiciais sem necessidade da judicialização, o que vai dar uma agilização maior nessa cobrança da dívida, porque a dívida, hoje, é em torno de R$500 bilhões. A dívida, grosso modo, você pode dividi-la em três terços.

O primeiro terço é a dívida que é impagável, porque é a dívida que foi construída por aquelas empresas que já faliram, já quebraram. As mais famosas são as empresas aéreas que nós conhecemos, a Vasp, a Transbrasil, a Varig, e outras empresas que não têm mais ativos para fazer frente a essa dívida, mas a dívida está no patrimônio, está na Dívida Ativa da União. Então, ela está estabelecida lá, um terço.

O outro terço está ajuizado. É em torno de R$170 bilhões, R$180 bilhões. Já foi ajuizado.

Nós temos um Estado de direito, existem várias instâncias, a primeira, a segunda e a terceira instâncias. Quem foi ajuizado eventualmente tem o direito de recorrer e recorre, utiliza as condições que a Justiça permite, e, nesse ajuizamento, nós temos uma média de recuperação de 6 a R$7 bilhões por ano.

O terço que remanesce está justamente em vias de ajuizamento ou em vias de negociação, e nós esperamos que essa lei permita, inclusive, que nós possamos agilizar esse tema.

No caso específico desse projeto de lei, foi constituída uma Comissão especial, e o Relator já foi designado, que, por coincidência, é o Deputado Arthur Maia, que foi justamente o Relator da PEC 287.

Mandamos também um outro projeto de lei, que trata da reestruturação do sistema de assistência social dos militares, porque nós acreditamos que todos devem participar do processo, respeitando as especificidades de cada carreira. A Defesa mandou junto um projeto de reestruturação da carreira das Forças Armadas.

E, por fim, a própria PEC 006.

E, na PEC 006, quais foram os pilares que nós respeitamos na apresentação do projeto? Primeiro, a questão da equidade. Ou seja: todos têm que participar, respeitando a especificidade, respeitando as diferenças entre as atividades laborais e entendendo que, tratar os desiguais de forma desigual, não é preferência por ninguém; pelo contrário: é uma condição de justiça. Ninguém quer que alguém que trabalhe numa situação insalubre, periculosa em qualquer aspecto possa ter o mesmo tratamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguém que trabalha no ar-condicionado. Então, essa foi uma condição, inclusive respeitando as categorias, eu diria, mais expressivas da sociedade como segurados especiais: o rural, o professor, atividades periculosas e insalubres, os policiais... Então, todos estão resguardados dentro do projeto de lei, dentro dos critérios que o Governo estabelece, que já foram, inclusive, objeto de algumas alterações no relatório do Deputado Samuel Moreira.

O outro aspecto para nós é respeitar a capacidade contributiva da sociedade.

Então, entendemos que aqueles que têm menos, que estão na base da pirâmide, têm uma menor capacidade contributiva, e aqueles que estão acima nessa pirâmide, ou seja, no pico da pirâmide, têm uma maior capacidade contributiva. Por isso, estabelecemos as alíquotas progressivas, inclusive diminuindo a alíquota daqueles que estão na base, baixando de 8 para 7,5%, e subindo de tal forma que quem está acima do teto do Supremo Tribunal Federal – que, aliás, seria uma impossibilidade da nossa Constituição –, esses vão pagar até 22% de alíquota previdenciária.

Um outro aspecto que nós estamos levando em consideração é calibrar o impacto dessa proposta, de tal forma que aquela categoria... Nós temos dois sistemas que são regidos pela previdência pública federal, que é o sistema geral, o regime geral, que é o INSS, e o regime próprio dos funcionários públicos federais das várias instâncias de poder. Então, nós calibramos o processo de tal forma, que o impacto maior se dará justamente na categoria daqueles que têm uma maior capacidade contributiva. Fizemos algumas simulações e nós encontramos números que nos respaldam, demonstrando que o impacto entre aqueles que têm mais é quase 15 vezes maior do que entre aqueles que têm menos. O projeto original é em torno de R$820 bilhões, R$830 bilhões de impacto do regime geral, e aí nós estamos falando de 71 milhões de brasileiros e brasileiras que, no ano passado, de alguma forma, contribuíram para a previdência do INSS, ou por um mês, ou por um dia, por doze meses, ou por dois meses ou por três meses. Então, são nosso público de estoque, que certamente, no futuro, buscarão abrigo da previdência geral. Então, a esses é imputada uma responsabilidade de R$820 bilhões.

Do outro lado, nós temos 1,4 milhão de servidores públicos ativos e inativos. E por que que nós trouxemos os inativos para essa conta? Porque eles vão ser impactados na questão da alíquota, ao contrário do sistema geral, que, como está até o teto de 5.888, não terão impacto nas suas alíquotas; manterão a integralidade dos seus vencimentos enquanto aposentados. Então, esse 1,4 milhão, divididos pelos 230 ou 240 bilhões do impacto, têm uma diferença quase 15 vezes maior do que na base.

O nosso sistema é um sistema altamente subsidiado, o sistema de repartição, por isso o Governo inclusive apresentou uma proposta, que já foi ultrapassada no projeto do Senador Samuel Moreira, no sentido de que nós queríamos ter oportunidade de discutirmos, num projeto de lei complementar, um projeto de capitalização individual para o cidadão, para o trabalhador brasileiro. A ideia do Ministro inclusive seria para novos entrantes, aqueles que ainda não ingressaram no mercado de trabalho antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da promulgação da PEC, mas isso certamente seria definido por ocasião da discussão do projeto de lei complementar.

Nós fizemos estudos pelo Ipea e pela Secretaria de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, a SPE... Aliás, Secretaria de Política Econômica – desculpe –, que é o Adolfo Sachsida, e temos várias demonstrações que nos afirmam o seguinte: um trabalhador brasileiro que ganha um salário mínimo em média, ao longo da sua vida laboral, normalmente se aposenta por tempo de contribuição aliado à idade, que vai dar 65,5 anos. E eu estou falando de 53% dos aposentados do regime geral. Eles só chegam lá com 65,5 anos e com os 15 anos de contribuição, que é o tempo com que eles conseguem compatibilizar a contribuição com a idade. E, no caso das mulheres, 61,5 anos. Então, o que nós estamos propondo é que os dois sistemas, dentro de um prazo de transição, tenham as mesmas regras, tanto na concessão do benefício como também no tempo de aposentadoria.

Então, nesse caso, esse trabalhador, considerando o que ele contribuiu, em média, por sua vida inteira, agregado ao que é oferecido pelo seu empregador, na proporção de 20% sobre a folha de pagamento, no caso do INSS, e levando em consideração a sobrevida média de um trabalhador brasileiro hoje, após a aposentadoria – então, se ele se aposenta aos 65 anos, ele vai viver em média até os 83 anos de idade. Essa é a média do Brasil –, o Governo brasileiro precisa aportar R$151 mil para prover a aposentadoria dele até o fim da sua vida. Essa é a média de um trabalhador de salário mínimo.

Do outro lado, nós temos um trabalhador do sistema próprio. Imagine alguém que ganhe R$25 mil e que tenha ingressado no serviço público aos 22, 23, 25, 26 anos e se aposente aos 55, 56 anos de idade, com as regras da integralidade e paridade daqueles que estão antes de 2003. Esse trabalhador vai custar ao Estado brasileiro, após a sua aposentadoria, levando em consideração a mesma sobrevida, R$4,6 milhões por indivíduo. Eu vou repetir, gente: R$ 4,6 milhões por indivíduo.

As regras propostas pelo Governo, originárias, antes do relatório do Deputado Samuel Moreira, iriam diminuir esse subsídio para R$1,6 milhão – ainda seria bastante razoável, mas haveria uma diminuição de dois terços do valor do subsídio que a sociedade brasileira aporta, para permitir que o cidadão tenha a mesma condição que tinha na ativa até o final da sua vida, levando-se em consideração a média da sobrevida da sociedade brasileira.

Então, nós temos absoluta convicção quando afirmamos que o projeto que apresentamos, ao fim e ao cabo, traz as mesmas regras, dentro de um período de transição, para os dois sistemas. Quem tem mais vai contribuir com mais, quem tem menos vai contribuir com menos, e todos vão contribuir, porque nós estamos tratando de uma situação em que o Estado brasileiro se exauriu.

Eu sou do Rio Grande do Norte, o Senador Paim é do Rio Grande do Sul. Está aqui o Styvenson, que é do Rio Grande do Norte também, e está aqui o Romário, que é, coincidentemente, do Rio de Janeiro. Os nossos três Estados, Senadores, são Estados que atestam essa situação de falência do modelo atual do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado brasileiro. Eu posso agregar aí Minas Gerais e Goiás, mas a situação dos Estados, dos entes federados subnacionais e do Governo Federal, está cada vez mais difícil de administrar. No meu Estado, por exemplo, nós temos quatro meses sem pagamento de funcionários e de aposentados, acumulados de 2017 até hoje. Então, se você tem um direito e o seu direito é relativizado, ele não é um direito; ele é uma fumaça de direito.

Então, os Estados não têm hoje a condição de fazer o que a maioria da população legitimamente lhes peticiona. Ou seja: o Estado tem que prover a educação de qualidade, tem que prover saúde de qualidade, tem que prover infraestrutura, tem que ter programas de inversão, para gerar emprego, renda e qualificação na sociedade, e os Estados estão, hoje, na condição de administrarem folha de pagamento, folha de previdência e dívidas. No Governo Federal, por exemplo, 54% das suas despesas primárias, hoje, são despendidas com previdência e assistência – 54%. Essa é uma rubrica que sobe em torno de 30 a 40 bilhões de forma inercial por ano. Então, é acrescido anualmente o valor desse dispêndio. Isso pressiona as verbas discricionárias do Orçamento.

Então, se o Governo precisa – e é obrigado por lei, sob risco, inclusive, de descumprir a legislação e ser imputado por crime de responsabilidade – cumprir as obrigações que a Constituição lhe impõe, ele começa a restringir outros gastos discricionários. E todos os anos – isso há seis anos. E, aí, eu vou sair dos Estados, vou para o Governo Federal –, o Governo Federal vai ao mercado, autorizado pelo Congresso, buscar recursos extras, para fazer frente às suas despesas primárias. Este ano, por exemplo, nós temos autorização do Congresso Nacional de vender títulos da dívida pública na ordem de R$139 bilhões. Isso significa que, no ano subsequente, esse serviço de dívida e amortização vai ser acrescido ao Orçamento, e, por via de consequência, nós teremos novamente uma diminuição da capacidade do Governo de fazer dispêndios discricionários.

Só para exemplificar, em 2014, nós tínhamos, em GND 4, que é o grupo de despesas em infraestrutura, no Orçamento de 2014, daquele ano, alguma coisa como 92 a R$95 bilhões. No Orçamento deste ano está em R$35 bilhões. Cinco anos depois, nós perdemos praticamente dois terços da nossa capacidade de investimento em infraestrutura. E vejam: o fato de estar no Orçamento não significa que vai ser realizado. Todos aqui somos testemunhas de que, com a frustração do crescimento do Produto Interno Bruto e a consequente frustração das receitas, o Governo já fez um contingenciamento. Então, esses 35 bilhões dificilmente sairão do papel.

Então, o fato de estarmos discutindo hoje no Parlamento e junto à sociedade a necessidade de reestruturar o sistema é praticamente consensual. Claro que cada um tem a sua reforma ou o seu projeto na cabeça, mas nós ultrapassamos aquela fase em que havia uma negação da necessidade de se discutir um assunto que estava muito distante de nós. Se, em 2017, boa parte da população era contrária ao projeto, ela o fazia muito mais pelo fato de desconhecer as consequências de uma ação que, aparentemente, não tinha muito a ver com o seu dia a dia. Então, o que aconteceu na Grécia, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portugal, na Irlanda, na Espanha eram notícias de Jornal Nacional que não tinham muito a ver com a vida real das pessoas. As pessoas começaram a sentir a deterioração da capacidade do Estado de fazer frente às demandas legítimas da população e começaram a associar isso à dificuldade de se manter a higidez das finanças públicas.

O que o Governo pretende é que essa discussão seja a mais transparente possível, como aconteceu na Câmara Federal, como está acontecendo junto à sociedade e como, certamente, vai ocorrer no Senado da República. Eu acho que esse é o momento de os representantes da população brasileira se debruçarem sobre o tema, fazerem as suas observações, fazerem as suas contribuições, até porque, dentro do regime democrático, nada mais legítimo do que essa troca entre o Parlamento e o Executivo, evidentemente com o escrutínio e com acompanhamento da sociedade brasileira.

Então, eu espero não ter me estendido muito, para podermos fazer aqui o debate a respeito do tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento o Secretário Rogério Marinho, que, de forma sucinta, usou o tempo disponível, que era de 30 minutos, e usou somente 25 minutos.

Senador Romário, a palavra é sua. Sempre Presidente desta Comissão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

Parabéns ao Secretário Rogério Marinho pela sua exposição.

Eu preparei, junto com a minha assessoria, algumas perguntas, só para entender melhor esse tema.

O senhor foi Relator da reforma trabalhista, transformando uma pequena proposta do Governo para uma mudança nas negociações coletivas em uma ampla alteração nas relações trabalhistas. À época, havia a promessa de que a reforma trabalhista geraria muitos empregos, assim como agora há a promessa de que a reforma da previdência irá trazer a recuperação da economia. Contudo, embora a geração de empregos formais em 2018 tenha sido a melhor dos últimos anos, ela ainda é incipiente, e o emprego informal cresceu em um ritmo maior, paradoxalmente aumentando a taxa de informalidade após a reforma trabalhista.

A pergunta que eu tenho para o senhor é a seguinte: como convencer o Congresso Nacional de que a reforma da previdência irá mesmo promover a retomada do crescimento econômico? Porque a reforma trabalhista ainda não teve efeitos na magnitude esperada. Essa é a primeira.

A outra pergunta é a seguinte: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, manteve o valor de um salário mínimo para o Benefício de Prestação Continuada – o famoso BPC – das pessoas com deficiência. Contudo, o benefício será restringido, porque foi criado um critério de patrimônio para aferição da condição de miserabilidade, além de critério de renda, que já é bastante restritivo. Famílias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pobres com casa própria ou terreno podem ser excluídas, porque passariam a ser consideradas ricas, ultrapassando o limite de 88 mil de patrimônio. Sabemos que esta minha preocupação já foi assunto discutido pelo Relator da Câmara, mas nada ainda nos deu a certeza da exclusão real desse critério.

Nas estimativas de sua equipe, com este novo critério restritivo previsto no texto original da PEC, quantas famílias vão ser excluídas do programa BPC, pelo critério de patrimônio? É possível desconsiderar o patrimônio imobiliário? (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador, será que é possível eu responder às duas primeiras, porque só estamos nós aqui, aí você volta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Pode ser, claro. Eu vou fazendo uma a uma e você vai respondendo.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Vamos lá.

Eu vou começar pela segunda, depois passo para a primeira, porque um tema com que fico mais confortável é o primeiro. Então, vou falar logo sobre a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Cinco minutos para cada está bom?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu vou usar dois minutos na primeira, e você me dá sete na segunda ou oito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O.k.

Aqui é tudo acordo. Vamos ver se o acordo final da reforma vai sair também. (*Risos.*)

Você que manda: dois e sete ou cinco e sete...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O senhor é um democrata, Senador.

Eu estava aqui perguntando como é que ele está emagrecendo tanto, com essa batida aqui de frutas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Todo mundo quer saber que batida é essa, porque eu emagreci mesmo. São frutas pretas, qualquer fruta preta, maçã e aveia. Só isso. Já dei a receita. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Bom, em relação ao BPC, Senador, primeiro, o relatório do Deputado Samuel Moreira já excluiu tudo que tem BPC, inclusive critérios, etc., etc. Mas o que que nos motivou a estabelecer critério de renda e de patrimônio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na própria MP 871 nós estamos disponibilizando uma série de mecanismos de bateção de cadastros, porque, apesar de serem exceções, eles atentam contra um direito sagrado do trabalhador que foi consolidado na lei. Nós encontramos, por exemplo, pessoas que são lutadores de jiu-jítsu profissional com BPC. Encontramos, por exemplo, vendedores de carros com BPC. Encontramos vendedores ambulantes que estão faturando 10, R$15 mil por mês com BPC. Então, isso foi o que nos inspirou. Quer dizer, quem precisa de um BPC, segundo a legislação vigente, é quem tem elegibilidade familiar de um quarto de salário mínimo. Quer dizer: abaixo da linha de pobreza praticamente. São pessoas extremamente pobres. E outras pessoas têm utilizado desse artifício para burlar a lei. Então, foi nesse sentido.

Acho que a questão do patrimônio deveria ser, e isso estava sendo negociado, R$300 mil, porque é a mesma coisa do Minha Casa, Minha Vida: você teria uma condição diferenciada do Imposto de Renda. Mas, mesmo assim, a gente estava tranquilo em relação a esse processo, porque a preocupação maior era a judicialização, porque houve uma decisão do STF em que essa questão do critério de um quarto do salário mínimo foi relativizada. Então, a lei fala de um quarto de salário mínimo de renda familiar, mas há várias decisões judiciais que colocam meio salário mínimo. Não tem que se exceptuar o remédio. Então, você termina não tendo como fazer o planejamento de uma política pública, se você já sabe qual é a sua clientela – porque isso está no Rais, está no Cnis, está no IBGE... A gente já sabe qual é o tamanho da clientela que pode ser atendida –, mas ela fica o tempo todo sendo modificada, em função de critérios que estão à margem da legislação. Foi isso que nos inspirou a colocar, mas já foi retirado pelo Deputado Samuel.

Em relação à questão do trabalho, hoje inclusive houve a decisão do painel da OIT, em relação a que, pela terceira vez consecutiva, se coloca o Brasil numa lista de restrição ou de... Como é que eles falam? De luta contra o trabalho, de uma forma geral, levando-se em consideração que nós estaríamos infringindo a Convenção 98, que trata de liberdade sindical.

A reforma trabalhista começou justamente com quatro itens, e um deles era o negociado sobre o legislado, que era consensualizado pelas centrais sindicais e pelas confederações patronais. Este era um consenso entre todos, a gente fortalecer o processo de negociação coletiva.

O que é que acontecia, Senador? Quando se fazia uma negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores, quatro, cinco, dez anos depois, o Ministério Público do Trabalho achava que um item daquela reforma ou daquele acordo, daquela convenção infringia o direito do trabalhador, mesmo sem ter sido provocado por ninguém. Ingressava em juízo e, em alguns casos, esse acordo era posto por terra, alegando-se que alguma ação legislativa havia sido superada. Então, o que nós fizemos foi o contrário do que nós estamos sendo acusados: nós deixamos claro, dentro da lei, que o que é negociado se sobrepõe ao legislado, desde que não se agrida o art. 7º e os 34 incisos da Constituição Federal onde estão definidos quais são os direitos inalienáveis do trabalhador brasileiro. Aliás, nós colocamos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artigo, que é o 611-A, dizendo o que é que pode ser negociado, e outro artigo, que é o 611-B, dizendo o que é que não pode ser negociado.

E, no ano passado, em 2018, houve uma diminuição de 13% do número de convenções e acordos coletivos, o que é absolutamente natural, em função da adaptação à nova legislação. Mas esse ano já cresceu 7%, voltando aos mesmos níveis de 2017.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Já terminou meu prazo? Ou tenho mais cinco?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terminaram os três. Agora tem mais cinco.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Opa... Então vamos lá.

Hoje, inclusive, a OIT considerou que é necessário que haja mais conversas entre nós e os trabalhadores, para verificar se nós vamos ser ou não repreendidos em relação a eventuais necessidades de adequação da lei do trabalho. Então, pelo menos em relação à OIT, a gente já teve um respiro, Senador Paim.

Em relação ao projeto de lei, veja: essa é uma discussão sobre a qual eu gostaria muito que o Congresso se debruçasse, e nós estamos lá, trabalhando isso, na nossa Secretaria.

O que que está acontecendo com o mundo? Quando você fala, hoje, para uma faixa de idade abaixo de 30 anos, essas pessoas não querem mais ir a um *shopping*; não querem mais ir a uma loja de comércio; elas compram tudo pela internet. Então, cada vez mais há uma diminuição do trabalho formal no varejo, que é o maior empregador do País.

A Amazon, que talvez seja a maior empresa de *e-commerce* do mundo, instalou agora em Americana, em São Paulo, acho que agora em fevereiro, uma grande central atacadista e está bombando nesse processo aqui, e as maiores redes e lojas do Brasil estão trabalhando nessa linha.

Então, nós temos aí o *e-commerce*, temos aplicativos, como a questão do Uber, que é o mais famoso quanto aos veículos, mas há vários aplicativos diferentes, os mais variados... Nós temos aí a situação da automação da indústria, que tem a ver com competitividade, tem a ver com eficiência e melhoria da produtividade das empresas; nós temos aí o trabalho remoto: as pessoas estão trabalhando nas suas próprias residências, em várias ações diferentes do mundo laboral.

Então, o mercado de trabalho como nós conhecemos, Senador, não vai mais existir daqui a 20 ou 30 anos. Isso é um fato. E está acontecendo no mundo inteiro e no Brasil. O que fizemos com a reforma trabalhista foi nos anteciparmos.

O senhor leva em consideração, por exemplo, a questão da terceirização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceirização, ou seja, a horizontalização da produção, é uma tendência mundial e acontece no mundo inteiro, desde principalmente... Bote um marco temporal: 1917, a partir da Primeira Guerra Mundial, quando houve a necessidade de se prover, em grande quantidade, suprimentos para as tropas que estavam lá na Europa. Então, quem trabalha de forma verticalizada é uma exceção que confirma a regra. Você encontrar uma empresa, vamos imaginar na área de confecção, que está plantando algodão, fazendo o fio, depois fazendo o tecido, depois fazendo a confecção, depois pintando, depois fazendo estamparia, depois comercializando... É uma raridade. Você vai encontrar talvez uma ou duas aqui no Brasil; e, no mundo inteiro, talvez mais nenhuma! Então, o mundo inteiro tem a especialização ou a terceirização. Então, o que nós fizemos, dentro da lei, foi modernizar nossa legislação e adequá-la ao que vai acontecer no mundo.

Agora, a reforma trabalhista é propulsora do desenvolvimento econômico? Sim, é. Ela, por si só vai responder às necessidades da geração de emprego? Não, não vai. Por quê, Senador? Porque você precisa, para empreender, para edificar, para investir, ter o que eu chamo de previsibilidade e segurança jurídica. Isso não é dado apenas pela questão da reestruturação das normas laborais.

Quando a gente fala do sistema previdenciário, tem muito a ver com isso. A gente vai diminuir a explosão da dívida que o Brasil tem, ao longo do tempo estabilizar a nossa questão fiscal, e vai dar garantia a quem quer investir no País de que o Brasil, o Estado brasileiro, vai honrar seus compromissos em médio e longo prazo. É essa a equação.

Isso, por si só, vai resolver? Não. É necessário fazer uma reforma tributária.

O nosso sistema é burro, o nosso sistema repulsa quem quer investir, quem quer empreender, quem quer edificar no País. Nós precisamos abrir o nosso País.

Nós somos um dos países mais fechados do mundo no comércio, apesar de sermos a oitava economia do mundo. Nós precisamos desburocratizar o País. O País tem normas demais. Só as NRs, Senador, têm 6,8 mil multas diferentes que podem ser aplicadas ao investidor brasileiro. Eu duvido que qualquer fiscal do trabalho ou qualquer empresário, por mais sofisticado que seja, conheça o tamanho ou o número das multas que podem ser aplicadas ao comércio e à indústria brasileira.

Então, o que a gente está fazendo é isto, tentando modernizar o País, simplificar o País, tornar o País mais atrativo e mais amigável para quem quer empreender, porque quem gera emprego no nosso País, Senador, não sou eu, que sou Governo. Não sou. A gente pode no máximo fazer a indução. Não é a classe política, não é o Judiciário, não é o Ministério Público. Quem gera emprego no País é quem empreende, desde um carrinho de pipoca e um carrinho de sorvete até uma grande indústria. Esses, sim, geram emprego. Então, eles precisam de um ambiente confortável para gerar emprego, um ambiente que respeite a atividade econômica empresarial e respeite o direito do trabalhador, que é um processo de ganha-ganha, e não de perde-perde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu vou fazer só mais uma pergunta.

A previdência chegou de uma forma na Câmara, e o Relator a modificou. A pergunta que eu faço ao senhor é a seguinte: dentro do que vocês esperavam, de um a dez, qual é a nota que o senhor poderia dar, hoje, depois dessas modificações feitas à proposta de reforma da previdência, tão esperada por vocês?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador Romário, deixe-me ver aqui...

O projeto tem um impacto fiscal relevante. Eu não sei se eu posso dar uma nota de um a dez, mas tem um impacto fiscal relevante. Preserva a maior parte das propostas que foram levadas pelo Governo. É evidente que as modificações que foram feitas são fruto, justamente, dessas tratativas e negociações dentro do Parlamento brasileiro, que tem que ser respeitado. Agora, o jogo ainda está sendo jogado, para usar aqui uma expressão do futebol. Então, nós temos aí um período para que o Relator possa se debruçar sobre o tema, possa ouvir o debate que está estabelecido dentro da Comissão e, eventualmente, fazer outras modificações. Acho que o processo, ao fim e ao cabo, vai ser satisfatório para o País.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – E envolver assistência social na reforma da previdência? Isso é justo?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador, há um cidadão chamado Victor Hugo, um escritor francês que li quando eu tinha 22 anos, 23 anos. Ele dizia o seguinte: "É fácil ser bom; o difícil [Senador] é ser justo". Então, na hora em que você começa a fazer a benemerência sem levar em consideração que há necessidade de ter o aporte fiscal, você termina sendo injusto com o conjunto da sociedade. Então, a nossa preocupação foi não fugir de nenhum tema. Acho que o Governo teve a coragem de apresentar os temas, por mais áridos que eles sejam, para que a sociedade possa discuti-los.

O senhor sabe – o senhor é da política também – que todos nós – e eu me coloco dessa forma, eu tive três mandatos aqui no Parlamento, fui secretário de Estado, de Município, fui gestor público –, todos os políticos, todos os gestores públicos só querem dizer coisas boas para os seus eleitores e para a sociedade. Nós não queremos dar uma notícia ruim. Mas é como educar uma família: se você só diz as coisas boas para o seu filho, só diz que ele pode, que ele pode, que ele pode, certamente, no futuro, ele vai ter dificuldade de se integrar à sociedade de forma adequada. Então, é o ônus de quem está administrando.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Sim, Secretário, mas mexer com essas pessoas que são miseráveis... O senhor deu o exemplo de que descobriram que havia um lutador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de jiu-jítsu que estava no BPC, vendedores de automóvel no BPC... O senhor sabe mais ou menos quantas pessoas hoje vivem do BPC?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sei: 4,3 milhões de pessoas.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Perfeito. Obrigado.

Vamos dizer que, aí, 10% dessas pessoas – estou dando um número aqui bem relativo – estejam envolvidas em fraude, em corrupção, em sacanagem – desculpe a expressão. E as outras pessoas que não estão? Se estamos falando de 4 milhões, 400 mil estão, 3,6 milhões não estão. Essas pessoas são miseráveis, essas pessoas só contam com esse valor, com esse dinheiro. Mexer com essas pessoas é... Eu acredito que não seja uma prática ou uma atitude digna de um Governo que realmente se diz a favor da população.

Eu não tenho nada contra o Governo. Eu, apesar de ontem ter votado contrariamente ao Governo, eu continuo acreditando no Governo, sei que no Governo existem pessoas capacitadas, competentes, assim como o senhor, existem praticamente em todos os ministérios, mas essa situação é uma situação muito importante, porque pessoas com deficiência principalmente... Essa é uma bandeira que eu carrego, assim como o nosso Presidente aqui, Paulo Paim, desde quando chegamos aqui. Ver essas pessoas miseráveis serem afetadas por causa de 10% ou 15% desse número de pessoas, realmente é uma situação bem... É triste. A palavra é essa: triste. Por isso é que eu, particularmente, não entendo por que misturar uma coisa com a outra.

Mas vai chegar aqui ao Senado. E aqui, nós, Senadores, temos por obrigação ver o que que é melhor para o nosso País, e essas pessoas fazem parte do nosso País. Aqui, com certeza, essa vai ser uma batalha de nós que estamos a favor dessas pessoas que estão dentro do BPC e que não têm nada a ver com corrupção, com coisa errada. A gente vai aqui lutar bastante por elas. É só para o senhor saber que isso aqui vai acontecer. Pelo menos eu falo por mim e, eu acredito, pelo nosso Presidente Paulo Paim também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Podemos ir em frente?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Quer que eu faça um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode fazer um comentário. Pode fazer. Aqui, você não fala se não quiser.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – É só para dizer, Senador, que a sua preocupação é a nossa preocupação e de qualquer cidadão brasileiro que tenha espírito público e preocupação com o País e com aqueles que são mais frágeis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto sempre de relembrar que nós, o povo brasileiro, fizemos uma espécie de pacto nacional a partir da Constituição de 1988. Nós fizemos uma opção de dizer o seguinte: olha, nós vamos ajudar os idosos pobres e as pessoas com deficiência; nós vamos ajudar os segurados especiais do campo. Isso está na Constituição brasileira, e, ao longo do tempo, a sociedade tem honrado esse acordo.

O Governo,inclusive, quando mandou o projeto, Senador, não entrou no mérito das pessoas com deficiência que recebem o BPC; ele as manteve do jeito que estão. Então, a sua preocupação foi levada em consideração no projeto. O que nós colocamos no BPC diz respeito aos idosos pobres.

Essa foi uma discussão que eu, inclusive, travei duramente na Câmara. O pessoal veio muito forte em cima disso, e eu disse: olha, gente, nós temos uma percepção de tutelar as pessoas dentro da nossa realidade – eu falo dos idosos pobres. Se você chegar para um idoso pobre que ganha R$250 por mês e perguntar se ele quer receber R$400 aos 60 anos ou quer receber aos 65 um salário mínimo, talvez ele responda que vai querer receber aos 60. Mas essa é uma questão que foi superada, porque a Câmara, inclusive, retirou esse dispositivo do projeto, no relatório do Deputado Samuel, e eu não vejo clima político para que isso possa retornar.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permitam-me fazer um breve comentário. É que não tem como. Eu estou aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como Presidente, tenho tido o maior cuidado com a forma de mediar o debate, mas não há como não dar o meu palpite também!

Eu vou começar com a reforma trabalhista, que não tem nada a ver com a audiência de hoje, mas eu acho que foi bem suscitada. É só para deixar bem claro. Eu não tenho como não dizer isso.

Eu lutei muito para que ela não fosse aprovada. Inclusive, na Comissão de Assuntos Sociais, nós ganhamos por um voto – o Romário estava conosco –, e perdemos no Plenário. E assim é a democracia: ninguém é contra que o resultado democrático seja cumprido na íntegra.

Mas vou pegar só um ponto: o negociado sobre o legislado – porque eu não vou falar aqui sobre a reforma trabalhista, não é? Por que que eu fui contra? Para que fazer lei, então, no Brasil, se o que tem que valer é a negociação? Então, que se feche o Congresso! Porque uma casa de leis... Como é que uma casa de leis vai aprovar um artigo que diz que o que tem de valer é a negociação, e não a lei? A lei vem para favorecer a parte mais fraca! Esse é um princípio mínimo do Direito!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que que nos outros setores da sociedade, então, a gente não faz o seguinte: vamos entrar para um Estado de anarquia e dizer o seguinte: "Daqui para frente vale a negociação; a lei não vale mais".

Por que que só para o trabalhador a lei não vale? É a pergunta que o Senador Romário fez. Para o trabalhador, a lei não vale!

É uma dificuldade enorme emplacar uma lei neste País. Nós sabemos. Porque somos minoria dentro do Congresso, aqueles que defendem uma visão de direito dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive das mulheres, dos deficientes e dos idosos. Tu lutas para aprovar uma lei. Mas depois, lá fora, as partes negociam, e a lei não vale. É justo isso? Não é justo! Infelizmente, passou. Repito: a lei é para proteger a parte mais fraca. No momento em que você aprova que vale a negociação... E depois vem um segundo momento, agora...

Eu vou só comentar e vou tentar parar aqui, porque a vontade é falar por uma hora aqui, Ministro.

Atualmente, os sindicatos são tratados como se fossem entidades que não estão aí para o bem do povo, quando o sindicato é um grande conciliador. Eu fui sindicalista. Eu tinha um orgulho de dizer não o número de greves que fiz, mas o número de entendimentos que fiz acima da lei, não abaixo da lei. A lei tem que ser respeitada! Acima da lei vale a livre negociação.

Há uma tentativa de desmonte dos sindicatos. Todos nós sabemos disso. Se há uma tentativa de desmonte total dos sindicatos, como é que eu quero fortalecer a livre negociação?

São preocupações. Mas vamos em frente.

Na própria reforma trabalhista, foi feito um acordo pelo qual os oito artigos mais graves seriam vetados.

Olhem, eu estou no Parlamento há 33 anos, Secretário. Eu sempre aprendi que acordo tem que ser respeitado. E o acordo não foi feito com a gente não; foi feito com a própria base. Lembro que o Senador Romero Jucá, na tribuna, dizia: "Olhem, esse artigo, esse, esse e esse..." Entre eles estava, inclusive, o das gestantes. Você se lembra. Acho que fazia parte dos sete ou oito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, eram sete ou oito artigos, os mais graves.

O que que aconteceu? Não houve veto algum. Veio da Câmara e o Senado carimbou. O que acho que é um outro equívoco do Senado. O Senado não é uma casa carimbadora; o Senado é uma casa revisora. E por que que eu dou esse gancho? Eu dou já na previdência: eu espero que não aconteça o mesmo com a previdência. Façam lá o debate necessário... E acho que estão fazendo – vou, inclusive, elogiar aqui, na hora das minhas perguntas. Mas, quando chegar aqui, o Senado tem que cumprir a sua parte. Por isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Romário lembra aqui alguns pontos que nós vamos debater, em torno dos quais eu espero que a gente construa um entendimento.

Mas você falou de um outro assunto que não tem como...

Agora é o último, em seguida eu encerro.

Trata-se das NRs. Pelo amor de Deus... Eu estou pedindo uma audiência pública, e espero que V. Exa. esteja presente... Para que é a NR? São normas reguladoras que visam à proteção do trabalhador. Eu vou pegar só uma: NR-12. Foi uma briga para não deixar derrubarem lá atrás. Conseguimos derrubar. E quero aqui elogiar quem não está mais no Senado: Senador Cássio Cunha Lima, porque ele era o autor. Fizemos duas ou três audiências públicas e, no final, ele retirou. A NR-12 é que diz que o maquinário onde você opera tem que ter equipamento de proteção. Qual é a desculpa para quererem derrubar a NR-12? É que as máquinas ficam muito caras com todo aquele equipamento que a NR-12 exige. Meu Deus do céu...

Olhem, eu trabalhei numa empresa onde eu vi, ao meu lado, um trabalhador perder o braço.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Isso dá um debate de uma hora aqui, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, sim.

Ele disse que, se for responder tudo o que eu falei, seria mais de uma hora.

Mas só vou dar esse exemplo. A NR-12 tem esse objetivo. Como é que nós vamos acabar com as NRs?

Eu só faço esse comentário rápido porque vocês já debateram.

Eu passo para o Romário, que, se quiser fazer alguma consideração... Se não, eu faria algumas perguntas sobre a previdência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade, eu quero só...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu tenho aqui algumas associações... Os representantes de algumas associações estão aqui presentes, Sr. Presidente, e pediram para a minha assessora me passar algumas perguntas, o que eu vou fazer.

Existe, no texto original da PEC, uma revisão no sentido de que o enquadramento dos dependentes somente será determinado na data do óbito do segurado. No entanto, para os filhos chamados inválidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– termo redigido na PEC – ou com deficiência mental, intelectual ou deficiência grave, é importantíssimo que o reconhecimento da dependência, para fins de recebimento de pensão por morte, ocorra antes do óbito do pai ou da mãe, porque, caso esse reconhecimento não aconteça, haverá grande dificuldade, ou até mesmo inviabilidade, de defesa administrativa ou judicial desse direito por parte da pessoa com deficiência, o que poderia conduzir até mesmo ao desamparo da pessoa. Devido a isso, o relatório prevê a possibilidade de reconhecimento antes do óbito do segurado, mas impõe revisão periódica de tal reconhecimento, o que não resolve o problema.

A pergunta é a seguinte: o Governo concorda com esse enquadramento, antes do óbito do segurado, que não gera nenhum impacto econômico? E ainda: qual é o motivo da revisão periódica se as pessoas consideradas pela PEC como inválidas ou com deficiência mental, intelectual ou grave, uma vez reconhecidas como beneficiárias da pensão por morte, não terão alteradas a especificidade da sua deficiência?

Essas são as duas perguntas dessas associações. A terceira eu faço depois, quando o senhor responder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais uma, Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PODEMOS - RJ) – Tenho mais uma aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, quem sabe, você faz a terceira e, aí, encaminha por escrito para ele e ele vai respondendo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Certo.

O art. 195 do texto original, §§ 14 e 15, impõe que o segurado somente terá reconhecido como tempo de contribuição ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida pela sua categoria. Isso fará com que as pessoas com deficiência, principalmente intelectual, mental ou grave, tenham dificuldade para cumprir o tempo necessário que lhes dará o direito ao benefício da aposentadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, é a seguinte a pergunta, Sr. Secretário. Embora o sistema seja contributivo, ele é também solidário. O senhor considera justa essa regra tão perversa com as pessoas com baixa remuneração salarial?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Bem, Senador, no texto original da PEC há uma previsão de que o enquadramento dos dependentes somente será determinado na data do óbito do segurado. No entanto, os filhos chamados inválidos etc... A pergunta é: o Governo concorda com o enquadramento antes do óbito do segurado, o que não gera nenhum impacto econômico? E ainda: qual é o motivo da revisão periódica?

O Governo estabelece esse critério justamente para evitar que as pessoas que não têm direito eventualmente possam burlar o sistema. E a questão da revisão está prevista na lei, a gente apenas colocou na Constituição. A revisão é periódica porque a lei determina que seja. Nós apenas colocamos na Constituição para diminuir o risco de judicialização. Foi essa a motivação das mudanças que foram resolvidas aqui, que foram colocadas aqui. Estão dentro da Comissão, agora podem ser modificadas, podem ser discutidas. Mas essa foi a motivação do Governo, Senador.

A terceira: o art. 195, §§ 14 e 15, impõe que o segurado somente terá reconhecido como tempo de contribuição a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal de sua categoria. Isso fará com que as pessoas com deficiência, principalmente intelectual, mental ou grave, tenham dificuldade para cumprir o tempo necessário...

Bem, também é o que já está na lei. Você, para ter o tempo de competência, tem um período mínimo de contribuição. Isso pode, eventualmente, ser alterado, mas a lei está sendo feita não é para aumentar as condições, mas para manter a condição como está e minimamente permitir o que a gente chama de estabilidade fiscal do processo. Não há, da nossa parte aqui, nenhuma coisa extraordinária nesse processo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Não, a pergunta é se o senhor, particularmente, considera justa essa regra tão perversa.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Mas aí é fazer juízo de valor, Senador! Aí eu tenho que falar pelo Governo. Se o Governo colocou, é porque certamente entendeu que era importante. Não vou fazer um juízo de valor aqui, pessoal.

Eu queria fazer aqui algumas observações sobre o que falou o nosso nobre Presidente. É possível, Presidente?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Só, antes de o senhor fazer as suas colocações...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Presidente Paim, normalmente aqui nesta Comissão... Isso não é uma regra, mas muitas pessoas gostam de participar dessas audiências públicas, representantes da nossa sociedade civil e de algumas associações. Eu acredito assim... É um pedido que eu poderia fazer ao Presidente. Com certeza deve haver algumas pessoas aqui presentes que queiram participar também deste debate e teriam interesse em perguntar e saber de algumas coisas. Eu queria pedir a V. Exa., se fosse possível, que abrisse o microfone para essas pessoas, para uma ou duas pessoas pelo menos, para fazerem perguntas, já que está curta ainda a nossa reunião. Nós temos mais umas três horas aí de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Dentro do tempo, é claro, do nosso Secretário, e se houver alguém que tenha interesse em se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, quando é... Na Casa é de praxe, quando é Ministro, e o Secretário tem o *status* de Ministro, não se abrir para o plenário para não haver nenhuma posição inadequada em relação ao nosso convidado.

Eu falei com ele, que disse: "Então, vamos abrir para uma..." A minha posição, claro, entendendo a posição de V. Exa., era não abrir, mas eu conversei com ele, atendendo a um pedido do nosso Presidente, que está na Casa. "Não, vamos atender o Presidente, pelo menos uma pessoa."

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu nem sei se há, mas, se houver, seria bem legal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se houver uma pessoa... Eu conversei com o Secretário, e ele concorda.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Pode fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De antemão, já estou dizendo: a pergunta... Tem que ser perguntas, muito mais do que afirmações. Nós gostaríamos que a pessoa fosse objetiva e fosse direto às perguntas, uma ou duas se for o caso.

A SRA. ANA CLAUDIA MENDES DE FIGUEIREDO – Eu agradeço a oportunidade, Senador Paim.

Muito obrigada, Secretário Rogério Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com relação à questão do reconhecimento do beneficiário da pensão por morte. O que acontece é que as pessoas com deficiência intelectual, deficiência mental ou deficiência grave, ou ainda os filhos inválidos são pessoas que têm uma enorme dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. Da totalidade das pessoas com deficiência, 1% está no mercado de trabalho. Esse 1% das pessoas com essas deficiências praticamente é nulo, é ínfimo... Então, a pensão por morte é, em regra, a subsistência que lhes resta quando seus pais se vão. O que acontece é o seguinte: essas pessoas não têm...

Ah, eu vou me identificar. Meu nome é Ana Claudia Mendes de Figueiredo. Eu sou Conselheira no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Sou integrante da Rede Brasileira de Inclusão e faço parte do Comitê Jurídico da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down.

O que acontece? Essas pessoas... Primeiro, existe uma insegurança muito grande para as famílias. As famílias não têm o direito de morrer, porque temem que, no futuro, seus filhos não sejam amparados, não sejam reconhecidos pelo sistema previdenciário.

Em segundo lugar, depois do óbito de seus pais ou responsáveis, se, por acaso, o reconhecimento não acontecer, acontecerá o abandono material dessas pessoas, porque elas não terão condições, na maioria das vezes, de, por si mesmas, defenderem esse direito administrativa e judicialmente. Então, quer dizer, se não for reconhecido esse direito, eles vão ficar... Eles podem ser lançados no abandono ou, então, podem ser um ônus para outros membros da família, que vão ter que custear o ônus dessas pessoas com terapia... O ônus não, a despesa de uma pessoa como outra qualquer. Nós temos insistido nessa questão porque nós sabemos que são pessoas que precisam. É aproveitar para, como um todo, pedir que...

Nós solicitamos, fizemos essas demandas, e algumas demandas foram acatadas pelo Relator. Ele acolheu, por exemplo, a recepção da Lei Complementar nº 142, que foi discutida muito recentemente neste Plenário. E essas demandas não são privilégio. Essa população é uma população que se enquadra numa população de baixíssima renda, e há três fatores principalmente que justificam essas demandas: elas têm uma menor expectativa de vida, isso é notório e é sabido, é cientificamente provado; são pessoas que têm um menor ciclo de vida laboral, elas não conseguem perfazer o mesmo tempo que as outras pessoas, pelos desgastes que lhes acometem; e elas têm um custo adicional que a deficiência lhes impõe por conta de órteses, próteses, terapias etc.

Eu agradeço e peço que o Governo realmente esteja sensibilizado para não agravar, para não aprofundar ainda mais a vida difícil que essas pessoas têm e todas as barreiras que elas enfrentam na sociedade.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, ficou em três minutos.

Ministro, por favor.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Obrigado, Ana Claudia.

É importante o seu depoimento, de quem está na luta no dia a dia e representa com muita dignidade um grande grupo de brasileiros e brasileiras que precisam de pessoas como você e como o Senador Romário, que está aqui na frente, para fazer esse debate e nos trazer uma visão da sociedade a respeito do tema. Muitas vezes, a visão que o Governo tem é mais técnica, e é necessário que haja essa sensibilização.

O que eu posso lhe dizer é que, nas conversas que tive com o Relator antes da apresentação do seu relatório e, depois, na possibilidade da melhoria do seu relatório, porque ele vai apresentar até o dia da discussão, que deve ser 26 ou 27... Ele já está sensibilizado para o problema, inclusive pela possibilidade de se reconhecer a paternidade antes do óbito, o que seria uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso, antes do óbito. Ele já está sensível a isso.

E há outras situações que podem ser tratadas num projeto de lei, e a nossa secretaria está sensibilizada para isso. A gente tem hoje uma interlocução com a Senadora Mara a respeito do tema, com o Deputado Eduardo e, agora, com o Senador Romário. Então, estamos abertos a discutir o tema. Acho que através de lei seria mais fácil do que numa emenda à Constituição, que tem um quórum diferente.

Mas, quanto a essa questão do reconhecimento, acredito que o Relator já vai fazer constar em seu relatório. Já é um avanço, e a gente poderia tratar das outras coisas por meio de leis.

Estou à disposição da senhora. A senhora pode conversar conosco ou com o Senador Romário. Fique à vontade, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu posso falar um pouquinho sobre as suas considerações?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, mas as minhas perguntas, eu não fiz ainda, eu peguei carona com as do Presidente Romário.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O Presidente Paim fez algumas considerações em relação à questão trabalhista. Eu até comentei que hoje houve uma definição do Comitê de Normas da OIT a respeito do tema, é o terceiro ano seguido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala do negociado sobre o legislado, é bom lembrar que essa é uma reivindicação das centrais sindicais, inclusive consensualizadas com as confederações dos patrões. Então, pense em uma situação que é consensual: é o negociado sobre o legislado, tanto é que o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que há controvérsias, mas vá lá.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Claro, controvérsia é que é bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu fui secretário-geral de uma central dessas.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Bom, então, a sua central foi minoritária, tanto é que o projeto que chegou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há controvérsia! Estou dizendo que há controvérsia!

O SR. ROGÉRIO MARINHO – O projeto que chegou à Câmara, do qual fui Relator, era fruto da negociação, inclusive com atas das centrais sindicais e das confederações patronais, e eram quatro itens, Senador. Os quatro itens constam de documentos com ata, inclusive, do Ministério do Trabalho. Aliás, eu tenho acesso a elas e posso mandá-las para o senhor. Foi convalidado por todas as centrais sindicais: o negociado sobre o legislado.

Dois: a regulamentação do art. 211 da Constituição, que estabelece comissão nas empresas que tenham mais de 200 trabalhadores.

Três: ações ligadas à flexibilização do trabalho temporário.

E quatro, não me lembro no momento, porque, apesar de a minha memória ser muito boa, não é fotográfica. Mas esses três, com certeza, foram fruto dessa negociação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos assumir o compromisso de trocar documentos: eu vou receber documentos e vou lhe entregar os documentos que recebi.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Vou lhe mandar a ata.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu lhe mando o meu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – A segunda questão é a seguinte. Claro que, quando recebemos aqui o projeto de lei, foi uma oportunidade de revisarmos uma legislação que tem 70 anos e que, ao longo desse período, foi na mesma direção.

Um Estado que tem um excesso de tutela e tem um excesso de processo burocrático que inibe o empreendedorismo não é bom para ninguém, nem para quem trabalha, nem para quem emprega. Esse é um jogo de perde perde.

E o que acontecia com o Brasil? O Brasil fala o tempo todo das convenções da OIT, das quais é signatário, inclusive a 98, de que estamos sendo acusados de tratar diferentemente. A Convenção 98 fala justamente de liberdade sindical. Eu dei aqui alguns números que são facilmente consideráveis e vou mandar também para o Senador.

Quando terminou o ano de 2017, nós tivemos uma redução de 13% no número de convenções e acordos coletivos naturais em função da adaptação à nova lei; em 2018, nos primeiros cinco meses, já houve um aumento de 7% em relação ao ano anterior. Nós estamos voltando aos níveis de antes da reforma trabalhista.

As convenções e acordos coletivos são muito mais densos, abrangem um número muito maior de itens e estão dando uma condição diferenciada, porque não é possível termos uma única forma para vestir em todos os sapatos que significam atividade laboral no nosso País.

Nós não podemos entender que quem trabalha em uma panificadora tenha a mesma condição de trabalho de quem trabalha em uma usina térmica, por exemplo, ou em uma siderúrgica. Nós não podemos imaginar que um funcionário da Volkswagen vai ser igual ao funcionário de uma pequena propriedade que tem uma bacia leiteira. Então, o nosso erro sempre foi tratar os desiguais de forma igual. O que nós fizemos dentro da legislação foi permitir a retirada dessa tutela e a possibilidade de que as pessoas que estão no chão de fábrica, as pessoas que estão no comércio, as pessoas estão na sua atividade laboral e que sabem a sua realidade tenham oportunidade de discutir à luz da sua realidade e não da tutela deste ou daquele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – ... que se acha na condição de saber mais do que eles.

Por último aqui, até para permitir o debate, porque certamente eu dei uma melhorada aqui no processo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vá tranquilo. Não há problema nenhum. Eu vou fazer as perguntas sobre a Previdência, que eu ainda não fiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu quero lembrar que a NR-12 vai ser anunciada agora no final do mês ou no princípio do próximo, juntamente com mais três NRs. Nós estamos com um cronograma de revisitar todas as NRs, todas. Está sendo feito de acordo com a lei, na comissão tripartite, com a presença de trabalhadores, de empregadores, do Ministério Público do Trabalho, e dos auditores fiscais que fazem parte da secretaria.

No caso da NR-12, houve unanimidade dos representantes que lá estavam nas modificações. Eu vou mandar para o Senador também a ata da NR-12.

É bom me lembrar dos compromissos, Carol: a ata da discussão que antecedeu a entrega aqui no Congresso do projeto de lei da reforma trabalhista; a questão das convenções e acordos coletivos, o estudo que nós temos para mostrar o que aconteceu; essa ata da NR-12 que aconteceu na comissão tripartite dentro da lei, respeitando as partes envolvidas.

E só para exemplificar: hoje, se você comprar uma máquina na Alemanha, a mais sofisticada que houver no mundo, essa máquina pode ser linha de ponta, que tenha certificação dada pelo Mercado Comum Europeu, não serve no Brasil. Chegando ao Brasil, você tem que gastar 40% ou 50% a mais para instalar a máquina. Isso inibe a produtividade, isso diminui a competitividade da indústria nacional, e é isso que nós vamos evitar.

Por último, por último mesmo, lactantes e gestantes.

O STF tomou uma decisão recentemente retirando esse item da legislação trabalhista. É uma ação liminar do Ministro Alexandre de Moraes que foi convalidada pelo Pleno do Tribunal. E, antes disso, o TST, através de uma Câmara, havia decidido que, por exemplo, o lixo de hotéis, de aeroportos e tal é um lixo biológico que implica 20% de insalubridade. Qual foi o resultado dessa ação tuteladora do Judiciário?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Nós vamos prejudicar seriamente o trabalho da mulher em vários ambientes de trabalho. Vou dar só um exemplo, para não me estender muito: um hospital é 100% insalubre; um hospital, da sala de recepção a área de Radiologia, é insalubre. O que varia é o grau de insalubridade, que é mínimo, médio ou máximo. Então, hoje, um hospital privado vai contratar uma médica com 25, 26 anos, e ela, com dois meses, vai apresentar atestado de gravidez – porque é normal que ela se case com alguém e queira ter um filho; vai passar sete meses fora do ambiente de trabalho para ter o menino; quatro meses de licença-maternidade; seis meses, no mínimo, para amamentar para poder voltar a sua atividade laboral. Dificilmente alguém vai contratá-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministro, um comentário rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vá lá, Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – É outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu quero só fechar aqui.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Voltando à Previdência, só para eu não esquecer, já que o senhor está pedindo a sua secretária para anotar, seria possível o senhor passar para o meu gabinete ou para esta Comissão... Dessas 4 milhões e poucas pessoas que estão dentro do BPC, quantas vocês já identificaram que são ilegais, por favor?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Isso é feito, Senador, mensalmente, quando acontecem as perícias e as verificações. Mas eu vou tentar levantar os últimos anos para passar ao senhor.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para entrar no meu tema, eu fui Constituinte...

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe que a sua fala de hoje eu ouvia, naquela época, do setor empresarial? Só vou dizer o que eu ouvia: que, se nós assegurássemos algum direito mínimo para as mulheres, as mulheres seriam demitidas. Asseguramos todos os direitos para as mulheres, e eu não me lembro de uma demissão devido àquela questão.

Ministro, quanto à questão das centrais, como há uma discordância – e é legítimo que haja entre nós –, eu proponho o seguinte: eu chamo as centrais sindicais, e vamos fazer uma audiência pública para discutir a reforma trabalhista com a sua presença e a das centrais sindicais. A visão que eu tenho deles é outra. Só fica nisso.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Discuto com eles a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, está bem. Fica acertado que faremos uma audiência pública para discutir a reforma trabalhista com a presença das centrais sindicais e de V. Exa...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Onde?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ou nesta Comissão ou na de Direitos Humanos. Para mim, não importa, o.k., Ministro? Para não ficar só você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo que tem documento e eu que tenho outro documento... Aí checamos os dados e vamos ao trabalho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acordo feito.

Só fica aquele dado seu, não é, Romário? De fato, a fala era de que, com a reforma trabalhista... Eu cheguei a ouvir 6 milhões de novos empregos, 10 milhões de novos empregos, e aumentou o desemprego, aumentou! Está chegando já a 14 milhões; naquela época, eram 12 milhões.

Mas eu vou fazer as minhas perguntas sobre a Previdência agora.

Primeiro, Ministro, dizer que é inegável que tivemos um avanço em relação a esse tema na Câmara de Deputados.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Relator Samuel Moreira, que apresentou o seu parecer, no meu entendimento... Creio que V. Exa. deve ter colaborado para que isso acontecesse. Eu vou dar aqui os destaques que eu entendo muito positivos: primeiro ponto, o BPC foi retirado, o que eu achei muito positivo. Nem vou entrar no detalhe de como era e como ficou. Voltou-se a ter, enfim, a partir dos 65 anos, direito a um salário mínimo. Segundo ponto: a exclusão dos rurais na reforma da previdência, mantendo 55 anos para a mulher e 60 para o homem. Também entendo muito positivo.

Também, Sr. Secretário... Secretário ou Ministro? Tanto faz, não é? (*Risos.*)

Está bem, Secretário.

Outro ponto que achei fundamental foi que... Desde que a reforma chegou, eu lhe confesso – tenho que ser muito franco, e V. Exa. conhece minha posição – que eu dizia: eu quero ser no o inimigo nº 1 da capitalização. Felizmente, não precisamos nem debater aqui porque o Relator a retirou a pedido da sociedade brasileira até por aqueles dados que todos nós conhecemos. Onde ela foi adotada, por exemplo, de 30 países – os dados são da OIT também –, 18 já desistiram, porque não deu certo. O caso mais falado é o do Chile. Todo mundo sabe. Nós trouxemos alguns convidados do Chile aqui que demonstraram que há um desespero no Chile em relação a esse sistema. Mas eu estou elogiando, porque já foi retirada.

A pergunta que eu quero fazer nesse momento... Ah! Outro ponto importante, Ministro, que eu quero destacar aqui, fruto desse acordo. Esse outro ponto é quanto ao reajuste anual das aposentadorias, porque estava assegurado – eu fui Constituinte – que elas seriam reajustadas pelo menos pela inflação. Isso desaparecia no relatório e agora voltou a ser garantido o reajuste anual pela inflação, o que é muito positivo. Calcule o senhor que não haveria segurança nenhuma mais. No salário mínimo, já não há, porque é a inflação mais PIB, uma lei que eu ajudei a construir. Agora, na Constituição, para quem ganha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos o salário mínimo ou mais, havia desaparecido o reajuste anual pela inflação, que agora voltou.

Ministro, eu tenho duas perguntas. Até aqui foram só afirmações de que eu concordo plenamente com esses encaminhamentos, com essas quatro propostas. E quero elogiar muitos os Governadores do Nordeste, que enfatizaram muito esses pontos e houve esse entendimento.

Eu faço duas perguntas bem rápidas, Ministro. Aqui foram só afirmações positivas. Primeiro: setores do Governo estão a dizer que querem voltar com a capitalização no Plenário da Câmara dos Deputados. Eu espero que não volte. Espero que, de fato, a gente caminhe para a possibilidade de um acordo. Claro, em muitos temas aqui, nós entendemos que se avançou, mas pode-se avançar muito mais, mediante um diálogo amplo.

Eu me lembro... Permita-me, Secretário, lembrar aqui de ontem. Ontem, foi-se para o tudo ou nada, e o resultado foi que o projeto das armas acabou sendo derrotado. O decreto que liberava as armas em grande parte foi derrotado por 47 a 28. Outro momento que quero destacar porque acho positivo foi quando houve o acordo naquela votação no Congresso em relação àquele aporte de recursos de que o Governo precisava de em torno de 250 bi.

Nós, mediante um amplo acordo... Todos votaram favoravelmente. E eu me senti contemplado e você também, Romário, porque aquele projeto da HIV-Aids, de que eu fui o autor e você, Relator, tinha sido vetado, nesse acordo, entrou, tranquilamente. É lei, e milhões de pessoas batem palma para todos que participaram desse grande acordo.

Eu ainda acredito, Ministro, e estou aqui na minha linha de ex-sindicalista conciliador, porque eu era um grande conciliador, viu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E poder dizer que há uma questãozinha aqui que eu fiquei meio sem entender, confesso mesmo. São muito criticadas as aposentadorias especiais, e isso entrou lá. O pedágio para os trabalhadores da área pública e da área privada é 100% de o que faltar. Estou certo? Para complementar quem já está no sistema?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, para efeito de contribuição, exatamente. E, para as aposentadorias especiais dos políticos, de vereador, enfim, todos que têm direito, é de 30%. Confesso que essa eu não entendi. Eu preferiria, confesso, se é para ir para um acordo, que ou é tudo 100% ou é tudo 30% ou 50%, que seja, mas não essa diferença. Para o trabalhador, o pedágio é 100%, e, para os políticos em geral, de vereador a todos aqueles que têm direito adquirido, uma complementação de 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha sugestão: ou passamos para 100% para todo mundo – achei positivo porque termina a partir do ano que vem, se for aprovada neste ano – ou 30% ou 50%.

Por fim, Ministro, eu quero dizer que quase todos os governos de que eu participei, sendo oposição ou situação, fizeram reforma da previdência. Você também tem essa experiência. O Lula, a Dilma fez...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – O Temer tentou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Temer tentou fazer também.

Eu me lembro de que, com a PEC paralela, eu ia votar contra a reforma do ex-Presidente Lula. Só votei favoravelmente – fui à tribuna e falei – quando construímos, de forma coletiva, aquela PEC paralela, que foi a salvação da lavoura naquele período. E ela virou lei. Então, eu ainda acredito que é possível se construir um entendimento, claro, demostrando todas as preocupações que a gente tem sobre outros artigos. Essa não é nem pergunta, é só para citar.

Esses são alguns pontos que eu acho que nós poderíamos aprofundar no debate, não agora. Eu teria mais uns 10, 15, 20, que nem vou colocar.

Mas eu vou já usar esse período aqui do e-Cidadania: Marcos Vitor, de Pernambuco: "Por quais motivos [eu vou te dar depois por escrito] não irão incluir [era uma pergunta que eu tinha] Estados e Municípios na reforma? Nesse caso, os mesmos ficarão deficitários e vão ter que recorrer à União". É uma pergunta do Marcos Vitor. Eu leio como está aqui.

Rafael Lima, do Paraná: "Caso não houvesse o programa de recuperação fiscal, Refis, sobretudo para as dívidas mais altas, haveria necessidade de reforma?". Nessas renegociações, todo mundo sabe, a maioria renegocia e depois não paga. Eu estou concordando com ele.

Manoela Monteiro, de São Paulo: "Quais os benefícios? Existe outro modo que não prejudique os trabalhadores?".

Sérgio Augusto, do Rio Grande do Sul: "A pensão por morte, na proposta da nova previdência, tem o valor menor do [que] atual. Por que essa redução? Por que não manter o valor atual?"

As perguntas são suas. Eu só li o que estava aí. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Senador, primeiro dizer a V. Exa. que, sem dúvida nenhuma, o debate sempre é elevado, com a sua presença, com a do Senador Romário.

Eu acho que o que a sociedade espera de nós é isto: que as visões diferentes possam ser compartilhadas e que o contraditório se estabeleça. Temos a possibilidade, cada um, de mostrar a sua visão de mundo e justificar a sua visão de mundo. A democracia exige isso e, ao final, ganha quem tem mais voto ou quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue sensibilizar a maior parte do Plenário, que, aqui, representa o povo brasileiro. Nós temos uma democracia representativa.

V. Exa. falou de muitos temas aqui como capitalização, como aposentadorias especiais, mas falou especificamente da questão dos políticos.

Eu quero falar um pouquinho de capitalização, até porque é o coração do projeto que saiu no relatório do Samuel Moreira. A nossa ideia sempre foi remeter isso para uma discussão através de um projeto por maioria absoluta, um projeto de lei complementar. O que a OIT fala, Senador – é até bom a gente dar uma olhada nesse dado –, é que 18 desses países estão rediscutindo o projeto que estabeleceram, estabelecendo, por exemplo, o regime híbrido; não significa que eles estão abandonando a capitalização, eles estão adaptando a capitalização. E não são só 30 países, são quase 60 países. A OIT estabeleceu o estudo em 30 países, tanto é, Senador, que, dos 10 países que têm os sistemas previdenciários com maior consistência no mundo, 6 ou 7 têm capitalização de forma híbrida, de forma híbrida, compartilhada. Há camadas de capitalização e camadas de regime de repartição.

Então, essa é uma discussão que eu acho que precisa ser travada, sim, talvez não com as premissas que foram colocadas. Nós colocamos propostas de premissas mais abertas para permitir que houvesse essa discussão por ocasião de uma lei complementar.

Eu acho que a própria reação do Parlamento nos dá uma espécie de sensibilidade de que é necessário ajustarmos mais o tema para que ele seja discutido aqui no Parlamento brasileiro. Mas essa é uma discussão que a gente vai fazer oportunamente, até porque o relatório não a contempla. Se o Governo vai ter ou não votos para para voltar ao tema dentro do congresso, quem vai dizer é a dinâmica da discussão – eu diria –, muito mais do que essa questão de ter ou não ter voto. Seria muito mais o processo de discussão que vai ser estabelecido dentro da Comissão tanto na Câmara quanto no Senado da República.

Em relação à questão dos políticos, a regra que foi estabelecida é a mais dura de todas, porque, automaticamente, vai para os 65 anos para homem e 62 para mulher. Veja que a regra que foi proposta pelo Relator Samuel, que foi a quarta regra oferecida de transição – nós havíamos oferecido três regras anteriormente para o regime geral e nenhuma regra para o regime próprio. Tínhamos sido bem duros com quem está na escala seguinte. Você já ia imediatamente para 65, 62, com 40 anos de contribuição, para ter a integralidade para aqueles que vieram antes de 2003. No caso dos políticos, você não está fazendo trava de idade como a regra do Samuel. O Samuel está dizendo que é 60 e 57; para o político, é 65 e 62; são cinco anos a mais. O tempo de transição que está sendo estabelecido é de 30% sobre a contribuição que remanesce. E eu não tenho dúvida de que ele deve, de alguma forma, se debruçar sobre esse tema. Vai depender muito da pressão e da sensibilidade que ele tem junto aos demais Parlamentares. Acho que é possível sim....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a partir de 2020 acaba?

O SR. ROGÉRIO MARINHO – Sim, a partir de 2020 acaba. Quem não entrou não entra mais. Era isso que estava no projeto.

Em relação às perguntas, aqui rapidamente: Quais os motivos de não incluir Estados e Municípios na reforma? Basicamente foi uma decisão da Câmara e do Relator, que entendeu, ouvindo as lideranças dos partidos, que não haveria votos para manter os Governadores na proposta, caso não houvesse adesão das bancadas desses Governadores ao projeto. Então, esse é um processo muito mais político do que técnico. Da nossa parte, nós defendemos – tanto é que mandamos o projeto com Estados e Municípios incluídos. Agora, tem que se respeitar o Congresso Nacional e também a questão da política, porque, por mais que nós tenhamos – eu diria – preocupação com a área técnica, quem faz política aqui sabe que, na hora em que você tem uma posição que eventualmente é impopular e você é cobrado por ela no seu Estado, na sua Federação, pelo Governador e pela bancada que o apoia, e que têm uma posição diferente aqui, isso realmente deixa o político desconfortável. Mas eu acredito que as negociações que estão acontecendo, Senador, podem redundar em um bom acordo, e isso vai ser uma vitória da política. Espero que eles voltem a integrar, sim, os Estados e Municípios.

Caso não houvesse programa de recuperação do Refis para dívidas mais altas, haveria necessidade de reforma? A nossa dívida é estática, o nosso déficit é estrutural, é de fluxo, e se renova ano a ano. Se nós cobrássemos os 500 bilhões, já haveria um ano e meio de déficit resolvido. Mas o déficit se reapresentaria nos anos subsequentes. E nós sabemos que um terço dessa dívida não será recuperada. Dentro do projeto de lei – seria até bom se eles se debruçassem sobre esse tema –, nós acabamos com o Refis para a previdência. Nós estabelecemos que o prazo máximo de refinanciamento é de 60 meses. Então, nós recrudescemos muito a cobrança dos grandes devedores para evitar essa ciranda que é feita regularmente com o tema da dívida.

Quais os benefícios de modo que não prejudique os trabalhadores? Eu acho que o maior prejuízo que o trabalhador brasileiro tem é o fato de que o Governo Federal e os Governos estaduais e municipais perderam a condição de atender às demandas da sociedade. Então, do jeito que nós nos encontramos, o prejuízo é vidente e não é só dos trabalhadores, mas de todos nós da sociedade brasileira: de quem está trabalhando e de quem não está trabalhando, porque o Estado não consegue mais prover uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, não consegue fazer a manutenção das estruturas públicas, da logística, fazer programas sociais, porque está exaurido na condição fiscal. E o principal motivo dessa exaustão, entre tantos outros, é a questão previdenciária.

Quais os benefícios... Por fim, a pensão por morte da proposta da previdência tem o valor menor que o atual. Por que essa redução? Primeiro, é importante colocar que aqui não se entra no direito: quem tem tem. Muita gente fala: "Olha, eu estou aposentado e tenho uma pensão... Eu vou ter algum problema?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro tem o BPC... Não, quem tem tem. O que nós estamos aqui definindo é qual é a forma que o Governo pode, dentro do seu orçamento, continuar a prover as obrigações que ele tem com o conjunto da sociedade brasileira. Se nós fizermos uma comparação do Brasil com outros países do mundo na mesma condição econômica que a nossa ou diferente... A nossa taxa de reposição, por exemplo, na América Latina – taxa de reposição, leia-se: o que você vai receber após se aposentar em contrapartida com o que você recebia na ativa –, só é menor do que a do Paraguai. O único país da América Latina que tem uma taxa de reposição maior do que a do Brasil é o Paraguai. A média da OCDE, por exemplo, eles orientam acima de 40%; no Brasil, é de 80%. Então, nós somos um país generoso. E o que nós vamos fazer e o que nós estamos propondo não é abrir mão do compromisso que existe do Governo para com a sociedade, mas permitir que esse compromisso caiba dentro do orçamento do Governo. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Secretário Rogério Marinho, sempre o debate com V. Exa. é nesse altíssimo nível, como foi aqui. V. Exa. é um conhecedor do tema. Claro que há divergências, e é natural, num processo democrático, que as opiniões sejam expostas na visão de cada um.

Eu só queria terminar, Secretário, dizendo que eu espero – e estou olhando para o Brasil – que o Senado não cometa o erro que cometeu outra vez: só carimbou o que veio da Câmara dos Deputados. O Senado é a Casa Revisora. Claro que, lá na Câmara, no meu entendimento, vai avançar... Essa proposta vai avançar além de o que o Relator apresentou até o momento, porque há um debate amplo na Comissão e, depois, vai ao Plenário.

Eu não acredito que volte a capitalização e depois venha para o Senado, Romário. E nós, aqui, vamos ter tempo, como disse muito bem o Ministro – esta é uma Casa que tem de cumprir o seu papel perante a história, em um tema tão importante como este –, para aprofundar o debate, dando a contribuição que o Senado tem que dar ao Brasil e que não deu na reforma trabalhista.

Eu uso um termo, Ministro...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Deu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não deu, Ministro, não deu. Não mudou uma vírgula na reforma trabalhista. Carimbou na íntegra! Sabe o termo que eu usei e vou usar aqui de novo? Eu acho que o Senado se acovardou naquela oportunidade, se acovardou mesmo, porque poderia, no mínimo, dizer: "Olha, esse ou aquele artigo, quem sabe a gente chega a um entendimento?" Se havia lá oito pontos de que nós discordávamos – não estou aqui voltando ao tema e nem quero fazer um debate –, o Senado deveria ter modificado! Modificaria e voltaria à Câmara, mediante acordo, e chegava-se a um entendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Secretário Rogério Marinho, foi um prazer enorme! Querido amigo e Presidente Romário, obrigado por ter me dado a oportunidade de presidir, porque aí pude falar mais do que os cinco minutinhos que eu teria lá embaixo, porque lá no Plenário eu teria cinco minutinhos só.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Marcamos um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Marcamos um compromisso. Fica acertado.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (*Fora do microfone*.) – Segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta bem, no início do segundo semestre, vamos rediscutir esses temas. Nós tratamos de todos aqui, porque entrará de novo o debate, e eu torço muito para um grande entendimento. Não tenho problema nenhum em dizer que, se nós construirmos um grande entendimento. É possível – já fizemos por três vezes neste Governo e não fizemos, infelizmente, no Governo passado – a gente avançar e com isso aprovar uma proposta que seja equilibrada e que traga benefícios para todos. Até o momento, avançamos já em cinco pontos. Eu quero avançar só em mais dez.

Valeu, Secretário, muito obrigado.

Está encerrada a nossa...

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Irajá, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Renilde Bulhões, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 682, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria *Ad Hoc*:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1, apresentada por ocasião do pedido de vista. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 32, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito por parte do condutor de veículo que cometer os crimes de homicídio ou lesões corporais, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 312, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 244, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, com uma subemenda que apresenta, e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 240, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dar nova redação os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 412, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação anual dos critérios e valores estabelecidos para remuneração de serviços e dos parâmetros de cobertura assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Airton Sandoval (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 72, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e a subcomissão Temporária de Doenças Raras, com o objetivo de debater questões relacionadas à Síndrome de Tourette." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 73, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2234/2019, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o "SIMPLES TRABALHISTA"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 74, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a "Inclusão dos Estados na PEC 6/2019 referente a Previdência". As audiências públicas deverão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser realizadas nos Estados do Brasil, com objetivo de aprimorar a discussão sobre a inclusão ou não dos Estados na PEC nº 06/2019 referente à Previdência." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente.

Aviso nº 376, de 2019, da Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1.293, de 2019, que trata de auditoria operacional realizada sobre o INSS, com o objetivo de avaliar os controles internos empreendidos no sistema de Pagamento Alternativo de Benefícios durante o período de janeiro de 2016 a setembro de 2018.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

Comunico os prazos para apresentação de emendas ao PLN 5, de 2019, LDO 2020, perante esta Comissão. Abertura do prazo: hoje, dia 26 de junho. Encerramento: dia 1º de julho até às 18h, impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas disponibilizado pelo Prodasen, e as vias impressas deverão ser assinadas pelo Senador-membro e entregues na Secretaria da Comissão. Não serão consideradas as emendas enviadas fora do prazo estabelecido. A reunião para apreciação das emendas será realizada no dia 3 de julho, no horário da reunião deliberativa semanal, às 9h.

Informo que a presente reunião destina-se a deliberação dos itens nº 1 a 13. (*Pausa.*)

Item 12, Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 73, de 2019, de autoria do Senador Paulo Paim... (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Voltamos para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 240, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera os art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dar nova redação aos afastamentos do empregado sem prejuízo do salário.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 12/06/2019.

2- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Presidente, agradeço a V. Exa.

O projeto é terminativo.

Eu agradeço porque, como tenho outro compromisso e tenho três relatórios... Na verdade, são dois, não é? Mas tenho o requerimento também que foi entregue à Mesa em comum acordo, porque eu sou o Relator, com o autor, que é o Senador Jorginho Mello. Se eu pudesse ler os três, votaríamos no momento em que V. Exa., claro, entender necessário.

Mas vamos ao item 7, como recomendou V. Exa.

Nos termos do art. 90, inciso I – indo direto à análise –, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) emitir, em caráter terminativo, parecer sobre projetos de lei que versem sobre matérias que dizem respeito às relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, da nossa Constituição).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, não há reparos a fazer, eis que as alterações propostas ao art. 473 da CLT visam a dar maior efetividade ao amparo constitucional relativamente à entidade familiar, dignidade da pessoa humana, da solidariedade e proteção e promoção à vida.

Reconhecemos também que as medidas propostas pela Senadora Rose de Freitas são importantes para a boa recuperação da saúde dos familiares, manutenção do equilíbrio familiar e bem-estar do trabalhador, que deve ter a tranquilidade necessária para dar o suporte indispensável aos seus, quando necessitados de assistência.

A despeito do ônus financeiro que a proposta possa apresentar para as empresas, ela guarda perfeita sintonia com o princípio da função social da empresa, previsto pela Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXIII, que determina que "a propriedade atenderá a sua função social".

A função social da empresa não se restringe somente a ações voluntárias visando, apenas, à construção de uma realidade favorável aos interesses de seus dirigentes.

O objetivo de alcançar o sucesso financeiro de uma empresa só passa a ser legítimo, quando ela cumpre seu papel de geradora de empregos e assegura aos seus colaboradores uma existência digna.

Nesse contexto, não poderíamos deixar de apoiar o presente projeto de lei que, na sua totalidade, atende antigas reivindicações dos trabalhadores.

Ao final, propomos pequenas alterações ao texto a fim de aprimorá-lo consoante a técnica legislativa.

Necessário, em primeiro lugar, corrigir a redação do art. 1º do projeto em tela que, equivocadamente, determina a modificação do art. 392 da CLT, quando, na verdade, pretende alterar o seu art. 473.

Ademais, para adequar a proposta aos ditames da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, apresentamos substitutivo ao projeto.

Voto.

Pelas razões expostas, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2017, com a emenda sobre a qual aqui discorri.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 73, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2234/2019, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando o "SIMPLES TRABALHISTA".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o item 32? É esse?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – É o 12.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o 12. São os óculos aqui, Presidente. A assessoria botou bem grande 12 e eu li 32.

Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2.234, de 2019, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a nossa CLT, a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e a Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, criando assim o Simples Trabalhista.

A autoria do projeto é do Senador Jorginho Mello. Eu sou o Relator. Ambos assinamos o requerimento, combinando com ele, inclusive, a indicação dos convidados.

Convidamos:

1. Noemia Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra);

2. representante do Ministério Público do Trabalho (MPT);

3. Edson Carneiro, representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);

5. representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e

6. representada da Subsecretaria de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato.

Sr. Presidente, esse é o requerimento, que visa a discutir o Simples Trabalhista. É um acordo que fiz com o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 74, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a "Inclusão dos Estados na PEC 6/2019 referente a Previdência". As audiências públicas deverão ser realizadas nos Estados do Brasil, com objetivo de aprimorar a discussão sobre a inclusão ou não dos Estados na PEC nº 06/2019 referente à Previdência.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Passo à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a inclusão dos Estados na PEC 6/2019, referente à previdência.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Rogério Marinho – Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia ou representante;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. o Governador de cada Estado onde a audiência será realizada;

3. o representante do INSS de cada Estado;

4. o representante da área de economia de uma universidade federal de cada Estado;

5. os secretários de Fazenda e/ou Planejamento dos Estados da cidade onde acontecerá a audiência pública;

6. os presidentes das assembleias estaduais da cidade onde acontecerá a audiência pública.

As audiências públicas deverão ser realizadas nos Estados do Brasil, com objetivo de aprimorar a discussão sobre a inclusão ou não dos Estados na PEC nº 06/2019, referente à previdência.

Sugiro que possamos realizar a primeira audiência na cidade do Rio de Janeiro, sob a minha coordenação, e que, nos demais Estados, possamos indicar Senadores que tenham interesse e sejam Parlamentares representantes do local indicado para a realização da audiência.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. me permite discutir o requerimento de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Por favor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Não é tanto para discutir, é para cumprimentá-lo pela iniciativa, Presidente, porque há, de fato, uma insegurança muito grande em todo o País com a reforma da previdência, se entram Estados e Municípios ou não. Então, a melhor forma de construir, se for possível, uma alternativa é na linha do que V. Exa. está propondo: que haja um amplo debate nos Estados com a participação de Governadores, servidores, Parlamentares, Deputados Estaduais e Federais, Senadores para ver se avançamos. Percebo que há boa vontade no Congresso com esse tema, mas não há entendimento ainda lá na Câmara; há boa vontade com o tema. V. Exa. aponta um caminho: vamos fazer um debate amplo em todo o País e, se essa for a vontade da população, vamos caminhar nesse sentido.

Por isso, quero só cumprimentar V. Exa. pela iniciativa.

Muito obrigado, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 332, DE 2016

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a Reunião de 12/06/2019.

2- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senado Paulo Paim, para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro cumprimentar o Senador Acir Gurgacz. O Senador Acir Gurgacz, Presidente, é um grande empresário do setor. A vida dele e da família dele é nessa área – o transporte coletivo urbano. E o projeto dele atende exatamente àqueles que mais precisam. Então, o projeto dele não vai na linha, por ele ser um grande empresário, de defender o setor dele. E ele é um empresário pelo qual eu tenho muito respeito. E ele faz um projeto que aprimora o vale-transporte, amplia o direito para todos.

Por isso que é com muita satisfação... Depois de ler o projeto, eu conversei com ele, que mostrou a responsabilidade social que todos nós temos que ter. Por isso, eu vou direto à análise e fiz questão de cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que é um empresário do setor, pelo aprimoramento que ele está fazendo aqui no vale-transporte.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) emitir, em caráter terminativo, parecer sobre projetos de lei que versem sobre matérias que dizem respeito às relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, não há reparos a fazer, eis que a proposição é vantajosa para o trabalhador pelas mudanças que pretende implementar no instituto do vale-transporte.

Com efeito, com o intuito de prevenir fraudes na concessão do vale-transporte, a proposta estabelece de forma clara medidas disciplinadoras a respeito. Para tanto, determina a aplicação das sanções previstas no Título VII da CLT em caso de concessão irregular do vale-transporte ao trabalhador. Ademais, estabelece ainda que qualquer servidor público federal, estadual ou municipal, representante legal de associação sindical ou pessoa jurídica responsável pelo gerenciamento e distribuição do vale-transporte deverá comunicar à autoridade competente as infrações que por ventura verificar.

Proíbe ainda que o empregador substitua o vale-transporte por dinheiro, que é uma forma de desaparecer o vale-transporte. Eu sempre fui favorável a essa tese que aqui o Senador coloca, porque, a partir do momento que você entrega o dinheiro, você para de pagar o vale-transporte; ali na frente ele tem direito ao reajuste e é comum eles dizerem que está incluindo já no salário. Enfim, por isso reafirmo aqui.

Proíbe ainda que o empregador substitua o vale transporte por dinheiro ou qualquer outra forma de pagamento, inclusive mediante acordo ou convenção coletiva, o que é bom, porque favorece um controle maior no que diz respeito à concessão do benefício.

Eu também declaro meu ponto de vista, que essa história do negociado sobre o legislado só quando for acima da lei e não para ferir a própria lei que garante o direito do trabalhador.

Nós tivemos um belo debate – quero cumprimentar V. Exa., Senador Romário –, com o Secretário da Previdência, Rogério Marinho, naquele dia em que o Ministro Moro estava na Casa. Eu e V. Exa. ficamos debatendo com ele durante todo o tempo e quero cumprimentá-lo pela forma brilhante como V. Exa... Porque ele foi Relator no passado da reforma trabalhista, trouxe também esse tema, e ele não se negou a debater. Nós debatemos nós três aquela manhã, ficamos desde a manhã até quase 1h da tarde, reforma da previdência e reforma trabalhista, muito bem situado V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui deixar registrados os cumprimentos, porque eu já inclusive disse no Twitter que V. Exa. foi muito firme, claro, e achei a postura do Secretário também importante, porque ele não se negou a debater nenhum dos temas que nós aqui provocamos naquela manhã. Enfim, aqui eu falava da importância e foi debatido naquele dia que o negociado sobre o legislado, para mim, é totalmente ilegal e até imoral, porque a negociação é válida acima da lei, mas não para retirar do trabalhador direitos básicos, como infelizmente passou na reforma trabalhista. Na OIT, isso foi debatido, porque ele deu uma informação aqui que não está ajustada. A OIT protelou a decisão e vai fazer as devidas investigações sobre o que foi a reforma trabalhista no Brasil.

Mas enfim, voltando ao projeto.

A par desses aspectos, a proposição pretende diminuir a participação do trabalhador no custeio do vale-transporte, que hoje é de 6% de seu salário. Veja bem, eu estou aqui elogiando a responsabilidade social desse Senador e empresário do setor. O projeto propõe que esse percentual passe a ser de apenas 5%, não retirando 6% do salário do trabalhador.

Para o autor, o percentual de 6% foi definido em função do peso das despesas de transportes na composição do salário mínimo à época da criação do vale-transporte. Todavia, ao longo desse período, o dispêndio de cada parte com o vale-transporte sofreu variações em função do valor do salário e do valor das tarifas.

Com efeito, de acordo com a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), na cidade de São Paulo, o trabalhador que ganha salário mínimo participava, em 2005, com 20,5% dos custos do vale-transporte e, em 2014, essa participação chegou a 36,8%.

Em função disso, o projeto propõe um ajuste que dá um abatimento de 16,66% no custo do vale-transporte em favor do trabalhador.

Por fim, cabe-nos aprimorar o texto do projeto suprimindo a alteração ao art. 631 da CLT, eis que, da forma proposta, restringe sua abrangência apenas às infrações relativas ao vale-transporte, em prejuízo de tantas outras infrações à legislação trabalhista, o que não nos parece a intenção do autor.

Ademais, inserimos no art. 6º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a submissão dos infratores, pela inobservância das normas de concessão do vale-transporte ao trabalhador, às disposições constantes no Título VII da CLT, em vez de alterar seu art. 12, como pretendido pelo projeto. A alteração se faz necessária, tendo em vista que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, (art. 7º, IV), o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei. Assim, no caso, as sanções devem constar da Lei nº 7.418, de 1985, que institui o vale-transporte.

Propõe-se também a supressão do §4º do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que se pretende implementar por meio do art. 2º do projeto em exame, tendo em vista que já existe previsão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de sanção aos infratores que não respeitarem os critérios relativos à concessão do vale-transporte ao trabalhador (art. 1º da proposição, ao incluir o parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 7.418, de 1985).

Em razão das mudanças propostas, torna-se necessário alterar também a ementa da proposição.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado com a emenda sobre a qual aqui já discorri.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação. (*Pausa.*)

O item...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permitir...

Nós temos uma audiência pública de comum acordo também para discutir aquela possibilidade de flexibilizar ou não a estabilidade do servidor público. Eu fiz acordo com o Senador Lasier, que é Relator, e com a Juíza Selma também. Cada um indica três nomes. Eu tinha indicado um dos nomes. Como são duas centrais, eu sempre procuro indicar uma central para cada audiência pública. E a central que eu indiquei está com problema, porque, nesse evento, eles terão um encontro em São Paulo e não poderão mandar o representante, mas as entidades, conforme conversa que fiz, indicaram outro nome, substituindo um dos três a que eu teria direito. Como já é terça-feira, eu queria que constasse em ata, se possível – não sei como se faz regimentalmente –, que teria que haver um aditamento ao Requerimento 53 para incluir o seguinte convidado: Luís Antônio Boudens, Presidente da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais).

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade, se ele vier como representante da entidade, não precisa fazer requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

Comunicarei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 682, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1, apresentada por ocasião do pedido de vista.

Observações:

1- Em 15/05/2019, foi concedida vista à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais.

2- Em 16/05/2019, a Senadora Juíza Selma apresentou a Emenda nº 1.

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Passaria agora, como Relatora *ad hoc*, à Senadora Mara Gabrilli.

Colocando em matéria em discussão, concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para sua manifestação. (*Pausa.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Senador, como a matéria já foi lida há muito tempo, eu vou ler de novo.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 682, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns, que estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara.

O projeto é composto de três artigos. O primeiro acrescenta um parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para estabelecer que a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas referente ao dependente será contada em dobro caso este seja acometido por doença rara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º altera a redação do parágrafo único do art. 16 da mesma lei, para estabelecer prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda para contribuintes que tenham dependente acometido por doença rara, que só não terão prioridade sobre idosos e professores.

O art. 3º estabelece a vigência para 180 dias a partir da publicação da lei em que se converter o projeto.

Em sua justificativa, o Senador Flávio Arns afirma que apresenta a proposição para contribuir com o debate sobre soluções para as necessidades de brasileiros atingidos por doenças raras, definidas como aquelas que atingem menos de 65 por 100 mil indivíduos e que têm como característica serem crônicas, progressivas, degenerativas, de alta letalidade, sem curas eficazes e com comprometimento sério da qualidade de vida. Pondera que 75% dos pacientes com doenças raras são crianças e que 30% dos pacientes morrem antes dos 5 anos de idade. Argumenta, ainda, que os tratamentos são de alto custo e que a baixa incidência das doenças evita forte impacto nas finanças públicas. A matéria foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com decisão terminativa na última.

A Senadora Juíza Selma apresentou a Emenda nº 1-CAS, trazendo substitutivo integral à proposta inicial, para alterar o art. 6º-A, da Lei nº 7.713, de dezembro de 1998, a fim de conceder isenção total de Imposto de Renda para as pessoas com dependentes acometidos por doenças raras, suprimindo, consequentemente, a prioridade de restituição a esses contribuintes.

Compete a esta Comissão de Assuntos Sociais manifestar-se a respeito das matérias que versem sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PL 682, de 2019, dispõe sobre defesa da saúde e direito tributário, inserindo-se na competência da União. Cabe, ademais, ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria (art. 48 da Constituição). A iniciativa cabe a qualquer Parlamentar, porque a matéria não está incluída no rol de iniciativas privativas do Executivo.

No mérito, entendemos que a proposição deva ser aprovada, uma vez que reconhece a situação de dificuldade que as famílias com pacientes que têm doenças raras enfrentam no Brasil, principalmente em função das deficiências do Sistema Único de Saúde, que deveria garantir assistência à saúde de forma universal e integral.

A demora no diagnóstico, a frequente falta de medicamentos indispensáveis ao alívio dos sintomas dos pacientes com doenças raras e a falta de acesso à atenção especializada do SUS obrigam as famílias a percorrer uma verdadeira via-crúcis para conseguir atendimento na rede pública, tendo muitas vezes que despender altas quantias para promover o cuidado dos seus entes queridos.

Portanto, restringindo-nos aos aspectos da competência desta Comissão e deixando à CAE a análise econômica e orçamentária do impacto da renúncia fiscal e outras questões de cunho econômico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vemos como meritória a iniciativa contida na proposição, uma vez que estabelece um benefício para famílias já bastante castigadas pela evolução da doença de seu dependente.

A proposição em análise, entretanto, contém erro material, uma vez que o art. 4º da Lei 9.250, de dezembro de 1995, já tem parágrafo único, com redação dada pela Lei 13.202, de 8 de dezembro de 2015.

Portanto, apresentamos emenda para corrigir o equívoco e aperfeiçoar a redação, sem, contudo, alterar o mérito.

Quanto à Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), entendemos que pode ter impacto relevante na arrecadação tributária, a comprometer o próprio financiamento da saúde pública. Dessa forma, acreditamos que tal alteração não pode ser examinada senão dentro de um contexto econômico, a ser mais bem analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde poderá ser reapresentada, dadas suas competências regimentais.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 682, de 2019, com a emenda abaixo apresentada, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 682, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, designando-se o parágrafo único como §1º:
> 'Art. 1º .....
> .....
> §2º A dedução de que trata o inciso III deste artigo será computada em dobro em relação ao dependente que seja acometido por doença rara.'"

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem. Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 15/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Em 05/06/2019, foi encerrada a discussão e adiada a votação.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra aos Senadores para encaminhar a votação, lembrando que a discussão já foi encerrada.

Vamos tentar fazer aqui a votação nominal. Temos nove Senadores; vamos em busca de mais dois. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira encaminhar a votação, o projeto e a emenda, nos termos do relatório, apresento... A votação é nominal. Aberta a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quero cumprimentar V. Exa., que é o autor do projeto, faz justiça, devido a uma lei do passado que V. Exa., neste momento, aprimora.

É praticamente custo zero e faz justiça àqueles que mais precisam no momento em que perdem seu ente querido. Parabéns a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senador. Como sempre, seu relatório é perfeito.

Senadores e Senadoras, está aberta a votação! Senadoras e Senadores, está aberta a votação! (*Pausa.*)

O Senador Rogério ainda não votou.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Votei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Está dizendo lá que não.

O Senador Mecias ainda não votou.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. *Fora do microfone*.) – Estou tentando aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Senador Luiz do Carmo, precisamos do seu voto. (*Pausa.*)

Senador Kajuru, seu voto tem grande importância e relevância neste momento. (*Pausa.*)

Já temos quórum. Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Muito obrigado a todos.

Senador Styvenson, obrigado pela presença.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Eu estou em outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Já encerrou.

Lembro que, agora, na sequência, teremos reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador de Futebol.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Irajá, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Renilde Bulhões, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 48/2019 - CAS, de autoria Senador Romário (PODE/RJ). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, que "altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol". **Participantes:** Hermonzilha Cardoso, Presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol - ABTF; Carlos Alberto Parreira, Técnico de Futebol; José Mário, Presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol. Jorge Steinhiber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física - Confef. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 48, de 2019-CAS, de minha autoria, para realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, que "altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol".

Dando início à reunião, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados presentes são: José Mário, Presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol; Sr. Carlos Alberto Parreira, treinador de futebol, Campeão do Mundo pela Seleção Brasileira; Sr. Hermonzilha Cardozo, Presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol; e Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

Gostaria de agradecer a presença de todos os senhores. É uma honra receber os senhores aqui nesta Comissão.

Trata-se de um assunto que, por mais que muitas pessoas acreditem e entendam que não tenha importância, com certeza tem bastante relevância no nosso esporte, principalmente quando se fala de futebol, que é o esporte mais praticado do nosso planeta. É bem razoável que, no mínimo, a gente possa ter aqui um debate bastante sincero, cordial, e que cada um possa expor aqui seus pensamentos, fazer suas colocações em relação a essa audiência pública.

Ao abrir esta audiência pública, agradeço a disposição dos presentes convidados.

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando início a nossa audiência pública, passo a palavra ao Carlos Alberto Parreira.

Por favor, professor.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (Para exposição de convidado.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Quero dizer ao nosso Senador Romário que é um prazer estar aqui para poder colaborar, trocar um pouquinho de experiências e comentar aquilo que a gente vivenciou e acompanhou ao longo desses 40 anos. E eu não diria haver esse eterno confronto entre o professor e o treinador. Eu acho que os dois são importantíssimos na formação integral de um jovem, de um jogador.

Qual seria o mais conveniente para atender os nossos jovens: o professor ou o técnico? É uma discussão boa, eu acho que os dois conviveriam bem. O ideal seria que o treinador fosse um professor, fosse um líder e fosse um técnico, as três coisas, porque os jogadores, esses meninos de 14, da divisão de base, não estão ali só para aprender o futebol: é sociabilizar, é disciplinar, é preparar para a vida. Por isso tem que ser um professor, tem que ser alguém com metodologia, com método, com disciplina, voltado à parte cognitiva, e tem que ser talvez um ex-jogador, alguém que domine as condições técnicas do futebol, porque ninguém tem dúvida de que a imitação é a melhor forma de ensinar. Um gesto esportivo bem demonstrado, o garoto já aprende na hora. Eu não seria um bom professor para a divisão de base porque eu não fui jogador de futebol e a minha técnica é muito pobre, então eu nunca trabalhei com criança, porque eu não seria um bom demonstrador. Então um jovem ali, um bom professor, um bom treinador, com habilidade, um gesto esportivo, como dominar, como passar, como controlar, como chutar, eu acho que ajudaria muito. Então, a conclusão a que chego é de que, na divisão de base, é importante que o técnico tenha um pouco de líder, de professor e de técnico.

Quanto às divisões profissionais, eu vou contar um pouquinho da minha história. Eu comecei em... Eu me formei como Professor de Educação Física – estou bem à vontade para falar –, eu fiz o curso de Especialização em Treinador de Futebol; era o único caminho que você tinha nos anos 60, a lei determinava que fosse assim e se exigia que, para que você exercesse a profissão de técnico de futebol, tivesse que ter o curso da escola de Educação Física e o curso de especialização, o que eu, honestamente, hoje, depois dessas minhas vivências, acho incoerente.

Imaginem nos anos 60, 70, se um Zagalo – a gente conhece o que ele foi, o que ele representa como treinador –, para ser técnico, tivesse que frequentar quatro anos de bancos escolares em uma universidade, ou o Nilton Santos, que também parou com 40 anos, se ele quisesse ser treinador de futebol, ter que frequentar os bancos de uma universidade para se tornar técnico reconhecido. Eu acho uma incoerência muito grande.

Eu tive essa experiência. Eu fui estudar na Alemanha, na Inglaterra; fiz um curso de futebol durante três meses, numa das 16 associações do futebol alemão, onde eles formam técnicos de futebol

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todas as áreas: C, B, A, profissionais e semiprofissionais. São 16 associações fazendo isso há 60 anos. Lá, para dirigir equipes de base ou de futebol profissional, você tem que ter um certificado de treinador.

Então, desde 1968, quando eu retornei, eu venho tentando implementar essas ideias, mas elas não tiveram o fôlego, a repercussão que estão tendo agora, primeiro para regulamentar a profissão e, segundo, para fazer o certificado dos treinadores. Felizmente, nos últimos anos a CBF resolveu acolher essa ideia, e a gente está formando treinadores com certificados para C, B, A e Pro. E o grande resultado disso é que nós começamos com 60 anos de atraso, mas o futuro eu acho que se vislumbra muito positivo.

Dos 40 clubes que integram hoje a Série A e a Série B, só um treinador não tem o certificado, e isso é muito bom. Isso é um avanço enorme! Não vamos entrar na meritocracia. Só um treinador não está certificado, e irá fazer o curso em dezembro. Portanto, eu acho que o caminho é esse, não tem solução. É o mais simples.

Eu não vejo nenhum tipo de confronto na Europa. A gente nunca ouviu falar que os treinadores, que a federação, esse tipo de coisa que nós temos aqui... Lá, professor é professor, nas escolas, e técnico é técnico. É bem diferenciado. O ex-jogador provou que tem alguma experiência, vai lá, se inscreve, faz o curso e recebe o certificado. Série C, vai dirigir garotos; B, vai dirigir os de 18; A, vai dirigir semiprofissional; e em Colônia ele vai fazer o curso profissional. E professor é para dar aula de Educação Física nas escolas. É outra formação, é outro sentido, é outro objetivo: é formar a base física do jogador, a parte social, a parte disciplinar, a parte cognitiva. É diferente. Professor é uma coisa. O ideal seria que o técnico, nas divisões de base, além de técnico, fosse um professor também.

Então a gente tem que chegar a este ponto: professor é só para dar aula, e o treinador, o técnico tem que ter o certificado para se credenciar e trabalhar nos clubes. Essa é a minha visão. Eu acho que tem que ser feito assim. É muito simples. "Ah, mas os treinadores e tal, é muito difícil eles frequentarem...". Como é que os italianos fizeram? Uma vez eu era técnico do Metro Stars, de Nova York. Passamos um mês na Itália treinando em Coverciano, que é a sede da federação italiana, e todas as segundas-feiras os treinadores da Série A se reuniam para fazer o curso. Eles jogavam normalmente, trabalhavam, e nas segundas-feiras eles iam. Por que eu soube? Porque eu fui convidado em duas oportunidades para ir lá falar sobre o futebol brasileiro, como era, como se jogava aqui, a parte técnica, a parte tática, como era o dia a dia do futebol brasileiro. E isso aí não interferia. Estava lá o Ancelotti e outros que passaram por lá, todos eles assim.

Então eu acho que a gente tem que conviver com essa nova realidade. O professor é o professor, e o técnico é o técnico. O caminho são os certificados, que são feitos no mundo todo pelas federações nacionais. Na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na Holanda, na Espanha, todas essas federações promovem os cursos, e o treinador ganha o certificado para atuar. Ele não vai ser professor, ele não pode dar aula numa escola de Educação Física, ele vai ser só técnico de futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso para mim está muito claro e muito objetivo: não precisa ser um professor de Educação Física, fazer quatro anos de universidade para depois se especializar em técnico de futebol. Não há nenhuma necessidade. Agora, é importante que o treinador se capacite, que ele seja capacitado, que ele entenda um pouquinho, que ele ganhe nos cursos como sociabilizar, o que é metodologia, o que é gestão, como se comportar com crianças, com adultos, como gerir grupos. É importante que ele faça os cursos para acrescentar alguma coisa a essa vivência que ele teve como jogador.

Senador, eu acho que a minha visão básica é essa aí.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem. Muito obrigado ao senhor, mais uma vez, pelas suas inteligentes colocações.

Passo a palavra agora ao José Mário, Presidente da Federação Brasileira de Técnicos de Futebol.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. É um prazer muito grande. Obrigado ao Senador Romário pelo convite.

Eu já estive aqui nesta Casa, tempos atrás, falando justamente sobre isso aí. Eu sou formado em Educação Física. Nunca exerci a profissão. Sempre fui treinador de futebol. Quando parei de jogar futebol, emendei direto como treinador do primeiro time do Botafogo, nem fui das categorias de base. E foi muito importante eu ter sido jogador de futebol, porque, mesmo tendo feito a faculdade, isso não me dava a sabedoria, o conhecimento de dentro de vestiário, de dentro do campo que eu tive.

Eu costumo falar que, se você imaginar um ex-atleta que jogou durante dez anos, se você computar 30 horas por semana que ele trabalhou, isso dá, no final dos dez anos, 14,4 mil horas, e não foi só chutando bola. Você tem a convivência com os seus jogadores, que são diferentes um do outro, você tem convivência com treinador, com dirigente, com preparador físico, massagista, todos aqueles segmentos que trabalham no futebol e que dão esse embasamento para quando chegar dentro do campo. E você tem esse conhecimento, não necessariamente por ser um professor de Educação Física, porque são coisas diferentes. Eu, apesar de ser formado, nunca exerci a profissão e sempre tive um preparador físico do meu lado. Em todos os lugares a que eu fui na minha vida, eu tinha um preparador físico do meu lado para orientar nas coisas que são ligadas diretamente à preparação física. Para mim não seria tão importante eu saber isso se eu tenho o profissional que está do meu lado.

Eu até estou surpreso de voltar isso à tona, porque os sindicatos do Rio, vários sindicatos, já entraram na Justiça contra isso que o Confef e o Cref queriam implementar no Brasil, e ganharam. Foram até o Superior Tribunal Federal, são ações já terminadas, e agora voltamos a falar sobre isso aí.

Eu, além de fazer Educação Física, fiz Gestão na Fundação Getúlio Vargas, eu fiz Coaching, porque eu acho que conhecimento nunca é demais. Agora, não necessariamente para ser treinador precisa ser um professor de Educação Física. Estou com o Parreira, não vejo nenhuma necessidade disso. Se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vir quantas horas de futebol tem uma cadeira de Educação Física na grade, deve dar 40, 50 horas, quando o jogador, durante dez anos, teve 14,4 mil horas. É um disparate muito grande! Eu não vejo nenhuma obrigatoriedade. Se for, é bom; se não for, também não tem problema.

Eu acho que nem com criança, porque eu nunca vi nenhum treinador machucando criança, não me lembro de ter visto notícia disso. Agora, é claro que, se você tiver esse embasamento, você vai cuidar melhor, mas o treinador que é treinador... Eu tenho uma escolinha de futebol e eu dou lá meu treino para os meninos... Trabalho pouco, quem trabalha mais é o meu genro, que é formado – todos somos professores, ele é formado, ele trabalha mais do que eu –, eu só supervisiono realmente, mas nunca vi ninguém machucar ninguém. Então, se puder, melhor, mas, se não puder, eu acho que não faz falta nenhuma para o treinador em si. Eu acho que não faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, José Mário.

Passo a palavra agora ao Sr. Hermonzilha Cardozo, Presidente da Confederação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF).

O SR. HERMONZILHA CARDOZO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Romário. Ao cumprimentá-lo, cumprimento as demais autoridades presentes.

Bom dia, Prof. Parreira, e cumprimentando-o, cumprimento também os demais treinadores de futebol.

Ao Prof. Jorge, meu cordial bom-dia, e cumprimento os demais professores presentes.

Em síntese, não vou trazer de volta à tona aquilo a que o Prof. Parreira e o Prof. José Mário já deram conotação. Falar da parte cognitiva, psicomotora, biomecânica, já foi tudo explicitado. Vou tecer outras particularidades.

O projeto em pauta já foi apresentado tempos atrás. Foi tramitado e foi julgado, em 2017, pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, como improcedente que o treinador de futebol não diplomado em Educação Física tivesse o seu registro nos CREFs através de resoluções do Conselho Federal de Educação Física, por entender o relator na época que a Lei 9.696, de 1998, não se confunde com as atividades desempenhadas por treinadores de futebol e que o mesmo tem a sua particularidade em lei própria, que é a 8.650, de 1993. Faço saber aos demais presentes que a Lei 8.650 foi sancionada anteriormente à Lei 9.696, de 1998, e já qualifica os formados em escolas de Educação Física ou entidades análogas ao exercício da profissão. Então não vejo por que voltar isso à tona, havendo uma decisão já tomada, já julgando improcedente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: se fosse aprovada essa particularidade desse projeto em pauta, nós iríamos coibir os anseios de inúmeras pessoas, entre elas, os ex-atletas de futebol, como o Prof. José Mário ressaltou, com 14,4 mil horas de atividades profissionais em sua carreira, e outras pessoas que têm essa vocação, que se sentem vocacionadas ao exercício da profissão.

Então, creio ser equivocado propor um PL como esse aqui apresentado, principalmente porque vai na contramão da estrutura de formação de treinadores de futebol, normatizada pelo órgão superior do desporto, que é a FIFA, que solicita que deve ser inserida pelos países-membros, como hoje ocorre no nosso País, para reconhecimento e livre internacionalização dos nossos treinadores.

O que se pode dizer com certeza é que, como reflexo dessa instabilidade na qual se vive, muitas pessoas hoje se acham entendidas na matéria futebol e, equivocadas, não tendo mérito a fazer, opinam sobre futebol.

Baseado em tudo aqui exposto, desde a palavra do Prof. Parreira, do Prof. José Mário, o voto seria um voto contrário à aprovação do Projeto de Lei 369, de autoria do então Senador Gladson Cameli, visando à alteração na Lei 8.650.

São essas as minhas palavras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Hermonzilha.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (*Fora do microfone*.) – Senador, só um adendo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Passo a palavra ao nosso brilhante Campeão do Mundo Carlos Alberto Parreira.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Quando eu falei dos professores, aquele que se habilitar no curso de Educação Física e fizer o curso de especialização também poderia ser técnico de futebol, não seria impedido. Quero deixar isso muito claro. Ele não estaria impedido de ser técnico de futebol. Os treinadores, os ex-jogadores é que não precisariam fazer o curso de Educação Física para se tornarem técnicos, e sim fazerem os cursos de certificação da CBF. Quero deixar isso muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Passo a palavra agora ao Sr. Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef).

O SR. JORGE STEINHILBER (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Romário. Obrigado pela oportunidade de podermos participar desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar a minha fala, na verdade, fazendo um esclarecimento antes sobre essa questão que o Sr. Hermonzilha colocou, para dizer só o seguinte: a 8.650 é uma lei que foi aprovada aqui, mas o STJ deixou claro que ela gera uma insegurança jurídica por conta da palavra "preferencialmente". Na verdade, onde há o "preferencialmente" não fica nem para jogador de futebol nem para o profissional de Educação Física, daí a razão de nós termos solicitado à Casa, ao Congresso, para exatamente fazer um projeto de lei que consiga regularizar ou garantir à sociedade, através da modificação da 8.650, que a questão ficasse clara, e não que ficasse nessa obscuridade ou nesse vácuo que nós estamos nesse momento.

A 8.650 não foi julgada pelo Superior Tribunal de Justiça contra a 9.696, apenas estabeleceu que, estando lá "preferencialmente" para o profissional de Educação Física e "preferencialmente" para ex-jogador de futebol, isso significa dizer que não é nem para um nem para outro. É só para fazer um esclarecimento a esse respeito.

Eu vou seguir aqui a questão, só para colocar bem claro que, na questão do PL, de o treinador de futebol dever ser graduado em Educação Física, nós indicamos especificamente algumas questões que são importantes de serem trazidas à baila e que são inseguranças jurídicas, inclusive aproveitando para o Congresso Nacional, tanto a Câmara quanto o Senado, ter essa discussão. Qual a definição oficial de esporte no Brasil? Nós não temos definição de esporte no Brasil. Qual a definição de atleta no Brasil? Nós não temos definição oficial de atleta no Brasil. Nós falamos tudo no sentido de termos comuns. Então, em razão da falta desse posicionamento oficial, nós ficamos numa insegurança jurídica.

Há pouco tempo, no Conselho Nacional do Esporte, ainda no Ministério do Esporte anterior, foi dito que o esporte é autodefinido, ou seja, qualquer coisa pode ser esporte, desde que eu assim queira. Isso gera uma situação como a que hoje nós estamos discutindo aqui, e daí a importância de o projeto de lei efetivamente regularizar ou regulamentar a 8.650, conforme está posto aqui.

Parece-me, inclusive pela fala do profissional Parreira e do Sr. José Mário, que nós estamos, mais uma vez, Senador, na questão de conceito. Qual é o conceito de treinador? Qual é o conceito de treinador que nós estamos colocando aqui? Qual é o conceito de técnico que nós estamos colocando aqui? Qual é o conceito de instrutor de Educação Física? Qual é o conceito de professor de Educação Física?

Quando o Prof. Parreira falou a respeito de professor de Educação Física, é claro, nós fomos formados – quase todos que estamos aqui – em licenciatura. Nós fomos formados para sermos, sim, professores de escola, mas hoje, já há mais de 20 anos, nós temos duas formações no Brasil: nós temos a formação de professor de escola e nós temos a formação de bacharel em Educação Física. Esse bacharel em Educação Física é o que está preparado para trabalhar na área da saúde e na área do esporte.

Infelizmente ou felizmente, não é competência do Conselho Nacional regular as questões no sentido de se pode haver técnico desportivo ou se poderia haver outra formação para a área do esporte. Isso não nos cabe regular. Neste momento, estamos regulando, sim, a defesa de a sociedade ser atendida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por profissionais qualificados, assim como é em Medicina, assim como é em Nutrição, assim como é em todas as áreas. A sociedade, as crianças, os jovens, os adultos, os deficientes têm a possibilidade, o direito de serem atendidos por profissionais qualificados. E é isso que nós estamos aqui discutindo. Se o treinador é apenas aquele de que nós estamos falando aqui, da equipe A, essa é uma questão sobre a qual nós temos que conversar; só que, no senso comum hoje, na medida em que nós não temos uma definição clara, aquela pessoa que estiver desenvolvendo atividades nas comunidades carentes com crianças, com jovens, seja lá com que idade for, será classificado como treinador. Portanto, qualquer pessoa que se denomine treinador vai poder atuar nesses processos.

É treinador quem dirige treino; técnico é oficial, uma ciência; instrutor é quem instrui, quem adestra. Nós ficamos na Classificação Brasileira de Ocupações. Se nós seguirmos a legislação brasileira, a Classificação Brasileira de Ocupações coloca todas essas atividades na ocupação do profissional de Educação Física, na função do profissional de Educação Física, na família, que é a 2241, inclusive, se nós olharmos ali, o treinador profissional de futebol, que é o 2241-35, ou seja, o Ministério do Trabalho, através da Classificação Brasileira de Ocupações, deixa claro que, para ser treinador de futebol, deveria estar na família profissional de Educação Física.

Só para deixar claro, profissional de Educação Física abrange hoje o professor de escola, que é o professor de Educação Física de que nós estamos falando aqui, e abrange também aquele egresso dos cursos de graduação ou bacharelado em Educação Física. Isso é muito importante para que a gente possa entender que, se lá fora existem formações diferenciadas para professor e treinador, no Brasil também nós temos essa formação diferenciada. Ele vai aprender atividades, vai adquirir conhecimentos científicos tecnológicos, didáticos e metodológicos para atuar neste âmbito, que é a sequência.

"Treinador de futebol é estrategista". Esta é uma questão que nós temos ouvido muito: "Ah! O treinador de futebol é só estrategista; ele tem médico, ele tem nutricionista, ele tem fisioterapeuta para acompanhar". Sim, isso nas equipes de futebol da categoria A. Se nós considerarmos da B para baixo ou se considerarmos aqueles espaços em que, nas comunidades carentes, na praia, nas praças públicas, as crianças, os jovens estão desenvolvendo atividades, ou – entre aspas – "tendo aula de futebol", nós vamos ter claramente que ele não é estrategista; ele é um educador.

E nós estamos na certeza de que essas pessoas estarão ali fazendo futebol, praticando futebol, desenvolvendo futebol não para serem jogadores de futebol, mas para serem cidadãos futuros. É por isso que nós temos essa situação.

Aí, nós vemos: o que significam essas figuras? Todos esses aqui, qualquer um desses aqui, onde estiver trabalhando, será classificado pelo senso comum ou por qualquer um de nós aqui como um treinador de futebol. Por quê? Repito: não temos uma classificação oficial, não temos uma definição clara e específica na jurisdição, na nossa lei, nas nossas normas sobre o que é o treinador esportivo. Portanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer pessoa, seja de que atividade for, que esteja à frente de qualquer desses grupos aí será classificado como treinador de futebol.

Escolinha de futebol. É assim que funciona. A maioria das pessoas que trabalha hoje como treinador de futebol está aqui; eles não estão na equipe A ,B, ou C – na C, menos ainda. Onde a maioria das pessoas está trabalhando é aqui, nas comunidades carentes, nas comunidades de base, nos clubes sociais, nas escolas. É aqui que os treinadores estão trabalhando. E são essas pessoas que nós estamos querendo que não tenham nenhuma formação para trabalhar com criança, para trabalhar com jovens. Esse é o risco que nós entendemos.

Os valores agregados – eu não vou repetir aqui, só vou passar rapidamente – desses valores do esporte. Quando nós falamos de valor do esporte, é o valor do futebol, é o valor que deve ser passado para todos esses jovens, para todas essas crianças que estão desenvolvendo esse trabalho. O esporte não faz isso; o esporte pode fazer isso aqui. É uma questão importante. Eles auxiliam... O esporte pode auxiliar; ele não auxilia nessas questões todas.

Quanto aos benefícios que foram falados aqui – para ansiedade, evasão, depressão, droga –, sim, o esporte faz isso, e o futebol o fará com muito maior segurança, na medida em que ele é a nossa paixão. Agora, é preciso realmente que essas atividades venham nesse espaço.

Esses impactos todos que nós temos – eu estou só trazendo aqui o que é importante resgatar –, os vários benefícios, os impactos, os fatores positivos do esporte e do futebol evidentemente, por ser nossa paixão – é aonde a criança quer chegar – precisam ser desenvolvidos. São profundos e amplos esses valores da atividade física, holisticamente falando. Portanto, o futebol pode – não é que tenha... O futebol não faz tudo isso aqui; o futebol pode fazer isso aqui. Essa é uma questão importante.

O futebol é uma chave para essa socialização. Nós temos certeza disso. O Brasil poderia crescer e se desenvolver muito mais, na medida em que esse futebol fizesse essa questão nesse desenvolvimento da saúde dos jovens, mas é correta essa afirmativa? Nós queremos declarar definitivamente que não. O esporte precisa ser visto não só por esse lado dos benefícios; ele precisa ser visto também pelo lado dos malefícios que ele pode causar. Todo esporte pode causar malefício físico, malefício social, malefício moral; vai sempre depender, hoje, da forma como ele é desenvolvido. O esporte, por si só, o futebol por si só não faz nada. Não é porque eu vou mostrar como é que se joga futebol, não é porque eu vou mostrar como é que se chuta, não é porque eu vou mostrar como é que se dribla para uma criança que eu estarei promovendo benefícios; ao contrário, eu poderia, inclusive, promover esses malefícios. Por quê? Definitivamente – isso precisa ficar claro para nós – não é a prática pela prática que conduz aos benefícios. Há necessidade de esses benefícios serem orientados, de esses benefícios serem educados, de esses benefícios serem transportados e, mais ainda, de esses benefícios serem incorporados naquela pessoa que está lá ali desenvolvendo o trabalho. É esse profissional que recebe todo esse conteúdo, não só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a sua modificação moral e ética, mas, para poder passar esse conteúdo todo, é necessário que ele tenha uma graduação em Educação Física.

Eu não vou falar aqui sobre a questão que eu geralmente coloco ali – não vou me aprofundar muito –, mas quero dizer o seguinte: remédio não cura. Muitas pessoas dizem que remédio cura. Não, remédio não cura, assim como esporte não traz benefício. Quem vai me curar? Se eu estiver com algum problema, eu vou ao médico, o médico me diagnostica e prescreve o remédio. Então, quem me curou? O remédio ou médico? Quem me curou foi o médico, através da prescrição do remédio. É exatamente a mesma situação em relação ao esporte e ao futebol. O futebol não promove nenhuma atividade. O futebol não é um fim em si mesmo. O futebol é um meio. Se ele é um meio, ele precisa ter esta orientação. A criança vai desenvolver as suas atividades sociais, vai desenvolver a sua formação na medida em que aquele treinador – que está sendo chamado aqui de treinador –, aquela pessoa que está fazendo a orientação tenha os conhecimentos para poder desenvolver esse trabalho.

É importante dizer que essa ferramenta do futebol é a ferramenta mais barata; deve ser utilizada por todos nós; deve ser preconizada por todos nós. No entanto, ela não pode ficar só por um esporte, pelo futebol em si mesmo. Ele tem que ser efetivamente desenvolvido, ele tem que ser efetivamente preparado para orientar, ou seja, tem que ter uma orientação e tem que ser ministrado por profissional de Educação Física. Para treinar pessoas, para prepará-los para a vida esportiva social, quer dizer, prepará-los para a cidadania, há que se ter uma formação específica. Essa é uma questão clara. Um ex-jogador de futebol não adquire esses conhecimentos, não adquire essa vivência. Portanto, é importante dizer que nós não ensinamos a chutar a bola; ensinam-se crianças, jovens e adultos a chutar a bola. É importante dizer que não há chutes, mas pessoas que chutam. É importante dizer que não há fintas, mas pessoas que fintam; não há defesas, mas pessoas que defendem; não há golpes, mas pessoas que golpeiam. Portanto, nós não estamos falando na questão do esporte, nós estamos falando com o ser humano, nós estamos falando com pessoas. Nós estamos lidando e tratando, preparando pessoas para terem uma formação adequada. O esporte é centrado no cuidado à pessoa, e isso é muito importante.

Só para reforçar, se a atividade física, se o futebol for mal conduzido ou mal orientado, todos os benefícios do esporte serão jogados fora, irão por água abaixo. Nós precisamos ter, efetivamente, profissionais. Concordo com o que foi dito aqui: não é o professor de Educação Física que está preparado para isso, mas é o bacharel em Educação Física que vai receber esses conhecimentos e não só 50 horas; ele vai receber 3,2 mil horas de informação, preparo específico para poder lidar com crianças, para poder lidar com adultos para poder lidar com deficientes na área da atividade física.

A Unesco já deixou muito clara essa questão da qualidade profissional. Antigamente a Unesco falava do esporte como uma atividade para a saúde, e ela hoje deixa claro que o esporte e a atividade física "podem" desenvolver esse trabalho. Por quê? Ela deixa claro que tem de haver uma formação para isso, e no Brasil a formação é o curso de Educação Física. Em outros países, será uma formação em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico desportivo, com curso superior... Cada país tem a sua especificidade. No nosso País, o Congresso Nacional – não fomos nem nós – decidiu aprovar a 9.696 por entender a necessidade da segurança da sociedade na questão da atividade física e do esporte. Então, nós só estamos cumprindo aquilo que o Congresso Nacional entendeu como defesa da sociedade. E é nesse sentido que nós estamos atuando.

"O esporte tem o poder de mudar o mundo, o poder de inspirar, o poder de unir as pessoas de uma forma que poucas outras podem. Ele fala com as pessoas em uma linguagem que elas entendem. O esporte pode criar esperanças onde antes havia apenas desespero. Ele quebra as barreiras raciais e ri na cara de todos os tipos de discriminação" – Nelson Mandela.

É fundamental que a gente entenda que o esporte, o futebol não é apenas para formar atletas. O esporte não é apenas para competição. O futebol não é apenas para formarmos atletas dentro dos clubes. Ele tem muito mais significativo social e é muito mais utilizado do que isso.

Finalizando ou quase finalizando, quero dizer que o Barão de Coubertin, já em 1894, deixava claro que a gente faz do esporte aquilo que nós queremos fazer, ou seja, aquilo que nós fizermos do esporte é o que ele será. Portanto, se nós colocarmos uma pessoa que não tem informação e que não está preparada para desenvolver o trabalho, ele será aquilo, será maléfico, criará problemas sociais e morais para as crianças e para os jovens; se ele for bem conduzido, nós poderemos provavelmente conduzir um País com mais educação.

Só, rapidamente, alguns depoimentos.

O Prof. Parreira falou aqui: "Antes de tudo e acima de tudo, eu sou professor de Educação Física" – ele sempre disse isso.

Pelé: escolheu a profissão pela sua preocupação com a formação dos atletas e com a intervenção do profissional como promotor de valores e hábitos positivos e saudáveis. Pelé é um que sempre inspira o jogador de futebol a ter um curso de formação. E este é o ponto chave daqui: por que nós não preparamos todas as pessoas para terem formação? Por que o jogador de futebol ou ex-atleta não pode ter formação? Pelo contrário, nós deveríamos incentivá-los a terem formação. Por que nós estamos defendendo que, muitas vezes, ex-atleta tem que ser treinador? Porque ele não está preparado para a inserção social. Então, nós temos que fazer o quê? Criar uma estrutura no Brasil para que todos os atletas possam estudar ao longo da sua vida de atleta. Se ele tem uma formação, quando acaba a vida atlética dele ele tem imediatamente uma inserção social. No Brasil, se ele quiser ser treinador de futebol ou de outras modalidades... Isto já está acontecendo: desde 1998, nós podemos dizer que 80% ou 70% dos atletas de todas as modalidades esportivas já estão procurando cursos não só de Educação Física, mas de outras modalidades, por entenderem a necessidade da sua inserção social.

O Tite, em um jornal: "Quais virtudes um técnico precisa ter para ser completo?". "Completo nunca vai ser [é o que já foi dito aqui]". "O que é mais importante para um técnico?". "Ter uma formação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universitária e estudos. O fato de ter sido atleta é um componente". Claro! Com tudo que foi dito aqui nós concordamos plenamente. O ideal é que um ex-jogador de futebol faça um curso de bacharelado em Educação Física. Certamente, este vai ser o melhor treinador de futebol, seja para equipes de nível das séries A, seja para as equipes de desenvolvimento social.

Felipão: "A formação acadêmica facilitou minha carreira e muito, pois adquiri conhecimento científico de muitas coisas e pude discutir com a minha equipe algumas situações que na escola de Educação Física tinha desenvolvido". É isso aí. A área acadêmica é fundamental para o desenvolvimento; não fosse assim, a gente não precisaria ter médicos, advogados, nutricionistas, fisioterapeuta! É fundamental que nós possamos, em todas as áreas de formação, de graduação, de profissões, ter a área acadêmica, porque ela conjuga as questões científicas para as questões práticas e efetivamente com a melhor contribuição.

"O exercício profissional não é apenas uma questão de competência técnica, mas de compromisso ético e social" – esta é uma frase do Pelé, que nós colocamos como um dos grandes valores que o futebol tem. Ele tem que ser, deve ser compromisso ético e deve ser compromisso social; não é apenas fazer atleta de qualquer forma.

O esporte pode formar... Sobre isso já falamos – só para seguir aqui.

O importante é dizer que a responsabilidade, seja do professor de Educação Física, seja do profissional de Educação Física, não é formar atleta. A gente não quer só medalhas. Fazer o que nós fizemos aqui, dez anos de eventos esportivos, megaeventos esportivos apenas como competição? O esporte não fez nada. Não se tirou nenhum valor, não se tirou nenhum legado social ou educacional com os dez anos de megaeventos esportivos no Brasil! É isso que nós estamos querendo trazer para cá. É isso que a 9.696 procura fazer. O Congresso definiu que ela fizesse, e os conselhos, os CREFs estão procurando fazer o melhor possível dentro desse processo.

O que nós queremos, de verdade, é formar campeões para a vida. É isto que o futebol deveria fazer: formar campeões para a sociedade e para a vida.

Você pode dar o som, por favor?

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. JORGE STEINHILBER – Esse é o recado que nós queremos dar.

O nosso trabalho é defender a sociedade no direito de ser atendida por profissional de Educação Física.

Antes de encerrar, quero agradecer a presença do Presidente Nelson, Presidente do Conselho Regional de São Paulo; do Presidente Rogério, Presidente do Conselho Regional da Bahia; e do Deputado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evandro Roman, nosso profissional de Educação Física, que tem sempre defendido as questões sociais da área do esporte.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Jorge. Muito obrigado pela sua colocação.

Eu iria fazer esses agradecimentos a essas pessoas que estão presentes, mas o Sr. Jorge já se antecipou. Ao Weber Magalhães, Presidente hoje do Gama, muito obrigado pela presença.

Na verdade, esse debate está aberto. Se os senhores que estão aqui presentes quiserem, podem participar também com as suas opiniões.

Esta audiência pública foi pedida por mim porque eu fui contra o PLS 369, do Senador Gladson Cameli. Eu entendo que, como já foi colocado aqui pelo José Mário, pelo Parreira e pelo Sr. Hermonzilha, é claro que é importante um ex-jogador de futebol ser formado em Educação Física.

Eu também acompanho isso – inclusive, tive a oportunidade de fazer Educação Física durante dois, três períodos, logo quando comecei a jogar futebol, e infelizmente não completei porque tive que sair do País. É claro que, hoje, o futebol é muito diferente de antes. Inclusive, o tempo para que as pessoas possam estudar, durante o seu período de jogador de futebol, de atleta, realmente não lhes dá essa oportunidade, principalmente para aqueles que saem e vão jogar lá fora, mas, quando a gente fala aqui em profissional, eu acredito que, se um ex-jogador... O José Mário acabou de dar um exemplo aqui bem interessante. São quantas horas que você falou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – São 14,4 mil horas. Eu acredito que são horas suficientes para que um jogador de futebol possa, no mínimo, ter noção do que é o futebol na sua prática no dia a dia.

É claro que o conhecimento empírico a gente não adquire em uma faculdade. A parte técnica, a parte científica, eu até entendo, mas o conhecimento empírico, que tem uma importância muito grande no dia a dia do futebol, eu acredito que a gente só possa aprender no dia a dia, com a experiência do próprio futebol.

Eu fui contrário a esse PLS e resolvi dar uma oportunidade, Sr. Jorge, a todos aqueles que entendam diferentemente de mim, porque isso aqui é uma democracia, exatamente para a gente corrigir algumas coisas. Quando a gente fala daquelas escolinhas que o senhor colocou ali no PowerPoint, eu entendo isso e concordo plenamente com o fato de que aquele professor ali tem que ser uma pessoa formada, sim, em Educação Física, porque a base é ideal. É importante que a criança tenha na sua base,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos seus princípios, uma pessoa, um profissional que tenha conhecimento técnico, conhecimento filosófico e científico do que está ensinando àquela criança. Porém, daquela base para o profissional existe uma diferença muito grande. E aí eu entro com o meu pensamento de que, por mais que o professor de Educação Física possa ser de grande importância como treinador de futebol – não vou discutir isso –, eu continuo com o meu entendimento de que a experiência de um ex-jogador de futebol, de acordo com o tempo e com os seus anos jogados, pode, sim, fazer com que esses ex-jogadores de futebol sejam excelentes treinadores.

Nós podemos dar um exemplo agora, do futebol atual, Prof. Parreira: na Série A, dos vinte treinadores que estão hoje tomando conta desses times, existem quatro quatro treinadores que são formados, se eu não estiver equivocado; desses quatro, dois são formados em Educação Física, um é psicólogo e o outro é administrador – se não me engano, o psicólogo é o do Fluminense, o Fernando Diniz.

Se nós formos levantar todos os resultados do nosso futebol nos últimos anos, na prática, você pode ter a certeza de que nós vamos encontrar vários treinadores campões de clubes e de seleções que realmente não têm a formação de professor de Educação Física.

Então, só para finalizar a minha fala... Eu gostaria que a gente continuasse aqui debatendo. Os senhores que estão aqui presentes podem participar. Será um prazer. Apesar de o Regimento não permitir isso, sempre se permite! Quando o assunto é interessante e relevante, a gente tem de dar ouvidos a todos que queiram participar.

Eu entendo definitivamente que esse projeto do ex-Senador e hoje Governador Cameli tem de ser aprimorado. Eu sou o Relator. De acordo com o que a gente discutir e com o que sair daqui – e vocês podem ter a certeza de que a minha palavra sempre foi cumprida –, eu vou melhorar isso, com a ajuda dos senhores aqui presentes, mas sempre deixando bem claro que, no meu entendimento, que é o entendimento destas três pessoas que estão aqui – fora, no caso, o Sr. Jorge –, não é definitivamente necessário e obrigatório um treinador de futebol ser formado em Educação Física. Esse é o meu pensamento, essa é a minha ideia. Eu fico feliz em saber que existem pessoas que são conceituadas, respeitadas e reconhecidas no futebol que têm esse pensamento.

A partir disso, a ideia, Sr. Jorge, é a de construir aqui, juntos, com a presença do senhor, do nosso Deputado Federal que é formado em Educação Física e de outros aqui presentes, um projeto que seja interessante para todos, para que o futebol continue cada vez mais crescendo e para que possa haver no futebol professores de Educação Física, sim. Tem uma importância muito grande essa profissão não só em relação ao treinador de futebol. O professor de Educação Física tem uma importância muito grande na vida e no dia a dia de todos nós. Quem gosta de saúde, quem quer ter saúde... É claro que, no momento em que você precisa ter uma saúde melhor, ao ter uma relação com um professor de Educação Física, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendência é a de que a sua saúde melhore em todos os significados, independentemente de ser futebol, independentemente do esporte.

Então, estamos abertos aqui para debatermos sobre esse tema.

Antes de fazermos qualquer colocação, eu gostaria só de mostrar o que recebemos pelo nosso portal e-Cidadania.

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro: "Por que o País do Futebol deseja mudança agora, tendo em vista que temos como premissa a cultura de ex-jogadores técnicos?".

Thales Otavio, do Rio Grande do Sul: "Está na hora de valorizar o profissional de Educação Física! Aprendemos na faculdade muito mais do que técnica e tática de um esporte".

Betina Maria, de São Paulo: "Ex-atletas de futebol têm experiência e conhecimento que eu, formada em Educação Física, não tenho. Merecem o título de monitor de futebol".

Danilo Mendes, do Distrito Federal: "Vários treinadores que não são formados em Educação Física são muito eficientes e vitoriosos. Por que restringir?".

Letícia Bortolazzo, de São Paulo: "É uma profissão que ainda não é totalmente reconhecida, mas que pode gerar grandes conflitos na esfera trabalhista".

Fernando Pires de Oliveira, do Rio de Janeiro, diz: "Em nenhum país com futebol de alto nível é exigida a formação de professor de Educação Física para exercer a função de treinador de futebol".

Pela colocação dos nossos internautas, a gente vê que realmente é um assunto controverso. Cada um tem a sua opinião. Mesmo aqueles que não são formados em Educação Física pensam de forma diferente, e os que são formados também pensam de maneira diferente. Então, isso é muito interessante, é muito relevante, para que eu possa finalizar definitivamente este meu relatório, esta audiência pública.

Infelizmente... É claro que o ideal seria que estivessem aqui outros Senadores presentes, mas todos conhecem, principalmente o nosso Deputado Federal, como é a correria do dia a dia: tanto na Câmara como no Senado existem outras Comissões, em que há outros assuntos também de grande relevância para o nosso País. Já que estamos nós aqui, faremos nosso papel, debateremos e tentaremos encontrar uma solução da melhor forma, para que tanto o professor de Educação Física como o ex-jogador possam se sentir aqui representados.

Uma coisa bem importante no meu relatório foi algo que o Prof. Parreira colocou: não é simplesmente ter 14,4 mil horas como jogador de futebol; não é somente isso. Eu também entendo isso. Você participar de um curso que seja ministrado por entidades que realmente sejam capacitadas e competentes está também dentro do meu novo relatório que eu coloquei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala em Sub-11, em Sub-12, em Sub-15, é de extrema necessidade realmente, na minha opinião, que esse comandante seja formado, sim, Sr. Jorge, em Educação Física. A partir daí, na Sub-19, na Sub-21, um profissional, no meu entendimento, tem a sua importância, mas essa não é a coisa mais importante para ser treinador de futebol. Essa é a minha opinião. Respeito a opinião de todos vocês.

Estamos abertos aqui para ouvir quem quiser de novo retomar a palavra.

Por favor, professor...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Romário, acho que esta oportunidade é única. Dificilmente, você vai reunir num fórum como este pessoas para debater um assunto tão importante, quando essa lei está prestes a ser aprovada e modificada.

O Jorge, a gente o conhece há muitos anos. Ele é um craque no que faz. Ele conhece isso, mas tem uma visão diferente da nossa. Eu sou muito mais, como o Romário e o José Mário, para o lado pragmático. O que é importante? O importante no final é formar campeões para a vida, seja o professor, seja o treinador. Isso é que é importante!

Quando um garoto começa com 14 anos, com 15 anos, com 13 anos, o pai fala para mim: "Parreira, meu filho está treinando aqui". Aí a primeira pergunta que eu faço é: "Ele está estudando?". É a primeira coisa que a gente faz, porque, se amanhã não der certo, ele está preparado para ir para outro lado. É a inclusão social desse garoto. Isso o Jorge deixou muito claro.

Há outra coisa que me confundiu e confunde: treinador, técnico e instrutor. Vamos simplificar, gente! Ou é técnico, ou é treinador, ou é instrutor. Então, treinador é só para as escolinhas; técnico é só para... Vamos definir isso bem, para ficar muito claro. É muito confuso! É técnico, treinador ou instrutor? Ele definiu ali, mas vamos simplificar! Técnico é para as Divisões A e B; para as escolinhas, é instrutor; nas comunidades, é instrutor ou professor. Vamos definir bem essa área, esses conceitos. Vamos definir isso bem.

Há outra coisa: o mundo todo compartilha conhecimentos em todas as áreas, na Medicina, na tecnologia. A Apple lança o negócio lá, e o mundo todo abraça. No futebol, não pode ser diferente. Não vamos copiar os europeus porque nós temos a nossa identidade, nós temos o DNA nosso, e isso não pode ser mudado. Agora, na área da tecnologia, da gestão, da informação, a gente pode – não é copiar – se espelhar no que eles fazem com sucesso há mais de cem anos. Eu participei há muitos anos... Eu viajo há muito tempo com a FIFA, há mais de 30 anos, e eles são muito organizados nos campeonatos. Olhem só a Champions League, o que eles faturam, o que eles fazem, a organização! Como é diferente!

Uma menina aqui citou para o Romário que não há um treinador das Divisões A da Inglaterra, da Alemanha ou da Itália que tenha sido professor de Educação Física; foram ex-jogadores de futebol ou alguém que se dedicou ao esporte. Acho que o Mourinho é uma exceção, porque acho que ele é professor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação Física. Ele é uma exceção, é um entre mil. Lá o que se exige, sim, são os cursos de formação nas federações.

Eu me lembro de que, quando eu era técnico da Seleção em 2006, eu fui visitar o Arsenal, onde jogavam o Gilberto Silva e o Edu. Eu fui lá e encontrei com Bergkamp, que foi um jogador excepcional – você jogou contra ele na Copa de 1994. Ele me falou: "Professor, eu estou largando o futebol, vou voltar para a Holanda e já vou entrar para Royal Academy of Football". Ele já ia fazer o curso. Ele nem sabia se ia ser técnico de futebol ou não, e acho que não o foi, mas era importante fazer o curso de formação.

Sim, formar campeões para a vida, não necessariamente... Imagine o nosso Brasil! É tão diferente! Imagine a nossa cultura, as nossas diferenças de cultura e de religião, as nossas diferenças econômicas! No Norte do Brasil e no Nordeste, quantos milhões de clubes há lá? Você não pode exigir daqueles treinadores universidade para todo mundo. Quem dera que a CBF pudesse levar os certificados dos cursos para essas regiões todas, para que pelo menos eles tivessem um início de formação! Exigir universidade para treinar futebol, no nosso "continente", entre aspas, é humanamente impossível devido às diversidades, às diferenças econômicas, financeiras e culturais, a uma série de coisas.

Então, como o Romário, eu acho que até 14 anos, 15 anos, 16 anos, é o professor que vai formar, que vai educar, que vai socializar, que vai disciplinar. É o líder, é o técnico, é tudo! De certa idade para cima, entra o técnico que seja formado nos cursos da CBF. O grande exemplo, o grande de avanço é que, de 40 clubes hoje das Séries A e B, só um treinador não tem o certificado, e ele se comprometeu a, em dezembro, fazer o curso. Então, esse aí já é um avanço muito grande, porque o quadro que nós tínhamos há 30 anos era totalmente dantesco, era inimaginável para o futebol que é chamado de melhor do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Obrigado, professor.

Passo a palavra ao Zé Mário.

Por favor, Zé Mário...

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – Eu queria contar um caso, justamente para dar minha opinião. Quando eu trabalho num clube, eu procuro assistir a todos os treinos das categorias. Sempre que eu posso, eu assisto. Chego lá de manhã cedo e só saio à noite do clube. Em determinado clube, eu estava assistindo ao treino do infantil. O treinador não tinha sido jogador de futebol, tinha formação de professor de Educação Física, mas ele ensinava os meninos a chutar de calcanhar. Eu fiquei apavorado com aquilo, com a formação de um time grande que ia acontecer mais tarde. E eu não falei nada. Eu chamei o presidente do clube, convidei o presidente do clube e o convenci a assistir aos treinos das categorias de base do clube. Levei o presidente comigo e o botei na frente do campo. A gente sentou, e ele ficou vendo o treino. Aí ele olhou para mim e falou assim: "Ué! Mas é assim que chuta, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calcanhar? É assim que se ensina?". Aí eu fiquei quieto, não falei nada, não abri minha boca. Acabou ali, e a gente viu o outro treino. Quando chegou o dia seguinte, ele demitiu o treinador.

Aonde eu quero chegar com isso aí? A presença do ex-atleta na categoria de base é muito mais importante do que na categoria profissional, porque é ali que se vai formar... O Parreira mesmo falou aqui que ele não tinha condições de treinar categoria de base, porque ele não sabia ensinar como chutar a bola.

Então, eu acho que seria muito bom que a gente colocasse a obrigação de ser professor de Educação Física na base, junto com um ex-atleta – acho que seria muito importante isso aí –, porque este já era profissional. Quando chega lá em cima, o ex-atleta ensinou a mumunha do futebol, as coisinhas do futebol, que um professor... Quando a gente fala em um ex-atleta, a gente generaliza que ele tenha sido um ex-atleta profissional. Não! Há muito cara que não chutou uma bola profissionalmente, mas que jogou pelada e que sabe as coisas do futebol. Eu classifico assim: um ex-atleta não é só aquele cara que foi profissional. Às vezes, o cara jogou muita pelada e não teve a oportunidade de ser profissional. No Brasil, existe isto: muitos caras jogavam para caramba, mas não tiveram essa oportunidade.

Então, eu acho muito importante que, nas categorias de base, haja um ex-atleta junto. A obrigatoriedade de um professor de Educação Física na base eu acho que é importante. Agora, também acho muitíssimo importante um ex-atleta junto dessa categoria.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Agora, há o gesto, não é? Não existe nada melhor... Um gesto vale mais do que mil palavras. Então, é importante que o jogador tenha um modelo e veja como se faz. Ele tem *know-how*, ele sabe como fazer, como executar. Agora, eu sou favorável a essa ideia. Só vai aumentar o custo, não é? Só vai aumentar o custo. Tem de ver isso. Sou favorável à ideia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Sou favorável à ideia.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – Faz futebol quem o tem, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Então, seria o ideal que o treinador tivesse essas condições.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Esta é uma colocação bem feita aqui pelo Prof. Parreira, Sr. Jorge: a gente tem de definir o que é instrutor, técnico e treinador. Isso é uma coisa interessante de se colocar num projeto de lei, para definir o que é o quê, para definir o conceito. É importante isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Eu uso os dois termos: "o meu treinador", "o técnico"... Então eu fiquei confuso. Eu fiquei confuso! Eu falo treinador ou técnico; eu uso os dois temos. Não sei se o Romário também os usa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Sim, muitas vezes.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – É o treinador ou o técnico. A gente fica confuso. Vamos fazer um só.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Está aqui também o Sr. Nelson Lemos da Silva, que gostaria...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Jorge, é importante haver os dois termos? Ou a gente pode juntar num só?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Com a palavra o Sr. Jorge, por favor.

Depois, eu passo a palavra para você.

O SR. JORGE STEINHILBER – Eu quero me irmanar às palavras do Prof. Parreira, no sentido de dizer que realmente há a necessidade de definir essas questões. O Congresso Nacional ainda não definiu o que é esporte, o que é atleta, o que é treinador, o que é técnico e o que é instrutor. Então, o senhor tem a oportunidade agora... E nós estamos aqui, Senador... Pedi a palavra no sentido de dizer que nós não estamos aqui radicalizando nenhuma questão relacionada aos treinadores. Nós estamos aqui, sim, defendendo – e aí nós estamos fazendo uma defesa radical sim – que as crianças tenham o direito de serem atendidas com qualidade. E aí nós defendemos que seja um profissional de Educação Física.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Concordo plenamente!

O SR. JORGE STEINHILBER – No mais, nós estamos à sua disposição para sentar com o senhor e construir um processo que seja o melhor para o Brasil e o melhor para a sociedade.

Quero só dizer que, no Brasil, nós temos hoje profissionais de Educação Física em número suficiente. São mais de dois mil cursos de Educação Física. Hoje são mais de cem mil alunos dentro dos cursos de Educação Física. O futebol social da CBF, junto com o Gol do Brasil, vai desenvolver um trabalho no Brasil inteiro com profissionais de Educação Física e com estudantes de Educação Física. No Brasil, hoje, de norte a sul, de leste a oeste, desde que o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.696, proliferaram os cursos de Educação Física, proliferou o interesse das pessoas de fazerem o curso. Portanto, há profissionais de Educação Física em número suficiente para atender, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos à sua disposição para construir, Senador, sem radicalismo. Quero dizer ao senhor que o sistema Conselho Federal de Educação Física não está aqui apresentando posições radicais. Está fazendo uma defesa, mas está à sua disposição para construir junto um projeto que seja o melhor para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Na verdade, então, acredito que existe de ambas as partes o entendimento de que o que tem de ser construído será o melhor para o nosso futebol, para os nossos preparadores físicos. Eu tenho a certeza de que a gente chegará a esse entendimento.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Evandro Roman, do PSD, do Paraná, ex-árbitro de futebol.

Seja bem-vindo, Deputado!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Que bom! Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Nunca me deu um cartão vermelho. (*Risos.*)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Não, não mesmo! Mas tive a oportunidade de trabalhar em uns 30 jogos seus, tanto pelo Vasco quanto pelo Flamengo e pelo Fluminense. Já tivemos outros momentos de conversa. Sempre foi um atleta muito disciplinado e também fazedor de muitos gols. Que boas lembranças!

Eu gostaria, primeiro, de lhe agradecer. Como você mesmo disse, não está no Regimento, mas abre a palavra para que as pessoas possam participar, para nós podermos contribuir.

Primeiro, quero registrar a presença do Vereador de Curitiba que é muito ligado à questão esportiva, que é o Vereador Alex Rato.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Seja bem-vindo, Vereador!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – E também saúdo o Juiz, Corregedor – que é da área da infância e adolescência no Estado do Paraná – Sérgio Kreuz, que está presente conosco aqui, um grande amigo e um apaixonado por futebol também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Quero dizer que eu gosto muito... A Educação Física, o esporte foi para mim, e é, a forma que escolhi como modelo de vida, na minha formação, da graduação até as demais titulações. Você vem para o Parlamento e vê que a Educação Física permanece cada vez mais firme no sangue.

Eu o parabenizo, Senador Romário, pelo posicionamento no entendimento das categorias de base, principalmente, em relação a esse processo de crescimento, de desenvolvimento, de maturação em que a criança está. V. Exa. fala em relação aos jovens de 16 anos e de 17 anos, que é o último período do último estirão de crescimento, em que a criança está nesse acompanhamento... Eu discordo do José Mário, no campo das ideias, de que é o momento em que possa ter – o próprio Parreira também disse isso – o exemplo. Eu concordo que tem de haver um espelho, mas o profissional de Educação Física que está ali é uma pessoa que tem a formação de princípios, conceitos, valores. Ele herdou isso dentro da sua formação acadêmica, seja ela na graduação, seja ela no período de pós-graduação. Com isso, ele vai poder identificar que duas crianças no período da puberdade, com 12 ou 13 anos, estão em idade cronológica idêntica, nascidas, quem sabe, até no mesmo mês, mas ele vai identificar que, biologicamente, a idade cronológica e a biológica não batem. Ele tem que ter o discernimento de como trabalhar sem muitas vezes tolher aquele que ficou biologicamente um pouco mais para trás e que poderá ser um potencial atleta dentro de uma modalidade, dentro do futebol, dentro da posição que ele venha a escolher.

Vocês vão dizer: "Mas o ex-atleta também pode ter essa visão". Mas ele não teve a formação, ele não teve o entendimento de que naquele período... Eu não vou nem discutir sobre os que estão acima de 16 anos, de 17 anos. É um princípio em que eu concordo plenamente com V. Exa., mas eu tenho o entendimento de que, até esse período de formação, principalmente naquelas categorias menores, Sub-9, Sub-10, Sub-11, Sub-12... A Sociedade Brasileira de Pediatria aceita a especificidade do esporte a partir dos 12 anos. Não há como você levar uma criança para competição antes disso. Então, acaba que esse período de formação dessa criança ocorre muito cedo. E o profissional de Educação Física tem essa formação. Eu acredito muito que ele tem o poder de identificar esses momentos da fase de cada criança e de saber realmente em que momento ele pode ser colocado ou não, avançando – ouvi a fala do Tite – desde a carga de treinamento.

Eu comungo plenamente com o seu posicionamento, de manter isso até os 16 anos, os 17 anos, quando ocorre o último estirão, porque a prática é importante, é o espelho.

Eu digo que é muito forte o Senador Romário, mas o ídolo Romário é maior que o Senador, é muito maior, porque a força que tem o esporte, o que ele representa... Todas as vezes em que você se posiciona – permita-me, com simplicidade, chamá-lo de você –, a sua força é muito grande. Por quê? Porque você é o espelho para muitos, pelos gols, pelo que você representou ao longo da carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O profissional de Educação Física, naquele momento, quando trabalha com jovens de até os 16 anos, tem, sim, essa estrutura crucial para trabalhar, para ver esse jovem que está ali e para fazer com que ele entenda que deve jogar de forma cooperativa.

Eu, particularmente, tenho quatro filhos, e três são pequenos. Todos nós que vivemos aqui somos ausentes, porque praticamente vivemos ou no Senado ou na Câmera. Eu tento fazer com que eles pratiquem o máximo possível de esporte, para eles viverem de forma cooperativa, dentro de um entendimento, com um profissional que os acompanhe, para que possam saber que a vitória pode estar na sua frente desde que você se prepare para ela; que você tenha esses princípios, esses conceitos, esses valores. Você vai dizer assim: não, mas quem jogou, quem teve 14 mil horas de jogo, 14 mil ou 15 mil horas...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ. *Fora do microfone*.) – São 14,4 mil horas.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – São 14,4 mil. Isso, perfeito! São 15 mil horas!

Há um exemplo que eu sempre uso e que já é um pouco batido: eu venho de uma família italiana, de uma família muito grande. A minha avó paterna teve 16 filhos, o que não fez dela uma obstetra. Ela continua sendo avó, mãe.

Não é porque ela teve 16 filhos, que ela teve a experiência de ter 16 filhos, que isso a transformou em uma obstetra, em uma ginecologista. É nesse ponto que... "Ah, Evandro, mas é uma situação muito diferente". Podemos discutir, não estou dizendo que estou com a verdade, mas, no período da formação, esse profissional é qualificado para isso.

Obrigado pela oportunidade de estar falando, me posicionando e de ouvir também, porque, como falei, vivemos uma ação democrática.

Obrigado.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (*Fora do microfone*.) – Eu quero fazer um contraponto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Deputado.

Passo a palavra agora ao Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Quero fazer um contraponto. Estou totalmente de acordo com o que você falou, então a gente vai precisar ir por um outro caminho, um outro campo.

O mundo se acelerou bastante. Nós estamos fazendo transferências para a Europa com jogadores de 16 anos. São jogadores já formados. Então, é preciso ver... Com isso que você falou eu estou totalmente de acordo, nos clubes sociais; agora, nos clubes de futebol, esse profissional de futebol é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantíssimo, uma vez que hoje a velocidade de formação é muito grande. Nós agora temos cinco casos de transferência de 50 ou 80 milhões de euros para a Europa, com jogadores de 16 anos. Você não pode retardar esse processo de formação até os 16 anos. É muito tarde, se ele quiser ser jogador de futebol. Então, há os clubes sociais e os clubes de futebol. É preciso fazer essa diferenciação.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Temos que encontrar um caminho, não é?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Temos que encontrar um caminho. Está de acordo?

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Concordo.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Com 16 anos eles já estão indo para a Europa, já estão formados já!

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Concordo.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Sr. Senador, mais uma palavra...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, por favor, Sr. Hermonzilha.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Ilustre Deputado, Prof. Jorge, muito se fala na formação do atleta ex-jogador de futebol. Estão tirando o ex-atleta, simplesmente, tirando-o do campo e colocando-o como treinador de futebol. Está-se esquecendo que há um curso de formação. Aqui se está falando da formação da criança. O curso de treinador de futebol tem desde a psicologia, desde a nutrição até a aprendizagem motora. Simplesmente se está passando desapercebido isso aí. Simplesmente se está passando desapercebido que o ex-atleta está meramente deixando de jogar e assumindo a função de treinador. Não, ele tem um curso de formação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – E, no curso de formação, o treinador de futebol busca a internacionalização. E isso é atribuição do órgão gestor, que é a FIFA. Ela delegou os cursos de formação, como fazer, para que o profissional, o treinador de futebol profissional tenha licenciamento para trabalhar mundo afora. E nós estamos esquecendo esses fatores.

Então, quero dizer que, quando o professor falou que o curso de Educação Física tem 3,3 mil horas, o bacharelado... De 3,3 mil horas, quantas dessas horas ou matérias específicas são atribuídas ao futebol? São 3,3 mil horas em que ele tem lá: voleibol, basquetebol, judô, o mundo afora. Especificamente para o futebol, não são 3,3 mil horas. O profissional de futebol, para ser treinador de futebol profissional, tem quase mil horas ativas de treinamento de futebol, especificamente dentro do futebol. Quando vê a parte de psicologia, é dentro do futebol; quando vê a nutrição, é dentro do futebol; quando vê a fisiologia, é dentro do futebol. Hoje, um dos maiores fisiologistas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol e, juntamente com a CBF, ministramos cursos de treinadores de futebol. Aí temos os nossos profissionais, o Prof. Lanceta, o Prof. Altamiro Botino, que são catedráticos profissionais capacitados mundo afora. E todos os profissionais que ministram cursos são envolvidos com futebol.

Então, o treinador de futebol tem desde a sua parte de maturação da criança, como o digníssimo Deputado citou, até a parte de psicologia, a parte de campo, em síntese.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Sr. Nelson Leme da Silva Junior, Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, por favor, com a palavra.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Senador Romário, primeiro eu queria agradecer a oportunidade que V. Exa. está dando de abrir a palavra, fugindo um pouco do Regimento.

Quero cumprimentar o Deputado Evandro Roman e os demais integrantes da Mesa.

Eu queria fazer primeiro um contraponto, mas inicialmente valorizando a fala do Deputado e profissional de Educação Física Evandro Roman. Ele deu aqui uma miniaula da questão da formação e da importância do profissional de Educação Física junto a essa categoria de base, junto à formação desses alunos que futuramente poderão ser ou não jogadores de futebol.

Exemplos negativos – permita-me também discordar nesse ponto, José Mário – teremos em todos os aspectos, em todas as profissões. Não é porque um elemento tentou ensinar alguém a chutar com o calcanhar que isso faz dele melhor ou pior profissional. De repente, foi uma tática que ele utilizou para chegar a algum outro denominador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Deve ter visto muito o Sócrates.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – É, o Sócrates! Exatamente, foi do Sócrates!

Então, histórias boas e histórias ruins temos dos dois lados, sendo profissional ou não.

Quero parabenizar aqui também, Senador, esse entendimento do senhor da questão do meio termo. Nós estamos falando aqui de um PLS que fala especificamente do trabalho do treinador de futebol. Especificamente. E aí nós podemos fazer uma peneira e tentar chegar realmente a um denominador comum, juntando essas forças no sentido de equalizar esse trabalho. O que é trabalho do treinador de futebol? E o que não é trabalho do treinador futebol? Acho que a gente pode chegar a um meio termo.

O Prof. Parreira deu uma dica também interessante. A CBF não tem perna para chegar a todos os cantos do Brasil fazendo cursos, mas eu tenho certeza de que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Logo, logo vamos entrar nesse assunto.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Ótimo!

Eu tenho certeza de que o Sistema Confef/Cref teria a oportunidade de fazer isso. Nós temos, em todos os Estados do Brasil, um regional, que poderia ser um apoio, um ponto de apoio para esse tipo de formação.

Eu não estou aqui defendendo só o profissional de Educação Física, não; eu estou defendendo aqui o meio termo dessa situação, porque entendo que pode perder tanto o futebol quanto a profissão de Educação Física, se a gente radicalizar nesse discurso. E é muito importante deixar isso claro, porque, radicalizando, nós não teríamos esta conversa. Nós não teríamos esta conversa. Então, eu acho que a gente consegue chegar a um meio termo, chegar a um denominador que seja favorável ao trabalho de treinador de futebol e aos profissionais de Educação Física. Isso é muito importante a gente tentar diferenciar.

E a questão das 4,4 mil horas...

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – São 14 mil!

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Essas 14,4 mil horas representam quantos anos de profissão?

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – Oito.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Dez anos? Nós estamos falando aqui, gente... Desculpa dizer, mas nós estamos colocando aquilo que é paixão nacional, que é o futebol, num legado de uma formação mínima.

O futebol merece isso? O futebol não merece isso. O povo brasileiro não merece esse tipo de coisa. Nós temos que tratar o futebol, seja ele o jogador, o treinador, o professor, o treineiro, o que for, no mais alto nível. E, para que ele tenha o mais alto nível, é necessário, sim, que ele tenha uma bagagem científica também, aliada à empírica. Eu não tenho dúvida disso.

Senador, o senhor está de parabéns, porque eu acho que pensar nessa questão do meio termo hoje é um avanço tanto para o futebol como para o Sistema Confef/Cref. E eu partilho com o senhor dessa discussão do meio termo para a gente poder continuar essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Nelson, eu só discordo de você em uma situação. Quando o José Mário aqui diz que são 14,4 mil horas durante 10 anos, isso é sem contar os anos que ele vem de base e, muitas vezes... Eu, por exemplo, só como profissional joguei acho que 16 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é claro que o conhecimento científico tem a sua importância – eu acho que todos aqui já chegamos a essa conclusão –, mas a prática, o dia a dia, a vivência do futebol, como aqui foi colocado pelo nosso Carlos Alberto Parreira, Campeão do Mundo, um dos grandes exemplos do esporte e do futebol do mundo, é importante.

E, olhe, eu não estou aqui defendendo algo em que eu vá me tornar futuramente, porque eu nunca serei um treinador de futebol ou um técnico ou um instrutor – só para vocês entenderem. Eu não teria essa capacidade de me tornar isso. Na verdade, o que eu entendo é que a gente, definitivamente, com esta conversa aqui de hoje, com esta audiência, deve chegar realmente a uma conclusão.

Vou dar um exemplo: eu não vejo nenhuma dificuldade em a gente ter um professor de Educação Física, até o Sub-16, vamos dizer, e ao lado dele haver um ex-jogador de futebol.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA (*Fora do microfone.*) – É o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Eu não vejo nenhum problema nisso, particularmente.

Então, eu acredito que nós juntos vamos construir – peço a ajuda de vocês para que a gente possa construir – um projeto que seja interessante para todo mundo.

O SR. JORGE STEINHILBER (*Fora do microfone.*) – Senador, isso aí acontece nos clubes profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Vamos fazer isso agora virar projeto, não é isso, Sr. Jorge?

E uma outra coisa – o Sr. Rogério quer dar uma palavra, mas antes de ele falar... Está aí o Dr. Vicente, que trabalha comigo no meu gabinete. Nós entramos no Ministério Público do Trabalho com uma ação pedindo para que esse monopólio da CBF seja revisto ou seja visto de uma forma diferente. O que eu quero dizer com isso? Não pode ser normal que, por uma única entidade do Brasil, só através dela, o profissional possa se tornar treinador de futebol. E com um valor – desculpem-me, meus senhores – de mais de R$40 mil por curso. Não existe... Nós levantamos os documentos da FIFA, fomos à Uefa, fomos a vários lugares. Não há uma regra e nem uma determinação da FIFA para que só a CBF seja a entidade responsável para ceder o curso de treinador de futebol no Brasil.

Então, as pessoas: "Poxa, mas você é sempre contra a CBF". Não é que eu seja sempre contra a CBF; é que a CBF está sempre errada, e dessa vez de novo. Eu respeito e entendo que a CBF tem, sim, que ministrar esse curso – partindo dessa premissa, estamos de acordo –, mas não só a CBF. Não é justo! O próprio Parreira aqui falou: a CBF não tem braço para chegar ao Brasil todo, e tem gente que quer fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um curso lá no Amazonas, lá em Parintins, por exemplo. Como é que a CBF vai chegar lá? Aí você vai me perguntar: então, quem ficaria no lugar da CBF? Existem outras entidades aí, existem algumas autarquias... Desculpe, as próprias federações ou, senão, faculdades, universidades, que podem, sim, ajudar. Essa é a minha opinião particular. Não é... Até é, mas não é uma coisa assim: "a CBF está errada". Ela não está errada; ela só não está certa, vamos dizer assim, de querer ser dona de uma coisa que não é justa. A CLT não permite isso.

Eu gostaria até de passar a palavra para o nosso convidado aqui também, meu convidado, o Dr. Vicente, que me acompanhou no Ministério Público do Trabalho há mais ou menos duas semanas.

Por favor, doutor.

O SR. VICENTE PITHON – Obrigado, Senador.

Saúdo a todos da Mesa e a todos os presentes aqui na audiência.

Como o Senador falou, nós protocolamos uma representação no Ministério Público do Trabalho questionando a imposição da Confederação Brasileira de Futebol de um curso de formação para os treinadores de futebol no Brasil atuarem especificamente na Série A, porque existe hoje essa exigência de que esses treinadores de futebol tenham que obter essa licença, mediante um curso de formação, e a nosso ver o grande problema é que esses cursos de formação são exclusivamente ministrados pela Confederação Brasileira de Futebol. Ela estabelece um monopólio nesse sentido, o que, a nosso entendimento – e parece que é o do Ministério Público do Trabalho também –, é uma medida flagrantemente inconstitucional, porque estabelece óbices, obstáculos ao exercício de uma profissão, e isso pode ser feito mediante lei no Brasil. Não pode uma entidade privada, como a Confederação Brasileira de Futebol, estabelecer uma condição, um óbice ao exercício de uma profissão, ao exercício de um ofício que não seja por lei, e a lei hoje não estabelece essa condição.

E esses cursos de formação não somente são de exclusividade da Confederação Brasileira de Futebol, como – o Senador lembrou bem – custam, têm preço exorbitante para a maior parte dos profissionais que militam nessa profissão no Brasil, que não têm condição de pagar, somadas as licenças, mais de R$40 mil. Então, parece-nos abusivo isso, e fizemos uma representação no Ministério Público do Trabalho.

Entendemos que... Eu acho que há um consenso aqui de todos os especialistas de que a capacitação é fundamental – ela é importante para qualquer profissão, na verdade, não somente para a de treinador de futebol, mas para qualquer profissão –, mas que esses cursos de capacitação não sejam oferecidos ou exigidos de maneira exclusiva pela Confederação Brasileira de Futebol; que isso possa ser disseminado em toda a comunidade do futebol, em toda a classe, de atletas, ex-atletas, também profissionais de Educação Física, faculdades, universidades, organizações não governamentais, árbitros de futebol também, enfim, em toda a comunidade do futebol. E não pode uma entidade privada, como a CBF,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer isso como condição exclusiva. Que esses cursos tenham uma abrangência nacional e possam ser oferecidos também a preços acessíveis para todos da comunidade do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Só para fazer mais uma colocação, eu quero dizer para a CBF e para aqueles que sempre dizem "o Romário está sempre contra a CBF" que eu entendo e posso afirmar que a CBF tem, sim, que ministrar esse curso. Até aí, tudo bem. Agora, não pode ser só a CBF, a única. Esse é o meu entendimento.

Por favor, Prof. Parreira.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Dr. Vicente, olhe só, eu não estou aqui para defender ninguém, quero só contextualizar esse conceito.

Desde 1968, quando eu fiz o curso na Alemanha, a gente vem se debatendo para que a gente fizesse os cursos de formação de treinadores, e às vezes me perguntavam – e pergunto ao Romário, ao José Mário – por que os treinadores brasileiros não são aceitos lá fora. Não é questão de competência, é questão de fundamentação. Os europeus de modo geral não reconhecem. Nós não temos escola de formação, nós não somos formados.

Eu perguntei ao Léo, o Leonardo, que é amigo nosso aqui, jogou com a gente: Léo, por que eles não convidam os técnicos brasileiros? "Parreira, eu acho que é porque a gente não tem formação". Isso é muito importante!

Na Europa, os responsáveis pela formação dos treinadores são as federações – da Alemanha, da Itália, da Espanha, da Holanda –; elas são as responsáveis. Por que é importante ter isso centralizado? O José Mário sabe do que eu vou falar aqui agora. Vários terminadores, mais de dez, vieram para mim: "Parreira, eu quero trabalhar" – na época em que eu fui, não precisava – "na África, na Ásia". Mais de dez, uns quinze. Eles não reconhecem as licenças da CBF ainda. É uma briga que não foi solucionada até este momento. Imaginem, se a CBF eles não reconhecem, se nós dividirmos isso por mais dez outros que queiram fazer o curso, como vai ficar isso aí? Porque no final todo mundo quer essa licença reconhecida. Então, vamos centralizar na CBF.

Com relação aos preços, eu sei que, quando eu vou dar aula lá, todo mundo vem reclamar comigo. Não sou eu que determino o preço. Todo mundo reclama. Os treinadores, realmente, todos reclamam, porque é muito caro. Eu andei perguntando e soube que para alguns eles dão bolsa, dão desconto, facilitam o pagamento. Isso é uma coisa que pode ser discutida, mas a centralização eu acho fundamental exatamente pelo reconhecimento das licenças.

E outra coisa: é muito complexo fazer um curso C, B, A e Pró. Não é tão fácil assim, não! Tem que ter gente gabaritada. Nós teríamos, em outras situações, gente com gabarito para ministrar esse curso? Então, não é tão fácil assim. Não quero discutir os meandros da lei, só quero fazer essa colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o reconhecimento das licenças, porque todo mundo quer ter essa licença reconhecida. Já está difícil com a CBF, com todo o poder. A CBF tem trabalhado, eu tenho visto lá, com a Uefa, com a Conmebol, com todo mundo, e até agora elas não são reconhecidas – certo, José Mário?

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Prof. Parreira, há questão de dois meses, eu estive presente em Portugal, onde foi fundada a União dos Treinadores de Futebol de Língua Portuguesa.

Em Portugal, o curso é feito pela ANTF (Associação Nacional dos Treinadores de Futebol). A associação lá é que legisla; a federação apoia a associação. Inclusive, agora, a sede da associação mudou, com um pleito da própria federação, que institucionalizou.

Isso daí é uma outra vertente muito grande. Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol. Ela faz o curso de formação de treinadores comumente, como faz a CBF, com o acompanhamento com a grade, tentando ver o conteúdo programático colocado pela FIFA e pela Conmebol. Nós exercitamos isso. Nós formamos turmas, inclusive aqui em Brasília, e hoje há vários profissionais formados aqui, através do nosso curso, trabalhando na China. Nós fomos até Manaus e formamos uma gama de treinadores, que hoje já se encontram trabalhando nas divisões profissionais do Campeonato Amazonense. Então, há formação. Há esse intuito da formação. E volto a frisar: quanto aos cursos ministrados, eu tenho visto o conteúdo programático dos cursos da CBF e da ABTF, e eles são paralelos, são pertinentes um ao outro. Então, há uma gama muito grande disso aí, de formação profissional.

O que se deu, a demanda, quando isso foi instituído, foi que a CBF supervisionasse e chancelasse os cursos existentes na sua sede, e ela simplesmente abocanhou, na síntese da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Exatamente!

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Ela abocanhou o curso e fez! Ela foi determinada, pela FIFA e pela Conmebol, a chancelar os cursos, não a ministrar os cursos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Perfeito. Aí entra a lei trabalhista.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Muito bem. Eu acho que, se houver gente capacitada, ela pode dividir, sim.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Sim, eu não estou discordando disso, da capacitação...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Mas não se esqueçam do reconhecimento das licenças, o que é fundamental para o treinador – o reconhecimento das licenças!

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Sim, mas é feito pelos cursos de formação instituídos. A determinação veio do órgão gestor. Agora a CBF está cumprindo essa determinação que veio da Uefa e da Conmebol, fazendo as licenças, como a ABTF também está cumprindo. Agora, a CBF, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador colocou, simplesmente ser autônoma... "Eu ministro cursos e só pode dirigir quem fizer meu curso".

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não, "eu só posso dar o título de treinador para quem faz aqui, na minha casa".

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Isso está errado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não é justo.

O SR. HERMONZILHA CARDOZO – Inclusive, Senador, para conhecimento aqui, a Federação Paulista, no seu regulamento de competições do ano de 2019, colocou esse pleito. Está no regulamento de competições da Federação Paulista. Inclusive, eu estou juridicamente tentando ver, junto à Federação Paulista, por que ela instituiu isso no seu regulamento de competições. Só é aceito para dirigir o Campeonato Paulista quem tiver o curso da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Para mim isso é novidade, eu nem sabia. Obrigado pela informação.

José Mário, por favor.

O SR. JOSÉ MÁRIO DE ALMEIDA BARROS – Deixe-me mostrar como é que funciona isso aí.

A FIFA delega às confederações a confecção da competição. A CBF, a Conmebol ou qualquer outra confederação ou federação não pode mudar a lei do jogo – não pode jogar com 12, etc. –, agora, no campeonato dela, ela bota quem ela quiser. Por exemplo, se a CBF botar que só pode sentar no banco treinador que fez o curso lá na casa do Senador Romário, só vai sentar no banco ali, nem a Fifa muda, porque a Fifa dá direito. Por isso, a Uefa não quer reconhecer, ela não é obrigada a reconhecer, tem que ser politicamente.

O Platini foi à Ásia – agora está preso, graças a Deus – e fez um conluio que não aceitou mais treinador brasileiro, só quem tinha curso da Uefa. Eu fui convidado para trabalhar lá, cheguei lá e o cara pediu Uefa. Eu não sou europeu, você pode pedir Conmebol. Ele falou: "Não, mas eu quero da Uefa". Então, me dá minha passagem de volta. Fiquei lá um ano e não falaram mais do assunto.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – É muito complexo isso aí, porque ela bota no regulamento dela. Quem não quiser participar não participa. Eu vou contar uma coisa que aconteceu no regulamento da competição. Estava escrito que tinha que assinar carteira do treinador. Aí o Presidente do Corinthians, o Andrés, falou assim: "Eu vou falir o Corinthians se assinar a carteira do treinador". O caboclo que ainda não era o presidente falou assim: "Eu não estou perguntando se você vai aceitar ou não. Se você não aceitar não participa do campeonato. Não precisa participar do campeonato. Porque é lei trabalhista, tem que aceitar".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa lei de treinador de 1993 nunca foi cumprida. Quando a CBF colocou no regulamento da competição, cumpriu, porque quem quiser participar participa, é privado. Então, é muito difícil discutir esse assunto, o custo realmente é muito caro. Cada custa dá mais ou menos uns dez mil, no total dá quarenta e poucos mil reais. A gente estava discutindo isso. Mas, é um troço muito difícil de discutir justamente porque a Fifa dá o apoio. A Confederação pode... Se a CBF falar assim: "Vai ser lá na casa do Zé Mário, lá na ABTF que vai valer o curso, ninguém vai discutir isso, nem Uefa". Então, a gente tem que discutir mais sobre isso aí.

Agora, não é fácil, porque a CBF tem o poder do futebol no Brasil. O próprio Brasil deu esse poder a ela perante a Fifa.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Professor, só um adendo. Como fica a lei mor do País, a Constituição Federal, o livre exercício da profissão àqueles que são profissionais?

O SR. JOSÉ MÁRIO – Mas a CBF não proíbe formação do treinador, ela não proíbe. Para sentar na competição dela, tem que fazer aquilo, tem que assinar carteira, tem que fazer as coisas.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Mas se há um cidadão que é profissional, ele tem o certificado profissional...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – O nome disso é reserva de mercado.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – ... e não pode exercer sua profissão, ele é coibido? Está contra a Constituição, é inconstitucional.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Mas existe – permita-me, Sr. Presidente – uma regra, a Fifa determina que as afiliadas à Confederação Brasileira de Futebol sigam rigorosamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Não existe, nós já fomos atrás disso. Por isso que entramos no Ministério do Trabalho. Se fosse uma exigência da Fifa para que o único órgão responsável para formar um treinador de futebol fosse a CBF, é claro que eu não iria entrar nessa seara. O problema é que não é exatamente isso.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Eu estava seguindo o princípio da linha da Justiça Desportiva e da Justiça Comum. Se você recorre e busca junto à Justiça Comum antes de se esgotarem todos os efeitos da Justiça Desportiva, você é penalizado, a Fifa acaba punindo a equipe, a confederação. Isso vem da Fifa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Tudo isso a gente sabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Eu estava seguindo a mesma linha, mas não tinha esse conhecimento – que o senhor estava dizendo – de que, em cursos, não há. Eu acreditava que era a mesma hierarquia vinda da FIFA. Pelo menos era o entendimento que eu tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Deputado, a gente não vê em nenhum documento – e a gente procurou – dizendo o seguinte, resumindo: aqui é a FIFA. "Você, CBF, só você pode dar o curso, ministrar o curso, e fazer com que uma pessoa seja treinadora de futebol." Nós não encontramos isso da FIFA. Se existe, a gente ainda não encontrou. Entendeu? A gente não viu ainda esse documento. Resumi mais ou menos.

Por favor.

O SR. VICENTE PITHON – Se me permite só um adento, até pegando um gancho do que o Deputado Evandro comentou. Existe um princípio constitucional consagrado que é o da autonomia das entidades esportivas. Isso é consagrado. Mas também já é jurisprudência consolidada, no Supremo Tribunal Federal, que esse princípio da autonomia desportiva é limitado. E é limitado, sobretudo, pelas leis gerais do País, pelo ordenamento jurídico do País. Esse caso da exigência do curso de formação para treinadores da Confederação Brasileira de Futebol nos parece que é um caso claro, exatamente, desse conflito. Naturalmente, dentro do ordenamento jurídico, a Constituição Federal é superior.

Como o Senador Romário lembrou, não existe uma determinação da FIFA, uma imposição, para que as confederações nacionais, as filiadas à FIFA, imponham a exigência dessa licença e desse curso para seus treinados de futebol. A Conmebol, hoje, impõe isso. Mas a Confederação Brasileira de Futebol é filiada à FIFA, em primeiro lugar.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Doutor, mas nós não podemos correr o risco...

O SR. JOSÉ MÁRIO – Conmebol e FIFA.

O SR. VICENTE PITHON – É.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – ...correr o risco de, como o professor Parreira falou, não ter a chancela, de não ser chancelado? Corremos esse risco? Estou aqui no campo da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Concordo plenamente.

Mas, para a FIFA chancelar não precisa só a FIFA ministrar o curso. A FIFA pode muito bem chancelar o curso...

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – A Associação Brasileira de Treinadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Então é um exemplo.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Mas ela não chancelou a CBF para que pudesse...

Não estou aqui fazendo defesa, estou indo por um caminho dentro da lógica de como a estrutura da FIFA funciona. Se ela chancelou a CBF - corrija-me, Prof. Parreira...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Essa parte eu desconheço.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – ...ela vai dizer: "Olha, no Brasil..." A não ser que ela abra a chancela para uma outra. Aí acho que é o ponto.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Normalmente, nos outros países, são as federações que fazem os cursos, na Alemanha, na Itália, na Inglaterra, na Espanha.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Não sei a questão local.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Mas, de um modo geral, na Europa...

O SR. VICENTE PITHON – Prof. Parreira, eu acho que, na Argentina, é a associação de treinadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Chancelar uma coisa é diferente de monopolizar aquela coisa. É diferente. Esse é o meu entendimento.

Mas, enfim, Sr. Rogério Moura quer dar uma palavra?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Com licença. Eu acho que nós demoramos. Desde que eu fiz o curso na Alemanha, em 68, e trouxe essa ideia para cá, são 51 anos. Nós demoramos 60 anos para começar, finalmente, a ter um curso. Gente, é um avanço! Não vou entrar na meritocracia. Dos 40 clubes das Séries A e B, em 39 os treinadores estão credenciados, estão com uma formação boa. Voltar atrás nisso aí é um descompasso muito grande. Então, vamos criar outras formas, mas vamos manter o que está sendo feito aí ou criar outras coisas. Até entrarmos novamente nesse processo todo é demorado.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Prof. Parreira, isso, como o senhor está dizendo, é nos 40 clubes? Trinta e seis têm o...

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Trinta e nove.

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Trinta e nove têm o curso. Mas informo ao senhor que há quase 100 treinadores formados pela ABTF que estão coibidos do exercício da profissão por causa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monopólio da CBF. São profissionais, têm capacidade profissional e são profissionais de curso "A". E estão coibidos do exercício profissional pelo monopólio exercido pela CBF. São gabaritados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Por favor.

O SR. ROGÉRIO MOURA – Bom dia a todos!

Quero, primeiro, agradecer o convite e a oportunidade de falar. Estou tranquilo porque trabalhei dez anos como preparador físico de futebol na Bahia, no Bahia, no Vitória, desde a divisão de base até o profissional. Convivi com Osni, que hoje é Presidente do Sindicato dos Jogadores de Futebol da Bahia, é o pontinha habilidoso.

Quero dizer aos senhores que, na época em que fiz Educação Física, na Bahia, só existia uma faculdade, que era a Católica, em 1990. Eu saía de Feira de Santana, todos os dias, a 150 km, e voltava para dar aula. Hoje nós temos 109 instituições de ensino superior ministrando cursos de Educação Física. Hoje facilitou muito. O que é comum a todos é que a formação é importante. Isso e comum a todos. Nós chegamos a esse denominador pelo discurso de todos. Minha pergunta é: por que não formar todos com curso técnico? Por que reservar apenas para uma instituição? – aí concordo com o Senador Romário. Nós temos 5.570 Municípios no Brasil. É óbvio que a CBF não atingirá todos os profissionais. É claro! Nós temos IES no Brasil inteiro, nós temos um projeto que avançou na educação básica, um projeto muito bom, do MEC, que foi a Plataforma Freire. Por que não usar o mesmo modelo? Por que não o MEC também entrar?

Quanto à questão de validação, senhores, nós temos o exemplo do Revalida, com o Mais Médicos agora. Os cursos precisam ser revalidados. Há a OIT, a Organização Internacional, tratados internacionais. O Senador pode, inclusive, costurar esse reconhecimento fora do País para reconhecer o profissional lá fora. Nós temos o caminho é aqui, nesta Casa, com os senhores que defendem a sociedade brasileira.

Então, ferramentas nós temos, basta que elas sejam realmente discutidas, como está sendo discutido, sem tensão – que é o que está acontecendo aqui - , com vários pontos de intersecção. Isso é importante.

Nós queremos garantir aos profissionais que lidam com atividade física, com crianças, com adolescentes... Quero dizer aos senhores que convivi com isso, no início da profissão. Foi muito difícil, para mim, lidar com ex-jogadores de futebol que não tinham formação. Depois do treinamento físico, vou falar sobre carga, como o José Mário disse. E José Mário disse que não exerceu a profissão. Exerceu sim, e exerceu no momento em que disse: "Olha, vou dar o treino de futebol e contratei o preparador físico."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, entender o que é a preparação física, a carga de trabalho, com seriedade... O professor Parreira está aqui e é um exemplo sobre isso.

Mas dizer aos senhores que essa discussão é importante porque tratamos do esporte da paixão nacional. Toda criança joga bola no Brasil, pratica, e tem como exemplo o Romário, o Pelé, tem como exemplo grandes atletas. E nós somos profissionais, somos essa ligação entre o esporte e educação e o limite que esse esporte pode dar como educação. O limite vai desde a condição do limite social ao da carga de trabalho. Então, a Bahia tem o exemplo de que o futebol transformou pessoas de lá, que, como atletas de futebol, chegaram à seleção brasileira. E foi por intermédio de profissionais de Educação Física também.

Mas fazer comparações, aí, me desculpe, ruins. Nós temos comparações boas. Roger hoje, que é técnico do Bahia, que faz uma excelente campanha, é técnico de futebol, ex-atleta de alto nível e formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então, nós temos na realidade é que abrir para a formação, Senador. Criar sistemas de formação, seja com associações, com as IES no interior, com as faculdades. Não restringir a formação.

A nossa discussão aqui é garantir formação para todos, e essa é a briga de todos. O que nós queremos com formação? Melhorar a qualidade do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Rogério, eu estou totalmente a favor das suas palavras, de acordo. Agora, aí vem outro assunto: o que não é justo é o cara ser o treinador de futebol, ele ter que ter a formação. Aí já é um outro assunto. Agora, que a formação é importante, claro. Entendeu?

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Não precisa ser universitário, acadêmico. Não precisa ser, não precisa ser universitário. Isso está muito claro. Para ser técnico de futebol, não precisa.

O SR. ROGÉRIO MOURA – Claro. Acabei de dar o exemplo do MEC. A plataforma foi e formou.

O SR. CARLOS ALBERTO PARREIRA – Exato. Não há necessidade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem, senhores. Alguém mais querendo falar? Não havendo mais quem queira...

O SR. HERMONZILHA CARDOSO – Senador, é de entendimento, como o senhor citou, o clube social e o clube profissional de futebol. O profissional de Educação Física já está paralelamente em conjunto com o treinador de futebol porque, no clube profissional de futebol, há o exercício do profissional de Educação Física, o preparador físico. Ele já está caminhando ao lado do treinador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, cabe isso ao clube social, na formação. E isso os cursos de formação da ABTF e da CBF dão esse embasamento ao formando, de como trabalhar aprendizagem motora, cognitiva, em geral. Esse embasamento ele tem. Volto a frisar: não vamos tratar o ex-jogador saindo do campo exercendo a função. Ele faz o curso de formação para o exercício profissional. Isso seja naquelas escolinhas, seja em qualquer instituição.

Agora, nós temos aí o Cref, o exercício de fiscalização também. Não sei ainda dentro da cadeia, a minha associação não faz, creio que a CBF também não faz essa fiscalização para ver se aquele profissional que está na escolinha está capacitado para ali se encontrar presente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem. Sr. Jorge?

O SR. JORGE STEINHIBER – Senador Romário, acredito que o senhor tenha sido muito feliz com o chamamento desta audiência pública. O senhor vê a quantidade de inseguranças jurídicas que foram trazidas aqui e demonstra que, de fato, há a necessidade dessa reflexão maior.

Eu vou encerrar a minha fala em alguns pontos para poder contribuir nesse projeto substitutivo que o senhor possa vir a fazer. Primeiro, a questão da formação hoje de ex-jogador de futebol ou de jogador de futebol não é mais problema. Eu concordo com o senhor que, quando senhor fez Educação Física – eu me lembro de que o senhor estava na Castelo Branco fazendo Educação Física e eu estava lá –, o curso era presencial, então óbvio que era muito complicado para o senhor ter que conciliar o seu projeto de jogador de futebol com o curso.

Hoje nós temos cursos de ensino a distância. Então, o ex-jogador de futebol, em vez de jogar um baralhinho ali, pode fazer um estudinho ali de ensino a distância e se formar. Então, hoje há muitas formas possíveis de formação.

A segunda questão, que foi colocada aqui pelo senhor Hermonzilha, a respeito dos cursos, é dizer que esse curso não é um curso de formação. Ele é um curso livre, não é um curso reconhecido pelo MEC. Os cursos reconhecidos pelo MEC são aqueles que dão a formação, dão o diploma para você poder exercer aquilo.

É lógico que a associação, qualquer associação, qualquer entidade, qualquer sindicato, pode fazer os cursos que bem entenderem, mas não são cursos de reconhecimento para qualquer exercício profissional. São cursos livres.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Treinador de futebol, no caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE STEINHIBER – Mesmo treinador de futebol, mesmo treinador de futebol. Curso de inglês, qualquer outro curso, são cursos livres.

Aí, teria que cair numa linha que o Presidente Rogério colocou de talvez o MEC reconhecer no Brasil os cursos tecnólogos, aí é outra história. Hoje não existe essa possibilidade, por isso é que...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – O MEC também não reconhece os cursos da CBF?

O SR. JORGE STEINHIBER – Não, claro que não. Estou de acordo com o senhor. Por isso que eu estou dizendo, nesse ponto nós estamos de pleno acordo.

Só para fechar essa questão do Ministério Público. Ele é muito importante porque o Ministério Público também zela por essas questões sociais. O que nós estamos trazendo aqui, Senador, não é só o futebol de base. Às vezes a gente fala futebol de base como sendo aquele em que estamos preparando o atleta para ser jogador de futebol. Mas volto a repetir aquilo que o Presidente Nelson colocou: futebol as crianças jogam e gostam de praticar. Ele é utilizado por várias escolinhas que não são escolinhas de formação de base, que são simplesmente formação social, que são simplesmente oportunidade de desenvolver o futebol. E ali, é perigosíssimo nós colocarmos esse ex-jogador.

Então, o nosso desafio, Senador, que nós colocamos à disposição é isso: para treinador das equipes de atletas profissionais, não há problema nenhum que seja jogador de futebol, que seja lá o que for. A nossa preocupação é que...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Sim, mas, com tudo isso, tem que ter o curso. Tem que ter uma formação profissional. Não precisa ser professor de Educação Física.

O SR. JORGE STEINHIBER – Sim, claro. Não há problema.

Nesse ponto, treinador profissional de futebol de equipes profissionais de futebol, dezesseis anos em diante, não há nenhuma preocupação nossa quanto a isso.

Nossa preocupação é, nessas atividades sociais, nessas atividades esportivas, nessas atividades visando à formação, qualidade de vida, preocupação com formação realmente é que nós estamos preocupados. E aí entendemos, sim, que esse graduado em Educação Física é fundamental e necessário para isso. Essa é a nossa preocupação.

Muito obrigado. Ficamos à disposição para o senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Eu também entendo assim. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. NELSON LEME DA SILVA JUNIOR – Senador, um minutinho só. É só para reforçar aqui o que o Presidente Jorge está falando e aquilo que o Sr. Hermonzilha está falando. Os conselhos regionais fiscalizam o futebol. Vou dar um exemplo do que nós fazemos em São Paulo em virtude dessa questão jurídica, inclusive. Nós deixamos de priorizar técnicos profissionais para poder fiscalizar exatamente as questões de escolinhas sociais, escolinhas de meio-termo, que a gente chama.

Então, essa questão da fiscalização é muito importante. E, assim, o futebol profissional hoje... Em São Paulo, por exemplo, nós temos a questão da denúncia, mas nós não temos a obrigatoriedade, ou melhor, os nossos agentes não vão obrigatoriamente fiscalizar o treinador de futebol. Isso é muito importante deixar claro para vocês. Exatamente.

Então, assim, eu acho que é exatamente o equilíbrio aí. São Paulo já trata esse assunto dessa forma. Então, talvez a gente poderia avançar nessa questão de onde fiscalizar e quando fiscalizar.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Convoco para o dia 2 de julho, terça-feira, às 14 horas, reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 116/2017, que regulamenta o art. 41, §2º, inciso III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, em atendimento aos requerimentos nos 59 e 65, de 2019, da CAE, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Juíza Selma.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Mara Gabrilli, Maria do Carmo Alves, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2020), com a finalidade de discutir e votar as Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 5/2019-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências". Neste momento, o senhor Presidente, Senador Romário, passa a palavra ao Senador Styvenson Valentim, relator das Emendas à LDO/2020, para proferir seu relatório. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas à LDO/2020. Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades: Emenda nº 1 – "8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde". Meta: 4.600; Emenda nº 2 – "8581 – Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde". Meta: 5.400. Emendas de Texto: Emenda nº 3 – Aditiva – Artigo 36; Emenda nº 4 – Aditiva – Artigo 69 Inciso I; Emenda nº 5 – Aditiva – Artigo 69 Inciso I; Emenda nº 6 – Aditiva – Inciso I Item 63; Emenda nº 7 – Aditiva – Inciso XXXV; Emenda nº 8 – Aditiva – Artigo 11; Emenda nº 9 – Aditiva – Artigo 124 Parágrafo 1 Inciso I Alínea p; Emenda nº 10 – Modificativa – Artigo 36 Parágrafo 5; Emenda nº 11 – Modificativa – Artigo 66; Emenda nº 12 – Modificativa – Artigo 68; Emenda nº 13 – Aditiva – Artigo 69 Inciso I; Emenda nº 14 – Modificativa – Artigo 65; Emenda nº 15 – Aditiva – Artigo 11; Emenda nº 16 – Aditiva – Artigo 11; Emenda nº 17 – Aditiva – Artigo 11; Emenda nº 18 – Aditiva – Inciso I Item 63; Emenda nº 19 – Aditiva – Artigo 69 Inciso I; Emenda nº 20 – Aditiva – Artigo 69 Inciso I; Emenda nº 21 – Aditiva – Inciso I; Emenda nº 22 – Aditiva – Inciso XXXV; Emenda nº 23 – Aditiva – Artigo 11; Emenda nº 24 – Aditiva – Artigo 11; Emenda nº 25 – Modificativa – Artigo 36 Parágrafo 5. Em seguida, o senhor Presidente, Senador Romário, submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos. Aprovada, a presente Ata, assinada pelo Senhor Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei nº 5/2019-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, para proferir o relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou direto ao relatório para ganhar tempo.

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução n° 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei n° 5, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020 (PLDO 2020). De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2020, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução n° 1, de 2006-CN, e pelo parecer preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a CAS tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2020 estão delineadas na Parte Especial do parecer preliminar da CMO.

Encontram-se sob análise desta Comissão 24 propostas de emenda de texto, relacionadas no Anexo I do presente relatório, e 135 propostas de emenda para inclusão de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo II. Não foram apresentadas propostas de cancelamento de meta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

No que se refere às emendas ao texto apresentadas, somos pela inadmissão da Emenda de n° 16, por contrariar o item 2.3.1 de Parecer Preliminar (apresenta proposta fora das competências regimentais desta Comissão). Inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade de emenda, somos pela apresentação das demais propostas oferecidas pelos nobres pares.

Já em relação às emendas para inclusão de meta, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas de emenda surgidas, 135, e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar, duas. O inegável mérito das propostas apenas acentua o impasse e agrava a dificuldade da escolha.

De início, somos pela inadmissão das Emendas nºs 46, 49, 52, 59, 86, 109, 111, 114, 116 e 120, por contrariarem o item 2.3.1 do Parecer Preliminar, que estabelece que somente serão admitidas emendas de Comissão permanente que sejam restritas às competências regimentais desta Comissão.

Dentro de tais parâmetros, foram selecionadas inclusão de metas para as duas ações a seguir relacionadas:

– Código da ação: 8535; descrição da ação: estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde; Emendas nºs: 7, 12, 26, 42, 45, 53, 74, 85, 95; autores: Senadores Luiz do Carmo, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Weverton, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Leila Barros, Mara Gabrilli.

– Código da ação: 8581; descrição da ação: estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde; Emendas nºs 6, 10, 25, 34, 41, 50, 70, 87, 81; autores: Senadores Luiz do Carmo, Nelsinho Trad, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Humberto Costa, Eduardo Gomes, Leila Barros, Mara Gabrilli.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do orçamento será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas ao texto do PLDO 2020 não inadmitidas, elencadas no Anexo I, bem como das seguintes emendas de inclusão de meta ao Anexo de Prioridades e Metas.

Código da ação, como já foi dito, 8535 e 8581: Estruturação de Unidade de Atenção Especializada à Saúde e Estruturação de Rede de Serviço de Atenção Básica à Saúde. Unidade Estruturada, Meta 4600, 5400.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As emendas foram aprovadas.

As emendas serão encaminhadas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Só um minuto, Senador.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Lembro que agora, na sequência, teremos reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatro minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Mara Gabrilli, Maria do Carmo Alves, Irajá, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Carlos Viana, Paulo Paim, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Vanderlan Cardoso, Dário Berger, Confúcio Moura, Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Nelsinho Trad e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 725, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o repasse de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 32, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito por parte do condutor de veículo que cometer os crimes de homicídio ou lesões corporais, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 312, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para determinar a participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 244, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para estabelecer a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em situação de vulnerabilidade social no quadro de empregados das empresas prestadoras de serviços a terceiros." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CDH, com uma subemenda que apresenta, e 2-CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 240, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera os art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dar nova redação os afastamentos do empregado sem prejuízo do salário." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 342, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta o§ 3º ao art. 4º-C da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para garantir, desde que haja identidade de funções, aos trabalhadores terceirizados de condomínios os mesmos direitos laborais dos empregados da contratante." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias (PT/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1322, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Lei da Meia-Entrada para conceder o benefício aos doadores regulares de sangue." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CE e 2-CE. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2330, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), e 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos locais onde são realizados eventos esportivos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame do Relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 240, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para conferir ao menor sob guarda judicial a condição de dependente do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 412, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a divulgação anual dos critérios e valores estabelecidos para remuneração de serviços e dos parâmetros de cobertura assistencial no Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Airton Sandoval (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que o pagamento do salário-maternidade, na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fins de adoção de criança, seja realizado diretamente pelo empregador." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 627, de 2015 - Terminativo -** que: "Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural." **Autoria:** Senador José Medeiros (PPS/MT). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 311, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para incluir as dificuldades de comunicação e expressão no rol dos impedimentos que caracterizam a pessoa com deficiência." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 431, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os §§ 3° e 4° ao Art. 29-C da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 302, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões, estabelece as diretrizes para o reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, em conformidade com o art. 201, § 4º da Constituição Federal, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 72, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e a subcomissão Temporária de Doenças Raras, com o objetivo de debater questões relacionadas à Síndrome de Tourette." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 75, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as soluções viáveis para enfrentamento da grave crise imigratória instalada, em Roraima, e mais especificamente na Capital de Boa Vista." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 76, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, com o objetivo de debater a publicação do Decreto n. 9.893, de 27 de junho de 2019, que "Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa"." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 19.

Senador, por favor, com a palavra.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente, é muito importante apresentarmos essas emendas aqui. As duas emendas apresentadas por mim e pelos outros Senadores foram acatadas. Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde: é muito importante no Brasil, o Brasil precisa tratar desse assunto com mais respeito. Estruturação da Rede de Serviço de Atenção Básica à Saúde também.

Então, eu quero agradecer ao senhor e ao Styvenson por terem acatado essas emendas nossas aqui e dizer que nós estamos trabalhando pelo Brasil. O Brasil vai melhorar com este Senado que está aqui, com essa estrutura do nosso amigo Senador. Eu tenho certeza de que o Brasil vai escolher essa emenda e vamos tentar colocar dinheiro nelas, porque não adianta fazer emenda e não colocar dinheiro. Então, como membro da CMO, nós vamos tentar colocar dinheiro aqui para realmente essa emenda ir para frente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador, eu poderia, em tempo, corrigir: Senadora Soraya Thronicke. Perdoe a ausência do seu nome, mas a senhora está aqui também, como autora. Eu esqueci, foi um equívoco. Mas já corrigi.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 725, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Dispõe sobre o repasse de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para fazer a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Senador Romário.

Antes de iniciar, quero dizer que, quando li a justificativa do projeto do Senador Veneziano, fiquei assustado com os números, com os dados do Censo do Sistema Único da Assistência Social. Em 2016, Senadores, 32.852 crianças e adolescentes estavam abrigados em unidades de acolhimento nesse momento, e 60% retornam às famílias em um prazo de 12 meses. Por que estou falando desse dado estatístico agora? Porque o projeto do Senador Veneziano, que chega a esta Comissão, dispõe sobre o repasse de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional. É a uma fração do Bolsa Família que se destina, que seriam os jovens na idade especificada, como vou ler agora.

O autor da matéria, o Senador Veneziano, afirma que, embora os dirigentes das entidades acolhedoras sejam equiparados a guardiões, para todos os efeitos de direito, inclusive o de prestar assistência material, moral e educacional às crianças e adolescentes, são as famílias que muitas vezes continuam a receber todos os benefícios do Programa Bolsa Família, inclusive aqueles concedidos em função da existência de crianças e adolescentes no núcleo familiar.

Além disso, ressalta que as instituições acolhedoras normalmente não contam com recursos públicos suficientes e dependem de doações para o pagamento de suas despesas básicas.

Depois de analisada pela CAS, a matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas até aqui emendas a esse projeto.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, a proposição modifica a destinação dos benefícios variáveis do Programa Bolsa Família ao amparo mínimo de crianças e adolescentes que estejam abrigados em instituições de acolhimento. Em vez de serem repassados às famílias, os benefícios serão pagos às entidades responsáveis pelos cuidados das crianças e adolescentes até quando as situações de acolhimento perdurar.

Por isso, eu citei no início o prazo de 12 meses. Normalmente, eles ficam por 12 meses nesses lares de acolhimento. São 60% de quase quatro mil crianças.

O Programa Bolsa Família atendeu cerca de 14 milhões de famílias brasileiras em 2018. O valor médio pago a cada uma delas foi de R$178,04. O total investido pelo Governo Federal chegou a R$2,4 bilhões.

O benefício variável, objeto da atenção do projeto em análise, tem o valor de R$41 e é pago a famílias com crianças e adolescentes com idade entre 0 e 17 anos. São exigidas contrapartidas como manutenção do calendário de vacinas e frequência escolar. Mesmo que o número de filhos seja elevado, o limite para o recebimento de todas as modalidades de benefícios do Programa Bolsa Família é de R$372 por família.

Conforme aponta o autor da matéria, a responsabilidade sobre a criança ou sobre o adolescente, na acolhida, passa para a instituição que os recebe, quando por fortes razões precisam ser afastados da família natural. Em vista disso, nada mais lógico que as condicionalidades e os benefícios também sejam transferidos para essas entidades durante a permanência das crianças e dos adolescentes sob seus cuidados.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 725, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente Romário...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Requerimento extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para a leitura do requerimento.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente, quero agradecer a V. Exa. e aos colegas desta Comissão.

O requerimento é no sentido de que esta Comissão possa ouvir, em audiência pública, o Secretário de Estado de Saúde de Roraima, o Secretário Municipal de Saúde de Boa Vista, o General comandante da Operação Acolhida, das Forças Armadas, que cuida dos venezuelanos em Roraima, e também os Vereadores de Boa Vista, que se encontram aqui representados pelos Vereadores Ítalo, Pastor Jorge, Genival da Enfermagem e Miriam.

Eles estão solicitando, Sr. Presidente, e é o nosso requerimento, em função de a saúde pública do Estado de Roraima ter colapsado. O Governo Federal tem ajudado bastante a Operação Acolhida, mas a Operação Acolhida se resume a seis mil venezuelanos que estão dentro dos abrigos. Só que os venezuelanos, mesmo dentro dos abrigos, não têm serviço médico, não têm escola, não têm outro tipo de amparo, a não ser o almoço e o jantar. Boa Vista já não suporta mais isso, e essas pessoas, além dos 80 mil venezuelanos que se encontram nas ruas, todas elas, inclusive do abrigo, buscam o serviço público de saúde, de educação, os hospitais do Governo e os hospitais da Prefeitura.

Portanto, requeiro a V. Exa. e aos colegas que possam convidar essas autoridades para uma audiência pública, a ser marcada por V. Exa., para os ouvirmos e encontrarmos nesta Comissão, muito bem presidida por V. Exa., Senador Romário, um caminho, uma solução junto ao Governo Federal para o Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

Louvo a iniciativa do eminente Senador Mecias, porque esse assunto, esse problema eu acho que é de caráter nacional, pelo fato de o ingresso de venezuelanos em Boa Vista ser um número alarmante, e o Estado não se encontra preparado para atender à demanda, certamente, na questão da saúde, da educação, da geração de emprego e renda. Por isso, também eu quero aqui me associar ao ilustre eminente Senador Mecias, porque nós, Senadores, o Congresso Nacional e, sobretudo, a Presidência da República temos que levar a sério esse assunto pelo fato de o índice de criminalidade do Estado de Roraima ter aumentado sobremaneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero também ser um signatário com V. Exa., Senador Mecias, pela relevância e urgência que o assunto que V. Exa. está propondo tratar nesta Comissão requer. Certamente, daqui, deste Congresso, têm que sair as soluções para resolvermos esse problema grave.

Ontem mesmo eu estive num almoço do nosso bloco, e lá estava o ilustre Senador Chico Rodrigues, manifestando essa preocupação.

Portanto, quero louvar essa iniciativa. O seu requerimento é meritório e tem o apoio do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Aproveitando a oportunidade, agradeço a presença dos quatro Vereadores citados aqui pelo Senador Mecias, de Boa Vista. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

[É o seguinte o requerimento aprovado:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 75, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as soluções viáveis para enfrentamento da grave crise imigratória instalada, em Roraima, e mais especificamente na Capital de Boa Vista.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (PRB/RR) e outros]

Item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito por parte do condutor de veículo que cometer os crimes de homicídio ou lesões corporais, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Em 12/06/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Colocando a matéria em discussão, consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente de pedido de vista.

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes para suas considerações finais.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O relatório já foi lido anteriormente. Foi pedida vista. Não sei se houve alguma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não houve.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Então, podemos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Consulto se algum Senador gostaria de discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir a retirada de pauta do item 11, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Será retirado, Senadora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT) – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 9, Projeto de Lei nº 1.322, terminativo.

Senador Mecias de Jesus, poderia assumir esta Presidência? É que o relatório é meu, para eu fazer a leitura, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Item 9.

1ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1322, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Lei da Meia-Entrada para conceder o benefício aos doadores regulares de sangue.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nº 1-CE e 2-CE.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

2 - Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Solicito ao eminente Senador que faça a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Vou diretamente à análise.

A nosso ver, não há vício de inconstitucionalidade, material ou formal, na proposta.

As falhas relacionadas à juridicidade, no que diz respeito à técnica legislativa, já foram apontadas e solucionadas no âmbito do parecer da CE. Não observamos vícios quanto à regimentalidade, de maneira que agora resta analisar o mérito.

O PL nº 1.322, de 2019, busca incentivar a doação periódica de sangue, ao oferecer ao doador, em troca, o benefício da meia-entrada em cinemas, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o Território nacional.

A situação de desabastecimento dos bancos de sangue no Brasil é bem conhecida por todos, o que motiva a realização frequente de campanhas, que buscam conscientizar a população a respeito da importância da doação. Apesar de todo o esforço do Poder Público e de entidades da sociedade civil, esse quadro não parece ter perspectiva de melhora.

Algumas leis estaduais concedem a esse público a isenção de pagamento das taxas de inscrição em concursos públicos realizados nos respectivos territórios, medida eficaz, mas que atinge uma quantidade relativamente pequena de pessoas.

Assim, apesar de não ser possível estimar como a medida pode impactar os estoques de sangue e hemoderivados, esperamos que sua grande abrangência possa induzir uma mudança de comportamento nos brasileiros.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.322, de 2019, com as Emendas nºs 1 e 2 - CE.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Coloco a matéria em discussão.

A Senadora Selma, para discutir.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor autor do projeto, Fabiano Contarato, a minha fala aqui é apenas para elogiar a iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós sabemos que a doação de sangue é uma emergência sempre, porque os bancos de sangue vivem com problemas de estoque e isso depende, em boa parte, da cultura do povo em entender o quanto a doação é importante.

Essa iniciativa, uma vez que, como lei federal, vai abarcar toda a Nação, eu tenho certeza de que vai colaborar muito para que esses estoques de sangue sejam regularizados e, se Deus quiser, também para que as pessoas se conscientizem por si sós da necessidade dessa doação. Só quem precisa, quando precisa, na emergência, é que sabe como é importante que as pessoas percebam essa necessidade.

Então, fica aqui o meu elogio ao Sr. Relator, ao senhor autor do projeto, desde já, obviamente, direcionando o meu voto pela aprovação.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e fica adiada a votação nominal por falta de quórum.

Item 10.

1ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 2330, DE 2019

- Terminativo -

Altera as Leis nºs 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), e 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos locais onde são realizados eventos esportivos.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romário, Relator, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto à análise de novo.

Os malefícios causados pelo uso de cigarros e de outros produtos fumígenos são mundialmente reconhecidos. Além daqueles comprovados em diversos estudos médicos e científicos, há ainda os prejuízos constatados empiricamente tanto pelos próprios usuários quanto por aqueles que convivem com fumantes. O mal do fumo é tão evidente que não há quem queira, hoje, perpetuar o vício. Quem fuma quer parar e não recomenda que amigos e familiares adotem o mau hábito. Quem não fuma não pensa em começar.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o consumo de fumo matou em 2017 mais de sete milhões de pessoas. Caso ainda mais grave configura-se com os não fumantes que se tornam, contra a sua vontade, fumantes passivos.

A Lei nº 9.294, de 1996, proibiu a utilização de produtos fumígenos em recinto coletivo fechado, privado ou público. Tal proibição, ao nosso ver, inclui os recintos de prática esportiva. Contudo, para que não haja margem para interpretação diversa, somos favoráveis à alteração trazida pelo projeto em tela. Tornar a não utilização do uso de fumígenos um requisito para entrada e permanência do torcedor nas arenas contribuirá para a saúde e o bem-estar coletivo.

Sem dúvida o projeto é meritório.

Mostra-se, de forma apropriada, a vinculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada, pela Constituição, à esfera da lei complementar.

Quanto à legalidade e juridicidade, a iniciativa encontra-se igualmente adequada.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei n° 2.330, de 2019.

Peço aos meus pares que juntos possamos melhorar o ambiente esportivo.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Discussão a matéria com o relatório do eminente Senador Romário.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica adiada a votação por falta de quórum para a votação nominal.

Devolvo a Presidência ao Presidente titular desta Comissão, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 627, DE 2015

- Terminativo -

Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.

Autoria: Senador José Medeiros (CIDADANIA/MT)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1 - A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

2 - Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Irajá para a leitura do relatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2015, do Senador José Medeiros, que acrescenta o art. 5º-A à Lei n° 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.

O projeto estabelece que a jornada de trabalho rural será de até oito horas, prorrogáveis por até duas horas suplementares ou até quatro, mediante prévia negociação em convenção do trabalho.

O projeto foi destinado, originalmente, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde foi objeto de parecer favorável pelo Senador Blairo Maggi e, posteriormente a esta CAS. Em virtude da ativação da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, onde apresentou relatório, o Senador Acir Gurgacz manifestou seu voto pela aprovação da matéria. Contudo, o projeto não chegou a ser votado na CEDN.

Em razão do encerramento das atividades daquela Comissão Especial, a matéria foi novamente direcionada à CAS, para apreciação em caráter terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria não recebeu emendas até o presente momento, embora, registre-se, o relator na CEDN tenha apresentado emenda que não chegou a se consubstanciar, dada a ausência de votação naquela Comissão.

Foi cometida a esta Comissão, no Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que, como o caso, versem sobre relações de trabalho.

A Constitucionalidade da proposição está presente, pois observados os arts. 22, inciso I, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa, quanto no tocante à sua apreciação.

O projeto, entendemos, merece acolhida, dado que representa um importante avanço no sentido de atualização do marco normativo do trabalho rural. Com efeito, trata-se de garantir, no quadro do trabalho rural, a igualdade de condições entre trabalho rural e urbano preconizada na Constituição.

Essa igualdade tem de ser colocada no contexto das necessidades especiais da atividade rural – notadamente no tocante à frequente intermitência do trabalho rural, tanto em âmbito anual (em função da demanda especial por trabalho nas épocas de plantio e colheita, em contraposição à sua relativa desnecessidade em outros períodos) quanto, por vezes, no decorrer de um mesmo dia – em razão de que, no campo, são mais comuns trabalhos que se caracterizam por períodos de atividade no início e no fim do expediente (notadamente na atividade pecuária).

Assim, as demandas específicas da atividade econômica rural justificam, em nosso entendimento, a aprovação da presente proposição.

A modernização das relações laborais no campo passa pela adoção de um modelo mais flexível de trabalho, que reflita a evolução tecnológica e social desse ramo e reconheça as especificidades a que aludimos.

Concordamos, igualmente, com o Relator da proposição no âmbito da extinta Comissão de Desenvolvimento Nacional, no sentido de que seria proveitosa a extensão das modificações propostas também para os trabalhadores envolvidos na recepção, limpeza, secagem e armazenagem de grãos, dado que, na época da colheita, todos os trabalhadores envolvidos na cadeia logística respectiva são bastante demandados.

Do voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 627, de 2015, com a seguinte emenda:

Emenda nº - CAS

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao PLS nº 627, de 2015, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º e dando-se à ementa a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural, e acrescenta o § 18 ao art. 235-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender o regime de horas extras a todos os trabalhadores envolvidos no processo de colheita até o armazenamento de grãos."

.....

"Art. 2º O art. 235-C da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 18:

'Art. 235-C.....

.....

§ 18. O disposto no *caput* aplica-se também aos trabalhadores responsáveis pela recepção, limpeza, secagem e armazenamento de grãos.'(NR)"

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação por falta de quórum.

Item 17.

1ª PARTE

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 431, DE 2015

- Não terminativo -

Acrescenta os §§ 3° e 4° ao Art. 29-C da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Como foi mencionado, trata-se de um projeto de lei do Senador Paulo Paim.

Segundo o autor da proposta, a criação do fator previdenciário, "fórmula matemática que consiste em um cálculo que, via de regra, reduz significativamente o valor das aposentadorias por considerar fatores como a idade, o tempo de serviço e a expectativa de sobrevida...", foi um dos motivos da redução das aposentadorias concedidas após 1999. Esse fator, que era para ser uma regra provisória para desmotivar aposentadorias precoces, tornou-se definitivo e prejudica especialmente aqueles que começam a trabalhar mais cedo.

Além disso, o proponente contesta os argumentos atuariais da Previdência Social sobre a existência de um déficit, afirmando que estudos especializados comprovam haver superávit nas contas previdenciárias. Sendo assim, e considerando que já houve contribuição para o custeio dos benefícios, no modelo anterior ao do fator, o autor não vê motivos para que não seja permitida a eleição da melhor aposentadoria, com opção pela fórmula 85/95.

Na análise, aborda-se a competência desta Comissão para o entendimento desse assunto.

No mérito, o projeto tem o louvável objetivo de reduzir as perdas que o fator previdenciário causou no cálculo da renda de benefícios de muitos aposentados. Trata-se de permitir aos que cumprirem os requisitos da fórmula 85/95 a faculdade de pedir e receber a revisão de suas aposentadorias, beneficiando-se da melhor condição.

Nada mais justo, em nosso entendimento. A idade, que é elemento marcante na fórmula utilizada como fator previdenciário, avança, e as necessidades dos aposentados aumentam. Novas condições exigem dados atualizados para o cálculo. Mesmo a sobrevida pode estar sujeita a novos parâmetros. Enfim, aos segurados da Previdência Social, nessas condições, devemos conceder o direito de buscar essa atualização dos benefícios.

Sabemos que se encontra em andamento uma proposta de reforma da previdência. Não podemos, entretanto, esperar por um texto que, no momento, encontra-se indefinido. A legislação deve evoluir, e obviamente que, em havendo uma PEC, haverá mudanças, corrigindo injustiças e estabelecendo novos direitos.

Percebe-se que são, ainda, questionáveis diversos dos argumentos em prol da reforma previdenciária, em variados aspectos. Nos debates e propagandas reformistas, surgem números que podem não condizer com a realidade, e, mesmo que haja reparos no modelo previdenciário oficial brasileiro a serem feitos, não podemos deixar outras demandas justas e válidas paralisadas. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aposentados, prejudicados pelo fator previdenciário, precisam receber benefícios compatíveis com a vida pregressa, de trabalho intenso e contribuições efetivas ao sistema previdenciário. Qualquer redutor...

Desculpe-me, só um pouquinho. Saiu do ar aqui, mas já estou...

Qualquer redutor que se imponha a esse justo direito não nos parece razoável.

Então, o voto.

Diante de todo o exposto, opina-se pela aprovação do PLS nº 431, de 2015, com as seguintes emendas:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2015, a seguinte redação:

> Acrescenta os §6º e §7º ao art. 29-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir a revisão dos benefícios, com a exclusão do fator previdenciário do cálculo, e dá outras providências.

E a outra emenda.

> Renumerem-se como §§6º e 7º os §§3º e 4º do art. 29-C, acrescentados pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2015, à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente Romário. Eu peço o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para solicitar a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão a inclusão extrapauta de um requerimento que considero oportuno, na qualidade de Presidente da Subcomissão de Proteção à Pessoa Idosa, uma das Subcomissões criadas por esta Comissão e lideradas por V. Exa. para que esta Comissão tenha amplitude nas suas atuações nessa área.

Preocupado com o decreto e a modificação que se apresenta numa determinada redução da capacidade de atuação do Conselho Nacional da Pessoa Idosa, solicito uma audiência pública, tendo em vista a nossa luta aqui junto ao Presidente da República, mas também a preocupação recente – o Governo é amplo, são várias as áreas do Governo – com a experiência de idas e vindas dos decretos do desarmamento, de posse e porte de armas. Então, nada mais natural do que o sistema democrático de rediscussão de medidas do Governo, principalmente quando a área é tão sensível quanto essa.

Ora, nós temos o crescimento constante e firme da população idosa do nosso País – todos os censos apontam isso –, então, qualquer reavaliação de diminuição de funções deste conselho retrai a atividade de discussão de política pública para a proteção da pessoa idosa.

Portanto, nada mais justo do que requerer a esta Comissão e pedir o apoio neste sentido: de que façamos essa audiência pública para fortalecer inclusive a boa intenção do Governo Federal com relação à situação da pessoa idosa no País. Por isso, a minha solicitação de apoio a todos os colegas. E, volto a dizer, fazendo isso para ajudar o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Consulto as Senadoras e os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Gomes.

Os senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

[É o seguinte o requerimento aprovado:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 76, DE 2019

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, com o objetivo de debater a publicação do Decreto n. 9.893, de 27 de junho de 2019, que "Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa".

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)]

Item 16.

1ª PARTE

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 311, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para incluir as dificuldades de comunicação e expressão no rol dos impedimentos que caracterizam a pessoa com deficiência.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Ainda é um projeto, como foi dito, do então Senador Antonio Carlos Valadares, que se propõe a incluir as pessoas com dificuldades de comunicação e de expressão entre aquelas consideradas pessoas com deficiência.

Para tal finalidade, a proposição altera o art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A modificação realizada expande a definição legal, relatando que se considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, de comunicação ou sensorial, o qual – o entendimento –, em interação com uma ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na sequência, o art. 2º determina que a lei de si resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que os impedimentos para se comunicar e se expressar constituem barreiras adicionais e acarretam intenso sofrimento. Relata, ademais, que cidadãos que sofrem de mudez ou de gagueira não se veem incluídos nas proteções sociais devidas às pessoas com deficiência. Informa, ainda, que a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens considera a gagueira, por exemplo, como uma deficiência. Aliás, vários países fazem isso.

A matéria veio para a CAS e, na sequência, seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O projeto é extremamente meritório, acrescenta a expressão "dificuldade de comunicação" para definição da pessoa dentro da lei brasileira de inclusão, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311/2018, com a seguinte emenda:

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2018, a seguinte redação:

> Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para incluir as dificuldades de comunicação no rol dos impedimentos que caracterizam a pessoa com deficiência.

É o parecer e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Item 18.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 302, DE 2016

- Não terminativo -

Institui o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões, estabelece as diretrizes para o reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, em conformidade com o art. 201, § 4º da Constituição Federal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Exatamente, Sr. Presidente.

É um projeto do Senador Paulo Paim que visa ao reajustamento dos benefícios das aposentadorias e pensões dos segurados do Regime Geral de Previdência Social, com renda mensal superior a um salário-mínimo, a fim de preservar-lhes, em caráter permanente, seu valor real, em conformidade com o art. 201, §4º, da Constituição Federal.

A proposição, conforme declarado, visa a conceder aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de valor superior a um salário-mínimo, o mesmo percentual de reajuste conferido às prestações cujo valor seja igual ao referido patamar.

Passando para a análise, Sr. Presidente.

Estão previstos os fundamentos também da possibilidade de a CAS analisar a presente preposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não se trata, ainda, de questão que demande a aprovação de lei complementar para a sua inserção no quadro normativo brasileiro. Assim, a lei ordinária é o instrumento jurídico ainda para a disciplina da matéria em exame.

Inexistem, portanto, impedimentos constitucionais, jurídicos, legais, regimentais ou de técnica legislativa.

No mérito, a iniciativa merece ser louvada, por tornar efetivo o disposto no art. 201, §4º, da Carta Magna, que assegura aos segurados e dependentes do Regime Geral o reajustamento das prestações pecuniárias a eles pagas, garantindo, de forma permanente, a manutenção do poder aquisitivo dos seus benefícios previdenciários.

A proposição, ao importar para os citados benefícios critério de correção utilizado para a recomposição do poder de compra do salário-mínimo, garante que as prestações pagas pelo Regime Geral, independentemente de seu valor, tragam dignidade àqueles que as percebam.

Para aprimorar tão meritório projeto, entretanto, sugere-se a atualização dos marcos temporais previstos no art. 41-C que se busca inserir na Lei nº 8.213, de 1991, e no art. 2º da proposição.

O PLS nº 302, de 2016, foi apresentado visando a surtir efeitos no exercício financeiro de 2017. Entretanto, a sua apreciação pelos órgãos colegiados desta Casa somente teve início no ano corrente, motivo por que se deve alterar o referido dispositivo, a fim de que a recomposição do poder aquisitivo dos benefícios atingidos pela proposição tenha início em 2020, ano posterior, portanto, à sua aprovação.

Em razão do que foi exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2016, com as seguintes emendas.

Dê-se ao art. 41-C da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2016, a seguinte redação:

> Art. 41-C. Para execução do programa de que trata o art. 1º deverão ser observados, nos reajustamentos dos benefícios das aposentadorias e pensões, os seguintes critérios:
> .....
> II – a aplicação dos seguintes percentuais nos anos de:
> a) 2020, o equivalente a sessenta por cento da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), apurada pelo IBGE, para o ano de 2018;
> b) 2021, o equivalente a sessenta e cinco por cento da taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2019;
> c) 2022, o equivalente a setenta por cento da taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2020;
> d) 2023, o equivalente a setenta e cinco por cento da taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2021; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e) 2024, o equivalente a oitenta por cento da taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2022.

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2016, a seguinte redação:

Art. 2º Até 31 de dezembro de 2024, serão fixadas novas diretrizes para o Programa de Recuperação do Poder Aquisitivo dos Benefícios das Aposentadorias e Pensões a vigorar no período de 2025 a 2029, inclusive.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador, coloco a matéria em discussão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Vista coletiva concedida nos termos regimentais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu acho que tem que ser vista coletiva, não é isso? Pode ser vista coletiva.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Eu queria perguntar ao Relator, Senador Flávio Arns, porque aqui não ficou muito claro. Diz-se assim: "A proposição visa a conceder aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, de valor superior a um salário-mínimo, o mesmo percentual de reajuste conferido às prestações cujo valor seja igual ao referido patamar."

Esse referido patamar aqui é o salário-mínimo?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Olhe, Sr. Presidente, nós estamos fazendo uma reforma da previdência por absoluta necessidade. Nós estamos tendo um déficit este ano superior a R$300 bilhões. Está na hora de a gente ver, com realismo, a situação financeira que o País está vivendo. Nós estamos concedendo mais benefícios.

Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, que vem sendo instituída no Brasil uma política de valorização do salário-mínimo, e todo ano o salário-mínimo vem tendo reajuste acima da inflação. Eu sou um velho Parlamentar aqui deste Congresso, e nós lutávamos para que o salário-mínimo no Brasil fosse de pelo menos US$100, e nunca conseguíamos esse patamar. Mas com essa política de valorização que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo ocorreu nos Governos do PT, principalmente no Governo do Presidente Lula, nós já chegamos a salário-mínimo de mais de US$300, quando o salário-mínimo médio no Brasil girava em torno de US$60, US$70, US$80. Por quê? Pela política de reajuste com ganho real. Ora, se nós formos estender esse ganho real para todos os aposentados do INSS, nós vamos fazer exatamente o contrário daquilo que está sendo proposto por todos que têm consciência de que a previdência não pode continuar como está.

Eu sei que votar contra aposentado é uma posição antipaticíssima, mas nós estamos com a reforma da previdência, que deve ser votada nesta semana ou na próxima na Câmara dos Deputados, que vem aqui para o Senado e que evidentemente é uma proposta para restringir direitos, porque o déficit é muito grande. E aqui nós vamos conceder um direito que, se continuar desse jeito, vai ser incalculável. Porque hoje, quando o aposentado se aposenta, a partir de hoje, ele tem o reajuste da inflação da sua aposentadoria, mas ele não tem ganho real. O que está sendo proposto é que, além do reajuste, da manutenção do seu poder aquisitivo, ele passe a ter um ganho real, como é a política do salário-mínimo, e aí evidentemente que inviabilizaria qualquer previdência aqui ou em qualquer parte do mundo.

Meu ponto de vista aqui modestamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. Foi concedida vista.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, permita-me fazer apenas uma observação também.

O projeto ninguém pode discutir que é meritório. O ilustre e eminente Senador Marcelo aqui disse que, além da inflação, propõe o ganho real do PIB, até atingir no ano de 2024.

O que se comete aqui no Brasil, eminente Senador Marcelo Castro, em relação às aposentadorias – disso V. Exa. deve ter conhecimento e muitas pessoas aqui têm dentro das suas famílias –, o que ocorreu lá atrás? O cidadão recolhia, fosse ele autônomo, fosse ele contratado, sobre 20 salários-mínimos, sobre 10 salários-mínimos. O cidadão passava 30 anos, Romário, e ia pagando sobre 2, 3, 5 até atingir 10. Eu digo isso com base no meu pai. O papai fez um esforço tão grande – ele morreu com 91 anos de idade –, um esforço tão grande para pagar sobre 20 salários-mínimos, para um dia ele ter uma aposentadoria decente. O que ocorreu? Aí é que entra a discussão do fator previdenciário, Senador Flávio Arns. De lá para cá, houve um achatamento – V. Exa. tem conhecimento aqui. Resumo da obra: no dia em que ele morreu, Romário, recebia R$930, porque a aposentadoria dele era um salário-mínimo indecente.

Qual é a minha indignação em relação à não aprovação desse fator previdenciário? Já no meu primeiro mandato, sempre acompanhei o Senador Paulo Paim, para nós aprovarmos aqui no Congresso Nacional, sobretudo aqui no Senado, para não cometer essa injustiça. O cidadão, muitas vezes, deixava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até de comer uma alimentação boa para recolher ali o seu carnezinho, pagando sobre 20 ou sobre 10 salários-mínimos. Lá na sua velhice, quando ele mais precisou, ele não recebeu nada; o Governo o caloteou; o Governo o saqueou, assaltou o suor desse cidadão brasileiro. E ainda há gente com essa mesma dificuldade, passando... Olha, você me cobra sobre 20 salários-mínimos, e eu recolho; quando eu mais preciso, na velhice, eu vou receber 1 salário-mínimo? Quando precisa mais comprar remédio – o cidadão mais velho usa muito mais medicamento –, precisa de ter uma cuidadora, ele não tem como pagar.

Então, essa questão aqui é louvável. Sabemos perfeitamente da questão da reforma da previdência, que nós precisamos ter a responsabilidade, sobretudo num país que vive uma crise sem precedentes. Entretanto, a questão é grave e é séria. Fator previdenciário o Congresso Nacional tem que discutir e tem que votar. Não podemos fazer o que fizemos no passado bem recente: milhões de velhinhos deste País aqui que trabalharam, suaram, derramaram lágrimas, etc., na hora de gozar essa aposentadoria, por um achatamento, eles, que pagaram sobre 20, recebem sobre 1.

Eu queria só fazer essa observação para o nosso amigo Marcelo aqui, nosso Senador, só para nós termos um parâmetro melhor em relação à questão da Previdência Social no Brasil. Eu sei que V. Exa. tem conhecimento profundo da matéria.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não sei se V. Exa. me perdoa aí, mas nós não estamos tratando aqui de fator previdenciário, não!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É que há um projeto aqui.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, mas não é esse, não!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu sei que nós...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Essa é a questão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas só estou dizendo que há uma injustiça no Brasil que tem que ser reparada, tem que ser reparada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Claro, claro!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu não estou dizendo aqui em relação a esse projeto... Estou fazendo só um comentário em relação...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que nós estamos tratando aqui é para depois que a pessoa se aposenta. Como é a lei hoje? Ele é reajustado pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inflação anual. Então, o seu poder aquisitivo permanece. Então, na prática, se o seu poder aquisitivo lhe permitia comprar cem quilos de carne, daqui a dez anos, ele continua com o mesmo poder aquisitivo de comprar os cem quilos de carne. É disso que se trata.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu entendi.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que nós estamos querendo com essa proposta? Além do reajuste da inflação, dar um ganho real...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Que é do PIB!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que é dado ao salário-mínimo. Qual é a conclusão disso? Vai acabar o ganho real do salário-mínimo. Nós não vamos poder mais reajustar o salário-mínimo. Não há recurso para isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas você pode usar em duas situações: uma é a inflação; outra é o crescimento maior que o PIB.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, a intenção, que pode ser boa, pode trazer um prejuízo muito maior para a sociedade, porque vai inviabilizar o aumento real do salário-mínimo, porque não vai poder dar o aumento real para todos os aposentados do Brasil. A lógica...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Está falando é de quem ganha um salário-mínimo do INSS. Uma coisa é correção da inflação, vamos ser justos aqui; a outra é o PIB, o crescimento econômico do Brasil.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aqui é para quem ganha acima de um salário-mínimo ter o mesmo reajuste do salário-mínimo. O que vai acontecer? Vão tirar o reajuste do salário-mínimo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O que não é justo. Do salário-mínimo eu concordo...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ao invés de fazer um benefício à sociedade, nós vamos é prejudicar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senadora Soraya...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um é a correção da inflação; outro é a questão do PIB, que é o crescimento do... Se o PIB não crescer nada, como não tem crescido ultimamente, tem sido até negativo, o cidadão não vai receber. Nós temos que fazer uma justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social no Brasil, aqui, uai! Inflação é de lei; entretanto, o PIB, quando cresceu o PIB... Porque, no Brasil, você vê há quantos anos que o PIB é, no máximo, 1? Deu negativo?

Então, é um projeto meritório. E vamos ser honestos aqui que o projeto do Paulo Paim, com a relatoria do Senador Flávio Arns, é uma maravilha; agora, depende da capacidade financeira do nosso País. Estava numa quadra financeira muito ruim, agora, que o projeto é bacana, é!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É, mas não paga.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Está fazendo justiça. Paga! É aquela velha história, Marcelo: no couro, tem que ser a correia, não é?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não passa aí. Nós estamos com R$300 bilhões de déficit. É isso que nós queremos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Isso é uma caixa-preta também, não é, Marcelo! Vamos ser justos, ilustre Senador!

Obrigado, Presidente!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigada!

Meritório, inclusive o próprio relatório do Senador Flávio Arns, mas eu tenho me furtado a isso, porque eu tenho sido só advogada do diabo aqui. Então, eu deixei passar um – nós já aprovamos um aqui –, aprovamos um, e eu estou quieta. Eu estou passando mal e eu vou lhe agradecer. Eu vou lhe agradecer, porque nós precisamos ter responsabilidade neste momento. E aí não dá, está vindo a reforma da previdência para cá, e nós temos vários projetos andando na contramão. Eu ainda não domino o Regimento Interno. Então vou perguntar para os senhores já mais experientes na Casa se isso teria de tramitar, se teria de se colocar em apenso todos esses que estão tramitando junto com a reforma e também dar um alerta para a sociedade. A sociedade já se conscientizou de que nós precisamos da reforma da previdência. Há gente que já se conformou que nós vamos dar um tempo para esse tipo de projeto de lei.

Nós queremos fazer o bem, queremos que todo mundo ganhe, mas não temos condição. E a culpa é nossa, a culpa é de todo mundo. Nós votamos mal em alguns. Muitos aqui tentaram sempre fazer, ter consciência, raciocínio lógico, ponderado independente de Governo, mas tanto questões previdenciárias estão passando quanto questões que estão revogando a reforma trabalhista por que tanto lutamos.

A reforma trabalhista abre mercado, ajuda, ela gera emprego e foi feita com cuidado. O Congresso aprovou. Ela foi feita com o cuidado de preservar os direitos do trabalhador, só que agora... Então, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma forma que isso aqui tem passado, a nossa reforma trabalhista, eu alerto os senhores, também está saindo pelo ladrão, infelizmente.

Então, eu agradeço. Eu acho que é momento de ponderar mesmo. Apertar o cinto é para todo mundo. E não é para o Governo Bolsonaro; é para o Brasil.

Prefeito do PT, Prefeito da oposição, qualquer um que seja, de qualquer lugar, vai sentir no bolso, ele vai poder fazer um bom Governo. Então, vai sobrar de outras formas para a sociedade. Já tem o gás, que vai cair pela metade. Há muitas outras medidas sendo tomadas que vão dar resultado no bolso do brasileiro. Então, é momento de ponderar.

Peço que os senhores nos ajudem a pensar essa questão: juntar todos os projetos que estão caminhando de reforma aqui para tramitarem juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer, em primeiro lugar os apontamentos que foram feitos e só comentar algumas coisas.

De fato, a aposentadoria hoje em dia é, entre outras coisas, dentro do conceito de aposentadoria do INSS, um grande seguro social, e a gente pretende que este debate aconteça aqui dentro do Senado: que é esse seguro social para um idoso, para quem a inflação é bem diferente de para uma pessoa jovem? Se você vai pagar o plano de saúde, por exemplo, de uma pessoa idosa, isso é significativamente superior à situação de um jovem. Então, nós temos de discutir. E nunca se discutiu isso também, conforme o Senador Jayme Campos colocou. Quer dizer, a pessoa pagava sobre 20 salários mínimos e morre aos 96 de idade recebendo um salário mínimo. Quer dizer, há alguma errada no meio do caminho, essas responsabilidades deveriam ser buscadas também.

Quer dizer, no caso do pai do Senador Jayme Campos, ele se organizou e pagou religiosamente, renunciava a coisas a que teria direito e, de repente, estava recebendo um salário mínimo. Ah, mas há o argumento de que o direito aquisitivo da pessoa está sendo assegurado com o reajuste da inflação! A gente sabe que não é isso também. Se a pessoa idosa tivesse direito ao medicamento, se tivesse direito à saúde, se tivesse direito a tudo... Mas se há inflação para a pessoa idosa... Isto seria justo dizer: qual é a inflação para a pessoa idosa?

Agora, ao mesmo tempo, o Senador Marcelo Castro coloca coisas de que a gente também tem que cuidar. É lógico que temos que cuidar disso, porque, em outras palavras, as contas, os números têm que fechar. Mas, ao mesmo tempo, em função de se dizer da reforma da previdência... Mas o Senador Marcelo tem toda a razão. Ele coloca: "Olha, temos que ter a seriedade, a competência e a honestidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer com que os números fechem". Contudo, há muitas injustiças que ficaram para trás e que a gente não pode também desconsiderar.

Então, tudo isso tem que ser feito. Ao mesmo tempo, no reajuste, quando fui perguntar, eu disse do mesmo patamar, mas isso seria dado a partir do critério estabelecido lá para frente; não é exatamente o mesmo patamar. Mas, de qualquer forma, é uma reclamação de toda a sociedade aposentada com um salário mínimo. De repente, as pessoas me procuraram ainda na semana passada, dizendo: "Estou com 65 anos, com 70 anos, com 75 anos, com 80 anos. A gente organiza a vida em determinado sentido e, de repente, não tem mais aquelas condições. A pensão muda, a morte muda, a aposentadoria muda". É diferente de alguém que tem 20 anos ou 30 anos e que está começando também a sua carreira.

Então, é nesse sentido que a gente diz a mesma coisa, Senador Romário. A gente vê a aprovação na Câmara, para se colocar, no BPC, o critério constitucional de um quarto do salário mínimo, ou seja, um critério de miserabilidade. Vamos considerar isso na Constituição Federal? Eu diria: isso é um crime contra a pessoa com deficiência e é um crime contra a família da pessoa com deficiência. Eu até recebi ontem um vídeo de uma mãe com o filho de 19 anos, carregando-o com dificuldade. Ele não fala, precisa usar fralda. Ela estava dizendo: "Meu Deus do céu, o que é que eu faço da vida?".

Então, há um conjunto de injustiças perpetradas por maus governantes, por pessoas que se apossaram daquilo que é da sociedade, daquilo que deveria ser colocado à disposição do povo. E isso também tem que ser investigado. Onde está esse dinheiro? Quem ficou com esse dinheiro também? É claro que vão dizer da má digestão, dos dias atuais. É claro que a gente quer que as contas fechem. Somos a favor disso totalmente. Não dá para ficar com esse vazio, escoando-se as coisas aí. Mas a gente também tem que pensar detalhadamente naquilo que aconteceu no decorrer das décadas e naquilo que está sendo proposto.

Eu tenho um filho com deficiência, como o Romário também tem, como a Zenaide tem, e nós temos condições também, não precisamos do BPC, do salário mínimo. Mas temos muitas pessoas que dependem disso e, apesar de ser o mínimo existente, algum iluminado está dizendo que não é para dar o BPC para essas pessoas.

Então, só quero dizer que... O que temos que fazer nesse quadro? Vamos conversar, vamos dialogar, vamos chegar a conclusões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Deixe-me só fazer um aparte a V. Exa. Têm que compor os banqueiros, não é? O senhor viu o resultado financeiro dos bancos? Ganham mais no Planeta os do Brasil. E evitar a sonegação das grandes empresas. Dez empresas no Brasil – dez –, Senador Romário, devem 500 bilhões de INSS.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O pai do Jayme Campos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Fala que vai reduzir um trilhão, só em dez empresas são 500 bilhões. Os banqueiros riem, vejam o resultado. Só de uma família de banqueiros do Brasil, qual foi o resultado aqui? Aí não vai, não é, mestre?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O pai do Jayme Campos pagava sobre 20 salários mínimos. Agora, se a gente olhar, estamos discutindo o Fundeb, pessoas que têm lucros de 350 mil por mês ou mais não pagam o Imposto de Renda como pessoa física – como pessoa física, não pagam o Imposto de Renda –, o que daria 120 bilhões por ano. É mais do que a reforma da previdência. Não estou querendo dizer que a reforma da previdência não é necessária. Não, é necessária, mas a gente está sempre naquela coisa: "Não, vamos fazer, questão de justiça", e os injustiçados históricos na nossa sociedade.

Então, é nesse sentido, mas eu acho também que é o momento de conversar. Vamos fechar as contas, vamos ver o que é, o que não é, como é que pode ser feito para que a gente tenha no final um sistema equilibrado – temos que ter – e justo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sobre esse assunto, ouvi o Senador Jayme Campos. Isso é comum demais, as pessoas terem feito um esforço de pagar sobre 10 salários mínimos – houve uma época em que era o máximo que se podia – e receberem no máximo um salário mínimo e meio numa idade em que elas mais precisam.

A gente fala aqui sobre reforma, como o Flávio Arns. É necessária a reforma, agora, por que não cobram dos grandes devedores? Por que não cobram dos sonegadores? Aí, vêm com a proposta de reduzir um salário mínimo para uma família que tem uma pessoa com deficiência?

Eu quero até parabenizar que aqui a gente aprovou que, em vez de ser um quarto, sejam quatro quintos. Porque é o seguinte o projeto do Presidente que eu quero parabenizar: se você tem um filho com deficiência, tem direito a um salário mínimo; mas, se você tiver mais dois filhos, formam quatro pessoas, não pode a renda de cada pessoa ultrapassar 400 e pouco, menos de R$250 para você sobreviver. Aí, quando uma dessas crianças virar adolescente, irmã da pessoa com deficiência, arranjar um estágio, vai ultrapassar os R$247 e a família deixará de receber o salário mínimo. Isso, inclusive, é contraproducente, porque evita que aquela família – que está condenada – tenha alguém para sobreviver e ter um grande salário. Porque, se não for, ela vai ter que voltar para o salário mínimo e ter direito aos R$247.

Sobre a reforma, a gente sabe que tudo exige reforma, mas a reforma trabalhista não foi um exemplo de geração de emprego para a gente, não. Nós temos aí, segundo o IBGE, 30 milhões entre desempregados e subempregados. Então não é um exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu continuo dizendo: eu acho que esta Casa tem que cobrar do Governo o que se chama um plano para alavancar a economia. Nós não podemos ter bancos estatais tendo lucro de bilhões, como a Caixa Econômica o ano passado, e matando a construção civil. Pequenos e médios construtores que arranjaram dinheiro e construíram dez casas do Minha Casa, Minha Vida, e aí vão para a Caixa Econômica, e a Caixa Econômica... Eu digo isso porque eu fui visitar, viu? Jovens com dez, quinze casas prontas, no mínimo cinco pessoas com cadastro apto para comprar, e a Caixa Econômica faz um ano... Esse povo todo faliu e deixou de gerar... A construção civil – eu estou dando um exemplo – é quem gera emprego mais rápido, gente, gera emprego rápido e movimenta a economia com balcão de material de construção.

O que eu quero dizer é que esse um trilhão que estão falando que vão economizar, eu só perguntaria para onde vai, porque de onde vai ser tirado eu sei: da economia dos pequenos e médios Municípios. Hoje o aposentado, a pessoa que se aposenta, a aposentadoria rural, ele já não está conseguindo... Então isso é tirado da economia, da sorveteria, da padaria, do pequeno e do médio. Não é um trilhão de reforma de previdência que vai fazer essa economia girar. O que me preocupa é que provavelmente isso vai massacrar os mais vulneráveis, e daqui a um ano nós vamos estar aqui, Presidente, discutindo de onde vamos tirar, se não gerar emprego e renda. Isso eu diria que é o abraço dos afogados.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senadora.

Muito bem. Convoco para o dia 10 de julho, quarta-feira, 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições, e, logo em seguida, às 10h, reunião extraordinária em forma de audiência pública, destinada a debater acerca dos erros médicos e odontológicos, com ênfase no processo de análise das denúncias pelos respectivos conselhos de regulamentação profissional e pela esfera judiciária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinco minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Zequinha Marinho e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Jayme Campos, Elmano Férrer e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Jader Barbalho, José Maranhão, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Eduardo Girão, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao REQ 28/2019 - CCJ, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. Finalidade: Instruir o PL 1829/2019 que "Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.". Participantes: Sr. WALTER BITTAR (representante de: Associação Brasileira de Resorts - ABR); Sr. HUILDER MAGNO DE SOUZA, Assessor Jurídico da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional - ABIH; Sr. ORLANDO DE SOUZA, Presidente Executivo do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil - FOHB;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. WILKEN SOUTO, Assessor Técnico do Ministério do Turismo; Sra. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD; Sra. PAULA MAFRA LAVIGNE, Atriz, produtora e empresária do setor cultural; Sr. ROBERTO FREJAT, Cantor, compositor e guitarrista brasileiro; e Sr. NANDO REIS, Baixista, cantor, violonista e compositor brasileiro. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 1.829, de 2019, que altera diversas leis para promover a modernização do turismo no Brasil, conforme o Requerimento nº 28, de 2019, de iniciativa de S. Exa. o Senador Rodrigo Cunha, do querido Estado de Alagoas.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Dando sequência, já chamo de imediato a composição da Mesa dos expositores aprovados em requerimento de S. Exa. o Senador Rodrigo Cunha para esta audiência.

Convido o Sr. Walter Bittar, representante da Associação Brasileira de Resorts. Nesta oportunidade, o Sr. Walter representa o Sr. Alberto Cestrone, Diretor-Presidente da ABR.

Convido o Sr. Huilder Magno de Souza, Assessor Jurídico da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional, representando aqui o Sr. Manoel Cardoso Linhares.

Convido o Sr. Orlando de Souza, Presidente Executivo do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, representante do Sr. Alexandre Gehlen, Presidente do Conselho de Administração do Fohb.

Convido a Sra. Paula Mafra Lavigne, atriz, produtora e empresária do setor cultural.

Convido o Sr. Roberto Frejat, cantor, compositor e guitarrista brasileiro.

Convido o Sr. Nando Reis, baixista, cantor, violonista e compositor brasileiro.

Convido, por insuficiência na mesa, mas já se sinta convidada para extensão da Mesa, a Sra. Glória Cristina Rocha Braga, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Seja bem-vinda, Dra. Glória.

Convido também o Sr. Wilken Souto, Assessor Técnico de Nível Superior do Ministério do Turismo, representando o Sr. Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo. Sinta-se bem vindo.

Repito, como a mesa física é grande, sintam-se complementados na extensão da Mesa.

Feita a composição da Mesa, nós vamos dar início à audiência pública, de acordo com as diretrizes a seguir. As diretrizes para a audiência são as diretrizes do art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno da Casa. A Presidência desta reunião adotará os seguintes encaminhamentos: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas senhoras Senadoras e pelos senhores Senadores; a palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Concedo, inicialmente, a palavra, pelo tempo de dez minutos, ao Sr. Walter Bittar, da Associação Brasileira de Resorts, para dar início à audiência pública.

Sr. Walter, por gentileza.

O SR. WALTER BITTAR (Para exposição de convidado.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador, bom dia, Senadores. Eu vou direto ao ponto porque eu tenho muitos argumentos e pouco tempo. Eu vou começar falando sobre o Ecad e eu queria levantar um questionamento. O direito à propriedade é absoluto? Não! Existe uma relação entre propriedade e interesse social, em que um limita o outro. Vou dar exemplos práticos de como isso acontece. Você não pode dispor da sua propriedade rural da forma como queira; é preciso respeitar a legislação ambiental para atender ao interesse social maior, que é a preservação de nascentes e encostas, para garantir abastecimento das cidades. Da mesma forma acontece com propriedade urbana; não podemos dispor de um lote ou de uma edificação como quisermos. Não podemos dispor de um lote; é preciso respeitar o uso do solo definido nos planos diretores, pois se deve levar em consideração os impactos na vizinhança e na ordem social.

Sobre este mesmo PL se discute se é justa ou não a cobrança de bagagem. Veja que se trata também de um limite à propriedade privada, uma vez que o avião é uma propriedade da companhia. Se os Senadores consideram a opinião pública sobre se é justo ou não a cobrança de bagagem, impondo limites ao lucro das companhias, é justo rediscutimos os limites do direito da propriedade autoral.

Na seara da propriedade intelectual, podemos usar como exemplo as patentes de medicamentos. Quando se verificou a necessidade, o Brasil quebrou patentes, justamente para atender ao interesse social maior ao direito à propriedade. Sobre esses aspectos, é possível afirmar que a lei do Ecad passou excessivamente para o lado do segmento da música, pesou, e não garantiu um limite justo entre o direito do autor e sua obra e o interesse social. Existem princípios que embasam o direito, mas quando esse direito extrapola o que seria justo, deixa de ser direito e passa a ser privilégio.

Além do debate que se faz agora, vale considerar outra situação em que a lei dos direitos autorais é excessiva e injusta: a possibilidade de cobrança em hospitais e clínicas. Não existe finalidade lucrativa na reprodução de música para crianças com câncer, por exemplo. A reprodução musical com finalidade terapêutica ou como recurso de ambientação não é fator que afeta a demanda – não haverá mais crianças com câncer por causa disso. Existe, portanto, interesse social coletivo maior que impõe o limite ao direito de propriedade intelectual também na área da saúde. Vamos usar como exemplo outra obra intelectual em que não incide essa espécie de arrecadação: a obra intelectual gráfica. A Turma da Mônica é uma propriedade intelectual que pertence ao seu criador, Mauricio de Sousa – isso ninguém discute. Mas quantas alas pediátricas possuem revistas da Turma da Mônica ou até plotagem dos personagens nas paredes? Várias por todo o Brasil.

Qual seria a repercussão se Maurício de Sousa ajuizasse uma ação contra todos os estabelecimentos que, de alguma forma, usam suas obras como recurso literário de distração ou ambientação infantil?

Será que humanizar e ambientar o espaço nessas situações conferem ganho direto ao estabelecimento?

Uma coisa é um hospital disponibilizar a Revista da Turma da Mônica ou plotar nas paredes da ala infantil os personagens do Maurício de Sousa, outra coisa é se utilizar da obra intelectual dele para promoção institucional ou comercial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa se dá com a música. Uma coisa é a música como método de ambientação e finalidade terapêutica para atender o interesse social coletivo; outra coisa é utilizá-la, sem autorização, para promoção institucional ou comercial. A execução musical já faz parte de protocolos médicos. Está inclusive incorporado como prática integrativa da saúde no SUS. Se é possível quebrar patente de medicamentos, exemplo do antirretroviral Efavirenz, também tema de convenção internacional, a Convenção de Paris, além de dispositivos constitucionais e legais, por que não se pode limitar o direito à propriedade do autor musical, quando é para atender a uma finalidade terapêutica?

Muitos defensores da cobrança indiscriminada de direito autoral pelo Ecad cita a Convenção de Berna e possíveis sanções na OMC.

Sobre esse assunto é importante fazer algumas considerações.

Cada país signatário é livre para legislar sobre os limites do direito autoral. Isso é específico na convenção. Ou seja, cada país determina em quais locais ou situações deve-se cobrar direito autoral.

Se nem todos os países signatários e com cadeira na OMC cobram direitos autorais, dentro dos quartos de hotéis e em hospitais, não há possibilidade de sanção, caso o Brasil redefina os limites do direito autoral. As patentes de medicamentos fazem parte do acordo de Trips também, nem por isso o Brasil sofreu sanção na OMC. Foi uma vitória da soberania nacional.

Voltando para a questão específica dessa audiência pública, volto para a cobrança de direito autoral no interior de quartos de hotéis.

A execução das unidades habitacionais não configura execução pública, e sim individual, pois jurisprudência do STF, no âmbito do Direito Penal, entende o quarto de hotel como extensão da própria casa, de uso privado, individual e inviolável. É também por isso que a Lei Geral do Turismo é específica ao caracterizar os quartos de hotéis como frequência individual. A possibilidade de reprodução musical no interior de uma unidade habitacional é incerta, impossível de averiguação e fiscalização. Ela depende apenas da vontade individual do hóspede em ouvir a música ou não.

Quando a Lei do Ecad foi sancionada, ainda nem sonhávamos com a revolução tecnológica que vivemos hoje. Com o advento das redes sociais, dos aplicativos de música conhecidos como *streamming*, hoje as pessoas utilizam seus celulares para terem acesso às músicas devido à revolução tecnológica, com o advento das redes sociais, aplicativos, e que emergiram o conceito de disrupção, novas configurações sociais, econômicas e políticas, o que impõe a esta Casa Legislativa debater leis obsoletas e lacunas legislativas.

Por isso, tivemos que considerar a permissão do Uber e redefinir a legislação referente a táxi. Vale considerar que essa mesma revolução tecnológica possibilitou um incremento considerável da arrecadação dos artistas, o que torna conveniente esse debate sobre a redefinição do limite ao direito autoral.

Os aparelhos de rádio e TV não conferem recurso atrativo ao hotel, nem sequer a variável que afeta a demanda; não conferem atrativo nem para os antigos canais de reprodução musical, a exemplo da MTV, que teve falência acelerada pela revolução tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, os clipes são lançados no YouTube, não nesses canais como fora no passado. Por isso é oportuno trazer a fala do diretor de programação da MTV. Em entrevista, Zico Góes afirmou – abre aspas: "Nos nove primeiros anos, a MTV Brasil operou no vermelho. Descobriu-se que música não dá audiência. Apostou-se, então, em programas variados".

Ora, se música não confere recurso atrativo de audiência para canal de televisão que tinha finalidade exclusiva de execução musical, por que haveria de ser considerado como atrativo a quartos de hotel em que se incide cobrança justamente por causa da suposta existência desses canais?

Nem o Estado tem poder como o Ecad. Os entes da Federação são proibidos de cobrar cumulativamente um tributo, mas ao Ecad é permitida a cobrança cumulativa. É como se tivéssemos que pagar pelo ICMS em todas as transações de um produto, porque o canal de televisão paga, a rádio paga, e o hotel pagaria em cima disso.

É importante relembrar que quem paga direito autoral não é o hotel e, sim, o consumidor. Quando se coloca uma taxa obrigatória, essa taxa incide sobre o preço final, mais caro fica o produto ou o serviço, mais excluídas ficam pessoas do acesso a esse bem ou serviço.

É ainda importante ter um olhar sobre a competitividade. Quanto maior o custo de operação, menos competitivo é o hoteleiro. Com o advento da tecnologia, não podemos negar a existência do Airbnb, que é um competidor hoteleiro e que não tem as mesmas obrigações. A concorrência fica difícil ainda mais para o pequeno e o médio hoteleiro. Vale destacar que esses representam a maioria do segmento do Brasil. Quando se elevam os custos, menor a margem de lucro, menos competitivos ficam os pequenos e médios hoteleiros, até contra grandes redes hoteleiras. As legislações brasileiras, ao impor muitos custos e burocracias, estrangulam o pequeno e o médio empresário e criam uma economia de oligopólios e monopólios que beneficiam as grandes corporações internacionais.

É por isso que hotéis estão fechando no Brasil. Estamos numa estagnação econômica, quase em recessão técnica, com índice de desemprego altíssimo, e temos notícias de hotéis sendo fechados por causa do custo do direito autoral, como foi o caso mais recente do hotel em Treze Tílias. Esse hotel representa adequadamente o perfil do hoteleiro do Brasil: pequeno e médio empresário; dono de hotéis e pousadas em cidades do interior, vilarejos e balneários; administração familiar – nas pousadas, é comum encontrarmos os donos atendendo no balcão –; renda familiar que depende do negócio. O caso de Treze Tílias pode dar a dimensão do impacto: 70 famílias estão sem a renda dos empregados que trabalhavam no hotel.

Sobre a questão econômica, vale considerar que, enquanto o PIB...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Qual o nome do hotel?

O SR. WALTER BITTAR – O nome eu não vou ter aqui, eu posso verificar para o senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Treze Tílias?

O SR. WALTER BITTAR – Treze Tílias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Onde fica?

O SR. WALTER BITTAR – Em Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão econômica, vale considerar que, enquanto o PIB estagnou e todos os setores da economia estão sentindo a crise, o segmento fonográfico teve crescimento de 15% na arrecadação, ou seja, um *outsider* da economia nacional. A arrecadação do Ecad superou, no ano passado, R$1 bilhão. De quartos de hotel, foram arrecadados – estima-se – R$30 milhões. Pode-se concluir que, diante da arrecadação do Ecad, o que se afere em quartos de hotel não representa grande prejuízo às classes artísticas, uma vez que os aplicativos *streaming* conferiram o crescimento da arrecadação. Isso não representa real prejuízo aos músicos, mas representa para o setor hoteleiro, uma vez que se verifica o fechamento de hotéis pelo Brasil.

Eu iria destinar meu tempo para falar sobre a Lei Brasileira de Inclusão, mas, como a representante Silvana Cambiaghi não veio, a gente combinou lá que a gente se furtaria a esse debate.

Eu agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Walter.

Sr. Huilder Magno de Souza, assessor jurídico da Associação Brasileira de Resorts.

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador. Eu agradeço aqui esta oportunidade. Agradecer aqui ao nosso amigo Baixinho, Presidente da Abih Nacional, e a todos os hoteleiros que aqui estão. Dizer a vocês que é uma honra poder estar aqui para representá-los.

Os meus cumprimentos aos artistas aqui representados pelo Nando Reis, Frejat, Paula Lavigne; a S. Exas. Senadores. Quero dizer a vocês artistas que eu tenho grande apreço pela música brasileira, como todos nós, acho que de resto. E sei que a música brasileira tem uma relevância cultural muito abrangente e posso dizer até mais, que é um grande patrimônio nosso do Brasil. E, da parte aqui da Abih, vocês terão todo o respeito. Trataremos aqui a argumentação de uma forma tranquila, objetiva, e dizer a vocês que nós respeitamos vocês, o trabalho que é feito pelos artistas.

Dizer também, Senador Randolfe, obrigado por essa oportunidade e o trabalho que este Parlamento tem feito. A Abih e todos nós respeitamos muito o Parlamento. E, como V. Exa. disse em reunião agora há pouco, o Parlamento é diálogo, é dialogar, e nós estamos aqui para dialogar. E vamos trazer os nossos argumentos de uma forma tranquila, prática, baseado em dados, baseado em pesquisas, e mostraremos que a hotelaria tem sofrido com isso. Talvez isso represente algo importante para o artista, o Ecad nos quartos de hotéis. Para a hotelaria, representa um grande custo.

Ontem, por um acaso, por uma coincidência, ontem à tarde eu recebi uma mensagem de uma matéria que ontem foi veiculada na GloboNews e que eu trouxe aqui e fiz algumas anotações para V. Exas. terem a noção da crise por que o setor hoteleiro passa. Tendo em vista a realização da Copa América no Brasil, a GloboNews então fez uma matéria e fez uma comparação da Copa do Mundo, Orlando, e dos grandes eventos com a Copa América atual e comparou então o número de hotéis nas cidades, principalmente nas cidades-sede da Copa do Mundo, quando nós tivemos doze cidades-sede.

O levantamento que foi feito então, junto às Abihs estaduais, Senador Randolfe, mostrou que em nove desses destinos dos doze que eram cidades-sede fecharam noventa hotéis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Noventa hotéis foram fechados de 2016 até 2019. Nós estamos falando em 2016, que foi a época das Olimpíadas. Então, nós tivemos dois grandes eventos, a Copa do Mundo, que incrementou a atividade hoteleira logicamente, nós não podemos negar. Teve leis de incentivo para a construção de novos empreendimentos, novos hotéis. Posteriormente, nós tivemos as Olimpíadas e depois a ficha começou a cair e os hotéis, então, começaram a amargar números deficitários e números que levam realmente ao prejuízo e, conforme o presidente da Abih, o Baixinho, disse, nós temos no Brasil hoje, pelos números da Abih... A cada semana nós fechamos um hotel no Brasil.

E eu estou querendo dizer aqui que é interessante porque muitas vezes, quando a gente fala de hotel, Senador Randolfe e demais Senadores, as pessoas têm a impressão de que são aqueles hotéis suntuosos, maravilhosos. Esses até existem, os hotéis de grandes redes, mas a Abih, aqui representada por nós, Nando Reis, representa 33 mil meios de hospedagem que são os pequenos hoteleiros, as pequenas pousadas, os pequenos empreendimentos, onde as pessoas estão ali, o pai de família está no balcão, a filha está servindo o café, a mãe está na cozinha. Essa é a grande representatividade da Abih. Se nós olharmos, ela tem inclusive até um alcance social muito forte, porque, certamente, se nós formos nos hospedar hoje ou amanhã no interior do Amapá, Senador Randolfe, nós certamente não encontraremos um hotel suntuoso lá, mas encontraremos uma pousada para passarmos a noite, para dormirmos ali à noite. Aliás, essa é uma das atividades mais antigas do mundo, há até uma citação bíblica da hospedagem como uma das atividades mais antigas do mundo.

Então, esses pequenos hotéis estão hoje nos mais diversos lugares, em todos os Municípios do Brasil, está ali o hoteleiro com sua família, tanto que hoje nós temos uma representação aqui de muitos amigos hoteleiros que deixaram certamente os seus negócios, deixaram com algum familiar ou com alguém de sua estrita confiança para tocar esse negócio, para estarem aqui hoje nesta audiência e prestar apoio à nossa demanda.

Dito isso, eu volto a dizer sobre essa pesquisa, por exemplo, no Rio de Janeiro, em que fecharam 16 hotéis, Senador, de 2016 para cá. Em Belo Horizonte, fecharam 26 hotéis. Foram construídos 23 hotéis para a Copa do Mundo e agora fecharam 26 hotéis. Temos o caso clássico – quem não conhece – do Othon Palace Hotel, a reportagem mostrou ontem, no GloboNews, que foi fechado em novembro do ano passado. Um hotel maravilhoso, num ponto maravilhoso. Eu, que sou mineiro, Afonso Pena com Rua da Bahia, ao lado do Parque Municipal de Belo Horizonte, um cartão postal da cidade. Aliás, o Othon Palace era um dos cartões postais que a gente comprava em banca de revista: aquele hotel está fechado. São 280 apartamentos fechados, que poderão inclusive ser objeto de vandalismo e tudo mais. Fechado porque não suportou os custos. E, dentro desses custos, nós temos os custos do Ecad.

Essa tributação do Ecad sobre os quartos de hotéis traz um peso significativo para a hotelaria. Isso é importante que se diga. Nós tivemos também, no Rio Grande do Sul, mais de 25 hotéis que fecharam de 2016 para cá. Para trazermos outros números, pela Abih do Rio de Janeiro, para vocês terem uma ideia, os hoteleiros estão ganhando dinheiro? Muito pelo contrário, as diárias estão baixando. A diária média, em 2012, Senadores, era de R$245 no Rio de Janeiro; essa diária média, se fosse hoje atualizada apenas pela inflação, deveria ser de R$376. O preço que nós temos hoje da diária média é de R$238, ou seja, a diária média de um hotel no Rio de Janeiro está ainda abaixo do nível que nós tínhamos em 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu quero dizer aos senhores que a hotelaria passa por uma crise muito forte.

Eu, olhando aqui, Senador Randolfe, verificando o parecer de V. Exa. que faz uma análise ao projeto de lei, vejo que a argumentação para a não manutenção do texto que veio da Câmara dos Deputados se dá eminentemente do ponto de vista econômico, quando eu peço licença a V. Exas. apenas para ler um trecho desse parecer.

> Essa questão já foi debatida algumas vezes judicialmente, com decisões diversas. Entretanto, não acreditamos que a medida venha a favorecer clientes dos meios de hospedagem, pois não há garantia de que haverá repasse da queda nos custos com pagamentos de direitos autorais para os preços cobrados por hotéis e outros meios. No fim, artistas e consumidores podem sair perdendo, e os únicos beneficiários serão os empresários do setor hoteleiro.

Com todas as vênias de estilo, Senador, a hotelaria diverge, com toda a educação, desse ponto de vista, mostrando que nós os hoteleiros não estamos ganhando; nem só os artistas estariam perdendo. Todos nós vamos perder, a continuar dessa forma. Por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA – Um ditado em Minas Gerais diz: "Do saco, a embira". Isso aí alguém já deve ter ouvido falar, lá em Minas tem isso. Então, é melhor que nós tenhamos o corte da cobrança do Ecad nos quartos e continuemos a cobrar e a contribuir com as áreas comuns, porque é bom que se diga que a hotelaria não é contrária à cobrança dos direitos autorais nas áreas comuns, nas piscinas, nos bares, nas lanchonetes, nas festas, nos eventos que são feitos pelos hotéis, nós não somos contrários a isso. Acho que a lei de direito autoral é muito clara nesse sentido, mas nós estamos aqui exatamente conclamando o senhor para que veja o texto que veio da Câmara dos Deputados, porque, além de atualizar a lei de direito autoral, ele traz essa grande realidade, porque a hotelaria passa por essa crise.

Então, o exemplo que nós demos do Othon Palace Hotel, com 280 apartamentos... Se nós tivéssemos os 280 apartamentos funcionando e o Ecad arrecadando sobre as áreas comuns, sobre as festas que o Othon Palace poderia dar em Belo Horizonte, não era melhor do que ter os 280 e não receber nada, com os 280 quartos fechados? Essa é a grande pergunta que se faz.

Então, acho que é o momento agora de cada qual ceder um pouco, como V. Exa. disse, que está aqui na posição de magistrado. É uma posição realmente muito interessante, pelo Parlamento. As partes estão aqui, nós com todo o respeito aos artistas, jamais desmerecemos. Já vi tantos *shows* de vocês, sei do trabalho, sei do cansaço, sei do que é compor. Aliás, cantar, eu digo sempre que todo mundo canta, até eu canto lá em casa, mas compor, fazer trazer o refrão, colocar a nota certa é difícil, é um trabalho de artista, é um trabalho de pessoas que têm um dom de Deus para fazer isso. E eles devem ser valorizados, nós não estamos querendo desvalorizar.

Para encerrar aqui, eu quero dizer aos senhores que, em contrapartida à crise hoteleira, eu fui à internet e busquei os números do Ecad. E a matéria que está no próprio *site* do Ecad diz que os artistas podem comemorar o ano de 2017, 2018, porque, mesmo em meio à crise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica, o trabalho permanente das associações, do Ecad, conseguiu aumentar a distribuição dos direitos autorais. Eram contemplados 259 mil artistas, passaram a ser contemplados 326 mil compositores. Só para os senhores terem uma ideia, nós vamos trazer um pouquinho só sobre a questão dos *streamings* musicais.

O segmento de cinema teve um aumento de 400% no ano de 2108 na arrecadação. E o segmento de *streaming* teve um aumento de 72%.

Eu acho que a hotelaria está se reinventando. Por quê? Porque nós temos hoje aí as plataformas de hospedagem como Airbnb, que estão tirando clientes da hotelaria. E nós temos que estar aqui no Parlamento... Inclusive, há um projeto de lei aqui – o 2.474, do Senador Angelo Coronel – que visa a um pouco de regulamentação disso, mas nós não temos nenhuma regulamentação. Há um vácuo legislativo nesse sentido. A hotelaria está se reinventando com o Airbnb como os táxis tiveram que se reinventar com o Uber.

E o Ecad precisa ceder um pouquinho neste momento, porque nós estamos mostrando que em contrapartida de "Ah, perdemos um pouquinho"... E o Walter trouxe o número aqui: 30 milhões da arrecadação de 1 bilhão. Isso dá o quê? São 3%, 3% representam a arrecadação do Ecad vinda de quartos de hotel, mas eles aumentaram em 72% dos *streamings*. Então, é a reinvenção que cada qual precisa fazer. O Ecad também precisa se reinventar, buscar esses direitos autorais dos *streamings*, dos youtubes da vida, de Apple Store, de Google Store, da internet, dessas plataformas que estão aí... Isso está mostrando que está havendo um trabalho do Ecad nesse sentido. Eu procurei saber sobre decisões judiciais. Salvo engano, agora, recentemente, houve um acordo do Ecad com o Google e teve um repasse de valores, exatamente reconhecendo isso. O STJ é unânime no reconhecimento desse direito, no reconhecimento de que eles têm direito a essas músicas executadas em *streaming*. Então, o Ecad também precisa ceder e entender esse ponto. A hotelaria está tendo a concorrência de Airbnb e está tendo que se reinventar, como o Orlando sabe muito bem; o táxi teve a concorrência do Uber e teve que se reinventar; o Ecad agora vai perder 3% da arrecadação do quarto do hotel, mas está ganhando 72% dos *streamings*.

E eu vou dizer uma coisa para os senhores, os senhores são testemunhas disto. Todas as pessoas que estão aqui já viajaram e viajam constantemente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA – Eu estou terminando.

Ninguém entra num quarto de hotel para ouvir música em rádio, que já não existe mais, e ninguém entra em quarto de hotel para ver televisão. Nós vemos música e ouvimos música aqui – todos nós sabemos. As músicas estão aqui.

Assim, o Ecad tem que colocar as suas baterias para arrecadar aqui e deixar os hoteleiros trabalharem, porque eles representam uma grande parcela da sociedade, do *trade* turístico. Eles trazem também muitos empregos, assim como os artistas. Então, é hora agora de nós nos reinventarmos. Essa é a palavra.

Não haverá perda de arrecadação – aí eu volto, mais uma vez, ao ponto, Senador Randolfe, ao parecer de V. Exa. –, não haverá esse prejuízo para os artistas. Pelo contrário. Eles vão agora descarregar suas baterias para os *streamings*, para os googles da vida, para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

youtubes, e vão ter ainda um aumento de arrecadação, como mostra a própria reportagem do Ecad: tiveram 72% de aumento de arrecadação.

De tal forma, outros pontos jurídicos não foi necessário trazê-los aqui, para dizer que, por exemplo, todos os tribunais do Brasil, em quase unanimidade em primeira e segunda instância, no caso, estão decidindo que o quarto de hotel é um ambiente privado, é um ambiente exclusivo do hóspede e, portanto, não incidiria o Ecad. Isso já tem uma construção jurisprudencial. Somente o STJ tem decidido contrariamente a isso, ainda é uma barreira a ser enfrentada na terceira instância, mas todos os tribunais de São Paulo e Rio de Janeiro, assim como os tribunais do Sul começaram, entenderam que o quarto de hotel é um ambiente privado, inclusive para fins penais, como V. Exa. sabe.

O STF já decidiu que não se pode fazer, inclusive, busca e apreensão num quarto de hotel sem um mandado judicial. Então, nós estamos aí nos reinventando, mostrando que o quarto de hotel é um ambiente privado. A Lei de Direito Autoral é de 1998, é bom que se diga, quando a internet ainda estava engatinhando, ainda era um início da internet. Hoje, a internet virou isso que nós vemos aí, mexeu com a economia, e certamente mexerá com a arrecadação do Ecad, que vai perder um pouco nos quartos, mas vai ganhar em *streaming* – e tem mexido também com a hotelaria, que tem perdido cliente também para o Airbnb.

Então, eu conclamo vocês que façam uma reflexão. Chamo este Parlamento a uma reflexão. O texto que veio da Câmara dos Deputados reflete exatamente os anseios da hotelaria, e ele deve ser mantido a bem do *trade* turístico, que é um dos maiores patrimônios que o Brasil tem. O Brasil tem um potencial turístico enorme. E vocês verão que, se o hotel não estiver fechado, o Ecad vai arrecadar nas áreas comuns; mas, se ele estiver todo fechado, serão famílias que estarão desempregadas, e os artistas não arrecadarão absolutamente nada.

Eu agradeço aqui esta oportunidade. Eram esses os argumentos que a Abih tem para conclamar, para pugnar a V. Exas., implorar a V. Exas. que mantenham o texto que veio da Câmara dos Deputados, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA – ... foi amplamente discutido com todos os meios do *trade*.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Huilder.

Sr. Orlando. (*Pausa.*)

Sr. Huilder, como sugestão, o senhor poderia trocar com o Sr. Orlando, porque acho que fica mais adequado.

O SR. ORLANDO DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Senador Randolfe Rodrigues, muito obrigado pela oportunidade de estamos aqui neste Parlamento. É sempre muito importante que a gente possa dar a nossa opinião. A minha homenagem também à Paula Lavigne, ao Nando Reis, ao Roberto Frejat – é importante que nós possamos debater sobre essa questão do Ecad tendo aqui representantes de ambos os lados –, à Glória Cristina, que eu estou conhecendo agora; e eu gostaria depois de que a gente pudesse estabelecer um canal de comunicação para discutirmos, na sequência desta reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que a gente pode construir em conjunto com a mediação do Parlamento. Eu acho que a solução está sempre na mediação.

Senhoras e senhores que estão aqui presentes hoje, Senadores e outras pessoas, obrigado pela atenção. Eu vou ser muito breve, até porque aquilo que teria que ser dito, principalmente em termos técnicos, as pessoas técnicas aqui – como o advogado representante da ABR – já colocaram bastante bem, e, portanto, não vou amassá-los com repetição da mesma argumentação, seja ela técnica, seja ela econômica, que foram muito bem colocados aqui pelos meus colegas.

Mas eu acho que é importante que o Fohb também dê sua palavra porque a hotelaria no Brasil é representada por três entidades, e é isso que eu gostaria até de esclarecer para todos porque que há três pessoas aqui, três entidades. O Walter, em nome do Alberto Cestrone, que é o Presidente da Associação Brasileira de Resorts – como o próprio diz, representa os *resorts*, que é um tipo de hotelaria muito específico, os *resorts* de lazer principalmente; o Wilder, representando aqui o Manoel Linhares, Presidente da Abih Nacional; e a Abih é a entidade de hotelaria mais antiga do Brasil.

O Manoelzinho me corrija se eu estiver errado, mas acho que está fazendo 83 anos este ano. E, em tese, ela congrega todos os meios de hospedagem no Brasil. Como foi dito, se nós considerarmos os meios de hospedagem no Brasil, nós estamos falando de um total de mais de 30 mil meios de hospedagem. Esse é o número. Quando a gente restringe só aos hotéis – hotéis, motéis, apart-hotéis –, esse número fica em 10.500, mais ou menos.

E, de fato, o que o Huilder falou, a matriz da hotelaria brasileira é 90% de hotéis independentes. A grande maioria desses hotéis, pequenos hotéis, com vinte, trinta quartos, não mais do que isso, onde os impactos econômicos são até muito mais severos do que o dos grandes hotéis.

Eu dirijo a terceira associação, que é a Associação das Redes Hoteleiras do Brasil. O Fohb, com esse nome pomposo de Fohb, que é Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, nada mais é que a Associação das Redes Hoteleiras, que operam hotéis no Brasil, que foi criada há 16 anos atrás, não como uma dissidência de outras entidades não, mas assim como a Associação dos Resorts, há coisas que são muito específicas de determinados segmentos da hotelaria, no caso dos *resorts* os assuntos deles, no caso das redes hoteleiras, coisas muito específicas e técnicas muitas vezes que não dizem respeito a essa matriz onde 90% da hotelaria brasileira é composta de pequenos hotéis. Então as redes muitas vezes têm que tratar de assuntos que não dizem respeito aos pequenos hotéis. Por isso a criação do Fohb, da Associação das Redes Hoteleiras. Mas, repito, em nenhum momento é uma dissidência de outra associação. Aliás, um hotel pode perfeitamente pertencer à Abih, ao Fohb e aos Resorts. Não há nenhum impedimento de pertencer a uma coisa ou outra. A coisa não é exclusiva. Isso só para contextualizar um pouco a presença das três entidades aqui em cima.

Como eu falei, eu vou ser muito breve, e não vou repetir, eu queria, da parte das redes hoteleiras, colocar essa discussão como uma questão mais de princípio. E o princípio básico por trás da nossa opinião é o seguinte, não há nenhuma relação de descaso ou de conflito quanto ao direito de se cobrar os direitos autorais na apresentação de obras musicais ou literomusicais em absoluto, nem mesmo da parte dos hotéis ou das redes, de quem quer que seja. Isso já foi dito até pelos colegas. É devido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aliás trabalhei durante muitos anos no Nordeste, como gerente geral de um hotel *resort*, e fizemos muitos *shows* lá, *shows* bem grandes, de 1.500 a 2.000 pessoas no hotel, em Carnaval, em Réveillon e tudo isso. E nunca se discutiu se ia pagar direito autoral ou se não ia pagar direito autoral. Ele é absolutamente devido. Não há como se negar isso.

O que a gente entende, a questão do princípio é que o direito autoral é devido onde ele é devido. Como a própria lei dos direitos autorais diz, ele é devido em espaços públicos de frequência coletiva, onde há apresentações de obras musicais, em espaço público de frequência coletiva. Nesse caso, é inquestionável que haja cobrança, espaço público, entendido, seja ele um *show* que seja feito em algum lugar, seja ele um hotel com as suas áreas públicas onde se possa ter frequência coletiva.

Como já foi bem dito, os restaurantes, às vezes até a praia; às vezes há hotéis ou *resorts* que colocam som na praia. Isso é um espaço público de frequência coletiva. Então o hoteleiro que opta por colocar essa exposição certamente vai se enquadrar dentro da lei, do que ela diz hoje. Quando a gente traz para a questão do espaço dos quartos de hotéis, aí eu vou ter que repetir, infelizmente, mas só para deixar firmada a nossa posição do Fohb. É isso mesmo que foi dito aqui. O espaço dentro dos quartos de hotéis é considerado um espaço privado do hóspede, seja pela Lei Geral do Turismo, que está em vigor hoje, cuja atualização está sendo debatida... A Lei Geral do Turismo já prevê isso no capítulo em que trata dos meios de hospedagem. Quando define os meios de hospedagem, já explicita que o quarto de hotel é um espaço privativo do hóspede – já está escrito isso lá – tão privativo que não pode ser invadido nem sequer pelo dono do hotel. Se o dono do hotel quiser entrar dentro do quatro do hóspede, por exemplo, e se estiver pendurado na porta aquele "não perturbe", a camareira é proibida de entrar. Os senhores sabem disso. O dono do hotel não pode entrar. Ele só pode entrar depois, com alguma autoridade, para verificar, se depois de um determinado tempo – dois dias, três dias – aquilo continua fechado e não tem acesso, se houve alguma coisa com o próprio hóspede. Para ele fazer isso, ele tem que fazer isso formalmente. Ele não pode pura e simplesmente invadir o espaço do hóspede.

Então, essa privacidade que é dada a esse espaço já descaracteriza o espaço público de frequência coletiva. Seria um sofisma tremendo querer caracterizar que essa privacidade dele é dentro de um apartamento que pode ser usado por várias pessoas cada vez que uma delas compra esse espaço. É um sofisma considerar que isso fosse uma frequência coletiva, de uso coletivo. Ela não é. Ela é de uso exclusivo daquele hóspede que comprou aquela diária, que alugou aquele apartamento por aquele período. Isso já descaracteriza o fato de haver a possibilidade da cobrança do direito autoral.

A segunda coisa é aquilo que também foi dito: hoje – eu até desafio quem quiser fazer isso –, se fizermos uma pesquisa com os hóspedes, com os clientes, com as pessoas que utilizam hotéis, o que elas consideram como as cinco coisas mais importantes dentro de um apartamento, o que elas esperam que tenha, eu seguramente acredito – tenho certeza, aliás – de que a questão da música ou da televisão – não é nem a música, é a televisão – não está entre as coisas que ela espera ter dentro de um apartamento. Ela vai ter uma série de outras coisas antes: *wi-fi*, a questão da cama, a questão dos travesseiros. As mulheres vão falar que uma coisa importante é um secador que seque de fato o cabelo das mulheres, porque parece que os secadores que são colocados em alguns hotéis às vezes são mais para os homens do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que para as mulheres, porque não secam nem cabelo de homem. Ou seja, há uma série de coisas hoje, dentro dos apartamentos, que estariam como prioridade, que a televisão, que é o único equipamento que fica hoje dentro do hotel... Porque não tem mais rádio, não tem rádio relógio, não tem nem aquela música de cabeceira que tem aquele botãozinho que a gente ligava e tinha a faixa de FM de dentro do hotel, que passava dentro dos quartos, isso não existe mais. Hoje é tudo através dos equipamentos pessoais de cada um, os celulares, os *tablets*, os *laptops*, Netflix, Amazon Prime Video, os *streamings*, Spotify e tudo isso. Então, não existe mais relação de causa e efeito para cobrança de direitos autorais dentro de um espaço que é declaradamente, legalmente, privativo.

É por isso que nós gostaríamos muito de ter um entendimento de que aquilo que a lei prevê que são os espaços de frequência coletiva, espaços públicos, ainda que dentro dos hotéis, seja passivo da cobrança do Ecad, mas que no espaço privado, nos apartamentos, por todas as razões que meus colegas aqui elencaram e que eu não vou repetir, que a gente conseguisse fazer um entendimento e tirar essa pendência do caminho da nossa relação entre Ecad e empresas hoteleiras, e setor hoteleiro no Brasil, para darmos um passo no sentido da modernidade e daquilo que se exige hoje dos setores em geral e do setor hoteleiro em particular.

Mais uma vez, muito obrigado, Senador Randolfe. Passo a palavra para todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado.

Ato contínuo, já passo a palavra, então, para a Sra. Paula Mafra Lavigne, produtora e empresária do setor cultural.

Antes, só fazendo também o registro de alguns artistas presentes a esta audiência pública: Sr. Manno Góes, Joelma, Menescal, Rick, Zezé Motta e Danilo Caymmi. Sejam todos bem-vindos.

Paula Lavigne.

A SRA. PAULA MAFRA LAVIGNE (Para exposição de convidado.) – Bom dia, senhores. Obrigada pela oportunidade. Obrigada, Senadores presentes, a turma aqui do hotel.

Eu sou Presidente da Associação Procure Saber, que tem, no conselho, Caetano Veloso, Djavan, Milton Nascimento, Erasmo Carlos, Chico Buarque e Gilberto Gil. Tenho uma lista aqui de 400 associados. Se eu for falando, vai ser um suspiro atrás do outro. Eu acho que não há necessidade.

Realmente eu acho que a gente está passando por uma fase um pouco delicada. A gente tem uma tendência à criminalização do artista hoje em dia que realmente é constrangedora.

Eu acho que a gente não nega que, sim, deve existir uma crise muito séria nos hotéis, mas será que não é por causa da segurança pública, será que não é por causa da tributação, que deve ser enorme, será que não é por causa de um monte de coisa? É por causa de 32 centavos?

Eu concordo com o Senador quando ele diz que isso não vai... É igual à história da bagagem: isso não vai ser repassado para o consumidor. E aí eu ouvi um monte de confusão aqui. Eu acho que deve haver advogados aqui presentes, os Srs. Senadores entendem melhor disso: você comparar patente de remédio com direito autoral, falar que um ambiente de quarto, quando o STJ já decidiu que não é privado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dar uma aulinha um pouquinho aqui, porque se falou muito do aumento da arrecadação do *streaming* e ele também citou o Airbnb, que é uma coisa muito interessante. A gente faz muita turnê pelo mundo. Eu resolvi levar a família para Paris. Paris é um inferno no verão, então eu ficava atrás do ar-condicionado. O ar-condicionado é um serviço que havia ali no Airbnb. E o que havia mais embaixo? Wi-Fi, TV a cabo e aparelho de música, quer dizer, aquilo ali é um serviço. A gente tem um frigobar, aquele frigobar não está ali de graça. Como ele falou do secador, o secador não está ali de graça. E a música tem uma licença.

Aí ele diz que não vai ninguém num quarto de hotel ouvir música. Vocês já imaginaram um motel sem tocar Roberto Carlos? Eu acho que não vai haver graça nenhuma. A Marisa Monte falou assim: "Olha, gente, por que a gente não faz uma coisa simples: tira a música, tira, tira a música do quarto de hotel". Não há problema. Se ninguém está ali para ouvir, tira. Se ninguém está ali para ver a televisão, e aí acontece um escândalo, como aqui em Brasília toda hora acontece, ninguém vai correr para a televisão para saber o que aconteceu? Isso não é verdade. A gente sabe que a música só engrandece o serviço do hotel e sinceramente, gente, o País está todo em crise. Eu acho que eu sou super a favor de os hotéis progredirem, mas não é por causa do direito autoral. A gente, muitas vezes, fica pensando que os artistas... "Ah, mas os artistas ganham um mundo de dinheiro". O Cartola não era intérprete, era apenas um compositor. Antonio Cicero, imortal da Academia Brasileira de Letras, nosso diretor da UBC, é apenas um compositor, quer dizer, tudo do serviço ali é pago, a música não é paga e nós viramos o grande problema da crise hoteleira?

Gente, pelo amor de Deus! Tudo bem que a gente está numa fase em que a gente fala as coisas aqui, em Brasília, a gente vai dizendo coisas, não verdades, e a coisa vai indo. A gente está num momento complicado. Essa demonização do artista, como se a gente ganhasse fortunas.

Então, vou dar uma aulinha aqui, em primeiro lugar, sobre arrecadação. Nós éramos comércio. Então, você chegava num quarto de hotel; tinha ali o aparelho onde você ia colocar CD – CD esse que foi pago. O direito autoral não é tributação. Eu acho que há senhores aqui, advogados que entendem isso melhor do que eu. Eu fico até constrangida de ter que falar coisas óbvias como essa.

Então, muito bem. A gente deixou de ser mercado para ser serviço. Ótimo, então, a gente está arrecadando de uma maneira diferente. Sim, a internet foi um grande passo, porque a gente chega a muito mais gente; daí o motivo do aumento da arrecadação. E que uma coisa tem a ver com a outra? Porque a gente está arrecadando mais, porque a gente gera mais, a gente tem que ganhar menos?

Realmente, eu não vou me estender muito – até porque eu estou aqui representando muitos, mas muitos compositores –, mas eu acho que aqui ao lado há dois compositores realmente de grande expressão, e se a gente desse um violão aqui, na mão de um dos dois, vocês iam ver que a gente realmente só traz alegria, a gente só traz emoção, a gente só traz felicidade. Outro dia, eu falei isso para o Prefeito ACM Neto, que não queria pagar o Ecad numa dívida enorme da cidade de Salvador, eu falei: "Prefeito, faz o Carnaval sem música! Faz! Não toca música! Faz o Réveillon sem música!". Não tem problema, nós somos o País do samba, nós é que vamos trazer turistas, a música vai trazer muito mais turista. Não é você deixar de pagar um pobre de um compositor... Não estou falando aqui do Frejat, do Nando, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caetano Veloso, do Djavan; estou falando de milhares de compositores de que vocês nunca ouviram falar. O fulaninho, que está não sei onde, no morro não sei do que, o forrozeiro que está lá, fazendo o forrozinho dele, a gente está falando de muitos e muitos compositores.

Então, eu fico realmente constrangida, sim. Acho que o sistema hoteleiro está em crise, mas procurem saber se é por causa da gente mesmo, se não é por causa da falta de segurança, de tributação, de muitas coisas que os Srs. Senadores entendem muito melhor do que a gente.

Então, eu não vou me estender mais. Muito obrigada, e eu espero que realmente a gente chegue a um acordo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Paula.

Roberto Frejat.

O SR. ROBERTO FREJAT (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senadoras, Senadores, todos os presentes. Já foram aqui também identificados outros companheiros que estão aqui junto, como o Rick e Zezé Motta, o Roberto Menescal, Danilo Caymmi. Temos aqui duas importantes associações arrecadadoras, que são a Abramus e a UBC aqui representadas também.

Eu preparei aqui uma colocação, mas, antes de tudo, só de ouvir tudo o que eu já ouvi até agora, eu estou realmente abismado. Primeiro se está colocando em cima do direito autoral o peso da crise por que a economia brasileira passa. Eu estou aqui completamente embasbacado; acabei de descobrir que nós somos a causa, porque, realmente, é impressionante as pessoas ignorarem que o Brasil está numa crise econômica, a maior da sua história, e, de repente, um desconto de no máximo – no máximo –, em algumas cidades, R$0,50 por diária vai mudar o turismo no Brasil. Eu estou absolutamente embasbacado em relação a isso!

Depois, eu fico impressionado porque existe, assim, uma capacidade de ignorar decisões jurídicas que já estão completamente estabelecidas há muito tempo em relação à questão do quarto do hotel como um ambiente que tem execução pública sim. E isso não é só uma constatação jurídica brasileira, é mundial.

Agora, uma coisa que também me chamou muita atenção foi a questão de que, no momento em que o turismo precisa de um apoio, de isenções, ele vai em cima do direito autoral e dos direitos das pessoas que têm necessidade de acessibilidade. Meu Deus do céu! Então, quer dizer, são as pessoas que têm deficiências e os autores que são o problema do turismo brasileiro?

A última coisa que a gente queria estar aqui fazendo é o papel de ser o empecilho dentro do andamento do projeto do turismo. O turismo brasileiro é fundamental, inclusive bom para a música brasileira, assim como a música brasileira é boa para o turismo. O Brasil é conhecido por sua música tanto quanto pelo futebol. Talvez hoje mais pela música do que pelo futebol.

Então, eu agora vou entrar na minha colocação porque, como a Paula falou, eu achei realmente surpreendente. Se a televisão agora não é mais usada e todos os canais de televisão têm canais de música, não só canais de imagem, tem canais exclusivamente de música, você pode ligar lá, fazer sua festinha particular no seu quarto com uma programação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de todo tipo de ritmo. Todas as operadoras de TV paga têm seus canais de música específicos, com os estilos que as pessoas podem escolher ali.

Mas eu gostaria de entrar aqui na minha explanação, que eu tinha preparado anteriormente, mas é porque realmente todos esses fatos que foram colocados aqui me surpreenderam demais e eu precisei começar dessa maneira.

Bom, é importante entender que a lei brasileira não pode se sobrepor a tratados internacionais que o Brasil assinou. E, dentro desses tratados, existem tratados que são ligados à Organização Mundial de Comércio e eles têm uma regra de três passos, onde nenhum desses três passos pode ser desobedecido. No caso dessa lei, ela desobedece um deles, que é o passo que diz que nada pode criar um prejuízo injustificado ao legítimo interesse dos autores. E esse passo estaria sendo quebrado aqui. Ou seja, imediatamente nós estaríamos violando um tratado internacional. Isso é extremamente complicado.

A outra questão é que direitos autorais fazem parte dos direitos humanos, ou seja, seria uma violação de direitos humanos. Eu acho que seria péssimo para o Brasil nesse momento ter mais essa na conta internacional dele. Então, eu acho que a gente tem que ter muita atenção na responsabilidade do que se está discutindo aqui. Não são só R$0,50 a cada diária, é uma violação de direito internacional.

A execução pública em quarto de hotel é regra no mundo todo, com interpretação afirmada pela Corte europeia. E principalmente é importante ressaltar que os países europeus têm as leis de direito autoral mais parecidas conosco e, por isso, todos eles reconhecem isso e as cadeias internacionais que vêm desses países o reconhecem. Também tanto que, nos seus países de origem, pagam.

E calcula-se que o impacto dessa cobrança chegue ao máximo de R$0,50 ou R$0,59 por diária nos hotéis mais caros do Brasil. Essas mesmas cadeias, que nesse momento tentam prejudicar uma arrecadação do direito autoral, nos seus países de origem, pagam.

E uma coisa que eu achei importante aqui, quando se fala no crescimento da arrecadação pelo *streaming*, é bom lembrar que o *streaming* até bem pouco tempo, antes de uma decisão do STJ, não era cobrado porque as plataformas se recusavam a pagar por não haver segurança jurídica brasileira que os obrigasse.

Então, esse crescimento de 72% vem da aparição do dinheiro do *streaming* e não que o *streaming* cresceu. O *streaming* vai crescer porque ele é a modalidade que vai ser o padrão praticamente de consumo de música no mundo, a partir de agora. Mas ele passou a existir, dentro da arrecadação do direito autoral, de dois anos para cá, quando nós conseguimos a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que também mantém a questão do direito que o quarto de hotel faz parte de um lugar de execução pública.

A oferta de música nos quartos é um valor agregado, assim como o *wi-fi,* como o ar-condicionado, como o frigobar. Por que não incluir isso na retribuição do investimento que o hotel faz para oferecer para os seus hóspedes? A cobrança é feita aos hotéis; ela não é feita aos hóspedes. Isso é um custo que você tem que ter dentro do seu negócio, da mesma maneira como eu, para poder trabalhar, tenho que comprar equipamento. Se não, eu chego lá...E como é que eu vou chegar? Batendo palmas lá e sair cantando? Não tem como. Tem que ter equipamento. Então, faz parte do investimento do seu próprio negócio. Se podem existir leis para diminuir o imposto, o tributo que é pago sobre isso, aí é uma questão do Estado com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hotéis; agora, não os autores abrirem mão dos seus direitos para que os hotéis tenham vantagens.

Eu acho que eu e o Nando aqui, como o Rick também, por exemplo, o Danilo e a Joelma, somos artistas que viajamos muito. Acho que poucas pessoas entendem mais de hotel aqui do que a gente, no sentido de ser o hóspede que está ali, usando o quarto do hotel, que está ali o dia inteiro e, de repente, fica esperando. A gente ouve música. A gente ouve música no nosso celular? Ouve, mas a gente também liga a televisão; a gente ouve música na televisão; tem hotel que a gente e na cidade nem tem *wi-fi.* Você chega lá e não tem sinal. E aí? Como é que faz? Liga a televisão para ouvir música, para você poder ter acesso a um momento de lazer. Como falaram aqui, como é que o uso de música é facultativo no motel? Ele é facultativo até a página 3, porque ninguém vai para um motel e não liga uma música. Não rola nem um clima, né?

Então, a gente tem que realmente ser claro nessa questão de que está se tirando um direito de alguém. É uma lei que está tirando direito de alguém e isso eu acho muito perigoso. É extremamente perigoso a gente partir desse princípio.

Os quartos de hotel têm essa transitoriedade de uso. Ou seja, pessoas entram e saem; muitas pessoas entram e saem. Então, hoje, quando a gente tem a questão de pensar que um lugar é de frequência pública ou não é pelo potencial de uso desse local, e não porque tem quatro pessoas, tem cinco pessoas. Quantas pessoas passam por este local? Essas pessoas todas podem utilizar esse serviço. Por isso, ele é cobrado.

Eu queria dizer também que, em relação à questão das cobranças, eu acho que a gente vem de um histórico...Eu, o Nando, a Paula, principalmente aqui, fomos muito ativos em relação à questão de como o Ecad se comportou durante muitos anos. A gente sabe que o Ecad foi muito agressivo durante muito tempo e que isso criou uma certa dificuldade de percepção da entidade em relação às pessoas que têm que pagar suas obrigações.

Mas desde que nós aprovamos a Lei nº 12.853, em 2013, isso tem mudado, a postura do Ecad tem mudado. Inclusive existem políticas de desconto de 15% a 60% dessas cobranças, e elas são ligadas às particularidades socioeconômicas e geográficas dos locais de hospedagem. Então, eu não gostaria de ser agressivo no sentido de estar aqui insultando ninguém, mas eu acho até leviano cobrar que nós autores tenhamos que dar a nossa parcela de sacrifício para o benefício do turismo brasileiro quando nós já somos um patrimônio, inclusive um ponto de apelo para esse turismo. Se há tanta gente que vem! Há gente que vem do Japão para ouvir o Menescal, por causa da bossa nova, por causa dessa música forte que nós temos aqui.

Então, eu acho que a contribuição da música brasileira para o turismo brasileiro está dada. Eu acho que a gente não tem que abrir mão de mais nada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Frejat.

Antes de passar para o Nando, a Paula me perguntou o que é essa campainhazinha que nem ringue de boxe aqui. É porque é das antigas a campainha. Ela é automática: a cada cinco minutos toca, a um minuto toca, mas a Mesa está tendo toda a tolerância devida com todos os expositores, o importante aqui é o debate.

Nando, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NANDO REIS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos, Senadores e Senadoras, aos representantes dos segmentos dos hotéis, aos meus queridos colegas artistas. Diante de tudo que já foi exposto por Paula e Frejat, eu vou abordar de um outro aspecto.

Também me sinto não só constrangido, ou incrédulo, com a questão da agressividade de algumas colocações, porque não faz sentido mesmo demonizar ou fazer recair sobre os direitos autorais essa crise, como já foi exposto. Essa demonização, ou criminalização, a que a gente assiste aqui e que vem em curso no Brasil de uma maneira perigosa e violenta, de fato está se expandindo em todas as áreas, e o direito autoral virou uma coisa supérflua, porque ela está associada a um fenômeno da era digital em que parece que a música surge do nada. Na verdade, ninguém mais vê, nem existe crédito para autores ou músicos quando você abre uma música ou você ouve um *streaming*, ou seja, há uma quantidade enorme de pessoas que não são reconhecidas e são invisíveis, o que de fato não é verdade.

Na verdade, eu estou aqui como músico que tem uma carreira exitosa, mas me sinto constrangido também de estar aqui; porque quem deveria estar aqui são aqueles milhares de autores que não conseguem fazer *show* e para quem esses pequenos 00,5 fazem muita diferença no rendimento. Então, assim: não existe das pequenas hotelarias às grandes; existem os pequenos autores que estão esperando e dependem de algo que é sagrado, como foi colocado, que está em lei. Então, há uma coisa meio estranha de que o compositor virou um ser que surge do nada como se caísse de um coqueiro, como se o Brasil viesse com ele de brinde. Não é possível, não podemos deixar.

Então, eu não tenho muito mais o que acrescentar, a não ser dizer que direitos autorais são sagrados, e essa pequena fatia faz muita diferença, principalmente para aqueles que não estão aqui, que não conseguem nem se deslocar, que são a maioria esmagadora. Então, não vamos falar que centavos recaem sobre hotel, porque, na verdade, isso recai muito mais gravemente, ou tão gravemente, contra os que não estão aqui, que não poderiam nem se deslocar.

É isso. É muito breve o que eu tenho a dizer. E também que, se há alguém que se reinventou, não foram só os hotéis; o que nós artistas passamos e ainda estamos passando! Para se ter uma ideia, eu comecei a minha carreira... O primeiro contrato que eu assinei foi em 1984. Até hoje, há uma discussão complexa sobre os *royalties* físicos de discos que não existem mais, de CDs que não existem mais, é uma coisa de... Não, ninguém vem falar mais em reinvenção do que a nossa categoria. Então, assim: a crise não tem nada a ver com a gente; nós só agregamos valor, e não é justo, é inadmissível que recaia sobre os autores invisíveis que fazem a cultura deste País. Estou de "saco cheio" de ser falado que vivo de mamata. Trabalho honestamente, como todos, pequenos e grandes, e estou aqui para representar os que não são visíveis, porque eu estou, sou um artista, e o Brasil não vive só de trabalhar de segunda a sexta: a gente precisa de diversão e arte, sim, e isso tem um valor inestimável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Nando Reis.

Dra. Glória Cristina, Superintendente do Ecad, por gentileza.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Pode ser, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode ser, fique à vontade.

Até pergunto se... A senhora tem exposição?

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode ficar à vontade.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Mas eu acho que, daqui, eu posso controlar também. Deixe-me ver...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Também temos um microfone aqui, caso a senhora precisar.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – É porque eu não sei para onde que eu tenho que apontar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É para cá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA (Para exposição de convidado.) – Pode. Então, vamos. Espere aí, rapidamente.

Bom dia a todos. Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues e a todos os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, pelo convite de estar aqui hoje. Eu fico muito honrada de estar sentada aqui, a esta Mesa, e de estar nesta sala, na presença de pessoas tão ilustres, dos meus ídolos, alguns dos meus ídolos do meu lado, enfim, e gostaria de dizer que eu falo em nome do Ecad e das sete associações de compositores, músicos, cantores, gravadoras e editoras musicais que integram essas associações.

Como estamos numa Comissão de Constituição e Justiça, eu preciso dizer aos senhores que os arts. 3º e 4º da nova Lei de Turismo, contra a qual nós, do Ecad, das associações, dos artistas aqui representados, não temos conceitualmente nada, muito pelo contrário. Como já disseram aqui os artistas que me antecederam, com toda certeza a música brasileira é um fator atrativo de turismo para o Brasil, e é lógico que tudo que vier para melhorar a atividade do turismo brasileiro é bem-vindo para todos nós que integramos a sociedade brasileira, e para todos aqueles logicamente também que lidam com música.

Então, nós não podemos ser contra – e não somos contra – a modernização da lei do turismo. Ocorre que há dois artigos de lei nessa nova proposta legislativa, o art. 3º e o art. 4º, que são inconstitucionais, e é por isso que nós estamos falando aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Está grifada ali na minha apresentação a parte da nova redação do §3º do art. 68 da Lei de Direitos Autorais, que seria modificada caso fosse aprovada a nova lei do turismo da forma como está escrita.

Essa redação retira a possibilidade de cobrança de direitos autorais pelos aposentos de hotéis, de hospitais, pelas cabines de transportes aéreos. É até muito maior do que nós estávamos falando antes até aqui, estávamos sempre falando de hotéis. Mas é mais abrangente ainda e atinge uma parte maior do licenciamento e da cobrança de direitos autorais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas vamos focar basicamente na questão hoteleira até porque os meus antecessores aqui falaram da questão de hotéis. Então, esse art. 3º é inconstitucional, e mais adiante eu vou demonstrar porquê.

O art. 4º também é inconstitucional porque ele definitivamente retira a possibilidade de os criadores intelectuais cobrarem direitos autorais pelo uso de músicas especificamente nos quartos dos hotéis, sobre o que já falamos antes.

Vou agora expor para os senhores porque temos preocupação em relação à constitucionalidade desses artigos.

Bem, como já foi dito aqui antes, o Brasil, não só na Constituição Federal, no art. 5º, XXVII, prestigia e declara o direito exclusivo dos criadores de autorizarem ou não o uso das suas criações, de gerirem o aproveitamento econômico das suas criações, mas também, além de essa ser uma cláusula pétrea da Constituição Federal, ou seja, relacionada a direito individual, a direito humano, que não pode, por outra legislação especial, ser modificada. Além disso, nós também, brasileiros, a sociedade brasileira está regida pelos princípios das Convenções de Berna, de Roma e pelos acordos de comércio da OMC, que dizem o seguinte: que só pode haver exceção a esse direito exclusivo dos criadores brasileiros em três casos específicos, se houver casos específicos. Ou seja, se naquelas situações muito específicas for verificada uma urgência, uma premência, aí sim, ali pode haver uma exceção a esse princípio maior do exercício da exclusividade do direito de propriedade dos criadores.

E eu vou mostrar aos senhores que em nenhum desses casos está enquadrada a cobrança de direitos autorais pelos quartos de hotéis. Essas situações excepcionais seriam situações muito especiais – eu vou expor agora quais são – que não prejudiquem a exploração normal da obra, e prejudicarão, e que não causem prejuízo injustificado aos criadores, e causarão, caso esses artigos de lei não sejam afastados do projeto da Lei Geral do Turismo.

Bem, por que não é um caso especial? Primeiro, porque a nova Lei Geral do Turismo, essa que é muito maior do que os arts. 3º e 4º, ela traz uma série de outros benefícios para todos aqueles que atuam na área do turismo brasileiro.

Então, não é, como já disseram aqui os artistas que me antecederam, não é não pagando direito autoral que o setor hoteleiro vai ser dinamizado de uma hora para outra. Temos questões de tributação, de segurança pública e uma série de outras, que são, no meu entender, necessitam muito mais de atenção do que o pagamento de direitos autorais. Então, não é uma situação especial.

Outra coisa: não é especial mesmo para ser tratado numa lei de turismo, porque o direito autoral no País é tratado numa lei especial, específica de direito autoral. Ou seja, não se legisla sobre direito autoral numa lei de turismo. Inclusive, é uma armadilha aos criadores brasileiros se legislar numa lei de turismo, que poderia até nem ser num primeiro momento alvo da atenção das associações, dos compositores e nossa, do Ecad, mas lá no meio da lei de turismo, que fala de uma série de outras coisas, existe uma disposição tão lesiva aos interesses dos artistas. Não é um caso especial para ser legislado dessa forma.

E outra coisa: não é especial mesmo, porque esse pagamento existe em vários outros países do mundo. Eu fiz um esforço para conseguir listar 43 países, existem muitos outros tantos países do mundo civilizado que, nas suas legislações, contemplam o pagamento de direitos autorais pelos hotéis, pela música que existe nos seus aposentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não estamos falando de nada diferente do que existe no resto do mundo, muito pelo contrário. Se criarmos essa licença, essa isenção, seja qual for o nome que queiram dar, para os hotéis, no caso dos aposentos, nós estaremos ficando diferentes do resto do mundo; estaremos criando um problema de relações exteriores para o Brasil, porque em todos esses lugares do mundo existe a cobrança pelos quartos dos hotéis. Consequentemente, todos esses lugares do mundo enviam para nós, aqui no Brasil, valores de direitos autorais decorrentes dessa cobrança, e nós vamos parar de enviar para lá os valores que cobramos aqui.

É uma vergonha para o Brasil esse tipo de mudança legislativa, e nós não podemos permitir. Inclusive, eu quero entregar ao Senador Randolfe Rodrigues duas cartas que recebemos, uma da Cisac, a Confederação Internacional de Sociedades de Autores e Compositores, que congrega associações de mais de 200 países do mundo e da IFPI, a Federação Internacional da Indústria Fonográfica, que veementemente se colocam contra aprovação desses dois artigos da lei do turismo e que pedem que este Senado Federal tenha atenção e respeite, como sempre respeitou, o direito dos criadores intelectuais.

Obrigada, Senador.

Bem, então, já disse a vocês que não se trata de um caso especial. Agora, eu vou dizer a vocês que caso esses dois artigos da Lei Geral do Turismo sejam aprovados eles prejudicarão a exploração normal da obra. No ano passado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – ... corrigindo aqui, nós arrecadamos cerca de R$50 milhões e temos este ano uma perspectiva de aumentar essa arrecadação em mais de R$50 milhões. Não podemos aqui confundir com a arrecadação de *streaming,* até porque os valores que arrecadamos de rádio, televisão, de *streaming*, de hotéis e tal são distribuídos para as músicas que lá são executadas. E muitas vezes os artistas que têm as suas músicas sonorizando os quartos por televisão, rádio, ou seja o que for, não estão sendo contemplados na distribuição de *streaming,* porque são segmentos totalmente diferentes.

Então não é dizer: "Ah, já está cobrando do *streaming*, pode parar de cobrar do hotel". Não é isso, não pode ser feito dessa forma. E é por isso que nós estamos reforçando aqui a ideia de que estamos falando de R$0,59 no valor de uma diária do Rio de Janeiro. Em outros lugares do Brasil, acho que a Paula falou antes de mim, por exemplo, em outros Estados do Brasil, esse valor cai para R$0,32, é menos que um shampoozinho que há no banheiro do hotel, é menos que o valor da touca de banho. Não é possível que a música brasileira, que é responsável por trazer tantos turistas para o nosso País, vai ser penalizada justamente numa Lei Geral do Turismo, por conta de um valor como esse, que não quer dizer nada para uma administração de hotéis, certamente não quer dizer nada. E outra coisa, causará, sim, prejuízo injustificado aos criadores por que, no ano passado, dentre os 326 mil compositores, músicos e artistas que receberam direitos autorais do Ecad, por meio das suas associações que aqui estão também representadas, cerca de 100 mil receberam valores que vieram da arrecadação de hotéis, hotéis e pousadas.

Então isso não quer dizer... Isso vai causar, sim, prejuízo para quem não pode sofrer prejuízo e ser penalizado, como já disseram aqui meus antecessores, pelo problema de segurança, pelo problema econômico do Brasil e etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já estou terminando, só para reforçar, que o STJ sumulou essa discussão, já avaliou que os quartos de hotel são, sim, ambientes de frequência coletiva em função da transitoriedade dos hóspedes. Ali não é casa de ninguém, ali se vende diária para que os hóspedes entrem e saiam dos hotéis. Então, está correta a Lei de Direitos Autorais brasileira e de todos esses outros países do mundo que eu citei ali em dizer que é devida a cobrança de direitos autorais pelos quartos de hotéis e assim entende o Superior Tribunal de Justiça.

Deve ser por isso, Senador, que estão querendo agora mudar a Lei de Direitos Autorais, porque ao avaliar, analisar e se debruçar sobre a lei em vigor, o Superior Tribunal de Justiça já disse que a cobrança de direitos autorais é devida pelos quartos de hotel.

E nós, num exercício de muitos anos de tentar que os hoteleiros acabassem com essa discussão, já diminuímos os valores cobrados, fazendo diferença da cobrança pelas regiões socioeconômicas do Brasil e também considerando a taxa de ocupação.

Olha só, estamos considerando a efetiva taxa de ocupação dos hotéis como redutor do valor cobrado. Há anos fazemos isso, desde que o hotel nos dê uma declaração dizendo: "Olha, eu estou aqui na região tal, a minha taxa de ocupação, infelizmente, por "n" problemas, é de 40%". O Ecad leva isso em consideração como redutor do valor cobrado.

Então, mais do que isso nós não podemos fazer, mais do que isso é só o que os hotéis querem, os hotéis não querem um preço melhor, os hotéis querem não pagar direitos autorais, e isso nós não podemos admitir. Os criadores brasileiros, representados pelas suas associações, e o Ecad não podemos permitir.

Eu quero terminar, já excedi um pouco o meu tempo, agradecendo, mais uma vez, a atenção e dizendo que a música é um atrativo para o turismo nacional, não penalizem a música deixando que sejam aprovados esses dois artigos inconstitucionais que nós já falamos aqui. A aprovação desses artigos na nova Lei do Turismo, além de ser uma aberração legislativa, é uma afronta aos criadores musicais brasileiros, nós não podemos permitir que isso aconteça e temos a certeza de que o Senado Federal e esta Comissão de Constituição e Justiça não permitirá!

Muito obrigada e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Glória.

Para encerrarmos, então, os expositores, eu passo para o Sr. Wilken Souto, que é assessor técnico de nível superior do Ministério do Turismo.

Em seguida, obviamente, o autor do requerimento desta audiência pública, que será o Senador a fazer as interpelações e questionamentos, o caríssimo Senador Rodrigo Cunha.

Wilken, por favor.

O SR. WILKEN SOUTO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos, bom dia Senador Randolfe, em nome do senhor cumprimento todos os Parlamentares, cumprimento todos os representantes da hotelaria brasileira, dos artistas e, desde já, deixo todo o meu respeito e o respeito do Ministério do Turismo em relação à cultura.

De fato, o nosso País é o oitavo país mais bem avaliado em termos de cultura pelo Fórum Econômico Mundial, somos o primeiro em atrativos naturais e o oitavo em cultura. Claro que isso se deve muito ao trabalho de vocês em relação à nossa música brasileira e, claro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, que a música é um dos nossos elementos de posicionamento de imagem em nosso País. O meu respeito e admiração também pelo trabalho de todos.

Em relação à lei, esse PL traz demandas dos mais variados setores da atividade turística, angariou a maioria das demandas de muitos anos do setor do turismo. Foram colocados aqui vários argumentos específicos, não vou entrar especificamente nos argumentos técnicos porque eu penso que todos já foram colocados aqui de uma forma muito clara, os posicionamentos foram muito claros e respeito o posicionamento e a opinião de todos que aqui falaram, mas nós temos alguns desafios que estão dentro deste PL, alguns desafios para o processo de aceleração do turismo em nosso País.

Como coloquei aqui, nós somos o primeiro em atrativo natural e o oitavo em atrativo cultural no mundo em uma avaliação de 136 países, mas o nosso ambiente de negócios é muito desfavorável aos empreendimentos turísticos. Nosso ambiente de negócios é muito burocrático, nós temos muitas tributações, bitributações e muitas taxas que encarecem o trabalho dos prestadores de serviços turísticos. Isso atrapalha também o nosso processo de atração de novos investimentos para o País, de atração de geração de novos negócios.

Voltando especificamente para a questão dos meios de hospedagem, a gente percebe, no censo do IBGE em parceria com o Ministério do Turismo, de mais de 31 mil meios de hospedagem no País, que 84% desses meios de hospedagem têm até 49 quartos, 32% desses meios de hospedagem têm de 10 a 9 quartos e toda e qualquer tributação ou taxa que se atribua a esses meios de hospedagem atrapalha e aumenta o custo para o empreendimento e aumenta o custo, consequentemente, para as diárias e o custo da viagem no País.

Hoje, um dos nossos desafios, do Ministério do Turismo, é trabalhar essa redução do custo Brasil. Quando falamos da redução do custo do turismo no Brasil, falamos na redução do custo para o empreendedor e para o turista.

Nós, hoje, atuamos em nosso desafio de reduzir o custo da viagem tanto para o brasileiro quanto para estrangeiro, tendo como finalidade principal a geração de empregos. Se nós estimulamos a criação de novos negócios, estimulamos a diminuição de custos para os empreendimentos, consequentemente a gente tem mais condições de gerar mais empregos e gerar mais renda para o nosso País. Nós acreditamos que o turismo pode ser o grande setor econômico que pode ajudar a resgatar a economia do nosso País.

Então, eu vou ser bem sucinto aqui. Nós somos favoráveis a toda e qualquer iniciativa que se trabalhe para a redução do custo para empreendimentos, para facilitação turística, e coloco que nós somos favoráveis à redação como ela está hoje no PL, assim como todos os outros artigos que ali estão. Como hoje o foco foi nessa relação com o Ecad, vou me ater aqui, nós tínhamos argumentos para os demais artigos, podemos debater em momentos específicos, mas o que a gente pode colocar de uma forma clara é que todas as medidas que possam facilitar a atuação dos pensadores de serviços turísticos em impactar, direta ou indiretamente, na diminuição de custos para o empresário do setor de turismo, que possam possibilitar a geração de mais empregos e mais renda, o Ministério do Turismo é favorável.

Nesse caso, especificamente, do Ecad, eu acho que todos os argumentos já foram colocados, estamos alinhados com o posicionamento que foi colocado pelos meios de hospedagem e esperamos pela Casa, pelos Senadores, pelos Parlamentares, que julguem essa matéria como ela está, como ela veio da Câmara dos Deputados. A gente entende que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como foi colocado ali, não somente essa medida, claro, vai gerar um impacto que se quer para a atividade turística, mas conjuntamente, com os outros artigos que estão propostos neste PL e com outras medidas que o Executivo está preparando para diminuir o custo da viagem no País, como a redução do imposto de renda sobre remessas para o exterior para as operadoras de turismo, estamos trabalhando na redução da alíquota do PIS/Cofins para combustíveis de cruzeiros marítimos e fretamentos de cruzeiros marítimos, estamos trabalhando na articulação para diminuição do imposto de ICMS sobre o querosene de avião, assim como várias outras medidas. Então, é o conjunto dessas ações que vai possibilitar essa redução do custo da viagem para o País e do custo para o empreendedor e para o turista brasileiro e estrangeiro. Então, de forma geral, é esse o posicionamento do Ministério do Turismo.

Quero agradecer pela discussão, por este debate. Consideramos que foi um debate muito saudável, foram esclarecedores, de ambas as partes, os posicionamentos.

Estamos à disposição para que possamos responder a quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Wilken.

Passamos, então, agora, às interpelações das Sras. e dos Srs. Senadores.

Passo, inicialmente, para o autor do requerimento desta audiência pública, o meu caríssimo Senador Rodrigo Cunha.

Por gentileza, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todas e a todos! Quero aqui cumprimentar o Presidente desta audiência pública, o Senador Randolfe Rodrigues. É um prazer enorme estar aqui trabalhando com V. Exa. no aprimoramento de uma legislação necessária.

Cumprimento todos os representantes do *trader* turístico, do Ecad e, em especial, todos os artistas aqui presentes. Quero parabenizá-los pelo que vocês fazem pelo nosso País. Sempre, quando vejo o artista, quando se fala em cultura, vem a festa, em primeiro lugar, aquele momento atrativo, mas, para mim, ao lado, está também o desenvolvimento, porque gera empregos, aquece a economia e melhora a autoestima de todo brasileiro, sem dúvida nenhuma.

Em um momento como este, é importante fazer um histórico do que os traz aqui.

Nós estamos analisando uma legislação. É um projeto de lei que está para ser analisado por esta Comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado, que mexe em nove leis. Aqui eu quero parabenizar pessoalmente o Senador Randolfe Rodrigues, que se debruçou sobre todas essas nove leis, dentre as quais a Lei Geral do Turismo, mas sobre várias outras. Estamos tratando, nessas leis, desde o Código Brasileiro de Aeronáutica até dos meios de hospedagem, como é a situação de hoje, da Agência de Turismo, das transportadoras turísticas, dos eventos de turismo, dos parques temáticos e de acessibilidade.

Então, foi um relatório bastante completo, complexo e minucioso. Sobre dois pontos dele conversei pessoalmente com o Senador, pois se precisaria de um diálogo maior, porque aqui é a Casa do diálogo, para ter um entendimento, e se buscar uma opção que seja sustentável. Isso quer dizer o quê? Que não prejudique o setor produtivo e que, ao mesmo tempo, garanta os direitos sociais e individuais, bem como haja todo um reconhecimento de um trabalho feito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos artistas e também do trabalho prestado pelo Ecad. Então, aqui é o momento de discussão.

Para isso, nós temos duas situações. Uma situação antes de 2008 e uma situação posterior a 2008. Inclusive, depois de 2008, nós podemos definir duas situações: quando se fala em hospedagens, em que há uma divisão em um espaço de frequência público, pois antes não havia essa divisão, e depois de 2008, quando se falou também sobre frequência individual dentro dos hotéis. Então, a pública, que seria taxativamente o saguão, o *hall*, os restaurantes e os bares, e a frequência individual, aquela de uso exclusivo do hóspede, quais sejam, os quartos. Então, há essa definição hoje na nossa legislação. E há conflitos.

No STJ, também há decisões que se baseiam justamente fazendo corte antes de 2008 e depois de 2008. Para se evitar a judicialização é que existe esta Casa Legislativa. No meu ponto de vista, o Judiciário só é acionado quando o Legislativo não faz a sua parte. Então, se se deixa alguma lacuna, alguma má interpretação, essa discussão vai terminar no Judiciário.

Por isso, está surgindo uma nova legislação e o Senador Randolfe Rodrigues está como o Relator desta compilação enorme que busca o que todos os senhores querem, todos os que estão olhando aqui, todos, que é trazer uma segurança jurídica para este País, trazer uma normativa para que quem ingresse no meio empresarial saiba o que está sendo cobrado e o que vai ser cobrado. Então, sou muito favorável a essas discussões.

Por isso aqui percebi dos dois lados alguns apelos. Do meu ponto de vista, não é a isto que nós devemos nos apegar: ao apelo de um lado dizendo que agora os artistas estão ganhando muito bem devido à cobrança do *streaming* que é muito mais fácil de ser fiscalizado e chegar ao bolso, sendo que, aqui, a gente não está tratando disso, de que, se está ganhando mais, tem que se deixar de cobrar o Ecad; e ao apelo do outro lado dizendo que são apenas R$0,59. Não é questão de ser R$0,59 ou R$59, é a questão se deve ou não ser cobrado, o valor é uma consequência. Então, no aprofundamento se deve ou não ser cobrado, solicitando ao Relator, nós estamos hoje discutindo um tema de extrema importância social e econômica para o nosso País, sim. Não é apenas a questão de valor. Inclusive, depois, eu vou direcionar uma pergunta sobre os valores.

Eu aqui quero mencionar que não faz sentido sairmos daqui com alguma imagem de que estamos culpando os artistas. De forma alguma. Repito: são os senhores – concordo com o que foi dito pelo Frejat e pelo Nando Reis – que atraem também o aquecimento do turismo, sem dúvida alguma, mas é preciso contextualizar justamente essa legalidade.

Para isso, eu queria direcionar pergunta ao Ecad primeiramente, à Dra. Glória. Nesse ponto específico, Dra. Glória, como eu falei aqui, nós temos o cabimento da cobrança antes da legislação de 2008. Em 2008, ela é taxativa, ela considera meio de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamentos temporários ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante a adoção de instrumento contratual ou expresso de cobrança de diária. Então, esse ponto, em 2008, deixa claro que o quarto de hotel é considerado uma frequência individual. Mesmo assim, o Ecad se vale dessa decisão do STJ, que é recente, ou se vale – inclusive, nesse lapso temporal, em algum momento, se deixou de cobrar dos quartos de hotel? – especialmente dessa situação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é sobre a cobrança... E minhas perguntas são sinceras, não tenho essa resposta. Eu sou de um Estado em que a maior indústria – e fico feliz em dizer isto – é a indústria sem chaminé que é o turismo. Sou do Estado de Alagoas, de Maceió, que tem um grande apelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É, o Estado de Djavan, agora de Mano Walter também, que é também um grande compositor e cantor.

A pergunta é: para um hotel cinco estrelas, que tem cem quartos, ou para um hotel de duas estrelas, que tem cem quartos disponíveis, com a mesma taxa de ocupação, o valor cobrado é o mesmo? Há uma dosimetria em cima disso? Há uma classificação do valor da tarifa que é cobrada ou é apenas referente à taxa de ocupação? Então, como o valor da tarifa necessariamente está atrelado à sua qualidade, ao seu nível, que aqui vamos estipular em estrelas, há essa situação?

São duas perguntas aqui para que a gente possa iniciar esses debates.

Mais uma vez, parabenizo os artistas. E faço uma pergunta também ao Frejat, que mostrou ter um grande conteúdo jurídico aqui também, ser um conhecedor profundo na sua explanação. Hoje os artistas – se você pode falar pelos artistas, ou o Nando Reis também – se sentem atendidos pela forma de distribuição dos recursos arrecadados pelo Ecad?

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador, pelas perguntas, que até me auxiliam na exposição, que sempre tem que ser curta, por causa do tempo que nós temos aqui.

A primeira pergunta que o senhor fez é muito interessante pelo seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Glória, só um minutinho. As perguntas, Senador Rodrigo, foram para a Dra. Glória e para o Frejat, destinadas aos dois, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Dra. Glória, por favor. Desculpe.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – A partir de 2008, quando houve a alteração já da Lei do Turismo, em que se disciplinaram o que era público e o que era privado em se tratando de quarto de hotel, o que aconteceu? O Ecad, por entender, dentro dessa linha de raciocínio de que eu lhe falei, que esse não era o meio indicado para se legislar sobre direito autoral, que não poderia ser utilizado essa forma, continuou se valendo da Lei de Direitos Autorais, que, inclusive, agora, em 2013, teve uma alteração também, não alterando essa parte. O Ecad continuou fazendo a cobrança. Ocorre que os hotéis tinham o entendimento que a Lei do Turismo de 2008 havia modificado nesse particular a Lei de Direitos Autorais. Alguns deixaram de fazer o pagamento e levaram ao Judiciário esse questionamento, dizendo o seguinte: "A Lei de Turismo de 2008 alterou o entendimento do que seria público ou privado num quarto de hotel. Por isso, agora, nós não temos mais nada a pagar ao Ecad". Então, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão já ocorreu no Superior Tribunal de Justiça e já foi afastada também, justamente porque os ministros do Superior Tribunal de Justiça entendem que nenhuma legislação de turismo pode interferir nos conceitos que constam da lei específica de direitos autorais, até porque eles levam em consideração não uma definição única sobre quarto de hotel, sobre o que é público ou privado, mas, sim, um conjunto de conceitos que fazem parte não só da Constituição Federal, de convenções internacionais firmadas pelo Brasil... Então, eu posso lhe assegurar que a questão nova da lei de 2008 já foi, inclusive, alvo de apreciação pelo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – ... Superior Tribunal de Justiça, que já afastou essa nova aplicabilidade dessa definição à matéria de direito autoral, até porque, como eu lhe falei, a Lei de Direitos Autorais foi modificada em 2013 e nada falou sobre esse assunto. Ela falou sobre gestão coletiva, sobre outras questões. Mais uma vez, reforçou-se que, para Lei de Direitos Autorais, continuam valendo os conceitos, nesse aspecto de hotéis, que lá estavam desde 1998.

Agora, a segunda resposta. A segunda resposta é sim, não existe no nosso regulamento de cobrança nenhuma forma de cálculo que leve em consideração as estrelas dos hotéis. Mas, durante algum tempo no passado, nós fazíamos reuniões periódicas com entidades de hotéis e até sugeríamos para eles que nós poderíamos criar outra forma de calcular o valor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Nunca sugerimos deixar de cobrar. Sinceramente, para nós, nós temos que fazer essa cobrança. Como será feito esse cálculo, que critérios serão utilizados para chegar ao valor final, nós sempre estivemos dispostos a discutir. Agora, as estrelas, sempre foi dito para nós pelos hotéis que não era o melhor critério, porque havia, na época, pela Embratur – o que acho que nem existe mais –, diversidade de conceitos sobre a quantidade de estrelas para determinados objetos que teriam de estar disponíveis nos hotéis.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só para contribuir, vou interromper: substituir as estrelas, eu até deixei claro aqui, pelo valor da tarifa, porque, praticamente...

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Mas, de novo, vou lhe dizer: o chato é que a gente vai ficando mais velhinha e vai lembrando das coisas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Então, a tarifa também já foi uma ideia nossa. Mas os próprios hotéis nos disseram o seguinte: tem um valor de tarifa pregado na parede do hotel, tem um na agência de turismo e tem outro nos *sites* que oferecem as diárias. Então, não há como dizer que é o valor da tarifa pregado na parede do hotel, porque aquele não é praticado para todos. Eu, por exemplo, venho a Brasília, o hotel em que fico, eu disse: "Nossa, não é possível que seja isso". Não é, porque, pela agência de turismo, é a metade daquele valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Então, o senhor vê que não é fácil chegar a esse cálculo. O cálculo sempre será questionável. Inclusive eu estive, não aqui no Senado, há uns dois anos, numa audiência pública também na Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados, para discutir uma série de projetos de lei que disciplinavam direito autoral. E, na discussão específica de hotéis, eu disse lá: "Nós estamos abertos, dentro dessa linha, a receber dos hotéis uma proposta de novo critério de cobrança...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – ... para os direitos autorais. Por favor, nos mandem, porque nós já pensamos em vários, mas vocês mesmos, no passado, nos disseram que esses não eram os melhores. Então, vocês são os hotéis. Só tem uma coisa: nós precisamos receber por direito autoral. Qual critério nós vamos utilizar para fazer esse cálculo, sugiram. Nós vamos avaliar". Em dois anos, eu não recebi nenhuma proposta nesse sentido. Por isso que eu digo ao senhor que boa vontade existe. Estamos aqui para discutir. O que nós não podemos é deixar de cobrar pela sonorização dos aposentos dos hotéis.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu vou passar para o Frejat. Eu quero pedir só uma atenção a todos e todas, eu quero privilegiar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores. Eu recebi uma advertência da Presidência do Congresso Nacional de que, daqui a pouco, nós temos sessão do Congresso Nacional. Há uma matéria de extrema relevância para o País para ser votada, que é o PLN 4, e é necessário dar quórum na sessão do Congresso Nacional. Então, impreterivelmente, é obrigação desta Presidência procurar encerrar nos próximos 20 minutos esta audiência pública. Privilegiando as Sras. e os Srs. Senadores, mas tentando ainda aproveitar, eu lamento o aperto, mas é a também a exigência do dever de ofício que as senhoras e os senhores membros deste Congresso Nacional têm.

Peço aos nossos conferencistas procurarem objetivar nas respostas.

Frejat.

O SR. ROBERTO FREJAT (Para exposição de convidado.) – Respondendo à sua pergunta, a questão da arrecadação, você me perguntou sobre a distribuição, não é isso? Eu acho que a gente tem o privilégio de, no Brasil, ter um sistema como o Ecad. O Brasil é um país de dimensões continentais, e eu fui uma das pessoas que brigou muito contra o Ecad pelo Ecad, porque eu queria que o Ecad fosse melhor, fosse mais justo, e ele está cada vez mais nesse caminho. É um caminho de aperfeiçoamento. A gente está sempre trabalhando para que isso fique melhor. Eu sou um dos fiscais, eu estou ali para vigiar mesmo, para tentar que isso se aprimore cada vez mais, mas eu tenho certeza de que a gente tem uma máquina invejável de arrecadação e distribuição. Poucos países têm um sistema tão eficiente e tão gigantesco como o nosso. Então, não quero me estender mais, basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Frejat.

Senador Eduardo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar convidado.) – Presidente, Senador Randolfe, Senador Rodrigo, Senadora Soraya, primeiro eu gostaria de cumprimentar todos que participaram desta audiência e comemorar o fato de, no início desta Legislatura, nós já estarmos discutindo alguma coisa relativa a arte, música. Eu tenho uma concepção, que fez parte dessa minha campanha para esse mandato que o povo tocantinense me concedeu, para reformularmos a maneira de discussão desses assuntos nas duas Casas, na Câmara e no Senado, pois me parece sempre equivocado que a gente se preocupe mais com a foto do que com o fato.

Música é uma indústria nos melhores países do mundo, em alguns é a primeira indústria. Então, o ambiente que se coloca do papel da música na economia brasileira é curioso, porque é sempre superficial, não vai aonde tem que ir. Eu realmente quero resguardar a intenção do Senador Rodrigo, mas também entendo que, na indústria hoteleira, no contexto da indústria do turismo no Brasil, existem outros fatores que devem ser combatidos para melhorar a questão da economia.

Eu queria ressaltar que nós vivemos um ambiente no Brasil hoje, em especial aqui na Casa, nós iniciamos uma briga muito grande, porque, na reforma política recente, como sempre faz o Congresso, quando tem uma pedra no barco, joga-se fora a pedra, o motor, o banco, o leme, e nós acabamos retirando a música da política brasileira. A única grande democracia que retirou totalmente a música, nós fizemos uma adaptação para a questão gráfica, no tamanho dos cartazes, nos horários dos comícios, mas nós retiramos completamente. E era só ter feito uma emenda dando proporção à capacidade de contratação de arte, como se fosse qualquer outro produto da campanha eleitoral. Isso é um mercado de bilhões de reais. Então, nós pretendemos retomar essa discussão.

Eu falo tudo isso, Presidente, para que a gente tenha novamente aqui e construa um ambiente produtivo. Eu tive muita ajuda na campanha, o meu Estado é o Estado de Anavitória, de Henrique e Juliano. Eu sou compositor também, o Ecad já me pagou uns R$150 por algumas músicas gravadas. Mas eu queria deixar claro aqui que a gente cria um novo ambiente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... para o debate sobre essa indústria de verdade.

Brasília, por exemplo, é a única capital do mundo em que música é praticamente uma contravenção. Você tem um horário restrito, uma lei de silêncio absolutamente rigorosa e inadequada.

Então, eu comemoro o dia de hoje aqui como o primeiro passo. Vou tentar trocar contatos aí e ver se a gente repete isso aqui e começa a tratar a música, assim como os grandes países, como as grandes economias, como um patrimônio, como uma indústria que emprega muito e de muito boa qualidade.

Então, essa é a minha observação e eu também quero ampliar essa discussão, criar mais confusão porque eu tenho certeza de que a indústria do turismo está discutindo bastante também o comportamento com relação às novas tecnologias, aos aplicativos. Então, eles têm também buscado um ambiente de competitividade com relação aos aplicativos, ao Airbnb e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantos outros. Então, eu também acho que, à medida que o Ecad também tiver preocupação com cobranças nesse sentido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... melhora a base e diminui o custo.

Então, a minha intervenção é nesse sentido, Presidente.

Eu agradeço aí e sei que nós temos um horário bem apertado. Quero cumprimentar a todos e continuar agora essa briga para a gente não encontrar só no corredor, a gente sem saber o que está fazendo e eles sem saber o que estão pedindo, a gente tira uma foto, vai embora e fica por isso mesmo, não é?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Meu caríssimo amigo Senador Eduardo Gomes, de antemão pedir desculpas, eu engatei ao chamar o nome de um amigo que é fluente. É a emoção de estar presidindo aqui o chamar para falar. Entendeu? Poucos sabem, mas – falo para os colegas aqui – fazer comercial aqui da Casa, combinem depois com o Eduardo a composição porque ele é um dos mais eminentes cantores e compositores da Casa. Depois basta só combinar com ele. Entendeu?

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ORLANDO DE SOUZA – É minoria até no Plenário então agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é. Declaradamente tem um voto contrário aqui. Olhe aí.

Senador Alessandro Vieira, Senadora Soraya?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senadora Soraya, por favor. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro. Por favor. Eu sabia que V. Exa. assim chancelaria.

Senadora Soraya, por gentileza, e, em seguida, Senador Alessandro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Senador.

Quero parabenizar pela iniciativa. Estou lamentando profundamente de não poder ter estado aqui porque eu tenho muitas dúvidas e eu estou correndo até o risco de perguntar questões que já foram discutidas.

É um prazer ter os senhores aí. Sou fã, sou dessa geração. De verdade, escuto muito vocês.

Enfim, eu queria saber – não sei quem pode responder – qual é a fórmula no setor hoteleiro. Qual é a forma de cálculo criada pelo Ecad para chegar no valor unitário, por cada unidade habitacional? Qual é essa fórmula matemática? Se ela está discriminada em lei, se é por resolução, enfim?

E aí eu não sei, na minha segunda pergunta, eu acredito que isso aqui já foi discutido. Eu conheço alguns cantores que já me disseram que nunca receberam nada do Ecad. Então, eu tenho essa dúvida de para onde vai. Vai para aquele cantor? Essa dúvida é uma dúvida do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

povo brasileiro. Então, quando vai falar em Ecad, há tantas celeumas. E realmente, Senador Eduardo, nós temos que continuar. Se não for exaurido hoje, eu acho que a gente tem que continuar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A pergunta da Senadora Soraya nós vamos fazer o seguinte: há uma requisição do Walter também para comentar e obviamente eu acho que – suponho – foi também direcionada ao Ecad. Então, eu acho que nós vamos chancelar para um representante de cada um respondê-la, mas não para concluirmos as questões relativas às inquirições das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores...

Eu passo, inicialmente, para o Senador Alessandro Vieira, para, em havendo questão, ter um questionamento, ter os comentários dos senhores e das senhoras integrantes da Mesa, não sem antes destacar a presença aqui do Sr. Maurício Carlos da Silva Braga, que é Secretário de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Senhores, é sempre uma referência; é importante estar aqui.

O questionamento é bem objetivo com relação a valores recolhidos pelo Ecad, na rede hoteleira, em unidades que não estão ocupadas. Que percentual representa isso? Para que se tenha uma dimensão de impacto efetivamente na arrecadação. Porque ninguém discute... E é óbvio que a obra intelectual tem que ser ultra valorizada, cada vez mais, inclusive no Brasil.

No momento em que vivemos, a cultura é um ponto de escape para liberdades que são essenciais. Mas saber o tamanho do impacto que você tem na rede hoteleira arrecadando em cima de unidades vazias é importante, para a gente decidir depois, em termos de projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos concluir os dois questionamentos, da Senadora Soraya e do Senador Alessandro. Então, ouviremos a Dra. Glória, e o Walter em seguida.

O SR. ORLANDO DE SOUZA – Senador, eu queria fazer só um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Orlando.

O SR. ORLANDO DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Porque depois eles vão dar instruções técnicas, que eu acho que de fato interessa mais.

Eu só queria fazer um reparo do seguinte, na fala do Frejat e de outros que falaram aqui, que em absoluto a hotelaria quer colocar que o Ecad seja o mal de todo o problema do turismo ou da hotelaria brasileira, está certo? Acho que não é se utilizar corretamente daquilo que foi argumentado aqui. Fizemos argumentações técnicas pelos advogados, foram colocados alguns aspectos e a questão de se estar discutindo aqui o Ecad é porque esta audiência pública é sobre o Ecad.

É evidente que existe problema de violência, de tributação, de burocracia, de licenciamento, que atrapalham enormemente, talvez até muito mais que o Ecad, a questão da hotelaria brasileira. Isso é inquestionável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu gostaria só de esclarecer que nós não viemos aqui para dizer que o Ecad... Deixando de cobrar o Ecad, resolvemos o problema do turismo e da hotelaria brasileira... Não é justo fazer esse tipo de colocação.

Só para encerrar, no aspecto de que a música traz turistas e traz turismo para o Brasil, é muito verdade. Verdadeiríssimo! É bom só lembrar também que se trouxerem turista e turismo para o Brasil e não houver hotelaria, não vem turismo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Rodrigo pediu a palavra, antes da consideração de Walter e Glória.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, exatamente. Justamente para colaborar e não haver uma réplica, e assim já fazer esse último questionamento.

Primeiro, aqui destacando que V. Exa., no início, falou sobre o canal e-Cidadania, que é o canal disponível para todos os internautas e as pessoas que acompanham também pela TV Senado. Chegaram várias contribuições, das quais escolho aqui um comentário do Thony Ricardo, que é de Minas Gerais, e fala: "Não basta apenas atrair turistas se não tivermos um sistema moderno de turismo externo e interno". Então, isso aqui corrobora o momento que estamos vivendo.

Repito. Estamos falando aqui de várias leis relacionadas ao turismo que estão sendo compiladas, para justamente buscar uma segurança maior, tanto dos senhores como do consumidor, dos artistas e de todos que fazem parte dessa cadeia.

Eu não sei se me fiz entender, mas eu não me senti contemplado pela resposta feita pela Dra. Glória, quando mencionei que, a partir de 2008, houve uma determinação do que seria essa frequência individual, colocando o quarto de hotel encaixado neste conceito. E a minha pergunta é: onde há, na Lei de Direitos Autorais, uma outra permissão para que haja essa cobrança, já que nós temos a lei de 2008 taxativamente dizendo que frequência individual conceitua o quarto de hotel? Antes, não se tinha essa determinação. Então...

V. Exa. disse aqui também que se assegurou na Lei de Direitos Autorais. Então, se existe escrito isso em algum local, que eu não conheço. Por isso que eu até adiantei já a resposta, mencionando o julgamento do STJ, inclusive citei um voto também, no sentido de que valeria de 2008 para trás. Então, nós estamos buscando aqui uma nova legislação, e vai ser um momento de discussão que vai trazer novos elementos, para que se tenha uma aprovação do relatório apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues com emendas, sem emendas, com voto contrário e sem voto contrário.

Então, num momento como este temos aqui vários Senadores, e será multiplicada essa mensagem passada por V. Exa.

Repito: existe na Lei de Direitos Autorais ou em alguma outra lei determinando que se possa cobrar locais onde se consideram frequências individuais, já que há esse conceito?

E, por fim: existe também algum conselho interno dentro do Ecad, algum local onde as pessoas, as empresas e os hotéis que se sentirem prejudicados possam apresentar uma reclamação, uma denúncia, algum questionamento que não seja diretamente ao Judiciário?

Então, eu gostaria dessas explicações também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, então, nós concederemos para as respostas às indagações feitas à Dra. Glória, representado o Ecad, e ao Walter, representando as redes hoteleiras.

Em seguida, ato contínuo, eu já passo para um minuto de considerações finais de cada um dos nossos expositores.

Está bom?

Dra. Glória, por gentileza.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA (Para exposição de convidado.) – Vamos lá. Se eu me esquecer de alguma resposta... Enfim... Deixe-me começar pelo Senador porque, embora a senhora tenha sido a primeira, acho que a minha resposta a ele ajuda.

Bom, então, o seguinte: onde existe na Lei de Direitos Autorais? Art. 68, §3º, da Lei 9.610, de 1998, que diz que são considerados locais de frequência coletiva os hotéis e motéis, sem fazer distinção.

A Lei de Direitos Autorais é uma lei que, desde o início, se não me engano, agora art. 3º ou 4º, diz que as interpretações sobre as questões de direito autoral são restritivas. Então, se a Lei de Direitos Autorais generaliza o hotel, isso quer dizer que qualquer execução musical que exista dentro do hotel – seja na piscina, no quarto, numa boate, enfim – é passível de licenciamento e cobrança. Então, isso está escrito na Lei de Direitos Autorais.

Justamente por causa disso é que o Superior Tribunal de Justiça entendeu que poderia, sim, haver um conflito entre essa nova disposição da Lei do Turismo de 2008 e a lei de 1998, que é essa de que eu falei, §3º do art. 68, e analisou entendendo que uma lei de turismo não poderia alterar uma disposição de uma lei específica como a Lei de Direitos Autorais, que tem um conceito geral de interpretação restritiva, justamente para proteger os direitos constitucionais dos criadores, que estão refletidos na Lei Ordinária 9.610. Está bem? Então é isso, é lá que está. Tanto é, que o art. 3º da Lei do Turismo altera o §3º do art. 68.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – É isso.

Bom, então, voltando aqui para a primeira pergunta, da... Não. O senhor me fez uma outra pergunta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Local para reclamar.

O Ecad tem um *site* institucional: www.ecad.org.br. Nesse *site*, nós temos um canal de denúncias e temos também um Fale Conosco. Quanto ao canal de denúncias, o nome mesmo diz: denúncia. E Fale Conosco para isso. E temos lá também os nossos endereços de *e-mail* pessoais, para que sejam endereçadas dúvidas, reclamações, sugestões e tal.

Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – O órgão máximo do Ecad é a assembleia geral. A assembleia geral é composta pelas sete associações. As associações são compostas pelos artistas – compositores, artistas, enfim... Então, eles fazem parte da assembleia geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, as questões... Hotel – já que estamos falando de hotel: nós temos, na assembleia geral, uma reunião. Lá estão artistas, compositores, autores e técnicos das associações que falam e decidem sobre isso. A administração do Ecad não é apartada. Muito pelo contrário: a administração do Ecad é das associações. E as associações têm, nas suas diretorias eleitas, artistas. Por exemplo, o Frejat faz parte de uma das diretorias. Aqui nós temos o Roberto Menescal: é presidente de uma das associações. Vai às assembleias gerais. O Frejat também; Zezé Motta também; Joelma também; Manno Góes também; Danilo Caymmi também; o Rick também. Todos eles participam – ou podem participar. Não participam todas as vezes, porque também têm outros compromissos, mas também podem participar.

Então, agora vamos lá, falando com a Senadora Soraya.

Nesse *site* institucional, nós temos uma coisa que em nenhuma entidade semelhante ao Ecad, no mundo, existe. Nós temos não apenas a nossa tabela de preços – que existe em outros lugares do mundo, cada uma com a sua –, mas nós temos um simulador do valor a ser pago. Isso foi uma coisa diferente, que nós achamos que deveríamos fazer, justamente para facilitar que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – ... aquela pessoa que vai abrir uma casa noturna, que vai abrir uma pousada ou vai fazer um *show*, que ela entre e diga: "Olha, vai ser assim...". Responde lá a umas perguntas, e ali já se diz quanto vai ser o direito autoral.

Agora, esse valor é fixado em assembleia geral pelos integrantes das associações, e nós somos também, Senadora, desde 2013 para cá, fiscalizados pelo então Ministério da Cultura e, agora, Secretaria Especial da Cultura, para onde nós enviamos nossa tabela de preços, para uma avaliação técnica. Certamente eles comparam com outros critérios e formas de cobrança existentes em outros países do mundo e podem questionar essa cobrança e tal.

Então, especificamente, em se tratando de hotel, nós nunca recebemos nem do então Ministério da Cultura nem, agora, da Secretária Especial da Cultura nenhum questionamento sobre o nosso critério de cobrança aplicado.

O SR. ROBERTO FREJAT (*Fora do microfone.*) – Nem do Ministério do Turismo.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – É, nem do Ministério do Turismo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É, mas a senhora disse que existe a tabela...

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu queria saber qual é o critério...

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Vários.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... qual é a conta feita, qual é a fórmula feita, com base em que critério vocês entendem que "x" eu tenho que cobrar por metro quadrado daquela área habitacional.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Não é metro quadrado não. No caso dos hotéis, é uma fórmula que leva em consideração a quantidade de aposentos; um redutor, em função da região socioeconômica... Então um hotel, digamos assim, de igual tamanho e situado no Rio de Janeiro pagará – o do Rio de Janeiro – mais do que o situado em Tocantins, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, porque Tocantins está numa outra região socioeconômica. Então, há a aplicação desse redutor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – É o *top*, não é? Mas, mesmo assim, pelo fato de estar no Tocantins, tem um valor menor.

E também nós levamos em consideração a taxa de ocupação dos hotéis.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – O que que nós fazemos? Nós fazemos de duas formas: se o hotel não declara para nós, voluntariamente, a sua taxa de ocupação, nós temos uma pesquisa que foi encomendada por nós ao Ibope, que apurou, por região do Brasil, a taxa de ocupação dos hotéis e o índice de oitiva de música nos quartos. Nós usamos isso na composição do preço. Por isso eu falei antes aqui que, no valor de uma diária no Rio de Janeiro, é de R$0,59, por exemplo, o valor do direito autoral que o hotel paga.

Agora, há uma coisa que eu acho que é uma demonstração nossa de composição com o setor hoteleiro, que é o seguinte: mesmo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – ... nós podendo nos valer dessa pesquisa do Ibope, se o hotel declara espontaneamente: "Olha, a pesquisa do Ibope disse que eu fico na Região Nordeste, que a taxa média de ocupação da Região Nordeste é de 48% [que é um redutor no preço], mas o meu hotel está numa situação difícil, não sei o quê... É 30%", e nos dá uma declaração do representante local legal do hotel, nós usamos a taxa de 30%.

Então, é por isso que eu disse anteriormente: a gente pode até ter outro critério, pensar num outro critério, mas eu gostaria de pensar com a rede hoteleira, porque imagino que esse é um critério razoável, como eu lhe falei, que é submetido ao Ministério da Cultura e foi à Secretaria Especial da Cultura, não recebemos críticas... Então, achamos que está razoável... Enfim, era isso.

Então, indo à resposta...

Desculpe-me.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É que há a minha segunda pergunta: há artistas que não recebem e artistas que recebem. Eu queria saber qual é o critério para que esse dinheiro...

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Sempre haverá artistas que não recebem. Os artistas que recebem são os que têm suas músicas executadas publicamente. Muitos deles, infelizmente, não tem.

Eu vou lhe dar um exemplo aqui: uma vez, por curiosidade minha, eu pedi uma análise interna no Ecad das informações que nós recebíamos, à época – isso tem talvez uns oito anos –, das quatro maiores redes de televisão do Brasil (Globo, Record, SBT e Bandeirantes).

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Na época, todas estavam nos pagando ou, pelo menos, nos enviando as informações. E eu perguntei – na programação de três meses dessas emissoras, em todas as suas afiliadas, inclusive...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – ... no Brasil todo – quantas vezes foram tocadas músicas de Nelson Cavaquinho e Cartola? Resposta: duas vezes de Cartola e uma vez de Nelson Cavaquinho. A resposta é essa que eu tenho a lhe dizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não, mas eu não vou expor os artistas que já comentaram comigo, mas são artistas que tocam. Não posso... Não vou expor, porque...

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Não, mas olhe... Foi ótimo a senhora falar. Por quê?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mas são pessoas que têm suas músicas tocadas, que estão na TV...

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Ótimo. Deixe-me lhe dizer.

Nós temos, nos nossos números divulgados e submetidos à Secretaria Especial da Cultura, o pagamento a 326 mil compositores, músicos, cantores, gravadoras, como eu falei aqui anteriormente. Isso é um universo muito representativo – eu imagino que seja. Se existe alguém que não recebe, nós temos todo o interesse em apurar qual o motivo. E eu lhe digo que haverá e há sempre uma resposta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Esse trabalho é feito constantemente pelas associações que integram o Ecad.

Muitas vezes, o artista não é associado às associações, muitas vezes o artista toca e tem problema de documentação das suas músicas, muitas vezes a música tocou e a emissora de rádio, a emissora de televisão, o barzinho não nos reportaram, embora seja uma obrigação legal...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Existem várias possibilidades, mas eu fico mais tranquila em responder à sua pergunta quando eu lhe revelo este número, que não é segredo, que está no nosso *site* e que é enviado para as autoridades que nos fiscalizam: no ano passado, nós remuneramos 326 mil titulares de direito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Glória, concluindo.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Agora, concluindo ao Senador.

Então, quero dizer o seguinte: a partir do momento em que nós levamos em consideração a taxa da efetiva ocupação dos hotéis, se o hotel nos declarar qual a taxa de ocupação, não haverá cobrança sobre o que não está ocupado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito, já fui atendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. GLÓRIA CRISTINA ROCHA BRAGA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Walter...

O SR. WALTER BITTAR (Para exposição de convidado.) – Enfim, a gente vai poder falar alguma coisa.

Eu até lamento que a composição tenha sido primeiro a rede hoteleira falando para, depois, os artistas fazerem as falas deles em cima das nossas. Eu até estou ansioso para poder ter um...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Walter, só lhe esclarecendo, essa foi a sequência que a Mesa recebeu.

O SR. WALTER BITTAR – Tudo bem.

Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só esclarecendo a intenção desta Mesa: eu me reuni com o setor hoteleiro antes deste encontro, dei total atenção, disse que a disposição desta relatoria é buscar uma mediação. O setor hoteleiro todo sabe disso. Eu fiz a sequência simplesmente do roteiro que aqui estava.

O SR. WALTER BITTAR – Muito justo. Eu só estou falando que, no resultado final, ficou um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é porque é a segunda vez que o senhor reclama.

O SR. WALTER BITTAR – Sim. Não, não, é porque eu passei a de todos aqui, Senador. Desculpe-me, então, se incomodei.

E, sobre a agressividade, eu gostaria de falar que, se foi da minha parte, eu pelo perdão. Certamente foi pelo meu tom de voz, devido ao meu nervosismo, mas reforço que a intenção não foi estigmatizar os artistas, e sim trazer ponderações técnicas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER BITTAR – Eu comparei, Paula...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER BITTAR – Então... Eu não vim para estigmatizar. Eu comparei por quê?

A SRA. PAULA MAFRA LAVIGNE – Comparou!

O SR. WALTER BITTAR – Eu comparei! Estou justificando agora...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Calma, Sr. Walter. Só vamos garantir como a audiência processou até agora.

O SR. WALTER BITTAR – Então... Eu vou dar a resposta, porque ela tem direito de ouvir.

Eu comparei sim, porque eu estava fazendo uma análise sob a ótica do direito à propriedade intelectual, que a patente também é um direito à propriedade intelectual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALTER BITTAR – Eu fiz uma análise, Paula, sobre a questão da analogia do Direito Constitucional.

A propriedade privada também é dispositivo de cláusula pétrea, e, mesmo assim, várias legislações impõem limites à propriedade. Eu dei vários exemplos de quais são os limites que a legislação impõe à propriedade, até intelectual, e citei a questão do Maurício de Sousa. E esse meu exemplo foi para mostrar o quão pesada foi a legislação do Ecad, de permitir cobrança de taxa de Ecad – eu não sei se devidamente fazem – em hospitais e clínicas, como se os hospitais estivessem ganhando em cima da reprodução musical, que é uma terapia, que já faz parte da incorporação das terapias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER BITTAR – Sobre a questão do recebimento.

Hoje, o que os hoteleiros reportam é que não existe uma cobrança transparente, fica muito discricionário do fiscal negociar e falar "vou cobrar tanto".

Só para esclarecimento, os *resorts...* E os *resorts* são empresas diferenciadas do segmento hoteleiro, porque eles têm um tíquete médio bem mais elevado, até porque têm *all inclusive* dentro. A arrecadação dos *resorts*, em consulta aos *resorts* antes desta audiência, foi de 3,918 milhões. A diária média dos *resorts* é 1.067; a média de cobrança de Ecad por unidade habitacional foi de 260.

Então, assim...

Até respondendo ao Senador Rodrigo Cunha: se está cobrando mais deve reduzir? Não é essa a lógica de que a gente está falando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALTER BITTAR – O que a gente está mostrando é que o recurso, como fato gerador, saiu das TVs e foi para as plataformas de *streaming*.

O que a gente está querendo mostrar é que a música é um atrativo... A gente vem do Japão para ouvir Menescal, mas será que eles chegam ao Brasil e se trancam num quarto de hotel para ouvir o Menescal? Não sei. Entendeu?

Então, é um evento incerto; é um evento incerto, improvável. Então, assim... "Ah, não se ouve música". Mas será que os artistas de que a Senadora já ouviu falar não estavam sendo ouvidos dentro do quarto de hotel? Não se pode apurar isso.

Então, é um evento incerto, Senador, é impossível de apreciar. Então, assim...

A SRA. PAULA MAFRA LAVIGNE (*Fora do microfone.*) – Pode apurar sim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Presidente, é por isso que é uma taxa; senão, seria um cachê.

A SRA. PAULA MAFRA LAVIGNE (*Fora do microfone.*) – Ele afirma coisas que não são verdade. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos só garantir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Senador Randolfe.

Não dá! Não dá! Não pode interferir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito. Vamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com todo o respeito, Senador. Tem que ter a regra, ele tem que ter o direito de falar, de terminar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Soraya, com certeza, mas a primeira intervenção foi do Senador Eduardo. Senadores podem, de acordo com o Regimento, intervir quando quiserem e como quiserem, nesta audiência pública e em todo o Senado, enquanto eu estiver presidindo. Então, como a intervenção foi do Senador Eduardo, nós permitimos.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – É só uma observação, Sr. Presidente, sobre a questão que ele falava, do Menescal. É por isso que é taxa, não é cachê. Para ele cantar num quarto, cobra mais caro. (*Risos.*)

Eu quero até fazer uma ressalva que eu não tinha feito antes.

Nos meus 20 anos de mandato, é possível anotar as diversas e centenas de vezes em que fui convocado pela Abih e todas as instituições ligadas à indústria hoteleira, para minha mais absoluta defesa. E trabalho nesse sentido, de ajudar a indústria hoteleira no Brasil. Não quer dizer que eu sugeri aqui, nesta reunião, que direito autoral era o menor problema ou um dos problemas da indústria hoteleira brasileira. Eu falei com convicção.

Eu não sou técnico, eu sou político. Faço política pura. Então, posso afirmar que não é o maior problema, por tudo que eu fiz por vocês, pelo tanto que eu defendo a indústria hoteleira do País.

E essa observação eu só fiz porque realmente não faz sentido. É uma taxa, não é um cachê.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O.k., Senador Eduardo.

Walter, conclua, por gentileza.

O SR. WALTER BITTAR – Para concluir, eu...

Enfim, eu peço desculpas se incomodou, mas eu queria até...

A gente, de forma alguma, está querendo estigmatizar a figura do artista, ao passo que aqui se tentou estigmatizar: levantaram-se questões da Lei Brasileira de Inclusão, para tentar fazer ilações de demonização do setor hoteleiro, e a nossa discussão sobre a Lei Brasileira de Inclusão é estritamente técnica, sobre questões com base no IBGE. Então, foi mencionado aqui por uma pessoa que nem domina esse assunto.

Então, assim, a gente ouviu pacientemente a abordagem de todos. O que a gente pede também é o respeito de nos ouvir, porque aqui é um espaço democrático; aqui, todo mundo tem direito a voz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou só fazer uma ponderação sobre os tratados internacionais.

Foi mencionada a composição da OMC, mas nem todos que assinaram o Tratado Internacional de Berna e que têm cadeira na OMC têm o mesmo regramento sobre direitos autorais. O limite é definido pela legislação específica de cada país. Ou seja, eu quis mostrar que, da mesma forma que existem países que não cobram da mesma forma que o Brasil, estão lá e têm a sua legislação soberana respeitada, o Brasil, se rediscutir isso – e garanto que não é matéria inconstitucional, é constitucional sim –, não vai ter sanções. Inclusive, o Brasil, pela Convenção de Paris, quebrou patente e não sofreu sanções da OMC.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bem, vamos então às considerações finais.

Iniciamos com Frejat.

Um minuto para consideração final.

O SR. ROBERTO FREJAT (*Fora do microfone.*) – Primeiro, eu queria dizer o seguinte, em relação à acessibilidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está o.k.

O SR. ROBERTO FREJAT (Para exposição de convidado.) – Aqui está verde.

Bom, em relação à questão da acessibilidade, porque talvez eu tenha sido bastante duro, porque coloquei que, na verdade, só o direito autoral e os deficientes, de alguma maneira, estavam sendo demonizados nessa questão da lei. É porque em nenhum momento foi colocado que existia um critério, vamos dizer assim, estatístico que dizia que a exigência que o Estado faz, em relação à acessibilidade, é maior do que a que seria razoável. Então, parece-me bastante insensato tentar tirar do direito de acessibilidade esse tamanho que ele tem. Se agora você diz que, estatisticamente, isso está provado, a minha colocação é outra. Aí, é uma questão que tem que ser discutida pelas áreas específicas, eu não posso nem dar opinião sobre esse assunto.

Mas, no momento, para mim, quando eu fiz o comentário, fiz o comentário por quê? Porque a gente está discutindo a Lei do Turismo, e duas coisas de que se quer tirar é o direito do autor e o direito à acessibilidade. Então, falei: "Pô, escolheram logo os mais fracos?" Então, isso me chamou a atenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREJAT – Eu acho que tem que ficar muito claro aqui: quando a gente definiu a questão do *streaming*, a gente já definiu as questões de onde existe execução pública, e esse conceito de execução pública é novo. Ele é novo por causa do mundo digital e ele está definido pelo STJ. Então, a gente não tem por que ficar discutindo. Da mesma maneira que o Senador Rodrigo perguntou, e a Glória explicou novamente também, quando foi feita a Lei do Turismo de 2008: ela bateu com a Lei de Direitos Autorais, e o STJ foi lá e chancelou a Lei dos Direitos Autorais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos tentando atropelar de novo uma lei? Se toda vez que ela for atropelada, a gente entrar nas instâncias jurídicas, a gente vai chegar à conclusão de que o direito autoral está sendo atropelado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO FREJAT – É complicado isso, porque a gente fica criando problemas para nós mesmos e depois temos que resolver.

É muito claro: o direito autoral está ali, garantido. Ele está garantido.

Nós queremos ajudar o turismo. Temos todo o interesse, porque o turismo traz gente para assistir a *shows*. Há gente para apreciar a música, para consumir a nossa música. A gente não tem problema nenhum com isso, a gente quer ajudar. Agora, a gente não pode ajudar em detrimento de um direito nosso que é claro e está preciso, está escrito em lei.

Então, é só para isso que eu queria chamar a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nando Reis.

O SR. NANDO REIS (Para exposição de convidado.) – Eu queria agradecer a oportunidade de participar desta discussão, desta conversa, porque isso pode ajudar a dirimir o espírito vigente, que está relacionado com a fábula da cigarra e da formiga, em que o artista fica um pouco relevado a um papel secundário. Lembrando, claro, que, se continuarmos com esses agrotóxicos, não sobrarão cigarras, nem formigas, nem abelhas.

E, mais uma vez, também, de novo, como representante dos artistas, compositores e autores, digo que valorizem a tal famosa caneta BIC. Foi muito bem usada para escrever letras fantásticas pelos grandes artistas que estão ali.

É isso.

Muito obrigado por me convidarem, por nos ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Nando.

Permitam-me um ato que pode ser acusado de autoritário, mas vou pular a Glória e o Walter, por já terem respondido às primeiras indagações, e passo de imediato, então, para o Dr. Orlando de Souza.

O SR. ORLANDO DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, muito grato a todos pela oportunidade de estar aqui.

Eu reitero a nossa posição, da hotelaria, de que acho que existe sempre um meio-termo e que a ideia não é demonizar ninguém. A nossa defesa é uma questão técnica.

Aliás, só dando um dado para o Frejat: existem, sim, dados técnicos a respeito da lei de inclusão, que nós não estamos discutindo aqui. Nós, da nossa associação, temos estudos e oferecemos isso na época em que a Lei Brasileira de Inclusão foi editada, informando a ocupação, por exemplo, das unidades acessíveis hoje, disponíveis, que são muito menos do que os 10% estabelecidos, são 3%, e hoje são usados menos de 1%, em termos de pessoas com deficiências. Isso a gente ofereceu na época para tentar estabelecer qual seria o critério mais adequado.

E mostramos também, já que estamos falando em coisas do exterior, Convenção de Berna e tudo o mais, o que que acontece com as leis a respeito desse assunto em outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países já amadurecidos, em termos de turismo, em termos de acessibilidade. Na Inglaterra, Espanha, Portugal e em uma série de outros lugares não chega nem perto a 10%; fica, no máximo, em 3%.

Então, esses dados técnicos foram oferecidos, mas não foram levados em conta, quando se estabeleceu a lei.

E, de novo, com relação à questão da música, eu acho que a música, sim, traz turismo, e o turismo precisa da hotelaria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Dr. Orlando.

Dr. Huilder, por gentileza.

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Randolfe, mais uma vez, pela oportunidade.

Eu gostaria de aproveitar estas considerações finais para dizer aqui, reiterar, que em nenhum momento a hotelaria veio aqui para criminalizar artistas. Muito pelo contrário: se alguém puxar o vídeo aqui do início desta audiência, principalmente na minha fala, nós fomos extremamente respeitosos para com os artistas, e assim o seremos sempre, porque nós agimos dessa forma.

Causou-me espanto a fúria com que alguns depois falaram, após a nossa fala, tentando trazer esse debate de que nós estávamos contra os artistas, demonizando os artistas, dizendo que os artistas são o grande problema do faturamento da hotelaria. Não são! Não são – absolutamente, não são –, e nós dissemos isso aqui.

Evidentemente, eu não concordei com nenhuma dessas palavras que foram dirigidas, muitas vezes, num tom muito agressivo, mas eu estou dentro do Parlamento e vou usar as palavras de Voltaire, no *Tratado sobre a Tolerância*: quero dizer que não concordei com essas palavras, mas vou defender até o fim o direito de dizê-las. Então, eu não posso me escusar de dizer isso aqui, porque nós estamos diante de um Parlamento, e nós vamos ouvir, e eu estou aqui para dialogar.

Alguém disse aqui: "Eu vou dar uma aula para vocês".

Nós não viemos receber aula de ninguém e muito menos dar aula para alguém; nós viemos dialogar. O diálogo serve exatamente para isso, o Parlamento serve exatamente para isso.

Em outro dado momento, foi dito que estão querendo jogar para os ombros do direito autoral a crise pela qual passa a hotelaria, que nós temos problemas de segurança, temos problemas de tributos... Temos sim. E há tantos outros problemas, que são solucionados diretamente com o Poder Público! E foi dito que nós dependeríamos do Poder Público, por exemplo, para diminuir a carga tributária, para a questão da segurança...

Agora, aqui, nós temos atores privados. Nós temos atores privados. Vamos depender menos do Estado! Vamos depender menos da burocracia do Estado. E aquilo que os atores privados podem fazer e possam fazer, para melhorar, assim, a prestação de serviços, que façamos nós. Vamos começar por nós. Vamos, cada um de nós, ceder um pouco. Vamos avalizar, analisar essas questões, hoje, da tecnologia, os *streams*...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nenhum momento dissemos aqui ninguém vai para quarto de hotel para ouvir música. Não se ouve mais em televisão! Eu tenho praticamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA – Já vou terminar a minha fala.

Eu, por exemplo, sou um amante do rádio: eu tenho 14 rádios lá em casa. Mas a minha Rádio Itatiaia, quando eu vou ouvir o meu futebol, está aqui. Os 14 rádios ficam desligados. Então, a sociedade precisa evoluir.

É bem verdade que disseram aqui que há decisões do STJ – é bom que se diga que hoje são decisões contramajoritárias... Todos os Estado da Federação, todos os tribunais da Federação, em primeira e segunda instâncias, já reconheceram que o quarto é um ambiente privado. Apenas o STJ está na contramão dessa direção.

E a jurisprudência – eu sempre digo isso – é dinâmica. A jurisprudência precisa atender aos anseios da sociedade, aos apelos da tecnologia. A jurisprudência está aí para ser mudada. Se a jurisprudência não estivesse aí para ser mudada, não haveria razão de ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUILDER MAGNO DE SOUZA – ... em nós termos uma estrutura de todos os tribunais.

Então, eu gostaria de agradecer aqui e dizer, mais uma vez, que há ainda outras questões, Senador – já vou terminar –, sobre a questão de diversas fontes de tributação. Por exemplo, se eu entrar no quarto e não ligar a televisão, mas ligar o celular, vai haver taxa de Ecad aqui e vai haver a taxa da televisão que eu não liguei. Então, pensem bem nisso.

Nós não estamos contra vocês, artistas! Nós estamos a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Wilken, eu peço a gentileza de um minuto mesmo, para podermos concluir.

O SR. WILKEN SOUTO (Para exposição de convidado.) – O.k. Serei bastante sucinto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Inclusive por um assunto de interesse do Governo...

O SR. WILKEN SOUTO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que é a votação do PLN 4.

O SR. WILKEN SOUTO – Só para ratificar a questão do ambiente de negócios do Brasil, dentre 136 países, o Fórum Econômico Mundial nos coloca em 129º. E, de novo, eu coloco aqui que o turismo, hoje, no País, é feito pelos micro e pequenos empresários.

Mais de 80% dos prestadores de serviços turísticos do País são micro e pequenos empresários, e o nosso desafio, de fato, é diminuir o custo para esses empresários, é diminuir a burocracia para esses empresários, para que eles possam permanecer no mercado e para que a gente possa gerar novos negócios. Então, o nosso desafio é melhorar o ambiente de negócios para os empresários, para que a gente possa gerar empregos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O turismo gerou um a cada cinco empregos na última década. Então, é mais do que comprovado o potencial de geração de emprego em nosso País. E lembro que o nosso País tem cerca de 13 milhões de desempregados.

Então, a nossa defesa é para que se possa diminuir o custo por empresário brasileiro, para que se possa ter como finalidade principal a geração de empregos.

Então, fiz só um resumo do que se coloca, que é o nosso grande desafio.

O Ministério do Turismo conta com a sua relatoria, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILKEN SOUTO – ... e também com a compreensão de todos os outros Parlamentares que irão votar este PL, para manter a redação como ela está. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Wilken.

Eu queria agradecer imensamente a todos os conferencistas, aos artistas todos, que deram um brilho todo especial para esta audiência pública. Quero agradecer, em especial, às Sras. Senadoras, começando pela Senadora Soraya, a contribuição ao debate, aos Srs. Senadores, principalmente os que participaram desta audiência, ao Senador Alessandro Vieira – e muito me honra integrarmos o mesmo bloco parlamentar aqui no Senado –, a meus caríssimos amigos, Senador Rodrigo Cunha e o nosso Senador, autor, compositor, músico, etc., Eduardo Gomes, amigo de Ana e Vitória, lá do Tocantins. Então, quero agradecer imensamente! Agradecer ao Rodrigo, muito especialmente, por ter dado oportunidade a esta audiência pública. Esta audiência ocorreu a partir de requerimento de autoria do Senador Rodrigo Cunha. Agradecer, enfim, a todos os conferencistas.

Quero reiterar aqui que seja suspensa qualquer impressão de antagonismo entre o setor produtivo, o turismo, o setor hoteleiro *versus* o direito autoral, artistas, músicos e compositores. A disposição desta relatoria será a disposição desta CCJ, e, tenho certeza, será a disposição deste Senado, buscar – é há sempre possibilidades para isso – a mediação possível. E, cumprindo, Wilken, a função do Senado de Casa Revisora que a Constituição nos dá, vai ser de construir uma mediação para garantir os direitos de autores e compositores, mas garantir também que o setor produtivo e, principalmente, o turismo brasileiro possam ter, nessa lei geral do turismo, uma alavanca para ambos, que são razões de orgulho nosso.

As belezas do Brasil e o potencial turístico que o Brasil tem e a música brasileira são dois patrimônios brasileiros que se equilibram. Que eles possam ser sintetizados sem retirar direito de ninguém, mas garantindo também as possibilidades para a rede hoteleira e para o desenvolvimento do turismo.

Nada mais havendo a tratar, convido, convoco todos as Sras. e Srs. Senadores para a sessão do Congresso Nacional e declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Eduardo Girão, Juíza Selma, Roberto Rocha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Zequinha Marinho e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Renilde Bulhões e Otto Alencar. Justifica a ausência o Senador Eduardo Braga. A presidência registra a presença dos Senhores e das Senhoras: Luiz Antonio Colussi, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); Viviane Maria Leite de Faria, Diretora de Assuntos Legislativos da Anamatra; Fabiane Ferreira, Juíza do Trabalho; Alexandre de Souza Agra Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; e Deputada Federal Soraya Santos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Indicação de Autoridade. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 19, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maria de Assis Calsing." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião, Ordinária.

A presente reunião destina-se à realização da sabatina da Mensagem nº 19, de 2019. Nós estamos aqui, neste momento, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos constitucionais, a indicação do Exmo. Sr. Desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada aos juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 29/05/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Já foi lida e cumprida a primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. E agora, nesta reunião, nós procederemos à arguição da indicação e à votação do relatório, que é referente à segunda etapa deste processo.

É importante, antes de mais nada, mencionar que esta reunião é realizada em caráter interativo, ou seja, com a participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido, neste momento, o indicado, Exmo. Sr. Evandro Pereira Valadão Lopes, hoje Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para sentar-se ao meu lado, aqui na Mesa dos trabalhos.

Neste momento, enquanto o Desembargador chega, gostaria também de, ao cumprimentá-lo, cumprimentar todas as autoridades que se fazem aqui presentes. E em especial, porque foi deixado o registro de presença, agradecer a presença do Vice-Presidente da Anamatra, Dr. Luiz Antonio Colucci; da Juíza do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul – tive o prazer de saber que foi minha aluna na faculdade de Direito –, Juíza do Trabalho Fabiane Ferreira.

Seja bem-vinda! Em seu nome cumprimento toda a magistratura do nosso Estado.

Quero cumprimentar a Diretora de Assuntos Legislativos da Anamatra, Dra. Viviane Maria Leite de Faria. Eu quero agradecer a presença dos Senadores que se fazem aqui presentes. Dizer que o Relator está no trânsito, houve um problema, o trânsito parece que está um pouquinho intenso, mas já está chegando.

E, ao passar agora, neste momento, a palavra ao Desembargador, quero dar as boas-vindas, dizer que V. Exa. está aqui numa arguição entre amigos porque, na realidade, a sua história fala por si só. Só o fato de estar aqui, ter sido indicado pelo Poder Executivo, significa que tem uma longa história de serviços prestados à magistratura, especialmente à Justiça do Trabalho do seu Estado do Rio de Janeiro. E aqui nada mais é do que um diálogo, arguições, perguntas que serão feitas apenas para corroborar e confirmar a longa história de serviços prestados por V. Exa. à Justiça do Trabalho brasileira.

Eu, particularmente, tenho um apreço muito grande pela Justiça do Trabalho. Acho que aqui vale uma reflexão, antes de mais nada, e deixo até essa consideração para o futuro Ministro, se assim foi desejo desta Comissão, para que possa fazer as suas considerações.

Desembargador, nós sabemos que com o avanço da ciência e da tecnologia, as mudanças nas relações sociais são cada vez mais rápidas, dinâmicas e complexas, mas poucas relações são tão atingidas quanto a relação do homem com o trabalho, a relação trabalhista, consequentemente, envolvendo aí o Direito do Trabalho. Portanto, há aqui uma responsabilidade compartilhada, acho que é uma responsabilidade – não é, Senador Marcos do Val? – institucional compartilhada entre o Congresso Nacional, aquele que é responsável pelo aparato legal, e o Poder Judiciário, que é o guardião das leis na relação dos conflitos. Nós estamos diante da "uberização" – entre aspas – das relações trabalhistas, dessa relação homem e trabalho, o que leva sempre a conflitos e à necessidade não só de o Congresso ser ágil e dar respostas à sociedade, mas também de a Justiça do Trabalho estar antenada através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentenças, de jurisprudência, de súmulas muitas vezes vinculantes para acompanhar a evolução dos tempos. Não é um momento fácil, seja para um juiz do Trabalho, mesmo para o Poder Judiciário, tampouco para o Congresso Nacional.

Então, diante dessas considerações, eu passo, neste momento, a palavra ao Desembargador Evandro Pereira para fazer as suas considerações iniciais antes de procedermos à sabatina.

V. Exa. tem o prazo que achar necessário para se apresentar a esta Comissão.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES (Para exposição de convidado.) – Bom dia. Inicio cumprimentado a DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Sra. Senadora Simone Tebet, em nome de quem desejo cumprimentar todos os Senadores e todas as Senadoras presentes. Cumprimento o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho aqui presente, o Ministro Alexandre Agra Belmonte, que muito me honra com a sua presença; o desembargador presente aqui, o Desembargador Nelson Tomaz Braga, do meu Tribunal, do Tribunal Regional do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento os demais juízes presentes. Quero fazer um especial cumprimento ao Juiz Luiz Antonio Colussi, que é o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento os magistrados presentes, demais autoridades, servidores desta Casa, do Tribunal Regional do Trabalho presentes, nobres cidadãos e membros da imprensa.

Quero fazer um agradecimento especial aos Senadores que me receberam. Visitei, em audiência, quase todos, e tive o prazer de conversar. Fui muito bem recebido, de forma muito cortês. Então, quero fazer esse especial agradecimento.

Inicio minhas palavras, Sra. Presidente, confidenciando algumas convicções. Creio no direito e creio na justiça. Acreditar no direito e na justiça é ter assentado que o processo civilizatório nos permitiu viver em sociedade e em harmonia, que o direito visa ao bem comum, que serve ao interesse geral e tem aptidão de realizar os valores do homem. Creio que o direito é a instituição da razão, creio que o direito é capaz de garantir as liberdades, assegurar a igualdade e a paz social. Creio verdadeiramente nisso, e essa crença serviu-me de norte ao longo de toda a minha carreira como magistrado.

Não desconheço, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que a lei como a máxima expressão de um Estado de direito deve ser compreendida em duas importantes perspectivas. Há uma gestada pelo Parlamento em legítimo processo legiferante. A norma jurídica, como uma proposição prescritiva, traz em si um comando capaz de regular relações entre pessoas, relações intersubjetivas para manutenção da ordem social. Há aqui um elemento caracterizador, que é um fim, um objetivo a ser realizado, uma estratégia, um plano para determinado desiderato. A lei, mais especificamente, é um ato de vontade do legislador e, portanto, do Estado que contém um projeto de transformação, uma mudança social para garantir ou alcançar determinado fim. Visa a influenciar atitudes, regular as relações entre os homens e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o comportamento social em larga escala. A norma jurídica é um plano estratégico a conter uma visão de futuro.

Há duas. É de sua natureza ser abstrata e de aplicação geral. Passa-se, então, aos aplicadores do direito e, aqui, aos juízes a função de dar-lhe concretude. É que a norma, pelo seu grau de abstração, não é capaz de se apropriar de todos os elementos da vida, essa riqueza e essa complexidade do mundo. Logo, o aplicador do direito será chamado para, combatendo as lacunas da lei, resolver um problema jurídico posto; será chamado para interpretá-la para o caso concreto. Enfim, dar ao texto legal aquele sentido normativo que garantia o plano da norma, o seu projeto estratégico, dar a esse plano da lei o seu fim, mas sem desconsiderar as especificidades de cada caso e a tarefa última de resolver satisfatoriamente o conflito de interesse.

Nesses quase 30 anos, asseguro-lhes, ilustres Senadoras, ilustres Senadores, sempre tive a exata dimensão das minhas responsabilidades e do desafio de fazer justiça no caso concreto. Sim, porque o direito, como linguagem e representação e que se exterioriza em normas de conduta, tem um enorme desafio de, atendendo à complexidade do mundo, regular os fatos da vida.

Jamais desconsiderei que o direito está em constante transformação e que, para garantir sua justa composição e a justa composição de uma lide, não deveria menosprezar o fato de que ele, o direito, e ela, a lei, nunca podem estar isolados do contexto social no qual atuam.

Desde os bancos da academia, desejava a magistratura. Sempre quis ser juiz, procurei desenvolver as competências para tal e – preciso dizer – pautar-me pelo que denomino virtudes passivas de um juiz, que se manifestam na garantia da exata equidistância entre as partes, que se manifestam na observância do princípio do devido processo legal e da inércia da jurisdição.

Na certeza de que a legitimidade do Poder Judiciário se faz presente na adoção de uma argumentação jurídica racional, busquei dar a mais ampla fundamentação às minhas decisões, missão que não se revelou nada fácil diante do fenômeno da judicialização do cotidiano e, por essa razão, do elevado número de ações judiciais hoje submetidas ao Poder Judiciário. Falam em 80 milhões de ações judiciais. Já chegamos a 90 milhões de ações judiciais. Se considerarmos que, no mínimo, cada ação dessa tem dois atores – um autor e um réu –, chegaremos ao número de 160 milhões de litigantes. Será que o Brasil é um país de litigantes?

Os números revelam que na Justiça do Trabalho são ajuizadas, em média, quatro milhões de ações a cada ano. Em 2018, foram 4.321.842 ações. Mesmo que as estatísticas revelem que a Justiça do Trabalho julgue a cada ano mais de 100% dos números de casos que lhe são submetidos, ainda assim restaram, em 2018, 623.677 casos pendentes de julgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa carga de trabalho, pelos números do CNJ, no ano de 2018, foi de 3.240 processos por magistrado em primeiro grau e 3.040 processos por magistrado em segundo grau. Tais números dão a exata dimensão da hercúlea tarefa de responder com celeridade, eficiência e qualidade às demandas que são submetidas ao Judiciário trabalhista, além do importante papel dessa justiça na pacificação dos conflitos sociais, a fim de que capital e trabalho possam contribuir harmonicamente para a prosperidade do País.

Passo agora a fazer um breve relato de minhas atividades profissionais. Após concluir a faculdade de Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1986, ingressei na magistratura em setembro de 1989, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Rio de Janeiro. Atuei como juiz substituto nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e algumas da capital. Em fevereiro de 1992, fui promovido a juiz titular, assumindo a 3ª Vara da Junta de Conciliação e Julgamento de Nova Iguaçu.

Posteriormente, assumi a Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Macaé, em 1993, e Nilópolis, em 1994.

A partir de 1996, fui convocado para o Tribunal Regional do Trabalho em vários períodos, até ascender definitivamente ao Tribunal, ao segundo grau de jurisdição, em junho de 2003.

Esse foi um momento de emoção, coisas da vida, uma vez que meu acesso por antiguidade – diga-se de passagem: por antiguidade – deu-se exatamente para a cadeira antes ocupada pela Desembargadora Amélia Valadão, minha querida tia, que havia se aposentado. Juíza de escol, exemplo de magistrada, pela dedicação, pelo comprometimento com a judicatura e pelos seus altos saberes.

Foi com ela que praticamente me iniciei na Justiça do Trabalho, por volta dos meus dez anos de idade, sentado em um extenso banco de madeira, vendo a minha tia realizar audiências em uma das varas de trabalho.

Tia Amélia, como eu a chamo, serviu-me e ainda hoje me serve de inspiração e de exemplo. A ela rendo, então, minhas homenagens, como, aliás, devo render homenagens, se minha indicação nesta Casa for aprovada, à Ministra Maria de Assis Calsing, porque, igualmente, substituirei a digníssima Ministra, caso, efetivamente, V. Exas. aprovem o meu nome.

Mas, retomando, em 2005, coordenei, em conjunto com os Desembargadores Cesar Marques e Damir Vrcibradic, o pioneiro projeto de modernização no Tribunal, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Fizemos revisões de processos de trabalho, rotinas administrativas, e certificamos algumas varas pela norma ISO 9001, já naquela época, atendendo ao art. 37 da Constituição Federal, que passou a falar do princípio da eficiência administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, a partir desse momento, atuei em diversas iniciativas e projetos, integrando grupos de trabalho como de gestão do conhecimento, comitê de gestão de pessoas por competência...

Fui membro do Conselho Estratégico do Tribunal por vários anos, vindo finalmente a assumir a direção da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho, em março de 2003, ficando até janeiro de 2017, tendo a grata oportunidade de desenvolver projetos voltados à capacitação dos magistrados, nas exatas competências funcionais necessárias para a atividade, a fim de que, com essa capacitação, pudessem contribuir para uma prestação jurisdicional célere e de qualidade.

Participei ainda como presidente de bancas examinadoras de concurso e como presidente da comissão examinadora de prova de sentença do primeiro concurso público nacional unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, em 2017.

Minha formação acadêmica sempre foi voltada à minha atividade funcional, tendo concluído diversos cursos de formação ao longo desta carreira, procurando melhor me qualificar para os desafios da profissão, atuando com seriedade e comprometimento.

Termino aqui, Sra. Presidente, minha singela exposição de alguns fatos que julguei relevantes.

Desejo neste momento fazer um especial agradecimento àqueles que indiretamente e diretamente contribuíram para que eu pudesse realizar os meus sonhos, tornando a minha vida mais amena. Falo da minha família. Um especial agradecimento ao meu pai, Hélio, que infelizmente já não está entre nós; a minha mãe, Carminha, pessoas que me ensinaram a retidão de caráter e a ética; aos meus irmãos, Mônica e Leonardo; aos meus filhos, Henrique, Guilherme, Felipe e a pequena Clara, que me inspiram a cada dia; e a minha mulher, Pâmela, sempre ao meu lado, sempre presente, apoiando-me e encorajando-me a vencer desafios. A eles, minha eterna gratidão.

Submeto, assim, com humildade, meu nome a esta Comissão de Constituição e Justiça e, por derradeiro, ao Plenário desta honrada Casa, prontificando-me e comprometendo-me a sempre estar ao lado da justiça e do direito, a respeitar a Constituição e as leis da República, a pautar meus julgamentos pela técnica jurídica e pelos elementos objetivos que aflorarem nos autos, a portar-me com equilíbrio e responsabilidade, sabedor de que, ao prestar jurisdição, serei a face visível do Poder Judiciário e do Estado, tendo por missão, e nos exatos limites da minha competência funcional e naquilo que couber, ser partícipe e garantidor dos valores fundamentais da República Federativa do Brasil.

Por último, não desconheço os desafios que se farão presentes, mas acredito no trabalho sério, no trabalho comprometido e dedicado. É o que modestamente tenho a oferecer. Cito então frase atribuída a Jean Cocteau que me causa sempre bons sentimentos quando a pronuncio: "Não sabendo que era impossível, foi lá e fez". Sim, porque a par da genialidade da razão, é a vontade humana a força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capaz de realizar e transformar o mundo. É o que nos distingue como homens, é o que me faz acreditar no futuro.

Agradeço, Sra. Presidente, e fico à disposição para as arguições que se fizerem necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Desembargador, que não só fez aqui o relato do seu histórico, do seu currículo, mas também acaba por nos dar uma aula de Direito.

Ficou muito para mim aquilo que também para nós, Desembargador, é o desafio dos novos tempos. V. Exa. mencionou o desafio de se fazer justiça. Para nós também aqui hoje é um desafio legislar, nós que somos responsáveis por esse aparato legal, repito, num momento tão complexo da nossa história, especialmente nessas dificuldades, repito, a respeito da relação homem-trabalho.

E quero aproveitar para agradecer a presença das autoridades novamente. Estamos aqui com o Ministro do TST Alexandre de Souza Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que, nas palavras também do Desembargador, bem poderia se chamar Tribunal Superior da Cidadania, porque cidadania é o outro nome do trabalho. Diz o provérbio máximo que o trabalho dignifica o homem. Infelizmente essa dignidade, nesses novos tempos, nesses nossos tempos, encontra-se ameaçada diante de 40 milhões de brasileiros desalentados, subempregados ou desempregados. Este é o nosso desafio, o desafio compartilhado de todos nós.

Então, sem mais delongas, agradecendo também à nossa queridíssima e competente, atuante, aguerrida amiga, a Deputada Federal Soraya Santos, cumprimento as demais autoridades, e vamos, neste momento, passar à arguição.

Nós temos aqui, primeiro, a fala do Relator. Em seguida, já estão inscritos o Senador Flávio Bolsonaro e o Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente Senadora Simone Tebet, em primeiro lugar, quero agradecer a confiança da designação feita por V. Exa. para esta tarefa honrosa de relatar a indicação do Dr. Evandro Pereira Valadão Lopes para o TST, no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; aos meus colegas Senadores; à minha colega querida, Deputada Federal Soraya Santos, 1ª Secretária da Câmara dos Deputados e 1ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional, cargo que honrosamente pude ocupar, quando no cargo de Deputado Federal, no ano de 2010 – a ela os meus cumprimentos por ser a primeira mulher a ocupar esse cargo na Mesa do Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados –; e a todos que assistem neste momento aos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar a dinâmica da sabatina proposta e feita pela Comissão de Constituição e Justiça, que tem uma característica interessante, Sra. Presidente, porque, no momento em que é feita a indicação e a indicação do Relator, nós percebemos que começa naquele instante uma sabatina constante, na visita do indicado aos gabinetes e, principalmente, na exposição pública de uma carreira dedicada à Justiça do Trabalho, às suas relações, à consolidação de um profissional muito bem conceituado e que, na nossa avaliação, colheu grandes resultados profissionais, institucionais e, principalmente, como homem honrado e grande profissional. Isso fica muito claro no instante em que a gente acompanha como Parlamentar o desenrolar da agenda da Comissão e de todo o trabalho de lermos a mensagem, conversas repetidas com diversos Parlamentares, e isso me deixa bastante tranquilo com relação ao relatório que expus, fidedigno a tudo que se apresentou desde o momento da mensagem do Presidente da República sobre sua indicação.

Portanto, eu pretendo, Presidente, fazer uma breve exposição sobre tudo o que analisamos sobre a indicação, ratificar neste momento a sua recomendação para a aprovação sem ressalvas, por tudo que foi vivido nestes últimos dias e por tudo que foi vivido nos últimos anos pelo nosso nobre indicado. Então, fica aqui a minha mais concreta consciência de que estamos levando ao Tribunal Superior do Trabalho um grande brasileiro, um profissional dedicado, de conduta ilibada e de saber jurídico reconhecido por todos os seus colegas e, principalmente, por aqueles que fazem parte da Justiça do Trabalho neste País.

Apenas para deixar registrado aquilo que pretende a Comissão e o Congresso Nacional e, principalmente, a forma como vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça a Senadora Simone Tebet, reproduzo uma pergunta singela, mas que vem também de uma interatividade que tem o Senado Federal e esta Comissão com a população brasileira.

As perguntas encaminhas pelo e-Cidadania são uma oportunidade que o cidadão brasileiro tem, talvez até pela primeira vez, de se manifestar numa sabatina. É o que eu tenho entendido da gestão da Senadora Simone Tebet neste Parlamento e nesta Comissão de Constituição e Justiça.

São duas perguntas apenas da população, tendo em vista que tive oportunidade de fazer o relatório e ali esclarecer as minhas dúvidas e qualquer tipo de observação que fosse feita sobre seu currículo e sobre a indicação.

Nadine Mota, da Bahia, faz uma pergunta concreta, que aqui sintetizo: "Diante da reforma trabalhista, qual é o cenário para os trabalhadores informais?" A gente entende que não só a Justiça, mas também o Governo e a própria burocracia brasileira preparam um novo tipo de atividade trabalhista, um novo tipo de empresa, de empreendedor individual, de relações. Então, qual é a dimensão disso no dia a dia e qual é a repercussão esperada no dia a dia da Justiça do Trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há perguntas aqui do Valdemagno da Silva, de Pernambuco. Entre as perguntas que faz, trago uma interessante, que é de conceito. Pergunta: "A que corrente V. Exa. se filia: o Direito do Trabalho é ramo do Direito Público ou do Direito Privado?" E pergunta ainda: "V. Exa. é favorável à Consolidação de Leis, como ocorre hoje, ou seria melhor um Código Trabalhista Brasileiro?"

Portanto, com essas perguntas, nobre Presidente, entendo que cumprimos aqui a capacidade que tem esta Comissão a partir de hoje de dar participação à população brasileira.

Desejo todas as felicitações e que o ambiente de trabalho no Brasil, através dessa indicação, mantenha crescente transparência e comunicação entre a Justiça do Trabalho e o empreendedor brasileiro, entre o trabalhador brasileiro e o ambiente de trabalho.

Sinto-me honrado de ter sido designado pela Senadora Simone Tebet para essa função e registro aqui, mais uma vez, a consciência absolutamente tranquila de ter feito a indicação pela aprovação, não pelo momento da designação, mas pela carreira que V. Exa. construiu ao longo desses anos todos. Foi uma honra ter cumprido a missão dada por nossa Presidente.

Felicitações.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Eduardo Gomes. Nós é que temos que agradecer o brilhante relatório de V. Exa., bem como a forma democrática com que V. Exa. compartilhou todas as informações do nosso candidato com os membros desta Comissão. Foi ágil, foi rápido. Pedimos celeridade e, antes de terminarmos a solicitação, V. Exa. já estava com o relatório pronto, numa demonstração de que não só como membro da Mesa Diretora nos orienta, mas também numa demonstração de que muitas vezes está à frente desta Presidência.

Passo a palavra, para suas considerações, ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos, à nossa Presidente, ao nosso indicado, quase Ministro, Dr. Evandro Valadão, a todos que nos assistem e nos ouvem.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Gomes pelo relatório, bastante objetivo, claro.

Na verdade, Presidente, quero apenas fazer uma saudação, desejar que Deus lhe dê muita sabedoria, Dr. Evandro, nas decisões que vá tomar. A gente sabe o processo complexo, difícil que o senhor atravessou para constar da lista de indicação à vaga do TST, conquistando também a confiança do Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que a Justiça do Trabalho tem um papel fundamental, como a Presidente Simone Tebet colocou, de amenizar essa grande enxurrada de ações, sempre buscando a segurança jurídica entre o empregado e empregador.

Algumas pessoas ainda insistem em ter um olhar para o empregador como se ele fosse alguém que explora uma mão de obra de forma injusta. Em qualquer Nação desenvolvida do mundo o raciocínio, a mentalidade não é essa. Óbvio que tem que haver um equilíbrio, mas sempre que pende mais para um lado ou para o outro, todos saem perdendo. Então, hoje ser empregador no Brasil é quase uma missão impossível. E é óbvio que a alta carga tributária, a burocracia, enfim, toda a complexa legislação também pesa, os encargos trabalhistas. E a cada vez que nós temos... Sou desta linha: quando se busca o consenso, o acordo, quando é bom para ambas as partes, é a melhor sinalização que nós podemos dar.

Nesse sentido, na linha do que o Senador Eduardo Gomes colocou, quando V. Exa. for fazer os comentários, dê um panorama para nós sobre a sua percepção da importância da reforma trabalhista, da preservação de direitos constitucionais dos trabalhadores. Ao contrário do que algumas narrativas tentam fazer crer, eles estão mantidos, mas sempre buscando dar mais segurança jurídica ao empregador para que ele tenha um ambiente favorável para empreender, a fim de que, em vez de pegar seus recursos e investir na especulação, por exemplo, ele invista em um negócio que gere emprego, que gere renda e que gere arrecadação para os entes públicos.

Sucesso para V. Exa.!

Não preciso nem falar que tem meu voto favorável aqui também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro.

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Dr. Evandro Ferreira – eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, cumprimentar a Presidente Simone Tebet –, cumprimento V. Sa.

Eu tenho uma preocupação em função de o Brasil ter sido colocado na lista negra, ou na lista de países que não cumprem suas responsabilidades com os trabalhadores, pela OIT. A OIT, todos sabem, é uma organização internacional de grande importância, que cumpriu um papel contra a escravidão moderna e que tem estabelecido parâmetros que, de longe, são corporativos, mas são parâmetros que garantem a dignidade dos trabalhadores em todo o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor vê essa negativa ou essa posição desconfortável do Brasil junto à OIT? Como o senhor a vê? E de que maneira a gente pode reverter isso, para que voltemos a ser um País elogiado, referência? Nós chegamos a ser referência no combate ao trabalho infantil, nós chegamos a ser referência no combate ao trabalho escravo no Brasil, nós fomos referência em todas essas áreas. Em apenas três anos, nós estamos nos transformando em párias internacionais quanto ao respeito aos trabalhadores de uma maneira geral. Queria saber a opinião de V. Sa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Próximo orador inscrito, Senador Fabiano Contarato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes, porém, pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar aqui o Relator. É que eu cheguei agoniado, Relator, perdoe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele quase perdeu a ordem de inscrição. Eu espichei o nome, quase coloquei um sobrenome a mais para que ele tivesse tempo de sentar e fazer a sua pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Parabéns, Relator.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado, irmão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Eu queria só saber de V. Exa., até por uma questão de reparação do meu atraso por conta de um acidente no Eixão, que alguns Senadores puderam até testemunhar agora há pouco, se é possível fazer a abertura do painel, dadas as atividades paralelas neste momento, Presidente, para garantirmos o quórum, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acatando a sugestão do Relator, Senador Eduardo Gomes, esta Presidência solicita à Secretaria que já abra a urna para os Senadores que, inclusive, têm que... Porque hoje, excepcionalmente, nós estamos num horário extraordinário; consequentemente, temos cinco Comissões acontecendo concomitantemente. Eu peço, portanto, que abra a votação para as Sras. e os Srs. Senadores poderem votar enquanto a arguição continua.

Já está aberto. As Sras. e os Srs. Senadores que quiserem exercer o direito ao voto já podem se dirigir à cabine. Enquanto isso, com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Fabiano Contarato.

(Procede-se à votação.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos, Senadores e Senadoras, Deputada.

Inicialmente, quero parabenizar o relatório do Senador Eduardo Gomes; quero parabenizar o Desembargador Dr. Evandro, pessoa com a qual tive a oportunidade de manter contato. É do fundo do meu coração que eu digo, Dr. Evandro, que há pessoas que passam pela vida da gente que transmitem Deus no olhar, no falar, no tocar, no sentir, no se comportar. O senhor, pode ter certeza, dignifica muito a honrada classe dos seres humanos. Eu não falo nem no aspecto do profissional, porque isso já está por demais caracterizado pelo brilhantismo da sua conduta profissional como magistrado, como operador do Direito do Trabalho numa área tão sensível como é a Justiça do Trabalho, num momento tão delicado por que passa o Brasil, em que nós temos retrocessos, como a reforma trabalhista do Presidente Temer, que viola direitos.

Graças a Deus, o Supremo está aí para corrigir o ponto, por exemplo, de admitir que mulheres grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres. Pontos que eu reputo importantes, que antes rescisão de homologação de contrato de trabalho era feito pelas delegacias regionais do trabalho ou pelos sindicatos e agora o próprio empregador vai poder fazer. Pontos como terceirização de atividade-fim. E como fica isso?

Nós vamos criar duas categorias de profissionais exercendo a mesma função com salários flagrantemente diferentes. É para isso que o Tribunal Superior do Trabalho está como guardião da Constituição Federal, como guardião das garantias expressas no art. 7º da Constituição Federal.

Ouso dizer, não é minha área o Direito do Trabalho, mas a minha admiração pela Justiça do Trabalho é com a justiça mais humanizadora. É humanizar a dor, é se colocar na dor do mais frágil, porque não há que se falar em igualdade entre o empregador e o empregado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não há. O que há que se falar é em desigualdade, é em violação de direitos, é em sonegação de impostos, é usurpação, é redução à condição análoga de escravo, que inclusive é crime previsto no art. 149 do Código Penal, com pena de reclusão de dois a oito anos. É falar em condições subumanas. Trabalhadores que têm como essência do ser humano a dignidade que está no trabalho, têm seus direitos no trabalho constantemente violados.

Faço minhas as palavras do Senador Rogério, que acabou de se ausentar, com relação a configurar o Brasil na lista de violação dos direitos do trabalho.

A missão do senhor é grande, agora pode contar comigo humildemente como Senador, aqui representando o Estado do Espírito Santo, mas também o Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nenhum movimento que possa ser feito para acabar com a Justiça do Trabalho vai ser admitido por este Senador que está aqui se manifestando, porque a Justiça do Trabalho é a principal justiça em defesa do menos favorecido, que garante o caráter alimentar, que garante a não violação desses direitos consagrados tanto na CLT como no próprio art. 7º da Constituição Federal, da Constituição que se diz cidadã.

Então, quero aqui render as minhas homenagens à Justiça do Trabalho.

Aproveito para parabenizar também a Presidente do TRT do meu Estado, a Dra. Ana Paula Tauceda Branco, que também vem dignificando muito a Justiça do Trabalho no Estado do Espírito Santo.

Eu quero parabenizar o senhor e falar que eu não tenho pergunta, porque o comportamento do senhor fala muito mais do que qualquer palavra.

Aquilo que em São Paulo... Eu aqui tenho como premissa no meu comportamento como cidadão, independente de segmento religioso, eu tenho uma frase de que eu gosto muito: a minha religião é o amor, e o meu Deus é o outro. Eu acho que a sensibilidade de você se colocar na dor do outro, de se colocar no outro polo e entender que nós podemos, sim, mudar e termos, quem sabe, uma justiça, um verdadeiro Estado democrático mais justo, fraterno, igualitário. Quem sabe um dia teremos uma sociedade em que todos seremos iguais perante a lei, independente da raça, cor, etnia, religião, origem, pessoa com deficiência.

Parabéns! E que Deus o ilumine sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, nobre Dr. Evandro Pereira Valadão Lopes, Desembargador indicado ao Tribunal Superior do Trabalho, eu já tive oportunidade de conversar com o Dr. Evandro e conhecer um pouco da sua trajetória e da sua percepção em relação à Justiça do Trabalho, de sorte que quero fazer aqui alguns questionamentos apenas para dar oportunidade de V. Exa. expor à Comissão o que pensa acerca desses temas, que eu acho que são importantes.

Queria saber a visão do senhor acerca da tendência de teletrabalho no Brasil. Qual é a visão que o senhor tem a respeito disso?

Como enxerga a adoção de solução alternativa de conflitos trabalhistas, tais como a arbitragem, homologação de acordos extrajudiciais e liberdade de negociação entre patrão e empregado?

O que pensa quanto ao custo da mão de obra no Brasil, que, para muitos, tem relação com o dito custo Brasil?

Eu ia fazer um questionamento com relação aos sindicatos, mas isso já foi mencionado aqui. Apenas reforçando, em seu entender, qual é o papel dos sindicatos no Brasil? E essa situação dúbia que nós temos hoje? Nós temos uma reforma trabalhista que estabeleceu balizas com relação à contribuição sindical e temos questionamentos, ações judiciais que encaminham em um sentido diferente. Qual é a posição do senhor em relação a esse ponto e à previsão constitucional da liberdade de filiação, de escolha da categoria de representação?

Gostaria que o senhor falasse um pouquinho da sua visão sobre o impacto da reforma trabalhista na Justiça do Trabalho.

São apenas algumas ponderações.

No mais, cumprimento o Presidente da República pela indicação do nome de V. Exa. para compor o tribunal, que acho que acrescenta, com a sua experiência e com a sua forma de ver, de enxergar a Justiça do Trabalho, que tem um papel fundamental, um papel de destaque, mas que precisa se situar dentro do marco legal, do marco constitucional. Não pode ser uma justiça partidarizada, não pode ser uma justiça ideologizada; tem de ser uma justiça que atue dentro dos contornos constitucionais e legais. Não sendo assim, lamentavelmente, a gente acaba por ter uma justiça enfraquecida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que garante a força da justiça é justamente o cumprimento às leis e sobretudo à Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. pela indicação e faço votos de uma atuação exitosa, pelo bem dos trabalhadores e pelo bem do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Concedo a palavra ao Dr. Evando Pereira Valadão Lopes para responder ao nosso Senador Marcos Rogério.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Obrigado, Senadores, pelas perguntas e pela oportunidade de poder expor um pouco as minhas ideias e minhas convicções sobre esses temas.

Gostaria de agradecer, cumprimentando o Senador Eduardo Gomes por ter aceitado ser o Relator, o que muito me honrou.

No que toca à pergunta sobre os cenários para os informais – e aí poderia responder também às perguntas do Senador Marcos Rogério sobre os impactos da reforma trabalhista.

A reforma trabalhista, como eu havia mencionado no início da minha fala, o papel da lei... O papel da lei é uma aposta para o futuro. Ela tem uma expectativa de realização de um determinado cenário. Então, quando se fez a reforma trabalhista, a expectativa da lei trabalhava e trabalha, na minha opinião, podemos resumir, em três macrocenários.

Primeiro, aposta na autonomia da vontade. Então, na autonomia da vontade privada ou na autonomia privada da vontade e na autonomia privada coletiva. Num primeiro momento, dizendo que determinados atores, nas relações sociais, têm condições de estabelecer, dentro de um espaço jurídico, as normas que valerão para eles, e a CLT traz isso claro no art. 444, quando diz que o empregado, com nível universitário, recebendo até duas vezes o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social, tem um espaço de negociação que os demais trabalhadores não teriam. E, aí, com referência ao art. 611-A, que fala que o negociado estaria, neste caso, superando o legislado, e o 611-B, que diz exatamente quais são os direitos que não podem ser desconsiderados, consagrou-se ali o princípio da autonomia privada da vontade.

No campo coletivo, autonomia privada coletiva, que é dando aos atores coletivos – sindicatos de empregados, sindicatos de empregadores, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresas – a possibilidade de negociar os direitos, as condições de trabalho a serem observadas para determinadas categorias ou para as categorias profissionais, e com a possibilidade de essas normas contratuais coletivas superarem ou desconsiderarem a norma estatal.

O segundo ponto é a questão da empregabilidade.

A reforma aposta num ambiente propício à empregabilidade, e ela faz isso de algumas formas: disciplinando determinados trabalhos ou formas de trabalho, como o trabalho em tempo parcial, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho intermitente, e faz isso também criando normas trabalhistas menos rígidas, mais flexíveis, menos analíticas – essa é a proposta da reforma – e, por isso, criando um ambiente propício à empregabilidade.

E o terceiro ponto, macrocenário, é o combate à alta litigiosidade, e a reforma faz isso criando requisitos para o ajuizamento da ação judicial, por exemplo, na necessidade de liquidação dos pedidos da petição inicial.

A petição inicial tem que vir líquida, com os valores a serem pretendidos pelo autor da ação, faz isso no regramento da Justiça gratuita, da assistência judiciária gratuita, limitando o campo de atuação desse instituto, e, com isso, ela pretende combater a litigiosidade aventureira. Essa é a proposta da reforma.

Claro que ela vem e traz alguns excessos; sem sombra de dúvida a lei traz alguns excessos, que já estão sendo debelados pelo Supremo Tribunal Federal em ações diretas de inconstitucionalidade. E aqui eu digo, por exemplo, a 5.794, que trata da assistência judiciária gratuita, com voto do Ministro Fachin, pela inconstitucionalidade do artigo que trata da necessidade do pagamento dos emolumentos para os trabalhadores que efetivamente tiverem o direito a assistência judiciária gratuita. Para se ter ideia, a norma diz o seguinte, que ele recebendo um crédito em outra reclamação trabalhista, aquele crédito servirá para o pagamento das custas, para os honorários periciais. E o Ministro Fachin, no seu voto – ele foi o relator –, disse que isso seria inconstitucional. Há um voto do Ministro Barroso dizendo que é possível, desde que se respeitem 30% das verbas de natureza salarial que o trabalhador receba, que o autor receba, podendo, todavia, ser cobrado das verbas que não têm natureza salarial integralmente. Então nós notamos que o Supremo Tribunal Federal já tem uma tendência de criar um limitador para essa norma.

E temos também a ADI 5.638 – não sei se o número é esse, me perdoem –, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, essa já encerrada, já decidida, que declarou a inconstitucionalidade do artigo da CLT que permitia o trabalho da gestante e da lactante. Também o Supremo Tribunal Federal e o juízo de ponderação disse que essa norma especificamente seria inconstitucional. Então, é claro que há excessos.

Agora, o Direito é um sistema, como outros sistemas, com elementos interdependentes que se inter-relacionam para uma determinada função, para um determinado objetivo, e tem que conviver e sofre reflexo de outros sistemas. E aí eu falo especificamente da economia. Então me perguntam qual é o impacto da reforma no ambiente de trabalho. Podem não acreditar em mim, mas um ano e nove meses, um ano e sete meses é pouco para se ter um juízo certo, aprofundado e certeiro dos impactos da reforma trabalhista no cenário de ambiente de trabalho, porque a norma precisa ser assimilada, precisa ser interiorizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há um dado relevante de que no Brasil, se eu não estiver errado, 70% da mão de obra empregada está nas micro, pequenas e médias empresas. Então, são empresas que não têm um corpo jurídico para a orientação de que é possível contratar o trabalhador intermitente, sobre a forma como esse trabalhador intermitente pode ser contratado, como é possível contratar a tempo parcial. Então, penso eu que ainda estamos num cenário de exame e de verificação dos impactos da reforma. Há ainda a economia. No cenário de crise como vivemos, isso é inegável, também isso influencia para a verificação de um impacto minimamente positivo na empregabilidade.

No que toca à Justiça do Trabalho especificamente, houve, sim, uma redução do ajuizamento de ações trabalhistas, e a ordem é de 35% em média nas ações trabalhistas em primeiro grau. Então, a reforma de fato trouxe esse impacto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – ... na diminuição das ações trabalhistas de primeiro grau.

No que toca à corrente, se de direito público ou de direito privado, o Direito do Trabalho é um ramo do direito privado. Embora ele tenha normas de interesse público e normas que regulam questões como saúde, como segurança, é um ramo do direito privado.

No que toca à pergunta sobre um código do trabalho, eu particularmente não gosto dessa ideia. Acho desnecessário um código do trabalho, porque as relações hoje na vida são muito dinâmicas, e as transformações acontecem de forma muito rápida. Então, não sei se seria interessante hoje um código do trabalho. Ele seria aprovado hoje, e amanhã já haveria necessidade de uma alteração de uma ou duas normas relacionadas a esse código. Então, não me anima a ideia de um código do trabalho.

Quanto à questão da lista de violação dos direitos fundamentais do trabalho existente na Organização Internacional do Trabalho, eu particularmente penso – sempre fui muito sincero, transparente nas minhas manifestações – que ainda é cedo para dizer que o Brasil merece entrar numa lista dessa, Senador. Acho ainda cedo, afinal de contas, nós temos um efetivo combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, temos leis a respeito desse assunto, inclusive com tipificação criminal para o trabalho escravo. O Senador Fabiano Contarato aqui deixou isso claro: reclusão de dois a oito anos. A questão que me parece mais séria e que leva a OIT a investigar o Brasil nesse caso é no que se refere à prevalência do negociado sobre o legislado. Parece-me que, talvez, essa seja a questão, pensando que o negociado poderia fazer perecer direitos trabalhistas relacionados à dignidade do trabalhador, ao direito de personalidade. Mas isso, efetivamente, com a reforma não aconteceu. Temos um rol de direitos trabalhistas na Constituição, e esses foram respeitados pela CLT. Então, eu penso que talvez o Brasil não mereça estar nessa lista de violadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Judiciário também tem um papel importantíssimo. Se, efetivamente, no exame do caso concreto, houver a verificação de que direitos fundamentais estão sendo violados, o Poder Judiciário deve atuar – esse é o nosso papel – no caso concreto para poder fazer com que prevaleçam essas normas constitucionais relacionadas à dignidade do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Evandro, eu pediria a V. Exa. que fosse mais conciso porque quero dar oportunidade a mais Senadores que querem se manifestar.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Sim, serei, mas V. Exa. sabe que, para um juiz, isto é um elogio: pedir para ser conciso! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Concedo a palavra ao Senador Veneziano. V. Exa. tem a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para interpelar convidado.) – Presidente, meus cumprimentos.

Bom-dia a V. Exa., bom dia aos demais companheiros e companheiras Senadores que vêm participar desta sabatina do Desembargador Evandro, que tive eu a oportunidade, como todos os demais, de recepcionar e, como todos os demais também, de recolher as melhores impressões, impressões que vão se confirmando nesses momentos que, por terem seus limites temporais, não nos dariam a condição de nos aprofundarmos, mas são suficientes para sabermos que estamos escolhendo um nome capacitado, um nome íntegro, um nome comprometido com a Justiça do Trabalho.

Quero saudar aqui o nosso companheiro Senador Eduardo Gomes por ter sido o responsável pela relatoria.

Vou ser direto, até porque sei que outros companheiros quererão falar um pouco, indagar-lhe sobre a sua futura atuação. Portanto, vou me ater a algumas observações.

Desembargador, tive oportunidade, aí me valendo das mesmas impressões, ou quase me valendo, igualmente, até porque temos alguns conceitos diferentes do meu companheiro Marcos Rogério.... Nós fomos Parlamentares na Câmara Federal, como o Presidente Jorginho Mello e outros que aqui estão e, quando fomos travar discussão em torno da reforma trabalhista, eu me opus a ela. E me opus a ela não por força de não conhecer a necessidade de alguns pontos que necessariamente precisavam ser revistos na CLT, mas por não concordar com a forma como ela foi proposta, consignada e, principalmente, porque me incomoda tremendamente, Senador Rogério, que hoje as discussões se deem de uma forma muito simplista, como foi simplista quando apresentada pelo governo anterior a proposta de reformar quase que por completo a CLT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que era dito, Desembargador? Que ou se fazia a reforma trabalhista ou não mais geraríamos postos de trabalho. Foi esse o discurso feito. Ninguém teve o cuidado de dizer: "Olha, vamos com calma, porque temos também que levar em consideração isso que V. Exa. bem mencionou: os quadros, as realidades econômicas".

Portanto, não foi correto, honesto para com a sociedade brasileira se dizer que a reforma, Jorginho, Presidente querido, iria resolver um problema que só tem aumentado. Nós temos mais de 13,5 milhões de cidadãos que não têm oportunidade de trabalho.

Eu ouvia, com o respeito que tenho a todos, o nobre Senador Flávio Bolsonaro dizer, que é outro discurso também que está sendo feito no Brasil... É querer dividi-lo entre os bons e os maus, é querer desconhecer que o capital não vive sem o trabalho e o trabalho não vive sem o capital. À época, se dizia: "Olha, nós precisamos olhar para os empreendedores" como se aqueles que estavam votando contra a reforma trabalhista não tivessem a preocupação de permitir novas condições empreendedoras, Senador Girão, Governador Anastasia. É a falta de equilíbrio, de moderação quando estamos a legislar. Então, o Senador Flávio Bolsonaro diz, e eu não discordo: "É difícil ser empresário no País". E eu diria: imagine ser empregado no nosso País! É muito mais difícil. É muito mais duro. Inclusive chegar à condução de um posto de trabalho. Acho que falta essa moderação.

Preocupa-me muito, indo diretamente não a arguições, mas eu gostaria de ouvir as suas percepções e aquilo que o senhor vai levar ao debate no Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo: muitos falam da pertinência de se acabar com a Justiça do Trabalho, e V. Exa. sabe bem disso, até neste próprio Parlamento. Acaba-se com a Justiça do Trabalho para incorporá-la à Justiça Federal. Quais são as suas impressões acerca desse sentimento que ouvimos?

Também me preocupa o fato – e V. Exa., *en passant,* falava das questões de terceirizações, que foi uma abordagem feita pelo Senador Contarato – dessa licenciosidade de se estabelecer contratações para todas as atividades sem limite, atividades fim, atividades meio, o que tem permitido, principalmente àqueles gestores que não são dispostos ou não são afeitos a realizações de concursos públicos, uma festa de contratações de terceirizados, ou não? Isso é fato, isso é uma realidade, isso é a condução de muitos, do nível federal aos níveis estaduais e municipais, Senador Kajuru. Qual é também, gostaria de ouvir, a sua opinião a respeito?

Porque me preocupa muito quando ouvimos a determinação já consagrada de que o Governo Federal não está disposto a realizar concursos públicos e vai se arrimar nas mudanças que foram propostas pela reforma trabalhista de se fazer, permitida legalmente, contratação para todas as atividades, meio ou fim.

Portanto, eu queria cumprimentá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teria outras abordagens.

V. Exa. fala sobre a alta litigiosidade. Quando os defensores da reforma trabalhista vêm a público dizer: "Que bom! A reforma trabalhista já diminuiu consideravelmente o número excessivo da litigiosidade". Mas por quais razões essa litigiosidade caiu? Caiu porque houve um trabalho efetivo para desestimular aqueles que se imaginavam na condição de postulantes a um direito de não ir por força de um revés e esse revés ter repercussões financeiras sobre o seu bolso. É fato também.

Então, eu queria cumprimentá-lo mais uma vez, encerrando, Presidente Jorginho Mello. Fico muito feliz de ter votado como o colegiado, decerto, à unanimidade, com os votos de que V. Exa. tenha uma profícua passagem, mas com as preocupações relativas a esse ambiente, que é um ambiente que vê com certa hostilidade a Justiça do Trabalho, como viu com a hostilidade a ponto de extinguir o Ministério do Trabalho. Eu não via a necessidade ou pertinência da sua extinção.

Meus cumprimentos. Deus o abençoe nessa nova missão. (*Pausa.*)

Eu queria complementar, se me permitir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – É uma pergunta.

Quando ele fala da arbitragem, dos acordos extrajudiciais e da liberdade de negociação dos valores extrajudicialmente, eu, particularmente, Senador, acredito muito na mediação e na arbitragem. Eu acho que é um caminho. Assim como o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... também esses contendores precisam de diálogo. E eu falo isso porque o Direito, muitas vezes, ele não consegue representar a complexidade do mundo, da vida e dos fatos. Uma determinada pretensão, um direito a ser reclamado está inserido em um contexto que pode ir além desse próprio direito, dessa própria pretensão, e o Direito não consegue alcançar. A arbitragem ou a mediação – mais especificamente a mediação e a conciliação que a Justiça do Trabalho já faz – é um momento muito propício para isso, porque nós não estaríamos com as amarras de uma lei dura e inflexível, isso poderia sugerir a possibilidade de um acordo em que as partes envolvidas efetivamente produzissem um entendimento satisfatório para todos, levando em consideração aquelas questões em que o juiz, na sua função de julgar, de julgador, não poderia levar em consideração.

Então, eu acho fundamental o procedimento de jurisdição voluntária. Eu acredito nele, acho que é possível. É, na verdade, uma gestão pública de direito privado. Então, o juiz atua ali, ele pode atuar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente, impedindo determinados acordos que extrapolem, por exemplo, o direito à personalidade, à dignidade do trabalhador, mas é um momento importante, acho que a legislação trouxe um momento importante.

O outro ponto que queria também tratar é a importância dos sindicatos. Eu quero deixar bem claro que os sindicatos são atores importantíssimos, fundamentais para a melhoria das relações de trabalho para esse quadro. Não conheço experiência no mundo de uma legislação de trabalho que tenha dado certo sem um modelo sindical satisfatório, com o pluralismo sindical, com sindicatos fortes. A equação me parece que é esta: na medida em que o Estado se afasta da proteção dos núcleos de trabalhos sociais, os sindicatos têm de ser fortes para ocupar esses espaços.

Agora respondendo ao Senador Veneziano, no que toca à terceirização, já há uma decisão da ADI 324, Relator Ministro Barroso, Recurso Extraordinário 982 – não sei se é o número – do Ministro Fux em que restou decidido que é possível a terceirização de atividade fim. Então, já não se discute mais a possibilidade. Eu, como juiz, tenho de cumprir essa decisão. Mas é muito importante deixar claro que a lei atual, a lei que chamam de lei geral de terceirizações tem uma salvaguarda. Ela diz o seguinte: se o tomador de serviço não se atentar, não verificar a idoneidade econômica do prestador, ele responde por aqueles créditos trabalhistas violados. E o acórdão do Ministro Barroso também diz isso claramente: é possível a terceirização de atividade fim, mas, ao mesmo tempo, dizendo que os tomadores de serviço respondem pelos créditos trabalhistas violados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao nosso convidado.

Nós temos mais quatro oradores inscritos. Eu vou só pedir que os colegas fiquem no tempo. Eu vou dar a palavra a todos os nossos colegas Senadores, antes de passar a palavra final ao nosso convidado.

Na ordem, Senador Arolde; em seguida, Senador Mecias e Senador Telmário e, para finalizar, Senador Oriovisto.

Com a palavra, neste momento, o Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar convidado.) – Presidente, colegas Senadores e Senadoras, é um privilégio poder dar uma palavra, rápida que seja, neste momento em que nós estamos ouvindo as razões da indicação do Desembargador Evandro ao Tribunal Superior do Trabalho.

Ouvi atentamente o nosso Relator, Senador Eduardo Gomes, que foi bastante objetivo e nos trouxe o perfil simplificado, mas significativo do Desembargador.

Eu gostaria de fazer neste momento as seguintes considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realidade é que o mundo todo, mas em particular o Brasil vive uma transição muito acentuada na área das relações trabalhistas. Essa transição, essas mudanças já nos levaram a promulgar uma reforma trabalhista, a primeira naturalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – A primeira reforma buscando flexibilizar a legislação, a CLT, no sentido de acolher a realidade no momento que nós vivemos, momento este que é impulsionado pelo rápido desenvolvimento da tecnologia em todas as áreas transversalmente, alterando completamente as relações no trabalho.

É evidente que a tecnologia é acelerada, e as relações no trabalho, a legislação têm um processo mais lento. Então, nesse momento, passa a ocorrer, evidentemente e sempre, uma vacância legal. É nesse ponto que eu acho que a Justiça do Trabalho, em particular o Tribunal Superior do Trabalho terá um papel relevante, porque ele terá que suprir permanentemente essa vacância legal que naturalmente, pelo desenvolvimento tecnológico, será incluída.

Outra questão que vem ainda sobre tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... e que é realmente considerável é na mudança das necessidades de qualificação no trabalho em todas as áreas – profissionalmente, em todas as áreas. Com isso, a inteligência artificial, a comunicação com novas tecnologias de banda 5G, enfim, todos esses aparatos fazem com que cada vez mais o ser humano seja substituído pela máquina. Essa é uma realidade irreversível que tem de ser considerada e vai acentuar essa vacância legal na regulação, na regulamentação das relações do trabalho.

Essas questões tornam a Justiça do Trabalho, nesse momento de transição, extremamente importante, porque vão cair realmente nos tribunais regionais e principalmente no Tribunal Superior do Trabalho essas questões e esses conflitos.

Então, eu queria, justamente considerando o perfil que aqui foi exposto do nosso Desembargador Evandro, manifestar mais uma vez a minha alegria, porque sabemos que ele está preparado para neste momento fazer essas avaliações. Evidentemente, essas questões não são de fácil entendimento. Infelizmente, os nossos sindicatos, que deveriam ser de proa, buscando, dentro do cumprimento do seu compromisso pedagógico e educativo, procurar passar, orientar os trabalhadores no sentido desse novo momento, não o fazem, e a preocupação é a âncora do passado de privilégios, de estarem sempre nas tetas da República, que possa sustentá-los. O sindicato só será forte quando ele for organizado do seio da sociedade voluntariamente pelos trabalhadores. Esse será o sindicato forte e é o sindicato de que nós precisamos para fazer face a esta transição irremediável que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer essa oportunidade, Presidente Simone Tebet. Não vou fazer perguntas. Estou satisfeito já com os comentários que foram feitos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somos nós que agradecemos ao Senador Arolde.

Na ordem, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente...

Bom, primeiro, quero cumprimentar a todos os colegas Senadores e Senadoras, cumprimentar o Desembargador Evandro, cumprimentar o Relator e dizer, Desembargador Evandro: aqui se conhece quem é aprovado imediatamente, pelo Relator. E o Relator que emitiu o brilhante parecer sobre o nome de V. Exa. é um brilhante Senador do nosso querido Estado de Tocantins, Senador Eduardo Gomes, que certamente referenda o seu nome e merece, já de pronto, o nosso voto, o meu voto. Já fiz questão de votar, também em homenagem ao Senador que avaliza o seu nome, Senador Eduardo Gomes.

Eu quero fazer um comentário, apenas um comentário. Eu acho que existem extremos dos dois lados. Já se coloca de pronto que o empresário é o mau-caráter da história, que o empresário comete abusos, quando, na realidade, não é só o empresário que comete abusos. Eu já vi casos, no meu Estado inclusive. Vou citar um apenas. É apenas um comentário que eu quero fazer.

Já vi casos em que o empregado rouba o patrão, o patrão faz uma denúncia, o empregado confirma que roubou, na delegacia, o patrão o demite por justa causa, o empregado vai à Justiça do Trabalho e ganha a indenização. Já vi vários casos iguais a esse.

Agora, mais recentemente, recebi duas denúncias nesse sentido, lá no meu Estado de Roraima. O empregado roubou, confirmou na delegacia o roubo, mas, depois da demissão, ele foi à Justiça do Trabalho e foi indenizado. Ou seja: é Justiça do Trabalho ou é "Justiça do Trabalhador"?

Sei que V. Exa. tem feito um grande trabalho, terá a oportunidade de ser ministro do Tribunal Superior, e certamente verá com muita atenção os dois lados, para que o empresário tenha condições de gerar mais emprego neste País de tanta gente necessitada de trabalho.

Era só o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Mecias.

Na ordem de inscrição, Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, quero saudá-la pela condução do trabalho, sempre com muita eficiência e capacidade. Orgulha-nos a sua presença nesta Casa. Sabe disso.

Quero saudar a todos os demais Senadores e ao nosso sabatinado, Dr. Evandro, com quem tive a oportunidade de conversar.

Sem nenhuma dúvida, V. Exa. é orgânico. Já é um ponto positivo. Orgânico e de um Estado robusto. Então, V. Exa. tem uma experiência extremamente robusta, igual ao Estado, suficiente para esse cargo que V. Exa. se propõe a ocupar. Então, quero aqui parabenizá-lo.

Quando vi o currículo e tivemos oportunidade de conversar, eu disse a ele que você tinha conquistado o meu voto. E eu fiz questão de estar aqui até como suplente da minha Senadora, mas vim aqui fazer essa votação.

Mas, olhe, deixe-me lhe dizer uma coisa: quando o Presidente Temer fez aquela proposta da reforma trabalhista, inclusive eu era da base, e rompi com ele, porque eu entendi que ela tirava direitos, sim. Eu entendo que o conjunto, hoje, do ordenamento jurídico nosso, como bem disse V. Exa. – acho que foi aqui bem questionado –, no fundo protege o suficiente de expor o nosso País a qualquer intervenção internacional, porque nós temos um conjunto de leis que o protege.

Mas a CLT foi construída a duras penas, com muita luta, com passos pequenos, e algumas conquistas... Porque é assim mesmo. O Senador Mecias agora citava um exemplo, que naturalmente são exceções – eu entendo isso, que é exceção, porque quando uma pessoa furta, um empregado, o empregador, a lei mesmo diz que é passível dar justa causa. Talvez o empregador que não tenha aplicado a demissão dentro do que prevê a lei... Eu trabalhei em grandes empresas, e muitos servidores que cometiam delitos pegavam justa causa, recorriam e não tinham o direito, mas é fundamental esse braço da Justiça do Trabalho, porque ele pacífica essa prestação de conta. O trabalhador vende o serviço, o empregador compra o serviço, e ali há uma negociação. Às vezes aquele acordo formal não é cumprido, e aí é quando entra a Justiça do Trabalho, falando: "Não, faltou isso, coloca aquilo". Sem nenhuma dúvida, a Justiça do Trabalho é fundamental.

Aqui já outros Senadores que me antecederam fizeram a pergunta que eu achava interessante, se a reforma trabalhista ajudou ou não ajudou, e V. Exa. já explicou isso. Mas eu só tenho uma questão com relação a isso. Eu fico com medo às vezes até dessa reforma da previdência porque o Governo sabe colocar as coisas, e as próprias empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Só um minuto mais, minha Presidente. As próprias empresas colocam como se fosse a última Coca-Cola do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deserto, ou seja, se não aprovar, o Brasil afunda; se não aprovar, o Brasil quebra. E na reforma trabalhista isso foi usado maciçamente: "Ou se aprova a reforma trabalhista ou o Brasil quebra. E tem uma coisa: assim que aprovar, o emprego vem". E não veio, Senadora Simone. Nós estamos com quase 14 milhões de pessoas desempregadas. Então, às vezes nós temos que ter cuidado. É preciso a reforma da previdência? É. Tudo na vida é preciso, a gente faz reforma permanente, da saúde, de tudo, como também reforma trabalhista. Só que eu achei que ela foi muito profunda, mas que, paulatinamente, com a ajuda inclusive do Ministério do Trabalho, está se recuperando.

Eu quero desejar a V. Exa. felicidade, sucesso, e que toda essa experiência que V. Exa. teve como Juiz, como Desembargador, no TST V. Exa. vai ajudar muito mais agora, não é só o Rio de Janeiro, mas o Brasil. Sucesso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Telmário.

O último orador inscrito é o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, cumprimentando a senhora, cumprimento todos os demais colegas. E quero também cumprimentar o Desembargador Evandro, que eu tenho certeza será acolhido nessa entrevista com unanimidade dos votos.

Isso significa que respeito sua biografia e que já dei meu voto favorável.

Dr. Evandro, eu quero fazer uma pequena análise da Justiça do Trabalho para o senhor e ao final lhe fazer uma pergunta e lhe fazer um pedido.

A análise que faço se baseia em dados coletados do CNJ, o Conselho Nacional de Justiça.

Sra. Presidente, está difícil conseguir falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Se a plateia me der um aparte eu continuo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Oriovisto, V. Exa. está com a palavra e só V. Exa. pode dar um aparte à plateia se assim o desejar. (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pois é. Eu também imaginava isso, mas os fatos me desmentiram. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou repor um minuto do seu tempo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Está bem, obrigado.

Dr. Evandro, como eu dizia, a Justiça do Trabalho custou aos cofres públicos 19,1 bilhões em 2017, 19,9 bilhões em 2018, e estão previstos para 2019 22,2 bilhões.

Segundo dados extraídos do Portal CNJ, em 2017 a Justiça do Trabalho contava com 3.658 magistrados, 40.712 servidores. Ainda segundo o CNJ, a despesa da Justiça do Trabalho é de R$88 por habitante, enquanto na Justiça Federal é de R$54, ou seja, a Justiça do Trabalho é 63% mais cara que a Justiça Federal.

Quanto aos indicadores de produtividade dos magistrados, temos a seguinte média: um magistrado da Justiça Estadual julga 1.940 processos por ano; um magistrado da Justiça Federal, 2 mil processos por ano; um magistrado da Justiça do Trabalho julga 1.328 processos, ou seja, o magistrado do trabalho produz apenas 66% daquilo que produz seu colega da Justiça Federal.

O CNJ nos informa ainda que, em 2017, a Justiça Estadual recebeu uma média de 1.598 novos processos por magistrado; a Justiça Federal, 1.817; já a Justiça do Trabalho, 938, ou seja, a Justiça Federal recebeu o dobro, 100% a mais de processos por magistrado.

Eu pergunto, Dr. Evandro... Com o advento da Lei 13.467, nós tivemos uma diminuição significativa de ingresso de processos nas varas trabalhistas: nós tivemos 1,726 milhão de reclamações trabalhistas contra 2,630 milhões no mesmo período do ano anterior – isso comparado o período de 2017 ao de 2018. A redução é tão significativa que deu à Justiça do Trabalho uma oportunidade para reduzir o acervo de processos antigos pendentes. Nós só vamos ter ideia exata desse processo no final... O ano de 2018 será o primeiro completo para o impacto da reforma trabalhista, portanto, não é demais prever que aquela baixa demanda da Justiça do Trabalho se mostrará ainda mais baixa nos próximos relatórios.

Nós vivemos, Dr. Evandro, um período em que eu considero uma prova de nacionalismo, uma prova de amor ao Brasil nós que estamos dentro do Estado fazermos com que o Estado pese menos para o cidadão brasileiro. Essa é uma obrigação de cada Parlamentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... quando pensarmos no custo do Congresso; essa é uma obrigação da Justiça Federal, da Justiça trabalhista; essa é uma obrigação de todos nós que estamos vivendo e fazendo a máquina estatal brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta para o senhor é: com vista a essa realidade nova, com vista a esses dados, o senhor tem alguma missão ou alguma ideia de como melhorar a produtividade ou abaixar o custo da nossa Justiça do Trabalho?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Oriovisto, esta Presidência comunica aos colegas que não há mais oradores inscritos. Portanto, está encerrada a inscrição.

Nós passaremos agora à resposta pelo candidato, que não só fará as suas considerações em relação aos comentários e perguntas, mas também fará sua consideração final.

Quero apenas esclarecer que nós já atingimos o quórum.

Passo a palavra neste momento ao nosso candidato para as respostas e suas considerações finais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, como eu tinha algumas perguntas a serem feitas e não fiz a inscrição, vou deixar por escrito à Mesa, para que o sabatinado possa responder...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos imensamente, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e agilizar também, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fica registrado em ata.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – (*Fora do microfone.*)

... ao Senador Oriovisto: Senador, V. Exa. já votou em mim, não é?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone*.) – Já.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Então posso dizer que discordo dos seus números. (*Risos.*)

Na verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Assim como os juízes, os tribunais superiores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Os números não são meus, são do CNJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... pode haver revisão de voto.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Então quero dizer que V. Exa. talvez tenha razão. (*Risos.*)

Mas, enfim, meus números sobre a produtividade dos juízes do trabalho não são esses. Imagino que eu devo estar certo, me perdoe, porque, na Justiça do Trabalho, hoje são ajuizadas 4 milhões de ações/ano, com uma pequena variação: 3,950 milhões, 4 milhões. A média é de 4 milhões de ações/ano. E os juízes do Trabalho têm uma produtividade acima de 100%, segundo números que eu tenho. Pode ser que eu esteja errado – já que V. Exa. pode rever o voto. Pode ser que eu esteja errado, mas os números que eu tenho, inclusive, em relação ao ano de 2018, são de 105%, quer dizer, nós julgamos 5% a mais do que o número de processos que entraram.

A Justiça do Trabalho tem 1.570 varas que atendem aos 5.570 Municípios do País. Em 2016, nós tivemos uma redução drástica e brutal no nosso orçamento. A LOA de 2016 trouxe uma brutal redução: 90% em investimento e 24%, 25% em custeio. Ter 90% de redução em investimento é dizer: "Vocês não vão investir em mais nada". Então, nós temos dificuldades com as despesas correntes, dificuldades com investimentos e dificuldades com projetos.

A Justiça do Trabalho, embora custe, em média, 19 bilhões/ano, ela paga, de direitos trabalhistas... Pagou, em 2018, 29 bilhões; algo em torno de 20 bilhões em 2017; e a média é de 18 a 20 bilhões de créditos trabalhistas. Nos últimos anos, foi muito acima de 20 bilhões.

A Justiça do Trabalho presta um serviço que tem valor intrínseco, porque a Justiça não pode ser medida pelo seu custo, ela representa muito mais. Como eu já disse aqui no início, a Justiça é o reconhecimento de que alcançamos um patamar civilizatório que nos permite viver em sociedade. Quando se delega a terceiro a resolução de conflitos para que você não o faça pelas próprias mãos, com violência física, ou violência moral, ou violência econômica. Então, a Justiça do Trabalho tem esse papel fundamental de resolução, de pacificação dos conflitos trabalhistas.

Os nossos números demonstram que, a partir de 2020, nós não teremos qualquer recurso para projeto; menos 10% em custeio, despesas correntes, a partir de 2019, menos 40% em 2020. Por isso, nós estamos trabalhando com redução de valores de aluguel, redução de conta de luz, conta de água. Nos Tribunais Regionais do Trabalho, às 5h30, desliga-se o ar-condicionado e os juízes e servidores passam a trabalhar sem ar-condicionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Senador, rapidamente, que estamos tentando fazer o nosso dever de casa para, reduzindo o custo, ajudar o País naquilo que nos compete.

Eu sei que o tempo é exíguo, mas eu aposto na Justiça do Trabalho, acredito na Justiça do Trabalho, acho que ela tem um relevante serviço ainda a prestar para um país e tamanhas desigualdades, como o nosso País.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sra. Presidente, eu não quero debater, apenas dizer ao Dr. Evandro o seguinte: em nenhum momento passou pela minha cabeça desmerecer o Judiciário...

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Claro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... em nenhum momento passou pela minha cabeça dizer que a Justiça não é importante. Claro que isso é marco civilizatório.

Nossos números podem não coincidir. Eu rezo para que eu esteja errado, que não seja essa a fotografia. Mas quero dizer que eu não inventei esses números, eles estão todos no Portal do CNJ, foi de lá que eu os tirei. Minha sugestão é que o senhor entre em contato com o Portal do CNJ e corrija os números que estão lá, se é que eles estão errados.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Está certo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – E, de qualquer forma, o apelo meu continua: precisamos, sim – a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e o Congresso Nacional –, procurar pesar menos aos bolsos dos brasileiros. Essa é uma missão de todos nós, não só sua. Por isso eu perguntei se o senhor tinha algum plano nesse sentido.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Ainda que não seja para indagar, eu tenho a pretensão aqui de procurar esclarecer. Os dados oficiais que eu colhi são de 3,9 milhões de ações em 2016. Em 2017 houve queda e em 2018 também houve queda.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De forma que esta evolução que torna todos os números confusos a ponto de a Justiça do Trabalho não saber informar qual é a nossa posição comparativa com outros países. Nós somos tradicionalmente os primeiros, porque o segundo colocado é a Alemanha, com 500 mil por ano. E nós, mesmo que estejamos com 2 milhões por ano, o que é provável... Pelos dados do TST, socorre-me aqui, em 2017, caiu para 2 milhões de ações e, em 2018, caiu para 1.287.208 ações ano a ano, ou seja ações novas. O que havia era um estoque de 2,5 milhões em 2017. Agora, para que fosse no período... Aqui não é anualizado, porque o de 2018 não está anualizado ainda.

Então, recorreu-se a uma estatística de janeiro a setembro para uniformizar os números.

É um dado até para prosseguir. Agora, há uma redução e eu acho que a pergunta do Senador Oriovisto em nada deprecia a Justiça do Trabalho, pelo contrário, engrandece a sua missão.

Eu só acrescento o seguinte: eu espero que em pouco tempo a Justiça do Trabalho serene interpretações em face da reforma trabalhista, dizendo que eu me orgulho de ter votado contra o dispositivo que facultava o trabalho de lactante e gestante, que agora foi considerado inconstitucional. Eu votei contra isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o candidato, para esclarecimentos.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Na verdade, os números... Efetivamente, há diferença de números entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o CNJ... A metodologia, às vezes, de apuração é diferente. Por exemplo, casos novos podem significar também os recursos que são levados ao Tribunal Superior. Não quero polemizar sobre isso, porque também não tenho certeza se os meus números são os mais corretos.

Só para completar, Senador Oriovisto, que é um dado importante, e o senhor me dá oportunidade de esclarecer. Oitenta e quatro por cento... Agora estou até preocupado em falar em números... Mas 84% das nossas despesas são despesas de pessoal, e essas despesas não são passíveis de redução no curto prazo. Esse é um problema não só do Poder Judiciário como de todo o Estado brasileiro. A folha de pagamento é muito elevada, e isso dificulta o trabalho de redução de despesa, porque mais de 80% das nossas despesas se referem a pagamento de pessoal.

Eu quero agradecer a V. Exa. e dizer que entendi a pergunta, que V. Exa. efetivamente não desmerecia a Justiça do Trabalho. Foi uma oportunidade de discutir melhor esse assunto. Agradeço muito essa oportunidade.

Para encerrar, eu agradeço muito a oportunidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza da plateia. O Desembargador está na fase final das suas considerações. Agora vai fazer um agradecimento aos Senadores.

Eu peço silêncio para que todos nós possamos ouvir as considerações finais do Desembargador Evandro.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Eu agradeço muito a presença de todos os senhores, a oportunidade que tive de conversar com todos os senhores e senhoras em audiência nos gabinetes.

Vi que a vida de um Senador não é fácil, que o trabalho é intenso. Surpreendi-me por essa grande movimentação e agitação que é o Senado Federal. Isso é bom para o Senado, é bom para o País, é bom para todos nós.

Faço um apelo que tenho certeza de que V. Exas. também fazem para a Justiça: que possamos juntos construir um Brasil melhor, digno e cheio de oportunidades para os brasileiros. Comprometo-me, dentro das minhas humildes funções constitucionais, a trabalhar para isso, para podermos criar um Brasil melhor para nós e para nossos filhos.

Muito obrigado pela atenção de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Desembargador Evandro.

Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se todos os Senadores titulares, uma vez que o quórum já foi alcançado, já exercerem o direito ao voto.

A Senadora Rose de Freitas está se encaminhando à votação. Assim que ela encerrar e exercer o seu direito ao voto, nós estaremos encerrando a votação e solicitando à Secretaria que proclame o resultado.

Mais uma vez, em nome de todos, gostaríamos de agradecer a presença do Desembargador e de todas as autoridades que se fazem aqui presentes do Poder Judiciário. Em nome do Ministro, mais uma vez, do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Alexandre Belmonte, cumprimento as autoridades que se fazem aqui presentes, e quero, de antemão, dizer ao Desembargador Evandro que, seja qual for o resultado – na realidade, essa formalidade que é uma sabatina ou uma arguição é muito mais do que o resultado da brilhante sabatina de V. Exa.; ela nada mais é do que um aval que esta Casa, e não só esta Comissão, dá às autoridades pelo seu histórico, pela sua trajetória profissional muito bem elogiada aqui não só pelo Relator, Senador Eduardo Gomes, mas também e em especial pelos Senadores do seu Estado, o Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Rose de Freitas já exerceu o seu direito a voto, e eu encerro, neste momento, a votação e solicito à Secretaria que possamos proclamar o resultado.

Vamos proclamar o resultado: por unanimidade, 26 votos confirmados, 25 votos SIM, está aprovada a indicação do Desembargador Evandro Lopes para ser membro titular do Tribunal Superior do Trabalho.

Portanto, vai ao Plenário a matéria.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, antes de encerrarmos os trabalhos, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Era só para pedir a quebra do interstício e que se aprovasse a urgência para enviarmos ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto o Plenário, diante da solicitação do Senador Weverton, se podemos aprovar a urgência da matéria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está aprovada.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Só para parabenizar o nosso agora Ministro, efetivamente, e pedir desculpas por não termos conversado pessoalmente, mas, sendo o Relator meu amigo, ele não me deu paz...

Portanto, quero parabenizá-lo e, democraticamente, pedir que o STJ esteja preparado para lutar a favor da PEC 209, por favor, porque abaixaram a guarda, a PEC já foi aprovada, é da nossa autoria, e sabe-se da importância que tem inclusive para rejuvenescer essas relações que são importantes e robustecer as decisões do STF, porque o STF não tem que estar envolvido em rinha de galo, em briga de condomínio. Ele tem de cumprir o seu papel constitucional.

Então, parabenizo V. Exa.

Esta Casa sempre agirá democraticamente quando o objetivo for nobre.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que, em dez minutos, iniciaremos a segunda parte ou novamente a reunião dos trabalhos para a pauta deliberativa.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião, Ordinária.

A presente reunião destina-se à realização da sabatina da Mensagem nº 19, de 2019. Nós estamos aqui, neste momento, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos constitucionais, a indicação do Exmo. Sr. Desembargador Evandro Pereira Valadão Lopes, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada aos juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 29/05/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Já foi lida e cumprida a primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. E agora, nesta reunião, nós procederemos à arguição da indicação e à votação do relatório, que é referente à segunda etapa deste processo.

É importante, antes de mais nada, mencionar que esta reunião é realizada em caráter interativo, ou seja, com a participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido, neste momento, o indicado, Exmo. Sr. Evandro Pereira Valadão Lopes, hoje Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para sentar-se ao meu lado, aqui na Mesa dos trabalhos.

Neste momento, enquanto o Desembargador chega, gostaria também de, ao cumprimentá-lo, cumprimentar todas as autoridades que se fazem aqui presentes. E em especial, porque foi deixado o registro de presença, agradecer a presença do Vice-Presidente da Anamatra, Dr. Luiz Antonio Colucci; da Juíza do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul – tive o prazer de saber que foi minha aluna na faculdade de Direito –, Juíza do Trabalho Fabiane Ferreira.

Seja bem-vinda! Em seu nome cumprimento toda a magistratura do nosso Estado.

Quero cumprimentar a Diretora de Assuntos Legislativos da Anamatra, Dra. Viviane Maria Leite de Faria. Eu quero agradecer a presença dos Senadores que se fazem aqui presentes. Dizer que o Relator está no trânsito, houve um problema, o trânsito parece que está um pouquinho intenso, mas já está chegando.

E, ao passar agora, neste momento, a palavra ao Desembargador, quero dar as boas-vindas, dizer que V. Exa. está aqui numa arguição entre amigos porque, na realidade, a sua história fala por si só. Só o fato de estar aqui, ter sido indicado pelo Poder Executivo, significa que tem uma longa história de serviços prestados à magistratura, especialmente à Justiça do Trabalho do seu Estado do Rio de Janeiro. E aqui nada mais é do que um diálogo, arguições, perguntas que serão feitas apenas para corroborar e confirmar a longa história de serviços prestados por V. Exa. à Justiça do Trabalho brasileira.

Eu, particularmente, tenho um apreço muito grande pela Justiça do Trabalho. Acho que aqui vale uma reflexão, antes de mais nada, e deixo até essa consideração para o futuro Ministro, se assim foi desejo desta Comissão, para que possa fazer as suas considerações.

Desembargador, nós sabemos que com o avanço da ciência e da tecnologia, as mudanças nas relações sociais são cada vez mais rápidas, dinâmicas e complexas, mas poucas relações são tão atingidas quanto a relação do homem com o trabalho, a relação trabalhista, consequentemente, envolvendo aí o Direito do Trabalho. Portanto, há aqui uma responsabilidade compartilhada, acho que é uma responsabilidade – não é, Senador Marcos do Val? – institucional compartilhada entre o Congresso Nacional, aquele que é responsável pelo aparato legal, e o Poder Judiciário, que é o guardião das leis na relação dos conflitos. Nós estamos diante da "uberização" – entre aspas – das relações trabalhistas, dessa relação homem e trabalho, o que leva sempre a conflitos e à necessidade não só de o Congresso ser ágil e dar respostas à sociedade, mas também de a Justiça do Trabalho estar antenada através de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentenças, de jurisprudência, de súmulas muitas vezes vinculantes para acompanhar a evolução dos tempos. Não é um momento fácil, seja para um juiz do Trabalho, mesmo para o Poder Judiciário, tampouco para o Congresso Nacional.

Então, diante dessas considerações, eu passo, neste momento, a palavra ao Desembargador Evandro Pereira para fazer as suas considerações iniciais antes de procedermos à sabatina.

V. Exa. tem o prazo que achar necessário para se apresentar a esta Comissão.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES (Para exposição de convidado.) – Bom dia. Inicio cumprimentado a DD. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Sra. Senadora Simone Tebet, em nome de quem desejo cumprimentar todos os Senadores e todas as Senadoras presentes. Cumprimento o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho aqui presente, o Ministro Alexandre Agra Belmonte, que muito me honra com a sua presença; o desembargador presente aqui, o Desembargador Nelson Tomaz Braga, do meu Tribunal, do Tribunal Regional do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento os demais juízes presentes. Quero fazer um especial cumprimento ao Juiz Luiz Antonio Colussi, que é o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento os magistrados presentes, demais autoridades, servidores desta Casa, do Tribunal Regional do Trabalho presentes, nobres cidadãos e membros da imprensa.

Quero fazer um agradecimento especial aos Senadores que me receberam. Visitei, em audiência, quase todos, e tive o prazer de conversar. Fui muito bem recebido, de forma muito cortês. Então, quero fazer esse especial agradecimento.

Inicio minhas palavras, Sra. Presidente, confidenciando algumas convicções. Creio no direito e creio na justiça. Acreditar no direito e na justiça é ter assentado que o processo civilizatório nos permitiu viver em sociedade e em harmonia, que o direito visa ao bem comum, que serve ao interesse geral e tem aptidão de realizar os valores do homem. Creio que o direito é a instituição da razão, creio que o direito é capaz de garantir as liberdades, assegurar a igualdade e a paz social. Creio verdadeiramente nisso, e essa crença serviu-me de norte ao longo de toda a minha carreira como magistrado.

Não desconheço, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que a lei como a máxima expressão de um Estado de direito deve ser compreendida em duas importantes perspectivas. Há uma gestada pelo Parlamento em legítimo processo legiferante. A norma jurídica, como uma proposição prescritiva, traz em si um comando capaz de regular relações entre pessoas, relações intersubjetivas para manutenção da ordem social. Há aqui um elemento caracterizador, que é um fim, um objetivo a ser realizado, uma estratégia, um plano para determinado desiderato. A lei, mais especificamente, é um ato de vontade do legislador e, portanto, do Estado que contém um projeto de transformação, uma mudança social para garantir ou alcançar determinado fim. Visa a influenciar atitudes, regular as relações entre os homens e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o comportamento social em larga escala. A norma jurídica é um plano estratégico a conter uma visão de futuro.

Há duas. É de sua natureza ser abstrata e de aplicação geral. Passa-se, então, aos aplicadores do direito e, aqui, aos juízes a função de dar-lhe concretude. É que a norma, pelo seu grau de abstração, não é capaz de se apropriar de todos os elementos da vida, essa riqueza e essa complexidade do mundo. Logo, o aplicador do direito será chamado para, combatendo as lacunas da lei, resolver um problema jurídico posto; será chamado para interpretá-la para o caso concreto. Enfim, dar ao texto legal aquele sentido normativo que garantia o plano da norma, o seu projeto estratégico, dar a esse plano da lei o seu fim, mas sem desconsiderar as especificidades de cada caso e a tarefa última de resolver satisfatoriamente o conflito de interesse.

Nesses quase 30 anos, asseguro-lhes, ilustres Senadoras, ilustres Senadores, sempre tive a exata dimensão das minhas responsabilidades e do desafio de fazer justiça no caso concreto. Sim, porque o direito, como linguagem e representação e que se exterioriza em normas de conduta, tem um enorme desafio de, atendendo à complexidade do mundo, regular os fatos da vida.

Jamais desconsiderei que o direito está em constante transformação e que, para garantir sua justa composição e a justa composição de uma lide, não deveria menosprezar o fato de que ele, o direito, e ela, a lei, nunca podem estar isolados do contexto social no qual atuam.

Desde os bancos da academia, desejava a magistratura. Sempre quis ser juiz, procurei desenvolver as competências para tal e – preciso dizer – pautar-me pelo que denomino virtudes passivas de um juiz, que se manifestam na garantia da exata equidistância entre as partes, que se manifestam na observância do princípio do devido processo legal e da inércia da jurisdição.

Na certeza de que a legitimidade do Poder Judiciário se faz presente na adoção de uma argumentação jurídica racional, busquei dar a mais ampla fundamentação às minhas decisões, missão que não se revelou nada fácil diante do fenômeno da judicialização do cotidiano e, por essa razão, do elevado número de ações judiciais hoje submetidas ao Poder Judiciário. Falam em 80 milhões de ações judiciais. Já chegamos a 90 milhões de ações judiciais. Se considerarmos que, no mínimo, cada ação dessa tem dois atores – um autor e um réu –, chegaremos ao número de 160 milhões de litigantes. Será que o Brasil é um país de litigantes?

Os números revelam que na Justiça do Trabalho são ajuizadas, em média, quatro milhões de ações a cada ano. Em 2018, foram 4.321.842 ações. Mesmo que as estatísticas revelem que a Justiça do Trabalho julgue a cada ano mais de 100% dos números de casos que lhe são submetidos, ainda assim restaram, em 2018, 623.677 casos pendentes de julgamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa carga de trabalho, pelos números do CNJ, no ano de 2018, foi de 3.240 processos por magistrado em primeiro grau e 3.040 processos por magistrado em segundo grau. Tais números dão a exata dimensão da hercúlea tarefa de responder com celeridade, eficiência e qualidade às demandas que são submetidas ao Judiciário trabalhista, além do importante papel dessa justiça na pacificação dos conflitos sociais, a fim de que capital e trabalho possam contribuir harmonicamente para a prosperidade do País.

Passo agora a fazer um breve relato de minhas atividades profissionais. Após concluir a faculdade de Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1986, ingressei na magistratura em setembro de 1989, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Rio de Janeiro. Atuei como juiz substituto nas então Juntas de Conciliação e Julgamento de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e algumas da capital. Em fevereiro de 1992, fui promovido a juiz titular, assumindo a 3ª Vara da Junta de Conciliação e Julgamento de Nova Iguaçu.

Posteriormente, assumi a Junta de Conciliação e Julgamento da cidade de Macaé, em 1993, e Nilópolis, em 1994.

A partir de 1996, fui convocado para o Tribunal Regional do Trabalho em vários períodos, até ascender definitivamente ao Tribunal, ao segundo grau de jurisdição, em junho de 2003.

Esse foi um momento de emoção, coisas da vida, uma vez que meu acesso por antiguidade – diga-se de passagem: por antiguidade – deu-se exatamente para a cadeira antes ocupada pela Desembargadora Amélia Valadão, minha querida tia, que havia se aposentado. Juíza de escol, exemplo de magistrada, pela dedicação, pelo comprometimento com a judicatura e pelos seus altos saberes.

Foi com ela que praticamente me iniciei na Justiça do Trabalho, por volta dos meus dez anos de idade, sentado em um extenso banco de madeira, vendo a minha tia realizar audiências em uma das varas de trabalho.

Tia Amélia, como eu a chamo, serviu-me e ainda hoje me serve de inspiração e de exemplo. A ela rendo, então, minhas homenagens, como, aliás, devo render homenagens, se minha indicação nesta Casa for aprovada, à Ministra Maria de Assis Calsing, porque, igualmente, substituirei a digníssima Ministra, caso, efetivamente, V. Exas. aprovem o meu nome.

Mas, retomando, em 2005, coordenei, em conjunto com os Desembargadores Cesar Marques e Damir Vrcibradic, o pioneiro projeto de modernização no Tribunal, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Fizemos revisões de processos de trabalho, rotinas administrativas, e certificamos algumas varas pela norma ISO 9001, já naquela época, atendendo ao art. 37 da Constituição Federal, que passou a falar do princípio da eficiência administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, a partir desse momento, atuei em diversas iniciativas e projetos, integrando grupos de trabalho como de gestão do conhecimento, comitê de gestão de pessoas por competência...

Fui membro do Conselho Estratégico do Tribunal por vários anos, vindo finalmente a assumir a direção da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho, em março de 2003, ficando até janeiro de 2017, tendo a grata oportunidade de desenvolver projetos voltados à capacitação dos magistrados, nas exatas competências funcionais necessárias para a atividade, a fim de que, com essa capacitação, pudessem contribuir para uma prestação jurisdicional célere e de qualidade.

Participei ainda como presidente de bancas examinadoras de concurso e como presidente da comissão examinadora de prova de sentença do primeiro concurso público nacional unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, em 2017.

Minha formação acadêmica sempre foi voltada à minha atividade funcional, tendo concluído diversos cursos de formação ao longo desta carreira, procurando melhor me qualificar para os desafios da profissão, atuando com seriedade e comprometimento.

Termino aqui, Sra. Presidente, minha singela exposição de alguns fatos que julguei relevantes.

Desejo neste momento fazer um especial agradecimento àqueles que indiretamente e diretamente contribuíram para que eu pudesse realizar os meus sonhos, tornando a minha vida mais amena. Falo da minha família. Um especial agradecimento ao meu pai, Hélio, que infelizmente já não está entre nós; a minha mãe, Carminha, pessoas que me ensinaram a retidão de caráter e a ética; aos meus irmãos, Mônica e Leonardo; aos meus filhos, Henrique, Guilherme, Felipe e a pequena Clara, que me inspiram a cada dia; e a minha mulher, Pâmela, sempre ao meu lado, sempre presente, apoiando-me e encorajando-me a vencer desafios. A eles, minha eterna gratidão.

Submeto, assim, com humildade, meu nome a esta Comissão de Constituição e Justiça e, por derradeiro, ao Plenário desta honrada Casa, prontificando-me e comprometendo-me a sempre estar ao lado da justiça e do direito, a respeitar a Constituição e as leis da República, a pautar meus julgamentos pela técnica jurídica e pelos elementos objetivos que aflorarem nos autos, a portar-me com equilíbrio e responsabilidade, sabedor de que, ao prestar jurisdição, serei a face visível do Poder Judiciário e do Estado, tendo por missão, e nos exatos limites da minha competência funcional e naquilo que couber, ser partícipe e garantidor dos valores fundamentais da República Federativa do Brasil.

Por último, não desconheço os desafios que se farão presentes, mas acredito no trabalho sério, no trabalho comprometido e dedicado. É o que modestamente tenho a oferecer. Cito então frase atribuída a Jean Cocteau que me causa sempre bons sentimentos quando a pronuncio: "Não sabendo que era impossível, foi lá e fez". Sim, porque a par da genialidade da razão, é a vontade humana a força

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capaz de realizar e transformar o mundo. É o que nos distingue como homens, é o que me faz acreditar no futuro.

Agradeço, Sra. Presidente, e fico à disposição para as arguições que se fizerem necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Desembargador, que não só fez aqui o relato do seu histórico, do seu currículo, mas também acaba por nos dar uma aula de Direito.

Ficou muito para mim aquilo que também para nós, Desembargador, é o desafio dos novos tempos. V. Exa. mencionou o desafio de se fazer justiça. Para nós também aqui hoje é um desafio legislar, nós que somos responsáveis por esse aparato legal, repito, num momento tão complexo da nossa história, especialmente nessas dificuldades, repito, a respeito da relação homem-trabalho.

E quero aproveitar para agradecer a presença das autoridades novamente. Estamos aqui com o Ministro do TST Alexandre de Souza Belmonte, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que, nas palavras também do Desembargador, bem poderia se chamar Tribunal Superior da Cidadania, porque cidadania é o outro nome do trabalho. Diz o provérbio máximo que o trabalho dignifica o homem. Infelizmente essa dignidade, nesses novos tempos, nesses nossos tempos, encontra-se ameaçada diante de 40 milhões de brasileiros desalentados, subempregados ou desempregados. Este é o nosso desafio, o desafio compartilhado de todos nós.

Então, sem mais delongas, agradecendo também à nossa queridíssima e competente, atuante, aguerrida amiga, a Deputada Federal Soraya Santos, cumprimento as demais autoridades, e vamos, neste momento, passar à arguição.

Nós temos aqui, primeiro, a fala do Relator. Em seguida, já estão inscritos o Senador Flávio Bolsonaro e o Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente Senadora Simone Tebet, em primeiro lugar, quero agradecer a confiança da designação feita por V. Exa. para esta tarefa honrosa de relatar a indicação do Dr. Evandro Pereira Valadão Lopes para o TST, no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho; aos meus colegas Senadores; à minha colega querida, Deputada Federal Soraya Santos, 1ª Secretária da Câmara dos Deputados e 1ª Secretária da Mesa do Congresso Nacional, cargo que honrosamente pude ocupar, quando no cargo de Deputado Federal, no ano de 2010 – a ela os meus cumprimentos por ser a primeira mulher a ocupar esse cargo na Mesa do Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados –; e a todos que assistem neste momento aos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de ressaltar a dinâmica da sabatina proposta e feita pela Comissão de Constituição e Justiça, que tem uma característica interessante, Sra. Presidente, porque, no momento em que é feita a indicação e a indicação do Relator, nós percebemos que começa naquele instante uma sabatina constante, na visita do indicado aos gabinetes e, principalmente, na exposição pública de uma carreira dedicada à Justiça do Trabalho, às suas relações, à consolidação de um profissional muito bem conceituado e que, na nossa avaliação, colheu grandes resultados profissionais, institucionais e, principalmente, como homem honrado e grande profissional. Isso fica muito claro no instante em que a gente acompanha como Parlamentar o desenrolar da agenda da Comissão e de todo o trabalho de lermos a mensagem, conversas repetidas com diversos Parlamentares, e isso me deixa bastante tranquilo com relação ao relatório que expus, fidedigno a tudo que se apresentou desde o momento da mensagem do Presidente da República sobre sua indicação.

Portanto, eu pretendo, Presidente, fazer uma breve exposição sobre tudo o que analisamos sobre a indicação, ratificar neste momento a sua recomendação para a aprovação sem ressalvas, por tudo que foi vivido nestes últimos dias e por tudo que foi vivido nos últimos anos pelo nosso nobre indicado. Então, fica aqui a minha mais concreta consciência de que estamos levando ao Tribunal Superior do Trabalho um grande brasileiro, um profissional dedicado, de conduta ilibada e de saber jurídico reconhecido por todos os seus colegas e, principalmente, por aqueles que fazem parte da Justiça do Trabalho neste País.

Apenas para deixar registrado aquilo que pretende a Comissão e o Congresso Nacional e, principalmente, a forma como vem conduzindo os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça a Senadora Simone Tebet, reproduzo uma pergunta singela, mas que vem também de uma interatividade que tem o Senado Federal e esta Comissão com a população brasileira.

As perguntas encaminhas pelo e-Cidadania são uma oportunidade que o cidadão brasileiro tem, talvez até pela primeira vez, de se manifestar numa sabatina. É o que eu tenho entendido da gestão da Senadora Simone Tebet neste Parlamento e nesta Comissão de Constituição e Justiça.

São duas perguntas apenas da população, tendo em vista que tive oportunidade de fazer o relatório e ali esclarecer as minhas dúvidas e qualquer tipo de observação que fosse feita sobre seu currículo e sobre a indicação.

Nadine Mota, da Bahia, faz uma pergunta concreta, que aqui sintetizo: "Diante da reforma trabalhista, qual é o cenário para os trabalhadores informais?" A gente entende que não só a Justiça, mas também o Governo e a própria burocracia brasileira preparam um novo tipo de atividade trabalhista, um novo tipo de empresa, de empreendedor individual, de relações. Então, qual é a dimensão disso no dia a dia e qual é a repercussão esperada no dia a dia da Justiça do Trabalho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há perguntas aqui do Valdemagno da Silva, de Pernambuco. Entre as perguntas que faz, trago uma interessante, que é de conceito. Pergunta: "A que corrente V. Exa. se filia: o Direito do Trabalho é ramo do Direito Público ou do Direito Privado?" E pergunta ainda: "V. Exa. é favorável à Consolidação de Leis, como ocorre hoje, ou seria melhor um Código Trabalhista Brasileiro?"

Portanto, com essas perguntas, nobre Presidente, entendo que cumprimos aqui a capacidade que tem esta Comissão a partir de hoje de dar participação à população brasileira.

Desejo todas as felicitações e que o ambiente de trabalho no Brasil, através dessa indicação, mantenha crescente transparência e comunicação entre a Justiça do Trabalho e o empreendedor brasileiro, entre o trabalhador brasileiro e o ambiente de trabalho.

Sinto-me honrado de ter sido designado pela Senadora Simone Tebet para essa função e registro aqui, mais uma vez, a consciência absolutamente tranquila de ter feito a indicação pela aprovação, não pelo momento da designação, mas pela carreira que V. Exa. construiu ao longo desses anos todos. Foi uma honra ter cumprido a missão dada por nossa Presidente.

Felicitações.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Eduardo Gomes. Nós é que temos que agradecer o brilhante relatório de V. Exa., bem como a forma democrática com que V. Exa. compartilhou todas as informações do nosso candidato com os membros desta Comissão. Foi ágil, foi rápido. Pedimos celeridade e, antes de terminarmos a solicitação, V. Exa. já estava com o relatório pronto, numa demonstração de que não só como membro da Mesa Diretora nos orienta, mas também numa demonstração de que muitas vezes está à frente desta Presidência.

Passo a palavra, para suas considerações, ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos, à nossa Presidente, ao nosso indicado, quase Ministro, Dr. Evandro Valadão, a todos que nos assistem e nos ouvem.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Gomes pelo relatório, bastante objetivo, claro.

Na verdade, Presidente, quero apenas fazer uma saudação, desejar que Deus lhe dê muita sabedoria, Dr. Evandro, nas decisões que vá tomar. A gente sabe o processo complexo, difícil que o senhor atravessou para constar da lista de indicação à vaga do TST, conquistando também a confiança do Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que a Justiça do Trabalho tem um papel fundamental, como a Presidente Simone Tebet colocou, de amenizar essa grande enxurrada de ações, sempre buscando a segurança jurídica entre o empregado e empregador.

Algumas pessoas ainda insistem em ter um olhar para o empregador como se ele fosse alguém que explora uma mão de obra de forma injusta. Em qualquer Nação desenvolvida do mundo o raciocínio, a mentalidade não é essa. Óbvio que tem que haver um equilíbrio, mas sempre que pende mais para um lado ou para o outro, todos saem perdendo. Então, hoje ser empregador no Brasil é quase uma missão impossível. E é óbvio que a alta carga tributária, a burocracia, enfim, toda a complexa legislação também pesa, os encargos trabalhistas. E a cada vez que nós temos... Sou desta linha: quando se busca o consenso, o acordo, quando é bom para ambas as partes, é a melhor sinalização que nós podemos dar.

Nesse sentido, na linha do que o Senador Eduardo Gomes colocou, quando V. Exa. for fazer os comentários, dê um panorama para nós sobre a sua percepção da importância da reforma trabalhista, da preservação de direitos constitucionais dos trabalhadores. Ao contrário do que algumas narrativas tentam fazer crer, eles estão mantidos, mas sempre buscando dar mais segurança jurídica ao empregador para que ele tenha um ambiente favorável para empreender, a fim de que, em vez de pegar seus recursos e investir na especulação, por exemplo, ele invista em um negócio que gere emprego, que gere renda e que gere arrecadação para os entes públicos.

Sucesso para V. Exa.!

Não preciso nem falar que tem meu voto favorável aqui também.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Flávio Bolsonaro.

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Dr. Evandro Ferreira – eu queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, cumprimentar a Presidente Simone Tebet –, cumprimento V. Sa.

Eu tenho uma preocupação em função de o Brasil ter sido colocado na lista negra, ou na lista de países que não cumprem suas responsabilidades com os trabalhadores, pela OIT. A OIT, todos sabem, é uma organização internacional de grande importância, que cumpriu um papel contra a escravidão moderna e que tem estabelecido parâmetros que, de longe, são corporativos, mas são parâmetros que garantem a dignidade dos trabalhadores em todo o mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor vê essa negativa ou essa posição desconfortável do Brasil junto à OIT? Como o senhor a vê? E de que maneira a gente pode reverter isso, para que voltemos a ser um País elogiado, referência? Nós chegamos a ser referência no combate ao trabalho infantil, nós chegamos a ser referência no combate ao trabalho escravo no Brasil, nós fomos referência em todas essas áreas. Em apenas três anos, nós estamos nos transformando em párias internacionais quanto ao respeito aos trabalhadores de uma maneira geral. Queria saber a opinião de V. Sa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Próximo orador inscrito, Senador Fabiano Contarato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes, porém, pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar aqui o Relator. É que eu cheguei agoniado, Relator, perdoe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele quase perdeu a ordem de inscrição. Eu espichei o nome, quase coloquei um sobrenome a mais para que ele tivesse tempo de sentar e fazer a sua pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Parabéns, Relator.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado, irmão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Eu queria só saber de V. Exa., até por uma questão de reparação do meu atraso por conta de um acidente no Eixão, que alguns Senadores puderam até testemunhar agora há pouco, se é possível fazer a abertura do painel, dadas as atividades paralelas neste momento, Presidente, para garantirmos o quórum, se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acatando a sugestão do Relator, Senador Eduardo Gomes, esta Presidência solicita à Secretaria que já abra a urna para os Senadores que, inclusive, têm que... Porque hoje, excepcionalmente, nós estamos num horário extraordinário; consequentemente, temos cinco Comissões acontecendo concomitantemente. Eu peço, portanto, que abra a votação para as Sras. e os Srs. Senadores poderem votar enquanto a arguição continua.

Já está aberto. As Sras. e os Srs. Senadores que quiserem exercer o direito ao voto já podem se dirigir à cabine. Enquanto isso, com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Fabiano Contarato.

(Procede-se à votação.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos, Senadores e Senadoras, Deputada.

Inicialmente, quero parabenizar o relatório do Senador Eduardo Gomes; quero parabenizar o Desembargador Dr. Evandro, pessoa com a qual tive a oportunidade de manter contato. É do fundo do meu coração que eu digo, Dr. Evandro, que há pessoas que passam pela vida da gente que transmitem Deus no olhar, no falar, no tocar, no sentir, no se comportar. O senhor, pode ter certeza, dignifica muito a honrada classe dos seres humanos. Eu não falo nem no aspecto do profissional, porque isso já está por demais caracterizado pelo brilhantismo da sua conduta profissional como magistrado, como operador do Direito do Trabalho numa área tão sensível como é a Justiça do Trabalho, num momento tão delicado por que passa o Brasil, em que nós temos retrocessos, como a reforma trabalhista do Presidente Temer, que viola direitos.

Graças a Deus, o Supremo está aí para corrigir o ponto, por exemplo, de admitir que mulheres grávidas e lactantes trabalhem em locais insalubres. Pontos que eu reputo importantes, que antes rescisão de homologação de contrato de trabalho era feito pelas delegacias regionais do trabalho ou pelos sindicatos e agora o próprio empregador vai poder fazer. Pontos como terceirização de atividade-fim. E como fica isso?

Nós vamos criar duas categorias de profissionais exercendo a mesma função com salários flagrantemente diferentes. É para isso que o Tribunal Superior do Trabalho está como guardião da Constituição Federal, como guardião das garantias expressas no art. 7º da Constituição Federal.

Ouso dizer, não é minha área o Direito do Trabalho, mas a minha admiração pela Justiça do Trabalho é com a justiça mais humanizadora. É humanizar a dor, é se colocar na dor do mais frágil, porque não há que se falar em igualdade entre o empregador e o empregado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não há. O que há que se falar é em desigualdade, é em violação de direitos, é em sonegação de impostos, é usurpação, é redução à condição análoga de escravo, que inclusive é crime previsto no art. 149 do Código Penal, com pena de reclusão de dois a oito anos. É falar em condições subumanas. Trabalhadores que têm como essência do ser humano a dignidade que está no trabalho, têm seus direitos no trabalho constantemente violados.

Faço minhas as palavras do Senador Rogério, que acabou de se ausentar, com relação a configurar o Brasil na lista de violação dos direitos do trabalho.

A missão do senhor é grande, agora pode contar comigo humildemente como Senador, aqui representando o Estado do Espírito Santo, mas também o Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nenhum movimento que possa ser feito para acabar com a Justiça do Trabalho vai ser admitido por este Senador que está aqui se manifestando, porque a Justiça do Trabalho é a principal justiça em defesa do menos favorecido, que garante o caráter alimentar, que garante a não violação desses direitos consagrados tanto na CLT como no próprio art. 7º da Constituição Federal, da Constituição que se diz cidadã.

Então, quero aqui render as minhas homenagens à Justiça do Trabalho.

Aproveito para parabenizar também a Presidente do TRT do meu Estado, a Dra. Ana Paula Tauceda Branco, que também vem dignificando muito a Justiça do Trabalho no Estado do Espírito Santo.

Eu quero parabenizar o senhor e falar que eu não tenho pergunta, porque o comportamento do senhor fala muito mais do que qualquer palavra.

Aquilo que em São Paulo... Eu aqui tenho como premissa no meu comportamento como cidadão, independente de segmento religioso, eu tenho uma frase de que eu gosto muito: a minha religião é o amor, e o meu Deus é o outro. Eu acho que a sensibilidade de você se colocar na dor do outro, de se colocar no outro polo e entender que nós podemos, sim, mudar e termos, quem sabe, uma justiça, um verdadeiro Estado democrático mais justo, fraterno, igualitário. Quem sabe um dia teremos uma sociedade em que todos seremos iguais perante a lei, independente da raça, cor, etnia, religião, origem, pessoa com deficiência.

Parabéns! E que Deus o ilumine sempre.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fabiano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, nobre Dr. Evandro Pereira Valadão Lopes, Desembargador indicado ao Tribunal Superior do Trabalho, eu já tive oportunidade de conversar com o Dr. Evandro e conhecer um pouco da sua trajetória e da sua percepção em relação à Justiça do Trabalho, de sorte que quero fazer aqui alguns questionamentos apenas para dar oportunidade de V. Exa. expor à Comissão o que pensa acerca desses temas, que eu acho que são importantes.

Queria saber a visão do senhor acerca da tendência de teletrabalho no Brasil. Qual é a visão que o senhor tem a respeito disso?

Como enxerga a adoção de solução alternativa de conflitos trabalhistas, tais como a arbitragem, homologação de acordos extrajudiciais e liberdade de negociação entre patrão e empregado?

O que pensa quanto ao custo da mão de obra no Brasil, que, para muitos, tem relação com o dito custo Brasil?

Eu ia fazer um questionamento com relação aos sindicatos, mas isso já foi mencionado aqui. Apenas reforçando, em seu entender, qual é o papel dos sindicatos no Brasil? E essa situação dúbia que nós temos hoje? Nós temos uma reforma trabalhista que estabeleceu balizas com relação à contribuição sindical e temos questionamentos, ações judiciais que encaminham em um sentido diferente. Qual é a posição do senhor em relação a esse ponto e à previsão constitucional da liberdade de filiação, de escolha da categoria de representação?

Gostaria que o senhor falasse um pouquinho da sua visão sobre o impacto da reforma trabalhista na Justiça do Trabalho.

São apenas algumas ponderações.

No mais, cumprimento o Presidente da República pela indicação do nome de V. Exa. para compor o tribunal, que acho que acrescenta, com a sua experiência e com a sua forma de ver, de enxergar a Justiça do Trabalho, que tem um papel fundamental, um papel de destaque, mas que precisa se situar dentro do marco legal, do marco constitucional. Não pode ser uma justiça partidarizada, não pode ser uma justiça ideologizada; tem de ser uma justiça que atue dentro dos contornos constitucionais e legais. Não sendo assim, lamentavelmente, a gente acaba por ter uma justiça enfraquecida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que garante a força da justiça é justamente o cumprimento às leis e sobretudo à Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento V. Exa. pela indicação e faço votos de uma atuação exitosa, pelo bem dos trabalhadores e pelo bem do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Concedo a palavra ao Dr. Evando Pereira Valadão Lopes para responder ao nosso Senador Marcos Rogério.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Obrigado, Senadores, pelas perguntas e pela oportunidade de poder expor um pouco as minhas ideias e minhas convicções sobre esses temas.

Gostaria de agradecer, cumprimentando o Senador Eduardo Gomes por ter aceitado ser o Relator, o que muito me honrou.

No que toca à pergunta sobre os cenários para os informais – e aí poderia responder também às perguntas do Senador Marcos Rogério sobre os impactos da reforma trabalhista.

A reforma trabalhista, como eu havia mencionado no início da minha fala, o papel da lei... O papel da lei é uma aposta para o futuro. Ela tem uma expectativa de realização de um determinado cenário. Então, quando se fez a reforma trabalhista, a expectativa da lei trabalhava e trabalha, na minha opinião, podemos resumir, em três macrocenários.

Primeiro, aposta na autonomia da vontade. Então, na autonomia da vontade privada ou na autonomia privada da vontade e na autonomia privada coletiva. Num primeiro momento, dizendo que determinados atores, nas relações sociais, têm condições de estabelecer, dentro de um espaço jurídico, as normas que valerão para eles, e a CLT traz isso claro no art. 444, quando diz que o empregado, com nível universitário, recebendo até duas vezes o limite máximo do Regime Geral de Previdência Social, tem um espaço de negociação que os demais trabalhadores não teriam. E, aí, com referência ao art. 611-A, que fala que o negociado estaria, neste caso, superando o legislado, e o 611-B, que diz exatamente quais são os direitos que não podem ser desconsiderados, consagrou-se ali o princípio da autonomia privada da vontade.

No campo coletivo, autonomia privada coletiva, que é dando aos atores coletivos – sindicatos de empregados, sindicatos de empregadores, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresas – a possibilidade de negociar os direitos, as condições de trabalho a serem observadas para determinadas categorias ou para as categorias profissionais, e com a possibilidade de essas normas contratuais coletivas superarem ou desconsiderarem a norma estatal.

O segundo ponto é a questão da empregabilidade.

A reforma aposta num ambiente propício à empregabilidade, e ela faz isso de algumas formas: disciplinando determinados trabalhos ou formas de trabalho, como o trabalho em tempo parcial, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho intermitente, e faz isso também criando normas trabalhistas menos rígidas, mais flexíveis, menos analíticas – essa é a proposta da reforma – e, por isso, criando um ambiente propício à empregabilidade.

E o terceiro ponto, macrocenário, é o combate à alta litigiosidade, e a reforma faz isso criando requisitos para o ajuizamento da ação judicial, por exemplo, na necessidade de liquidação dos pedidos da petição inicial.

A petição inicial tem que vir líquida, com os valores a serem pretendidos pelo autor da ação, faz isso no regramento da Justiça gratuita, da assistência judiciária gratuita, limitando o campo de atuação desse instituto, e, com isso, ela pretende combater a litigiosidade aventureira. Essa é a proposta da reforma.

Claro que ela vem e traz alguns excessos; sem sombra de dúvida a lei traz alguns excessos, que já estão sendo debelados pelo Supremo Tribunal Federal em ações diretas de inconstitucionalidade. E aqui eu digo, por exemplo, a 5.794, que trata da assistência judiciária gratuita, com voto do Ministro Fachin, pela inconstitucionalidade do artigo que trata da necessidade do pagamento dos emolumentos para os trabalhadores que efetivamente tiverem o direito a assistência judiciária gratuita. Para se ter ideia, a norma diz o seguinte, que ele recebendo um crédito em outra reclamação trabalhista, aquele crédito servirá para o pagamento das custas, para os honorários periciais. E o Ministro Fachin, no seu voto – ele foi o relator –, disse que isso seria inconstitucional. Há um voto do Ministro Barroso dizendo que é possível, desde que se respeitem 30% das verbas de natureza salarial que o trabalhador receba, que o autor receba, podendo, todavia, ser cobrado das verbas que não têm natureza salarial integralmente. Então nós notamos que o Supremo Tribunal Federal já tem uma tendência de criar um limitador para essa norma.

E temos também a ADI 5.638 – não sei se o número é esse, me perdoem –, de relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, essa já encerrada, já decidida, que declarou a inconstitucionalidade do artigo da CLT que permitia o trabalho da gestante e da lactante. Também o Supremo Tribunal Federal e o juízo de ponderação disse que essa norma especificamente seria inconstitucional. Então, é claro que há excessos.

Agora, o Direito é um sistema, como outros sistemas, com elementos interdependentes que se inter-relacionam para uma determinada função, para um determinado objetivo, e tem que conviver e sofre reflexo de outros sistemas. E aí eu falo especificamente da economia. Então me perguntam qual é o impacto da reforma no ambiente de trabalho. Podem não acreditar em mim, mas um ano e nove meses, um ano e sete meses é pouco para se ter um juízo certo, aprofundado e certeiro dos impactos da reforma trabalhista no cenário de ambiente de trabalho, porque a norma precisa ser assimilada, precisa ser interiorizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há um dado relevante de que no Brasil, se eu não estiver errado, 70% da mão de obra empregada está nas micro, pequenas e médias empresas. Então, são empresas que não têm um corpo jurídico para a orientação de que é possível contratar o trabalhador intermitente, sobre a forma como esse trabalhador intermitente pode ser contratado, como é possível contratar a tempo parcial. Então, penso eu que ainda estamos num cenário de exame e de verificação dos impactos da reforma. Há ainda a economia. No cenário de crise como vivemos, isso é inegável, também isso influencia para a verificação de um impacto minimamente positivo na empregabilidade.

No que toca à Justiça do Trabalho especificamente, houve, sim, uma redução do ajuizamento de ações trabalhistas, e a ordem é de 35% em média nas ações trabalhistas em primeiro grau. Então, a reforma de fato trouxe esse impacto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – ... na diminuição das ações trabalhistas de primeiro grau.

No que toca à corrente, se de direito público ou de direito privado, o Direito do Trabalho é um ramo do direito privado. Embora ele tenha normas de interesse público e normas que regulam questões como saúde, como segurança, é um ramo do direito privado.

No que toca à pergunta sobre um código do trabalho, eu particularmente não gosto dessa ideia. Acho desnecessário um código do trabalho, porque as relações hoje na vida são muito dinâmicas, e as transformações acontecem de forma muito rápida. Então, não sei se seria interessante hoje um código do trabalho. Ele seria aprovado hoje, e amanhã já haveria necessidade de uma alteração de uma ou duas normas relacionadas a esse código. Então, não me anima a ideia de um código do trabalho.

Quanto à questão da lista de violação dos direitos fundamentais do trabalho existente na Organização Internacional do Trabalho, eu particularmente penso – sempre fui muito sincero, transparente nas minhas manifestações – que ainda é cedo para dizer que o Brasil merece entrar numa lista dessa, Senador. Acho ainda cedo, afinal de contas, nós temos um efetivo combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, temos leis a respeito desse assunto, inclusive com tipificação criminal para o trabalho escravo. O Senador Fabiano Contarato aqui deixou isso claro: reclusão de dois a oito anos. A questão que me parece mais séria e que leva a OIT a investigar o Brasil nesse caso é no que se refere à prevalência do negociado sobre o legislado. Parece-me que, talvez, essa seja a questão, pensando que o negociado poderia fazer perecer direitos trabalhistas relacionados à dignidade do trabalhador, ao direito de personalidade. Mas isso, efetivamente, com a reforma não aconteceu. Temos um rol de direitos trabalhistas na Constituição, e esses foram respeitados pela CLT. Então, eu penso que talvez o Brasil não mereça estar nessa lista de violadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Judiciário também tem um papel importantíssimo. Se, efetivamente, no exame do caso concreto, houver a verificação de que direitos fundamentais estão sendo violados, o Poder Judiciário deve atuar – esse é o nosso papel – no caso concreto para poder fazer com que prevaleçam essas normas constitucionais relacionadas à dignidade do trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Evandro, eu pediria a V. Exa. que fosse mais conciso porque quero dar oportunidade a mais Senadores que querem se manifestar.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Sim, serei, mas V. Exa. sabe que, para um juiz, isto é um elogio: pedir para ser conciso! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Concedo a palavra ao Senador Veneziano. V. Exa. tem a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para interpelar convidado.) – Presidente, meus cumprimentos.

Bom-dia a V. Exa., bom dia aos demais companheiros e companheiras Senadores que vêm participar desta sabatina do Desembargador Evandro, que tive eu a oportunidade, como todos os demais, de recepcionar e, como todos os demais também, de recolher as melhores impressões, impressões que vão se confirmando nesses momentos que, por terem seus limites temporais, não nos dariam a condição de nos aprofundarmos, mas são suficientes para sabermos que estamos escolhendo um nome capacitado, um nome íntegro, um nome comprometido com a Justiça do Trabalho.

Quero saudar aqui o nosso companheiro Senador Eduardo Gomes por ter sido o responsável pela relatoria.

Vou ser direto, até porque sei que outros companheiros quererão falar um pouco, indagar-lhe sobre a sua futura atuação. Portanto, vou me ater a algumas observações.

Desembargador, tive oportunidade, aí me valendo das mesmas impressões, ou quase me valendo, igualmente, até porque temos alguns conceitos diferentes do meu companheiro Marcos Rogério.... Nós fomos Parlamentares na Câmara Federal, como o Presidente Jorginho Mello e outros que aqui estão e, quando fomos travar discussão em torno da reforma trabalhista, eu me opus a ela. E me opus a ela não por força de não conhecer a necessidade de alguns pontos que necessariamente precisavam ser revistos na CLT, mas por não concordar com a forma como ela foi proposta, consignada e, principalmente, porque me incomoda tremendamente, Senador Rogério, que hoje as discussões se deem de uma forma muito simplista, como foi simplista quando apresentada pelo governo anterior a proposta de reformar quase que por completo a CLT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que era dito, Desembargador? Que ou se fazia a reforma trabalhista ou não mais geraríamos postos de trabalho. Foi esse o discurso feito. Ninguém teve o cuidado de dizer: "Olha, vamos com calma, porque temos também que levar em consideração isso que V. Exa. bem mencionou: os quadros, as realidades econômicas".

Portanto, não foi correto, honesto para com a sociedade brasileira se dizer que a reforma, Jorginho, Presidente querido, iria resolver um problema que só tem aumentado. Nós temos mais de 13,5 milhões de cidadãos que não têm oportunidade de trabalho.

Eu ouvia, com o respeito que tenho a todos, o nobre Senador Flávio Bolsonaro dizer, que é outro discurso também que está sendo feito no Brasil... É querer dividi-lo entre os bons e os maus, é querer desconhecer que o capital não vive sem o trabalho e o trabalho não vive sem o capital. À época, se dizia: "Olha, nós precisamos olhar para os empreendedores" como se aqueles que estavam votando contra a reforma trabalhista não tivessem a preocupação de permitir novas condições empreendedoras, Senador Girão, Governador Anastasia. É a falta de equilíbrio, de moderação quando estamos a legislar. Então, o Senador Flávio Bolsonaro diz, e eu não discordo: "É difícil ser empresário no País". E eu diria: imagine ser empregado no nosso País! É muito mais difícil. É muito mais duro. Inclusive chegar à condução de um posto de trabalho. Acho que falta essa moderação.

Preocupa-me muito, indo diretamente não a arguições, mas eu gostaria de ouvir as suas percepções e aquilo que o senhor vai levar ao debate no Tribunal Superior do Trabalho, por exemplo: muitos falam da pertinência de se acabar com a Justiça do Trabalho, e V. Exa. sabe bem disso, até neste próprio Parlamento. Acaba-se com a Justiça do Trabalho para incorporá-la à Justiça Federal. Quais são as suas impressões acerca desse sentimento que ouvimos?

Também me preocupa o fato – e V. Exa., *en passant,* falava das questões de terceirizações, que foi uma abordagem feita pelo Senador Contarato – dessa licenciosidade de se estabelecer contratações para todas as atividades sem limite, atividades fim, atividades meio, o que tem permitido, principalmente àqueles gestores que não são dispostos ou não são afeitos a realizações de concursos públicos, uma festa de contratações de terceirizados, ou não? Isso é fato, isso é uma realidade, isso é a condução de muitos, do nível federal aos níveis estaduais e municipais, Senador Kajuru. Qual é também, gostaria de ouvir, a sua opinião a respeito?

Porque me preocupa muito quando ouvimos a determinação já consagrada de que o Governo Federal não está disposto a realizar concursos públicos e vai se arrimar nas mudanças que foram propostas pela reforma trabalhista de se fazer, permitida legalmente, contratação para todas as atividades, meio ou fim.

Portanto, eu queria cumprimentá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teria outras abordagens.

V. Exa. fala sobre a alta litigiosidade. Quando os defensores da reforma trabalhista vêm a público dizer: "Que bom! A reforma trabalhista já diminuiu consideravelmente o número excessivo da litigiosidade". Mas por quais razões essa litigiosidade caiu? Caiu porque houve um trabalho efetivo para desestimular aqueles que se imaginavam na condição de postulantes a um direito de não ir por força de um revés e esse revés ter repercussões financeiras sobre o seu bolso. É fato também.

Então, eu queria cumprimentá-lo mais uma vez, encerrando, Presidente Jorginho Mello. Fico muito feliz de ter votado como o colegiado, decerto, à unanimidade, com os votos de que V. Exa. tenha uma profícua passagem, mas com as preocupações relativas a esse ambiente, que é um ambiente que vê com certa hostilidade a Justiça do Trabalho, como viu com a hostilidade a ponto de extinguir o Ministério do Trabalho. Eu não via a necessidade ou pertinência da sua extinção.

Meus cumprimentos. Deus o abençoe nessa nova missão. (*Pausa.*)

Eu queria complementar, se me permitir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – É uma pergunta.

Quando ele fala da arbitragem, dos acordos extrajudiciais e da liberdade de negociação dos valores extrajudicialmente, eu, particularmente, Senador, acredito muito na mediação e na arbitragem. Eu acho que é um caminho. Assim como o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... também esses contendores precisam de diálogo. E eu falo isso porque o Direito, muitas vezes, ele não consegue representar a complexidade do mundo, da vida e dos fatos. Uma determinada pretensão, um direito a ser reclamado está inserido em um contexto que pode ir além desse próprio direito, dessa própria pretensão, e o Direito não consegue alcançar. A arbitragem ou a mediação – mais especificamente a mediação e a conciliação que a Justiça do Trabalho já faz – é um momento muito propício para isso, porque nós não estaríamos com as amarras de uma lei dura e inflexível, isso poderia sugerir a possibilidade de um acordo em que as partes envolvidas efetivamente produzissem um entendimento satisfatório para todos, levando em consideração aquelas questões em que o juiz, na sua função de julgar, de julgador, não poderia levar em consideração.

Então, eu acho fundamental o procedimento de jurisdição voluntária. Eu acredito nele, acho que é possível. É, na verdade, uma gestão pública de direito privado. Então, o juiz atua ali, ele pode atuar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente, impedindo determinados acordos que extrapolem, por exemplo, o direito à personalidade, à dignidade do trabalhador, mas é um momento importante, acho que a legislação trouxe um momento importante.

O outro ponto que queria também tratar é a importância dos sindicatos. Eu quero deixar bem claro que os sindicatos são atores importantíssimos, fundamentais para a melhoria das relações de trabalho para esse quadro. Não conheço experiência no mundo de uma legislação de trabalho que tenha dado certo sem um modelo sindical satisfatório, com o pluralismo sindical, com sindicatos fortes. A equação me parece que é esta: na medida em que o Estado se afasta da proteção dos núcleos de trabalhos sociais, os sindicatos têm de ser fortes para ocupar esses espaços.

Agora respondendo ao Senador Veneziano, no que toca à terceirização, já há uma decisão da ADI 324, Relator Ministro Barroso, Recurso Extraordinário 982 – não sei se é o número – do Ministro Fux em que restou decidido que é possível a terceirização de atividade fim. Então, já não se discute mais a possibilidade. Eu, como juiz, tenho de cumprir essa decisão. Mas é muito importante deixar claro que a lei atual, a lei que chamam de lei geral de terceirizações tem uma salvaguarda. Ela diz o seguinte: se o tomador de serviço não se atentar, não verificar a idoneidade econômica do prestador, ele responde por aqueles créditos trabalhistas violados. E o acórdão do Ministro Barroso também diz isso claramente: é possível a terceirização de atividade fim, mas, ao mesmo tempo, dizendo que os tomadores de serviço respondem pelos créditos trabalhistas violados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao nosso convidado.

Nós temos mais quatro oradores inscritos. Eu vou só pedir que os colegas fiquem no tempo. Eu vou dar a palavra a todos os nossos colegas Senadores, antes de passar a palavra final ao nosso convidado.

Na ordem, Senador Arolde; em seguida, Senador Mecias e Senador Telmário e, para finalizar, Senador Oriovisto.

Com a palavra, neste momento, o Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar convidado.) – Presidente, colegas Senadores e Senadoras, é um privilégio poder dar uma palavra, rápida que seja, neste momento em que nós estamos ouvindo as razões da indicação do Desembargador Evandro ao Tribunal Superior do Trabalho.

Ouvi atentamente o nosso Relator, Senador Eduardo Gomes, que foi bastante objetivo e nos trouxe o perfil simplificado, mas significativo do Desembargador.

Eu gostaria de fazer neste momento as seguintes considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realidade é que o mundo todo, mas em particular o Brasil vive uma transição muito acentuada na área das relações trabalhistas. Essa transição, essas mudanças já nos levaram a promulgar uma reforma trabalhista, a primeira naturalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – A primeira reforma buscando flexibilizar a legislação, a CLT, no sentido de acolher a realidade no momento que nós vivemos, momento este que é impulsionado pelo rápido desenvolvimento da tecnologia em todas as áreas transversalmente, alterando completamente as relações no trabalho.

É evidente que a tecnologia é acelerada, e as relações no trabalho, a legislação têm um processo mais lento. Então, nesse momento, passa a ocorrer, evidentemente e sempre, uma vacância legal. É nesse ponto que eu acho que a Justiça do Trabalho, em particular o Tribunal Superior do Trabalho terá um papel relevante, porque ele terá que suprir permanentemente essa vacância legal que naturalmente, pelo desenvolvimento tecnológico, será incluída.

Outra questão que vem ainda sobre tecnologia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... e que é realmente considerável é na mudança das necessidades de qualificação no trabalho em todas as áreas – profissionalmente, em todas as áreas. Com isso, a inteligência artificial, a comunicação com novas tecnologias de banda 5G, enfim, todos esses aparatos fazem com que cada vez mais o ser humano seja substituído pela máquina. Essa é uma realidade irreversível que tem de ser considerada e vai acentuar essa vacância legal na regulação, na regulamentação das relações do trabalho.

Essas questões tornam a Justiça do Trabalho, nesse momento de transição, extremamente importante, porque vão cair realmente nos tribunais regionais e principalmente no Tribunal Superior do Trabalho essas questões e esses conflitos.

Então, eu queria, justamente considerando o perfil que aqui foi exposto do nosso Desembargador Evandro, manifestar mais uma vez a minha alegria, porque sabemos que ele está preparado para neste momento fazer essas avaliações. Evidentemente, essas questões não são de fácil entendimento. Infelizmente, os nossos sindicatos, que deveriam ser de proa, buscando, dentro do cumprimento do seu compromisso pedagógico e educativo, procurar passar, orientar os trabalhadores no sentido desse novo momento, não o fazem, e a preocupação é a âncora do passado de privilégios, de estarem sempre nas tetas da República, que possa sustentá-los. O sindicato só será forte quando ele for organizado do seio da sociedade voluntariamente pelos trabalhadores. Esse será o sindicato forte e é o sindicato de que nós precisamos para fazer face a esta transição irremediável que nós estamos vivendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer essa oportunidade, Presidente Simone Tebet. Não vou fazer perguntas. Estou satisfeito já com os comentários que foram feitos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somos nós que agradecemos ao Senador Arolde.

Na ordem, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente...

Bom, primeiro, quero cumprimentar a todos os colegas Senadores e Senadoras, cumprimentar o Desembargador Evandro, cumprimentar o Relator e dizer, Desembargador Evandro: aqui se conhece quem é aprovado imediatamente, pelo Relator. E o Relator que emitiu o brilhante parecer sobre o nome de V. Exa. é um brilhante Senador do nosso querido Estado de Tocantins, Senador Eduardo Gomes, que certamente referenda o seu nome e merece, já de pronto, o nosso voto, o meu voto. Já fiz questão de votar, também em homenagem ao Senador que avaliza o seu nome, Senador Eduardo Gomes.

Eu quero fazer um comentário, apenas um comentário. Eu acho que existem extremos dos dois lados. Já se coloca de pronto que o empresário é o mau-caráter da história, que o empresário comete abusos, quando, na realidade, não é só o empresário que comete abusos. Eu já vi casos, no meu Estado inclusive. Vou citar um apenas. É apenas um comentário que eu quero fazer.

Já vi casos em que o empregado rouba o patrão, o patrão faz uma denúncia, o empregado confirma que roubou, na delegacia, o patrão o demite por justa causa, o empregado vai à Justiça do Trabalho e ganha a indenização. Já vi vários casos iguais a esse.

Agora, mais recentemente, recebi duas denúncias nesse sentido, lá no meu Estado de Roraima. O empregado roubou, confirmou na delegacia o roubo, mas, depois da demissão, ele foi à Justiça do Trabalho e foi indenizado. Ou seja: é Justiça do Trabalho ou é "Justiça do Trabalhador"?

Sei que V. Exa. tem feito um grande trabalho, terá a oportunidade de ser ministro do Tribunal Superior, e certamente verá com muita atenção os dois lados, para que o empresário tenha condições de gerar mais emprego neste País de tanta gente necessitada de trabalho.

Era só o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Mecias.

Na ordem de inscrição, Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, quero saudá-la pela condução do trabalho, sempre com muita eficiência e capacidade. Orgulha-nos a sua presença nesta Casa. Sabe disso.

Quero saudar a todos os demais Senadores e ao nosso sabatinado, Dr. Evandro, com quem tive a oportunidade de conversar.

Sem nenhuma dúvida, V. Exa. é orgânico. Já é um ponto positivo. Orgânico e de um Estado robusto. Então, V. Exa. tem uma experiência extremamente robusta, igual ao Estado, suficiente para esse cargo que V. Exa. se propõe a ocupar. Então, quero aqui parabenizá-lo.

Quando vi o currículo e tivemos oportunidade de conversar, eu disse a ele que você tinha conquistado o meu voto. E eu fiz questão de estar aqui até como suplente da minha Senadora, mas vim aqui fazer essa votação.

Mas, olhe, deixe-me lhe dizer uma coisa: quando o Presidente Temer fez aquela proposta da reforma trabalhista, inclusive eu era da base, e rompi com ele, porque eu entendi que ela tirava direitos, sim. Eu entendo que o conjunto, hoje, do ordenamento jurídico nosso, como bem disse V. Exa. – acho que foi aqui bem questionado –, no fundo protege o suficiente de expor o nosso País a qualquer intervenção internacional, porque nós temos um conjunto de leis que o protege.

Mas a CLT foi construída a duras penas, com muita luta, com passos pequenos, e algumas conquistas... Porque é assim mesmo. O Senador Mecias agora citava um exemplo, que naturalmente são exceções – eu entendo isso, que é exceção, porque quando uma pessoa furta, um empregado, o empregador, a lei mesmo diz que é passível dar justa causa. Talvez o empregador que não tenha aplicado a demissão dentro do que prevê a lei... Eu trabalhei em grandes empresas, e muitos servidores que cometiam delitos pegavam justa causa, recorriam e não tinham o direito, mas é fundamental esse braço da Justiça do Trabalho, porque ele pacífica essa prestação de conta. O trabalhador vende o serviço, o empregador compra o serviço, e ali há uma negociação. Às vezes aquele acordo formal não é cumprido, e aí é quando entra a Justiça do Trabalho, falando: "Não, faltou isso, coloca aquilo". Sem nenhuma dúvida, a Justiça do Trabalho é fundamental.

Aqui já outros Senadores que me antecederam fizeram a pergunta que eu achava interessante, se a reforma trabalhista ajudou ou não ajudou, e V. Exa. já explicou isso. Mas eu só tenho uma questão com relação a isso. Eu fico com medo às vezes até dessa reforma da previdência porque o Governo sabe colocar as coisas, e as próprias empresas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Só um minuto mais, minha Presidente. As próprias empresas colocam como se fosse a última Coca-Cola do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deserto, ou seja, se não aprovar, o Brasil afunda; se não aprovar, o Brasil quebra. E na reforma trabalhista isso foi usado maciçamente: "Ou se aprova a reforma trabalhista ou o Brasil quebra. E tem uma coisa: assim que aprovar, o emprego vem". E não veio, Senadora Simone. Nós estamos com quase 14 milhões de pessoas desempregadas. Então, às vezes nós temos que ter cuidado. É preciso a reforma da previdência? É. Tudo na vida é preciso, a gente faz reforma permanente, da saúde, de tudo, como também reforma trabalhista. Só que eu achei que ela foi muito profunda, mas que, paulatinamente, com a ajuda inclusive do Ministério do Trabalho, está se recuperando.

Eu quero desejar a V. Exa. felicidade, sucesso, e que toda essa experiência que V. Exa. teve como Juiz, como Desembargador, no TST V. Exa. vai ajudar muito mais agora, não é só o Rio de Janeiro, mas o Brasil. Sucesso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Telmário.

O último orador inscrito é o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, cumprimentando a senhora, cumprimento todos os demais colegas. E quero também cumprimentar o Desembargador Evandro, que eu tenho certeza será acolhido nessa entrevista com unanimidade dos votos.

Isso significa que respeito sua biografia e que já dei meu voto favorável.

Dr. Evandro, eu quero fazer uma pequena análise da Justiça do Trabalho para o senhor e ao final lhe fazer uma pergunta e lhe fazer um pedido.

A análise que faço se baseia em dados coletados do CNJ, o Conselho Nacional de Justiça.

Sra. Presidente, está difícil conseguir falar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Se a plateia me der um aparte eu continuo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Oriovisto, V. Exa. está com a palavra e só V. Exa. pode dar um aparte à plateia se assim o desejar. (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pois é. Eu também imaginava isso, mas os fatos me desmentiram. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou repor um minuto do seu tempo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Está bem, obrigado.

Dr. Evandro, como eu dizia, a Justiça do Trabalho custou aos cofres públicos 19,1 bilhões em 2017, 19,9 bilhões em 2018, e estão previstos para 2019 22,2 bilhões.

Segundo dados extraídos do Portal CNJ, em 2017 a Justiça do Trabalho contava com 3.658 magistrados, 40.712 servidores. Ainda segundo o CNJ, a despesa da Justiça do Trabalho é de R$88 por habitante, enquanto na Justiça Federal é de R$54, ou seja, a Justiça do Trabalho é 63% mais cara que a Justiça Federal.

Quanto aos indicadores de produtividade dos magistrados, temos a seguinte média: um magistrado da Justiça Estadual julga 1.940 processos por ano; um magistrado da Justiça Federal, 2 mil processos por ano; um magistrado da Justiça do Trabalho julga 1.328 processos, ou seja, o magistrado do trabalho produz apenas 66% daquilo que produz seu colega da Justiça Federal.

O CNJ nos informa ainda que, em 2017, a Justiça Estadual recebeu uma média de 1.598 novos processos por magistrado; a Justiça Federal, 1.817; já a Justiça do Trabalho, 938, ou seja, a Justiça Federal recebeu o dobro, 100% a mais de processos por magistrado.

Eu pergunto, Dr. Evandro... Com o advento da Lei 13.467, nós tivemos uma diminuição significativa de ingresso de processos nas varas trabalhistas: nós tivemos 1,726 milhão de reclamações trabalhistas contra 2,630 milhões no mesmo período do ano anterior – isso comparado o período de 2017 ao de 2018. A redução é tão significativa que deu à Justiça do Trabalho uma oportunidade para reduzir o acervo de processos antigos pendentes. Nós só vamos ter ideia exata desse processo no final... O ano de 2018 será o primeiro completo para o impacto da reforma trabalhista, portanto, não é demais prever que aquela baixa demanda da Justiça do Trabalho se mostrará ainda mais baixa nos próximos relatórios.

Nós vivemos, Dr. Evandro, um período em que eu considero uma prova de nacionalismo, uma prova de amor ao Brasil nós que estamos dentro do Estado fazermos com que o Estado pese menos para o cidadão brasileiro. Essa é uma obrigação de cada Parlamentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... quando pensarmos no custo do Congresso; essa é uma obrigação da Justiça Federal, da Justiça trabalhista; essa é uma obrigação de todos nós que estamos vivendo e fazendo a máquina estatal brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha pergunta para o senhor é: com vista a essa realidade nova, com vista a esses dados, o senhor tem alguma missão ou alguma ideia de como melhorar a produtividade ou abaixar o custo da nossa Justiça do Trabalho?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Oriovisto, esta Presidência comunica aos colegas que não há mais oradores inscritos. Portanto, está encerrada a inscrição.

Nós passaremos agora à resposta pelo candidato, que não só fará as suas considerações em relação aos comentários e perguntas, mas também fará sua consideração final.

Quero apenas esclarecer que nós já atingimos o quórum.

Passo a palavra neste momento ao nosso candidato para as respostas e suas considerações finais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, como eu tinha algumas perguntas a serem feitas e não fiz a inscrição, vou deixar por escrito à Mesa, para que o sabatinado possa responder...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos imensamente, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e agilizar também, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fica registrado em ata.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – (*Fora do microfone.*)

... ao Senador Oriovisto: Senador, V. Exa. já votou em mim, não é?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone*.) – Já.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Então posso dizer que discordo dos seus números. (*Risos.*)

Na verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Assim como os juízes, os tribunais superiores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Os números não são meus, são do CNJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... pode haver revisão de voto.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Então quero dizer que V. Exa. talvez tenha razão. (*Risos.*)

Mas, enfim, meus números sobre a produtividade dos juízes do trabalho não são esses. Imagino que eu devo estar certo, me perdoe, porque, na Justiça do Trabalho, hoje são ajuizadas 4 milhões de ações/ano, com uma pequena variação: 3,950 milhões, 4 milhões. A média é de 4 milhões de ações/ano. E os juízes do Trabalho têm uma produtividade acima de 100%, segundo números que eu tenho. Pode ser que eu esteja errado – já que V. Exa. pode rever o voto. Pode ser que eu esteja errado, mas os números que eu tenho, inclusive, em relação ao ano de 2018, são de 105%, quer dizer, nós julgamos 5% a mais do que o número de processos que entraram.

A Justiça do Trabalho tem 1.570 varas que atendem aos 5.570 Municípios do País. Em 2016, nós tivemos uma redução drástica e brutal no nosso orçamento. A LOA de 2016 trouxe uma brutal redução: 90% em investimento e 24%, 25% em custeio. Ter 90% de redução em investimento é dizer: "Vocês não vão investir em mais nada". Então, nós temos dificuldades com as despesas correntes, dificuldades com investimentos e dificuldades com projetos.

A Justiça do Trabalho, embora custe, em média, 19 bilhões/ano, ela paga, de direitos trabalhistas... Pagou, em 2018, 29 bilhões; algo em torno de 20 bilhões em 2017; e a média é de 18 a 20 bilhões de créditos trabalhistas. Nos últimos anos, foi muito acima de 20 bilhões.

A Justiça do Trabalho presta um serviço que tem valor intrínseco, porque a Justiça não pode ser medida pelo seu custo, ela representa muito mais. Como eu já disse aqui no início, a Justiça é o reconhecimento de que alcançamos um patamar civilizatório que nos permite viver em sociedade. Quando se delega a terceiro a resolução de conflitos para que você não o faça pelas próprias mãos, com violência física, ou violência moral, ou violência econômica. Então, a Justiça do Trabalho tem esse papel fundamental de resolução, de pacificação dos conflitos trabalhistas.

Os nossos números demonstram que, a partir de 2020, nós não teremos qualquer recurso para projeto; menos 10% em custeio, despesas correntes, a partir de 2019, menos 40% em 2020. Por isso, nós estamos trabalhando com redução de valores de aluguel, redução de conta de luz, conta de água. Nos Tribunais Regionais do Trabalho, às 5h30, desliga-se o ar-condicionado e os juízes e servidores passam a trabalhar sem ar-condicionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Senador, rapidamente, que estamos tentando fazer o nosso dever de casa para, reduzindo o custo, ajudar o País naquilo que nos compete.

Eu sei que o tempo é exíguo, mas eu aposto na Justiça do Trabalho, acredito na Justiça do Trabalho, acho que ela tem um relevante serviço ainda a prestar para um país e tamanhas desigualdades, como o nosso País.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sra. Presidente, eu não quero debater, apenas dizer ao Dr. Evandro o seguinte: em nenhum momento passou pela minha cabeça desmerecer o Judiciário...

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Claro.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... em nenhum momento passou pela minha cabeça dizer que a Justiça não é importante. Claro que isso é marco civilizatório.

Nossos números podem não coincidir. Eu rezo para que eu esteja errado, que não seja essa a fotografia. Mas quero dizer que eu não inventei esses números, eles estão todos no Portal do CNJ, foi de lá que eu os tirei. Minha sugestão é que o senhor entre em contato com o Portal do CNJ e corrija os números que estão lá, se é que eles estão errados.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Está certo.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – E, de qualquer forma, o apelo meu continua: precisamos, sim – a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e o Congresso Nacional –, procurar pesar menos aos bolsos dos brasileiros. Essa é uma missão de todos nós, não só sua. Por isso eu perguntei se o senhor tinha algum plano nesse sentido.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Ainda que não seja para indagar, eu tenho a pretensão aqui de procurar esclarecer. Os dados oficiais que eu colhi são de 3,9 milhões de ações em 2016. Em 2017 houve queda e em 2018 também houve queda.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De forma que esta evolução que torna todos os números confusos a ponto de a Justiça do Trabalho não saber informar qual é a nossa posição comparativa com outros países. Nós somos tradicionalmente os primeiros, porque o segundo colocado é a Alemanha, com 500 mil por ano. E nós, mesmo que estejamos com 2 milhões por ano, o que é provável... Pelos dados do TST, socorre-me aqui, em 2017, caiu para 2 milhões de ações e, em 2018, caiu para 1.287.208 ações ano a ano, ou seja ações novas. O que havia era um estoque de 2,5 milhões em 2017. Agora, para que fosse no período... Aqui não é anualizado, porque o de 2018 não está anualizado ainda.

Então, recorreu-se a uma estatística de janeiro a setembro para uniformizar os números.

É um dado até para prosseguir. Agora, há uma redução e eu acho que a pergunta do Senador Oriovisto em nada deprecia a Justiça do Trabalho, pelo contrário, engrandece a sua missão.

Eu só acrescento o seguinte: eu espero que em pouco tempo a Justiça do Trabalho serene interpretações em face da reforma trabalhista, dizendo que eu me orgulho de ter votado contra o dispositivo que facultava o trabalho de lactante e gestante, que agora foi considerado inconstitucional. Eu votei contra isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o candidato, para esclarecimentos.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Na verdade, os números... Efetivamente, há diferença de números entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, o CNJ... A metodologia, às vezes, de apuração é diferente. Por exemplo, casos novos podem significar também os recursos que são levados ao Tribunal Superior. Não quero polemizar sobre isso, porque também não tenho certeza se os meus números são os mais corretos.

Só para completar, Senador Oriovisto, que é um dado importante, e o senhor me dá oportunidade de esclarecer. Oitenta e quatro por cento... Agora estou até preocupado em falar em números... Mas 84% das nossas despesas são despesas de pessoal, e essas despesas não são passíveis de redução no curto prazo. Esse é um problema não só do Poder Judiciário como de todo o Estado brasileiro. A folha de pagamento é muito elevada, e isso dificulta o trabalho de redução de despesa, porque mais de 80% das nossas despesas se referem a pagamento de pessoal.

Eu quero agradecer a V. Exa. e dizer que entendi a pergunta, que V. Exa. efetivamente não desmerecia a Justiça do Trabalho. Foi uma oportunidade de discutir melhor esse assunto. Agradeço muito essa oportunidade.

Para encerrar, eu agradeço muito a oportunidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza da plateia. O Desembargador está na fase final das suas considerações. Agora vai fazer um agradecimento aos Senadores.

Eu peço silêncio para que todos nós possamos ouvir as considerações finais do Desembargador Evandro.

O SR. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES – Eu agradeço muito a presença de todos os senhores, a oportunidade que tive de conversar com todos os senhores e senhoras em audiência nos gabinetes.

Vi que a vida de um Senador não é fácil, que o trabalho é intenso. Surpreendi-me por essa grande movimentação e agitação que é o Senado Federal. Isso é bom para o Senado, é bom para o País, é bom para todos nós.

Faço um apelo que tenho certeza de que V. Exas. também fazem para a Justiça: que possamos juntos construir um Brasil melhor, digno e cheio de oportunidades para os brasileiros. Comprometo-me, dentro das minhas humildes funções constitucionais, a trabalhar para isso, para podermos criar um Brasil melhor para nós e para nossos filhos.

Muito obrigado pela atenção de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Desembargador Evandro.

Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se todos os Senadores titulares, uma vez que o quórum já foi alcançado, já exercerem o direito ao voto.

A Senadora Rose de Freitas está se encaminhando à votação. Assim que ela encerrar e exercer o seu direito ao voto, nós estaremos encerrando a votação e solicitando à Secretaria que proclame o resultado.

Mais uma vez, em nome de todos, gostaríamos de agradecer a presença do Desembargador e de todas as autoridades que se fazem aqui presentes do Poder Judiciário. Em nome do Ministro, mais uma vez, do Tribunal Superior do Trabalho, Dr. Alexandre Belmonte, cumprimento as autoridades que se fazem aqui presentes, e quero, de antemão, dizer ao Desembargador Evandro que, seja qual for o resultado – na realidade, essa formalidade que é uma sabatina ou uma arguição é muito mais do que o resultado da brilhante sabatina de V. Exa.; ela nada mais é do que um aval que esta Casa, e não só esta Comissão, dá às autoridades pelo seu histórico, pela sua trajetória profissional muito bem elogiada aqui não só pelo Relator, Senador Eduardo Gomes, mas também e em especial pelos Senadores do seu Estado, o Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Rose de Freitas já exerceu o seu direito a voto, e eu encerro, neste momento, a votação e solicito à Secretaria que possamos proclamar o resultado.

Vamos proclamar o resultado: por unanimidade, 26 votos confirmados, 25 votos SIM, está aprovada a indicação do Desembargador Evandro Lopes para ser membro titular do Tribunal Superior do Trabalho.

Portanto, vai ao Plenário a matéria.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, antes de encerrarmos os trabalhos, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Era só para pedir a quebra do interstício e que se aprovasse a urgência para enviarmos ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto o Plenário, diante da solicitação do Senador Weverton, se podemos aprovar a urgência da matéria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está aprovada.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Só para parabenizar o nosso agora Ministro, efetivamente, e pedir desculpas por não termos conversado pessoalmente, mas, sendo o Relator meu amigo, ele não me deu paz...

Portanto, quero parabenizá-lo e, democraticamente, pedir que o STJ esteja preparado para lutar a favor da PEC 209, por favor, porque abaixaram a guarda, a PEC já foi aprovada, é da nossa autoria, e sabe-se da importância que tem inclusive para rejuvenescer essas relações que são importantes e robustecer as decisões do STF, porque o STF não tem que estar envolvido em rinha de galo, em briga de condomínio. Ele tem de cumprir o seu papel constitucional.

Então, parabenizo V. Exa.

Esta Casa sempre agirá democraticamente quando o objetivo for nobre.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que, em dez minutos, iniciaremos a segunda parte ou novamente a reunião dos trabalhos para a pauta deliberativa.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e doze minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Eduardo Girão, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Confúcio Moura e Zenaide Maia. Usa da palavra a Senadora Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão e Tasso Jereissati. Justifica a ausência o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 18ª Reunião Extraordinária, 19ª Reunião Ordinária e 20ª Reunião Extraordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 27, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Senador Renan Calheiros. Relatório: Pronto para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 91, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 233, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 235, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fabiano Contarato. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 239, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre “a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 286, de 2019 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não Terminativo – que: "Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fabiano Contarato. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2019 – Não Terminativo – que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2019 – Não Terminativo – que: "Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com redação dada pelo Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, de 22 de maio de 2019 (edição 97, seção 1, pág.2)." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Contrário aos Projetos. Resultado: Rejeitado o relatório. A Presidência designa o Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator do Vencido. Observação: Aprovado Requerimento de urgência. ITEM 4 – Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 – Terminativo – que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Turno Suplementar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 672, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1161, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4°-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES) e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Proposta de Emenda à Constituição n° 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ) e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta e pela prejudicialidade da emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Proposta de Emenda à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição n° 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5° da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3° do art. 302 e no §2° do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 35, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro." Autoria: Senador Airton Sandoval (PMDB/SP). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal n° 93, de 1970 - Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda n° 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas n°s 2-CTFC-CAS, 4-CAS, 6-CAS; pela aprovação da Emenda n° 3-CAS, com a Subemenda que apresenta; pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CTFC-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei nº 1951, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 1414, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção de molestar, perseguir ou assediar alguém de maneira continuada ou episódica, com o uso de quaisquer meios." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 -Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto com doze emendas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 11. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 31, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2019. (Tramitam em conjunto os PDL'S nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332, de 2019)" Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza dos assessores, se puderem ocupar os seus lugares – assessoras e assessores –, para que nós possamos ter a bancada mais livre, para começarmos a reunião.

Agradeço.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 18ª e 20ª Reuniões Extraordinárias e da Ata da 19ª Reunião Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 18, e também fui comunicada pelo Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre, que ontem houve um acordo com vários Líderes de que nós estaremos incluindo um item extrapauta, já acordado, portanto, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017. Será o terceiro item da pauta.

Vamos ao primeiro item... Antes, ainda, passaremos à leitura, como é de praxe, do Ofício "S" nº 27, de 2019.

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 27, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra neste momento ao Senador Renan Calheiros, para proferir o seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Sra. Fernanda Marinela de Sousa Santos, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do *caput* e do inciso V do art. 130-A da Constituição Federal.

Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público serão nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais, dois devem ser advogados, indicados pelo Conselho Federal da OAB, competindo-lhes o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas, Senador Renan Calheiros.

Nós temos um orador, ele está fazendo a leitura de um ofício e seu relatório. Eu gostaria de pedir mais uma vez, e vai ser pela última vez, silêncio, por favor, para que nós possamos ouvir o Senador Renan Calheiros.

Com a palavra V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu agradeço a V. Exa.

Competindo-lhes o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, conforme determina a Carta de 1988.

Nos termos regimentais, Sra. Presidente, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 5º da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, a indicada encaminhou o seu *curriculum*, que rapidamente passamos a resumir.

A indicada é advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Alagoas (OAB/AL), desde 1997, com inscrição suplementar na Seccional do Distrito Federal (OAB/DF), sócia-fundadora do escritório Nicholas & Marinela Advogados Associados, tendo iniciado a carreira como funcionária da OAB, Seccional de São Paulo (OAB/SP), atuando na área de Direito Administrativo, no âmbito consultivo e contencioso nos órgãos judiciais e administrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os anos de 2012 e 2015, foi Conselheira Federal suplente da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada e integrante de comissões nacionais de Direito Administrativo e de Ensino Jurídico.

No período de 2016 a 2018, presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil de Alagoas e foi Coordenadora Adjunta do Colégio Nacional de Presidentes de OAB.

Atualmente, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é Conselheira Federal da OAB pelo Estado de Alagoas para o triênio 2019/2022, Coordenadora de Comunicação do Conselho Federal da OAB e Presidente e membro fundadora do Instituto Cultural para a Difusão do Conhecimento Jurídico (Injur).

Exerce o magistério, tendo ensinado, entre outros, em cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Faculdade ESAMC, em Maceió, em cursos de graduação da Faculdade de Direito de Maceió (CESMAC/CCJUR), na Fundação Escola do Ministério Público de Alagoas e na associação dessa entidade. E, desde 2003, é professora de Direito Administrativo do Instituto LFG e, a partir de 2007, Coordenadora Pedagógica de Pós-Graduação em Direito Público e sua Função Social junto ao Instituto LFG.

Também, Sra. Presidente, coordenou diversos cursos preparatórios para o exame da OAB e concursos públicos, atuando ainda como instrutora em cursos de capacitação no Senado Federal, Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de Contas dos Estados de Alagoas, do Mato Grosso do Sul e de Rondônia, bem como dos Tribunais Regionais Eleitoral do Amazonas e do Trabalho da Bahia.

É autora de obras jurídicas, destacando-se: *Direito Administrativo*, Editora Saraiva, já na 13ª edição; *Servidores Públicos*, Editora Impetus; e, em coautoria, *Lei Anticorrupção Comentada*, *Lei 8.112 em questões comentadas*, *Manual do Direito Homoafetivo*, todos pela Editora Saraiva, e *Prática Administrativa*, volumes I e II, Editora Premier, sendo, também, organizadora do *Vade-Mécum – Direito das Mulheres* e da *Advocacia Pública Estadual*, ambos pela Editora Fórum.

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Renan Calheiros e coloco, neste momento, em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Para discutir, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu aqui uso este momento também para corroborar o relatório apresentado pelo Senador Renan Calheiros.

A Dra. Fernanda Marinela é uma referência não apenas em Alagoas, mas no País inteiro, no que se refere à luta por cidadania, à luta por direitos. É uma professora renomada e preenche todos os requisitos necessários para ocupar esse importante cargo no Conselho Nacional do Ministério Público.

Além da sua atuação como professora, ela também já tem legados: já tem vários livros jurídicos que são estudados por diversos alunos pelo País inteiro.

Então, nós aqui estamos aqui, com certeza, fazendo jus, de uma maneira merecedora, à Dra. Fernanda Marinela.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo, continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, esta Presidência vai conceder automaticamente vista coletiva, ficando para reunião futura a arguição da candidata e sua votação.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 91, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador José Sarney (MDB/AP)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 12/06/2019, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Esperidião Amin (dependendo de relatório)

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório, lembrando que há um acordo com todos os Senadores de que essa matéria será levada, se for aprovada nesta Comissão...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ainda hoje para...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não há acordo de todos os Senadores. O PSL não tem acordo, não, e nós não fomos consultados nisso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bem, de qualquer forma vamos, portanto, se é dessa forma...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Nós vamos pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da medida provisória do rito?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vamos...

Não havendo o acordo, vamos ouvir, neste momento... Eu fui comunicada ontem à noite por alguns colegas e pelo Presidente da Casa.

Vamos ouvir neste momento, então, o Senador Antonio Anastasia, para a leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eu agradeço a V. Exa. e cumprimento a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, o relatório é muito longo. Então, eu vou me permitir... Já que há anúncio de vista e, então, teremos ainda mais tempo para sua apreciação – e pelo adiantado da hora –, eu vou me permitir tão somente fazer uma breve introdução e reiterar que essa matéria, talvez, seja uma das mais momentosas nesta Casa no correr desta Legislatura.

Na realidade, essa PEC, tão somente para lembrar, decorre de uma iniciativa de alguns anos atrás, de autoria do então Presidente, Senador José Sarney. Ela foi aprovada aqui em 2011, e a matéria foi encaminhada à Câmara. E, resultado de uma convergência entre os Presidentes das duas Casas, a matéria foi colocada em votação na Câmara, tendo em vista que, nos últimos meses, nós, no Senado, fomos premidos por prazos extremamente exíguos, e até inexistentes em alguns casos, para a apreciação de medidas provisórias aprovadas na Câmara dos Deputados.

O texto aprovado, felizmente, divide de maneira matemática o tempo entre a Comissão, a Câmara e o Senado e prevê também o retorno, se houver alguma alteração pelo Senado. Então, desse modo, num primeiro momento, houve o atendimento pleno daquele desejo do Senado – e eu tenho certeza de que da própria Câmara – de estabelecer um ritual que desse prazos suficientes para que cada etapa pudesse ser cumprida, sob pena de nós termos, de fato, ao final, uma situação mais delicada.

A alteração que eu fiz, Sra. Presidente, que talvez seja o mais relevante a ser aqui objeto de indagação e de eventual debate, envolve exatamente alguns ajustes de redação, e eu tomaria a liberdade – são só duas páginas – de fazer a leitura dessas alterações.

Primeiro, eu queria relembrar que, pelo art. 118 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, emenda de redação é aquela “que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto”. E me parece que, de fato, houve um lapso manifesto em relação ao papel da comissão mista prevista no §9º do art. 62 da Constituição, porque, no inciso I que se pretende inserir no §3º do art. 62, cita-se que o colegiado deverá apreciar as medidas provisórias – eu peço atenção ao verbo "apreciar". Do ponto de vista da técnica legislativa, contudo, essa alteração não se sustenta, por dois motivos.

Em primeiro lugar, porque a comissão mista não aprecia as medidas provisórias, aprovando-as ou rejeitando-as, mas apenas as examina e emite parecer, nos termos do §9º do art. 62. A utilização do novo termo para se referir ao papel da comissão, além de poder induzir a equívocos – e peca contra o aspecto da precisão normativa –, contraria os mandamentos da Legística Formal, nos termos da Lei Complementar 95, de 1998.

E, ainda, em segundo lugar, o estabelecimento de prazo para que este Colegiado se manifeste deve ocorrer no dispositivo que já trata da comissão mista, ou seja, o próprio §9º. Não faz sentido inserir referência à comissão mista no §3º – que atualmente não trata dela – e deixar intocado o §9º,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já trata do tema. Portanto, mais uma vez, peca-se contra a sistematicidade do texto normativo, uma das principais diretrizes de técnica legislativa, motivo para emenda de redação.

Igualmente, é preciso desmembrar os diversos prazos estabelecidos no §6º em incisos, para atender ao que determina também a alínea "d" do inciso III do art. 11 da citada lei complementar de técnica legislativa – Lei Complementar nº 95, de 1998.

Da mesma forma, é importante substituir referências a dias feitas em algarismos, para que sejam feitas por extenso.

E, finalmente, faz-se necessário corrigir o lapso manifesto da redação do atual inciso IV do §3º (renumerado para inciso III), que obriga que as emendas do Senado Federal sejam aprovadas pela Câmara dos Deputados. Ora, a Câmara não tem obrigação de aprovar as modificações do Senado; tem o dever, isso sim, de as apreciá-las no prazo constitucional, motivo pelo qual estamos sugerindo a mudança do verbo, a fim de corrigir tal lapso.

Para corrigir esses erros, a meu juízo, de técnica legislativa e lapsos manifestos, estamos apresentando emenda de redação, com a finalidade de:

(i) deslocar a previsão do prazo para a comissão mista, do inciso I do §3º para o §9º, com a necessária renumeração e adaptação dos demais incisos;

(ii) em virtude disso, corrigir a remissão aos incisos no §6º, no §9º e no §4º;

(iii) desmembrar o §6º em três incisos;

(iv) alterar as referências a dias, de algarismos para citação por extenso; e

(v) modificar o verbo que trata da análise das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados de “aprovar” para “apreciar”.

Antes da conclusão do voto, Sra. Presidente, tão somente para esclarecer, na proposta, com a emenda de redação que fiz, assim ficaria, de modo claro: uma vez editada a medida provisória, a comissão mista terá o prazo de 40 dias para o seu trabalho. Decorridos *in albis*, ou seja, em branco, esses 40 dias ou com o parecer, a matéria vai à Câmara, que terá também 40 dias para se manifestar. Se a Câmara não se manifestar em 40 dias, essa medida provisória será caduca, perderá o seu valor. Todavia, se a Câmara cumprir o seu prazo, ela virá para o Senado, que terá 30 dias para fazê-lo com o mesmo prazo fatal. E, depois, ainda mais dez dias para a possibilidade de que, com alterações do Senado, ela volte à Câmara dos Deputados.

São previstos também – nós não modificamos – prazos intermediários de dois dias úteis para a tramitação entre cada etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, basicamente, é como ficaria, caso vier a ser aprovada com essa emenda de redação.

Portanto, o voto, ante o exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 91, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com a citada emenda de redação.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Antonio Anastasia, coloco em discussão a matéria.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Com todo o esforço do Senador Anastasia, o inciso I ainda permanece dúbio, da forma como está no texto. Nós gostaríamos até de que pudéssemos haver a apreciação dele e que pudesse ficar: "aprovadas pela Câmara dos Deputados no prazo de 40 dias, contados do decurso do prazo previsto no §2º, ou no §9º, ou do segundo dia útil". É uma inversão no texto que tem pertinência quanto ao que nós estamos afirmando, para que não haja essa circunstância em que sequer se apreciam as medidas provisórias.

Quero dizer a V. Exa., como Líder do PSL, que não houve acordo nenhum ou não chamaram o PSL para acordo nenhum. Isso é um desrespeito. É como já foi mencionado aqui, em requerimento extrapauta de que nós não temos conhecimento, em relação a abuso de autoridade. E essa desconsideração não é comigo, com um Parlamentar não: é com o partido como um todo, com os quatro Senadores.

Então, quero manifestar e deixar muito bem claro que não se trata de intransigência, e sim, simplesmente, de um pouco de respeito, o que nós não estamos tendo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É um direito de V. Exa., Senador Major Olimpio.

Eu apenas pergunto se V. Exa. vai confirmar o pedido de vista ou se a gente pode continuar a discussão.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu vou confirmar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai confirmar o pedido de vista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Se houver o acolhimento da emenda, nós vamos prosseguir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, podemos continuar um pouco a discussão, aí V. Exa....

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós poderíamos...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou só respondendo ao Senador Major Olimpio.

Nós continuaríamos a discussão – temos pelo menos dois oradores inscritos – e ouviríamos o Relator. Se V. Exa. se sentir contemplado... Ou, se não, V. Exa. se pronuncia ao final. Podemos fazer assim, apenas para não encerrarmos imediatamente o debate? Porque, com o pedido de vista, sou obrigada a encerrar a discussão.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu fico no aguardo da manifestação do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra, na ordem, Senador Esperidião Amin.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Inscrição, Sra. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, eu apresentei duas emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago aos...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eu vou me manifestar sobre elas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como eu não ouvi do meu querido amigo, a quem eu respeito – e tenho admiração por ele proclamada e prolatada várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes –, eu quero dizer que eu não posso entender como um acordo do Senado com a Câmara – do Senado, como foi propalado... Procurei respeitosamente o Senador Anastasia, na quinta-feira da semana passada, sem falar com ninguém. A minha ação é completamente autônoma em relação à preocupação do Major Olimpio. Nunca troquei palavra com o Major Olimpio sobre esse assunto. Mas eu sei que, quanto ao inciso I, eu não posso concordar com ele.

Naquele dia, o Senador Anastasia não me deu uma resposta. Então, apresentei as emendas. Ontem, depois de ter apresentado as emendas, telefonei para ele para dizer: "Olha, não é para contrariar, apenas para atualizar. Eu apresentei duas emendas que são alternativas para consertar o inciso I".

Em resumo, o texto que veio da Câmara... Eu gostaria que todos prestassem atenção.

Quem conhece um pouquinho a Casa sabe que a Câmara pode apreciar ou não apreciar; o Senado pode apreciar e pode não apreciar; agora, a comissão mista, senhores, é uma criação boa, mas ela pertence aos Líderes!

Nós estamos discutindo lá, com o Presidente do Senado, como é que se organiza a comissão mista desde fevereiro, e quem mais criou caso, fundamentadamente, com o meu aplauso, foi o Senador Eduardo Braga.

A comissão mista é da confiança dos Líderes. De acordo com o texto que veio da Câmara – vou concluir –, ela fica com o poder de vida e morte sobre a medida provisória. O que veio da Câmara diz assim: a comissão mista tem 40 dias para apreciar; se ela não apreciar, acabou a medida provisória. Deu para entender? Nós estaremos entregando o debate das medidas provisórias aos Líderes partidários, aos bons e aos não bons. Foram as comissões mistas que produziram os grandes jabutis – foram as comissões mistas que produziram os grandes jabutis. E o texto que veio da Câmara tem esse pecado. Na comissão mista não tranca a pauta de ninguém! Ela não delibera, acabou a medida provisória. É isso que veio da Câmara.

Eu quero dizer que eu voltarei contra. Posso ser voto isolado, mas eu votarei contra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Espere ouvir o Anastasia manifestar o seu voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei qual é o voto.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Ele disse que alterou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei que ele levou em consideração, mas eu tornei público e torno público por que eu apresentei. E gostaria, então, de ouvir o seguinte... Eu estou falando sobre o texto que veio da Câmara! É este que eu estou emendando.

Eu quero saber se eu estou errado no que eu estou afirmando: o que veio da Câmara dá poder de vida e morte... Ou melhor: de morte para a medida provisória à comissão mista.

Eu não posso votar, não posso aceitar isso, e não concordo que isso tenha sido feito por acaso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Eu pergunto se é realmente questão de ordem, só para que...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não. Eu pedi pela ordem. Não é questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – É que eu pedi a inscrição logo após o Senador Amin, várias vezes. Aí, recorri ao assistente de direção.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem, estão inscritos: Senador Amin, Senador Weverton, Senadora Rose e Senador Humberto.

Continua a questão pela ordem, Senadora Rose?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, porque eu queria ouvir o Relator, Presidente. Por quê? Eu presidi a Comissão de Orçamento. A bem da verdade, derrubar alguns paradigmas que são colocados nesses debates.

Com todo respeito que tenho pelo Senador Amin: lá, aqui ou em qualquer lugar, quando querem sentar em cima do projeto sentam, independentemente de ser comissão.

Eu presidi a Comissão Mista, é há prazo para se deliberar sobre matérias. Outra coisa: Líder é só Líder, mas a comissão mista vota como um todo. Se não houver votação e todos ou a maioria estiver de acordo, não é dessa maneira. Mas o Relator, parece-me, já antevendo essa situação de constrangimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não. Eu tenho certeza, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não foi antevendo. Eu falei com ele.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador Esperidião. Eu ouvi V. Exa.

Então, eu gostaria de ouvir o Relator, para ver se essa matéria já está vencida...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem toda razão, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... para que a gente não se debata sobre assuntos inócuos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou passar imediatamente a palavra para o Relator, que já me acenou que está pronto para analisar as duas emendas apresentadas pelo Senador Esperidião Amin. E, em seguida, passaremos, na ordem de inscrição, ao Senador Weverton, ao Senador Humberto e ao Senador Angelo Coronel.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente, eu queria fazer o pedido de vista em relação a essa proposta, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, vista concedida.

Estão suspensas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Conjunta. Minha também.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Vista conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva.

Mas, de qualquer forma, o Senador Anastasia foi citado, é o Relator ...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza dos colegas, apenas para que possamos o Relator em relação aos esclarecimentos que vão dar aquilo que foi discutido até agora nesta reunião.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro, eu não tenho nada contra o pedido de vista neste caso. Acho até que a matéria, pela sua complexidade, pela sua dimensão... E nós sabemos que uma alteração desse quilate modifica muito a questão dos procedimentos. Então, por uma semana, já que é vista coletiva, a matéria vai se adensar e vai ser mais discutida.

Eu, de fato, como li só o sumário – e peço perdão, Senadora –, acabei não me manifestando sobre as emendas apresentadas.

A emenda do Senador Amin, a meu juízo, teve parecer contrário porque foi acolhida integralmente. Por que motivo? Porque o inciso I, que é a preocupação maior de que ele me falou... E, juntamente com ele, outros Senadores também se manifestaram, naquele momento, contrários ao inciso I, em termos da sua redação, que é uma redação equivocada por lapso da Câmara... Nós estamos, na verdade, tirando o inciso I pelo parecer e colocando a comissão tão somente no §9º, sem caducidade. Não há caducidade na comissão.

Então, o temor colocado pelo Senador Amin, que é, parece-me, procedente está resolvido pela redação dada, na medida em que a própria redação que veio da Câmara cometia essa dúvida, porque usava, como eu disse aqui, a palavra "apreciar", e a palavra "apreciar" não é própria da comissão. A comissão não aprecia; a comissão instrui. Quem aprecia é a Câmara ou o Senado. A comissão instrui, faz o relatório, faz audiência pública, escuta quem quiser.

Então, o temor da decadência, da caducidade no inciso I não existe mais.

Mas, porventura, como a matéria, reitero e concordo, é de alta complexidade, pode ser que, em razão da minha emenda, surjam outras dúvidas. E pode acontecer. Então, não vejo nenhum problema em uma discussão.

Como o parecer foi de ontem para hoje, o parecer será mais discutido pelos pares.

E, nessa vista coletiva, estou às ordens para nós aprofundarmos a matéria, mas reitero que, de fato, o primeiro Senador que me fez o alerta foi o Senador Amin, secundado por vários outros. E essa preocupação, como se tratou de um lapso, reitero, e não de matéria no mérito, nós conseguimos resolver, com a supressão do inciso I.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço os esclarecimentos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu subscrevo o pedido de vista do Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva, agradecendo os esclarecimentos do Relator.

Item 3 da pauta.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – É só para fazer um apelo.

Nós reclamamos aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Cid Gomes está com a palavra. Eu peço, por favor...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... diariamente, diariamente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a gentileza de ouvir o colega.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Senador Humberto, nós reclamamos aqui diariamente, diariamente, que muitas matérias, principalmente essas que têm prazo, que é o caso da medida provisória, chegam ao Senado já sem prazo, para que o Senado possa analisar. Na hora em que se tem uma proposta que estabelece prazos e que, creio, as ponderações que foram feitas pelo Major Olímpio e pelo Senador Espiridião Amin podem ser acolhidas pelo Relator, eu sinceramente não vejo por que esta Casa deixar de votar, no momento em que há quórum.

De maneira que eu ponderaria e apelaria aos que solicitaram vista da matéria que, por gentileza, em nome de o Senado poder ter mais tempo para deliberar sobre medidas provisórias, abram mão, e a gente já tenha isso em vigor imediatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de uma emenda à Constituição, que não retornará, pelo meu entendimento, mais à Câmara, e será promulgada imediatamente. Acho que só quem se beneficia com isso é o Senado Federal. Portanto, protelá-la é algo que nos prejudica. Estamos atirando no nosso próprio pé.

É o apelo que faço, Sra. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria também fazer um apelo ao meu Líder, Humberto Costa, para que a gente pudesse votar essa matéria hoje, por tudo o que ela representa para todos nós, do Senado e da Câmara, porque a gente cria uma regra constitucional para esse assunto, para a tramitação das medidas provisórias.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, já que eu não vou mais falar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Não, já que eu não vou mais falar, porque haverá vista coletiva – estou vendo aí que não vai ser retirada... É só para registrar... É importante fazer este registro para o nosso querido Líder do PSL, Major Olimpio – nós fomos Deputados juntos: pelo menos o pouquinho que eu aprendi aqui nesta Casa é que oposição fala e Governo vota.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não, mas até hoje... Ainda é.

Então, hoje, não dá para se falar de falta de respeito na tratativa com o partido que comanda o País e está aqui, majoritariamente, na Casa, quando nós temos tido total respeito, principalmente ajudando a votar as matérias e fazendo com que a pauta ande.

Então, eu acredito que há, sim... E o principal sentimento dessa medida, cujo mérito vai ser discutido no momento correto, é, de verdade, termos um prazo. Se o nobre Relator Anastasia trouxesse para cá o relatório dele, dando um prazo, no mínimo, de dois dias para nós, já ganharíamos 100%, porque sempre tivemos um dia para votar essas medidas provisórias, principalmente as mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes. Então, se V. Exa. trouxesse para dois dias, já nos ajudaria, porque teríamos 48 horas. Imaginem para 40 dias...

Então, é um assunto necessário e que é o que todos querem na Casa, tanto da oposição quanto do Governo: tempo para discutir e para debater melhor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Peço uma oportunidade, porque fui citado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Major Olimpio, pela ordem.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – O aperfeiçoamento que nós queremos... Não adianta dar cem dias, se ela for morta pelo prazo que está na comissão mista. Se nós pegarmos a média de todas... Peguem a média de todas as medidas provisórias apresentadas nos últimos anos: elas cairiam todas, da forma em que está feito o texto do Senador Anastasia, simplesmente pela prática da vida.

Não estou falando do Governo agora. Eu sei o esforço que está sendo feito pelo País, eu reconheço... Tenho dito que, muitas vezes, não é a oposição que preocupa; são alguns aliados. Mas, neste momento, não cabe a discussão aqui.

Eu só posso agradecer a postura que tem tido a oposição, como quando houve, ontem, uma votação histórica do Congresso, em que a oposição fez um esforço pelo País. Não foi por partido ou para se posicionar de forma nenhuma.

Neste momento, gente, é simplesmente para que a gente possa adequar o texto, para não fazer uma coisa que vai deixar dúbia interpretação. E, pelos prazos que são colocados, do jeito que está o texto, em 40 dias, nenhuma das medidas provisórias que tramitaram e foram apreciadas, nos últimos anos... Do jeito que está ficando a regra, todas elas cairiam com a comissão mista.

O que nós estamos encarecendo é simplesmente a avaliação. Tenho certeza de que está na melhor mão do mundo para conduzir isso aí. É só para a gente fazer, que seja por uma semana, uma reunião extraordinária, essa vista, mas simplesmente para a gente fazer uma coisa que seja eficaz. É simplesmente isso. Não é nenhum braço de ferro não. É simplesmente para que a gente possa fazer alguma coisa que tenha significação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço a intervenção e manifestação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Esta Presidência apenas gostaria de esclarecer que o papel da Comissão de Constituição e Justiça é exatamente este, que nós possamos, por mais que haja unanimidade no conteúdo, no mérito da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria... Foi um pleito de quase duas décadas – portanto, de 20 anos – para que o Senado Federal deixe de ser, no que se refere a medidas provisórias – volto a repetir: no que se refere a medidas provisórias –, apenas uma mera segunda instância, o apêndice da Câmara dos Deputados, como mero carimbador de medidas provisórias em assuntos que são urgentes e relevantes.

Tendo em vista, portanto, que esse pleito é uma unanimidade de todos os Srs. e Sras. Senadores, eu entendo que estamos chegando a um bom termo. Temos unanimidade no mérito. Faltam alguns detalhes.

Eu gostaria de esclarecer que nem tudo está perdido no que se refere à urgência dessa matéria. A matéria – a PEC – consta na pauta, hoje, do Plenário. Obviamente, Senador Major Olimpio, deixando muito claro – aqui está muito claro e escrito – que está pendente de aprovação de requerimento de urgência, mas está na pauta do Senado Federal. Nada impede que, nestas duas horas, possa haver um acordo dos Líderes, recebendo, inclusive, sugestões – o Relator está aqui, acenando que está disposto a ouvir –, e possamos, portanto, votar requerimento de urgência em Plenário...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... se for o caso, ouvindo os Líderes, e aprovar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... diante desse encaminhamento de V. Exa., eu retiro o meu pedido de vista, para que, até a hora da sessão... (*Palmas.*)

Agora, encerramos a discussão aqui agora!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Encerramos a discussão...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se a discussão continuar aqui, eu peço novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não... Não há mais discussão. Eu já estou concluindo. Espero que V. Exa. não entenda a minha fala como uma fala no sentido de prolongar esse debate.

Agradeço imensamente ao Senador Humberto Costa. Como disse, já avançamos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Da mesma forma, em havendo a confirmação do ajuste do texto também...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do texto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não estamos pedindo vista para ter nada protelado, mas simplesmente para ter alguma coisa eficaz. Nós retiramos também.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Poderíamos aprovar o requerimento, portanto, de calendário especial em Plenário, se, até lá, tivermos a unanimidade do consenso...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não, esperem aí, eu não retirei ainda. Eu não retirei ainda.

Eu quero homenagear o Relator, por ter acolhido, com gênio e criatividade, o objeto das minhas duas emendas e do clamor de todos nós. Eu retiro, neste momento, o pedido de vista.

Aplausos, por favor. (*Risos.*) (*Palmas.*)

E vou examinar, com a percuciência que o Relator merece, se essa supressão do inciso I – essa é uma preocupação que eu tenho –, se isso pode ser considerado ou não emenda de redação. Eu tenho preocupação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço imensamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a minha única preocupação.

No mais, eu me sinto recompensado pela conversa que tivemos semana passada e pela aceitação do espírito das duas emendas que eu mesmo apresentei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço imensamente ao Senador Esperidião Amin, agradeço ao Senador Major Olimpio, ao Senador Humberto Costa...

Foi muito bem dito: não poderia estar em melhores mãos um consenso de todos nós, em relação à forma da medida provisória.

É mais do que urgente que o Senado resgate o seu papel de protagonista da sua própria história, no que se refere às matérias urgentes e relevantes para o País. E as medidas provisórias nada mais são do que isso, matérias trazidas pelo Executivo para o Congresso Nacional, para tratarmos de questões urgentes e relevantes.

Agradecendo, passamos imediatamente ao item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 233, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 235, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 238, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 239, DE 2019

- Não terminativo -

Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre "a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 286, DE 2019

- Não terminativo -

Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 287, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 332, DE 2019

- Não terminativo -

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com redação dada pelo Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, de 22 de maio de 2019 (edição 97, seção 1, pág.2).

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Contrário aos Projetos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só para concluir a leitura do item e já passo à questão de ordem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É sobre a pauta, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, sem dúvida, mas eu estou no meio da proclamação de um item da pauta.

Na realidade, essa tramitação conjunta trata dos PDLs que querem sustar o Decreto 9.785, de 7 de maio de 2019, e o Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019.

Observações: em 4 de junho de 2019, foram apresentados o voto em separado do Senador Veneziano Vital do Rêgo e o voto em separado do Senador Rogério Carvalho, favoráveis aos projetos; em 5 de junho, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais; em 12 de junho, foi apresentado voto em separado do Senador Marcos Rogério, contrário aos projetos.

Antes de conceder a palavra aos Relatores, para que possam fazer os seus votos em separado, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, a título de esclarecimento: se há pouco nós vimos aqui contemplada a posição do Senador Amin, que está no texto, em relação ao art. 1º do projeto, e, segundo, o Major Olimpio, tanto quanto o Senador Humberto Costa, os dois Senadores, retiraram o pedido de vista... O Amin continua... Senador...

Eu queria saber por que não deliberamos sobre a matéria. O Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque nós teremos essas duas horas, a pedido do Senador Amin, para construir o texto e levar direto para o Plenário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Construir outro texto além do que o Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, construir o consenso, para levarmos direto ao Plenário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esclarecer ainda a dúvida do Senador Amin?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Que não foi esclarecida?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o relatório será feito em Plenário.

Concedo a palavra...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem! Aqui!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não estou relacionando a voz à pessoa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Aqui, Fabiano Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Fabiano Contarato com a palavra, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu também apresentei voto em separado, e a senhora não mencionou, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pergunto à Secretaria por que não chegou à Secretaria.

Nós temos aqui, neste momento – mas nada impede que cheguem mais a qualquer momento –, três votos em separado. Enquanto verificamos, Senador Fabiano, nós vamos conceder a palavra ao Senador Veneziano, esclarecendo que nós temos vários votos em separado. Eu peço a gentileza dos colegas para que, se puderem, abreviar, dentro do possível, sem prejuízo dos relatórios, porque, a princípio, nós temos três, com possibilidade de quatro votos em separado.

Passamos a palavra neste momento ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para proferir o seu voto em separado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, feita a leitura da ementa por V. Exa., Presidente, por força do seu pedido e, necessariamente, por entendermos que teremos pelos menos outros dois ou três votos aludindo aos seis PDLs, eu vou tentar dar uma dinamicidade à leitura, sem que percamos ou levemos os Srs. e Sras. Senadores à perda do conteúdo, que é a razão do nosso voto.

E pergunto a V. Exa. se posso ir diretamente à análise – e aos nossos companheiros Senadores –, lutando contra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Senhoras e senhores, passo à análise.

Do porte de arma de fogo.

Preliminarmente, é importante ressaltar que o *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) veda, como regra geral, o porte de arma de fogo em todo o Território nacional. Entretanto, em seus incisos são elencadas algumas categorias e entidades que poderão, em caráter excepcional, obter o porte de arma de fogo, segundo as regras estabelecidas no próprio Estatuto do Desarmamento.

Por sua vez, de forma completamente independente ao que dispõe o art. 6º, o Estatuto do Desarmamento, no art. 10, permite a concessão de autorização de porte de arma de fogo de uso permitido pela Polícia Federal, após a autorização do Sistema Nacional de Armas (Sinarm). Tal autorização poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada e dependerá de o requerente: i) demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ameaça à sua integridade física; ii) atender às exigências do art. 4º do Estatuto do Desarmamento; e iii) apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

Saliente-se que os arts. 6º e 10 do Estatuto do Desarmamento não se comunicam. Assim, as entidades e categorias previstas no *caput* do art. 6º não necessitam cumprir os requisitos previstos no §1º do art. 10, como, por exemplo, o de "efetiva necessidade". Por sua vez, a autorização de porte de arma de fogo do art. 10 poderá ser concedida para toda e qualquer pessoa, independentemente de estar elencada no rol do art. 6º, bastando, para tanto, cumprir os requisitos previstos no §1º do próprio art. 10.

Ademais, para algumas categorias previstas no art. 6º, como, por exemplo, os integrantes das Forças Armadas, é possibilitado o uso de arma de fogo de uso restrito. Por sua vez, a pessoa que pleitear o porte de arma de fogo nos termos do art. 10 somente poderá obter autorização para o porte de arma de uso permitido.

Passando, então, à análise do Decreto 9.785, de 2019, observamos que o porte de arma de fogo está regulamentado nos arts. 20 a 42, com destaque para o §3º do art. 20, por ser o dispositivo mais sensível, no que diz respeito à extrapolação do poder regulamentar.

O §3º do art. 20 da redação original do Decreto 9.785, de 2019, presumia, de forma absoluta, que as categorias elencadas no §3º do art. 30 do decreto cumpriam o requisito previsto no inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, que diz respeito à demonstração da, abro aspas, "efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física", fecho aspas.

Agora, com a redação dada pelo Decreto 9.797, de 2019, presume-se, também de forma absoluta, quais categorias profissionais podem ser consideradas como atividade profissional de risco e quando se está caracterizada a ameaça à integridade física.

No nosso entendimento, o Decreto 9.785, de 2019, permanece extrapolando o poder regulamentar, uma vez que, embora não seja presumida mais a efetiva necessidade, são presumidas as pessoas que podem ser consideradas enquadradas na atividade profissional de risco e na circunstância de ameaça à integridade física.

Conforme foi salientado na análise da redação original do decreto, o §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento exige que o pretendente ao porte de arma de fogo de uso permitido deve demonstrar, no caso concreto, a efetiva necessidade do porte em decorrência do exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física. Assim, a lei exige um exame individualizado, pela Polícia Federal, do pleiteante à autorização de arma de fogo de uso permitido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se não fosse assim, o decreto poderia contemplar qualquer pessoa, entidade ou categoria, presumindo, de forma absoluta, que ela necessitaria do porte de arma de fogo para o exercício da sua atividade profissional ou para a defesa da sua integridade física.

Como vimos, esse não foi o escopo do Estatuto do Desarmamento. Como o próprio nome dado ao diploma legal diz, o objetivo do estatuto foi o de desarmar a população, vedando o porte de arma de fogo em todo o Território nacional. Por exceção, foram elencadas, de forma estrita, algumas categorias, pessoas ou entidades que poderiam obter o porte de arma referido.

Temos que o Estatuto do Desarmamento foi bem claro ao exigir que, para a concessão da autorização de porte de arma de fogo de uso permitido, o requerente deverá, entre outros requisitos, abro aspas, “demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física”, fecho aspas.

A redação do artigo legal não dá margem a dúvida, razão pela qual repisamos seu texto: "Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o Território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm".

E, aí, V. Exas. podem acompanhar, à frente dos seus monitores.

Destoando do regramento legal, o §3º do art. 20 do Decreto nº 9.785, de 2019, dispõe, segundo a redação dada pelo Decreto 9.797, de 2019... Fazemos toda a transcrição, que também pode ser acompanhada por V. Exas.

E vamos adiante.

Entre as categorias elencadas, verificamos que algumas delas não necessitariam comprovar o requisito previsto no inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, nos termos do art. 6º da lei. São citados pelo decreto os agentes públicos da área de segurança pública, da Agência Brasileira de Inteligência e da administração penitenciária.

No que se refere ao agente público da área de segurança pública, o estatuto elenca apenas os integrantes dos órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* da Constituição Federal, os da Força Nacional de Segurança Pública e os integrantes das Guardas Municipais, conforme liminar concedida, na medida cautelar, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.948.

Aos agentes públicos da Agência Brasileira de Inteligência, o Estatuto do Desarmamento menciona apenas os agentes operacionais, e não todo e qualquer funcionário do referido órgão.

Aos agentes públicos da administração penitenciária, o Estatuto elenca apenas os agentes e guardas prisionais e os integrantes de escoltas de presos, e não todo e qualquer funcionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vê-se, então, claramente, que o decreto é, nesses pontos, exorbitante, ampliando os servidores habilitados a portar armas naqueles órgãos.

É importante salientar, mais uma vez, que apenas os agentes públicos que estão expressamente elencados no art. 6º do Estatuto do Desarmamento não necessitam, para obter o porte de arma de fogo, de comprovar o requisito de "efetiva necessidade", por exercer "atividade profissional de risco" – como sabido –, previsto no inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento.

Ademais, verifica-se que o decreto estende a possibilidade de obtenção do porte de arma de fogo aos agentes públicos "inativos". Ocorre que, em nenhum de seus dispositivos, o estatuto referido confere o porte de arma de fogo a qualquer funcionário público inativo. Mesmo aqueles que podem portar arma de fogo fora do serviço, como os previstos nos incisos I, II, III, V e VI do caput do art. 6º do Estatuto, devem ser funcionários que estejam em atividade.

Ressalte-se que, no caso dos militares, a Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), confere o porte de arma de fogo – abre aspas – "quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo caso de inatividade por alienação mental ou condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconselhem aquele porte". Dispositivo idêntico consta no art. 50, inciso IV, alínea "p", da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal).

Entretanto, no Estatuto do Desarmamento, que é o diploma legal que o decreto procura regulamentar – e não está fazendo –, não há qualquer previsão para o porte de arma de fogo de servidores públicos inativos.

Veja-se que não se critica aqui o mérito e a razão das escolhas administrativas presentes no decreto. Com efeito, é possível vislumbrar a necessidade do porte de arma por aqueles agentes públicos, mesmo na inatividade, para sua defesa pessoal. Todavia, senhores e senhoras, apenas alertamos que o porte de arma de fogo para inativos não está previsto no Estatuto do Desarmamento.

O decreto elenca ainda diversas categorias que não são autorizadas pelo Estatuto do Desarmamento a portar arma de fogo sem a comprovação do requisito da "efetiva necessidade", por ser presumido o "exercício de atividade profissional de risco".

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Vou continuando, Presidente.

São elas: o instrutor de tiro ou armeiro credenciado pela Polícia Federal; o agente público do sistema socioeducativo; o agente público que exerça atividade com poder de polícia administrativa ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de correição em caráter permanente; o policial das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o detentor de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando no exercício do mandato – todos nós teremos, portanto –; o advogado; o oficial de justiça; o proprietário e os empregados de estabelecimento que comercialize armas de fogo ou de escolas de tiro; os dirigentes de clube de tiro; o profissional de imprensa que atue na cobertura policial; o conselheiro tutelar; o agente de trânsito; os motoristas de empresas e transportes autônomos de cargas.

O Decreto nº 9.797, de 2019, inclui ainda mais duas categorias na lista de atividades profissionais de risco, nos termos do art. 20, §3º: o guarda portuário e os integrantes do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que estejam efetivamente no exercício de funções de segurança.

O guarda portuário não precisaria constar dessa lista, uma vez que faz parte das categorias excepcionais que têm autorização.

Por sua vez, os integrantes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa, Senador Veneziano.

Eu vou pedir já para que, inclusive, os Senadores nos ajudem, para podermos esvaziar a plenária e deixarmos apenas um assessor por Senador. Eu peço a gentileza dos Senadores, para que nos ajudem nesse sentido.

Eu sei que o tema é complexo, o debate aqui vai ser acirrado, então, para evitar novas interrupções... Agora já são meio-dia, nós temos ainda uma longa pauta.

Eu peço aos Senadores que vejam qual é o assessor mais importante para permanecer ao seu lado. E aos demais eu peço, gentilmente, que se retirem desta reunião.

Continua o Senador Veneziano com a palavra. Eu peço apenas a V. Exa., dentro do prazo, que pudesse ir ao voto e aos esclarecimentos, para que nós possamos, assim que possível, começar os debates.

Peço novamente aos Senadores a compreensão, peço desculpa aos colegas, mas é a única forma que vamos ter de ter o bom debate e podermos contribuir com o Plenário do Senado, levando as matérias relevantes e importantes desta Comissão à votação dos 81 Senadores.

Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sra. Presidente, eu estou me exigindo ao máximo, aqui, entendendo o grau de ansiedade de todos os companheiros de poder já ir direto à discussão, mas fico com o receio de deixar lacunas, para que amanhã isso me seja questionado, e por força de ter feito uma leitura atabalhoada. Estou me esforçando ao máximo para dar a dinamicidade com a qual eu me comprometi.

Sendo assim, o decreto, ao presumir de forma absoluta, para algumas categorias, o "exercício de atividade profissional de risco" e a "ameaça à sua integridade física", extrapolou, no nosso entendimento, o exercício do poder regulamentar.

Nos termos do art. 9º do Estatuto do Desarmamento, compete ao Ministério da Justiça a concessão do registro e do porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores e caçadores, após autorização do Comando do Exército. No caso do caçador para subsistência, o §6º do art. 6º ainda estabelece que, se ele der outro uso à sua arma de fogo, responderá por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.

Sendo assim, nos termos do Estatuto do Desarmamento, os colecionadores e caçadores podem receber apenas porte de trânsito de arma de fogo, para transportar a arma de um local – por exemplo, uma loja – até o destino final. No caso do caçador para subsistência, o Estatuto do Desarmamento estabelece expressamente que, se for dado outro uso à arma que não seja a utilização para a caça de subsistência, ele responderá por porte ilegal de arma de fogo.

Com isso, no nosso entendimento – mais uma vez –, novamente o decreto extrapolou o poder regulamentar, ao conceder o porte de arma de fogo aos colecionadores e aos caçadores, presumindo, de forma absoluta, que eles cumprem o requisito de – abre aspas – "ameaça à sua integridade física" – fecha aspas –, nos termos do inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento. Inclusive, presumir que o colecionador de arma de fogo tem sua integridade física ameaçada soa completamente absurdo.

O art. 25 do decreto ainda prevê que será concedido o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de fogo portátil, de uso permitido, de tiro simples, com um ou dois canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16, desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual serão anexados os seguintes documentos: comprovante de residência, enfim... V. Exas. estão acompanhando?

Assim, mais uma vez, entendemos que o decreto exorbitou o poder regulamentar, ao não exigir do residente rural o requisito da idade superior a 25 anos de idade, bem como a comprovação, na prática, da efetiva necessidade e da dependência do emprego da arma de fogo para a subsistência alimentar familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Noutro giro, o decreto entende como cumprido o requisito da "efetiva necessidade", por exercer "atividade profissional de risco", previsto no inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... quando o requerente for proprietário ou empregado de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Nos termos do art. 7º do Estatuto, as armas de fogo utilizadas por empresas de segurança privada e de transporte de valores serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, somente podendo ser utilizadas quando em serviço.

Assim, o decreto, mais uma vez, extrapola o poder regulamentar ao presumir, de forma absoluta, que o proprietário ou o empregado de empresas de segurança e de transporte de valores cumprem o requisito de "efetiva necessidade", por "exercício de atividade profissional de risco", nos termos do inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento.

Ressalte-se que o revogado Decreto 5.123, de 1º de julho de 2004, que anteriormente regulamentava o Estatuto do Desarmamento, previa que a prática de tiro desportivo por menores de 18 anos deveria ser autorizada judicialmente.

No nosso entendimento, tanto o decreto antigo como o atual extrapolam a regulamentação do Estatuto do Desarmamento, uma vez que criam direito e obrigação não previstos no estatuto, mesmo que seja para suprir uma lacuna na legislação.

Redefinição do conceito de armas de fogo de uso permitido e de uso restrito.

Eu peço a V. Exa. que nós ultrapassemos esse item. É mais uma referência técnica sobre quais as armas, pelo decreto, poderiam ser utilizadas doravante. E passo, em seguida, ao terceiro parágrafo desse item.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Veneziano. Foram dados os dez minutos, e eu vou dar mais dois minutos para que V. Exa. possa concluir, porque eu quero dar o mesmo tempo para os outros dois Relatores. São dez minutos, mas eu vou dar mais dois minutos para que V. Exa. possa concluir.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Perfeito, Presidente. Vou tentar cumprir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que se deduz é que o decreto ao não observar o princípio da razoabilidade alterou profundamente o significado da lei, promovendo superlativamente a aquisição de armas de fogo pela população.

Ao conceituar como de uso permitido armas que eram consideradas de uso restrito, certas condutas delitivas que foram tipificadas como posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito passarão a configurar o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Por exemplo, condutas delitivas que foram praticadas com armas que anteriormente eram classificadas como de uso restrito passarão a ter tratamento mais brando.

Do número de armas de fogo que podem ser adquiridas.

Os §§ 8º e 10 do art. 9º do Decreto nº 9.785, de 2019, estabelecem a quantidade de armas de fogo.

Nós fazemos aqui a transcrição do art. 9º e passamos a fazer as menções.

Ou seja, além de promover uma reclassificação das armas de fogo, para tornar de uso permitido o que antes era de uso restrito, o decreto entra em conflito com o espírito do Estatuto do Desarmamento, autoriza a aquisição ilimitada de armas por uma mesma pessoa.

Aquisição de arma de fogo de uso restrito.

O *caput* do art. 27 do Estatuto do Desarmamento estabelece que "caberá ao Comando do Exército autorizar, excepcionalmente, a aquisição de armas de fogo de uso restrito".

O art. 11 do Decreto nº 9.785, de 2019, todavia, despreza o caráter de excepcionalidade exigido pela lei, principalmente ao permitir a aquisição de arma de fogo de uso restrito, indiscriminadamente, até por pessoas físicas, integrantes dos órgãos policiais e das demais entidades.

E fazemos a transcrição também do art.11.

Aliás, a lei não admite a aquisição de arma de fogo de uso restrito por particular, pois o art. 4º do Estatuto do Desarmamento, ao estabelecer os requisitos para aquisição de arma de fogo por qualquer interessado, apenas o faz em relação às armas de fogo de uso permitido.

No mesmo sentido, por correlação lógica, a importação de armas de fogo de uso restrito, acessórios e respectivas munições por pessoas físicas também não deve ser admitida.

Portanto, no nosso entendimento, há, nesses pontos, novamente extrapolação do poder regulamentar pelo Decreto nº 9.785, de 2019.

Quantidade de munições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu já estou encerrando, Presidente.

Peço a V. Exas. que façam as leituras devidas no art. 19, que se encontra no monitor.

Dessa análise, concluímos que os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.785, de 2019, extrapolam o poder regulamentar:

- art. 2º;

- art. 9º, §§ 8º, 10 e 11;

- art. 11, §3º;

- art. 19;

- art. 20, §§ 3º, 4º e 5º;

- art. 25;

- art. 35;

- art. 36, §6º; e

- art. 43.

Assim, a nosso ver, os dispositivos supramencionados são materialmente inconstitucionais por regulamentar norma editada pelo Parlamento em sentido precisamente oposto àquele significado que o legislador emprestou originariamente à lei. Ademais, são também formalmente inconstitucionais, porque estipulados pelo Poder Executivo, ente destituído de competência para inovar a legislação brasileira quanto à matéria, com clara extrapolação de sua competência normativa, que é sujeita e subordinada à lei.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332, todos de 2019.

Peço desculpas a V. Exas. se não pude fazer melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Veneziano Vital do Rêgo. V. Exa., como sempre, é atento. Nós é que pedimos desculpas. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em função do adiantado da hora e de outros votos em separado, nós tivemos que ser um pouco mais rigorosos em relação ao tempo.

Com a palavra, para proferir o seu voto em separado, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu quero parabenizar o Senador Veneziano pela completude do voto dele. E, portanto, eu vou ser sucinto.

Primeiro, o nosso relatório trata da inadequação do instrumento utilizado pelo Presidente da República para tratar do tema, que tem uma lei específica que define e regulamenta o tema. Portanto, o nosso relatório aponta a inconstitucionalidade ou a ilegalidade do ato do Presidente da República no que se refere à liberação do porte, à ampliação, à extensão do porte e da posse de armas, porque fere frontalmente o Estatuto do Desarmamento.

Na sequência, nós somos contra também o mérito da questão. Dados do Atlas da Violência de 2018 demonstram que 71% do total de homicídios no País – 63.880, segundo o Atlas da Violência publicado em 2018 – são cometidos com armas de fogo. Ainda assim, diversos especialistas apontam que o Estatuto do Desarmamento interrompeu a trajetória de crescimento deste dado, o que poderia representar um acréscimo de até 12% de mortes violentas no País. Nesse sentido, afirma o pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, David Marques.

A gravidade desse dado é incontestável à luz da análise de trabalhos publicados sob a coordenação do pesquisador do Ipea, Daniel Cerqueira, que revelam que o aumento de 1% de armas de fogo eleva em até 2% a taxa de homicídio no País.

E eu queria, para finalizar, dizer que não há que se falar de apoio popular à publicação desse decreto. Pesquisas já revelam que 61% da população é contra a posse de armas, sendo que houve aumento no percentual de pessoas que são favoráveis à restrição à posse de armas: enquanto, em outubro, 55% se disseram contra a posse de armas, no levantamento de dezembro, esse índice aumentou para 61%. Portanto, não há que se falar em apoio popular, não há que se falar em resultado eleitoral para justificar o atropelo da lei e o desrespeito ao papel deste Parlamento, que é quem tem a responsabilidade de analisar proposituras do Executivo e, assim, de forma compartilhada, tomar decisões sobre o assunto.

Da mesma forma, 13 Governadores de Estado e do Distrito Federal reunidos publicaram carta contra o mérito e a forma do debate sobre o decreto, que fere frontalmente o Estatuto do Desarmamento.

Por isso, Sra. Presidente, diante do exposto, submeto o presente voto em separado à apreciação dos pares desta Comissão, opinando pela aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 233, 235,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

238, 239, 286 e 287, todos de 2019, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa (e outros), Fabiano Contarato (e outro) e Eliziane Gama.

O voto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ante o exposto, o voto é pela aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332, todos de 2019, de autoria dos Senadores que já mencionei.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Rogério Carvalho. Agradeço, inclusive, porque ficou dentro dos cinco minutos combinados, num compromisso de, no futuro, V. Exa. ter um pouco mais de tempo, com crédito para poder... Agradeço a gentileza de V. Exa. Sei que o seu voto acabou ficando prejudicado. Mais uma vez, os nossos agradecimentos.

Com a palavra, para proferir o seu voto em separado, Senador Marcos Rogério.

Esse é o último voto em separado a ser lido sobre essa matéria.

Ah, acabo de ter a informação de que o Senador Fabiano também acaba de apresentar um voto em separado.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, nobre Senadora Simone, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente, consignamos que não há vício de inconstitucionalidade formal nem óbice de natureza regimental na proposição em exame. Todos os PDLs ora apreciados encontram assento meramente formal, registre-se, no art. 49, V, da Constituição Federal de 1988, o qual concede ao Congresso Nacional a atribuição de sustar atos normativos editados pelo Poder Executivo que extrapolem o poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Contudo, em que pese a observância formal do fundamento constitucional, não há como os PDLs prevalecerem, uma vez que são materialmente inconstitucionais.

Desde logo destaco que pretendo tratar da matéria em linhas claras e objetivas. Os projetos de decreto legislativo ora apresentados, como consignado, se fundam no art. 49, V, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, que trata da possibilidade de sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Chamo a atenção para a altissonante voz da Constituição, que desenha os contornos da atuação do Congresso Nacional: sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar.

O poder regulamentar do Chefe do Executivo está previsto no art. 84, IV, de nossa Lei Maior, que aqui transcrevo. Diz o art. 84:

> Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
> .....
> IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

O Texto Constitucional imprime as basilares características do poder regulamentar: é subsidiário, ou seja, vem depois da lei; mais que isso, não deve, por óbvio, contrariar a lei, mas sim garantir sua fiel execução.

E se a execução da lei depende de atuação administrativa discricionária, como é o caso da apreciação dos pedidos administrativos de registro e porte de arma de fogo, cabível será, portanto, o decreto executivo.

Temos, então, as seguintes premissas:

1) decreto executivo só pode vir depois da lei, não podendo inovar na ordem jurídica;

2) não pode contrariar a lei. Deve garantir fielmente sua execução; e

3) é cabível quando existente uma atividade administrativa que executará a lei.

Como registrado, a lei deve ter deixado espaço para a discricionariedade administrativa. Se a lei esgotou o trato da matéria, fazendo constar objetivamente todos os requisitos e condições para sua execução, o decreto executivo será mera repetição da lei.

Assentado esse posicionamento jurídico, entendo que toda a análise desta Comissão e os argumentos aqui tratados deverão se estabelecer nessas premissas.

Desta forma, eventual posicionamento contrário ou favorável ao teor em específico do decreto executivo, ou seja, analisar o mérito da decisão do Chefe do Executivo sem que se aponte qualquer extrapolação do poder regulamentar pode ser até conveniente do ponto de vista político, mas é totalmente descabido do ponto de vista jurídico e constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo que é descabido, pois que a discussão aqui aventada está nos limites constitucionais do decreto legislativo, que se presta a conter as exorbitâncias do poder regulamentar, e não a substituir-lhe o mérito.

Eu mesmo tenho algumas ressalvas pontuais quanto aos decretos executivos ora discutidos. Sou favorável aos decretos, mas tenho preocupações especialmente quanto a armas de maior potencial lesivo. Mas essa é uma questão de mérito e está dentro do poder discricionário do Chefe do Poder Executivo.

Assim, se os opositores do decreto desejam discutir qual arma deve ser ou não de uso permitido, quantas munições, idade, efetiva necessidade etc., devem fazer pela via constitucionalmente adequada, a saber, a lei.

Nesse sentido, utilizar-se de decreto legislativo para substituir decisões normativas do Poder Executivo é malferir, ao meu ver, nosso sistema constitucional de competências.

Com base nas premissas que dantes enunciei, não vejo, Senadores, qualquer extrapolação do poder regulamentar, porque, no caso específico, o Presidente da República nos estritos termos autorizados pela Lei nº 10.826, de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, editou os decretos executivos.

Ou seja: os Decretos nºs 9.785 e 9.797, de 2019, que se prestam a regulamentar a citada lei, atendem ao caráter subsidiário que devem ter.

Além de caber regulamentação por necessidade implícita, por dever do Chefe do Executivo, no caso, há previsão expressa na lei. Há mais de 30 referências à necessidade de regulamento no corpo da Lei nº 10.826, de 2003.

E trago aqui, para fundamentar as razões que apresento, algumas dessas citações:

> Art. 3º, parágrafo único: “As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta lei”.
> Art. 4º, III: “comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei”.
> Art. 4º, §2º: “A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei”.
> Art. 4º, §8º: “Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do caput deste artigo, na forma do regulamento [...]"

E assim por diante:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 6º, IX: "para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, [...]".
> Art. 10, §1º: "A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares" [...]

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não resta dúvida, portanto, de que o que fez o Presidente da República foi dar eficácia efetiva à norma aprovada por este Congresso Nacional, garantindo-se o seu fiel cumprimento.

Ademais, cumpre registrar que os decretos ora analisados simplesmente substituem decretos anteriores, editados pelo Presidente Lula, em 2004 e 2008, e, em 2016, pelo Presidente Temer.

A primeira regulamentação feita pelo Presidente Lula, em 2004, já previa condições de aquisição, registro, posse e porte de arma, conforme autorizado pelo Estatuto do Desarmamento. O que se faz agora é alterar essas condições. Assim como o Presidente Lula teve a discricionariedade de editar o Decreto 5.123, de 2004, e o Decreto 6.715, de 2008, o Presidente Jair Bolsonaro tem, pelo mesmo princípio, a prerrogativa de editar os decretos ora analisados.

Dito isso, tenho que não podemos ser seletivos em nossa análise e muito menos podemos pretender limitar o poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo. O Presidente Bolsonaro não tem poderes inferiores aos que teve o Presidente Lula, que jamais viu questionada sua competência para editar, ou não, os decretos. Isso demonstra, a não se ter dúvida, que, com toda a vênia, os PDLs ora analisados não passam de peça de retórica política que não resistem ao crivo do exame constitucional.

Com essas breves ponderações, Sra. Presidente, respeitando o limite estabelecido para a discussão, nosso voto é pela rejeição dos decretos legislativos em análise e pela manutenção dos decretos presidenciais, que regulamentam a lei nas suas previsões taxativas, objetivas, descritivas, todas constantes do texto. Não é aqui uma mera interpretação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A lei previu a necessidade dos regulamentos pela via dos decretos.

Então, pedindo vênia aos que discordam, eu voto pela rejeição dos PDLs e pela manutenção dos decretos presidenciais.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, por uma questão de economia, eu me contento em apenas depositar o meu voto e me reservo o direito de fazer minhas ponderações no momento da discussão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa., inclusive, é o primeiro orador inscrito após a fala do Relator.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há, portanto, mais votos em separado, deixando constar em ata o voto do Senador Fabiano Contarato, que damos como lido.

Vamos passar às considerações finais.

Com a palavra o Senador Marcos do Val, para suas considerações finais.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu pedi que a Presidente me desse o direito de me sentar aqui na frente para que eu pudesse, ao mesmo tempo, ler as considerações finais, olhar para vocês e passar um pouco da experiência.

Como todo mundo sabe, eu cheguei agora ao Senado, há quatro meses, mas a minha carreira durante 20 anos foi na área da segurança pública, tendo a oportunidade de treinar pessoas e policiais em várias partes do mundo, tanto nos Estados Unidos como na Europa e aqui, na América do Sul.

Com essa vivência, a gente acaba adquirindo alguns conhecimentos, porque a gente lida com as legislações de cada país, com as suas culturas, com as suas obrigações, com os seus comportamentos, e, ao longo desses 20 anos, eu pude ter uma experiência. Dizem que é muito importante o profissional sair do posto para conhecer o oceano; eu fui e tive a oportunidade de conhecer esse oceano.

Então, eu queria passar aqui para vocês algumas análises que nós fizemos de pesquisas de Harvard, de pesquisas feitas na Europa, de pesquisas feitas aqui no Brasil. Não é achismo, eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando para vocês a minha experiência ao longo desses anos e queria pedir a vocês que se sensibilizassem.

Quando a gente fala da manutenção do decreto, eu o peço em nome da minha família, porque a minha irmã, recentemente, recebeu uma ameaça – eu acho que vocês souberam disso – de morte, e, nessa ameaça, as pessoas disseram que iriam, durante o fato, estuprá-la, esquartejá-la, iriam filmar e botar nas redes sociais. Nós estamos vivendo, na nossa família, um momento muito difícil, porque eu tenho uma filha, eu tenho essa irmã e eu tenho mãe. E, neste exato momento, enquanto nós estamos aqui discutindo, a minha irmã acaba de me mandar uma foto, mostrando-a em um teste de tiro, para ter o porte de arma dela. É a única maneira que ela está encontrando de garantir a vida dela. A segurança pública não é onipresente, não tem condições de estar em todos os lugares, a todos os momentos. Então, a gente... Eu sei que muitos podem discordar, a minha irmã nunca pensou e nunca tocou em arma na vida dela, eu sou o único da família Val que já tocou em arma e esteve envolvido com segurança pública. Toda a minha família é da área de Medicina.

Mas a minha irmã, depois dessa ameaça, está lá hoje se preparando. Não é o que ela queria, mas é a oportunidade que ela está tendo, por meio desse decreto, de proteger a vida dela. Eu peço a vocês que, por favor, não tirem esse direito dela de proteger a sua vida. O Brasil ainda não tem condições. Eu quero falar para vocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Podem debochar porque não é com a família de vocês. No dia em que for com a família de vocês... Inclusive eu, por ter porte de arma, já intercedi em várias situações em que a mulher estava para ser agredida, em que o filho de alguém estava para ser assaltado; sem estar na condição de ser policial, intervi e consegui ajudar até aquelas pessoas que estão hoje fazendo campanha contra a pessoa ter o direito de se defender.

Mas eu vou ler aqui o resumo, as considerações, deixando claro também que, apesar de ter sido colocado aqui, entre os amigos Senadores, que é uma pauta impopular, que não está tendo o apoio da população, de acordo com o que está aqui agora na internet, nas pesquisas – vocês podem entrar aí no e-Cidadania, do *site* do Senado; podem entrar agora pelo celular e ver isto–, 30 mil pessoas disseram "não" aos PDLs e 1.461 disseram "sim". Então, é só vocês entrarem... E vão ter que discutir com o sistema do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço a gentileza dos colegas. Quem quiser, vai poder se inscrever. Vamos aguardar o relatório, as considerações finais do Relator, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algumas pessoas defendem o desarmamento como se estivessem tomando partido da vida contra a morte; atacam o decreto das armas como se fosse uma norma diabólica, uma arbitrariedade contra os direitos humanos, uma ilegalidade sem precedentes.

Armas sozinhas não matam ninguém, armas são objetos inanimados; as pessoas é que matam, com ou sem arma – como o ocorrido recentemente em Manaus, quando 50 presos foram mortos com apenas um cabo de escova de dente. A questão, portanto, não é a quantidade de armas, mas com quem elas estão e de que modo chegam às pessoas.

Não sejamos ingênuos: o bandido não compra arma em loja, não registra a sua arma; ele as obtém ilegalmente, comprando no mercado negro. Estão em vantagem competitiva, pois não se submetem aos rigores da lei. Mas o cidadão que segue a lei, o caminhoneiro que se arrisca pelos rincões do nosso País, o morador do campo que não conta com a presença imediata do Estado, toda a gente honesta e sofrida precisa de, no mínimo, segurança para viver e trabalhar. Armas, na verdade, são os únicos meios para a defesa de inocentes que são expostos à violência de bandidos. E, para além da necessidade, eu digo que todo cidadão tem direito à autodefesa. Sem esse direito, as pessoas ficam vulneráveis; e, sem segurança, não existe mais a liberdade. O Estado não é onipresente, não pode estar de imediato em todos os lugares onde haja crime ocorrendo, é fato. Mas, se o cidadão, amparado pela lei, tiver acesso a uma arma para defender a si e a sua família, o criminoso vai pensar duas vezes antes de invadir uma residência ou um comércio.

O criminoso, com certeza, está torcendo para que o decreto caia. A própria doutrina cristã sempre avalizou o uso das armas quando necessário, principalmente para a defesa de inocentes. O historiador romano Tito Lívio já dizia: "a guerra é justa quando necessária, e piedosas são as armas quando nelas repousa a esperança".

Eu queria deixar claro para os Srs. Senadores, para as Sras. Senadoras e para todos os cidadãos que nos acompanham pela TV e que estão aqui na Comissão que existem dados confiáveis sobre o tema; essa não é uma visão meramente ideológica, tampouco minoritária no Brasil.

No referendo de 2005, 63% que foram às urnas votaram a favor do comércio de armas. O art. 35 do Estatuto do Desarmamento perdeu a eficácia pelo resultado do referendo. O problema da segurança no Brasil é complexo, multidimensional. O chamado Estatuto do Desarmamento foi aprovado em 2003 na esperança de que, ao dificultar o acesso às armas, reduziria o número de mortes por armas de fogo. Mas o que aconteceu? Segundo dados do Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Ipea, foram 51.534 assassinatos no Brasil, em 2003, ano de início da vigência do Estatuto do Desarmamento. Esse número subiu para 65.602 assassinatos no Brasil, em 2017. Entre 2007 e 2016, cerca de 553 mil pessoas morreram de forma violenta no País, uma média de 153 mortes violentas por dia. Se fizermos uma comparação com a guerra da Síria, no mesmo ano, 2017, foram 60 mil mortes, e nós não nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquecemos daquela cena em que aquela criança estava morta na beira da praia; não nos esquecemos daquela cena em que a criança estava sentada dentro da ambulância, toda suja, depois de um ataque, e os sírios fugindo para outras partes do mundo por conta dessa realidade de 60 mil mortes, que nós estamos vivendo aqui, para a qual não nos tocamos.

Ainda conforme o relatório, desde a vigência do Estatuto do Desarmamento, em 2003, até 2016, a vergonhosa taxa de homicídios no Brasil permaneceu alta, até cresceu um pouco: foi de 29,14 para 30,33 por 100 mil habitantes.

E, para demonstrar de vez que o Estatuto do Desarmamento não foi capaz de resolver o problema da violência no Brasil – muito pelo contrário –, trazemos dados também do Ipea sobre mortes por armas de fogo. Em 2006, 34.921 pessoas morreram por armas de fogo. Em 2016, esse número subiu para 44.475 pessoas, o que representa uma variação de 27% em 11 anos. Esses dados confirmam o que o cidadão comum já imaginava. Por que digo isso? Ora, porque só o cidadão que segue a lei foi desarmado. O comércio ilegal de armas no Brasil caiu 90% em dez anos do Estatuto, mas o criminoso continua armado ilegalmente. Não se engane. É a arma ilegal do criminoso que constrói o grosso das estatísticas de violência no nosso País, mas o tráfico ilegal de armas é outra frente de batalha. O decreto das armas não tem esse objetivo. Ele visa tão somente regulamentar o direito de autodefesa para o cidadão que segue a lei, o sagrado direito de proteger a si mesmo, a sua família e até outrem.

Pesquisas tanto da Crime Prevention Research Center quanto da National Academy of Sciences demonstraram que o uso da arma para defesa pessoal é, sim, muito efetiva para reduzir a probabilidade de ferimento nas vítimas que a usam para defesa. As armas ajudam na defesa, sim, comprovado, hoje, cientificamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Restringir esse direito ou até mesmo proibir é deixar, por exemplo, os cidadãos que estão vulneráveis, seja pela profissão que exercem ou pelo local que moram, sem nenhuma possibilidade de defesa contra os criminosos. É o caso, eu repito, dos residentes em áreas rurais e dos caminhoneiros.

Se este Parlamento decidir pela sustação do decreto, nós vamos retirar do caminhoneiro, dos residentes rurais e de todos aqueles cidadãos que se encontram em uma situação vulnerável, assim como a minha irmã, que eu citei para vocês, o legítimo direito de defesa.

Eu gostaria de compartilhar com os senhores e as senhoras um estudo recente de Harvard...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa, Senador Marcos do Val. Dois minutos, por favor, para concluir. Já passaram os dez minutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regimentais. Eu vou dar dois minutos para V. Exa., no mesmo sentido de que, no voto em separado, para o qual também não há tempo, estabeleci um tempo. Eu gostaria apenas que V. Exa. pudesse concluir. Muito obrigada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – O.k. É porque eu estava seguindo pelo Regimento, pelo qual eu poderia ter o tempo ilimitado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, para os votos em separado também, mas houve um acordo. Portanto, eu concedo o mesmo tempo que os votos em separado tiveram, na compreensão, por favor, porque acho que esse é um assunto que merece debate de todos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – O.k. Então, eu vou ler uma parte aqui que incrementa... Não vou ler a parte das pesquisas de Harvard, que é prescindível citar, mas vou citar outro caso concreto que aconteceu em 2011, no estado americano de Illinois, que aprovou uma rígida legislação contra armas no país, a mais rígida do país. No ano seguinte, Chicago, a maior cidade do estado, viu a taxa anual de homicídios subir 17%. Assustados, em 2014, eles voltaram atrás. Resultado: roubos caíram 20%; furtos de veículos, 26%; e a taxa de homicídios em Chicago teve o menor nível em 50 anos.

E um último dado importante, que vai interessar, sobretudo, às mulheres: nos Estados Unidos, todos os anos, cerca de 200 mil mulheres utilizavam uma arma para se defender de algum tipo de tentativa de abuso sexual. Mas agora eu preciso falar sobre os projetos legislativos que têm por objetivo sustar o Decreto 9.785 de 2019, respeitando os Senadores que protocolaram as proposições, e reconheço a legitimidade do instrumento legislativo utilizado.

Vou só passar aqui.

A grande crítica jurídica do decreto refere-se à suposta exorbitação do poder regulamentar pelo Poder Executivo, mas o Decreto 9.785 apenas estabeleceu critérios objetivos e exemplificados para se aferir a efetiva necessidade de arma de fogo sem nenhuma afronta à Lei 10.826, de 2003.

Vamos lá...

Por omissão dos Governos anteriores, deveriam ter regulamentado adequadamente esses detalhes e não o fizeram. Ao longo dos últimos 13 anos, a referida instrução normativa da Polícia Federal foi a norma de menor hierarquia que possibilitou a aplicação da Lei 10.826 contra a concessão de porte de arma de fogo para todas as pessoas durante esses últimos 13 anos.

Outra crítica apresentada ao decreto é que o Poder Executivo deveria ter trazido algum estudo de impacto sobre a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) –

Vou ter que passar mais lá para frente. Vamos lá, vamos finalizar aqui...

Mas, com a devida vênia – não é o caso –, estamos diante de um decreto absolutamente inscrito dentro dos ditames legais e constitucionais. Estamos diante de uma norma que não apenas regulamenta de maneira adequada a Lei 10.826, mas que corrige o decreto anterior, restabelecendo a vontade do legislador originário.

Estamos, enfim, diante de uma norma oportuna e meritória, legitimada pela vontade popular e que, se os senhores e senhoras permitirem, poderá representar a garantia de segurança da vida de milhões de brasileiros e trabalhadores que respeitam e temem a lei.

Por essas razões que mencionei, conto com a sensibilidade e o espírito público de todos os nobres colegas para rejeitar os projetos de decreto legislativo que pretendem sustar o Decreto 9.785.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço ao Senador Marcos do Val.

Uma vez que não há mais, como disse, voto em separado, passemos à discussão da matéria.

Pela ordem de inscrição, vou ler rapidamente. Aqui estão inscritos, na ordem: Senadores Fabiano Contarato, Randolfe, Flávio Bolsonaro, Rodrigo Cunha, Major Olimpio, Eliziane, Alessandro Vieira, Anastasia, Senador Luiz Carlos Heinze, Esperidião Amin, Cid, Rose, Humberto, Renan Calheiros, Marcos, Rogério, Girão. Desculpem... Em seguida à Senadora Rose – eu ia anotar e a mão aqui falhou – é o Senador Angelo Coronel.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dois minutos, Presidente, para cada um.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Indago aos colegas se podemos estabelecer um prazo entre dois e cinco minutos.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dois minutos. Pelo que ouvi aqui quase que a maioria absoluta: dois minutos. Abriria excepcionalmente um minuto final para aqueles que tiverem que concluir o raciocínio. Dois minutos mais um minuto de tolerância para a conclusão do raciocínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. está inscrito após a Senadora Rose de Freitas.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra pela ordem ou questão de ordem?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu protocolei dois requerimentos: um, de convocação do Ministro Sergio Moro, e o outro, de convite ao Deltan Dallagnol. Eu gostaria de saber de V. Exa. se haveria como colocar extrapauta, pelo menos o do Dallagnol, já que o Moro já fez o compromisso de vir à Comissão no próximo dia 16.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Dezenove.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Dia 19.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dia 19.

O requerimento de V. Exa. em relação ao Ministro Sergio Moro encontra-se, como V. Exa. mencionou, prejudicado, uma vez que nós já temos uma data. Eu agradeço até a V. Exa., para que possamos oficialmente comunicar aos colegas que, na próxima quarta-feira, às 9h da manhã, nós teremos a presença do Ministro da Justiça Sergio Moro para fazer os esclarecimentos devidos.

Em relação ao requerimento convidando o Procurador Dallagnol, lembrando que a praxe estabelecida de comum acordo com os colegas é a de que nós damos conhecimento do requerimento numa reunião e o votamos na outra. Então, o compromisso com V. Exa. é de que, na semana que vem, votaremos o requerimento de V. Exa., convidando o ilustre procurador para comparecer a esta Comissão. Será o primeiro item da pauta, a pedido de V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço a compreensão de V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – É só uma sugestão. Esse decreto, a revogação dos decretos é uma matéria absolutamente polêmica, se a gente for entrar em mérito. O que é mais ponderável e em que esta Comissão, a meu juízo, deveria focar, é na juridicidade, na constitucionalidade e ver se o decreto não extrapola a regulamentação da lei. Dessa forma, a gente abreviaria a discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Cid Gomes, lembrando que não é terminativo nesta Comissão; portanto, nós teremos também tempo para debate no Plenário do Senado Federal.

Pela ordem de inscrição, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Eu começo a minha fala dizendo que a educação ajuda um povo a lutar com as palavras, em vez de o fazer com as armas.

Vou ser bem didático. Esse decreto extrapola os limites do Poder regulamentar, porque, dentro da teoria da pirâmide de Hans Kelsen, nós temos uma hierarquia das leis. No ápice da pirâmide está a Constituição Federal; depois, nós temos emendas constitucionais; depois, nós temos leis complementares, leis ordinárias; e, na base da pirâmide, os decretos. Jamais um decreto pode legislar em matéria de Direito Penal, porque isso fere o art. 22, I, da Constituição Federal, que diz que compete privativamente à União legislar em matéria de Direito Penal. Então, esse é um aspecto de Direito Constitucional. É elementar que esse decreto presidencial violou o art. 22, I, da Constituição Federal.

E digo mais: esse decreto está alterando substancialmente uma lei federal, violando a hierarquia das leis, porque a Lei 10.826, de 2003, intitulada etimologicamente como Estatuto do Desarmamento, estabelece, no art. 6º, que, no Brasil, fica proibido o porte de arma de fogo. Essa é a regra. Por isso que a nomenclatura, o *nomen juris* é Estatuto do Desarmamento. Então, jamais um decreto presidencial pode violar uma lei ordinária, uma lei federal.

Quisesse o Senhor Presidente da República mudar a lei federal, ele poderia... E eu quero sugerir, vou instruir o Presidente, com toda a humildade, para que ele faça um projeto de lei de iniciativa do Executivo e o mandasse para a Câmara dos Deputados e depois para o Senado. Aí, sim, ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... alteraria a lei. Do contrário, ele está rasgando a Constituição Federal, ele está tendo um comportamento, com todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o respeito, populista, imediatista; ele está violando o art. 144 da Constituição Federal, que determina que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Ele está transferindo a responsabilidade, que é do Poder Executivo, da pacificação social, armando a população.

Olha, eu tenho todos os motivos, porque eu sou delegado de polícia há 27 anos... Ele está transferindo essa responsabilidade em nome de uma cultura armamentista. Digo mais: esse decreto é tão vergonhoso que transforma as armas de uso restrito ou proibido, que são crimes hediondos... E nós sabemos do caráter hediondez de um crime. Então, hoje, se uma pessoa for flagrada com uma 9 milímetros, uma ponto 40, uma 45, isso é crime hediondo, é um dos poucos crimes inafiançáveis e imprescritíveis, e que, agora, com esse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... decreto, já não é mais. E aí nós temos a premissa do art. 5º, item XL, da Constituição Federal, corroborado com o art. 2º, parágrafo único do Código Penal, que diz que a lei penal não retroagirá salvo para beneficiar o réu. E aí eu digo que, se mantivermos esse decreto, todas as pessoas que foram condenadas por crime hediondo por porte de arma de fogo de uso restrito serão beneficiadas, porque a lei posterior, que de qualquer forma beneficiará o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

Então, pelo amor de Deus, eu peço ao Senado Federal, a esta Comissão de Constituição e Justiça: não vamos permitir esse retrocesso. O Brasil é o país campeão em morte por disparo de arma de fogo no mundo.

Hoje, quando a polícia atende a uma ocorrência de uma simples discussão de trânsito, ela vai com quase 100% de certeza que as partes não estão armadas; agora, isso vai mudar. Hoje fala-se em feminicídio, violência doméstica e familiar; vai aumentar substancialmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) –

Então, minha gente, vamos dar uma resposta, vamos defender a nossa Constituição Federal, defender o art. 22, inciso I, razão pela qual, pelo exposto, o voto é pela aprovação dos Projetos de Decreto Legislativo 233, 235, 238, 239, 286, 287, 332, todos de 2019.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para esclarecimento, eu dei dois minutos a mais para o Senador Fabiano, porque, na realidade, ele abriu mão da leitura do seu voto, e eu fiz um acordo com ele de que, em função disso, ele teria os cinco minutos. Apenas porque agora vou ser rigorosa com o tempo. Ele gastaria muito mais tempo na leitura do seu voto e fez a gentileza de abrir mão do voto em separado.

Agradeço mais uma vez ao Senador Fabiano.

Na ordem inscrição, Senador Randolfe Rodrigues, por dois minutos, com, no máximo, um minuto de tolerância.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, diretamente dizendo: quem está falando da inconstitucionalidade e da exorbitância em relação à legislação infraconstitucional deste decreto presidencial – e isso não é retórica política – é a consultoria do Senado Federal, a consultoria técnica desta Casa. Recomendo a leitura da nota técnica, da Nota Informativa da Consultoria nº 2.628, de 2019. Ela aponta a inconstitucionalidade. Senador Amin, ela vai adiante. Em nove vezes, essa nota técnica diz: "O decreto 9.785 de 2019 extrapolou o poder regulamentar" – em nove vezes os consultores se ativeram para assim dizer.

Se alguém fez retórica foi o Presidente da República, que quis animar...

(*Soa a campainha.*)

... sua base social com esse decreto.

Por fim, Sra. Presidente, aí essa questão não é uma questão de esquerda, nem de direita, nem de liberal, nem de socialista; é uma questão civilizatória – ela é uma questão civilizatória, que une todos que defendem um pacto civilizatório mínimo de convivência. Aliás, isso, sim, está nos princípios cristãos. Nos princípios cristãos, nos ensinos deixados pelo Cristo aqui, há dois mandamentos centrais: amar uns aos outros e da paz, nunca de violência, de guerra e de arma. Aliás, Tito Lívio era um historiador pagão, nasceu em LIX AC e faleceu em XIV DC.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Flávio Bolsonaro.

Agradeço ao Senador Randolfe por ter ficado dentro do limite estabelecido por esta Comissão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadores, há um ditado popular que diz o seguinte: quando a arma que mata defende a liberdade e o direito de viver, os anjos choram, mas não condenam. E essa frase não é do Senador Esperidião Amin – nosso poeta mor aqui em Plenário –, mas de um autor desconhecido, pintada no muro de um batalhão de polícia. E o que mais me impressiona é como parece que nós estamos vivendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num paraíso de segurança pública para todo mundo, porque eu estou ouvindo aqui Senadores defendendo um modelo falido.

O Brasil é recordista mundial de homicídios cometidos por arma de fogo, por causa dessa política desarmamentista e que apenas olha para o marginal como excluído da sociedade. Esse assunto foi amplamente debatido no referendo de 2005, uma decisão soberana popular...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... ignorada, rasgada, destruída pelos Governos que passaram, que desrespeitaram o resultado das urnas, sabe como, Sra. Presidente? Dando a ordem para que os superintendentes da Polícia Federal dos Estados negassem qualquer pedido – qualquer pedido – de um cidadão ordeiro, cumpridor dos requisitos legais, para ter acesso a uma arma de fogo, para comprar, para ter na sua casa, de uma forma totalmente subjetiva. Ora, se um delegado da Polícia Federal, com seu poder discricionário, pode determinar o que é ou não efetiva necessidade, ele olha para a face de um cidadão e fala: "Você tem a necessidade de comprar uma arma; eu autorizo", caso contrário, ele pode fazer o seguinte: "Você não tem direito de comprar uma arma; indefiro." "Por quê?" "Porque está indeferido." E o que o decreto faz é simplesmente ser taxativo no que é a efetiva necessidade. Parte-se do pressuposto de que algumas profissões – e não é o porte funcional, é o porte individual – já têm essa presunção de efetiva necessidade garantida, e têm que cumprir todos os outros requisitos legais. Não existe concessão de porte de arma ou autorização para se comprar uma arma de fogo simplesmente com base no que está nos decretos.

Então, Presidente, o tempo é curto, no Plenário nós vamos ter oportunidade de falar mais. Agora, se um delegado da Polícia Federal pode, um Ministro da Justiça pode, um Presidente da República pode falar o que é efetiva necessidade.

Sobre a questão dos calibres, hoje a autoridade competente para tratar o que é uma munição, um calibre de uso restrito ou não é o comandante do Exército, por delegação do Presidente. Se um comandante do Exército pode, o Ministro da Defesa pode, o Presidente da República pode.

Então, não há sentido falar que esses decretos estão extrapolando o poder de regulamentar do atual Presidente da República. E, como foi muito bem dito aqui pelo Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... Marcos Rogério – vou concluir, Presidente –, ele nada mais fez do que tratar de assuntos que já eram tratados em decretos por presidentes anteriores.

Então, para concluir, é mais aqui um bordão que foi muito debatido na campanha – e a população votou no Presidente, nos Governadores, nos Senadores e Deputados com esse assunto amplamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatido, e, portanto, com a aquiescência da população para que estivéssemos fazendo isso aqui hoje –: o direito à vida é inegociável.

Portanto, a minha posição aqui nesta Comissão será acompanhar os Senadores Marcos do Val e Marcos Rogério.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Na ordem, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero me posicionar também, porque eu observei na fala de todos os Senadores aqui que foi compreendido que o que estamos tratando aqui é de grande importância; não é apenas se devemos ou não flexibilizar a questão das armas, mas o assunto principal – e aqui o Senador Cid Gomes tratou muito bem disso – é que nós estamos falando aqui sobre a nossa independência, a autonomia como Poder Legislativo. Por ora, estão sendo, muitas vezes, superadas as nossas lacunas através do Judiciário, e não podemos permitir também que o Executivo faça o que é o nosso dever e nossa prerrogativa.

Então, nessa linha, corroboro que o decreto extrapola, sim, suas competências, cria novas normas, e, dessa forma, não deve prosperar. Além disso, sobre toda essa situação posta é importante falar um pouco sobre o assunto no qual pessoalmente eu também me posiciono em contrário. Eu acho que – pelo que foi dito aqui e já repetido de que nós somos os campeões mundiais em homicídios por armas de fogo –, não vai ser, de forma alguma, investindo numa política pública de incentivo à violência – no meu ponto de vista, arma está diretamente ligada à violência – e numa cultura violenta de resolução de conflitos que iremos diminuir esses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... índices, e, sim, através de uma cultura de paz, de cidadania, e também instruindo melhor a forma de concessão da autorização de se portar uma arma.

Venho do Estado de Alagoas, uma região do Nordeste, que não é diferente do restante do País. Principalmente entre os jovens, o exibicionismo é muito grande. Alguém chegar a um local público e colocar uma arma em cima de uma mesa, querer se fortalecer através de um instrumento que está portando para ameaçar, ou se sentir melhor que outras pessoas, ou resolver os seus conflitos ali imediatamente por estar com arma na mão, com certeza vai piorar ainda mais esses índices alarmantes que nós presenciamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rodrigo Cunha, especialmente por ter ficado dentro do prazo acordado.

Com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Deus é contra as armas, mas fica do lado de quem atira melhor – essa é uma máxima e uma verdade na história da humanidade. Nós estamos...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sra. Presidente, poderia preservar o meu tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos Senadores e às Senadoras que não se manifestem. Nós temos um orador com a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – A prática da vida... Nós temos aqui...

Sra. Presidente, eu queria garantir o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou repor o tempo de V.Exa. na integralidade, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O que nós estamos aqui discutindo? Primeiro, invasão de competência do Executivo no Legislativo, o Marcos do Val e o Marcos Rogério mais do que demostraram que não há. Eu poderia discutir isso por horas – há 41 anos eu sou policial –, e nós verificamos exatamente que não há. Fosse para discutir a nossa soberania, a nossa competência, o Supremo Tribunal Federal todos os dias defeca na nossa cabeça – do Legislativo –, e, na hora de apurar as condutas e fazer a nossa obrigação, nós nos quedamos com o Poder Judiciário, ficamos quietinhos, todos aí prostrados. Nesse momento: "Opa, vamos ganhar um braço de força com o Bolsonaro!" Não está ganhando braço de força com nada. Hoje, com isso aqui, vai cair o decreto, vai ser festa na "quebrada". É festa das facções! É a liberdade total! É a certeza de que o cidadão não vai poder se defender!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E, em nome da verdade, para a população que está acompanhando, só vai piorar para o cidadão. Derrubem o decreto! Derrubem as situações que estão contempladas ali, para resolver a condição dos policiais inativos, dos agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penitenciários, dos socioeducativos. Parabéns, Srs. Senadores! Parabéns! Quem está ganhando com isso é o mundo do crime nesse momento. Não é questão de invasão de competência coisa nenhuma.

Boa! Prostramos o Bolsonaro, o Governo Bolsonaro, os compromissos dele! O compromisso dele era de apresentar com verdade o decreto à sociedade. Quem não está cumprindo compromisso com a população somos nós nesse momento! E nós vamos debater com profundidade isso, seja no Plenário ou onde for. Eu só lamento o que está prestes a acontecer, porque hoje é festa na "quebrada", é festa de bandido, é festa de facção, é festa daqueles que ficam, muitas vezes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... dizendo: "Olha, nós temos dez milhões de armas clandestinas no Brasil e cinco milhões regulamentadas". Vocês acham que algum bandido está lá preocupado com o Estatuto do Desarmamento, com hediondez ou não de crime? O cara sai de fuzil na mão para matar pessoas, o que dá muito mais de 30 anos de pena, na certeza de que não vai cumprir. Ele está lá preocupado se vai dar oito a doze anos, se é restrito ou não?

É uma questão de hipocrisia daqui, deste Parlamento, nossa em relação a isso. Há uma máxima também: "Se não quer ajudar a carregar o piano, pelo menos saia de cima". Saia de cima mesmo! Deixe pelo menos o direito sagrado da legítima defesa para aquele que preenche requisitos legais. Porque o vagabundo, o criminoso, o facínora não está nem aí com o espírito da lei! Quer saber se a segurança pública é falida? Está aqui. Eu sou um profissional de 41 anos. Falida! Quinhentos e quarenta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... policiais mortos em 2018, e nós aqui, com a pombinha da paz! O amorzinho, a paz! "Ai, coitadinho!" "Coitadinho do marginalzinho!" "Coitadinho daquele, se tirar; se invadir a fazenda, vai ser baleado!"

Eu discutiria também em cima das estatísticas, mas a estatística maior que foi colocada foi a do referendo das armas: 63,9%. Foi uma bordoada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... na hipocrisia, que dizia: "Agora vamos colocar esse conteúdo para o referendo, que a população vai rechaçar" – 63,9%! Se fizer a pesquisa hoje, se fizer novo referendo, piorou muito a segurança depois desse estatuto maldito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – A população vai dizer: "Nós queremos a legítima defesa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Controle pelo Estado, sim. Agora, cercear o cidadão e empoderar o criminoso, só aqui no Brasil que a gente assiste a isso todo dia. Lamentável o que vai acontecer daqui a alguns minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora... (*Palmas.*)

Não cabe manifestação da plateia. Eu peço a gentileza de quem está assistindo e acompanhando esta reunião, nem a favor nem contra.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, o decreto presidencial é inconstitucional e as razões já foram colocadas por vários dos meus colegas, porque, na verdade, não cumpriu a fiel execução da Lei. O Estatuto do Desarmamento, que, aliás, reduziu de forma significativa mortes por armas de fogo no Brasil, é desconfigurado a partir de uma efetividade deste decreto. Ou seja, ele muda o cerne principal, a espinha dorsal do Estatuto do Desarmamento, que, aliás, em um de seus artigos coloca claramente a proibição do porte de arma em todo o Território nacional.

E aí, como o tempo realmente é muito pouco e várias das pesquisas que foram apresentadas aqui, inclusive, são americanas, pegando algumas americanas, elas mostram muito claramente que, por exemplo, quem tem arma em casa aumenta em até cinco vezes a possibilidade de homicídios e suicídios. Ainda essas mesmas pesquisas mostram claramente que, por exemplo, o Instituto brasileiro Sou da Paz diz que em 30% dos latrocínios as vítimas são profissionais de segurança que tentaram reagir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Uma boa parte de assaltos, inclusive com mortes, também são referentes, direcionados a pessoas que têm arma exatamente numa tentativa de subtrair esta arma. Nos Estados Unidos, de cem pessoas que matam sessenta vão para a cadeia; no Brasil, de cem que matam apenas cinco vão para a cadeia, ou seja, não dá para se comparar Estados Unidos com o Brasil,

Para finalizar, Presidente, muitos aqui fizeram referência à Bíblia Sagrada, ao cristianismo, a maioria daqui é de cristãos. Eu quero finalizar a minha breve palavra lendo o que está na Bíblia Sagrada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais precisamente no Livro de Mateus, capítulo 26, versículo 52, e este, Major, está na Bíblia e diz o seguinte: "Embainha a tua espada, pois todos os que lançam mão da espada pela espada morrerão".

Todas as avaliações nacionais mostram claramente: a arma é um indicativo muito forte para infelizmente termos mais violência; violência chama violência. Não é pombinha da paz, é um instrumento para diminuirmos a violência no Brasil, que está gritante. O Brasil, como já foi colocado, mata mais do que a Síria. Mais arma na mão da população brasileira, como diz o Beltrame, é um mecanismo muito fácil de haver muito mais arma na mão, infelizmente, de bandidos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Eliziane.

Na ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado.

É só retornar o tempo, por favor, para acabar a citação bíblica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pronto.

A questão da constitucionalidade já foi bastante colocada. Com todo o respeito aos colegas que são favoráveis, a gente entende, sim, que há uma invasão de atribuição e, portanto, que é inconstitucional. Mas é preciso ir ao mérito por uma correção de um equívoco. Meu amigo Major Olimpio, eu tenho 20 anos como policial civil, delegado de polícia. Quando eu falo de segurança, meu amigo Marcos do Val, eu não falo de segurança treinando em alvo de papel; eu não falo pensando em exemplos do estrangeiro; eu falo da realidade brasileira.

Na realidade brasileira, você sabe bem, meu amigo Olimpio, você sabe bem Marcos do Val, como todos nós precisamos saber, o que mata é a impunidade, o que mata são as facções, o que mata são as milícias. O desordenamento que está sendo promovido pelo decreto, a desregulamentação excessiva, a concessão de calibres absurdos, quantidades de munição absurdas só ajuda ao fabricante de arma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e ao criminoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retornando aqui ao exemplo muito concreto e sólido da irmã do Senador Marcos do Val e seus familiares, eu me solidarizo totalmente, ele sabe disso, colega de partido e de bancada que é, ela já teria direito a pedir o porte de arma pela legislação vigente. Não é essa mudança que vai assegurar o direito dela.

Então, eu sou favorável à flexibilização da legislação atual de posse de arma, tecnicamente falando. Temos um requerimento já colocado em mesa para que se faça uma audiência posterior a essa decisão, não anterior, posterior, para ouvir os técnicos envolvidos, as polícias, o Exército, os caçadores, os colecionadores e os atiradores esportivos, para que se chegue a um ponto técnico disso.

Então não há nenhum tipo de enfrentamento com o Governo, Major Olimpio, nem, muito menos, a proteção para bandido. Neste ponto muito específico, eu acho que é importante resgatar o respeito, que é essencial para a nossa convivência parlamentar. Estamos do mesmo lado, Major Olimpio. Estamos combatendo o erro, mas precisamos combater o erro no limite daquilo que produz resultado. A diferença entre o remédio e o veneno é a quantidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Na ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria dentro do meu prazo, que não sei por que...

Ah! Agora, sim...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Jamais.

V. Exa. tem crédito aqui, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, mas eu vou ser bem objetivo, retirar o alerta inicial feito aqui muito bem pelo Senador Cid Gomes.

Nós não estamos tratando neste momento do mérito da questão. As discussões de mérito são relevantes, mas elas serão objetos no futuro, certamente, de um projeto de lei que certamente virá, ou do Executivo, ou de iniciativa parlamentar. Nós devemos nos ater tão somente à questão formal. Os decretos exorbitaram ou não, o poder normativo regulamentar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, na verdade, é uma das cláusulas pétreas da Constituição, porque se refere à separação dos Poderes. E não há que se falar em Poder Judiciário. O Poder Judiciário não tem poder normativo, ele tem poder jurisdicional. É outra categoria de natureza das atribuições das funções públicas do Estado. Portanto, o que se deve indagar é isso: há ou não há a exorbitação?

Parece-me que sim. Então cada qual deve verificar isso. E, num momento posterior, aí nós vamos discutir o mérito do tema. Se a favor ou contra o porte e a posse nas condições específicas. Portanto, é o meu sentimento. E, neste caso, como me parece que há, de fato, uma norma que exorbitou o poder regulamentar ficarei com o voto em separado do Senador Veneziano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Na ordem, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sra. Presidente, colegas Parlamentares, está-se discutindo a constitucionalidade. Agora, um tema que eu estou trazendo aqui, na minha base, não apenas do Rio Grande do Sul, mas na base da agricultura, eu pego por exemplo em São Borja 70km, 80km, 100km de distância para chegar à Polícia Civil ou à Brigada Militar. Humanamente impossível. Na cidade, o pessoal não dá conta de atender; na cidade. Eu chego nos bairros de São Borja, converso com pessoas humildes, eles ali clamam e pedem, que tenham o direito de ter uma arma na sua casa, ou no seu armazém, restaurante, enfim. Então, isso é um problema que a sociedade está clamando e pedindo, pessoas humildes, que precisam de uma arma.

Na Serra Gaúcha aconteceu recentemente, uma senhora com mais de 80 anos, entrou um bandido, ela só se salvou, porque tinha uma arma na mão. Era ela ou ele. E essa senhora atirou. Ela foi condenada, porque não tinha a arma legalizada na sua residência.

Então, o que eu estou trazendo aqui está simplificando o processo. E a dificuldade que nós estamos vendo lá, tem que ir à Polícia Federal. No meu Estado ou em qualquer Estado, meia dúzia de delegacias da Polícia Federal.

O que nós temos que trazer e discutir é como era antigamente. E já há um projeto na Câmara que já foi discutido nesse sentido, para que qualquer delegacia de polícia de qualquer canto do Brasil possa dar o direito de a pessoa de bem chegar e pedir para portar, para ter uma arma. O porte já é diferente. Aí, sim, tudo bem, que se possa fazer teste de tiro, exame psicotécnico e tudo o mais que precisa ser feito. Agora, é no sentido de que a sociedade, as pessoas de bem, clamam e querem o direito. Sou cobrado por isso, no meu Estado. Seguramente, muitos de vocês o são, nos Estados de vocês.

Por isso, voto favoravelmente ao relatório do Senador Durval.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Luis Carlos.

Na ordem, o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Vou me ater exata e precisamente aos termos devidos. O decreto exorbita e a prática legislativa confirma. Por quê? Porque nós deliberamos na Câmara dos Deputados, no ano passado, sobre posse e porte de arma por projeto de lei. Quem é que autoriza a guarda municipal a portar arma? Lei. Ou seja, a prática legislativa é essa. Além de parecer-me evidente que, na questão do porte de arma, há exorbitância. Então, há exorbitância.

Não existe a falta de necessidade. Ninguém está satisfeito com a segurança. Se eu fosse profissional de segurança, votaria para que a lei tratasse do assunto, e não por disseminar armas, na minha visão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como disse, voto por considerar que esse decreto, que esses decretos, que no final foram unificados, exorbitam, reconhecendo que será muito apropriado que o Legislativo trate desse assunto na forma constitucional e legal devida.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Na ordem, o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Sra. Presidente, apelei e, obviamente, devo atender ao meu apelo. Por mais apaixonante que seja o tema, por mais inteligente, por mais brilhante que tenham sido aqui os argumentos para entrar no mérito, ater-me-ei à forma. Para mim, é claro, é claro como a luz do dia. A assessoria do Senado, a assessoria da Câmara, o Ministério Público Federal, todos já se pronunciaram. Falta só a Justiça. Acho que, antes de a Justiça fazer, de novo, defendo que este Parlamento, que esta Casa, se afirme naquilo que são as suas atribuições.

Acho que não é razoável se amesquinhar a discussão dizendo que isso seria um gesto de oposição ao Executivo, como alguns colocaram aqui. Sra. Presidente, fui testemunha, ontem, de uma votação, no Congresso Nacional, que talvez seja única na história brasileira, em que 450 Deputados Federais, por unanimidade, aprovaram um projeto do Poder Executivo, e 61 Senadores, por unanimidade, aprovaram esse projeto. E o projeto era cabeludo, porque o próprio Secretário do Tesouro Nacional reconhecida que precisaria de R$156 bilhões, e foram aprovados R$248 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, não se trata disso. Trata-se de a gente colocar os Poderes, ou, pelo menos, andar nessa direção, cada um no seu quadrado. O Executivo, se tem compromissos, o Presidente da República se assumiu compromisso em campanha, que envie para esta Casa, para o Congresso, um projeto de lei que será analisado. Aí, sim, será a oportunidade de discutir o apaixonante tema de violência *vis-à-vis*, armamento ou desarmamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Votarei com o relatório do Senador Veneziano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Cid.

Na ordem, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu estava até contemplada por demais nas palavras do Senador Veneziano e do Senador Amin, inclusive. Mas esta situação... Ao longo da história, todo mundo tem as suas histórias, se fôssemos abordar as questões pessoais, nós nos encontraríamos como parte de uma história de muita insegurança, de muita ameaça. Nós já vivemos neste País muitas coisas que ameaçaram nossas vidas, mas isso aqui não está em questão. Eu fui Constituinte, então, eu estou aqui para votar o que é correto, o que é certo, e não na exorbitância do Governo Federal.

Eu diria que armar as pessoas hoje não vai impedir a delinquência, a criminalidade. E eu não quero dar a governo nenhum o direito de se omitir na questão da insegurança pública. Não é da segurança. Por que tantas omissões aconteceram neste País? É uma soma de erros, é uma soma de lavar mãos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E, consequentemente, nós chegamos onde chegamos.

Portanto, hoje, nós vamos votar um decreto que, com certeza, o expõe diante da fragilidade e da insegurança da população e quer lhes vender uma certeza de que armá-los é uma forma muito mais justa para fazer a equivalência do confronto com a população marginal. Portanto, eu votarei sem sombra de dúvida.

Se eu tivesse que me armar todas as vezes em que fomos ameaçados na vida, eu diria que estava aqui resolvido o problema, mas não é assim. Armar pessoas de bem para enfrentar a criminalidade, onde o Governo não se manteve, não foi capaz de conseguir estabelecer uma política de segurança pública para assegurar a vida das pessoas que aí estão, em que as milícias, em que os grupos marginais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se organizam, onde quer que estejam, até reclusos? Reclusos, eles se tornaram mais organizados e administrativamente mais fortes. Onde estava o Estado? Por que o Estado não compareceu? Cadê a política de segurança pública?

Não vamos pela vertente dos discursos que nos facilitam a possibilidade de sermos mais corajosos. Nós precisamos de coragem, sim, para enfrentar esse decreto. É por isso que sou a favor do Senador Veneziano.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose.

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Presidente, estava aqui analisando os debates e cheguei à conclusão de que estamos discutindo algo que, a meu ver, é uma desconstituição do poder fiscalizatório da Polícia Federal. Esse porte de armas será analisado pela Polícia Federal. Não será a pessoa chegar a uma loja e pedir um revólver ou comprar um rifle que estará com a arma, saindo pelas ruas, será ouvida a Polícia Federal.

Eu faço parte de alguns segmentos na Bahia, nos quais já fomos assaltados na questão de café nas propriedades, roubo de gado, postos de gasolina, motoristas nas rodovias sendo assaltados, quando um pneu era furado, chegava alguém, amarrava-o e levava a sua carga. Então, eu acho que a autodefesa é de grande importância. E, se há um tema que eu voto com convicção, independentemente do viés ideológico partidário, é a posse de armas para aqueles que precisam delas para se defender.

Acompanho o relatório do Senador Marcos do Val, com tranquilidade e com a consciência no local.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador.

Pela ordem de inscrição, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Realmente, é muito difícil a gente isolar o conteúdo do tema da questão da forma; e, por isso, eu vou me manifestar sobre as duas coisas.

A primeira coisa é essa questão da forma. É indubitável que o Governo extrapolou, com esse decreto, aquilo que é sua capacidade de estabelecer decisões. Eu acho que foi muito brilhante quem aqui colocou – e deu exemplo, inclusive – que nós discutimos agora, nesses últimos oito anos, várias questões relativas a isso. Eu, por exemplo, participei aqui na CCJ do debate sobre porte de arma para agente penitenciário – isso foi aprovado –, porte de arma para Guarda Municipal e Guarda Portuário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso foi discutido aqui. Houve audiências públicas e argumentos para mostrar que um agente penitenciário precisa ter a posse da sua arma. E nós votamos, o que é diferente dessa coisa do liberou geral.

Eu acho estranho que pessoas vinculadas à área da segurança pública defendam, a não ser porque acreditam que a política de segurança pública não tem solução, que o monopólio da força não permaneça com o Estado. Ele tem que permanecer com o Estado, tem que ser dele. Portanto, eu entendo dessa maneira.

E, outra, os critérios utilizados para isso aí... Sabe o que é um Vereador com direito de andar com arma de fogo e, lá na comunidade, participar de uma reunião com arma de fogo? Vocês – vários foram Prefeitos, Governadores – sabem que isso é um poder gigantesco, gigantesco, para intimidar, para fazer votar, para fazer... Eu quero saber por que diabos é que político tem que ter arma, tem que andar armado? Me diga uma explicação para isso, pois eu não consigo entender.

E eu acho muito bom que o Congresso decida suspender esse decreto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou concluir.

Nós vamos estar dando um recado a este Governo que não preza pela vida, um Governo que quer destruir toda a política de redução da violência no trânsito, que libera agrotóxico, que libera arma. Vai ser uma forma de dizer: vamos devagar aí com esse andor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Na ordem de inscrição, Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para discutir.) – Sra. Presidente. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esses decretos do Executivo não são intocáveis – essa é a fundamental discussão –, não são intocáveis, porque ilegais, inconstitucionais, engordam, desmerecem a vida, mudam regras de trânsito irresponsavelmente, querem liberar armas, dão ordens para matar. Sra. Presidente, intocáveis são a democracia, a liberdade, a separação dos Poderes, a proteção dos direitos.

Eu nunca me imaginei aqui, em pleno século XXI, lutando com vários Senadores para proteger direitos inalienáveis. Nós chegamos a esse patamar da democracia e o uso excessivo de decretos é um mal, é um precedente com qual o Congresso não pode concordar, porque, Sra. Presidente, todos nós sabemos – e nunca é demais também repetir – que os estados de exceção acontecem pela reiteração de excepcionalidades e nós não podemos concordar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cumprimento todos os Senadores. Esse realmente – alguns disseram – é um tema apaixonante, porque tem a ver com o dia a dia da nossa população, com a omissão do Estado, com a falta de proteção da segurança das pessoas e da própria vida. Mas, Sra. Presidente, armar a população com esse decreto é medializar o Brasil, significa, em outras palavras, em português claro, dizer que, onde o Estado não vai, vamos dar arma à população para matar e para se proteger. Isso é um engano, um engano!

O Brasil – já encerro – tem 2,78% da população do mundo e colabora com 13% dos crimes que acontecem no Planeta. Pior, esse dado já foi citado aqui pelo Senador Rogério Carvalho: 71% dos homicídios são feitos com arma de fogo e, Presidente Simone Tebet, só em 20% dos homicídios as vítimas e os atores não se conhecem. Nesse cenário, armar a população é algo irracional.

Por isso, eu peço desculpas ao Senador Marcos do Val. Eu compreendo a diversidade nesse debate, sobretudo porque no passado protagonizamos muitos avanços: o estatuto, o decreto legislativo que fez o referendo, a realização do referendo. Perdemos o referendo e muita gente confunde. O referendo não tratou do porte, o referendo era mais radical, o referendo nós fizemos uma lei proibindo a venda e comercialização de armas, proibindo a venda e comercialização de armas, e a sociedade não concordou. Ela não concordou com o uso nem com o porte, ela não concordou com a proibição que seria uma medida radical e urgentíssima diante dessa criminalidade generalizada.

Então, Deputado Marcos do Val, já que V. Exa. relatou um caso individual, pessoal, um problema da sua irmã, eu, vou tratar desse assunto, porque o senhor o tornou público. Eu, sendo o irmão dela, a recomendaria melhor com relação à utilização ou não de arma de fogo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o debate é intenso e eu acho que o foco tem que ser realmente se os decretos extrapolaram ou não o poder regulamentar do Presidente da República.

Como eu disse no voto em separado, mais de 30 vezes a Lei 10.826 faz menção direta a decretos de regulamentação, à regulamentação, e eu ouço muitos argumentos no sentido de que o decreto extrapola, extrapola. O decreto extrapola onde? Em que medida? Em que circunstância?

As fundamentações que ouvi agora há pouco fazem referência ao art. 6º da lei de enfrentamento. Esse artigo faz referência às categorias que têm disciplinada a utilização da arma. Não foi o art. 6º o artigo regulamentado pelo Presidente da República? Foi o art. 10 da lei...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que vai dizer: "Art. 10. A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sistema Nacional de Armas".

Aqui está a previsão para autorização, e o Presidente regulamenta, coloca as condições. Então, não se trata de decreto que inova no campo normativo para além da legislação; ele apenas regulamenta. Quando o decreto restringiu a posse e o porte e deu ao delegado o poder discricionário de, por instrução normativa, fazê-lo, aí estava correto. Convenhamos, nós podemos ter divergências do ponto de vista de mérito, mas a legislação está cheia de previsão para regulamentação. O que o Presidente fez foi regulamentar a Lei 10.826.

Quem não quer ter arma e não tem condições para ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quem não tem condições para ter não vai ter, porque os critérios estão lá, os requisitos estão lá, inclusive na própria lei. E quem não quer é só não comprar, é só não pedir o registro.

Então, eu quero me ater aqui apenas à questão da constitucionalidade. Os decretos, reitero, não extrapolam os limites.

E aí, Sra. Presidente, apenas para concluir o raciocínio aqui, veja o tamanho da incoerência que a gente, às vezes, vê no marco legal que temos: promotores, juízes podem andar armados, têm previsão, têm permissão, mas os advogados que atuam não podem. Qual a razão? Ah! Não, mas os advogados criminais poderiam. Bom, então os juízes civilistas, publicistas também não teriam necessidade de andar armados, de ter a liberação para o uso da arma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, quando a gente vai discutir um tema dessa grandeza, nós temos que avaliar, nesse caso aqui, se exorbita, se extrapola ou não o limite regulamentar. E, se formos partir para o mérito, há muitas distorções de que podemos discordar, mas não dá para o argumento de mérito afastar a competência, a legitimidade do Presidente para o poder regulamentar devidamente previsto na Lei 10.826, de 2003.

Portanto, reitero minha posição no sentido de convalidar os decretos presidenciais e votar pela rejeição dos PDLs.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadores e Senadoras, eu queria começar com a frase de um grande pacifista da humanidade, um dos que foram mortos por arma de fogo, chamado Mahatma Gandhi, que dizia o seguinte: olho por olho, dente por dente, a humanidade acabará cega e sem dentes. Nós estamos diante de um assunto extremamente delicado em que precisamos de serenidade.

Eu estou observando aqui todos os argumentos com muita atenção e eu queria falar que esse assunto transcende a questão de direita ou de esquerda ou de centro. A ciência e as estatísticas estão à disposição do Brasil e do mundo inteiro provando por "a" mais "b" – nós vamos ter oportunidade de entrar no...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... mérito no Plenário – que quanto mais armas mais violência, mais mortes.

Eu queria me solidarizar com o Relator, o meu amigo Marcos do Val. Eu passei por uma situação familiar... Graças a Deus, sua irmã não teve o ataque, foi ameaça, mas a minha filha, Ana Cecília, que fez uma carta – não vai dar tempo de eu ler, eu vou ler no Plenário –, estava numa escola nos Estados Unidos, pouco mais de um ano atrás, onde um ex-aluno entrou, com uma arma legal comprada por ele, disparou e matou 17 crianças e o professor dela dentro da sala de aula.

Nós já nos esquecemos de Suzano, do que aconteceu aqui em São Paulo? Quantas suzanos nós vamos precisar ter para começar a refletir sobre esse debate mais profundamente?

Eu queria encerrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Já que o senhor falou de estupro, Marcos do Val, pode ter certeza de que uma arma não seria suficiente para evitar, pois 70% dos estupros acontecem dentro de casa. São crianças e adolescentes. Então, muito provavelmente, uma arma na mão de uma mulher... E a gente sabe que o bandido, o assaltante não vai mandar um "zap" para dizer que vai atacar às 7h30 da manhã, a surpresa é dele. Então, essa arma seria migrada para o crime. Quanto mais armas mais violência!

Já que o senhor falou em Jesus, para encerrar, Presidente – tocar em Jesus para mim é muito forte também –, Jesus dedicou duas passagens do Sermão da Montanha à paz. Ele falou que felizes os mansos que herdarão a Terra; outra passagem, felizes os pacificadores que serão chamados filhos de Deus. Eu pergunto para encerrar: pacificadores e mansos têm a ver com o uso de arma de fogo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muita paz.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sra. Presidente, primeiro, eu quero concordar com todos que aqui falaram a respeito da inconstitucionalidade do decreto, sobretudo o Senador Randolfe, que pediu à assessoria jurídica do Senado, que é uma assessoria de alto nível, mostrando que é inconstitucional e que, na verdade, o decreto do Presidente extrapola todos os limites. Eu acho que isso poderia vir por projeto de lei e tramitar, como já tramitaram outras matérias aprovadas aqui, no Senado Federal.

E o Senador Humberto Costa falou de armas nas Câmaras de Vereadores. Não interessa se é o Vereador ou o Governador, até porque, aqui dentro do Senado Federal, em 1963, nós tivemos um crime em que um Senador sacou de uma arma e assassinou outro Senador. Por sinal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele matou um que estava tomando posse. Exato, ele errou, mas assassinou! Não tinha a mesma pontaria do Major Olimpio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria dizer a V. Exa. que eu jamais, Presidente, votaria a favor de um decreto de um Presidente da República, mesmo se eu o tivesse eleito e fizesse parte da base dele, se esse decreto vem ao arrepio da lei. Jamais faria isso, porque a minha consciência me proíbe de votar para agradar qualquer chefe que seja. Então, não existe, por parte de nenhum Senador que discorda do Major Olimpio, nenhuma hipocrisia. Pelo contrário, os que seguem e querem induzir a sua posição aos que discordam, até por um argumento que é falho, mostram a primeira coisa de um Governo que se mostra fraco, quando tem mania de perseguição. Não existe nenhum tipo de votação contra esse decreto por discordar do Presidente da República. Absolutamente. O decreto dele fere a legislação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Portanto, eu defendo a posição e o voto do Senador Veneziano. Vou votar com ele, certo e consciente de que, além de estar ferindo a legislação, o decreto exorbita em tudo, libera geral as armas, até porque, sendo até um bom atirador, como o Major Olimpio, se ele sacar por último, qualquer garoto de 16 ou 17 anos sacando na frente dele, ele vai voltar para a criação mais cedo. Eu não quero, não. Eu quero que ele fique aqui muitos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Kajuru, a palavra a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu vou ser rápido em função até do tempo limitado.

Repito que aprendi nesta Casa que, para discordar da opinião de qualquer colega, eu não preciso desqualificá-lo, tampouco ficar questionando o que ele falou. Basta eu apresentar os meus argumentos. Entendo completamente a dor do Senador Marcos do Val, tanto que o ouvi aqui, respeitosamente. Entendo a situação de quem pode e de quem não pode. Agora, de forma resumida, nós vivemos em um País onde nem controlamos o mosquito da dengue, nem pessoas embriagadas no volante ou brigando no trânsito. Imaginem todo mundo armado na rua. Me lembra Michael Douglas no filme Um Dia de Fúria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quantas balas perdidas? O porte de arma neste País de esculhambação geral é muito grave. O nosso Presidente tem um compromisso de campanha com isso. Agora, porte de arma é bem diferente de posse de arma. Eu não entro na demagogia que de pacifista nada tem, mas defender porte de arma neste Brasil, acho gravíssimo.

Acompanho o voto do Senador e meu Líder Veneziano Vital do Rêgo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Presidente Simone, muito já foi dito não apenas agora, nos últimos anos. Trata-se muito dessa matéria, principalmente em razão da devastadora disseminação da criminalidade no Brasil. Então, o que eu entendo é que nós temos que nos posicionar, porque a discussão já vai longe.

Tem-se dito que ela libera geral. Eu discordo; não há liberação geral. O decreto estabelece as condições, os critérios, não é? Não serão todos que terão direito de ter um porte de arma. A própria declaração que fizer será muito bem avaliada. Por outro lado, não é neste Governo que o Estado, o poder estatal não consegue dar conta; isso vem de muito longe. Já são vários governos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... que não conseguem dar o devido combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho simpatia pelo relatório do Marcos do Val, e é nesse sentido que eu vou votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senadora Leila, como penúltima inscrita.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Presidente, é só para a gente finalizar. É impossível não falar sobre o dia a dia, o cotidiano das pessoas. Eu sei que isto aqui não é objeto do debate, mas, quando a gente fala em crime, em tráfico, a gente nem comenta sobre isto, porque isto é dever do Estado: cuidar do cidadão. Mas nós estamos nos apegando ao cidadão comum, àquele que está movido pelo desemprego, pelas emoções, aquele que está sem esperança, e a gente vê diariamente essas questões de violência. Esse final de semana nós vimos um ator que morreu com o pai e a mãe, assassinados. Em um momento de intolerância total, de ódio, um crime de ódio, um cidadão comum, um pai saiu ali, num momento em que discordava de um namoro, e matou.

Então, nós estamos falando de crimes, de situações que são diárias. E a gente não pode armar o cidadão comum, aquelas pessoas que a gente sabe que não estão preparadas, nem emocionalmente, nem tecnicamente, o que não é o caso aqui, mas desse debate nós não vamos poder fugir.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós não vamos poder fugir.

Mas, com relação a esse decreto, eu vou junto, vou votar junto com o meu Deputado aqui, com o meu Senador, meu Líder, o Veneziano, que eu concordo com ele. Nós estamos juntos nessa pegada, amigo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como último orador inscrito, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para discutir.) – Só respondendo alguns questionamentos, eu queria voltar com uma outra pergunta: alguém aqui sabe me dizer em qual país, qual lei conseguiu desarmar um criminoso? Se vocês souberem, por favor, me informem, porque até hoje eu não vi nenhum lugar do mundo em que um criminoso foi lá e devolveu sua arma.

Outra coisa, não há dado nenhum de pessoas que tiveram posse ou porte de arma que se envolveram em crime. Durante esse período todo do estatuto – fui ao Ministério da Justiça, fui à Polícia Federal –, não há o índice de quantas pessoas que obtiveram porte se envolveram em crime, ou seja, se existir, é um número quase zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa ao meu amigo pessoal, uma pessoa que eu admiro tanto, o Senador Alessandro: não é para alvos de papel que o treinamento é voltado. Passaram por mim quase 45 mil policiais. Esses 45 mil policiais estão vivos até hoje, e a minha experiência de ter participado, como membro de honra da Swat também me fez vivenciar situações reais, não só em frente ao papel.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – A Consultoria do Senado passou... Há uma elite daqui, hoje, do Senado, mas, dentro da relatoria deles, eles disseram que têm as limitações de conhecimento da área da segurança pública, no relatório deles.

E é uma falácia achar que esse decreto está liberando arma para todo mundo. O que o decreto está fazendo é simplesmente tornar público o que a Polícia Federal já fazia: os critérios adotados pela Polícia Federal ao longo desses 15 anos. E o decreto se tornou público, é a única diferença. Não está liberado para todo mundo que é jornalista, para quem é caminhoneiro, para quem é da área rural. Não está. Você vai ter que passar por todos os critérios, que são superdifíceis. É mais fácil você entrar para a polícia para ter a sua arma do que, hoje, você ter o porte de arma, ainda assim com o decreto.

E há outra coisa: o atirador ativo. Eu me solidarizo com o meu amigo Girão, que teve uma situação especial com a filha dele. E explico por quê.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Há o caso também de São Paulo, que aconteceu recentemente, era uma arma ilegal. Mas esses fatos só acontecem, porque são regiões neutras.

Nos Estados Unidos, como no Brasil, *shoppings*, escolas, todos os locais populosos onde as pessoas são proibidas de andarem armadas... É lá que esses atiradores entram e disparam contra todo mundo. Somente um cidadão de bem armado, somente ele, vai ter condições de parar um cidadão do mal armado. Por isso é que hoje nas escolas, depois de 20 anos com atiradores ativos nas escolas americanas, entenderam que a pessoa mais próxima e que tem que estar mais preparada para lidar com essa situação são os professores. A gente se assusta com isso por causa da nossa cultura, mas, depois de 20 anos de estudos no Estados Unidos, eles entenderam que os professores são os que tem que ter capacidade e autonomia de armas para poder parar um atirador ativo.

Então, a falta de armas em determinados locais é que leva pessoas armadas ilegalmente a cometerem crimes. Eu espero que, se um dia houver uma porta aqui fora onde estiver escrito que todo mundo aqui dentro está desarmado... É muito fácil para nós falarmos, porque temos a Polícia do Senado aqui toda armada em volta de nós. É muito fácil para a gente falar, porque a gente tem segurança total

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. E, se não houvesse? E, se entrasse um atirador aqui e disparasse em todo mundo, quem iria nos defender?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A segurança! A segurança do Senado!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Hoje existe a segurança do Senado...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A segurança é para isso!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço à Senadora Leila, por favor, há um orador. E eu peço ao Senador que conclua por favor, o seu tempo já está esgotado e nós precisamos encerrar a discussão.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Nós não podemos achar que o cidadão honesto, que segue a lei, que teme a lei, vá virar um criminoso. Eu manipulo a minha arma há 30 anos, tenho porte há muitos anos e não virei criminoso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Não a apontei para ninguém, não ameacei ninguém, e ela tem defendido a minha vida e a de minha família.

Era esse o recado que queria deixar para vocês, porque a gente precisa dar à família brasileira mais segurança, o que nós não temos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está encerrada a discussão.

Vamos agora à votação do relatório do Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu fiz uma indagação a V. Exa. agora há pouco acerca da possibilidade... Eu apresentei um destaque... Porque são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas situações. Uma situação é relativa à questão da posse e a outra é relativa à questão do porte. Eu apresentei para ressalvar uma das partes dos decretos e indago a V. Exa. se estou atendido na pretensão de destacar a matéria para a votação em separado, caso o resultado seja pela aprovação dos PDLs.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência gostaria de esclarecer que, nos termos regimentais, nós estamos votando o relatório do Senador Marcos do Val, que não faz referência. Ele simplesmente, em seu voto, é contrário, na íntegra, aos PDLs que estão tramitando em conjunto. Portanto, não cabe destaque, porque nós estamos votando a matéria, o projeto. Essa matéria, o projeto, vai ser discutido e votado em Plenário. Então lá – aí é uma decisão da Mesa – pode ser que caiba. Não vou aqui antecipar porque não sou Consultora nem Presidente. Aí é uma questão que pode ser arguida no Plenário.

Aqui nós estamos votando o relatório, Senador Marcos Rogério. O relatório é, na íntegra, contrário aos PDLs. Não há uma opção. É sim ou não ao relatório. Então, eu queria esclarecer que quem vota com o Relator, Senador Marcos do Val, que é contrário aos PDLs e favorável ao decreto do Senhor Presidente da República, vai votar "sim" e permanecer como se encontra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para um esclarecimento, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para um esclarecimento, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sendo rejeitado o parecer do eminente Senador Marcos do Val, V. Exa. designará um relator para o voto vencedor, que é, neste caso, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que é o Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No caso do voto do Senador Veneziano, é pela aprovação dos PDLs, portanto, reconhecendo a exorbitância dos decretos presidenciais. Nessa assentada é que faço o destaque para ressalvar a questão da posse.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ainda assim, eu lamento, Senador, porque o relatório do Senador Veneziano também é na integralidade favorável. Não cabe, não há como votar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não há como votar parte do decreto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não é do decreto. Não há como votar parte do relatório. Nós estamos votando aqui o relatório. No Plenário, nós estaremos votando – aí não vou me antecipar, não sou consultora e muito menos Presidente do Senado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É como se fosse um tratado. Ou você aprova o tratado que você negociou...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, nós estamos votando o relatório.

Vamos, portanto, feitos os esclarecimentos, repetir: quem vota com o Relator, Senador Marcos do Val, que é contrário aos PDLs, permaneça como se encontra; quem vota contrário ao relatório vai se manifestar de alguma forma, levantando a mão.

Então, eu passo, neste momento, à votação do relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Marcos do Val permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o relatório.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Opa! Verificação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço apoiamento de três Senadores. Senador Marcos Rogério, Senador Lasier, Senador Kajuru. Enfim, vamos proceder à votação nominal. Peço a Secretaria que abra o painel para que as Sras. e os Srs. Senadores possam exercer o seu direito a voto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agora um esclarecimento em relação à votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O PT vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os Senadores que quiserem acompanhar o voto do Relator Marcos do Val, que é contrário ao PDL e favorável ao decreto do Senhor Presidente da República, vão votar "sim". Aqueles que não concordam com o relatório, são a favor do PDL, estarão votando "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rede vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rede vota "não".

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Podemos vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Podemos registra voto "não".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – PSL vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSL registrando voto "sim".

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Democratas vota "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Democratas registrando voto "sim".

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – PSDB vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSDB registrando voto "não".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O PSB vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSB vota "não".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – PDT vota "não", Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PDT registrando voto "não". (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Major Olimpio foi o que mais falou, e o voto dele não vai valer?! Mais uma vez, o tiro do Major Olimpio vai dar chabu!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se já podemos encerrar a votação. Todos os Srs. e Sras. Senadoras já votaram?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas o Senador Weverton aguardando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah! Sim. Caiu por conta do Relator. É o voto do Relator, que tem preferência.

Vamos encerrar a votação. Peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM (...) Sras. e Srs. Senadores... E NÃO, 15 Sras. e Srs. Senadores. Portanto, está rejeitado o relatório. Eu designo o...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recomendação de urgência, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Designo, por enquanto, o Senador Veneziano para proferir o voto vencido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Recomendação de urgência da Comissão ao Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para relatar, nos termos regimentais...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sra. Presidente, é apenas para registrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço àqueles que entenderam que a nossa preocupação se dá por força da forma como foi apresentado o decreto presidencial. Em nenhum instante, desconhecemos sobre aquilo que leis federais já garantem a algumas categorias, a alguns segmentos, a algumas entidades, mas incomoda-nos profundamente quando o Poder Executivo desconhece que existem meios para este debate – no caso, através de um processo ordinário. Por essas razões, o nosso posicionamento em desfavor dos decretos e em favor dos PDLs apresentados pelos nossos pares, Sra. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, recomendação de urgência da Comissão para o Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO N° 31, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2019.

(Tramitam em conjunto os PDL'S nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332, de 2019)

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu consulto às Sras. e aos Srs. Senadores em relação ao pleito do Senador Randolfe com solicitação de urgência...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sra. Presidente, sem urgência! Qual é a questão da urgência?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sou obrigada apenas a colocar a solicitação do Senador Randolfe para ser deliberada. É um requerimento oral do Senador Randolfe pedindo urgência.

Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se concordam com o requerimento.

As Sras. Senadoras...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não! O PSL, "não"!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com os votos em separado do Senador Lasier, do Senador Major Olimpio, do Senador Marcos do Val, da Senadora Juíza Selma, do Senador Ciro Nogueira, do Senador Flávio Bolsonaro, está aprovado o regime de urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Último item da pauta...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Verificação, Sra. Presidente. Verificação...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não cabe...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Com apoiamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma hora depois, Major. Está no Regimento...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós tivemos seis votos contrários contra uma maioria de 24 Srs. Senadores.

Último item da pauta hoje é extrapauta num acordo. Eu havia anunciado no início da votação...

EXTRAPAUTA

ITEM 19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2017

- Não terminativo -

Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 –Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Iniciativa popular

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável ao Projeto com doze emendas que apresenta e contrário às emendas nºs 1 a 11.

Observações: no dia 12 de abril, foram recebidas as Emendas nºs 1 a 10, de autoria do Senador Lasier Martins. No dia 26 de fevereiro, foi recebida a Emenda nº 11, de autoria do Senador Fabiano Contarato.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Pacheco, para proferir o seu relatório.

É um item extrapauta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Questão de ordem, Sra. Presidente! Questão de ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Art. 108, §1º. Teria que ter sido publicado isso 48 horas antes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Houve... Esta Presidência, desde o começo, desde o primeiro dia, disse que não colocaria de ofício nenhum projeto extrapauta, a não ser que viesse uma orientação da Mesa Diretora, ouvidos alguns Líderes. Foi o que foi feito...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu não fui ouvido em nenhum momento. Reitero a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo a manifestação de V. Exa. Eu fiz questão de, no início, colocar para os Senadores presentes, no início desta sessão. Não houve...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu mesmo me manifestei, Excelência. Opa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas a matéria está...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Opa! Não!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A matéria está preclusa, uma vez...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Vamos seguir o Regimento então, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos seguindo o Regimento, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não está seguindo, Excelência. Olha o artigo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cabe a V. Exa. pedido de vista, cabe um acordo...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Simplesmente não está sendo respeitado o Regimento, claramente, neste momento. Não houve entendimento entre os Líderes. Não houve esse entendimento. Nem consulta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Neste momento, Senador Major Olimpio, antes de passar a palavra ao Senador Espiridião Amin, eu fui comunicada pelo Presidente da Casa que, ouvindo alguns Líderes, nós iríamos...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Alguns, não.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ouvindo os Líderes, alguns Líderes...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Isso é quebra de Regimento. É unanimidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve um pedido do Presidente, ouvindo alguns Líderes, que eu colocasse extrapauta. Esta Presidência tem o poder de colocar extrapauta sem prejuízo da tramitação, pedido de vista, andamento processual. Comuniquei no início. Não houve debate, nem discussão, nem pedido de oitiva e de deliberação do Plenário da reunião. Consequentemente, está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Isso é quebra de Regimento. Eu recorro ao Plenário, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. pode...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não houve esse acordo em nenhum momento, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem o direito de recorrer da decisão da Presidente da CCJ.

Com a palavra, para suas considerações, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, eu acho que, se o Presidente do Senado lhe pediu, ele agiu de maneira incorreta, e eu direi isso a ele.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Todos nós diremos, Excelência. Todos nós!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Segundo, eu fui requisitado... Eu marquei presença aqui antes do horário. Eu fui requisitado para presidir, na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Por isso, eu me submeto, protestando, à sua orientação, e peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No momento oportuno.

Vou passar a palavra, neste momento, para o Relator, Senador Rodrigo Pacheco. Em seguida ao relatório, eu abro a palavra pela ordem, mas já lembrando que não vai haver discussão porque há pedido de vista.

Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco, para relatar o Projeto de Lei da Câmara.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Vista conjunta, Excelência. Lamentável, já que não temos entendimento dessa ordem, esse constante desrespeito ao PSL, desrespeito a mim, como Líder do PSL. Eu vou manifestar ao Senador Amin. A mim e também ao Amin.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não ao PSL. O Cidadania também não foi ouvido.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O Cidadania também não foi ouvido, Excelência. Quem foi ouvido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não foi ouvido, não foi chamado...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – V. Exa. Trata com o Presidente, e quais são os Líderes que foram ouvidos, Excelência? Quais são os Líderes, Excelência?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não houve reunião de Líderes.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Essa reunião não aconteceu, Excelência.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, pela ordem.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Não houve reunião, Excelência.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra... Eu vou dar apenas a palavra, pela ordem, para a Senadora Rose de Freitas, mas eu vou continuar a reunião, dando a palavra para o Senador Rodrigo Pacheco.

Repito: a matéria está preclusa. No momento em que eu anunciei, não houve pedido para que o Plenário deliberasse. Estou acatando uma solicitação do Presidente desta Casa, que disse que falou, conversou com alguns Líderes, repetindo que a pauta do Plenário e a pauta desta Comissão cabem aos seus respectivos Presidentes. Jamais colocarei alguma matéria extrapauta – disse, desde o início –, a não ser que haja solicitação da Mesa ou deliberação do Colégio de Líderes.

Vou passar a palavra...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não houve essa deliberação, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para uma questão de ordem, à Senadora Rose de Freitas. Em seguida, para o Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para questão de ordem.) – Sra. Presidente, eu quero apenas elogiar... Ter recebido aqui, por ter recebido aqui, nesta Casa... Acho que faltou aqui... Plenário... Não está funcionando, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por favor, estabeleçam o som para a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigado, Cid.

É, Senador Cid, ora sim, ora não, não pode ser. V. Exa. tem recebido aqui elogios permanentes pela condução dos trabalhos. Muitas vezes as pessoas dizem que eu brigo muito, mas eu quero dizer que, nessa hora, as dúvidas têm que ser esclarecidas com o Presidente da Casa. Nesta Comissão, o rito processual que V. Exa. estabeleceu nunca foi com privilégios.

Então, eu só quero aqui apoiá-la...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... e dizer é que o recurso dos Líderes que não foram ouvidos, que porventura não tenham sido ouvidos, tem que ser feito ao Presidente Davi, não à senhora, que tem tido um comportamento absolutamente irretocável.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Senador Antonio Anastasia com a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Tão somente para endossar as palavras da Senadora Rose e ser testemunha da correção com que V. Exa. tem presidido esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até porque V. Exa., eu agradeço, estava presente na conversa que tivemos com o Presidente desta Casa, representando não sei se o PSDB, porque, de qualquer forma, volto a repetir: não foi na reunião de Líderes, mas foi uma solicitação e um comunicado do Presidente desta Casa, a quem eu respeito e que é o Presidente de todos nós na hierarquia em que cabe a mim cumprir a determinação.

Eu passo a palavra ao Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Rodrigo Pacheco.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senadora, rapidamente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – É uma questão de dever eu comunicar a V. Exa., por quem eu tenho um profundo respeito, mas que, como Líder do Bloco Podemos, PSDB e PSL, eu não fui ouvido sobre essa extrapauta hoje. Queria deixar isso registrado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço a observação, Senador Eduardo Girão. Só me obriga agora, embora não tenhamos testemunha... Obviamente, eu vou deixar a palavra de V. Exa. como último, mas eu tive o cuidado de tratar desse assunto antes da sessão com V. Exa., e apenas para...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – A senhora tratou comigo!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas como Líder...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E não houve objeção, mas, enfim, apenas um comunicado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – A senhora me comunicou...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É importante, apenas para esclarecer, porque, como V. Exa. provocou, eu preciso deixar claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não, a senhora me comunicou. É importante eu ressaltar: a senhora me comunicou, tanto é que, quando eu saí, eu vim falar com a Juíza Selma, com outras pessoas que eu sei que não concordam com essa extrapauta, porque não foi um assunto debatido, decidido na reunião de Líderes. E ontem, nessa reunião com o Presidente Davi eu não estive, não tomei conhecimento e sou contra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero deixar...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não houve essa reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fica em registro. Nós não estamos... Fica o registro.

Eu pediria apenas que o Senador Rodrigo Pacheco, já que vai ter pedido de vista, pudesse se pronunciar. Faz um relatório dentro do que V. Exa. achar necessário. E o pedido de vista já está deferido.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu, inicialmente, faço um registro de agradecimento a V. Exa. pela confiança na designação, como Relator, de matérias, muitas matérias atinentes a Direito Penal e a Direito Processual Penal, inclusive esse projeto proveniente da Câmara dos Deputados, sobre o qual deliberaremos, registrando também que o ambiente próprio para se fazer a lei penal no âmbito do Congresso Nacional é a reforma do Código Penal. Para se fazer a lei processual penal é a reforma do Código de Processo Penal, já aprovada no Senado e hoje na Câmara dos Deputados.

Faço um registro também de que no Senado Federal, na legislatura passada, foi aprovado um estatuto referente ao abuso de autoridade, que hoje toca à Câmara dos Deputados, ainda sem deliberação.

Esse projeto é de iniciativa popular que tramitou na Câmara dos Deputados. Houve a preservação daquilo que era a sua essência como combate à impunidade e à corrupção no País. Qual é a essência desse projeto? A criminalização do caixa dois de campanha, criando um tipo penal específico para coibir essas práticas; o aumento das penas dos crimes contra a administração, inclusive corrupção e peculato; a consideração de hediondez em relação a esses crimes de determinadas montas. E essa essência do projeto foi mantida.

Outras medidas anticorrupção foram rechaçadas no âmbito da Câmara dos Deputados, na legislatura passada, entre elas a validação de prova ilícita. E quero crer que todos concordam que deveria mesmo ser rechaçada, porque é inconcebível se pensar em validação de prova ilícita, ainda que produzida de boa-fé ou obtida de boa-fé; o teste de integridade; a extinção civil do domínio; outros temas que constituíam aquele projeto inicialmente e que a Câmara optou por rechaçar, ora por entender como impertinente, ora por entender que era matéria afeta à discussão do Código de Processo Penal. E o fato é que hoje nós temos – é bom que se faça esse registro – que todas essas medidas anticorrupção e anti-impunidade que possam ser debatidas e decididas poderão ser feitas, repito, no ambiente da discussão do novo Código Penal, da discussão do novo Código de Processo Penal, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacote anticrime do Ministro da Justiça Sergio Moro, e que esse projeto não haverá de ser o local propício para se pretender uma discussão absolutamente ampla em relação a isso. Repito, porque há outros caminhos, neste momento, mais adequados e mais legitimados para se fazer a discussão do ordenamento jurídico penal, processual penal e de combate a crimes de administração, contra a administração, no Brasil.

Portanto, eu passo à leitura do meu voto e peço licença a V. Exa. para dispensar a leitura do extenso relatório que foi feito, que narra todo o trâmite do que era a origem, do que foi a decisão da Câmara, do que foi a supressão por parte da Câmara, do que foram as emendas no ambiente da Câmara dos Deputados, para ir direto à análise do projeto.

Apressei-me a fazer o parecer, já ontem, altas horas da noite, diante da informação da inclusão em pauta de um desses projetos do qual sou Relator em matéria penal e processual penal.

Eis a análise, Sra. Presidente.

Cabe a este Colegiado opinar sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do PLC (Regimento Interno do Senado Federal – RISF, art. 101, I e II).

Em relação à constitucionalidade, verifica-se que a matéria se inclui entre as competências legislativas privativas da União (CF, art. 22, I), por tratar de direito processual, penal e eleitoral. Não há reserva de iniciativa, de modo que a propositura por iniciativa popular é adequada.

Quanto à regimentalidade, verifica-se que a tramitação do PLC seguiu o que determina o Regimento Interno do Senado Federal, cabendo a esta Comissão a apreciação exclusiva, embora não terminativa, da matéria.

Conforme já mencionado, a proposição foi inspirada em iniciativa do Ministério Público Federal, conhecida como “Dez Medidas Contra a Corrupção”. O substitutivo aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, contudo, alterou a proposta original, suprimindo ou modificando dispositivos constantes da regulamentação então proposta pelo Ministério Público Federal. O substitutivo da Câmara também incluiu novos artigos.

Apresentamos, a seguir, um resumo das principais alterações promovidas na redação original do Projeto de Lei nº 4.850, de 2016, incorporadas no substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados:

a) Medidas suprimidas pela Câmara dos Deputados:

a.1) simplificação do rito das ações de improbidade administrativa;

a.2) acordo de leniência;

a.3) sigilo do denunciante;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a.4) teste de integridade de agentes públicos;

a.5) aplicação de percentuais mínimos em ações de propaganda contra a corrupção;

a.6) confisco alargado;

a.7) ação civil de extinção do domínio;

a.8) crime de enriquecimento ilícito;

a.9) modificação no regime de prescrição penal;

a.10) certificação do trânsito em julgado nos casos de recurso manifestamente protelatório;

a.11) alterações no instituto do *habeas corpus*;

a.12) criação de nova hipótese de prisão preventiva;

a.13) progressão de regime de cumprimento da pena, concessão de liberdade condicional e conversão da pena privativa em restritiva de direitos condicionados à restituição da vantagem indevidamente auferida ou do seu equivalente e ao ressarcimento integral do dano;

a.14) alteração dos crimes funcionais contra a ordem tributária;

Muitos desses pontos, suprimidos pela Câmara, são objeto de outros projetos de lei, inclusive do pacote do Ministro da Justiça Sergio Moro.

b) Medidas mantidas, porém, alteradas pela Câmara dos Deputados:

b.1) responsabilização dos partidos políticos por atos de corrupção praticados por seus membros;

b.2) criminalização específica do caixa dois eleitoral;

b.3) alteração da pena do crime de estelionato;

b.4) inclusão dos crimes contra a Administração Pública no rol de crimes hediondos;

b.5) alteração da Lei de Lavagem de Dinheiro;

b.6) fixação de prazo para pedido de vista nos julgamentos por órgãos colegiados;

b.7) regramento das nulidades no Código de Processo Penal;

b.8) treinamento de agentes públicos relacionado aos procedimentos e rotinas a serem adotadas diante de situações propícias à corrupção;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b.9) criação de novas penas mínimas e máximas para os crimes dos arts. 312, *caput* e §1º, 313-A, 316, *caput* e §2º, 317 e 333, considerando o valor da vantagem e do prejuízo causado à Administração Pública;

b.10) alteração das penas dos crimes contra a Administração Pública no Código Penal;

b.11) limitação do manejo dos embargos de declaração.

Outro ponto.

c) Medidas mantidas sem alteração pela Câmara dos Deputados:

c.1) revogação do crime de peculato do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a revogação desse delito de peculato no Decreto-Lei nº 201, preservado o peculato do Código Penal, evidentemente;

c.2) *accountability* no Judiciário: obrigatoriedade de o Poder Judiciário divulgar informações sobre o julgamento de ações criminais e de improbidade;

c.3) possibilidade de o Ministério Público instaurar procedimento preparatório para a investigação de ilícitos eleitorais;

c.4) eliminação da possibilidade de arrazoar recurso de apelação perante a instância superior e do recurso de embargos infringentes e de nulidade;

Outro ponto.

d) Medidas incluídas pela Câmara dos Deputados:

d.1) responsabilização dos agentes públicos (magistrados e membros do Ministério Público) por crime de abuso de autoridade;

d.2) alterações na Lei da Ação Popular, Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965;

d.3) alterações na Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

d.4) criação pelos partidos políticos de mecanismos de integridade (*compliance*), inclusive como atenuante à sua responsabilização por atos de corrupção;

d.5) alterações no regramento dos embargos de declaração no âmbito do Código de Processo Penal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d.6) alteração no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lei nº 8.906, de 1994, para criminalizar a violação dos direitos e prerrogativas do advogado e conceder à OAB legitimidade para provocar a investigação dos crimes contra a advocacia;

d.7) alteração na Lei da Ação Civil Pública para prever a responsabilização do autor quando a ação for proposta temerariamente por comprovada má-fé;

d.8) previsão de nova sessão de julgamento, composta com a presença de outros julgadores, em número que possibilite a inversão do resultado inicial, para os casos de julgamento por tribunal, quando o acórdão condenatório proferido não for unânime (art. 13 do PLC no 27, de 2017).

Digo eu, Sra. Presidente, que, no essencial, estamos de acordo com o PLC. Acreditamos que as medidas propostas, especialmente as principais, que constituem o cerne do projeto, têm o condão de combater a corrupção e a impunidade com eficácia.

É importante destacar o cerne da proposição, que, entre outras inovações, criminaliza a compra de votos e o chamado caixa dois eleitoral, medidas essenciais para garantir a legitimidade do resultado das eleições, expressão máxima da democracia. Com efeito, o PLC acresce à Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, os seguintes dispositivos – dois crimes, portanto, esse é o primeiro ponto importante deste projeto; dois crimes ou dois tipos penais são criados pelo projeto:

> Art. 299-A. Negociar ou propor a negociação o eleitor, com candidato ou seu representante, em troca de dinheiro, dádiva ou qualquer outra vantagem, para dar voto: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa.

E o segundo tipo penal, o tipo penal do caixa dois eleitoral:

> Art. 354-A. Arrecadar, receber ou gastar o candidato, o administrador financeiro ou quem de fato exerça essa função, ou quem atuar em nome do candidato ou partido, recursos, valores, bens ou serviços estimáveis em dinheiro, paralelamente à contabilidade exigida pela lei eleitoral: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa.
> §1º As penas serão aumentadas de um terço se os recursos, valores, bens ou serviços de que trata o *caput* forem provenientes de fontes vedadas pela legislação eleitoral ou partidária.
> §2º Incorre nas penas prevista no *caput* e no §1º quem doar, contribuir ou fornecer recursos, valores, bens ou serviços nas circunstâncias neles estabelecidas.
> §3º Aplicam-se as penas previstas no *caput* e nos §§1º e 2º deste artigo sem prejuízo das sanções previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e na legislação extravagante cujos crimes sejam de competência da justiça comum.

Muito bem, digo eu: outra relevante inovação consiste no incremento do limite mínimo da pena privativa de liberdade ou da pena de reclusão, melhor expressando, dos crimes de peculato, inserção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados falsos em sistema de informações, concussão, excesso de exação qualificado pelo desvio, corrupção passiva e ativa e corrupção ativa em transação comercial internacional. Então, o segundo ponto importante é o aumento da pena mínima, especialmente da pena mínima, de dois para quatro anos nesses crimes contra a Administração, em especial de corrupção e de peculato.

Além disso, o PLC promove a inclusão desses tipos penais no rol dos crimes hediondos, quando a vantagem ou o prejuízo para a Administração Pública for igual ou superior a 10 mil salários mínimos vigentes à época do fato. Essa foi a opção da Câmara dos Deputados de classificar como hediondos esses crimes na hipótese de lesão ao Erário, no caso de peculato ou de monta de vantagem indevida, no caso de corrupção, em valores iguais ou superiores a 10 mil salários mínimos.

Também dignas de registro são as modificações operadas no Estatuto da Advocacia, que reforçam as prerrogativas dos advogados, mediante a criminalização do exercício ilegal da profissão e da violação de direito ou prerrogativa previstos nos incisos I a V do art. 7º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, Estatuto da Advocacia da OAB, por qualquer membro do Poder Judiciário, do Ministério Público ou autoridade policial, inclusive seus servidores.

Não obstante, consideramos imprescindível fazer ajustes no projeto, até mesmo para resgatar propostas que constavam da redação original do PL das dez medidas, o PL nº 4.850, de 2016, que compreendia as medidas alvitradas pelo Ministério Público Federal.

Com relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, não vislumbramos vantagens na adoção dessa nova modalidade de pena escalonada, sem prejuízo da discussão dessa inovação legislativa, no âmbito da discussão da reforma do Código Penal. O montante auferido com a vantagem indevida nos crimes de corrupção deve servir para a dosimetria da pena – de dois a doze, e agora, sendo aprovada essa lei, de quatro a doze –, mas não para criar figuras qualificadas, como pretende o texto do projeto de lei da Câmara.

A pena privativa de liberdade proposta pelo PLC para o crime de estelionato, que já é um outro ponto do projeto, de reclusão de dois a oito anos para o crime de estelionato, que hoje é de um a cinco, parece-nos exacerbada, além do que o projeto tem como foco os crimes contra a Administração Pública – o foco do projeto são crimes contra a Administração Pública, e havia lá uma parte em que se falava do aumento de pena por crime de estelionato, sem prejuízo da discussão desse aumento na reforma do Código Penal, mas não é o momento aqui de se pretender, descontextualizadamente, aumentar a pena do crime de estelionato, ainda mais dobrando-a, como e a proposta aqui ventilada –, sendo conveniente que outros tipos penais sejam tratados em proposição autônoma, em especial no projeto de reforma do Código Penal, em tramitação no Senado Federal.

Discordamos, também, da alteração das regras de prescrição aplicáveis aos atos de improbidade administrativa. O enfrentamento da impunidade demanda a pronta atuação do sistema de Justiça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo bastante razoável o prazo prescricional já estabelecido no art. 23 da Lei nº 8.429, de 1992, notadamente diante da imprescritibilidade da ação de ressarcimento. Então, o que eu proponho aqui, Senador Weverton, é a manutenção da prescrição da improbidade administrativa no seu art. 23 e a imprescritibilidade da ação do ressarcimento do dano causado em razão do ato de improbidade.

Ademais, exceto pela inserção do art. 578-A, aqui é um ponto relevante, consideramos inoportunas as modificações que o PLC promove no Código de Processo Penal. Lá se fala a respeito de embargos de declaração, embargos infringentes, *habeas corpus*, discussões que devem ser reservadas à discussão do Código de Processo Penal e não, neste projeto de lei, repito, cuja essência é a definição dos crimes de corrupção com penas maiores, a torná-los crimes hediondos e criminalizar o caixa dois de campanha. Por isso, nasceu esse movimento para a inauguração desse projeto. E aí digo: melhor reservar as modificações para o CPP, até porque um novo Código Processual Penal está sendo gestado no Parlamento, que é PL nº 8.045, de 2010, em tramitação na Câmara dos Deputados, e lá estávamos, na legislatura passada, a debater.

Esse novo art. 578-A – deste, sim, eu proponho a manutenção nesse texto – regulamenta o pedido de vista de processos por ocasião de julgamento por órgãos colegiados, razão pela qual é imprescindível para a célere prestação jurisdicional e, consequentemente, para o enfrentamento da impunidade, que basicamente é a definição de um prazo nas hipóteses de pedido de vista por magistrados, para que possam, dentro desse prazo, entregar a prestação jurisdicional através do seu voto, da sua decisão.

No que tange aos crimes de abuso de autoridade por parte de magistrados e membros do Ministério Público, consideramos conveniente incorporar duas disposições que integram o texto do PLS nº 85, de 2017, que teve a relatoria do Senador Requião. Lá se fez um estatuto dos crimes de abuso de autoridade, diversos tipos penais lá constam. Hoje, este projeto está na Câmara dos Deputados.

A pena daquele projeto é de um a quatro anos para o abuso de autoridade, mas aquele projeto tem um mérito, e esse mérito eu importei para o projeto de abuso de autoridade que veio da Câmara neste momento para colocá-lo como dois parágrafos. Essa é uma alteração substancial desse projeto na parte que se refere ao abuso de autoridade. Basicamente são os parágrafos... Deixe-me continuar e falo sobre os parágrafos.

Consideramos conveniente incorporar duas disposições que integram o texto do PLS nº 85, de 2017, que define os crimes de abuso de autoridade; tipifica as condutas praticadas com abuso de autoridade por membro de Poder ou agente da Administração Pública, servidor público ou não, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O primeiro dispositivo, o primeiro parágrafo extraído daquele texto de abuso de autoridade votado, aprovado no Senado na legislatura passada, é o que ressalva não configurar crime a mera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divergência de interpretação e de valoração sobre o fato, sobre a prova. Aquele que exerce o Direito, seja o juiz, seja o membro do Ministério Público, não pode ser punido pela interpretação que dá. É o chamado crime de hermenêutica. Esse dispositivo visa justamente a definir que a interpretação dada pelo sujeito do processo à lei e à valoração que ele dê ao fato e à prova não constituem crime de abuso de autoridade. Isso está em um parágrafo incluído neste projeto agora, sob a nossa relatoria.

E o segundo ponto é previsão expressa também em outro parágrafo sobre a presença do dolo específico como condição para caracterização do crime de autoridade, que é o dolo específico do ato de abuso de autoridade que deve ser praticado com a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si próprio ou terceiro ou ainda para satisfação pessoal ou por mero capricho.

Então, são duas inovações trazidas agora em relação ao projeto de abuso de autoridade aprovado pela Câmara dos Deputados, extraídos não por ideia minha, não de ideia original minha, mas por algo que já constava e já consta no projeto de lei aprovado no Senado na legislatura passada referente ao abuso de autoridade.

Outra grande divergência é que, neste projeto que estamos apreciando aqui, a pena fixada é de um a dois anos. Naquele projeto do Senado que hoje está na Câmara, a pena é de um a quatro anos. É uma pena substancialmente maior. Aqui, a opção foi manter a inteligência da Câmara dos Deputados em relação a esse preceito secundário do tipo penal.

Com relação às disposições que constavam do pacote das dez medidas contra a corrupção e que foram suprimidas pela Câmara dos Deputados, consideramos imprescindível resgatar a previsão do perdimento de bens e da ação civil de extinção do domínio, de que cuidam os arts. 21 a 23 da redação original do PL, por se tratar de poderosa e inovadora ferramenta para evitar a impunidade. Aqui basicamente eu resgato aquilo que foi suprimido na Câmara dos Deputados, que era uma das dez medidas anticorrupção, que é a do perdimento civil de bens e da extinção civil do domínio, prevendo também a forma de se alcançar essa extinção civil do domínio.

Passando à análise das emendas, consideramos que a consideramos que a Emenda nº 01-CCJ, do Senador Lasier Martins, devido à sua extensão e especificidade, deveria ser objeto de proposição autônoma para permitir um debate mais cuidadoso da matéria.

Esse mesmo entendimento aplica-se às Emendas nº 03-CCJ, nº 04-CCJ, nº 05-CCJ e nº 08-CCJ.

Portanto, sem desconhecer que pode ser meritório, que pode ser positivo, melhor será fazer conteúdo delas através de um projeto positivo, melhor será fazer o conteúdo delas através de um projeto próprio ou, eventualmente, até na discussão do Código Processo Penal, para que possam ser debatidas pelo Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rejeitamos a Emenda nº 2-CCJ por considerar adequadas as disposições relativas aos crimes de abuso de autoridade, praticados por magistrados e membros do Ministério Público, cabendo ressaltar as modificações mencionadas linhas atrás.

De igual maneira, rejeitamos a Emenda nº 6-CCJ, pois entendemos que o enriquecimento ilícito é decorrência do crime, não constituindo, por si só, conduta a ser tipificada, além do que este tema poderá ser avaliado no bojo da reforma do Código Penal.

Conforme consignado neste relatório, deixamos de aproveitar a maioria das modificações que o PLC promove no Código de Processo Penal, tendo em vista que um novo projeto de código tramita no Parlamento. Então, também por essas razões, rejeitamos as Emendas nº 7, 9 e 10 da CCJ.

Finalmente, rejeitamos a Emenda nº 11-CCJ por considerarmos razoável o patamar de 10 mil salários mínimos por referência para que o crime contra a Administração seja considerado hediondo, que é a opção da Câmara dos Deputados, ora mantida no meu parecer.

Por todos esses motivos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas apresentadas a seguir, ficando rejeitadas as Emendas 1 a 11 da CCJ.

E aqui segue uma série de emendas, ora de redação, ora de mérito. Sobre essas emendas de mérito, caso esse projeto seja aprovado no Senado, é que a Câmara, ao voltar o projeto para lá, deverá se pronunciar.

Muito obrigado, Presidente.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós que agradecemos ao Senador Rodrigo Pacheco pela relatoria.

Não cabe discussão, uma vez que houve solicitação e está deferido o pedido de vista coletiva da matéria.

Em função do adiantado da hora, nós deixaremos a pauta para a próxima reunião deliberativa, que, excepcionalmente, se dará – para deixar muito claro, nós vamos publicar – na terça-feira, às 10h da manhã, porque, na quarta, teremos a vinda do Ministro Sergio Moro. Portanto, na terça-feira, às 10h da manhã, nós teremos pauta deliberativa da Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Nós vamos discutir e fazer os comentários devidos na próxima terça, mas, além de parabenizar o Relator Rodrigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pacheco, fica a pergunta que eu gostaria de fazer. Na época em que o projeto foi discutido na Câmara, nós recebemos vários pedidos, comandados pelo promotor Dallagnol, de que deveria se ter validade das provas ilícitas. Então, é importante que saibamos se ele ainda defende isso e, se defende, que se pronuncie porque, até terça, podemos tentar incluir no projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a observação de V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Leila Barros, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Tasso Jereissati, Humberto Costa, Arolde de Oliveira e Jorginho Mello. Registram a presença os Senadores Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Usa da palavra o Senador Vanderlan Cardoso. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 21ª e da 22ª Reuniões Extraordinárias e da 23ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. A presidência registra a presença dos Senhores: João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, Ministro do STJ; Reynaldo Soares da Fonseca, Ministro do STJ; Humberto Eustáquio Soares Martins, Corregedor Nacional de Justiça; Fabiana Costa Oliveira Barreto, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal; e Ediene Santos Lousado, Procuradora-Geral de Justiça da Bahia. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - Ofício "S" nº 10, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA FARINA NAVARRETE PENA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público estadual." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora IVANA FARINA NAVARRETE PENA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 22 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção. ITEM 2 – Ofício "S" n° 23, de 2019 – Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro de Tribunal Regional Federal, no biênio 2019-2021." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 25 votos favoráveis. ITEM 3 – Ofício "S" n° 24, de 2019 – Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a juiz federal, no biênio 2019-2021." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 24 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª Parte – Deliberativa. ITEM 1 – Ofício "S" n° 26, de 2019 – Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução n° 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Senhora SANDRA KRIEGER GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. ITEM 2 - Ofício "S" n° 30, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EMMANOEL PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1161, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4°-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 - Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 17, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica, na forma em que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1951, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição n° 51, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil" Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Cidinho Santos (PR/MT), Senador Wellington Fagundes (PR/MT), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Romero Jucá (PMDB/RR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Proposta de Emenda à Constituição n° 82, de 2019 - Não Terminativo - que: "Modifica os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais." Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Favorável à Proposta com cinco emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Antonio Anastasia e Eduardo Braga, nos termos regimentais. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 2121, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis n°s 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 12.016, de 7 de agosto de 2009, a fim de estabelecer prazo para julgamento do mérito após concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, em arguição de descumprimento de preceito fundamental ou em mandado de segurança." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães e Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da emenda nº 3-S. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 2-CTFC-CAS, 4-CAS, 6-CAS; pela aprovação da Emenda nº 3-CAS, com a Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CTFC-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro." Autoria: Senador Airton Sandoval (PMDB/SP). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei n° 1414, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção de molestar, perseguir ou assediar alguém de maneira continuada ou episódica, com o uso de quaisquer meios." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei n° 1369, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá outras providencias." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei n° 1865, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 32, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V da Constituição Federal e do art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer ante esta Comissão o Procurador da República Deltan Dallagnol, a fim de prestar informações sobre suposta e indevida coordenação de esforços com o então Juiz Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, e Procuradores responsáveis pela Operação Lava-Jato." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 33, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019, com o objetivo de instruir a PEC 115/2015, que altera a redação do art. 228 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. José Eduardo Cardozo, advogado, ex-Ministro da Justiça; 2. Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia; 3. Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; 4. Deise Benedicto, advogada ex-conselheira do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 34, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 66/2019, que altera o art. 207 da Constituição Federal, para possibilitar às universidades públicas a cobrança de contrapartidas financeiras por serviços prestados à sociedade e para facultar a administração autônoma desses recursos e dos obtidos por meio do gerenciamento do patrimônio imobiliário, da produção de bens e serviços de inovação, dos convênios e das doações. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ana Carla Bliacheriene - Professora da EACH da USP; 2. Marcelo Knobel - Presidente do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas); 3. Maria Arminda do Nascimento Arruda - Diretora da FFLCH da USP; 4. Reinaldo Centoducatte - Presidente da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 35, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de "debater o registro, posse e porte de armas no Brasil". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Diretor-Geral da Polícia Federal; 2. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal; 3. Presidente da ONG Movimento Viva Brasil; 4. Representante da Associação Nacional de Caça e Conservação; 5. Representante da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo; 6. Representante da ONG Igarapé; 7. Representante da ONG Sou da Paz; 8. Representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; 9. Representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia; 10. Representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fórum de Segurança Pública; 11. Representante do Ministério da Defesa; 12. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, consulto os colegas se podemos dispensar a leitura e a aprovação das Atas da 21ª e 22ª Reuniões, Extraordinárias, e da Ata da 23ª Reunião, Ordinária.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião será realizada em duas partes.

A primeira destina-se à realização de sabatinas, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 22.

Passamos, portanto, à primeira parte neste momento. Trata-se da sabatina de três autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 10, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA FARINA NAVARRETE PENA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público estadual.

Autoria: Procuradoria-Geral da República e outros

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 29/05/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 23, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro de Tribunal Regional Federal, no biênio 2019-2021.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça e outros

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 05/06/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 24, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a juiz federal, no biênio 2019-2021.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 05/06/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito desta Comissão. Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou mesmo fazer perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Neste momento, gostaria de convidar os indicados para que adentrem o recinto desta reunião e possam se sentar à mesa. Gostaria de convidar a Sra. Ivana Farina Navarrete Pena, Rubens de Mendonça Canuto e também Candice Lavocat Galvão Jobim. Por favor, podem adentrar o recinto e tomar assento à mesa.

Enquanto aguardamos os nossos candidatos, esta Presidência gostaria, em nome das Sras. e Srs. Senadores, de agradecer a presença de todos, especialmente das autoridades que aqui se encontram. Gostaria de agradecer a presença do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Dr. João Otávio de Noronha; do Corregedor Nacional de Justiça, Dr. Humberto Martins; da Procuradora-Geral de Justiça do DF, Dra. Fabiana Costa; da Procuradora-Geral de Justiça da Bahia, Ediene Santos Lousado; do Ministro do STJ, Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas; e do Ministro também do STJ, Dr. Reynaldo Soares da Fonseca.

Por favor, queiram...

(*Interrupção do som.*)

Esta Presidência vai conceder a palavra num primeiro momento, para as suas considerações iniciais, aos nossos candidatos pelo tempo de dez minutos e, em seguida, pela ordem de inscrição – as inscrições já poderão ser feitas junto à Mesa –, após a fala dos Relatores. A inscrição já está aberta. Nós já podemos fazer as inscrições das Sras. e dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra neste momento à Sra. Ivana Farina Navarrete Pena para a sua exposição por dez minutos.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – Bom-dia a todos e a todas, aos ilustres Senadores e às ilustres Senadoras integrantes desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente Senadora Simone Tebet, saudando-a faço uma saudação a todos os seus pares aqui presentes.

Quero fazer inicialmente alguns agradecimentos, porque são absolutamente necessários.

Quero agradecer ao Ministério Público do Estado de Goiás, aqui representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Dr. Aylton Vechi e, saudando o Procurador-Geral de Justiça, faço a saudação a todos os membros do Ministério Público que aqui presentes.

Quero também agradecer ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça. Esse colegiado, que tive a honra de presidir, foi o órgão que respaldou a indicação de meu nome, com 22 de 25 votos. Assim sendo, na pessoa da Procuradora-Geral de Justiça da Bahia, Drª Ediene Lousado, eu faço a saudação a todo o colegiado e a todos os Procuradores-Gerais de Justiça aqui presentes.

Quero agradecer também a presença do CNMP, na figura dos Conselheiros Lauro Machado e Sílvia Amorim, que aqui comparecem para prestigiar esta audiência pública de arguição.

Muito especialmente, eu agradeço aos meus amores, Fernando Navarrete e Rogério Farina Navarrete, meu esposo e meu filho, que aqui estão presentes, esteios, companheiros de todos os momentos e base sólida de uma família que me apoia.

Com a licença da laicidade do Estado, agradeço a Deus, meu escudo e minha fortaleza.

Srs. Senadores, Sras, Senadoras, muitos pude eu visitar em agendas que tiveram como ser marcadas para que eu me apresentasse a esta Casa. O crivo que hoje aqui teremos é o crivo do Parlamento; portanto, é o crivo do controle social. O Conselho Nacional de Justiça, órgão máximo de controle externo do Poder Judiciário, tem relevante papel constitucional e lá, num colegiado heterogêneo, a representação dos Ministérios Públicos Estaduais hoje se faz pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, Conselheiro Hossepian.

Para esta vaga, meu nome, primeiro, foi colocado em votação no Ministério Público de minha origem, o Ministério Público de Goiás. Eu integro o Ministério Público de Goiás há 30 anos e quando, agora, coloquei o meu nome, mais uma vez, à apreciação da minha instituição-mãe, logrei ser a mais votada em votação interna, e tive o meu nome, então, encaminhado para a Procuradoria-Geral da República e, também, para o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

A minha carreira teve início em 1989, são 30 anos de Ministério Público. Dessa trincheira, dessa opção, eu me afastei apenas para representar o próprio Ministério Público. Tive a oportunidade de ser convidada para atuar como membro auxiliar da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública no Conselho Nacional do Ministério Público. Também exerci a chefia do Ministério Público de Goiás por dois mandatos. Antes, fui eleita Presidente da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goiana do Ministério Público por duas vezes. Fui a primeira mulher a ser eleita Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, no ano 2000. Na Confederação Nacional do Ministério Público, hoje Associação Nacional dos Membros do MP (Conamp), tive a honra de ser a primeira mulher eleita Vice-Presidente. Também hoje, no CNMP, atuo à frente da Secretaria de Direitos Humanos e Defesa de Interesses Coletivos da Presidência, a convite da Procuradora-Geral da República e Presidente daquela Casa, Dra. Raquel Dodge.

Na trilha profissional, iniciei a minha carreira no interior de Goiás, em uma comarca próxima de Brasília, Alexânia, e depois estive à frente de outras promotorias no interior de Goiás. De 1989 a 1990, fui Promotora de Alexânia; em seguida, de Formoso, cidade do norte goiano; depois fui Promotora de Justiça em Sanclerlândia; depois voltei ao norte e fui Promotora de Justiça em Niquelândia; em 1992, em Morrinhos; e, finalmente, em 1993, cheguei à comarca da capital, Goiânia. Em Goiânia, fui Promotora de Justiça do Tribunal do Júri por alguns anos e também fui Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania, atuando especializadamente na área da saúde.

Tive, em toda essa trajetória, muito contato com o Parlamento. Como Procuradora-Geral de Justiça, por muitas vezes estive na Câmara dos Deputados e no Senado da República, chamada que fui a debater assuntos do meu Estado de Goiás, do sistema de Justiça em Goiás e também de causas que são aquelas sobre as quais o Parlamento se debruça na elaboração legislativa.

Fui também uma Procuradora-Geral de Justiça que recebi um relatório da CPI do Narcotráfico, que me demandou agir no meu Estado para dar sequência aos indiciamentos que foram feitos pelo Parlamento. Nesse caso, coube a mim a propositura das ações penais públicas correspondentes àquela investigação feita na CPI.

Como Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, ao lado do STJ, fui encarregada de fazer o primeiro monitoramento neste País sobre a aplicação da Lei da Tortura, que havia sido editada e não tinha quaisquer indicadores para tratar da sua aplicação pelos Ministérios Públicos e pelo Poder Judiciário. Na qualidade de Presidente do CNPG, foi assim que atuei.

Posteriormente, os Ministérios Públicos Estaduais, em virtude da aprovação da lei federal que alterou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana transformando-o em Conselho Nacional de Direitos Humanos, eu tive a honra de ser indicada pelo CNPG para ser a representante...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – ... do colegiado naquele órgão, que é o órgão mais importante do Estado brasileiro de defesa e afirmação dos direitos humanos. Ali, pelas representações da sociedade civil, Senadora, fui eleita Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Foi uma elevadíssima honra atuar, então, em conjunto com outros colegiados importantes. No caso, e especialmente, me cabe relatar aos senhores e às senhoras que eu atuei ao lado do CNJ e do CNMP por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema de Justiça mais célere, por mais acesso à Justiça, por integridade no sentido da inteireza que deve caracterizar aqueles que atuam em missão tão relevante e tão importante.

Eu já tenho meu tempo esgotado?

Eu faço, então, para concluir, uma saudação à Dra. Candice, ao Dr. Rubens, que estão aqui também indicados meritoriamente para as representações do Judiciário no CNJ. E não poderia deixar, se me permite, de agradecer a presença da Deputada Soraya Santos. A Deputada Soraya Santos atua ao lado do CNMP em um projeto de equidade de gênero, que faz hoje um debate em todo o País pela participação da mulher em cargos de poder em espaços de direção e de chefia, o que a Senadora Simone Tebet faz tão brilhantemente.

Agradeço muitíssimo a atenção, a escuta qualificada de cada Senador e de cada Senadora. E coloco à disposição de todos, Senadora, a mesma disposição que tive quando, há trinta anos, prestei o juramento de cumprir a Constituição e as leis com escrúpulo, com decência, com altivez e com transparência

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Com a palavra agora, para suas considerações iniciais, o Desembargador Rubens de Mendonça, Desembargador do TRF da 3ª Região, também pelo tempo de dez minutos.

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – Bom-dia a todos!

Inicialmente gostaria de saudar a Exma. Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet, e, desde logo, agradecer a ela pela presteza na condução deste procedimento de sabatina.

Eu gostaria de fazer um agradecimento especial também ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, Relator do meu processo, e agradecer-lhe a gentileza das palavras quando da leitura do relatório.

Eu gostaria de agradecer a participação aqui também dos Ministros do egrégio Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, Presidente, Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas, que tanto orgulha a nossa 5ª Região, tribunal que eu represento atualmente, e Reynaldo Fonseca, oriundo daqui do TRF da 5ª Região.

Uma saudação também especial ao Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, querido amigo que vem, com sua presença, certamente, abrilhantar este evento.

Eu gostaria de parabenizar também a Dra. Ivana Farina e a Dra. Candice pela indicação para o CNJ juntamente comigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um agradecimento especial, em cujas pessoas saúdo todos os demais Senadores presentes, aos Senadores da minha terra, Senadores Renan Calheiros, Renilde Bulhões e Rodrigo Cunha. Assim dou por saudados, Sra. Presidente, todos os demais Senadores aqui presentes.

Inicialmente, cumpre-me fazer a apresentação.

Meu nome é Rubens de Mendonça Canuto Neto. Sou Desembargador Federal do TRF da 5ª Região, promovido por merecimento no ano de 2015 na vaga de juiz federal.

Comecei minha carreira jurídica como servidor do TRE de Alagoas no ano de 1997, onde exerci a atividade de Técnico Judiciário por aproximadamente dois anos e meio.

Durante esse período, eu tive a oportunidade de concluir o curso de Direito no Centro de Estudos Superiores de Maceió, o Cesmac, e quase imediatamente após a conclusão do curso passei no concurso de Delegado da Polícia Federal, atividade que exerci aqui, em Brasília, pelo período de um ano.

Em 2002, tomei posse como Juiz Federal no TRF da 4ª Região, sediado no Rio Grande do Sul, sendo lotado, inicialmente, na Subseção Judiciária de Foz do Iguaçu. Lá permaneci por apenas três meses porque fui removido para o TRF da 5ª Região, especificamente para a Seção Judiciária de Alagoas.

Atuei como Juiz Substituto até meados de 2005, quando fui promovido para a Vara da Justiça Federal em Arapiraca, cuja instalação foi a mim designada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Permaneci em Arapiraca durante, aproximadamente, quatro anos e meio, fui removido para a Vara de União dos Palmares e, em seguida, para Maceió, e em 2015, como dito, fui promovido ao TRF da 5ª Região por merecimento.

No TRF da 5ª Região, eu, atualmente, sou o responsável pela Coordenadoria do PJe no âmbito da 5ª Região e um dos membros da Comissão de Informática do Tribunal. Fui integrante da 4ª Turma do TRF de 2015, desde minha promoção, até 2019, abril deste ano, quando assumi a Vice-Presidência do Tribunal da 5ª Região. Então, atualmente sou Vice-Presidente e estou no exercício da Presidência, tendo em vista que o Presidente se encontra no gozo de férias regulamentares.

Durante o período em que fui Juiz Federal, atuei como Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária de Alagoas durante duas gestões consecutivas, atuei como membro titular da Comissão do XII Concurso para Juiz Federal do TRF da 5ª Região e atuei como juiz formador dos nove juízes substitutos recém-empossados durante aproximadamente dois anos, sendo ainda Diretor do Núcleo da Escola de Magistratura na Seção Judiciária de Alagoas.

Essas são as breves palavras, Senadora, com as quais vou finalizar a minha apresentação, desde já agradecendo a todos os eminentes Senadores pela receptividade que tive nos gabinetes de V. Exas. – todos foram extremamente gentis conosco, e digo "conosco" porque realizei quase todas as visitas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companhia da Dra. Candice e do Dr. Luciano Maia, que foi também indicado para o CNMP – e me desculpando desde logo com aqueles que não pude visitar, tendo em vista que, como me encontro atualmente no gozo de minhas funções jurisdicionais, algumas incompatibilidades de agenda não me permitiram a visita a todos os Senadores. Não foi, de forma alguma, falta de consideração; foi efetivamente por uma incompatibilidade de agendas.

Agradeço a presença de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Dr. Rubens. (*Palmas.*)

Neste momento, passamos a palavra para suas considerações iniciais, pelo tempo também de dez minutos, à Dra. Candice Jobim, Juíza Federal.

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Muito obrigada, Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet, primeira mulher a ocupar essa cadeira e que, com sua atuação firme e notória capacidade de diálogo, tem sido motivo de orgulho para todas as mulheres brasileiras.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores, que nos distinguem com a sua presença, e de modo especial o Senador Anastasia, a quem agradeço imensamente por ter assumido a relatoria da indicação do meu nome.

Saúdo o Ministro Humberto Martins, eminente Corregedor Nacional de Justiça, na pessoa de quem cumprimento os demais conselheiros aqui presentes.

Cumprimento ainda o Ministro João Otávio de Noronha, digníssimo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, com quem tenho tido a alegria de trabalhar nos últimos dois anos e meio, sorvendo de seu profundo conhecimento técnico e jurídico e da imensa capacidade de trabalho e de diálogo. Em sua pessoa, cumprimento os demais ministros do Superior Tribunal de Justiça aqui presentes, em especial o Ministro Reynaldo da Fonseca, com quem tive a honra de trabalhar na Seção Judiciária do Distrito Federal, antes de S. Exa. ser alçado ao cargo de Desembargador do TRF da 1ª Região e Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Cumprimento a Exma. Sra. Procuradora-Geral do Distrito Federal do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Dra. Fabiana Costa, com quem tive a honra de estudar e me formar na Faculdade de Direito; e o Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas, a quem agradeço a presença.

Cumprimento os demais indicados ao Conselho Nacional de Justiça, Dra. Ivana Farina, Dr. Rubens Canuto, companheiros nesta sabatina.

Saúdo os servidores desta Casa e a imprensa que aqui se encontra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento os amigos e familiares que aqui vieram. Agradeço sensibilizada a presença deles na pessoa de meu marido, Alexandre Jobim, e na pessoa de meu filho Oliver, presentes de Deus na minha vida e razões do meu viver.

Eminentes Senadores, legítimos representantes dos 27 Estados desta Federação, senhoras e senhores, sinto-me muito honrada e bastante emocionada por estar aqui sendo sabatinada por Parlamentares da envergadura de V. Exas. Sei que a sabatina não se destina exclusivamente à aferição da capacidade técnico-jurídica dos indicados, mas também para que se conheça o candidato, seus valores e sua carreira. Por isso, farei uma breve apresentação de minha história pessoal e trajetória profissional.

Nasci em 1974, em Rio Branco, capital do Estado do Acre, de onde trago muito boas recordações e orgulho da origem, certamente compartilhados pelo Senador Sérgio Petecão, que compõe esta Comissão.

Eu sou a quarta filha de uma família de cinco irmãos. Vim para Brasília em 1979, quando meus pais, ambos da área jurídica, aqui estabeleceram sua vida profissional e nossa estrutura familiar. Deles absorvi que a supremacia da Constituição e a superioridade das leis é a segurança da sociedade e que todos têm direito à mais ampla defesa, mas o maior legado que meus pais, que estão casados há 54 anos, deixaram a seus filhos foi o de que cada um deve vencer na vida com bastante esforço e estudo, portando-se com ética e muita responsabilidade, com amor ao próximo, amor à família e amor à justiça. A história da vida deles me inspira a sempre servir à justiça, sem nunca me servir da Justiça.

Graduei-me em Direito em 1996 pelo UniCeub. Em 1998, tornei-me Mestre em Direito pela Universidade do Texas em Austin (LLM), cujo diploma foi revalidado pela Universidade de Brasília (UnB).

Após uma rápida experiência na advocacia privada, logo percebi que minha vocação era para o serviço público. Para isso, prestei alguns concursos na área jurídica, tendo sido aprovada para Analista do Tribunal Regional da 1ª Região, Analista do Ministério Público da União, Procuradora do Estado da Bahia, Procuradora da Fazenda Nacional, Procuradora Federal da Advocacia-Geral da União, antes da aprovação para a Justiça Federal.

Iniciei minha carreira no serviço público como Analista do Ministério Público da União, trabalhando como Assessora Jurídica do Gabinete do Procurador-Geral da República de 1999 a 2000. Em abril de 2000, assumi como Procuradora do Estado da Bahia, atuando em Brasília nos processos em tramitação nos tribunais superiores. No entanto, pouco tempo depois, em agosto de 2000, tomei posse como Procuradora da Fazenda Nacional, quando passei a trabalhar com o então Advogado-Geral da União. Paralelamente, fui admitida como Professora de Direito Civil no UniCeub – atualmente, encontro-me licenciada daquela instituição. Em 16 de janeiro de 2001, após um processo de seleção interna, fui trabalhar na Coordenadoria de Operações Financeiras Internacionais da União, onde tive a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de atuar como representante da Fazenda Nacional em negociações de contratos de financiamentos internacionais da União com instituições financeiras, especialmente com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Embora satisfeita com a minha atividade na Procuradoria da Fazenda, sentia-me impulsionada por um desejo de seguir minha genuína vocação, a magistratura federal. E, após meses de intensos estudos, tive a honra e a alegria de ter sido aprovada em terceiro lugar no concurso de provas e títulos para o cargo de Juíza Federal Substituta do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cargo no qual tomei posse em 24 de junho de 2005, dez dias após a instalação do Conselho Nacional de Justiça. Iniciei, portanto, na magistratura no mesmo mês e ano da instalação do Conselho Nacional de Justiça, criado por força da Emenda Constitucional 45, de 2004.

Fruto de uma acertada iniciativa do Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Justiça foi um verdadeiro divisor de águas para o sistema judiciário brasileiro. Antes do CNJ, o Poder Judiciário não era detentor de políticas públicas nacionais e os tribunais traçavam suas próprias metas e políticas. Com o seu advento, pôde-se colher informações sobre a práticas de cada tribunal com levantamento de dados e, a partir daí, começou-se a dar início às diretrizes gerais aos tribunais, obedecendo-se, é claro, as suas peculiaridades e sem ferir sua autonomia constitucionalmente garantida, estabelecendo-se políticas para uma prestação jurisdicional mais eficiente e eficaz.

Em relação ao julgamento disciplinar dos magistrados, a criação do CNJ rompeu com uma prática corporativista anteriormente adotada, em que cada tribunal tentava ao máximo preservar o seu magistrado. Se antes a competência para julgar os juízes era exclusiva e terminativa de cada tribunal, com o CNJ a competência disciplinar passou a ser concorrente e não terminativa, pois o conselho pode rever todos os julgamentos disciplinares realizados pelos tribunais do País. Sua composição heterogênea, definida pelo legislador, com participação de membros oriundos das distintas vertentes do Judiciário nacional, de representantes do Ministério Público, da advocacia e da sociedade civil, estes indicados pelas duas Casas Legislativas, deu ainda mais legitimidade e importância ao órgão e a seus julgamentos.

Indubitavelmente, em um Estado democrático de direito, é imprescindível o controle e, nessa perspectiva, a importância do conselho é vital, porque o conselho foi criado num período histórico em que havia certa desconfiança sobre as atividades do Poder Judiciário.

Nessa mesma perspectiva de controle de poder, andou muito bem o Poder Legislativo quando estabeleceu a forma de ingresso no conselho, com a participação do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo. Nesse contexto insere-se o próprio papel desta sabatina, que é em si também uma modalidade de controle sobre controle. É o controle parlamentar incidido sobre quem exercerá o controle que é levado a efeito pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso coroa a fórmula de separação e harmonia entre os Poderes, que se perfectibiliza no instrumental dos *checks and balances*.

Enquanto magistrada, acompanhei a evolução desse órgão de controle e a revolução por ele realizada no Poder Judiciário, que puderam ser observadas ao longo de minha atividade judicante, que agora passo a descrever bem brevemente.

Fui inicialmente lotada em vara cível na Seção Judiciária do Distrito Federal. Presidi as audiências de conciliação do Projeto de Conciliação do Sistema Financeiro da Habitação de 2006 a 2007. Presidi ainda, sem prejuízo das minhas funções na 2ª Vara, o Sistema de Conciliação (Sistcon) na Seção Judiciária do Distrito Federal, de julho de 2011 a abril de 2012. Fui relatora da Turma Recursal da Seção Judiciária do Distrito Federal, atuando por mandato de dois anos. Em 18 de outubro de 2013, fui promovida por merecimento a juíza titular. Tive experiências significativas e de grande aprendizado na vida associativa, participando da diretoria e tendo sido Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região (Ajufer), no biênio 2012-2014, e fui Vice-Presidente para a 1ª Região da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), no biênio 2014-2016.

Em 2016, recebi o honroso convite de ser juíza auxiliar do Ministro João Otávio de Noronha na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, cargo que ocupei durante os dois anos em que o ministro lá atuou. Nesse período, pude acompanhar os importantes temas tratados naquele egrégio conselho, para o qual hoje humildemente me apresento, após ter sido escolhida pelo plenário do STJ, no intuito de prestar minha colaboração como conselheira.

Dentre os trabalhos desenvolvidos enquanto Juíza Auxiliar, destaco ter exercido a coordenação do grupo de trabalho criado com o objetivo de propor mecanismos de transparência e controle dos vencimentos dos magistrados de primeiro e segundo graus de jurisdição.

Participei ainda da Comissão de Revisão das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça. Realizei diversas inspeções nos tribunais de justiça e nos tribunais regionais federais, as quais me proporcionaram um largo espectro de visão a respeito dos diversos tribunais do País.

Hoje atuo como Juíza Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, tendo a honra de poder continuar absorvendo da inteligência e do preparo de S. Exa. o Ministro João Otávio de Noronha.

Já no STJ, coordenei o grupo de trabalho para estudos de medidas para assegurar a participação institucional feminina naquele tribunal.

Acredito que a experiência profissional que adquiri ao longo desses 20 anos de serviço público e dos 14 anos de magistratura muito poderá contribuir para minha atuação no Conselho Nacional de Justiça caso tenha a alegria de ser aprovada por esta Casa Legislativa, por esta honrada Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minhas palavras finais são de gratidão aos 33 ministros que integram o Superior Tribunal de Justiça, corte que me honrou com a indicação de meu nome para integrar o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada aos juízes federais.

Se tal escolha do STJ tiver a aprovação desta Casa, tenham a certeza de que estarei comprometida a trabalhar com humildade, integridade, empenho e dedicação para fazer valer a confiança que me foi depositada com essa indicação.

A Deus, que é quem dirige os passos dos homens, peço que guie minha caminhada de aprendizado com humildade a cada novo dia.

Agradeço às Sras. e aos Srs. Senadores por sua atenção, ao tempo em que me coloco à disposição de V. Exas. para responder às indagações, e agradeço mais uma vez à ilustre Senadora Simone Tebet, que conduz com tanto talento os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada a todos que me ouviram. Peço perdão pelo tempo que ultrapassei. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós agradecemos aos três candidatos e passamos neste momento à fase de arguição.

Eu gostaria apenas de esclarecer que, para a inquirição dos candidatos, será dado aos colegas o tempo de três minutos, claro que prorrogável para conclusão dos seus questionamentos.

Por determinação regimental, independentemente de inscrição, nós concedemos neste momento a palavra aos Relatores.

Volto a repetir: está aberta aqui a lista de inscrição.

Antes de passar a palavra ao primeiro Relator, que é o Senador Marcos Rogério, eu gostaria mais uma vez de agradecer a presença das autoridades que se fazem aqui presentes. Em nome do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Dr. João Otávio Noronha, também do Ministro Humberto Martins, do Dr. Marcelo Navarro Dantas e do Ministro Reynaldo da Fonseca, eu cumprimento e agradeço a presença de todos os membros do Poder Judiciário.

Em nome das Procuradoras-Gerais de Justiça do DF, Dra. Fabiana Costa, e da Bahia, Ediene Santos Lousado, eu gostaria também de fazer o agradecimento a todos os membros do Ministério Público que se fazem aqui presentes.

Passo a palavra, neste momento, para o Relator do Ofício "S" nº 10, portanto, da Dra. Ivana.

Senador Marcos Rogério, por três minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Como Relator.) – Cumprimento a Sra. Presidente, nobre Senadora Simone Tebet, as Sras. e os Srs. Senadores, os nossos indicados sabatinados no dia de hoje e, de modo especial, a Dra. Ivana Farina Navarrete Pena, cuja indicação ao CNJ tive a oportunidade de relatar.

Agradeço à Presidente, Senadora Simone, pela indicação para a relatoria, o que fiz com muita honra tendo em vista justamente o currículo de S. Exa.. A trajetória de sucesso, de êxito e de acertos me dá a tranquilidade de relatar esse processo e recomendar a aprovação do seu nome para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A Dra. Ivana exerceu a função de Promotora de Justiça nas Comarcas de Alexânia, Formoso, Sanclerlândia, Niquelândia, Morrinhos e Goiânia, e foi também Procuradora-Geral por dois mandatos naquele Município. Merece destaque a atuação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Procuradora-Geral do Estado de Goiás.... Perdão: Procuradora-Geral de Justiça no Ministério Público do Estado de Goiás.

Merece destaque sua atuação na área de direitos humanos, tendo, por 15 anos, representado o Ministério Público junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, do qual foi Vice-Presidente e Presidente.

A Dra. Ivana Farina foi membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público por duas oportunidades, onde exerceu a função de Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva, e recebeu diversas comendas e diversas honrarias, atribuídas por vários órgãos do *parquet* e pelos Poderes de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... seu Estado natal, além de ter sido agraciada por esta Casa com o diploma "Mulher Cidadã Bertha Lutz". Portanto, é alguém que, tenho certeza, com sua trajetória profissional de sucesso, acrescentará muito ao CNJ.

A minha fala é no sentido de cumprimentá-la. O que credencia V. Exa. a estar aqui hoje indicada e, com a aprovação deste Colegiado, a estar no CNJ é exatamente a sua trajetória: a sua experiência profissional fala por si só. Então, desejo muito sucesso, desejo muito acerto na atuação junto ao CNJ, especialmente neste momento que o País vive, em que as instituições são desafiadas. E os acertos na condução das funções no CNJ certamente darão ao Judiciário o patamar que lhe é de direito, de respeito e de prestação de serviço sem sobressaltos à sociedade, porque, quando falha o CNJ, as demandas, as inquietações vêm justamente para esta Casa, vêm justamente para o Parlamento. Quanto melhor o CNJ, quanto mais ativo o CNJ, menos demandas recebe o Parlamento no sentido de ter que demandar junto a outro Poder, como é o que nós estamos vendo recentemente – recentemente este Parlamento foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demandado por CPIs. Obviamente que o papel do CNJ já era importante e, neste momento, se mostra ainda mais fundamental.

Votos de pleno sucesso e de muito êxito a V. Exa. ao compor o CNJ.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Senador.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo, Relator do processo de indicação do Dr. Rubens Canuto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Como Relator.) – Nossos cumprimentos à Sra. Presidente Simone Tebet e a todos os demais companheiros, pares, Sras. e Srs. Senadores que integram nosso Colegiado.

Quero saudar todas as autoridades mencionadas que vêm prestigiar esta sessão após deliberação do STJ na indicação das Sras. Ivana Farina e Candice Galvão e do nosso Desembargador Rubens Canuto. E aí, dirigindo-me a V. Exa., a alegria e a satisfação e a maior honra de ter podido ser designado para relatar essa indicação. Tive a satisfação de encontrá-lo em visitas feitas e, nessas, com a presença da Dra. Candice, o que nos trouxe alegria, satisfação e tranquilidade, porque nada melhor para um colegiado do que poder deparar-se com currículos tão robustos, tão qualificados. Também tive, mesmo que rapidamente, no cafezinho do Senado, a gratíssima honra de poder ter sido apresentado e de ter tomado conhecimento prévio sobre os valores da Dra. Ivana, valores que foram reforçados no relatório do nosso companheiro Senador Marcos Rogério.

Eu, de certo, tenho por sabido dos demais outros Senadores e Senadoras, Presidente Simone Tebet, o conhecimento do relatório que fizemos e tivemos a oportunidade de ler. Então, em respeito a tantos quantos desejarão participar desta arguição, eu queria nesta menção inicial ao Desembargador Dr. Rubens Canuto e às demais senhoras indicadas, cingir algumas observações já a questioná-los.

Eu queria saber de V. Exas., com a muito provável indicação que haveremos de dar à presença de V. Exas. ao CNJ, qual a percepção a respeito de uma participação mais ampla, paritária, ao CNJ, tendo em vista hoje essa composição destoar nas falas que nós observamos, entre as quais a derradeira, da Dra. Candice, quando observava a importância que houve no avanço, com a presença do CNJ, abrindo aquilo que víamos nós, corpos hermeticamente fechados das unidades judiciárias? Nós avançamos consideravelmente, mas sempre haveremos de recorrer a novos avanços, a novos passos que nos permitam transparência maior.

O CNJ hoje tem uma composição de nove integrantes do Judiciário, apenas dois integrantes da sociedade civil – a meu ver, carece mais dessa participação popular – e outros quatro integrantes a funções essenciais. Então, quais são as percepções de V. Exas. – não me dirigindo tão somente ao Dr. Rubens, mas às demais indicadas – quanto ao papel do CNJ nesta quadra difícil que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivendo, sem que antes tenhamos o desnudamento sobre todos esses eventos e esses episódios que recentemente estão a dar conhecimento à sociedade brasileira? Qual o papel do CNJ exatamente para garantir a cada um dos seus integrantes a competência definida constitucionalmente, o limite das suas atuações, sem avançarmos sobre quaisquer aspectos ou juízos de valores? Qual é o papel do CNJ, neste e em outros momentos, para garantir à sociedade brasileira que cada um vai cumprir, nos limites das atribuições constitucionais, o seu relevante papel?

Muito nos preocupa quando observamos exatamente as extrapolações. O Senador Marcos Rogério fez menções àquilo que diz respeito ao Congresso Nacional. Nós não nos vemos e não temos o direito de desconhecer aquilo que é de competência de outros Poderes, como também não nos sentimos à vontade por ver o inverso.

Então, a gente precisa, neste instante delicado, neste instante turvo, estabelecer e, mais do que estabelecer, fazer cumprir os limites que efetivamente foram postos pela Constituição Federal.

Parabéns aos indicados! Tomara a Deus que possam cumprir, pela vastíssima experiência e qualidade dos currículos ora apresentados, um grande trabalho à frente do Conselho Nacional de Justiça.

Muito grato, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Com palavra o Senador Antonio Anastasia, Relator do processo de indicação da Dra. Candice Galvão Jobim.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, eminente Presidente Senadora Simone Tebet.

Cumprimento as eminentes Senadoras, Senadores, sabatinados.

Permita-me, Presidente, cumprimentar aqui os magistrados presentes na pessoa do eminente Presidente do Superior Tribunal de Justiça, meu conterrâneo, Ministro João Otávio de Noronha, e os membros do Ministério Público na pessoa do Dr. Antônio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do meu Estado de Minas Gerais. Na pessoa de ambos, cumprimento todas as autoridades que nos visitam nesta manhã importante desta sabatina tríplice que temos na CCJ.

Primeiro, eu quero cumprimentar os três pelas exposições muito bem-feitas, muito claras. Da mesma forma que meus colegas antecessores Relatores, quero registrar o meu cumprimento pela trajetória de cada qual, pelo brilho e conhecimento, que são inegáveis, de competência, denodo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dedicação tanto à magistratura quanto ao Ministério Público, de tal modo que, a meu juízo, encontram-se os três na plenitude das condições para exercerem as suas funções no Conselho Nacional de Justiça.

Uma palavra especial à emitente magistrada Dra. Candice, de quem eu tive a honra de ser o Relator por gentileza e dignação de nossa Presidente. De fato, a análise de seu currículo e de seu trabalho só me fez, na realidade, cada vez mais robustecer esse reconhecimento à qualidade da nossa magistratura federal brasileira. Parabéns a V. Exa.!

Esse cumprimento, é claro, estendo à Dra. Ivana, pelo seu trabalho no Ministério Público do Estado de Goiás e também pelas diversas funções que exerceu no campo nacional, e ao eminente Desembargador Rubens Canuto – eu disse, Presidente, que, além de ele ser muito preparado, é também afilhado de Ponce de León, pela juventude que expressa em seu jovem rosto.

Mas a minha observação, eminente Presidente, para me cingir ao tempo e em respeito aos muitos expositores que nós teremos, vai se resumir a um único ponto, de que V. Exa. é testemunha já há alguns anos estando aqui nessas sabatinas: a minha obsessão, quase um mantra que tenho, em relação ao CNJ, na questão da diminuição do número de processos.

O Brasil tem, estima-se, cerca de 100 milhões de processos judicias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – É um número absurdo. Não há Justiça que suporte isso. Não adianta quintuplicar o número de juízes, aumentar o número de serventuários. Não há orçamento suficiente para isso. Nós temos de atacar a causa, esse grande furor querelante que parece existir na sociedade brasileira, substituindo-o por mecanismos de conciliação, de mediação, de arbitragem, de autocomposição. Então, esse mantra é que eu mais uma vez devolvo ao Conselho Nacional de Justiça e aos novos membros que lá ingressarão: indagar como podemos fazê-lo; quais projetos, programas e ações no âmbito do colegiado, que é tão importante, podem estimular a Justiça, porque tenho certeza e a serena convicção de que já há essa disposição e já temos legislação para isso, mas muitas vezes falta entre nós a cultura dessa composição prévia ao Judiciário, inclusive entre nós advogados, onde eu também me incluo.

Então, precisamos indagar como estimular essa conciliação, porque, do contrário, já está hoje quase ingovernável, daqui a alguns anos será impossível nós termos Justiça no Brasil, pelo número tsunâmico de processos que temos nas diversas instâncias.

Agradeço a V. Exa. e cumprimento mais uma vez os eminentes sabatinados.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia.

Passamos, agora, pela ordem de inscrição, a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

A cada cinco inscritos, nós abrimos o tempo e a fala para os nossos convidados poderem fazer as suas considerações.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Há quantos inscritos já?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quatro inscritos por enquanto.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Gostaria de requerer a minha inscrição, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. já era a quarta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Zequinha Marinho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só um minuto.

Enquanto passamos a palavra ao Senador Mecias para suas considerações, eu vou aqui anotando. Só façam um sinal que eu já faço a inscrição.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Cumprimento a Sra. Presidente, caros colegas, Senadores e Senadoras, senhores sabatinados aqui, Desembargador Rubens, Juíza Candice, Procuradora Ivana.

Eu já tive a satisfação, Sra. Presidente, de recebê-los em nosso gabinete, conversar e ter a oportunidade de conhecer um pouco mais do currículo e da competência que cada um tem nas suas funções.

Não posso negar também que tive um pedido especial do Procurador Fábio Stica e da Dra. Janaína no sentido de atender com especial atenção a todos eles e, na medida do possível, aprová-los. E é o que faremos nesta manhã.

Eu quero apenas fazer um comentário: eu me preocupo muito com alguns casos que se veem, em que notadamente o juiz às vezes julga não pelo processo, mas julga pelo noticiário da imprensa, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressão da imprensa. E, aí, às vezes se veem direitos individuais, direitos coletivos e sociais sendo tratados de forma diferente, ou não julgados de acordo com o que mandam as leis e a Constituição. E isso é um prejuízo, sem dúvida nenhuma, para a sociedade brasileira.

Portanto, o meu desejo é de muita sorte para todos os senhores e senhoras. Que o Judiciário brasileiro possa julgar objetivando o que está no processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... e não o que diz a imprensa brasileira, e não o que diz o momento, porque às vezes, ao se julgar pela pressão da imprensa, termina-se condenando muita gente inocente neste País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Com a palavra a Senadora Renilde Bulhões.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Nós não iremos sabatiná-los, simplesmente iremos usar este espaço para dizer da nossa grata satisfação em tê-los recebido, em mantermos um diálogo curto, porém muito proveitoso, de conhecê-los mais de perto – aquelas que eu não conhecia, diferentemente do Desembargador Rubens Canuto.

Quero dizer que, após a visita, debrucei-me sobre os currículos de V. Exas. e constatamos a riqueza, constatamos a grandeza de vidas profissionais pautadas por competência, responsabilidade, sucesso. Nós estaremos aprovando os nomes de V. Exas. para esses cargos e confiamos no trabalho que vocês irão, com certeza, desenvolver.

Era isso que eu queria expressar.

Parabenizo os três e parabenizo, mais de perto ainda, o nosso Desembargador Rubens Canuto, porque nós o conhecemos de perto, conhecemos a sua vida com mais detalhes, vamos dizer assim. E quero dizer que nós confiamos muito nos senhores e sabemos do trabalho que irão desempenhar à frente das funções para as quais foram indicados com muita propriedade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Renilde.

Eu indago às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos abrir o painel de votação, porque esta é uma reunião extraordinária e muitos Senadores são titulares de outras Comissões. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção, eu solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Juíza Selma.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Presidente, pela ordem.

Sra. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Era só para ter a pretensão de sugerir a V. Exa., como são muito poucos os inscritos, até para que não se afaste da memória dos sabatinados os temas, que seja menor a quantidade. Eu acho que dava para fazer até um a um. Quando há muitos inscritos, justifica-se quatro ou cinco. Podia ser feito um a um até para ter oportunidade de réplica e tréplica. Mas, enfim, é só uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É uma sugestão mais do que bem acolhida, Senador Cid.

Apenas eu estou colocando de cinco em cinco porque eu tenho percebido que, a cada três Senadores, apenas um faz pergunta. Até agora nós temos duas perguntas entre seis Senadores que já falaram. Mas podemos, sim, diminuir. Assim que terminar esta leva, nós podemos fazer de dois ou de três, a depender também de Senadores que estão nas Comissões permanentes e que poderão chegar.

Sobre o tempo de três minutos, que foi também devidamente acordado: nada impede que possamos esticá-lo mais um pouquinho havendo a necessidade de cada interpelante.

Agora com a palavra a Senadora Juíza Selma; em seguida, o Senador Weverton. Depois passaremos às considerações dos nossos candidatos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senhores sabatinados, é uma honra revê-los. Recordo-me que os recebi no gabinete, com muita alegria, tomamos um café, conversamos um pouco sobre as suas profissões e as suas carreiras. Para mim é uma honra estar aqui novamente conversando e sabendo que estão aí prestes a tomar posse ou a serem reconduzidos a seus cargos tão merecidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui, senhores, com alguns questionamentos e gostaria de tirar dúvidas com os senhores especialmente por conta das metas que são estipuladas tanto no Conselho Nacional do Ministério Público quanto no Conselho da Magistratura.

Existe um projeto de lei que está sendo discutido nesta Casa que pretende criminalizar o juiz ou o promotor que for patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo, que proceder de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro de suas funções, que expressar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento.

Eu gostaria de saber dos três qual a opinião dos senhores, como órgãos corregedores, acerca desses três dispositivos desse projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora.

O último orador inscrito dessa primeira leva é o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sr. Presidente, cumprimento todos os colegas Senadores, as autoridades aqui presentes, a Juíza Dra. Candice, o Desembargador Rubens e a Procuradora Dra. Ivana.

Na verdade, eu tenho tido a oportunidade de dialogar e também de receber vários candidatos aos conselhos e eu tenho sempre dito, Presidente... E é importante se fazer aqui esse registro, na reunião de hoje da CCJ, da importância que nós temos e, mais do que nunca, que os respectivos agora próximos conselheiros terão neste momento difícil que o Brasil está vivendo. Nós precisamos reorganizar e colocar ordem na casa. É preciso que as instituições, mais do que nunca, estejam fortalecidas, mas cada uma cumprindo o seu papel.

Não só desejo sorte, como eu tenho certeza de que, no dia de hoje, como também no Plenário...

Já peço urgência para que todos os três possam, sendo aprovados aqui nesta Comissão, ir direto ao Plenário sem precisar cumprir o prazo regimental desta Comissão.

Eu gostaria de deixar aqui a pergunta, já provocada pela minha antecessora, a colega Senadora Juíza Selma, que trata do projeto de lei relativo ao abuso de autoridade. Nós votamos esse projeto lá na Câmara, ele veio para cá e o momento é muito propício para discuti-lo.

Primeiro a gente gostaria de compreender e ouvir dos senhores – então, seria uma pergunta só para os três sabatinados – suas respectivas opiniões a respeito da relação do juiz com as duas partes do processo, sobre como eles devem se comunicar e se essa relação tem que ser equânime...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... ou se é justo, do ponto de vista de vocês, haver apenas a relação com uma parte do processo e que seja essa relação fora dos autos.

E sobre o projeto do abuso de autoridade, não os artigos, mas a necessidade de se regular o abuso: o que o senhor e as senhoras acham do tema e pensam a respeito do assunto? Nós sabemos que Lei do Abuso é de 1963 e, de lá para cá, houve várias modificações na legislação promovidas por esta Casa, que deu, sem dúvida nenhuma, mais poderes e mais deveres para todas as instituições, principalmente para o Ministério Público. E nós sabemos que ele ainda não está regido, Dra. Ivana, não está diretamente compatível com a lei atual do abuso, que está em vigor. Então, qual é a sua visão? E repito – tenho dito isto desde a época da Câmara: o abuso, já está dizendo, é só para quem abusou; então é para maus profissionais, não é para todos. E claro que nós sabemos que a maioria absoluta, em todos os Estados, cumpre bem o seu papel. Agora, é óbvio que há exceções. Então, para essas exceções, como os senhores e as senhoras imaginam tratar, à frente do Conselho Nacional de Justiça, esses assuntos, quando se trata de abuso das suas prerrogativas?

Era essa a consideração. Eu tenho certeza de que o CNJ, assim como o CNMP e todo o Judiciário, não só o aqui presente, mas do nosso País, e também o Ministério Público, a instituição Ministério Público estão bastante cientes do papel e do momento que nós estamos vivendo hoje.

Eu quero encerrar, Presidente, fazendo só um relato rápido do que eu falei no Plenário na última vez em que a gente tratou do assunto, justamente sobre o problema de se endeusarem pessoas nem operações, e sim as instituições; a gente precisa acreditar na instituição como um todo. Para mim, o promotor de Goiás, do Espírito Santo e do Maranhão tem que ser tão valorizado quanto o promotor de Curitiba. Então, isto é o mais importante: a gente poder ter um Judiciário, um juiz forte, tanto o da Região Nordeste como o da Região Sudeste. É preciso que a gente socialize isso e também conscientize a sociedade de que não são pessoas que vão resolver o problema, e sim as instituições fortalecidas e, acima de tudo, a democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Weverton.

Agora, com a palavra, os nossos convidados, na ordem: Dra. Ivana; depois, Dr. Rubens; em seguida, Dra. Candice.

Por favor.

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – Presidente, eu, por ocasião da minha fala, não tinha feito cumprimento ao Relator da minha indicação, o Senador Marcos Rogério. Quero fazê-lo agora e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registrar que foi para mim uma honra ter recebido esse relatório com um destaque feito à minha trajetória, à minha experiência e à valorização da instituição do Ministério Público.

Sobre as perguntas. O próprio Relator Marcos Rogério não tratou de fazer uma pergunta direta, mas sim uma afirmação sobre a necessidade de que nós, os indicados e as indicadas aqui, tenhamos a ideia presente de que a prestação de serviços da Justiça deve se dar – disse ele – sem sobressaltos. Por quê? Quando falha o CNJ, quando falham os órgãos de controle, o Parlamento é demandado para determinadas situações.

Pois bem, embora não sendo uma pergunta, na sequência, o Senador Veneziano Vital do Rêgo questiona a participação mais ampla e paritária na formação do CNJ. Destaca que hoje está composto por nove representantes do Poder Judiciário e por apenas dois da sociedade civil: um indicado pela Câmara dos Deputados; outro, pelo Senado Federal.

O papel do CNJ, penso eu, já respondendo, e também do CNMP, como órgãos de controle, passa de ser somente o de atuar para o Poder Judiciário e para o Ministério Público, mas também o de ser um controle social. Sobre isso, tive a oportunidade de dialogar muito com o Relator Marcos Rogério, e a questão de ser controle social está exatamente quando nós temos ali essas representações do Parlamento, temos as representações da OAB e do próprio órgão de Justiça.

Sobre se ampliarem os integrantes, o número de 15 integrantes, creio eu que deveria ser um debate muito criterioso, porque, em verdade, nós não temos tido muito êxito na ideia de que, ampliando o quantitativo, nós poderemos ter melhores serviços. Todavia, sendo um órgão de controle social e também de controle externo do Poder Judiciário, como é o CNJ, eu creio que a questão dessa representação da sociedade civil pode, sim, ser uma questão a ser debatida. Por quê? Assim como o Ministério Público tem na Constituição a missão de defesa dos interesses sociais e para ali, para o CNJ, deve levar essa escuta social de que é incumbido constitucionalmente, também poderíamos discutir uma nova formatação nesse sentido, penso eu. Eu hoje tenho assento numa secretaria dentro do CNMP que também tem dois na representação da sociedade civil e desconheço a instalação de um debate interno para esse tipo de nova formatação.

O Senador Anastasia diz repetir um mantra, que é a preocupação com a quantidade de processos, e faz menção a um furor querelante ou ao que alguns chamam de denuncismo e que outros chamam de excessiva judicialização das questões postas para o sistema de Justiça.

Eu creio, Senador Anastasia, que as resoluções já editadas no CNJ e no CNMP sobre autocomposição e os núcleos de conciliação, de mediação que já existem nos tribunais de Justiça em que têm assento os membros do Ministério Público podem e devem ser fortalecidos. É caminhar com as metas com que hoje o CNJ caminha, que são metas específicas e gerais sobre quantitativo de processos, quantitativo de julgamentos? Sim, é caminhar pelo zelo com a duração razoável do processo e pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrega devida da prestação jurisdicional, mas fortalecer sistemas de autocomposição creio eu que é fortalecer o acesso à Justiça. O senhor tem razão, essa quantidade de processos e a quantidade de demanda para que o Ministério Público ajuíze ações, manifestamente, não tem sido sinônimo de Justiça eficaz, a tempo e célere. E a Justiça fora do tempo não é justiça.

Também a Senadora...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – ... Juíza Selma fez indagações sobre a nossa visão diante do projeto de lei que está em discussão no Parlamento para criminalizar condutas de juízes e de membros do Ministério Público quando são desidiosos ou quando expressam opinião. Senadora, eu gostaria de respondê-la, também respondendo ao Senador Weverton, que falou também sobre o projeto de lei em debate.

Na verdade, são vários, não é? Não há um só e...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Agora há um.

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – É, agora há esse, mas desde 2017 nós temos sido chamados, pelas associações de classe e pela Frentas, que é uma frente associativa de Judiciário e Ministério Público, a debater com o Parlamento essas questões.

Embora o Senador Weverton diga que a Lei de Abuso é para quem abusa e, portanto, quem abusa age fora dos parâmetros legais, eu quero dizer que eu imagino muito importante, sim, que o Parlamento atualize a legislação sobre abuso de autoridade. Todavia, a questão do debate de criminalização como solução ou do debate de que nós podemos ter regras amplas – que alguns denominam de vagas – não é o aperfeiçoamento da legislação. Eu acho que este é o grande desafio hoje: tratar disso, sim. E concordo: ninguém tem a temer com uma legislação que venha para...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – ... aprimorar, para aperfeiçoar o trato da questão de combater abusos. Abuso não deve ser permitido a ninguém de qualquer poder, seja qual for a autoridade. O abuso é o contrário da legalidade. O abuso é o contrário do respeito.

Portanto, o Parlamento... Discuti, e ainda falávamos aqui a Senadora Simone e eu. Disse a ela: "Os dias são de muita turbulência no Estado democrático de direito brasileiro". Portanto, ter esse debate com o parâmetro de que seja para aperfeiçoar, e não para qualquer tipo de ação que venha a intimidar ou mitigar as ações dessas autoridades, eu creio que é um debate, sim, atual e que o Parlamento...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – ... deve ter a abertura que já tem para, antes, se municiar daqueles que são os maiores dados.

Eu concluo dizendo uma questão que sai do Parlamento e volta para esses órgãos de controle que nós estamos aqui debatendo. Quando as corregedorias nacionais, tanto do Judiciário quanto do Ministério Público, deitam-se na questão de orientação mais do que na questão de punição, nós temos tido mais freios de arrumação. Quando nós partimos nesses órgãos para a ideia de que são os órgãos apenas punitivos, nós já vamos retomar uma outra dimensão do aperfeiçoamento, muito embora a punição dê, sim, a ideia de responsabilização e de que determinada conduta abusada, ilegal, indevida deve ter, nesses órgãos de controle também, o vigor da punição.

Eu creio que respondi as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Dra. Ivana.

Com a palavra, Dr. Rubens.

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – Obrigado, Senadora. Eu agradeço inicialmente (*Fora do microfone.*) a todos os eminentes Senadores as perguntas e os comentários que foram feitos.

Inicialmente, com relação à indagação feita pelo Senador Veneziano, sobre a possibilidade de ampliação da composição do CNJ para que tenha uma participação popular mais intensa, de modo a criar talvez uma paridade entre o número de representantes externos da magistratura com aquele número de representantes internos da magistratura, eu penso que é uma manifestação, uma preocupação extremamente pertinente, Senador, mas, em contraponto, penso também que não podemos olvidar que o CNJ, embora seja um órgão aberto à sociedade civil, é um órgão também que tem como finalidade precípua, além da atividade correicional, a atividade de gestão estratégica do próprio Poder Judiciário. A participação externa é extremamente importante porque oxigena, traz novas visões, traz visões da sociedade civil, traz visão da advocacia, traz uma visão do Ministério Público, mas há determinadas e inúmeras questões de natureza eminentemente técnicas que são discutidas no âmbito do Poder Judiciário, no âmbito do próprio CNJ.

Eu penso que, talvez, se for ampliada excessivamente a participação externa no âmbito do tribunal, pode-se terminar por se perder ou se diluir o conhecimento que vem da origem da magistratura. O CNJ tem uma composição atualmente – penso que o Legislador constituinte derivado foi sábio – bastante heterogênea. Tem representantes da magistratura de primeiro e segundo grau da Justiça estadual, de primeiro e segundo grau da Justiça do Trabalho, de primeiro e segundo grau da Justiça Federal, do STJ, do próprio Supremo, dos Tribunais Superiores, como o TST. Então, criou-se uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

composição, de modo que todos os segmentos do Poder Judiciário possam apresentar ali as suas propostas, trazer as suas experiências para dentro do CNJ.

E viabilizou-se também o acesso à advocacia e o acesso à própria sociedade civil através da Câmara dos Deputados e do Senado. Eu penso que, talvez, aumentar ou dobrar essa composição, criar mais uma vaga para o Senado e uma vaga para a Câmara dos Deputados é perfeitamente factível e não comprometeria a capacidade através de conhecimento técnico do próprio CNJ, mas nós não podemos nos esquecer, no momento de um debate como este, que a atividade dele é uma atividade técnica, e para isso muitas vezes é preciso trazer pessoas que tenham conhecimentos de dentro da estrutura do Poder Judiciário para que se possa fazer uma gestão mais eficiente.

No que se refere ao papel do CNJ no controle dos excessos – e aqui há várias perguntas, talvez por conta dessas situações atuais que estão sendo vivenciadas –, eu penso que o CNJ tem que ter uma atuação, sim, no controle, no combate aos excessos que forem cometidos. É claro que não se pode tolher completamente o direito de manifestação dos jurisdicionados do CNJ, mas não podemos esquecer também que esses mesmos jurisdicionados não podem exercer atividade político-partidária. Então, quando houver excesso na manifestação, uma partidarização, uma politização dessas manifestações, caberá ao CNJ, caso a caso, fazer o controle do ato que lhe for submetido, penso eu.

O Senador Anastasia traz a preocupação quanto ao excessivo número de processos. Ontem mesmo eu estava participando de um evento realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça e coordenado pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino sobre precedentes qualificados, e a Ministra Assusete fez uma brilhantíssima apresentação mostrando o imenso volume de processos que há em tramitação no Judiciário brasileiro, mostrando, inclusive, que os juízes têm se tornado mais produtivos a cada dia. Não obstante, as demandas têm sido superiores. Então, a despeito de os juízes estarem trabalhando cada vez mais, o número de processos, ainda assim, tem insistentemente crescido no âmbito do Poder Judiciário.

Daí por que eu penso que a mediação, a arbitragem e as formas de autocomposição dos conflitos talvez sejam a solução ideal. Estivemos na semana passada, eu e Candice, com a Conselheira Daldice no CNJ, que é justamente a responsável por essa área lá atualmente. S. Exa. coordena uma comissão de autocomposição e tem feito um brilhantíssimo trabalho. Atualmente, resoluções do CNJ não apenas recomendam a criação desses núcleos de conciliação no âmbito da primeira e da segunda instâncias, mas impõem aos tribunais a criação desses núcleos de conciliação, inclusive estabelecendo quantidade mínima de servidores que deverão ser lotados naqueles núcleos a fim de que eles efetivamente funcionem de forma adequada e eficiente.

Então, a regulamentação existe, e penso que está sendo aplicada pelo tribunal. A Conselheira Daldice disse que está pessoalmente acompanhando o cumprimento dessas resoluções pelos Tribunais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Justiça e Tribunais Regionais Federais e Tribunais do Trabalho. Agora, penso também que há uma dificuldade muito grande de ordem cultural: infelizmente se criou no Brasil a cultura do demandismo. É muito fácil ter acesso ao Poder Judiciário, e se demanda o Poder Judiciário por absolutamente tudo. A mudança aí é muito menor, talvez, de normatização, que atualmente existe, pelo menos no âmbito do CNJ, do que uma mudança cultural da própria sociedade e, principalmente, Senador – se V. Exa. me permite, porque é a nossa área de atuação –, do próprio Poder Público.

Hoje boa parte dos processos em tramitação no âmbito do Poder Judiciário que são levados às cortes superiores são processos que envolvem direta ou indiretamente a Fazenda Pública em juízo. A Fazenda Pública não tem a cultura de conciliar, ainda que a falta de conciliação muitas vezes implique um custo financeiro muito maior para o próprio Estado. Afinal de contas, quanto mais se demora para pagar, mais juros e correção monetária sobre aqueles débitos se pagam. Há o custo do aparato judicial das advocacias públicas e do próprio Ministério Público, que existem em razão desse excessivo número de demandas e dessa litigiosidade insistente da própria União.

Vou dar um exemplo rápido. Há uma matéria que está em julgamento atualmente no Supremo, que é a constitucionalidade ou não da TR como índice de correção monetária. Esse processo... Só no meu tribunal – e eu sou Vice-Presidente da corte –, dos 25 mil processos que eu tenho sobrestados na Vice-Presidência, mais de 12 mil dizem respeito apenas a essa matéria: é mais da metade do acervo que está na Vice-Presidência, parado, aguardando o posicionamento definitivo do Supremo. E a Administração Pública, insistentemente, embora não haja mais quórum para se modularem os efeitos da decisão – seriam necessários pelo menos dois terços, mas não há mais os dois terços disponíveis pela modulação –, pela Advocacia Pública, insiste em recorrer incessantemente das decisões dos tribunais.

Há que haver uma mudança, além da cultura da própria sociedade, do próprio Poder Público principalmente, a fim de que haja, no que se refere ao Poder Público, não apenas uma faculdade, mas uma obrigação de conciliar. Afinal de contas, todo poder do Poder Público está associado, necessariamente, a um dever, e ele não apenas pode exercê-lo como deve exercê-lo. Então, penso que o Poder Público deveria ter a obrigação institucional e legal de fazer conciliações naqueles casos em que fosse mais vantajoso financeiramente para o Estado a sua realização do que o aguardo de uma prestação jurisdicional, que muitas vezes traz outros ônus financeiros.

O Senador Mecias de Jesus abordou a questão dos julgamentos que muitas vezes têm ocorrido sob influência da pressão da imprensa. De fato, isso tem existido. É público e notório que a imprensa tem influenciado não apenas o Poder Judiciário, mas todos os Poderes do Estado. A forma de agir do agente público está sendo modificada a cada dia por força da maior influência e da maior penetração da imprensa nas camadas mais baixas da população. Hoje em dia há aplicativos como o Instagram, o Facebook, o WhatsApp e o tão famoso Telegram, que fazem com que as informações cheguem praticamente em tempo real a qualquer rincão do Brasil. Isso está acabando por influenciar sim, penso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu, a forma de o agente público agir; e, dentre os agentes públicos, o agente público integrante do Poder Judiciário.

Pessoalmente, Sr. Senador – aqui vai uma opinião pessoal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – Embora saiba que talvez nem todos compartilhem dessa ideia, penso que o juiz deveria julgar de acordo com a Constituição e com as leis e não de acordo com a influência da imprensa e da sociedade. O espaço natural para que haja o debate sobre o que deve ser é o Poder Legislativo. O Judiciário tem que decidir o que é, tem que decidir de acordo com a norma que existe, e não criar normas ou forçar interpretações a fim de se adequar a normatização a determinadas realidades sociais. Se a legislação está superada, o campo propício para a superação desse retrocesso, dessa legislação retrógrada, é o Poder Legislativo, não o Poder Judiciário. E infelizmente têm acontecido, é público e notório, alguns excessos por parte de integrantes do Poder Judiciário no sentido de atender muito menos a Constituição do que os anseios da sociedade, tão divulgados pelas redes sociais.

A Senadora Renilde Bulhões não fez propriamente uma pergunta, simplesmente fez um comentário. Desde logo, Senadora, agradeço suas palavras. Registro que conheci S. Exa. na época em que era juiz de juizado em Maceió e fizemos o juizado itinerante no Município de Santana do Ipanema, que, à época, estava sob a gestão da eminente Senadora, que nos deu todo o apoio a fim de resolver várias demandas previdenciárias. Foram julgados mais de mil processos em um final de semana lá no Município de Santana do Ipanema.

Por fim, a Senadora Juíza Selma e o Senador Weverton fizeram perguntas associadas, no que diz respeito ao abuso de autoridade. Eu penso que a Lei de Abuso de Autoridade efetivamente merece atualização. A forma de agir dos agentes públicos está sendo alterada principalmente pela influência da mídia, e é preciso que a legislação seja alterada e acompanhe essas modificações que vêm ocorrendo na sociedade. Penso, no entanto, que deve haver cuidado com relação a essas alterações a fim de não se criminalizar ou de não se criarem infrações administrativas decorrentes da interpretação que magistrados ou membros do Ministério Público façam acerca do conteúdo normativo existente nas leis. Uma coisa é punir o abuso, outra coisa é se criar o crime de interpretação.

O equívoco de interpretação deve ter sua correção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – buscada através dos próprios meios recursais postos à disposição das partes, e não através da criminalização. Penso que uma interpretação somente pode ser criminalizada se ela for uma interpretação direcionada a um determinado objetivo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalidades extrarrepublicanas, quer dizer, se aquela interpretação não for uma interpretação autêntica, verdadeira, mas o magistrado ou o membro do Ministério Público tenha forçado uma interpretação por móveis que não sejam republicanos, a fim de beneficiar ou perseguir determinada pessoa, por exemplo.

Então, ponho-me à disposição de V. Exas. para esclarecimentos complementares.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Dr. Rubens.

Com a palavra a Dra. Candice.

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Agradeço ao Senador Vital do Rego, ao Senador Anastasia, ao Senador Mecias de Jesus, à Senadora Renilde Bulhões, à Senadora Juíza Selma e ao Senador Weverton pelas perguntas formuladas, pelas palavras gentis que nos foram dirigidas. Peço desculpas, ou peço licença, na verdade, para responder numa ordem que não foi a das perguntas para que possa ter um fio condutor aqui na resposta.

O Senador Vital do Rêgo pergunta qual o papel do CNJ para garantir à sociedade brasileira que cada um vai cumprir o seu papel nos limites das suas atribuições constitucionais, sem extrapolar os poderes.

Essa preocupação de V. Exa., Senador Vital do Rêgo, é muito importante, principalmente num contexto em que nós estamos vivendo aqui no Brasil, do chamado – ou do criticado – ativismo judicial. Essa expressão "ativismo judicial" foi cunhada por um historiador norte-americano em 1947, na época em que a Suprema Corte americana começou a proferir julgamentos mais criativos, vamos dizer, e essa expressão foi então criada nesse momento. Atualmente ela é utilizada sempre num contexto depreciativo. Quando a gente fala que os juízes estão atuando de forma ativista, nós estamos sempre achando que ele está extrapolando as suas funções.

No contexto brasileiro, o ativismo judicial entrou no Brasil mais ou menos em 2003, quando a Suprema Corte brasileira começou a tratar de casos emblemáticos, como o aborto do anencefálico, as células-tronco, o nepotismo e agora a criminalização da homofobia. Quais são as causas para esse problema? Na verdade, não é correto imputar somente ao juiz a culpa por esse ativismo. A nossa Constituição, a Constituição brasileira de 1988, pela forma democrática de ser, acabou trazendo vários princípios, vários direitos fundamentais – nós temos 78 incisos de direitos fundamentais –, e o juiz brasileiro passou a ter que interpretar todas as normas com a lupa da Constituição, com base na Constituição. E esses direitos fundamentais são muitos amplos, eles não têm uma definição firme: você fala em dignidade da pessoa humana, você fala em direito à saúde. Então, além dos direitos fundamentais, que são um rol bastante extenso, nós temos ainda as normas programáticas, que dão um direcionamento para o juiz. A partir do momento em que o juiz pega a Constituição e verifica que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que garantir o direito à saúde, e um cidadão bate à sua porta com um processo exigindo algum medicamento, o juiz é obrigado a analisar aquilo com aquele norte do direito à saúde.

Antigamente, até 2003, normalmente o Supremo entendia que essas normas constitucionais, esses princípios programáticos tinham um conteúdo de eficácia limitada ou contida, que necessitava de uma lei. De 2003 para cá, a interpretação passou a ser outra: ele já tem um conteúdo vinculativo. Então, o juiz é obrigado a prestar aquela prestação jurisdicional que lhe é submetida.

Além disso, a própria Constituição de 1988 trouxe remédios constitucionais para a omissão do legislador. Então, o mandado de injunção, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão fizeram com que o Supremo tenha que decidir a respeito da omissão também do legislador. E o controle difuso de constitucionalidade, que faz com que todo juiz possa deixar de aplicar a lei por ela ser inconstitucional, fez com que cada juiz tivesse que também entrar num rol de direitos que é de definição muito ilimitada, muito ampla.

Qual a solução para esse tipo de problema? Alguns autores entendem que a solução seria a criação de uma corte constitucional, ou seja, unificar a interpretação constitucional apenas a um órgão, que pode ter mandato ou não ter mandato, ser por meio de mandato ou não. Isso poderia fazer com que se restringisse essa interpretação apenas para o órgão, e que não ficasse para todos os juízes poderem decidir a respeito daquele direito.

Outra ideia que se tem é que o juiz só poderia intervir com decisões criativas, vamos dizer assim, quando o direito fundamental estivesse frontalmente violado, e não em qualquer momento em que há um princípio constitucional e o legislador pode definir ou traçar as leis dentro do âmbito de proteção daquele princípio. Então, se o legislador fez uma escolha, vamos dizer, discricionária dentro daquele âmbito de proteção, o juiz não poderia interferir na escolha do legislador. Penso que essa seria a melhor alternativa atualmente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – O juiz deveria ter um pouco mais de critério, prolatando decisões mais técnicas. E, no momento em que o legislador tivesse feito uma opção legislativa dentro do contexto daquele princípio, do âmbito de proteção daquele princípio, o juiz não poderia interferir declarando a inconstitucionalidade daquela lei por motivos que, às vezes, podem ser inclusive de cunho pessoal, porque, como o princípio é muito amplo, o que um juiz acha de ideia de dignidade da pessoa humana, o juiz da sala ao lado pode pensar que não é aquela a melhor forma de garantir a dignidade da pessoa humana, já pensa de outra forma.

Como o Judiciário brasileiro vem com esse movimento de decisões, vamos dizer, de ativismo, em vez de optar por uma decisão de autocontenção, o que acaba acontecendo? Limitações aos direitos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magistrados, que é o que nós acabamos vendo, que é um resultado praticamente automático do que acontece com a atividade do Judiciário.

Nós estamos vendo agora, por exemplo, a criação ou a discussão a respeito da Lei de Abuso de Autoridade. Eu verifiquei o projeto que está dentro das 10 Medidas contra a Corrupção, e todas as condutas lá tipificadas já se encontram ou na Loman, como uma falta administrativa, vamos dizer assim, ou uma obrigação do juiz que pode vir a gerar uma responsabilização disciplinar, ou então na Lei dos Crimes de Responsabilidade. Então, de fato, não há nenhuma conduta ali que nenhum juiz precise temer.

O Conselho Nacional de Justiça, respondendo à pergunta de V. Exa., hoje já pode punir o juiz com base nessas condutas, porque elas já estão na Loman (Lei Orgânica da Magistratura) ou, então, na Lei dos Crimes de Responsabilidade. A grande preocupação, na verdade, dos magistrados a respeito dessa lei... O Senador Rodrigo Pacheco conseguiu captar essa preocupação e colocou o §8º no art. 8º da lei, que fala que: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade". Isso que a gente fala é o chamado crime de hermenêutica.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Esse crime de hermenêutica surgiu em 1899. Essa expressão foi cunhada por Rui Barbosa, quando ele defendia o Juiz Mendonça Lima, do Rio Grande do Sul, que teria sido condenado por não aplicar uma lei no julgamento do júri. Ele entendia que a lei feria a Constituição porque diminuía a possibilidade da defesa: ela não permitia que a defesa pudesse não aceitar uma das testemunhas e não permitia também que a votação fosse secreta; a votação tinha que ser aberta. Ele foi condenado a uma pena de nove meses de afastamento do cargo, e o processo dele chegou ao Supremo Tribunal Federal. O seu advogado era o Rui Barbosa, e ele conseguiu convencer a Suprema Corte de que o juiz não pode ser responsável por seus julgamentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – ... pela valoração dos fatos, pela aplicação da norma ao caso concreto. Afastou-se a penalidade, esse juiz foi punido duas vezes, inclusive, pelo mesmo fato, e o Supremo nas duas vezes afastou essa penalidade.

E essa preocupação continua sendo a preocupação do Judiciário brasileiro. É por isso, inclusive, que o legislador colocou na Constituição as garantias do juiz: a garantia da inamovibilidade, a garantia da irredutibilidade de vencimentos e a garantia da vitaliciedade. Essas três garantias é que dão a independência do juiz, a independência do magistrado. E por isso nos preocupa tanto todas as vezes que nós vemos uma legislação vir tentar tirar uma dessas garantias, porque são essas garantias que fazem com que o magistrado sinta-se livre de pressões, tanto internas quanto externas, principalmente da imprensa – que é também a pergunta do Senador Mecias de Jesus –, para julgar conforme a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convicção. Então, cada vez que nós tentamos restringir essa independência, há um perigo para a democracia brasileira.

Se eu pudesse dar apenas uma sugestão, Senador – perdoe-me aqui a petulância –, a expressão "por si só" gera um pouco de dúvida aqui no projeto, porque, se "por si só" essa ação não é crime de hermenêutica, a divergência na interpretação da lei, a gente então, em contrapartida, quer dizer que em alguma situação ele pode ser considerado. Isso realmente preocupa muito os magistrados.

Posso continuar, Senadora? (*Pausa.*)

Então, para concluir. A respeito da ampliação do número de componentes do CNJ, Sr. Senador, eu não tinha parado para pensar sobre o tema, se realmente é necessário ou se não é necessário. De fato, nós temos dois representantes da advocacia, dois do Ministério Público e dois da sociedade civil. Já temos seis. Acho que a opção do legislador até então tem sido válida, o papel do CNJ tem sido realizado a contento, mas é claro que V. Exas. são quem pode melhor avaliar essa atividade e a necessidade da ampliação.

A respeito da pergunta do Senador Anastasia sobre a grande litigância e a tentativa de diminuição do número de processos, o que eu posso dizer de antemão, Sr. Senador, é que realmente essa é uma preocupação muito grande de todos nós, magistrados, a quantidade de processos. Essa é uma angústia que nós vivemos diuturnamente dentro da nossa carreira. Foi inclusive um susto que eu levei quando entrei para a magistratura, porque eu era Procuradora da Fazenda, tinha uma semana para estudar sobre o assunto e preparar um parecer. Quando eu fui para a magistratura, eu percebi que nós não tínhamos nem uma hora para poder analisar um processo e prolatar uma sentença se quiséssemos, no final do mês, ficar com a estatística boa. Então, nós temos sempre essa angústia entre a qualidade e a celeridade, infelizmente.

Eu penso que andou bem o legislador também, V. Exas., com o Código de Processo Civil, quando no art. 3º, §3º, estabeleceu que os juízes e a OAB deverão incentivar a conciliação e a mediação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – O art. 334 do Código de Processo Civil também prevê a multa para a parte que não comparecer à audiência. O art. 168 trata que as audiências podem ser feitas pela internet, por videoconferência, o que facilita as partes.

O CNJ não está esquecendo dessa política. Desde 2010 ele trata dessa política, com a Resolução nº 2015. Criou os Cejus, que são os centros de aplicação das formas não contenciosas de solução de conflitos, e atualmente, desde a gestão do Ministro João Otávio de Noronha, todas as inspeções são realizadas, e nelas é verificado – e o Ministro Humberto Martins assim continuou –, nesses centros, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente os processos estão indo para conciliação e mediação anteriormente ao seu julgamento, já que o legislador previu isso como primeiro passo do processo.

Muito obrigada, Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Dra. Candice.

Voltemos à lista de inscrição.

Com a palavra, pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Queria cumprimentar a Presidente, Senadora Simone, que tão bem conduz esta reunião; cumprimentar o Dr. Rubens, alagoano; a nossa acriana, Dra. Candice; nossa goiana, Dra. Ivana.

Queria cumprimentar também os Ministros que estão nesta reunião, mostrando o prestígio dos candidatos que estão sendo sabatinados nesta manhã. Quero cumprimentar o Ministro Humberto, o Ministro Reynaldo, o Ministro Noronha, o Ministro Navarro por estarem aqui prestigiando esta Casa.

Esperamos que V. Exas. se unam aos seus futuros colegas do CNJ para assegurar que a magistratura julgue com imparcialidade e celeridade e que lutem para não ser implantado o sistema inquisitivo, em que alguns magistrados querem acusar, condenar e julgar. O CNJ tem o dever de evitar esse sistema inquisitório e fazer prevalecer o sistema acusatório, em que quem acusa não pode defender e julgar, pois deve ficar a cargo de pessoas totalmente distintas. Se o CNJ não coibir essa prática inquisitória, estaremos fadados a termos uma legião de super-heróis em busca somente de holofotes.

Neste momento invoco a Deusa Themis, cujo nome significa: aquilo colocado no seu devido lugar, ou seja, a justiça. Que V. Exas. coloquem a venda nos olhos de magistrados que só querem holofotes, parecendo que estão voltando à infância, invocando Batman, Superman, Capitão América. A justiça tem que prevalecer com imparcialidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – A Justiça tem que ser isenta. A Justiça tem que ser cega. E eu espero que vocês três que estão para assumir o CNJ realmente façam com que esses exageros sejam coibidos.

Fica aqui a pergunta: vocês estão dispostos a combater os super-heróis da Justiça brasileira?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Angelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem de inscrição, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras; Dra. Ivana, minha conterrânea; Dra. Candice, juíza; Desembargador Rubens, meus cumprimentos.

Ouvindo algumas respostas que foram dadas aqui, já fiquei muito satisfeito, porque mostraram o total conhecimento de vocês. Tive o prazer de conversar com os três, ouvir os três, em especial, conhecendo mais, a nossa Ivana, vinda do nosso Estado de Goiás. Eu me orgulho muito de ter a senhora ali nos representando em todos os cargos que a senhora assumiu ali no Ministério Público. Essa indicação é mais do que justa.

Sra. Presidente, eu já tive a oportunidade, como Presidente da Associação de Prefeitos, de recorrer ao CNJ por alguns abusos que foram cometidos no meu Estado. Eu fui muito bem atendido, e a resposta foi imediata. Então, eu quero aqui ressaltar a importância do CNJ e a importância, Senador Marcos, de ali haver pessoas comprometidas, pessoas que entendem de leis e pessoas como vocês, que foram indicadas aqui pelo CNJ e pelo Ministério Público dos Estados.

Sra. Ivana, dos 27 Estados – sendo que 25 dos 27 votaram –, a senhora teve 22 votos. Isso mostra realmente a sua capacidade.

Eu queria aqui fazer uma pergunta e ouvir a resposta dos três. A pergunta é a seguinte: em todos os cargos, em todas as atribuições que são dadas, por exemplo, a um soldado, a um policial, a um Prefeito, a um Vereador, a alguma autoridade, quando se comete um desvio, como a gente tem visto aí, alguns são punidos com perda de mandato, com prisão e com tantas coisas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Queria só ouvir aqui a opinião de vocês, que estão indo para um órgão tão importante como o CNJ. Qual é a opinião de vocês com relação a tantas autoridades, ou seja, juízes, desembargadores e tantos outros, como a gente tem visto no decorrer do tempo, que têm cometido aí vendas de sentenças ou que têm praticado tantas coisas erradas e cujas penalidades têm sido uma aposentadoria compulsória com todos os direitos? Eu queria ouvir a resposta de vocês, o que vocês pensam a respeito disso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Pela ordem de inscrição, Senador Zequinha Marinho... (*Pausa.*)

Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sra. Presidente.

Senhores futuros conselheiros, estamos passando por um momento no Brasil...

Primeiro de tudo, desculpem-me: é evidente que o currículo de vocês é mais que suficiente para o encargo que vão assumir e desejo a melhor sorte possível na missão.

Hoje, no Brasil, a gente passa por um momento interessante de análise da atuação do Judiciário e do Ministério Público. Nós estamos presenciando as pessoas, algumas pessoas, escandalizadas com trocas de mensagem em aplicativo entre juiz e promotor. Eu pergunto a vocês, que vão estar lá no CNJ fazendo essa atuação tão importante, qual é a opinião de vocês e que medida de controle a gente pode ter para outro tipo de comunicação, que nós aqui em Brasília conhecemos tanto: os eventos financiados por bancas de advogados, por empresas que têm causas nos tribunais nas quais se fazem presentes ministros cotidianamente, com aproximação excessiva em determinadas bancas, com filhos de ministros atuando? E como é que a gente pode alterar para que o CNJ possa abarcar também esses tribunais superiores e o próprio Supremo? A gente já percebe – e recebe muito esse retorno dos magistrados de primeira instância – o quanto o CNJ atua e o quanto isso é importante para se ter um rigor, uma métrica, um desempenho, mas os tribunais não têm.

Então, em primeiro de tudo, peço a opinião de vocês com relação a essas ligações, na minha opinião, indevidas. E que medidas nós podemos adotar para corrigir esse problema?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exma. Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, saúdo de maneira muito especial os candidatos que aqui estão a serem sabatinados. Quero dizer que recebi todos no meu gabinete, dei a devida atenção a todos os respectivos currículos e afirmo aqui, textual e publicamente, a absoluta capacidade e condição de preencher o cargo no CNJ ao qual se propõem, objetivo desta reunião de hoje. Já depositei o meu voto "sim" a todos eles. Desejo-lhes muito boa sorte no exercício da função no CNJ.

Cumprimento todos os Senadores e Senadoras que aqui estão; de maneira muito especial os Exmos. Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça, inclusive o Presidente, mineiro, Ministro João Otávio de Noronha, que tem uma função importante na defesa do Tribunal Regional Federal de Minas Gerais, uma causa sobre a qual trataremos no momento oportuno. É um prestígio muito grande tê-los aqui conosco nesta reunião, todas as autoridades presentes.

Eu faço uso da palavra tão somente para fazer alguns esclarecimentos em relação a um tema que foi abordado – não farei necessariamente nenhum questionamento a respeito desse tema –, quanto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PLC 27, que trata das 10 Medidas contra a Corrupção, no qual há, dentro do seu contexto, o estatuto do abuso de autoridade.

Nesse projeto, está preservada a sua essência, do que veio da Câmara, no tocante à criminalização do caixa dois de campanha e da compra de votos, ou seja, dois tipos penais sendo incluídos no Código Eleitoral, bem assim ao aumento da pena dos crimes contra a Administração, passando de dois para quatro anos as penas de corrupção, peculato e demais crimes contra a Administração e tornando-os hediondos em determinados patamares. Então, essa é a essência do projeto, absolutamente preservada pelo Senado.

No âmbito desse projeto, foi aditada uma emenda, na época da Câmara dos Deputados, pelo atualmente Senador Weverton, em referência ao abuso de autoridade. E devemos lembrar que o abuso de autoridade já foi submetido ao Senado através de um outro projeto – tendo por Relator o Senador Roberto Requião – que hoje está na Câmara dos Deputados.

Ao ser designado nesse projeto – e evidentemente essa não é uma tarefa fácil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Aliás, tarefas fáceis dificilmente nós temos na magistratura, como membro do Ministério Público, como Ministro do STJ e como políticos, Deputados e Senadores, mas eu me incumbi de fazer o parecer da melhor forma possível. Preservei o texto da Câmara em alguns aspectos; suprimi alguns dispositivos vindos da Câmara dos Deputados; resgatei uma das medidas anticorrupção que havia sido afastada na Câmara, que é justamente a do perdimento de bens e da extinção civil de domínio – resgatei essa medida como uma medida agora que compõe o parecer no Senado Federal –; e, no tocante ao abuso de autoridade, preservando o texto entabulado pela emenda do Senador Weverton, na época Deputado Federal, fiz acrescentar dois dispositivos que reputo absolutamente fundamentais e justos para equilibrar o critério da punição do abuso de autoridade no Brasil, que é o primeiro dispositivo referente ao dolo específico, ao fim especial de agir para beneficiar a si próprio ou a outrem, para prejudicar outra pessoa ou por mero capricho ou satisfação pessoal, e um outro parágrafo referente justamente ao crime de hermenêutica, ou seja, proibindo a criminalização da interpretação, ao dizer que a interpretação da lei e a valoração do fato e da prova não constituem, por si só, crime de abuso de autoridade.

Eu recebo com muita atenção a sugestão da Dra. Candice referente ao "por si só". Submeterei aos Líderes partidários e demais Senadores essa sua reflexão quanto a essa expressão, nesta ressalva feita nesse parágrafo. No fim das contas, o que nós procuramos fazer dentro daquilo que já foi estabelecido pelo Senado na aprovação do estatuto do abuso de autoridade? Editar essa norma referente ao abuso de autoridade, com essas ressalvas...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... justamente para equilibrar: fazer a previsão normativa do abuso de autoridade, mas com essa ressalva que garanta a independência de juízes e promotores no exercício das funções.

Eu acabo de receber no meu gabinete, inclusive, os representantes do Frentas, uma entidade associativa que congrega tanto magistrados quanto membros do Ministério Público, que trazem outras sugestões, às quais eu também darei a devida atenção e submeterei ao colégio Líderes, submeterei à Presidente Simone Tebet e ao Presidente Davi Alcolumbre, quanto a especialmente dois tipos penais – já tratei aqui com o Senador Weverton a respeito disso – e quanto à legitimidade para além do ofendido na queixa subsidiária da ação penal pública. Então, são temas que nós vamos tratar nas próximas horas justamente para entregarmos um PLC equilibrado nesse sentido.

Quanto ao mais, quero desejar boa sorte aos três candidatos e dizer que o Senado Federal é uma Casa aberta para ouvir. Ouvimos os membros do Ministério Público, ouvimos o magistrado e vamos buscar fazer o melhor texto possível em relação ao abuso de autoridade e aos outros projetos referentes às leis penais e processuais penais que estão ao meu encargo, graças à confiança da Senadora Simone Tebet, que me designou.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rodrigo Pacheco.

Esta Presidência informa que temos apenas mais três Senadores inscritos. Então, vamos encerrar primeiro com a arguição; em seguida, passaremos a palavra aos nossos convidados. Na ordem: Senadora Rose de Freitas, Senador Renan Calheiros e, finalizando, Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, na ordem... (*Pausa.*)

Obviamente. Encerraremos, portanto, com a palavra do Senador Cid Gomes.

Com a palavra V. Exa., Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta comum aos três sabatinados em função da grande luta que nós travamos nesta Casa, nas ruas, em relação à violência contra a mulher.

Tive oportunidade de conversar com a Dra. Farina e tive a oportunidade de abordar todos esses assuntos, que são muito preocupantes, sobre a prática da questão jurisdicional, da questão das leis e da conduta do Poder Judiciário em qualquer esfera em que tenhamos representantes em relação a essa violência. Construímos leis todos os dias, a começar pelo histórico da aplicabilidade da Lei Maria da Penha, que foi amplamente recusada em vários cantos do País. Acho que a Senadora Simone, o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Renan, todos se lembram de que muitos juízes se recusaram a aplicar a Lei Maria da Penha. E todos os dias nós estamos pedindo, ampliando as medidas protetivas.

Eu queria saber, resumidamente, de cada um qual é o papel que cada um exercerá, dentro das suas funções, no que se refere à adoção da proteção das medidas que já se fizeram necessárias e de outras que podem ser ampliadas sob a égide da condução jurídica e judicial dos senhores. Essa ineficiência que nós encontramos dentro do Poder Judiciário na questão da proteção da mulher eu acho que pode ter um papel muito mais desdobrado entre os conselheiros do CNJ. Eu queria ouvir, saber qual é a posição dos senhores e das senhoras a respeito desse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero, em primeiríssimo lugar, dizer da satisfação de recebermos hoje aqui no Senado, nesta importante Comissão de Constituição e Justiça, a presença honrosa do Presidente do STJ, Ministro Noronha; do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins; dos Ministros Ribeiro Dantas, Reynaldo Soares e Marcelo Navarro; do Conselheiro Henrique Ávila, que é o representante do Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça.

Quero cumprimentar a Dra. Ivana Farina, quero cumprimentar a Dra. Candice Galvão Jobim, quero cumprimentar o Dr. Rubens Canuto pela qualidade da exposição, pela maneira democrática e verdadeira como se expõem a responder as perguntas que são feitas e reiteradas pelos Senadores. Nós vivemos um momento importantíssimo do ponto de vista do País. O papel do Judiciário é fundamental na mediação, insubstituível, claro, e o Conselho Nacional de Justiça, que foi criado por este Parlamento, também tem cumprido um papel relevantíssimo.

Em aproveitando a presença do Presidente e de ministros do STJ, eu quero cumprimentá-los pela qualidade dos nomes que apresentam a esta sabatina. Raras vezes nós tivemos aqui nesta Comissão a oportunidade de sabatinar nomes tão expressivos como estes que sabatinamos agora.

Eu não quero repetir perguntas, mas o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ontem, em palestra, fez uma afirmação veemente com relação à conduta dos juízes. Ele disse que o juiz não pode ser senão olimpicamente imparcial. Eu queria saber o que os indicados e as indicadas acham dessa questão e quero aproveitar a oportunidade, Presidente, também para saber como anda a aplicação, como eles e elas veem a aplicação da atualização que nós fizemos na Lei da Mediação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e como isso tem colaborado para esvaziar o acúmulo de demandas no Poder Judiciário.

Mais uma vez, cumprimento todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Renan Calheiros.

Com a palavra o Senador Cid Gomes.

Em seguida, nós fechamos com o Relator Senador Marcos Rogério.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sra. Presidente desta Comissão, cumprimento aqui a Dra. Ivana, cumprimento o Dr. Rubens, cumprimento a Dra. Candice; cumprimento todos os que nos visitam e que prestigiam aqui certamente a audiência dos indicados ao cumprimentar o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Noronha.

O meu questionamento versa sobre algo teórico, e qualquer semelhança com a realidade trata-se de mera coincidência.

Eu queria colocar aos senhores indicados ao Conselho Nacional de Justiça a seguinte hipótese: um juiz, no exercício das suas funções, combina com o Ministério Público, articula com o Ministério Público, enfim, atua – eu estou tentando não colocar expressões mais duras – de forma associada ao Ministério Público. Esse juiz no futuro deixa de ser juiz, abdica da magistratura, torna-se Ministro da Justiça. Eu estou falando de um caso em tese; qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência. Vira, torna-se chefe da Polícia Federal, que é um órgão encarregado de fazer investigações. É oferecida uma denúncia no Conselho Nacional de Justiça sobre a atuação desse ex-juiz, mas a atuação dele quando do exercício da magistratura, e o corregedor arquiva a denúncia por não ser mais juiz.

A minha pergunta teórica – qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência – é: caso haja um recurso dessa questão e seja submetido a cada uma das senhoras e ao senhor, o seu posicionamento seria de que esse juiz, esse ex-juiz deveria ser julgado ou investigado, ou aberto um processo no Conselho Nacional de Justiça, porque a denúncia trata-se de quando do exercício da função? Caso afirmativo, muito bem, estou entendido; caso negativo, qual é o entendimento de vocês? Quem deveria apreciar esse processo, fazer a investigação sobre uma denúncia, em tese, que retrate essa situação?

Então, esse é meu questionamento, embora queira antecipar que já votei e votei afirmativamente, votei "sim", em confiança ao pouco que já tive, ao currículo que V. Exa., que todos vocês expuseram a público e, naturalmente, em respeito às instituições que os indicaram, que tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza tiveram todo o cuidado, todo o zelo em indicá-los para a aprovação aqui ou para a consideração desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Cid.

O último orador inscrito com a palavra, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, quero aproveitar para saudar mais uma vez a Dra. Ivana, a Dra. Candice Lavocat Galvão Jobim e o Dr. Rubens de Mendonça. Eu tive a oportunidade de receber todos no gabinete e conversar longamente acerca de suas indicações e da missão que terão junto ao CNJ.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade para abordar um tema que a Dra. Candice, de passagem, abordou, em relação ao ativismo judicial, a par especialmente desse último episódio envolvendo o Supremo Tribunal Federal. Ao que me parece, passa a ser a terceira casa legislativa federal do Brasil. Esse ativismo já vinha ocorrendo reiteradamente em outras circunstâncias, com outras decisões, em que não se podia negar jurisdição ao pleito, especialmente a partir de casos concretos, mas com repercussão geral. Mas essa de o Supremo Tribunal Federal se entender, a partir das garantias fundamentais, como competente para criar norma penal, com todo respeito...

Disse ontem na tribuna e repito hoje aqui: os ministros estão sendo... Convidei-os a tirar a toga, serem candidatos e virarem legisladores, porque se o texto cristalino da Constituição, que diz que "não há crime sem lei anterior que o defina" não vincula o Supremo, o que vincula?

A Corte Constitucional, de guarda, de proteção da Carta de 88 me parece estar na contramão da proteção constitucional, o que eu lamento. E, aí, nós temos, também na Carta de 88, asseguradas as prerrogativas do Congresso Nacional, entre as quais está a de resguardar a sua própria competência.

Eu protocolei, no dia de ontem, um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos legislativos da decisão do Supremo Tribunal Federal. É lamentável! É lamentável que o Poder Legislativo tenha que apresentar uma proposta dessa natureza face a uma decisão da corte que deveria dar o exemplo de guarda da Constituição Federal.

Não estou aqui nem adentrando ao mérito da questão, e V. Exa. menciona aqui aspectos da omissão do Poder Legislativo. Isso é questionável, porque o Poder Legislativo é uma Casa de representação da sociedade e não legislar sobre determinadas matérias no sentido de afirmar no texto o dispositivo legal não significa omissão. Pode ser decisão política, e, nesse caso, é, embora haja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matérias hoje sendo discutidas na Casa e com sinalização de avanços importantes, inclusive matérias de minha autoria.

Mas, ainda que o Parlamento fosse omisso nessa matéria, escapa à competência do Supremo Tribunal Federal ou de qualquer outra corte, pela via da jurisdição, criar tipo penal, ou, então, a letra da Constituição é letra morta; ou, então, a Constituição vincula a todos, exceto a excelsa Corte. Se é isso, penso não estarmos mais no Estado de direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... penso não estarmos mais diante de uma situação onde o sistema de freios e contrapesos se impõe.

Então, Sra. Presidente, eu estou fazendo uso da palavra neste momento para avocar essa temática, porque a Dra. Candice fez menção, *en passant*, a esse tema e eu achei por bem sublinhar aqui as nossas preocupações com relação a isso.

O PDC vai tramitar na Casa e vamos fazer esse enfrentamento.

Mas eu queria, ao final, cumprimentando as duas indicadas e o nosso indicado, pedir que vocês fizessem menção rapidamente, até em razão do que está acontecendo neste momento, sobre qual a visão de vocês, qual o pensamento de vocês a respeito de manifestações de magistrados fora dos autos sobre processos em andamento e sob sua jurisdição.

Essa pergunta já foi feita, mas não houve...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, manifestação fora dos autos, inclusive em redes sociais e afins, sobre processos sob sua jurisdição. Eu queria que vocês tivessem a oportunidade de falar alguma coisa a respeito desse ponto.

No mais, quero cumprimentá-las, cumprimentar o nosso Desembargador muito jovem, mas talhado, preparado para o ofício e absolutamente consciente do desafio que é, neste momento, para todos ser magistrado, ser magistrado, com todos os acontecimentos que nós estamos vivendo. Tivemos a oportunidade de conversar longamente no gabinete e fiquei muito impressionado com o preparo tanto do Dr. Rubens, quanto da Dra. Candice e da Dra. Ivana.

Eles vão enobrecer o CNJ. Não tenho dúvida disso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pela ordem.

Com respeito à pergunta do colega, eu só gostaria de acrescentar, porque o projeto de lei criminaliza as duas condutas: sobre a opinião do juiz que se manifesta e a do promotor que também se manifesta, porque também está criminalizado, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Agradeço à Senadora Juíza Selma, pela colaboração.

Dou por encerrada...

O Senador é o último orador. Depois encerramos as inscrições.

Senador Sérgio Petecão, salvo por segundos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente Simone, quero agradecer. Eu já estive aqui na Comissão e já votei. Fiz questão de voltar aqui para fazer uma breve saudação aos nossos sabatinados, em especial à Dra. Candice, que é uma acriana que nos orgulha muito. Com certeza, hoje, nesta votação, a senhora vai conseguir e, lá no Plenário, faremos de tudo para que a senhora possa ter sucesso.

Eu queria fazer aqui uma saudação especial à Dra. Ivana Farina, quem tive o prazer de conhecer e receber no meu gabinete. Conversei com alguns procuradores do meu Estado, porque, quando há esse tipo de votação, a gente procura primeiro algumas informações, e a Dra. Ivana foi uma das melhores informações que eu já tive.

Então, Dra. Ivana, eu queria aqui parabenizá-la. Não vou nem ler aqui o seu currículo, as suas virtudes, o seu trabalho, a sua competência, até porque a minha Presidente me abriu aqui esses 30 segundos.

Eu quero desejar boa sorte aos senhores – ao Dr. Rubens, à Dra. Candice e à Dra. Ivana. Com certeza, esta Comissão, hoje, vai dar essa votação positiva para que nós possamos, se Deus quiser, votar no Plenário.

Obrigado, Presidente Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Sérgio Petecão.

Dou por encerrada a inscrição.

Passemos agora às considerações finais dos nossos candidatos sabatinados.

Pela ordem, Dra. Ivana Farina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – Presidente, eu gostaria, antes de começar a responder às perguntas, de fazer alguns registros que muito me honram.

Eu quero agradecer aos servidores do CNMP que estão aqui presentes. Em todas as missões que temos, nós trabalhamos em conjunto. No Parlamento, nas instituições, eu creio que a valorização dos nossos servidores é algo sempre devido. E eles estão aqui presentes, para minha honra, e eu gostaria de agradecê-los.

Quero agradecer a presença do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça. O Dr. Paulo Passos é Procurador-Geral de Justiça no Mato Grosso do Sul, conterrâneo da Presidente, e aqui comparece, representando todas as chefias de Ministério Público.

A Conselheira Maria Tereza Uille, que, por muitos anos, atuou no Ministério Público do Paraná – quando fui Procuradora-Geral de Justiça em Goiás, ela era no Paraná; éramos poucas mulheres, Senadora Rose, nesses cargos – hoje representa a Câmara dos Deputados na formação atual do CNJ, foi reconduzida ao cargo. Meus cumprimentos!

O ex-Deputado Federal Roberto Balestra, Parlamentar que atuou anos aqui na representação do Estado de Goiás, muito me honra com a sua distinta presença aqui.

E, pretendendo não ter esquecido ninguém, meus colegas todos do Ministério Público brasileiro, por favor, se sintam cumprimentados na pessoa do nosso Presidente, Paulo Passos. Eu os vejo, todos e todas, aqui.

As respostas.

Senador Angelo Coronel, antes da sua pergunta, eu quero dizer que o senhor, o Senador Vanderlan, o Senador Alessandro Vieira, o Senador Rodrigo Pacheco, o Senador Marcos Rogério e o Senador Sérgio Petecão, todos trataram de nos dar aqui hoje um tratamento muito respeitoso e, por certo, generoso, muito generoso.

Quando optamos pelas carreiras que optamos e com a função de promover e fazer justiça, nossa missão se revela muito árdua. E, quando determinada trajetória recebe da mais elevada representação popular e, no caso, da representação dos Estados brasileiros, nós temos mais ânimo, mais disposição para o trabalho, porque a situação do sistema de justiça brasileiro demanda essas iniciativas legislativas, demanda também uma maior aproximação, Senador, entre as instituições. Aproximação entre as instituições – eu já começo a respondê-lo – quer dizer integração dentro do Estado democrático de direito, com papéis diferenciados, com regras estabelecidas e com limites para que isso possa acontecer.

O senhor indaga se, no CNJ, estamos dispostos a combater os super-heróis. Eu respondo ao senhor: o rigor que eu penso que deve ser o primeiro foco da nossa atuação num órgão de controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

externo é o rigor do cumprimento da Constituição e das leis e o rigor ético. A mim me parece que o Código de Ética da Magistratura Nacional, Ministro Humberto, aqui presente, tão bem elaborado, trata das questões colocadas pelo Senador Angelo Coronel e também pelo Senador Cid sobre relações institucionais, sobre entrega da prestação jurisdicional e sobre correção no desempenho dessas funções, que são gravíssimas. E aqui já tínhamos sido indagados de quando o que prevalece não é o conteúdo processual, mas outros fatores que possam influenciar um julgamento.

Eu sempre gosto, no meu gabinete, quando recebo assessores que vão lá trabalhar, de pedir para que leiam um magistrado francês de nome Oswald Baudot. Ele falou a novos magistrados e quando ele falava da gravidade do que é tratar o que está no processo, ele disse que quando ali tratamos nossa expressão não fica no papel, ela corta na carne viva.

E a prestação jurisdicional, sobretudo, Senadora Simone, em causas coletivas, em causas que vão ter repercussão nesse Estado democrático de direito que estamos buscando aperfeiçoar – e o Senado tem essa missão constitucional –, aí, quando nós temos a repercussão para além do que é o cumprimento desse código de ética, dos princípios constitucionais, Senador Marcos Rogério, nós estaremos por certo com um desafio ainda maior a cumprir.

Portanto, eu tenho a mesma disposição, como disse aqui, de 30 anos atrás de seguir o juramento que prestei, e, no CNJ, de ter o rigor necessário. Essas balizas de relação entre as instituições já estão postas; essas balizas são regramentos que cabe ao CNJ fazer cumprir.

E, por certo, lá, ocupando a vaga, se for da aprovação nesta Casa o meu nome, dos Ministérios Públicos estaduais, seguirei com essa disposição como sendo regra de cumprimento de dever.

Portanto, respondendo ao Senador Angelo Coronel, já agradeço ao Senador Vanderlan as palavras elogiosas que aqui disse a meu respeito e também de Dra. Candice e do Dr. Rubens.

E a minha resposta sobre as penalidades que são aplicadas, Senador Vanderlan, nós inclusive já falamos sobre essas questões. Eu creio que, no CNMP, onde hoje atuo, quando ele devolve, no seu relatório anual de atividades, ao Parlamento e à sociedade brasileira um número crescente de punições, eu tenho uma leitura, primeiro, de lamentar que tantos e tantas que já tenham a baliza da conduta possam estar a ensejar essas punições. De outro lado, como órgão responsável pelo controle externo, tenho a dizer que cumpre o seu papel. E assim devemos ter os ofícios, penso eu, que elencam as nossas atribuições legais.

O Senador Alessandro Vieira falou exatamente o que eu disse agora sobre o rigor ético. Eu concordo plenamente com o senhor. Como o CNJ pode atuar, e também o CNMP, para esta questão ser afastada...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – ... os abusos, os desvios, o midiático sobrepor o institucional? Podemos atuar com mais rigor ético e temos instrumentos para isso.

O Senador Rodrigo Pacheco quis reforçar o seu intuito de, ao tratar do regramento de abuso de autoridade, aperfeiçoar com equilíbrio, disse ele, as regras. E assim penso, devemos revisitar a Constituição brasileira. Ela nos chama ao equilíbrio, à ponderação. Ao centrarmos o nosso foco, entendendo que o acesso à Justiça é um direito de todos, temos que estendê-lo sobre qual justiça está prevista na legislação brasileira.

Vou para o quinto aqui.

A Senadora Rose de Freitas fala sobre a questão da violência contra a mulher.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – Eu, felizmente, já buscando me preparar, não para a sabatina, mas para o que possa ser em breve uma nova atuação na minha trilha profissional, saindo desse ofício do Ministério Público, mas representando o Ministério Público no CNJ, procurei me deter nas metas específicas e nacionais do Poder Judiciário para 2019. Senadora Rose, o quadro é tão grave que já está estabelecida essa prioridade na própria relação de metas do CNJ, dizendo, na meta nº 8, ser prioridade o julgamento de processos relacionados ao feminicídio e violência doméstica e familiar contra as mulheres.

E eu digo mais, no CNMP, Senadora Simone Tebet, nós estamos concluindo agora, no Rio Grande do Sul, a quinta conferência sobre equidade de gênero no sistema de justiça, porque nós temos que ter capacitação para o julgamento, para a apreciação dessas que são violações gravíssimas às mulheres no Brasil.

O feminicídio e tantos outros abusos que são elencados na Lei Maria da Penha ainda demandam, Senadora, juizados dotados de maior estrutura, ainda demandam a visão alargada de quem tem que entender o que está por trás da violência crescente no País contra as mulheres, com o que nós vamos combater essa violência, de que modo a resposta tem que ser feita, como nós tratamos da Justiça restaurativa tendo trato com os agressores, buscando educação em Direitos Humanos. Os que estão previstos na Constituição, a dignidade, a vida – o primeiro deles, o direito à vida.

Então, Senadora, eu creio que o quadro é mesmo grave, já detém no CNJ... E sei que também no CNMP, porque existe um grupo de trabalho dentro da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais específico hoje sobre o formulário de riscos com relação à violência doméstica, porque essas mulheres estão em risco, elas procuram o Judiciário, mas não têm tido a resposta de proteção. Quantas são as que as manchetes brasileiras têm exposto daquelas que procuram e morrem com medida protetiva deferida? Portanto, nós temos uma questão cultural que demanda melhor trato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan Calheiros disse o que Sócrates já dissera antes sobre a imparcialidade ser das características essenciais a quem julga, da isenção. E eu volto, Senador Renan, à questão do rigor ético. Desses casos, evidentemente não podemos aqui comentar os que estão ajuizados – assim diz a legislação. Tampouco podemos nos esquecer que, para esses últimos eventos, Senador Angelo Coronel, há quatro inquéritos na Polícia Federal, instaurados sobre esses diálogos. Também a nulidade da prova, Senador Cid Gomes, já foi postulada perante o Supremo; portanto haverá de ser objeto de decisão judicial. E, no Conselho Nacional do Ministério Público, sobre os procuradores mencionados, foi instaurado um procedimento disciplinar. Portanto, esses órgãos têm, sim, atuação a prestar.

Sobre hoje o regramento daquele que é exonerado da função judicante, não é possível que o órgão prossiga em qualquer tipo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IVANA FARINA NAVARRETE PENA – ... de investigação. Todavia, há uma súmula do CNJ dizendo que, caso haja o pedido – um minuto? Já vou concluir – de aposentadoria, Senador Cid, não esgota a atuação do CNJ; ele continua atuando.

As demais são questões que já estão postas em juízo, algumas, e outras na Polícia Federal. E eu quero crer que o Parlamento – e já concluo os meus cumprimentos finais – haverá de promover, neste Estado democrático de direito, essa necessária fase de maior equilíbrio, de maior integração, de maior debate, e que a função de entrega da justiça seja valorizada como sendo a valorização das instituições neste País. Esta instituição, o Poder Judiciário, a instituição do Ministério Público, todas as instituições são maiores que todas as pessoas que as integram, como é maior e deve ser o nosso compromisso com a regra maior.

Eu tenho muita honra de ter feito essa carreira no Ministério Público por 30 anos. Acertos e desacertos estão sempre a acontecer, mas o compromisso é o mesmo.

Muito grata, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos à Dra. Ivana.

Com a palavra Dr. Rubens, para as suas considerações.

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – Sra. Presidente, eminentes Senadores, eu gostaria apenas de registrar também aqui, agradecer a presença do Conselheiro Henrique Ávila, que tão bem representado tem esta Casa no Conselho Nacional de Justiça; do Presidente da Ajufe, Dr. Fernando Mendes, que aqui também se encontra presente – estava sentado ali. E agradeço também a participação virtual da minha família, minha esposa Gabriela e meus filhos Júlio e Artur, que, a distância,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já comentaram aqui que estão assistindo. Quero agradecer pelo apoio incondicional que têm dado em todos esses momentos.

O Senador Angelo Coronel indaga sobre o que fazer com os magistrados super-heróis que têm surgido no Brasil, nos dias atuais, e como manter ou como restabelecer a imparcialidade dessas autoridades. Eu penso, Senador, sinceramente – aqui é uma posição autêntica minha – que o magistrado só consegue manter a parcialidade se ele for anônimo. Eu pessoalmente penso... E daí porque uso, de forma raríssima, as redes sociais, embora não censure quem pensa diferentemente. Tenho Instagram mais para acompanhar do que para postar. Meu Instagram deve ter dez ou doze postagens, uma delas a pedido da minha filha, que pediu para eu colocar uma foto dela, que não havia nenhuma, mas eu acho que o juiz deve usar moderadamente das redes sociais, não para divulgação institucional – a divulgação da instituição é uma coisa –, mas para divulgação, para aparições de natureza pessoal. Pessoalmente, não gosto e acho que, enquanto não houver uma conscientização de que juiz bom é o juiz anônimo, vamos ter cada vez mais magistrados parciais, porque a sedução do assédio é muito interessante, e juiz, tal como qualquer ser humano, gosta de se afagado, elogiado. Então, eu penso que a discrição deveria ser uma marca característica das autoridades judiciais, a fim de manter a imparcialidade de seus julgamentos.

Evidentemente, isso não quer dizer que o juiz não possa se manifestar. Ele é cidadão como qualquer outro, tem direito à manifestação. Agora, não pode utilizar essas manifestações, o poder do cargo e a situação que têm determinados processos para, com isso, angariar vantagens de caráter pessoal, a fim de se projetar pessoalmente na sociedade. Nessas condutas, se estiverem acontecendo com finalidade política e eleitoral, eu penso que o CNJ tem competência e deve atuar severamente na coibição dos excessos, e excesso tem que ser verificado caso a caso.

O Senador Cid Gomes traz um caso que é meramente hipotético, mas se parece muito com um caso real, sobre o qual eu penso, Senador Cid, com toda a deferência que tenho a V. Exa., que devo me abster de responder a essa indagação, porque, como potencial membro do CNJ, caso aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, é possível que eu tenha que julgar eventual recurso que seja interposto à decisão do eminente Corregedor. A decisão monocrática é suscetível de recurso que pode ser levado para o plenário, e, se for levado para o plenário e eu lá estiver, a depender, claro, da aprovação, eu posso ser obrigado a me manifestar sobre essa matéria no plenário. E, como bem lembrou o Senador Marcos Rogério, a Loman proíbe que magistrados antecipem posicionamentos sobre matérias que estejam sob sua jurisdição ou que possam vir a estar. Então, pedindo todas as escusas a V. Exa., eu me abstenho de responder, mas justifico o porquê de o estar fazendo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Ele assistiu O Mecanismo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – O Senador Alessandro Vieira indaga, faz basicamente duas indagações.

Uma delas é sobre a participação de magistrados em eventos sociais ou eventos jurídicos financiados por entidades privadas. Já há algum tempo, ainda sob a Presidência do Ministro Joaquim Barbosa, o CNJ editou uma resolução, limitando a contribuição financeira das entidades privadas para a realização de eventos passíveis de participação por parte de magistrados. Então, desde aquele ano, com a edição dessa resolução, todos os eventos dos quais magistrados podem participar, podem ter no máximo 30% de suas despesas custeadas por entidades de natureza privada. Isso visando justamente garantir, eu penso, a imparcialidade dos magistrados que de lá participam.

Com relação à outra indagação, no que se refere à atuação de filhos de magistrados – eu não vou falar de ministros, mas filhos, esposas ou companheiros de magistrados de um modo geral em processos judiciais –, o CNJ também tem uma resolução regulamentando essa matéria, disciplinando os casos em que a atuação do filho diretamente ou de algum escritório, ou algum advogado que tenha parceria, ainda que eventual, com o filho do ministro, atue.

Então, hoje o magistrado é impedido de julgar não apenas processos em que o filho do magistrado participa, integra expressamente a procuração, como também aqueles processos em que outros advogados que tenham parcerias ainda que eventuais com parente do magistrado atuam no respectivo processo judicial.

Eu penso que a regulamentação é suficiente, ela está em consonância com o Código de Processo Civil, o que não quer dizer que casos não existam. E, se existirem, eu penso que o CNJ e as demais corregedorias podem adotar as providências cabíveis no caso de atuação indevida de magistrado.

Mas eu penso que o CNJ, como instituição, regulamentou adequadamente a matéria, nos termos que permite o Código de Processo Civil, já que, em se tratando de matéria de Direito Processual, a competência é privativa da própria União, e o CNJ regulamentou essa matéria, esmiuçando os casos em que fica impedido o magistrado de atuar.

A Senadora Rose de Freitas trata basicamente da questão do papel do CNJ na proteção às mulheres, notadamente ou talvez especialmente no que se refere à violência doméstica.

O CNJ está preocupado com essa temática. Há resoluções disciplinando a questão. Penso que a atenção que se deva ter talvez seja muito menos na edição de novas normas do que propriamente na aplicação das normas existentes. Eu penso que o Estado em sentido lato – não apenas o Poder Judiciário, como também o Executivo – tem que se aparelhar adequadamente para prestar efetivamente assistência à mulher que é vítima de violência, não apenas sob o aspecto policial, criando delegacias especializadas ou dando prioridade à tramitação de processos dessa natureza, mas também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sob o aspecto psicossocial. Eu penso que cabe ao Estado, nesses casos, intervir não apenas sob o ponto de vista jurídico propriamente dito, como no apoio psicológico e num eventual apoio financeiro a essas mulheres que eventualmente precisem abandonar o lar por força de agressões que estão sofrendo dentro de sua própria residência.

O Senador Renan Calheiros também aborda o tema da imparcialidade dos magistrados, que também foi abordado por outros eminentes Senadores. Eu penso que a imparcialidade, como dito, é a nota essencial da magistratura. Se há um atributo que o magistrado tem que ter é a equidistância das partes. À medida que o magistrado penda para um lado ou penda para outro, ele naturalmente não vai ter isenção para julgar aquela causa. Daí por que surgem as regras de impedimento e de suspeição, justamente para assegurar que o magistrado que julga o processo seja um magistrado efetivamente isento.

Eu penso – e aí é algo que eu pessoalmente já penso há algum tempo, independentemente dos acontecimentos recentes – que já está na hora de o Estado brasileiro criar ou separar a figura do juiz que atua na fase investigatória da figura do juiz que atua na fase processual. Na fase investigatória – e eu digo aqui como juiz criminal que sou e que fui na primeira instância, atuei em algumas operações no âmbito do Estado de Alagoas –, o juiz criminal que conduz investigações complexas, que, muitas vezes, perduram durante meses e até anos, passa meses e anos ouvindo interceptações telefônicas, áudios, conversas, que são capturadas pela Polícia Federal e que lhe são submetidas. Como naturalmente a investigação tramita em sigilo, o advogado da parte não pode ter acesso – aliás, não teria nem como ter acesso, porque nem a parte sabe da existência dessa investigação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO – Então, quem acaba se pronunciando nesses autos são o magistrado, a autoridade policial e o Ministério Público. Passa-se muitas vezes um período de tempo largo de anos ouvindo-se uma única versão: a versão que está sendo trazida pela polícia, a versão que está sendo trazida pelo membro do Ministério Público. A parte contrária, o investigado, não tem e nem poderia ter, porque a investigação é sigilosa, oportunidade de manifestação naquele momento. Então, ele não pode dar explicações. Quando o juiz inicia um processo cuja investigação ele conduziu longamente, ele já inicia permeado, influenciado por todas aquelas informações que ele obteve unilateralmente do Estado, acusação.

Daí por que eu penso que, se inaugurado o processo judicial, quando deflagrado o processo judicial, em que deve ser assegurado à parte contrária o direito de refutar tudo aquilo que foi colhido na fase inquisitorial. Dever-se-ia começar do zero. Dizer: "Não, vamos trazer um juiz novo, vamos trazer um promotor novo para atuar nesse caso a fim de assegurar que ele efetivamente seja isento e imparcial". Lamentavelmente, a nossa legislação atual não permite esse afastamento, não prevê esse tipo de afastamento, a não ser que o magistrado espontaneamente, ou membro do Ministério Público, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

averbe, averbe suspeição, o que muitas vezes não é visto com bons olhos pelos demais colegas, porque a carga de trabalho que seria dele será transferida para outro juiz.

Bom, Senador, o meu tempo já está esgotado, mas eu me ponho à disposição para qualquer esclarecimento complementar que se fizer necessário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a senhora me permita, porque se eu sair com esse incômodo não vai ser bom para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Primeiro, o meu voto, todos os três que estão sendo sabatinados terão. Vou votar com confiança, pelo gabarito, pelo conhecimento, pela disposição, pela juventude.

Mas não é a violência doméstica, Desembargador. É a violência em todas as áreas: é a violência no trabalho, na rua. Então, eu queria ampliar esse conceito, pelo amor de Deus, porque nós já estamos no limite de quase fazermos um manifesto nacional para que as pessoas entendam o que é a violência contra a mulher. E eu falo aqui diante de juízes que eu admiro, começando pelo Presidente do STJ, pelo Ministro Humberto Martins também. Mas quero dizer que não é a violência doméstica. Não é só ela. São todas as facetas dessa violência hedionda, cultural, torpe a que todos os dias assistimos. Por favor, ao se sentarem nas suas cadeiras, não pensem apenas no instrumento devido, mas olhem com esse olhar no horizonte da tal equidade que tanto falam, por favor. Desculpe. Eu posso ser sua mãe, mas hoje eu quero ser tão somente uma Senadora, mulher, e uma representante da sociedade, mãe, avó, que luta há muitos anos, escrevendo leis todos os dias, cobrando justiça todos os dias. Mas nós precisamos ter, como a Dra. Farina também falou, iniciativas que nos ajudem a promover a igualdade, os direitos e a cidadania da mulher.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos à Senadora Rose de Freitas.

Apenas para informar, nós temos muito orgulho, a bancada feminina, de tê-la como nossa Procuradora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sra. Presidente, primeiro, quero cumprimentar os senhores e senhoras sabatinados, o Dr. Rubens Canuto Neto, quero cumprimentá-lo pela exposição; pedir desculpas a V. Sa. e também à Dra. Candice Galvão Jobim e à Dra. Ivana Farina Navarrete Pena por não estar aqui durante toda a sabatina devido a agendas justapostas a esta sabatina, mas digo que votei com absoluta confiança e com absoluta certeza de que estamos colocando no CNJ não apenas representantes competentes, mas também com a independência necessária para o momento do Brasil.

Conheço todos, sei da competência e da capacidade, mas quero aqui, neste pela ordem, destacar a independência com que cada um dos senhores e senhoras chegarão ao CNJ para poder tomar decisões importantes, o que chegamos a entender pelo posicionamento que cada um adotou nas respostas aos Srs. Parlamentares.

Quero, Sra. Presidente, ao cumprimentá-los e desejar boa sorte no seu mandato no CNJ, também saudar a representatividade da magistratura aqui presente: o nosso Presidente Noronha, do STJ, que quero cumprimentar e dizer que é sempre muito bem-vindo à nossa Casa; o nosso eminente Ministro Humberto Martins, também uma pessoa muito querida, que, sempre que veio a esta Casa, contribuiu enormemente; o Ministro Ribeiro Dantas, que já passou por aqui, Marcelo Navarro; e representantes do Conselho Nacional de Justiça, o nosso eminente Dr. Henrique Ávila e a Dra. Maria Tereza, aqui presentes. Todos estão prestigiando e demonstrando a importância desta sabatina não apenas para nós, que teremos em V. Exas. representantes, repito, em causas importantes do CNJ, mas também para a magistratura brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga.

Com a palavra, para suas considerações, a Dra. Candice.

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Muito obrigada, Sra. Presidente. Muito obrigado, Srs. Senadores.

Senhoras e senhores, atendendo a pedido da Senadora Presidente, da Senadora Simone Tebet, eu serei bem breve na minha resposta.

Inicialmente, Senadora Rose de Freitas, infelizmente, nós estamos num país em que, ao mesmo tempo em que se discute o empoderamento feminino, a participação das mulheres em todos os espaços de poder, a defesa dos direitos humanos das mulheres e a igualdade das mulheres, nós também discutimos a violência contra as mulheres. Vemos, todos os dias, nos jornais, casos e casos de feminicídio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A boa notícia é que a Lei Maria da Penha, que é considerada a quinta melhor do mundo, essa legislação nossa, brasileira, deste Parlamento, pôde, na medida do possível, dentro das suas medidas de proteção, fazer algum tipo de diminuição nos crimes de feminicídio. Eu digo isso não com base no que tem aparecido na imprensa, porque é um paradoxo, parece que os números estão se elevando, mas com base numa pesquisa do Ministério Público do Estado de São Paulo, que avaliou os 364 casos de feminicídio ocorridos no último ano e verificou que, desses casos, apenas 3% das mulheres que foram vítimas tinham alguma medida de proteção. Isso significa que a lei atinge o seu objetivo desde que a mulher se aproxime do Poder Judiciário e busque essas medidas de proteção. Essa pesquisa também demonstrou que apenas 4% das vítimas tinham registrado algum tipo de boletim de ocorrência, de onde também se percebe que é necessário romper com o silêncio, é necessária uma educação, uma conscientização das mulheres, para que elas não se imponham nesse tipo de ambiente de serem agredidas diuturnamente sem buscarem o apoio do Poder Público.

Em relação às perguntas – eu vou resumir aqui – que tratam da imparcialidade dos juízes, o que eu posso dizer a V. Exas. é que, da mesma forma que os legisladores têm a sua legitimidade pelo voto popular, o magistrado, além da sua legal investidura, tem a sua legitimidade pela sua imparcialidade. Então, isso é fora de discussão. Todos nós temos que nos manter imparciais, mas é necessária muita parcimônia quando se avalia também o caso concreto.

No caso específico, também, vou pedir vênia ao Senador Cid Gomes, mas, muito provavelmente, o recurso será julgado – se formos aprovados aqui nesta Casa – no CNJ, o recurso da decisão do Ministro Humberto Martins. Então, não podemos antecipar esse mérito, mas a imparcialidade, com certeza, faz parte da legitimidade do magistrado.

Respondendo à pergunta do Senador Marcos Rogério, a respeito do ativismo judicial, o qual eu já mencionei aqui antes – também muito preocupada com a previsão da Loman, que proíbe que nós teçamos críticas a respeito de julgamentos que estão sendo realizados –, mas, nesse caso específico da criminalização da homofobia, nós estamos diante não de dois princípios amplos, mas de um princípio e de uma regra constitucional, já que há uma regra específica dizendo que não há crime sem lei anterior que o defina – é o princípio da legalidade. Eu, particularmente, entendo que nesse caso a melhor saída teria sido pela contenção judicial, deixar para o legislador. Em todo caso, consigo entender a decisão do Supremo na medida em que há princípios também gerais na Constituição e conceitos gerais, como o racismo, que têm que ser interpretados e que podem levar a essa interpretação. Entendo a preocupação de V. Exa., entendo também que é preciso que os magistrados tenham um pouco mais de cautela nessas decisões que são um pouco mais criativas – vamos dizer assim.

A pergunta do Senador Alessandro Vieira, como já colocada aqui pelo Desembargador Rubens, o CNJ não passou ao largo dessa controvérsia, inclusive foi o primeiro órgão a editar uma resolução que tratava sobre patrocínios nos eventos de magistrados, em que pese entender que há eventos de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós participamos e em que sequer sabemos quem é que está contribuindo. Então, não acho que isso possa vir realmente a influenciar na imparcialidade e na parcialidade do juiz. Mas o CNJ editou uma resolução, está atento a esse problema e, inclusive, também regulamentou, ampliando a vedação da advocacia de parentes, que é essa resolução até que eu trouxe aqui.

Agora me perdi, mas não vou perder o tempo aqui da Senadora. A resolução está até aqui, se o senhor quiser.

Quanto à pergunta do Senador Vanderlan Cardoso, em relação à penalidade de aposentadoria compulsória.

Essa aposentadoria compulsória, acho que ela causa uma certa confusão na sua interpretação, uma vez que o magistrado pode, sim, ser demitido, desde que seja por um processo judicial transitado em julgado. Essa é uma garantia da magistratura frente aos demais servidores, que podem ser demitidos, por meio de decisão administrativa. Desde a Constituição de 1899 já havia essa previsão. Nossa primeira Constituição republicana já previa, e ela só foi suspensa durante o regime militar e, logo em seguida, ela voltou na Constituição.

Então, claro que, se a sociedade está clamando por um outro tipo de penalidade e, se esta Casa entender que seja essa a melhor forma, nós vamos acatar, mas é uma garantia também que está dentro da independência do Poder Judiciário. (*Pausa.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só uma informação. Nós vamos ter uma reunião amanhã, com a presença do Ministro da Justiça Sergio Moro. Em que momento a senhora vai abrir o livro de inscrição? (*Fora do microfone.*)

Era muito importante nós sabermos o rito, se nós vamos usar a modelagem de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós vamos esclarecer aos colegas, Sras. e Srs. Senadores. Vamos só aguardar a Dra. Candice fazer a sua conclusão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a hora que abrirmos o painel, vou esclarecer, inclusive, ouvindo sugestão de todas as Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM – Bom, Srs. Senadores, espero ter respondido a todas as perguntas. Continuo à disposição de V. Exas.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos os meus familiares, dos juízes, meus colegas que estão aqui, dos ministros, Ministro Humberto Martins, Ministro João Otávio de Noronha, que gastaram a manhã toda de um dia tão atribulado para estar aqui conosco; a presença de todos os Conselheiros do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CNJ, que muito me honram com a presença, e agradeço, mais uma vez, por esta oportunidade de expor as minhas opiniões; agradeço também a presença do Presidente da Ajufe, meu querido amigo Fernando Mendes.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos. Agradecemos aos nossos convidados. Como foi mencionado aqui pelos colegas Senadores, nós estamos diante de três candidatos que tiveram a coragem de responder, de forma objetiva e assertiva, àquilo que lhes foi perguntado.

Eu vou dar, portanto, por encerrada a arguição.

Vamos abrir o painel da votação, não sem antes, mais uma vez, agradecer à presença de todos e, se permitirem, o faço agora na pessoa do Dr. Paulo Passos, que é o Procurador-Geral de Justiça do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Obrigada, mais uma vez, pela presença, e parabéns aos nossos convidados e candidatos pelas respostas completas, assertivas e objetivas.

Peço à Secretaria da Mesa, declarando agora encerrada a votação, que abra o painel de apuração.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Proclamando o resultado: Dra. Candice Jobim obteve 24 votos SIM; 1, NÃO.

Portanto, está confirmada a escolha da Dra. Candice Jobim nesta Comissão.

A matéria vai a Plenário.

Dra. Ivana Pena são 22 votos SIM; 2 votos NÃO.

Está aprovado, nesta Comissão, o nome da Dra. Ivana Pena.

A matéria vai ao Plenário.

Dr. Rubens Canuto Neto: 25 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Também está aprovado o nome do Dr. Rubens nesta Comissão.

A matéria vai ao Plenário. (*Palmas.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Vai direto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação agora o requerimento de urgência do Senador Weverton, para que a votação dos três indicados possa acontecer em Plenário no dia de hoje imediatamente.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós estaremos encaminhando neste momento os processados para a Mesa Diretora.

Antes de suspender esta reunião, eu gostaria de dizer às Sras. e aos Srs. Senadores que nós temos uma pauta deliberativa. Colocaremos em votação apenas os não terminativos cujos relatórios já tenham sido lidos e cujos Relatores estejam presentes.

Vou suspender a reunião por cinco minutos, e, em seguida, faremos os esclarecimentos devidos na solicitação do Senador Renan Calheiros.

Está suspensa a presente reunião.

(*Suspensa às 13 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 17 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Declaro reaberta a presente reunião.

Esclarecendo o questionamento do Senador Renan Calheiros, nos termos regimentais, esta Presidência comunica que, para a reunião de amanhã, o Regimento Interno, no seu art. 398, inciso X, determina que a exposição do Ministro de Estado terá a duração de 30 minutos, seguida da fase de interpelação pelos Senadores inscritos, pela ordem de inscrição e intercalados por partidos no tempo de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, após o que, haverá um prazo máximo de dois minutos para réplica e para tréplica. Portanto, seguindo os termos regimentais, essa vai ser a linha de condução desta Presidência.

Às 9h, impreterivelmente, abrem-se as inscrições para as Sras. e os Srs. Senadores poderem se inscrever.

Passemos agora à pauta.

Item 2.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 30, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EMMANOEL PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria Senador Eduardo Braga.

Concedo a palavra a V. Exa. para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir relatório.) – Agradecendo à Sra. Presidente, vamos ao relatório.

O Exmo. Sr. João Batista Brito Pereira, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício "S" nº 30, de 2019, o nome de S. Exa. o Sr. Emmanoel Pereira, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso III do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a reforma do Judiciário, e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com a citada Resolução, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, a seguir brevemente relatado.

Nascido em Natal, o indicado graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo frequentado cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização em diversos ramos das Ciências Jurídicas.

É magistrado do Tribunal Superior do Trabalho há dezesseis anos, desde 27 de dezembro de 2002, em vaga destinada à advocacia pelo quinto constitucional, na forma do art. 94 da Constituição Federal. Atualmente cumula as funções de membro do Tribunal Pleno, membro do Órgão Especial, presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quinta Turma, membro da Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais e membro do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Em relação ao Poder Legislativo, o indicado também já exerceu os cargos de Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Natal, entre 1986 e 1995, e o de Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, entre 1995 e 1999.

Anteriormente, exercera os ofícios de Assessor de Relações Públicas, de Advogado da Procuradoria de Assistência aos Necessitados de Natal e de Chefe de Gabinete da Presidência da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte, entre outros.

S. Exa. também já recebeu diversas condecorações e homenagens, destacando-se a Medalha do Mérito Legislativo, concedida pela Câmara dos Deputados em 2013, e o título de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco, pelo Presidente da República, mediante decreto de 18 de abril de 2018.

Dentre suas obras e artigos publicados, ressaltamos profícua produção de artigos veiculados em jornais do Estado do Rio Grande do Norte e em revistas jurídicas especializadas. Em 2018, publicou, pela Editora Saraiva, o livro *Direitos Sociais e Trabalhistas.*

Conforme disposto no art. 383, inciso I, letra "b", o indicado declarou seus parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos para cada um deles.

Também informou ter participado como sócio de escritório de advocacia no período de 11 de maio de 1990 a 3 de agosto de 2001.

Nos últimos cinco anos, S. Exa. não atuou em conselhos de administração de empresas estatais, tampouco em cargos de direção de agências reguladoras.

Foram apresentadas certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, não havendo quaisquer pendências. Ademais, também se informa inexistirem ações judiciais em que o indicado figure como parte, em qualquer grau de jurisdição.

Em argumentação escrita, demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto, Sra. Presidente, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limito-me a proferir este relatório, acreditando estarmos fornecendo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Sr. Emmanoel Pereira para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Eduardo Braga, esta Presidência concede, automaticamente, vista coletiva...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Vista coletiva, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ficando para a próxima reunião ou reunião futura a arguição e votação do candidato.

Há sobre a mesa um requerimento de autoria do Senador Angelo Coronel.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 32, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V da Constituição Federal e do art. 90, V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado a comparecer ante esta Comissão o Procurador da República Deltan Dallagnol, a fim de prestar informações sobre suposta e indevida coordenação de esforços com o então Juiz Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, e Procuradores responsáveis pela Operação Lava-Jato.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Apenas reforçando, trata-se de um convite porque, nos termos constitucionais, nós não podemos convocar nenhuma autoridade que não esteja subordinada diretamente ao Presidente da República.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, está aprovado o requerimento.

Entraremos em contato com a autoridade.

Item 3 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1161, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério nos termos regimentais;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, quanto ao mérito, embora o projeto revele o elevado zelo da Senadora proponente para com o fomento das práticas desportivas formais e não formais como direito de cada brasileiro, não podemos comungar com a sugestão de inovação legislativa ora em exame.

Desde logo, é importante destacar que herança vacante ocorre quando a herança é adjudicada à Fazenda Pública por se ter verificado que não houve herdeiros que se habilitassem no período em que os bens deixados eram considerados jacentes. O Código Civil de 2002, nos termos do seu art. 1.822, ordena que, decorridos cinco anos da abertura da sucessão, isto é, do falecimento do *de cujus*, os bens do autor da herança passarão ao domínio do Município ou do Distrito Federal se localizados nas respectivas circunscrições, incorporando-se ao patrimônio da União quando situados em Território Federal.

Com efeito, em face da redação do art. 1.822 do Código Civil, a União não será herdeira de ninguém porque não há mais no País, como existiam antigamente, Territórios Federais que pudessem ensejar a arrecadação de bens e direitos em benefício da União caso lá se localizassem. A meu ver, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta que impõe aos Municípios e ao Distrito Federal restrições quanto à destinação dos recursos arrecadados a partir de herança vacante pressionaria ainda mais os já combalidos cofres dos Municípios brasileiros, afetados pelo atual cenário de recessão econômica e déficits orçamentários crescentes.

Penso que mais uma restrição ao uso de recursos traria enorme descontentamento às municipalidades brasileiras, que não poderiam, por exemplo, dispor dos recursos provenientes de heranças vacantes para o seu emprego na saúde da população, na melhoria dos logradouros públicos ou na proteção do patrimônio histórico-cultural local, mas ficariam obrigados a utilizá-los exclusivamente na educação desportiva.

Em conclusão, somos da opinião que o PL 1.161, de 2019, embora não incorra em vícios de constitucionalidade formal ou material, apesar dos nobres fins almejados, deve ser rejeitado em seu mérito. O problema que se busca resolver, em nossa análise, seria melhor tratado em cada localidade por meio de edição de leis municipais ou distritais. É a manifestação de voto que faço, Sra. Presidente.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, pela ordem, o Relator da matéria.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, como houve fatos novos citados pelo Senador Rogério, eu gostaria que V. Exa. retirasse de pauta para uma reanálise.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame.

2ª PARTE

ITEM 13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 82, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR) e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta com cinco emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, vou lhes pedir a atenção com uma frase que eu considero muito sopesada: esta é a PEC mais importante do ano e uma das matérias mais importantes que a minha vida parlamentar me permitiu conhecer e, por distinção da nossa Presidente, relatar. Não há no Brasil tema mais grave do que este. De que se trata? De liminares concedidas monocraticamente por tribunais superiores, especialmente STF, e pedidos de vista que, na verdade, legislam; ambos, tanto a liminar quanto o pedido de vista, monocráticos, Senador Angelo Coronel. Não há nada mais grave para a democracia institucionalmente – eu não estou falando de comportamento pessoal, estou falando de vulnerabilidade sistêmica – do que isto. Portanto, com este preâmbulo quase apocalíptico, mas verdadeiro, eu peço a atenção das senhoras e dos senhores.

A PEC 82 não apresenta problemas de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade. E ela marca uma estreia consagradora do Senador Oriovisto, que não é um Parlamentar tradicional, não é nem mesmo um político tradicional, mas teve a perspicácia de observar que isto que está acontecendo: liminares concedidas monocraticamente, trancando o curso de leis, como é o caso da Lei 157, que distribuía o ISS, por exemplo, dos cartões de crédito, dos fundos de investimento, para o Município onde o serviço é prestado e, por uma decisão monocrática de um ministro do Supremo, manda o dinheiro concentrado para meia dúzia de Municípios onde existe a sede do cartão de crédito, ou seja, liminar monocrática e pedidos de vista que nós sabemos o que já renderam em termos de prejuízo para os cofres públicos. Não estou incriminando o ministro, eu estou incriminando o sistema que permite. Essa vulnerabilidade é corruptora.

Por isso, eu prossigo cumprimentando o autor, Senador Oriovisto.

Não se vislumbra, na PEC, violação a cláusulas pétreas. Portanto, do ponto de vista preliminar, nada obsta.

Do ponto de vista regimental, a proposição segue seu trâmite regular, tendo sido despachada para a CCJ.

No mérito, a PEC em comento, que tem como primeiro signatário o eminente Senador Oriovisto, deve ser aprovada, senhores – claro que analisada exaustivamente, cuidadosamente, criteriosamente, mas deve ser aprovada.

Como apontado na justificação da PEC, houve diversas situações de violação do princípio da colegialidade – esta é a palavra-chave; um tribunal vale pela sua colegialidade, o Congresso vale pela sua colegialidade, e não pelo brilho ou pela situação que circunstancialmente um dos seus integrantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupe – mediante decisões monocráticas cautelares, que, na prática, ficaram anos sem apreciação pelo órgão colegiado seja em razão da falta de pedido do Relator para inclusão em pauta, seja em razão de pedidos de vista que desconsideram os prazos regimentalmente fixados.

Isso gera insegurança jurídica, pelo fato de que tais decisões podem ser revertidas pelo tribunal, além de um déficit de legitimidade da jurisdição constitucional, uma vez que um desses fundamentos é justamente o caráter colegiado de decisões que apreciam o mérito do resultado do processo legislativo em uma democracia.

Deve ser ressaltado que, em uma democracia, a tarefa de controle judicial de constitucionalidade é uma das mais sensíveis, levantando a clássica questão da dificuldade contramajoritária – ver, por exemplo, Alexander Bickel, *The Least Dangerous Branch: The Supreme Court at the Bar of Politics* –, no sentido de que deve haver uma harmonização constitucional dos procedimentos e argumentos a serem utilizados no momento em que um órgão não eleito, Poder Judiciário, reverte decisões de órgãos majoritários, como o Poder Legislativo ou o Poder Executivo.

A possibilidade de decisões cautelares monocráticas, que, na prática, assemelham-se a decisões definitivas, acaba por aprofundar as críticas à falta de legitimidade do controle de constitucionalidade, pois permitem a um único e exclusivo juiz determinar a validade ou não de um ato legislativo aprovado no Congresso Nacional.

Em consonância com os objetivos originais da PEC de fortalecer os princípios da segurança jurídica e da colegialidade, são apresentadas quatro emendas para ajustes pontuais.

Propõe-se a supressão do acréscimo do §3º do art. 97 da Constituição Federal, que exigiria o quórum de dois terços para a tomada de decisão definitiva de mérito em ação de direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental ou ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Em primeiro lugar, essa modificação poderia gerar grave inconsistência com atual controle difuso de constitucionalidade. Isso porque o STF fixou o entendimento de que houve a mutação constitucional do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, uma vez que suas decisões – mesmo em caráter incidental-difuso – já apresentam eficácia vinculante. Esse entendimento foi definido no julgamento da ADI nº 3.470, tendo como Relatora a Ministra Rosa Weber, em 29 de novembro de 2017, em que o tribunal atribuiu eficácia *erga omnes* e efeito vinculante à declaração de inconstitucionalidade proferida em caráter incidental.

Esse entendimento é consentâneo com o atual desenvolvimento da jurisdição constitucional no Brasil que, especialmente após a Constituição Federal de 1988, tem observado grande reforço aos efeitos das decisões proferidas pelo STF. Além da ampliação de legitimados para ajuizamento de ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de controle abstrato de constitucionalidade, houve a expansão da eficácia das decisões proferidas pelo tribunal em controle difuso mediante a sistemática da repercussão geral – inaugurada pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, e pelas súmulas vinculantes. Além disso, ainda que rejeitada a tese da mutação constitucional, a partir das novas disposições do Código de Processo Civil houve uma expansão vigorosa da força do precedente no sistema brasileiro, aproximando os efeitos das decisões proferidas em controle concentrado e em controle difuso de constitucionalidade.

Como segunda razão, o quórum de dois terços para tomadas de decisão em ações de controle abstrato enrijece demasiadamente a tarefa de interpretação constitucional, exigindo uma maioria qualificada de oito ministros em um tribunal composto por onze membros. Corre-se o risco de um esvaziamento da função contramajoritária do tribunal, uma vez que, pela regra originalmente proposta, apenas quatro ministros já bastariam para, na prática, inviabilizar o normal funcionamento do controle de constitucionalidade. No Direito comparado, também se verifica que, como regra geral, as decisões dos tribunais constitucionais são tomadas por maioria simples ou absoluta de seus membros. Como exemplos, podemos citar os casos da Áustria, da Alemanha, de Portugal e dos Estados Unidos.

A segunda modificação proposta possibilita, em caráter excepcional e durante o recesso judiciário, a concessão de medidas cautelares pelo o Presidente do STF ou do Tribunal de Justiça em processos de controle abstrato.

Isso porque, em períodos de recesso, haverá grande dificuldade prática em se convocar ministros ou desembargadores para deliberar sobre pedidos de medidas cautelares.

Dessa maneira, propõe-se que, nessas situações, apenas o Presidente do Tribunal possa conceder monocraticamente medidas cautelares, sendo que, após o reinício dos trabalhos judiciários, a decisão monocrática tenha que ser apreciada colegiadamente em 30 dias, sob pena de perda de seus efeitos.

A terceira modificação propõe ajuste para o acréscimo do §6º do art.102 da Constituição Federal, considerando-se os amplos termos em que redigido. Isso porque, a rigor, uma decisão em controle incidental de constitucionalidade que decida um recurso repetitivo com jurisprudência já pacificada sobre benefício previdenciário, direito à saúde ou outros temas relacionados, exigiria a decisão cautelar colegiada, o que não se coaduna com a realidade processual do STF, que recebe por volta de 100 mil processos todos os anos.

Desse modo, propõe-se ajuste para que se exija decisão colegiada em medida cautelar somente quando a decisão for proferida em caráter geral, ou seja, quando houver a fixação de um novo caso/paradigma, cujas razões de decidir possam ser aplicadas a futuros casos semelhantes.

Por fim, estende-se o novo regime de decisões cautelares em processo de controle abstrato de constitucionalidade também para os tribunais de justiça, nos termos do art. 125, §2º, da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, aspas: "Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão." Dessa maneira, apresenta-se emenda para estender o mesmo regime do STF para os tribunais de Justiça, no caso do julgamento das representações de inconstitucionalidade.

Voto.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 82 e, no mérito, por sua aprovação, acrescida ou modificada pelas emendas que aqui estão alinhadas e expõem exatamente aquilo que o voto que profiro erige.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Oriovisto, que estreia como se fosse um baiano. Na verdade, não nasce como legislador, estreia, porque estreia, a meu ver, sinceramente, com um documento que restaura o equilíbrio ao Estado democrático de direito e impõe o respeito e o auto respeito à colegialidade, que vale para todos os Poderes constituídos que são colegiados, como é o caso do nosso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin. Com a palavra...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, para pedir vista coletiva do relatório, para que eu possa me aprofundar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida pela Mesa.

O último item da pauta, antes de votarmos dois requerimentos, o item 14...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sra. Presidente, só para expressar minha gratidão ao Senador ...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Só para expressar minha gratidão ao brilhante relato que fez o Senador Amin e dizer que concordo integralmente com todas as alterações e emendas por ele propostas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 14, último item da pauta.

2ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 2121, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 12.016, de 7 de agosto de 2009, a fim de estabelecer prazo para julgamento do mérito após concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, em arguição de descumprimento de preceito fundamental ou em mandado de segurança.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado André Figueiredo (PDT)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta

Concedo a palavra ao nobre Relator para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, eminente Senadora Simone Tebet.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sra. Presidente, este parecer vincula-se a tema muito próximo daquele anterior, lido pelo Senador Amin. É na mesma linha. E, como o relatório é longo, eu fiz uma síntese, bem menor. Vou ler tão somente a síntese.

Como V. Exa. apregoa, trata-se de um projeto que veio da Câmara, de autoria do Deputado André Figueiredo, que estabelece o prazo de 180 dias para julgamento do mérito após concessão da medida cautelar.

O projeto deve ser aprovado pois vem sanar uma grave disfunção no desempenho da função jurisdicional, qual seja, a projeção no tempo de medidas cautelares.

As leis que autorizam a concessão de medidas cautelares em ADI e ADPF comemoram 20 anos neste ano. A prática dessa legislação resultou em dois notáveis problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o número de medidas cautelares aumentou de forma avassaladora, acompanhado de uma verdadeira deformação em sua sistemática, qual seja, a adoção gradativa de decisões monocráticas em detrimento das decisões tomadas pela maioria absoluta dos membros do tribunal, exigida pela cláusula de reserva de plenário – exatamente como relatava há pouco o Senador Amin.

Segundo, em verdadeira interação deletéria, tem-se a ampliação do tempo de duração dessas decisões, que se estendem indefinidamente, do que resulta grave e reiterada insegurança jurídica.

A lei permite, Sra. Presidente, a decisão cautelar monocrática em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave. Isso bastou para que tal disposição pudesse ser utilizada analogicamente também no caso das ADIs, generalizando o uso das decisões monocráticas. Isso contribuiu para que se avolumasse em grande medida o número de decisões monocráticas em ações constitucionais no Supremo.

Vejam os números, senhoras e senhores: em 2014, foram 227; em 2015, 285; em 2016, 323; em 2017, 565; e, em 2018, 650. Por esses números é perceptível o incremento da atuação isolada dos senhores ministros.

Quanto ao tempo entre a decisão liminar e a posterior decisão de mérito que veio a confirmar ou derrubar a liminar, a média geral, quando considerados todos os tipos processuais, é de 653 dias. Nas ADIs a média de vigência de uma decisão liminar é de 6,2 anos.

Dentre as classes processuais com número significativo de processos para contagem, aquela com a menor média de vigência é o *habeas corpus*: 286 dias.

Ao considerar as liminares ainda vigentes, percebem-se médias significativamente maiores. A média geral é de 2.416 dias – o equivalente a 6,6 anos de duração até dezembro de 2013.

A quarta colocada – ADI – tem média de 13,5 anos e um número relevante de processos. Dentre as classes com número significativo de liminares, aquela com menor média de duração é o mandado de segurança, o chamado remédio heroico: 4,2 anos.

Verifica-se, portanto, que é rigorosamente necessário estabelecer um limite de tempo entre a decisão cautelar e o julgamento de mérito das ações.

Com efeito, fica evidente, pois, essa necessidade e é de todo conveniente e oportuno o Projeto de Lei nº 2121, de 2019, ao estabelecer o prazo de 180 dias, prorrogáveis por igual período, para o julgamento de mérito após a concessão de medida cautelar. Esse prazo fixado, de 180 dias, considerada ainda a possibilidade de prorrogação, parece-nos razoável para que se chegue à necessária solução definitiva da matéria.

Ajuste de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário, entretanto, Sra. Presidente, fazer um ajuste no projeto para conferir maior clareza. Os números demonstram que existe uma série de processos aguardando o julgamento definitivo após a concessão de medida liminar. Em razão de o PL introduzir regras de caráter processual, incide o art. 14 do CPC, o qual estabelece que a norma processual será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas. Entendemos que as cautelares concedidas antes da vigência da futura lei são consideradas "atos processuais praticados", porém uma interpretação apressada permitiria concluir pela aplicação imediata do prazo de 180 dias definido pelo projeto em tela, o que inviabilizaria as futuras pautas dos Supremo Tribunal Federal.

Sugerimos, portanto, uma emenda de redação para deixar claro que a futura lei não se aplicará a medidas cautelares e medidas liminares concedidas antes de sua vigência, já que são atos processuais praticados.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2121, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação com a seguinte emenda de redação: "O disposto nesta lei não se aplica a medidas cautelares e medidas liminares concedidas antes de sua vigência".

É o parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu queria pedir vista na forma do nosso Regimento Interno.

E adianto a V. Exa. que eu tenho muita preocupação com essa agenda que estão tentando colocar em andamento aqui na Comissão de Constituição e Justiça, porque interfere diretamente no funcionamento de um dos Poderes da República. Nós já tivemos exemplos no início da Legislatura e não podemos continuar com essa agenda, porque essa agenda sinceramente não faz bem à separação, nem à democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida.

Vista coletiva a pedido do Senador Marcos Rogério. Vista coletiva também a pedido do Senador Oriovisto.

Temos sobre a mesa apenas três requerimentos.

O primeiro é um adendo ao Requerimento 19, de 2019, do Senador Marcelo Castro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 33, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019, com o objetivo de instruir a PEC 115/2015, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. José Eduardo Cardozo, advogado, ex-Ministro da Justiça;

2. Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia;

3. Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

4. Deise Benedicto, advogada ex-conselheira do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Eu consulto V. Exa. se as duas últimas autoridades vão ser retiradas do requerimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vão ser retirados do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em votação o requerimento.

Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Mais dois requerimentos.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 34, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 66/2019, que altera o art. 207 da Constituição Federal, para possibilitar às universidades públicas a cobrança de contrapartidas financeiras por serviços prestados à sociedade e para facultar a administração autônoma desses recursos e dos obtidos por meio do gerenciamento do patrimônio imobiliário, da produção de bens e serviços de inovação, dos convênios e das doações. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ana Carla Bliacheriene - Professora da EACH da USP;

2. Marcelo Knobel - Presidente do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas);

3. Maria Arminda do Nascimento Arruda - Diretora da FFLCH da USP;

4. Reinaldo Centoducatte - Presidente da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

O último requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 35, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de "debater o registro, posse e porte de armas no Brasil" . Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Diretor-Geral da Polícia Federal;

2. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal;

3. Presidente da ONG Movimento Viva Brasil;

4. Representante da Associação Nacional de Caça e Conservação;

5. Representante da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo;

6. Representante da ONG Igarapé;

7. Representante da ONG Sou da Paz;

8. Representante do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;

9. Representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia;

10. Representante do Fórum de Segurança Pública;

11. Representante do Ministério da Defesa;

12. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, pela ordem.

Apesar de a lista ser bastante extensa, embora ele tenha colocado aí representante da Defesa, eu não sei se representante da Defesa pressuporia representante do Exército Brasileiro, porque há a incumbência para o Exército no tocante à questão desses registros também. Eu indago ao autor se seria isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, exatamente. O Ministério da Defesa abrange as Forças Armadas como um todo, que tem no seu todo interesse sobre a temática.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está o.k. Estou satisfeito, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Roberto Rocha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Jorginho Mello e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Ciro Nogueira e Rodrigo Pacheco. Usam da palavra os Senadores Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Jayme Campos, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Alvaro Dias. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa. Finalidade: Destina-se a ouvir do Ministro informações e esclarecimentos a respeito das notícias veiculadas na imprensa relacionadas à Operação Lava Jato. Participante: Sr. SÉRGIO FERNANDO MORO, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Fernando Moro, para ouvir do Ministro informações e esclarecimentos a respeito das notícias veiculadas na imprensa relacionadas à Operação Lava Jato.

Esta Presidência gostaria de esclarecer que esta reunião tem caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Os cidadãos que queiram poderão fazer os seus questionamentos, perguntas ou comentários através do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligando para o número 0800-612211.

Informamos que a audiência pública é transmitida ao vivo pela TV Senado, pelo YouTube no canal da TV Senado, pelo Facebook da TV Senado e do Senado Federal, e também pelo Twitter.

Gostaria, neste momento, de dizer que o Ministro já se encontra aqui ao nosso lado e, de acordo com os termos regimentais e com o que foi acordado já com os membros desta Comissão, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: o nosso convidado terá até 30 minutos para os esclarecimentos e considerações iniciais.

Em seguida, passaremos à fase de interpelação pelas senhoras e senhores Senadores inscritos. A palavra aos interpelantes será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se, na forma como combinada, quatro membros titulares e um suplente e, depois, quatro membros titulares e um não membro desta Comissão, lembrando que cada interpelante terá o tempo de cinco minutos cada um – é o prazo máximo, e eu tenho de ser rigorosa. Eu peço desculpas; terei de interromper a fala por conta da quantidade de membros e não membros inscritos –, mas com igual prazo para resposta do nosso convidado. Haverá dois minutos de réplica e dois minutos de tréplica, se houver necessidade.

Neste momento eu gostaria de passar a palavra ao Ministro de Estado da Justiça...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta, para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para questão de ordem.) – Sra. Presidenta, com fundamento no art. 50 da Constituição e nos arts. 397 e seguintes do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal, cabe a seguinte questão de ordem sobre os trabalhos da CCJ: em que condição comparece aqui o Sr. Ministro Sergio Moro perante a Comissão de Constituição, Justiça do Senado?

É que a Constituição prevê, Sra. Presidenta, que os ministros de Estado podem comparecer ao Senado, à Câmara ou a qualquer de suas Comissões de forma voluntária, mediante entendimento com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu ministério, no §1º do art. 50. Contudo, no ofício enviado pelo Líder do Governo, ilustre Senador Fernando Bezerra Coelho, dirigido ao Presidente Davi Alcolumbre, está dito que "o Sr. Ministro vem para prestar esclarecimentos à CCJ do Senado sobre notícias amplamente veiculadas na imprensa relacionadas à Operação Lava Jato e que [continua] será uma oportunidade para que ele demonstre a sua lisura e correção como juiz federal, refutando as críticas e ilações a respeito de sua conduta à frente da Operação Lava Jato" – fecha aspas.

Ou seja, vem para se explicar em relação a graves fatos que estão sendo divulgados e que indicam a possibilidade de práticas ilícitas por parte do Sr. Ministro. Desse modo, torna-se necessário precisar em que condição tomaremos as explicações. Estaremos aqui com uma testemunha ou com alguém investigado? Uma situação, no mínimo, heterodoxa do ponto de vista constitucional e regimental. Fica evidente para nós que o Sr. Moro vem já na condição de investigado, considerando a abertura de procedimentos para apuração desses fatos, já que há no CNMP procedimento, representação na PGR já protocolada, e inclusive no âmbito da Polícia Federal, que é subordinada a S. Exa. Assim, em entendimento com a Mesa do Senado, esta relevante Comissão passa a ser o primeiro espaço destinado ao exercício da competência fiscalizatória e de controle que o Congresso Nacional deverá exercer sobre os fatos que têm sido divulgados na imprensa.

Desse modo, essa questão precisa ser respondida para que se possa estabelecer a condição em que comparece o ilustre Ministro perante a CCJ, pois essa definição implicará inclusive questões sensíveis para o depoente, como o direito ou não de permanecer calado, o direito de faltar com a verdade em defesa própria e mesmo o de recusar a assinar, ao fim da audiência, os termos de seu depoimento que será tomado hoje aqui no Senado.

Eu peço a V. Exa. que se pronuncie.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço e, respondendo à questão de ordem do Senador Humberto Costa, esta Presidência gostaria de esclarecer que o Ministro de Estado e de Justiça Sergio Moro não se encontra aqui, nesta Casa, nem na função de testemunha e muito menos de investigado. Trata-se de um Ministro de Estado que se colocou à disposição do Senado Federal. Lembrando que nesta Comissão não houve deliberação de nenhum requerimento, seja de convocação, seja de convite, porque o Ministro espontaneamente se prontificou a vir ao Senado Federal. Em função disso, através do ofício, fui comunicada pelo Presidente da Casa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avisada de que o melhor local para este debate seria a Comissão de Constituição e Justiça. Nesse aspecto, o Ministro vem como autoridade – Ministro da Justiça – fazer todos os esclarecimentos devidos.

Em relação, Senador Humberto Costa, ao fato de poder faltar com a verdade ou não, isso é algo inadmissível, que não caberia, porque, independente de ser convidado, ele vem como autoridade e Ministro de Estado, e, obviamente, responde pelos seus atos e por aquilo que se pronuncia.

Respondida, portanto, a questão de ordem, esta Presidência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Excelência, apenas para dizer que agradeço. O posicionamento de V. Exa. vem na direção do que nós gostaríamos de ouvir e obviamente esta reunião está sendo transmitida para o Brasil e para o mundo. Se S. Exa. vier a faltar com a verdade ou se omitir, a própria população poderá fazer o seu julgamento e isso certamente servirá de base para que outras ações possam ser efetivamente realizadas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu acho que, na condição de Ministro de Estado que se colocou à disposição desta Casa para prestar esclarecimentos, até a colocação sobre a condição de faltar ou não com a verdade fica, de certa forma, descortês. Alguém que se colocou disponível para isso não é investigado.

Então, eu quero cumprimentar V. Exa. pelo posicionamento e ter a certeza inequívoca e agradecer ao Sr. Ministro que aqui está para prestar contas à Casa dos Estados, a esta Casa revisora sem nenhuma preocupação de se faltar à verdade em qualquer dos conteúdos. Primeiro, que não é da história de vida do Ministro; segundo, que é alguém que se apresentou para vir à Casa antes que pudesse haver qualquer iniciativa.

Então os nossos respeitos e a nossa certeza de que não vai ser necessário nem a população nem nenhum de nós sair arguindo se faltou-se com a verdade em qualquer um dos momentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Major Olimpio.

Esta Presidência não só agradece a vinda do Ministro Sergio Moro como reconhece que, de forma espontânea, se prontificou a vir a esta Casa. Eu quero apenas comunicar às Sras. e aos Srs. Senadores que, na terça-feira passada, recebendo uma homenagem da Ordem do Mérito Naval junto com o Ministro, o Ministro me abordou e espontaneamente se colocou à disposição desta Casa e comunicou a mim que estaria mandando um ofício ao Presidente Davi Alcolumbre.

Então, sem mais delongas, eu gostaria de passar a palavra ao Ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Fernando Moro para sua exposição, pelo tempo de até 30 minutos.

Com a palavra V. Exa.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bom dia, Senadores e Senadoras.

Gostaria de cumprimentá-los todos. Peço escusas por não nominá-los todos, mas, na pessoa da Presidente da Comissão, Senadora Simone Tebet... Cumprimentar também jornalistas presentes, senhoras e senhores.

De fato, eu me coloquei à disposição para prestar esclarecimentos. Evidentemente não tenho nada que esconder. A ideia foi vir aqui espontaneamente esclarecer muito em torno do sensacionalismo que está sendo criado em cima dessas notícias.

Agradeço, tenho apenas a agradecer aqui esta oportunidade.

Eu não devo usar os 30 minutos, mas queria fazer alguns esclarecimentos adicionais.

A gente tem que compreender inicialmente o que foi a Operação Lava Jato. Nós tínhamos, no Brasil, uma tradição de impunidade da grande corrupção. Essa tradição foi rompida, em parte, pela Operação Lava Jato. Antes o próprio Supremo Tribunal Federal já tinha também rompido com essa tradição através da Ação Penal 470.

E o que foi revelado ali, dentro da Operação Lava Jato? Havia um grande esquema criminoso que envolvia o pagamento de vantagem indevida ou propina de maneira sistemática por empresários em contratos da Petrobras a diversas autoridades públicas, dirigentes da estatal, da Petrobras, outras autoridades, agentes políticos. Havia um esquema duradouro e permanente ali que tinha comprometido a integridade da Petrobras.

Não foi um trabalho fácil. Boa parte desse trabalho ficou concentrado na 13ª Vara. O Ministério Público e a polícia faziam o seu papel de investigação e de persecução e eu decidia os requerimentos que ali eram apresentados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu levantei aqui alguns dados relativos à 13ª Vara. Foram mais ou menos 90 denúncias apresentadas pelo Ministério Público. Dessas 90 denúncias, 45 ações foram sentenciadas. O Ministério Público recorreu de 44 dessas 45 sentenças. Se falou muito em conluio. Aqui é um indicativo claro de que não existe conluio nenhum, inclusive divergência: 44 recursos de 45 sentenças. Foram 291 acusados no total. Foram 211 condenações, 63 absolvições. Um percentual aqui de 21% de absolvições também é um indicativo de que não há qualquer espécie de convergência absoluta entre o Ministério Público e o juízo ou entre a polícia e o Ministério Público.

Há aqui um dado que foi levantado pela minha equipe sobre prisões cautelares, o que, às vezes, é uma questão que chama mais a atenção: 298 requerimentos de prisões cautelares, seja preventiva ou temporária. Houve 207 deferimentos, 91 indeferimentos, ou seja, também a demonstrar que não existe qualquer espécie de convergência entre Ministério Público e juízo, necessariamente.

Foi sempre tudo isso avaliado com base nas provas, com base nos requerimentos, e as provas – vamos dizer – inegavelmente eram muito sólidas. Diretores da Petrobras, especialmente, com milhões de euros, milhões de dólares no exterior. Acordo de colaboração. Gerente da Petrobras que devolveu até US$ 98 milhões que evidentemente ele tirou de algum lugar.

Em relação a empresários ou alguns agentes políticos, também há prova da vantagem indevida que foi paga para essas pessoas: contas da Suíça, favores materiais de toda espécie. Mas o mais importante é avaliar a operação, o resultado que ela obteve, essa quebra do padrão de impunidade da grande corrupção no Brasil. É claro que há muito ainda para fazer! É isso que se dispõe a fazer o Governo, é isso que se dispõe a fazer o Ministério da Justiça e Segurança Pública, juntamente com o Congresso Federal. Mas são inequívocos os resultados, os bons resultados da Operação Lava Jato.

Tem aqui um dado de que até 7 de julho de 2019 foram devolvidos, em dinheiro, à Petrobras, cerca de 2,767 bilhões que foram recuperados nessas investigações criminais. É um número de que nós não temos um paralelo, dentro do nosso histórico processual.

Quanto à invasão dos aparelhos celulares, há mais ou menos 30 dias ou dois meses, recebi uma informação de que celulares, aparelhos celulares de Procuradores da República envolvidos na Operação Lava Jato teriam sido objeto de ataque. Foram abertas investigações para apuração desses fatos junto à Polícia Federal. Em 4 de junho, agora mais recentemente, por volta das 18 horas, o meu telefone celular sofreu um ataque. Eu estava com ele em cima da minha mesa, eu vi, foram três ligações com meu próprio número, o número clonado, três ligações. Pelo que nós levantamos, não importa se atende ou não a ligação. Depois dessas três ligações, alguém me mandou uma mensagem perguntando se eu tinha entrado no Telegram.

O que aconteceu? A pessoa clonou o meu celular, realizou esses telefonemas. Através disso – eu não entendo muito bem tecnicamente – parece que se obtém um código, e com esse código a pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abriu uma conta em meu nome no Telegram. Eu não uso Telegram desde 2017. Usei uma determinada época. Em 2017, não lembro exatamente o período, eu parei de utilizar. Em princípio, o conteúdo do meu celular não foi acessado. Pelo menos nós não temos nenhuma evidência nesse sentido, até o presente momento.

O que nós fizemos? Nós chamamos a Polícia Federal, no mesmo dia a Polícia Federal examinou o meu aparelho celular, posteriormente eu entreguei o meu aparelho celular à polícia. Essas afirmações que têm sido feitas de que eu não teria entregado são falsas. Isso foi entregue, e documentado, à Polícia Federal, para fazer o exame. Afinal de contas, não tenho nenhum receio a respeito do que tem dentro daquele aparelho.

Aparentemente, esse grupo criminoso tem esse método de clonar aparelhos e buscar invadir aplicativos, especialmente esse Telegram.

A investigação está sendo realizada com autonomia pela Polícia Federal. Eu já disse mais de uma vez no passado: o meu papel, como Ministro da Justiça, é um papel estrutural, apenas para garantir também a autonomia dos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça. Então, eu não acompanho, *pari passu*, cada um desses acontecimentos.

A minha opinião, em particular, embora esses fatos estejam sendo investigados e a conclusão vá depender do fim das investigações, é que existe um grupo criminoso organizado por trás desses ataques. Afinal, há uma grande quantidade de pessoas que sofreram invasões ou tentativas de invasões, o que aponta para a improbabilidade de que seja um *hacker* isolado.

Do outro lado, foi percebido... Eu percebi isto, particularmente, principalmente depois da invasão do meu aparelho: diversas medidas que eu apontaria como uma espécie de contrainteligência do grupo criminoso organizado. Por exemplo: o grupo de *hackers*, utilizando aparelhos invadidos, clonados, para fingir ser uma pessoa, com algum caráter brincalhão.

Consta, e isso foi divulgado inclusive na imprensa, que, no dia da invasão, da clonagem, e da abertura de uma conta no Telegram por esse grupo de *hackers*, esse grupo de *hackers* interagiu, fingindo ser eu, com uma apresentadora de TV. Há um programa, A Protagonista, lá no Paraná, e a apresentadora ou o apresentador achou que era eu. Depois veio a notícia, também nos dias seguintes, do grupo de *hackers* interagindo com um conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público fingindo também ser um desses conselheiros.

Esse final de semana, todos devem ter observado que circulou, nas redes sociais, uma mensagem de WhatsApp informando que havia sido descoberto quem era a fonte dos vazamentos, que seria um procurador da República traidor. Ou seja, não teria havido invasão nenhuma, segundo esse WhatsApp, mas sim o procurador da República, que teria simplesmente se revoltado com algo e utilizado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repassado aquelas mensagens. Só que essa afirmação é pura contrainteligência. Não confere com o fato comprovado das invasões ou tentativas de invasões *hackers*. Inclusive a minha, que eu presenciei objetivamente. Isso é objeto também de perícia pela Polícia Federal.

Então, quem faz essas operações de contrainteligência não é um adolescente com espinhas, na frente do computador, mas sim um grupo criminoso estruturado.

As pessoas têm me perguntado se isso é um ataque à Lava Jato, se esse é um ataque ao movimento anticorrupção brasileira. Eu acho que sim. Mas, acima de tudo, isso é um ataque às instituições.

Nós temos ouvido muitas histórias de que jornalistas também teriam sido "hackeados" ou sofrido tentativas de "hackeamentos", vários outros Procuradores, e até chegou já para minha informação que Parlamentares poderiam ter sido. Claro que, aí, depende de essas pessoas revelarem esses fatos e depende também das investigações que correm em sigilo.

Ontem eu ouvi uma operação da Polícia Federal que desmantelou um grupo em Santa Catarina que fazia esse tipo de coisa, para vender proteção a grupos políticos, mas ainda é um tanto quanto incerto se se trata do mesmo grupo ou não. Isso vai depender da conclusão das investigações.

No dia 9 de junho, eu fui surpreendido pela divulgação, por esse *site,* das mensagens supostamente trocadas entre mim e o Deltan Dallagnol.

Vamos colocar assim, que a divulgação dessas mensagens está ali repleta de sensacionalismos, é uma exacerbação sobre o conteúdo dessas supostas mensagens. O veículo não me consultou previamente à publicação da matéria, violando uma regra básica do jornalismo. Colocou lá uma desculpa de que tinha medo de ser censurado ou sofrer alguma espécie de busca e apreensão – isso não foi feito desde então. O próprio veículo, apesar de colocar isso, no dia 13 veiculou novas supostas mensagens sem novamente realizar qualquer consulta prévia a respeito desse conteúdo, mais uma vez violando essas regras básicas do jornalismo.

Tenho tido muita cobrança no sentido: "Olha, tem que dizer se as mensagens são autênticas ou não são autênticas". O fato é que eu não tenho mais essas mensagens no meu aparelho celular. Como eu disse, eu utilizei o Telegram por um determinado período. Em 2017, salvo engano, coincidentemente com aquele período em que foram noticiadas invasões *hackers* na eleição norte-americana, eu acabei achando que aquele modo, aquele aplicativo de origem russa não era um veículo lá muito seguro. Eu saí do Telegram desde então, portanto eu não tenho essas mensagens para eu poder afirmar se aquilo é autêntico ou não.

O que eu vejo ali nas mensagens que foram divulgadas... Tem algumas coisas que eventualmente posso ter dito, tem algumas coisas que me causam estranheza, mas o fato é que, ainda que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma coisa ali verdadeira, essas mensagens podem ser total ou parcialmente adulteradas, às vezes até com mudança de trecho ou mudança de palavra para caracterizar uma situação de escândalo que no fundo é inexistente.

Desde o primeiro momento – podem ir lá examinar as notas que nós emitimos desde o início – nós sempre nos referimos como supostas mensagens. Eu não tenho como me certificar da autenticidade disso. Esse veículo que tem essas mensagens não teve a dignidade... Diz lá que tem um grande escândalo, grandes ilícitos, o que ainda está carente de demonstração, mas não teve a dignidade... Tudo bem, divulga, mas apresenta perante uma autoridade independente, se eventualmente não quer apresentar para a Polícia Federal, apresenta para o Supremo Tribunal Federal, para que aquilo possa ser examinado na sua inteireza e verificado se de fato aquilo tem uma autenticidade.

Chamou a minha atenção, examinando, por exemplo, que as mensagens... Nós não temos a memória, mas, por exemplo, chamou a atenção, nas mensagens que foram divulgadas naquele primeiro domingo, a atribuição do diálogo feita ao Procurador da República: ele é denominado como Dallagnol. Nas mesmas mensagens que foram divulgadas por esse *site* na quinta-feira seguinte, o Procurador já é denominado como Deltan. Então fica a dúvida: isso foi tirado do material original ou eles estão editando o material e fazendo ali os apontamentos e atribuições que entendem pertinentes? Então queria saber como é que eles estão... Qual o critério que eles estão adotando para poder atribuir a autoria dessas mensagens a um ou outro, inclusive aqui as minhas.

De todo modo, como eu disse, embora não reconheça que as mensagens sejam autênticas ou que não possam ter sido parcial ou totalmente adulteradas, o fato é que várias pessoas lendo essas mensagens não identificaram, ao contrário de todo o sensacionalismo do *site*, ali ilícitos, legalidades ou qualquer espécie de desvio ético.

Vamos esclarecer para quem não conhece, mas aqui há vários ex-juízes, ex-policiais, ex-advogados; vamos esclarecer que, na tradição jurídica brasileira, não é incomum que juiz converse com advogado, que juiz converse com promotor – isso acontece a todo momento –, que juiz converse com policial. E, no caso do juiz criminal, é muito comum, já que o juiz é responsável tanto pela fase de investigação como pela fase do processo, que ele receba policiais e procuradores e que se converse sobre, vamos dizer, diligências que vão ser requeridas, diligências que vão ser cumpridas. Isso é absolutamente normal. Então, por exemplo, chega lá o procurador e fala: "Vou requerer a prisão preventiva do 'fulano'"". O juiz fala: "Olha, para você requerer isso, tem que ter uma prova muito forte". Isso é normal. Chega o advogado e pede lá: "Doutor, eu quero a revogação da prisão preventiva do meu cliente".

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – O advogado chega: "Doutor, quero revogar a prisão preventiva do meu cliente". O juiz fala: "Olha, o seu cliente foi preso por 'isso', por 'isso' e por 'isso'. Para essa revogação, seria interessante demonstrar 'isso', 'isso' e 'isso'". Esses são diálogos absolutamente corriqueiros dentro da tradição jurídica brasileira, que não é a mesma, vamos colocar aqui, tradição de outros países onde existe uma separação mais estrita entre esses personagens ou onde a comunicação é muitas vezes mais formal.

Foram divulgados... Desde que foi divulgada a matéria, várias pessoas se manifestaram em jornais afirmando essa normalidade. Eu podia destacar vários aqui. Por exemplo, nesse fim de semana, houve uma longa entrevista do ex-Ministro Carlos Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, afirmando a normalidade desse tipo de diálogo. Hoje foi publicado em *O Estado de S. Paulo* um artigo também da ex-Juíza e ex-Parlamentar Denise Frossard na mesma linha. Há vários depoimentos e afirmações nesse sentido.

A questão do aplicativo, de encaminhar eventualmente uma mensagem, é apenas porque ali existia uma dinâmica muito trabalhosa, dentro da 13ª Vara, e eventualmente pode ter havido alguma troca de mensagens, mas nada que não seria normal dentro de uma conversa inclusive presencial, em uma audiência informal entre juiz, procurador, advogado ou delegados. Não estou dizendo, mais uma vez, que eu reconheça a autenticidade dessas mensagens – eu não tenho como fazer isso –, mas, dos textos que eu li, eu, particularmente, e muitas outras pessoas que se pronunciaram a respeito dessas mensagens, não vimos qualquer espécie de infração.

O que eu posso assegurar... Embora não tenha mais essas mensagens arquivadas, o que eu posso, no entanto, assegurar é que, na condução dos trabalhos como juiz, no âmbito da Operação Lava Jato, eu sempre agi conforme a lei. E aplicar a lei para esses casos de grande corrupção, que envolviam criminosos poderosos, não era algo exatamente fácil; isso envolveu muita dedicação, muito esforço.

Não foi algo fácil! Eu fui sempre, constantemente, vítima de ataques. Pensei que, saindo da magistratura e vindo a assumir essa posição de Ministro, esse passado, esse revanchismo, esses ataques ao trabalho de juiz enfrentando a corrupção, com aplicação imparcial da lei, teriam acabado, mas pelo jeito aqui me enganei.

O que existe aqui, de fato, e para resumir, é uma invasão criminosa por um grupo criminoso organizado, que tem, por objetivo, ou invalidar condenações por corrupção e lavagem de dinheiro, ou obstaculizar investigações que ainda estão em andamento e que ainda podem atingir pessoas poderosas, ou simples ataques às instituições brasileiras.

Enfim, na minha avaliação, sempre entendi que a única coisa que fiz foi aqui cumprir o meu dever. E pretendi cumprir esse dever com a máxima correção. Essas reações eram esperadas, já ocorreram no passado. Eu confesso que, dessa vez, fiquei surpreendido pelo nível de vilania e de baixeza dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas responsáveis pelos ataques e pela ousadia criminosa de invadir ou tentar invadir telefone de procuradores da República, inclusive o telefone do Ministro da Justiça, e utilizar isso não para fins de interesse público, mas, sim, para minar os esforços anticorrupção, que não foram, vamos dizer assim, uma conquista do grupo de procuradores, de policiais ou das instituições judiciárias – não só da minha, mas também de juízes de outras instâncias –, mas, sim, foi uma conquista da sociedade brasileira; sociedade brasileira que, nos últimos cinco anos, foi a mola propulsora desses esforços anticorrupção. E o que se tem aqui, disfarçado de ataques criminosos de *hackers* e supostas divulgações sensacionalistas para fins de interesse público, é um ataque a essas conquistas da sociedade brasileira nos últimos cinco anos.

É isso, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, mais uma vez, a presença e os esclarecimentos do Ministro da Justiça, Sergio moro.

Vamos passar, pela ordem de inscrição, da forma como foi pactuado por esta Comissão.

Eu vou passar aos cinco primeiros e não vou seguir aqui na lista, porque pode haver alguma permuta ou mesmo alguma desistência. Então, os primeiros cinco da lista são quatro titulares e um suplente: Senador Weverton, Senador Fernando Bezerra; na mesma lista, Senador Alessandro, Senador Angelo Coronel e, como suplente, o primeiro, Senador Marcos do Val.

Apenas explicando que as perguntas serão feitas individualmente e respondidas no mesmo sentido.

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Exa. definisse o tempo que cada...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu já fiz os esclarecimentos. Nos termos regimentais, serão cinco minutos impreterivelmente, sem prorrogação, mas nada impede que, depois, se não satisfeitos, haja réplica por dois minutos e a tréplica no mesmo sentido.

E ainda nós estaremos aqui... O Ministro se colocou à disposição – estávamos conversando. Os Senadores que quiserem continuar, ficar aqui e se reinscreverem, no final, poderão também fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seremos rigorosos nos cinco minutos, mas não impedindo que os Senadores se reinscrevam no final da lista.

Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, Sra. Presidente, colegas Senadores e imprensa, o *site* The Intercept divulgou recentemente diversos textos de mensagens que são atribuídos a V. Exa. e ao Procurador Deltan Dallagnol, chefe da força tarefa da Operação Lava jato. V. Exa. propõe: "Diante dos últimos desdobramentos, talvez fosse o caso de inverter a ordem das duas planejadas." Logo após, expressamente admite: "Pensem aí sugerir por conta do recente acompanhamento.".

Eu lhe pergunto: no sistema processual penal acusatório, não deveria o juiz manter-se equidistante das partes? É comum ou normal o magistrado sugerir o modo como o órgão acusador deve se desincumbir das diligências investigativas?

Em mensagem do dia 13 de março de 2017, V. Exa. teria emitido opinião sobre o desempenho de uma procuradora da República. Com efeito, é válido especular que o magistrado a presidir uma audiência de oitiva de testemunha ficou frustrado com o fraco desempenho do órgão acusador. Intimamente, V. Exa... Pergunta: Intimamente, V. Exa. nunca teve sentimento de parcialidade em relação aos processos da Lava Jato?

Consta, no dia 7 de dezembro de 2015, que V. Exa. teria enviado uma mensagem: "Fonte me informou que a pessoa do contato estaria incomodada por ter sido a ela solicitada a lavratura de minutas de escrituras para transferências de propriedade de um dos filhos do ex-Presidente. Aparentemente, a pessoa estaria disposta a prestar informação. Estou, então, repassando. A fonte é séria". Aqui, nitidamente, o senhor fornece ao órgão acusador um caminho para obtenção de prova. Eu lhe pergunto: esse protagonismo de juiz tem respaldo no ordenamento jurídico vigente? O senhor disse que não vê nada demais nas conversas travadas com os procuradores, que são partes processuais em processo que estava sob seu julgamento. O senhor mantinha as mesmas tratativas com advogados? Se sim, quais advogados e referente a quais casos?

No pacote anticorrupção, o senhor apoiou o aproveitamento de provas ilícitas. Por que, nesse caso, as provas ilícitas dos seus diálogos não valem? O senhor, como juiz, diz que uma prova obtida de forma ilegal poderia servir a uma condenação. Supondo que seus diálogos com o Dallagnol tenham sido obtidos de forma ilegal, o senhor ainda acha que eles podem ser aproveitados como prova? Se a Polícia Federal, sob seu comando, descobrisse o diálogo, fora dos autos, de um juiz e um advogado em defesa para beneficiá-lo, o senhor sugeriria a prisão dos dois?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor estava na Lava Jato, o senhor determinou várias buscas e apreensões na casa de suspeitos. O senhor, agora, é suspeito de corromper a imparcialidade do Judiciário. Não deveria o senhor já ter se adiantado e ter entregado o seu celular e o seu iPad para a perícia?

Dr. Moro, o senhor é um homem do Direito, da Justiça. O senhor é um símbolo da Justiça. O senhor foi um homem corajoso que prendeu homens poderosos. A OAB, agora, está propondo o seu afastamento do Ministério da Justiça. Para preservar a sua imagem de super-homem, de super-herói, o senhor não deveria se afastar?

O senhor prendia como juiz para forçar uma delação. Agora, já que o senhor mesmo, na sua fala, disse que não deixava as suas mensagens arquivadas... O Dallagnol deixava.

Não seria hora de o senhor também fazer a delação e entregá-lo? Porque, se ele guardava esses arquivos, é porque ele não confiava na conversa que ele tratava com o juiz do caso.

O senhor prendia... O senhor foi ver o jogo do Flamengo, recentemente, aqui em Brasília. O que senhor diria se o juiz desse jogo combinasse com outro jogador para ele cair na área e dar um pênalti, e, logo em seguida, o senhor olhasse esse juiz vestindo a camisa do outro time, o que o senhor iria dizer?

O senhor julgou e condenou o ex-Presidente Lula, o líder da esquerda do Brasil. Com ele condenado e preso, surgiu o anti-Lula, o líder da direita, Bolsonaro. A sua decisão, ainda que fosse correta, influenciou diretamente no resultado eleitoral. Depois disso, o senhor aceitou ser Ministro do Bolsonaro. O senhor não acha que a sua postura maculou as suas decisões anteriores como juiz? É verdade que o senhor aceitou ser Ministro da Justiça depois da promessa de que seria indicado para ministro da Suprema Corte? Caso a resposta seja positiva, isso não é corrupção? Isso não é toma lá, dá cá? Se for negativa, o Presidente Bolsonaro mentiu?

Meu tempo está encerrando. Então, eu vou para a última pergunta: o senhor considera legal deixar de apreciar suposto crime de algum investigado por esse lhe trazer algum tipo de apoio importante – é o caso das mensagens de ontem do FHC?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, são muitas as perguntas. Eu confesso que não consegui anotar todas elas.

O que na verdade aconteceu... Vamos colocar os esclarecimentos. Eu entreguei, ao contrário do que V. Exa. afirma, entreguei meu aparelho celular à Polícia Federal para exame. Não tem problema nenhum quanto a isso. A questão aqui... Existe essa invasão *hacker*, criminosa, com objetivos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstaculizar investigações anticorrupção. Então, isso, no princípio, é uma prova ilícita. Do outro lado, não se tem nenhuma demonstração, nenhuma prova da autenticidade desses elementos. O veículo que supostamente os recebeu de uma fonte, suposta fonte igualmente, não se dignou a apresentar esse material. Diz-se: "Olha, esse material é grave". Se tem ilícitos tão graves, publica, publica. Não tem problema nenhum. Eu tenho certeza de que, se não houver adulteração das minhas mensagens, são completamente normais, não existe nenhum problema ali. Agora, o veículo, se quer que esses elementos sejam utilizados, vamos dizer, para a punição dos envolvidos por esses supostos graves desvios éticos, tem que apresentar os elementos para que esses elementos sejam examinados e verificados.

Como eu mencionei, eu não tenho mais as mensagens. Eu não me lembro de mensagem que eu mandei há um mês atrás, dois meses atrás, e querem que eu lembre de mensagem que eu mandei há dois, três anos atrás. Não tenho como, não tenho esses elementos. Como disse, essas mensagens podem ter sido total ou parcialmente adulteradas. Do que foi, porém, veiculado, tirando o gritante sensacionalismo, não se vislumbra ali qualquer ilicitude.

É difícil comentar conteúdo sem ter a memória exata. Por exemplo, se diz lá: "Olha, operação, operação...". Isso são decisões já deferidas. Juiz defere prisão, busca e apreensão. São várias operações no âmbito da Operação Lava Jato e é normal uma discussão de logística.

Está aqui a Senadora Selma, que atuou muito destacadamente como juíza lá no Mato Grosso, teve várias operações. É normal, depois da decisão proferida, haver uma discussão sobre questão de logística: quando vai ser cumprido, como vai ser cumprido. E eventualmente pode ter havido uma mensagem nesse sentido. Isso não tem nada de revelação de imparcialidade ou de conteúdo impróprio.

O senhor pode conversar com qualquer pessoa que trabalha nos fóruns de Justiça que vai verificar que isso é absolutamente corriqueiro e normal, especialmente no contexto aí de uma grande investigação.

Sobre a questão do convite. Eu já falei isso publicamente diversas vezes. Eu fui convidado um pouco antes do segundo turno – convidado, não, fui sondado pelo Ministro Paulo Guedes, falei isso publicamente –, se eu me disporia a conversar sobre um possível convite para ser Ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Bolsonaro. Eu não conhecia o Presidente Jair Bolsonaro. Existe um encontro entre nós casual, que ocorreu no aeroporto, salvo engano, no ano de 2016, também não tenho essa memória, mas na época foi amplamente noticiado. Eu o encontrei rapidamente e o cumprimentei. Vim a encontrá-lo novamente no dia 1º de novembro de 2018, quando ele formalizou o convite para ser Ministro da Justiça e Segurança Pública. Qual foi o meu propósito, que eu já falei publicamente? Bem, nós trabalhamos cinco anos nessas operações anticorrupção, fui atacado cotidianamente por aqueles que não queriam qualquer mudança no padrão de impunidade da grande corrupção e sempre ficou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... uma sombra de um retrocesso de que um dia ia haver uma virada de mesa e tudo aquilo que tinha sido feito seria perdido.

Eu vi no convite para ser Ministro da Justiça e Segurança Pública uma oportunidade para consolidar esses avanços anticorrupção e também avançar no que se refere ao combate ao crime organizado e criminalidade violenta. Foi por isso que eu aceitei, falei isso publicamente e é isso que eu estou fazendo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Quando eu emiti a sentença condenatória contra o ex-Presidente... Aliás, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, vários desembargadores, confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça igualmente, depois ele foi condenado por outro juiz – certo? –, mas quando eu proferi essa decisão, lá em 2017, não tinha o menor contato com o atual Presidente, Jair Bolsonaro.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para réplica, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu queria deixar claro que não dá tempo de responder todas as perguntas, mas eu vou deixar por escrito para o Sr. Ministro Sergio Moro.

Deixo claro a ele e a toda sociedade que nós não estamos discutindo aqui a sua pessoa e o que representa essa instituição que foi colocada, que é hoje a luta grande do combate à corrupção. Não se trata disso, o que nós estamos aqui discutindo de forma objetiva é a conduta de um ex-juiz. E quanto a esse ex-juiz, nessa conduta, a gente tem aqui, claro, várias dúvidas legítimas que a sociedade brasileira merece e precisa... Um cidadão, quando ele vai procurar um juiz, ele vai procurar a Justiça, ele, claro, espera nela o máximo de imparcialidade e não é possível nós acreditarmos que em pleno século XXI, principalmente para operações importantes – repito – que deram sequência à desconstrução de grandes cartéis e de grandes esquemas de corrupção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... se possa usar esse pretexto, fazer com que ela tire a venda dos seus olhos e ter parcialidade dentro do processo.

Por isso, Sr. Ministro, na sua fala o senhor coloca que como Ministro agora – combateu a corrupção na Lava Jato – veio para o Governo Bolsonaro para continuar a fazer esse combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, como Ministro da Justiça, já tomou providências concretas para as questões internas dentro do Governo, com denúncias seriíssimas envolvendo questões de milícias, envolvendo questões de laranjas e outras denúncias concretas que saem na mídia? Qual é a posição e qual é a postura que o senhor, como Ministro da Justiça, combatente da corrupção, está fazendo nesse novo time de que o senhor já acaba de vestir a camisa?

Era isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dez minutos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Desde que assumi, eu coloquei muito claro que sou Ministro da Justiça e da Segurança Pública. Eu não sou advogado para defender quem quer que seja, e a minha responsabilidade é: eu não tenho envolvimento na investigação dos casos concretos. O meu papel é dar estrutura aos órgãos vinculados ao Ministério para realizar o seu trabalho. E é o que nós temos feito. Nós temos a Polícia Federal.

A Polícia Federal está com déficit nos seus quadros. Os últimos Governos negligenciaram, de certa maneira, o preenchimento desses quadros. Difícil saber se o problema era só a questão da crise fiscal ou não, mas, enfim, há um concurso em andamento para chamar 500. Nós estamos chamando mais 500 exatamente para dar perna à Polícia Federal para poder realizar melhor o seu trabalho.

Existem outras investigações que não se encontram nas minhas mãos. O Ministro da Justiça não é responsável por todas as investigações que correm no País. O meu papel, o que eu disse muito claro à Polícia Federal desde o início que assumi este Governo: trabalhe com autonomia, faça o seu trabalho.

Isso é o que eu tenho feito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, cumprimento o Sr. Ministro Sergio Moro.

Antes de formular algumas perguntas, Ministro, considero importante destacar a notória experiência e o importante trabalho realizado no combate à corrupção como magistrado e, principalmente, algumas ações à frente do Ministério ocorridas nesses últimos seis meses.

Logo em janeiro deste ano, o Ministério coordenou a intervenção da Força Nacional de Segurança Pública no Ceará em razão de uma onda de ataques violentos em diversas cidades do Estado, orquestrada por facções criminosas. A Força Nacional, com o auxílio de forças de segurança pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais e federais, obteve substancial redução dessas ações criminosas em relativamente curto espaço de tempo. De forma semelhante, também foram desenvolvidas operações no Amazonas e em Roraima.

É preciso reconhecer a assertividade da atual gestão do Ministério no combate àquela criminalidade que mais preocupa o cidadão brasileiro, a de crimes violentos perpetrados por facções criminosas pelos profissionais do crime.

A criação do Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, apesar de recente, tem sido elogiado por especialistas e já começa a apresentar os primeiros resultados positivos. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, houve uma redução de 23% no número de homicídios nos primeiros dois meses de 2019, comparado com o mesmo período do ano anterior, redução de 40% no roubo de carga, 28% no roubo de veículos, 36% no roubo a instituições financeiras sob as mesmas bases. Na Região Nordeste, cito, em especial, a redução de 34% das mortes violentas.

Em outra frente igualmente importante, destaco a expressiva ampliação das equipes, em delegacias federais, de repressão à corrupção e desvio de recursos públicos, nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, relacionadas à Operação Lava Jato, com aumentos de pessoal que giram de 20 e até 525%.

Por fim, cumprimento o Sr. Ministro pela correta postura e total disponibilidade de vir o quanto antes ao Senado Federal. Inclusive, orientado pelo Sr. Ministro, apresentei o ofício para que ele pudesse vir a esta Comissão prestar os devidos esclarecimentos a respeito de mensagens supostamente vazadas do seu celular. Independentemente da autenticidade ou não dessas mensagens, está muito claro que o Ministro da Justiça foi vítima de graves crimes cujos autores precisam ser identificados e punidos, onde quer que se encontrem.

Para encerrar, eu pergunto, Sr. Ministro: Estão sendo publicadas, há dias, supostas mensagens que podem ser interpretadas como a influência do senhor na atuação do Ministério Público. Mas quem conhece o nosso sistema jurídico sabe que conversas entre procuradores, juízes e advogados acontecem. É comum a expressão embargos auriculares. Eu queria entender que crime haveria nessas trocas de mensagens até aqui divulgadas. O senhor tem preocupação com que as divulgações de supostas conversas possam manchar ou impedir investigações da Lava Jato, no futuro? Tem preocupações, Sr. Ministro, com que o público se volte contra os Poderes Federais, especialmente considerando as recentes divulgações? O que está sendo apurado a respeito desses vazamentos?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bem, eu agradeço as considerações, Senador. Realmente há uma série de projetos importantes lá dentro do Ministério da Justiça e nós temos observado de fato essa redução estatística do número de crimes. Hoje nós temos estatísticas oficiais através do Sinesp. Realmente os dados têm apontado – nós temos os dados até Fevereiro – para uma queda na taxa de assassinatos de 23%. Claro que não é um mérito do Governo Federal exclusivamente, os Governos estaduais também estão trabalhando duro para a redução desses crimes, e a questão da criminalidade envolve muitas causas aí na sua redução. Mas isso indica que estamos no caminho certo, embora haja muito a ser feito.

De fato, como V. Exa. colocou, é normal, no Brasil, esses contatos entre juiz, advogado e Ministério Público, ou com policiais. O que tem que ser avaliado é o conteúdo desses contatos. Como eu coloquei, não posso aqui reconhecer a autenticidade porque eu não tenho essas mensagens mais. Elas podem ter sido parcialmente adulteradas para gerar esse tipo de escândalo. Mas, no fundo, é que teve muito sensacionalismo.

Tem um professor americano especialista em corrupção, Matthew Stephenson, que nuns dos primeiros dias depois da divulgação, escreveu artigos questionando de fato a legalidade da Operação Lava Jato, o procedimento dos juízes. Depois, com alguma maior reflexão, alguns dias depois, ele escreveu um artigo em inglês. Ele tem um blog, o Global Anticorruption, em que ele escreveu um artigo dizendo, basicamente: "O Incrível escândalo que encolheu", em que ele reavalia as primeiras afirmações que ele efetuou.

Então, o que se tem observado desse *site* em particular é que ele divulga essas questões com absoluto sensacionalismo, sem que se faça uma avaliação acurada daquelas afirmações que ele está realizando.

Conversar com advogado?

Saiu um artigo aqui no *Estadão*, no *O Estado de S. Paulo*, de um dos advogados da operação Lava Jato, o Advogado Luiz Carlos Dias Torres. Saiu no dia 15 de junho. Ele fala que teve contatos comigo, verbais, que foi recebido. Eu recebi os advogados na minhas sala. Nós conversávamos informalmente. Como eu disse, é aquela situação: "Olha... Doutor, meu cliente tem que ser absolvido, e aqueles embargos auriculares...". E o juiz, muitas vezes, fala: "Olha, em relação ao seu cliente há isso, isso e isso. Se houvesse um elemento que informasse o que o senhor explica sobre isso...". Assim como conversa, muitas vezes com essas mesmas questões, com procuradores ou policiais, só que na outra linha. Não é um adiantamento de decisão, não é um conselho, mas é uma interlocução informal, que é normal em qualquer fórum da Justiça. Pegue qualquer juiz aí, procurador, promotor, advogado, e vai verificar que isso é absolutamente normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o dado objetivo eu passei aqui, no início, é demonstrativo de que não há nenhuma espécie de conluio. São 90 denúncias, 45 sentenças, 44 recursos do Ministério Público em cima de 45 sentenças. Qual é o conluio? Qual é a convergência? São 291 acusados; 211 condenações; 63 absolvições. Qual é o conluio? Qual que é a convergência? O que havia, no fundo, era muita divergência.

Agora, também existe parcial convergência. Não quer dizer que eu absolvo alguém que eu tenho um conluio com advogado; não quer dizer que eu condeno alguém que eu tenho um conluio com o Ministério Público.

E vamos colocar que a Operação Lava Jato não foi uma atuação exclusiva minha. As minhas decisões eram submetidas às instâncias recursais. Acho que nunca um juiz teve tantos recursos propostos contra as suas decisões como eu, porque os casos eram difíceis; os casos envolviam pessoas poderosas. Recurso ao tribunal, recurso ao Superior Tribunal de Justiça, recurso ao Supremo... Tudo isso foi testado e passado. E quem foi condenado, foi condenado com base nas provas de que cometeu corrupção e grande corrupção. O que houve foi uma captura da Petrobras, para atender a interesses especiais de agentes públicos e de agentes privados inescrupulosos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sra. Presidente, só um breve comentário...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não vou fazer uma réplica. É apenas para reforçar a argumentação do Ministro Sergio Moro.

Um grande jurista pernambucano, que trabalhou como secretário executivo do Ministério da Justiça, que tinha como titular o então Ministro Fernando Lyra, José Paulo Cavalcanti Filho, também se pronunciou nesses últimos dias, em Recife, dizendo que o que foi divulgado pelo Intercept não caracteriza nenhuma irregularidade por parte do Ministro Sergio Moro.

Portanto, eu gostaria de trazer esse depoimento de um grande jurista do meu Estado, que é José Paulo Cavalcanti Filho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Com a palavra, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Sr. Ministro, colegas Senadores.

As explicações técnicas, parece-me, já vão bem encaminhadas, mas é importante aproveitar este espaço para sinalizar para o Brasil todo, que está nos acompanhando, o que exatamente está acontecendo neste momento político brasileiro.

A Operação Lava Jato não foi a primeira operação anticorrupção do Brasil. Pelo contrário: nós tivemos dezenas, ao longo de décadas. E a maioria delas, se não todas, acabavam sepultadas em brechas jurídicas ou em estratégias políticas, nos tribunais superiores ou coisa parecida.

Neste momento específico, nós estamos falando de decisões e de ações por parte do então Magistrado Sergio Moro que foram objeto de centenas de recursos nas instâncias superiores. Nós estamos falando de condenados com condenação confirmada, alguns deles em quatro instâncias do Poder Judiciário. Os melhores advogados do Brasil, as bancas mais caras – e cabe perguntar, não se sabe ainda pagos como, de onde veio o dinheiro para pagar as melhores e mais caras bancas de advogados do Brasil, com acesso irrestrito aos tribunais, e ninguém aqui pode fingir inocência de não saber o nível de acesso que em Brasília se tem aos tribunais –, mesmo assim, as condenações, as decisões foram, em sua grande maioria, mantidas. Por quê? Porque as provas carreadas aos autos foram, como nunca antes, absolutamente sólidas.

O que restou para aquele grupo político ferido de morte por conta das diversas condenações por corrupção foi a batalha de narrativas políticas. É o que temos hoje: uma narrativa de perseguição que precisa subsistir por interesses eleitorais ou eleitoreiros e uma narrativa – que eu também faço questão de ressaltar equivocada – de heróis. O Brasil não precisa de heróis, o Brasil precisa de instituições que funcionem, e nesse caso as instituições brasileiras foram testadas à exaustão, com recursos infindáveis. E o que sobrou foi isso.

Hoje nós temos... No primeiro momento da divulgação desse primeiro suposto vazamento eu me posicionei – fui um dos primeiros a me posicionar – e recebi questionamentos até da equipe: "Você está tomando logo uma posição, isso é perigoso". E a minha resposta foi clara: "Você tem que ter coerência com o que você faz na vida". Hoje no Brasil, quando falharam as bancas milionárias de advogados, quando falharam os embargos auriculares, quando falharam as intervenções políticas, o que restou foi uma ação criminosa de ataque a procuradores, desembargadores e juízes com o objetivo de desmoralizar essas instituições e criar novamente ambiente político para sepultar essa e outras operações que estão em andamento no Brasil e que precisam continuar, porque o brasileiro não aguenta mais tanta corrupção.

Queria também salientar – eu sou Senador da República, estou aqui Senador da República há pouco mais de cem dias – como me impressiona o fato de pessoas conviverem por anos e continuarem convivendo por anos com pessoas condenadas, pegas em flagrante com malas de dinheiro, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confissões de milhões e milhões de desvio, e não se escandalizarem. Se escandalizam com uma suposta troca de mensagens em aplicativo entre promotores, procuradores, juízes, advogados. Isso é impressionante, a força da narrativa política.

Em termos de pergunta objetiva, Sr. Ministro, eu gostaria novamente que o senhor reforçasse com absoluta clareza e objetividade se, em alguma das decisões e ações que teve como magistrado lá em Curitiba, o senhor atuou com motivação política, e, segundo, que o senhor possa adiantar para nós todos, em termos de investigação daquilo que está acontecendo hoje, desse ataque às instituições democráticas brasileiras por suposto grupo *hacker*, o que o Ministério da Justiça está pensando em termos de legislação para proteção, porque esse é um problema sério e que vai em algum momento atingir a todos, porque essas mensagens supostamente "hackeadas" não podem ser auditadas. Seu conteúdo pode ser montado ao alvedrio do interesse político de quem quer que seja, e isso já está acontecendo. Isso desmoraliza a democracia, desmoraliza as instituições. Nós precisamos ter legislação robusta que proteja – aí sim, proteja de verdade – o cidadão brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Alessandro, eu agradeço as palavras. Realmente concordo, não precisamos de heróis, precisamos de instituições fortes, precisamos também proteger as nossas instituições desses ataques criminosos. Me espantou não só a divulgação, o sensacionalismo, mas um certo o revanchismo que surgiu por parte de gente eventualmente até envolvida em atividades criminais, a partir da revelação desses fatos.

Eu já disse publicamente: se as mensagens que eu eventualmente troquei e que ainda não tenham sido divulgadas forem divulgadas sem adulteração, eu tenho absoluta convicção da correção de todos os meus atos como juiz e de todas as minhas comunicações, sejam elas de aplicativos, sejam elas comunicações verbais, sejam elas de qualquer espécie de comunicação com procuradores, advogados, policiais. Tenho absoluta convicção. Nunca atuei nesses processos movido por questão ideológica ou político-partidária. Para dizer, assim, muito claramente, o fato de ter emitido sentenças condenatórias contra agentes políticos me trouxe dissabores, me trouxe peso. Eu sou constantemente atacado, há quatro, cinco anos, por ter cumprido o meu dever. E não senti nenhuma satisfação pessoal ao decretar a prisão de quem quer que seja ou ao emitir um juízo condenatório, mas o papel do juiz é avaliar as provas, proferir a sentença.

E existe um sistema judicial, um sistema judicial de erros e acertos. As minhas sentenças foram todas objeto de recurso ao tribunal de apelação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, depois ao Superior Tribunal de Justiça, depois ao Supremo Tribunal Federal. E eu tenho absoluta convicção de que esses magistrados agiram igualmente com absoluta correção, mesmo quando, eventualmente, reformaram decisões minhas. Isso faz parte. As cabeças não pensam necessariamente igual na avaliação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de provas, na avaliação de argumentos jurídicos, mas a grande verdade é que praticamente todas as condenações e absolvições que preferi foram mantidas. Eventualmente houve alguma mudança, mas, se nós formos analisar estatisticamente – infelizmente, eu não tenho essa estatística específica –, praticamente tudo foi mantido, absolvição ou condenação. A meu ver, esse é um ilustrativo de que isso não é um trabalho individual, é um trabalho institucional, que transcende em muito o trabalho meu, como juiz lá da 13ª Vara.

Eu acho que o importante aqui é nós compreendermos que nós ganhamos, nós tivemos um avanço institucional nos últimos cinco anos. Nós víamos esses escândalos de corrupção nos jornais, aqueles escândalos repetidos; eles não geravam consequências; a população e a sociedade iam perdendo a crença de que a lei valia para todos; e houve um resgate. Eu acho que ainda existe muito a ser feito, como eu disse anteriormente. Eu acho que isso é um trabalho não só das Cortes de Justiça, não só do Executivo, mas é um trabalho especialmente do Congresso. E é nisso que nós precisamos nos concentrar. Nós precisamos nos concentrar no presente e no futuro, e não, vamos dizer, através de falsos escândalos, mensagens, supostas mensagens obtidas por meios criminosos, que podem ter sido adulteradas, com uma divulgação absolutamente sensacionalista, como uma divulgação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Eu li uma afirmação de que havia material para divulgar por um ano. Vão ficar por um ano divulgando isso a conta-gotas? Apresente a uma autoridade independente, para que seja então verificada toda a verdade, sem sensacionalismo. Não há nenhum problema na divulgação desse material, eu já falei, desde que, evidentemente, não seja adulterado ou veiculado com falso sensacionalismo como tem sido feito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Alessandro, réplica?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Quero apenas agradecer as palavras do Ministro e registrar que este Senado vai fazer o seu papel, tenho certeza. Já na próxima semana deveremos aprovar o endurecimento da pena para o crime de corrupção, o estabelecimento do crime de caixa dois, isso por acordo já de Lideranças. E o avanço no combate à impunidade, no combate à corrupção, é uma missão que o brasileiro entregou ao Congresso Nacional, o senhor tem razão, e o Congresso precisa cumpri-la.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, colegas, Brasil que nos assiste neste momento, antes de fazer perguntas, quero ressaltar que a Operação Lava Jato foi de grande valia para o combate à corrupção e o Brasil agradece a todos que se envolveram e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, aos que agiram no anonimato e talvez, mais importantes do que aqueles que foram em busca de holofotes e notoriedade. Precisamos fortalecer nossas instituições de combate à corrupção, mas sem paixão e viés ideológico.

Dr. Moro, V. Exa. realizou oitivas em diversos processos. Espero que V. Exa., perante o Senado da República e o povo brasileiro, fale somente a verdade na manhã de hoje.

Vamos aos fatos. V. Exa. afere que participa de grupo de WhatsApp e Telegram. Pelo o que tem externado, V. Exa. trocou mensagens e áudios com procuradores da Lava Jato.

Pergunto, o senhor também trocou mensagem com advogados de defesa, ministros, desembargadores, membros do Congresso Nacional ou até mesmo jornalistas, passando as mesmas informações sobre processos, sendo imparcial, como determina a ética da magistratura?

O senhor disse que não tem mais essas mensagens arquivadas, o senhor autorizaria o Telegram a fornecê-las, pois devem tê-las nos seus servidores? O senhor poderia aconselhar o Procurador Dallagnol a entregar o seu celular, pois, pelo visto, ele não apagou as mensagens? Acredito que com essa atitude acabaria com o que o senhor chama de sensacionalismo.

O senhor é jovem e deve ter boa memória. Vou citar, pelo menos, quatro mensagens para ver se o senhor se recorda. Moro, palavras supostamente ditas pelo senhor: “Prezado, a colega Laura Tessler de vocês é excelente profissional, mas, para inquirição em audiência, ela não vai muito bem. Desculpe dizer isso, mas com discrição, tente dar uns conselhos a ela, para o próprio bem dela. Um treinamento faria bem. Favor manter reservada essa mensagem”.

Responde o Dallagnol: "Ok, manterei sim, obrigado!".

Num outro ponto de conversa, o senhor diz que "A defesa já fez o 'showzinho' dela." Não desconhecemos que é função do juiz avaliar os argumentos da defesa, mas isso inclui avaliar as estratégias da defesa? Não vira um jogo indevido o juiz se alinhar à acusação e fazer esse tipo de manifestação fora dos autos, como se estivesse apenas jogando para a plateia?

Em um outro dos pontos curiosos de troca de mensagens, Dr. Moro, com os procuradores, o senhor escreve: "*In Fux we trust",* o que significa no Fux nós confiamos. Os outros Ministros do Supremo Tribunal Federal não são confiáveis, Dr. Moro?

De acordo com as conversas entre o senhor e os procuradores que vieram a conhecimento público, praticamente na véspera de entregar a denúncia, o Promotor Deltan Dallagnol diz que não tinha certeza que o ex-Presidente Lula era culpado. O senhor tem tranquilidade que, em pouco mais de 24 horas, ele encontrou provas suficientes para pedir a condenação do ex-Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Moro, o humor é uma das formas mais contundentes de se fazer crítica. Nós, figuras públicas, somos fonte de inspiração para os nossos atentos humoristas e cartunistas. Nesse episódio das mensagens com os procuradores, correram pelas redes sociais memes em que o senhor é comparado ao Batman, trocando mensagens com o Comissário Gordon. O senhor na função de juiz, em algum momento se sentia como justiceiro, alguém com a função heroica de defender a sociedade brasileira do crime? Dizendo de outro modo: o senhor já se viu como uma espécie de herói de capas, um Batman brasileiro?

Concluindo, caso se confirme a veracidade dessas mensagens, fica patente que V. Exa. feriu a ética da magistratura, além de ter interferido no processo eleitoral de 2018. Pergunto, Dr. Sergio Moro: se V. Exa. se autossentenciasse, qual seria a sua pena?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, com a palavra.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu nunca participei de nenhum grupo. Se foi feita essa afirmação, não há nenhum grupo de que eu participei de procuradores, advogados ou coisa parecida.

Na verdade, eu tinha o péssimo costume de comprar esses aparelhos celulares mais baratos com memória de 16 mega... Mega? Gigabytes... Não sei. Enfim, constantemente, eu tinha que trocar esses aparelhos. Eu não guardava isso até porque não entendia que essas mensagens eram relevantes.

No caso do Telegram, como já falei, essas mensagens não existem mais. Eu saí do aplicativo. O *hacker* tentou roubar. Ele entrou lá no meu Telegram. Se houvesse alguma coisa, se tivesse recuperado uma coisa, especialmente alguma coisa ilícita, eu tenho certeza de que ele já teria divulgado. Então, esse material simplesmente não existe. Eu não tenho como disponibilizar um material que não existe. Se fosse disponibilizar, eu tenho absoluta convicção da correção de todas as mensagens que troquei com quem quer que seja durante esse período específico.

A questão das mensagens. Como disse, eu não me recordo de que eu mandei mensagem dois, três anos atrás, como foi divulgada na quinta-feira aquela afirmação de que eu confiava no Supremo ou de que universidade confiava no Ministro do Supremo. Eu posso ter mandado. Qual é o problema de uma mensagem assim? "Eu confio... Nós confiamos no Ministro X". Confio no Supremo como instituição, mas, ali, em particular, havia, pela troca de mensagens que foi divulgada, autêntica ou não, uma referência àquele ministro especifico. O que me parece ali é um absoluto sensacionalismo e me parece que o veículo que divulgou quis simplesmente constranger o Supremo Tribunal Federal, o que é especialmente grave. Por que divulgar aquele tipo de mensagem? Qual é o objetivo por trás da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divulgação daquela mensagem? Se ela for autêntica, ainda que ela seja autêntica, o conteúdo é absolutamente lícito. Não há problema nenhum naquele tipo de afirmação, se é que aquela mensagem é totalmente autêntica. Como disse, eu não posso me recordar se, há três anos, eu mandei uma mensagem daquela natureza.

Sobre a questão do processo eleitoral, eu sempre argumentei: "Olha, o juiz tem que fazer o seu trabalho. Ele vai proferir as decisões segundo o quê? Segundo o Direito e segundo as provas constantes nos autos.". E foi isso que eu fiz durante toda a minha carreira na magistratura de 22 anos. A gente fala aqui de questão de Lava Jato, agentes públicos envolvidos em corrupção ativa, corrupção passiva. Eu tive processo no passado de outra natureza, envolvendo tráfico de drogas, grandes lideranças criminosas, fui juiz corregedor de presídio federal. Eu sempre agi corretamente no exercício e na aplicação imparcial da lei. Agora, eu não posso deixar, isso eu não fiz, a questão eleitoral influir nos julgamentos. Então, o que eu fiz? Eu sempre cumpri meu dever e segui os ritmos do processo.

Outros Tribunais que apreciaram as minhas decisões fizeram da mesma forma. Não fui eu que condenei, por exemplo, o ex-Presidente da Câmara ou o ex-Presidente da República sozinho. Essas decisões foram confirmadas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, essas decisões foram confirmadas pelo Superior Tribunal de Justiça e, no que foi levado até o momento ao Supremo, foram confirmadas pelo Supremo Tribunal Federal. Ou seja, infelizmente essas pessoas cometeram crimes e têm que responder pelos seus atos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Estamos questionando aqui a Operação Lava Jato. É bom que se diga, porque, nas redes sociais, eu tenho certeza de que vai haver aquele grupo que defende V. Exa. veementemente e que vai achar que o senhor se tornou herói da Lava Jato, é intocável e é um super-herói, vamos assim considerar.

Mas, na verdade, eu fiz uma pergunta a V. Exa. e eu gostaria da resposta: o senhor autoriza o Telegram a fornecer dos seus arquivos que ficam nas nuvens o conteúdo das mensagens que o senhor trocou com os procuradores? Ou então o senhor também não poderia, já que o senhor se dá bem com o Deltan Dallagnol, solicitar que ele entregasse o celular dele para vistoriar? Aí acabaria essa sensação, acabaria esse sangramento. V. Exa. disse que tudo é normal. Então, vamos logo esclarecer para não ficar o senhor precisando de ir para Câmara e a imprensa ficar também a cada dia soltando mais ilações, como o senhor disse, como se as mensagens sejam "hackeadas"?

Tudo bem que sejam "hackeadas", mas o importante é que os fatos estão aí. Nós precisamos acabar esse sangramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O Brasil precisa continuar crescendo e, no momento que está aí, os holofotes estão para o The Intercept. Então, acho que nós temos que agora é mudar o título. Deixar de ser The Intercept e procurar agora os fatos concretos.

V. Exa. autoriza o Telegram a fornecer o conteúdo de suas mensagens?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Acho que V. Exa. não entendeu muito bem. Eu saí do Telegram em 2017. Essas mensagens...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Mas ficam nas nuvens, Excelência.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, não ficam nas nuvens. O senhor pode se informar melhor. Não ficam nas nuvens. Eu, saindo do aplicativo, essas mensagens foram excluídas. Se tivesse esse material, tenha a certeza de que *hacker* criminoso ou o grupo criminoso organizado já teria apresentado. Não existem essas mensagens no meu aparelho celular para que eu possa disponibilizar a V. Exa. ou a quem quer que seja e, se tivesse isso no Telegram, o *hacker* teria obtido essas informações.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Excelência, eu tenho a tréplica, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. A tréplica é do Ministro, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – É porque o Ministro não responder à minha pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas se V. Exa. quiser mais esclarecimentos, eu havia comunicado aos colegas que preciso, pela extensa lista de oradores inscritos, ser rigorosa em relação ao tempo, mas nós...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deixe-me só terminar, por favor, Senador Otto. V. Exa. sempre contribui com as suas intervenções.

Mas, encerrada a lista de inscrição, qualquer Senador pode se reinscrever e novamente perguntar, porque o Ministro está aqui à disposição e havia me avisado de que estaria à disposição por todo o dia.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, só para colaborar.

Não exijo muito da memória do Ministro Moro porque ele tem péssima memória.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, por favor. Essa não é uma questão de ordem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No programa do Bial, ele se esqueceu da última biografia que ele tinha lido.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, esta não é uma questão de ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele esqueceu a última biografia que ele tinha lido.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu passo a palavra, neste momento, ao próximo orador inscrito, Senador Marcos do Val.

É o último desta leva, como suplente. Em seguida, estaremos anunciando os novos Senadores.

Eu peço aos colegas que apenas peçam a palavra pela ordem para realmente esclarecimentos.

Com a palavra, pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, só para deixar bem esclarecidos os meus questionamentos. O Ministro Moro falou que já apagou a memória do celular dele. Tudo bem, concordo. Ele apagou, destruiu o celular, não importa, isso não interessa. Mas os servidores do Telegram, que ficam na Rússia, eles ficam com as mensagens arquivadas de todo cidadão que participa do Telegram. Eu não quero o celular do Ministro Moro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... eu quero o conteúdo das mensagens arquivadas no Telegram na Rússia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Marcos do Val

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente. É um prazer muito grande, para mim uma honra ter o Ministro Sergio Moro aqui.

O trabalho dele foi um divisor de águas no País. Inclusive, a mudança e a renovação no Congresso são graças à atitude dele. Eu sou fruto disso, de estar aqui por conta desse desejo da sociedade de não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver políticos envolvidos em corrupção. O seu passado, Ministro, já te avaliza, fique tranquilo quanto a isso. Porque a gente sabe que aqui no Congresso muitos políticos estão sendo acusados pela Lava Jato. Então, você vai sofrer muitos ataques daqui, infelizmente, de dentro da Casa, por pessoas que estão sendo acusadas pela Lava Jato e que querem te descredenciar. Há uma frase que fala que para destruir um argumento você destrói o argumentador. Vou repetir: para você destruir um argumento, basta você destruir o argumentador. E é o que estão fazendo com você, estão tentando destruir a sua imagem para você perder toda a sua credibilidade do trabalho feito no passado.

Bom, eu sou Relator do projeto anticrime e, sendo Relator do projeto anticrime, fica claro o desejo de continuar a fazer essa alteração no País, de colocar igualdade dentro dos presídios. Ou seja, tanto os crimes dos tráficos quanto dos corruptos.

Por conta disso, eu também sofri ameaças de morte, ameaças de esquartejamento e a pessoa que está fazendo essa campanha de ameaças chegou ao ponto de mandar...

Presidente, eu não estou conseguindo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pediria aos colegas a gentileza, nós temos um orador, um colega nosso fazendo seus comentários e arguindo aqui o Ministro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O colega tem que dizer os nomes dos políticos, dos Parlamentares que estão envolvidos nisso que o estão atacando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, eu peço aos colegas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É isso que ele tem que dizer. Quem são os políticos? Quem são os colegas dele?

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Major Olimpio, eu gostaria aqui de esclarecer que esta Presidência está atenta às intervenções dos Senadores. Se houver algum ataque pessoal, algum nome que foi declinado e que precisar usar o art. 14 do Regimento Interno, vai ser deferido por esta Presidência.

Eu gostaria que os colegas confiassem no trabalho desta Presidência. Vamos manter aqui o ritmo normal dos trabalhos. Peço a gentileza do Senador Marcos do Val, que possa se atentar realmente aos fatos e fazer as considerações devidas ao Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – O.k., Presidente.

Nós tivemos essa ameaça e a pessoa que fez a ameaça chegou a ter a audácia de enviar com cópia ao Ministério da Justiça, desafiando o Ministério da Justiça.

Bom, gente que é da área sabe que para as pessoas, os *hackers* profissionais, são equipamentos caros, milionários, passam de 50, chegam a até R$100 milhões. Então essa ideia de que são pequenos *hackers* adolescentes, como você mesmo colocou, que estariam fazendo esse trabalho é muito importante deixar claro para sociedade que não é esse o perfil de pessoas que entraram no seu celular.

Bom, o senhor tem ideia de quem poderia estar fazendo um alto investimento, seja a pessoa, seja a instituição, seja a empresa, para que a sua imagem possa ser desconstruída e, consequentemente, todos os processos que o senhor estava coordenando? O senhor tem alguma ideia disso? Porque, repetindo, o investimento passa de milhões e, inclusive, existem empresas que prestam serviço nessa área para alguns Estados, isso é legal, e que cobram 20 a 30 milhões para poder fazer um trabalho de interceptação de 10 a 15 celulares. Então a gente sabe que é um investimento muito alto e não apenas um adolescente atrás do computador que estaria fazendo. O senhor tem ideia de quem pode estar fazendo esse trabalho de desconstrução da sua imagem?

A última pergunta. Quero dizer que em todo o trabalho que senhor faz o senhor sempre vai ter apoio. Os brasileiros o estão apoiando. O senhor não está sozinho nessa. A gente sabe que a toda ação existe reação, mas nós precisamos enfrentar. Eu sei que já está pagando um preço muito alto, a sua família paga um preço muito alto, a sua liberdade acabou. O senhor é um prisioneiro sem estar dentro da estrutura prisional, pagando um preço alto pela mudança de um país, muito alto. Eu sei que tem momentos em que, com certeza, o senhor deve falar que dá vontade de entregar o bastão e viver sua vida sossegada com a sua família, porque a gente passa por isso aqui também no Senado. Imagino para você, mas eu falo: não desista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Permaneça firme. Tem muita gente... O Brasil, a grande maioria o está apoiando e não vai deixá-lo sozinho nessa batalha.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Eu agradeço as considerações, Senador Marcos do Val.

De fato, esse trabalho foi um trabalho, como eu disse, muito custoso, não foi um trabalho fácil. Eu nunca pedi, nunca chamei, nunca me autodenominei com alguma espécie de protagonismo ou mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

heroísmo em relação a isso. Foi um trabalho institucional: Ministério Público, polícia, outras instâncias, outros magistrados.

Mesmo com divergências, como coloquei aqui, pelas várias absolvições que foram proferidas, as várias medidas cautelares que foram indeferidas, mesmo com essa divergência, houve avanços nessa quebra da impunidade da grande corrupção. E o que se observa, eu não sei quem são essas pessoas... Existe uma investigação da Polícia Federal que eu não controlo, essa investigação. Eles têm autonomia. Eu não sugiro diligências, eu não acompanho essas diligências, eles que estão lá realizando. Eu espero que eles cheguem aos responsáveis. Os indícios, porém, como eu mencionei anteriormente, são de que se trata de um grupo criminoso organizado, e não de um adolescente na frente do computador, realizando alguma espécie de estripulia. A ilustrar, como também destaquei, há as iniciativas de contrainteligência verificadas nas últimas semanas.

A meu ver, o objetivo desse grupo, normalmente quando se investiga qualquer crime a indagação normal que se faz é: Quem se beneficia? Esse é um grupo dedicado ao interesse público, que resolveu expor malvados procuradores, ou juízes e policiais envolvidos numa conspiração contra a corrupção? Não. O que existe é um movimento claro para – vamos dizer assim – anular condenações pretéritas de pessoas que cometeram crime de corrupção e lavagem de dinheiro, impedir novas investigações e atacar as instituições brasileiras.

Eu não reputo trivial o fato de ter sido o meu telefone, o aparelho celular do Ministro da Justiça e Segurança Pública, objeto de um ataque *hacker*. Não conseguiram acessar o conteúdo. Tentaram invadir o Telegram. Apesar do que foi dito aqui, não existe mais esse conteúdo. Pode-se informar lá, tecnicamente, que quando se eliminam as mensagens do aparelho celular ou quando se desativa, também se elimina na nuvem. E mais ilustrativo é o fato de que o *hacker* não publicou mensagens minhas – certo? – trocadas com outra pessoa que não o procurador, se é que essas mensagens são de fato autênticas, porque o meu celular não foi de fato "hackeado".

Até é uma situação esdrúxula, porque há uma referência a uma mensagem que eu teria trocado supostamente com o Procurador Carlos Lima. Mas até onde eu tenho presente, o meu celular, apesar da tentativa, não foi "hackeado". E ontem, o Procurador Carlos Lima deu uma declaração de que também o celular dele não foi "hackeado"; que também houve tentativa, mas não foi "hackeado". Então fica uma indagação sobre de onde surgiu essa suposta troca de mensagem.

Acho que esse *site*, que se diz tão amigo do interesse público, faria um serviço ao País se apresentasse essas informações para que fossem examinadas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para réplica, Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço a resposta.

Outra pergunta. O senhor acha que há possibilidade de que algum país com que o Brasil cortou relações esteja também envolvido nesse caso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Olha, Senador, todas as hipóteses estão abertas. Que não é um grupo de pessoas despreparadas... Aqui me parece ser um grupo de pessoas que têm muito dinheiro. Agora, afirmar que haveria algum envolvimento de um poder estrangeiro seria especulação da minha parte. Pode ser que tenham envolvido estrangeiros, não necessariamente qualquer espécie de poder estrangeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Ministro.

Passando ao segundo grupo de Senadores, na ordem aqui: Senador Fabiano, Senador Arolde, Senador Rogério Carvalho, Senador Humberto e Senadora Soraya como não membro.

Então, nesse momento, concedo a palavra Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado ao Ministro pelo comparecimento.

Eu quero aqui iniciar minha fala esclarecendo que hoje não se trata de uma discussão sobre se é contra ou a favor da Lava Jato. Nós sabemos da importância dessa operação, que foi um divisor de águas no Brasil. Infelizmente, nós vivemos num Brasil de desiguais em que se criminalista a pobreza; em que se você traçar o perfil socioeconômico de quem está preso, verá pobre, afrodescendente e semianalfabeto, e a Lava Jato veio efetivamente como divisor de águas. Mas eu tenho que aqui fazer algumas considerações que reputo de extrema importância.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no art. 10, é clara: todo ser humano tem direito a ser julgado por um tribunal independente e imparcial.

O Código de Processo Penal também fala, no art. 254: o juiz dar-se-á por suspeito, se for amigo íntimo ou inimigo capital de quaisquer das partes. "[...] IV - se tiver aconselhado qualquer das partes [...]".

E foi público e notório... E isso ele deveria fazer de ofício, mas a própria defesa, foi veiculado, entrou com incidente de suspeição. E V. Exa. não se deu por suspeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É elementar, no processo penal, que um dos princípios que vigora é o princípio da isonomia processual ou da paridade entre as partes. O que vem a ser isso? O magistrado deve possibilitar às partes, de forma isonômica, o direito ao contraditório e ampla defesa. O magistrado deve estar acessível às partes de igual modo. O magistrado deve atuar de modo equidistante.

Vamos para a Lei da Magistratura, no Código de Ética, o art. 1º: "O exercício da magistratura exige conduta compatível com os preceitos deste Código [...]". Dentre esses princípios o de independência, o da imparcialidade. Reforça, no art. 8º: "O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes [...]".

Ora, eu não estou entrando no mérito do diálogo, mas contra fatos não há argumento. Houve, segundo o que foi veiculado, várias mensagens entre o titular da ação penal pública incondicionada, que é o Ministério Público, que tem interesse na condenação... E, aí, eu não entro no mérito nem de quem está sendo condenado; eu falo que todos os processos estariam maculados, violando-se o princípio da imparcialidade, da isonomia, da equidistância; violando o Código de Ética. Todos os processos.

Então, houve essa quebra. Isso tem que ser dito.

Isso me faz lembrar aqui o utilitarista... O Filósofo John Stuart Mill. Ele foi um filósofo inglês do século XIX, que... Para o utilitarista, o bom é aquilo que se alcança para o maior número de pessoas. Então, para Stuart Mill... Ele aquiesce você matar uma pessoa saudável para salvar dez pacientes. Os fins justificam os meios?

Lembro aqui também a teoria do fruto da árvore envenenada ou da prova ilícita por derivação, que é uma proibição no Código de Processo Penal. Está no art. 157, §1º, que diz: "São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas [...]". Se a árvore está envenenada, os frutos estão envenenados.

Olha, eu tenho aqui, com toda a... E falo isso com bastante sensibilidade, porque eu fico me colocando, porque eu fui delegado 27 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu fico imaginando se fosse eu, delegado de polícia, que mantivesse contato, por WhatsApp, com advogado do indiciado de que eu instaurei um inquérito e se isso chegasse ao conhecimento do titular da ação penal, do Ministério Público – e do próprio Poder Judiciário. Eu acho que eu sairia preso da delegacia na qual eu fui titular. Ora, gente: o juiz está para a ação penal assim como o delegado está para o inquérito policial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não desmereço o mérito da Lava Jato, mas nós não podemos rasgar, violar princípios que fortalecem a democracia, que enaltecem o Estado democrático de direito, o *due process of law*, o devido processo legal, em nome de um comportamento que, na minha humilde opinião, violou aquilo que é mais sagrado no processo penal, o princípio da isonomia, da igualdade entre as partes.

Diante disso, a pergunta é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O projeto inicial das dez medidas anticorrupção previa a possibilidade de uso de provas ilegais – previa –, desde que obtidas de boa-fé. O senhor mantém essa opinião agora?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro. (*Palmas.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço à plenária: não há possibilidade de manifestação, nem a favor ou contra qualquer pronunciamento feito nesta Comissão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Não é da plenária não, a aprovação veio...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dos colegas. Mas também não cabe, nos termos regimentais. Peço desculpa aos colegas.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu sei que não é essa sua intenção, mas me espanta falar em mérito da Operação Lava Jato, que nós temos que preservar os esforços anticorrupção, mas, pelo que eu entendi da sua fala, o senhor defende a anulação de tudo então, todas as condenações, todas as denúncias, devolver o dinheiro para Renato Duque, Paulo Roberto Costa... Não sei, entendi dessa forma. Então, fica uma defesa da Lava Jato que me parece um tanto quanto peculiar quando se argumenta depois que tudo deveria ter sido anulado.

O senhor, que é da prática jurídica, que já atuou nessa área, sabe que são normais conversas entre juízes, normais conversas entre procuradores, normais conversas entre policiais e entre advogados. A questão do aplicativo foi apenas ali uma troca de mensagens mais rápida, se é que essas mensagens são de todo autênticas, mas examinando aquilo que foi ali colocado, não tem nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconselhamento de qualquer maneira em relação... Mas apenas uma interlocução que acontece, do dia a dia do cotidiano dos fóruns. Não existe aí qualquer comprometimento da imparcialidade.

E como eu disse aqui, já destaquei: olha, 45 ações penais já sentenciadas, o Ministério Público recorreu de 44, praticamente de todas ele recorreu, de todas ele discordou em uma ou outra maneira; 291 acusados, houve 211 condenações, 63 absolvições. Onde está o comprometimento objetivo da imparcialidade do juiz? Seria meu, seria das outras cortes, seria da corte de apelação, seria do Superior Tribunal de Justiça? E é essa a proposta, então? Nós vamos anular tudo isso, anular toda a Operação Lava Jato, como o senhor aparentemente defende? É essa a sua posição?

Bem, sobre a questão da prova ilícita, veja: aqui há um grupo de *hackers* criminoso, organizado, que invadiu terminais de autoridades públicas. Evidentemente a questão da boa-fé não se coloca. E não há uma demonstração da autenticidade dessas mensagens. É uma situação absolutamente diferente do que está naquele projeto que vamos colocar. Não é um projeto meu, era um projeto do Ministério Público. Eu particularmente sou contra a introdução de provas ilícitas no processo de qualquer forma, mas introduzir provas ilícitas que podem ter sido ainda adulteradas, editadas, mudadas, e que são utilizadas aqui não para proteger o inocente, estão sendo utilizadas aqui para minar os esforços anticorrupção que nós vivenciamos nos últimos cinco anos, o que foi uma conquista não só de juízes, procuradores, mas foi uma conquista da sociedade brasileira; várias instâncias de julgamento, enfim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Fabiano, para réplica.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com todo o respeito, Excelência, V. Exa. está colocando palavras na minha boca. Eu em nenhum momento estou defendendo, com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro fez uma pergunta ao Senador. Fez uma pergunta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Talvez seja o caso de responder...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A palavra está com o Senador Fabiano. Eu acho que nesses dois minutos ele vai ter condições de fazer as suas considerações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu em nenhum momento defendo a anulação ou a absolvição... Não, eu não estou falando isso. E não tiro... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

iniciei falando do mérito da operação. O que eu estou questionando, e não estou entrando nem no mérito do diálogo, é que houve a quebra do princípio da imparcialidade quando o juiz, que tem que ser imparcial, manteve contato por inúmeras vezes com aquele que tem interesse cem por cento numa eventual sentença condenatória transitada em julgado. É isso só que eu estou questionando. Então, não ponha palavras na minha boca.

Inclusive, eu fui eleito enaltecendo a Operação Lava Jato para combater a corrupção, pela qual eu sempre lutei. E fui usado pelo Estado como chicote só para dar no lombo do pobre afrodescendente e semianalfabeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E foi com a Operação Lava Jato que eu me inspirei, porque foi a partir daí que políticos passaram a ser presos, empresários passaram a ser presos. Agora, não coloque palavras na minha boca, porque eu defendo a operação. O que eu não defendo é a quebra do princípio da isonomia, que é uma garantia constitucional, que é uma garantia do Código de Processo Penal e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E isso nós temos que enfrentar.

Nós temos dois fatos graves: a quebra do sigilo, da privacidade – e isso tem que ser apurado e condenado –, mas a interlocução, independentemente do mérito, do teor desses contatos, tem que ser revista, porque aí... Houve o mesmo tratamento com os advogados de defesa de qualquer processo, com a frequência com que houve com aquele que, a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal, detém a titularidade da ação penal pública incondicionada? Com todo o respeito, eu entendo que não.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bem, mais uma vez, não houve nenhuma quebra da imparcialidade. Eu não sei se compreendi de maneira equivocada as suas palavras, mas não houve nenhuma quebra nesse sentido. O que há, vamos colocar aqui, como já mencionei, é que é comum a conversa entre juízes, procuradores, policiais e advogados na nossa tradição jurídica.

Depoimento que saiu hoje, artigo de Ana Lúcia Amaral: "Dos meus 21 anos de Ministério Público Federal, sempre falei com juiz, pois ele é o primeiro que deveria convencer para a causa que propunha. Seja cível ou criminal".

Franklin Rodrigues da Costa, publicado no *Jota*: "Não vejo nenhuma impropriedade nessas conversas. Nada que comprometa o processo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Modesto Carvalhosa, advogado: "Nas conversas privadas entre Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato" – isso partindo eles, ainda, do pressuposto de que essas mensagens são autênticas, o que não se pode afirmar. O que ele diz? "Nas conversas privadas entre Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato, criminosamente hackeadas, não se verifica antecipação do juízo de mérito de nenhum processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... visto que se restringiram a questões procedimentais, em nada e em nenhum momento relativas à culpa dos acusados".

Luiz Guilherme Marinoni, um dos maiores processualistas civis brasileiros. O que ele fala em mensagem enviada em 12 de junho de 2009 no Twitter dele: A motivação de advogado falar com juiz em sala fechada é exatamente a mesma que abre ensejo para promotor se comunicar com juiz. Se o advogado fala e conversa, o promotor ou o procurador da República obviamente também pode fazer o mesmo. Se há algum problema nas conversas entre o Juiz Moro e o procurador, esse é um problema que está na raiz da cultura jurídica do sistema judicial brasileiro.

Enfim, há várias outras afirmações que poderia citar, mas não existe qualquer anormalidade, mesmo se for ignorado o problema da falta de autenticidade dessas mensagens.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Dr. Sergio Moro.

Eu gostaria de realçar, Ministro, a importância da presença de V. Exa., que aqui vem voluntariamente se apresentar para, diante deste Colegiado, prestar os esclarecimentos que forem julgados importantes pelos Srs. Senadores e Senadoras. Isso demonstra a absoluta retidão com que V. Exa. tem tratado desse assunto desde que começaram a surgir os primeiros fatos e teve início a Operação Lava Jato, reveladora do estado de corrupção em que se encontrava o nosso País.

Esses fatos, ao longo desses 5 anos, foram sendo comprovados não apenas pelas sentenças de V. Exa., no meu entendimento, mas principalmente pelos julgamentos colegiados, no TRF4 inicialmente e, depois, no Superior Tribunal de Justiça e até nos recursos que foram levados ao Supremo Tribunal, todos eles rechaçados, ou confirmadas as sentenças com pequenos ajustes até de condenação, de punição, mas todos por unanimidade. Então, essa é uma questão que deixa clara a importância do trabalho que V. Exa., com coragem, e a equipe, naturalmente, do Ministério Público e da Justiça iniciaram e trouxeram até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inquestionável o resultado: nós estamos aí com dezenas de pessoas condenadas na cadeia, e com condenações em instâncias colegiadas; as provas foram, e são, contundentes; recursos foram recuperados. Isso tudo... O estado de devastação em que essa onda de corrupção deixou o País é uma questão... Hoje nós estamos vivendo essa crise: a nossa maior empresa, que é a Petrobras, símbolo do País, está quebrada; os fundos de pensão que garantiam aos funcionários recursos para suas aposentadorias estão quebrados. Todas estas questões são reais. Quer dizer, somente mentes imunizadas intelectualmente não admitem esses fatos. Essa é uma realidade.

É claro que isso foi uma mudança muito radical e contrariou interesses poderosos dentro e fora do País, em todos os setores da sociedade. E é claro que existe uma reação natural. Ninguém é inocente em imaginar que não. E essas questões estarão assim. E esse crime que foi cometido agora por *hackers* internacionais notórios evidentemente se enquadra nessa reação de tentar reverter esse processo que desagradou a tantos, não só pela Lava Jato, como agora, mais recentemente, pela mudança, inclusive radical, do Governo do Brasil. Mudou, as coisas estão em outro patamar.

Essa transição será difícil para todos nós, mas nós confiamos porque a Nação brasileira inteira, Sr. Ministro, está de olho e está realmente apoiando as atitudes de V. Exa., tanto antes, na Lava Jato, como agora, no Ministério.

Então, eu me reservo a uma réplica logo após.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Ministro, por favor.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu agradeço as palavras.

E é muito oportuno sempre lembrá-lo do que nós estamos falando aqui. A raiz da questão é que houve uma apropriação privada de contratos públicos na Petrobras, falando do núcleo da Operação Lava Jato. É claro que depois dos desdobramentos se chegou também à corrupção na Eletronuclear, chegou-se à corrupção disseminada no Governo do Estado do Rio de Janeiro, chegou-se à corrupção também espalhada no âmbito da Caixa Econômica Federal e em várias outras empresas estatais. Ou seja, houve um fenômeno que a gente chama de captura do Estado, em favor de interesses especiais, em favor de interesses privados, em favor de agentes públicos e privados inescrupulosos. O grau de comprometimento é gigantesco. E, de fato, houve essa investigação. Como eu disse, não foi uma ação minha exclusiva, foi uma ação do Ministério Público, foi uma ação da polícia, foi uma ação das outras instituições e foi um trabalho gigantesco igualmente. Nós tínhamos, sim, sempre a expectativa presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que haveria reações, e houve reações durante todo o curso da investigação. Não foram poucas vezes em que buscaram, com mentiras, destruir toda a investigação, todos os resultados desse processo.

E, particularmente, é isso que eu vejo que está acontecendo neste atual momento, com o agravante aqui de que nós estamos falando de um grupo criminoso e organizado que utilizou *hackers* para invadir aparelhos e aplicativos de autoridades públicas. Movidos pela boa-fé, movidos pelo bem comum, movidos por alguma espécie de sentimento positivo? Não, o objetivo é minar os nossos avanços institucionais contra a corrupção nos últimos cinco anos. E, mais grave ainda, talvez um ataque geral às nossas instituições. Nós não sabemos ainda o alcance desses ataques *hackers, d*esse material que foi obtido. Por quê – nós temos algumas perguntas a fazer: por que é que isso está sendo distribuído, divulgado dessa forma? De quem esse material foi obtido? São questões pertinentes que espero aí que as investigações da Polícia Federal solucionem.

Mas o essencial é nós mantermos essas conquistas que nós tivemos, institucionais, nos últimos anos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu estou satisfeito. E gostaria apenas de realçar que esses ataques continuarão, porque toda a ação da Lava Jato terá que ser estruturada para um degrau acima para que isso não ocorra no futuro.

Uma das leis que está tramitando aqui no Congresso é a própria lei anticrime. Nós vamos ter um grande embate aqui no Congresso para aperfeiçoá-la, para aprová-la e, mais uma vez, evidentemente, dentro do processo democrático, no qual, felizmente, nós poderemos ter forças de lá e de cá, contra ou a favor, mas esta lei terá que ser aprovada aqui no Congresso. Esse vai ser o nosso próximo embate.

E V. Exa. tenha certeza de que tem todo o apoio da Nação brasileira, que massivamente apoia as ações da Lava Jato e, agora, V. Exa. no Ministério da Justiça, tem esse mesmo apoio, prosseguindo nessa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... estruturação, que é fundamental.

Muito obrigado, Presidente, e muito obrigado Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós que agradecemos.

Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – A minha percepção... Claro que a gente às vezes se engana no sentimento, mas tirado aí o sensacionalismo, tiradas algumas pessoas que embarcaram nesse sensacionalismo, nem vou pôr a culpa nessas pessoas, porque isso foi divulgado de uma forma tão sensacionalista por esse *site*, com tantos grandes equívocos de interpretação, sem apresentar ponderações de outro lado, mas tirando esse sensacionalismo e algumas pessoas que equivocadamente se convenceram por esse sensacionalismo, sem um espírito mais crítico, a minha percepção é que existe um apoio maciço à Operação Lava Jato e vieram muitas manifestações de solidariedade de várias partes da sociedade civil, do empresariado, do mundo político em relação também à minha pessoa, que acabei ficando como o alvo principal, apenas por ter cumprido o meu dever nesses trabalhos da Operação Lava Jato.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar Ministro.) – Em primeiro lugar, não está em discussão aqui o combate à corrupção e nem é propriedade de nenhum Governo e de nenhuma pessoa em particular a defesa do combate à corrupção. O que está em discussão aqui é se V. Exa. cometeu ou não o crime da imparcialidade, da seletividade. O que está em discussão aqui é se V. Exa. coordenou um conluio em nome do Estado para perseguir em favor dos seus interesses políticos.

E eu pergunto a V. Exa., porque essa audiência está sendo gravada e nós sabemos que outros fatos virão, e espero que o senhor fale a verdade.

A primeira questão é se V. Exa. mantém hábito de conversar com magistrados do TRF-4 por aplicativos de mensagens? Que tipo de conversas? V. Exa. fazia pedidos? Combinava condutas ou induzia resultados diretamente ou por meio de integrantes da Lava Jato?

V. Exa. costuma discutir casos e processos com os magistrados do TRF-4? Se sim, quais termos? Quais casos V. Exa. lembra de ter discutido com magistrados do TRF-4?

No caso da pena do ex-Presidente Lula da Silva, o chamado caso tríplex, quem alertou V. Exa. que a pena permitiria que ele pleiteasse a prescrição?

Em que momento houve pedido seu e de outros integrantes da Lava Jato para o magistrado da 8ª Turma TRF-4 ajustar a pena e impedir os embargos infringentes e a prescrição?

O que V. Exa. acha do cálculo dos três magistrados da 8ª turma do TRF-4 ter coincidido exatamente nos termos de 12 anos e 1 mês de reclusão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que o senhor acha da reprimenda do STJ ao aumento da pena promovido pelo TRF-4, no caso citado, ao diminuírem a pena para oito anos, dez meses e 20 dias?

E eu queria fazer mais algumas perguntas nessa linha, sempre acreditando que o senhor vai falar a verdade, porque está registrado, está nos *Anais* da Casa e pode ser utilizado em qualquer momento.

O senhor estava de férias no momento do *habeas corpus* que foi deferido pelo Desembargador Rogério Favreto. Nesse período, o senhor conversou com algum delegado da Polícia Federal e indicou que o Presidente Lula não deveria ser solto até que a liminar fosse revertida?

Nesse período, o senhor conversou com algum desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e, nessa conversa, se contentava que a liminar deveria ser revertida e que o preso não fosse solto?

E mais: o senhor conversou com algum procurador integrante da força tarefa da Lava Jato e, nessa conversa, se comentava que a liminar deveria ser revertida, para que o preso não fosse solto?

O senhor se sentiu frustrado, decepcionado, desautorizado ou sentiu qualquer outra emoção quando tomou conhecimento da liminar de soltura do Presidente Lula? E mais: o senhor demonstrou isso nas conversas com desembargadores, ministros do STF, do STJ, ou delegados da Polícia Federal?

Ou seja, essas perguntas têm o objetivo de saber que relação o senhor mantinha com membros de uma operação que não era de investigação, que não era obrigação sua investigar. A obrigação era do Ministério Público, e o senhor, o tempo todo, conduziu e disse como o Ministério Público deveria agir. E, no Direito, todos nós sabemos: existe o advogado, que é responsável por uma parte, que é a parte privada; o Estado, representado pelo Ministério Público; e a Justiça, que é representada, neste caso, pelo senhor e pelos desembargadores, que têm que guardar distância, e o senhor não guardou distância, por isso a caracterização de conluio que o senhor estabeleceu, em nome do Estado, para perseguir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e obter vantagens políticas, como aparece nos áudios, nos registros que foram divulgados pelo *site* que ora tem demonstrado essas questões.

E, por fim, eu quero fazer uma pergunta ao senhor.

O senhor passou dois dias fazendo um curso com a R7 de comunicação. Curso para vir aqui, conseguir se comunicar e passar a ideia para o Brasil de que o senhor é o grande guardião da moral e da lei. Eu pergunto: quem pagou os 180 mil, os 250 mil que a R7 cobra por esse tipo de treinamento? Quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagou? Fica a pergunta... A *media training*. Quem pagou? Foi o senhor? O senhor tirou esse recurso de onde, com o salário de ministro? O senhor tem reserva? Eu queria saber.

E a última pergunta que eu queria fazer é a seguinte...

Eu a faço na réplica...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É na réplica, por favor, Senador, porque o tempo já está esgotado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele disse que faz na réplica. Ele vai fazer na réplica.

Por favor, Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu não sei onde o senhor está obtendo essas informações, mas o senhor está absolutamente equivocado. Essa história é uma loucura! Não existe nada de *media training*, R7, dinheiro que foi pago... O senhor tem alguma coisa nesse sentido? Não tem nada... Não existiu. Esse fato não existiu. O senhor está fantasiando. Desculpe-me.

O que aconteceu foi que, desde que esses fatos foram divulgados, nós procuramos algumas pessoas para esclarecer, Parlamentares, nós conversamos... O único auxílio que eu tive durante todo esse período foi o da minha assessoria de comunicação do Ministério. Não fiz *media training* nenhuma para vir aqui. Eu não preciso fazer *media training* para vir aqui falar a verdade. Desculpe-me. Se o senhor tem esses elementos, se o senhor tem, apresente então. São falsas essas afirmações que o senhor está fazendo.

Do outro lado, Senador, assim... Pelo que eu entendi, o senhor está fazendo acusações graves ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Sugeriu também aí condutas indevidas por parte de membros dos tribunais superiores. Eu acho que, para fazer esse tipo de afirmação, seria importante o senhor está munido de algum elemento nesse sentido.

O fato é que eu sempre conduzia a minha atuação como juiz de maneira imparcial e aplicando a lei. Eu jamais dirigi a atuação dos tribunais que examinaram as minhas decisões nas instâncias recursais ou nas instâncias superiores.

Quanto à questão da dosimetria da pena, o senhor sugeriu que eu teria aí indicado, para evitar o concurso de prescrição. Isso nunca aconteceu. O senhor está, de novo, fantasiando. Talvez o senhor tenha lido aí esses blogues fantasiosos, como esse que está fazendo essas ilações, em cima dessas supostas mensagens, e está tirando conclusões precipitadas. Eu sugeriria que o senhor se informasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor e tivesse bases melhores para o senhor poder fazer esse tipo de afirmação. Eu nunca conversei sobre dosimetria de pena envolvendo o processo de qualquer pessoa em juízo recursal.

E vamos colocar assim: em matéria dosimetria de pena, quem trabalha na área sabe que a dosimetria de pena não é guiada por dados objetivos. Não existe aí uma objetividade absoluta na aplicação da dosimetria da pena. Então, é normal nesse processo, muitas vezes, que a pena imposta pelo juiz de primeiro grau seja revista pelo tribunal recursal. É normal que a pena seja revista pelo tribunal superior.

Se a referência que o senhor faz é ao processo do ex-Presidente Lula, ele foi condenado por corrupção. Eu fixei uma pena, e o Tribunal aumentou. Não tive nenhuma interferência. Zero interferência. Não faria isso, e seria até desrespeitoso ao Tribunal qualquer espécie de contato para tratar de dosimetria de pena de quem quer que seja. Igualmente, depois o Superior Tribunal de Justiça reviu essa pena para baixo, aplicando seus próprios critérios.

Então, assim, sinceramente acho que o senhor estava absolutamente equivocado nas suas afirmações e faz acusações graves a membros de tribunais superiores e tribunais recursais.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não fiz acusação nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, para a réplica, o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor está, da mesma forma que com o senador Contarato, botando palavras na minha boca. O senhor está usando de uma retórica, para tentar desqualificar as perguntas que eu lhe fiz. Eu perguntas. Eu não fiz afirmação sobre essas questões. Eu perguntei se o senhor se relacionou com essas pessoas de alguma forma, para tratar dos assuntos. Você está dizendo que não, está registrado, e vamos ver os fatos que vão aparecer, para a gente ver pela frente.

Agora, eu tenho mais uma pergunta para deixar aqui para o senhor.

Da mesma forma que o senhor fez busca e apreensão na casa dos familiares do Presidente Lula, dos filhos, da mulher, de todo mundo... Eu pergunto: a sua esposa, que é advogada, advoga para empresas internacionais que trabalham ou que trabalharam no setor petrolífero? Trabalhou para multinacionais desse setor?

Veja: o senhor está aqui na condição de que veio espontaneamente. Todas as perguntas a gente tem o direito de fazer e a imunidade para fazer. E eu estou perguntando ao senhor, porque, se não, o senhor responde; se sim, o senhor responde. É apenas uma pergunta. A sua esposa trabalhou para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas do setor petrolífero? A sua esposa trabalhou ou teve sociedade em escritório de advocacia que fez acordo de delação premiada?

Deixo essas perguntas para o senhor.

Eu não o estou acusando, eu estou lhe perguntando – ainda tenho 36 segundos –, como fiz nas outras questões. Eu questionei, e o senhor, com o treinamento que fez, tentou inverter, dizendo que eu estava acusando. Eu não estou acusando. Quem acusou sem provas o Presidente Lula foi V. Exa. E que tirou o outro Presidente do mesmo, quando disse para não perder apoio. Isso está nos registros de que nós vamos ter a oportunidade de aprofundar o debate aqui.

Portanto, quem está invertendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e tentando fugir do debate e das respostas é V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, com a palavra.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bem, Senador: o treinamento inexistente que V. Exa. afirma que eu teria feito eu realmente não fiz. Mas, tudo bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Está bom, Senador. Então, apresente esses elementos inexistentes que nós examinamos.

Na outra questão, em particular... Assim... Desde que eu comecei a trabalhar na Operação Lava Jato, realmente muito custoso, e uma das tentativas que houve durante todo o curso da investigação foi de difamações. Algumas vezes, as difamações atingiam não a mim, mas até familiares. No caso, a minha esposa. A minha esposa ter advogado para empresa internacional... Havia *fake news* de que teria advogado para a Shell. Então, era tudo um plano de destruição da Petrobras, para que a malvada Shell chegasse aos nossos campos de petróleo. Assim como surgiu a história da CIA, de que o Ministro Moro, o Juiz Moro era um agente da CIA disfarçado, para destruir as estatais brasileiras. E são todas fantasias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Respondendo objetivamente: não. Não. Minha esposa nunca advogou nos processos envolvendo a Operação Lava Jato, não trabalha na área criminal, não trabalha na área cível relacionada à área criminal, jamais advogou para essas empresas petrolíferas ou fez algum serviço específico relacionado a essas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidenta, quero primeiro dizer que S. Exa. veio aqui espontaneamente, mas não responde a nenhuma das questões. Montou um discurso. O discurso é o de se escudar, por trás da Lava Jato, e não, de fato, falar sobre aquilo que ele veio fazer aqui. Neste momento aqui, nesta Comissão, não está em jogo o debate sobre Lava Jato; está em jogo o debate sobre a conduta de V. Exa. como magistrado à frente daquela operação.

Segundo: V. Exa. é muito autoindulgente, mas não tem indulgência com ninguém. Falar de sensacionalismo? Sensacionalismo maior do que fatos que aconteceram nessa operação, constrangimento de pessoas, presença da imprensa em ações de prisão, de busca e apreensão? Ou é o veneno sendo aplicado a quem o criou, ou é, na verdade, V. Exa. não tendo a mesma postura em relação aos demais.

Eu fico impressionado e eu quero seguir aqui a mesma coisa que V. Exa. prega: eu quero me ater ao conteúdo. Até porque esse órgão de imprensa e esse jornalista é de uma qualidade... Não é nenhum foca, não. Isso é um cidadão que ganhou o Prêmio Pulitzer. Ele enfrentou foi a NSA, foi a CIA, foi o serviço secreto britânico. Eu tenho condições de achar que ele tem razão, e a verdade vai triunfar.

Aliás, eu faço a primeira pergunta: V. Exa. vai pedir a Dallagnol para ele dar esse celular para confirmar essas conversas ou não? Esse Dallagnol o está prejudicando. Ele o está prejudicando. O senhor apagou, mas ele tem e não dá para a Polícia Federal. Então essa é a primeira pergunta que eu faço.

A segunda: V. Exa. – eu vi vários depoimentos, inclusive filmados –, pegava ali aqueles delatores, pegava os réus e dizia: "Eu quero que você me diga dessa conversa aqui de 2007, de 2008", mas V. Exa. não lembra as conversas de 2017 que V. Exa. teve? Que V. Exa. não se lembrasse de uma mensagem que mandou, marcando, mudando a data de um depoimento, é natural que V. Exa. não lembre. Mas ligar para um procurador, perguntar para ele sobre uma denúncia acerca de um ex-Presidente da República e dizer a ele que não deveria ir à frente, porque isso podia prejudicar politicamente... Não é possível que V. Exa. não se lembre disso. Pelo amor de Deus! Então, V. Exa. pode agora dizer se aquele áudio é verdadeiro ou não.

É verdade que você fez aquilo ou é mentira?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Memória seletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente, como foi seletivo em toda essa operação.

A outra questão que eu quero perguntar a V. Exa.: o jornalista está ameaçado, ele e sua família. Pediu ao Ministério da Justiça proteção. V. Exa. já determinou essa proteção? Minha segunda pergunta.

E daqui para a frente eu quero dizer: V. Exa. caracterizou-se por dizer que era imparcial, que não era seletivo, que investigava os fatos e não as pessoas, que a lei é para todos... Aliás, esse jargão aí deu até para fazer um filme de quinta categoria, em que V. Exa. era o herói, e até o diretor está arrependido de ter feito esse filme. No entanto, por essas conversas que estão relatadas aqui, V. Exa. estimulou o Ministério Público a prevaricar; V. Exa. obstruiu a Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... V. Exa. cobrava a realização de operações como se fosse o chefe do Ministério Público; V. Exa. mandou trocar procuradores que participavam de audiências; V. Exa. antecipava decisões ao MP; V. Exa. levantava sigilos para a imprensa, indicava testemunhas, escolhia quem deveria ser ou não investigado. E, aí, vem a minha terceira pergunta, já que V. Exa. falou textualmente que era ruim, politicamente, investigar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso: V. Exa. estava a serviço de um projeto político? Qual o projeto político ao qual V. Exa. poderia estar a serviço nesse momento?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu estou absolutamente tranquilo em relação às condutas que eu realizei como juiz no âmbito da Operação Lava Jato. Ali, o que houve foi uma aplicação imparcial da lei a casos graves de corrupção e lavagem de dinheiro, porque agentes políticos inescrupulosos haviam capturado a Petrobras para atendimento de seus interesses especiais ou interesses privados, certo?

Houve essa divulgação das mensagens, das supostas mensagens do *site*.

Eu confesso que, desde o domingo, em que houve essas divulgações, eu fiquei esperando as grandes revelações bombásticas que foram anunciadas pelo jornalista que o senhor reputa aí uma pessoa de renome. Eu, sinceramente, concordo com o título que eu li num artigo em inglês, escrito sobre essas mensagens, que simplesmente diz: "O Incrível Escândalo que Encolheu".

Eu não posso afirmar autenticidade, já disse mais de uma vez, porque eu não tenho essas mensagens. Eu não tenho como recuperar essas mensagens, para eu poder analisar. Mas a leitura que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se faz das mensagens, supostas mensagens, que foram divulgadas não revelam impropriedade. Eu vi lá uma mensagem divulgada de que supostamente o procurador teria dito para mim: Ah, vou requerer não sei o quê. Aí, na mensagem replicada, consta lá: A tendência é indeferir. Isso é normal. Qual é o ilícito nisso? Isso não é nem antecipação de decisão! Qualquer juiz, conversando com um advogado, algum procurador ou algum policial pode afirmar, fazer esse tipo de afirmação, com absoluta correção.

No caso mencionado aí, do ex-Presidente, da mesma forma o *site* divulga: Ah, o juiz interferiu, obstaculizou, obstruiu... O caso não era meu! O caso nunca passou pelas minhas mãos! Houve um acordo de colaboração da Odebrecht, diretamente perante o Supremo Tribunal Federal, foi realizado esse depoimento, e esse depoimento foi enviado a São Paulo. Chegou a São Paulo, e o juiz reconheceu a prescrição, porque os fatos envolvidos naquele depoimento específico eram de 1996. O caso nunca passou pelas minhas mãos. Como é que eu interferi em alguma coisa? Como é que eu fiz alguma coisa? Qual a prova de que eu fiz alguma coisa em relação àquele tipo de mensagem? Agora, o *site* divulga com todo aquele sensacionalismo, como se tivesse alguma obstrução ou interferência indevida a minha parte.

No fundo, o que nós vamos observar da Lava Jato é que ela atingiu vários partidos e de forma severa! Não foram só os partidos que se encontravam no poder, na época dos fatos, mas partidos também que se encontravam na oposição. Vários agentes políticos, inclusive de bandeiras diversas, foram condenados criminalmente, tanto aqueles que estavam no espectro da direita como os que estavam no espectro da esquerda. Não houve nenhum projeto político ali envolvido senão o projeto de cumprir a lei e de, vamos dizer assim, vencer a barreira da impunidade da grande corrupção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Perdão! Eu tinha uns minutinhos.

Sobre a ameaça, isso foi recebido e foi encaminhado para a Polícia Federal, para apuração e tomada de providências. Foi de imediato encaminhado. Ninguém compactua com ameaça a quem quer que seja. Eu também recebo muitas ameaças e às vezes até recebo essas ameaças por conta desse tipo de difamação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador, para réplica.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente, eu entendo até que a resposta dada por S. Exa. piora a situação. Ele foi opinar e tentar interferir junto ao procurador num processo que nem era dele – nem era dele! –, para que o procurador tomasse alguma medida, para que, lá em cima, o ex-Presidente Fernando Henrique pudesse ter o reconhecimento da prescrição do fato. Aliás, eu entendi agora porque o ex-Presidente deu uma declaração que isso aqui era uma tempestade em copo d'água. Ele deve estar preocupado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que V. Exa. também não deveria desafiar o jornalista! Ainda vem muita coisa aí. Não bichou não! Vem muita coisa por aí! O que acontece é que V. Exa., como muitos seres humanos, terminam vivenciando... Ficou embevecido com o estrelismo, com o protagonismo que V. Exa. assumiu. Isso é humano. E, por isso, no afã...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... talvez até de buscar a verdade, cometeu uma série de equívocos.

Então é hora, Sr. Ministro, de V. Exa., que, intencionalmente ou não, enganou milhões de brasileiros, tenha a humildade, primeiro, de pedir a sua demissão do Ministério da Justiça. Não cabe uma pessoa com as acusações graves como essa ser o chefe da Polícia Federal. E, segundo, peça desculpa ao povo brasileiro. Busque aquilo que possa ter feito de positivo, mas peça desculpa, inclusive por ter cassado o voto de milhões de brasileiros, que queriam eleger outro Presidente da República, que está preso lá em Curitiba, e não este, que aí está.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, desculpe-me. As afirmações são bastante ofensivas. Eu vou declinar de responder.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, na ordem de inscrição, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, colegas, servidores, Ministro...

É um prazer, uma honra enorme estar aqui com V. Exa., e, antes de começar a destacar o que eu vou falar, para mim, é uma honra e soa como música, menos de 24 horas da derrubada do decreto de armas, desarmamentistas virem pedir escolta, virem pedir proteção de agentes armados. E o senhor já enviou. Espero que o senhor tenha enviado municiados e armados de livros e de flores. Melhor coisa. Para os desarmamentistas, agentes desarmados.

Menos de 24 horas, gente? É maravilhoso ouvir isso.

Enfim, Ministro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos lá: eu sou advo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu estou... É a minha hora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço respeito a uma colega Senadora, usando da sua fala, Senador Major Olimpio...

Senadores, por favor: há uma Senadora com o direito à palavra.

Eu vou restituir, pelo menos por 30 segundos, o seu tempo, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Presidente.

Eu sou advogada e, logo que eu me formei, eu fui assessora de juízes e desembargadores. Então, eu conheço os dois lados: o lado de cá do balcão, do Judiciário, e o lado de lá. São naturais, no cotidiano dos fóruns e dos tribunais, todas as conversas procedimentais. O que não é natural é prejulgar. E não houve, Ministro, nessas supostas falas colocadas aí por um não sei quem... Não houve prejulgamento. Em nenhum momento. O que houve foi conversa de procedimento, o que é bastante natural.

Inclusive, nós temos aqui... Eu tenho uma fala, algo publicado pelo Advogado Luiz Carlos Dias Torres, que atuou na defesa de alguns envolvidos da Lava Jato, dizendo que o senhor o recebia, vocês conversavam sobre procedimentos, algo absolutamente natural.

E quero lembrar para os colegas juristas que suspeição não é em relação ao membro do Ministério Público nem ao advogado. Suspeição é em relação à parte. Correto? É isso. Então, não há.

Lembrando também que o membro do Ministério Público, a atividade que ele exerce é atípica. Atípica por quê? Porque o promotor de justiça, como o próprio nome já diz, promove a justiça. Ele não é obrigado a pedir a condenação; ele pode pedir a absolvição. Então, é atípico, diferentemente do advogado, que tem a obrigação de defender o seu cliente, sob pena de ferir o código de ética. São trabalhos diferentes. E mesmo assim, a tal da petição de orelha é bastante comum, porque você conversa. Então, às vezes você evita alguma coisa protelatória, você já sente... Enfim, é natural. Quem não está lá dentro não sabe, então fica difícil falar. Então, o MP é fiscal da lei.

E é impressionante como as pessoas desconsideram, os discursos apaixonados desconsideram os números: 45 condenações e 44 recursos. Desconsideram os números, desconsideram as estatísticas, desconsideram os fatos. É bastante complicado lidar com gente que não tem razão, que não trabalha dentro da razoabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E considerando, Ministro, o alto nível criminoso dessas organizações criminosas, essa principalmente, envolvida na Lava Jato, eu acho que demorou para acontecer uma tentativa de golpe. Demorou muito! E eles tinham que fazer alguma coisa. Então, eles armaram isso. É óbvio, não é? E quem que ganha com isso? A gente tem que ver: quem que ganha com isso. É igual a seguir o rastro do dinheiro; é ali. O faro é este: quem sai lucrando com essa parafernália.

E eu quero agora... A pergunta que eu tenho para fazer para V. Exa. é a seguinte: a disposição sobre a capacidade investigatória do juiz está no início do Código de Processo Penal, no art. 13, que diz assim, no *caput*: "Incumbirá ainda à autoridade policial: [...] II – realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público". Está no Código de Processo Penal, gente: "requisitadas pelo juiz". Então, aí eu pergunto para o senhor: nós adotamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... um modelo processual misto, que permite ao juiz ordenar diligências, ser ativo nas investigações.

O juiz, em nosso sistema, pode ordenar que uma perícia seja realizada, uma testemunha seja ouvida, que alguém seja preso preventivamente, etc. O juiz é praticamente um personagem... É praticamente uma autorização legal para agir como juiz de instrução, certo? O juiz é um personagem processual que...

Eu vou pedir silêncio, gente.

O juiz é um personagem processual que, diante do crime, pode direcionar as investigações. Considerando isso, trocar ideias com o Ministério Público fora dos autos, conversas desse tipo, até mesmo com o advogado – eu sou advogada –, na sua visão, faz parte desse papel?

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Eu agradeço, Senadora, pela lembrança.

Veja: no nosso sistema processual, o juiz tem um papel diferente, por exemplo, do juiz anglo-saxão. O juiz, no sistema jurídico brasileiro, atua já na fase de investigação, autorizando diligências que são requeridas pela polícia ou pelo Ministério Público.

Depois atua na fase da ação penal, da mesma forma, autorizando diligências requeridas pelo Ministério Público ou pela defesa. Mas o nosso sistema processual também prevê a possibilidade de o juiz atuar de ofício, com o objetivo principal de chegar àquilo que se chama de verdade real. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque o melhor julgamento é aquele que tem por base a melhor reconstrução histórica dos fatos. É um poder que deve ser utilizado com parcimônia, de fato, mas o juiz tem esse poder de ofício.

Nós estamos falando aqui de uma operação que, nas minhas mãos, pelo menos, na 13ª Vara, enquanto estive lá, durou quatro anos. Durou quatro anos! E era uma operação extremamente difícil, em que existiam diligências que tinham que ser apreciadas a todo momento, existiam questões envolvendo a execução dessas diligências, e a execução dessas diligências também é da responsabilidade do juiz, porque ele coordena, ele vai ser o destinatário da prova... Coordena no sentido de "olha, são várias operações ao mesmo tempo; vamos fazer 'assim', 'assado'", para evitar uma sobrecarga do juízo naquele momento.

Então, esse tipo de comunicação, essas supostas mensagens, ali, que foram divulgadas se inserem num contexto de uma gigante operação, que foi a Lava Jato, difícil, custosa, que envolveu muitos atos processuais e se estendeu por quatro anos. Não há nada, ali, do que foi divulgado nessas supostas mensagens que tenha qualquer comprometimento da atuação jurisdicional. Isso, para mim, parece muito claro. E não sou só eu que digo. Vários aqui, pessoas que citei, também têm esse mesmo entendimento.

Agora, quando foi divulgado, com aquele sensacionalismo extremado, com afirmações que não se sustentavam no próprio teor das mensagens divulgadas, ascendeu, claro, aquela ideia do revanchismo: "Vamos anular toda a Operação Lava Jato. Vamos atacar o Governo. Vamos atacar o Ministro". Há pessoas preocupadas não só com o passado, mas com o presente e com o futuro. E eu acho que é essa a indagação principal que nós precisamos fazer.

Nós avançamos nos últimos anos e continuamos querendo avançar. Nós precisamos ter instituições fortes. E o que nós temos aqui é um ataque de um grupo criminoso organizado, um ataque de *hackers* a aparelhos celulares e aplicativos de autoridades públicas. Com bons propósitos? Não. O propósito é exatamente... Não se diz, eles falam que aqui não está em jogo a Operação Lava Jato, mas é exatamente isso que nós estamos falando: o que se tem é um movimento buscando a nulificação da Operação Lava Jato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Exatamente, Ministro, o nosso modelo não é o anglo-saxão, lembrando os processualistas aqui. Ele está mais perto do francês e do alemão. Então, é essa a forma. Então, se quiserem mudar toda a forma, que mexam nas leis, enfim. Então, não podemos negar a forma que conduz o nosso Direito Processual Penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no mais, Ministro, quero parabenizar o senhor e pedir a Deus que o abençoe e abençoe e proteja a sua família sempre, porque o senhor vai precisar de muita oração.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Passando ao terceiro grupo de inscritos, na ordem: Senador Marcos Rogério; Senador Esperidião Amin; Senador Tasso Jereissati, em permuta com o Senador Otto Alencar, ambos titulares; Senador Oriovisto e, como não membro, Senador Marcio Bittar.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério, para suas considerações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Sergio Moro.

Primeiro, cumprimento V. Exa. por vir ao Senado Federal voluntariamente, esclarecer fatos e versões sobre sua postura como juiz da Lava Jato.

Mas, como disse ontem um apresentador de TV em Rondônia, Everton Leoni, o povo brasileiro não está do lado de criminosos e também não está do lado de quem defende criminosos, de quem torce pelo crime.

Estamos diante de um *cyberattack,* e eu diria um *cyber*-terrorismo, que ataca com objetivos políticos, a serviço de interesse político. Aliás, houve uma advertência aqui – eu não sei se V. Exa. prestou atenção –, para que V. Exa. não desafie jornalista – o jornalista – e que há muito mais por vir. É bom ficar atento.

Respeito aqueles que, por questões jurídicas, veem com preocupação o modelo de relacionamento entre juiz e acusação, e não se trata só desse fato vazado, envolvendo V. Exa. e o Procurador Dallagnol, mas do que acontece em todo o País. Porém, quando vejo alguém usando esse episódio para defender acusados, denunciados, condenados, presos, não posso concordar. Trata-se de oportunismo de retórica vitimista, com o objetivo de atacar investigadores e julgadores, desqualificá-los, para obter vantagens na defesa política de seus aliados e na retórica política que estes defendem. É disso que se trata.

Repito: se houve excesso nas comunicações, no modelo de abordagem... Afinal, V. Exa. e Dallagnol e outros juízes e promotores não são seres anormais; são seres humanos e podem cometer erros, sim, como todos nós estamos sujeitos a isso, embora, do que li das publicações, até agora, não vi nada que comprometa a probidade processual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse fato pode ser uma oportunidade para refletirmos, obviamente, sobre os limites dessa relação, porque isso é algo comum, repito, no Brasil inteiro. Não queiramos nos enganar: o que está em jogo aqui é o embate político, mas se trata de algo que acontece no Brasil inteiro.

Se queremos avançar nessa discussão, temos a oportunidade, mas usar isso para atacar a Lava Jato é um erro; um erro político, um erro de análise. Não é aconselhável ao Parlamento entrar nesse jogo, ao argumento de violação ao decoro. Sem evidência alguma de prejuízo processual, de mácula substancial, não é correto querer colocar nas ruas, em liberdade, criminosos que representam uma agressão à sociedade, que fizeram mal ao País, que roubaram o Brasil, fraudaram, frustraram o sonho de milhões de brasileiros.

Não cabe retrocesso no combate à corrupção! Não cabe retrocesso no enfrentamento ao crime! Não cabe retrocesso à Lava Jato! Aliás, ela é maior do que seus integrantes. Perdoe–me a veemência da fala, Ministro: a Lava Jato é maior do que seus integrantes.

E aproveito a oportunidade, para lhe fazer alguns questionamentos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ministro, a nossa preocupação, obviamente, é com o Brasil. Isso significa, mais do que nunca, avançar no combate à corrupção. Diante disso, pergunto: quais as medidas que o Ministério da Justiça vem tomando, no sentido de aprimorar o combate à corrupção na linha da Operação Lava Jato? Mais: até este momento, o que foi possível apurar sobre esse *cyberattack*, sobre esse *cyber*-terrorismo? Há suspeitos? É possível antecipar?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Marcos Rogério, também agradeço as palavras colocadas.

Em relação a essas denúncias, a essas divulgações, o que eu acho apenas é o seguinte: tudo bem, o *site* lá escolhe como ele quer fazer essas matérias, mas, se ele disse que tem o maior escândalo do século, se ele disse que tem provas de graves ilícitos cometidos por procuradores, juízes envolvidos nessa operação, então pegue o material, entregue para uma autoridade, sem prejuízo da publicação das matérias. Aí vai se poder verificar por inteiro esse material, o contexto no qual ele foi inserido, e, principalmente, verificar se esse material é autêntico ou não, porque até agora nós não temos nenhuma demonstração da origem desse material. Claro que, eventualmente, pode querer preservar a fonte, mas, afinal de contas, como se pode afirmar que esse material é autêntico ou não?

Agora, em relação às mensagens que eventualmente eu tenha trocado no passado com qualquer que seja, embora eu não as tenha no meu aparelho celular, embora eu não as tenha no tal do aplicativo Telegram – e hoje eu nem tenho controle do meu Telegram – está com o *hacker* ainda. Uma coisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, estranha –, eu tenho absoluta certeza da correção das mensagens que eventualmente tenha trocado com qualquer pessoa, com qualquer que seja, assim como eu tenho absoluta tranquilidade em relação aos meus atos como juiz. E os dados objetivos que foram apresentados, com o número de absolvições, o número de condenações, o número de pedidos indeferidos, igualmente demonstram a imparcialidade, que não existia nenhuma espécie de convergência entre Ministério Público e juiz.

Concordo com a sua afirmação, Sr. Senador, de que a Lava Jato é maior do que todas aquelas pessoas que trabalharam, e jamais eu, vamos dizer assim, destaquei o meu protagonismo nessa operação. Eu sempre disse que era um trabalho institucional. Não fui eu. Nós tivemos vários magistrados envolvidos, magistrados do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, magistrados do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Felix Fischer, que relatou essas operações, um gigante; nós tivemos, no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Teori Zavascki; nós temos agora o Ministro Edson Fachin; sem falar que operação se espalhou por várias outras jurisdições, porque a corrupção realmente estava disseminada. Então, é algo muito maior do que um ou outro personagem envolvido, um ou outro agente processual envolvido.

Tanto é assim, que eu saí dela, pelas razões que já apontei, pela necessidade, por vislumbrar a possibilidade, dentro do Executivo, de poder avançar no enfrentamento à corrupção, também contra o crime organizado e contra o crime violento, e a Lava Jato continuou na mão de outros juízes. Aqueles que imaginavam que sem mim, na 13ª Vara, aquilo não iria acontecer, continuou. E houve condenações criminais, operações relevantes desde então, e ela prossegue. Eu acho que é contra esse procedimento especial que esses ataques *hackers* estão direcionados.

Relativamente à investigação, são duas questões: a investigação é sigilosa. Então, não se pode informar fatos relativos a essa investigação, sob risco de ineficácia; e, dois, eu, como Ministro da Justiça, não tenho o papel de, vamos dizer assim, atuar nessas investigações diretamente. Meu papel é mais estrutural. Então, o que foi repassado para a Polícia Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Quando eu fui vítima, eu informei que meu celular foi "hackeado" ou sofreu uma tentativa... Ah, foi clonado. Houve uma tentativa de invasão do dispositivo. Eu repassei informação, disponibilizei o meu celular, o meu celular foi entregue para perícia, e está sendo examinado. Mas não só o meu; os das pessoas também que foram atacados. O fato foi comunicado, e existem as investigações em andamento.

A minha percepção, com base naqueles fatos que já mencionei, é que é um grupo criminoso organizado, cujo objetivo era obstaculizar o prosseguimento das investigações da Operação Lava Jato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, eu queria, primeiro, agradecer as ponderações feitas pelo Ministro e as respostas que deu e avançar um pouquinho em outra reflexão, porque este é o cerne do debate aqui também: o uso de prova ilícita.

Se condenamos o uso de prova ilícita de verdade – e eu condeno. Não concebo a prova ilícita, mesmo aquelas produzidas de boa-fé –, então, por que estamos dando valor ao que vazou ilegalmente e sem a maior relevância processual? Não posso condenar a prova ilícita quando for do meu interesse e usar a prova quando tiver interesse nela. Ou ela é válida ou não é.

O que estamos fazendo aqui? Ouvindo e interrogando o Ministro Moro em razão de prova ilícita, vazamento criminoso. Ou não é isso que está acontecendo aqui? Mas daqui a pouco nós vamos discutir uso ou não de prova ilícita. Mas nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... estamos usando justamente desse expediente, desse instituto, para fazer a inquirição que estamos a fazer.

O que muitos de nós cobramos não nos vincula? Se somos contra o uso de prova ilícita, sequer deveríamos estar aqui, sob pena de incoerência.

Mas acho e, por isso, ressalto a iniciativa voluntariosa do Ministro de vir aqui, trazer esses esclarecimentos, mas esse ponto, Sra. Presidente, é um ponto que... Há muita gente defendendo aqui – e eu já ouvi vozes não só dentro do Parlamento, mas fora também – nulidades, nulidades, a parte daquilo que se está se divulgando. Mas venham cá: nulidades a partir de quê? De uma evidência ilícita?! Quer dizer: nós somos contra o uso de prova ilícita, mas, se for do nosso interesse, então ela vale?

Eu acho que essa é uma reflexão que nós devemos fazer enquanto Casa Legislativa, porque disso vai depender o futuro do enfrentamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a tudo isso que nós estamos vendo hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra para tréplicas o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Eu só agregaria, Senador, que é uma prova ilícita cuja autenticidade não foi demonstrada. Esse material tem sido editado e publicado por esse jornal, por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veículo, sem que ele seja apresentado às autoridades. E, por outro lado, tem sofrido essa manipulação sensacionalista, com interpretações que não correspondem ao conteúdo do texto.

Enfim, eu, sinceramente, acho esses fatos muito graves, e é até um pouco perturbador que nós percamos tanto tempo discutindo fatos tão graves, quando o que nós deveríamos discutir, de fato, são esses ataques criminosos às instituições, através dessa invasão de privacidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho notado aqui que já houve muita repetição, e sempre as respostas são as mesmas, defendendo a Lava Jato ou as provas são ilícitas...

Eu queria propor ao Ministro e aos colegas que, após o Ministro autorizar o Telegram a fornecer as mensagens, que estão nas nuvens – porque eu já investiguei aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... a gente marcaria uma outra reunião, para discutir se houve ou não, porque vai ficar na mesma pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Angelo Coronel, eu peço apenas...

Nós, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que se dará na próxima semana, poderemos analisar qualquer requerimento de qualquer Senador. Neste momento, nós estamos numa audiência pública. Independentemente da repetição ou não, é um direito do Parlamentar inquirir e do Ministro, no seu tempo devido, fazer os esclarecimentos. Pode ser que, muitas vezes, até com a repetição da pergunta, outros fatos surjam, o Ministro se sinta à vontade para fazer esclarecimentos ou complementar respostas que não foram dadas anteriormente.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, repetir é o mais elementar dos recursos didáticos, mas é um recurso didático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E jurídico, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Não: didático, pedagógico, de professor. Às vezes, o sujeito só aprende depois de ouvir dez vezes ou mais vezes; e há pessoas que não aprendem nem depois da 100ª. Repetir é o mais elementar dos recursos didáticos. Portanto, faz bem. E, às vezes, molesta um ou outro privilegiado, intelectualmente mais desenvolvido.

Eu gostaria de separar aqui a coisa do debate, esta reunião em duas partes.

Primeiro, a parte política: faz parte da democracia! Ou vocês acham que todo mundo encara a Lava Jato do mesmo jeito? Já ensinou o Tasso Jereissati que: "*Las cosas tienen la color de los cristales por onde se las miren".* Até pelos óculos do Senador Nasser é diferente, que outros conhecem.

Cada um tem o seu lado, tem o seu partido, pessoal. Isto aqui é uma Casa política. Há escoriações, há sentimento de vitimismo... Então, isso faz parte. E esta parte está transcorrendo civilizadamente. Quero me congratular com todos os que têm pontos de vista diferente.

O que eu gostaria de traçar aqui é um caminho para o futuro.

Senador Nelsinho Trad, nós aprovamos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um plano de trabalho para – e não foi agora não; isso tem 40 dias – acompanhar guerra cibernética.

Excesso da Lava Jato, que vai aparecer, nós temos que investigar, mas isso é do passado. Nós queremos que a Lava Jato prossiga, aprimore-se, que o combate à corrupção percorra alguns degraus de qualidade, de aprimoramento, mas o Brasil tem que acordar, Ministro – e aí me dirijo ao Ministro da Justiça e da Segurança: o Brasil não pode dormir sem considerar que existe uma guerra cibernética no mundo, e o Brasil é importante demais para ficar fora dela. Não pode declarar neutralidade. Este fato... Eu, que vivi no ano passado, quando alguém em Curvelo, Minas Gerais, enfiou um *chip* num telefone, numa loja em Curvelo, e se adonou do meu telefone e do meu WhatsApp, em janeiro do ano passado... Existe boletim de ocorrência, ação judicial... Eu também achei que era o motorista que virou passageiro. Só no dia seguinte é que eu pude desativar, na loja, o meu telefone. Enquanto isso, sofri algumas turbulências.

Então, agora imagine uma agência. Isso foi uma agência, uma empresa contratada. Contratada com um objetivo. Tanto é, que ela só grampeou um lado. Ou não foi? Ou ela grampeou universalmente os pesquisados pela Lava Jato, e os pesquisadores também? Não, só um lado. Só um lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo esse escândalo, que eu acho que vai nos atualizar, vai nos fazer bem. Pode prejudicar alguns momentos nossos, mas vai nos fazer bem, vai nos amadurecer. Ele tem que ser pesquisado. Têm que ser rastreadas as agências. Isso foram empresas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Intercept não recebeu de garotos *nerds*, *hackers*, no sentido romântico da palavra, essas informações, e tudo isso tem que ser transformado em um conjunto de informações, para ser autenticado, legitimado, conferido se não tem manipulação, porque é possível manipular parte de mensagens. Isso nós vamos amadurecer, e eu espero que isso aconteça na esteira do amadurecimento institucional do Brasil em matéria de guerra cibernética, sobre a qual eu falarei, se houver oportunidade na tréplica.

Nós não podemos imaginar que todos os que agem com tecnologia de informação e inteligência artificial sejam bem-intencionados. Por isso, eu faço a pergunta: qual é a providência que o Governo está tomando para, democraticamente, investigar a origem deste grande "hackeamento"?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Ministro.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Senador Esperidião Amin, acho que as questões que V. Exa. coloca são muito pertinentes.

De fato, nós precisamos avançar nessa área de proteção cibernética, segurança cibernética, a revelar a gravidade desses fatos que têm acontecido, que incluem a clonagem de um aparelho celular do Ministro da Justiça e Segurança Pública, a tentativa de obtenção do conteúdo, embora não bem-sucedida. E envolve também esse ataque aos procuradores.

Existe essa investigação da Polícia Federal, à qual está se dando prioridade, para investigar esse grupo. É claro que isso não é uma coisa tão singela, dado o grau de profissionalismo desse grupo criminoso, mas eu tenho a expectativa de que esses fatos sejam devidamente aclarados, essas pessoas sejam identificadas, e elas sejam devidamente punidas.

Do outro lado, penso ser necessário, para além de mudanças em padrões de segurança, que nós pensemos numa revisão da legislação – e aqui é o melhor lugar para se tratar disso – em relação a esses ataques cibernéticos.

A nossa legislação, hoje, por exemplo, prevê para esse ato de invasão de aparelhos de terceiros penas extremamente reduzidas, que acabam não servindo como um anteparo, não têm um efeito preventivo suficiente para esse tipo de ataque, que inclui não só nesses ataques *hackers* aqueles mais singelos, na tentativa de roubar dados de cartão de crédito para pequenos golpes, mas aqui nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando de algo mais sério, um ataque às instituições, à busca de dados para impactar as instituições. Ocorre que essas instituições são instituições brasileiras e, nesse caso em particular, instituições da Justiça e do Ministério Público. Mas eu não sei ainda o alcance total. Eu não sei... Nós não sabemos o alcance total desses ataques *hackers*.

O que nós temos notícia é que até mesmo jornalistas sofreram tentativas de ataque e já houve, também, referência a Parlamentares. Não posso informar esses dados específicos, porque as investigações são sigilosas e acho que essas pessoas que foram atacadas que deveriam vir à luz revelar, eventualmente, que sofreram qualquer espécie de ataque.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – O jornalista sou eu.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Eu só quero, na esteira desta colocação, prestar duas informações de caráter pessoal.

Fui o Relator da CPI de Crimes Cibernético, uma extraordinária realização da Câmara dos Deputados, que foi concluída há três anos. De lá para cá, os chamados crimes cibernéticos tiveram uma evolução exponencial. Não foi nem geométrica; foi exponencial. E a sofisticação das formas de invasão e de apropriação de dados está alcançando um grau de refinamento que impõe, sim, em nome da segurança pessoal, dos direitos individuais e da segurança de um País com as dimensões do nosso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que seja a questão sistematicamente tratada e acompanhada pelo Governo, pelo Parlamento e pelo Judiciário brasileiros.

Por isso, eu queria recolher, deste momento de escândalo, um aprendizado que nos sirva em caráter permanente, porque agora nós estamos vivendo o espasmo do escândalo, e isso mexe conosco, mexe com as nossas emoções, com as nossas tendências político-partidárias. Só que, daqui a pouco, isso vai de alguma forma desanuviar, e nós não podemos perder a persistência na busca de nos atualizar.

Essa é a colocação final que eu gostaria de lhe fazer.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – E eu concordo Senador, mas também concordo com o título daquele artigo que mencionei há pouco, daquele professor americano, "O Incrível Escândalo que Encolheu", porque, na análise fria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o parto da montanha.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o parto da montanha.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Exatamente. Poderíamos citar uma frase em latim reveladora que a montanha pariu um rato, não é? Pelo menos, não se vislumbra, apesar do sensacionalismo todo, a gravidade dos fatos alardeada de maneira sensacionalista por esse *site* específico.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Ministro.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, o Ministro comentou aqui a respeito da necessidade de legislação, apenas para fazer uma lembrança de que, embora tardiamente, o Brasil tem avançado em relação a esta questão. Começamos com o Marco Civil da Internet, que pouco fala sobre proteção de dados, mas recentemente aprovamos, se não me engano, uma medida provisória criando a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e encontra-se para a semana que vem ser votada já no Plenário do Senado uma PEC, portanto, uma proposta de emenda à Constituição que transforma proteção de dados como direito fundamental do cidadão. Apenas para esclarecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria apenas saber quantos Senadores ainda estão inscritos, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós teremos agora o Senador Tasso Jereissati, que é décimo terceiro inscrito. Nós temos, no total 36; portanto, há algo em torno – porque pode surgir mais dois – de 22 a 25 Senadores ainda na ordem de inscrição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Em nome da gentileza do Senado Federal, convide, em nome de todos nós e das mulheres também, a Deputada Líder do Governo a tomar assento aqui nesta Comissão. Ela está ali em pé, e nós estamos preocupados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Major Olimpio vai ceder o lugar dele. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como Líder ou não, a Deputada Joice tem todo o direito de ocupar assento nesta Comissão.

Com a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. No lugar do Major Olimpio, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Voltando aos trabalhos, Senadores...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu dispenso a sua brincadeira, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Voltando aos trabalhos, com a palavra o Senador Tasso Jereissati, por cinco minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para interpelar Ministro.) – Senadora Simone, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, esta importante presença do Ministro Sergio Moro aqui neste momento tem suas razões de chamar a atenção do País inteiro.

Sem dúvida nenhuma, Ministro – e eu vou falar aqui com toda a honestidade e com toda a franqueza –, a Lava Jato já é um marco na história deste País; não é apenas uma questão pontual, não é uma investigação que tomou determinada vulto e vai ser esquecida no momento seguinte. É um momento histórico e que dá uma inflexão num clima, num ambiente de liberalidade – vamos chamar assim –, para não falar da corrupção que existe na vida pública brasileira não só no Parlamento, mas em todos os setores, em todos os níveis de poder.

Não posso deixar também de dizer, Ministro, que, a meu ver e antes retornando... Eu me lembro do dia em que talvez o empresário mais poderoso deste País – não só um dos maiores empresários brasileiros deste País, mas o mais poderoso, sem dúvida nenhuma, por ter influência em todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partidos políticos, em todos os Estados, em todas as instâncias – foi preso. Nesse momento, eu disse: alguma coisa está mudando neste País, sem dúvida nenhuma. E, evidentemente, esse empresário não tinha nenhuma coloração ou tendência política. Ele era um homem que agia de uma maneira bastante pragmática e objetiva. No entanto, não posso deixar de reconhecer, também, que houve abusos.

Eu, por exemplo, fui adversário do PT a vida inteira. Tive momentos de maior convivência, momentos de convivência mais difícil, mas nunca inimizades. Por exemplo: aquela busca e apreensão no apartamento do ex-Presidente Lula me chamou a atenção como uma coisa desnecessária de ser feita naquele momento. Estou dizendo uma série de abusos que foram acontecendo, foram se desdobrando no País inteiro, o que também nos deixou preocupados.

E agora temos um fato novo que, sem dúvida nenhuma, V. Exa., de uma maneira propositada ou não – acredito que não –, se tornou o grande protagonista dessa Operação Lava Jato, e vieram essas gravações à tona, em que se colocam dúvidas à credibilidade ou à imparcialidade das suas ações, que, a meu ver, não estão absolutamente em jogo de uma maneira geral e de uma maneira abrangente. Mas é evidente que há um desejo enorme de esclarecer como isso aconteceu.

Eu queria me juntar ao Senador Esperidião Amin no sentido de que nós temos que tratar do futuro. Crime cibernético... O que é prova lícita? O que é prova ilícita? Quando se pode? Esclarecer essas coisas, porque nós... Eu, que não sou jurista, nunca fui advogado, estou inteiramente confuso em relação a essa questão. Não tenho nenhuma grande pergunta. Não devemos nos deixar levar por uma narrativa fantasiosa de que houve uma grande conspiração de um lado e que o senhor era uma peça dessa grande conspiração política a favor de um projeto, que queria fazer isso ou fazer aquilo, contra agora outra grande conspiração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... até internacional, que visa derrubar isso e derrubar aquilo. Eu acho que essas construções em nada ajudam a esclarecer para que a população brasileira, que tanto se encantou com a Lava Jato, tenha uma visão clara, correta e límpida de o que está acontecendo e o que representam essas gravações.

Era esse o depoimento que eu queria dar principalmente aqui ao meu querido amigo que respeito muito, o Senador Humberto Costa, que citou, de uma maneira gratuita, o Presidente Fernando Henrique, que não é acusado, não é acusador, não se meteu, não foi testemunha – quando foi testemunha, até foi a favor, se não me engano, das coisas que aconteceram –, não misturando, num momento tão conturbado da vida pública brasileira, em que os ódios se salientam e se tornam tão evidentes, mais ainda neste ambiente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Vamos tentar esclarecer, voltar o País à normalidade, e que todos esses fatos que ocorreram agora fiquem também esclarecidos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Tasso, eu concordo com V. Exa.

Às vezes, as explicações simples são as mais corretas, não é? E elas são, muitas vezes, verdadeiras. Nós estamos com uma tendência de criar teorias da conspiração, nós gostamos delas, elas têm um sensacionalismo.

No que se refere à Operação Lava Jato, é uma operação que durou um longo tempo e ainda perdura. Nas minhas mãos, como Juiz da 13ª, quando estive lá, foram quatro anos. Então, há muitas decisões que foram tomadas em que é natural que as pessoas tenham ali eventualmente divergências razoáveis em relação ao conteúdo de uma ou outra. Nós temos um sistema judicial de erros e acertos que serve exatamente para isto, para eventual correção de eventual decisão equivocada, mas a linha geral das decisões foi sempre no sentido da aplicação imparcial da lei a quem quer que seja, com base nas provas que estavam sendo apresentadas. No caso da busca ali mencionada, havia causa provável: foram colhidas provas relevantes na residência do ex-Presidente que depois foram utilizadas no âmbito da ação penal.

Então, claro que é um fato desagradável um processo contra um ex-presidente, ainda mais um ex-presidente que tinha um grande, um alto nível de popularidade, mas era o que a lei determinava que deveria ser feito. E é aquela questão: ninguém ali está exatamente acima da lei.

No que se refere às investigações em curso, eu quero deixar muito claro: está na Polícia Federal, eles estão averiguando esses fatos. No entanto, a única ressalva – e eu disse isso porque fui perguntado... A minha percepção é de que não se trata de uma invasão amadora, mas, sim, de uma invasão por um grupo criminoso organizado, com o propósito muito claro de impedir o prosseguimento das investigações ou afetar condenações pretéritas já realizadas, e, eventualmente, minar as instituições de uma maneira geral. Mas é uma percepção, não posso afirmar isso com absoluta convicção; é o que eu extraio desses detalhes, especialmente desse expediente de contrainteligência verificado nas duas últimas semanas.

Mas eu concordo com V. Exa. que nós devemos tratar esse tema com bastante cautela para não extrair conclusões precipitadas antes do final das investigações.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Tasso declina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na ordem de inscrição, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Simone Tebet; Juiz Sergio Moro; primeiro, quero cumprimentá-lo pela sua disposição de vir até este Senado debater com diversas correntes de pensamento e mostrar com clareza o seu pensamento, mostrar com clareza as suas atitudes e a sua história.

Nós aqui, como já falou um Senador que me antecedeu, temos várias visões – esta é a Casa da Democracia. Temos pensamentos mais à esquerda, pensamentos mais à direita, pensamentos mais ao centro, e temos discussões constantes – divergimos muito e, de vez em quando, podemos consensuar sobre algumas coisas.

Eu queria fazer uma distinção aqui entre a ética e a lei. A ética examina as atitudes dos homens do ponto de vista do bem e do mal; a lei examina as atitudes dos homens se elas estão dentro da lei ou fora da lei; a ciência examina a natureza do ponto de vista do verdadeiro e do falso. São categorias diferentes de pensamento.

A ética, no meu entender, é uma ordem acima da ordem legal, pois, muitas vezes, podemos ter a figura do canalha legalista, que se utiliza da lei para fazer canalhice. Mesmo na ética, nós não temos a certeza absoluta – aliás, a certeza absoluta é muito mais filha da fé do que da razão. Se nós olharmos para as correntes de pensamento na Ética, desde Aristóteles, com a ética das virtudes, passando por Kant, quando ele falava no seu imperativo categórico, numa ética idealista, chegando aos utilitaristas, como foi citado aqui John Stuart Mill – e poderia ser citado também Jeremy Bentham –, nós temos diferenças de opiniões. A dúvida é a mãe das novas ideias. Mesmo do ponto de vista ético, quando Kant dizia que nós tínhamos que ter um imperativo absoluto – por exemplo, dizer sempre a verdade –, aí vieram os utilitaristas um dia e falaram para ele: "O senhor está numa casa escondendo um fugitivo judeu, bate na porta um soldado nazista que pergunta ao senhor se o senhor está escondendo um judeu". E aí a maioria dos kantianos ficava numa dúvida cruel, porque esse seria um ponto em que estaria sendo contrariada a premissa fundamental de que os fins não justificam os meios, ou seja, a mentira nesse caso seria alguma coisa útil para salvar a vida de alguém. É exatamente o que diz ética utilitarista: nós devemos examinar se um homem agiu bem ou agiu mal em função do quanto de bem ele criou para a humanidade, para a sociedade.

Eu faço esse preâmbulo para dizer que a ética está um degrau acima da lei. Por exemplo, no escravagismo, era legal possuir escravos, mas não era ético, tanto que, com o tempo, a lei teve que mudar e teve que acompanhar a ética. Eu poderia citar inúmeros outros exemplos, mas não quero estourar o meu tempo.

Eu quero apenas dizer, Ministro, que eu entendo o Brasil com dois momentos muito claros: antes e depois da Operação Lava Jato. Entendo também que o senhor não é o único responsável por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação. O próprio amadurecimento do nosso povo e a nossa incapacidade de continuar vivendo sob um regime patrimonialista, com...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... uma cumplicidade entre empresários corruptos e políticos igualmente corruptos – sejam corruptos, porque querem dinheiro, sejam corruptos, porque têm um projeto de poder –, levaram à Operação Lava Jato. Ela é fruto da história do Brasil, ela é maior do que qualquer pessoa realmente.

Eu quero apenas, Ministro, dirigir uma pergunta objetiva ao senhor. No meio de tantas dúvidas que nos assaltam nesta Casa quando nós discutimos, no meio das dúvidas todas que assaltam os grandes pensadores, os grandes juristas, eu vou colocar uma muito simples aqui. O Prof. Luis Alberto Warat, que o senhor certamente conhece, pois é um grande jurista, reconhece a impossibilidade da neutralidade do juiz. A doutrina faz uma distinção entre neutralidade e imparcialidade, reconhecendo ser impossível exigir a neutralidade. V. Exa. vê distinção entre esses conceitos? E, portanto, seus atos respeitaram a imparcialidade exigida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... constitucionalmente? Eu gostaria que o senhor dissertasse um pouco sobre essa diferença entre neutralidade e imparcialidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Ministro com a palavra.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Oriovisto, essa é uma discussão bastante complicada no meio jurídico. No caso do processo penal, é evidente que os juízes, assim como os procuradores, assim como os advogados, assim como os policiais, são seres humanos, e eles carregam neles valores e princípios que vão sempre, de alguma maneira, influenciar na tomada de atos ou decisões no curso do processo.

A questão da imparcialidade, a necessidade, por exemplo, de o juiz proferir um julgamento segundo as leis, segundo as provas, independentemente de quem são as partes, eu acho que é a obrigação principal do juiz. Isso foi observado na Operação Lava Jato desde o início, mantendo-se, em todos esses processos, sempre até o final, a possibilidade de proferir um julgamento segundo as provas que estavam no processo. As provas eram paulatinamente produzidas no processo, e é evidente que o juiz, tendo contato com essas provas, vai tomando paulatinamente a sua convicção. Mas aquela perspectiva de estar aberto para decidir de maneira diferente, havendo uma mudança das provas, sempre foi mantida. Isso é do cotidiano dos juízes brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da Operação Lava Jato, eu acho que os números apontados que coloquei no início desta exposição: 45 sentenças, das quais o Ministério Público recorreu 44 vezes; o número de absolvições... Se nós formos escolher estatísticas em qualquer vara criminal do País de condenações *versus* absolvições, normalmente, o número de condenações é maior, porque, quando se formula uma acusação criminal – e aqui eu não estou falando da Lava Jato –, em geral, há necessidade de apresentar um substrato probatório. E, normalmente, o Ministério Público não quer perder o processo. Então, muitas vezes, quando ele não está muito seguro da prova, ele não apresenta; na acusação, ele pede o arquivamento. Então, normalmente, ele apresenta essas acusações quando ele já tem uma convicção de que provavelmente ele vai conseguir a condenação.

Além do que ele também tem uma – embora seja parte o Ministério Público – vinculação maior, ele não está lá para perseguir ninguém, ele está ali para – vamos dizer – agir como um advogado da vítima, da sociedade. Então, também ele, normalmente, não apresenta acusações precárias. Claro que existem exceções. Mesmo o Ministério Público pode apresentar acusações e, ao final, requerer absolvição por entender que as provas que foram produzidas não sustentam a hipótese acusatória inicial. Mas a regra, normalmente, em qualquer vara criminal, é que o número de condenações é usualmente superior ao número de absolvições.

E aqui nós temos – como eu destaquei no início da minha exposição – um número substancial de absolvições, um número... Mesmo se nós formos examinar as condenações, houve muitas absolvições parciais. A pessoa acusada por corrupção, lavagem, às vezes, é absolvida de um dos crimes e é condenada só pelo outro, ou é fixada uma pena muito menor do que a pena pleiteada pelo Ministério Público. Então, as estatísticas relacionadas à Lava Jato não mentem no sentido de que não havia qualquer espécie de combinação, conluio ou convergência entre Ministério Público e juízes, magistrados, eu inclusive.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Sei que não foi isso que V. Exa., afirmou. Só estou esclarecendo, aproveitando a sua indagação.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Ministro, eu estou plenamente satisfeito e plenamente convencido da sua imparcialidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Senadora Simone, Senador Jorginho, Ministro Sérgio Moro, eu entendo que nós estamos, Ministro, diante de um crime claro e de um escândalo. Qual é o crime? O crime claro é que marginais invadiram e "hackearam" o celular de autoridades no Brasil. Esse é o crime claro, de que não há dúvida. Repetindo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosos quebraram o sigilo, invadiram telefones celulares de pessoas que são importantes na República. Quando acontece isso com um Ministro, o que se dirá de uma pessoa simples, humilde? Ela está completamente desprotegida. Esse é o crime que não provou nada. É um amontoado de palavras, de frases que não provam nada, mas que tem, Ministro, o claro objetivo de criar uma revanche às operações de combate à corrupção no Brasil.

E qual é o escândalo? O escândalo é este: é a partir de um crime cometido, se querer... A retórica é assim: "Eu não estou aqui...". Esta é a retórica: "Eu não estou aqui contra a Lava Jato. Não se trata aqui de questionar as decisões da Lava Jato.". Lógico! ninguém vai dizer na televisão que é contra a Lava Jato. Mas isso é retórica, porque, a partir dessa retórica, abandona-se o fato de que foi cometido um crime e passa-se a agredir a Lava Jato, passa-se a achar que esse fato, que é um crime, é um fato que deve questionar as decisões da Lava Jato.

Vamos recuperar a memória. O Brasil já vivia o maior escândalo de corrupção do Brasil antes da Lava Jato, naquilo que ficou conhecido como mensalão – conhecido, denunciado processado e condenado. E o que era o mensalão? Uma tentativa clara de pessoas se perpetuarem no poder comprando apoio parlamentar. Já era o maior escândalo, mas isso, Ministro, não bastou. Continuaram, piorou. Aí veio a Lava Jato. Será que nós esquecemos? Ministro, há coisas que não saem da minha memória. Pessoas foram pegas com R$51 milhões no seu apartamento, e a imagem que vinha à minha cabeça é a do Tio Patinhas, que ficava mergulhando em dinheiro. Eu dizia: só pode ser isso. A pessoa deve juntar esse dinheiro todo na sala e se jactar. Pessoas que ocuparam cargos na Petrobras... Funcionários devolvendo R$100 milhões; contas fora do Brasil de US$100 milhões, para a possível manutenção de um projeto de poder, quando alguém deixasse o poder! Quer dizer, a roubalheira foi tanta que tudo é recorde, inclusive a devolução.

Havia, talvez, o maior consenso do Brasil. Qual era o maior consenso do Brasil? Quem tem muito dinheiro e poder não vai para cadeia. Isso era um consenso. Por onde você andasse no Brasil, qualquer pessoa diria isto: o poderoso não vai para cadeia; e, se juntasse o poder político com o econômico, aí é que não ia mesmo. E a Lava Jato quebrou esse paradigma.

Eu já disse várias vezes e vou repetir: não fico feliz de ver ninguém indo para a cadeia, porque tem uma mãe, tem um pai, tem um filho; mas, se não fosse esse remédio amargo – que o Brasil tinha de tomar –, onde íamos parar? E aí, Ministro, a neurociência chama de imunização cognitiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Ela é o que explica... Não adianta, Esperidião Amin, dizerem que a educação é o fato de você repetir até que a pessoa aprenda. Isso não adianta. Para as pessoas imunizadas cognitivamente, não adianta dizer que o Che

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guevara matou, que o sistema dele matou pessoas, que ele confessou na ONU. Não adianta, porque vão com a camiseta do Che Guevara do mesmo jeito.

Pois bem, Ministro, então, eu quero aqui parabenizá-lo.

Há abusos? Perguntavam-me na campanha eleitoral: "Existe abuso?" Lógico! Qual é o poder que não é constituído por ser humano? Então, falha! Não há um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, ao ser interpelado por um passageiro no avião que fez a ele um questionamento, uma crítica, ele mandou prender e prendeu. Considero que é um abuso de autoridade. Por isso já declarei que sou a favor – declarado publicamente – de a gente votar aqui o projeto que criminaliza abuso de autoridade.

Mas, Ministro, quero fazer duas observações e duas perguntas. A primeira: é inegável que todo esse processo aperfeiçoou a fiscalização do Brasil – ninguém quer investir em países onde a corrupção é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... desenfreada. Isso ajuda a imagem do Brasil no mundo, a economia do Brasil no mundo, ajuda a criar mais credibilidade? É a primeira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E a segunda e última...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, se puder fazer a segunda na sua réplica. Eu estou sendo rigorosa em relação ao tempo, e passou por 15 segundos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa a V. Exa..

Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Marcio, eu agradeço as suas considerações iniciais.

Relativamente à sua pergunta, o que eu diria é que havia um entendimento antigo, ultrapassado, talvez da década de 70, e alguns economistas até diziam que a corrupção, em países não desenvolvidos ou em desenvolvimento, poderia eventualmente funcionar como uma espécie de graxa para as engrenagens. Esse tipo de teoria hoje é totalmente ultrapassado. A percepção geral é de que a corrupção funciona como uma areia para as engrenagens e não exatamente como graxa, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção, e especialmente a corrupção disseminada ou aquele sistema de corrupção que foi identificado na Operação Lava Jato, acaba, vamos dizer assim, minando a produtividade da nossa economia, porque ela impõe custos, no caso mais óbvio, a contratos públicos, que acabam, vamos dizer assim, minando, drenando os recursos existentes para a realização, por exemplo, de uma obra pública; ou eventualmente acaba levando com que agentes públicos, na decisão quanto à alocação desses recursos, na decisão quanto a investimentos, tomem as decisões que não são as mais eficientes, mas decisões que tenham em vista os seus interesses privados, seja daquele que paga a vantagem indevida, seja daquele que a recebe.

Se nós examinarmos o que aconteceu com a Petrobras, no período da grande corrupção, nós vamos identificar exemplos claros. A construção da Refinaria Abreu e Lima, no Nordeste. Ninguém é contra a construção de refinarias, muito menos construção de refinarias no Nordeste, isso é importante, impulsiona a economia, mas o que nós temos é que os custos dessa construção ultrapassaram e muito qualquer orçamento inicial daquela obra. Salvo engano, dados oficiais, pelo que eu me recordo, eram em torno, inicialmente, de US$3,5 bilhões para a construção da refinaria. Em 2014, a refinaria já havia custado cerca de US$18 bilhões.

Ou seja, quantas refinarias se poderiam construir se não houvesse essa corrupção disseminada? Tudo aquilo foi vantagem indevida, propina? Não, é muito dinheiro, embora V. Exa. esteja com a razão ao lembrar que os valores pagos de propina eram muito elevados, como o do gerente que devolveu US$100 milhões, mas parte daquilo é propina e parte são decisões economicamente ineficientes, porque se constroem catedrais no deserto, que muitas vezes não servem para nada se não gerar recursos para pagamento de vantagem indevida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Então, os ganhos do enfrentamento da corrupção, especialmente da grande corrupção e da corrupção disseminada são muito elevados. E eu espero que esse seja um caminho em que o País persista, apesar das turbulências do momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Por final, Ministro, eu quero dizer uma palavra, uma pergunta e uma palavra.

A palavra é que algumas pessoas querem dar a entender que a sua ida para o Ministério é algo que seria uma comprovação. Eu vejo o contrário, Ministro. Eu vejo como uma atitude de grandeza de alguém que abandonou uma carreira para se arriscar nesse mundo instável da política nacional. Parabéns ao Ministro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta, segunda e última. O Ministro mandou para cá um pacote. Em que este pacote pode, a seu juízo – e eu tenho o privilégio de ser Relator de um deles –, ajudar no aperfeiçoamento contínuo do combate à grande corrupção e à bandidagem instalada no Brasil?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Desde que nós assumimos o Ministério, uma das ideias iniciais foi apresentar um pacote de leis que fosse firme contra a corrupção, crimes violentos e crime organizado, na avaliação de que os três problemas estão relacionados.

Então, nós separamos medidas muito pontuais, mas que nós reputamos eficazes. É um endurecimento seletivo da legislação, mas nós entendemos que, em relação a essas três espécies de crimes, esse endurecimento é necessário. Ela envolve tanto um apenamento maior, mexendo principalmente com a questão do regime, também envolve um aprimoramento dos mecanismos de investigação e, por outro lado também, nós propusemos ali retirar pontos de estrangulamento da nossa legislação processual. Não adianta nada nós termos leis penais duras quando nós não temos um processo eficiente ou temos um processo que nunca termina. O processo tem que acabar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... num momento razoável.

Nós vimos ontem uma decisão do Superior Tribunal de Justiça envolvendo lá os crimes havidos na Boate Kiss que são ilustrativos da ineficiência do nosso sistema. Até hoje não foi julgado o mérito. Aqueles acontecimentos trágicos que galvanizaram a atenção do País até hoje não foram julgados! Seja lá para absorver, seja lá para condenar, mas é preciso de uma resposta, é preciso de uma resposta às vítimas.

Eu ouvi, recentemente – espero que não seja verdade, mas talvez seja verdade –, que vários dos familiares das vítimas daquele incidente se suicidaram nesse período. Talvez um dos motivos tenha sido a falta de ver a prestação da Justiça. E é nossa responsabilidade – do Governo e do Congresso – trabalhar para que isso possa ocorrer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós vamos suspender por cinco minutos a audiência, para que o Ministro tome uma água e, em seguida, imediatamente, retomaremos a atividade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, se a senhora puder repetir a ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Passaremos, agora, ao quarto grupo: Senadores Mecias, Elmano, Eduardo, Cid e, não membro, Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jean Paul. Quinto grupo: Senador Otto, como último titular inscrito. Aí já vamos para os suplentes: Juíza Selma e os Senadores Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Plínio Valério, Major Olímpio, Lasier Martins, Nelsinho Trad, Luis Carlos, Alvaro Dias, Jorge Kajuru, Roberto Rocha, Paulo Rocha, Renan Calheiros, Izalci, Randolfe e Senador Telmário, para encerrar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, pela ordem. Eu sou titular.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe-me. Como titular, V. Exa.

Junto ao Senador Otto, a Senadora Juíza Selma. Em seguida, os suplentes.

Está na ordem. É que, antes de V. Exa., há um não membro, que é o Senador Jean Paul.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(*Suspensa às 12 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 49 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza de que os Senadores possam ocupar o seu local e que os assessores deem espaço à Mesa para que possamos iniciar, por favor, a audiência. Peço desculpa às amigas.

Declaro reaberta a presente reunião.

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Sergio Moro, Sras. e Srs. Senadores, eu estava, quando começaram a sair as mensagens do The Intercept, essas informações todas, Ministro... Eu vim a me lembrar de que alguém, muito tempo atrás, no início da Operação Lava Jato, disse que tinha que sugerir meios, tinha que criar mecanismos para estancar a sangria. Essas medidas foram sendo construídas ao longo do tempo para estancar a sangria. A sangria seria evitar a prisão de algumas pessoas, entre elas do mentor da ideia de estancar sangrias.

Eu quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho realizado na Operação Lava Jato, parabenizar todo o Ministério Público, e dizer a V. Exa. que nada disso vai abater a sua moral e a confiança que o senhor adquiriu com o povo brasileiro – a Operação Lava Jato em Curitiba, em Brasília, no Rio de Janeiro, onde foi feita –, apesar de acreditar também, Ministro, que houve alguns exageros; eu creio que houve, sim, alguns exageros, algumas coisas que não deveriam ter acontecido.

Mas, falando em estancar sangria e falando que houve exageros, eu vi que, depois de perderem o foro privilegiado, o Presidente Michel Temer e o Ministro Moreira Franco foram rapidamente presos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele que é o idealizador de estancar a sangria, como o ex-Senador Romero Jucá, um dos maiores denunciados na Operação Lava Jato, com mais de 15 denúncias de crimes contra ele, venda de medidas provisórias, continua com escritório de lobby em Brasília, sem foro privilegiado. E nada aconteceu contra ele. Será que há dois pesos e duas medidas? Será que, de fato, ele tem todo mundo na mão dele, e, por isso, ninguém pede a prisão dele, ninguém decreta a prisão dele? Neste País, não há ninguém que tenha feito mais mal ao Brasil do que o ex-Senador Romero Jucá. Essa é uma questão, Sr. Ministro.

A outra, Ministro: eu quero aproveitar a presença de V. Exa. aqui e pedir ao Ministro da Justiça e da Segurança Pública do Brasil socorro em nome do povo de Roraima. O povo de Roraima recebeu mais de 100 mil venezuelanos. Fomos até injustiçados agora recentemente pela novela da Globo dizendo que o povo de Roraima está hostilizando os venezuelanos. Isso não é verdade. E eu, que assisto às novelas da Globo, quero até pedir à Rede Globo que não cometa esse tipo de injustiça com o povo de Roraima. Roraima não hostiliza os venezuelanos, Roraima acolheu os venezuelanos. São mais de 100 mil venezuelanos em Roraima. Só que, depois da chegada dos venezuelanos a Roraima, Ministro Sergio Moro, os crimes aumentaram em mais de 50% – em mais de 50%! Praticamente todos os dias, há um assassinato em Roraima cometido por venezuelano. Eu queria pedir a V. Exa. recursos para o Governo do Estado para viaturas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... e equipamentos.

Vou concluir, Sra. Presidente.

V. Exa. também poderia ajudar Roraima colocando lá a Força Nacional para ajudar a Polícia Militar de Roraima e a Polícia Civil no combate ao crime, que está exagerado no nosso Estado.

É o que tenho a dizer a V. Exa. na manhã de hoje.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Sr. Senador, eu agradeço também as gentis palavras iniciais.

Quando eu assumi, convoquei para o Ministério, em posições, pessoas que tinham se destacado já na carreira policial, eventualmente na própria Lava Jato, pessoas que, a meu ver, tinham demonstrado não só eficiência, mas integridade. Inclusive, também foi feito isso em relação à Polícia Federal. E a orientação que eu dei à Polícia Federal foi: façam o seu trabalho, ajam com autonomia. O único pedido, a única solicitação foi que houvesse uma atenção especial para crime organizado e corrupção, o que se insere mais no âmbito das atribuições da Polícia Federal – o crime urbano, violento, de rua, nem tanto. E eu tenho trabalhado para melhorar a estrutura da Polícia Federal e incentivar esse trabalho. Há alguns resultados positivos. Por exemplo, neste ano, até maio, nós tivemos a apreensão pela Polícia Federal de 39 toneladas de cocaína; comparando com o mesmo período do ano passado, foram 23. Então, nós temos, embora em uma área de tráfico de drogas, aumentado a eficiência. Temos operações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperação jurídica internacional. No Paraguai, fomos lá erradicar plantações de maconha, algo que já se fazia anteriormente, mas que nós intensificamos. E a mesma questão é em relação à corrupção. Nós recompusemos os efetivos das equipes da Polícia Federal encarregadas dessas investigações de corrupção.

Agora, eu não trabalho, eu não me envolvo no desdobramento dos casos concretos, porque isso seria inapropriado da parte do juiz. Então, esses acontecimentos, esses fatos que ocorreram, os desdobramentos e os fatos que estão acontecendo não têm uma interferência do Ministro, mas eu tenho plena convicção de que a Polícia Federal está realizando o seu trabalho, e os frutos desse trabalho devem surgir.

No que se refere à Roraima, eu acho que o senhor tem toda a razão. Roraima tem sido um exemplo no atendimento dos refugiados venezuelanos. A Operação Acolhida é elogiada internacionalmente pela própria Organização das Nações Unidas. O Ministério da Justiça tem contribuído como pode. Nós não estamos encarregados diretamente ali da Operação Acolhida, mas nós temos agilizado os procedimentos relativos à documentação da imigração. Por outro lado, nós temos lá em Roraima uma Força-tarefa de Intervenção Penitenciária, que tem cuidado do sistema prisional por conta da crise que houve no final do ano passado em Roraima. A força foi enviada já naquela época, e nós a estamos mantendo. Recentemente, com verbas inclusive do Departamento Penitenciário Nacional, houve a inauguração de uma ala, de metade da Penitenciária Monte Cristo, aquela que tinha vivenciado aqueles graves incidentes no passado. Uma metade dela foi reconstruída; a outra metade nós vamos começar agora. O Governador tem me comunicado – e isso também é revelado pelas estatísticas oficiais – que tem havido uma queda dos índices de criminalidade também em Roraima. Claro que, como eu disse inicialmente, isso tem acontecido em todo o País, isso é extremamente positivo, mas nós não podemos comemorar prematuramente. Nós temos que trabalhar para que essa seja uma tendência permanente, e, mesmo que os índices existentes estejam sendo reduzidos, eles ainda são muito altos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Então, a percepção de insegurança e a própria insegurança real ainda são muito elevadas. Mas eu posso lhe assegurar que nós estamos tentando fazer o nosso melhor nesse âmbito específico.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente, eu me sinto satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Pela ordem de inscrição, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet; Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Dr. Sergio Moro; eu, a princípio, meus companheiros e companheiras, pensei que o Ministro Sergio Moro viria aqui a esta Casa prestar informações e esclarecimentos sobre os últimos fatos. Entretanto, eu não sei se ele veio como réu ou mesmo como acusado, pelo que eu vi e ouvi aqui nesta Casa, nesta Comissão.

Fiz, segunda-feira próxima passada, um pronunciamento, no Plenário do Senado, ressaltando os feitos da atuação do Ministro, sobretudo na área da segurança pública, inclusive os avanços nos últimos quatro meses do ano, em que, segundo dados estatísticos, houve uma redução na criminalidade do nosso País de 23%, sendo que, no Estado aqui do nobre Senador Cid Gomes, houve uma redução, nesse mesmo período, de 51% na taxa de mortalidade criminosa. Então, houve um grande avanço, no meu entendimento.

Eu queria, nesta oportunidade, mais uma vez, manifestar a minha solidariedade ao Ministro por tudo que ele realizou neste País. Eu tive a oportunidade de dizer algumas vezes aqui no Senado, nos meus mais de 70 anos – 75, precisamente –, que passei a ver poderosos, do ponto de vista econômico e financeiro, e poderosos políticos neste País presos. É para mim inusitado o que aconteceu durante esse período de 2014 até aqui. E creio que esse sentimento que eu tenho é o sentimento da maioria do povo brasileiro. Nós vivíamos, vivemos ainda em um país de uma corrupção endêmica, uma corrupção que está não só no setor público, mas no setor privado.

Então, Sra. Presidente e Sr. Ministro, nós temos que ir em frente. V. Exa. teve a coragem e a determinação com segurança, com conduta e ética inabaláveis durante todos os processos que o Brasil testemunhou não só na instância de V. Exa. à época, mas em graus superiores.

Acreditamos... Eu pessoalmente acredito no futuro do meu País e que este é um grande momento histórico de nós nos despirmos de sentimentos ou de convicções político-partidárias, e sobretudo ideológicas, para, realmente, colocar este nosso país tão rico no rumo do desenvolvimento com justiça social.

Então, eu queria fazer essa manifestação. Não tenho pergunta, a não ser... Aliás, todas as perguntas que eu tinha a fazer, que eram várias, já foram devidamente respondidas e me convenceram todas elas. Foram precisas as respostas do Ministro.

Queria apenas saber – porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – ... eu tenho aqui os meus universitários com uma pergunta – se esses dados recentes tiveram algum fato no trabalho de V. Exa. à frente do Ministério da Justiça, sobretudo na área da segurança pública, que é uma preocupação que nós ainda temos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Elmano, eu agradeço as colocações.

De fato, tem sido uma satisfação ver esses índices de criminalidade elevados serem reduzidos. No entanto, como disse também, os índices ainda são muito altos. Nós precisamos trabalhar mais para reduzir mais ainda e trazer mais segurança pública à população.

No Ceará, de fato, houve essa redução mais drástica, graças também a uma ação do Governo do Estado – não se deve retirar o mérito do trabalho que tem sido feito lá, importante –, mas também vejo uma relação pelo fato de nós termos encaminhado, no início daquela crise de segurança, a Força Nacional. Nós encaminhamos também a Força de Intervenção Penitenciária, que ficou meses ali no Ceará, e me parece que existe uma correlação muito clara entre a retomada do controle pelo Poder Público dos estabelecimentos prisionais, com a redução de crimes fora desses estabelecimentos. Isso é um indicativo de uma relação de causa e efeito bastante importante. E nós também transferimos, a pedido do Governo do Ceará, as lideranças criminosas principais daquele Estado para presídios federais de segurança máxima, como fizemos também em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, com as lideranças do PCC, que permaneciam lá intocadas por 12 anos. É claro que as causas da redução da criminalidade são muito complexas, assim como a causa de aumento, mas eu acredito que essa atitude mais firme do Governo Federal e de vários dos Governos Estaduais em relação a essa criminalidade tem feito a diferença.

Acho que essa mesma conduta é a conduta com a qual nós temos que agir em relação à grande corrupção. Nós avançamos? Sim, nós avançamos. Essa foi uma conquista institucional. É hora de nos prepararmos para consolidar esses avanços institucionais e ir mais adiante. Para tanto, precisamos trabalhar juntos, o Executivo e o Congresso. Nós temos esse pacote anticrime. Acho que ele tem medidas importantes. Ele pode ser aprimorado aqui dentro. Pode eventualmente ser alterado – isso faz parte do debate Legislativo –, mas espero que toda essa confusão não impacte na discussão em relação a esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Sra. Presidente, Sr. Ministro, por um dever de Justiça também, eu queria ressaltar a importância que têm os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros da Federação, inclusive o Distrito Federal, nessa integração, nesse esforço para vencermos o crime organizado sobretudo.

E gostaria de externar a minha preocupação com relação aos 23.000km de fronteira que nós temos, sendo que – o mais grave – são 16.500km de fronteira terrestre. No meu entendimento, o agente etiológico maior do crime está exatamente nas nossas fronteiras, por onde entram as drogas e as armas neste País. Creio que o Governo Federal, que é responsável por elas, e alguns Estados também poderão dar uma contribuição maior à entrada do agente etiológico das maiores violências que nós temos no País, que são as drogas e as armas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Elmano.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Eduardo Braga.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Sérgio Moro, Sras. e Srs. Senadores... Ministro, primeiramente quero cumprimentá-lo, porque V. Exa. foi recentemente ao meu Estado, o Estado do Amazonas, em uma situação que não alegra nenhum de nós. Fomos, mais uma vez, vítimas de uma chacina no sistema prisional, que não foi a primeira, e creio que V. Exa. deve ter informações importantes sobre isso.

Quero cumprimentá-lo pela forma ponderada e responsável com que V. Exa. está analisando os resultados da segurança pública neste momento, porque creio que esse problema é muito grande, mas quero reconhecer que há um esforço e há uma decisão de busca de eficiência. Entretanto, Ministro, eu queria pedir a V. Exa., da mesma forma que o senhor prontamente se propôs a vir à CCJ para discutir a questão que hoje estamos discutindo sobre esses vazamentos, sobre esses *hackers* e etc., que o senhor pudesse pedir à nossa Presidente para que o senhor viesse a esta Comissão para que nós pudéssemos aprofundar o debate sobre segurança pública e sistema prisional. Acho que esses são dois itens da pasta que o Ministro administra no momento e que são, sem nenhuma dúvida, uma das grandes mazelas que o Brasil precisa enfrentar e resolver.

Com relação ao combate à corrupção, eu acho que esse é, no imaginário do povo brasileiro, talvez, o maior desejo do enfrentamento. Não é à toa que, desde 2005, com o mensalão, na pauta da agenda deste País está, no topo, o combate à corrupção, o combate ao crime organizado, o combate à violência. Nós temos números desastrosos tanto na questão da violência quanto na questão da corrupção.

Melhorar a estrutura jurídica, a legislação em torno do tema é fundamental, tanto o é que, na próxima quarta-feira, esta CCJ votará uma matéria extremamente importante fruto das 10 medidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhadas, na época em que V. Exa. era juiz, à Câmara dos Deputados e que chegou ao Senado e será votada na CCJ na próxima semana. Ela traz avanços no combate à corrupção, no aumento da penalização, inclusive no crime de corrupção, fruto de um trabalho da sociedade brasileira que passou pela Câmara, que chega ao Senado e que nós vamos resolver na semana que vem aqui na CCJ, bem como a questão do pacote anticrime, que V. Exa. ainda há pouco destacou, que possui três eixos: o combate à corrupção, o combate ao crime violento e o combate, também, ao crime organizado.

Portanto, nós estamos falando de algo que mexe muito com a opinião pública em geral. Não essa guerrilha da internet de grupos aliados ou de grupos contrários, porque isso fica no mundo da guerrilha desses dois grupos. Não é isso que nós estamos tratando aqui não, Ministro, acho que a Lava Jato precisa ser apoiada, toda e qualquer investigação, seja combatendo a corrupção, seja combatendo o crime organizado, precisa ser apoiada e ser levada às últimas consequências.

O que nós estamos aqui fazendo é tentando colocar bom senso nestas questões. Acho que não há dúvida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... de que todos queremos o combate à corrupção. O que nós não queremos é, no afã de combater a corrupção, quebrar o Estado de direito, quebrar os direitos individuais e coletivos previstos em nossa Constituição.

Eu acho que a vinda de V. Exa. aqui nos dá essa oportunidade de poder ter tranquilidade. Aliás, V. Exa., durante toda essa sessão, primou pela tranquilidade na resposta, o que é muito importante. Quero dizer que isso é um fato importante para todos aqueles que estão assistindo e que não fazem parte desses dois grupos, mas é preciso, às vezes, saber se nós temos apenas um peso e uma medida, apenas uma métrica.

Por que era possível vazar uma conversa entre a ex-Presidente e o ex-Presidente em que o conteúdo do vazamento dessa conversa era extremamente importante, independentemente se era legal ou não? Em que esse *hacker*, essa questão que está sendo debatida aqui, Sr. Ministro, muda em relação àquele caso? É mais importante tomarmos conhecimento do conteúdo, para que tenhamos, portanto, a certeza da métrica e a certeza do sistema de pesos e contrapesos do amplo direito de defesa e da imparcialidade do juízo, o que dará a tranquilidade à Nação. O Brasil precisa de tranquilidade para enfrentar esses grandes desafios.

Eu encerro a minha primeira participação, obedecendo, obviamente, ao esforço que todos fizeram para o cumprimento do Regimento, e cumprimentando a forma serena com que V. Exa. tem-se conduzido ao longo desses trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a compreensão, Senador Eduardo.

Com a palavra o Ministro.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Senadora, embora não seja o tópico aqui desta Comissão especificamente, eu acho que é importante destacar um pouco dessa questão do Amazonas. De fato, recentemente, eu estive lá. Houve esse massacre de 55 presos, um massacre que ocorre dois anos depois de um outro massacre, até mais grave, com maior número de mortos. Então, a constatação é de que existe uma deficiência grave no sistema penitenciário daquele Estado.

Falei com o Governador. Há, vamos dizer, uma comunhão de entendimento da necessidade, principalmente de nós termos mais agentes penitenciários naquele Estado. Há um número inconsistente de agentes penitenciários em relação ao número de presos. Em geral, essa inconsistência acontece em outros Estados, mas ali a desproporção é muito grande. E por mais que se possa, eventualmente, terceirizar alguns serviços no ramo penitenciário, precisa haver o agente penitenciário na ponta.

Além de, evidentemente, enviar a Força-tarefa de Intervenção Penitenciária para, prontamente, cuidar do episódio, também transferimos os presos envolvidos naquela rebelião.

Seria importante reforçar, e o faço aqui publicamente, a necessidade – e isso não faço para pressionar o Governador, porque ele mesmo concorda com essa medida, ele já disse que iria fazer – de um concurso público para agentes penitenciários naquele Estado. O último havido teria sido em 1986. Não vou falar o número de agentes penitenciários, porque acho que é uma informação que é melhor ficar um pouco reservada, não é? Mas, realmente, é absolutamente inconsistente.

Sobre a questão do combate à corrupção, eu concordo com suas palavras. Nós temos que nos preocupar em avançar, em consolidar os avanços que ocorreram.

No que se refere a minha atuação, Senador, mais uma vez, reitero: eu tenho plena convicção de que agi com absoluta correção na aplicação imparcial da lei durante esse período. Agora, vamos admitir que não foi um processo fácil. Foram quatro anos de processos difíceis. Não raras vezes, com tentativas de obstrução da Justiça; não raras vezes, com tentativa de intimidação de juiz, procurador, policial; não raras vezes, nós caminhamos ali com muita dificuldade.

Sobre as mensagens que foram divulgados, como eu disse, não posso afirmar a autenticidade dessas mensagens, mas ali não há nada – não é só a minha opinião, mas de várias pessoas já citadas aqui – que denote qualquer quebra de imparcialidade ou de anormalidade.

No que se refere ao episódio a que o senhor se referiu, é uma situação absolutamente diferente. Ali havia uma interceptação autorizada legalmente. Pode-se até discutir a decisão, mas havia uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão legal publicizada que depois foi objeto de questionamento e existia a prova decorrente nos autos. Nada ali foi ocultado, nada ali foi liberado a conta-gotas. Aquele material é o material de que poderia se verificar a autenticidade a qualquer momento. Aqui, nós estamos falando de alguma coisa completamente diferente: um ataque de um grupo criminoso organizado, *hacker*, contra autoridades envolvidas no enfrentamento da corrupção. O material está sendo disponibilizado é de maneira opaca à sociedade e sem a possibilidade de verificação de autenticidade. Então, é algo completamente diferente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, Sr. Ministro, apenas para esclarecer que a CCJ é, sim, a Comissão Permanente do Senado para que nós possamos tratar dessa questão do sistema prisional e do sistema de segurança pública. Diferentemente da Câmara...

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Eu estou à disposição para vir aqui discutir, a qualquer momento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, eu gostaria muito de poder ter uma sessão aqui com o Ministro da Justiça e da Segurança Pública, porque reputo... E no meu Estado e a colocação de V. Exa. e o diagnóstico... Eu fui Governador do Amazonas por dois mandatos, coloquei vários instrumentos que fizeram com que o índice de criminalidade... Na minha época não havia facções criminosas estabelecidas – e aqui eu não quero falar nomes porque não quero promovê-las, está certo? Lamentavelmente, são elas que promovem hoje o comando do sistema prisional, que levam a essas chacinas, que são repetidas no Estado do Amazonas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Mas, Ministro, eu queria, mais uma vez, encontrar aqui a sua contribuição, porque nós estamos neste debate sobre o projeto de lei das medidas anticorrupção e no debate sobre as medidas do projeto do pacote anticrime. E o projeto inicial das 10 Medidas contra a Corrupção previa a possibilidade do uso de provas ilegais, desde que obtidas de boa-fé. O que V. Exa. pode nos dizer sobre isso? Nós estamos à véspera de uma decisão aqui nesta Casa e nós gostaríamos de poder compreender a opinião de V. Exa. sobre um tema que nós vamos deliberar nesta Comissão.

No mais, quero cumprimentá-lo e dizer que creio que o combate à corrupção é fundamental, é essencial. O apoio às investigações é fundamental e essencial, mas nós precisamos garantir o Estado democrático de direito e da ampla defesa para a conclusão dos processos e com a apenação necessária dos culpados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, não tenho nenhuma divergência da necessidade de observar o devido processo, o Estado de direito, e isso foi observado integralmente durante a Operação Lava Jato, com todas as dificuldades que essas operações envolviam. Ninguém nunca ali defendeu fogo contrafogo, ou coisa que o valha; foram seguidas estritamente as regras legais. Claro que existe todo esse sensacionalismo, feito com base nessas supostas mensagens, mas, enfim, despido o sensacionalismo, não existe qualquer anormalidade.

A questão da prova ilícita. Existe lá uma jurisprudência do Direito norte-americano que envolve a obtenção da prova ilícita de boa-fé, que é basicamente um caso chamado Estados Unidos *versus* Leon, salvo engano em 1986, em que um policial, cumprindo mandado de busca, acaba colhendo provas em circunstâncias nas quais depois se revelou que não seria lícito colher a prova. O entendimento que houve naquela época pela Suprema Corte foi o de que o policial agia de boa-fé e de que aquela prova não devia ser excluída. Mais ou menos o raciocínio deles é que a exclusão das provas ilícitas visa coibir o cometimento de um crime para obtenção da prova, e, como ele agia de boa-fé, não era esse o caso.

Agora, com a situação de que nós falamos hoje não cabe nenhum paralelo. O que nós temos aqui é um crime em andamento. Foram "hackeados", invadidos os telefones dos Procuradores da República, sabe Deus mais de quem, jornalistas, Parlamentares. O Senador Kajuru mencionou ali... Eu sinceramente não sabia, Senador, peço até desculpa, eu não quis fazer nenhuma referência indireta. Então, é um crime em andamento.

Na minha percepção, "hackearam" os dos Procuradores da República, aparentemente conseguiram obter mensagens que estão sendo apresentadas – nós não sabemos se adulteradas ou não –, e examinaram aquele material. Na minha avaliação, não acharam nada naquele material que me comprometesse, tentaram invadir o meu terminal mais recentemente. Não encontraram nada. Como eu já mencionei, eu saí do Telegram há mais de um ano. Até verifiquei agora ali fora a informação, e a informação que existe é que, a partir de seis meses de inatividade no Telegram, as mensagens são excluídas, mesmo da nuvem. Então, a afirmação do Senador anteriormente aqui é equivocada. Esse material...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... não existe mais em nenhum lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sra. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Senadores, eu não me incluo definitivamente entre aqueles que relativizam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção. Corrupção para mim é uma carrasca da democracia, a corrupção destrói a credibilidade das instituições. Por outro lado, não creio na panaceia do combate à corrupção como a solução de todos os problemas do País. Ao contrário, quem assim procede – insistindo ou justificando todos os problemas do País pela existência da corrupção – ou boa parte dos que assim procedem tem por objetivo esconder o grande problema do País, que é a abissal concentração de renda, a desumana desigualdade social e, infelizmente, o grande protagonismo da União Federal ao longo das últimas décadas na manutenção do *status quo*.

O desemprego de 13 milhões, ou de mais de 13 milhões de brasileiros não será resolvido pelo simples combate à corrupção; a negativa de crédito a mais de 60 milhões de brasileiros não será resolvida simplesmente com pôr fim à corrupção; a informalidade e a falta de oportunidade de um emprego formal de mais de 16 milhões de brasileiros não serão resolvidas simplesmente pelo êxito ou pela falência da Operação Lava Jato.

Repito: eu não sou dos que relativizam a corrupção, o mal maior da corrupção é o descrédito nas instituições, é o descrédito na política, que é a única forma de efetivamente – a diferença entre a boa política e a má política – a gente entrar no caminho que ponha fim às desigualdades no Brasil.

Bom, para mim, Sra. Presidente, está absolutamente clara a necessidade, em face dos fatos e evidências, de dois procedimentos, ambos no âmbito desta casa. Proponho aos meus pares, em primeiro lugar, a alteração de tudo o que a gente ouviu aqui hoje em função também do que ouvimos ontem aqui nesta Comissão, quando da sabatina de alguns indicados ao Conselho Nacional da Justiça: a alteração da legislação processual penal, para que o juiz que instrui um processo não seja o mesmo juiz que vai julgar o crime. A meu juízo, isso é fundamental para que a imparcialidade se imponha sem que a gente vá analisar especificamente o caso do Juiz Sergio Moro ou qualquer outro juiz. Mas como medida protetiva para o futuro da isenção, da imparcialidade dos processos no Brasil que o juiz que instrua o processo necessariamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... não possa ser o mesmo juiz que julga o processo. Isso certamente, se já existisse, evitaria toda essa polêmica que nós estamos vivendo aqui hoje.

O segundo procedimento que proponho – e proponho também a esta Casa, proponho aos meus pares – é que nós instalemos uma comissão parlamentar de inquérito – e eu já tenho um requerimento pronto para isso – que, de forma isenta e imparcial, se disponha, se proponha e, de fato, faça o aprofundamento nas duas grandes questões que são objeto dessa celeuma que já se apelidou aí de "vaza jato". Seria uma comissão parlamentar de inquérito para averiguar, investigar e propor medidas para dar mais segurança e garantia ao sigilo das nossas comunicações de um lado e que procure

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigar, de forma isenta, quem foram os responsáveis por esse caso e outros especificamente e proponha punições para ele. E, ao mesmo tempo, também investigue se houve com conluio entre o Poder Judiciário, o integrante da magistratura...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... e o Ministério Público, o que certamente compromete qualquer processo, compromete o funcionamento do Estado democrático de direito, compromete a democracia, de maneira que me reservo a réplica para alguns posicionamentos mais.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço o Senador.

Com a palavra o Ministro.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Senador, a questão da desigualdade, da injustiça, o problema da falta de produtividade da nossa economia e a questão da corrupção... Só é importante lembrar sempre que não existe aí uma... Não são opções alternativas. Podem-se perseguir os mesmos objetivos ao mesmo tempo. Então, é claro que a corrupção não é o principal problema do País, diante de todas as carências que nós observamos, inclusive no campo mesmo da segurança pública, mas é evidente que a corrupção também compromete a nossa capacidade de adotar políticas públicas eficientes em áreas como educação, saúde, infraestrutura e até mesmo na segurança pública, de forma que não existe um dilema entre essas alternativas. Pode-se atuar com tudo ao mesmo tempo.

No que se refere às investigações, a Polícia Federal já está investigando esse grupo *hacker* criminoso e certamente vai fazer com dedicação e isenção. Não há nenhuma questão em relação a isso. No que se refere à investigação do conteúdo dessas mensagens, eu me dispus a vir aqui prestar esclarecimentos e creio aqui ter demonstrado, até pelos números da operação Lava Jato, que não existe nenhuma espécie de convergência entre Ministério Público e Judiciário, em absoluto, nesses processos. Essas supostas mensagens "hackeadas" não demonstram aquilo que, com sensacionalismo, o referido *site* pretende afirmar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu, sinceramente, acho que a gente realmente não deve ficar nesse bate-boca aqui com o Ministro Sérgio Moro, se ele fez ou não fez o *media training.* O fato é que ele trouxe aqui três ou quatro mantras e tem repetido esses três ou quatro mantras. Não que eu desconfie da palavra de V. Exa., mas da mesma forma que V. Exa. citou aí depoimentos de juristas e advogados que dizem que não enxergam na exposição dos fatos divulgados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até agora um conluio entre o juiz e a parte interessada, autora da ação, há muitos outros juristas e advogados que dizem exatamente o contrário: que a sua atuação está comprometida. Eu não quero tomar partido. Não quero, sinceramente, tomar partido, nem jamais defenderei que se ponha fim à Lava Jato. O que eu penso é o seguinte: a Justiça tem que ser imparcial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu dou um doce a quem disser o nome do atual juiz da 13ª Vara de Curitiba. A Operação Lava Jato continua e ninguém sabe o nome do juiz da 13ª Vara em Curitiba. Isso é mais do que prova de que a postura, ao longo do seu posicionamento lá, era uma postura de sensacionalismo – que V. Exa. repetiu já várias vezes –, era uma postura de querer aparecer, era uma postura de querer se colocar como salvador da Pátria.

Então, eu reconheço os méritos. Acho que havia muita roubalheira na Petrobras, era uma coisa institucional mesmo, e a prova disso é a devolução dos recursos. Agora, daí um juiz se tornar, muito pouco tempo depois, Ministro de um Presidente da República que adota essas teses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... como a da salvação da Pátria... Perdoe-me. Isso atenta contra o que eu acho razoável. O Brasil precisa de combate à corrupção, definitivamente, mas essa não é a solução do problema; a solução do problema é a gente enfrentar a desigualdade, os poderosos, que muitas vezes se ancoram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... nesse discurso de combate à corrupção.

E me perdoe, Presidente, se extrapolei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas dez segundos. Está dentro do limite que estou dando para todos os colegas, Senador Cid.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu não sei de onde tiraram essa questão do *media training*, que voltou de novo.

Olha, para dizer que eu nunca fiz *media training*, antes de nós irmos para Davos este ano, na comitiva presidencial, por insistência do Planalto, nós fizemos o *media training* para Davos. E foi uma tarde, uma conversa; não foi aquele treinamento exaustivo, e certamente não foi com essa empresa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem por aquele valor mencionado. Então, de onde tiraram essa história, eu não sei. Parece uma coisa maluca.

Agora, eu tenho dificuldade de responder a esse tipo de afirmação. O que eu lhe asseguro, no entanto, Senador, é que pode haver crítica ali na Operação Lava Jato, pode haver divergência em relação às decisões que foram tomadas. As decisões foram tomadas com base na lei, numa aplicação imparcial da lei. Certo? Despido de sensacionalismo, despido muitas vezes de comentários de juristas que são até interessados. Sim, vários advogados de pessoas condenadas na Operação Lava Jato questionaram as mensagens, questionaram a licitude de tudo. Bem, vamos discutir os fatos: as pessoas têm direito às suas opiniões, mas não têm direito aos seus fatos; e os fatos são aqueles que estão ali, e não há nenhuma irregularidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Presidenta Simone, obrigado pela oportunidade. Ministro Moro, agradeço pela sua presença e paciência de estar aqui até esta hora conosco.

Eu queria, para iniciar aqui – como preliminares e aproveitando a deixa do Senador Cid –, dizer que nenhum de nós aqui relativiza corrupção também. Particularmente, eu não devo nada a governo, nem a este nem aos anteriores. Estou aqui completamente livre e à vontade para interrogá-lo. Mas queria relativizar, sim, este argumento principal das suas falas no sentido da questão da validade ou não dessas revelações – prefiro chamar assim – jornalísticas, que estão aí assolando a mídia nessas últimas semanas.

Queria aproveitar sua presença aqui para focar em um fato, um tema técnico-jurídico que me incomoda há algum tempo, e queria talvez tentar esclarecer. Vou me auxiliar aqui de uma leitura em relação às delações. Em detrimento de outros instrumentos probatórios, como acareação, por exemplo, a Lava Jato pautou sua atuação utilizando, como nunca visto antes no Brasil, o instituto da delação premiada associado às prisões cautelares. Então, para o público leigo, o que ficou foi o seguinte: o sujeito era preso, investigado, era mantida a prisão por um tempo aparentemente não declarado inicialmente – não sei se determinado ou não, mas indeterminado para quem olha por fora – e, posteriormente, aquele megaempresário superpoderoso ou um político superinfluente ou dirigente partidário, coagido ou não – aí resta saber – ressurgia assinando um termo de delação, o famoso termo de delação. Esse *modus operandi* foi tão frequente que, na imprensa, passou-se a utilizar o termo indústria da delação premiada, situação denunciada, inclusive, no Plenário do Supremo por ministros daquela Corte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma das ocasiões que isso ocorreu, o Ministro Gilmar Mendes citou o advogado Rodrigo Castor de Mattos, que atuou na delação de João Santana, mesmo sendo irmão do Procurador da Lava Jato, Diogo de Mattos.

Outro caso escabroso e bastante noticiado e que pouco se comenta no âmbito da própria Lava Jato, dos personagens que a compõem, é a denúncia do advogado Tacla Duran, que afirmou ter pago para não ser preso.

Isso sem falar do sem fim de especialistas em delação premiada. Isso me incomoda tremendamente. Apareceram especialistas em delação premiada, Presidente, que, de um dia para o outro, apareceram e amealharam fortunas. O Senador Alessandro fez menção aqui a advogados graúdos, que não sabia de onde se tirava dinheiro para pagá-los. Esses graúdos não conseguiram servir para esses propósitos, tiveram que ser trocados, às vésperas do relaxamento de prisão do próprio autor da delação, por outros advogados de que a gente nunca ouviu falar e que apareceram agora como especialista nesse instituto tão recente nosso direito.

Então, algumas perguntas aqui sobre isso.

Como juiz da Lava Jato que homologou vários desses acordos de delação premiada, muitos realizados por esses escritório de advocacia permeadas agora por denúncias graves de corrupção feitas pela imprensa, por investigados e pelo próprio Supremo Tribunal, eu pergunto: diante de tantos questionamentos e lembrando que na denúncia pelo Supremo o senhor ainda era o juiz responsável pela Lava Jato, em algum momento, o senhor provocou o Ministério Público Federal, mesmo que informalmente, no sentido de solicitar apuração desses ilícitos apontado na construção dos acordos de delação premiada, muitos com grandes benefícios para os réus?

Segunda pergunta: o senhor conhece, já se relacionou ou tem ainda relacionamento com algum desses advogados citados nessas denúncias? Em que condição esses relacionamentos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há alguma relação de amizade?

Atualmente, V. Exa. é titular do Ministério da Justiça, logo, a autoridade central competente para celebrar acordos de cooperação internacional em matéria penal. Houve atuação de representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública para solicitar ao Ministério Público da Suíça cópia das denúncias formuladas por Sr. Tacla Duran?

O senhor tem conhecimento de troca de mensagens entre membros do Ministério Público e advogados contendo negociações ou oferecimentos sobre delações premiadas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor nega ou confirma que certos advogados tinham acesso privilegiado ao cartório da Vara ou ao julgador?

E, finalmente, aqui eu anotei uma última pergunta que tem menos a ver com as delações, mas apenas porque me intrigou no momento que foi falado. Era saber... Essas são as perguntas sobre delação. Isso realmente é bastante intrigante, porque nós vamos ter que nos debruçar mais sobre essa questão do instituto da delação premiada e do seu uso privilegiado nessa investigação. A última pergunta é se foi antes ou depois de apagar o Telegram e as mensagens que houve a entrega à investigação do seu telefone. Esses telefones, como foram trocados várias vezes, também pouco importa, provavelmente, qual é o telefone que foi entregue. Então, isso tudo também terá que ser... Teremos evoluções sobre esse assunto.

Essas são as perguntas. Agradeço a sua presença é a sua paciência.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Só para esclarecer um ponto aqui. Vejam: eu usei por um período o Telegram. Eu deixei de utilizá-lo 2017, muito antes de todos esses fatos aqui.

O meu telefone, depois que foi atacado, eu o entreguei à polícia no estado em que se encontra. Não tinha Telegram mais porque eu havia tirado 2017. Então, não apaguei mensagem nenhuma para perturbar essa colheita de prova, até porque essas mensagens não existiam mais no aparelho celular.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Também não disse que o senhor apagou não. Só estou querendo saber por causa do momento.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Talvez a minha interpretação tenha sido equivocada, está certo?

A questão do acordo de colaboração, veja, está previsto na lei, é uma forma de, vamos dizer assim, melhorar a investigação desses crimes mais complexos. Às vezes somente os próprios criminosos é que têm informações sobre os crimes praticados em segredo, como corrupção, como crime organizado. O que a lei estabelece, de maneira clara, é que cabe, tudo o que o criminoso, colaborador, declarar precisa ter prova de corroboração. E essa foi a linha adotada no âmbito da Operação Lava Jato. Ninguém foi acusado ou condenado com base apenas na palavra de um criminoso, sempre precisava ter prova de corroboração. Agora quem faz esses acordos, isso é o Ministério Público e o colaborador, assistido por seu defensor. O juiz não interfere, não atua nessa fase específica, ele apenas homologa depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se houve conversas entre advogados e Ministério Público sobre as corroborações essa é uma questão que tem que ser colocada para eles, mas as conversas me parecem naturais, já que para fazer o acordo precisa ter alguma espécie de conversação. Se isso se deu presencialmente por outro meio, eu não participava, eu não tenho esse conhecimento específico. Claro que a colaboração é um meio de investigação que às vezes suscita alguns questionamentos, um criminoso receber uma pena menor do que ele mereceria, sem a colaboração, com base na culpabilidade, mas é um método de investigação que nós não criamos, nós trouxemos de outros países nos quais ele é utilizado de uma maneira muito exitosa: Itália, Estados Unidos, especialmente...

O mais famoso criminoso colaborador da história é o italiano que foi preso no Brasil e extraditado para a Itália, é o Tommaso Buscetta, que foi um colaborador importante no maxiprocesso italiano lá na década de 80. Foi preso aqui no Brasil e encaminhado para lá.

No que se refere a contatos com advogados, eu não sei se entendi quais advogados a V. Exa. se refere. Eu tinha contatos com todos os advogados que atuavam na Vara, sejam eles de criminosos colaboradores ou não. Eu recebia muitos advogados dentro do meu gabinete e nós conversávamos. Isso é natural, como já mencionamos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Desculpe, Ministro, era só para esclarecer essa questão de algum tipo de privilégio, porque na verdade como os grandes advogados criminalistas abandonavam a causa...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, teremos a réplica.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Essa é que era...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. terá os dois minutos para esclarecimentos.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Não, não tinha privilégio nenhum. Pelo contrário, nós atendíamos a todos de maneira igual, que pedissem lá audiências... Foi aqui mencionado especificamente até um depoimento de um advogado que esteve lá. O Ministério Público não concordava que ele recebesse qualquer espécie de benefício, o cliente dele, e eu acabei reconhecendo benefícios durante a sentença.

Enfim, isso faz parte do relacionamento normal. Em relação a esse indivíduo que o senhor mencionou, o tal do Tacla Duran, essa é uma história requentada. Isso aí saiu lá em 2017 e tal. É uma história totalmente estapafúrdia. Essa pessoa é um lavador profissional de dinheiro que está foragido do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País, saiu do país para escapar do processo. Basicamente isso, não tem nada em relação a essa pessoa, salvo fantasias de um criminoso querendo atacar o juiz e os investigadores.

Em relação a essas afirmações de denúncia na Suíça, eu particularmente desconheço a que V. Exa. se refere especificamente. Mas enfim, esse é um trabalho que não cabe ao Ministro, cabe aos investigadores, à polícia e ao Ministério Público

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra para a réplica, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, quero agradecer e apenas dizer que o ponto era justamente esclarecer a precedência, a prevalência do instituto da delação premiada sobre outros que a gente conhece.

O grande público conhece... Claro, não é especialista em processos judiciais e investigações, mas conhece, por exemplo, o instituto da acareação. E eu me lembro de que um pouco antes de 2015, acho que no final de 2014, ainda durante o período eleitoral, houve, V. Exa. fez lá algumas acareações, Paulo Roberto com o doleiro Youssef, depois o Youssef com Cerveró, e depois esse procedimento foi abandonado. Eu não sei se foi abandonado, mas gostaria que esclarecesse. Mas não se fizeram mais acareações, que são, na verdade, no entender da opinião pública externa, uma forma de tirar a limpo, não é? Quem está ali mentindo,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... quem está exagerando, quem está colocando mais cores para incriminar o superior.

Na verdade, no final das contas, fica parecendo que todo mundo delata para cima. Vai delatando e vai se liberando, vai delatando, vai sendo premiado. No final, quem está preso é o Presidente da República.

Então esse é um processo que a gente também gostaria de esclarecer.

É isso.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Olha, não foi o único método de investigação. A cooperação jurídica internacional foi utilizada intensamente. Vieram provas, documentos de fortunas mantidas no exterior, por diversos agentes públicos, que eram agentes da Petrobras, que eram agentes políticos. Houve prova de favores materiais prestados por grandes empreiteiras, agentes políticos, ou seja, é uma gama de provas significativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes há um exagero na importância das colaborações premiadas dentro da Operação Lava Jato, certo? Não foi só isso, foram muitas outras provas. E nós deferíamos as provas normalmente que eram requeridas pela acusação, pela defesa, pela polícia. Eventualmente havia algum critério de relevância e pertinência com que o juiz pode indeferir. Mas nós éramos absolutamente generosos, até porque há o direito à prova, na realização desses requerimentos. Isso era uma coisa absolutamente normal.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Passemos ao quinto grupo. Na ordem, por permuta com o Senador Otto Alencar, Senador Renan Calheiros. Senadores: Renan Calheiros, Juíza Selma, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, e o não membro Plínio Valério. Em seguida, Senadores: Major Olimpio, Lasier Martins, Nelsinho Trad, Luis Carlos, e o não membro Senador Alvaro Dias.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em primeiríssimo lugar, é muito importante mesmo agradecer a presença hoje aqui do Ministro Sergio Moro. Aliás, a presteza que sempre verificamos toda vez que nós precisávamos da presença do então Juiz Sergio Moro, e hoje, do Ministro da Justiça. Eu falo isso, Sra. Presidente, em respeito ao cargo que o Ministro exerce e exerceu, cargo que outrora ocupei, com orgulho, com respeito, com humildade. Como também igual respeito à magistratura, que é o último guardião do cidadão, que através da sua instância superior, faz o controle da constitucionalidade, e consequentemente, do Estado democrático de direito.

Eu, como sempre, não cuidarei de atacar a Lava Jato. Eu sempre defendi a Lava Jato e sempre defendi todas as investigações. Mesmo antes de nós termos, na nossa legislação, a colaboração premiada, eu sempre defendi a colaboração premiada como um instrumento eficaz para se combater o desvio do dinheiro público. No Ministério da Justiça, cheguei a defendê-la por onde andei, ou seja, a sua inclusão na legislação brasileira.

O Ministro Sergio Moro sabe que este Congresso, que V. Exa. representa hoje, ao presidir esta importante Comissão de Constituição e Justiça, foi responsável por muitos avanços na legislação de combate à corrupção. Nós tivemos um eficaz – façamos essa compreensão – combate à corrupção porque o Congresso disponibilizou leis e instrumentos importantes para que isso se fizesse.

Eu considero, Ministro Moro, que esta audiência pública, esta conversa, esta inquirição é uma preliminar para a sabatina que nós vamos fazer aqui – todos nós – quando o senhor for indicado para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal, fato, aliás, já anunciado pelo Presidente da República. É muito importante que aqui se esclareça tudo, absolutamente importante. Eu não vou prejulgá-lo. Quem seria eu para prejulgá-lo. Eu defendo a sua presunção de inocência, o direito de defesa e acho, mais do que isso, que o senhor não está obrigado a responder sobre questões concretas desses vazamentos, desse noticiário, mas são coisas graves, muito graves.

O editorial do dia 11 de junho de *O Estado de S. Paulo* diz o seguinte: "Fariam bem o Ministro Sergio Moro e os Procuradores envolvidos nesse escândalo, o primeiro, se renunciasse e, os outros, se se afastassem da força-tarefa, até que tudo se elucidasse".

No editorial do dia 12 – eu citei o do dia 11 –, "Dos heróis e das leis"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... *O Estado de S. Paulo* diz:

> As reações à divulgação do conteúdo de conversas atribuídas a integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato e a Sergio Moro, havidas quando o atual Ministro da Justiça era o juiz responsável pelos processos relativos à operação [...] [Mais adiante] A lei parece estar sempre em segundo plano no debate entre aqueles que veem Sergio Moro e alguns Procuradores da força-tarefa da Lava Jato – em especial, Deltan Dallagnol – como heróis nacionais e os que neles apenas enxergam parcialidade, ardis e dissimulação. Evidente que nada de aproveitável pode sair de discussões em que os interlocutores nem sequer admitem a hipótese de rever suas convicções ante a irrefutabilidade dos fatos e tampouco ao comando da lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para encerrar essas citações, o Elio Gaspari, que para muitos é o maior jornalista brasileiro vivo, num célebre artigo que escreveu, "Moro, pede para sair", diz que:

> As mensagens de Moro e de Dallagnol deram um tom bananeiro à credibilidade da Operação Lava Jato e mudaram o eixo do debate Nacional em torno de seus propósitos. O ministro e o procurador reagiram como imperadores ofendidos, tocando o realejo da invasão de privacidade. Parolagem [diz o Elio Gaspari]. Dispunham...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu já vou fazer, se V. Exa. me... Eu não quero quebrar a regra absolutamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conclua, por favor o raciocínio... Sem dúvida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu quero colaborar para que nós possamos extrair o máximo desta audiência de modo a espancar qualquer dúvida...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida, não esquecendo que V. Exa. terá replica também, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E concluindo o que diz o Elio Gaspari:

> Dispunham de uma rede oficial e segura para trocar mensagens e decidiram tratar de assuntos oficiais numa rede chumbrega e privada. Noves fora essa batatada, precisam explicar o conteúdo de suas falas. Sem explicações, a presença dos dois nos seus cargos ofende a moral e o bom senso. No caso de Moro, ofende também a lei da gravidade. Ele entrou no Governo amparado por Jair Bolsonaro e agora depende do seu amparo. Se o capitão soltar, ele cai.

Portanto, eu não vou fazer pergunta sobre esses vazamentos. Eu me permito, Ministro, fazer algumas perguntas. São uma, duas...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os Senadores estão me cobrando aqui o tempo. Eu indagaria, então, se V. Exa. já entraria nos dois minutos da réplica, Senador, e o Ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer as perguntas para ouvirmos o...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou dar um minuto a V. Exa., os Senadores estão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer as perguntas para o ...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu compreendo, Presidente, só que os Senadores aqui estão levantando a mão e pedindo que nós sejamos isonômicos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou dar mais um minuto a V. Exa. para fazer as perguntas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu faço um apelo a V.Exa. para que nós possamos extrair da honrosa presença do Ministro nesta Comissão o máximo que pudermos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. terá mais um minuto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele próprio está disposto a colaborar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e V. Exa. poderá se reinscrever novamente e terá aí o tempo que for necessário.

Mais um minuto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Primeira pergunta – eu torço para que o senhor responda pela negativa, porque assim ficará melhor para o senhor, para este Congresso, para o Brasil, para sua biografia.

A lei contra as organizações criminosas, Lei 12.850, de 2/8/2013, com que eu tive a satisfação de colaborar como Presidente do Congresso Nacional, contemplou a colaboração premiada. Muitos dizem ser a primeira norma do Brasil que permitiu a delação. O senhor teve destacado papel nesse procedimento a partir da vigência da lei. De alguma forma o senhor fez, participou de algum termo de colaboração antes da lei de 2013? Se o senhor puder, por favor, responder "sim" ou "não"... E se "sim", qual a colaboração que o senhor fez antes da lei?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Ministro.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Bem, só para esclarecer, Senador eu realmente tenho atendido os convites sempre que convidado. Eu lembro aqui... Posso estar errado no ano, mas lembro que em 2016, V. Exa. até me convidou gentilmente para vir aqui ao Senado para discutir o projeto de lei de abuso de autoridade. Vou lhe confessar, Senador, que muita gente me disse: "Não vá que o senhor vai ser agredido". Eu falei: "Olha, como eu não vou no Parlamento discutir um projeto de lei, tendo sido convidado?" Eu vim e, pelo menos a minha experiência, foi muito gratificante, foi ótima.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu destaquei sua presteza sempre.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – No que se refere aos comentários, a minha avaliação, Senador, é que, na divulgação inicial, houve um sensacionalismo exacerbado e algumas pessoas, à primeira leitura daquela divulgação, embarcaram na tese da teoria do conluio, da teoria da conspiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ministro, eu fiz uma pergunta objetiva.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, eu vou chegar lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Eu tenho tempo, né?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Então, as pessoas embarcaram nesse sensacionalismo relativamente ao conteúdo daquelas supostas mensagens. Verificado isso com mais calma, com mais cautela, a conclusão... Até menciono aqui um estudioso lá, já o mencionei, que tem um *site* específico sobre anticorrupção, The Global Anticorruption Blog, Matthew Stephenson. Ele escreveu um primeiro artigo criticando severamente aquelas mensagens. Uma semana depois, 17, depois de uma reflexão maior, ele escreveu "O incrível escândalo que encolheu? Novas reflexões sobre os vazamentos da Lava Jato".

Nós lemos, nesse final de semana, no Correio Braziliense, o ex-Ministro Presidente do Supremo Federal Luiz Carlos Velloso, literalmente aqui indagado sobre a impropriedade dessas comunicações – e veja: supostas comunicações –, diz assim:

> O que li a respeito na imprensa é que o juiz Sérgio Moro teria conversado com o procurador a respeito de algo relativo à denominada operação Lava-Jato. Na conversa noticiada, não vi nenhum diálogo relativo a um caso que envolvesse combinação de procurador e juiz a respeito de provas a serem produzidas para alcançar um determinado fim. Haveria um momento em que o procurador diz que repetirá pedido que fora indeferido pelo juiz ou tribunal, e o juiz Moro acrescenta que isso somente seria possível com a existência de novos fatos, ou fatos graves. E parece que o novo pedido foi indeferido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei sobre vazamento, Ministro Moro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei sobre vazamento. Eu acho até que o senhor não deve responder sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Renan, ele está no tempo dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu fiz uma pergunta objetiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos aguardar e V. Exa. terá réplica também. Vamos apenas aguardar.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Esse tempo não ia ser...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. poderia segurar o tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele declinou e, portanto, eu dei apenas mais um minuto.

O Ministro está concluindo. Eu vou restituir o tempo de V. Exa. para que possa fazer os esclarecimentos devidos.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – No que se refere à sua pergunta objetiva, Senador, antes da lei que tratou das organizações criminosas, nós tínhamos a Lei 9.034, salvo engano, que é 1995, e essa lei tinha uma tipificação não muito adequada de organizações criminosas, mas ela já previa a delação premiada, utilizar o termo delação premiada, previsão de redução de sanções em caso de colaboração, assim como havia uma série de outras leis esparsas, como a Lei 7.492, que é de 1986, que trata também de redução de pena em caso de colaboração.

Então, as autorizações legislativas preexistiam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O senhor conhece a existência de acordo de delação antes da lei?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Isso... Havia uma situação legal que permitia que houvesse essas colaborações. A questão da colaboração lá, por escrito, é apenas uma questão de forma. Veio a Lei 12.850 que regulou isso e colocou de uma maneira mais explícita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor conhece e fez delação antes da lei?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, eu não fiz. Quem faz os acordos de colaboração...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Homologa, homologa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... sempre foi o Ministério Público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Homologou delação?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Renan, V. Exa. vai ter a réplica, se não ficar satisfeito com as respostas do Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria fazer perguntas objetivas, não sobre vazamento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. terá o tempo em sua réplica. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sobre vazamento, mas sobre conteúdo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo, mas o Ministro está na função...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu acho que têm que ser respeitadas também as nossas inscrições. Nós temos também...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – As inscrições vão ser respeitadas, e o tempo está sendo cumprido. Dei apenas mais um minuto para o Senador Presidente Renan Calheiros.

Vamos aguardar, Senador, a resposta do Ministro, e V. Exa. terá o tempo de dois minutos para as suas considerações e réplica.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senadora, eu entendo o objetivo da pergunta, mas, sim, houve colaborações e ilações anteriores à lei. Isso estava autorizado legalmente e foi feito – era feito pelo Ministério Público.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas homologou, não é? E houve recurso do Ministério Público à homologação?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Recurso contra a homologação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim. Ou de alguém?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO (Para interpelar Ministro.) – Ah, parece-me que não. Eu não me lembro disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou querendo me informar.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Se o Senador tiver uma referência concreta, quem sabe eu possa até responder isso especificamente. Mas eu vou me lembrar da minha atuação de 22 anos de juiz?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho aqui um acordo de delação premiada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros para a sua réplica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho um acordo de delação premiada que V. Exa. fez antes da vigência da lei, com perdão de pena, com prisão, com determinação para que a pessoa beneficiada continuasse gravando, uma coisa em que, quando me apresentaram, eu não acreditei.

Eu queria fazer outras perguntas, como disse, não sobre vazamento.

O senhor ainda aprova a integralidade das dez propostas, como as defendeu? Nós vamos, na próxima semana, votar. O senhor ainda aprova as dez propostas do Ministério Público apresentadas, como as defendeu na época?

Outra pergunta – o senhor pode responder todas de uma vez –: o senhor, em algum momento, foi informado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou soube ou ouviu que o ex-Procurador Rodrigo Janot montou uma central de grampos na Procuradoria-Geral da República e mandou gravar pessoas ou tinha despachantes especializados para fazer vazamentos e até um coordenador-geral dessas delações? O que é que o senhor acha do procedimento do Procurador Marcello Miller, que foi o coordenador das principais delações da Lava Jato e foi pego com a mão na botija da JBS, com dinheiro em conta e com dinheiro em conta de advogados com quem tinha relação?

Uma outra pergunta, Ministro: o Ministro Luiz Fux, na última segunda-feira, nos brindou com uma aula de Direito ao versar sobre a imparcialidade do juiz. Com a ênfase necessária, ele disse que a imparcialidade do juiz tem que ser olímpica. O senhor concorda com isso?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em algum momento, o senhor tratou...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Última pergunta, Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora, assim é impossível. Assim, a senhora está me tirando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Eu tenho que, por obrigação e dever de ofício, como Presidente, de forma imparcial, tratar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu vou ler rápido, para fazer as duas.

Em algum momento, o senhor...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Última pergunta, Sr. Presidente. As demais poderão ser encaminhadas, por escrito, ao Ministro da Justiça, que poderá responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a última pergunta. Eu tinha 13 perguntas – desculpem-me a coincidência –, mas eu vou fazer a última pergunta, já que V. Exa. me concedeu esse direito.

O senhor soube que uma decisão de 2018 proibindo a Receita Federal e o Tribunal de Contas de ter acesso a documentos e informações dos delatores... O senhor em algum momento tratou desse assunto ou foi consultado, mesmo que informalmente?

E eu vou, Presidente, desde já agradecido às respostas do Ministro Sergio Moro, mandar todas as perguntas para que sejam publicadas. Quem sabe V. Exa., como Presidente da Comissão, possa providenciar a resposta do Ministro Sergio Moro, mesmo que seja escrita.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Essa atribuição não me cabe, mas eu me prontifico a encaminhar, através da Comissão, Senador.

Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, sobre as 10 Medidas, eu precisava reavivar a minha memória sobre elas especificamente. De fato, no ano de 2016 ou 2017, eu vim até ao Congresso falar sobre elas, era um projeto do Ministério Público, eles é que fizeram lá as 10 Medidas especificamente. A minha postura geral era de apoio às 10 Medidas. Eventualmente, tinha alguma divergência específica em relação a alguns pontos, mas, no momento, no meu papel eu entendia que era mais um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dar apoio. Depois disso, foi votado na Câmara, houve certa mudança substancial do texto. Eu não sei exatamente em que termos está aqui no Senado. Disseram-me que foi feito um novo relatório ontem, então precisaria dar uma olhada para poder fazer uma afirmativa mais conclusiva quanto à minha opinião pessoal sobre essas questões.

Sobre o Rodrigo Janot, eu não tinha um contato com o Rodrigo Janot, ele era o Procurador-Geral da República, aqui em Brasília, e cuidava dos processos em Brasília, e eu cuidava dos processos lá em Curitiba, como juiz.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Então, os papéis eram diferentes, e, por outro lado, não existia, vamos dizer assim, um tipo, ou qualquer espécie de interlocução maior com o Procurador-Geral da República.

No que se refere ao Marcello Miller, o que eu conheço do caso, Senador, é basicamente o que vi nos jornais. Então, é complicado emitir qualquer juízo de valor. Eu não participei das investigações, não são casos meus, as colaborações que passaram na minha mão e que eu homologuei eu tenho convicção ali da validade delas – eventualmente podia até discordar no mérito de alguma delas, mas é um acordo que cabe lá ao Ministério Público e ao colaborador assistido pelo defensor. O que eu tinha, a posição, era tratar isso com uma certa deferência, já que era uma escolha das partes. Mas eu não sei detalhes de negócio de JBS, não foi um caso meu especificamente.

A questão do Ministro Fux, concordo com a posição dele. Já manifestei pessoalmente meu apreço pessoal pelo Ministro Fux, eu acho que é um grande Ministro, assim como vários outros grandes Ministros do Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal é uma instituição que tem que ser valorizada, é uma instituição central dentro do nosso sistema republicano, está aí desde 1891, isso mesmo nós considerando, vamos dizer, o predecessor do tribunal, o predecessor do Supremo Tribunal Federal. Então assim... Sim, os juízes têm que ser imparciais e eu fui imparcial durante a Operação Lava Jato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, pessoas que nos assistem pela TV Senado, Sr. Ministro Sergio Moro, eu gostaria aqui, antes de tudo, de me solidarizar com V. Exa. não apenas como cidadã, mas também como Senadora eleita pelo meu Estado de Mato Grosso – os robôs do Major Olimpio não param de mandar mensagens aqui no meu celular lhe dando apoio, esses robôs são lá do Mato Grosso. Então, devo lhe dizer que, como cidadã, como Senadora e como Juíza aposentada, ou seja, como uma pessoa que passou pela mesma profissão, obviamente em grau muito menor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexidade e de enredos que o senhor teve que enfrentar, eu gostaria de me solidarizar com o senhor e de fazer aqui alguns apontamentos a respeito dessas acusações, vamos dizer, que costumam fazer a magistrados que trabalharam com pessoas que têm envolvimento com política.

É fácil você dizer que um magistrado age com motivação política ou que age com sensacionalismo quando, pela função, pela competência, ele é obrigado a tratar com políticos. Então, se você é obrigado a prender alguém do partido X, é porque você é do partido Y, que é contra aquele partido. Isso acontece, e são acusações que todos nós que estamos com essa competência acabamos sofrendo. É óbvio que, se você está trabalhando e decreta prisão ou uma busca e apreensão sobre um réu, um investigado que tem fama, que é uma pessoa reconhecida, que é uma pessoa conhecida, a imprensa vem toda em cima de você. E isso lhe dá a conotação de quê? Sensacionalista, de que você está aqui para aparecer. E não é nada disso. A Operação Lava Jato teve o seu ápice, agora ela está em um período muito mais morno. Isso tudo justifica o fato de a imprensa não estar lá todos os dias entrevistando a juíza ou os juízes que estão no seu lugar. Eu preciso dar esses esclarecimentos. Isso é por mim também que eu estou fazendo.

Sr. Ministro, é bom também que se esclareça que pode ter havido erros, pode ter havido o que se diz aí: abusos. Mas é fácil... Quando se lida com esse tipo de matéria, principalmente lavagem de dinheiro, você lida muito com prova documental, e prova documental acaba levando a uma certeza muito maior do que se você tivesse lidando apenas com prova testemunhal. Então, quando você dá uma decisão liminar, seja de busca e apreensão, seja até de prisão, você sempre dá com mais certeza do que daria se houvesse apenas prova testemunhal ou prova circunstancial. E, no caso das operações, principalmente as primeiras, que envolveram a Operação Lava Jato, assim como aconteceu comigo no meu Estado, elas aconteceram logo depois da Lei 12.850, de 2013, e, portanto, essas delações, de modo natural, acabaram eclodindo. Virou realmente uma febre de delações. E realmente aconteceu – eu tomei conhecimento, de minha parte, de modo informal, mas tomei conhecimento – de advogados que negociavam com réus ou com envolvidos ou mesmo com outros réus: "Quanto é que você não me dá para eu não delatar você?".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E aconteceu de gente sair da delação muito mais rica do que entrou, mesmo devolvendo o dinheiro para o Erário. Isso aconteceu, é um fato, e juiz nenhum tem culpa disso – nenhum. O juiz apenas homologa, quem faz o acordo é o Ministério Público com o réu e traz ao juiz para mera homologação.

Eu até sou um pouco contra esta forma como a lei está posta, mas é assim que acontece.

Com relação à logística de operações, eu devo dizer também, Sr. Ministro, que sou testemunha: às vezes, você decreta prisões, buscas e apreensões, sei lá, condução coercitiva, um monte de coisa em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à uma operação, e não tem como você operacionalizá-la agora. Por quê? Porque a polícia vai ter que fazer uma mobilização, chamar a força-tarefa; ou porque estamos próximos do recesso, vai ficar ruim você deflagrar essa operação agora, porque vamos cair em plantão, vai ficar difícil para conduzir, para analisar prisões, etc.; ou por qualquer outro motivo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu já pedi ao Ministério Público que não deflagrasse operações quando elas estavam muito próximas, Sr. Ministro, de eleição, para não criar nenhum desequilíbrio nessas eleições. Então, isso aconteceu, é absolutamente normal que o juiz converse, sim...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... com o Gaeco, com o promotor de justiça.

Sra. Presidente, eu vou lhe pedir só um pouquinho mais de tempo, já que o meu antecessor teve o tempo que quis.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora, eu peço a gentileza...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – No meu caso, eu estou falando aqui como juíza também.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. terá também dois minutos.

Eu acho que todos que acompanharam desde o início dos trabalhos... Eu fui rigorosa em relação ao tempo. Um episódio isolado não excepciona ou vai excepcionalizar aqui os trabalhos, teriam direito à réplica... E como nós estamos chegando ao final também, nada impede – eu e o Ministro estamos aqui e estaremos aqui até o final – que possam, aqueles que não estão satisfeitos com as respostas e querem fazer mais alguma consideração, poderão se reinscrever ao final.

Por isso, por favor, só apenas conclua...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, eu lhe peço só um minuto, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o seu raciocínio, por favor, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu devo lhe dizer também, Sr. Ministro, que assim como esta tentativa, esse vazamento, esse crime tem essa pretensão, eu também já fui declarada suspeita, depois que saí do cargo da magistratura, em processo lá no meu Estado. A ideia é de que, declarando o juiz suspeito, declarando o envolvimento pessoal ou alguma motivação política em cima das suas decisões, o senhor seja considerado suspeito, portanto, esses fatos se diluam, sejam anulados e as pessoas sejam beneficiadas. Essa é a minha convicção.

O restante, Sra. Presidente, eu prefiro continuar na réplica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a compreensão de V. Exa. Há alguns Senadores comentando que têm voos também na tarde de hoje.

Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Agradeço, Senadora Selma.

Sem qualquer demérito dos demais, são importantes indagações porque vêm de pessoa que atuou na magistratura e sabe como é o cotidiano, como é o trabalho. E o que nós temos informação é que a Senadora era uma juíza ativa no bom sentido, não era uma juíza omissa quanto às suas responsabilidades. E uma juíza criminal é muito normal receber polícia, receber advogado, receber procurador para proferir as decisões. É o que tradicionalmente se chama de embargos auriculares, isso é muito normal. Às vezes até como uma forma... "Ah, vou requerer isso", para ter uma opinião prévia do juízo, o que é necessário, o que não é necessário, se é possível ou se não é possível.

Quando se fala em operações, isso é extremamente relevante. Quando se fala em operações, nós estamos falando de diligências relativas a decisões judiciais já proferidas. Então, quando se discute a operação, busca e apreensão, prisão, nós estamos falando do cumprimento de uma decisão já proferida pelo juiz. E é natural, quando se tem uma magnitude de várias diligências a serem cumpridas, que haja alguma espécie de discussão com o juiz, porque o juiz vai ter que cuidar daquelas diligências, de todos os incidentes, e receber toda prova que surja no decorrer da operação.

Não estou com isso dizendo que aquelas mensagens são autênticas, mas apenas destacando todo o sensacionalismo que foi feito em cima do conteúdo de algumas delas – e mais uma vez, não se pode ali atestar a autenticidade. Mas, por exemplo, eu como juiz, já orientei a polícia a não fazer próximo do recesso do Judiciário, porque isso causa uma série de embaraços na operacionalização daquelas diligências e no cuidado que tem que haver depois da realização daquelas diligências. Já também na época, eu conversava com a Polícia Federal: olha, tem que tomar cuidado para uma não ser muito próxima da outra, senão vai prejudicar nossa capacidade de poder, vamos dizer, bem apreciar os incidentes que forem surgindo no curso daquelas diligências. Era muito comum, em dias de operação, o juiz chegar lá... Eu chegava lá – provavelmente a doutora também fazia isso na sua época –, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegava lá na vara federal às 6h da manhã, porque as diligências seriam feitas logo depois. E surgia uma série de incidentes, faz uma busca e apreensão no local, descobre um outro endereço relevante. Muitas vezes até tinha um contato telefônico do policial. "Olha, tem um outro interesse relevante aqui, vamos requerer". Fazia-se um requerimento e o juiz apreciava. Esse contato de comunicação instantânea não tem nada de ilícito. Isso é normal.

Vamos supor que fosse uma operação envolvendo tráfico de drogas. O policial realiza uma busca e apreensão em uma casa e, chegando lá, tem um outro endereço do traficante. Pode ter cocaína lá. Nós vamos realizar uma nova busca incidental. Comunica o juiz, e o juiz defere ou não defere. A gente sempre fazia por escrito, mas a gente tem notícia de que às vezes até acontece, em algumas varas, a autorização oral, depois reduzida a escrito, porque existe uma dinâmica disso. Nós não estamos falando aqui de processos singelos. Nós não estamos falando aqui de uma cobrança de aluguel ou da execução de uma taxa de condomínio. Nós estamos falando de processos judiciais que envolvem grande corrupção e crime organizado, e isso envolve uma dinâmica. Então, fico até muito feliz pela lembrança desses fatos. Isso é algo em que foi feito um estardalhaço, um sensacionalismo relativo a supostas mensagens que tratam de operações. São relativos a decisões já deferidas. Onde é que está o comprometimento da imparcialidade? É zero. Zero.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Ministro, eu gostaria de assinalar aqui apenas porque eu acho que não ficou muito bem tratado – e eu não quero que fiquem dúvidas aqui –, já que o senhor repetiu exaustivamente respostas, o que me traz ainda mais a certeza e o consolo de que o senhor fala apenas a verdade, mas ficou um ponto aqui com relação a esse último vazamento, essa última publicação aqui do Intercept relativa ao Fernando Henrique Cardoso. Analisando essa conversa que o Intercept publicou, o senhor supostamente teria conversado, em 13 de abril de 2017, com o Dallagnol, questionando se tem alguma coisa mesmo, se seria do FHC, "o que que vi na TV pareceu muito fraco". Aí o senhor diz: "Caixa dois de 96?" Isso aconteceu em 2017...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... 13 de abril de 2017. Um caixa dois de 1996 já teria 21 anos. Então, o senhor questionou por que isso foi mandado para São Paulo – se é que questionou –, por que foi mandado para São Paulo, e aí a resposta do Dallagnol foi: "Suponho que de propósito. [...] para passar recado de imparcialidade", aí o senhor diz: "Ah, não sei, [...] questionável [...] [porque] melindra alguém cujo apoio é importante". Se essa conversa é verdadeira, Sr. Ministro, ela é absolutamente lícita. Da mesma forma, eu cansei – cansei – de, ao invés de deslocar competência, quando me reconhecia incompetente, se o crime estivesse prescrito, óbvio que eu ia extinguir a punibilidade pela prescrição e ia atender aqui ao princípio da economia. É óbvio isso! Não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se houve esse questionamento, eu também acho que é importante deixar isso claro, que não havia a mínima necessidade de se mandar processo nenhum para São Paulo, de se expor indevidamente uma pessoa, cujo crime atribuído seria caixa dois, art. 350 do Código Eleitoral, com prescrição máxima de dois anos, e já fazia 21 anos da imputação desse fato. Então, eu acho que é muito importante também o senhor colocar isso.

E quero lhe...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... dizer, finalmente, que nós precisamos nos conscientizar: o que é grave aqui é o vazamento, e não o seu conteúdo. O que é grave aqui é o crime que está atacando as instituições, não o teor de conversa entre juiz, promotor ou advogado ou quem quer que seja.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E afastamento, Sr. Ministro, afastamento é o sonho...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senadora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... dourado de todo corrupto. Jamais pense nisso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senadora, talvez se fosse um caso meu, eu me recordasse dessas mensagens. No entanto, o que eu vi das mensagens, nessas supostas mensagens, esse caso não é um caso meu.

O que aconteceu? Houve um acordo de colaboração efetuado pelo Ministério Público com a empresa Odebrecht e com diretores da empresa Odebrecht. Esse acordo com diretores da empresa Odebrecht foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal. Eu me recordo bem: houve aquele trágico episódio da queda do avião do Ministro Teori Zavascki, a Ministra Cármen Lúcia assumiu a condução daqueles processos e homologou aquelas colaborações premiadas. A gente ouve muita crítica sobre homologação, de colaboração indevida, e a grande maioria das colaborações premiadas na Operação Lava Jato foram homologadas pelo Supremo, por ministros admiráveis, como, por exemplo, a Ministra Cármen Lúcia, que ninguém coloca em dúvida a integridade da Ministra ou mesmo de outros Ministros do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse material, uma vez homologado, o Supremo Tribunal Federal – e a partir daí, acho que foi o Ministro Fachin – decidiu acerca da destinação do material: parte do material foi para Curitiba, parte do material foi para São Paulo, parte foi para Recife, parte foi espalhado no País – aqui coloco apenas a título ilustrativo. No que se refere a esse caso específico envolvendo o ex-Presidente, se nós formos resgatar os fatos, como saíram na época, o caso nem passou por Curitiba; saiu do Supremo Tribunal Federal diretamente para São Paulo, onde o juiz recebeu. E, bem, fato de 1996, envolvendo caixa dois, suposto caixa dois, nem se fez investigação; arquivou-se, é prescrito – isso é o que qualquer juiz faria.

Aquela troca de mensagens em particular, sobre a qual eu não me recordo, e pode até ter havido, mas não necessariamente com aqueles termos específicos, porque pode ter havido adulteração parcial dessas mensagens, se forem verazes, é um comentário de alguém que nem tem o processo. E o *site* divulga lá: "Interferiu na investigação". O que é isso? Está brincando com a nossa honestidade intelectual, com a nossa capacidade de percepção dos fatos. Se quer divulgar dessa forma sensacionalista, pelo menos seja fiel ao texto e às mensagens...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... que, adulteradas ou não, estão lá com esse *site* duvidoso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Ministro.

Eu peço, mais uma vez, desculpas aos colegas, eu vou ser rigorosa no tempo.

Nós temos 15 inscritos, chegaram outras inscrições. Lembrando que, como amanhã é feriado, alguns colegas estão um pouco preocupados com o horário, cada vez mais temos voos limitados para os nossos Estados.

Eu peço desculpas aos próximos inscritos.

Na ordem, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar Ministro.) – Presidenta, cumprimento V. Exa., cumprimento os colegas Senadores e Senadoras, aqueles que nos acompanham, cumprimento o Ministro Sergio Moro, e quero dizer que a democracia vive do bom debate e, portanto, a falsa criação de dicotomias ou de pensamentos binários – quem faz isso é porque é a favor da corrupção, quem faz aquilo é porque é defensor da moralidade – não vão ajudar o Brasil a chegar a lugar nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu percebo muitas vezes que o debate aqui, em vez de se ater ao tema para esclarecer aquilo que foi revelado, muitas vezes se adjetiva que fulano é excepcional. Eu prefiro ir aos pontos diretamente para que a gente possa esclarecer.

O Ministro insiste o tempo todo em desqualificar o *site* e chamá-lo de sensacionalista, mas só queria lembrar que o *site* e o jornalista já foram ganhadores daquilo que se chama o Oscar do jornalismo com a revelação dos WikiLeaks. Semelhante ao nosso caso, pode parecer semelhante, sob a desculpa dos Estados Unidos de combate ao terrorismo, grampeou-se o Presidente da República e o Presidente de uma companhia da importância da Petrobras.

Então, eu quero dizer que o combate à corrupção é pré-requisito para qualquer um que esteja na vida pública. Eu, pessoalmente, estou muita à vontade no tema porque, quando Governador, abri dois processos através da Secretaria de Segurança Pública, investigados absolutamente dentro da lei – eu sempre disse que não quero saber do processo, eu quero que seja feito dentro da lei – e, ao fim e ao cabo, foram presas pessoas de relevância, de importância na hierarquia inclusive da Polícia Militar do Estado da Bahia. Então, acho que aqui cada um cumpre o seu dever.

Mas a tentativa de muitos é de desqualificar o chamado jornalismo investigativo. Watergate aconteceu com base em jornalismo investigativo. Então, não me parece que a melhor forma de combater é desqualificar, a melhor forma de combater é responder àquilo que até agora está revelado. Eu não sei se aquilo é o total. Eu confesso até que imaginei que eventualmente o Ministro, apesar da fala da Juíza Selma, pudesse eventualmente até pedir afastamento para responder sem parecer que estaria usando da condição de Ministro para se proteger.

De qualquer forma, eu quero insistir, porque já que V. Exa. fala tanto em sensacionalismo, foi uma medida sensacionalista divulgar as conversas grampeadas da Presidente da República, Dilma Rousseff? É sensacionalismo praticamente colocar no pelourinho a dignidade das pessoas ou de pessoas cujo sigilo deveria ser mantido e que, muitas vezes, acabam sendo praticamente julgadas em público?

Eu não falo de política; eu falo do caso da Escola Base de São Paulo, onde as pessoas foram execradas – não tem nada a ver com V. Exa. evidentemente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não; eu só estou citando o caso. É evidente que não tem a ver com V. Exa.

Ou, e aí eu cito algo que tem a ver com V. Exa., já que V. Exa. presidiu o feito, é da lavra do Ministro Herman Benjamin, do STJ: quando ia ser feita a diligência – foi ele que presidiu o feito – ao ex-Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, ele determinou que a Polícia Federal a fizesse não com as fardas, que chamam a atenção por onde passam, ou com carros caracterizados. Ele exigiu que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fosse tudo feito com carros sem caracterização e que as pessoas, como toda boa polícia judiciária faz, já que não é polícia ostensiva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... deveriam fazê-lo, guardando a discrição que uma investigação exige, e não sensacionalisticamente aparecendo.

Então, eu acho... V. Exa., que se mira tanto nas questões ou, pelo menos, no modelo americano, sabe que lá eles são muito duros, como já foram, conforme artigo hoje publicado na Conjur, do Prof. Antônio Vieira, que mostra que juízes e procuradores foram punidos com o afastamento do cargo exatamente por esse tipo de conversa.

A pergunta que eu faço é se, a depender da evolução dos fatos e de novas revelações que mostrem que o relacionamento entre V. Exa. e o Ministério Público saiu do padrão, V. Exa. pensa na hipótese de pedir renúncia do cargo ou afastamento para não interferir no julgamento? Porque, se for aberta uma investigação pelo CNJ ou pelo Supremo Tribunal Federal, será a Polícia Federal que terá que fazê-la, e não vai me parecer razoável que aquele que passará a ser investigado continue comandando a Polícia Judiciária Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, a minha percepção particular em relação a esses fatos é de que o impacto inicial decorrente do sensacionalismo da divulgação daquelas notícias pelo *site* gerou uma repercussão indevida, e o tempo está colocando as coisas no devido lugar.

Eu não queria citar de novo, mas vou citar de novo. Alguém que escreve que os fatos eram muito graves, um observador estrangeiro, um observador estrangeiro imparcial, que não tem nada a ver com a nossa política ordinária, um especialista em anticorrupção, que escreve inicialmente com uma condenação firme, questionando as mensagens, a ética dessa troca de mensagens entre o Procurador e eu, pelo menos assim divulgadas – e, como disse, a gente não sabe se elas são autênticas ou não, não podemos afirmar isso –, uma semana depois, escreve um novo artigo: "O incrível escândalo que encolheu".

Algumas pessoas, já de *prima facie*, quando foram divulgadas aquelas supostas mensagens ou no primeiro dia, olharam aquilo e identificaram: "Não, isso aqui não tem nada; isso aqui é uma conversa entre juiz e procurador, como é comum entre juiz e advogado". "Vou requerer não sei o quê". "A tendência é indeferir". Como que isso pode ser inapropriado? Como esse tipo de afirmação, se é que ela ocorreu mesmo... Não vou lembrar se há três anos eu escrevi "a tendência é indeferir". Mas, se eu escrevi aquilo, isso não tem nada de ilegal ou ilícito, falar para o juiz: "Olha, vai requerer uma liminar...". O juiz examina: "Olha, eu acho que a tendência é indeferir, mas eu vou... a examinar a decisão". Isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito comum! Ou a tendência é deferir... Mas enquanto não se tem a decisão no papel, não tem a decisão, o juiz pode mudar de ideia daquela impressão Inicial.

Então, assim, não vou criticar pessoalmente o *site*, não vou criticar pessoalmente o jornalista, ele acredita estar fazendo o trabalho dele. Sou contra essas ameaças que foram veiculadas, aparentemente, ao companheiro dele; em absoluto. Mas que há uma divulgação sensacionalista e muitas vezes dissociada do texto das supostas mensagens, isso me parece para lá de evidente, o que coloca em questionamento quais são os propósitos desse tipo de divulgação. Porque eu disse: se há realmente essas graves irregularidades, esses graves ilícitos que são afirmados pelo jornalista, que apresente a uma autoridade independente, apresente lá no Supremo, para averiguar isso, então. E veja, eu estou falando isso não para buscar a impunidade. Não, apresenta isso, vamos ver o que tem! E não esse sensacionalismo, vamos dizer assim, divulgar em um ano, todo dia um novo capítulo. Eu acho que isso desmoraliza o veículo jornalístico dessa forma. Não vejo lá, situações do passado, por exemplo, os jornalistas do Watergate, se eles tivessem a informação total desde o início, eu imagino que eles divulgariam desde o início e não levariam um ano divulgando aquilo lá. O que eles foram fazendo: foram elaborando as matérias segundo as informações que eles colhiam e aí imediatamente eles divulgavam tudo.

Da mesma forma lá, os papéis do Pentágono, caso que ficou famoso, foram sendo divulgados na medida em que eles tinham, eventualmente pode ter alguma coisa ali paulatina, mas ninguém chegou lá e falou: "Ah, vamos levar um ano, a conta-gotas", e sem apresentar a mais ninguém aquele material. Inclusive naquele caso dos papéis do Pentágono, o material foi compartilhado com outros veículos de imprensa. Então me parece um comportamento absolutamente diferente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Na questão aqui, na Escola Base, eu peço até escusas, mas não é um caso meu, foi um grande erro judiciário ali aquela divulgação, não foi da Justiça, mas foi das autoridades de investigação. E nós, nesse caso da Lava Jato, nós tomávamos cuidados pontuais, por exemplo: praticamente nenhum agente político foi algemado, conduzido com algemas. No caso do ex-Presidente, nós proibimos a autoridade policial de realizar qualquer filmagem. No caso do Sérgio Cabral, aquilo foi feito ao contrário das determinações da Justiça, foi uma decisão dos agentes policiais. Nem sempre o juiz tem controle de tudo que acontece nessas diligências policiais. O que nós constávamos normalmente, e consta expressamente no caso do ex-Presidente, é proibição expressa de utilização de algemas na realização daquela prisão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Jaques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Vou insistir num tema, porque todas as ações tiveram caráter claramente sensacionalistas: chegar um conjunto de carros plotados na casa ou no escritório de alguém, eu acho, claramente, que isso podia ser evitado.

Ministro, V. Exa. sempre declarou que, para o sucesso da operação, era necessário o apoio da imprensa e o apoio da opinião pública. Eu posso dizer que o jornalista está trabalhando com o mesmo elemento que V. Exa., ele está querendo o apoio da opinião pública e da imprensa para que suas coisas ganhem a conotação que tiveram.

V. Exa. não me respondeu se foi sensacionalista a divulgação do diálogo da ex-Presidente. E eu não estou dizendo que é da sua responsabilidade, mas V. Exa. era o responsável pelo feito. E eu não soube de ninguém admoestado por ter executado isso.

Segundo, V. Exa. também não revelou, porque eu não sei o conteúdo do que esse jornalista tem: se isso evolui e acaba-se abrindo uma investigação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Porque, na minha opinião, são sérias. Respeito muito o Ministro Carlos Velloso, mas não acho que a fala do Ministro Carlos Velloso cobre todos os diálogos contidos na revelação.

A pergunta que faço: se isso se avoluma, novas revelações vêm e se abre uma investigação, V. Exa. entende que é de bom-tom se afastar do cargo para permitir que a Polícia Federal aja com absoluta tranquilidade? Porque várias das prisões preventivas executadas foram sempre no intuito de não se acabar com provas e não deixar que o agente pudesse atrapalhar a investigação. Então, por isso eu insisto na pergunta, porque eu não sei o que está por vir. Eu não sou amigo, conheço como jornalista o cidadão. Mas pode ser que saiam coisas novas, e eu queria que V. Exa...

É porque por acaso eu tive esse diálogo com o Ministro Herman Benjamin, e ele me relatou que, se o juiz do feito quiser, proíbe o espalhafato, me perdoe o termo, que a Polícia Federal muitas vezes fazia a investigação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... e nem autorizava que se desse...

Eu tive busca e apreensão na minha casa, e antes que a busca e apreensão terminasse, a delegada estava na televisão dando, contra a ordem da desembargadora federal que autorizou a busca e apreensão, contra a ordem dela, já dando e me imputando sei lá quantos milhões que eu teria recebido. Então há um sensacionalismo em torno disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Essa é uma novela que perdura.

Assim, a minha pergunta – só para concluir, Ministro –, quando V. Exa. fala da combinação do combate... o fosso social e o combate à corrupção, eu tenho uma crítica pontual à operação dirigida por V. Exa. É que eu acho que deveria ter se salgado o CPF das pessoas físicas, e não acabado com as empresas. Nós temos empresa cujo dono, Marcelo Odebrecht...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... é só o dono.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conclua, por favor, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas são milhares de engenheiros, é uma inteligência acumulada que foi jogada para o espaço. Então acho que deveria ter havido essa cautela de preservar a sabedoria nacional e penalizar, por exemplo, obrigando a transferência do controle acionário das empresas, para que o mau gestor, o mau dono não continuasse mandando numa empresa da importância de muitas que foram terminadas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bem, veja, no caso da Operação Lava Jato, sempre manifestei a necessidade de que esses processos judiciais fossem transparentes. Então, o que nós fazíamos? A partir do momento em que o sigilo para as investigações não era necessário, especialmente na fase da ação penal, nós levantávamos o sigilo, mas nós fazíamos isso de maneira transparente. E todo o material probatório, todas as informações ficavam disponíveis. Nós não ficávamos, assim, divulgando em pílulas aqueles fatos. Nós os colocávamos por inteiro.

Aquela decisão envolvendo aquele áudio, tudo bem, pode ser, pode haver divergência, mas foi uma decisão proferida nos autos, não é? Foi uma decisão transparente. Eu expus as minhas razões. Eu não me servi, na ocasião, de *hackers* criminosos para encobrir a minha responsabilidade, certo?

No que se refere ao conteúdo, ao que tem ou que não tem mais esse *site*...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... eu estou absolutamente convicto da correção das minhas ações como juiz. E sei que se as minhas comunicações, com quem quer que seja, forem divulgadas sem adulteração e sem sensacionalismo, essa correção vai ser observada.

Estou absolutamente tranquilo quanto a isso, mas, se é esse o problema, então o *site* apresente tudo. Aí a sociedade vai poder ver, de pronto, se houve alguma incorreção da minha parte. Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. Apresente tudo. Vamos submeter isso, então, ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio. Mas não houve. Por quê? Porque eu sempre agi com base na lei e de maneira imparcial. Se forem divulgadas todas as minhas mensagens... Eu falei isso publicamente: pode divulgar tudo. Se for divulgar tudo sem adulteração, sem sensacionalismo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... sem a construção de interpretações que não correspondem, minimamente, ao texto, vai poder se verificar de todo que a atuação foi absolutamente íntegra. Absolutamente convicto em relação a isso.

Agora, a minha sugestão: cobrem do veículo, do *site* a apresentação integral de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, a população já exerceu esse escrutínio, Sr. Ministro, escolhendo o projeto para o Brasil nos próximos quatro anos. E hoje o senhor integra esse projeto com toda competência. Quero já parabenizá-lo pela resiliência. Já são mais de cinco horas e meia de audiência. Acho que não é a primeira nem a segunda nem a terceira vez que V. Exa. vem aqui, e sempre despertando essa atenção e essas emoções por parte dos Parlamentares.

Eu quero dar o meu testemunho aqui, porque foi dito, Ministro Moro... Toda hora alguém supõe algum conluio entre V. Exa. e o Presidente Bolsonaro, algo antecipado. Eu quero aqui dar o testemunho, Major Olimpio: eu estava presente no momento em que V. Exa. e o Presidente Bolsonaro, recém-eleito, se conheceram, na Barra da Tijuca, onde houve a conversa. Inclusive, quero pedir perdão à Presidente, Simone Tebet, pelo que eu vou falar aqui agora, porque sei que V. Exas. não almoçaram ainda. O Ministro Moro não teve nem oportunidade de provar a iguaria mais famosa do Brasil no momento, que é o pão com leite condensado do nosso Presidente Bolsonaro. E, nessa reunião, também nada foi tratado sobre STF. Não há nenhuma vinculação, nenhum compromisso firmado sobre isso. Mais uma vez, algumas pessoas querendo dar a entender que foi algo planejado e acordado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, muito rapidamente, para não esgotar ainda mais V. Exa., em paralelo a tudo isso que está acontecendo, também foi trazida à baila uma denúncia que me parece também bastante grave, caso se confirme, que foi esse grande conluio que pode ter acontecido para desestabilizar a nossa democracia, para atingir um Chefe de Estado, um Presidente democraticamente eleito, que foi esse caso que o Glenn Greenwald poderia ter pago um *hacker* russo para invadir os celulares de autoridades brasileiras. E essas transações, o pagamento pode ter sido feito em bitcoins, uma moeda que é criptografada, não deixa rastros, no Panamá. E, segundo essas denúncias que foram feitas aí também pela mesma via das denúncias que estão sendo feitas contra V. Exa., esses vazamentos, esses recursos se transformaram numa moeda chamada ethereum, que também não deixa rastros, e, depois, enviado para a corretora na Rússia. Lá esse dinheiro foi convertido em rublo. É o que está dizendo na denúncia. Não estou falando que elas são verdadeiras.

O beneficiário e receptor dos recursos usou o pseudônimo Viktor Pollson. Esta mesma pessoa transfere o dinheiro para Xangai, na China. Coincidentemente, Bogachev usa os codinomes Pollinsoon e Slavik. Por causa disto, fez-se a conexão entre Greenwald e o russo.

Além de destrinchar o caminho do dinheiro, há também a acusação de que, no dinheiro que foi circulado entre o The Intercept e o tal do Bogachev, foi levantado um outro suposto crime, Ministro: Greenwald e seu companheiro, que é o Deputado Federal David Miranda, do PSOL, teriam comprado o mandado do então Deputado Federal Jean Wyllys, do mesmo Partido, do qual ele era primeiro suplente, e por uma quantia que seria de US$700 mil, além de uma mesada de US$10 mil para o ex-Big Brother.

São acusações muito graves também. Insisto aqui, não há nada de comprovação, mas eu queria perguntar a V. Exa. se a Polícia Federal está apurando esse caso. É a primeira pergunta que eu faço a V. Exa., porque, em se comprovando – é a segunda pergunta –, se o senhor acha que se, de fato, está havendo esse conluio e, como colocado por vários Senadores aqui... Ninguém sabe quais outras autoridades foram também....

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – ... tiveram também seus aparelhos depurados, se isso pode configurar um crime previsto na Lei de Segurança Nacional, à ordem política e social, a Lei 7.170, tendo em vista que estamos tratando aqui de um Ministro de Estado, que teve a sua privacidade invadida e, dependendo dos dados que puderem supostamente... Que foram vazados e que supostamente tiverem alguma veracidade, se isso não pode configurar esse atentado contra a própria segurança nacional, a nossa estabilidade democrática.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Flávio, agradeço as suas considerações. De fato, V. Exa. foi uma testemunha. Todas as especulações de que teria sido convidado lá atrás pelo Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jair Bolsonaro; proferido a sentença pensando que o Presidente Jair Bolsonaro seria... Eu não conhecia o Presidente Jair Bolsonaro.

Como eu mencionei, eu o encontrei casualmente no aeroporto. Eu não o reconheci na ocasião e fiquei um pouco assustado, porque ele é um pouco voluntarioso, chegou batendo continência... Cumprimentei-o rapidamente. Depois, ele foi criticado por alguns veículos, no sentido de que eu o teria esnobado. Fiquei chateado com esse tipo de exploração, porque não tinha sido a minha intenção.

Liguei para ele naquela ocasião, acho que duas semanas depois do fato, e pedi escusas pela exploração. Não pelo episódio... Bem, eu não tinha reconhecido realmente, mas ainda assim, na minha lembrança, eu o cumprimentei na ocasião.

Vim a falar com ele novamente depois das eleições, e depois naquela ocasião, em 1º de novembro, salvo engano, na residência dele. Comecei conversando com ele, depois V. Exa. chegou e presenciou parte da conversa.

E o que eu já falei explicitamente, essa história de vaga no Supremo é uma fantasia, nunca me prometeu nada nesse sentido e nunca estabeleci essa condição. O que acontece é que ele fez uma declaração tempos atrás... O que me pareceu foi que ele se sentiu... Se sente ou se sentiu, não sei se sente ainda que teria uma espécie de compromisso ou coisa parecida. Mas essa é uma questão que... Não existe vaga, isso tem que se discutir lá na frente. Eu não sei se vou querer, eu não sei se ele vai me oferecer. Enfim, não é uma questão posta agora no radar. Mas, V. Exa. é testemunha de que nunca houve nenhuma conversação nesse sentido.

Assim como a história do Coaf: disseram que eu exigi o Coaf. Eu nunca exigi o Coaf. Até vi uma declaração de V. Exa. nesse sentido no jornal, mas eu acredito que é aquele golpe de memória. Ninguém lembra com exatidão o que aconteceu na reunião, mas eu lembro exatamente que não eu pedi o Coaf, o Coaf me foi oferecido. Até inicialmente me foi oferecido: "Parte do Coaf vai para o Ministério da Justiça". Eu falei: "Não, parte não dá porque é um órgão pequeno, é um órgão enxuto. Então, se for para ir...". Não é? Eu não tinha pedido, mas achei que era oportuno. Eu vi depois que V. Exa. fez uma declaração, mas acho que é só... Está mentindo? Não está mentindo, é um golpe de memória.

Como eu disse, eu não me recordo de mensagens que eu encaminhei no mês passado para todo mundo. Se eu vir algumas delas, pode ser que eu reconheça algumas. Agora, mensagens que eu enviei três, dois anos atrás sem que haja ali qualquer excepcionalidade, qualquer conteúdo ilegal, qualquer conteúdo ilícito que podem ter sido pontualmente adulteradas, eu não tenho como reconhecer. Se eu tivesse as mensagens no meu aparelho celular, poderia eventualmente fazer um comparativo.

Na questão colocada por V. Exa., as investigações prosseguem na Polícia Federal. Acho que não dá para excluir qualquer possibilidade e alternativa. No entanto, eu também não acompanho *pari passu*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas investigações. Vi que houve essa divulgação nesses dias. Isso pode ser *fake news*, isso pode ser contrainteligência, isso pode ter algum respaldo, enfim, acho que as três alternativas são possíveis. É muito prematura qualquer conclusão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Flávio.

Na ordem de inscrição, o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Presidente Simone, Sras. e Srs. Vereadores... Senadores, desculpa. Eu estava me comparando com a Câmara de Manaus. Eu estava comparando aqui quando vi cada um puxar a sua verdade parcial. É comum a gente na Câmara Municipal cada um pregar a sua verdade parcial. E aqui nós não vamos chegar à verdade final, cada um puxa a sua verdade parcial.

Mas eu queria dizer da beleza na democracia. Eu aprendo muito com o Cid Gomes e, ao mesmo tempo, vou discordar dele já, já. Com Rogério Carvalho aprendo muito, com Alvaro. Discordei do Flávio ontem, hoje vou concordar. Então, essa é a beleza da democracia. Por que eu digo isso, Presidente? Não conheço o Ministro Sergio Moro, não preciso apertar a mão dele, não preciso abraçá-lo para defender o que vou defender aqui. Quando eu acabar, eu não quero abraço do Ministro, não vou cumprimentá-lo, não quero foto, vou só cumprir com o meu dever aqui.

Quando eu faço uso da tribuna no Senado – e já o fiz por três, quatro vezes defendendo as ideias do ex-Juiz Sergio Moro –, eu não estou defendendo a pessoa do Sergio Mouro, eu estou defendendo o legado dele, que é o legado da Lava Jato, que ainda está em pleno curso. E qual é esse legado? Esse legado é a ruptura com a impunidade que campeava neste País – ninguém pode negar isso –, aquela sensação de impunidade que fazia com que as pessoas de bem tivessem vergonha de serem do bem. Houve essa ruptura e o País passou a respirar melhor.

Do que foi publicado até agora – e eu já disse isso e aqui que vai a discordância com meus amigos Humberto Costa e Jaques Wagner, com quem eu também aprendo muito e aproveito o momento democrático para discordar dele –, não vi nada, eu não vi nada demais. Sou jornalista, não sou advogado, mas naquele diálogo, se for só isso, se for só isso – se vier alguma coisa que me faça mudar de opinião, mudarei –, mas, do que eu vi até agora, eu não vi nada demais.

Eu venho aqui cumprir o que me acho no dever de fazer, porque o País precisa de um Ministro da Justiça forte, o País precisa de um Ministro que esteja acima de suspeita, que tenha apoio, que possa levar adiante. Eu me recuso a discutir aqui as condenações da Lava Jato, a possibilidade de o pessoal que está preso ir para a rua. Eu quero saber o que vai ser feito daqui para a frente, por isso eu preciso ter um Ministro forte. Eu não posso ter um Ministro da Justiça sempre sob suspeita, pessoas levantando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suspeita – e aqui é a minha opinião, eu não estou discordando nem condenando a opinião de ninguém. Para mim, números são números, dois mais dois são quatro, e acabou; aquele mantra que o Ministro está respondendo, de que foram 45 condenações, de 44 delas o Ministério Público recorreu. Para mim já basta, Nelsinho, para mim já basta.

Então, Srs. Senadores, por que eu estou aqui a apoiar o Ministro? Eu me acho na obrigação. Senador eleito pelo Amazonas, ex-Vereador – daí o vício de linguagem ainda, não é? Vim da Câmara de Manaus direto para cá –, eu me sinto... Porque, na campanha, me perguntavam: "Você vai apoiar o Ministro Moro?". "Você vai apoiar a Lava Jato?". E eu dizia que sim, porque era um pensamento meu de apoiar. E eu estou aqui cumprindo; cumprindo e, acima de tudo, não querendo colocar em jogo as decisões do ex-Juiz. Ele está aqui como Ministro, mas eu não estou olhando para o senhor e vendo o senhor como Ministro; para mim é o ex-Juiz que está aqui. O assunto que me trouxe aqui foi esse vazamento, essas coisas. Eu me recuso a saber do combate a isso, do combate àquilo, o Ministro depois explica; eu quero saber e dar minha opinião sobre essas acusações. Quando eu digo "para mim", eu não estou contestando quem pensa diferente, e reafirmo: para mim, o senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... continua merecedor, e eu peço só compreensão, porque eu vou dispensar a réplica, Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – V. Exa. tem um minuto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É só mais um... Eu vou dispensar a réplica. Tá bom?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Tem um minuto ainda.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu vou dispensar a réplica. Eu acho...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou conceder... V. Exa. ainda tem mais um minuto e, portanto, mais dois para concluir.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

Por fim, eu quero falar da convicção dos amazonenses que me mandaram para cá, foi quase um milhão de votos para um vereador. Se o senhor me perguntar se eu conheço cem casas no Amazonas para visitar, não conheço, e tenho um milhão de votos. Tenho a responsabilidade de dizer o que penso, daí eu exaltar e louvar a democracia, Chico, porque me permite fazer isso. Amanhã estarei discordando do Major tranquilamente, mas hoje eu concordo com ele; meu amigo Kajuru, com quem eu concordo quase sempre, ontem tivemos alguma divergência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu estou convicto de que até aqui não houve nada, não houve nenhuma infração à lei, e, por temer a anulação de condenações e por acreditar que temos que seguir em frente, deixe-me fazer uma afirmação. Eu não tenho perguntas a fazer; teria... Não tenho perguntas, o senhor não está na obrigação de me responder nada. A minha presença aqui nem é para defendê-lo também; a minha presença aqui, ex-Juiz Sergio Moro, é para apoiá-lo, apoiar o seu legado. Compete a mim, como pessoa de bem, que tenta ser pessoa de bem – não estou chamando quem pensa o contrário de não ser –, defender esse legado. Eu sou assim. Ontem nós derrubamos o decreto do Presidente, do armamento, e tive que enfrentar o meu eleitor, que está xingando até agora; e hoje, faço o contrário: eu estou aqui não para defendê-lo, não para tirar foto, para apertar sua mão, nem para conhecê-lo pessoalmente, mas eu estou aqui apoiando o seu legado.

Presidente, eu dispenso a resposta e dispenso também minha réplica. Muito obrigado.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Só gostaria, Senadora, rapidamente, de agradecer o apoio.

Eu acho que é importante principalmente essa reflexão, não tanto quanto ao passado, mas quanto ao presente e quanto ao futuro, não é? Que tipo de país nós queremos construir? E nós queremos construir um país com menos impunidade para essa criminalidade mais grave, incluindo aí a grande corrupção. Nós não podemos aí jogar fora os avanços que tivemos, nos últimos cinco anos, com base em fantasias, especulações ou ataques de grupos criminosos *hackers*.

Agradeço a V. Exa. pelas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, nosso Ministro, Senadores e população que está acompanhando o Senado, neste momento, eu quero dizer da minha satisfação de ser Senador por São Paulo e poder estar aqui neste momento, não para inquiri-lo, Sr. Ministro, mas muito mais para agradecer. Não é sendo maniqueísta – já fui acusado de ser o proprietário de robôs que se multiplicam. (*Risos.*)

Só que os robôs não dão nem mais sossego para mim aqui. É o tempo todo, é Moro, é Moro, é Moro, é Lava Jato, é Moro.

Eu vejo, nesse momento, que o Brasil está tendo uma grande oportunidade. No momento em que V. Exa. se colocou à disposição, veio a esta Casa, há mais de cinco horas responde a inquirições, coloca as suas verdades. E não precisa de *media training*, não. Me perguntaram lá fora: "Como é que vocês vão blindar o Moro?". Ele não precisa de blindagem de ninguém. A verdade, a transparência, a lhaneza com que o senhor trata a todos nos dão a certeza inequívoca de que o Presidente Bolsonaro acertou demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Exa. se resignou pelo seu País. A sua carreira na magistratura, a sua trajetória – e não é simplesmente com a Operação Lava Jato, não – acabou ficando personificada.

Eu não quero ser aqui maniqueísta, ou é sim ou não, mas não dá para dissociar. Eu vejo alguns dizendo: "Eu sou a favor da Lava Jato, mas eu sou contrário ao Moro. Eu sou a favor da Lava Jato, mas eu sou contrário aos procuradores da Lava Jato". Não dá para dissociar as coisas. Essa é a grande verdade.

O senhor acabou encarnando um dos poucos arremedos de esperança de justiça para o povo brasileiro, e cada vez mais. Lá fora tem um boneco, o super-Moro, colocado, e V. Exa., que está aqui dentro há cinco horas, não sabe disso. O povo brasileiro está todo vigilante. E quando perguntam ao senhor: "É possível o senhor se afastar?" As pessoas dizem aqui: "Pelo amor de Deus!". Em momento nenhum nós vamos dar guarida ao criminoso e permitir que V. Exa. possa ter que fazer uma escolha dessa, porque V. Exa. está 100% amparado na lei, nos seus princípios. Eu fico muito preocupado, pois ouvi aqui Senadores falando assim: "É, mas e os vazamentos que ainda vêm?". Que certeza é esta dos vazamentos que ainda vêm?

Eu quero dizer para a opinião pública e para V. Exa. também que, se V. Exa. tivesse mexido, na escola primária, com a namoradinha do amiguinho, durante os processos em que V. Exa. já funcionou, como no do Banestado e, depois, como juiz auxiliar da Ministra Rosa Weber no mensalão e, depois, na Operação Lava Jato... Imagine o quanto a vida de V. Exa., da família, de tudo o que o cerca foi vasculhado! E é por isso que V. Exa. tem essa tranquilidade para estar aqui neste momento.

E não é por conta de V. Exa., não é por conta do Presidente Bolsonaro nem dos meus robôs, mas, no dia 30, o povo brasileiro está dizendo: "Nós vamos às ruas novamente, aos milhares, aos milhões, pela Operação Lava Jato, pelo Juiz Moro, pelo Jair Bolsonaro, por um Brasil melhor." Não dá para ficar com essa conversa aqui neste momento e tentar fazer o mocinho, o herói do povo, virar bandido para o bandido sair no "mimimi" fragilizado. Não dá!

V. Exa. agiu em cima da lei, estritamente na lei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... dentro do relacionamento mais do que...

Eu até complementaria porque eu dispenso também qualquer réplica. Estou mais fazendo considerações e me expressando neste momento.

Que V. Exa. tenha a certeza absoluta de que o povo brasileiro conta demais com V. Exa. E até dizendo aqui... Possa o vosso espírito de juiz – e já está acontecendo isso – ir ampliando os protocolos internacionais para a recuperação de valores. O Brasil, terra da impunidade, é que não pode ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria muito que V. Exa. estivesse aqui neste momento discutindo conosco o pacote anticrime e dizendo: "Vamos evoluir com isso. O Brasil precisa disso." É inquestionável... Não dá para querer defender facínoras, criminosos, ladrões, bandidos da pior espécie que se imaginavam o tempo todo acima da lei por serem políticos ou por serem bilionários. Tinha que caçar realmente, de todas as formas. As penas muitas vezes aplicadas por V. Exa.: os tribunais superiores disseram que V. Exa. foi muito brando.

Então, simplesmente para encerrar as minhas considerações, quero lhe dizer, Ministro: continue perseverante. V. Exa. hoje deu um *show* aqui pelo País, um *show* de humildade, de comprometimento, ao dizer: "Não preciso ensaiar para dizer a verdade." E é isso que está estampado no coração dos brasileiros. Tecnicamente, absolutamente disponível.

Nós prestigiamos o bom jornalismo. Não vamos deixar disso, mas o que é que há mais, como alguns estão dizendo, que possa comprometê-lo amanhã no exercício do ministério ou de qualquer coisa dessa natureza? Mostre já! Não há o que comprometer, de forma nenhuma! Daí essa tranquilidade, a tranquilidade que V. Exa. tem, que o povo brasileiro tem, daí a segurança que o Presidente Bolsonaro tem de que escolheu o que nós tínhamos de melhor tecnicamente e o maior símbolo de que a população hoje crê na Justiça.

Boa sorte a V. Exa. e a toda equipe, assim como a todos que continuam trabalhando em todas as operações de combate à corrupção neste País. Uma derrota ou uma diminuição na imagem de V. Exa. é uma derrota para a Justiça no nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Major Olimpio, gostaria de agradecer o efusivo apoio e dizer que acho que realmente há essa percepção. Há muitas pessoas percebendo que existe uma movimentação no sentido de obstaculizar investigações de atos de corrupção e anular condenações já realizadas, com todo aquele devido processo, com juiz de primeira instância, segunda instância, STJ e STF decidindo.

Então, existe esse movimento, e o que se percebe é que as pessoas reagem. As pessoas vão ficar contrariadas em relação a esse tipo de movimentação e, às vezes, têm que fazer algumas escolhas simples. Não se pode dizer: "Ah, eu sou contrário à corrupção, mas eu quero que seja anulada toda a Operação Lava Jato"; "Ah, não, se é para anular tudo, então vamos anular as condenações de X, Y e Z." Vamos perguntar quem são X, Y e Z que querem que as condenações sejam anuladas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que foi observado o devido processo, e as estatísticas que eu trouxe aqui, objetivamente, revelam que não existe nenhuma espécie de conluio entre juiz e Ministério Público. Ao contrário: de 45 condenações, sentenças, houve recurso do Ministério Público em 44, prisões que foram indeferidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ..., pessoas que foram absolvidas.

Então, é muito claro isso. Isso é fato, é dado, é objetivo, e não uma interpretação duvidosa em cima de textos ainda mais duvidosos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente Simone.

Sr. Ministro Sergio Moro, quero lhe dizer que estou entre aqueles brasileiros que reconhecem e saúdam a sua atuação histórica na quebra da nociva cultura da grande corrupção.

V. Exa. se constituiu, e se constitui, num marco para o Judiciário brasileiro. Agora, isso não exclui a especulação sobre aquela motivação principal da sua presença aqui hoje, que diz respeito ao vazamento das mensagens. V. Exa. já disse, mais de uma vez, que não tem como guardar na memória coisas que aconteceram há três anos.

Eu escolhi um vazamento, porque eu acho que esse V. Exa. deve ter guardado: quando disse, num contexto que não foi bem esclarecido, se referindo ao Ministro Luiz Fux: "Nesse nós confiamos." O que teria significado aquela expressão? Seria uma diferenciação que V. Exa. faz dos Ministros do Supremo? Quem sabe uma discriminação, porque outros Ministros não têm a mesma confiabilidade? E há uma parte da sociedade brasileira que tem dito isso. Não é por acaso que um sem-número de pedidos de *impeachment* de Ministros do Supremo está dormitando nas gavetas da direção do Senado.

Então, esta é a minha primeira pergunta: por que o senhor disse aquilo? Ou o senhor não se recorda de ter dito "nesse nós confiamos"?

Outra coisa: naqueles momentos turbulentos, barulhentos, dos primeiros anos da Lava Jato, V. Exa. demonstrou uma dinâmica inusitada para instruir processos. Entre parênteses, isso significa que o magistrado que quer trabalhar e agilizar processos consegue. V. Exa., em 4 anos, prolatou 211 condenações. Isso é inédito. O Brasil nunca viu isso.

Então, o senhor deu uma lição ali. Os magistrados que querem julgar, acelerar o processo, aceleram, e V. Exa. acelerou. O seu estilo é dinamizar processo. E, aí, eu lhe pergunto: não seria isto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa celeridade que V. Exa. imprimiu à instrução dos processos, que lhe teria permitido, por exemplo, lhe tentado, por exemplo, a conversar com o procurador, com o chefe da força-tarefa? "Olha, não me atrase o processo. Ataca aqui, mexe ali." Poderia ter acontecido isso?

E uma outra pergunta. Na sua fala Inicial aqui, hoje, o senhor disse que há gente que quer minar o andamento da Lava Jato e atacar conquistas. Aí eu peço para V. Exa. aprofundar um pouquinho mais essa declaração. Com que fundamento, com que percepção, V. Exa. diz isso? Que atos, que manifestações demonstram esse propósito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – ... de minar a Lava Jato?

São as minhas três perguntas, bem objetivas, porque muito já foi dito aqui hoje. Acho que quase tudo já foi perguntado, mas ainda não tudo, e eu me resumo nesses três itens.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, com a palavra.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Lasier, eu agradeço as considerações também.

Do que se encontra naquelas supostas mensagens, há muito conteúdo trivial. Então, desse conteúdo trivial, eu olho ali... Olha, há coisas que eu posso ter dito, não necessariamente nesses termos; há coisas que me causam estranheza.

No caso do comentário elogioso ao Ministro Fux... O Ministro Fux é um magistrado que eu respeito, assim como respeito vários outros Ministros do Supremo Tribunal Federal, assim como respeito todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal e a própria instituição. Agora, recordar especificamente se eu teria dito exatamente naqueles termos... O que me parece ali, dos textos divulgados... O texto atribuído ao Procurador Deltan, que disse que tinha conversado com o Ministro... Isto é normal também: procurador conversar com o juiz, com ministro, com advogado, conversa com juiz, com ministro. Isso é algo absurdamente normal. Aí, foi feita uma referência específica ao Ministro e, se aquela mensagem é minha, basicamente eu disse: "Não, nós confiamos..." Foi uma paródia daquela... Foi a utilização daquela frase que consta na nota de dólar americano, naquele sentido.

Eu não entendi por que isso foi divulgado nem o porquê de tanto estardalhaço. Esse *site* fez uma especulação, uma fantasia em cima daquilo. Não me consultou previamente sobre o conteúdo daquela mensagem e, imagino, também não deve ter consultado o Procurador Deltan, e fez todo aquele estardalhaço. Isso foi na quinta-feira. Já se tinha visto que não haveria nenhuma busca e apreensão que justificasse, que ele não consultasse. Eu não entendi por que fez aquela divulgação, porque, ainda que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquelas mensagens sejam autênticas, o que não estou afirmando, são absolutamente triviais. Para mim, o objetivo ali foi claro: constranger o Supremo Tribunal Federal. Muito grave realizar esse tipo de tentativa, como se o Supremo Tribunal Federal fosse ser intimidado facilmente, ainda mais numa troca de mensagens triviais.

Então, Senador, eu peço até desculpas, não posso reconhecer a autenticidade dessa mensagem. É algo que eu posso ter dito, isso eu posso lhe dizer, mas não posso afirmar com plena convicção que, eu tendo dito, teriam sido aquelas as exatas palavras, porque, vamos lá, são três anos, e essas memórias não estão mais no aparelho do meu celular. Sequer o *hacker*... Eu acho que tem que colocar no plural, não é? Sequer os *hackers* que compõem esse grupo criminoso conseguiram colher essas mensagens. Pelo que eu vi até agora do que foi divulgado, são mensagens supostamente colhidas do aparelho celular de outra pessoa. Não sei nem por que atribuíram as mensagens naquela como "Moro". A indagação é: está "Moro" lá no celular do outro que foi apreendido? Como é que está isso? Como é que foi essa escolha de atribuição de autoria dos diálogos?

A gente também não sabe, porque o *site* não se presta a realizar qualquer esclarecimento. Ele é absolutamente opaco e também não se presta a apresentar essas informações do material que ele recebeu às autoridades. Então, fica difícil realmente fazer comentários.

Mas, como eu disse, tenho absoluta convicção da correção da minha atuação como juiz, das decisões que tomei e das minhas comunicações, desde que sejam divulgadas sem adulteração e sem sensacionalismo. Por isso, eu não estou com medo não. Dizem: "Ah, tem muito mais coisa." Divulguem tudo de uma vez! Daí a gente analisa, o Senado analisa, as pessoas do jornalismo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Eu só queria aproveitar... A celeridade imprimida àquilo ali não lhe teria justificado conversar e negociar para que o Ministério Público agisse mais rápido?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Certamente, pode ser um fator. Essas conversas entre juízes, procuradores, policiais e advogados acontecem no cotidiano. O trabalho lá era muito intenso, eram muitos casos criminais, casos graves que exigiam decisões, às vezes decisões de quebra de sigilo bancário e fiscal, interceptação, prisões, revogações de prisões, liberdade provisória, sentenças. Aquilo foi um trabalho muito difícil, mas não vou aqui sobrevalorizar. Foi trabalho também de muitas outras pessoas, mas foi um trabalho muito difícil.

Na dinâmica dos trabalhos, eventualmente acontecia alguma coisa e, em vez de você ligar para o advogado ou ligar para o procurador e dizer "Pode vir aqui conversar um assunto?", ou o procurador lhe procurar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... ou o advogado lhe procurar, eventualmente mandava alguma coisa pelo aplicativo de mensagem. Algo assim... Eu não sei como isso pode ser considerado criminoso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar Ministro.) – Senadora Simone, parabéns pela condução dos trabalhos.

Ministro Sergio Moro, meus respeitos.

Vou focar apenas e tão somente no tema que foi proposto para este debate, até porque não se precisou de muito esforço desta Casa para que esta oitiva pudesse ocorrer como está ocorrendo. Este é um ponto a ser ressaltado: todas as vezes em que nós precisamos de algum ministro do atual Governo aqui nesta Casa, sempre se fizeram presentes.

Entendo o adiantado da hora, é humanamente impossível uma pessoa que está desde as 9h ouvindo perguntas, rebatendo e debatendo chegar a um ponto de discernimento mais apurado a respeito de todas as questões que ainda haverão de vir, mas aqui eu queria colocar algumas questões.

Primeiro, é indiscutível o legado que o Ministro Moro, então juiz federal, deixou para o nosso País. Até mesmo aqueles que o criticam entendem que esse é um legado que precisa, cada vez mais, ser cultivado e estimulado para que aqueles outros tempos que nos envergonharam não possam mais acontecer no nosso País.

Esse vazamento é outro ponto sobre o qual todos nós queremos uma resposta, e eu penso que, de uma forma ou de outra, vai chegar o momento de ser esclarecido: quem foi, quem está por trás, qual a verdadeira intenção, se isso vai acarretar procedimentos futuros que possam vir a ter incidência naquilo que já foi decidido, isso tudo nós vamos saber mais para frente. Como dizia meu pai, muita calma nessa hora

Ocorre que algumas questões me pareceram estranhas.

Eu fui Prefeito, assim como V. Exa., e é muito difícil com os órgãos de controle apurados, aguçados... E eu tenho perfeita noção de que cada um tem que trabalhar no seu quadrado, fazendo a sua prerrogativa se valer diante da Constituição Federal. Não existe um Executivo nos tempos de hoje que não seja questionado, seja pelo Ministério Público, seja pelo Tribunal de Contas, seja pelas Câmaras Municipais. E, muitas vezes em que precisei, fui atendido e recebido por magistrados, até para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender aquilo que eu acreditava que estava em questão, assim como, com certeza, V. Exa. também o fez.

O que me soa estranho nessa questão é se o Ministro, então juiz, participou ou não da orientação de trocas de agentes protagonistas nessa operação. Esse é um questionamento, ou seja: deu uma orientação para que agisse de uma forma ou outra, trocasse "a", "b" ou "c"? Porque existe uma Constituição a ser respeitada, existe um Código de Processo Penal. Eu não sou advogado, mas venho de uma família de juristas, e meu pai sempre me cobrava: "Por que que você não fez Direito?"

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E uma das coisas que me marcou muito nessa decisão que tomei na minha vida... Porque meu pai, como criminalista atuante no Tribunal do Júri, defendia incansavelmente a liberdade do cidadão. E eu me lembro muito bem de que, certa feita, perdeu um júri, e eu vi meu pai chorar. Aquilo me marcou e me fez me afastar desse negócio de ser advogado – e fiz bem: acabei virando médico e urologista.

Então, essa é a primeira pergunta em relação... E eu também não vou querer a réplica, então peço mais um minuto. Houve exatamente isso?

E gostaria de saber também se o senhor entende que nós devemos nos debruçar sobre essa questão, muito bem abordada pelo Senador Esperidião Amin, da guerra cibernética que está ocorrendo ao nosso redor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Vamos nos debruçar nisso? Vamos definir regulamentos, normas? Porque cabe a nós fazer isso e, a partir desse instante, estabelecer um novo marco.

Eu procuro ver sempre as coisas boas em tudo o que acontece nas nossas vidas. Acho até que isso é um bálsamo para você viver melhor. E eu entendo, Ministro Moro, que, apesar de tudo o que V. Exa. está passando e de tudo o que já deixou de bom para o nosso País, esse calvário que V. Exa. está atravessando vai também deixar muita coisa boa. Nós vamos estabelecer, através de princípios, o que um magistrado pode e o que não pode fazer. Eu tenho certeza de que as atitudes, a partir deste momento, deverão ser outras.

Se ocorreu isso num ponto mais alto, que é o caso da Operação Lava Jato – o Ministro Moro representava isso e representa até –, imaginem nos andares menores, imaginem nos andares superiores! Então, eu clamo aqui por uma coisa só, porque aprendi também que nessa vida a lei do retorno acontece: vamos buscar todos nós, com essa lição, uma palavra que seja a tônica de tudo, a justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso que eu queria falar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, não podemos tomar por autênticas essas mensagens, nós não temos essa certificação. Então, assim, eu sinceramente não concordaria com a afirmação: se isso aconteceu ou imagino que aconteça em outros lugares... E, pelo teor das mensagens, se elas realmente forem autênticas, não tem nada de anormal nessas comunicações.

O exemplo que V. Exa. colocou é um claro exemplo de factoide. Eu não me recordo especificamente dessa mensagem, mas o que consta no texto específico divulgado pelo *site* é uma referência a que determinado Procurador da República não tinha um desempenho muito bom em audiência e para dar uns conselhos para melhorar. Em nenhum momento no texto – V. Exa. pode ler o texto novamente integralmente –, há alguma solicitação de substituição daquela pessoa. Tanto que essa pessoa continua e continuou realizando audiências, realizando atos processuais até hoje dentro da Operação Lava Jato. Então, assim, o juiz eventualmente comentar para um advogado na audiência ou para um procurador: "Olhe, profissionalmente, vou lhe dar um conselho: faça assim, não faça assado..." Como isso pode ser considerado alguma coisa ilícita?

Então, é isto que eu estou dizendo a V. Exa. e a todos aqui: utilizaram-se de supostas mensagem e constroem um sensacionalismo em cima que não faz o menor sentido. Isso não tem nada! Se aconteceu de fato, não tem nada de ilícito. Não estou comandando a força-tarefa Lava Jato, não sou o chefe da Operação Lava Jato, como falsamente afirmou, de primeiro momento, o jornalista em questão. Nada do texto que foi divulgado, autêntico ou não, autoriza esse tipo de conclusão. Ao contrário, as estatísticas revelam divergências pontuais.

Agora, um comentário banal, como os senhores podem fazer para mim aqui no final desta audiência... "Olha, acho que não devia se posicionar dessa forma ou, na próxima vez, faça isso ou faça aquilo." Isso significa o quê? Não significa nada. Significa uma proximidade, um conluio? Não significa nada. Então, aqui é mais um factoide sensacionalista divulgado por esse *site. E*u não sei de onde se pode compreender que há algum conteúdo irregular nesse tipo de comunicação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Pela ordem de inscrição, Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, nosso Ministro Sergio Moro, primeiro cumprimentá-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fiz um pronunciamento na semana passada e vou repetir: o Brasil está sendo diferente. Eu fui Prefeito de São Borja, tive cinco mandatos de Deputado Federal e sempre tive a mesma linha de combate. O Senador Jorginho foi meu colega como Deputado, e as críticas que a gente fazia, muitas denúncias que se faziam... Praticamente nunca acontecia nada. A partir dessa operação chamada Lava Jato, V. Exa. e tantos outros juízes federais... Da mesma forma, nós temos o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, os órgãos que fizeram essa operação chegar ao estágio que chegou. O Brasil está sendo diferente.

Especificamente no caso da Petrobras, V. Exa. falou hoje de manhã no caso de Abreu e Lima. Eu mandei matérias para V. Exa., especificamente aquela de Pasadena. Eu tenho um pequeno negócio lá em São Borja, sou produtor rural. Ninguém em sã consciência pode imaginar que por uma usina velha, uma refinaria velha como estava aquela, valendo US$42 milhões, pudesse depois, no final, alguém pagar US$1,1 bilhão. Será que tem 1% de comissão, 2%, 10%? Quanto teria? Aqui tem um absurdo.

Abreu e Lima, V. Exa. falou hoje de manhã... Quando o Presidente Lula e o falecido Presidente Chávez anunciaram essa obra, eram US$2 ou US$3 bilhões – no caso de Abreu e Lima –, e tudo era mais ou menos planejado: o Brasil seria o campeão do mundo em refinarias. Então, tinha que ter uma nos Estados Unidos, essa aqui, Abreu e Lima, 2,5... Quando eu pedi informações, uns 5 ou 6 anos atrás, a Petrobras me respondeu que já estava em 15 ou 16 e hoje, pelo que se sabe, passou de US$20 bilhões.

Juiz Sergio Moro, Ministro, eu peguei algumas informações: ela produziria 230 mil barris por dia. Na Índia, a maior do mundo, 580 mil barris por dia. Sabe quanto custou a deles? US$6 bilhões a US$7 bilhões. Como é que é a nossa custa 25?

Senadora Simone, V. Exa. foi Prefeita, eu também fui Prefeito. A Petrobras me respondeu, Senador Kajuru, que, naquele momento, já tinha em torno de 140 ou 150 aditivos. Imagine a senhora Prefeita, eu Prefeito, fazer 150... Dois aditivos, três aditivos? Ministério Público, Câmara de Vereadores, tudo por cima de nós. Já tinha naquela, mais de 150 aditivos.

Aí, eu pergunto: custava 3, passou para 3,5, para 4, para 5... Será que cada pedalada dessa não dava uma comissão para alguém? Então, quando o senhor fala de 2,7 bilhões, que, pelo trabalho que V. Exa. e de tantos outros juízes, o Brasil recuperou... Eu acho que o estouro é muito maior do que isso.

Se eu pegar... Quando fizeram a Comperj, no Rio de Janeiro, mesma coisa; se eu pegar no Maranhão... Tudo para ganhar uma eleição! Mas não começaram lá a Premium I? Gastaram lá R$1,5 bilhão. E aí? Não aconteceu nada! Qual é o problema? Quem é criminalizado? Ninguém! Gastaram 1,5 bilhão segundo as informações que nós temos da imprensa aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois no Ceará, Senador Cid Gomes, vosso Estado: tinha lá a Premium II. Gastaram e não aconteceu nada, mais de R$1 bilhão também. Tudo isso é obra do quê? "Eu quero ganhar a eleição, não me interessa o resto." Isso aqui começou...

Eu denunciei no Rio Grande do Sul uma empresa que a Petrobras comprou, chamada BSBios, lá do Paraná. Compraram em Marialva, no Paraná, por R$33 milhões. Eles compraram essa BSBios por R$33 milhões em agosto e, em novembro, venderam para a Petrobras a metade por R$55 milhões. Eu denunciei isso para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Lá em Passo Fundo, ela custava mais ou menos R$100 milhões. Venderam a metade para a Petrobras, Senador Kajuru, por R$200 milhões! Pelo amor de Deus, alguém tem que chegar a isso aqui, e chegou a hora, chegou a vez... Então hoje... Eu estou falando aqui... Estaleiro de Rio Grande, sei lá, são tantas coisas em relação a Petrobras.

Nós podemos pegar o BNDES, os campeões nacionais, a Odebrecht, esse frigorífico que foi comprado nos Estados Unidos com o dinheiro do BNDES: 3% ou 4% para as empresas, pagando 10%, 12%, 13%. Quem paga isso? Mais de R$1 trilhão, dinheiro do BNDES, para criar campeões nacionais e financiar obra em Cuba, Equador, Panamá, Argentina e tantos lugares mais com essas grandes empresas nacionais. Não sou contra a Odebrecht, mas aqui tem um absurdo, alguém tem que acontecer... E começou a acontecer. Então, hoje, o que nós temos?

Eu não vou fazer perguntas. Pode me dar meus dois minutos, não tem problema nenhum.

Hoje tem Deputado preso, Senador preso, hoje nós temos Governador preso. Hoje nós temos Presidente preso, megaempresário, Kajuru, preso. Isso não acontecia. Como é que vai imaginar um ladrão de galinha... Vai para a cadeia agora doutor da Odebrecht, da OAS, da JBS. Não vai preso? Aqui foi. Essa é a mudança que o Brasil está tendo e, por isso, Bolsonaro ganhou a eleição, por isso eu me elegi com este discurso. É o que o povo quer.

Então, nós temos que continuar esse trabalho, a limpeza e a moralização do País. Está sendo diferente, será diferente o País depois deste Governo. V. Exa. faz parte desse processo, eu também procuro fazer, e vou fazer a minha parte, seja na reforma da previdência, seja na reforma tributária, seja no combate à corrupção e ao crime organizado. Nós temos que fazer a nossa parte. O Brasil terá que ser diferente porque o povo quer isso aí.

Por isso, estamos aqui hoje para lhe aplaudir. Só isso, nada mais. O Brasil está sendo diferente e não se via isso há muitos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Por isso o povo foi às ruas eleger o Bolsonaro e quem está no Governo com ele.

Portanto, parabéns. Estamos juntos nesse processo. Nós temos que mudar esse estado de coisas. O Brasil cansou e foi às ruas por causa disso. Cansou. As pessoas jamais podiam fazer... E vi na Argentina, agora, semana passada, um povo amordaçado, também cansado, mas resignou-se com essas questões. Aqui não: o povo foi às ruas. Hoje cobra de qualquer um, de mim, de quem quer que seja.

Portanto, parabéns por seu trabalho. Estamos juntos nessa empreitada por um Brasil diferente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador. (*Fora do microfone.*)

Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu só... Realmente não tem perguntas, eu vou só agradecer.

Eu acho que estamos todos juntos nesse processo de mudança. O Poder Executivo, o Poder Legislativo, nós temos realmente um compromisso com a população que elegeu um novo Governo, que elegeu V. Exas.: o de promover uma transformação. As experiências dos últimos cinco anos, especialmente as revelações dos fatos, foram muito traumáticas, ao ponto de gerar até descrédito da própria democracia. Isso é algo que nunca poderia acontecer, mas chegou a um nível a corrupção – e essa corrupção foi exposta, as vísceras dessa corrupção –, que as pessoas perderam a fé, e acho que é a nossa missão... Fico feliz de poder contar com V. Exa. como um aliado. É o nosso dever, é a nossa obrigação dar uma resposta à população em relação a esse tema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... fazer com que as pessoas retomem a fé nos seus representantes, seja no Executivo, seja no Legislativo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para interpelar Ministro.) – Presidente Simone, Ministro Sergio Moro, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, muitos já falaram, muitas perguntas foram formuladas, o que nos ensejou inclusive uma aula do Prof. Esperidião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin sobre repetição, e eu me lembrei, por essa razão, de um célebre escritor francês, Gide, que disse: "Tudo isso já foi dito, mas, como não ouviram, é preciso recomeçar."

Nós não vamos fazer perguntas. Muito mais do que perguntas, eu creio que é meu dever aqui fazer afirmações. Certamente, nós estaríamos aqui vivendo uma sessão histórica se estivéssemos comemorando os feitos da Operação Lava Jato, que nasceu como uma esperança do povo brasileiro, se tornou prioridade, e é o caminho para uma nova Justiça neste País, que substitui aquele conceito de que a Justiça só alcançava os pobres pelo conceito de que somos realmente, como diz o art. 5º da Constituição, todos iguais perante a lei – evidentemente, ainda com algumas alterações na legislação para eliminar determinados privilégios, como o do foro privilegiado.

Mas nós estamos aqui não para comemorar os feitos da Lava Jato e homenagear os seus ícones, como o Ministro Sergio Moro. Estamos aqui diante de um crime praticado na extensão de uma organização criminosa, porque se constituiu no País uma organização criminosa que aparelhou o Estado brasileiro e colocou os seus tentáculos em setores diferentes da economia, no setor público e privado. Na Petrobras, apenas? Não, nos fundos de pensão, nos Correios, enfim, em setores diversos da Administração Pública. Montou-se um esquema sofisticado e complexo de corrupção arquitetado com a distribuição de percentuais da propina entre agentes públicos, políticos e partidos políticos, uma gigantesca operação criminosa, organização criminosa. Evidentemente, não se esperava que, com ingenuidade, fosse possível combatê-la e desbaratá-la. É óbvio que nós tivemos que verificar uma força-tarefa operando envolvendo agentes públicos para o enfrentamento dessa realidade que se impunha.

A legislação de combate ao crime organizado possibilita a cooperação entre instituições oficiais nacionais, estaduais e municipais. A nossa legislação avançou com técnicas modernas de investigação introduzindo a delação premiada, as ações programadas e os infiltrados. Evidentemente, é preciso se estabelecer, para o êxito dessas operações, especialmente ações programadas, uma relação estreitada, que a legislação possibilita, entre juízes, policiais e integrantes do Ministério Público.

Quando se afirma, com base em mensagens, que podem ter sido adulteradas ou retiradas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... de contexto, cuja fidedignidade é questionável... Quando se utiliza dessas mensagens criminosas para supor a existência de um conluio, a realidade desmente, porque o Juiz Sergio Moro não acolheu inúmeras ações propostas pelo Ministério Público, e seria, a meu ver, uma ofensa, uma agressão ao Ministério Público, que é uma instituição independente, autônoma e corajosa, que cumpre seu dever rigorosamente.

Aliás, eu gostaria que o Ministro falasse sobre isso, sobre essa legislação de combate ao crime organizado e essas modernas técnicas de investigação, que exigem essa estreita cooperação entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agentes públicos, para dizer que essas mensagens, na esteira da história da montanha que pariu o rato, poderiam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – ... ser utilizadas muito mais como atestado de boa conduta do que de criminalização dos agentes públicos que foram por elas citados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Sr. Senador, agradeço as considerações.

Falou-se muito mal da Operação Lava Jato no passado, quem foi condenado, às vezes, havia também esse questionamento de eventual partidarismo político, provas teriam sido fraudadas...

Nós examinamos o que foi divulgado, com tanto sensacionalismo, por esse *site*. Cadê o conluio para fraudar provas, conluio para acusar pessoas, conluio para proferir decisões, conluio para qualquer coisa? Não há nada, mesmo abstraindo o problema de autenticidade dessas mensagens. Algum comentário desairoso da minha parte em relação ao Partido dos Trabalhadores ou em relação ao ex-Presidente... Não existe nada nesse material que foi divulgado e não vai existir. Antecipação de mérito... Eu nunca antecipei nenhuma decisão minha de sentença, de mérito ou de prisão, ao Ministério Público. Agora, eventualmente, o que podia acontecer era o Ministério Público, a Polícia ou um advogado requerer algo ao juiz e fazer aqueles "embargos auriculares": "Ah, Juiz, vai dar para deferir, vai dar para indeferir? Como é que vai ser" Eventualmente, o juiz pode fazer algum comentário ali, mas a decisão só é definitiva quando ela é proferida no processo.

Então, eu tenho absoluta convicção da correção das minhas decisões. E V. Exa. tem absoluta razão: nesses processos mais complexos, não raramente é necessária a utilização de métodos especiais de investigação, que acabam tornando necessária a participação do juiz ainda na fase de investigação do processo. Então, é um requerimento de quebra de sigilo bancário, um requerimento de quebra de sigilo fiscal, um pedido de interceptação telefônica, isso é muito comum.

Isso é retratado até nesses filmes que foram feitos com base na Operação Lava Jato, por mais fantasiosos que tenham sido – e, em particular, as séries foram muitas fantasiosas –, mas, mesmo assim, encontra-se lá essa interlocução de o policial ir falar com o juiz, de o Ministério Público ter ido falar com o juiz.

De repente, isso agora: "Não, na Operação Lava Jato, esses contatos entre juízes e procuradores é um crime. Vamos anular tudo! Vamos anular a condenação de x, b, y. Mas nós somos contra a corrupção." Nós sempre vivenciamos esses contatos, mas agora, na Operação Lava Jato, isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intolerável. Então, o que existe é, de fato, um sensacionalismo e uma falta de compreensão em relação à natureza das relações, nesses processos mais complexos, entre juízes, procuradores e policiais.

E, adicionalmente – e acho que este é o aspecto mais importante –, o que se tem em última análise é um grupo criminoso organizado querendo obstaculizar os avanços anticorrupção e se valendo de métodos criminosos para "hackear" aparelhos e aplicativos utilizados por autoridades públicas. Esse é o fato de verdadeira gravidade; e não aqueles que se aproveitam do falso sensacionalismo para buscar nulidades de decisões já proferidas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – A investigação deve alcançar aqueles que, por trás desta operação, tiveram os objetivos escusos expostos. A marginália tem como estratégia desqualificar quem investiga, quem denuncia e quem julga na esperança de ver a impunidade derrotando a Justiça – esse é um ponto. O outro ponto: buscar eventuais munições para abastecer advogados na defesa dos seus clientes criminosos e presos.

É preciso avançar na investigação e, quem sabe, até estabelecer, se há um conluio entre a fonte e a agência de notícias... É preciso uma vertente de investigação que possa chegar lá, porque certamente há um conluio entre fonte e agência de informações, agência de notícias.

E, finalmente, quando se fala em seletividade da parte dos juízes, nós temos que considerar que a seletividade que há é da legislação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – O foro privilegiado é que seleciona. E é por essa razão que nós gostaríamos de ouvir o apoio do Ministro Sergio Moro a um projeto que se encontra na Câmara dos Deputados e que pretende acabar com foro privilegiado de mais de 55 mil autoridades neste País. Aí, sim, consagraremos uma nova Justiça e todos poderemos afirmar que somos iguais perante a lei.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Agradeço as palavras, Senador.

Senador, o meu apoio – para responder a última parte apenas, que eu acho que é a mais relevante – para esse projeto é 100%. Sempre fui contra o foro privilegiado, continuo sendo contra o foro privilegiado. Não faço nenhuma questão de ter esse foro por prerrogativa de função.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Jorge Kajuru.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou pedir desculpa aos colegas. É que o Ministro precisa tomar uma água – ele não almoçou – e tem um lanchinho esperando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também não! Sou diabético...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dez minutos. Eu peço a gentileza de dez minutos, porque as Sras. e Srs. Senadores puderam sair aqui da Comissão, e nós estamos aqui há quase sete horas, inclusive sem poder almoçar. Vou servir um lanche muito rapidamente, de dez minutos impreteríveis, e nós retornarmos para a última etapa desta reunião.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 51 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está reaberta a presente reunião.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar Ministro.) – Pátria amada, meu amor e respeito.

Em nome de todos os colegas deste Senado, que também respeito, cumprimento a Presidente desta audiência pública, pois é impossível não admirá-la, não só como Parlamentar, mas pelo equilíbrio de comandar uma sessão como esta, tensa em alguns momentos. E eu confesso: eu teria perdido a paciência, e olha que eu tenho paciência de Jó, o Jó da Bíblia. Eu a teria perdido no lugar dela, e ela não perdeu, a Senadora Simone Tebet.

Eu inicio dizendo que sou feliz por ter aprendido com o francês Flaubert a escolher os meus amigos e os meus inimigos. Isso me dá um prazer enorme. Prazer!

Digo, Ministro Sergio Moro, o Senador Alvaro todos os dias é testemunha, que eu lhe chamo de "meu ídolo", e olha que eu não chamo quase ninguém de ídolo. Eu sou meio Raul Seixas, eu não acredito em quase ninguém, em quase nada nesta vida, mas lhe chamo de "meu ídolo", só que aí eu me lembro de João Saldanha, que me ensinou: quando você gosta muito de uma pessoa, faça perguntas duras a ela – fui jornalista e tive o privilégio de trabalhar com João Saldanha.

E, quando eu falo de prazer, eu só queria, antes das perguntas, dizer ao senhor que pode colocar em seu gabinete um atestado de idoneidade, igual ao que eu coloquei no meu, o 16. Fui processado por Gilmar Mendes: isso é benção, isso é Deus, Deus é apaixonado por mim. Coloquei lá um quadro. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor pode colocar um quadro, porque o senhor está sendo "hackeado", como eu fui, e "hackeado" por um *site* criminoso, que deve se chamar intercéfalo. Foi criminoso o que ele fez.

E eu posso dizer isso, Ministro Sergio Moro, senhoras e senhores, porque fui jornalista por 40 anos em carreira nacional na televisão brasileira, escrevi dois livros com conteúdo só de denúncias, e nenhum processo recebi, porque tudo que falei tinha documento. Só que não concordo com o que se disse aqui, que ali se pratica jornalismo investigativo. Isso não é jornalismo investigativo. Eu sou jornalista, eu posso dizer: jornalismo investigativo foi o que eu fiz por 40 anos, quatro vezes premiado nacionalmente pelas denúncias que fiz. Por quê? Porque eu nunca grampeei telefone de ninguém para denunciar, eu nunca "hackeei" ninguém, eu me baseei em fatos, em provas e, na única vez em que eu usei gravações na minha vida para denunciar o corrupto ex-Governador de Goiás Marconi Perillo, eu as obtive do Supremo Tribunal Federal através da ex-Ministra Ellen Gracie, que autorizou grampear o ex-Governador em função da operação Monte Carlo.

Então, no seu caso, só haveria razão para se questionar vazamento se tivesse havido uma ordem judicial, uma autorização para lhe grampear. Agora, "hackear"... Isso é de uma sordidez, de uma atitude vulpina, soez, inaceitáveis. Então tenha essa convicção. E, se quiserem discutir, eu respeito todos aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... e para discordar, eu jamais vou desqualificar. Não vou usar réplica, Presidente. Jamais vou desqualificar ninguém para discordar.

Mas aqui eu vou ter que lembrar Ruy Barbosa. Para julgar esse *site*, Senador Heinze, é o seguinte, Ruy Barbosa: "A mim, pouco se me dá que as êmulas claudiquem, o que me apraz é acicatá-las." Sei que muita gente não entendeu. Não vou traduzir, não.

Eu fiz, até hoje, 106 comentários a respeito do seu trabalho, Ministro Sergio Moro. Em apenas um, eu o critiquei. Vou dizer qual: eu não concordei com o fato de o senhor não ter investigado, pois para mim havia material suficiente, inclusive de patrimônio milionário, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para mim, ele merecia uma investigação. De apartamento para apartamento, o dele é em Paris, além do luxuoso em São Paulo, no Bairro Higienópolis. Eu não acredito que um universitário e sociólogo consiga um patrimônio a tal ponto. Então, essa é a colocação sobre FHC.

Sobre o Supremo Tribunal Federal, quando o senhor diz crer, e eu também creio, eu sou fã dele, do Ministro Luiz Fux, isso significa o quê? Por exemplo, o senhor, do mesmo jeito que respeita o Ministro Luiz Fux, respeita o Ministro Gilmar Mendes?

Sobre o Presidente Bolsonaro, ele foi muito leal ao senhor, defendendo-o. Só que três dias depois, ele foi um pouco infeliz, na minha opinião, respeitosamente, ao dizer que 100% ele só confia na mãe e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no pai. Chegou a falar isto: "Cem por cento eu só confio na minha mãe e no meu pai." Então eu perguntaria ao senhor, Sergio Moro, Ministro: o senhor também é assim? O senhor também é frio?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor só acredita na sua mãe e no seu pai?

E a *Folha de S.Paulo*, para terminar, sugeriu dez perguntas ao senhor. Eu só vou usar uma aqui: o senhor disse ter sido um descuido não ter formalizado à Procuradoria a sugestão sobre uma testemunha no caso Lula; o senhor também teve esse descuido e encaminhou dicas para a defesa do ex-Presidente Lula? Eu escolhi entre as dez perguntas que o jornal *Folha de S. Paulo* hoje pediu que a gente aqui o questionasse.

Agradeço o tempo. Desculpe se passei um pouco, Presidente, mas aproveito para dizer o seguinte a esse intercéfalo: por favor, me "hackeie". Meu telefone é 0-operadora-61-99883-1103. O do meu gabinete, 0-operadora-61-3303-2844. E o meu único patrimônio é meu CPF 218.405.711-87. Me "hackeie", nem amante eu tenho.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Senador Kajuru, eu agradeço as considerações iniciais, especialmente a referência.

No fundo foi um trabalho muito difícil mesmo, mas eu sempre ressalto isso, não é? O pessoal fala de sensacionalismo, herói, não sei o quê. Eu nunca evoquei esse rótulo e acho-o totalmente inapropriado. O que houve foi um trabalho institucional, muitas mãos, não é? Houve certo ineditismo, e, de fato, mudou o padrão de impunidade da grande corrupção no Brasil. Portanto, a gente compreende, muitas vezes, esse sentimento que as pessoas têm, mas deixo muito claro que isso foi um trabalho coletivo, institucional. E de forma alguma, há uma exclusividade no mérito, embora eu também acredito que tenha algum mérito no trabalho que foi realizado.

Mas agradeço as suas considerações.

Como juiz, nós recebíamos... Como juiz, em geral, o juiz recebe aquilo que a gente chama de notícia-crime, que é basicamente receber uma informação sobre algum fato ou possível criminoso. Às vezes, quando vem essa notícia-crime, ela vem acompanhada da indicação da prova, por exemplo, a indicação de uma testemunha. Quando estourou a Operação Lava Jato e a 13ª Vara Federal ganhou notoriedade, isso chegava todo dia. Isso chegava, às vezes, várias vezes ao dia. Só que o juiz não tem atribuição de investigar. O que a gente fazia? Simplesmente, repassava ou à polícia ou ao Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público. Havia coisas que, talvez, tivessem procedência, havia coisas que não tinham nenhuma procedência e havia coisas que eram basicamente fantasiosas.

Naquelas mensagens que foram apontadas ali, divulgadas pelo *site* – alguns falam: "Ah, aquelas são as mensagens mais graves do Ministro tal" –, primeiro, eu não reconheço a autenticidade dessas mensagens, certo? Agora, se aquilo, de fato, ocorreu – e eu não tenho a memória exata daqueles fatos –, o que veio foi uma notícia-crime, que foi encaminhada ao Ministério Público, foi encaminhada ali por aplicativo. Depois, há toda uma discussão. Ah, a pessoa que foi indicada não confirmou. E já há uma série de dúvidas se aquilo deve seguir adiante. Pelo menos, é o que consta no texto. Eu não me recordo especificamente daquilo, mas, naquela época dos fatos, das datas constantes daquela mensagem, sequer o ex-Presidente era denunciado, ou seja, nós estamos falando de uma ação penal. E nós estamos falando de algo que, pelo conteúdo ali das mensagens, sequer prosperou. Agora, isso a gente recebia todo dia, em relação a várias pessoas. E o que a gente fazia? Como juiz, eu não posso investigar. Remete ao Ministério Público. Então, se algo assim for verdadeiro, também é absolutamente trivial, absolutamente corriqueiro.

Nós não controlávamos a pauta da 13ª. Nós não escolhíamos o que íamos investigar. E as decisões do Supremo Tribunal Federal, paulatinamente, limitaram a nossa competência a ilícitos havidos na Petrobras. Então, às vezes, a gente recebe lá muitos questionamentos: "Ah, por que não investigou fulano x? Por que não investigou fulano y?" A gente não tinha essa liberdade. Eu não tinha essa liberdade como juiz. O juiz tinha aquela postura de receber requerimento das partes.

Quanto à pergunta da *Folha de S.Paulo,* é uma pergunta totalmente inapropriada. Quando se recebe uma notícia-crime, se remete ou ao Ministério Público ou à polícia. Não se remete a notícia-crime para o advogado de defesa, até porque é um fato que vai ser investigado. E a essa pergunta contém lá uma indução de que aquilo teria sido uma dica. Não é dica nenhuma. É o repasse de uma notícia-crime, se é que essas mensagens são autênticas nesse caso específico.

A questão da confiança do Presidente, veja... Tenho que deixar uma coisa muito clara: esse não é um problema do Governo. Estão questionando atos praticados enquanto eu era juiz. Tudo bem que os meios de questionamentos são esses "hackeamentos" criminosos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... não sei se conluio com esse *site* ou não. Acho que é muito prematuro fazer qualquer tipo de afirmação nesse sentido, mas causa estranheza a forma como isso está sendo divulgado, de fato. De todo modo, não é uma questão do Governo. É uma questão do meu passado. Infelizmente, agora estou no Governo. Então, acaba, de certa forma, havendo essa transferência. Mas, desde o início, o Presidente manifestou apoio. E com gestos, simbolismos, aquela questão da imposição de medalha, depois a ida ao estádio... Esses gestos valem muitas palavras. E o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quando indagado, deu apoio. Aquela questão dos 100% e tal é a forma como as pessoas se expressam, isso é muito normal. E ele até já tinha utilizado essa expressão antes, salvo engano. Não vejo nada aí de problemático nesse tipo de afirmação. Mas, evidentemente, pelos gestos do Presidente, ele compreendeu que não tem nada de ilícito no que foi realizado. Pelo contrário, é um trabalho digno o que foi efetuado pela Operação Lava Jato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem descrição, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro Sergio Moro, Sras. e Srs. Senadores, eu aguardei pacientemente para poder, primeiro, ouvir todas as falas que aqui foram proferidas tanto pelo Ministro Sergio Moro como também pelas Senadoras e Senadores.

Eu concluo que, de fato, nós temos um debate político, mais um. Não é de se estranhar numa Casa política. No entanto, eu verifico do que foi dito aqui que o Juiz Sergio Moro, titular da 13ª Vara, proferiu, nessa Operação Lava Lato, 45 sentenças, das quais houve 44 recursos. Ou seja, o Ministério Público, inconformado com as decisões do juiz, recorreu. Então, eu não consigo enxergar conluio em nada do que está aí dito. Houve 91 indeferimentos de prisão, de pedidos de prisão. O produto de toda essa força-tarefa foi que até agora foram devolvidos aos cofres públicos bilhões de dólares, bilhões de reais já foram devolvidos. Só um cidadão de um escalão de baixo da Petrobras devolveu quase US$100 milhões. Isso é motivo suficiente para deixar qualquer um estupefato.

Confesso que eu também fico perplexo, me permita aqui a franqueza, de estarmos aqui durante horas e horas, quase há 10 horas, para discutir o objeto de um crime, uma atitude criminosa de um sujeito que grampeou um juiz, o Ministério Público, que certamente está nos grampeando a todos nós brasileiros e, pior, solta esses vazamentos a conta-gotas, fora de contexto, criando as suas próprias versões. Não se ouve um áudio, vê um *print*. Ou seja, quem pode garantir que aquilo não é texto dele mesmo?

Aí, você pergunta assim: "Vem cá, querem o quê com isso?" Eu fico sinceramente inquieto, inquieto. Fico me perguntando, como brasileiro, às vésperas de votarmos uma matéria tão importante como a reforma da previdência... E é curioso que, durante o Governo Temer, exatamente às vésperas de votar a reforma da previdência, veio de novo grampo, vazamento. Parece uma conspiração para não se votar a reforma da previdência, uma matéria tão necessária. Não é importante só, é necessária para o País.

Então, quando eu ouço falar assim: "força-tarefa", é força-tarefa. Ou seja, como é que um juiz não conversa com o procurador? Como é que a polícia não conversa... Ou então não é força-tarefa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja: se o Juiz Sergio Moro proferiu tantas sentenças, 45 sentenças, ele, como juiz, como qualquer outro juiz, não tem o direito de passar na frente de outras ações judiciais que estão lá. Então, se, de repente, alguém tem uma ação de desapropriação, por exemplo, ou seja, lá o que for, há uma ordem cronológica. E por que ele teve tanta produção? Porque essa 13ª Vara se transformou numa vara especializada em relação ao caso da Lava Jato, ou seja, não era uma vara qualquer.

De tal modo que eu apenas faço essas observações para dizer que, como cidadão brasileiro, como Senador da República, eu que me situo politicamente no centro, sou Líder do Partido aqui, no Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... um Partido que dialoga muito mais com a racionalidade dentro do ambiente político muito pantanoso, onde o País foi para os extremos, e aqui não se pode ter a pretensão de que a fala do Ministro vai mudar a opinião de quem está no outro extremo... É evidente que, quando o Brasil saiu de um extremo e foi para o outro nas eleições passadas, ao assumir um cargo neste Governo, o Ministro Sergio Moro virou alvo. Isso é óbvio. Então, não adianta ele falar aqui que ele não vai mudar a opinião de ninguém que está no outro extremo, mas eu não estou em extremo nenhum. Se ele não tivesse demonstrado aqui o que demonstrou, eu estaria lamentando a presença dele ainda no Governo, mas eu penso que ele sai daqui muito maior do que entrou, vai sair muito maior do que entrou. Essa é minha percepção.

E eu concluo, Sra. Presidente, apenas constatando que o Ministro Sergio Moro era ontem de uma arena, de um campo, de um território, que era o Judiciário, e que agora ele está conhecendo na pele a política real, o mundo selvagem da política. A gente convive com isso há muito tempo.

E eu finalizo, ao fazer essas considerações, dizendo que não foi a primeira vez – e não é – que o Ministro Sergio Moro trabalha em cooperação com o Senado Federal. No início da década passada, o Ministro teve uma atuação muito forte no caso Banestado, onde ele desbaratou uma quadrilha que assaltou mais de US$30 bilhões. Em conjunto com o Senado, onde houve a CPI do Banestado, aquela operação para desbaratar aquela quadrilha foi muito bem-sucedida.

Então, apenas gostaria de indagar ao Ministro Sergio Moro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... se ele pode descrever qual o tipo de contribuição que o Senado da República pode dar na busca de um País mais justo no sentido de ajudar a combater firmemente, cada vez mais, a corrupção. O Senado vai dar um passo importante semana que vem – decidimos isso ontem no Colégio de Líderes –, mas é importante que a gente tenha essa compreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, eu quero dizer que – e digo para concluir, Sra. Presidente... Aliás, eu vou deixar o Ministro falar e, em seguida, eu peço a...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador. Eu não sabia e eu dei mais dois minutos, que eram os da réplica, a V. Exa., mas eu passo a palavra ao Ministro e dou pelo menos mais um minuto para a conclusão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas. V. Exa., em princípio, falou – eu entendi – que não iria fazer pergunta.

Eu passo ao Ministro e dou mais um minuto para V. Exa. O erro foi meu de não ter indagado a V. Exa.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sem problema.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Sr. Senador, eu, da mesma forma, agradeço as gentis palavras e o voto de confiança em relação a isso.

De certa maneira, eu, de fato, me sinto com alguma perplexidade por ter que responder, não vou dizer nesta Casa, mas vivenciar, desde a divulgação desses episódios, ter que ficar explicando o conteúdo de supostas mensagens que foram "hackeadas" criminosamente com o objetivo de obstaculizar investigações de corrupção e cuja autenticidade sequer foi atestada por alguém, de alguma maneira, independente.

Então, como esse *site* obteve isso... Tudo bem, quer manter o sigilo da fonte, mas o *site* diz que atestou a autenticidade disso. Então, como ele atestou a autenticidade disso? Como ele fez a verificação? Que tipo de material ele recebeu? Foi arquivo eletrônico? Foi em papel? Como é que, se ele recebeu em arquivo eletrônico ou em papel, verificou que aquele material que recebeu dos *hackers* criminosos é, de fato, autêntico?

Então, me causa muita surpresa, até porque houve episódios pretéritos de vazamentos de diálogos ou mensagens capturadas criminosamente... Eu não estou aqui falando de investigações formais em que houve eventuais vazamentos ou que a elas foi dada publicidade. Mas houve, no passado, casos esporádicos em que diálogos e mensagens foram capturados de maneira criminosa e foram publicizados em que praticamente ninguém discutiu o mérito, em que ninguém quis discutir o mérito. No entanto, agora, como envolve a Lava Jato e supostos interesses de anulação de processos ou obstaculização de investigação, há todo esse interesse em se discutir mais profundamente esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me sinto um pouco perplexo nesse sentido de ter de falar tanto sobre esse tema, que eu acho que não mereceria essa atenção. Mas eu agradeço as suas considerações e fico feliz por poder contar realmente com o seu apoio.

Eu acho que um dos passos importantes para que nós possamos avançar é a discussão do projeto anticrime, tanto na Câmara quanto aqui no Senado. Tudo bem, tem a discussão da previdência. A gente entende a prioridade da previdência. Eu acho que é um tema realmente fundamental, porque nós precisamos deixar as regras mais iguais, porque, por outro lado, nós temos um problema de crise fiscal, mas nós temos que passar a discutir também outros temas, e, entre eles, o projeto anticrime tem medidas importantes para o aprimoramento da nossa legislação.

Semana passada ainda, editamos uma medida provisória – semana passada, não; nesta semana – com o Presidente Bolsonaro, uma medida provisória importante, que acelera a venda de bens sequestrados do tráfico de drogas. O tráfico de drogas gera muito dinheiro. Todos nós sabemos disso. Existem bons processos, que levam a grandes apreensões, não só de drogas, mas de bens vinculados ao tráfico de drogas, e, relativamente a esses bens móveis e imóveis, em geral, nós os negligenciamos. Vemos pátios com veículos enferrujando, às vezes, embarcações, às vezes, aviões, e tudo se perdendo, sendo que nós poderíamos utilizar isso de uma maneira melhor. Então, uma das propostas da medida provisória é exatamente acelerar esse procedimento de venda.

Eu acho que a gente tem de olhar para o presente e olhar para o futuro para que nós possamos construir soluções legais para essas questões prementes que envolvem a segurança pública e a Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Em um minuto apenas, eu vou dizer o seguinte: fala-se muito neste debate aqui da conversa de juiz com o promotor. Eu não sou advogado, mas entendo que, se a premissa fosse verdadeira, de que o promotor não pode conversar com o juiz, o advogado também não poderia conversar com o juiz, não pode entregar memorial, não pode fazer nada. E olha que o advogado, diferente do promotor, não pode mudar de posição no curso de um julgamento, senão ele fere o Código de Ética da OAB. Já um promotor, que oferece a denúncia, se convencido do contrário, pode pedir a absolvição do réu, de tal modo que é absolutamente natural isso, até porque está expresso em lei também, na própria lei que foi editada e sancionada pela Presidente Dilma, que é a Lei 12.850/2013, que fala de cooperação entre as entidades.

De tal modo que eu estou muito confortável para fazer essas manifestações e, volto a dizer, saio daqui hoje, da CCJ, muito mais confortável do que quando começou esta sessão em relação a este caso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Sr. Ministro, como o senhor não está se lembrando de muita coisa, eu vou fazer um histórico rápido e, antes, dizer para aqueles que estão nos assistindo que aqui não se trata de parar, de interromper, ou de acabar com a Lava Jato, até porque há aqueles que defendem aqui a posição do Ministro Sergio Moro e aqueles que são contra, um porque é a favor da corrupção, outro contra a corrupção, etc. e etc. Estão simplificando a coisa aqui.

O fato é que esses métodos que estão sendo usados pela Justiça brasileira ou por setores da Justiça brasileira interromperam um processo que estava sendo construído no Brasil. Gostem ou não gostem, estava sendo construído no Brasil um Estado social. A partir da democracia, nós criamos condições de fazer políticas públicas e desenvolvimento que estava chegando para o cidadão mais simples. Mais casas, mais energia, mais saúde, mais educação, mais universidades, etc. e etc.

Esse processo se interrompeu e estão agora criando uma visão de um Estado policial que tem como ataque principal a criminalização da política, a criminalização de alguns setores da sociedade brasileira. E isso levou a este Estado de coisas em que está o País, Governo que corta conquista, diminui o orçamento daqueles setores que já tinham ganho, etc. e etc. E, pior, levou a economia do País ao que está, com toda a justificativa do combate à corrupção.

Está aí a nossa soberania também sendo quebrada, porque quebraram as nossas principais empresas, inclusive as nossas multinacionais, para entregar esse patrimônio a outros interesses que estão colocados aí.

O senhor conhece uma filosofia popular: quem com ferro fere, com ferro será ferido. É essa a situação que o senhor está passando hoje. Senão, veja aqui os métodos que o senhor usou ao longo do tempo. O senhor falou, não sei quantas vezes, aqui em sensacionalismo. A operação Lava Jato tinha como norte principal, para ganhar apoio popular, o sensacionalismo. E eu assisti pessoalmente, inclusive, no prédio agora, como Senador, a que, antes de chegar a Polícia Federal para prender, já estavam lá a Globo, a GloboNews e a grande imprensa. Agora mesmo, com o ex–Presidente da República Michel Temer, prenderam e fizeram aquele esquema de sensacionalismo. Esse é o Estado, a partir de um setor Judiciário, que está sendo implementado no nosso País.

Em 2004, o senhor fez um texto louvando a questão das Mãos Limpas, a operação, como exemplo, lá na Itália. E no mesmo período o senhor homologou uma delação premiada do doleiro Alberto Youssef na questão do Banestado, que reduziu apenas para um ano.

Em 2009,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... o senhor participou...

Já?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. quer os dois minutos da réplica, e não teria a réplica então?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quero, quero.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E em determinado momento o senhor participou de um treinamento nos Estados Unidos. É por isso que o senhor fala muito em americanos aí, até o dólar lá o senhor usa como "eu confio", não sei o que mais, etc. etc.

Rapidamente o Sr. Moro foi alçado a herói nacional. E aí usa os métodos: sensacionalismo, grampo, *hacker*, vazar, delação negociada, com troca, inclusive, de escritórios de advogado, exposição pública via grande imprensa, direcionamento investigado. É por isso que nos papos que estão aparecendo agora nessa interpelação que nós estamos fazendo com o senhor aparece: "Olha, não mexam com ex-Presidente passado, porque pode melindrá-lo. Ele é um aliado nosso."

Inversão de julgamento. Por que é que o julgamento do Lula lá no TRF-4 passou na frente de não sei quantos mil processos?

Provas ilegais, ilegais.

E quando o senhor virou Ministro, caixa dois, basta pedir desculpa: "Desculpa, eu usei o caixa dois". Pronto, o senhor já perdoou.

Então esses são os seus métodos.

Sr. Ministro, o senhor não se lembra de mim, mas eu fui julgado pelo senhor, ou pelo menos, na época do Supremo, eu fiz parte daquele julgamento da 470.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vocês montaram uma estrutura de grupos que tinha o grupo político, o grupo operacional e o grupo lavador. Eu era, na sua concepção, lavador. Qual a diferença daquilo que vocês montaram para esse grupo? Porque a Lava Jato começou bem; depois misturou política e disputa de poder. Qual é o seu papel no grupo que envolve vários ministros e o papel do Ministério Público? É o grupo operador? E o grupo dos advogados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falaram tanto em bilhão que voltou para a União. E os 30% que o Ministério Público de Curitiba queria para criar um fundo não sei do que da tal fundação? Para que era isso? Então, Sr. Ministro, o que se questiona é isso.

Por fim – mais 30 segundos –, aqui tem uma... que não é do Intercept.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço apenas que conclua, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... E em 16... Presidenta, 30 segundos. Em 13/2016, o Juiz Moro determina, em despacho, a interrupção da interceptação de telefone do ex-Presidente Lula, 11 horas da manhã, 11h12. Quarta-feira, dia 16, às 13h45, a Casa Civil anuncia a nomeação do Ministro Lula. A GloboNews, do mesmo dia, 18h36, publica o diálogo entre a Presidenta Dilma e o Presidente Lula, ocorrido em 13h32, captado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e depois posteriormente. Despacho do Juiz Moro determina o levantamento do sigilo em 19h57.

Deltan, às 12h, disse: "A decisão é de abrir ou está mantida, mesmo com a nomeação confirmada?" Moro: "Qual é a posição do Ministério?" Deltan: "Abrir." Deltan: "Confirma se vai abrir?" Moro: "Já abri, mas o sigilo ainda está anotado a pedido do Carlos, da PGR." Moro: "Outra coisa: eu aqui não vou abrir para ninguém."

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esses são os seus métodos. Então, não é um método do The Intercept. Isso aqui foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... gravação de um grampo que o senhor fez lá no Palácio do Planalto e que o Supremo condenou.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço desculpa, Senador, mas o tempo já esgotou.

Ministro, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senadora, acho que existe uma grande diferença entre uma interceptação telefônica autorizada judicialmente, após pedido da polícia, do Ministério Público, e o levantamento de sigilo desse material por decisão judicial transparente e o "hackeamento" por um grupo criminoso organizado de autoridades públicas, com divulgação, depois, ilegal desse conteúdo. Eu imagino que o Senador tenha essa percepção. Senão, eu sugeriria que o senhor avaliasse melhor esses fatos.

A decisão foi tomada naquela época. Eu já expliquei essa decisão anteriormente. Está no processo. Coloquei os meus fundamentos. Pode haver divergência, pode haver recursos, mas isso foi tudo feito transparente, com argumentos. E quem estava interceptado era um ajudante lá do ex-Presidente Lula, sequer era a então Presidente da República. Não tem nada de errado, de ilegal, de ilícito naquilo que foi feito naquela ocasião. Agora, nós nunca usamos *hackers* criminosos para obter informações relativas a quaisquer investigações. Então, o comparativo é absolutamente inadequado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – O Supremo revisou uma decisão judicial. E nós temos um sistema judicial de erros e acertos. Juízes divergem na interpretação da lei. A decisão que foi tomada foi tomada com base na pretensão de que a decisão era legalmente correta. Pode ter sido revisada. Isso não quer dizer que o juiz agiu de má fé ou coisa que o valha. Agora, absolutamente diferente é a utilização de *hackers* criminosos e essa exposição que vem sendo feita dessa forma por esse *site*, aliado a esses *hackers*. É uma coisa absolutamente diferente.

A questão de dificuldades econômicas pelas quais nós passamos desde 2013/2014, vamos dizer assim, o declínio da economia vinha antes já da Operação Lava Jato. Era resultado de uma gestão econômica ineficiente, isso afirmado por vários economistas. Por outro lado, se as investigações geraram algum impacto nessas empresas foi porque essas empresas estavam sistematicamente corrompendo agentes públicos, e agentes públicos sistematicamente pedindo vantagem indevida para essas empresas.

Então, quem é o culpado? É o policial que descobre o fato? É o juiz que julga o processo? Ou aqueles que receberam ou pagaram propina, entrando em esquemas de corrupção? Quem é responsável pelo assassinato: o policial que encontra o cadáver ou o assassino? Nada ali foi feito além da revelação dos fatos.

No que se refere à Ação Penal 470, eu atuei apenas como um auxiliar lá dentro do Supremo Tribunal Federal. Quem profere a decisão é o Supremo Tribunal Federal. Eu confesso que nem me recordo de se o senhor foi absolvido ou foi condenado. O senhor foi absolvido? Não me lembro, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – É que o senhor deu um voto assim lá: "Não há nada nos autos para condenar o réu, mas a literatura jurídica me permite condená-lo". Esse é o seu método.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Do senhor? O senhor foi condenado na Ação Penal 470?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Então, não sei do que o senhor está falando! O senhor foi absolvido. Havia um conluio para condená-lo e o senhor foi absolvido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Enfim, por outro lado, o que o TRF decidiu, o que STJ decidiu são questões fora da atribuição do juiz. Eu não tenho esse poder de determinar o que o TRF decidiria, como ele faria, ou como faria o STJ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... ou coisa que o valha.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar Ministro.) – Ministro, aqui no Plenário deste Senado, eu diria que, neste Congresso Nacional, deve ter tido algum Parlamentar que defendeu a Lava Jato tanto quanto eu; mais do que eu, não teve, não teve e não tem. Eu continuo defendendo qualquer operação de combate à corrupção. Acho que é um princípio. Aliás, é um pré-requisito do homem público. V. Exa. sabe disso.

Digo a V. Exa., se não sabe, que da PEC do fim do foro, de que o Senador Alvaro Dias falou ainda há pouco, eu fui o Relator. Encaminhei para aprovação no Plenário do Senado integralmente, conforme o texto que foi encaminhado pelo autor, o Senador Alvaro Dias. E rogo que seja aprovada pela Câmara o quanto antes.

Da mesma forma, Ministro, o senhor sabe muito bem, desde o início do Governo de Jair Bolsonaro, que eu disse – e eu sou o Líder da oposição ao Governo Bolsonaro aqui neste Senado – que a nossa oposição não seria oposição automática nem seria oposição sistemática. E dizia que um ponto de encontro que teria, que tenho, com o senhor são os aspectos do pacote anticrime em relação ao combate à corrupção. Tenho divergências, notadamente no excludente de ilicitude, mas tenho convergência em outros aspectos. Mais que isso: eu fui um dos poucos aqui, Sr. Ministro, até contra a base do vosso Governo, a querer que o Coaf ficasse sob o Ministério da Justiça. Alguns da base do vosso Governo votaram para que o Coaf não ficasse sob a guarda de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço essa preliminar para as perguntas que farei e para, em seguida às perguntas, proceder a um rápido comentário. Então, faço essa preliminar para dizer que combate à corrupção não é patrimônio individual de ninguém, não é patrimônio seu, não é patrimônio de nenhum procurador da República, não é patrimônio de nenhum Senador, não é obra de nenhum herói aí colocado; é obra da sociedade brasileira e tem que ser tarefa da sociedade brasileira e obrigação de homens públicos.

Dito isso, Sr. Ministro, eu faço essa preliminar para ser autoridade para as perguntas e dúvidas que eu considero necessárias serem aqui esclarecidas.

Sobre todos os acontecimentos de que V. Exa. já tenha conhecimento e sob vossa condução à frente como Juiz da força-tarefa da Operação Lava Jato, hoje o senhor faria alguma autocrítica sobre a forma como conduziu o processo, em especial a troca de mensagens com os procuradores? V. Exa. acredita que agiu de forma insuspeita ou crítica? Olhando em retrospecto, V. Exa. agiria de forma diferente?

O senhor, há pouco, na conta oficial do Telegram, no Twitter, diferentemente talvez do que tenha sido lhe informado, disse que pode haver possibilidade de conversas estarem nas nuvens. Tendo essa possibilidade de conversas no Telegram estarem nas nuvens, o senhor abriria mão do sigilo, convidaria aqueles com quem o senhor conversou para abrirem mão do sigilo e dessa forma tornarem públicas todas as conversas, já que claramente o senhor disse que não tem nada a temer? Eu digo isso porque isso foi num Twitter do Telegram oficialmente, ainda há pouco, dizendo da possibilidade, a *contrario sensu* do que foi divulgado aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por fim, aqui mesmo nesta audiência... Eu ainda terei a réplica, não é, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Quer usar os dois minutos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não; eu vou usar a réplica.

Mas ainda nesta audiência, em uma matéria, em uma entrevista sua ao *O Estadão*, o senhor disse aqui em relação ao caso The Intercept: "Não é só uma invasão pretérita que um veículo de internet resolveu publicar o conteúdo. Nós estamos falando aqui de um crime em andamento". O que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quis dizer em relação a "crime em andamento"? Estava se referindo ao The Intercept, à ação dos *hackers*? Qual, a partir daí, a percepção de V. Exa.?

Tenho alguns segundos e eu os deixo para a réplica, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, em que pese o seu histórico, os seus discursos e os posicionamentos históricos em relação à corrupção, eu, com todo o respeito, acho que, em relação a esse tema, o sensacionalismo da divulgação dessas mensagens desde o início lhe causou uma impressão equivocada acerca da realidade dos fatos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor fala de mim?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não, estou fazendo uma ponderação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, é que eu não entendi a ponderação.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – A minha ponderação é que, em relação a muita gente, talvez o Sr. Senador respeitosamente esteja incluído nesse grupo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, talvez, porque eu não expressei a minha opinião. Desculpe-me.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Está bom. Talvez, então, vamos dizer assim, o sensacionalismo com que essas supostas mensagens foram divulgadas tenha lhe causado uma avaliação errada do que aconteceu em relação a esses fatos. O fato é que já foi dito aqui por vários, por mim, fora aqui desta audiência: não é incomum conversas entre juízes, procuradores, policiais e advogados no cotidiano da nossa prática forense. Nossa prática forense é diferente, por exemplo, da tradição saxã, em que existe uma quase impossibilidade desse tipo de interlocução. Mas o nosso sistema é diferente. E, no nosso sistema, o juiz da ação penal é o juiz da fase de investigação. É ele que atende requerimentos do Ministério Público, da polícia, dos advogados, e eventuais conversas, embargos auriculares não deixam de ser incomuns.

Do outro lado, nós estamos falando aqui de uma operação que nas minhas mãos durou quatro anos. Então essas conversas se repetiram com procuradores, policiais e advogados durante muito tempo, e nós estamos falando de quatro anos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do outro lado, abstraído o sensacionalismo, abstraída a possibilidade de adulteração parcial dos textos das mensagens, não existe nada ali de conteúdo ilícito ou ilegal, de forma que, se nós formos observar os fatos da operação, o número de deferimentos, de prisões, por exemplo, o número de indeferimentos, o número de recursos interpostos pelo Ministério Público em relação às minhas sentenças, quase que integralmente houve recurso em todas, salvo uma, de 45. Se nós formos observar tudo isso, não há aí nenhuma espécie de conluio ou convergência absoluta entre a posição do Ministério Público ou do juiz.

Do outro lado, a indagação sobre se eu me arrependeria do que fiz: não, acho que nós mudamos um padrão de impunidade da grande corrupção que nós tínhamos no País. A dinâmica da operação gerava, às vezes, essas interlocuções informais, mas nada feito fora do extraordinário ou dentro da ilegalidade.

Sobre a questão do Telegram, da nuvem e tal, eu não sei. A informação que eu tenho é que, uma vez saído do Telegram ou apagadas as mensagens, se apagam igualmente nas nuvens.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bem, a informação que eu tenho é diferente, mas eu não sou um técnico, não sou um especialista nessa matéria. Ter-se-ia que ver isso aí. Nós vamos lembrar que o Telegram não tem representação no Brasil; não é uma coisa assim tão simples.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A pergunta...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador...

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Quanto ao crime em andamento... Perdão!

Sobre o crime em andamento, até onde eu tenho notícia, aparelhos celulares de outras pessoas estavam sendo continuamente atacados e com o conteúdo capturado. Então, por exemplo, se nesta semana, depois do início dessas divulgações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... novos celulares foram "hackeados" e o aparelho, vamos dizer, capturado o conteúdo, nós vamos aceitar a divulgação, então, desse material por qualquer órgão de imprensa? Eu acho muito grave; por isso é um crime em andamento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, eu repilo qualquer violação da intimidade por conta de atuação de *hackers,* de quem quer que seja. Mas eu saúdo a liberdade de imprensa que possibilita a qualquer cidadão saber a prática e a atuação de suas autoridades. Aliás, é de George Orwell uma frase que diz: "Jornalismo é publicar tudo aquilo que não querem; todo o resto é publicidade".

Eu fiz a pergunta em relação ao crime em andamento porque eu tenho autoridade, inclusive, para falar sobre liberdade de imprensa aqui, porque, outrora, o *site* O Antagonista recebeu censura do Supremo Tribunal Federal e eu fui o primeiro Parlamentar a se solidarizar com o *site*. Aliás, a censura não foi do Supremo Tribunal Federal; a censura foi emanada da Presidência do Supremo Tribunal Federal. Fui o primeiro a me solidarizar com o *site*.

Da mesma forma como se solidarizei com o *site* O Antagonista, eu creio que é o livre exercício...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... da condição de jornalista a publicação de matérias por conta do The Intercept.

Por fim, Sr. Ministro – só concluindo, Sra. Presidente, no minuto que me resta –, falando a V. Exa. de coração aberto, peço que me deixe lhe retratar o seguinte: eu continuo apoiando todas as operações de combate à corrupção, inclusive as que vierem a ocorrer neste Governo, porque, ao contrário do que o senhor disse em um momento aqui – não sei se foi erro de estilo de V. Exa. –, o senhor disse: "a corrupção estava disseminada". O senhor colocou no pretérito imperfeito. Ministro, o senhor me permita, há casos de corrupção no atual Governo, ao qual o senhor serve. Há um Ministro envolvido em um escândalo com laranjas. Há denúncias de utilização de caixa 2 em relação a outros Ministros. Enfim, há denúncias de todas as ordens. O Ministro do Meio Ambiente é denunciado por crime ambiental, e por aí vai.

A corrupção existe na estrutura do Estado brasileiro e tem que ser combatida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... porque é uma estrutura da formação patrimonial do Brasil, e não é dever nem somente seu, nem somente meu, mas de todas as autoridades públicas, combatê-la

Por fim, Ministro, deixe-me lhe dizer, como apoiador da Operação Lava Jato que fui, que o senhor tinha dois caminhos: aqui, a história; aqui, a sua carreira. Nenhum... Eu sou historiador e posso lhe dizer uma coisa – já concluo, Presidente –: não há, na história brasileira, notícia de ter havido nenhum juiz com o papel e o destaque que V. Exa. teve. Talvez um jurista, Ruy Barbosa. Um juiz, não. O senhor poderia passar para a história, e considero isso relevante, como o principal personagem do combate à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção no País do século XXI e dos séculos anteriores. O senhor optou por servir a um Governo, e, permita-me dizer, o Governo mais desastrado, mais atrapalhado da história e que não é imune à corrupção.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu peço escusas para dizer isso, mas eu vir para o Governo por um objetivo muito específico, que eu coloquei publicamente todas as vezes: como juiz, meu trabalho esteve constantemente ameaçado por viradas de mesa, e isso acontecia em outros países. Veja lá na Guatemala o que aconteceu no último ano. Veja lá na Itália o que aconteceu após a Operação Mãos Limpas. Eu recebi esse convite, eu aceitei de bom grado, com os objetivos de consolidar os avanços contra a corrupção, e nós podemos reproduzir esses avanços contra o crime organizado e contra a criminalidade violenta. Então, as minhas intenções, ao assumir, foram no sentido de aderir a uma missão. Existe esse Governo específico no qual há a convergência com essa missão específica. Então, jamais traí os meus princípios e os meus ideais, apenas mudei de posição na estrutura, vamos dizer, administrativa deste País por entender que poderia fazer mais nessa posição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir desculpas aos colegas, mas, pelo adiantado da hora, eu vou dar por encerradas as inscrições.

Nós temos mais cinco oradores inscritos, seis oradores inscritos, e nós vamos encerrar, portanto.

Na ordem aqui, só para que, se algum colega chegar, eu vou pedir desculpas – aliás, é um convite, não é uma convocação, e o Ministro vai estar quase que há dez horas falando conosco –, na ordem: Senador Telmário, em permuta com o Senador Girão. Senador Vanderlan na frente. Daí, Senador Chico Rodrigues, depois Senador Girão, Senador Styvenson, Senadora Rose, ou Senadora Rose e Senador Styvenson. É que ela vai encerrar por todos nós, mas estabelecemos, no final, nós temos tempo para isso.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Telmário Mota.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Senadora Simone, Presidente desta sessão, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. especialmente por duas situações: primeiro, pela forma tranquila, segura e responsável com a qual V. Exa. conduz esta sessão, e sempre fez isso, e nos orgulha. Segundo, por essa grande resistência. Quantas horas aí, sempre com o mesmo bom humor, o mesmo compromisso com a coisa pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui saudar o Ministro Sergio Moro, que também não é diferente, está aqui nesta audiência pública extremamente cansativa, mas esclarecedora e importante para uma pessoa da sua magnitude.

Eu queria dizer, Ministro, que os críticos podem criticar V. Exa. por diversas coisas, mas, na Justiça brasileira, no momento em que parece que todas as luzes estavam apagadas com relação à moralidade, à ética, V. Exa. estabeleceu no País dois momentos: um momento antes da Lava Jato com Sergio Moro, da Justiça, e um outro depois. Isso é tão verdade, é tão referência que, no meu Estado, quando uma pessoa que comete qualquer delito é liberada, até dentro dos autos, o juiz entende assim, dizem: "Ah, mas se fosse o Moro!" Então, eles acham que o Moro está acima, que todos estão errando e que o Moro é referência. Então V. Exa. é um parâmetro, não tenha nenhuma dúvida. Então quero lhe parabenizar por isso.

Outra coisa: quando você entra para ser vereador, você quer ser governador ou Presidente da República. Se você entra para ser juiz, você tem que almejar, sim, o Supremo, mais do que justo e correto, corretíssimo. Cada um tem o seu momento e a sua etapa para cumprir.

Então eu queria fazer essa colocação e dizer que, sem nenhuma dúvida, o Brasil tem em V. Exa. um espelho a ser seguido, o Judiciário e todos os segmentos. Eu vi aqui ainda agora um Senador nosso se emocionar e dizer que tem que seguir essa linha. Muitos dos que hoje estão aqui são nesse sentido. E uma laranja podre não estraga todas, não. O senhor pode até estar servindo a um Governo que, amanhã, vai cometer esse ou aquele erro, porque o Governo é muito robusto, mas isso não quer dizer que o Ministro Moro está envolvido nisso. Este Senado tem político de toda a ordem, ladrão, ex-ladrão, e nem todos são. Nem todos são, e nós estamos sentando às vezes lado a lado. Ontem eu fui obrigado a sentar do lado de um ex-Senador, o maior ladrão deste País. Imagina! Um momento difícil. Essa é a vida. É uma das perguntas que eu ia fazer, mas V. Exa. me poupou, graças a Deus.

Mais três perguntas para V. Exa.

Primeiro, Ministro Sérgio Moro, segundo o que foi noticiado nos jornais, os *hackers*, invadiram, violaram conversas pessoais de um Ministro, que é V.Exa., um ex-Procurador-Geral da República e dez membros do Ministério Público, especialmente os ligados à força-tarefa da Lava Jato. Uma invasão aos dados pessoais de autoridade do mais alto e elevado nível da República coloca em xeque a própria segurança nacional, à medida que coloca as mais relevantes instituições do País reféns dos interesses políticos de um grupo criminoso. Digo isso e pergunto, gostaria de saber de V. Exa.: entende que esses ataques coordenados violaram a segurança nacional? Em caso positivo, quais medidas estão sendo tomadas para preservar a segurança das autoridades e instituições envolvidas, já que V. Exa. é o Ministro da Justiça e é de competência de V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, Ministro Sergio Moro, qualquer pessoa ou instituição realmente preocupada com a justiça, ao tomar conhecimento de uma ilegalidade, deve denunciar às autoridades competentes. No presente caso, os procedimentos corretos e legais seriam entregar as provas do crime para o Ministério Público ou a Polícia Federal, que são as autoridades competentes para apurar eventuais ilegalidades; entretanto, não foi isso o que vimos. Além de não entregar às autoridades competentes, o blogue tem atuado politicamente, soltando as matérias lentamente, com a clara finalidade de comprometer a Operação Lava Jato e consequentemente derrubar o Ministro da Justiça. Diante da atuação política do blogue e do meio ilegal com que obtiveram as conversas, V. Exa. acredita que a operação está em crise? Os ataques são suficientes para desfazer os avanços obtidos nos últimos anos no combate à corrupção? Como o senhor vê a operação Lava Jato após esses ataques?

E já concluindo, Sra. Presidente, eu não vou usar a réplica, me dê esse outro minutinho.

Ministro Sergio Moro, caso um dos réus, um dos processos da Lava Jato seja considerado nulo, um dos processos seja considerado nulo, teremos como consequência jurídica lógica a anulação de todos os demais processos? Nesse sentido, todos os réus da Lava Jato serão soltos? Os bilhões de reais roubados deverão ser devolvidos aos ladrões? E, por fim, ainda serão indenizados por terem roubado muito bem? Em outras palavras, estaremos dizendo à sociedade que os culpados não são os ladrões, mas sim quem tem a coragem de investigar. Dito isso, gostaria que V. Exa. explicasse o impacto concreto que uma eventual anulação de um processo da Lava Jato causaria no combate à corrupção no Brasil.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, por favor, para os esclarecimentos.

O SR. SÉRGIO FERNANDO MORO – Senador Telmário, eu agradeço as suas considerações iniciais, palavras bastante gentis.

No meu aparelho celular, apesar de ter sofrido uma tentativa, até onde eu tenho presente, não houve uma invasão do conteúdo. Eu provoquei de imediato a Polícia Federal, que já vinha fazendo investigações por conta da invasão dos aparelhos dos procuradores, e eles estão realizando essa apuração. Terminando essa apuração, vai haver essa discussão acerca do enquadramento jurídico, se se trata apenas do crime de "hackeamento", uma pena muito baixa. Eu acho que é uma coisa que o Senado, a Câmara vai ter que analisar no futuro, modificar essa legislação, porque as penas são muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brandas para a severidade desses fatos. E analisar se há alguma espécie de possibilidade de enquadramento em outros tipos legais, como, por exemplo, a segurança nacional.

Eu, de todo modo, estou afastado, vamos dizer assim, da condução concreta desse inquérito. Essa é uma atribuição da Polícia Federal.

Mas é extremamente preocupante. Todas as autoridades têm que se preocupar em preservar melhor os seus dados, não é? No meu caso, não houve esse acesso, até onde eu tenho, a esses aplicativos. E o que me disseram é que, pela forma como se procedia, não havia muito como evitar a clonagem, algo, assim, extremamente preocupante, não é?

Quanto à questão do *site*, da forma de entrega, eu fiquei com a impressão de que eles queriam alguma espécie de busca e apreensão ordenada no *site*, para que posassem como uma espécie de mártires da imprensa. Isso não foi feito. Essas decisões cabem lá às autoridades de investigação. E pode haver questões aí envolvidas com eventual liberdade de imprensa, mas eu tive a impressão de que eles até gostariam disso para pousarem como os mártires da imprensa frente ao malvado Governo do Presidente Jair Bolsonaro ou do Ministro Sergio Moro, mas não. Divulguem! Como eu falei, divulguem tudo! Agora, apresentem tudo de uma vez para que nós possamos verificar a integridade dessas provas e se, de fato, as mensagens ali constantes contêm ilícitos e se não foram elas adulteradas ou fraudadas. Essa é a postura correta, a meu ver, desse *site*. Ele já teve o furo jornalístico, se era esse é o objetivo que ele queria. Agora, divulgue as informações. Acho que ele deveria ter esse compromisso. Senão, causa essa impressão, como o senhor mencionou, desse objetivo político-partidário.

Na questão da anulação, essa divulgação sensacionalista gerou, ou melhor, esses ataques de *hackers* criminosos, seguidos da divulgação sensacionalista, gerou, avivou... Surgiram lá as vivandeiras da nulidade, as pessoas que querem fazer de tudo para anular condenações por corrupção e lavagem de dinheiro da Operação Lava Jato, se não a inteira Operação Lava Jato. Acho que esse é o sonho de consumo, infelizmente, de muita gente que se envolveu na prática desses crimes.

É aí, vamos dizer assim, que eu tenho alguma dificuldade em vislumbrar tão facilmente esse afirmado interesse público na divulgação dessas informações, até porque o que veio à tona até o momento, ainda que, eventualmente, seja autêntico, não tem nenhuma ilegalidade, não tem nenhum ilícito. Então, qual é o interesse público exatamente que o *site* propõe, de uma maneira tão clara, na divulgação dessas mensagens "hackeadas" criminosamente? O interesse público é anular as condenações de corrupção? É impedir novas investigações? É esse o interesse público?

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – São esses valores e esses princípios que esse *site* defende? Eu acho bastante discutível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Simone – parabéns pela condução, Presidente! –, Sr. Ministro Sergio Moro, Senadores presentes, Senadoras, eu tinha dito, em entrevista, Ministro Sergio Moro, que não viria a esta audiência, tamanho absurdo que acho. O País está passando por tantas dificuldades. Nós temos mais de 40 milhões de irmãos nossos entre desempregados e vivendo de bico neste País. E o que se está discutindo, Ministro, não vai levar a lugar nenhum, já que é humanamente impossível um juiz, um promotor não ter esse diálogo, não é?

Observando alguns processos que a gente tem que conduzir – como pessoa física ou pela empresa –, quantas vezes eu pedi para falar com o promotor por discordar de algum posicionamento de um juiz ou de um desembargador ou de um ministro? Não sabia que isso seria motivo de tanta controvérsia, de tanta coisa que está acontecendo. Está-se parando muita coisa. E está-se discutindo hoje o quê? As conversas que houve entre o ex-Juiz Sergio Moro e o promotor e assim por diante.

Mas eu não vim aqui para fazer pergunta ao senhor. Eu vim aqui para fazer uma observação, algumas observações.

Nós não podemos esquecer os avanços da Lava Jato, de forma alguma. Concordo em número, gênero e grau com que a gente precisava dar um basta no que estava acontecendo no nosso País, Ministro. Eu discordo de algumas maneiras que foram adotadas, já que nós nos baseamos muito nos Estados Unidos, principalmente, ou na Europa, e nós esquecemos que, nas nossas empresas que estavam sendo investigadas, há homens e mulheres, pais de família que têm seus empregos. Nos Estados Unidos, por exemplo, quando há uma empresa que é investigada, como é o caso da OAS ou da Odebrecht, a empresa e os empregos são sagrados. Os proprietários vão para a cadeia, para prisão perpétua, dependendo do seu crime. No nosso País, não. Nós acabamos com centenas, milhares de empregos de pais e mães de família. Talvez tenha faltado essa observação, para que a gente cuidasse melhor dessas pessoas, já que o problema maior nosso hoje é o desemprego.

Quando foi anunciado o convite a V. Exa. para ocupar o Ministério da Justiça, eu pensei comigo na época: "ele não aceitar", porque a esperança que nós brasileiros tínhamos no senhor, com tudo o que aconteceu, era que o senhor fosse permanecer para que chegassem as investigações da Lava Jato nos Estados e nos Municípios, porque não chegou, pouca coisa chegou, nos maiores, e muita coisa tem que ser apurada.

Foi uma jogada de mestre do Presidente e política. Muitos dizem que o Presidente Bolsonaro não é político, mas ele, ao escolher o senhor, teve uma jogada de mestre: levar o senhor para o Ministério da Justiça, porque a população assim apoiou, certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas para o senhor acredito que não foi um bom, porque hoje o senhor está vendo aí. Talvez, daqui a uns dias, o senhor vai estar tendo de dar explicações por um cafezinho que, às vezes, um dono de bar ofereceu para o senhor, quando o senhor foi tomar o café numa padaria, em qualquer lugar, porque o senhor é um ser humano normal como nós.

Então, tudo isso que está acontecendo aí, para nós, para o País não foi bom, não está sendo bom, mas aconteceu, o senhor é Ministro. Que o senhor possa levar e nos ajudar num momento tão difícil como esse que o País está passando, levar ao nosso Presidente uma pauta positiva. E nós temos muita coisa positiva para apresentar.

Eu já fui vítima, estou sendo vítima desses *hackers*, desses ataques, desses blogues mentirosos, dessas pessoas que não têm o que fazer e ficam postando coisas, denegrindo a imagem das pessoas.

Como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Sr. Ministro, eu já fiz um requerimento para a nossa Comissão, e nós vamos debater e discutir na nossa Comissão já para que os ministros, para que o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional possa falar o que vai ser feito com relação a tudo isso...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, V. Exa. não vai fazer pergunta? Posso já dar mais dois minutos de réplica?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nem pergunta nem réplica, nada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou conceder mais dois minutos.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu só quero aqui falar que esse requerimento vai ser apresentado, e nós vamos discutir ali, propondo que o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional vá lá para falar sobre isso.

Nós não podemos mais viver, Presidente, da forma como estamos vivendo, em que um blogue ou uma pessoa que tem uma influência nas redes sociais chega e denigre a imagem das pessoas, como foi agora. Houve um blogue aí de autoridades dizendo que no meu gabinete havia seis funcionários à minha disposição, sendo que eu tenho a minha funcionária, que há 30 anos trabalha comigo, a única, e paga com o meu recurso. Isso tem que acabar. Não é simplesmente desses blogues, mas de algumas autoridades que se julgam no direito de falar o que querem, na hora que querem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, Sr. Ministro, parabenizo-o por tudo que o senhor fez. Nós devemos muito ao senhor. Eu só tenho esta observação: eu acho que foi um péssimo negócio o senhor ter saído dali, como juiz, para vir para o ministério.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós tínhamos a esperança de que, em 2022, o senhor viesse talvez como candidato à Presidência da República.

No mais, obrigado. Parabéns pela sua condução.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu agradeço as palavras gentis.

Tentou-se na Operação Lava Jato o mais possível preservar as empresas. O que ocorre é que, durante as investigações, por um bom tempo as empresas não queriam reconhecer os ilícitos e queriam continuar delinquindo, aí ficava bem difícil. E a legislação atual não nos dá aqueles instrumentos de afastar, mudar o poder de controle, até porque também não é uma coisa tão simples dada a dimensão dessas empresas que estavam envolvidas nesses esquemas criminosos. A partir do momento em que as empresas resolveram reconhecer os seus erros, os seus crimes, colaborar e indenizar, sempre foi dada a abertura para aqueles acordos de leniência, que eram a forma de elas recuperarem. O grande problema é que algumas cometeram tantos e tão graves crimes que os danos reputacionais acabaram – vamos dizer assim – afetando a capacidade de elas se reerguerem. Espero que ainda todas possam se reerguer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – ... mas há um impacto que transcende o que o juiz pode fazer. Foi o que aconteceu no Brasil com o Banco Rural: envolveu-se em sucessivos escândalos e não sobreviveu.

A questão última de ter aceitado a posição, eu já expliquei. Entendo a sua crítica, Senador, recebo-a com muito respeito. Só posso lhe dizer que eu aceitei com a melhor das intenções.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Senadora Simone Tebet, V. Exa. tem presidido esta Comissão com extrema competência, correção e equilíbrio, uma conduta permanentemente republicana. Tenho certeza de que, quanto ao que se esperava anteriormente a esta participação do Ministro Sergio Moro, foi infinitamente menor do que o furacão que esperavam o que efetivamente tem acontecido aqui, com absoluto respeito e uma conduta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente republicana por parte de todos os Senadores. Aqui e acolá, um pouco de excesso, mas natural do processo democrático.

Ministro Sergio Moro, o senhor teve berço. O seu pai, Dalton Áureo Moro, professor de Geografia, forjou sua personalidade, que seguiu exemplos de dentro de casa. O seu pai, o Sr. Dalton Áureo Moro, ainda era um ferrenho crítico das desigualdades sociais, e isso o senhor aprendeu no berço. Sua mãe, a Profa. Odete Starke Moro, também balizou a sua formação realizando aos olhos dos dois filhos ações voluntárias na primeira fila da Igreja Católica, preparando catequistas e distribuindo alimentos a necessitados, gestos que se repetem até hoje, além de ir à missa quase todos os dias. Portanto, equilíbrio, formação e exemplo V. Exa. teve; família. E nós verificamos, Ministro, que, a exemplo do que respondeu ao meu colega Senador Vanderlan Cardoso, V. Exa. está aqui numa missão que, na verdade, orgulha a população brasileira e engrandece o Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas a V. Exa., pontuais, mas que servirão para esclarecer a opinião pública nacional.

Como o senhor vê essa etapa que acaba de, realmente, realizar aqui nesta Comissão, e o pacote anticrime? Que outras medidas marcarão a sua atuação no Ministério da Justiça? Daqui a alguns anos, qual o legado que V. Exa. deixará para o Brasil e para o Governo Jair Bolsonaro, que muda paradigmas todos os dias do seu Governo, alinhado com a vontade nacional, contrariamente àqueles que andavam na contramão da história? – primeira pergunta.

A segunda: a corrupção fala mal do Brasil lá fora, no exterior, é um dos pontos levados em consideração pelo capital internacional na decisão de investir aqui no nosso País. Eu não vou julgar os fatos que estão agora em questão, mas entendo que grande parte do que está acontecendo neste momento reflete o medo de muitos: que seu trabalho no combate à corrupção possa atingi-los. Dessa forma, eu lhe pergunto: o que V. Exa. pode fazer para, ao superarmos esse momento difícil por que passa o Brasil, fortalecer a nossa imagem como um país sério e livre da corrupção endêmica que se tinha instalado no nosso País?

Terceira pergunta: o que o Ministério da Justiça está fazendo para combater o crime cibernético, essa chaga da sociedade moderna, que tem atingido toda a população em sua intimidade? A Intercept, os *hackers* hospedados criminosamente em outros países devem ser combatidos, e como a inteligência brasileira está trabalhando para evitar que ela se propague...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... de uma forma absolutamente incompreensível e irresponsável? – inclusive, a gente sabe que manipulada: você vê hoje na internet as montagens, as falas de quem não falou, as imagens que não existem, que são montadas, etc. Imagine só a descrição pura e simples nessas comunicações que estão viralizando aí no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a quarta e última pergunta, que milhões gostariam de fazer a V. Exa.: o senhor acha que o ex-Presidente ou os condenados por V. Exa., e outros que ainda estão na fila, seriam condenados por qualquer outro juiz com base nas provas colhidas nos autos?

Eram essas quatro perguntas, Sr. Ministro.

E quero dizer – sem réplica, porque têm sido claras como uma janela sem vidro as suas respostas, o que mostra, com o esvaziamento do Plenário, àqueles mais exaltados, àqueles que iam na contramão por serem oposição, e nós respeitamos, ao Governo – que o Presidente Jair Bolsonaro está no caminho certo, acho que numa conduta, muitas vezes, espartana, numa conduta invejável, mudando paradigmas que o Brasil, na verdade, cobra e precisa. V. Exa. é um desses símbolos, que, na verdade, honra e orgulha o nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

Ministro, com a palavra.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, eu agradeço as suas gentis palavras e a referência aos meus genitores. O meu pai, infelizmente, é falecido já. A minha mãe ainda é viva. Eu acho que eu devo toda a minha formação moral – não que eu não tenha os meus defeitos; acredito que tenho meus defeitos – aos meus genitores, e agradeço a referência bondosa ao nome deles.

O legado: é complicado falar no legado quando não se terminou o trabalho. Eu acho que o trabalho como juiz deixa um legado de que é possível vencer a impunidade da grande corrupção. Nós nos acostumamos a ver a grande corrupção e a impunidade como um fato natural a que nós estávamos fadados. Tínhamos o destino manifesto de jamais sair daquele desse círculo vicioso, e eu acho que, com a Operação Lava Jato, com todos os atores envolvidos, juízes de várias instâncias, esse quadro foi sensivelmente mudado, o que não significa que não devemos aprofundar essas mudanças.

No Ministério, meu propósito, novamente, é firmeza contra a corrupção, o crime organizado e a criminalidade violenta, atingir esses objetivos com os meios ao nosso alcance e chegar a, vamos dizer, um cenário melhor até 2022. Nós temos visto essa redução estatística significativa da criminalidade. É um dado importante, é um dado relevante. É cedo para comemorar, mas é importante. Nós temos tomado medidas pontuais em relação a essa criminalidade mais grave, tanto no plano executivo como encaminhando aqui para o Congresso, que é a Casa própria, projetos que nós queremos compartilhar com o Congresso. Há soluções para essa criminalidade mais grave no País.

Espero que nós consigamos concretizar esses planos durante essa gestão. Realmente, é um novo desafio, é uma tarefa em relação à qual eu não estava acostumado, mas digo que estou tentando fazer o meu melhor aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um desses dias fizeram um levantamento de que eu teria sido um dos Ministros que mais receberam Parlamentar desde o início da gestão. Então, nós temos trabalhado assim, dialogado, tentado convencer os Parlamentares do acerto das nossas proposições, compreendendo respeitosamente as dificuldades, muitas vezes, para votar aqui ou ali ou para aprovar determinadas medidas, ou seja, temos agido aí com extrema paciência.

Em relação às condenações, eu acredito que o que eu fiz foi uma aplicação imparcial da lei e das provas, sem que eu me omitisse no cumprimento dos meus deveres. Vários outros juízes cumpririam essa mesma tarefa da mesma forma, porque o que importava nos processos era a lei, o direito aplicável e, basicamente, as provas. Alguns juízes o fariam mais lentamente, outros juízes talvez o fizessem até mais rápido. Aí depende do estilo de trabalho de cada um, mas eu acredito que, caso se trocasse o juiz, não faria lá muita diferença. Como vêm fazendo um bom trabalho juízes de outras instâncias, magistrados de outros fóruns, em relação a casos de corrupção. Na própria 13ª Vara em Curitiba, assumiu, depois de mim, a colega Gabriela Hardt, que fez um excelente trabalho, e, depois, o Juiz Luiz Bonat, que também vem fazendo um excelente trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Agora, vamos admitir que, já durante o ano de 2018, já havia ocorrido uma redução do ritmo das diligências e operações, porque, afinal de contas, o material de investigação vai circulando, ou seja, vai diminuindo o número de casos a serem desenvolvidos. Mas eu tenho plena confiança de que eles vão realizar um excelente trabalho.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Senadora Simone, eu gostaria apenas – não poderia perder a oportunidade...

O meu Estado, o Estado de Roraima, Ministro, como V. Exa. sabe – nós temos mantido contato permanente com V. Exa. –, tem uma situação terrível hoje de segurança porque, numa capital que tem 380 mil habitantes, nós temos mais de 50 mil venezuelanos assombrando, amedrontando a população do nosso Estado.

Então, nós gostaríamos inclusive de voltar a conversar com V. Exa. na próxima semana, vermos a possibilidade de reforçar com a Força Nacional, porque nós temos uma Polícia Militar extremamente capaz, adestrada, uma Polícia Civil também preparada, mas em números reduzidos. Então, nós gostaríamos muito de pedir esse apoio, essa ajuda a V. Exa. porque Roraima clama por segurança, a sua população, na verdade, em função dos imigrantes, dos refugiados venezuelanos aos milhares. Eles já na verdade não dão paz para a nossa população.

Então, falaremos na próxima semana, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem o microfone está aguentando mais. Peço desculpa, mas nós estamos com problema aqui.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar Ministro.) – Muito boa tarde, Presidente Senadora Simone Tebet, Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sergio Moro.

Eu estava pensando aqui, refletindo, ouvindo todas essas perguntas, todas as respostas do Ministro, como a vida é engraçada, como o mundo dá voltas. Há cerca de um ano, eu estava ligado na televisão acompanhando, vibrando por cada etapa da Operação Lava Jato. Chegamos à 61ª fase. Eu acompanhei como cidadão e hoje eu peço permissão para falar também como cidadão para agradecer ao Ministro por esse trabalho prestado à Nação brasileira.

Há um grande humanista, pacifista brasileiro, Chico Xavier, que eu muito admiro, que coloca o seguinte: o bem que você pratica é seu advogado em toda parte. O senhor, Ministro Sergio Moro, junto com a força-tarefa da Operação Lava Jato, fez um grande bem ao Brasil. E esse bem, que foi plantado lá atrás, nós estamos colhendo agora. Está aí a gratidão do povo brasileiro ao senhor nesse momento de ataque. Ataque, eu diria, covarde, porque eu não vou nem comentar – permita-me, Presidente Senadora Simone Tebet – esses vazamentos criminosos. Eu não vou perder tempo com isso se o próprio Ministro garante que não reconhece a autenticidade de muitas divulgações que foram feitas aí pela imprensa.

Eu queria aproveitar este momento em que nós estamos aqui e ressaltar os 13,8 bilhões, até agora, trazidos de volta para o Brasil, recuperados pela Operação Lava Jato, que eu considero esse grande patrimônio do povo brasileiro e que só se fortalece. Com tudo isso que está acontecendo aqui, Ministro, com a sua serenidade, com a sua segurança, com o seu olho no olho para cada Senador aqui, sua firmeza, eu acredito que V. Exa. mostra que tudo que foi feito até hoje foi mais do que certo.

Eu queria aproveitar este momento e dizer que eu acho até uma piada quando se coloca que, durante essa operação, foi visto partido A, partido B, partido C. O que é isso? Vários partidos, vários partidos foram envolvidos nessa operação. Isso é prova. Se não houve prisão de todos os partidos, é por causa justamente do foro privilegiado, que a gente precisa... Aliás, a Câmara dos Deputados precisa definir exatamente esse projeto, pois o Senado já fez a parte dele, diga-se de passagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar o tempo que me resta – e vou até dispensar a réplica, porque vejo que faz 10 horas que a gente está aqui e ficou tudo muito claro, como o Sol, com as respostas do Ministro – e queria apenas partir para uma proatividade. Eu estou muito preocupado, Ministro Sergio Moro, muito preocupado com a votação que nós teremos, na semana que vem, aqui no Senado. E eu queria ouvir a opinião de V. Exa., se for possível, sobre este Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017, que trata do abuso de autoridade e da questão das medidas contra a corrupção. Tudo junto.

Eu queria ler aqui um trecho, porque a sociedade precisa debater esse assunto também. Ele é importante, interessa a todos, e o prazo é curto, é de uma semana.

O princípio do livre convencimento motivado do juiz, no momento em que profere uma decisão, apesar de não permitir que este venha a decidir a seu bel-prazer nos processos que preside, pois tem que estar fundamentado nas provas dos autos, possibilita ao magistrado uma certa autonomia ao se pronunciar sobre o acervo probatório. Pergunto: até que ponto essa discricionariedade do juiz pode estar comprometida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... com o que foi anunciado na Lei de Abuso de Autoridade?

Pergunta dois, para encerrar: V. Exa. acha que a emenda apresentada pelo Relator, inserindo no art. 8º do Título III, que trata do abuso de autoridade por parte dos magistrados, o §8º, que diz: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade"; isso afasta o risco da falta de discricionariedade fundamentada, na hora de emitir uma decisão?

Essas são as duas perguntas que eu faço a V. Exa., desejando-lhe um ótimo trabalho. Eu fui um dos Parlamentares recebidos por V. Exa. e lhe disse, na oportunidade, que o senhor é um missionário.

Eu queria lhe desejar todo o sucesso. E espero ver um dia, sim – isso é uma opinião minha –, gostaria muito de ver, como brasileiro, o senhor no Supremo Tribunal Federal, que está precisando de um grande jurista como o senhor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, com a palavra.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador Eduardo Girão, agradeço as considerações elogiosas.

Inclusive, quanto à Operação Lava Jato, acho que é muito importante lembrar o resultado desses trabalhos e todo o esforço de todos os envolvidos, que não são só juízes, são procuradores, são policiais; não são só os advogados; foi um esforço da sociedade brasileira. Vamos lembrar quantos milhões saíram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às ruas, protestando contra a corrupção disseminada que havia sido revelada nas investigações, especialmente no âmbito da Petrobras. Então, seria realmente uma pena se essas conquistas fossem simplesmente colocadas de lado por conta de uma espécie de um *fake* escândalo ou coisa parecida.

No que se refere ao projeto, eu não vi o último relatório ainda, parece que teve uma mudança no relatório ontem. Eu não vi o último texto, o que me deixa um pouco desconfortável em fazer comentários em relação a ele.

Eu acho que esse tema tem que ser tratado com muito cuidado. Ele estava um tanto quanto esquecido, sendo tratado com certo vagar no Congresso, e de repente houve essa aceleração. Confiamos nas boas intenções, evidentemente, dessa recolocação do tema em discussão, mas seria bom que houvesse muita ponderação e debate em cima das provisões específicas desse projeto.

Lembro que esse projeto é decorrente do projeto popular das dez medidas. Houve uma alteração substancial na Câmara dos Deputados, o que foi objeto de severas críticas por parte da sociedade. Não vou entrar nesse mérito. E veio para o Senado.

Eu tenho uma série de preocupações. Eu acho que ninguém é a favor de abuso de autoridade. Nós temos que coibir o abuso de autoridade, seja do juiz, do promotor, do procurador, de quem quer que seja. Eu não sou mais juiz, então não sou afetado por esse projeto, posso falar com tranquilidade sobre isso.

O que eu me lembro do projeto que veio, do texto que veio da Câmara, com todo o respeito aos Srs. Deputados que o formularam, é que havia alguns problemas técnicos. Pegaram basicamente as infrações éticas da magistratura e do Ministério Público, previstas na Lei Orgânica da Magistratura e replicadas na Lei Orgânica do Ministério Público, e estabeleceram que isso era crime, o que gera algumas situações como: violação do decoro, um crime, mas é um pouco indeterminado – parece que isso foi tirado, parece que isso foi alterado no relatório de ontem, não sei. Há algumas questões lá: procurador emitir opinião fora dos autos. Mas como é que fica? O advogado vai poder emitir opinião fora dos autos; o Ministério Público, não? Não vai poder esclarecer a sociedade, não vai poder emitir nota de esclarecimento? E, se fizerem isso, ainda que isso seja considerado uma infração ética, vai ser considerado um crime? Talvez não haja aqui um pouco de desproporção?

Então, não é uma crítica aqui definitiva ao projeto, porque eu não sei qual é a redação atual dele, mas acho que esse tema deveria ser bastante discutido, com muita ponderação, e evitadas precipitações, porque não é só uma questão de coibir o eventual abuso de autoridade, mas, se for para coibir, como fazê-lo? E evitar que essa precipitação gere alguma espécie de, sei lá, retrocesso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penúltimo orador inscrito, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O senhor está bem, Ministro?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO (*Fora do microfone*.) – Eu estou bem. Vou tomar água.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sra. Senadora Simone Tebet, por me oportunizar a palavra. Sou o último? O penúltimo, não é?

Pela primeira vez, uma mulher se recusou a passar na minha frente.

Ministro, é preciso dizer que não sou só eu que sou seu fã. Na minha casa, minha irmã, minha mãe, meu pai, todos, como muitos brasileiros, admiram o trabalho do senhor.

Eu vi aqui, por pouco tempo, o senhor explicando ou tentando mostrar a um Senador que fez uma pergunta a distinção entre uma interceptação legal, prevista na Constituição, no art. 5º, se não me engano, inciso XII, e o que aconteceu com V. Exa. O que aconteceu com V. Exa. foi uma quebra de privacidade de uma conversa íntima, como diz a Constituição, e que é visto, no Código Penal, como um crime, dentro do art. 143, do Código Penal, se não me engano.

O que eu não percebo hoje é a questão ética da imprensa de dizer que avaliou, checou a fonte, se essa fonte era ilegal, se essa fonte partia ou não, sendo verdadeira ou não, se o senhor disser, sendo da sua intimidade, se o senhor disser que foi, ou não sendo ela. Em momento algum, checou-se justamente a divulgação de algo ilegal. O que eu percebo é que hoje a imprensa goza de uma prerrogativa de liberdade que não mensura mais isto: não mensura mais ofender as pessoas, não busca mais a real situação do que está acontecendo para poder expor tudo aquilo.

Eu distingui bem, vi a diferença do que foi feito no passado por um juiz e do que está sendo feito agora. Se ali foi interceptação legal, judicial, que foi ventilada naquele momento por motivos que o senhor já disse, é bem diferente do momento agora. O momento foi um *hacker* que se infiltra. Então, dentro dessas condições, eu penso que a gente poderia repensar justamente na questão dessa liberdade. Não estou tirando aqui a liberdade da imprensa, mas estou tentando alertá-la para uma questão ética de buscar conhecer primeiro o que é.

Sou vítima, todos nós aqui somos vítimas da imprensa, que, em momento algum, procura ligar para saber. Alguém ligou para o senhor antes de divulgar? Alguém pelo menos disse: "É do senhor aquela mensagem? É isso o que está acontecendo?". Será que alguém lhe deu essa chance de defesa antes de tudo aquilo ser exposto? A gente hoje está passando por um tribunal que é bem mais violento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do que a gente pode ver: o tribunal das redes sociais. Ou se é a favor ou se é contra, e estão julgando toda hora.

Diante disso, seria o caso de o senhor, como Ministro da Justiça, repensar, nesse aspecto, essa talvez ilimitada liberdade que a imprensa tem hoje, não na busca da minha proteção, não na busca da proteção de juízes ou autoridades, mas sim na busca da ética, de uma verdade, se é que acontece.

Dentro dessa mesma pergunta, já que o senhor é muito seguro, eu acredito muito na palavra do senhor e acredito também na pessoa, não seria o momento de o senhor pedir – não sei se já foi falado aqui – essa quebra do sigilo do Telegram, o que ele tem ainda, para realmente colocar isso bem exposto, bem transparente, bem claro? Eu creio que o senhor não deve a ninguém. Eu creio que o senhor tem essa segurança, como o senhor está mostrando aqui. Seria uma forma até mesmo de esclarecer. Eu sei que não é fácil, como a gente já percebeu e já presenciou, porque o WhatsApp e outras redes sociais não permitem essa abertura, uma vez criptografada, da forma como eles armazenam a informação.

Por último, agora uma pergunta, assim, fora do que está acontecendo, para não desgastar tanto aqui o meu tempo, ao senhor, como Ministro. Sobre a segurança pública, a do meu Estado está caótica, a do meu Estado está falida, não tem mais como pagar os policiais, talvez pare de pagar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – ... nos próximos meses. Eu não sei como está no Estado da senhora, Senadora, eu não sei como está no da Senadora Rose, no do Senador Girão ou dos outros que estão aqui, mas não haveria como o senhor, como Ministro ou como participante do Governo do alto escalão, ver como ajudar os Estados? Mesmo que sejam de partidos contrários, mesmo que o sejam, lá há pessoas que estão precisando. No meu Estado, há pessoas que estão precisando de policiamento na rua, com defasagem de policiamento, com falta de equipamento, com salários atrasados, desmotivados. Eu sei que a polícia é estadual, eu sei que a Polícia Civil é estadual, mas não haveria uma forma de o Governo Federal ou de o senhor, como Ministro, prestar essa ajuda para os nossos Estados, achar um meio, um caminho de resolver esse problema? Porque parece que não há essa solução. Os governos, sozinhos, parece que não conseguem chegar a essa equalização.

Então, seriam só essas perguntas. Quero agradecer a sua presença aqui, a sua forma séria, transparente, como demonstra sua aparência, de estar aqui muito seguro respondendo a todas essas perguntas. Estar aqui há 10 horas quase – não sei há quantas horas estamos aqui – e estar aqui muito tranquilo, respondendo a todas as perguntas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Então, agradeço, doutora, Exma. Sra. Senadora Simone Tebet.

Se pudesse responder pelo menos algumas perguntas, de forma superficial, mas a principal seria essa ajuda para os Estados, para a segurança pública, para que a gente não possa ficar armando nossa população, fazendo trabalho de segurança pública. Aí era onde eu queria chegar: que eu não pudesse dar arma para minha população em vez de a polícia estar bem equipada, motivada para trabalhar. Está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Ministro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Senador, agradeço inicialmente as palavras gentis. Peço que transmita os meus agradecimentos aos seus familiares.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Anne Kelly é o nome da minha irmã.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Como?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Anne Kelly.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Anne Kelly. Transmita a ela. Muito obrigado pelas gentis palavras.

Esse caso envolve algumas discussões complicadas relacionadas à liberdade de imprensa. É claro que a conduta do grupo criminoso de *hackers* – a meu ver, um grupo organizado – que está invadindo esses aparelhos comete um crime. Há indagações relacionadas à divulgação desse material, especialmente da forma como vem sendo realizada, mas eu acho que seria importante que a própria imprensa fizesse algumas indagações relevantes ao *site*, e acho que a imprensa está falhando em realizar esse tipo de indagação.

O *site* afirma peremptoriamente que chegou autenticidade do material que recebeu.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Ah, então ela sabia que era criminoso?

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Não. O *site* afirma que recebeu esse material e que esse material é autêntico. A grande indagação é: não precisa revelar a fonte, mas que tipo de material foi recebido e como o *site* assegura que o material que recebeu é de fato autêntico? Eu acho que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões simples que poderiam ser respondidas, e os outros veículos de imprensa deveriam fazer esse tipo de indagação.

De todo modo, a Polícia Federal está fazendo a investigação em cima da busca da identificação dos *hackers* criminosos e certamente vai chegar a alguma espécie de resposta, mas, desde logo, seria oportuno que essas questões que são fundamentais fossem respondidas, porque o que nós temos aqui é basicamente uma afirmação do veículo de que os materiais são autênticos e de que o veículo checou que eles são autênticos. Como checou? Como fez essa verificação? Que tipo de material foi recebido? Está sendo editado, não está sendo editado? E como é que ele sabe que esses materiais são autênticos, extraídos de aparelhos celulares de procuradores da República? Acho que são questões bastante pertinentes, em relação às quais falta um melhor esclarecimento.

Sobre a situação da segurança pública, realmente – eu até dei uma entrevista no Ratinho, na segunda-feira, que foi veiculada ontem, em que eu utilizei esta expressão –, há uma montanha a ser escalada, muita coisa ser realizada. Nós tentamos ali realizar o nosso melhor. Existe um grande óbice, que é uma crise fiscal, que afeta não só o Governo Federal, mas afeta também os governos estaduais. Em alguns locais, em alguns Estados, há essa dificuldade até com a folha de pagamento, ou há a impossibilidade de realizar novas contratações pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, não é só repassar dinheiro, não é só repassar equipamentos. Isso o Ministério faz; já fez no passado; continua fazendo; vai realizar. Existe um problema fiscal que tem que ser resolvido. Parte da solução desse problema – e essa não é uma pauta minha, mas nós temos que admitir – passa, na minha avaliação, pela aprovação da nova previdência, senão a tendência da crise fiscal é realmente só se agravar.

No que nós pudermos ajudar, nós estamos ajudando. Nós enviamos Força Nacional aos Estados; nós enviamos a Força de Intervenção Penitenciária; nós estamos tentando criar novos métodos para arrecadar mais dinheiro nos processos criminais envolvendo, por exemplo, tráfico de drogas; nós estamos buscando destravar os investimentos da administração penitenciária. Nós percebemos, de pronto lá, que a União Federal tinha remetido, tinha repassado mais ou menos R$2 bilhões, desde 2016, a Estados e Distrito Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – E o nível de execução orçamentária desses recursos é muito baixo na ponta, porque há pontos de estrangulamento, por exemplo a falta de engenheiros capacitados para fazer projetos ou analisar projetos. Nós estamos tentando resolver isso também com essa medida provisória que foi editada, ou seja, nós estamos lá investindo, aumentando o efetivo da Polícia Federal. Queremos fazer o mesmo com a Polícia Rodoviária Federal, mas também nós enfrentamos limitações de tempo – o Governo começou há não muito tempo – e, por outro lado, de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Última oradora, nossa querida Senadora Procuradora da Mulher do Senado Federal, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

Eu me senti contemplada. Mesmo não estando aqui na parte da manhã, porque tínhamos uma reunião com embaixadas, ouvi atentamente todas as falas, todas as observações.

Fiquei um pouco aflita durante esse tempo, porque, no Estado do Espírito Santo, Ministro, assim como ontem na sessão, só que diferenciadamente, ocorreu um desassossego coletivo de enormes proporções. Ontem, com o resultado da votação, sobrou para inúmeros Senadores: ameaças em telefone... Eu não levo nem em conta essas coisas, porque a vida inteira, nos momentos de confronto, há que se deixar alguém pelo caminho insatisfeito com a posição que nós adotamos, mas vários Senadores... Quando eu mostrei meu telefone, apareceram mais de 15, mostrando do que se tratava, as ameaças que estavam sendo feitas. São insuportáveis, na verdade. E, no Estado do Espírito Santo, o pior ainda aconteceu – eu não sei se o senhor está a par –: a Universidade Federal foi invadida por ameaças. A polícia está investigando. E o que diziam essas ameaças? O autor dizia que ia matar o máximo de esquerdistas feministas – usou uma palavra chula, discriminando –, *gays* e negros que encontrasse pela frente. E pediam que os cidadãos e as cidadãs não comparecessem; para saírem ilesos, que não comparecessem à universidade. O senhor imagina o que foi isso, o desassossego da nossa comunidade do Estado do Espírito Santo. E nós estamos convivendo com isso há muitos anos.

Eu só tenho uma pequena discordância, que já coloquei publicamente: é que a soma das gestões fracassadas e indiferentes à organização criminosa que tomou conta do Brasil e tomou conta do meu Estado também... Eu tive audiência com o senhor falando do Espírito Santo; não era aquele céu de brigadeiro descrito ali e não cabia a mim contestar, eu tenho uma tribuna aqui para falar sobre isso, eu tenho as Comissões em que trabalho para falar sobre isso. Eu acho que ganharíamos todos no Brasil se nós começássemos a tratar do contencioso da segurança pública, do tanto que ele tira, através de expedientes outros de comunicação em redes ou por iniciativas...

V. Exa. sabe que eu fui Constituinte, e lá é resguardada a fonte de quem objetiva uma matéria, faz uma denúncia, mas eu acho que tudo tem que ter um parâmetro. Nunca pensar em supressão de liberdade, supressão de expressão. Eu acho que tudo tem que ter um princípio de averiguação e investigação. Está na nuvem, vamos investigar; a tecnologia está aí para isso, não é?

Eu queria dizer que hoje o Congresso, o Senado, Ministro, independentemente de quais palavras foram ditas, de quais perguntas foram feitas, de quais observações, sugestões ou não, a democracia só ganha. Eu prezo muito a democracia, porque vivi sem ela, foi abstraída dela por um período da minha vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer ao Ministro Moro? Em determinado momento, o senhor disse: "Eu não sei por que eu tenho que estar aqui", ou melhor, não foi essa a palavra – não leve em conta aqui porque estou muito apreensiva com esses fatos. O senhor disse assim: "Estar respondendo a uma coisa que nem se sabe se é verdadeira ou não". Mas vamos responder.

Eu me lembro da primeira campanha eleitoral que eu fiz, em 1982. Nós tínhamos um mito no Estado do Espírito Santo chamado Camata...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... que foi levado pelas circunstâncias que todos sabem, assassinado no meio da rua, cruel com a vida dele, com a história dele.

O senhor está construindo uma história. Acredite – o senhor sabe disso –, não quero transformá-lo, eu não acredito em mitos, eu acredito em pessoas de boa vontade e comprometidas. E o senhor é assim. O serviço que o senhor presta a este País já está na história. Tudo que puder fazer aqui ou ali e onde está, não há que se advogar aqui que o senhor como juiz fazia mais, como ministro vai ser questionado. Esteja onde estiver, o que vai ser realçado sempre é a dignidade do propósito. E isso é inquestionável.

Então, eu só quero agradecer. Não tenho que agradecer em nome de ninguém, mas o Senado ganhou, o senhor ganhou, todos estão observando, ouvindo, criando seus conceitos, mudando suas opiniões, acrescentando informações. Então, eu acho que é isso que nós temos que preservar.

Quanto ao projeto que tem dois nomes distintos, que é abuso de autoridade, e o outro qual é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Medidas de combate à corrupção.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Medidas de combate à corrupção – qualquer nome que tenha. Se ficou muito tempo e agora vai ser votado, é o tempo de cada um. Em dado momento, vão perguntar: o senhor está fazendo o quê pela segurança pública? Muito! Eu ouvi o seu relato e tive a oportunidade de acrescentar.

Então, a dádiva disso aqui é que ganhamos todos, eu particularmente, porque ouvi suas respostas, ouvi todas as perguntas, todas as ponderações, as inquietações, as admirações. E quero dizer, longe de mito, o senhor faz parte de um elenco de homens e muitas mulheres – e do seu lado há uma – que querem contribuir para ver este País melhor, que há de existir em algum momento. Tudo o que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos fazendo agora, vivendo... As irregularidades são muitas, as omissões do passado, os erros, os crimes, tudo isso está no elenco da sua rota de trabalho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... está no nosso elenco, da nossa rota de trabalho.

Eu quero agradecer. Eu sei que é seu dever estar aqui, mas poderia ter vindo em qualquer outro momento. Oportuna, então, se fez a sua presença.

Quero dizer que o caminho é longo, e talvez não haja nada de novo nesse caminho, mas o jeito de caminhar agrada muito ao povo brasileiro e a todos nós.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose.

Antes de passar a palavra ao Ministro para fazer as suas considerações em relação ao comentário da Senadora Rose, eu já aproveito também para me despedir aqui, deixando a palavra final ao Ministro.

Quero fazer um agradecimento especial ao Ednaldo, o nosso Secretário da Mesa, e em seu nome a todos os Secretários, a todos os servidores e funcionários, não só desta Comissão, mas também da Casa. Ficamos aqui várias horas; alguns funcionários, sem almoço.

Quero agradecer gentilmente a presença e a colaboração de cada Senador e Senadora que por aqui passou. Foram vários, foram mais de 43 inscritos – 40, pelo menos, usaram da palavra –, e nós, a Comissão de Constituição e Justiça, todos nós dirigimos os trabalhos desta manhã e tarde e todos nós engrandecemos o Senado Federal. O Senado Federal se engrandece e se engrandeceu neste dia pela atitude e comportamento de cada Parlamentar, porque, aqui – independentemente de ser requerimento de convocação, de convite ou mesmo de vinda espontânea do Ministro – nós soubemos agir e deixamos claramente um recado para a população brasileira: esta é a Casa da moderação e do diálogo.

Na linha da Senadora Rose, eu acho que o objetivo maior desta Comissão foi alcançado, que é, se não encontrar a verdade, porque cada um tem a sua opinião sobre ela, tentar buscar a justiça e buscar a verdade. E o fizemos através de um diálogo franco, aberto, equilibrado, democrático, em que soubemos falar, mas principalmente soubemos ouvir.

Então, neste momento, agradeço, de forma especial e para finalizar, ao nosso convidado, Ministro Sergio Moro, a quem a todo momento eu indagava se queria que se encerrassem as inscrições, desde as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2h, 3h da tarde, falando: "Ministro, na hora em que quiser, encerramos as inscrições. Já foram feitas muitas perguntas, perguntas suficientes". E ele, a todo momento, disse: "Não, ficarei até o final, até o último Senador, para fazer todos os esclarecimentos devidos".

Agora cada Sra. e Sr. Senador, através dos esclarecimentos e das informações que puderam colher da fala do Ministro, poderá ter o seu juízo de valor em relação às notícias que estão sendo veiculadas sobre supostos fatos, veiculadas pela mídia.

Agradeço mais uma vez e passo, neste momento, para suas considerações finais, a palavra ao Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro.

O SR. SERGIO FERNANDO MORO – Bem, primeiro, Senadora Rose de Freitas, agradeço as palavras gentis.

Eu acho que me expressei mal realmente, peço até escusas, porque eu falei uma hora assim: "Não sei por que eu estou aqui respondendo". Eu vou pedir escusas aí, pelo lapso do tempo, não foi esse o teor. Tanto que eu me voluntariei para vir aqui para prestar esclarecimentos. Não tenho problema nenhum em relação a isso. Sempre é um prazer vir aqui ao Senado a qualquer momento. Espero que eu possa voltar em outras circunstâncias inclusive. Apenas ali foi uma reclamação pontual pelo fato de ter que ficar respondendo por supostas mensagens "hackeadas" de maneira criminosa e cuja autenticidade é duvidosa; apenas objeto talvez da inquirição. Eu não tenho nenhum problema em esclarecer, seja ao Senado, seja à sociedade brasileira sobre esses fatos e sobre a minha atuação como juiz.

Eu não sabia desse fato da invasão da universidade, lamento. Lamento também essas questões de violência, essas questões de ameaça. Eu sei que Parlamentares estão recebendo ameaças. O Senador Marcos do Val recebeu ameaças graves; como foi mencionado aqui, o Deputado lá, David Miranda, teria recebido. Olha, eu, particularmente, sou um homem de paz, repudio qualquer espécie de violência e qualquer espécie de ameaça efetuada a quem quer que seja. Acho que nós temos divergências razoáveis. As pessoas têm um núcleo de consenso: nós todos somos amantes da democracia, nós somos todos defensores do Estado de direito, nós somos todos contrários à corrupção e à prática de crimes; agora, às vezes, há divergências pontuais. A questão mesmo do decreto das armas: eu tenho uma posição, que segue a posição do Governo em relação a isso; Parlamentares têm uma posição aqui, outros Parlamentares têm outra.

Eu acho que é necessário baixar a temperatura um pouco e as pessoas que estão de fora perceber que, dentro de um Parlamento, se nós não tivermos divergências, nós não precisaríamos ter Parlamento. Sinceramente, eu repudio qualquer espécie de ameaça encaminhada a quem quer que seja, especialmente aqui a esta Casa, a Parlamentares. Às vezes, as pessoas se excedem. Eu acho que esses meios virtuais têm levado a alguns excessos que normalmente não correspondem a intenções de fato. Às vezes são ameaças vazias, às vezes são ameaças destinadas mais a desestabilizar do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propriamente a um risco real. De todo modo, são elas absolutamente reprováveis. Nós temos que melhorar o debate e melhorar o diálogo entre nós.

Quero agradecer mais uma vez, Senadora, a oportunidade de estar nesta Casa e parabenizá-la aí pela condução serena dessa reunião. Realmente, a reunião, embora oportuna, é longa, e, eventualmente, há os seus momentos de maior tensão, e muito do fato de ela ter sido conduzida sem qualquer espécie de incidente se deve ao talento de V. Exa. na condução dos trabalhos. Então, muito obrigado não só pelo convite que foi feito, pela oportunidade, mas igualmente pelo seu trabalho aqui na frente da Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Ministro e peço desculpas: por duas vezes, cometi a gafe de chamá-lo de Senador. Não sei se ele percebeu, mas eu percebi só depois. De qualquer forma, foi de forma carinhosa, e agradeço imensamente mais uma vez, Ministro, a presença de V. Exa. Sei que teremos a presença de V. Exa. mais vezes nesta Comissão.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quero informá-lo, inclusive, e a Senadora Rose me pediu para informá-lo: está na pauta da semana que vem já um dos três projetos do pacote anticrime, em caráter terminativo nesta Comissão, que é a criminalização do caixa dois, cujo Relator é o Senador Marcio Bittar. Para o projeto maior, já houve audiência pública, cujo Relator é o Senador Marcos do Val. Então, estamos também na mesma linha e no mesmo sentido.

Em relação às 10 Medidas de Combate à Corrupção, estou acompanhando junto com o Relator. A Senadora Rose foi muito feliz também quando disse que o Relator já estava com esse processo, com essa relatoria há quase três meses – mais de 60 dias, com certeza –, e ele não poderia estar em melhores mãos. É um criminalista, já foi Deputado Federal, entende do processo, está aperfeiçoando, ouvindo o Ministério Público, ouvindo a magistratura, já garantiu que não há crime de hermenêutica no País, através do projeto, e, obviamente, está aguardando sugestões de V. Exa. e demais membros, no caso, agora também do Poder Judiciário e do Ministério Público, porque o que nós queremos, todos nós, seja o Senado Federal, qualquer órgão, qualquer Poder deste País; o que nós queremos são leis firmes, leis justas que possam atender aos interesses mais profundos e maiores da sociedade brasileira.

Muito obrigada, mais uma vez.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no anexo II, ala senador Alexandre Costa, plenário nº 3, sob a presidência do senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Marcos do Val, Telmário Mota, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Registram presença os senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Deixam de comparecer os senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel e Arolde de Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 27/2019 - CCJ, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Finalidade: Instruir o PLC nº 175/2017, que "Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial.". Participantes: Sra. FERNANDA REGINA VILARES, Coordenadora-Geral de Atos Normativos em Matéria Penal da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos (representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sr. ROBERTO BORN, Auditor Fiscal do Departamento Geral de Programação e Logística da Secretaria Especial da Receita Federal (representante do Ministério da Economia); Sr. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO, Presidente da ALEIBRAS - Associação da Leiloaria Oficial Brasileira; Sra. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO, Presidente da Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais - ABRAGES; Sr. ERONIDES SANTOS, Promotor de Justiça de Falências do Ministério Público do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de São Paulo; Sr. PAULO MARIA TELES ANTUNES, Advogado e Procurador da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (ASBRALE); Sra. LARISSA MARIA DE MORAES LEAL, Advogada e Procuradora da Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais (AMMMG). Sr. DALTON LUIZ DE MORAES LEAL, Leiloeiro Público. Resultado: Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2017, que regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial, conforme o Requerimento nº 27, de 2019, da CCJ, de iniciativa do Senador Marcelo Castro.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Sras. e Srs. Senadores e senhoras e senhores convidados, o Projeto de Lei da Câmara 175, de 2017, de autoria do Deputado Federal Carlos Manato, tema da nossa audiência pública, trata da regulamentação da profissão de leiloeiro.

A profissão de leiloeiro tem origem no Direito romano. Na Roma antiga, uma haste – ou *hasta*, em latim – era fincada no chão para avisar da realização de um leilão. Daí o nome hasta pública, que ainda hoje é usado na terminologia dos leiloeiros; e o termo lance vem do costume do exército romano de atribuir os espólios de guerra aos soldados que arremessassem mais longe as suas lanças. Hoje isso não mais acontece, mas é interessante, como se nota, a evolução do leilão ao longo dos séculos.

Apesar de os leiloeiros fazerem parte da história desde os tempos dos antigos romanos e estarem presentes na nossa cultura também, eles parecem estar alijados do cotidiano de muitas pessoas. O trabalho de leiloeiro é, contudo, de grande interesse público. O leiloeiro desempenha papel fundamental em situações que todos nós podemos vivenciar um dia. Um exemplo disso são os leilões judiciais, que se revelam como ato processual de suma importância, sobretudo nos procedimentos de alienações judiciais, bem como os leilões realizados pela Receita Federal, cujos recursos são repassados em parte para a Seguridade Social e em parte para o Tesouro Nacional.

Isso bastaria para demonstrar a relevância da profissão de leiloeiro em nossa sociedade, mas seu papel vai muito além disso. Na esfera do Poder Público, o leiloeiro é considerado um auxiliar da Justiça. Seus atos inclusive têm fé pública nos processos judiciais e em outras colaborações, como, por exemplo, na remoção e garantia de bens penhorados.

A profissão do leiloeiro está sujeita ao direito comercial. A matrícula, os direitos e deveres, a investidura e as funções concernentes às atividades do leiloeiro estão sujeitas à fiscalização das juntas comerciais dos Estados. É preciso esclarecer, porém, que os leiloeiros não são comerciantes, pois não praticam o comércio. Podem atuar tanto na esfera pública quanto na privada.

Feita essa breve apresentação, queria trazer à memória as normas legais e infralegais já existentes relativas à profissão de leiloeiro. Dentre elas, destaco o Decreto 21.981, de 1932. Esse decreto foi o primeiro a regular a profissão de leiloeiro no Território da República, ou seja, são já 87 anos de regulamentação dessa tão nobre profissão.

O projeto de lei da Câmara em pauta não pretende, portanto, introduzir uma regulamentação a mais na legislação brasileira, mas sim trazer ao presente algo que pede melhorias. Já em 1933, um novo decreto para modificar alguns dispositivos do anterior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprova a importância que já se atribuía, naquela época, ao papel do leiloeiro. Depois disso, tivemos um longo período sem alterações, até a sanção da Lei 8.666, de 1993, que instituiu normas para as licitações. Em seguida, tivemos a sanção da Lei 9.514, de 1997; ela trata dos leiloeiros em seu segundo capítulo. Em 2015, vieram novas diretivas. O novo Código de Processo Civil, Lei 13.105, trata mais detalhadamente do processo de alienação, e a Lei 13.138, do mesmo ano, adaptou o texto à modernidade tecnológica, incluindo como competência dos leiloeiros a venda em hasta pública ou pregão público por meio da rede mundial de computadores, internet.

Vale ressaltar que toda essa legislação tem como objetivo principal garantir segurança aos participantes de leilão e sobretudo dar condições para que o encargo do leiloeiro seja exercido com obediência a princípios intrínsecos ao interesse público, tais como seguridade, probidade e eficiência.

Acredito que seja de fácil percepção o quão importante esse projeto é. Precisamos, sem dúvida, dar mais segurança legal a essa profissão, trazendo para nossa legislação as alterações infralegais, bem como atualizar o que for necessário. É por isso que hoje contamos com convidados experientes na área para nos direcionar e instruir o projeto do qual sou Relator.

Por fim, antes de iniciarmos nossos trabalhos, cumprimento e agradeço aqui a participação de Fernanda Regina Vilares, representante do Ministério da Justiça, a quem convido para fazer parte da nossa Mesa; Eronides Santos, Promotor de Justiça de Falências do Ministério Público do Estado de São Paulo, igualmente convidado; Paulo Maria Teles Antunes, advogado e procurador da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (Asbrale), também convidado a participar da nossa Mesa; Fabiana Lopes Pinto Santello, Presidente da Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais (Abrages); Larissa Maria de Moraes Leal, advogada e procuradora da Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais (AMMMG); Dalton Luiz de Moraes Leal, Leiloeiro Público da Junta Comercial do Estado do Piauí; e Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Presidente da Associação da Leiloaria Oficial do Brasil (Aleibras).

Feita essa apresentação inicial, eu quero dizer a todos os convidados e aos presentes que a minha intenção... (*Pausa.*)

Peço desculpas. Eu me esqueci de chamar o primeiro da lista, o Sr. Roberto Born, da Receita Federal do Brasil.

Eu quero dizer aos convidados e aos presentes e a quem estiver assistindo pela internet que a minha intenção é de ouvir aqui todas as partes. A gente sabe que há conflitos de interesse, mas o meu objetivo é fazer uma lei que seja moderna, adaptada aos novos tempos em que vivemos, sobretudo aos tempos da interconectividade da internet, e que seja uma lei que possa atender todas as partes.

O meu desejo é fazer um relatório inicial e depois chamar as partes interessadas para gente discutir ponto a ponto, até que possamos fazer um relatório que seja o máximo possível consensual. Eu sei que haverá pontos que a gente não vai poder conciliar, mas vamos procurar fazer um relatório mais isento possível, visando sempre à segurança, à eficiência dos leilões, destravando, para trazer mais eficiência, rapidez nos processos de leilão, sobretudo judiciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para começar aqui a nossa audiência pública, vamos convidar, para apresentar suas ideias, em primeiro lugar, a Receita Federal do Brasil.

Sr. Roberto Born com a palavra.

Eu vou estipular um prazo, um tempo. São muitos os convidados. Eu tenho tempo à vontade. Da minha parte, não há nenhum problema. Eu só terei novo compromisso às 14h, quando vou presidir a Comissão Mista de Orçamento. Então, até lá, estou à disposição desse assunto que é muito importante para o Brasil. Mas acho que um tempo razoável seria uns oito a dez minutos para cada um expor suas ideias.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Born, da Receita Federal do Brasil.

O SR. ROBERTO BORN (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro. Agradecemos o convite.

Cumprimentamos os demais Senadores presentes, demais convidados, interessados no assunto.

A nossa manifestação, do Ministério da Economia, aqui representado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, se dá de duas formas: primeiro, como Administração Pública, e, segundo, como órgão responsável pela fiscalização e controle sobre o comércio exterior.

Como membro da Administração Pública, é necessário assinalar que os leilões são uma espécie de licitação pública, conforme prevê... A alienação de bens móveis e imóveis legalmente apreendidos, que é o caso da Receita Federal, que é o que nos interessa nesse projeto, é realizada mediante um processo de licitação pública, conforme previsto no art. 37, inciso XXI. E a regulamentação desse dispositivo constitucional se deu por meio da Lei 8.666, de 1993.

Então, nessa lei regulamentadora do dispositivo constitucional consta – e esse é o ponto por que estamos aqui – que os leilões podem ser cometidos a um leiloeiro oficial e a um servidor público designado pela Administração.

A questão é que o projeto de lei, eu não sei se inadvertidamente ou propositadamente, excluiu a possibilidade de o leilão ser cometido a um servidor público, o que para nós parece que subverte a lógica do processo licitatório, em que as etapas devem ser conduzidas pela Administração Pública. O leiloeiro oficial é um auxiliar quando necessário, é um apoio quando necessário. E muitos órgãos têm essa necessidade.

No caso específico da Receita Federal, nós, por décadas, realizamos leilões sem essa necessidade. Temos plena experiência nesse assunto e entendemos que a retirada dessa possibilidade de cometer o leilão ao servidor público prejudica a obtenção de recursos públicos. Quando existem os recursos tecnológicos, humanos e logísticos disponíveis para certo ente da Administração, em que não é necessária a contratação de um leiloeiro oficial, obrigar que a Administração ainda assim contrate um leiloeiro oficial resulta em menos recursos públicos entrando nos cofres do Tesouro. Por quê? Porque a comissão de 5% ou 10%, como está previsto no projeto de lei, será computada no momento de o licitante ofertar o seu lance, diminuindo esse valor, uma vez que se obriga ao pagamento da comissão ao leiloeiro. Então, essa é a questão que a gente coloca como uma relação mais ampla, como órgão da Administração Pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente com relação ao Ministério da Economia, no que tange a ser responsável pelo exercício e pela fiscalização do comércio exterior, é necessário destacar a importância estratégica dos leilões administrativos para o desempenho dessa atribuição. No procedimento de fiscalização do ingresso e de comercialização ilegal de mercadorias estrangeiras apreendidas, a RFB (Receita Federal do Brasil) apreende um montante equivalente a R$3 bilhões em mercadorias por ano, que são armazenadas em 260 depósitos próprios ou terceirizados, administrados pela Receita, em todo o Território nacional. Em nossas fronteiras, portos e aeroportos, interior do País estão localizados esses depósitos.

Então, é nesse cenário... Milhões de produtos, nessa atividade de fiscalização, são retirados do comércio informal ou são impedidos de entrar em circulação no País. Muitos desses produtos são potencialmente nocivos à saúde pública, ao meio ambiente. E é nesse cenário de proteção à economia nacional e da sociedade que os leilões de mercadorias são fundamentais para que a Receita promova o rápido esvaziamento dos seus depósitos, de modo a permitir que novas apreensões sejam realizadas, porque depósitos abarrotados obstaculizam as atividades de controle e fiscalização ao comércio exterior, impedem o combate aos crimes de contrabando e descaminho, fragilizando nossas fronteiras, impedindo que possamos fiscalizar entrada de armas, de produtos que venham a causar dano à saúde e ao meio ambiente. Algo que parece simples, um dispositivo que aparentemente não tem muita significância revela um potencial risco à segurança nacional, à saúde pública e ao meio ambiente. É isso que a gente veio colocar, por meio da nossa manifestação.

Nos últimos cinco anos, para que se tenha uma noção da significância disso para o Ministério da Economia, para a Receita Federal, já foram realizados 800 leilões com milhares de lotes, milhões de itens de mercadorias. Todos esses leilões, nos últimos dez anos, são realizados pela rede mundial de computadores. Nós temos um sistema que foi aperfeiçoado ao longo dos anos, um sistema único, padronizado, de excelência, que recebeu prêmios internacionais, que figurou entre finalista do Prêmio da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), e auditado pelos órgãos de controle interno e externo, que nos dá total segurança, eficiência, eficácia na condução desse processo; e independência e autonomia, principalmente. A gente não pode ficar refém de uma contratação para que possamos imprimir o necessário fluxo dessas mercadorias.

Esses 800 leilões resultaram numa arrecadação de cerca de R$1,5 bilhão. Essa arrecadação... Como bem pontuou o Senador, pela legislação em vigor, parte significativa dessa arrecadação constitui receita da Seguridade Social, e a outra parte é para o Tesouro Nacional.

Então, não vemos lógica de a Administração, que possui competência, *expertise*, um processo redondo auditado pelos órgãos de controle, aprovado já ao longo dos anos, dispensar 10%, que são bens móveis, desses valores em favor da contratação de leiloeiros oficiais. Entendemos que seria onerar a Seguridade Social e o Tesouro Nacional sem essa necessidade.

A nossa questão é bem pontual, é a única questão de fato que a gente coloca com relação à exclusividade de leiloeiros oficiais conduzirem os leilões, excluindo da possibilidade o que está previsto em uma norma regulamentadora da Constituição, de cometer à Administração o leilão dos seus bens, o seu patrimônio. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a exposição do Sr. Roberto Born, representando a Receita Federal, passo a palavra à próxima oradora, que é a Sra. Fernanda Regina Vilares, representante do Ministério da Justiça. Com a palavra.

A SRA. FERNANDA REGINA VILARES (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos os presentes. Em nome do Sr. Senador Marcelo Castro, agradeço muito a oportunidade – estou um pouco longe do microfone e peço desculpas pelo mau jeito – de apresentar as nossas considerações aqui.

Em primeiro lugar, é importante esclarecer a razão do interesse do Ministério da Justiça nesse projeto de lei. Desde janeiro deste ano, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas vem estudando e empreendendo esforços para se tornar uma verdadeira agência de gestão de ativos. E, nesse sentido, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, dentro do Ministério da Justiça, vem desenvolvendo um trabalho de extrema relevância relativo à alienação de bens constritos por conta das ações penais relativas ao tráfico de drogas.

Devido a essa nova política de gestão de ativos, inclusive foi agora, em 17 de junho, assinada uma MP, a MP 885, que prevê alguns instrumentos para facilitar, em termos procedimentais, o fluxo financeiro decorrente desses bens que são constritos nas ações penais e alienados.

O Código de Processo Penal tem os seus mecanismos para promover a alienação – já é uma lei que existe – antecipada dos bens às vezes antes da decisão final no processo, mas existem alguns entraves que foram solucionados por esta medida provisória.

Uma das relevantes alterações promovidas foi a forma de destinação dos valores arrecadados para os Estados. Por quê? Porque, sendo o País muito grande e havendo uma necessidade de incentivar a atuação de cada órgão na ponta nessa alienação de bens, foi necessário promover toda uma reestruturação das normas para que os Estados atuem em conjunto com a União, com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, com o objetivo de dar vazão a esses bens que ficam parados anos e anos em pátios. Às vezes, há imóveis dando despesa para a União, e carros que perdem valor exponencialmente que precisam ser alienados e ter esse dinheiro destinado a políticas relevantes de combate ao tráfico de drogas e à criminalidade como um todo. Brevemente, esse é o quadro atual da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e da política de gestão de ativos.

Onde entra o projeto de lei em discussão nesse cenário? A questão é que, com a necessidade de agilizar a alienação e de promover com maior eficácia possível – e incluo dentro desse conceito de eficácia a maior obtenção de valores possível, porque estamos falando em dinheiro produto de crime que precisa vir para o Estado e ser utilizado para o bem da própria sociedade... Nesse sentido, há necessidade de economia, economia não apenas com o valor do tempo que se demora para se venderem os bens, mas também com a forma. Então, desde o início do projeto sendo gerido, a Senad já estava conversando com a Receita Federal para copiar ou utilizar a própria capilaridade – porque a Receita Federal é um órgão que possui unidades em muitas cidades –, atuar de forma conjunta para promover essa alienação com o sistema eletrônico, com os leiloeiros da Administração Pública, com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servidores que realmente já estão dentro da previsão de gastos do Estado e, nesse sentido, economizar recursos, promovendo a concretização do princípio da eficiência da Administração Pública, que está previsto na nossa Constituição.

Portanto, quando tomamos ciência desse Projeto de Lei 175, identificamos a necessidade de sugerir algumas alterações, alguns acréscimos para que não seja excluída a possibilidade de o leiloeiro servidor público efetuar essa alienação nos termos da Lei 8.666, de licitações públicas, porque isso proporciona, primeiro, uma celeridade no processo – já temos os próprios servidores aptos a fazerem esse processo, a participarem dessa alienação; essa *expertise* precisa ser aproveitada. Economiza-se um período grande de licitação, de contratação de leiloeiro e tudo o mais, porque isso promove uma economia. A comissão é relevante na nossa contabilidade, qualquer valor é muito relevante. Claro, pode haver uma situação ou outra em que, não havendo servidor público disponível, a Administração Pública deve ter a opção de contratar um leiloeiro oficial, nos termos da lei e tudo o mais, mas, para nós, é de extrema relevância a manutenção da possibilidade de contratação de leiloeiros públicos.

A Receita Federal já expôs de maneira muito clara como esse leilão acontece, e eu não quero adentrar no mérito dela. Mas quero acrescentar apenas a necessidade de nós atentarmos para a questão do valor. O percentual elevado de uma comissão reduz drasticamente o dinheiro que vai ser destinado às políticas públicas. Então, nós sugerimos também que haja uma limitação desse valor de 5%. Existem algumas alternativas de redação, mas entendemos que as partes devem fazer uma contratação, e, no caso de não haver nenhuma estipulação, o valor máximo deve ser de 5%. E falamos em valor máximo porque acreditamos na liberdade das partes e na possibilidade de muitas vezes o acordo ser bom para as duas partes em valor inferior aos 5%. E por que não a lei deixar essa abertura para que as partes cheguem a esse patamar em que todos saem ganhando e, principalmente, a sociedade? Então, entendemos que o valor mínimo não deve ser estabelecido pela lei e, sim, apenas o máximo, de 5%, promovendo a competitividade, que é muito salutar para a economia.

Creio que são essas as observações essenciais para o Ministério da Justiça.

Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a fala da Dra. Fernanda Regina Vilares, vamos ao próximo orador, que será o Sr. Eronides Santos, Promotor de Justiça de Falências do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Com a palavra.

O SR. ERONIDES SANTOS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, do MDB do Piauí, na sua pessoa, tomo a liberdade de saudar todos os componentes desta Mesa.

Senhoras e senhores, foi com muita honra que aceitei o convite de vir aqui prestar um depoimento, Senador, a respeito da alienação de ativos em processos judiciais. Nós já ouvimos aqui a posição da Fazenda, da Receita Federal, do Ministério da Justiça, e, como ente de Estado, membro do Ministério Público, eu quero deixar aqui a minha anuência às proposições dos órgãos oficiais.

A Administração Pública efetivamente precisa de agilidade na realização desses ativos perdidos em razão da prática de crimes. Acho que coaduna muito bem que a própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração dê conta desse problema, independentemente de se valer de entidades privadas para a realização desses ativos.

Faço apenas uma ressalva: acho que não poderia ser exclusivamente pela Administração Pública. Existem bens e situações que precisam e demandam um trabalho diferenciado na alienação do ativo que às vezes foge da *expertise* da Administração Pública. Não sei em que termos estaria isso na propositura da lei, mas a exclusividade é ruim.

Dentro desse conceito de aperfeiçoar os leilões judiciais e extrajudiciais, de prestar um serviço de melhor qualidade, que é a proposta do Projeto de Lei 2.524, de 2011, eu entendo que há, de uma certa forma, um retrocesso na análise do problema. E digo isso, Senador, pelo seguinte: como eu trabalho com falência e recuperação já há muito tempo – estou na Promotoria desde 1996; portanto, atuo nessa área há 23 anos –, eu pude, já na vigência do Decreto-Lei 7.661, de 1945, e de toda discussão que houve no projeto de lei para a Lei 11.101, que é a atual lei de recuperação e falência, acompanhar a evolução da realização dos ativos nos processos de massa falida, concordata e recuperação judicial. E digo o seguinte: lá atrás, em 1996, as vendas eram feitas por leiloeiros oficiais e apregoadas no fórum por funcionários públicos. E a realidade que nós vivíamos naquela época é completamente diferente da realidade que nós vivemos hoje em termos de sucesso na venda desses ativos.

Naquela época, lá em 1996 e até algum tempo para frente disso, adquirir bens em leilão judicial era algo para iniciados. E isso não era um problema do leiloeiro; era um problema do sistema que não permitia ou que não tinha a eficiência necessária para chegar ao mercado comprador, para chegar àquela pessoa que tinha interesse em adquirir aquele determinado produto. Pelas próprias limitações que haviam na época, os bens eram anunciados em jornais, nos classificados dos jornais, e havia uma grande dificuldade de se levar, de se dar publicidade necessária na venda daquele ativo.

Lá pelos idos de 2001, 2002, começou-se um movimento lá em São Paulo de inserir na publicidade das alienações judiciais a rede mundial de computadores, a internet. Então, houve todo um movimento, um trabalho que foi feito perante os juízes e perante a Presidência do Tribunal, demonstrando que essa era uma ferramenta importante na divulgação, na publicidade da alienação dos bens apreendidos em processos judiciais. Houve a compreensão por parte dos nossos tribunais de que isso era algo premente e inevitável, e se começou um trabalho de regularização de toda essa nova tecnologia, que ingressava nos processos judiciais. Estou falando de 2001, 2002.

Esse trabalho foi – e posso dizer sem medo de errar – não uma aventura dos leiloeiros que queriam legitimar essa ferramenta, que depois evoluiu para o pregão eletrônico efetivamente feito pela internet. Mas era a premência do mercado, era a nova realidade que chegava, era a modernidade que estava batendo à porta.

Então, lá em 2001, 2002, começou-se esse trabalho de divulgação e de aceitação das novas tecnologias a serviço da Justiça. Isso foi evoluindo e ganhando corpo, e empresas especializadas começaram a atuar nesse mercado, em simbiose com os leiloeiros. A lei que regula a profissão dos leiloeiros existe já há muito tempo; desde 1932, como foi muito bem colocado aqui pelo Senador. E começou a haver essa simbiose agregando novas tecnologias ao trabalho secular do leiloeiro. Isso não é uma tendência exclusivamente brasileira; isso é algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que ocorre no mundo todo. Essa simbiose – e posso dizer por experiências própria – ocorre internacionalmente.

Recentemente, há uns três anos mais ou menos, acompanhei a venda de uma obra de arte arrecadada em uma falência minha que foi vendida por 12 milhões de pounds, em uma casa leiloeira em Londres, na Sotheby's. E se via exatamente isto: toda uma estrutura de apoio, de divulgação para a figura do leiloeiro, que foi quem bateu o martelo na venda. Foi uma das vendas mais altas de obras de arte na época, cujo resultado veio para a massa falida. Isso só foi possível porque houve um trabalho de simbiose entre leiloeiro e toda infraestrutura que essas casas leiloeiras proporcionam ao leiloeiro para se chegar a esse resultado.

Em São Paulo, aqui no Brasil, não foi diferente. Essa simbiose foi acontecendo paulatinamente e, em 2009, o Tribunal de Justiça de São Paulo regulamentou de que forma isso seria dado, de que forma poderiam trabalhar para o Poder Judiciário essas empresas de suporte em parceria, em simbiose com os leiloeiros, porque o ato da venda é um ato exclusivo do leiloeiro. Isso aconteceu em 2009, e estamos agora já em 2019. Então, nós estamos falando de uma realidade que existe já há muito tempo, que se protraiu no tempo, que já faz parte do dia a dia do Poder Judiciário. Hoje, os processos são extremamente complexos, as empresas ganharam uma musculatura e uma relevância nacionais brutais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERONIDES SANTOS – Tenho mais um minuto para encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade.

O SR. ERONIDES SANTOS – Eu vou concluir meu pensamento.

Basta olharmos a recuperação judicial da maior construtora do Brasil, cujo passivo é o maior da história do Brasil, de R$80 bilhões, para imaginarmos o quão difícil será se aplicarmos o texto que hoje se encontra no projeto de lei na alienação desses ativos espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Como isso pode ser feito sem uma inteligência e uma estrutura que permitam a organização dessa venda e dê aos leiloeiros a ferramenta necessária para se buscar o melhor preço, para devolver as unidades produtivas ao mercado e para que a economia gire e ande com a eficiência que se espera nesses processos judiciais? Segmentar esse trabalho, criar nichos exclusivos de trabalho implica, na minha modesta opinião, um retrocesso.

A projeto de lei que se propõe modernizar esse trabalho eu trabalho, eu trago aqui alguns exemplos, Senadores, do que, na minha opinião, é um retrocesso. E encerro a minha manifestação.

Por exemplo, no art. 2º, §1º, fala-se: "O leiloeiro exercerá a sua profissão exclusivamente..." Exclusivamente quer dizer que você exclui outras possibilidades de trabalho. No §2º: "... serão leiloados por leiloeiros matriculados na unidade da Federação..." Quer dizer, restringe-se o conceito de Nação e passa-se a trabalhar com nichos exclusivos de mercado. No §3º, há uma norma negativa: "Não será permitida a matrícula em mais de uma unidade da Federação". Modernidade não é "não"; modernidade, na minha opinião é "sim", é abrir, atender à demanda, olhar para a medida provisória da liberdade econômica e entender que liberdade econômica não é restringir, é liberar, dentro de regras, dentro de parâmetros, evidentemente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que contemplem essa simbiose não exclusiva, não de exclusão, mas de inclusão do trabalho em conjunto e em parceria. Acho que só assim vamos chegar à modernidade preparados e aptos a contribuir para que a economia funcione de forma orgânica e que traga, portanto, o benefício social que por que todos esperamos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos ao Dr. Eronides e passamos ao próximo convidado, o Dr. Paulo Maria Teles Antunes, Advogado e Procurador da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (Asbrale).

Com a palavra.

O SR. PAULO MARIA TELES ANTUNES (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, e demais presentes.

A interação empresa-leiloeiro... Aliás, antes de adentrar no assunto, eu quero dizer que nós seremos muito breves até porque a própria introdução e justificação da existência do Projeto de Lei 175 exposta no abrir da reunião já demostram a necessidade dessa modernização e a consolidação da presença do leiloeiro, pessoa física, nesse ato judicial – refiro-me aos leilões judiciais – que é tão importante para a comunidade.

Voltando ao assunto, à questão interação empresa de leilão e pessoa física, há de se ter muito cuidado para que esses entes jurídicos não venham a sufocar a pessoa do leiloeiro que, heroicamente, atravessou a história deste País trabalhando neste ramo.

É natural que as empresas com o seu crescimento possam com o tempo agregar leiloeiros sob o seu guarda-chuva, fazendo com que haja uma concentração que venha aos poucos consolidar essa prática de soma de pessoas trabalhando apenas para uma. E nós teríamos aí uma inversão dolorosa da questão do ganho da comissão; nós teríamos – ou teremos em futuro muito próximo – pessoas jurídicas que aos poucos vão arrebanhando o mercado. E a tendência dessas pessoas jurídicas é investir em outras finalidades, é investir em outras situações que lhes deem maior ganho. O leiloeiro, entretanto, pessoa física, tem como objetivo, acima de tudo, a existência, educação e guarda da própria família; o seu ganho se destina para si e para a família. Não quero dizer com isso que sejam as empresas terminantemente excluídas, mas que se deva haver um cuidado muito especial com relação a essa prática.

Por outro lado, a pessoa do leiloeiro tem como dar uma garantia maior às partes envolvidas nesse processo. Ele permanece como sendo um auxiliar do juízo sujeito às regras rígidas do Código de Processo Civil e a outras normas que venham a regulamentar ou a melhorar o desempenho da sua profissão, algo a que dificilmente a pessoa jurídica pode corresponder. A proximidade com o juízo, a proximidade com as escrivanias, a atenção imediata para quem participou do leilão como arrematante são condições especialíssimas que só a pessoa física pode proporcionar.

Acrescentaríamos ainda que a questão da limitação de inscrição como leiloeiro oficial ou leiloeiro do juízo, como diz o Código de Processo Civil, não traz limitação de mercado, ela não impede a expansão, porque é natural que alguém com base em determinada unidade da Federação esteja ali a prestar um serviço – refiro-me aos leilões judiciais, porque outros colegas debaterão as demais formalidades de leilão –, porque apenas aquele que convive, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, apenas aquele que pratica o leilão tem uma melhor condição, pelos costumes... Embora haja a rede mundial a ditar as regras de comportamento, é muito salutar que uma inscrição por Estado venha a dar maior possibilidade de que outras pessoas se habilitem, nos seus próprios Estados, sem a presença de uma estrutura estranha àquele mercado local.

Esse, Sr. Presidente, é o desejo daqueles que represento, que expressam aqui a certeza e o caminho certo que esse projeto de lei está trilhando.

Também, quanto à sua constitucionalidade, não há nenhum arranhão, não há nenhum senão, não há nenhuma agressão naquilo que está contido no PL 157. Ele se comporta e se adéqua perfeitamente à Constituição, que, ao longo do tempo, manteve o leiloeiro como uma pessoa física capaz de bem desempenhar as suas funções, capaz de bem servir à Justiça. Obviamente que, estrutura física à parte, a pessoa física está mais bem preparada para esta missão e mais bem preparada para receber os benefícios oriundos do leilão como renda familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Agradecemos ao Dr. Paulo Maria Teles Antunes, representando aqui a Asbrale, e passamos a palavra à Sra. Fabiana Lopes Pinto Santello, Presidente da Associação Brasileira das Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais (Abrages).

Com a palavra, a Sra. Fabiana.

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu vou tomar a liberdade de ficar em pé, Senador, porque a gente vai passar uma breve apresentação.

Eu cumprimento o Sr. Senador Marcelo Castro, na pessoa de quem cumprimento todos os demais presentes. Muito obrigada a todos por estarem aqui.

Eu represento aqui a Abrages, que é a Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais, e a primeira coisa que eu gostaria de falar para todos vocês aqui, que são os leiloeiros, é que nós nada mais somos que as empresas gestoras que prestam serviço de tecnologia, publicidade, jurídico para vocês, que são os leiloeiros.

As gestoras foram criadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2009, para auxiliar os leiloeiros nas suas diversas atividades, atividades essas que eram fora da alçada e que, de repente, precisaram ser um pouco mais agilizadas. E, realmente, conforme disse o Dr. Eronides, aqui presente, muito sabiamente, viram que, em alguns tipos de leilões, era necessária uma ampla divulgação, uma tecnologia extremamente rápida, eficaz, e, consequentemente, foi necessária a criação então do chamado "gestor", que, ao longo dos últimos dez anos, trouxe muito resultado positivo para o Poder Judiciário.

Estamos aqui falando, então, da figura do gestor sempre trabalhando em conjunto com o leiloeiro, e essa é a nossa premissa, certo? As gestoras nunca trabalharam nem trabalharão sem o leiloeiro. Nós trabalharemos sempre com os leiloeiros e, o tempo todo, sem também nenhuma vontade de ser mais do que o leiloeiro, e sim sermos apenas prestadoras de serviço para o leiloeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo desses dez anos, eu gostaria de mostrar alguns resultados que a gente apurou...

Senador Marcelo Castro, uma coisa muito importante que a gente vê aqui é a seguinte: a partir do momento em que a gente começou o trabalho dos gestores com o Poder Judiciário, em conjunto com os leiloeiros, a gente teve uma redução gigantesca de processos judiciais, em virtude não só do leilão, mas – pasme o senhor – também por conta dos acordos, porque a rede mundial de computadores, dentro de uma estrutura nacional de divulgação, com uma marca forte por trás, uma estrutura de credibilidade, gerou uma possibilidade de que todas as pessoas poderem visualizar o bem de forma muito fácil. Então, a pessoa poderia visualizar o bem até, de repente, nas férias, na praia, do seu *laptop*, do seu *notebook*, do seu iPad, do celular, dar lance pelo celular... Então, essa estrutura, diante de uma ampla publicidade, gerou o quê? Um medo muito grande daquelas partes que acabaram deixando o bem ir à leilão de perderem esse bem, e, antes até do leilão, eles faziam um acordo.

Então, a gente tem um índice, hoje, de que 60% dos bens móveis ou imóveis que vão para leilão judicial acabam saindo do leilão antes mesmo de serem leiloados, o que traz um trabalho muito grande para o gestor ou mesmo para o leiloeiro, gerando nenhum resultado financeiro para esta empresa ou para este leiloeiro.

Sobrando 40%, desses 40%, em virtude também dessa ampla divulgação, há uma venda, e na maioria dos casos, porque o bem, hoje, não fica escondido ali no fórum. Ele está fácil de ser encontrado. A pessoa que quer um bem específico, numa determinada área, realmente encontra esse bem, dentro da rede mundial de computadores.

Então, impedir a figura do gestor, que já está completamente implementada no mercado, que é uma necessidade de mercado, na verdade, seria aumentar o custo Brasil e retroceder anos e anos de evolução que tivemos no quesito tecnológico e de divulgação principalmente.

A gente passou aí pelas regulamentações que já foram citadas; então, vou passar.

As gestoras judiciais são empresas que prestam serviços auxiliares aos leiloeiros públicos oficiais; empregam, hoje, milhares de pessoas, direta e indiretamente... E esta é uma outra preocupação que nós temos com o Brasil: o Brasil precisa gerar emprego.

As gestoras, em conjunto com os leiloeiros, sempre prestando serviço ao leiloeiro oficial, podem ajudar o leiloeiro a gerar mais emprego Brasil afora.

E quais são as atividades dessas empresas, dessas chamadas gestoras, as empresas que querem, segundo alguns, tirar o espaço do leiloeiro? Elas nada mais são, gente, que empresas de tecnologia e publicidade voltadas para o segmento de leilões. Então, tirar essa possibilidade seria dizer o seguinte: "Olha, não pode existir empresa de tecnologia e publicidade que trabalhe para o ramo de leilão". Por quê? Elas executam atividades acessórias de apoio, segurança e incremento os leilões.

Os serviços das gestoras garantem transparência, rapidez e ampla divulgação dos bens em âmbito nacional; utilizam robustas plataformas eletrônicas para auxiliar o leiloeiro oficial na execução dos leilões eletrônicos; suprem necessidades tecnológicas e viabilizam menores investimentos e custos financeiros para os leiloeiros oficiais; auxiliam na divulgação dos leilões a um número maior de interessados. E as gestoras, em nenhuma hipótese, substituem o papel do leiloeiro oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os leiloeiros não são obrigados a contratar os serviços das gestoras, e todas as gestoras da Abrages sempre atuaram e atuam em conjunto com os diversos leiloeiros brasileiros.

E aqui eu gostaria de frisar uma coisa muito importante, que é a seguinte: o fato de existir a gestora não significa que o leiloeiro está obrigado a trabalhar em conjunto com alguma gestora. Ao contrário: o leiloeiro pode seguir tocando a atividade de forma individual, criando a estrutura dele, mas ele também pode optar por montar uma gestora, estruturar uma gestora, sendo ele o próprio leiloeiro, com o seu nome e tudo o mais, e, caso ele não queira fazer nenhuma dessas atividades da gestora, porque são atividades diferentes daquela que ele está acostumado, ele pode contratar, na verdade, a gestora. Então, contratando a gestora, ele resolve aquela quantidade de serviços que ele teria que fazer, delega para alguém, aquela empresa faz, e ele vai lá, fazer o que ele de fato está acostumado a fazer ao longo dos anos, dos 87 anos que a profissão traz aqui.

Itens do PL que a gente acha que retrocedem bastante para o Brasil – são os itens, inclusive, mencionados pelo Dr. Eronides: "O leiloeiro exercerá sua profissão somente no Estado da junta comercial que o matriculou; os bens serão leiloados por leiloeiro matriculado no Estado onde se encontram localizados, e isso reduz a liberdade do Poder Judiciário...".

Eu não posso ter, por exemplo, um juiz do Mato Grosso do Sul querendo leiloar um bem que está no Rio Grande do Sul e tendo que nomear uma empresa diferente da que ele já está acostumado lá no Mato Grosso do Sul, tendo em vista que ele confia naquela equipe dele lá do Mato Grosso do Sul. Por que não liberar, de repente, que os leiloeiros possam ter inscrição em mais de um Estado? Será que isso seria prejudicial para vocês, leiloeiros? Não sei. Eu vejo como, de repente, um acréscimo e uma concorrência entre todos vocês, em todos os Estados.

"Não será permitida a matrícula em mais de um Estado". Também não há necessidade. Então, por exemplo, o advogado: o advogado pode atuar em um Estado e nos demais outros Estados. Se ele tiver mais de tantos processos, ele tem que ter a OAB daquele outro Estado. Assim como na Medicina, por exemplo: eu não posso dizer que um médico só pode atuar em um Estado; ele pode atuar na Federação inteira.

E, aí, o que nos preocupa são essas partes aqui debaixo: "O leiloeiro não poderá, no exercício do ofício, utilizar-se do nome fantasia e fazer uso de marcas, logotipos e demais símbolos próprios da atividade empresarial".

Isso encerra as marcas que hoje existem que geram credibilidade e grande visibilidade publicitária, que geram a facilidade de um arrematante procurar um bem, saber que eu posso comprar um bem num determinado local...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO – ... marcas essas...

Vou terminar aqui a minha...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Fique à vontade. Pode ir.

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO – Marcas essas que já estão consolidadas no mercado há mais de 10, 15 anos, e estão fazendo um trabalho de excelência.

"O nome de domínio utilizado pelo leiloeiro para o leilão eletrônico na internet será registrado somente sob a titularidade direta e deve conter a expressão que faça referência à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua pessoa". E "proibição de utilização da logomarca de prestador de serviço/gestora diminui a amplitude de divulgação e a transparência que trouxe o leilão eletrônico".

O que significa isso? Primeiro, que não se pode usar uma marca. Segundo, que o domínio tem que ser em nome do leiloeiro. Ora, se o leiloeiro só pode atuar em âmbito estadual e naquele Estado em que ele está inscrito na junta comercial, isso significa, Excelência, que eu tenho que ter uma marca, no nome de um leiloeiro, em cada Estado. Então, uma empresa de âmbito nacional, com visibilidade nacional ou talvez até internacional, que viabilize uma venda de uma falência – como a mencionada pelo Dr. Eronides – porque ela tem essa amplitude de divulgação vai se extinguir? Por quê? Porque não pode ter um nome diferente do nome do leiloeiro e porque o leiloeiro não pode ter um domínio além do que aquele domínio do Estado, porque, se ele está restrito ao Estado, o domínio também está restrito ao Estado.

Então, significa que eu preciso ter, por exemplo, para vender bens do Bradesco, 27 nomes diferentes de empresas para vender bens do Bradesco. Então, eu, que sou arrematante... Onde eu vou achar os bens do Bradesco, por exemplo, do Acre? Não sei. Qual que é a empresa que vende Bradesco no Acre? Sendo que, de repente, em uma outra estrutura, eu tenho uma empresa única, com uma divulgação nacional, que vende bens do Bradesco. Posso ter uma, duas, três, quatro ou cinco empresas que vendem bens do Bradesco, mas eu tenho essa facilidade de divulgar, e a impossibilidade de divulgar é que complica.

O que isso viola? Que artigos da Constituição Federal... O que viola esse PLC? Ele faz violação à livre iniciativa; violação ao princípio da livre concorrência; aumento do custo Brasil; verticaliza a execução dos leilões, criando uma espécie de cartório nas mãos dos leiloeiros; horizontalmente, entre os leiloeiros, restringe o mercado: cria uma espécie de cartório e monopólio desnecessários; aumenta o desemprego e reduz o empreendedorismo.

Aqui eu passo rapidamente ao que uma gestora, hoje, faz, o que ela contempla, só para o senhor entender. Ela é uma plataforma de leilões eletrônicos, com tecnologia de última geração; tem um banco de dados de compradores cadastrados com interesse em todos os tipos de ativos, transparência, segurança e credibilidade; é uma ferramenta já habilitada e bastante conhecida em vários tribunais; possui grande audiência no mercado e um time de *marketing* especializado na divulgação dos leilões.

Time de *marketing* especializado na divulgação dos leilões, Excelência, hoje, o senhor não tem noção do trabalho que dá.

Isso aqui é um modelo de uma gestora, Excelência, só para o senhor ter uma noção.

Aqueles quadradinhos ali: Gold, Leilões, Hastanet, Mais Ativo, cada uma dessa gestoras são subgestoras da gestora, e cada uma delas é um leiloeiro. Um leiloeiro que criou uma marca, que criou um nome, e atua em âmbito nacional.

Então, além de eu extinguir as gestoras, eu estou extinguindo todas essas empresas, porque eu deixarei de poder trabalhar com esses nomes, vou ter que... Se eu estiver trabalhando essa marca há dez anos, essa marca deixará de existir. E a pessoa que confia naquela marca não poderá mais comprar naquela marca.

Perdas para o Brasil.

No Estado de São Paulo, a gente fez uma métrica aqui de que existem 242 gestoras/leiloeiros cadastrados no Tribunal de Justiça de São Paulo. Ou seja, pessoas aptas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer um leilão eletrônico. Parte delas são gestoras, parte são leiloeiros. Isso significa que, se a gente contabilizar cerca de 30 funcionários – diretos ou indiretos, porque a leiloaria tem muito funcionário indireto – para prestarem esse serviço, a gente está falando de 7 mil empregos em São Paulo e 242 empresas ou leiloeiros, ou empresas com leiloeiros, ou leiloeiros contratando empresas. Para o Brasil, se a gente tiver, para os próximos anos, a utilização desse modelo gestor trabalhando em conjunto com a leiloaria, a gente teria uma projeção de 195 mil empregos que deixariam de ser criados e 6,5 mil empresas/gestoras que também deixariam de ser criadas.

Aqui o último exemplo, só para vocês verem.

Vamos pegar aquele terceiro exemplo ali.

Esse exemplo é o exemplo de uma das gestoras, de uma gestora que tem uma divulgação nacional bem forte, já existe há ou menos uns 15 anos ou mais, e, em uma determinada falência, ela conseguiu, ali, em um leilão, 683 mil visitas para a arrematação de um bem. Seiscentas e oitenta e três mil visitas, Excelência, são muitas visitas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO – No *site*.

Então, isso fez com que o bem fosse vendido por 60 milhões. Mas o valor dele, inicial, era 10.

Então, esse é o resultado da necessidade da divulgação. Por isso que não se pode abrir mão dessa divulgação. Não posso desmembrar isso em 27 Estados.

Aqui, só para fechar, os tribunais que hoje adotam a figura do leilão eletrônico e a participação das gestoras em conjunto com os leiloeiros.

E aqui, só para fechar, as gestoras que participam da Abrages.

Muito obrigada a todos vocês pela paciência. E agradeço também ao Senador pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a explanação de V. Sa.

E vamos passar ao próximo inscrito aqui, que é a Dra. Larissa Maria de Moraes Leal, advogada e procuradora da Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais. A sigla: AMMMG.

Com a palavra a Dra. Larissa.

O SR. LARISSA MARIA DE MORAES LEAL (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Exmo. Senador Marcelo Castro, bom dia a todos e todas aqui presentes.

Agradeço o convite para participar desta audiência pública em nossa Casa revisora, que é o Senado Federal.

Venho aqui em representação aos mutuários, inicialmente, na rubrica de Minas Gerais, mas, como cidadã, tenho legitimidade para falar pelos brasileiros.

Faço questão de registrar que fui leiloeira, durante pouco mais de seis anos.

Sou professora da Universidade Federal de Pernambuco das disciplinas de Direito Civil e Direito do Consumidor, e, basicamente nas duas, nós temos as tratativas da alienação fiduciária, tanto pelo lado do agente fiduciário, como era chamado antigamente, que ainda é uma terminologia cara a nós, como pelo lado dos mutuários e consumidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço questão de registrar também que talvez eu tenha sido a primeira pessoa que escreveu cientificamente sobre a multiplicidade de domicílio do leiloeiro como um direito e eu percebia o leiloeiro público oficial mais aproximado da função de um profissional liberal que tinha a sua inscrição – e permanece tendo – junto a um órgão público, que são as juntas comerciais. Isso se deu em um determinado período de tempo em que nós tivemos grandes dificuldades de atuação dos leiloeiros, e essa história é conhecida de boa parte das pessoas presentes aqui.

Colocado esse, digamos assim, modo de pensar, eu quero começar parabenizando pelo projeto, porque ele propõe uma alteração de fundo na leiloaria, no exercício da profissão de leiloeiro público oficial, que vive em um limbo normativo, porque há um decreto-lei, que é da década de 40, que é aplicado parcialmente por uma junta, por outra não, e temos um ativismo normativo por parte do Executivo. Antes isso era feito pelo DNRC (Departamento Nacional de Registro do Comércio), e atualmente é feito pelo Drei. Nós temos, inclusive, instruções normativas do Drei que são ilegais e inconstitucionais. Consegue fazer isso, mas se impõe aos leiloeiros.

O projeto, como um todo, tem coesão e harmonia desde a sua primeira proposta, que respeita direitos adquiridos. É preciso que isto fique bem claro: ele respeita direitos adquiridos. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida. No §4º do art. 2º, aos leiloeiros matriculados até a data do início de vigência desta lei são assegurados os direitos adquiridos. Mas, quando propõe o ingresso por meio de concurso, daí vai derivar o número de vagas e todas essas consequências.

Em relação à questão dos mutuários, a preocupação... Já foi percebida aqui a defesa de uma alteração desse PL para permitir que um bem que tenha sido retomado... E aí eu vou dar um exemplo de bem imóvel, numa cidade X, que seja submetido a leilão em uma cidade Y, em outro Estado da Federação. Nós sabemos que, se as diferenças econômicas e sociais, dentro de um próprio Estado... E, aí, vou citar como exemplo o nosso Estado: eu sou piauiense. O Piauí tem várias realidades. O Piauí é um mundo. Imaginemos isso em dimensões nacionais. Alguém que seja expropriado em São Raimundo Nonato, no Piauí, e tenha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LARISSA MARIA DE MORAES LEAL – Sim, eu sei que é a sua terra. É a terra de todos nós, na verdade. A cada dia se descobre que há mais de 90 mil anos já havia piauiense, antes de o Piauí existir.

Mas imagine alguém que tenha expropriado sua residência, sua moradia, e esse leilão seja feito em São Paulo. Feito em São Paulo, como garantir o acesso à Justiça? Como garantir o acompanhamento desse leilão, se a esmagadora maioria dos mutuários tem contratos de mútuo chamados de "baixo valor", voltados a moradias simples, e são pessoas que contam com a Defensoria Pública, que tem a sua estrutura integralmente pensada para atuação dentro de Estados federativos?

Então, conceder a permissão de um leilão fora dos limites de onde está esse bem imóvel, assim como a permissão de realização de leilão longe de onde está armazenado o bem móvel, porque se ele ali está armazenado nós podemos presumir que ele foi encontrado ou entregue ali naquela região, seria, aí, sim, algo inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui na CCJ. *A priori*, a nossa preocupação maior é fazer esse trabalho de ligação do PL com a Constituição Federal. Eu não vejo no projeto de lei inteiro nenhuma impropriedade, nenhuma inconstitucionalidade. Até porque as normas infraconstitucionais têm uma interpretação que é feita dentro do ordenamento jurídico com a Constituição no topo, mas elas passam por uma mediação de leis ordinárias em que a especialidade de uma ou de outra, por exemplo, da Lei 8.666, vai determinar não um desprestígio da lei, mas um diálogo saudável para que as melhores condutas e práticas sejam desenvolvidas.

A regulamentação da profissão de leiloeiro é urgente. Eu não vejo como não poderia ser feita melhor do que o que aqui está. Todos os projetos de lei precisam do diálogo, precisam do debate, como já foi dito pelo senhor, e concordo com todas as pessoas.

Eu realmente não vi aqui no projeto nenhuma determinação de que gestoras de leilão devam desaparecer. Devem desaparecer aquelas que não atuam como gestoras. Aí, substituindo o leiloeiro ou a leiloeira pública oficial. Mas o leiloeiro público oficial que tem suas obrigações e eticamente atua *intuitu personae* e está adstrito a seus códigos éticos pode contratar as plataformas virtuais ou o arcabouço pessoal de que ele precisar para realizar os seus leilões.

Então, o meu papel primeiro era registrar que esse projeto tem, de fato, um compromisso com a diminuição das diferenças regionais, porque vai fazer com que as pessoas possam realizar a sua defesa dentro das suas unidades federativas. Daria uma única sugestão com relação às RIDEs. Inclusive, Teresina faz parte de uma Ride, que é a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da própria Teresina, ou seja, nós abarcamos Timon, que fica no Maranhão. Isso nem precisava estar claro no projeto, mas, quando se fala de uma unidade da Federação, as RIDEs são um exemplo de integração. O senhor não vai entender que uma cidade que faz parte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LARISSA MARIA DE MORAES LEAL – ... de uma Ride não possa ter um leilão...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A senhora pode ficar à vontade.

O SR. LARISSA MARIA DE MORAES LEAL – ... feito por um leiloeiro de Teresina.

Então, essa interpretação torna possível também que nós possamos avançar e esclarecer, por exemplo, que especificidades da Receita Federal ou dos planos do Estado... A mediação feita pelas normas, que já é de nós conhecida, não vai fazer com que essa lei aqui se imponha sobre todas as coisas. Um ordenamento jurídico bem estruturado é sistemático. E como ele é sistemático, as normas se relacionam. Isso aqui não é um universo separado dos outros universos, é uma especificidade apenas para os leiloeiros públicos oficiais.

Preocupou-me bastante a apresentação de um exemplo em que o número de leiloeiros já aparece junto com o das gestoras. O leiloeiro pode contratar plataformas, pode ter sua própria plataforma. Eu não vi nenhum impedimento aqui no projeto com relação à contratação de plataformas de meio para que nós, como cidadãos, sejamos convocados aos leilões realizados por leiloeiros.

No mais, a minha experiência como leiloeira me leva a crer que o leiloeiro age mais rápido do que o Estado, inclusive com relação àquilo que foi dito para a temática tanto da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Receita Federal como dos outros bens apreendidos fruto de crime. O leiloeiro tem uma condição de agilidade, de chegar mais rápido a esses resultados.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigada pela sua tolerância com o tempo usado a mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós que agradecemos a explanação de V. Sa.

Passamos agora o próximo orador, Sr. Dalton Luiz de Moraes Leal, leiloeiro público da Junta Comercial do Estado do Piauí. Com a palavra o Dr. Dalton.

O SR. DALTON LUIZ DE MORAES LEAL (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, em nome de quem eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras presentes, autoridades, componentes da Mesa, colegas leiloeiras e leiloeiros, senhoras e senhores, eu sou Dalton Leal, leiloeiro no Estado do Piauí.

Quero, preliminarmente, Senador, com a vênia de V. Exa., agradecer a confiança com que fui distinguido por leiloeiros e leiloeiras de todo o País que me honraram com o convite para que eu estivesse presente aqui no dia de hoje, com especial de distinção para o Sindicato dos Leiloeiros dos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, dos quais sou procurador neste ato.

Senador, muito bem disse no início da sua fala da longevidade e da importância da profissão do leiloeiro público oficial. De fato, é uma das profissões mais antigas e mais belas que a humanidade já produziu. E, no Brasil, não é diferente. Temos, Senador, uma lei que é de 1932, pleno Estado de exceção, mas uma belíssima lei, uma lei muito bem escrita, muito bem redigida que, à época, destacou o leiloeiro como uma profissão regulamentada já como reconhecimento por todos os serviços prestados por esse profissional ao longo da história do Brasil.

Nós sobrevivemos ao Império, assistimos à proclamação da República, conseguimos conviver com as ditaduras, inclusive com a ditadura militar, e sobrevivemos a todas as crises. Nos dias de hoje, estamos sobrevivendo até mesmo à democracia.

O leiloeiro vem trabalhando, vem operando, cumprindo o seu múnus público, que, para mim, é a maior referência de nossa profissão – quero deixar destacado este termo: múnus público – à vista da Lei 21.981/32. Essa lei conseguiu sobreviver praticamente intacta até a Constituição Federal de 1988. Ali ela sofreu algumas amputações severas e, uma vez fragilizada pelo advento da Constituição Federal, outras legislações tanto pretéritas como futuras à própria Constituição Federal continuaram a tolher da nossa lei talvez os seus preceitos mais importantes. Isso abriu espaço para uma verdadeira, na minha humilde opinião, descaracterização da profissão de leiloeiro público oficial.

É natural que num estado de referência legal abalado cada um, principalmente em função de interesses próprios, tome as medidas que achar as mais adequadas e busque soluções para os seus projetos, para as suas intenções naquilo que acredita ser o melhor para o seu desenvolvimento profissional. Obviamente que muitas pessoas fizeram e fazem isso de muito boa-fé; outras, infelizmente, o fazem de má-fé.

Nós temos, Senador, dezenas de ações judiciais, nós temos práticas diferenciadas por parte dos próprios leiloeiros que operam como pessoa física ligados ou não a algum tipo de gestora, nós já temos empresas atuando no mercado de leilão, nós temos empresas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

multinacionais com capital internacional atuando no mercado de leilão por conta da falta de regulamentação que estampe realmente os limites que devem ser obedecidos para que essa profissão seja desempenhada nos moldes a que se propõe o legislador lá à época em que a regulamentação foi realizada. Tudo isso trouxe um benefício muito grande para leiloaria. A leiloaria se desenvolveu muito, porque os leiloeiros, mestres que são na adaptação, verdadeiros sobreviventes, conseguiram desenvolver muito o exercício da sua profissão.

Hoje a leiloaria brasileira não deixa a desejar, no meu entendimento, para a leiloaria de nenhum país, por mais desenvolvido que seja. Mas há algo que, no meu entendimento, se perdeu nessa caminhada: nenhuma relação em que o leiloeiro esteja presente pode ser considerada uma relação privada pela origem e pela constituição do próprio ser, do próprio ente leiloeiro. Se o leiloeiro está presente, essa relação é eminentemente pública. A atuação do leiloeiro é sempre de interesse da sociedade. Não é baseada na confiança do comitente, aquele que dispõe os bens para venda, seja ele judicial público ou privado, que vai transformar essa relação em uma relação eminentemente privada. Se for assim, Senador, perderemos o que nós temos de mais importante, que é a fé pública, o múnus público, agir em nome do Estado. Apesar de tudo que se possa dizer, o leiloeiro sempre age em nome do Estado e em defesa dos interesses da sociedade.

Dito isso me ocorre que, no momento que estamos vivendo... E aí, Senador, eu sei que o marxismo está muito fora de moda atualmente, mas me permita citar Gramsci, que diz o seguinte: entre a morte do velho e o nascimento do novo, sempre vivemos momentos sombrios. E a leiloaria hoje vive momentos sombrios.

Os colegas aqui seriam incapazes de definir o que um leiloeiro pode ou não fazer. Ninguém sabe mais qual é o limite. Eu tenho que atuar como pessoa física ou posso ser empresa? A comissão tem que ser paga na conta do leiloeiro ou pode ser paga para a empresa?

Existem posições completamente diferentes e bem fundamentadas – bem fundamentadas! –, respeito cada uma delas. Eu mesmo fui, talvez, um dos primeiros leiloeiros a me insurgir contra algumas instruções normativas, contra algumas normas, a ponto de ter de recorrer ao Poder Judiciário para albergar as minhas intenções e os meus entendimentos. Mas isso é uma situação que, entendo eu, vem minando o que há de mais importante em qualquer profissional e em qualquer ser humano, que é a sua tranquilidade. Não sei se todos os colegas hoje conseguem trabalhar de forma absolutamente tranquila. Confesso que eu não. Eu sou acometido por uma angústia e por uma ansiedade severas ao imaginar se vai existir ou não futuro para a nossa profissão. E quando as coisas chegam a esse ponto, faz-se necessária uma revolução, uma reforma, tal qual, Senador, temos agora a dificuldade da reforma da Previdência. É difícil fazer uma reforma fundamental, é difícil parar as coisas e trazer aquilo à ordem.

Esse projeto de lei jamais vai atender aos interesses de todos os leiloeiros, sejam eles privados, sejam eles mais ousados, mais vanguardistas, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Ele não vai ter esse condão, nem esse nem nenhum outro projeto. Mas a questão não é essa. Eu acredito, e piamente, que o estabelecimento de um projeto de lei que regule a profissão de leiloeiro tem que pensar no ente como leiloeiro, não como mercado, não como referência de mercado, não como resultado, não como possibilidades. A pergunta que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos nos fazer é: o leiloeiro é dispensável para a sociedade brasileira, para o Estado brasileiro tal e qual sempre foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DALTON LUIZ DE MORAES LEAL – ... ou ele pode ser descaracterizado ao ponto de poder desaparecer ao longo do tempo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode continuar usando a palavra, não se preocupe, não.

O SR. DALTON LUIZ DE MORAES LEAL – Obrigado, Senador.

A minha resistência a essa modernização exacerbada é que ela seja feita com base na descaracterização da profissão. O leiloeiro, apesar do velho tênis e da calça desbotada, consegue se modernizar. Todos os leiloeiros hoje têm o seu *site*, têm a sua própria plataforma, têm um mercado que proporciona contratar estruturas magníficas caso ele financeiramente possa acessá-las. Então, o leiloeiro não é um ser do passado. O leiloeiro não é aquele ente que ficou perdido no tempo e no espaço. Muito pelo contrário. O leiloeiro consegue acompanhar os adventos tecnológicos e as modernidades.

Mas o leiloeiro teve sempre como âncora do seu trabalho a sua notoriedade pública, a sua notoriedade social. Isso é que dá ao leiloeiro a autoridade para ir a um Judiciário e vender, atestando que cumpriu o seu papel, que atendeu ao clamor do juízo e da pessoa, da parte que precisa da sua interferência, e atingiu o melhor resultado. Não é uma empresa qualquer, não é um negócio privado; é um leiloeiro. Ele, com essa atuação, firmou a sua posição e a sua importância.

Nós podemos ver colegas leiloeiros, Senador Marcelo Castro, que, muito embora todas as legislações venham sofrendo mudanças... Mas é imprescindível a participação do leiloeiro com essa responsabilidade, com essa obrigação e com essa fé.

Então, Senador, essa reforma fundamental, a aprovação desse PL como está provoca uma mudança profunda na profissão. Ele não é uma mera repetição do Decreto de 1932. Longe disso! Ele não tem o condão de agradar o mercado. Longe disso! Mas ele precisa garantir a participação do leiloeiro com o fim a que se destina a participação do leiloeiro como agente do juízo, como agente do comércio.

E esse PL – quero pedir vênia para comentar o que disse o Dr. Roberto no começo a respeito da Receita Federal e, depois, a Dra. Larissa – vai conviver com a legislação estabelecida. Nenhuma lei sobrevive isoladamente, sozinha no ordenamento jurídico. Nenhuma! Ele vai existir, ele vai ter a sua órbita de influência nesse arcabouço legal, mas esse diálogo vai ser estabelecido.

Quero também registrar, com a vênia do Dr. Roberto e da Dra. Fernanda, o meu lamento profundo por alguns setores do Governo ainda imaginarem que a contratação do leiloeiro oficial traduz um custo. Não traduz um custo. Posso asseverar que não traduz. O leiloeiro público oficial é um investimento, e de altíssimo resultado.

Se o leiloeiro oficial atua tanto nas execuções fiscais como nas recuperações judiciais ou na alienação de bens expropriados pelo Ministério da Justiça ou pela própria Receita Federal, ele leva, e precisa levar, toda a respeitabilidade que vem junto com a sua profissão, toda notoriedade social que carrega esse nome "leiloeiro público oficial", porque as pessoas podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não saber o que é de fato um leiloeiro, Senador Marcelo, mas elas respeitam o leiloeiro. O leiloeiro é um profissional extremamente respeitado por qualquer pessoa, mesmo que ela não saiba o que significa, como é a rotina, como é o dia a dia desse profissional.

Então, o leiloeiro tem muito a agregar à sociedade. O leiloeiro pode se servir de todas as ferramentas que estão disponíveis no mercado, mas há que se proteger essa profissão.

O que nós queremos aqui, independentemente de interesses pessoais privados ou de nichos de mercado, é proteger e dar vida à profissão de leiloeiro público oficial dentro do ordenamento jurídico nacional. E, no nosso entendimento, esse PL não só consegue estabelecer um marco nessa proteção, como não afasta a possibilidade... Eu li esse PL diversas vezes. Eu jamais, pela minha formação e pelas minhas convicções, defenderia um PL só para proteger o leiloeiro, ao arrepio do que a sociedade moderna hoje precisa. Não podemos prescindir de investimento de grupos estrangeiros no Brasil, de capital de empresa, de jeito nenhum! Nós precisamos disso. O próprio mercado de leilões precisa disso, mas nós precisamos de uma legislação que deixe o leiloeiro continuar a ser leiloeiro. É disso que nós precisamos.

Então eram essas as minhas palavras.

Queria deixar registrado o nosso agradecimento por poder participar desta reunião tão solene e tão importante, Senador Marcelo, no dia de hoje, e pedir ao senhor, por favor, autorização, permissão – também peço aos demais – para que eu e a Dra. Larissa nos retiremos, porque temos um compromisso iminente aqui do Ministério da Economia. Não imaginávamos que o avançado da hora seria tão grande.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos ao Dr. Dalton.

Vamos ao último expositor desta manhã, que é o Sr. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Presidente da Associação da Leiloaria Oficial Brasileira (Aleibras).

Com a palavra o Sr. Vicente.

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro, em nome de quem cumprimento todas as demais autoridades presentes, caros colegas, colegas leiloeiros e leiloeiras que há alguns dias, há alguns meses não vejo, e estou tendo o prazer de encontrá-los todos aqui.

Senador, peço licença para falar em pé também, porque vou fazer uma pequena apresentação e não vou perder para a gestora, que falou em pé, e eu, sentado.

Antes de iniciarmos a fala sobre o PL em si, eu vou fazer, para um registro histórico desta data de hoje, pois depois de 87 anos nos propomos a falar da leiloaria, a repensar de maneira aberta, de maneira honesta, de maneira transparente como vamos fazer essa atividade para o futuro, para que fique registrado nesta Casa, vou fazer um breve relato do que é a leiloaria no Brasil, de onde começamos, como começamos, aonde chegamos e para onde vamos.

A primeira coisa: o leilão começou no Brasil junto com a própria mercancia, como começou no mundo inteiro. Então, antes de haver o leiloeiro oficial, nós tínhamos os leilões livres, onde se vendiam, nos portos, escravos e mercadorias perecíveis da maneira mais rápida e mais lucrativa possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o passar dos anos, houve uma necessidade de uma regulamentação dessa atividade. Por quê? Porque havia leiloeiros livres e leiloeiros oficiais, leiloeiros matriculados.

Esse é um texto de José Xavier de Carvalho Mendonça, o maior doutrinador do Direito Comercial brasileiro. Ele diz que, a par do leiloeiro oficial fiscalizado, havia o leiloeiro livre, e que a esse, por não ter a lei a fiscalizar, era fácil empregar meios astuciosos, vender pedras falsas como preciosas. Ele pregava a necessidade da regulamentação. E assim veio ao mundo jurídico o Decreto 21.981, de 1932, que, diga-se passagem, é uma lei excepcional, manteve-se na República por 87 anos, mantém-se até hoje, foi atualizada agora, em 2015.

Mas esse decreto tinha algumas características que o fizeram, nos últimos 87 anos, ter que driblar, conviver e adaptar-se a todo esse arcabouço jurídico posterior. Por exemplo, o decreto previa que o leiloeiro não poderia fazer parte de empresas, mas o decreto não sabia que só 44 anos depois se criaria uma S.A., então, ele não poderia abranger a quantidade de normas – e aí estou falando da própria CLT, de 1943; da Lei de Falências; da execução fiscal; do CPC. Tudo isso veio posterior à promulgação do Decreto, em 1932. Mas nesse tempo, nós recebemos, nós leiloeiros, lances por telefone; depois do presencial, recebemos por telefone, recebemos por telex, por fax. Quer dizer, telex não foi do meu tempo, não! Mas até o fax eu peguei, viu, Senador? E depois disso veio a internet, que alguns acreditam que é somente mais uma forma de receber lances, mas não é. A internet, o advento da consolidação da internet não só no Brasil, mas no mundo, muda completamente a relação de todos os negócios, passa a fazer uma mudança social, comportamental. E isso para a gente não foi diferente, gerou conflitos e falta de equilíbrio na atividade como um todo.

Então, houve o nascimento das empresas organizadoras, as gestoras; crescimento de empresas no mercado, leiloeiros, grupos que se uniam pró e contra, uns querendo avançar, outros querendo parar. Ficou a lei do pode e do não pode. Como disseram aqui, juntas comerciais e do Drei em vários momentos legislaram, em vários momentos tentaram legislar, e coube ao Judiciário corrigir essa ação. Mas o fato é que ficou confuso, ficou conturbado nos últimos anos essa lei do pode e não pode.

Mas por que isso acontece, por que isso aconteceu com a leiloaria nesses últimos anos? Por um simples motivo, porque o mercado precisa, isso não é por vontade. Eu costumo dizer que o Uber não está lá porque a empresa Uber quer, porque o mercado contrata. Hoje o leilão de 1932 jamais imaginou que haveria pátios desse tamanho de veículos no País para serem leiloados, públicos e privados, fazendo uma referência ao que foi dito pelo Dr. Roberto. Então, você precisa de estruturas colossais, você precisa remover, guardar, preparar, usar despachante, divulgação, tecnologia, processos, controle.

Esse trabalho não foi criado por nenhuma empresa, é uma necessidade do mercado. E o mercado busca adequar-se. Nesse cenário, nós temos que fazer uma pergunta e responder. A gente deve lutar contra isso, contra essas mudanças no mercado, contra a tecnologia? E, se a gente deve, a gente pode, é inteligente fazer isso? A leiloaria, quando para para se reescrever, depois de 87 anos, deve fazer isso?

A gente tem casos do Uber, Netflix, Amazon, que vieram, mudaram a economia, mudaram o comportamento, e as leis não previam. Há um caso que não está aí, o caso do PayPal, que todo mundo conhece, que é o meio de pagamento eletrônico. Quando ele foi ao ar, em 1996, havia 11 leis federais americanas que proibiam aquele tipo de pagamento. No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entanto, as leis tiveram que seguir isso, a lei se adapta a esse momento. Mas nós estamos falando de leilão. Então, não precisamos de exemplos muito distantes. Vamos falar de tecnologia no leilão? Sem nenhum leiloeiro oficial a fazer parte disso, nós temos empresas realizando leilão no Brasil sem leiloeiro. Isso não está previsto nesse projeto de lei, absolutamente nada que coordene ou que regulamente isso.

Eu falo aí do Ebay, que é uma das maiores e mais valiosas empresas de tecnologia de leilão do Planeta. Acho que desde de 1996 está na Nasdaq, vende e vale bilhões, dezenas de bilhões de dólares. E ela foi a leilão no Brasil, há dez anos – há dez anos! E nenhum leiloeiro ou nenhuma providência foi tomada para saber se já está de acordo com a lei. Mas, não, é tecnologia. Ali está o Instacarro. É só uma referência, eu estou falando de empresas, porque isso está público na internet. A AutoAvaliar divulga que vendeu R$5,1 bilhões em veículos via leilão, mas não há nenhum leiloeiro.

Então, o problema e o fato a ser ponderado e pacificado é muito mais profundo do que superficial. Como é que isso se porta? Nós leiloeiros temos todo um arcabouço a nos regulamentar, nos limitar, a nos impor condições que aqui não está.

A gente, então, pensa assim: o mundo hoje está num celular, na mão de todo mundo. A gente precisa debater, discutir, rediscutir e planejar como a nossa atividade vai se comportar diante dessas novas tecnologias, é isso que a gente precisa fazer. Nós entendemos que a única e melhor forma de fazer isso, primeiro, é conhecendo o mercado, práticas atuais, como se pratica hoje, as práticas boas e as ruins, como a gente pode permitir desenvolvimento, garantindo a segurança de todos os envolvidos. Esse é o princípio básico de entendermos e tentamos ajustar, coadunar todos os interesses que envolvem uma atividade como a leiloaria. Então, ninguém será o dono da verdade, ninguém terá a canetada final. É claro que o Senador já se dispôs e se mostrou aberto a que todos possam debater. E é isso que a gente está propondo: um debate maduro, um debate de alto nível com todos os entes. Quando todo mundo pode falar o que quer, fica tudo muito mais fácil.

O fato é que me cabe agora fazer algumas críticas ao PLC 175, críticas como: nós entendemos que esse projeto, apesar de ter algo de – como é que eu posso dizer? – bom, de boas intenções, erra profundamente. Primeiro, só trata do leiloeiro e limita o leiloeiro. E aí me dizem assim: "Não, mas é o PL do leiloeiro". Mas você precisa regular a atividade na qual o leiloeiro está inserido.

Querem ver um exemplo? No Brasil, nenhuma lei, nenhuma norma define o que é leilão. Então, parece simples, mas não é, porque aquelas empresas que fazem leilão sem ter leiloeiro dizem que não fazem bem o leilão, que é privado, são só para alguns que são registrados, os outros, não. Então, esse é um ponto.

Outro ponto importante: não inova realmente, não avança em absolutamente nada, repete muito do Decreto de 1932, desconsidera o mercado, regras do mercado, completamente, faz visão completamente voltada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Posso seguir, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pode usar o tempo necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Me disseram que era uma hora, mais ou menos... (*Risos.*)

Não, não. É rápido, é rápido!

Bom, e encontramos alguns pontos que consideramos inconstitucionais. Por isso, o PL precisa ser revisto.

Quando eu estava falando da tecnologia, de como a gente tem que se comportar nesse cenário, o nosso entendimento é de que é muito importante sabermos que o leiloeiro oficial não deve, de maneira nenhuma, ser desconsiderado. Muito pelo contrário: nós queremos um PL que regulamente a atividade e possibilite ao leiloeiro oficial crescer, porque hoje esse PL só limita o leiloeiro, não limita mais ninguém.

A gente tinha dado um exemplo antes que falava assim: o que impediria hoje um garoto na China de fazer um aplicativo, todos aqui baixarmos e fazermos um leilão aqui, agora, sem nenhuma regulamentação? É muito difícil você viver neste mundo de hoje sem prever essas situações.

Então, alguns pontos bem rápidos que a gente traz do decreto que entendemos que precisam ser revistos. A questão dos leilões de alienação fiduciária, os leilões judiciais. Esse art. 2º altera o CPC, muda o processo civil e altera a alienação fiduciária. A despeito do que disseram, que há o acesso da pessoa, que pode querer remir o seu bem ou que pode ter algum direito preterido, cumpre aqui fazer um registro de que, em 1998, 1999, quando a alienação fiduciária, que sustenta hoje absolutamente todo o financiamento no Brasil, veio à prática, todos viajamos o Brasil inteiro para fazer leilão, acho que vários aqui fizeram isso, iam às cidades. Isso encarecia, e não vendia. Era muito ruim. Com a internet consolidada, migraram para a internet, reduzindo custo e acelerando o processo de venda.

Essa é a questão falada também pelo Governo em relação às comissões, que dobra o valor da comissão. Nós entendemos que o momento agora não é para isso. Discordo da Dra. Fernanda, quando coloca o limite de 5%, porque acho que, se a senhora previr que é possível uma negociação, apesar de eu entender que tem que haver um mínimo garantido ao profissional, mas, se entende o Governo Federal e discursa: "Não, tem que ser no máximo cinco, deixa livre para negociar para baixo", por que não pode ser livre para negociar para cima, não é verdade? Então, se é negociar, é negociar; se não é negociar, garante o que é consolidado nos últimos 87 anos, o mínimo de 5%, nem mais, nem menos.

Aí, entra o termo final que eu trouxe à tona, que nos incomoda muito, que foi o que a Dra. Fabiana frisou bastante e que acho que vai também ao encontro do que a gente está comentando aqui. Ele proíbe o redirecionamento entre *sites* textualmente sob pena de destituição do leiloeiro. É muito grave isso, quando você tenta colocar isso para a vida real. O que é redirecionamento? Porque o PL não diz. É botar um *link* no *site* da Globo, ou no *site* do SBT, ou em algum desses *sites*, UOL, dizendo: "Aqui está o meu leilão", divulgar o leilão lá. Se o cara divulgar para o nosso *site*, eu estou destituído por divulgar o leilão? No nosso entendimento, esse texto acaba com o leilão no Brasil. Eu não colocaria absolutamente nada meu para vender na mão de um profissional que dissesse: "Olha, eu não divulgo *link*, eu não tenho grupo para poder divulgar". Parece absurdo, mas é o que está aí, é o que está no texto da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que se pode, no dia de hoje, limitar o leiloeiro? Nós só estamos limitando: "O leiloeiro não pode, o leiloeiro não pode, o leiloeiro não pode". E eu sou leiloeiro há 22 anos, falo por leiloeiros com 40 anos também de mercado, e isso a gente não consegue entender. Isso agride o tempo do fax, ainda mais nos dias de hoje.

Por fim, eu vim aqui para falar de mercado, porque acho que o texto legal vai ser discutido com muita calma depois, mas eu acho que o PL 175 tem um erro formal insanável para ser aprovado como está, precisa ser revisto. Não achamos que esse PL deva parar, tem que seguir, mas tem que ser revisto, porque tem um erro insanável que é uma lei ordinária alterando lei complementar. Isso não pode, isso não pode na República! Então, é uma lei ordinária que está se propondo a alterar o Código Processo Civil, há uma ilegalidade insuperável, não é possível.

Por fim, a gente pugna por alterações no PL 175, para a correção de pontos que entendemos inconstitucionais e inadequados, mas que seja considerado que leilão no Brasil é atividade exclusiva do leiloeiro oficial, é isso que nós entendemos; que o leiloeiro possa ser sócio de empresas organizadoras de leilões sem limite território. Como muito bem falou o Dr. Eronides, a gente tem ouvido isso muito – viu, Dr. Eronides? –, em todo lugar a que a gente vai, para gerar riqueza, para gerar produção, para gerar emprego, a limitação é coisa ultrapassada, é coisa do passado. O não pode, que nós leiloeiros vivemos nos últimos anos, e tem que acabar.

Vamos regulamentar e fazer com que o leiloeiro cresça, vamos fazer com que o leiloeiro possa ser esse líder; que as gestoras tentem achar o caminho delas e o leiloeiro tente achar o dele. Que problema há nisso? Mas as gestoras podem, as empresas podem, as multinacionais podem; o leiloeiro não pode. Esse é o ponto que a gente tem defendido nos últimos anos, que o leiloeiro possa fazer parceria, gente; negócios, associação, *link* livremente para poder desenvolver a atividade e que ele possa explorar ilimitadamente o mundo digital. Como você põe norma no mundo digital? É impossível, ninguém conseguirá. Mesmo que o Senador e todos nós aprovemos a lei mais importante, ela será desconsiderada e desrespeitada, porque o mundo digital não conhece limites. Esse é um fato, ponto.

Por fim, aos meus queridos colegas leiloeiros que esperam a aprovação dessa lei como a salvação para resguardar a atividade, eu queria deixar um recado: vamos reescrever juntos, vamos todos pensar um modo de atender os interesses de todos. Não há certo nem errado; há todos buscando o melhor para a leiloaria brasileira. E viva o leiloeiro oficial!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a exposição do Sr. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho... Aliás hoje, aqui, houve uma pletora de piauienses, não é? (*Risos.*)

A Dra. Larissa é piauiense, o Dr. Dalton é piauiense, o Dr. Vicente e o Senador Relator também são piauienses.

Agora, nós estamos aqui com o e-Cidadania, e temos algumas perguntas. Eu vou formular e vou deixar aqui a Mesa à vontade para quem se achar em condições de responder às indagações que estão sendo feitas pela internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniela Lara, de São Paulo, faz a seguinte pergunta: "Conforme o PLC 175/2017, caberá aos órgãos da Administração Pública direta ou indireta a contratação de leiloeiro para a venda de bens móveis". Quem se candidata a responder?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – "Conforme o PLC 175/2017 [quer dizer, segundo o nosso PLC que está em debate aqui] caberá aos órgãos da Administração Pública direta ou indireta a contratação de leiloeiro para a venda de bens móveis"?

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Eu posso responder.

O PL, como está posto, limita essa possibilidade da Administração Pública. A possibilidade fica exclusivamente à contração do leiloeiro. A forma de contratação ele não define claramente, mas define que será através de licitação pública, a critério do órgão que desejar contratar o leiloeiro. Então, ele não fala de contratação direta. Ele fala de licitação pública e que, em havendo empate, prevê, acho, até um sorteio entre os leiloeiros participantes.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato, quer dizer, pelo que está no PLC 175, a Administração Pública não poderá mais fazer leilões com os seus próprios funcionários; só poderá fazer leilões através de leiloeiros oficiais.

O SR. ERONIDES SANTOS – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. ERONIDES SANTOS – Apenas uma observação: quando se fala em Administração Pública, eu queria deixar consignado que, no âmbito do Poder Judiciário, os leiloeiros não são contratados para realizar os leilões; eles atuam, como a gente costuma dizer, no risco. Eles são nomeados pelo juiz para realizar um determinado leilão e são remunerados pela comissão paga pelo arrematante. Então, não há ônus nenhum para o Poder Judiciário ou para as partes que ali estão envolvidas, não há uma contratação; há uma nomeação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeito.

O SR. ERONIDES SANTOS – Não sei se isso chegou a ser prestado no âmbito da Administração Pública direta e indireta, mas a indicação, a escolha do leiloeiro pode, sim, passar por processo concorrencial, uma licitação, mas pode eventualmente não implicar uma contratação, uma despesa ordinária da Administração Pública, porque o leiloeiro vai ser remunerado pelo resultado do seu trabalho no risco do que ele vai fazer ou deixar de fazer. Fica aqui uma observação prática.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sem dúvida!

Também temos aqui a Clara Lisiane, da Bahia: "Essa regulamentação é muito necessária?".

Claro, Lisiane, eu vou me dar o direito aqui de responder, porque eu acho que, por tudo o que foi exposto aqui, está demonstrada a necessidade da atualização dessa legislação que vem de tantos anos, num tempo ainda impensável no mundo de hoje. Eu acho que, 30 ou 40

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos atrás, nós não poderíamos jamais imaginar o que seria o mundo; imaginem 87 anos atrás, quando esse decreto foi feito!

Há aqui também a Assunção Santos, de São Paulo: "Se a profissão não é regulamentada, como os leiloeiros conseguiram efetivar 'parcerias', com os tribunais de Justiça e realizar leilões *on-line*?".

Quem se candidata aqui a responder?

O SR. ERONIDES SANTOS – Bom, eu vou dar um palpitezinho aqui: primeiro, a profissão é regulamentada, está aqui desde 1932. E, segundo, houve, sim, um amadurecimento no trabalho, e o Dr. Vicente disse isso com muita propriedade. Não é que as empresas surgiram, não é que... O mercado é que demandou o surgimento destas plataformas e destas empresas. Isso é um resultado de uma demanda de mercado. É assim que eu vejo, porque foi assim que eu vivenciei isso nos meus processos.

Não sei se vocês querem acrescentar alguma outra coisa.

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Eu gostaria só de acrescentar, Dr. Eronides, Dr. Marcelo e presentes, o seguinte: busquei falar de mercado, porque, afinal de contas, é o mercado que dá o trabalho para o leiloeiro. Apesar de todo esse múnus público falado, de toda essa posição como pessoa física, é o mercado que determina como as coisas vão seguir. No mercado, não há espaço vazio; as empresas ocupam ou os leiloeiros ocupam. E o que nós da Aleibras, mesmo divergindo de alguns colegas em algum momento, queremos é que esse espaço seja ocupado pelo leiloeiro. Eu tenho registrado isso constantemente, mas que não impeça... Não há nada exclusivo, nada proibido, nada! Todo mundo poder fazer. O que é injusto, e é verdade, é que as empresas ocupem o espaço, possam fazer, e o leiloeiro não possa. Então, isso é produto do mercado, é produto da necessidade do mercado, não mais.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Também há a Carolina de Carvalho, do Distrito Federal: "Acredito que o leiloeiro deveria ser enquadrado em empresas privadas e não em cargo público".

Mas já é assim, não é?

Bom, agradecendo aqui a explanação de todos os convidados, quero dizer aos senhores e às senhoras que estou com esta missão, esta tarefa de fazer uma legislação que possa ser a mais abrangente, que possa estar em sintonia com o mundo em que nós vivemos hoje, com a modernidade. É evidente que, por mais perfeita que tenha sido uma lei feita oitenta e tantos anos atrás, é evidente que o mundo hoje é completamente diferente. Nessa época se andava de carroça, praticamente nem havia carro e, se existiam, eram muito poucos. E hoje nós estamos no mundo em que o papel está deixando de existir, a caneta, tudo é eletrônico, a comunicação é *on-line*, e é evidente que nós temos que nos adaptar a este momento.

E o que me norteia? O interesse público.

Então, nós queremos que os processos sejam os mais transparentes possível, que haja o maior nível de publicidade, porque, quanto maior a publicidade, evidentemente maior o número de concorrentes e melhor o resultado do leilão. E são coisas óbvias, não é preciso um especialista, porque eu não sou, eu nunca participei de um leilão na minha vida, nem de um lado, nem do outro, nem assistindo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é evidente que a lógica está dizendo que, quanto mais transparência houver, mais eficiente e melhor. E o resultado será para quem? Para todos, especialmente para o País.

O que me chama atenção? Muitos pátios, sobretudo de DETRANs do Brasil inteiro, acumulando carros, que estão se acabando, servindo – porque fui Ministro da Saúde – de depósito de dengue, dos mosquitos. Então, tudo isso é lamentável. Nós precisamos dar mais eficiência, mais rapidez, resolver, destravar a legislação moderna, em consonância com o mundo atual em que nós estamos vivendo.

Então, eu queria aproveitar, já que V. Sas. estão aqui, para tirar algumas dúvidas. Por exemplo, a Dra. Larissa disse que não há nenhum impedimento para que, nesse PLC, as empresas gestoras continuassem existindo, que elas pudessem ser criadas, que não há nenhuma dificuldade. E a Dra. Fabiana, que está aqui do meu lado, se eu não fiz uma apreensão errada do que nos disse aqui, falou que seria o fim dessas empresas. Então, como a Dra. Fabiana está aqui, eu gostaria... O ideal seria que a Dra. Larissa ainda estivesse. Mas, como ela não está, eu passo a palavra à Dra. Fabiana e para quem quiser depois, então, para contraditar, esclarecer se será possível ou não a existência dessas empresas gestoras, se essa lei fosse aprovada tal qual ela está.

Com a palavra, então, Dra. Fabiana.

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO – Bom, Dr. Marcelo, eu agradeço a pergunta, até porque eu iria pedir para fazer considerações finais, considerando que todos os leiloeiros que sentaram aqui à Mesa, após até a explanação, não foram contra o que eu estava dizendo. Ao contrário, se manifestaram a favor da existência das gestoras, até porque eu expliquei de forma bem clara que as gestoras estão aqui para trabalhar em conjunto com o leiloeiro, sempre em conjunto com o leiloeiro público oficial, e nunca sem o leiloeiro público oficial.

O que ocorre é que, no projeto de lei, há este art. 27, que foi apresentado pelo Vicente, agora, no último bloco, que restringe duas coisas: a ampla publicidade nacional, o uso de marca e o uso de domínio.

Então, se você tem, por exemplo, o leiloeiro estadual, se o limite do leilão da atividade do leiloeiro for estadual, e eu tenho que ter o nome do domínio em nome do leiloeiro, e eu tenho que ter a marca em nome do leiloeiro – a marca tem de estar relacionada a esse leiloeiro, a algum sobrenome do leiloeiro, a alguma coisa desse tipo –, o que vai acontecer? Eu tenho de ter 27 domínios para ter uma projeção de uma única gestora. Então, eu não vou conseguir ter uma gestora nacional; eu vou conseguir ter uma gestora estadual, mas eu não consigo ter uma gestora nacional, entende a dificuldade? Então, considerando essa necessidade de a gestora trabalhar para o leiloeiro, é muito importante que esse trabalho seja feito em âmbito nacional, porque é assim que a gente vai dar essa ampla divulgação. Se isso não acontecer, não vai haver 683 mil visitas em uma falência como aconteceu no caso que eu mostrei. Isso só vai acontecer se a gente tiver uma marca forte que estiver divulgando em âmbito nacional, certo?

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Que essa marca forte possa ser uma marca do leiloeiro também, não é?

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO – Claro! Obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Alguém quer falar sobre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANGELA SARAIVA – Obrigado, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Venha para cá. Fique no lugar da Larissa. Fale por ela.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Eu não sou piauiense não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não se preocupe!

A SRA. ANGELA SARAIVA – Muito obrigado, Excelência, por esta oportunidade de participar.

Eu gostaria de apresentar alguns detalhes que acho que são significativos para a interpretação correta dessa questão do limite que a colega aqui está colocando.

Em primeiro lugar, esse PL não pretende limitar absolutamente nada. Em que aspecto? Um *site* funciona não só na unidade federativa; ele funciona no mundo. Então, ao se criar o estigma de que os leiloeiros que estão defendendo essa ideia querem limitar divulgação e publicidade, existe um grande equívoco.

Segundo, está, na verdade, acontecendo uma inversão das coisas. Exemplo: o que está acontecendo é que, ao invés de o leiloeiro contratar a ferramenta, a ferramenta está contratando o leiloeiro. O *site,* a plataforma, a estrutura não são nada mais do que um meio. Eu tenho certeza de que colegas que estão aqui são todos capazes de ter a sua própria estrutura ou de contratar uma estrutura, mas o que existe é o seguinte: a responsabilidade pelo ato – e isso não foi colocado em momento nenhum...

Vamos enfocar aqui o leilão judicial; eu acho que é uma oportunidade de apontar uma questão. Quem responde por uma eventual devolução de comissão de leiloeiro? Quem responde? Exclusivamente o leiloeiro. Quem tem fé pública? Exclusivamente o leiloeiro. A empresa não tem fé pública, a empresa gestora não é responsável juridicamente pela devolução – estou dizendo no que está posto na lei – da comissão. Agora, estranhamente, o que a gente tem observado? E isso tem sido comentado em vastos meios, não sei se a Receita Federal está atenta a essa questão: quando existe uma gestora, as comissões são depositadas na conta da gestora. A alíquota de Imposto de Renda de um leiloeiro é 27,5%. Se houver uma devolução, o leiloeiro é obrigado e responde inclusive com o seu patrimônio pessoal. Se uma gestora falir –porque todas as empresas... Eu já tive empresa, e todo mundo que tem empresa sabe que pode amanhã falir –, quem vai ser o responsável por isso?

Eu vejo, analiso muito o seguinte: conversando com o tabelião, acho que existe o outro lado também da leiloaria que não está sendo observado aqui. O leiloeiro muitas vezes tem praticamente a função de tabelião. É o *longa manus* do juízo, ele está respondendo ali pelo Estado, como foi muito bem dito aqui pelo Dalton.

Então, eu queria chamar à atenção essas questões.

Em relação à Receita Federal, eu gostaria de fazer uma colocação. A gente tem observado isto não só em Minas Gerais como no Brasil inteiro: existe uma diferença muito grande quando o Estado... O Estado de Minas levou determinados bens a leilão, e o valor que se apurou foi infinitamente menor do que quando se utiliza o leiloeiro público para fazer o leilão. Por quê? Ele conhece, ele faz um trabalho, vamos dizer, focado, específico para aquele nicho que o Estado talvez tivesse dificuldade de fazer. Então, concordo com o Vicente: o leiloeiro não é um custo; o leiloeiro é um investimento. O Estado tem a ganhar com a utilização do leiloeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas você acha que deve haver essa proibição na lei?

A SRA. ANGELA SARAIVA – Proibição do quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – De que os próprios servidores da Receita possam fazer...

A SRA. ANGELA SARAIVA – Veja bem o seguinte: eu acho que não precisa haver essa proibição de forma alguma. Eu acho que a própria 8.666...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sim, mas está na proposta que foi aprovada na Câmara.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Sendo... Juridicamente, eu não sou a melhor para responder, mas até onde sei, é o seguinte: a 8.666 é uma lei especial. Então, ela dá liberdade para a Receita fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O PLC 175 proíbe que a Receita Federal, por exemplo, possa utilizar os seus servidores para fazer leilões.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Proíbe taxativamente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Taxativamente.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Não é esse que é o entendimento. Existe... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não, por favor. Não é permitido. Desculpe-me.

Sr. Roberto Born.

O SR. ROBERTO BORN – A interpretação que nós demos ao §2º do art. 2º é determinante no sentido de que: "[...] nos da Administração Pública direta ou indireta, os bens serão leiloados por leiloeiro matriculado na unidade da Federação [...]" Então, para nós, está expresso isso, embora tenha sido aqui que teria...

A SRA. ANGELA SARAIVA (*Fora do microfone.*) – A lei é especial.

O SR. ROBERTO BORN – Ela não é considerada... A Lei 8.666 é uma lei ordinária. Mesmo que fosse uma lei complementar, se houvesse uma maioria absoluta, ela ainda poderia ser reformada por uma lei ordinária. Então, há um perigo aqui. O que a gente pretende é apenas que isso seja esclarecido. Concordamos com que os órgãos da Administração Pública se apoiem nos leiloeiros oficiais. A gente não quer vedar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É uma faculdade.

O SR. ROBERTO BORN – É uma faculdade. Por outro lado, se há essa *expertise* que se continue seguindo essa *expertise*. Inclusive, se for demonstrado por um órgão da Administração Pública que ele não está sendo eficiente ou haja a economicidade na condução de dado processo, obviamente, por um dever aos princípios da economicidade, nós temos de repensar isso.

O SR. ERONIDES SANTOS – Senador, posso?

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Eu já te passo a palavra. É só porque está ligado com o que ele está dizendo. O que eu falei e que a Angela completou muito bem é que, efetivamente, a Receita propõe sempre o direito de contratar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

leiloeiro ou não, mas ela nunca realizou um leilão, pelo menos nessas últimas décadas, com leiloeiro. Eu gostaria que o senhor levasse, se for possível, esse pleito da classe.

Nós – e digo isto pela associação – temos a certeza de que é necessário abrir. Eu defendi aqui que todos possam fazer tudo, ou seja, que seja corrigido. Se limita, que seja corrigido, mas que também a Receita Federal possibilite a gente fazer esses leilões e que possa auferir de fato, porque nós apostamos que a diferença é muito maior do que os 5% de comissão teoricamente pagos ao leiloeiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Aí já é outra questão. Aí já não está no plano da legalidade. O que esse PLC faz é proibir que a Receita ou qualquer outro órgão público faça seu próprio leilão, que ele fique obrigado por lei a contratar um leiloeiro oficial.

O SR. ERONIDES SANTOS – Senador, eu não sei exatamente os termos em que seria essa contratação, mas eu acredito que uma lei que gere despesa para um órgão da Administração Pública encontra algumas dificuldades, alguns questionamentos em termos de legalidade. Ao se obrigar um órgão da Administração Pública a contratar, está-se gerando despesa. Não sei como isso seria tratado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, como seria essa conciliação. O fato é que eu entendo, como a Receita e como o Ministério da Justiça, que há possibilidade de a Administração realizar a venda direta, mas sem prescindir, em determinados casos, a critério de conveniência e oportunidade da Administração Pública, de se valer de profissionais da área para realizar a venda.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É como é hoje.

O SR. ERONIDES SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – A Dra. Fabiana quer falar também.

A SRA. FABIANA LOPES PINTO SANTELLO – Eu gostaria só de fazer uma explicação sobre a questão das gestoras.

As gestoras, na verdade, como eu expliquei, são empresas de tecnologia, *marketing* e estrutura jurídica que fornecem serviços para o leiloeiro. Essa é a posição das gestoras que são filiadas à Abrages.

Nós somos um braço do Poder Judiciário, em conjunto com vocês, para agilizar os processos de leilão. Então, no tocante à questão de impostos e de responsabilidades, as gestoras são tão responsáveis quanto os leiloeiros no tocante à devolução de determinados valores que elas tenham recebido, por óbvio, em razão dos serviços prestados, caso haja necessidade de devolução.

No caso do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por exemplo, ele opta por fazer a nomeação da gestora em conjunto com o leiloeiro para que cada um receba pelo seu trabalho. No caso do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, por exemplo, ele opta pela contratação do leiloeiro oficial, que contrata a gestora que escolher; aí sim há uma comissão sendo paga para o leiloeiro, que depois paga o que quiser para a gestora. Existem vários modelos, e não há uniformidade em âmbito nacional, mas as empresas gestoras pagam tributos de empresas e têm responsabilidade de empresas. Obviamente, nas nossas empresas, a gente devolve dinheiro todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Paulo Maria.

O SR. PAULO MARIA TELES ANTUNES – Sobre a questão de que a Receita poderá se utilizar do leiloeiro oficial, pedindo vênia aqui ao ilustre Promotor, a comissão é paga por quem arremata e não geraria despesa para a Receita. Então, o ônus seria de quem arremata e não da Receita, que se utilizou dos trabalhos do leiloeiro oficial.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O que está sendo questionado aqui é que a lei traz a obrigatoriedade, a proibição de a Receita fazer os leilões com seus próprios servidores.

O SR. PAULO MARIA TELES ANTUNES – É o que estou complementando: que não há despesa para a Administração.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – V. Sa. então é a favor de que seja proibida...

O SR. PAULO MARIA TELES ANTUNES – De que permaneça como está.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Que permaneça como está não. Atualmente a Receita tem o direito de optar.

O SR. PAULO MARIA TELES ANTUNES – Sim, mas é no PL que estou falando há a proibição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tranquilo.

Eu queria perguntar ao Dr. Vicente, aliás queria que ele confirmasse: pelo que entendi, V. Sª falou que, por exemplo, a Instacarro, que vendeu mais de 5 bilhões em carros, não tem nenhum leiloeiro.

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO (Para interpelar depoente.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Na verdade, eu queria ver como isso é possível, porque acho que uma das previsões legais que nós devemos fazer aqui é a proteção ao leiloeiro.

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senão, se for tudo por aplicativo, daqui a pouco...

O SR. VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO – É isso aí, Senador. E há um confronto, há uma afronta direta à legislação em vigor, esse é o fato. Por que a figura do leiloeiro? Por que é importante a manutenção dessa figura? Porque há de haver a pessoa física a responder por aquele ato. Não se pode dizer: "Não sei quem fez, não sei quem assinou o leilão, não sei quem viu, não sei qual foi o sistema". Então, quando você fica alijado dessa pessoa física com todos esses requisitos legais que tem o leiloeiro público para validar esse evento, há um risco para a sociedade. Será que esses leilões aconteceram de fato como devem ser?

Eu falei da Instacar e de outra empresa, a Auto Avaliar. O fato é que isso é de domínio público. Isso acontece todos os dias. Precisa, sim, ser regulamento. Acho que o princípio disso é uma lei que permita o crescimento, que permita o desenvolvimento. Se eles quiserem fazer leilão, que continuem, mas façam de acordo com a legislação. É isso que a gente defende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero dizer a todos os presentes e a quem está nos acompanhando que esse é o espírito com que eu quero fazer esse relatório. Eu quero ouvir, como estou fazendo aqui, todas as partes, visando o interesse público, visando diminuir o custo Brasil, visando adequar a lei ao momento que a gente está vivendo, mas, de toda forma, protegendo o leiloeiro.

Eu acho que a gente tem que valorizar cada vez mais o papel do leiloeiro. É evidente que, dentro da modernidade, é inelutável... Se nós formos dizer aqui: "Não. Está proibido o leilão pela internet!", é perda de tempo.

Eu queria que a Angela pudesse me esclarecer aqui algo em que fiquei em dúvida. Por exemplo, com essa legislação, com o PLC 175, se uma grande empresa nacional – não vamos dar nome; foi até citado o nome de uma aqui – vier à falência e tendo ela bens em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Ceará, no Acre... Com as empresas que há hoje, faz-se o leilão no Brasil e aí podem ser arrematados no mesmo leilão os bens que há no Piauí, no Acre, em São Paulo; faz-se um leilão só, abrangendo o País inteiro. Se esse PLC for aprovado tal qual ele está, isso não ficaria limitado e teria de haver um leilão em São Paulo, outro leilão no Piauí, outro no Acre? Como seria isso? Esclareça-me.

A SRA. ANGELA SARAIVA – O que a gente observa na prática, no cotidiano da leiloaria? Quando um bem é vendido por um profissional que conhece aquele mercado, ele obtém muito mais valor.

Vou dar um exemplo: há alguns bancos que fazem leilões aqui em São Paulo e muitos bens que ficam em Minas Gerais não são vendidos. Nós estamos com uma reunião com esse pessoal para dizer exatamente o seguinte: "Olha, eu quero fazer leilão do que não vende."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Só um instantinho.

Eu não estou querendo ver a questão prática; estou querendo ver a possibilidade... Quer dizer, se ele esse PLC for aprovado e uma grande empresa no Brasil vier a falir e os bens dela forem a leilão, hoje a legislação permite que esse leilão seja feito no Brasil inteiro. Então, se ela tiver bens no Acre, no Amapá, em Roraima, em Rondônia, no Piauí, no Ceará, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, todos podem ir a leilão, e as pessoas fazerem os lances e arrematá-los.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Sim, no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Se esse PLC 175 for aprovado, nos mesmos termos em que foi aprovado na Câmara, esse leilão ainda é possível ou terá de haver um leilão para os bens de São Paulo, um leilão para os bens do Acre, um leilão para o bem do Amapá, um leilão para os bens do Piauí, um leilão para os bens de Minas Gerais? Qual é a resposta?

A SRA. ANGELA SARAIVA – Eu entendo que não obrigatoriamente, por se tratar de falência. Porque, se a falência ocorre em São Paulo, o juiz de lá vai determinar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Falo de uma empresa que teria bens no País inteiro. Quando uma empresa vai à falência, é no País inteiro. Não é só em São Paulo e fica viva no Acre.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Certo, mas não foi isso que eu disse. Desculpe-me, mas talvez eu tenha me expressado equivocadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou dizendo o seguinte: se o processo da recuperação judicial está tramitando em São Paulo... Isso tem ocorrido nos processos das execuções cíveis. Eu, por exemplo, em Belo Horizonte – isso estamos tratando na arrematação do leilão judicial...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Exato.

A SRA. ANGELA SARAIVA – Então, o juiz de Belo Horizonte determina o leilão de um bem lá do Espírito Santo. O processo está tramitando em Belo Horizonte. É isso que tem ocorrido e isso que a gente defende.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vou perguntar de novo. (*Risos.*)

Eu quero saber o seguinte: hoje, se uma grande empresa de caráter nacional falir – ele pode ter sede em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Piauí – e que tenha bens no País inteiro, os bens dela vão a leilão. E pode haver um leilão hoje de abrangência nacional com todos os bens da empresa no Acre, em Rondônia, no Piauí, em todo lugar. Com o PLC que foi aprovado na Câmara, se ele for aprovado no Senado tal qual ele está e houver a sanção do Presidente da República e for publicado, esse leilão ainda é possível ou terá que haver um leilão em São Paulo, um leilão em Minas Gerais, outro leilão no Piauí, outro no Acre, outro no Amapá e assim...

A SRA. ANGELA SARAIVA – Vou responder com uma pergunta ao Dr. Eronides. (*Risos.*)

No caso do leilão da falência, o juiz universal, independentemente do PL, tem o poder de determinar o quê? Isso interfere com outra lei. Por isso estou fazendo a pergunta. É essa a questão.

O SR. ERONIDES SANTOS – Eu não sabia que ia ter prova. Não estudei. (*Risos.*)

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Desculpe-me. O que eu estou querendo é o maior número de informações para eu poder fazer uma legislação que reflita a realidade.

O SR. ERONIDES SANTOS – Eu vou responder à sua pergunta de uma forma muito objetiva. Da forma como está escrito o projeto de lei hoje o juiz universal da falência teria que se submeter a leilões regionais e não a um leilão em que ele controlasse essa venda de forma geral, globalizada.

Haveria, sim, um questionamento a respeito da constitucionalidade desta lei que limitaria o poder do juiz, etc. Isso com certeza traria algum posicionamento judicial das nossas Cortes, mas eu vejo isso como um problema e não como uma solução se passar da forma como está.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem.

Eu quero agradecer mais uma vez a todos e dizer que procurarei ainda, com a permissão de V. Sas., incomodá-los mais uma vez. Vou fazer o meu relatório, muito provavelmente um substitutivo. Foi muito enriquecedor hoje. Agradeço a todas as informações que nos trouxeram, mas, mesmo depois do meu relatório, do meu substitutivo pronto, eu vou consultar todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partes e ver o que poderíamos negociar, o que estaria em conflito, visando ao interesse público e ao bem do País; diminuir o custo Brasil, tornar as coisas mais eficientes, com maior publicidade, com maior transparência, dentro da modernidade, evidentemente buscando maior eficiência para que todos ganhem, sem nos esquecer de valorizar sempre o papel, a função do leiloeiro, que já faz parte da nossa cultura e da nossa história e da do mundo inteiro.

Muito obrigado a todos.

Encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no anexo II, ala senador Alexandre Costa, plenário nº 3, sob a presidência da senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Juíza Selma, Lasier Martins, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Marcos do Val, Leila Barros, Renilde Bulhões, Telmário Mota, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram presença os senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Deixam de comparecer os senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Otto Alencar e Arolde de Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Indicação de autoridade. ITEM 1 - Ofício "S" nº 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 18 votos favoráveis. ITEM 2 - Ofício "S" nº 8, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público Militar, no biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 18 votos favoráveis. ITEM 3 - Ofício "S" n° 9, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público do Trabalho, no biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 17 votos favoráveis e 1 contrário. ITEM 4 - Ofício "S" n° 25, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2019-2021." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 18 votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Na realidade, esta reunião destina-se à realização de sabatinas referentes aos Ofícios S nºs 7, 8, 9 e 25, de 2019. Os referidos ofícios são, na realidade, nos termos da Constituição, referentes à indicação dos senhores:

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 7, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 08/05/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 8, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público Militar, no biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 15/05/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

1ª PARTE

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 9, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público do Trabalho, no biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público e outros

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 22/05/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

OFÍCIO "S" N° 25, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2019-2021.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça e outros

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 05/06/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Esta Presidência gostaria de comunicar a todos que na presente reunião procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.

Esta reunião está sendo realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Desta forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários, sugestões ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, ou ligando para o número 0800-612211.

Neste momento, eu convido os indicados, e, portanto, convidados, para adentrarem o recinto e comporem a Mesa, por favor. (*Pausa.*)

Esta Presidência gostaria de agradecer a presença de todas as autoridades, sejam muito bem-vindos, em nome do Ministro Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça, e do Ministro Napoleão Nunes Maia, do Superior Tribunal de Justiça.

Gostaria de esclarecer que neste momento nós daremos a palavra por cinco minutos aos nossos convidados apenas para fazerem as suas considerações iniciais e, depois, passaremos à fase de arguição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, por ordem de inscrição, será dado o tempo de três minutos para que cada Senador ou Senadora possa fazer as perguntas e igual tempo para a resposta. Se houver necessidade, um minuto de réplica, consequentemente, um minuto de tréplica.

Concederemos a palavra, neste momento.

Por ordem dos Ofícios, concedo a palavra ao Sr. Dermeval Farias Gomes Filho para sua exposição, por cinco minutos.

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senadora Simone Tebet, na pessoa de quem cumprimento os Senadores aqui presentes.

Cumprimento também os colegas sabatinados, Marcelo Weitzel, Sebastião Caixeta, Luciano Maia.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui diante dos Senadores e Senadoras para ser sabatinado, depois de ter sido reeleito pela classe de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Agradeço ainda aos meus pais, Dermeval e Lúcia, pela educação e valores que me ensinaram e que me ensinam todos os dias, com o exemplo de temor a Deus.

Agradeço e registro, de modo especial, também, a presença de minha esposa, Suellem Heringer Gomes.

Peço ainda vênia, Sra. Presidente, para agradecer ao Presidente da Associação de Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Trajano Sousa de Melo, e cumprimentá-lo, na pessoa de quem também cumprimento os demais membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios aqui presentes.

Agradeço também à Procuradora-Geral de Justiça, Fabiana Costa, responsável pela minha indicação nessa recondução depois de ter obtido 99% dos votos dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que compareceram e participaram da eleição.

Agradeço, de modo especial também, à Procuradora-Geral de Justiça, Eunice Carvalhido, que eu tive a oportunidade de assessorar por cinco anos, durante a sua gestão à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Agradeço, de forma especial, ao Senador Eduardo Braga, Relator do meu processo junto à CCJ, por ter aceitado novamente a relatoria do meu processo e por ter me recebido de forma tão gentil em todos os momentos em que conversamos.

Agradeço ao Marcelo, servidor do gabinete do Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem cumprimento os demais servidores do gabinete e todos os servidores do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu me chamo Dermeval Farias Gomes Filho. Sou natural de Ibiassucê, cidade de 11 mil habitantes, localizada no sudoeste da Bahia, onde vivem os meus pais e os meus irmãos. Até os 17 anos de idade, estudei ali na escola pública. Depois, concluí o segundo grau na cidade de Vitória da Conquista.

No ano de 2000, concluí a graduação em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares. Depois, segui para Belo Horizonte, onde continuei os estudos, e, como advogado, preparando-me também para o concurso do Ministério Público.

Ingressei, em 2 de junho de 2004, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde atuei nas seguintes áreas: Promotoria de Justiça do Júri, Criminal, Execução Penal, Educação, Fazenda Pública. Atuei também no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial de Combate à Tortura e, atualmente, sou titular da Promotoria de Justiça Criminal e Júri de Águas Claras, Distrito Federal.

Na administração do Ministério Público, fui assessor de políticas institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça, de outubro de 2010 a dezembro de 2014, com atuação na elaboração de projetos na área meio e na área fim e na interlocução do Ministério Público com a sociedade, com os cidadãos, representantes da classe política, do Executivo e do Legislativo, bem como outros ramos do Ministério Público e com membros do Poder Judiciário.

Fui membro auxiliar do CNMP em 2010, durante 6 meses, com dedicação exclusiva e depois fui membro colaborador do CNMP, de 2010 a 2016. Nesse período, atuei como membro colaborador da Comissão do Planejamento Estratégico; membro da Comissão do CNMP que elaborou o banco de projetos nacional; membro auxiliar e colaborador em inspeções e sindicâncias da Corregedoria Nacional de 2010 a 2016; membro auxiliar da Comissão de Revista e Jurisprudência do CNMP; e membro da Comissão do CNMP que elaborou estudo com sugestões de mudança ao Projeto 236 do novo Código Penal, que tramita no Senado desde 2012.

Desde 24 de setembro de 2017, exerço o mandato de Conselheiro Nacional do Ministério Público, depois de ter sido eleito pela classe de membros, na primeira votação, com 72% dos votos e de ter sido aprovado pelo Senado Federal. No CNMP, tenho presidido, nesses dois anos, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública. Na referida Comissão, para a qual fui eleito em 3 de setembro de 2017, iniciamos um importante processo de aperfeiçoamento e transparência ativa dos dados colhidos pelos membros do Ministério Público brasileiro, Brasil afora, em 1.498 estabelecimentos prisionais e em mais de 10 mil órgãos policiais, notadamente com os projetos Sistema Prisional em números e Controle Externo da Atividade Policial em números.

Se, por um lado, os dados visualizados por mais de 25 mil pessoas permitem conhecer e diagnosticar as assimetrias no cumprimento da pena e no exercício da atividade policial, de outro lado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilitam, num processo construtivo e dialógico, a formulação de políticas capazes de permitir a superação do cenário apresentado.

É nesse aspecto que a Comissão empreendeu, nos últimos anos, diversas capacitações dirigidas aos servidores e membros do Ministério Público no sentido de fomentar a atuação no viés resolutivo e indutor de práticas transformadoras, no que se refere ao Fundo Penitenciário Nacional, ao combate ao crime organizado dentro dos estabelecimentos prisionais, ao incremento de ações educacionais e de promoção do trabalho no ambiente carcerário, ao mapeamento criminal e à resolução de crise de segurança pública, reforçando um patamar de atuação ministerial voltado à efetividade e ao diálogo com os demais órgãos do sistema de justiça criminal.

Essa experiência no Ministério Público e no próprio CNMP me motivou a concorrer à recondução ao cargo de conselheiro para mais um biênio, no intuito de contribuir para fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, no cumprimento das atribuições constitucionais e legais do CNMP, com foco em uma atuação responsável e socialmente efetiva.

Na área acadêmica, sou professor de Direito Penal desde o ano de 2006. Lecionei na Universidade UPIS, na Escola da Magistratura do Distrito Federal, em cursos de capacitação do STF, STJ e TJ do Distrito Federal e atualmente sou professor de Direito Penal da Pós-Graduação da Fundação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ....Escola Superior do Ministério Público e na Escola do Ministério Público de São Paulo. Sou especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina; mestre em Direito e Política Pública, Processo e Controle Penal pelo Centro Universitário de Brasília, UniCeub; membro do Conselho Editorial das Revistas do Ministério Público do Distrito Federal e da *Revista Jurídica De Jure,* do Ministério Público de Minas Gerais; e faço parte de um grupo de pesquisa em política criminal no UniCeub.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, sinto-me honrado ao ser sabatinado por V. Exas. para, se aprovado, exercer mais um mandato de dois anos junto ao CNMP. Ao trabalhar como membro auxiliar do CNMP e como conselheiro, percebi que o crescimento do órgão nos últimos anos é comprovado. E a cobrança da sociedade e a cobrança do Parlamento são necessárias para o aprimoramento do Conselho Nacional do Ministério Público.

Coloco-me, portanto, à disposição de V.Exas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Sr. Demerval, eu concedo a palavra neste instante ao Sr. Marcelo Rabello de Souza pelo tempo de cinco minutos. Eu estou estendendo para mais dois minutos, porque eu percebi que o tempo está ficando curto. O Dr. Demerval acabou acelerando um pouco na sua fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o tempo de sete minutos, por favor.

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Boa tarde a todas e todos! Boa tarde, Presidente.

Eu vou tentar sintetizar nesses cinco minutos, até porque teremos depois um tempo para a sabatina.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Presidência por ter conciliado esta data para todos nós aqui. É sempre motivo de ansiedade saber quando será ou não e tentar resolver isso.

Eu também gostaria de agradecer – minha mãe já faleceu – à educação que ela me deu e a oportunidade de estar aqui. Essa oportunidade só foi alcançada graças ao apoio que eu tive dos colegas do Ministério Público Militar e de muitos aqui presentes, a quem eu já faço os meus agradecimentos: ao Antônio Pereira Duarte, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar. Cumprimento todos os colegas do Ministério Público Militar. Vejo aqui também presentes alguns conselheiros, o Dr. Lauro, o Valter, e alguns antigos conselheiros que muito contribuíram com as suas orientações, com o seu passado, para que a gente pudesse chegar aqui, caso do Dr. Jarbas e do Dr. Jeferson. Eu também não poderia deixar aqui de fazer um agradecimento especial ao Senador Anastasia, que se prontificou pela segunda vez em ser meu Relator e a quem eu agradeço não só por ter concordado com essa oportunidade de ser o Relator, mas também pelos diálogos profícuos que a gente sempre teve quando ele foi Relator. Sempre foram diálogos muito interessantes, com orientações muito boas e precisas sobre a atuação desta Casa e de como via a atuação de um membro do MP.

Bom, eu fiz os agradecimentos e espero não ter cometido nenhum equívoco, nenhuma omissão. Peço perdão se assim o fiz. Sei que os colegas do CNMP, os procuradores-gerais estão a caminho daqui. Vou ter a oportunidade depois de cumprimentá-los.

No meu caso especificamente, eu, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, entrei no Ministério Público Militar em 1992, e tive a felicidade de trabalhar em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Curitiba, Brasília, Rio, Salvador, um breve período fazendo mestrado em Coimbra, Recife e definitivamente em Brasília, onde eu fui promovido a procurador, ainda em Curitiba; e depois como subprocurador-geral. E aqui me estabilizei, aqui estou, aqui também alcancei o cargo de procurador-geral por dois mandatos. Logo após, tivemos, então, a oportunidade de ir ao Conselho Nacional. Ali passamos por um mandato, estamos ainda, no exercício desse mandato de dois anos, uma experiência muito interessante. Posso dizer porque eu fui de associação, fui procurador-geral e hoje, no Conselho, a gente acaba vendo todas as vertentes: da reivindicação, da administração e do controle dessa administração. É uma experiência realmente muito interessante, e os meus pares me confiaram mais um mandato.

Nesse período de dois anos, tivemos oportunidade de atuar não só no plenário, mas também na presidência da Comissão de Autonomia e Preservação, onde foram feitos uma série de trabalhos, alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até já distribuídos, mas eu ressalto talvez o mais relevante – é difícil dizer qual o mais relevante –, com o apoio dos membros auxiliares, um até do Ministério Público do Trabalho, Carlos Eduardo, que é ter hoje um mapa, em tempo real, das ameaças sofridas por membros do Ministério Público, o que sempre nos preocupou. Acredito que isso vai facilitar também as políticas de proteção e até mesmo as políticas na área criminal, saber as áreas que estão ou não sendo mais atingidas.

Também tive a oportunidade de fazer parte do Comitê Pró-Memória. E o Conselho Nacional, apesar de ser uma instituição recente, nova, fruto da Emenda 45, creio que tem muita história já para contar. E aqui eu já faço até extensão de convite. Aliás, hoje é aniversário do CNMP. É dia 21, mas está sendo comemorado hoje. Faço aqui já o convite aos Srs. Parlamentares para que façam uma visita ao CNMP e visitem nosso Espaço Memória, porque ali já há muito da nossa história.

Basicamente era isso. Eu não quero tomar o tempo dos senhores nem das senhoras. Aqui fico à disposição para as inquirições que forem feitas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Dr. Marcelo.

Com a palavra nesse momento também para a sua exposição, pelo tempo de sete minutos, ao Dr. Sebastião Vieira Caixeta.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Boa tarde, senhoras e senhores!

Quero cumprimentar a Exma. Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet, a quem também quero agradecer pela forma sempre cortês, gentil com que nos recebeu e também pela forma muito célere com que deu encaminhamento ao nosso processo de indicação e também pela designação do Relator da minha arguição.

Cumprimento também os meus companheiros de Mesa, os Conselheiros Luciano Maia, Marcelo Weitzel, Demerval Farias.

Também peço permissão para cumprimentar os conselheiros, companheiros, amigos que vejo aqui, conselheiros de hoje e de sempre: Dr. Lauro Machado, Dr. Antônio Duarte; Dr. Valter Schuenquener; Dr. Jarbas Vasconcelos; Dr. Jeferson Coelho; e Dr. Sandro Neis. Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Carlos Viana, meu conterrâneo e Relator da minha indicação, a quem quero fazer um agradecimento especial e expressar toda a minha gratidão. Minha homenagem a esse eminente conterrâneo e distinto representante das Minas Gerais.

Também quero cumprimentar as Exmas. Sras. Senadoras e os Exmos. Srs. Senadores aqui presentes, muitos dos quais tive oportunidade de visitar. Com outros não tivemos êxito por conta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas de agenda, mas ainda pretendo, se possível, fazer a visita a todos os integrantes desta egrégia Comissão.

Cumprimento também, agradecendo-lhes, os meus queridos amigos, membros do Ministério Público, em especial os membros do Ministério Público do Trabalho, que me honraram mais uma vez com o primeiro lugar da lista tríplice para esta indicação da vaga do Ministério Público do Trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público, pedindo permissão para fazê-lo aqui nas pessoas dos meus amigos: o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, e o Presidente da nossa querida e aguerrida Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho e também Coordenador da Frentas, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, e estendo tais cumprimentos a todos os procuradores-gerais e presidentes das associações aqui presentes.

Quero também cumprimentar, porque sei que nos acompanham a distância – e agradecer-lhes –, os membros auxiliares e servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, aqueles que trabalham comigo no meu gabinete e também na Comissão de Planejamento Estratégico, que presido, sem o concurso dos quais eu não teria feito o trabalho que consegui exercer durante esse período do mandato no Conselho Nacional do Ministério Público.

Cumprimento os senhores magistrados, advogados e servidores.

Peço também permissão para fazer um cumprimento a meu pai, José Caixeta; a minha, Laurinda Vieira; a minha querida esposa, Soraia, que está aqui presente; a meus filhos, Gabriel e Tiago, amores da minha vida, que estão acompanhando também esta sabatina pela internet.

Volto a esta Casa para pleitear a recondução ao honroso cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público, e a minha primeira palavra, Srs. Senadores, Sra. Presidente, é de gratidão. Eu quero expressar aqui o meu profundo agradecimento a esta Casa pela aprovação dos membros desta Comissão e do Plenário do Senado para o mandato que hoje exerço e que vai até setembro deste ano.

E tratando-se de recondução, parece-me adequado fazer verdadeira prestação de contas do exercício do mandato atual, enunciando os projetos para o próximo biênio, se for honrado novamente com a aprovação desta Comissão e do Plenário.

Em razão da limitação do tempo, eu faço breve referência ao meu currículo resumido, que consta do processo que instrui esta arguição.

Comecei a trabalhar muito cedo, aos 14 anos de idade. Estudei em escola pública – estudava de dia e trabalhava à noite –, consegui me formar em 1997, fiz pós-graduação e estou no Ministério Público do Trabalho há quase 20 anos, onde praticamente exerci todas as funções do MPT, como consta deste currículo a que faço referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde 24 de setembro de 2017, honrado com a confiança desta Casa, exerço o mandato de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público. No exercício deste mandato, eu sempre procurei consolidar o Conselho Nacional do Ministério Público como o órgão externo de controle, de fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público de seus membros; de planejamento estratégico em busca da unidade e integração do Ministério Público brasileiro, identificando e difundindo boas práticas; e – o que para mim é muito importante – de fortalecimento da institucionalidade com desestímulo às ações individualizadas, voluntaristas e messiânicas, buscando o acatamento, o respeito e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – ... o prestígio do diálogo interinstitucional.

Nesse período, eu tive a oportunidade de presidir a Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, onde promovemos um planejamento estratégico, para o período de 2020 a 2029, numa construção coletiva que não contou com consultoria externa, podendo assim economizar recursos públicos, e também presido, no Conselho Nacional do Ministério Público, o Comitê do Ministério Público de Combate ao Trabalho Escravo e também de Tráfico de Pessoas. Tenho buscado sempre, no Conselho Nacional do Ministério Público, prestigiar o diálogo e sempre pregar que a atividade do Ministério Público não pode, em momento nenhum, ser destinada à criminalização da política, da advocacia, e sempre com o respeito às instituições, em forma de parcerias.

São essas breves palavras, Sra. Presidente, Srs. Senadores, que trago como uma apresentação inicial. Fico à disposição para as arguições na sequência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Dr. Sebastião Caixeta.

Passamos a palavra ao nosso último convidado, Dr. Luciano Nunes Maia Freire.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Boa tarde a todos.

Cumprimento inicialmente a Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República, eminente Senadora Simone Tebet, e na sua pessoa eu peço licença para também saudar todas as eminentes Senadoras e os eminentes Senadores aqui presentes.

Faço um especial cumprimento e um especial agradecimento ao eminente Senador Tasso Jereissati, representante do nosso Estado do Ceará e Relator de minha indicação para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público, que me deixa extremamente honrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também faço um especial cumprimento ao Senador Cid Gomes, nosso representante do Estado do Ceará, conterrâneo.

Cumprimento os colegas Conselheiros que aqui se submetem a essa arguição pública: Marcelo Weitzel, Sebastião Caixeta, Demerval Farias Filho.

Cumprimento todos que prestigiam esta arguição pública na pessoa do Conselheiro Nacional, Lauro Machado.

Peço licença, eminentes Senadores, para registrar meu profundo agradecimento às eminentes ministras e aos eminentes ministros do Superior Tribunal de Justiça pela honra que me deram de mais uma vez me indicarem para ocupar o cargo de conselheiro nacional do Ministério Público, representando a magistratura nacional. Fui reconduzido pelo Plenário do STJ para mais um mandato de conselheiro nacional.

E aqui também peço licença para registrar a honrosa presença do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, e do Ministro Napoleão Nunes Maia, que agora há pouco estiveram prestigiando a arguição pública, mas por compromissos institucionais inadiáveis, tiveram de se ausentar.

É com imensa satisfação, Srs. Senadores, e ao mesmo tempo uma grande responsabilidade, que mais uma vez compareço ao Senado da República do meu País para ser novamente avaliado, em arguição pública, pelos eminentes Senadores e as eminentes Senadoras da Comissão de Constituição e Justiça, em observância ao sistema constitucional de freios e contrapesos. É com muita humildade, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aqui compareço. E espero, mais uma vez, sob as bênçãos de Deus, ser merecedor da confiança da mais alta Casa Legislativa do País e que possa continuar minha missão e exercer um novo mandato de conselheiro nacional.

Em razão da necessidade de otimização do tempo, farei, apenas resumidamente, uma apresentação de minha trajetória profissional e acadêmica. Sou cearense, natural de Fortaleza, tenho 37 anos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Modéstia à parte. Modéstia à parte.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Modéstia à parte. (*Risos.*)

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Modéstia à parte. Sou casado, tenho dois filhos, pai de dois filhos, sou juiz de Direito do Estado do Ceará, Juiz de Direito de Entrância Final da Comarca de Fortaleza. Nos próximos dias, vou completar dez anos de magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente me encontro unicamente no exercício da função de conselheiro nacional. Eu entendi que para melhor desempenhar as atribuições do cargo de conselheiro, tive que me afastar do exercício da função judicante para exercer o cargo de conselheiro com exclusividade.

Iniciei os primeiros passos da minha vida forense no ano de 2003, como estagiário do Departamento Jurídico da Caixa Econômica Federal, na cidade de Fortaleza, atividade que exerci por dois anos, cumulativamente com a função de monitor bolsista de Direito constitucional da Universidade de Fortaleza, ambas as funções desempenhadas mediante aprovação em seleção pública. No mês de dezembro do ano de 2004, concluí o bacharelado em Direito pela Universidade de Fortaleza, e logo, em abril de 2005, ingressei, após aprovação em Exame de Ordem, nos quadros da OAB Ceará, passando a atuar ativamente em um pequeno escritório de advocacia na cidade de Fortaleza.

No exercício diário da vida forense, descobri a minha verdadeira vocação pela magistratura, e após obter aprovação em concurso de provas e títulos, assumi a magistratura cearense no ano de 2009, na Comarca de Varjota, que fica na região de Sobral, o Senador Cid Gomes muito bem conhece, fica pertinho de Sobral.

Na magistratura, tive a oportunidade de atuar em várias comarcas do interior, e nessa condição, muito bem conhecer a realidade das pessoas mais humildes e os hábitos do trabalhador sertanejo.

Exerci a judicatura nas mais diversas competências jurisdicionais, julgando ações de natureza criminal, cível, previdenciária, família, sucessões, atos de improbidade administrativa, ressarcimento ao Erário e ações eleitorais, dentre outras.

Na Comarca de Fortaleza, onde me encontro lotado desde o ano de 2015, atuei na Vara do Tribunal do Júri, na Vara da Infância e Juventude, na Vara de Audiência de Custódia, em Vara Cível e, por fim, no exercício da titularidade da primeira Vara de Tráfico de Drogas da capital.

Por designação da Presidência do Tribunal de Justiça, atuei em grupo especial instituído para o julgamento de ações de improbidade administrativa nos anos de 2013 e 2014, período em que tive a oportunidade de realizar o julgamento de centenas de ações de improbidade, em observância à Meta nº 18 instituída pelo Conselho Nacional de Justiça.

Também atuei, nos anos de 2015 e 2016, em grupo especial de auxílio. Por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça, passei a integrar aquele grupo e tive a oportunidade de julgar diversas ações de improbidade e crimes contra a Administração Pública. Participei também, a convite do Corregedor-Geral de Justiça do Ceará, de diversos mutirões jurisdicionais promovidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – ... em comarcas do interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui juiz eleitoral em dez zonas eleitorais do interior do Estado. Exerci a função de juiz eleitoral por aproximadamente seis anos e presidi as eleições nos anos de 2010, 2012, 2014 e 2016, nas respectivas juntas eleitorais em que estava designado.

No ano de 2013, exerci a função de juiz auxiliar da Presidência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, havendo recebido elogio público da Presidência daquela Corte em sessão plenária do Tribunal de Justiça, pela dedicação, profissionalismo, zelo e excelência no exercício das funções para as quais fui designado.

Eu vou resumir ainda mais, porque parece que não estou conseguindo com o tempo.

No campo acadêmico, eu destaco pós-graduação em Direito Processual, pós-graduação em Ciência Política pela Universidade de Lisboa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Atualmente me encontro cursando mestrado na Universidade de Lisboa. Resta apenas a apresentação da dissertação para a obtenção do título de mestre. Lecionei teoria geral do processo. Já lecionei em cursos preparatórios em Fortaleza.

Sou atualmente Conselheiro Nacional indicado à recondução. Participei de todas as sessões plenárias do CNMP.

E, de forma mais resumida ainda, eu finalizo com essas brevíssimas palavras, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, agradecendo a paciência de V. Exas. e o perdão por haver me excedido no tempo, em me ouvir...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Apita um minuto antes.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Ah, apita para ir se preparando.

E acreditando que ainda há muito a colaborar, Srs. Senadores. Caso novamente aprovada a minha indicação por esta augusta Casa Legislativa, eu reafirmo, mais uma vez, perante o Senado da República do meu País, o compromisso de continuar cumprindo a Constituição e as leis, com zelo e dedicação, na missão a mim confiada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça para o exercício da função de Conselheiro Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado. Estou à inteira disposição de V. Exas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos a todos os indicados que estão sendo indicados para recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E antes de passarmos à fase de arguição, permitam-me agradecer a presença das autoridades: Dr. Marfan Martins Vieira, Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro; Dr. Benedito Torres Neto, Procurador de Justiça de Goiás; Dra. Ediene Santos Lousado, Procuradora-Geral de Justiça da Bahia; Dra. Maria de Nazaré Guimarães de Moraes, Subprocuradora-Geral do Ministério Público Militar; Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Dr. Ronaldo Curado Fleury, Procurador-Geral do Trabalho; Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, Subprocurador-Geral do Trabalho; Dr. Jarbas Soares Júnior, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Dra. Cristina Nascimento de Melo, Procuradora da República; Dra. Sandra Krieger Gonçalves, Conselheira Federal e representante institucional da OAB no Conselho Nacional do Ministério Público; e Dr. Lauro Machado Nogueira, Conselheiro Nacional do Ministério Público.

Passemos, portanto, agora à fase...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Permita-me só um acréscimo, Sra. Presidente: o Dr. Antônio Tonet, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais também está presente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Antônio Tonet, seja muito bem-vindo.

Nós agradecemos a todas as autoridades nominadas e àquelas que estão presentes, mas que não apresentaram o nome.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Queria ressaltar também a presença da Dra. Ediene Lousado, Procuradora-Geral do Estado da Bahia, aqui presente, sempre presente aqui no Senado defendendo a classe.

Presidenta, haveria condições de abrir o painel para iniciarmos a votação, já que hoje o dia é corrido, teremos, pelo menos, até à meia-noite, umas oito Comissões para correr? Inclusive, gostaria que V. Exa. intermediasse para a gente estende o dia de 24 horas, porque está muito curto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, porque hoje vai ser curto. Por isso que eu peço desculpas, inclusive aos Senadores que tiveram que almoçar no atropelo, mas tivemos que, excepcionalmente antecipar esta audiência pública em função de compromissos. Inclusive, nós teremos, às 15h, uma reunião de Líderes para tratar de pautas relevantes do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coloco em votação a solicitação, o requerimento do Senador Angelo Coronel para já podermos o painel de votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu peço à secretaria que abra, portanto, o processo de votação.

Passemos agora, neste momento, para a inquirição dos candidatos, tendo preferência os senhores relatores na ordem aqui que foi concedida a palavra aos convidados.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, Relator do Ofício nº 8, cujo indicado é Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senadora Simone Tebet. Cumprimento os eminentes Senadores. A Senadora nossa Presidente, como diz o Senador Tasso, esta semana está num dinamismo extraordinário, como, aliás, convém de fato fazermos, com a pauta assoberbada.

Nós estávamos há pouco no Comissão de Infraestrutura, que está tendo reunião ainda com a presença de um ministro, e tenho agora um evento na CNT, porque eu sou da frente. Assim, vou pedir desculpas que vou indagar, votar e logo em seguida vou me ausentar.

Mas, eminente Presidente, eminentes sabatinados, senhores procuradores, magistrados, é uma honra, mais uma vez, estar com V. Exas. nesta recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público. Todos têm, pelas exposições feitas, pelos relatórios apresentados pelos respectivos Senadores Relatores e pela trajetória de cada qual, mais do que competência, conhecimento, idoneidade, preparo para exercer as funções que já exercem e que representam tão bem as suas respectivas instituições no Conselho Nacional.

A minha indagação, eminente Presidente, não poderá se furtar a ser aquela que é o tema talvez da semana aqui no Senado Federal: o projeto de lei que trata das dez medidas anticorrupção e que trata também da questão relativa ao abuso de autoridade. O Conselho Nacional do Ministério Público, assim como o Conselho Nacional de Justiça, foi criado com o objetivo de não, evidentemente, discutir ou se imiscuir em questões próprias da função judicante, mas, sim, nas questões disciplinares de organização, tanto do Poder Judiciário quanto do Ministério Público. Neste momento, portanto, em que o Brasil debate a questão relativa – e já não é de hoje, é de alguns anos – do abuso, não do uso – é sempre bom lembrar –, do abuso, daquilo que extrapola o que é previsto, e eu sei que o Conselho Nacional do Ministério Público já tem uma atuação em vários casos concretos, apontando e tomando medidas, eu queria, se possível, Sra. Presidente, ouvir dos eminentes Conselheiros aqui sabatinados qual a percepção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– talvez ainda não tenham conhecimento do texto, que ainda está sendo burilado pelo eminente Relator, Senador Rodrigo Pacheco –, pelo menos, o conhecimento do que seria adequado ou não em sede de um tema tão importante como esse, que é o debate e os limites para o debate do caso de abuso de autoridade, até porque o que se discute nesse momento, nesse projeto, é exatamente em relação ao Ministério Público e à magistratura.

Então, para ganhar tempo, Sra. Presidente, eu me limito a essa observação, cumprimento muito a todos, que os conheço, e parabenizo pelas respectivas trajetórias.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se houver acordo de parte dos colegas Senadores, eu vou passar a palavra aos Relatores, inicialmente ao Senador Tasso Jereissati, para fazer as suas considerações, antes que os nossos indicados possam responder.

Com a palavra, como Relator do Ofício "S" nº 25, de 2019, Relator da indicação do Dr. Luciano Nunes Maia Freira, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, indicados, primeiramente, eu queria me congratular com todos pela recondução, merecida recondução, que evidentemente todos aqui apoiamos, reconhecendo o mérito de cada um e o trabalho já executado durante o período exercido no Conselho Nacional do Ministério Público.

Mas, para não deixar de fazer uma pergunta, eu dirijo uma pergunta a todos, em especial ao meu conterrâneo, ao nosso conterrâneo cearense, modéstia parte, como foi dito aqui, Luciano, que tem uma linhagem familiar de grandes juristas, todos grandes homens ligados ao Direito no Estado do Ceará e que também honra essa linhagem hoje.

Dentro dessas discussões que nós estamos tendo aqui, eu gostaria de colocar uma questão sobre a postura do magistrado. Eu, na minha vida toda, sempre entendi que existe uma certa naturalidade entre as conversas de um advogado de uma causa e o juiz, e vice-versa, bem como do Ministério Público. Contudo, isso, hoje, virou uma grande controvérsia, a saber, qual o limite desses contatos? Ou saber até que ponto é ético ou não o advogado levar ao juiz, bem assim o promotor, evidentemente e principalmente, já que, na maioria das vezes, ao que me parece – eu não sou jurista –, tem uma proximidade muito maior com o magistrado.

Então, queria ouvir de todos, em especial do Luciano, a opinião de cada um sobre essa questão, porque ela está muito em voga neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Tasso e, pela ordem, concedo a palavra ao Relator do Ofício n° 7, do indicado Dr. Demerval Gomes Filho, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Ao cumprimentar V. Exa., Sra. Presidente, eu quero cumprimentar a todos os indicados, todos eles cumpriram não só as exigências legais, mas também cumpriram de forma exemplar o seu papel, muitos deles sendo reconduzidos inclusive ao CNMP.

Mas especificamente sobre o Dr. Dermeval, que já participa, portanto, de uma segunda sabatina nesta CCJ. É a segunda vez que eu participo na CCJ de uma sabatina do Dr. Dermeval, mantendo, portanto, a nossa expectativa, que foi muito grande sobre o primeiro mandato e plenamente correspondida pelo Dr. Dermeval. De igual modo, demos um parecer não só pelo cumprimento de toda a legislação, mas também pelo bom desempenho que o Dr. Dermeval vem fazendo ao CNMP.

Eu creio que há uma pergunta que, mais do que os juristas, mais do que até mesmo os Senadores, a população gostaria de poder ter uma luz com relação a essa relação, e aí não quero falar em caso concreto para que não prejudique a resposta do Dr. Dermeval, mas gostaria de ouvir uma análise genérica dos limites da relação entre o magistrado e o Ministério Público.

Nós estamos, neste momento no Brasil, vendo uma situação em que muitos se perguntam qual é o limite ético, qual é o limite moral, qual é o limite da imparcialidade prevista pela nossa Constituição na relação entre magistrados e Ministério Público. Acho muito importante que nós tenhamos por parte do Conselho Nacional do Ministério Público uma noção geral do limite compreendido pelo Dr. Dermeval e obviamente pelo conjunto de conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público com relação a esses limites da relação que preserve a imparcialidade entre magistrados e Ministério Público.

Eu gostaria também de fazer uma segunda pergunta, Sra. Presidente, para encerrar. Perguntando ao Dr. Dermeval. V. Exa. defendeu perante esta Comissão, quando da sua primeira indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, que os avanços no CNMP não devem significar uma acomodação, com o que concordo plenamente. Os novos conselheiros devem dar – perdão – continuidade ao trabalho preventivo e repressivo, realizar e avançar em novas linhas de atuação dentro do espaço constitucional e legal. Após exercer a nobre função de conselheiro por dois anos, indago a V. Exa. quais foram essas novas linhas de atuação e quais foram os resultados concretos daí advindos.

No mais, é cumprimentar V. Exa. e cumprimentar a todos os indicados que fazem parte desta sabatina. E na esperança de todos nós, Senadores, que estamos votando e sabatinando no dia de hoje, que nós passamos efetivamente ter avanços com relação a fiscalização, controle e transparência cada vez maiores no Conselho Nacional da Magistratura... Perdão, do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço aos Relatores. Passo a palavra agora aos nossos indicados.

Na ordem, Dr. Dermeval, depois Dr. Marcelo, Dr. Caixeta e, para encerrar, Dr. Luciano.

E solicito a gentileza do Senador Anastasia que possa, por um minuto, assumir a Presidência, para que eu possa votar.

Com a palavra o Dr. Dermeval, por cinco minutos. Se houver necessidade, nós estendemos.

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Obrigado, Senadora Simone, Presidente da CCJ.

Vou começar com as colocações aqui relativas à indagação do Senador Anastasia, que tão bem nos recebeu em todos os momentos também em que estivemos juntos aqui, nessa caminhada neste ano, na recondução. Lembro aqui de duas ou três oportunidades. Quero agradecer aqui em nome dos conselheiros aqui presentes, também de todos os colegas do Ministério Público que estiveram presentes com V. Exa., discutindo grandes temas do Direito e temas importantes para o País.

Sobre a o Projeto da Câmara nº 27, que se encontra aqui na CCJ, do abuso de autoridade – a pergunta de V. Exa. foi mais específica com relação a esse tema –, em primeiro lugar, é necessário reconhecer que realmente está em boas mãos. O Senador Rodrigo Pacheco é conhecedor do Direito Penal, especialista na área. Estivemos também no seu gabinete, debatendo alguns temas e nos apresentando também para essa recondução. E, na oportunidade, pudemos perceber o conhecimento que ele tem, a forma de exposição... Então, está em boas mãos esse projeto aqui, nessa discussão com o Relator, o Senador Rodrigo Pacheco.

Em segundo lugar, é claro que, como V. Exa. falou, não havia o texto final ainda, porque há apenas o parecer, que eu acho que vai ser discutido ainda na Comissão – não sei se é hoje ou amanhã –, mas, não fugindo à pergunta, é importante dizer que a Lei 4.898, da década de 1960, realmente tem que ser atualizada. Não há discussão sobre isso, creio.

A lei é da década de 1960. Ela tem uma previsão, por exemplo, de sanções civis, administrativas e penais, e a sanção penal, nela, é uma sanção penal de seis meses de privação da liberdade.

Então, com relação à parte criminal – inclusive, é um crime de menor potencial ofensivo –, não tenho dúvidas com relação a isso. E falo isso não somente vendo e enxergando do ponto de vista de conselheiro e de promotor de Justiça, mas também como professor de Direito Penal. Não tenho dúvida com relação a esse aspecto.

Um segundo aspecto que eu vejo, Senador Anastasia, diz respeito – um terceiro, melhor dizendo – à discussão no Parlamento. É uma discussão democrática, é onde tem que se discutir. É aqui que se discute a reforma legislativa, é aqui que se debate, é aqui que tem oportunidade o Senado de realizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiências públicas, de realizar o debate com a sociedade, de ouvir quem pensa da forma "x" e da forma "y" com relação ao projeto de lei de abuso de autoridade.

Eu acredito – também fiz um levantamento, confesso, antes de vir para cá – que outros projetos já tinham sido propostos aqui inclusive. E, agora, a CCJ está se debruçando com relação à proposta que veio da Câmara.

Eu faria, por exemplo, Senador Anastasia, porque eu acho que não vai dar tempo analisar item por item. Se fosse o momento de uma audiência pública, eu faria, sim, item por item. Mas entendo que tem que havia uma atualização legislativa da Lei 4.898. Isso é fato.

Agora, a minha preocupação diz respeito... Eu sei que já foram realizadas sabatinas aqui, discutido crime de hermenêutica, a expressão "por si só", que o Senador Rodrigo Pacheco colocou... A minha preocupação, como pesquisador na área, diz respeito à construção do tipo penal.

O tipo penal, V. Exa. é da área jurídica também sabe, exige taxatividade, certeza, determinação. A tipologia aberta ou as técnicas de norma penal em branco devem ser excepcionais. Então, a minha preocupação diz respeito à construção do tipo; não é à aprovação de uma lei pelo Congresso. Eu acho que isso é indiscutível, a lei tem que ser atualizada. Mas, por exemplo, eu acredito que a gente possa melhorar em alguns tipos penais.

Lá há, por exemplo, é um dos dispositivos, que a mera abertura de investigação cível ou penal, sem indícios, caracteriza abuso de autoridade. Só que é na investigação que se colhem os indícios. Então, eu acredito que a gente possa melhorar essa questão da linguagem e também deixar claro que a punição vai acontecer não de forma objetiva, para evitar responsabilidade penal objetiva, mas, quando houver dolo, deixar clara a intenção de prejudicar a parte, a intenção de prejudicar terceiro. Eu acho que a gente pode avançar na melhoria da redação do tipo. Estou dando aqui um dos exemplos, para não ficar lendo o dispositivo.

Então, eu acho que o projeto pode ser aprimorado na questão da redação dos tipos penais, para ficar clara a tipicidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ... com certeza, clareza, determinação, como exige o princípio da legalidade penal. A minha preocupação é essa. Se eu for chamado eventualmente para uma audiência pública, poderei expor com mais detalhes essa questão.

Com relação à pergunta do Senador Tasso – que também muito bem, tenho que elogiar aqui, nos recebeu em seu gabinete, estivemos lá conversando e discutindo vários temas, aprendendo com a grande inteligência de V. Exa. –, sobre a imparcialidade do juiz e a relação com as partes, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas no nosso País que tratam disso. Tratam da relação de impedimento, tratam da questão de suspeição, da declaração de impedimento e suspeição, e a relação do juiz com as partes tem que ser realmente imparcial.

Aqui complementando, inclusive, a pergunta que também foi feita pelo meu Relator, Senador Eduardo Braga – que também me recebeu muito bem em todos os momentos em que nós estivemos juntos, discutindo –, tem que ser uma relação imparcial, tanto a relação do juiz com o Ministério Público quanto com o advogado, a defesa, a acusação, ou se é uma demanda cível, entre as partes envolvidas, advogado de um lado e advogado do outro, e o Ministério Público como fiscal da lei, tem que ser uma relação imparcial. É isso que nós pregamos e é isso que está na legislação brasileira.

Com relação aos fatos que aconteceram e que foram objeto, aqui, de indagação do Senador Eduardo Braga, eu acredito, inclusive, que... Claro, ele falou que, em concreto, não necessitava responder, porque o CNMP tem procedimento aberto para poder apurar esse fato, e nós poderemos julgar isso mais cedo ou mais tarde. Então, não seria ético adiantar aqui uma posição de mérito. O Supremo também vai se debruçar sobre o aspecto penal, o CNMP vai se debruçar sobre o aspecto administrativo que envolve os membros. E a relação tem que ser de imparcialidade; a relação tem que ser conforme determina a lei, sem favorecer nenhuma das partes. É isso que nós defendemos e acreditamos.

Com relação à pergunta aqui também do Senador Eduardo Braga, meu Relator...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ... com relação aos avanços do CNMP...

Antes disso, ele também pontuou com relação à transparência e a relação do juiz com as partes.

Eu acho que esse tema realmente tem que ser discutido aqui, Senador Tasso, Senador Braga. Tem que ser discutido. Tem que haver transparência. E a discussão, aqui no Parlamento, de todas essas questões é importante para a sociedade brasileira.

O Senado, com a sua Comissão de Constituição e Justiça, com o Plenário, consegue hoje transmitir... Essa comunicação é passada pela TV Senado, é passada pela internet. Esses temas têm que ser discutidos aqui. A gente não pode realmente jogar essas discussões e fechar como se fosse para debaixo do tapete, assim como temos que estar prontos para discutir a Lei de Abuso de Autoridade, como devem ser definidos os tipos penais, de forma clara, sem prejudicar aqueles que realmente trabalham e querem fazer uma investigação correta, segura e processar; temos que estar dispostos a discutir a questão da imparcialidade do juiz, da relação com as partes, com moderação, com equilíbrio, com racionalidade. É assim que eu penso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos avanços do Conselho Nacional do Ministério Público e o que foi feito – a pergunta do Senador Braga – ao longo dessa caminhada, eu diria, Senador Eduardo Braga, que o Conselho Nacional, a sua atividade pode ser resumida da seguinte forma: de 2006 a 2010, o Conselho Nacional começa a normatizar, a entender o seu espaço constitucional do controle administrativo, financeiro e das correições que tem que realizar, ou disciplinar. E, de 2010 para frente, ele começa com as inspeções: as inspeções por parte da Corregedoria Nacional – destaco aqui, inclusive, o ex-Conselheiro Corregedor Sandro Neis, trabalhei com ele... Então, as correições foram feitas a partir de 2010, as inspeções locais... Isso foi um avanço para entender todo o Ministério Público brasileiro, para corrigir equívocos, corporativismo, para realmente exercer o papel disciplinar.

A partir de 2012, 2013, a gente tem um planejamento estratégico nacional do CNMP, eu fui membro colaborador nessa época... A Conselheira Presidente era a Conselheira Claudia Chagas, e o CNMP fez um raio-X e estabeleceu parâmetros de planejamento estratégico, sob o ponto de vista nacional, para que cada MP pudesse seguir. E, em seguida, o CNMP cresce com as comissões.

E acredito que essa composição, além de realizar o trabalho, continuar o trabalho, deu ainda mais um *upgrade* às comissões: novas comissões foram criadas. Nós temos hoje a Comissão da Saúde, que, inclusive, é presidida pelo Conselheiro Bandeira; a Comissão da Corrupção; a Comissão do Sistema Prisional...

Durante esse período em que estivemos lá no CNMP...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ... à frente da Comissão do Sistema Prisional, nós realizamos visitas a diversos Estados da Federação, reunindo-nos com Governadores, secretários de Justiça, de segurança pública, vendo o que deu certo e o que não deu certo em matéria de execução penal e de segurança pública pelo País, tentando replicar boas iniciativas, tentando mostrar aos membros do Ministério Público a necessidade de um diálogo, de um arranjo institucional nessa matéria que diz respeito a segurança pública e execução penal, tentando evitar a atuação individual, porque o que nós precisamos nessa área – e acredito que, aí, o CNMP tenha exercido um grande papel – é de uma gestão eficiente. Mas essa gestão eficiente passa por um arranjo institucional, no qual Ministério Público, Judiciário, Executivo, Legislativo, ministérios possam sentar à mesa para discutir as questões nacionais.

Dou o exemplo aqui do Fundo Penitenciário Nacional: hoje foi realmente desburocratizada boa parte da sua liberação, mas hoje ele não pode ser usado para o custeio, e muitos Estados conseguem construir uma parte, melhorar uma parte na estrutura, mas não conseguem contratar servidores, porque estão no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o CNMP tem feito uma ponte. Eu acredito que essa última composição é uma composição que aumentou as comissões, o trabalho proativo do Conselho Nacional do Ministério Público, e melhorou, creio, o diálogo, o arranjo institucional com os demais atores do sistema de Justiça criminal e também da área cível e outras áreas do Direito.

Senadora Simone, peço desculpa por ter me alongado, mas eram três, quatro perguntas grandes.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, sem dúvida.

Na ordem aqui, com a palavra o Dr. Marcelo Rabello de Souza.

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Bom, com relação à primeira indagação, feita pelo Senador Anastasia, com referência ao projeto, eu também comungo da ideia, já aqui exposta pelo colega Dermeval, de que há uma necessidade premente de a Lei de Abuso de Autoridade ser atualizada.

Nós estamos falando de uma legislação da década de 60; o País mudou, o Ministério Público mudou, a tecnologia mudou, as formas de atuação, de comunicação se alteraram nesse período todo. Então, nós precisamos adequar isso à realidade que se aproxima. E, também, nada melhor do que um projeto ser debatido com calma, com tranquilidade pela Casa política, pelo Parlamento. Acredito que aqui há espaço e ambiente próprio para se debater.

O colega Dermeval mencionou a questão do tipo, do tipo aberto. Eu não vou aqui detalhar o projeto, até porque ele ainda está em fase de discussão, e eu sei que as associações e o Ministério Público estão atuando perante os senhores e as senhoras, na defesa de algum ponto de vista, mas eu gostaria só de mencionar um que me chamou um pouco mais a atenção.

Eu vejo em termos práticos. Eu sei que a intenção é boa, a intenção é evitar que um promotor ou um procurador atue de forma irresponsável ou leviana, porém, do jeito que está a redação, ele acaba... Ele pode gerar algumas controvérsias.

Eu vou entrar um pouquinho no tipo, mas no lado mais operacional, ao contrário do Dermeval, que é aquele que diz que o promotor poderá ser processado se não houver indícios para a investigação.

Eu falo isso, porque está no Código Penal: se houver indícios do crime e autoria, ele já tem que oferecer denúncia. Ele, muitas vezes, faz o arquivamento porque não há indícios, certo? E, aí, ele faz uma apuração prévia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aonde eu quero chegar? Eu concordo que, com isso, se deve evitar, e eu entendo que, talvez, a intenção do legislador seja evitar investigações de cunho político, persecutórias e tal ou mesmo irresponsáveis, sem nenhuma base, mas, do jeito que está colocado ali no texto, ele permite...

Olhem só a seguinte situação: um dos senhores ou um Prefeito, que está assumindo ou não, representa ao promotor da comarca, para que ele apure uma determinada irregularidade. "Eu quero apurar uma irregularidade do meu antecessor", ou "eu, como um Parlamentar, um homem, também fiscal de contas e tal, descobri, chegou-me ao ouvido que há uma determinada irregularidade e tal", e eu vou lá e apresento isso ao promotor. Se o promotor não fizer uma investigação prévia, ele está arriscado a ser acusado de prevaricador, de estar omisso etc. Aí, ele faz. Ele chega a essa investigação prévia e conclui, por exemplo, que não há indício algum. Ele vai arquivar! E, do jeito que está, ele pode ser punido.

Quer dizer, ele entra numa briga, às vezes, político-partidária ou local, na qual ele... Fica, desculpem, como naquela expressão: "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come". É uma expressão coloquial. Mas se ele...

Imaginem o promotor ali, naquela comarca do interior, a pressão... Ou mesmo em um grande centro, com a pressão de mídia etc. Se ele toca para frente, sem indícios, ele está cometendo uma leviandade, uma irresponsabilidade, um abuso; se ele arquiva, porque não há indício, ele também é punido. E como é que ele fica perante essas autoridades?

Eu falo isso porque é uma preocupação. A gente vê muitas vezes, lá no Conselho – *mutatis mutandis*, claro –, a gente recebe diversas representações. E, muitas vezes, a gente percebe ali que não há fundamento. Tudo bem, de plano você resolve. Mas algumas trazem algum mínimo de informação, e você faz o quê? Você abre um procedimento e pede informações à outra parte. A outra parte responde, e você fala: "Realmente, não houve irregularidade nenhuma". *Mutatis mutandis*, porque isso acontece muito também com representações que chegam para o promotor.

Ele vai lá, vai ouvir a outra parte. Só que, para ouvir a outra parte, ele tem que oficializar o procedimento. Recebe aquilo e fala: "Não, realmente, pelas explicações, demonstrado está que não aconteceu nada e tal, não houve nenhuma irregularidade... Arquivo". Ele vai arquivar, porque não há indícios.

E isso, como está colocado no texto, eu acho que é uma redação que merece ser aprimorada. Do jeito que está, ele vai estar sempre sujeito a uma punição. Este é um ponto a que chama a atenção.

Eu acho que, no mais, temos as associações, temos os senhores participando com maiores detalhes dessa situação.

Bom, o Senador Tasso Jereissati perguntou a questão, aqui, do caso concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aguardando. Hoje até, inclusive, estávamos conversando com um corregedor que abriu uma reclamação disciplinar e...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Permita-me, Presidente, só para explicar.

Eu não estou perguntando exatamente um caso concreto. Claro que existe um caso concreto aí que está chamando a atenção, mas os limites desses contatos... Quais são os limites éticos ou profissionais de um contato entre um juiz e um advogado, um juiz e um promotor?

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – É uma pergunta altamente atual que está aí.

Eu acho que a ética... O berço vem primeiramente de cada um; as pessoas saberem que têm.

Como disse o Dermeval, você tem que saber o limite da sua imparcialidade, até onde você vai ou não, e ter muito cuidado, porque veja bem: se a gente pegar também a legislação, muitas vezes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – ... o colega é instado a colaborar. Se a gente pegar a Constituição, ela diz que o advogado é essencial à Justiça.

Como o Dermeval falou, às vezes, em questões cíveis, muitas vezes se fala: "Ajuda aqui na negociação, um acordo, etc. e tal.

Realmente, tem que se tomar muito cuidado, muito cuidado nesse limite de colaboração.

Eu vi, por exemplo, outro dia, conversando com um colega, um grande advogado: ele reclamava, muitas vezes, da distância do procurador. Interessante. Ele, como advogado, falou: "Às vezes eu preciso do procurador junto de mim e do juiz, para que a gente possa fazer certos acordos, possa talvez tornar o processo mais célere, simplificar certas situações, e às vezes eu não tenho. Eu não tenho porque este procurador se recusa a conversar ou não".

Eu acho que a gente consegue isso, claro, com formação, com base, com experiência... Temos que reconhecer que hoje, da forma que está colocado, não há um espaço muito longo de experiência entre aquele que se forma e já ingressa na magistratura ou no Ministério Público. Mas eu concordo: ele tem que ser.

Ele não pode ser nem um agente contaminador e também tem que ter a noção de quando ele pode ser contaminado por essa imparcialidade. Eu acho que, necessariamente, nessa situação, a imparcialidade é fundamental. Ela dá segurança. Ela dá segurança, ela dá credibilidade, até mesmo quando se quer uma proposta de um acordo ou de uma composição, que muitas vezes existe nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se eu consegui satisfazer com a resposta, mas ela é fundamental, ela é necessária, para que possamos...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, Simone, já que o nosso Doutor Marcelo tocou no assunto, eu acho importante, só porque eu estou saindo, só para me deixar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. é o próximo orador inscrito para questionamento, depois de todos falarem.

Então, já abro, quebrando um pouco o protocolo, ele é o próximo orador... E, aí, já poderão os nossos convidados fazerem os questionamentos.

V. Exa., por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Essa questão midiática, que vários promotores do interior fazem... Ou seja: vão fazer uma investigação e levam logo a mídia a reboque, quando primeiro não avisam e, ao chegarem ao local, a mídia já os está esperando. E eu já soube de casos em que, quando a mídia não vai em massa, eles ficam até frustrados, porque sabem que vão ter poucas inserções nos jornais, nos blogues.

Existe alguma determinação do CNMP para que esses promotores convoquem a mídia para dar mais veracidade ou dar mais substância às denúncias ou é simplesmente alguma ação *holywoodiana* de alguns membros do Ministério Público?

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Em termos bem objetivos, não há nenhuma regulamentação, dentro do CNMP, sobre esse tema.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Nem para mandar nem para não mandar.

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Isso, nem para mandar nem para não mandar.

O que há hoje é uma situação inteiramente nova nessa questão das comunicações, da velocidade delas – então, da mídia. Eu posso falar isto, acho que até em nome de todos, que há uma preocupação enorme desta gestão que agora se encerra e que, acredito, seguirá para a próxima com essa mesma preocupação, no sentido de como balizar isso.

O que nós temos feito é trabalhar em cima de alguns casos concretos em que há um excesso, em que há uma exposição, e tentarmos também, do ponto de vista didático, pedagógico, orientá-los a não agirem assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que isso é um trabalho que não depende só do Conselho. Eu acredito que as escolas dos Ministérios Públicos, da magistratura, principalmente quando do ingresso – porque hoje você só pode ser vitaliciado após passar pela Escola do Ministério Público –, também poderiam contribuir.

Uma ideia que nós estamos discutindo lá é de haver, talvez, uma coordenação melhor entre Conselho, escola, procuradores–gerais, corregedores e tal, no sentido de tentar dar um balizamento, um temperamento a isso, mas é uma preocupação. Posso garantir ao senhor que é uma preocupação nossa que está ali, no dia a dia. E temos vários casos que ali chegam, e nos vemos obrigados a tratá-los.

Não sei se respondi... O.k.?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. Marcelo.

Com a palavra o Dr. Sebastião Caixeta.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Eu quero agradecer a todos os Senadores os questionamentos apresentados.

Inicio cumprimentando o Senador Antonio Anastasia, nosso conterrâneo, também um digno representante das Minas Gerais, que pergunta qual a percepção nossa, sem necessariamente detalhar o Projeto de Lei das Dez Medidas ou o ponto específico com relação ao abuso autoridade. E eu vou procurar me manifestar e a responder nessa linha.

Concordo, inicialmente, que há a necessidade de atualização da Lei do Abuso de Autoridade.

A percepção que tenho, em relação a essa questão, é que, em grande medida, a Lei de Abuso de Autoridade decorre – e é até um truísmo dizer isso – dos, infelizmente, recorrentes abusos que a gente vê sendo ainda de uma minoria dos membros do Ministério Público e da magistratura, mas que trazem um estrago bastante grande, uma repercussão extraordinária, que acaba por afetar todas as duas carreiras. E a percepção que eu tenho, em relação a essa situação, é que, como disse, acho que precisa, de fato, haver uma atualização da lei, mas eu acho que cabe ao Congresso Nacional, a esta Casa especificamente, neste momento, verificar se não existe a necessidade de delimitar algumas condutas que devem ficar no âmbito meramente de infração disciplinar para outras que, de fato, mereçam a chamada *ultima ratio* do Direito Penal.

Parece-me que nem sempre a resposta do Direito Penal deva ser a primeira; na verdade, como se construiu a doutrina penalista, ela deve ser a *ultima ratio*. Reconheço que, em alguma medida, como já disse e repito, isso decorre de abusos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria trazer aqui alguns números, porque acho que pelo menos o Conselho Nacional do Ministério Público tem procurado evitar esses abusos.

Nós fizemos, recentemente, levantamentos de números, até abril deste ano, dos procedimentos administrativos disciplinares que foram julgados procedentes, portanto com aplicação de punição no Conselho Nacional do Ministério Público – só no Conselho Nacional do Ministério Público, que é um integrante do sistema disciplinar que se soma às corregedorias das 30 unidades do Ministério Público espalhadas pelo País –, e tivemos, durante o período do Conselho Nacional do Ministério Público, 245 punições e, só nos últimos três anos, 109.

Então, na verdade, eu acho que há uma consciência maior da necessidade de o Conselho também reprimir esses abusos e a todo momento. Hoje mesmo nós julgamos no Conselho Nacional... E sempre ninguém tem satisfação em fazer isso, mas hoje julgamos, no Conselho Nacional, em que se aplicou inclusive pena de demissão, de suspensão a membros do Ministério Público.

Então, essa é a reflexão que queria fazer a respeito desse ponto.

Em relação à situação hipotética e falando, em tese, dos limites do contato dos magistrados com as partes, com o Ministério Público e a defesa, parece-me que o primeiro ponto a ser preservado é a imagem do Judiciário, é a imagem do Ministério Público, e nesse sentido é que as leis se colocam. E nós temos o Código de Processo Civil, o Código de Processo Penal e o próprio Código de Ética da Magistratura, que colocam um limite nessa aproximação; E, aí, como disse, falando em tese, nós temos um procedimento aberto ainda na fase muito inicial no Conselho Nacional do Ministério Público, que, de certo modo, vai analisar essa questão, mas, falando em tese, eu acho que a preservação... E aqui a imagem. E aí, sempre, eu acho que cabe aqui invocar aquela ideia que não basta ser honesto, mas também tem que parecer ser honesto, porque, senão, a credibilidade da instituição pode ser arranhada, pode ser afetada, e isso é muito ruim para o sistema e é péssimo para a democracia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Em relação à situação das manifestações midiáticas – para terminar a minha manifestação nesse período –, eu queria dizer que, de fato, não existe uma orientação específica de acompanhamento na mídia, mas nós temos, no Conselho Nacional do Ministério Público, a Política Nacional de Comunicação, que procura orientar os membros do Ministério Público.

Também nós temos um manual de relacionamento com a imprensa e com as mídias e também a Resolução nº 1, de 2014, salvo engano, da Corregedoria, que, de certo modo, também procura orientar os membros do Ministério Público de que a divulgação da notícia tem que ser feita a partir da avaliação do interesse público – e somente nesse contexto. Então, não existe, não poderia haver essa orientação, no sentido de que sempre se vá acompanhado de imprensa, buscando uma tomada *hollywoodiana* da atuação do Ministério Público. Ao contrário: ela tem que ser sempre comedida. Apesar de o Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional ser parte, a ele se impõe uma série de obrigações e aos seus membros, ao Ministério Público brasileiro e aos seus membros, de que também se preserve essa respeitabilidade da imagem do próprio Ministério Público brasileiro.

E nós, do Conselho Nacional do Ministério Público, temos procurado, inclusive no dia a dia do plenário, punir, na verdade reprimir esses abusos, de modo a passar também uma mensagem pedagógica de que essas situações que extrapolam o que é normal no relacionamento com a imprensa, na divulgação de notícias, tenham que se dar com bastante cautela, num relacionamento que tem que se pautar pelo interesse público.

Então, Presidente, eu acho que eram essas as indagações que me cabiam responder neste momento, mas continuo à disposição para quaisquer outros questionamentos ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Dr. Caixeta.

Antes de passarmos ao último sabatinado ou indicado, eu gostaria de agradecer imensamente, mais uma vez, a presença do mui digno Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Dr. João Otávio de Noronha, que mais uma vez se faz aqui presente. Tive a oportunidade também de agradecer a presença de dois Ministros do STJ que passaram por aqui.

Também aproveitamos para agradecer ao Dr. Plácido Rios, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Dr. Fabiano Mendes Rocha, Promotor de Justiça do DF; Dra. Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora de Justiça do Ministério Público do DF; e Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça do Maranhão. Sejam mais uma vez todos muito bem-vindos.

Com a palavra o nosso último indicado, Dr. Luciano Nunes Maia, para suas considerações.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Agradeço, Sra. Presidente.

Também peço para cumprimentar o eminente Ministro Presidente do STJ, Ministro João Otávio de Noronha. A presença de V. Exa. muito nos honra e muito abrilhanta esta arguição pública.

Cumprimento também o Procurador-Geral de Justiça do Ceará, Dr. Plácido Rios, que também chegou agora há pouco. Eu não havia cumprimentado S. Exa.

Eminente Senador Tasso, quanto à pergunta de V. Exa., em relação à postura do magistrado, os limites da atuação do magistrado na equidistância das partes, primeiramente, eu quero dizer que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imparcialidade do juiz é condição essencial para a validade do processo. Um processo só pode ser válido, só pode ser hígido, se houver nele atuado um juiz imparcial.

Talvez a maior virtude de um magistrado seja a imparcialidade, a isenção. Se o magistrado já tem um juízo de valor formado antes do processo, não haverá propriamente um julgamento. Pode ser outra coisa o que vai haver, mas não um julgamento, como deseja a Constituição.

Então, o magistrado que é amigo íntimo ou inimigo de alguma das partes é considerado pela legislação suspeito para julgar. E as mesmas causas legais de impedimento e suspeição previstas para os juízes também são aplicáveis aos membros do Ministério Público. Um promotor de Justiça também tem de ser imparcial, isento, porque o promotor de Justiça atua em nome da ordem jurídica, em nome do regime democrático, do Estado democrático de direito. Ele é o titular da ação penal pública incondicionada apenas na condição de legitimado para sua propositura. O promotor de Justiça não atua nem o procurador da República atua em interesse pessoal, em interesse particular ou no interesse da vítima. Tanto é, que, na ação penal pública incondicionada, não tem relevância o interesse da vítima; tem relevância apenas o interesse do Estado, da ordem jurídica.

Em relação à pergunta de V. Exa., Senador Tasso, dos limites da atuação do juiz, o juiz tem que manter uma distância necessária das partes. Um juiz não pode orientar uma parte, não pode orientar um advogado, sob pena de ter a isenção comprometida com essa orientação. Talvez a maior virtude do magistrado seja a imparcialidade do julgamento e a distância das partes, para que não faça um prejulgamento dos fatos antes que ocorra a devida apuração.

Em relação à ponderação do Senador Anastasia, do abuso de autoridade, a nossa Lei de Abuso de Autoridade é de 1965. Então, ela foi idealizada, contextualizada e editada em uma época totalmente diferente dos dias atuais, em um contexto sociopolítico totalmente diferente. A pena máxima do abuso de autoridade, para que tenhamos uma percepção mais concreta, é de seis meses. A lei de 1965 prevê uma pena máxima de seis meses em caso de abuso de autoridade. E uma pena de seis meses é um crime de menor potencial ofensivo, em que a Lei 9.099 possibilita até a aplicação dos institutos da negociação penal, da transação penal, da suspensão condicional do processo. Então, é evidente que o preceito penal secundário da Lei de Abuso de Autoridade revela-se ineficaz para coibir um abuso do agente público. É inegável a necessidade de modernização da legislação de abuso de autoridade.

A Constituição Federal de 1988 preconiza, Conselheiro Dermeval, uma máxima efetividade dos direitos fundamentais. Então, para que tenhamos uma máxima efetividade dos direitos fundamentais, é preciso uma Lei de Abuso de Autoridade que realmente possa vir a surtir efeito. A atual Lei de Abuso de Autoridade é ineficaz. Eu, particularmente, nunca vi um agente público condenado por abuso de autoridade – eu nunca vi. Não estou dizendo que não existe, mas eu nunca vi. Então, são casos raros, até porque também existe a atuação do CNJ e do CNMP na parte disciplinar, e, como a pena prevista para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abuso de autoridade é ínfima, talvez não resulte nem interesse na persecução penal nessas hipóteses. Então, eu sou totalmente favorável à modernização da Lei do Abuso de Autoridade, para que possamos realmente, nos termos da Constituição Federal, dar a máxima efetividade aos direitos fundamentais, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – ... um abuso de autoridade se consubstancia em um verdadeiro ato atentatório ao Estado democrático de direito. Um agente público que se vale do cargo para a satisfação de interesses pessoais ou de terceiros realmente deve sofrer a persecução penal e deve receber a sanção penal adequada ao caso.

Em relação ao questionamento do Senador Angelo Coronel, em que S. Exa. fez referência aos membros do Ministério Público *hollywoodianos*, de entrevistas após investigações, realmente é um tema delicado a liberdade de manifestação de um membro do Ministério Público. Tem de haver liberdade com responsabilidade.

Nós sabemos que a Constituição Federal é proibitiva de um juízo prematuro de culpabilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Então, o promotor de Justiça, ao dar entrevista ou ao repassar informações à imprensa acerca de determinada investigação em andamento, não pode fazer um juízo de valor dos fatos. Se o promotor de Justiça fizer um juízo antecipado de valor dos fatos, ele pode vir a responder na Corregedoria nacional em relação a isso. É terminantemente proibido que ocorra um juízo de valor antecipado dos fatos pelo promotor de justiça ao dar entrevistas. Inclusive, nós temos precedentes, no CNMP, de punições de promotores de Justiça que emitiram juízos de valor acerca de investigações que estavam sendo conduzidas.

Eu espero ter respondido. O tempo já excedeu.

Pois não, Senador.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Ele não está mais aqui, mas ele falou especificamente de uma coisa mais abusiva: operações geralmente da polícia, com a presença do MP, flagrantes. Quer dizer, busca e apreensão na casa. E, aí, vai a imprensa junto. É muito mais do que uma entrevista: é abrir, noticiar um episódio que é da intimidade – vamos dizer assim – do processo.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Só complementando: realmente, condutas dessa natureza são absolutamente lamentáveis e estão sujeitas ao controle correcional do membro que assim proceder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Pode ser na polícia também o vazamento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há mais Senadores inscritos para a arguição.

Eu indago a V. Exa., como último membro desta Comissão que não fez questionamentos, se V. Exa. gostaria de...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa., Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sra. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a todos os que comparecem aqui ao Senado, a todas as autoridades, parentes, em nome do Ministro João Carlos Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Registro aqui a presença também do Ministro Humberto Martins e do Ministro conterrâneo nosso, Napoleão Nunes Mais.

Dando os créditos à Liderança do PDT na Casa, eu gostaria de fazer um questionamento específico ao Dr. Caixeta e, desse questionamento, estender uma pergunta que dirigiria aos demais, que hoje submetem seus nomes à apreciação desta Casa – e obviamente já estão apreciados. Já há quórum, e, com certeza, será unânime, em respeito às instituições que os indicaram e, naturalmente, àquele de que eu posso falar com mais conhecimento, pelo passado, pela tradição, pela história, pelo desempenho profissional ao longo de toda a sua vida, o nosso ilustre conterrâneo Luciano Nunes Maia Freire, a quem eu faço um parêntese: você é filho de uma irmã... O Napoleão é da sua mãe... O Nunes Maia é de sua mãe; o Freire é do Aldenor Nunes Freire? Não?

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Quem é?

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Não é Aldenor, não, meu pai.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Como é que se chama?

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Edgar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Edgar Freire?

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Só curiosidade.

Então, Dr. Caixeta, V. Exa. integra o Ministério Público do Trabalho desde 1999 – há duas décadas, portanto. Eu gostaria de aproveitar essa ampla experiência na área trabalhista e na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, para indagar a V. Exa. qual a sua avaliação a respeito das consequências da reforma na legislação trabalhista trazida pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Passados, portanto, quase dois anos do início de sua vigência, acredito que já podemos fazer avaliações bem fundamentadas a respeito dos efeitos práticos da alteração nas leis trabalhistas. Como V. Exa. avalia os impactos dessa lei no Direito Trabalhista brasileiro e na atuação do Ministério Público do Trabalho?

A partir desse questionamento e a partir de um conjunto de depoimentos que tenho ouvido... Eu não era Senador, não era Congressista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... na época em que foi votada essa alteração da legislação trabalhista, e o meu partido teve um posicionamento contrário, mas eu tenho ouvido, até hoje, muitos depoimentos de que uma das alterações teria contribuído, e muito, para reduzir as demandas – vamos chamar – oportunistas que existiam na Justiça de Trabalho. Quer dizer, pedia-se como quem pede a Deus, e, se fosse atendido, muito bem, e, se não fosse, os advogados, a parte ingressante não teria nenhuma alteração.

Desse gancho, vem meu segundo questionamento, extensivo a todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... porque, naturalmente, a origem comum é o Ministério Público, à exceção do Dr. Luciano, mas está indo, está sendo indicado para um conselho que trata de questões relativas ao Ministério Público. E eu faço isso tentando me desarmar. É difícil.

Eu sou filho de defensor público. Portanto, desde a infância, eu vejo disputas do meu pai, defensor público, com o Ministério Público, e, para mim, o promotor era a imagem do Satanás, enquanto eu era criança. Estou falando de uma visão de criança.

Ao longo do tempo... É óbvio: eu reconheço aqui e tenho sido testemunha do papel importante que o Ministério Público teve e poderia citar, assim, inúmeras áreas em que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... é absolutamente fundamental o papel do Ministério Público: a defesa dos direitos difusos, questões ambientais, questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, enfim, são muitos os setores em que, graças a Deus, existe o Ministério Público. Mas cometem-se abusos.

Eu não quero citar um caso pessoal. Não queria, mas vou citar.

Eu, uma vez, atravessei uma pista do aeroporto na Bahia, e isso me rendeu um processo, uma denúncia feita pelo Ministério Público e um processo que correu na Justiça da Bahia, e eu, portanto, tinha que ver advogado, deslocar–me... Fui absolvido, porque o negócio é que eu tinha colocado em risco, intencionalmente – intencionalmente –, passageiros de um avião que estava a três minutos da pista. Eu teria colocado em risco, intencionalmente; havia dolo no meu ato, óbvio, irresponsável, inconsequente, que eu reconheceria, se assim fosse tratado. Eu diria: "Sou culpado. Eu cometi um ato inconsequente, irresponsável". Mas jamais, intencionalmente, iria colocar em risco as vidas de 230 pessoas, ser condenado e ser processado por um crime penal – penal.

Bom, eu tive que pagar advogado, tive que me deslocar...

Fui absolvido, obviamente, prevaleceu o bom senso. O Ministério Público recorreu dessa decisão. Advogada, em Brasília, acompanhamento em Brasília, o Tribunal Regional Federal me absolveu. Eu não sei se eles vão ainda recorrer à última instância, que seria o Superior Tribuna de Justiça. Aliás, onde teria começado esse processo, porque, na época em que começou, eu era Governador do Estado. Deixei de ser, foi para a primeira lá, em Salvador.

Esse é o meu caso, mas há centenas de casos de abusos, de demandas assim, que beiram à irresponsabilidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Ontem, por exemplo, para não ir muito longe, me procurou o Prefeito de Ipueiras, que se chama Neném do Cazuza, e me disse que tinha feito um convênio com o Governo do Estado de R$400 mil, para fazer lá uma urbanização de uma área. O Ministério Público agora estaria processando o Prefeito. O convênio, vejam bem, era de R$400 mil. O Ministério Público estava agora... O promotor local – para não dizer nem a instituição – estava processando-o, pedindo a devolução de R$5 milhões. O convênio todo, se ele tivesse roubado, desviado, malversado todo o recurso, R$400 mil; o promotor local estava pedindo a devolução, o bloqueio de contas no valor de R$5 milhões.

Então, perdoe-me, Presidente, se eu estou me estendendo, mas também não há mais nenhum...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... para falar, já votaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou concluir com a seguinte questão, lincando a pergunta que eu fiz ao Dr. Caixeta e a tentativa de inibir, coibir, pelo menos estimular a que haja uma maior reflexão, por parte dos integrantes do Ministério Público, quando do oferecimento de denúncia...

Perdoe-me aqui: eu sou engenheiro. Não conheço bem os termos jurídicos. Mas, quando do oferecimento da denúncia, se é que assim se chama, em alguns casos, previamente tipificados, se seria razoável...

Eu estou perguntando isso, porque eu estou na intenção de apresentar um projeto nessa linha aqui no Senado, mas não quero fazer isso de forma inconsequente, leviana, irresponsável. Eu quero apresentar, para que seja uma coisa refletida, e quero ouvir integrantes do Ministério Público e a experiência do Dr. Luciano, que, mesmo sendo magistrado, tem uma atuação já há alguns anos no Conselho Nacional do Ministério Público.

Seria razoável que a gente fizesse um rol, um elenco de tipos penais, principalmente aqueles que atingem a honra, atingem a imagem...

Para pessoas públicas, a imagem é praticamente tudo! Você passa a vida inteira se esforçando, sacrificando-se, para ter um nome respeitado e poder merecer das pessoas a confiança, manifestada numa intenção de voto, para, numa manifestação, você ser acusado disso, daquilo e daquilo outro. Não é?

Então, seria razoável a gente elencar um rol de tipos penais e fazer com que, caso as denúncias não sejam acolhidas, o autor da denúncia ficar responsabilizado pelo pagamento das custas, no valor já atribuído previamente por esse rol de tipos? Por exemplo: lavagem de dinheiro, R$500; corrupção ativa, R$1.000; corrupção passiva, R$700. E por aí vai. Elencar esses crimes, somente os que atentam contra a honra das pessoas, os mais usuais, e fazer com que o autor pense duas vezes, porque, se entrar de forma inconsequente, leviana, sem indícios muito fortes, etc., etc., ele, no final, seria responsabilizado, pagando do seu salário as custas, num valor, obviamente, nessa faixa, num valor máximo de R$1,5 mil, que chegue aí a 5% de um salário de um procurador.

Então, é uma pergunta sobre a qual eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores indicados...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Já votei. Já votei.

O voto é secreto, mas eu tenho um compromisso comigo mesmo de... Votei "sim" a todos, repito, em respeito às instituições e, naturalmente, pelo conhecimento específico que tenho do Dr. Luciano.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perdoe-me, Presidente, se me estendi.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não... Eu acho que foi mais do que oportuno, Senador Cid, e eu aproveito para complementar a pergunta do Senador Cid, se ele me permitir, não em relação a essa questão, talvez, de valores. Essa questão nunca havia passado pela minha cabeça.

Mas é muito comum, realmente, Senador Tasso, o agente público, principalmente chefe do Executivo, que, muitas vezes, assinou um convênio num valor "x" – 100 mil, 1 milhão, 10 milhões, pouco importa – e, num questionamento ou numa apresentação de uma denúncia por parte do MP, ele fixa um valor muito acima do valor total que está sendo questionado.

Então, a pergunta é: existe uma normativa? Em que se baseiam os promotores de Justiça, o Ministério Público, ao estabelecerem o valor de restituição ou de indenização?

O Senador Cid falou que 400 mil viraram 5 milhões. Quer dizer, 12 vezes o valor como o valor da causa, vamos dizer assim, quando não se fala nem de desvio de recurso ou simplesmente uma irregularidade qualquer. A obra foi executada, às vezes não há nem suspeita, nem é o questionamento o desvio de recursos. Então, qual é o parâmetro, em que normativa se baseia, normalmente, o Ministério Público, para fixar esse valor indenizatório – ou outro termo que se use –, no caso de restituição?

Dr. Caixeta, na inversão aqui, em função da primeira pergunta do Senador Cid.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero agradecer, Senador Cid Gomes, a pergunta e agradecer também a oportunidade que tive de estar com V. Exa. no seu gabinete, em que pudemos conversar e trocar algumas ideias. Foi uma aprendizagem muito grande para mim.

Permita-me, antes de focar na primeira pergunta, que me parece direcionada a mim, fazer um rápido comentário e deixar para que os três colegas desenvolvam melhor essa pergunta.

Mas não posso deixar de me furtar em relação ao questionamento do Senador Cid Gomes, com o complemento da Presidência, no sentido de que nós temos... Os códigos de processo trazem algumas referências para a atribuição de valor à causa.

Quando se trata de dano moral, a doutrina... E o STJ, hoje, tem alguns parâmetros também, costuma dar uma orientação, mas esses valores não são tão líquidos, digamos assim, quando se coloca em termos de ofensa ao direito, de reparação do direito de um dano patrimonial específico, que é muito o caso da Justiça do Trabalho, que também tem dano moral – e eu queria também dizer um pouco disso, em relação a essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a essa questão, que seria uma espécie de sucumbência para o membro do Ministério Público, Senador, nós temos talvez uma dificuldade, que poderia, de um certo modo, interferir na atuação do próprio exercício do profissional, o que não quer dizer que, muitas vezes, essas questões não possam ser avaliadas sob o aspecto do abuso.

E aqui, chamando mais uma vez, inclusive, para a situação da Lei de Abuso de Autoridade, ela diz lá que, às vezes, se configura e é um dolo específico, em relação a essa questão do abuso de autoridade, quando é feito com um sentido específico, por uma satisfação pessoal, e que não esteja dentro de uma objetividade. No caso concreto, isso pode ser avaliado na hipótese de uma responsabilização do membro.

Mas, como eu tenho um questionamento específico, eu queria dizer aqui da situação da reforma trabalhista.

O Ministério Público do Trabalho acompanhou, procurou, o tempo inteiro, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, fazer contribuições – estamos aqui com o nosso procurador-geral do Trabalho, também o chefe de gabinete aqui, o Rafael Dias Marques, a quem cumprimento –, e a Secretaria de Relações Institucionais, junto com as Coordenadorias, Temáticas procuraram acompanhar, no sentido fazer algumas advertências em relação a alguns pontos da reforma. O Ministério Público nunca foi contrário a uma reforma trabalhista que, parece-me, era necessária, mas, em alguns pontos, parece-me – e hoje cada vez mais se pode perceber isso –, errou-se no tom, houve um exagero, como foi o caso, talvez hoje mais flagrante, que o Supremo Tribunal suspendeu, da situação da gestante que era colocada no trabalho insalubre, com risco não só para ela, mas também para o nascituro.

Nós temos algumas outras questões... A situação do financiamento sindical.

Acho que preocupa bastante todo o sistema de proteção trabalhista. Não que não se deva fazer... E jamais o Ministério Público do Trabalho foi totalmente contrário à discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – ... da situação do financiamento do sistema sindical, mas não se pode, de uma hora para a outra, simplesmente tirar a fonte de financiamento, sem se buscar prover, de algum modo, que essa estrutura sindical venha a ter continuidade, e até com melhorias, até com depurações. Mas eu acho que não se pode pretender, pura e simplesmente, tirar a proteção do sistema em relação a essa questão.

Falou-se aqui também da situação da diminuição das demandas trabalhistas.

Em grande medida, isso se deu por um peso muito forte na sucumbência do ônus trabalhista para o empregador, que, muitas vezes, não tem condição de arcar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que também, nesse aspecto, deveria haver um maior equilíbrio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – É verdade, e eu mesmo sempre fui um dos que apontaram um abuso de alguns demandistas, em que se fazia... Às vezes, o trabalhador ia buscar um direito, e o advogado colocava o resto do alfabeto por conta própria, buscando, muitas vezes, que se desse à revelia, e aí, não haveria possibilidade, depois, de reverter esse quadro.

Isso infelizmente era uma coisa, inclusive, que, em algum momento, a Justiça do Trabalho até tentou impor, uma litigância de má-fé ao advogado trabalhista, mas a Justiça do Trabalho, ao final, afastou essa possibilidade.

Nós temos também a situação da jornada intermitente, a situação de um trabalho, hoje, muito desprotegido. Pesquisas demonstram que 5 milhões de trabalhadores hoje trabalham por aplicativo, sem qualquer proteção. E isso vai ter impacto também na reforma da previdência.

Por fim, encaminhando para o final, a situação do dano moral.

A reforma trabalhista fez a tarifação do dano moral, e isso implica uma situação em que a gente vai ter cidadão de primeira e de segunda categoria, a depender de como se coloca no litígio. Muitas vezes se pode se envolver, como é o caso, por exemplo, recente da tragédia criminosa de Brumadinho, e ali se vê muito isso. Muitas vezes, a reparação que se vai fazer a um trabalhador, se fosse levar em consideração... Está ainda sendo questionado no Supremo Tribunal Federal o vício de inconstitucionalidade, justamente por que se colocam pessoas em patamares distintos. Então, ali, por exemplo, trabalhadores poderão ter uma reparação em valores inferiores aos demais cidadãos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – E coloca o trabalhador numa situação de categoria inferior aos demais cidadãos.

Então, são questões sobre as quais hoje, depois passado algum tempo, a gente já tem uma percepção maior de que se precisam corrigir alguns pontos dessa reforma trabalhista.

Eu agradeço, Sra. Presidente, e encerro aqui essa resposta, ficando ainda à disposição – não sei se ainda haverá outros questionamentos para me pronunciar –, se necessário for.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Marcelo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – A pergunta é instigante e, posso afirmar que isso é um tema que também incomoda o Ministério Público.

Acho que podemos afirmar que a grande maioria assim não o faz, mas aqueles que o fazem causam um enorme impacto. Eu acho que a preocupação – inclusive, o senhor tocou num ponto importantíssimo – é com a imagem, seja ela de um político, de um administrador, de um artista que dela vive. E algumas imagens têm uma repercussão maior do que outras.

Não é uma... Acho que nós temos que começar a trabalhar em cima de uma cultura, em cima de um... Eu posso dizer em relação ao Ministério Público Militar. Quando do último concurso, nós aproveitamos o período de ingresso na magistratura, o período de escola, que falam, do vitaliciamento, e, do que nos concernia a nossa parte, levamos um membro à realidade, ao local. Eles foram para o interior da Amazônia, entraram em favelas do Rio de Janeiro etc. Para quê? Para se ter uma consciência de como é a realidade, de como trabalha o administrador.

Eu digo aqui que talvez seja... Eu reporto que... E me perguntam, volta e meia, se eu sou a favor de que o membro do Ministério Público exerça outra função além do magistério. E eu digo: "Acho que sim, acho que ele poderia, sim, trabalhar no Executivo para saber como é administrar.". Eu defendo isto: trabalhar às vezes numa situação em que você não tem grande recurso de orçamento, você não tem recursos humanos suficientes para aquilo. É diferente de você estar ali na sua sala – acabou de fazer um concurso, passou – com a caneta. Uma coisa que eu sempre discuti com o pessoal foi: "Olhem a responsabilidade da caneta.". E conheçam, conversem com o administrador.

Eu diria para o senhor que especificamente eu vejo uma certa dificuldade em se fazer uma tabela de custos. Eu nunca pensei nisso. Confesso que, para uma resposta de plano, teria que amadurecer um pouco sobre isso. O que eu posso dizer é que eu sei que já houve algumas discussões um pouco incipientes, mas houve no sentido de que a legislação, por exemplo, vedasse certas divulgações até que o juiz recebesse a denúncia; ou uma ação de improbidade, até que ele então a recebesse; ou algumas medidas cautelares só poderiam ser divulgadas uma vez concluídas – evitar-se-ia essa questão de estar chegando junto e tal... Apesar de que hoje, com essa profusão de comunicações, seja complicado. Como o senhor mesmo falou, há jornalista, por exemplo, que fica na escuta do rádio da polícia. E ali, falou: "Flagrante... Pegou... Confusão...", ele vai e no outro dia já está estampada a foto da pessoa. Ele chega lá antes do promotor que está de plantão naquela situação. Eu acredito que a gente possa, sim, começar a fazer um trabalho a várias mãos, as escolas...

Nós temos defendido muito no Conselho Nacional que o promotor se reserve, se poupe de dar entrevista, porque cada órgão tem a sua assessoria de comunicação, e ela saberá fazer a mesma divulgação sem tanto estardalhaço e passando a informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere a esses pedidos exorbitantes, eu penso que o juiz poderia, de plano, ou mandar emendar a inicial ou já indeferir. Eu acho que também há que se dividir um pouco aqui a responsabilidade. Muitas vezes – e o Luciano vai talvez divergir de mim – a gente escuta: "O Ministério Público fez isso"...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – ... ou "o Ministério Público mandou prender". Não, quem prendeu foi o juiz. Ele pediu; quem prendeu foi o juiz. Muitas vezes também querem nos imputar ou ao Ministério Público uma responsabilidade que não temos. Se ele pediu, e o juiz concordou, eu acredito que há uma grande possibilidade de ele estar certo. Não digo que sempre esteja certo. Eu concordo plenamente com que temos que passar por uma... Essa velocidade que nós estamos tendo hoje midiática – hoje um celular grava aqui e, alguns segundos depois, isso já está nos locais – precisa ser melhor analisada e trabalhada de forma a haver uma nova educação para isso. Eu lembro que antes era fácil: pegava-se um jornal, por exemplo, e quem olhava a coluna de cartas via sempre lá que "o editor" – ou responsável – "se reserva o direito de não publicar" ou "se reserva o direito de suprimir palavras ofensivas" e tal. Hoje você tem esta ligação direta: a pessoa vai lá, filma, faz um comentário dela e solta, sem nenhum controle sobre isso. Eu acho que isso é uma coisa que nós temos que começar a trabalhar, esse tipo de cultura de responsabilidade, principalmente em relação à imagem das pessoas, porque a nossa também pode ser atingida por isso.

Eu me coloco... Confesso que, nessa questão da tabela e tal eu nunca pensei, mas posso dizer que há uma preocupação minha e de vários colegas sobre isso. Eu me coloco à disposição para que a gente possa evoluir e debater esse assunto. Eu acho que, com o apoio desta Casa, que é uma casa democrática, justamente para tratar disso, tratar da imagem, da comunicação – e os senhores entendem de comunicação de repente melhor até do que nós, porque, se não soubessem se comunicar, não estariam aqui –, a gente possa talvez chegar a um bom termo quanto a isso. É uma preocupação. Eu posso falar: isso é uma preocupação do conselho.

Obrigado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Dermeval.

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Senadora Simone, Presidente da CCJ; Senador Cid, quero novamente agradecer a oportunidade, a pergunta que foi feita e também a forma como nos recebeu em seu gabinete, em um bom papo ali com o Plácido, Procurador-Geral de Justiça do Ceará,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros membros do Ministério Público, outros conselheiros que já foram sabatinados, outros que estão aqui sendo sabatinados.

As perguntas são muito importantes para que o conselho possa aqui, por vários conselheiros que estão presentes, se manifestar com relação a esse tema, demonstrar a preocupação do Conselho Nacional com relação a esse assunto e dizer – eu trouxe até uns números aqui e, depois, posso passá-los para V. Exa. – que o CNMP tem procedimentos instaurados e com punições com relação ao exercício da atividade fim com má-fé e com dolo. O CNMP protege o membro na independência funcional na atividade fim – há até um enunciado, o Enunciado nº 6 –, mas isso não lhe dá uma carta branca para que ele possa usar dos instrumentos processuais existentes ou mesmo da forma de investigação que possui, com base na legislação, seja o PIC, seja o inquérito civil, ou mesmo a ação penal, ou mesmo a ação civil pública, para ele prejudicar alguém que não tem nenhuma responsabilidade, seja penal, no campo penal, seja no campo cível, no campo da tutela coletiva. Então, o CNMP tem instaurado procedimentos, e tenho aqui números que posso mostrar depois – vou entregar depois para V. Exa.

Agora, a pergunta de V. Exa. também traz um campo que é: qual é o rol dos tipos penais que poderíamos pensar em estipular, talvez, no caso de ações em que o membro do Ministério Público, porventura, tenha ingressado e não tenho obtido sucesso, para que ele pudesse ser obrigado a reparar o dano à imagem. Porque, realmente, como colocou V. Exa., a imagem para o político é tudo; a história de vida dele está na imagem. E muitas vezes o Direito Penal e o Direito Processual Penal...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – V. Exa. me permite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – ... Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Só para deixar bem claro – eu, repito, não sou advogado, a minha formação é na área de Engenharia, e eu tenho dificuldade de usar os termos adequados na área jurídica –, o que eu propus, quer dizer, o que eu estou questionando é que, à luz de o que aconteceu no Ministério Público, a sucumbência caiba para o autor da denúncia. É assim que se chama? Autor da denúncia?

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Pode ser uma denúncia, uma ação...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Uma ação; o autor da ação. Obviamente, se ela não for... Para que a pessoa pelo menos pense duas vezes antes de entrar, porque, se não houver algo assim, a pessoa entra e pronto, faz como o advogado lá: pede como quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pede a Deus e não quer saber se aquilo ali vai importar um trabalho, um dano de imagem... Porque a notícia sai no dia seguinte. A notícia sai! Isso vale para a Justiça do Trabalho e vale para uma série de coisas. Então, quem entra com uma ação... É óbvio que não se quer com isso inibir a atuação do Ministério Público, mas tem que haver... A meu juízo, eu acho razoável que, em determinado campo, tenha que haver uma sucumbência, para que a pessoa pense duas vezes e não entre, simplesmente, por entrar.

Desculpe se...

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Tudo bem. Deu para entender... (*Fora do microfone.*), ...sim, Senador.

Só para complementar a resposta, por exemplo, o nosso Código Penal tem já previsão de alguns tipos penais para quem faz o manuseio de uma ação penal contra quem sabe inocente – é o caso, por exemplo, do art. 339, da denunciação caluniosa –, além de haver outros tipos que também tutelam a honra, como...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Isso vai demandar outra ação?

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – É, uma ação. Isso, sob o aspecto penal, mas também uma pessoa pode responder por dolo ou má-fé na esfera administrativa, no CNMP; pode responder por improbidade administrativa; e pode responder naquela esfera que o senhor está mencionando, que é a esfera cível, que trata justamente do patrimônio, ou seja, pode ser acionado por danos morais. Hoje nós temos essa possibilidade de acionar quem eventualmente age dessa forma.

Por exemplo, nesse processo aqui – de que eu vou mostrar para V. Exa. depois os números –, quem foi punido, a parte interessada poderia muito bem ingressar em juízo buscando danos morais. Agora, é claro que a hipótese colocada por V. Exa de já prever...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ... uma sucumbência invertida ali ainda não é possível nesses casos, com base na legislação atual.

Agora, o etiquetamento penal, do processo penal da investigação, isso é muito importante mesmo discutir. Quando houver dolo, má-fé ou fim de prejudicar terceiro, o Conselho Nacional pode ser acionado.

Agora, em muitos casos, há indícios, um membro entra – foi aquela discussão que nós fizemos aqui do abuso de autoridade no início – com uma ação. Às vezes, o juiz recebe; às vezes, ele não recebe; ele recorre e o tribunal recebe. Aí há um campo que é muito da discussão também do Direito, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interpretação. Agora, em todos os momentos em que for comprovado dolo, má-fé, realmente tem que buscar a punição.

Algo que o senhor colocou e que também é muito importante com relação a essa discussão é se há uma abertura, uma possibilidade de entrar de qualquer jeito. Não há, pelo ordenamento. Então, o que compete hoje ao CNMP, o que ele tem feito através da unidade de capacitação presidida pelo Conselheiro Lauro, que está aqui e eu o cumprimento, é tentar uniformizar essa forma de capacitar os membros que passam nos concursos para promotor de Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ... ensinando como é o relacionamento, porque muitas questões do concurso são teóricas, mas a atuação do dia a dia, a forma de analisar a prova – muitas vezes a prova que vai ser objeto de uma ação civil pública ou objeto de uma ação penal – requer uma capacitação e um tempo de amadurecimento do membro do Ministério Público na instituição. Acredito que o CNMP tem muito a contribuir nessa questão da educação e capacitação dos membros.

Era isso que tinha a passar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Obrigado, Sra. Presidente.

Senador Cid, realmente a preocupação de V. Exa. é muito válida. Uma ação penal injusta é um verdadeiro fardo na vida de uma pessoa, tanto que o ordenamento, a doutrina e a jurisprudência preconizam a necessidade de sempre haver uma justa causa para a ação penal, que seria, em resumo, a necessidade de uma mínima viabilidade daquela denúncia, ou seja, que existem elementos robustos de autoria e de materialidade. Infelizmente não é isso que ocorre em alguns casos.

É verdade que existem ações penais temerárias e ações de improbidade temerárias. Falo ações de improbidade temerárias, talvez tenha até usado um termo um pouco mais radical, porque, como falei no início de minha apresentação, tive oportunidade de integrar um grupo especial do Tribunal de Justiça que foi responsável pelo julgamento de ações de improbidade. Talvez, de cada 100 ações de improbidade julgadas, 80% foram no sentido da improcedência. Não tenho exatamente esse dado estatístico, mas aproxima-se disso. Talvez 80% foram no sentido da improcedência. E, na ação de improbidade, existe uma previsão de que, se houver comprovada má-fé e a ação for julgada manifestamente improcedente, é possível, sim, a condenação do autor em custas e honorários advocatícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reflexão que V. Exa. lança é bem interessante, da responsabilização por uma ação penal injusta, uma ação penal temerária, mas o que eu posso dizer a V. Exa. é que, no campo disciplinar, já é possível a punição do promotor de Justiça que atua sem isenção e com má-fé em determinado caso específico no afã de perseguir uma determinada pessoa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Se me permite, Dr. Luciano.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Pois não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Vou fazer aqui uma comparação que acho que cabe perfeitamente. Essa questão vale assim: a pessoa pode adoecer, aí você aplica nela o antibiótico e ela fica boa. Mas a pessoa pode ser vacinada e não ficar doente. Então, o que eu estou imaginando é uma vacina contra essas coisas. Repito: que isso não se confunda com inibir, coibir, tolher...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É só assim: pense duas vezes antes de entrar com uma ação contra uma pessoa, porque a pessoa é gente.

O SR. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE – Realmente o promotor de Justiça tem de sempre ter essa cautela mínima da avaliação da justa causa da ação penal e também, como falou o Conselheiro Marcelo, vamos dividir a responsabilidade, porque o juiz pode perfeitamente rejeitar a denúncia se não houver o mínimo lastro probatório e a mínima viabilidade daquela persecução penal. Então, no caso, a responsabilidade é conjunta, não só do promotor, mas também do juiz.

Agradeço a V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Muito bem. Eu que agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há mais Senadores que queiram fazer arguição.

Dou por encerrada a arguição e também o processo de votação.

Apenas pergunto se todos já votaram.

Acredito que sim. Então, eu encerro o processo de votação e solicito à Secretaria que abra, que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Proclamando o resultado do Dr. Dermeval Gomes: 18 votos SIM; nenhum voto NÃO. Portanto, esta Comissão aprova o nome do Sr. Dermeval Gomes para o Conselho Nacional do Ministério Público.

A matéria vai ao Plenário.

Proclamando o resultado do Dr. Luciano Freire: 18 votos SIM; nenhum voto NÃO. Portanto, por unanimidade esta Comissão aprova o nome do Dr. Luciano.

O processo vai ao Plenário.

Dr. Marcelo de Sousa, da mesma forma: 18 votos SIM; nenhum voto NÃO. Aprovado.

A matéria vai a Plenário.

E Dr. Sebastião Caixeta: 17 votos SIM; 1 voto NÃO.

Aprovado o nome dos quatro indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sra. Presidente, quero pedir urgência para que as matérias já sejam apreciadas pelo Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dos quatro?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – As indicações dos quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação o requerimento de urgência do Senador Cid Gomes. (*Pausa.*)

Não havendo objeção das Sras. e dos Srs. Senadores, aprovamos o requerimento.

Vamos encaminhar à Mesa ainda hoje.

Agradecendo, mais uma vez, a todos, aos nossos indicados, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no anexo II, ala senador Alexandre Costa, plenário nº 3, sob as presidências dos senadores Simone Tebet e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos senadores Mecias de Jesus, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Roberto Rocha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Kátia Abreu, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram presença os senadores Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 24ª e 25ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Senhora SANDRA KRIEGER GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda n° 1, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ e a Emenda n° 2-CCJ, de redação. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda n° 1 e contrário à Emenda n° 2. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5° da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda n° 1. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda n° 1-CCJ, de redação. Observação: Durante a discussão, o Senador Randolfe Rodrigues acolhe a Emenda n° 1. ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 27, de 2017 - Não Terminativo - que: "Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis n°s 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 -Código de Processo Penal; as Leis n°s 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei n° 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei n° 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas n°s 14, 16, 17-PLEN a 20-PLEN,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22-PLEN, 23-PLEN, 25-PLEN, 29 a 32, 37 a 41, 46 e 47; com onze emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15, 21-PLEN, 24-PLEN, 26 a 28, 33 a 36, 43 e 45. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 14-CCJ, 16-CCJ, 17-PLEN a 20-PLEN, 22-PLEN, 23-PLEN, 25-PLEN, 29-CCJ a 32-CCJ, 37-CCJ a 41-CCJ, 46-CCJ a 58-CCJ; e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15, 21-PLEN, 24-PLEN, 26 a 28, 33 a 36, 43 e 45. Observação: Durante a Reunião, o Senador Alessandro Vieira retira a Emenda nº 42, e o Senador Marcio Bittar retira a Emenda nº 44. É apresentado o Requerimento nº 36, de 2019-CCJ, pela liderança do PSB, de destaque para a Emenda nº 2. ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta, às Emendas nºs 1 a 4 e com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rocha (PT/PA), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Elmano Férrer (PMDB/PI), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal n° 93, de 1970 - Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda n° 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 17, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica, na forma em que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1951, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 11 - Proposta de Emenda à Constituição n° 51, de 2017 - Não Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil" Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição n° 82, de 2019 - Não Terminativo - que: "Modifica os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais." Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Rose de Freitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PODEMOS/ES), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Favorável à Proposta com seis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ. ITEM 13 - Projeto de Lei nº 2121, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 12.016, de 7 de agosto de 2009, a fim de estabelecer prazo para julgamento do mérito após concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, em arguição de descumprimento de preceito fundamental ou em mandado de segurança." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei nº 1865, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, pela aprovação da Emenda nº 2, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da emenda nº 4-S. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 2-CTFC-CAS, 4-CAS, 6-CAS; pela aprovação da Emenda nº 3-CAS, com a Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CTFC-CAS. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 35, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro." Autoria: Senador Airton Sandoval (PMDB/SP). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei n° 1414, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção de molestar, perseguir ou assediar alguém de maneira continuada ou episódica, com o uso de quaisquer meios." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei n° 1369, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras providencias." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Proposta de Emenda à Constituição n° 44, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 11 ao art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União no Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, de forma escalonada em quatro exercícios." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável à Proposta com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Resolução do Senado n° 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para a proposição INDICAÇÃO." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Emenda (s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado n° 429, de 2017 que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para prever procedimento formal de cobrança, previamente à inscrição do débito em dívida ativa." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre os efeitos do silêncio da administração no processo administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - Ofício "S" nº 31, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 28 - Projeto de Lei nº 3715, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para considerar, para fins de posse de arma de fogo, que a residência ou domicílio compreende toda a extensão do imóvel rural." Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Observação: Concedida vista coletiva por 1 hora. ITEM EXTRAPAUTA 29 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 36, de 2019 que: "Requer nos termos do art. 312, II, parágrafo único, requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 2, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente ata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será assinada pela senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 24ª e 25ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 26.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Senhora SANDRA KRIEGER GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outros

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pronto para deliberação

Nós já sabemos que, neste momento, haverá apenas a leitura do relatório, e, em seguida, será dada vista coletiva automaticamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Jorginho Mello para proferir o seu relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Muito bem, Presidente. Muito bom dia às Sras. e aos Srs. Senadores. Cumprimento a nossa Presidente e os demais Senadores.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 26, de 2019 (nº 68, de 2019), do Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, que indica, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a Sra. Sandra Krieger Gonçalves, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, no biênio 2019/2020.

Relatório, Sra. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão a indicação, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Sra. Sandra Krieger Gonçalves, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do *caput* e do inciso V do art. 130-A da Constituição Federal.

Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público são nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Na composição do Conselho, dois membros devem ser advogados, indicados pelo Conselho Federal da OAB. Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, conforme determina a Carta de 1988.

Nos termos regimentais, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania proceder à sabatina dos indicados.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, e no art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, a indicada encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

A indicada é advogada, inscrita na OAB, Seccional de Santa Catarina, sócia da Krieger Advogados Associados. Foi Diretora Estadual da OAB/SC e Secretária Adjunta e Corregedora do Tribunal de Ética no triênio 2013/2015, Conselheira Federal da OAB/SC e Presidente da Comissão Nacional de Direito Médico e da Saúde do Conselho Federal da OAB no triênio 2016/2018, e integrante da Comissão Especial de Estudo do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB, quando participou da publicação Honorários Advocatícios, em 2015.

Atualmente, é Conselheira Federal da OAB pelo Estado de Santa Catarina para o triênio 2019/2021 e representante institucional do Conselho Federal da OAB no Conselho Nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público desde setembro de 2017, sendo, também, membro fundadora do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc).

Em 1987, graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, tornando-se, em 2000, mestre, e em 2015, doutora em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali), sendo a sua tese doutoral intitulada "Judicialização do Direito à Saúde e o Sistema de Saúde Suplementar no Brasil: Aspectos Críticos da Fundamentação de Decisões Judiciais".

Na sua vida acadêmica, integrou bancas de avaliação de alunos em conclusão de cursos de doutorado, mestrado e de graduação.

Em 1992, especializou-se em Administração Pública pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), sendo, em 1997, nomeada professora titular e efetiva dessa instituição de ensino superior, mediante concurso público de provas e de títulos, exercendo o magistério do Direito Processual e do Direito Administrativo.

Exerceu, ainda, os cargos de Procuradora-Geral do Município, da Câmara Municipal de Blumenau, Santa Catarina, e da Universidade Regional de Blumenau.

É autora de obras jurídicas, destacando-se: *Judicialização do direito à saúde e o sistema de saúde suplementar no Brasil*, publicado pela Lumen Juris, 2016, e *O Município na Constituição Federal de 1988*, publicado pela Juarez de Oliveira, 2013, e ainda de capítulos de livros e diversos trabalhos técnicos.

O *curriculum vitae* da indicada relaciona, também, a sua participação em diversos congressos, exposições e feiras.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, a indicada declara que:

a) não existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional com impedimentos, em quaisquer períodos;

b) possui participação como sócia do escritório de advocacia Krieger Advogados Associados;

c) está em situação de regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal, tendo anexado à sua documentação as devidas comprovações, emitidas pelos órgãos competentes;

d) figura como autora e ré nas ações judiciais por ela indicadas às fls. 37/48, todas na Comarca de Blumenau (SC);

e) não atua, nem jamais atuou em juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

f) vem exercendo, ao longo de três décadas, atividade em prol da formação científica, da advocacia e do interesse público, e que se sente honrada em submeter o seu nome ao crivo do Senado Federal, para representação da classe de advogados no Conselho Nacional do Ministério Público.

Diante do exposto, entendemos que os Sra. Senadores e Sras. Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente desta Comissão, e coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só quero me...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra pela ordem o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só quero me congratular com o Relator, que, no seu voto e no histórico, no relatório, também fez justiça à nossa coestaduana.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Amin.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Esta Presidência concederá vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura a arguição e votação da candidata.

Por acordo de Líderes, passamos ao item 5.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Iniciativa popular

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco.

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas de nºs 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 29 a 32, com doze emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 13, 15, 21, 24 e 26 a 28.

Observações:

- Em 12/04/2017, foram apresentadas as emendas nºs 1 a 10, de autoria do Senador Lasier Martins;

- Em 26/02/2019, foi apresentada a emenda nº 11, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

- Em 12/06/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 18/06/2019, foram apresentadas as Emendas nº 12 a 16, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

- Em 18/06/2019, foram apresentadas as emendas nºs 17 a 20-PLEN, de autoria do Senador Major Olimpio;

- Em 18/06/2019, foram apresentadas as emendas nºs 21 a 25-PLEN, de autoria da Senadora Juíza Selma;

- Em 19/06/2019, foram apresentadas as emendas nºs 26 a 28, de autoria do Senador Arolde de Oliveira;

- Em 25/06/2019, foram apresentadas as emendas nº 29 e 30, de autoria do Senador Major Olimpio;

- Em 25/06/2019, foram apresentadas as emendas nº 31 e 32, de autoria do Senador Weverton;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 26/06/2019, foram apresentadas as emendas nº 33 a 35, de autoria do Senador Angelo Coronel.

Neste momento, concedo a palavra ao Relator, Senador Rodrigo Pacheco, para proferir relatório sobre as Emendas de nºs 12 a 35.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, tendo lido o parecer em reunião anterior da Comissão de Constituição e Justiça, sobrevieram emendas de diversos Senadores, sobre as quais eu fiz o devido estudo, a devida análise, rejeitando algumas, acolhendo outras. Passo à leitura do meu adendo ao parecer, cujo objeto são as emendas apresentadas pelos colegas Senadores.

Na reunião do dia 12 de junho de 2019, procedi, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à leitura do relatório sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017, contendo a análise da proposição de 11 emendas até então apresentadas.

Na oportunidade, o voto foi no sentido da rejeição das Emendas nºs 01 a 11 e pela aprovação do PLC com as emendas por mim propostas.

Posteriormente, sobrevieram as Emendas nºs 12-CCJ a 16-CCJ, do Senador Alessandro Vieira; 17-PLEN a 20-PLEN, do Senador Major Olimpio; 21-PLEN a 25-PLEN, da ilustre Senadora Juíza Selma, 26-CCJ a 28-CCJ, do Senador Arolde de Oliveira; 29-CCJ e 30-CCJ, do Senador Major Olimpio; e 31-CCJ e 32-CCJ do Senador Weverton.

Desta feita, apresento adendo àquele relatório, com a finalidade específica de analisar essas emendas.

A Emenda nº 12 é no sentido de suprimir, nos arts. 8º e 9º do PLC, os incisos relacionados à atuação do magistrado ou do membro do Ministério Público com motivação político-partidária.

A Emenda nº 13 acrescenta o art. 17-A à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, prevendo a possibilidade de o Ministério Público formalizar acordo de leniência com pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela prática de ato de improbidade administrativa.

A Emenda nº 14 suprime, nos arts. 8º e 9º do PLC, os incisos relacionados com a desídia do magistrado ou do membro do Ministério Público.

A Emenda nº 15 altera a redação dos §§7º e 8º e suprime os §§9º e 10 do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, para extinguir a fase da notificação prévia da autoridade, bem como a possibilidade de interposição de recurso em face do recebimento da petição inicial da ação de improbidade administrativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 16 suprime o §6º do art. 8º e o §5º do art. 9º do PLC, que dispõem sobre a legitimidade da Ordem dos Advogados do Brasil e de organizações da sociedade civil constituídas há mais de um ano, que contenham em seus estatutos a finalidade de defesa de direitos humanos ou liberdades civis, para a propositura da queixa subsidiária em decorrência de abuso de autoridade por parte de magistrado ou membro do Ministério Público. No mesmo sentido são as Emendas nºs 19, 20 e 23.

A Emenda nº 17, suprime os incisos IV e V do art. 9º do PLC, que dizem respeito à desídia e à atuação incompatível com a dignidade e o decoro por parte do membro do Ministério Público. Na mesma linha, a Emenda nº 18 suprime os incisos correlatos do art. 8º, aplicável ao abuso de autoridade por parte do magistrado.

A Emenda nº 21suprime, nos arts. 8º e 9º do PLC, os incisos que classificam como abuso de autoridade a manifestação de opinião sobre processo pendente de julgamento.

A Emenda nº 22 é no sentido de estabelecer, nos arts. 8º e 9º do PLC, que a pena privativa de liberdade para os crimes de abuso de autoridade cometidos por juízes e membros do Ministério Público será de detenção em vez de reclusão.

A Emenda nº 24 suprime, nos arts. 8º e 9º do PLC, os incisos relacionados à atuação com motivação político-partidária, à desídia e à atuação incompatível com a dignidade e o decoro por parte do magistrado e do membro do MP, bem como o que diz respeito à instauração de procedimento civil ou administrativo sem que existam indícios de prática de qualquer delito.

A Emenda nº 25 suprime o § 3º do art. 8º do PLC, que trata de regras de competência para o julgamento no caso de abuso de autoridade cometido por juiz do trabalho, e juízes militares federal e estadual.

A Emenda nº 26 acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.429, de 1992, para dispor sobre a apuração do ato de improbidade administrativa no bojo do inquérito policial relativo ao crime correspondente ao ato.

A Emenda nº 27 altera a redação do art. 310 do Código de Processo Penal, estabelecendo, em lugar da audiência de custódia, a audiência de apresentação do preso, no prazo máximo de 30 dias, em que o juiz pode deliberar não apenas sobre a manutenção da prisão, mas também sobre o recebimento ou rejeição da denúncia, a aplicação de suspensão condicional do processo, quando cabível, podendo também, se for recebida a denúncia, citar pessoalmente o réu.

A Emenda nº 28 é no sentido de acrescentar os arts. 10-A e 10-B na Lei nº 13.675, de 2018, para dispor sobre a cooperação entre as polícias judiciárias e os órgãos de fiscalização e controle,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecendo, principalmente, a obrigatoriedade de comunicação dos casos suspeitos à polícia judiciária.

A Emenda nº 29 altera a redação do art. 43-C da Lei nº 8.906, de 1994, acrescido pelo art. 18 do PLC, para estabelecer que a OAB poderá requerer, e não requisitar, a instauração de inquérito policial. Além disso, suprime a possibilidade de o órgão de classe ajuizar a ação penal subsidiária.

A Emenda nº 30 suprime o parágrafo único do art. 43-D da Lei nº 8.906, de 1994, Estatuto da Advocacia e da OAB, acrescido pelo art. 18 do PLC, que diz respeito à assunção da titularidade da ação penal, pela OAB, caso discorde da decisão de arquivamento, a despeito da remessa a que se refere o art. 28 do Código de Processo Penal.

A Emenda nº 31-CCJ suprime o § 2º do art. 43-B da Lei nº 8.906, de 1994, acrescido pelo art. 18 do PLC, que criminaliza, a título de culpa, a violação de direito ou prerrogativa de advogado, previstos nos incisos I a V do art. 7º da Lei 8.906.

Por último, a Emenda nº 32-CCJ, tal qual a Emenda nº 29-CCJ, altera a redação do art. 43-C da Lei nº 8.906, de 1994, acrescido pelo art. 18 do PLC, para estabelecer que a OAB poderá requerer, e não requisitar, a instauração de inquérito policial. Da mesma forma, também suprime a possibilidade de o órgão de classe ajuizar a ação penal subsidiária.

Diferencia-se, todavia, da Emenda nº 29-CCJ, por estabelecer que legitimidade concorrente do advogado ofendido para a propositura da ação penal privada.

No mais, a Emenda nº 32-CCJ suprime o art. 43-D, sendo, neste ponto, mais abrangente do que a Emenda nº 30, que se limita a suprimir o parágrafo único do mencionado art. 43-D.

Esse é o relatório em relação às emendas.

Passo à análise.

No relatório ao PLC 27, de 2017, apresentei emendas que dão sentido e relevância às condutas tipificadas como abuso de autoridade nos arts. 8º e 9º, aplicáveis a magistrados e membros do Ministério Público, respectivamente.

Resgatei, do texto do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2017, que define os crimes de abuso de autoridade, tipifica as condutas praticadas com abuso de autoridade por membros de Poder ou agentes da Administração Pública, servidor público ou não, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, duas disposições: a que ressalva não configurar crime a mera divergência de interpretação – justamente o dispositivo diz não ser crime de abuso de autoridade a interpretação da lei e a valoração do fato e da prova –, bem como a previsão da presença de dolo específico do abuso de autoridade, que deve ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticado com a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, para satisfação pessoal ou por mero capricho.

Feito esse registro preliminar, passamos à análise das emendas que incidem sobre os incisos desses dispositivos do PLC.

Rejeito a Emenda nº 12 da CCJ, que suprime os incisos que dizem da atuação do magistrado ou do membro do MP com motivação político-partidária. A previsão dos incisos II do art. 8º e X do art. 9º do PLC não inibem o direito dessas autoridades de terem preferência ou afinidade ideológica e partidária, senão a sua atuação jurisdicional ou ministerial com essa motivação, hipótese em que restaria seriamente impactada a necessária imparcialidade do magistrado e a finalidade pública inerente à atuação do órgão acusador, que, vale lembrar, atua também como *custos legis*. Aliás, esses dispositivos do PLC estão perfeitamente adequados ao ordenamento jurídico, que veda, inclusive, a juízes e membros do MP a filiação ao partido político.

Da mesma forma, rejeito a Emenda nº 21, que suprime os incisos IX do art. 8º e XII do art. 9º do PLC. O dispositivo não inibe que os magistrados ou membros do MP expressem sua opinião em reuniões ou meios privados, o que por si só já é reprovável, mas não tem desvalor suficiente para a aplicação da reprimenda penal. O que a norma penal incriminadora, no caso, proíbe é a divulgação, por meios de comunicação, de opiniões sobre processos pendentes de julgamento e investigações em curso, o que somente serve para perturbar seu andamento, inflamar a opinião pública e ferir a necessária imparcialidade dos agentes públicos.

De outro lado, acolho integralmente as Emendas nºs 14, 17 e 18. A autuação desidiosa é expressão de culpa, de negligência, cuja criminalização é, de fato, incoerente com a finalidade específica resgatada, como eu disse linhas atrás, do PLS 85, de 2017. Por sua vez, a conduta incompatível com a honra, a dignidade e o decoro (incisos IV do art. 8º e V do art. 9º do PLC) deve ter consequências meramente administrativas, como aliás acontece com qualquer agente público, não havendo desvalor suficiente para o emprego de reprimenda penal.

Portanto, aqui, o acolhimento de três emendas para suprimir dois incisos, dois tipos penais que dizem respeito à atuação patentemente desidiosa de juiz e promotor, no exercício de seus cargos, e portar-se em conduta incompatível com a honra, dignidade e o decoro respectivo da função. Há supressão, portanto, desses dois incisos.

Continuo.

Rejeito a Emenda nº 24, por discordar da supressão dos incisos II do art. 8º e X do art. 9º, na esteira da análise da Emenda nº 12. Discordo, também, da supressão do inciso III do art. 9º, que tipifica a instauração de procedimento, civil ou administrativo, em desfavor de alguém, sem que existam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indícios mínimos de prática de algum delito, tendo em vista que não se pode admitir que o MP lance mão de procedimentos tais para perseguir ou prejudicar alguém ou por mero capricho ou satisfação pessoal, conforme previsto na previsão do dolo específico. Registro, contudo, que embora rejeitada, a emenda está parcialmente contemplada, na parte em que suprime os incisos III e IV do art. 8º e IV e V do art. 9º do PLC, em razão do acolhimento das Emendas 14, 17 e 18.

Acolho as Emendas 16, 19, 20 e 23, que suprimem o § 6º do art. 8º e o § 5º do art. 9º do PLC. Esses dispositivos dão legitimidade à OAB e às organizações da sociedade civil constituídas há mais de um ano e que contenham em seus estatutos a finalidade de defesa de direitos humanos ou liberdades civis, para o oferecimento de queixa subsidiária, para o processo dos crimes previstos nos *caputs* desses artigos. Do nosso ponto de vista, as emendas têm pertinência, e o direito de ação subsidiária é inerente ao ofendido, que deverá, ele mesmo, decidir se o exerce, sem que se crie essa legitimidade extravagante para a Ordem dos Advogados e para outras entidades, organizações, que não encontra paralelo no nosso ordenamento jurídico.

Acolho a Emenda nº 22, que estabelece a substituição da reclusão por detenção, como espécie de pena privativa da liberdade para os crimes previstos nos arts. 8º e 9º do PLC. Essa emenda é da Senadora Juíza Selma, que pede a substituição da previsão de reclusão por detenção, na hipótese de crime de abuso. A restrição da liberdade estipulada nesses dispositivos é de seis meses a dois anos – portanto, são delitos de menor potencial ofensivo –, não havendo razão para se prever o cumprimento de pena inicialmente em regime fechado, dada a incidência predominante da regra do art. 44 do Código Penal, que impõe a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. Além disso, o sistema legal sempre comina penas de detenção para a privação da liberdade por tempo reduzido, ou mais reduzido, deixando a reclusão para as penas mais severas.

Acolho também, a Emenda nº 25, do Plenário, que suprime o §3º do art. 8º do PLC. Com efeito, no relatório preliminar, apresentei emenda que suprime esse dispositivo, dada a nova redação proposta para o §2º do art. 8º do PLC, de modo que essa emenda já se encontra contemplada. Eu já havia feito no relatório original.

Diferentemente, rejeito a Emenda nº 15. Não obstante possa ser meritória a iniciativa de suprimir a notificação prévia no processo por ato de improbidade administrativa, considero que essa matéria merece ser debatida mais detidamente em proposição autônoma, sobretudo a que discute a lei de improbidade administrativa por extinguir uma fase de defesa daquele que é requerido numa ação dessa natureza, normalmente um agente público. Aliás, a notificação prévia, que se encontra prevista na Lei nº 8.429, de 1992, encontra disposição congênere em matéria processual penal, quando no art. 514 do CPP, que dispõe sobre o processo de crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, estabelece que “nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 dias”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuo: rejeito, de igual modo, a Emenda nº 26, do Senador Arolde. Na investigação levada a efeito pelos órgãos policiais, apuram-se os fatos, não propriamente a classificação jurídica de crimes e a natureza deles, tendo em conta que estes dependem da capitulação legal, que é feita somente ao final do inquérito, isso sem falar na possibilidade de *emendatio libelli*, prevista no art. 383 do CPP. Então, ao apurar os fatos, evidentemente resta apurado não somente o crime, mas também o ato de improbidade que lhe é correspondente. Aqui a emenda era para permitir que no inquérito policial, numa investigação criminal, também se apurasse atos de improbidade administrativa. Estou dizendo que o inquérito apura o fato, e a consequência do fato seja crime, seja improbidade administrativa, seja os dois é uma consequência natural da apuração do fato.

Rejeito, também, as Emendas nºs 27 e 28, que acrescem ao PLC disposições que não constam do PLC nº 27, de 2017, nem constavam da redação original do PL 4.850, de 2016, do qual se originou. Os objetos dessas emendas, portanto, não foram em nenhum momento discutidos com a devida atenção, sendo prudente, então, que venham ao debate em projetos autônomos, até porque não guardam relação direta com o objeto do PLC nº 27, de 2017.

Analisando conjuntamente as Emendas 29, 30 e 32, percebemos que as duas primeiras estão compreendidas na terceira, que é mais abrangente. Consideramos conveniente a modificação proposta pela Emenda nº 32. A OAB pode requerer, mas não requisitar a instauração de inquérito policial. E aqui há uma diferença verdadeira em matéria processual penal, em que a requisição é um ato de ordem, e o requerimento, não. Além disso, não se justifica a sua legitimidade ativa em matéria penal, medida, aliás, que não encontra paralelo na legislação. De outra forma, entendemos que o direito de ação é inerente ao ofendido, que deve ter legitimidade concorrente para a propositura da ação penal privada, a despeito de os crimes serem processados por meio de ação pública incondicionada. No mais, também não se justifica a oitiva do órgão de classe previamente ao arquivamento do inquérito policial, como pretende o art. 43-D, que deve ser suprimido. Sendo assim, o acolhimento da Emenda 32 contempla, por relação de continência, as Emendas 29 e 30, que restam, portanto, acolhidas por decorrência lógica.

Acolho também a Emenda nº 31, que pune, a título de culpa, a violação de prerrogativas do advogado. Esta emenda é do Senador Weverton. A disposição por ela suprimida torna a lei exacerbada e injustificadamente severa. O intuito do art. 43-B, *caput*, é a preservação e o respeito às prerrogativas dos advogados, mas não se afigura razoável punir tais condutas a título de culpa, como faz o §2º, até porque, pela sua própria natureza, elas parecem não admitir a modalidade culposa.

Finalmente, com relação à Emenda nº 13, registramos, de início, que ela é no mesmo sentido da Emenda nº 5, do Senador Lasier Martins, anteriormente analisada e rejeitada no relatório preliminar. Consideramos que o acordo de leniência é ferramenta de grande importância no combate à corrupção. Esta emenda foi sugerida pelo Senador Lasier originalmente e também pelo Senador Alessandro Vieira. Consideramos que é ferramenta de grande importância no combate à corrupção, todavia é de se ver,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela própria extensão do art. 17-A que se pretende inserir na Lei nº 8.429 de 1992, que o tema merece ser debatido em proposição autônoma, especialmente na proposição que discuta amplamente a Lei de Improbidade Administrativa. Rejeito, portanto, com a devida vênia, essa emenda.

Portanto, minha conclusão, Sra. Presidente, é que, com o aditamento do voto anteriormente apresentado, rejeito as Emendas nºs 12, 13, 15, 21, 24, 26, 27 e 28; e acolho as Emendas 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 29 e 32.

E apenas um fecho, Sra. Presidente, no essencial em relação a esse projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O que nós fazemos prever, de maneira clara e definitiva, é a criação de dois tipos penais: a criminalização do caixa dois eleitoral e a criminalização da compra de votos em processo eleitoral. O aumento das penas dos crimes contra a administração, inclusive dos crimes de corrupção e crimes de peculato, penas hoje de dois anos no mínimo, passarão a ter quatro anos de punição, e a consideração desses crimes como crimes hediondos em determinados patamares definidos no PLC.

E, em relação ao abuso de autoridade do projeto que veio da Câmara, fazemos inserir fundamentalmente, além das superações que fizemos, as adequações que fizemos, dois dispositivos absolutamente fundamentais para garantir o exercício livre por parte de magistrados e membros do Ministério Público: a previsão expressa de que, para a caracterização do abuso de autoridade, é preciso que haja comprovado o dolo específico, o fim especial de agir para se beneficiar, para prejudicar outrem ou por capricho pessoal ou por satisfação pessoal; e, segundo, a proibição do crime de interpretação, do crime de hermenêutica, prevendo que a interpretação da lei, a valoração do fato e da prova não constituem, por si só, os crimes de abuso de autoridade contemplados nessa legislação.

Este é o meu parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Permita-me, Sra. Presidente, houve três novas emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso. Eu indago a V. Exa. se já está preparado para relatar as Emendas de nºs 33 a 35.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim, Presidente. Farei oralmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente, eu também estou apresentando uma emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Indago à Mesa se a emenda do Senador Humberto chegou.

Nós temos, por enquanto, três emendas, mas ficamos aguardando. O Relator vai se pronunciar em relação à emenda do Senador Angelo Coronel.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Vou me pronunciar sobre as Emendas 33 e 34, que foram apresentadas, salvo melhor juízo, agora pela manhã.

As Emendas nºs 33 e 34, ambas do Senador Angelo Coronel, são no sentido de estabelecer a aplicação dos crimes de abuso de autoridade previstos aqui neste PLC, dispostos nos arts. 8º e 9º, aos membros dos Tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas.

Eu vou rejeitar as emendas. Considero que os Tribunais de Contas são órgãos administrativos, desprovidos, portanto, de jurisdição, o que, no Brasil, é privativo do Poder Judiciário. Da mesma forma, o Ministério Público de Contas não faz as vezes de órgão de acusação, dada a sua especialíssima finalidade de *custos legis* perante as Cortes de Contas.

Então, sem prejuízo de apresentação de projeto autônomo, que deverá ser avaliado, para esse projeto considero impertinentes e rejeito as Emendas de nºs 33 e 34.

Eu rejeito ainda a Emenda nº 35, também de autoria do ilustre Senador Angelo Coronel, por discordar da inclusão do inciso XIII no art. 9º, definindo como crime de abuso de autoridade a conduta do membro do Ministério Público que, aspas, "determinar a autoridades administrativas a implementação de quaisquer medidas, quando não amparado por decisão judicial ou sem respeitar o contraditório".

O Ministério Público, para desincumbir-se de seu ônus constitucional, pode, em sede, por exemplo, de termo de ajustamento de conduta, exigir seu cumprimento. Se a autoridade não o fizer, todavia, não comete qualquer delito; apenas fica sujeita a suportar a iminente ação civil a ser promovida, se for o caso, pelo órgão ministerial.

Portanto, considerando o impacto, a gravidade do que se sugere como incriminação, a criação de um tipo penal, uma norma penal incriminadora, em face da atuação do Ministério Público, acho prudente rejeitar essa emenda, mantendo incólume o parecer referente ao projeto de abuso de autoridade, com aquelas supressões que já foram feitas de dispositivos que são amplos, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertos, e que, até por sugestões de entidades, do Ministério Público e de juízes federais, as emendas fizeram então contemplar. E eu estou acolhendo, para poder suprimir.

Então, rejeito também essa emenda do ilustre Senador Angelo Coronel, com a devida vênia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o nobre Relator, Rodrigo Pacheco, que fez um brilhante relatório, testemunhar a capacidade que ele está tendo de diálogo e de construção de um texto em que seja possível termos o máximo possível não só de apoiamento, mas também de compreensão de que estamos tomando uma decisão correta, ao legislar sobre um tema que as duas Casas já legislaram, mas que agora, em definitivo, a gente começa a unir as pontas.

Eu queria só sugerir, Sra. Presidente, ao Relator, Senador Rodrigo Pacheco, fazer algumas sugestões aqui, para que ele pudesse analisar a possibilidade de colocar no seu relatório e aproveitar aqui algumas sugestões. Essas, oriundas de reuniões que nós tivemos, ao longo do dia, com vários representantes da Associação dos Magistrados, do Ministério Público...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza dos colegas e dos que estão acompanhando esta reunião: este é um tema complexo, um projeto extenso, que requer a atenção das Sras. e Srs. Senadores.

Muitas emendas estão sendo apresentadas, inclusive acatadas pelo Relator. Não se trata do mesmo projeto da Câmara dos Deputados, devido à quantidade de emendas acolhidas pelo Relator.

Então, eu gostaria de pedir aos colegas e também aos assessores que fizessem um pouco mais de silêncio.

Está havendo aqui, a meu ver... O Senador Weverton está apresentando algumas emendas orais, e o Relator vai ter que se pronunciar em relação a elas. Então, por favor. Eu acho que esse projeto é relevante e precisa da atenção de todos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Obrigado, Presidente.

A sugestão, Relator, eu vou ler aqui e vou dar uma cópia para V. Exa.

No art. 9º, o inciso III diz: "promover a instauração de procedimento, civil ou administrativo, em desfavor de alguém, sem que existam indícios mínimos de prática de algum delito". Nós estamos pedindo para acrescentar que: "não caracteriza esse crime a investigação preliminar sobre notícia de fato".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 9º...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. *Fora do microfone*.) – Posso comentar...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Pode ser, porque a gente pode ir ponto a ponto ou...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Bem, a ponderação que o Senador Weverton faz em relação a um dos incisos é no tocante ao Ministério Público, que é justamente o inciso III.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Sim, o III.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – V. Exa. faz a sugestão da ressalva de que "não caracteriza esse crime a investigação preliminar sobre notícia de fato".

Então, informo a V. Exa. e ao Plenário que acolho a emenda oralmente apresentada pelo Senador Weverton, que de certo modo atende também uma ponderação e uma emenda também feita pela Senadora Juíza Selma, que é a previsão de dar início a procedimento sem indícios, ressalvada a investigação preliminar sobre notícia de fato, que é uma prática do Ministério Público que não pode ser criminalizada.

Então, acolho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Weverton, eu gostaria que V. Exa. depois formalizasse, porque V. Exa. está apresentando emendas. V. Exa. pode apresentá-las oralmente. Depois apenas peça à assessoria que as oficialize antes ainda do término da discussão e votação. E o Relator vai acolhendo ou não as emendas apresentadas neste momento oralmente por V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Agradeço, Sra. Presidente. Já que assessoria vai providenciando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Cid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – É só para deixar, assim, claro, porque, pelo que eu entendi, o Senador Weverton está propondo alterações neste momento que foram sugeridas por entidades do Ministério Público e por entidades dos magistrados do Brasil. É bom que isso fique claro para que, às vezes, a gente não tenha aqui pessoas que sejam mais reais do que os reis. A própria Associação do Ministério Público e a própria Associação dos Magistrados estão compreendendo a importância de se rever – ouvi ontem depoimentos unânimes aqui – a legislação que trata dessa matéria e estão participando, e o Relator tem demonstrado abertura.

Então, eu queria só frisar, ressaltar aqui essa interação entre o Senador Weverton e o Senador Pacheco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da mesma forma, Senador Cid, que traz uma relevante contribuição a esta Comissão, das últimas emendas relatadas no adendo do Senador Rodrigo Pacheco, as Emendas nºs 12 a 35, que foram apresentadas pelas Sras. e pelos Srs. Senadores, a maioria delas também veio da Associação do Ministério Público ou de conversas que houve entre a magistratura, o Ministério Público e Senadores desta Casa; das Emendas nºs 12 a 35, muitas delas acatadas pelo Relator no adendo ao seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, Sra. Presidente, eu acho que seria oportuno que alguns avulsos, alguns personagens avulsos, geralmente histriônicos e que gostam de dar a sua opinião pessoal, se curvassem às associações que, querendo ou não, eles integram.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continuando com a palavra para a colocação de suas emendas, por enquanto orais, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Outra sugestão dada e acolhida por nós é a substituição do art. 9º, inciso XII. Isso aqui é específico para o Ministério Público. Com a substituição, ficaria o texto da seguinte forma:

> Expressar, por qualquer meio de comunicação, juízo de valor indevido sobre procedimento ou processo [eles tinham colocado apenas processo e eu estou sugerindo procedimento], pendente de atuação no Ministério Público, ou sobre manifestações funcionais, extrapolando o dever de informação e publicidade, ressalvada a crítica nos autos em obras técnicas ou no exercício do magistério.

Essa aqui é outra sugestão que estou fazendo ao Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, de fato, ontem à noite, nós nos reunimos com diversas entidades associativas do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público e de magistrados, eu e o Senador Weverton. Houve realmente uma solicitação para que houvesse uma alteração deste inciso, justamente para não se criminalizar como abuso de autoridade a opinião externada. E o texto foi inclusive sugerido ao Senador Weverton, e eu agora o acolho para substituir o texto atual, colocando o texto ora sugerido pelo Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – E, por último, lembrando que esse texto sugerido não tinha a palavra "procedimento", que foi incluída já agora... Agora não. Ontem, por mim. A palavra "procedimento".

E por último, o art. 23 altera o art. 18 da Lei nº 7.347, de 1985. Hoje, o texto está assim:

> Art. 18 – Nas ações de que trata essa lei, quando propostas temerariamente por comprovada má-fé, com a finalidade de promoção pessoal por perseguição política, haverá condenação da associação autora ou Membro do Ministério Público ao pagamento de custas, emolumentos, despesas processuais, honorários periciais e advocatícios, sem prejuízo de responsabilidade civil por danos provocados pelo réu.

Então, aqui nós estamos sugerindo a retirada de "temerariamente" e a retirada de "com a finalidade de promoção pessoal ou por perseguição política", ficando da seguinte forma:

> Nas ações de que trata essa lei, quando propostas por má-fé, [aí continua] haverá condenação da associação autora ou Membro do Ministério Público ao pagamento de custas, emolumentos, despesas processuais, honorários periciais e advocatícios, sem prejuízo de responsabilidade civil por danos provocados ao réu.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Aqui nessa emenda, o Senador Weverton suprime as palavras "temerariamente" e a expressão "com finalidade de promoção pessoal ou perseguição política" e mantém só a elementar "comprovada má-fé". Também foi uma sugestão de representantes do Ministério Público, salvo melhor juízo, do Mato Grosso do Sul, que fizeram essa sugestão para supressão dessas elementares. Eu vou também acolher, por entender razoável a emenda apresentada pelo Senador Weverton.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Permaneceu apenas o "má-fé" e foi tirada a subjetividade, comprovada má-fé. Mas foi tirada "subjetividade", em outras palavras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero apenas, antes de passar a palavra aos Senadores para discutir a matéria, apenas confirmar que, dessas Emendas de 12 a 35, mais as três apresentadas pelo Senador Weverton, pela minha conta aqui, foram 15 emendas acatadas no adendo do Senador Rodrigo Pacheco das emendas apresentadas pelas Sras. e pelos Srs. Senadores na última semana, fora as que ele já acatou anteriormente, a maioria delas, acho que quase que a unanimidade delas, sugestões vindas de promotores e de magistrados do Brasil.

Então, passemos agora, pela ordem de inscrição... Vou estender um pouquinho mais o tempo por cinco minutos, porque a matéria realmente é uma matéria complexa e são vários artigos nesse projeto.

Por cinco minutos, tem a palavra para discussão, na ordem de inscrição, o Senador Marcos Rogério. Depois, Senadores Major Olímpio, Esperidião Amin, Senador Oriovisto, Humberto Costa, Ângelo Coronel e Lasier Martins, – Senadora, não a vi levantado a mão – Juíza Selma, Senador Kajuru, Senador Alvaro Dias, Senador Mecias.

Depois, eu vou complementando a lista, à medida que V. Exas. se pronunciarem.

Com a palavra, na ordem de inscrição, o Senador Marcos Rogério, por cinco minutos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Sras. e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar inicialmente o nobre Relator, Senador Rodrigo Pacheco, pelo substancioso voto que apresenta e que nos dá a oportunidade de debater o tema no dia de hoje.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2017, decorre do Projeto de Lei 4.850, de 2016, conhecido como 10 Medidas contra a Corrupção. É isso que nós vamos votar... Pois é. É isso que nós vamos votar aqui, uma matéria que tramitou na Câmara dos Deputados.

A sociedade, com todo o acerto, reclama o endurecimento na legislação relativa ao combate à corrupção esteja ela onde estiver. Nesse sentido, andou bem o Relator do presente PLC, Senador Rodrigo Pacheco, na manutenção do art. 15 do projeto, que trata de caixa dois eleitoral, com pena de reclusão de dois a cinco anos e multa.

Essa previsão, é bom salientar, afasta a possibilidade de influências ocultas no pleito eleitoral, o que compromete o vínculo do detentor de mandato com o real detentor do poder, o eleitor. Além disso, faço questão de registrar a manutenção no PLC do art. 16, o qual inclui alguns crimes contra a Administração Pública no rol de crimes hediondos, endurecimento de pena de verdade, para valer, medida importante para o combate à corrupção.

Quais as consequências dessa alteração? O prazo da prisão temporária fica maior, o condenado não tem direito a anistia, graça ou indulto, o que a sociedade não entende e não pode entender, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aceita, mas não poderá ser arbitrada fiança; a progressão do regime mais rígido, do fechado para o mais brando, semiaberto ou aberto, demora mais tempo; e assim por diante. Veja, é maior rigor punitivo para o crime de corrupção. É isso que nós estamos votando aqui, hoje, na CCJ.

Destaco também a emenda do Relator que institui o cabimento do perdimento civil de bens – é fundamental essa mudança – através da ação civil de extinção de domínio, atribuindo legitimidade ao Ministério Público e ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica de direito público lesada. Considero ser medida da maior importância para evitar a impunidade. Essa medida vai permitir que todos os direitos reais ou pessoais sobre bens de qualquer natureza ou valores que sejam produto ou proveito direto ou indireto de atividade ilícita sejam transferidos em favor do ente lesado, sem direito à indenização.

Destaco ainda o acerto do Relator ao tratar do crime de abuso de autoridade. O foco do crime de abuso de poder é o mau juiz, o mau integrante do Ministério Público, aqueles que abusam do poder, que diminuem a instituição a que pertencem, que cometem crime. Não há ninguém acima da lei, ninguém, esteja onde estiver.

Desse modo, se há excessos, se há prática de condutas reprováveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ainda que sejam praticadas por juízes ou promotores, obviamente, eles devem ser objeto de sanção. O bom juiz, o bom promotor, esses não precisam se preocupar com a instituição do crime de abuso de poder, mas cumprimento o Senador Pacheco, sobretudo, pela cautela nos ajustes que fez ao texto para não permitir que o instrumento seja usado para constranger quem age no cumprimento do dever legal, na defesa do interesse público.

Dessa forma, com essas considerações, o PLC 27, de 2017, conta com o meu apoio. E, mais uma vez, parabenizo o Senador Rodrigo Pacheco, pelo relatório, o Senador Weverton, pelas grandes contribuições que deu, e os ajustes, inclusive, implementados nessa etapa final, que aperfeiçoam ainda mais a matéria que estaremos a deliberar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós que agradecemos.

Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, população brasileira que está acompanhando pela internet esta Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontualmente, em dois itens, eu me dirijo ao nobre Relator, Rodrigo Pacheco, que até acolheu a Emenda 32, de minha autoria, junto com a outra emenda. V. Exa. até falou, na sua manifestação, em autoridade policial na questão de violação de prerrogativa ou exercício irregular da advocacia, a quem deva ser feito a representação, que é a terminologia mais própria, mas, no texto de V. Exa., está constando como delegado de polícia. Então, é simplesmente a questão do conceito de autoridade policial, que é mais amplo. Aí eu pediria a V. Exa... V. Exa., até no seu texto, usou o termo autoridade policial, mas escreveu delegado de polícia no texto.

Outra questão, que também apresentaria como emenda, se for possível, é uma solicitação do sistema financeiro, que recebe 30 mil pedidos/dia de quebra de sigilo e que ainda tem, muito embora exista a informática, todos esses procedimentos avançados, que fazer muita consulta documental. Então, simplesmente, o texto de V. Exa., no art. 17-C, está falando em 20 dias, e há um pedido para que fossem 45 dias. É simplesmente para uma avaliação de V. Exa., uma contribuição para aperfeiçoamento.

Agora, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, para desmistificar coisas que foram passadas de forma imprópria para a população e até a terminologia em relação a esse projeto que nós vamos votar. Agora há pouco, a imprensa me chamou: "Venha aqui fora falar sobre o abuso de autoridade.". Eu quero dizer do conteúdo desse projeto, porque mais de 90% do conteúdo está afeto ao pacote anticrime, ao esforço anticorrupção, com aumento das penas mínimas dos crimes contra a Administração Pública. Então, pior que a mentira só a meia verdade.

Para ficar muito bem claro, nem o Senado e muito menos a CCJ, neste momento, estão num esforço de votar abuso de autoridade para constranger membros do Ministério Público ou da magistratura.

Quero dizer, Sra. Presidente, do esforço que foi construído por V. Exa., como Presidente, e quero dizer a todos desta Casa, mas, de forma muito particular, ao Relator, o Senador Rodrigo Pacheco, não só pelo volume das emendas que foram acatadas, mas pela sua capacidade, a sua resignação, humildade de procedimento de ouvir e buscar o consenso. Eu gostaria que a população tivesse a certeza absoluta de que foi construído o melhor texto, com a melhor das intenções, sem qualquer prenúncio de se fazer uma *vendita*, uma vingança contra aqueles que estão, sim, na defesa da lei e na defesa da sociedade.

Com a mesma intensidade que venho, por obrigação funcional após 41 anos de serviço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... policial, defender as instituições, o bom policial, nós temos que prestigiar e defender a magistratura, defender o Ministério Público na sua missão, que é fundamental para a garantia da lei e da sociedade como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu sentimento, após o acolhimento, o aperfeiçoamento, a exaustiva forma – como até disseram os Senadores Weverton e o próprio Rodrigo – de, até ontem à noite, estarem conversando com as entidades e com representantes, dizendo: "Nós queremos fazer o melhor para o nosso País". Eu tenho certeza absoluta disso, e, agora, com a certeza inequívoca de que o Brasil vai ganhar no combate à corrupção.

No que se refere a eventual e pontual abuso de autoridade, ele está sendo pontuado e não se ferindo a instituição, e sim aquele que eventualmente erra. Principalmente aquele que aplica a lei, que fiscaliza a lei tem que dar o exemplo no cumprimento da lei.

Eu o parabenizo, Rodrigo, e fico extremamente feliz de ser seu companheiro Senador. Minas Gerais acertou demais no momento em que te colocou aqui no Senado, e uma grande contribuição está sendo dada ao País pela sua capacidade, a sua voluntariedade e principalmente a sua humildade comportamental em falar: "Eu vou fazer o que é melhor, não vou fazer o que é mais cômodo, nem nada disso". Então, meus parabéns.

Fico muito feliz de estar compondo a CCJ neste momento. E no Plenário, vamos fazer igual sustentação para o nosso País, repetindo para todos aqueles que estavam dizendo – e eu estava acompanhando em redes sociais, em grupos – que o Senado estava querendo massacrar autoridades públicas: de forma nenhuma, ao contrário. É uma forma de prestigiar as instituições e, neste momento, avançar muito no combate à corrupção.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Major Olimpio as palavras a mim dirigidas, mas quero, especialmente, se me permitir, endossar as palavras de V. Exa. em relação ao Relator.

Continua, pela ordem de inscrição, Senador Esperidião Amin.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente, pela ordem. V. Exa. quer que desde já eu responda à emenda?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, desculpa, Senador. Ele vai rapidamente responder à emenda, e eu peço depois que V. Exa. apenas formalize por escrito a emenda, para que possamos, se houver o acatamento...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Bom, primeiramente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu só quero me associar às palavras do Major Olimpio, que definitivamente desceu das quebradas. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. é o próximo orador inscrito, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer as referências elogiosas feitas pelo Senador Major Olimpio. Agradeço-as de maneira muito especial.

Em relação à emenda apresentada por S. Exa., ela foi acolhida em relação à competência e à legitimidade da Ordem dos Advogados do Brasil e de entidades associativas se promoverem ação penal. Isso está suprimido do texto. A titularidade é do Ministério Público e da parte ofendida, através da ação penal privada.

A segunda sugestão, agora feita oralmente pelo Senador Major Olimpio, em relação ao termo "autoridade policial", eu a acolho. Onde se lê "delegado de polícia", se considera "autoridade policial".

E a terceira ponderação é em relação ao art. 22 do PLC, que altera o art. 17 da Lei 9.613, quando se fala do prazo da instituição financeira. O §2º está assim redigido: "A instituição financeira ou tributária deverá encaminhar as informações de modo completo no prazo máximo de vinte dias, ressalvados os casos urgentes, em que o prazo determinado pela autoridade poderá ser de dez dias". Eu indago do Senador Major Olimpio se podemos passar de 20 para 45, assim como ele solicitou, e essa segunda parte, em casos urgentes, de 10 para 15 dias. Concordando S. Exa. com essa alteração, nós a acolhemos. Onde se lê "20 dias", passa a ser "45 dias", e onde se lê "10 dias", na parte final do §2º, se lê "15 dias", que é um prazo mais dilatado para atendimento pelas instituições financeiras.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Está perfeito, Excelência. A solicitação seria até para 25 dias, mas o que V. Exa. já avançou, nós só temos que agradecer, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, Senador Major Olimpio, uma emenda de V. Exa. já tinha sido acatada, duas foram acatadas integralmente: o termo "autoridade policial" e os prazos dilatados. Eu solicito a V. Exa., portanto, que até o final da discussão, encaminhe por escrito, para que possamos fazer o apensamento.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, ainda que não tenhamos o término da sessão, eu não posso deixar de fazer coro às palavras sensatas e corretas do Major Olimpio na avaliação do esforço do nosso companheiro, e me permita dizer, meu amigo, Senador Rodrigo Pacheco. Com serenidade, com humildade e receptividade, ele tem tratado da questão de como alinhar um projeto de combate à corrupção que contém também sanções às chamadas autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso é combate à corrupção, porque uma das formas mais sutis de corrupção – ocorre-me o livro *As Sandálias do Pescador* – é o exercício continuado da autoridade e os seus cacoetes, representado na seguinte imagem: é aquele que tem autoridade não avaliar as consequências do que faz. É uma forma que o Moris West desenhou de mais sutil, continuada, pérfida e cruel corrupção. O sujeito está acostumado a dar ordem, está acostumado a decidir, está acostumado a julgar, está acostumado a falar e se esquece de avaliar os seus excessos e as consequências do que diz, fala, pensa, sentencia ou divulga, porque sempre fez, se habituou. É uma forma sutil e pérfida de corrupção. Portanto, estamos tratando desse conjunto e não apenas da questão de abusos desta ou daquela autoridade.

Por isso a minha pergunta... E vou precisar da atenção do... Não preciso da sua atenção para os elogios que eu lhe faço, porque algum intrigante haverá de levá-los a seu conhecimento, mas pelo menos para a minha pergunta eu quero atenção.

Art. 43-C: o que quer dizer essa figura do advogado ofendido? É ele? É a causa dele? É a prerrogativa dele? Essa expressão para mim ficou... Ou é um incidente processual que o afetou? Porque ou é a causa, e aí teria de ficar expresso... É o 43-C, parágrafo único. Quer dizer, quem é esse personagem ofendido? É a causa? É o constituinte, ou seja, o cliente? É uma prerrogativa dele? Ou ele é que foi ofendido?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Eu posso esclarecer a V. Exa. desde já. Indago à Presidente se posso usar o seu tempo para esclarecer.

Bom, em relação a esse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fiquei satisfeito que o senhor retirou aquela sagrada corporação. Hoje é o dia de São Josemaria Escrivá, que é o padroeiro da Opus Dei, não confundir com a OAB. (*Risos.*)

Ele é o padroeiro só da Opus Dei; a OAB ainda não é protegida por ele. Eu fiquei satisfeito porque o senhor retirou a OAB de ser o primeiro poder do Brasil. Mas essa parte específica do parágrafo único do art. 43-C...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Foram feitas alterações, Senador Esperidião, primeiro para alterar a expressão que antes era requisitar para requerer a instauração de procedimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aliás, antes a OAB poderia requisitar tudo, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Retirou-se a possibilidade de a OAB ajuizar ação penal e também se retirou aquele dispositivo que veio da Câmara, pelo qual, após o arquivamento do inquérito, se deveria intimar a OAB para opinar. Então, isso tudo está suprimido.

O parágrafo único que foi incluído, que diz que nos processos e crimes definidos nesta lei o advogado ofendido tem legitimidade concorrente para propor ação penal privada, é porque nesta parte da lei especificamente se trata do crime de violação das prerrogativas de advogados. É um crime único, da violação de prerrogativas do advogado. Portanto, o advogado é necessariamente vítima desse crime. Então, quando se fala de advogado ofendido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nas suas prerrogativas.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... até por uma interpretação sistemática, é tão somente em relação ao crime de violação de prerrogativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É só uma consulta: o senhor acha que isso está bem claro, que são as prerrogativas? Que não é a pessoa física?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A mim me parece que sim, o advogado ofendido...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fico satisfeito, mas o que eu queria era...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Poder-se-ia até suprimir advogado e manter só ofendido, porque o único ofendido nesse crime só pode ser o advogado ou a advogada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, no caso, porque foi obstaculizado o exercício da função.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nas hipóteses que estão previstas, pelo princípio da legalidade, no tipo penal. Então, o "advogado ofendido" é para que não haja dúvida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se não há necessidade de fazer essa referência explícita, eu fico satisfeito, porque confio na sua avaliação.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma questão pontual que me deixou preocupado quanto à extensão do que seria, e acho que com o seu esclarecimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Mas considerando que é um parágrafo único que diz respeito a um *caput* que se refere a um crime específico...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que está lá em cima, o 43-C.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... que é o da violação da prerrogativa de advogado, eu considero que não há dúvida em relação a isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está perfeito. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin e as explicações do Senador Relator.

Antes de passar a palavra ao Senador Oriovisto, eu pediria apenas ao Senador Rodrigo, para que possamos controlar melhor o tempo, que aguarde a fala do Senador pelo tempo, aí V. Exa. faz a intervenção, até para os colegas poderem acompanhar. Agradeço.

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero iniciar a minha fala primeiro cumprimentando o Relator Rodrigo Pacheco pelo brilhante trabalho que fez.

Quero dizer, Senador Rodrigo Pacheco, que dediquei longas horas do meu tempo a analisar o seu trabalho em detalhe. Acho que o senhor fez um brilhante trabalho, acho que o que o senhor está apresentando nesta Comissão é muito melhor do que aquilo que veio da Câmara dos Deputados, e realmente o papel de Casa revisora está sendo cumprido.

Mas, Sra. Presidente, eu queria justificar por que votarei contra o projeto como um todo. Eu queria lembrar que esse projeto começa em 2015, com um movimento popular, que teve mais de 2 milhões de assinaturas, que pedia dez medidas contra a corrupção. Rapidamente, para lembrá-las: a primeira medida era a proteção à fonte de informação; a segunda era a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; a terceira, o aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores; a quarta, o aumento da eficiência da justiça, dos recursos no processo penal; a quinta, a celeridade nas ações de improbidade administrativa; a sexta, reforma no sistema de prescrição penal; sétima, ajuste nas nulidades penais; oitava, responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois; nona, prisão preventiva para evitar a disseminação do dinheiro desviado; e décima, a recuperação do lucro derivado do crime.

Lendo o trabalho do Senador Rodrigo Pacheco, eu noto que boa parte dessas propostas contra a corrupção estão contempladas nesse projeto, talvez não exatamente como queria a petição inicial, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de lei de origem popular, mas estão contempladas. Realmente ele é muito mais um projeto de combate à corrupção do que de abuso de autoridade, mas eu entendo que este Congresso, este Senado tem que cuidar da sua imagem. Nossa imagem hoje é ruim diante da população porque aprovamos projetos que, como esse, têm vício de origem. Esse projeto começou para se combater a corrupção. Lá atrás foi criada, quase que como uma oposição à vontade popular, a ideia de se combater o abuso de autoridade.

Se nós pudéssemos separar as duas coisas, aprovar um processo contra o abuso de autoridade, eu votaria a favor, e outro processo, combatendo a corrupção, passando uma mensagem clara para a população de que este Congresso, este Senado é a favor de combater a corrupção.

É um vício de infância, como diz o Espiridião Amin. Começou lá atrás, de uma maneira muito ruim. E, aliás, o Parlamento brasileiro era outro. Muitas das figuras que criaram o combate à autoridade já não estão mais aqui. Entre elas, eu citaria um ex-Senador do meu Estado, de quem não vou aqui dizer o nome, mas que perdeu a eleição exatamente por isso, porque insistiu num caminho que era contra a vontade da população.

Então, eu peço vênia ao Senador Rodrigo Pacheco. Embora tenha feito um brilhante trabalho, embora com quase tudo que está aqui eu concorde e aplauda, ainda assim, por essa mensagem dúbia, por essa mistura indigesta, que é, quando a população pede que se combata a corrupção, nós falarmos em combater eventuais abusos das autoridades que estavam na frente do combate à corrupção, nós passamos uma mensagem dúbia, uma mensagem que é muito ruim para esta Casa, é muito ruim para todo Parlamentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – É por isso que, muitas vezes, nós temos fama de estarmos em conluio com aqueles que se locupletam com a corrupção. É infeliz a origem.

Eu voto contra o todo do projeto, mas insisto: votaria a favor de 90% do que está escrito aqui, se fossem separados os dois assuntos: o combate à corrupção, um projeto; o combate ao abuso de autoridade, um outro projeto.

É esse o meu esclarecimento, é esse o meu voto, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro, eu quero me associar aqui a todos que fizeram um elogio ao trabalho desenvolvido pelo nobre Senador Rodrigo Pacheco, não somente pelo conteúdo, pela alta qualificação do trabalho que ele desempenhou, mas, acima de tudo, pela sua abertura para ouvir os companheiros, as ponderações, as ideias, e acho que isso é muito importante para quem assume uma responsabilidade grave como é essa.

Eu gostaria de ver, nesse projeto, uma série de outras coisas, mas entendo, até pelos argumentos que ele me apresentou... E ele disse claramente que o bom é inimigo do ótimo, não é? Então, alguns temas, como, por exemplo, uma melhor qualificação; a situação do juiz que trabalha na instrução do processo e aquele que julga... É algo que deve ficar, então, para o debate sobre o próprio Código Penal, e outros temas que considero relevantes.

Agora, o que eu apresentei, uma emenda, Senador Rodrigo, de caráter supressivo, diz respeito a esse artigo em que é tratada a responsabilização dos partidos políticos.

O art. 19 da matéria propõe alteração na Lei 9.096, de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, para incluir o Título III-A, que versa sobre a responsabilidade administrativa, civil e eleitoral dos partidos políticos. Nós entendemos que, da forma como está posto, há uma responsabilização dos partidos como instituições, quando na verdade essa responsabilização deveria se dar em relação às pessoas que dirigem esse partido, que ocupam funções importantes.

E, como esse tema está sendo tratado em um outro projeto de maior alcance, que é aquele que trata da adoção – eu não gosto desse termo *compliance*, desses anglicismos – da adoção pelos partidos políticos de medidas que produzam transparência, que possam estabelecer um controle sobre as atividades partidárias e que está sendo objeto da relatoria do Senador Antonio Anastasia, eu sugeriria que nós pudéssemos retirar esse ponto, especificamente, e nos limitar ao debate, que vai ser mais amplo, nesse projeto que o Senador Anastasia está relatando.

Era essa a minha proposição, sem deixar de novamente parabenizar V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, agradeço as referências elogiosas feitas pelo Senador Humberto Costa.

De fato, S. Exa. pondera em relação a uma parte do projeto que diz respeito ao Título "Da Responsabilidade Administrativa, Civil e Eleitoral dos Partidos Políticos" e invoca aqui, na sua emenda, que, embora entenda a importância da inclusão do dispositivo na referida lei, recomenda a supressão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois há em tramitação no Senado Federal proposta legislativa, o PLS 429, de 2017, de autoria ou relatoria do Senador Antonio Anastasia.

Eu pedirei a compreensão do Senador Humberto Costa. Eu gostaria de consultar o Senador Antonio Anastasia, que é Relator desse projeto, mostrando a ele o projeto que está conosco agora, vindo da Câmara, para ouvir dele a opinião em relação à permanência ou não desse tema neste texto. Eventualmente, S. Exa. o Senador Anastasia pode entender que este texto em trâmite no Senado que nós estamos debatendo, que se refere ao *compliance*, seja mais amplo, mais moderno, preenchendo mais lacunas, e aí, eventualmente, poderíamos acolher a emenda de V. Exa., Senador Humberto, para poder suprimir. Então, peço só esse tempo a V. Exa. para fazer a consulta ao nosso professor, Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou aguardar, então, a chegada do Senador Antonio Anastasia, que já me comunicou que está em um compromisso, mas chega dentro de 20 minutos. E V. Exa., posteriormente, pode se pronunciar em relação à emenda.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria louvar aqui o parecer do nobre Relator Rodrigo Pacheco.

Eu apresentei três emendas, as quais foram rejeitadas pelo eminente Relator, e gostaria de fazer uma consideração a respeito dos tribunais de contas e do Ministério Público de Contas. Os procuradores dos tribunais de contas têm uma prerrogativa, dentro da sua consciência, de indicar ou rejeitar ou pedir a rejeição da conta de algum gestor público. Então, agindo dentro da sua consciência, ele pode cometer um abuso de autoridade.

Os conselheiros de tribunais de contas, geralmente, quando vão julgar as contas de alguma prefeitura, fazem o seu relatório e, na grande maioria das vezes, são seguidos pelos demais membros da corte. Como se trata também de tribunais políticos, principalmente porque são tribunais, na sua grande maioria, preenchidos por pessoas que já exerceram algum mandato eletivo, também podem cometer abuso de autoridade.

Como, nobre Relator, esse projeto é bem amplo, eu defendo, nesse projeto e no relatório do eminente Senador Rodrigo Pacheco, a inclusão do Ministério Público de Contas e a inclusão também dos tribunais de contas, tanto em nível municipal e estadual como federal, por achar que ali também pode haver abusos.

Existem muitos prefeitos Brasil afora que têm contas rejeitadas e muitas vezes têm, depois, que gastar dinheiro com advogados. Depois é comprovado que o prefeito tem razão, mas já se passou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo e houve desgaste político e desgaste econômico, porque ele está pagando advogado para se defender.

Então, eu gostaria que o nobre Relator pudesse reanalisar a emenda que inclui os membros dos Ministérios Públicos de Contas nesse abuso de autoridade, assim como os Tribunais de Contas em nível municipal, estadual e federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Srs. Senadores, Sra. Presidente, a minha primeira palavra é uma palavra de reverência e de solidariedade àquela imensa população que propôs este projeto de lei de iniciativa popular anticorrupção. Foram 2 milhões de brasileiros que assinaram esse projeto de lei para combater a corrupção, no auge daquela euforia por um marco que foi estabelecido pela Lava Jato.

Só que eu não posso ignorar que essa população de 2 milhões hoje pode estar se queixando de frustração, porque houve um desvirtuamento escancarado do projeto de lei de iniciativa popular. Houve uma deturpação do projeto original, porque não se pode perder de vista, Sra. Presidente, que o formato inicial desse projeto foi para combater a corrupção, e hoje se mistura com um outro projeto praticamente na mesma proporção dentro da matéria, qual seja, abuso de autoridade.

Essa matéria do abuso de autoridade, Srs. Senadores, já está prevista no PLS 85, de 2017, que nós votamos aqui e aprovamos e hoje está tramitando na Câmara. É um projeto autossuficiente, ele já resolve o problema do abuso de autoridade. Por que esse novo agora, a que título, nesta hora, revolvendo essa matéria? É incompreensível tratar de uma matéria que já foi atendida!

Eu louvo o esforço do nosso eminente Senador Rodrigo Pacheco, que realmente aprimorou bastante o projeto, mas ele continua contaminado! Contaminado pelos arts. 8º e 9º, que não têm nada a fazer dentro desse projeto, porque esses artigos, de inúmeros itens, nove subitens, tanto o que quer punir criminalmente magistrados como o 9º, que quer punir Ministério Público, promotores e procuradores...

Então, eu vejo aqui, salvo melhor juízo, Sra. Presidente, Srs. Senadores, uma intenção de criar hipóteses para retaliação lá adiante. Isto é, aquele acusado... E nós temos inúmeros acusados e investigados poderosos que ainda estão com processos atrasados; eles poderão arguir abuso de autoridade do promotor, do procurador, do juiz, do ministro, e aí perturbar completamente a instrução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penal. Isto pode acontecer! Então, esse capítulo que envolve os arts. 8º e 9º não tem nada a fazer aqui, porque vão criar insegurança jurídica no processo penal. Isso é evidente.

Eu vou votar contra, salvo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – ... se forem retirados os arts. 8º e 9º. Eu apresentei uma emenda, a Emenda nº 2, que o Relator rejeitou. Mas eu ainda espero o restabelecimento, a restauração, porque esta emenda propõe a supressão dos arts. 8º e 9º.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Se forem retirados o 8º e o 9º, Senador Lasier, eu acompanho o seu voto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Terminou o meu...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa. Não. É que eu achei... O senhor tem 30 segundos. É que como houve a intervenção do Senador Oriovisto, eu achei que V. Exa. tinha concluído.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Por outro lado, Sra. Presidente, já existe previsão legal para punir juízes, promotores, procuradores. É a lei de crime de responsabilidade, a Loman. Agora, o que se quer aqui é intimidar os juízes e promotores, assustar os juízes e promotores, porque em vez de previsão de punições administrativas, aqui se quer criminalizar.

Então, nós temos aqui, inevitavelmente, dois escancarados jabutis. Escrachados jabutis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – ... que são os arts. 8º e 9º. Eles não têm nada o que fazer aqui dentro! Por isso, eu acho que não pode merecer do Senado, que já tratou dessa matéria no PLS nº 85... Não podemos tratar dessa matéria aqui, temos que tratar daquilo que a iniciativa popular quis, que é combate à corrupção! É disso que nós precisamos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria, assim como os demais colegas, de elogiar a iniciativa e principalmente o relatório do Sr. Senador Rodrigo Pacheco, no que diz respeito ao combate à impunidade e à corrupção.

Com relação às disposições que criminalizam, por abuso de autoridade, membros da magistratura e do Ministério Público, eu não posso deixar de me irmanar às opiniões aqui já exaradas pelo Senador Oriovisto e pelo Senador Lasier Martins, no sentido de que são matérias absolutamente estranhas ao texto inicialmente aprovado, requerido e endossado pela população brasileira.

Eu devo dizer também, senhores, que me estranha que, nesse projeto de lei, se trate exclusivamente de abuso de autoridade do Ministério Público e da magistratura. Por que não há uma lei que trate de abuso de autoridade – ponto – de todas as autoridades? Inclusive...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exatamente. Mas, se nós temos que atualizar, então atualizemos uma lei que diga respeito a todas as autoridades...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exatamente.

Com tipos penais que sirvam para todas e não tipos penais personalizados, que, aí, sim, dão essa conotação. Ainda que não seja a intenção...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Da autoridade, toda ela.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ainda que não seja a intenção do Relator, ainda que não seja a intenção do Senado, a conotação é exatamente esta a que o Senador Oriovisto e o Senador Lasier se referiram: é uma conotação de perseguição. E isso nós não podemos deixar. Nós não podemos fazer isso. Nós precisamos, sim, de renovar a Lei de Abuso de Autoridade, que é uma lei que foi feita na época da ditadura. Ótimo! Vamos fazer isso? Vamos. Mas vamos fazer de forma impessoal. Nós somos aqui agentes públicos e temos que nos curvar ao princípio da impessoalidade. Isso aqui, na minha opinião, é perseguição.

Uma sugestão que acabei de receber aqui e que gostaria que o Sr. Relator, se presente estivesse, a acolhesse como emenda é a substituição da palavra "concorrente" por "subsidiário", no parágrafo único do art. 43-C, porque o texto proposto viola o art. 5º e o art. 129, 1º, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 5º, inciso LIX: "Será admitida ação privada nos crimes de ação pública se ela não for intentada no prazo legal.". E o art. 129: "São funções institucionais do Ministério Público: I - promover privativamente a ação pena pública, na forma da lei".

Então, a minha sugestão ficaria na substituição da palavra "concorrente" por "subsidiário".

Mas não posso deixar aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso aí é no 43-C?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – No 43-C.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Caput*?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exatamente, 43-C.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Caput*?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É, *caput*.

Eu gostaria também de me manifestar, senhores, além de insistir nessa emenda supressiva dos arts. 8º e 9º deste projeto de lei, com relação ao art. 18, que fala da violação das prerrogativas da magistratura. Embora, é óbvio, nós tenhamos apreço pela advocacia – eu tenho marido advogado, filho advogado, exerci a profissão por muito tempo –, eu não vejo como correta a criminalização de... Olhem bem...

(*Soa a campainha.*)

... a criminalização de se impedir o exercício da liberdade de profissão em todo o Território nacional.

Nós precisamos pensar nas exceções, existem exceções: processo com sigilo não pode ser exposto ao exercício com liberdade sem limites da advocacia. E o que é exercer a advocacia? É peticionar, é ter vista, é ter acesso ao processo. Então, nós precisamos ter essa responsabilidade.

Outra coisa que me preocupa muito é o inciso III da 8.906, que fica aqui criminalizado também. É quando se impede a comunicação do advogado, mesmo sem procuração, com os clientes presos. Nós sabemos que os grandes chefes de organizações criminosas recebem dúzias de advogados por dia, e esses advogados, na verdade, acabam, muitos deles, funcionando como garotos de recado para que os crimes sejam cometidos fora das penitenciárias. Então isso pode ser, sim, uma prerrogativa, pode, sim, causar uma pena administrativa, mas não crime para quem impedir, porque isso torna muito temerária a ação do agente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O não ser preso a não ser em sala de estado-maior: criminalizar isso significa, Senador, dizer que nenhum advogado no interior deste País pode ser preso, pode cometer qualquer crime e não vai ser preso, porque não existe sala de estado-maior inclusive na maioria das capitais brasileiras. Você criminalizar isso aqui significa dar um *laissez faire, laissez passer* para os advogados que cometerem crimes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então fica aqui registrado, com todo respeito, Sr. Relator, mais uma vez. No mais elogio muito a sua iniciativa, inclusive pela inclusão da ação civil de extinção de domínio, que realmente é uma atitude louvável.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Estimada Sra. Presidente Simone Tebet, o meu carinho sincero aos colegas aqui presentes neste momento em que a Pátria amada nos assiste e, é claro, com preocupação em função da complexidade deste primeiro projeto em pauta, porque virão outros também com a mesma relevância.

Eu não tenho como deixar de reconhecer que as palavras do Senador Lasier Martins, do Senador Oriovisto Guimarães e, agora, da Senadora Juíza Selma Arruda enchem-me de certeza para discordar em boa parte do relatório feito pelo Senador Pacheco, que sabe que muito o admiro, não preciso de forma alguma desqualificá-lo e muito menos discordar por discordar, porque sei que foi feito com a maior lisura e com a maior transparência. No entanto, eu não tenho como deixar de entrar com um destaque para votação em separado da Emenda nº 2, de autoria do Senador Lasier Martins, ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2017, por entendermos pertinente a supressão dos artigos 8º e 9º do referido projeto de lei.

Julgamos equivocado misturar abuso de autoridade, um assunto polêmico, com o projeto das dez medidas contra a corrupção, que teve amplo apoio e anseio populares. O Senado já votou um projeto específico sobre abuso de autoridade em 2017, e hoje este projeto encontra-se na Câmara dos Deputados. O correto seria a Câmara apreciar esta matéria que trata do tema específico.

Concluo aqui respeitosamente fazendo uma observação ao Relator, o mineiro Rodrigo Pacheco, sobre o que acaba de me enviar o Presidente da Associação dos Promotores do Ministério Público do Estado de Goiás. Gostaria, se o senhor puder, que responda não a mim, mas a eles, são centenas de promotores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diz ele:

> O Relator do projeto, Senador Kajuru, de abuso de autoridade, o respeitoso Rodrigo Pacheco, está mantendo a "mordaça" [entre aspas] a magistrados e membros do Ministério Público. Se o projeto for aprovado, Kajuru, torna-se crime a emissão de opinião por parte de magistrados e procuradores ou promotores de Justiça por meios de comunicação.

Qual é a sua avaliação, por fineza, Senador?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Quer que ele conclua?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Para concluir, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É apenas essa observação. E dizer que eu penso como os três Senadores: havendo essa mudança, eu concordaria – Oriovisto, Lasier e Selma.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço.

Antes de o Senador Rodrigo Pacheco se pronunciar, eu pediria à Senadora Juíza Selma que formalizasse a sua sugestão em forma de emenda para que o Senador possa se pronunciar; e, da mesma forma, posteriormente o Senador Kajuru.

Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, nobre Senador Jorge Kajuru, eu presumo que a indagação se refira ao dispositivo do art. 8º, referente a magistrados, quando diz:

> Art. 8º Constitui crime de abuso de autoridade [...]
> IX – expressar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

Esse é o dispositivo que veio da Câmara. Eu acrescentei dois dispositivos fundamentais que complementam esses conceitos, que é o da exigência de que este fato, este inciso seja complementado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela existência do dolo específico de quem o pratica, da finalidade especial de agir – que é algo técnico no Processo Penal e no Direito Penal – para atingir outra pessoa, para prejudicar outra pessoa ou para beneficiar a si próprio.

Então, a leitura desse inciso deve ser feita considerando que o acréscimo que fiz da exigência do dolo específico e da proibição de se punir a título de crime de abuso de autoridade a interpretação da lei e a valoração do fato e da prova é algo equilibrado. Este texto não foi inventado pela Câmara tampouco inventado por mim como Relator daquilo que veio da Câmara; esse texto é exatamente o texto que existe como punição disciplinar de juízes. Eles já são punidos disciplinarmente exatamente por estes fatos aqui. Esses fatos aqui, quando praticados com dolo específico para prejudicar alguém ou para beneficiar a si próprio, aí sim se tornariam crime de abuso de autoridade. Então, não é simplesmente transmudar algo que está na Loman para a lei penal, mas sim aquilo que está na Loman, desde que haja o dolo específico, e vedando a interpretação da lei como crime. Então, esse é o primeiro ponto.

Discutimos com diversos juízes e entidades ontem à noite e em outros dias também ao longo desta semana e da semana passada. Obviamente, há uma série de ponderações, umas acolhidas e outras, não, mas o que houve de substancial mudança em relação a esse texto não foi quanto a juízes, foi em relação a membros do Ministério Público, porque, de fato, há uma argumentação das entidades do Ministério Público de que, sendo o MP parte no processo penal, é o órgão acusador e, portanto, parcial, ele tem uma opinião a respeito do fato e poderia externar dessa forma.

Então, houve uma alteração substancial numa redação sugerida pelas entidades do Ministério Público ao Senador Weverton, que apresentou uma emenda e mudou esse texto, que é a emenda que eu acolhi agora do Senador Weverton, que ficou da seguinte forma... Tem aí, Weverton? O artigo que foi ponderado pelos membros do Ministério Público como sendo mordaça foi alterado, por sugestão da própria entidade, na emenda do Senador Weverton, passando a ser redigido da seguinte forma:

> Expressar, por qualquer meio de comunicação, juízo de valor indevido sobre procedimento ou processo, pendente de atuação do Ministério Público, ou sobre manifestações funcionais, extrapolando dever de informação e publicidade, ressalvada a crítica nos autos, em obras técnicas ou no exercício do magistério.

Então, aqui está claro que, para constituir o crime de abuso de autoridade em relação a membros do Ministério Público, além da exigência do dolo específico, além da proibição da punição a título de interpretação da lei e de valoração do fato e da prova, que foram os acréscimos que estamos fazendo aqui no Senado, é o reconhecimento de que o Ministério Público tem o dever e a prerrogativa de informação e de publicidade, mas, quando extrapola com a finalidade de prejudicar alguém ou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiar a si próprio ou a terceiros, isso pode constituir o crime de abuso de autoridade a ser avaliado no caso concreto.

Então, é esse esclarecimento que faço a V. Exa., de que houve, no final das contas, a manutenção do texto original da Câmara em relação a magistrados e uma alteração significativa em relação a membros do Ministério Público, reconhecendo-os diferentes. O juiz tem a obrigação de ser imparcial e não emitir juízo de valor sobre caso concreto, mas o Ministério Público pode fazê-lo, desde que dentro dos limites da informação e da publicidade de seus atos, ressalvados esses extrapolamentos que podem eventualmente caracterizar o abuso de autoridade.

É essa a lógica do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Alvaro Dias.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente! Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É porque eu apresentei emenda também e o Relator não se manifestou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas é porque, como a senhora fez várias considerações e não apenas uma, estou aguardando a sua assessoria, que parece já foi informada de passar...

V. Exa. já está pronto para relatar?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu acho até que, para garantir – sem prejuízo, nós vamos apreciar –, se pudesse realmente fazer por escrito... Na hora em que a Juíza Selma estava falando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso, nós estamos seguindo. Na hora em que o Relator estiver pronto, ele me sinaliza aqui, como nós já fizemos com a emenda do Senador Humberto.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente é inevitável elogiar o Senador Rodrigo Pacheco, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assumiu uma difícil missão e procurou desempenhá-la de forma competente, como é do seu feitio. Os cumprimentos, portanto, a ele.

Certamente eventuais críticas que possam ser dirigidas a ele neste momento não devem ser dirigidas a ele, e sim, no contexto geral do momento que vivendo, há muitos agentes públicos que se envolvem com essa matéria.

Nós temos defendido a refundação da República a partir do princípio de que não somos iguais perante a lei. Na refundação da República, a exigência maior é todos nos submetermos às leis vigentes no País, sendo todos nós iguais perante elas. Nesse caso, nós temos de considerar que somos acusados muitas vezes de legislarmos mal, muitas vezes com razão; em outras somos vítima da interpretação de conformidade com circunstâncias e interesses. E a responsabilidade acaba sempre recaindo sobre os legisladores.

Vamos ao fato concreto desta matéria em debate.

Há mais de dois anos, mais de 2 milhões de brasileiros subscreverem proposta de integrantes do Ministério Público na esteira dessa rica experiência que ofereceu a Operação Lava Jato. Eram dez medidas de combate à corrupção. Foram mutiladas na Câmara dos Deputados, chegaram ao Senado Federal como verdadeiro Frankenstein e foram sepultadas aqui no Senado Federal. Hoje assistimos a essa ressurreição. Certamente estamos verificando que há boa-fé da parte daqueles que desejam a aprovação de medidas de combate à corrupção, no entanto não podemos denominar de dez medidas de combate à corrupção porque não são mais dez. O que há é, sobretudo, o projeto de abuso de autoridade.

E nós temos de fazer a leitura correta das aspirações da sociedade. E esse é um grande desafio. E a decorrência é o estabelecimento de prioridades, que muitas vezes não fazemos da forma adequada. Não há prioridade nesta hora para a discussão do projeto de abuso de autoridade. A prioridade para o povo brasileiro é a Operação Lava Jato. Portanto, trata-se de uma trombada na aspiração popular de ver o Brasil combatendo para valer a corrupção, porque não há como negar que há nesta proposta um limitador da ação de investigadores e julgadores nos arts. 8º e 9º, que inclusive estabelecem a seletividade, porque apenas investigadores e julgadores são alcançados por essa proposta de legislação de abuso de autoridade; nós não somos alcançados. Os agentes públicos do Poder Executivo e do Poder Legislativo, os políticos de forma geral estão blindados porque não há um dispositivo sequer que nos alcance, e nós não entendemos que possamos ser privilegiados. Esta é a hora de o Brasil bater no privilégio de frente, eliminar os privilégios das autoridades. Não há como não afirmar se tratar de mordaça.

Por essa razão – meu tempo se esgota – o nosso partido está liberado para votar cada Senador da forma que bem entender. A minha posição é contrária ao projeto, a menos que se retirem dele os arts.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8º e 9º. A não se retirarem os arts. 8º e 9º, nós recomendamos o voto contrário, oferecendo obviamente a liberdade de opinião a cada um dos integrantes da Bancada do Podemos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu divido minha fala em dois pontos específicos. O primeiro deles é a tentativa – e aí nesse ponto eu enalteço a atuação do Relator Rodrigo Pacheco – de reduzir danos do projeto e buscar a melhor redação. Nesse sentido, apresentamos a Emenda já numerada 42, Senador Rodrigo, uma emenda de redação, para que o inciso II do art. 8º e seu respectivo congênere no art. 9º tenham como redação "atuar no exercício de sua jurisdição com flagrante motivação político-partidária". Está-se incluindo uma expressão específica para que se possa ter mais clareza do objetivo. Então, no ponto da melhoria, do aprimoramento do texto, a gente vai nesse sentido, enaltecendo já a aceitação por parte do Relator de diversas contribuições que demos ao longo do processo.

Eu não posso deixar de registrar a identidade de argumentos que tenho com o Senador Lasier, Senador Alvaro, Senador Oriovisto e outros tantos que falaram. Efetivamente este processo legislativo não seguiu o trajeto adequado. Eu não consigo indicar uma ilegalidade nessa tramitação. A inclusão de matéria estranha no projeto de iniciativa popular? Eu não sei se isso chegaria a configurar uma ilegalidade ou uma irregularidade de tramitação, mas é claramente um desvio da finalidade original do projeto.

E nesse ponto a gente tem que ter clareza: nenhuma autoridade brasileira deve estar abrigada contra o combate, a repressão a possíveis abusos. Quando eu falo em abuso de autoridade no Brasil, Senador Kajuru, me vem com absoluta clareza a imagem do nosso Ministro Gilmar Mendes. Ninguém neste País abusa mais de autoridade do que o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Ele incide em praticamente todos os incisos da previsão desse novo projeto de lei apresentado. Nesse sentido é importante ter uma legislação que coíba, que puna com clareza o abuso.

Existe hoje uma batalha de comunicação... E aí, Senadores Alvaro e Oriovisto, existe um sentimento de frustração da população brasileira, mas uma parte desse sentimento é fruto de desinformação. É nossa missão garantir que eles sejam devidamente informados. Então sim, é importante haver um projeto que puna abuso de autoridade – para qualquer autoridade, como bem ventilou Lasier, do guarda de trânsito ao Ministro do Supremo. Inserir esse texto de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente inadequada, sob o ponto de vista de localização topográfica legislativa, merece o nosso repúdio. Então fica registrado esse ponto.

Estamos ajustando com outros colegas, a exemplo da Senadora Selma, a possibilidade de destacar esses artigos para que possamos avaliá-los em Plenário, mas vamos avançar com medidas de combate à corrupção, que são oportunas, importantes, que fazem parte do contexto inicial e que serão certamente relevantes para o nosso contexto nacional de demanda pelo combate cada vez mais impactante à corrupção no Brasil.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente, eu posso responder desde já à emenda...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. já estiver preparado, sim.

Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – A emenda do Senador Alessandro Vieira é para que se acrescente a palavra "flagrante" ao art. 8º, inciso II, e ao art. 9º, inciso X, justamente para que dê o conceito de flagrante motivação político-partidária.

Eu indago S. Exa., considerando que a palavra "flagrante" é um termo técnico em processo penal e que pode gerar uma interpretação dúbia em relação à expressão, ao crime de abuso de autoridade aqui previsto como tipo penal, se podemos substituir a palavra "flagrante" por "evidente" motivação político-partidária.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Atende à demanda.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Então, com a aquiescência do Senador Alessandro Vieira, nós então substituímos o texto do art. 8º, inciso II, e o do art. 9º, inciso X, previstos no art. 1º do PLC, para acrescentar a expressão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... "evidente motivação político-partidária" em ambos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Pela ordem de inscrição, Senador Mecias. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade, Senador Tasso Jereissati.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. *Fora do microfone*.) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Mecias, eu não o estava visualizando. Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, caros colegas, primeiro eu quero parabenizar o nosso Relator, Senador Rodrigo Pacheco, e dizer que, no meu entendimento, no Senado da República poderia haver alguém igual, mas melhor que ele para relatar essa matéria, com certeza absoluta, não existe. Então, quero parabenizar o Relator.

Vejo que algumas propostas aqui, inclusive sugeridas pela Associação dos Membros do Ministério Público, já foram acolhidas pelo Relator – propostas do Senador Weverton –, e eram algumas sugestões que eu tinha.

Quero dizer, Sra. Presidente, que todo abuso também é corrupção, portanto não vejo nenhuma anormalidade em estarem inseridas nessa lei as propostas de abuso de autoridade. Pelo contrário, abuso de autoridade também é corrupção, sim, e pode prejudicar bastante a sociedade.

Eu gostaria, neste momento, Sr. Relator, de fazer coro com o Senador Angelo Coronel para que se incluam os tribunais de contas e os ministérios públicos de contas, porque entendo que há também abuso de autoridade nos tribunais de contas, nos ministérios públicos de contas, e essa lei, que é sem dúvida nenhuma um grande avanço para a sociedade brasileira, é um avanço contra a corrupção em todos os sentidos.

Portanto, parabenizo V. Exa., vou votar acompanhando V. Exa., mas gostaria de me juntar ao Senador Angelo Coronel para incluir os ministérios públicos de contas e os tribunais de contas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Eu agradeço muito as referências elogiosas do Senador Mecias de Jesus e digo que a sugestão feita por S. Exa. já foi objeto da emenda apresentada pelo Senador Angelo Coronel. Ambas as emendas foram por mim rejeitadas, Sra. Presidente – e peço vênia ao Senador Mecias – e justifico: o incremento que se pretende fazer através das emendas em relação ao Ministério Público de Contas e ao próprio Tribunal de Contas é impossível de ser feito neste projeto neste instante, considerando que os tipos de abuso de autoridade, os tipos penais de abuso de autoridade aqui previstos, seja quanto a magistrados, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade jurisdicional, seja em relação a membros do Ministério Público, são tipos penais muito próprios, muito específicos para a atuação de juízes e de promotores e procuradores da República, de modo que se prever, como sujeito ativo desse crime, também procuradores do Tribunal de Contas Brasil afora ou mesmo conselheiros do Tribunal de Contas, seria impróprio.

Eu recomendo, caso se mantenha essa ideia, que isso seja objeto de um projeto próprio, um projeto de lei próprio, para que se possa definir, em relação à pertinência de cada uma dessas atividades, se há tipos penais adequados para serem previstos como abuso de autoridade dessas autoridades.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Apenas a título de esclarecimento ao Senador Mecias, ao Senador Angelo Coronel e acho que a mais algum Senador que fez a mesma intervenção: em relação aos tribunais de contas, seja da União, dos Estados, ou ao Ministério Público de Contas, o Senador Antonio Anastasia me lembra aqui que há um projeto desta Casa que já foi aprovado e já se encontra na Câmara dos Deputados, em relação ao abuso dessas autoridades.

Na ordem de inscrição, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para discutir.) – Presidente Simone, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Eu gostaria de fazer aqui uma observação e uma pergunta ao ilustre Relator, Senador Rodrigo Pacheco, não antes de elogiar o trabalho profundo, dedicado, que ele fez com relação a esse projeto contra a corrupção.

O que está chamando mais a atenção aqui em discutir... Praticamente há uma unanimidade em relação ao projeto contra a corrupção; exatamente o ponto que fala de abuso de autoridade é que não tem a unanimidade, parece-me, o consenso, aqui dentro desta Casa.

E eu tenho uma dúvida também quanto a isso, apesar de não ter dúvida nenhuma de que, em relação a Ministério Público, juiz etc., houve abuso de autoridade sim. Há uma série de eventos que nós presenciamos e que se configuraram, de uma maneira muito clara, como um abuso, uma humilhação. E aqui eu gostei muito do que disse o Senador Espiridião Amin, quando ele falou de *As Sandálias do Pescador*, da frase do Morris West, quando ele diz que um tipo de corrupção sutil e grave – se não me engano é isso, não é, Espiridião? – é aquele em que não se medem as consequências das ações e das afirmações que são feitas em relação aos outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, nós aqui, no nosso ambiente, estamos vivendo, evidentemente, por sermos políticos e vivermos no dia a dia da política, muito intensamente a questão dos juízes e do Ministério Público, mas o cidadão comum vive afetado por abuso de autoridade todos os dias, seja numa autarquia, seja numa multa, seja num contato com a polícia, um destrato, enfim... Eu conheço, e todos aqui, com certeza, conhecem milhares de pessoas que foram destratadas e humilhadas em algum lugar, em alguma autarquia.

E, para não dar a impressão de que se trata de algum tipo de tentativa de vindita etc., por que não tratarmos da questão do abuso de autoridade – e a Juíza Selma falou isso – como um todo? E fica bem claro que não é como um todo. Fica bem claro que não é um foco específico em que se quer limitar a ação de alguém, mas, sim, defender a população e dar a ela o direito de se manifestar e de ser respeitada em todas as ocasiões em que ela tem que se confrontar com autoridades públicas.

É essa a questão que eu queria colocar, Senador Rodrigo, não sem antes deixar a minha admiração pelo seu trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Tasso Jereissati. É recíproca a admiração, que tenho também por V. Exa.

Respondo a sua pergunta: esse projeto é um projeto de iniciativa popular que tramitou na Câmara dos Deputados, e a Câmara dos Deputados decidiu pela criação de tipos próprios referentes a magistrados e a membros do Ministério Público.

Nós, aqui no Senado, neste momento, estamos nos atendo a um projeto restrito, de fato, à perspectiva de abuso de autoridade em relação a magistrados e membros do Ministério Público.

Concomitantemente, na legislatura passada, quando esse projeto foi aprovado na Câmara e veio para o Senado, o Senado Federal, em um projeto, salvo engano, de autoria do Senador Renan Calheiros, sob a relatoria do Senador Roberto Requião, decidiu por um estatuto de abuso de autoridade, inclusive com penas muito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... maiores do que essas deste projeto atual em relação a diversas autoridades públicas, não só a juízes e membros do Ministério Público.

Então, eu reconheço a perplexidade de V. Exa. e com ela concordo em relação a alguma omissão quanto ao abuso de autoridade de outras autoridades públicas. A questão é que, neste projeto de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos tratando, não é possível incluir outras autoridades – membros dos tribunais de contas, auditores fiscais, guardas de trânsito –, justamente porque, neste projeto, fez-se a opção, lá na Câmara dos Deputados, da criação de tipos penais próprios muito específicos da atuação de magistrados e da atuação de membros do Ministério Público, evidentemente, sem prejuízo de que o Congresso Nacional, oportunamente, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados, se dedique à formação de um estatuto de abuso de autoridade muito mais amplo do que este, que é, de fato, restrito a magistrados e membros do Ministério Público.

Então, feliz ou infelizmente, são as circunstâncias que nos impõem apreciar um projeto que diz respeito a artigos quanto a juízes e promotores. Seria impossível, por exemplo, colocar no *caput*, além de magistrados, auditores fiscais ou membros do tribunal de contas, considerando que os incisos são incisos inerentes tipicamente à atividade de juízes; os incisos do outro artigo, tipicamente inerentes à atividade do Ministério Público. Não seria possível incluir outras carreiras, outras autoridades públicas neste projeto.

Mas reconheço a preocupação de V. Exa. e comungo dela, que deve ser oportunizada através de um projeto autônomo e próprio quanto a isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, na minha vivência como profissional de saúde e como médico, a gente sempre tem, no tratamento de doenças graves, o que a gente chama de protocolos, que são consensos técnicos que orientam como deve ser feito o tratamento. Infelizmente, a nossa cultura não acolhe aquilo que é consenso ou o melhor caminho para fazer determinada coisa ou determinado tratamento.

Nós também não podemos negar que a Constituição de 1988 criou uma nova institucionalidade para o País, e essa institucionalidade foi ganhando corpo, ganhando vida. E nós estamos diante de uma situação em que é preciso, no que diz respeito ao Ministério Público e ao Judiciário, definir alguns limites, porque, vejam, a norma está aí, mas quantas vezes a gente vê o descumprimento da norma que está dada como o melhor caminho, o melhor jeito de fazer, e a gente acaba vendo agentes públicos, no exercício da sua função, extrapolando limites que não condizem com o próprio exercício da sua atividade?

Portanto, queria dizer que, com muita elegância, como muita capacidade e com muito diálogo, o Relator foi capaz, sem criar melindres maiores com essas corporações, de encontrar limites para dar harmonia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... ao cumprimento da atividade pública, dentro daquilo que é aceitável, dentro daquilo que é recomendável aos agentes públicos, que estão imbuídos de grande poder.

Nós não podemos comparar o poder de um promotor, de um procurador de justiça ou de um juiz com o poder de outras autoridades. Então, não cabe a gente misturar as questões, e é preciso separar aquilo que poderíamos chamar de um estatuto de direitos do usuário do serviço público, da relação com o serviço público, daquilo que estamos chamando de regras para conter os excessos no exercício da autoridade.

Então, o que nós estamos vendo aqui... Eu tive a oportunidade de conversar com o Procurador-Geral do Ministério Público do meu Estado, ex-Procurador-Geral do Ministério Público do meu Estado, promotores, juízes, e eu não vi... Discutindo sobre o que tinha como conteúdo inicial acordado, eu não vi nenhuma reação, nenhuma resistência, porque, veja, é fundamental para corpos como o Judiciário, como o Ministério Público, que a prática daqueles que compõem esses corpos seja capaz de garantir a integridade deles. Portanto, eu quero dizer que me alinho aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... à possibilidade de a gente ter hoje essas medidas aprovadas, além das outras medidas, como criminalização do caixa dois, transformação da corrupção a partir de determinada medida em crime hediondo, ou seja, é um conjunto de medidas que ajudaria o País a funcionar melhor, e as instituições, a se relacionarem dentro de determinados limites, porque o eu, no Brasil, é maior do que a norma. E a gente está dizendo e dando um recado muito claro de que a norma não pode ser suplantada pela posição individual das pessoas que compõem qualquer que seja a instituição, nem o Senador, nem o juiz, nem o promotor, ninguém pode ser maior do que a norma, do que aquilo que está estabelecido como regra. Infelizmente, esse é um desafio para construirmos uma sociedade mais civilizada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que temos apenas mais três oradores inscritos, portanto...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... algo em torno de 15 a 20 minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, queria me inscrever. V. Exa. permite?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Se me permite, pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane inscrita.

Quatro oradores inscritos para começarmos a votação.

Com a palavra, pela ordem, o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu queria pedir a atenção da Senadora Juíza Selma, do Senador Lasier Martins e do Senador Kajuru para uma reflexão.

Este projeto veio da Câmara dos Deputados com artigos sobre abuso absolutamente frios e abertos, prevendo pena de seis meses a dois anos sem nenhum tipo de ressalva que resguarde direitos de membros do Ministério Público e de juízes. Nós, Senadores, o que estamos fazendo aqui a partir do meu parecer? Suprimindo do texto tipos penais abertos que geram algum tipo de dificuldade para a atuação de juízes e de promotores; acrescentando a proibição do crime de hermenêutica; acrescentando a exigência de um dolo específico; melhorando sobremaneira o texto ao atender uma série de reivindicações das entidades que envolvem juízes federais, juiz de direito, procuradores da República, promotores de Justiça. Ao destacarmos os dois artigos, 8º e 9º, referentes ao abuso de autoridade, e os suprimirmos, com as alterações benéficas que fizemos para tornar a previsão de abuso de autoridade equilibrada a partir de um consenso não absoluto, mas de uma convergência possível com as entidades e com as carreiras que envolvem, ao fazermos isso, este projeto voltará para a Câmara, e a Câmara decidirá sobre a emenda supressiva do Senado e poderá restabelecer o seu texto original sem as modificações positivas que fizemos quanto ao abuso de autoridade.

Então, apenas para a reflexão de V. Exas. quanto à responsabilidade que temos. Se alguém aqui reconhece que não deve haver previsão de abuso de autoridade em relação à autoridade pública... Respeitável, tem que votar contra mesmo. Agora, se reconhece que é preciso ter um abuso de autoridade, é preciso também reconhecer que o relatório que nós fizemos é um relatório que se aproxima muito do que é o equilibrado, o razoável – senão totalmente, o razoável possível neste momento e nestas circunstâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, apenas para reflexão: às vezes, uma medida extrema de supressão do abuso de autoridade, com as boas modificações que nós fizemos, ao retornar para a Câmara dos Deputados poderá lá ser retificada para restabelecer o texto original, esse sim, confesso e reconheço com toda humildade, muito pior do que o projeto que nós estamos trabalhando aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Permite aparte...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Infelizmente, não.

O Senador, como Relator, está esclarecendo fatos, e não é possível aparte à fala por Senadores.

Eu preciso correr aqui com a lista. Eu vou pedir ao Relator também que agora se pronuncie só ao final, a não ser que haja, verbalmente, alguma apresentação de emenda.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Eduardo Girão.

V. Exa., Senador Lasier, ao final, peça a palavra pela ordem, depois dos inscritos, está bem?

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Presidente Senadora Simone Tebet, demais Senadoras e Senadores presentes, eu queria neste momento dar os parabéns ao Senador Rodrigo Pacheco pela dedicação que ele teve. Eu fui testemunha. Eu fui a uma reunião no gabinete dele e lá fora havia procuradores, magistrados, associações, e ele, com muita paciência, com muita serenidade, os ouviu. E está aí o resultado: acolheu muitas emendas, melhorando o projeto, sem dúvida alguma.

Agora eu quero só voltar um pouquinho no tempo. Senador Rodrigo Pacheco e demais Senadores, eu peço permissão.

Em 2016, para ser mais preciso, no dia 28 de novembro de 2016, quando foi votado na Câmara dos Deputados esse projeto que seria a esperança do povo brasileiro, as 10 Medidas contra a Corrupção, o anseio cada vez mais forte da nossa Nação, naquele dia, aconteceu o acidente da Chapecoense, se não me engano. Naquela madrugada a Câmara votou, desfigurando... Eu lhe digo, como cidadão – eu jamais imaginava ser político naquele momento, entrar na vida pública, mas a vida me levou –, que fiquei muito frustrado com as mudanças que foram feitas lá, tornando-o no que aprendi aqui, em um Frankenstein, colocando abuso de autoridade onde não havia abuso de autoridade, onde eram as medidas contra corrupção.

Eu acredito que estamos num momento de resgate da imagem do Senado Federal. E todos nós aqui estamos imbuídos nesse trabalho de combater a corrupção, essa chaga do Brasil. Agora, esse corpo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estranho que são os arts. 8º e 9º, embora muito bem trabalhados com emendas... Esse – também aprendi aqui – jabuti está passando uma imagem muito truncada para a sociedade. E é como colocou aqui no meu ouvido há pouco tempo o Senador Oriovisto, aquela máxima: não basta que a mulher de César seja honesta; ela tem que parecer honesta. Então, eu acredito que seria de muita tranquilidade, de muito equilíbrio neste momento...

Se pudesse, eu votaria a favor, porque o projeto foi melhorado em muitos itens. Eu votaria a favor se fosse retirado esse corpo estranho do abuso de autoridade, especialmente os arts. 8º e 9º. Eu votaria com tranquilidade, agora, sou compelido a votar contra porque acredito que realmente vá existir uma inibição de pessoas que estão querendo fazer o seu trabalho – Ministério Público e juízes –, o que pode ser tratado, e estou disposto a debater, em outro projeto. Agora, misturar com esse que veio do anseio da população, não me parece algo razoável, especialmente neste momento que a gente vive, Senadora Rose.

A gente vive uma crise econômica, sim, uma crise social terrível, com 13 milhões de desempregados, uma crise política, mas a maior das crises que a gente está vivendo é a crise ética, a crise moral. Eu acredito que o Senado, se fosse possível o Relator, brilhante Relator que eu admiro muito, Senador Rodrigo Pacheco, tirar esse art. 8º e esse art. 9º, conseguiria aprovar praticamente por unanimidade aqui na Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Kátia Abreu, por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, eu gostaria apenas aqui de comentar e lembrar a todos que existe uma regra administrativa específica para o Ministério Público e para os magistrados que é uma iniciativa exclusiva deles. Desde 1965 eles, o Supremo Tribunal Federal e a PGR, nunca mais enviaram aqui, de sua autoria, a nova Loman ou a mudança na Lei Orgânica do Ministério Público, e eles sabem que essa Loman e essa lei orgânica de 1965 não são mais atuais diante do que nós estamos vivendo e do que nós estamos vendo todos os dias.

Então, nós nem estaríamos aqui discutindo esse assunto se eles tivessem feito a sua parte, porque nós não podemos, nós não temos autonomia de mudar a Loman, a iniciativa é deles. Eles mandam para cá a Loman ou a Lei Orgânica do Ministério Público, e nós fazemos a votação, ou do jeito que veio ou com mudanças, enfim, ou recusamos. Dizer que nós estamos fazendo algo contra o Ministério Público e os magistrados, isso não é verdade. Eles é que não quiseram ser autores para apertar o cerco e fazer justiça. O que está acontecendo no País não é uma coisa geral; graças a Deus é exceção. Aqueles que praticam o mal – eu sou uma pessoa otimista com o ser humano – são uma minoria, mas fazem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrago. Do mesmo jeito na política. Então por que não tiveram a coragem de mandar para cá, de iniciativa deles, para ser discutido aqui? O que sobrou para o Congresso Nacional? O que a lei nos autoriza a fazer? Uma lei penal. É o que está sendo feito, que veio da Câmara para o Senado agora, para votar o abuso de autoridade, que poderia – repito – estar sendo votado administrativamente.

Agora eu pergunto a todos aqui: o que tem mais eficácia e efetividade são as normas administrativas ou penais? Quem vai julgar as normas penais? Somos nós ou são os próprios juízes e os membros do Ministério Público? É claro que as normas administrativas, para a população e para todos nós, são muito mais efetivas, porque não dependem de julgamento do Judiciário. Então eu quero dizer com isso que, se eles têm medo dos próprios colegas, imagine o fim do mundo! Porque quem vai julgá-los pelo abuso ou não são seus colegas, ou eu estou ficando maluca? São os próprios juízes, e as acusações serão feitas pelo MP.

Agora, com relação às outras categorias... E, aliás, todo o meu desejo contra esse abuso de autoridade, eu quero aqui confessar que veio lá de trás com relação ao abuso do Ministério Público com relação aos produtores rurais do Brasil inteiro por conta das leis ambientais, abuso explícito, notório, horrível em cima de produtores, numa época em que nós nem conhecíamos o tema ainda. Então, quero deixar bem claro que a minha indignação começou inicialmente por esse fato.

Agora, com relação a outros, como, por exemplo, os licenciadores ambientais, aqueles órgãos que titulam terras. Vocês não têm noção do que essas pessoas estão fazendo com os brasileiros. Isso é abuso de autoridade! Mas isso está aqui em várias leis.

Então, nós temos a 4.898, que é de 65. É velha! Mas nós temos a 8.112, que é o Estatuto Geral do Servidor Público. E nós temos uma pior ainda para os demais, que é a 8.424, de 92, que é a Lei de Improbidade. Então, não está ficando ninguém de fora não! É porque as pessoas ainda não se acostumaram e têm medo de agir contra autoridade, mesmo quando são abusadas. Nós temos é que trabalhar a cultura da coragem de reagir ao abuso.

Quantas vezes nós vemos no Brasil delegados e, às vezes, agente de polícia mandar a mão no rosto de um cidadão, não interessa se é bandido ou não, no meio da rua e na frente de todo mundo? Isso é abuso de autoridade! Isso fere os direitos individuais!

Agora, dizer que ferir direitos individuais e garantias individuais não é corrupção... Aí eu tenho que começar a estudar de novo; eu tenho que voltar para trás e entender que ferir os direitos individuais das pessoas não é abuso e não é corrupção.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, eu voto a favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sou contra magistrado. Muito ao contrário: tenho uma relação muito afetiva, muito próxima, de respeito, com o Judiciário do Tocantins. Eles sabem disso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – No Supremo Tribunal Federal, sempre fui recebida também com toda a cortesia. Nunca fui lá maltratada.

Não se trata de trabalhar contra pessoas, mas a favor do cidadão prejudicado.

Existe um abuso maior do que uma venda de sentença? É pior do que o tráfico de drogas! Venda de sentença é você matar a alma e o espírito de um cidadão! Quantos...

Tocantins...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para terminar, Sra. Presidente.

Tocantins: 11 desembargadores no Tribunal de Justiça. No passado, cinco vendiam sentenças, praticamente a metade dos juízes do Tocantins, da Corte do TJ, vendia sentenças há mais de 20 anos! Levaram para condená-los e afastá-los com gorda aposentadoria. Há dois que ainda nem foram julgados.

Hoje nós estamos vivendo o melhor dos mundos, a nossa corte mudou muito, mas a demora com que isso foi feito pelo Conselho Nacional de Justiça não tem explicação, com todo o respeito que eu tenho aos seus membros. Venderam sentença até a última hora.

Então, eu voto a favor. Eu voto a favor das pessoas, mesmo que, neste momento, elas compreendam de forma diferente, mas essa é a nossa obrigação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Às vezes os filhos nos odeiam por determinadas atitudes que nós tomamos naquele momento. Mas, lá no futuro, eles irão nos agradecer pelo que fizemos no passado.

Esse é o legado que eu quero deixar para o Tocantins e como Senadora do Brasil.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem de inscrição, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Senador Rodrigo Pacheco, não é a primeira vez que nós estamos em sintonia. Quero aqui parabenizá-lo.

Assisti com atenção, aqui na CCJ, em outras ocasiões importantes, ao seu parecer sobre assuntos como a tentativa da CPI da Lava Toga. Quero, então, dizer da importância do seu trabalho, para que uma matéria tão importante quanto essa estivesse pautada para o dia de hoje.

Se fosse um Grande Expediente, eu ia pedir para incorporar a fala da Kátia Abreu no meu pronunciamento, porque concordo em gênero, grau e número: o abuso de autoridade na área rural é histórico e insuportável.

Pois bem, então, concordamos. Eu queria fazer um apelo e um pedido ao nobre colega Senador Rodrigo Pacheco. Concordo com relação ao crime de abuso de autoridade e tenho falado publicamente sobre isso. O pedido apenas que tenho a fazer a V. Exa. é o seguinte. A Senadora Eliziane tem um projeto, que eu tenho o prazer e a honra de relatar, sobre a criminalização do caixa dois. Com a concordância dela, eu faço aqui uma proposta ao nobre Relator. A única diferença do projeto que nós estamos relatando para o projeto que V. Exa. traz a plenário é uma emenda de minha autoria – com a concordância da Senadora e até de outros colegas, pois fizemos um debate e me pareceu que a esmagadora maioria concordava –, que é a seguinte, Senador. Nós sabemos que o crime organizado – não só a corrupção, mas o crime organizado – no Brasil e em qualquer lugar do mundo, quando chega aos níveis a que já chegou no Brasil, é inevitável que comece a adentrar a área política, tanto no Legislativo quanto no Executivo, e comece a bancar candidaturas de Vereadores, Deputados, Prefeitos etc. Portanto, entendo que nós temos que dar um recado claro para o crime organizado: ao tentar adentrar o campo da política eleitoral, corrompendo candidaturas, ele deve ser um crime agravado. Por isso, a emenda, com a concordância da Senadora Eliziane, que eu peço a V. Exa. que incorpore é essa. E a única diferença do que está posto é que aumenta a pena de um terço a dois se os recursos, valores bens ou serviços a que se refere o *caput* forem provenientes de crime. É só isso.

A minha assessoria já preparou a emenda. Se V. Exa. concordar, é esse o pedido que faço. Haverá hoje ainda, como 15º item da pauta da CCJ, a votação também deste projeto de autoria da Senadora Eliziane. Para evitar esse conflito, se o Senador Rodrigo concordar, é essa a emenda que eu lhe proponho e peço que incorpore ao seu relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Rodrigo Pacheco, por favor.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu agradeço a intervenção do Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço, contudo, uma ponderação, Senador, e aí é uma questão até de técnica legislativa e para se evitar a previsão na norma de um *bis in idem*. O que veio da Câmara foi o seguinte texto: "Art. 354-A. Arrecadar, receber ou gastar o candidato, o administrador financeiro ou quem de fato exerça essa função, ou quem atuar em nome do candidato ou partido, recursos, valores, bens ou serviços estimáveis em dinheiro, paralelamente à contabilidade exigida pela lei eleitoral" – definição do tipo penal de caixa dois eleitoral, com a pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

O §1º da redação do PLC, que veio da Câmara dos Deputados, diz o seguinte: "As penas serão aumentadas de um terço se os recursos, valores, bens ou serviços de que trata o *caput* forem provenientes de fontes vedadas pela legislação eleitoral ou partidária".

Então, o texto que veio da Câmara, com todo o respeito ao texto que está hoje no Senado – eu, inclusive, apreciei recentemente, na CCJ, a leitura do parecer de V. Exa.; não sei se chegamos a voto –, mas o texto que está no Senado, fruto do projeto da Senadora Eliziane, que replica – salvo melhor juízo – o pacote anticrime do Ministro da Justiça Sergio Moro, diz respeito à fonte proveniente de crime, que é algo mais restrito. O que nós temos aqui no PLC é um dispositivo que constitui uma causa especial de aumento de pena nas hipóteses de fontes vedadas. Talvez fosse um *bis in idem* ter, em um parágrafo, "fontes vedadas" e, no outro parágrafo, "proveniente de crime". Evidentemente que algo proveniente de crime é uma fonte vedada de doação.

Portanto, o texto que está hoje na Câmara é um texto mais amplo, que traz a expressão "fonte vedada", e que já compreende evidentemente aquilo que for proveniente de crime. Então, faço a ponderação a V. Exa. porque... E V. Exa. concordando – apenas uma reflexão prática também –, ao aprovarmos da forma como está, sem emenda, não será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados. Ao aprovarmos esse dispositivo tal qual está no PLC, ele será definitivamente aprovado e irá à sanção presidencial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para esclarecimento: o que o Senador Marcio Bittar propôs é apenas porque vai ser votada ainda hoje, em caráter terminativo, a criminalização do caixa dois, da Senadora Eliziane. Como se trata de crimes correlatos, não são idênticos...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É o mesmo crime. É o mesmo crime.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que se pudesse, nesse caso...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – É o mesmo delito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas, em relação ao tipo, um é mais amplo que o outro. Mas, se pudesse, manter a pena de um a dois terços também no seu relatório. Então, seria de um terço a dois terços no seu, e no projeto dele já está de um terço a dois terços. Ou o dele fixaria em um terço. Mas que pudéssemos ter a mesma pena em relação a tipos similares. É nesse sentido.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Na verdade, são os mesmos tipos penais: caixa dois eleitoral. Pode ter alguma modificação redacional, mas é o mesmo crime. V. Exa. faz a ponderação de incluir "fonte proveniente de crime". O que está no texto aqui é "fonte vedada", que não é só proveniente de crime; qualquer fonte vedada de doação eleitoral constitui o aumento de pena.

Se V. Exa. preferir, em vez de fazer a previsão de fonte vedada, adota-se o parágrafo que está no projeto de V. Exa. em substituição a esse. O que eu estou discordando é com relação a manter os dois, que seria uma duplicidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – A emenda é exatamente para isso, para substituir.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. Podemos substituir: em vez de "fonte vedada", "proveniente de crime", ou seja, a reprovabilidade não está na fonte vedada, está em recursos provenientes da prática de crime.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qualquer crime, porque a "fonte vedada" aqui é pela legislação eleitoral, não é pelo código.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, pode acontecer de haver algum caso não abarcado pela lei eleitoral ou partidária, mas é crime.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por exemplo, crime...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, eu acolho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Recurso que venha de empresa, Senador, é uma fonte vedada.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Agora, recurso que vem do narcotráfico é um crime. Então, há uma certa diferença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim. Qual é a nossa opção? É fazer a previsão da causa de aumento de pena para fontes vedadas e também para crime, ou só o crime?

O que eu posso sugerir, então, Senador Marcio Bittar – veja se atende a V. Exa. porque é o objeto da sua emenda –, é substituir o §1º do PLC pela redação que V. Exa. encaminha. Aumenta essa pena de um terço a dois terços, que é uma diferenciação, se os recursos, valores, bens ou serviços a que se refere o *caput* forem provenientes de crime.

Então, eu o faço, acolho a emenda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... do Senador Marcio Bittar, para substituir a redação do §1º do art. 354-A pela redação sugerida por S. Exa. na emenda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone*.) – E contravenção?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas cai na lei geral.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A Juíza Selma pondera...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... contravenção, fonte de contravenção, o que poderia substituir a palavra "crime" por "infração penal", porque aí pegaria tanto crime quanto contravenção.

Está de acordo, Senador Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não só estou de acordo como quero agradecer a sua compreensão e competência de acolher essa emenda. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sim, e fazendo apenas uma substituição na emenda de V. Exa.: quando fala a palavra "crime", substituir por "infração penal", que compreende tanto crime quanto contravenção, que foi a ponderação da Senadora Juíza Selma.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Perfeito. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas mais dois oradores inscritos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a compreensão das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. Neste momento eu vou dar por encerrada a inscrição dos Senadores para que nós possamos votar. Nós temos ainda uma extrapauta, que é o projeto de armas, deliberado...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – V. Exa. já poderia abrir a votação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, é simbólico, a não ser que haja pedido, mas eu só posso colocar o pedido na hora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, mas eu tenho que deliberar esse pedido. Nesse caso... Nós só temos mais dois oradores e encerramos.

Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, na verdade, a colocação do Senador Marcio Bittar já foi muito importante e até me contempla um pouco. Na verdade, eu quero fazer aqui apenas questionamentos.

Eu acho que nós estamos diante de um projeto que originalmente veio com a questão das dez medidas, muito importantes para o Brasil, uma iniciativa popular capitaneada lá atrás pelo Ministério Público e que vem com uma série de elementos dos quais nós não podemos abrir mão, que dizem respeito exatamente ao combate à corrupção, à tipificação da questão do caixa dois, ao aumento de pena e endurecimento em relação a crime de corrupção. Então, assim, nós temos uma série de elementos que estão no projeto e dos quais não podemos abrir mão.

É muito complicado você chegar e, depois de receber um novo relatório do Relator Rodrigo Pacheco, que fez uma alteração significativa... Nós temos hoje um relatório que é, basicamente, diferente, totalmente diferente daquele que veio lá da Câmara dos Deputados. Eu era Deputada Federal e votei, inclusive, contrariamente na Câmara dos Deputados, porque originalmente aquele relatório não era um relatório que me contemplava. Eu fiz, inclusive, uma série de debates e discussões junto ao Ministério Público.

Agora, diante do relatório que está aqui sendo apresentado nesta Comissão, com uma série de alterações, houve uma melhoria muito ampla. Inclusive, eu queria cumprimentar o colega nosso do Cidadania, que é membro desta Comissão e que nos representa, que é o Senador Alessandro, que teve várias de suas emendas admitidas, acabou trazendo realmente um relatório importante.

A questão do caixa dois, da forma como o Senador Marcio Bittar colocou: eu queria cumprimentar mais uma vez o Senador Rodrigo por admiti-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a outra, Senador, é referente à questão que foi apresentada... Inclusive, eu queria cumprimentar o Procurador-Geral de Justiça do Maranhão, que está aqui acompanhando esta votação, o Dr. Gonzaga, que já sentou com o Relator, fez as suas observações naturalmente, mas deu também as suas contribuições, que, inclusive, foram admitidas aqui pelo Relator. Uma delas é referente, exatamente, a essa definição, a essa iniciativa privativa de apresentação de ação penal pública, em que – vou pegar aqui –, mais especificamente, ele pede, na verdade, uma substituição de termos: a substituição de "concorrente" por "subsidiária", garantindo as prerrogativas do Ministério Público e só permitindo essa ação privativa a partir do perdimento de prazo por parte do Ministério Público, ou seja, não anula a ação do Ministério Público, mas garante, obviamente em caso de perdimento de prazo, a ação, inclusive por parte da OAB, não é isso?

Eu não sei se o Relator admitiu essa alteração, esse relatório. Inclusive a Senadora Selma, ao que me parece, também fez essa indicação. Então, eu queria saber se o Relator a admite. Se a admite, muito bem; se não a admite, que passe a repensá-la, porque eu acho que é uma ação importante e que passa a garantir as prerrogativas do Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator para esclarecimentos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, ao responder à Senadora Eliziane, eu já respondo também às emendas apresentadas pela Senadora Juíza Selma.

S. Exa. a Juíza Selma faz uma emenda pugnando pela substituição da palavra "concorrente" por "subsidiário" no art. 43, "c", do art. 18.

Eu gostaria de lembrar que as alterações que fizemos, sejam de ofício no relatório original, sejam pelas emendas apresentadas, já suprimiram a legitimidade da Ordem dos Advogados do Brasil de intentar ação penal. A ação é privativa do Ministério Público, mas se deve garantir ao advogado ofendido, neste crime específico da violação de suas prerrogativas, o direito de intentar ação penal privada. Poder-se-ia imaginar até que a ação penal, nesses casos, fosse somente privada, mas mantivemos a ação penal como pública, garantindo a possibilidade concorrente do ajuizamento de ação penal privada através de queixa pelo advogado que seja ofendido neste delito específico de violação de prerrogativas profissionais.

Portanto, eu gostaria de manter o texto, sem prejuízo de melhor análise e melhor discussão no Plenário, eventualmente até com destaques no Plenário em relação a esse tema, mas, considerando tudo quanto já foi feito para se preservar a titularidade da ação penal pelo Ministério Público, suprimindo essa titularidade da Ordem dos Advogados Brasil para intentar ação penal, mantendo a palavra "subsidiário" na linha da Súmula 714 do Supremo Tribunal Federal, que permite essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legitimidade concorrente entre Ministério Público e ofendido em crimes contra a honra de servidores públicos.

Portanto, eu mantenho, dentro dessa lógica do próprio Supremo Tribunal Federal nessa súmula, a palavra "concorrente", com a devida vênia, rejeitando a emenda da Senadora Juíza Selma, evidentemente respeitando a possibilidade de discussão no Plenário.

E, em relação a uma alteração também de emenda da Senadora Juíza Selma, quanto à alteração do tipo penal de violação das prerrogativas: esse tipo penal foi construído largamente, num amplo debate de discussão, na Câmara dos Deputados, com a participação de advogados, da Ordem dos Advogados do Brasil, de diversos Deputados; o Relator, à época, também da mesma forma. Portanto, eu peço vênia igualmente para rejeitar a emenda e manter incólume o tipo penal da violação das prerrogativas dos advogados, tal qual sugerido no meu texto.

Aproveito o ensejo, embora fora desse contexto abordado pela Senadora Eliziane, para responder também à emenda do Senador Humberto Costa, que pondera pela supressão do dispositivo do PLC 27, referente à responsabilidade de partidos políticos – responsabilidade administrativa, civil e eleitoral de partidos políticos. S. Exa. o Senador Humberto Costa invoca um projeto de lei da relatoria do nobre Senador Antonio Anastasia que versaria sobre o mesmo tema. Eu ainda não estou absolutamente convencido de que o tema é exatamente idêntico ao tratado no PLC, de modo que, por ora, eu gostaria de rejeitar a emenda, reservando a oportunidade de Plenário para uma melhor reflexão inclusive do Plenário do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Último orador inscrito, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discursar.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, a minha palavra será muito rápida, mas, antes, queria só certificar ao eminente Senador Rodrigo Pacheco, quanto a esse tema que ela acaba de abordar, que o projeto de minha autoria é de relatoria do Randolfe Rodrigues, que aqui se encontra. Mas, de fato, V. Exa. depois vai verificar que os temas são muito divergentes, o conteúdo do projeto de minha autoria e de relatoria do Senador Randolfe é muito diferente daquele que está nesse projeto que veio da Câmara. O meu tem mais princípios, um marco de *compliance*, e aqui são comportamentos equivocados.

Mas a minha palavra, eminente Presidente, é para fazer um registro. O debate foi exaustivo. Independentemente das posições, eu queria observar, Senador Rodrigo, que praticamente há unanimidade. Parabéns a V. Exa. pelo trabalho realizado. E eu, como seu colega de bancada de Minas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gerais, acho que Minas Gerais tem orgulho de V. Exa. como Senador de nosso Estado pelo trabalho hercúleo que realizou, muito dedicado, ouvindo diversos segmentos, fazendo aquilo que é possível. E nós todos, que somos Relatores de muitos projetos, sabemos que não é fácil fazer uma relatoria de um projeto, o que, naturalmente, é complexo.

Eu não poderia deixar passar esse registro de cumprimentos a V. Exa., independentemente das posições individuais, registro de um trabalho sério, profundo, que reflete a capacidade, a inteligência e, sobretudo, a capacidade de atuação que V. Exa. tem.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia e dou por encerrada a discussão.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Bem sucintamente, Presidente. É que o nosso eminente Senador Rodrigo Pacheco sugeriu uma reflexão de todos nós, ele disse que nada garantiria que a Câmara dos Deputados manteria a supressão dos arts. 8º e 9º, que alguns de nós estamos propondo, e eu particularmente proponho pela Emenda nº 2. Agora, eu na hora quis responder que também nada garante que a Câmara dos Deputados vá manter as várias alterações do Senador Rodrigo, que ele expôs aqui hoje. Quer dizer: tudo é imprevisível no que diz respeito ao que vai acontecer lá na Câmara.

Eu até tenho os meus temores de que a Câmara restabeleça aquele monstrengo que votou no dia 30 de novembro, justamente na mesma data em que caia o avião da Chapecoense – foram duas tragédias no mesmo dia.

Mas aguardemos o que vai acontecer lá depois do que se votar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Eu vou colocar o relatório em votação.

Antes, porém, gostaria de esclarecer que, na data de hoje, durante a discussão, foi apresentado e recebido o requerimento de destaque, de iniciativa do Senador Jorge Kajuru, exatamente em relação à Emenda nº 2, do Senador Lasier Martins. Portanto, está destacada a emenda, pela emenda do Senador Kajuru, exatamente dos artigos 8º e 9º, que tratam do abuso de autoridade.

Nós vamos, portanto, votar o relatório ressalvada a emenda destacada, o que significa a princípio que poderemos até, quem sabe, ter...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Com a palavra, pela ordem, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Permita-me, Presidente. É possível, nesse meu destaque, haver votação nominal?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Se não houver votação nominal nesta primeira, nós podemos votar nominalmente a segunda.

Nós temos duas votações, teria que haver o interstício de uma hora. Então, se no principal não houver pedido de que seja nominal, automaticamente na segunda é possível.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Só para entender, Presidente: vai ser colocado em votação exatamente o quê agora?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só o relatório com a emenda destacada, ou seja...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – A emenda destacada é qual?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É sobre os artigos 8º e 9º, que tratam do abuso.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – O.k., relatório sem 8º e 9º.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem 8º e 9º. Se alguém pedir nominal agora, com apoiamento, nós não poderemos colocar nominal o requerimento, a emenda destacada.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Então eu peço nominal. É assim? Se eu pedir nominal agora, a outra não será nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É assim.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu peço nominal agora, então.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar em votação o relatório, ressalvada a emenda.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Houve um pedido...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Cid pediu votação nominal para verificar os votos contrários. Eu pergunto se há apoiamento dos Senadores para a nominal do Senador.

Senador Ciro, Senador Weverton... Já temos apoiamento. Eu peço a Secretaria que abra o painel para a votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Esclareça: quem votar "sim"...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos votando apenas... Senador Oriovisto, até para justificar e ver se... Porque V. Exa. tinha dito que votaria favorável ao projeto com o destaque.

Só para esclarecer: nós estamos votando o relatório do Senador Rodrigo Pacheco, sem os arts. 8º e 9º, que tratam do abuso de autoridade. Então, quem quiser votar "sim" ao relatório, destacados os arts. 8º e 9º, vai votar com o relatório. Portanto, o voto é "sim". Aqueles que são contra o projeto como um todo votam "não".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem quiser votar com o texto do Senador Rodrigo Pacheco, destacados os arts. 8º e 9º, vai votar "sim". Quem quer votar contra o projeto como um todo vai votar "não" ao relatório.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Todos que concordam com o projeto, destacado... O abuso de autoridade não está sendo votado neste momento; o que está sendo votado é todo o resto, que é o projeto de combate à corrupção. Então, no caso, por exemplo, o Senador Oriovisto, que disse que a princípio votaria no projeto, poderá se quiser votar "sim", porque nós estaremos votando em seguida o abuso de autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sra. Presidente, só para corrigir: eu disse que votaria "sim" se o Relator retirasse o 8º e o 9º. Como ele não retirou, eu voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá.

O destaque vai ser votado em seguida. (*Pausa.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Senador Arolde.

Senador Humberto Costa.

Senadora Renilde Bulhões.

Senador Marcos Rogério.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso é campanha.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não. Eu estou chamando todos, com a permissão da Presidente. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estamos aguardando apenas mais um para termos o quórum de 24. (*Pausa.*)

Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se já exerceram o direito de voto para que possamos abrir o painel. (*Pausa.*)

Então, declaro encerrada esta primeira votação e peço à Secretaria que abra o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM ao relatório do Senador Rodrigo Pacheco, com as alterações feitas, à exceção do destaque, 19 Sras. e Srs. Senadores. Votaram NÃO 3 Senadores.

Portanto, está aprovado o parecer.

Passemos, agora, à votação da emenda destacada.

A emenda destacada tem parecer contrário do Senador Rodrigo Pacheco.

Coloco em votação a emenda destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento, portanto, com a emenda do Senador Kajuru, vão votar "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Nós estamos votando a emenda destacada, que tem parecer contrário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do Relator, sim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, nós estamos votando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos votando a emenda destacada. É a emenda.

Quem concorda com a emenda permaneça como se encontra. Quem não concorda vai ter que levantar a mão. Estamos votando a emenda. Por isso, o destaque. (*Pausa.*)

As Sras. e Srs. Senadores... Eu peço que permaneçam...

A maioria vota contra.

Está rejeitada a emenda.

Portanto, está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço às Sras. e aos Srs. Senadores que permaneçam no recinto. Nós temos, pelo menos, mais um projeto relevante. Houve um acordo dos Líderes para colocarmos extrapauta o projeto que trata da posse estendida na zona rural. Ele não é terminativo, mas houve um acordo para que pautássemos para que pudéssemos levar ao Plenário ainda hoje.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Enquanto os Senadores se acomodam, há um ofício S, de autoridade, que vai ser lido, neste momento, apenas lido, pelo Senador Rodrigo Pacheco, para que alguns Senadores possam entrar em acordo em relação ao item extrapauta.

(*Soa a campainha.*)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 27

OFÍCIO "S" N° 31, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra V. Exa. para preferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Agradeço, Sra. Presidente.

Submete-se a esta Casa a indicação, pela Sra. Procuradora-Geral da República, do Sr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, Procurador Regional da República, para ser reconduzido como membro do Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Ministério Público Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e a citada Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

O Sr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Rondônia, em 1998, é Especialista em Direito Constitucional pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, título obtido em 2011...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Rodrigo, eu peço que V. Exa., por favor, aguarde o silêncio da Plenária para que possa continuar, porque precisamos... Inclusive, os colegas reclamam que não estão conseguindo ouvir o relatório de V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O indicado, Dr. Silvio, é também Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe, cujo curso foi concluído em 2014.

Membro do Ministério Público Federal desde 2002, S. Exa. é Procurador Regional da República, promovido, por merecimento, em 2014 e lotado no 35º Ofício Cível da Procuradoria Regional da República da 1ª Região.

Como Procurador da República, atuou nos Estados de Rondônia, de 2002 a 2007, Alagoas, de 2007 a 2008, e de Sergipe, de 2008 a 2013, tendo oficiado em todas as áreas de atuação do Ministério Público Federal.

Em 2017, foi escolhido para compor o CNMP.

Anteriormente, o indicado, além de ter exercido a advocacia, foi Procurador do Estado de Rondônia, de 2001 a 2002, e servidor do Ministério Público Federal e do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Registre-se, ainda, que o ilustre membro do Parquet é autor do livro *Improbidade Administrativa: Procedimento, sanção e aplicação racional*, e de diversos outros trabalhos científicos sobre Teoria do Direito, Direito Constitucional, Filosofia do Direito e Improbidade Administrativa.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

S. Exa. anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências regimentais para a instrução do processo.

Finalmente, vale ressaltar que, na forma da citada Lei nº 11.372, de 2006, o indicado submeteu-se a processo eleitoral entre os seus pares para a apresentação de seu nome para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, tendo sido eleito em primeiro lugar para compor a respectiva lista tríplice.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o meu parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura a sabatina e votação do candidato.

Item extrapauta por acordo de Líderes.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 28

PROJETO DE LEI N° 3715, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para considerar, para fins de posse de arma de fogo, que a residência ou domicílio compreende toda a extensão do imóvel rural.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Falo pela Bancada do PT, Presidenta.

Desde ontem, quando surgiu essa ideia desse projeto lá no Colégio de Líderes, houve uma conversação, principalmente com o autor e Relator do requerimento, ontem, da nossa parte, com a presença minha e do Líder Humberto, que era possível a gente chegar a um acordo se estivessem claras algumas questões que a gente colocava na hora para o Relator e para o autor.

Ficou a ideia de a gente concordar com a entrada extrapauta aqui, o Relator leria seu relatório e nós pediríamos vista para voltar na outra quarta-feira, de manhã, aqui na CCJ, e, à tarde, ir ao Plenário para votar. É uma matéria muito sensível.

Eu venho de um Estado que tem conflitos armados tanto de um lado quanto de outro. A proposta opta realmente para ser usada nos limites da sua propriedade, mas nós queremos ter a clareza disso. Haja vista que depois da votação dessa questão, desse tema na semana passada ou anteriormente, a própria sociedade tem uma polarização, tanto é que a gente vê, nas redes sociais, sendo pressionada por um e defendida por outro lado.

Portanto, eu não vejo com que justificativa se tenha pressa em aprovar.

Dar a vista coletiva hoje, e voltar na quarta-feira de manhã, para que a gente aprove na quarta-feira à tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou apenas ouvir o Relator sobre essa conversa, mas eu quero deixar claro – e já pedi desculpas aos colegas – que, como eu não sou Líder, eu participo da reunião como Presidente da CCJ, e lá, oficialmente, o que saiu da reunião é que seria um acordo de Líderes. Não foi levada esta discussão oficialmente na reunião de que nós iríamos, pelo menos, avançar um ponto, que era em relação à possibilidade da posse de arma estendida por toda a área da propriedade a todos os moradores – não são os proprietários; estou falando de trabalhadores rurais, no que se refere a posse. O projeto única e exclusivamente diz que posse de armas... Que na propriedade rural, para efeito de posse de arma, se estende a toda a propriedade rural. O Relator pode esclarecer. Eu quero ouvir apenas V. Exa. antes de deliberar, Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Pois não, Presidente.

Efetivamente, ocorreu uma deliberação no Colégio de Líderes nesse sentido. O projeto é bastante singelo: ele apenas traduz, esclarece o alcance da posse para aquele que já tem a arma registrada com todos os requisitos atendidos. Esclarece que, no caso de quem reside na zona rural, o ambiente onde ele pode portar essa arma é o correspondente a toda a extensão do imóvel. Não existe nenhum tipo de restrição sob o ponto de vista de inconstitucionalidade formal, material; respeita a boa técnica legislativa.

Não é um projeto que tenha graves repercussões, mas eu não tenho função de corregedor dos colegas, para garantir vigência de acordos, e respeito com total tranquilidade o pedido de vista do nobre Senador Paulo Rocha.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas, também, de lembrar ao Senador Paulo Rocha que, na verdade, nós estamos apenas reiterando, porque existe um conceito no Brasil de que local de trabalho urbano é um e rural é outro. Porque, na verdade, já está escrito que eu posso ter a posse na residência ou domicílio e no local de trabalho. E fazenda é o quê? Lugar de passeio? Então, nós estamos apenas esclarecendo – para alguns é passeio, não é, José Maranhão? Mas para nós, sabemos o que significa.

Então, está se especificando e clarificando apenas para não haver dúvida, Senador Paulo, mas já é permitido. Qualquer um pode ir para a Justiça, com esse inciso. Complica a vida, dá trabalho, gasta dinheiro, mas local de trabalho é na roça também.

Então, eu gostaria de pedir a sua consideração e avaliação: que a gente pudesse atender o Colégio de Líderes que fez esse acordo. É um clamor nacional. Tem sido evitado dar aos produtores porque não está escrito "produtor rural".

É uma coisa interessante: venda de terras para estrangeiros é proibido; agora, o estrangeiro pode comprar uma cidade inteira, todos os lotes, todos os prédios, mas no campo não pode. Então, é um Brasil rural e um Brasil urbano. Eu não sei, eu não entendo essas diferenças.

Então, eu só quero reiterar esse pedido, esse clamor para que nós pudéssemos aprovar e atender o Colégio de Líderes. É simplérrimo esse projeto, não tem nenhuma novidade: é a posse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lembrar a todos que estão nos ouvindo: a posse na residência já é permitida pelo Estatuto do Desarmamento; a posse no trabalho já é permitida pelo Estatuto do Desarmamento. No trabalho, já é permitido, pelo Estatuto do Desarmamento. Nós só estamos colocando uma coisa mais clara que é definindo o local de trabalho do produtor, que é no campo, apenas isso.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Ainda para esclarecer, antes de dar a palavra aos Senadores, nós não podemos nos esquecer de que, com base nesse acordo, o Presidente já o pautou no Plenário desta Casa na sessão de hoje. Ainda que não votemos, ele pode nomear um relator *ad hoc*, colocar em Plenário e votar.

Eu acho que é preciso, no mínimo, nós debatermos o assunto, ou seja, o Relator lê hoje, debate o assunto, nós votaríamos – não é terminativo – e, no Plenário, se houver emenda, houver um acordo lá, havendo emenda de Plenário ou mesmo um acordo combinado, pode voltar para CCJ.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Primeiro, pela ordem, Senador Marcos Rogério, e, em seguida, V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, primeiro, eu queria cumprimentar V. Exa. por pautar essa matéria nos estritos termos do acordo que foi feito no Colégio Líderes.

Há uma queixa dos Senadores no Colégio de Líderes justamente quando há o atropelamento das comissões em submeter a matéria diretamente ao Plenário do Senado para votação, sem o parecer, sem a aprovação de, pelo menos, uma comissão. Então, o acordo foi feito ontem justamente para resguardar esse entendimento, esse acordo de procedimento da Casa no sentido de a matéria passar necessariamente por uma das comissões.

Em não votando aqui, certamente a matéria será votada no Plenário à tarde, sem a aprovação na CCJ, porque o acordo foi feito assim, o acordo foi feito assim, e não há, por parte do Presidente e nem do Colégio de Líderes, quebra de acordo nesse momento porque a matéria veio para cá, estava na pauta, havia um acordo de procedimento estabelecido.

É um texto extremamente simples. E eu queria aqui chamar a atenção dos colegas dizendo o seguinte: eu não estou mexendo aqui em quantidade de armas, em questão de conceitos maiores; a única coisa em que nós estamos mexendo aqui é o seguinte: porque hoje a posse da arma e das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

munições só pode ficar dentro do domicílio, dentro da residência, da sede da chácara, da sede do sítio, da sede da fazenda. O que nós estamos fazendo? Alargando essa posse para toda a extensão da propriedade rural, porque não tem sentido. Se a arma é para a defesa pessoal e da propriedade, como é que você vai fazer a defesa da propriedade com a arma presa dentro de casa? Não dá para você ter essa compreensão, não dá para você ser tão restritivo a esse ponto. Então, o projeto deixa claro. Ele traduz exatamente aquilo que já é a prática. Entende-se por domicílio a extensão do imóvel rural. Você pode estar com a arma, portar a arma dentro de toda a extensão do imóvel rural.

Portanto, o apelo que faço à Comissão seria no sentido de a gente não quebrar o acordo que foi feito no Colégio de Líderes porque isso representaria, na verdade, uma quebra invertida porque a gente reclama quando o Presidente chama para o Plenário a matéria sem ter passado por uma comissão; aí, quando se estabelece um acordo no Colégio de Líderes para fazer cumprir o acordo de procedimento passando a matéria pela Comissão, nós vamos dar causa a essa quebra?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, o apelo que eu faço é que a gente pudesse votá-la aqui e lá, no Plenário, se houver alguma ponderação a fazer, alguma correção a fazer, obviamente que eu apresentei a proposta, mas, se tiver alguma maneira de acrescentar alguma coisa que a aperfeiçoe ainda mais, não há nenhum impedimento a que isso seja feito em Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como há vários inscritos, eu vou pedir que os Senadores, por favor, façam as suas considerações da forma...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Trinta segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... mais objetiva e a questão de mérito vai ser discutida quando nós abrirmos a discussão.

Com a palavra, na ordem de inscrição, o Senador Major Olímpio; em seguida, Senador Kajuru; após, Senador Angelo Coronel e Senador Amin.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Só para dizer, Sra. Presidente e Srs. Senadores, que, quando foi construído o acordo, se viu de forma tão óbvia a definição da questão dos limites da propriedade que nós sabemos muito bem. O Rogério sistematizou no projeto o que, na prática, já acontece. Como é que nós vamos dizer que o quintal, a extensão da propriedade não faz parte ou não estaria no abrigo onde o indivíduo possa ter a sua arma?

Então, eu encareço aos Srs. Senadores que não houve atropelo nenhum no Colégio de Líderes; ao contrário, é simplesmente para dar uma resposta efetiva. Não estamos discutindo aqui questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posse, porte, aquisição, volume de armas e munição, nada disso; isso nós vamos ter projeto específico para debatermos, fazermos audiências públicas, colocarmos as nossas posições. Esse projeto simplesmente está deixando mais clara a área da propriedade como a área de posse. Então, eu não consigo ver, Rogério, como é que nós vamos aperfeiçoar ou mudar o texto. Ou nós estamos com esse texto que é o óbvio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... ou nós não estamos. Então, ficou tão claro e evidente que eu acho que é simplesmente protelarmos e deixarmos cidadãos no campo na insegurança hoje de ter a sua posse legítima de armas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou pedir que, se puderem, sejam bem objetivos, nós temos mais oradores ainda.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu sei ser jornalista. Trinta segundos.

Penso que os argumentos da proposição para adiar são argumentos que temos que respeitar. Agora, acima de tudo, Presidente Simone, nós temos que respeitar a sociedade brasileira a quem ontem se informou que a decisão dos líderes foi para votar aqui hoje. A Nação espera a votação aqui e agora. É um desrespeito a ela. Nós somos nada mais do que empregados públicos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu estava aqui lendo o Estatuto do Desarmamento e também as ponderações do Senador Marcos Rogério e queria deixar uma pergunta para, se obtivermos resposta agora, que fique para a ponderação.

Se a propriedade pertencer a uma pessoa jurídica, ou seja, a uma empresa, o gerente é contratado, é quem toma conta. Quem vai ser o responsável pela arma? A pessoa jurídica não pode. Qual é a maneira como isso vai ser feito, para que o gerente possa portar essa arma para montar num cavalo e ficar – vamos dizer assim – vigiando a periferia, os limites da propriedade rural?

Isso que eu queria ponderar, Sra. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sra. Presidente, se eu pudesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou encerrar a inscrição na seguinte forma: Senador Amin e, em seguida, Senador Fabiano. O Relator já se pronunciou, mas vai ter todo o tempo para esclarecimento.

Senador Amin, Senador Fabiano.

Senadora Kátia, eu pedi...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É só uma frase para o responder.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – O art. 5º, Senador Angelo, do Estatuto de Desarmamento diz que "no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa", e em qualquer empresa já é definido o responsável legal. A sua preocupação procede, mas isso é bem claro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero esclarecer às Sras. e aos Srs. Senadores que nós ainda abriremos a fala a todos os Senadores para discussão da matéria. Nós não estamos ainda discutindo a matéria; nós estamos apenas discutindo a questão extrapauta.

Com a palavra...

Eu vou encerrar com o Senador Fabiano.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Apenas por uma questão de organização.

O relatório é ultrassucinto, na verdade eu acabei já lendo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas, antes, nós temos que deliberar, e eu vou decidir se nós vamos pautar ou não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pautar aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Eu estou apenas ouvindo, por gentileza, os colegas e já vou me pronunciar a respeito.

Senador Amin.

E, para finalizar, Senador Fabiano, antes de eu preferir aqui a decisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu peço a palavra primeiro para justificar. Eu não votei e não votei porque eu estava na sessão solene de promulgação da Emenda Constitucional nº 100, que, por designação de V. Exa...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi representando a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fui o relator...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E estava representando, no momento, a Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Demorou um pouquinho mais do que eu pensava. Eu peço desculpas, mas não faltarei no Plenário.

Quero, mais uma vez, louvar o trabalho extraordinário do Senador Rodrigo Pacheco.

Quanto a este projeto, eu quero dizer o seguinte: para mim basta que ele passe por aqui e receba a benção da Comissão de Constituição e Justiça. Este projeto é velho. Hoje, o Senador Alessandro apenas oxigenou uma velhinha que estava esperando ali. E quero louvar mais uma vez todos os que tomaram iniciativas semelhantes – nem sei quantos –, mas louvar o Deputado Federal Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul, que apresentou o Projeto de Lei 6.717, de 2016, de que eu quis ser relator na Câmara dos Deputados. Ele apenas, Senador Alessandro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele apenas é mais detalhado na questão do que é o perímetro, de quem é, como é que se identifica o responsável – ele detalha isso. Mas, na minha opinião, trechos daquele projeto podem ou não ser incluídos no Plenário.

Mas eu voto a favor do debate deste projeto, voto a favor de como ele está escrito, porque este projeto, o alcance desse projeto, em matéria de propriedade rural, é mais do que justo; e, junto com ele, o do CACs, que é apenas uma regulamentação, na verdade, de um direito que já existe. Quando eu falo CACs, falo de caçadores, atiradores esportivos e colecionadores.

Portanto, voto a favor de que se vote e voto a favor do texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Último orador, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria aqui fazer, antes de mais nada, uma breve consideração. O Brasil ostenta a quarta colocação em nível mundial em morte em acidente de trânsito, ultrapassando 40, 50 mil pessoas por ano; 400 mil mutiladas, com um custo desses acidentes de mais de R$50 bilhões. E quem paga por isso é a população. A única condenada no Brasil é a família da vítima, que sofre pela dor da perda e pela certeza da impunidade.

Talvez muitos colegas estejam me perguntando porque eu estou falando isso. Ora, o principal bem jurídico que tem que ser protegido por todos, pelo Poder Público, é a vida humana, o respeito à integridade física.

Nós temos visto pronunciamento do Presidente da República abolindo cadeirinha em que se transporta criança no banco traseiro, abolindo uma conquista que é o exame toxicológico para o motorista, querendo aumentar a pontuação de motorista, validade da habilitação, ou seja, um total desprezo, banalização da vida humana.

Eu tenho um projeto que já está pautado aqui para a deliberação dos colegas por cinco vezes, o PL 600, que justamente vem coibir essa conduta no trânsito para determinar cadeia para motorista embriagado que mata, quer seja por álcool ou por qualquer substância com efeito psicoativo.

Hoje, com todo o respeito, no Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826, de 2003, já está assegurado o direito à posse. Qual a relevância e urgência para isso já entrar extrapauta, para já votarmos e ir para Plenário hoje? Nós temos projeto aqui que defende a vida humana.

Então eu estou aqui defendendo – primeiro, fazendo um apelo a V. Exa. – que, na próxima reunião, o meu Projeto de Lei, PL 600, seja colocado em pauta, mas no início, porque todas as vezes ele é 14º, 15º, 17º, e nós não chegamos a votar. E agora sou surpreendido por um pedido extrapauta, mais uma vez, sobre armamento, para estender a posse em todo o perímetro das propriedades rurais. E tem legitimidade esse peito. Só questiono a urgência, a relevância, para que se vote isso de forma açodada, requerimento de urgência, mandar para o Plenário. Ora, o que é mais importante? Não é a vida humana? O respeito à integridade física?

Então fica aqui o meu protesto. E o meu voto é para que não seja colocado em pauta. Nada de urgência. E que nós sigamos a pauta da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço e peço a compreensão das Sras. e dos Srs. Senadores, mas esta Presidência vai manter, de ofício, na pauta de hoje esse projeto pela única e simples razão: independente do mérito, houve uma determinação da Mesa, que informou a esta Presidência, por acordo de líderes, não só V. Exa., mas também o líder dos Senadores que, neste momento, discorda em relação ao mérito.

E ainda para esclarecer o Senador Fabiano, nós não podemos esquecer que esta é a Comissão mais importante da casa, é uma comissão que tem aqui, sob a nossa guarda, quase dois mil projetos, obviamente, projetos prejudicados, projetos que são claramente inconstitucionais. Nós podemos tirar, pelo menos, a metade disso, mas ainda assim ficaríamos com mil projetos. Desses, antes do projeto de V. Exa., cujo relator deve ter apresentado há pouco, nós temos projetos cujos relatores entregaram as suas relatorias no final do ano passado e início desta Legislatura. Nós estamos colocando, dentro do possível, na ordem para votação, mas nada impede que as Sras. e os Srs. Senadores peçam inclusão na pauta – nunca neguei a inclusão na pauta – dos projetos já relatados. Estamos dando, inclusive, a partir da semana retrasada, preferência para os Parlamentares desta Legislatura.

Eu gostaria, aproveitando também esta informação, de dizer que nós vamos começar a colocar a sabatina de autoridades em horário distinto na Comissão para podermos dar vazão. Nós temos, pelo menos, mais seis indicações de autoridades que já estão com relatório pronto. Vamos dividir em duas: CNJ em um dia, CNMP no outro. E vamos colocar para 13h30 ou 14h. Acho que 13h30, porque dá tempo de os sabatinados fazerem as suas exposições iniciais, os senhores poderão ouvir do gabinete para, às 14h, começar a sabatina. Portanto, já semana que vem incluiremos os três primeiros sabatinados...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E o lanchinho, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... do Conselho Nacional de Justiça. Já ficam, então, avisados, Sras. e Srs. Senadores, de que começaremos às 13h30, porque às 14h começaria efetivamente a sabatina, na semana que vem, para não atrapalhar a pauta.

Também já acatando a solicitação do Senador Fabiano, colocaremos na pauta da semana que vem, não sei se não está na pauta já...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tenho que seguir a ordem, Senador, mas vamos chegar lá, porque semana que vem nós não teremos projetos polêmicos.

Eu gostaria, portanto, de, ao encerrar esses esclarecimentos e já deliberando que está incluído na pauta, passar, sem mais delongas, depois todos terão direito ao debate para discussão, a palavra ao Relator para que possa proferir o seu relatório ao PL nº 3.715, de 2019.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, apenas um esclarecimento: para confirmar se teremos pedido de vista em comissão, porque, nesse sentido...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Conforme o combinado, eu teria que dar vista de cinco minutos, ou de uma hora. Poderíamos dar de uma hora, mas faríamos apenas os colegas ficarem aguardando. Não é terminativa. O painel está aberto. Então pediria a compreensão dos colegas, porque pedido de vista só vai fazer com que possamos atrapalhar o almoço de alguns colegas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pedido de vista por uma hora...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, Presidenta, infelizmente, eu não estou quebrando nenhum acordo, se a nossa liderança lá, a minha liderança, concordou com o processo, de entrar em pauta, etc., etc., etc...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aqui no plenário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não estou tirando a autoridade da Comissão. Eu tenho uma atividade parlamentar muito grande no Congresso Nacional e o meu forjar de um bom Parlamentar foi exatamente nas comissões. Sabe que eu não sou Senador de Plenário, sou de comissão, tanto que eu consegui aprovar dezenas de projetos importantes para a sociedade brasileira a partir das comissões. Então não estou tirando nenhum valor da Comissão, da CCJ...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não estou tirando o direito de V. Exa. pedir vista por uma hora. Eu apenas esclareci que nós estaríamos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, não tem no Regimento por uma hora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas há jurisprudência nesse sentido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por acordo, não tem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está bom. Esta Presidência, novamente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, me ouça. Depois, o PT é um partido que cumpre a palavra. Quando eu me manifestei ontem, iniciativa minha, chamei o meu líder, chamei o autor do projeto e o Relator e disse o seguinte: nós podemos chegar a um acordo tranquilo nessa matéria – não falei isso para você? – e nós vamos fazer o seguinte: nós só queremos ter um tempo para analisar o projeto. Então, volta na quarta-feira e nós aprovamos por acordo e tal.

Aí, eu não vou abrir mão, Excelência, não sou radical, não sou dos radicais, mas eu não vou abrir mão do direito de pedido de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem direito a pedir vista. Eu apenas quero esclarecer que também combinado e acordado...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E não vejo nenhuma justificativa...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nós daremos o pedido de vista por uma hora ou um pouco mais, mas lembrando que há acordo e que é possível pedido de vista em menos de 24h.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, Presidenta, não vejo, mesmo que seja decidido em colégio de líderes, não vejo nenhuma urgência urgentíssima para não adiar por oito dias uma matéria dessa importância para a sociedade. Há conflito no campo, mas não há guerra no campo para justificar essa urgência urgentíssima.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência vai novamente esclarecer e deliberar.

Esta Presidência esclarece que eu participo da reunião de Líderes apenas, nesse caso, como ouvinte. Eu não tenho voto em relação ao que é tratado na reunião. Eu me pronuncio, eu me manifesto, mas eu não tenho poder de voto, porque também tenho Líder, o meu Líder é o Líder do MDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consequentemente, estou aqui para cumprir o acordo dos Líderes. O acordo dos Líderes era de que fosse lido e votado hoje e que esta matéria iria para Plenário, tanto é que é o item 2 da pauta de hoje.

Não vou aqui tirar direito de Parlamentar pedir vista. Agora, vista pode ser concedida, já foi por diversas vezes nesta Casa, por sete dias, por 24 horas, quando há acordo de urgência, ou até por uma hora. Então, nós vamos ouvir o Senador Alessandro Vieira, que vai fazer o seu relatório, vou suspender a discussão e dar vista por uma hora e, em seguida, voltaremos à discussão da matéria. Essa é a palavra final da Presidência. Claro que cabe a quem discorde recurso à Mesa do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para esclarecer, Sra. Presidente, durante o período de vista a reunião prossegue?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Prossegue, nós temos pauta aqui, nós temos itens não terminativos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque eu gostaria de fazer um apelo em favor do item 12.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, estando o Relator presente, nós continuaremos.

Com a palavra...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E eu, a convocação do Ministro Gilmar Mendes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O requerimento só pode ser lido na reunião seguinte sempre, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos alguns requerimentos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas que se registre. Eu entrei com o requerimento hoje. Se convidamos o Sergio Moro, não é possível não convidarmos o Gilmar Mendes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há outros requerimentos nesse sentido.

Com a palavra, para leitura do seu relatório, o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como já dito, esse projeto de lei de autoria do Senador Marcos Rogério altera o art. 5º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, chamado Estatuto do Desarmamento, apenas para considerar, para fins de posse de arma de fogo, que a residência ou domicílio compreende toda a extensão do imóvel rural.

Não foi encontrada nenhuma inconstitucionalidade formal ou material. O projeto observa a juridicidade, atende aos requisitos de adequação da via eleita, generalidade, abstração, coercitividade, inovação e concordância com os princípios gerais do Direito. Além disso, a matéria não contraria nenhuma norma regimental.

Quanto ao mérito, a proposição é conveniente e necessária. O morador rural, por viver em áreas remotas, não tem a mesma proteção que o Estado busca oferecer a quem mora nos grandes centros urbanos. Por estar mais vulnerável, o morador do campo precisa, não só na sede, mas em qualquer ponto de sua propriedade, de meios para se defender dos inúmeros riscos a que está exposto, como roubo de animais, roubo de máquinas e roubo de safra. Ele pode, enfim, ser atacado num quintal, numa plantação, num curral, num galpão, em qualquer espaço de sua propriedade. Assim, nada mais justo do que garantir ao morador rural a posse de arma de fogo em toda a extensão de seu imóvel, para que possa exercer o direito à legítima defesa e ao desforço imediato, sem a ameaça de ser preso por porte ilegal de arma de fogo.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência suspende a discussão e, de ofício, concede vista por uma hora ao Senador Paulo Rocha.

Enquanto isso, nós continuaremos com a pauta, com os Relatores que estão presentes e apenas os projetos não terminativos. Da maioria, inclusive, que eu vou colocar aqui, os relatórios já estão até lidos, e os que não estiverem, eu peço, dentro do possível e sem prejuízo do conhecimento obviamente da matéria, que possam também ser sucintos.

Nós temos vários projetos aqui, pelo menos três cujos Relatores estão presentes. Terminado, nós podemos suspender a reunião pelo prazo que foi concedida a vista.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 21, DE 2019

- Não terminativo -

Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com a emenda de redação que apresenta

Observações:

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério e Alessandro Vieira nos termos regimentais;

- Em 16/05/2019, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Antonio Anastasia.

Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério e Alessandro Vieira, que até o momento não apresentaram emendas.

O Senador Kajuru já leu o seu relatório, portanto, vai apenas proferir o relatório em relação à Emenda nº 1.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para proferir relatório.) – Obrigado, Senadora e Presidente Simone.

Eu vou ser bem rápido, até porque eu estou morrendo de vontade de comer uma bolacha. Eu sou diabético.

Ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, foi concedido pedido de vista coletiva.

O Senador Antonio Anastasia, como sempre exímio, apresentou uma emenda pedindo a supressão da alínea "d" do inciso IV do art. 2º, sob a justificação de que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social está sendo extinto pela Medida Provisória 870, de 2019, que estabelece a nova organização básica dos órgãos da Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, acolhemos a emenda apresentada pelo Senador Anastasia, uma vez que o Poder Executivo está excluindo de sua estrutura administrativa o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Portanto, não faz mais sentido conferir à Vice-Presidência da República a função de secretariar e coordenar o referido conselho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É esse o meu parecer à emenda apresentada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza e o respeito ao Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu fui bem rápido e bem objetivo porque eu quero comer uma bolacha.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... acatando a emenda do Senador Anastasia.

Em alguns Estados da Federação brasileira nós chamamos de biscoito e em outros de bolacha, para que possamos entender o pleito do Senador Kajuru.

Eu coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, o projeto não é muito complexo, mas a minha ponderação aqui – e pode ser que eu esteja equivocado – é que o Vice-Presidente é um mandatário, ele é detentor de mandato eletivo. E o projeto em algum ponto, especialmente no inciso VI do art. 2º, eu não sei se isso aqui não coloca o Vice-Presidente numa condição meio que de subordinação ao Presidente da República. E o Vice-Presidente não é subordinado ao Presidente, como não é o Vice-Prefeito, como não é o Vice-Governador.

Então...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Voltou.

Exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente. O Presidente designar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A minha preocupação é só de não criar uma vinculação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que a preocupação de V. Exa. procede...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é uma afirmação, é só uma inquietação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas lembrando que só quem pode estabelecer atribuições ao Vice-Presidente é a instância superior, que é o Presidente.

Então, aqui está permitindo que o Presidente da República dê alguma atribuição...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vincula?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não vincula?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque teria que estar escrito qual seria a atribuição e ela só pode ser feita por decreto presidencial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço. Está superada a minha dúvida. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável, com a Emenda de nº 1 e a Emenda de redação nº 2.

A matéria vai ao Plenário.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 2014

- Não terminativo -

Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à Proposta

Observações:

- Em 05/06/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Antonio Anastasia e Marcos Rogério nos termos regimentais;

- Em 11/06/2019, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Antonio Anastasia (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que já proferiu o seu relatório, apenas para proferir o relatório em relação à Emenda nº 1, do Senador Antonio Anastasia.

Com a palavra V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro, Presidente, quero saudar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, que incorpora em nossa declaração de direitos individuais e coletivos – no meu entender, o mais importante dispositivo da nossa Constituição, tanto que o art. 60 o eleva à condição de cláusula pétrea com destaque, com prioridade –, que inclui nesse artigo o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e os direitos coletivos. Então, minhas homenagens ao autor da proposta de emenda constitucional.

Da mesma forma, em relação à emenda apresentada por S. Exa. o Senador Anastasia, não há qualquer mudança no mérito. Ao contrário, S. Exa., também com as minhas homenagens, aperfeiçoa a redação da proposição inicial. Ambas têm o propósito de garantir a todos os cidadãos o direito à acessibilidade e à mobilidade, inserindo-os dentro de nossa Lei Maior, que é a Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem aponta o Exmo. Senador Anastasia em sua justificação, o art. 5º da Constituição Federal trata de fundamentar genericamente os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

A inserção do direito à acessibilidade e mobilidade, por meio de inciso específico, no art. 5º da Constituição, aprimora a técnica legislativa.

Portanto, quero aqui agradecer a belíssima contribuição do Senador Anastasia.

O nosso voto é pela aprovação da proposta de emenda à Constituição com o acatamento da emenda de redação apresentada por S. Exa., o Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabenizo V. Exa. e o Senador Anastasia.

Essa também foi uma preocupação minha quando do relatório, até porque acessibilidade e mobilidade estão inseridos, se fosse para mexer no *caput*, no direito à igualdade de todos. E aí, sendo específico, colocar nos incisos foi a melhor das opções.

Há projetos nesta Casa querendo também colocar no *caput* a questão do meio ambiente, proteção de dados... Todos esses, que são essenciais realmente, como direitos individuais, já estão de alguma forma abarcados, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, e seria apropriado que se colocasse nos incisos.

V. Exa. foi muito feliz.

Parabenizando V. Exa., coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda de Redação de nº 1, desta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

1ª PARTE

ITEM 7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 36, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ) e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à Proposta

Observações:

- Em 05/06/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério, Esperidião Amin e Rodrigo Pacheco nos termos regimentais.

Em 5 de maio, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério, Esperidião Amin e Rodrigo Pacheco, que não apresentaram emendas.

Coloco, neste momento, em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu vou falar até sem recorrer a nenhuma observação técnica da assessoria, porque me parece que é uma proposta imbuída de boa vontade, mas eu penso que nós estaríamos aqui a chancelar decisões de outros Poderes que nem sempre representam medida de Justiça.

No ano passado nós tivemos, na Câmara dos Deputados, Senador Esperidião Amin, dois casos de colegas Parlamentares condenados em esferas judiciais regionais: TRF4, salvo engano, um caso, e outro caso do próprio Supremo Tribunal Federal, do Deputado Jacó, no caso da creche do Rio de Janeiro, e o outro de um Deputado de Santa Catarina, o caso de uma retroescavadeira, João Rodrigues, esses dois casos, casos típicos de injustiça que, por descuido processual na fase de instrução, perderam, a matéria foi apreciada, os recursos negados, condenados, trânsito em julgado, e aí vêm para o Parlamento a comunicação da decisão.

Então, a matéria, a iniciativa me parece louvável para aqueles casos em que se reconhece a gravidade dos delitos, a justeza da condenação, a reprovabilidade da conduta, mas há situações também em que o outro Poder pode cometer erro, pode cometer equívoco, pode agir de forma desmedida, desproporcional, não razoável.

Retirar do Parlamento a possibilidade de fazer um exame, não do mérito da decisão judicial, mas eu fico aqui tentado a discordar da aprovação da matéria, considerando, Senador Esperidião Amin,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente os precedentes que eu estou suscitando. E digo para V. Exa. que quem me conheceu na Câmara dos Deputados sabe qual era a minha atuação mais evidente naquele Parlamento, justamente no Conselho de Ética. Sou conhecido lá sobretudo por relatorias polêmicas, e sempre fui muito duro nos pareceres que apresentei, mas não posso ser incoerente com a minha consciência.

Há casos em que o Judiciário erra, comete injustiça. E aí o Parlamento ser simplesmente um carimbador de decisões que vêm de lá, sem fazer essa análise de cautela... Eu não sei se nós estamos agindo de forma adequada para preservar a competência também das Casas do Poder Legislativo para esses casos excepcionais.

Eu, em regra, em linhas gerais, concordo com a decisão, mas as exceções... Uma injustiça cometida, confirmada pelas Casas do Congresso Nacional, parece-me potencializar ainda mais a injustiça.

Eu confesso que me incomoda essa ideia, a partir desses dois casos que estou citando aqui. Eu conheço os fatos, estudei a matéria e posso afirmar que são casos de injustiça – de injustiça – esses dois casos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedo a palavra ao Relator, que quer fazer um esclarecimento ao Senador Marcos Rogério.

Podemos aguardar a fala do Senador Amin e V. Exa. conclui, por favor, Relator, porque até então não havia inscrição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito.

Eu ouço o Senador Amin.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu não posso votar a favor de um texto que complementa a Constituição para tirar da Casa para a qual foi eleito o Parlamentar a chancela, de alguma forma, da perda de mandato.

Vou apenas aproximar a lente do caso do Deputado João Rodrigues, do que se tratou, como Vice-Prefeito, e há pouco nós vimos que o Vice-Prefeito, em 30 dias, assinou o edital.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – O edital só.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve a compra de uma retroescavadeira entregando-se a velha...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... como parte do pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Coisa que foi feita pela comissão de licitação e, depois, pelo setor administrativo. Ninguém foi condenado!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nenhum dos demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só o Vice-Prefeito.

O Prefeito está lá hoje. O Prefeito, hoje, é o Vice-Prefeito do Município, Darci Fiorini. Veio aqui defender o caso: "Olha, ele não fez nada. Ele assinou o edital."

Qual foi a causa da condenação? Uma possível subvalorização da retroescavadeira velha, que iria ser entregue como parte do pagamento. Ou seja, ela não valia R$30 mil, ela valia R$36 mil.

Resultado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O mérito que eles queriam é que fosse feito o leilão da velha, e não poderia colocar como parte do negócio da compra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, a avaliação da velha fora considerada lesiva, mas não foi ele que fez a avaliação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele fez o edital!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um ato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Resultou no seguinte: cassaram o mandato do segundo Deputado mais votado da história de Santa Catarina. E o que é pior, havia dúvidas sobre a prescrição!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A prescrição é quando toma-se a decisão ou quando se publica no Diário Oficial?

E sabe quando é que foi decidido isso? Agora, quando ele foi reeleito. Ele foi reeleito em 2018.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Teria direito ao mandato, mas, não! A decisão foi a seguinte: ele está absolvido, mas perdeu o direito de se candidatar. Então, ele foi cassado duas vezes, foi reeleito com o voto e não pode assumir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque entendeu-se que, apesar de não estar mais condenado, ele não poderia ter disputado. Então, eu não posso aceitar.

Foi a única vez, Senadora, que eu fui ao Conselho de Ética de algum lugar sem ser membro. Fui lá. Não é do meu partido, já foi meu adversário, mas isso é um ato vil, isso é uma vilania, e eu não posso botar o meu dedo para homologar isso. E acho que nós temos a responsabilidade de dar fim ao mandato que o povo deu, já que não se pode fazer *recall*, mas o *recall* dele foi feito. E com toda essa divulgação ele se elegeu de novo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin, se V. Exa. me permite um aparte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se o projeto propusesse...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... um prazo para as Casas do Congresso avaliarem a decisão, julgarem a decisão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí eu concordo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... eu concordaria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu tirar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço só que respeitem, pois nós temos oradores inscritos, Senador Marcos Rogério.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só não posso é votar a favor de um texto, por melhor intenção que tenha, que retira da Casa do povo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Podíamos só ouvir o Relator, pois acho que ele tem uma solução.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria, antes, de ouvir o Relator, para que faça os esclarecimentos devidos e seguimos com a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou explicando o porquê e qual é a minha conclusão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por isso que eu tive a condescendência necessária com os dois colegas desta CCJ que fizeram pedido de vista, o Senador Marcos Rogério e o Senador Esperidião Amin.

Diante das argumentações, ponderando a razoabilidade delas e tendo em vista o comprometimento, inclusive de quórum, nesta reunião da CCJ, Presidente, eu requeiro a V. Exa. a retirada de pauta para melhor análise por parte desta Relatoria e para procurar, com os colegas Senadores, encontrar uma mediação que possa ser contemplada pela CCJ.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço à Secretaria que devolva, então, o projeto à assessoria do Senador. E só voltaremos à pauta após a entrega do Senador Randolfe Rodrigues do presente relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Peço dez segundos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Serei bem rápido.

Por uma questão de justiça, até como Líder da Bancada do PDT aqui na Casa, eu jamais poderia deixar de aproveitar este momento para suscitar aqui um caso concreto que os senhores e senhoras presenciaram e do qual são testemunhas, que é o caso do Senador Acir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há absurdo maior do que aconteceu com o Senador Acir, tudo que ele passou? Com ninguém, ninguém, ninguém daquele processo houve algo; não houve ninguém penalizado naquele processo, até porque não existe mais a dívida, foi paga. Todos sabem da correção que ele tem; não é envolvido em nenhum tipo de escândalo, em nenhum tipo de corrupção. É um Senador aqui atuante, um chefe de família, e todos viram o absurdo que aconteceu com ele.

Então, isso é muito pertinente. É importante a gente aprofundar mais esse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, se V. Exa. me permite, em poucos segundos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Considero razoável a sugestão de sua S. Exa. o Senador Marcos Rogério de estabelecer um prazo para apreciação por parte da Casa Legislativa e, cumprido esse prazo, aí, sim, haver alguma execução da decisão.

Enfim, requeiro a retirada para melhor análise e discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. terá o tempo necessário para analisar novamente o projeto e as possíveis emendas apresentadas.

Está retirado de pauta e devolvido o projeto ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

Item 10 da pauta:

1ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 1951, DE 2019

- Não terminativo -

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao Projeto com duas Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa

Concedo a palavra à Senadora para proferir o seu relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Projeto de Lei 1.951, de 2019, do Senador Weverton Rocha, do Maranhão, que institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências.

Quero apenas lembrar que, na Guiana, existe toda essa base de lançamento, Estados e Municípios não têm nenhuma participação, e esse é um clamor daquele país. E, graças ao Senador Weverton, no Maranhão será diferente porque nós teremos com certeza o apoio dos Senadores e Deputados para a aprovação desse projeto, tão importante para o Estado do Maranhão e todo o País.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 1.951, de 2019, de iniciativa do Senador Weverton Rocha, que institui, para os Estados, o Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração comercial de áreas de lançamentos de foguetes...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto, Senadora Kátia. Para que nós possamos ouvi-la, eu peço mais uma vez silêncio nesta reunião.

Por favor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Presidente.

Prossigo: veículos espaciais e afins em seus respectivos territórios, e dá outras providências.

Nesse sentido, o art. 1º da proposição dispõe que o aproveitamento comercial de áreas de lançamentos de foguetes, veículos espaciais e afins ensejará compensação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a ser calculada, distribuída e aplicada na forma nela estabelecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por sua vez, o art. 2º, *caput*, estabelece que a compensação prevista no art. 1º será de 15% sobre as receitas decorrentes da exploração comercial das áreas de lançamento, a ser paga pela União aos Estados, ao DF e aos Municípios em cujos territórios se localizarem as instalações destinadas a essa atividade – lembro que essa matéria ainda vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

A compensação financeira será distribuída da seguinte forma: 40% para os Estados; 40% para os Municípios; 10% para universidades estaduais e 10% para fundações de amparo à pesquisa dos Estados.

Por outro lado, o PL estabelece que, quando a área de lançamento atingir mais de um Estado ou Município, a distribuição dos percentuais referidos nesta lei será feita proporcionalmente à ocupação dessa área em seus respectivos territórios e expressa que, na distribuição da compensação financeira, o DF receberá o montante correspondente às parcelas de Estado e de Município.

Tendo localização das mais privilegiadas do mundo, sobretudo por conta da proximidade à linha do Equador, o que gera significativa economia de combustível, e pela possibilidade de lançar satélites em diferentes trajetórias, a Base de Alcântara é hoje recurso de primeiríssima importância, com a possibilidade de ser um dos grandes *players* no setor aeroespacial.

A justificação segue registrando que o Brasil poderá, a partir de 2040, arrematar negócios na faixa de US$10 bilhões/ano e, nesse sentido, faz-se necessário estabelecer, assim como na mineração ou no petróleo, o pagamento de *royalties*, que é uma compensação financeira dada a um ente por eventuais danos causados durante o processo de extração.

Nos termos da justificação, embora a remuneração pelo uso do recurso em questão não esteja constitucionalmente prevista, os *royalties* previstos no art. 20, §1º, da Lei Maior, onde se dá a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios no resultado da exploração de petróleo e gás natural, recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos naturais, seriam análogos à compensação ora proposta.

A justificação conclui registrando que a alíquota proposta de 15% é semelhante à já estabelecida para os *royalties* do petróleo. E a destinação de uma parte desses recursos para as universidades e fundações dos Estados tem a finalidade de fomentar projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse dos Estados, a fim de implementar projetos de desenvolvimento regional.

Ademais, o PL nº 1.951, de 2019, é plenamente meritório, devendo ser acolhido por esta Comissão.

Estamos apenas apresentando duas emendas, com o objetivo de aperfeiçoar a proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, no §1º do art. 2º, que trata da repartição da compensação financeira, parece-nos que os 10% dos recursos compensatórios que cabem às universidades estaduais e às fundações de amparo a pesquisa dos Estados devem ser repassados pelos próprios Estados, e não pela União, uma vez que são instituições dos Estados, ainda que personalizadas.

Ainda no art. 2º, no *caput,* estamos substituindo a expressão "pago" pela expressão "paga", para corrigir a concordância nominal, e estamos ajustando a base de incidência da contribuição dos 15%, que será o lucro decorrente da exploração comercial das áreas de lançamento em vez das receitas totais.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 1.951, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas aqui mencionadas.

Projeto do Senador Weverton Rocha, do Maranhão. Peço aos colegas a aprovação do projeto e das duas emendas que a Relatora faz como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. e Sras. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Já fez uma hora, das armas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) –

1ª PARTE

ITEM 11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 51, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Cidinho Santos (PR/MT), Senador Wellington Fagundes (PR/MT), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Romero Jucá (PMDB/RR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Favorável à Proposta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com o mesmo argumento pelo qual V. Exa. retirou a sua PEC – eu acho que não há mais quórum para a gente discutir PEC –, eu daria a sugestão para voltar o projeto que foi sobrestado por mim, em pedido de vista, voltar à discussão, uma vez que...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Olhe aí!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas eu quero chegar à PEC do item 12.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Senador Paulo Rocha, é só um rápido procedimento regimental...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – É o das armas, Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É só um rápido procedimento regimental.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, o meu é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só um minuto.

Perfeitamente. É só um rápido procedimento regimental, porque ainda não completamos uma hora, conforme o Regimento pede.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Mas ele está abrindo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu pergunto se abre mão do pedido de vista. Abrindo mão do pedido de vista, a gente já passa...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Ele está abrindo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É isso, Senador Paulo Rocha, abre mão do pedido de vista?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Ele já abriu.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – A vista é uma hora, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o meu é rapidinho. Eu vou só ler a análise, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vamos lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos, então, rapidamente, ouvir o relatório do Senador Telmário. Em seguida, o PL de posse de armas.

Devolvo a Presidência à sua titular.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou só para a parte da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise da PEC por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decorre da atribuição que lhe foi dada pelo art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, de opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A proposta atende à exigência constitucional de apoiamento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado. O País não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. A matéria constante da proposta de emenda não foi rejeitada ou havida por prejudicada na presente Sessão Legislativa. Portanto, estão atendidas as condições presentes no art. 60 da Constituição Federal, nada obstando, sob o ponto de vista formal, a regular tramitação da proposição.

A PEC atende, ainda, aos pressupostos de juridicidade, já que, mediante instrumento legislativo adequado (proposta de emenda à Constituição), inova de forma eficaz e genérica a legislação pátria, sem ofender os seus princípios diretores.

Quanto à técnica legislativa, nenhum reparo à proposição, elaborada em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, apesar de causar algum estranhamento à primeira vista, a imunidade proposta tem a virtude de suscitar o necessário debate sobre as causas que têm obstaculizado o desenvolvimento do País. Um dos problemas mais urgentes é a sufocante carga tributária incidente sobre mercadorias e produtos, o que leva ao questionamento de todo o sistema tributário e a sua estrutura.

Sobre isso, é consenso que a alta tributação sobre o consumo e a produção desestimula e compromete a competitividade da indústria nacional. Infelizmente, sem reforma no sistema, os tributos incidentes sobre o consumo, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) preponderam em termos arrecadatórios.

Com o objetivo de amenizar a regressividade desses tributos, a CF estabelece que sejam informados pelo princípio da seletividade, em função de sua essencialidade, a fim de reduzir os efeitos da tributação sobre as camadas mais pobres da população na compra de produtos essenciais. Com isso, na teoria, os produtos de primeira necessidade teriam tributação menos gravosa, enquanto os considerados supérfluos seriam mais pesadamente tributados.

Como alerta a justificação da proposta, sob esse prisma, a redução de IPI e ICMS para jogos eletrônicos não teria qualquer sentido ou respaldo, impedindo tentativas de redução da carga incidente sobre a promissora indústria de jogos e consoles eletrônicos e afastando a possibilidade de concessão de qualquer benefício tributário para o segmento. Entretanto, quando nos aprofundamos na análise, percebemos que, ainda que o benefício ficasse restrito a tributos federais incidentes sobre os referidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos, a carga tributária incidente sobre o setor continuaria muito distante do suportado pela concorrência internacional.

Ante toda a dificuldade envolvida na questão, tornou-se natural que a imunidade alcançada pelos fonogramas e videofonogramas musicais (CDs e DVDs) produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros, perpetrada pela Emenda Constitucional nº 75, de 15 de outubro de 2013, servisse de inspiração e norte para o segmento.

Diversamente do que se possa pensar, a proposta de emenda à Constituição em análise não evidencia privilégio, mas, sim, o aproveitamento de oportunidade real para o desenvolvimento dos jogos eletrônicos, com o incremento do emprego, dos lucros e também da arrecadação, visto que as contribuições sobre a receita bruta continuarão a incidir normalmente sobre o setor. Aliás, com base nisso, estamos seguros de que a imunidade, embora tenha impacto sobre a arrecadação específica dos impostos dispensados, no contexto geral, vai promover um incremento de arrecadação de tal monta que o saldo será positivo para os entes federativos.

Por fim, não se pode esquecer que a medida constituirá golpe fatal sobre a pirataria, que tenderá a deixar de representar vantagem para o consumidor.

Sras. e Srs. Senadores, o nosso voto.

Em face do exposto...

(*Interrupção do som.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... o voto é pela constitucionalidade, regimentalidade (*Fora do microfone.*) e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2017, e, no mérito, pela aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Não, para discutir, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sim. V. Exa. olhou para mim e não fez nenhum gesto...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Eu queria ver se alguém ia falar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – Tenho pavor ao papel de palmatória do mundo, mas, na ausência de outro...

Sra. Presidente, eu penso – e já fui Governador, já fui Prefeito – que o papel do Poder Público é fundamental mesmo na questão econômica. A despeito de muitos liberais contestarem isso, eles gostam quando, de fato, o Estado age para estimular setores da economia.

É claro que a indústria, principalmente a indústria inovadora, que é o caso em tela, é algo que dever ser estimulado, mas acredito, Sra. Presidente, Srs. Senadores, que o caminho mais adequado para isso não seria estabelecer uma isenção ou uma imunidade para produtos. Eu acho que há diversas formas: fundações de amparo à pesquisa poderiam ter mais recursos, e elas destinarem mais recursos para tal atividade; a tributação de produtos assemelhados importados seria um outro caminho para estimular a indústria nacional; a atuação mais eficaz no combate à pirataria... Enfim, eu acho que, a uma altura desta do campeonato, quando se fala em déficit primário elevadíssimo, quando falta dinheiro para tudo, o Senado aprovar uma proposta de emenda à Constituição para dar imunidade tributária a jogos e consoles de jogos de *videogame* vai parecer um contrassenso.

Então, com todo o respeito aos Senadores... A primeira signatária é a minha querida amiga Senadora Marta Suplicy. Com todo respeito a ela e aos demais Senadores que subscreveram a emenda, com todo respeito ao brilhante relatório que fez o nosso Telmário, eu ponderaria. Acho que, no mínimo, a oportunidade não é adequada para que a gente conceda imunidade tributária a um segmento que é de lazer, enfim, e de alta renda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, vista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida vista coletiva.

Último item... Último item, não; temos mais dois.

Enquanto o Relator Alessandro Vieira está subindo, eu vou colocar o item 24 antes. Em seguida, iremos para a questão da posse de arma. Estamos aguardando o Relator, que disse que chega no máximo em três minutos.

Item 24.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei do Senado 429, de 2017...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou voltar, então.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Revoga, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A pedido, então, dos demais Senadores, volto ao item extrapauta.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 28

PROJETO DE LEI N° 3715, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para considerar, para fins de posse de arma de fogo, que a residência ou domicílio compreende toda a extensão do imóvel rural.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto

Eu concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira, para suas considerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Perguntando apenas se quer complementar o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, não. Está mantido. Apenas aguardando a manifestação do Senador Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu pedi vista. Não tenho...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Presidenta, primeiro, eu quero reafirmar aqui, na Comissão, que eu respeito as autoridades da Comissão e do Colégio de Líderes e me rendo sempre às minhas Lideranças, principalmente ao Líder do meu partido.

Eu pedi vista, porque venho de um Estado com graves problemas de segurança e de conflitos no campo. Conheço, de fundo, a experiência lá. Não é à toa que o Pará é o campeão em conflitos no campo, etc. E acho que este projeto é muito simples para resolver o problema da segurança e dos conflitos no campo. Não sei se é esta a intenção – segurança –, mas não é com uma arma que o grande ou o pequeno vai defender a sua propriedade. Se o cara sabe que tem só uma arma na grande fazenda, o agressor vai com armas poderosas, como já está acontecendo lá no Pará, no roubo de gado, etc. Não é só o conflito da terra, dos espaços; é roubo de gado... O pequeno, por exemplo, precisa de uma arma não só para proteger sua família, mas também para se proteger de animais silvestres que comem a galinha dele, da onça que come a criação dele, etc.

Só que eu tenho a preocupação de que isso não resolve o problema de segurança do nosso País, principalmente no campo. Por isso, eu pedi vista para avançarmos muito mais, já que estamos premidos pelo momento que nós estamos vivendo. Pelo momento que nós estamos vivendo, em que até o Presidente defende pôr mais armas nas mãos do povo, o que eu acho que não vai resolver o problema da segurança pública no nosso País, como também há a polarização aí de que quem é contra a arma na mão do cidadão para ele se proteger é para proteger bandido. Foi por isso que eu pedi vista.

No entanto, qual é minha posição em relação especificamente a isso? Eu, como fiquei só aqui do Partido dos Trabalhadores, e meus Líderes não estão aqui, eu vou me abster dessa votação para que me deem tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... perante a minha bancada e o meu Líder, para a gente chegar com uma posição ao Plenário, em relação ao mérito da questão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Muito bem, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa. Faltavam ainda 20 minutos para que se inteirasse a uma hora da vista, e, quando levantei aqui da cadeira da Presidência, o Senador Paulo Rocha, com muita gentileza, explicou que não queria fazer os colegas esperarem, que abriria mão do restante do tempo de vista – eu agradeço a V. Exa. – e queria conversar com a bancada e, quem sabe, apresentar alguma proposta, alguma emenda em Plenário. Eu agradeço a V. Exa. pela gentileza, e acredito que falo em nome dos colegas.

Continua em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Kajuru. Em seguida, Senador Mecias.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, a brincadeira de quem me deu o conselho, o Senador Amin. Ele falou: "Kajuru, você é o único aqui que pode pedir vista, em função da falta de vista – de visão". Vamos aqui, com a letra tamanho 38, reduzir bem, de forma objetiva. Trata-se, Presidente Simone Tebet, Pátria amada, de uma satisfação, de uma prestação de contas de minha parte, como empregado público. Aconselhei-me com o Senador Esperidião Amin, e ele disse que eu deveria fazê-lo, mas pediu que eu resumisse. Então, vamos lá.

Com satisfação, venho a esta Comissão para informar que cumpri o prometido em Plenário na última quarta-feira. O Senador Randolfe Rodrigues é testemunha do meu compromisso, da minha promessa, que depois foi reiterada na última sexta-feira, durante o encontro com o Presidente da República, Jair Bolsonaro, por 13 horas e 12 minutos, no Palácio. Detalhe: chamado por ele, eu não fui lá, e com a presença do Major Cid – não o Gomes, é claro.

Já está protocolado na Mesa Diretora do Senado o meu projeto de lei que altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, para modificar as regras relativas ao registro e posse de armas de fogo e munição, inclusive quanto ao calibre das armas de uso permitido, bem como ao tratamento dispensado aos colecionadores, atiradores e caçadores.

A decisão de apresentar o projeto foi tomada depois que, na terça-feira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... da semana passada, o Senado aprovou o projeto de decreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale lembrar, conforme me prometeu em vídeo ao dispor do País no facebook.com/kajurugoias, e a meu ver em um gesto de boa vontade, que o Presidente Bolsonaro voltou atrás depois de ler o meu projeto. Claro, não reconheceu, usou a velha política, ou a velhaca política, de ontem, na reunião dos Líderes, encaminhar o seu Chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para comunicar o que eu já sabia desde sexta-feira, ou seja, que ele retirou do Congresso os decretos de sua autoria que flexibilizavam porte e posse de armas. Mesmo achando a velhaca política, e não a nova política, eu cumprimento o Presidente.

E concluo: elencando atividades ou profissões que configuram atividades profissionais de risco, agentes de segurança pública, advogados, caminhoneiros, vigilantes, entre outros. Por fim, elenca situações que configuram ameaça à integridade física, CACs e moradores de áreas rurais. O meu projeto enseja aqueles que desejarem acesso a armas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... em busca de uma situação de segurança, mas que sejam armas compatíveis com o uso civil.

Diante do exposto, peço o apoio das Sras. e Srs. Parlamentares para aprovação, após os eventuais aperfeiçoamentos que se fizerem necessários do projeto nesta Comissão de Constituição e Justiça, pela qual ele necessariamente tem de passar, e posteriormente no Plenário.

Agradecidíssimo pela compreensão do tempo desta prestação de contas. Não fiz mais do que minha obrigação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Vou pedir a compreensão dos colegas. Vou dar, em um primeiro momento, dois minutos, extensíveis a mais um. Acho importante cada um se pronunciar, até porque muitos de nós fomos incompreendidos na votação no Plenário, mas teremos também o tempo para o debate no Plenário, e nós temos dois itens na pauta ainda.

Tenho quatro oradores inscritos, mas darei o tempo necessário para a conclusão do raciocínio.

Com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Marcos Rogério; em seguida, Senador Mecias e Senador Weverton.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu queria só fazer uma palavra de agradecimento a V. Exa. por pautar essa matéria; também ao gesto do Senador Paulo Rocha, que nos permite avançar nesse tema aqui; e, sobretudo, ao Relator da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, Senador Alessandro, que apresentou um voto pela aprovação de forma ágil, de forma bastante cuidadosa, e vai nos permitir corrigir uma falha na legislação atual.

O que nós estamos fazendo aqui é apenas corrigir. Na prática, é o que já acontece, é complementar aquilo que já existe na legislação, dar maior clareza àquilo que já está na legislação. O morador de área rural, proprietário de chácaras, sítios, fazendas, hoje pode ter arma, pode fazer o registro da arma, mas só pode utilizá-la no ambiente domiciliar, onde mora, na residência, na sede. O projeto amplia esse conceito para toda a extensão da propriedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, não tem sentido deferir a posse ao morador da zona rural, mas não permitir que ele exerça seu legítimo direito de defesa fora da sede da fazenda. O projeto que apresento, então, corrige essa falha e garante que a posse seja garantida a toda a extensão da propriedade.

Parabéns à CCJ, parabéns ao Parlamento, que, pela via correta – a inovação legislativa – aprova essa matéria e garante segurança jurídica ao campo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, nesses dias, depois de votar contra o decreto das armas – há um ditado popular lá do meu Estado que diz que o cabra "apanhou mais do que galinha pra largar o choco" –, apanhei muito. Apanhei nas redes sociais, em todos os lugares, nas rádios. Meus adversários são poderosos lá e usaram toda a máquina possível para poder bater em mim em função de ter sido eu o único Senador do meu Estado que votou contra o decreto das armas. Eu repetiria o mesmo voto hoje se o decreto se mantivesse da forma como estava. Aqui, sim, é o instituto legal, é a forma legal, é o local adequado. O projeto de lei do Senador Marcos Rogério que estende a posse de arma para produtor rural está correto. O Relator apresenta muito bem isso. Os Senadores têm consciência disso. Portanto, sou favorável à posse de armas, e até de forma estendida, para os produtores rurais.

Fico feliz com que o Presidente da República – para concluir, Sra. Presidente – tenha reconhecido, porque o Presidente da República reconheceu o erro e revogou o seu decreto. Ao revogar o decreto, o Presidente reconheceu que o Senado da República estava correto, porque, além de inconstitucional, o projeto era exagerado.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Fazendo uma defesa aqui de todos os colegas que, como V. Exa., foram incompreendidos pela população brasileira, nós temos que reafirmar aqui que, no sistema jurídico constitucional brasileiro, a regra é que nenhum decreto pode alterar uma lei. O mais pode o menos, mas o menos não pode o mais.

Então, nesse aspecto, restabelecendo a verdade – aliás, uma palavra que hoje falta à compreensão da população brasileira, porque o que nós estamos tendo, cada vez mais, é a chamada pós-verdade, ou seja, cada um acreditando naquilo que quer e não tentando buscar a verdade –, nós precisamos aqui aprovar esse projeto. É o Plenário que vai deliberar ou não, mas precisamos colocar um projeto de lei à apreciação do Plenário, que é a forma jurídica correta, para que o Plenário possa deliberar e prevalecer a vontade da maioria do Plenário.

Na ordem de inscrição, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discutir.) – Vou ser bem rápido.

É só para registrar uma satisfação ao povo do Maranhão, a todos que nos questionaram por que votamos contra o decreto que tratava sobre as armas emitido pelo Presidente Bolsonaro: a partir de agora, aos poucos, a gente vai com certeza restabelecendo a verdade e restabelecendo qual é a nossa verdadeira opinião a respeito do tema.

É claro que já está esclarecido que, quanto aos CACs e a questão da posse, é direito, e o Presidente tem esse poder de legislar – e ele o está fazendo através dos decretos –, e a questão do porte será feita através do projeto de lei discutido aqui nesta Casa.

A questão hoje que vamos votar no Plenário, que trata da posse rural, nós sabemos o quanto é importante aos proprietários na sua fazenda, no seu sítio, enfim. Na área rural, muitos estão com sua família, querem passar o fim de semana, e há vários e vários casos – a gente conhece – de pessoas que acabam tendo que utilizar arma não legalizada ou acabam convivendo com a legalidade, porque a burocracia acaba atrapalhando essas pessoas de bem a estarem de acordo com a legislação.

Então, é só um esclarecimento.

É claro que nós vamos votar. Eu sou a favor da posse legalizada, depois de vencidas todas essas burocracias e de a pessoa comprovar aptidão e ter condição de possuir dentro de sua propriedade essa arma. E, claro, o porte, esse, sim, nós iremos discutir de forma mais profunda, porque é preciso tratar de quem e em qual condição pode utilizar uma arma em via pública.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem de inscrição, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu já falei quando me manifestei pela votação. Quero apenas, aproveitando a presença do Deputado Alceu Moreira, homenagear, mais uma vez, o seu colega de bancada do Rio Grande do Sul, nosso amigo Afonso Hamm, que é um dos que produziu projeto semelhante – como eu já falei, até mais detalhado. No entanto, eu considero que o texto do Senador Marcos Rogério faz jus a uma necessidade da verdadeira segurança brasileira. Propriedade rural estendida nada mais é do que reconhecer que o espaço vital rural é diferente do espaço vital urbano. E certamente o Congresso agirá com igual correção na questão dos CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... sem, com isso, deslustrar a prerrogativa e a responsabilidade do Legislativo, como bem diz a senhora, de que porte de arma é assunto para projeto de lei.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Último orador inscrito, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente Simone Tebet, eu gostaria de manifestar expressamente o meu voto favorável a esse projeto.

Assim como fez o Senador Esperidião Amin, quero louvar aqui a luta de um ex-colega nosso da Câmara dos Deputados, o Deputado Afonso Hamm, com quem estive por diversas vezes, quando Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados, a me levar esse pleito para pautar esse projeto, para que ele avançasse na Câmara dos Deputados, inclusive com trocas de sugestões, de experiências.

Então, sempre me manifestei favoravelmente a essa posse estendida no meio rural da arma de fogo, para que as pessoas mais vulneráveis, na zona rural, onde a segurança pública, por vezes, não chega, possam se autodefender através da posse estendida de arma de fogo.

Queria registrar também a bela iniciativa do meu correligionário, esse exemplar Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia, que apresentou esse projeto em bom tempo, e a relatoria do também competente Senador Alessandro Vieira, que preenche agora esse vácuo em relação à possa estendida da arma de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria fazer apenas um registro, já que V. Exa. nos permitiu fazer essa reflexão sobre a incompreensão, especialmente de redes sociais, em relação à nossa posição ao decreto de armas.

V. Exa. já definiu: não se pode alterar lei federal por decreto. E o leigo, que, por vezes, não entende, acha: "Olha, mas vocês estão fazendo a mesma coisa tão rapidamente por projeto de lei! Poderiam ter mantido o decreto". Não. Há um custo de se viver no Estado democrático de direito, que é o cumprimento irrestrito da Constituição Federal. Se hoje seria um benefício pensar que se pode aprovar por decreto, porque é um anseio da população, e não por lei, amanhã, criando-se esse precedente, nós estaríamos a permitir que se vulnerabilizem direitos, conquistas, garantias, previstas em lei, que só podem ser modificadas por lei, por um decreto presidencial. Aí, cada qual que pensa assim deve abstrair quem ocupa a Presidência da República: hoje, o Presidente Jair Bolsonaro; amanhã, alguém que não se possa confiar em determinados temas. Então, este é o custo de se viver num Estado democrático de direito: decreto não pode revogar e alterar dispositivo de lei federal, e é muito importante que a sociedade se aprofunde nisso, tenha esse conhecimento e possa absolver o Senado Federal das injustas críticas que foram feitas em relação a esse tema.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Rodrigo Pacheco.

E complemento, se me permitir: até porque o que vale no Estado democrático de direito é o império da lei, e não a autoridade dos homens, porque o homem, se cometer a injustiça, comete com alguns poucos; se for a lei, a lei vale para todos. Então, há esse princípio da isonomia, e além disso a lei passa pela Casa mais democrática, que é o Parlamento brasileiro, composto de quase 600 homens e mulheres públicos, que vêm dos mais diferentes segmentos da sociedade e que representam, portanto, esses mais diversos segmentos. V. Exa. foi muito feliz.

Eu encerro a discussão, já que não há mais oradores inscritos na matéria, e coloco em votação o relatório do Senador Alessandro Vieira.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário, em regime de urgência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – É uma manifestação pela ordem bem breve, Presidente, só para registrar o seguinte: nesta manhã, aliás, de ontem para hoje, eclodiu a notícia, em todos os jornais do mundo – matéria no *The Guardian* ainda há pouco – sobre o transporte de 39kg de pasta-base de cocaína, salvo melhor juízo...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Pasta-base.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... pasta-base de cocaína em uma aeronave da Presidência da República. Uma declaração ainda há pouco de S. Exa. o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, no jornal o Globo, dá conta de que o militar, o segundo sargento preso na Espanha nessa aeronave voltaria do encontro do G20 no avião do Presidente da República.

Eu considero esse tema da maior gravidade, porque também, além do surrealismo do tema, envolve a imagem do Brasil no exterior. Diante disso, Presidente, nós estamos protocolando, eu e o Senador Weverton, pela Liderança da Rede e do PDT, um requerimento a esta Comissão para ouvir o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Eu acredito que S. Exa. tenha alguns esclarecimentos a prestar a este Senado, através desta Comissão, sobre esse gravíssimo evento, que envolve nada mais, nada menos do que a aeronave que estava a serviço da Presidência da República.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Eu coloco agora o último item da pauta.

1ª PARTE

ITEM 12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 82, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica os arts. 93, 97 e 102 da Constituição Federal, para disciplinar os pedidos de vista nos tribunais e dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de cautelares por tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR) e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta com seis emendas que apresenta.

Observação: já havia sido lido o relatório, mas, em 25 de junho, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Esperidião Amin.

Eu concedo a palavra a V. Exa. Se puder ir direto às mudanças do relatório, para que possamos colocar em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, muito obrigado.

A única emenda acolhida e apresentada foi do Senador Cid Gomes, que eu vou ler:

> Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor após cento e oitenta dias da data de sua publicação, aplicando-se, inclusive, aos pedidos de vista pendentes e às decisões cautelares proferidas nos processos em que ainda não houve julgamento de mérito.
> Parágrafo único. No caso de pedidos de vista pendentes ou decisões cautelares proferidas nos processos em que ainda não houve julgamento de mérito, os prazos de inclusão em pauta e julgamento de mérito previstos nesta Emenda à Constituição serão reiniciados na data da sua entrada em vigor nos termos do *caput*.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo, coloco em discussão a matéria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcos Rogério, para discutir a matéria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, farei uma manifestação sucinta, mas importante.

Acredito que a aprovação da PEC 82, de 2019, caminha na direção de preservar a esfera de competência própria do Poder Legislativo ao estabelecer, de modo claro, duração máxima de pedido de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista e exigência de maioria absoluta, na forma do art. 97, da Constituição Federal de 1988, para a concessão de cautelares e liminares no controle concentrado de constitucionalidade.

Além disso, parabenizo o Senador Esperidião Amin pelo relatório que submete a esta CCJ, pois aprimora a PEC 82, que tem como primeiro subscritor o Senador Oriovisto.

A expressa previsão de que as liminares somente poderão ser concedidas, de modo excepcional, pelo presidente do tribunal, sob pena de perda de eficácia da decisão concedida, é medida da maior importância para conter o ativismo judicial, sem contar que o tribunal deverá se pronunciar quanto ao julgado monocrático no prazo de 30 dias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... após retorno do recesso.

Ainda é estabelecido prazo de quatro meses para que seja apreciado o mérito da ação, quando for concedida liminar em caráter colegiado.

Também merece aplausos a fixação de prazos para a duração do pedido de vista, estabelecendo que, ao final do prazo máximo de quatro meses, o feito deve ser incluído em pauta automaticamente, sendo nulas as decisões proferidas em desrespeito a essa determinação.

Dessa maneira, voto favorável ao relatório apresentado pelo Senador Amin, cumprimentando-o pelo relatório e cumprimentando o Senador Oriovisto pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Como autor da proposta, quero apenas agradecer ao Senador Esperidião Amin as emendas que ofereceu, ao Senador Cid e a todos os demais que colaboraram com o texto e dizer da minha satisfação em ver que ele se encaminha para a aprovação nesta CCJ.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Para rapidamente discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para discutir.) – É só para cumprimentar. Esse projeto, essa emenda à Constituição e desses projetos que você fica com inveja de não ser você o autor – no meu caso. Então, eu quero cumprimentar, parabenizar o Senador Oriovisto.

Naturalmente, estendo meus cumprimentos ao Senador Esperidião Amin, que se dedicou, com muito talento, o que lhe é peculiar, a aprimorar a já belíssima iniciativa.

Enfim, parabenizo esta Comissão, que acho que dá hoje um grande passo. Discutiu-se o quórum aqui, na discussão do abuso de autoridade, do não abuso de autoridade, e o nível de discussão não está... Esse projeto talvez seja muito mais relevante e vai ter muito mais implicações no dia a dia, no aprimoramento dos processos, do andamento, enfim, da tramitação do processo judiciário do que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – É, correto.

Então, perdoe o engenheiro. Engenheiro sabe pouco sobre processo judiciário, mas a gente sabe que quem manda no Brasil hoje, infelizmente, são as chicanes que acontecem no Poder Judiciário. Esse projeto porá fim a isso.

Parabéns a essa Comissão pela iniciativa, parabéns ao Senador Oriovisto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... favorável à proposta...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com as Emendas de nºs 1 a 6, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – O colega Senador Randolfe comunicou o convite que nós estamos querendo apresentar a esta Comissão, da vinda do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Como é apenas convite, eu pergunto a V. Exa. se a Presidência não poderia já deliberar. Nós não estamos aqui fazendo convocação. Aí, sim, caso ele não aceite o convite, aí a gente, com o quórum e com toda a Comissão aqui, deliberaria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa, mas eu não abri nenhum precedente até agora sobre requerimento, e nesse caso ainda por uma outra razão: nós estamos com um quórum muito baixo, e o requerimento não é de conhecimento da maioria da Comissão. Nós o colocaremos na semana que vem, apenas para fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, hoje estará protocolado. Peço a vênia de V. Exa. para colocar para apreciação na próxima quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós não precisamos colocar como pauta. Todos os requerimentos entram extrapauta justamente para permitir uma certa flexibilidade junto aos colegas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Todos os requerimentos que entram têm que ter um prazo mínimo de uma semana, que é justamente para que os colegas possam tomar conhecimento. Protocolado hoje...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Será protocolado hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque precisa de uma semana, pelo menos, nós o colocaremos em votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Só para ser justo com a sua coerência, em relação ao que o Senador Randolfe e o Senador Weverton trouxeram, eu protocolei o meu requerimento em que se convida – porque não pode ser convocado – o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes para aqui estar e aqui prestar esclarecimentos, já que veio a esta Casa o Ministro Sergio Moro e creio que ele tem mais motivos: conversas gravadas com o ex-Senador Aécio Neves; com o ex-Governador do Mato Grosso; um *e-mail* entre ele e um veículo de comunicação de que esta Casa não tem conhecimento. Então, na semana que vem, sei que também será aqui colocado em votação esse meu requerimento.

Sra. Presidente, para concluir e ser objetivo, eu queria fazer três registros de agradecimentos. Quanto a um deles, sei da simpatia que V. Sa. nutre por ele e que é recíproca por parte dele, já dita por ele por várias vezes, sendo do mesmo partido seu.

São três agradecimentos. A minha origem é da televisão, e a televisão é muito parecida com a política, ou seja, o único pecado que ninguém confessa na política ou quase ninguém, para não generalizar, é a inveja, essa ninguém confessa. Na televisão é assim, na política é quase assim todo mundo. Então, quando V. Sa. colocou sobre ataques que esta Casa sofreu, eu quero deixar bem claro ao País inteiro que me debrucei por 48 horas, tendo José Luiz Datena, tendo Pedro Simon, conselheiro e mito da história deste Senado – este que eu falei da admiração que tem pela senhora –, para que a gente entregasse ao Presidente um projeto de lei de acordo com a população, e ele, ao ler, se sentiu contemplado em 95%, e na sexta-feira disse que voltaria atrás.

Eu não fiz isso por mim, não, Presidente, ou em nome de minha mãe, o meu maior amor incondicional, uma merendeira de grupo escolar. Eu fiz isso por esta Casa, vendo o que todos estavam sofrendo – todos e todas. Então, eu o fiz em nome desta Casa, trabalhei junto com o Datena, com o conselho principal do Pedro Simon, para apresentar esse projeto de lei ao Presidente da República e para que ele voltasse atrás e a gente tivesse um projeto de armas de acordo com a maioria do que pensa a população brasileira.

Muito obrigado por esse registro, que era necessário ser feito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Kajuru.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezenove, no anexo II, ala senador Alexandre Costa, plenário nº 3, sob a presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos senadores Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Roberto Rocha, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Marcos do Val, Leila Barros, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Wellington Fagundes. Registram presença os senadores Paulo Paim, Jayme Campos e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 19/2019 - CCJ, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e REQ 33/2019 - CCJ, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Finalidade: Instruir a PEC 115/2015 que "Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal". Participantes: Sr. GUILHERME ZANINA SCHELB, Procurador Regional da República da 1ª Região e Mestre em Direito Constitucional pela UFPR; Sr. THALES CEZAR DE OLIVEIRA, Procurador de Justiça Criminal e Assessor Especial da Presidência da Associação Paulista do Ministério Público (representante de PAULO PENTEADO TEIXEIRA JUNIOR); Sr. FABRÍCIO JULIANO MENDES MEDEIROS, Advogado e Professor no Instituto de Direito Público Brasiliense – IDP; Sra. MARISA RITA RIELLO DEPPMAN, Advogada; Sr. ELIAS MILER DA SILVA, Coronel da PMSP; Advogado; Doutor e Mestre em Segurança e Ordem Pública; Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Advogado e Ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro da Justiça; Sra. LUCIA HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA, Titular da 8ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Adolescência do MPDFT (representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia); Sra. DEISE BENEDITO, Advogada especialista em relações de gênero e raça, Mestre em Direito e Crimonologia pela Unb e Ex-Perita do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura. Sr. OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR, Assessor Jurídico da OAB (representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pela senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2015, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal, conforme os Requerimentos nºs 19 e 33, de 2019, da CCJ, de iniciativa dos Senadores Marcelo Castro e Rogério Carvalho, respectivamente.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Foram convidados para a presente audiência pública: Guilherme Zanina Schelb, Procurador Regional da República da 1ª Região e mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, a quem eu convido para o assento aqui à mesa.

Foi convidado também Thales Cezar de Oliveira, Procurador de Justiça Criminal e assessor especial da Presidência da Associação Paulista do Ministério Público, representante do Sr. Paulo Penteado Teixeira Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo e Presidente da Associação Paulista do Ministério Público (APMP), a quem convido para tomar assento à mesa.

Fabrício Juliano Mendes Medeiros, advogado e professor no Instituto Brasiliense de Direito Público, que está convidado para tomar assento.

Marisa Rita Riello Deppman, advogada, a quem convido também para nos honrar aqui com a sua presença.

Elias Miler da Silva, Coronel da PM de São Paulo, doutor e mestre em Segurança e Ordem Pública, igualmente convidado para tomar assento à mesa.

José Eduardo Cardozo, advogado, ex-Ministro da Justiça, grande autoridade do Direito Constitucional do Brasil, a quem temos a honra de convidar para sentar-se à mesa.

Lúcia Helena Barbosa de Oliveira, titular da 8ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Adolescência do MPDFT, representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, a quem convidamos para sentar-se à mesa.

Deise Benedito, advogada, especialista em relações de gênero e raça, mestre em Direito e Criminologia pela UnB e ex-perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O Sr. José Damião Pinheiro Machado Cogan, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, justificou a sua ausência. E Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, não se manifestou.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores; a palavra às Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, com a Presidência muito tolerante, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, antes de passar a palavra aos convidados, eu gostaria de situar o nosso problema aqui, para o qual nós os convidamos e propusemos esta audiência pública.

É que nós estamos tratando de um assunto da mais alta relevância para a sociedade e um assunto de extrema complexidade, para o qual não encontramos um norte firme, consensual no Direito comparado, uns países entendem de um jeito, outros países entendem de outro. De uma maneira geral, os países dessa linha do Direito romano, que é o caso do Brasil, tendem a ser mais condescendentes; os países do Direito consuetudinário – se eu disser alguma coisa errada aqui, Eduardo, vai me corrigindo aí – são normalmente mais rigorosos nessa questão da idade. E o importante é que a gente possa aqui estar aberto, fazer um diálogo transparente, ouvir todas as partes. Foi aquilo com que a gente teve o cuidado aqui, tanto eu quanto o Rogério: trazer pessoas com visões diferentes, para que a gente possa fazer uma legislação que seja adequada ao nosso País e com o respeito máximo que a gente tem aos direitos individuais e garantias do cidadão.

Eu sou médico de formação psiquiátrica e fica difícil de a gente se livrar dos cacoetes da profissão, embora, há mais de 30 anos, eu não exerça a profissão. Mas o que a gente vê é que o ser humano tem as suas fases de desenvolvimento: nasce com cérebro imaturo e, à medida que os anos passam, o cérebro vai amadurecendo. Aí nós temos a idade da infância, temos a adolescência, temos a adultidade e temos a velhice. De uma maneira geral, no mundo, comporta-se consensualmente assim: as pessoas que estão na fase adulta são plenamente imputáveis, responsáveis criminalmente; as crianças, que estão na fase da infância, são plenamente inimputáveis, não respondem pelos seus atos, porque as perguntas que são feitas são se, no ato delituoso praticado, a pessoa tinha plena consciência do caráter delituoso daquele fato e se ela tinha autonomia para se comportar de acordo com esse entendimento. Esta é a pergunta que todo o juiz faz quando pede o parecer de um psiquiatra: se a pessoa é capaz de responder assim. Por quê? Porque nós temos os psicóticos, que perdem o juízo da realidade. E esses são, pelo nosso Direito Penal, inimputáveis, porque eles não respondem pelos seus atos. Temos os deficientes mentais, também se enquadram, porque eles não são capazes de plenamente compreender, ter a consciência do caráter delituoso do fato.

O nosso problema – espero aqui a compreensão dos convidados – está na adolescência, ou seja, nessa faixa de transição que vai da infância à vida adulta. Então, amadureceu o cérebro, a pessoa tem consciência do que está fazendo e tem maturidade emocional para conduzir os seus atos, essa pessoa é plenamente responsável – e eu acho que, quanto a isso, não há conflito. Na infância, quando o cérebro não está amadurecido, também não há conflito. O problema é essa transição. E aí eu sou obrigado a confessar que sempre haverá um senão, uma dúvida, vai ser sempre uma faixa nebulosa, vai sempre haver conflito – quando é que começa? Quando é que termina? Quando é que começa a responsabilização criminal? Quando a pessoa vai adquirir a maioridade penal? –, porque isso está ligado exatamente à maturidade intelectual e emocional da pessoa.

Como psiquiatra, eu sei que a maturidade intelectual vem antes da emocional. Normalmente os adolescentes sabem que não podem matar, que não podem roubar, que não podem estuprar – esses são conceitos elementares –, mas fazem, praticam, muitas vezes por influência, por impulso, porque não têm a maturidade que têm os adultos, que já adquiriram a maturidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui eu entendo que nós precisamos ter uma legislação para dar um tratamento especial a essa faixa de transição, uma vez que eu entendo que é mais ou menos consensual no mundo inteiro que infância fica fora, adulto fica dentro e os adolescentes precisam estar no meio do caminho. E aí vai depender da legislação de cada país para adequar ao momento que essa pessoa está vivendo.

O que diz a nossa PEC? É que a maioridade penal no Brasil é de 18 anos.

Vou ler aqui para ficar mais claro o art. 228, que é o que foi alterado na Câmara:

> São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Então, a Câmara dos Deputados, em 2015, entendeu que era prudente manter a maioridade penal do Brasil aos 18 anos, mas, para estes crimes específicos – crimes hediondos, crimes de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte –, a maioridade seria reduzida para os 16 anos. Então, todos os demais crimes continuam aos 18 anos e esses seriam aos 16 anos, tendo essas pessoas um tratamento prisional separado dos adultos e das crianças. É sobre isso daqui principalmente que nós vamos discutir a nossa legislação.

Então, feita esta fala inicial, eu quero passar a palavra aos nossos convidados, seguindo a ordem dos convites, não foi sorteio, foi a ordem que estava nos convites e que a assessoria nos passou.

Assim sendo, concedo a palavra ao Sr. Guilherme Zanina Schelb, Procurador Regional da República da 1ª Região e mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná, para sua exposição.

Vou combinar com os convidados: acho que dez minutos seriam razoáveis, mas, se houver necessidade, nós toleraremos até quinze minutos, pedindo para se restringir aos dez, porque são muitos convidados, a fim de não ficarmos um tempo excessivo. Mas o mais importante aqui é o conteúdo, é ter uma informação que possa nos dar segurança para fazer uma legislação adequada ao momento que estamos vivendo no País.

Portanto, com a palavra o Sr. Guilherme Zanina, por dez minutos.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB (Para exposição de convidado.) – Bom dia, é um prazer.

Obrigado, Senador Marcelo Castro, pelo convite.

Quero agradecer a presença de todos, saudar os membros da Mesa, todos que estão presentes, demais Senadores.

De fato, como o Senador Marcelo Castro expôs, o tema está sujeito a uma zona cinzenta, é um tema complexo, um tema sujeito a muitas interpretações. Já me adiantando, aproveitando a apresentação que eu iria ler, exatamente o tema específico, a proposta aprovada na Câmara dos Deputados, a Emenda 171, que teve origem na Câmara, eu gostaria de apresentar algumas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, vou me apresentar. Há mais de 29 anos eu tenho atuação na área da infância, fui Promotor de Justiça da Infância em Brasília de 1991 a 1995. De 1995 até hoje sou Procurador da República, hoje ocupando cargo junto ao Tribunal Regional Federal.

Embora minha função como procurador regional não envolva diretamente a infância, apenas casos de recursos, em casos de crimes ligados à infância conexos à área federal, eu atuo neste período, depois de deixar a Promotoria da Infância, como cidadão, nesses 25 anos, junto às escolas, como estudioso de pesquisas, junto à sociedade civil, levando algumas reflexões, especialmente o conhecimento da lei, porque o conhecimento da lei é esquecido.

Hoje nós trabalhamos com ideologias e eu queria trazer de forma propedêutica, preliminar, algumas reflexões, porque os direitos humanos... E nós aqui queremos trabalhar a ideia de que o Brasil é regido por leis, não por ideologias. Claro, todos podem ter suas visões de mundo, ideologias são bem-vindas, o que é necessário, porém, é ter claro que há limites legais.

Eu dou um exemplo clássico: o caso dos direitos humanos. Se alguém abrir a Constituição para ver, na Constituição brasileira a prioridade é a criança, o deficiente, o idoso, o indígena. Mas, se nós olharmos para as pautas dos direitos humanos, nós não vamos ver essas prioridades; vamos ver outras prioridades. Então, a única vez em que a Constituição fala em prioridade absoluta é para a criança, e a criança hoje virou a minoria mais desprotegida que existe.

Por quê? Porque diversos movimentos sociais, políticos, ideológicos, usam a criança e o adolescente como seu instrumento. Isso é ruim. Eu vou dar um exemplo: muitos que defendem, que combatem a redução da maioridade alegando que menor de 18 anos não tem capacidade de entendimento, alegando que menor de 18 anos precisa de proteção e de ser colocado em um ambiente que preserve sua infância, muitos que defendem isso e, portanto, combatem a diminuição da maioridade penal, num outro aspecto, defendem que a criança pode decidir, por exemplo, um menino aos dois anos de idade, que vai ser mulher. A mesma fundamentação que usam para justificar a não redução da maioridade penal, contraditoriamente, na questão da proteção à sexualidade da criança, reconhece a autonomia de uma criança de dois, quatro, cinco anos. Tem capa de revista da educação brasileira dizendo que é um marco civilizatório um menino de cinco anos que se declara mulher, e deve ser respeitado na sua autonomia de vontade, o que viola lei, viola a Constituição, viola claramente dispositivos legais que determinam que menores de 18 anos têm fragilidade psicológica, especialmente as crianças, que merecem uma proteção especial, como bem o Senador destacou.

Eu trago a questão porque é subjacente a tudo que vamos falar. É natural que haja ideologias e visões de mundo diferentes, agora, precisamos ter alguma lógica, alguma coerência. Aí eu trago o pensamento de Karl Larenz, no seu *Metodologia da Ciência do Direito*, ou ciência jurídica. O Larenz diz assim, e para os Senadores é muito importante olhar desta forma: o direito, as leis, não são um saco em que a gente mete a mão e tira o que quiser; há uma limitação de meios, mas há também uma limitação na racionalidade.

Portanto, eu quero dizer que é necessário restaurar a racionalidade, porque não se trata de apego à lógica, trata-se de que todos devem ser tratados igualmente, só pela lógica. Nós não podemos agir de uma forma com um, com outro de outra forma, sem uma base jurídica que o justifique e sem uma lógica que nos leve àquele conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao contrário dos Deputados e Senadores, que decidem conforme a vontade política imanente, os juízes, os promotores, os ministros ganham legitimidade pela fundamentação do seu raciocínio. Então, a lógica do Direito para com juízes e promotores é diferente para com os Parlamentares. É necessário, sim, ter fundamentos, não se nega o trabalho das assessorias aqui no Congresso, um trabalho notável de levar aos Senadores, aos Deputados, o conhecimento das normas, as decisões dos tribunais. Sim, mas a marca do Legislativo, claro, submetido aos limites constitucionais, é exatamente a sua decisão política pura, é a base, é o fundamento. Já os juízes e promotores dos tribunais, o Ministério Público, os advogados, ganham legitimidade, e agora dizendo do Poder Público, pela fundamentação do seu pensamento, e a nossa fundamentação tem que estar arraigada, tem que ser justificada pelas normas constitucionais. Só que é um problema, as normas constitucionais são muito abertas.

Especificamente, agora entrando na questão dos direitos fundamentais, dos direitos, das liberdades individuais, é a norma que está expressa, exatamente a ela que queremos nos referir agora, quando o art. 60 da Constituição diz: "Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: [...] IV – os direitos e garantias individuais". Talvez aqui esteja um grande óbice que se pode levantar à proposta de emenda à Constituição de alteração do art. 228, sob alegação de que a norma vigente do art. 228 exatamente diz: "São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial".

Então um dos primeiros questionamentos que se deve trazer é: essa norma do art. 228 constituiria uma cláusula pétrea e não estaria sujeita à proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais? Dito de outra maneira: o art. 228 se incluiria dentre os direitos e garantias individuais? Isso é um debate. Isso é uma possibilidade.

Estudando a jurisprudência do Supremo, nós podemos encontrar vários entendimentos. Há uma tendência histórica de alargamento do conceito de direitos e garantias individuais, conforme o §4º, inciso IV, do art. 60. Todavia, a própria Suprema Corte... Pelo tempo que me foi disposto... Eu até faria um estudo melhor, Senador, poderia apresentar um pouco o histórico desse entendimento da Suprema Corte sobre o que constitui essa cláusula pétrea do §4º, inciso IV, do art. 60. Eu vou me limitar aqui a um breve comentário: a tendência da Suprema Corte, desde os anos 90, quando surgiram as primeiras decisões sobre o tema, é haver um alargamento da noção dos direitos e garantias individuais, conforme consta na cláusula pétrea. Todavia, há também o entendimento que permeia a interpretação de alargamento: a interpretação de que essa cláusula não pode ser empecilho a governabilidade; ela não pode ser motivo de impedir que o legislador possa se adaptar às realidades. Eu uso essa cláusula genérica. Claro, os ministros usam termos em seus julgados. Portanto, há um espaço de negociação com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Já deu os dez minutos? Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Só nove. Ainda está faltando um. Mas V. Exa. fique à vontade aí. Eu estipulei o prazo até 15 minutos.

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – Então, há um espaço de liberdade, mas o que me parece importante dizer, e agora eu trago o que está acontecendo na prática... Eu creio que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ouvir promotores e pessoas... Eu fui Promotor da Infância, e já lá, em 1994, nós encontrávamos muitos adolescentes, e um deles, na minha frente... Ele estava internado e ele disse: "Doutor, só vou matar mais dois, porque eu vou fazer 18 anos ano que vem e eu só preciso acertar conta com esses dois". Então, os adolescentes estão completamente conscientes de que podem, sim, matar; e, se matarem, você diz assim: mas é um acerto de contas. Esses acertos de contas, evidentemente, pioraram de maneira assustadora. O que eram 10 mil, 15 mil mortos por ano hoje são 60 mil mortos, vítimas de homicídio no Brasil. Da mesma forma como os adolescentes matam, eles morrem também, e de modo que há um ambiente dentro...

Agora eu vou falar um pouquinho como fala Ferdinand Lassalle, o comunista, o socialista Ferdinand Lassalle. Ele, com sua visão sociológica astuta, mas não atualizado hoje, porque ele via na Constituição apenas uma folha de papel, porque na verdade os fatores reais de poder é que contam. Ele estava enganado. A folha de papel tem eficácia. Estamos vendo hoje diversas prerrogativas com o Estado tendo o poder de intromissão e limitação – e isso é positivo por um lado, mas por outro não. É que o Estado, sim, tem influências profundas, por exemplo, na educação das crianças, ou no fortalecimento ou enfraquecimento – e aí é um tema paralelo a esse nosso – da família, porque quando falamos da maioridade penal e da sua diminuição, creio, não podemos utilizar a ideia de uma medida de segurança pública. Isso é fundamental entender.

Se nós colocarmos isso como medida de segurança pública, nós vamos perder o foco. A questão aqui é um entendimento sobre a real responsabilidade, entendimento, consciência e autodeterminação dos menores ou adolescentes entre 16 e 18 anos. Isso independe de questões de segurança pública. Na minha visão, não é adequado tratar esse tema como se fosse uma medida de combate à violência urbana. Na verdade, tem que ser tratado como um tema civilizatório. Eu entendo que se pode, sim, argumentar pró ou contra a medida. Eu venho apresentar argumentos e fundamentações para que nós caminhemos numa direção.

É muito claro, do ponto de vista, portanto, dos fatores reais de poder que nos traz à memória Ferdinand Lassalle, que o adolescente hoje está sentindo na impunidade, ele percebe que a resposta aos seus atos de violência e a resposta da Justiça é muito pífia. Esse sentido estimula ele a práticas diversas, especialmente violentas.

É claro que, se nós olharmos no sistema de estruturação, o que nós precisamos... Até vi um *folder* do pessoal do Ministério Público do Trabalho. É claro que a educação não é educação, não; é família e educação. Na Constituição brasileira, a base da sociedade não é a educação. Eu sei que vai surpreender a muitos de vocês. Quando se criou o Ministério da Família, todos falaram: "Nossa, conservador o Governo Bolsonaro". Não, é que a gente não lê a Constituição. Está no art. 226: a base da sociedade é a família. Só que a gente está imbuído de ideologias em que a família é o problema. Não, a base da sociedade é a família. A educação serve à família. Portanto, o que nós precisamos dar às crianças é família, e a educação servir a essa família.

Finalizo dizendo que pesquisas nos Estados Unidos – que é muito mais pródigo nisso e elas são mais fundamentadas que no Brasil – demonstram que o fator decisivo para impedir os jovens na entrada na criminalidade é a família, é a existência de um pai, de uma mãe, ou de um pai ou uma mãe responsáveis e que cuidem dessa criança. Esse é o fator decisivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago isso à colação porque, na verdade, essa responsabilização isolada tem que ser colocada dentro de um contexto amplo de defesa da criança e do adolescente, porque na verdade, o que acontece na prática? Quando o adolescente pratica atos dessa natureza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME ZANINA SCHELB – ... e a sociedade percebe que ele não vai sofrer – e no caso não é no sentido de sofrimento –, que ele não vai receber uma repressão, uma reprimenda, uma punição condizente, caminha-se para a justiça pelas próprias mãos. Eu presenciei isso, infelizmente. Isso é errado, mas o que acontece com a sociedade? Quando ela não vê o sistema de justiça entregando aquilo que chama pelo próprio nome, que é justiça, as pessoas são levadas a: "Vou fazer justiça com as próprias mãos". Trago aqui esse entendimento sociológico. Não é minha visão. Eu estou dizendo que é assim que funciona a vida lá fora, e nós precisamos trazer aqui essa reflexão baseada nos princípios não só de psicologia e psiquiatria, mas, sobretudo, que a realidade e os ditames internacionais nos revelam.

É o que tinha a dizer.

Agradeço, Senador, pela oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós que agradecemos a colaboração de V. Sa.

Passamos ao próximo, Sr. Thales Cezar de Oliveira, Procurador de Justiça Criminal e Assessor Especial da Presidência da APMP, para a sua exposição, pelo mesmo prazo, de dez minutos.

O SR. THALES CEZAR DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos; bom dia, Senador Marcelo Castro, Presidente desta sessão. Obrigado pelo convite a nós formulado. É uma grande honra, uma grande satisfação estar aqui presente, discutindo esse tema que é muito caro para todos nós brasileiros e que afeta o dia a dia de todos nós, direta ou indiretamente.

Na pessoa de V. Exa., se me permite, estendo o meu cumprimento a todos os demais integrantes da Mesa – sintam-se, portanto, cumprimentados –, e aos senhores presentes também, bom dia.

Eu sou Promotor de Justiça, agora promovido há dois meses ao cargo de Procurador de Justiça, mas Promotor de justiça desde 1990. O estatuto entra em vigor em julho e, em outubro, eu tomo posse como promotor. A minha primeira designação foi justamente na Infância e na Juventude, na Promotoria da Infância e da Juventude de São Paulo, capital. Lá, eu acabei me apaixonando pela área, por esta área extremamente importante e, desde então, trabalho diretamente com a infância e a juventude, em especial na área de infratores na promotoria da capital. Agora, como eu disse, promovido, só em grau de recurso, mas acabo pegando também alguns processos referentes à área da infância.

Eu trabalhei na infância por 29 anos e o que eu gostaria de fazer aqui, se me permitem, é apenas trazer, não uma visão meramente conceitual, uma visão meramente teórica, mas uma visão prática minha, do dia a dia, aquilo que eu vivenciei e aquilo que eu vi durante esses anos trabalhando com essa adolescência em conflito com a lei. Logo de plano, eu acho que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, até para ficar mais claro o discurso, dizer que eu sou, sim, favorável à redução da idade penal para 16 anos de idade.

A primeira coisa, por que 16 anos de idade? Por que não 14? Por que não 17? Por que não 21? Por que não 15? Por que esse recorte aos 16 anos de idade? É o que muitas vezes as pessoas se perguntam. Simples, por uma questão estatística.

A realidade nos mostrou, lá em São Paulo, pelo menos, que o adolescente ingressa na criminalidade violenta, homicídio, latrocínio, aquele roubo mais violento, estupro, como regra... Lógico que para toda regra há a sua exceção, mas, como regra, o adolescente ingressa nessa criminalidade violenta a partir dos 16 anos de idade. Bem por isso que pensamos como correto esse recorte de redução da idade penal aos 16 anos de idade.

Agora, uma coisa também tem que ser discutida em primeiro lugar, como o meu colega Schelb disse, a primeira coisa que se tem que saber é se é possível reduzir ou não pela Constituição Federal. Seria uma cláusula pétrea ou não seria uma cláusula pétrea?

Nós entendemos, de igual forma ao Dr. Schelb, que não é uma cláusula pétrea a questão da idade de 16 anos, 18 anos, 21 anos, 20 anos, 18 anos, quer dizer, esta é uma idade que pode ser alterada de acordo com o tempo, até porque a lei tem que ter o dinamismo que a própria sociedade tem. A sociedade é um ente em constante evolução – ou involução, segundo alguns –, mas a mesma sociedade que nós tínhamos em 1960 não é a mesma sociedade que nós temos hoje, os mesmos valores éticos, morais de 1960, não são os mesmos valores éticos, morais, sociais que nós temos hoje, em 2019.

Não estou dizendo aqui, não estou fazendo juízo de valor, se o juízo era melhor ou pior lá ou aqui, não, mas são diferentes esses juízos. A sociedade é diferente, a sociedade mudou. A sociedade quando eu tinha 15 anos de idade era uma sociedade diferente do que o meu filho hoje, com 12 anos de idade, enfrenta. A lei tem que seguir também esta evolução, sob pena de ser uma lei morta, uma lei não usual. Vide o que está acontecendo – e isso está na crista da onda – na questão da previdência social. Quer dizer, a sociedade muda, a sociedade evolui, a sociedade exige novas demandas e novas soluções, por isso está se discutindo um novo modelo de previdência, para se adequar a realidade legal, econômica à sociedade moderna, não àquela sociedade que vigorava há 10, 15, 20 anos.

Quando nós pensamos em Estatuto da Criança e do Adolescente, uma coisa é certa, é inegável, o Estatuto da Criança é uma das legislações, no que se refere à criança e ao adolescente, mais modernas do mundo, copiada por vários países.

Lá em São Paulo, na minha promotoria, eu recebi diversas delegações de diversos países justamente para verificar como nós lidávamos no dia a dia com a nossa realidade, como nós aplicávamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, como era o Estatuto do Adolescente no nosso dia a dia. Então, o Estatuto é um instrumento de garantia dos direitos da criança e do adolescente fantástico, nós não estamos aqui querendo desconstruir o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas apenas adaptá-lo à nossa realidade.

É inegável que o ECA entra em vigor em 1990. Se entra em vigor em 1990, entra em vigor com base numa realidade estudada, vivenciada na década de 80. A realidade criminal na década de 80 – e aqui as pessoas maiores de 40, 50 anos de idade sabem do que estou falando – era outra completamente diferente. Era impensável, naquele momento histórico do Brasil, em 1980, 1985, por exemplo, que uma pessoa com 16 anos de idade saísse à rua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armado e matasse alguém. Então, quando se pensou no sistema de punição, pensou-se também um sistema de punição para a realidade daqueles adolescentes, daquelas pessoas naquele momento histórico. Será que as punições hoje existentes são proporcionais, são condizentes com a realidade que nós vivenciamos hoje, em 2019? Não me parece que seja algo condizente. Mudou-se muito esta realidade.

Concordo aqui com o que o Schelb disse também. A minha posição é uma posição um pouco intermediária com relação à redução da idade penal. Sou favorável? Como eu disse, sim, sou favorável à redução. Mas eu não acho que deve existir a redução pela redução. A redução pela redução não vai surtir efeito e será uma medida meramente de vingança. E aí, daqui a alguns anos, nós vamos estar discutindo a redução para 14 anos; aí nós vamos estar discutindo a redução para 12 anos. A redução pela redução não resolve o nosso problema.

Eu acho que a redução é viável, é necessária e precisa vir para se adequar à realidade criminal de hoje, só que ela deve vir dentro de um pacote de medidas sociais que invista na família, que invista nas políticas públicas primárias, na saúde, na educação, na escola, que retire essas crianças da rua, que retire essa criançada do tráfico de drogas, que se criem centros de cidadania, dando uma nova perspectiva de vida para essa criança, para esse adolescente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THALES CEZAR DE OLIVEIRA – Porque hoje a gente sabe que é muito cruel, muitas vezes, para essa criança, que ela tenha como única realidade o tráfico de drogas. Qual é o modelo que ela tem? É o tráfico de drogas.

Então, nós precisamos quebrar também esse paradigma. Nós precisamos também tirar essa criança dessa situação de extrema vulnerabilidade. Então, vamos criar, sim, condições propícias para que haja a redução. Vamos reduzir a idade penal para 16 anos – penso eu. Esse é um pensamento, e é lógico que todos os pensamentos são respeitáveis, mas não a redução pela redução; mas a redução dentro de um conjunto de normas que possa também garantir os direitos individuais dessas crianças e desses adolescentes.

Para respeitar o tempo regimental, encerro por aqui.

Obrigado, Senador.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a explanação de V. Sa.

Vamos passar ao terceiro da lista.

A palavra está concedida ao Sr. Fabrício Juliano Mendes Medeiros, advogado e professor do IDP, para a sua exposição, pelo mesmo prazo de dez minutos.

O SR. FABRÍCIO JULIANO MENDES MEDEIROS – Bom dia a todos!

Quero inicialmente cumprimentar o Senador Marcelo Castro e agradecer-lhe o honroso convite que me foi dirigido. É uma satisfação e uma honra muito grande poder ter esta oportunidade de compartilhar com o Senado Federal, sobretudo numa Mesa tão qualificada como esta, algumas reflexões que fazemos em sala de aula, juntamente com os alunos e, ao trazer essas reflexões, poder, de alguma maneira, contribuir para o desate desse caso dificílimo, que é a possível reconfiguração da maioridade penal no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha colaboração vai ser focada na questão da limitação material, mais precisamente a cláusula pétrea que está em jogo, que é a cláusula pétrea inserida no art. 60, §4º, inciso IV, da Constituição.

Como todos nós sabemos, como se trata de uma emenda à Constituição, o poder de reforma se submete a limitações formais e materiais, e as limitações materiais são as chamadas cláusulas pétreas. No caso específico aqui, o possível choque estaria com a norma que está inscrita no art. 60, §4º, inciso IV.

E lá nesse art. 60, §4º, inciso IV, nós vamos encontrar a expressão "direitos e garantias individuais", que é curiosamente uma expressão que não se repete em nenhuma outra passagem da Constituição. O Constituinte de 1987 se utilizou dessa expressão no inciso IV do §4º do art. 60 e não repetiu essa expressão em nenhuma outra passagem da Constituição, o que levou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a tentar interpretar e entender o alcance dessa cláusula pétrea.

O que eu pretendo demonstrar aqui, a contribuição que eu pretendo trazer é no tocante à forma de interpretação da cláusula pétrea ou das cláusulas pétreas. Porque é inegável que o art. 228, redação atual da Constituição, tem uma interface direta com o princípio da dignidade da pessoa humana, mas é preciso interpretar a cláusula pétrea do inciso IV para saber o alcance dessa limitação, da limitação dirigida ao poder constituinte de reforma.

Em síntese, o que se pretende identificar é se nós devemos interpretar as causas pétreas de maneira estanque, de maneira absoluta, criando uma intangibilidade absoluta, ou se, ao contrário, a cláusula pétrea prevista no inciso IV permite algum tipo de reconfiguração, de conformação pela majoritariedade.

Dentro dessa perspectiva, a minha proposta inicial, a premissa inicial do meu raciocínio não é outra senão tentar escapar de uma interpretação literal e por isso mesmo pobre do inciso IV do §4º do art. 60.

Eu não desconheço aqui que essa discussão, a discussão que envolve a PEC 115, eu não desconheço que há um sem-número de outras questões. É uma PEC que carrega consigo uma multidisciplinaridade enorme, mas eu estou focando aqui exclusivamente a questão constitucional para que a gente verifique se há ou não esse obstáculo, esse óbice intransponível para a redução da maioridade penal.

Então, voltando ao que estava dizendo, para tentar escapar da pobre interpretação literal do inciso IV do §4º do art. 60 da nossa Constituição, o que eu proponho inicialmente aqui é retirar, extrair desse inciso IV o conteúdo substantivo ou o núcleo essencial do inciso IV, da norma insculpida no inciso IV. Se a gente consegue extrair esse conteúdo substantivo ou o seu núcleo essencial, nós vamos entender qual é de fato o óbice dirigido ao poder constituinte de reforma, representado momentaneamente aqui pelo Senado Federal, ou personificado pelo Senado Federal neste exato momento. Se nós dissermos que há uma intangibilidade absoluta, a conclusão inexorável é de que a emenda, a Proposta de Emenda 115 é inconstitucional.

Mas assim não penso. E assim não penso por quê? Como o Dr. Schelb, colega que me antecedeu aqui, o primeiro orador, bem pontuou, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não tem interpretado de maneira estanque, de maneira a extrair uma paralisia completa, as normas, as cláusulas pétreas. Num trecho aqui de um julgado, num mandado de segurança da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatoria do Ministro Sepúlveda Pertence, S. Exa. pontuou, e eu transcrevo aqui só para facilitar o acompanhamento da plateia, S. Exa. disse o seguinte:

> Reitero de logo que a meu ver as limitações materiais ao poder constituinte de reforma [que são as cláusulas pétreas] [...] não significam a intangibilidade literal da respectiva disciplina na Constituição originária, mas apenas a proteção do seu núcleo essencial dos princípios e institutos cuja preservação neles se protege.
> Convém não olvidar que, no ponto, uma interpretação radical e expansiva das normas de intangibilidade da Constituição, antes de assegurar a estabilidade institucional, é a que arrisca legitimar rupturas revolucionárias [...].

Nós devemos interpretar as cláusulas pétreas como uma fotografia, de maneira estanque, impondo uma paralisia completa ao poder constituinte de reforma, ou é preciso interpretar essas cláusulas pétreas acompanhando a evolução da sociedade, e, por que não, as demandas da sociedade?

Uma outra lição importante, e aqui já do Ministro Barroso, que não é, digamos assim, precedente, mas isso está escrito, foi colocado no livro de S. Exa., *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*, lá a ideia é a mesma:

> A locução tendente a abolir deve ser interpretada com equilíbrio. Por um lado, ela deve servir para que se impeça a erosão do conteúdo substantivo das cláusulas [pétreas] protegidas. De outra parte, não deve prestar-se a ser uma inútil muralha contra o vento da história, petrificando determinado status quo. A Constituição não pode abdicar da salvaguarda de sua própria identidade, assim como da preservação e promoção de valores e direitos fundamentais [...].

E segue o Ministro Barroso, em trabalho acadêmico, na mesma linha, advertindo que nós não podemos nem devemos interpretar as cláusulas pétreas de maneira estanque.

Mas, fixadas essas premissas, e agora se debruçando sobre o objeto propriamente dito, a redação propriamente dita da PEC 115, não me parece haver violação à cláusula pétrea insculpida no inciso IV do §4º do art. 60. E eu digo isso com todo respeito, respeitando as opiniões divergentes, que também se fundamentam em argumentos sólidos, mas o fato é que a redução de 18 para 16 parece não retirar, não subverter o núcleo essencial protetivo do princípio da dignidade da pessoa humana, que nós enxergamos lá no art. 228, redação originária, da Constituição.

Então, diante desse quadro e fixadas essas premissas, não me parece que essa redução, essa redução de 18 para 16, possa violar, macular, minimizar, erradicar a proteção, e esse, sim, foi o objetivo do art. 228 na redação originária, a proteção ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Eu reconheço mais uma vez, eu quero reafirmar uma vez mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRÍCIO JULIANO MENDES MEDEIROS – ... que nós estamos diante, que V. Exas. estão diante de um caso difícil, uma situação que envolve um sem-número de variantes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem consideradas, mas quanto ao fato concreto, tratando de processo legislativo constitucional, de cláusulas pétreas, o que não se tem aqui é um óbice à tramitação, deliberação e discussão dessa matéria. Dessa forma, o que nós temos é tão somente preservar a possibilidade de a majoritariedade política conformar, reconformar, configurar ou reconfigurar uma garantia que já foi insculpida na Constituição, mas que pode muito bem ser discutida e rediscutida, e novamente inserida no texto com uma outra moldura.

São essas brevíssimas considerações que eu queria trazer à Comissão, colocando-me à disposição sempre para questionamentos, esclarecimentos e dúvidas que eventualmente possam surgir.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a palavra do Sr. Fabrício Juliano Mendes Medeiros, passamos ao próximo orador, que será a Sra. Marisa Rita Riello Deppman, advogada, para sua exposição por igual tempo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Se possível, que a Marisa Deppman pudesse tomar o assento aí, até para que a gente pudesse acompanhar a apresentação dela.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Assessoria, por favor. (*Pausa.*)

Sente aqui então, Dra. Marisa, por favor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Um microfone aqui.

A SRA. MARISA RITA RIELLO DEPPMAN (Para exposição de convidado.) – Este aqui é o meu filho Victor Hugo Deppman, vítima de latrocínio no dia 9 de abril de 2013, às 8h da noite, 8h53min. Ele foi morto, vítima de um latrocínio praticado por um menor de 17 anos, 11 meses e 27 dias. Por três dias, ele não sabia o que fazia; três dias depois, ele sabia o que fazia.

Então eu venho aqui trazer a palavra da sociedade. Nós temos vários juristas aqui que estão falando em leis e tudo. Eu sou advogada também, mas acho que não cabe a mim falar sobre isso.

Só um minutinho, por favor. (*Pausa.*)

Muitos dos senhores talvez não saibam o peso que esta camisa me traz. Meu filho tinha 19 anos de idade. Ele voltava de estágio. Na realidade ele fazia dois estágios. Ele fazia faculdade de Rádio e TV na Fundação Cásper Líbero, lá em São Paulo. Ele fazia estágio de manhã numa rádio, começava das 7h às 8h. Às 8h ele entrava para assistir aula. Ao meio-dia, meio-dia e meia, ele saía da faculdade e ia para a RedeTV fazer estágio até às 10h da noite.

Meu filho trabalhava, meu filho era um estudante, meu filho era guerreiro, trabalhador. O único problema, para a sociedade, infelizmente, para vários Deputados e Senadores aqui, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que meu filho era da classe média e era loiro. E eu fui discriminada por isso. Muitos vieram falar para mim que eu não tinha direito a nada. Aliás, eu não tive direito a nenhuma proteção de direitos humanos ou seja lá o que for, porque eu sou da classe média.

Infelizmente, os legisladores federais passam a mão na cabeça dos bandidos, porque esse rapaz nada mais é do que um bandido. E venham tentar me convencer que ele não sabia o que ele fazia? Porque não é possível. É o que o Dr. Thales falou, 16 anos já sabe o que faz. Eu acho que a sociedade clama, 87% da nossa sociedade pede a redução da maioridade penal, e não é para 16 anos, não, pede a redução da maioridade penal para 14.

Ontem mesmo nós tivemos um crime bárbaro, praticado por três menores que mataram uma amiguinha por ciúmes. É possível isso? A gente viver nessa barbárie?

Depois do meu filho, lá em São Paulo, teve o caso da dentista, em que o rapaz de 16 anos tocou fogo nela porque ela só tinha R$30 de crédito na conta dela. E ela era arrimo de família: uma mãe doente, um pai doente e uma irmã excepcional. E ela que sustentava a família.

Alguém dos direitos humanos foi lá perguntar se aquela senhora precisa de alguma coisa, se aquela família precisava de alguma coisa? Agora, vai pôr a mão num menor na hora que ele está chegando lá na delegacia e veja o que acontece! Direitos humanos é para humanos direitos, é para mim também, é para o meu filho. Aos 19 anos eu enterrei ele. E eu quero saber aqui quem que vai passar a mão na minha cabeça, quem vai me dar um abraço, quem vai vir acolher, quem vai aqui falar para mim: "Olha, Marisa, eu lhe entendo"? Porque eu já estive aqui no dia 27 de agosto de 2013, na CCJ da Câmara dos Deputados, e falei a mesma coisa, que os legisladores federais vivem numa ilha da fantasia aqui em Brasília. Eu queria saber se eles têm coragem de, sem segurança, sem coletes à prova de balas, sem carro blindado, sem nada, andar na periferia de qualquer cidade do Brasil. Porque os menores matam e matam com requinte de violência.

É que eu não sei se elas podem aqui colocar o filminho, está no YouTube, da morte do meu filho. Mas ele entregou, simplesmente ele entregou o celular. Foi aquele crime lá em São Paulo, em que ele chegava na porta do condomínio onde eu moro, ele entregou o celular para o menor, e o rapaz atirou na cabeça dele. Podia ter atirado em qualquer parte do corpo, mas ele escolheu atirar na cabeça dele, porque, conversando com vários juízes e promotores da Vara da Infância e da Juventude, falou que era um ritual de passagem, exatamente como falou o Dr. Schelb, quando eles chegam próximo aos 18 anos, eles têm que cometer tudo que eles têm que fazer porque depois eles não podem mais. Eles falam que aí a lei já fica mais dura.

Então eu queria saber se, com a redução da maioridade penal, se esse rapaz faria isso, porque um furto qualificado como foi, armado, ele pegaria uns quatro ou cinco anos no máximo, e ele poderia até cumprir em liberdade. Agora, o latrocínio ele começaria com uma pena de 20. Será que ele trocaria 20 por 5, se já tivesse a redução? Eu gostaria que alguém me respondesse. (*Pausa.*)

Não, né? Claro, porque bandido sabe fazer conta.

E o Dr. Thales trabalhou em Vara da Infância e da Juventude e ele pode falar. O Fórum da Infância e da Juventude na Rua Piratininga tem quatro varas. Quando os menores chegam – e eu estava lá, eu fui acompanhar o caso do meu filho –, e você senta lá na salinha, ele fala assim: "Se eu pegar a juíza da 1ª, ela é mais branda; se eu pegar a da 2ª, ela é mais durona".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eles já sabem na distribuição qual vai ser a pena dele. Eles sabem fazer conta. E quando eu fiz o curso de Direito, eu fui fazer estágio, a gente era obrigado a fazer estágio em todas as áreas do Direito, e quando eu fui fazer no Direito criminal, eu vi isso também, os bandidos maiores eles chegam lá e eles já sabem a pena que eles vão ter. Quando eles sentam na mesa, eles já sabem o que o juiz vai dar para eles. Vocês acham que ele trocaria, esse rapaz, 20 anos por 5? Não trocaria.

Então acho que está na hora de o Legislativo Federal atender as demandas da sociedade. Vocês estão aqui para atender as demandas do povo. E o povo, 87% do povo está clamando, porque as vítimas sociais somos nós que estamos lá na rua. Meu filho chegava de metrô do estágio. Ele não tinha carro blindado não, ele saía de Osasco, eu moro no Belenzinho, quem conhece São Paulo, ele pegava um trem, ia até a estação Barra Funda e na Barra Funda ele pegava metrô para chegar em casa. Normalmente ele chegava 11h30 ou meia-noite em casa, e vinha do trabalho. E esse rapaz queria um celular, só que ele não teve coragem de trabalhar para comprar, é muito mais fácil roubar.

Eu estive num programa, lá na RedeTV, agora me fugiu o nome da apresentadora, em que ela entrevistou... Junto comigo estava o Sr. Roberto da Silva, talvez aqui até vocês já tenham ouvido falar, ele é Conselheiro da Fundação Casa, lá em São Paulo. Ele era, na época, braço direito da Dra. Berenice, Presidente da Fundação Casa, de que ela já saiu também, mas na época ele era. E durante o discurso dele, ele contou a história dele, que ele entrou na Febem, ele foi levado pela mãe dele à Febem, porque eles não tinham condições de se manter, e lá ele iniciou a carreira do crime. E numa das falas dele ele deixou bem claro, ele disse bem assim: "Eu escolhi entrar na criminalidade e depois eu escolhi sair da criminalidade". Então não pensem os senhores que esses bandidinhos são simplesmente bandidos porque "ah, eles não têm, eles são vítimas sociais". Não, eles não são vítimas sociais. Vítimas sociais somos nós, deles. Eles são bandidos por escolha própria. Eles escolhem ser bandidos. Eles querem um celular, então eles vão roubar um celular. Eles querem um tênis de marca, eles vão lá e roubam um tênis de marca.

Se tem um problema de consumismo na nossa sociedade que pode levar o jovem a tentar buscar essas ofertas de produtos que eles não têm condições de comprar, na criminalidade, a gente não pode generalizar isso, porque se você pegar 90% das pessoas que moram em comunidades carentes, em São Paulo pelo menos, é a minha fonte de referência, não são bandidos não.

E esse rapaz que matou meu filho frequentava a escola. Ele estudava no Grupo Escolar Amadeu Amaral, lá no Belenzinho. Frequentava escola. Tanto que ele cumpriu 1 ano e 10 meses. Matou meu filho, com um tiro na cabeça, e cumpriu medida socioeducativa de 1 ano e 10 meses, e saiu. Por quê? Prestou um vestibulinho para uma e-Tec e passou. Ele era burro? Ele não sabia o que ele estava fazendo? Ou ele sabia muito bem o que ele estava fazendo e o fez porque queria fazer, porque, como eu disse, os juízes e promotores das varas de infância falam que é um ritual de passagem. "Até os 18 anos eu faço, porque depois eu não posso fazer".

Então está na hora de a nossa legislação parar de ser boazinha, parar de passar a mão nesses bandidinhos – porque eles são bandidos, não são coitadinhos não, são bandidos –, parar de passar a mão na cabeça desse povo e atender as demandas da sociedade. Vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legisladores estão aqui porque nós pagamos os impostos para vocês estarem aqui. E, quando nós votamos, nós votamos em bandeiras que nós defendemos e que vocês têm por obrigação também defender. E a sociedade, 87%, pede a redução da maioridade penal. Então, é isso que eu espero dos senhores.

Desculpem a minha fala emocionada, porque é muito difícil para mim ainda. Faz seis anos, e é muito difícil você perder um jovem, um filho... Eu falo: uma vez teve uma... Eu acho que foi a Dra. Maria do Rosário, eu não lembro quem foi, não vou citar nome, porque realmente eu não lembro; mas ela falou que o tratamento dado aos menores era de tortura. Então eu vou fazer uma relaçãozinha do que é tortura para mim: tortura foi ver o meu filho caído lá na porta do meu prédio morrendo; tortura foi quando eles me deram a notícia lá no hospital; tortura foi quando eu tive que ir lá no IML reconhecer o corpo dele para poder liberar para o enterro; tortura foi eu acompanhar o carro funerário...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARISA RITA RIELLO DEPPMAN – ... até o cemitério para ele ser velado; tortura foi baixar a campa; tortura é eu entrar todo dia no quarto ele e as coisas dele estarem lá. Isso é tortura. Eu gostaria que nenhum dos senhores passasse por essa tortura, porque é muito, muito difícil.

Eu espero, realmente – porque eu venho aqui representando não só o meu filho, mas uma imensa parcela das mães e pais que são vítimas da violência –, de pedir, por favor, clamando: reduzam a maioridade penal, porque a sociedade quer, a sociedade espera, e porque é preciso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo as palavras da Sra. Marisa, vamos ao próximo expositor, que é o Sr. Elias Miler da Silva, Coronel da PM de São Paulo, advogado, doutor e mestre em Segurança e Ordem Pública, para a sua exposição, por igual tempo.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Senador Marcelo Castro, agradeço a esta Comissão o seu requerimento e o requerimento do Senador Rogério Carvalho, que estão permitindo este debate democrático. Isso é democracia. Parabenizo os que estão aqui presentes, os demais Parlamentares.

Nós acabamos de ver e ouvir dois membros do Ministério Público, um estadual e o outro federal, na mesma linha. Vimos agora também uma mãe, uma vítima dessa legislação e desse quadro. Nós falamos que no Brasil não existe, Senador, pena de caráter perpétuo; acabamos de ver o testemunho de uma pena de caráter perpétuo: para ela, valeu o caráter perpétuo, para ela vale.

Então nós temos que renunciar a ideologias e irmos para o fato. Eu até brinco com o meu filho, porque ele falava: "Pai, o senhor tem que fazer atividade física, porque tem um 'veinho' lá na academia com 50 anos...", aí eu falei: "Cinquenta anos? Isso é um adolescente!". Porque eu já cheguei aos 62 anos, não é? E viralizou na rede aquela matéria de jornal, de 1960: "Idosa de 42 anos foi atropelada". A sociedade mudou, a sociedade está em mutação, e não é possível que nós não estejamos aptos a discutir.

Agora, já tivemos aqui três visões. A minha visão é de policial que atuou lá na ponta. A minha visão é de professor porque eu sou professor de Direito, sou advogado; a minha visão é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pedagogo porque eu também sou formado em Pedagogia; e a minha visão nesse quadro também é de nordestino, como o senhor. E, como nordestino, aí posso falar porque eu sei o que é criar com parâmetros. Minha mãe e meu pai eram nordestinos, alagoano e sergipano, com 15 filhos, tinham princípios para criar, existia base, existia família, e meu pai negro e minha mãe italiana. Então, também: "Olha, filho de negro". Eu sou filho de negro, criado no mangue de Santos, no meio da criminalidade e, dos meus 15 irmãos – viveram 11 –, nenhum deles foi para o crime. Negros, pobres, periféricos, nordestinos, ninguém foi para o crime, mas tinha uma coisa que o senhor sabe: ai de mim se eu chegasse em casa com uma coisa achada na rua: "Mãe, achei isso aqui", tomava um corretivo, levava-me lá: "Isso tem dono, põe aonde você achou" e, acima de tudo, criado na igreja sob a proteção de Deus. O resto aí podem filosofar o que quiser, podem filosofar.

Eu brinco, Senador, com o meu netinho. O meu netinho tem três anos, o Felipe. Quando ele começa a ficar com manha, com gracinha até com a mãe, no colo da mãe, eu dou uma olhada para ele e falo: "Felipe!". Ele me olha assim atravessado, eu fecho a cara para ele, ele abaixa olho. Aí, na terceira vez que ele me olha, eu estou olhando filme para ele e ele fala: "Neném, vovô, neném?". Ele já sabe que há reprimenda.

Então, nós temos que ter – e falo como pedagogo também – gradação de reprimendas. A sociedade evolui. A minha mãe como nordestina me criou na palmatória e joelho no milho. Hoje ela estaria condenada por tortura, estaria condenada por tortura.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Joelho no milho é tortura.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – É, e o senhor como nordestino sabe disso, e eu fui criado assim. A minha mãe, no dia da minha formatura na academia, eu recebendo a espada, chegou para mim e falou assim: "Se eu não te dou uns corretivos, hein?". Eu falei: "Mãe, aqui não!". Ela falou: "Fica quieto!". Eu falei: "Sim, senhora". Então, a gente pode filosofar e como pedagogo, pode filosofar...

Existe um quadro real, existe um princípio de valores. Na minha faculdade de Pedagogia, nós discutíamos até nessa questão de parâmetros e de regras de família e social. Usamos o parâmetro de uma manada numa reserva da África do Sul em que eles estavam com superpopulação de elefantes, não sabiam o que fazer com os elefantes, porque não vai tirar os velhos nem os novos, pegaram os elefantes adolescentes e levaram para uma outra reserva. Os elefantes adolescentes, sem o parâmetro familiar, sem a correção da matriarca – e lá quem manda é a mulher na manada; como em casa, quem manda é a mulher, a matriarca –, os elefantes adolescentes ficaram sem parâmetros, sem balizamento social, com um destaque: passaram a ser carnívoros e a comerem rinocerontes. Isso no ser irracional, e na sociedade nós temos que ter parâmetros e regra.

Por isso que essa discussão é muito salutar e vem nessa linha para discutir essas duas PECs.

Nesse sentido, aqui eu quero até prestar homenagem com a sua permissão, Senador, a nossos três soldados de São Paulo – e no Brasil inteiro é assim – que foram mortos. O Soldado Vitor de Oliveira, baleado, socorrido, morreu no Hospital M'Boi Mirim, não resistiu, 33 anos de idade. O policial era casado, deixou uma viúva e sete filhos, e os senhores podem ter certeza que vai chegar na autoria e tem menor envolvido. Essa é a realidade do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa realidade, o Senador até falou: o que está fazendo essa PEC? Ela não está tirando de forma absoluta a questão da maioridade, ela está dizendo que, nos crimes hediondos – não são todos – nos crimes hediondos e somente neles, nesses crimes que são gravíssimos e que têm assento nas cláusulas pétreas, porque também é um direito e garantia individual, nos crimes hediondos, nós teremos uma responsabilização penal. É o que diz a PEC: nos crimes hediondos, como bem narrou a mãe aqui presente.

Agora, vamos também analisar, e também falo como professor de Direito Constitucional: nenhum direito na Constituição é absoluto, nem a vida é absoluta, porque eu tenho pena de morte na Constituição, ela não é absoluta. Aí colocam como sendo um direito absoluto, não é. Um direito na Constituição é mitigado pelo outro, e diante de cláusulas pétreas também. O direito à livre manifestação com o direito da intimidade da vida privada. Então, é cláusula pétrea? Já foi esboçado aqui e, no meu entendimento – e há divergência –, não é cláusula pétrea. A maioria dos juristas... E dentre eles já foi citado o próprio Ives Gandra, que fala nisso.

Obrigatoriedade de tratados. Começam a fazer esse jogo com a gente. Nenhum tratado internacional impõe isso. Isso é jogo de palavras. Se eu pegar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não fala nada. Se eu pegar o Pacto de San José da Costa Rica, ele simplesmente fala que os mesmos, "quando puderem ser processados, devem ser separados", e é isso que a PEC faz. O tratado interamericano de direitos humanos diz: se for responsabilizar o menor, tem que ser em estabelecimento separado, e a PEC traz isso. Então, está dentro.

Soberania popular. Como é que eu venho nesta Casa de Leis, digo que eu sou democrata e não respeito a soberania popular? O povo é soberano. Todo poder pertence ao povo, e foi falado pela mãe que aqui esteve. Oitenta e quatro por cento dos brasileiros querem a redução. "Ah não, mas nisso nós não podemos ouvir o povo". Então você é ditador, você não respeita a vontade da maioria numa democracia. Sessenta e sete por cento querem a redução para todo e qualquer crime. Ah, nisso então a pesquisa Datafolha para você não vale, e quando te interessa, vale? E a eleição do Presidente Bolsonaro? A bandeira dele foi essa, e foi legitimada pelo povo brasileiro a bandeira do Presidente.

Agora, no conceito de crime, o que nós estamos discutindo? E falo também como professor de Direito Penal. Dentre os elementos do crime, nós temos que analisar o quê? O fato típico, antijurídico e culpável. Nós estamos falando sobre o elemento da culpabilidade, e na culpabilidade, no Brasil o menor é somente biológico. É biológico. Tem idade? Tem. Se a certidão dele for falsa e eu não provar que é falsa, é biológico. É só número, e no mundo não é assim, como a própria culpabilidade – e o senhor colocou, Senador –, é biopsicológico. Eu tenho que analisar a capacidade de entendimento e a capacidade de autodeterminação. É assim na Inglaterra e é assim em vários países do mundo. Então, não há postulado científico fundamentado a escolha da maioridade, ficando tal eleição a critério da política criminal de cada país e de acordo com a realidade de cada país. Posso inventar a teoria que eu quiser, é fato: no mundo, não tem fundamento para isso, é política criminal da realidade de cada país.

A PEC não contribui para a redução da violência. Eu faço minhas as palavras do Dr. Thales no sentido de que eu não devo olhar isso como uma mera medida e solução para a segurança e criminalidade, mas entra como mais um dos fatores, e todos nós sabemos que a violência tem multifatores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Estudo científico, está aqui: doutor especialista em Economia do Crime, da Federal do Rio Grande, Cristiano Oliveira: "Evidências empíricas dos efeitos dissuasórios da maioridade penal no Brasil". O que ele diz? Que a punição mais severa é capaz de reduzir em quase 20%. Redução da maioridade: pode diminuir em 60%. Artigo científico, para quem gosta de artigo científico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu queria que fizessem silêncio, por favor.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Falência do sistema penitenciário. Eu digo para os senhores e, como debatedor, fico cansado de ouvir essa tese: "Olha, o sistema penitenciário é faculdade do crime". Então que fique na faculdade sem sair porque eu não posso vir com essa desculpa num país que nem 1% dos crimes são apurados e condenados. Então, eu vou tirar o indivíduo da prisão e deixá-lo solto nas ruas matando, estuprando e violentando? Então, essa tese, com o devido respeito... Nós sabemos da falência não só do sistema penitenciário, como da saúde, como da educação. Eu não posso usar isso como desculpa. Essa tese não é verdadeira.

Reincidência é quase 70%. Portanto, é melhor ficar internado do que fora estuprando, roubando, matando. No *site* da Fundação Casa, de 2006, o que ele trouxe, lá onde internam os menores? Masculino, 96%; feminino, 4%; 13 anos de idade, 1%; e vai numa média – isso que o Dr. Thales falou – de 16 anos. A média dos que estão lá é 16 anos.

Percentual de crimes. Os crimes atribuídos aos menores, levantamento em São Paulo, 1% de homicídios, 1,5% de roubos e 2,6% de latrocínios. Portanto, se eu responsabilizar aqui, não vai encher as cadeias como ficam argumentando. Isso aqui é fato, estatística.

Veja a infração atribuída a adolescentes. Aqui tem do Ilanud, deixando bem claro: homicídio, 1,4%. Portanto, não haverá uma caça, não vai tirar os menores da escola. Não tem nada a ver, eu sou educador também. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, querer fazer contraponto nisso, com o devido respeito.

A solução está na educação e na aplicação efetiva do ECA. Senhores, aqui está o ECA, o ECA é isso aqui: o menor armado – e eu, como policial, já peguei –, e vai falar "eu não posso fazer nada, vai traumatizar, ele está em fase de crescimento, ele está aprendendo, está maturando". Isso é brincadeira! Vai falar isso para minha mãe Jaci! Fala para ela que eu estava maturando, vai falar para ela.

Então, veja o detalhe: a aplicação efetiva do ECA é um estímulo à prática do crime neste ponto, é 007 com licença para matar, como disse o Senador Major Olimpio. Vamos pegar exemplos. Eu, que também ministro aula de ECA, e para concurso eu ministrei muito tempo, usava este exemplo: o menor com 17 anos, 11 meses, 29 dias, 23 horas e 59 minutos pode matar. Agora, se eu sou o menor e vou matar todo mundo aqui, eu falo: "Pessoal, eu tenho que matar vocês antes da zero hora, que a hora que der zero hora, vai vir uma varinha de condão: agora eu virei responsável". Em que país do mundo tem um devaneio desse? Isso não se sustenta com a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A internação máxima: três anos. Posso matar 50 pessoas: três anos. Detalhe: três anos, mas não integrais, porque o juiz, a cada seis meses, tem que me reavaliar. Então, no fundo, não são três anos, são seis meses.

Outro aspecto: se eu fui encontrado com 20 anos, matei 50 pessoas, fui pego com 20 anos, eu vou ficar, no máximo, um ano. Isso é a lei. Mata cem pessoas, se for pego com 21 anos, nada para ele. Em que país do mundo tem isso? Se eu matar cem pessoas, eu era menor, me identificarem com 21 anos, o que vai acontecer comigo? Nada! Limpo, de bons antecedentes!

Senhores, isso não é razoável.

Batoré, Senador Marcelo Castro. O Batoré, com 17 anos – observem esse cidadão, hoje é maior –, planejou seu próprio resgate na Febem, porque não se pode estar armado para conduzir o menorzinho. O Batoré tinha o corpo do Maguila, matador de policiais. Ele a toda hora fugia para matar mais gente. Fugia para matar mais gente! Em São Paulo, Batoré participou de 50 sequestros relâmpagos, é acusado 15 homicídios.

Se esse indivíduo tivesse sido contido pelo Estado, eu teria salvo muito mais vidas. Então, eu não posso em nome do menorzinho, ficar permitindo latrocínios e homicídios.

Está aqui um caso conhecido: Champinha. Está aqui o Champinha. Pegou a menor, pegou o seu namorado: sequestro, estupro, cárcere privado e homicídio. A lei faculta isso e a lei protege isso.

Maioridade no mundo. Vamos usar parâmetros do mundo. Eu acho gozados, às vezes, alguns debatedores: "Não, não podemos trazer esse exemplo da Suíça". Quando interessa, eles querem o exemplo da Suíça, quando não interessa eles não querem. Fica difícil debater assim, porque não há parâmetro.

Reino Unido, 10 anos; Alemanha, 14. Agora, alguns defensores da Coreia do Norte e da China... Por que não criticam a China e a Coreia do Norte? Lá, com 14 anos, se executa. Então, vejam: Tailândia e assim por diante.

Então, eu tenho na América Latina e tenho no mundo.

E para fechar, Sr. Senador, eu coloco para V. Exa. o seguinte: nós não podemos ser inocentes. O crime organizado – e não é o caso desta Mesa nem dos que aqui estão –, mas o crime organizado, e falo por São Paulo, ele patrocina – patrocina! – defensores da sua tese. O crime organizado forma pessoas na faculdade de Direito, forma jornalistas, paga pessoas e paga jornalistas.

Não estou falando da imprensa toda e não estou falando da OAB, mas está aqui a prova do que eu falei. A prova: "Justiça condena ex-Vice-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [de São Paulo] e mais quatro advogados por integrarem facção criminosa [condenados a 16 anos]. [...] Acusados faziam pagamento de propina [...] e forneciam dados [...]".

Esses sempre defenderam que não se pode reduzir e que não se pode armar a população. É triste nós verificarmos isso. O crime age inteligentemente, infiltrando gente para defender a sua tese.

Existem pessoas, como os que estão aqui na Mesa, que defendem por convicção as suas posições. Mas nós não podemos ser inocentes, e aí eu faço essa denúncia a esta Casa, e isto é fato: o crime patrocina os defensores da não redução e do não armamento da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me à disposição.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós agradecemos a explanação do Sr. Elias e, agora, passamos ao nobre jurista José Eduardo Cardozo, advogado, ex-Ministro da Justiça, para sua exposição.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (Para exposição de convidado.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, queridos colegas de Mesa, muitos deles muito amigos há muitos anos, senhoras e senhores que acompanham esta audiência pública, primeiro quero agradecer a S. Exa. o Presidente pelas palavras corteses de um amigo que me foram dirigidas e quero já informar a todos os senhores e senhoras que eu seguirei na contramão das exposições que vieram sendo feitas até agora.

Eu poderia discutir esse tema longamente por diversas perspectivas, por perspectivas filosóficas, perspectivas éticas, perspectivas dos legítimos dramas pessoais que aqui foram apresentados – e eu respeito imensamente.

Podemos discutir sob a ótica do Direito comparado, podemos discutir do ponto de vista biológico e bem sustentado pelo Presidente no início. É importante avaliar que, nessa questão, há duas perspectivas. As discussões que existem modernamente, na perspectiva biológica, se colocam, como disse o Presidente, muitas vezes, sobre o nível de consciência para a prática de crimes, mas estudos hoje mais avançados fazem o estudo etário na perspectiva do Direito Penal moderno, isto é, na perspectiva da prevenção da criminalidade e na prevenção da reinserção social, mostrando que a faixa etária e o tratamento punitivo podem alijar pessoas definitivamente da possibilidade de reinserção, e outras que não, de forma que você recupera, digamos assim, ou reinsere a pessoa com muito mais facilidade do que quando ela tem uma idade mais madura. Portanto, talvez o corte biológico de hoje não seja propriamente o ter consciência ou não consciência para a prática delituosa, que daria situações contraditórias, mas analisar-se biologicamente a situação da pessoa a partir do desenvolvimento etário, na perspectiva da reinserção e da prevenção social da prática delituosa futura. Essa me parece uma ótica que deve ser considerada, mas eu não terei tempo para analisá-la aqui.

Eu quero me cingir a dois aspectos com que me parece que eu posso melhor contribuir: o aspecto jurídico e o aspecto pragmático da questão, porque, como exerci a função de Ministro da Justiça por mais de cinco anos, sendo o ministro que mais tempo exerceu o cargo, no Brasil, no período democrático e o segundo desde o Império em tempo de permanência, eu vivenciei algumas coisas e quero traduzir aos senhores e às senhoras, aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras e a todos os presentes.

Do ponto de vista jurídico, eu, pessoalmente, com todas as vênias, tenho absoluta convicção, e não é uma posição ideológica – uso a palavra "ideologia" no sentido de Mannheim, de Parsons, para não usar Karl Marx, para que não seja acusado ideologicamente de qualquer coisa; isso no sentido de distorção –, acredito que a Constituição Federal comporta interpretações não neutras, mas abalizamentos normativos. E os abalizamentos normativos têm que ser feitos a partir da principiologia que caracteriza a fotografia constitucional.

A Constituição de 1988 consagrou, entronizou um balizamento axiológico muito claro na defesa do Estado democrático de direito e na defesa dos valores humanos, dentre os quais se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloca a liberdade como valor essencial. Aquilo que o legislador colocou na perspectiva normativa, consolidada por ela, de garantir o Estado democrático de direito e de valores de definição humanística é intocável. Sou favorável a uma interpretação que combine os ajustes das mutações com a fixação. Sou favorável à percepção de que, muitas vezes, a cláusula pétrea tem uma dimensão antidemocrática, porque a maioria do presente não pode se sobrepor à maioria do passado – é fato, não há dúvida. Mas eu tenho que respeitar a Constituição pelo menos enquanto ela existir. Se os fatores reais de poder – Lassalle –, que foram aqui mencionados, mudarem, mude-se a Constituição, mas, enquanto ela está lá, ela está posta com esses valores. As garantias do Estado democrático de direito têm que ser respeitadas e as garantias dos valores atinentes à dimensão de direitos humanos consagrados pela Constituição têm que ser respeitados.

Eu dou um exemplo muito facilmente. Hoje eu vejo... Eu não acho que é dimensão interpretativa constitucional, como se diz hoje, a voz das ruas – eu não acho isso. Não acho isso! A voz das ruas tem que ser respeitada. E, se as vozes das ruas forem muito fortes, é porque mudaram as relações de poder. Então, que se mude a Constituição no sentido originário.

Então, que se mude a Constituição no sentido originário. Agora, enquanto estiver lá o texto, eu tenho que estar dentro dos balizamentos normativos, senão nós vamos cair em situações de voltar à barbárie, em que a população pedia alguma coisa à arena romana, e a situação, obviamente, não é essa no Estado democrático de direito. Então, eu tenho que ter clareza de que a voz das ruas não pode transfigurar as molduras constitucionais, até que a Constituição caia.

Diante disso, parece-me muito... Vejam o seguinte exemplo que eu usava outro dia. Eu vejo, hoje, na voz das ruas, muita gente reclamando de certas carreiras do Estado que ganham muito. Eu discordo. Há gente que quer acabar com a irredutibilidade de vencimento da Constituição. Isso é cláusula pétrea? É, porque há uma garantia institucional do Estado democrático de que essas carreiras não possam ter seus salários reduzidos. As vozes das ruas podem falar o que quiserem, mas não servirão como fator hermenêutico para reduzir vencimentos daquelas carreiras de Estado que têm que ser respeitadas, como magistrados, como membros do Ministério Público e outras carreiras. A meu ver, o mesmo critério vale para a questão da maioridade penal, da inimputabilidade. Isso está no núcleo da Constituição, como está, nas garantias do Estado de direito, a questão dos valores humanos. "Ah, está certo; ah, está errado". Bom, o legislador consagrou isso, colocou lá "aos 18 anos". Portanto, acredito que, ideologicamente, concordemos ou não com isso, é cláusula pétrea. E avalio, sinceramente, Presidente, que, na composição atual do Supremo Tribunal Federal, a tendência será – acho eu – pela inconstitucionalidade de qualquer mudança, pelo que conheço do perfil dos atuais Ministros. Então, juridicamente, essa é minha posição, e acho até que, pragmaticamente, qualquer mudança não passará pelo controle concentrado de constitucionalidade, que seguramente será invocado se houver uma mudança constitucional a respeito.

Eu quero me cingir agora a uma dimensão pragmática. Eu me deparei com o Ministro da Justiça sobre essa discussão, tanto que, no período, foi aprovado na Câmara. Quem conduzia a proposta de alteração era o então Presidente Eduardo Cunha, que defendia, com vigor, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alteração. Eu fui à Câmara dos Deputados para debater. Não passou na primeira votação. O Presidente Eduardo Cunha recolocou, a meu ver, de forma ilícita, a votação, e aí passou por uma pequena maioria de votos. Eu estive na Câmara por várias vezes discutindo essa matéria.

Em 2015, o Ministério da Justiça apresentou dados que não podem passar ao desconhecimento de V. Exas. Eu acho que não se fez mais a atualização desses dados, mas não podem ser ignorados. Que dados são esses? O crime, como já se disse aqui corretamente, tem muitas causas, muitas causas – a impunidade é uma delas. Há várias causas, mas uma das maiores, no Brasil, hoje, permitam-me dizer, passa ao largo da reflexão: é o sistema penitenciário nacional. Eu ousaria dizer que uma das principais causas da criminalidade é o sistema penitenciário nacional. Por quê? Nós sabemos que as principais organizações criminosas que atuam no Brasil – inclusive a principal de São Paulo nasceu pelas más condições carcerárias, e, a partir daí, começaram a organizar presos e pessoas fora do presídio, presos e filhos de presos, presos e pessoas que estão fora... Quando eu passo a ter uma prática de sanções restritivas da liberdade sem um critério apurado, eu coloco, no sistema prisional, pessoas que poderiam ter penas mais eficazes na reinserção social, inclusive inibitórias de condutas futuras, e as coloco em contato com o crime organizado; elas passam a ser cooptadas pelo crime organizado.

Por exemplo: eu me recordo de estudos em que, muitas vezes, operadores do direito fazem questão de colocar atrás das grades pessoas que são drogadas, portanto, são doentes – claro –, e que são enquadradas como tráfico para punir. Essas pessoas entram como pequenos traficantes e, quando saírem, sairão como grandes traficantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Então, o que eu quero dizer – e eu não vou ter tempo para aprofundar muito...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone.*) – V. Sa. tem mais cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – Tenho mais cinco minutos?

É que o sistema prisional brasileiro tem uma dimensão de restrição da liberdade em aceleração, ao contrário de outros países do mundo. Quando eu era Ministro, o Brasil era o quarto país em população prisional do mundo, Presidente. Hoje, já é o terceiro. E por quê? O Depen mostrou isso: em quantidade de presos, a ordem era Estados Unidos, China, Rússia e Brasil. O Brasil passou a Rússia. Por quê? Porque esses países têm claro que a questão da pena restritiva de liberdade tem que ser aplicada com equilíbrio. E por que com equilíbrio? Em situações de inevitabilidade. Porque, se eu não fizer isso, eu vou contaminando o tecido social por pessoas que não se recuperam e fortalecendo organizações criminosas.

Por isso, enquanto os outros países do mundo estão desenvolvendo situações mais restritivas da pena, claro, na perspectiva de buscar formas alternativas de pena, no Brasil, nós seguimos o caminho inverso, e, ao seguirmos o caminho inverso, nós abarrotamos os presídios de uma tal forma, Sr. Presidente, que nós temos, hoje, 700 mil pessoas, eu acho, presas e um déficit carcerário de quase 400 mil vagas.

Nós não temos condições de cumprir os mandados de prisão hoje. E eu me recordo de que o diagnóstico do Departamento Penitenciário Nacional era de que, se passasse a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioridade penal da forma como foi aprovada pela Câmara, nós teríamos uma explosão do sistema penitenciário. Não há onde guardar as pessoas. Não há onde guardar! Isso é estatístico, é comprovado, é numérico, claro.

A proposta de emenda à Constituição que hoje se coloca tem uma outra dimensão. Ela prevê a construção de unidades prisionais para adolescentes. E eu gostaria de dizer, Presidente, que acho que isso, no Brasil, hoje, por maior que seja a boa intenção, não tem exequibilidade. Por quê? Eu me recordo de que, quando eu cheguei ao Ministério, o Ministério da Justiça tinha um programa, lançado pelo Ministro Tarso Genro, que era Presídios de Jovens Adultos, uma excelente medida. Ou seja, os jovens adultos iriam para esses presídios, claro, tendo um tratamento diferenciado, um presídio em padrões europeus. Nós não conseguimos tirar essa proposta do papel. Por quê? Por causa do custo do presídio. Aquele presídio custaria mais do que seis unidades prisionais, e eu tinha um déficit, no sistema, de 400 mil vagas. Ou eu fazia esse presídio, ou eu fazia sete outros.

À época, eu conversei com a Presidente Dilma Rousseff – e eu vivenciei o caso de Pedrinhas, que foi aquele horror – e ela disse: "Gaste o quanto você precisar, gaste o quanto você precisar para construir unidades prisionais", além, claro, de outras medidas que nós estávamos tomando para evitar aquela situação. Mas eu tinha de construir, não havia como.

Eu consultei o Depen. A capacidade operacional do Depen, repassando o dinheiro para os Estados para construir presídios, permitia que eu gastasse R$1 bilhão. Eu pedi e a Presidente Dilma Rousseff me deu R$1 bilhão para repassar aos Estados para fazer unidades prisionais. Sabem quantas vagas eu criaria com esse programa inédito na história? Quarenta mil vagas. Eu tinha um déficit de 300 mil, ou seja, se eu parasse de prender, eu precisaria de pelo menos 10 anos para suprir o déficit, só que o déficit aumenta ano a ano. Nós precisamos ter clareza disso: aumenta ano a ano.

Resultado dessa situação: sabem quanto tempo demora para se construir um presídio? Há métodos que permitem construir em um ano. Eu tentei fazê-los. O Tribunal de Contas da União não autorizou porque as empresas de pré-moldados não abriam os custos. Então, eu tinha de fazer pelo modelo tradicional. Sabem quanto tempo? Cinco anos! Isso em média, porque os governadores não entregam os locais, porque ninguém quer um presídio perto da sua casa. É um problema político. O custo de manutenção de um presídio é equivalente ao da construção por um ano. Então, ninguém quer construir presídios.

Aliás, eu até brinco, Presidente, dizendo o seguinte: a pior função do Ministro da Justiça... Se alguém quer ser candidato a alguma coisa, que não seja a Ministro da Justiça. (*Risos.*)

Engana-se quem quer fazer isso. E digo isso com clareza porque a única coisa que você inaugura é presídio, e de presídio não gosta de quem está lá dentro e quem está lá fora não o quer por perto. Quer dizer, a minha obra... Enquanto alguns entregam escolas, hospitais, entregando presídios, eu sou execrado pela população para quem eu fiz e pela população que está dentro do que eu fiz. Então, não queira isso.

Sabem quantas unidades eu entreguei, ligando para governadores, dizendo que iria denunciar para a imprensa se ele não entregasse a área? Nove mil apenas. Nove mil em todo o período em que estava no Ministério da Justiça, e eram unidades contratadas ao longo do Governo do Presidente Lula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, senhores, eu cheguei a dizer na Câmara: decidam soberanamente, mas, se se decidir por esse tipo de medida, eu não quero ser o Ministro da Justiça que vai gerenciar essa situação. Não há como! Pragmaticamente não há como!

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO – E termino, portanto, Sr. Presidente, protestando que muitos outros dados, números e reflexões eu poderia trazer aqui pela experiência que tive, mas acho que esta Casa tem que pensar esse problema com muita seriedade a partir de estudos muito detalhados sob pena de nós criarmos mais problemas para a segurança pública do que soluções.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a exposição do Dr. José Eduardo Cardozo, vamos à próxima expositora, a Sra. Lucia Helena Barbosa de Oliveira, titular da 8ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Adolescência do MPDFT e representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, para a sua exposição pelo tempo já estabelecido.

Com a palavra V. Sa.

A SRA. LUCIA HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Presidente, eu acho que o senhor precisa... Eu não sou Senadora para pedir isso ao senhor, mas o nosso tempo precisa ser dilatado. Foram cinco falas contra três. (*Risos.*)

Nós estamos em desvantagem. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Mas a senhora não sabe como vão falar os outros. (*Risos.*)

A SRA. LUCIA HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA – Não sei. O.k.! Estamos chegando um pouquinho mais perto.

Eu queria dizer que se trata, sim, de uma postura política. E não tenho medo de assumir que eu, como Promotora de Justiça, tenho uma postura política. Eu não tenho postura político-partidária, porque a Constituição me proíbe, mas eu tenho uma postura política em termos de política criminal e de opções de delineamento da sociedade que eu acho que é boa. Isso é político.

No meu gabinete, todas as minhas decisões são políticas, são em nome de uma ideia de Estado, de uma ideia de sociedade que eu tenho. E não tenho medo de dizer isso. Não, eu não digo, eu escrevo.

Todas as minhas manifestações são manifestações políticas. E exorto o Ministério Público a sair da condição de assessor do juiz para ser Parquet, pé no chão e, onde o juiz não pode conversar com a parte, ser agente político de transformação social. Trinta anos atrás, eu entrava no Ministério Público do Distrito Federal e o meu primeiro ofício foi o Juizado de Menores. Entendi rapidamente que tinha nascido para isso. Penso isso há 30 anos. Eu participei das discussões do ECA e fui estranhamente contra o ECA, porque eu via claramente que era apenas um instrumento de punição, que era nisso que iria se transformar, porque era isso que estava por trás.

Quando eu, como promotora de justiça, valido prova ilícita... Policial não pode abordar por atitude suspeita. Tem que ter flagrante, tem que ter mandado judicial. Não tem? "Mas ele está ali perto de uma zona de tráfico; então, ele está traficando." Há muita coisa entre "estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando" e "traficar". Você tem uma filmagem? O senhor tem o usuário que comprou? "Não, mas eu achei no bolso dele". Isso não pode! Colocar a mão no bolso dele não pode. Arquivamento. Não valido prova ilícita. E isso é uma postura política, de proteção dos direitos humanos. Isso é pétreo. Não dá para tocar nisso.

A opção política do constituinte de 1988 foi colocar a dignidade humana acima dos propostos do Estado. Aliás, o Estado foi feito promotor de sociedade solidária, art. 3º. O grande programa... Encarcerar é uma medida de segregação. Eu não quero ver esse cara. Eu não quero ter nenhuma relação com ele. Quando a gente fala em inglês, *to put behind bars*, quer dizer, vá embora, vá embora; eu não quero você aqui; eu não quero olhar para você e falar: "O que está acontecendo?". Essa é a minha rotina diária como promotora infracional. Eu preciso saber como posso ajudar esse menino, porque a minha função não é punitiva, é protetora. Então, minha audiência é diferente. Minha oitiva informal é diferente. Entrou na minha sala... O menino sai da minha sala olhando para trás para ver se eu existo. Faço questão de tentar ajudar os agentes de polícia, ajudar os agentes de socioeducação a entender aquele menino como ser humano.

Na terça-feira, eu esqueci que eu tinha audiência. A audiência começava às 14h e eu cheguei às 15h30 min. (*Risos.*)

Quando eu cheguei, vi a pauta, e falei: parece que há uma missão aqui para mim. O último menino tinha cometido violência doméstica. Mas antes dele, houve um outro. E havia um agente que puxava o braço do menino para colocar e tirar as algemas. Aí eu o chamei e falei: será que dava para você pedir por favor, com licença, eu vou tirar as suas algemas. Ele é uma pessoa. Ele não é sua propriedade. Não intervenha assim no corpo do outro. O corpo do outro é sagrado. Não empurra. Peça por favor. Peça licença. O senhor ia gostar se eu chegasse aqui e puxasse o braço do senhor? Provavelmente, eu, como Promotora de Justiça... Não, não é porque eu sou promotora de justiça que eu posso fazer isso. Não é porque o senhor é policial que o senhor pode fazer isso. É uma pessoa. Não faça, por favor. E assim é. E assim eu procuro ser.

Ministério da família é conservador sim, porque eu quero um entendimento de família como os índios têm. Todos são família. E o estranho é o amigo que eu ainda não conheci. *Hello*, amiga! Mana, minha irmã, amiga de infância! A gente vai conversar cinco minutos e a gente vai se amar, não vai? Olha a carinha dela, a carinha dela. Olha, eu vou falar que ela não é minha família? Ela é minha família.

E esse menino que chegou para mim e que bateu na mãe, eu quero saber o que a mãe fez para ele. Eu disse para a defensora: prepare-se para prender a mãe. (*Risos.*)

Eu quero saber o que aconteceu nessa dinâmica familiar. Fui promotora de violência doméstica. Numa cena de violência doméstica, mais do que um agressor e um agredido, há muita gente agredida, muita gente agressora. Eu preciso entender isso. Eu não posso só punir. Eu tenho que ajudar. Eu tenho que proteger. Eu tenho que construir uma sociedade solidária. Há muitos exemplos. "Ah, a senhora está falando isso porque ninguém morreu da sua família? Meu irmão, de 28 anos, foi assassinado, homossexual. Juiz, o que os senhores acham que aconteceu na cidade? Capa da *IstoÉ*: um juiz assassinado dentro de casa por um garoto de programa. Olhem bem, olhem a história! Esse menino tinha 18 anos, o que matou meu irmão. Quando eu o condenei a 23 anos e meio, saí da sala de julgamento da apelação, eu e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

minhas irmãs nos abraçamos, porque era mais uma vida perdida. Já havia uma indo embora e agora vai outra embora? Não! Não valeu a pena? Não valeu. Eu não quero, porque foi meu irmão que foi morto, que esse menino fique preso. Eu queria olhar para ele, falar para ele: cara, está doendo para caramba ficar sem meu irmão. Era o Tribunal do Júri. Meus colegas entenderam que era latrocínio, ele foi julgado por latrocínio. Para poupar o Judiciário, o Juiz, e tal... Não é homicídio.

Meu cunhado sofreu um sequestro relâmpago. O menino que o estava vigiando com o revólver – os outros estavam lá no caixa eletrônico tirando o dinheiro – disparou a arma e matou o meu cunhado, que deixou um filho de dez anos e uma filha de doze. Esconderam o corpo. Nós achamos cinco dias depois. A minha irmã é perita criminal. O Thiago, de dez anos, chegou para mim e falou: "Mãe, eu tenho dez anos. Eu dou conta de matar esse menino de quinze". A minha irmã comentou comigo e eu falei: "reunião de família, põe todo mundo junto". Comecei conversando com o Thiago assim: "Thiago, quando você está fazendo alguma coisa e corta o dedo, pinga sangue no chão. A sua mãe passa e o que ela fala? Cuidado, limpa aí. Com o que você limpa, Thiago?" "Com pano." "Pano seco?" "Não, tia, pano molhado!" "Molhado com o que, Thiago?" "Com água, sabão." "Isso, meu amor, não é com sangue! Porque a gente não limpa sangue com sangue, a gente não paga mal com mal. A gente paga mal com bem. Você não vai matar ninguém. Nós vamos entender esse menino um dia. Hoje ainda dói, mas um dia a gente vai entender o que aconteceu".

Então, eu tenho dramas na família, mas sempre me vigio para saber que uma pessoa é uma pessoa e que não há nenhuma diferença entre o meu cunhado e esse menino – para valorar para mim – e que a minha dor foi repetida muitas vezes, mas eu queria parar isso. Como eu paro isso? Como eu ajudo as pessoas a entenderem o valor das outras pessoas? Dentro do presídio? O senhor acha? O senhor acha?

A minha marida... Eu tenho uma marida que está há 25 anos comigo. Ela cuidou do meu filho e cuida da gente agora. A filha dela tem 32 anos. Foi condenada a 18 anos e 11 meses por tráfico. Tem um vício muito caro, cocaína, então se envolveu com roubo, com furto e não sei mais o quê. E a minha marida tem que pagar R$500 todos os meses para ela pagar o povo para não morrer, dentro. E se quiser comer direito precisa ter dinheiro para ir à cantina. Pode? São R$500 de custo. A menina está dentro da cadeia.

Esse sistema está falido, o ex-Ministro falou. E queremos colocar mais gente lá dentro?

Só para terminar, uma estatística. No sistema socioeducativo, Sinase, de 2016... Pararam de fazê-lo. Claro, né? Param. As coisas fundamentais param. Só há dinheiro para arma. Sessenta e sete por cento dos jovens presos no Brasil têm de 16 a 17 anos. De 18 a 21, no sistema socioeducativo, cai para 24%.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIA HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA – Aí você pensa: recuperaram os meninos. Ou morreram, porque são negros e pobres e o genocídio dessa gente, nesta sociedade, é bárbaro. Não somos nós, brancos, que estamos morrendo. Quem está morrendo são os negros. E morrem por violência policial, pela violência do tráfico. Ou morrem, ou estão no sistema carcerário comum porque reincidiram. Há 70% de reincidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema socioeducativo não socioeduca. É só uma outra cadeia, uma outra prisão. Há 39% de mortes dentro das unidades. A imprensa é proibida de noticiar suicídio, morte e tal dentro das unidades. É um sistema altamente agressivo e violento, altamente! Setenta por cento da ação do sistema socioeducativo é de prisão. Não se privilegia medida em meio aberto. Como nós vamos conversar sobre isso?

O senhor é psiquiatra, Sr. Presidente e Senador. É do Piauí. Sou apaixonada pelo Piauí. Vou me casar em Teresina, em julho. Sou apaixonada pelo Piauí.

O que estava falando mesmo? Leiam para mim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Você estava falando sobre os presídios.

A SRA. LUCIA HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA – Ah, sobre psiquiatra. A gente precisa fazer uma análise neurológica. O completo amadurecimento do lobo frontal, pré-frontal, se dá aos 26 anos. Tenho um menino que vai fazer 26 anos. Toxicômano, alcoólatra aos 14 anos, meu filho era para ser um marginal. Eu cuidei dele e ele se formou. Demorou sete anos para formar-se em economia. Foi duro! Com paciência. Ele se formou, se casou, é um economista brilhante. É brilhante! Meu filho falava quatro línguas com 11 anos. Eu não podia perder meu filho. Podia? Não podia. Vai fazer 26 anos. Agora é que está amadurecendo, gente. Deem tempo para o menino amadurecer.

Na Alemanha a maioridade penal é aos 18. Entre 18 e 21, é preciso avaliação neurológica para ver se há amadurecimento do lobo frontal. Se não, vão para as cortes juvenis. Olha aí, gente! Vamos avançar, não vamos olhar para quem não avançou ainda. Vamos olhar para quem já avançou.

Solidariedade social, art. 3º da Constituição. Não é político-partidário, mas é político.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Agradecendo a exposição da Sra. Lucia Helena, concedo a palavra à Sra. Deise Benedito, advogada especialista em relações de gênero e raça, mestre em Direito e Criminologia pela UnB e ex-perita do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, para sua exposição pelo tempo já determinado.

Com a palavra a Sra. Deise Benedito.

A SRA. DEISE BENEDITO – Bom dia a todos e a todas!

Quero agradecer esse convite que foi feito. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui com colegas e companheiros de trajetória, de luta e vida.

Muito eu ouvi sobre a questão da maioridade, de não redução ou da redução, mas eu quero dar uma volta na história, porque é de fundamental importância, principalmente quando se fala da dignidade da pessoa humana, dos princípios, das cláusulas pétreas, dos arts. 5º e 6º da Constituição Federal.

Então, para a gente falar em punição e redução de maioridade, é bom a gente lembrar como foi constituído esse nosso País, da população indígena, da invisibilidade de jovens e crianças indígenas no nosso País.

Atualmente, nós estamos com grandes desafios: a saúde indígena; a manutenção da permanência de indígenas nas escolas, nas universidades; a demarcação das terras indígenas, porque muitos dizem que é muita terra para pouco índio, mas é muito índio para tomar conta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o Planeta e da preservação do meio ambiente, principalmente das nossas vidas, uma vez que estamos aqui agora.

Essa população indígena foi a primeira que foi aprisionada, violentada, torturada neste território e invisibilizada nos seus direitos e nas suas garantias. Quando nós falamos da população indígena, nós não podemos também deixar de falar das mulheres indígenas. Quando nós falamos da violência contra as mulheres, as mulheres indígenas, as primeiras violentadas, as primeiras a serem viciadas, as primeiras desumanizadas na sua essência, as primeiras mulheres impedidas de existir em toda a sua plenitude por serem mulheres indígenas. E as crianças indígenas, que sempre passaram pela invisibilidade na nossa sociedade por serem indígenas, não são consideradas crianças. Infelizmente, no nosso País, os povos indígenas ainda são considerados povos selvagens.

Lamentavelmente, quando a gente fala de redução da maioridade, a alteração numa cláusula pétrea também vai atingir essas populações, que estão despossuídas dos seus direitos máximos, que são a plenitude da sua existência em toda a sua dignidade preservada. E, a partir daí, vamos falar da população negra, a população de africanos que veio para o Brasil, crianças na faixa de 7, 8 anos de idade, jovens na faixa de 12, 13, 14 anos de idade. Foram cinco milhões de africanos que vieram para o nosso País.

Falar em prisionização neste País, falar em punição neste País é falar de crianças indígenas, jovens indígenas, os primeiros que foram aprisionados neste País. E falar de punição, prisão, foram os jovens africanos neste País que viveram a condição, o processo da escravização como uma punição, como uma execução penal. Durante 300 anos, neste País, a população africana foi executada penalmente pelo fato de serem negros e estarem trabalhando sem terem as mínimas condições num processo escravagista neste País. Seguidamente, a tortura, os maus-tratos, o corpo como instrumento de dor, de sevícias, sem falar em exploração infantil de jovens, de crianças africanas já no trabalho infantil, já trabalhando duramente nas lavouras, principalmente, em todo o Território nacional, na cana-de-açúcar e no café.

E aí nós vemos, pós-abolição, a construção e o reforço de uma identidade criminosa negra, principalmente voltada para a população negra após a abolição. A primeira lei que neste País institui a palavra "criança" é a lei de 1871, que é a Lei do Ventre Livre. Quer dizer, só após os 21 anos, quando se tem a maioridade, é que esses jovens passam a ser considerados livres, mas, na verdade, não eram livres, porque não houve nenhuma garantia de saúde, educação ou moradia pós-Lei do Ventre Livre e, sim, o endurecimento de leis através do Código Penal, que, já naquela época, previa sanções, e mais adiante, em 1930, a elaboração do Código de Menores neste País.

E a que visava esse Código de Menores? À punição, mais uma vez, à construção reforçada dessa identidade criminosa negra. Passou-se a ver jovens e crianças negras abandonados como um potencial delinquente neste País, o abandono, a história do abandono neste País. Quer dizer, nunca foi assegurado a essa população negra, depois de 300 anos de contribuição para a construção deste País, a esses jovens ex-escravizados ou filhos de ex-escravizados, que tivessem acesso à educação. A população negra só pôde entrar na educação em 1924.

Então, quando a gente fala das primeiras construções ou das primeiras políticas públicas neste País visando à integração da população negra, fala da construção de manicômios, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

construção de presídios e da construção de locais de proteção, ditos de proteção, para menores infratores, que são casas de correção. Essas foram as políticas públicas voltadas para a população negra e pobre deste País no pós-abolição e ao longo dos anos 30, dos anos 40, dos anos 60 e dos anos 80.

Quando nós falamos de correção, é para corrigir a conduta. Que conduta deveria ser corrigida? O fato de ser pobre, o fato de ser negro, o fato de estar na mendicância? Ou o fato de ser *gay*, ou o fato de ser lésbica, ou o fato de usar tatuagem?

A construção dessa identidade, baseada nas teorias de Lombroso, nas teorias de Nina Rodrigues, nas teorias de Gobineau, que ganharam força na Medicina, que ganharam força no Direito e têm até hoje a sua força na segurança pública, da identidade de uma conduta criminosa. Bastou ser jovem e ser negro para haver uma abordagem de truculência. Porém, qual é o comportamento do indivíduo considerado suspeito? O que é uma atitude suspeita? O fato de ser jovem, ser negro e morar numa periferia? Essa é uma atitude suspeita?

Não seria suspeito, então, verificar as condições em que mora a população neste País, a população pobre, a população que não tem moradia, a população que não tem segurança, a população que não tem uma educação de qualidade? Esta que é a grande criminalidade do nosso País: a ausência de trabalho decente, a ausência da inserção social de jovens adolescentes no mercado de trabalho e, principalmente, na educação. E, quando a gente fala do acesso à educação, hoje temos um milhão de crianças fora das creches neste País – fora das creches! –, sem contar que nós temos mais de 30 mil fora da pré-escola e sem contar que também a gente tem mais de 500 mil crianças fora do ensino fundamental. E essas crianças terão seus 16 anos – terão seus 16 anos –, aquelas que conseguirem atingi-los.

Quando um Estado, que tem a sua prerrogativa assegurada nos arts. 5º e 6º da Constituição, que deve garantir escola, educação, moradia, lazer para essa população, não cumpre isso, quem é o responsável? Quem é que pune o Estado que não cumpre com a sua legislação, que não cumpre com a sua educação, que não cumpre com a sua obrigação na legislação de assegurar saúde, educação e moradia com dignidade? Muitas mães vão até a Defensoria Pública para assegurar uma vaga numa creche, vão implorar que tenham a garantia de uma creche ou, então, uma vaga na escola. Quem é que coloca nos bancos dos réus o Governador que faz desvio de verba, o Prefeito que faz desvio de verba, que não irá para a educação e não irá para a saúde? Quem coloca nos bancos dos réus aqueles que desviam o dinheiro que foi transferido para a elaboração dos planos de saúde, de educação e de moradias nas cidades?

Qual é a legitimidade do Estado em reduzir a maioridade penal para 16 anos quando não cumpre com as suas obrigações fundamentais com o ensino das crianças? Sem contar as dificuldades que essas crianças, principalmente as crianças negras, têm na educação brasileira, com professores, muitas vezes, mal remunerados, com escolas em péssimas condições, com a ausência total do cuidado do Estado com uma segurança cidadã. E, quando eu falo de segurança cidadã, eu estou falando de segurança...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DEISE BENEDITO – ... em que as pessoas possam ter espaços de lazer. Eu estou falando de segurança cidadã a partir do Estado: da educação, da moradia, do lazer, do trabalho.

Eu não estou falando de uma sociedade punitiva, porque, se punir resolvesse, os Estados Unidos não teriam mais nem uma pessoa nas prisões, e eles estão em primeiro lugar, e a redução teria acontecido, mas não aconteceu. Sem contar que, com isso, nós também temos que trabalhar com a questão não só do racismo, do preconceito, da discriminação, que atinge jovens, que atinge *gays*, que atinge lésbicas, que atinge transformação, que atinge negros. E, quando a gente fala de um sistema socioeducativo, a gente tem que falar do trabalho escravo.

A senhora do Ministério Público do Trabalho falou: "Adolescente precisa de escola e profissionalização, e não de prisão". Essa é a grande verdade. Essa é a grande necessidade. Este é o perfil do trabalho escravo no nosso País: uma criança negra, logo cedo, já trabalhando, repetindo a mesma sina dos seus antepassados.

E essa construção... O que o ECA prevê? Ele prevê medidas educativas – advertência, obrigação de reparar dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação – e fala que a medida tem que ser aplicada de acordo com a capacidade de cumprir, nas circunstâncias do fato da gravidade da infração. É isso que o ECA prevê. Porém, a gente vê os aclames. Então, quando a gente fala como é o sistema, o sistema é este: "Olha, essa é uma das unidades de atendimento para jovens infratores". Não existe colchão, não existe travesseiro, não existe chinelo, comida estragada, falta de medicamento, falta de profissionais responsáveis pelo Plano Individual de Atendimento, que é o PIA, falta assistente social, falta psicólogo, falta médico, falta dentista. É uma "fartura". E a gente exige que esse seja o cumprimento de uma medida socioeducativa, principalmente quando a gente está diante de fatos como a tortura.

Eu fui perita, orgulhosamente, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura por quatro anos, que foi, lamentavelmente, desestruturado por um projeto de lei que extingue os cargos de perito. O nosso trabalho como perita, na época, era fazer inspeções em manicômios, presídios, asilos, sistema socioeducativo e prisões. Então, a tortura existe e vem hoje requintada. Hoje ela vem com a comida estragada, hoje ela vem com a larva na comida, hoje ela vem com água seletiva, quer dizer, nem todos bebem água, entendeu? Há a meia hora para você tomar banho e beber água, o que atinge também as jovens grávidas no sistema educativo. Então, se esse é sistema, esse sistema está funcionando.

Essa nova metodologia de tortura tem uma eficácia e atinge todos aqueles, que são a grande maioria dessa população, que têm a sina de continuarem aprisionados, ausentes de direito, ausentes de direito da existência e plenitude, que é a população negra e, no Norte e Nordeste, a população indígena – sem contar que hoje nós temos 26 mil jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e 60% são negros. De 750 mil presos que temos, 70% são negros. Desses 70%, de 18 a 25, 30 anos, que são aqueles, na maioria, presos por crimes relacionados ao tráfico de drogas, repetindo a triste história dos seus antepassados, que vieram como traficados e hoje presos como traficantes. Essa é realidade.

E a dor das mães que perdem seus filhos também nos tiroteios nos morros, nas favelas, nas vielas, e a intensa bala perdida, que sempre acha um corpo. Eu não posso aqui dizer ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dosar a dor de uma mãe. Reconheço a dor da senhora, que é uma dor única. E a senhora busca justiça. Mas eu quero que a senhora saiba que mais de 63 mil mulheres negras mães também estão buscando justiça pelos seus filhos perdidos pela bala perdida, porque essa bala sempre acha um corpo negro para se alojar, para dizimar, para impedir a sua existência. Essa é a questão.

E a questão das violações que são feitas com jovens no interior das suas famílias. Quantas dessas meninas não são violadas também no interior das suas casas ou dentro do sistema, quando, muitas vezes, no sistema socioeducativo, quem faz a segurança de unidades femininas, nas muralhas, são homens e não mulheres? As revistas vexatórias a que mães são submetidas quando vão visitar seus filhos, as revistas a que são submetidas no interior para os deslocamentos dentro da unidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DEISE BENEDITO – ... a ausência de programas, o que leva essas meninas, depois de cumprirem a medida socioeducativa, para as ruas. Essas meninas voltam, muitas vezes, para a rua porque é o único lugar, sem contar aqueles que estão nos abrigos, estão aguardando adoção, mas, por serem crianças pobres negras, não são adotados porque não fazem parte do perfil bonito para adquirir uma família, para ter direito a tal família, o que tanto se diz. Essa é a situação que nós vemos no nosso País. E essa questão dos castigos a que são submetidas as meninas para ficarem dentro de uma unidade. Essas são as condições em que ficam as jovens dentro das unidades. Muitas vezes, com o pai preso, com a mãe presa, e ela também está presa por conta da questão do tráfico de drogas. O que diremos dos 40kg que foram encontrados? Vamos mudar. (*Risos.*)

Não foi nada: 40, não; 39. Acho que alguém pegou algum quilo.

E eu falo dessas condições que se apresentam no nosso País nas unidades que visam cuidar, tomar conta, proteger as nossas crianças, os nossos adolescentes.

A condução. Quando a doutora falou da questão das algemas, esse uso da algema é o mesmo uso do ferro em brasa, é o mesmo uso da bola de ferro nos pés, que é uma questão de manter preso um jovem que vai se apresentar numa audiência. É esse o futuro que a gente quer para o País? A gente vai acreditar que a criminalidade vai cessar a partir do momento em que, com 16 anos, eu colocar alguém atrás das grades? Eu vou fortalecer as organizações criminosas, porque elas adoram quando chegam mais dez, vinte. E, se chega pobre, melhor ainda, porque sabe que dentro do presídio não há remédio, não há comida, não há chinelo, não há pasta de dente. E aí eles falam mesmo: "Eu vou fortalecer aí, mas só que é o seguinte: dá para a sua mãe trazer 500 contos toda semana? A gente te protege aqui. *Show* de bola, meu irmão?" Essa é a letra.

Aí eu digo: quando essa letra é tocada, quando essa música é tocada, eu chamo isso de responsabilidade solidária. O Estado também é responsável por isso. É o principal responsável. O Estado que não cumpre suas obrigações é ilegítimo para punir. E, mais uma vez, aqueles que não conseguem um canto para onde voltar cumprem sua medida nas ruas. Depois, voltam para a prisão. E assim vamos vendo os dados. Total de adolescentes: mais de 22 mil. Adolescentes internados com sentença: 18 mil. Crimes de adolescentes internados provisoriamente: 3.921. Total de meninas: 841. Total de meninos: 2.312. Esses dados são de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2015. Os dados que o senhor apresentou eram de 2003, não é? Então, houve um aumento. O senhor há de convir que houve um aumento.

Se o Estado cumprisse com suas obrigações, principais e primárias, talvez a gente tivesse outra redução. A forma de se reduzir a criminalidade no Brasil é matando, e isso não resolve, porque, quanto mais se mata, mais se nasce. Então, daqui a pouco, vai haver algumas outras medidas para impedir que se nasça neste País, também.

A SRA. LUCIA HELENA BARBOSA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Distribuição de renda.

A SRA. DEISE BENEDITO – Ah, sim! É fundamental. Mas e aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DEISE BENEDITO – Sim, se a gente fosse investir em renda, educação, moradia, em tudo de que a gente mais precisa neste País, seria o ideal. Mas nem todos os interesses são cumpridos. Eu tenho de cumprir propagandas eleitorais, eu tenho que cumprir promessas eleitorais, só que eu não apresento ao meu eleitorado a realidade da vida, a vida como ela é.

Aí, a gente tem, hoje, os crimes praticados, sendo que 4% deles são homicídios cometidos por jovens. E aí, quando se fala... A gente pega crimes pontuais, a gente pega crimes que tiveram repercussão e audiência no meio televisivo, porque a questão da redução da idade penal é muito midiática. O crime é midiático, né? A gente vê os programas nos finais de semana, e parece que, quanto mais se mata, mais audiência se dá, mais produto se vende, e aí você vai mantendo essa indústria da violência. E a gente não pensa nas vidas, nas vidas que virão.

Então, eu penso que a gente é surpreendido por uma série de coisas: o pacote de lei anticrime, a excludente de ilicitude, a questão do *plea bargain*, que é a negociação, e uma série de projetos que temos a ideia de que irão combater a criminalidade. Só que, na verdade, a criminalidade começará a ser destruída quando nós tivermos as condições de realmente lidar com a situação de forma clara, de forma que as pessoas tenham seu direito à vida, uma vida com dignidade, e, quando eu falo em dignidade, é água e luz. Neste País há lugares em que não há água e não há luz. Então, eu começo a combater a criminalidade daí.

Eu começo também a ver essa indústria que a gente vive, do tráfico, do narcotráfico, como uma grande indústria, uma indústria exploradora, uma indústria cruel, uma indústria neocapitalista, e nós temos que dar oportunidades a esses jovens para que todos tenham vida.

Muito obrigada, Senador. E só um detalhe: da próxima vez que o senhor fizer isso, fizer esta Mesa, por favor, vamos também trazer o pessoal da Defensoria Pública, que é fundamental que esteja aqui com a gente. Eles são parceiros. Quando a gente fala em equidade na Justiça, a gente tem que se lembrar dos nossos defensores públicos, que desafiam as condições em que vivem e trabalham neste País para poder fazer justiça para que todos tenham uma Justiça em plenitude.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos à Sra. Deise Benedito pela sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao último expositor, o Sr. Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior, Assessor Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Com a palavra.

O SR. OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite para o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil participar deste debate e de tantas outras mesas no Parlamento, por entender que, realmente, para temas tão complexos, o debate correto, democrático, deve ser enfrentado no ambiente do Parlamento, ouvindo-se todas as frentes de trabalho, ouvindo-se todas as posições, e, a partir daí, tentando construir uma solução em que haja um ponto de equilíbrio entre todos os pontos de vista.

A OAB tem uma posição histórica, que não é desta gestão, não é de gestões passadas. Desde 2007, segundo cataloguei rapidamente informações, a OAB é contrária à proposta de redução da maioridade por entender que, pela dimensão desse problema, ele não deve ser enfrentado apenas sob um aspecto específico, que é a redução com a alteração legislativa. Existem problemas muito graves no País, um país, como todos sabemos, de abismos sociais gigantes, e, a partir daí, uma medida isolada, no entendimento da Ordem dos Advogados do Brasil, não é suficiente para enfrentamento de uma questão tão complexa.

A OAB entende que jovens e adolescentes, as crianças e os adolescentes precisam de uma atenção especial do Poder Público e da sociedade. E aí falo de uma sociedade que realmente está em transformação social, que vem passando por momentos complexos, a rigor, nos últimos 20 anos, de uma transformação muito grande de seus valores. O que se observa nesse aspecto é que muitos desses valores foram sendo diluídos com o passar do tempo.

Eu assisti, agora há pouco, a uma das apresentações, do Dr. Elias, que mencionou já ter ficado de castigo no milho. Eu tenho um pouco menos idade, mas já fiquei de castigo no feijão. Então, houve, com o passar do tempo, uma equivalência, substituindo-se apenas os grãos, o que havia de orientação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E havia também o joelho no sal grosso.

O SR. OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JUNIOR – São várias modalidades.

Enfim, no entendimento da OAB, o dispositivo é, sim, uma cláusula pétrea, por estar envolto num plexo normativo que deve ser interpretado no seu conjunto, não de maneira isolada. A Constituição não se interpreta em tiras, o que já é um brocardo muito bem utilizado na área jurídica. E, efetivamente, como o Supremo Tribunal Federal não tem um rol exaustivo do que se considera um preceito fundamental propriamente, o entendimento da Ordem dos Advogados é de que haverá, sim, uma violação à cláusula pétrea caso a maioridade seja reduzida.

De outro lado, por entender que é um problema de uma dimensão muito vasta, a OAB também tem o ponto de vista de que o Estado precisa cumprir sua função social, uma função social no sentido de fortalecimento da educação, de fortalecimento da capacitação, do treinamento de jovens e adolescentes, seja com cursos técnicos, seja com outras medidas, no incentivo e no fomento às práticas esportivas, na imersão do jovem no mercado de trabalho, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós passamos por uma sociedade em transformação e muitos desses valores que nasceram na família foram sendo diluídos com o passar do tempo, com as diferenças sociais, e não há, do ponto de vista da Ordem dos Advogados, uma possibilidade de resgatar esses valores, de promover uma reconstrução desses valores sem antes buscar a melhoria nas condições de vida de jovens e adolescentes, principalmente das periferias, dos jovens mais pobres, de jovens de comunidades mais estigmatizadas – eles não têm esporte, não têm educação profissionalizante. E dentro desse espectro de mazelas que envolve a sociedade, essa não seria a melhor medida.

Apenas para fazer um paralelo, o Ministro José Eduardo mencionou a crise penitenciária que aconteceu nos anos de 2015 e 2016, e, particularmente, quanto ao Presídio de Pedrinhas e ao Presídio Central de Porto Alegre. No âmbito da OAB, nós redigimos uma ação civil pública para que houvesse a separação entre preso provisório e preso definitivo. Então, o sistema penitenciário chegou a um momento tão crucial de falência que, além de o Supremo Tribunal ter julgado e considerado que é um estado de coisas inconstitucionais, sequer há nessas unidades prisionais mínimas condições.

Eu me recordo de que eu mesmo trabalhei no ajuizamento de uma ação civil pública no Estado do Pará para que fossem feitas reformas emergenciais, porque os presos almoçavam num determinado local do pavimento que era ao lado do esgoto. Então, não havia mínimas condições de saúde para que fosse feito... E o juiz determinou, deferiu a liminar, o Estado foi condenado à obrigação de fazer reparos emergenciais para que mínimas condições fossem feitas. Ou seja, é preciso que o Estado tenha preocupação com a sua função social e com a necessidade de fomentar o resgate a esses valores da família, esses valores de incentivo à educação, porque a grande dúvida, a grande questão que se coloca é se nós devemos construir mais presídios ou se devemos construir mais escolas. Esse é o grande enfrentamento que a OAB tem como presente e pensa que o Estado brasileiro, por meio do Congresso Nacional, também tem que refletir sobre esses aspectos, porque toda a sociedade quer um país mais justo, a sociedade quer menos criminalidade. A sociedade muitas vezes paga um preço muito alto pela manutenção de um cidadão em cárcere. Em média, cada cidadão custa R$4 mil, na maioria dos presídios nacionais.

E a redução da maioridade pura e simplesmente, desacompanhada de outras medidas de fomento à educação, de fomento à imersão do jovem no mercado de trabalho, à capacitação e treinamento, não nos parece o ambiente mais adequado para isso.

O que a gente tem percebido hoje é que os jovens têm funcionado como uma massa de manobra, como peça vulnerável num ambiente de crime organizado. E, naturalmente, construindo mais unidades prisionais para acomodação desses jovens, caso essa PEC seja aprovada, o que a gente vai ver, enxergar, naturalmente, é só um aumento desse contingente de pessoas, desse exército de vulneráveis que estarão à disposição do crime organizado.

Então, para não me alongar, agradecendo a oportunidade que é concedida aos advogados do Brasil, parabenizando todos os debatedores e a exposição de seus pontos de vista, guardando o maior respeito à manifestação com relação a cada ponto de vista, a cada consideração e pedindo escusas por ter chegado atrasado nesta valiosa audiência, eu fico por aqui e deixo as contribuições da Ordem dos Advogados, reafirmando a posição histórica da entidade contra o projeto da redução da maioridade penal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero agradecer a todos os palestrantes, que trouxeram seus pontos de vista a um Relator que está muito preocupado em fazer uma lei que seja boa para a sociedade, que respeite os direitos individuais do ser humano e que possa também ser justa com aqueles que sofreram perdas, como o caso aqui citado, praticado por adolescentes.

Eu quero reforçar aqui a minha palavra inicial, com viés de médico psiquiatra, que a nossa formação vem daquilo que nascemos. Então, todos nós temos uma constituição, uma carga genética, com tendências para um lado, com tendências para outro. Certas pessoas são mais emotivas. Certas pessoas são mais frias. Os famosos psicopatas de livros são frios, insensíveis completamente, não "empatizam" com ninguém. Uns são mais agressivos. Outros são mais de paz. Uns têm temperamento vivo. Outros são mais calmos. Então, a gente nasce com essa carga genética, que a gente chama de temperamento. E a gente vai, ao longo da vida, internalizando os valores, os princípios morais e, sobretudo, familiares e vai formando o caráter ao longo do tempo. Isso é um processo. Isso é gradativo, porque há o amadurecimento biológico do cérebro da criança. Ninguém nasce com seu cérebro plenamente desenvolvido, mas, ao longo do tempo, à medida que o cérebro vai se desenvolvendo, vai aumentando a inteligência. Ninguém nasce com a inteligência que tem depois do desenvolvimento cerebral.

Então, isso é um problema complexo demais, porque, quando é chegada a hora de dizer que as pessoas devem se resolver e assumir plenamente as suas responsabilidades, tanto no caso civil quanto no penal, no caso civil – permita-me aqui o Dr. Eduardo Cardozo, que é um estudioso, já que é da área dele –, é até mais complexo, porque são ações muito mais complexas do que no caso penal. Então, casar, descasar, comprar, vender, adquirir, investir são coisas complexas. A criança de até 18 anos que tenha uma herança tem capacidade de gerir aqueles bens? Ela não vai jogar tudo fora? Então, a gente precisa ver. Mas o nosso caso aqui, penal, do qual nós estamos tratando aqui, criminal, é mais simples; são atos bem concretos: matar, roubar, estuprar são conceitos muito arraigados na sociedade e que as pessoas vão adquirindo.

Paralelamente a isso, vai acontecendo o amadurecimento psicológico da pessoa, emocional, e é evidente que a lei tem que prever todas essas situações. No fundo, no futuro, a pessoa estará adulta e será um produto de quê? De tudo o que herdou, do que ela adquiriu ao longo da vida e daquilo que a pessoa procurou ser ou se determinou a ser. O ser humano não é apenas um joguete nas mãos da sociedade. Como foi dito aqui: "Ah, o bandido, o criminoso é um lixo da sociedade, é um coitadinho, porque não teve oportunidade". Não é só isso. A gente sabe que é difícil separar as coisas, há valências. Existem pessoas que nascem com uma agressividade tão forte – tão forte – que se torna incontrolável; essas pessoas explodem de maneira que não se controla. Então, por mais bem-educadas que sejam, essas pessoas, por mais sistema correcional que exista, nascem com uma agressividade incontrolável. Por quê? Porque nós não fomos feitos à imagem e semelhança de Deus. Se fôssemos, estaria fácil: nós nos veríamos, todo mundo, perfeitos, todos arrumadinhos, todo mundo pensando do mesmo jeito, e não haveria problema, não haveria conflito, não haveria nada. E nós vimos, da evolução das espécies... Há teorias que dizem que nós somos chimpanzés, nós temos 98% dos genes; então, para nós sobrevivermos como espécie, tivemos que enfrentar todas as adversidades, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a agressividade e a inteligência foram fatores preponderantes para que o *homo sapiens...* Não estou dando aula para ninguém, estou tentando ficar aqui no nosso tema para a gente analisar a complexidade do que a gente está tratando.

Então, se a pessoa tem maturidade intelectual, se a pessoa tem maturidade emocional, não há a menor dúvida, isto é fora de questão: ela tem que responder pelos seus atos, aqui e em todo lugar do mundo. Não há conflito quanto a isso. As pessoas adultas sadias mentalmente respondem pelos seus atos. Aonde? No mundo inteiro: aqui, na China, na Cochinchina, na Coreia, no Japão, em qualquer lugar do mundo.

A pessoa que está em formação, a criança, na infância, não responde, ela não sabe o que faz, ela não tem a devida compreensão, ela não tem a autodeterminação, ela não tem a devida maturidade emocional. Eu acho que isso aqui também é uma coisa pacificada. Ninguém vai querer criminalizar uma criança, de maneira nenhuma. Ela está em processo de amadurecimento. Ela não tem ainda a maturidade suficiente para se autodeterminar.

O nosso conflito está em quando começa, qual a idade com que a pessoa deve ser responsabilizada criminalmente e quando essa pessoa deve ter a maioridade penal, porque aí ela é plenamente responsável. Então, alguns países...

Eu acho que tendo mais – não sou *expert* no assunto – a ficar nessa faixa, ou seja, abaixo de uma determinada idade em que a pessoa está em formação, seria plenamente inimputável, e, acima de determinada idade, seria plenamente imputável, porque a pessoa tem consciência e maturidade em todos os sentidos. E é nessa faixa que teria de haver uma legislação que protegesse a pessoa e protegesse a sociedade.

Eu acho, Ministro Eduardo Cardoso, que teria que estudar os casos. É uma situação muito complexa. Eu acho que todos não podem ser tratados igualmente.

Olha como é a nossa legislação: se a pessoa tem 17 anos, 11 meses, 29 dias, 4 horas e 50 minutos e comete um crime grave, vai para a ressocialização, com a pena privativa de liberdade de três anos. Se for no minuto seguinte, na hora seguinte, vai para 30 anos. Ora, então, uma hora antes, era imaturo e, uma hora depois, já é plenamente responsável. Eu acho que falta na nossa legislação exatamente essa gradação: que tipo de crime cometeu. Se foi abaixo, digamos, da data estabelecida para a responsabilidade penal... Suponhamos um número: 12 anos, não tem nada. Foi acima de 16 ou 18, o estabelecido, tem tudo. E se for na faixa intermediária? Eu acho que tem que estudar caso a caso. Foi um pequeno deslize? Foi um furto? Foi não sei o que lá, um cigarro de maconha? Vai tocando. Não, mas foi um crime grave, sequestrou, estuprou, requinte de crueldade, matou, foi uma vez, foram duas, foram dez. Pelo amor de Deus! Aí a sociedade fica com as mãos atadas, indefesa, e a pessoa pode fazer isso. Aí vai sofrer uma pena restritiva de liberdade por três anos e, em três anos, está livre, não tem culpabilidade nenhuma. Eu acho que nós precisamos ter uma legislação que estude os casos.

É evidente que eu sou psiquiatra e tenho plena consciência de que um adolescente não pode sofrer as mesmas penas, o mesmo rigor das penas de um adulto. Todos nós fomos adolescentes. Eu não sei como se comporta uma pessoa de 80 anos, porque nunca tive 80 anos, mas sei como se comporta uma pessoa de 10, 12, 14 anos. Nós passamos por essa idade. E como a gente sabia? Podia matar? Não. Podia roubar? Não. E se masturbar? Só se fosse escondido. No meio da rua, ninguém podia se masturbar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as pessoas vão se educando e internalizando os valores. A gente termina tendo a compreensão da realidade mais cedo do que o controle. O adolescente sabe que não pode fazer, sabe que está errado, mas faz. Por quê? Porque o adolescente não tem a maturidade de um adulto. Então, tem que haver um atenuante, ele não pode sofrer a mesma pena.

E, como disse muito bem aqui o nosso Ministro, ele cometeu um delito, mas pode ser um erro, uma má influência, um momento que a pessoa viveu, e ele pode ser plenamente ressocializado, ser recuperado e ter uma vida plena e adequada na sociedade. Então, essa faixa aí é muito delicada e tem que ser tratada com muita atenção, com muito cuidado.

Eu não sei se eu estarei à altura de fazer uma lei. Estou fazendo audiência pública porque eu acho que a gente vai ter que precisar um tratamento para cada situação. Nós não podemos nivelar todos e dizer que a partir de tal idade vão todos presos, antes de tal idade, ninguém vai preso. Não pode ser assim. Então, há crimes e crimes, há adolescentes e adolescentes. O adolescente que matou um, matou dois, cometeu latrocínio, estuprou, matou, pelo amor de Deus, passa três anos e está resolvido? Eu penso que não. Então, eu acho que tem que haver uma compreensão mais delicada para esse tipo de caso.

O adolescente cometeu um erro, vamos ver se há chance de a gente reabilitar, recuperar. Pelo amor de Deus, não podemos perder essa pessoa! Todo adolescente comete erros, todo adolescente pratica excessos. Nós fomos adolescentes e fizemos, nossos filhos fizeram também, nossos netos, com certeza, vão fazer. Não tem jeito, é a fase. É evidente que, para essas pessoas, nós temos que ter uma compreensão, um olhar diferente.

Então, dizendo isso aqui, vou agradecer mais uma vez a todos e dizer que, se me permitirem, quando eu fizer o relatório, quero submeter novamente à crítica de V. Sas. E, se puderem me ajudar, contribuir, eu quero fazer a coisa da maneira mais transparente possível, não quero que prevaleça esta ou aquela posição. Estou aqui... Até hoje, eu nunca disse para ninguém qual era a minha posição exatamente para não influenciar ninguém. Eu tenho um papel importante, mas estou, mais ou menos, dando aqui a minha opinião, dizendo como eu vejo.

Nós temos que fazer uma lei que seja adequada à natureza humana. Nós não temos uma interrupção, isso é um processo. Então, haver essa faixa de transição aí... Nós temos que ter sensibilidade para entender toda essa posição tormentosa por que passa o adolescente, que é impulsivo, incontrolável, influenciável. E, para ele, nós não podemos ter o mesmo rigor que temos com uma pessoa madura, que sabe plenamente o que está fazendo, faz porque quer fazer e vai arcar com as consequências. E é assim no mundo inteiro.

Então, dito isso, agradeço e dou por encerrada a nossa reunião.

Espero depois entrar em contato com V. Sas. para submeter previamente o meu parecer.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e quarenta e três minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Leila Barros, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. A Presidência registra a presença dos senhores João Batista Brito Pereira, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Antonio Luis Colussi, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Leonardo Euler de Morais, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Emmanoel Campelo de Souza Pereira, filho do sabatinado e vice-presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); Coelis Maria Araújo Martins, secretária-geral da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 22, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça com 15 (quinze) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 29, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil." **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional de Justiça com 15 (quinze) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 30, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EMMANOEL PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho." **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor EMMANOEL PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça com 15 (quinze) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização das sabatinas referentes aos Ofícios "S" nºs 22, 29 e 30, de 2019. Trata-se, na realidade, nos termos da Constituição e nos termos regimentais, da indicação do Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

André Luis Guimarães Godinho, para compor o CNJ na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, cujo Relator é o Senador Otto Alencar; também no mesmo sentido, da indicação do Sr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, para compor também o CNJ na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, cujo Relator é o Senador Sérgio Petecão; e ainda da indicação do Sr. Emmanoel Pereira para compor o CNJ na vaga destinada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cuja relatoria é do Senador Eduardo Braga.

Eu gostaria, antes de tudo, de dizer que, nesta presente reunião, nós procederemos à arguição dos indicados.

Esta reunião tem caráter interativo, com a possibilidade participação popular. A população – os nossos cidadãos – poderá fazer as suas perguntas, reivindicações ou questionamentos, através do nosso endereço do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Neste momento, estamos diante da segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito do CNJ, e eu quero convidar os nossos indicados a adentrar o recinto e fazer parte da Mesa. Convido o Dr. André Luis Guimarães Godinho, destinado à vaga do Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues; e, por fim, o Dr. Emmanoel Pereira, nesse caso indicado para a vaga do Tribunal Superior do Trabalho.

Sejam todos muito bem-vindos! (*Pausa.*)

Agradeço a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores aqui presentes e das autoridades e o faço em nome do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Dr. João Batista Brito Pereira – seja muito bem-vindo, obrigada pela presença –; do Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Dr. Luiz Antonio Colussi; e também do Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Dr. Leonardo Euler de Morais.

Eu também gostaria de cumprimentar o filho do nosso sabatinado, o Dr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira, que é Vice-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; e, por fim, a Secretária-Geral da Presidência do TST... Vou pedir desculpas, mas é Coelis?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, não podia ser esse nome! É Celis. Aqui, pela Secretaria, escreveram errado. É Celis Maria Araújo Martins. Colocaram um "o" a mais na grafia. Peço desculpas...

A SRA. COELIS MARIA ARAÚJO MARTINS – A grafia está correta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, a grafia está correta, mas é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o latim! Eu teria que estar aqui com o nosso professor de línguas, o Senador Esperidião Amin, pois ele acertaria de primeira.

Dando aqui continuidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela é quase celestial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a ajuda do Senador Esperidião Amin.

Cumprimento, mais uma vez, o Dr. Marcos Vinícius, o Dr. André Luis e o Dr. Emmanoel. Sejam muito bem-vindos!

Eu vou explicar. Eu vou conceder a palavra aos senhores por um tempo de sete a dez minutos para suas apresentações iniciais. Depois, passaremos à sabatina em que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão fazer os questionamentos que acharem convenientes.

Em função de hoje ser um dia atípico – nós estamos numa reunião extraordinária –, nós vamos excepcionalmente abrir o painel. Nós estamos votando em várias Comissões as emendas à LDO das Comissões, porque o prazo fatal é amanhã. Então, excepcionalmente, a pedido do Senador Angelo Coronel, nós abriremos o painel antes da fala das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. Mas, segundo o próprio Senador Angelo Coronel, isso não significa que ele depois não possa vir mudar o seu voto.

Neste momento, peço à Secretaria...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidenta, na verdade, é uma questão de ordem e praticamente uma desculpa, porque tenho de sair desta Comissão. A reunião da CMO será realizada às 14h, e já me ligaram três vezes aqui, para dar quórum.

Mas eu fico feliz de estarem aqui três grandes expoentes da área jurídica, como o nosso querido André Godinho, baiano. Estão aqui um acriano e um do Rio Grande do Norte. O Norte e o Nordeste, mais uma vez, estão predominando nas sabatinas, para compor tanto o CNJ como o Conselho Nacional do Ministério Público. Fico feliz com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que vou votar nos três. Já vou declarar meu voto. Não vou poder mudá-lo, porque vou para outra Comissão. Desejo boa sorte aos três. Tenho a certeza de que esse conselho será bem representado com vocês à frente dele.

Obrigado.

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Angelo Coronel, Senador, inclusive, que está sempre presente em todas as sabatinas.

Em função da excepcionalidade da semana, nós estamos realmente com os Senadores...

Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu me inscrevi porque tenho perguntas a fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sim, vamos estabelecer algo em torno de cinco a sete minutos, só para as apresentações iniciais, porque assim já podemos abrir para arguição, para que possamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria indagar ao representante da OAB, que é o Sr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, se ele referenda a moção da OAB para destituir o Ministro da Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos ouvir por pelo menos cinco minutos cada um. Ele já fica pensando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já fica sabendo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já fica pensando na resposta.

Eu vou passar a palavra, sem mais delongas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu, como inscrito na OAB sob o nº 1.909, da Seccional de Santa Catarina, fiquei indignado com isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos passar a palavra, então, sem mais delongas.

Concedo a palavra, pela ordem dos ofícios que aqui chegaram, primeiro, ao Dr. André Luis Guimarães Godinho, para fazer a sua exposição pelo prazo de cinco a dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o senhor está com a palavra para fazer a sua apresentação.

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Boa tarde a todos!

Verdadeiramente, eu gostaria de registrar a minha alegria e satisfação de, transcorridos aproximadamente dois anos da minha primeira indicação ao Conselho Nacional de Justiça, voltar a esta Casa Legislativa, na condição de sabatinado, Casa esta que frequentei ao longo desses dois anos por inúmeras vezes, seja em audiências públicas, seja em sessões especiais.

Quero fazer essa saudação a todos os Senadores e Senadoras na pessoa da nossa estimada Presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet, advogada e também uma líder que ajuda a advocacia brasileira e toda a sociedade civil.

Quero cumprimentar os demais sabatinados, o Dr. Marcos Vinícius e o Dr. Emmanoel Pereira, e dizer que realmente é uma alegria estar ao lado dos senhores, todos também com uma trajetória brilhante no Conselho Federal da OAB e a favor do Poder Judiciário.

Faço uma saudação, embora ele não tenha podido comparecer ao plenário, ao meu Relator, o Senador Otto Alencar, que, juntamente com o Senador Angelo Coronel, que já se fez aqui presente, e com o Senador Jaques Wagner, honra a Bahia e todo o povo baiano com sua representação.

Quero agradecer também a todos os representantes das diversas instituições jurídicas, aos representantes da OAB e do nosso Conselho Nacional de Justiça; ao nosso ilustre Presidente do TST, Brito Pereira, aqui presente; às associações da magistratura e da advocacia.

De modo muito especial, eu gostaria de começar lembrando o Hino do Estado da Bahia: "Nasce o sol a dois de julho, brilha mais que no primeiro, é sinal que neste dia até o sol é brasileiro".

Como muitos dos senhores devem saber, hoje é uma data importantíssima para todos nós baianos e brasileiros: completam-se 196 anos da luta vitoriosa que culminou com a Independência da Bahia e, portanto, com o sonho federativo brasileiro de a Bahia integrar a nossa República, a nossa Federação brasileira, depois de muitas batalhas e de muito sangue derramado em prol dessas conquistas.

Então, o meu registro também é de saudação. Já que não posso estar em meu Estado – gosto sempre de participar das solenidades de 2 de julho –, daqui quero estender o meu abraço a todo o povo baiano de modo muito especial.

Como é do conhecimento de V. Exas., sou Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, prestes, como eu disse, a encerrar esse primeiro biênio, representando a advocacia brasileira e tendo merecido, para minha honra, para minha alegria e satisfação, a confiança da categoria, da classe, para poder iniciar um novo biênio, se for também da vontade desta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora licenciado desde 2017, sou advogado, com inscrição na OAB Bahia desde 2002 e com inscrição suplementar na OAB do Distrito Federal.

Sou bacharel em Direito, formado pela Universidade Católica de Salvador, pós-graduado em Direito Eleitoral pela Faculdade Maurício de Nassau e em Processo Civil, pela Universidade Federal da Bahia, e mestrando pela Universidade de Lisboa.

Fui Conselheiro Federal da OAB por dois mandatos, como também os colegas aqui sabatinados, de 2013 a 2018, integrando a Câmara de Processos Ético-Disciplinares. Nesse período, tive também a satisfação de presidir a Comissão Nacional de Sociedade de Advogados. Fui representante institucional do Conselho Federal da OAB no CNJ, no ano de 2015, tendo uma experiência também já com o Conselho Nacional de Justiça antes mesmo de ser indicado como conselheiro.

Atualmente, no Conselho Nacional de Justiça, ao longo desse primeiro mandato, tive a oportunidade de estar presente em 37 sessões presenciais e em 27 sessões virtuais, tendo de participado mais de mil processos que foram julgados nos plenários. Também julgamos, em nosso gabinete, quase a totalidade dos 150 processos que foram distribuídos sob a nossa relatoria. Dentre tais procedimentos, enfrentamos questões de aplicação de cotas raciais, a instituição da resolução do Conselho Nacional de Justiça para concurso de cartorários.

Da mesma forma, tive a satisfação de relatar um procedimento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo contrário a exames ginecológicos invasivos, que eram exigidos das candidatas à magistratura no TJ de São Paulo. E, à unanimidade, o Conselho Nacional de Justiça, se posicionou, vetando esse exame, porque não havia respeito à dignidade das mulheres que se submetiam a esse concurso.

Também fui relator de um procedimento que determinou o fim da exigência de CPF em ações de urgência, *habeas corpus*, mandado de segurança, para que pudessem ser distribuídos no processo judicial eletrônico esses procedimentos de urgência.

Além de participar do julgamento de diversos processos, integro diversas comissões e grupos de trabalho do Conselho Nacional de Justiça. Cito, apenas para ilustrar, o Comitê de Eficiência Judicial e Segurança Pública do Poder Judiciário; o Comitê da Justiça Restaurativa – tivemos, inclusive, a satisfação de realizar, há cerca de 15 dias ou um mês, um evento nacional sobre justiça restaurativa, importante prática que o Conselho Nacional de Justiça tem adotado como bandeira –; a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do Conselho Nacional de Justiça; a Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura; e a Comissão Executiva do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa.

Dentre os diversos eventos de que participei pelo CNJ, eu gostaria de designar um em que fui designado pelo Presidente Dias Toffoli para participar de uma sessão da Comissão Nacional de Direitos Humanos, onde foi apresentado o Relatório de Atividades do Biênio 2016/2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No âmbito do CNJ, também apresentei uma importante proposta de alteração regimental para ampliar as hipóteses de sustentação oral nos procedimentos de análise no plenário, especificamente contra as medidas de urgência, liminares e recursos contra decisões monocráticas, inspirando-se no Congresso Nacional, no novo CPC, na hipótese do agravo interno.

Então, essas propostas também estão ainda em análise. Para a minha alegria, também, além da manifestação formal de apoio do Conselho Federal da OAB, recebemos, da Associação de Magistrados Brasileiros, da Anamatra, aqui presente, da Ajufe, enfim, uma proposta que contou e que tem contado com o apoio de toda a magistratura e de toda a advocacia brasileira.

Na última Conferência Nacional da Advocacia, em São Paulo, apresentei também uma proposta que nos parece muito importante. No momento em que este Congresso entender oportuno, deve se debruçar sobre uma análise sobre a composição do Conselho Nacional de Justiça. Parece-me que existem muitos pleitos, primeiro, no sentido de tornar o órgão paritário de representação da sociedade civil e da magistratura. Nós temos, hoje, nove magistrados, sendo dois indicados pela OAB, dois indicados pelo Congresso Nacional e dois indicados pelo Ministério Público. A exemplo de outros conselhos da magistratura e de justiça do mundo, nós poderemos avançar nessa discussão, já que temos quase 15 anos de existência do Conselho Nacional de Justiça. Acho que há uma maturidade para podermos refletir sobre isso, sobre a participação, eventualmente, também, de algum representante da Justiça Militar que também pleiteia – acho que com justiça – participar desse conselho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Vou fazer algumas considerações breves sobre o CNJ, já que nos comprometemos com o horário.

A Emenda Constitucional 45 é realmente um marco, que está prestes a completar 15 anos no próximo dia 8 de dezembro, na história do Poder Judiciário brasileiro. A partir desse momento, o Conselho Nacional de Justiça foi criado, o CMP. Houve uma ampliação de competência, naquele momento, da Justiça do Trabalho, tão importante para o nosso País. Nesse sentido, quero registrar que, juntamente como Presidente Dias Toffoli e com o Presidente Felipe Santa Cruz, estamos fazendo trabalho de coletânea de artigos que, certamente, será lançado no próximo nesse segundo semestre em homenagem a todos esses avanços importantes para o Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça, o próprio Supremo o entende como um órgão interno do Poder Judiciário, já que está inscrito no art. 92 da nossa Constituição. Mas, a partir da sua criação, faz o dever que lhe foi destinado, o de fazer uma análise cuidadosa dos dados estatísticos do Poder Judiciário, dos 90 tribunais brasileiros. Construímos metas nacionais do Poder Judiciário atualizadas a cada ano, num debate democrático e participativo, que dão orientação e destino às dificuldades que enfrentamos no Poder Judiciário. Recordo-me sempre da preocupação do Senador Anastasia, aqui, de combater a morosidade no Judiciário. Só neste semestre – saiu esta notícia ontem –, o STJ julgou 250 mil processos. Temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguido reduções significativas, ano a ano, do acervo do Poder Judiciário, julgando mais processos do que os que se iniciam. Temos gargalos, como a execução. Mas, como eu disse, as próprias metas do Poder Judiciário sinalizam a necessidade de um empenho maior em resolver essas questões.

Nesse sentido, ainda para concluir, quero dizer também que, há cerca de 15 dias, o Ministro Mauro Campbell julgou, no STJ, um importante recurso repetitivo, também uma inovação legislativa deste Congresso importantíssima. Com o julgamento dessa matéria sobre a prescrição nas execuções fiscais, milhões de processos serão resolvidos. Então, importantes avanços desta Casa têm contribuído para o avanço do Poder Judiciário.

Estamos lá no Conselho Nacional de Justiça. Se for da vontade de V. Exas., continuaremos juntos, unidos, trabalhando para podermos dar o retorno que a sociedade civil brasileira espera e merece de todos nós.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição para os questionamentos, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. André Luis e passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Marcos Vinícius, pela ordem dos ofícios, por igual tempo.

O SR. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES – Obrigado, Presidente.

Cumprimento mais uma vez a Senadora Simone Tebet e, em seu nome, cumprimento todos os Senadores presentes nesta sessão.

Quero fazer um cumprimento também aos meus colegas de bancada, o Dr. André Godinho, Ministro do TST, e o Dr. Emmanoel Pereira, que aqui serão sabatinados.

Quero fazer um agradecimento especial ao Senador Sérgio Petecão, grande liderança do Estado do Acre, que muito me honrou com a relatoria do meu processo.

Quero cumprimentar, enfim, meus familiares, meus amigos e colegas acrianos que acompanham esta sabatina pela TV Senado e pela internet.

Sou Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, tenho 43 anos, sou acriano, nascido na capital, Rio Branco, no Acre. Sou formado pela Universidade Federal do Estado do Acre em 1999 e pós-graduado em Direito Público pela Faculdade Integrada de Pernambuco. Exerço a advocacia desde agosto de 2000, e minha vida profissional se confunde com minha vida institucional na OAB. Já são quase duas décadas de trabalho pela instituição, na qual exerci praticamente todas as funções do sistema da OAB, que narrarei de forma muito pontual e muita rápida.

Fui Presidente da Comissão da Jovem Advocacia e da Comissão de Defesa de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil do Acre. Fui conselheiro seccional eleito e, no primeiro mandato, entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2007 e 2010, passei a exercer a função de Diretor Secretário-Geral Adjunto. Exerci, ainda, no período de 2010 a 2012, a função de Vice-Presidente da Seccional da OAB do Estado do Acre e, por dois mandatos seguidos, entre 2013 e 2018, exerci a função de Presidente daquela seccional. Como Presidente, ainda exerci a função de Secretário-Geral da Comissão Nacional da Advocacia Corporativa no Conselho Federal da OAB e, depois, de membro titular do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida), representando o Colégio de Presidentes.

Atualmente, exerço a função de Conselheiro Federal titular da OAB, bem como a Presidência da Comissão Nacional de Relações Institucionais da Ordem. Nesses 20 anos – como dito, são quase 20 anos de empreitada na instituição –, atuei da melhor forma possível, contribuindo com o engrandecimento da classe, seja através de palestras, de simpósios, de discussões no âmbito da seccional como também no engrandecimento da classe e da instituição no âmbito nacional.

Com essas singelas razões, disponho-me a responder a quaisquer questionamentos dos Exmos. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas aos sabatinados e também aos colegas e autoridades, porque uma obra está sendo realizada um pouco acima do nosso andar. Já pedimos para parar.

Se houver realmente um prejuízo aqui, nós vamos suspender temporariamente esta sabatina. Eu acho que nós podemos suspender foi dois minutos, apenas para que dê tempo de os trabalhadores receberem o recado.

Está suspensa a reunião por dois minutos.

(*Suspensa às 14 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 07 minutos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Declaro reaberta a presente reunião.

Com a palavra o Dr. Marcus Vinícius, para o seu encerramento.

O SR. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES – Eu já havia encerrado, Presidente. Eu me sinto satisfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, sem mais delongas, antes que o barulho nos atrapalhe novamente, concedo a palavra ao Dr. Emmanoel Pereira, para as suas considerações iniciais.

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Muito boa tarde a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, Senadora Simone Tebet, Presidente desta Comissão; Senadores aqui presentes; meu Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Brito Pereira – tenho a honra de contar com sua audiência nesta sabatina –; colegas do gabinete; meus amigos; minhas senhoras e meus senhores!

Há 16 anos, Senador Espiridião Amin, eu estive aqui para ser sabatinado pelos senhores, indicado que fui pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de Ministro do TST.

Eu faço uma saudação especial na abertura desses trabalhos e no início da minha fala para homenagear um Senador, uma figura fantástica que me recebeu muito bem naquela época, que foi o Senador Ramez Tebet. Hoje encontro com a sua filha presidindo a Comissão de Constituição e Justiça.

O Senador Ramez Tebet, sem precisar de eu procurá-lo, viu-me na antessala do seu gabinete, próximo à antessala, e se dirigiu a mim, ofereceu-me todo o apoio, com aquela fidalguia que lhe era peculiar e que deixou com certeza muita saudade no cenário nacional e, sobretudo, no coração de todos aqueles que tiveram a oportunidade de com ele conviver.

Eu faço essa homenagem, Senadora Simone Tebet, a uma pessoa que eu admiro muito. Quando estive aqui, tive a felicidade de vê-la conduzida à Presidência desta Comissão com muito merecimento. Naquela época, o Presidente da Comissão era o Senador Bernardo Cabral, que tive a honra também de conhecer, convivendo com a sua amizade.

Eu gostaria de agradecer inicialmente também ao Relator Eduardo Braga, que, infelizmente, se encontra sob cuidados médicos, mas que foi substituído pelo não menos ilustre Senador Marcio Bittar, grande nome do cenário político nacional.

Dito isso, eu quero dizer aos senhores que eu adiei por duas vezes a minha vinda a esta Casa, a esta Comissão. A primeira foi porque eu contava com o meu filho no CNJ, membro daquele conselho, e eu não podia ser o segundo da família pertencendo ao mesmo conselho porque o quórum teria que ser diminuído. Então, eu adiei a minha vinda a esta Comissão. Na segunda vez em que Deus me ofereceu a oportunidade de aqui voltar, eu fui eleito Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e fiquei impedido de acumular os cargos no Conselho Nacional de Justiça e na Vice-Presidência do Tribunal.

Conversando com alguns amigos, eles me disseram: "Olha, eu não queria voltar à Comissão porque a sabatina nos deixa um pouco nervosos. Eu prefiro ficar onde estou e não voltar a ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça". Eu discordo um pouco disso. Eu me lembro de um grande Senador, poeta e filósofo paraibano. Não sei se o Senador José Maranhão está aqui presente. Eu digo isso em homenagem a ele. O grande Senador, filósofo e político paraibano se chamava José Américo de Almeida. Ele dizia que voltar é uma forma de renascer, e ninguém se perde no caminho da volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, ele chegou! Então, eu faço essa homenagem ao Senador José Maranhão, paraibano também. É um celeiro de grandes tribunos e de grandes políticos do cenário nacional a Paraíba.

Eu fui formado pela Universidade Federal do meu Estado, do Rio Grande do Norte, e me dediquei a três ramos do Direito, que foi o eleitoral e o criminal. Tive a honra de trabalhar – fui sócio do seu escritório – com o filho do Deputado Federal Vital do Rêgo, hoje Senador desta Casa. Tive o prazer de ser seu aluno e de ter aprendido muito do Direito Penal e do Direito Eleitoral com Vital do Rêgo, que foi um dos maiores advogados criminalistas deste País.

Hoje, no TST, eu faço parte da composição do Tribunal Pleno, faço parte do Órgão Especial, da SDI-2, do Conselho da Ordem do Mérito do Trabalho Judiciário, e sou Presidente da 5ª Turma daquele Tribunal.

Obedecendo à orientação da Presidente Simone Tebet, apenas quero dizer rapidamente que, nos anos de 2009 e de 2013, eu tive a oportunidade de solucionar, em 2009, 14.529 processos e, em 2013, 14.678 processos. Naquela época, eu fui considerado, nesses dois anos, o Ministro que atingiu a maior média de processos solucionados em um só ano na história do Tribunal Superior do Trabalho. Esses quantitativos já foram superados, evidentemente, uma vez que esses fatos que relato a V. Exas. propiciaram maior incentivo para aumentar a produtividade do TST, dando uma resposta célere à nossa sociedade.

Senadora Simone, V. Exa. está vendo que eu tinha algumas coisas para relatar, mas vou me guardar por conta do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Ainda tem um tempinho.

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Ainda tenho tempo?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Ainda tem mais dois minutos.

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Ah, bom! Então, eu vou...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Quando a a campainha tocar, aí o senhor sabe...

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Aí eu vou obedecer.

Na Vice-Presidência, nós criamos a Comissão Nacional de Conciliação, que é uma comissão que procura diminuir o número de processos existentes no nosso trabalho. Criamos 36 Centros de Conciliação em toda a Justiça do Trabalho. Em dois anos, infelizmente, eu só tive a oportunidade de inaugurar em Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza e Manaus. Desse total, R$20 milhões foram arrecadados em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributos federais. Por isso, eu digo sempre que a Justiça do Trabalho é uma Justiça silenciosa. Poucos sabem desses números. Na segunda edição da semana realizada em 2017, a Justiça do Trabalho novamente bateu recordes. O valor total arrecadado foi de quase R$750 milhões, beneficiando diretamente 198.470 pessoas. Foram homologadas 26.527 conciliações a partir de 71.940 audiências realizadas em todo o País. A arrecadação aos cofres públicos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Estou encerrando.

A arrecadação aos cofres públicos correspondeu a R$21 milhões, totalizando Imposto de Renda e recolhimento previdenciário ao INSS.

O valor financeiro gerado pelos acordos promovidos naquelas semanas nacionais de conciliação trabalhista em benefício dos trabalhadores do País revestiram-se da maior relevância diante do cenário de crise econômica que o Brasil atravessava.

Eram estas e mais outras considerações que eu gostaria de fazer, mas, devido ao tempo, eu fico à disposição dos Srs. Senadores para as arguições que desejarem fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. Emmanoel e, mais uma vez, ao Dr. Marcos Vinícius e ao Dr. André Luis. Quero apenas, antes de passar à arguição dos nossos candidatos, agradecer as palavras elogiosas e saudosas em memória do meu querido pai e dizer ao Dr. Emmanoel que pode ter certeza de que, quando toquei na tecla da nossa urna eletrônica, estava sob minha mão, com certeza, a mão do meu pai.

Eu gostaria, neste momento, de esclarecer às Sras. e aos Srs. Senadores que, passando agora para a fase de arguição dos nossos candidatos, cada Senador terá o tempo – V. Exa. é o primeiro inscrito – de cinco minutos, dando igual prazo para os nossos sabatinados. Faremos, a princípio, grupos de dois ou três Senadores, antes de os nossos sabatinados responderem por igual período, mas nada impede que, depois de corrida a lista, além da réplica e da tréplica a que os Parlamentares têm direito, claro, nas suas considerações finais qualquer Senador possa usar da palavra.

Neste momento, pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, nós temos três ilustres indicados para ocuparem esse posto muito relevante e integrarem o Conselho Nacional de Justiça.

Eu não tenho nenhuma indagação a fazer ao Sr. Emmanoel Pereira, uma vez que o currículo que ele expôs demonstra que é uma indicação credenciada, e não posso fazer aqui indagações a respeito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal do Trabalho e das possíveis controvérsias que a reforma trabalhista tenha gerado, porque não é esse o tema.

Eu me dirijo aos Srs. Marcos Vinícius e André Luis com o maior respeito pessoal. Quero dizer que não é do meu feitio me valer deste tipo de ocasião para praticar alguma indelicadeza, pelo contrário. Os que conhecem bem a educação, especialmente os ensinamentos dos beduínos, sabem que, na minha casa, eu sou a visita quando você entra, ou seja, tenho que me cuidar muito para não desferir nenhuma espécie de farpa. Como os senhores, creio eu e faço votos, vão engalanar o plenário do Conselho Nacional de Justiça, em nome da OAB, e ambos frisaram que estão aqui também na condição de escolhidos pelo colegiado próprio da OAB, eu não posso deixar de me valer desta ocasião para externar minha tristeza em função da celeridade com que a OAB julgou tanto o Juiz Sergio Moro quanto os procuradores da Lava Jato. Celeridade que ela não tem quando se trata de permitir, por exemplo, que nós advogados tenhamos a preocupação de saber qual é a origem dos emolumentos que remuneram as honradas inteligências, já que é o assunto, dos acusados da Lava Jato. Nunca vi a OAB ter pressa em promover esse tipo de investigação, mas a OAB foi célere a manifestar o seu juízo a respeito de gravações que, agora se sabe, são fruto de um descuido até da inteligência brasileira – talvez poucos saibam que o Telegram foi escorraçado da França em 2017, que criou o seu próprio WhatsApp para que o serviço público francês não corresse esse risco. Repito: em 2017, a França, que é logo ali, constatou que esse meio de comunicação não é confiável e permite que alguém acompanhe o que é falado e o que é guardado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, essa celeridade em formar um juízo a respeito de um assunto veiculado com uma origem tão nebulosa, sinceramente, me entristeceu. Eu não vou me dirigir à OAB, mas, neste momento, me valho da oportunidade de os senhores estarem aqui para externar essa preocupação, que certamente V. Sas. levarão ao CNJ caso, como eu espero, para lá voltem ou retornem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Pela ordem de inscrição, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Para não ser repetitivo, eu quero dizer que concordo com a fala do Senador Esperidião Amin do começo ao final. Também me chama a atenção não só esse episódio, viu, Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não, a celeridade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não, mas outros tantos. Eu, que não sou tão maduro, mas já tenho idade para me lembrar da época em que seu pai – e eu ainda menino – fazia política, lutando contra o regime de exceção, lembro o papel bonito que fazia a OAB e hoje nem tanto orgulho tenho de algumas posições que ela toma e de precipitações, a exemplo desse episódio. Houve uma precipitação em fazer o julgamento. Aliás, o próprio Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em uma entrevista, praticamente fez o seu julgamento, inclusive não tomando o cuidado de se guardar para uma possível decisão que o Supremo tivesse que tomar.

Enfim, acho que hoje é mais para fazer uma homenagem. Ao Sr. Emmanoel eu quero dizer que estou aqui, no dia de hoje, somando minhas atividades às do Eduardo Braga, que é o Líder do MDB, foi o Relator da sua indicação e é um querido amigo, alguém que conheço há vinte e tantos anos. Quando ele me ligou, depois das eleições, parabenizando-me e dando a entender que gostaria de ser o Líder, contou com a minha ajuda para o cargo que hoje ocupa como Líder do MDB. Preciso dizer que a ausência de Eduardo Braga, Líder do MDB, é plenamente justificada, porque ele está em São Paulo fazendo exames, tratando um pouco da saúde – acho até que deveria tirar mais do que uma semana para fazê-lo. Então, é um prazer estar aqui representando o Senador Eduardo Braga, que me pediu que viesse aqui pessoalmente.

Eu vou lhe fazer uma indagação. Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça – e não tenho nenhuma cerimônia em dizer que é uma pergunta que ele gostaria de fazer –, a adoção do sistema de metas do Poder Judiciário tem contribuído para o aumento da produtividade dos tribunais brasileiros. Por outro lado, a morosidade dos processos continua sendo uma das principais reclamações da população. Como V. Exa. avalia essa situação e quais medidas podem ser adotadas pelo CNJ para contribuir com essa questão?

Antes de responder, eu queria cumprimentar os nossos dois outros participantes: o André Luis e, em especial, um conterrâneo meu, que é o Marcos Vinícius. Queria dizer que me senti muito orgulhoso, assim como disse a minha querida amiga Simone, Senadora – eu acho que, além de ser Senadora, ainda será Governadora do querido Estado do Mato Grosso do Sul –, de apertar o seu nome agora há pouco, ali na urna. Então, parabéns, Marcos! Para mim, como a acriano, como Senador do nosso Estado, é um privilégio poder estar aqui hoje e dizer que deixei ali uma marquinha. Eu sou suplente, mas, como graças a Deus faltaram três, eu pude votar. É um prazer.

E para você eu gostaria de fazer uma pergunta – vocês que serão todos aprovados. Recentemente nós aprovamos aqui um pacote contra o crime da corrupção, indiscutivelmente um grande avanço, criminalizando caixa dois, aumentando pena de político, de partido, responsabilizando partido. Enfim, demos um grande avanço. E nele incluímos... E eu fui um dos que entusiasticamente pedia e dizia publicamente várias vezes em postagens que eu entendo que há excesso em todo canto, até porque os Poderes não são feitos por diferentes, são feitos por seres humanos. Então, aprovamos aqui a lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caracterizada como de abuso de autoridade. Qualquer pessoa, seja promotor, seja juiz, seja ministro, não pode se sentir acima da lei. Nós temos vários casos no Brasil, e eu cito como exemplo – vou repetir – as pessoas que já foram presas um ano, dois anos e que agora não têm processo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... e ninguém pagará isso nunca. Então, há obviamente alguns excessos – é lógico que são minorias –, que, portanto, precisam ser coibidos. E, diferentemente do que quer crer uma parte da mídia, não é o Congresso que vai julgar nada: quem vai julgar é a própria Justiça, e apenas o cidadão comum que se sentir prejudicado pode recorrer dizendo que houve um abuso de autoridade. Temos ministro do Supremo Tribunal Federal dando ordem de prisão dentro de avião, e prendendo mesmo; um juiz no Rio de Janeiro prendeu os bens do Eike Batista, e daí a uma semana ele estava andando descaradamente com os bens do sujeito, e a pena máxima foi a aposentadoria compulsória – apressou-se a aposentadoria com salário integral.

Então, eu gostaria, Dr. Marcos, de saber a sua opinião a respeito da lei que aprovamos aqui, que possibilita que qualquer autoridade possa ser julgada pelos seus próprios integrantes da Justiça por crime...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... quando cometer o abuso de autoridade.

No mais, parabéns aos três! Desejo muita sorte.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, o Senador Otto Alencar, que acho que foi o Senador que disse que estão aqui o Norte e o Nordeste representados. Só se esqueceu de falar que tem alguém do Centro-Oeste, para que haja aqui o equilíbrio da balança.

Senador Otto com a palavra. Por favor, V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, eu agradeço a V. Exa.

Quero ouvir todos os três sabatinados aqui no Senado Federal. Tenho que destacar a presença de um baiano, o nosso amigo André Godinho, que é indicado pela Ordem dos Advogados da Bahia e tem uma participação, ao longo dos anos, muito efetiva, trabalhando sempre com muita ética dentro de uma competência muito grande no setor jurídico; é um dos grandes jovens advogados de uma Bahia que deu grandes nomes da advocacia e do direito ao Brasil, a começar por Ruy Barbosa, Orlando Gomes e tantos outros. E eu tive oportunidade de ser o seu Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tasso Jereissati está dizendo aqui que Ruy Barbosa era cearense. Nunca foi cearense! Presidente, o Tasso Jereissati está dizendo que o Ruy Barbosa era cearense. Nunca foi cearense, ele nasceu na rua que leva o nome dele, Ruy Barbosa, em Salvador. Portanto, foi um baiano que deixou um legado muito grande ao direito.

Queria parabenizar também o Dr. Emmanoel pela sua competência, pela sua capacidade, pela sua história dentro da legislação que ele domina – certamente vai contribuir quando chegar ao conselho – ; e também o Dr. Marcos Vinícius, que é um dos outros, dos três que também tiveram recentemente o nosso voto, o nosso apoio.

Infelizmente o Senador Esperidião Amin não está aqui – o advogado do califado da Turquia e adjacências –, mas a referência que ele fez à manifestação de um dos membros da OAB eu achei muito dura e fora de propósito. Eu ouvi toda a manifestação do representante da OAB, que já foi Presidente da OAB – passou-me agora o nome dele. Ele se colocou de forma muito correta, única e exclusivamente dizendo que, se todas essas notícias, essas gravações que foram colocadas do Telegram forem verdadeiras, realmente corresponderem à verdade dos fatos, ele apenas disse uma coisa com que eu concordo plenamente: que se ultrapassou a lei, e a lei existe exatamente para limitar o poder de quem a exerce, seja no Executivo, seja no Legislativo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... seja, mais ainda, no Judiciário. A lei existe exatamente para conter o arbítrio, para não permitir que a força que alguém detentor do poder tenha ultrapasse o seu limite. Se aquelas gravações forem verdadeiras, houve realmente uma manifestação do Juiz Sergio Moro para induzir ao Ministério Público a conquista de provas contra um dos acusados àquela época. E vou além: ele falou inclusive da Constituição! Eu não considero a Constituição apenas uma lei: a Constituição é a garantia, é uma distribuição de justiça para não permitir atos que fujam daquilo que está preestabelecido nela.

A manifestação da OAB... Eu não sou advogado da OAB, muito menos teria condições de sê-lo, até porque sou ortopedista de formação, mas observo muito, sou um observador curioso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... dessas manifestações todas. Portanto, não vi absolutamente nada na manifestação da OAB que não estivesse de acordo com a lei, com a Loman, com o que está escrito na Loman, com o que está escrito na Constituição.

Repito aqui: não é porque tem o poder de ser juiz, ou de ser o Presidente da República, ou de ser Senador ou Governador que esse detentor do poder pode ultrapassar o limite da lei. A lei existe, repito, para limitar, estabelecer, circunscrever o poder das pessoas que o exercem. Portanto, o que houve foi uma manifestação nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sei que é inegável a contribuição do Juiz Sergio Moro para combater a corrupção, prender os corruptores e os corruptos. Ele estourou aquilo que estava evidente de corrupção deslavada e desmedida em órgãos de Governo, inclusive na Petrobras, mas não é porque chegou a um nível de popularidade tão alto de ter praticamente ocupado todo o noticiário do Brasil que o juiz pode ou não cometer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... um erro ou equívoco, até que seja ele contaminado por ares de conotação política, como veio a acontecer depois, desde que o grande Juiz Sergio Moro prestou relevantes serviços ao Brasil, depois deixou a magistratura e veio para a política, e hoje é um homem público, Ministro da Justiça do atual Governo Bolsonaro. Eu não tenho nenhuma crítica a fazer à sua atuação, apenas coloco os fatos como eu acho que são verdadeiros, e é o juízo da maioria das pessoas com quem troco ideias a esse respeito.

Então, eu queria colocar e pedir, inclusive, a V. Exa. desculpas por minha veemência em colocar essa situação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Otto Alencar, passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Presidente Simone Tebet, Ministro Emmanoel – é um prazer enorme estar com o senhor novamente –, Sr. André Luiz, Sr. Marcos Vinícius, é um prazer enorme estar aqui participando desta sabatina.

Como foi comum, nos últimos dias, Presidente, a gente está aqui recebendo indicados para o CNJ, e as pessoas que chegaram aqui são de altíssimo nível. O nosso Ministro mesmo eu já conheço, sei da sua seriedade, e é um prazer enorme estar aqui com o senhor.

Como eu fiz também – aqui há mais pessoas do Nordeste, mas esses dias nós tivemos do Centro-Oeste –, a mesma pergunta que eu fiz para a indicada do Ministério Público Sra. Ivana Farina eu quero deixar aqui para os senhores: o que os senhores acham dessa pena de aposentadoria compulsória aplicada a magistrados que são flagrados em práticas de corrupção? E a segunda pergunta: o que os senhores acham dessa interação entre membros do Ministério Público e da magistratura, que está na pauta do Congresso?

Eu não vou poder aguardar a resposta, porque tenho uma reunião agora – como o Amin, que também se retirou – na nossa Liderança do partido, mas está registrado. Se eu não tiver tempo de voltar para ouvir as respostas, vai estar gravado e quero ouvir.

No mais, é só isso, Sra. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço e tenho certeza de que a televisão vai estar ligada na TV Senado, como em qualquer ambiente desta Casa, e V. Exa. vai conseguir, sem dúvida nenhuma, obter a resposta. E quem sabe dá tempo de fazer a réplica se for necessário, Senador!

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente Senadora Simone Tebet; senhores sabatinados; Ministro Emmanoel Pereira, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, a quem cumprimento e saúdo pela indicação; André Luis Guimarães Godinho, da nossa Ordem dos Advogados do Brasil; Marcos Vinícius Jardim, também da OAB, a quem saúdo; eu ouvi, agora há pouco, uma fala que me chamou a atenção pela veemência, em razão até de um caso específico recente envolvendo o ex-Ministro Moro, procuradores da Lava Jato, e o posicionamento do nosso Conselho Federal, especialmente do seu Presidente naquele momento.

Embora no caso específico do Ministro Moro eu tenha assumido uma posição de defesa – não do nome dele, mas do legado que ele deixou na Lava Jato, por entender que, até agora, diante do que apareceu, não há nada que comprometa a probidade processual a comprometer o processo a ponto de suscitar eventual anulação desse ou daquele julgado –, embora com essa posição de defesa, eu tinha saudade dessa OAB mais briguenta, mais boa de briga, que luta, que defende as prerrogativas da advocacia. Eu acho que o papel do Conselho Federal, claro, é a defesa da cidadania, é a defesa das garantias constitucionais, mas é um conselho que representa a advocacia brasileira. Então, a par dessa situação pontual, eu acho que a OAB tem um papel de relevo na defesa das prerrogativas do advogado. Sublinho apenas esse aspecto porque tenho visto alguns movimentos nessa direção e acho que seja importante.

Eu queria destacar aqui... Não vou fazer nenhuma pergunta aos convidados porque conheço todos e sei do preparo de cada um para o ofício que está sendo designado, mas eu queria fazer aqui uma ponderação mais no sentido de reflexão mesmo com relação ao papel do CNJ como um órgão de controle externo das atividades do Poder Judiciário.

Eu acho que o papel do CNJ não pode se limitar a esse controle baseado em números, metas com números, tão friamente. Eu acho que não dá para você avaliar a atuação jurisdicional a partir do quantitativo de processos julgados. Acho que isso é um engano. É óbvio que tem que haver alguma métrica, tem que haver alguma cobrança no sentido de resolutividade, até para atender o pressuposto constitucional da duração razoável do processo, mas você não pode julgar um magistrado apenas pelo número de processos julgados naquela vara, naquele fórum, sem considerar justamente a complexidade dos processos, as peculiaridades de cada demanda que chega nos mais diversos cantos deste País no nosso Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O controle efetivo não pode ser exercido apenas com números, com dados tão frios, mas deve levar em consideração a qualidade da decisão jurisdicional, sob pena de privilegiar alguém que faz como no chão de fábrica, sem considerar, de fato – e homenagear por isso –, aqueles bons julgadores. E quem deve ser homenageado, quem deve ser reconhecido neste País são bons julgadores, e bons julgadores não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... necessariamente são aqueles que têm os melhores números. Estou retratando isso aqui, porque eu costumo visitar as mais diversas instâncias do Poder Judiciário e ouço isso a todo tempo, e não só ouço, mas quem acompanha um pouco mais de perto percebe justamente isso.

Então, um papel que eu destacaria aqui também... Às vezes, quando se fala de Conselho Nacional, seja do Judiciário, seja do Ministério Público, vem a ideia apenas da punição, da correção, e o papel do CNJ vai muito além disso: também de reconhecimento, também de prestar homenagens àqueles bons julgadores.

Então, não se trata obviamente de um controle vertical, porque lá não o há; esse controle vertical é feito no Parlamento, porque, aqui, sim, passamos pelo escrutínio do voto, há controle vertical. Lá, há um controle horizontal, que deve acontecer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quanto melhor o controle, melhor será o valor público da nossa Justiça. Quanto melhor o controle externo exercido pelo CNJ, melhor será o valor público, a percepção de valor público que a sociedade terá em relação ao nosso sistema de Justiça, aos membros da nossa Justiça.

Concluo, Sra. Presidente, dizendo que não podemos negar que hoje a Justiça é alvo de críticas. Até pouco tempo atrás, apenas quem estava na seara da política era alvo de críticas, de ataques, de situações que às vezes fugiam do controle. Hoje, de ministros da mais Alta Corte a juízes lá do fórum da cidade sofrem esse tipo de agressão, de constrangimento, alguns devidos ou indevidos, mas fato é que nós estamos diante de uma nova quadra, de um novo cenário no Brasil. E isso em razão das mais diversas situações, seja em razão do ativismo ideológico judicial, seja em razão dos erros judiciais, seja em razão da ineficiência ou da falta da prestação jurisdicional, da negação da Justiça, das mais diversas situações, mas fato é que nós estamos diante de um Judiciário que também se vê acuado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... pela opinião pública e pela União publicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto melhor for o desempenho do CNJ, mais efetiva vai ser a nossa Justiça, maior valor público vai ter a nossa Justiça.

Então, são apenas essas as ponderações que faço, reconhecendo aqui, nos três indicados, qualidade, preparo, experiência e senso de dever público para a função que vão exercer a partir de agora. Nossas homenagens e reconhecimento aos três.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Senadora Simone, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhores sabatinados e indicados para o Conselho Nacional de Justiça, primeiramente eu queria parabenizar a todos aqui que serão conduzidos ou reconduzidos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Peça desculpas...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Hein?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Peça desculpas, no caso de Ruy Barbosa; ele não nasceu no Ceará.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ele não sabia que Ruy Barbosa nasceu no Ceará. Ele está desinformado! (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Ele está querendo me convencer que o Tom Cavalcante é tão público, do ponto de vista jurídico, como Ruy Barbosa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Você ainda não o viu discorrendo sobre a comparação do direito romano com o direito alemão.

Quero parabenizar, reconhecendo a competência e as condições que todos têm aí de assumir esse importante cargo.

Queria colocar aqui também, como colocou o Senador Otto Alencar – não sou advogado, não estudei Direito –, que participei aqui da discussão da criação do Conselho Nacional de Justiça, e se via, naquele momento, que era o fim do abuso de autoridade, do arbítrio e de qualquer irregularidade que fosse cometida pelo Judiciário. Eu me lembro de que isso foi muito discutido.

E a minha pergunta hoje é a seguinte. Nós temos uma enorme discussão sobre essa questão que já foi debatida aqui e falada, das tais gravações do Juiz Moro com o Procurador, etc.., e a minha expectativa é de que fosse justamente o Conselho Nacional de Justiça a dar a palavra final sobre o assunto. A OAB – já foi falado aqui – pronunciou-se, o Supremo Tribunal está discutindo, vários Ministros do Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão falando sobre o assunto, mas a minha expectativa é de que fosse justamente o Conselho Nacional de Justiça que viesse a se pronunciar de maneira definitiva sobre o assunto. O próprio Conselho Nacional do Ministério Público me parece que já se pronunciou em relação ao promotor de Justiça de Curitiba, o chefe da Lava Jato...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deltan Dallagnol.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... Deltan Dallagnol. E não tenho ouvido nenhuma manifestação que me pareça ser do foro adequado para essa discussão.

Fica aqui essa minha expectativa. E a minha pergunta é: por que o Conselho Nacional de Justiça ainda não se pronunciou, entrou mais profundamente no assunto e deu uma palavra para a opinião pública brasileira?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Último orador inscrito, Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente Simone Tebet, senhores sabatinados – Ministro Emmanoel; Dr. André Luis, Ministro do CNJ; Dr Marcos Vinícius –, eu queria fazer alguns comentários e talvez uma pergunta, não sei bem se seria uma pergunta, ao final.

A exemplo do que falou aqui o Senador Marcio Bittar com relação ao abuso de autoridade, todos... Já apanhei bastante no meu Estado, porque alguns adversários insistem em dizer que eu votei contra a Lava Jato, quando não é verdade. Nenhum Senador aqui votou contra a Lava Jato; muito pelo contrário, todos os Senadores querem que a Lava Jato chegue ao final, punindo quem de fato tem culpas, quem de fato merece ser punido. Aqui, nenhum Senador, não conheço um Parlamentar aqui, um Senador que tenha votado contra a Lava Jato. Votou contra o abuso de autoridade, porque, claro, ninguém pode estar acima da lei, baseando-me inclusive no que disse aqui o ilustre Senador do Ceará, o Senador Tasso Jereissati.

Eu também já vi abuso de autoridade de juízes, já vi abuso de autoridade de promotores, já vi abuso de autoridade de delegados, de Deputados, de Senadores, já vi... Para mim, abuso de autoridade, todo, qualquer que seja e de quem vier, tem que ser punido, tem que ser observado, e ninguém pode cometer abuso de autoridade, sobretudo sobre aqueles mais humildes do nosso País.

Eu quero citar um caso aqui e gostaria de perguntar aos senhores se isso pode configurar ou não abuso de autoridade. Eu já vi alguns juízes punidos pelo CNJ com perda do cargo, já vi alguns juízes punidos com aposentadoria compulsória, mas eu vi também um caso que, no meu entendimento, lá de Roraima, poderia ser uma injustiça. No dia 22 de outubro de 2013, na Sessão 177, a Ministra Gisela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gondin, do CNJ, votou pela aposentadoria compulsória do Juiz César Henrique Alves. Ao ouvir o advogado de defesa do Juiz César Henrique Alves, a Ministra Gisela Gondin disse o seguinte: "Realmente o advogado tem razão quando diz que não há prova nenhuma diretamente contra o magistrado. Mesmo assim, eu voto pela aposentadoria compulsória". Está registrado em ata, e o juiz está, desde 2013, afastado, lutando para retornar na Justiça. Isso também não seria um abuso de autoridade? Não sou advogado do juiz, não tenho nenhuma amizade em particular, mas eu, por acaso, assisti a essa sessão do CNJ e assisti, com muita estranheza, uma ministra julgar um juiz, dizendo: "Não há prova nos autos, mas eu voto pela aposentadoria compulsória". E foi acompanhada por todos os ministros. Será que estariam julgando-o pelo que dizia a imprensa ou por fatos de jornais? Será que seria isso?

Era o que eu tinha, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Agradeço ao Senador Mecias.

Demais Sras. e Srs. Senadores, vamos encerrar aqui a ordem de inscrição e passar agora às respostas dos nossos indicados. Na ordem dos ofícios, o Dr. André Luis primeiro, pelo tempo inicial de dez minutos – se for necessário, nós podemos estender –, depois o Dr. Marcos e, finalizando, o Dr. Emmanoel.

Com a palavra V. Sa.

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Sra. Presidente, Srs. Senadores, começo fazendo uma referência àquela fala do Senador Esperidião Amin, de que aqui se sente anfitrião, e reitero o que coloquei no início: é realmente uma satisfação, um orgulho para qualquer brasileiro ter a oportunidade de comparecer a esta Casa, de ser ouvido pelos ilustríssimos Senadores da República. E isso não acontece apenas neste momento, no Plenário; ao longo desse último um mês e meio, dois meses, estive com dezenas de Senadores, em seus gabinetes – às vezes, no intervalo da sessão plenária, de uma Comissão. E, em todos os gabinetes, por todos os Senadores e Senadoras desta Casa, Sra. Presidente, fui muitíssimo bem recebido, juntamente com diversos colegas. Tivemos oportunidade de tratar de temas absolutamente diversos, desde projetos legislativos em tramitação nesta Casa...

Então, é verdadeiramente uma satisfação. Não me sinto, em nenhum momento, aqui, tenso com essa situação. É realmente uma alegria retornar. É uma segunda sabatina, mas é realmente uma oportunidade de dialogar, de aprender muito sobre a importância desta Casa, reforçar a crença nos valores democráticos republicanos.

Em relação especificamente ao questionamento feito pelo Senador Esperidião Amin quanto à colocação que teria sido publicada do Presidente da OAB em relação ao eventual afastamento do Ministro Sergio Moro, eu posso dizer, como testemunha que estava nessa sessão do Conselho Federal da OAB, que os debates ali empreendidos culminaram – com a sugestão do Relator, e, portanto, vociferada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente a vontade ali do Plenário – para que duas linhas fossem, a partir daquele momento, observadas. Uma, a eventual, confirmando aquele fato, como disse o Senador Otto Alencar, confirmando a veracidade daqueles fatos e a gravidade eventual na interferência do julgamento do processo, de que seria, talvez, oportuno o afastamento cautelar, temporário do Ministro, apenas e exclusivamente pela questão hierárquica em relação à Polícia Federal, a quem caberia, em última análise, investigação desses fatos. Segundo, verificar as origens dessas gravações, a licitude dessa prova.

Então, posso dizer, como quem esteve ali, assistindo – naturalmente, sem voz nem voto, pelo fato de não ser mais Conselheiro Federal da OAB desde 2017 e por estar no CNJ –, que as discussões ali travadas foram muito tranquilas, nesse sentido de que as denúncias são graves, merecem um aprofundamento, e desse aprofundamento pode decorrer algo dessa natureza, mas com certeza não foi, em hipótese alguma, manifestação precipitada no sentido de exigir uma punição de quem quer que seja. Não poderia jamais ser essa a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, que tanto valoriza o contraditório e a ampla defesa e tem demonstrado isso ao longo de toda a sua história.

Em relação às colocações do Senador Marcio Bittar sobre as metas do Judiciário, a morosidade da Justiça e, por fim, da Lei de Abuso de Autoridade, voltaram a falar que as Metas Nacionais do Poder Judiciário, que inicialmente sofriam críticas da magistratura, sobretudo de que vinham, de certa forma, impostas à magistratura, esse cenário mudou completamente. Como eu disse, desde 2015 tenho acompanhado o Conselho Nacional de Justiça, inicialmente como representante institucional da OAB, depois como Conselheiro, e, desde lá, tenho participado de inúmeros encontros. Ao longo de cada ano, são realizados diversos encontros nacionais do Poder Judiciário, a que todos os tribunais, 90 tribunais brasileiros mandam representantes. Essas metas são discutidas ao longo do ano, e as prioridades são traçadas a partir da seguinte diretriz. Logicamente, aqui um Senador questionou que não se pode falar estritamente de números, mas os números são um diagnóstico do Poder Judiciário. Então, o Departamento de Pesquisa Judiciária do Conselho Nacional de Justiça, constantemente, vai alimentando seus bancos de dados com informações colhidas em todos os tribunais brasileiros, esses dados são consolidados, e a partir daí é que se pensa em que diretriz deve ser a da política nacional do Poder Judiciário.

Como eu coloquei aqui, inicialmente, por exemplo, agilizar o julgamento de execuções é uma das prioridades do Poder Judiciário. Por quê? Nós tivemos, no último ano, 29,1 milhões de processos novos. Foram finalizados 31 milhões. Como eu disse, há uma tendência de diminuição, a partir deste momento, nos acervo de processos do Poder Judiciário, que hoje tem em torno de 80 milhões de processos em tramitação. Veja, Sra. Senadora, o gigantismo do nosso Poder Judiciário brasileiro. E, enquanto os processos da fase de conhecimento têm diminuído significativamente, as execuções têm aumentado. Então, pensar em soluções a partir desses dados estatísticos é fundamental para o direcionamento dessas metas, que, como eu disse, são construídas de forma harmônica, plural, ouvindo todos os segmentos do Poder Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, importa aqui registrar, sobre a Lei de Abuso de Autoridade – que veio na verdade no bojo das 10 Medidas contra a Corrupção, nos artigos que tratam dessa matéria e também da violação das prerrogativas da advocacia –, dizer que conheço também, desde a época do Conselho Federal, o Dr. Rodrigo Pacheco, hoje Senador da República, que também já foi Presidente da CCJ na Câmara dos Deputados e, desde a época do Conselho Federal da OAB, tem se notabilizado por ser uma pessoa extremamente atenciosa, aberta ao diálogo. E, realmente, ao meu sentir, merece todos os parabéns esta Casa Legislativa pelo projeto ao final aprovado. O Senador Rodrigo Pacheco me recebeu em seu gabinete no momento ainda em que estavam sendo debatidas essas medidas. Ele mesmo foi autor de sete mudanças naquele texto que veio da Câmara, acolheu mais 20 propostas dos Senadores. Embora, naturalmente, como é uma Casa plural, haja divergências, parece-me que a vontade aqui manifestada é absolutamente soberana, legítima, e traz, na verdade, uma condensação de diversos princípios que já estão em legislações diversas, como na própria Lei Orgânica da Magistratura, que também, conforme reiteradas colocações em diversos momentos neste Senado da República, já merecia uma revisão.

A Loman já tem mais de 25 anos de existência. Recordo que, no início do meu primeiro biênio, era uma das metas da Presidente Cármen Lúcia finalizar uma nova proposta de Loman. Como todos os senhores sabem, é de competência originária do Supremo Tribunal Federal a mudança na legislação orgânica da magistratura. Isso não foi possível, justamente porque muitos debates vieram com as entidades da magistratura, da advocacia, e neste momento é o Ministro Luiz Fux, do Supremo, que conduz uma nova proposta de Loman.

Enquanto isso não é efetivamente encaminhado para este Congresso para que faça os aprimoramentos e possamos ter uma legislação, nós vamos caminhando, lado a lado, o Congresso Nacional e nós, no Conselho Nacional de Justiça, com o poder regulamentar que também tem, tentando dar respostas às situações novas. Por exemplo, na última sessão deste semestre, que tivemos na semana passada no Conselho Nacional de Justiça, o Ministro Aloysio Correa da Veiga, ilustríssimo representante da magistratura trabalhista, apresentou uma proposta de resolução quanto à manifestação dos magistrados em redes sociais, entrevistas à imprensa, etc. É lógico que não se pretende – muito longe disso – calar a magistratura. Esse normativo, que ainda está em debate entre nós conselheiros, foi fruto de um Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Brasília, em que foram ouvidos representantes de todos os tribunais. O que visa justamente aquele dispositivo é conter os excessos. Se todos nós temos, como cidadãos, o dever de ter um cuidado especial com as redes sociais, porque multiplicam e têm um acesso extraordinário, muito mais aqueles membros do Poder Judiciário e também – por que não dizer? – do Ministério Público, uma vez que têm acesso a informações importantes de processos e, portanto, têm que ter uma responsabilidade extra, porque a posição por ele externada é vista pela sociedade como uma posição do Poder Judiciário. É como qualquer Senador da República, que, falando, representa todo o Congresso Nacional e, portanto, tem um eco, tem um peso diferenciado e merece justamente um cuidado extraordinário de todos nós; cuidado esse que também se impõe a mim quando a gente vem tratar de assuntos concretos, como a situação do próprio Ministro Moro, aqui questionada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Já vou falar diretamente de um questionamento feito pelo Senador Tasso Jereissati em relação à resposta a esses fatos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Houve, até o momento, que me seja do conhecimento, uma representação do PDT, que foi apreciada monocraticamente pelo Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins. O Ministro Humberto Martins determinou o arquivamento desse procedimento, sob o entendimento de que o Ministro Moro pediu exoneração do cargo para se afastar e assumiu o cargo de Ministro, o que é, obviamente, imposto. Portanto, ele não tem mais vínculo com o Poder Judiciário, seja ativo, seja inativo. Existem precedentes no Conselho Nacional de Justiça em que julgamos magistrados já aposentados e aplicamos pena a eles, até a conversão da aposentadoria, mas existe realmente uma situação, sob a ótica exclusiva – faço questão de registrar – do Ministro Humberto Martins de que, como ele está exonerado e não tem vínculo com o Poder Judiciário, não pode ser o Conselho Nacional de Justiça a julgá-lo, e sim o Supremo Tribunal Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Esse é o posicionamento, como eu disse, apenas do Ministro Humberto Martins. Eu tenho que ter esse cuidado porque eventualmente um recurso pode ser afetado ao Plenário e, na condição de conselheiro, nós temos também a restrição da Loman de manifestar opiniões e convicções pessoais sobre processos que cheguem para julgamento. É por esse motivo que não há ainda uma resposta plenária: é porque eventual recurso ainda não chegou ao conhecimento nosso.

Em relação à colocação do Senador Otto Alencar, eu preciso aqui também fazer um agradecimento pelos elogios imerecidos, que muito mais decorrem da amizade construída desde o primeiro processo, sobretudo, em que submeti meu nome a esta Casa. Quero dizer, Senador Otto, que realmente é um orgulho para todos nós baianos termos V. Exa. aqui, no Senado Federal, realizando um trabalho extraordinário de engrandecimento de todo o Legislativo brasileiro e de todos nós, baianos.

Em relação à imparcialidade da magistratura, eu gostaria de lembrar, também, que, além das disposições que existem na Loman...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – ... existem dispositivos expressos, especialmente o art. 8º do Código de Ética da Magistratura, que impõem a imparcialidade do magistrado no julgamento dos processos. Isso é de suma importância. O magistrado tem o dever de equidistância das partes, tanto em relação ao Ministério Público como também em relação à advocacia, e isso deve ser observado em todas as condutas dos magistrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Vanderlan Cardoso perguntou da pena da aposentadoria compulsória para juízes flagrados em atos de corrupção. Eu preciso aqui inicialmente dizer que o art. 95 da Constituição da República impõe que para perda da vitaliciedade é necessária uma sentença judicial transitada em julgado, e portanto a pena máxima administrativa, já confirmada até por decisão do Supremo Tribunal Federal, que o Conselho Nacional de Justiça ou qualquer tribunal brasileiro, do ponto de vista correicional, pode aplicar ao magistrado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – é a aposentadoria compulsória, o que não impede, e não tem impedido, efetivamente, o Conselho Nacional de Justiça e todos os tribunais, ao constatarem qualquer falta ética de um magistrado, de encaminharem essa situação ao Ministério Público para que tome as medidas necessária no aspecto judicial. Então, a pena máxima ao magistrado que eventualmente cometer uma infração não é a pena de aposentadoria compulsória. Essa pena máxima é no âmbito administrativo. Judicialmente, ele pode ter a perda do mandato e todas as responsabilidades criminais pela sua conduta.

O Senador Marcos Rogério também fez muitos elogios, inclusive, à própria OAB, dizendo que tinha saudade de uma OAB mais combativa na defesa da sociedade. E, realmente, é assim: a Ordem dos Advogados, além de defender as prerrogativas da classe, da categoria, tem este dever por força constitucional, por vontade do legislador brasileiro, de defesa da sociedade civil.

Quanto ao papel do CNJ, ele também falou de valorizar o bom magistrado. Eu gostaria de, nesse aspecto, dizer que o selo de qualidade do Poder Judiciário, o Selo Justiça em Números, está sendo modificado por nós conselheiros para observar muito mais do que a prestação de informações de dados concretos em relação à produtividade, mas para observar também a qualidade da prestação jurisdicional, de modo que, a partir deste ano, os selos conferidos aos tribunais terão muito mais proximidade com os anseios da sociedade, uma vez que retratarão os anseios por uma prestação jurisdicional não só célere mas de qualidade.

Por fim, quero agradecer a oportunidade de estar aqui novamente para tratar com os senhores de temas tão caros a nós brasileiros.

Permaneço à disposição em caso de novos questionamentos, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. André Luis.

Com a palavra o Dr. Marcos Vinícius.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, vamos ter agora a reunião de Líderes no gabinete da Presidência, com o Presidente Davi Alcolumbre. Eu vou me retirar, mas, antes disso, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria encaminhar um requerimento de urgência, para que, depois de ouvidos os três indicados, V. Exa. pudesse colocá-lo em votação, o que é perfeitamente regimental. Aprovado, o requerimento pode ser submetido ao Plenário do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu colocarei em votação, no momento em que proclamarmos o resultado, o requerimento de urgência de V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas comunico aos colegas que a reunião de Líderes, como agora acabei de ser informada, foi adiada para as 15h30. Já estamos quase dentro do prazo.

Com a palavra o Dr. Marcos Vinícius.

O SR. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES – Obrigado, Presidente.

Serei o mais breve possível diante da exiguidade do horário.

Eu não poderia, antes de começar a responder, deixar de reverenciar e de agradecer a presença do colega Anderson Prezia, aqui presente, advogado, e também do colega Valdetário Andrade Monteiro, que muito nos orgulhou no Conselho Nacional de Justiça e que agora tem um novo desafio à frente da Casa Civil do governo distrital. Obrigado pela prestigiosa presença.

Vou falar inicialmente sobre a manifestação do Senador Esperidião Amin e também do Senador Marcio Bittar a respeito da nota pública da OAB em relação às interceptações que envolveram o Ministro da Justiça e também os procuradores regionais da República da Operação Lava Jato.

Falaram sobre a celeridade, Senador Marcio Bittar, e é importante, primeiro, explicitar que essa nota foi oriunda, adveio de deliberação em uma sessão ordinária do mês de junho do Conselho Federal da OAB, uma sessão que é sempre agendada com um ano de antecedência. No começo do ano, todas as sessões são agendadas. Então, não houve um casuísmo de manifestação do Conselho Federal da OAB Nacional a respeito desses fatos. A sessão ocorreu numa segunda-feira, e, salvo engano, as primeiras interceptações foram divulgadas no domingo ou no sábado. Então, esse assunto foi trazido à baila. Foi questionado se o Conselho Federal teria interesse de se manifestar – e assim foi. Houve uma tarde inteira de deliberações. Então, a alegada celeridade... Na realidade, ela foi oriunda, como eu falei, da sessão ordinária do mês de junho do Conselho Federal da OAB. Lá estavam presentes 81 conselheiros federais, a grande maioria dos presidentes seccionais. O sistema é federativo, análogo ao do Senado. São três conselheiros federais por seccional. As seccionais têm o mesmo poder de voto e as mesmas atribuições. E, durante uma tarde inteira, deliberaram a respeito dos fatos e emitiram a nota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é importante manifestar a respeito do mérito da nota? Ela se inicia exatamente condenando as interceptações, principalmente de autoridades do alto escalão. A primeira manifestação da Ordem é a respeito das interceptações, que são clandestinas. Diz que o momento é de defesa plena, de ampla defesa, do contraditório, que deve ser exercido pelos ministros e pelas pessoas envolvidas, que têm a total liberdade e o direito de se defenderem, mas tão somente visando... É importante dizer que nada está vinculado ao mérito das interceptações; visa somente preservar as futuras investigações. Foi dada uma sugestão diretamente ao Ministro da Justiça, bem como aos procuradores, para que se afastassem de suas funções, exclusivamente para preservar as futuras investigações. Não houve antecipação de juízo algum a respeito do mérito dessas interceptações.

Então, é importante, primeiro, dizer do momento em que foi deliberada a nota e por quem foi deliberada a nota. Como eu falei, foi deliberada pelos 81 conselheiros federais e pela grande maioria dos presidentes seccionais, não somente pela diretoria ou não somente pelo Presidente Nacional da OAB. É claro que, em um grupo plural, isso não foi unânime. Houve entendimentos que não aceitaram a nota, mas essa foi a minoria. A ampla maioria decidiu por emitir a nota naquele sentido, como eu falei, primeiro condenando as interceptações, dando direito de defesa aos envolvidos, demonstrando preocupação, sim, com o mérito e sugerindo pessoalmente e diretamente aos envolvidos que se afastassem. Então, não foi nenhuma proposta hierarquicamente superior ao Ministro da Justiça para que ele fosse destituído do cargo, mas para que simplesmente ele se afastasse momentaneamente, a bem da futura investigação.

Em relação à manifestação do Senador Marcio Bittar a respeito da Lei de Abuso de Autoridade, em primeiro lugar a gente tem que homenagear porque se trata de uma manifestação legítima desta Casa, do Poder legiferante. Foi um projeto de lei maturado, muito discutido, que teve ampla participação da sociedade civil, da representação que cada um dos Senadores exerce nesta Casa. Então, é extremamente legítima. E calha com a manifestação do Senador Otto Alencar, dando importância à finalidade da lei, que é exatamente controlar quem tem o poder. A lei não é contra o exercício da autoridade. Como o próprio nome está falando, ela é contra o abuso, o desvio da autoridade no exercício das suas funções. Então, não há sobremaneira motivo algum para clamor diante da Lei de Abuso de Autoridade, que, como falei, foi muito discutida. Foram acolhidas mais de 20 sugestões das classes, das entidades dos magistrados e também dos procuradores de Justiça e promotores de Justiça.

O Relator, o Senador Rodrigo Pacheco, teve muita parcimônia em trazer todos esses requisitos para debate. Penso que a lei está muito bem redigida. O crime de hermenêutica foi excluído. Qualquer eventual comando aberto que outrora estivesse previsto nessa legislação também foi rechaçado. Os requisitos são específicos. Está bem claro que se exige o dolo específico realmente de abuso de autoridade; isso tem que ser cabalmente comprovado. Inclusive, há um preciosismo. A própria legislação traduz o que ela entende por abuso de autoridade, que seria uma atuação vinculada a uma ideologia político-partidária do magistrado ou do procurador de Justiça. Há um preciosismo, um capricho pessoal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, a legislação deixa bem claro o que ela intenciona, que é exatamente coibir os abusos, aquilo que está à margem da lei.

Então, penso que foi salutar. É necessária essa legislação. Não há casuísmo algum, como foi bem retratado. Será executada pelos membros do Poder Judiciário. Então, eu não teria como imaginar que o Legislativo estava procurando calar a voz da magistratura ou do Ministério Público.

O Senador Vanderlan Cardoso falou sobre a aposentadoria compulsória. Como muito bem retratado aqui pelo colega André Godinho, é uma pena administrativa essa aposentadoria compulsória, que pode ser revista e alterada no âmbito judicial.

E S. Exa. falou aqui sobre a interação entre juízes e Ministério Público, o que está muito em debate. O que nós temos que ter em consciência é que a interação do juiz com as partes é salutar e é prevista legalmente. Tanto a acusação quanto a defesa têm direito, e não só a possibilidade, de interagir com o magistrado. O advogado fala em nome do cidadão; a acusação, no caso o Ministério Público, em nome da sociedade. Então, é salutar que tenham, sim, contato com o magistrado, dentro daquelas situações previstas em lei. No caso da defesa, isso acontece muito para chamar atenção a uma petição, chamar atenção à necessidade de uma medida liminar, chamar atenção a fatos ocorridos na produção probatória, tentando uma sentença, uma decisão o mais próxima possível da realidade dos fatos. Isso é natural, isso é previsto. Jamais – sem que isso interfira na autonomia, na imparcialidade, na independência da magistratura – jamais isso configura uma orquestração, seja do juiz com a acusação, seja do juiz com a defesa. Essa interação, como eu falei, é extremamente clara e evidente nos autos em muitas situações. Por exemplo, a distribuição de memoriais nos Tribunais de Justiça é registrada em muitas situações. Inclusive há o protocolo dos memoriais de recurso, por exemplo. Então, não há nada, como eu falei, dentro dessa interação, que está prevista na legislação, no Estatuto da Advocacia, no Código de Ética da Magistratura também, não há nada a criticar, como eu falei, desde que isso não interfira na imparcialidade e na autonomia da magistratura.

O Senador Marcos Rogério falou a respeito das prerrogativas dos advogados, e eu falo aqui, como ex-Presidente, que isso é uma bandeira extremamente cara para a advocacia. E nós também aplaudimos demais o Senado Federal com a criminalização da violação das nossas prerrogativas, porque se pensa muito no âmbito nuclear do Poder Judiciário, do poder central, se pensa muito em Brasília, mas no Poder Judiciário, neste País continental, nós temos problemas no interior do País, de ponta a ponta; infelizmente ainda temos problemas. Com mais de 20 anos de Constituição Federal, que catapultou a advocacia à essencialidade da administração da Justiça, nós ainda temos muitos problemas com prerrogativas: advogados que não conseguem ter acesso a clientes, advogados que não conseguem ter acesso a um caderno de investigação policial, advogados que não conseguem ter acesso a um detento. Infelizmente, a gente ainda tem essas problemáticas, então a lei veio também muito a contento para criminalizar a violação das prerrogativas, porque o advogado não é um fim em si mesmo; pelo contrário, o advogado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalha pela voz da cidadania, trabalha em prol de um cidadão que está ali em busca de um justo direito. Então, penso que foi muito salutar.

A questão das metas do CNJ. O que é importante também a gente considerar? Há 15 anos, antes da existência do CNJ, não havia critério algum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES – ... no País para analisar a efetividade do Poder Judiciário. Então, passou a haver um termômetro nacional, passou a haver critérios nacionais para analisar a efetividade do Poder Judiciário. Temos que avançar, tudo bem, mas eu acho que as métricas são pelo menos o piso inicial, a base inicial para analisarmos a efetividade e a produtividade dos magistrados, logicamente analisando caso a caso. E o próprio Conselho Nacional de Justiça tem essas auditorias, as correições que são feitas sempre que requeridas. Sempre que é necessário, o CNJ tenta estar presente em todos os setores do Poder Judiciário.

Houve o questionamento do Senador Tasso Jereissatti a respeito da manifestação do CNJ. Embora seja um caso concreto, o colega André Godinho já falou que existe um procedimento que foi inicialmente arquivado por decisão monocrática do Corregedor Nacional de Justiça.

Parece-me que ainda pende prazo de recurso para levar ao plenário, então nós estamos obstados de ter uma manifestação, mas, de fato, houve esse procedimento.

Em relação ao Senador Mecias de Jesus, a questão traz um caso concreto. É muito difícil, e até não nos cabe analisar o caso concreto que o senhor trouxe, mesmo dizendo que estava presente e que isso foi registrado. Realmente fica muito difícil. Eu peço perdão, Senador, minhas escusas por não analisar um caso concreto, realmente, que não me cabe, principalmente porque não tenho conhecimento dos fatos.

Seriam essas as minhas razões iniciais, Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) **–** Agradecendo ao Dr. Marcos Vinícius, passamos agora a palavra ao Dr. Emmanoel.

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Muito bem. Falar depois de advogado é bom, porque eles conseguem, em médio tempo, responder todas as indagações que foram feitas pelos senhores.

Eu vou tentar apenas... Já que as perguntas foram mais ou menos parecidas, e para não cair no *bis in idem*, eu vou tentar responder a todos, começando, inclusive, pelo Senador Vanderlan Cardoso, que fala sobre a interação de membros do Ministério Público e da magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de que, na década passada, esse assunto já tinha sido iniciado, e estava nascendo, inclusive, dentro do próprio Congresso Nacional, mas sobretudo nas academias, que deveria ser criada a figura do juiz de garantia, ou seja, aquele juiz que faz a instrução mas não julga. O juiz de garantia... Seria criado um cargo de juiz de garantia para fazer, então, o julgamento. Isso no sentido de que o juiz que faz a investigação está muito próximo de conceder uma interceptação telefônica, determinar uma busca e apreensão; ele vai formando um grau de conhecimento da causa que só ele possui, ele e o Ministério Público, mas isso vem de décadas e décadas, e sempre funcionou.

Surgiu agora esse caso mais recente, que nós todos conhecemos e aqui foi ventilado por todos, inclusive pelos advogados, da vinculação do Juiz Sergio Moro, uma possível vinculação do Juiz Sergio Moro com o procurador da República. Eu quero dizer aos senhores que, como foi dito aqui por um dos sabatinados, essa vinculação não significa parcialidade. O juiz pode ter o acesso necessário ao promotor, como o promotor ao juiz, e sobretudo ao advogado, se assim a defesa desejar. Então, é normal essa conduta entre advogado, promotor e juiz. O que não se pode é trabalhar em cima de fato concreto, ou seja, o juiz tentar fazer com que o promotor tome uma determinada providência, a seu pedido, para que ele possa julgar futuramente.

O que o juiz pode fazer é sugerir, como o promotor pode sugerir também ao juiz, e o advogado não faz outra coisa a não ser também participar defesa desse contraditório juiz, advogado e promotor.

Eu quero fazer uma defesa muito veemente da atuação do advogado em todo esse processo por conta de suas prerrogativas. Estão tentando inclusive, no bojo desse episódio, até cercear o direito da defesa. Sem defesa não há processo, sem processo não há contraditório, sem contraditório não há justiça, sem justiça não há democracia. O que nós temos que ver é o trabalho que foi feito até agora, o resultado desse trabalho. Se, porventura, existem gravações, são provas ilícitas. A Justiça não admite prova ilícita, seja ela qual for. Então, o que se está fazendo hoje é uma celeuma muito grande em cima de provas ilícitas, tentando-se anular todo um trabalho que foi feito em prol do País, em prol da sociedade, em prol do Congresso, em prol, enfim, de todos os brasileiros. Então, a figura do advogado nesse momento eu acredito que seja de fundamental importância. E a criação de um juiz apenas para julgar eu não vejo como uma alternativa salutar para que cheguemos a um final feliz de um processo, ou seja, da busca da justiça tão almejada pelo brasileiro.

Então, o juiz que faz a instrução criminal e julga, ele conhece todos os detalhes daquele processo. E nós não podemos, de antemão, dizer que o juiz perdeu a isenção, a imparcialidade apenas porque ele fez a instrução processual. Ele faz a instrução processual e, por conhecer tudo aquilo que consta dos autos, ele, então, terá todas as condições de fazer o seu julgamento, sob pena de, chegando um terceiro, um juiz de garantia, começar do zero, começar tudo outra vez. Essa é uma opinião que eu tenho a respeito da criação do juiz de garantia porque nós teríamos que começar a mudar o próprio Código de Processo Penal, que não tem essa figura prevista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à aposentadoria compulsória – eu acho que foi o Senador Vanderlan e mais o Senador, que me foge à memória; dois ou três fizeram essa pergunta sobre a aposentadoria –, ela é a pena mais grave para os juízes, porque existe uma palavra que é respeitada constitucionalmente, que é o nome vitaliciedade. Para alterá-la, é preciso um projeto de lei cuja iniciativa é do Legislativo, e privativa, ainda mais privativa, do Supremo Tribunal Federal, pois se trata de instituto regulamentado pela Lei Orgânica da Magistratura (Loman). E esse é um debate muito importante, pois está associado à legitimidade e à independência da prestação jurisdicional, que precisa estar vinculada não só aos direitos, mas aos deveres do magistrado.

Eu acho que essas foram as duas perguntas mais significativas, haja vista que os outros dois sabatinados tiveram a oportunidade de, exaustivamente, explorar as perguntas de V. Exas.

Senador Mecias, sobre o caso concreto que V. Exa. trouxe, por dever de ofício eu não posso opinar, mas eu garanto a V. Exa. que a Conselheira Gisela, pelo que conheço dela, pelo que conheço do CNJ e pela inteligência que permeia aquele conselho, com certeza, não condenou baseada apenas na fala de que não conhece, que o processo não tem provas. Talvez não tivesse uma prova contundente, uma prova de uma gravação, uma prova de um documento, mas ela teve outras circunstâncias para avaliar e chegar à conclusão a que chegou, porque, senão, seria uma decisão contraditória essa da Conselheira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EMMANOEL PEREIRA – Eu não vou me prolongar mais sobre a decisão que ela tomou, porque eu respeito a isenção que ela teve ao julgar, mas V. Exa. tem todo direito de... Eu acho, embora se diga que não se discute judicial, eu acho que se discute, porque somos nós que os colocamos lá, que pagamos os seus salários, que estamos carentes de informação e, sobretudo, de justiça. Se essa justiça não é feita e a decisão é tomada contrária... Evidentemente há dois lados, sempre há dois lados, daí a morosidade da Justiça que foi falada aqui. Cem milhões de processos existem no País. Se V. Exa. somar por dois, porque há dois lados, nós teremos 200 milhões de brasileiros litigando no Judiciário.

Eu acho que essa litigância, que começa inclusive da nossa formação de advogados, é inerente ao exercício da advocacia. Todo advogado é litigante, todo advogado gosta da discussão, todo advogado gosta de uma questão a discutir e a provar que o melhor Direito é o seu, e não o do vizinho.

Quando eu recebo advogados no meu gabinete, geralmente é interessante, eles chegam dizendo: "O caso que eu trago para V. Exa. é simples, é fácil". Mas ele precisa dizer isso ao outro lado. O outro lado também acha que o caso dele é muito simples e fácil de ser resolvido. Enfim, são dois lados que querem que a Justiça seja feita a seu favor, e cabe ao magistrado, com a sua isenção e imparcialidade, fazer a melhor justiça.

Eu acho que respondi a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com certeza, Senador, esse processo – não tenho procuração para defender a Conselheira – não foi julgado apenas quando ela fala: "Eu não tenho provas." Ela talvez, por um erro material, não tenha acrescentado provas concretas de uma gravação, de um documento, mas as circunstâncias do processo talvez já a tenham levado chegar aonde ela chegou.

Espero que tenha respondido a V. Exa. sobre essa dúvida que V. Exa. tem não só como Senador, como Parlamentar, representante do seu Estado, mas sobretudo como cidadão brasileiro. Quando é dada uma decisão judicial que não atende aos nossos interesses ou pelo menos aos interesses da maioria, isso traz para nós, brasileiros – falo agora como cidadão e não como magistrado –, a dúvida. E a dúvida muitas vezes não nos dá a paz necessária de que a justiça está sendo melhor distribuída.

Espero ter respondido a V. Exa. da melhor forma possível e lamento não adentrar mais no caso, que eu conheço, mas que, por dever de ofício, como é um caso concreto, não posso me debater sobre ele.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. Emmanoel.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Pela ordem.) – Mais uma vez desejando aos três sucesso, eu não posso deixar de fazer um comentário.

Veja, existem exceções e, por isso, toda regra tem uma exceção. O que aconteceu no Brasil nos últimos anos é absolutamente fora da regra. Qual é a regra? Todos os Governos feitos por homens e mulheres erram e não é, portanto, novidade que em qualquer Governo – municipal, estadual ou nacional – haja uma parte dele que se apropria do Estado para tirar benefícios próprios. Então, casos de corrupção aconteceram e vão continuar, infelizmente, acontecendo enquanto o mundo for mundo e forem os Poderes ocupados por seres humanos. No entanto, o que aconteceu no Brasil e o que o mensalão, primeiro, e depois a Lava Jato mostraram é caso único. Isso, sim, parafraseando agora um condenado que está na cadeia nunca tinha acontecido no Brasil.

Houve claramente um projeto de perpetuação no poder. Primeiro, descaradamente, comprando o Parlamento; segundo, ocupando as estruturas do Estado, como dizia Marx e Lenin, ocupando toda estrutura do Estado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... para, em se apropriando dela, de empresas estatais e dos seus orçamentos, se perpetuar no poder. Até a tentativa de cercear a mídia veio na receita que a esquerda faz em qualquer lugar do mundo. Por que estou dizendo isso? Porque, a esta altura do campeonato, falível como ele é – porque ele também é um ser humano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então ele é falível – o Ministro Sergio Moro representa, como ninguém, a derrubada, talvez, do maior consenso que este País tinha.

Qual era o maior consenso que este País tinha? O de que, em qualquer lugar do Brasil em que você andasse, você perguntava a uma pessoa e ela ia responder: "aquele que tem poder e muito dinheiro não vai para a cadeia." Esse era um consenso, no Brasil, em qualquer rincão do nosso Estado ou de qualquer lugar do Brasil. Quando juntassem poder econômico e poder político, aí é que não ia preso mesmo. E isso foi um movimento de extensão nunca visto no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Portanto, uma reunião marcada com um ano de antecedência, lógico, não está precipitada. Mas o que se inclui na pauta dela pode ser considerado como precipitação.

Quero afirmar que entendo que a OAB deveria ter um pouco mais de cautela ao, inclusive, pedir, solicitar, sugerir, o afastamento dessa figura, que é maior do que o seu nome hoje: é o que ele representa. Cautela! E se, de repente, como parece que está caminhando, além do fato de que são provas ilícitas e, portanto, que anulam o processo, além disso tudo caminha para se comprovar que é uma montagem. Se há um crime cometido nisso, foi o crime da gravação clandestina, da invasão de privacidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Então, entendo... Não quero, em nenhum momento, polemizar sobre isso, mas entendo que houve, sim... A OAB poderia ter calma, esperar mais um pouco. Naquele momento, quando você diz isso para a opinião pública, fica parecendo – e esse era o risco que se corria – que há uma reprimenda, mesmo com os termos corretos. Repito, em situação de calor e temperatura normais, se contra um ministro houve uma denúncia, afasta-se para responder. Mas esse não é um tempo normal, não representa uma coisa qualquer, é uma exceção de um troço imenso que houve no Brasil e que ele representa. É falível, como todos nós somos, mas acho que faltou uma cautela.

Para terminar, minha querida Presidente Simone Tebet, gostaria de ver...Todos nós nos despimos. Este Parlamento se despe quando faz uma série de medidas que o tornam mais transparente do que qualquer outro Parlamento. E eu gostaria de ver a OAB defendendo, ou, pelo menos, se abrindo para um debate. Todos nós sabemos que o crime organizado comanda de dentro da cadeia. E sabemos que uma das maneiras de ele comandar é com a visita do advogado. Ou não há advogado que se presta a fazer o papel de atender ao crime organizado? É lógico que há. E nós sabemos que, descaradamente, ao não termos isso, nós vivemos com organizadores do crime dentro da cadeia, através de bancas de advogados, continuando a mandar, a matar, a extorquir de dentro da cadeia. Eu defendi isso na campanha e espero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a OAB, honrando suas melhores tradições, se abra para esse debate. Não é possível que isso continue acontecendo na cara de todos nós.

Parabéns a todos. Boa sorte! Contem com este Parlamento.

Muito obrigado, Presidente Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, quero também agradecer e parabenizar todos os sabatinados. Não tenho dúvidas do belíssimo trabalho que os senhores vão fazer no CNJ. O que nós queremos, o que o Senado Federal quer, é exatamente isso: transparência e um CNJ firme na atuação, na melhoria, que possa ajudar na melhoria da qualidade de vida das pessoas, inclusive na segurança pública. São temas que são abordados e é relevante que neles se toque a todo momento.

Quero dizer ao Ministro Emmanoel Pereira que, em hipótese alguma, eu não quero dividir ou polemizar com relação a esse assunto, muito pelo contrário. Eu achei necessário fazer essa pergunta para saber dos senhores se isso poderia ser abuso de autoridade, nada contra a Ministra Gisela. Não tenho nada para desabonar a sua conduta, muito menos os seus conhecimentos jurídicos, nem conheço o caso profundamente como ela teve a oportunidade de conhecer, mas são palavras dela.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Ela usou esses termos, essas palavras, no momento em que julgava uma pessoa. E a minha preocupação é: será que o magistrado estaria julgando de acordo com a mídia? De acordo com o que se diz nos jornais, na imprensa? Como se diz, sei lá, isso não pode acontecer, essa é a nossa preocupação, que o CNJ e que o Judiciário brasileiro não julguem jamais qualquer ato, qualquer pessoa, apenas baseando-se numa nota da imprensa ou pelo que se diz, pela teoria do conhecimento de fato, sem ter, de fato, prova nenhuma nos autos, como disse a Ministra, com as próprias palavras dela, naquele caso lá. Mas não sou advogado do juiz, não pretendo ser, não tenho conhecimentos jurídicos para discutir esse tema.

Fico feliz pelas respostas, principalmente respostas polidas que os senhores fizeram nesse dia aqui sobre todos os casos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos.

Com a palavra, pela ordem, Senador Antônio Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, a minha palavra é tão somente para pedir desculpas a V. Exa. e aos eminentes sabatinados, tendo em vista que a CPI de Brumadinho teve a sua apresentação final a partir de 13h30 de hoje. Eu sou membro, foi uma tragédia que se abateu sobre o meu Estado e eu tinha que estar lá para votar o relatório brilhantemente feito pelo Senador Carlos Viana. Acabou nesse exato instante, mas eu apresentei o voto e desejo muitas felicidades aos senhores.

Desculpe-me, Sra. Presidente, sabe que eu sou muito assíduo na CCJ, mas, lamentavelmente, eu sou Antonio, mas não tenho o dom da ubiquidade. Então, eu tinha que ficar lá para fazer essa votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu ouso dizer, Senador Tasso, que o Senador Antonio Anastasia é mais assíduo e pontual do que a própria Presidente da Comissão, é o primeiro a chegar e o último a sair, mas eu gostaria imensamente de agradecer a participação das Sras. e Srs. Senadores, acho que foi uma sabatina produtiva, especialmente pelo momento em que vivemos, relevante, com vários questionamentos, principalmente na ordem jurídica.

Em nome de todas as autoridades, permitam-me, mais uma vez, agradecer a presença em nome do Dr. João Batista Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, é uma honra tê-lo mais uma vez aqui e agradecer, claro, aos nossos sabatinados. Independentemente de qualquer que seja o resultado – e nós provavelmente já sabemos qual vai ser – foram muito valiosas as suas contribuições. O olhar do advogado, que agora vai para o CNJ, e o olhar de um juiz do trabalho, um ministro que está indo também para contribuir nesse órgão tão relevante, o controle do próprio Poder Judiciário.

Ninguém fez a pergunta, mas é o que a sociedade sempre pergunta, Senador Tasso, o CNJ controla o Judiciário. E quem controla o CNJ? Ele mesmo, justamente pela pluralidade da sua composição. Ali não há só juízes, há membros também de outros poderes, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados e, consequentemente, com toda a imparcialidade, da própria sociedade, para fazer o julgamento necessário.

Só finalizo aqui falando que, de forma muito objetiva e clara, V. Sas. e V. Exas. expuseram as suas opiniões e fiquei muito feliz de ver a quase unanimidade em relação à necessidade da criminalização quando há violação das prerrogativas dos advogados.

Quem é contra não conhece ou não entende a realidade deste País tão continental, onde a maioria dos Municípios brasileiros são Municípios com menos de 20 mil habitantes, em que, normalmente, ao advogado é negado o direito a defender o seu cliente da forma devida, porque lhe é negado o acesso a inquérito policial ou muitas vezes o acesso ao seu cliente numa delegacia ou num presídio mesmo, onde se exige procuração quando nós não temos necessidade dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, acho que esse foi um grande salto que nós demos. Também no ano passado, Senador Anastasia, eu fui Relatora desse projeto, que hoje está na Comissão de Constituição e Justiça em relação ao projeto das dez medidas de combate à corrupção.

Fica aqui a minha palavra final, Senador Tasso, pedindo àqueles que estão nos ouvindo e estão nos assistindo, que possam ter acesso a esse projeto das dez medidas de combate à corrupção, mesmo a imprensa, os jornalistas, para que nós possamos debater. Porque eu fui no final de semana para o meu Estado e todos me indagaram. E, quando eu falo que é o art. 8º que fala do abuso de autoridade da magistratura, as pessoas falam assim: mas é só isso?

Eu falei: sim, há cinco incisos. Dos cinco, quatro, de alguma forma, estão ou na Lei Orgânica da Magistratura ou em resolução do CNJ, já estão disciplinados às vezes até na Constituição, que proíbe, por exemplo, que magistrados possam exercer outra atividade que não seja a de magistério porque isso é crime, que não possam ser sócios, acionistas; que não podem atuar quando por lei estão impedidos. Nós simplesmente recuperamos e colocamos num único projeto todas essas proibições.

E, por fim, eu gostaria de finalizar com isso, porque o Dr. André me passou às mãos, a grande discussão do abuso de autoridade, de que nós estaríamos querendo calar a magistratura e o Ministério Público, que é o inciso V do art. 8º, já consta no provimento do CNJ com outras palavras, dizendo que ao juiz cabe se pronunciar apenas nos autos. Ele pode falar do processo, mas não pode emitir juízo de valor, a não ser nos autos.

E foi o que nós acabamos de vivenciar. Eu precisava encerrar com essa colocação. Nós vimos aqui o Senador Mecias e outros colegas indagando de caso concreto e qual foi a resposta dos nossos candidatos? Nós não podemos nos pronunciar sobre esse assunto porque esse assunto ou está comigo ou pode vir a estar, ser debatido ou já ter o procedimento no CNJ. E é exatamente essa é a conduta que nós esperamos de qualquer julgador, seja magistrado ou seja exercendo uma atividade jurisdicional, como é o caso dos advogados aqui.

Então, sem mais delongas, eu agradeço mais uma vez a presença de todos. Desculpe. Eu não sou nas sabatinas de fazer perguntas nem fazer intervenção, mas eu acho que era necessário, em defesa desta Comissão, em defesa do Senado Federal, fazer essas ponderações.

Então, eu indago as Sras. e Srs. Senadores se todos já votaram.

Encerro o processo de votação e peço à Secretaria que abra o processo de apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Marcos Rodrigues teve 15 votos SIM; 1 voto NÃO.

Portanto, foi aprovado por esta Comissão o seu nome. A matéria vai a Plenário.

Dr. André Godinho, da mesma forma, 15 votos SIM; 1, NÃO.

Está aprovado o nome do Dr. André Godinho por esta Comissão. O nome de V. Sa. também vai ao Plenário.

Dr. Emmanoel Pereira, 15 votos SIM; 1, NÃO.

Também está confirmado o nome do Dr. Emmanoel Pereira.

Os três nomes foram aprovados por esta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Antes de encerrar, coloco o requerimento do Senador Otto e do Senador Tasso Jereissati em votação, solicitando urgência para o Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradecendo a presença de todos, esta Presidência declara encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 13 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Roberto Rocha, José Serra, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Elmano Férrer, Cid Gomes, Weverton, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Registram presença os Senadores Izalci Lucas, Eduardo Girão, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 26ª, 27ª e 29ª Reuniões Extraordinárias e da 28ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 3-CCJ, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicialidade da Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2. ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta, às Emendas nºs 1 a 4 e com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 17, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica, na forma em que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Observação: Aprovado requerimento de urgência para a matéria. ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil" Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PT/PI), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2121, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 12.016, de 7 de agosto de 2009, a fim de estabelecer prazo para julgamento do mérito após concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, em arguição de descumprimento de preceito fundamental ou em mandado de segurança." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo). ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, oferecido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Relatora, que será submetido a Turno Suplementar. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1865, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros.. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, pela aprovação da Emenda nº 2, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da emenda nº 4-S. Resultado: Aprovado o Substitutivo e a Emenda 4-S-CCJ, em Turno Suplementar. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 769, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto; das Emendas nº 2 - CTFC, nº 4 - CAS, nº 5 - CAS, na forma da subemenda substitutiva apresentada, nº 6 - CAS e nº 7; e pela rejeição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Emendas nº 1 - CTFC e nº 3 - CAS. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 2-CTFC-CAS-CCJ, 4-CAS-CCJ, 6-CAS-CCJ, 7-CCJ, e a Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ (Substitutiva). Rejeitadas as Emendas nºs 1-CTFC-CAS e 3-CAS. Observação: - Recebido Relatório reformulado pela Senadora Leila Barros, com voto pela aprovação do Projeto e das Emendas 2, 4, 6 e 7, pela aprovação da Emenda nº 5, nos termos da Subemenda que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1-CTFC-CAS e 3-CAS; - Durante a Reunião a Presidência anuncia que o Senador Humberto Costa retira o Voto em Separado de sua autoria. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro." Autoria: Senador Airton Sandoval (PMDB/SP). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas de redação nºs 1-CCJ a 3-CCJ. ITEM 13 - Projeto de Lei nº 1414, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção de molestar, perseguir ou assediar alguém de maneira continuada ou episódica, com o uso de quaisquer meios." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Esperidião Amin e Fabiano Contarato, nos termos regimentais. ITEM 14 - Projeto de Lei nº 1369, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá outras providencias." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Esperidião Amin, Fabiano Contarato e Mecias de Jesus, nos termos regimentais. ITEM 15 - Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 11 ao art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União no Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, de forma escalonada em quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercícios." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável à Proposta com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para a proposição INDICAÇÃO." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ(Substitutivo). ITEM 17 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2017 que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Vista concedida aos Senadores Rogério Carvalho e Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para prever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento formal de cobrança, previamente à inscrição do débito em dívida ativa." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Mecias de Jesus e Tasso Jereissati, nos termos regimentais. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre os efeitos do silêncio da administração no processo administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei Complementar nº 64, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários." Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida aos Senadores Humberto Costa e Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 21 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS-CCT. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ. Observação: Aprovado requerimento de urgência para a matéria. ITEM 22 - Projeto de Lei nº 2235, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de ao menos trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para cada um dos sexos e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 37, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 35/2019 - CCJ, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Plauto de Lima, especialista em segurança pública e coronel da reserva da Polícia Militar do Ceará; 2. Sr. Everardo de Aguiar Melo, da Rede Desarma Brasil." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 38, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art.338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal a urgência para o PL 17/2019." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 39, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art.338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal a urgência para o PLC 153, de 2017." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 40, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Glenn Greenwald, jornalista da agência de notícias Intercept Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre fatos revelados pelo sítio Intercept Brasil, que vem causando repercussão nacional e internacional, sobre troca de mensagens, por meio do aplicativo Telegram, entre o ex-juiz e atual Ministro da Justiça Sérgio Moro e o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Força Tarefa da Operação Lava-Jato." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 26ª, 27ª e 29ª Reuniões, Extraordinárias, e da 28ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 21.

Na ordem, pela presença de Relatores, item 5.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2121, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, 9.882, de 3 de dezembro de 1999, e 12.016, de 7 de agosto de 2009, a fim de estabelecer prazo para julgamento do mérito após concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, em arguição de descumprimento de preceito fundamental ou em mandado de segurança.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado André Figueiredo (PDT/)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

- Em 18/06/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães e Marcos Rogério, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A vista concedida foi coletiva, e até o momento os Senadores não se manifestaram.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1.

A matéria vai ao Plenário.

Antes de passarmos para o próximo item da pauta, esta Presidência gostaria apenas de informar às Sras. e aos Srs. Senadores e aos assessores que aqui se encontram que nós teremos uma última sabatina neste semestre, que está marcada para terça-feira próxima, às 13h30min. As sabatinas são da Dra. Sandra Krieger Gonçalves – todos para o Conselho Nacional do Ministério Público –; da Dra. Fernanda Marinela de Souza Santos; e do Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior.

Portanto, confirmando, está prevista para o dia 9, terça-feira, às 13h30min, a última sabatina do semestre.

Continuando com a ordem da pauta, com a presença dos Senadores, item 16.

1ª PARTE

ITEM 16

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 9, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para a proposição INDICAÇÃO.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, eminente Senadora Simone Tebet.

Vem ao exame desta CCJ o Projeto de Resolução do Senado nº 9, de 2015, do eminente Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer novo procedimento para a proposição Indicação e, em síntese, modificar a finalidade dessa proposição na Casa, acrescentando aqui o uso que dela se faz na Câmara dos Deputados.

A principal utilização da Indicação na Câmara é sugerir a outro Poder o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva, a adoção de providência ou a realização de ato administrativo ou de gestão.

No Senado, contudo, a Indicação atualmente não pode conter "sugestão (...) a qualquer Poder", conforme o art. 225, II, do Regimento Interno.

Análise.

O projeto de resolução é conveniente, oportuno e promove importante aperfeiçoamento no Regimento, pois equipara o instrumento regimental da Indicação, no Senado, ao mesmo instituto já existente na Câmara.

Como se sabe, a Constituição definiu um conjunto de matérias que exigem iniciativa privativa de outros Poderes. É o caso, por exemplo, das matérias reservadas ao Poder Executivo no art. 61, §1º, da Constituição Federal, tais como aquelas relacionadas à criação de cargos, funções ou empregos públicos, o regime jurídico dos servidores e a criação ou extinção de ministérios. Nesse caso, já que o Parlamentar não pode ter a iniciativa do projeto, é preciso dotá-lo de instrumento capaz de instar o Poder Executivo a adotar determinada providência ou ato de sua iniciativa exclusiva, visando a sanar alguma deficiência ou a atender a alguma necessidade social.

Para essas finalidades, os Deputados dispõem hoje da Indicação, mas os Senadores não, pois aqui essa ferramenta volta-se apenas para uso interno. É preciso, então, expandir sua utilização, conferindo-lhe o mesmo escopo que tem na Câmara.

Essa necessidade é tão premente e reconhecida que identificamos três projetos tramitando sobre o tema na Casa: este que agora analisamos; o PRS 23, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado; e o PRS 28,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Izalci Lucas. Procuramos aproveitar as ideias lançadas nos três projetos, consolidando-os num substitutivo.

No substitutivo, a Indicação tem duas finalidades: uma endereçada a outro Poder, outra endereçada a órgão ou comissão competente no próprio Senado Federal, para adoção de providência ou elaboração de proposição de sua competência. É suprimida, por consequência, a vedação de que a Indicação formule sugestão a outro Poder.

É descrito o andamento a ser dado pelo Presidente do Senado à Indicação, conforme cada uma dessas finalidades: 1) no caso de sugestão a outro Poder, o Presidente encaminhará a indicação à autoridade competente; 2) no caso da apresentação de proposição legislativa decorrente do estudo da matéria por Comissão, prevê-se que serão seguidos os trâmites regimentais para as proposições congêneres; 3) no caso da apresentação de proposição legislativa decorrente do estudo da matéria por outros órgãos da Casa (como o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Conselho de Comunicação Social, a Procuradoria da Mulher, a Corregedoria Parlamentar, etc), esta será apresentada pelo autor original da Indicação.

Finalmente, fruto de interessante inovação trazida pelo PRS 28, de 2019, de autoria do ilustre Senador Izalci, é previsto que a proposição possa ser convertida em indicação, caso seja verificado vício de iniciativa, o que confere prestígio às regras de iniciativa e representa relevante economia processual. Esse mecanismo pode ser exercido por requerimento do autor da proposição ou pela conclusão do parecer da CCJ.

Voto.

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 9, na forma do substitutivo apresentado, que se segue e está presente no relatório, de cuja leitura me abstenho porque consta do parecer.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, CCJ, Substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão Diretora.

Eu vou voltar aqui à ordem. Depois, só temos um projeto aqui não terminativo. E, aí, eu volto à ordem, de acordo com a presença dos Senadores.

Senador Mecias, há um projeto relatado por V. Exa., que é o item 20, que é o próximo item da pauta.

1ª PARTE

ITEM 20

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 64, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para proferir o seu relatório.

Em seguida, pela ordem, volto à pauta, porque os Senadores Relatores não estavam presentes.

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, com a devida vênia de V. Exa. e dos colegas, antes de iniciar a leitura do relatório, eu gostaria de registrar a presença dos Vereadores lá de Boa Vista: o Vereador Ítalo, a Vereadora Mirian, o Vereador Genival e o Vereador Pastor Jorge, que estão aqui. Inclusive, se V. Exa. nos permitir, logo após gostaríamos de entregar a V. Exa. um documento para colocar V. Exa., a Comissão e o Senado a par da situação caótica que vive o Estado de Roraima e o Município de Boa Vista com relação à saúde, à segurança pública e também à educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quero dar as boas-vindas a todos os Vereadores e Vereadoras. É um prazer recebê-los. Eu só não posso interromper no meio, mas, em seguida ao término da reunião, antes da reunião extraordinária, será um prazer muito grande recebê-los e receber o documento que será também entregue aos gabinetes dos membros desta Comissão.

Sejam, mais uma vez, muito bem-vindos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Obrigado, Sra. Presidente.

Passo a ler o meu relatório e parecer.

Como já foi dito, trata-se de projeto de lei de autoria do Senador Oriovisto.

Passo ao relatório.

Vem para a análise deste Colegiado o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 64, de 2019, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães, que cria restrições aos entes federados que apresentem resultado primário negativo no período de doze meses e faculta a concessão de bônus aos servidores públicos do ente que apresente superávit no mesmo período.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto é composto por três artigos. O primeiro amplia as sanções previstas no Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional nº 95, de 2016), para o caso de violação do teto de gastos primários do Governo Federal, aos entes que registrem resultado primário negativo nos doze meses encerrados em junho de cada exercício. O segundo prevê que a União poderá destinar até cinco por cento de eventual resultado primário positivo aos servidores públicos federais na forma de bônus. O terceiro e último contém a cláusula de vigência, com a norma resultante entrando em vigor na data de sua publicação.

O objetivo do projeto, conforme a justificação, é implementar uma cultura de responsabilidade compartilhada entre todos os servidores e governantes. Assim, enquanto em situações de restrição fiscal restringem-se gastos, por outro lado, em situações de superávit, reconhece-se a importância da atuação dos servidores com a autorização para pagamento de bônus.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, deve esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade da proposição e também quanto ao mérito.

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro, cabendo à lei complementar dispor sobre finanças públicas e fiscalização financeira da Administração Pública Direta e Indireta (art. 163, incisos I e V, da Constituição Federal – CF), bem como sobre despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 169, *caput*, da CF).

Não há óbices de natureza formal à tramitação do projeto de lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal, nem daqueles assuntos de competência privativa do Chefe do Poder Executivo inseridos no art. 84 do Estatuto Magno, e, igualmente, não invade outras reservas de iniciativa definidas no diploma fundamental.

A tramitação do projeto seguiu as regras regimentais e atende ao critério da juridicidade, pois inova no mundo jurídico, instituindo novas regras a serem seguidas.

Não há reparos a se fazer quanto à técnica legislativa, em face do que prevê a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

No mérito, posicionamo-nos favoravelmente ao projeto, que busca estabelecer balizas para a gestão mais responsável dos recursos públicos.

O voto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Em decorrência do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 64, de 2019, e, quanto ao mérito, somos pela sua aprovação.

É o parecer, análise e voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Mecias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Gostaria de pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida. Vista coletiva.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem da presença dos Relatores, o próximo item é o 7. Eu pediria ao Senador Anastasia a gentileza de assumir a Presidência apenas para que eu possa proferir meu relatório.

Estou seguindo a ordem da pauta, de acordo com a presença dos Relatores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) –

1ª PARTE

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 483, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares.

Autoria: Senador Elmano Férrer (MDB/PI)

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1 e 2, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 10/04/2019, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Esperidião Amin;

- Em 17/04/2019, foi recebida a emenda nº 2 (Substitutivo) de autoria do Senador Antonio Anastasia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Em 11/06/2019, foi recebido relatório reformulado pela Senadora Simone Tebet.

Concedo a palavra à eminente Presidente, Senadora Simone Tebet, para proferir seu relatório.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu não vou ler novamente o relatório – já havia sido lido –, apenas vou direto ao substitutivo, porque acatei duas emendas extremamente importantes e relevantes para que pudéssemos ter um texto ideal para ser colocado para apreciação das senhoras e dos senhores: uma, do Senador Amin; outra, do Senador Anastasia.

Portanto, o projeto, no substitutivo, fica da seguinte forma:

> O veículo automotor retido, removido ou recolhido por qualquer razão, após vistoria e exame inicial do órgão responsável por seu recolhimento, e que não tiver identificada sua propriedade, em função de adulteração das numerações individualizantes rastreáveis, poderá ser utilizado pelos órgãos de segurança pública da União, Estados e Distrito Federal, comprovado o interesse público, em atividades exclusivas de segurança pública, mediante requerimento da autoridade do órgão correspondente, ao juiz com circunscrição no local dos fatos, ouvido o Ministério Público.
> § 1° A autorização da utilização do veículo, a que se refere o *caput*, deverá observar os seguintes requisitos:
> I - exposição fundamentada do pedido que deverá ser encaminhada por quaisquer das autoridades dos órgãos de segurança pública, a qualquer tempo, ao juízo local;
> II - laudo pericial do órgão competente, que comprove a impossibilidade atual de identificação do veículo deverá conter no mínimo as fotografias detalhadas do veículo, da numeração rastreáveis do chassi, motor e câmbio, e de outros agregados quando for o caso;
> III - relatório do estado de conservação do veículo, com discriminação de seus agregados, acessórios e equipamentos obrigatórios.
> § 2º Após o deferimento do pedido [...], o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento em favor do órgão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública ao qual tenha deferido o uso, ficando este livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores.
§ 3° Cessando, por qualquer motivo, os efeitos da autorização de utilização, ou havendo futura identificação do proprietário, o veículo deverá ser imediatamente recolhido e dada a sua destinação respectiva.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório que coloco à disposição, Sr. Presidente, desta douta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Relatora, eminente Senadora Simone Tebet, trata-se de uma inovação legislativa importante, porque traz luz a essa questão que é fundamental no País, embora já haja previsão em várias leis editadas e publicadas no Brasil quanto à possibilidade de utilização de veículos apreendidos. É o caso, por exemplo, da Lei 11.343, que estabelece essa previsão.

Não fossem as especificidades dessa regra, poderíamos até suscitar aspectos da injuridicidade, mas V. Exa. faz correções importantes, de maneira que eu vou usar um termo que não é muito utilizado na legística: dá funcionalidade à lei. Para além do aspecto da juridicidade ou injuridicidade, quando a lei é inócua, a funcionalidade é fundamental, porque hoje nós temos os pátios das delegacias abarrotados de veículos, da Polícia Federal do mesmo jeito, dos órgãos ambientais e de controle também da mesma forma, e esses veículos sendo depreciados ao longo do tempo. E, quando autorizado o leilão, lá no final do processo, depois de esgotadas todas as vias administrativas e judiciais, quando se faz o edital para o leilão, o bem já não tem valor nenhum, já não tem mais funcionalidade.

Então, essa proposta simplifica o processo, antecipa o processo, no que concordo plenamente. E vou além para dizer que o Brasil está vivendo um processo de inversão – embora, aqui, neste ponto, haja divergência em relação à compreensão que tenho particularmente –, por exemplo, quando órgãos do Estado fazem a apreensão de bens privados, em razão de suspeita de prática criminosa, e destroem esses bens. Isso acontece muito especialmente na Região Amazônica, quando são apreendidos veículos, tratores, caminhões em bom estado de conservação e que poderiam servir ao interesse público com eficiência, mas, ao invés disso, preferem atear fogo. Ao combater uma prática criminosa, cometem um crime mais grave, que é colocar fogo num bem privado, particular, em área de reserva, também cometendo crime ambiental. Então, essa legislação, essa proposta, vem ao encontro daquilo que é a necessidade do País, a necessidade das prefeituras, dos governos Estaduais, de associações: dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionalidade e dar efetividade ao aproveitamento desse patrimônio que hoje está sendo destruído nos pátios de delegacias e órgãos públicos Brasil afora.

Então, cumprimento V. Exa. pelo acerto da matéria; cumprimento o Senador Elmano Férrer pela iniciativa extremamente acertada. E tomara que a gente consiga avançar o mais rapidamente possível tanto no Senado quanto na Câmara, e o Presidente, sancionando essa matéria e regulamentando os seus efeitos, a gente tenha efetividade no aproveitamento desse patrimônio que está sendo perdido Brasil afora!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Marcos Rogério, meus cumprimentos.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos colocar em votação.

Encerro a discussão.

Vamos proceder à votação nominal.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pela Relatora.

Trata-se de matéria terminativa. Portanto, a votação é nominal.

Solicito à Secretaria que abra o sistema para que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores possam votar nesse projeto. (*Pausa.*)

Pois não, Senadora.

Peço à Secretaria que verifique o sistema, porque a Senadora Rose, aparentemente, tem um problema técnico.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já votaram. Atingimos o quórum. Nós podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Desse modo, declaro encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o placar.

Votos SIM, 14; NÃO, zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência à eminente Senadora Simone Tebet.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de aproveitar para parabenizar o Senador Elmano Férrer pelo projeto e aqui agradecer as palavras gentis do Senador Marcos Rogério, mas eu preciso atribuir a quem de direito esses elogios. Na realidade, o aperfeiçoamento do projeto ora aprovado se deve principalmente às emendas do Senador Amin e do Senador Antonio Anastasia. Eu, inclusive, agradeço a ambos e passo os elogios aos destinatários devidos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso só demonstra a grandeza de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagina!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para podermos aproveitar o quórum, nós vamos passar, na ordem, para todos os projetos terminativos que já foram lidos. Então, nós vamos aprovar, aproveitar para agilizar e depois voltamos à pauta, porque os projetos terminativos já lidos têm uma votação rápida.

Então, na ordem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Desculpe, eu queria apenas apresentar uma demanda a V. Exa.

Praticamente nós conseguimos construir ontem um acordo em relação àquele projeto de autoria do Senador Serra que trata de publicidade e padronização de embalagens para a venda de cigarros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se V. Exa. pudesse dar uma prioridade a esse projeto... É que estou com uma série de responsabilidades e vou retirar o meu voto em separado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O relatório já foi lido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, na ordem, nós vamos chegar muito rapidamente, porque exatamente está na linha do que esta Presidência determinou: nós vamos passar agora para todos os terminativos, na ordem, com os relatórios já lidos.

Eu tenho aqui a preferência do Senador Anastasia, que é o item 9. Em seguida vamos para a ordem.

Trata-se do turno suplementar do substitutivo – já é turno suplementar – oferecido ao PLS 312, de 2016, terminativo.

1ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 312, DE 2016

- Terminativo -

Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.

Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da emenda nº 4-S

Observações:

- Em 05/06/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 312, de 2016, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 12/06/19, foi apresentada a Emenda nº 3-S, de autoria do Senador Humberto Costa;

- Em 18/06/19, foi apresentada a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Humberto Costa;

- Em 25/06/19, foi recebido o ofício nº 115/2019 do Senador Humberto Costa que solicita a retirada da Emenda nº 3-S;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para proferir o relatório sobre a Emenda nº 4.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, preciso apenas de 30 segundos.

A Emenda nº 4, do Senador Humberto Costa, está acolhida. Ela sugere acrescer ao Ministério Público Federal notificar a Polícia Federal no caso da ocorrência de desvios. Então, é somente isso em relação ao turno já aprovado por esta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento desta discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Peço à Secretaria que abra o painel, por favor.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Senador Roberto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Eu queria consultar V. Exa. se é possível, enquanto estamos no processo de votação, fazer a leitura, muito brevemente, do item 12, do qual sou Relator. É uma tentativa de agilizar, só para poder ganhar tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu entendo, Senador, mas tenho uma dificuldade: muitos Senadores que estão votando só têm o relatório no painel do computador. Então, eu tenho essa dificuldade. Isso nunca aconteceu. Eu teria que consultar e ter unanimidade, mas, de qualquer forma, dentro desse critério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não, não. Então deixa, deixa, para não abrir precedente. Não há problema nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago a V. Exa. se tem que participar de alguma Comissão em seguida.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não, eu aguardo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É que eu acho que nós vamos fazer um término muito rápido dos terminativos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – O.k. Era só uma tentativa de ganhar tempo, mas aguardo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, é uma ideia interessante até para o futuro. Eu até vou aproveitar para ver essa possibilidade com a Secretaria, com o Regimento: de repente, para o futuro – V. Exa. abriu uma janela muito importante para dar agilidade aos nossos trabalhos –, vermos a possibilidade de termos aqui sempre um apoio para relatórios em papel para que, diante desse quadro, nós possamos, excepcionalmente, abrir para a leitura de relatório.

Continua em votação.

(*Procede-se à votação.*)

Eu peço escusa, preciso fazer uma retificação.

Consulto se, nesta votação, poderemos já votar no substitutivo e na emenda, senão teremos de fazer outra...

Não há nenhuma objeção. Então, estamos votando o termo substitutivo com a emenda apresentada.

(*Procede-se à votação.*)

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se todos já votaram.

Aguardando apenas o voto de mais um Senador. (*Pausa.*)

Todos já votaram?

Encerro a votação.

Vamos à apuração do resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 14; nenhum voto NÃO.

Portanto está aprovado, por unanimidade, o projeto, nos termos do substitutivo em turno suplementar, e a Emenda nº 4 da CCJ.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

1ª PARTE

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1865, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, pela aprovação da Emenda nº 2, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 03/04/2019, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Jaques Wagner;

- Em 06/06/2019, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria;

- Em 18/06/2019, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Roberto Rocha;

- Votação nominal.

Agora eu concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar apenas para proferir o relatório sobre a Emenda nº 2.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Presidente Simone, o projeto é da Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só vou fazer uma breve explicação porque esta CCJ aprovou, há poucos dias, o pacote de combate à corrupção e ao crime, e lá estava o projeto também do caixa dois, nos mesmos moldes do que está escrito aqui.

Esclareço aos colegas que fui instruído pela Senadora Simone Tebet... Aqui até eu perguntei qual seria a importância de votarmos de novo esse projeto, que é idêntico àquele que aprovamos na semana passada, e a Senadora me explicou que a vantagem é que pode ser que esse projeto, como está separado daquele pacote da semana passada, ande mais celeremente na Câmara Federal.

Portanto, é igual, até porque o Relator daquelas medidas aceitou uma emenda de minha autoria aqui no plenário. Então, ele ficou idêntico.

E, aí, seguindo a orientação da Senadora Simone... Eu sou daqueles que gosta de ter pessoas perto de mim que me ensinem, porque assim eu posso aprender mais. É por isso, por essa orientação, que o projeto está pautado, e eu passo a ler a síntese.

Reproduz parte do conteúdo do Pacote Anticrime apresentado pelo Ministro da Justiça e altera o Código Eleitoral, Lei nº 4.737/65, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições.

Pela proposta, passa a constituir crime arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar qualquer recurso, valor, bens ou serviços estimáveis em dinheiro paralelamente à contabilidade exigida pela legislação. A pena prevista é de dois a cinco anos de reclusão, se o fato não constituir crime mais grave.

Incorre nas mesmas penas os doadores ou fornecedores, e a pena será aumentada de um terço a dois, no caso de algum agente público concorrer, de qualquer modo, para a prática criminosa.

Em 03/04/2019, o Senador Jaques Wagner apresentou a Emenda nº 1, para estabelecer que só serão considerados crimes os casos em que os recursos tenham origem ilícita ou cuja origem esteja vinculada à promessa de realização de ato de ofício ou condicionada à contraprestação futura pelo agente público ou que seja caracterizada como retribuição a ato de ofício praticado pelo agente público.

Em 16/06/2019, o Senador Paulo Rocha apresentou a Emenda 2, que substitui a expressão “estimáveis em dinheiro” por "monetizáveis”, substitui a expressão “paralelamente à contabilidade exigida” por “não escriturado ou falsamente escriturados na contabilidade exigida”, e insere o termo “dolosamente”, inexistente no texto original.

O Relator exarou voto pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta pela aprovação da Emenda 2, nos termos de subemenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Em suas emendas, o autor altera o texto, para que o aumento de pena previsto nos casos onde haja participação de servidor público seja aplicável apenas ao próprio servidor, bem como para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescentar dispositivo prevendo nova situação de aumento de pena, também de um terço a dois, se os recursos, valores, bens ou serviços forem provenientes de crime.

Na subemenda, acata as alterações propostas pela Emenda 1, rejeitando, porém, que a previsão de crime somente se configure mediante dolo, o que poderia ocasionar o esvaziamento do tipo penal.

É essa, Presidente, em síntese, a relatoria do projeto da Senadora Eliziane Gama.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco em discussão a matéria.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sra. Presidente, para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir...

Eu indago às Sras. e aos Srs. Senadores se há alguém que vai pedir vista. Se não, eu abro a discussão. E, se me permitirem, também abriria o painel para votação.

É possível?

Não havendo pedido...

Vai ser pedido vista? Então, não cabe discussão.

Vista coletiva?

Somente cabe vista não por conta da emenda lida, mas porque não houve pedido de vista anteriormente.

Então, é concedida vista coletiva.

Será colocado na pauta já da semana que vem. Fica sobrestada, portanto, temporariamente, por uma semana, a discussão.

Na ordem, nós temos mais cinco terminativos, itens 11, 12, 13, 14 e 22.

Item 11 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 769, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 2-CTFC-CAS, 4-CAS, 6-CAS; pela aprovação da Emenda nº 3-CAS, com a Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CTFC-CAS.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 15/05/2019, foi realizada Audiência Pública destinada a instruir a matéria.

- Em 05/06/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 11/06/2019, foi apresentado Voto em Separado do Senador Humberto Costa, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CTFC-CAS, 2-CTFC-CAS e 3-CAS a 6-CAS;

- Em 12/06/19, foi apresentada a Emenda nº 7, de autoria do Senador Eduardo Girão (dependendo de Relatório);

- Votação nominal.

Em 11/06/2019, foi apresentado voto em separado do Senador Humberto Costa, que acaba de informar que o está retirando porque se sente contemplado pelas alterações que serão agora esclarecidas pela Relatora.

Informo a esta Casa que a Senadora já proferiu o seu relatório. Cabe apenas, neste momento, ela preferir o relatório a respeito da Emenda nº 7.

Com a palavra V. Exa., Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu recebi essa missão de relatar essa matéria de importância para a saúde do País, que traz fortes polêmicas.

Preliminarmente, como a senhora relatou a respeito do que trata o projeto – o agravamento da multa para condução de veículos com fumantes na presença de menores de idade, a proibição de produtos derivados do tabaco contendo sabores e aromas, embalagens genéricas e a exposição de cigarro nos locais de venda –, eu gostaria de dizer que é importante destacar que, nesses quatro temas, meu parecer endurecia essas regras.

Em relação aos fumantes em veículos com menores e à proibição dos mentolados, como o narguilé e os cigarros eletrônicos, todos os textos propostos convergiram.

Em relação às embalagens genéricas, as diferenças que entendemos decorrem do fato de que a Constituição brasileira assegura a exposição de marca. Nesse sentido, apresentamos uma solução que resguarda esse direito, porém, é ainda mais restritiva do que a proposta original no que se refere à ampliação da área destinada.

E, por fim, um ponto mais controverso, que foi a apresentação da emenda do Senador Eduardo Girão, que é a exposição de cigarros em pontos de venda.

O meu parecer original não vedava a exposição total dos cigarros, porém, ele ampliava restrições muito respaldadas pela Resolução da Anvisa 123. Mas, na vida, a gente aprende a trabalhar em equipe e, em nome do bem maior, fui convencida ontem pelos colegas de que, na luta contra o tabaco, deveríamos estar unidos e que, para tanto, seria importante a minha alteração nessa questão. Então, como o Senador Girão e todos os envolvidos entenderam que, quanto à questão das restrições com relação à embalagem genérica, a gente tem garantido o direito à marca na Constituição, isso foi aprovado.

Entendendo também que é importante, nesse sentido, a gente manter, mesmo o País sendo hoje o maior exemplo de combate ao tabagismo – hoje nós somos menos de 10% –, eu acatei essa emenda, que é sobre a questão da vedação total da exposição nos locais de venda do tabaco, que são bares, restaurantes, enfim, em todos esses espaços onde vendem para consumo.

Então, a emenda trata basicamente disto: da continuidade, do acatamento da embalagem genérica – a gente está restringindo a marca a 35% na parte frontal –, e da vedação total da exposição do tabaco, dos cigarros, nos lugares de venda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Relatora e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Haverá discussão.

Pergunto se podemos abrir o painel para a votação enquanto continuamos com a discussão. (*Pausa.*)

Vamos abrir o painel, portanto, para votação.

Na ordem de inscrição, Marcos Rogério. Em seguida, Senadora Rose de Freitas.

Peço à Secretaria que abra o painel de votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente Senadora Simone Tebet, faço uso da palavra apenas para destacar o acerto da Relatora, Senadora Leila Barros, na formalização desse parecer, sobretudo na percepção que teve da importância do tema com relação à saúde pública. V. Exa. se mostrou sensível a essa causa, que é uma causa cara a todos os brasileiros.

Nada contra quem, por opção pessoal, faz uso do cigarro, mas, no caso das crianças, a proteção dessas crianças não é obrigação só dos seus responsáveis, mas do Estado também. No caso dos adultos, já há o caso do fumante passivo, mas é adulto. No caso da criança, dentro do carro, com a família, muitas vezes, ou com os responsáveis, ela não tem a opção de dizer: "Olha, parem o carro que eu vou sair, porque eu não quero ser submetida a essa condição de fumante passivo." Então, cabe ao Estado tutelar a proteção da criança.

V. Exa. teve a sensibilidade de entender a importância disso no sentido de garantirmos a proteção integral da criança, aliás, premissa já estabelecida, garantida no Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA já estabelece essa garantia, mas, no tocante a essa exposição, na condição de fumante passivo, era uma regra inútil, uma regra inválida. Penso até que seria desnecessário termos uma legislação tão específica, tão taxativa quanto essa, quando se tem uma garantia da proteção integral da criança. Expor a criança a essa condição significa expô-la justamente aos malefícios do cigarro na condição de fumante passivo.

Então, destaco o acerto de V. Exa. como destaco também a ponderação que fez no sentido de manter a previsão do afastamento do local de fixação do cigarro no comércio para venda, separado daqueles produtos que são objeto de desejo das nossas crianças.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, parabéns a V. Exa.! Parabéns ao autor, como sempre extremamente conectado com a defesa da saúde!

Nessa matéria eu voto com louvor e com muita alegria. Acho que são contribuições assim que a gente precisa dar à sociedade. Entre tantas matérias, essa é uma daquelas que a gente faz com prazer, porque está servindo ao interesse maior das crianças e da sociedade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Queria, Presidente, me manifestar.

Há 35 anos nesta Casa, esta é uma das matérias em que eu tenho mais prazer de votar. Primeiro pelo fato de que, aos poucos – e o Senador Marcos tem razão –, essa consciência foi evoluindo, uma consciência coletiva, a cada projeto, a cada relatório.

Quero parabenizar a sensibilidade Senadora Leila, dizer que o que diz o Senador Marcos Rogério é muito importante. Eu sou filha de fumante, fui casada com fumante que morreu por causa do cigarro. Então, parece um detalhe a exposição ao lado do pagamento no caixa comercial, mas não; é uma propaganda induzida. Parece que aquela capa, aquela propaganda, é tão chamativa, tão sedutora, parece que não compromete, mas compromete.

E nós avançamos, Senador Roberto, muito. Quando se falava em eliminar a propaganda de cigarro, era o caos nesta Casa, todo mundo se posicionava contra, porque tinha aquela mentalidade de que gera emprego etc.

Parabéns! Quero dizer que essa doença pediátrica que invade a saúde das crianças dentro de casa... E aqueles que fumam no Brasil, aos 15, 16 anos... As pessoas já estão viciadas em cigarro.

Quero parabenizar e dizer que o relatório da senhora é um avanço, avanço! Quero parabenizar o Senador José Serra e dizer que aos poucos a gente vai se comprometendo com o povo, com a saúde do povo, e não com as indústrias que produzem o famigerado cigarro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose.

Apenas consulto se já podemos proceder à votação da matéria com as emendas. (*Pausa.*)

Portanto, a votação será única.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando aqui, na ordem de inscrição, o Senador Antonio Anastasia.

Estamos votando, portanto, o projeto, que é uma votação única com as emendas e subemendas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu não poderia deixar de fazer aqui, Sra. Presidente, um registro em razão do autor do projeto, Senador José Serra. O Senador José Serra tem sido, ao longo das últimas décadas, um herói na luta em favor da saúde e do antitabagismo no Brasil. Como Ministro do Estado da Saúde, levantou essa bandeira e conseguiu grandes avanços. E, aqui no Parlamento, da mesma forma. Com o apoio de todos os colegas, ele conseguiu agora mais um avanço.

Cumprimento a Relatora, Senadora Leila, pela sua percepção, pelo acolhimento; o Senador Girão e o Senador Humberto Costa, por esse grande acordo realizado sob a coordenação de V. Exa.

Mas deixo este registro quanto ao Senador Serra, meu companheiro de Partido, por quem tenho grande admiração. Eu quero fazer este registro e cumprimentá-lo, porque isso ajuda a todos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu, inicialmente, queria também me associar aqui ao que foi dito pelo Senador Anastasia e parabenizar o Senador José Serra por essa iniciativa, ele que tem sido um verdadeiro cruzado no combate ao tabagismo no nosso País.

Os indicadores de saúde já dão uma demonstração clara do quanto essa política já trouxe de repercussões importantes. Nós conseguimos, num espaço de tempo historicamente curto, ter uma quantidade significativa de pessoas que deixaram de fumar e uma quantidade muito expressiva também daquelas que nunca iniciaram essa prática.

Quero parabenizar aqui a Relatora do projeto, a Senadora Leila Barros, que conseguiu, com muito equilíbrio, apresentar um projeto que pudesse satisfazer todos nós. Também é importante parabenizar o Senador Girão, que apresentou uma proposta de emenda que terminou sendo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... responsável pela realização desse consenso. Igualmente, V. Exa., Senadora Simone Tebet, que também participou desse processo e agora dá essa homologação final ao projeto.

Eu queria rapidamente só fazer um comentário.

Essa luta não acabou, ela continua. É importante afirmar que há uma retomada, digamos, da cruzada das companhias produtoras de cigarros contra tudo o que foi construído ao longo dos últimos anos. Eles são incansáveis, são como baratas que não morrem nem com uma bomba nuclear jogada sobre elas. E a gente já vê coisas que nós conseguimos, ao longo do tempo, eliminar internacionalmente que já passam a ser quase que uma prática corriqueira. Por exemplo, quem assiste a filmes atuais – não são nem filmes de época –, percebe a quantidade de pessoas, inclusive os teoricamente heróis dos filmes, que aparecem fumando. Fumar aparecer como uma coisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... absolutamente normal.

Agora há essa investida da indústria, e eu não consigo entender por que o Governo topou fazer um debate sobre impostos e o problema do contrabando. O contrabando deve ser combatido mesmo, mas ele precisa ser combatido pela Receita Federal, pela polícia. Não é reduzindo alíquota do cigarro produzido aqui que nós vamos eliminar o contrabando – ao mesmo tempo, vamos continuar permitindo que as pessoas tenham acesso fácil ao cigarro.

Então, é só ressaltar isso aí, para que nós tenhamos a consciência de que essa é uma luta que não acaba nunca.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Na ordem de inscrição, Senador Esperidião Amin.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero dizer que acompanhei, fora do Plenário, o relatório da Senadora Leila. Voto a favor, pelas circunstâncias e pela motivação tanto do projeto quanto do correto relatório feito pela Senadora Leila, mas acho que a matéria fumo ou tabaco não é o nosso foco, o foco é a juridicidade da proposta e a certeza de que restringir o uso da droga, que ainda hoje não é exatamente criminalizada, faz parte da proteção à cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a razão do meu voto, muito embora haja uma série de controvérsias a respeito da reação do organismo. Essa questão biológica e médica, eu não pretendo incursionar sobre ela nem pretendo aceitar nenhuma tese como sendo mansa e pacífica, mas acho que restringir – e esse processo de restrição acontece no mundo inteiro – faz parte da nossa obrigação como legisladores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Pela ordem de inscrição, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero registrar a satisfação de votar esta matéria, muito especialmente porque ela é de iniciativa do Senador José Serra, nosso companheiro de partido, e relatada pela Senadora Leila. Eu quero cumprimentar, portanto, a Leila por ter feito um belo trabalho e por nos dar a oportunidade de votar hoje esta matéria.

Eu quero, nesta oportunidade, trazer alguns números.

No mundo, são 6 milhões de mortes por ano por causa de doenças relacionadas ao cigarro – é o tamanho da população, por exemplo, do meu Estado. No Brasil, mais de 130 mil pessoas morrem todos os anos devido à mesma causa, o que representa mais de 10% do total de óbitos no País. E 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos, segundo a OMS. Nos últimos 20 anos, houve redução de 46% do número de fumantes; desse total, 14% devem-se às restrições parciais à propaganda adotadas no País.

Por isso, eu falo da satisfação de votar esta matéria ao lado do Senador José Serra. É muito provável que, antes das medidas adotadas pelo Senador José Serra como Ministro, metade de uma sala como esta fumasse – dentro da sala, inclusive. Hoje, se formos verificar, veremos que aqui há um número muito pequeno de fumantes, e que não podem fumar dentro da sala. Então, é claro que a gente rende aqui as homenagens ao Ministro José Serra, hoje nosso colega Senador.

Temos aqui registros de pesquisas que dão conta de que 76% das pessoas entrevistadas acreditam que a exposição de cigarro estimula o consumo e a compra; 92% dos não fumantes e 88,5% dos fumantes apoiam que o Governo continue atuando ativamente para o controle do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – ... tabagismo; 98,9% dos jovens de 14 a 17 anos frequentam locais onde existe a exposição dos maços de cigarro; 97,1% percebem ou notam essas propagandas; 65% da população brasileira apoia a adoção das embalagens padronizadas de cigarro – mais uma vez, adotadas à época em que o Ministro da Saúde era o hoje Senador José Serra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De tal modo que eu apenas louvo a iniciativa, mais essa iniciativa. Cumprimento o Senador José Serra, cumprimento a Senadora Leila e cumprimento esta Comissão por mais esse avanço importante para o nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Inicialmente quero parabenizar o autor do projeto, o Senador José Serra, que eu admiro muito, e parabenizar a Senadora Leila pelo relatório. E eu quero fazer aqui algumas considerações. Sou totalmente favorável ao projeto, mas eu quero fazer algumas colocações que reputo importantes.

Nós sabemos que dirigir veículo automotor no Brasil não é um direito, é um privilégio – aliás, a legislação espanhola assim estabelece. Qualquer pessoa pode dirigir veículo automotor no Brasil? Não. A pessoa tem que preencher requisitos de natureza objetiva e subjetiva. Por isto é que o nome da primeira habilitação é permissão: porque o Estado é um permissionário.

A direção veicular no Brasil tem repercussão que pode entrar no aspecto administrativo – e aí nós teremos as responsabilidades administrativas, que serão a suspensão, o perdimento de pontos na carteira, multa, cassação da carteira, e assim sucessivamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Às vezes, o comportamento repercute na esfera civil com indenizações e, às vezes, no aspecto criminal.

Por que eu estou fazendo essas considerações? Porque o projeto é extremamente louvável, mas eu acho que nós tínhamos que – e aí serve para uma reflexão para o futuro... Uma coisa é o art. 162, que está sendo alterado, falar assim: dirigir veículo... E aí ele estabelece o motorista fumando ou permitindo que alguém fume com menores ali dentro... Agora, nós temos que entender que existe um princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, porque nós não podemos... Nós temos que tratar igualmente os iguais, na medida em que eles se desigualem. E por que eu estou falando isso? Porque uma coisa é eu, motorista, estar dirigindo e fumando. O fato é muito mais grave do que eu, motorista, não fumando, ter, ao meu lado, um carona que está fumando na presença de um menor de 18 anos, porque o fato de eu, dirigindo, fazer uso do cigarro, vai afetar a maneira de eu conduzir o veículo automotor.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, a potencialidade lesiva do comportamento que seria para o motorista, eu repudio, porque ela é muito mais grave. Talvez, no futuro, fosse melhor nós separarmos a transgressão de uma gravidade maior, se o motorista estiver fumando, para aquele caso em que o motorista não esteja fumando, mas o carona, porque aí nós estaríamos dando um tratamento diferente para um comportamento diferente.

No mais, eu quero, mais uma vez, enfatizar o brilhantismo da ideia desse projeto, da relatoria, e comungo com a aprovação dele.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Presidente, Senadora Simone Tebet, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, eu queria rapidamente parabenizar todos os presentes pela construção desse acordo, que foi feito com muita serenidade e com muita sensibilidade, especialmente pela Relatora, Senadora Leila, que é uma desportista, que é uma pessoa preocupada com a saúde.

Ao mesmo tempo, ficou muito clara também a preocupação da Leila com os empreendedores legítimos deste País. Então, eu achei que esse caminho do meio que nós construímos juntos... Nós temos aqui dois *experts*, nós temos essa possibilidade de ter dois *experts*, que são ícones, Senador Marcos Rogério, dessa luta de conscientização que tem poupado vida e choro de muitas famílias, que são o Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, muito comprometido com a causa, e também o Senador José Serra, ex-Ministro da Saúde.

E a gente um dia vai entender o bem dessa cultura de esclarecimento, de levar luz sobre esse debate do cigarro, que causa aí quase 60 bilhões de prejuízo ao SUS, decorrente das doenças diversas que o cigarro causa.

Então, hoje é um dia histórico aqui nesta Casa. Eu acho que essa aprovação todos os brasileiros têm que celebrar, porque foi a vida que triunfou, a vida de jovens, de gerações futuras.

Parabéns a todos os envolvidos na construção desse acordo, parabéns à CCJ.

Deus abençoe a todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Quero me somar aos elogios, mas principalmente ressaltar, nesse momento em que se discute muito no Brasil entre velha e nova política, a boa política. Um bom Parlamentar, com décadas de trabalho, o Senador José Serra, com um histórico de relevantes contribuições para o Brasil, e uma nova Parlamentar, a Senadora Leila, com um relatório de altíssima qualidade e capacidade de composição.

Então, quero parabenizar a boa política, que entrega mais um resultado à população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discussão a Relatora, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – É só para agradecer a oportunidade de relatar um tema tão polêmico e parabenizar o autor, o Senador, Ministro, José Serra.

Nós sabemos muito bem o impacto que toda essa política e toda essa iniciativa do Senador, desde 1989... Em 89 nós tínhamos 33% da população fumante. Hoje nós somos menos de 10%. Então, isso é um trabalho exitoso, uma política exitosa, com uma bela iniciativa de um Senador, de um ministro que, lá atrás, teve a iniciativa de enfrentar as grandes corporações, e a gente sabe que esse é um *lobby* que eu enfrentei dentro da Casa e foi muito importante mim.

E quero agradecer também a colaboração do Senador Girão, do Senador Humberto Costa, do diálogo, da capacidade da nossa Presidente, Senadora Simone, nessa composição, nesse acordo, e dizer que eu me preocupei, no meu relatório inicial, com os impactos não só econômicos, mas com o avanço do contrabando e do que tudo isso pode trazer também na questão da violência para o nosso País.

Mas, seguindo um pouco da premissa do que eu sou, do meu histórico, das convicções, da minha vida como desportista e do que eu acredito, não havia como, através do diálogo e de toda uma conversa que nós tivemos, eu não acatar essa emenda que foi apresentada pelo Senador Girão.

Então, quero muito agradecer as palavras de todos aqui e, acima de tudo, parabenizar o autor do projeto, que é o Senador, Ministro, José Serra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Declaro encerrada a discussão e vamos encerrar também a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel, para apurarmos o resultado. (*Pausa.*)

O projeto foi aprovado por unanimidade: 18 votos SIM, nenhum voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, está aprovado o projeto, com as Emendas nºs 2-CTFC-CAS-CCJ, 4-CAS-CCJ, a Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda nº 1, CCJ, Substitutiva, 6-CAS-CCJ, a Emenda nº 7, também desta Comissão.

Rejeitadas as Emendas de nºs 1-CTFC-CAS e 3-CAS.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Antes de passar ao item 12 da pauta, eu gostaria de parabenizar o autor, Senador José Serra, a Relatora, agradecer o espírito democrático de V. Exa....

Eu vi o quanto V. Exa. teve que ceder nas suas convicções para chegar no amplo acordo. Mas quem ganha são as crianças, a juventude, a população brasileira. Com a palavra, pela ordem, Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Eu queria agradecer, Senadora, a condução por V. Exa. desse trabalho, o papel da Senadora Leila e de tantos outros aqui na Comissão. Seria impossível neste momento fazer uma lista exaustiva de agradecimentos. Mas o fato é que nós damos um passo a mais.

O primeiro passo foi dado quando eu ocupava o Ministério da Saúde, isso já teve efeito sobre vidas, de poupar vidas, poupar recursos de tratamento. O que se gasta em matéria de recuperação de doenças causadas pelo fumo é uma enormidade muito maior do que os impostos arrecadados. Para quem gosta de fazer análise econômica, nós estamos dando aqui um avanço grande.

Eu queria também que nós mandássemos diretamente para o Executivo, que não fosse para o Plenário da Câmara, que não assinasse o recurso para o Plenário, para que possa ir diretamente para a sanção do Presidente da República... Fosse diretamente para a Câmara para que as coisas andassem mais depressa.

Queria novamente aqui agradecer esse trabalho em que o Senado mostra seu espírito público, especialmente quando voltado a coisas mais importantes para a vida cotidiana dos brasileiros, que é sua saúde. É um avanço muito grande.

Agradeço individualmente as palavras aqui ditas de reconhecimento do nosso trabalho por tantos Senadores experientes, importantes e de espírito público. Isso realmente é muito recompensador.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Serra.

Item 12 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

Autoria: Senador Airton Sandoval (MDB/SP)

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas de redação que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra, neste momento, ao Relator, Senador Roberto Rocha, para proferir seu relatório.

Esta Presidência informa, antes, porém, que nós temos mais quatro projetos terminativos, agora todos pendentes de relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o projeto do Senador Sandoval, que recebe nosso parecer favorável já lido por V. Exa. na ementa, dispõe no art. 1º estabelecer a contagem de prazos em dias úteis no âmbito do processo administrativo federal, bem como determinar a sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro.

O art. 2º altera os arts. 66 e 67 da Lei nº 9.784, de 1999. No âmbito do art. 66, altera o §2º – para prever que os prazos expressos em dias sejam contados em dias úteis – e acresce o §4º – para prever que o peticionante deverá comprovar eventual ocorrência de feriado local no ato de protocolo de sua petição. A alteração do art. 67, por sua vez, tem o objetivo de prever que o curso do prazo processual será suspenso nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.

Sob o aspecto da constitucionalidade, nada há que se oponha à aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos regimentais, também não.

Quanto à técnica legislativa, concordamos com os reparos sugeridos pela relatora que nos antecedeu, Senadora Ana Amélia.

Quanto ao mérito, é inegável a conveniência de se uniformizar os critérios de contagem dos prazos processuais, em âmbito administrativo e judicial. Nesse sentido, a proposição traz para o processo administrativo federal sistemática de contagem de prazo idêntica à prevista no novo Código de Processo Civil, o que reduz a insegurança jurídica e promove desejável uniformização. Trata-se, ainda, de medida que atende a uma justa reivindicação dos advogados, conforme mencionado pelo próprio autor, em sua justificação.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós temos ainda 14... Acabou de sair um Senador. Temos quórum.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Havendo concordância, coloco, portanto, o projeto, agora, em votação.

Peço à Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos encerrar a votação.

Está, portanto, encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel para a verificação do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por unanimidade.

Votaram SIM 14 Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, está aprovado o projeto e as emendas de Redação de nºs 1 a 3 desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vou passar ao próximo. Do que vem em seguida, o Relator está presente.

Item 14.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas ele precisa ler o relatório. Ele deu uma saída. Deve estar retornando.

Por favor, Senador Alessandro Vieira, Relator do item 13.

1ª PARTE

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 1414, DE 2019

- Terminativo -

Altera o Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção de molestar, perseguir ou assediar alguém de maneira continuada ou episódica, com o uso de quaisquer meios.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o seu relatório, pedindo a gentileza dos colegas, nós só temos mais três projetos terminativos e nós estamos quase que não limite do quórum. Com a palavra V. Exa. para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

O projeto apresentado pela Senadora Rose versa sobre um problema que já acompanha a humanidade há muito tempo, mas que tem um acréscimo por conta das redes sociais, das mídias sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a velocidade digital. Ele trata basicamente de uma alteração no art. 65 da Lei de Contravenções Penais, que passaria a ter a seguinte redação:

> Art. 65. Molestar alguém, por motivo reprovável, de maneira insidiosa ou obsessiva, direta ou indiretamente, continuada ou episodicamente, com o uso de quaisquer meios, de modo a prejudicar-lhe a liberdade e a autodeterminação.
> Pena: prisão simples, de dois a três anos.
> Parágrafo único. Se a vítima é mulher, podem ser aplicadas pelo juiz, quando cabíveis, as medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. [A Lei Maria da Penha.]

O projeto não tem nenhum tipo de vício de inconstitucionalidade ou de antijuridicidade, ou qualquer óbice de natureza regimental.

No mérito, nós somos favoráveis ao projeto e apresentamos apenas uma pequena emenda de redação para aprimorar o desenho do tipo penal, no caso contravencional, para que o art. 65 passe a contar como:

> Art. 65. Molestar alguém ou perturbar-lhe a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável, direta ou indiretamente, continuada ou episodicamente, com o uso de quaisquer meios, sobretudo os virtuais:
> Pena: prisão simples, de dois a três anos.
> Parágrafo único. Se a vítima é mulher, podem ser aplicadas [...] [medidas da Lei Maria da Penha].

Então, é pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria que o nosso Relator me ajudasse a compreender o que são os verbos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... especialmente "molestar", "perturbar a tranquilidade"...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que é motivo reprovável?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Você tem uma diferenciação – e nós Parlamentares aqui temos uma presença disso contínua na nossa vida –, é a diferença entre a mobilização e o exercício de pressão, que é razoável e recomendável inclusive, e o acinte, a ofensa, a ameaça reiterada, isso sob o ponto de vista virtual. E o que mais se apresenta para esse tipo de matéria, meu amigo Senador Esperidião Amin, é a questão da perseguição à mulher em ambiente virtual ou físico, é o chamado *stalking*, aquela questão de você ficar acompanhando obsessivamente, normalmente antecedendo uma ação mais reprovável. Você pode usar a expressão "paixão", mas a "paixão" por motivo doentio. É uma modalidade já muito bem desenhada na legislação internacional e que, infelizmente, como várias outras temáticas, é copiada pelo Brasil hoje em dia. Então, é esse acompanhamento obsessivo, essa pressão excessiva que pode ou não ter motivação romântica; deve ter, sim, algum tipo de reprovação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Permita-me também uma indagação ao Relator: o uso dessas expressões, a meu ver, subjetivas faz parte do nosso estamento jurídico?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, na medida em que é necessário interpretar. Cabe ao magistrado fazer a interpretação da intenção daquela ação, sempre. A gente tem, inclusive, aqui, nesse semestre de Legislatura, várias vezes enfrentado esse debate da subjetividade do alcance da decisão do magistrado. Cabe ao magistrado decidir de forma isenta, com base nas provas carreadas aos autos, e nesse caso assim acontecerá.

A gente precisa ter, dentro do nosso sistema de tripartição, esse respeito e essa percepção de que ao Judiciário, ao final e ao cabo, caberá avaliar se existe ou não motivo reprovável naquela ação desenhada nos autos após investigação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já que é terminativo, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi lido hoje?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi lido hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu posso pedir vista?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro! É um direito de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou pedir vista...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Excelência, deixe-me só complementar a fala. Talvez eu possa contribuir. Por gentileza.

Molestar significa importunar, magoar, desgostar. É muito comum, no Direito Penal brasileiro, ele estar impregnado de requisitos de natureza subjetiva. Vou dar um exemplo. O art. 121 é claro quando diz: matar alguém. Vem o parágrafo segundo e fala: se o crime é praticado por motivo fútil. Ora, o que vem a ser motivo fútil? Fútil para você pode não ser para mim. O que vem a ser violenta emoção? O que é doença mental? O que é desenvolvimento mental incompleto ou retardado? O que é emoção?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me permite?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O que é paixão?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa parte eu nunca considerei subjetiva. Eu também sou advogado. Eu acho que isso... Essa comparação até me inibe um pouco.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, nesse sentido. ..

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou preservar o meu pedido de vista.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, uma vez que não houve possibilidade de evoluirmos, eu...

Vista coletiva.

Portanto, entra na pauta...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... na semana que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sra. Presidente, eu gostaria só de acrescentar um fato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a autora, Senadora Rose de Freitas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – A vista já foi concedida. Eu entendo. Mas é preciso que nós tenhamos um olhar mais atento ao que diz esse projeto.

Nós sabemos... Estamos todos tratando do feminicídio nesta Casa, mas ninguém sabe exatamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu pedi vista porque acho que levar esse assunto para a Lei Maria da Penha é um exagero.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não é Lei Maria da Penha. Não. É contravenção, não é para a Lei Maria da Penha.

Nós estamos tratando de um assunto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria... Eu vou ouvir apenas a autora. Já houve o pedido de vista, mas eu gostaria que apenas pudessem ouvir o lado da autora, que apresentou o projeto, aí fazendo os esclarecimentos devidos, porque não é Lei Maria da Penha mesmo, apenas aproveita para dar a proteção garantida pela Lei Maria da Penha nesses casos.

Com a palavra a autora, apenas para concluir e já foi...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – É qualquer pessoa, Presidente, perseguida. Nós estamos nos valendo de algumas estatísticas para falarmos aqui no feminicídio. E agradeço a competente consideração também do Senador Contarato. Mas essa palavra, que não existe no Código Penal, do perseguidor, aplicada a qualquer pessoa que importuna insistente e obsessivamente outra pessoa, seja homem ou mulher... Não se trata da Lei Maria da Penha. E essas perseguições, Senador Amin – e para mim é com o maior respeito e consideração que eu teço alguns comentários sobre isso a V. Exa. – , na sua maioria esmagadora, atinge principalmente as mulheres. E isso nunca foi tratado devidamente. Não estamos enquadrando em nada, nós estamos tratando como contravenção penal. É preciso tratar... Esse assunto não era tocado e, quando a gente vai ver como evoluiu o caso de mulher assassinada brutalmente, encontra lá atrás a figura do perseguidor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – ... que não é tratado no Código Penal. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero dizer que é tratado sim. É tratado e agora eu vou esclarecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fui o Relator da expressão...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Eu queria concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Amin, a Senadora ainda tem mais um tempo para concluir; em seguida, eu passo a palavra a V. Exa., e nós daremos, portanto, por encerrado. Não cabe mais discussão desta matéria. É um pedido de vista, apenas para esclarecimento.

Para finalizar, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu não queria debater o assunto, já que está concedida a vista, mas trazer alguns dados específicos do SOS Mulher, em 2018. Mais de 1.700 casos que foram relatados devido à lacuna da lei e do que foi pouco feito sobre o assunto resultou em 29 mortes, 986 agressões específicas só no ano passado.

Então, se foi tratado, nós precisamos aperfeiçoar. Eu não tenho esse conhecimento que V. Exa. coloca. Estudei o assunto, atendi aqui, queremos punir, e não há nenhuma coisa jocosa sobre essa questão do amor ou do não amor, mas punir as consequências dessa maneira externa – e o Relator trata bem disso –, insidiosa e obsessiva dessas questões tratadas no âmbito da perseguição, que hoje é uma palavra inglesa muito conhecida, que é colocada em todos os nossos atos femininos e também em outras situações do apelo que se faz para que a gente possa enquadrar o *stalker* como contravenção penal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a autora, lembrando que a vista está prevista nos termos regimentais, e, nesta uma semana, eu acredito que nós temos condições de evoluir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, como houve o esclarecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Espiridião Amin, para encerrar este assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por parte de dois nobres pares, eu quero dizer que eu estou aqui comparando o *stalker* com o *bullying*. Eu tive a incumbência de relatar o *bullying* nas escolas, que hoje já está criminalizado e tipificado.

Primeiro, eu fui buscar uma tradução: intimidação sistemática. Foi a única que... E foi aprovada. A lei consagrou intimidação sistemática para trazer para o vernáculo uma expressão que, se você for levar *ipsis litteris*, vai ficar como bulir, que outra coisa completamente diferente.

Então, o projeto era do Deputado Vieira da Cunha, um ilustre procurador do Rio Grande do Sul, uma grande figura do ponto de vista intelectual, do ponto de vista do conhecimento jurídico, e ele concordou com a tradução, com a versão que eu procurei fazer.

Fizemos várias audiências públicas. O *bullying* nas escolas é algo terrível e também dimensionado. Como Relator da Comissão dos Crimes Cibernéticos, tive a oportunidade de fazer estatística de como o *bullying* digital afeta especialmente as mulheres e especialmente as jovens.

Só para concluir, dois ícones marcaram esse relatório: primeiro, os casos que haviam ocorrido em 2016 no Piauí, que motivaram a morte de duas meninas; e o caso do jogo do Grêmio, do goleiro Aranha – infelizmente afetou o Grêmio –, em que aquela moça que apareceu na leitura labial, pronunciando a palavra macaco, passou a ser alvo de... Bom, eu não estou justificando nem explicando.

Então, nós procuramos entender o que que é o sistemático. Neste caso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o que vem a ser o sistemático.

Eu vou pedir vista, porque eu gostaria de saber se esse cotejo mental que eu fiz é cabível ou não, sem desmerecer o projeto e muito menos o trabalho do Relator, com quem eu troquei alguma ideia.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem o direito regimental a vista, Senador Espiridião Amin.

1ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 1369, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá outras providencias.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Relator, para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, primeiramente, eu gostaria aqui de parabenizar a autora do projeto, a Senadora Leila Barros, continuar os elogios feitos desde o seu parecer sobre os assuntos da publicidade relacionada ao cigarro. Aqui vários Senadores demonstraram a aptidão da Senadora para relatar, e não foi diferente ao propor esse projeto. Então, ela demonstra, num curto espaço de tempo, que está nesta Casa com a mesma garra que teve por onde passou.

Então, Leila, parabéns por trazer um assunto de tanta importância e que tem necessidade real e emergencial de regulação. Tanto é que vamos falar do que já foi tratado no item anterior. É muito parecido, é uma situação semelhante, porque vamos falar sobre perseguição, sobre o *stalking*.

E aqui, antes de entrar no relatório em si, quero deixar claro, porque tanto a Senadora Leila Barros quanto eu também chegamos a nos manifestar pelas redes sociais sobre esse tema, que é um tema de extrema relevância, e nem sempre era compreendido pelas pessoas, que achavam que estávamos tratando, de alguma forma, de censura na internet ou, então, tentando tirar a liberdade de expressão de quem quer que seja, e não é isso. Nós estamos falando aqui de algo que incomoda cada vez mais as mulheres – não só as mulheres, mas principalmente as mulheres –, que são vítimas, sim, cada vez mais...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Já houve um relato de um Senador muito próximo a mim, que eu não quero aqui tornar público... (*Risos.*)

É próximo ao Amin e próximo a mim também. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu não quero tornar público aqui, para não gerar mais repercussão, mas é um assunto seriíssimo, é um problema social, e que, inclusive, gera dificuldades para aquela mulher, para aquela pessoa que vai a uma delegacia fazer um registro. Não se tem a tipificação desse crime. Então, a necessidade se demonstra não só nesse aspecto, mas também nesse aspecto.

Então, não é apenas uma questão de perseguição no mundo virtual, mas também no mundo real, e nós vamos agora passar à análise desse projeto.

É uma análise bastante sucinta aqui, em que demonstramos que o Direito Penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição do Poder Legislativo, como está exposto nos arts. 22 e 48 da nossa Constituição Federal, com os limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

No mérito, consideramos que a proposição é conveniente e oportuna.

A perseguição é conhecida na legislação norte-americana como *stalking* e foi criminalizada quando se buscou dar proteção às pessoas que eram perseguidas de modo a temer por sua segurança e suportar grave sofrimento emocional.

Em diversos outros países o *stalking* também é crime, a exemplo da França, Itália, Alemanha, Índia, Holanda, Canadá, Portugal, bem como no Reino Unido. Assim, o projeto em exame segue uma tendência mundial.

O novo tipo penal proposto pelo PL 1.369, de 2019, supre uma lacuna em nossa legislação penal, que, embora criminalize o constrangimento ilegal e preveja como contravenção penal as condutas de perturbação do sossego alheio e perturbação da tranquilidade, não trata da perseguição reiterada que cause medo ou inquietação na vítima ou comprometa a sua liberdade de ação ou de opinião. Aqui nós estamos falando também de que quando se tem um "não", não se para por aí, há sempre uma sequência e a vítima não consegue outros meios de cessar.

O comportamento de perseguir outra pessoa de maneira insistente e obsessiva caracteriza conduta reprovável e grave, pois ofende diretamente a tranquilidade e a privacidade dos indivíduos e, de certa forma, a própria liberdade de livre locomoção da vítima. A violência psicológica nesses casos é inequívoca. Trata-se, portanto, de conduta merecedora de ser tipificada como crime, sobretudo diante do aumento desse comportamento em nossa sociedade.

A criminalização da perseguição reiterada ainda tem o mérito de funcionar como um instrumento de prevenção de delitos mais graves, diante da real possibilidade de o perseguidor se aproximar cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez mais da vítima e a perseguição evoluir para crimes mais graves, como lesão corporal, estupro e até mesmo homicídio.

Não obstante o mérito da proposta, entendemos que o regramento disposto em seu art. 2º é desnecessário e deve ser suprimido. Explico: porque o Código de Processo Penal já determina que a autoridade policial comunique ao juiz, no prazo de 24 horas, sobre as prisões em flagrante (art. 306), bem como estabelece que o juiz, ao receber essa comunicação, dentre outras ações, analise a possibilidade de serem aplicadas as medidas cautelares previstas no art. 319.

Então, aqui eu ressalto que é apenas uma questão de técnica legislativa, já que há uma previsão legal sobe esse mesmo tema, e para não legislar novamente, mas que mantém perfeitamente a alma da proposta legislativa.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.369, de 2019, com a seguinte emenda que nós mencionamos aqui: "Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei nº 1.369, de 2019, procedendo-se à renumeração necessária".

Então, dessa forma, Sra. Presidente, ressalto a importância do projeto, ressalto a importância de tipificar algo que é real no mundo atual, físico ou virtual, e parabenizo a autora pelo projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu não sabia da existência deste projeto. Mas eu não quero... Eu acho que meus olhos não enxergam tão diferentemente dos nobres pares e das ilustres Senadoras. Há uma relação entre um e outro, com um detalhe: neste não há distinção entre homem e mulher, o que deve ter sido para atender ao Senador Tasso Jereissati, que é o personagem veladamente citado, que inspirou o nosso Relator Rodrigo Cunha. Não pretendo também fazer *bullying* contra ele contando. Mas falando apropriadamente, eu me congratulo por ter pedido vista, porque eu acho que o problema do Código, e aí eu me dirijo aos que são operadores do Direito, é que cada vez que nós aprovamos uma lei isolada que altera o Código Penal, nós corremos o risco de acontecer o que aconteceu na Comissão de Justiça da Câmara quando nós estabelecemos a pena para quem matasse um animal superior à de homicídio. Isso aconteceu. O Senador Rodrigo Pacheco é testemunha disso, porque foi nosso colega. Você perde a noção da dosimetria e do mosaico que são crimes e penas; contravenções, crimes e penas.

Por essa razão, eu vou pedir vista desse também, não por marcação, nem sou especialista no assunto para dizer o que é a dosimetria, mas tem que ter, porque é um código. Quando você mexe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa peça do Código, dificilmente a peça que você vai repor ou vai alterar terá assimetria para que aquela engrenagem guarde a harmonia do seu início.

Claro que nós temos que evoluir. Especialmente a questão cibernética tem que ser levada em alta conta, porque eu não preciso perseguir fisicamente. Hoje há várias maneiras de perseguir, inclusive com o uso de meios eletrônicos.

Então peço vista desse também, e não gostaria de pedir vista sozinho.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou pedir vista também.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu vou pedir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Contarato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Porque eu acho que nós temos a obrigação de analisar a conjuminância, como diz o povo, ou seja, a dosimetria que resulta de uma intervenção meritória.

Quero dizer – viu, Senadora Leila e Senadora Rose? – que isso é meritório. Não estou dizendo que a motivação do projeto não é meritória. O problema é que nós estamos mexendo num todo. E essa intervenção pontual tem que ser não de modo a desarmonizar as coisas, e, sim, a compatibilizar-se com o conjunto.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, eu só queria, complementando, pedir vista coletiva, mesmo porque vou apresentar voto em separado porque a redação do §1º a gente tem que aprimorar. Quando o legislador usa a expressão "para execução do crime" é diferente de quando ele fala se há o concurso de pessoas. Quando ele usa a expressão "para a execução" exige no *locus delicti* mais de três pessoas. Então, aqui nós poderíamos alterar, no sentido de que, se houver o concurso de três ou mais pessoas, haveria isso. E aí, sim, nós estaríamos melhorando, mudando para melhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí é quadrilha.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu acho louvável, acho positivo o projeto. Podem contar comigo. A minha contribuição vai ser no sentido de melhorar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência concederá vista coletiva.

Os dois itens voltarão, semana que vem, à pauta.

Gostaria apenas de fazer um registro, principalmente para os Senadores que estão chegando a esta Casa nesta Legislatura, de que a revisão de todo o Código Penal ficou sob a responsabilidade do Senador Anastasia. Ele já fez um belíssimo trabalho, com muitas audiências públicas, em relação à parte geral, não à parte especial, que é esta. Porque estava havendo uma dificuldade, é óbvio, já que um código como esse leva anos e anos para ser aprovado, muitas vezes, uma década, são, às vezes, dez anos para se alterar o Código Penal, e agora foi repassado para o Senador Rodrigo Pacheco.

Está se encaminhando para o entendimento, que não sei se vai vigorar ou não, de repente, de aprovar a parte geral, num primeiro momento, que não inclui os novos tipos penais, apenas a parte geral, deixando a parte específica dos crimes para outro momento.

De qualquer forma, faço apenas esses esclarecimentos. Neste caso aqui, qualquer novo tipo penal criado por esta Comissão ou por esta Casa, atendendo, obviamente, e se for assim, o interesse de todos os colegas, será no futuro incorporado a esse grande estudo que está sendo feito pelo Senador Relator Rodrigo Pacheco.

Item 18, que é o penúltimo item da pauta...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sra. Presidente, eu havia pedido para tecer algumas considerações que são importantes de colocar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – ... muito obrigada, principalmente quando se trata de projetos de iniciativa de Senadoras, que me parece que são competitivos entre si, e eu jamais teria esse espírito. Eu acho que é bem no detalhe. Aquilo que fala o Senador Contarato precisa ser observado. Eu não estou admitindo em projeto, Senador, nenhuma alternativa de pena. Quero identificar o perseguidor. Não quero aqui deixar nenhuma lacuna para que esse crime não venha a ser punido nem classificado.

Portanto, no que puder somar o projeto com o da Senador Leila, eu quero somar. Se houver divergências na questão da interpretação, devemos fazê-lo. Estou disposta. Esse projeto já está tramitando há bastante tempo.

Parabenizo o Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nas considerações feitas não quero tratar da questão de *bullying*, que não é a mesma coisa, *data venia* o meu querido Senador. Eu fugi da escola de Direito no quinto período, mas a assiduidade nesta Casa me leva a remontar esses cenários que objetivaram esses projetos que ora aí estão. Então, são dois projetos: um mexe com o Código Penal, o outro fala da contravenção penal. A gente classifica as penalidades, mas é preciso não dar fuga ao juiz, àquele que vai aplicar a lei para que aplique penas alternativas num crime tão bárbaro que leva ao feminicídio.

Eu estou à disposição da Senadora, acho que é o mesmo espírito, nós estamos prontas para construir. E eu tenho certeza de que o pedido de vista aqui vai colaborar para que a gente chegue aos termos, inclusive, da penalidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à autora.

Com a palavra a Senadora Leila, pela ordem.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero agradecer a relatoria do Senador Rodrigo.

Bom, eu já acho que é crime, sim, porque eu senti isso na pele. Eu já fui perseguida como atleta. Um louco me perseguia. Uma mulher cortou o cabelo igual; eu não dei atenção, ela riscou meu carro, ela me xingava no jogo, ela fez da minha vida um inferno. E isso acontece demais na vida das pessoas, na vida de mulheres, porque as pessoas ameaçam, perseguem. E nós vivemos isso aqui também, vivemos isso diariamente.

Então, eu peço sensibilidade para que a gente analise, com muito cuidado, com muito equilíbrio essa situação, mas isso é real. Há pessoas que têm medo de andar na rua, porque estão sendo diariamente ameaçadas em rede. A gente não pode fechar os olhos para essa realidade. E eu estou falando pela minha experiência.

Quando eu cheguei ao Senado... Como mulher, como atleta, e hoje como política, eu sinto que essa perseguição está cada vez maior com o advento das redes sociais, e a gente tem que coibir, sim, porque há pessoas de bem ali dentro das redes sociais, mas há pessoas loucas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... pessoas que não se sentem satisfeitas enquanto não fizerem a vida daquela pessoa que está sendo perseguida – desculpe – um inferno. A pessoa para de comer, a pessoa para de interagir com a sociedade, a pessoa não respira, não vive, ela tem medo, e isso é real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço a sensibilidade dos pares aqui para que essa análise seja a mais rápida possível – estou aqui com a Senadora Rose...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e para que juntos, aqui dentro do Senado, a gente dê uma resposta, porque eu recebi mulheres, recebi homens vítimas de relacionamentos que acabaram, cujas mulheres não aceitaram e também começaram a fazer uma campanha nas redes contra eles. Isso é real! Então, nós não podemos fugir desse debate! Só isso que eu peço a todos vocês.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço os esclarecimentos, mas acredito que esses sete dias serão decisivos para que possamos ter um texto ideal para ser votado nesta Comissão.

Penúltimo item da pauta, terminativo.

1ª PARTE

ITEM 18

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 467, DE 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para prever procedimento formal de cobrança, previamente à inscrição do débito em dívida ativa.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- *Votação nominal.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que esta é uma votação nominal e nós estamos no limite do número de Parlamentares. Eu peço, portanto, que tenham um pouquinho de paciência. Só temos esse e mais um projeto terminativo.

Concedo a palavra, neste instante, para proferir o seu relatório, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou procurar abreviar ao máximo o relatório, mas quero dizer que assim como o Brasil, gostaria que o Senador José Serra hoje tivesse uma vitória de dois a zero. E o nosso segundo gol foi feito graças à corrida do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É. Quase cem metros. Graças à corrida do Jesus. Então, eu, sem ser Jesus, serei breve também.

Basicamente, o projeto tem, no art. 1º, a modificação dos arts. 21 e 43 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal federal. Dá nova redação ao §3º do art. 21, para remeter o procedimento de cobrança por parte da Receita Federal ao contribuinte que não pagou a dívida de forma amigável. A atual redação remete esse contribuinte à cobrança executiva, que é efetuada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No art. 43, que é a segunda modificação, ajusta-se a redação do *caput* e acresce-se o §5º para prever procedimento de cobrança pela RFB, Receita Federal, conforme por ela disciplinado, em prazo que não poderá superar 180 dias. Acrescenta-se o §6º para, findos os 180 dias sem pagamento, remeter o processo, no prazo legal, para inscrição em dívida ativa.

O art. 2º do projeto é a cláusula de vigência. Dispõe que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que a previsão de um procedimento formal de cobrança previamente ao encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa é vantajosa ao contribuinte de boa-fé. Isso porque o crédito tributário inscrito em dívida ativa, mesmo sem ser objeto de execução fiscal, já sofre incidência do encargo legal, no valor de 10% do total da dívida.

Em relação aos contribuintes sistematicamente inadimplentes, reincidentes, portanto, reincidentes específicos, assegura que o procedimento formal de cobrança dá oportunidade ao Fisco de averiguar eventual esvaziamento patrimonial, com interposição de terceiros, e assim instrumentalizar o adequado processo de execução fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveita o ensejo para atualizar a terminologia do §3º do art. 21, já que o termo "devedor remisso", presente no texto em vigor, foi revogado pelo Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979.

Não foram apresentadas emendas.

Por tudo isso, em relação à juridicidade, não há óbice e a técnica legislativa empregada no projeto, ainda mais, sendo de autoria do Senador José Serra, evidentemente, é mais do que satisfatória, é digna de aplauso.

No tocante às exigências de responsabilidade fiscal, o projeto não provoca perda de arrecadação para a União nem aumenta suas despesas.

No mérito, o processo administrativo fiscal visa resolver, no âmbito do Poder Executivo, possíveis conflitos em matéria tributária entre o Fisco e o contribuinte relativos à determinação, exigência ou dispensa do crédito tributário.

O art. 21 eu já comentei.

A fim de remediar essa situação, o projeto insere na lei procedimento formal de cobrança com prazo máximo de 180 dias, o que já é consagrado.

Para não deixar dúvida, julgamos que substituir a expressão "órgão preparador", que consta no §6º, por "autoridade preparadora" é a forma mais genérica de indicar a mesma coisa, compreendendo a mudança que pode ocorrer em terminologia; por exemplo, hoje a Secretaria da Receita Federal não é vinculada à Fazenda, mas vinculada ao Ministério da Economia.

Apresentei uma só emenda, que é exatamente:

> Art. 43. A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo para cobrança amigável fixado no art. 21. [que são os 180 dias]
> .....
> §5º Descumprido o prazo para pagamento de que trata o *caput*, o sujeito passivo sujeita-se a procedimento de cobrança, cujo prazo [mais uma vez] não poderá superar 180 (cento e oitenta) dias.
> §6º Findo o prazo do §5º, a autoridade preparadora encaminhará o processo para inscrição em dívida ativa no prazo legal.

É o relatório, Sra. Presidente e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Espiridião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Espero que o Senador Serra se reconcilie comigo com a aprovação e com o aplauso deste projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Comissão vai fazer o papel também de mediadora nesse atrito de relação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – O Relator fez um resumo melhor do que o autor faria. Portanto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Exa. tem o mérito inicial sempre, Senador, porque é brilhante nas propostas, nas iniciativas e nas ideias.

Eu coloco em discussão a matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. *Fora do microfone*.) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Mecias; em seguida, Senador Tasso.

Eu pergunto aos Srs. Senadores se vai haver algum pedido de vista.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sim, Presidente, com o devido respeito ao autor da matéria e ao Relator, que são duas figuras públicas por quem tenho a maior admiração, eu gostaria de requerer vista do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva?

Vista coletiva.

Portanto, fica para a próxima reunião.

Último item terminativo da pauta.

Item 22.

1ª PARTE

ITEM 22

PROJETO DE LEI Nº 2235, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de ao menos trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para cada um dos sexos e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas.

Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas, para proferir o seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, a iniciativa desse projeto do Senador Luiz do Carmo corresponde a uma grande expectativa da Casa e do processo político como um todo, principalmente do processo eleitoral, e, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno desta Casa, compete à CCJ apreciar a constitucionalidade, a juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e o mérito da presente proposição.

Inicialmente, nós deixamos registrado esse elogio por essa matéria. Mais do que nunca, é preciso reconhecer que o incremento à participação política feminina não é uma questão de mulheres contra homens, e sim de construir a efetiva oportunidade para que todos possam ser representados no Poder Legislativo, principalmente por representarem mais da metade da população brasileira.

A Constituição de 1988, de cuja elaboração eu fiz parte, equipara direitos e obrigações de homens e mulheres em todos os níveis, vedando também discriminações quanto ao gênero. Nesse sentido, nós concebemos a reserva de cadeiras como ação afirmativa, fundada na igualdade material e cuja origem é o reconhecimento, pelo Estado, de fatores que, histórica e culturalmente, são determinantes na questão da exclusão feminina, principalmente na política, gerando sub-representação. Ademais, no nosso entendimento, a proposição não viola o sistema proporcional, que está, Senador, no art. 45 da Constituição Federal.

A respeito da técnica legislativa e do mérito, consideramos que a redação da proposição pode ser aprimorada inclusive. A legislação eleitoral usa, uniformemente, apenas o termo "sexo", o que remeteria à noção de identidade biológica. O uso contemporâneo da palavra "gênero" evocaria, por sua vez, a tradução do sexo socialmente. Transgênero, por exemplo, é o termo adotado para descrever a pessoa em que a identidade de gênero não está de acordo com o sexo biológico, de seu nascimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cisgênero já é o termo adotado para descrever a pessoa em que a identidade de gênero está conforme o sexo de seu nascimento.

Recentemente, o STF se posicionou sobre a identificação das pessoas transgênero e a possibilidade de alteração do registro civil, mesmo sem ocorrência de cirurgia de mudança de sexo, por meio da ADI 4275. O TSE, por sua vez, no bojo da Consulta 0604054-58, de 2017, em atividade jurisprudencial, decidiu que as cotas de candidaturas são por gênero, e não por "sexo biológico". No que diz respeito aos eleitores, o TSE também já se atualizou quanto à inclusão do nome social no Cadastro Eleitoral e no novo modelo de título de eleitor. É a Resolução 23.562, de 22 de março de 2018.

Sra. Presidente, nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, ocorreram pelo menos 53 candidaturas de pessoas trans. Diante da evolução contida no PL em análise, cabe refletir como esse contexto se traduziria na reserva de assentos para homens e mulheres no Parlamento. No intuito de prevenir questionamentos em interpretações futuras e de dar uma solução jurídica a tais divergências terminológicas, tendo também por base os ensinamentos de técnica legislativa, emendamos a proposição evitando tanto as menções ao sexo quanto as menções ao gênero.

Por fim, a matéria é oportuna ao corrigir aparente incongruência entre o parágrafo único do art. 108 e o disposto no *caput* e no inciso I do art. 109, ambos do Código Eleitoral. Trata-se da regra para preenchimento dos lugares restantes após aplicação do quociente partidário e do critério de obtenção de votos em número igual ou superior a 10% do quociente eleitoral, por candidato.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 2.235, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº – CCJ

Promovam-se as seguintes alterações nos arts. 83-A e 108 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral –, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 2.235, de 2019:

"Art. 83-A. Quando da renovação do Senado Federal por dois terços, uma das vagas será reservada para candidatos e a outra para candidatas."

"Art. 108. Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido quanto o respectivo quociente partidário indicar, observados os seguintes critérios:

I – o primeiro lugar será ocupado pela candidata mais votada do partido;

II – o segundo lugar será ocupado pelo candidato mais votado do partido, prosseguindo a alternância entre homens e mulheres até que estas ou esses tenham ocupado, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos lugares destinados ao partido; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – os lugares restantes serão ocupados segundo a ordem de votação nominal, independentemente de se tratar de candidato ou de candidata."

É esse o parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose de Freitas.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pedido de vista.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pedido de vista coletiva.

A matéria volta na próxima pauta, semana que vem.

Agora, os projetos não terminativos.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 518, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.

Autoria: Senador Cidinho Santos (PL/MT)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, pela prejudicialidade da Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2.

Observações:

- Em 28/05/2019, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Rodrigo Cunha;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em decisão terminativa

- Em 05/06/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Major Olímpio nos termos regimentais;

- Em 11/06/2019, foi apresentada a emenda nº 2 de autoria do Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano apenas para proferir relatório em relação à Emenda nº 2.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Pois não, Sra. Presidente.

É uma complementação de voto diante da apresentação de emenda proposta por S. Exa. o Senador Lasier Martins, e eu vou fazer as menções especificamente a esse parágrafo.

Sobre a Emenda nº 2-CCJ, do Senador Lasier Martins, consideramos ser razoável seu não acolhimento, pedindo vênia ao nosso querido Senador, pois retira o SAC (Sistema de Atendimento ao Consumidor) do âmbito da presente alteração legislativa. Conquanto se possa argumentar que tal modalidade já se encontra contemplada por decreto, a intenção do projeto que nós estamos a relatar é justamente incluí-la como objeto de lei ordinária, bem como aumentar o prazo atualmente determinado pelo decreto.

Apresento o nosso voto.

Ante o exposto, votamos pela prejudicialidade da Emenda nº 1, do Senador Rodrigo Cunha, pedindo vênia também a S. Exa., querido companheiro, pela rejeição da Emenda nº 2, do Senador Lasier Martins, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 518, de 2018, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

> EMENDA nº – CCJ
> Promova-se a seguinte alteração na redação do parágrafo único do art. 50-A da Lei nº 8.078/1990, acrescido pelo Projeto de Lei nº 518, de 2018:
> "Art.50-A
> .....
> Parágrafo único. O descumprimento do disposto no *caput* sujeita o infrator às penalidades previstas no art. 56 desta Lei."

Sra. Presidente, é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação do relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 3-CCJ, pela prejudicialidade da Emenda nº 1 e contrário à Emenda nº 2.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em decisão terminativa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Na ausência do nosso querido Senador Eduardo Girão, fiquei incumbido de perguntar a V. Exa. e aos demais companheiros se poderíamos incluir extrapauta um requerimento de aditamento a uma audiência pública sobre questões que envolvem o porte de armas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. está como autor do requerimento, não há problema nenhum.

Em seguida, nós só temos alguns rápidos projetos. Nós faremos um adendo, até porque a audiência pública será feita amanhã. Não é isso?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu o subscrevi.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois é, V. Exa. subscreveu.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – O autor é o Senador Eduardo Girão. Ele está ausente e pediu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, o requerimento dele está no verso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só vi a assinatura de V. Exa.

Eu vou colocar em apreciação esse requerimento, pedindo vênia aos colegas. Como a audiência pública já será feita amanhã, eu vou pedir vênia e abrir aqui um requerimento extrapauta que, nos termos da Constituição e do Regimento Interno, solicita um aditamento na audiência pública objeto do Requerimento nº 35, de 2019, desta Comissão, para que sejam incluídos dois convidados: Dr. Plauto de Lima, especialista em segurança pública e Coronel da reserva da Polícia Militar do Ceará; e Sr. Everardo de Aguiar Lopes, da Rede Desarma Brasil.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 37, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na Audiência Pública objeto do REQ 35/2019 - CCJ, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Dr. Plauto de Lima, especialista em segurança pública e coronel da reserva da Polícia Militar do Ceará;

2. Sr. Everardo de Aguiar Melo, da Rede Desarma Brasil.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB).

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Encontra-se, portanto, aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só peço ao Senador Veneziano e ao Senador Eduardo Girão que deem as informações necessárias, porque a audiência já será amanhã, para que as autoridades possam ser avisadas o mais rápido possível e possam dizer se aceitam ou não o convite.

Coloco em apreciação agora o item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 17, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica, na forma em que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Alessandro Molon (PSB/)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Leila para proferir o seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu vou ler o relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 17, de 2019, do Deputado Alessandro Molon, que altera a Lei Maria da Penha, para prever a apreensão de arma de fogo como medida protetiva à vítima de violência doméstica, na forma em que especifica.

Em síntese, a proposição determina que a autoridade policial, feito o registro de ocorrência de violência doméstica, verifique se o agressor possui registro de porte ou posse de arma de fogo e, na hipótese de existência de porte ou posse, junte aos autos essa informação, bem como notifique a ocorrência registrada à instituição responsável pela concessão do registro ou da emissão do porte.

Ademais, permite ao Juiz determinar a apreensão de arma de fogo registrada em nome do agressor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

A matéria não apresenta vícios de constitucionalidade.

No mérito, entendemos que o PLS é conveniente e oportuno.

A Lei Maria da Penha objetiva prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. As medidas protetivas de urgência previstas representam um instrumento importante e célere na prevenção de eventuais agressões praticadas contra as mulheres.

Todavia, nem sempre a concessão da medida protetiva de urgência ocorre no tempo necessário para prevenir a agressão e a morte da mulher, em especial quando o agressor possui arma de fogo à sua disposição.

O projeto tem o mérito de perceber que, embora a lei já disponibilize ao juiz suspender ou restringir a posse de arma do agressor, muitas vezes a apreensão da arma de fogo deve se dar de forma verdadeiramente imediata.

É imperioso que a lei preveja a apreensão da arma, sem prejuízo de devolução, se for o caso, ao investigado.

Essa singela alteração poderá salvar a vida de muitas mulheres, razão pela qual aplaudimos o autor da proposição.

No mais, faremos emenda de redação apenas para tornar o texto mais claro.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 17, de 2019, nos termos de uma emenda de redação que se apresenta.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Primeiro, quero parabenizar o Deputado Alessandro Molon.

Eu gostaria até de ter conhecido o projeto antes. Nós temos um projeto, Deputado Alessandro – há toda essa campanha que se faz, com esses decretos todos que tramitam e agora projetos sobre porte de arma e posse de arma –, com que nós vedamos a autorização para possuir arma com cadastro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficialmente, por posse de arma, a qualquer indivíduo de qualquer natureza e de qualquer sexo que seja denunciado com violência doméstica.

O projeto de V. Exa. é tão facilitador dessa ideia que ele vai somar. O nosso projeto conclui o seu projeto, e o seu projeto, Deputado, conclui o nosso. É exatamente isto: autores de violência denunciados, citados pela lei e alcançados pelas sentenças não poderão portar arma legalmente ou não. Quando se retira da casa a arma que fica à mercê daquele comportamento de violência doméstica, eu acho que esse é um cuidado extremamente vigoroso, permite à mulher, inclusive, denunciar que dentro da casa há uma arma, que geralmente fica escondida.

Eu o parabenizo. Quero parabenizá-lo. Tem de se verificar até se há ou não registro, porque no Brasil é assim, a maioria das casas tem arma e não tem registro. Então, a posse de arma de fogo foi juntada ao auto do processo, como V. Exa. sugere, para que isso fosse contemplado, inclusive com um alcance até da penalidade maior.

Eu queria dizer que o parabenizo e que acho que essa é uma medida protetiva. É preciso que faça parte do elenco de atitudes que a própria mulher deve ter de denunciar não só o agressor, como também os instrumentos que ele pode ter para promover mais violência e mais mortalidade.

Como procuradora do Senado, eu não só estou de acordo com isso como aplaudo! É nosso dever impedir que mais mulheres sejam vitimadas fisicamente, inclusive com arma de fogo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda de Redação nº 1, desta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu vou requerer, nos termos do art. 338, inciso II, do Regimento Interno, a urgência para este PL nº 17, inclusive porque teremos, em breve, aqui, a manifestação temática sobre a Lei Maria da Penha. Gostaríamos de incluir esse projeto na pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou colocar em votação o requerimento de urgência da Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 38, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a urgência para o PL 17/2019.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES).

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência vai encaminhar a matéria, o mais rápido possível, à Mesa Diretora.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, quero só fazer um pequeno registro com relação a esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Para fazer justiça ao Alessandro, o projeto vem da Câmara dos Deputados, subscrito pelo Deputado Alessandro Molon, mas também por Aliel Machado, Luciano Ducci, Weliton Prado, Rosana Valle, Danilo Cabral, Felipe Rigoni – meu colega do Movimento Acredito –, Liziane Bayer, Bira do Pindaré e João Campos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fica registrada a retificação.

Coloco em apreciação o item 6 da pauta.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- em 14/05/2019, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Angelo Coronel;

- em 29/05/2019, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- a matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Item 17: emendas de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2017. Nós só temos mais este e mais um item. Só temos mais dois projetos, apenas para esclarecer, pelo adiantado da hora.

1ª PARTE

ITEM 17

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 429, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, §3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.*

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN

Observações:

- Em 09/04/2019, foi apresentada a Emenda nº 1-Plen, de autoria do Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para proferir relatório.) – Presidente, falarei rapidamente.

Já fizemos a leitura, anteriormente, do relatório. Só esclareço que o projeto de lei em tela, de autoria de S. Exa. o Senador Anastasia, traz dispositivos que aprimoram, nos termos da Constituição, o chamado estatuto dos partidos políticos, estabelecendo regras mais rígidas para o funcionamento, a partir da necessidade de regras de integridade.

A emenda apresentada estabelece: previsão de programa de integridade no estatuto dos partidos políticos; elaboração e divulgação de Código de Conduta; definição do programa de integridade; penalidades para os casos de inexistência ou falta de efetividade do programa de integridade.

Entretanto, Sra. Presidente, no entender desta relatoria, os partidos políticos devem submeter seu funcionamento a regras rígidas de transparência e controle, principalmente por dependerem quase exclusivamente de recursos públicos, conforme o estatuto atual, seja para o seu funcionamento regular, por meio de recursos do Fundo Partidário, seja para sua participação nas campanhas eleitorais, por meio dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Essa é a diferença principal que separa os partidos políticos das empresas privadas. Como bem lembrou o autor da emenda em questão, a Lei nº 12.846, de 2013, que inseriu a área de *compliance* no direito brasileiro, não obriga as empresas a criarem um plano de integridade, muito menos desce às minúcias desses planos. As empresas, no entanto, ao contrário dos partidos, não operam com o dinheiro do contribuinte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que a lei reconhece a importância dos partidos para a operação do Estado democrático de direito e prevê, em razão disso, seu financiamento por meio de recursos públicos, deve prever também a adoção por parte desses partidos de mecanismos de integridade poderosos, capazes de prevenir qualquer irregularidade no uso desses recursos.

Então, com a devida vênia, quanto à emenda proposta, entendemos que ela poderia desfigurar a ideia original do autor, que é estabelecer regras rígidas de integridade em decorrência do fato lógico de os partidos políticos terem a necessidade de fazer uso de recursos públicos.

Em razão do exposto, o nosso parecer é pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – O Senador Humberto Costa... Fui informado agora, e concordo com a tese do Senador Humberto Costa, da possibilidade de o MP, que já está em tudo em nossas vidas, também entrar no ambiente partidário, que é um ambiente de organização política, que tem suas regras estabelecidas pelos seus membros, que tem a sua lógica. Eu queria propor e ver a possibilidade de o Senador Randolfe reconsiderar e acatar a emenda do Senador Humberto, que diminui ou que elimina essa interferência do Ministério Público no âmbito interno dos partidos, o que pode levar, inclusive, a comprometer a situação de filiados, de militantes etc.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, não sei se o autor... O autor, por gentileza...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o autor para fazer os esclarecimentos.

Em seguida, V. Exa. se pronuncia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, eminente Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu queria, mais uma vez, agradecer ao Senador Randolfe pelo brilhante relatório, que só enriquece esse projeto, que já foi aprovado aqui no passado, que foi objeto de um recurso que foi apresentado ao Plenário e que recebeu essa emenda de autoria do ilustre Senador Humberto Costa de que agora o Senador Rogério Carvalho faz aqui a defesa, que é natural e legítima.

Mas, eminente Senador Rogério, não me parece, salvo engano, que haveria algum tipo de poder a mais em relação ao Ministério Público, até porque já existe constitucionalmente o Ministério Público Eleitoral, que tem competências bem definidas na nossa legislação. No que o projeto de lei se inspirou foi exatamente em criar ou estimular um programa de integridade que permitirá aos partidos políticos adotarem formas de conduta consideradas hoje transparentes e necessárias pela sociedade, através de seus estatutos de ética, através de cursos de qualificação, com o acompanhamento das suas despesas. E, evidentemente, desvios cabíveis de apuração pelo Ministério Público já são apurados hoje, independentemente do projeto. Na realidade, o que poderia haver seria uma discussão, que foi muito bem afastada pelo Sr. Relator, o eminente Senador Randolfe, sobre a possibilidade termos uma norma legal tratando sobre o tema da integridade. Mas o parecer de S. Exa. é cabal, espancando completamente qualquer assertiva que poderia ser contrária a essa competência.

Parece-me, portanto, também com muito respeito e com muita vênia às ponderações do Senador Humberto e do Senador Rogério, que o projeto não criaria esse ônus excessivo em relação aos partidos. É a minha opinião, naturalmente um pouco suspeita, já que sou o autor do projeto.

Muito obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente, como houve alteração e como fui instado a me manifestar agora, eu queria pedir vista, só para me aprofundar um pouco mais sobre o tema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente! É um pedido de vista regimental.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A vista coletiva está concedida.

Ficam adiadas para a semana que vem a discussão e a votação.

O último item da pauta é o item 21.

1ª PARTE

ITEM 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 153, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Andre Moura (PSC/)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: favorável ao Projeto, com a Emenda n° 1-CAS-CCT.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Eu apenas quero esclarecer, antes passar a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira, que nós ainda temos um requerimento para ser votado antes de encerrarmos esta reunião.

Lembro que o projeto não é terminativo.

Concedo a palavra ao Relator, o Senador Alessandro Vieira, para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Trata-se de projeto absolutamente singelo, mas relevante para a categoria, com apenas três artigos. Ele define a questão da identidade profissional para os radialistas. Já passou pela CAS, já passou pela CCT e agora está aqui na CCJ.

Ele atribui à carteira de identidade profissional de radialista, emitida pelo sindicato da categoria, validade em todo o Território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito. Prevê, para a hipótese de não haver sindicato na área de atuação do radialista, que seja emitida essa carteira por uma federação devidamente credenciada e registrada junto ao Ministério do Trabalho ou seu substituto na atual estruturação federal. Traz a observação clara de que essa inscrição é válida em todo o Território nacional. E não a limita a sindicalizados, permitindo a não sindicalizados também terem acesso a essa identidade.

Não apresentamos emendas, nem foram apresentadas emendas aqui na CCJ.

Esse é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existe nenhuma dúvida com relação à pertinência, à admissibilidade e à relevância para essa categoria, que tem uma grande importância na comunicação para os cidadãos brasileiros.

O relatório é pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável, com a Emenda nº 1, da CAS-CCT-CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, faço um pedido de urgência, nos termos regimentais.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou colocar em votação o requerimento de urgência do Relator, para que a matéria possa ir imediatamente ao Plenário.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 39, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a urgência para o PLC 153, de 2017.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Para finalizar esta reunião, lembrando que nós teremos uma reunião extraordinária logo em seguida, para a aprovação do relatório das emendas desta Comissão à LDO, cujo prazo termina amanhã, nós vamos colocar, antes, o requerimento, nos termos constitucionais, do Senador Randolfe Rodrigues para que seja convidado o Sr. Glenn Greenwald, jornalista da agência de notícias The Intercept Brasil, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre fatos revelados pelo sítio The Intercept Brasil, que vem causando repercussão nacional e internacional, sobre troca de mensagens, por meio do aplicativo Telegram, entre o ex-juiz e atual Ministro de Justiça, Sergio Moro, e o Procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Força-Tarefa da Operação Lava Jato.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 40, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Glenn Greenwald, jornalista da agência de notícias Intercept Brasil, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre fatos revelados pelo sítio Intercept Brasil, que vem causando repercussão nacional e internacional, sobre troca de mensagens, por meio do aplicativo Telegram, entre o ex-juiz e atual Ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o Procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da Força-Tarefa da Operação Lava-Jato.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP).

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Vamos aguardar, depois, que o autor agende uma data, para que possamos fazer o convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou encerrar esta reunião, lembrando que abro outra reunião, em seguida, apenas para a leitura do relatório, para que possamos aprovar as emendas desta Comissão para a LDO.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidente encerra a presente reunião e já convoca a próxima reunião imediatamente.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019.

Às doze horas e cinquenta minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e as Senadoras Rose de Freitas, Juíza Selma, Renilde Bulhões, Daniella Ribeiro, Leila Barros e Maria do Carmo Alves. Registram presença os Senadores Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Izalci Lucas, Paulo Paim e a Senadora Kátia Abreu. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PL Nº 05, DE 2019 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências", nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 05/2019-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020). O Senador Jorginho Mello, Relator, apresenta o Relatório sobre as 140 (cento e quarenta) Emendas ao Anexo de Prioridades de Metas e as 9 (nove) Emendas ao Anexo III do texto e ao Texto do Corpo da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, são aprovadas: 2 (duas) Emendas de Meta e 9 (nove) Emendas de Texto. EMENDA DE INCLUSÃO DE META: Emenda 1: Ementa: Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública nas Fronteiras. Programa: 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública. Ação: 8855 – Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública. Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Produto (unidade de medida): projeto apoiado (unidade); Acréscimo de meta: 2.000 (dois mil). Justificativa: A aprovação desta emenda visa a modernização das estruturas físicas, das unidades da Polícia Federal, para auxiliar no combate ao tráfico de drogas e entorpecentes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do crime organizado em todo o País, visa dar maior suporte à investigação e prevenção a crimes de uso indevido, tráfico ilícito e produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física e psíquica. É muito importante implantar novas unidades da Polícia Federal, principalmente pela extensão de fronteira que há em nosso País. As fronteiras serão muito melhor monitoradas, pois haverá maior número de unidades e pessoas servindo aos objetivos de combate aos ilícitos. Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório. Emenda 2: Ementa: Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Programa: 2016 – Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência. Ação: 218B Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Produto (unidade de medida): Iniciativa apoiada (unidade); Acréscimo de meta: 150 (cento e cinquenta); Justificativa: O Senador Fernando Bezerra Coelho apresenta esta emenda orçamentária com o intuito de promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades com apoio técnico e financeiro para a criação e o fortalecimento de organismos institucionais de políticas para as mulheres nos Estados e municípios visando o incentivo aos mecanismos de gênero nos Órgãos Públicos Federais, o fomento às iniciativas voltadas ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e a consolidação dos serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a promoção da autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades e atendimento nacional e internacional às mulheres em situação de vulnerabilidade por meio da Central de Atendimento à Mulher– Disque 180. EMENDAS DE TEXTO: Ao Anexo II do texto: Emenda 3: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Anexo III – Inciso I Item 63. Ementa: Anexo III – Segurança Pública. Texto Proposto: 64. Despesas destinadas à segurança pública, assim entendidas aquelas pertencentes aos órgãos arrolados no Art. 144. da Constituição Federal ou pertencentes à ações do Plano Nacional de Segurança Pública. Justificativa: A emenda tem o objetivo assegurar que os recursos destinados à Segurança Pública, seus órgãos e ações não serão contingenciados durante a execução orçamentária no exercício financeiro de 2020. O Brasil é País que apresenta, mesmo não estando em guerra, alguns dos maiores índices mundiais de violência e ações do crime organizado. É um estado de coisas não mais suportável pela sociedade, que desloca quantidades imensas de recursos da economia, atrasa o desenvolvimento e que desumaniza a vida dos brasileiros, vítimas constantes do medo e da insegurança. Assim, os já insuficientes recursos destinados à Segurança Pública devem fluir, de sorte a caminharmos no sentido da reversão dessa situação. Emenda 4: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei – Artigo 54. Ementa: Assegurar recursos destinados à área de Segurança Pública. Texto Proposto: § 12. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deste artigo não incidirá sobre despesas destinadas à segurança pública, assim entendidas aquelas pertencentes aos órgãos arrolados no Art. 144. da Constituição Federal ou pertencentes a ações do Plano Nacional de Segurança Pública. Justificativa: A emenda tem como objetivo assegurar que os recursos destinados à Segurança Pública, seus órgãos e ações não serão contingenciados durantes a execução orçamentária no exercício financeiro de 2020. O Brasil é um pais que apresenta, mesmo não estando em guerra, alguns dos maiores índices mundiais de violência e ações do crime organizado; um cenário não mais suportável pela sociedade, que desloca quantidades imensas de recursos da economia, atrasa desenvolvimento e que desumaniza a vida dos brasileiros, vítimas constantes do medo e da insegurança. Assim, os já insuficientes recursos destinados à Segurança Pública devem fluir de sorte a caminharmos no sentido da reversão dessa situação. Emenda 5: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei - Artigo 69 Inciso I. Ementa: CCJ - Art. 69 - Entidades Filantrópicas. Texto Proposto: c) construção e ampliação. Justificativa: As entidades sem fins lucrativos que atuam na área de assistência social, saúde e educação há tempos vêm acumulando déficits financeiros e orçamentários em razão das sérias dificuldades para a obtenção de receitas para a manutenção do atendimento aos usuários, prejudicando gravemente a provisão de recursos a serem aplicados nas suas instalações físicas, ação diretamente ligada à qualidade do atendimento e à oferta das políticas públicas. Entendemos ser equivocada a vedação de aplicação de recursos de capital em construção, ampliação e reforma. Primeiramente, a instituição privada somente pode ser reconhecida como entidade sem fins lucrativos se fizer constar expressamente de seus estatutos cláusula de que, em caso de dissolução ou extinção, o seu eventual patrimônio será destinado a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas. De pronto, esta exigência neutraliza argumentos de que o orçamento público estaria financiando a aquisição do patrimônio privado, descolando a existência da entidade do interesse público da sua atuação. Em segundo lugar, há que se conferir o espírito democrático na utilização de recursos públicos por entidades privadas, uma vez que elas compõem a rede complementar ao Estado e ao seu funcionamento obedece regras rígidas junto aos governos locais, estando as mesmas sujeitas a rigorosas fiscalizações e ao necessário controle social. Por fim, as entidades privadas sem fins lucrativos que compõem a rede de proteção social vêm desenvolvendo trabalhos importantes, seja pela sua capilaridade, seja pela sua proximidade da população, e aos seus equipamentos vêm sofrendo desgastes com o decorrer do tempo, o que pode comprometer a qualidade do atendimento ao usuário das políticas sociais públicas. Emenda 6: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei - Artigo 11 Inciso XV. Ementa: CCJ - Lei Kandir. Texto Proposto: Art. 11. ... § 3º O Projeto de Lei Orçamentária de 2020 conterá as dotações previstas nos incisos XV e XVI do caput, que corresponderão a, no mínimo, aos valores autorizados na Lei Orçamentária de 2018, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Justificativa: A emenda tem como objetivo garantir os recursos previstos na Lei Complementar (LCP) nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), e dá outras providências, conhecida como "Lei Kandir", no que se refere à compensação devida pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pela perda de receita resultante da não incidência do ICMS sobre as exportações de bens primários e semielaborados e sobre as aquisições destinadas ao ativo permanente. Emenda 7: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei - Artigo 130. Ementa: CCJ - relação dos subtítulos relativos às obras e serviços de engenharia. Texto Proposto: Art. 130-A. A União manterá cadastro informatizado para consulta de todas as obras de engenharia e serviços a elas associados custeados com recursos federais, incluídos todos os orçamentos de que trata o art. 165, § 5º, da Constituição, e que apresentem valor global superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). § 1º O cadastro informatizado referido no caput será georreferenciado e conterá, no mínimo, os seguintes dados e atributos da obra: I - chave de identificação; II - referência geoespacial que permita a exata localização e representação cartográfica; III - tipologia para fins de classificação do tipo e do objeto de intervenção; IV - descrição das características de cada obra ou serviço; V - valor estimado da obra ou do serviço, apurado com base nos orçamentos constantes do respectivo projeto básico e referidos à sua data-base; VI - cronograma de execução, atualizado sempre que ocorrer fato que demande a celebração de aditivo ao contrato administrativo ou ao instrumento de ajuste para transferência voluntária; VII - programa de trabalho correspondente à alocação orçamentária de recursos federais para custear a obra ou o serviço, a cada exercício; VIII - identificação das anotações de responsabilidade técnica e dos registros de responsabilidade técnicas de cada projeto, orçamento, execução, fiscalização e supervisão ambiental da obra ou serviço, contemplando o histórico de responsabilidade técnica ao longo do empreendimento; IX - identificação das licenças ambientais requeridas e o seu termo; X - informações referentes à execução física e financeira; e XI - campos destinados a informar data da última atualização. § 2º A chave de identificação disposto no § 1º, I, é um código numérico único para o empreendimento, independentemente do exercício financeiro em que se lhe acudam recursos orçamentários, e deve permitir a identificação da obra em sua integralidade e conter extensão para individualizar o trecho, subtrecho, lote ou serviço a ela associada que tenha sido objeto de licitação distinta.

§ 3º A referência geoespacial endereçada no § 1º, II, deve obedecer aos padrões definidos pela Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), instituída pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, para possibilitar a identificação do polígono, vetor ou coordenada geográfica, conforme recomendação para o tipo de empreendimento e sua dispersão espacial. § 4º A tipologia aludida no § 1º, III, deverá divisar construção, reforma, ampliação de capacidade e modernização, e o tipo de infraestrutura ou de unidade física destinada à prestação de serviços públicos. § 5º O cronograma de execução estatuído no § 1º, VI, deve contemplar ao menos o início e o término previsto para cada etapa ou serviço referenciado no orçamento da obra. § 6º A consulta de que trata o caput terá acesso público

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disponibilizado em sítio eletrônico. § 7º Os órgãos e as entidades que possuam sistemas próprios de gestão de obras realizarão a transferência eletrônica de dados para o painel informatizado a que se refere o caput. Justificativa: O corolário das conclusões a que chegou a Comissão Temporária das Obras Inacabadas desta Câmara Alta, em relatório final de 20 de dezembro de 1995 foi a inauguração de um programa permanente de auditoria de obras e serviços de engenharia pelo Tribunal de Contas da União, o FISCOBRAS. Ao menos desde a prolação do Acórdão nº 1.188/2007-TCU, sob a relatoria do Ministro Valmir Campelo, a Egrégia Corte de Contas alerta para a necessidade de que o Congresso conte com um sistema informatizado para apreciação das propostas orçamentárias e efetiva fiscalização e controle para obstar as paralizações e os atrasos não amparados em casos fortuitos ou de força maior. Tal medida teria o condão de conferir densidade normativa ao art. 45, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe ao Executivo o encargo de informar ao Legislativo o andamento dos projetos em curso e o seu suficiente provimento de recursos, como requisito parcial à deflagração de novos projetos. Por essa razão, a LDO em vigor foi aperfeiçoada na fase de projeto com a proposição da criação do cadastro, reiteradamente determinada em acórdãos sucessivos do TCU, no âmbito do FISCOBRAS, ao art. 138 do PLDO 2019. Nada obstante às determinações e ao inarredável mérito, o dispositivo restou vetado. Nas razões do veto, o então Ministério do Planejamento, Orçamento, Desenvolvimento e Gestão alegou que o corrente Painel de Obras, disponível em http://paineldeobras.planejamento.gov.br/, lhe faria as vezes, sendo desnecessária a inovação legislativa. Ora, é cediço que o Painel de Obras não possui tal vigor, mais bem servindo à consulta pública não especializada, para fins de controle social. Tratar-se-ia de um repositório de dados sintetizados com origem em um sistema de gestão e de controle de obras públicas que se pretende reinaugurar com o presente cadastro, desde que descontinuada a meritória e parcialmente exitosa experiência com o Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (SisPAC). Não fosse assim, e se o Painel fosse bastante, afastar-se-iam os argumentos denegatórios à previsão no PLDO 2019, porquanto a exigência já estivesse cumprida. Ressalte-se que as iniciativas não são propriamente excludentes, mas complementares. Nos termos do já aludido Acórdão nº 1.188/2007-TCU, a manutenção do Painel de Obras mais bem atenderia à RECOMENDAÇÃO ao item 9.2.1, para retomada do Portal ObrasNet (ou do painel que o sucedeu) do que à DETERMINAÇÃO para criação de um cadastro geral de obras, constante do item 9.1.1 daquela mesma decisão. Ressalte-se que o TCU é órgão auxiliar do controle externo que compete a este Congresso, e tem atuado exemplarmente no interesse público e em face de provocações de inúmeros colegiados temporários e permanentes das Casas Legislativas para recrudescer o controle sobre as obras públicas Até mesmo a configuração permanente do FISCOBRAS atendeu a um legítimo chamamento do Senado Federal para se ver apoiado no acompanhamento de obras então paralisadas ou atrasadas, demandando novas institucionalidades para repelir a continuidade nociva da prática. Nesse sentido, e se há uma certa reticência do Poder Executivo em atender à determinação do TCU, peço apoio aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nobres pares para fazer constar em lei as providências necessárias ao reto acompanhamento de obras e de serviços de engenharia. Emenda 8: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei - Artigo 10 Inciso VII. Ementa: CCJ- Obras Inacabadas. Texto Proposto: VIII - demonstrativo das programações relacionadas a obras ou serviços de engenharia cuja execução física esteja atrasada ou paralisada, com detalhamento que permita a identificação individual da obra ou serviço de engenharia correspondente e as razões para atraso ou paralisação. Justificativa: A emenda tem como objetivo garantir transparência na Lei Orçamentária Anual no que diz respeito às obras e serviços de engenharia custeados com recursos federais que se encontrem com execução física atrasa ou paralisada. É fundamental que a sociedade, de uma forma geral, e o Congresso Nacional, de forma específica, ao decidirem como alocar os limitados recursos do Orçamento Geral da União, tenham informações claras sobre o problema gravíssimo das obras inacabadas. Com o aperfeiçoamento proposto, esperamos disponibilizar à sociedade informações transparentes sobre as obras ou serviços de engenharia atrasados ou paralisados. Emenda 9: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Anexo III - Inciso I Item 63. Ementa: CCJ-Priorização ao desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e inovação. Texto Proposto: 64. Priorização ao desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação (art. 218, caput e § 1º, da Constituição Federal). Justificativa: A Constituição Federal em seu artigo 218, caput e § 1º, prevê que: "Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. § 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação." A Emenda Constitucional nº 85 de 2015, prevê em seu relatório que "o Estado deverá promover e incentivar a inovação por meio do estímulo à articulação entre entes públicos e privados. Esta previsão articula-se com uma alteração significativa do escopo da atividade científica e tecnológica que receberá tratamento especial. Isso porque, atualmente, o § 1º do art. 218 da Constituição prevê que somente a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências. Com o novo texto, não apenas a pesquisa científica básica, mas toda a pesquisa científica e também a tecnológica passa a receber este tratamento prioritário." Este mesmo relatório remete, em sua conclusão, que força da proposição do texto é reforçada por ser uma iniciativa do Ministério da Educação, que reconhece a necessidade da preservação dos recursos para ciência, tecnologia e inovação, para sua priorização como descrito abaixo: "A redação do § 1º do art. 218 da Constituição também foi revista, de modo a ampliar os objetivos e suas repercussões, uma vez que o Estado passa a oferecer tratamento prioritário à pesquisa científica e tecnológica. Assim, em atendimento à sugestão apresentada pelo Ministério da Educação (MEC), a nova redação para o dispositivo prevê que a pesquisa científica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e progresso não apenas da ciência, mas também da tecnologia e da inovação." Torna-se claro que a priorização definida pela Constituição Federal a partir da EC 85/2015, por sugestão advinda do MEC, enseja a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

priorização de recursos do orçamento estabelecidos na legislação orçamentária, razão pela qual tais recursos devem, portanto, estarem preservados de quaisquer tipos de limitação de execução orçamentária, dada sua relevância para o bem público, explícita na CF desde então. Estabelecer o referido item nesta Seção reforça a intenção do Constituinte em conceder tratamento prioritário à ciência, à tecnologia e à inovação, uma vez que este tema precede os índices econômicos, sociais e de desenvolvimento do País, contribuindo para a Agricultura, Saúde, Meio Ambiente, Economia, Defesa e muitos outros setores que demandam respostas e tecnologias. Reforça-se, ainda, que a inclusão deste item garantirá minimamente os recursos orçamentários necessários à promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e o estímulo ao desenvolvimento produtivo, alicerces imprescindíveis à produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico da nação. Em razão do cenário orçamentário e fiscal dos últimos anos, a função "ciência e tecnologia" tem passado por fortes reduções em seu orçamento, bem como contingenciamentos que têm comprometido a simples manutenção do que já vinha em desenvolvimento. Assegurar o tratamento diferenciado no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias permitirá dinamizar a produção científica e tecnológica nacional, fortalecer, ampliar e modernizar a infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento das Instituições Científicas e Tecnológicas, refletindo diretamente em avanços econômicos e sociais para o Brasil. Emenda 10: Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: Anexo III - Inciso I Item 63. Ementa: Exército Brasileiro - TEXTO - Atividades de Registro e Fiscalização de Produtos Controlados. Texto Proposto: ADICIONE-SE AO ANEXO III, APÓS O ITEM 63, DO PLDO 2019 (Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do Art. 9 º, § 2º, da LRF por constituírem obrigações constitucionais e legais da União) - Atividades de Registro e Fiscalização de Produtos Controlados (Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965; Decreto nº 3.665, de 20/11/2000; Lei nº 10.826, de 22/12/2003; Decreto nº 5.123, de 1/07/2004; Lei nº 10.834, de 29/12/2003). Justificativa: O artigo 142 da Constituição Federal de 1988 estabelece a missão das Forças Armadas e em seu parágrafo 1º dispõe que Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. O Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000 estabelece as normas necessárias para a correta fiscalização das atividades exercidas por pessoas físicas e jurídicas, que envolvam produtos controlados pelo Exército, destacando em seu artigo 2º: "As prescrições contidas neste Regulamento destinam-se à consecução, em âmbito nacional, dos seguintes objetivos: I- o perfeito cumprimento da missão institucional atribuída ao Exército; II - a obtenção de dados de interesse do Exército nas áreas de Mobilização Industrial, de Material Bélico e de Segurança Interna; III - o conhecimento e a fiscalização da estrutura organizacional e do funcionamento das fábricas de produtos controlados ou daquelas que façam uso de tais produtos em seu processo de fabricação e de seus bens; IV - o conhecimento e a fiscalização das pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com a recuperação, a manutenção, o manuseio, o uso esportivo, o colecionamento, a exportação, a importação, o desembaraço alfandegário, o armazenamento, o comércio e o tráfego de produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

controlados; V - o desenvolvimento da indústria nacional desses produtos; e VI - a exportação de produtos controlados dentro dos padrões de qualidade estabelecidos" A Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003, dispõe sobre a Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC), cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia. Essa despesa enquadra-se no prescrito no parágrafo 2º do artigo 9º da LRF, por constituir obrigação legal da União, delegada ao Comando do Exército. As atividades de Registro e Fiscalização de Produtos Controlados abrangem o desenvolvimento de logística operacional para o controle da produção, do armazenamento, da circulação e da destinação de armas, munições, explosivos e outros produtos perigosos. Essa atividade não deve ficar condicionada ao caráter discricionário da administração, por se tratar de uma obrigação da União, por força de lei. Pelo acima exposto, entende-se que as despesas com Registro e Fiscalização de Produtos Controlados, devem ser inseridas no Anexo III ao PLDO 2020. Emenda 11: Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Corpo da lei - Artigo 21. Ementa: Modernização das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Guardas Municipais no Estado de Roraima. Texto Proposto: Art. 22. Os recursos destinados para apoio à modernização e fortalecimento de instituições de segurança pública em localidades formalmente reconhecidas como em vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na Lei Orçamentária de 2020 serão, no mínimo, 10% superior ao aprovado na Lei Orçamentária de 2019. Justificativa: Nos últimos anos, o Estado de Roraima tem servido como refúgio para milhares de venezuelanos que desertam de seu país de origem em razão da crise político-humanitária que assola a República Bolivariana da Venezuela. O elevado fluxo de imigrantes tem causado um aumento repentino na população de diversos municípios roraimenses, cuja rede de serviços públicos atualmente existente se revela incapaz de absorver o aumento decorrente de demanda. Essa realidade foi reconhecida pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 9.285, de 2018, declarando o Estado de Roraima em situação de vulnerabilidade, nos termos da Lei n° 13.684, de 2018. Na segurança pública, a situação é crítica. A chegada em massa de imigrantes sem condições adequadas de subsistência tem elevado substancialmente o número de crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos. Nesse contexto, apresentamos a presente emenda para garantir que a União destine recursos orçamentários ao Estado de Roraima a serem aplicados na modernização e fortalecimento das polícias civil e militar, bem como do corpo de bombeiros e guardas municipais, mitigando, assim, os problemas enfrentados pelo sistema de segurança pública local. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e doze minutos, do dia três de julho de dois mil e dezenove e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que foi lida e aprovada e será assinada pela Senhora Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADORA SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se apenas à discussão e votação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020, e dá outras providências.

Relatoria: Senador Jorginho Mello.

Concedo a palavra a V. Exa., nosso Vice-Presidente, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Muito bem.

Cumprimento a nossa Presidente, Senadora Simone Tebet, todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Incumbe-me a nossa Presidente como Relator das emendas da LDO que competem à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu vou direto à análise da matéria, Senadora, para que a gente possa ganhar tempo.

No que se refere às propostas de emendas ao texto apresentadas, somos pela admissão de todas elas e, inexistindo limitação quantitativa para tal modalidade de emenda, para valorizar a iniciativa de cada Parlamentar, entendemos que todas devem ser acolhidas e apresentadas à Comissão Mista de Orçamento.

Já em relação às emendas para inclusão de meta, em que pese o mérito das propostas apresentadas, nota-se um sério descompasso entre o número de propostas (140) e a quantidade máxima de emendas que a Comissão poderá apresentar, que são duas.

Para a escolha de uma das emendas, o critério que utilizamos foi quantitativo, de tal modo que se atendesse ao maior número de Senadores. Assim foram verificados os órgãos e ações mais frequentes.

Sem sombra de dúvida, os nobres colegas integrantes da Comissão revelaram sua preocupação com a área de segurança pública, pois, das 140 emendas apresentadas, 92 destacaram ações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A ação mais frequente nas propostas foi "Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal". Entretanto, pelo que se verificou no Cadastro de Ações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, essa ação tem caráter de despesa obrigatória. Portanto, considerando o item 2.3.5 do Parecer Preliminar, não poderá ser admitida.

A ação mais frequente nas propostas foi a "Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal". Entretanto, pelo que se verificou no Cadastro de Ações do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, essa ação tem caráter de despesa obrigatória. Portanto, considerando o item 2.3.5 do Parecer Preliminar, não poderá ser admitida.

Optamos por destacar a ação "8855 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública", que foi sugerida por oito Senadores.

Por outra via, selecionamos também a ação "218B - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres", porque entendemos que o Parlamento deve fazer tudo que estiver ao seu alcance para combater a violência contra as mulheres no Brasil. É fundamental que essa ação seja priorizada no Orçamento da União.

De acordo com os critérios expostos, foram destacadas as seguintes ações: 8855 – Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública, acatando, portanto, então, as Emendas nºs: 97; 98; 99; 100; 101; 102; 103 e 104, cujos autores são Alessandro Vieira, Elmano Férrer, Fabiano Contarato, Jader Barbalho, Márcio Bittar, Nelsinho Trad Filho, Randolfe Rodrigues e Simone Tebet. E a outra Emenda, a de nº 218-B, Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Emenda nº 121, que é de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vale ressaltar que o mérito de cada emenda no contexto geral do Orçamento será devidamente avaliado no momento oportuno pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Sra. Presidente, em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 elencadas no Anexo lI, bem como das seguintes emendas de acréscimo de meta ao Anexo de Prioridades e Metas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Emenda nº 99 - Fortalecimento e Modernização das Instituições de Segurança Pública; e
Emenda nº 121 - Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Assim, serão acolhidas as emendas nºs 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, na forma proposta pelas emendas nºs 99 e 121.

Sala das Comissões, 03 de julho.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu coloco em discussão a matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu acho uma pena – e quero aqui falar em nome dos Senadores pelo Mato Grosso do Sul – que nós não percebamos que armas e drogas são letais para a segurança pública, que comprometem a cidadania, e que não sejam combatidas, quer dizer, o tráfico delas, que comprovadamente acontece hoje pela fronteira seca. É só vocês observarem os últimos presos por tráfico de armas e drogas: ou é caminhoneiro, que foi enganado ou participou... E, hoje, ficou muito difícil o tráfico de drogas por meio aéreo, e vai ficar mais difícil ainda. Todo mundo entendeu?

Eu acho que os fatos desta semana contribuem para reduzir o tráfico de armas e de drogas por via aérea. O último de que nós tomamos conhecimento foram aquelas 117 armas, se não me engano, capturadas.

Então eu quero, em nome dos Senadores do Mato Grosso do Sul aqui presentes, incluir como uma das duas emendas, a seguinte emenda: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

Isso porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não pode só ficar cuidando do crime, tem que, pelo menos, fazer um alerta sobre como evitá-lo. E, hoje, eu não tenho dúvida nenhuma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sim, e há uma específica também que ele acatou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu proponho a específica, que foi apresentada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Há a Emenda 99, Senador Espiridião Amin: "Fortalecimento das instituições de segurança pública nas fronteiras", do Senador Nelsinho, que foi acatada. É a 99.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se ele considera que está acatada, eu também considero. Mas quero lembrar que existe essa proposta, ela foi... O número da emenda... (*Pausa.*)

Eu não tenho, mas o Programa é o 2058, que abrange outras metas, digamos.

E a ação da meta do Programa 2058, no caso, é a ação 14T5.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pergunto a V. Exa., só auxiliando o nosso Relator, até porque V. Exa mesmo disse que é uma emenda de interesse da nossa Bancada do Mato Grosso do Sul, qual seria o número da emenda, porque por programa nós não temos como...

Aqui nós temos a Emenda 99, acatada pelo Relator, do Senador Nelsinho, que inclusive é mais abrangente e atende em um primeiro momento a demanda de Mato Grosso do Sul, que é o fortalecimento das instituições de segurança pública na fronteira, e, com isso, especificamente sobre o sistema Sisfron.

Há a Emenda 99... Como a janela está aberta, nós podemos depois colocar os valores e... No futuro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Até porque os valores não são agora, é só a prioridade política.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida. E nós agradecemos a V. Exa. por defender os interesses... Um catarinense, defendendo os interesses de Mato Grosso do Sul, porque que é interesse do Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Nelsinho Trad já estava com um olhar como se dissesse "o que ele está se metendo conosco".

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Esperidião Amin, V. Exa. é o quarto Senador do nosso Estado, é por isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, continua em discussão a matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra para discutir a Senadora Rose de Freitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sra. Presidente, eu queria localizar, porque já foi um pleito apresentado na própria CMO. E, como emenda da Bancada Feminina, eu gostaria de saber se há algum programa que trata da questão várias vezes discutida aqui, que é a questão da segurança, da modernização de projetos protetivos em relação à segurança da mulher.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senadora...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Violência contra a mulher, a emenda está aqui... (*Pausa.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É a Emenda 121, que foi acatada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Não. É a Ação 218-B, iniciativa que foi até apoiada na...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A Emenda 121, que, pela Ação 218-B... Políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Foi acatada, Srª Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A que foi acatada foi a Emenda 121, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Apenas para saber, é do código... Políticas para as mulheres, promoção da igualdade e enfrentamento à mulher...

Quando há várias... O Relator optou por uma mais abrangente, que possa incluir dentro da meta vários programas mais específicos, porque foram várias as emendas apresentadas – no caso da mulher, acho que estou com mais de 20, e houve a opção por uma que pudesse ser a mais urgente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Qual foi a mais...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi a de nº 121.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Que diz...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ela é abrangente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Política de igualdade e enfrentamento à violência contra a mulher e, no caso aqui, política para as mulheres: Promoção da igualdade e enfrentamento à violência contra a mulher.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Desculpe, Senador Jorginho, onde mais nos ressentimos de termos recursos para o combate à violência, um dos maiores argumentos que me incomodaram bastante foi quando até o Juiz Moro, o Ministro Moro, argumentou que não tinha recurso de natureza nenhuma para nós adotarmos o programa Botão do Pânico, que é um programa que deveria ser nacional, e não apenas no meu Estado e ocasionalmente em alguns Estados.

Se pudéssemos reforçar a do enfrentamento... Na promoção da igualdade há sempre um pouco de recurso que a gente aprova nominalmente lá na CMO, mas a questão do enfrentamento à violência carece de recursos permanentemente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É por isso, Senadora Rose, que nós abrimos essa janela para, no momento certo, na LDO, apresentar as ações específicas. Agora são políticas de igualdade e enfrentamento à violência contra a mulher de forma abrangente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Muito bem, eu tenho que aceitar porque até não tive oportunidade de discutir em outras situações a questão do Orçamento, mas continuo a dizer que nós frequentamos há muitos anos o Ministério da Justiça trazendo a questão do Botão do Pânico, que é um instrumento de proteção em relação à mulher, e nós não temos um tostão, mas para os programas de igualdade e promoção nós temos... Mas tudo bem, tenho que aceitar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para esclarecer a Senadora Rose que não há nenhuma emenda nesse sentido, por isso o Relator não pôde avaliar. Não há emenda nenhuma nesse sentido. E lembrando que isto aqui é inclusão de meta e está o tipo aberto. Consequentemente, poderemos estar aproveitando, através dessa emenda acatada pela Comissão; incluindo *a posteriori.*

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de verificar a possibilidade de o Relator, ou se há nas emendas acolhidas por ele, e eu entendo a dificuldade de escolher duas emendas em meio de mais de cem emendas, mas apresentei, Sr. Relator, duas emendas, uma no sentido de não se contingenciar recursos da segurança pública, e a outra foi destinando, no mínimo, 10% a mais dos recursos destinados para a modernização e fortalecimento de instituições de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pública em localidades formalmente reconhecidas como de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, que é o caso específico de Roraima.

Gostaria de saber de V. Exa. se nossa emenda está, de certa forma acolhida, porque eu creio, V. Exa. deve entender, que Roraima é uma exceção nos últimos anos no Brasil, principalmente na questão da segurança pública?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – As suas Emendas são a 3 e a 4?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – A 3 e a 4.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu acatei todas as emendas de texto.

Então todas elas serão remetidas para o relator da LDO.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu agradeço a V. Exa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação as emendas.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As emendas estão aprovadas e a matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai declarar encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 12 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia quatro de julho de dois mil e dezenove, no anexo II, ala Senador Alexandre Costa, plenário nº 3, sob a presidência do Senador Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Major Olimpio, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Renilde Bulhões, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Weverton, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Registram presença os Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 35/2019 - CCJ, de autoria Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), e REQ 37/2019 - CCJ, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Finalidade: Debater o registro, posse e porte de armas no Brasil. Participantes: Sr. DANIEL ALVES TERRA, Presidente da Associação Nacional de Caça e Conservação; Sr. JOÃO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA, Diretor de Operações da Polícia Rodoviária Federal (representante de Adriano Marcos Furtado, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal); Sra. ISABEL FIGUEIREDO, Representante do Fórum de Segurança Pública; Sr. JODSON EDINGTON JUNIOR, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo; Sra. MICHELE DOS RAMOS, Assessora Especial da Diretoria do Instituto Igarapé; Sr. FELIPPE MARQUES ANGELI, Gerente de Advocacy do Instituto SOU DA PAZ; Sr. KLEBER LUIZ DA SILVA JUNIOR, Delegado de Polícia do Distrito Federal (representante do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Civil); Coronel DIMAS SILVÉRIO DA SILVA, Membro da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro (representante do Ministério da Defesa); Sr. JOÃO BOSCO TEIXEIRA, Consultor Jurídico (representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.); Sr. PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA, Especialista em Segurança Pública e Coronel da Reserva da PM/CE e Sr. EVERARDO DE AGUIAR MELO, Representante da Rede Desarma Brasil. Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Bom dia, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o registro, posse e porte de arma de fogo no Brasil, conforme os Requerimento nºs 35, de iniciativa do Senador Alessandro Vieira, e 37, de iniciativa do Senador Veneziano Vital do Rêgo, acrescentando aqui a referência ao Senador Major Olimpio, que também teria colocado, em conjunto com a Senadora Selma, requerimento nesse mesmo sentido.

Esta reunião tem caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. O cidadão que queira encaminhar qualquer comentário ou pergunta poderá fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o 0800-612211.

Eu convido logo, para compor a Mesa, João Francisco Ribeiro de Oliveira, representante da Polícia Rodoviária Federal; Daniel Alves Terra, Presidente da Associação Nacional de Caça e Conservação; Jodson Edington Junior, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo; Michele Ramos, Assessora Especial da Diretoria do Instituto Igarapé; Felippe Marques Angeli, do Sou da Paz; e Kleber Luiz da Silva Junior, representante do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil.

Informo que foram convidadas 14 autoridades e, destas, duas justificaram a ausência: o Sr. Maurício Valeixo, delegado, Diretor-Geral da Polícia Federal, e o Sr. Benedito Gomes Barbosa Junior, Presidente da ONG Movimento Viva Brasil.

Tudo bom, Michele? Bom dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, para saber...

Qualquer indagação é depois de cada um ou depois de todos?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senador, eu acredito que mais produtivo será conceder para cada um deles dez minutos de exposição, com uma eventual extensão, caso seja necessário, e fazer a indagação pelo bloco – dos seis. Eu acredito que a gente vai conseguir dar uma celeridade maior, até porque entre eles existem divergências de opinião e de cenário.

Esclarecendo a quem está nos acompanhando que o objetivo aqui é colher o máximo de informações técnicas sobre a temática...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Certo. Era só uma indagação.

Então, eu queria me inscrever para depois, naturalmente, dos autores dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito, já fica registrada a inscrição do Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Com certeza o senhor aqui tem preferência total, Senador Espiridião Amin.

Fazendo novamente essa introdução, o objetivo aqui é tratar, de uma forma técnica, de uma demanda que está posta na sociedade e que é uma demanda colocada como central pelo Governo Federal, que editou uma série de decretos, enviou projetos legislativos.

O levantamento que fizemos, por determinação do Sr. Presidente da Casa e da Presidente da CCJ, Senadora Simone Tebet, me colocou na condição de Relator de 18 projetos, só no âmbito da CCJ. É um tema que já vem rolando pelas Casas Legislativas há décadas e precisa de um tratamento que seja mais moderno e adequado.

Então, sem mais delongas, eu passo logo a palavra para o João Francisco, que representa aqui a PRF.

À vontade.

O SR. JOÃO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

No quesito específico do assunto que a gente vai discutir, a PRF, como obrigação legal inclusive, há de fazer cumprir a legislação, que é o que está sendo discutido, e, nesse aspecto, tanto a questão do registro quanto a questão documental não são uma atribuição nossa hoje, mas o efeito, sim, das características que vão ser determinadas para quem conseguir ter a posse e o porte do armamento. E o viés nosso de enfrentamento à criminalidade, o definir se é crime ou não, vai partir dessas discussões.

E sabemos, é uma questão estatística, que as mortes violentas estão também muito vinculadas ao uso das armas de fogo pelas organizações criminosas. No enfrentamento que fizemos, prioritário, aos crimes em geral e, em especial, aos delitos transnacionais, o nosso foco, hoje, prioritário está no enfrentamento ao tráfico de drogas, de armas e ao contrabando, que são fontes tanto de financiamento do crime organizado em geral, mas também como uso de proteção de territórios e tudo o mais, e isso vinculado muito mais aos criminosos do que aos cidadãos, que não estão nessa perspectiva que é a da discussão. E, aí, ela é uma questão, além de segurança pública, de discussão jurídica, é uma questão do direito individual, de saber se o cidadão pode ou não ter o direito ao uso do armamento.

Do aspecto nosso, da Polícia Rodoviária Federal, todo o nosso planejamento operacional, mas a partir da própria estratégia, vai decorrer do que ficar definido no campo da legislação.

A questão, hoje, é que a gente, quando flagra o armamento vindo de fora do País, no campo do tráfico ou no campo do uso, nas grandes cidades, a suspeita fundamentada, que gera as buscas pessoais, a revista propriamente dita, tanto ao veículo quanto à busca pessoal, tudo isso que é a suspeita fundamentada, que a gente vai estabelecer como estratégia de trabalho operacional para quem está no dia a dia, executando a atividade, vai depender fundamentalmente do que ficar definido no campo da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Bom, primeiro de tudo, agradeço pela brevidade da exposição. Ajuda muito, considerando a quantidade de inscritos.

Eu gostaria, João, que você me indicasse alguns pontos objetivos: o tamanho do déficit de pessoal que a PRF tem hoje e as eventuais dificuldades operacionais que vocês têm para a segurança em rodovias federais, que é por onde transita o armamento ilegal que mata no Brasil.

O SR. JOÃO FRANCISCO RIBEIRO DE OLIVEIRA – Bom, nós temos uma necessidade operacional de 18 mil policiais, mas o efetivo previsto na legislação atualmente é de 13.098 policiais, e atualmente nós temos 9.940, e é um número que diminui a cada dia, em função das aposentadorias e outras saídas de policiais.

Dentro dessa perspectiva, então, de uma necessidade de 18 mil e numa realidade de 9.940 policiais, o que nós fazemos, no campo da estratégia, é selecionar as prioridades, e, aí, dentro dessa perspectiva, há inteligência policial, integração com os outros órgãos, emprego de tecnologia, e a definição do que é o enfrentamento prioritário.

E aí volto a dizer: apesar de nós termos apreensões crescentes, decorrentes de tráfico de drogas e de armas, que é o assunto que estamos discutindo, se nós pegássemos todo o nosso efetivo, que é de menos de 10 mil policiais, e colocássemos na linha de fronteira, ainda assim não seria possível fazer um enfrentamento efetivo e qualificado, porque há vários modais de entrada no País, por vias terrestres, marítimas, aéreas, e, aí, não há solução longe da integração – consequentemente, do uso da tecnologia também.

O que hoje a gente tem feito, e os números representam isso, é proteger os mercados consumidores também. E, a título apenas exemplificativo, o aumento das apreensões de fuzis, de munições, no Rio de Janeiro, não estão necessariamente na linha de fronteira essas apreensões, mas nos principais corredores estratégicos que levam ao mercado consumidor. E, em âmbito internacional, é um consenso e no País é a mesma situação: nós temos cocaína e derivados e armas sendo como um meio de deslocamento marítimo e aéreo e, em algum momento, claro, pega a via terrestre, e isso reforça o raciocínio de que a gente precisa concretizar o consenso teórico da integração de sistemas, da integração de metodologias de trabalho das diversas forças de fiscalização federais, municipais e estaduais.

Uma outra perspectiva importante de destacar: ontem houve uma audiência pública na Câmara sobre segurança pública na zona de fronteira. É também a situação de que nós temos um modal, que é o ferroviário, onde não há policiamento efetivo: ou ele é inexistente, ou insuficiente. E é possível, hoje, embarcar uma mercadoria ilícita, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, vinda do Paraguai, e chegar até um porto em São Paulo, utilizando praticamente apenas este modal, de forma que daí reforço, volto a dizer: não há solução fora da integração e também do uso cada vez mais intenso de inteligência policial.

Mas, respondendo objetivamente à sua pergunta: a missão, para a PRF poder cumpri-la, nós precisaríamos ter o dobro de policiais que temos hoje, e isso gira em uma forma, é uma desculpa para que a gente não tenha o compromisso inafastável de fazer o melhor possível com o que temos disponível. Mas, dentro do que temos disponível, há os resultados que estamos aí apresentando, de aumento de apreensões, aumento de resultados, tanto no campo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da segurança viária quanto no campo da segurança pública, mas com a limitação – que é a maior necessidade também – de capital humano.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Obrigado, João, pela colaboração.

Eu passo a palavra ao Sr. Daniel Alves Terra, Presidente da Associação Nacional de Caça e Conservação. E logo em seguida falará também o Jodson, pelos atiradores esportivos.

Daniel, hoje existe toda uma divulgação midiática da situação dos CACs. Então, eu gostaria que você aproveitasse este espaço para traduzir a realidade para o cidadão brasileiro, o que, hoje, você já pode fazer com a legislação existente e quais são as demandas reais que as atividades que vocês exercem apresentam para a sociedade.

O SR. DANIEL ALVES TERRA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Antes de falar do CAC como um todo, eu gostaria de expor aqui a questão do javali.

O javali é um problema muito sério. Não vem sendo tratado da maneira correta, como deveria.

Nós temos estudos preliminares da Confederação Nacional da Agricultura que apontam: se houver um surto de aftosa e peste suína no Brasil, desencadeado pelo javali, isso pode levar a um prejuízo de R$42 bilhões e 3 milhões de empregos. Então...

Para vocês terem uma ideia, na Alemanha... O javali é um animal nativo de lá, da Europa. Na Alemanha, existem 300 mil controladores armados fazendo o controle do javali. Não tem esse excesso de regramento, e no Brasil ele é um animal exótico e é tratado de uma maneira que não deveria ser tratado: ele não é encarado, hoje, como uma praga.

Nós temos hoje, no Brasil, 40 mil controladores de javali cadastrados no Ibama. Estar cadastrado no Ibama não quer dizer que essas pessoas estão habilitadas a portar ou transportar armas de fogo para o controle do javali. A grande maioria dessa base do Ibama são pessoas que se cadastram, fazem a sua inscrição no Cadastro Técnico Federal para fazer o controle do javali, mas sem utilizar arma de fogo.

A própria legislação é engessada, porque ela torna poucos eletivos para o controle com arma de fogo. Você precisa ter mais de 25 anos, você precisa ter sete certidões negativas criminais... Não é preciso dizer que uma pessoa não vai esperar completar 25 anos para cometer crime, não é? Para você poder tirar um CR você tem que ter pelo menos 25 anos; passa pelo mesmo crivo do porte, que é instrutor de tiro; passa por um laudo psicológico; você tem uma vistoria do Exército, para verificar a segurança da guarda de acervo... Cada arma, cada munição adquirida ou utilizada é fiscalizada pelo Exército.

E o processo não é barato. O processo de concessão de CR, hoje, gira em torno de 4 ou R$5 mil até 15, R$20 mil. Dentro da realidade, hoje, burocrática que a gente tem, o Exército não está hoje equipado, habilitado, vamos dizer assim, para atender à demanda de CACs que existe hoje. Então, esse processo demora, em média, um ano e meio a dois anos para a pessoa estar com essas armas em condição de utilização, para o controle do javali. Então, fica registrado aqui que é uma demanda que é crescente.

Boa parte do aumento do número de CACs no Brasil se deve ao controle legalizado do javali – isso não pode ser esquecido em momento nenhum –, e são pessoas que estavam na ilegalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cultura de caça no Brasil nunca foi abolida. A Lei 5.197, de 1967, proíbe a caça comercial, e ficou pendente a regulamentação da caça esportiva. Mas na realidade, por falta de estrutura, falta de fiscalização e uma cultura muito forte de caça – essa cultura nunca deixou de existir no Brasil –, as pessoas caçavam outros animais – animais silvestres – ilegalmente, utilizando-se de armas ilegais também.

Então, quando a gente se propõe a pegar essas pessoas, trazer para a legalidade, essas pessoas se tornam entes colaborativos, vão começar a tratar o problema do javali do próprio bolso, fora a questão do CR.

Estima-se que um javali custe para o controlador... Cada javali é abatido em torno de R$1,7 mil reais.

A gente traz essa pessoa para a legalidade e a gente começa a combater a cadeia produtiva do crime, porque a pessoa que compra uma arma ilegal, assim como a pessoa que compra drogas também, alimenta uma cadeia produtiva do crime. Então, quando essas pessoas vêm para a legalidade, elas vêm dispostas a se aborrecer; vêm dispostas a gastar muito – não é barato; vêm dispostas a encarar uma burocracia que, na maioria das vezes, não faz sentido – e, algumas vezes sem ter os seus direitos respeitados.

Eu digo que ser controlador de javali no Brasil, hoje – eu estou focando muito na questão do controle do javali porque há um colega que vai falar da parte do tiro esportivo, embora sejamos também atiradores esportivos –, não é uma situação fácil. E são pessoas denominadas de bem!

Ninguém chega com 25 anos fazendo bobagem. Ninguém vai se...

Se a pessoa quiser ter uma arma ilegal... Uma arma ilegal custa, hoje, mais barato que uma arma legal. É muito mais barato! Se a pessoa quiser ter munições ilegais, é muito simples! O cara vai à feira, na esquina, a Feira da Marreta, lá em Goiânia, do lado da Pecuária, o cara compra o que ele quiser lá. E é assim há décadas! Essas pessoas que se submetem a toda essa carga da legislação são pessoas que querem fazer corretamente.

E você não escuta, ninguém escuta falar – pelo menos eu, particularmente, nesses anos em que estou nessa área – de crimes cometido com armas adquiridas com essa finalidade. Caçador, atirador, colecionador... Essas pessoas não compram armas para cometer crime. Quem comete crime não vai passar por aquilo que... Não se submete ao que nós nos submetemos. Isso tem que ser levado em consideração.

É muito caro, é muito difícil... É muito mais fácil estar na ilegalidade. E desafio qualquer um aqui a mostrar, em números, armas que são adquiridas para a finalidade de caça, tiro e colecionamento que estão sendo utilizadas para o crime. Isso é uma grande bobagem. Essas armas não são utilizadas para essa finalidade.

O criminoso que vai lá e compra um fuzil traz do Paraguai, traz dos Estados Unidos, em navio. Nós temos milhares e milhares de quilômetros de fronteira terrestre e mais 14 mil quilômetros, se não me engano, de costa marítima. Não há efetivo que controle isso.

A grande bobagem talvez seja querer controlar o cidadão de bem. Quem não é de bem já está armado.

Nos nossos clubes de tiro, nas nossas entidades de caça, não chega um cara com arma ilegal. O cara não vai caçar javali com essa arma. Essa arma ilegal é produto de crime, para a finalidade de crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria ressaltar aqui, sobre os decretos do Presidente Jair Bolsonaro, no que concerne à atividade de caçador, atirador e colecionador.

O Estatuto do Desarmamento diz, lá no seu art. 6º, que: "É proibido o porte de arma de fogo em todo o Território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para..." No inciso IX: "para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo...".

Caçador, atirador e colecionador têm direito, por lei, desde 2003, ao porte de armas. Desde 2003! Nunca foi respeitado. São 16 anos de descaso.

A mídia não pode perverter o direito alheio. A pessoa tem todo o direito de não se sentir segura; a pessoa tem todo o direito de não gostar; mas não tem o direito de fazer movimento contra a legalidade. É uma questão de legalidade!

Nós temos o direito ao porte de arma, resguardado, desde 2003. Não há nenhum CAC aqui no Brasil – nenhum CAC, no Brasil –, desde 2003, que conseguiu o porte de arma alegando estar de acordo com a Lei 10.826, simplesmente porque o delegado da Polícia Federal chega e acha que ele não tem esse direito. Então, não funciona assim.

Quando o Presidente Bolsonaro vai lá e determina o que é calibre permitido e restrito e ele coloca aqui 1.620 joules, que é o limite para, acima disso, ser calibre restrito, ele está dentro do seu direito.

Olhem só o que diz o art. 23 da mesma Lei 10.826 – o Estatuto do Desarmamento diz isso: "A classificação legal, técnica e geral, bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos, permitidos ou obsoletos e de valor histórico serão disciplinadas em ato do Chefe do Poder Executivo Federal...".

O Presidente tem o direito de dizer, sim, o que é e o que não é calibre. Está na lei! Não há que se contestar...

Há outros tópicos que podem até ser passíveis de contestação. Essas coisas não. Está perdendo tempo, energia e ocupando as pessoas, para ir contra a legalidade. A coisa não funciona assim.

Então, agora, resumindo aquilo que o senhor disse, as dificuldades... Nós enfrentamos um caso muito sério que é, nos submetendo a toda essa burocracia e a esse custo individual de cada um, nós termos o acesso à posse de armas, isso está regulamentado pela Lei 10.826, nós termos o direito ao transporte da arma desmuniciada para as atividades, que é o porte de trânsito, regulamentado pela Portaria 28 – houve uma comoção desnecessária, porque também está no texto da Lei 10.826 o direito ao porte de trânsito, que é você andar com a arma municiada até o local de prática esportiva e retorno, até para não ser roubado –, no entanto, eu tenho que deixar minhas armas em casa. Eu não caço o tempo todo, eu não atiro o tempo todo. Eu deixo minhas armas em casa, mas o bandido sabe que eu sou caçador, sabe que eu sou atirador. A minha pessoa está em risco constante. E aí, desde 2003, nós, como categoria, temos direito ao porte, e isso não é regulamentado.

Imaginem quantas pessoas foram expostas ao risco desnecessariamente porque as pessoas não respeitam direitos! O direito de não gostar existe, o direito de não concordar existe, mas o direito de contestar o que é legal não existe. Há que se respeitar a Lei 10.826.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Daniel, obrigado.

Eu gostaria só que você adiantasse dois pontos. Você se referiu a 40 mil controladores da praga do javali. Do total de caçadores no Brasil, você tem esse número ou uma estimativa? E com relação à quantidade de armas e munições para a atividade, me corrija se não são já 12 armas para uso do caçador especificamente e a quantidade de munição para isso.

O SR. DANIEL ALVES TERRA – Até antes da emissão do decreto, a quantidade de armas eram 12 para o acervo de caça, sendo até 8 de calibre restrito, 500 munições por arma por ano, sendo do mesmo calibre da arma que você tiver apostilada no seu registro. Quem não atira acha 500 munições muita coisa. Este final de semana, treinando a minha capacidade técnica para poder controlar javali, eu atirei 600 munições, dei 600 tiros. Como é que se pegam 500 por ano? Um policial, no curso de formação – o Major me corrija se eu estiver enganado –, faz de 80 a 100 disparos. Na maioria das vezes, ele passa uma carreira inteira sem atirar de novo. Então, essa quantidade é ilusória.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DANIEL ALVES TERRA – Com relação à quantidade de controladores, a gente tem esse número, que é centralizado agora, através do sistema Simaf, do Ibama, mas o número de controladores de caçadores na Associação Nacional de Caça e Conservação é de 2.000 controladores legalizados e aptos para o controle de javali. É difícil fazer uma estimativa total, porque não há a centralização desses números ainda. Porém, o que eu posso dizer aos senhores é que, se a Alemanha tem 300 mil controladores de javali, nós precisaríamos ter no Brasil, no mínimo, um milhão e, se não me engano, não chega a 100 mil CACs (caçadores, atiradores e colecionadores).

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Daniel.

Passo a palavra agora para o Jodson, que fala pelos atiradores esportivos, nessa mesma linha, por favor, para a gente ter uma noção, porque a maior parte da população brasileira não sabe o que há hoje de regramento e o que demanda a atividade que vocês exercem para justamente a gente poder descrever essa métrica de quantidades e calibres de uma forma mais racional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... as três categorias de atiradores, enfim, tudo isso pode descrever aqui.

Obrigado.

O SR. JODSON EDINGTON JUNIOR (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador.

Obrigado, Senador Alessandro.

Senhoras e senhores, a nossa Confederação Brasileira de Tiro existe desde 1906 e foi responsável pela conquista da primeira medalha olímpica de tiro, e primeira medalha olímpica do País, como também da de prata e da de bronze em 1920, na Antuérpia, conquistada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenente Guilherme Paraense, por Afrânio da Costa, Peixoto e outros atiradores da equipe, que, na época, tiveram dificuldade para levar seu armamento. Chegaram à Europa por navio. Contaram o caso que perderam as armas, desviaram as armas, eles tiveram um empréstimo de armas dos americanos e conseguiram conquistar essa medalha com armas emprestadas.

Nós temos uma legislação, desde aquela época, que é regulamentada pelo Exército Brasileiro, que nos ajuda e que é uma legislação bem diferenciada, ao contrário do que muitas pessoas pensam, achando que o atirador chega a uma loja, a uma fábrica e compra arma de qualquer maneira. Como foi colocado aqui pelo Daniel, nós temos uma legislação específica, rígida, que cobra bastante dos atiradores, dos clubes, das federações e das confederações.

Para que se inicie tiro esportivo, ainda não existe uma regulamentação, inclusive, que trate claramente, nem a Lei do Desarmamento, de um curso básico de tiro. Para vocês terem uma ideia, até hoje, nem a Lei do Desarmamento – que não deveria se chamar Lei do Desarmamento e, sim, lei do armamento, porque o plebiscito aprovou a fabricação de armas e munições, a venda e a comercialização, e nós não temos até hoje nessa regulamentação... Nós precisamos, nós do tiro esportivo, de uma quantidade de tiros, como colocou o Senador que... Só para vocês terem uma ideia, estou há 40 anos no tiro esportivo, já fui dez vezes campeão brasileiro, nove vezes campeão sul-americano, fui a três Jogos Pan-Americanos, ganhei duas medalhas – em Cuba, em 1991; em Mar del Plata, em 1995 –, tive um recorde pan-americano e chegava a dar de 400 a 500 tiros por dia de quatro a cinco vezes por semana. Nós temos atiradores hoje que chegam a dar 500, 600, 700 tiros. E nós não temos nenhuma fábrica neste País que produza, por exemplo, para as modalidades olímpicas, produtos de alta qualidade. Nós temos que importar o nosso material.

Então, além da própria legislação, que exige toda uma documentação muito rígida, que exige todo um controle por parte do Exército, o que deve existir, e que nos protege em relação a isso, de vez em quando, estamos vendo algumas campanhas contrárias ao tiro esportivo, que exige uma disciplina muito grande, tem um controle muito grande.

Nós não temos, nesses 40 anos em que eu venho participando do tiro esportivo, nenhum registro de acidente, de crime. Desafiei, em várias matérias, em várias palestras, inclusive, e em várias entrevistas, jornalistas, dizendo: desafio qualquer um a fazer uma pesquisa oficial, e nós temos os órgãos oficiais para isso, e a própria Justiça, para saber quantos atiradores esportivos que têm porte de arma ou que tinham porte de arma cometeram crime. Esse é um dado estatístico muito forte que deveria ser apresentado, mas não interessa isto para a imprensa: divulgar tanto esse tipo de coisa.

Do que nós precisamos agora também? Temos uma dificuldade, primeiro, com as alíquotas e os impostos que existem neste País para o tiro esportivo. Nós temos uma dificuldade muito grande. Primeiro, porque temos 45% de IPI (Imposto sobre de Produtos Industrializados). Segundo, que, além disso, além de outros impostos federais, nós temos ainda os estaduais. O meu Estado da Bahia, por exemplo, tem a maior alíquota de ICMS do País por unidade da Federação, que é de 38% mais 2%, 40%. Então, quando se compara uma Taurus, que fabrica material que também é vendido nos Estados Unidos por trezentos e poucos dólares, uma pistola nacional, para ser utilizada pelos policiais, também para tiro esportivo e também para os agentes de segurança pública, que custa aqui no Brasil de R$4 mil a R$6 mil, dependendo do Estado, por conta dessas alíquotas, vemos que a diferença é absurda. Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformarmos isso em dólar, trezentos e poucos dólares, vamos botar U$400, vai de R$1,6 mil para R$4 mil ou R$6 mil, uma diferença absurda. Isso também é um incentivo ao contrabando, por essa facilidade que foi colocada, por tudo isso poder ser conquistado em países vizinhos ao nosso.

O tiro esportivo, cada vez que passa, precisa mais desse apoio tanto do Senado quanto do Congresso, para que elaborem leis que protejam o nosso tiro esportivo em relação às modalidades olímpicas. Nós temos modalidades de que nós precisamos participar.

Recebemos ontem uma grande notícia de um júnior atirador que está em um campeonato mundial na Itália e conquistou, como júnior, o título de campeão mundial, atirando com espingarda calibre 12.

Esses atiradores com espingarda calibre 12 chegam a dar 500, 600, 700 tiros em um dia quando há cartucho. Mas o custo tão elevado, como o que nós temos neste País, dificulta bastante tudo isso.

E temos essa legislação. Para que ele pudesse chegar lá, nós tivemos toda a documentação sendo feita pelo próprio Exército, uma guia de tráfego sendo emitida pela própria Polícia Federal, controle no aeroporto para chegar àquele país, controle para sair daquele país, controle para comprar cartucho naquele país.

Então não é uma modalidade que pode ser praticada por qualquer um, como alguns da imprensa têm comunicado. Ninguém se torna atirador de um dia para o outro. Há toda essa documentação, teste tem que ser feito, um acompanhamento dos próprios dirigentes das entidades esportivas e principalmente do Exército.

Por isso nós pedimos, imploramos que pensem no esporte também, o tiro esportivo, que não tem nada a ver com a criminalidade, que não tem nada a ver com a bandidagem, que não tem nada a ver com o contrabando de armas.

(*Interrupção do som.*)

O SR. JODSON EDINGTON JUNIOR – Nós temos uma condição de controle e lutamos para que continue rígido. O que nós queremos é exatamente praticar o esporte de forma legal, ajudar, inclusive, também as instituições públicas de segurança, porque nós temos atiradores que também são instrutores de tiro, nós temos uma regulamentação muito forte também para alguns instrutores. Como eu também sou instrutor de tiro, passamos essas informações, essas instruções para alguns desses profissionais da área de segurança para que possam ajudar. O tiro esportivo corre paralelo com essas entidades de segurança pública. E também nós contribuímos com a parte de treinamento para eles. Precisamos que...

Esse decreto que vem para o tiro esportivo, como foi colocado pelo Daniel, já existe desde 2003. Até então nós tivemos algumas regulamentações que são mudadas com o tempo, algumas penalidades para o tiro esportivo sem nenhuma justificativa palpável, sem nenhum índice, sem nenhum critério. Acham que atirador vai portar arma de qualquer jeito. Não porta arma de qualquer jeito. Só precisamos ter critérios rigorosos para os testes.

Porte de arma é um direito que não foi dado para a gente, desde 2003, como foi colocado aqui. Para ter esse direito o atirador, basta apenas criar um critério mais rigoroso. O atirador tem um diferencial: ele treina, ele tem habilidade técnica. É só fazer um teste mais rigoroso para ele. Agora, temos outras classes que estão conseguindo esse mesmo porte sem fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum exame, sem fazer nenhum teste de tiro, sem praticar. Então, que direito eles têm, que habilidade eles têm a mais do que a gente? Nós não queremos ter mais do que ninguém, mas queremos provar que qualquer um de vocês ou qualquer um de nós poderia fazer um teste de habilitação para dirigir uma carreta ou um carro para a categoria B ou a categoria D. Porém, aqueles que tiverem mais habilidade vão passar na D para poder dirigir uma carreta.

Nós queremos ter a condição de nos submeter a cursos, a treinamentos, porque nós podemos chegar a qualquer nível que os senhores possam exigir, que a sociedade possa exigir. Mas não podemos também defender o uso indiscriminado. Isso nunca aconteceu nem pela Confederação, muito menos pelas leis. E os decretos estão aí! Ao contrário do que a imprensa, às vezes, divulga, que todo mundo vai ter arma. Não é assim. Com o atirador não pode ser assim. Nós temos níveis: nível 1, nível 2, nível 3. Limita-se, inclusive, a quantidade de arma. Para o nível 1 são 4; para o nível 2 são 8; para o nível 3 são 16 armas. E nós temos a quantidade de munição também limitada: 4.000, 10.000 e 20.000. Essas 20.000... Como eu disse para vocês, houve ano que eu cheguei a dar quase 50 mil tiros. O Exército nos permite, provando que estamos na equipe brasileira, com treinamento intensivo, mostrando que estamos na equipe para participar, ter condições de fazer essa compra.

O que é que inviabiliza muito isso no País? Os custos, os impostos, os valores absurdos das munições tanto para as instituições públicas de segurança como também para a Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, para a de caça, para as outras confederações que existem para a prática de tiro esportivo.

Então, nós precisamos exatamente de uma nova legislação, desses impostos, dessas isenções e da mudança dessas alíquotas para que a gente possa praticar o nosso tiro esportivo com mais facilidade, mais segurança e trazer mais títulos para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Jodson, obrigado por também comprimir o tempo dentro daquilo que foi previsto.

Só mais alguns pequenos esclarecimentos para orientar a audiência: a quantidade de atiradores que nós temos cadastrados no Brasil – você tem esse número? –, a questão da idade para o início da prática do esporte e a sua observação, sua análise com relação às quantidades de armas já permitidas. Como atirador do nível mais elevado, certamente está no nível 3, óbvio, teria acesso a até 16 armas; delas, 8 restritas. Esse número é suficiente, é excessivo, o que você descreve?

O SR. JODSON EDINGTON JUNIOR – Nós temos hoje praticada no País uma quantidade que ultrapassa 70 modalidades de tiro esportivo, e algumas delas são específicas para algumas armas. Então nós temos que ter uma quantidade maior. E todas elas são controladas pelo Exército.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JODSON EDINGTON JUNIOR – Então, independentemente de serem 4, 16 ou 30 armas, nós precisamos de que essa autorização aconteça, porém ela é controlada. Os atiradores têm que praticar. O Exército hoje exige na própria legislação que ele tenha habitualidade, e essa habitualidade é comprovada pelas entidades, emitindo, inclusive, seus certificados. Se ele não consegue treinar e praticar o tiro esportivo, ele não consegue renovar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CR. Isso é uma exigência. Então ter 20 ou 30 armas é irrelevante, essa quantidade, em relação a esse controle que algumas autoridades ou parte da imprensa estão querendo divulgar em relação a isso. Nós precisamos sim ter uma liberdade maior para comprar maior quantidade de armas. Para os atiradores de nível 1 não deveria existir essa quantidade de quatro. Quatro modalidades, quatro armas é muito pouco! Nós temos muito mais modalidades do que isso. Precisamos disso.

O atirador não tem uma idade mínima para se iniciar. Nós temos, inclusive, previsão na legislação de que os pais possam autorizar o atirador a frequentar. Nós tivemos, em 1992, nas Olimpíadas da Espanha, um atirador de 16 anos que foi campeão olímpico, da Eslovênia. Para que ele tinha sido campeão olímpico em 1992, imaginem com que idade ele deve ter começado. Eu comecei com meus 20 anos. Infelizmente meu pai não me incentivou a isso, tive um tratamento altamente diferenciado. Hoje a legislação nos permite iniciar, existe disciplina, concentração, uma regulamentação muito exigente, documentação. Então não é qualquer um que inicia nessas condições. Então nós precisamos prever que o jovem, o atirador júnior, o atirador jovem, possa começar tanto com ar comprimido, quanto com a 22, quanto com a espingarda calibre 12 sem nenhum problema, com toda segurança, como nós temos com os técnicos e a regulamentação dos clubes.

A quantidade de atiradores que nós temos hoje no País. Para vocês terem uma ideia, a Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, que é essa especificamente que eu estou representando aqui, tem apenas 10 mil registrados. Nós temos quase 200 mil CACs registrados neste País, o que ainda é muito pequeno pela população que nós temos.

E quanto aos praticantes, nós temos alguns clubes que não chegam nem a ser filiados às federações, muito menos às Confederações, mas são praticantes. Nós temos as Regiões Sul e Sudeste com a maior quantidade de atiradores deste País por conta da colonização, por conta dessa prática, por conta do lado cultural, mas a disciplina continua, do mesmo jeito que existem alguns países, é o caso da Suíça, onde cada um que serviu as Forças Armadas tem suas armas dentro de casa, como o americano, que é onde há o maior mercado, quero relacionar isso, onde há as maiores competições do mundo, onde se pratica bastante. E nós temos aqui uma dificuldade tão grande para se iniciar, para se manter, para adquirir, para importar esse material! Então nós temos tudo para poder mostrar para os senhores que nossas modalidades estão abertas.

Nós vamos realizar agora, em agosto, a Copa do Mundo no CMTE (Centro Militar de Tiro Esportivo), um dos maiores legados olímpicos que ficou para o Brasil, que é administrado também pelo Exército, com o apoio da Confederação Brasileira de Tiro. Nós teremos mais de 70 países representados por quase 600 atletas. E é onde será gerada vaga para as Olimpíadas de Tóquio em 2020.

Convido todos a que possam comparecer, ver o que é o tiro esportivo praticado por jovens, por mulheres, por homens. Teremos, ano que vem, o Pan-Americano Master, onde teremos pessoas acima de 80 anos praticando o tiro esportivo, uma modalidade que pode ser praticada, claro, com seriedade, com documentação e com muito rigor da legislação, por todos, por qualquer um de vocês.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Jodson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a Michele, do Igarapé, para sua exposição.

Obrigado, Michele.

A SRA. MICHELE DOS RAMOS (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todas e a todos.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer o convite do Senador Alessandro Vieira, da CCJ, para participar desta discussão tão importante.

Eu queria destacar o papel que esta Comissão e que esta Casa desempenharam na defesa da competência do Congresso Nacional para a discussão dessa agenda, para a discussão de alterações legislativas nesse tema que é tão importante para o debate da segurança pública do Brasil.

Estou aqui representando o Instituto Igarapé, que é uma organização que trabalha com diferentes agendas da segurança pública, da Justiça Criminal e do desenvolvimento, comprometida com o fortalecimento desse processo de tomada de decisão baseado em dados, baseado em informações.

A minha fala de hoje parte do nosso compromisso com a construção de um País que seja seguro para todo mundo. Não podemos, dentro desse compromisso, de maneira alguma, correr o risco de que as nossas decisões agravem um cenário de violência e insegurança que atinge brasileiros e brasileiras nos quatro cantos deste País.

Tendo esse compromisso em mente, eu gostaria de compartilhar, nessa troca com os Senadores, dois pontos. O primeiro ponto é sobre a importância de que a tomada de decisão nessa agenda seja feita com a máxima responsabilidade, considerando o impacto que as alterações no controle de armas e munições têm na dinâmica da violência, da criminalidade e da atuação das forças policiais num cenário que sabemos que as nossas polícias enfrentam, como já foi colocado pela Polícia Rodoviária Federal, de déficit de recursos humanos e de condições muito difíceis de trabalho.

Em um cenário como o do Brasil, é preciso que a gente lembre que o número de armas e munições em circulação no mercado legal tem um impacto direto no mercado ilegal. E aí a gente pode falar, enfim, sobre uma série de desafios na área de controle, de fiscalização. A gente não tem pernas, na verdade, para fiscalizar uma série de questões que deveriam ser fiscalizadas. A gente tem um acúmulo importante do resultado das CPIs sobre o desvio de armas e munições aqui desta Casa. Duas CPIs do Rio de Janeiro destacam uma série de recomendações para que a gente aperfeiçoe os controles diferentes e impeça, reduza o impacto do aumento da circulação da legalidade para a ilegalidade. Então, a gente não pode tirar isso da discussão quando a gente debate diferentes aspectos dessa agenda.

Começando com a discussão sobre a questão do registro, a gente sabe que o processo de registro das armas produzidas, importadas, comercializadas em posse dos cidadãos, das forças de segurança pública e das empresas de segurança privada, essas informações são fundamentais para a nossa tomada de decisão e análise dessa regulação, o que está funcionando, o que não está funcionando. Muitas vezes a gente ouve dizer que o cidadão, apesar de ter garantido o seu direito, pela legislação aprovada em 2003, não tem acesso às armas de fogo. A gente precisa olhar os dados da Polícia Federal para ver, enfim, quais foram os números dos registros concedidos, se a gente teve aumento, se a gente teve redução, antes de tomar decisões nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses dados são fundamentais para que a gente possa melhorar a investigação dos crimes que envolvem armas de fogo e reduzir o foco de desvio dessas armas legais que acabam caindo na ilegalidade. Então, vamos lembrar que no Brasil nós temos 72% dos homicídios cometidos por armas de fogo. As armas e munições são peça-chave na dinâmica de atuação de diferentes organizações criminosas, e aí, pensando sobretudo em disputas, em dinâmicas de controle territorial. E essas armas e munições impactam diretamente a dinâmica dos crimes contra o patrimônio, pensando desde em assalto a casa até roubos de cargas, roubos a bancos.

Com relação à posse, a legislação que foi aprovada em 2003 assegura o direito ao cidadão que atende aos critérios definidos, o direito à posse em sua residência ou local de trabalho. E quando a gente discute a flexibilização da posse de arma de fogo é fundamental que a gente considere o impacto dessa flexibilização no aumento das armas e munições que podem cair na ilegalidade, como eu falei, diante de um cenário de controle bastante deficitário; a gente precisa considerar também o impacto dessa flexibilização em dinâmicas como acidentes domésticos, violência doméstica, violência contra a mulher. Nós mulheres sabemos, olhando os dados de autoria de violência contra as mulheres e as dinâmicas das diferentes formas de violência que a nossa casa não é o lugar mais seguro. E a gente precisa pensar também no impacto desse tema na questão dos suicídios, que é uma questão sobre a qual a gente fala muito pouco.

O Senado acabou de aprovar a posse estendida para as propriedades rurais, incluindo redução da idade mínima e o fim da necessidade de se comprovar aptidão técnica e psicológica para esses casos. Certamente a gente tem um debate fundamental sobre a realidade dessas áreas do País que estão muito distantes do acesso imediato às forças de segurança pública, mas é preciso que a gente tenha bem claro que cada uma dessas decisões tem impacto em diferentes agendas. Então, quando a gente fala na extensão da posse rural, por exemplo, a gente precisa se lembrar de que muito provavelmente a gente vai ter um impacto num cenário marcado por disputas no campo, grilagem, exploração ilícita de recursos naturais. Pela dificuldade do trabalho de auditores do trabalho na fiscalização de situação de trabalho com condições análogas ao trabalho escravo, além, obviamente do risco de se tirar a necessidade de que a pessoa comprove a aptidão física e psicológica, a gente aumenta o risco de que essas armas acabem caindo em mãos erradas.

Sobre o porte de armas de fogo, nessa discussão, é muito importante que a gente não caia na armadilha de apontar o porte civil como uma solução para a segurança pública do País. É claro que, num cenário de grande violência e insegurança, nós, cidadãs e cidadãos, vamos querer uma resposta rápida e, às vezes, quase mágica. E é claro que muitos de nós aqui nesta sala passamos por situações bastante dramáticas e que há a ideia: se ele estivesse armado, se ela estivesse armada, poderia ter evitado um final trágico. Eu mesmo já tive toda a minha família sob a mira de uma arma de fogo em um assalto à nossa casa.

Mas como organizações da sociedade civil que se dedicam ao tema e como representantes comprometidos com a coisa pública, a gente precisa considerar fatos. Por exemplo: numa abordagem criminosa, o efeito surpresa nunca vai estar favorável à vítima.

A gente precisa olhar os dados – e aqui eu me coloco à disposição, pelo tempo a gente não vai entrar num detalhamento muito grande, mas, enfim, a gente tem uma vastidão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisas tanto no Brasil quanto em outros países do mundo, incluído Estados Unidos, que é sempre tido como referência. Em nenhum lugar do mundo armar a população foi uma resposta exitosa ao enfrentamento do crime organizado. Não desarmaremos facções armando a população civil. Em nenhum lugar do mundo com altas taxas de criminalidade e violência, armar a população fez com que essas taxas se reduzissem de maneira a construir uma sociedade segura para todo mundo.

O segundo ponto, já me encaminhando para o final, que eu gostaria de trazer para os Senadores é, na verdade, uma decisão que a gente precisa tomar. A gente precisa fazer uma escolha como sociedade, a gente precisa fazer uma escolha de prioridades da atuação parlamentar de que País a gente quer construir. A gente tem uma via, que é trabalhar, obviamente, visando sobretudo aos interesses daqueles que veem um lado positivo no aumento das vendas, do acesso às armas e munições ou considerando o impacto que esse aumento vai ter na construção de um País seguro para a população que quer um País mais seguro. As duas agendas não necessariamente são equivalentes. E a gente, como sociedade, precisa definir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MICHELE DOS RAMOS – ... o que a gente vai privilegiar.

Como profissional, eu realmente espero, sendo dessa área, e como cidadã, que a gente tome essa segunda via, que considere os impactos. É fundamental... Acho que foram colocados os pontos fundamentais sobre a caça do javali, enfim, sobre a regulamentação do tiro desportivo, mas a gente precisa olhar esse todo. E olhando os nossos recursos, acho que é fundamental que esta Casa e as nossas políticas públicas se debrucem para que a gente aperfeiçoe os mecanismos de controle, para que a gente melhore as condições de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, do Exército, que é o responsável pela fiscalização da categoria dos CACs, que a gente integre os nossos sistemas de informação, que são fundamentais para a gente melhorar a investigação dos crimes cometidos por armas de fogo, que a gente considere a opinião de 12 Ministros, de 14 Governadores e de 72% da população, que não são favoráveis à flexibilização nessa agenda.

Eu gostaria de deixar como uma agenda positiva que a gente, como sociedade, conseguiu construir um pacto para a redução da mortalidade infantil. A gente reduziu essas mortes, entre 1990 e 2015, em mais de 70%.

Então, eu peço que o nosso compromisso com o direito à vida siga orientando as nossas ações. Nessa agenda a gente não pode assumir nenhum risco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Michele.

Parabéns para todos. Todo mundo cumprindo o tempo rigorosamente.

Major, está vendo que beleza!

Eu só gostaria de colocar que a gente tem um *site*, a gente criou um *site* especificamente, uma página da internet para que as pessoas possam acessar todos os projetos que tramitam nas duas Casas e os estudos que as pessoas e as entidades estão encaminhando. A ideia é produzir o melhor conhecimento técnico. O *site* é o www.pldasarmas.com.br. Vocês podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar todo esse repositório a que todo mundo se refere, pode apresentar sugestões e pode agregar mais informações sobre esse tema.

Michele, só para não deixar de fazer esse questionamento, em todos os estudos a que você se referiu – Igarapé é uma das principais instituições do Brasil nesse estudo –, foi apontado algum tipo de referência especificamente à atuação dos CACs (colecionador, atirador e caçador) e uma inflexão de aumento na violência por conta disso ou de casos específicos?

A SRA. MICHELE DOS RAMOS – A gente tem um desafio muito grande para dar essa resposta porque as informações referentes às armas dos CACs são registradas num sistema que é o Sigma, que não é o sistema de fácil acesso pelas polícias estaduais, pelas polícias civis estaduais que fazem a investigação dos crimes cometidos com armas de fogo.

Então, para que a gente possa dar muitas das nossas respostas, a gente precisa fortalecer os nossos mecanismos de informação e fortalecer essa integração entre União e Estados para que a gente realmente tenha um panorama muito mais claro. Então, eu jamais poderei dar essa resposta, porque o Estado não tem essa resposta. E o que eu posso afirmar é: trabalhando com muitas secretarias de segurança pública e com as agendas, as pastas dedicadas à investigação de armas, de tráfico de armas e munições, o pedido de fortalecimento desses sistemas, da integração desses dados é recorrente para quem se dedica à investigação desses casos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito. Obrigado, Michele.

Passo a palavra ao Felippe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – A polícia (*Fora do microfone.*) ...dentro da área de investigação não acessa o Sigma se precisar?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu, como Delegado Polícia Civil, há 20 anos... Existe, sim, uma dificuldade de integração dos dados. Você consegue...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Mas o dado é compartilhado para qualquer investigação em nome da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso, mas não é uma compatibilização plena, Major, isso é um fato. Realmente existe uma dificuldade, mas não é um impeditivo. Você tem como fazer esse acesso, especialmente nos últimos anos se conseguiu melhorar o acesso.

Passo a palavra aqui ao Felippe Marques, do Sou da Paz, por favor.

O SR. FELIPPE MARQUES ANGELI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e todos!

Queria agradecer ao Senador Alessandro Vieira pelo convite e também cumprimentar o Senado Federal pela votação que realizou a aproximadamente duas semanas, derrubando os decretos, aqueles três, enfim, dois dos sete decretos editados pela Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nesses seis meses de Governo, em relação à flexibilização do acesso e porte de armas de fogo.

Sobre a questão da constitucionalidade ou não desses decretos, queria ressaltar que já são três pareceres da Consultoria Legislativa deste Senado, atestando a inconstitucionalidade desses decretos; uma nota técnica do Ministério Público Federal, atestando a inconstitucionalidade desses decretos. E, se o Presidente, na véspera do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, na semana passada, não tivesse editado outros três decretos, que no dia seguinte tiveram que ser substituídos por um quarto decreto, possivelmente a gente teria também um projeto de lei. Mas o que está valendo hoje são os três decretos novos, o projeto de lei ainda está em trâmite na Câmara dos Deputados. Talvez possivelmente a gente também teria a confirmação pelo Supremo Tribunal Federal da incondicionalidade desses decretos.

Também queria ressaltar e colocar aqui pessoalmente o nosso repúdio a todas as ameaças e agressões que sabemos que muitos Senadores e Senadoras desta Casa receberam pelo seu posicionamento em relação aos decretos. Isso é absolutamente incompatível com a democracia, com a pluralidade e a diversidade de ideias. E não me parece que pessoas interessadas em ter mais facilidade a armas de fogo que reagem à contrariedade do seu desejo com violências e ameaças verbais, de qualquer forma, possam ser caracterizadas como cidadãos de bem.

Dito isso, eu queria, acho que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu peço permissão para interromper, porque eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... relatar dois projetos de lei ali na Comissão de Relações Exteriores, e fiz questão de participar.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Voltarei se possível.

Quero dizer que louvo muito a iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... do senhor, que abriu a possibilidade de discutirmos não a constitucionalidade, nem a conveniência, mas discutirmos a questão armas. Eu louvo a sua iniciativa.

Eu não preciso dizer que, até por ser de Santa Catarina, eu tenho uma profunda ligação com os CACs, que acho que estão sendo longamente injustiçados, porque essa exceção está estabelecida em lei, como foi.

E só quero dizer uma coisa: como ele falou sobre manifestações depois da votação, eu já tenho a pele um pouco gasta e grossa, mas me deixou chocado receber de uma pessoa que se identificou – se identificou! –, quer dizer, não é um anônimo, e disse o seguinte, por causa do meu voto, que foi o seu também: "Eu não ficaria triste se soubesse que um desses bandidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrediu o senhor ou alguém da sua família". Quer dizer, a que ponto chegamos? Eu o interrompo, porque isso faz parte da fobia que se está criando.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço as palavras e me somo: realmente a gente tem que resgatar a capacidade de diálogo, e aqui a gente pretende fazer isso, através de ferramentas como esta que é a audiência pública. Todos precisam ter aptidão e habilidades para dialogar, inclusive na divergência, porque é na divergência que a gente vai construir melhores políticas públicas.

Restituo o tempo aqui para o Felippe, para que ele possa concluir a apresentação.

O SR. FELIPPE MARQUES ANGELI – Se puder restituir o tempo ali no painel, porque aí me guio para também respeitar o tempo, como todos os colegas,

E, nesse sentido, justamente para completar essa menção do Senador Esperidião Amin, por iniciativa do Sou da Paz, mais 50 organizações da sociedade civil redigiram uma nota de solidariedade aos Senadores que foram ameaçados e agredidos, por meio dessas pessoas. E, de fato, é absolutamente incompatível esse tipo de pressão política numa democracia que se pretende robusta, ainda mais quando a gente fala de pessoas que se identificam como cidadãos de bem e que ameaçam Senadores eleitos, porque querem mais armas de fogo. Me parece absolutamente contraditório, se não extremamente perigoso.

Esse é um tema que está sendo debatido há muitos anos. No Brasil, a gente vive esse problema de segurança pública imenso, crônico, que, de fato, como a minha colega de Mesa disse anteriormente, a Michele, faz legitimamente as pessoas procurarem soluções mais imediatas, soluções mais fáceis, mas algumas questões indiscutíveis têm que ser colocadas, são fatos. Há uma necessidade e essa necessidade é contínua de a gente enfrentar uma série de mitos que circulam, circundam o debate sobre armas de fogo.

A primeira questão é a seguinte: eu sempre repito isso e, na verdade, como quase um mantra, porque se trata da mais absoluta verdade: há um consenso científico nacional e internacional segundo o qual a maior circulação de armas de fogo está associada ao aumento da violência letal. Todas as pesquisas publicadas em revistas acadêmicas de prestígio com artigos acadêmicos realizados por pares, todas, 100% delas indicam que, além de outros elementos que obviamente tenham associação com fatores criminógenos, o aumento da circulação de armas de fogo tem um impacto negativo no aumento da violência letal. Não há estudo científico sério produzido em revistas acadêmicas de prestígio revisadas por pares que contradiga esse argumento. Esse é o primeiro dado.

O segundo dado, que também gera muita confusão, é em relação ao desrespeito à vontade popular, por ocasião do referendo realizado em 2005. De fato, a maioria esmagadora do eleitorado votou pela permanência do comércio de armas de fogo, e esse comércio foi mantido. Entre 2004 e 2017, foram 805 mil armas de fogo vendidas no Brasil para pessoas físicas.

Parece-me que se houvesse qualquer tipo de governo de qualquer tipo de orientação político-partidária que quisesse desrespeitar a vontade do cidadão e desrespeitar o resultado do referendo, o comércio regular não teria vendido 805 mil armas de fogo entre 2004 e 2017. Dessas 805 mil armas de fogo vendidas, 330 mil foram vendidas para pessoas comuns, cidadãos comuns, e outras 240 mil, 244 mil para agentes de segurança privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos CACs, aos caçadores, atiradores esportivos e colecionadores, que é um dos grandes temas desse debate mais recente, uns dados eu acho que também são importantes para a gente organizar e situar o nosso debate. Entre 2014 e 2018, no intervalo de cinco anos, houve um aumento de 880% no número de CRs emitidos pelo Exército brasileiro para caçadores, atiradores e colecionadores. São, vou repetir, 880% de aumento. No ano de 2014, foram 9 mil, 8.988 CRs para CACs. Em 2018, foram emitidos 87.989 CRs, um aumento, repito, de 879%.

Não me parece que nenhum tipo de categoria que esteja sendo combatida, perseguida por qualquer tipo de ente estatal tenha condições de crescer num período de cinco anos 880%. Então, isso não quer dizer que as categorias não enfrentem dificuldades no exercício legítimo das suas atividades. Isso não quer dizer que existam, e seja a absoluta maioria, CACs absolutamente comprometidos com suas atividades-fim, absolutamente sérios, absolutamente rigorosos no cumprimento da legislação, absolutamente honestos e interessados na sua prática desportiva. Mas também é muito importante dizer, porque é algo que muito se diz aqui... Inclusive, quando os decretos foram votados nesta CCJ, e mais duas vezes agora, nesta Mesa, por algum milagre, entre os CACs, nunca há nenhum tipo de desvio, nenhum tipo de conduta ilegal. Isso quer dizer que é uma categoria composta em maior parte de cidadãos que não infringem a lei? De forma alguma. Como eu disse e é preciso repetir, a grande maioria de todos esses atiradores desportivos, colecionadores e caçadores são pessoas honestas e que se dedicam, de forma comprometida, a sua atividade.

De fato, ter estatísticas em relação a isso é muito difícil, porque, para a gente conseguir identificar em cada homicídio aquele que é cometido por alguém que tem um CR emitido pelo Exército, a gente precisaria ter acesso, além da questão do Sigma, que, como o próprio Senador Alessandro Vieira colocou, de fato, há uma dificuldade muito grande de acesso aos dados do Exército e também infelizmente, apesar de a lei do desarmamento ser de dezembro de 2003 e determinar a integração de Sigma e Sinarm, isso nunca foi implementado, isso nunca saiu do papel, e todo mundo que tem alguma atuação na área policial sabe disso, a gente tem essa dificuldade de identificar a totalidade de casos, mas eu consigo aqui elencar uma série de casos recentes de pessoas com registro de CACs que cometeram crimes de grande repercussão.

Por exemplo, para começar, eu acho que um dos crimes de maior repercussão que a gente teve ultimamente: existe um acusado, um suspeito no Rio de Janeiro que se chama Ronnie Lessa. Ele é acusado de ter tido participação no assassinato da Vereadora Marielle Franco e também de integrar milícias. Ele tinha registro de atirador desportivo.

A gente teve um episódio – eu sou de São Paulo – na cidade de São Caetano do Sul, recentemente, neste mês, neste último mês, um caso que chocou muito o Estado de São Paulo e acredito que todo o Brasil, que foi o do empresário que dirigia um carro de luxo na cidade de São Caetano. Ele saiu do seu carro, executou um morador de rua e foi filmado por câmeras de segurança. Ele executou esse morador de rua, voltou ao seu carro de luxo e saiu do local. Ele tinha registro de atirador desportivo.

A gente teve também um caso mais recente que também causou grande comoção na cidade de São Paulo, na Vila Mariana, um bairro nobre da cidade de São Paulo, em que, numa discussão por causa de uma venda de um automóvel que parecia que tinha dado defeito, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão surtou, subiu, mostrou a sua arma, ameaçou com sua arma o vendedor, que teria vendido o carro com problema. Esse vendedor e, obviamente, todas as pessoas do condomínio chamaram a polícia, e essa pessoa subiu ao seu apartamento e recebeu a polícia – cidadão de bem, que morava lá na Vila Mariana – à bala, tendo atingido uma série de policiais militares extremamente preparados no meu Estado, o Estado de São Paulo. Também atirador.

Um outro caso que também teve grande repercussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPPE MARQUES ANGELI – O meu tempo tinha sido restabelecido?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) – Sim, o senhor tem mais um minuto.

O SR. FELIPPE MARQUES ANGELI – Está legal.

Um outro caso que teve grande repercussão: a gente teve em Santa Catarina um outro atirador desportivo que frequentava um clube de tiro que estava carregando a sua arma, com seu porte municiado, entre o dito local de treino e o local de guarda do acervo, embora o crime tenha acontecido numa boate, ele assassinou dois policiais federais. E esse caso teve grande repercussão, porque eram dois policiais federais que estavam na investigação do acidente do Ministro do Supremo Tribunal falecido Teori Zavascki.

O tempo é realmente curto, mas eu queria consignar: são casos isolados, são casos determinados, pontuais, todos recentíssimos.

Como eu disse, é muito difícil a gente ter esses dados por dificuldade de acesso à totalidade dos boletins de ocorrência, e isso quando os boletins de ocorrência e as autoridades policiais fazem o pedido para que se identifique se aquela pessoa tem, de fato, um CR ou não, ou qual é a questão relacionada à origem da sua arma de fogo.

E, para finalizar – depois posso contribuir com mais no momento do debate –, outro dado muito relevante: existem pesquisas realizadas com os Ministérios Públicos estaduais, duas CPIs do Congresso Nacional, uma CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e todas são uníssonas em indicar que a maior parte, a grande maioria das armas com que os crimes são cometidos tem origem legal. Elas foram roubadas, furtadas, desviadas, de alguma forma perdidas pelo dito cidadão de bem que legitimamente comprou sua arma, com o objetivo legítimo de defender a sua família e, por alguma situação, como a Michele colocou, por efeito surpresa, acabou perdendo a sua arma e, ao final, essa arma é adquirida por criminosos e vai ser utilizada no cometimento de crimes.

Para finalizar, Senador, uma questão muito importante: se a gente quiser... Veja, o Sou da Paz não tem uma posição ideológica contra arma de fogo. Não é que gostamos ou não gostamos de armas de fogo. A gente não está aqui para gostar ou não gostar de armas de fogo; a gente está aqui para dar dados e fazer a melhor política pública, uma política responsável de controle de armas e munições.

Para concluir, Senador, uma questão muito importante, se a gente quer avançar na questão de controle...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPPE MARQUES ANGELI – ... numa política pública de controle de armas de fogo e munições, é a questão de marcação e rastreamento de munições. E isso impede... Todo mundo que tem uma experiência policial aqui sabe que o fato de as armas vendidas para a grande maioria das pessoas não terem rastreamento... Eu sempre digo: é mais fácil rastrear uma caixinha de leite Longa Vida Tetra Pak, porque todas têm um número de série, do que uma arma, uma munição vendida no Brasil. É fundamental que a gente consiga ter essa marcação, para que a gente consiga identificar assassinos e criminosos. Eu acho que é a isso que nós, como República, deveríamos nos dedicar.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Felippe.

Como assinalamos no começo, chamamos todos os atores envolvidos com o tema. O representante do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais de Polícias Militares, embora tenha confirmado presença, o Cel. Marcello Hipólito, não se faz presente aqui. Certamente, mais adiante, o próprio Major Olimpio fará as vezes dos nossos bravos policiais militares.

Eu passo a palavra para o Sr. Kleber Luiz, delegado de Polícia do Distrito Federal, que representa aqui o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu vou me ausentar por algum tempo, porque eu tenho que participar em um outro ato agora, mas já retorno.

Parabéns pelo trabalho que está sendo desenvolvido e a todos os expositores!

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado.

Pois não, Sr. Kleber.

O SR. KLEBER LUIZ DA SILVA JUNIOR (Para exposição de convidado.) – Nós o saudamos, Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira, neste ato em exercício na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça do Senado; saudamos a todos os expositores que nos antecederam e os cumprimentamos aqui pelas ideias que foram esplanadas. Cumprimentamos os demais presentes e aqueles que nos assistem também pelos canais de divulgação desta reunião.

Em primeiro lugar, Senador Alessandro Vieira, nós gostaríamos de parabenizá-lo, à Senadora Simone Tebet e ao conjunto desta Comissão, por patrocinar esse diálogo. O tema exige bastante responsabilidade, como já disseram alguns expositores, e o momento político que vive o Brasil nos conduz à necessidade de travar esse diálogo, porque, realmente, as políticas públicas da área de segurança pública adotadas, principalmente nos últimos 30 anos, nos conduziram a um estado de coisas, do ponto de vista da criminalidade violenta, que certamente exigirá do Estado esforços, para que a gente consiga retomar a ordem e a paz no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa temática certamente decorre de questões, inclusive, relacionadas à aprovação da Lei 10.826, no ano 2003, que decorreu de uma consulta popular. E é inegável que, do ponto de vista ideal, nós adoraríamos poder viver num mundo sem armas. E eu acredito que, naquele momento, inclusive, em relação àqueles que foram consultados – o grande soberano da Nação, que é o povo brasileiro –, nós idealizávamos ali um cenário em que o ideal, a perspectiva que deveria ser implementada era no sentido de que as forças de defesa e de segurança pública do País se armassem e assegurassem, por si sós, a defesa do cidadão brasileiro. Mas, nos últimos anos, nós temos visto que talvez essa política, associada a outras políticas baseadas na descriminalização, despenalização, desencarceramento de criminosos, tenha nos levado a um estado em que nós teremos que reagir prontamente.

Do ponto de vista do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, do qual o ilustre Senador Alessandro Vieira teve oportunidade de ser membro, inclusive um membro destacável, pela sua qualidade técnica e pessoal, nós temos discutido uma série de políticas absolutamente estruturantes, que, conjugadas também a alguma alteração na questão da flexibilização do porte de armas, poderiam conduzir o Brasil a números mais adequados, do ponto de vista da criminalidade.

Certamente um dos eixos centrais deste debate está na necessidade de proteção individual da pessoa humana e, principalmente, da proteção do indivíduo no âmbito do lar.

No Brasil é assegurado, pela Constituição da República, em seu art. 5º, principalmente no inciso XI, a inviolabilidade de domicilio como um direito fundamental da pessoa humana. O ambiente do lar é o ambiente máximo do exercício das liberdades, do *status libertatis* do indivíduo. E, muitas vezes, quando nós vamos a outros países, nós nos surpreendemos com a ausência de dispositivos de segurança nas residências. Em alguns países, inclusive, a maioria das casas sequer tem o dispositivo de trancamento das portas. E nós voltamos muito admirados ao nosso País com essa realidade, ao passo que o que deveria nos chocar é a situação em que vive, indistintamente, cada cidadão brasileiro, por ter que elevar muralhas, fortalezas, além de outros dispositivos de segurança, para se proteger dentro do âmbito do próprio lar.

E esse debate é um debate que passa por essa questão de proteção do lar, que nos leva também à ideia de trabalharmos melhor o instituto da legítima defesa.

Se nós armamos o indivíduo sem darmos também uma munição legal que o proteja, de nada adiantará nenhuma política nesse sentido. E é por isso que o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil tem defendido uma modificação nos arts. 23 e 25 do Código Penal, para que a gente possa conferir segurança jurídica ao cidadão, para que ele se proteja no âmbito do lar; proteção jurídica aos policiais; e proteção jurídica também aos militares, em exercício de atividade policial, notadamente em razão das últimas intervenções, em especial a do Rio de Janeiro, ocorrida recentemente.

No ano de 1984, houve uma reforma na parte geral do Código Penal brasileiro, e nós modificamos substancialmente a questão da legítima defesa e esquartejamos aquilo que havia no código do saudoso Nélson Hungria. E o Brasil passou a adotar uma situação singular em relação às legislações ocidentais.

Se fizermos um estudo de Direito Comparado, em relação ao instituto da legítima defesa, a conclusão inequívoca é a de que, no Brasil, não existe instituto de legítima defesa. O que há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma absoluta discricionariedade do órgão incumbido da persecução criminal, em especial o Ministério Público, para que, diante de um fato com a sua análise subjetiva, possa avaliar se houve ou não algum tipo de excesso. Não temos nenhum tipo de exculpante. Inclusive, em relação aos policiais, se nós fomos olhar especificamente o Código Penal italiano, nós observamos ali que existe, em proteção do Estado e da coletividade, uma presunção de legítima defesa de certas ações policiais, em especial para evitar a consumação de crimes graves, como homicídio e atentados a veículos de transporte coletivo.

A proteção do domicílio, no Brasil, só existe na legislação extravagante – nós vamos encontrar ali nos arts. 283 e 293 do Código de Processo Penal –, só existe em relação à proteção da inviolabilidade de domicílio de criminosos em relação a legítimas ações policiais. Quem quiser que consulte esses dispositivos e que faça qualquer busca na legislação extravagante brasileira, a fim de tentar encontrar algum mecanismo de proteção do lar.

Outra questão que nós gostaríamos de destacar é a necessidade de enfrentamento de uma das maiores chagas do País e que está absolutamente de fora do debate da criminalidade.

Nos últimos anos, em especial em decorrência de uma política adotada no Estado de Pernambuco pelo saudoso Governador Eduardo Campos, chamado Pacto pela Vida, que inclusive acabou sendo irradiada para outros Estados – a Dra. Isabel Figueiredo, aqui no Distrito Federal, esteve também diante do Projeto Ação pela Vida –, houve um investimento muito grande no combate ao homicídio, porque o número de homicídios no Brasil, por 100 mil habitantes – que é o grande indicador de criminalidade do mundo –, era extremamente alto. Isso maculava nossa imagem e sujeitava o Brasil, inclusive, a certas sanções internacionais. E, num grande e louvável esforço, aquele Estado se notabilizou por políticas nessa tentativa de combate a esse número elevado de homicídios.

Mas nós devemos dizer, com toda a franqueza, Senador Alessandro Vieira, que o que gera uma enorme sensação de insegurança no cidadão não é especificamente o homicídio, é a perspectiva de ser roubado, é o assalto.

Qualquer cidadão do País, qualquer que seja a sua condição social, se sente apavorado, da hora em que acorda até a hora em que se deita, com a perspectiva de ser vítima de roubo, porque o roubo, no Brasil, não raro é praticado com o emprego de arma de fogo ou de arma branca, que é uma grande chaga também. E o cidadão, o criminoso no Brasil, hoje, se sente absolutamente à vontade para pegar em armas e praticar crimes.

Nós temos sugerido, no âmbito do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, o enfrentamento adequado aos crimes patrimoniais violentos, especialmente os crimes praticados com arma de fogo, porque é necessário que o Estado passe um recado claríssimo para o cidadão: se ele pegar em armas de fogo, para praticar qualquer sorte de crime contra um bom cidadão, não deve ter uma segunda chance, porque isso é uma conduta hedionda, não do ponto de vista estritamente legal. É inaceitável, numa sociedade civilizada, que nós aceitemos, com certa passividade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLEBER LUIZ DA SILVA JUNIOR – ... a prática de crimes no interior de domicílio e a prática de crimes com emprego de armas de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi apresentado, na Câmara dos Deputados... E observe, Senador Alessandro Vieira, a representatividade dessa proposta: Líderes de frentes parlamentares da segurança pública, também conhecida como "segurança da bala", frente parlamentar evangélica e frente parlamentar mista da agropecuária apresentaram um projeto de lei no ano de 2016, o PL 5.580, de 2016, em que se ataca a questão do roubo no Brasil, reestruturando o art. 157 e também majorando as penas de crimes praticados, crimes relacionados com armas de fogo.

Para que todos aqui tenham uma ideia da gravidade do tema, um porte de arma de fogo tem a mesma pena cominada que um furto simples: de um a quatro anos de detenção. Só que um porte ilegal de arma de fogo, especialmente em via pública, é a fronteira de um latrocínio; basta um movimento menos delicado de dedo no gatilho. Essa é a grande chaga que o País enfrenta.

E, quanto à questão da proteção do lar, o País precisa urgentemente adotar políticas para assegurar o exercício dos direitos individuais no âmbito do lar. A prática de crime, no âmbito do domicílio do indivíduo, deve ser considerada pelo Estado brasileiro, doravante se nós quisermos avançar no esforço civilizatório, como a prática de um crime em solo sagrado, porque assim o é no mundo inteiro.

Então, nós entendemos, Senador – até para não avançarmos no tempo generosamente concedido, paralelamente ao debate sobre flexibilização do Estatuto do Desarmamento... E nós entendemos que é absolutamente defensável, considerando que aos trabalhadores da segurança pública não é dado o dom da onipresença e que o Brasil tem dimensões continentais, e nós não podemos olvidar aqui também a proteção do homem do campo, um ambiente que deveria ser o mais seguro, em razão do seu natural distanciamento dos grandes centros urbanos, e é um ambiente de terror nos dias atuais. O homem do campo está absolutamente desprotegido, e eu acho que seria uma medida de sensibilidade do Estado brasileiro conceder a este indivíduo a possibilidade de proteção em grau de equilíbrio com aquele agressor.

Então, nós precisamos adotar medidas, Senador Alessandro Vieira, que sejam realmente estruturantes. Não adianta nós armarmos o cidadão brasileiro, se não adotarmos outras providências. E, como dito aqui, garantindo não só o exercício da proteção individual, pelo acesso a uma arma de fogo, mas proteção jurídica, pela modificação do instituto da legítima defesa no Brasil.

E o Estado precisa se impor em relação a esses criminosos, que se sentem absolutamente à vontade para pegar em armas e praticar crimes, com o redesenho do art. 157 do Código Penal brasileiro, a majoração das penas relacionadas a crimes praticados com o emprego de arma de fogo, além do tráfico e comércio ilegal de arma de fogo.

E precisamos, acima de tudo, aparelhar os agentes do Estado. Só para trazer um exemplo, Senador Alessandro Vieira...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir, Kleber, por favor.

O SR. KLEBER LUIZ DA SILVA JUNIOR – ... para concluir, recentemente, nós recebemos a visita aqui de um delegado geral de um Estado do Nordeste que estava num dilema: ele daria posse a 90 policiais naquele mês e sequer tinha um revólver. Forças policiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deveriam usar revólver, mas ele sequer tinha um revólver, para acautelar para um de seus policiais.

Então, nós precisamos, em primeiro lugar, aparelhar o Estado brasileiro, as forças policiais, para combater a criminalidade e adotar medidas estruturantes que sejam realmente eficazes.

Nós gostaríamos de dizer do nosso respeito a todas as falas. Nós entendemos que este ambiente aqui é um ambiente de debate democrático. Nós saudamos o nosso Presidente em exercício, Senador Alessandro Vieira, por promover um debate em que se leva em conta a fala de todos os atores, porque é um tema que exige de nós absoluta responsabilidade.

Obrigado, Senador Alessandro Vieira, e boa sorte nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Kleber, delegado do Distrito Federal representando o CONCPC.

Eu passo a palavra para a Isabel, do Fórum, para que faça a sua explanação. (*Pausa.*)

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria iniciar, assim como os meus colegas, agradecendo a oportunidade de estar aqui e parabenizando a CCJ pela realização deste debate tão fundamental, tão importante e tão relacionado a temas prioritários para a sociedade brasileira.

E, assim como algumas pessoas que nos antecederam, também quero dizer da nossa satisfação com o Senado Federal, semanas atrás, com a derrubada dos decretos anteriores e, consequentemente, independentemente do mérito, com a retomada do seu papel no processo de tripartição de Poderes deste País. Eu acho que isso, para mim, como advogada, talvez seja uma das coisas fundamentais, que a gente tenha aí os papéis constitucionalmente previstos assegurados.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, como alguns de vocês sabem, é uma Oscip, uma organização da sociedade civil, que tem como principal função a produção de informação qualificada na área de segurança pública. Então, a gente trabalha muito com a produção de dados de pesquisas, de estudos, mas também com assessoria técnica a alguns Estados da Federação, em políticas relacionadas à área de segurança pública.

A posição do Fórum acerca da questão das armas é uma posição pública. De alguma forma, baseados em alguns conceitos internacionais, dentre eles o já mencionado pelo Felippe, a respeito do fato de que a proliferação de armas de fogo numa sociedade amplia, de forma grave, a quantidade de crimes violentos nessa mesma sociedade, é uma posição relacionada, é uma posição clara de fortalecimento dos mecanismos de controle e restrição do acesso às armas de fogo.

Bom, eu acho que muito foi dito aqui, e em vários momentos eu me vi concordando com os mais diversos perfis de fala, particularmente com a última fala do Kleber, no sentido de que é muito difícil, parece-me, Kleber, a gente discutir a questão das armas sem discutir outros pontos da segurança pública, e acho que você trazer a questão dos roubos foi muito importante. Quer dizer, mesmo quando a gente vai, Senador, para a questão da posse ampliada nas áreas rurais, eu sempre fico muito estarrecida sobre como essa discussão é dissociada de qualquer outro tipo de iniciativa, de proposta, de política pública voltada à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança no campo. Então, eu acho que essas questões me vêm com bastante relevância para a gente trabalhar.

Com relação especificamente à nossa pauta, eu gostaria de fazer uma fala muito especificamente voltada à questão do controle das armas de fogo. Eu acho que, se há divergências sérias e importantes, com relação à ampliação do acesso, parece-me que essa divergência deva ser menor com relação ao controle das armas que estão em circulação.

Eu tive oportunidade, pelo Fórum de Segurança Pública, no Ceará, mas também pelo Ilanud, que era um instituto da ONU que existia no Brasil, nesse caso em São Paulo, de coordenar pesquisas sobre armas apreendidas pelas forças policiais. E aí, Senador, é algo que é absolutamente estarrecedor, não só as pesquisas que eu já fiz, mas a quantidade muito consolidada de pesquisas feitas pelo Sou da Paz, anteriormente feitas pelo Instituto Viva Rio, que, de alguma forma – assim como as CPIs também já mencionadas aqui –, chegam todas à mesma conclusão. Primeira conclusão: não há essa diferença tão radical quanto parece que a gente quer fazer uma parte da população acreditar entre o que é arma legal e o que é arma ilegal. Essa fronteira não é uma fronteira dura. A gente tem uma certa fluidez da arma comprada pelo tal cidadão de bem e da arma comprada legalmente para o mercado ilegal. Hoje, no País, é essa arma, sim, também, que alimenta a criminalidade.

Por uma questão dos impactos da segurança pública do Rio de Janeiro, pelo jeito como a mídia trabalha a questão das armas, a gente tem uma sensação de que as armas apreendidas no Brasil são fuzis, são armas que entraram pelas fronteiras, que tem uma coisa extraordinária, igual ao que a gente vê nos morros do Rio de Janeiro. Este não é o cenário deste País. Neste País, ainda a polícia apreende armas curtas de porte, metade delas, pelo menos, com origem legal, fabricadas inclusive no Brasil. Então, isso me parece que é algo que a gente tem que olhar com um cuidado um pouco maior.

Para o senhor ter uma ideia, Senador, a gente tem, inclusive na lei, uma obrigação legal, no caso das empresas de segurança, de que, quando tiverem suas armas furtadas, extraviadas, perdidas, comuniquem imediatamente não só à Polícia Civil, mas à Polícia Federal. Apesar disso, a gente tem um número gigantesco de armas apreendidas pelas polícias, que são armas das empresas de segurança pública, cujo desvio, cujo fato de ter saído da empresa de segurança, sequer consta no Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal. Então, esse me parece ser um fato também muito importante. E peguei o caso das empresas de segurança como um dos casos; poderia pegar vários outros casos.

Nesse caso particular da pesquisa do Ceará, que eu comentei, a gente fez um processo de rastreamento de quase 3 mil armas. Foram 9 mil armas, só que a grande maioria era de armas artesanais. Então, a gente foi rastrear as armas apreendidas pela polícia do Ceará, nos anos de 2016 e 2017, e era impressionante a quantidade de casos em que a gente tinha lá, como o médico que teve sua arma furtada e envolvida num homicídio, além das empresas de segurança que eu já mencionei... O professor, o juiz, os próprios profissionais de segurança pública, que, muitas vezes, são vítimas de crimes e acabam tendo suas armas desviadas para esse mercado ilegal.

Então, parece-me que esse é um ponto que a gente não pode nunca esquecer, independentemente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que os colegas que nos antecederam, em relação ao tiro esportivo e aos caçadores, têm razão em defender a moralidade e a honra da sua categoria; acho que isso, em nenhum momento, é razão de ataque, mas acho que não dá para a gente não ter claro que existe, muitas vezes, essa possibilidade de desvio da arma legal para esse mercado do crime, para esse mercado ilegal.

Junto disso, Senador, alguns temas me preocupam.

Eu acho que o Felippe fala, no final da exposição dele, sobre a questão da necessidade de marcação tanto de armas quanto de munição, mas há algumas outras coisas que nos chamam a atenção e eu não posso deixar de falar aqui.

A primeira delas diz respeito à questão dos estoques de armas de fogo. Hoje, no País, a gente tem baixíssimo controle dos estoques de armas de fogo. Isso faz não só com que as armas, como já dito, legais possam circular para a ilegalidade, como a gente faz com que as polícias do País tenham um retrabalho que não tem a menor razoabilidade, quando a gente pensa na redução de efetivos e já na quantidade de trabalho que as polícias têm.

Então, não é nem um pouco incomum – basta fazer uma busca simples no Google – a gente ver lá furto ou fórum; furto de armas no fórum; roubo de armas no fórum. A gente teve um caso recente, em dezembro, de um fórum em que inclusive colocaram fogo nos depósitos, numa tentativa de ter acesso às armas que foram apreendidas.

A gente não tem controle dos estoques de armas legais das forças de segurança; a gente não tem controle dos estoques de armas legais das empresas de segurança; e a gente não tem nenhum controle dos estoques de armas apreendidas pelas forças policiais. Eu não preciso dizer onde – e creio que o senhor sabe disso muito melhor do que eu, pela sua própria profissão –, mas a gente tem, inclusive, unidades de perícia com uma quantidade gigantesca de armas apreendidas, armazenadas sem nenhuma segurança.

Então, pensar controle de estoques me parece algo mínimo sob qualquer ponto de vista; não é algo que dê para a gente ter discordância sobre essa questão.

Outra questão que me parece fundamental, que não dá para a gente não dizer, é a ausência de cultura de investigação sobre origem e rastreamento de armas de fogo também no nosso País.

É muito comum, na Polícia Civil – e aí, Kleber, por favor, me corrija se eu falar alguma impropriedade. Não estou dizendo do que eu vejo no dia a dia das polícias civis –, quando a gente tem um caso de prender alguém por porte ou mesmo uma arma apreendida em qualquer outro tipo de ocorrência, que a gente se preocupe com a investigação do fato dali em diante. A gente raramente rastreia armas de fogo. Isso não faz parte da cultura organizacional das polícias, seja pela dificuldade de acesso aos sistemas... E essa dificuldade não é só o Sigma; muitas vezes é até o Sinarm, porque, no Sinarm, as polícias civis têm acesso, mas esse acesso não chega ao escrivão, ao investigador, ao delegado ali na ponta; ele fica restrito a algumas pessoas.

Então, não há essa cultura de uso cotidiano de sistemas de informação que possibilitem a investigação e o rastreamento de armas de fogo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Só mais um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo sentido, a gente também tem muita dificuldade, hoje, de operadores de segurança, com relação à identificação de armas de fogo.

Quando a gente pega um banco de dados de armas apreendidas de uma polícia civil, é impressionante a quantidade de marcas, a quantidade de calibres e a quantidade de tipos de armas que aparecem ali. Isso não é só na Polícia Civil; a gente tem um relatório que é público, está na internet, fornecido pela Polícia Federal, acerca dos registros feitos no Sinarm, nos quais a gente tem lá quase mil marcas diferentes de armas, a mesma marca escrita, às vezes, de oito formas diferentes, armas claramente identificadas ali, na hora, mas isso nunca é corrigido. Ou seja, a gente tem má qualidade das informações de armas de fogo no nosso País hoje. Além dos outros problemas do sistema, falta capacitação também para identificação e para melhoria dessa questão da qualidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ISABEL FIGUEIREDO – Eu acho que esses seriam alguns pontos... A gente poderia falar horas sobre controle, mas me parece que entre os centrais, que eu gostaria de trazer para agregar ao debate, está essa questão de não podemos esquecer de endurecer o controle de armas de fogo no País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Isabel.

Passamos a palavra ao Cel. Dimas Silvério, que representa aqui o Ministério da Defesa.

O Coronel quer fazer uso de uma apresentação. Espero que já esteja tudo o.k.

O SR. DIMAS SILVÉRIO DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Quero inicialmente agradecer a esta Casa a oportunidade dada ao Exército de explanar um pouquinho sobre a sua visão a respeito desse assunto tão sensível.

Eu gostaria inicialmente de dizer que o Exército é um fiel cumpridor das leis, um fiel cumpridor dos regramentos, não cabendo ao Exército fazer considerações sobre os regramentos em si, mas sim fielmente cumpri-los, de forma a atender aos anseios da sociedade.

Eu vou apresentar alguns eslaides aqui, até para dar uma visão aos senhores do trabalho que é feito pelo Exército, com relação aos produtos controlados em geral e, particularmente, sobre as armas.

Então, como missão, o Exército regula, fiscaliza e autoriza a utilização ou não de produtos controlados, visando ao bem-estar da sociedade e ao cumprimento das leis, como foi dito. Para isso, nós seguimos o arcabouço jurídico já conhecido de todos, particularmente os novos decretos, que alteraram a forma de se controlar alguns itens – armas e munições – e concederam alguns direitos a algumas classes que antes não eram contempladas. O.k.?

Bom, produto controlado é qualquer objeto que pode, de uma forma ou outra, causar dano à sociedade ou sensação de insegurança a ela. Listados ali nós temos armas, munições, explosivos, produtos químicos e blindagens. Então, nós temos uma lista de 400 produtos que são controlados, a maioria deles produtos químicos e, em geral, produtos químicos em função de acordos internacionais que preveem que esses produtos têm que ter um tratamento diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O sistema brasileiro é conhecido de todos, o Sigma e o Sinarm, que são compartilhados.

O Exército tem trabalhado no sentido de integrar esses sistemas, e esse esforço já tem ocorrido. Para os senhores terem uma ideia, se forem embarcar com uma arma no aeroporto, independentemente de ser Sigma ou Sinarm, aquela arma vai ser auditada ali, naquele momento, quanto à sua regularidade. Esse processo já está bem adiantado. Antigamente, usávamos troca de senhas – eu tinha a senha do Sinarm, outro tinha a senha do Sigma –, mas isso criava uma certa dificuldade. Hoje não; hoje já está integrado realmente, um processo que está sendo finalizado... O Sinarm tem praticamente todas as informações contidas no Sigma e vice-versa.

Está em desenvolvimento no Exército, na DFPC, um novo sistema, o SisGCorp, que vai englobar o Sigma em si, o Sicofa, o Sicovem e o Sicovab.

O Sigma já é conhecido.

O Sicofa é o controle fabril de armas. Toda arma que é fabricada no País vai para esse sistema. Antes mesmo de ir para a mão da pessoa que está adquirindo aquele bem, ele vai ser registrado no Sicofa. Se a arma vem importada, também vai para esse sistema. Então, toda arma – a gente brinca, não é? – tem que ter uma certidão de nascimento. Então, ela nasce no Sicofa. Depois ela vai ter uma identidade, que aí é o Sigma ou o Sinarm.

O Sicovem, que é o controle de venda de munições, é nacional, está integrado.

O cidadão, quando faz aquisição da sua munição, com a apresentação da documentação prevista, o sistema automaticamente já verifica se ele já comprou aquela quantidade, se está dentro da legalidade, e aí, sim, essa venda é autorizada. Então, esse sistema está disponível tanto para o Sigma quanto para o Sinarm, tem os acessos... É possível rastrear aí as aquisições que qualquer cidadão ou pessoa jurídica efetua, em termos de aquisição de munição.

E o Sicovab é o controle das blindagens.

Então, o cidadão, quando compra uma blindagem, também necessita de um registro junto ao Exército, e a vida desse material é acompanhada, de forma que ele não venha a ser utilizado ilegalmente.

A vantagem que o Exército tem é a sua capilaridade. Então, nós temos 220 organizações militares, unidades envolvidas no processo de fiscalização de produtos controlados, espalhadas por todo o País. São aí 1.225 militares que estão diretamente envolvidos da fiscalização. Isso nos permite estar muito próximo do cidadão que detém aquele bem, detém aquele material.

Então, o Exército tem hoje adotado uma visão menos cartorial, de mais fiscalização; menos papel, mais olho no olho, para acompanhar realmente a situação do material, de forma que ele não venha a cair e ser mal utilizado, causando mal à sociedade.

É óbvio que esse trabalho não pode ser feito de forma independente. Nós contamos com as forças auxiliares, os órgãos de segurança, que constantemente têm nos ajudado durante as operações.

Nós costumamos brincar na DFPC que o produto controlado tem sempre três dimensões: pessoa, produto e atividade. Então, eu sempre tenho que ter estas três perguntas na minha mente: quem é a pessoa que vai usar, qual o produto que está sendo pretendido e qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade ele vai desenvolver. Isso me permite dimensionar se aquele cidadão tem ou não condição de receber aquele material.

A atuação do Exército nas fábricas, no transporte, no comércio – nós estamos muito presentes no comércio –, nas pedreiras – por causa do problema dos explosivos –, nos aeroportos e portos constantemente, pela importação e exportação...

Ali é uma foto da destruição de armas. Inclusive, nós temos aí alguns acordos para esvaziamento dos tribunais, para garantir a segurança, para que esse produto não venha a retornar para as mãos dos criminosos; as blindagens...

E, dentro do foco que eu coloquei aqui, menos cartorial e mais fiscalização, são as operações que nós realizamos anualmente. Então, eu nominei algumas ali: Rastilho, Alta Pressão, Impacto. A Rastilho tem a ver com explosivos; a Alta Pressão com o comércio de armas e munições; a Operação Impacto visa a verificar a regularidade da utilização das armas pelo CAC, que é o caçador, atirador e colecionador; a Dínamo também é voltada mais para explosivos.

A Alta Pressão abrange um segmento que parece inofensivo, mas tem que estar sempre sendo acompanhado, que são as armas de pressão.

E a Operação Vulcão, que é esse acordo que existe, no sentido de mais rapidamente destruir as armas que estão aí, à disposição da Justiça.

Então, os resultados dessas operações, que são sempre feitas, como eu falei, interagências, o que maximiza os resultados... Na explosão de caixas eletrônicos, por exemplo, tivemos uma queda acentuada nas ocorrências, fruto dessa parceria que existe dos órgãos de segurança com o Exército.

Na parte de destruição de armas...

Ali, apenas para exemplificar: em 2017, nós destruímos 216 mil armas, arredondando; em 2018, 191 mil; em 2019 ainda não está totalmente atualizado: já temos 13 mil armas destruídas – esse número, com certeza, é um pouco maior.

Então, é um esforço do Exército, no sentido de que realmente essas armas não retornem mais às mãos da criminalidade.

Dentro da visão do Sigma, quem são os nossos usuários? As Forças Armadas em geral, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Abin, a GSI, as fábricas, comércio e importadores, e os CACs. E deixou de ser atribuição do Sigma a questão dos magistrados, que passou para o Sinarm.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIMAS SILVÉRIO DA SILVA – Foi comentado por alguns aqui o total de CACs: 163.546.

É lógico que, às vezes, um cidadão é atirador e colecionador ou os três ao mesmo tempo. Então, eu preferi não separar ali: são 163 mil usuários dentro dessas três atividades.

O total de armas: são 389.318 armas pertencentes a esse grupo. Isso aí dá uma média de 2,38 armas por cidadão. Então, é uma média baixa. Há muito cidadão que é colecionador e tem uma grande quantidade de armas, e isso interfere na média. Mas, em geral, são 2,38 armas por CAC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ali embaixo, no quadro abaixo, é o total de armas roubadas ou furtadas ao longo dos anos. A média, em 2019, é de 461. Isso aí dá 0,0102% do total de armas pertencentes ao CAC. Então, um percentual baixo. Não temos tido muitos problemas.

As armas do CAC em geral são armas especiais, algumas armas são de repetição, armas longas... Então, em geral, elas não são muito adequadas a uma ação criminosa, à exceção das armas de porte, que são idênticas a qualquer uma. Desse total de armas, muitas delas têm essas características, então não atraem muito interesse.

A questão das fábricas de armas e munições.

Então, só para vocês terem uma ideia, nós temos a Taurus e a Boito no segmento de armas; a CBC se dedica mais à munição; a Imbel e a Emgepron estão atreladas ao Exército e à Marinha, respectivamente, com diversos produtos de defesa; e a Condor e a Indios são voltadas mais para o segmento de material menos letal.

No comércio especializado de armas, nós temos hoje 1.408 lojas de armas cadastradas, espalhadas por todo o País, que são fiscalizadas por aqueles 220 postos pertencentes à rede de fiscalização do Exército.

Principais ações em andamento.

Eu comentei aqui do sistema, do SisGCorp, desenvolvimento e implantação. Ele vai integrar toda a área, de forma que realmente a Federal tenha acesso a todas as atividades com produto controlado, toda a informação que o Exército detém; à marcação de explosivos e munições... Diga-se de passagem que o Brasil é um dos únicos países que marca munição. Então, estamos na vanguarda. E agora estamos partindo para marcação do explosivo.

Esse explosivo, mesmo após o acionamento, que é o grande quesito, vai poder ser, sim, rastreado, para se identificar quem foi que adquiriu aquele produto. Então, já foi desenvolvida uma tecnologia, em parceria com algumas empresas, está em fase de implantação dessa sistemática de marcação.

Terá acesso à avaliação técnica do produto, visando à segurança do cidadão, e à atualização e expedição de novas normas, tendo em vista essas mudanças dos decretos.

Então, essa é uma primeira exposição da visão do Exército sobre os novos decretos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu agradeço ao Cel. Dimas e adianto já alguns pontos de questionamento: primeiro, a questão do quantitativo de pessoal do seu departamento, da sua divisão, para controle e fiscalização, se seria suficiente e se o senhor pode mencionar qual seria o déficit; se vocês têm condições de fazer a fiscalização da chamada importação direta de armas e munições; e se essa marcação é por lote ou por unidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Ao final aqui a gente repassa.

Pois não.

O SR. DIMAS SILVÉRIO DA SILVA – Com relação aos efetivos, o Exército é muito maleável. Então, ele tem uma estrutura grande. À medida que a sociedade necessita de uma resposta, ele adéqua os meios suficientes para atender a essa demanda. Então, normalmente, nas operações já se faz isso. Nós falamos lá em 1,2 mil homens, mas, durante as operações, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exército, os comandos militares alocam muito mais pessoal para as atividades, de forma a atender àquela demanda momentânea ou, se a demanda aumentar, até de forma mais fixa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E a marcação de munição e armamentos?

O SR. DIMAS SILVÉRIO DA SILVA – Ah, sim.

A marcação de munição é feita por lotes. Atualmente, o que se prevê é que, a cada 10 mil munições, o lote muda, e esse lote tem que ser vendido a um órgão específico – ele não pode ser fracionado: vender uma parte para um determinado órgão e outra parte para outro, do mesmo número –, de forma que se consiga identificar qual foi o órgão que comprou aquele material.

Essa norma está sendo revista, e esse quantitativo pode ou não ser modificado. Talvez, futuramente, em breve, nós tenhamos até outras formas de marcação da munição. Está-se prevendo talvez alguma coisa em termos de um produto químico que é adicionado à pólvora, mas essa marcação ainda está em estudo, é tecnologia nova; não se sabe ainda a eficácia dessa marcação que está sendo apresentada aí por um dos fornecedores.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Nós vamos ouvir agora a palavra do Cel. Achiles... Vou apenas confirmar se ele vai fazer uso da palavra ou se já está contemplado pela fala do Coronel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já está contemplado.

Ao final, nós vamos só fazer um ajuste de informações. Há uma pequena divergência numérica entre os dados trazidos e os dados que o Sou da Paz tem, fornecidos pelo próprio Exército Brasileiro. Mas ao final a gente corrige isso.

Vou passar a palavra ao Sr. Plauto Roberto, especialista em segurança pública, Coronel da reserva da PM do Ceará.

O SR. PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira pela iniciativa. É um tema muito importante que agora debatemos. Espero ajudar, contribuir para o debate.

Eu quero cumprimentar os colegas que já falaram e que representam as instituições. Ouvi muito atento a Confederação Brasileira de Tiro e a Associação Nacional de Caça e Conservação.

Eu queria falar um pouco do ponto de vista de policial que fui – e que sou ainda, não é? – por 30 anos, diretor de presídios, diretor da Guarda Municipal de Fortaleza, diretor da segurança do Fórum do Estado do Ceará, e eu quero falar sobre esse tema do ponto de vista do banco de uma viatura policial.

Eu moro numa cidade onde são registrados 83 homicídios por 100 mil habitantes. Fortaleza é considerada uma das cidades mais violentas do mundo. O meu Estado registra 40 homicídios por 100 mil habitantes. E, para todo número que se apresenta, você tem que ter um referencial, e o referencial que se usa são os dados da ONU, que aceita até dez homicídios por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100 mil habitantes. O que passa de dez homicídios por 100 mil habitantes, ela considera uma epidemia. Então, o meu Estado é extremamente violento. E o nosso País também, com 30 homicídios por 100 mil habitantes. Eu acho que os últimos dados são de 2018, quando constou isso aí. Isso está variando, está baixando um pouco, mas ainda é extremamente alto.

Para vocês terem uma ideia desses números do Brasil, em cinco anos de guerra na Síria, 256.124 pessoas foram mortas. Isso, no período de março de 2011 a novembro de 2015. Nesse mesmo período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, 279.567 pessoas foram assassinadas no Brasil. Detalhe: a guerra da Síria utilizou morteiros, armas longas, e a morte, aqui no Brasil, lembra mais a Primeira Guerra Mundial, corpo a corpo, com arma branca, no tiro de combate de 1,5m, o tiro policial, com algumas exceções que a gente vê no Sudeste do País, especialmente no Rio de Janeiro, com a utilização de armas longas.

Então, esse é o cenário de insegurança e de violência no nosso País.

E isso eleva, como foi falado pelo Delegado Kleber, a sensação de insegurança do brasileiro, faz com que ele levante os muros das casas, faz com que se torne normal a classe média comprar carro blindado. Isso é uma discrepância. É um absurdo.

E, pelos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinado. E esse medo faz com que 57% da população brasileira cheguem até a afirmações absurdas: ela acredita que bandido bom é bandido morto.

Então, diante deste cenário, deste cenário de guerra, infelizmente, que nós vivemos no nosso País, uma guerra urbana, apresentam como solução para a população armar a população, e não explicam muito bem à população como é essa forma de armar. Muitas pessoas vieram me questionar: "Coronel, o que o senhor acha? O senhor acha que eu tenho o direito de ter a minha arma em casa?". Eu digo: "Tem, você tem o seu direito, sim; tem que proteger o seu lar, a sua família. Isso se chama posse. Mas você acha que é razoável as pessoas andarem armadas nas ruas, nessas discussões de trânsito maluco que a gente tem, nesse estresse da vida cotidiana?". "Ah, não. Eu acho isso um absurdo". "Isso se chama porte". "Ah, é? Eu pensei que era a mesma coisa. Quer dizer que, nessa questão das armas, tem essa diferenciação entre posse e porte?" "Tem. Tem sim essa diferenciação".

E aí foram publicados vários decretos, desde o início do ano para cá. E, nesses decretos, há alguns tópicos que eu coloquei aqui: ampliam o registro de cinco para dez anos – o período para registrar aumentou; ampliam e facilitam a possibilidade do porte; ampliam a quantidade de armas de fogo e munição em circulação... Para os colecionadores são cinco unidades para cada modelo de arma; para os atiradores, 60 modelos de armas: 30 de uso restrito e 30 de uso permitido, para a prática do seu esporte; e para os caçadores, 30 armas, sendo 15 de uso permitido e 15 de uso restrito, para sua atividade. A gente pode discutir esse tema no decorrer da audiência.

Mas armar a população é a solução?

Então, eu fui pesquisar um pouco sobre o que acontece em outros países. Pincei aqui alguns países, e, em Portugal, onde eu estive recentemente, a posse é permitida, e o porte é proibido. Eles restringem muito o porte. Então, eles consideram que seja proibido.

A taxa de homicídio em Portugal é uma das menores do mundo: 0,9 homicídio por 100 mil habitantes. Aí, as pessoas que defendem o armamento dizem: "Ah, mas nos Estados Unidos o porte é permitido, e os índices são baixos: 5 por 100 mil habitantes". Mesmo sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma confederação, em que a legislação muda de Estado para Estado, mas os índices também são baixos. Quer dizer: no país em que é proibido, os índices são baixos; no país em que não é proibido, os índices também são baixos.

No Chile, aqui, na América do Sul, na nossa região, a posse é permitida, e o porte é proibido. E nós temos o menor índice na região do Chile, de 3,2 homicídios por 100 mil habitantes.

Aí a pessoa que defende o porte diz: "Ah, mas, no Uruguai, que é o segundo país menos violento da nossa região, o porte é permitido, e os índices também são baixos: 7,8". São baixos mesmo, bem abaixo dos índices aceitados pela ONU.

Então, aonde é que eu quero chegar com isso? Nós estamos diante de um dilema: armar ou desarmar a população brasileira? Armar vai aumentar ou vai diminuir a violência? Desarmar vai aumentar ou vai diminuir a violência?

A violência é um fenômeno – esse é um conceito que eu tenho – plural. Ou seja: existe o homicídio, mas existe o roubo, o latrocínio, existe o furto, existem vários tipos de violência. Utilizamos homicídio, porque é um número que é mais próximo da realidade, que tem menos subnotificações. É um fenômeno dinâmico.

Eu não posso comparar violência lá do Ceará com a violência da mesma região mesmo, lá em Sergipe, no Estado do Senador Alessandro; ou comparar a de Roraima com a do Rio de Janeiro; ou comparar a de São Paulo com a de Goiás ou a de Mato Grosso. Então, o Brasil é muito grande. O nosso Território, comparando com a Europa, tirando a Rússia, é maior do que todos os países da Europa juntos. Então, são vários países dentro deste Brasil. Então, a violência é dinâmica.

Aliás, ela difere até dentro de um mesmo território. Em Fortaleza, a violência difere na Aldeota, que é o bairro mais nobre, com o PIB de países europeus, onde o IDH é altíssimo, e em comunidades pobres, comunidades de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, com IDH comparado ao de países da África mais pobre, os países mais pobres da África. Isso é no mesmo território.

E ela é multicausal. Então, a violência não se dá apenas por um motivo. Se ela é multicausal, ela não pode ter um único argumento, uma única ação para que ela encerre. Ou seja, armar a população vai resolver o problema da violência ou não armar a população também vai resolver o problema da violência. Então, discutir esse tema sob esse prisma de que vai diminuir a violência é não falar a verdade para a população, porque vai modificar quase nada!

Mas quando é que a arma é um fator de proteção ou quando é que a arma é um fator de risco?

No nosso País, onde nós não conseguimos resolver os nossos problemas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA – ... mais básicos; onde a Justiça brasileira julga de forma morosa e, às vezes, até duvidosa; onde as instituições de segurança – de que eu fiz parte e de que faço parte – precisam de mais investimentos e seus integrantes de mais segurança jurídica, como foi falado aqui; onde a corrupção, infelizmente, ainda é uma epidemia nacional, dificultando a identificação de quem é cidadão de bem neste País... Quem é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão de bem neste País? Quem é cidadão de bem neste País, para que seja atribuído a ele ou dado o direito a ele usar essa arma?

Liberar o porte de arma neste cenário, neste cenário brasileiro, no nosso cenário, é semelhante a lançar um fósforo aceso em um paiol cheio de explosivos. Para o nosso cenário brasileiro, Senador, é um fator de risco. Liberar o porte de arma nesse cenário é um fator de risco. Será um salve-se quem puder; um retrocesso social.

Então, eu clamo aos Parlamentares e espero contribuir, porque a decisão de lançar ou não esse fósforo não é minha, mas, como especialista da área, cabe a mim alertar: o nosso País não está preparado, principalmente diante de todo este cenário de políticas públicas defasadas e deficitárias para o cidadão, seja ele de bem ou não, portar arma nas ruas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço as palavras do Cel. Plauto.

Passo para o Sr. Everardo de Aguiar, representante da Rede Desarma Brasil, para sua exposição.

O SR. EVERARDO DE AGUIAR MELO (Para exposição de convidado.) – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Alessandro. Obrigado por abrir o debate que, em tão pouco tempo, infelizmente, estava sendo quase atropelado. Vivemos esses primeiros seis meses deste ano, quando se vinha discutindo longamente a questão da segurança pública, a questão do controle de armas, mas, infelizmente, nos dois últimos meses, a gente quase perdeu a possibilidade de, mais uma vez, olhar um para o outro e conversar sobre a crise de violência que existe no nosso País. Então, muito obrigado.

Ouvi atentamente a exposição dos colegas. Com parte desses colegas a gente já está há muitos anos conversando, porque a Rede Desarma Brasil – e é bom que a gente comece a se apresentar – surge não só para discutir o ato isolado da questão do controle de armas, o grupo específico da questão do controle de armas. Ela surgiu porque queria ampliar o debate com a sociedade civil, com as pessoas, com as categorias, sobre a questão da segurança pública no Brasil. Então, nós somos cidadãos que achamos que é fundamental esse debate ser amplo, chamar as categorias... Quando nós chamamos, por exemplo, de participação efetiva na constituição do Conselho Nacional de Segurança Pública, parecia que, para alguns, era como: "Ah, mas para que Conselho Nacional de Segurança Pública, quando basta a lei que nós ajudamos a construir, que foi o Estatuto do Desarmamento?". Mas era importante, sim, porque nós queríamos ampliar, com a Polícia Rodoviária Federal, com a Polícia Civil, com a Polícia Federal, com as polícias militares, com as Forças Armadas, com as categorias específicas, porque era necessário, dez anos atrás, discutir juntos a segurança pública no Brasil, a importância de nós temos o controle de armas no Brasil, e não deixar chegar aonde nós chegamos.

Então, a primeira coisa que a gente gostaria de deixar aqui, especificamente, é que não é o cidadão de bem contra o cidadão que não é de bem; que não é contra a arma, mas quem deve usar arma e por que deve usar a arma; qual é o papel do Estado e qual é o papel nosso, de cidadão.

Então, há uma compreensão de que nós, como cidadãos, estamos dispostos a conversar com todos os segmentos sociais sobre a importância de sermos um País, sermos cidadãos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam conviver mais ainda com conflito, e não achar que cada um resolve o seu problema em determinado momento.

Num País com tanta desigualdade social, econômica, educacional, cultural, com tanta diversidade nos Estados, não dá para você achar que o problema central é liberar o porte de arma para quem quer que seja.

E os decretos, infelizmente, Senador... A lei não pegou um grupo específico: o primeiro decreto apresentou um leque de categorias e de pessoas que não têm a menor familiaridade com a questão das armas. Eu, quando vi a primeira vez o decreto, quando eu vi conselheiros tutelares, por exemplo, pelo direito... Isso é... Imaginem: são 5.600 Municípios, e, em todos os Municípios, há um Conselho Tutelar. Aqui, em Brasília, por exemplo, nós temos 200 Conselheiros Tutelares – são 200 num território pequeno. Vamos imaginar que 30% queiram ter – não estou dizendo que a maioria quer, não, porque eu conheço alguns –, sem nenhum preparo... Isso vai contra a própria lei que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei de proteção e não de inibição. Essa é uma questão importante.

Trazer para a audiência pública, Senador, para conversarmos sobre isto: o que nós estamos fazendo, como nós queremos resolver determinados problemas, que são problemas históricos nossos... E eu concordo plenamente com o Coronel que nós somos um país hoje violento – 67 mil homicídios por ano não é um negócio simples, quase 300 mil estupros não é um negócio simples. Nós não estamos tratando de um país pacífico. E qual é a solução apresentada? Foi o porte de arma, liberação para amplas categorias. Motorista de caminhão? Quem conhece as estradas deste País sabe que isso não pode ser razoável. Então, vir aqui para a Comissão de Constituição e Justiça e conversar é dizer o seguinte: nós não podemos perder a oportunidade – nós Congresso Nacional, o Senado já tomou uma medida semanas atrás – de dialogar com o País, de ponta a ponta, que nós queremos optar por um Brasil que seja capaz de resolver os seus problemas conversando. Senão, nós perdemos o referencial.

A Rede Desarma Brasil, fundamentalmente, Senador, tem se colocado da seguinte maneira: queremos discutir a segurança pública, questões específicas como a dos CACs, por exemplo, que são os atiradores, são questões específicas que devem ser conversadas, o controle de armas deve ser estrito.

Nós queremos que as Forças Armadas, que nós sempre procuramos para conversar – eu estou fazendo isso há muitos anos, e, dentro do Fórum Brasileiro de Segurança, sempre procuramos o Exército para conversar –, digam o que está acontecendo, apresentem os dados, que não sejam discrepantes. E não é porque desconfiamos, não, mas é porque é difícil. Nós somos um país enorme. Aqui, em Brasília, por exemplo, nós sabemos as manchas criminais – o Kleber está aqui e é policial aqui –, nós sabemos onde estão as manchas criminais; no bairro onde eu moro, faz mais de três anos que não há um homicídio, que não há um latrocínio, o Lago Sul. Quem conhece aqui sabe do que eu estou falando. Por que isso? É a desigualdade social. No entanto, é uma região em que furto é extraordinário, e os furtos acontecem às 7h, 7h30 da manhã com as empregadas domésticas. Estupros acontecem, mas não aparece no Lago Sul a notificação do estupro, porque essas domésticas moram em bairros pobres, como Paranoá, Itapoã, São Sebastião, e não aparece lá no Lago Sul. Então, não pode ser uma decisão sem pensar o contexto que nós estamos vivendo, sem pensar na desigualdade em que nós vivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Rede Desarma Brasil tem como princípio fundamental fazer esse diálogo amplo, aberto para que esse tema não seja uma caixa-preta para meia dúzia de pessoas, mas para que esse tema alcance o cidadão que está lá em Fortaleza, no campo, no Nordeste, no Sertão brasileiro, no Plano Piloto, no Rio de Janeiro, e que não alcance só as pessoas que têm acesso à informação, como nós que estamos aqui, mas aquele cidadão que acha que o porte e a posse são a mesma coisa.

Eu peguei um Uber na terça-feira – eu estava contando para um amigo com quem eu entrei aqui –, e o rapaz do Uber falou: "Não, eu quero, porque eu posso ser assaltado". Eu disse: "Mas você sabe que parte significativa dos assaltos com a pessoa que tem arma, ela, inclusive, sofre com isso, ela pode ser vítima da sua própria arma?". Então, temos que esclarecer.

Hoje, nós estamos cada vez mais convencidos de que qualquer decisão, mesmo que tenha justificativas significativas, plausíveis, como a que você está falando da questão dos atiradores, dos esportistas, que precisam ter, mesmo que seja assim, não pode ser monocrática: "Acordei de manhã e vai ser feito assim", passando por cima do Congresso, passando por cima de pessoas que foram eleitas democraticamente, passando por cima de categorias que vêm fazendo esforço enorme há anos para melhorar suas atividades, por exemplo, como os policiais, os policiais civis, os policiais militares e os policiais rodoviários federais. Nós não podemos aceitar isso de forma nenhuma! Então, fica aqui o nosso apelo, como uma rede de cidadãos e de organizações da sociedade civil, para que não permitam que essa decisão seja feita por uma visita de três, quatro pessoas, de grupos de produtores de armas, de empresas ao ministério X, ao ministério Y. Que isso seja feito abertamente aqui, no Congresso Nacional, para que todos possam se manifestar. E que a gente assuma as responsabilidades das decisões que foram tomadas nesta Casa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVERARDO DE AGUIAR MELO – Fica aqui o nosso apelo.

Parabenizo, mais uma vez, todos os expositores.

E a Rede Desarma Brasil está à disposição para continuar o debate amplo e, ao mesmo tempo, Senador, para tratar isso como uma questão de educação para que nós possamos ter um país onde o medo não se sobreponha à nossa possibilidade de viver em paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço as palavras do Everardo, pela Rede Desarma.

Referendo o fato de que estamos fazendo aqui o devido processo legislativo, ouvindo a sociedade, as entidades envolvidas, os atores. Essa é a forma correta de tratar qualquer problema da sociedade, mais ainda quando pode haver repercussões elevadas na vida das pessoas.

Vou passar agora para o penúltimo orador, que é o João Bosco, representante do Ministério da Justiça. Em seguida, teremos a inserção do Cristiano Torres, que representa os agentes socioeducativos, uma categoria que também vem demandando uma atenção específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito para informar que nós temos perguntas e comentários de 23 unidades da Federação. Esse é o tamanho do alcance dessa questão e também da mobilização. Então, a gente espera dar resposta a essa demanda da sociedade, dentro de uma lógica racional de um processo legislativo benfeito.

Por favor, Sr. João Bosco.

O SR. JOÃO BOSCO TEIXEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Agradeço e parabenizo a ideia da CCJ, na presença do Senador Alessandro Vieira, pela convocação aqui da audiência pública.

Parabenizo também os demais expositores pela clareza da exposição das ideias.

Inicialmente, eu gostaria de informar que o Ministro Sergio Moro pediu para agradecer o convite dirigido ao ministério e pediu também escusas por não ter podido comparecer, pois, neste momento, ele está presidindo uma sessão do Conselho Nacional de Segurança Pública. Então, eu fui designado como representante em face desse evento que está acontecendo neste momento no ministério.

Como muito bem já foi colocada aqui a questão – e eu peço desculpas também pela minha fala, porque estou um pouco rouco por causa de uma gripe – pelo representante da Polícia Rodoviária Federal, tem havido um esforço muito grande do ministério e da própria Presidência da República, apesar das dificuldades fiscais, de aprimorar a atuação dos órgãos de segurança.

Como exemplo, a gente traz aqui a autorização para convocar o dobro dos candidatos para a Polícia Federal, o que já foi autorizado recentemente. E, ontem, o Presidente já indicou que está autorizando também a convocação do dobro de candidatos da Polícia Rodoviária Federal do último concurso, que já vão começar a atuar neste momento. Isso associado a outras medidas de segurança que vêm sendo adotadas pelo ministério indicam que tem havido um esforço para atacar esses problemas da entrada de armas irregulares no País, mas também de controlar, fiscalizar e reter, como tem acontecido em muitas operações, em muitas diligências da própria Polícia Rodoviária Federal de apreensão de armas em rodovias federais pelo policial rodoviário federal etc, mas isso depende, de fato, de um esforço conjunto de todos os organismos de segurança.

No caso específico aqui da audiência, na questão de porte, posse e registro de arma de fogo, realmente, até resgatando aqui a fala do Dr. Kleber, naquele momento que o Estatuto de Desarmamento foi editado, de fato, existia uma expectativa, um ideal esperado pela sociedade de que, com o desarmamento da população de modo geral, deixando apenas os organismos de segurança, com uma série de restrições, de limites, para a concessão de porte e posse de arma de fogo para os cidadão de modo geral, haveria uma melhora na expectativa de segurança. O Decreto 5.123, que foi editado na sequência, refletiu essa premissa esperada pela sociedade e pelo próprio legislador. E, de fato, o regulamento foi trazido de uma série de restrições para concessão de porte e posse, tirando a questão dos órgãos de segurança, que já tinham um direito mais resguardado.

Essa dificuldade para acesso ao porte que está associado dentro da própria questão da comercialização, que foi proibido pela lei, mas sujeito a um referendo, que foi negado... De fato, não foi proibida a comercialização, mas o Dr. Felippe trouxe aqui um dado que reflete bem a questão da dificuldade que se impunha às pessoas para terem acesso às armas. O dado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informa que foram 240 mil cidadãos comuns que tiveram acesso à posse de arma durante o período. Parece que o dado geral é de oitocentos e poucos mil, mas o cidadão comum... É um determinado número para órgãos de segurança privada, talvez juízes...

O SR. FELIPPE MARQUES ANGELI (*Fora do microfone.*) – São 330 mil.

O SR. JOÃO BOSCO TEIXEIRA – São 330 mil armas autorizadas para o cidadão comum ao longo de 15, 16 anos. Então, isso já demonstra que havia uma certa limitação mesmo para o acesso, o que está até em consonância com o próprio Estatuto do Desarmamento.

A verdade é que as coisas mudaram, a violência aumentou, e se percebeu que, apesar da redução do índice de homicídios por arma de fogo, de fato, outros crimes também tiveram um aumento, e, até dentro da própria lógica da última eleição, foi prometido que seria ajustado esse rigorismo do Estatuto do Regulamento. Em janeiro, já foi editado um decreto tratando melhor da questão dessa subjetividade para a concessão da posse, a questão que o próprio Estatuto trazia para a posse a declaração de efetiva necessidade, que ali indicava uma certa presunção. Só que na aplicação, na prática, o delegado de polícia condicionava essa liberação à se indicar essa declaração de efetiva necessidade. Isso, de fato, causava algumas dificuldades.

Foi editado esse decreto, vieram os outros decretos na sequência, foram derrubados, vieram outros, e chegamos a este momento, mas a verdade é que há necessidade de um aprimoramento da lei e dos próprios regulamentos, tanto é que estamos aqui debatendo essa questão; mas, de outro lado, também existe a necessidade de avanço em algumas questões que o próprio Estatuto do Desarmamento regulamentou, lá em 2004, quando foi editado. O Decreto nº 5.123 já previa que a integração dos sistemas da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal deveria ser feita em um ano. Isso não foi feito até hoje. Nos últimos meses, têm havido esforços tremendos da Polícia Federal e do próprio Comando do Exército para promover essa integração, mas, muito além disso, eu acho que já foi colocado aqui que os próprios órgãos de segurança têm uma certa dificuldade de operar no sistema. Até para obter informação às vezes tem que expedir ofício. Então, o ideal seria que esses sistemas, de fato, além de serem integrados, deveriam ser disponibilizados para os órgãos de segurança estaduais.

Muito além disso, a gente chegou a debater nos últimos meses, criarem-se mecanismos para que os órgãos de segurança estaduais também insiram informações no sistema. Por exemplo, apreende-se uma arma de fogo que não tinha registro, ou às vezes a arma de fogo tem registro, mas normalmente para se informar isso no sistema, é exigida uma burocracia de envio de ofício etc. O ideal talvez fosse que as próprias polícias pudessem inserir isso. Hoje, por exemplo, um cidadão que tem a posse e a arma é furtada tem uma dificuldade de comunicar; então, o ideal seria também que houvesse um aprimoramento disso, e tem havido um esforço dos órgãos nesse sentido.

A questão do reconhecimento do próprio Senado, com a votação, há duas semanas, do PL que trata da questão da posse estendida no âmbito da propriedade, é uma questão bastante sensível, que se coaduna com o que foi colocado pelo Dr. Kléber aqui, que é o direito de preservar a segurança de uma propriedade, da residência, expandindo-se para a própria propriedade, mas ainda falta, por exemplo, a questão do local de trabalho. Você tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indústria. Às vezes, você imagina que o proprietário pode ficar com a arma no escritório, mas ele não pode andar com a arma no âmbito da própria propriedade para defender os interesses daquele local de trabalho.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO BOSCO TEIXEIRA – Isso já está no PL que o Poder Executivo encaminhou, já contempla também essa solução.

Há um detalhe que precisa ser aprimorado também. Os decretos trouxeram isso agora. As armas apreendidas nos organismos de segurança pública envolvidas em algum conflito ocorrido em alguma operação são apreendidas e há uma dificuldade tremenda para devolver essas armas para os órgãos de segurança. É uma burocracia envolvendo o Judiciário com os órgãos de segurança. É um bem público que está acautelado no Poder Judiciário e não pode ficar indefinidamente. Então, os decretos que estão em vigor já trouxeram um aprimoramento disso.

Essa questão das armas roubadas, também, a questão do registro de comunicação... Já houve esse aprimoramento também, mas o ideal seria, nessa discussão, que o projeto de lei que vier a ser votado pelo Parlamento já discipline melhor essas questões também.

A questão do porte de trânsito dos CACs também acho que está associada com esse ponto do ideal. Quando a sociedade planejou lá atrás o decreto, isso não foi adequadamente preservado. O art. 9º do Estatuto do Desarmamento prevê que compete ao Comando do Exército definir a questão do porte de trânsito. Os CACs têm direito a porte de trânsito pelo art. 9º. Foi editada uma portaria, que já estava em vigor há muito tempo e já disciplina isso. O Comando do Exército tem essa competência. Mas, quando isso foi colocado no decreto, criou-se uma celeuma. Na verdade, só se replicou no decreto o que já estava na portaria do Comando do Exército. Então, tem havido algumas discussões que acabam fugindo um pouco do foco, mas espera-se que, com essas discussões aqui no Senado e certamente na Câmara também, isso possa voltar aos eixos e ser conduzido da forma mais adequada.

Agradeço o convite e a possibilidade de exposição pelo Ministério da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, João Bosco, que falou em nome do Ministério da Justiça.

Quero referir aqui a presença dos colegas Senadores Eduardo Girão, do Ceará; e Capitão Styvenson, do Rio Grande do Norte.

Para concluir as primeiras falas, por um compromisso que eu assumi, durante cinco minutos, o Cristiano Torres vai ser o primeiro a colocar questionamentos específicos. Em seguida, eu passo aos colegas.

O SR. CRISTIANO TORRES DANTAS (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador! Bom dia a todos! Em nome da Deise, nossa agente socioeducativa, eu cumprimento todos os colegas que vieram aqui e as mulheres agentes socioeducativas.

Eu sou agente socioeducativo há nove anos e acredito que, por um desconhecimento de o que é a nossa categoria, nós temos sofrido constantemente com o descaso por parte das autoridades. Por muito tempo, houve uma cortina ideológica que foi plantada de que o sistema socioeducativo trabalha com menores e jovens adultos que conosco ficam até maiores de 21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, como pessoas que são somente vítimas da sociedade, o que não é verdade. As unidades de internação em semiliberdade no sistema socioeducativo só contêm traficante, estuprador, homicida, latrocida... O crime organizado já está dentro das unidades socioeducativas, e a bomba está estourando muito no nosso colo, dos agentes socioeducativos.

Para os senhores terem ideia do descaso com a nossa categoria, e aí é onde vem muito a questão da modernização da lei, fazendo a inclusão, na nossa categoria, com a questão do porte funcional, na semana passada, nós tivemos um colega agente socioeducativo que estava chegando à unidade socioeducativa no Estado do Maranhão – inclusive eu estava na hora em outra audiência pública que estava havendo na Câmara dos Deputados – que foi executado pelo fato de ser agente socioeducativo.

Provavelmente – e aí as investigações da polícia lá estão correndo, tinha um outro colega que estava com ele que conseguiu fugir –, já há indícios de ligação do crime com as facções criminosas lá do Maranhão. Hoje, dentro das Unidades de Internação e Semiliberdade, quem lida diretamente com a segurança somos nós. Aquele jovem que, na sua vida inteira, seja no seu âmbito familiar, seja no âmbito da sociedade, não teve nenhuma socialização, quando ele vai lá para dentro, nós temos que promover a ressocialização. Então, quem muitas vezes vai dizer para ele o que ele tem que fazer ou deixar de fazer somos nós, e essa frustração muitas vezes é externada e é voltada para nós em forma de violência.

Nós temos casos aqui no Distrito Federal... Muito se foi falado nessa questão do armamento: "mas você pode ir lá na Polícia Federal fazer a requisição do porte de arma, e você vai ter". Isso é uma inverdade. Há um caso do colega que está até me filmando aqui agora: ele fez o pedido do porte de arma dele – ele já sofreu um atentado e tem várias ameaças de morte – e conseguiu, via liminar. Com a liminar, a Polícia Federal concedeu porte para ele de somente um ano, e ele não consegue renovar.

Eu tenho outro colega que foi vítima de um atentado... Havia dois colegas agentes socioeducativos que estavam em um ambiente, aqui na cidade do Recanto das Emas, que era onde eles moravam. Um foi assassinado, o outro foi ameaçado. A Polícia Civil pegou escuta, inclusive escutas de dentro das unidades socioeducativas, de que o pessoal lá de fora estava caçando esse colega. Ele foi à Polícia Federal, fez a requisição do porte de arma. Com tudo isso comprovado em ocorrência, o porte de arma foi negado. Ele conseguiu via judicial, por liminar.

Portanto, a nossa categoria... Não há como se falar de segurança pública sem se falar do sistema socioeducativo. Inclusive, a gente quer trazer para esta Casa uma ampla discussão, porque muito se fala em redução de maioridade penal...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir.

O SR. CRISTIANO TORRES DANTAS – Muito se fala em redução de maioridade penal, e não somente isso resolverá o problema, mas não há como se falar em segurança pública sem se falar do sistema socioeducativo, e não há como se falar em modernização do Estatuto do Desarmamento ou das leis que regem armas e deixar nossa categoria de fora do porte funcional, porque a nossa categoria, pelo próprio Ministério Público e pela própria Justiça, já é reconhecida como uma categoria de segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CRISTIANO TORRES DANTAS – Obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nós todos agradecemos pela contribuição.

Só para referir, antes de passar para os colegas – primeiro para o colega Eduardo Girão, nós recebemos quase 200 mensagens, questionamentos. Essencialmente, filtrando, nós temos referências à situação dos CACs, que já foi devidamente explicitada aqui pelos expositores, agentes socioeducativos, e também à situação específica de advogados. Há uma demanda, por uma parte da advocacia, pelo porte automático, o que representaria alguma coisa em torno de 1,25 milhão de pessoas com porte automático. Não parece ser uma coisa técnica, mas está aberto a receber contribuições nesse sentido.

Registro também que várias das mensagens seguem o tom de ameaça, de ofensa, que infelizmente vem contaminando o debate. Da parte deste Senado da República, posso assegurar que o debate vai ser sempre feito de forma respeitosa e técnica. As ofensas e ameaças não intimidam os Parlamentares. Elas prejudicam o debate. Quanto mais você ocupa o espaço com bobagens, menos tempo você tem para falar de coisa séria. Daqueles que, por muitas vezes, se colocam desafiadores nas redes, querendo debate, querendo falar, vários foram convidados e não compareceram. Isso fica registrado aqui.

Passo a palavra ao colega Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Senador Presidente da reunião, Alessandro Vieira, por quem eu tenho muito respeito desde que aqui chegou... Chegamos juntos ao Senado Federal, nesta renovação, e eu tenho, a cada dia, visto o seu posicionamento sereno com todos os assuntos desta Casa, buscando a verdade, buscando a ciência, as estatísticas, e não haveria um melhor Senador – me perdoe, Senador Styvenson, que é outra pessoa extremamente preparada – para avaliar esse assunto com o cuidado que merece. Queria parabenizar todos os palestrantes. Peço desculpas a vocês por não estar aqui, por não ter acompanhado a maior parte dos pronunciamentos, mas já pedi à nossa assessoria para guardar, porque eu quero assistir atenciosamente. Mas eu já soube, pelo que a nossa assessoria passou, que foi um debate de alto nível, com tranquilidade. Não pode haver emoção nessa hora. Tem que haver muita responsabilidade, porque são vidas humanas. Não é um assunto que é contra Governo, a favor de Governo, direita, esquerda, centro... Não é isso. Esse assunto transcende.

Quero registrar a presença aqui do Deputado Federal Capitão Wagner, uma pessoa que eu também admiro muito, um homem sério, honesto.

Queria fazer algumas breves colocações e uma pergunta. Se você me permite, Senador Alessandro, há uma pergunta que eu gostaria de fazer. O Estatuto do Desarmamento... Eu percebo, ao longo de alguns anos, que nome está errado. O nome foi concebido erroneamente. É estatuto do controle de armas. Eu não sei até se é possível a gente fazer uma... Já que você é o Relator, eu acho que tem que mudar, porque ele permite que a pessoa passe por todos aqueles pré-requisitos, e tem que haver controle mesmo, e possa ter – eu acho um exagero – até seis armas de fogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe aqui números que a gente já debateu no Plenário. São números já confirmados por entidades do Brasil que estudam o assunto e por entidades de fora do Brasil que estudam o assunto. O Estatuto do Desarmamento, segundo o Mapa da Violência, poupou 121 mil vidas. Isso não é pouca coisa, não. Isso a gente tinha que levar em consideração. Temos que levar em consideração e saber saudar e parabenizar aqueles que fizeram. Há erros? Há. Estamos aqui para aprimorar. Há situações que precisam ser aprimoradas, uma das quais – eu acredito – é mais políticas públicas dos Governos para buscas e apreensões, *blitzes* nas ruas, para tirar armas de fogo ilegais. A relação é direta: mais armas, mais violência, mais mortes.

A posse da arma de fogo eu respeito plenamente. Eu acredito que, a pessoa passando por aqueles pré-requisitos... Inclusive, não sei se Capitão Styvenson vai colocar, até exame toxicológico tem que haver, porque em um dia você está bem, você pode ter uma briga com a família, com o seu chefe, entra em uma depressão, e você está com arma. Você tem sempre que passar por exames. É óbvio que sim. Agora, o porte eu considero um risco tremendo para a sociedade, não para as categorias que lidam com segurança, muito pelo contrário. Eu acho que tem que haver mais efetivo, mais valorização do salário, mais treinamento, mais capacitação e mais armas. Mas o papel da polícia – e eu vou entrar na minha pergunta agora – é defender a sociedade. É ela que tem que defender a sociedade, nas ruas, principalmente. Então, quero fazer uma pergunta. Eu já tive a oportunidade de ler alguns livros do Cel. Plauto, que é um especialista no assunto, da minha terra, Senador Alessandro, do Ceará. Eu tenho observado esse debate, vejo e respeito a opinião de profissionais da segurança que acham que a população tem que ter arma, mas não o porte. Particularmente, não entra na minha cabeça, não consigo entrar com a razão... Tenho realmente me debruçado, mas não consigo entender...

Eu quero fazer a pergunta, Cel. Plauto. Eu tive acesso aos números de alguns Estados dos policiais militares que foram mortos, foram vítimas – há famílias chorando por eles agora, enquanto a gente está aqui, e não são poucos, são dezenas, centenas, nos últimos dois anos – , de folga, por causa da arma de fogo. Foram assaltados, reagiram... Vocacionados, porque são treinados, capacitados, e foram mortos. Eu lhe pergunto: uma liberação do porte, aumentando para algumas categorias, como advogados, como outras que estavam lá naquele decreto, o número de vítimas, de policiais militares, não poderia aumentar? Porque há uma lógica clara. O assaltante não vai mandar um zap para dizer a que horas ele vai assaltar. Ele vai te surpreender. O efeito surpresa é dele. Então, a arma do cidadão de bem, a tendência dessa arma é ou ele ser vítima da arma... Por isso, as polícias do mundo inteiro, a maioria das polícias diz: nunca reaja a um assalto, porque a possibilidade de você perder a sua vida é muito grande. Mas há a arma também, Senador Alessandro, que a tendência é de perder. E essa arma vai migrar para onde? Ela vai migrar para o crime, ela vai fortalecer o crime. Essa é uma lógica. Pode ser que eu esteja falando uma grande bobagem, mas é uma coisa tão lógica para mim. Eu queria entender de um especialista: será que os policiais militares não podem ser mais vítimas, não pode haver mais famílias chorando a partir de uma liberação, de uma flexibilização do porte de armas no Brasil? Essa é a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Cel. Plauto para, em três minutos, apresentar sua resposta.

O SR. PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA – Eu tenho direito de posse de arma desde os 17 anos, quando eu entrei na Polícia Militar. Lá eu vivi 30 anos servindo à instituição e ao Estado do Ceará. Mas eu fiz a opção, nesse período, de não portar arma quando de folga. Eu optei pela discrição. Por que pela discrição? Por causa do efeito surpresa. A cidade é muito violenta. Acho que a maioria das grandes cidades brasileiras são bastante violentas. Já fui até vítima de assalto. Eu me lembro de um assalto em um restaurante em que eu visualizei duas pessoas, mas, quando eu fui ver as câmeras do restaurante, havia três, porque o foco de visão fica mais limitado em uma situação de tensão. Se eu estivesse armado e fosse reagir, provavelmente eu seria morto por aquele elemento que eu não tinha visto. No meu Estado, 61 policiais foram mortos nos últimos três anos. Desses 61, 49 morreram de folga, justamente por causa do efeito surpresa. O estande de tiro é importante, mas eu acho que o estado emocional prevalece nessas ações de rua. Então, eu creio que o policial, com toda essa experiência dele, essa vivência de estar diante do crime nas ruas, em várias situações, quando ele está de folga, ele não sai da sua casa com essa disposição de enfrentar o crime. Ele se torna um cidadão comum naquele momento. Por mais atento que ele seja, é lógico que chega um momento em que ele vai baixar a guarda. Um profissional de segurança pública que já tem toda essa experiência, que viveu várias situações de crise, de violência, é vulnerável para esse tipo de ataque.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLAUTO ROBERTO DE LIMA FERREIRA – Imagine o cidadão comum que, mesmo passando pelos testes psicológicos, mesmo passando pelos estandes de tiro, provavelmente será uma vítima mais fácil da bandidagem, da criminalidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Cel. Plauto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Posso fazer só um comentário, Senador? É rápido, um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não. Com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Isso esclarece. Isso esclarece e justifica um pouco da lógica que a gente percebe.

Eu queria, Senador Alessandro, parabenizá-lo por esta audiência pública. O senhor, antes desses debates de decreto, porque a gente só debate decreto aqui ultimamente... A Casa está parada, tanto emprego para gerar, tanta situação que a gente tem aí na sociedade, e a gente está debatendo esse assunto, mas é importante, é uma pauta. Agora, eu sugiro a V. Exa., e sei da sua responsabilidade com esse assunto – há muitos especialistas aqui –, que, em uma próxima audiência, que o senhor certamente deverá saber, sejam ouvidos profissionais da área da saúde, porque isso tem um impacto, ferimento de armas de fogo, no SUS, muito grande; ouvir o Governo também, na área da saúde; ouvir vítimas de armas de fogo, pelo mau uso da arma de fogo. Nos Estados Unidos, em um período de quatro anos, 2.715 crianças foram mortas por armas de fogo em casa. Faço essa ressalva porque envolve crianças também. Eu fico imaginando brigas de trânsito, brigas de bar... Como diz o nosso ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colega Senador Cristovam Buarque, por quem eu tenho muito respeito, o homem da educação no Brasil, o grande patrono, o Brasil vira um botequim a céu aberto no final de semana. Então, imaginem as pessoas andando com arma na rua... Vai beber, um olha para a mulher do outro, às vezes sem maldade. E, no Nordeste, que é a minha terra, a nossa terra, há aquela coisa: se mostrar arma, tem que atirar. É uma coisa meio insana.

Então, eu queria parabenizá-lo por esta audiência e espero participar integralmente das outras que o senhor fizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Muito obrigado, Senador Girão.

Passo a palavra ao colega Capitão Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Alessandro, Sr. Presidente. Primeiro, quero agradecer, porque é este momento que a gente tem para discutir, e deixar bem claro que o decreto, acho que na visão de todos os Senadores que votaram, tinha todo o cunho inconstitucional. Então, a gente não vai discutir aqui mais o decreto, porque já passou. Eu espero que as pessoas entendam isso e vejam que este momento é para discussão.

Eu tenho várias perguntas, Alex, várias, muitas...

Não sei se o Sr. Benedito está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Não, o Sr. Benedito foi convidado, confirmou a presença, mas ontem comunicou que não compareceria nem mandaria representante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É uma pena, porque ele usa muito as redes sociais e eu queria falar com ele pessoalmente, porque os critérios que eu li dentro do Estatuto do controle de armas, ou do Desarmamento, nº 10.826, de 2003, dentro dos critérios que há para adquirir arma de fogo... Quando eu disse que os critérios são frágeis, fragilíssimos, é porque eu sou policial militar há 16 anos. Eu fiz um psicoteste muito mal feito – eu digo isso com toda a tranquilidade – e nunca mais me avaliaram psicologicamente.

"Mas, Capitão, o senhor é contra ou a favor das armas?" Quando eu falei em critérios, Alessandro, um foi o projeto de lei que eu coloquei, que é o exame toxicológico. As pessoas hoje não têm o mínimo cuidado com a atenção que se deve ter com o que você tem. As pessoas pegam o celular, como o próprio Senador Alessandro falou, perdem tempo xingando a gente, ameaçando. Critério esse, Alessandro, que o seu projeto, com o qual a gente está lidando... Acho que todos os Senadores pararam de redigir os projetos sobre o tema para deixar com V. Exa. essa incumbência, porque nós vamos colocar emendas. Uma dessas emendas, na investigação social – eu não sei se o Coronel do Exército ou se há algum representante da Polícia Federal aqui – dentro dos critérios, na investigação social, é um questionário em que eu vou dizendo: você já sofreu violência? Você já foi vítima de uma violência? Como é a sua família? São perguntas e respostas.

Uma pergunta para o Exército Brasileiro e para a Polícia Federal: vocês têm capacidade logística hoje, se o decreto passasse, para atender à demanda que haveria, de registro de arma de fogo, de controle de munições, de fiscalização? Teriam hoje essa capacidade? É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta que eu faço hoje para os órgãos como o Exército e a Polícia Federal. E se amanhã for aprovado, ainda haverá essa capacidade da demanda e principalmente de fiscalização?

Então, um dos critérios que eu solicitei, e eu coloquei em um projeto de lei que foi feito aqui, Alex, é o exame toxicológico periódico. Critérios esses frágeis, antigos: exame psicoteste uma vez só. Amigo, hoje a doença do cérebro, a doença da cabeça está grande.

Só pegando a sua fala, Girão, mais um policial morreu ontem no Rio Grande do Norte, reagindo a um assalto, o Tenente Plínio. À família dele, meus pêsames. Reagiu, vinha na via, no seu veículo, com a sua família; quatro elementos dentro de um carro tentaram roubar o carro dele; ele reagiu ao assalto, acertou dois, mas os outros dois tiraram a vida dele. É triste ter que narrar mais morte de policiais aqui.

Lamentável também é o fato que aconteceu... Acho que durante o pronunciamento do Governador do seu Estado, um empresário tirou a própria vida, com todos assistindo, com arma de fogo. E o fator psicológico, psiquiátrico não é interessante? Aumenta-se o lapso temporal de dez anos, Senador Alessandro, e não há exames periódicos, rotineiros?

Eu hoje estou bem, eu agora estou bem; daqui a pouco, eu posso ser traído pela minha mulher, perder meu emprego, eu posso me indispor com o meu patrão, eu posso ter um acidente de trânsito – quem está certo, quem está errado? Eu não estou citando aqui que todos os cidadãos de bem vão passar por isso, mas, se é um cidadão de bem, por que se recusar a fazer exames periódicos?

Se você quer essa arma de fogo para a sua proteção, a sua proteção está periodicamente sendo avaliada, porque pode ser para você mesmo, com o seu fim, aquela arma, como foi para esse empresário – meus pêsames, lamentável, doloroso assistir àquilo pelas redes sociais. Deveria ser retirado, Alessandro, não pode viralizar aquele vídeo, não pode viralizar. É bom nem divulgar, é bom nem falar mais, Wagner, porque a cena é forte, a cena é muito forte mesmo.

Primeira pergunta para o Exército Brasileiro e para a Polícia Federal: hoje, logística, capacidade de adquirir, de registrar, de testar, de avaliar dentro dos critérios que existem, os critérios simples, superficiais, que estão hoje no Estatuto do Desarmamento... Se a gente fosse hoje, Senador, Deputado, liberar para categorias, o que eu acho injusto, quem disse que uma categoria precisa mais do que a outra? Quem corre mais risco na sociedade que outros? Todos estão no mesmo risco na sociedade, todos. Se o policial está no mesmo risco, todos correm o mesmo risco, todos estão na parada de ônibus, todos pegam táxi, os Ubers transportam pessoas, os motoristas de ônibus carregam gente toda hora. Então, colocar critérios como profissão para mim, Alessandro, é excluir quem realmente tem a possibilidade e capacidade, que pode ter essa possibilidade e capacidade e que não pode ter esse direito preservado. Eu acho que o decreto, até nisso, foi ruim, quando eu separo pessoas por categorias. A categoria não quer dizer que você tenha a capacidade presumida ou esse risco presumido para que a pessoa possa ter aquela arma de fogo. Então, as pessoas que estão assistindo, Senadores Girão e Alessandro, até isso têm que observar no decreto. Ele não foi para todos. Então, muita gente que ficou reclamando nem direito tinha, nem na categoria estava. Ainda fala sem conhecer.

Eu queria falar especialmente a quem disse que eu não li o decreto: li, li várias vezes, li centenas de vezes antes de tomar uma decisão; li o Estatuto do Desarmamento. Agora, quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai para as redes sociais ficar criticando quem não leu deveria ler um pouquinho a Constituição, um pouquinho mais só, para poder aprender ou entender como é que funciona isto aqui. É nesse momento, com o projeto de lei, que a gente vai discutir.

Minha segunda pergunta, Senador Alessandro, é se, durante o nosso projeto de lei que vai ser feito aqui, fatores que serão avaliados como aquisição de arma de fogo... Como eu já disse e o senhor mesmo explanou, ficar me ofendendo, ofendendo o Senador, ofendendo o Deputado, ofendendo o próximo pelas redes sociais, mandando ameaça, dizendo que eu vou levar tiro na cara, que eu não apareço mais no meu Estado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Não, eu estou vendo o descontrole psicológico da pessoa. Eu não preciso psiquiatra nem psicólogo para ver o descontrole do ser humano, não. Ele recebeu um não agora e já se descontrolou? Não procurou entender nada e já vai para a agressão?

Então, um dos critérios que eu também vou colocar, Alessandro, dentro do seu projeto... Hoje, para entrar nos Estados Unidos, há investigação nas redes sociais. Você que manda mensagem agressiva, você que fica postando violência, você que fica divulgando vídeos violentos, você que fica explanando, respirando, transpirando violência, é para isso que você quer arma? Não era para autoproteção, não era para autodefesa? Se você está procurando autodefesa do seu direito, faça no campo do direito, amigo, faça no campo da civilidade. Não é pressionando, ameaçando que se consegue nada, não, ainda mais ameaçar policial – não é, Capitão Wagner?

Então, Senador, quero acrescentar esses critérios, como também critério médico. Quem é antigo aqui sabe que um olho faz a diferença. Sabem quantas pessoas sofrem de glaucoma no País? Alguém sabe dizer? Alguém sabe dizer quantas pessoas têm problemas respiratórios neste País, o que dificulta disparo de arma de fogo? É muito fácil ir para o estande, controlar a respiração, abrir as perninhas, fazer a posição, recarregar. É muito fácil em ambiente de estande, atirando em papel. Eu quero ver é na prática, em movimento, sob influência de estresse, de raiva.

Sobre isso é que eu falo. Isso é capacidade. Capacidade médica, não só psicológica, psiquiátrica, mas capacidade física – ou a empunhadura não faz a diferença?

Como é que é, Capitão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É. Se eu tiver qualquer problema...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Ah, você está falando de mal de Parkinson? Também. Tendinite? Também. Reumatismo? Também. Você está vendo que há um monte de doença que poderia me restringir o uso de arma de fogo? Monocular. Eu posso, até no momento em que eu vou adquirir a arma, ser perfeito, e se, daqui a um ano, seis meses, adquirir a doença? Aí eu só vou ser avaliado, Alessandro, depois de dez anos? Depois de cinco anos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu pergunto de novo para o Exército Brasileiro e para a Polícia Federal: essa investigação social é feita como? Vai lá no vizinho? Porque, quando eu entrei na polícia, foram lá na minha vizinhança saber se eu era alterador, se eu ligava som alto, se eu brigava em festa.

Digam-me outra coisa, outra pergunta só: o critério de antecedentes criminais. Quem cometeu o crime, Senador Alessandro, quem cometeu assassinatos, homicídios, assaltos e pagou a pena, zerou: "E, aí, eu posso ter uma arma? Já estou limpo, já, não tenho antecedentes criminais". E essa comunicação dos antecedentes criminais? Lá no Norte e aqui em Brasília, será que se comunicam as Justiças, as delegacias? Os critérios são esses que eu estou falando.

E os critérios para perder? Todo e qualquer motivo de mau uso de arma de fogo, cidadão de bem, é um critério para perder: ameaça. Em um outro projeto de lei que eu coloquei, a gente aumentou a ameaça com arma de fogo ou simulacro. Então, até mesmo pelas redes sociais, você postar foto, o que já é crime: "Vou pegá-lo. Vou acertar as contas com você"...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Para concluir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Ah, tá. Ainda bem, Senador Alessandro, senão eu vou falar aqui o dia todinho.

Então, quando houver esses critérios, quando houver essa preocupação na proteção não é com quem ele vai lidar, mas com ele mesmo... Entenda: a preocupação que eu estou tendo aqui é com você que vai querer ter arma de fogo, é com a sua família, para que você, dentro de casa, na hora em que surtar, tenha realmente a arma acondicionada num cofre, tudo isso, longe de alguém que possa ter um surto, que não seja você, e utiliza essa arma de fogo. Não é preciso dizer que, naquela escola de Goiás, o garoto de 14 anos pegou a arma da mãe policial. E a mãe sabia? Coitada. Não sei.

Então, Alessandro, é isso.

Quero agradecer a V. Exa. por estar fazendo esta audiência, espero que haja mais, traga mais pessoas, traga a favor, traga contra. Em relação aos caçadores, em relação a quem trabalha com a segurança pública... Amigo, é quase inerente à segurança pública. Acho que a sua classe, a sua categoria não foi contemplada em 2003, mas isso é fácil colocar em projeto de lei agora. Isso aí é tranquilo.

Agora, o problema é quando você coloca categorias sem restrições, pelo simples fato de atribuir a elas um risco de vida, um risco de profissão. Um médico não entrou nisso, mas está lá costurando preso que chega ao hospital. Muita gente. E o professor, que lida com situações também de risco? Então, se fosse por categorias, teria que colocar quase todas.

Obrigado, Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço pelas contribuições e já adianto as respostas em razão das exposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à Polícia Federal, foi feita a manifestação pelo João Bosco, que representa o Ministério da Justiça aqui, sobre a contratação. O Governo Federal está fazendo um esforço financeiro para contratação de mais PRFs, de mais policiais federais.

No tocante ao Exército Brasileiro, o Cel. Dimas nos alertou da maleabilidade que a Força tem para poder reforçar esses órgãos de controle.

Nesse ponto, acho que está suficientemente respondido.

Com relação aos projetos que V. Exa. já apresentou, eu adianto que a questão da marcação será muito bem contemplada no relatório. Vamos cuidar da marcação. A gente vai avaliar a questão toxicológica, mas antecipo que vejo com muito bons olhos a inclusão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Se o senhor puder falar só um pouquinho do que é o DNA do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Para as pessoas que estão nos acompanhando, o Senador Styvenson apresentou um projeto indicando uma possibilidade de marcação tecnológica, através do uso de *chips*, através de outro mecanismo que seja tecnicamente efetivo, para rastrear.

Então, como no preâmbulo aqui colocamos, a política de armas tem duas claras distinções: uma questão é o exercício individual de um direito de ter uma arma para proteger a sua família, a sua residência – isso é absolutamente razoável e as manifestações aqui todas foram no sentido uníssono, de que a posse é absolutamente tolerável, compreensível e de que o porte, em determinadas situações, também o é –, mas a segurança pública não tem nada a ver com esse exercício individual. Para a segurança pública – o Delegado Kleber e vários outros assinalaram com muita propriedade –, você tem que ter um reforço de pessoal, uma estratégia nacional de segurança pública, políticas sérias, financiamento contínuo, várias questões de que nós estamos tratando nesta Casa e também lá na Câmara dos Deputados. Existe essa compreensão. Nenhum dos palestrantes aqui colocou, em nenhum momento, o uso de arma de fogo individual como política de segurança ou como solução para a violência. Isso eu faço questão de registrar aqui.

No tocante agora ao andamento, vou deixar consignado que nós teremos a fala do Senador Major Olimpio e, em seguida, do Senador Randolfe Rodrigues e, ao final, vou abrir um espaço para o colega Parlamentar, Deputado, para fazer as considerações.

Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Exmo. Presidente desta audiência pública, Senador Alessandro, demais Senadores, todos os cidadãos que se fazem representar aqui por entidades ou pela profissão, eu quero cumprimentar sua iniciativa, como Relator desse projeto, da audiência pública, da sua abertura para discutir.

Eu apresentei o projeto de forma bastante ampla, haja vista que nós tivemos confusões jurídicas, imbróglios jurídicos, insegurança jurídica em decorrência de decretos presidenciais. Na discussão aqui mesmo na CCJ, e depois no Plenário, uma boa parte dos Senadores estava discutindo a invasão da competência do Executivo que teria ferido a própria legislação.

Diante disso, eu trouxe os conteúdos para um projeto de lei em que estamos abordando a posse ou o porte, o comércio, a importação de armamento e munição e ratificando condições em relação aos colecionadores, atiradores e caçadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem não é do bem já tem armas tranquilamente. Muitas vezes se faz o debate, e eu quero aqui dizer às pessoas que não é próprio os Senadores que foram atacados, ou ofendidos, ou ameaçados... A própria lei já não permite esse tipo de conduta de ninguém, mas o desespero da população é de tal ordem, que, muitas vezes, alguns ou vários extrapolam e até extrapolam criminosamente.

O que nós estamos tentando sedimentar na legislação pouco vai acrescer. Eu venho nesse debate sobre essa questão de armas desde 1997, quando eu escrevi o livro chamado *Reaja!*. O Sou da Paz já brigava comigo, vamos continuar brigando com isso e não vamos chegar a ponto de convergência. Eu falo de uma realidade da vida.

Senador Girão, eu adoro você, mas, quando você deu um dado aqui de 2,7 mil crianças mortas em acidente com armas em um ano nos Estados Unidos, há muito mais do que isso de crianças afogadas em piscinas, em acidentes domésticos, nos mesmos Estados Unidos. Então, não vamos entrar aqui no mérito disso.

Se em qualquer força policial, sob qualquer condicionante, por incompetência, ou falta de gestão, ou falta de recursos, o indivíduo fica dez, quinze anos sem ser submetido a uma avaliação psicológica, é um tremendo de um equívoco. Se nós vamos discutir categorias profissionais... Se prestar atenção no decreto que foi feito inicialmente, era um rol exemplificativo. Foi má interpretação no conteúdo. Eu trago dado aqui em relação a advogados: só neste ano, em decorrência do exercício da advocacia, já foram mortos 22 no País; no ano passado, 86. Então, acho que tem que se amadurecer.

Agora, este mi-mi-mi: "Olha, lá em Suzano, mataram as crianças". Uma arma ilegal, dois vagabundos, um menor de idade...

E outra questão que nós temos que discutir aqui também é botar na cadeia o cara que tem comportamento de marginal hoje com 16, 17 anos, como tinha esse.

Eu não sei... Lamento o episódio do empresário que se matou. Depois vamos ver se a arma dele era legal, se ele tinha porte de arma, como é que ele entrou em um evento com o Governador armado. São outras questões para se observar em relação a isso.

Mas, de forma muito madura, nós temos que discutir, discutir sem hipocrisia. Nós temos pouco mais de 5 milhões de armas registradas no Brasil, inclusive as armas da segurança. Temos perspectiva de que haja mais de 10 milhões de armas clandestinas. Ninguém! Hoje você tem a quadrilha que terceiriza, quarteiriza o aluguel de armas de fuzis. Não é com a pombinha da paz aqui, não. Todos nós queremos a paz. Eu sou policial, ando armado o tempo todo. Estimulo o pessoal das forças de segurança a andarem. Se pegarem, abordarem um agente socioeducativo e estiver escrito agente socieducativo na carteira dele, é sentença de morte do agente penitenciário.

Então, muito da prática da vida... Ninguém quer incentivar. Parece que quer se obrigar o cidadão... A grande maioria das pessoas não quer, não vai ter, não tem a vontade de ter, não quer participar da sua própria segurança. Eu lamento. Faço as minhas orações.

Foi dito que um tenente foi morto ontem. Se eu tiver que ser morto para proteger o resto da minha família, vou ser morto na hora mesmo, eu vou reagir mesmo e meto bala no cara. Se tiver que chorar, vai chorar a mãe dele. Essa infelizmente é a regra da vida.

Então, simplesmente, quando se está garantindo o direito para o cidadão, que vai se colocar de acordo com a lei... Eu não vou nem falar dos CACs. Nesse mi-mi-mi dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha desarmamentista pilantra, que só tirou o direito de defesa do cidadão de bem e empoderou o criminoso, deu para o criminoso uma certeza de que não vai molestado, se não for uma categoria especial, não for Forças Armadas, não for juiz ou promotor.

Caçador, atirador, colecionador: agora o segmento político se tocou de que eles também estão organizados. O País todo está dizendo: "Não sou bandido, não". "Eu fomento cultura, o colecionismo". "Eu sou um atleta de tiro". "Eu sou um medalhista pan-americano". A primeira medalha de ouro olímpica brasileira foi do Guilherme Paraense, em Antuérpia, em 1920.

Veio aqui o Daniel e disse: "Vocês sabem o que é o javali, o que é o javaporco, o que faz isso aí, quantas pessoas precisam estar habilitadas para fazer o enfrentamento? Porque são vidas ceifadas, é perigosíssimo!". Então, é muito próprio quando a gente tem a oportunidade da audiência pública. Aqui a gente troca o pneu com o carro andando. Eu gostaria de estar em todos os momentos. Eu me coloco à disposição, Alessandro. Sei da sua capacidade, sei da sua maturidade em relação a isso. Vai sair um relatório bastante adequado e equilibrado que a gente vai discutir.

Mas o resultado maior disso é para cada um fazer a sua escolha. Se nós vamos deixar o cidadão fazer a sua opção – e não é política de segurança pública... Política de segurança pública ainda não existe. Está aqui o representante do Ministério da Justiça. Não existe. Na semana passada, eu fui enterrar dois PMs, um em um dia e o outro no outro, em São Paulo. Foram executados covardemente por criminosos. Nenhum deles tinha porte legal de arma, era CAC. Eles falaram algumas baboseiras aqui: "Olha, mas o sujeito que deu o tiro, nós não prendemos o cara até agora, do apartamento. Ele era CAC". Até agora eu não vi o registro disso. O canal de televisão fala uma besteira dessa daí: "Acho que ele é atirador, porque ele acertou os dois policiais". Aí tenta levar como uma verdade ou, pior, como meia verdade, que é pior que a mentira.

Então, eu cumprimento esta Comissão.

Alessandro, eu e minha equipe estamos mais do que à sua disposição. Que esse seja um ponto de partida. Agora, bandido nenhum está preocupado com a nossa audiência pública, com o que nós vamos votar, não. Eles têm a arma, o fuzil no calibre que quiser, do jeito que quiser, na hora que quiser.

Estão dizendo: "Pelo amor de Deus, Srs. Congressistas, preservem o direito daquele que se coloca nos requisitos da lei". Acho maravilhoso se nós conseguirmos catalogar com um *chip*, eu não sei quanto vai custar isso. Uma munição nos Estados Unidos custa um sexto do que custa no Brasil. Nós conseguimos buscar... Para treinar um policial, cada tiro que ele dá, nos Estados Unidos, transformando em dólar, custa aqui seis vezes mais. Então, aqui o cidadão, segmento da sociedade contra e a favor, os que são a favor, os que são atletas, são colecionadores, são atiradores, as categorias estão só dizendo: "Pelo amor de Deus, nos dê uma sinalização mínima, já que o Estado, pelo menos nos 519 anos, tem se demonstrado incompetente na defesa do cidadão".

Eu sou frustrado, Wagner, com isso. Eu sou policial há 41 anos. Eu vejo com muita frustração. Se mataram 540 policiais em serviço no Brasil ano passado, imaginem o que estão fazendo com o cidadão. E é aquele negócio: aqueles que optam pela sua defesa e de acordo com os requisitos da lei... É falaciosa essa conversa de 180 mil armas apreendidas por ano no Brasil, de que 12 mil foram legais, eram armas com que o indivíduo matou o policial, ele atacou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um agente penitenciário no seu traslado, arma da segurança privada. Eu já ouvi conversa lá atrás, na 9.437. Havia uns cretinos dizendo: "Vamos desarmar a segurança privada no Brasil". "O carro transporta valor, por que precisa ter segurança? Escolta armada precisa ter arma?". Isso é para alguns que assistem a filmes e estão longe da nossa triste realidade.

Eu vou muito esperançoso com esse relatório do Senador Alessandro. Ele colocou até disponível para a população fazer as suas sugestões. Eu acho que isso é o ápice da democracia.

Termino as minhas considerações insistindo às pessoas: façam a sua mobilização positiva em relação aos seus anseios, aos seus posicionamentos, mas respeitem o direito daquele que se manifesta de forma contrária, que tem os seus argumentos profissionais, pessoais, sociais, espirituais. Que sejam respeitados nessa intensidade.

Eu acho que nós temos que dar uma resposta para a sociedade. A sociedade já respondeu no referendo das armas – a única pesquisa legítima; o resto é tudo chutador em relação à violência e criminalidade no Brasil. São Paulo é o ápice maior da mentira, porque lá, para dizer que estamos com menos de dez homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes, nós não consideramos os latrocínios, não consideramos a morte com intervenção policial e nós não consideramos a lesão corporal seguida de morte. O cidadão toma um tiro no farol agora e vai morrer daqui a dez dias no hospital, o registro policial é de que ele foi baleado. Isso foi para o Alckmin mentir para a população, os outros mentirem. Há aqui institutos que trabalham para o Governo lá. Eu não vou discutir o mérito disso aqui agora, mas simplesmente quero deixar muito claro.

A sua ideia, a sua audiência pública foi aberta para todos os segmentos. Que fique muito bem claro, aqueles que não vieram não têm o direito de dizer: "Olha, houve uma obstrução do Senado, foi uma carta marcada". Não foi, não, tanto que há tantos convidados e o Alessandro fez questão absoluta de insistir, através da Comissão, que todos pudessem aqui estar presentes e, até que ele consolide o relatório, alimentá-lo com dados.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço pelas palavras...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Senador Alessandro, porque o nosso querido irmão Senador Major Olimpio me citou, eu queria só fazer rapidamente um contraponto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não, art. 14.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Com muito respeito que eu tenho a ele – e eu tenho muito mesmo, eu o admiro, estamos juntos em muitas causas contra a corrupção, pela vida desde a concepção, contra as drogas, contra a liberação das drogas –, eu tenho uma divergência com ele nesse ponto e, como ele colocou um dado, eu não sei qual a fonte que foi colocada por ele, eu estou trazendo aqui três estudos recentes apresentados pela Conferência Nacional Americana de Psiquiatria e Pediatria nos Estados Unidos que apontam que os Estados onde as leis sobre o assunto são mais brandas registram proporcionalmente mais do que o dobro da morte de crianças por arma de fogo do que os que têm legislações mais restritivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse dado das 2.715 crianças, só quero deixar bem claro que ferimentos por arma de fogo são a segunda maior causa de morte de crianças nos Estados Unidos – a segunda. São 2.715 crianças: 62,1% desses casos são homicídios e 31,4% são de suicídios. Então, só para concluir, as mortes por acidentes de arma de fogo com criança e adolescente nos Estados Unidos são maiores do que as mortes por câncer e doenças de coração juntas – então, não é qualquer índice – e 41% das crianças não souberam distinguir se uma arma é real ou se ela é de brinquedo.

Então, a posse de arma de fogo eu respeito – eu digo aqui, respeito posse de arma de fogo em casa –, meu questionamento é contra o porte, por uma questão de responsabilidade. Acho que a polícia é que tem que dar essa cobertura, essa segurança. Mas até o acondicionamento dessa arma em casa tem que ser muito bem feito, para evitar mortes, crianças feridas, mortas e famílias chorando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sem dúvida, a gente acolhe a sua colaboração, Senador Girão, e reverencia, já que, no relatório, a gente vai indicar uma intensificação da questão da guarda, dos cuidados de guarda, e as consequências jurídicas dessa omissão de cautela. Já existe um tipo, esse tipo vai ser reforçado.

Eu vou passar a palavra ao Senador Randolfe, já antecipando, Senador Randolfe, que o seu projeto também trata dum ponto muito importante que foi referido por todos. Isso é muito importante para quem está nos acompanhando, porque é uma audiência longa, nem todo mundo pode acompanhar continuamente.

Foi uníssona aqui a questão da necessidade de haver muito rigor e cautela na liberação, as exigências técnicas, seja partindo dos representantes dos CACs, seja partindo do Exército, das polícias, todos se somam nesse sentido. O que a gente vai fazer e buscar tecnicamente é encontrar um parâmetro, e aí o projeto que V. Exa. apresentou no tocante ao agravamento de penas vem muito bem nesse sentido.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu agradeço, Senador Alessandro, e sei que deixa todos nós muito tranquilos a relatoria de V. Exa. para cuidar de todas as matérias relativas à arma de fogo. Acho que foi uma feliz decisão, meu caro irmão Girão, do Presidente do Senado, do Colégio de Líderes, designar V. Exa., Senador Alessandro, para reunir todas as matérias que tratam sobre arma de fogo que estão tramitando aqui no Senado.

Aliás, eu acho importante a sensatez deste debate, mas tem significado diagnóstico, e me permitam aqui fazer um comentário: o Senador Relator de todos os projetos, Senador Alessandro, deve ter se assustado com a quantidade de projetos que há no Senado sobre posse e porte de armas de fogo. Se a gente legislasse com o mesmo empenho e a mesma quantidade para a educação, estaria com um país acho que no padrão da educação coreana. Eu acho que nós poderíamos resolver essa questão da arma e começar a fazer tantos projetos, com a mesma atenção, sobre a educação brasileira: nos dedicarmos ao Fundeb, para ver se sai logo, nos dedicarmos a esses temas que eu acho que são centrais; nos dedicarmos à epidemia de dengue – o Brasil nunca teve os números que está tendo este ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a audiência é sobre armas, então, eu queria tratar assim, e me permitam ter de passar por aqui devido ao aperto das agendas, mas eu fiz questão de, como estou envolvido de uma forma ou outra, nesse debate, fiz questão de passar, para expressar algumas percepções. Fico feliz que tenhamos construído aqui, assim... Deixe-me aqui reiterar o que já foi dito pelo Senador Girão: nós temos uma compreensão e uma convicção sobre a questão da posse. Sobre a questão da posse, eu acho que nós temos que começar a amadurecer os cuidados de uma sociedade que tem uma tradição, inclusive, de armas, como é a sociedade americana, onde existem algumas tragédias, porventura. O Senador Girão foi vítima; a família do Senador Girão foi vítima de uma lá. Mas até a posse de arma lá tem um cuidado especial. Eu acho que a posse aqui, em que nós já avançamos em alguns aspectos, inclusive em matéria semana passada que votamos, nós temos que ter um cuidado especial para regular também sobre acondicionamento, sobre o acondicionamento das armas de fogo, sobre o compartilhamento, sobre os cuidados necessários.

É um dado, de fato, e eu fico feliz, o Senador Major Olimpio trouxe uma informação aqui que é real: 5 milhões de armas! Tem que se saber onde estão essas armas, como essas armas entraram no País, qual a relação da indústria de armas com essas armas, como essas armas entraram ilegalmente no País, onde estão. Se estão nas mãos da criminalidade, por que estão nas mãos da criminalidade?

Eu acho que isso tem que ser, inclusive, Senador Girão, objeto de uma investigação por parte aqui do Congresso. Porque, veja, vamos também cobrar responsabilidade da indústria de armas, não é? Informações recentes dão conta de que a indústria de armas está muito excitada no último período. Olha, informações do Governo – do Governo! –, a pedido, respondendo a um requerimento legislativo do Deputado Ivan Valente, da Câmara dos Deputados, dão conta de que representantes das empresas de armas foram recebidos na Casa Civil, no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa 29 vezes nos cinco primeiros meses do Governo Bolsonaro, uma média de uma vez a cada semana: alguns estão quase dormindo lá! Estão quase morando lá, não é? Então, está meio excitada a indústria de armas.

Vamos lá, aqui temos os nomes de alguns que frequentaram. Entre os que frequentaram a Casa Civil, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, incluem-se: Salesio Nuhs, Presidente da Taurus, não sei se ele está por aqui hoje; Hugo de Paula, representante da empresa tcheca CZ; Franco Giaffone, Presidente da Glock; Rafael Mendes de Queiroz, da controladora da Taurus; Augusto de Jesus Delgado Júnior, Sócio-Administrador da Delfire Arms; e Misael Antônio de Sousa, lobista de empresas de armas. Só esses seis foram recebidos 29 vezes nas três pastas. Gente, se o Governo, nesses cinco meses, recebesse na mesma quantidade professores, recebesse na mesma quantidade educadores, para debater como melhorar a legislação da educação no Brasil, como melhorar o investimento, eu acho que a gente poderia dar um salto em outras áreas.

Eu acho, Senador Girão, que, já que esses cidadãos aqui citados frequentaram tanto a Esplanada dos Ministérios e estiveram aqui também no Senado recentemente, nós temos que convidá-los a vir mais aqui. Semana que vem, eu queria, acho que nós poderíamos tomar a iniciativa, propor uma comissão parlamentar de inquérito para discutir a morte por armas de fogo no Brasil, a morte de todos por arma de fogo, e convidar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que a indústria de armas deixou 5 milhões de armas entrarem aqui no Brasil? De onde são? Eu acho que temos que ouvir o Exército, a Polícia Federal aqui também: de onde são essas armas que são apreendidas, de quais empresas são essas armas? Porque a gente tem que tirar, há uma camada que está na superfície do debate, armar a segurança pública, isso aí está na superfície, é o que está colocado. Eu quero aprofundar um pouquinho o debate: o que é que está motivando esse debate? É só a segurança pública? O pessoal da indústria, que teve um aumento estratosférico das suas ações nesse período, não tem interesse nenhum nisso daí? Não tem um centavo de interesse econômico nessa questão?

Então, eu acho que esse debate tem que ser mais a fundo e tem que ser sensato. Eu acho que tem que debater, do ponto de vista de segurança pública, acordo sobre a posse, acordo, que é um absurdo 5 milhões de armas transitarem no Território nacional; acordo para, inclusive, inibir isso. Temos – e o Senador Alessandro vai fazer isso muito bem – um projeto nosso e outros projetos dessa natureza, temos que ampliar a pena para a posse e porte de arma ilegal de fogo aqui no Brasil. Acordo que, inclusive, eu acho que segurança pública não só é tarefa do Estado, como agente de segurança pública. Inclusive, acho que tem que ter a prerrogativa da proteção da utilização da arma, acordo até sobre isso.

Mas a disseminação: o decreto do Presidente dizia que todos os Vereadores do País teriam direito a porte de arma – todos os Vereadores! Nós temos 5.800 Municípios no Brasil, 5.800 Câmaras de Vereadores; 5.800 Câmaras, no mínimo cada Câmara Municipal tem nove Vereadores. Isso iria dar mais de 100 mil, quase 100 mil pessoas, muito mais que isso; meu cálculo está errado. Gente, imagina os debates nas Câmaras Municipais, todo mundo lá com o 38 no coldre, como é que vão ser! Então, vamos trazer isso um pouquinho para a sensatez.

Temos um consenso razoável sobre a necessidade do debate e de estabelecer uma legislação. Legislação, porque tem que ser legislação. Eu ouvi muito exercício de retórica constitucional de que o decreto era constitucional, mas foi um exercício de retórica. Aqui quem está falando para vocês, me permita, é um razoável Professor de Direito Constitucional – não sou tão competente quanto o Senador Alessandro, por exemplo –, mas achar que o decreto supera uma legislação já existente, em Introdução ao Estudo de Direito, se aprende na faculdade que não, não é?

Então, o procedimento correto do debate é esse que está sendo conduzido aqui, que vai ser conduzido pelo Senador Alessandro, temos acordo em muitos aspectos, mas eu quero também ir a fundo sobre se os interesses, como dizia o bom e velho Brizola, "os interésses", disso aqui colocado são somente em intenção da segurança pública ou se também há algum interesse econômico; se a indústria de armas... Que só a Taurus teve um aumento de suas ações em 19,9%, foi o que cresceu na economia brasileira nesses seis meses; esta semana a economia teve um rebaixamento de seu crescimento para 0,8%, os serviços recaíram, a indústria teve recuo, só a Taurus cresceu!

Então, eu acho que temos que ir mais a fundo nisso aí. Eu acho que temos que chamar aqui... V. Exas. colocaram no ponto: 5 milhões de armas ilegais aqui no Brasil, de quem é a responsabilidade disso? Eu acho que tem que ser apurado também por este Congresso Nacional.

Parabéns, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço as palavras e a modéstia do Senador Randolfe, que é um grande legislador, e já me coloco como subscritor com V. Exa. de qualquer pedido de esclarecimento por parte da indústria de armas ou de qualquer outra entidade envolvida com abusos e equívocos. É importante, sim, ter transparência em todos os aspectos da vida nacional.

Eu passo a palavra ao colega Parlamentar Deputado Capitão Wagner, para que faça a sua exposição breve, por favor.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE) – Sr. Senador Alessandro, queria cumprimentá-lo e parabenizar-lhe pela iniciativa do debate; saudar aqui todos os Senadores presentes na pessoa do Senador Eduardo Girão, que é nosso Senador do Estado do Ceará e, de forma muito objetiva, dizer que eu fiquei extremamente feliz com a fala do Major Olimpio quando S. Exa. diz que os pontos de vista devem ser defendidos com argumentos, de forma positiva, sem jamais atacar quem pensa diferente. Afinal de contas, esse debate agressivo e radical que hoje a gente vê nas redes sociais não faz bem a ninguém, nem a quem está defendendo aquela ideia. Imagine como é que eu vou convencer um Parlamentar do meu ponto de vista se eu já tento, no primeiro contato, ameaçá-lo?

A gente está recebendo muita mensagem nas redes sociais, em todas as propostas, não só nessa do armamento, de forma muito ameaçadora. O eleitor, se é robô, ou se é pessoa de fato, está nos abordando de uma forma extremamente ameaçadora. Isso é ruim para a democracia, é importante frisar isso. Ainda mais num tema tão importante quanto esse, num tema tão técnico como é a questão do armamento.

A gente tem que ter a responsabilidade de entender que a legislação que aí está, está ultrapassada, deixa brechas e um poder de discricionariedade que, às vezes, prejudica quem, de fato, precisa portar arma. O relato que foi feito agora pelo agente socioeducador de que agente socioeducador no Brasil deixou de ser agente socioeducador e passou a ser agente penitenciário. Isso é fato. Infelizmente, isso é fato, a gente não queria confirmar isso, mas hoje, nas unidades socioeducativas, a gente não tem mais adolescentes como a gente tinha no passado; os adolescentes hoje estão envolvidos nas facções criminosas e cada vez isso acontece mais cedo.

Então, parabenizo pelo debate técnico que a gente está vendo aqui. Nesse debate, eu acho que a gente tem que ver com muita cautela e muita responsabilidade em que a gente pode avançar, no sentido de garantir a quem de fato precisa esse porte de arma. Porque o que é que a gente está vendo? Que quem de fato precisa está tendo dificuldade em ter acesso ao porte de arma. O relato que foi feito pelo agente socioeducador é uma rotina em todo o Brasil, infelizmente isso é a realidade. A gente tem que encontrar um mecanismo legislativo para que isso não se repita.

E, só para a gente entender o quanto é importante o papel do Parlamento nessa discussão, temos um PL lá na Câmara dos Deputados que trata do porte de armas; chegou, veio do Executivo e, só para a gente entender como o Parlamento tem um papel importante. Eu já entrei com uma emenda, Senador Alessandro, porque o projeto veio sem garantir à polícia científica – lá no Ceará a gente chama de perícia forense; em alguns Estados é polícia científica, em outros Estados tem nomes diferentes – o porte de arma. Lá no Estado do Ceará

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente está tendo uma dificuldade, porque a Polícia Civil teve uma divisão: o perito ficou numa instituição chamada Pefoce – Perícia Forense do Estado do Ceará –, e temos a Polícia Civil, e hoje os delegados não querem assinar o porte de arma para quem está na Pefoce; o profissional que está no local de crime, que está fazendo a investigação técnico-científica, não está tendo o seu porte de arma, e o projeto que veio do Executivo veio sem garantir esse porte de arma para o policial científico. O sindicato nos procurou no gabinete, a gente já entrou com uma emenda; se Deus quiser, na próxima semana essa emenda vai ser acrescida ao projeto.

Então, é assim que a gente tem a capacidade de melhorar o projeto, não é simplesmente dizendo: "Não, o projeto é do Presidente que a gente apoiou, então, a gente tem que votar do jeito que veio". Não pode ser assim. A gente não está aqui para dizer amém para ninguém. Votei no Presidente Bolsonaro no primeiro e no segundo turno, mas tenho um senso crítico de apoiar o que, de fato, é positivo para a Nação, o que, de fato, é importante para a sociedade, e tenho a capacidade de discordar em alguns pontos e fazer essa discordância de maneira técnica, argumentando; não querendo, de forma nenhuma, desacreditar o Governo, em que eu, inclusive, votei no primeiro e segundo turno.

O outro ponto que é importante frisar também, para a gente entender o quanto é importante a gente amarrar a legislação, é que a gente tem, por exemplo, atiradores esportivos, clubes de tiro lá no Ceará, que são vítimas de profissionais mal-intencionados: o profissional que vai para a porta do clube de tiro, o policial que vai para a porta do clube de tiro esperar o atirador sair para abordar o atirador e ganhar com aquela apreensão da arma. Lá no Ceará – eu acho que é uma medida positiva, mas precisa ter cuidado com essa medida – o policial que apreende uma arma de fogo é bonificado no seu salário, ele recebe uma gratificação por conta disso. Isso é positivo, mas a gente tem que ter cuidado também para não distorcer essa apreensão e, de repente, eu vou à casa de um fazendeiro que tem uma arma para se defender e apreendo aquela arma para ter um ganho financeiro. Então, é esse cuidado que a gente precisa ter na legislação, para que situações como essa sejam amparadas e quem, de fato, repito, esteja precisando ter a sua arma que a tenha, que não haja esse posicionamento da Polícia Federal ou de qualquer outra instituição que trabalha a questão do porte de arma de maneira a dificultar o acesso a quem de fato precisa.

A quantidade de munições que se discute hoje para uma pessoa que porta arma me preocupa. Eu sou profissional de segurança e, quando eu estava na ativa, eu nunca usei em um ano mais do que 500 munições; 5 mil munições eu acho que é exagero. Então, isso tem que ser tratado com muita cautela, porque o Senador Randolfe citou os Vereadores, e lá no Ceará – trabalhos da Polícia Federal já comprovaram – o crime organizado está financiando políticos. Eu não quero generalizar de forma nenhuma, até porque a classe política já é desacreditada pela população, mas a gente sabe que em todas as Casas Parlamentares – nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e até aqui no Congresso – há pessoas que chegam ao mandato financiadas pelo crime organizado. Imagine um Vereador, em qualquer cidade brasileira, que chegou ao mandato financiado pelo crime organizado, e temos Vereadores que foram presos lá no Ceará fornecendo arma para a prática de assalto; lá no interior do Estado do Ceará, na divisa com Pernambuco, já houve Vereador e Vereadora presos por conta disso. Imagine se você libera indiscriminadamente esse tipo de porte de arma!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, e aqui com todo o respeito ao caminhoneiro, há uma intenção do Presidente da República de tirar a exigência do toxicológico para que o caminhoneiro possa renovar a sua habilitação e, ao mesmo tempo em que se retira essa exigência, se libera o porte de arma para ele? Então, são cuidados que a gente deve ter para que a gente evite, logicamente, piorar a situação, entendendo logicamente que essa arma é uma ferramenta de legítima defesa, e não uma ferramenta que possa, de fato, resolver o problema da violência no Brasil, que só vai ser resolvido com inteligência, com investimento nas polícias e com planejamento.

Até hoje eu sonho – eu estou na política há cerca de nove anos – em ver o Brasil com um plano nacional de segurança pública, que nunca houve. Até hoje eu sonho com cada Estado tendo o seu plano estadual de segurança, com cada Município tendo o seu planejamento, também, para trabalhar na segurança.

Agradeço ao Senador e parabenizo-o pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço o colega Deputado pelas palavras. Efetivamente, o Brasil precisa de segurança pública e política nacional de segurança pública, é uma missão que a gente vem tentando enfrentar.

Eu vou adotar aqui como providência, ao invés de abrir novamente espaço para todos para considerações finais, acolher essas considerações, através da equipe aqui da CCJ, para que a gente possa disponibilizá-las para o público. Antecipo que a versão inicial do relatório também vai ser disponibilizada para o público antes mesmo da sua apresentação, porque é importante que as pessoas apresentem as suas contribuições, é importante que façam suas críticas.

Faço um registro lamentável, triste, de solidariedade à família do Ten. Plínio, do Rio Grande do Norte, assassinado numa ação criminosa, e à família, lá em Sergipe, do empresário Sadi Gitz, empresário renomado no Estado, vítima, como vários, da crise econômica que ataca o Brasil e ataca mais fortemente ainda meu Estado de Sergipe. Num ato de desespero, praticou suicídio em pleno evento, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, na presença do Governador do Estado e de mais autoridades. Esse é um ponto – e o Senador Styvenson tem colocado isso, também de certa forma o Senador Girão –, a preocupação com o equilíbrio psicológico de quem tem acesso a arma de fogo. Isso não é uma brincadeira. As comparações que se fazem, a título de retórica, de uma arma com um liquidificador ou coisa parecida se prestam apenas a isso: estratégias de retórica. Na realidade, armas são instrumentos perigosos, exigem qualificação, exigem preparo, exigem equilíbrio, e é preciso que o Estado fiscalize isso de forma adequada.

E vamos dar seguimento a esse trabalho, é um trabalho de construção legislativa, adiantando para o Deputado Capitão Wagner: relatamos muito recentemente aqui um projeto no sentido de conceder aos peritos porte funcional, e neste projeto também, certamente, será incluída a categoria, porque é uma evidência: é uma categoria afeita à segurança pública. Categorias afeitas à segurança pública têm uma presunção de necessidade bastante razoável; para as demais categorias, isso precisa ser mais bem avaliado, com critérios que sejam ao máximo objetivos, efetivos, que garantam a segurança do cidadão que vai ter a arma, do seu entorno, e de todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no mais, quero agradecer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Eu já passei aqui ao Coronel a dúvida com relação à discrepância de dados, e ele vai fazer o esclarecimento.

É uma diferença numérica entre a quantidade de registros, entre o dado que o Exército forneceu para o Instituto Sou da Paz, num primeiro momento, e, em seguida, aqui, na apresentação. É uma divergência apenas de dados.

Agradeço a todos, dou por encerrada a reunião, e vamos continuar esse trabalho.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e quarenta e dois minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Humberto Costa e Otto Alencar. A Presidência registra a presença dos senhores Luciano Nunes Maia, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Marcelo Rabello, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Fabiane Barreto, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal; Marfan Vieira, Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; José Robalinho Cavalcanti, Procurador Regional da República e ex-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR); José Augusto Araújo de Noronha, Diretor-Tesoureiro da OAB Nacional; José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Secretário-geral da OAB Nacional; Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador Geral da República; Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indicação de autoridade. ITEM 1 - Ofício "S" n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Senhora SANDRA KRIEGER GONÇALVES para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora SANDRA KRIEGER GONÇALVES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público com 21 (vinte e um) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e 1 (uma) abstenção. ITEM 2 - Ofício "S" n° 27, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Senador Renan Calheiros. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público com 21 (vinte e um) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário 1 (uma) abstenção. ITEM 3 - Ofício "S" n° 31, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público com 20 (vinte) votos favoráveis, 2 (dois) votos contrários e 1 (uma) abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Esta reunião foi convocada para procedermos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação, nesta Comissão, das seguintes autoridades dos Ofícios "S" nºs 26, 27 e 31, que submetem, nos termos regimentais e da Constituição, à apreciação desta Casa.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação da Senhora SANDRA KRIEGER GONÇALVES para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outros

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 26/06/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

No mesmo sentido, a indicação da Sra. Fernanda Marinela de Sousa Santos.

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 27, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2019/2020.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil e outros

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 12/06/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

E a indicação do Sr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior.

1ª PARTE

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 31, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 1º da Lei nº 11.372, de 2006, a indicação do Senhor SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 26/06/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Eu gostaria de convidar para que se aproximem e se sentem à mesa os nossos convidados: a Dra. Sandra Krieger Gonçalves, a Dra. Fernanda Marinela de Sousa Santos, e o Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Enquanto os nossos indicados entram na presente Comissão, esta Presidência gostaria de comunicar a todos que esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular, e, dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários, sugestões, críticas ou perguntas poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Sejam bem-vindos! Por favor. (*Pausa.*)

Enquanto aguardamos a Dra. Sandra, eu passo a palavra imediatamente à Dra. Fernanda Marinela de Sousa Santos, para sua exposição, por um prazo máximo de dez minutos.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS – Senhoras e senhores, boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar, em primeiro lugar, a Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) desta Casa, a Senadora Simone Tebet. Desde já, Senadora, gostaria de parabenizá-la pelo trabalho que a senhora vem desenvolvendo à frente desta importante Comissão do Senado Federal; e também agradecer a agilidade com que a nossa sabatina foi agendada, por conseguirmos realizá-la antes do recesso. Então, muito obrigada pela sua eficiência nesse trabalho.

Gostaria ainda de cumprimentar o Relator do meu processo, o Senador Renan Calheiros, e dizer ao Senador Renan Calheiros a minha gratidão pela agilidade e cuidado na apresentação do meu relatório para que eu pudesse estar aqui hoje. Agradeço ao senhor e a todo o seu gabinete.

Também gostaria de agradecer aos Senadores da minha terra – primeiro, da minha terra de coração, do meu Estado de coração, que é Alagoas. Aqui agradeço mais uma vez ao Senador Renan Calheiros, agradeço ainda ao Senador Rodrigo Cunha; agradeço ainda ao Senador Rodrigo Cunha, a quem também agradeço pelas palavras manifestadas em meu nome quando da leitura do relatório da minha indicação nesta CCJ. E cumprimento ainda a Senadora Renilde Bulhões. O meu Estado de nascimento é São Paulo e, portanto, eu gostaria de cumprimentar ainda os Senadores José Serra, Major Olímpio e a Senadora Mara Gabrilli. E, assim, explico: na verdade, eu nasci em Tanabi, no interior de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, e, em razão do casamento, fui para Alagoas, onde fui recebida de braços abertos, e até hoje moro lá.

Então, gostaria de agradecer e, nas pessoas desses Senadores, cumprimentar todos os demais Senadores que compõem esta Casa e cumprimentar também as demais autoridades presentes a esta plenária.

Gostaria ainda de cumprimentar os meus colegas de bancada, a minha colega Sandra Krieger e o meu colega Silvio Roberto, e dizer que hoje é um momento muito especial para as nossas vidas e para as nossas carreiras, pelo que desejo aos dois uma boa sorte.

Também gostaria de cumprimentar todos os colaboradores do Senado Federal, que nos receberam com muita atenção, com muito respeito e com muita urbanidade em todos os gabinetes que nós visitamos.

Também gostaria de cumprimentar o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente Felipe Santa Cruz, bem assim cumprimentar toda a diretoria do Conselho Federal da OAB, os conselheiros federais, os presidentes de seccionais e, mais uma vez, reiterar o meu agradecimento pela oportunidade de estar aqui nesta vaga tão importante para toda a advocacia brasileira.

Também gostaria de cumprimentar os representantes do Conselho Nacional do Ministério Público que aqui acompanham esta sabatina e dizer obrigada pelo carinho e pelo apoio.

Cumprimento ainda e também agradeço a minha família, na pessoa do meu marido, que está aqui presente, Paulo Nícholas, e em nome dos meus pequenos, Pedro e Nando, que, de longe, estão na torcida para que dê tudo certo, e agradeço aos meus pais pela oportunidade de estar aqui no dia de hoje. Então, a minha gratidão a todos eles.

Senhoras e senhores, boa tarde.

Sigo agora ao meu breve currículo que foi apresentado no relatório e juntado ao Ofício nº 27 de 2019.

Eu sou Fernanda Marinela, sou advogada, atuo no Direito Administrativo e, além de advogada, sou também professora nesse ramo do Direito. E, nesse capítulo da minha história, eu sempre tenho muita gratidão pelo carinho que ele me retorna. E, aqui, eu registro o carinho que eu recebi em muitos dos gabinetes aqui do Senado Federal quanto eu encontrei ex-alunos. E a todos os meus ex-alunos a minha eterna gratidão.

Também, no caminho da minha história, tive oportunidade de escrever alguns livros. Eu sempre digo que escrever um livro significa, mais ou menos, ter um novo filho. É um longo trabalho, de muito estudo e de muita dedicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive oportunidade de escrever o *Direito Administrativo*, pela Editora Saraiva, que já está na 13ª edição. Também tive oportunidade de escrever *Servidores Públicos*, os aspectos constitucionais, pela Editora Impetus; os *Comentários da Lei nº 8.112*, que é o Estatuto dos Servidores Públicos da União. Também escrevi *Lei Anticorrupção*, que é uma obra importante para todo o processo de combate à corrupção que se desenvolve no Brasil hoje, na tentativa de contribuir com esse desenvolvimento do País. E também organizei o *Vade-Mecum - Direitos da Mulher*, além de ter tido a oportunidade de organizar e participar de outras obras coletivas, contribuindo com a construção do conhecimento no País.

Também tive a oportunidade de ser instrutora em diversos cursos de capacitação em órgãos públicos, e, aqui, incluem-se o Supremo Tribunal Federal, alguns Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Contas de alguns Estados e, inclusive, esta Casa, o Senado Federal.

No Ordem dos Advogados do Brasil, hoje, sou Conselheira Federal, mas a minha dedicação pela classe na instituição iniciou-se em 2012, quando tive a oportunidade de ser Conselheira Federal também pela bancada de Alagoas. A partir daí, começo uma história de certo pioneirismo na minha trajetória.

Eu tive a oportunidade de presidir, fui a primeira Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB, também tive a oportunidade de ser a primeira mulher a presidir a Seccional de Alagoas e hoje vivo aqui, perante os senhores, uma nova experiência. É pela primeira vez que a Ordem dos Advogados do Brasil apresenta duas mulheres para representa a advocacia nas vagas do Conselho Nacional do Ministério Público. Então, esta é mais uma experiência, é mais uma oportunidade de pioneirismo.

Assim eu encerro o meu breve currículo, que apresento, então, aos senhores por acreditar que as minhas experiências podem representar contribuições ao Conselho Nacional do Ministério Público, e foi por isso que coloquei, então, o meu nome à disposição.

O Conselho Nacional do Ministério Público é um órgão de controle administrativo muito importante para o nosso País. As competências do CNMP estão previstas no art. 103 da Constituição Federal. O CNMP foi instituído a partir da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, e atua em prol do cidadão, executando, portanto, a fiscalização administrativa, financeira e, ainda, funcional e, ainda, disciplinar do Ministério Público no Brasil e de seus membros.

O CNMP tem como objetivo dar uma visão nacional para o Ministério Público do Brasil, e esse é um papel muito importante para toda a sociedade.

Além de todo esse trabalho, ele também tem o papel de criar políticas de boas práticas institucionais para todo o País. E nesse ponto a sociedade ganha muito. Afinal de contas, o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público é um fiscal da lei, o Ministério Público é um defensor dos interesses sociais, das pautas sociais, e, portanto, quanto mais fortalecido e preparado estiver, melhor será, portanto, a defesa da sociedade.

O CNMP, sem dúvida alguma, é um órgão aberto às contribuições dos cidadãos e também às contribuições das entidades, e o objetivo é sempre aperfeiçoar, então, o entendimento e a aplicação no ordenamento jurídico brasileiro.

Eu pretendo, senhores e senhoras, com a minha experiência, seja no Direito Administrativo, seja na advocacia, contribuir, dar minha contribuição para o aperfeiçoamento do Ministério Público no Brasil, para contribuir com a sociedade brasileira, mas sempre com a minha dedicação, com o meu compromisso com a ética e com a imparcialidade de um julgador.

Eu agradeço aos senhores e às senhoras a oportunidade de estar aqui hoje e, ainda, peço o voto de todos os senhores para a aprovação do meu nome para essa vaga no Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos à Dra. Fernanda.

Também por igual tempo de dez minutos, concedemos a palavra à Dra. Sandra Krieger para sua exposição.

A SRA. SANDRA KRIEGER GONÇALVES – Obrigada.

Exma. Sra. Senadora Simone Tebet, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a quem rendo minhas homenagens, como advogada, como feminista e como mulher que representa tão bem o Parlamento brasileiro. Muito obrigada, Senadora.

Exmo. Sr. Senador Jorginho Mello, Senador por Santa Catarina, que é o Relator do meu processo, a quem também rendo meus cumprimentos e minhas homenagens, especialmente pelo atendimento e pela atenção que me deu, a mim e a toda a bancada de Santa Catarina aqui no Senado.

Senadores integrantes da CCJ, em especial o Senador Esperidião Amin e o Senador Dário Berger, Senadores do meu Estado, Santa Catarina.

Diretores do Conselho Federal aqui presentes. Faço um cumprimento especial aos grandes amigos José Augusto de Noronha e Alberto Simonetti por estarem presentes neste momento tão importante tanto para mim quanto para a Fernanda e para a Ordem dos Advogados do Brasil sempre.

Meu querido amigo Rafael Horn, Presidente da OAB de Santa Catarina, na pessoa de quem cumprimentos os demais presidentes de seccionais aqui presentes. Muito obrigada. Queria agradecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

publicamente todo o apoio recebido pela seccional de Santa Catarina nesse trabalho, nesta empreitada. Obrigada, Rafael.

Sabine Müller, nossa Conselheira Federal por Santa Catarina, minha querida parceira de bancada, obrigada pela presença, por estar aqui prestigiando, assim como o Rafael Piva, nosso conselheiro estadual, nas pessoas de quem homenageio os demais integrantes da instituição Ordem dos Advogados do Brasil.

Maria Eduarda Krieger, minha querida filha, que aqui está presente e que, embora se dedique aos estudos da Medicina, acompanha a mãe na sua trajetória jurídica. Obrigada pela sua presença. Agradeço também aos nossos queridos João Vítor e João Gabriel, que nos assistem a distância e que tanto apoio sempre deram à mãe deles na carreira jurídica.

Conselheiros do CNMP aqui presentes. Eu cumprimento o Luciano Maia, o Procurador Marcelo Ferra, o Dr. Maurício Weitzel, aqui presentes. É uma honra para mim tê-los aqui.

Os advogados em geral, os queridos Fernanda Marinela e Sílvio Júnior, a quem eu rendo minhas homenagens e o meu privilégio de partilhar com vocês este momento tão importante nas carreias nossas, nas nossas vidas. Quero dizer que Fernanda é um exemplo de mulher advogada, combativa, altiva e que tem na sua essência a verve da advocacia brasileira. E Silvio, esse procurador tão responsável, a quem eu aprendi a respeitar e que tão bem me recebeu nos últimos dois anos que frequentei o CNMP representando a OAB. Muito obrigada por partilharem este momento comigo.

Senhoras e senhores, é uma honra para mim estar presente neste seleto Plenário e cumprimentar todos os senhores na condição de sabatinada. É um momento único na minha vida e tenham certeza de que farei o possível para que ele seja eternizado nestes dois anos que se farão no exercício do Conselho Nacional do Ministério Público, na condição de representante da advocacia nacional.

Eu comecei a minha carreira em 1988, quando eu me formei em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Naquela ocasião, exercia a advocacia liberal. Dois anos depois, fui a primeira mulher a ser Procuradora-Geral do Município de Blumenau. Aos 27 anos, eu começava a minha carreira na vida pública, primeiro como Procuradora-Geral do Município; depois como Procuradora-Geral da Câmara de Vereadores; depois Procuradora-Geral da Universidade em tempos distintos.

No exercício da advocacia liberal, atuo tanto no Direito Administrativo quanto no Direito privado empresarial, especialmente no Direito médico, no direito à saúde.

Nessa condição, paralelamente a isso, fiz concurso para Universidade Regional de Blumenau, uma das duas autarquias municipais públicas, embora cobrem mensalidade, a Furb. Tendo feito concurso para Direito Processual Civil e Direito Administrativo, lá exerço o magistério desde 1993. E, neste momento, queria render também as minhas homenagens aos meus alunos da graduação que tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abriram mão, especialmente neste semestre, da minha presença física, fazendo trabalhos e se correspondendo comigo nos momentos em que tive de me ausentar da sala de aula.

No decorrer desses anos todos do exercício da advocacia, paralelamente ao exercício dela, participei ativamente também da política de Ordem. Esse trabalho voluntário que exercemos representando a advocacia, seja ela municipal, quando exercia o cargo de conselheira municipal, seja ela estadual, quando exerci, por um mandato, o cargo de diretora da OAB de Santa Catarina, seja agora no Conselho Federal, onde cumpro o meu segundo mandato, tem me proporcionado uma experiência muito enriquecedora, na medida em que não é a representação apenas de uma profissão, de uma corporação, mas uma representação de cidadania.

O que a OAB nos proporciona é muito mais do que a defesa dos interesses de uma classe, mas dos interesses da própria população. E nisso a nossa atividade, como representante institucional e com a política de ordem que lá exercemos, muito se parece com a política partidária, tão levada a segundo plano pela Nação brasileira. Sem a política, penso eu, não é possível que façamos um Estado democrático, seja a política de Ordem, seja a política de partido político, que é a única maneira de perfazermos um Estado democrático capaz de solver à população brasileira todos os seus anseios.

Na minha carreira profissional, ainda, em função da minha carreira acadêmica, desenvolvi algumas atividades paralelas à advocacia. E a que mais me orgulha é a realização do mestrado e do doutorado. Minha tese de doutorado se dedicou a estudar a fundamentação da decisão judicial nas ações de saúde que tramitam, que têm um significado muito grande para a população brasileira, tanto em saúde pública, no Sistema Único de Saúde, quanto à saúde dos planos de saúde regulados por contratos de planos de saúde. Dedica-se, portanto, a discutir a fundamentação das decisões em torno das chamadas liminares em saúde.

Essas são as breves considerações que tenho a respeito da minha trajetória profissional, Srs. Senadores, certa de que a dedicação tanto à Ordem, quanto à carreira acadêmica, quanto à advocacia, Senador Esperidião Amin, nos credencia a estar aqui neste momento.

Nesse primeiro período em que exerci o Conselho Federal, tive a honra também de representar a Ordem dos Advogados do Brasil na cadeira destinada ao Presidente da Ordem junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, o que exerci durante esses últimos dois anos. Nesse período, a vivência que nós tivemos lá foi muito enriquecedora pela troca que a Ordem faz com o Ministério Público. Por muitas vezes, em posições diferentes, em questões principiológicas voltadas a situações, às vezes, ambivalentes, mas sempre numa questão de cordialidade, de respeito e de propósito comum, que é o engrandecimento da sociedade brasileira.

Com isso encerro a minha apresentação e agradeço, mais uma vez, Senador Jorginho, aqui presente, a deferência que V. Exa. me deu no exame do meu processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Queria consultar V. Exa. se é possível abrir a cabine de votação, já que este é um dia muito corrido. Nós já iríamos aproveitando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se pudesse ser...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se há alguma objeção.

Não havendo, solicito à Secretaria que abra o painel para votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo à Dra. Sandra, passamos a palavra ao indicado Dr. Silvio Roberto por igual tempo para sua exposição.

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Simone Tebet, Exmo. Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jorginho Mello, agradeço a ambos a possibilidade de estar aqui, de ser novamente trazido a este augusto Senado Federal e a esta augusta Comissão para que aqui possa ser sabatinado e escrutinado.

Exmo. Sr. Relator da minha indicação ao CNMP, Senador Rodrigo Pacheco, muitíssimo obrigado por me conduzir aqui pelo Senado Federal, muitíssimo obrigado por ser o Relator da minha indicação, pelo seu denodo, pela sua atuação célere para que eu pudesse estar aqui na data de hoje, sendo submetido ao escrutínio desta Comissão.

Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores que nesta assentada comparecem a esta Comissão para me arguirem, muito me honram com esse gesto tão nobre, lhano e respeitoso.

Queridas e queridos colegas do Ministério Público Federal que se fazem presentes neste plenário e também remotamente, eu gostaria de fazer uma saudação a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Luciano Maia; ao representante da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. Cazarré; ao ex-Presidente da ANPR, Dr. Robalinho, muitíssimo obrigado por sua presença, por sua força aqui neste momento, por estarem irmanados comigo nesta ocasião.

Queridos amigos e queridos Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público aqui presentes, Dr. Marcelo Weitzel, Dr. Luciano Maia e também Dr. Marcelo Ferra, Conselheiro de sempre, obrigado pela fraternidade, pelo bem-querer.

Saúdo os irmãos de Ministério Público aqui representados pela nossa Procuradora-Geral, Dra. Fabiana, Procuradora-Geral do MPDFT.

Também às entidades associativas aqui presentes eu saúdo; ao Dr. Marfan Vieira, Presidente do CNPG de sempre.

Aos amigos Ulisses, Ivana Farina e Luciana Asper, amigos e irmãos de Ministério Público, muito obrigado por tudo e por revelarem que a unidade dos Ministérios Públicos não se faz unicamente a partir de norma constitucional, senão que é exercida diariamente e fraternalmente com os olhos e o coração voltados aos nossos objetivos e ideais comuns.

Representantes do Poder Judiciário, queridas colegas sabatinadas, Fernanda Marinela e Sandra Krieger, muito obrigado pela honra que me dão por poder estar aqui ao seu lado, colhendo um pouco de seu brilho nessa tarde de hoje, assim como da nossa Presidente da CCJ, para que eu possa também ser sabatinado. Muito obrigado por essa honra.

Também saúdo os representantes da OAB aqui presentes.

Minha amada esposa Julieta Amorim, muito obrigado por mais este gesto de apoio e de amor.

Aos meus filhos também gostaria de fazer uma saudação, meus filhos Larissa e Gabriel, aos meus pais, Silvio e Graça, e aos meus irmãos, Humberto, Juliana, Glenda e Giovanna.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, compareço uma vez mais a esta egrégia Comissão e a este augusto Senado Federal para ser arguido por V. Exas., indicado que fui ao CNMP pela Exma. Sra. Procuradora-Geral da República para o biênio 2019-2021.

Há dois anos, fui o mais votado para a lista tríplice formada pelo MPF, tendo obtido 481 votos de 762 colegas que compareceram para votar, uma porcentagem de aceitação equivalente a 63%. Nas eleições internas que aconteceram no último dia 5 de junho, minha carreira prestigiou-me outra vez com o primeiro lugar, ao me destinar 723 votos entre 881 votantes, o que perfez índice de 82% de escolha em meu nome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi o resultado de dois anos ininterruptos e dedicados de trabalho pelo CNMP e pelo Brasil, este trabalho que todos nós, servidores públicos que somos, fazemos diuturnamente.

Aqui, aproveito para, uma vez mais, homenagear esta Casa Legislativa com estas minhas palavras iniciais.

Com humildade, bato às portas desta Comissão para me colocar à disposição de V. Exas., ciente de que, no Parlamento brasileiro, recebemos todos os dias lições de civismo e de patriotismo e os mais nobres gestos de respeito e denodo ao Estado brasileiro. Creio, sobretudo, no atuar democrático e auspicioso que aqui ocorre.

Apresento-me, então, para lhes dizer que me chamo Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior e que nasci na Santa Casa de Misericórdia de Manaus, Estado do Amazonas, em 16 de dezembro de 1976.

Logo quando eu tinha um ano de idade, meus pais foram morar no interior do Amazonas, em Humaitá, onde permaneci até os meus seis anos. Passamos a residir, então, em Porto Velho, Rondônia, onde passei o resto de minha infância, adolescência e juventude, tendo lá permanecido por mais de duas décadas. Em 2007, fui residir em Maceió e, no ano seguinte, mudei-me para Aracaju, cidade onde fiquei até o ano de 2013, quando passei a residir aqui em Brasília.

É por isso, então, que eu faço uma saudação especial às cidades onde pude trabalhar como membro do Ministério Público, em Rondônia, em Alagoas e em Sergipe: as capitais Porto Velho, Maceió e Aracaju. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, cada um desses lugares moldou minha personalidade de algum modo e deles guardo as melhores recordações.

Talvez, assim, também haja ocorrido em razão do meu sangue miscigenado: pelo lado materno, sou índio, caboclo, árabe e português; pelo lado paterno, negro e português. Talvez, por conta dessa mescla tão brasileira, eu haja me identificado em cada um dos lugares onde morei e me reconhecido com a gente respectiva. É exatamente assim que me sinto em Brasília.

Antes de ingressar no MPF, fui professor de inglês e, sempre mediante concurso público, servidor do TJ de Rondônia e do TRT da 14ª Região (Rondônia e Acre) – por isso, também saúdo o Estado acriano –, servidor do MP Federal em Rondônia e Procurador do Estado de Rondônia.

Moldei minha trajetória no serviço público e, sob a égide do Código Civil de 1916, fui emancipado aos 18 anos ao assumir o cargo público no TJ de Rondônia. São quase 25 anos ininterruptos de atuação no serviço público brasileiro.

Sou membro do MPF desde 18 fevereiro de 2002, com atuação como Procurador da República, como já mencionei, em Rondônia, em Alagoas e em Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 11 de abril de 2014, por merecimento, fui promovido ao cargo de Procurador Regional da República, tendo sido lotado, desde então, para oficiar perante o TRF da 1ª Região, sediado em Brasília.

Ao longo de mais de 17 anos de atividade profissional no MPF, atuei para cumprir as funções institucionais descritas na Constituição e na Lei Complementar 75, de 1993. Oficiei em todas as áreas de atuação constitucional e legalmente previstas em três unidades federativas distintas, de modo que adquiri conhecimento do papel que exerce o MPF ou em relação aos demais Poderes e órgãos ou em relação à sociedade, com os reflexos internos e externos que daí advêm.

Conciliei minha atuação como membro do MPF com funções de chefia administrativa nas unidades por onde passei, em todas elas, de modo que daí colhi aprendizado gerencial e conhecimento administrativo e financeiro necessários à atuação como Conselheiro do CNMP. De igual modo, exerci junto ao MPF atividade de Corregedor Auxiliar e hauri conhecimentos a respeito dessa específica atuação.

Atuei como representante da ANPR em Rondônia, pelo que também acresci à minha trajetória a compreensão corporativa dos membros da minha instituição. Busquei igualmente agregar novos conhecimentos acadêmicos, e foi daí que me tornei especialista e mestre em Direito Constitucional, na busca de conjugar meus estudos à atuação prática exercida como integrante do MPF.

Na mesma direção, empreendi esforços para transmitir os conhecimentos adquiridos e fomentar o debate acadêmico por meio da elaboração de artigos científicos e da organização ou publicação de livros, em coautoria ou isoladamente, nas áreas de Direito Constitucional, Hermenêutica, Argumentação Jurídica, Teoria do Direito e Direito Sancionatório.

Nunca fui demandado administrativa nem judicialmente em razão de minha atuação como membro do MPF. Nunca recebi contra minha pessoa processo administrativo disciplinar de qualquer espécie, seja no âmbito do MPF, seja também na esfera do CNMP.

Atuo, para o biênio 2017-2019, como Conselheiro do CNMP, após ser escrutinado e aprovado por este venerável Senado Federal.

Ditos fatos e circunstâncias conduzem-me a dizer-lhes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR – ... que possuo experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP.

Permita Deus que no dia de hoje eu possa ser merecedor da confiança e do voto de V. Exas. para, com a mesma dedicação e afinco que busquei demonstrar no último biênio, prosseguir com minha atuação perante o colegiado do CNMP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizo esta minha fala inicial, colocando-me humilde e respeitoso ao virtuoso escrutínio de V. Exas., com a esperança de estar à altura de seus elevados questionamentos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos a todos os indicados pelas suas exposições iniciais.

Antes passarmos à fase de arguição, eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades que se fazem aqui presentes. Eu o faço na pessoa de José Robalinho Cavalcanti, Procurador-Geral da República e ex-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; também da Dra. Fabiana Barreto, Procuradora-Geral de Justiça do DF; e do Dr. Marfan Vieira, Subprocurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Cumprimento também os nossos sabatinados da semana retrasada, o Dr. Luciano Nunes Maia, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, e o Dr. Marcelo Rabello, também Conselheiro; por fim, o Diretor da OAB Nacional, Dr. José Augusto Araújo de Noronha, e o Dr. José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu passo a palavra, neste momento, aos Relatores dos indicados, na ordem das exposições.

Relator da Dra. Fernanda Marinela de Sousa Santos, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Cumprimento a Presidente desta Comissão e agradeço a oportunidade pela sabatina dos três indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Gostaria de enfatizar o papel que o Congresso Nacional tem cumprido, primeiro com relação ao aperfeiçoamento do Ministério Público, ao seu fortalecimento, à sua autonomia. Enfatizo que, com muita satisfação, através da Emenda Constitucional 45, nós tivemos a criação tanto do Conselho Nacional do Ministério Público quanto do Conselho Nacional de Justiça. É evidente que o Conselho Nacional do Ministério Público, em função da conjuntura, ganha ou não mais visibilidade, mais notoriedade, e esta sabatina acontece num momento em que os olhos do País se voltam à atividade, como um todo, e ao conselho em particular.

Presidente, aproveito a oportunidade para fazer algumas perguntas aos três indicados: à advogada Fernanda Marinela, de quem tenho a honra de ser Relator nesta oportunidade; à Dra. Sandra Krieger Gonçalves e ao Dr. Silvio Roberto Oliveira. As perguntas são para os três.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saber se as senhoras e o senhor defendem algum tipo de aprimoramento do funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público, a fim de aperfeiçoar efetivamente o controle externo, para que não haja excesso do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda pergunta, também aos três, é: qual o caminho sugerido pelas senhoras e pelo senhor no sentido de reforçar o controle externo e ampliar a margem de independência para julgar atos da corporação do Ministério Público por egressos destes órgãos que V. Sas. terão oportunidade de integrar?

Outra pergunta: qual a opinião das senhoras e do senhor sobre a recusa de procuradores de comparecerem ao Congresso Nacional para esclarecimento de atividades da instituição?

Outra pergunta: se as senhoras e o senhor defendem algum tipo de regra que torne mais parcimoniosa a manifestação de procuradores em redes sociais ou jornais.

E a última: se as senhoras e o senhor defendem a confecção, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, de um código de ética específico para o Ministério Público, ou de algo semelhante, para conduzir esse controle e fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Renan.

Nós vamos passar a palavra para os dois outros Relatores e abrimos para que os indicados possam respondê-las. Em seguida, vamos pela lista de inscrição, e o primeiro orador inscrito é o Senador Angelo Coronel.

Com a palavra, na ordem da exposição dos indicados, o Relator Jorginho Mello, que relatou o processo de indicação da Dra. Sandra Krieger.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem.

Cumprimento todos os indicados pelo Ministério Público e pela OAB. Tenho aqui, até para valorizar, o e-Cidadania, que está plugado com todas as nossas audiências, todo o trabalho que desenvolve o Senado Federal, eu queria perguntar, em nome de um catarinense, à nossa Sandra Krieger Gonçalves.

O Luan, de Santa Catarina, pergunta: "Como vê o papel da OAB na atualidade? Está cumprindo com suas diretrizes?". Essa pergunta é para valorizar, então, o e-Cidadania.

Do Luan Carlos, de Santa Catarina também: "Junto ao Ministério Público, quais são as principais medidas a serem tomadas?".

Então, faço essas duas indagações, além de cumprimentar a advogada, Sandra Krieger Gonçalves, filha da Dona Dinorah e do Gonçalves, pela sua condição de estar aqui, na certeza de que vai contribuir com a Ordem dos Advogados do Brasil, acima de tudo, lá no Conselho, para ajudar a fazer com que possamos melhorar o relacionamento, ajudar o Brasil a superar todas as dificuldades que nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrando, muitas vezes intolerâncias. Enfim, nós precisamos pacificar e ter um relacionamento muito mais respeitoso e harmonioso entre todos os Poderes.

Era essa a participação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Jorginho.

Passamos a palavra ao Relator do processo de indicação do Dr. Silvio Roberto, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, meus cumprimentos. Cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes a esta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Saúdo, de maneira muito especial, os candidatos hoje sabatinados para o Conselho Nacional do Ministério Público, iniciando pelas mulheres aqui representando a minha querida Ordem dos Advogados do Brasil, Dra. Fernanda Marinela e Dra. Sandra Krieger. Fico muito contente de saber que a Ordem dos Advogados do Brasil escolheu duas mulheres para representá-la junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, seguro que estou da aprovação do nome de ambas para que assim seja feita essa representação. É uma evolução, sem dúvida alguma, de uma entidade que prezo muito.

A Dra. Fernanda foi minha colega no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no triênio 2013-2015. Eu, ainda muito jovem, representando o meu Estado de Minas Gerais, representando a Ordem dos Advogados do Brasil de Minas no Conselho Federal da OAB Nacional. Lá eu pude aperfeiçoar alguns princípios.

A Ordem dos Advogados do Brasil, no exercício da minha profissão, Dra. Fernanda, Dra. Sandra, me permitiu entender o quanto importante é o Estado democrático de direito e que viver nele há um custo, o custo de se entender que os fins não justificam os meios, de que cada ente, cada instituição deve cumprir o seu papel fiel ao que está na lei, fiel ao que está na Constituição, independente de qual seja o resultado. O resultado é uma consequência do trabalho sério, leal, legal, constitucional que se faça em cada processo, em cada procedimento, em cada expediente. E a Ordem dos Advogados do Brasil é um tanto guardiã desses valores de Estado democrático de direito, de liberdades públicas. Muito mais que uma entidade corporativista ou que defenda direitos e prerrogativas dos advogados, a OAB é uma defensora da cidadania, da Constituição, da sociedade brasileira.

E esse reconhecimento vem na própria Constituição Federal quando, no art. 133, diz ser o advogado indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei, que é uma lei editada em 1994 pelo mineiro Itamar Franco, que a sancionou, a Lei 8.906, de 1994.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então meus cumprimentos a ambas, minha saudação muito especial à Ordem dos Advogados do Brasil. E faço votos de que ambas representem bem a nossa entidade junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu, na posição de Senador, farei alguns questionamentos.

E aqui aproveito agora para saudar o Dr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior, de quem eu tive a satisfação de ser o Relator da sua indicação, e me impressionou muito seu currículo e a sua trajetória, Dr. Silvio. V. Sa., nascido no Norte do Brasil, como eu, já pude externar a V. Exa. que também tenho origem no Norte do País. Nasci na cidade de Porto Velho. V. Sa. nasceu em Manaus; porém, viveu em Porto Velho muitos anos. Conversamos a respeito disso. Mas logo cedo, a minha família e meu pai, em razão de circunstâncias de trabalho, voltou para Minas Gerais, onde eu fui criado e tenho muito orgulho de ser mineiro, não é?

Então V. Sa. tem uma trajetória muito rica e tem uma compreensão de Brasil, tendo trabalhado no Norte do País, em Porto Velho, no Acre também, como servidor da Justiça, como Procurador do Estado, depois como Procurador da República, não só em Porto Velho, mas em Aracaju e Maceió também, e agora em Brasília. Então V. Sa. tem uma visão de Brasil, uma visão de instituições, exercendo a advocacia, atuando como Procurador do Estado, servidor da Justiça, depois Procurador da República. Então tem absolutas condições de renovar a sua condição de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Então fica aqui esse registro, tendo sido eu o seu Relator, de que V. Sa. está absolutamente apto a integrar o Conselho Nacional do Ministério Público,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... que ganha muito com a presença de V. Exa. naquela instituição, agora também a receber a Dra. Fernanda e a Dra. Sandra nos seus quadros.

Eu queria fazer três questionamentos muito rápidos. O primeiro deles: no caso da atuação de membros do Ministério Público, como equilibrar o dever de informar, até o direito de informar sobre casos concretos, e se evitar o prejulgamento ou preconceito, ou juízos de valores indevidos em relação a casos concretos sob a sua atuação? Como se deve fazer esse equilíbrio, haja vista que hoje, de maneira muito recorrente, nós presenciamos situações em que há, na minha opinião, excessos nesse dever de informar, por parte de membros do Ministério Público.

Segundo, quão importantes são as prerrogativas dos advogados, inseridas especialmente na Lei 8.906, de 1994,...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... nos vários incisos do art. 7º? Se essas prerrogativas, todas elas devem ser preservadas e a importância disso, não só para o advogado, mas para a cidadania.

E terceiro ponto, em relação ao projeto que foi muito debatido aqui no Senado, aprovado aqui no Senado, que é a parte das medidas anticorrupção referente ao abuso de autoridade. Gostaria de saber a opinião de V. Sas. em relação a dois parágrafos que foram inseridos no projeto de abuso de autoridade. O primeiro deles, para se proibir a criminalização da interpretação, ou o chamado crime de hermenêutica, para dizer que não constitui abuso de autoridade a interpretação da lei e a valoração do fato e da prova no exame do caso concreto; e o segundo, que é a inserção, para a caracterização do abuso de autoridade, do dolo específico. Se na opinião de V. Sas., deve-se prever o dolo específico ou bastaria o dolo genérico em relação à caracterização do abuso de autoridade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Foi inserido um parágrafo em relação a esse tema, dizendo que só constituirá abuso de autoridade quando haja o fim especial de agir para prejudicar alguém, para se beneficiar a si próprio ou por mero capricho ou satisfação pessoal por aquele que pratica.

São duas inovações ou duas novidades nesse projeto que veio da Câmara, inseridas aqui no Senado, e eu gostaria de colher a opinião de V. Sas. em relação a esse tema.

Quanto ao mais, desejo boa sorte e agradeço a oportunidade desta sabatina e fico inteiramente à disposição de cada qual para o aprimoramento legislativo que interesse ao fortalecimento do Conselho Nacional do Ministério Público e também para o aprimoramento da própria atividade do Ministério Público, haja vista que o Senado tem portas abertas para esse intuito.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Relator, Senador Rodrigo Pacheco, e passamos a palavra, portanto, aos sabatinados para as suas respostas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Haverá ainda outro bloco?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Haverá ainda outro bloco. Como os Relatores fizeram muitas perguntas, separamos só num bloco de três para, depois, separarmos em blocos de pelo menos cinco Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem, temos: Senador Angelo Coronel, Senador Mecias de Jesus, Senador Rogério Carvalho e V. Exa. São quatro inscritos, mas eu acho que vamos ainda aumentar.

Então, com a palavra a Dra. Fernanda Marinela para as suas considerações.

A SRA. FERNANDA MARINELA SOUSA SANTOS – Bom, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar agora, pois quando da minha fala ainda não estavam aqui presentes os dois diretores do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, José Alberto Simonetti e José de Noronha. Agradeço a presença dos senhores aqui nesta sabatina.

Também gostaria de agradecer, desde já, aos Relatores pelos questionamentos realizados, que, com certeza, deverão contribuir com o desenvolvimento do nosso trabalho na atuação e na defesa da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, o Senador Renan Calheiros faz um questionamento sobre a preocupação com relação ao controle externo, para evitar os excessos dentro da carreira do Ministério Público e, portanto, o papel do CNMP nesse cenário. E também, nessa margem, fala sobre a ampliação de competência para a responsabilização dos egressos no Conselho Nacional do Ministério Público.

Penso que o Conselho Nacional do Ministério Público foi criado com o papel muito importante de aperfeiçoamento do controle administrativo no País. Em 2004, esta Casa teve a sabedoria de aperfeiçoar a nossa Constituição criando tanto o CNJ quanto o CNMP. Sem dúvida alguma, esses órgãos são órgãos ainda em construção e que merecem, com certeza, a atuação e o aperfeiçoamento na sua composição. Por isso, esta sabatina tem uma fundamental importância no cenário que nós vivemos hoje.

Estamos vivendo em um país de grandes desafios, de grandes dificuldades hoje. Portanto, o controle administrativo, o controle disciplinar e a responsabilização daqueles que agem com excesso é um papel muito importante para o Conselho Nacional do Ministério Púbico.

É importante dizer que, no Estado democrático de direito, ninguém pode estar acima da lei. Portanto, se a lei é desrespeitada, se as atribuições são descumpridas, a responsabilização é necessária e é fundamental.

Então, no que diz respeito aos excessos, acho que há, sim, o que se aperfeiçoar na definição com relação às resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público. Afinal de contas o ordenamento jurídico brasileiro não é uma obra concluída, ela é sempre uma obra em construção, e os aperfeiçoamentos, sem dúvida alguma, todos os senhores estão fazendo com muito primor e com muita responsabilidade.

Nesse sentido, também fui questionada sobre a questão das redes sociais para os membros do Ministério Público e a atuação, hoje, em redes sociais. Senhoras e senhores, nós estamos vivendo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um país em que as redes sociais são uma novidade para todos nós, brasileiros. Estamos aprendendo a conviver com esse novo mecanismo de relacionamento, de convivência social e até de julgamento através das redes sociais. Então, nós estamos aprendendo a lidar com todos esses instrumentos.

Então, nós estamos aprendendo a lidar com todos esses instrumentos.

O Congresso Nacional já tem realizado inúmeros instrumentos para o aperfeiçoamento e a utilização desses instrumentos de rede social, e aqui falamos de todos os elementos, seja o WhatsApp, seja o Facebook, seja o Telegram e todas essas outras ferramentas. Acredito que o Congresso Nacional acertou quando se preocupou com a Lei de Proteção de Dados. É uma lei preocupante.

Também há discussão nesta Casa no que diz respeito ao aperfeiçoamento na responsabilização dos dados em sede de rede social. E tenho certeza de que todos os senhores terão sabedoria para tomar as melhores decisões. É um grande desafio para todos nós. Eu, como mãe, sempre digo que criar nossos filhos em tempo de rede social não é tarefa fácil. E, para um homem público e para uma mulher pública, que todos os dias é seduzido, é julgado e é responsabilizado pela rede social, também é um grande desafio. Então, atender às demandas e aos desafios dessas novas ferramentas não é tarefa simples.

Mas, quando nós falamos de membros do Ministério Público, nós temos que entender que eles são agentes públicos e exercem, portanto, a função pública, exercem atividade em nome e no interesse do povo, e as suas atribuições têm limites, têm regras estabelecidas na sua lei específica, e sempre que há o desrespeito dessas regras, inclusive no uso da rede social, elas precisam ser observadas. Esse desrespeito precisa ser observado, e as autoridades responsabilizadas nesse sentido.

Se defender o Código de Ética... Então, o nosso Senador Renan Calheiros fala sobre a possibilidade da confecção de um código de ética específico para conduzir a fiscalização junto aos membros do Ministério Público. Na verdade, hoje, no País, nós já temos disciplina importante para a responsabilização dos abusos praticados, seja a própria lei de organização do Ministério Público, seja a própria responsabilização via Lei de Improbidade. Agora há esse novo projeto que foi discutido por esta Casa, que é a Lei de Abuso de Autoridade. Então, nós temos uma lista de diplomas legais que podem gerar essa responsabilização, mas, sem dúvida alguma, o aperfeiçoamento sempre cabe, e pensar num código de ética que vá controlar exatamente essa atuação é sempre pensar na construção de uma melhor prestação do serviço para o nosso País. Então, é possível, sim, pensar num código de ética que reúna todos esses elementos.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem uma competência limitada para definição dessas regras, até porque o seu poder normativo é restritivo no que diz respeito às resoluções. Portanto, esta Casa poderá pensar uma construção futura que aperfeiçoe ainda mais. Mas penso que nós já evoluímos muito nessa responsabilização com relação a todos esses atores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jorginho Mello faz, então, um questionamento... É importante essa participação do e-Cidadania, é importante a participação do cidadão neste nosso momento de sabatina. É a sociedade contribuindo com o avanço das nossas instituições. Eu acho que isso é muito importante. Eu ainda me lembro que, quando a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101, foi pensada por esta Casa, abriu-se, então, no *site*, a oportunidade de que a sociedade participasse da construção daquele projeto de lei naquela época. Eu penso que poucos cidadãos participaram, e foi até frustrante. Eu lembro que o comentário era "porque a sociedade não participa?" Então, o e-Cidadania é uma possibilidade, então, de a sociedade estar participando dessa construção, e nós temos que incentivar cada vez mais, e acho que esta Casa vem desenvolvendo muito bem esse trabalho.

Aí ele questiona, então, sobre o papel da OAB no atual contexto brasileiro.

Acredito que a Ordem dos Advogados do Brasil tem uma história que se mistura também com a história do nosso País. A Ordem dos Advogados do Brasil foi importante, teve um papel relevante em momentos marcantes de toda a construção da democracia brasileira.

É fato que a Ordem dos Advogados do Brasil não tem partido. A sua bandeira e o seu lema é sempre defender a Constituição, é defender a sociedade, é defender a cidadania. E esse é o papel que se trilha a cada momento, em cada consolidação. Então, sem dúvida alguma, a Ordem dos Advogados do Brasil poderá contribuir, sim, com os avanços do nosso País, com os avanços da nossa Nação. O que nós queremos na verdade é um país cada vez melhor para se viver.

Também é importante a colocação do Senador Rodrigo Pacheco. E agradeço as palavras, Senador Rodrigo Pacheco, com quem tive a oportunidade de partilhar junto à bancada no Conselho Federal, no biênio de 2013. Então, agradeço as palavras, Senador, e a contribuição.

E ainda coloco, no que diz respeito ao questionamento, Senador Rodrigo, para equilibrar a atuação do Ministério Público no dever de informar e evitar o prejulgamento, eu volto a dizer que essa é uma preocupação para todos nós. Nós temos, sim, o dever de informar. O dever de informação é uma obrigação constitucional, no caráter educativo, informativo e de orientação social – a Constituição estabelece, no art. 37, §1º, essa obrigação –, mas é fato que nós temos um limite a estabelecer. Nós estamos falando de processos, e um processo tem que observar o devido processo legal.

O devido processo legal estabelece sempre a presunção de inocência, o dever de contraditório, o dever de ampla defesa. Quando uma autoridade pública que conduz esse processo prejulga, quando a autoridade pública que conduz esse processo manifesta a sua posição antes da consolidação de toda essa trajetória, de contraditório, de ampla defesa, de participação efetiva das partes, nós estamos comprometendo a própria imparcialidade do julgador. Então, é muito importante que essa linha que divide o informar e o prejulgar seja feita com muito bom senso e com muita responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que defender a Constituição em todos os seus princípios. Portanto, nós não podemos prejudicar um princípio garantindo outro ou preterindo outro. Nós precisamos compartilhar, colocar todos eles na mesma importância. E por isso é fundamental que essas manifestações aconteçam de forma muito responsável.

Aqui volto a dizer é o desafio do mundo moderno, é o desafio da rede social, é até onde falar, até onde se colocar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA MARINELA SOUSA SANTOS – ... mas penso que, como agente público, como praticante do exercício da função pública, é preciso tomar muito cuidado, principalmente porque muitos agentes públicos têm o dever do sigilo da informação. Essa informação vem em razão do cargo e, se vem em razão do cargo, ela não pode ser colocada em momento inoportuno. Então, o dever com o devido processo legal e a responsabilidade de cumprir um julgamento imparcial devem ser sempre observados.

No que tange às prerrogativas dos advogados, penso que prerrogativa de advogado não é privilégio. Muitas vezes, nós escutamos a fala: "Ah, porque é advogado tem privilégio". Não é isso. Prerrogativa de advogado é ferramenta, é instrumento para que ele possa cumprir o seu papel, que é defender o direito do outro. O advogado atua representando e defendendo o direito do outro. E, para que ele possa fazer isso na plenitude, para que o direito de defesa seja eficaz e efetivo, ele precisa ter essas ferramentas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FERNANDA MARINELA SOUSA SANTOS – E, quando eu falo de prerrogativas, é dizer por exemplo, de ter acesso às informações do processo, de ter acesso ao julgador, de cumprir, portanto, toda essa responsabilidade na defesa plena desse cidadão.

No que tange ao abuso de autoridade, que é o último questionamento que nos foi colocado, a lei de abuso de autoridade... Eu acompanhei a discussão por esta Casa no que diz respeito ao aperfeiçoamento desse diploma e penso que a Lei 4.898, de 1965, merecia um aperfeiçoamento, penso que esta Casa acertou no que diz respeito a essa discussão. É de uma grande responsabilidade discutir esse tema. Penso que as inovações não são inovações que revolucionam o ordenamento jurídico, porque muitas já estavam estabelecidas, seja na Loman, seja na lei de organização do Ministério Público, ou até mesmo nas resoluções do CNJ e do CNMP, mas penso que foi assertivo retirar a subjetividade de muitos dispositivos e o crime de hermenêutica entre eles.

Então, agradeço os questionamentos e peço desculpas, Presidente, porque foram muitas as perguntas, e eu tentei enxugá-las ao máximo.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Dra. Sandra Krieger.

A SRA. SANDRA KRIEGER GONÇALVES – Eu cumprimento, depois da minha fala aqui, os que se fizeram presentes no Plenário: o querido amigo Sr. Subprocurador-Geral da República, Dr. Luciano Maia. É uma honra tê-lo aqui; e o ex-Senador da República Dalirio Beber, de Santa Catarina. Muito obrigada!

Senador Renan, vou pela ordem aqui das perguntas.

Em relação ao aprimoramento do CNMP e o controle externo, guardadas as limitações constitucionais que tem o órgão, que é um órgão de controle externo, mas que legisla só internamente, penso que há um grande desafio ao CNMP em compatibilizar a sua finalidade precípua, que é zelar pela autonomia e pela independência do Ministério Público, com a guarda e zelo por aquilo que extrapole, se desborde da missão institucional. Então, é sempre um desafio para o Conselho Nacional do Ministério Público, ao verificar as condutas dos membros, a preservação ao mesmo tempo da sua autonomia – sem a qual a sociedade não fala, porque é o Ministério Público que fala pela sociedade, e ela precisa ter voz nesse sentido, em relação tanto à persecução penal quanto às ações de improbidade, quanto mesmo à fiscalização de cumprimentos de lei, como no processo civil –, mas numa dinâmica de que se estabeleçam também condutas.

A sua colocação de estabelecer-se um código de ética já foi objeto agora da última sessão do Conselho Nacional do Ministério Público. Foi apresentado pelos integrantes da advocacia lá – os quatro integrantes da advocacia – um anteprojeto de lei que seria tramitado lá, apreciado pelo Plenário do CNMP e trazido ao Congresso Nacional para averiguação do estabelecimento de uma normativa de caráter externo, não apenas interno, com vistas à preservação da ética e do decoro no exercício da atividade do membro do Ministério Público. Então, penso que há uma consonância desta Casa Legislativa inclusive com aquele órgão no momento em que ambos têm a intenção de estabelecer uma nova normativa nesse sentido.

Quanto à recusa dos procuradores em comparecer ao órgão do Legislativo, penso que há uma atribuição fundamental a todo servidor público de prestar contas ao Legislativo. Então, há uma necessidade de respeito a esta Casa, e por essa razão entendo que deva ser, sim, cumprida a convocação.

Com relação às redes sociais, como já disse a Profa. Fernanda Marinela, há um desafio permanente numa sociedade, hoje, que é uma sociedade dinâmica, pois temos balizas: de um lado, dos direitos fundamentais, nós temos a liberdade de expressão, que, junto com a liberdade de locomoção, não há corolário maior do sistema democrático de direito. E são dos membros também esses direitos, ao exercício da liberdade de expressão, mas eles encontram óbices na medida em que eles não falam por si mesmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso é o que a gente tem discutido lá com o Dr. Silvio. E, nas duas vezes em que eu me manifestei em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, coloquei que se se espera das pessoas, da sociedade em geral que mantenham a respeitabilidade e o decoro publicamente e isso se aplica às redes sociais, muito mais de quem não fala por si só, mas fala pela sociedade.

Quando um promotor de justiça, quando um procurador da República se manifesta numa rede social, ele o faz pessoalmente, mas esse reflexo evidentemente é muito maior para a sociedade como um todo, inclusive em formação de opinião. Então, nesse sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público estabeleceu, por normas da Corregedoria, um limite de atuação para o membro em publicações em redes sociais e uso dos *e-mails* pessoais, assim como o estabelecimento desse código de ética que viria a estabelecer uma nova conduta ou pelo menos uma consequência para a falta de decoro nessas situações específicas.

Claro que isso tem que ser aplicado caso a caso, isso não é genérico, mas é fundamental para que se tenha uma nova postura em relação não só a publicação de opiniões pessoais, com a de dados de processos. Como se falou, já em inúmeras manifestações do Presidente da Ordem – e já aproveito para responder também à pergunta do Senador Jorginho com o uso do sistema público de consulta, do Luan –, a Ordem tem um papel fundamental nesse sentido de trazer equilíbrio e trazer da sociedade a sua manifestação não estatal. Então, enquanto o Ministério Público fala pelo Estado brasileiro no âmbito do cumprimento da lei, a Ordem dos Advogados do Brasil fala pela cidadania, como bem disse o Senador Rodrigo Pacheco, quando falou do art. 133 da Constituição. Nós temos um papel fundamental no exercício e, sim, o estamos cumprindo, na medida em que a ordem preserva sempre o Estado democrático de direito a partir da utilização dos princípios fundamentais, do devido processo legal e do direito ao contraditório e à ampla defesa em todas as fases do processo.

O direito ao contraditório e à ampla defesa, como garantia da não surpresa da parte contrária, pressupõe, sim, Senador Jorginho, que haja uma comunicação do que as autoridades investigam e do que elas julgam. Então, penso que é fundamental que a gente discuta, aqui no Parlamento e no âmbito das organizações sociais, da Ordem também e mesmo no âmbito no CNMP, fundamentalmente que tipo de informações públicas são necessárias e quais delas vêm em prejuízo ao julgamento do investigado, que, muitas vezes, nem sequer é denunciado posteriormente.

Então, em matéria de exercício de mandato político especialmente, o estrago, o arraso de um político em carreira política, sem o julgamento, com determinado tipo de vazamento de informações irresponsável, é deletério, tem um efeito que, muitas vezes, não se recupera. Então, isso, na minha opinião, como advogada militante, sim, deve ser coibido.

Atendendo ainda à resposta do Senador Rodrigo Pacheco de como equilibrar o dever de informar, era isso que eu tinha a colocar. E, com relação às prerrogativas, Senador, eu não analisei o projeto, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é recente, com a acuidade necessária de um penalista, mas me parece que o dolo específico traz uma dificuldade muito grande na consumação da prova de que a autoridade efetivamente infringiu uma prerrogativa profissional. Então, há de se ter em conta que essa legislação será aplicada naturalmente, por óbvio, por um juiz de Direito que aferirá a conduta do agente, e esse agente público que feriu a prerrogativa do advogado. Na medida em que se exige o dolo específico, a finalidade pela qual aquele ato ilícito foi praticado, a prova me parece que vai ficar muito mais difícil.

No entanto, acho que é um avanço. Como disse a Fernanda, há uma atualização dessa legislação, que era necessária. Por essa razão, cumprimento V. Exa. pelo papel que teve. Nós acompanhamos, pela ordem, tudo que o senhor fez aqui em relação às emendas, à tramitação desse projeto. Quero cumprimentá-lo, como os demais Senadores, e agradecer esse espaço para poder manifestar as minhas opiniões a respeito de tão importante questão que nos afeta a todos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sou eu que agradeço, Dra. Sandra.

Com a palavra o Dr. Silvio.

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de agregar às respostas das colegas Fernanda e Sandra alguns pontos que considero também importantes.

Em primeiro lugar, quanto aos questionamentos do Senador Renan Calheiros, antes de mais nada, quero concordar com sua fala no sentido de que esta Casa vem fortalecendo o papel do Ministério Público e vem fortalecendo a atuação do sistema de Justiça de um modo global.

Eu faço essa menção não apenas por uma questão de imposição constitucional, mas também relembrando os tratados internacionais aos quais a República Federativa do Brasil aderiu. Eu faço recordação aqui da Convenção de Palermo e da Convenção de Mérida, ambas relacionadas a essas questões transnacionais. Mas também, muito antes dessas convenções, por exemplo, a lei dos crimes hediondos, na lei de combate ao crime organizado – a primeira lei –, na lei de lavagem de dinheiro, na lei de improbidade administrativa, na lei anticorrupção, apenas para ficarmos em algumas, este Congresso Nacional e esta alta Casa souberam dar valor ao sistema de Justiça globalmente considerado especificamente ao Ministério Público. Portanto, estamos em comunhão, Senador Renan Calheiros, no sentido de que o CNMP, em conjunto com esta Casa, pode dar uma contribuição fundamental ao fortalecimento do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão do aprimoramento do CNMP no controle externo, eu gostaria de agregar às respostas das colegas que o CNMP possui – e aqui colhendo também da matriz constitucional da qual não posso me arredar – duas funções fundamentais: a primeira é a de enaltecer o trabalho, garantir o trabalho dos Ministérios Públicos e, nesse aspecto, atuar como como uma instituição indutora de boas práticas de atuação dos Ministérios Públicos. E assim vem fazendo em suas diversas comissões e a partir de seu Plenário: a comissão de que faço parte, a comissão que presido, a Comissão Especial de Enfrentamento à Corrupção; as outras comissões presentes no CNMP; a Comissão de Controle Externo da Atividade Policial; a Comissão de Saúde; a Comissão de Meio Ambiente; enfim, todas elas procuram estabelecer uma ação indutora de boas práticas administrativas no âmbito dos Ministérios Públicos, porque, fazendo uma lembrança a 2004, esta Casa teve a possibilidade de criar o CNJ e o CNMP e retirar automaticamente a situação de ilhas nas quais se encontravam os Ministérios Públicos e também o Poder Judiciário. Então, essa primeira atuação do CNMP é fundamental, e o CNMP busca realizá-la, aprimorando a atuação do controle externo, a partir de uma prática indutora.

E o outro aspecto é no controle especificamente. O segundo aspecto, também previsto constitucionalmente, é o controle administrativo, financeiro e disciplinar. Daí, então, o CNMP, faço a recordação aqui, tem buscado, a partir dos seus procedimentos internos, o procedimento de controle administrativo, por exemplo, e também das questões disciplinares, buscar não apenas estabelecer práticas, boas práticas indutoras, como também coibir aquelas práticas que desbordam, seja administrativa, seja financeira, seja disciplinarmente da correta atuação das instituições dos ramos do Ministério Público e de seus respectivos membros.

Eu faço essa recordação porque, há pouco menos de dois anos, o CNMP realizou uma verificação integral das leis orgânicas dos Ministérios Públicos do Brasil afora, buscando avaliar, do ponto de vista administrativo e financeiro, aquilo que efetivamente se encontra no limite constitucional, do teto remuneratório, por exemplo. E também, no aspecto disciplinar, somente no ano 2018, o CNMP aplicou 34 sanções disciplinares e, se nós regressarmos a 2017, até o primeiro semestre agora de 2019, foram 255 punições disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público de todo o Brasil, sem exceção e sem distinção.

Então, esse aprimoramento do CNMP é fundamental que aconteça. É uma instituição nova, recente e busca colocar-se no meio institucional a partir da matriz que a Constituição estabeleceu. E é claro que, nessa caminhada, nessa jornada, Senador Renan Calheiros, é possível sempre o aprimoramento, a possibilidade de melhoria de atuação do CNMP. Eu creio que isso passa, essa margem de independência do CNMP, por V. Exa. muito bem mencionada, passa por essa possibilidade de prestação de contas da instituição. Eu acho que o CNMP poderá caminhar um pouco melhor em sua função de *accountability*. O CNMP pode se comunicar melhor, sobretudo com este Senado Federal, porque muitas de suas atuações acabam não repercutindo como deveriam para o conhecimento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. e dos Srs. Senadores, que, afinal de contas, vêm aqui para nos sabatinar de tempos em tempos. Então, eu creio que essa também é uma circunstância que pode ser melhorada.

Quanto à recusa de comparecimento ao Congresso Nacional, nesse aspecto, eu posso falar da minha própria experiência, Senador. Todas as vezes em que foi solicitada a minha presença, e não apenas nas sabatinas que prestei, eu estive aqui e pude dialogar com os Senadores. Fiz parte da Secretaria de Relações Institucionais por um tempo, do MPF, e acho que é fundamental o diálogo construtivo, o diálogo que leva a uma virtude. E acho que as instituições precisam cada vez mais caminhar nesse sentido do diálogo, do entendimento, do consenso. Já há lança-chamas demais, vamos ser bombeiros. É nisso que eu acredito, nessa atuação, sobretudo em uma atuação política da mais alta relevância em que nós precisamos apostar, e é nisso que eu acredito.

Com relação às questões de rede social, eu também gostaria de fazer uma ligação com o questionamento do Senador Rodrigo Pacheco, do meu Relator, eu aprendi em casa, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Renan Calheiros, que é importante na vida termos moderação e prudência. Assim eu procuro agir.

Eu fui um procurador na primeira instância até 2014 que buscou defender o patrimônio público. Minha atuação basicamente foi toda nessa direção, foi nessa direção que eu também redigi minha obra e procurei agir dessa forma.

Novamente, eu procuro falar um pouco da minha experiência nesse momento que V. Exa. faz esse tipo de questionamento e acho que é importante em toda e qualquer situação, não apenas na questão de redes sociais, que, como muito bem mencionado pelas colegas, é uma questão nova, é um instrumento importante de diálogo, é um instrumento importante de transmissão de conhecimentos e de pensamentos, mas que, como toda e qualquer situação da vida, é preciso também serem usadas com moderação e com prudência. É necessário, nesse aspecto, Senador Rodrigo Pacheco, equilibrar e sopesar o dever de informar com o cuidado e a responsabilidade de não exercer antecipação de juízo de valor ou de julgamento. É muito importante isso porque todos nós, homens públicos que somos, temos uma imagem, temos uma vida institucional e, em função dessas circunstâncias, é que nós colhemos a nossa atuação e ganhamos a nossa respeitabilidade.

Acho que isso é importante, procuro agir também dessa forma, ciente também, novamente, de que as redes sociais são instrumentos muito importantes de divulgação do trabalho do Ministério Público, como, de resto, de divulgação do trabalho institucional. Vieram para ficar e o cuidado em seu uso é sempre muito importante.

Com relação à questão do Código de Ética, a colega Sandra Krieger mencionou a proposta no CNMP. Eu gostaria apenas de agregar que há uma necessária atuação e interlocução com a Procuradora-Geral da República porque ela realiza, como todos sabemos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR – ... o primeiro passo, o passo inicial de qualquer norma que vá resultar em uma modificação do arcabouço normativo relativo ao Ministério Público nas normas mais globalmente consideradas. Acho que essa iniciativa junto ao Congresso Nacional depende também e creio que é importante haver no momento oportuno uma interlocução com a Procuradora-Geral da República.

Com relação às perguntas do Senador Jorginho Mello, eu só posso aquiescer com todas as palavras mencionadas pelas colegas e apenas acrescer que a OAB tal qual o Ministério Público é uma instituição essencial à Justiça. Eu tenho muito orgulho da minha OAB/RO 1471. Para lá um dia irei retornar. Ainda bem que a OAB mantém os números de inscrição hoje em dia, antigamente não era assim, e eu tenho orgulho dessa inscrição, Senador Rodrigo Pacheco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR – A OAB e o Ministério Público são irmãos e caminham juntos também.

E com relação ao projeto sobre abuso de autoridade, considerei, em primeiro lugar, muito importante a sua atuação de chamar as entidades todas para sentarem e discutirem o projeto. Achei importantes as duas inclusões por V. Exa. mencionadas e fico feliz finalmente de dizer a V. Exa. que quem bebe da água do Madeira sempre para lá algum dia retorna. Eu fico feliz de que nós tenhamos essa ligação em Rondônia.

Sra. Presidente, era isso que eu gostaria de mencionar. Fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos.

Passemos agora aos questionamentos das Sras. e dos Srs. Senadores pela ordem de inscrição, não sem antes cumprimentar também, além das autoridades já nominadas, a presença do Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República, e do Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Sem muito bem-vindos!

Pela ordem de inscrição, com a palavra Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar minha grande Presidenta desta Comissão, que vem fazendo um trabalho exemplar com imparcialidade, já que essa palavra anda muito maculada nos últimos dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento aqui três pessoas, porque eu fico feliz que a correlação de forças no CNMP vai melhorar muito, principalmente porque nós temos uma sulista, uma nordestina e um oriundo do Norte: Rondônia, Alagoas e Santa Catarina.

Quero dizer que, neste momento, está acompanhando esta reunião a Procuradora-Geral do MP da Bahia, Ediene Lousado, que já me passou umas quatro mensagens: "Não esqueça a sabatina, proteja as minhas amigas, proteja meu amigo Silvio". Então, ela que está agora nos assistindo pela TV Senado: "Estão protegidos, Ediene".

Eu queria fazer um questionamento aos três novos membros, duas novas e o Dr. Silvio, que é recondução, a respeito dos últimos acontecimentos que envolvem um membro que provavelmente deverá ser julgado por vocês no futuro. Eu acho que, por ser o Ministério Público o guardião das leis do nosso País, a partir do momento em que um membro pratica uma falta funcional, pelo menos supostamente pratica uma falta funcional, e que a própria Corregedoria do órgão, do CNMP, arquiva uma investigação, a meu ver, macula a imagem tanto do CNMP como a imagem do próprio Ministério Público Federal. Então, uma das minhas perguntas para os três nobres sabatinados é: se esse arquivamento do julgamento de uma falta funcional do Sr. Deltan Dallagnol, que foi pego flagrantemente por um *site* renomado internacional num desvio de conduta em que extrapolou suas funções, caso essas suposições sejam confirmadas, e V. Exas. estarão daqui a mais uns dias já tomando posse, se cair na mão de V. Exas., qual será a conduta, qual seria a maneira como a senhora, Dra. Sandra, e a Dra. Marinela, o Dr. Silvio, iriam se posicionar, já que estarão fazendo parte de um órgão que é controlador?

Na verdade, eu acho que nós temos que trabalhar para preservar as nossas instituições, e quem não deve não teme. Eu sempre digo que ninguém é contra a operação em curso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... a Operação Lava Jato, muito pelo contrário, temos que louvá-la, temos que parabenizar todos os seus atores, mas não endeusar só uma ou duas pessoas. Da mesma maneira como alguém sentencia e como alguém assume o comando das investigações, as pessoas que estão nos bastidores talvez tenham tido um papel tão ou mais preponderante do que aqueles que se intitularam super-heróis.

Então, eu gostaria de saber de V. Exas., repetindo, se não fica uma mácula na instituição Ministério Público quando um procurador se esquiva da sua investigação, quando um procurador se nega a apresentar o seu celular, até para que acabem essas supostas ilações a respeito de se agiu certo ou agiu errado. Se a pessoa que tem o dever de investigar, na hora que recai sobre ela uma investigação, foge, como fugiu de um convite aprovado por unanimidade nesta Comissão, como fugiu de um convite...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... aprovado à unanimidade na Câmara dos Deputados... Eu acho que, com isso, ele quer confrontar o Congresso Nacional, quer desmoralizar o Congresso Nacional, porque aqui é uma Casa do debate educado, do debate em que as pessoas têm o instante de se defender, de provar a sua inocência. O que eu vejo, no papel do atual Procurador Deltan Dallagnol, é uma fuga de quem está temendo ter descoberta a sua falta funcional.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Angelo Coronel, questão de ordem, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Sra. Presidente, eu gostaria de argumentar que, embora respeite e entenda a pergunta do meu colega Senador, este momento em que estamos votando a admissão, aprovando nomes que vão compor o Conselho Nacional do Ministério Público, não é o momento de discutir casos concretos. Isso pode dar a impressão, Coronel, me perdoe, aos menos avisados de que, por partidarismo, esta Comissão estaria exigindo dos examinados uma posição prévia. Não é isso! Nós votaremos pelos seus currículos, pela sua história. Eu acho que não ficaria bem para esta Comissão, não ficaria bem para os senhores antecipar julgamento a respeito de casos concretos. Eu acho que, no mínimo, seria uma coisa muito desagradável. Então, eu pediria ao Coronel que fizesse pergunta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – ... em tese, não citasse caso concreto, porque acho que não é bom.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço desculpa ao Senador Oriovisto... E, Senador Angelo Coronel, se me permitir, eu vou responder pela Presidência, e, se V. Exa. quiser, pode complementar. É só para não levarmos esse embate. Essa questão de ordem, eu lamento dizer a V. Exa. que eu tenho que indeferir. Cada Senador, cada Parlamentar, nos termos da própria Constituição, é livre para sua manifestação, palavra e para externar seu pensamento, inclusive ideológico. Caberá aos nossos convidados, achando, diante de um determinado caso concreto, que poderá vir a ter que se pronunciar no futuro, declinarem de responder, única e exclusivamente apenas nesse caso. Então, eu peço desculpas a V. Exa., mas o Senador Angelo Coronel tem o direito aos seus questionamentos, a não ser que haja palavras ofensivas ou certas situações regimentais, quando esta Presidência teria que cortar a palavra.

Apenas para encerrar, Senador Angelo Coronel, por favor, para que nós possamos continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Não, claro. Fique tranquila, Presidente, pois, daqui da minha parte, não haverá nada que venha a causar constrangimento.

Eu quero até informar ao Senador Oriovisto que irei votar antes até da resposta dos três sabatinados. A resposta deles não vai influenciar o meu voto, porque já estou com a mente formada de que irei votar pela aprovação dos três membros.

Quanto à questão da minha situação, é que não aceito desrespeito ao Congresso Nacional, eu não aceito desrespeito ao Senado, pois foi aprovado um convite educadamente, regimentalmente, e a pessoa se esquiva de vir aqui conversar com os Senadores. Fica aqui o meu repúdio. Infelizmente, é o meu jeito de ser.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Feitos os esclarecimentos.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa. pelo brilhante trabalho que tem feito conduzindo todas as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero cumprimentar os três sabatinados aqui, posso dizer três Ministros do CNMP: Dra. Fernanda Marinela, Dra. Sandra, Dr. Silvio. O Dr. Fábio Stica me ligou ontem... Ele está aqui?

Então, eu quero cumprimentar a todos os procuradores e todos os membros do Ministério Público brasileiro na pessoa do Dr. Fábio Stica, que é lá do meu Estado e é Conselheiro do CNMP.

Eu confesso que tinha algumas perguntas para fazer, Sra. Presidente, mas me sinto contemplado nas perguntas, nos questionamentos feitos, nas palavras do Senador Renan Calheiros, do Senador Jorginho Mello e do Senador Rodrigo Pacheco, que são os Relatores dos nomes dos indicados, e também me sinto contemplado nas palavras do Senador Angelo Coronel.

Só quero desejar boa sorte a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Mecias.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero, primeiro, Sra. Presidente, cumprimentar V. Exa. pela brilhante condução sempre dos trabalhos desta Comissão e pelo trabalho muito exemplar que senhora tem desenvolvido à frente da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também cumprimentar as duas novas Conselheiras e o novo Conselheiro, com o meu voto.

Sabemos que o exercício do poder é muito delicado, muito complexo. Para mim, na condição de médico, não há nada mais poderoso do que um médico diante do seu paciente. O médico tem o poder de mandar uma pessoa se despir, o médico tem o poder de tocar no corpo de uma pessoa que ele nunca viu, e isso é um exercício de poder que requer muito equilíbrio e requer um comportamento ético fora do comum, ou seja, você precisa ter um autocontrole, respeito, porque você está ali no exercício da sua profissão, mas com extremo poder sobre o outro, fragilizado, com medo. Você está exercendo o poder. E eu diria que as funções de Estado, de uma maneira geral, são um exercício de poder gigantesco. Por isso que a criação do Conselho Nacional do Ministério Público é uma obra política bastante relevante para garantir que o exercício do poder não extrapole determinados limites éticos fundamentais para garantir que o corpo Ministério Público seja preservado, da mesma forma que nós temos um Conselho de Medicina, uma Ordem dos Advogados federal, um conselho profissional, que têm a função básica de proteger o corpo e expurgar, eliminar, tirar, excluir dos seus quadros aqueles que não demonstram capacidade de, no exercício de uma função que lhe confere poderes enormes, desempenhar com respeito essa função.

Então, não é bem uma questão; é mais uma recomendação, um pedido. Não tenho um questionamento, porque a vida é que vai mostrar para vocês. É só um desejo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... de que vocês, no exercício dessa função, tenham a plena consciência de que o Ministério Público foi criado em 1988 e foi ocupando espaços e ocupando um poder na estrutura republicana brasileira, e o exercício da função é um exercício que desnuda pessoas e desnuda grupos sociais; portanto, requer um equilíbrio muito grande, e a função de vocês de retirar, de punir, de botar ordem é fundamental.

Então, eu queria só dar esse testemunho, na condição de médico, do que é o exercício pleno do poder numa função como a de vocês. Espero que vocês consigam ajudar a manter a integridade do corpo Ministério Público ao analisar os casos específicos, individuais que, porventura, possam contaminar o corpo que é o Ministério Público.

Muito obrigado e boa sorte a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rogério, especialmente pelas gentis palavras a mim dirigidas.

Pela ordem de inscrição, Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, cumprimentando V. Exa., ao mesmo tempo, quero cumprimentar as futuras novas integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, e, assim espero, o não mais novo integrante, mas reconduzido daqui a pouco, membro do Ministério Público, Dr. Silvio Amorim.

Eu queria, ao saudar os três – e assim antecipo –, faço saudação, já antecipando, quebrando meu sigilo do voto, dizendo que contem V. Exas. com o nosso voto, tanto aqui quanto no Plenário, pelas qualidades que apresentaram aqui, na exposição, em especial o Dr. Silvio, pela qualidade que V. Exa. teve no exercício da função de Conselheiro do Ministério Público. Eu desejo à Dra. Fernanda e à Dra. Sandra o mesmo sucesso. Tenham a certeza de que vocês estão nesta sabatina acompanhadas de um dos melhores membros que já passaram por esta instituição que é o Conselho Nacional do Ministério: o Dr. Silvio Roberto Amorim.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) advém da Emenda Constitucional 45, de 2004. Essa emenda constitucional foi aprovada no âmbito do Congresso Nacional, em um ambiente da construção de um consenso de que a atividade jurisdicional... Entendemos no Brasil a atividade jurisdicional como a atividade do Ministério Público e a atividade do Magistrado. Em alguns Estados democráticos, inclusive, o concurso para ascensão da carreira é na mesma tomada, e só no exercício da carreira é que se divide – por exemplo, na Itália é assim – a função ministerial da função do exercício da magistratura.

Então, a concepção do surgimento dos dois conselhos, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público, foi a partir de um consenso na sociedade brasileira, expresso aqui, no Congresso Nacional, de que a atividade jurisdicional precisava de instituições, amparadas na Constituição, para realizar o seu controle externo. Tem significado e é diagnóstico isso ter surgido logo após uma CPI aqui, no Congresso Nacional, que tratou de excessos e de práticas de corrupção, notadamente no Judiciário.

Para se ter uma ideia e para deixar claro, eu quero aqui saudar, Presidente, a manifestação de ontem de S. Exa. o Ministro Edson Fachin, quando disse S. Exa. o seguinte: na ordem democrática, em um Estado de direito, ninguém está acima da lei. Não está acima da lei o Senador, o Deputado; não está acima da lei o Juiz, o Procurador e o Promotor. Faço questão de equiparar isso, porque eu acho que cada um de nós agentes públicos tem que ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... na sua atuação – e já concluo, Sra. Presidente, só para fazer as perguntas –, a prática da justiça.

Eu fiz questão, Senador Oriovisto, quando houve prática de censura contra o *site* O Antagonista e a revista *Crusoé*, foi de nossa ação uma ação de descumprimento de preceito fundamental contra o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Supremo Tribunal Federal, em nome do meu partido, Rede Sustentabilidade, para a proteção dos Procuradores da República e contra a censura, que é um princípio inalienável em relação a esses dois meios de comunicação.

Da mesma forma e com a mesma veemência, acho que têm que ser asseguradas as manifestações de Greenwald e a atuação do *site* The Intercept. A medida de justiça não pode ter dois pesos e duas medidas diferentes, dois parâmetros diferentes. Então, faço esse registro e só rapidamente duas perguntas – em 30 segundos as farei, Presidente –, com as homenagens de estilo.

O CNMP, como disse, advém da Emenda Constitucional 45. Pergunto aos três sobre o balanço e a perspectiva que V. Exas. imaginam que devem ter na atuação futura do CNMP e dos novos desafios aqui colocados.

Já foi feita uma pergunta sobre o projeto de lei aqui sobre o abuso de autoridade, que foi tratado. Eu quero fazer um rápido questionamento a respeito da opinião das senhoras e do meu querido e caríssimo Silvio a respeito particularmente do tema das manifestações em processos judiciais da atuação de magistrados e membros do Ministério Público, que foi abordado no trabalho e no relatório muito bem feito aqui, eu quero destacar, pelo Senador, apesar de ter havido divergência minha, mas eu tenho que destacar o esforço hercúleo e o trabalho muito bem feito pelo Senador Rodrigo Pacheco nesse tema do projeto de lei do abuso de autoridade.

E, por fim, concluindo, de fato, Presidente, só reitero minhas homenagens ao trabalho que foi desempenhado até agora pelo Dr. Silvio Roberto Amorim no CNMP. Tenho certeza de que é em nome desse trabalho que ele será reconduzido aqui pelo voto não somente desta Comissão, mas do conjunto dos colegas, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Como último orador inscrito, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quero cumprimentar os candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público e quero me somar às manifestações de todos os colegas Senadores, no sentido de que a Constituição realmente deva ser o guia das nossas atuações como agentes públicos. Mas é claro que existe na Constituição e é claro que existe na lei margens para interpretação. Não fosse isso, não haveria necessidade da existência de juízes numa magistratura nem no Ministério Público. Nessa margem de interpretação, é preciso tomar muito cuidado para realmente nos governarmos pela ética, pelo bem público, por aquilo que realmente vá contribuir para um país melhor e mais feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ponto que me parece essencial na atividade do Ministério Público é a sua independência, é o fato de ele ter garantias constitucionais para agir... (*Pausa.*)

Eu peço que a senhora me compense. Só vou esperar o Randolfe se despedir. Fique à vontade, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Eu vou pedir licença para ir à reunião de Líderes...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Fique à vontade, fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Oriovisto, V. Exa. é o último orador, e o painel do tempo não está nem contando. V. Exa. pode continuar os seus questionamentos. Pode continuar, pois o painel não está funcionando.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Está bom. Eu serei rápido.

É apenas para dizer que o mais importante para mim no Ministério Público é que ele se sinta amparado, que ele realmente possa ter certeza, na sua independência e nas suas garantias, para agir.

Quando eu olho para a linha de frente do Ministério Público, eu tenho que bater palmas pela coragem de procuradores que enfrentaram as maiores fortunas deste País, que enfrentaram poderes incríveis de ordem política e de ordem econômica, que devolveram à Nação bilhões de reais e que devolveram à Nação a esperança de acreditar que esse conluio entre empresários corruptos e políticos igualmente corruptos pudesse acabar um dia e nós pudéssemos ter realmente um País digno de nós e de nossos filhos, que nos faça sentir orgulho de ser brasileiro. A atuação do Ministério Público, eu não tenho medo de afirmar, mudou a cara do Brasil. Existe um Brasil de antes e de depois do Ministério Público.

Os senhores vão para o Conselho Nacional do Ministério Público, os senhores certamente receberão pressão para que limitem esse ou aquele procurador que, no âmbito da sua função, possa ter, eventualmente, se excedido, ter quebrado uma regra, ter se entusiasmado demais, eu diria, ou ter violentado alguma coisa na Constituição. E acho que devem puni-lo, mas lembrem-se de que o Ministério Público amordaçado é como um policial com medo de ser processado se bater continência, com medo de sacar uma arma contra um bandido, porque há alguma lei que o proíbe. A lei de controle de autoridade é preciso ser vista com muita cautela. Caberá a vocês interpretarem isso, olharem para isso. Vocês terão que se decidir entre o bem e o mal o tempo todo e, como aqueles que estão na linha de frente, que estão sofrendo pressão e que sofrerão pressão sempre, vocês também sofrerão pressão para que pressionem os seus colegas. Eu espero que lá na atuação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dizer que já votei favoravelmente à indicação dos três e tenho certeza de que serão eleitos por unanimidade, de que serão aprovados por unanimidade e de que, no Plenário, também serão. Pode ser que demore um pouquinho, é demorado, mas serão aprovados, todos serão – sempre foi a praxe desta Casa – pelos currículos e por tudo que vocês já apresentaram em suas vidas.

Depois de fazer este apelo a que vocês lutem para punir, sim, aquele que quebrar a Constituição, para punir, sim, aquele que passar dos limites e a que lutem com a mesma força ou com mais força ainda para preservar a autonomia e essa esperança que o Ministério Público está dando ao povo brasileiro, para terminar, Sra. Presidente, quero fazer três perguntas muito rápidas.

A primeira delas é a seguinte. Segundo consta do Relatório de Gestão de 2018 do Conselho Nacional do Ministério Público, para o bom e fiel desempenho das suas funções, seus 14 componentes gastaram R$80 milhões em 2018. Recentemente um Conselheiro foi a Lisboa à custa do Erário firmar um convênio com a Universidade Nova de Lisboa, para que membros do Ministério Público possam lá estudar.

Pergunto: por qual razão não se firmam convênios com as universidades públicas de ponta no Brasil, as que figuram, por exemplo, entre as 40 melhores do mundo? Por que conveniaram no exterior, o que gerará custos para o Ministério Público e o diploma ainda terá que passar por revalidação no Brasil para que tenha alguma validade? Essa é a minha primeira pergunta.

Segunda pergunta: sou Relator aqui no Senado, nesta CCJ, da PEC 58, cujo autor é o ilustre Senador Carlos Viana, que, buscando moralizar a vida pública no nosso País, altera a Constituição para limitar a duração das férias de todos os servidores públicos – todos – a 30 dias e vedar a adoção da aposentadoria compulsória como sanção disciplinar e prever a demissão por interesse público dos magistrados e dos membros do Ministério Público, inclusive por meio do CNJ e do CNMP. Qual a sua opinião sobre essas medidas? De que forma poderia o conselho também ajudar este Parlamento na identificação e aplicação de medidas moralizadoras como essa?

E terceira e última pergunta: o acesso à informação pública permite aferir a existência de inúmeras verbas indenizatórias, especialmente no Ministério Público dos Estados – auxílio escolar, alimentação, saúde, indenizações de férias, licença-prêmio, acumulação de ofício –, que conflitam com a definição de subsídio como parcela única. Como os sabatinados veem esse quadro diante do teto constitucional moralizador? Estariam os membros do Ministério Público imunes às disposições constitucionais? O que o CNMP já fez ou poderá fazer para eliminar essas distorções? E o que os senhores, como candidatos a membros do Conselho Nacional do Ministério Público, pretendem fazer para moralizar essa questão?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Não há mais oradores inscritos.

Eu vou declarar encerrada a inscrição da sabatina e passaremos, então, a um rodízio, começando pela Dra. Sandra, passando pelo Dr. Silvio e encerrando com a Dra. Fernanda.

V. Exa. tem a palavra, Dra. Sandra Krieger.

A SRA. SANDRA KRIEGER GONÇALVES – Senadora, eu posso inverter a ordem e começar pelo último que perguntou? (*Pausa.*)

Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar o Conselheiro do CNMP Luiz Fernando Bandeira de Mello, com quem dividimos o conselho e que já foi reconduzido. Obrigada pela presença.

Também quero transmitir, Senador Angelo, à nossa querida Presidente da Procuradoria-Geral de Justiça da Bahia, Dra. Ediene, o nosso grande abraço de amizade.

Quero também cumprimentar aqui a Secretária-Geral do CNMP, a nossa querida e atuante Cristina Melo. Obrigada pela presença também.

Senador, nas suas colocações, há um prestígio especial à questão constitucional, como não poderia deixar de ser, como Parlamentar do Senado da República que é. E todo o seu questionamento parte, portanto, da questão constitucional de julgamento – e aí eu vou para a primeira pergunta – do membro do Ministério Público à luz de sua atuação e, ao mesmo tempo, do exercício arbitrário, digamos assim, de algum ato seu.

Veja o senhor que a minha ponderação nesse sentido é que não é do CNMP só a atuação disciplinar em relação a um membro que vaza uma informação ou que faz algum tipo de observação no Facebook. Muitos são os processos que visam coibir exageros, tanto no que diz respeito às procuradorias de justiça, na questão da verba, da receita do MP, a aplicação da receita do MP estadual, quanto mesmo ao dia a dia das procuradorias.

Mas, como bem o senhor ponderou, de outro lado, nós temos um Ministério Público de vários rincões neste nosso País – para ficar no Estado do Amazonas, por exemplo –, cujo deslocamento de uma comarca a outra se dá, muitas vezes, em barcos e dura quatro dias.

Então, não há que se perder o foco de que a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público é, sim, de preservação da disciplina e do decoro, mas, de um outro lado, de elevação e de reconhecimento ao Ministério Público nacional, que faz um papel fundamental para a sociedade democrática brasileira. Então, é com essa luz, é com esse entendimento que, especialmente como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogada que sempre fui, com a capacidade desenvolvida, ao longo desses anos, de sempre antever o outro lado, de enxergar a outra situação e de agir com humildade – é uma característica que é minha, familiar, pessoal –, de nunca entender que a voz da razão está comigo sem analisar precisamente tudo aquilo que permeia um processo, seja ele ético-disciplinar, seja ele de preservação da ordem democrática.

Veja, Senador, que, segundo consta nesse relatório de gestão... Eu não analisei detidamente esses dados, não tive esse cuidado, essa cautela, até porque não eram objetos dessa sabatina, mas entendo que, quando o Ministério Público exerce uma atividade acadêmica, com vistas ao aperfeiçoamento de sua atividade fim, que é a preservação da ordem coletiva, entendo que deva ser simulado, sim. E há uma destinação de verba orçamentária para isso.

Então, independentemente de ser a universidade pública, e não conheço esse caso especificamente, uma universidade federal nossa, aqui ou uma universidade estrangeira que, muitas vezes, estabelece um intercâmbio nosso, nacional, com linhas acadêmicas de pesquisas que são relevantes para o País e, por esse intercâmbio, penso que, por si só, *a priori*, não seria de se julgar inadequada a aplicação do recurso sem antes verificar a tempo e modo o que aconteceu. É o meu entendimento, porque eu acho que o conhecimento acadêmico é fundamental para o exercício da magistratura, do Ministério Público e da advocacia.

Com relação à PEC que altera a Constituição em relação tanto à questão de acesso à informação quanto aos 30 dias, acho que o Congresso tem que examinar isso. Estamos em novos tempos, numa outra concepção do que significam as carreiras jurídicas do País, e há que se ter um equilíbrio do que é... Eu não entendo o juiz nem o promotor como um servidor público, porque ele tem uma missão constitucional que não é apenas de servir ao Estado, mas de servir também à sociedade, mas o tratamento constitucional pode e merece ser revisado ante especialmente às condições de orçamento com que nós nos encontramos hoje, no Estado brasileiro.

Então, Senador, seriam essas as minhas ponderações, não sem antes agradecer ao senhor e dizer que, assim como a gente preserva a independência, a coragem, a prerrogativa do advogado, no Conselho Nacional do Ministério Público, estaremos, assim, a preservar a independência e a coragem dos promotores de justiça deste País.

O Senador Rogério Carvalho, que saiu, falou do exercício do poder, especialmente no que diz respeito à nossa profissão, e, assim como o exercício da medicina dá o cuidado ao corpo humano, penso que o exercício da advocacia dá o cuidado aos problemas, mas muito mais ainda à alma humana. Então, somos nós advogados que cuidamos o tempo inteiro para que aquela pessoa assoberbada com uma questão – seja ela policial, seja ela de vedação de direito, seja ela de violação de direito de ir e vir, seja ela de abuso ou não de autoridade – tenha um julgamento justo, tenha um tratamento adequado e, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguinte, seja tratada com aquilo que ela merece, que é um direito fundamental ao ser humano. Então, assim como médicos, nós advogados também cuidamos para que nunca o nosso poder seja maior do que a nossa vontade de preservar o direito do outro.

Em relação ao Senador Randolfe, agradeço as manifestações dele, balanços e perspectivas que ele colocou.

E, por fim, com relação ao Senador Rogério, que falou das manifestações dos magistrados em processos, penso que os magistrados e promotores de justiça, assim como advogados, que têm uma vedação no seu Código de Ética da profissão de se manifestarem tanto em redes sociais quanto em matérias públicas sobre casos, sobre comentaristas e casos em questões que digam respeito aos seus clientes, penso que é do mesmo tipo de dever, da mesma natureza jurídica o dever de magistrados e juízes de também preservar a independência da sua autonomia mediante a preservação do sigilo e, quando não em processo sigiloso, que esse caráter de informação tenha um caráter informativo, e não de antecipação de resultado de julgamento ou de antecipação de entendimento acerca de um caso concreto.

E é por essa razão que, fazendo, na esteira do que V. Exa. colocou, Senador, eu respondo ao Senador Angelo Coronel que acompanhei, tanto pela imprensa, quanto lá no CNMP, o trâmite do que aconteceu agora em relação à representação promovida pelos quatro advogados que integram o CNMP, foram os quatro, os dois representantes da OAB e o do Senado e o da Câmara dos Deputados, que fizeram essa representação, que foi recebida como reclamação disciplinar e ato contínuo foi arquivada, porque entendeu o Corregedor-Geral de Justiça que não havia elementos do ponto de vista fático, porque a prova era contaminada, por assim dizer, e, do ponto de vista processual, por conta da autonomia dos promotores de justiça, fez por bem aquela autoridade arquivar o processo.

Tramita ainda esse prazo para eventual propositura de recursos e certamente, se isso acontecer, virá para nós nos manifestarmos já, se formos aprovados aqui na condição talvez de Conselheiros, razão pela qual eu vou pedir a V. Exa. vênia para não me manifestar sobre o entendimento de mérito dessa questão, evitando, assim, que a gente contaminasse num futuro julgamento.

Com essas questões todas, acho que respondi, Senadora, dentro do tempo que me foi cabível.

E agradeço, mais uma vez, a V. Exa. pela maneira como conduz aqui a CCJ e pelo carinho com que sempre nos atende aos advogados e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É nosso dever, Dra. Sandra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, na ordem aqui que foi deferida, o Dr. Silvio para as respostas aos questionamentos das Sras. e Srs. Senadores.

O SR. SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer todas as palavras elogiosas... (*Fora do microfone.*)

Em primeiro lugar, Sra. Presidente, muito obrigado.

Gostaria de agradecer todas as palavras elogiosas lançadas pelos Senadores aqui, o Senador Angelo Coronel, Mecias, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues e Oriovisto Guimarães.

Eu gostaria de dizer que, em primeiro lugar, o Ministério Público, como o Parlamento, como a OAB, consolida-se e pode atuar livremente exatamente no âmbito de um Estado democrático de direito, ou seja, o fortalecimento dessas instituições fortalece a democracia. E quando o Senador Oriovisto menciona a questão da independência do MP, eu faço essa correlação para a independência das instituições em um Estado democrático de direito, em um Estado republicano sobretudo, e agradeço suas palavras por essa razão.

Com relação ao questionamento do Senador Angelo Coronel, eu também gostaria de me agregar à colega Sandra Krieger, Senador Angelo Coronel, mas talvez apenas acrescer que o que temos de certo hoje é a publicação pelo *site*, por veículos de imprensa – e que deve ser garantido, porque a liberdade de imprensa no Estado democrático de direito também deve ser garantida, e nada melhor do que a luz do dia. Esse é um primeiro aspecto, porque é o que temos de concreto para falar hoje. Como também o que temos de concreto é que houve uma invasão indevida e ilícita em celulares e isso deve ser investigado, e o tempo dirá, o tempo será o senhor da razão nessa questão toda na qual nos colocamos hoje em dia. E apenas gostaria de fazer esse acréscimo porque, do ponto de vista do CNMP, me agrego às palavras da colega Sandra Krieger.

Quero dizer, quanto às perspectivas e balanços do CNMP e fazendo uma correlação também com a própria pergunta do Senador Oriovisto – foi um questionamento do Senador Randolfe Rodrigues também, sucedido pelo Senador Oriovisto –, e novamente realçar essa necessidade de prestação de contas das instituições sejam elas quais forem. Isso é muito importante, isso é um princípio republicano, e sempre que pudermos melhorar essa forma de agir, tanto melhor para todos e sobretudo para a sociedade.

Quero mencionar especificamente, quanto às manifestações ou processos judiciais que, de fato, a independência judicial, como a independência do Ministério Público, isso é norma constitucional. No âmbito específico do CNMP, é um enunciado, o Enunciado nº 6, que indica que o CNMP não pode ingressar na atuação de mérito daquele membro de Ministério Público, ou seja, não pode dizer "faça dessa forma ou faça daquela"; pode ingressar em um possível desbordamento da atuação, mas mais sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o aspecto disciplinar, e daí deverá ser analisada a questão de dolo ou de má-fé na atuação, mas, em linha de princípio, não. Esse enunciado resguarda a atuação dos Ministérios Públicos e também privilegia a matriz constitucional também prevista do CNMP, que é garantir a autonomia de atuação das instituições de Ministério Público e dos membros de Ministério Público.

Com relação a verbas indenizatórias e subsídios, o CNMP realiza isso mediante procedimentos de controle administrativo. É claro que muitas vezes a dinâmica da legislação faz com que o CNMP tenha uma atuação subsequente, mas é preciso também mencionar que, sempre que foi chamado o CNMP a trabalhar nessa questão, deu uma resposta, glosou determinados tipos de verbas de Ministérios Públicos Brasil afora.

E é preciso também mencionar o seguinte: há um exercício de autocontenção do CNMP que é não se substituir a uma outra instituição para declarar inconstitucionalidade de leis de forma inicial. Ou seja, o CNMP, no exercício de sua autocontenção, não ingressa especificamente no exame da constitucionalidade, a não ser que o Supremo Tribunal Federal haja já declarado especificamente determinada questão inconstitucional.

E daí é um papel fundamental de muitas vezes, nos nossos julgamentos, nós submetermos, em seguida ao julgamento, à apreciação da Procuradoria-Geral da República para que ingresse com ação direta de inconstitucionalidade, se assim entender conveniente, pertinente.

Quanta às questões relacionadas à PEC aqui em tramitação, eu tenho certeza e confio na decisão deste augusto Senado Federal. Confio, como confio em decisão judicial, como confio na atuação do Ministério Público, na atuação da advocacia também.

E digo isso para dizer que é necessário sempre, em todo caso, confiar na ação das instituições. É nisso que eu acredito e creio também, no que diz respeito especificamente à questão da demissão de membros, que o CNMP realiza essa resposta e, em alguns de seus julgamentos, ele indica também essa questão, essa possibilidade de demissão de membros.

E tenho certeza de que este Senado Federal, de que este Parlamento brasileiro irá construir uma legislação, irá ouvir os Ministérios Públicos, as magistraturas de um modo geral, escutar os seus anseios, as suas agruras, para chegar a uma legislação que possa ser equilibrada e que possa contemplar, sobretudo, o sentido de carreiras de Estado, que nós também possuímos e que nós não podemos olvidar.

Então era isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. Silvio e passo a palavra à Dra. Fernanda.

A SRA. FERNANDA MARINELA SOUSA SANTOS – Bom, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer as palavras dos Senadores que aqui se manifestaram, sempre elogiosas e muito respeitosas, e dizer aos senhores que, durante esse período em que caminhei aqui pelo Senado Federal, visitando e conhecendo o trabalho dos Senadores, eu tive uma imensa alegria de saber o quanto se produz juridicamente, o quanto se constroem novas ideias, e que cada gabinete é um verdadeiro mundo para o mundo jurídico, no desenvolvimento do nosso ordenamento.

Então, foi uma experiência muito bacana. Eu queria elogiar todo o trabalho dos senhores, claro, cada um com a sua pauta, cada um com a sua responsabilidade, mas quero dizer que aprendi muito com essa caminhada.

Mas me passou, na primeira etapa dos questionamentos, o questionamento do Senador Renan Calheiros no que diz respeito à recusa ao comparecimento aqui nesta Casa da participação de qualquer autoridade.

Eu penso que nós estamos vivendo no País um momento em que o diálogo é fundamental, nós estamos vivendo um momento em que nós precisamos criar novas saídas para o nosso País. Nós não podemos continuar achando soluções velhas para problemas novos. Portanto, esse diálogo, o comparecimento nesta Casa para construção em conjunto com a Casa Legislativa é muito importante.

Portanto, as autoridades devem, sim, sempre se prestar a essa contribuição, a esse intercâmbio de ideias e a esse diálogo. Sem dúvida alguma, essa participação deve e deveria acontecer.

Também gostaria de dizer, no que diz respeito ao questionamento do Senador Angelo Coronel, que vou seguir aqui, Senador Angelo, na trilha dos meus colegas que me antecederam. Na verdade, ao me manifestar sobre esse tema, sobre um caso concreto, quando na verdade temos a expectativa de sermos aprovados por esta Casa e nomeados pelo Presidente e de participar, portanto, do Conselho Nacional do Ministério Público, podendo esse processo chegar em nossas mãos para julgamento, eu estaria aqui a comprometer tudo aquilo que defendi há pouco, que é a necessidade de um devido processo legal, que é a impossibilidade em relação ao prejulgamento dos fatos.

Acho que é uma situação ainda em aberto, é uma situação que depende ainda de uma grande discussão, que deveria ser chamada, ou poderia ser chamada a analisar. Portanto eu peço ao senhor a compreensão no que diz respeito à não definição com relação a essa temática.

No entanto, registro que em qualquer situação, para qualquer cidadão no País, exigindo ou existindo qualquer indício de uma ilegalidade ou de um abuso ou de um descumprimento do ordenamento jurídico brasileiro, as investigações são necessárias. Devem ser investigados, apurados e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se for o caso, se existir elemento comprobatório, que os agentes sejam responsabilizados. Acho que é isso que nós esperamos de todas as autoridades, sempre com muita responsabilidade. Nós estamos vivendo um momento em que a cautela não diz respeito à covardia e, sim, à responsabilidade com o futuro do nosso País. Então acho que essa é uma palavra importante.

Também me refiro ao que diz respeito às palavras do Senador Mecias, agradecendo, portanto, a sua colocação, e brilhantes foram as colocações do Senador Rogério Carvalho, ao nos dizer que, quanto maior o poder, maior a responsabilidade de cada agente público. Então, quanto mais poder, mais comprometimento e mais cuidado. E assim, Senador Oriovisto, não podemos nos ceder às pressões. Na verdade, nos comprometemos aqui com esta Casa a desenvolver com responsabilidade, com ética e com compromisso o papel, se formos assim aprovados. Então não podemos ceder às pressões.

A autonomia para as nossas instituições é fundamental no País de hoje. Nós temos poderes constituídos e que precisam ser valorizados cada vez mais. A nossa Constituição prima pelos princípios de freios e contrapesos, portanto cada poder controla e contribui uns com os outros. Isso é indispensável que continue a funcionar, senão nós estaremos colocando em risco a própria democracia brasileira. Então fica aqui o meu compromisso com a responsabilidade no desenvolvimento do cargo. E aqui me coloco, então, hoje à disposição.

Também gostaria de me colocar no que diz respeito ao questionamento do Senador Randolfe, quanto ao balanço nas perspectivas futuras para atuação do Conselho Nacional do Ministério Público. Penso, como já colocou o meu colega Silvio, que o CNMP é um órgão novo, é uma instituição nova, que está em plena construção e aperfeiçoamento, e isso é muito importante para o nosso País. Nós temos, dentro do CNMP, algumas comissões que merecem uma atenção especial. Exemplo: a Comissão da Criança e do Adolescente. Cuidar da criança e do adolescente do Brasil significa cuidar do futuro da nossa Nação. Então o Ministério Público tem essa responsabilidade de controlar, de fiscalizar, de contribuir com o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Uma outra pauta muito importante que também está no CNMP e que merece ainda um fortalecimento, sem dúvida alguma, diz respeito à pauta do meio ambiente. Cuidar do meio ambiente do nosso País significa cuidar da saúde do nosso povo. Então é indispensável que essa comissão se fortaleça cada vez mais.

E aqui não poderia deixar de citar a comissão que defende o direito à saúde. No CNMP, também há uma comissão que se preocupa com a atuação do Ministério Público perante a prestação de serviço público de saúde, que é um serviço que também preocupa muito todos os nossos brasileiros.

Então, fazendo um balanço, acredito que evoluímos bastante desde a criação do Conselho Nacional do Ministério Público, mas temos, com certeza, ainda mais a evoluir, no aperfeiçoamento, na capacitação e na construção de uma instituição cada vez mais forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse ponto, aproveito o questionamento do Senador Oriovisto no que diz respeito a convênios com instituições internacionais e ao aperfeiçoamento dos nossos membros através da capacitação. Não conheço, efetivamente, o processo que levou a essa parceria, não conheço, efetivamente, os investimentos realizados nesse sentido. Portanto, não posso julgar e analisar o caso concreto. Penso que o intercâmbio de ideias e o intercâmbio de conhecimentos são importantes para o estudo da norma jurídica, para a construção de uma Justiça mais efetiva para o País. Não sei se essa instituição ou se a instituição brasileira, mas é claro que é fato: temos que analisar o menor custo com o melhor resultado de eficiência, mas o intercâmbio de ideias e a construção de uma capacitação cada vez maior deve acontecer. Mas não tenho elementos suficientes para saber se está equilibrado ou não o investimento nesse intercâmbio *versus* despesa concretizada nessa atuação.

Uma outra colocação também feita pelo Senador Oriovisto diz respeito à PEC 58. Senador, no que diz respeito à busca da moralização da vida pública e de reduzir as férias e apertar ainda mais no que diz respeito à aplicação de penalidades, acredito que esta Casa terá grande sabedoria para discutir com as categorias, com cada uma das classes que permeiam e que atuam nessa construção da justiça e que encontrará a melhor saída.

Mas fica aqui uma contribuição da advocacia para essa construção, de quem não conhece a fundo esse projeto, mas que vai ter a ousadia de fazer uma sugestão, Senador, se é que isso é permitido. Fica aqui a minha sugestão.

A partir do novo Código de Processo Civil, a advocacia ganha um período que nós chamamos de férias dos advogados. É aquele período entre o final de dezembro e o início de janeiro. Penso que se esta Casa puder conciliar essas férias com a dos demais atores de justiça para esse mesmo período, nós teríamos um grande avanço. O que acontece, muitas vezes, é que o advogado entra de férias e os processos continuam andando. Quando nós terminamos os períodos de férias, as nossas mesas estão abarrotadas de prazos a cumprir porque, na verdade, as férias não acontecem em concreto. Muitas vezes, as cortes, o Poder Judiciário brasileiro, tem os seus magistrados em férias em momentos diferentes, o que compromete, às vezes, o quórum de câmaras pequenas, o que compromete o quórum do pleno de alguns tribunais. Então, penso que fica aqui a contribuição da advocacia no sentido de, talvez, conciliarmos esses períodos numa única oportunidade. Ganharíamos todos nós na efetivação da justiça.

Ao final, Senador, no que diz respeito a subsídios dos nossos membros do Ministério Público. O subsídio é uma norma constitucional que foi instituída a partir da Emenda Constitucional 19. Diz respeito a uma parcela única e deveria ser pago em um único bolo. No entanto, nós temos verbas que, pela própria Constituição Federal, podem ser pagas à parte. Aqui eu falo, por exemplo, das verbas previstas no art. 7º da Constituição Federal e falo também das verbas de natureza indenizatória. Além dessas verbas constitucionais, da previsão e do cumprimento do teto constitucional, tudo aquilo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estiver fora desse parâmetro deve ser analisado pelo Conselho Nacional do Ministério Público por estar fora dos parâmetros legais. Portanto, acredito que a Casa deveria conduzir a questão com os cuidados necessários de quem realiza o controle administrativo e financeiro dos órgãos do Ministério Público, no Brasil inteiro.

Assim, encerro minhas palavras, Presidente, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui nesta plenária, de estar aqui nesta CCJ e de dizer que muito aprendo a cada oportunidade.

Agradeço a todos os Senadores pelas palavras colocadas, pelas contribuições, pelos questionamentos. Quero dizer que estarei à disposição para contribuir com a normatização, com os avanços legislativos do nosso País. Estarei à disposição, no CNMP, para o diálogo com este Senado Federal, porque acho que os Poderes precisam caminhar sempre juntos, para que possamos ter um País cada vez mais forte e uma democracia cada vez mais consolidada.

Então, eu me coloco à disposição, se assim escolhida e aprovada por esta Casa, para que esse diálogo aconteça, de forma cada vez mais próxima.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos mais uma vez aos nossos indicados, os indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil – Dra. Sandra, Dra. Fernanda –, e pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Silvio.

Dou por encerrada a votação.

Peço à Secretaria desta Comissão que proceda à apuração do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Proclamando o resultado, esta Comissão aprova o nome da Dra. Fernanda Santos, com 21 votos SIM; um voto NÃO.

Portanto, a escolha do nome da Dra. Fernanda está aprovada por esta Comissão, e vai ao Plenário.

A da Dra. Sandra Gonçalves, no mesmo sentido: 21 votos SIM; um voto NÃO. Também esta Comissão aprova o nome da Dra. Sandra.

A matéria vai ao Plenário.

Dr. Silvio Amorim, 20 votos SIM; 2 votos NÃO.

Está aprovado o nome do Dr. Silvio por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu peço urgência, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – No mesmo sentido, a matéria vai ao Plenário.

Eu coloco em votação o requerimento do Senador Rodrigo Pacheco.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência dos três indicados.

Vamos encaminhar ainda hoje à Mesa Diretora.

Esta Presidência agradece mais uma vez às autoridades, parabeniza os indicados e declara encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia dez de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Otto Alencar e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 33ª e 34ª Reuniões, Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2019 - Não Terminativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– que: "Acrescenta ao art. 57 o §4°-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta, às Emendas n°s 1 a 4 e com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas n°s 1-CCJ a 5-CCJ. Vota vencido o Senador Humberto Costa. ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 51, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta a alínea f ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os consoles e jogos para videogames produzidos no Brasil" Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Marta Suplicy (MDB/SP), Senador Hélio José (PROS/DF), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senadora Ângela Portela (PDT/RR), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador José Medeiros (PODEMOS/MT), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Cidinho Santos (PL/MT), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Elber Batalha (PSB/SE), Senador José Pimentel (PT/CE), Senador Romero Jucá (MDB/RR),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 1865, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições." Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros.. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, pela aprovação da Emenda nº 2, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T. Resultado: Aprovado o Projeto, a Emenda nº 2, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, e as Emendas nºs 3-CCJ e 4-CCJ. Rejeitada a Emenda nº 1. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2017 que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 1-PLEN. Vota vencido o Senador Humberto Costa. Observação: Aprovado Requerimento nº 42, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências, para prever procedimento formal de cobrança, previamente à inscrição do débito em dívida ativa." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar nº 64, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Responsabilidade Compartilhada, criando mecanismos para conter a evolução dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastos públicos quando houver déficits primários e premiando o funcionalismo público quando houver superávits primários." Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2235, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para estabelecer a reserva de ao menos trinta por cento das cadeiras de Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador para cada um dos sexos e reservar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para candidaturas masculinas e outra vaga para candidaturas femininas." Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Proposta de Emenda à Constituição n° 44, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 11 ao art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União no Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, de forma escalonada em quatro exercícios." Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável à Proposta com duas Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em data oportuna. Observação: Aprovado Requerimento de audiência pública. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 129, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para dispor sobre os efeitos do silêncio da administração no processo administrativo." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 462, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para modificar a disciplina da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1414, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), para tipificar a contravenção de molestar, perseguir ou assediar alguém de maneira continuada ou episódica, com o uso de quaisquer meios." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1369, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, tipificando o crime de perseguição e dá outras providencias." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 510, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta e contrário à Emenda nº 1-CDH. Resultado: Vista concedida à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais. ITEM 16 - Projeto de Lei n° 1864, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Lasier Martins (PODE/RS). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com 33 emendas que apresenta, pelo acolhimento das Emendas nº 08-T, na forma de subemenda; nº 13-T; nº 17-T, na forma de subemenda; e nº 26, restando rejeitadas todas as demais. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. Retirado de Pauta para aguardar realização de audiência pública. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 548, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta art. 1.353-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para permitir à assembleia de condomínios edilícios votação por meio eletrônico ou por outra forma de coleta individualizada do voto dos condôminos ausentes à reunião presencial, quando a lei exigir quórum especial para a deliberação da matéria." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a observância, no âmbito nacional, de requisitos mínimos definidos pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) quando da construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais." Autoria: Senador Roberto Rocha (PSB/MA). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 96, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 10 do decreto 3.689 de 03 de outubro de 1941 para ampliar o prazo para a conclusão do inquérito policial." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com sete Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado n° 389, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 46 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, para permitir o uso de meios eletrônicos de áudio e vídeo na mediação que envolva questões de Direito de Família e de Direito das Sucessões." Autoria: Senador Edison Lobão (MDB/MA). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 444, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Proposta de Emenda à Constituição n° 8, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 22 e 48 da Constituição Federal, para acrescentar novos incisos que estabelecem, respectivamente, a competência privativa da União para legislar sobre funcionamento e segurança das instituições financeiras; e, a competência do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, para dispor sobre material financeira, cambial e monetária, instituições financeiras, suas operações, serviços, funcionamento e segurança." Autoria: Senador Davi Alcolumbre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(DEM/AP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Gladson Cameli (PP/AC), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável à Proposta com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei nº 871, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar." Autoria: Senador Marcos do Val (PPS/ES). Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 26 - Projeto de Lei nº 2256, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação - LDB), para dispor sobre normas gerais de segurança escolar." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 28 - Projeto de Lei do Senado nº 796, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, para estender a estabilidade provisória no emprego para as empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção." Autoria: Senador Roberto Rocha (PSB/MA). Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - Projeto de Lei do Senado n° 485, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Altera o art. 187 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e o art. 29 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), para dispor sobre o concurso de preferência das pessoas jurídicas de direito público na hipótese de cobrança judicial de créditos." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 30 - Projeto de Lei do Senado n° 11, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para aperfeiçoar o tratamento legislativo da sociedade limitada." Autoria: Comissão do Congresso Nacional. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - Projeto de Lei do Senado n° 417, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, para delegar ao Poder Executivo a atribuição de estabelecer o valor apto a permitir o arquivamento de execuções fiscais de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - Projeto de Resolução do Senado n° 51, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida à Senadora Rose de Freitas, nos termos regimentais. ITEM 33 - Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 37 da Constituição Federal, para determinar novo regramento ao provimento de cargos em comissão." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Férrer (PODE/PI), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM EXTRAPAUTA 34 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 41, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para instruir a PEC 44, de 2019" Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 42, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 429, de 2017." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 36 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 43, de 2019 que: "Requer aditamento ao RQS 11/2019" Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 37 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 44, de 2019 que: "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 11, de 2019 - CCJ." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 38 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 45, de 2019 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 11, de 2019 – CCJ: Sr. Ivan Marques – Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz." Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 39 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 46, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; 2. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; – CFOAB; 3. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; 4. Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG; 5. Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;" Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 40 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 47, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; 2. Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ; 3. Procuradora-Geral da República – PGR; 4. Corregedor do Superior Tribunal de Justiça – STJ." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 41 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 48, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; 2. Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; 3. Presidente da Associação Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; 4. Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; 5. Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 42 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 49, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Superior Tribunal Militar – STM; 2. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE; 3. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; 4. Sr. Ney de Barros Bello Filho – Desembargador Federal do TRF da 1ª Região; 5. Sr. Samuel Meira Brasil Jr – Corregedor Geral da Justiça do Espírito Santo (CGJ-ES)." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 43 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 50, de 2019 que: "Requer aditamento à lista de convidados da audiência pública para instruir o PLC 80/2018 que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos." Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª e 34ª Reuniões, Extraordinárias.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 36.

Na ordem, item 1, turno suplementar do substitutivo do Projeto de Lei do Senado 483, de 2017, terminativo.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 483, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer normas gerais para a utilização de veículos apreendidos e sem identificação, pelas polícias civis, federal, rodoviária federal e militares.

Autoria: Senador Elmano Férrer (MDB/PI)

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo

Observações:

- Em 03/07/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 483, de 2017, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Votação nominal.*

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não havendo sido oferecidas emendas, o substitutivo já é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos regimentais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Seguindo a ordem de presença de Senadores, não sendo a matéria terminativa, porque não temos quórum, vamos ao item 27.

1ª PARTE

ITEM 27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 202, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a publicidade das informações relativas aos fundos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Silas Câmara (PRB/)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao Projeto.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o projeto em análise determina que o Poder Executivo mantenha atualizadas e disponíveis para consulta pública, pela rede mundial de computadores, todas as informações relativas à gestão dos recursos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- do Fundo Partidário;

- do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

- do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);

- do Fundo Nacional de Saúde (FNS); e

- dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Em sua justificação, o autor, o eminente Deputado Silas Câmara, alega que a presente proposição pretende dar maior transparência à gestão desses recursos, contribuindo para maximizar a obtenção de benefícios sociais e econômicos, de forma que passem a efetivamente atingir os objetivos para que foram criados.

Análise.

Incumbe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Ademais, nos termos do art. 101, inciso II, do Risf, também se encontra no âmbito de atribuições desta Comissão manifestar-se sobre o mérito das proposições que tratem de matérias de competência da União.

De tal modo, preliminarmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, não observamos qualquer óbice.

Quanto à técnica legislativa, o projeto se encontra plenamente adequado ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em relação ao mérito, concordamos com os argumentos apresentados pelo autor, de modo a entendermos que a proposição em análise vai ao encontro do princípio da publicidade e do dever de prestar contas, assentados, respectivamente, nos arts. 37 e 70 da Constituição, e que vinculam a atuação de toda a Administração Pública brasileira.

É importante registrar que os fundos em questão movimentam recursos da ordem de bilhões de reais, cujos investimentos são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas da educação, da saúde, da infraestrutura e, também, na redução das desigualdades regionais, fato que reclama o acesso pleno e transparente, por parte da população brasileira, da gestão desses recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, em conclusão, entendemos que o PLC nº 202, de 2015, contribui para o fortalecimento da transparência na gestão de recursos públicos e, portanto, merece o acolhimento desta Comissão.

Voto.

Sra. Presidente, pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 2015.

Sra. Presidente, é muito simples, só para dar publicidade aos gastos desses fundos constitucionais. É um projeto de autoria do Deputado Silas Câmara, já aprovado na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Voltamos aqui à ordem da presença de Relatores. (*Pausa.*)

Estamos aguardando um requerimento. Parece-me que o próximo item ainda é do Senador Anastasia, o item 29, porque os demais têm pareceres, mas são projetos terminativos.

1ª PARTE

ITEM 29

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 485, DE 2017 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 187 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e o art. 29 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), para dispor sobre o concurso de preferência das pessoas jurídicas de direito público na hipótese de cobrança judicial de créditos.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações: *a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra ao nobre Relator, o Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente e Srs. Senadores.

Como V. Exa. já apregoou, eu vou passar diretamente ao mérito da questão, já que toda a parte formal está perfeitamente atendida sob os critérios de constitucionalidade, juridicidade e adequação às normas processuais.

No mérito, o PLS 485, Lei Complementar de autoria do eminente Líder Senador Fernando Bezerra, federativo, que reconhece a igualdade jurídica entre os entes federados. O *caput* do art. 18 da Constituição Federal diz que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são todos autônomos. Inexiste, assim, hierarquia entre os entes federados que possa justificar preferir a União aos Estados, e estes aos Municípios, no momento de receber o crédito tributário cobrado judicialmente, como hoje prescreve o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional. Deveria receber o crédito tributário o ente que for mais diligente na cobrança, isto é, aquele que primeiro penhorar o bem do devedor no curso da execução fiscal, conforme propõe o art. 1º do projeto.

Vale lembrar que a Enunciado nº 563 da Súmula do Supremo Tribunal Federal foi editada com supedâneo no art. 9º, inciso I, da Constituição Federal de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 1969, nestas palavras: "À União, aos Estados, ao Distrito Federal e as Municípios é vedado criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uma dessas pessoas de direito público interno contra outra".

O Supremo entendeu, em 1976, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 80.405/SP, precedente ao Enunciado 563, que o sentido finalístico do dispositivo consistia em impedir a criação de desigualdades entre os entes, com o favorecimento de alguns em prejuízo de outros, como previa a redação original da Constituição de 1967,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o texto do art. 19, inciso III, da Carta atual de 1988, é seco, sobremodo objetivo: "É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios ... criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si".

O dispositivo vigente acentua o princípio da igualdade jurídica das pessoas jurídicas de direito público interno e suprime a preposição "contra", afastando a necessidade do detrimento para caracterizar a preferência.

Parece-nos, assim, que a nova redação dada ao parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional projeto sob exame está em consonância com as disposições do *caput* do art. 18 e do inciso III do art. 19, ambos da Constituição de 1988, principalmente por reforçar o federalismo e a autonomia dos entes pela regra de repartição de competências, em que cada ente desempenha, nos termos autorizados pela Carta Magna, atribuições que dão efetividade aos princípios nela inseridos, de forma que combate diretamente o centralismo unitário.

As duas alterações propostas ao art. 29 da Lei de Execuções Fiscais servem apenas para atualizar o texto dessa lei em face de modificações ao art. 187 do Código Tributário. Como acima anotado, o art. 146, III, b, da Constituição Federal reserva à lei complementar estabelecer normais gerais sobre crédito tributário. Logo, o art. 29 dessa lei, veiculado em lei ordinária, é caudatário do art. 187 do Código Tributário Nacional.

A alteração proposta ao *caput* do art. 29 da Lei de Execuções Fiscais insere a recuperação judicial entre os procedimentos judiciais nos quais a Fazenda Pública não precisa se habilitar para cobrar seus créditos. Idêntica inserção foi efetuada ao *caput* do art. 187 do Código Tributário Nacional pelo art. 1º da LCP nº 118, de 9 de fevereiro de 2005.

A alteração alvitrada ao parágrafo único do art. 29 da Lei de Execuções Fiscais reproduz a modificação ao parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional acima discutida, ou seja, terá preferência em receber o crédito tributário o ente federado que primeiro penhorar o bem do devedor no curso da execução fiscal.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2017 – Complementar.

Sra. Presidente, este projeto do Senador Bezerra é muito interessante porque ele dá – vamos dizer assim – concretude a cada federação. Termina essa preferência, que é odiosa, da União em relação a Estados e Municípios, aliás, constitucionalmente vedada, e aquele que primeiro realizar a execução terá preferência. É esse o objetivo, que me parece muito meritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Anastasia e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Na verdade, Presidenta, é uma pergunta ao Relator e à Sra. Presidenta também. Esta matéria tem repercussão sobre a reforma tributária que nós discutimos ontem, quer dizer, aprovamos ontem como iniciativa do Senado?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Parece-me que não, eminente Senador Paulo Rocha. Na verdade, aqui se trata de uma matéria procedimental, porque hoje, vamos supor que haja uma empresa que deva, concomitantemente, à União, Estados e Municípios, pela legislação, há uma preferência para a União. Então, o que o Senador Bezerra propõe, e nós estaremos eventualmente aprovando se houver aquiescência da Comissão e do Plenário, é que não haja mais essa preferência entre os entes. Então, não há nenhuma questão tributária, de conteúdo tributário, é meramente procedimental, não tem nada a ver com conteúdo tributário no que se refere aos tributos, mas sim à execução fiscal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pediria, por favor, aos assessores... O barulho está atrapalhando o diálogo entre dois colegas, dois Senadores da Casa.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu levanto essa questão, Presidenta, porque ontem, quando foi anunciada a reforma tributária, houve reclamação de, pelo menos, dois colegas, por causa de suas iniciativas individuais. Eles têm o direito e naturalmente devem ser demandados pelas suas bases, mas são iniciativas específicas ou pontuais sobre uma reforma, que é muito importante para o País, e o Senado Federal decidiu, através dos seus Líderes, discutir a reforma como um todo nesse processo da reforma tributária, que está crescendo para o País. Então, acho que a reclamação individual tem procedência, no entanto, temos que compreender que, em uma reforma como essa, todas as iniciativas individuais devem fluir para a iniciativa principal, que é do Senado Federal, para que haja realmente um debate mais profundo envolvendo toda a questão que necessita de uma reforma tão importante para o nosso País, que é a reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer com isso que, como nós estamos aqui na principal Comissão, que trata exatamente de ordenar não só as técnicas legislativas, mas a Constituição, etc., eu provoquei essa pergunta para ter esta compreensão de que uma reforma tributária como essa precisa de que todas as iniciativas individuais sejam direcionadas à iniciativa principal, matriz, que é, no caso, a nossa PEC, assinada por todos os Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, Senador Paulo Rocha. V. Exa., inclusive, foi muito feliz, porque ontem houve, a princípio, o entendimento, e só cabe ao Presidente e à Mesa Diretora determinar isso, de que os projetos correlatos à reforma para os quais não foram designados relatores ainda pelas Comissões sejam apensados. Projetos que tratam exatamente da alteração dos mesmos dispositivos constitucionais serão apensados, para que o Relator possa dar um parecer único. Se isso vai realmente ser concretizado, só cabe à Mesa Diretora, porque apenas a Mesa pode apensar. Mas já há um passo nesse sentido que coincide com a posição de V. Exa.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Há um requerimento sobre a mesa que, se aprovado, vai sustar a aprovação hoje do item 10, que já estava na Casa: "Nos termos regimentais, solicita a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 44, de 2019, que acrescenta o §11 ao art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União no Sistema Único de Segurança Pública (Susp), de forma escalonada em quatro exercícios".

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 34

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 41, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para instruir a PEC 44, de 2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Para isso, o autor do requerimento, o Senador Rogério Carvalho, propõe a presença dos seguintes convidados: Cel. Francisco Araújo, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Norte; Rodrigo Serrano, do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), especialista em segurança cidadã, Divisão de Inovação em Serviços ao Cidadão; e Ivenio Hermes, do Observatório de Violência do Rio Grande do Norte, cientista criminal, pesquisador e especialista em políticas e gestão em segurança pública.

Coloco o requerimento do Senador Rogério Carvalho em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a audiência pública.

Portanto, estamos retirando o item 10 de pauta neste momento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 44, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o §11 ao art. 144 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União no Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, de forma escalonada em quatro exercícios.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: favorável à Proposta com duas Emendas que apresenta.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos ao item 25.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25

PROJETO DE LEI N° 871, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a prevenção da evasão escolar.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Arolde de Oliveira, para proferir seu relatório.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Vou fazer um resumo. É um projeto simples, de fácil entendimento. Vou fazer, então, a leitura simplificada.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 871, de 2019, de autoria do Senador Marcos do Val, que tem o propósito de modificar a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que o Poder Público adote medidas para evitar evasão escolar.

O projeto é composto de dois artigos. O art. 1º altera a redação do §3º do art. 54 da Lei nº 8.069, de 1990, e acrescenta o §4º ao mesmo dispositivo. A atual redação do §3º do art. 54 estabelece que ao Poder Público compete recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. A redação conferida pelo projeto adiciona a determinação para que o recenseamento inclua todas as crianças e adolescentes em idade escolar e seja realizado com periodicidade anual.

O §4º do art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescido pelo projeto, consigna que o Poder Público deve adotar estratégias para prevenir a evasão e o abandono escolar, inclusive por meio de visitas domiciliares, busca ativa e ações de caráter intersetorial.

A justificativa traz um alerta para as consequências negativas da evasão escolar, tanto para os estudantes diretamente atingidos, quanto para a sociedade em geral, na esfera da educação, da cidadania, da produtividade da economia e até mesmo da segurança pública. Em vista da seriedade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema, faz-se necessário que o Estado adote uma postura mais ativa em relação ao direito à educação.

Não foram apresentadas emendas.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania detém competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. Ademais, o Regimento também determina que a CCJ emita parecer quanto ao mérito sobre as matérias de competência da União, sem prejuízo das atribuições das demais Comissões.

A análise da proposição revela sua constitucionalidade. As suas disposições acham-se plenamente alinhadas às normas constitucionais que estabelecem as obrigações do Estado em matéria de educação.

Verifica-se, ainda, que o projeto não desborda dos limites de competência legislativa da União sobre a matéria, cingindo-se ao estabelecimento de diretrizes e bases para a atuação do Poder Público, nas três esferas federativas, tal como preconiza o art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal.

No plano da juridicidade, de forma semelhante, não identificamos óbices à aprovação do projeto.

Quanto à análise da regimentalidade, podemos afirmar que a tramitação do projeto seguiu as disposições pertinentes.

No mérito, somos favoráveis à proposição. A mudança promovida no §3º do art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, pela qual o Poder Público tem o dever de recensear não apenas os educandos do ensino fundamental, mas todas as crianças e adolescentes em idade escolar, compatibiliza a redação do dispositivo às regras introduzidas pela Emenda Constitucional nº 59, de novembro de 2009. Essas regras ampliaram o período de escolaridade obrigatória, do ensino fundamental para a educação básica, dos 4 aos 17 anos de idade, faixa etária correspondente à pré-escola (segunda etapa da educação infantil), ao ensino fundamental e ao ensino médio.

A regra veiculada no §4º que se pretende acrescentar ao art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente imprime uma orientação mais proativa nas políticas públicas voltadas ao combate da evasão escolar. A prevalência e a gravidade da evasão escolar no País demandam ações firmes do Poder Público para combater o problema, partindo da identificação das crianças e adolescentes fora da escola, até a implementação de programas para que todas sejam matriculadas, participem regularmente das atividades curriculares e obtenham sucesso nos estudos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 871, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Arolde pela relatoria.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Na ordem, esta Presidência comunica, Sras. e Srs. Senadores, que já temos quórum para votar os projetos terminativos. Então, na ordem, aqui voltemos ao item 4.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Com base no art. 118, inciso I, quero só lembrar a V. Exa. que eu apresentei, em 28 de fevereiro, um projeto que continua até hoje sem designação de Relator, e é justamente onde estou discutindo a extinção do fundo eleitoral especial de financiamento de campanha. Lamentavelmente, já está o relatório da Comissão Mista aumentando para 0,44% da Receita Corrente Líquida os recursos para campanha do ano que vem. Isso deverá ser, se a Receita Corrente Líquida ficar nos R$846 bilhões previstos, algo da ordem de R$3,725 bilhões, que é mais de 100% do que foi utilizado já para o financiamento de campanha nas eleições de 2018.

Então, eu pediria encarecidamente a V. Exa. que pudesse dar atenção para a designação de Relator, porque eu acredito isso tem de ser discutido, a sociedade tem de saber o que está acontecendo em relação a isso, porque nós vamos ter mais que o dobro de recursos. Se nós pegarmos R$3,750 bilhões, isso vai se aproximar ao que deve ser o orçamento do ano do Ministério da Justiça. Isso serve para as pessoas saberem como é que nós continuamos a jogar dinheiro fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem, Sra. Presidente!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Pela ordem, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Braga e, em seguida, o Senador Oriovisto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – O tema de que eu vou tratar, é importante o Senador Oriovisto acompanhar.

Senadora, como eu havia comunicado a V. Exa., estive hoje, pela manhã, às 8h30, aliás, a partir de 8h, no Ministério da Economia, reunido com o Secretário Carlos da Costa, com o Dr. Caio Megale e com o Dr. Carlos, da Apex, discutindo a Portaria 309, que trouxe grandes preocupações a dois grandes setores da economia brasileira: a questão de bens de capital, a questão de bens de telecomunicações e informática. Hoje, nessa reunião, estava presente a Abimaq, estava presente a Abinee, estavam presentes vários representes desses setores.

Acabo de receber um telefonema de que o Governo concordou em suspender os efeitos, para nenhum ex-tarifário ser emitido, até o dia 30 de agosto para a busca de um consenso. Portanto, o decreto legislativo que está tramitando nesta Casa ficará sobrestado até o dia 30 de agosto, na esperança de que, na regulamentação e no mérito da negociação dos fabricantes com o Governo, possamos encontrar um ponto de equilíbrio que possa garantir os mais de dois milhões de brasileiros que estão empregados nesses segmentos da economia e que não podem jamais se somar aos treze milhões de desempregados.

Portanto, cumprimento o Ministério da Economia, que teve a sensibilidade finalmente de compreender que havia a necessidade de conversar, de aprofundar e de suspender qualquer emissão de ex-tarifário até o dia 30 de agosto, quando esperamos ter uma solução, e aí ficaria prejudicada, então, a questão do decreto legislativo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu preciso responder às questões de ordem de V. Exas.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Quero enaltecer o trabalho que o Senador Eduardo fez na CAS junto com o Senador Aziz, para que nós tivéssemos esse momento. Quero dizer da importância do Parlamento. Graças à audiência pública que promoveram e à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa do Senador Eduardo, do Senador José Serra e de tantos outros que por aqui passaram ontem, só cobrando pelo Brasil, está aí o resultado! E o Governo está aquiescendo, dizendo: "Tinha razão o Senado, tinham razão os setores, e vamos aperfeiçoar". Parabéns, Senador!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de parabenizar o Senador Eduardo Braga, porque levou uma questão que é uma preocupação de todos nós. Eu sei que falou em nosso nome, porque ouviu realmente ontem as manifestações dos colegas, do Senador Amin e de vários colegas que estão aqui, com a preocupação, primeiro, quanto ao entendimento da portaria e, segundo e mais importante, quanto ao resultado: isso implicaria em geração ou em perda de emprego? Qual seria o custo para a indústria nacional de uma portaria como essa, que pegou a todos de surpresa?

Então, eu gostaria de parabenizá-lo e de lhe agradecer em nome da Comissão e de vários colegas que nos abordaram em relação ao assunto.

Esclarecendo, o Senador Eduardo Braga conseguiu, por parte do Governo, que a portaria não terá efeito até 30 de agosto. Consequentemente, o decreto, que já está com um Relator, poderá seguir o seu trâmite normal, ou seja, na primeira semana de agosto poderá estar o relatório pronto, ou o estaremos votando se, até o dia 30 de agosto, o Governo não desistir ou não convencer todos nós da importância do projeto.

Agradeço mais uma vez a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, apenas para fazer justiça aos colegas, quero dizer que essa não foi uma obra de duas mãos, mas foi uma obra de dezenas de mãos de Senadores que ajudaram a construir: Senador Tasso Jereissati, Senador Serra, Senador Omar, Senador Plínio, Senador Amin, Senador Major Olimpio, Senador Oriovisto, que teve uma participação importante, Senador Veneziano. Enfim, vários Senadores na CAE fizeram uma construção importante. Estivemos hoje na reunião. O Omar também esteve nessa reunião, mas dela saiu mais cedo porque tinha outro compromisso. Enfim, acho que essa é uma conquista do Senado da República para os setores econômicos, para que haja a garantia e a ampliação de oportunidades de emprego, que eu acredito ser a principal meta neste momento no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço os esclarecimentos.

Novamente, em nome do Senador Eduardo Braga, parabenizo todos os Senadores citados. Essa realmente foi a grande preocupação no dia de ontem da maioria absoluta dos colegas desta Casa.

Antes de passar à questão de ordem, só vou responder ao Senador Major Olimpio: esta Presidência vai consultar a Secretaria do projeto de V. Exa. e vai imediatamente designar o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tínhamos quase dois mil projetos; agora diminuímos um pouco. Alguns, é claro, já estão prejudicados, mas, ainda assim, temos mais de mil projetos e muitas vezes não conseguimos dar vazão rapidamente a todos eles. Eu peço desculpas a V. Exa.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Oriovisto e, em seguida, o Senador Rogério.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, é claro que também preciso cumprimentar o Senador Eduardo pelo fato de ter ido até o Ministério e de ter conseguido essa vitória. Isso começou na reunião da CAE, na audiência pública, e o Governo dá uma demonstração de bom senso ao ouvir todos os argumentos que foram expostos.

Mas apresentei minha questão de ordem para dizer ao Major Olimpio que já apresentei uma emenda à LDO pedindo que se volte à redação anterior e que os R$3,5 bilhões voltem a ser R$1,7 bilhão ou alguma coisa em torno disso. Então, saiba que essa emenda já está apresentada lá, pedindo a volta ao *status quo* anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Oriovisto, será o tempo necessário, se aprovado o retorno ao valor inicial, para avançarmos com o projeto do Senador Major Olimpio.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero fazer coro aqui com todos os Senadores da Região Norte e parabenizá-los em nome do Senador Eduardo Braga.

Mas me parece, Senador, que o Governo caminha para ações repetidas nessa direção, quando o Governo baixa o imposto desses produtos que são de tecnologia sem nenhuma discussão e quando faz um acordo do Mercosul com a União Europeia sem discutir com mais profundidade o impacto disso na nossa já frágil indústria, que vem sofrendo, ao longo dos últimos 20 anos, um processo grande de perda de competitividade. Nós estamos vivendo um processo de desindustrialização muito rápido, e o acordo que foi feito tende a diminuir ainda mais a nossa capacidade de fortalecer a indústria, de melhorar a nossa indústria, de ampliar a capacidade de manufaturar no nosso País e de vender produtos manufaturados. O Governo, não sei se de forma intencional – não acredito nisso –, empurra o Brasil para a era da venda de produtos de baixo valor agregado, como *commodities* minerais e *commodities* agrícolas, ou seja, a gente volta ao tempo do Brasil Colônia do ponto de vista econômico.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, quero fazer coro com o reconhecimento e satisfação pelo fato de o Governo, através do Secretário Megale...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, por meio de Carlos Costa. O Megale estava presente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Megale estava presente.

Os dois Carlos e o Secretário Megale pelo menos concordaram com o que, na prática, nós queríamos. Nós queríamos sustar os efeitos do decreto. E, ao concordarem com isso, na presença do Senador Eduardo Braga – eu não pude me fazer presente, mas falei com o Secretário por telefone –, acho que esse é um armistício. O decreto legislativo está tramitando, e nós aguardamos que, até 30 de agosto, não tendo produzido efeitos práticos, a resolução possa ser revista.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Weverton.

Eu gostaria apenas de lembrar que agora nós temos quórum e que temos vários projetos terminativos. Se pudermos depois... Ficarei aqui até o final para levantar todas as questões de ordem e para dar a palavra a todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu só faço essa observação porque esta é a última reunião deliberativa da CCJ deste semestre.

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu protocolei quatro requerimentos para que V. Exa. pudesse marcar audiências públicas para nos ajudar na instrução da relatoria da PEC 77, de 2019, que trata da duração dos mandatos de ministros do Supremo Tribunal Federal e da nova forma de escolha dos ministros dos tribunais superiores e dos juízes dos tribunais.

O som está baixo, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Não, é o barulho das laterais. O som está na altura certa. As conversas é que estão excessivamente altas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a gentileza das senhoras e dos senhores que estão presentes nesta reunião que permaneçam em silêncio. Um Senador está usando na tribuna do seu direito de fazer questionamento a esta Mesa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então, eu queria pedir a V. Exa., como são quatro requerimentos para tratar do mesmo assunto, a possibilidade de realizarmos quatro audiências públicas. Como é um assunto sobre o qual precisamos ouvir todos e muitas opiniões, estamos sugerindo que, a partir do dia 12 de agosto, V. Exa. designe um dia por semana para que possamos fazer rodadas de audiências públicas. Por exemplo, para a primeira, estou convidando o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que é Presidente do Conselho Nacional de Justiça; o Presidente do Superior Tribunal de Justiça; a Procuradora-Geral da República; e o Corregedor-Geral do Superior Tribunal de Justiça. Logo na segunda, vêm mais autoridades, como na terceira e na quarta. Assim poderemos ter mais subsídios, mais informações, mais opiniões acadêmicas de quem está no meio e da Casa, para, em setembro, apresentarmos o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Weverton.

Nós já estávamos com o requerimento aqui. Assim que concluirmos os projetos terminativos para aproveitar o quórum, imediatamente já colocarei os requerimentos de V. Exa. para a apreciação desta Comissão.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 4: Projeto de Lei nº 1.865, de 2019, terminativo, que altera o Código Eleitoral, para criminalizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Antes de a gente entrar na discussão desse projeto – por isso, é uma questão de ordem –, eu imagino que essa discussão e esse projeto estão prejudicados pela aprovação nesta Comissão e no Plenário da Lei de Abuso de Autoridade e das dez medidas anticorrupção, que já incluem o caixa dois como crime, que o tipificam como crime.

Portanto, eu levanto a questão de ordem da prejudicialidade da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço a colaboração e a atenção do Senador Rogério Carvalho, que, atento sempre nesta Comissão, lembra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que nós aprovamos um projeto que se trata das dez medidas anticorrupção.

Eu apenas gostaria de esclarecer a V. Exa. que não são projetos idênticos. O projeto das dez medidas de combate à corrupção, relatado pelo Senador Rodrigo Pacheco, é um projeto muito mais amplo em que, dentro das alterações, prevê *ipisis litteris*, exatamente como está este texto, a criminalização do caixa dois.

O projeto não era terminativo nesta Casa. Ele foi para a Câmara dos Deputados, que pode, se entender assim, retirar do texto a criminalização do caixa dois. Por isso, pelo Regimento, nós podemos e até devemos – porque não podemos deixar projetos parados – votar este projeto. Irão os dois projetos para a Câmara. Os dois podem ser rejeitados ou apenas esse, ou apenas o outro ser aprovado. Então, nos termos regimentais, não está prejudicado esse projeto, que não é idêntico ao projeto do abuso de autoridade, que é muito mais amplo.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Se me permite, quero falar pela ordem, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou pedir silêncio pela última vez. Nós temos uma pauta extensa. Eu gostaria da compreensão de todos, sob pena de ter que esvaziar esta Comissão. Não farei o pedido novamente. Começarei, se for o caso, pedindo que fique apenas um assessor por Senador, se o barulho continuar.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pela ordem, Presidente!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que tivermos silêncio, Senador Rodrigo.

Com a palavra, pela ordem, V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Apenas quero contribuir em relação a esse debate aqui suscitado pelo Senador Rogério Carvalho. De fato, no projeto das dez medidas, havia, como uma das medidas, a criminalização do caixa dois e a criminalização da compra de votos. Portanto, dois tipos penais foram incluídos no Código Eleitoral, entre eles o caixa dois eleitoral. A redação, no projeto das dez medidas, é a seguinte: "[...] arrecadar, receber ou gastar o candidato administrador financeiro ou quem de fato exerça essa função, ou quem atuar em nome do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

candidato ou partido, recursos, valores, bens ou serviços estimáveis em dinheiro paralelamente à contabilidade exigida pela lei eleitoral". Nesse projeto das dez medidas, a pena é de reclusão de dois a cinco anos e multa.

Apenas faço um esclarecimento: a Câmara dos Deputados votou no ano de 2017 e aprovou esse texto. Ele veio ao Senado, e o Senado também, por maioria de votos, aprovou. Portanto, as duas Casas já aprovaram a criminalização do caixa dois com essa redação que eu acabo de ler. O que houve de correção ou de acréscimo, melhor dizendo, por parte do Senado em relação ao texto da Câmara, foi uma sugestão do Senador Marcio Bittar em relação a uma causa de aumento de pena, do §1º, quando se diz que as penas serão aumentadas de um terço se os recursos, valores, bens ou serviços de que trata o *caput* forem provenientes de fontes vedadas pela legislação eleitoral ou partidária. Houve lá, então, uma alteração desse texto.

Portanto, eu creio que, ao retornarem à Câmara dos Deputados as emendas que foram sugeridas pelo Senado e aprovadas pelo Senado em relação a essas medidas, terá a Câmara apenas a responsabilidade de decidir sobre as emendas. O texto da criminalização do caixa dois, que é a criação do tipo penal, já está aprovado tanto pela Câmara quanto pelo Senado.

Desse modo, de fato, não há impertinência em relação à ponderação do Senador Rogério Carvalho, porque me lembro – se me lembro bem – de que o Senador Marcio Bittar, ao fazer aquela sugestão que foi acolhida por mim como Relator, havia dito, inclusive, que estaria contemplada a questão da criminalização do caixa dois, de modo que poderia restar prejudicado esse tema neste projeto, considerando aquele acolhimento da emenda sugerida.

Então, quero apenas contribuir com o debate. Não me oponho, eventualmente, se quiserem avançar na discussão desse projeto específico, mas, por honestidade intelectual, devo dizer que já está aprovado em ambas as Casas, com o acréscimo sugerido pelo Senador Marcio Bittar, Relator dessa matéria, que eventualmente redundaria na prejudicialidade desse tema agora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço as contribuições valorosas do Senador Rodrigo Pacheco, mas volto a insistir que são dois projetos distintos e que nós estamos diante de uma nova Legislatura, onde nós temos que reconhecer que a maioria dos Senadores e também dos Deputados foi alterada, em função do processo eleitoral. Nós tivemos uma renovação muito grande. Pode acontecer de se rejeitarem essas alterações lá na Câmara.

Por isso, pelo Regimento – e nós o fizemos desde que estou nesta Casa, há mais de quatro anos, nesta Comissão –, nada impede, se o autor e o Relator persistirem, que o projeto também seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lembrar que as emendas podem ser rejeitadas lá. Esse projeto, que é um projeto autônomo, pode ser aprovado, dependendo da Comissão ou de para onde for distribuído.

Eu agradeço a colaboração de V. Exas., mas continuo entendendo que esse projeto tem que seguir adiante, lembrando até que é um projeto da Eliziane que foi, vamos dizer assim – já que é o termo que a imprensa utilizou –, clonado do pacote anticrime do Ministro Sergio Moro.

Não vamos ser nós a...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu agradeço. De fato, inclusive, esse projeto, sendo aprovado aqui e indo para a Câmara, poderá até ter mais celeridade...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Do que o outro.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... do que o projeto das dez medidas, que é muito mais complexo. Então, a criminalização do caixa dois, através desse instrumento individual, poderia ser mais rápida. Mas, de fato... Apenas para não haver dúvida, para a sociedade inclusive, lembro que a criminalização do caixa dois já está aprovada na Câmara e no Senado. E vamos aproveitar esse projeto, que pode ser mais rápido que o outro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida. Até foi uma sugestão minha feita ao Relator de que fossem coincidentes os textos, para não haver também contradição no processo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Peço a palavra pela ordem, Presidente!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Senadora Eliziane tinha levantado a mão antes.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Eu cedo a vez.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uma consulta à assessoria, porque fiquei com uma dúvida. A matéria já foi votada em Plenário e, portanto, já foi decidida pelo Senado e encaminhada. Não estaria esse projeto prejudicado em função da votação que nós já fizemos? A questão do caixa dois foi votada nas dez medidas. Eu só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho dúvida se nós não estamos aqui votando num projeto que já foi prejudicado pela aprovação do anterior. Essa é uma dúvida que tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi a resposta que dei ao Senador Rodrigo. Veja: esta Comissão aprovou um texto mais amplo. Dentro do texto das dez medidas de combate à corrupção, havia a criminalização do caixa dois. Inclusive, para evitar qualquer contradição, o Relator desse item 4 adaptou – e foi acatado pelo Senador Rodrigo Pacheco um texto idêntico na penalidade –, para evitar que aprovássemos dois projetos cuja tipificação seria praticamente igual com penalidades distintas.

Em função disso, por não serem projetos idênticos, mas um projeto menor, apenas abordando a criminalização do caixa dois – o outro abrange ou criminaliza outros tipos no que se refere ao combate à corrupção, ou seja, não são projetos idênticos –, consequentemente, a autora tem direito a avançar com seu projeto. Apenas o Relator é quem poderia ou poderá entender prejudicado ou não o texto.

Portanto, uma vez que o Relator deu parecer favorável e continua na insistência de que o projeto deva ser aprovado nesta Casa, os dois projetos vão para a Câmara, até porque, repito, como são dois projetos distintos, esse pode ser ou arquivado lá ou aprovado em relação a outro projeto também. Então, nós teremos dois projetos distintos, um com itens semelhantes em relação ao maior.

Quero repetir que já há jurisprudência nesta Casa de vários projetos nesse sentido, de Senadores que apresentaram projetos em tempo distinto, e os projetos foram para a Câmara da mesma forma. Nós não sabemos qual vai ser o procedimento adotado pela Câmara dos Deputados. Da mesma forma, a Câmara dos Deputados apresenta projetos similares, às vezes até idênticos, e são aprovados, e esta Casa tem poder de rejeitar um e levar adiante outro.

Com a palavra a autora e, em seguida, o Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu queria cumprimentá-la pela compreensão e lembrar exatamente os dois pontos: primeiro, o caixa dois já vem de um debate anterior, ou melhor, as dez medidas já vêm de um debate anterior; e, segundo, nós estamos aqui com um projeto específico, com uma tramitação específica, ao qual os Parlamentares desta nova Legislatura têm o direito de fazer as suas emendas. Voltando a matéria para a Câmara, não há dúvida de que nós teremos uma tramitação mais célere desse projeto, cujo ponto específico é exatamente o caixa dois. Aliás, meus cumprimentos ao Relator Marcio Bittar, que fez inclusive um agravamento dessa pena para quando houver uma origem ilícita, como corrupção, enfim, e outros pontos mais que tratam de ilícito. Então, não há por que trazer a prejudicialidade em relação a esse projeto, que deve tramitar na sua normalidade e esperar o encaminhamento da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Relator, mas lembrando que esse projeto é terminativo e nominal. As Sras. e Srs. Senadores que entendem, como o Sr. Rogério, ou mesmo pelas ponderações feitas pelos colegas, que o projeto está prejudicado também poderão dar seu voto contrário o projeto. O projeto vai ser votado, e cada Senador, no seu juízo de valor, pode votar favoravelmente ou contrariamente, até justificando que vota contra uma vez que entende que o projeto está prejudicado.

Com a palavra, pela ordem, o Relator do projeto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Senadora Simone Tebet, querida Presidente da Comissão, quero cumprimentar a Senadora Eliziane. A iniciativa dela ajudou, a meu juízo, a criar uma certa competição saudável entre Câmara e Senado, num momento em que havia uma polêmica um tanto grave entre Executivo e Legislativo, notadamente com a Câmara Federal. E o Senado tomou a iniciativa de puxar para cá uma pauta importante, que é a pauta da segurança pública.

Então, parabéns, Senadora Eliziane! Para mim é um privilégio ser Relator desse projeto.

De fato, quero também aqui agradecer ao Rodrigo Pacheco, que acatou a nossa sugestão, porque para mim fica evidente que há que haver uma diferença: alguém que contribuiu em uma campanha e, por algum caso, não registrou essa doação, que é lícita, que não é dinheiro oriundo de corrupção ou do crime organizado, não pode estar na mesma penalidade do crime organizado, que, todos nós sabemos, quando chega à altura a que já chegou no Brasil, entra no Judiciário, entra no Legislativo, corrompendo as instituições.

Portanto, acatando a orientação de quem tem mais experiência nesta Casa do que eu, exatamente na linha de raciocínio da Senadora Eliziane, estrategicamente este projeto, se aprovado como está, pode andar mais rapidamente na Câmara Federal, sem prejuízo das medidas – que aprovamos na CCJ e, depois, no Plenário – de combate à corrupção. Portanto, como esta Casa já se posicionou favoravelmente a essa matéria, entendo apenas que é uma oportunidade de apresentarmos dois projetos distintos, um sozinho e outro no conjunto de medidas, e ter mais possibilidade de avançar.

O que é fundamental para mim, Senadora Simone Tebet, Presidente, é considerarmos o seguinte: principalmente depois do advento, da criação do fundo público eleitoral, aquele que burla uma regra de campanha... Você disputa a eleição obedecendo às regras estabelecidas, de doação, de limites; se o concorrente ao mesmo cargo usa dinheiro, lícito ou ilícito, ele está fraudando o processo eleitoral. Portanto, para mim esse é um crime grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu peço a aprovação desse projeto de autoria da Senador Eliziane, na manhã de hoje, entendendo que é uma estratégia mais adequada e correta para que o Congresso Nacional promulgue essa nova lei.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu vou quase socializar uma conferência paralela que está havendo aqui. Mas, pelo texto que nós estamos apreciando, o que é o art. 350? Sempre foi o art. 350, que diz: "[...] Arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar qualquer recurso, valor, bens ou serviços estimáveis em dinheiro paralelamente [*outside*, fora, *a latere*; em árabe, seja sírio, seja libanês, diz-se *barani*] à contabilidade exigida pela legislação eleitoral [...]". A contabilidade exigida pela legislação eleitoral tem uma data de início e uma data de fim. Qual é a data de início? É o registro eleitoral.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone*.) – A candidatura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é o registro. A data marco zero é o registro eleitoral, que demora alguns dias depois de agosto, no começo de agosto.

Há um detalhe: quem tentou usar cartão de crédito para se hospedar em um hotel deve ter sabido quanto tempo leva o Banco do Brasil, por exemplo, para entregar um cartão de crédito para se hospedar em um hotel. O meu saiu no final de setembro. Mas a contabilidade é a partir do registro da candidatura.

Eu indago: caixa dois empresarial é um crime fiscal, caixa dois pessoal na campanha é isto que está aqui, e, se a operação ocorrer antes, o que é? Não está tipificado no Código Eleitoral, até porque o período coberto pela exigência da legislação eleitoral é de dois meses, ou de três meses, se houver segundo turno. Como está escrito, ele vai favorecer para que as coisas sejam feitas antes, e não estará coberto, não estará abrangido. O empresário tem que justificar se ele tem origem ou não, ou o doador, vamos dizer, tem que provar se tem origem. É um crime fiscal. Se é um empresário que está no caixa dois, é um crime fiscal do empresário ligado aos seus negócios. Se é um caixa dois pessoal, é sonegação fiscal também. Você está dando um dinheiro que não tinha origem, que pode ser até criminosa, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode ser do tráfico. Sabe Deus que tipo de origem ilegítima pode ser! E pode chegar ao candidato, que, é evidente, vai ser não só fora da contabilidade, como fora do mundo.

Então, eu acho que esse texto, Senador Marcio Bittar, abrange uma coisa muito delimitada. Como ele está escrito, no meu sentir, é um estímulo à prática. No meu sentir, é isso. O que nós estamos querendo? Qual é a origem disto aqui? É criminalizar o caixa dois, ou não é? Para que é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Caixa dois eleitoral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas não é isso que está na origem da coisa; é o caixa dois, com sentido eleitoral, mas não do período eleitoral. A origem do movimento é muito mais ampla.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Para uma questão de esclarecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou fazer o seguinte... Nós já entramos na discussão da matéria. Depois que o Senador Esperidião Amin falar, eu vou apregoar, para que possamos abrir a discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha questão é uma questão de debate, de conteúdo, de sentido e de delimitação do que se quis no início. Acho que o projeto abrange muito pouco do que foi o movimento popular que pediu a criminalização do caixa dois. É só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Vou apregoar...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Só quero fazer um esclarecimento, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu preciso apregoar, porque eu não apregoei e não dá para abrir a discussão antes disso.

1ª PARTE

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 1.865, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta, pela aprovação da Emenda nº 2, nos termos da subemenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 03/04/2019, foi apresentada a emenda nº 1-T, de autoria do Senador Jaques Wagner;

- Em 06/06/2019, foi realizada Audiência Pública destinada à instrução da matéria;

- Em 18/06/2019, foi apresentada a emenda nº 2, de autoria do Senador Paulo Rocha;

- Em 03/07/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Agora, abro a discussão.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Quero fazer um esclarecimento, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, tem a palavra o Senador Marcio Bittar e, em seguida, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Marcelo Castro, na ordem.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Esclareço que o texto da matéria que está agora em tela não é esse que o meu querido Esperidião Amin acabou de ler. Então, vou ler o texto do projeto que está em tela: "Art. 350-A Arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar recurso, valor, bens ou serviços monetizáveis não escriturados ou falsamente escriturados na contabilidade exigida pela legislação eleitoral". Esse é o esclarecimento.

Há só mais um detalhe, Senadora. Quando o nosso colega Esperidião Amin fala que isso pode ser um incentivo a que o caixa dois seja feito antes, ocorre que, no período eleitoral, esse dinheiro vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aparecer, e os concorrentes daquele que de forma desleal está usando dinheiro não contabilizado, que passa a ser crime... Ele vai aparecer de uma forma ou de outra na campanha, só naqueles dois meses, e quem estiver concorrendo ou mesmo a Justiça eleitoral, ao perceberem que há volume de campanha, que há instrumentos na campanha que não estão na contabilidade ou que está colocado um item infinitamente menor do que aquele que aparece na campanha, podem acionar o candidato, que terá que dizer e se explicar sobre aquilo que aparece na campanha e que não aparece na sua contabilidade.

No mais, algo me causa uma pequena estranheza, porque, na verdade, o mérito, que é a concordância de que aquele que se utiliza de recursos ilegais comete crime, já foi aprovado por esta Casa, pela CCJ e pelo Plenário da Casa. E, no mérito, há a ideia de que, se esse recurso tem origem no crime e, portanto, é de origem ilícita, isso merece um agravante. Também já foi aprovado esse mérito aqui na CCJ e no Plenário.

Mas, enfim, estamos abertos ao debate. Mas essa é a redação do texto.

E, de qualquer maneira, Esperidião Amin, tudo que estiver a mais vai ter de aparecer na campanha. Se um empresário doar antes ou se alguém do crime organizado doar antes, se esse dinheiro não for utilizado na campanha e não aparecer na campanha, ele não foi utilizado. A conclusão seria essa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. *Fora do microfone*.) – Sra. Presidente, não dá para abrir o painel para votar?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Rodrigo Pacheco...

Eu vou avançar um pouquinho, Senador Veneziano, única e exclusivamente pelo fato de ter havido, a princípio, uma questão de ordem. Embora eu já tenha deliberado, eu vou só avançar, ouvindo quem também foi Relator no projeto passado. E aí nós abriremos o painel, se houver a concordância dos colegas.

Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Presidente, obrigado.

Eu queria apenas esclarecer, diante da indagação do Senador Esperidião Amin, que tem alguma razão devido a situações concretas que podem não estar abarcadas no tipo penal, que, agora, nós temos que considerar, estando muito fieis ao ordenamento jurídico, que esse tipo penal é um tipo penal de crime eleitoral, inserido no Código Eleitoral brasileiro, que pressupõe uma ofensa a um bem jurídico, que é a higidez do processo eleitoral, para evitar que recursos não contabilizados, provenientes de caixa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois, que não estejam inseridos na prestação de contas do partido e do candidato, possam ser utilizados para desequilibrar o processo eleitoral. Então, esse tipo penal tem essa finalidade, uma finalidade precípua eleitoral, tanto que, no tipo penal citado pelo Senador Esperidião Amin, diz-se, como núcleos: arrecadar, receber ou gastar o candidato esse recurso.

Então, na eventualidade de obtenção de um recurso, anteriormente ao processo eleitoral, que venha a ser gasto para confecção de material de propaganda ou para pagamento de pessoal, tudo isso não contabilizado, estará caracterizado, evidentemente, o crime de caixa dois eleitoral, ainda que o recurso tenha sido obtido anteriormente.

Agora, o Senador Esperidião Amin coloca uma posição de um caso concreto em que alguém, fora do período eleitoral, recebe recursos, por exemplo, para realizar uma pesquisa antes de iniciado o processo eleitoral. Esse fato não será crime eleitoral, porque não há o processo eleitoral, o fato não está no âmbito de um processo eleitoral. Poderá ser caracterizado como qualquer coisa, dependendo de cada caso concreto, como corrupção passiva, lavagem de dinheiro, ou pode ser até um insignificante jurídico, dependendo de cada caso concreto. Mas esse não é um crime eleitoral, porque não há o processo eleitoral iniciado.

Então, quanto ao fato da contabilidade paralela de um indivíduo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... político ou não, que fora do processo eleitoral receba um recurso para gastá-lo com qualquer outra finalidade que não seja a do processo eleitoral, deverá se encontrar a adequação jurídica em qualquer tipo penal ou, no âmbito do ordenamento jurídico, em qualquer seara que não a do processo eleitoral.

Eu queria fazer esse esclarecimento, porque, a pretexto de tentarmos alcançar todas as situações, nós poderemos criar uma inconstitucionalidade e até uma ilegalidade. Esse tipo penal diz respeito única e exclusivamente ao processo eleitoral da contabilidade paralela de recursos provenientes de caixa dois e que devem ser coibidos.

Como funciona hoje? Alguém que tenha uma contabilidade paralela, um recurso não contabilizado na sua campanha eleitoral, responde, quando muito, no art. 350 do Código Eleitoral, por falsidade ideológica eleitoral. O crime se consuma não no momento em que se recebe o dinheiro não contabilizado, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... no momento que ele presta contas à Justiça Eleitoral, não citando aquele recurso que ele havia recebido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Rodrigo, se V. Exa. me permite...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu quero apenas fazer um aparte ao Senador, porque eu acho que o Senador Rodrigo tocou precisamente no ponto que eu iria abordar na minha fala. Ouvindo, talvez, o Senador Rodrigo, possamos ser claros.

Nós estamos querendo ter uma equação, Senador Rodrigo, com relação a pré-campanha. Na pré-campanha, existem abusos de caixa dois, abusos do ponto de vista do uso dos meios de comunicação, que é uma forma de você ter recursos desproporcionais na pré-campanha. Acho que esse projeto equaciona o período eleitoral, mas V. Exa. sabe que nós já temos, por exemplo, várias decisões do TSE e de TREs sobre propaganda negativa antecipada, ou seja, nós estamos aperfeiçoando a questão do caixa dois, estamos votando uma segunda matéria. E acho que a colocação que o eminente Senador Espiridião Amin fez é referente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... exatamente ao uso na pré-campanha.

Eu gostaria de ouvi-lo sobre essa situação de pré-campanha.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Muito bem. Eu agradeço o aparte do Senador Eduardo Braga e acho que é um processo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pois não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas, para ordenar os trabalhos, eu vou seguir aqui a ordem de inscrição. O Senador Rodrigo apenas encerra rapidamente. Não cabe, na ordem de inscrição, esse debate...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É claro, ele vai falar também. Ele só vai esclarecer rapidamente porque o Senador Eduardo Braga já fez suas considerações. Mas eu preciso seguir a ordem de inscrição e vou ser rigorosa em relação ao tempo, porque são vários os inscritos, e em relação à não possibilidade desse debate entre os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas, por favor, conclua, Senador Rodrigo. Eu acho isso importante.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu agradeço o aparte feito pelo Senador Eduardo Braga. Esse é um processo de amadurecimento, de fato.

Nós temos que entender que nós estamos criando aqui um tipo penal. Isso é um crime com pena de dois a cinco anos. Isso deve alcançar alguém que movimente um recurso não contabilizado na campanha eleitoral para poder desequilibrar o jogo? Evidentemente, sim. Eu dizia que há uma omissão no andamento jurídico hoje, porque este fato concreto de doação de caixa dois em campanha eleitoral hoje não é crime, não há previsão de crime. Como se encontra para poder punir alguém a esse título? Quando se informa à Justiça Eleitoral a prestação de contas com a omissão daquele recurso não contabilizado, com pena de um a cinco anos, que é a falsidade ideológica eleitoral do art. 350 do Código Eleitoral.

Esse tipo penal abarca situações do processo eleitoral. Quando se fala de pré-campanha, não há processo eleitoral. E tampouco se pode definir o que é pré-campanha. Admitamos alguém deseje ser candidato em outubro e, no mês de fevereiro, resolva fazer uma reunião política fora do partido. Se for no âmbito do partido, o tipo penal está dizendo que, paralelamente à contabilidade exigida pela legislação eleitoral, poder-se-á entender que o partido deve fazer suas prestações de contas e o recurso tem que ser contabilizado; não há dúvida.

Mas o sujeito, individualmente considerado, uma pessoa que não seja um político, mas que deseje ser candidato em outubro e no mês de fevereiro resolva fazer uma reunião política como pode arrecadar fundos em relação a isso? Ele não tem uma contabilidade, ele não tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... uma exigência eleitoral. Ele tem que declarar um recurso que tenha recebido de seu primo, de seu irmão, de seu amigo, para poder cotizar aquela reunião política? Ele tem essa obrigação junto à Justiça Eleitoral? Nós vamos poder encarar como caixa dois eleitoral um período de pré-campanha, no mês de fevereiro, em que ele faça uma reunião política ou uma pesquisa para poder se avaliar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... junto ao eleitorado da sua cidade? E, se ele gasta o seu próprio recurso e aceita receber de amigos essa oferta para poder fazer uma pesquisa no período pré eleitoral, isso será crime? Essa é a indagação que nós devemos fazer.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Mas é desproporcional.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pode ser desproporcional? Pode. Agora isso influencia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço ao Senador que conclua, por favor.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não tenho tempo? Não se está discutindo?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Já deu?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já o adverti várias vezes.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então me perdoe. Já vou concluir.

Então, Senador Eduardo Braga, o que nós estamos tratando aqui é de situações graves que necessitam da presença do Direito Penal, com a criminalização do caixa dois no processo eleitoral. Abarcar situações fora do processo eleitoral, considerando como pré-campanha seis meses, um ano, um ano e meio antes, porque não há uma definição sobre o que seja pré-campanha, é algo perigoso e vai levar o Direito Penal para situações corriqueiras que podem acabar estabelecendo injustiças e desproporcionalidade no Direito Penal.

Então, eu manteria fiel ao que é o projeto de origem, de iniciativa popular, para criminalizar o caixa dois no processo eleitoral, porque infelizmente essa contabilidade paralela acaba por desequilibrar.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu consulto as Sras. e Srs. Senadores sobre se podemos, atendendo a um pedido do Senador Veneziano, abrir o painel, enquanto continuamos os debates. (*Pausa.*)

Havendo concordância unânime, eu peço à Secretaria que abra o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, por dois minutos, por favor, falará cada colega.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Eu estou me inscrevendo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São vários oradores inscritos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse é um tema extremamente importante, é oportuna a discussão, embora essa matéria já tenha sido recentemente deliberada, mas, considerando que não avançou ainda na Câmara dos Deputados e que nem houve a sanção, não há qualquer impedimento, não há qualquer prejuízo em avançarmos neste debate aqui sobre a criminalização do caixa dois eleitoral.

Faço algumas observações aqui, aproveitando, inclusive, lições do Dr. Fabrício Mendes Medeiros, um especialista em Direito Eleitoral, que traz algumas reflexões acerca dessa matéria, para quem nos está acompanhando entender o que é o caixa dois. Qual é a definição de caixa dois? "É a prática de manutenção ou movimentação de recursos financeiros não escriturados ou falsamente escriturados na contabilidade de pessoas jurídicas, as mais diversas, como associações, fundações, sociedades comerciais e partidos políticos", esse é um trecho colacionado do voto do eminente Ministro Luiz Fux, na Ação Penal 470.

A definição de caixa dois eleitoral, segundo a jurisprudência e a doutrina, é a movimentação de recursos financeiros em campanhas eleitorais sem o devido registro, por meio da omissão na prestação de contas. Detalhe: os recursos financeiros podem ter origem lícita ou ilícita, embora geralmente...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ou seja, fraudulenta.

Aliás, quanto a esse episódio aqui, na última eleição, os recortes que temos são justamente nessa direção, e você tinha as duas hipóteses: recursos oriundos de fontes lícitas, porém não declarados, e recursos sujos ou recursos contaminados pelo vício da corrupção, das tratativas não republicanas. Então, é um tema extremamente importante.

Quanto ao caixa dois como ilícito cível-eleitoral, há previsão de denegação ou cassação do diploma do candidato na lei das eleições; previsão de suspensão do repasse dos recursos do fundo partidário aplicável às agremiações que descumprirem as regras atinentes à arrecadação e gastos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos financeiros; previsão de rejeição das contas dos partidos e candidatos que não abrirem contas específicas de campanhas, sem prejuízo da representação do art. 30-A da Lei 9.504. Agora, há previsão, como na chamada Lei do Colarinho Branco e na Lei 8.137, de 1990, que define os crimes contra a ordem econômica e tributária, mas não existe previsão no Código Eleitoral, e é o que se busca.

A par dessas brevíssimas ponderações, eu queria dizer aqui: há um comparativo das propostas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... do PL 1.865, de 2019; do PLC 27, de 2017; e do 4.850, de 2016. Em todas elas, eu vi algo que me chamou a atenção e que eu queria compartilhar com os colegas não para divergir de forma mais eloquente, mas apenas para refletirmos: no tipo desenhado, consta a possibilidade do enquadramento no caso de uso de bens ou serviços, ou seja, naquelas hipóteses em que há a utilização de bem estimável em valor. Traduza-se: o uso de um veículo, por exemplo, não é uma doação em dinheiro, mas é um veículo que está sendo utilizado numa campanha e que, por alguma razão, deixou-se de declarar. O tipo passa a englobar também essa hipótese para enquadramento no dispositivo punitivo.

A ponderação que faço é se é proporcional, porque nós estaríamos diante de uma situação que poderia ser caracterizada como erro, como mero erro, ou com base na chamada bagatela imprópria, ou seja, algo insignificante, irrelevância penal. Você colocar a mesma situação mais gravosa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e dentro dela colocar uma situação menos gravosa, isso me parece ser algo um pouco desproporcional.

É apenas uma ponderação que faço, considerando os caminhos das ruas nas campanhas eleitorais. Uma coisa é a doação de campanha, o caixa dois, de fonte lícita ou ilícita. Outra coisa é você colocar no dispositivo penal os bens estimáveis, e aí é simplificado. Há situação em que, às vezes, é um veículo; alguém fez campanha para você, alguém denunciou que estava a serviço da campanha, e, de repente, você está respondendo num princípio, numa norma dura, pesada, com a qual eu concordo, mas em algo que é estimável.

Eu estou apenas lançando essa reflexão, não sem antes dizer que concordo absolutamente com a aprovação do projeto, que acho que vai na linha da moralização das campanhas eleitorais. Mas esta reflexão eu gostaria de colocar, para que todos nós a fizéssemos em relação aos bens estimáveis. Falo dos bens estimáveis! Acho que esse é o caso típico de reconhecimento da chamada bagatela imprópria, ou seja, a insignificância, justamente a irrelevância penal do ato em si. Um carro que é oferecido em uma campanha...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não pode justificar, obviamente, uma reprimenda tão severa. É apenas essa a ponderação que faço.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Marcelo Castro.

Peço novamente aos colegas que se atentem ao tempo. Nós temos vários oradores inscritos ainda para tratar desse tema.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu sempre...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Há um orador, pela ordem de inscrição, que é o Senador Marcelo Castro. Peço, por favor, aos colegas que possam escutá-lo.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu gostaria que se restabelecesse meu tempo, Presidente.

Eu sempre lutei, durante toda a minha vida, contra o abuso do poder econômico. Eu fui Relator da reforma política na Câmara, e, no meu relatório, estava escrita a proibição de as empresas doarem, antes de o Supremo Tribunal Federal tomar essa decisão. Não é que, em princípio, eu seja contra, mas é que nós chegamos a um nível de promiscuidade tal, que o melhor que a classe política faria seria ficar longe das empresas, pelo menos por algumas décadas, até se tirar esse vício.

Agora, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que nós estamos aqui muito severos, analisando um fato muito grave de maneira muito superficial. Todos nós aqui já fizemos dezenas de campanhas. E, do alto da minha experiência, com 40 anos de vida pública, eu sou capaz de dizer que é praticamente impossível fazer uma contabilidade eleitoral de uma campanha que movimenta dezenas, centenas de pessoas num Estado inteiro e no final dizer: "Aqui não há um centavo de caixa dois". Essa é a realidade. Estou falando para a classe política...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que faz campanha todo dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu penso? Devemos, então, liberar o caixa dois? De maneira nenhuma! Devemos puni-lo, mas, na minha ideia, nós devemos puni-lo dentro do Código Eleitoral, e não irmos para o Código Penal. Código Penal é coisa para bandido. Que história é essa? A pessoa se esquece de declarar na sua campanha determinado fato ocorrido, uma despesa efetuada, ou o seu contador ou o seu assessor esqueceu, e aí vai curtir cinco anos de cadeia? De jeito nenhum! Sou radicalmente contra isso que nós estamos fazendo aqui. Bote: "Perde o direito político", "perde o mandato quem foi eleito", "nunca mais se candidata na vida". Eu posso concordar com tudo isso. Agora, ir para a cadeia quem não é criminoso, quem não praticou crime e que, por um lapso ou um descuido qualquer, esqueceu-se de fazer um registro eleitoral de uma campanha? É uma coisa absurda de volume de decisões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... que são tomadas no Estado inteiro, o que foge ao controle do candidato. "Ah! Você se esqueceu de R$200 de um carimbo!" Isso já aconteceu comigo. Um filho meu comprou um carimbo e se esqueceu de declarar. Estão aí R$200 do carimbo que se esqueceu de declarar, e eu vou para a cadeia? Serão cinco anos de cadeia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. me permite...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Isso não tem pé, nem cabeça. Nós estamos entrando nesse caminho aqui, e é preciso fazer uma reflexão. Vamos parar, vamos raciocinar, vamos pensar, e eu topo: "Pegou caixa dois, perdeu o mandato". Perco o meu mandado tranquilo, vou para casa viver com minha família. Agora, ir para cadeia? Está doido? De jeito nenhum!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, reputo a discussão da maior importância. Vejo como impossível se tentar criminalizar ou se tentar estabelecer parâmetros no que nós chamamos de pré-campanha.

Está chegando o Senador Eduardo Braga aqui. Nas suas considerações, quando discutia há pouco, ele estava falando do desequilíbrio no período da pré-campanha, seja até pela exposição de mídia, pela utilização de meios. Juridicamente, não dá! Se não há o registro da candidatura, não há como se dizer que o recurso foi utilizado em um caixa dois de pré-campanha. E, muitas vezes, isso poderia ser até objeto de denúncias vazias ou de vendeta, de vingança política. É uma coisa em que se tem de buscar os parâmetros na legislação. Agora, sob a ótica da criminalização, eu tenho a visão de que nós devemos partir nesse sentido, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o nosso Relator pelo trabalho que foi desenvolvido. Ele apresentou uma primeira emenda que altera a redação do §3º do art. 350, inserido pelo Projeto 18.665, para restringir a causa de aumento de pena ao agente público, por coerência com o art. 30 do Código Penal, que estabelece que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – ... não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

Há uma segunda emenda que foi incluída para aumentar a pena nos casos em que os recursos de caixa dois sejam provenientes de crime, de modo que sejam punidos com mais rigor aqueles que utilizam o dinheiro de corrupção, do narcotráfico, do contrabando para financiar as campanhas políticas.

Então, o meu voto, a nossa orientação vai ser no sentido do acolhimento, da aprovação do relatório do nosso Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Vou ser o mais conciso possível, porque eu já abusei levantando essa questão. E acho que os companheiros aqui já elucidaram, já colocaram luz sobre o projeto, de forma que a senhora ainda vai poder permitir que quem queira mudar o seu voto mude.

Eu me dirijo ao Senador Marcio Bittar para dizer o seguinte: eu não quero ser mais realista que o rei, mas o projeto de lei focaliza o período eleitoral *stricto sensu*, depois do registro. Mas a campanha eleitoral começa antes. Nós não temos o conceito de primárias. As primárias no país que sempre serviu de referência para nós, que são os Estados Unidos, já têm captação de recursos regulada pela Suprema Corte. Aliás, a última intervenção da Suprema Corte americana, em 2010, foi desconcertante, porque ela...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... abrigando a chamada Citizens United, que foi a ação, permitiu expressamente a participação de corporações no financiamento da campanha, ou seja, nos Estados Unidos, a legislação atual é exatamente o inverso do que nós passamos a adotar, quando proibimos a participação de empresas seja para construir candidaturas – eu peço a sua atenção –, seja para desconstruir candidaturas. Coloque isso no pote das operações cibernéticas, incluindo *fake news*, robôs, etc., e o senhor verá o que nós estamos plantando.

Dessa forma, o período abrangido pelo projeto de lei, dentro do conceito que nós adotamos nas reformas políticas de reduzir o período de campanha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu acabei de dizer isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas isso é o que aconteceu.

A minha primeira campanha para Governador do Estado foi de nove meses, em 1982.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Começou em fevereiro e foi até novembro. Imaginem vocês me aguentarem durante nove meses fazendo campanha!

Então, para concluir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E os showmícios, hem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E os showmícios!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu já tive uma campanha em que eu saudei uma coisa que dizia: "Fora, Amin!" "É claro, eu quero ir para Brasília! Eu quero ir para Brasília. Está certo, eu aplaudo."

Então, só quero dizer que o projeto é muito restrito na sua abrangência. E, se não houver a utilização do recurso, ele não abrange. Tudo bem, ele é restrito e não está coerente com a demanda que o ensejou. A demanda contra o caixa dois foi de outra natureza e de outra abrangência, mas não deixa de ser uma resposta. Contudo, nós ainda vamos ser demandados pela sociedade na busca de uma abrangência que discipline aquilo que decide a eleição, que é a pré-campanha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A campanha é muito curta, ou seja, vai ser o ano eleitoral. Se começa em outubro, se começa em janeiro ou nos prazos – vou concluir, Presidente – de desincompatibilização, essa é uma questão a se discutir, mas ela, cada vez mais, vai ser decisiva.

E, finalmente, digo que sou solidário às observações do nosso psiquiatra preferido, o nosso Senador Marcelo Castro, porque, realmente, ao misturar insignificâncias com o escopo, que era punir a corrupção, o caixa dois, o uso de dinheiro ilícito vindo de propina, vindo do crime organizado, eu acho que nós estamos devendo. É só isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra à Senadora Eliziane, mas não sem antes lembrar, Senador Esperidião Amin, até pela experiência de V. Exa., que V. Exa. poderá discutir e apresentar um projeto paralelo a esse, sobre o que é pré-campanha, ampliando o escopo desse projeto.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a autora, a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu queria antes cumprimentar o Senador Marcio Bittar.

Como o tempo realmente é muito pouco, eu queria me deter em duas questões, primeiramente na colocação do Senador Amin.

A gente precisa entender que a gente está criminalizando a utilização de um recurso em um período em que há uma previsão de utilização de recurso, de dinheiro, estimável ou não. Mas, na verdade, isso se dá nesse período. Então, para esse período, nós não podemos ter caixa dois. É exatamente sobre isso que nós precisamos ter clareza. Afora isso, fazer campanha eleitoral extemporânea, fora do tempo, é crime. Então, não se pode, por exemplo, criar uma regulamentação ou criar uma lei ou limitação para um período em que já não há permissão legal e previsão legal de se fazer campanha eleitoral. Na verdade, é essa a diferença.

Então, temos um período de campanha eleitoral e, para esse período de campanha eleitoral, nós precisamos utilizar recursos. Agora nós não podemos utilizar recursos de caixa dois, inclusive com o endurecimento de pena se o recurso for de origem ilícita, de agente público, enfim. Eu queria cumprimentar o Relator pela clareza em ter colocado isso em seu projeto. Se a gente parte para criar caixa dois em outros períodos, a gente está pressupondo que é permitida campanha eleitoral fora do tempo, e a legislação eleitoral não permite isso.

Há outra questão relativa a bens estimáveis. Nós já temos, por exemplo, o princípio da insignificância. Nós temos, por exemplo, no Código Eleitoral brasileiro, uma clareza em relação à questão da prestação de contas. Valores ínfimos não são considerados na prestação de contas, a não ser que haja utilização de má-fé, e aí não passa a ser um valor ínfimo, passa a ser um valor maior. Então, por exemplo, quanto ao valor que o colega coloca de R$200 ou de R$100, já há a previsão legal do princípio da insignificância. Agora, se a gente tira, por exemplo, os bens estimáveis... Nós temos, por exemplo, aqui, o transporte, nós temos a utilização de aviões, a utilização de transporte aéreo, que não é dada em dinheiro necessariamente, mas que pode ser um bem estimável.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, a gente pode resvalar para outro problema aqui e retirar, por exemplo, uma previsão que a gente precisa também incluir como crime, se não estiver especificamente utilizada na norma eleitoral.

Então, eu queria cumprimentar... Nós estamos criando uma tipificação penal – não é mais falsidade ideológica – que passará a ser prevista no Código Eleitoral.

Meus cumprimentos ao Relator!

Espero que nós possamos aprovar esse projeto, Presidente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu já tive oportunidade de votar. Eu queria registrar que era absolutamente desnecessária essa votação, porque acho que esse projeto já tinha sido prejudicado pela votação que fizemos do projeto relatado pelo Senador Rodrigo Pacheco. Mas votei favoravelmente, embora haja um conjunto de restrições também.

Primeiro, eu acho que essa questão da pré-campanha continua havendo uma lacuna. Aqui, eu conversava com alguns companheiros sobre essa questão, mas é hoje onde todos os crimes eleitorais acontecem: exatamente fora da campanha. É nessa época que se compra cabo eleitoral, que se compra vereador, que se faz contratação de uma série de coisas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza, é. A verdade é essa.

Eu sei que esse projeto não vai suprir essa lacuna, mas ela efetivamente existe.

Agora, para alguém que estivesse preocupado não somente com a questão de criminalizar a política – o que não é o caso do Ministro da Justiça, que é o autor desse pacote –, algumas questões fundamentais tinham que ser objeto de discussão. E nós vamos discutir, porque, a cada ano, discutimos a lei eleitoral do ano eleitoral, mas, por exemplo, falar do problema da desigualdade do caixa dois, porque é real a desigualdade, o crime... Mas permitir que o candidato que tenha recurso próprio gaste de forma ilimitada é uma agressão ao princípio democrático, o que ocorreu nessa eleição agora.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos tentar corrigir isso agora quando formos discutir a eleição de 2020, mas essa é uma questão essencial.

A outra questão é que, por mais que se trabalhe para impedir uma série de coisas, várias dessas coisas vão continuar acontecendo porque depende de alguém que julga, de alguém que decide.

Vocês vejam que aquele cidadão mentecapto, um bobo da corte chamado Luciano Hang, é um dos responsáveis pelo verdadeiro tiroteio de *fake news* que aconteceu no ano passado. Ele gastou milhões! Outros empresários de extrema direita no Brasil gastaram milhões, e o Tribunal Superior Eleitoral não chega a uma apuração; proibiu, inclusive, o acesso às informações sobre quem, de fato e efetivamente, teria feito esses disparos. A cada dia, surgem informações, inclusive de imprensas no exterior, onde isso aconteceu, e isso, além de representar caixa dois, representava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... um crime de contribuição por empresas, o que era e é proibido pela legislação. Isso acontece, aconteceu e, se a gente não continuar denunciando, vai acontecer novamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu acho que criminalizar toda a ação política é um problema para a política. Eu acho que a gente precisa começar a pensar que a atividade política não pode ser totalmente e em todas as frentes criminalizada.

Como é que eu vou disputar uma eleição com a regra atual, em que quem tem dinheiro pode pagar a rede social, pode fazer pré-campanha, tem condição de fazer o gasto, e isso não configura caixa dois? Ele pode tudo! Aqueles que são mais pobres ou que não têm condição individual de fazer campanha, que precisam do fundo partidário, que precisam de recursos, como vão ficar? Qualquer coisa que fizerem vira caixa dois, é criminalizado.

Assim, a regra de sempre prevalece aqui: a lei é para os mais pobres, a lei é para os menos aquinhoados neste País. Nós estamos reproduzido aqui a mesma lógica. Se você tiver R$1 milhão, se esse dinheiro for seu, se você estiver numa pré-campanha e gastar esse dinheiro, isso não é crime, mas se você...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... gastar alguma coisa, por pouco que seja, e se comprovarem e quiserem transformá-lo num criminoso, eles o transformam!

Por isso, eu voto contra essa medida que criminaliza a política. Eu não estou aqui para cumprir essa tarefa de cada vez tornar mais difícil a participação de quem não tem patrimônio, de quem não tem dinheiro na atividade pública e na política, e é isso que nós estamos fazendo aqui, sob o manto de uma pseudomoralidade, sob o manto de um populismo moralista que está tomando conta deste País! Esta é a realidade: um manto populista e moralista toma conta deste País!

Eu desafio aquele que não vai ter, durante uma pré-campanha, alguma despesa que é paga por alguém e que não vai contabilizar. Eu desafio! Isso é caixa dois, isso dá cadeia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, é um populismo moralista que só prejudica quem não tem dinheiro para gastar no período pré-eleitoral.

Desculpem-me o desabafo, mas esse é um sentimento que eu quero transferir para todos os brasileiros, porque é uma farsa o que nós estamos votando aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Desculpem-me o privilégio de estar aqui à mesa.

Depois da declaração do Senador Esperidião Amin e do Senador Rodrigo, eu fiquei com uma pergunta. A Senadora Eliziane procurou esclarecer a iniciativa do projeto dela e depois complementou com dois pontos importantes. Mas tenho uma pergunta a fazer ao Senador Eduardo Braga ou ao Senador Anastasia, a quem puder responder.

Você vai à convenção. Na convenção, sai homologado o seu nome como candidata, na lista de candidata oficial do partido. Até o registro da candidatura, até lá, Major Olimpio, você não é candidato, você está homologado pela convenção, mas não é candidato. Só se torna candidato oficial quando você registra sua candidatura. O que se faz nesse interregno?

O Senador Rogério fez um discurso veemente. Na verdade, Senador Marcos Rogério, há um período sobre o qual ninguém fala, mas, legalmente, para que a lei alcance as medidas judiciais, a tal da denúncia de que usou isso ou usou aquilo, você tem que ser oficialmente candidato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suponhamos que, nesse período, alguém fale assim: "Ah, eu estou dando gasolina para ele rodar, para montar a candidatura dele". Vai lá e declara isso. Você não é oficialmente candidato, mas a punição o alcança. Como é que você se comporta legalmente nesse processo para que não seja considerado o que você faz... Se tiver que regulamentar, por favor regulamentem! Vai se ficar jogando ao acaso? Pode-se dizer "não era período eleitoral" ou "era período eleitoral, mas não era campanha" ou "era campanha". Por que não era campanha, se ele saiu na convenção? Porque não estava registrado, não foi definida a candidatura dele, autorizada. O que é que se faz com esse tempo, gente, pelo amor de Deus? Todos os dias há processos dessa natureza! Isso ocorre todos os dias!

Vou citar o exemplo de uma Deputada Estadual que veio até a ser Senadora. O carro dela bateu, o assessor liberou o carro para ela, e ela usou o carro até ter seu carro consertado. Depois, alguém denunciou que ela usou o carro do assessor dela, que aquilo era doação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Mas ela não estava com a candidatura homologada; até adentrou cinco dias após isso. O que ela faria? Declararia os cinco dias depois da candidatura? Considerava o período em que ela usou o carro? Aquilo era doação ou não era doação?

Senadora Eliziane, então, para efeito do seu projeto, nós precisamos também pensar em conjunto como é que a gente legaliza essas coisas para não haver uma assombração, dia e noite, atrás das pessoas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora, ela citou o meu nome.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não foi de forma pejorativa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Eu citei...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não o foi, mas só quero responder.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu apenas gostaria...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – A gente estuda em conjunto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ela fala de pré-campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas quero fazer um esclarecimento. Nós temos mais oradores, e, até por respeito a outros projetos terminativos – nós estamos exatamente com o número de 14 para podermos deliberar terminativos –, eu pediria, por ser esta a última reunião, que nós seguíssemos a ordem de inscrição. Qualquer Senador tem direito à palavra, mas a repetição aqui geraria um debate, inclusive, em um tema que vai ter que voltar a esta Casa, através de um novo projeto, para se debater, se assim as senhoras e os senhores desejarem, a pré-campanha, incluindo essa questão do momento em que se dá à candidatura, se na convenção ou no registro, para efeitos penais. Essa é uma discussão em que nós aqui não somos doutores e professores no assunto. Então, não adianta nós ficarmos no achismo, prejudicando – digo isto com todo o respeito – a pauta deliberativa da Comissão.

Com a palavra o último orador inscrito, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, obrigado.

Quero apenas registrar e compartilhar com os colegas o esclarecimento que foi solicitado. O projeto que agora apreciamos restringe-se ao período de campanha, não abarca a pré-campanha. Não é isso? Não existe nenhuma expressão que lhe faça referência. Então, em algum momento do nosso debate, nós saímos do texto que estamos discutindo e entramos em outras questões, que são altamente relevantes, sem sombra de dúvida, e que precisamos melhor regulamentar, mas, no caso específico, trata-se aqui com clareza da questão da criminalização do caixa dois. O caixa dois é um atentado à democracia! É impossível se tratar... É impossível esconder essa realidade, sob qualquer argumento que seja, não importa a veemência da fala.

A questão de já ter sido o projeto aprovado antes já foi também apreciada aqui; o fato de que um projeto específico, individual, poderia tramitar de forma mais célere. Então, vamos focar – é uma sugestão que eu faço, é um pedido aos colegas – o que está no texto que vai à votação: criminalização de caixa dois, um crime contra a democracia. A Comissão de Constituição e Justiça já e manifestou nesse sentido. Então, vamos avançar e votar aquilo que seja possível.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está encerrada a inscrição.

Não há mais quem queria discutir. Encerro a discussão.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se esse painel de votação pode ser uma votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Eu vi que, pelo quórum, todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já voltaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço, portanto, à Secretaria que abra o painel para apurarmos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 17 Sras. e Srs. Senadores. Houve 2 votos NÃO.

Portanto, está aprovado.

Declaro encerrada, portanto...

Está aprovado o projeto e a Emenda nº 2, nos termos das Subemendas nºs 1, 3 e 4 desta Comissão, e rejeitada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O quórum... Caiu o quórum com a saída de Senadores. Nós vamos para os não terminativos. Eu peço à Secretaria que me informe.

Item 2...

A Senadora acabou de se ausentar também; o item 2 também está prejudicado.

Aos terminativos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O problema é que é terminativo; perdemos o quórum, perdemos o quórum.

Enquanto os colegas voltam, passemos aos não terminativos.

Item 15.

1ª PARTE

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 510, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dissolução de união estável, a pedido da ofendida, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, na forma do substitutivo que apresenta e contrário à Emenda nº 1-CDH.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Relator, Alessandro Vieira, para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Lei nº 510, de 2019, é de autoria do Deputado Luiz Lima e traz alterações para a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha, essencialmente para atribuir aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a competência para julgar as ações de divórcio e de dissolução de união estável, a pedido da ofendida.

O projeto é composto de sete artigos.

Na modificação prevista pelo art. 2º, o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar o encaminhamento à assistência judiciária, inclusive para eventual ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável.

De acordo com o art. 3º, no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá informar a ofendida sobre o serviço de assistência judiciária e a possibilidade de ajuizamento de ação de divórcio ou de dissolução de união estável.

O art. 6º desse meu projeto intenta prever, no Código de Processo Civil, a prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, dos procedimentos judiciais em que figure como parte a mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Ao justificar a medida, o autor, Deputado Luiz Lima, destaca que, apesar de a Lei Maria da Penha já prever medidas para coibir a violência doméstica contra mulher, como o afastamento do agressor, há necessidade de medidas voltadas a facilitar o rompimento do vínculo entre a vítima e o agressor.

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 23 de maio de 2019, sob relatoria da Senadora Leila Barros, a CDH aprovou parecer favorável, com uma emenda de redação para corrigir o texto da ementa.

Passo à análise.

Não foram identificados vícios de natureza regimental, de juridicidade ou de constitucionalidade no projeto.

Quanto ao mérito, entendemos conveniente a atribuição de competência ao Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para o julgamento das ações de separação judicial, divórcio ou de dissolução da união estável, com a ressalva de que deve se deixar mais clara na redação a possibilidade de ajuizamento no juízo da Vara de Família.

Nos termos do projeto de lei, o juiz titular do Juizado de Violência contra a Mulher tem competência para decretar o divórcio, mas careceria de idêntica competência para resolver sobre a partilha de bens.

Diante disso, deve subsistir a opção de ingressar com a demanda no juízo da Vara de Família, por ser mais habituado no enfrentamento das causas de dissolução do casamento, bem como em relação a causas conexas tais como as ações de alimentos, guarda, regulamentação de visitas, reconhecimento de paternidade etc.

Mantida a opção de ajuizamento da ação no Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou no juízo da Vara de Família, tem-se que nos demais pontos o projeto é meritório ao prever o direito à informação e o dever de encaminhamento da ofendida aos serviços de assistência judiciária para promoção de ação de divórcio ou dissolução judicial.

Ademais, tendo em vista a regra do inciso I do art. 15 da Lei Maria da Penha, que confere à ofendida a prerrogativa de propor as ações cíveis regidas por aquele diploma legal no foro do seu domicílio ou de sua residência, propomos também alterar a redação do CPC no sentido de permitir à mulher vítima de violência doméstica e familiar o ajuizamento das ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável perante o foro do seu domicílio ou de sua residência.

Não se trata aqui de retrocesso frente ao princípio constitucional da igualdade de direitos e deveres entre homem e mulher no exercício dos deveres conjugais e parentais, mas sim do reconhecimento da vulnerabilidade da mulher vítima de violência doméstica e familiar, que é merecedora de tratamento especial, e isso legitima a especial regra de fixação da competência territorial insculpida no art. 15, inciso I, da Lei 11.340, de 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, é esta vulnerabilidade decorrente da violência doméstica e familiar que também determinará a intervenção obrigatória do Ministério Público enquanto fiscal da lei, conforme determina o art. 26 da Lei 11.340, de 2006. Daí por que a necessidade de previsão de exceção à regra do CPC, segundo a qual o Ministério Público só interviria se fosse caso de interesse de incapaz. Propomos, então, que a intervenção do Ministério Público seja obrigatória também nas ações onde a parte seja vítima de violência doméstica.

Em resumo, entendemos necessária a apresentação de emenda substitutiva para promover os seguintes ajustes no texto do projeto de lei: i) opção de ajuizamento da ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável tanto no Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher como no juízo da Vara de Família; ii) inclusão da referência à separação judicial, ao lado do divórcio e da dissolução da união estável, uma vez que ela remanesce como faculdade conferida a quem pretende romper a sociedade conjugal, especialmente na condição de vítima de violência doméstica; iii) referência ao juízo competente para a ação de separação judicial, divórcio ou de dissolução de união estável; iv) inclusão da competência do foro do domicílio da vítima de violência para as ações já referidas; v) previsão da intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de família propostas em que figure como parte a vítima de violência doméstica e familiar; e vi) adequação da ementa do projeto.

Como a ementa do projeto deverá ser modificada, impõe-se a rejeição da Emenda nº 1 da CDH apenas para ajustes de redação.

Voto.

Pela rejeição da Emenda nº 1 aprovada pela CDH e pela aprovação do PL 510, de 2019, na forma da emenda substitutiva que segue.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir vista, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida à Senadora Juíza Selma.

Só falta um Senador para voltarmos a ter quórum para os terminativos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra pela ordem o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Apenas para registrar que eu apresentei um ofício de aditamento à composição daquela audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos três requerimentos. Vão ser todos votados hoje, Senador Humberto. Fique tranquilo. Eu farei isso logo após esse projeto, porque V. Exa. precisa estar presente.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 1, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES) e outros

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável à Proposta, às Emendas nºs 1 a 4 e com a emenda de redação que apresenta

Observações:

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, nos termos regimentais;

- Em 21/05/2019, foram recebidas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do Senador Marcos Rogério.

Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma, apenas para proferir seu relatório sobre as Emendas de nºs 1 a 4.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Marcos Rogério apresentou as seguintes emendas: Emenda nº 1, que propõe que as eleições das Mesas das Assembleias estaduais sejam realizadas mediante sessão pública e voto aberto; a nº 2, que se refere à mesma coisa, apenas em relação às Câmaras municipais; e a nº 3, que propõe que a eleição para Tribunal de Contas da União seja realizada mediante sessão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública e voto aberto; a Emenda nº 4, propõe que a eleição dos órgãos diretivos dos órgãos do Poder Judiciário previstos no art. 92 seja realizada mediante sessão pública e voto aberto.

As emendas são pertinentes e devem ser acolhidas, seguindo os princípios de publicidade e transparência que servem como modelo para toda a Administração Pública. É importante salientar que solicitei estudo para a Consultoria do Senado Federal quanto às Emendas nºs 1 e 2, pois poderia haver dúvidas sobre a reprodução obrigatória ou automática da regra para as eleições das Mesas do Legislativo nos demais níveis da Federação. Em resposta, a Consultoria, por intermédio do STC nº 2019-06682, afirmou que não há ofensa aos referidos ditames constitucionais, salientando que:

> [...] parece-nos que a opção do constituinte reformador pelo voto aberto na eleição das Mesas das câmaras legislativas pode constituir princípio estruturante de organização aplicável a todas as esferas da federação. [...]E não nos parece, enfim, que a previsão de voto aberto para eleição das Mesas das Casas legislativas represente ameaça ao núcleo essencial da forma federativa de Estado, o que ensejaria ofensa à cláusula pétrea disposta no art. 60, §4º, I, da Constituição Federal.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 1, de 2019, e, no mérito, votamos por sua aprovação e das quatro emendas apresentadas, bem como da seguinte emenda de redação:

> Renumere-se o § 4º-A a ser inserido no art. 57 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 1, de 2019, como § 9º, dando-se-lhe a seguinte redação:
> "Art. 57. .....
> § 9º As eleições das Mesas no Congresso Nacional são realizadas mediante sessão pública e voto aberto." (NR)

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Espere aí! Espere aí!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah! Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, para discutir, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Eu não ouvi o parecer definitivo da Senadora sobre as emendas, mas, independentemente disso, eu quero discutir o mérito dessa proposição.

Na minha avaliação, isso é um grande equívoco. O fato ocorrido agora, recentemente, quando da eleição da atual Mesa, em que, na prática, várias pessoas resolveram abrir o seu voto, eu acho que não legitima a discussão sobre essa questão. O voto secreto é uma construção e uma conquista da democracia, particularmente para aquelas situações em que a escolha se dá em muitas condições, em muitas situações por quem tem efetivo poder de influenciar.

Veja, quando nós tivermos... Não agora – e eu espero que esses boatos de que há uma proposta de mudar os critérios de reeleição de Mesa no Senado e na Câmara não sejam verdadeiros e, se forem, espero que eles não prosperem –, mas, quando o Presidente da Casa é candidato à reeleição, nessas situações é que a gente vê onde a força e o peso de quem exerce o papel e uma função se manifestam sobre a autonomia de quem vai votar. Não tenho a mínima dúvida. Então, eu estou dando só um exemplo, além de outros exemplos que podem ser levados em consideração por quem vai exercer o seu direito de voto. É óbvio que, quando diz respeito à cassação, nós avançamos em relação a isso aí; é óbvio que, quando diz respeito a vetos, nós avançamos nisso aí; mas, quando se trata de escolha de autoridades e quando se trata de escolha da própria Mesa Diretora do Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... ou da Câmara, eu creio que isso é um enorme equívoco, pautado por uma pseudodemocracia que se está tentando impor e que, na verdade, vai abrir a possibilidade de que o poder político e, às vezes, até o poder econômico possam interferir nas decisões, na votação e na escolha da Mesa.

Então, eu quero me pronunciar aqui frontalmente contra essa proposição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Rose, autora da proposição.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Senador Humberto, eu teria, em outro momento da política nacional, que concordar com V. Exa, mas, veja bem – até vários companheiros e companheiros vieram até mim, apelaram –, aconteceu um fato inusitado nesta Casa – como Constituinte, muito mais inusitado, porque eu tenho que respeitar a Constituição que eu ajudei a escrever –, e a demagogia, em nome de uma transparência, prevaleceu no dia da votação da Mesa Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando perguntaram se o voto deveria ser aberto, eu fui lá e me pronunciei: "deveria". Quando o Supremo decidiu que teria que se manter secreto, eu votei secreto. Não foi suficiente para as pessoas que dizem todo dia que há que se respeitar a decisão do Supremo. Nessa hora, não foi a pseudodemagogia; foi decididamente a demagogia – a expressão usada pelo Senador Humberto Costa. As pessoas fizeram uma coisa que eu registrei para mim, Senador Amin. Com a decisão do Supremo, com base na Constituição Federal – e lhe cabe resguardar a Constituição –, Senador Serra, as pessoas lá na frente... Inclusive, registro a posição do meu Estado, em que meus colegas, por direito, foram lá e mostraram os seus votos, mas, como eu estava respeitando a decisão do Supremo, no meu Estado as pessoas disseram: "Você é muito burra! Como é que pode, na hora de você mostrar...". Mostrar o quê? Eu escrevo uma Constituição e não respeito? Eu não acato a decisão do Supremo? E aí agora alguns me dizem...

Olha, eu tendo a raciocinar na direção de V. Exa., só que os tempos mudaram. O tempo não é a favor de uma transparência... Quanto à publicidade do voto, tem que ser modificada essa regra, porque não vale votar e respeitar a Constituição; vale aquilo que as pessoas querem fazer para que a câmera ou o fotógrafo registre.

Apresentei esse projeto e tenho certeza de que o povo brasileiro exige transparência, publicidade dos nossos atos. E estou de acordo, nós representantes temos que fazer isso, mas, nesse sentido, eu vou atender os princípios que devem nortear o comportamento desta Casa, porque nada vale menos do que aquilo que você parece dizer e não diz. Então, você tem que dizer conforme está fazendo.

A rede social hoje vigia... Um Parlamentar aqui mostrou ontem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – "O senhor saiu do Plenário na hora da votação". Ele saiu, estava passando mal, foi para o serviço médico, e, na hora da votação, disseram que ele se omitiu. Então, está um inferno, um inferno! As interpretações são superiores ao registro dos fatos. Então, eu gostaria...

Apresentei esse voto diante da minha Casa, da deliberação pelo voto aberto, porque, se agora eu quero votar no Humberto para Presidente, eu vou declarar que votei no Humberto para Presidente. Quero ver os vigilantes, os inspetores da democracia, que dizem representá-la, agora terem o que falar porque eu respeitei uma decisão do Supremo Tribunal. Vão lá e mostram o voto. E, se eu votei divergente... Aliás, não votei em nenhum daqueles candidatos que estavam ali, votei num outro até equivocadamente. No entanto, o que vale é a fotografia. E, nas redes sociais de vários colegas nossos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – ... ainda publicam aquela foto para colocar, diante da população brasileira, como se a pessoa fosse culpada de ter a sua posição. Então, vamos tomar a posição com transparência, vamos dar publicidade, aí evitamos os algozes da democracia, que tanto julgamos representar nesta Casa.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com um voto contrário do Senador Humberto Costa.

Portanto, o relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta, com as Emendas nºs 1 a 5.

A matéria vai ao Plenário.

O próximo item da pauta, apenas para que o Senador possa se preparar, é o item 6, também não terminativo. Já foi lido também o relatório.

Apenas antes, atendendo uma solicitação do Senador Humberto, coloco um requerimento em votação apenas para aditar algumas autoridades a um requerimento de audiência pública já aprovado, objeto do Requerimento nº 11, desta Comissão, com o objetivo de instruir o PL 1.864, de 2019, que modifica o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal e outras leis correlatas.

É mais de um, são um, dois... São três requerimentos, dois do Senador Humberto Costa, que apenas acrescentam algumas autoridades à audiência pública, que já vai ser deliberada ou pelo menos marcada na agenda para a primeira semana de agosto.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 44, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 11, de 2019 - CCJ.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 36

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 43, DE 2019

- Não terminativo -

Requer aditamento ao RQS 11/2019

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 38

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 45, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do nome abaixo relacionado entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 11, de 2019 – CCJ: Sr. Ivan Marques – Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)

No primeiro: Doutora em Direito Internacional e Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sra. Carol Proner; Sra. Maíra Fernandes, advogada; Juliano Breda, advogado; Geraldo Prado, Professor de Direito; Eleonora Nacif, Presidente da IBCCrim; Nathalie Fragoso, advogada e pesquisadora; Felipe Freitas, pesquisador em criminologia; Deise Benedito, também advogada; Lívia Casseres, Defensora Pública do Rio de Janeiro; Dr. Marcus Edson de Lima, Presidente do Colégio Nacional de Defensores Públicos; e um representante da Associação Nacional dos Peritos Criminais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No segundo requerimento do Senador Humberto Costa: também a Eleonora Nacif, que eu acredito que já tenha... Está duplicado. Eu já havia nominado a referida autoridade – estou conferindo apenas para não repetir. Prossigo: Max Maciel, da Rede Urbana de Ações Socioculturais; Sra. Eronilde Nascimento, Mães de Maio do Cerrado; Sr. Domingos Sávio, Subprocurador-Geral da República; Sra. Lívia Casseres, Defensora Pública – também está aqui duplicada; a Consultoria eu acho que duplicou a maioria das autoridades. Eu vou ler apenas as que ainda não foram citadas: Sr. Silvio Souza, Conectas Direitos Humanos; Haydée Caruso, Professora de Sociologia da Universidade de Brasília; Sr. Douglas Elias Belchior, Movimento Uneafro; Sr. Jed Rakoff, Juiz Federal de Nova York; Sr. John Gleeson, advogado, ex-Promotor e ex-Juiz Federal; Sra. Rebecca Schaeffer, Advogada Sênior da Fair Trials.

E também um requerimento no mesmo sentido, para participar da mesma audiência, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães, convidando o Sr. Ivan Marques, Diretor Executivo do Instituto Sou da Paz.

Coloco em votação os três requerimentos nominados.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão, aprovados para serem aditados à audiência, que será marcada para a primeira semana de agosto.

Também há um requerimento sobre a mesa do Senador Weverton – na realidade, são quatro com o mesmo conteúdo.

Um requerimento é este.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 42

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 49, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Superior Tribunal Militar – STM; 2. Presidente do Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior Eleitoral – TSE; 3. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST; 4. Sr. Ney de Barros Bello Filho – Desembargador Federal do TRF da 1ª Região; 5. Sr. Samuel Meira Brasil Jr – Corregedor Geral da Justiça do Espírito Santo (CGJ-ES).

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

O outro requerimento, para a mesma audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM 41

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 48, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; 2. Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; 3. Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; 4. Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF; 5. Presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Outro requerimento no mesmo sentido, para instrução da mesma matéria.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 40

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 47, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; 2. Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ; 3. Procuradora-Geral da República – PGR; 4. Corregedor do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

E, por fim, também para instrução da mesma matéria, na mesma audiência pública, ou em outra – talvez tenhamos que fazer duas pela quantidade de convidados.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 39

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 46, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 77/2019, que altera a Constituição Federal para prever duração dos mandatos de Ministros do Supremo Tribunal Federal e nova forma de escolha de Ministros de Tribunais Superiores e dos juízes de Tribunais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; 2. Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; – CFOAB; 3. Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; 4. Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG; 5. Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Coloco em votação os requerimentos mencionados.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos. Nós entraremos em contato com o autor dos requerimentos para vermos uma data em comum e disponível nesta Comissão para audiência pública para instruir a PEC 77.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 429, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.

Autoria do Projeto: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN

Observações:

- Em 09/04/2019, foi apresentada a emenda nº 1-Plen, de autoria do Senador Humberto Costa;

- Em 03/07/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Rogério Carvalho e Antonio Anastasia nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, o autor da emenda; em seguida, o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, eu entendo que esse projeto, da forma como está construído, vai submeter os partidos políticos a uma ingerência, a uma interferência na sua forma de estruturação e de organização que quebram fundamentalmente o seu princípio, garantido pela Constituição, da autonomia.

Naturalmente, cabe à lei definir claramente que os partidos precisam ter programas de integridade, de transparência, mas daí a querer definir que isso se aplica até mesmo a colaboradores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administradores, independentemente do cargo ou função exercidos, a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários, exigindo treinamento permanente para filiados, empregados, dirigentes, enfim, estrutura de auditoria interna, com avaliação independente e objetiva... Na verdade, todos os partidos se quiserem podem adotar isso, mas obrigar, por intermédio da lei, quando na verdade já há, pela legislação atual, pela legislação eleitoral, quem fiscaliza o funcionamento dos partidos, quem pode processar os partidos por conta do não cumprimento daquilo que seria o que está previsto na legislação eleitoral, inclusive o Ministério Público Eleitoral, inclusive o Tribunal Superior Eleitoral. Eu creio que é algo completamente desnecessário e que vai na linha, mais uma vez, da criminalização da atividade política, da atividade dos partidos políticos.

A minha emenda se limita a dizer, em primeiro lugar, que o partido terá que garantir a publicidade e a transparência do balanço contábil, que é enviado à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 32, o que permite a qualquer cidadão ter conhecimento de como esses recursos são administrados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... de como se deu a prestação de contas e, se for o caso, permite a qualquer cidadão entrar na Justiça contra ações que ele considere que sejam irregulares. Também coloquei a garantia da publicidade e transparência da origem dos recursos doados por pessoas físicas, criação de mecanismos e procedimentos de integridade que visem à identificação e ao saneamento das irregularidades.

Portanto, eu creio que nós estamos, como falou ali o Senador Marcelo Castro, criando um problema para nós mesmos. Nós estamos criando uma interferência... Isso vai trazer novamente o Ministério Público, vai trazer uma série de outros atores nesse processo para algo que eu entendo ser absolutamente desnecessário.

Quando a legislação previu, para as empresas, que elas deveriam adotar ações de *compliance*, não definiu exatamente como, nem a interferência que teria o setor público, o Poder Público em relação a isso.

Então eu considero que essa é uma proposta absolutamente equivocada, desnecessária e que vai, sem dúvida, produzir, mais uma vez, o recrudescimento da tentativa de criminalização da atividade política e dos partidos políticos. Vários partidos inclusive já foram apenados, já foram multados. Seus membros já foram processados por ações que a Justiça entendeu inadequadas. Então, qual é o objetivo de uma legislação como essa?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator, Senador Randolfe, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, eu vou me pronunciar. Não sei se mais alguém vai se manifestar, além do autor, então deixemos o autor da matéria, o Senador Anastasia, por último.

Com a devida vênia do Senador Humberto, o nosso parecer foi pela aprovação. Nosso parecer, já exarado na reunião anterior, foi pela aprovação do texto integral de S. Exa. o Senador Anastasia em relação à matéria.

No interregno de tempo entre a semana passada e esta, eu tive a honra de ser procurado pelo Dr. Marlon Reis, Presidente. O Dr. Márlon Reis, para quem não conhece – quero fazer questão de aqui registrar –, foi, na prática, o autor da Lei da Ficha Limpa, foi quem trouxe os fundamentos da Lei da Ficha Limpa, aprovada aqui pelo Congresso Nacional, através de um movimento de combate à corrupção eleitoral. E S. Exa. o Dr. Márlon Reis, ao nos procurar, falava exatamente do projeto de autoria do Senador Anastasia, de *compliance*, e do apoio que ele manifestava ao projeto.

Eu inclusive destaquei ao Dr. Márlon, na ocasião, que eu estava sendo somente o carteiro. O emissor e autor da ideia era S. Exa. o Senador Anastasia.

É uma ideia que, na minha percepção, que na minha convicção, melhor dizendo, moderniza o sistema partidário brasileiro, em especial a partir de uma realidade advinda da criminalização do financiamento privado de campanha por parte do Supremo Tribunal Federal, uma decisão que, no nosso entender, por parte do Supremo Tribunal Federal, aprimorou os mecanismos da democracia brasileira. Logo, com o banimento do financiamento privado de campanha, os partidos políticos passaram a receber a dotação de recursos públicos de campanha. Veja que, no último processo eleitoral, no último período eleitoral, foram R$1,6 bilhões distribuídos para os partidos.

O Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias propõe – o que tem inclusive o nosso antagonismo, a nossa oposição a essa ideia, Senador Oriovisto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ampliar o fundo partidário eleitoral, o fundo eleitoral para as eleições do ano que vem para 3,6 bilhões, o que é um absurdo, um descabimento.

O fato é que a realidade é de financiamento público. Se a realidade é de financiamento público, consideramos que, sem ofender a autonomia partidária, sem ofender o consoante com os ditames constitucionais, é necessário termos regras de *compliance,* termos regras de acompanhamento da utilização inclusive desses recursos por parte dos partidos políticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, Presidente, incorporar... Não vou incorporar ao relatório porque isso ensejaria um novo pedido de vista, mas faço questão de destacar alguns aspectos do parecer de S. Exa. o Dr. Márlon Reis, que, no meu entender, corrobora e reforça a necessidade de aprovação dessa matéria.

Vejam o que diz o parecer do eminente jurista:

> O PLS nº 429, de 2017, atualiza o debate partidário, uma vez que a cultura política da sociedade evoluiu nos últimos anos para demandar maiores compromissos com a legalidade e com a transparência, fatores que ganharam imensa relevância desde a conquista da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 2010).

Destaque para isso: nada mais consoante com o advento da Lei Complementar nº 135 do que regras de *compliance* para os partidos políticos.

Mais adiante, diz o jurista Márlon Reis:

> Os partidos políticos, por outro lado, apesar de sua autonomia constitucionalmente reconhecida, podem ser validamente chamados pela lei a adotarem *standards* mais avançados de controle interno, o que, longe de representar alguma afronta à sua autodeterminação, confere-lhes mais instrumentos para exercê-la.
> [Destaque nosso:] Inexiste no aludido projeto de lei, pois, a mínima afronta ao primado constitucional da autonomia partidária insculpido no §1º do art. 17 da Lei Maior.

Portanto, esse parecer destaca que não ofende o primado da autonomia partidária e atualiza a legislação partidária para duas realidades: uma, na prática, um sistema de financiamento público de campanhas hoje existente no Brasil; outra, o advento da Lei da Ficha Limpa, que exige, por parte dos partidos políticos, melhores regramentos internos, inclusive, na definição das candidaturas.

Só para acrescentar e concluir, Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... no mesmo parecer, o eminente jurista diz:

> Do ponto de vista finalístico, denota-se que o programa de *compliance* não corresponde ao mecanismo destinado à fiscalização externa em sentido persecutório; ao contrário, Heinen [e, aí, cita obra do eminente jurista Juliano Heinen] afirma que os objetivos fundamentais de um programa de integridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivo consiste, preliminarmente, na prevenção e, em segundo plano, na detecção e, por fim, no tratamento ágil e eficaz de condutas que possam ser caracterizadas como desconformes às leis, às normas internas, externas e às boas práticas desejadas, tudo isso no contexto de um processo interno e autogerido.

Presidente, ao contrário de ameaçar qualquer tipo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de afrontar o mandamento constitucional da autonomia, o projeto de S. Exa. o Senador Anastasia, reafirmado por esse parecer exarado, repito, pelo eminente jurista Márlon Reis, moderniza, atualiza o sistema partidário brasileiro e os partidos políticos para as regras de fiscalização e de funcionamento interno para evitar que o delito ocorra.

Ora, é lógico, é da tradição brasileira a existência de oligarquias partidárias, a utilização indevida de recursos públicos do fundo partidário por parte de partidos políticos. E, veja, a regra de *compliance* não estabelece a fiscalização externa. Estabelece que os partidos, por razões óbvias, não podem ter reprodução de caixas e oligarquias para o seu funcionamento e, por razões óbvias, pelo recebimento de recursos públicos, não podem fazer a utilização ao bel-prazer. Nós tivemos já exemplos aí de partidos políticos que utilizaram recursos de fundo partidário até para comprar helicóptero para presidente de partido. Há casos notórios nesse sentido.

Então, sem ofender o princípio constitucional da autonomia, mas é necessário termos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... um regramento mínimo, que garanta a autonomia partidária, mas, ao mesmo tempo, assegure a transparência do funcionamento dos partidos.

É este o sentido, e é por isso que o nosso parecer é pela aprovação na íntegra do projeto de S. Exa. o Senador Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, o autor do projeto, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer, sobremodo, ao eminente Relator, o Senador Randolfe, que, de maneira muito clara, mais uma vez, expôs os contornos gerais do parecer que já havia exarado anteriormente e os reitera, agora, na emenda do eminente Senador Humberto Costa. Ao mesmo modo, quero agradecer o parecer, que foi aqui lido em parte pelo Relator, do Dr. Márlon Reis, o eminente jurista autor da Lei da Ficha Limpa, que, de fato, nos engrandece e honra muito com a sua opinião técnica, profissional e proficiente sobre o tema em pauta.

Eu queria agradecer ao Senador Humberto Costa, louvar a iniciativa de S. Exa., compreender os motivos que o levaram a apresentar essa emenda. Aliás, no debate que fizemos aqui, na CCJ, quando da sua aprovação, no passado, ele já fez as mesmas ponderações. Eu acredito que ele, evidentemente, tem razões para defender o seu ponto de vista, mas gostaria de tranquilizá-lo, na medida do possível, e dizer que eu também compartilho, eminente Senador Humberto Costa, com a tese de que nós não devemos, jamais, criminalizar a política. Ao contrário, a boa política deve ser sempre reconhecida como a solução dos problemas nacionais.

O projeto de lei, na realidade, é um projeto que caminha no sentido civilizatório, na medida em que induz e estimula que os partidos adotem as técnicas modernas de integridade, na medida em que passamos a ter, como lembrava o eminente Relator, Senador Randolfe, recursos públicos expressivos sob gestão dos partidos políticos, em razão das decisões recentes do Supremo Tribunal Federal e da legislação que votamos, criando o fundo eleitoral também.

Então, nós temos hoje recursos que estão sob o bojo, sob a guarda dos partidos políticos, que impõem, a par da importância que têm na estrutura da sociedade brasileira e do nosso mundo político, um comportamento que seja mais do que idôneo, mas que seja, de fato, exemplar. E esse comportamento exemplar se espraia não só para a cúpula partidária, mas também para os seus filiados, adotando os mecanismos aqui previstos, de códigos de ética, de qualificação, de auditorias, ou seja, instrumentos próprios da integridade que já existem pelo mundo afora.

Acredito, portanto, que não há nenhuma mácula à autonomia, ao contrário, porque nós estamos tratando, na realidade, de recursos públicos; e, por outro lado, um estímulo de um procedimento, que é uma etapa. É claro que nós vamos aperfeiçoar ao longo do tempo. Então, acredito, com muita firmeza e com muita convicção, que nós temos um projeto que avança. Não compartilho dos temores, mas respeito sempre a posição do Senador Humberto Costa. E acredito que o processo avançará.

Agradeço, mais uma vez, por fim, ao Senador Randolfe, pelas suas posições.

Acho que nós teremos, se aprovado pelo Plenário posteriormente – e depois será, certamente, muito debatido na Câmara dos Deputados –, um projeto que permitirá aos partidos políticos brasileiros alcançarem um patamar, inclusive internacional, de maior reconhecimento para apresentarem, cada vez de maneira mais forte, os contornos sob o ponto de vista do seu conteúdo programático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, defendo o projeto e agradeço ao Senador Randolfe, mais uma vez, a imensa generosidade e gentileza nas observações, fruto de seu carinhoso coração, sempre exagerado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Humberto Costa.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 1, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

Na ordem, nós temos só mais dois não terminativos e três terminativos, cujos relatórios vão ser lidos, mas não vamos levar adiante nem a discussão nem a concessão de vista, porque o quórum está baixo e vai permitir que, na primeira semana de agosto, possa caber tanto o pedido de vista quanto o início de discussão da matéria. Portanto, repetindo: teremos agora dois não terminativos e três terminativos, cujos relatórios vão ser lidos, mas não concederei pedido de vista para não atrapalhar o bom entendimento dos colegas que já estão em outras Comissões.

ITEM 32

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 51, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), para sobrestar a análise de pedido de autorização de operação de crédito externo quando a manifestação do órgão competente do Poder Executivo decorrer de decisão judicial não definitiva.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sra. Presidente, é uma matéria muito simples, mas muito importante, uma solicitação antiga da CAE, que já tinha sido examinada pelo eminente Senador Pimentel. Eu acolho o relatório que ele tinha feito anteriormente, que, lamentavelmente, não houve tempo de votar-se pela CCJ na legislatura passada.

Trata-se do seguinte tema – eu vou até me abster da leitura e fazer uma rápida explicação: ocorre que, muitas vezes, quando nós aprovamos aqui autorizações de empréstimos para Estados e Municípios, o Ministério da Fazenda – da Economia, agora – encaminha documentação. E, algumas vezes, essa documentação foi encaminhada por determinação judicial provisória, liminares ou cautelares concedidas. Aí a própria CAE ficou em dúvida se aprovaria ou não, tendo em vista que, se aprovar e, depois, essa medida provisória cair, nós estaríamos aprovando uma medida que não teria o respaldo do Ministério da Fazenda e, pior, contribuindo para uma fragilidade das finanças daquele Estado ou daquele Município.

A CAE, portanto, solicitou um posicionamento, apresentando uma proposta no sentido de que, quando se tratar de uma matéria que venha do Ministério da Fazenda ou da Economia, agora, mas com ordem judicial provisória, nós vamos suspender o andamento desse processo até que haja decisão judicial definitiva para dar segurança jurídica à determinação.

Portanto, é esse o teor da resolução encaminhada pelos nossos pares da CAE, cujo parecer é favorável, com a emenda que apresento, meramente modificando a redação, muito simples: "Se a manifestação do órgão competente do Poder Executivo no sentido de que o pedido de autorização de operação de crédito externo cumpre os requisitos mínimos necessários ao seu encaminhamento ao Senado Federal decorrer de decisão judicial não definitiva, fica sobrestada a apreciação da matéria até o trânsito em julgado da ação".

É o relatório, portanto, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 51, de 2018, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discutir.) – Eu queria só fazer um comentário e uma pergunta ao eminente Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que, principalmente no nosso País, não é fácil você ter resolução de mérito. Ontem mesmo esta Casa aprovou um projeto de que V. Exa. era o Relator, o PLC 2.121, que trata justamente de um prazo, estabelece um prazo para que a Suprema Corte possa analisar ordens dadas pelos seus pares.

Eu lhe pergunto: não seria também o caso – não sei se seria aí – de começarmos a discutir também um prazo para que seja julgado o mérito nessas tratativas que são do interesse direto da Administração Pública e da sociedade? Porque aí o Governo... Por exemplo, o Ministro Paulo Guedes, há uns três meses, veio aqui na Casa, lá na CAE, e nos disse que ia resolver o problema dos *weights* fiscais, aquela classificação. Não resolveu. Ele disse que em uns 30 dias estaria resolvido. Não resolveu. Vários Estados foram prejudicados, inclusive o meu, o Estado do Maranhão. O nosso Estado foi para a Justiça e conseguiu a liminar. Agora, o mérito dela precisa ser julgado. Se não for dado um prazo, nós temos, hoje, o interesse de continuar o trâmite desse processo, até porque o Estado tem capacidade financeira para pagar o seu empréstimo. E aí como é que vai ficar? Se a gente simplesmente disser "não, enquanto não se resolver lá...", será que nós, que somos os representantes desses Estados, não vamos estar deixando de ajudá-los? É só um questionamento que levanto aqui em voz alta. Não tenho opinião formada, mas penso que a gente, de repente, estaria fazendo aqui o que a parte burocrática do Tesouro Nacional e do Governo quer fazer com os Estados sempre, ajudando a burocratizar ainda mais o acesso aos financiamentos e a qualquer tipo de ajuda.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator, para os esclarecimentos devidos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Senador Weverton, as ponderações de V. Exa. têm muita procedência. O que ocorre no caso concreto e que se distingue do que votamos ontem e da emenda do Senador Oriovisto, que também é muito adequada e que nós estamos tramitando, que trata da questão da fixação dos prazos, é que, nesse caso concreto, o grande interessado é o Estado. O próprio Estado ou Município que solicitou a liminar tem interesse no julgamento do mérito.

Então, nós sabemos que isso é importante, porque, muitas vezes, o interesse público nesse caso será apressado, digamos assim, pelo julgamento do mérito porque o Estado vai solicitar. O que nós não podemos fazer é com que o Senado aprove o empréstimo – imagine a consequência disso! –, aprove o empréstimo com base numa decisão provisória que, depois, é cassada, e nós estaríamos, portanto, atentando contra as finanças públicas daquele próprio Estado. Então, o próprio interessado que solicitou a liminar será responsável por solicitar ao Judiciário – e, normalmente, assim feito, nós temos o resultado ocorrido – para que haja a definição final daquele processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não me parece que no caso concreto haja a necessidade de prazo, porque o interessado é o primeiro a solicitar. Em regra, o prazo ocorre quando a Justiça é morosa e alguém quer postergar. É o que ocorre na prática, quando os advogados querem postergar. Nesse caso concreto, não; o Estado é que quer apressar. Então, ele será diligente em conseguir. É o que me parece.

Essa ponderação, como eu disse aqui na leitura do tema, é uma solicitação que veio com muita ênfase da CAE, que está se sentindo insegura na votação desses empréstimos. Então, me parece que nós poderíamos, se V. Exa. concordar, avançar nesse tema e, ao mesmo tempo, avançar também na votação dos prazos em geral, o que facilitaria esse caso e os demais para a emenda do Senador Oriovisto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu estou transformando a minha fala em pedido de assinatura dos Líderes, para que nós votemos hoje à tarde, já que não vamos mais ter sessão do Plenário, a proposta de emenda à Constituição do Senador Oriovisto. Ela pode não resolver tudo, mas reduz a insegurança jurídica dramática que nós vivemos, com pedidos de vista sem prazo e com decisões sobre textos de lei, complementar ou não, e também de emenda à Constituição monocráticos. Então, nós não podemos... O Congresso vale porque é um colégio. Não é possível que um tribunal superior, especialmente o Supremo, produza decisões equivalentes à lei ou à sustação de lei com base em decisão monocrática. Isso não existe!

E eu dou, mais uma vez, um exemplo – até porque o Senador Rodrigo não escutou, quando eu falei. Nós aprovamos na Câmara projeto de lei complementar, quer dizer, que tem que ter maioria absoluta a favor, e o aprovamos no Senado – exatamente a mesma coisa. E o Presidente promulgou, sancionou a Lei Complementar 157, que tem repercussão financeira; é o dinheiro do ISS, que está indo para Guarulhos e para outras localidades que abrigam cartões de crédito, e não está indo para 3 mil Municípios, que poderiam estar recebendo esse recurso, por uma decisão monocrática. A lei foi sustada por uma decisão monocrática há um ano e meio. Quem é que vai reparar isso? *Mutatis mutandis*, se uma decisão monocrática libera a capacidade de empréstimo de um Estado e, depois, o revoga, como é que fica? É uma insegurança jurídica que uma decisão monocrática produza efeitos que a lei não produz.

Então, nesse sentido, eu estou transformando esta minha fala, que já se alongou, em pedido de assinatura para nós voltarmos essa emenda à Constituição hoje ainda, porque é necessário.

Muito obrigado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sra. Presidente, peço vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma solicitação de vista ao projeto, portanto, vamos encerrar a discussão.

Vista concedida à Senadora Rose de Freitas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Em relação à matéria anteriormente aprovada, o PLS 429, de autoria de S. Exa. o Senador Antonio Anastasia, eu encaminho um requerimento verbal, conforme o Regimento Interno, de urgência para o Plenário da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues, para que possamos considerar em regime de urgência o PLS 429.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência vai encaminhar à Mesa Diretora para as providências devidas.

Item 33.

1ª PARTE

ITEM 33

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 46, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para determinar novo regramento ao provimento de cargos em comissão.

Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ) e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para proferir o seu relatório.

É o último item não terminativo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como V. Exa. acaba de apregoar, trata-se de uma PEC de autoria do eminente Senador Arolde de Oliveira, que aqui se encontra vigilante.

No seu conteúdo, a PEC pretende introduzir regras mais rígidas para a ocupação de funções de confiança e dos cargos em comissão. Pela nova redação proposta ao inciso V do art. 37, essas funções e cargos apenas poderão ser ocupadas por postulantes que não estejam enquadrados em hipóteses de inelegibilidade.

Não houve emendas no prazo legal.

Na análise, Sra. Presidente, nós observamos que, sob o ponto de vista formal, ela está completamente de acordo com o que exige a nossa Constituição e o nosso Regimento Interno.

A redação atual, no mérito, do inciso V do art. 37 dispõe que essas funções são exercidas exclusivamente por servidores efetivos, no caso de funções de confiança. Quanto aos cargos em comissão, o mesmo dispositivo preceitua que a lei vai fixar percentuais mínimos destinados a servidores de carreira. São apenas as regras que existem para a ocupação das funções e cargos.

A PEC aqui analisada mantém todos esses requisitos, sem alteração, e acrescenta outros. Introduz a obrigatoriedade de o postulante não estar enquadrado em hipótese de inelegibilidade tanto para ocupar função de confiança quanto para cargo em comissão.

Além da necessidade de não estar enquadrado em hipótese de inelegibilidade, a PEC também introduz a obrigatoriedade de comprovação documental de idoneidade moral e de reputação ilibada para o exercício de cargo em comissão.

A PEC aqui analisada é meritória e merece ser aprovada. A previsão nela contida aperfeiçoa as regras de ocupação de funções de confiança e dos cargos de livre provimento. Concretiza, em última análise, os princípios da impessoalidade e da eficiência previstos no *caput* do art. 37 da Constituição.

A PEC é, também, Sra. Presidente, importante instrumento de moralização da Administração Pública. Como se sabe, há casos em que a ocupação dessas funções e cargos, infelizmente, não foi pautada por critérios republicanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É salutar, portanto, que se corrijam os desacertos na indicação de profissionais para funções de confiança e de cargos em comissão, por meio da supressão da identificada lacuna constitucional.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 46, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sra. Presidente, é matéria de fundamental relevo, na medida em que o Senador Arolde coloca para discussão e aperfeiçoamento a proposta, e nós estendemos também aos cargos comissionados que dirigem os órgãos da Administração regras que só existem para aqueles que estão no Legislativo, de pessoas que tenham condições de ser eleitas e também, é claro, a sua idoneidade comprovada.

Portanto, parece-me, ainda mais neste momento que vivemos, um projeto que deve ser aplaudido, e o nosso parecer é favorável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só quero me congratular com o Senador Arolde e dizer que, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e na Comissão que aprovava as concessões de rádio e televisão, antiga Comissão de Ciência e Tecnologia, eu consegui equiparar os concessionários de serviços de rádio e televisão à Lei da Ficha Limpa. Então, vejo com satisfação que também aqueles que merecem a confiança do agente público tenham que passar pelo mesmo vestibular, ou seja, a Lei da Ficha Limpa.

Como conheço a orientação política e ética do Senador Arolde de Oliveira há algum tempo, congratulo-me e, claro, voto a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o autor da proposição.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Não cabe discussão da minha parte, senão o agradecimento pela relatoria do Senador Anastasia.

O Senador Anastasia é uma referência aqui na nossa Comissão – eu tenho observado isso em pouco tempo –, e já observei que, além da qualidade técnica das suas análises, ele traz uma grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credibilidade em tudo, quer dizer, como consequência tem uma credibilidade muito grande. Eu fico muito feliz de tê-lo como Relator dessa matéria e sou grato. Muito obrigado.

Agradeço também a palavra do Senador Esperidião Amin. Nós estamos realmente numa nova época, num novo tempo, de aperfeiçoamento da nossa legislação, a partir da Constituição Federal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai a Plenário.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Presidente, eu posso pedir urgência para já entrar na pauta de agosto?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós podemos deliberar a urgência e, depois, conversar com a Mesa.

Coloco em votação o requerimento do autor solicitando urgência à PEC. (*Pausa.*)

Acabei de ser informada de que, como se trata de uma PEC, há um calendário especial.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, não existe urgência para PEC.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não existe urgência para projeto de emenda à Constituição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Rapidamente. É que várias vezes eu citei o parecer do eminente jurista Márlon Reis em relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de lei que acabamos de votar, o 429. Eu quero agora registrar a presença do próprio Márlon Reis aqui no Plenário da CCJ e peço que seja registrado nas notas taquigráficas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seja muito bem-vindo, e vai ficar constando a presença do ilustre jurista na ata da reunião desta Comissão. Mais uma vez, muito bem-vindo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sra. Presidente, saudando também: maranhense, foi juiz lá, grande amigo, e nos abandonou agora, pulou o Rio Tocantins e está no Tocantins, mas tenho certeza...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Já está de volta!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Já está de volta.

Então, eu tenho certeza de que nós vamos continuar lá, desfrutando da grande experiência que o Dr. Márlon Reis tem para dar não só para a política, mas para a sociedade brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que fique registrado na ata que se trata também de um ilustre maranhense, como acabou de comentar o, também maranhense, Senador Weverton.

Coloco em votação um requerimento para aditar algumas autoridades a uma audiência pública que já foi aprovada, pelo Requerimento nº 23, de 2019, para instruir o PLC 80/2018, que altera o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, que prevê estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

Já foi aprovado o requerimento de audiência pública; apenas, agora, um aditamento para inclusão dos seguintes convidados: um representante da Associação Brasileira de Procons; um representante do Comitê Brasileiro de Arbitragem; e o Dr. Luciano Timm, Secretário Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 43

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 50, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer aditamento à lista de convidados da audiência pública para instruir o PLC 80/2018 que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Coloco...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nesta reunião não vamos discutir o exame de Ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não! O projeto não é para discussão dessa polêmica da obrigatoriedade ou não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Seria um jabuti isso?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... da exigência aos nossos alunos e formandos do exame de Ordem da OAB.

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

1ª PARTE

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 1864, DE 2019

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com 33 emendas que apresenta, pelo acolhimento das Emendas nº 08-T, na forma de subemenda; nº 13-T; nº 17-T, na forma de subemenda; e nº 26, restando rejeitadas todas as demais.

Observações:

- Em 02/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de autoria da Senadora Eliziane Gama;

- Em 02/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 3-T a 5-T, de autoria do Senador Marcio Bittar;

- Em 04/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 6-T a 10-T, de autoria do Senador Otto Alencar;

- Em 05/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 11-T e 12-T, de autoria do Senador Major Olímpio;

- Em 05/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 13-T a 17-T, de autoria da Senadora Soraya Thronicke;

- Em 09/04/2019, foi apresentada a Emenda nº 18, de autoria da Senadora Rose de Freitas;

- Em 09/04/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 19 e 20, de autoria do Senador Elmano Férrer;

- Em 23/04/2019, foi apresentada a Emenda nº 21, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

- Em 08/05/2019, foram apresentadas as Emendas nºs 22 a 28, de autoria do Senador Arolde de Oliveira;

- Em 04/06/2019, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

- Votação nominal.

Apenas para esclarecimento a esta Comissão, apenas haverá a leitura do relatório. Não será deferida vista e nem abriremos a discussão para que, na primeira semana de agosto, possa haver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pleno conhecimento para os demais colegas a respeito do projeto e pedido de vista, se houver a necessidade.

Portanto, é apenas leitura do relatório, e não será, repetindo, concedida vista para não prejudicarmos o bom discurso, o debate e conhecimento por outros colegas Sras. e Srs. Senadores.

Com a palavra o Relator, Senador Marcos do Val, para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, permita-me... Só para esclarecimento – desculpe-me –, qual é o procedimento que S. Exa. está adotando?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – De comum acordo, inclusive com o autor de um pedido de audiência pública, Senador Humberto Costa, como consta na pauta mais há uma audiência pública, é importante a leitura pelo menos para que na audiência...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós teremos ainda a audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Teremos audiência pública, teremos pedido de vista, teremos prazo para discussão da matéria e, depois, deliberação.

Então, não temos pressa no calendário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa. para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou pedir a sua autorização para seguir para a análise e, em seguida, para o voto.

A matéria versa sobre direito penal e processual penal, de competência privativa da União, *ex vi* do art. 22, I, da Constituição Federal. Há também matéria relacionada à execução penal, nos termos do art. 24, I, da Carta Magna, competindo à União disciplinar as normas gerais.

Antes de iniciar o exame da proposta, cumpre-nos fazer algumas observações quanto à importância da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vivemos em um momento extremamente sensível da democracia. Em razão da polarização do debate público, é muito comum que em todos os ambientes – não somente aqui no Parlamento – ideias que são positivas a toda coletividade sejam empobrecidas pelas versões que injustamente se fazem delas.

De fato, as ideias se confundem com seu interlocutor. Se o lado A desacredita o lado B, suas considerações também são desprezadas. E, nesse processo de quase alienação, não examinamos o que de bom existe nas ideias submetidas à nossa análise.

Além disso, percebemos que são poucos os indivíduos que verdadeiramente conseguem se afastar dos sentimentos que nutrem – ainda que por razões genuínas ou justificáveis – e apreciar o assunto importante para o País de forma neutra, pensando realmente no interesse público.

Cremos que isso ocorre com a presente proposição, que produz o projeto mais longo do chamado "Pacote Anticrime", do Ministro Sergio Moro, que foi apresentado perante a Câmara dos Deputados.

Referido pacote recebeu uma série de críticas de setores especializados da imprensa e da doutrina penalista garantista. Todavia, um olhar mais atento sobre as proposições perceberia que algumas delas – como a que cria o Banco Nacional de Perfis Balísticos e o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais – buscam tão somente elevar o índice de elucidação de crimes violentos no Brasil, especialmente dos homicídios.

Por óbvio, a melhora na elucidação de crimes violentos é antigo clamor de toda a sociedade. Crimes que demandam trabalho efetivo de inteligência policial – como os econômicos, contra a Administração Pública, crimes sexuais, crimes com resultado morte que sejam premeditados, crimes cometidos por organizações criminosas – apresentam médias de apuração sofríveis. E não podemos culpar as agências policiais por esse fato, pois não oferecemos às polícias brasileiras condições para desenvolver seu trabalho. A precariedade das estruturas periciais, por exemplo, na maior parte dos estados federados é fato por todos sabido e consabido.

E, por oportuno, mencionamos outra injustiça cometida contra disposições do pacote, mais precisamente as modificações dos arts. 23 e 25 do Código Penal, relacionadas à legítima defesa. Consoante veremos mais adiante, na prática, o pacote ora traz para o Código Penal conceitos que já existem na legislação em vigor, ora incorpora fórmulas de exclusão de culpabilidade largamente aplicadas pelos Tribunais do Júri, sem grandes objeções.

Por outro lado, de fato o pacote representa um recrudescimento da execução penal em alguns casos. Todavia, parte da doutrina optou por não evidenciar que esse recrudescimento se operou de forma bem pontual, alcançando apenas alguns crimes especialmente graves, como peculato, corrupção passiva e ativa, roubo do §2º-A e do inciso I do §3º, e isso apenas quando as circunstâncias judiciais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 59 do Código Penal forem desfavoráveis; e também quando houver elementos que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional do condenado, e desde que não sejam insignificantes ou de reduzido potencial ofensivo as infrações penais pretéritas.

Outrossim, parece-nos bastante razoável que a progressão de regime, para condenados pelos crimes hediondos, dar-se-á somente após o cumprimento de três quintos da pena quando o resultado envolver a morte da vítima. Ora, a vida é o valor mais importante para o Direito, e três quintos já é um patamar praticado na legislação, para a hipótese de reincidência.

Não vemos como o endurecimento da execução penal, no ponto, possa se revelar não razoável. O mesmo se pode dizer quanto à vedação, em regra, das saídas temporárias para os crimes hediondos, de tortura ou de terrorismo. Com efeito, referidos crimes – como a denominação já deveria antecipar – devem ser tratados de forma mais rigorosa pelo ordenamento jurídico justamente em razão de sua gravidade.

Não desconhecemos os reiterados entendimentos do STF, formados com repercussão geral, acerca da inconstitucionalidade da vedação de progressão de regime, em abstrato, sem a consideração do merecimento concreto do condenado e à luz da individualização da pena. Apenas acreditamos que o STF – com sua nova formação – poderá revisitar o tema e observar que alguns crimes são realmente mais graves e mais reprováveis, de acordo com a escolha do próprio Constituinte, de forma igualmente abstrata.

Também fundamentais para a manutenção da higidez do sistema de segurança pública são as alterações promovidas na lei dos estabelecimentos penais de segurança máxima (Lei n° 11.671, de 2008). Há, sim, claro endurecimento no tratamento dado ao preso federal, cuja inclusão no estabelecimento se justifique no interesse da segurança pública. Contudo, referido agravamento é extremamente relevante, para não dizer urgente.

Lideranças de organizações criminosas precisam ser isoladas a bem do País. Vejam que não se trata aqui de presos pobres, acompanhados por defensores públicos, mas sim de líderes da inteligência dessas organizações que possuem elevados poderes bélico e financeiro. Uma legislação que protege referidos criminosos desprotege a sociedade.

Reconhecemos, de outro lado, que existem pontos polêmicos na proposição, em especial os que modificam radicalmente a estrutura do processo penal, a exemplo dos noveis art. 28-A (acordo de não persecução penal) e art. 395-A (acordo penal) do Código de Processo Penal.

Contudo, pedimos aos nobres pares que não refutem, de plano, aquilo que é novo e tenham disposição para compreender que o processo penal no Brasil precisa realmente de reformas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acreditamos, sinceramente, que o caminho adotado pelo Ministério da Justiça é o mais adequado para os tempos que vivemos. Concilia justiça com efetividade. Traz soluções jurídicas equilibradas.

Ao longo deste relatório, vamos divergir do PL em um ou outro ponto. Todavia, notem que em nada nos afastaremos do cerne de preocupação do Ministério da Justiça, que é reduzir a impunidade, tratando todos os brasileiros com igualdade. Isso quer dizer que deve ser o objetivo do sistema de justiça criminal punir quem comete crimes, seja rico ou pobre; seja branco ou negro; seja influente politicamente ou não.

Após a decisão do egrégio Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da viabilidade constitucional da execução provisória da pena, após o acordão proferido em segundo grau de jurisdição, ficamos um passo mais próximos da justiça e da isonomia penal. Todavia, ainda falta um longo caminho pela frente. Caminho este que estamos efetivamente iniciando com o presente relatório.

Não olvidamos também que trabalho semelhante está sendo desenvolvido pela Câmara dos Deputados, ao analisar o Projeto de Lei nº 889, de 2019. Não se trata de desperdício de energias ou duplicidade de tarefas, pois ambas as Casas estarão tendo tempo hábil para refletir sobre as propostas do Pacote Anticrime, com a devida urgência, a bem de toda a sociedade.

O Legislador deve estar atento à realidade a sua volta, por ser representante do povo. No domingo, dia 30 de junho, as ruas brasileiras estiveram tomadas por movimentos de apoio ao Ministro Sergio Moro e ao Pacote Anticrime.

Assim, a apresentação deste relatório é também um ato de respeito a essas vozes e de solidariedade com diversas outras que – dada a vida que levam – não possuem tempo ou condições de se manifestar, mas torcem sinceramente para que seus representantes eleitos tenham sensibilidade e tomem decisões que tornem o Brasil um país melhor e mais seguro.

Dito isso, esclarecemos que faremos à análise dos dispositivos legais modificados por tema, e não na sequência apresentada no PL. A divisão foi escolhida para facilitar a apreciação da matéria.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o parecer, em sua íntegra, com o detalhamento minucioso de todas as alterações propostas, já foi publicado e se encontra disponibilizado na rede do Senado Federal.

Peço permissão para, neste momento, por uma questão de economia de tempo, uma vez que estamos no adiantado da hora, fazer a leitura apenas da discriminação das medidas propostas.

Medidas para assegurar a execução provisória da condenação criminal após julgamento em segunda instância e medidas para aumentar a efetividade do Tribunal do Júri. Mudanças no Código de Processo Penal: art. 122; art. 133; art. 283; art. 421; art. 492; art. 584; art. 617-A; art. 637; e art. 638.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mudanças no Código Penal: art. 50; e art. 51. Mudanças na Lei de Execução Penal: art. 105; art. 147; e art. 164.

Medidas para alteração das regras do julgamento dos embargos infringentes. Mudança no Código de Processo Penal: art. 609.

Medidas relacionadas à legítima defesa. Mudanças no Código Penal: art. 23 e art. 25. Mudança no Código de Processo Penal: art. 309-A.

Medidas para endurecer o cumprimento das penas. Mudanças no Código Penal: art. 33; e art. 59. Mudança na Lei nº 8.072/1990 (crimes hediondos): art. 2º, §§5º a 7º. Mudança na Lei nº 12.850/2013: art. 2º, §§8º e 9º.

Medidas para alterar conceito de organização criminosa. Mudança na Lei nº 12.850, de 2013: art. 1º, §1º.

Medidas para elevar penas em crimes relativos a armas de fogo. Mudança na Lei nº 10.826, de 2003: art. 20.

Medidas para aprimorar o perdimento de produto do crime. Mudança no Código Penal: art. 91-A. Mudança no Código de Processo Penal: art. 124-A.

Medida para permitir o uso do bem apreendido pelos órgãos de segurança pública. Mudança no Código de Processo Penal: art. 133-A.

Medidas para evitar a prescrição. Mudanças no Código Penal: art. 116 e art. 117.

Medida para reformar o crime de resistência. Mudanças no Código Penal: art. 329, §§1º a 3º.

Medidas para introduzir soluções negociadas no Código de Processo Penal e na Lei de Improbidade. Mudanças no Código de Processo Penal. Mudança no Código de Processo Penal: art. 28-A e art. 395-A. Mudança na Lei de Improbidade Administrativa: art. 17, §1º.

Medidas para alteração da competência para facilitar o julgamento de crimes complexos com reflexos eleitorais. Mudanças no Código de Processo Penal: art. 84-A.

Medidas para alterar o regime de interrogatório por videoconferência: Mudança no Código de Processo Penal. Mudanças no Código de Processo Penal: art. 185.

Medidas para dificultar a soltura de criminosos habituais. Mudança no Código de Processo Penal: art. 310, §2º.

Medidas para alterar o regime jurídico dos presídios federais. Mudanças na Lei nº 11.671/2008: art. 2º, parágrafo único, art. 3º, art. 10, art. 11-A e art. 11-B.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Medidas para aprimorar a investigação de crimes. Identificação do perfil genético. Mudança na Lei de Execução Penal: art. 9º-A. Mudança na Lei nº 12.037, de 2009: art. 7º-A, art. 7º-B, art. 7º-C. Mudança na Lei nº 9.296/1996: art. 9º-A.

Introdução do "informante do bem". Mudanças na Lei nº 13.608/2018: art. 4º-A, art. 4º-B, art. 4º-C.

Da análise das emendas apresentadas.

Até o presente momento, foram apresentadas 28 emendas pelos Senadores.

Emendas acolhidas: nº 8 (na forma de subemenda), nº 13, nº 17 (na forma de subemenda) e 26.

Foram acolhidas emendas que possuam pertinência temática e que aprimoram o texto do projeto.

A Emenda nº 8-T, do Senador Otto Alencar, pretende alterar o art. 2º do Projeto de Lei nº 1.864, de 2019, revogando-se o art. 115 do Código Penal, que reduz de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 70 anos. Acolhemos essa emenda, na forma de subemenda, para modificar o art. 15 do PL, que traz as revogações de dispositivos legais.

A Emenda nº 13-T, da Senadora Soraya Thronicke, pretende alterar o Projeto de Lei nº 1.864, de 2019, para prever que não deverá correr a prescrição penal enquanto não cumprido ou rescindido o acordo de não persecução penal. Acolhemos essa emenda por ser meritória.

Emenda nº 17-T, da Senadora Soraya Thronicke, pretende alterar o Projeto de Lei nº 1.864, de 2019, para incluir alteração no art. 313 do Código de Processo Penal, prevendo prisão preventiva nos crimes praticados no âmbito de organizações criminosas. Acolhemos essa emenda, na forma de subemenda para ajustar a sua redação.

A Emenda nº 26, do Senador Arolde de Oliveira, pretende alterar os artigos 21-A e 21-B da Lei nº 12.850, de 2013, para prever que não depende de prévia autorização judicial a simples captação de sinais em local público ou acessível ao público realizada por terceiros, equipamentos de vigilância ou agentes incumbidos da atividade de investigação criminal; e que não configura o crime previsto neste artigo quando a captação for realizada em local público ou acessível ao público. Acolhemos essa emenda, porque aprimora o texto do PL.

Por sua vez, rejeitamos as demais emendas apresentadas, por discordar das modificações que pretendem implementar, especialmente as que destoam do objeto discutido neste pacote.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.864, de 2019, com as emendas que proponho a seguir, pelo acolhimento das Emendas nº 08-T, na forma de subemenda; nº 13-T; nº 17-T, na forma de subemenda; e nº 26, restando rejeitadas todas as demais.

Finalizo aqui, Presidente, a análise e o voto do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, Senador Marcos do Val, ao mesmo tempo que parabenizo V. Exa. Vi que o trabalho foi exaustivo, a audiência pública feita, e, pelo próprio relatório que V. Exa. teve a sensibilidade e, mais do que isso, fez mágica ao resumir – um relatório tão extenso –, eu novamente parabenizo V. Exa.

Está sobrestado qualquer pedido de vista ou mesmo de discussão para que nós possamos avançar já no segundo semestre.

Na primeira semana de agosto, vamos conversar com o autor do requerimento de audiência pública para podermos realizá-la o mais tardar até a quinta-feira da primeira semana de agosto, para que todas as autoridades convidadas possam debater o tema em cima, inclusive, do parecer de V. Exa.

Agradeço, mais uma vez, a V. Exa e à Senadora Rose, que ficou até o final desta reunião. Já estamos aí – começamos às 10h –, então, com mais de três horas de reunião.

Eu gostaria de apenas esclarecer, para finalizar, prestando contas, que esta é a última reunião desse semestre. Ao longo deste semestre, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa se deteve em relação a assuntos extremamente relevantes, muitos polêmicos, mas, mais do que tudo, além da alta relevância, cumpriu muito bem o seu mister graças a cada uma das Sras. e dos Srs. Senadores, auxiliados por toda a equipe de assessores dos seus gabinetes. Então, fica aqui o meu agradecimento a toda a equipe, aos funcionários, aos servidores e aos Parlamentares que me ajudaram a presidir esta douta Comissão. Foram 35 reuniões. Foram analisadas mais de 300 proposições, bem como realizadas 10 audiências públicas.

Além disso, nós temos a atribuição de realizar sabatinas para indicação de autoridades que chegam a esta Casa. Nós tivemos a grata satisfação de aprovar a indicação de um membro, como ministro, do Tribunal Superior do Trabalho, seis indicações para o Conselho Nacional de Justiça e dez indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Foram tantas as proposições relevantes aprovadas por esta Casa que fica difícil enumerá-las, sob pena de causar algum prejuízo. Apenas gostaria de mencionar que, na área econômica, nós aprovamos um projeto relevante, da Política Nacional de Segurança de Barragens; também uma PEC aumentando o percentual da parcela do Fundo de Participação dos Estados em relação ao Imposto de Renda, em relação ao IPI; também aprovamos a PEC do Orçamento Impositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área jurídica, nós tivemos aqui o aperfeiçoamento da Lei do Cadastro Positivo, ajudando os bons pagadores; a PEC 17, que inclui na Constituição Federal como direito fundamental a proteção de dados; também a PEC 82, que começa a disciplinar para acelerar a tramitação dos projetos de declaração de Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADO, enfim, mandados de segurança, neste caso específico de pedido de vista nos tribunais e no Supremo Tribunal Federal; também projeto de lei do Senado que amplia penas nas chamadas 10 Medidas de Combate à Corrupção; um projeto que institui o Cadastro Nacional de Pedófilos; um projeto que regulamentou a extensão da posse de arma na zona rural, considerando posse toda a extensão do imóvel rural.

E, por fim, na área de interesse social, merece destaque, já que estamos aqui com a Procuradora da Mulher, que foram vários os projetos em que nós avançamos, ora de autoria da Senadora Rose, ora relatado por ela ou por outras Senadoras e Senadores, no que se refere ao aperfeiçoamento da Lei Maria da Penha.

São muitos os projetos que aqui foram debatidos e discutidos. Vou deixar de nominá-los apenas para encerrar, mais uma vez dizendo que esse número tão expressivo – batemos o recorde dos últimos 20 anos – não teve outra a razão senão o apoio que tivemos das nossas assessorias, das Sras. e dos Srs. Senadores, que, num debate democrático, fizeram possível essa façanha.

Que no segundo semestre eu possa voltar a contar com a parceria e o apoio de cada uma das Sras. e dos Srs. Senadores, fundamental, sem o qual eu não conseguiria levar adiante esta Presidência. E, mais do que tudo, que possamos superar os nossos recordes, não em números, porque isso pouco importa, mas em conteúdos relevantes, conteúdos realmente fundamentais aos interesses da sociedade brasileira.

Mais uma vez, aqui agradeço a todos.

Dou por encerrada a presente reunião.

Que estejamos todos bem, com saúde, Senadora Rose – que trate, por favor, desse pé –, para que possamos voltar com o mesmo dinamismo, com a mesma coragem que sempre temos, com a mesma força de vontade de servir ao País.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia onze de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência regista a presença do deputado federal Davi Miranda (PSOL/RJ) e do ex-senador Inácio Arruda. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 40/2019 - CCJ, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Finalidade: Prestar informações sobre fatos revelados pelo sítio Intercept Brasil. Participante: Sr. Glenn Greenwald, Jornalista da agência de notícias Intercept Brasil. Resultado: Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Havendo número regimental, declaramos aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para que o Sr. Glenn Greenwald, jornalista da agência de notícias The Intercept Brasil, preste informações sobre fatos revelados pelo mencionado *site,* conforme o Requerimento nº 40, de iniciativa deste Senador.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas pode fazê-los por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.br, ou ligando para o número 0800-612211.

Antes de dar início a esta reunião, convido para fazerem adentrar a esta Comissão o Sr. Glenn Greenwald, jornalista da agência de notícias The Intercept Brasil. (*Pausa.*)

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas para esta audiência pública.

Antes de apresentar o procedimento e as normas da audiência, faço questão de registrar e dar boas-vindas ao Deputado David Miranda, que está aqui acompanhando o jornalista Glenn Greenwald nesta reunião. Sinta-se à vontade, seja bem-vindo aqui!

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelações pelos Senadores e Senadoras. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros desta Comissão.

De acordo com o Regimento Interno, como não se trata de exposição de Ministro de Estado, e atualizado pelo Regimento, não teremos aqui o direito a réplica e tréplica. Então, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras farão a interpelação ao Sr. Glenn e em seguida haverá resposta por parte do expositor.

Senador Humberto Costa, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, eu queria simplesmente pedir a V. Exa. que fizesse a leitura de uma carta aberta dirigida a esta Comissão de Constituição e Justiça por ocasião desta audiência, que vem assinada por: ABI, Artigo 19, Associação Mundial de Rádios Comunitárias, Casa da Cultura Digital de Porto Alegre, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Coletivo Digital, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social e Repórteres Sem Fronteiras, que é uma nota de solidariedade ao jornalista Glenn

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Greenwald. Eu gostaria de pedir a V. Exa., se fosse possível, que fizesse essa leitura não só para ele mas para que todas as pessoas que acompanham esta audiência possam dela ter conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acatando a questão encaminhada, pela ordem, pelo Senador Humberto Costa, faremos a leitura da carta encaminhada à Mesa desta Comissão.

> As entidades e organizações nacionais e internacionais abaixo assinadas manifestam solidariedade e preocupação com o jornalista Glenn Greenwald, com sua família e demais jornalistas do The Intercept Brasil.
> Desde a divulgação, há um mês, de conversas atribuídas ao atual Ministro da Justiça, o ex-juiz Sérgio Moro, com procuradores do Ministério Público Federal, em especial Deltan Dallagnol, no âmbito da denominada Operação Lava Jato, o jornalista e pessoas ligadas a ele sofrem com assédios, insultos e ameaças das mais diferentes formas. Igualmente causa espanto a inércia por parte do governo brasileiro quanto às hostilidades e ameaças sofridas pelo jornalista.
> Repudiamos qualquer tentativa de cerceamento da atividade jornalística, bem como nós, que atuamos no campo do direito à comunicação e da liberdade de expressão, estamos em total acordo com o documento divulgado no início deste mês pelo Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Edison Lanza, e o Relator Especial das Nações Unidas para a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão, David Kaye, [da Organização] dos Estados Americanos (OEA), que defende, também, a confidencialidade e proteção da fonte. Este dispositivo é fundamental para garantir que informações sensíveis, com denúncias de irregularidades e abusos por parte de autoridades possam ser publicadas, entendendo que elas são de interesse público.
> No entanto, ao invés de cumprir com seu dever de Estado de proteção à atividade jornalística – em acordo com resoluções e tratados em que o Brasil é signatário – autoridades públicas apontaram suposta natureza ilegal do conteúdo publicado pelo The Intercept Brasil, cuja fonte é anônima. O objetivo claro é de desqualificar ou restringir a liberdade de expressão e de imprensa.
> Em tempos de necessária defesa da Constituição Brasileira e da nossa democracia, queremos reforçar que o direito à liberdade de expressão, onde se inclui o exercício da livre imprensa, ganhou proteção constitucional após os duros anos de regime ditatorial.
> Outrossim, atentados contra pessoas em exercício de sua liberdade de expressão são incompatíveis com o artigo 19 do Pacto Internacional de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Civis e Políticos. Os Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) reafirmaram em sua Assembleia, em 2017, que "a atividade jornalística deve ser exercida livre de ameaças, agressões físicas ou psicológicas ou quaisquer outros atos de hostilidade". Além disso, a proteção das fontes jornalísticas constitui um princípio fundamental do direito à liberdade de expressão, dado o valor inestimável do acesso, por parte da sociedade, à informação de interesse público. Igualmente, em nível internacional, a confidencialidade das fontes é uma derivação das garantias do direito de buscar, receber e difundir informação, premissa consagrada no artigo 19 do Pacto acima citado. Sem esta proteção, dificilmente tais informações publicadas inicialmente pelo The Intercept Brasil teriam [sido] [...] publicadas.

Assinam essa nota a Associação Brasileira de Imprensa, Artigo 19, Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), Casa da Cultura Digital de Porto Alegre, Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, Coletivo Digital, Federação Nacional dos Jornalistas, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Intervozes, Repórteres Sem Fronteiras.

Feita a leitura, conforme solicitado, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Queria, sem protelar o início da nossa reunião, pedir a V. Exa. que pudéssemos, nesta hora, fazer, todos juntos, uma homenagem ao jornalista Paulo Henrique Amorim, que faleceu esta semana. Dado o caráter que esta reunião tem hoje, que eu acho que é, acima de tudo, uma proposta de defesa da liberdade de imprensa e da liberdade de expressão, tendo sido Paulo Henrique Amorim não só o jornalista que todos nós conhecemos, mas um grande defensor dessas causas, recentemente vítima também desse clima de perseguição e ódio patrocinado por esse Governo, quando foi afastado da condução de um programa televisivo que ele fazia há muitos anos. A minha sugestão seria de que nós pudéssemos fazer um minuto de silêncio em homenagem a Paulo Henrique Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acatando o encaminhamento de V. Exa., solicito a todas as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, a todos os presentes para, de pé, realizarmos um minuto de silêncio em homenagem ao jornalista Paulo Henrique Amorim.

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dando início, concederemos 20 minutos para a exposição inicial do Sr. Glenn Greenwald. Em seguida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três minutos, claro, com a tolerância da Mesa, para as interpelações das Sras. e Srs. Senadores e para a resposta do Sr. Glenn.

Glenn, por favor, a palavra é sua.

O SR. GLENN GREENWALD – Muito obrigado.

Bom dia a todas e a todos os presentes.

Muito obrigado, Presidente, pelo convite. Estou muito grato pela oportunidade de discutir a reportagem que nós estamos fazendo e as consequências dessa reportagem, que acho que tem consequências profundas e muito importantes para este País.

Também sou grato pela oportunidade de discutir publicamente as ameaças que estão sendo emitidas pelo Ministro da Justiça para tentar criminalizar nosso jornalismo. E eu acho que, não só aqui no Brasil, mas em todos os países do mundo democrático, sempre é uma ameaça grave contra a democracia qualquer tentativa de criminalizar o jornalismo e jornalistas.

Eu gostaria de começar lembrando que não é a primeira vez que estou fazendo uma audiência neste Senado. Duas semanas atrás eu estava na Câmara, fazendo uma audiência, mas, cinco anos atrás, eu vim ao Senado brasileiro duas vezes, durante a época da nossa reportagem do caso do Snowden, quando estávamos reportando e divulgando como o Governo dos Estados Unidos, o Governo britânico e seus aliados estavam espionando as instituições brasileiras, não só o Ministério de Minas e Energia, não só a Petrobras, não só o Presidente da República pessoalmente, mas também a população brasileira. O Governo dos Estados Unidos e a NSA estavam coletando bilhões de dados todos os dias sobre muitos países, inclusive o Brasil.

O que é muito interessante para mim, lembrando aquela época, é que, quando eu vim ao Senado duas vezes e quando eu fiz muita reportagem sobre aquele material que nós tivemos por causa da nossa fonte, não tinha nenhum membro do Congresso, nenhum membro da mídia brasileira nos denunciando. Ninguém estava falando, naquela época, que nossa reportagem era antiética ou criminosa, apesar do fato de que a nossa reportagem, naquela época, estava baseada em documentos secretos e roubados. Muito pelo contrário. Eu fiquei aqui no Senado duas vezes e todo mundo nos parabenizou, agradeceu, porque todo mundo aqui no Brasil conseguiu perceber que essa reportagem era muito importante.

Eu trabalhei, naquela época, com veículos da mídia, os maiores aqui do Brasil. Comecei reportando esses documentos roubados no jornal *O Globo*, depois, na revista *Época*. E muitas vezes, acho que cinco ou seis vezes, a reportagem mais importante foi no programa Fantástico, com uma equipe grande de jornalistas da Rede Globo, liderada por uma repórter incrível, Sônia Bridi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ninguém ameaçou a gente naquela época, disse que deveríamos ser presos ou que deveríamos ser investigados. Ao contrário, nós ganhamos muitos prêmios. Inclusive, ganhei o prêmio do jornalismo mais prestigioso deste País, o Prêmio Esso, por causa do trabalho que consegui fazer com o jornal *O Globo*, revelando documentos roubados pela nossa fonte. Jornalistas fazem isto: nós recebemos informações de fontes e fazemos duas perguntas: "esse material é autêntico?" e "esse material é de interesse público publicar ou o público tem o direito de saber disso?"

Sendo a resposta para essas duas perguntas: sim, todos os jornalistas, no mundo democrático, reportam, publicam, divulgam. E é exatamente o que estamos fazendo aqui.

Acho que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – o Senador e Presidente já disse que a Constituição brasileira protege e garante uma imprensa livre, mas também o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é muito importante nessas questões – em seu art. 8º diz, aspas: "Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade de suas fontes de informação". E o art. 9º diz: "É dever" – não direito, mas dever – "do jornalista: [...] combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação". E o art. 5º diz: "A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade".

Acho que é muito importante também lembrar que, naquela época, quando estávamos divulgando documentos muito sensíveis, muitos segredos vindos do Governo norte-americano, vindos do Governo britânico, obviamente aqueles governos estavam muito indignados com a nossa reportagem, eles eram contra a reportagem que nós estávamos fazendo, mas ninguém naqueles governos investigou os jornalistas que estavam fazendo aquela reportagem. Muito pelo contrário. Quando se perguntou ao *Attorney General*, naquela época do Governo Obama, que é como o Ministro da Justiça daqui, Eric Holder: "Você tem planos para investigar ou para prender o jornalistas que estão divulgando as informações tão sensíveis, esses segredos?", ele respondeu: "Obviamente, não; é impensável numa democracia planejar prender ou investigar jornalistas por causa do jornalismo que estão fazendo, apesar do fato de eu ser contra o jornalismo que Glenn Greenwald, *The Guardian, The Intercept, The New York Times* ou *The Washington Post* estão fazendo. Obviamente um Governo democrático não pode atacar o jornalismo e jornalistas".

Acho que o contraste entre o que Eric Holder disse naquela época e o que o Sergio Moro, Ministro da Justiça aqui neste País, está falando é totalmente radical, muito severo. Porque se perguntou a Sergio Moro várias vezes, pelo Senado, pela Câmara, por muitos jornais: "O senhor está investigando, o senhor tem planos para fazer coisas?" contra nós – obviamente tem notícias de que eles estão nos investigando –, e ele nunca negou, naquele dia, quando a notícia saiu, até hoje, essa investigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que isso mostra a mentalidade do Ministro Moro. Pelo menos, ele quer que nós fiquemos com medo, com preocupação, porque nós estamos sendo investigados. Talvez, o pior ainda é que a Polícia Federal, que ele comanda, na realidade, está nos investigando e também planejando fazer outras coisas.

Quero deixar bem claro que nós não temos medo nenhum disso. Nós continuamos publicando. Depois disso, nós vamos continuar publicando, porque eu li a Constituição brasileira muitas vezes e sei que a Constituição brasileira protege e garante exatamente o que estamos fazendo. E eu confio muito nas instituições brasileiras, inclusive no Judiciário, no STF, para aplicar e proteger esses direitos.

Mas o clima que o Ministro da Justiça está tentando criar, acho, é uma ameaça à imprensa livre. Ele está tentando fazer isso de propósito para assustar a gente, para deter a gente de fazer jornalismo. Isso não vai funcionar, mas é uma ameaça muito grave. Por causa disso, ele estava sendo denunciado por muitas organizações que defendem a liberdade de imprensa não só aqui no Brasil, mas internacionalmente.

Eu quero também observar que há muito poucos Senadores aqui presentes que são do partido do Governo. Eu preciso confessar que estou um pouco desapontado com esse fato, porque eu fiquei, por muitas semanas, sendo acusado, com acusações muito feias, muito graves e muito falsas, pelos Deputados e Senadores do partido do Governo. E eu gostaria muito de discutir, frente a frente, essas acusações falsas que eles estão espalhando, o que eles estão falando quando não estou presente. Esta é uma oportunidade para discutir essas acusações na minha cara, para examinar se essas acusações são falsas ou verdadeiras. Mas, infelizmente, eles não estão aqui para fazer isso. Espero que eles cheguem aqui para discutir isso, porque acho que a democracia é sempre mais forte quando as pessoas podem dialogar. É muito fácil acusar alguém se escondendo atrás de um computador; é mais difícil expressar essas acusações na cara das pessoas. Eu estou aqui para discutir isso e espero que eles tenham a coragem de aqui chegar.

Então, quero começar a discutir um pouco sobre o meu relacionamento com este País, porque há muitas pessoas falando, muitas vezes, para me atacar, para atacar nosso jornalismo, sempre me chamando de estrangeiro, como se eu tivesse acabado de chegar a este País, na semana passada, para interferir na política brasileira. Isso não é a realidade. Eu não cheguei ao Brasil seis dias atrás, nem seis semanas atrás, nem seis meses atrás, nem até seis anos atrás. Eu moro aqui, neste País, desde 2005. Então, o Brasil é meu lar, meu único lar há quase 15 anos. E a razão por que moro aqui é não só porque eu me apaixonei pelo Brasil, pela cultura, pela história, pelas pessoas, pelo espírito nacional – isso é verdade –, mas também porque me apaixonei por meu marido, que é brasileiro, com quem agora estou casado há 15 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele está aqui, porque é membro deste Congresso como Deputado Federal. Então, eu não só moro aqui, neste País, há 15 anos, mas também sou casado com um brasileiro há 15 anos, o David Miranda, meu marido, que está aqui.

Em 2017, nós dois adotamos dois filhos brasileiros que estavam morando num abrigo em Maceió, onde eles nasceram e cresceram. São alagoanos, nordestinos. Então, agora, também não sou só marido de um brasileiro, não sou só residente do Brasil há 15 anos, mas também sou pai, muito orgulhoso, de dois filhos brasileiros.

Em 2016, nós criamos, nós fundamos um veículo de mídia para fazer jornalismo investigativo independente aqui no Brasil, o The Intercept Brasil. Acho que isso é muito importante, porque há uma campanha para personalizar essa reportagem, sempre falando: "Glenn Greenwald divulgou esses documentos. Esse estrangeiro revelou esses documentos". Isso é não só falso, mas também injusto, porque nós temos uma equipe composta por jornalistas e editores brasileiros, exclusivamente brasileiros, que estão fazendo essa reportagem com muita coragem e com muito profissionalismo. Acho que é muito importante entender isso. Nossa equipe é muito jovem, quase todos têm 24 anos, 28 anos, 30 anos e estão fazendo jornalismo sobre as pessoas mais poderosas neste País, com esses riscos, com essas ameaças, sem medo, porque eles sabem que o jornalismo é crucial, é fundamental para a democracia brasileira, para o País deles. Eu não estou fazendo jornalismo sozinho, estou fazendo esse jornalismo com o The Intercept Brasil, um veículo que eu fundei para fazer jornalismo independente neste País.

Em 2017, David e eu criamos uma ONG que serve como um abrigo para animais abandonados e que também emprega pessoas em situação de rua, para ajudar brasileiros que estão em situação de rua. E agora o nosso abrigo está crescendo. Fica em Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, ao lado de Niterói.

Então, minha vida é totalmente baseada neste País. Este País, o Brasil, não é um país que estou visitando. Então, quando as pessoas falam que eu sou estrangeiro, para mim soa um pouco estranho, porque o Brasil não é um país estrangeiro para mim, é meu lar, é onde minha vida está há 15 anos, é onde eu vou ficar. Então, todo o jornalismo que estou fazendo tem esta perspectiva: estou totalmente dedicado a este País, que, para mim, pertence aos meus filhos.

Quero falar um pouco sobre o jornalismo que estamos fazendo, e eu acho que este deve ser o foco desta audiência.

O material que nós recebemos da nossa fonte, quando recebemos esse material, a primeira vez em que eu falei com a nossa fonte, a nossa fonte já tinha todo o material. Nenhum jornalista, nem eu tinha nenhum envolvimento nas ações para obter, para pegar esses documentos. O único papel que nós fizemos foi o papel de jornalistas, o de receber informação de interesse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira vez que eu li esse material, eu li esse material não como um jornalista, mas como um advogado, porque, antes de me tornar jornalista, eu era advogado constitucional nos Estados Unidos. Eu li esse material e fiquei chocado, sinceramente chocado, lendo como um juiz que falava por cinco anos que era neutro, negando explicitamente muitas vezes que ele estava colaborando com os procuradores... Eu estava olhando para uma evidência tão clara e definitiva de que esse juiz estava fazendo exatamente o que ele sempre negou. O coordenador da Força-Tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, negou explicitamente no livro que ele escreveu e publicou que ele estava colaborando com Sergio Moro. Eu tinha nas minhas mãos a evidência mostrando que, o todo tempo, não às vezes, não em casos isolados, mas o tempo todo, Sergio Moro estava não só colaborando com os procuradores, mas mandando na Força-Tarefa da Lava Jato.

Como advogado norte-americano, eu estava chocado, porque isso é impensável nos Estados Unidos. Qualquer juiz que fizesse o que Sergio Moro fez, em qualquer caso, inclusive em casos muito pequenos e insignificantes, perderia seu cargo sem debater, sem discutir. Mas, sabendo que não sou advogado brasileiro, eu procurei advogados especialistas brasileiros. Eu procurei exatamente aqueles que não são políticos, que não são envolvidos em política, que não têm ideologias, e todos os peritos que consultei ficaram mais chocados e mais indignados do que eu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... não como políticos, mas como advogados.

Eu sabia que essa informação tinha de ser divulgada. E é exatamente o que estamos fazendo. E, agora, estamos fazendo isso em parceria, não só com nossa equipe do The Intercept Brasil, mas também com o maior jornal do Brasil, *Folha de S.Paulo*, e com uma revista de centro-direita ou de direita que ficou, por quatro anos, apoiando e aplaudindo o Sergio Moro, a *Veja*, que admitiu que eles fizeram um papel muito importante construindo o mito Sergio Moro como o pai da ética. Mas, agora, quando eles tiveram acesso a esse acervo, conseguiram perceber que essa imagem era totalmente falsa. Também há outros veículos do jornalismo que também estão verificando que nosso material é autêntico e muito grave, inclusive o jornal *Estadão*, que, na primeira semana, depois de nossas revelações, depois de quatro anos apoiando Sergio Moro, publicou um editorial falando que ele deveria renunciar a seu cargo público e que Deltan deveria ser afastado, porque essas revelações eram muito graves.

Então, vou concluir só dizendo que eu sou um jornalista, eu não sou político. Eu não tenho fidelidade com nenhum partido. Para quaisquer pessoas que achem isso, eu posso mostrar muitos artigos que nós publicamos criticando todos os partidos, da direita e da esquerda, inclusive o partido o meu próprio marido, deixando todos os políticos, todos os partidos zangados. Nós somos independentes, nós não estamos defendendo um político, nós não estamos defendendo uma ideologia, nós não estamos defendendo um partido; nós estamos defendendo os princípios cruciais e fundamentais de uma democracia: a imprensa livre; o fato de que pessoas com poder político precisam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de transparência; e que não podemos ter um processo legal sem um juiz imparcial. Esses são os princípios que estão governando o jornalismo que estamos fazendo e que nós vamos continuar a fazer.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer muito ao Presidente pelo convite e a todos os Senadores e Senadoras presentes aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Vamos, a partir de agora, às interpelações das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores. Como acho que temos espaço e o quórum assim possibilita, vamos a cada indagação passar imediatamente para a resposta do Sr. Glenn.

Iniciamos com o Senador Rogério Carvalho, do Partido dos Trabalhadores.

V. Exa. tem três minutos para sua interpelação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, eu quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa de propor esta audiência pública e agradecer ao Glenn, jornalista, que aceitou o convite de estar aqui.

É um momento muito importante da história do nosso País, e acho que o que vem sendo revelado tem sido mais importante do que grandes movimentações que fizemos nos últimos tempos em defesa da democracia, em defesa dos direitos conquistados pelo povo brasileiro, porque essas revelações expõem algo que ainda não conhecemos e de que não sabemos o que está por trás, que tomou de assalto o nosso País.

As revelações feitas pelo Intercept são corroboradas pelos atos formais. Vocês não fizeram o jornalismo de jogar uma informação, uma revelação sem o cuidado de ter um ato formal na sequência que corrobora, que confirma aquilo que foi divulgado: os atos formais do Juiz Sergio Moro e do chefe da operação. E isso é suficiente para comprovar algumas teses que nós o tempo todo falamos e questionamos: a imparcialidade, ou a parcialidade do juiz ou a ausência de imparcialidade.

A gente sempre disse que o Juiz Sergio Moro agia de forma parcial, que era seletivo. E os fatos que vocês apresentaram e os atos dos dois e de outros integrantes da força-tarefa são corroborados com os atos formais, que vão comprovando a parcialidade do juiz, a seletividade da operação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e vão mostrando também uma associação que poderíamos chamar de associação criminosa, porque é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conluio entre acusação e quem julga, ou seja, é uma articulação que dá um poder enorme a um representante do Estado contra qualquer cidadão, qualquer pessoa na condição de réu, diante dessa situação.

Então, a pergunta... Com tudo o que a gente tem visto, com todas as divulgações, parece que parte da imprensa e das autoridades não, não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não dão conta de que essas investigações são sérias e não se movimentam, não tomam iniciativas legais e não têm iniciativas institucionais diante de tantas evidências de tantos crimes cometidos por membros dessa operação.

A pergunta é a seguinte: na sua opinião, em que momento começaremos a reverter essa apatia institucional? Porque nós vivemos uma apatia institucional diante de fatos que são consistentes, que são comprovados. É feita a divulgação de uma notícia, essa notícia é comprovada com atos institucionais de membros da operação, e as instituições apáticas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... as instituições, questionando a legalidade, a origem da fonte, como se a origem da fonte fosse o importante numa democracia que garante a liberdade não de imprensa, mas de expressão, o que é muito mais profundo do que simplesmente a liberdade de imprensa.

Então a pergunta é: na sua opinião, em que momento começaremos a reverter essa apatia institucional? Que fatos podem desmoronar as convicções falaciosas que essas autoridades e instituições tentam sustentar, dizendo ou tentando caracterizar que é uma ação criminosa a ação de quem liberou ou forneceu as informações, os dados para que vocês pudessem fazer esse trabalho jornalístico? Trabalho que é, eu quero dizer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... fundamental e ao mesmo tempo de altíssima qualidade e de altíssima precisão, porque não há uma – uma! – notícia que não tenha uma comprovação em fatos objetivos, o que seria suficiente, em qualquer país do mundo, democrático e com instituições mais atentas e não comprometidas, para afastar ou colocar *sub judice* essas pessoas até que pudesse ser concluída uma investigação.

Essas pessoas, ao invés de estarem – para concluir, Presidente, perdoe-me; nós estamos em poucos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha opinião, parece-me que o Juiz Moro, na condição de juiz, cometeu vários deslizes, delitos, e continua praticando esses delitos. Isso deu aqui a um Senador prisão preventiva, por ato continuado, por crime continuado. E ele continua praticando o crime, agora disfarçado e sem assumir que está investigando ilegalmente o jornalista que revela aquilo que ele praticou e que é fundamental para a gente consolidar a nossa democracia. Sem esse trabalho que vocês estão fazendo, nós não consolidaríamos e não conseguiríamos garantir que esta democracia tivesse um futuro promissor e em cima de dados e fatos reais do que é a realidade que vivemos ao longo desses últimos dez anos no Brasil.

Muito obrigado e parabéns pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Rogério.

Só para informar aos senhores e às senhoras membros da Comissão a ordem dos oradores: o próximo é o Senador Marcos do Val; em seguida, o Senador Veneziano; o Senador Humberto será o próximo; o Senador Renan em seguida; Senador Fabiano Contarato depois; Senador Lasier Martins após; Senador Mecias; logo em seguida, Senador Paulo Rocha; e, se eu não me engano, a última assinatura, a penúltima assinatura aqui é do Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Jaques Wagner e do Senador Jean Paul Prates.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, a título...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A título de sugestão e para o melhor rendimento desta audiência, que, como colocou aqui o Senador Rogério, é fundamental, marca este momento dramático da vida nacional e das instituições, e como V. Exa. tem essa possibilidade, talvez nós pudéssemos, quando fosse o caso, deixar o convidado mais à vontade, com mais tempo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para que a gente possa extrair daqui o melhor para que o Senado da República faça exatamente o melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é uma oportunidade para nós sabermos quantos quilotons tem mesmo essa bomba: se é uma bomba nuclear, se é um traque, se é uma granada. Eu considero que a presença do jornalista Glenn aqui na Comissão de Constituição e Justiça é talvez, já que vamos entrar em recesso na próxima semana, um ponto altíssimo para que, a partir de agora, nós possamos indicar o posicionamento do próprio Senado, já que essa crise toda que está aí não pode, evidentemente, ser potencializada, porque ela tem a ver com a democracia, com a economia e com o futuro do próprio Brasil. Então, se nós pudéssemos, sobretudo o convidado, ter um tempinho talvez maior, quando houvesse necessidade, eu acho que seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente, Senador Renan – já Presidente desta Casa anteriormente. Esta Presidência, temporária obviamente, terá toda a tolerância para buscar o melhor das interpelações das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e toda a tolerância também para a exposição do convidado.

O nosso convidado nos adiantou que o próximo compromisso dele é às 14h. E eu queria, até pela presença na Comissão, nós teremos tempo suficiente...

Então, acatando o encaminhamento de V. Exa., teremos todo o tempo.

Então, passo, de imediato... Tínhamos estabelecido um parâmetro de três minutos, que pode ser estendido para cinco minutos e, repito, com toda a tolerância desta Presidência.

Passo, para resposta do convidado, a indagação e a interpelação do Senador Rogério, repito, com o parâmetro de cinco minutos para sua consideração.

Em seguida, a palavra será do Senador Marcos do Val.

O SR. GLENN GREENWALD (Para exposição de convidado.) – Então, muito obrigado pelas perguntas importantes.

Acho que é muito importante observar que, desde o começo da nossa reportagem, o Ministro Moro nunca tentou defender o comportamento que nosso jornalismo está mostrando que ele fez. Em vez disso, está tentando fazer um jogo muito cínico, botando em dúvida se nosso material é autêntico, alegando, numa instância específica, que qualquer coisa que nós publicamos é adulterado, falsificado. Ele nunca disse, nem uma vez, nem Deltan Dallagnol e nenhum outro integrante da força-tarefa, que uma coisa que nós publicamos, nem na *Folha*, nem na *Veja*, é falsa. Ele está tentando usar insinuações de que talvez poderia ter sido alterado.

Mas eu quero enfatizar que não somente nós, mas também a *Veja* e a *Folha,* que investigaram esse material, concluíram que o material é totalmente autêntico. Por exemplo, a *Folha*, na primeira vez em que eles publicaram um artigo baseado nesse acervo, disse, no editorial – aspas –:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O *site* [The Intercept Brasil] permitiu que a *Folha* tivesse acesso ao acervo, que diz ter recebido de uma fonte anônima [...].
> Ao examinar o material, a reportagem da *Folha* não detectou nenhum indício de que ele possa ter sido adulterado.
> Os repórteres, por exemplo, buscaram nomes de jornalistas da *Folha* e encontraram diversas mensagens que de fato esses profissionais trocaram com integrantes da força-tarefa nos últimos anos, obtendo assim um forte indício da integridade do material.

E, por causa disso, continuou reportando esse material.

Quando a *Veja,* na semana passada, publicou um artigo de dez páginas, com um rico material, bem grave, incriminador, sobre o comportamento do ex-Juiz Sergio Moro, também o editorial, os editores da *Veja* disseram – aspas –: "Assim como a *Folha de S.Paulo,* também parceira do *site*, analisamos dezenas de mensagens trocadas ao longo dos anos entre membros do nosso time e os procuradores. Todas as comunicações são verdadeiras – palavra por palavra (o que revela fortíssimos indícios de veracidade do conjunto)."

Depois disso, o jornal *Correio Braziliense* entrevistou um procurador do Ministério Público que era um integrante desses grupos das conversas, e esse procurador confirmou que as conversas que nós estamos publicando são totalmente autênticas. E outros jornais, por exemplo, o *El País* conseguiu investigar o material que estamos publicando e comparar o material com coisas que eles sabem como jornalistas, reportando sobre a Lava Jato, e publicou um artigo falando... O artigo do procurador no *El País* coincide com o diálogo vazado por The Intercept, falando que há muita evidência de que tudo que estamos publicando é autêntico.

Sobre o conteúdo que o Senador perguntou, acho que o material que a *Veja* publicou é muito interessante, talvez mais interessante do que tudo. Por quê? Porque foi a *Veja* que liderou essa tentativa, essa campanha, nos últimos quatro anos, para mostrar Sergio Moro como o homem mais ético do País, como o herói nacional. E a *Veja*, quando publicou o primeiro artigo, admitiu exatamente isso. Ela disse: "Poucos veículos da mídia celebraram tanto o trabalho do ex-Juiz na luta contra a corrupção". E mostrou cinco capas, mostrando Sergio Moro à luz muito favorável, como era – e era quase um herói, um super-herói. Mas, então, por que a *Veja* agora está abandonando o Sergio Moro, que eles apoiaram quatro anos? Eles explicaram o porquê. Porque eles também, trabalhando ao lado dos nossos repórteres, conseguiram pela primeira vez ver a verdade que o jornalismo e a transparência deixam as pessoas ver. E eles explicaram que a evidência está demonstrando que os desvios de Moro não eram eventuais, mas, nas palavras da *Veja*, revelam "de forma cabal como Sergio Moro exorbitava de suas funções de juiz, comandando as ações de procuradores na Lava Jato". Em suma – aspas – "as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicações analisadas pela equipe são verdadeiras e a apuração mostra que o caso é ainda mais grave".

E eu acho que o fato é que nós estamos trabalhando juntos não com veículos da esquerda, mas também com veículos da *mainstream*, como a *Folha* também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... com revistas da direita, que estão concluindo a mesma coisa: que o comportamento do Sergio Moro, não só às vezes, mas o tempo todo, era contra o código de ética que governa juízes. Era antiético, era corrupto, corrompeu o processo judicial. É muito importante porque isso mostra que isso não é sobre ideologia. Todos nós temos o mesmo interesse. Quando nós somos acusados pelo Estado de que nós cometemos um crime, todos nós temos o mesmo interesse de haver um processo justo que exige um juiz que fique distante igualmente entre a defesa e a acusação, entre os procuradores, e seja imparcial. E todas as informações que nós publicamos até agora e que vamos publicar mostram que Sergio Moro nunca fez isso. E os próprios integrantes do Ministério Público disseram, na conversa gravada, exatamente isto: que Sergio Moro nunca obedeceu ao sistema judicial, mas foi tolerado por causa dos resultados. Não sou eu que estou falando isso, não é o seu partido que está falando isso, mas são os procuradores do Ministério Público que estão falando isso em privado – o que agora conseguimos publicar.

Eu acho que isso deixa bem claro que isso é sobre ética, sobre processo justo, sobre democracia, e não sobre ideologia de nenhum partido e de nenhum político.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos!

Obrigado, Presidente.

Vou fazer perguntas ao jornalista.

O Corregedor Nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel, arquivou, nessa quinta-feira, dia 27, o processo administrativo-disciplinar contra Deltan Dellagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato, de Curitiba, e contra os demais procuradores da República citados na série de reportagens do The Intercept Brasil. Em sua decisão, Rochadel diz que não é possível confirmar a autenticidade dos diálogos veiculados pelo *site*, que eles foram captados de forma ilícita e que, ainda que a mensagem em tela fosse verdadeira e houvesse sido captada de forma lícita, não se verificaria nenhum ilícito funcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Por todo o exposto, em face da inexistência de elementos de prova (mensagens que, se existentes, foram obtidas de forma ilícita) ou mesmo pela inexistência de ilícito funcional nas mensagens, se fossem consideradas, impõe-se o arquivamento", escreveu o Corregedor Nacional.

O senhor falou que tem muita confiança nas instituições brasileiras, na Polícia brasileira. E aí faço a pergunta: por que o senhor ainda não entregou o material para as autoridades brasileiras, para se confirmar a veracidade? O senhor teme a Polícia Federal? Como a gente sabe, foi citado que poderia ser tendenciosa a sua análise. Por que, então, o senhor não a encaminhou para o STF, por exemplo? E qual é o temor que o senhor tem em entregar esse material para uma perícia policial verificar a autenticidade, se, como eu falei, o senhor mesmo, no início, disse que confia muito nas autoridades brasileiras?

Nós sabemos que um trabalho nesse nível, de *hackers*, não é feito por um adolescente com espinhas na cara, atrás de um computador, brincando de fazer esse tipo de ação. A gente sabe que há investimentos altos. São profissionais que acabam fazendo esse tipo de trabalho.

A pergunta é a seguinte. Depois de anos da Lava Jato, em todos esses anos, nada disso foi comentado, nada foi questionado; somente após a entrada dele como Ministro, ou seja, depois de ele tomar um lado dentro da organização política brasileira, é que começaram os ataques. Há uma frase que a gente fala: se você não pode derrubar o argumento, você tenta derrubar o argumentador. E a pergunta é a seguinte. A *Veja*, como é sua base de informação e de veracidade dos fatos, realmente, acompanhava as ações do então Juiz Sergio Moro, porque a função dele era a de chefiar, a de estar à frente dos trabalhos da Lava Jato. A partir do momento em que ele tomou uma posição partidária, a *Veja*, que também tem sua posição partidária – todos os brasileiros sabem disso –, começou, então, a comprar esse fato como sendo um fato verídico.

Eu não questiono... O meu questionamento é: se isso é verídico, como o senhor coloca, tem a certeza e afirma, por que, até hoje, esse material não foi periciado, para então ser colocado publicamente, na íntegra, sem o questionamento que todos acabam fazendo?

Por enquanto, é só.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Com a palavra o Sr. Glenn.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa questão da verificação, da perícia, eu vou responder daqui a um minuto. Primeiro, quero responder com uma pergunta: por que, até agora, se esse material não fosse autêntico, Sergio Moro, Deltan e outros integrantes da força-tarefa da Lava Jato nunca negaram nenhuma coisa específica? Se alguém publicasse alguma coisa sobre mim que fosse forjada, adulterada, falsificada, a primeira coisa que eu faria seria mostrar meu telefone: "O meu telefone está aqui. Este é o *e-mail* que estou falando que escrevi. Vocês podem ver, no original, no meu telefone, como era e, agora, podem comparar com o que é publicado por esse jornal. Vocês podem ver como eles adulteraram". Sergio Moro, Deltan Dallagnol e outros integrantes da força-tarefa da Lava Jato nunca fizeram isso, nem alegaram que qualquer coisa que nós publicamos, que a *Folha* publicou, que a BandNews publicou, que a *Veja* publicou era falsa. Por que eles nunca fizeram isso?

Quando a gente pergunta por que eles não estão mostrando os originais, eles respondem uma coisa que acho que é bem grave. Eles falam: "Nós apagamos e destruímos todos os materiais que nós criamos no nosso trabalho público, sem salvar essa informação e essas conversas em um *hard drive* ou em outro lugar". Como isso é possível? Eu disse, como advogado norte-americano, que isso seria um crime. Se um juiz e procuradores destroem evidências relevantes para o seu trabalho público e também relevantes, o que é mais grave ainda, para casos pendentes nos tribunais, isso é obstrução da justiça! Como isso é tolerado? Como é permitido que pessoas, em cargos públicos, tenham o direito de destruir uma evidência relevante para processos criminais? É o que eles estão fazendo, sem salvar a informação. Eles estão falando isso para fugir desta questão: por que vocês não estão mostrando as conversas originais para provar que foram adulteradas?

Mas há outros procuradores no Ministério Público que as salvaram, que já foram entrevistados pelo *Correio Braziliense*, que disseram que compararam o material dentro do seu telefone e também o que estamos publicando e que todos são autênticos, palavra por palavra.

Sobre esta questão de por que não entregarmos nosso material jornalístico para a Polícia, minha resposta é muito simples: jornalistas, numa democracia, não entregam material jornalístico para a Polícia, para o Governo, para os tribunais, para ter premiação, para publicar. Antes, publicamos.

Nós temos peritos nas nossas equipes. Eu tenho uma reputação mundialmente, como jornalista. Obviamente, eu não publicaria material sem verificar se o material é autêntico. A mesma coisa com The Intercept: todas as equipes, não só aqui no Brasil, mas lá nos Estados Unidos, são compostas por jornalistas mais premiados, mais renomados no mundo, editores mais experientes no mundo. Ninguém publicaria material sem verificar se essa informação é autêntica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – A mesma coisa com a *Folha*, a mesma coisa com a *Veja*, a mesma coisa com os nossos outros parceiros. Nós temos peritos, especialistas em tecnologia, que analisaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse material, que verificaram que o material é autêntico antes de publicarmos. E todas as evidências – *Folha, Veja, El País*, procuradores do Ministério Público, The Intercept Brasil, BuzzFeed, outros procuradores do Ministério Público, todos estão falando a mesma coisa: esse material é autêntico, palavra por palavra.

Qual evidência existe para apoiar a insinuação de Sergio Moro e Deltan de que alguma coisa foi adulterada? Nada. Nada! Eles não têm evidência. Eles têm só insinuações. A qualquer minuto que o Sergio Moro e o Deltan queiram alegar que uma coisa que nós publicamos não é verdade, não é autêntica, nós vamos responder, mas, até agora, eles nunca alegaram, muito menos demonstraram, que qualquer coisa que nós estamos publicando seja autêntica, contra muitas informações que mostram que é autêntica. Nós não entregamos e nós nunca vamos entregar nosso material jornalístico para a Polícia ou tribunais, porque isso é alguma coisa que acontece em países autoritários ou tiranias e não em democracias. Mas o que nós fazemos, como profissionais com reputação, com credibilidade? Nós verificamos, com muita cautela, que o material é totalmente autêntico. E tudo, depois que nós publicamos, prova que nossas conclusões eram totalmente verdade, eram totalmente certas. E o material é, palavra por palavra, autêntico.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Eu continuo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos, assim, só esclarecendo.

Repito, esta Presidência terá toda a tolerância, mas nós não estamos seguindo o disposto no art. 94, §§2º e 3º, que dá o direito à réplica e, em seguida, à tréplica, visto que esse dispositivo, no Regimento, é privativo para exposições de Ministro.

Mas, com a tolerância desta Presidência e com a condescendência de todas as Sras. e os Srs. Senadores, concedo-lhe mais uma vez para continuar a sua indagação, caso V. Exa. não tenha se sentido satisfeito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado, Presidente.

Realmente, ainda não foi em cima das perguntas que eu fiz, porque é o seguinte: a legislação brasileira fala que as provas colocadas como realmente provas numa acusação somente são válidas através de instituições oficiais públicas – no caso, oficiais policiais. O senhor colocou que teria essa preocupação de colocar isso aqui no Brasil e ainda continuou dizendo que prefere que outros jornais e revistas continuem dando autenticidade a esse material.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, por que então o senhor, como também por ser um cidadão americano... Eu trabalhei lá por muitos anos, e a gente sabe que eles não misturam as coisas, como o senhor acha que de repente aqui poderiam misturar. Por que o senhor não entregou esse material, então, para a unidade de perícia dos Estados Unidos, para que pudesse então comprovar a autenticidade? Porque para mim não vale colocar outras revistas e jornais como uma instituição que daria veracidade a um material desse tipo. Eu só confiaria – e com certeza uma grande parte dos brasileiros – vindo de uma instituição cuja função seja perícia: verificar autenticidade de forma isenta.

A pergunta que eu fiz também, e para a qual não houve resposta, é por que esse vazamento só aconteceu após a entrada do Sergio Moro como Ministro? Ou seja, o senhor confirma para mim, ou nega, o fato de ter uma influência de algum grupo partidário investindo, ou de um grupo de empresários investindo nesse trabalho de *hackers*, para tentar tirar essa credibilidade construída pelo hoje Ministro Sergio Moro ao longo desses anos? Então, eu preciso dessa resposta sobre se realmente há um grupo partidário ou um grupo de empresários que bancou esse trabalho.

A outra pergunta. Nós temos... Bom, é isso o que eu queria falar.

O senhor colocou que ele disse por várias vezes que não se lembra das mensagens; ele disse que não poderia afirmar se realmente eram deles ou não. Primeiro, o Telegram não tem arquivo que fique em nuvens. Então, realmente, se você perder o programa, você perde as conversas. Até onde eu sei, ele entregou o celular dele para a Polícia Federal fazer a perícia, para verificar e tentar buscar informações – ou o complemento, ou a conversa na íntegra.

Se eu pedir para o senhor, neste momento, agora, o seu celular, como o senhor apresentou aí agora, e eu entrar num programa de conversa e conseguir chegar no ano de 2016, 2015, e eu, com esse celular na mão, colocar algumas frases soltas, o senhor poderia afirmar com toda certeza se seriam suas ou não?

Essa é a minha pergunta, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Glenn.

O SR. GLENN GREENWALD – Então, primeiro, para qualquer pessoa que ache que devemos entregar nosso material jornalístico para a Polícia, para o Governo, para o tribunal, eu vou simplesmente perguntar: por favor me dê um exemplo, só um, no mundo democrático, em que um jornal ou uma revista entrega seu material jornalístico para a Polícia, o tribunal, o Governo, antes de que eles publiquem? Não existe! Isso não existe, no mundo democrático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando criamos The Intercept, em 2013, a primeira coisa que nós fizemos, antes de contratar jornalistas e editores, foi contratar especialistas na tecnologia, na segurança do edital, os mais renomados e mais sofisticados no mundo, nos Estados Unidos e no mundo democrático, e nós os consultamos para verificar que esse material é autêntico. E também conseguimos verificar jornalisticamente como *Folha* e *Veja* explicaram: que nós conseguimos usar nossas fontes que conversaram com os integrantes, os membros da força-tarefa da Lava Jato, que ainda têm essas conversas, e conseguimos comparar essas conversas que eles têm, nos seus telefones, que eles não apagaram – como Moro e Deltan disseram que eles fizeram –, e conseguimos comparar o material que eles têm com o material nesse acervo, e conseguimos ver que é totalmente autêntico, palavra por palavra.

Sobre a questão do partido, obviamente não vou falar nada sobre minha fonte, que é não só meu direito, mas minha obrigação como jornalista; mas obviamente não existe partido nenhum que financiou nosso jornalismo. Como nosso jornalismo, como o jornalismo de *Veja* e *Folha* são financiados... É informação pública.

E o Senador me perguntou se eu escrevesse alguma coisa em 2015, em 2016, se eu lembraria? Primeiramente, a grande maioria das mensagens que estamos publicando não era de 2015, mas de 2017, de 2018. Então, algumas são de nove meses atrás, um ano atrás, um ano e três meses atrás.

Obviamente não lembraria todas as palavras que eu escrevi um ano atrás ou dois anos atrás, mas, se eu escrevesse alguma coisa tão importante como: "Vocês não devem investigar o ex-Presidente Henrique Cardoso, porque pode melindrar um aliado tão importante..." Ou, se eu mandei Deltan trocar a sequência das operações, ou coisas tão importantes, talvez não lembraria tudo, mas com certeza vou lembrar algumas coisas muito importantes. Mas Sergio Moro está fingindo que ele tem quase amnésia, com uma memória tão incapacitada que ele não pode lembrar nada. Isso não tem credibilidade nenhuma.

Também publicamos um áudio, nesta semana, com voz muito distinta e muito única do Deltan, que obviamente é autêntica, e de novo ninguém negou nada do que estamos publicando.

Então, eu acho que é muito importante entender que já existe perito jornalístico que examinou esses materiais em vários veículos do jornalismo, não só de The Intercept, mas de outros também. E também eu acho que ninguém acredita em Sergio Moro quando ele está falando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... que ele não lembra nada, nada, nenhuma palavra que ele escreveu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem exemplos de quando ele está quase admitindo que ele lembrou. Lembra que ele pediu desculpa porque ele chamou os membros do MBL de tontos? Ele pediu desculpa quando ele lembrou. Outra vez, de repente, ele lembra coisas quando é para o benefício de Sergio Moro de lembrar, mas quando é sobre material muito incriminador, de repente ele lembra nada.

Então, nós vamos continuar fazendo esse jornalismo com muito apoio, mostrando que esse material é autêntico, e nós vamos deixar para o público: se Sergio Moro está falando verdade ou se ele está mentindo. Eu acho que as pesquisas estão já mostrando como o público está entendendo as táticas que o Ministro Moro está usando.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Sr. Presidente, eu sei que estou... Se o senhor puder me dar só uma oportunidade e dar continuidade aos outros... Coisa de 30 segundos, no máximo. Bem rápido.

O senhor fala muito de ter feito essa perícia com um grupo de repórteres e de imprensa antes. Eu gostaria que o senhor pudesse entregar a uma instituição americana, que não faz parte da nossa democracia, não faz parte do nosso País, para que eles pudessem dar veracidade ao material, para que pudéssemos, então, começar a esclarecer melhor...

O SR. GLENN GREENWALD – Qual instituição? A CIA?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – A CIA, o FBI...

O SR. GLENN GREENWALD – O.k.

Nenhum jornalista, muito menos eu, vai entregar...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Mas do que já foi posto...

O SR. GLENN GREENWALD – ... nosso material jornalístico para a CIA ou para o FBI. Isso nunca aconteceria; não para mim, mas para qualquer jornalista no mundo. Nós temos peritos exatamente porque precisamos de credibilidade...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Na nossa democracia, esses peritos não servem como prova.

O SR. GLENN GREENWALD – Se V. Exa. puder encontrar um jornalista que entregue seu material para a CIA antes de publicar, por favor me fale qual jornalista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Então, um jornalista pode acusar outro de um crime e essa pessoa vai ser presa e condenada porque um jornalista disse que os fatos eram concretos? Aqui, na nossa democracia, isso não funciona.

Bom... *Fake news*. Nós sabemos que as *fake news* pegam partes de verdades junto com partes mentirosas e constroem uma história. O que nos garante que o senhor ou a sua equipe, mesmo tendo entrado no telefone dele, tendo pegado partes de verdades e construído com partes de inverdades, não tenha criado essa grande *fake news*? Por isso é que eu insisto em colocar esse material numa instituição de perícia legal, que é formada, que é regulamentada, para que ela possa, então, dar essa veracidade para todos nós brasileiros e para o mundo inteiro. Então, esse é o meu questionamento.

Enquanto o senhor continuar falando que essa perícia é uma perícia da imprensa, do grupo de imprensa, infelizmente a gente não tem como acreditar na veracidade desse material, a não ser realmente em uma manipulação para gerar uma tendência de que, não conseguindo desconstruí-lo, vai-se desconstruir todo o trabalho feito por ele.

Bom, então, para mim, está explicado: enquanto realmente o senhor não colocar numa instituição – eu dei exemplo: o FBI, a CIA ou qualquer uma outra fora do nosso Território – que possa autenticar, dar essa autenticidade, aí, sim, a gente poderia realmente estar conversando aqui sobre o fato até de entrar no celular de forma criminosa.

Bom, as minhas perguntas foram essas.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Glenn.

O SR. GLENN GREENWALD – É, a única coisa que gostaria de falar sobre isso é que, com muito respeito, eu acho que V. Exa. disse que não acredita na credibilidade de nenhuma via da mídia brasileira, talvez, não sei, só em um ou dois, mas não acredita na credibilidade da *Folha*, não acredita...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Não.

O SR. GLENN GREENWALD – Por favor. Por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Não disse isso. O que eu disse é o seguinte: se uma revista acusar alguém de um crime, como assassinato, essa pessoa vai ser condenada e presa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Marcos, vamos só...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Desculpe-me. Era só para dar esse...

Desculpe-me, Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É que esta Presidência está tendo toda a tolerância, como foi inclusive solicitado aqui, para as indagações, para os questionamentos e para as respostas. Vamos...

Darei a V. Exa., inclusive, a possibilidade de se reinscrever ao final de todos os expositores, para, inclusive, continuar a indagação. Só vamos agora ouvir a resposta do nosso expositor.

Por favor.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado, Presidente.

Então... Estou com dúvida se V. Exa. acredita na imprensa livre, porque a imprensa livre significa que, como jornalistas, nós não precisamos de permissão do Governo; antes, publicamos. Nós não precisamos de permissão da Polícia; antes, publicamos. Nós não precisamos de permissão dos tribunais; antes, publicamos. É isso que acontece nos países totalitários, tiranos, mas não nos países democráticos. E nós não estamos pedindo que ninguém acredite no nosso material por causa da confiança no The Intercept, na *Veja*, na *Folha*. Nós estamos mostrando evidência concreta de que esse material é autêntico. Então, estamos pedindo que pessoas usem não a fé, nem acreditando na nossa credibilidade, mas a racionalidade, para analisar a evidência, que é pública. De nosso lado, mostramos que a evidência é autêntica, que é muito grande. E compare essa evidência com a evidência que é mostrada de que o material não é autêntico: essa evidência não existe.

Então, nós estamos deixando o público decidir se esse material é autêntico, e nós temos muita confiança de que o público vai concluir que o material é autêntico, porque nós temos muita evidência concreta mostrando que esse material é totalmente autêntico, nas palavras da *Veja*, palavra por palavra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Vamos... Senador Marcos do Val, se V. Exa. assim quiser, ao final dos expositores, a gente faculta perfeitamente as interpelações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. *Fora do microfone*.) – Se puder colocar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor. Assim esta Presidência o fará.

Senador Veneziano.

Por gentileza.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Um bom-dia a V. Exa., aos demais companheiros que integram a Comissão de Constituição e Justiça.

Quero dizer que não é apenas feliz a iniciativa de poder dar-nos e, dando-nos, ofertar ao público que nos assiste mais uma oportunidade de ter, no Congresso Nacional, a presença do Sr. Glenn Greenwald, que em nenhum instante, diga-se de passagem, se furtou a atender a esses convites, até por força de saber que estamos a tratar de temas extremamente delicados. Sr. Glenn, não duvido, quando da sua apresentação, dos compromissos, do bem-querer que V. Sa. passou a ter no instante em que se radicou em nosso País.

Então, V. Sa. sabe que, a partir do momento em que o The Intercept Brasil deu conhecimento público a situações extremamente delicadas, graves e de repercussões muito maiores do que ainda possam não entender alguns brasileiros, sei que o senhor se compromete conosco, porque são situações como estas – são mensagens e, a partir de anteontem, áudios – que terminam por criar algum grau de instabilidade – e vou dizer por que cito essas instabilidades.

Então, eu quero saudar a Presidência, o Senador Randolfe Rodrigues.

E queria perguntar a V. Sa., mudando um pouco, se o Presidente me permite, porque, a partir da sua resposta, terei eu condições de ir adiante em outras indagações. Taxativamente, quando das primeiras mensagens publicizadas, o Ministro Moro, ex-julgador, e integrantes da Procuradoria que fazem o acompanhamento da Lava Jato passaram a dizer que aquelas mensagens em nada levariam a minar ou a macular as relações entre julgador imparcial e acusadores imparciais. Depois, mensagens continuaram a ser de domínio público, e a linha de posicionamento do Sr. Moro foi a de dizer que começava a questionar a sua autenticidade, colocando o Sr. Glenn como integrante de uma organização criminosa que teria invadido, através de um "hackeamento"...

A minha pergunta, para continuar a fazer rápidas indagações – afinal, temos outros companheiros –: a sua fonte ou a maneira como o senhor e os seus companheiros que integram o The Intercept Brasil acessaram as mensagens foi através de uma invasão aos Telegrams do Sr. Moro e dos procuradores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionados nas mensagens? Ou, efetivamente, se deu por outra fonte? Se o senhor puder me responder neste instante para que *a posteriori* eu faça as demais perguntas, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Porque depende exatamente disso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Glenn, se puder...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – O senhor "hackeou" ou alguém outro ligado ao The Intercept Brasil invadiu os telefones do Sr. Moro e dos procuradores que fazem o acompanhamento da Operação Lava Jato?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Glenn.

O SR. GLENN GREENWALD – Então, eu acho que, obviamente, como eu disse antes, não é só nosso direito, mas nosso dever, nossa obrigação como jornalista proteger a identidade de nossa fonte.

A Constituição brasileira, no art. 5º, inciso XIV, diz que é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, mas nós já falamos muitas vezes que, na primeira vez que nós falamos com nossa fonte, a fonte já tinha todos os materiais que a fonte disse que queria passar para os jornalistas reportarem com responsabilidade.

Eu já disse que, como um cidadão dos Estados Unidos, eu tenho um passaporte norte-americano, que me permite sair deste País a qualquer minuto. Eu posso ir ao aeroporto a qualquer minuto e sair deste País e continuar publicando esse material. Obviamente, se eu tivesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... qualquer envolvimento em crime, eu sairia deste País e faria essa reportagem lá de fora, mas estou ficando aqui e vou ficar aqui fisicamente dentro deste País, apesar do fato de estarmos sendo ameaçados. Por quê? Porque ninguém tem envolvimento em crime nenhum. O único papel que nós temos foi receber material da nossa fonte exatamente como os jornalistas que fizeram o jornalismo mais importante na história do jornalismo: *The Pentagon Papers*, nos Estados Unidos; Watergate; ou revelações sobre crimes de guerra nos Estados Unidos; abuso de poder no Governo norte-americano e no Governo britânico; que foram baseados em fontes passando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informações a jornalistas que a fonte conseguiu obter – talvez ilegalmente. Mas os jornalistas as estão só recebendo e publicando-as. E a lei brasileira é totalmente clara no sentido de que jornalistas não estão cometendo nenhum crime reportando informação que foi obtida ilegalmente de outra pessoa.

Quero só enfatizar que eu tenho a capacidade de sair deste País a qualquer minuto. Por que não estou fazendo isso? Por que não estou viajando para os Estados Unidos, usando a internet para publicar os documentos? Porque eu sei que Sergio Moro não tem evidência nenhuma para justificar essas ameaças. Se essa evidência existisse, eu sairia do País a qualquer minuto. Eu estou aqui porque confio nos tribunais brasileiros e na Constituição brasileira.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Perfeito.

Eu espero que V. Sa. entenda a razão da minha pergunta primeira, até para dar sequência às demais, e porque estamos todos nós sendo acompanhados.

A meu ver, como há um convencimento de grande parte desta Casa e paulatinamente de grande parte da população brasileira, essas mensagens não apenas são autênticas, mas estão trazendo, através desse trabalho de V. Sa. e através do The Intercept – e corretamente até em razão de saber que dois outros órgãos de referências nacionais como é o caso da revista *Veja* e da *Folha de S.Paulo* – uma credibilidade maior. Quem quiser desconhecer a credibilidade da *Folha de S.Paulo* ou da *Veja* que assim o faça, mas nós somos sabedores do seu comprometimento. E V. Sa. está tendo esse cuidado.

Inclusive, registre-se, Sr. Presidente, que os próprios jornalistas da *Folha* que passaram a ter acesso a esse acervo de milhares de mensagens ou de outras tantas centenas de áudios confirmaram, porque foram os mesmos jornalistas que, à época, mantinham contato e informações com os procuradores da Lava Jato, e eram esses jornalistas que davam conhecimento público de cada uma daquelas operações e seu passo a passo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dos vazamentos...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... como dos vazamentos, como assim também o fez a *Veja*. Eles não se permitiriam, pelas próprias histórias, a dizer: "Olha, nós recebemos esse material e não estamos identificando aqui aquelas mensagens nas quais estavam presentes repórteres da *Veja* e repórteres da *Folha de S.Paulo*".

Mas é bom que nós ratifiquemos, é bom que nós reforcemos que V. Sa. não teve acesso através de um processo criminoso, como assim está se querendo dizer. Não houve uma invasão, não houve um "hackeamento" para que, acessadas, estivessem essas mensagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ponto dois, Sr. Presidente. Nós aqui não estamos como ávidos torcedores desta corrente partidária ou daquela outra corrente partidária. Nós não estamos aqui, como Senadores da República – e não podemos nos portar desta maneira –, a fazer, a partir desses episódios, campanhas para quem quer que seja, Senador Renan. A preocupação, particularmente – e sei que de todos os senhores –, é muito maior. Também sei que precisamos chegar a um ponto final, porque muitos, inúmeros, a maioria esmagadora de integrantes da magistratura brasileira devem estar se sentindo, de certa forma, constrangidos. Tenho absoluta certeza de que muitos, a maioria esmagadora dos integrantes, Senador Humberto Costa, do Ministério Público estão se sentindo constrangidos e querem chegar a um desfecho a saber, a saber! Porque o cidadão comum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu vou... Sr. Presidente, me permita, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu imagino quantos milhares, quantos milhões de brasileiros não se perguntam, se um dia forem instados a chegar no juízo à frente de um magistrado: será que eu tenho absoluta certeza de que vou ser julgado imparcialmente? Será que aqui não está se estabelecendo uma relação de tabelinha entre acusação e acusador? Quem hoje pode ou quem ontem pôde ter aplaudido pode amanhã estar sendo levado a essa situação. E eu particularmente senti na pele e ainda sinto isso, Sr. Presidente Randolfe Rodrigues.

Então, a preocupação do Senado Federal vai muito além. Não nos vejam aqui a identificar – como querem –: "Não, olha, está fazendo esse acompanhamento, porque está lutando para defender os propósitos do ex-Presidente ou de fulano de tal". Não é isso. Nós estamos falando sobre Estado democrático de direito, nós estamos falando sobre instituições públicas que são pilastras fundamentais à manutenção da nossa democracia. Nós queremos amanhã ser cidadãos com a tranquilidade de saber que temos uma magistratura, temos um Ministério Público que ganhou força acertadamente a partir de 1988, fazendo e cumprindo os seus papéis, as suas atribuições nos limites das suas competências. É bom que nós deixemos isso muito claro, porque, vez por outra, eu ouço: "Não, é porque você defende isso, porque você defende aquilo; não, é porque o Senado quer fazer campanha para...". Não é isso. Nós não estamos individualizando aquele ou aquela que pode ter sofrido algum tipo de injustiça.

Então, eu perguntaria a V. Sa. – V. Sa. tem dito que está se sentindo ameaçado e é importante também que não fiquemos nós na subjetividade –: quais são essas ameaças, de forma concreta, que V. Sa. tem identificado? E quem, se tem identificado, está a fazê-las? É uma pergunta que eu faço a V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, quando eu falo sobre a sua responsabilidade, Sr. Glenn Greenwald, com o País, o senhor sabe que se estão gerando, a partir desses últimos 30 dias, momentos instáveis. Momentos instáveis não apenas aos integrantes do Supremo Tribunal Federal, não apenas à magistratura, não apenas ao Ministério Público; muitos de nós estamos a fazer essa pergunta incomodados. E aí eu lhe questionaria: até quando nós teremos... Se V. Sa., por força desse bem-querer pelo nosso País e por força de saber que isso está gerando todos esses episódios e trazendo todas essas consequências... Quando o trabalho hoje da *Veja*, da *Folha*, do The Intercept Brasil poderá trazer, de uma forma contundente, todas as mensagens a não mais permitir que haja retóricas nas justificativas, para que nós tenhamos o deslinde, o desfecho final?

Perguntaria: V. Sa., já que o Ministro Moro diz que não pode entregar o seu telefone, como também os Procuradores dizem que não podem fazê-lo, porque essas mensagens já não mais são acessíveis... Eu não entendo sobre essa tecnologia que temos nós, mas penso que, se eles pudessem se permitir entregar para que acessem o Telegram, poderíamos saber, confrontar e, de uma vez por todas, não deixar mais margens a dúvidas se V. Sa. faz parte de uma organização criminosa que veio para cá ou que está para evitar, tumultuar ou limitar o processo de investigação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – E tenho absoluta certeza de que não é isso. E nós não permitiríamos, porque nós somos defensores da Lava Jato, nós somos defensores de todos os processos que tentem impedir quanto mais possam atos de corrupção. Mas, se o Ministro Moro, se os integrantes da Procuradoria, aqueles citados, se dispusessem a entregar, V. Sa. não teria um gesto para também colocar essas mensagens e, enfim, termos esse desfecho?

Falei sobre as suas ameaças, gostaria de saber efetivamente quais são.

Falei sobre essa possibilidade da entrega do material, conquanto também fosse entregue o Telegram ou através dos telefones dos citados, Ministro Moro e os procuradores.

E, para finalizar, Sr. Presidente, já pedindo desculpas aos meus companheiros: V. Sa. já deve ter lido e relido todo o acervo que lhe foi entregue pela fonte que tem a garantia constitucional da sua preservação. Se leu tudo e nesse tudo identificados estão fatos mais delicados e gravosos do que aqueles que já são de conhecimento público nacional, por que, ao identificá-los, caso, de fato, sejam mais graves, não o faz de uma maneira mais rápida para que não fiquemos nesse processo quase interminável e com isso trazendo-nos um prejuízo que, repito, são prejuízos sentidos nas nossas instituições?

Grato pela compreensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aos companheiros as minhas desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Glenn.

O SR. GLENN GREENWALD – Muito obrigado. Agradeço a V. Exa. por essas perguntas excelentes, que vou tentar responder para todos, porque acho que são muito importantes.

Primeiramente, gostaria de observar que nós, como jornalistas, fizemos alguma coisa muito rara no jornalismo. Quando recebemos esse acervo, obviamente, percebemos a importância e nós sabíamos que iria ter um impacto enorme neste País, porque estava revelando informação sobre os políticos mais poderosos deste País. E, geralmente, quando os jornalistas recebem informação com exclusividade, o que eles fazem é querer reportar isso por si próprios, para ter o crédito, para ter o tráfego, para ter a atenção. Nós fizemos o oposto, alguma coisa totalmente rara. A primeira coisa que nós fizemos foi que nós tentamos convidar outros veículos do jornalismo de todas ideologias para terem o acesso ao nosso acervo para partilhar o material jornalístico, para trabalhar em parceria conosco exatamente para evitar qualquer acusação de que estamos adulterando o material ou estamos sendo seletivos quanto ao material que estamos publicando para proteger um partido ou prejudicar outro. Nós fizemos isso exatamente para criar o máximo de credibilidade. Estamos envolvendo o maior número de jornalistas possível, o maior número de veículos possível nesta reportagem para terem acesso a esse acervo. Acho que isso é uma coisa rara no jornalismo, mas muito importante.

Sobre as ameaças e acusações, acho que é uma notícia... Nós recebemos ameaças muito graves, pessoais. Meu marido denunciou, como Deputado Federal, os tipos de acusações, muitos gráficos muito específicos. Todos nós que somos figuras públicas recebemos, às vezes, *e-mails* falando "espero que você morra", "você merece a morte". Nós ignoramos isso; isso faz parte de ser uma figura pública. As ameaças que estamos recebendo são muito mais graves do que isso. Essas ameaças são muito detalhadas. Eles têm dados pessoais que não são públicos sobre o meu marido, sobre mim: nosso CPF, informação sobre nosso endereço... Listaram muitos gráficos ameaçando nossa família, a mim e a meu marido. É o tipo de ameaças que o ex-Deputado Jean Wyllys ficou muitos anos recebendo e que foi a causa da sua fuga do único país que ele conheceu, onde ele nasceu e onde foi eleito três vezes para o Congresso Nacional.

De novo, eu quero falar que essas ameaças são provocadas pelo partido do Governo, porque eles estão ficando na internet o tempo todo fazendo uma campanha de forma muito covarde, usando documentos forjados e falsificados. Eu estou negando a verdade desses documentos – como Sergio Moro e Deltan Dallagnol nunca fizeram –, porque são falsos. Eles estão fazendo uma campanha de ódio usando documentos forjados, acusações falsas para provocar exatamente esse ódio. E agora estão usando a internet para fazer essas acusações, mas não têm coragem de chegar aqui para discutir na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha cara essas acusações. É de uma forma totalmente covarde que eles estão fazendo, mas é muito perigoso porque eles estão tentando enganar o público e tentando criar um clima para que jornalistas tenham medo de fazer jornalismo.

Nós não temos medo. Eu olhei na cara dos membros do partido do Governo quando estava na Câmara e eu gostaria de fazer isso de novo se eles chegassem aqui. Eu disse: "Ninguém tem medo do seu partido". Mas o jogo que eles estão fazendo, usando a internet para espalhar *fake news* contra nós, usando anonimato, é muito covarde e muito perigoso. Nós jornalistas assinamos todo o nosso material com nossos próprios nomes. Eu estou aqui. Meu nome é Gleen Greenwald, sou jornalista; e a equipe do The Intercept Brasil, de jovens brasileiros, está assinando os seus próprios nomes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – Isso é muito diferente do que o partido do Governo está fazendo, sempre se escondendo nas sombras, porque eles sabem que as acusações que eles estão espalhando são totalmente falsas. As ameaças são graves, mas não vão impedir as reportagens nem um pouco.

Sobre a instabilidade que essas reportagens estão criando, obviamente há muitas reportagens bem importantes que às vezes criam um clima instável. Obviamente, reportagens do Watergate, de outros escândalos de corrupção e de quando o Sergio Moro divulgou ilegalmente conversas privadas entre o ex-Presidente Lula e Dilma criaram também um clima de instabilidade.

Eu quero contar uma história que acho que é muito importante para esclarecer todas as acusações sobre os nossos motivos e tudo isso.

Em 2017, eu fui convidado para fazer um discurso em um evento no Canadá, em um evento que dá um prêmio para qualquer pessoa do mundo todo que estiver lutando contra a corrupção com muita coragem. E todo ano anunciam três finalistas e, naquele evento, revelam quem ganhou. Esse prêmio é muito prestigioso, mas também é acompanhado de um prêmio de US$100 mil. Depois que eu aceitei esse convite para fazer o discurso neste evento, os três finalistas foram revelados: uma jornalista do Egito, uma jornalista do Azerbaijão e a força-tarefa da Lava Jato. Depois que os finalistas foram anunciados, os petistas e outras pessoas da esquerda, inclusive do partido do meu marido, iniciaram uma campanha para tentar me pressionar para me recusar a ir lá, para protestar porque a força-tarefa da Lava Jato era uma das finalistas. Eu me recusei e viajei ao Canadá. Também o Deltan viajou para lá com três ou quatro outros procuradores. Eles não ganharam; uma jornalista do Azerbaijão ganhou. Mas eu fiz um discurso 18 meses atrás e eu não ataquei a Lava Jato; ao contrário, eu defendi o trabalho que eles estavam fazendo, eu elogiei o trabalho que a Lava Jato estava fazendo, porque eu achei e acho agora que a luta contra corrupção é importante, sim, neste País. E o Deltan tinha tal orgulho do discurso que eu fiz que a força-tarefa da Lava Jato traduziu o meu discurso, que obviamente estava em inglês, porque estava no Canadá, com legendas em português. E o Deltan colocou na página do Facebook dele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o vídeo do meu discurso, falando: "O renomado jornalista Glenn Greenwald fez um discurso muito importante sobre nosso trabalho que todos os brasileiros devem escutar". Esse vídeo que ele colocou viralizou por causa do que ele disse. Agora, ele não me chama mais de "renomado jornalista Glenn Greenwald"; eles me chamam de outras coisas, mas isso foi só há 18 meses, porque eu estava defendo a Lava Jato, eu estava elogiando o trabalho que estavam fazendo, porque eu acho que luta contra corrupção é importante. É impossível nos acusar de ter motivo para destruir a Lava Jato ou a luta da Lava Jato quando se escuta o discurso que eu fiz.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – Nós acreditamos, sinceramente, que estamos não só fortalecendo a democracia brasileira, mas também fortalecendo a luta contra a corrupção, porque não se pode lutar contra a corrupção com métodos corruptos. E eu acho que, por causa da nossa reportagem, a luta contra a corrupção agora vai ter mais credibilidade, mais integridade. Eu, sinceramente, acredito que estamos fortalecendo a luta contra a corrupção, e não enfraquecendo.

Para concluir, sobre as perguntas sobre o Telegram, como um jornalista que trabalha com materiais muito sensíveis, às vezes eu apago material no meu telefone, por causa do medo de que um *hacker* ou alguém possa roubar, mas, antes de fazer isso, eu salvo a informação num outro aparelho, eu salvo isso num *hard drive* que é criptografado, que é protegido. Eu nunca – nunca – apagaria, como jornalista, informação relevante para meu trabalho sem salvar isso. Destruir isso permanentemente, de modo que alguém nunca possa examinar isso... Eu, sinceramente, não entendo como um juiz e como procuradores que processaram criminalmente pessoas que agora estão desafiando se esse processo era justo nos tribunais, com causas pendentes, como eles podem destruir todas as evidências relevantes para seu trabalho público, sobre esses casos públicos, relevantes para causas pendentes judiciais, sem salvar isso.

Como eu disse, nos Estados Unidos com certeza isso seria um crime grave. Eu não sei se isso é um crime aqui, mas com certeza é alguma coisa muito estranha haver muitas pessoas com cargos públicos importantes destruindo todas as suas evidências relevantes para seu trabalho. Mas eu estou falando que eles fizeram isso para fugir ao desafio que todos estão falando: se o nosso material não é autêntico, por que vocês não provam isso, como eu provaria? Se alguém publicar um *e-mail* falando que eu o escrevi ou não, eu vou mostrar o original. Por que eles não fazem isso? Estão usando essa tática para fugir a essa responsabilidade. Mas acho que essa tática está criando um outro escândalo: que o Juiz e procuradores destruíram permanentemente evidência muito importante e relevante para seu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... trabalho público e para causas pendentes nos tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Glenn, em primeiro lugar, como cidadão brasileiro, quero aqui agradecer a coragem de V. Sa., o desprendimento, a competência em fazer esse trabalho, que, sem dúvida, como disse V. Sa., fortalece, na verdade, a nossa democracia.

E eu tenho plena convicção de que todo esse material é autêntico, primeiro porque alguém com a credibilidade que V. Sa. tem, e pela credibilidade que o órgão ao qual V. Sa. é vinculado tem também, não iria se expor a apresentar dados falsos, sabendo que a credibilidade é a principal moeda que dentro do jornalismo existe.

E, por exemplo, o Ministro Sergio Moro e o Procurador Deltan Dallagnol poderiam muito bem ir a público e dizer: "É tudo mentira, é falso". Mas não fizeram e não vão fazer em momento nenhum. Não vão fazer em momento nenhum porque sabem que tudo isso é verdade. Eles estão atuando nas sombras para tentar quebrar a credibilidade do que está sendo divulgado, mas em momento nenhum vão desafiar essa autenticidade.

Eu queria dirigir algumas perguntas a V. Sa. e gostaria que, se fosse possível, todas pudessem ser respondidas. A primeira: quando o Ministro Sergio Moro esteve aqui, eu perguntei a ele que medidas ele havia tomado depois de tomar conhecimento de que V. Sa. e pessoas da sua família estavam sendo vítimas de ameaças, e ele aqui não respondeu muito objetivamente, mas disse que já tinha encaminhado essa questão para que a Polícia Federal avaliasse, analisasse. Houve alguma iniciativa da parte dele ou da Polícia Federal para garantir a V. Sa. e à sua família essa proteção? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que eu faço: o Governo nem diz que sim nem que não sobre se estaria usando o Coaf e a Polícia Federal para fazer uma investigação sobre V. Sa. Chegou ao ponto inclusive em que o próprio Tribunal de Contas da União questionou o Coaf se alguma investigação estava sendo feita sobre V. Sa., e o Coaf respondeu: "Não, mas não quer dizer que não possa ser feita". E agora houve inclusive um posicionamento do Ministério Público do Tribunal de Contas da União, proibindo que se fizesse qualquer investigação nesse sentido. O senhor sente, tem indícios de que esteja sendo vítima de algum tipo de monitoramento ou de investigação feita por esse Governo?

Outra questão que eu gostaria de perguntar, e aí, se V. Sa. não quiser responder, eu entenderei, mas nesses documentos que V. Sa. tem, em algum momento existe protagonismo ou participação de integrantes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região nessas conversas com o Sr. Sergio Moro ou com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses procuradores da Lava Jato? Se não quiser responder, não tem problema, mas se puder, eu acho que é uma coisa boa.

Outra coisa que eu pergunto: na sua experiência internacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... não só como jornalista, mas como advogado também, o senhor conhece algum país em que coisas como sonegar informação à Suprema Corte, como o Sr. Sergio Moro fez em relação ao Ministro Teori Zavascki, dar orientações a procuradores que têm a responsabilidade de fazer as acusações, antecipar decisões tomadas, o senhor viu algum país democrático onde esse tipo de coisa seria considerado normal, como estão dizendo aqui no Brasil, que são conversas normais? Essa é a outra questão.

E a última pergunta que eu faço: qual seria a consequência nos Estados Unidos se um juiz de primeira instância enganasse a Suprema Corte, ocultando informações ou, como fez também o Sr. Sergio Moro, grampeando e divulgando conversas da Presidente da República com outras pessoas?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou passar para as respostas do Sr. Glenn. Após as respostas, o Sr. Glenn solicitou um intervalo de cinco minutos, que esta Presidência irá conceder, com a concordância dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Após as respostas do Sr. Glenn e do intervalo de cinco minutos, a nossa ordem de inscrições é a seguinte, só para lembrar aos colegas Senadores: Senador Renan Calheiros, Senador Fabiano Contarato, Senador Jean Paul Prates, Senador Lasier Martins, Senador Mecias de Jesus e Senador Paulo Rocha.

Sr. Glenn, por gentileza.

Registro antes a presença aqui do nosso querido sempre Senador Inácio Arruda. Seja muito bem-vindo a esta CCJ. Sinta-se sempre em Casa.

Glenn.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado, Senador.

Eu acho que essa observação que V. Exa. fez é muito importante sobre o fato de que o Ministro Moro nunca negou nenhuma publicação que nós fizemos até agora. E, como V. Exa. disse, ele nunca vai negar. Por que ele nunca vai negar? Porque ele sabe que não consegue negar que esse material é autêntico. Por quê? Porque ele sabe que há procuradores dentro do Ministério Público que estão indignados com as táticas que ele e Deltan estão usando para enganar o público, usando insinuações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que este material não é autêntico, quando esses procuradores sabem que o material é autêntico, porque eles eram integrantes de grupos que estão com as conversas que estamos publicando e alguns deles têm memória; eles não têm amnésia, como Sergio Moro têm, eles tem memória de que o material é autêntico.

E também, pior ainda para o Ministro Moro, alguns têm as conversas dentro de seus telefones. Um deles já foi entrevistado pelo *Correio Braziliense*. Por causa disso o jornal desta cidade conseguiu publicar um artigo com esta manchete: "Procurador confirma ao Correio a autenticidade de mensagens sobre Moro". Eles entrevistaram um procurador que era um integrante de alguns grupos, não todos, mas de alguns grupos das conversas que publicamos. E esse procurador do Ministério Público disse ao jornal, aspas: "Consegui recuperar alguns arquivos no celular. [...] Realmente ocorreram. Não posso atestar que tudo o que foi publicado até agora é real e não sofreu alterações" – porque ele não era um integrante de todos os grupos, mas disse, aspas –, "no entanto, aquelas mensagens que foram publicadas ontem [sexta] são autênticas". Falava sobre o material que publicamos com integrantes, procuradores do Ministério Público falando que Sergio Moro nunca manteve as regras ou os códigos de ética de um juiz e, por causa disso, botou em dúvida a credibilidade da Lava Jato.

Então, Sergio Moro sabe que outros procuradores fariam a mesma coisa se ele continuar com falsidade, tentando enganar o público, dizendo que esse material não é autêntico.

Sobre a Polícia Federal, eu não sei se meu marido já tinha contato com a Polícia Federal, mas eu não. Então, ninguém na Polícia Federal me procurou para perguntar sobre essas ameaças que estou recebendo. Eu não sei se eles estão investigando.

Sobre o Coaf e essa investigação, o blogue que publicou a notícia de que a Polícia Federal iniciou uma investigação pedindo que o Coaf passe informação sobre minhas atividades financeiras, não é um blogue com muita credibilidade, mas é um blogue que tem muitas fontes dentro da força-tarefa da Lava Jato e também da Polícia Federal. E eu acho que é muito relevante, muito interessante que o Sergio Moro tenha sido perguntado várias vezes se a Polícia Federal, que ele comanda, está me investigando, e ele nunca negou até hoje. O Tribunal mandou Paulo Guedes, o Ministro, e também o Coaf responderem se essa investigação existe e a resposta foi totalmente evasiva, totalmente vaga. Também eles não negaram.

Então, eu não tenho indício de que eles estão investigando. Também não tenho medo nenhum dessa investigação, exatamente como eu disse antes. Se eu tivesse qualquer envolvimento em crime, eu sairia deste País sem problema algum e continuaria publicando. Mas eu acho que investigar jornalistas que estão revelando corrupção por parte de ministros é uma ameaça não a mim, mas à democracia e a uma imprensa livre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a questão do material que ainda não publicamos, não conseguimos... E não vou discutir material do acervo que ainda não publicamos, porque nós estamos usando um processo jornalístico, um processo editorial bem rigoroso para publicar esse material, reportar esse material com muita responsabilidade. Eu já aprendi, no caso Snowden, que falar sobre material que não passou por esse processo é muito fácil errar ou falar coisas que não são totalmente verdade. Então, nós temos uma regra: nunca vamos discutir material até estar pronto jornalisticamente para publicar. Mas uma coisa que eu posso falar para V. Exa. é que tem muito, muito mais material de interesse público sobre muitos outros assuntos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... que ainda vão ser reportados, que estamos trabalhando, que a *Folha* está trabalhando, que a *Veja* está trabalhando, que outros parceiros estão trabalhando para publicar de um jeito mais rápido.

Sobre outros países, nada que eu li sobre o trabalho de Sergio Moro e o relacionamento entre Sergio Moro e os procuradores da Lava Jato, nada sobre isso é normal em qualquer país que eu conheço. Eu trabalhei como jornalista não só nos Estados Unidos, não só aqui no Brasil, mas em outros países na Europa, inclusive no Reino Unido. Isso é impensável.

Eu tenho um amigo que, como eu, é advogado, numa cidade pequena. Ele me ligou na primeira semana e me disse que, se um juiz, mesmo numa cidade pequena, mesmo num caso insignificante, fizesse o que Sergio Moro fez muitas vezes, se um juiz norte-americano fizesse isso mesmo uma única vez, se tivesse colaborado com procuradores, com um lado em segredo, sem o outro lado saber, automaticamente esse juiz perderia o cargo público e, provavelmente, seria proibido de ser advogado no futuro, porque esse comportamento é uma violação totalmente grave.

A gente não precisa ser advogado para entender isso. Todos nós podemos entender por que não podemos ter justiça ou um processo justo quando um juiz está colaborando em segredo com um lado, contra o outro, e depois fingindo que ele está julgando de forma neutra. Todo mundo pode entender isso. Eu acho que, por causa disso, depois de um mês, a imagem de Sergio Moro, que foi construída durante os últimos cinco anos, está caindo. O processo, as coisas injustas que estamos revelando, tudo isso é muito fácil entender e ver. Eu acho que as pessoas podem entender isso, porque isso é grave mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Em seguida, falarão o Senador Renan Calheiros e o Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pedido do nosso expositor, vamos conceder cinco minutos de intervalo. Logo após, retornaremos.

(*Suspensa às 12 horas e 30 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 35 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está reaberta a sessão.

Passamos, então, a palavra ao próximo Senador que irá interpelar: Senador Renan Calheiros, V. Exa. tem o tempo necessário para fazer as interpelações ao nosso expositor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente Randolfe Rodrigues, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Jornalista Glenn, em primeiríssimo lugar, eu gostaria sinceramente de cumprimentá-lo pelo trabalho de fôlego, de determinação e de foco iniciado no portal de notícias independente The Intercept, que, posteriormente, como acompanhamos, está sendo ampliado em parcerias para a apuração e a divulgação desses diálogos que demandam, sem dúvida, uma checagem criteriosa.

As conversas, Presidente Randolfe, Srs. Senadores, como todos sabem, chacoalharam as instituições e nos deixaram verdadeiramente perplexos com a tentativa inquisitorial de estabelecer uma Justiça paralela, combinada, evidentemente, entre a acusação e o julgador. A promiscuidade é repugnante e, como vimos, despreza os mais sagrados conceitos da democracia.

Eu mesmo, Presidente Randolfe, fui vítima, durante muito tempo, da perseguição desse grupo perverso de procuradores do Ministério Público Federal, sob Gurgel e sob Janot, tanto que entrei com uma representação contra o Procurador Deltan Dallagnol, que foi aceita e que hoje está nas mãos do Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, com base no que ele postou no seu Twitter, por conta da sua participação política, que é proibida pelo Ministério Público Federal, de fazer campanha política, tanto na eleição para Senador em Alagoas quanto, recentemente, na eleição para a Presidência do Senado Federal. Nós estamos aguardando o desfecho dessa investigação, que tramita no Conselho Nacional do Ministério Público.

Presidente e jornalista Glenn, eu sempre fui um defensor da liberdade de expressão. Em várias circunstâncias, quando a imprensa esteve ameaçada, como agora, eu me posicionei, em nome do Senado Federal, na oportunidade, firmemente na defesa da livre informação. Do ponto de vista conceitual, todos sabem, a liberdade de manifestação do pensamento, além do direito natural do homem, é premissa das demais liberdades.

Quando Ministro da Justiça, nós priorizamos o combate à corrupção no Brasil. Depois, quando voltei para o Senado Federal, na Presidência do Senado, disponibilizamos, com a participação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, ao Brasil a legislação mais avançada de combate à corrupção. O Brasil funcionou muito no sentido do aparelhamento da Polícia Federal, dos meios de investigação, no sentido de disponibilizar uma legislação para se combater o crime organizado, para o enfrentamento do desvio do dinheiro público. Nós temos investigação nessa ordem porque fizemos aqui, neste Congresso Nacional, leis que permitem esse enfrentamento. E eu concordo com o jornalista Glenn: o combate à corrupção tem que ir em frente. Ele tem que ir em frente.

O importante das reportagens é que elas desnudam um cenário com evidências e com provas, porque os primeiros áudios começam a surgir e, a partir dos áudios, você tem que acabar verdadeiramente com os supostos conteúdos, o que aqui antes de nós foi colocado por alguém, porque agora os supostos são outros. O Brasil começa a descobrir, e as pesquisas indicam isso, que o suposto Dallagnol, o suposto Sergio Moro, o suposto Janot, a suposta Lava Jato, a suposta imparcialidade serviram para condenar generalizadamente a política, independentemente de quem fosse; muitas dessas investigações ou dessas condenações sem prova nenhuma. Eu mesmo fui investigado por "ouvir dizer", porque o delator, que não me conhecia, dizia que, ao falar com beltrano ou com ciclano, sentia a minha presença intrínseca; por delator que dizia que, apesar de não ter conversado comigo, interpretou que aquela conversa poderia estar incluindo beltrano, ciclano. Um horror, um horror! Dessas investigações, de todas elas, 13 já foram apreciadas pelo Supremo Tribunal Federal e foram arquivadas por unanimidade.

Eu sempre entendi que a investigação é, sim, uma oportunidade. E cumprimento o jornalista por não temê-la. Há uma inversão das coisas hoje no Brasil: ao invés de nós investigarmos o Ministro da Justiça Sergio Moro ou investigarmos os procuradores que são citados nas reportagens, nós estamos – e o Senado não pode concordar com isto – querendo investigar o jornalista que possibilita esse momento ao Brasil. Isso é um horror e uma inversão completa do ponto de vista da democracia e da própria liberdade de expressão.

Eu queria fazer algumas perguntas e ficarei satisfeito com qualquer resposta, absolutamente. Eu sei que não posso perguntar sobre coisas evidentemente concretas, mas vou perguntar sobre coisas que têm a ver com algumas informações que já vieram a público, que já são do conhecimento da sociedade brasileira. Algumas dessas perguntas já foram aqui até ensaiadas, não completamente.

Eu queria saber do jornalista Glenn se ele poderia nos informar se há, nesses áudios e nessas conversas que já foram reveladas, mais informações de conversas, de áudios do ex-Juiz Sergio Moro, hoje Ministro da Justiça, com procuradores, outros procuradores, advogados da Lava Jato, autoridades hierarquicamente superiores, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – o que foi perguntado pelo Humberto Costa – ou de tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal ou o STJ, que é o Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também, do que conhecemos até agora, queria saber, na avaliação do senhor, quais as principais lacunas a serem preenchidas nos diálogos. Eu me refiro a personagens ainda não identificados. Eu cito, à guisa de exemplo, a articulação com americanos. Quem é o pessoal – se o senhor tem ideia – ao qual se refere o procurador no áudio sobre a entrevista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou em outros trechos – já vou concluir – ainda não totalmente elucidados, como a citação...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fique à vontade, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a nomes de auditores da Receita, como Leonel, Bourbon?

Também eu me esforço no sentido de querer saber, se for possível dizer, nas referências diretas a autoridades ou a agentes públicos estrangeiros, exceto aquelas testemunhas do caso já revelado da Venezuela, se há citação a outras autoridades ou agentes públicos. Também no caso da Venezuela, Deltan Dallagnol sinaliza que o "Russo", como era tratado Sergio Moro, teria anuído com vazamentos dos dados daquele país. Essa concordância mencionada por Dallagnol está, por acaso, entre os arquivos analisados pelo Intercept, pelo próprio Moro?

Uma outra pergunta, Senador Randolfe, ao jornalista Glenn é: há alguma manifestação formal da força-tarefa para a Polícia Federal no sentido de adiar a referida entrevista do ex-Presidente Lula por ocasião da decisão do desembargador de plantão do Tribunal Regional da 4º Região?

Há uma manifestação escrita ou gravada, direta ou indireta – se o senhor lembra –, entre o Juiz Sergio Moro e entre representantes de partidos políticos?

Sobre a rumorosa fundação privada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da Lava Jato com dinheiro público, R$2,5 bilhões, há alguma referência à criação dessa fundação? Ou entre procuradores, Sergio Moro? Porque este propósito depois foi apoiado pela substituta do Ministro Sergio Moro, na respectiva vara de Curitiba.

Em um dos diálogos já conhecidos, há menção, por parte do ex-Juiz Sergio Moro, de limpar o Congresso Nacional. Essa é uma referência única ou aparece algo parecido em outros diálogos ou outras mensagens?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos diálogos envolvendo depoimento do ex-Presidente Lula, o Procurador Deltan Dallagnol revela que "passamos algumas relevantes para jornalistas" – entre aspas –, referindo-se a supostas contradições do depoimento e atendendo a um pedido de Sergio Moro. Há, nos arquivos, conversas ou contatos – o senhor se lembra? – diretos de alguém da Lava Jato com jornalistas, com esse propósito?

No mesmo item, o Procurador Santos Lima afirma que – entre aspas – "os erros de Moro não comprometeram" – fecha aspas. Essa afirmação e os detalhes sobre eventuais erros foi aprofundado, detalhado em algum outro diálogo?

Em pelo menos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já estou encerrando, Senador Randolfe.

Em pelo menos um diálogo, o Ministro Moro sugere excluir investigados. Há outros trechos que indicam essa blindagem de nomes?

Deltan Dallagnol diz a interlocutores que já fez ponderações sobre Moro aceitar o cargo de Ministro da Justiça. Essas ponderações de Dallagnol para Moro estão nos arquivos?

Algumas informações às quais, se nós pudermos ter acesso, acho que será muito bom para o desdobramento que compreendo que precisa ser urgentíssimo.

Quanto aos áudios, no total, o senhor, os parceiros que participam desse esforço já estão periciando – isso até já foi respondido –, a fim de testar a autenticidade das vozes e integridade dos diálogos, sem evidentemente haver uma edição?

Como o senhor, independentemente das parcerias que fixou com outros veículos de comunicação, pretende tratar as conversas dos procuradores ou de Sergio Moro com jornalistas?

Isso também é uma informação muito importante, porque, como eles próprios anunciavam, eles falavam e *on* e em *off* quase que diariamente. E há um célebre artigo fascista do Sergio Moro, que escreveu sobre a Operação Mãos Limpas, em que ele defende, no Brasil, condições iguais às existentes na Itália, para se fazer uma cruzada contra a política, vazando informações para a imprensa amiga; prendendo, para encadear a prisão provisória, na decisão de primeira instância; expondo a prejulgamentos populares, a partir do vazamento de informações. E parece ser muito possível que nós tenhamos diálogos nessa direção, com vazamentos propositais, para que determinados acusados ou investigados pudessem ser prejulgados na opinião pública nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ultimamente, o Juiz Sergio Moro vem, com os procuradores, testando versões: ora negam, ora cogitam *hacker*, ora sugerem edições. O que que o senhor acha, evidentemente, disso tudo?

E quero aproveitar a oportunidade para passar às suas mãos, Jornalista Glenn, a cópia da representação contra o Dallagnol, que foi aceita pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e um discurso que tivemos a oportunidade de fazer na época em que era uma heresia criticar os métodos da Lava Jato e submeter essas críticas à compreensão do Congresso Nacional.

Se puder ter alguma dessas respostas, eu acho muito bom.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Glenn.

Só quero comunicar a todas as Sras. e Srs. Senadores: nós estabelecemos o parâmetro de cinco minutos, mas reitero que esta Presidência está tendo toda a tolerância possível, para nós extrairmos, desta audiência pública, o melhor de informações que o Sr. Glenn possa prestar, e, da mesma forma, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderem resgatar e extrair o melhor para as suas convicções.

Sr. Glenn, por gentileza.

O SR. GLENN GREENWALD – Obrigado, Presidente, obrigado a V. Exa. por essas questões.

Muitas vezes, eu acho que é melhor deixar que outras pessoas respondam as questões polêmicas, porque acho que outras pessoas têm muitas coisas importantes para falar e, quando essas pessoas... A percepção é a de que elas estão do outro lado da política, e acho que é melhor ainda.

Então, sobre o comportamento do Sergio Moro, se é ético ou legal, acho que um artigo que conseguimos publicar, nas últimas três semanas, foi muito relevante, muito importante. Foram as conversas que publicamos entre os procuradores, dentro do Ministério Público, que eram muito fiéis a Sergio Moro, sempre defendendo, de forma totalmente feroz, o trabalho de Sergio Moro e Lava Jato, publicamente, mas, nas conversas privadas, eles estão falando coisas totalmente diferentes.

E um deles é a Procuradora Monique Cheker, que, publicamente, antes de nossa reportagem, estava sempre defendendo Sergio Moro, e, também depois de nossa reportagem, estava denunciando a nossa reportagem. Por quê? Porque ela sabia que o que ela disse sobre o processo da Lava Jato e sobre Sergio Moro, em privado, estava totalmente diferente do que ela estava falando publicamente e, obviamente, ela tinha medo de que nós íamos publicar o que ela disse, porque é muito relevante para o interesse público. E nós publicamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No primeiro dia de novembro, quando foi noticiado que Sergio Moro aceitou a oferta do Governo Bolsonaro e os procuradores estavam reclamando veementemente no sentido de que a decisão do Sergio Moro iria destruir a credibilidade da Lava Jato porque provaria que as críticas do processo da Lava Jato, que sempre foi conturbado por causa de políticas, tinha credibilidade, a Procuradora Monique Cheker disse – aspas: "Sergio Moro viola sempre o sistema acusatório e é tolerado por seus resultados." Isso não sou eu falando, não são partidos de esquerda falando isso. É uma procuradora bem renomada dentro do Ministério Público falando isso, porque ela achou que ninguém veria, mas, por causa de nossa reportagem, nós sabemos que as pessoas que criticavam o comportamento de Sergio Moro, muitas vezes, de forma mais veemente, eram os procuradores dentro do Ministério Público que não tinham coragem de falar isso publicamente, mas estavam falando isso entre eles, em segredo. Depois que publicamos isso, ela tentou insinuar que não era ela, mas nós conseguimos mostrar, publicar informação definitiva provando que foi ela mesma. E ela nunca respondeu, porque a evidência era tão forte.

Também acho muito interessante o que o próprio Sergio Moro disse sobre essa polêmica três anos atrás quando ele divulgou conversas privadas entre a então Presidente da República Dilma Rousseff e o ex-Presidente Lula, mas também conversas totalmente privadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... do ex-Presidente Lula, que não tinham nada a ver com o interesse público. Quando ele foi criticado porque ele grampeou e publicou conversas privadas na forma que o relatório disse que foi ilegal, contra a lei, que o Sergio Moro não tinha autoridade de grampear e divulgar, o próprio Sergio Moro disse – com o que eu concordo totalmente – que o importante não é o método da divulgação; o que é importante é o conteúdo e o que isso está revelando, divulgando e mostrando sobre o comportamento dos políticos poderosos.

Quando começamos a reportar, nós prometemos que nunca iríamos fazer o que o Sergio Moro fez, publicando material sobre questões privadas, íntimas; só informação de interesse público. Mas a justificação que ele citou naquela época é exatamente a que nós estamos usando, que é: para mim, como jornalista – e não polícia –, a coisa mais importante não é como essa informação foi obtida, mas que informação está divulgando e revelando sobre os políticos mais poderosos deste País.

Também acho que é muito interessante o que uma outra pessoa disse sobre a nossa reportagem. Eu sei que havia uma competição, uma eleição bem disputada dentro deste Senado para a Presidência do Senado, e o Senador que ganhou aquela eleição, Davi Alcolumbre, apesar do fato de ele ser o adversário de V. Exa., disse coisas muito interessantes que acho que concordam com o que V. Exa. está falando sobre a nossa reportagem. Duas semanas atrás, na entrevista, quando foi perguntado sobre o Sergio Moro, o Presidente deste Senado disse: na política, se fosse Deputado ou Senador, estava no Conselho de Ética, cassado ou preso; do ponto de vista ético, Moro ultrapassou o limite, porque o juiz não pode conversar com o procurador. Isso são as palavras do Presidente deste Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão em relação à nossa reportagem sobre a Venezuela, acho que a pessoa estava perguntando por que isso é importante. Acho que essa reportagem mostrou alguma coisa muito importante. O Sergio Moro e o Deltan estavam tramando e planejando como eles poderiam afetar os políticos internos em outro país, poderiam apoiar os políticos, poderiam ser contra, como é o papel do juiz e dos procuradores usar o poder judicial e o poder do procurador para afetar a política exterior. Acho que isso está mostrando a arrogância que eles tiveram. Eles sinceramente acreditavam, o tempo todo, que eles eram homens tão nobres e tão benevolentes que qualquer coisa que eles fizessem era justificada, porque os fins deles justificavam os meios.

Acho que é um pouco irônico, porque há muitas pessoas que agora estão apoiando o Sergio Moro que ficaram nos últimos cinco anos criticando o Partido dos Trabalhadores, alegando que o Partido dos Trabalhadores tem uma mentalidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... de que, por Lula ser um homem grande que fez coisas muito boas para este País ganhou a impunidade. E as pessoas, defendendo o Sergio Moro, disseram que o fato de o Lula ter feito coisas boas para este País não significa que ele tenha o direito quebrado e que ele ganhe impunidade. A mesma coisa para o Sergio Moro e o Deltan Dellagnol: o fato de eles terem feito coisas boas para este País, como eu próprio disse que eles fizeram, não significa que eles tenham o direito de abusar do poder que eles tinham.

Sobre essa questão, sobre várias questões que V. Exa. me perguntou sobre o material, ainda é muito importante que eu não fale sobre o material que ainda não publicamos, mas quero falar alguma coisa, porque acho que é muito importante.

Nos últimos cinco anos, a força-tarefa da Lava Jato e Sergio Moro fizeram coisas que tinham consequências muito profundas para este País. E eles fizeram quase tudo nas sombras, sem transparência, sem investigação jornalística. Muitas vezes eles vazaram informação para a Rede Globo e para O Antagonista para influenciar o debate público. Eles estavam vazando informações que eles queriam que fossem publicadas, mas quase nunca estou recebendo transparência sobre o trabalho que eles estão fazendo – até agora.

Então, o acervo que nós recebemos é gigante. Como eu disse, na realidade, é maior do que o arquivo que nós recebemos no caso do Snowden, que até aquele ponto era o maior vazamento na história do jornalismo. Esse arquivo é maior em tamanho. Estamos reportando só há um mês; é muito pouco tempo para reportar com responsabilidade sobre cinco anos do trabalho da força-tarefa da Lava Jato e Sergio Moro. Por causa disso, estou falando – só para informar o público e não para criar drama ou ameaçar ninguém; só para informar com transparência e honestidade – que há muito mais reportagens que ainda não estão feitas, mas que vão ser feitas sobre muitos outros assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que é muito interessante que, dentro da força-tarefa da Lava Jato – e nós já publicamos isso –, o Deltan e outros procuradores da Lava Jato sempre falaram sobre a importância da imprensa livre ou sobre a importância da liberdade de imprensa. Por quê? Porque naquela época o jornalismo estava apoiando o trabalho que eles estavam fazendo; eles estavam usando a mídia brasileira para disseminar as informações que eles queriam que a opinião pública pudesse ver. Agora, de repente, jornalismo está sendo feito para reportar e divulgar informações que eles querem esconder; e de repente, eles estão contra a imprensa livre, eles atacando e ameaçando a imprensa livre, mas, durante cinco anos, eles defenderam isso.

Para concluir sobre essa questão de o material ser autêntico, o Senador disse antes do intervalo que o Sergio Moro entregou o telefone dele para a Polícia Federal, mas acho que é muito importante entender que o Sergio Moro entregou seu telefone só para confirmar se ele foi hackeado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – Ele não o entregou para deixar a Polícia Federal analisar se esse material seria autêntico e nenhum dos integrantes da Lava Jato até hoje entregou os seus telefones para a Polícia Federal, e a Polícia Federal disse que eles não vão periciar os telefones dos integrantes da força-tarefa da Lava Jato. Obviamente, se qualquer coisa que nós estamos publicando fosse falsa, seria muito fácil provar isso, mas até agora eles não mostraram, não provaram, não alegaram que qualquer coisa que nós publicamos seja falsa, porque todas as coisas que estamos publicando são verdadeiras e, em todas as coisas que vamos publicar, vai ser a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero parabenizá-lo pela iniciativa da audiência pública.

Agradeço ao jornalista Glenn Greenwald por estar aqui contribuindo.

Inicio minha fala citando uma frase que eu gosto, que diz o seguinte: é bom dizer logo duas vezes a mesma coisa, dando-lhe um pé direito e um pé esquerdo, pois com uma perna só a verdade fica de pé, mas com duas ela poderá andar e correr por aí. Eu não tenho dúvida de que foi violado o art. 10 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que todo ser humano tem direito a ser julgado por um tribunal imparcial. Esse mesmo dispositivo está no art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica; e na nossa Constituição Federal, no art. 5º, item LV, quando diz que a todos os litigantes em processo judicial ou administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi violado o art. 254, incisos I e IV, do Código de Processo Penal, quando diz que o juiz dar-se-á por suspeito, no inciso I, quando ele for amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes, e no IV, quando ele houver aconselhado qualquer das partes.

Eu não tenho dúvida de que foi violado o Código de Ética da Magistratura, em especial no art. 1º, que diz que o exercício da magistratura tem que ser exercido com imparcialidade. O art. 8º fala que o juiz deve manter uma distância equivalente entre as partes.

Ora, isso é elementar. E esta minha fala aqui não é só como Senador, mas acima de tudo porque eu não teria coragem de olhar para os meus muitos alunos, como professor de Direito Penal e Processo Penal por mais de 20 anos e Delegado de Polícia por 27 anos, eu não teria coragem de olhar para eles e falar: "Olha, nós vivemos em um Estado democrático de direito em que a espinha dorsal é a Constituição Federal, em que o *due process of law*, o devido processo legal, deve ser observado por todos, e em que o juiz tem que sempre se manter de forma equidistante entre aquele que detém a titularidade da ação penal pública, a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal, e a defesa, porque qualquer pessoa"... E aí eu fico muito triste quando eu vejo as pessoas querendo entrar até no mérito do diálogo, quando isso para mim é de somenos importância, porque um contato do magistrado, que tem que ser neutro e imparcial, via Telegram, com aquele que tem 100% de interesse numa eventual sentença condenatória, se não for da mesma proporcionalidade e razoabilidade com a defesa, está violando o princípio da imparcialidade.

Eu não tenho dúvida. E digo isso com propriedade porque eu já citei e volto a citar este exemplo: se fosse eu delegado de polícia que mantivesse contato com o advogado daquele que eu indiciei, orientando, sugerindo, eu não responderia apenas a um processo administrativo disciplinar: eu sairia preso da delegacia.

Com relação à imparcialidade, eu não tenho dúvida de que foi quebrada. Agora eu também tenho que aqui enaltecer o trabalho da imprensa, porque está se invertendo isso. E aí eu invoco aqui o utilitarismo de Stuart Mill, que é um inglês, é um filósofo: para Stuart Mill, os fins justificam os meios, e foi isso que o comportamento do ex-juiz fez.

É claro que eu e – garanto – toda a população brasileira somos contra a corrupção. Agora, a qualquer preço? Nós vamos rasgar a Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais em nome de um comportamento e de um resultado imediatista?

Contrapondo Stuart Mill, eu fico com o alemão Immanuel Kant, que instituiu o imperativo categórico que diz: aja de tal forma que seu comportamento se torne lei universal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico imaginando: se nós admitirmos que o comportamento do ex-juiz Sergio Moro foi um comportamento legal, lícito, nós estamos abrindo um precedente para que todos os juízes façam a mesma coisa, para que todos os promotores e procuradores ajam da mesma forma.

A liberdade de imprensa, de pensamento... E aí eu quero enaltecer e vou justificar até a prova, porque a prova que está aí é mais do que suficiente. O art. 158 do Código de Processo Penal é claro – aspas: "Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado". Mas com bastante propriedade vem o art. 167 e diz que quando não for possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios da infração – e aí eu falo: apagaram-se os diálogos –, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.

Nós temos aqui provas de natureza objetiva e subjetiva. Nós já temos áudios divulgados, diálogos divulgados, imprensa escrita, televisada, rádio, testemunhas, procuradores. O que mais queremos?

Nós queremos, infelizmente, neste falso Estado democrático de direito, criminalizar pobreza, porque as cadeias estão cheias de pobres, mas quando envolve um político, quando envolve um juiz ou um procurador, nós estamos diante de semideuses. Onde está a premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza?

O comportamento do jornalista é louvável. E eu agradeço ao senhor, como brasileiro. Precisou vir, com todo respeito, um estrangeiro aqui para, quem sabe, abrir os olhos de nós, da população brasileira, porque seria cômodo para mim, como Senador, falar aquilo que a população quer ouvir. Eu não fui eleito para ter um comportamento populista. Um Parlamentar é eleito para cumprir a Constituição, doa a quem doer. Ninguém está acima da lei, nem o juiz. Ninguém está acima da lei, nem o juiz.

O art. 13 do Pacto de São José da Costa Rica diz que toda pessoa tem direto à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber, difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras. E aí, no item 3, ele fala: "Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa" [...].

E aí quero me solidarizar, porque o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, conhecido como Coaf, no dia 2 de julho, disse que a Polícia Federal quer analisar atividades financeiras de Greenwald. Graças a Deus, ontem, o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado, pediu ao órgão que determinasse a imediata suspensão de toda e qualquer investigação sobre o jornalista Glenn Greenwald, do *site* The Intercept Brasil, até que fiquem claras as motivações para que ela ocorra.

Saindo do tratado internacional, nós temos a Constituição Federal, que, no art. 5º, inciso IX, fala: "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de censura ou licença". No inciso XIV, é dito: "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional".

O sigilo da fonte, minha gente, qualifica-se como garantia institucional destinada a assegurar o exercício do direito fundamental de livremente buscar transmitir informações.

O art. 220 fala: "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição".

Aí eu trago para os nobres colegas um posicionamento brilhante do Ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto, que fala, na ADPF 130:

> [O art. 220 da Constituição] radicaliza e alarga o regime de plena liberdade de atuação da imprensa, porquanto fala: a) que os mencionados direitos de personalidade (liberdade de pensamento, criação, expressão e informação) estão a salvo de qualquer restrição em seu exercício, seja qual for o suporte físico ou tecnológico de sua veiculação; b) que tal exercício não se sujeita a outras disposições que não sejam as figurantes dela própria [...].
> A liberdade de informação jornalística é versada pela Constituição Federal como expressão sinônima de liberdade de imprensa.
> [...] A Constituição destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade.

Quero aqui para não me alongar, chamar também Benjamin Franklin, que dizia o seguinte: "A cada minuto, a cada hora, a cada dia, estamos na encruzilhada, fazendo escolhas". E nossas escolhas têm consequências.

Compete a cada Senador e a cada cidadão brasileiro fazer uma autoanálise diante dessa situação de forma neutra, imparcial. Eu não sou oposição. Eu tenho a plena convicção de que estou aqui com uma conduta de Senador independente, mas que defende a Constituição Federal e os princípios, tratados e convenções internacionais.

Então, como Benjamin Franklin dizia, a hora é a de escolher, minha gente! A mudança será para pior ou para melhor? Qual é o sistema que vai guiar nossas escolhas a partir daqui? Será o atropelo da legalidade e seu consequencialismo imediatista? Esta é a pergunta que eu queria que todos os Senadores e Deputados e a população respondessem: como será vista a partir de agora a Constituição Federal? Como serão vistos o Código de Processo Penal, os seus princípios e garantias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escolheremos ao final o direito ou a barbárie? Acharemos normal que um juiz não tenha imparcialidade? Concordaremos que juiz possa ser acusador? O juiz pode comandar o atuar do Ministério Público? Nossas respostas decidirão o futuro do direito no Brasil. E atenção! Não vamos esquecer uma coisa: se ficar decidido que o juiz que fez tudo que fez o ex-Juiz Sergio Moro é um juiz normal e legal, a partir de hoje todos – todos! – podem fazer o mesmo

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Os membros do Ministério Público também poderão fazer o mesmo que Dallagnol. Eis a escolha! A escolha é o Estado de direito ou Estado à margem do direito? Minha gente, em uma democracia em que as instituições são fortalecidas, não é normal a promiscuidade entre juiz e promotor.

Só para finalizar, eu não diria que a montanha pariu um rato; eu digo que o que foi ruído foi a Constituição Federal, os tratados internacionais, o Código de Processo Penal, o Código de Ética da Magistratura, o princípio da isonomia processual ou da paridade de armas. E, se porventura algum dia – e eu acredito que isso, infelizmente, pode não acontecer – qualquer processo que foi contaminado pela quebra do princípio da imparcialidade for declarado nulo... Porque ferir a imparcialidade é uma nulidade absoluta. Está no art. 564, inciso I, do Código Processo Penal que o processo será nulo "por incompetência, suspeição ou suborno do juiz". Se porventura, minha gente, um dia, qualquer processo for declarado nulo pela quebra da imparcialidade, não tenho dúvidas em atribuir ao ex-Juiz Sergio Moro a única responsabilidade por esse fato.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Diante disso, eu faço a pergunta.

Eu apresentei requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito... E aqui eu faço um desabafo aos colegas. Eu fui eleito Senador, e Deus me deu muitos defeitos, mas me deu uma virtude: eu tenho coragem. E, quando eu vejo que nós temos 81 Senadores e até agora eu só tenho apenas 13 ou 14 assinaturas, com todo o respeito aos colegas que pensam em contrário, eu fico um pouco envergonhado, porque contra fatos não há argumentos. E uma CPI não é uma caça às bruxas; é para lançar luz sobre um fato e apurar. Quem não deve não teme!

Então, vamos lá. Apresentei requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito para apurar suposta quebra da imparcialidade no contexto dos diálogos divulgados pelo Intercept Brasil. Caso a CPI seja instalada, Sr. Glenn, o senhor estaria disposto a contribuir com as investigações, uma vez que o Código de Processo Penal diz que, quando não for possível o exame de corpo de delito, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda é: no livro *O Príncipe*, de Maquiavel, em síntese ele diz o seguinte: "quando fizer o bem, faça-o aos poucos; quando for praticar o mal, faça-o de uma vez só.". O senhor, ao divulgar os diálogos em doses homeopáticas, estaria aplicando os ensinamentos de Maquiavel?

E a terceira e última colocação que eu faço é: William Randolph Hearst em frase normalmente atribuída a George Warren, afirmou que – aspas – "jornalismo é publicar tudo aquilo que não querem que se publique, todo o resto é publicidade.".

(*Soa a campainha.*)

O Brasil tem medo do bom jornalismo?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Eu queria pedir a compreensão dos colegas Senadores. O nosso expositor teria um limite até 14h, e nós já fizemos a extensão desse limite até as 14h30. Então, eu queria pedir... Na ordem, os próximos a interpelar serão o Jean Paul Prates – há dois Senadores que não se encontram presentes –, o Senador Paulo Rocha, o Senador Jaques Wagner, o Senador Marcelo Castro e o Senador Marcos do Val, que se reinscreveu. Então, peço aos colegas – acaba padecendo quem fica por último – para nós tentarmos cumprir o tempo. A Mesa, vai, a partir de agora, ser um pouquinho mais exigente no tempo a ser cumprido pelas Sras. Senadores e pelos Srs. Senadores.

Sr. Glenn, por gentileza.

O SR. GLENN GREENWALD – Muito obrigado. Obrigado, Senador.

Se eu conseguisse deixar um ponto totalmente claro seria o ponto que V. Exa. disse, porque, para mim, essa reportagem que estamos fazendo, e a polêmica que foi criada depois disso, não é sobre ideologia, não tem nada a ver com essa divisão entre direita e esquerda. E eu sei que é muito difícil, num clima de política polarizada, fugir dessa perspectiva, todo mundo olhando para esse debate e falando: "Eu amo o Lula, então eu sou contra o Sergio Moro, porque foi o Sergio Moro que colocou Lula na prisão." Ou o contrário, falando "eu odeio o Lula, então eu adoro o Sergio Moro, porque foi o Sergio Moro que colocou Lula na prisão." Eu acho que é muito importante fugir dessa perspectiva em que estamos olhando para tudo como alguma coisa política. E, obviamente, nas democracias, nós sempre vamos ter diferentes opiniões políticas e ideologias. Eu acho que é muito saudável debater e discutir isso, mas poderíamos ter princípios que unem todo mundo, independentemente de você estar na esquerda, no centro, à direita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como acho que o Senador agora mostrou, talvez informado por causa da sua experiência dentro do sistema legal, mas com o meu trabalho, como advogado e agora como jornalista, eu sempre tentei defender não ideologia, não Partidos, nem políticos, mas princípios.

Nós temos uma tradição nos Estados Unidos para advogados que querem defender a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa para não defender como advogados pessoas que têm as suas opiniões, mas que têm opiniões totalmente diferentes – às vezes são repugnantes. Temos uma tradição nos Estados Unidos, por exemplo, onde advogados que são judeus, como sou, ou que são *gays*, como sou, defendem a liberdade de expressão das pessoas que são racistas ou que são homofóbicas como eu fiz como advogado. E por quê? Porque estava defendendo não uma ideologia, mas o princípio de que todos têm a liberdade de expressão.

Aqui, no Brasil, como jornalistas, dois meses atrás, o *site* que eu mencionei poucos minutos antes, tem uma ideologia com que eu não concordo nem um pouco, O Antagonista, que está na direita extrema, extremista, foi censurado pelo Ministro do STF e nós, no The Intercept Brasil, defendemos a liberdade de imprensa desse *site*, apesar do fato de que nós sermos contra eles, da forma da ideologia, e também apesar do fato de que o artigo que eles publicaram é de um jornalismo que nós não apoiamos. Eu, pessoalmente, era um dos primeiros a sair em defesa daquele *site*, denunciando a ordem judicial censurando o *site*. E no The Intercept Brasil nós publicamos artigo que o Antagonista, e a revista Crusoé publicou, que foi censurado, em solidariedade com não a ideologia deles nem o jornalismo deles, mas com o princípio que é crucial para a democracia, que é uma imprensa livre.

É isso que eu sempre tentei fazer com o meu trabalho e que estamos fazendo gora com essa reportagem. Nós não estamos defendendo um político, a nossa causa não é Lula Livre, nossa causa não é destruir o Governo Bolsonaro, a nossa causa não é defender um partido e prejudicar um outro. O nosso jornalismo é sobre defender princípios que não tem nada a ver com ideologia nenhuma.

Como o Senador disse, uma imprensa livre, um juiz imparcial, ninguém está acima da lei. Esses são princípios da esquerda? São princípios da direita? Acho que não. São princípios da democracia, e todos nós, qualquer ideologia que alguém tenha, temos o mesmo interesse afirmando, defendendo esses princípios.

Agora, este País é governado por um partido da direita, mas nos últimos 15, 14 anos foi governado por um partido da esquerda e no futuro eu posso prometer que de novo vai ser governado por um outro partido, com outra ideologia. Democracia sempre é assim.

Então, talvez agora você possa ser feliz por ter o Ministro da Justiça atacando jornalistas, ameaçando jornalistas; talvez possa ser feliz por um caso em que um juiz estava atacando políticos de esquerda, estava violando o código de ética, mas um dia pode ser uma outra situação, quando você é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusado de tais crimes, ou quando jornalistas revelam corrupção das políticas que têm uma ideologia diferente da que vocês têm.

Todos nós temos o mesmo interesse de defender esses princípios que não têm nada a ver com ideologia. Sobre essa questão da criminalização do jornalismo, acho que é muito interessante, porque, nessa notícia que saiu falando que a Polícia Federal pediu que o Coaf investigue minhas atividades financeiras, nós não reagimos a isso, exceto para denunciar. Eu não estou correndo para tribunal ou juiz implorando que essa investigação seja impedida. Por quê? Porque eu não tenho medo nenhum sobre essa investigação. Porque eu sei que não há evidência de que existe...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... nenhuma evidência existe, de que eu estava envolvido em qualquer tipo de crime.

Pode comparar nosso comportamento, sem medo nenhum, sendo investigado, com o comportamento do Sergio Moro, do Governo de Bolsonaro ou da força-tarefa da Lava Jato. Ele têm medo, sim, de ser investigados. Como sabemos disso? Porque eles não estão deixando essa investigação existir. Eles estão tentando usar o abuso de poder, ameaças, táticas sujas, para destruir a credibilidade da investigação, porque eles sabem o que eles fizeram. Eles sabem que nós temos as evidências. Eles sabem que essas evidências estão nas mãos de muitos jornalistas, não só no The Intercept Brasil, mas em outros veículos também... E eles sabem que as evidências que mostram o que eles fizeram vão sair. Por causa disso eles estão tentando criminalizar e intimidar os jornalistas que estão fazendo essa reportagem. Esse é o comportamento de alguém que tem coisas a esconder. Exatamente como é o comportamento das pessoas que têm uma forma covarde, para acusar, usando de sombras, usando de anonimatos, como o partido do Governo está fazendo.

Eu estou aqui para responder quaisquer perguntas que os Senadores tenham. Exatamente, eu viajei para Brasília, duas semanas atrás, para responder a quaisquer questões que os Deputados tinham, porque eu acho que é minha obrigação, como um jornalista que publica uma informação que eu sei que está afetando este País, para responder, para dialogar com qualquer um...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – ... que tenha perguntas.

Onde estão os membros do partido do Governo que estão usando acusações falsas? Escondidos atrás do computador ou falando para a sua galera, quando ninguém está aqui para desafiar, para perguntar? Onde está sua evidência para responder?

Eles não estão aqui. Eu estou aqui. Por quê? Porque eu não tenho medo nenhum, porque eu sei que nós temos as evidências autênticas para apoiar nossa reportagem, e eles estão escondendo porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles sabem que as acusações que eles estão espalhando são totalmente falsas. Eu acho que é muito importante entender de novo que o trabalho que nós estamos fazendo, nós realmente acreditamos que está fortalecendo a democracia brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLENN GREENWALD – Eu quero te lembrar de novo que não estou fazendo essa reportagem sozinho. Estou fazendo essa reportagem junto com muitos jornalistas, jovens, na redação, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, com o The Intercept Brasil, onde estou lutando com muita coragem, muito profissionalismo para o futuro do seu País, porque eles sabem que essa democracia pode existir de uma forma saudável e forte só se tivermos um sistema judicial, um sistema legal que tenha juízes imparciais, que tenha um juiz que obedeça, não viole o código de ética, que nós tenhamos uma imprensa livre.

Quem está prejudicando e sujando a reputação do Brasil não somos nós, jornalistas, reportando sobre o comportamento corrupto; quem está sujando e prejudicando a reputação do Brasil no mundo internacional é o Ministro da Justiça, que está atacando e ameaçando jornalistas e uma imprensa livre, até o ponto em que todas as organizações que defendem a liberdade de imprensa, não só aqui no Brasil, mas internacionalmente, agora estão unidas, denunciando os ataques do Governo contra uma imprensa livre, e também denunciando o comportamento de um juiz, colaborando em segredo com procuradores e violando todas as regras com que o Governo, como um juiz, precisa se comportar.

Então, qualquer pessoa que está preocupada com o que está acontecendo com a Lava Jato, o que está acontecendo com a reputação do Brasil por causa dessas revelações... Nós somos só os jornalistas mostrando o que aconteceu. Quem tem a culpa são as pessoas que estão atacando uma imprensa livre e que fizeram esse comportamento antiético e corrupto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn.

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente Randolfe. Não vou tomar muito tempo, sei que nós estamos agora já avançando na hora, não vou reter mais o nosso convidado. Obrigado, Genn Greenwald, por estar aqui conosco.

Eu queria, Glenn, lhe dar a oportunidade de nos esclarecer também sobre essa questão da importância desse assunto para a imprensa internacional e para a comunidade internacional. Esclarecer evidentemente, como você já fez algumas vezes aqui conosco, que isso não é atitude político-partidária sua, você não tem esse interesse, não é dirigida, não é militante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu fiquei aqui pensando comigo mesmo o que é que a imprensa internacional... Qual o interesse, como profissional da imprensa, você está tentando atender. E me lembrei de que o Brasil sofreu um processo, completamente cataclísmico e repentino, de interrupção de governos, de uma trajetória de sucesso econômico, de pleno emprego, de investimento em políticas públicas, de autossuficiência em petróleo, de gestão da energia sem subsídios, com energia renovável – faço parte um pouco dessa história também –, e, de repente, foi explodido ou implodido por um escândalo corporativo comum. Desculpem-me, pode parecer exagerado, mas não é.

Um escândalo corporativo tem formas de ser investigado, nos países mais maduros nisso, e eu reconheço que nós possamos ter até errado nos nossos procedimentos, até pelo grau de inaplicabilidade inédito que a Lava Jato propiciou no seu início. E sempre faço essa ressalva, porque acho que esse processo, no início, teve uma intenção boa, mas se destorceu já aos quatro ou cinco meses, porque coincidiu com o período pré-eleitoral, sucedido por uma eleição confusa e uma pauta mais confusa ainda no início do mandato da Presidenta reeleita. E, dali, houve essa distorção.

Mas quero, antes disso, citar quantos jornalistas internacionais, que eu particularmente conheço e com quem tinha conversas antes de estar aqui no Senado, como Jonathan Watts, do *The Guardian*, todos que você conhece, Dominique Philippe, que o sucedeu aqui, o Garrett Chaplin, Mark Margolis, vários, o *El País*, a Radio France en Terre, a Deutsch Welle, a BBC, NHK do Japão, a CCTV da China, vários dos Estados Unidos, que têm se interessado, não agora, mas desde 2014, e têm se debruçado sobre o Brasil, inclusive investindo ineditamente em equipes de brasileiros, e parte desse investimento – eu não acredito que seja apenas pelo negócio midiático – é porque o Brasil intriga a comunidade internacional hoje com essa situação. Onde aquele Brasil que estava decolando na capa da *The Economist* foi parar? O que aconteceu? Que processo? Que investigação? Que bomba atômica foi essa que, além de detectar corrupção, o que é ótimo e salutar, demoliu a construção civil de grande porte do País, afetou – e me recuso a acusar que ela tenha quebrado – sensivelmente a Petrobras e a performance dela, não necessariamente financeira, mas a performance dela e o ritmo de investimento dela, o que prejudicou solenemente a economia brasileira? E isso, agora, é atribuído, erradamente, a alegados 16 anos de legado petista. Absolutamente! Até 2014, o País estava bombando em pleno emprego. Que história é essa?

Então, apenas para mencionar, Presidente, quantos escândalos de corrupção... Parece que as pessoas ignoram isso: algumas empresas e marcas importantes sofreram escândalos de corrupção corporativa de grande porte. A Elf, empresa petrolífera – para ficar só no petróleo –, Duke, El Paso, Kerman, Ghi e Enron, empresas de energia, nem existem mais, graças a esses escândalos, mas os seus países, os seus empregados e seus trabalhadores, provavelmente, não sofreram as consequências que nós estamos sofrendo. Samsung, Chevron Texaco, Volkswagen, Fannie Mae, que é aquela famosa, Halliburton, Siemens, Merck, Nestlé, Lockheed Martin, Union Carndide, Société Générale, todas essas empresas sofreram investigações fortes de executivos com relações escusas com governos, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governos estrangeiros. Escândalos empresariais e políticos derrubaram Deputados, ministros, às vezes, até líderes de governos, e nenhuma delas teve esse efeito desastroso.

Então, a pergunta é: que investigação, que negócio foi esse? E, aí, há duas vertentes importantes que você está ajudando a esclarecer profissionalmente, porque a imprensa e a opinião pública internacional – tanto quanto a nossa deveria – estão interessadas em saber. Um, motivação política. Houve motivação política? E, aí, quando a gente ouve a gravação de um procurador comemorando, não a decisão de ter prendido o réu que ele perseguia, o que eu até entenderia. Acho errado, mas até entenderia comemorar a prisão do réu; mas não, depois da prisão, depois de terminado o trabalho, comemorar o fato de ele não dar uma entrevista para não voltar com alguma condição ao processo eleitoral. Essa é uma posição eleitoral, uma posição política. Isso significa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que é o coroamento de uma comemoração de uma atitude política que, provavelmente, contaminou o processo todo. É isso que V. Sa. está demonstrando com aquele áudio.

A outra parte são procedimentos distorcidos, talvez ilegais e parciais – parciais com certeza, está visto. Então, não estou entrando nem no mérito da questão da validade das provas, porque ela é relativa em relação a punir os responsáveis, mas ela não será jamais relativa a aliviar pena ou a anular o processo, porque o direito brasileiro protege o réu. Então, se há alguma dúvida de que houve parcialidade, o réu será beneficiado.

E aí eu passo a dizer o seguinte: no caso da violação do sistema acusatório, que a gente viu aí que a procuradora disse que era tolerada, a que ponto chegamos, pois até mesmo aqui, nesta sala, hoje, ouvimos dizer que o "Moro seria o chefe da Lava Jato", a chefia do processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quer dizer, isso já se condicionou, já se capilarizou no nosso entendimento. É o chefe da Lava Jato? Eu gostaria de interrogá-lo a respeito disso aqui. Quer dizer, fica claro, nesses processos, que há uma chefia desse movimento?

A segunda coisa diz respeito ao instituto da delação premiada. Insisto que, para mim, é a coluna vertebral tecnicamente, juridicamente, dos erros da Lava Jato. Desde o início, nós temos reparado que este passou a ser o processo que presidiu todo o procedimento. Tudo passou a ser baseado, basicamente, em delações premiadas. Depois, nas diligências; depois, nas outras coisas. Mas acareações, por exemplo, no direito americano, são pares da delação: alguém delata o outro; o outro delata um, e alguém vai colocá-los numa sala para comparar as versões. E isso não existiu; a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um certo ponto, não existiu mais. Todo mundo foi considerado delator premiado, e o último da cadeia decisória está preso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, esse processo é que intriga o mundo, e é a isso que eu gostaria de dar oportunidade, rapidamente aqui, para que se confirmasse. A sua atuação não é política, não é sequer nacional. Você provavelmente está por aqui – ninguém quer entrar em aspectos pessoais –, você está no Brasil por um aspecto da sua vida, pessoal. E intrigado com um fato desse, que é notório para o mundo, está trabalhando nele, profissionalmente. É assim que eu vejo a sua atuação e o parabenizo por isso.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Randolfe, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como V. Exa. já citou que está com problema de tempo, eu ia lhe sugerir se seria possível fazer três...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De imediato, acatada, com a concordância do nosso expositor.

O SR. GLENN GREENWALD (*Fora do microfone.*) – Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, de imediato, passamos ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, é muito importante para o nosso País, para a nossa democracia, esse tipo de debate, esse tipo de audiência pública. Por isso, eu queria parabenizar o Senado, a CCJ e V. Exa., por ter sido o iniciador desta convocação. Depois, parabenizo a presença do jornalista Glenn.

A sua atividade profissional, que está servindo para um momento importante do nosso País, que é um processo de resgate à democracia, que nós já havíamos conquistado há algum tempo. Diferentemente do debate com o ex-juiz e Ministro Sergio Moro, que, para tentar desmoralizar ou desgastar o processo, usava muito a palavra sensacionalismo aqui. Ele usou muito. Inclusive eu o questionei sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui V. Sa., nas suas várias respostas às intervenções, está usando o termo evidências, evidências, evidências. Eu queria falar exatamente disso, sobre a história do nosso País, relembrar um pouco aqui – V. Sas. devem conhecer – a história deste País.

O nosso País tem 500 anos de dominação. E a nossa elite política e a nossa elite brasileira têm uma origem escravocrata, uma origem autoritária de atender os seus interesses no País. A história da democracia no nosso País é cheia de altos e baixos. É só ver as histórias. E, à medida que o povo se organiza e vai para a disputa do poder com essa elite, o País entra num outro momento da sua história, inclusive nos interesses do povo. Considero que essa geração... Por isso, quando V. Exa. sempre está provocando aqui: "Cadê os governistas?", este debate interessa exatamente só aos democratas, aqueles que construíram a democracia no nosso País ou aqueles que defendem a forma democrática de governar o nosso País. Por isso que aqui estão os interessados exatamente no resgate dessa democracia. Eu acho que todo o trabalho profissional que vocês estão falando e a publicação disto exatamente provocam, perante a sociedade – você tem colocado muito isso... Deixa a sociedade julgar. Por que tem que haver perícia disso ou daquilo? Deixa a sociedade julgar.

Por isso que você usa muito o termo evidências. Para quem conhece um pouco a história do processo da democracia, está evidente que o Poder Judiciário, o poder político das elites e o poder de comunicação de alguns grupos de comunicação evidenciaram um processo golpista com aquela democracia que nós estávamos construindo e com o estado social que estava sendo construído para que essa elite retomasse de novo o poder para suas mãos para implementar os seus interesses, inclusive combinados – está claro, está evidente – com interesses internacionais. Daí os argumentos todos usados pelo Jean Prates sobre essa questão. Que interesses há nessas coisas de detonar a nossa indústria, a indústria da construção civil, a indústria petrolífera, etc., etc., etc.?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, considero que a nossa geração é uma geração que, no momento do processo da democracia, se preparou mais que outras gerações, quando implantaram, por exemplo, a democracia em outros momentos. Falo, mais recentemente, da década de 50 no Brasil. Nós – eu próprio venho do operariado e das organizações populares – construímos a força do povo de resgatar essa democracia exatamente na força da organização do povo e da sua consciência: o movimento sindical, os movimentos sociais dos negros, das mulheres, dos jovens, dos indígenas. Isso que prosperou e levou, por exemplo, um operário a ser Presidente da República do País.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E isso criou essas condições em um Estado que nós vínhamos construindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa elite que sempre disputava com a gente não ganhava mais na democracia. Então, ela usou os métodos mais modernos de golpe. Foi buscar no moralismo que há dentro da sociedade, no fundamentalismo religioso, combinado com uma leitura autoritária da nossa legislação, colocando juízes para fazer essa leitura autoritária, para poder atacar os democratas, os que estavam disputando e ganhando o poder deles para poder golpear o nosso processo democrático.

Está evidente isso. Então, na medida em que vêm jornalistas competentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e dedicados a isso, com esses princípios que você já recitou aqui várias vezes, processa-se o quê? Processa-se exatamente voltar esse povo a enxergar e ter consciência da forma como foi manipulado o poder, a disputa do poder, para reconquistar o poder para as mãos desses poderosos, dessa elite que sempre ganhou o poder nos golpes.

Então, para nós, Glenn, esta geração aqui... A questão da Constituição de 88 é o centro dessa construção deste processo, porque foi, após uma ditadura forte que existiu no nosso País, o encontro de todos os interesses da sociedade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Na Constituinte de 88, estavam todos os grupos – direita, centro, esquerda, movimentos sociais, banqueiros, empresários rurais etc. –, estavam todos com as suas forças, na sua representação, para construir essa Constituição, e saiu a Constituição de 88, que é base fundamental da nossa democracia. Estão lá os direitos individuais, os direitos coletivos, o Estado de direito, a presunção de inocência, a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, está tudo lá. Pois bem, vem exatamente a elite e começa a destruir todo esse processo da construção da Constituição brasileira.

Então, o que você, nas suas publicações, está colocando é exatamente a evidência que a sociedade brasileira deve ler nessas mensagens entre juízes, procuradores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... entre isso tudo para poder dizer o seguinte: foi esse instrumento que eles usaram para quebrar a democracia do nosso País. E aí estão com solidando um poder que está quebrando a democracia, retirando direitos e tentando implementar um projeto autoritário que tem uma cara bonita através desse processo de discursos que transformam os poderosos em mito, os juízes em super-homens, etc.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jaques Wagner. Só para...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu não vou prometer isso rápido, porque todos que prometeram não cumpriram.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não cumpriram...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu vou falar e depois V. Exa. me julga.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de V. Exa., Senador Jaques Wagner, em seguida o Senador Marcos do Val e, por faculdade desta Comissão, em relação ao Regimento, como se trata de audiência pública, não teremos obviamente nenhum empecilho. Nós concederemos, por último, para o Deputado Zé Neto fazer a última indagação para concluir esta audiência pública.

Então, Senador Wagner e Senador Marcos do Val em seguida.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar convidado.) – Presidente Randolfe, jornalista Glenn, colegas Senadores, a imprensa que está nos acompanhando, aqueles que estão nos acompanhando pela TV Senado. Eu, na verdade, não vou perguntar, vou só parabenizar V. Sa. pelo trabalho do jornalismo investigativo da melhor qualidade. Eu espero que essa reportagem que está sendo feita por um conjunto de jornalistas capitaneados por V. Sa. possa lhe dar o segundo Pulitzer. O primeiro você ganhou com a reportagem em torno de todas as revelações feitas pelo Snowden. E eu não tenho dúvida de que aquela reportagem contribuiu para a democracia internacional e para a relação entre as nações, porque nenhuma nação pode se considerar superior a outra e espionar quem quer que seja, sob qualquer tipo de desculpa. Assim como colegas seus há mais tempo ganharam prêmios com a grande reportagem do Watergate. E à época também se levantaram muitas suspeitas, e só depois da morte se conheceu o chamado Garganta Profunda, que era quem tinha oferecido todo o material.

Eu não sei se daqui a 5, 10, 15, 20 anos, vai ser conhecido o Garganta Profunda dessa sua reportagem. Nem vou lhe perguntar isso, porque, se houver, o senhor não poderia falar, mas eu também não quero me beneficiar, como você muito bem colocou, para a minha convicção política da sua reportagem. Eu só espero que a sua reportagem contribua para sedimentar mais ainda o apreço dos brasileiros pela democracia.

E cito aqui a intervenção do meu querido Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que, já pela segunda vez, faz intervenções sobre esse tema muito contundente, porque foi delegado de polícia por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito tempo, o Senador Contarato. Eu acho assim lapidar a intervenção do Senador, insuspeita a intervenção do Senador, porque o Senador é um entusiasta da operação, como operação de combate à corrupção. Mas falou mais alto na alma desse delegado do Espírito Santo, desse democrata convicto, o respeito às instituições, à legalidade e ao Estado democrático de direito.

Eu quero, na verdade, como Senador, como brasileiro, parabenizá-lo, e não acho piegas lhe dizer que agradeço em nome da Democracia brasileira as revelações até agora, e espero que continuem cada vez mais contundentes, da sua reportagem.

O Brasil precisa, definitivamente, já que este é um País que, desde a Proclamação da República, que também foi um golpe, precisa querer uma democracia duradoura, perene. Eu era um empolgado quando sempre dizia que, no último período, de 85 para cá, nós já vivíamos o mais extenso período democrático no Brasil, sem interrupção. E aí veio uma interrupção, a meu juízo, através do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, que bateu muito pesado nos alicerces da democracia.

Eu acho que nós estamos vivendo esta retomada a partir dessa reportagem.

Eu sou de um partido de esquerda, tenho as minhas convicções, mas antes da escolha ideológica eu tenho a escolha pela regra e pelo Estado democrático de direito. Essa é a contribuição que a sua reportagem está dando. Meus parabéns pela sua tenacidade e pela sua coragem. E é o que eu digo: aqueles que têm convicções têm que ter coragem para poder seguir. Meus parabéns a você, ao grupo de jornalistas.

E, mais uma vez, reitero, sem querer tirar proveito da sua reportagem, porque a sua reportagem, as consequências dela serão da responsabilidade deste Congresso Nacional e do povo brasileiro, não sua. Você está fazendo seu trabalho como jornalista. Espero que a gente saiba aproveitar dela para construir uma democracia mais consistente e mais duradoura.

Parabéns e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Cumprimentos efusivos ao Senador Jaques Wagner. Não só cumpriu o tempo, como ainda deixou um minuto de crédito. Cumprimentos efusivos ao Senador Jaques Wagner, que não criou nenhuma expectativa antecipadamente sobre a sua fala e o cumprimento do tempo.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Então, para concluir, eu fiquei com alguns questionamentos ainda. E aí, até para... Como o Sr. Glenn é cidadão americano, eu queria fazer só uma pergunta, não precisa nem ligar o microfone, basta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

balançar a cabeça. Sr. Glenn, o senhor sabe, como americano, assim como a gente citou aqui o FBI e a CIA, existe a Swat americana, correto? Pois então, a mesma revista que você cita que deu autenticidade, que legou autenticidade ao que foi apresentado é a mesma revista que em 2008 fez uma matéria sobre mim, dizendo que a Swat não existia nos Estados Unidos. Então, eu entrei com um recurso na época, na Justiça, e houve a polêmica de ser uma questão de liberdade de imprensa, mas a própria Justiça brasileira entendeu que ali não era uma liberdade de imprensa, mas, sim, uma clara tentativa de assassinato de reputação.

Bom, eu acho que fui um dos primeiros a sofrer *fake news.* Acredito que em 2008 não se tinha nem essa expressão ainda. Então a revista que você disse que deu autenticidade a essa denúncia é a mesma que disse essa inverdade, hoje feita até com decisão judicial.

Bom, a minha pergunta sobre isso é a seguinte: de todos os Senadores, de todos nós aqui do Congresso, de todos os políticos brasileiros, não há um que não tenha enfrentado um ataque, *fake news*. Todos nós sofremos, principalmente em campanha, e *fake news*, eu volto a repetir, não é matéria totalmente falsa, mas também não é matéria totalmente verdadeira. São pontos que são pinçados, coloca-se um pouquinho ali de um sensacionalismo e se cria uma matéria que acaba viralizando, principalmente entre aqueles que torcem pelo fracasso alheio, porque a gente pega *fake news*, ou aquela matéria como algo que, "Ah, está vendo? Daquilo ali, eu já tinha a minha suspeita, agora está aqui uma notícia." E você não se dá ao trabalho... Você, eu digo assim, a sociedade brasileira. É um ponto que a gente tinha que debater. Até foi criada agora uma CPI das *fake news*. Bom, então a gente acaba viralizando, porque aquilo ali é como se estivesse afirmando o que você acreditava.

Então, por eu ter sofrido *fake news* dessa mesma revista, a qual você falou que é uma revista que deu autenticidade a esse material entregue, o meu questionamento de novo é isso, por que não volta... Você falou muito que você tem o direito de não mostrar antes, botar para que a Justiça ou a perícia possa averiguar antes de ser publicada, com direito de liberdade de imprensa. Concordo com você, acho que faz parte do jornalismo, da imprensa. Mas, a partir do momento que já foi, então, publicado, dado, então, aos holofotes, por que não então levar esse material para uma perícia, para que então a perícia possa definitivamente autenticar e dizer realmente que o material foi feito sem cortes, sem edições ou sem a construção de uma matéria no estilo *fake news*.

Como você falou que tem receio, pois, como você está falando do Governo, pode haver uma questão de frear a sua liberdade de expressão, liberdade de publicação, volto a falar que seria muito interessante, até como dica para o senhor pensar sobre isso, você levar isso para uma unidade, inclusive do seu país – e tenho certeza que eles vão absorver e vão abraçar isso –, para que a polícia americana possa, então, fazer a autenticidade desse material. Você sendo americano, com certeza, eles fariam isso com o maior prazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então eu peço para que nós, do Congresso, possamos nos questionar e não acreditar em tudo o que vem, de imediato. Nós aqui, do Senado, sofremos *fake news*; todos aqui sofrem isso diariamente, e precisamos nos questionar e não acreditar, de imediato, em matérias e em notícias.

As questões são: por que foram entregues ao Intercept, e não foram entregues para todas os outros, materiais de notícias? Aí outra pergunta minha: você pagou pelo fornecedor desse material?

Muito obrigado, Presidente. Eu encerro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Só a última pergunta, Glenn, do Deputado Zé Neto, para nós concluirmos, e as respostas, em seguida, do jornalista Glenn.

Deputado, por gentileza.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Para interpelar convidado.) – Bom, primeiro, Senador Randolfe, parabéns por este importante evento, parabéns por esta audiência pública e também por chamar a atenção da grande responsabilidade que têm o Senado e a Câmara, neste momento, com o Glenn. Ele, sem nenhuma dúvida, nesses próximos dias que virão, principalmente, vai ser alvo de todo tipo de manobra e de todos os tipos de pós-verdades e de perseguições.

A democracia brasileira tem essas duas Casas como os seus mais importantes bastiões e precisa valorizar a presença do Glenn nessa quadra histórica do nosso País.

Eu queria apenas, Glenn, dizer que ontem nós tivemos uma audiência pública lá, na Comissão de Desenvolvimento Econômico (Cdeic), para discutir pré-sal e, quando a gente – inclusive quero deixar aqui a sugestão, Senadores, para que esse tema seja mais dissecado aqui, no Senado – vai ver de perto o que está acontecendo com as transações com o gás, com o pré-sal, com os campos... Agora mesmo está-se anunciando uma venda de campos de petróleo que é algo inacreditável, com valor de trilhões, vão ser vendidos por qualquer preço.

Então, por trás disso, a gente começa a enxergar que não é qualquer coisa que está acontecendo com o Brasil. As instituições foram fortalecidas. Só foi possível a Lava Jato, porque as instituições estavam fortalecidas – a Polícia Federal, a Procuradoria-Geral da República. No Brasil, não existia CGU. Não existia, Senador Randolfe. Ela passou a existir depois de Waldir Pires, depois da ascensão do Presidente Lula. Não existiam mecanismos de transparência. Eram muito poucos. E, depois que a gente vê as nossas instituições fortalecidas, acontece uma situação de retrocesso do ponto de vista comercial, do ponto de vista do nosso patrimônio, da nossa soberania. E, agora, a gente começa a enxergar tudo acontecendo de vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber, Glenn, se nós podemos esperar que, nessas revelações, porque você já deve ter aí um cronograma... E nós já vimos que o seu cronograma é muito tranquilo e até irrita alguns, mas eu acredito que, pelo seu perfil, pelo que você fez – e eu o acompanhei nas suas investidas anteriores como profissional –, ainda há muita coisa para aparecer. Se há, nesse material, conexões que possam nos dar mais nutrientes de que há uma elaboração muito mais sofisticada do que se imagina da entrega do patrimônio brasileiro, que passasse por um processo de captura de algumas figuras que fazem parte das instituições, especialmente as instituições do Poder Judiciário e seus auxiliares, nesse processo de abatimento do Brasil.

Eu tenho muito medo, já encerrando, que a gente chegue, muito rapidamente, a um Estado que não é liberal. Alguns dizem: "Ah, isso aqui é liberalismo". Não é liberal. Não existe nenhum Estado no mundo aí... Agora há pouco, a França teve um problema com a Renault. A França é a grande acionista da Renault, é a majoritária. E não há ninguém... Está aí. Prenderam um ou dois. E a Renault está lá preservada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZÉ NETO (PT - BA) – ... mantendo o seu papel econômico e social na França. Então, se, nas suas próximas publicações, vocês estão focando... Se não estiverem, eu peço que explique um pouco se há essas conexões que possam nos trazer, com mais vigor, esse entendimento de que existe uma articulação bem maior no tocante à entrega do Estado brasileiro e à diluição em nossas instituições, fragilizando nossas instituições e, diria, fragilizando também muito a nossa soberania nacional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Deputado.

Enfim, Sr. Glenn Greenwald, para as suas considerações às interpelações dos Senadores e à indagação feita pelo Senador Marcos do Val.

O SR. GLENN GREENWALD – Então, primeiramente, quero agradecer, de novo, mais uma vez, ao Presidente pelo convite, pela oportunidade de discutir todas essas questões. Também eu quero agradecer ao Senador Marcos, com muita sinceridade, e não com ironia, o fato de ter críticas à nossa reportagem, ter questões, críticas com o trabalho que estamos fazendo, e ter coragem de chegar aqui e ficar muito perto de mim, olhando na minha cara, perguntar com respeito, e me deixando a oportunidade de responder. Acho que isso é muito saudável.

Eu sei que há críticas sobre nossa reportagem. Eu sei que há questões sobre o nosso jornalismo. E acho que é importante dialogar sobre isso. Infelizmente, a grande maioria das pessoas que estão defendendo o Sergio Moro neste Senado, que estão atacando, criticando nosso jornalismo, não têm a mesma coragem que V. Exa. tem, inclusive os membros do partido do Governo, os filhos do Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que gostam de acusar pessoas escondidos atrás de computador, faltando coragem para fazer o que V. Exa. fez, chegando aqui e conversando.

Então, vou tentar responder o melhor que eu possa todas as perguntas que V. Exa. fez e também outros Senadores fizeram para concluir.

Sobre essa questão das *fake news*, com certeza, há jornalistas que, às vezes, erram; há outras vezes que os jornalistas reportam coisas erradas com intenções piores ainda, não com intenções boas. Eles erram, mas com maldade. Mas há soluções. Por exemplo, V. Exa. disse que iniciou um processo contra uma revista que V. Exa. achou que reportou coisas falsas sobre V. Exa. Então, por que o Sergio Moro e Deltan Dallagnol e nenhum outro integrante da força-tarefa da Lava Jato estão fazendo isso contra nós? Por que eles não estão iniciando um processo nos tribunais, já que eles têm o direito de fazê-lo e como V. Exa. fez, alegando que a informação que estamos publicando é falsa? Eles não estão fazendo isso porque eles sabem muito bem que essa informação é totalmente verdadeira.

Eu também não tenho confiança total em nenhuma instituição, inclusive em nenhuma revista ou jornal, mas não é só um veículo da mídia que está fazendo essa reportagem, são muitos: The Intercept Brasil, *Folha de S.Paulo*, *Veja*, Reinaldo Azevedo, BandNews, *Correio Braziliense*, *El País*, Buzzfeed Brazil, todos estão confirmando que essa informação é autêntica. Todos nós, de esquerda, de centro e de direita, estamos falsificando informações contra o Sergio Moro? E também há um procurador, dentro do Ministério Público que atua na Lava jato, que foi um membro desses grupos, que confirmou que os materiais são autênticos.

Então, eu acho que é muito importante entender que pessoas que são vítimas de jornalismo falso têm soluções, podem denunciar e falar que aquilo é falso, podem processar, podem desafiar. O Sergio Moro e o Deltan Dallagnol e a força-tarefa da Lava Jato não estão fazendo nada disso. Quando alguém é acusado de alguma coisa falsa, o que eles fariam? Eles negariam isso com clareza.

Por exemplo, V. Exa. me perguntou se eu paguei por essa informação. Eu não tenho problema nenhum, eu não estou brincando com palavras, falando que isso poderia ser alterado; estou falando com clareza, desde o começo, que nós não pagamos nada, nenhum associado com o The Intercept ou com o The Intercept Brasil e nenhum outro jornalista que eu conheço pagou um centavo sequer por esse material. Eu disse, desde o começo, que a fonte chegou com o material já querendo passar para os jornalistas, acreditando que o público tinha o direito de saber.

Por favor, usemos a nossa racionalidade. Agora, há uma investigação nas minhas atividades financeiras – vocês acreditam? – e sobre esse *site*. Sergio Moro, o Coaf e a Polícia Federal não negaram que essa investigação exista. Se eu pagasse um centavo para essa fonte, isso seria um crime. Por que, então, eu ficaria aqui neste País se eu fizesse isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, se eu fizesse, eu sairia agora e faria a reportagem nos Estados Unidos ou em qualquer país na Europa. Eu estou aqui em Brasília, no Rio de Janeiro, amanhã em Paraty. Eu vou ficar neste País porque essa evidência não existe, não tenho problema nenhum com essa investigação. Eu não tenho medo. Essa não é uma ameaça a mim, isso é uma ameaça contra a democracia e uma imprensa livre.

Sobre esse áudio que nós publicamos nesta semana, havia pessoas perguntando por que isso é importante. Obviamente, havia questões sobre a autenticidade e sobre o material. Por causa disso publicamos um áudio com a voz de Deltan. É muito óbvio, ele tem uma voz muito única, muito distinta. Ele não negou, ninguém negou que essa é a voz dele.

Mas o mais importante ainda é que o primeiro artigo que nós publicamos mostrou que os procuradores da Lava Jato estavam fazendo exatamente o que eles ficaram cinco anos veementemente negando publicamente: que eles tinham motivos políticos. E aquele primeiro artigo mostrou que queriam impedir a entrevista que o Ministro Lewandowski autorizou que fosse feita com Lula. Não por um princípio, mas porque eles tinham medo – eles disseram explicitamente – que isso pudesse ajudar o Haddad a ganhar a eleição.

Então, nós publicamos esse áudio não só para confirmar que o material tem autenticidade, mas também para mostrar que os procuradores da Lava Jato tinham o tempo todo motivos políticos. Eles estavam comemorando que essa entrevista não ia acontecer, porque eles tinham medo de que isso ajudasse o PT a ganhar a eleição, o que eles disseram explicitamente que eles queriam impedir.

O Sergio Moro criticou nossa reportagem várias vezes falando que é sensacionalismo, mas nunca – de novo – alegou que nenhuma coisa específica que nós reportamos – nem *Folha*, nem *Veja*, nem BandNews, nem Reinaldo Azevedo – era falsa. É muito fácil fazer acusações vagas sem especificar, como ele está fazendo. Mas a qualquer momento, qualquer minuto que Sergio Moro ou Deltan achem que eles podem mostrar que qualquer coisa que estamos publicando é falsa, eles devem apresentar evidência para o público – mas até agora eles não fizeram isso, porque essa evidência não existe.

Para concluir, eu acho que, obviamente, quando essa eleição no ano passado foi concluída, havia muitas pessoas com questões sobre qual tipo de país o Brasil vai ser, porque o Presidente da República ficou 30 anos denunciando a democracia, elogiando a ditadura. E havia muitas pessoas – não aqui só no Brasil, mas também no mundo todo – querendo saber se o Brasil vai continuar sendo uma democracia, com uma Constituição, com instituições que funcionem para proteger e garantir esses direitos ou vai escolher outro caminho mais autoritário, com tirania, que ignora e viola a Constituição. E eu acho que essa é a primeira coisa que vai esclarecer essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda este País tem uma imprensa livre, ainda os jornalistas têm o direito, garantido pela Constituição, de revelar e reportar corrupção por parte dos políticos mais poderosos sem ser ameaçados, investigados. Ainda há um sistema legal em que um juiz precisa ser imparcial.

Eu acho que a nossa reportagem está atraindo muita atenção, porque está muito além da questão sobre Sergio Moro contra Lula ou PT contra o PSL. É, na realidade, sobre questões muito mais fundamentais, como qual tipo de país o Brasil vai ser. Eu acho que como essa reportagem, como essa polêmica vai concluir vai responder essas questões. Exatamente por causa disso, nós vamos continuar reportando, divulgando esse material até o final, independentemente de que o partido do Governo, o Sergio Moro, Ministro da Justiça, e a Polícia Federal fazem.

Mais uma vez, muito obrigado a todos vocês por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Glenn Greenwald.

Eu queria, antes de concluir esta reunião da CCJ, primeiro, destacar o seguinte: esta Comissão de Constituição e Justiça, há pouco mais de um mês, ouviu, daqui onde está o Sr. Glenn Greenwald, o Sr. Ministro da Justiça, Sergio Moro, em uma exposição que durou pouco mais de nove horas. Temos convicção de que o Senado, através da CCJ, cumpre o seu papel de não só ter ouvido o Sr. Ministro da Justiça como, no dia de hoje, de ouvir o jornalista Glenn Greenwald.

Permitam-me meus colegas Senadores, desnudando-me agora da condição de Presidente eventual desta reunião, mas como também agente político desta Casa, destacar um rápido comentário. O meu partido, a Rede Sustentabilidade, como é do conhecimento dos colegas Senadores aqui, foi um partido que, durante os últimos anos, formalmente apoiou a Operação Lava Jato. Nesta Comissão, tivemos o posicionamento aqui do Senador Fabiano Contarato, que externa muitas das nossas preocupações. Ao mesmo passo, nós hoje compreendemos com muita convicção que, da mesma forma que não se justifica a corrupção em nome da ascensão social dos mais pobres, não se justifica o combate à corrupção com atuação judicial partidária. Não se justifica de forma alguma atuação judicial partidária. Permitam-me aqui colocar que o grande comprometimento do Sr. Sergio Moro foi tirar a toga de juiz e vestir a farda partidária se incorporando ao Ministério da Justiça do Governo de um candidato a Presidente da República opositor àquele candidato a Presidente da República que ele levou à prisão. Então, da mesma forma que nós outrora tivemos – e quero reiterar que tenho – convicção da necessidade do combate à corrupção neste País, compreendemos que a Operação Lava Jato não é a única operação de combate à corrupção. Tantas outras merecem o apoio de homens públicos neste País. Consideramos que, para que a própria Operação Lava Jato seja defendida, é necessário que ela seja colocada às claras. Se há alguém hoje que compromete a integridade da Operação Lava Jato, tem sido a parcialidade do Sr. Sergio Moro na atuação como magistrado e hoje no exercício do Ministério da Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um Governo que tem posição política clara e que tem também casos gravíssimos de corrupção no seu interior.

Eu quero, Sr. Glenn, passar para o senhor... O meu partido ingressou, no dia de hoje, com uma ação de descumprimento de preceito fundamental no Supremo Tribunal Federal, em defesa de um valor sagrado na democracia que foi exposto neste encontro, nesta manhã e nesta tarde: o direito sagrado à liberdade de imprensa e à liberdade de opinião. Essa ação de descumprimento de preceito fundamental é em defesa da liberdade de imprensa, em defesa das suas prerrogativas, prerrogativas que o senhor tem nos Estados Unidos, que o senhor tem no Brasil e que o senhor deve ter em qualquer país democrático. Eu faço questão de entregar uma cópia da ação ingressada pelo nosso partido.

Dito isso, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Flávio Arns, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento 48/2019 - CE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Audiência pública para discutir o lançamento, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da Semana de Ação Mundial (SAM), coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Participantes:** Catarina de Almeida Santos, Coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - Undime/SP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Jean Paul Prates, Irajá, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Lasier Martins, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento 50/2019 - CE, de autoria Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Finalidade:** Debater a importância da instituição do Dia Nacional do Espiritismo. **Participantes:** Jorge Godinho Barreto Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira; Paulo Maia da Costa, Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal; Daniela Migliari, Comunhão Espírita de Brasília; Jefferson Rodrigues Bellomo, Comunhão Espírita de Brasília; Nazareno Feitosa, Comunhão Espírita de Brasília. João Pinto Rabelo, Diretor da Federação Espírita Brasileira. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/11

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bom dia a todos, neste dia tão especial, em que nós vamos discutir um assunto que promove, na verdade, um trabalho de caridade gigantesco pelo Brasil, que é a instituição do Dia Nacional do Espiritismo, sabendo desse imenso trabalho de muita dedicação que é desenvolvido pelos espíritas do Brasil inteiro, que conseguem abrigar, conseguem acolher todas as pessoas, de diferentes religiões, com o objetivo de se unir em prol do bem do próximo.

Neste momento que o Brasil vive, Senador Flávio Arns, eu fico aqui muito feliz com a sua presença. V. Exa. é o Vice-Presidente desta Comissão, a Comissão de Educação, uma Comissão importantíssima desta Casa. Eu tive, desde o primeiro momento que o conheci, uma sintonia muito grande com V. Exa., um homem sensível, extremamente humano, comprometido com o bem. E nós vivemos um momento no Brasil que precisa de muita serenidade, um momento emblemático da história do nosso País; mas eu tenho muita fé – muita fé – de que tudo vai dar certo, porque Jesus é que está no comando. Então, eu não tenho receio nenhum de que o destino desta Nação é o destino de uma construção pacífica, pela ética, pela verdade, pela humanidade. E eu acredito que nós estamos aqui hoje discutindo um assunto que acho que vai fluir naturalmente sobre a doutrina espírita, uma doutrina que tem acalentado o coração de muita gente, que tem levado consolo, esperança, um sentimento de fraternidade muito grande e que procura descortinar essa relação entre o mundo material e o mundo espiritual. Eu sou muito inspirado por essa doutrina, sou grato por ela, porque a minha vida se transformou a partir do conhecimento do espiritismo.

Então, havendo número regimental, eu declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Legislatura Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião, como eu falei aqui, tem por finalidade debater a importância de se instituir o Dia Nacional do Espiritismo, porque seria importante nós termos, no nosso calendário brasileiro, o Dia Nacional do Espiritismo, em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2019, desta Comissão de Educação, de autoria minha, obviamente contando com o apoio aqui de todos os colegas desta Comissão.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. E eu já tive informações de que muita gente está nos assistindo. Dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo número de telefone 0800-6112211.

Nós vamos ter duas rodadas aqui. O nosso horário vai no máximo até 11h, a gente tem que encerrar, porque vai começar a reunião deliberativa da Comissão de Educação. Nós vamos ter duas Mesas aqui, dois momentos. Eu queria, neste exato momento, agradecer também a toda a Mesa, que, com muita dedicação, com muito carinho, cuidado, programou esta audiência para hoje. Agradeço à TV Senado por sempre estar atenta e com muita determinação em informar à população o que está acontecendo aqui.

E eu vou chamar, para a gente iniciar essa conversa, eu vou iniciar aqui chamando o Presidente da Federação Espírita Brasileira, que é uma entidade centenária, Jorge Godinho Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira, que é sediada aqui em Brasília. Seja muito bem-vindo, Godinho.

Eu gostaria de chamar também aqui neste momento a Daniela Migliari, que é da Comunhão Espirita de Brasília, uma entidade também aqui que tem uma folha de serviços prestados sensacional. Muito obrigado, Daniela, pela sua participação conosco neste momento.

E também da Comunhão Espírita eu queria chamar o Jefferson Rodrigues Bellomo, que vai nos presentear aqui com a sua palestra.

Então, ratificando aí para quem quiser nos enviar algumas perguntas, sempre há. Olha, já chegou aqui! Rapaz, já chegou!

Eu vou aqui, ao longo da audiência pública, ler algumas perguntas. Eu acho que nós estamos vivendo muitos assuntos hoje no mundo, não apenas no Brasil, que seria bom a gente ter essa sensibilidade, essa visão espírita; assuntos importantes, como essa questão das drogas, que tem invadido as famílias pelas capitais, pelo interior do Brasil, essa questão também de arma de fogo. Nós agora vamos debater, inclusive amanhã na CCJ, essa decisão aí, um decreto presidencial sobre a liberação do porte de arma de fogo. São assuntos que tocam na questão da vida. O aborto também, porque foi resgatada a PEC da vida no início desta Legislatura, e nós devemos debater na CCJ. São tantos assuntos importantes. Suicídio, que é uma chaga hoje da humanidade. Eu acho que o vazio existencial, o desespero, muitas questões têm levado as pessoas a tirar a vida, achando que é solução, e é importante essa visão para esclarecer quem está nos assistindo e passando por algum momento de dificuldade.

Eu passei por um momento de depressão – eu passei. A síndrome do pânico foi algo que me... Há uma passagem, Senador Flávio Arns, que diz o seguinte: a dor é uma bênção que Deus envia aos seus eleitos. E eu, no auge da minha carreira, com dinheiro, com família, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, mas eu só queria saber de trabalhar, trabalhar, trabalhar, deixava a família em terceiro lugar, os amigos em quarto lugar, e eu fui acometido – foi um presente que Deus me deu – da síndrome do pânico. Eu achava que ia morrer; tinha certeza de que ia morrer com 29 anos. E o chão se abriu para mim. Entrei numa depressão profunda. E foi ali que eu acordei para a vida; foi a partir daquela sacudida que eu pude acordar um pouco para a vida e me tornar um pouco mais sensível a algumas situações, atento aos valores importantes da vida, aos princípios e não ao material. Eu comecei a me descobrir espiritualmente e me salvou ali, porque a minha vida estava sem sentido. Eu sou muito grato, porque aquilo que aconteceu para mim, através da reencarnação, foi que me trouxe muitas explicações sobre dúvidas que eu tinha desde a infância. E eu sou muito grato ao espiritismo porque me abriu o mundo. Hoje eu sou uma pessoa mais feliz, antes eu era arrogante, prepotente, e eu sou muito feliz hoje, graças a Deus, procurando servir.

Nós vamos começar agora...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só se me permite, rapidamente.

Em primeiro lugar, eu quero saudar o Senador e amigo – eu acho que eu posso dizer assim que passei já a ser um admirador do Eduardo Girão.

Então, quero dizer ao povo do Ceará e do Brasil que estão muito bem representados pela determinação, pela firmeza, pelos princípios, pela visão de um Brasil bom, ético, transparente, que valoriza o ser humano, a dignidade, a transparência. Então, em primeiro lugar, dizer da alegria de estarmos juntos nesta caminhada.

Eu gostaria, da minha parte também, inclusive na condição de Vice-Presidente da Comissão, já o fiz antes individualmente, de saudar todas as pessoas que estão participando aqui da audiência pública, especialmente o Jorge Godinho Nery, que é Presidente da Federação Espírita do Brasil, com quem eu me encontrei no mês de março, em Curitiba, na realização do Congresso Espírita do Paraná – aproveito para saudar a Federação Espírita do Paraná, cujos membros eu conheço muito bem, há muitos anos, e aprecio muito o trabalho desenvolvido lá no Paraná –, assim como o Jefferson Rodrigues e a Daniela, da Comunhão Espirita de Brasília, bem como os demais participantes da Mesa posterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero dizer da importância desta audiência pública, até para quem acompanha pelos meios de comunicação do Senado, porque isso embasa a tramitação de um projeto de lei para a instituição do Dia Nacional do Espiritismo no Brasil, porque eu sou católico, sou fã de tantos trabalhos bons do espiritismo e quero dizer que será de grande valia, de grande utilidade. Conclamo todos inclusive para termos essa abertura para tudo aquilo que é bom, necessário, que valoriza o ser humano, as obras sociais, a dignidade, o respeito, o diálogo, é do que não só o Brasil precisa, mas o mundo precisa hoje em dia, e o Brasil de maneira muito particular, porque aqui a gente precisa mesmo. A natureza do povo brasileiro é esta de conversar, de dialogar, de respeitar, de construir soluções, e temos que fazer um esforço nesse sentido.

Então, eu quero dizer da alegria de estarmos aqui discutindo isso em termos da doutrina espírita, o que é muito importante, muito bom e necessário, dentro de um clima do mais completo respeito à diversidade, o que a gente tem que ter em todos os sentidos. Ao mesmo tempo, as obras sociais do espiritismo são extraordinárias. No Paraná, em todos os Municípios praticamente há alguma iniciativa de apoio ao ser humano. Permita-me chamar você, amigo, não preciso dizer senhor, como o nosso Senador Eduardo Girão colocou, com esse desafio na área de saúde mental, depressão, medo, pânico, suicídio, uma área que precisa ser abordada diante dos conflitos de hoje em dia e também de valorização da vida desde a concepção.

Eu atuo muito na área da pessoa com deficiência e digo que o primeiro direito da pessoa com deficiência, caso se identifique durante a gestação, é ter o direito de nascer.

O problema não é a pessoa com deficiência, o problema é a falta de políticas públicas para a pessoa com deficiência, eu falo isso até na condição de pai de um filho querido e amado que também tem deficiência intelectual e física.

Então, nesse sentido, eu quero dar as boas-vindas e dizer: "Que bom que estamos fazendo esta audiência pública", parabéns. E parabéns ao Eduardo Girão pela iniciativa, porque ele é o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado, muito obrigado, Senador Flávio Arns. Desde o primeiro momento, o senhor, você, me permita chamar assim, como amigo também, você acolheu essa iniciativa.

Eu queria saudar aqui o Deputado Luiz Carlos Hauly, por quem tenho grande admiração. Ele nem sabe disso, mas eu tenho uma admiração de muitos anos acompanhando, mesmo pelas notícias na imprensa, o seu desbravamento na reforma tão importante que é a reforma tributária neste País. Ele é um grande ícone. Eu acho que vai sair este ano, se Deus quiser, vai sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por falar em Deus, eu quero pedir para começar esta audiência, Daniela, se você puder fazer uma prece para a gente iniciar esses trabalhos aqui e ouvir essas palestras.

Muito obrigado.

A SRA. DANIELA MIGLIARI (Para exposição de convidado.) – Então, vamos todos fechar os nossos olhos, agradecendo a Deus por esta oportunidade do encontro de tantos brasileiros, de tantas fés. Um País tão aberto, tão magnânimo, que está aqui hoje para ouvir um segmento da população que tanto atua, que tanto faz, que tanto ora, de mãos dadas com todas as outras fés, com todos os outros credos, que nós possamos ser conduzidos, inspirados, iluminados para esta conversa fraterna, em prol de abraçar mais uma fé que traz a bandeira de Jesus consigo para o nosso País. Assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Então, nós vamos iniciar agora...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Só para dar um testemunho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Há um movimento de que participo aqui na Câmara e no Senado, desde 2001, que se chama Movimento Político pela Unidade. É um movimento focolarino, criado pela Chiara Lubich, na Itália. Esse movimento é de ecumenismo e procura fazer o entendimento entre os Parlamentares, juízes, promotores, dos poderes do mundo todo. Então, esse movimento é suprapartidário, evidentemente, e também ecumênico, e busca a unidade, em ser um. É muito importante registrar que esse movimento me ajudou muito a pacificar meu coração com relação aos adversários do Plenário, aquelas brigas que a gente sempre acaba fazendo. É um movimento muito bonito. Ele tem vários ramos. O focolare é uma diaconia católica, mas é um movimento universal que procura a unidade e tem feito um bem muito grande em todos os Parlamentos, principalmente no mundo.

É só esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Esse encontro acontece aqui no Congresso, Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – O grupo que coordena Brasília é o grupo de focolarinos, que são religiosos e não religiosos que procuram os Deputados, os Senadores, procuram fazer as reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem ficado um pouco difícil com esse tumulto aqui. E principalmente depois do *impeachment,* tivemos um abalo muito grande.

Mas ele está presente. Na Câmara, tem vários Parlamentares, entre eles a Deputada Erundina e outros Deputados importantes. E do Senado, nós tínhamos aqui no Senado, e o Pedro Simon participou muito. Quem mais? Vários Senadores, o Esperidião Amin sempre esteve presente e vários Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bom. Muito obrigado pelas informações. Eu tenho muito interesse, muitos amigos do focolares, lá do Ceará. Inclusive, é muito simbólico o Senador Flávio Arns ter acolhido desde o início, porque ele é sobrinho de uma grande pacifista da humanidade, Zilda Arns.

Então, para mim e para os espíritas do Brasil também, que têm uma admiração muito grande por essa nossa grande humanista brasileira e do mundo. Deus abençoe.

Então, vamos agora, nesse momento, começar aqui pelo nosso presidente da Federação Espírita Brasileira, Jorge Godinho Nery, que vai fazer uma abordagem do espiritismo, da importância de o espiritismo, de a doutrina espírita ter um dia nacional no Brasil.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, os componentes da Mesa, companheiros de ideal, aqueles que nos ouvem, inicialmente a nossa gratidão pela iniciativa que retoma um ponto, porque, para nós, espíritas, o dia 18 de abril, especificamente dia 18 de abril de 1857, é um marco que nós consideramos como uma grande efeméride. Quando nós analisamos de uma forma muito sucinta, podemos dizer assim, até no discurso histórico, essa data representa um momento na história da humanidade que ainda não foi reconhecido.

Nós vivíamos o século XIX, um período em que a humanidade, os homens de ciência, aqueles que às lideranças... Chegaram a um ponto tal de que tudo se explicava através simplesmente dos conceitos materiais. Chegou-se a um determinado ponto de se dispensar a existência de Deus para explicar as coisas. Esse é o momento de ápice do século XIX, em que o materialismo chegou a esse ponto.

É nesse mesmo século que surgem, em vários locais da Terra, fenômenos, coisas que levaram as pessoas a observarem, a chamarem de sobrenatural. Mas nós sabemos hoje, pelas próprias revelações, que foi uma invasão organizada, uma invasão organizada do plano espiritual para dizer aos homens que no universo não existe só matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos observar, pelos registros históricos até do próprio Brasil, na época do Império, pessoas interessadas em conhecer os fenômenos, em estudá-los e até em experimentá-los.

Vamos observar o ano de 1840. No ano de 1840, nós tivemos, aqui no Brasil, dois médicos, um francês e um português, Bento Mure e João Vicente Martins. Ambos eram médicos homeopatas. O interessante é que eles, por serem homeopatas, seguiam justamente aquilo que Hahnemann, que foi um estudioso da fluidoterapia... E eles utilizavam o que nós chamamos hoje de passe, que é a transmissão fluidomagnética de um ser para outro, como um complemento às curas que a homeopatia na época proporcionava.

Estiveram aqui no Brasil. Um deles, médium. E inclusive utilizavam-se da mediunidade em reuniões. E um fato interessante é que eles tinham um lema. O lema deles era "Deus, Cristo e Caridade".

Então observem que as coisas vão acontecendo. Isso, nós estamos falando do ano de 1840. Não existia Allan Kardec; existia Hippolyte Léon Denizard Rivail, um professor francês que, nessa época – ele nasceu em 1804 – tinha 36 anos e estava tendo a sua vida em Paris, na França, como professor emérito, e reconhecido no meio acadêmico.

Mas aqui no Brasil, esses fatos aconteciam. E no ano de 1848, houve um fato muito interessante na cidade de Hydesville, nos Estados Unidos, no Estado de Nova York. Foi um fenômeno em que havia uma casa que tinha sido alugada por uma família, e nessa casa, fenômenos estranhos aconteciam. Pancadas, ruídos, pessoas andando sem que houvesse essas pessoas; acontecendo isso. E havia duas irmãs jovens. Tinham a idade aproximada de 15 a 17, ambas. E naquele instante, esses barulhos eram tão intensos, que uma delas tomou a iniciativa de dizer, "olha, se for espírito, que bata palma". Assim que ela terminou de bater palma, o som da palma aconteceu.

A partir de então, estabeleceu-se uma comunicação, em que o espírito, que depois foi reconhecido, se comunicava com aquelas pessoas através de sinais. Fazia-se uma pergunta, uma batida era "sim", duas batidas, "não". Depois evoluiu para cada batida correspondente a uma letra do alfabeto. E em síntese, esse espírito disse que era um mascate ou viajante, morou naquela residência, tinha sido assassinado, o seu corpo se encontrava no fundo da residência. Isso tudo foi registrado, há registros hoje lá em Hydesville. E encontraram os restos mortais do espírito. Então esse é um primeiro fato que traz a evidência da imortalidade, numa comunicação, eu diria assim, muito rudimentar.

Paralelamente a isso, aconteceram fenômenos não semelhantes a esse na Europa, onde a mídia da época, os jornais registraram esses fenômenos, que foram chamados de mesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

girantes, em que as mesas mexiam, levantavam, e serviu isso até de curiosidade para as pessoas que ali estavam e que, na realidade, observavam aquilo como fenômenos que davam a eles condições de fazerem perguntas e respostas, e essas perguntas eram feitas, as respostas dadas.

Nesse contexto que dois amigos do Prof. Hippolyte Léon Denizard Rivail conversam com ele a respeito.

Ele era um homem muito sério, era um homem que não falava as coisas sem antes utilizar o discernimento, o bom-senso. Tinha uma formação, desde o Instituto de Yverdon, quando ele estudou, quando jovem, com Pestalozzi, o maior pedagogo da época, reconhecido até os dias de hoje.

E naquele instante, disseram a ele que as mesas estavam falando. Ele então falou para o amigo que lhe deu essa informação que, para que uma mesa falasse, havia necessidade de que se demonstrasse que ela tinha inteligência. É um raciocínio lógico.

E assim,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – ... ele, naquele primeiro instante...

Eu não sei se eu tenho tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Não, você tem mais cinco minutos.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – Está bem.

Então, rapidamente. Então, naquele primeiro instante, ele identificou que, para que fizesse isso, seria necessário que provassem que uma mesa tinha inteligência.

E ele foi convidado, pela segunda vez, e numa terça-feira de maio do ano de 1855, ele esteve na casa da Sra. Plainemaison e presenciou o fenômeno das mesas girantes. Verificou tudo, se era possível, para ver se havia fraude, e identificou que não havia.

Saiu da reunião ocupado, porque perguntas inteligentes eram feitas, e assim, respostas inteligentes; ele deduziu logicamente que as respostas não eram das mesas, porque as mesas não eram inteligentes. Havia uma causa inteligente, até então desconhecida, e isso, para ele, deu-lhe ocupação, para que ele estudasse profundamente o fenômeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Utilizou uma metodologia, e assim, dois anos depois, nós vamos encontrar, em Paris, a primeira edição d'*O Livro dos Espíritos*. É bom ressaltarmos que o nome do livro é *dos Espíritos*. Ele apenas fez, catalogou aquelas informações que chegavam do alto, utilizou uma metodologia da universalidade do ensino, utilizou-se de mais de mil médiuns, em vários países, para que ele pudesse daí extrair as verdades.

E essas verdades foram exaradas nesse livro, que tem quatro partes e que, logo na sua primeira parte, que trata de Deus, essa primeira parte diz assim, a primeira pergunta que ele fez: "Que é Deus?" Porque se eu a fizesse, eu faria "quem é Deus", até pelos atavismos do antropológico Deus que é conhecido por todos nós, através dos séculos. Então, naquele momento, ele pergunta "Que é Deus?", e a resposta, sábia: "Inteligência suprema e causa primária de todas as coisas".

Mais adiante, vieram dizer que no Universo não existe apenas matéria. Existem dois elementos, dois princípios: o material e o espiritual. E acima de tudo, Deus. Como se dissessem assim, naquele contexto materialista, que a humanidade raciocinasse um pouco mais, porque no Universo, não existe só matéria; existe matéria, existe espírito e Deus, o Criador.

E a partir daí, o livro vem tecer todos esses conhecimentos, falando, na sua primeira parte, das causas primárias; falando, na segunda parte, do mundo espiritual, falando dos espíritos; na terceira parte, das leis morais; e na quarta parte, falando justamente das penas e gozos futuros, tanto na Terra quanto no plano espiritual, fechando um arcabouço filosófico que a humanidade ainda não conhece e nem conhecia na época.

Daí o marco, porque veio dizer que nós somos imortais. Como imortais, nós temos várias existências. E que o nosso objetivo é praticar a caridade.

É aquilo que Bento Mure já tinha: Deus, Cristo e caridade. E a gente observa que aí o amor, a Lei Maior, a Lei Divina é transversal a esta bandeira: Deus, o Criador; Jesus, o exemplo maior desta lei, e a caridade, esta lei em ação.

E a partir daí, os espíritas, aqueles que foram adeptos... E assim, logo em seguida, chegou no Brasil. E em chegando ao Brasil, ele já estava praticamente com o terreno preparado, porque nós já tínhamos, no Segundo Império, a aristocracia, pessoas importantes, como o Visconde de Uberaba, e tivemos também outros que já tinham estudado esses assuntos e que, naquele momento, também começaram a estudar a doutrina.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – E a partir daí, este livro tem o marco que, no Brasil, veio trazer aos brasileiros justamente a condição para que iniciassem um trabalho praticando a caridade, a caridade entendida como Jesus nos trouxe: benevolência para com todos, o que quer dizer boa vontade para com todos, indulgência ou doçura para com os defeitos dos outros, mas severidade para consigo, e o perdão das ofensas.

A partir deste momento, isso foi uma âncora para que aqueles que professaram a doutrina espírita a aplicassem e fizessem um movimento com base na caridade. Daí, nos dias de hoje, nós termos esta observação de que a caridade é praticada pelos espíritas em todos os rincões, porque nós entendemos que, enquanto espíritos imortais, irmãos e a humanidade, devemos usar a fraternidade e a solidariedade para que nós possamos construir um mundo de paz, um mundo melhor no futuro.

Eu paro por aqui, porque eu sei que o tempo já é esgotado, mas ficamos à disposição, naturalmente, para questionamentos que poderemos desdobrar a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero agradecer ao Sr. Jorge Godinho Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira.

Nós continuamos abertos aqui, recebendo mensagens pelo telefone 0800.612211 ou pelo *site* aqui do Senado: www.senado.leg.br/ecidadania

Quem tiver alguma dúvida, quem quiser fazer algum comentário ou alguma pergunta, por favor, não deixe de fazê-lo.

Aproveitando este dia – e como nada é por acaso. A gente sabe que não existe coincidência, não é Jefferson? –, porque hoje é um dia muito importante, pois nós vamos ter uma marcha tradicional que acontece há 12 anos aqui em Brasília. Eu tive a oportunidade de, em pelo menos umas dez edições dessas, estar presente, aqui em Brasília. É uma marcha tradicionalíssima. É a Marcha da Cidadania pela Vida contra o Aborto.

Ela acontece ali às duas horas da tarde, às 14 horas, quando ela vai se concentrar ali no museu, na Biblioteca Nacional de Brasília, e depois vem todo mundo caminhando, numa fraternidade. É um evento que reúne espíritas, católicos, evangélicos, pessoas de outras religiões e também pessoas que não têm religião, porque defender a vida desde a concepção, inclusive, é uma questão de direitos humanos de verdade; direitos humanos porque já está todo formadinho.

Eu ando até com... As pessoas às vezes precisam de uma... Eu não sei se dá para a câmera mostrar aqui, mas este é um bebê de 11 semanas de gestação. É o período em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geralmente é feito o procedimento do aborto. E o bebezinho já está todo formado, tem o fígado, tem os rins todo formado, tem até unha esse bebê. O coração bate bem antes. O coração desse bebê bate com 18 dias da concepção. E, com aborto, não é só a vida dessa criança que é destruída, mas a saúde da mulher fica comprometida por toda a existência: problemas psicológicos, emocionais e até físicos. A mulher que faz aborto tem uma propensão muito maior a desenvolver crises de ansiedade, depressão, envolvimento com álcool e drogas e suicídio.

Então esse assunto a gente precisa discutir para evitar a morte dos bebês e o sofrimento das mulheres. E hoje tem essa marcha, às 14 horas, aqui em Brasília, e eu vou estar lá. Eu estarei junto com o Movimento Brasil Sem Aborto e outros movimentos que participam.

Eu queria agora passar a palavra para a Daniela. A Daniela vai nos brindar aqui com a sua fala sobre esse assunto que a gente está discutindo aqui, a importância do Dia Nacional do Espiritismo para o calendário brasileiro.

Espiritismo que, como bem falou o Sr. Jorge Godinho, iniciou na França, o estudo, a codificação pelo Allan Kardec. Tem até um filme em cartaz espetacular, espetacular o filme sobre Allan Kardec. Está em cartaz no Brasil. Mas nós tivemos aqui no Brasil grandes expoentes do espiritismo, por exemplo o considerado Kardec brasileiro, que é o Doutor Bezerra de Menezes.

Nós tivemos aqui também muitos nomes, Vianna de Carvalho, Eurípedes Barsanulfo, Bittencourt Sampaio, aquele lá de São Paulo que deixava os livrinhos no trem... Tem o Batuíra mas tem também o Cairbar Schutel, um grande divulgador, e o Chico Xavier, que eu acho que é o grande nome, o grande propagador da doutrina espírita, junto com Divaldo Franco, que está encarnado ainda, nos trazendo muita luz, e que vai ter um filme, em setembro vai ser lançado um filme da vida dele.

Daniela, você tem dez minutos, com mais cinco para concluir.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Só, perdão, desculpa Daniela, só para registrar a presença de dois grandes irmãos aqui do Senado, colegas que estão vindo aqui prestigiar esta audiência pública: o Senador, Capitão, Styvenson, que é do Rio Grande do Norte, e o nosso querido irmão, Jayme Campos, Senador Jayme Campos, de Mato Grosso.

Então, muito obrigado pela presença de vocês. Na hora em que quiserem fazer alguma intervenção, por favor fiquem à vontade.

Vamos ouvir agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Primeiro quero cumprimentar V. Exa., Senador que preside esta reunião, que é o meu prezado e estimado amigo Eduardo Girão, e demais convidados que neste ato, neste evento, representam o espiritismo no Brasil.

Eu fiz questão absoluta... Eu me dirigia para o meu gabinete, liguei a televisão e vi aqui essa audiência pública promovida por V. Exa. e fiz questão de me deslocar para cá, para dizer da minha admiração, do respeito que eu tenho pelo espiritismo, que, sem sombra de dúvida...

Eu queria fazer aqui, se me permite, um pequeno testemunho. Eu perdi um filho com 27 anos de idade, eu dei para Deus, não perdi, entreguei nos braços de Deus, e onde eu fui achar um conforto, confesso para os senhores, foi no espiritismo. Para mim foi um sofrimento, para mim, para a minha esposa, para os meus filhos, e aquela dor não abrandava, como até hoje não abrandou, ela minimizou, vai abrandando aos poucos, e de onde veio o conforto foi quando a minha esposa, determinada, porque não achava nada a recorrer para melhorar aquele sofrimento do dia a dia... Nós passamos a frequentar o espiritismo por vários meses, e ali com certeza eu achei o conforto para o meu coração, para o meu espírito, para a minha alma e a certeza de que o meu filho estava em bom lugar. Isso eu estou testemunhando porque eu passei... Para mim foi uma tragédia que aconteceu na minha vida, isso faz 15 anos, nunca esqueço, sempre as boas lembranças e, sobretudo, o amor que eu tinha pelo meu filho, como tenho pelos demais filhos e pela minha família.

Por isso eu fiz questão aqui, Senador, Eduardo Girão, de vir manifestar, de corpo presente, o testemunho de que o espiritismo, de fato, aqueles que acreditam, que têm fé e a certeza de que nós temos um outro plano de vida, de fato é a realidade, e retrata o sentimento daquelas pessoas que tiveram o prazer, acho que é um privilégio, de ler alguns livros, sobretudo Allan Kardec, e de outras autoridades, de outras pessoas, devido à importância que representa para o cidadão, que certamente muitas vezes tem que se apegar... Eu acho que é quase uma obrigação de todos nós termos que nos apegar a alguma coisa, principalmente naqueles momentos mais sofridos, de mais dores, por que passamos em nossa vida.

Portanto, para não ser longo, eu quero dizer que o espiritismo tem o meu respeito, a minha admiração e a certeza de que, se todos nós tivéssemos assim, digo até o privilégio de frequentar os centros espíritas, como se fala, que são muito conhecidos esses termos aí, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que seria um conforto, eu acho que o mundo seria diferenciado totalmente. Não teríamos violência, nós teríamos as pessoas com mais paz, mais amor no coração e a certeza de que talvez nós poderíamos construir um mundo melhor para todos nós. Portanto, esta é a minha pequena participação, manifestação, ao cumprimentar os senhores, que nos dão o privilégio hoje de vir aqui nesta Casa, que é a Casa do Povo, e promover esta audiência pública que eu acho que é de bom proveito.

E, acima de tudo, eu gostaria, nesta manhã aqui, se alguém me ouve nesses gabinetes aí, de convidar para que venham participar e prestigiar este evento promovido por este grande homem público que é o Senador Eduardo Girão.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, também pelo seu testemunho, pela sua coragem em se colocar... Eu também sou muito grato, eu falei há pouco aqui, muito grato ao espiritismo, num momento difícil da minha vida.

E o senhor corrigiu bem na hora. O senhor não perdeu o seu filho. O amor é que liga vocês para o resto das vidas. Nós espíritas acreditamos que existem muitas vidas, então, é uma separação temporária.

Todo dia, quando a gente dorme, o corpo precisa descansar, para recuperar as energias para o dia seguinte, porque nós estamos aqui para aprender, para perdoar; mas o espírito não necessita dormir. Então, muitas vezes – o senhor pode ter certeza disso –, o senhor já se encontrou com o seu filho no mundo espiritual, no sonho, e não era sonho, era realidade, e é uma questão de tempo o reencontro entre vocês, é uma questão de tempo. E o senhor, desde o primeiro dia que eu o conheci, também eu senti uma afinidade muito grande com o senhor, e o senhor me deixou muito claro que vive todo dia aqui em homenagem ao filho. É um Senador muito dedicado, muito humano, em causas humanitárias está sempre junto com a gente, e muito obrigado pela sua... Eu fico muito honrado, nós ficamos muito honrados com a sua participação.

O Senador que está ao seu lado, o nome dele não é por acaso: o nome dele é Eann Styvenson. Ele não sabe se é em homenagem àquele grande pesquisador, acho que sueco, que catalogou dois mil casos de reencarnação, estudou cientificamente a reencarnação. Mas eu falei para ele, já, que o nome dele é esse, e ele disse que vai perguntar lá aos pais, para confirmar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – É muita coincidência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, é uma honra estar aqui hoje pela manhã vendo esse seu empenho e compromisso com essa data especial, que é o Dia Nacional do Espiritismo. Vi no Plenário o evento que o senhor fez, importantíssimo, pessoas que estão assistindo agora, e eu não sei se todos já falaram, mas eu peguei parte da fala do Sr. Jorge. Eu estava ouvindo, e é interessante que algumas crenças, religiões, alguns pensamentos, muitas vezes, por não serem aceitos, são tratados com violência ou com preconceito, e eu percebo que ainda hoje o espiritismo e outras religiões, outras ideias, ciências – pode ser também –, ainda sofrem com esse nível de preconceito, por não quererem conhecer, por não quererem entender.

Eu sempre digo ao Senador Girão, Senador Jayme, que eu vou à Igreja evangélica – nasci num lar evangélico, não é? Minha mãe é evangélica, então sempre fui para a Igreja evangélica –, frequento a Igreja católica, sou palestrante, agradeço demais quando me chamam para falar com jovens nas igrejas católicas, para falar com eles sobre assuntos como droga, álcool e direção, do que eu fazia no Rio Grande do Norte; e frequento o espiritismo, porque a minha mulher frequenta o espiritismo e eu vou, também para conhecer, para saber como é –, e as pessoas ainda tendem a ter esse nível, acho que de afastamento, de querer conhecer, não para seguirem, sinal de que seria uma coisa forte, mas talvez pela alienação de acreditar que Deus é um só, e o Deus é dele. Eu creio que Deus está em todo lugar quando se tem amor. E eu, lembrando da fala que o senhor estava falando, Sr. Jorge, durante o filme, houve essa questão de tentativa de apedrejamento, de criminalizar uma religião, como se fosse coisa satânica – todo aquele movimento.

E as pessoas neste dia – eu espero que os outros palestrantes esclareçam para as pessoas que estão assistindo que não é isso, não é dessa forma. Ainda mais que o ser humano tem a opção de escolher, porque nós somos livres para isso, livres para escolher qual religião ou qual segmento vamos ter. Eu acho que a única liberdade que a gente não deveria ter é para ser bandido, criminoso, o restante estaria valendo qualquer coisa; e o restante é a gente parar de se incomodar com a vida do próximo: quando eu me incomodo muito com a sua vida, Jayme, eu me esqueço da minha. Quando eu fico observando o Senador Jayme, se ele está produzindo ou não, Senador Girão, eu deixo de produzir, eu deixo de fazer para o meu Estado e para o meu País o que eu deveria estar fazendo.

A sociedade vive assim. A sociedade é assim. Eu creio que, se nos unirmos mais, com certeza este País vai para frente. Hoje é essa polarização em religião, polarização em política, polarização em tudo, não é? Sempre há a polarização: quem é sim e quem é não, e nunca se chega a um meio-termo, ou, senão, ao respeito de poder se praticar o que você quer praticar: o espiritismo, o catolicismo, a umbanda, sei lá, o que você quer fazer. O respeito das pessoas acho que é imprescindível para que a gente viva em sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Vamos ouvir agora Daniela, que é da Comunhão Espírita de Brasília. Por favor, Daniela.

A SRA. DANIELA MIGLIARI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Eu agradeço o convite ao Senador Eduardo Girão, que realmente teve a coragem de vir aqui atuar tendo uma vida empresarial, tendo uma vida familiar, vindo se devotar ao nosso País. É realmente uma missão de muita coragem, de muita abnegação. Então, eu agradeço pela sua escolha de vida, e conte comigo na sua caminhada.

Bem, eu venho aqui mais como um testemunho, não tanto como palestrante, e é muito interessante o que o senhor falou. Como o próprio Senador Girão começou a fala dele, é sempre uma fala de testemunho muito pessoal. Eu creio que alguns poucos de nós tivemos a sorte de nascer em famílias berços espíritas, chegando pelo amor à doutrina. Existe um jargão que se fala muito comumente no espiritismo, que a gente chega pela dor ou pelo amor, e eu venho aqui também, como muitos aqui já falaram, dar o meu testemunho, porque também devolvi um filhinho a Deus, e cheguei também, por conta dessa dor, ao espiritismo.

A minha formação: eu sou jornalista e fiz uma especialização em jornalismo científico, com a minha mente muito focada na ciência. Eu precisava de um entendimento de Deus que passasse pela fé raciocinada, que passasse pelos argumentos e que resistisse à minha mania impossível de perguntar por que, por que, por que, e eu não digo que essa é a única forma, como bem colocou o nosso amigo. Eu concordo com o senhor que o remédio para a polarização neste momento é a gente reconhecer que a vida é como um lindo quebra-cabeças enorme, e, se eu ficar tentando pegar essa minha pecinha aqui do canto do quebra-cabeças e tentar fazer exatamente o que essa pecinha de cá está fazendo, eu vou perder justamente a beleza e o brilho com que o meu viés, o meu espírito veio contribuir para a vida, para a diversidade.

Então, ao invés de nos sentirmos ameaçados pelas polarizações e pela diversidade de crenças, de países, de culturas, de partidos, enfim, de expressões diversas, que a gente possa se sentir seguro na diversidade. Nós sabemos que, na Biologia e na própria sobrevivência das espécies naturais, quanto mais diversificado for o meio ambiente mais seguro ele está porque, se vem uma praga, pega algumas daquelas espécies, mas outras resistem. Então, ao invés de a gente vir a polarização como algo ameaçador, aquele diferente, eu me sinto ameaçada pelo diferente, eu passe a me perceber segura, que alguém está fazendo alguma outra forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensamento e de expressão no mundo que me traz uma diversidade, que me estimula a aprender com o diferente.

Então, eu sinto que o remédio para a polarização é esse, e o próprio espiritismo, que Allan Kardec nos trouxe e que se coloca como filosofia, como ciência e como religião é uma expressão que nos convida a entender que, na diferença do pensamento, a gente tem, sim, essa riqueza, porém, quando a ciência fizer frente a frente com alguma colocação nossa anterior, que a gente ficasse com a ciência. Esse é um convite no nosso próprio codificador e que a gente entenda que nós todos estamos em movimento, nós todos estamos em caminhada, nós não somos seres estáticos, fechados, enclausurados. Nós estamos em contato com o diferente, com o novo, com o tempo, com o movimento das ideias e que isso nos enriquece, desde que toda a atitude na vida seja respeitosa perante o outro, eu vá até onde o meu limite... Seria o mesmo que eu gostaria que fosse respeitado. Isso posto, gente, a diferença realmente nos enriquece.

Então, eu encontrei no espiritismo... E o Brasil é um berço, como eu coloquei na oração inicial, porque nós somos um País de diversidade, que recebeu três raízes principais: a primeira delas os indígenas, a segunda os portugueses, a terceira os negros e, depois, tantas outras raízes que vieram enriquecer o nosso País. Então, é um país muito tolerante em diversos aspectos. A gente sabe que existe muita intolerância e aí eu digo que já não é tanto uma intolerância de um país, é a intolerância do ser humano como um todo; mas é um País que naturalmente tem uma maior abertura ao diferente, dadas as reservas aí desses momentos difíceis que temos atravessado como Nação; mas nós temos, sim, essa abertura muito grande para o diferente.

Então, o espiritismo é um desses muitos matizes. Quando a gente observa a forma, por exemplo, do católico pensar, do evangélico pensar, do ateu pensar, por exemplo, um ateu pode ser uma pessoa plena de valores, pode tomar para si a Convenção dos Direitos Humanos, ser uma pessoa absolutamente enriquecida e ter uma atitude muito mais correta perante o próximo, muitas vezes, do que um crente. Quem sou eu para dizer que ele tem menos valor do que uma pessoa que acredita em Deus? Porém, nessa diversidade, nessa diferença, o espiritismo sem dúvida é uma raiz deste País.

Desde que o espiritismo floresceu, na França, por Allan Kardec, inúmeros pensadores, também brasileiros, foram estudar na França daqueles tempos e foram, enfim, tocados pelos princípios espíritas de Allan Kardec. Quem não assistiu ao filme, que está ainda em cartaz, é um filme maravilhoso, é um filme que fala justamente disto: da importância dessa tolerância, desse Estado laico que vai abrir as portas para todos os tipos de pecinhas no nosso quebra-cabeça porque, quando a gente tem um quebra-cabeça em que está faltando uma peça, a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica em paz enquanto a gente não coloca aquela pecinha que está faltando. Isso nos remete àquela linda passagem da Bíblia em que o bom pastor nos diz: "Das minhas ovelhas, nenhuma se perderá; todas me importam". Todos importam e Allan Kardec, quando perguntou para os espíritos se existiam homens determinantemente bons ou homens determinantemente maus, os espíritos foram veementes em dizer que não, todos são criados simples e ignorantes e, ao longo da sua jornada evolutiva, vão crescendo.

Como mãe – tenho três filhos –, eu lembro quando, no início da maternidade, eu pensava: "Meu Deus, será que essa criança um dia vai acordar e vai estar sem fralda, vai andar, vai se comunicar?" Aquela coisa de mãe de primeira viagem. Sim, todos nós vamos aprender. Então, essa mesma ternura e confiança que uma mãe deposita num filho que um dia vai acordar com a sua fralda seca, que vai falar uma frase perfeitamente pronunciada, como suas mães mesmas pensaram que um dia vocês estariam aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA MIGLIARI – ... eu também confio e todos nós, como espíritos, na nossa infância espiritual, na nossa manifestação da diferença, na nossa manifestação da intolerância, também é um tipo de expressão da nossa infância espiritual ao longo da nossa jornada evolutiva, ao longo de muitas vidas. Essa foi a abertura que o espiritismo me trouxe, essa compreensão de pensar: "Poxa, o que eu não consegui fazer eu vou ainda ter chance de continuar, eu vou ainda poder me melhorar e isso amplia a nossa vida".

Há uma possibilidade lindíssima que é: todos nós vamos caminhar em direção à perfeição, mesmo aqueles que a gente julga mais inadequados, mesmo aqueles que a gente julga como mais violentos. Não digo que essa é a única forma certa, imagina, mas é uma expressão muito bela que nós chamamos de o consolador prometido. O consolador prometido é quando Jesus nos diz que Ele retornaria nesse formato que a gente interpreta, que é o contato constante com os espíritos, que é o contato com a caridade, que é o contato com a ciência, que é o contato com a filosofia, com a fé raciocinada, mas, principalmente, contato meu comigo mesma.

Eu, na minha reforma íntima; eu, na minha jornada evolutiva; eu, reconhecendo os meus aspectos de infância espiritual; e eu, aos pouquinhos trilhando as minhas melhoras, as minhas progressões no meu tempo e fazendo o melhor pelo meu País, fazendo o melhor principalmente pela minha família e pelos meus próximos mais próximos, sim, mas, quando a gente começa a largar a nossa compreensão para nossa família brasileira, para a nossa família humana, eu paro de ver o outro como uma ameaça, eu simplesmente me embeveço na sua diversidade, eu me sinto segura nesse ambiente, eu posso realmente contribuir com um pouco mais de liberdade e um pouco mais de criatividade para a evolução humana.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu encontrei essa minha pecinha do quebra-cabeça no espiritismo e eu me alegro que católicos tenham encontrado a pecinha do quebra-cabeça deles no catolicismo, na umbanda, no candomblé, no ateísmo, nos evangélicos. Enfim, eu me embeveço com as suas formas diferentes de expressão. E eu peço aqui, com muita alegria, com muito pé no chão, assim, mas também com esse sentimento de que o Brasil também possa se embevecer com a beleza dos espíritas.

A gente tem o Chico Xavier, a gente tem o Divaldo Franco, que vem com filme no dia 12 de setembro, e eu tive a alegria de escrever o livro dos bastidores do filme. Nós estamos juntos nesse empreendimento, e são pessoas muito lindas, como tantas outras que existem nas outras religiões.

E eu penso que o Dia Nacional do Espiritismo vai poder enriquecer ainda mais o nosso País e dar ainda mais voz a essa expressão do amor de Jesus por todos nós, com esse nosso viés espírita, que é muito bonito e, certamente, tem muito a contribuir.

É isso, Senador.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem, Daniela. Muito obrigado pela sua fala.

A Daniela tem um trabalho lindíssimo, de que ela não falou, mas é algo sobre o qual, um dia, nós vamos fazer uma audiência pública aqui: a questão da constelação familiar. É algo que a gente... Assim, eu já participei, já dei uma breve estudada, e é impressionante a cura quântica que acontece, a cura sistêmica, com a constelação familiar. Nós que são desatados em presídios, em problemas que vêm de gerações a gerações.

A constelação familiar é algo que a gente precisa legitimar, e eu acho que esta Casa é muito importante, porque vai ajudar as pessoas. Ajuda inclusive a...

Daniela, se você puder falar... Porque há um outro grande Senador, que acabou de chegar aqui, que é o nosso querido irmão Izalci Lucas, que é aqui do Distrito Federal.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Sim, eu o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Também a Senadora Renilde Bulhões acabou de chegar aqui também. Muito grato pela participação de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Daniela, se você pudesse falar uns dois ou três minutinhos o que é a constelação familiar, em que que ela pode ajudar as pessoas, inclusive no tratamento de pessoas que estão envolvidas com drogas, com essa situação de falta do perdão, essa coisa toda. Se você puder falar uns dois ou três minutos sobre isso, seria muito importante, porque eu acho que, de alguma forma, ela vai tocar no espiritismo.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – É um sentimento meu; é o que caminha... Há uma relação aí que a gente ainda precisa...

É o Bert Hellinger, que é um alemão...

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... que desenvolveu essa técnica, mas eu acho que tem alguma coisa com o espiritismo ali, para chegar junto.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Bom, Senador Girão, mais uma vez, eu lhe agradeço a oportunidade, e, para mim, é uma alegria enorme.

Recentemente, eu fiz uma palestra, falando justamente como o espiritismo encontra as constelações familiares, e acho que foi o dia mais feliz, assim, da minha vida, porque eu pude unir duas pecinhas do meu quebra-cabeça interno. Eu estava fazendo essa analogia aqui, agora, com o quebra-cabeça, e, realmente, são duas peças que me trouxeram muito alento e muito material mesmo, para que eu pudesse fazer a minha reforma íntima, porque é para isso que eu estou aqui.

O que eu posso dizer para vocês das constelações familiares é que é uma ciência que foi percebida, estudada, codificada e organizada pelo alemão Bert Hellinger. Ele é casado com a Sophie Hellinger, que também, recentemente, no Brasil, em 2016, abriu a escola alemã Hellinger Schule, da qual eu sou estudante, estou fazendo uma pós-graduação de três anos e meio.

As constelações familiares partem de três leis do amor.

Bert Hellinger foi padre por mais de 30 anos, passou muito tempo nos confessionários, ouvindo as pessoas falando de suas percepções de vida, conviveu com os zulus, na África, tendo um entendimento muito profundo sobre ancestralidade... Ele ficava maravilhado porque os zulus não conheciam o que era ironia. E sempre, ao se referirem aos seus antepassados, se referiam com muita honra, com muito carinho e com muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com esses estudos todos, ele fez também uma formação em Psicanálise, na escola de Viena, e foi unindo – dentro dessas pontinhas da própria manifestação pessoal dele na vida – essas pontas e observando que existem três leis que regem as relações humanas, em quaisquer que sejam os ambientes, especialmente o ambiente familiar, entre casais, nas empresas, na Justiça, enfim, no Direito. Isso tem sido muito utilizado por juízes nas varas de família, inclusive nas varas criminais, e com muito sucesso isso está sendo feito aqui no Brasil, como uma forma muito nova de atuação, por um juiz da Bahia, chamado Sami Storch, e eu também estou escrevendo um livro dele.

E essas três leis são, rapidamente, a lei do pertencimento, que é justamente o que nós estávamos falando da polarização, da pecinha do quebra-cabeça, de que "nenhuma das minhas ovelhas se perderá".

O Bert Hellinger observou que, quando as famílias perdem um dos seus componentes, mesmo que isso tenha acontecido há muito e muito tempo, alguém que foi excluído do sistema familiar, porque teve uma manifestação diferente daquela esperada, foi julgado e afastado da família, não sei, pelas drogas, alcoolismo, cometeu algum crime, enfim, tinha alguma manifestação psiquiátrica mais delicada, isso antigamente acontecia de forma corriqueira, e o próprio sistema familiar não deixava que isso ficasse em branco. Sem saber disso, os descendentes manifestavam essa exclusão em si, às vezes com questões de saúde, às vezes com questões das mais delicadas. Então, o Bert Hellinger foi observando, em diversas constelações familiares, que olhar para aquele que foi excluído é o que traria o equilíbrio e a saúde para o sistema novamente.

A segunda lei que ele observou é a lei de hierarquia.

Quem vem antes tem precedência. Ou seja, se eu sou filha da minha mãe, eu não posso me atrever a julgar que eu sei fazer melhor do que ela. Ela veio antes; ela é a grande; e eu sou a pequena. Meu pai é o grande, e eu sou a pequena.

Ainda que essa mãe e esse pai, por motivos diversos, não tenham podido cuidar de mim, ou tenham me dado em adoção, ou tenham, de alguma forma, se manifestado com rudeza, com violência, de mil e uma maneiras, graças a eles eu estou viva. E, quando eu consigo respeitar essa hierarquia, diante da vida, o sistema familiar, as empresas, a justiça e a sociedade também conseguem alcançar um maior equilíbrio e uma maior saúde.

E a terceira lei, que é a lei do equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando estou entre pessoas iguais, por exemplo, num casal, ou com amigos, ou numa sociedade igualitária, numa empresa, existe uma necessidade de equilíbrio, nessa relação, que vai trazer saúde também para o sistema.

Então, assim, são visões...

Pois o que acontece, Girão? Você, intuitivamente, viu o que é óbvio: quem tem o conhecimento dos Evangelhos, quem tem Jesus no seu coração e se depara com essas três leis, tem uma facilidade muito grande de aquiescer, de concordar, de ter esse pé no chão. Humildade vem de *humus*, terra, e *ilde*, pés: tem os pés no chão da realidade. Eu estou viva, eu existo graças a esses pais, graças a... O Chico Xavier dizia que encarnação não tem endereço errado. Então, muitas vezes, eu penso: "Como é que eu vim parar neste país? Como é que eu vim parar neste planeta e nesta família?". Essa é a arrogância, que demonstramos pela nossa infância espiritual. Estamos ainda peregrinando. Leva tempo para pôr os pés no chão da humildade, da realidade em que a gente vive e agradecer por ela.

Então, com certeza, constelações familiares também é um assunto para o qual esta Casa pode abrir seus braços e que anda de mãos dadas com o espiritismo, certamente.

Divaldo Franco, inclusive, tem palestrado bastante sobre isso; já fez três seminários longos sobre isso; escreveu um livro com Joanna de Ângelis, sobre constelações familiares, e é muitíssimo interessado nessa ciência.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Daniela.

Eu queria registrar também aqui a presença de outra grande irmã, que é a Senadora Juíza Selma, que é lá de Mato Grosso do Sul...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Mato Grosso! Eu sempre troco. Ainda vou aprender. Mas é outra terra extremamente acolhedora. Há pouco tempo, estava o Senador Jayme Campos, também de Mato Grosso. Ele veio aqui, nesse instante, prestigiar.

Nós vamos agora, neste momento... Se quiserem fazer alguma intervenção, na hora em que quiserem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos debatendo aqui o Dia Nacional do Espiritismo. Não se trata de criar feriado nenhum! Vamos deixar claro isso. O objetivo não é esse. É um dia de gratidão a essa doutrina que veio da França, que chegou aqui ao Brasil, e milhões de seguidores, aqui no Brasil, adeptos do espiritismo, desenvolvem um trabalho de caridade gigantesco, de assistência social... É uma doutrina que, particularmente, eu estudo há algum tempo e que me conforta muito e me traz muita esperança, muita serenidade, para enfrentar o dia a dia.

A Juíza Selma queria a palavra. Depois, o nosso querido Izalci, Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar convidado.) – Bom dia, senhores; bom dia, Sr. Presidente, meu querido irmão, de verdade, Senador Eduardo Girão; os colegas que estão aqui presentes da Mesa; bom dia a todos; bom dia aos palestrantes.

Eu queria dizer que, antes de ser um prazer estar aqui, é uma honra estar aqui. Eu tenho formação espírita desde criança. Meus pais foram espíritas. Eu fui criada estando, toda segunda-feira, reunida à volta de uma mesa, lendo *O Evangelho segundo o Espiritismo* e, depois, bebendo aquela água fluidificada. Então, eu tenho o maior respeito pela doutrina.

Mas eu gostaria de fazer uma ponderação e, depois, de fazer uma pergunta, que eu não sei se já foi tratada aqui. Mas já pedindo perdão, Senador, porque eu tenho reunião agora, daqui a pouco. Vou ter que... O senhor sabe como é que é a nossa vida, não é? A gente vive de galho em galho aqui.

Mas eu queria fazer uma ponderação, no seguinte sentido: eu nunca senti a religião espírita tão verdadeira como quando eu perdi o meu pai e, depois, perdi a minha filha. O meu pai, pela presença física que eu senti dele, logo depois... Eu duvidada muito, e ele, depois que faleceu... Eu ficava madrugadas esperando ele aparecer: aparece, aparece, que eu quero ver se é verdade. Eu botava filho para dormir, botava marido para dormir, todo mundo, e ficava acordada, grávida da minha filha.

E, numa certa ocasião, quando foi necessário, realmente eu acordei com ele me chamando, porque uma irmã tinha se perdido. Ela é deficiente auditiva, estava perdida na rodoviária de madrugada, correndo um risco danado. E, quando foi necessário mesmo, ele se manifestou, para que eu pudesse ir lá socorrê-la – umas três horas de diferença do horário em que ela deveria chegar. Foi uma coisa assim, que eu não poderia ter adivinhado nunca. Foi ele que me acordou. Então, realmente, aquela prova que eu queria ele me deu, mas quando foi necessário, e não por capricho meu, de querer ver se aquilo era verdade ou não. E, quando a minha filha faleceu também, porque a gente acaba tendo sempre a esperança de reencontrar. E é isso que faz a gente viver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, gente, a pergunta que eu queria fazer para vocês é qual a opinião de vocês sobre outra técnica que também é aplicada junto com a questão da constelação.

Lá no meu Estado, Mato Grosso, aplica-se muito também a constelação em varas de violência doméstica, principalmente; em varas criminais, mas, em varas de violência doméstica, o colega tem tido um excelente resultado. E, no Pará, o meu sobrinho é juiz lá e tem aplicado as constelações, com muito, muito êxito. Mas ele tem aplicado também outra técnica, cujo nome me fugiu agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Apometria.

Eu gostaria de saber se vocês têm alguma indicação com relação a essa, se ela tem alguma relação direta com a ciência espírita e que aplicação ou que recomendação vocês dariam a respeito da apometria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Quem vai lhe responder, Senadora Juíza Selma, é o Presidente da Federação Espírita Brasileira, que é uma entidade centenária.

E você é brigadeiro, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Brigadeiro.

Inclusive, depois, eu queria que você falasse um pouco da relação das Forças Armadas, da FEB, com a proliferação do espiritismo no Brasil, porque o espiritismo foi codificado na França por Allan Kardec, mas aqui no Brasil ele encontrou um terreno muito fértil, e, hoje, o Brasil é a maior nação espírita do mundo. Eu acho que é a maior nação católica do mundo e a maior nação evangélica do mundo. Olhem que benção é o nosso País!

Godinho, por favor, respondendo à pergunta da Senadora Juíza Selma.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadora.

Eu não sei se a minha resposta vai agradar algumas pessoas ou não, mas nós estamos aqui para expor a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apometria é uma técnica que nós, espíritas, não usamos, apesar de alguns utilizarem como sendo uma técnica espírita.

O que nós utilizamos, nas reuniões mediúnicas, é justamente o propósito da caridade; primeiro, para nós, que somos aqueles que fazemos a reunião mediúnica na nossa dimensão, porque o maior aprendizado é nosso.

É a maior rede social que a humanidade ainda desconhece, porque a essas reuniões, de forma anônima, chegam aqueles que nos antecederam, trazendo os seus conflitos, os seus problemas, as suas dificuldades. E nós, que aqui estamos, nesta dimensão, os acolhemos com carinho, com amor, com o desejo de esclarecer e de respeitá-los, não só nas suas crenças, como nas suas dores. Isso se faz através do diálogo, como o próprio codificador nos ensinou, para que nós pudéssemos fazê-lo com a fortaleza da prece e com a ajuda do plano espiritual, que é o que realmente dirige e nos inspira nesse trabalho.

A apometria é uma técnica que muitos usam como sendo uma corrente magnética, mas que nós, espíritas, não utilizamos. Daí eu não poder nem dizer à senhora, talvez, se é bom, se é ruim, porque não a uso e estou satisfeito da forma como nós dialogamos com aqueles que já nos antecederam, porque a doutrina espírita, quando surgiu, o próprio codificador definiu-a.

Há um livro: *O que É o Espiritismo?*. Neste livro, em preâmbulo, ele diz assim, sintetizando: o espiritismo é uma ciência nova que, ao mesmo tempo, é uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática, ensina-nos a relação entre nós e os espíritos.

Nós podemos até dizer que espíritos somos todos nós, nesta dimensão, após a morte, e a morte, para nós, não é como conhecida; é um veículo da vida para outra dimensão – aí a senhora ter a oportunidade do desejo –, mas lembremos que os espíritos não estão à nossa disposição: eles atendem quando a necessidade assim o faz.

Então, como ciência prática, nos ensina essa relação entre nós e os espíritos, mas, como doutrina filosófica, nos traz a responsabilidade de todas as consequências morais dessas relações.

Em síntese, é uma ciência nova, que fala da natureza do espírito, da nossa natureza, da nossa origem, quem somos, o que estamos fazendo aqui, para onde vamos. São perguntas milenares que, naquele dia 18 de abril de 1857, a humanidade teve às suas mãos, e estão aí, até os dias de hoje, as respostas que muitos buscam e que este livro e a doutrina espírita procuram esclarecer, com essa condição da imortalidade do espírito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se seria agora, para que eu possa adentrar outra questão que o Senador Girão...

Permitam-me falar, nas minhas palavras, aquilo que está no livro chamado *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Conta-nos o espírito Humberto de Campos, pela mediunidade abençoada de Chico Xavier:

> Era o último quartel do século XIV. Naquela época, reuniu-se na Europa, no plano espiritual, o Cristo e muitos espíritos. Raras, segundo as suas informações, foram as vezes em que Jesus se reuniu próximo à Terra. Essa foi uma delas.
> Naquele momento, ele se reuniu para verificar o que a humanidade havia feito da sua boa nova, da sua mensagem, que ele trouxe há 2 mil anos. E ele, ao analisar, no excurso histórico, observa que, somente durante os 313 anos da nossa era, a pulcritude da sua mensagem permaneceu. Em contrapartida, os seus seguidores tiveram o holocausto: foram mortos, esquartejados, crucificados, queimados. Mas, mesmo assim, a sua doutrina manteve essa pureza.
> Somente após o dia 13 de junho do ano 313, quando Constantino, imperador romano, resolveu não mais perseguir os cristãos, a partir daí, colocou a religião cristã como a religião do Estado. E, a partir desse instante, a Idade Média nos conta.
> Em nome dele, criamos as Cruzadas, fizemos guerras santas, para conquistar o local dito santo, com túmulo vazio. E não encontramos, na mensagem do Cristo, em momento algum, um convite à beligerância; encontramos o convite ao exercício do amor, da união, da fraternidade, da caridade.
> Quando ele nasceu, toda a humanidade conheceu uma frase: 'Glória a Deus nas alturas, paz na terra, boa vontade entre os homens'. Aí está traçada a plataforma na terra. A terra é de paz. Necessita apenas de boa vontade entre os homens.
> Naquele momento, quando ele chega até esta época, que é o último quartel, ou seja, os 25 últimos anos do século XIV, ele apenas se relembra de um discípulo amado, que foi Francisco de Assis, que veio relembrar a simplicidade, a pureza do seu Evangelho. Mas, mesmo assim, foi esquecido. E ele diz para aquele que era o responsável pelo desenvolvimento sociológico da Terra, o espírito que chamamos Helil, que a humanidade, infelizmente, escolheu como consequências dores e sofrimentos.
> Nesse momento, esse espírito convida Jesus e aqueles que ali estão, já que aquelas terras ditas civilizadas não encontravam o apoio, tampouco a exemplificação do seu Evangelho, a que se dirigissem para terras novas, onde existiam ainda espíritos muito simples, em desenvolvimento, crianças espirituais. [Diz-nos Humberto de Campos que é como se fosse] um rastro de luz que saísse da Europa em direção às Américas [conhecidas hoje]. Aportam na América do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Naquele instante, ali, com ele, diante da natureza, presenciando esses espíritos, os ventos ficam calmos, as flores soltam o aroma mais natural, a natureza se apazígua diante daquela sublimidade do Cristo.
> Mas Jesus pergunta para Helil: 'Helil, onde se encontram as terras? Onde se observa o símbolo da redenção?'. [Ele estava se referindo ao que nós chamamos hoje de Cruzeiro do Sul. Ele diz assim:] "Mais ao sul, mestre".
> E esse grupo se desloca mais ao sul. [Quando chega às terras que hoje são o Brasil, diz-nos Humberto de Campos:] O Cristo levanta os seus braços ao alto, em rogativa ao Pai, e, naquele instante, diz assim: 'Transplantarei para estas terras a árvore do meu Evangelho'.
> [Nós estamos falando do século XIV, no ano de 1394, porque, logo após isso, ele se dirige para Eliú e diz assim:] 'Nascerás para fazer com que os mares bravios sejam desbravados'.

E assim, no ano de 1394, nasce D. Henrique de Sagres, em Portugal. O navegador. Nunca navegou, mas realizou uma escola onde ele conseguiu convergir todos aqueles que eram responsáveis, engenheiros, para fazer com que Portugal saísse pelos oceanos bravios.

E é assim que Portugal inicia suas viagens, o Brasil vem a ser descoberto, e é com essa promessa, esse programa do Cristo, que, na realidade, o próprio livro vai dissertando, dos anais registrados no plano espiritual, a nossa história, com a visão espiritual e a visão material.

Quando nós observamos que a doutrina espírita surgiu lá, na Europa, e aqui ela é acolhida, no nosso País, onde se expandiu hoje... Se nós olharmos, no ano de 2010, o IBGE falou que o espiritismo foi o que mais cresceu, em torno de 65%. Àquela época, nós tínhamos em torno de 4 milhões de espíritas que se declararam espíritas. No ano que vem, nós teremos um outro censo. Se crescermos no mesmo patamar, provavelmente estaremos chegando a 6 milhões de espíritas. Mas há uma informação de que, no ano em que foi feito o filme *Nosso Lar*, a Fox fez uma pesquisa, e, entre simpatizantes, pessoas que gostam, chega-se a quase 40 milhões de simpatizantes.

O nosso País, em outra pesquisa, é o segundo país mais cristão do mundo. Perdemos para os Estados Unidos, devido apenas à questão da população dos Estados Unidos ser maior do que a nossa, porque, à época, noventa e poucos por cento dos brasileiros são cristãos, enquanto, nos Estados Unidos, apenas oitenta e poucos por cento.

Então, estamos diante de um País que é diferente. Nós somos um povo fraterno, um povo bom.

Se nós olharmos a nossa história e verificarmos como nós temos agido ao longo dela, não há no mundo nenhum país que tenha as características que nós temos. Não devemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquecer que, à época, Portugal era o nosso colonizador. Nós temos 8 milhões de quilômetros quadrados. Nós temos 8 milhões de quilômetros de costa.

No século XXI, as Forças Armadas, para poderem fazer a manutenção desse território, precisam de muito mais do que o que fazem hoje. Entretanto, não encontramos na história da humanidade um país tão grande ter sido mantido sem divisão. Há uma razão.

Não é à toa que, quando Cabral chegou, deu o nome Vera Cruz, Santa Cruz. Isso tudo tem uma ligação entre ambos os planos da vida. E é por isso que a doutrina espírita, como ciência prática, vem nos informar dessa possibilidade da influência que existe dos espíritos na vida material e vice-versa. E é por isso que hoje o nosso País é cristão, é fraterno, é bom. Perdemos a Copa de 7 a 1, mas a imagem lá fora é de que nós somos um povo bom, um país ensolarado, um povo fraterno.

Eu não conheço os alemães fazendo gesto como fizeram na Copa. Nós poderemos lembrar. Fizeram uma dança típica, segurando uns aos outros, numa roda. Aquilo é a dança típica dos nossos índios no sul da Bahia, onde eles viveram, uma demonstração de gratidão que tiveram pelo acolhimento.

Então, esse é o nosso País, que vem cumprindo uma missão, e, mesmo não tendo consciência dela, ele caminha no destino que o próprio Cristo já traçou, desde o último quartel do século XIV. Daí hoje nós termos no Brasil a maior expressão dessa doutrina em crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Jorge Godinho, Presidente da Federação Espírita Brasileira.

E depois você vai explicar um pouco para a gente da FEB. Não é a FEB que você preside hoje, é a Força Expedicionária Brasileira, que tem uma relação muito tênue com essa expansão do espiritismo.

Senador Izalci Lucas, por favor, fique à vontade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, Presidente, eu só quero, primeiro, lamentar não ter chegado cedo. Eu tinha outro compromisso antes, acabei me atrasando, e não pude participar das apresentações todas. Mas quero cumprimentar aqui as nossas colegas, a Daniela, que é aqui de Brasília, e o Jefferson também.

Eu tive uma experiência muito boa, porque eu fui Deputado Distrital com o Jorge Cauhy. O Cauhy era um espírita muito bacana. Existe até hoje o Lar dos Velhinhos, onde eles trocam ali muito... Então, a gente conviveu muito com ele, e a gente tem uma admiração muito grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo trabalho que o espiritismo tem aqui em Brasília, na área social. Eu acho que eles são muito dedicados.

Eu sou católico apostólico romano, mas tive algumas experiências.

Acho que a fé está em todas as religiões, mas eu tive duas experiências interessantes. Primeiro, eu, quando era jovem, vinte e poucos anos, tive uma úlcera muito grande, e não conseguia nem... Qualquer coisa que eu tomava, ficava doente mesmo. E eu participo muito da igreja; tem um poder muito grande também. Eu rezava o terço da libertação e tal... Então, a gente tem muita fé. Mas me falaram sobre Valentim, lá do Gama. Isso, uns 15 anos atrás, sei lá; 20 anos talvez. E fui lá e fiz uma cirurgia espiritual. E ele fez mesmo, fez os pontos e tal, fiquei de repouso e tal... E melhorei. Nunca mais tive nada. Então, é lógico que a fé da gente é muito forte, não é? Não é todo mundo que vai também que consegue. Tem que ter muita fé.

E, depois, na minha segunda campanha, eu fui ao Espirito Santo fazer um curso. Eu nem sabia o que que era, mas me convidaram ao Espírito Santo, para descansar da política... E era um curso sobre família Silva. Não sei se vocês conhecem. Família Silva. Eram três dias. E nesse curso havia regressão a vidas, no ventre, lá atrás... Um negócio muito estranho. Eu tive essa vivência... É evidente que eu não me aprofundei muito, mas é muito interessante.

Então, há muitos questionamentos da Igreja Católica com relação ao espiritismo.

Mas eu vejo assim... Conheci o Chico Xavier, assisti ao filme dele, inclusive, muito bacana... Houve uma novela também que passou, não lembro o nome... *A viagem*. Exatamente. Foi muito legal.

Mas a minha admiração é muito pelo trabalho que eles fazem. Realmente... Lá no Guará mesmo há... Aliás, não é só no Guará. Há para todo lado. E fazem, assim, com muita dedicação, muito carinho. Então, parabéns aí a vocês.

Só lamento por não ter assistido desde o início aqui, mas gostaria muito de participar desses estudos, viu, Girão?

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Já fica o convite, Senador Izalci Lucas, Senadora Renilde, Senadora Juíza Selma: 8h30 da manhã, às quartas-feiras, lá no nosso gabinete, que fica pertinho do gabinete da Juíza Selma, quase colado. A gente se reúne no gabinete 21, faz 20 minutos de evangelho, troca uma ideia, estuda um pouco... Em 20 minutos a gente termina, e tem sido muito inspirador para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a equipe que participa, que quer participar, porque lá nós temos, na equipe católicos, evangélicos, ateus... Isso aí é algo que a gente deixa aberto. Alguns vão, alguns não vão, mas eu sempre fiz isso no lar. Pelo menos nos últimos 15 anos, eu faço com a minha família o culto no lar, o evangelho no lar.

Segundo Chico Xavier, Izalci, quando você reúne uma vez por semana, durante 20 minutos, a família... Agora, tem que ser num horário marcado, porque aí a espiritualidade, os espíritos estão presentes, fazendo aquela vibração, aquele acompanhamento... E você faz o evangelho, lê um trecho e discute com a família, com os filhos, com a esposa. A proteção na casa, a blindagem no lar, na casa, transcende o bairro, ajuda os vizinhos e tudo – a vibração positiva, sabe?

Então, eu recomendo o evangelho no lar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Tem que fazer mais vezes aqui no Congresso, viu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – É verdade.

E quem não é espírita faz com a Bíblia, não é? Acho que o importante é esse culto da mensagem cristã em casa.

Senadora Juíza Selma, por favor.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu só gostaria de fazer um questionamento.

Eu gostei muito do que ouvi a respeito do Seu Jorge.

Nós já conversamos até sobre isso, eu acho que é uma conversa que tem sido cada vez mais frequente entre as pessoas, de ser quase visível, perceptível, uma guerra que nós estamos vivendo nestes últimos dias. Para mim, é quase visível uma guerra de bem e mal, que parece que transcende. Às vezes, a gente se sente peça de um jogo que está prestes a ser... Sei lá: está nos seu últimos minutos ali, nós estamos nos 45 quase do segundo tempo. A impressão que a gente tem é essa. E conversamos muito sobre isso. E parece que eu estou vendo. Há ambientes a que você vai que parece que você vê a guerra acontecendo, como se ela fosse física.

Então, eu gostaria de saber o que que o espiritismo tem a dizer sobre isso, se isso realmente está acontecendo, o que que nós podemos esperar deste momento que o mundo, o Brasil, está vivendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – O Jefferson vai iniciar a fala dele e vai incluir essa resposta, porque eu também tenho muita... Eu sinto exatamente isso.

Mas, Juíza Selma, eu disse aqui no começo é o seguinte... E ontem foi um dia. Ontem foi um daqueles dias, com o País chacoalhando, com essa história de vazamento, com tudo... E a gente sabe que a Operação Lava Jato transcende e é um presente para o País, um presente de Deus para o País. Eu chego a colocar isso pela limpeza que está fazendo, pela verdade, pela ética...

Quanto a essa guerra espiritual que a gente está vivendo, eu tenho muita fé de que vai dar tudo certo, porque Jesus é que está no comando. Então, nós estamos fazendo nosso papel, com as nossas imperfeições, com as nossas limitações, mas Ele tem um plano para este Brasil, que, como falou Godinho, é uma nação especial, escolhida por Jesus para ser o coração do mundo, a Pátria do Evangelho. Então, Ele tem um plano, e eu confio nesse plano. Somos humanos e, às vezes, ficamos abatidos em certas situações, mas, rapidamente, dizemos: "Não, a verdade sempre triunfa". E vamos ter muita fé de que vai dar certo.

Vou passar a palavra para o Jefferson Rodrigues Bellomo, que é da Comunhão Espírita de Brasília, uma casa que eu tive a oportunidade de conhecer, em que assisti a umas palestras e que é muito acolhedora.

Por favor, Jefferson.

O SR. JEFFERSON RODRIGUES BELLOMO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador. Bom dia aos demais Parlamentares presentes, aos colegas da Mesa, aos confrades e confreiras espíritas – eu ainda não me adaptei a essa palavra no feminino –, aos presentes aqui nesta sala e àqueles que estão nos assistindo pela TV Senado.

Vamos falar um pouquinho a respeito da proposta de instituição do Dia Nacional do Espiritismo. A pergunta é: por que implementar um dia com essa temática, com esse objetivo? E eu separei em três focos, em três vertentes.

A primeira vertente é porque o espiritismo faz parte da cultura brasileira.

O espiritismo, quando ele surge, aqui no Brasil, ele surge... A gente pode dizer que ele desembarca em terras brasileiras por volta de 1860.

Nós temos um livro em francês, mas que é publicado em terras brasileiras, do Casimir Lieutaud, que era um professor de francês radicado no Rio de Janeiro, *Os tempos são chegados*, que é o primeiro livro escrito, apesar de ser em francês, em terras brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois houve uma tradução de um livro de Allan Kardec, que se chama *O Espiritismo na sua expressão mais simples*, também por um outro professor francês, Alexandre Canu.

Desde 1860, fala-se que o espiritismo no Brasil é um modismo, e é uma maravilha ver um modismo de mais de cem anos, de mais de 150 anos de idade. Então, ele está imbricado na nossa cultura. Ele deu certo de uma forma, no nosso País, que não deu certo em nenhum outro lugar. Não é só por mérito do espiritismo, mas porque essa semente caiu em um solo que permitiu a fertilidade dessa semente.

O Brasil é naturalmente acolhedor dessa proposta de contato, de conversa, de intercâmbio não só com a proposta cristã do evangelho, mas também com a questão da mediunidade.

Quando o espiritismo chegou no Brasil, ele não trouxe a mediunidade. A mediunidade já fazia parte dos cultos indígenas, ela já fazia parte dos cultos africanos... A relação católica do Brasil colonial e, depois, do Brasil imperial com os santos, que nada mais são do que almas de pessoas que já faleceram, também é uma relação íntima, a ponto de as pessoas no Brasil colonial brigarem com os santos, amarrarem os santos quando a promessa não era satisfeita. Coitado do Santo Antônio então. Esse parece que continua sendo martirizado até hoje. Está chegando aí o Dia dos Namorados, quarta-feira...

Então, até hoje, essa relação com os espíritos não é traduzida como espiritismo, mas é uma relação fecunda, que permitiu ao espiritismo, essa "moda de 160 anos", permanecesse no Brasil.

E particularmente para os Parlamentares, com relação às leis, fala-se: "O Brasil é um país laico". Mas a lei não está desgarrada de um povo. Uma lei é constituída da cultura, é a expressão da cultura de um povo. Então, apesar de ser um país laico, os valores religiosos de um povo formam a sua cultura. Tentar cindir o valor religioso da cultura de um povo é uma aberração social.

Então, quando nós falamos do Dia do Espiritismo, nós estamos lembrando que também o espiritismo contribui para a cultura deste País. E é só nós analisarmos a florescente, e não é de hoje, literatura espírita, dos mais variados vieses, que chega às livrarias, tem uma aceitação, tem uma venda, e por isso esses livros são reimpressos, são reeditados. Porque as pessoas entendem, aceitam essa proposta que está nesses livros.

A televisão brasileira, quando faz uma novela de uma temática que fala da transcendência do ser humano, das relações do ser humano após a morte, como essas novelas têm uma grande audiência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os filmes, e eu tenho alguns dados aqui... Por exemplo, o filme *Bezerra de Menezes*, que a gente pode dizer que foi o pioneiro dessa nova leva, foi um filme sem grandes pretensões. E, sem grandes pretensões, atingiu um público de mais de 500 mil espectadores no cinema.

O filme *Nosso Lar* teve quatro milhões de espectadores. O filme sobre a vida do Chico, 3,4 milhões espectadores. *Kardec*, que foi lançado nos cinemas em meados de maio, já está com mais de 600 mil, 650 mil espectadores.

Então, existe uma farta ansiedade do público por esse tipo de temática. Então, essa temática faz parte da cultura do nosso povo.

O Presidente da FEB, o Sr. Jorge Godinho, falou muito bem: "Espíritas, segundo o Pew Research Center, uma instituição que faz pesquisas gerais sobre várias tendências...". Ele diz que, no mundo, são 13 milhões de espiritas. Mas, no Brasil, algo em torno de 3,8 milhões pessoas. E, aí, o Presidente Godinho lembra: "Peraí: mas gente que vai aos centro, assiste a palestras, toma passe, abre *O Evangelho Segundo o Espiritismo*... Chega-se até a 40 milhões de pessoas". E essas pessoas estão em todas as casas, estão em todas as profissões, estão em todos os lugares.

Então, por que o Dia Nacional do Espiritismo? Para lembrar que o espiritismo também participa da cultura nacional e também influencia, uma vez que nós temos Parlamentares que são espíritas.

De outra forma, a segunda vertente que eu separei: o espiritismo dá uma atividade para a assistência social e para o bem-estar do povo brasileiro. Aqui mesmo, eu separei alguns relatos, como o do próprio Senador que preside, o Senador Eduardo Girão, no seu testemunho, o Senador Jayme Campos, a Juíza Selma, que falam de como... O Senador Izalci... Todos falaram de como o espiritismo contribuiu, de alguma forma, para suas vidas. E são milhões de pessoas que são beneficiadas, direta ou indiretamente, com a proposta espírita: "Fora da caridade, não há salvação".

Mas não se trata de salvação só da alma; trata-se da salvação social. Se nós não formos caridosos uns com os outros, fica difícil convivermos. Então a proposta espírita, de "Fora da caridade, não há salvação", é a proposta que incentiva a fundação de creches, de orfanatos, de asilos, de hospitais, de manicômios, de assistência para indigentes, tirando a sobrecarga do Estado e do contribuinte brasileiro.

Também, e aí o último ponto que eu separo, por que o Dia Nacional do Espiritismo? Porque, infelizmente, vivemos no Brasil também casos terríveis de intolerância religiosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando destacamos um ponto tão relevante, como dizer "vamos pensar nesse dia o que representa o espiritismo e o espírita para esta Nação", nós também estamos dizendo: "Vamos parar com a intolerância religiosa". E essa intolerância acompanha o espiritismo, desde o seu nascedouro na França.

Também desembarca no Brasil, principalmente da parte religiosa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON RODRIGUES BELLOMO – "Ah, o espiritismo é uma heresia. O espiritismo é algo que está vinculado com a possessão demoníaca".

Da parte da Medicina, "o espiritismo é uma fábrica de loucos".

Quanto preconceito! E esse preconceito, com o Dia Nacional do Espiritismo, nós podemos discuti-lo e torná-lo visível.

Em 2016, aqui no Distrito Federal, na cidade de Sobradinho II, o centro espírita Auta de Souza foi vítima de um ataque que eu posso dizer terrorista: incendiaram esse centro espírita. Porque as pessoas que fizeram esse ato, condenadas já em primeira instância, acreditavam que estavam lutando contra o demônio.

Por que o Dia Nacional do Espiritismo? Porque o espiritismo, muito pelo contrário, se aferra à mensagem de Jesus. E essa mensagem, que tem um conteúdo apocalíptico, escatológico, no Evangelho de Mateus, diz: "No dia em que retornar o Filho do Homem, Ele separará as pessoas como um pastor separa os bodes e dirá aos que estão à sua direita: 'Para vocês que Me ajudaram, que Me visitaram, que Me deram de comer, que Me vestiram, vocês vêm para o regaço do Meu Pai; e, para os que estão à esquerda, todos aqueles que repudiaram a prática da caridade".

Então, a régua que mede o valor de uma pessoa, segundo o que está no Evangelho, não segundo o que está nos cânones espíritas, mas nas palavras de Jesus, é o bem que você faz ao seu próximo. Então, como dizer que esse bem, estimulado pelos espíritas, não é cristão? Demônio estranho esse. Demônio estranho esse que fala contra o aborto, que fala contra o suicídio, que fala contra os homicídios, contra a liberação das drogas, contra esse sistema beligerante que nós estamos vendo – quase tribal –, nas redes sociais, dos mais diversos aspectos: desde a discussão vegana e carnívora, passando por corintianos, são-paulinos, flamenguistas, vascaínos, chegando às ideologias de direita, às ideologias de esquerda... Não é este o Brasil que, com certeza, a maioria do povo brasileiro acredita. Fora da caridade, para o nosso País, não há jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da FEB, Presidente Jorge Godinho, citou muito bem o livro *Brasil, coração do mundo, Pátria do Evangelho,* mas ouso dizer que o Brasil só será a Pátria do Evangelho, se os brasileiros – não os anjos, não Deus ou os deuses, para aqueles que são politeístas, não as energias superiores, mas os brasileiros – pegarem o que está no Evangelho e colocarem em prática. Aí, sim.

Então, o Dia do Espiritismo permite essa reflexão, permite nós trabalharmos contra isso.

Eu tive a oportunidade de ser convidado pela Casa Legislativa, irmã desta, numa reunião de espíritas que se dá na hora do almoço. E a pessoa que organiza essas reuniões – para se falar de assuntos morais, assuntos que trazem uma elevação – disse que todos os cartazes que foram colocados na Casa, convidando para a palestra, foram arrancados, porque se tratava de um convite para uma reunião espírita.

Pessoas perdem o emprego, lares são desfeitos, gente é hostilizada por conta desse tipo de comportamento. O Dia do Espiritismo vai permitir que nós possamos repensar isso.

Existe uma guerra?

Foi uma pena a Juíza Selma ter saído, porque o encerramento era exatamente para responder à pergunta dela.

Existe uma guerra espiritual?

Sim, existe, mas entre espíritos que querem a paz e espíritos belicosos. Não são pessoas, necessariamente, que já morreram; são pessoas que aqui estão: pessoas que estão na fila dos bancos, pessoas que estão nos *shoppings,* pessoas que estão nas redes sociais, pessoas que estão no trânsito.

Quando nós instituirmos o Dia Nacional do Espiritismo, nós teremos um dia para ouvir a proposta espírita para pacificar essas pessoas.

Toda proposta que venha a pacificar as pessoas eu acho que tem que ser ouvida com muito carinho, porque as pessoas que querem guerra gritam, e gritam muito alto. Nós temos que dar oportunidade para aqueles que, em silêncio, trabalham pelo bem-estar da sociedade.

Agradeço a oportunidade, Senador. É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Jefferson Rodrigues Bellomo. Parabéns aí também pela sua exposição, muito serena, muito tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, parabéns ao Jorge Godinho, Presidente da FEB, e à Daniela, da Comunhão Espírita de Brasília.

E nós vamos agora fazer a segunda Mesa. Vão vir mais duas pessoas aqui fazerem a exposição, foi-me dado um tempo... O Thiago, muito prestativo, muito atencioso, me deu um tempinho, me deu um tempinho a mais aqui, não é isso? Parece que o Presidente só vai chegar às 11h20... Então, a gente termina 11h15, no máximo, para iniciar.

Então, nós vamos agradecer a presença de vocês. Fiquem à vontade aqui, se possível, para a gente concluir juntos.

O Carlos Campetti não pôde vir, porque está com dengue. Só para avisar, porque é um outro palestrante que a gente convidou.

Eu vou chamar aqui, neste momento, Nazareno Feitosa, que também é da Comunhão Espírita de Brasília, e vou chamar o Paulo Maia da Costa, que é Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal.

Por favor, Nazareno, fica aqui, do meu lado direito, Paulo Maia, aqui, do lado esquerdo, e nós vamos já iniciar esse segundo momento.

Eu queria agradecer ao Ronaldo Peixoto, que é lá do Estado do Maranhão, que mandou a mensagem aqui para nós, está acompanhando o programa, acompanhando aqui esta audiência pública; à Bruna, do Rio Grande do Sul; à Islane Santos, do Pará; ao Thony Ricardo, de Minas Gerais; ao Samuel Trindade, do Espírito Santo; à Manuela Cotulio, de São Paulo; ao Luiz Fernando, de Pernambuco; ao Leandro Dias, do Espírito Santo; ao Neri Filho, de Santa Catarina; e ao Vagner Modesto, do Distrito Federal.

Eu vou passar a palavra, neste momento aqui, para o Paulo Maia.

Paulo Maia, você vai dar sequência.

Ele, que é Presidente da Fedef, a instituição que eu frequento aqui em Brasília, com a minha família, tem o Evangelho no Lar...

Parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem lá, com muito amor, com muito carinho, e eu me sinto muito bem em, todo sábado, às 3h da tarde, estar indo com a família, para conhecer um pouco, estudar, as crianças aprendem um pouco sobre a vida de Jesus, um ambiente fantástico.

Ali no Sudoeste, não é isso? No Sudoeste.

Por favor, Paulo. Você tem dez minutos e mais cinco de tolerância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MAIA DA COSTA (Para exposição de convidado.) – Bom, parabéns, Girão, amigo, companheiro, batalhador aí das causas do bem e hoje, aqui, trabalhando na Casa. Então, a gente torce muito e admira muito o seu trabalho e o espaço que tem criado aqui, para que a gente possa debater sobre a doutrina espírita.

Saúdo o Nazareno, os amigos presentes, confrades, e aqueles que, a distância, podem estar acompanhando.

No Dia Nacional do Espiritismo a gente realmente não quer mais um feriado, não; a gente não quer descansar porque, como diz Jesus, "Meu Pai trabalha, e Eu trabalho também". Mas é interessante a gente ter um espaço aberto de mídias voluntárias, para que as pessoas possam entender um pouco sobre o espiritismo. Ainda existe uma certa confusão. Muitos chamam de kardecismo, por causa de Allan Kardec; mas, na verdade, não existe espiritismo kardecista, nem existe espiritismo de mesa, nem existem essas alegorias que muitas pessoas atribuem aos espíritas.

Então, acho que é o momento, é uma oportunidade importante, para que a gente possa esclarecer para a sociedade, especialmente para aqueles que não conhecem, que jamais irão a um centro espírita, o que que é o espiritismo, porque muitos vivem de informações, às vezes, adulteradas.

E eu gostaria de trazer que doutrina espírita ou espiritismo foi um nome que Allan Kardec criou para definir a doutrina que ele coletou junto aos espíritos. E, aí, o filme *Kardec* – que está agora em cartaz ainda – mostra muito bem como foi esse processo.

Saudamos aqui nosso irmão Rabelo, da FEB.

Então, gente, espírita ou doutrina espírita... O espiritismo é um termo novo. Assim como há vários termos que definem ou que falam do que é espiritual, então, em vez de usar as palavras "espiritual" ou "espiritualismo", Allan Kardec deixa claro aqui, no *Livro dos Espíritos*, quando ele traz para a humanidade essa nova doutrina, que empregamos, para indicar a crença que vimos nos referir numa obra, os termos espírita e espiritismo. E, aí, muita gente atrela isso a outras religiões de origem africana, que, sem demérito nenhum, também trabalham a comunicação com os espíritos, e a outros ritos que não são comuns na casa espírita e não fazem parte da prática espírita.

Então, nessa introdução, Kardec deixa claro: "Diremos, pois, que a doutrina espírita ou o espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os espíritos ou seres do mundo invisível", que, como o Godinho comentou, começou com as pancadas, com os barulhos... Como o Jefferson comentou, aqui, que já nos ritos indígenas, nos comportamentos da humanidade, na própria Bíblia e em diversos livros, mostra-se a comunicabilidade com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo espiritual, mas de uma forma talvez não tão estudada ou tão dedicada como Kardec o fez, que está muito clara no livro *O Livro dos Espíritos* e no filme do Kardec.

Então, os adeptos do espiritismo serão os espíritas ou espiritistas, que é como denominamos.

Ocorre que, no Brasil, houve uma época em que houve muita perseguição aos centros espiritualistas, de modo geral. E havia cadeias, pessoas que eram presas porque falavam das práticas espiritualistas.

Eu frequentei, quando criança, casas que foram derrubadas pela sociedade ou pela polícia, porque ali se estava praticando espiritismo e se dizia que era uma coisa ilegal, imoral, do demônio ou coisa assim.

Então, a gente acredita que, ter um dia para falar do espiritismo, exatamente no dia 18 de abril – lembrando 18 de abril de 1857 – pouco mais de 160 anos... Então, é algo novo. É um nome novo, é um termo novo. Assim como mecatrônica e neurociência, foi algo criado, que não pode ser confundido e tem que ser bem aplicado. E o que a gente vê, às vezes por ignorância, às vezes por má vontade até, são algumas definições e colocações que, de certa forma, se distanciam daquilo que é prática espírita.

Então, os princípios básicos do espiritismo – e aí é importante que se torne claro para todos – são, primeiro, a existência de Deus como justiça, amor e bondade, criador de tudo. Então, nós não temos um Deus diferente, separado; é o Deus pai de todos nós, causa primária de todas as coisas; a imortalidade da alma, ou seja, a vida não perece com a morte do corpo. A vida prossegue, a vida permanece. E nós vimos aqui depoimentos emocionados. A todo instante, nós temos contato com pessoas que procuram nossas casas, querendo saber para onde vai a alma, o que acontece com o filho querido, com o irmão, com alguém da nossa relação afetiva após a morte. Não pode Deus, que é muito mais puro e bom que um pai humano, permitir que um filho, que alguém que se perdeu vá viver no inferno, vá sofrer no plano espiritual eternamente. E aí a doutrina traz que a felicidade da vida após a morte física será tão maior quanto as suas boas escolhas nesta vida e será tão infeliz quanto as más escolhas que nós fizemos, mas que ninguém está condenado ao fogo eterno, porque, além da imortalidade da alma, temos também a pluralidade das existências, ou seja, não vivemos e nascemos só uma vida; senão, seria acreditar que Deus brinca conosco, com o azar, porque uns nascem com mais saúde, outros com menos, uns países em guerra, outros países em paz... E aí por que Deus escolheu uns nessa condição e outros não? É um Deus parcial? É um Deus que dá privilégio? A doutrina, então, esclarece isso, que a pluralidade de existências é uma forma de Deus mostrar para nós a oportunidade de resgate, de melhoria, de continuidade, de evolução, evolução contínua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro princípio é a pluralidade dos mundos habitados. Seria muita ingenuidade nossa acreditar que, neste Universo infinito, somente nosso globo terrestre é habitado, que Deus teria criado exclusivamente este ambiente para que a vida continuasse. Então, temos ambientes espirituais... E aí as narrativas dos espíritos mostram diferentes planos no mundo espiritual conosco. Convivemos com ele aqui, ladeados e nos influenciando a todo instante, assim como também existem outras formas de vida e outros planetas que, com certeza, no futuro a ciência vai provar.

A comunicabilidade com os espíritos. A gente viu aqui também alguns depoimentos de pessoas que receberam mensagens ou foram tocadas ou foram vistas, pessoas que já tinham partido desta vida, mas que, na verdade, não se concluiu, a vida continuou. E a comunicabilidade com os espíritos vem durante toda a história da humanidade. É uma lei natural daqueles que já estão no plano invisível vir, porque o amor não termina com o final de uma existência. As relações continuam, e continuam perenes, mais estreitadas, mais fortalecidas pelas novas oportunidades de convívio que nós temos com aqueles seres que amamos. Lembramos que a lei do amor é para todos. Se uma vida não é suficiente para aprender a amar, teremos outras oportunidades. Como diz Jesus, temos que nos reconciliar com nossos adversários enquanto estamos a caminho. Mas, se nós não aproveitarmos, teremos outra oportunidade, porque Jesus também nos disse que de toda ovelha que meu Pai confiou nenhuma será perdida.

E aí voltamos a Jesus também, que muita gente fala: "Ah! Os espíritas têm um Evangelho diferente, têm um próprio Evangelho, não é o Evangelho da Bíblia, não é o Evangelho de Jesus". Não. Está lá uma das menores respostas: quando questionados os espíritos se Deus deu ao homem algum modelo e guia para a humanidade, a resposta é Jesus. Jesus, então, é nosso modelo e guia.

E a missão grande dos tarefeiros do espiritismo é vivenciar ou reviver a doutrina espírita como era na origem, quando Jesus a trouxe, sem liturgias, sem cargos, sem rituais, na simplicidade da relação, na vivência e não na fala da mensagem libertadora do amor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MAIA DA COSTA – Por isso que ela é, sobretudo, consoladora e, se alguma coisa nós encontrarmos numa casa espiritual ou na prática de um espírita que não seja consoladora e esclarecedora é porque nós estamos errando, porque é, eminentemente, como Jesus prometeu, consoladora e libertadora.

Nessa prática, também não se cobra nada na casa espírita. O Godinho aqui não recebe salário para ser Presidente da FEB; muito pelo contrário, as despesas que nós temos com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades nós mesmos assumimos. Ninguém paga algo, algum remédio, alguma coisa para buscar a cura ou alguma atividade na casa espírita. Todos os trabalhadores espíritas não devem e não recebem nada a não ser a alegria de servir com Jesus, é esse o nosso salário, é essa a nossa paga, e é com essa alegria que todos nós nos entregamos à prática e à vivência desses princípios que são os princípios básicos da doutrina espírita com Jesus. Como Jesus nos diz: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.".

O que a gente percebe hoje, em relação a essa mensagem que colocamos de o que é o Espiritismo, da sua origem, de o que ele professa, é uma ignorância muito grande.

O Jefferson comentou da casa que a gente teve em Sobradinho que a pessoa achava... A gente esteve lá pessoalmente, demos socorro e apoio à casa que tinha um trabalho social, um ambiente, uma oficina de costura, um trabalho que se fazia, e a gente viu tudo destruído pelo fogo. A própria pessoa que ateou fogo ficou presa e quase também foi a óbito por conta do incêndio. Mas o fundamento, a origem foi realmente tentar expulsar dali aqueles praticantes do culto ao demônio; foi essa a índole. Ele acreditava que estava certo. Assim como Saulo perseguiu os cristãos achando que estava fazendo o bem, essa pessoa também perseguiu ali aquela casa espírita e ficou anos num debate por conta de achar que estava fazendo o bem. Então, ele não sabia da verdade. Assim como Saulo, quando descobriu, se tornou Paulo, talvez essa pessoa, se tivesse tido a oportunidade de conhecer e saber esses princípios básicos da prática do espiritismo, com certeza, não iria.

Nós realizamos muitos eventos. Nós fazemos congressos, atividades fora do local espírita e é muito comum – e, às vezes, até por lei temos que contratar empresa de segurança, médico, brigadista, limpeza e são empresas já cadastradas ou credenciadas nos centros – em todo evento encontrarmos pessoas que são obrigadas a estar ali limpando, acabam ouvindo as palestras e, depois, vêm dar o testemunho: "Nossa, isso é espiritismo? Está errado o que o meu pastor, ou o que o meu orientador, ou o que o meu mentor fala lá em casa; ele fala outra coisa.".

Há pouco tempo, o Divaldo estava em Taguatinga fazendo uma palestra sobre você e a paz. Havia muita gente lá no parque de Taguatinga. Algumas pessoas se aproximaram. E uma senhora, um casal pipoqueiro perguntou, porque estava fraco o movimento onde eles estavam, se podia vender pipoca ali. Eu falei: "Pode, mas depois da palestra.". Ela: "A gente pode assistir?". Eu falei: "Pode.". A gente botou tendas de fora do auditório. Ela sentou lá e ficou assistindo à transmissão. Quando terminou, anunciou-se que, no dia seguinte, estaríamos no ginásio do Gama, fazendo também outra palestra. E ela perguntou para mim se podia ir também no outro dia, porque ela não queria mais vender pipoca. Ela queria assistir de novo àquele homem que falou tão amorosamente, tão brilhantemente de Jesus como ela nunca tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvido. Falou: "Quem é esse pastor?". Eu falei: "Olha, é, realmente, um pastor evangélico, fala do Evangelho de Jesus." E a gente, então, a chamou. E ela falou que o que ela ouvia... Quando a gente disse que era espiritismo, ela se chocou. Falou: "Nossa, mas eu não posso estar aqui". Eu falei: "Mas você viu algo de errado?." E ela: "Não, mas é bem diferente daquilo que eu aprendi na minha instituição.". Então, aqui é um caso.

Outro caso: todas as federativas espíritas foram obrigadas a se pronunciar sobre como o grande médium, ícone de espiritismo, João de Deus, afetou a doutrina espírita. A todo instante, nós somos questionados quanto a isso, seja em programas, por jornalistas... Ele não era espírita. Tudo o que acontecia ou se praticava naquela casa, sem entrar no mérito da pessoa, não são práticas que se fazem numa prática espírita; não se coadunam com os princípios da doutrina espírita. E, a todo instante, nós somos associados ou relacionados a isso.

Então, eu entendo que, se nós oportunizarmos um dia nacional do espiritismo para que essas informações ganhem mais jornalistas e mais espaços de divulgação, as pessoas vão entender. E, assim como vários aqui deram depoimentos, como a gente encontra, constantemente, esses depoimentos, outros poderão entender, realmente – e talvez melhor –, o que é espiritismo.

Recentemente, eu fui chamado à atenção porque houve uma manchete de que um garoto estava sendo torturado num centro espírita. Aí eu fui saber o que era, fui procurar o jornal. Não tinha nada a ver, mas a notícia que saiu no jornal – vocês vão ver ali – era que a criança estava sendo torturada num centro espírita. Desconhecimento, ignorância, desinformação daqueles, mas saiu num dos portais mais importantes de notícia do nosso País.

Voltando: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Então, não queremos um dia de ufanismo nem de "conversionismo", porque a doutrina espírita não quer, não tem interesse em converter ninguém. As pessoas podem ser católicas e conhecer o espiritismo, podem ser evangélicas, como acontece. Nós temos muito mais simpatizantes do que adeptos, porque a doutrina é libertadora. Ela se propõe a mostrar aqueles princípios e a relação daquilo com a humanidade. Então, a gente defende a data neste sentido: dar mais espaço para que a luz brilhe.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Paulo Maia da Costa, Presidente da Federação Espírita do DF, explanação belíssima. Muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, imediatamente, nós vamos ouvir o Nazareno Feitosa, que é da Comunhão Espírita de Brasília.

E, se vocês me permitem, Paulo, Nazareno, para encerrar este evento – ele tem uma fala e vai encerrar com uma prece –, eu peço que seja o meu querido irmão João Pinto Rabelo, Diretor da Federação Espírita Brasileira, uma pessoa que eu admiro há muito tempo, que é um trabalhador do bem, da paz, e que ajuda muito também a instituição Mansão do Caminho, de Divaldo Pereira Franco, esse grande humanista, pacifista brasileiro. Daqui a pouco, ele vai dar uma palavrinha para a gente.

Nazareno Feitosa, da Comunhão Espírita de Brasília, por favor, fique à vontade.

O SR. NAZARENO FEITOSA (Para exposição de convidado.) – Meus amigos, muito bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui e passar alguns eslaides – o tempo é curtinho. Nossos colegas e companheiros que nos antecederam já deram informações muito importantes, muito interessantes.

Quero também registrar, Senador Girão, a presença e o prestígio dos que estiveram aqui: o Senador Flávio Arns, do Paraná, terra da minha esposa, a família dela é do Paraná; o o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul; o Capitão Styvenson, do Rio Grande do Norte; o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, onde reside a família da minha esposa; o Senador Izalci Lucas, daqui do Distrito Federal; a Senadora Renilde Bulhões; e a Senadora Juíza Selma, do Mato Grosso também. Agradeço a esses Parlamentares que estiveram aqui conosco.

Agradeço as falas do nosso querido Jorge Godinho, Presidente da Federação Espírita Brasileira; do nosso querido Jefferson Bellomo; Daniela Migliari; do nosso ex-chefe Paulo Maia – eu já fui da Federação Espírita do DF, com muita alegria.

Vamos, então, falar um pouquinho sobre esta audiência pública.

Aqui foi o convite, que foi divulgado...

Agradeço a todos os internautas que estão acompanhando, assistindo, comentando, postando comentários e dúvidas sobre a discussão de ser necessário, importante criar um Dia Nacional do Espiritismo. Já vimos aqui que temos fatos e argumentos para defender que sim.

Mas o que seria o espiritismo? O próprio codificador Allan Kardec, que é quem organiza toda a informação do espiritismo, no livro: *O que é o Espiritismo?,* obra muito importante... Para quem quer conhecer esta obra, ela existe em versões eletrônicas e também em versões impressas. Essa aqui é a tradução do Evandro Noleto Bezerra, da Federação Espírita Brasileira. Ele diz assim: "O espiritismo é uma ciência que trata da origem e do destino dos espíritos, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como de suas relações com o mundo corpóreo.". Ela é uma filosofia espiritualista que vem nos trazer consequências ético-morais e vem, na verdade, não combater as religiões, mas fortalecê-las. Então, a proposta espírita é uma proposta eminentemente ecumênica de grande tolerância, de grande de respeito, de prestígio pelas religiões, bem como o respeito a todos aqueles também que não têm qualquer crença, que não acreditam em Deus, como eu fui. Eu fui ateu durante 12 anos, querido Eduardo.

Mas houve um poeta carioca que ficou cego de um dos olhos aos 14 anos de vida aqui na terra; com 16, ele perdeu completamente a visão, mas, mais tarde, pelas mãos abençoadas de Francisco Cândido Xavier, ele vem nos falar, trazer uma definição belíssima de espiritismo, que é Casimiro Cunha, do livro *Parnaso de Além-Túmulo,* primeira obra publicada de Chico Xavier, da Editora da Federação Espírita Brasileira. E ele vai dizer assim – lembrem que era um cego que agora voltava a enxergar no mundo espiritual, e que vem falar o que é o espiritismo:

> Espiritismo é uma luz
> Gloriosa, divina e forte,
> Que clareia toda a vida
> E ilumina além da morte.
>
> É uma fonte generosa
> De compreensão compassiva
> Derramando em toda parte
> O conforto d'Água Viva.
>
> É o templo da Caridade
> Em que a Virtude oficia
> É onde a benção da Bondade
> É flor de eterna alegria [Aí, às vezes, quando a gente enxerga, a gente não valoriza as flores, e ele vai colocando no poema todas as belezas da criação].
>
> É a árvore verde e farta
> Nos caminhos da esperança
> Toda aberta em flor e fruto
> De verdade e de bonança.
> É a claridade bendita
> Do bem que aniquila o mal,
> O chamamento sublime
> Da Vida Espiritual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se buscas o Espiritismo,
Norteia-te em sua luz:
Espiritismo é uma escola,
E o Mestre Amado é Jesus.

Então, Casimiro Cunha vem trazer a definição de que eu mais gosto de espiritismo. E lembrando, então, que na *Revista Espírita,* publicada por Allan Kardec, os espíritos superiores vão dizer que Jesus é o Cristo, é o Messias, é a mais elevada hierarquia entre os espíritos puros. Ele já era um espírito puro desde a formação do planeta Terra, como nos ensina o espírito Emmanuel através da obra *A Caminho da Luz*, psicografia de Chico Xavier.

Para conhecer um pouco de espiritismo, meus amigos, precisaríamos ler, pelo menos, essas duas obras. Há muitas obras importantes, são cinco obras básicas, mas as duas principais são: *O Livro dos Espíritos* e *O Evangelho Segundo o Espiritismo.* Vocês podem inclusive fazer *download* pelo *site* da Federação Espírita Brasileira, gratuitamente na versão em PDF, e também podem adquirir e consultar os livros eletrônicos dessas duas obras, ambas organizadas e publicadas pelo Sr. Allan Kardec.

Na Paraíba, nós tivemos a mesma iniciativa, Eduardo Girão, nosso querido Senador. Não sei se ele já teve notícia, mas a Paraíba já se antecedeu, e a Deputada Iraê Lucena propôs a criação de 18 de abril como o Dia Estadual do Espírita; foi sancionada pelo então Governador Cássio Cunha Lima e virou a Lei Estadual nº 8.251, de 2007. Então, temos esse precedente. Às vezes, alguns Estados saem à frente, como aconteceu na libertação dos escravos: o Estado do Ceará, Estado de minha origem e do nosso querido Senador Eduardo Girão, também se antecedeu na libertação dos escravos.

E, quando eu os consultei... "Senador, mas a proposta é criar mais um feriado?". Ele disse: "Não, não é para criar mais um feriado.". Aí eu disse: "Então, nós concordamos.". Então, não visa criar mais um feriado – já temos feriados suficientes, talvez até um pouquinho demais, no nosso Brasil, não é? –, mas é simplesmente para registrar a gratidão do povo brasileiro. O povo brasileiro é extremamente grato a todo bem proporcionado pela doutrina espírita. Então, nós sabemos da grande contribuição do espiritismo em nosso País – e não só aqui, mas em todo lugar. O respeito e a tolerância religiosa que ele promove são um verdadeiro ecumenismo, como eu disse. Não veio combater as religiões, mas fortalecê-las, comprovando, através de estudos científicos, lógicos e racionais, os fenômenos espirituais de maneira muito clara, organizado então pelo Sr. Allan Kardec, e promover a paz neste momento de tanta violência em nosso País, de tantos problemas, e devolver a fé aos que perderam, devolvendo a esperança.

Eu fui ateu durante 12 anos, e quantas vezes, caro Godinho, eu pensei em cometer suicídio. E só não tirei a minha vida porque, um dia, caiu em minhas mãos a obra publicada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Allan Kardec, *O Livro dos Espíritos*, que respondeu todas às minhas perguntas que eu não compreendia antes. Eu devo a minha vida à doutrina espírita.

Desde a publicação de *O Livro dos Espíritos*, na França, vários testemunhos Kardec recebeu de pessoas que iam se atirar da Ponte Marie e que, quando encontravam o livro que estava lá deixado por alguém, salvavam sua vida. Então, quantas pessoas deixaram de cometer o suicídio, essa grande epidemia nacional e internacional? Então, promover a vida; evitar o suicídio; consolar os que perderam entes queridos – e quantos trabalhos sociais são realizados pelos trabalhadores espíritas, todos voluntários, como foi muito bem dito aqui pelo nosso querido Paulo Maia?; abrigos de crianças; orfanatos; creches; lar de idosos – como registrou muito bem aqui o Senador Izalci, o nosso querido Jorge Cauhy, aqui em Brasília, uma instituição conhecida e respeitada, o Lar dos Velhinhos Maria de Madalena; as escolas; cursos de capacitação, de alfabetização de adultos etc, para capacitar as pessoas que estão desempregadas; atendimento às pessoas em condição de rua; evangelização de crianças, de jovens – é muito importante para todos nós a educação. Kardec sempre foi um grande pedagogo, e a proposta do espiritismo é de ser realmente uma proposta educativa; instituições de tratamento para dependência química, esse grande outro problema que assola a nossa humanidade; tratamento da depressão e outros transtornos; prevenção ao suicídio; apoio às gestantes carentes; e defesa da vida desde a concepção, unindo-se com todos os nossos irmãos nesse grande movimento organizado pelo Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, o Brasil sem Aborto.

Então, estamos juntos com os nossos irmãos católicos, evangélicos, budistas, sem religião, patrocinando também a defesa da vida desde a concepção, mostrando a importância de preservarmos a vida, como muito bem o nosso querido Senador falou: não somente a vida da criança, mas a vida das duas, é pela vida das duas vidas, da mãezinha, evitando sofrimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZARENO FEITOSA – ... problemas de saúde graves, tantos outras questões psiquiátricas e até o suicídio, como foi registrado também em várias pesquisas.

"Ah, Nazareno, não há um filme em que eu possa saber mais? O livro é um pouquinho mais difícil..." Vamos ler os livros, mas também temos filmes, inclusive em cartaz. Vamos aproveitar, porque está ainda em cartaz o filme Kardec: A História por Trás do Nome. É uma biografia, do jornalista Marcel Souto Maior, feito pelo diretor Wagner de Assis, que fez o excelente filme Nosso Lar, também uma obra muito importante para a gente conhecer a doutrina espírita. Então, vamos prestigiar e permitir que essa obra maravilhosa fique mais tempo em cartaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 12 de setembro de 2019, a Estação da Luz, fundada pelo nosso querido Senador Eduardo Girão, que promoveu vários outros filmes espíritas também, filmes de defesa da vida, filmes espiritualistas, filmes ecumênicos, vai trazer o registro de Divaldo - O Mensageiro da Paz, que estreia no dia 12 de setembro, para a gente conhecer a vida desse grande médium, educador, humanista e pacifista Divaldo Pereira Franco, que tem ajudado tantos corações. Aqui é o ator que o fez jovem, e aqui é o Divaldo abraçado com ele. Divaldo ainda está vivo entre nós, encarnado, com 92 anos de idade.

Aqui são os meus contatos. Temos um canal no YouTube com muitas palestras gratuitas sobre diversos temas. Quem tiver alguma dúvida para conhecer um pouquinho mais sobre doutrina espírita, depressão, autoperdão, dependência química, educação dos filhos, enfim, vocês procurem lá no canal Nazareno Feitosa.

E quero deixar um convite para hoje à tarde, 11 de Junho, quando o Brasil todo estará reunido – a partir das 14h, em frente à Biblioteca Nacional, ali no Eixo Monumental, pertinho da rodoviária aqui de Brasília –, amigos e companheiros de todo o Brasil, juntos, pelas duas vidas, na 12ª Marcha Nacional da Cidadania pela Vida contra o Aborto. Então, convidamos a todos vocês para estarem conosco hoje à tarde. Nosso querido Senador já registrou que vai estar presente também, vários Parlamentares, nós precisamos lutar por aqueles que não podem se defender, os bebezinhos, e também as queridas mães, apoiando todas as mãezinhas e gestantes carentes também.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Nazareno Feitosa, meu amigo, irmão da Comunhão Espírita de Brasília. Nós nos conhecemos no Ceará ainda, e Godinho foi um grande inspirador para que eu conhecesse o espiritismo. O Nazareno me esclareceu muito naquele momento em que eu estava ainda procurando entender o espiritismo, e sou muito grato a ele.

Eu quero registrar a presença do nosso querido Senador, aqui, Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, um grande irmão também que está conosco aqui nessa jornada. Encontramo-nos antes de assumir – não é? –, lá em São Paulo, num evento de que participamos juntos, do MBL.

E quero registrar a presença também da Verônica Maia – muito obrigado, Verônica!; da Valéria Couto; e da Telma, do Instituto Vida. Muito obrigado pela presença.

Nós vamos encerrar agora com a fala do nosso querido João Pinto Rabelo, que é Diretor da Federação Espírita Brasileira, nesta audiência que visa discutir a importância do Dia Nacional do Espiritismo. Não se trata absolutamente de feriado, longe disso, o objetivo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celebrar a gratidão por esse trabalho de caridade que já faz parte da cultura brasileira, como foi muito bem colocado aqui, dos espíritas do Brasil inteiro que fazem uma corrente do bem, levando conforto, levando esperança, levando assistência social aos brasileiros. Só lembrando que foram 412 livros psicografados – só o Chico Xavier, viu, Nazareno!

O SR. NAZARENO FEITOSA – O número atual é 507.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Já passou?

O SR. NAZARENO FEITOSA – Já.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Ah, porque há os póstumos... São 507 livros psicografados por vários espíritos, traduzidos para dezenas de línguas. E eu tive a oportunidade, Senador Luis Carlos Heinze, de conhecer em Uberaba, não o Chico – nesta vida, eu não tive essa benção de conhecer o Chico Xavier porque ele já tinha desencarnado quando eu me tornei espírita –, mas eu fui ao museu, onde ele vivia. Na casa dele, foi feito um museu, na Casa da Prece, não é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... no Centro Espírita da Prece. Fiquei impressionado de ver como um homem que tinha condição de ser um dos mais ricos do Brasil, se usasse o dinheiro dos livros, da obra, milhões e milhões de livros vendidos, morava num quartinho... Daqui para a Secretaria era o quartinho dele, sem banheiro; o banheiro era lá fora. Ele ficava atendendo as pessoas até 3h da manhã, abraçando as mães chorando, que perderam filhos, que estavam passando por problemas, os pais, em total abnegação para o bem, para a cultura da paz.

Chico Xavier é o grande ícone do espiritismo no Brasil, grande divulgador. Hoje temos o Divaldo Franco, que mora na Bahia e que faz palestras no mundo inteiro. Mas quem originou, quem codificou o espiritismo foi Allan Kardec, na França, e nós estamos aqui celebrando, inclusive, com o filme dele em cartaz nesse momento.

Eu queria passar a palavra agora para João Pinto Rabelo, da Federação Espírita Brasileira. Fique à vontade para fazer a sua fala e depois encerrar com uma prece esse momento.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO PINTO RABELO – Muito obrigado, Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – O Senador Heinze gostaria... Perdão, João Pinto Rabelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Antes de encerrar, ele gostaria de falar e vai ouvi-lo. Você tem dez minutos. Fique à vontade.

O SR. JOÃO PINTO RABELO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador Girão, a quem cumprimentamos.

A história utiliza-se de homens que quebram paradigmas, e eu não tenho dúvida de que o Senador Girão está quebrando paradigmas no Senado da República, onde estão fazendo coisas que dizem respeito ao Espírito.

Nós sabemos que objetivo desta Casa é criar leis que regulam as relações do País nos seus vários ramos de interesse, mas há aqueles que têm a incumbência de vir para criar um paradigma novo, acordar o Legislativo para Jesus de Nazaré, que é o nosso mestre.

Podiam perguntar, como alguns fizeram aqui, por que o Dia do Espiritismo? Porque é um instrumento, uma oportunidade que nós temos para divulgar melhor para a sociedade os benefícios que ela representa para ajudar a entender a volta de Jesus. O Cristo prometeu que viria, voltaria. Algumas interpretações religiosas entendem que o Cristo voltará como veio fisicamente. Nós sabemos, na nossa visão, que é o consolador prometido por Jesus. João capítulo 14, versículos 16, 17 e 26; "Se me amais, guardai os meus mandamentos e eu vos enviarei outro consolador.". A coordenação do consolador foi ele próprio, e as casas espíritas no Brasil que são aproximadamente 30 mil casas espíritas silenciosas... O espiritismo trabalha no silêncio, na bondade, no crescimento do homem. O espiritismo faz muitíssimas, milhares de curas no espírito da pessoa, tornando o homem melhor, mudando as suas raízes para o bem, fazendo-o crescer para as estrelas. Esse é o papel da doutrina espírita.

Então, criar oficialmente é uma chance que nós temos de que a doutrina seja melhor disseminada na sociedade e ajude as pessoas a compreender o seu conteúdo, a sua beleza, a sua contribuição.

Nós estamos dizendo que um homem como Chico Xavier fez milagres imensos através dos seus livros, que eram 412, e hoje são mais de 500. O nosso Divaldo, com 260 livros... E inúmeros outros... Mas, para as milhares de pessoas que foram buscar Chico Xavier, havia uma palavra que curava as feridas da alma. É disso que a sociedade hoje está precisando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Senadora Selma perguntou aqui o que vem depois. Eu me recordo de que, certa feita, na Federação Espírita Brasileira, um espírito vinha com uma mensagem tão animadora do Brasil, e nós vivendo essas circunstâncias estranhas... Eu perguntei ao espírito: "Como o senhor vê o Brasil do mundo espiritual?" Ele disse: "O Brasil está ótimo". Eu disse: "Meu Deus, será que o senhor não está enganado?" (*Risos.*)

Ele disse: "Não estamos enganados; nós estamos depurando o Brasil. O Brasil que vai renascer é um Brasil iluminado, é um Brasil voltado para a bondade, para o crescimento, para ser efetivamente o coração do mundo e a pátria do evangelho."

Desse modo, nós falamos de cura; nós não falamos de cura do médico que faz cura – e merecem o mérito aqueles que fazem isso –, mas queremos dizer dessa preocupação de reconstruir o homem, na busca dessa fase nova que a humanidade vai viver. Mas também há curas físicas.

Eu me recordo, certa feita – estando, por razões profissionais, trabalhando na Europa, na cidade de Lisboa –, de que estávamos lá, eu o Divaldo Pereira Franco, que visitou mais de 70 países e está vindo agora nos Estados Unidos e da Europa novamente. Nós tínhamos uma preocupação de conseguir difundir mais Divaldo e a mensagem espírita. Ali, por razões várias, na Inquisição, todo o patrimônio da doutrina espírita foi tomado pela religião oficial. Então, nós procuramos os jornais, revistas, fomos abrindo espaço, mas não conseguimos a televisão, porque os dois únicos canais na época eram da igreja católica e não admitiam falar em espiritismo. Então, sem nenhuma crítica, nós, depois de muito esforço, conseguimos, através do amigo do amigo do amigo, um "Fantástico" tipo o que o há no Brasil, e telefonamos para o Divaldo, que estava no Porto: "Divaldo, nós conseguimos a televisão; você vem?" Ele disse: "Eu vou conversar com Joana". Joana é a mentora do Divaldo. E ele veio. Nós estávamos torcendo. Às 9h da noite, chegamos à televisão, e, na hora em que o Divaldo fez a palestra, que era para ser de 50 minutos, foi um pinga-fogo português: foram quatro horas, diante de tantas perguntas que ocorreram lá.

Exigiram que tivessem um professor de Coimbra, que é orgulho da cultura portuguesa, um psiquiatra famoso e um sacerdote, além de um pastor protestante. Divaldo aceitou. A palestra começou, e, na hora em que o Divaldo se apresentou, o professor de Coimbra, que era um psiquiatra muito reconhecido, disse: "Sr. Divaldo, o senhor é de que universidade?" "Eu sou da Universidade de Feira de Santana, eu sou professor da Escola Normal de antigamente, eu sou professor de datilografia.". (*Risos.*)

Brincadeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele disse: "Mas como? Como é que se explica essa inteligência?" "É porque eu sou médium: eu sou instrumento do mundo espiritual com o mundo físico; esse é meu trabalho, essa é minha medicação, isso é que me dá prazer e satisfação.". Mas dizia o professor: "Freud diz no livro, na página tal, isso, isso e isso...". E o Divaldo: "Perdoe-me, professor, não foi isso; Freud não disse isso, quem disse foi Mesmer; o senhor está com o livro aí, abra na página 146 e leia, por favor.". Logo depois, o professor ficou desconcertado e disse: "Mas diz Mesmer..." E ele disse: "Não, desculpe; não foi Mesmer, foi Jung, abra o livro na página 89.". E aí ninguém perguntou mais.

Então, de cinquenta minutos, nós ficamos quatro horas e anunciamos que o Divaldo iria fazer uma grande palestra em Lisboa. Conseguimos, com o apoio da embaixada, o Fórum, que é o Centro de Convenções deles, e previmos mil pessoas. Divaldo sempre falava em Lisboa, que é uma cidade cosmopolita, complicada... No norte de Portugal, Divaldo fala para 1,5 mil a 2 mil pessoas, mas, em Lisboa, eram 500, 400; não passava disso. Depois da televisão, desse pinga-fogo, que durou quatro horas, nós anunciamos, o Divaldo foi, e nós conseguimos aumentar para 2 mil pessoas. Mas os telefones do Banco do Brasil e da embaixada não paravam de tocar. Ampliamos para 3 mil pessoas, e os telefones não deixavam as pessoas trabalharem. Ampliamos para 4 mil pessoas, que era o espaço máximo do Centro de Convenções de Lisboa. Às 9h estava marcado, o Divaldo chegou às 8h. E nós estávamos, às 8h, pedindo apoio da polícia para poder organizar o trânsito de pessoas que já não cabiam mais.

Nesse contexto, então, o Divaldo... Nós estamos falando de milagres. Algumas vezes, ocorrem milagres físicos também, além dos milagres espirituais que estão ocorrendo. Eu me recordo e me emociono até hoje porque, na hora em que o Divaldo ia entrando com o apoio da polícia, porque não tinha como passar para entrar, havia uma senhora com uma criança de mais ou menos seis aninhos, numa cadeira de rodas, sentada perto da porta. E, na hora em que o Divaldo ia passando, ela pegou na mão dele. Eu me recordei da mulher hemorroíssa. Ela disse: "Sr. Divaldo, o senhor que ama Jesus, ajude a minha filha.". O Divaldo fechou os olhos e eu também. Fiquei tão preocupado. De repente, aquele odor de éter que acontece quando com o Dr. Bezerra de Menezes quer fazer alguma coisa extraordinária. E, naquele momento, com aquele cheiro, as pessoas tossiam pela intensidade do éter, que depois foi acalmando, acalmando... Depois, um perfume de flores que o Dr. Bezerra diz que retira da Floresta Amazônica. Naquele momento, então, eu vi o Divaldo fechar os olhos e vi o Dr. Bezerra ao lado dele. Ele pegou na mão da criancinha e disse: "Minha filha, em nome de Jesus, vamos levantar?". Eu chorei e até hoje eu choro quando me vejo falando isso.

Esses fenômenos ocorrem não é porque Divaldo é santo, é porque este é o destino do homem: expressar bondade. Todos nós faremos isso um dia, todos nós seremos bons a ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ser canais da divindade para o bem da humanidade. Eu me recordo de que, procurando em Paris o local para fazer o congresso mundial, acompanhando o então Presidente da FEB, Nestor Masotti, nós fomos ao Cemitério Père-Lachaise, onde está sepultado o codificador Allan Kardec. Lá chegando, coincidentemente era 2 de novembro, e muitíssimas pessoas... Allan Kardec é visto também como alguém que faz milagres no seu túmulo diferente no Cemitério Père-Lachaise. Eu vi uma senhora com a mão ali no túmulo chorando e lhe perguntei: "A senhora é brasileira?". Ela me respondeu em inglês: "Não, não sou brasileira. Estou aqui porque o meu filho tinha um câncer cerebral e não se curava. Então, eu vim pedir ao senhor Allan Kardec, e ele ficou curado.". Os espíritos fazem isso.

Naquela hora, eu vi um espírito acompanhado de várias entidades médicas, e ele disse: "Avise a ele [ao Presidente da FEB] que eu sou Jobard. Eu disse: "Quem é você, Jobard?". "Eu fui Diretor do Museu de História Natural de Paris e estou aqui para me manifestar.".

Está na hora de terminar, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PINTO RABELO – "Estou aqui para dizer que, onde existe a dor, faz-se presente também a misericórdia.". Eu disse: "Mas, Jobard, eu não tenho lido sobre você.". "Mas, na hora do sepultamento do codificador, no Cemitério de Montmartre, fui eu que fiz a prece.". Eu falei: "Pelo que eu sei, foi o astrônomo". "O astrônomo fez o discurso, a prece fui eu quem fez." E repetiu: "Oh, mestre, tu que ouves a voz dos anjos, tu que escutas as vozes dos céus, velai por nós, Allan Kardec.".

Eu fiquei tão emocionado que chorei, porque os espíritos se fazem presentes, não são coisas anômalas, não são fantasmas nem sombras. Os espíritos somos nós que um dia, do lado de lá ou do lado de cá, estamos aqui para contribuir nessa compreensão das verdades eternas. É Jesus que volta, sim. Daí por que considerar a data como o Dia do Espiritismo vai ajudar que as pessoas descubram esses passos novos. O mundo, nós todos fomos educados para o dia a dia, para a materialidade, mas é o momento de acordar a sociedade para as coisas transcendentes.

Tivemos nesta Casa alguns grandes mestres, no Senado, na Câmara e poderíamos citar apenas um deles, Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, que foi também abolicionista e que deixou a marca da sua passagem por aqui. Podemos dizer que o espiritismo, através das mensagens de Chico Xavier, já foi instrumento de apoio jurídico para inocentar pessoas porque os espíritos vieram à própria vítima dizer que não tinha havido o crime. Então, é a doutrina espírita ajudando essa compreensão de beleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a Federação Espírita Brasileira, que tem mais de 600 títulos de obras – das quais quase todas podem se transformar em filmes, obras de André Luiz, de Chico, de Emmanuel e outros –, está sendo assediada pelos cinemas, pelos produtores porque a sociedade tem sede dessas verdades novas. Poderíamos citar apenas alguns, se nos permitisse o tempo, mas não importa; o que importa é que nós queremos contribuir, homens e mulheres, independentemente de terem o título de cristãos ou não, ou melhor, de terem o título de espíritas ou não. Quando nós estávamos, como o Pedro fez referência, encerrando o filme Nosso Lar, que passou em 62 países e foi visto por 45 milhões de pessoas no mundo, a Fox internacional perguntou à Fox do Brasil: "Quem são os espíritas? O que eles fazem? Qual o nível cultural? Onde eles atuam?". E a Fox Brasil contratou o Ibope para fazer uma pesquisa nacional e descobriu o quê? "O que você entendeu do filme?". "Eu entendi que o filme é a pessoa chegando no mundo espiritual". "E o que você gostaria de saber?". "Gostaria de saber como é que de lá para cá, como é a preparação para reencarnar". É esse o filme que a FEB contratou, que está nos seus propósitos, fazendo roteiro, itinerário, como vai ser, e vai atrás deles. Já com a Estação Luz, nós estamos com quatro a cinco filmes sendo preparados para contrato, e com Wagner de Assis mais quatro contratos. Estamos negociando com a Globo para mais alguns roteiros diante da grandeza que a mensagem espírita traz e como toca o coração das pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PINTO RABELO – Parabenizo o Senador Girão. Muito obrigado, Girão! Eu vou pedir a Jesus sempre, nas minhas orações muito modestas, que lhe engrandeçam o coração na bondade que você representa. O mundo precisa que os homens gritem como antes: "Eu amo Jesus!". Por que não? "Eu creio em Deus.". Por que não? "Eu quero ser melhor.". Por que não? "Eu quero contribuir para que a sociedade seja plena de grandeza.". Por que não? É isto que nós, cristãos, espíritas, e também meus irmãos católicos, meus irmãos evangélicos, meus irmãos ditos ateus – o que interessa? Mas que sejam homens de bem –, devemos perseguir: fazer deste um País grande na essência da beleza melhor, com pais mais bem formados – é isso que a doutrina oferece –, pais mais bem preparados, mães mais dignas e cidadãos do Parlamento ou fora do Parlamento, com a preocupação social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PINTO RABELO – ... em busca da beleza e da paz.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, João Pinto Rabelo, Diretor da Federação Espírita Brasileira, uma entidade centenária, sediada aqui em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria registrar a presença da Jane Chantre, do Rio de Janeiro, que veio especialmente para a Marcha pela Vida, que vai acontecer daqui a pouco, ali na Esplanada dos Ministérios.

Queria registrar a presença da minha irmã, querida amiga, uma grande idealista que eu tive a oportunidade de conhecer ou, como os espíritas dizem, reencontrar nesta vida aqui no Senado – não é? –, Soraya Thronicke. Senadora Soraya Thronicke, muito obrigado pela sua presença, é muita honra!

O Senador Luis Carlos Heinze pediu a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão, parabéns pela audiência pública, por trazer aqui o Nazareno, o Paulo Maia, o Dr. João Pinto, que conheci agora também.

Eu sou evangélico, mas acompanho a doutrina espírita, várias passagens. Tive o prazer de conhecer o Divaldo, numa das palestras que ele apresentou lá no Rio Grande do Sul. Não conheci Chico Xavier... A gente faz esses acompanhamentos, e eu participo, sempre que posso, entendo a doutrina espírita e acredito nela, com a fé que a gente passa a ter.

Lá em Santa Catarina, há o Nosso Lar, com o Dr. Alvaro e várias pessoas que a gente conheceu lá. Eu estive lá internado numa ocasião, por um problema que aconteceu comigo, e vi a oportunidade das curas e do melhoramento do povo brasileiro que o senhor falou. Essas visões... Temos conversado com espíritas que dali participam e vemos que é um povo diferente, maravilhoso e que essas mudanças no mundo espiritual vão nos ajudar a vencer essas crises por que o Brasil atravessa neste momento.

Então, parabéns pela oportunidade de ouvir agora o João Pinto – não ouvi o Nazareno nem o Paulo Maia –, que, com algum ensinamento, apesar de eu ler pouco, já me fez entender, conhecer e sentir essas mudanças que estão acontecendo e o que o mundo espiritual nos traz através dessas... Só de ouvir o Divaldo por duas vezes, como eu o ouvi, basta para que tenhamos o conhecimento. Quem foi ao Nosso Lar, em Santa Catarina, e a outros centros que eu tenho frequentado também pode acompanhar e ver as bênçãos de Jesus Cristo que vêm para nós através dos médios que nos atendem.

Parabéns por esta audiência pública em que se comemora o Dia Internacional do Espiritismo.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua gentileza, Senador. Eu quero também render homenagens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui... Eu sempre digo isso, não é porque nós estamos aqui numa audiência pública sobre espiritismo, mas eu tenho a obrigação de dizer que, graças aos evangélicos e aos católicos especialmente, o aborto não foi legalizado no Brasil ainda, as drogas não foram legalizadas no Brasil e, se Deus quiser, não serão. Então, vocês evangélicos demonstram muita coragem, muita ousadia no bem. Eu tenho um grande amigo, que é o Senador Magno Malta, que foi quem também me inspirou a entrar na política, foi um incentivador, e eu vi a luta dele aqui com colegas para evitar aqui esses ataques à família brasileira.

Eu vou passar a palavra agora para a Senadora Soraya Thronicke, só relembrando, Senador Luis, que o Divaldo Franco, que o senhor conheceu, é também Embaixador da Paz pela ONU, inclusive fez palestras na ONU, é um grande brasileiro que tem levado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – É que o senhor conhece, que o senhor conhece bem.

Vou passar agora para a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Girão, parabéns, mais uma vez marcando um gol, um golaço!

Eu vou falar até pouco, porque eu fiquei emocionada. Entrei aqui e já senti essa... Eu estou emocionada mesmo. O Estado é laico, mas nós temos a nossa religião e sabemos o tanto que esses movimentos religiosos conseguem fazer. É o que foi dito agora. Então, é um prazer.

Eu nasci em berço católico e fui evangelizada no espiritismo. A minha mãe... Quero até tecer uma homenagem à Hilda Vieira Genolde, à minha tia Lila, ao tio Josival, à minha tia Ilma, grandes propagadores da doutrina espírita no Mato Grosso do Sul, e eu tenho muito orgulho disso. Eu tive uma base muito, muito, muito boa na evangelização espírita. Hoje frequento a Seicho-no-ie, que também é espiritualista e tem essa mesma base doutrinária.

Passou um filme na minha cabeça agora e eu lembro quando a minha avó... A minha mãe contou que a minha avó, lá atrás, tinha um livro secreto, porque todo mundo era católico, e ela tinha um livro secreto guardado, a minha avó Almerinda. E minha mãe ficava assim: "Que livro secreto é esse?". Era *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Antigamente, você tinha que ler escondido. Graças a Deus, hoje não temos preconceito com nada. Somos todos um.

Parabéns, Senador Girão, Sr. João Pinto Rabelo, Paulo Maia, Nazareno, muito obrigada. Eu fiquei sabendo que estava... Eu tentei chegar, e estava todo mundo chorando aqui, todo mundo chorando, e eu falei que graças a Deus eu consegui chegar, pelo menos no finzinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua gentileza, seu carinho, Senadora Soraya.

Nós vamos encerrar, neste momento, com uma prece, que eu peço ao meu querido irmão João Pinto Rabelo para fazer.

Justifico a ausência do Jaime Ferreira Lopes, que é do Instituto Vida, do Movimento Brasil sem Aborto, que não pôde vir, por uma questão de saúde, para esta audiência também.

Por favor, meu querido.

O SR. JOÃO PINTO RABELO – Eu pediria a todos que orássemos. Não importa se nós somos evangélicos, católicos, espíritas ou outra religião qualquer. O que importa é que somos todos filhos de Deus.

Querido amigo, Senhor Jesus, nosso mestre, quantas razões para te agradecer, Senhor, quantos motivos para te sentir guiando os nossos passos na vida. Na hora das nossas dificuldades, Jesus de Nazaré, tu estivestes ao nosso lado; na hora das nossas enfermidades, Senhor, tu fostes os médicos, generoso e bom, junto de nós; na hora das nossas lágrimas, Jesus, tu fostes o lenço amigo que esteve ao seu lado; na hora das nossas alegrias, participando conosco das emoções; e, na hora das nossas dificuldades espirituais, o mestre junto conosco, dizendo-nos: "Eu estou aqui".

Jesus, abençoe o Parlamento brasileiro, Senhor, abençoe o meu irmão e amigo Senador Girão, abençoe o nosso país, o Brasil, precisando tanto de ti. Guia-nos, guia os homens que tomam decisões, inspira, Senhor, as criaturas que têm a responsabilidade de conduzir os destinos da Pátria na direção nobre do porvir futuro que se avizinha, e dá, Jesus, querido amigo, a cada um de nós a certeza do dever de sermos dignos, honestos, cristãos, construindo a paz onde estivermos e no mundo.

Muito obrigado, Senhor Jesus! Permaneça conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às doze horas e dezenove minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Oriovisto Guimarães, Paulo Paim, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro e Marcelo Castro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das emendas da CTFC ao PLDO 2020**. **Finalidade:** Deliberação das emendas da CTFC ao PLN nº 5/2019, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências". **Resultado:** Aprovado o relatório. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 28, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 35, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 33/2019 - CTFC, seja incluído tambem os representantes das entidades sindicais legítimas das categorias de Transportes de Valores e Trabalhadores da Segurança Privada. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: 1. Sr. Ruben Schechter - Vice-Presidente Executivo da Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores - FENAVAL e 2. Sr. João Soares - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada - CONTRASP." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado com aditamento para incluir também o nome do Sr. Odair Conceição. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 38, de 2019** que: "Requer, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC159/2017, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 39, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 71, IV e VII, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, seja encaminhada solicitação ao Tribunal de Contas da União para que realize auditoria no Fundo Amazônia, especialmente, nos contratos de repasse, investigando o objeto dos programas aprovados, a utilização dos recursos disponibilizados, a efetividade dos programas desenvolvidos, a correlação com os objetivos do fundo, a origem dos recursos aportados no referido fundo, o real objetivo dos doadores e a legalidade dos atos normativos de constituição, funcionamento e operação." **Autoria:** Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 40, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: Swap cambial - Rentabilidade ou prejuízos para o País? - Seus impactos para o crescimento da dívida pública interna federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Aviso n° 44, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2643/2017 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 003.673/2017-0, que trata de Auditoria coordenada com participação de Tribunais de Contas dos Estados e Municípios sobre o sistema prisional, relato pela Ministra Ana Arraes na Sessão Ordinária." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pelo conhecimento e arquivamento do aviso. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as empresas prestadoras do serviço de conexão com a internet em banda larga sejam obrigadas a fornecer gratuitamente ao assinante o serviço de provimento de acesso à internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 159, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para incluir, entre as competências da Agência Nacional de Telecomunicações, a publicação mensal de indicadores de qualidade e de reclamações dos serviços de interesse coletivo." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 23, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre cobrança em estacionamento rotativo de veículos automotores." **Autoria:** Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 668, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a cobrança pelos serviços de estacionamento privado de veículos, bem como sobre o período mínimo de gratuidade." **Autoria:** Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 33, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/02

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 19ª, 20ª e 21ª Reuniões.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passarei agora à leitura dos avisos e ofícios recebidos por esta Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes ofícios:

Mensagem do Senado nº 20, de 2019; Aviso nº 379, do Tribunal de Contas da União, Carta nº 73, de 2019, da Presidência da República; Carta do Fórum Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável, Coordenação Regional Maranhense, Barra do Corda, Maranhão; Aviso 379, do Tribunal de Contas da União; e o Ofício da Petrobras Transportes S.A (Transpetro), de 16 de maio de 2019.

Todos os documentos lidos estão disponíveis na página desta Comissão, que fica no *link* documentos recebidos, que pode ser acessado pelo prazo de 15 dias por cada Senador, para que possam se manifestar, caso assim desejem. Não havendo manifestação, após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral desta Mesa.

Comunico também o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2019, de autoria do Senador Humberto Costa, que tem por objetivo apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o valor estimado pela Anatel sobre o custo operacional associado à prestação do serviço telefone fixo comutado em regime público, nos termos do item 3.119, do Informe 27, de 2019, PRRE, de 29 de abril de 2019.

A Proposta de Fiscalização e Controle será autuada e distribuída para a relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II do Regimento Interno.

Informo também que foi recebido o Requerimento nº 36, de 2019, de autoria da Senadora Eliziane Gama, que solicitava a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Constituição e Justiça para a oitiva do Ministro Sergio Moro.

Como a reunião já foi realizada pela CCJ, na semana passada, restou prejudicado o requerimento, motivo pelo qual determino o seu arquivamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, à primeira parte da reunião para deliberação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Eu vou pedir licença aqui para inverter a pauta. Já fiz essa leitura, mas vou aproveitar a presença estimada do colega Senador Rogério. Quero dizer que é muito importante a presença de V. Exa. aqui e, como sempre, ativo em várias Comissões. Nesta Comissão não poderia ser diferente. Eu também acompanho muito a atuação de V. Exa. que está se destacando cada vez mais nesta nova Legislatura.

Sendo assim, passaremos ao item 6.

2ª PARTE

ITEM 6

AVISO N° 44, DE 2017

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2643/2017 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 003.673/2017-0, que trata de Auditoria coordenada com participação de Tribunais de Contas dos Estados e Municípios sobre o sistema prisional, relato pela Ministra Ana Arraes na Sessão Ordinária.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Aqui nós estamos nos referindo ao Plenário do Tribunal de Contas.

A relatoria aqui no Senado é do Senador Rogério Carvalho, a quem passo a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos à frente da Comissão e pelo exercício do mandato, o que o coloca na condição de cabeça do Congresso Nacional.

Parabéns! V. Exa. é Senador de primeiro mandato e está entre aqueles que formam a opinião do Congresso. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou direto à análise.

Trata-se do resultado de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União, em conjunto com Tribunais de Contas estaduais e municipais, sobre o sistema prisional brasileiro. Tal auditoria decorreu de proposta da Ministra Ana Arraes após inúmeras rebeliões nos estabelecimentos penais brasileiros verificadas em 2017.

Essa auditoria operacional coordenada foi dividida em duas partes, sendo que a primeira etapa tratou de questões relacionadas às medidas emergenciais adotadas para lidar com as então recentes rebeliões ocorridas em diversos estabelecimentos penais brasileiros, ao sistema eletrônico de acompanhamento da execução das penas, à adequação da alocação dos presos, à prestação de serviço aos necessitados pela Defensoria Pública e ao custo mensal do preso. Daí decorreu a presente comunicação ao Senado Federal.

Na segunda etapa, o Tribunal de Contas decidiu, ainda, aprofundar a análise das transferências obrigatórias na modalidade fundo a fundo da governança do sistema prisional e da implantação de sistemas de monitoração eletrônica, que foi objeto do Acórdão nº 972/2018, julgado na sessão de 02/05/2018, nos autos do processo nº TC 026.096/2017-0, já comunicado ao Senado Federal nos termos do AVS nº 18, de 2018.

Passamos, agora, a destacar as cinco questões de auditoria colocadas e suas respectivas conclusões.

Questão de Auditoria 1: as estratégias adotadas pela União e pelos Estados/DF para prevenir ou conter as rebeliões nos estabelecimentos penais são suficientes ou adequadas?

Essa é a primeira questão.

No âmbito das Unidades de Federação fiscalizadas, as medidas emergenciais destinadas a sufocar as rebeliões ocorridas no início deste ano mostraram-se efetivas, não obstante ter havido algumas falhas, das quais vale mencionar as mais recorrentes: concentração das ações emergenciais nos Poderes Executivos; realização intempestiva de investimentos, que seriam de fácil execução em momento pretérito às rebeliões; ações de inteligência e de gerenciamento de risco inexistentes e/ou incipientes; e ausência de compartilhamento de informações entre as agências e de normativos que abranjam medidas emergenciais.

O excesso populacional nas unidades prisionais prejudica a atuação do Estado na garantia da ordem e da segurança dos indivíduos encarcerados, como também favorece a atuação de facções criminosas dentro desses estabelecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob esse prisma, é patente o potencial das transferências obrigatórias de recursos do Funpen para promover mudanças dessa realidade a médio e longo prazos.

Contudo, é necessário garantir que tais recursos sejam repassados utilizando-se dos melhores instrumentos de planejamento e de controle, com estipulação de limites temporais para a prática de certos atos, implementação de ferramentas informatizadas, utilização racional da força de trabalho, ampliação da transparência, entre outros.

Com a publicação da Lei nº 13.500, de 2017, os critérios de repasse para os Estados foram divididos, cumulativa e igualmente, em três: 30% - conforme regras do Fundo de Participação dos Estados; 30% - distribuição proporcional à população carcerária; e 30% distribuição igualitária. A legislação também vinculou a destinação de recursos aos fundos municipais à existência de estabelecimento penal na localidade.

A MP nº 781, de 2017, e a Lei nº 13.500, de 2017, derrogaram a prerrogativa, antes expressamente concedida ao Poder Executivo Federal, de fixar critérios e parâmetros adicionais para os repasses do Funpen.

A referida competência, contudo, é essencial ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para o exercício da sua atribuição de planejar, coordenar e administrar a política penitenciária nacional.

O primeiro repasse obrigatório, operado por quotas idênticas de recursos aos entes federados, possibilitou uma variação de até 70% entre os custos das vagas a serem criadas, sem que houvesse justificativa clara para as discrepâncias.

Portanto, mesmo diante da definição de critérios de repartição dos recursos do Funpen contidos na Lei 13.500, de 2017, é necessário que o Depen institua parâmetros de aceitabilidade do custo das vagas, quer sejam os recursos direcionados para a criação de novas vagas, quer para ampliação de unidades existentes ou para conclusão de obras já iniciadas.

A segunda questão de auditoria é: o acompanhamento da execução das penas está em conformidade com o previsto na Lei 12.714, de 2012?

As unidades da Federação fiscalizadas não possuem sistemas para acompanhamento da execução das penas em plena conformidade com os dispositivos estatuídos na Lei 12.714, de 2012, a despeito de o prazo legal estabelecido para instituí-los encontrar-se vencido desde 2013.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na esfera federal, apesar do volume expressivo de recursos já desembolsado no desenvolvimento do sistema nacional, não é distinto do verificado nas unidades da Federação.

O modelo do sistema federal desenhado pelo Depen não prevê todos os elementos prenunciados na Lei 12.714, de 2012 e, além da cooperação dos Estados e DF, ainda depende de tratativas no CNJ para incorporar informações judiciais inscritas no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), já existindo inclusive, para esse fim, acordo de cooperação firmado entre os dois órgãos.

Há, assim, necessidade de inicialização e/ou retomada das ações acordadas no passado entre Depen e CNJ na busca de solução conjunta capaz de permitir a operação da base nacional prescrita pela Lei 12.714, de 2012.

Sob o enfoque federal, também serão necessárias algumas proposições visando a correções de rumo do Sisdepen, tais como: elaboração de plano de ação definindo prazos e responsáveis pelos diversos passos que serão dados até que se alcance a completude do sistema; efetividade da parceria estabelecida mediante acordo de cooperação entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o CNJ; condicionamento de repasses de recursos do Funpen à alimentação do Sinesp e, consequentemente, do Sisdepen, conforme já dispõe a legislação; e realização de estudos conjuntos entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com objetivo de solucionar deficiências de conexão com a internet em unidades prisionais.

Aqui, eu quero fazer uma pausa para dizer que, apesar de nós termos uma lei que estabelece como deve se dar a gestão de todo o sistema prisional brasileiro, o fato de não seguir a norma é o que caracteriza a desconformidade ou as irregularidades apontadas. Bastava seguir a norma para que a gente tivesse algo muito menos opressivo e descontrolado, como são os nossos presídios e todo o sistema prisional brasileiro.

Questão de Auditoria 3: a alocação de presos nos estabelecimentos prisionais, observa o previsto nos arts. 82, §1º, 84, 85, 87, 91, 93 e 102 da Lei de Execução Penal?

Todos os tribunais de contas apontaram déficit de vagas nas respectivas unidades da Federação: reportaram a construção ou ampliação das unidades prisionais existentes como ação comum em andamento para solucionar o problema da superlotação e, consequentemente, garantir a alocação/segregação de presos em harmonia com o que preconiza a Lei de Execução Penal.

Aqui também quero deixar um comentário acerca das tentativas, a meu ver, populistas de aumento de penas, o que aumentaria ainda mais a superlotação e a dificuldade de conter rebeliões e coisas do gênero no sistema prisional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando, item 3: o cadastramento de presos a cargo da administração penitenciária dos Estados apresentou-se frágil e sujeito a inconsistências, espelhando um cenário cuja reversão impõe a comunhão de esforços entre órgãos federais, estaduais e o DF, uma vez que a aplicação da Lei de Execução Penal demanda, em sua essência, o conhecimento estatal dos indivíduos inseridos no sistema e de suas respectivas particularidades. Aqui, no que se refere à segregação dos presos, é para que um preso de grande periculosidade não fique ao lado de preso de menor periculosidade, e assim constituindo uma rede produtora de novos agentes criminosos de alta periculosidade.

Os indicativos de deficiências no exercício do papel fiscalizador do Ministério Público sobre a regularidade formal da emissão das guias de recolhimento e internamento é outro aspecto que precisará ser amoldado às diretivas determinadas pela Lei de Execução Penal.

Questão 4: a Defensoria Pública presta serviço integral e gratuito dentro e fora dos estabelecimentos penais em consonância com os arts. 16, 81-A e 81-B da LEP? Resposta: as Defensorias Públicas não possuem informação de qualidade no que se refere à quantificação do público-alvo a ser atendido no âmbito da Lei de Execução Penal (67% não possuem a informação ou a possuem sem precisão) e ao detalhamento dos processos autuados por ramo (61% não possuem os dados), o que prejudica o dimensionamento e alocação da força de trabalho dos defensores públicos, com consequências perversas ao cumprimento dos arts. 16, 81-A e 81-B da Lei de Execução Penal.

A ausência de informações compromete a tomada de decisões da alta administração dessas instituições tomada de decisões da alta administração dessas instituições, prejudicando o atingimento dos resultados e a qualidade do atendimento prestado aos presos e detentos.

Há também indicativos de Defensorias Públicas que não dispõem de quantidade suficiente de profissionais atuando na execução penal, sendo que algumas delas sequer instituíram núcleos especializados para monitorar e acompanhar a execução penal.

A Questão 5 é: em que medida os gestores responsáveis por gerir e implementar políticas públicas voltadas ao sistema prisional conhecem o custo mensal do preso de cada estabelecimento penal de forma a avaliar a gestão do sistema?

O principal efeito gerado pelo desconhecimento dos custos do sistema prisional é a baixa eficiência tanto da administração dos estabelecimentos prisionais quanto das políticas públicas relacionadas ao tema.

A ausência de informação precisa e de qualidade dificulta o gerenciamento responsável e austero dos recursos públicos alocados e tem potencial de comprometer os já deficitários orçamentos estaduais e federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informações de baixa qualidade afetam a definição de estratégias dos órgãos e o atingimento de resultados. A supressão de despesas relacionadas ao preso ou a sua diluição em outras rubricas, por exemplo, pode levar à subestimação dos custos do preso quando comparados com aqueles absorvidos no contexto da gestão terceirizada ou da cogestão.

Por outro lado, a ausência de metodologia, ou mesmo a multiplicidade de parâmetros, pode induzir a um processo de busca de equalização de custos entre diferentes unidades prisionais com reflexos danosos sobre a segurança e sobre os direitos humanos básicos dos detentos.

A partir das análises empreendidas, é possível afirmar que os gestores desconhecem o custo mensal do preso por estabelecimento penal. De fato, 59% das unidades federadas declararam aos respectivos tribunais de contas que não realizaram o cálculo do custo mensal do preso nos últimos três anos. Além disso, 88% delas declararam não possuir definição formal de responsabilidade para aferi-lo.

Apesar dos esforços despendidos pelo CNPCP para estabelecer parâmetros de cálculo do custo mensal do preso, 83% das unidades federativas declararam não os seguir.

Feitas essas anotações, é de se concluir que o acórdão encaminhado reflete o posicionamento dos Ministros do TCU. Ao Senado Federal compete manter-se a par do assunto e estar alerta às possibilidades de aprimoramento da legislação que porventura se apresentem.

Voto.

Pelo exposto, visto que esta Comissão tomou conhecimento da matéria, voto pelo arquivamento do Aviso nº 44, de 2017, do Tribunal de Contas da União.

Então, Sr. Presidente, apesar do conjunto de normas que garantem a execução penal, a gente segue quase nada do que está normatizado. Portanto, vivemos num País em que eu defino... E o "eu" aqui não sou eu, são os "eus" que estão nos diversos espaços de gestão, que são maiores do que a lei, são maiores do que a regulamentação e assim a gente vê na Lava Jato os "eus" superando a regra, a norma, a Constituição. E é impossível fazer uma democracia, um Estado democrático de direito se os "eus" superam e são maiores do que o regulamento ou o nosso regramento constitucional e legal que está em vigor. Os erros acabam destruindo e comprometendo o Estado democrático de direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho pelo seu relatório, bastante minucioso, completo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexo também, de um expediente que cada vez mais nós, como Parlamentares, devemos fazer uso. Nós temos órgãos de controle externo que servem justamente para auxiliar este Poder Legislativo. Nós temos uma Comissão que trata de fiscalização, de controle, de governança. Hoje, o próprio Senador Humberto Costa solicitou também um trabalho, uma investigação para ser feita pelo Tribunal de Contas da União, para aprofundar um tema específico sobre a utilização dos recursos, salvo engano, até resgato aqui, da própria Anatel.

Senador Contarato, agradeço também a presença de V. Exa. É muito importante a presença de V. Exa. aqui para aprofundarmos cada vez mais os debates.

Então, esse expediente, Senador Rogério, é algo que eu vislumbro muito como sendo um braço a mais deste Poder. Nós devemos, sim, fazer uso dele para que possamos tanto ter informações para tomarmos as melhores decisões, como também direcionarmos as políticas públicas e principalmente fazer com que os recursos públicos sejam bem aplicados. Então, quando a gente trata de governança, a gente trata disto – de eficiência. Não é a vontade individual ou a vontade de um gestor, inclusive, que deve se sobrepor à legislação. E V. Exa. tratou muito bem aqui do tema. Parabéns por esse relatório.

Passarei agora ao item 5 da pauta, Requerimento nº 40, de 2019... (*Pausa.*)

Muito bem lembrado pelo Oscar, parabenizei o Senador pelo relatório e quero colocá-lo em discussão.

Há alguém que queira discuti-lo? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

Dando sequência, item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR N° 40, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutir o tema: Swap cambial - Rentabilidade ou prejuízos para o País? - Seus impactos para o crescimento da dívida pública interna federal.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) e outros

Esse é um tema de grande importância, apresentado pelo Senador Eduardo Girão, e eu também País estou subscrevendo.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 38, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC159/2017, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir entre os equipamentos obrigatórios dos veículos extintor de incêndio com carga de pó ABC.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG) e outros

Novamente esse é um tema que já veio em outros momentos e mais uma vez há um projeto tramitando nesta Casa para incluir como obrigatório o equipamento de extintor dentro dos veículos.

Há uma solicitação do Senador Rodrigo Pacheco para uma discussão, através de uma audiência pública.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Rodrigo Pacheco não está presente e solicitou também, e eu estou subscrevendo.

Coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora ao item 2.

Estamos indo de trás para frente.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 35, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 33/2019 - CTFC, seja incluído também os representantes das entidades sindicais legítimas das categorias de Transportes de Valores e Trabalhadores da Segurança Privada. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: 1. Sr. Ruben Schechter - Vice-Presidente Executivo da Federação Nacional das Empresas de Transportes de Valores - FENAVAL e 2. Sr. João Soares - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada - CONTRASP.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT) e outros

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria sugerir o nome do Sr. Odair Conceição, empresário do setor que tem interagido bastante com a gente, preocupado com a monopolização de toda a atividade relacionado ao sistema financeiro, inclusive o transporte de valores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é do Senador Wellington Fagundes, eu também o estou subscrevendo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu subscrevo e sugiro o nome do Sr. Odair Conceição, cujo contato passarei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Adicionando o nome do Sr. Odair Conceição também.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero solicitar e agradecer gentilmente ao Senador Rogério Carvalho para assumir a Presidência. Há um projeto em que serei o Relator, é um parecer que eu quero apresentar, inclusive, pela questão temporal, a data de hoje é extremamente importante.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Passamos à segunda parte da reunião, para deliberação das emendas da Comissão ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências, o PLDO 2020.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para fazer a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Passamos ao relatório sobre as emendas da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução 01/2006-CN, esta Comissão de Transparência reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (PLN 5/2019-CN).

A esta comissão foram apresentadas oito propostas de emendas relativas ao Anexo de Metas e Prioridades e sete propostas de emendas de texto.

As emendas estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Passamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o parecer preliminar aprovado pela CMO, cabem a esta Comissão até duas emendas de acréscimo ou inclusão ao Anexo de Metas, detalhadas até o nível da ação orçamentária, seguidas do respectivo produto, unidade de medida e meta física. Além disso, essas emendas devem ser afetas às competências regimentais da Comissão, limitadas ainda às despesas de competência da União, tal como estabelecidas na Constituição Federal. Não há limite de número de emendas de texto.

Nos termos dos arts. 87 a 91, aplicam-se às emendas ao PLDO as exigências relativas às emendas à lei orçamentária anual constantes dos arts. 43 a 45 do mesmo normativo. Nesse sentido, as emendas devem possuir "caráter institucional" e representar "interesse nacional", vedada a destinação a entidades privadas conforme estabelece o art. 43, inciso I. Devem ainda respeitar o disposto no art. 47, incisos II a V.

Critérios de caráter geral na apreciação das emendas do Anexo de Metas e Prioridades.

Inicialmente, é preciso evidenciar a natureza dos critérios de "caráter institucional" e de "interesse nacional" previstos no art. 44, inciso II, da Resolução 01/2006. Quanto ao primeiro, não mais existe restrição a órgãos específicos da Administração para o emendamento, ficando apenas o critério genérico de que as Comissões permanentes apresentam emendas "no âmbito de suas competências regimentais".

Já quanto ao "interesse nacional", ressalto a dificuldade oriunda da ausência de critérios objetivos para sua avaliação. Portanto, diante da ausência de normas e precedentes, este Relator assume a contingência de fazer esta avaliação caso a caso, à vista das circunstâncias do objeto da emenda e suas justificativas, sempre levando em conta ações cujo impacto estenda-se a mais de uma unidade da Federação.

Utilizo para a seleção dentre as muitas emendas – todas meritórias – os critérios da preferência da Comissão, manifestada pelo número de emendas apresentadas, além da igualdade entre as áreas de Governo e as Regiões do País, de forma que a Comissão distribua a sua prerrogativa de emendamento entre o máximo número possível de beneficiários do orçamento federal, dentro das áreas prioritárias definidas pelos seus integrantes por meio da escolha das áreas temáticas para formularem as emendas.

Antes de indicarmos as propostas de emendas que serão acolhidas, é preciso salientar que sobre elas incide o limite máximo de duas, fixado pelo parecer preliminar, o que nos impõe a necessidade de fazermos escolhas.

Quanto à admissibilidade, lembrando os critérios apresentados no subitem 2.2, entendo serem todas as emendas admissíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos expostos, proponho o acolhimento das emendas ao Anexo de Metas e Prioridades abaixo relacionadas. São as emendas que estão no quadro em anexo: Emenda 4, que tem como objeto da emenda a proteção e defesa do consumidor; e a Emenda 2, que tem como objeto da emenda o controle interno, a prevenção à corrupção, a ouvidoria e a correição.

Quanto às demais emendas de metas e prioridades, não obstante o seu inegável mérito, devo propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo acima indicado.

Registro que, no momento da escolha, observou-se que o numeral maior de metas físicas das Emendas 7 e 8 atenderiam de forma mais adequada aos programas propostos. Assim, ao indicar a meta 7 e 8 para aprovação, registro a importante justificativa apresentada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho em suas metas, que são contempladas naquelas escolhidas.

Emendas de texto.

Foram apresentadas sete emendas de texto, não incorrendo nenhuma delas em qualquer vedação regimental ou critério de admissibilidade esposado neste relatório. Tendo esse fato como referência e considerando ainda não haver limite à apresentação de emendas de texto, acolhemos as propostas apresentadas.

Passo à conclusão.

Considero, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva à intervenção da Comissão em áreas de elevado alcance social, segundo o interesse dos Parlamentares da Comissão, razão pela qual voto pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, voto:

I)pelo acolhimento, no mérito, das Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades de nºs 7 e 8, tendo em vista o numeral maior de metas físicas.

II) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais emendas ao Anexo de Metas e Prioridades apresentadas.

III) pelo acolhimento, no mérito, das Emendas de Texto de nºs 1 a 7 apresentadas.

Eu aqui passo a mencionar essas emendas: foram oito emendas, sendo cinco do Senador Fernando Bezerra, duas da Senadora Mara Gabrilli e uma de minha autoria. Essas emendas são as emendas de metas prioritárias, sendo aqui acolhidas as de nºs 7 e 8. A da Mara Gabrilli, inclusive, está relacionada com uma do Senador Fernando Bezerra, destoando apenas a quantidade de numeral solicitada, e isso foi aglomerado. A outra, a nº 8, diz respeito à proteção e à defesa do consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já no quadro de emendas de texto foram sete emendas sugeridas, todas acolhidas, todas elas também do Senador Wellington Fagundes.

Sendo assim, Sr. Presidente, declaro lido o parecer e coloco para apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O lote de emendas será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Devolvo agora a Presidência ao Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço ao Senador Rogério Carvalho, que gentilmente presidiu, com maestria, esta audiência pública, num momento necessário para a aprovação das emendas propostas.

Convido todos os senhores para, na próxima quinta-feira, às 10h, audiência pública, realizada por esta Comissão. Iremos dar publicidade sobre o assunto.

A assessoria comunica que é uma comissão que é uma comissão de fiscalização da Arábia Saudita que está aqui no País e que solicita um espaço para expor sua linha de atuação e para interagir com este Senado.

Sendo assim, agradeço a presença de todos que aqui estão e reforço esse convite para a próxima quinta-feira, presencialmente, neste auditório.

Muito obrigado e até lá.

(*Iniciada às 12 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Renilde Bulhões, Telmário Mota, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Paulo Rocha e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2019 - CRE, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de discutir e esclarecer as consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição - imposta ao Brasil pelo Governo Trump - de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto para países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC), como contrapartida ao apoio dos EUA à pretensão brasileira de ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Participantes:** Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Política Externa, Comercial e Econômica da Ministério das Relações Exteriores; Sr. Fernando Alcaraz, Subsecretário de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior; Sr. Paulo Nogueira Batista, Ex-diretor-executivo do FMI e Ex-vice- presidente do Banco dos Brics; Sr. Welber Barral, Sócio na BMJ – Consultores Associados. Sr. Carlos Halfeld, Coordenador-Geral de Competitividade do Departamento de Comércio e Negociações Comerciais da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SCRI/MAPA (representante de: Ana Lucia Oliveira Gomes, Diretora do Departamento de Negociações e Análises Comerciais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/13

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura no Senado da República.

A presente audiência tem o objetivo de discutir e esclarecer consequências diplomáticas, econômicas e geopolíticas da condição imposta ao Brasil pelo governo Trump de renúncia ao tratamento especial e diferenciado previsto pelos países em desenvolvimento na OMC como contrapartida ao apoio dos Estados Unidos à pretensão brasileira de ingresso na OCDE, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2019, desta Comissão, de minha autoria.

Tenho a honra de cumprimentar e convidar para integrar esta Mesa de trabalho o Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Política Externa, Comercial e Econômica do Ministério das Relações Exteriores.

Convido também o Sr. Fernando Alcaraz, Subsecretário de Estratégia Comercial da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior.

Convido o Sr. Carlos Halfeld, Coordenador-Geral de Competitividade da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Convido o Sr. Paulo Nogueira Batista, ex-Diretor Executivo do FMI e ex-Vice-Presidente do Banco dos BRICS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Sr. Welber Barral, sócio da BMJ Consultores Associados.

Cumprimento todos os convidados e agradeço a presença. Espero que a gente possa produzir, apesar de uma frequência baixa. Não se assustem, isso é comum nesta Casa nas quintas-feiras, principalmente sem sessão deliberativa. E, como vivemos sempre num momento explosivo de notícias que saem, as pessoas ficam só monofocadas em algum tema.

De qualquer forma, eu lembro aos senhores que esta reunião está dentro da interatividade prevista no Senado, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar, enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/e-cidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Esclareço aos senhores palestrantes que vou conceder a palavra por 15 minutos a cada um, com possibilidade de prorrogação para a conclusão de suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações para as Sras. e os Srs. Senadores inscritos.

Para dar início, então, a esta audiência, concedo a palavra ao Embaixador Norberto Moretti, Secretário de Política Externa, Comercial e Econômica do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. NORBERTO MORETTI (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador. Bom dia ao senhor e bom dia a todos.

Naturalmente, começo agradecendo, pois me sinto muito honrado com a deferência com que o Senado me trata ao me convidar para participar desta Mesa. Saúdo também os meus colegas integrantes da Mesa. Agradeço também a oportunidade e a tempestividade da convocação desta audiência pública, porque, como o senhor dizia, a interatividade, a interação entre o Executivo e o Legislativo é fundamental. E é sempre com um benefício e com prazer que nós aceitamos esses convites para participar dessas audiências públicas e também, muito particularmente, por ter tido o senhor a iniciativa de convocar esta audiência pública sobre esse tema, porque é um tema que, além de merecer debate, permite ao Executivo os esclarecimentos que me parecem relevantes para a reflexão pública sobre o assunto. De modo que, em nome do Itamaraty, eu agradeço muito a iniciativa de V. Exa.

Eu vou buscar me ater aos 15 minutos que me foram concedidos. E começo pelo que me parece ser um bom começo, que é uma rápida parte introdutória, mas bem explicativa, de alguns conceitos que são relevantes para a nossa discussão. E um pouco dos fatos também.

O primeiro fato que eu menciono aqui é o surgimento desse tema, que é a declaração conjunta emanada da visita do Presidente da República aos Estados Unidos, no dia 19 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

março. Entre os elementos recolhidos nesse documento, está a decisão do Governo brasileiro de "abrir mão do tratamento especial e diferenciado nas negociações da Organização Mundial do Comércio". E, naturalmente, é proposital a ênfase que eu faço nessa parte do texto: "nas negociações da Organização Mundial do Comércio".

Então, o primeiro esclarecimento conceitual – em benefício do debate outra vez – que me parece necessário é termos todos a exata noção do que é o tratamento especial e diferenciado no sistema multilateral de comércio. Essencialmente, é um conjunto de dispositivos contidos em uma ampla gama de acordos da OMC, acordos temáticos na sua imensa maioria, que, grosso modo, estabelecem flexibilidades em favor dos países em desenvolvimento.

Algumas dessas flexibilidades expiravam depois de um certo momento; algumas delas beneficiam apenas países de menor desenvolvimento relativo, o que não é o caso do Brasil, por exemplo; algumas são, como eu dizia, flexibilidades... Enfim, todas são flexibilidades, umas no sentido de isenção de normas que se aplicam ao conjunto dos membros, muito especialmente os países desenvolvidos; outras são formas de proteção dos países em desenvolvimento contra medidas restritivas ao comércio. Um exemplo claro que se encontra no acordo de salvaguardas e que permanece – não é uma daquelas cláusulas ou dispositivos que expiraram ao longo do tempo –, é que não se podem aplicar salvaguardas – e salvaguardas são medidas restritivas ao comércio quando se dão determinadas condições no comércio, no fluxo comercial – muito especialmente quando há um surto importador. De modo que, para preservar o setor que produz aquele bem que é objeto de um surto, então, um país tem o direito de, por um tempo limitado, impor limitações à importação desse bem.

Então, como eu dizia, um exemplo de alguma proteção de países em desenvolvimento contra medidas restritivas aplicadas por países desenvolvidos é a salvaguarda. E não se aplicarão salvaguardas a produtos, ao comércio de países em desenvolvimento se a participação daquela exportação daquele produto for inferior a 3% daquele país e, no conjunto, os países em desenvolvimento tiverem não mais do que 9% de participação na exportação para o mercado cujo país então adota medida restritiva. Esse é apenas um exemplo de flexibilidade que protege, digamos assim, os países em desenvolvimento de medidas restritivas dos países desenvolvidos.

Há outras formas de tratamento especial e diferenciado, como a maior liberdade de ação em certos temas, por exemplo, subsidiação agrícola. Há outra modalidade de tratamento especial e diferenciado que é, digamos, a dilação no tempo da assunção de uma obrigação, ou seja, quando todos os países devem assumir uma determinada obrigação em "x" anos, os países em desenvolvimento podem assumir aquela obrigação apenas depois de um número adicional de anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra modalidade é a capacitação, a formação de funcionários que são responsáveis pela execução de medidas vinculadas ao comércio.

Portanto, há uma ampla gama de modalidades de tratamento especial e diferenciado dessas flexibilidades, que cobre também uma ampla gama de acordos da OMC. Então, isso é o tratamento especial e diferenciado como ele existe hoje.

Qual é o significado, qual é a implicação, qual é a consequência para o Brasil do anúncio feito pelo Presidente da República em março passado? É nulo com relação ao que hoje vige, ou seja, o anúncio do Governo brasileiro não retroage, não se aplica aos direitos, aos benefícios e às flexibilidades de que goza o Brasil nos acordos existentes na OMC. Ele vale apenas para, como diz o texto – e por isso eu, ao ler, sublinhei –, para as negociações na Organização Mundial do Comércio. Ora, os acordos hoje vigentes não estão sob negociação na OMC, não se espera que eles sejam reabertos, que sejam renegociados. Portanto, nenhuma alteração dos nossos direitos vigentes decorre do anúncio do Presidente da República em março.

Em algum momento a imprensa, especialistas se puseram a fazer cálculos quanto às perdas que nós teríamos, que benefícios nós deixaríamos de ter, mas não é o caso, repito, porque os direitos estão intocados. E uma limitação futura ou uma renúncia futura de tratamento especial e diferenciado se limita à OMC, ou seja, aos acordos da OMC, não se estendem aos acordos fora da OMC.

Então, esse é, digamos, o primeiro elemento que eu gostaria de transmitir quanto ao que é essa decisão do Presidente da República e quais as implicações para o que hoje existe, ou seja, os nossos direitos no amparo dos acordos da OMC.

Uma pergunta muito relevante seria dizer: "Mas, muito bem, e quais são as implicações futuras? Se não existem implicações para os nossos direitos hoje, que implicações pode haver para o Brasil no futuro?" Responder essa pergunta supõe uma avaliação, uma estimativa, uma leitura do que possa ser o futuro, de que importância terá o tratamento especial e diferenciado nos futuros acordos da OMC. A leitura que nós fazemos e que um grande número de países faz é que o que virá, se vier alguma coisa, em termos de tratamento especial e diferenciado nos futuros acordos da OMC, será muito modesto para países como o Brasil.

O cenário, a tendência que hoje se desenha em Genebra, essencialmente, é a limitação do tratamento especial e diferenciado para países de menor desenvolvimento relativo, como eu comentava, que não é o caso do Brasil. Simplificando, os países de menor desenvolvimento relativo são essencialmente os países mais pobres do mundo e, certamente, o Brasil não é um deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é uma estimativa, é uma consideração. Nós vamos ter de ver como vem, o que o futuro vai nos trazer, mas hoje é uma avaliação, repito, brasileira e muito difundida na Organização. E há, inclusive, na Organização, a percepção, por parte dos países desenvolvidos, evidentemente, de que não é propriamente o tratamento especial e diferenciado, mas uma prática que existe na OMC, que é a da autoclassificação, e eu posso mencionar rapidamente o que é isso, da autoclassificação de países quanto ao seu *status*. E aqui um esclarecimento importante: a decisão que o Brasil tomou, o anúncio que fez o Presidente da República não é equivalente, não é sinônimo de declaração pelo Brasil de que não é mais um país em desenvolvimento ou de que é um país desenvolvido. Nós não fizemos essa declaração. A declaração, como eu dizia, na OMC é uma autoclassificação. Os países, no momento de ingresso ou no momento de estabelecimento da OMC, e isso herdaram do GATT, do antecedente da OMC, levantam a mão e dizem: "eu sou país desenvolvido" ou "sou país em desenvolvimento".

Então, os países que poucos ou nenhum de nós consideraríamos países em desenvolvimento são tratados na OMC como países em desenvolvimento. Isso, retomo então o que eu dizia, é, da perspectiva de vários países desenvolvidos, um óbice, uma dificuldade para a celebração de novos acordos na OMC, porque dizem esses países: "Alto lá! Eu não vou estender essas flexibilidades a um país que, na minha visão, no entendimento de muitos, não é um país em desenvolvimento e, portanto, não merece essas flexibilidades". Mas se vige o princípio da autoclassificação, portanto, fica esse debate.

Então, o Brasil, ao tomar essa decisão, não declarou que deixou de ser um país em desenvolvimento para nenhum efeito, o Brasil não disse nada sobre essa prática de autoclassificação. Os países que desejarem manter a prática da autoclassificação ou desejarem manter o critério na Organização e desejaram manter o seu *status* de país em desenvolvimento têm toda a liberdade para tanto. E também muito importante: ao tomar essa decisão, o Brasil, de modo algum, abandonou, debilitou, qualificou a sua visão tradicional de que um dos objetivos do sistema multilateral de comércio é promover o desenvolvimento, o que é, aliás, constitutivo dos próprios acordos da OMC.

Tratamento especial e diferenciado não é sinônimo de promoção do desenvolvimento. Ele é um instrumento de promoção do desenvolvimento; há vários outros. E lhes dou exemplos de formas que o sistema multilateral de comércio tem de promover o desenvolvimento que não têm nada a ver com o tratamento especial e diferenciado.

Um exemplo que todos os brasileiros conhecemos muito bem: subsídios agrícolas. A concessão distorciva, ou a concessão de subsídios agrícolas que distorcem o comércio, é uma das, digamos, maiores deficiências do sistema multilateral de comércio no que tange à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

promoção do desenvolvimento, porque esses subsídios, evidentemente, limitam e, em alguns casos, praticamente vedam a exportação de produtos agrícolas de países competitivos como o Brasil.

Então as regras, no que se aplica ao comércio agrícola, não favorecem o desenvolvimento e, portanto, repito, tratamento especial e diferenciado tem pouco ou nada a ver com isso.

Uma das batalhas em que nós estamos envolvidos, e não é de hoje, evidentemente, é pela reforma das regras que se aplicam ao comércio agrícola. Eu voltei segunda-feira da reunião ministerial de comércio do G20, que, como sabemos, é o grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, e uma das nossas batalhas foi justamente obter, nessa declaração de ministros, uma linguagem que fortaleça a nossa posição em Genebra na Organização Mundial do Comércio em favor da reforma das regras que se aplicam ao comércio agrícola, muito especialmente no que tange a subsídios.

Portanto, repito, o sistema... Dou-lhes um outro exemplo que também é conhecido: muitos países do mundo aplicam o que se chama de escalada tarifária, pela qual produtos de menor valor agregado têm tarifas baixas e, portanto, entram nesses mercados, e produtos de maior valor agregado enfrentam maiores tarifas e, portanto, têm menor dificuldade. O que significa isso, entre outras coisas? Que há um desestímulo, ou pelo menos não há um estímulo por parte do sistema, à maior participação de produtos de maior valor agregado de países em desenvolvimento em mercados de países desenvolvidos. Repito, é uma forma em que o sistema não favorece o desenvolvimento.

Apenas para distinguir muito claramente desenvolvimento de tratamento especial e diferenciado: tratamento especial e diferenciado é um instrumento, como há vários outros. E, repito: reformas de regras hoje são mais eficazes como fatores de estímulo ao desenvolvimento via comércio do que tratamento especial e diferenciado para países como o Brasil.

Então isso, o meu tempo já está essencialmente esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. NORBERTO MORETTI – Está bem, obrigado.

Essa decisão do Governo brasileiro não caiu do céu. Ela é resultado de uma evolução, ela é resultado de uma história da visão do Brasil sobre tratamento especial e diferenciado. Já há alguns anos em que se debate a reforma da OMC. Lembremos que a OMC tem 25 anos. Na memória de alguns de nós pode parecer algo muito recente, mas 25 anos na vida de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização e de regras que foram negociadas essencialmente no final dos anos 80, início dos anos 90 exigem a sua revisão e, portanto, já se vem conversando sobre a reforma há algum tempo.

Nessas conversas, o Brasil publicamente vinha já dizendo que estava aberto a revisão, a reconsideração de tratamento especial e diferenciado, inclusive porque tratamento especial e diferenciado, na prática, não é um conceito que parou no tempo, ele foi adquirindo formas ao longo do tempo. A mais recente delas ou, digamos, a instância, o momento, o exemplo em que nós podemos ver mais facilmente a evolução do tratamento especial e diferenciado é o acordo sobre facilitação de comércio, que previu essencialmente como tratamento especial e diferenciado duas facilidades apenas. Uma é a dilação no tempo, ou seja, países em desenvolvimento deveriam assumir essas obrigações apenas alguns anos depois dos países envolvidos; e medidas de capacitação. E esse último exemplo, mais recente, embasa inclusive a visão que eu mencionava, a avaliação que nós fazemos de que o que virá na OMC é muito limitado em termos de efetiva diferenciação para países como o Brasil.

E, para terminar e não abusar do tempo que o Senador gentilmente me concedeu, portanto, não caiu do céu: é resultado de uma evolução e é um fato da realidade que esse anúncio veio no momento em que o Brasil busca a ascensão na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), e que, tampouco é novidade, mais ou menos sempre se pôs a discussão sobre a perfeita compatibilidade ou consistência entre o pertencimento, a condição de membro da organização e tratamento especial e diferenciado.

Com isso eu concluo. A avaliação que faz o Governo brasileiro da importância relativa das duas coisas, tratamento especial e diferenciado para o que vem, repito: o que vige, vige, e não será alterado, é direito no qual não se mexe. A comparação, digamos, numa análise comparativa entre o que nós eventualmente obteríamos na OMC em termos de tratamento especial e diferenciado, que, como eu disse, é modesto ou quase nada, e os benefícios que advirão do ingresso do Brasil na OCDE – e nós podemos conversar sobre isso se houver interesse –, essa avaliação indica que o segundo é muitíssimo mais relevante do ponto de vista econômico do que o primeiro.

Senador, com isso eu encerro, agradecendo muito a sua generosidade de ter me concedido um tempo adicional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Embaixador Norberto. Evidentemente, eu, como autor do requerimento, fiquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na curiosidade da segunda parte. Mas, como o senhor vai voltar a ter a palavra em relação à questão da OCDE, aí eu vou, na hora de perguntas, questionar.

Obrigado pela sua participação e esclarecimento.

Eu passo a palavra agora ao Sr. Fernando Alcaraz, Subsecretário de Estratégia Comercial da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior.

O SR. FERNANDO ALCARAZ (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado. Bom dia. Obrigado, Senador. Queria agradecer a todos pelo convite, em nome do Ministério da Economia. Eu acho que esses são temas importantes e que merecem realmente uma discussão de alto nível.

Eu preparei uma pequena apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Cadê o controle do...

O SR. FERNANDO ALCARAZ – Ah, maravilha. Obrigado.

Bom, resolvida essa questão mais operacional, eu preparei aqui uma pequena apresentação, mas não queria aborrecer muito os senhores e as senhoras com uma série de detalhes técnicos. Vou fazer a apresentação, mas vou procurar passar de forma um pouco mais rápida por temas que o Embaixador Norberto já abordou com bastante propriedade.

Se a gente puder mover para o primeiro eslaide.

O que eu estava pensando em apresentar aqui para as senhoras e os senhores é basicamente um resumo dos dois temas.

Eu acho que a primeira coisa a ser dita, e eu acho que quando o assunto primeiro surgiu na imprensa, havia um pouco de confusão conceitual. Quer dizer, muita gente, muitos jornalistas às vezes diziam: o Brasil vai sair da OMC para entrar na OCDE. Não, como o Embaixador Norberto já explicou com muita propriedade, não é nada disso. O Brasil continuará na OMC. O que é importante na OMC continuará disponível para o Brasil.

E o resultado principal da declaração presidencial, do encontro dos Presidentes Bolsonaro e Trump, foi uma mudança na posição norte-americana em relação ao seu apoio ou não à adesão do Brasil à OCDE. Então, eu vou abordar isso um pouco mais na sequência em um pouco mais de detalhes, mas entendemos que essa foi uma grande vitória para o Brasil. Quer dizer, a declaração conjunta fez com que aquela que é a principal economia do mundo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos membros mais influentes da OCDE passasse a apoiar a entrada do Brasil nessa organização.

Como eu vou procurar explorar ao longo da nossa conversa, entrar na OCDE significa entrar num clube daqueles países que buscam melhores políticas públicas. E o Brasil certamente se enquadra nessa categoria. Ou seja, eu acho que grande parte dos problemas que nós construímos ao longo dos anos, problemas econômicos, sociais, etc., deriva do fato de que a gente tinha políticas públicas que não eram tão bem desenhadas, não eram tão bem adequadas para lidar com os problemas brasileiros.

Se a gente puder passar para o próximo eslaide.

Outras coisas que apareceram na declaração, sem sombra de dúvida a questão do apoio à OCDE foi a mais importante, mas houve outros resultados positivos da declaração, eu procuro ilustrar um pouco aqui. Medidas anunciadas pelo Brasil que tendem a gerar mais renda, mais empregos, aumentar o turismo no Brasil, entrada de divisas e assim por diante. Os Estados Unidos declarando o Brasil como um *Major Non-NATO Ally*, concedendo maiores oportunidades de cooperação na área militar, etc.

Se a gente puder passar para o próximo.

Acho que aqui talvez seja algo importante destacar com um pouco mais de calma. Eu vou falar um pouco na sequência, ressaltar um pouco mais os benefícios do futuro ingresso do Brasil na OCDE, mas acho que é importante mostrar que o encontro entre os dois Presidentes e o pacote que foi negociado e que acabou resultando na declaração conjunta resultaram efetivamente na mudança de posição do governo norte-americano em relação ao ingresso do Brasil na OCDE.

O que eu procurarei mostrar aqui são notícias do antes e do depois. Então, o que a gente via antes era uma resistência aparente do governo norte-americano à adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Aqui eu tenho uma série de notícias que mostram isso.

A gente pode mover para a próxima, por favor. Mais uma vez, podemos passar aqui para a terceira.

Ou seja, uma série de notícias que mostram claramente que, até poucos dias antes do encontro ou semanas antes do encontro, o Brasil já há muito tempo tinha essa vontade de ingressar na OCDE, exatamente por entender o valor dessa adesão em termos de ganhos de qualidade na formação de políticas públicas no Brasil, mas havia alguns países-membros da OCDE que resistiam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos passar.

E os Estados Unidos, sem dúvida, como mostram todas as notícias aqui, era um deles.

E aqui apenas mais uma notícia do *Valor Econômico*.

E aqui chegamos já ao depois.

Uma vez que houve o encontro, houve as conversas entre os dois Presidentes, que envolveram, naturalmente, como era de se esperar de qualquer conversa entre Chefes de Estado diversos, temas distintos, a declaração conjunta indica claramente o apoio do Governo norte-americano à adesão do Brasil à OCDE, mostrando claramente que houve uma negociação que produziu um resultado positivo para o Brasil, que foi essa mudança de posição do governo Norte-americano.

Acho que a gente pode passar para as próximas.

Aqui, mais uma vez, são apenas notícias.

Aqui é um tuíte da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil mostrando claramente que, após o encontro entre os dois Presidentes, houve essa mudança na posição norte-americana, que, no nosso entendimento, será fundamental para a adesão do Brasil à OCDE.

Acho que podemos passar para a próxima.

Aqui, eu procuro explorar um pouquinho o porquê, quer dizer, por que o Brasil, o Governo brasileiro considera tão importante esse passo que seria a adesão do Brasil à OCDE.

Muito se fala na imprensa que a OCDE é um clube dos ricos, um clube dos países ricos. É muito comum, para simplificar a questão, o jornalista usar esse tipo de definição, de simplificação.

Não é bem assim. É assim em parte. Se você olhar quem são os membros da OCDE, verá que são 36 membros, que representam 80% do comércio e investimentos mundiais.

Se a gente passar dois ou três eslaides, eu tenho um mapa que mostra quem são os membros atuais da OCDE.

Então, por um lado, é verdade que temos aqui os países da América do Norte, temos os países da Europa, mas, por outro lado, vemos já um grupo de países em desenvolvimento, uma tendência crescente de países em desenvolvimento, como o Brasil, de economias emergentes significativas, entrarem na OCDE. O caso exemplar é o do Chile, nosso quase vizinho na América do Sul, que já é membro da OCDE desde 2010.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente puder voltar um eslaide...

Eu queria, então, comentar essa questão.

Quer dizer, além de essa definição da OCDE como um clube dos ricos não ser exatamente completa, eu acho que a melhor forma de definir o que é a OCDE é a de que é um clube dos países que procuram as melhores políticas públicas.

Eu já tive a oportunidade de participar de diversas reuniões de comitês relevantes da OCDE, como o comitê de investimentos, de comércio, de mercados financeiros, e assim por diante. O Brasil tem um relacionamento importante com a OCDE já há muitos anos. O Brasil já há muitos anos é um dos chamados *key partners*, um dos parceiros-chave da OCDE, e isso nos dá a possibilidade de participar das reuniões de alguns comitês.

E o trabalho que se faz na OCDE é, basicamente, um trabalho de olhar para as políticas públicas dos países e tentar identificar as melhores práticas e oportunidades de melhoria dessas políticas públicas. Esse é um trabalho fundamental para um país como o Brasil, que, mais uma vez, é um país que, nos últimos anos, teve uma série de políticas públicas que claramente não deram certo em termos de crescimento econômico, numa economia fechada, uma economia com um ambiente de negócios que, certamente, demanda melhoras, e participar de um clube em que todos estão interessados em discutir no detalhe quais são as melhores opções técnicas do ponto de vista de políticas públicas nas mais variadas áreas certamente é algo que traz dividendos muito positivos para o Brasil.

Então, basicamente, você tem na OCDE dezenas e dezenas de comitês, de grupos de trabalho, cobrindo áreas tão diversas, como economia, comércio internacional, investimentos, educação, segurança pública, combate à corrupção... Cada uma dessas áreas tem um ou mais comitês, em que você tem um secretariado extremamente competente, formado por pessoas extremamente qualificadas, que fazem a análise das políticas públicas dos países e, ao mesmo tempo, tentam identificar quais são as melhores opções de políticas públicas. São 60, em reuniões que são, tecnicamente, muito densas, de altíssimo nível, e discutem o que cada um dos membros e não membros participantes das reuniões está fazendo em termos de políticas econômicas, comerciais, educacionais, de combate à corrupção, e assim por diante. Como eu disse, são dezenas e dezenas de comitês. Identificam-se as melhores práticas, identifica-se o que ainda não está andando bem, mas poderia melhorar, e você tem os *policy makers*, os formuladores de política pública, dialogando entre si num nível alto, procurando melhorias.

Alguém pode perguntar: "Ah, mas isso não é uma interferência externa no nosso direito soberano de ter nossas políticas?" Não, de forma alguma. O que acontece... As reuniões entre formuladores de políticas públicas usualmente são fechadas, embora se tenha uma transcrição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública dos principais temas discutidos. Mas o que acontece é que você tem pares discutindo qual a melhor forma de lidar com problemas específicos de políticas públicas. É a chamada revisão por pares.

Então, ao mesmo tempo em que você tem esse diálogo técnico de altíssimo nível, a OCDE não tem poderes para dizer que o país A ou B deve adotar a política "c" ou "d". Quer dizer, como eu disse, é um mecanismo de *peer review*, de revisão por pares, em que, basicamente, você tem um intercâmbio de opiniões e, de novo, países tentando encontrar as melhores práticas nas mais variadas áreas.

Outro papel relevante da OCDE que acho que é digno de nota para um país como o Brasil é o seu papel como um clube onde se discutem regras que, futuramente, poderão se tornar mandatórias e relevantes em outros foros internacionais. Exatamente por você ter na OCDE, como mostramos aqui, países que representam 80% do comércio mundial, países que procuram estar na vanguarda em termos de políticas públicas, é natural que nesse foro qualificado se discuta o que se pode fazer de melhor em termos comerciais, o que se pode fazer de melhor em termos de política monetária, o que se pode fazer de melhor em diversas áreas, e essas discussões, muitas vezes, transbordam, na sequência, para outras organizações que, sim, têm competências específicas sobre esses temas.

Então, é importante para o Brasil estar envolvido desde o princípio nessas discussões entre os principais *players* mundiais. Mais uma razão pela qual a adesão à OCDE é algo importante para o Brasil.

Acho que a gente pode passar um pouco mais.

Basicamente aqui é apenas uma discrição um pouco mais detalhada de tudo que eu falei de forma resumida. A OCDE como instrumento a contribuir para a melhoria das políticas públicas, para a modernização institucional, para uma maior transparência...

Podemos passar.

Tudo isso, naturalmente, quando os países seguem as melhores políticas, têm uma economia de mercado de verdade, isso, naturalmente, tende a facilitar e atrair mais investimentos internacionais, tende a aumentar a confiança dos agentes econômicos, tende a mostrar "Olha esse país está na OCDE, assinou diversos dos instrumentos da OCDE".

Esses instrumentos, a maioria deles de caráter recomendativo não obrigatório, buscam plasmar nas práticas dos países essas melhores práticas internacionais. Um país que participa de todos esses comitês, que assina todos esses instrumentos naturalmente tende a se tornar mais crível para o investidor internacional e atrair mais investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, naturalmente, com algumas reformas que o Governo brasileiro está conduzindo nesse momento, acho que não haveria um momento melhor para a gente começar a participar da OCDE como membros. Quer dizer, aprender um pouco das melhores práticas internacionais, do que foi feito em cada uma dessas reformas importantes que estamos conduzindo – já estamos fazendo isso naturalmente –, mas a participação na OCDE também ajuda a melhor moldar ou a bem moldar essas reformas.

Acho que podemos passar.

Eu aqui trago alguns pequenos exemplos anedóticos. Não tenho a pretensão aqui de, enfim, mostrar um estudo econométrico ou conclusivo. É natural. E eu mesmo já antecipo que há outros fatores que influenciaram o desenvolvimento e o crescimento desses países, mas o que a gente ver é que esses países que aderiram à OCDE mais recentemente, que não eram tradicionalmente do chamado "clube dos ricos" ou como eu chamo aqui do "clube das melhores políticas públicas", após sua adesão à OCDE, passaram a crescer ainda mais. Então, a gente pega aqui o caso do Chile, de novo nosso não vizinho, quase vizinho aqui, na América do Sul. Ele ingressou na OCDE em 2010 e tem tido resultados, em termos de crescimento do PIB, bastante superiores ao crescimento do PIB mundial.

Passando para o próximo.

De novo aqui mais um exemplo de um país que não estava dentro do chamado "clube dos ricos" quando da fundação da OCDE, entrou na OCDE recentemente, em 2010, e é mais um exemplo de país que tem crescido de forma consistentemente superior às taxas de crescimento do PIB mundial.

Passamos aqui para o próximo: Israel.

Mais ou menos a mesma história: Israel já começou de uma base mais alta, já é um país que você pode chamar de um país de renda alta. Mais uma vez, o crescimento do PIB superior, embora, nesse caso, um pouco superior, à média mundial.

Por que eu mostro esses dados que, mais uma vez, são anedóticos? Para mostrar o que talvez para os economistas seja bastante evidente. Quer dizer, crescimento econômico consistente ao longo do tempo é, em parte, resultado de boas políticas públicas: boas políticas públicas na área econômica, boas políticas públicas na área comercial, boas políticas públicas é um bom arcabouço institucional. Tudo isso conduz a um maior crescimento econômico.

Se a gente passar para o próximo eslaide, a gente vai ver um pouco o exemplo do Brasil.

De novo, uma vez mais, eu não estou dizendo que é apenas por não ser membro da OCDE que a gente tenha tido esse resultado tão negativo em comparação com membros da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OCDE, mas o que eu estou dizendo é, sendo membro da OCDE, de um clube de países que tecnicamente busca as melhores políticas públicas em todas as áreas, naturalmente esse é um fator que tende a contribuir para que o Brasil tenha melhores indicadores econômicos no médio e no longo prazos.

Acho podemos passar aqui para os próximos.

Aqui é, basicamente, um resumo do que eu acabei de dizer: o desempenho econômico. O verdinho aqui é o mundo e os outros são os países que eu citei. A gente vê, mais uma vez, que o resultado das políticas públicas adotadas pelo Brasil no período considerado fez com que a gente tivesse um declínio da renda *per capita*, enquanto o mundo cresceu e esses países que eu mencionei. A gente poderia pegar a média da OCDE, a gente poderia pegar a média dos países emergentes. Acho que, por qualquer comparação que façamos aqui, acho que não há dúvidas de que nesse período considerado o Brasil teve um desempenho econômico aquém do que seria necessário para um país ainda de renda média.

Nós podemos passar para os próximos.

Aqui, apenas para concluir. Acho que o Embaixador Norberto já tratou desse tema com muita propriedade e eu gostei muito da consideração que ele fez ao dizer que não existe uma equivalência automática, natural e certeira entre as disposições de tratamento especial e diferenciado da OMC e o desenvolvimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALCARAZ – Nada poderia ser mais verdadeiro do que isso.

Muitas das autorizações que são dadas por meio do tratamento especial e diferenciado da OMC – e o Brasil ao longo do tempo se utilizou de algumas delas –, na verdade, são negativas em termos de eficiência econômica. Uma dessas autorizações são autorizações para que os países tenham acordos comerciais que não cubram substancialmente todo o comércio, que sejam acordos tímidos, pouco ambiciosos. Na verdade, o que a gente quer daqui para frente não é isso; a gente quer ter acordos comerciais com parceiros relevantes, acordos comerciais que cubram substancialmente todo o comércio e que, portanto, tragam dividendos muito positivos em termos de crescimento econômico.

Então, esse é apenas um exemplo. A gente pode debater melhor isso na sequência porque o meu tempo aqui já está no fim, se houver interesse. Mas é apenas um exemplo no qual, na verdade, recorrer a determinados mecanismos permitidos sobre as regras da OMC...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO ALCARAZ – ... apenas porque se é um país em desenvolvimento não necessariamente ajuda aos países a terem políticas públicas que incentivem o seu desenvolvimento.

Não sei se tenho mais algum eslaide.

Enfim, aqui é, basicamente, uma conclusão que resume um pouco tudo o que eu falei. Quer dizer, o Brasil aderir à OCDE vai ser um passo muito positivo em termos da qualidade das políticas públicas no Brasil, em termos do potencial de maior crescimento econômico, e o que é relevante na OMC, o sistema de solução de controvérsias, a nossa participação nos comitês os mais variados na OMC e assim por diante, tudo isso continua disponível para o Brasil.

Então, senhoras e senhores, seriam esses os meus comentários por enquanto. Estou à disposição para a gente continuar o diálogo na sequência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Fernando Alcaraz.

Eu passo agora a palavra o Sr. Carlos Halfeld, Coordenador-Geral de Competitividade do Departamento de Comércio e Negociações Comerciais da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. CARLOS HALFELD (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Meus cumprimentos ao Presidente da Mesa, Exmo. Sr. Senador Jaques Wagner; meus cumprimentos aos demais Parlamentares aqui presentes e convidados. Um agradecimento ao convite do Senador Nelsinho Trad para que nós possamos aqui trazer alguns elementos adicionais a essa discussão.

Antes de iniciar a minha apresentação propriamente dita, eu queria só fazer um comentário sobre o comunicado conjunto Brasil-Estados Unidos. Nós também vemos nesse comunicado um sentido de gradualidade, de forma que seria possível ao Brasil ajustar, negociar, digamos, algum tratamento que lhe seja ainda de interesse.

Mas nós entraríamos, então, em considerações políticas de quais os benefícios do tratamento especial e diferenciado ainda seriam de interesse. Parece-nos que é bastante interessante, para fazer esse exercício, pesquisar um pouco sobre quais são os benefícios de que hoje o Brasil se utiliza ou teria disponível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos um pequeno apanhado aqui sobre esses benefícios no âmbito da agricultura, para que a gente possa discutir. E já vou adiantar que seria, de certa forma, confortável ao Brasil poder abrir mão da maioria desses benefícios.

Vou começar, então, com um pequeno resumo sobre o que seria o tratamento especial e diferenciado na OMC. Digamos que seria um dos princípios da OMC que busca com que os países desenvolvidos concedam condições mais favoráveis a países em desenvolvimento, com o objetivo de integrá-los ao comércio multilateral.

Há quatro vertentes principais nesse tratamento, que seriam: ampliar as oportunidades de comércio aos países em desenvolvimento; salvaguardar seus interesses; conceder maior flexibilidade em relação às suas obrigações e, no âmbito dos acordos da OMC, prover assistência técnica; além de algumas regras especiais para os países de menor desenvolvimento relativo.

Pode passar, por favor.

Vou ser bem prático aqui nas questões de agricultura, vou citar os pontos mais importantes. Um dos mais importantes que nós temos se refere aos compromissos em relação às subvenções internas da produção agrícola. Pelas regras da OMC, existe o conceito de *de minimis*, que seria um percentual calculado, caso o apoio interno seja um produto específico, sobre o valor da produção total desse produto; se for um apoio geral à produção agrícola, seria um percentual sobre o total da produção agrícola. E o limite do *de minimis* estabelece que você precisa ou não contabilizar no seu limite total de apoio interno negociado no âmbito da OMC. Se você ficar abaixo desse limite, não precisa contabilizar medidas de apoio total agregadas. A grande diferença nesse tratamento reside em que países em desenvolvimento têm o limite de 10%, e países desenvolvidos, 5%.

Aqui temos um comparativo em que a exceção à regra é a China, que fez uma cessão posterior à OMC e negociou um limite, não de 10%, mas de 8,5%. O importante aqui nesse comentário é que o Brasil não excede 5% nem sobre uma produção específica nem sobre o total de apoio, de forma que não traria, digamos, nenhuma consequência imediata adotar um eventual limite de 5%. Na verdade, os limites do Brasil ficam em torno de 1% ou um pouco mais de 1%. Então, temos bastante conforto nesse tópico.

Podemos passar.

Outra autorização que é dada a países em desenvolvimento seria a possibilidade também de não contabilizar os subsídios dados a produtores de menor renda e também as subvenções oferecidas para estimular abandono de culturas ilícitas. Ainda que esses valores perdessem essa prerrogativa de não serem contabilizados, nós também ficaríamos bem abaixo do *de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minimis para apoio geral, ou seja, não traria impacto ao Brasil não ter disponível essa prerrogativa também.

Podemos passar.

Algumas concessões não tão relevantes. Os países em desenvolvimento não estariam sujeitos a estabelecer consulta sobre restrições que imponham à exportação de produtos agrícolas, o que é uma hipótese bastante remota para o Brasil. Visto que tem uma agricultura muito competitiva, dificilmente haveria necessidade de impor alguma restrição à exportação.

Há possibilidade também de estabelecer alguma restrição a alimentos de dieta tradicional. Da mesma forma, nós temos uma grande capacidade de produção de alimentos, não há nenhuma ameaça a qualquer dieta tradicional, de forma que é bastante remota adotar esse tipo de medida pelo Brasil.

Eu cito aqui os cortes em tarifas negociadas quando da aprovação do acordo de agricultura. Obviamente, esses prazos já estão expirados, começaram em 1995, mas os países desenvolvidos se comprometeram a cortes de 36%, e os países em desenvolvimento, a cortes de 24%.

Aqui nós comentamos de novo que, em função da competitividade da agricultura, não teríamos maiores dificuldades, mesmo que fosse necessário um corte de 36%. Comentamos também que já há uma tendência a reduzir o imposto de importação no Brasil, de forma que eventual corte adicional estaria em linha com o que já se pratica.

Com relação ao Sistema Geral de Preferências, ele permite que países em desenvolvimento recebam de países desenvolvidos uma concessão unilateral sobre um conjunto limitado de produtos. Atualmente, o Brasil recebe essa concessão dos Estados Unidos, da União Euroasiática, da Noruega, da Suíça e da Nova Zelândia. Primeiramente, quero comentar que, para produtos agrícolas, a representatividade dessas exportações é pequena, estima-se em torno de 1%. Vou pular a União Euroasiática. Com relação à Noruega e à Suíça, nós já estamos negociando um acordo de livre comércio, o que levaria essas concessões a serem, digamos, um tanto quanto desnecessárias. E a Nova Zelândia já tem um perfil tarifário muito baixo, de forma que as concessões da Nova Zelândia tem pouco impacto. O único grupo que teria algum impacto maior seria realmente da União Euroasiática, que pratica tarifas um pouco mais elevadas a produtos agrícolas.

Nesse ponto, nós teríamos que ter a consideração final de que, à medida que o Brasil se torna um grande exportador agrícola e cresce a sua participação nas exportações agrícolas mundiais, a tendência é que esses países desenvolvidos deixem de conceder tais reduções ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Então, como já aconteceu com o Japão e a União Europeia, a tendência é que outros países também retirem essas concessões. Nesse sentido seria já uma oportunidade de nos adiantar e eventualmente ou tratar de um acordo com União Euroasiática ou verificar outros meios de melhorar a competitividade para manter as exportações a esse bloco.

Podemos passar.

Outro aspecto seria a cláusula de habilitação, que permite que países em desenvolvimento firmem acordos comerciais limitados, ou seja, não necessariamente um acordo de livre-comércio. Aqui, como exemplo, o Brasil já usou esse mecanismo no passado: firmou acordos com a Índia e a união aduaneira sul-africana.

Aqui se comenta que, pela competitividade do setor agrícola brasileiro, nós temos plenas condições de negociar acordo de livre-comércio. Também não seria uma questão complexa.

Para finalizar minha apresentação, volto à questão da gradualidade do comunicado de Presidentes e aqui quero deixar à discussão se realmente a renúncia a eventual tratamento especial e diferenciado significa solicitar nossa mudança de classificação como um país em desenvolvimento. É possível adotar um modelo como o utilizado por Taiwan, que não solicitou sua mudança de enquadramento, mas se comprometeu a não invocar o tratamento especial e diferenciado. Nesse sentido, poderíamos fazer algo híbrido, selecionando se eventualmente algum ponto é ainda importante ao Brasil.

Agradeço a atenção de todos. Essas foram minhas contribuições à discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço a contribuição do Sr. Carlos Halfeld e passo a palavra ao Sr. Paulo Nogueira Batista, ex-Diretor-executivo do FMI e ex-Vice-Presidente do Banco dos Brics.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Jaques Wagner pelo convite. Obrigado à Comissão por me dar a oportunidade de tratar desse tema que tem uma importância estratégica, do ponto de vista econômico, do ponto de vista diplomático, do ponto de vista das relações internacionais do Brasil.

O requerimento preparado pelo Senador Jaques Wagner e por sua equipe está muito bem feito e colocou, no meu entender, bem a questão. Estes dois temas, OMC e OCDE, ou seja, mais especificamente o tratamento especial e diferenciado na OMC e a entrada ou não de um país na OCDE não deveriam, em princípio, estar juntos. Eu diria até, usando uma palavra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forte, que há uma relação espúria entre os dois temas, que foi estabelecida por iniciativa do nosso grande irmão do Norte, que, de vez em quando, tem as suas ideias muito específicas, muito próprias, e tenta impor aos demais países a sua maneira de ver. Mas não há, em princípio, nenhuma razão para ver essas duas questões como relacionadas.

Se eu pudesse sintetizar o que eu vou dizer aqui nesses 15 minutos em uma ou duas frases eu diria: primeiro, que interessa, sim, manter o tratamento especial e diferenciado para o Brasil no âmbito da OMC; e não interessa para um país como o Brasil ingressar na OCDE. Se eu estou certo nessas duas proposições, evidentemente o que está em curso é um absurdo total, porque nós estamos sacrificando algo que nos interessa manter em troca de algo que não nos interessa obter.

Vou tentar justificar por que o Brasil foi colocado e por que eu acho que eu tenho razão em dizer isto: nós estamos entregando algo que é positivo em troca de algo que é negativo. É uma negociação, por assim dizer, estranha.

Antes de entrar propriamente nessa vinculação que eu chamei de espúria, vocês já viram por aqui que a minha posição é bem diferente das três intervenções anteriores dos representantes do Governo – do Itamaraty, da Economia e da Agricultura. Mas, antes de entrar nessa nossa controvérsia aqui, eu queria explicar brevemente o que está em jogo.

Quando nós falamos de OMC e particularmente de TED (Tratamento Especial e Diferenciado), nós estamos falando de um princípio que remonta ao GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) como já foi dito aqui, princípio que foi importado integralmente para dentro da OMC quando ela substituiu o GATT na época do início dos anos 90. O que é esse TED? É um... O que o GATT pretendia e a OMC pretende? É estabelecer não – vejam bem – um *level playing field*, para usar a expressão americana, não um jogo igualitário para todos, mas regras do jogo de comércio que reconheçam as diferenças estruturais entre os diferentes tipos de países. E uma das formas de fazê-lo é introduzir o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, emergentes e também os países menos desenvolvidos. O que isso significava e significa ainda? Significa que países com menos desenvolvimento podem invocar certos tratamentos diferenciados, especiais, levando em conta que eles não têm o mesmo nível de desenvolvimento dos países do chamado Primeiro Mundo. Então, o que é entrar para o GATT e depois para OMC? É aceitar um conjunto de disciplinas, que limita de alguma maneira a soberania do país em matéria de política de comércio exterior. Sim, mas essa alimentação é qualificada no caso dos países em desenvolvimento como o Brasil pelo tratamento especial e diferenciado.

A OCDE é algo completamente diferente – completamente diferente. Não é uma organização de caráter universal ou quase universal; nunca foi, nem pretendia ser, nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pretende ser. A OCDE foi criada por um grupo de países ricos, os países desenvolvidos. Ela surgiu em 1961, e inicialmente era só de ricos; depois foi admitindo uns pobres lá, uns remediados, que já foram até citados aqui. Acho que o México, se não me engano, foi o primeiro deles. Na verdade, a Turquia, que é considerada um país emergente, já fazia parte da leva inicial da fundação, dos membros fundadores, se não me engano. Mas o México entrou em 1994; a Coreia, que ainda invoca para si o tratamento especial e diferenciado na OMC; entrou Chile... Quem mais? Alguns países emergentes do Leste Europeu, que foram mencionados aqui, como Estônia, por exemplo, e mais alguns outros; e agora a Colômbia está na iminência de entrar.

Agora vejam vocês o curioso: primeiro, de nenhum país em desenvolvimento que faz parte da OCDE foi exigido abrir mão do tratamento especial e diferenciado na OMC; segundo, os que estão na lista para ingressar antes do Brasil, como a Argentina e alguns emergentes do Leste Europeu, acredito que Romênia e Bulgária, também não se exigiu deles que abrissem mão do tratamento especial e diferenciado para entrar na OMC. Essa é uma inovação desfavorável a nós que surgiu no contexto do entendimento Trump-Bolsonaro.

Eu compreendo que os representantes do Governo tenham que dourar essa pílula, mas está difícil dourar essa pílula, porque é uma coisa que não tem precedentes. A posição americana, que é anterior ao encontro Bolsonaro-Trump, sim, era uma posição de rever... Não de abandonar o TED, mas aplicá-lo a países menos desenvolvidos, excluindo da sua aplicação países como China, Índia, Brasil. Essa era a posição americana.

A posição americana, que é anterior ao encontro entre Bolsonaro e Trump, sim, era uma posição de rever, não abandonar o TED, mas aplicá-lo apenas a países menos desenvolvidos, excluindo da sua aplicação países como China, índia, Brasil. Essa era a posição americana. Os americanos vinham dizendo: "Nós queremos que países que são do G20, países que têm certo nível de renda, países que estão na OCDE reconheçam que não podem mais se autodeclarar países em desenvolvimento para fins de TED". Essa era a posição americana, mas essa posição genérica nunca foi aplicada como condição para um país... Vejam bem, olhem só, nós estamos sendo levados a pagar um pedágio na forma de abandonar o TED para poder obter aprovação dos Estados Unidos, para começar o processo de entrada na OCDE. É uma negociação francamente difícil de aceitar como uma negociação que possa ser equilibrada ou defendida como equilibrada.

O que provavelmente... Conhecendo um pouco dos americanos – morei por oito anos lá recentemente –, penso que, provavelmente, deve ter acontecido o seguinte: "Esse Presidente do Brasil, esse Presidente novo, o que nós queremos dele? E o que eles querem de nós?". Aí o Trump, que se acha um grande negociador – e talvez o seja, não sei –, resolveu casar os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assuntos e pegou provavelmente o Governo brasileiro de surpresa. Não me parece que esse assunto estivesse claramente no radar. E aí conseguiu encaixar uma coisa que, como eu disse, é inédita, uma vinculação que não existiu, de maneira nenhuma, em outros casos.

Aqui foi apresentado muito bem o ponto de vista pelos representantes do Governo, muito profissionalmente. O Embaixador Norberto Moretti desenvolveu esse tema muito extensamente ao argumentar que nós já não temos mais tanto interesse assim em manter o Tratamento Especial e Diferenciado. Há aquela fábula da raposa que perdeu o rabo numa armadilha e ficava explicando para as outras: "Cortem o rabo, é a nova moda". As outras raposas, China e Índia, por exemplo, jamais vão aceitar essa nossa conversa, posso apostar. Os chineses e os indianos vão se agarrar no Tratamento Especial e Diferenciado até onde for possível. E nenhum – nenhum! – dos Brics, só o Brasil, está pleiteando a entrada na OCDE, e não é por acaso – não é por acaso isso. Eu vou depois explicar o porquê rapidamente.

Mas, apesar do que disse o Embaixador Moretti, eu tenho a impressão de que estrategicamente não nos convém abrir mão do Tratamento Especial e Diferenciado. Por quê? Porque ainda que – ele disse bem – não existam, no momento, grandes negociações no âmbito da OMC em que nós pudéssemos invocar com sucesso o Tratamento Especial e Diferenciado, podem ocorrer, sim, negociações globais ou setoriais plurilaterais no futuro em que seja, sim, conveniente invocar esse tratamento.

E eu vou dizer mais: ele enfatizou muito – e leu até o comunicado conjunto do Trump e do Bolsonaro – que não há retroatividade, que os direitos que nós conquistamos, por exemplo... Vou dar um exemplo desse direito conquistado graças ao TED: tarifas consolidadas muito altas na OMC, da ordem de 30%, se não me falha a memória.

Diz o Embaixador com razão: "Nós não estamos abrindo mão do que já foi acertado". Mas o que impede que venham ser abertas negociações que revejam o que nós conseguimos com o Tratamento Especial e Diferenciado? Nada, nada! Isso não é cláusula pétrea da OMC, por assim dizer. Então, é muito imprudente abrir mão do Tratamento Especial e Diferenciado, tanto mais que o que nós vamos conseguir em troca é um algo que não nos interessa.

Vejam bem o que os americanos conseguiram com o Governo Temer e agora com o Governo Bolsonaro: primeiro, colocar o Brasil na posição de pedinte para ingressar na OCDE. Nós hoje estamos apequenados, estamos fazendo parte de uma lista que inclui países pequenos do Leste Europeu e a Argentina. Estamos lá pedindo ansiosamente que nos aceitem no clube, um clube que, como eu vou tentar mostrar rapidamente... Não pensem aí que é um clube confortável, agradável, lá em Paris, com toalhas felpudas – não confunda com polpudas. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, não é nada disso! É um clube normativo, com normas que restringem severamente a aplicação de políticas de desenvolvimento que podem e convêm a um país como o Brasil.

Então, vejam que, primeiro, conseguiram botar o Brasil na posição de pedinte já no Governo Temer. O Meirelles ia à cata disso aí. Vocês sabem que, no Governo Lula e Dilma, era a OCDE que procurava ativamente o Brasil, pedindo para o Brasil vir. O mexicano que até hoje é o Presidente da OCDE, o Secretário-Geral, o Gurría, vivia atrás das autoridades brasileiras no Governo Lula e Dilma, pedindo para o Brasil ingressar, e nós não queríamos. Por quê? Porque nós não queremos abrir mão de soberania, não queremos abrir mão de definição de políticas públicas.

Então, vejam o absurdo: estão pedindo um pedágio pesado e importante, que é abrir mão do TED, em troca de entrar por uma estrada estreita, problemática, que nos leva um precipício, a entrada na OCDE. Qual é o precipício? É o precipício da perda de soberania na definição de uma série de políticas públicas em um grande número de áreas.

Não se enganem, esse clube, volto a dizer, não é um clube confortável onde nós vamos lá participar, aprender, não. São normas que foram estabelecidas ao longo de décadas. Por quem? Pelos países desenvolvidos. São normas em áreas muito amplas. Eu nem sei, nem conheço todas as normas e os códigos estabelecidos pela OCDE. Mas por que não nos convêm? Nós estamos sendo chamados a aderir a algo do qual nós não participamos. Vocês entendem? Nós somos chamados a aderir a um conjunto de normas que foram elaboradas por países em outro estágio de desenvolvimento. Não há nenhum tratamento diferenciado lá. É um convite... Não é um convite, é um pedido para entrar em um clube. Você vai entrar lá como sócio secundário, na verdade, de um clube cujas regras já estão todas estabelecidas.

Vou dar só um exemplo do que eu conheço um pouquinho mais: o código de controle de capitais, de liberalização de capitais. Eu fui, por oito anos, Diretor Executivo do FMI. Nós discutimos extensamente esse assunto no fundo. No fundo, não existem normas nem de longe comparáveis ao rigor e ao detalhe das exigências que há na OCDE para liberalização da conta de capitais. É algo que, no meu entender e no entender de muitos economistas, não interessa a países em desenvolvimento que precisam ter alguma regulação da sua conta de capitais. Por que a Índia e a China não querem entrar na OCDE? Uma das muitas razões é que eles têm um regime de administração da conta de capitais muito mais bem-sucedido, diga-se de passagem, que o regime de abertura e liberalização que nós adotamos desde os anos 90, no período do Fernando Henrique Cardoso, aqui no Brasil.

Então, os argumentos pró-entrada na OCDE foram resumidos aqui num eslaide e podem ser resumidos em dois: fator confiança e fator camisa de força. Se nós entrarmos para a OCDE,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós vamos ser obrigados a adotar políticas melhores, como foi dito aqui. Isso nos ajuda, porque eu posso chegar aqui ao Congresso e dizer: "Deputados, Senadores, por favor, nós entramos na OCDE, nós temos que aprovar! Para poder entrar ali, nós temos que aprovar uma série de medidas que talvez os Parlamentares brasileiros não considerem adequadas, mas, se nós não fizermos isso, perdemos acesso a esse clube, não conseguimos entrar".

Então, diz o nosso representante do Ministério da Economia: "Mas nós queremos fazer isso!". Nós quem? O Governo, a área econômica do Governo. Mas são políticas altamente controvertidas que serão impostas como condição para participar desse clube em Paris.

Outro fator é confiança, que foi também mencionado: "Nós entramos no clube das práticas melhores, e o Brasil ganha em *pedigree*, tem a confiança dos mercados". Olha, esse argumento, francamente, vamos tentar evitar o seu uso, porque é um abuso você toda hora invocar o fator confiança para aprovar políticas controvertidas. "É a fada da confiança", como diz o Krugman, aquele economista keynesiano americano, Prêmio Nobel. Tudo se resolve, você faz reformas estruturais, aí a confiança vem, e o desenvolvimento aparece milagrosamente.

Sabe, vou dizer uma coisa aqui um pouco forte, mas, quando vejo esse tipo de negociação que tem sido feita no Brasil, eu me lembro daquelas negociações que os europeus que chegavam às nossas praias faziam com os indígenas: entregavam espelhinhos, confiança, em troca das terras, em troca de concessões substantivas que os nossos povos indígenas faziam aos portugueses e a outros europeus que por aqui aportavam.

Então, para terminar – eu acho que eu estou me aproximando do meu tempo limite –, nós temos no Brasil um problema muito grave. Olha, eu passei dez anos no exterior, voltei aqui e fiquei horrorizado com o nível da discussão pública de assuntos econômicos neste País. Não há debate público sobre questões econômicas. Há certo ponto de vista, propagado insistentemente pela mídia e pelos interesses dominantes, e não há discussão! Por isso, foi muito bom que o Senador Jaques Wagner trouxesse aqui representantes do Governo e também pessoas com pontos de vista críticos que não são do Governo para, pelo menos, haver um pouco de discussão de temas que são estratégicos para o Brasil. Esse é apenas um!

Não pode continuar um país da importância do Brasil no mundo com uma discussão – e volto a usar uma expressão forte – colonizada. As ideias vêm de fora, e, mesmo assim, são ideias antigas que vêm de fora, ideias superadas que a gente importa como se fossem obrigatórias, como se fossem indispensáveis para que o Brasil pudesse aceder às sociedades civilizadas e aos clubes das melhores práticas e melhores políticas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Prof. Paulo Batista.

Eu convido agora para fazer uso da palavra – cadê minha folha aqui? – o Welber Barral.

O SR. WELBER BARRAL – Senador, bom dia! Bom dia a todos!

É um prazer participar desta Mesa. Eu agradeço o convite da Comissão.

Eu fico numa posição relativamente confortável aqui porque eu falo depois dos meus colegas de Governo, que já esclareceram vários dos conceitos de que nós vamos tratar e que estão aqui na apresentação, e falo depois do Paulo Nogueira. Então, qualquer coisa que eu falar vai parecer moderada a partir de agora.

Na realidade, eu já adianto um pouco a posição que não é... As duas decisões e os dois temas são relevantes, Senador, mas nem são tão coloridos, como disseram e são obrigados a dizer meus colegas de Governo, mas também não são o fim do mundo em termos de implementação das duas decisões.

Então, fundamentalmente, o Tratamento Especial e Diferenciado, como foi mencionado, se baseia no reconhecimento de desequilíbrios estruturais entre os países do mundo, na participação no comércio internacional diferenciada, no acesso ao financiamento e à tecnologia, em deficiências de infraestrutura, na capacidade institucional e em recursos humanos, que obviamente são diferentes entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

O conceito não é novo, então, deste o GATT 1947, já havia o chamado tratamento da nação mais favorecida para todos os membros, mas, já em 1964, foi aprovada a chamada Parte IV do GATT, que reconheceu o princípio de não reciprocidade, ou seja, de que países em desenvolvimento deveriam ter um tratamento diferenciado, justamente porque não teriam acesso a todos aqueles elementos que nós mencionados anteriormente.

Em 1979, é aprovada a chamada Cláusula de Habilitação. A Cláusula de Habilitação aprova o Sistema Geral de Preferências, ou seja, concessões só para países em desenvolvimento no acesso ao mercado internacional, e também aprova os acordos comerciais diferenciados entre países em desenvolvimento, que já foi mencionado aqui pelos meus colegas.

Na Rodada Tóquio, em 1978, algumas cláusulas diferenciadas também foram colocadas nos chamados acordos plurilaterais.

Na Rodada Uruguai, que criou a OMC, em 1994, foi considerada um pacote único, ou seja, uma regra, um pacote completo para todos, mas mantendo o chamado Tratamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especial e Diferenciado e também incluindo regras para países de menor desenvolvimento relativo, que são aqueles países que, na lista da ONU – e isso é importante, Senador, e já foi mencionado aqui pelo Halfeld, eu acho –, são autodeclaratórios. Então, o país se declara país em desenvolvimento, o país desenvolvido perante a OMC, menos os países de menor desenvolvimento relativo, porque eles estão numa lista da ONU que é uma lista de baixa renda *per capita*.

E, na Declaração de Doha, em 2001, houve também algumas questões para implementar e melhorar o sistema especial diferenciado, o Tratamento Especial e Diferenciado.

As formas de implementação são: períodos mais longos para se cumprirem as regras pelos países em desenvolvimento; critérios e prazos diferentes para implementar essas regras; algumas exceções às regras; assistência técnica e capacitação; o acesso ao mercado através de SGP; várias cláusulas chamadas de melhores esforços ou de melhor consideração, que estão no Acordo Antidumping ou no Acordo de Medidas Compensatórias, por exemplo; e a abordagem de lista positiva no acordo de serviços.

A OMC lista 155 medidas, chamadas de Tratamento Especial e Diferenciado, a maioria para aumentar oportunidades comerciais dos países em desenvolvimento. E aí há alguma flexibilidade de compromissos, ação de instrumentos de políticas públicas e, como eu mencionei, períodos de transição maior, e a OMC também tem toda uma ação de capacitação técnica direcionada ou baseada no Tratamento Especial e Diferenciado.

Mais recentemente, no Acordo de Facilitação de Comércio, foi reconhecido também o Tratamento Especial e Diferenciado. Então, dá-se uma maior flexibilidade na implementação de obrigações para os países em desenvolvimento. Cada país em desenvolvimento decide quando é que vai implementar as principais regras, e também os países de menor desenvolvimento relativo têm regras especiais, mesmo em acordos recentes.

Então, esse acordo especial diferenciado tem uma base histórica, que é o que eu quero mostrar, e sempre foi uma tentativa de fazer com que os países em desenvolvimento tivessem melhor acesso ao mercado internacional. A grande conclusão, hoje, Senadora, é de que essas regras, em geral, foram pouco efetivas. Poucos países tiveram vantagens, de fato, de desenvolvimento com base em regras preferenciais, de Tratamento Especial e Diferenciado. Foram outras motivações de acesso ao comércio internacional, de promoção ao comércio exterior, mas há vantagens, evidentemente.

Então, algumas regras, por exemplo, de SGP beneficiam alguns setores. Há setores brasileiros que são bastante beneficiados por acesso a mercados de SGP, mas não se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que houve uma evolução ou o desenvolvimento dos países mais pobres por causa do Tratamento Especial e Diferenciado, que, como vamos ver, é tema de debate até hoje.

De outro lado, já foi falado bastante aqui da OCDE. Há algumas observações que têm de ser feitas. Então, é um processo longo. Nesse processo, o Brasil vai ter de adotar o que se chama aqui de as regras em vigor da OCDE, que serão incorporadas. A ideia é que o Brasil adote principalmente as melhores práticas que são reconhecidas pela OCDE. Isso tem um impacto positivo sobretudo na imprevisibilidade jurídica. O Brasil, Senador, principalmente para nós, que trabalhamos no dia a dia do comércio internacional, tem regras totalmente distintas do resto do mundo no que se refere, por exemplo, a pagamento de *royalties* ou a *transfer pricing.* Uma padronização poderia ser benéfica em termos de previsibilidade jurídica. Há algumas regras sobre ambiente regulatório e propriedade intelectual e de coordenação de política macroeconômica.

O Brasil tem interesse em alguns acordos setoriais da OCDE que são relevantes. É o caso do acordo de aviação civil, de aço e de concorrência, mas o Brasil terá que ser aceito pelos 36 países da OCDE. Tem que ser uma aceitação unânime. Não será um processo rápido, será um processo necessariamente lento. E nós temos uma questão política hoje que é uma concorrência por prioridade com a Argentina e a Colômbia, que também postulam. Então, não vão entrar imediatamente três latino-americanos. Haveria esse contexto, então, de certa disputa para qual seria o primeiro latino-americano a ingressar.

E aí nós entramos nas questões do que de fato nós estamos falando. Elas foram mencionadas, mas eu tive o cuidado de trazer o texto que está sendo discutido. Então, na realidade, a ideia de se discutirem regras de Tratamento Especial e Diferenciado já foi anunciada pelo Chanceler Araújo no Fórum de Davos. Já em 25 de janeiro, ele mencionou que o Brasil estaria disposto a discutir novas regras para Tratamento Especial e Diferenciado.

Em março, em Washington, esta foi a declaração final: "O Presidente Trump manifestou seu apoio para que o Brasil inicie o processo de acessão [...]. De maneira proporcional ao seu *status* de líder global, o Presidente Bolsonaro concordou que o Brasil começará a abrir mão [é algo que o próprio embaixador mencionou anteriormente] do Tratamento Especial e Diferencial, em linha com a proposta dos Estados Unidos". Então, isso é interessante. Eu sublinhei as duas frases porque é típico de um trabalho interessante dos diplomatas. Os diplomatas nunca dizem que é branco nem negro; dizem que não é colorido. E ali o que nós temos? O Brasil começará a abrir mão, mas vai ser em linha com a proposta americana.

Em seguida, por conta inclusive da repercussão disso no Brasil, o Itamaraty soltou uma nota. Aí o Itamaraty anunciou, esclareceu que o anúncio não implicava alteração ou redução da flexibilidade já existente, ou seja, isso se daria a partir de agora, e que os benefícios se mantêm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integralmente. E aí há uma frase interessante que diz: "A variedade das medidas de Tratamento Especial e Diferenciado e o fato de que algumas delas valeram apenas por um período demonstram que o TED é dinâmico e evolutivo". Mas o que é importante aqui é este ponto de que, no entendimento do Itamaraty, esse compromisso valeria só a partir daqui para o futuro.

O primeiro teste para essa nova posição brasileira veio agora, no mês de maio de 2019. Foi uma mini ministerial, que aconteceu em Nova Delhi, na metade do mês passado. E, na declaração final, houve uma disputa grande. Eram principalmente países em desenvolvimento. Houve um debate grande sobre temas do que é o Tratamento Especial e Diferenciado e como fazê-lo ou não fazê-lo funcionar. A Índia liderou um pouco o grupo nesse sentido, e na declaração final consta que o Tratamento Especial e Diferenciado é uma das características principais do sistema natural do comércio e é essencial para integrar países em desenvolvimento ao comércio internacional. As regras são direitos que devem ser preservados e fortalecidos nos acordos atuais e nos acordos futuros da OMC. Essa foi a declaração, colocando de novo a relevância do Tratamento Especial e Diferenciado. Essa declaração não foi assinada por Cazaquistão, Turquia, Argentina, Brasil e Guatemala. No caso da Turquia, claramente, isso se deu porque já é da OCDE; no caso da Argentina e do Brasil, porque são pleiteantes.

Na proposta americana, os Estados Unidos deixaram claro já, em manifestações na OMC, que eles querem que o Tratamento Especial e Diferenciado tenha que ser revisto, fundamentalmente excluindo países que já chegaram a determinado nível de desenvolvimento – e aí o objetivo claro é a China, mas também há outros países, como é o caso da Coreia, onde se discute muito a declaração como país ainda em desenvolvimento –, países que sejam membros do G20 e da OCDE, países com alta renda, como é o caso de Singapura, e países que tenham mais de 0,5% do comércio mundial. Então, essa é a posição americana. Os americanos deixaram isso claro. E essa pressão sobre o Brasil reflete, de certa forma, tudo isso.

Qual é a conclusão disso tudo? Então, mineiramente, vou me posicionar entre o Paulo e os meus colegas de Governo aqui: na realidade, a discussão sobre Tratamento Especial e Diferenciado é um impasse contínuo na OMC, e essa indefinição provavelmente continuará, ou seja, sobre se essas regras vão ser fortalecidas ou não, não vai ser algo fácil de lidar, e, seguramente, a posição brasileira não vai mudar isso.

Segundo, o ingresso na OCDE é positivo para o Brasil, mas é um processo longo e é um processo incerto, por todos os fatores que já foram mencionados aqui. O compromisso do Brasil de abandonar o Tratamento Especial e Diferenciado também é vago, nos termos como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi feito nos Estados Unidos e, na interpretação atual do Itamaraty, não vai afetar as vantagens atuais. Entretanto, o Brasil deverá alterar a posição negociadora da OMC. Temos que lembrar que, em boa parte da Rodada Uruguai, principalmente, mas sobretudo na Rodada Doha, o Brasil foi o grande líder dos países em desenvolvimento. Então, o Brasil deixa de sê-lo, e isso tem que ser claro. Não estou dizendo que isso é bom nem ruim, mas é um fato. Então, o Brasil tem que alterar a posição negociadora na OMC e perde a legitimidade como liderança dos países em desenvolvimento.

De novo, eu não faço juízo de valor com relação a isso. Acho, para concluir, que são processos lentos. Os dois temas são extremamente relevantes quanto à mudança na postura negociadora brasileira em termos de acordos internacionais, mas todos eles têm essas nuanças que nós temos que levar em consideração até para o que o País pretende em termos de sua posição negociadora em temas que serão seguramente relevantes no futuro.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado pela sua contribuição. Sempre é bom haver um mediador, como vou chamá-lo.

O SR. WELBER BARRAL (*Fora do microfone.*) – Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Os diplomatas, até provem o contrário, não são todos nascidos lá, mas são todos mineiros na sua atuação, porque sempre costuram... Como dizia um amigo meu na época de sindicato, a arte é não matar o boi nem deixar o freguês sem carne. Parece que é impossível, mas aqueles exímios negociadores, às vezes, conseguem trafegar.

O que eu vejo aqui? Evidentemente, eu sou uma pessoa de oposição, mas sou uma oposição que não quer interditar o Governo. A minha posição é a de querer minimizar danos. Eu acho essa é a postura de qualquer oposição inteligente. Alguém que ganha a eleição tem o direito de governar. Eu entendo que a oposição deve ter o papel de minimizar dano naquilo que ela considera dano, e não interditar, como foi feito no segundo Governo da Presidenta Dilma, porque eu acho que isso não é construtivo para o País. Nós precisamos amadurecer, e a própria classe política tem que amadurecer. Nesse sentido, a gente tem tentado fazer isso.

Eu acho que nós temos um problema grave no Brasil: confunde-se ferramenta de gestão com ideologia, e se acaba praticamente interditando o debate. Aí o debate fica "sim" ou "não", "preto" ou "branco", "vermelho" ou "branco". Esse, na minha opinião, é o empobrecimento da democracia. Na verdade, a gente não consegue evoluir, porque a vida é bastante *dégradé*. Por isso, eu sou muito mais favorável ao multilateralismo nas nossas relações do que a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alinhamento muito preponderante, seja lá com quem for, à esquerda ou à direita. Na minha opinião, no estágio em que a gente está, isso não serve.

Quando eu falo em confusão entre ferramenta é porque, se eu for tachado, eu sou uma pessoa de esquerda, apesar de que eu acho que essa qualificação não é a melhor para a gente identificar... O Senador Angelo Coronel seguramente não seria tachado como um homem de esquerda, seria tachado como um homem de centro, e nós fazemos parte do apoio ao mesmo Governo. Eu fui Governador e tenho orgulho de dizer que o maior número de PPPs existentes hoje no Brasil está no Estado da Bahia, que já está no décimo terceiro ano de um Governo do PT. Os liberais que me antecederam não reduziram o ICMS da nafta. Fui eu que o reduzi, para ganhar competitividade no Polo Petroquímico, e não me arrependo. E temos responsabilidade fiscal.

E aqui fica aparecendo, como sempre se coloca, que uma coisa é da esquerda e outra coisa é da direita. A ferramenta é ferramenta de gestão, com as melhores práticas. Agora, quando, às vezes, debaixo das melhores práticas se carrega uma visão do mundo, é diferente. O martelo com que um bom marceneiro constrói uma obra de arte é o mesmo que na mão de um assassino mata uma pessoa. Então, ferramenta é ferramenta. A ferramenta tem de ser usada por todo mundo que quer fazer boa gestão. Agora, a orientação do Governo é que é outra.

Então, eu acho que o debate aqui, até agora, é produtivo. Evidentemente, quem representa o Governo defende a posição do Governo. O Paulo, que não é um membro da oposição, tem posição diferente. E o Welber colocou uma posição intermediária.

Eu vou passar a palavra ao Senador Angelo Coronel, que está inscrito, para as suas indagações.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia a todos!

Eu queria parabenizar o Senador Wagner por esta audiência pública, que realmente traz um assunto de grande importância para o Brasil e para o mundo.

Eu estava aqui e ouvia atentamente os nossos apresentadores. Brasil é Líder na OMC, o Brasil está querendo entrar na OCDE, e os Estados Unidos colocam algumas imposições. Será que vale a pena para o Brasil comprar briga contra a China, nosso maior parceiro comercial, responsável pela nossa soja? Hoje praticamente 80% da nossa produção são exportados para a China, o nosso ferro vai para a China. Será que, nessa briga do Trump com Pequim, o Brasil deve entrar no meio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos membros praticamente da OCDE também. Já temos um tratamento diferenciado, não somos efetivos, mas temos um tratamento diferenciado na OCDE, somos líder da OMC. Então, eu acredito que – não sou muito afeito a esse tipo de embate –, se nós estamos numa paz, dando certo nas nossas exportações, principalmente o Brasil, maior celeiro de alimentos do mundo, por que entrar nessa briga? Fica a pergunta aí para Welber Barral, para Paulo Nogueira, para Alcaraz, para Moretti.

Eu sempre digo que a gente estar na paz, dando resultado, é melhor do que arriscar uma guerra que pode ter resultado positivo ou não. Será que esse selo de qualidade da OCDE vai ser vantajoso para o Brasil? Será que vai acontecer o que aconteceu no Chile? Dizem que o Chile aumentou o seu PIB, que o Chile reduziu o desemprego. Fica essa questão para os senhores que são *experts* no assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Antes de devolver a palavra aos membros da Mesa, eu antecipo que o Embaixador tem uma necessidade de saída. Então, eu vou antes... Eu iria ler... Na verdade, foram muitas, foram 14 perguntas dos internautas, só para registrar o interesse que as pessoas têm por um tema que aparentemente é muito hermético, muito técnico, mas que as pessoas demandaram.

Então, eu vou abrir a palavra, começando pelo Embaixador, até porque houve toda uma fala, aproveitando a pergunta do Senador Angelo Coronel, que eu diria que é ampla. Para aqueles que entenderem que querem participar, eu vou propor, então, uma segunda rodada, que seria de cinco minutos para cada intervenção, começando pelo Embaixador Norberto.

O SR. NORBERTO MORETTI – Muito obrigado, Senador.

Em resposta muito breve, Senador, à sua pergunta, se eu entendi corretamente, a questão que o senhor põe evidentemente é muito relevante, mas, digamos, o tema que nos ocupou de modo mais central aqui, o ingresso na OCDE, o Tratamento Especial e Diferenciado, eu avalio que não nos põe nessa situação de ter de escolher, para dizer de um modo, entre Estados Unidos e China nas tensões comerciais que estão em curso no mundo e, de modo algum, coloca em risco, a nosso juízo, as nossas relações comerciais e grandes exportações de soja e de muitos outros produtos, como o senhor mencionava.

Não se espera, como disse o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior, e nenhum colega meu, entendo, mencionou isso, que a China evidentemente abra mão do Tratamento Especial e Diferenciado neste momento, absolutamente, mas repito que não identifico risco desse movimento nosso com relação ao que o senhor dizia de um estranhamento ou um distanciamento comercial com a China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haveria, Senador, naturalmente, vários temas em que eu poderia tocar. Eu queria, de modo algo desordenado, só mencionar alguns que eu acho que são, digamos, esclarecimentos adicionais que nós podemos prestar.

É verdade, como disseram o Dr. Paulo Nogueira Batista Júnior e o Dr. Welber Barral, que, como no caso do Brasil e de todos os outros países que solicitam a acessão à OCDE, espera-se que se adira ao que se chama de *acquis*, ou seja, a conquista, o que foi o conjunto ou o normativo de boa parte dos instrumentos da OCDE, como se diz. Eles não são vinculantes, são recomendações, etc. Alguns, sim, são vinculantes, legalmente vinculantes, embora a organização não tenha um mecanismo de solução de controvérsias, mas de país sério evidentemente se espera que se adira e se cumpra. Não se acede para não cumprir.

Antes da decisão, e eu participei diretamente desse processo... Antes da decisão do Governo Temer de solicitar a adesão, a acessão – perdão – em maio de 2017, foi feito um trabalho que eu reputo muito sério, coordenado pelo Itamaraty, mas que envolveu a quase totalidade do Governo brasileiro, de avaliação do *acquis*, de avaliação desse conjunto hoje de 252 instrumentos. Seria mais fácil eu mostrar num gráfico, mas, para resumir, se examinou essencialmente se a legislação ou as práticas brasileiras eram ou não compatíveis com os instrumentos da OCDE e – eu estou simplificando o processo –, nos casos em que era incompatível, se havia da parte daquele governo evidentemente, na avaliação daquele governo, alguma dificuldade em que nós trafegássemos na direção do instrumento pertinente da OCDE.

Hoje o cenário, o resultado desse trabalho é: 30% desses instrumentos, 77 em número absoluto – 30%, como eu disse, em número percentual –, se trata de instrumentos dos quais o Brasil já é parte. O Brasil é o país não membro que tem o maior número de instrumentos, que participa do maior número de instrumentos: 62 deles, 25%, não só não apresentam qualquer dificuldade – por dificuldade, eu digo compatibilidade com o que nós já fazemos – e foram objeto, inclusive, já de solicitação de acessão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NORBERTO MORETTI – Para simplificar, dos instrumentos hoje existentes, apenas 4,4% estão ainda sob exame dessa perspectiva, em que medida elas são discrepantes da legislação, da prática brasileira, e cerca de 3% são instrumentos que na nossa coloração, se foram considerados vermelho, laranja ou amarelo, são instrumentos que, sim, apresentam alguma dificuldade e que terão de ser objeto de negociação.

Portanto, se é verdade que o Brasil, como todos os outros membros, deve aceder – quando acedem à organização, devem se comprometer com o *acquis* –, não se trata de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universo ou de um movimento que exigiria que o Brasil fizesse uma imensa alteração das suas práticas ou da sua legislação; muito pelo contrário, como eu disse.

Para terminar, um pequeno esclarecimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NORBERTO MORETTI – Níveis consolidados de tarifa no Brasil – 35% é o nível consolidado do Brasil, como regra – não se relacionam com o Tratamento Especial e Diferenciado, resultado da negociação de consolidação tarifária que se fez no momento de criação da OMC.

Repito, eu teria muitas outras coisas a dizer, mas infelizmente eu não posso e peço desculpas, inclusive, por ter de sair em razões de um compromisso inadiável previamente assumido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De qualquer forma, eu quero agradecer a participação do Embaixador Norberto. É evidente que esse tema é extenso para debate. Ele provavelmente será debatido também no Congresso Nacional, e a gente terá outras oportunidades para aprofundá-lo.

Antes de passar a palavra ao Fernando, eu só queria listar aqui, até por respeito àqueles que estão nos acompanhando, o nome das pessoas que já fizeram perguntas – eu não sei se nós teremos tempo –, que serão enviadas a cada um dos membros participantes aqui para evidentemente terem as suas respostas. Quero dar uma satisfação e agradecer a participação. Fizeram perguntas: o Vinicius Neves dos Santos, São Paulo; Francisco Silva, Rio Grande do Norte; Ezequiel Amorim, São Paulo; Marcelo de Freitas, Rio Grande do Sul; Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro; Sonia Beatriz, de novo; ela mais uma vez; Andrew Patrao, de São Paulo; Cicero Avelar, de Minas Gerais; Clara Lisiane, da Bahia; Wesley Fernando, de São Paulo; Luciano Rodrigues, de Alagoas; Antonio Izidro, da Paraíba; e Shirlei Lopes dos Santos, de São Paulo.

Eu não sei se chegaram outras perguntas, mas já foram filtradas. Eu comunico a todos os internautas que nos acompanharam que todas as questões serão remetidas aos membros que participaram aqui dessa Mesa para suas respostas, que evidentemente serão enviadas.

Eu passo agora...

Bem, se você tem que ir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom, eu agradeço a participação até aqui.

Passo a palavra ao Fernando Alcaraz para a sua resposta à pergunta do Senador Angelo Coronel.

O SR. FERNANDO ALCARAZ – Muito obrigado.

Eu queria começar endossando aqui os comentários Norberto Moretti. Eu acho que eles endereçaram bem as questões.

Em relação à China, eu acho que o que temos em termos de nossa política comercial hoje é uma política comercial que não olha para a ideologia do parceiro comercial, ou seja, a orientação que temos seguido é a de buscar conversações, acordos comerciais que possam ser relevantes, portanto com parceiros relevantes, e que sejam acordos ou conversas ou tratativas ambiciosas. Então, eu cito como exemplo – acho que ainda não está na mesa a negociação de um acordo comercial com a China – acordos comerciais que estamos negociando com blocos e países tão distintos e relevantes, como União Europeia, Canadá, Coreia do Sul, ou essa que congrega alguns países europeus que não fazem parte da União Europeia, e assim por diante.

Então, a ideia é fazer negócios com países que possam contribuir com o crescimento econômico do Brasil. Acho que, nos anos anteriores, havia uma espécie de preferência por se negociarem acordos comerciais com países do sul, com os chamados países em desenvolvimento. Se a gente pegar o nosso *track record*, a nossa história, de acordos fechados nos últimos anos, o nosso *track* é muito tímido, ou seja, nós temos pouquíssimos acordos comerciais – eu tive a oportunidade de escrever sobre esse tema –, e são acordos comerciais que não cobrem a maior parte do nosso comércio. Então, não há... Se você pegar hoje a lista dos cinco maiores parceiros comerciais do Brasil, incluindo aí os sócios do Mercosul, o Brasil, por enquanto, só tem um acordo com o próprio Mercosul. A gente ainda não tem um acordo com os Estados Unidos, não tem um acordo com a China, não tem um acordo com o Japão, e assim por diante. A orientação daqui para a frente é diferente. Não há nenhum tipo de preconceito em relação aos chineses, muito pelo contrário, que realmente são um parceiro comercial relevante, o mais importante no caso do fluxo comercial, das exportações brasileiras.

Eu queria endereçar rapidamente algumas outras questões.

Foi feita uma consideração aqui pelo Paulo Nogueira Batista Júnior de que o Brasil seria um sócio secundário, um membro secundário da OCDE, caso, enfim, como desejamos, venha a se tornar um membro pleno da OCDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra consideração que foi feita em algum momento, se bem entendi, é o fato de que nós estaríamos aderindo a um clube que já tem regras prontas e, portanto, não teríamos como influenciá-las. Eu acho que nada é mais diferente da realidade, quer dizer, a situação que nós temos hoje é um pouco esta situação: o Brasil, como essa figura de *key partner*, de parceiro preferencial, relevante da OCDE, aderiu já a uma série de instrumentos da OCDE por entender que seriam positivos para as nossas políticas públicas, porque a gente quer fazer pelo Brasil, ter um ambiente de negócios melhor, uma economia mais dinâmica, mais ágil, assim por diante, mas, exatamente por não ser membro pleno da OCDE, quando há discussões sobre alterações nesses instrumentos, o Brasil tem voz, mas não tem voto. Então, com a adesão ou acessão plena do Brasil à OCDE, quando há movimentos, como por exemplo o que você mencionou aqui, do acordo, do ato normativo da OCDE que lida com fluxos de capital... Há discussões de revisão desse instrumento, e o Brasil hoje tem voz, mas não tem voto, quer dizer, se houver uma revisão desse instrumento e o Brasil estiver lá como membro pleno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALCARAZ – ... o Brasil vai ter voz para poder influenciar diretamente a condução dessas discussões, dessas negociações.

Acho também que, quando a gente olha para os novos membros da OCDE, eu tenho certeza de que membros como o Brasil, México, Chile, etc.., em especial um país como o Brasil, por seu tamanho, por sua tradição de relevância nas relações diplomáticas, por seu papel de liderança na América Latina, certamente não será visto como um membro ou um sócio secundário.

Endereçando rapidamente uma outra questão – eu não sei se eu tenho tempo para falar um pouquinho sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Posso aumentar aqui.

O SR. FERNANDO ALCARAZ – Obrigado.

Endereçando rapidamente uma outra questão que foi colocada: ser líder do bloco de países em desenvolvimento ou entrar para a OCDE? Ora, eu acho que temos que olhar para aqui para o que é melhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO ALCARAZ – ... para os nossos interesses como País, para o que é melhor para o cidadão brasileiro, que, ao fim e ao cabo, é o nosso grande cliente; o grande cliente do Governo é o cidadão. E eu acho que o cidadão ganha mais quando a gente tem boas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas, políticas públicas que se focam nas melhores práticas internacionais, e não ganha tanto, ou não ganha, simplesmente pelo fato de o Brasil se autodeclarar ou mesmo ser líder eventual de um bloco de países em desenvolvimento.

Então, eu acho que é esse tipo de visão mais pragmática, do ponto de vista econômico e do ponto de vista da entrega que a gente quer dar para o cidadão que está na ponta como cliente dos serviços públicos, que a gente deve ter. E eu acho que o ingresso na OCDE auxilia na entrega desses resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Fernando.

Passo a palavra agora ao Carlos.

O SR. CARLOS HALFELD – Obrigado, Senador.

Eu diria que o Embaixador Moretti resumiu muito bem: eu também não vejo uma relação, uma conexão entre as tratativas com os Estados Unidos e alguma contaminação na relação com a China. Toda negociação, muitas vezes, atinge um pouco interesses de terceiros países, isso é comum de acontecer, e normalmente se dá o devido cuidado na negociação para também não afetar demais interesses de terceiros países, mas nem por isso se deixa de seguir nas negociações em que você tem interesse. Isso acontece inclusive com a China quando negocia seus próprios acordos.

Eu acho que o importante realmente é a gente, nessa negociação com os Estados Unidos, averiguar o quanto significa cada concessão efetuada para que nós também não fiquemos apegados a alguns benefícios que na prática têm pouca relevância. E obviamente, é preciso comentar que qualquer concessão vai ter ampla discussão inclusive política para minimizar eventuais dificuldades aqui no Brasil.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço ao Carlos.

Passo a palavra agora para o Paulo Nogueira Batista Júnior.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA JÚNIOR – Obrigado.

Vou responder alguns pontos que foram levantados. (*Fora do microfone.*)

Primeiro, uma observação do Senador Wagner: é importante entender que esse tipo de audiência adquire uma relevância especial porque são questões estratégicas que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente virão nesse formato para decisão congressual, porque o Governo tem uma margem de manobra para tomar várias decisões desse tipo sem passar por uma consulta específica ao Senado ou ao Congresso. O que vai acontecer, como eu tentei dizer na minha intervenção inicial, é que uma série de leis virão para o Congresso ao longo do tempo em função principalmente da pretensão brasileira de ingressar na OCDE.

O Senador Angelo Coronel fez observações muito interessantes, que na verdade transcendem inclusive o tema dessa audiência. De fato, o Brasil foi um líder em vários momentos na OMC e no Gatt, principalmente – foi mencionado aqui – na Rodada Uruguai, numa certa fase da Rodada Uruguai – o Welber mencionou –, onde eu dizia que meu pai, que era o negociador chefe pelo Brasil em Genebra, no Gatt, junto com a Índia, teve um papel chave numa fase importante da Rodada Uruguai.

Depois, com o Governo brasileiro se enfraquecendo, o Governo Collor, o Brasil não exerceu mais esse papel na finalização da Rodada Uruguai, mas novamente, no Governo Lula, com o Ministro Celso Amorim, o Brasil adquiriu um grande protagonismo no lançamento da Rodada Doha, com Celso Amorim, que coordenou o chamado G20 Comercial. Então, o Brasil tem, sim, uma tradição forte de ser uma voz formuladora de liderança, e abrir mão disso... Aliás, já está acontecendo desde o Governo Temer e agora se consagra, cristaliza-se com esse abandono de uma posição tradicional brasileira e dos países emergentes de defesa do princípio do Tratamento Especial e Diferenciado. É uma pena por esse ângulo também, até há implicações diplomáticas.

O Senador pergunta: nós estamos comprando uma briga com a China? E o Embaixador Moretti respondeu que não, porque isso não vai afetar as nossas relações comerciais bilaterais com a China. Eu acredito que sim, tem razão o Embaixador Moretti nesse ponto, mas a pergunta permanece pertinente, porque eu não tenho a menor dúvida – ninguém me disse isso, mas eu não tenho a menor dúvida – de que os nossos tradicionais aliados em negociações desse tipo, China e Índia, por exemplo, ficaram decepcionados com o súbito abandono do Brasil dessa posição tradicional dos países emergentes.

O Senador pergunta também – uma pergunta muito importante –: "Isso significa que nós estamos entrando numa briga, pendendo para um lado da briga importante entre Estados Unidos e China?". Sim, significa sim. Pode não ter, como disse com razão o Embaixador Moretti, implicações, os chineses não vão retaliar o Brasil nas suas relações comerciais bilaterais, mas é claro que isso está sendo visto como mais um indício de que o Governo brasileiro atual caminha para aderir ao ponto de vista americano nos embates que envolvem de um lado Estados Unidos e de outros países emergentes, em particular a China. Basta ler o comunicado que foi colocado aqui na tela – por você, não é? – na linha da defesa da posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

americana. Inclusive, a linguagem não foi boa para nós, porque caracterizou uma adesão do Brasil à posição americana.

Agora, Senador, mais amplamente, essa pergunta que o senhor levanta é, sim, crucial. O Senador Wagner disse com razão: é uma pergunta muito ampla, porque nós temos aí um embate que já dura há alguns anos, antecede o Trump, exacerbou-se com o Trump, e vai durar muito tempo, quer se reeleja o Trump, quer não – na minha opinião –, que é um embate sobre quem é a principal potência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – ... do século XXI. Esse embate vai continuar.

O Brasil, pelo amor de Deus, não tem por que tomar partido nessa briga. Essa briga é deles. Nós temos que, ao contrário, ficar numa posição que não digo equidistante, mas de distanciamento, e não tomar partido das divergências entre as duas maiores potências para obter...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mediador, não é?

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – Até eventualmente – não acredito que a gente tenha condições de fazer isso, sobretudo não agora –, no futuro, até ter um papel, que o Brasil exerceu em vários momentos, de mediação.

O meu tempo está esgotado, eu paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Não; eu vou dar um minuto a mais aqui.

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – O senhor me dá uns minutinhos, então? Obrigado, Senador.

Só para me referir a um ponto que o Fernando levantou, respondendo a mim. É verdade que, teoricamente, o Brasil, entrando na organização, passa a ter direito de participar das decisões futuras. O que eu quis dizer é que essa organização que existe desde 1961 foi moldada por políticas, práticas e definições de países desenvolvidos que mandam ali. É verdade que o México está lá, mas vocês acham que o México tem alguma influência decisiva nas decisões da OCDE? Eu duvido muito, ainda que o Ángel Gurría, Secretário da OCDE, seja mexicano. Aquilo ali é...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – O Chile tem?

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – O Chile não tem. Entende?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você entra ali, existem algumas vantagens? Eu duvido muito que exista muita vantagem. Você pode argumentar extensamente, mas não me venham com essa de que nós não estamos aderindo a algo que está praticamente pronto. Pode ser revisto? Pode, mas nós vamos liderar a revisão? Não acredito, não acredito. Então, nós temos que tomar muito cuidado com esse tipo de argumento.

Eu continuo sempre na esperança de que o Brasil, considerando que os termos do comunicado conjunto Bolsonaro-Trump são bastante cautelosos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO NOGUEIRA BATISTA – ... que o Brasil possa ainda escapar dessa armadilha: manter o Tratamento Especial e Diferenciado e evitar o ingresso na OCDE. Talvez, os envolvidos nos ajudem e nos recusem a entrada no clube; talvez, a vontade de entregar seja maior do que a vontade de receber.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Paulo.

Eu passo a palavra agora ao Welber.

O SR. WELBER BARRAL – Senador Angelo Coronel, muito obrigado pela questão. A questão é muito interessante e, provavelmente, é a questão que define o século XXI. O século XXI vai ser o embate da hegemonia entre Estados Unidos e China. E esse embate hoje tem uma face bastante visível, que é a guerra comercial: os Estados Unidos impõem tarifa, a China retalia, e já há hoje quase 4 mil produtos que estão sobretaxados nos dois países. Por trás dessa briga comercial, há muita coisa, e a principal delas é a disputa por tecnologia, é a tentativa americana de diminuir a evolução tecnológica chinesa, principalmente das chamadas novas tecnologias, inteligência artificial, reconhecimento facial, etc. Então, essa vai ser a grande briga do século XXI seguramente. E, quanto mais a China ganhar espaço, tanto no âmbito comercial quanto tecnológico, outros temas, como são questões políticas, como são questões militares, também começam a ter relevância. Então, desse embate nós seremos, seguramente, no mínimo testemunhas, pelas próximas décadas muito provavelmente.

O Brasil, claro, tem uma posição difícil, porque são os dois principais parceiros comerciais do Brasil. E nós falamos não só de comércio exterior, nós falamos também de investimento. São dois investidores pesados do Brasil. E, principalmente com relação à China, há uma expectativa de muito investimento em infraestrutura, até por interesse dos próprios chineses.

Quais são alguns impactos para o Brasil? O primeiro deles é que o Brasil evidentemente tem que adotar uma posição equidistante. Não interessa ao Brasil se aliar, e é extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigoso o Brasil se aliar, porque terá poucas vantagens de um lado e terá muita má vontade do outro – esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: apesar de a guerra comercial ter aumentado tarifas de muitos produtos, o Brasil até agora não se aproveitou disso, ou seja, o Brasil apesar de ser um grande exportador para a China, sobretudo de *commodities,* e para o Estados Unidos, não houve aumento de exportação brasileira para ocupar eventual exportação americana para China ou exportação chinesa para os Estados Unidos, por várias razões relacionadas fundamentalmente à competitividade do comércio exterior brasileiro. Então, o Brasil, fora o aumento no preço da soja do ano passado, não teve grandes vantagens derivadas dessa guerra comercial.

Há outras consequências. Uma consequência é o enfraquecimento do OMC, que não interessa ao Brasil. Portanto, qualquer solução que tenha essa guerra comercial entre Estados Unidos e China é ruim para a OMC, porque a solução necessariamente vai ser desobedecendo as próprias regras da OMC, ou deixando de obedecer, que é o que está acontecendo agora. Para um país médio como o Brasil, interessa, sim, haver regras previsíveis no comércio internacional. E essa guerra comercial enfraquece todo o sistema, como é o caso do Sistema de Solução de Controvérsias. O Brasil, Senador, é o país em desenvolvimento que mais usa o órgão de solução de controvérsias da OMC, ganhando quase todos os casos. E hoje o sistema está praticamente imobilizado porque os Estados Unidos não deixam indicar os juízes para o órgão de apelação.

E aí, claro, há um outro tema – só para ligar com o que o senhor mencionou –: a eventual entrada brasileira na OCDE, que, repito, vai demorar muito tempo, e que depende muito de mudanças internas, além da conjuntura internacional, talvez não leve o Brasil à necessária polarização, mas, como já foi mencionado aqui, o Brasil perde protagonismo. O Brasil perde protagonismo. A eleição do Roberto Azevêdo como Diretor-Geral da OMC, que foi um reconhecimento de todo o histórico brasileiro – além da capacidade pessoal dele – como protagonista nas rodadas comerciais, isso aí se perde necessariamente.

Então, na verdade, um pouco para responder ao senhor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELBER BARRAL – ... o Brasil participa menos da briga, até porque vai ter menos protagonismo com as decisões que estão sendo tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor ainda tem um minuto remanescente.

O SR. WELBER BARRAL – Eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já concluí.

Muito obrigado novamente pelo convite.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Eu agradeço o espaço que me concedeu.

Quero parabenizar os nossos expositores. Realmente, houve um contraditório, e isso que é importante. Se chegássemos aqui e houvesse somente, nesta bancada, amém, amém, amém, não seria uma discussão, seria um culto ecumênico.

Então, bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Angelo Coronel. Sei que você tem um compromisso na Bahia.

Como houve a saída de um dos membros da Mesa, eu creio que nós nos vamos encaminhar para o encerramento, mas eu não posso me eximir, até por conta de ser o autor do requerimento, de colocar a minha posição, que caminha no sentido da questão colocada pelo Senador Angelo Coronel.

Eu realmente vivi os oito anos do Governo do Presidente Lula, e, como Governador, sempre tive a possibilidade de participar de conversas internacionais. E é claro que, do ponto de vista da autoestima e da efetividade, o papel de protagonista brasileiro sempre foi uma coisa importante e que mantém uma tradição brasileira de multilateralidade nessa questão. A despeito do que foi evidentemente defendido e apresentado por aqueles que representam o Governo, por serem parte dele, eu entendo que há, do ponto de vista do Presidente, um cacoete muito ideológico em tudo que faz, até porque na sua eleição esse foi um elemento que se colocou: anti-isso e a favor daquilo. Pessoalmente, acho que a riqueza da democracia é a busca de entendimento, é a conciliação de ideias. Eu nunca acho que os extremos são donos de verdade ou que são proponentes de boas medidas para encaminhar. E concordo com aquilo que já foi respondido por alguns: é estranho, no mínimo estranho, que seja exigido de um Pais como o nosso, pela primeira vez, pelo que me consta, a renúncia de uma situação para ingressar, vou chamar assim, numa fila de ingresso na OCDE, como já foi afirmado, que é um processo longo e gradual e que depende da unanimidade de 36 países votantes.

Então, eu acho que esse elemento – e eu falo isso, de novo, na minha posição de minimizar danos e não de ficar interditando o Governo –, pessoalmente... Estou falando agora como negociador, porque a minha vida inteira fui negociador sindical, e na política eu acho que também, dentro da democracia, há uma arte de você negociar e conciliar pontos de vista. Por isso eu acho que a gente conseguiu tocar a Bahia sem uma fixação ideológica: há o PPP de hospital, de campo de futebol, de saneamento, que garantem a funcionalidade, ou seja, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

boas práticas, como foi dito aqui, boas práticas públicas. Então, eu não consigo entender por que a gente entra numa seara que abre mão de um protagonismo, porque, evidentemente, se a gente participa de um grupo e começa a tomar atitudes... Nós somos o primeiro dos Brics que abrimos mão disso. Então, é óbvio que você fragiliza uma posição. E, é claro, na própria declaração está dito, de acordo com a política americana...

E, reparem, eu não vou criticar a política americana. Eles estão com uma taxa de desemprego de 3,4, estão com a economia aquecida e, portanto, estão protegendo os seus produtos. A sua briga com a China, além da questão estratégica – porque a China foi depositária de 34% das patentes na área de 5G, enquanto os Estados Unidos foram depositários de 12%, no ano de 2018... É óbvio que é uma briga de gigantes. A minha opinião é que a gente tem que tirar aproveito da briga de gigantes no sentido de ser um partido no Ocidente extremamente importante. Então, reparem: eu não sou por nenhum alinhamento automático, mas, do ponto de vista declaratório – não estou falando aqui dos membros, seja do Itamaraty, do Ministério da Economia ou da Agricultura – do Presidente da República, há, na minha opinião, a criação de inconvenientes constantes. O Governo não é para ser ideológico, o Governo tem que trabalhar pragmaticamente, porque o povo inclusive vota em prosperidade: 10% votamos – vou dizer – ideologicamente, por convicções; o resto das pessoas vota em geral pelo seguinte: "Esse Governo está produzindo aquilo que eu preciso? O.k. Então, eu estou acompanhando".

Então, eu quero deixar a minha posição, respeitando evidentemente, que é o que me cabe, a posição do Governo, de estranheza porque, se em nenhum momento foi colocada a contraposição entre uma coisa e outra, inaugurarmos essa fila não me parece que é do tamanho que o Brasil merece ser considerado na constelação internacional pelo protagonismo que nós temos. No entanto, como já foi dito aqui, os meandros da declaração deixam sinuosidades. Na minha opinião, a gente deveria dizer "o.k., depois que eu ingressar, se prevalecer a regra, eu posso puxar a fila", mas, até ingressar, por mais que se diga que não vale para trás, é uma interrogação para o futuro. Nós estamos entrando num...

De qualquer forma, eu queria agradecer. Acho que foi extremamente rico o debate aqui, com posições de várias nuances, e eu creio que foi esclarecedor também para aqueles que nos acompanharam pela internet. Esse processo vai continuar, até porque eu acho difícil que, em quatro anos, consigamos o ingresso. E aí vêm outras eleições, e a gente não sabe qual é a nuance do próximo Governo que chegará. De qualquer forma, eu quero realmente agradecer aos cinco participantes aqui e também me colocar à disposição e também demandante de novas informações, porque eu acho que esse debate tem que se aprofundar.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer aos internautas que nos acompanharam. E repito: as perguntas serão endereçadas a cada um dos membros da Mesa, que remeterão para vocês através da própria Comissão.

Antes de encerrar, de qualquer forma, eu quero propor a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Faço a convocação da nossa próxima reunião para o dia 18 de junho, terça-feira, às 10h, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, com a finalidade de debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense, que permanece com pendências judiciais securitárias e indenizatórias, em atendimento aos Requerimentos 26 e 34, de autoria dos Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, e ao Requerimento 33, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos.

Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcelo Castro, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Jayme Campos, Juíza Selma, Confúcio Moura e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 26/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), REQ 33/2019 - CRE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC) e Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), e REQ 34/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Audiência Pública para debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense, que permanece com pendências judiciais, securitárias e indenizatórias, em atendimento aos Requerimentos nº 26 e nº 34 de 2019-CRE, de autoria dos Senhores Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin, e ao Requerimento nº 33 de 2019-CRE, de autoria dos Senhores Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val. **Participantes:** Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); Sra. Mara Regina D'Emilio Paiva, Vice-presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); Sr. Abel Dias, Consultor Especialista em Seguros e Aviação da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); Sr Marcel Camilo, Advogado do atleta Hélio Hermito Zampier Neto (representante de: Hélio Hermito Zampier Neto, Atleta da Associação Chapecoense de Futebol); Sr, Volnei Carlos Schwaikartt, Advogado dos familiares das vítimas; Sr. Cesair Bartolomei, Vice-Presidente Jurídico da Associação Chapecoense de Futebol (representante de: Plinio David De Nes Filho, presidente da Associação Chapecoense de Futebol); Sr. Thiago Degasperin, Advogado do Departamento Jurídico da Presidência da Associação Chapecoense de Futebol; Sra. Suzana Soares Melo, Advogada da Chapecoense; Sra. Dhayane Pallaoro Vicenzi, Filha do Sr. Sandro Luiz Pallaoro, Presidente da Chapecoense falecido no acidente; Sr. Claudio Beschizzaianelli, Subintendente de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. Sr. César da Rocha Neves, Coordenador-Geral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monitoramento de Conduta da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (representante de: Representante da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/18

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores, que vai tratar da audiência pública, em 18 de junho de 2019, terça-feira, às 10h22.

Abertura.

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

A presente audiência pública tem o objetivo de debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense, que permanece com algumas pendências judiciais, securitárias e indenizatórias, em atendimento aos Requerimentos nº 26 e nº 34 de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Srs. Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad – que vos fala –, e ao Requerimento nº 33, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Senhores Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val.

Tenho a honra de anunciar a presença dos nossos convidados, que estão acompanhando esta reunião na terceira fileira de cadeiras e que, posteriormente, integrarão esta Mesa de trabalho: Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sra. Mara Regina D'Emilio Paiva, Vice-presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr. Abel Dias, Consultor Especialista em Seguros e Aviação da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr Marcel Camilo, advogado do atleta Hélio Hermito Zampier Neto; Sr. Volnei Carlos Schwaikartt, advogado; Sr. Cesair Bartolomei, do Departamento Jurídico da Presidência da Associação Chapecoense de Futebol;

Sr. Thiago Degasperin, Vice-Presidente Jurídico da Associação Chapecoense de Futebol; Sra. Suzana Soares Melo, advogada da Chapecoense; Sr. Claudio Beschizza Ianelli,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subintendente de Ação Fiscal da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. César da Rocha Neves, Coordenador-Geral de Monitoramento de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Informamos que nos próximos meses teremos uma segunda audiência pública para tratar desse assunto, na qual teremos a participação dos seguintes senhores: do Sr. Ricardo Albacete, proprietário da aeronave utilizada pela LaMia; do membro da Clyde & Co, que representa o Fundo de Assistência Humanitária LaMia 2933; e os resseguradores da Bisa Seguros y Reaseguros S.A.; e demais convidados que não puderam comparecer hoje, mas que se justificaram e se colocaram à disposição para a próxima audiência.

Esclarecemos ainda que os seguintes convidados não puderam comparecer para participar desta audiência: Autoridade de Fiscalização e Controle de Pensões e Seguros APS-Bolívia; representante da Direção Geral de Aeronáutica Civil (DGAC) da Bolívia; e Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol).

Responderam ao convite informando que não poderiam comparecer por compromissos anteriores: Sr. Hélio Hermito Zampier Neto e Jackson Follmann, que são vítimas sobreviventes ao desastre, por motivos profissionais, de saúde, ou pessoais.

Enviaram representantes: Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; Aeronáutica Civil da República da Colômbia; AON, por alegado dever de confidencialidade; Empresa Martell; Off Side Logística Esportiva Ltda.;

Informo a todos a interatividade desta reunião. Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado da República. A população – já começaram a chegar perguntas – pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no seguinte endereço: www12.senado.leg.br/e-cidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Gostaria de registrar a presença do nobre Deputado Valdir Colatto, que engrandece essa manhã com a ilustre presença.

Como temos dez debatedores presentes, número superior aos assentos disponíveis na bancada, dividiremos os convidados em três grupos.

Sendo assim, tenho a honra de convidar para compor a primeira Mesa a Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense. Pode se assentar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Mara Regina D'Emilio Paiva, Vice-presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense. (*Pausa.*)

O Sr. Abel Dias, Consultor Especialista em Seguros e Aviação da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense. (*Pausa.*)

Sr Marcel Camilo, advogado do atleta Hélio Hermito Zampier Neto. (*Pausa.*)

Sr. Volnei Carlos, advogado. (*Pausa.*)

Esta é a primeira Mesa composta.

Antes de passar a palavra aos convidados, faremos uma leitura de uma síntese e posteriormente exibiremos um vídeo de aproximadamente nove minutos, com trechos do Episódio 8 - A Tragédia da Chapecoense, da Temporada 19 da Série Mayday! Desastres Aéreos, do Canal National Geographic.

Srs. Senadores presentes, gostaria de agradecer a presença da Senadora Leila do Volei, Senadora pelo Distrito Federal; do Senador Chico Rodrigues e do Senador Esperidião Amin.

Há cerca de dois meses, esta Comissão, através da nossa pessoa e do Senador Esperidião Amin, foi procurada pela Associação das Famílias das Vítimas da Tragédia do Voo da Chapecoense. Achamos por bem fazer esta audiência e jogar em foco um problema que se arrasta há quase três anos. A tragédia que abalou o Brasil e o mundo levou a vida de 71 pessoas e vitimou seis, trouxe muitas consequências e quase nenhuma reparação. Hoje colocamos no topo dos debates deste Parlamento a dramática situação daqueles que ficaram com a dor e a esperança de que a justiça seja feita.

Em 29 de novembro de 2016, o avião que levava atletas, membros da Chapecoense, tripulantes, jornalistas, para a final da Copa Sul-Americana, caiu quando se aproximava do aeroporto de Medellín, na Colômbia. A despeito do longo tempo transcorrido e do esclarecimento das circunstâncias do acidente, as ações de reparação das vítimas e de seus familiares estão na sua maioria distantes de um desenlace final.

Naturalmente, o perfil das vítimas, todas com a carreira profissional em curso, algumas delas figuras tarimbadas e muito reconhecidas no mundo do futebol, faz com que a sua falta seja muito sentida, particularmente pelos familiares mais próximos, que dependiam deles para prover sua subsistência.

Há que se destacar a complexidade dos feitos judiciais de reparação. Os processos correm em quatro países: Brasil, Colômbia, Bolívia e Estados Unidos, envolvem partes que não dispõem de liquidez para fazer face aos compromissos financeiros decorrentes das ações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judiciais, a exemplo da empresa aérea LaMia, a responsável pelo voo da Chapecoense, e outras com foro no exterior.

Várias frentes judiciais abriram-se no âmbito da Justiça trabalhista contra o clube e em outras instâncias judiciais contra os Governos da Colômbia e da Bolívia, bem como contra a seguradora Bisa, responsável pela apólice da companhia aérea LaMia.

Com o fito de amparar as vítimas e seus familiares e de representá-las, constituiu-se a Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense, representada aqui por sua Presidente, a Sra. Fabienne Bele. A Chapecoense também tomou iniciativa de constituir a Fundação Vidas, destinada a dar assistência às famílias.

O tempo transcorrido até a elucidação final das causas do acidente certamente contribuiu para a lentidão das causas judiciais. Todo acidente aéreo exige protocolo extremamente sofisticado de apuração das causas. Os laudos técnicos e a apuração final sempre são sustentados por análises detalhadas e tecnicamente embasadas, o que por si só tendem a dilatar o prazo de solução das pendências judiciais.

A causa do acidente, a falta de combustível necessário para o percurso do voo, também contribuiu para questionamentos judiciais das partes envolvidas. As tentativas de soluções das demandas por meio de acordos extrajudiciais não prosperaram a contento, frustrando a solução não litigiosa das contendas. De forma que, transcorridos quase três anos da tragédia, as vítimas e seus familiares continuam quase em total desamparo.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, chamamos esta audiência para se esclarecer publicamente o estágio atual das ações de reparação, propiciando a tomada de decisões que venham a diminuir e atenuar o sofrimento das vítimas e de seus familiares.

Declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de debater a atual situação das vítimas e das famílias da tragédia do voo da Chapecoense.

Antes de passar a palavra aos convidados, eu gostaria de exibir um vídeo de nove minutos preparado pela nossa Assessoria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não cheguei a acompanhar a convocação dos convidados à Mesa, não sei se há outros que serão convidados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu queria que V. Exa. incluísse – se não estiver incluída no segundo grupo – a Sra. Daiane Palaoro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. já tinha solicitado e foi determinado à Assessoria que a incluísse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, fico muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já foi incluído.

Determino à Assessoria que passe o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria a atenção de todos, pois a intenção de passar esse vídeo é justamente fazer com que nos envolvamos nessa questão, porque, além da dor que ficou em todo o povo brasileiro, principalmente nos familiares, essa situação gera uma humilhação nos familiares das vítimas inaceitável. Então, eu tenho a convicção de que todos nós aqui vamos nos irmanar, no sentido de buscar uma solução que possa ser um pequeno bálsamo no sofrimento dessas pessoas.

Passo aqui, agora, ao início das falas.

A Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense.

Ela gostaria de iniciar a sua participação com um vídeo que a assessoria técnica está providenciando.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. FABIENNE BELLE – Senhoras e senhores, bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense, eu quero agradecer a todos que trabalharam para que esta audiência pudesse acontecer e a todos aqui presentes no dia de hoje. Tenho certeza de que esta é uma oportunidade de trazer um novo momento de discussão sobre o acidente.

Dia 28 de novembro de 2016 ficou marcado, na história, como o dia da maior tragédia do esporte mundial, uma tragédia que perturbou gravemente o funcionamento das famílias, abalou toda a comunidade esportiva e a sociedade como um todo, pois o que aconteceu com esse grupo pode acontecer com qualquer um de nós, porque os órgãos dos Governos responsáveis pela aviação civil falham, e, quando eles falham, as consequências são desastrosas.

Como sabemos, esses órgãos são responsáveis por assegurar que o transporte aéreo seja realizado dentro dos padrões mínimos de segurança da aviação civil, respeitando o direito à vida do passageiro, zelando por sua integridade e garantindo que este chegue ao seu destino.

O que vemos aqui é que, claramente, esses objetivos não foram cumpridos. Uma série de práticas inadequadas e permissivas levaram à morte 64 cidadãos brasileiros que estavam dentro daquela aeronave, representando um time de futebol, uma cidade, um Estado, mas, acima de tudo, um país.

Nós não podemos virar as costas para essas vítimas. Nosso objetivo é tentar entender o que realmente aconteceu; é analisar a cadeia de envolvidos e as suas responsabilidades.

O acidente calou as vozes dessas vítimas, mas não calou as vozes de seus amigos e familiares. Estamos aqui hoje para pedir por justiça.

Passamos os últimos 31 meses de nossas vidas dedicados a investigar o que, de fato, aconteceu. Estivemos na Bolívia, Colômbia e Estados Unidos, em busca de informações que pudessem nos ajudar a começar a entender o que foi esse acidente, e, cada vez que nós aprofundávamos as investigações, ficava mais claro que o acidente havia começado muito antes de Miguel Quiroga, desesperadamente, pedir por vetores para aterrissar. Começou quando uma companhia aérea sem a menor condição de funcionar foi constituída na Bolívia, e, a partir daí, uma sucessão de atos equivocados cometidos por proprietários, corretora de seguro, seguradora e órgãos da aviação civil da Bolívia e Colômbia levaram esse avião a colidir contra o morro.

Na mente das famílias, ficam sempre as perguntas: quem sinalizou para a LaMia que o mercado do futebol era um nicho a ser explorado? Quem foi esse elemento que trouxe essa companhia aérea para transportar equipes de futebol sul-americanos? Por que os órgãos da aviação civil da Colômbia e Bolívia fizeram vista grossa a um plano de voo que não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autonomia suficiente para percorrer o percurso? E como a Aerocivil aceitou receber esse avião que infringia as normas de segurança preconizadas pela Icao? Como essas autoridades responsáveis não observaram a documentação do seguro, que tinha uma cláusula de exclusão que impedia que esse avião viajasse para a Colômbia? Como esses órgãos não impediram a LaMia de viajar? Por que não foram enfáticos e exigiram que a LaMia cumprisse o regulamento?

Não, eles não fizeram o papel deles. Eles não foram efetivos em proteger essas pessoas, colocando-as em risco, violando o direito à vida e condenando todos à morte.

A LaMia fez diversos voos no limite de combustível, como aponta o relatório final da Colômbia. E, mesmo ela praticando esses atos ilícitos, nenhuma autoridade foi capaz de impedi-la. Por quê?

Se pararmos para analisar friamente, essa tragédia só não foi pior porque o avião colidiu contra o morro. Mas e se ele tivesse caído na cidade? Imaginem o tamanho dessa catástrofe.

Como a corretora de seguro não avaliou esse risco? Como pôde propor uma apólice minguada de US$25 milhões? Como a corretora de seguro não avaliou o aumento do risco, ao transportar equipes de futebol? Esses US$25 milhões não cobririam nem a vida do Messi.

São muitas as perguntas que ainda fazemos diariamente. Essas perguntas não nos deixam sentir paz ou tranquilidade. Por isso, convido a todos aqui presentes, no dia de hoje, a uma reflexão, pois não falamos somente de indenizações; falamos de responsabilidades e falamos de justiça. E temos a certeza de que, se a justiça prevalecer, todos os outros direitos prevalecerão, porque nós somos todos iguais perante a lei.

O vídeo que vocês viram, precedente à minha fala, representa muito bem como ficou o coração de todos os familiares e amigos dessas vítimas.

O morro é a "devastidão" que ficou o nosso coração, e os escombros foram o que restou desse acidente nas nossas vidas, e é com isso que nós lidamos há 31 meses, todos os dias, sem respostas e sem, no mínimo, sermos tratados com dignidade quando solicitamos explicações às autoridades.

Passo a palavra à Mara Paiva.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode ficar à vontade.

Com a palavra a Sra. Mara Regina D'Emilio Paiva.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o espaço. Para nós, isso é precioso. São poucos os momentos em que nós temos oportunidade para falar a respeito de tudo o que aconteceu nas nossas vidas depois desse acidente.

Eu vou falar de improviso. Não estou acostumada a preparar nada. A minha vida sempre foi um eterno improviso, como a do meu marido. Mas o único improviso com que eu realmente não consegui lidar foi a morte dele. Eu sei que, como seres humanos, nós estamos... Claro, nós somos... Estamos por conta da vida. As coisas acontecem como têm que acontecer. De repente, existe uma lei maior. A gente não sabe ainda... Mas esse improviso é um improviso que vai me apresentar dificuldades para continuar vivendo para o resto dos meus dias. Eu falo de mim e falo de todas essas famílias que foram abarcadas nessa tragédia. Nós falamos em nome de aproximadamente – em uma conta bem rasa – 300 pessoas. Nós falamos de mães que provavelmente vão morrer sem saber os motivos pelos quais essa tragédia aconteceu. Nós falamos de filhos que ficaram sem pais, de crianças que, em um determinado momento, depois do acidente, voltaram a ter terror noturno e incontinência urinária, adolescentes de 11, 12 anos... Nós falamos de dia dos pais sem pai. Muito difícil! (*Pausa.*)

De toda forma, nós criamos a associação porque nós sabíamos que tínhamos condição de dar voz a isso. E não temos como deixar de agradecer este espaço concedido, que, para nós, como eu disse no começo, é muito precioso. (*Pausa.*)

Nós não sabemos qual vai ser o dia de amanhã, mas o dia de hoje é de luta e será de luta até o fim. E nós gostaríamos de contar com o apoio de vocês.

As questões que a Fabienne levantou são muitas, e eu, em muitos momentos, questiono também. Como a emissora em que meu marido trabalhava colocou essas pessoas dentro desse avião? São questões que a gente, sem dúvida, não vai conseguir esclarecer. Então, hoje, nós temos demandas trabalhistas, temos demandas cíveis, mas, sejam elas quais forem, nós gostaríamos de ir até o fim, nós gostaríamos de esclarecer isso.

E eu peço a ajuda e a colaboração de vocês porque, sem isso, nós não vamos conseguir dar continuidade...

Muito obrigada.

Desculpem, porque fiquei muito emocionada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações da Sra. Mara Regina Paiva.

Com a palavra o Sr. Abel Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABEL DIAS – Bom dia, pessoal.

Meu nome é Abel Dias, sou especialista em seguros e aviação e faço parte desta comissão aqui para tratar desse acidente, em busca de justiça.

Eu queria juntar um pouco do primeiro vídeo que a comissão passou com o segundo vídeo e com a fala da Fabienne e da Mara. Um acidente aéreo não ocorre por um único fato. Um acidente aéreo é uma comutação de vários fatos para que se chegue a um acidente. Então, a forma rasa e imprecisa de falar "a culpa é da Chapecoense, que contratou a LaMia; a culpa é do piloto, que voou sem combustível" é muito superficial em relação ao que realmente aconteceu.

Tomando por base... Eu queria o terceiro eslaide da apresentação, por favor. (*Pausa.*)

No próximo.

Esse é o relatório da Colômbia, dizendo a causa provável do acidente. Esse é o final do relatório, que, em poucas palavras, resume que o avião voou sem combustível, que ele não tinha combustível para chegar ao destino, para ir a um aeroporto alterno, a quantidade de reserva, combustível de contingência, combustível de aterrissagem, quantidade de combustível requerida pelas normas da aviação para execução desse voo. Esse é o final. Esse é o último passo de uma série de ocorrências anteriores. Esse acidente foi construído, não foi somente a falta de combustível. Esse piloto, pelo regulamento da aviação, nunca poderia ter saído do solo. Esse acidente começa muito antes, como bem falou a Fabienne. No próprio relatório da Colômbia, isso fica muito claro.

Eu gostaria de passar à próxima página. (*Pausa.*)

O relatório da Colômbia, antes das conclusões de acusar as falhas.

Obrigado.

Antes de acusar as falhas, ele começa a colocar diversos pontos que implicam à LaMia e aos órgãos de aviação erros. O primeiro ponto é: o explorador LaMia tinha falhas na sua segurança operacional; o explorador não cumpria com as políticas de combustíveis estabelecidas no manual de operação das aeronaves para voos internacionais.

Em 2015, houve uma investigação de rampa da Safa, que é uma organização para a segurança viária, e foram encontradas várias deficiências operacionais da LaMia.

No ano de 2016, a LaMia efetuou vários voos entre Cobija e Barranquilla com quantidade inferior de combustível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo ano de 2016, em agosto, outubro e novembro, essa mesma aeronave efetuou o mesmo trajeto Rio Negro-Viru Viru, Bolívia e Colômbia, e, nessas operações, o plano de voo original era Rio Negro-Cobija, que está no meio do caminho entre Rio Negro e Viru Viru; aí eles seguiam diretamente e iam até Viru Viru sem parar em Cobija, que era o plano original. Ele fez isso por três vezes.

A própria DGAC boliviana contava com um plano de vigilância para controlar os seus exploradores. Então, só aqui, a gente vê diversos erros da companhia aérea, sucessivos, denotando uma característica própria dela de agir nesse limite, sem o devido controle da DGAC boliviana, que tem implementado um plano de controle de vigilância dessa companhia.

Então, como há na aviação um plano de voo aprovado entre uma cidade e outra, e eu o estendo, eu faço um plano de voo São Paulo-Rio e vou até Manaus? Isso é inadmissível. Fica claro que não é somente a questão de falta de combustível. A gente está olhando para o final do problema e a gente tem que olhar toda a cadeia que originou esse problema. Aqui fica claro, para mim, que a DGAC boliviana foi negligente; ela não controlou uma companhia que é uma concessão, e ela tem controle absoluto sobre o que acontece ali.

Seguindo com as conclusões do relatório, o Brasil negou o plano de voo original da LaMia que era sair... Existiam dois ou três planos, e o último era sair de Guarulhos, parar em Cobija e seguir para Rio Negro. A Anac fez essa negativa baseada no que é chamado de liberdade do ar, que prevê que o voo entre países deve ser operado por uma companhia de um país ou do outro.

Aqui eu comentava um pouco antes com o Cláudio que eu acho que a Anac fez um bom trabalho. A Anac negou o voo, a Anac – eu brincava com o pessoal – bateu um escanteio e acertou no gol, só que ela poderia ter feito um excelente trabalho. E qual teria sido o excelente trabalho da Anac? Analisado a documentação, inclusive de seguro, e ter falado para Chapecoense: "Chapecoense, ainda que eu tenha negado o voo e não tenha deixado você ir do Brasil diretamente, se você for da Bolívia, não vá, porque esse voo não pode ir para a Colômbia; ele não tem autorização para ir para Colômbia.". Por quê? Porque o seguro precede a autorização de voo, é parte da documentação da autorização de voo. Então, se a Anac tivesse feito um trabalho de excelência, teria dito à Chapecoense: "Não vá com essa companhia porque ela não está autorizada a ir para a Colômbia.".

Seguimos com conclusões que são próximas às que a gente já viu: que o explorador planejou o voo de Santa Cruz a Rio Negro sem escalas, sem cumprir com requisitos mínimos de quantidades de combustível para efetuar o voo, pois não teve em conta o combustível requerido para voar a um alterno, o que seria, no caso de alguma intercorrência no voo, combustível de contingência, combustível de reserva e combustível mínimo de aterrissagem. Só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que aqui o explorador pode falar o que ele quiser; ele pode pôr o plano de voo que ele quiser. Cabe a quem regula a aviação negar esse plano e falar: "Não, você não vai decolar com esse plano.". E aí existe uma culpabilidade da Célia Castilho, que é a despachante do voo na Bolívia da Sana, mas o problema não é a Célia; o problema é a organização que falhou; o problema é a Sana ou a DGAC boliviana, que são órgãos que estão interligados, que falharam em autorizar um plano de voo que não é executável. Aí, voltamos à questão de um órgão regulador estar falhando.

Aqui, a gente quer chamar a atenção para o fato de que todos nós, hoje em dia, voamos e todos nós estamos correndo esse risco. Se há órgãos falhando, vão falhar com um voo *charter* e vão falhar com um voo de carreira; vão falhar em qualquer operação. É para isso que a gente quer chamar a atenção.

Outro ponto – e aí já começa a envolver a Colômbia –, não é só um país que aprova o voo, há um país que aprova o voo que sai e um país que aprova o recebimento desse voo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ABEL DIAS – E aquele onde se faz escala também, que seria na própria Bolívia, no caso. A autoridade de aviação colombiana aceitou esse voo. Então, ela também não avaliou que esse voo não poderia ir para a Colômbia e aceitou não só esse voo, aceitou todos os precedentes desse voo. Existiram outros três voos no final de 2016, e houve voos antes para a Colômbia. Então, de novo, mais uma autoridade que está errando, pondo em risco a vida de pessoas. Ela não controla se há a documentação adequada, não controla se há o combustível. Bom, estamos à mercê de agências que não estão fazendo seu trabalho. E a agência que fez o seu trabalho acerta, mas poderia ter feito um trabalho melhor ainda e não ter aprovado ou ter alertado, melhor dizendo, um grupo de brasileiros de que eles não deveriam voar, porque a empresa boliviana não tinha o seguro adequada para fazer essa operação e consequentemente não tinha as aprovações adequadas para entrar nesse país.

Continuando aqui, falando da Aasana, que foi apresentado este plano de voo que tinha o tempo de rota igual ao tempo de autonomia, sobre esse plano, o senhor de cabelos brancos que aparece no vídeo, ele é taxativo: "Esse plano jamais... É o maior erro da aviação aprovar um plano desse", em que a gente tem o mesmo tempo de rota, o tempo em que o avião está voando com autonomia, isso não existe.

E um outro ponto, de novo, descontroles diversos. O avião decola com peso superior à capacidade do avião. Isso nunca deveria ter acontecido, gente. Um avião está programado para decolar com um determinado peso. E ninguém controla. Na verdade, não é uma autorização, é uma falta de controle o avião estar decolando com peso maior. Ele poderia nem ter decolado. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avião não está preparado para decolar, ele decolou com 300kg a menos. É pouco para um avião, mas denota um descontrole.

Históricos de voo. A gente já falou um pouco sobre o histórico de voo da LaMia. Então, as autoridades boliviana e colombiana tinham conhecimento de que LaMia voava fora dos padrões. Vários voos foram feitos, diversos voos, seguidos voos com o mesmo trajeto. Então, faltou realmente um controle específico tanto da Bolívia quanto da Colômbia em não permitir que a LaMia fizesse esses voos. Não foi um caso. O acidente da Chapecoense não é um caso isolado, ele não é o final da história. Existe muita coisa que aconteceu antes que permitia que as agências tivessem controle, permitia que as agências negassem que a LaMia voasse, ou mesmo parassem as operações da LaMia. Isso era uma coisa que deveria ter acontecido. Por seguidas vezes, a companhia trabalha no limite. Isso não está certo, isso foge de qualquer regramento da aviação civil e comercial. Então, isso não deveria mais acontecer.

Inclusive, houve voos em que, por um acaso, acho que, por um consumo de combustível menor do que está nos manuais, essa aeronave chegou a fazer voos mais longos do que a autonomia da aeronave nos seus manuais, que é a última questão. Ele fez um voo 100km a mais, 160km a mais do que a autonomia da aeronave permitia, quer dizer, ela estava voando no limite do limite do limite.

Aí vem uma questão, já saindo um pouco da aviação e entrando na questão da contratação. E a gente vai envolver outros entes que poderiam ter colaborado para que esse avião não saísse do solo, que é a contratação da LaMia pela Chapecoense. Então, de acordo com os documentos, a LaMia chega em contato com a Chapecoense através de um funcionário.

No decorrer dessa negociação, a empresa Off Side Logística é envolvida nessa negociação. Alguns *e-mails* entre as companhias, e a Off Side assume a negociação em lugar da Chapecoense.

Até aqui, normal, estamos falando de negociação de contratos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ABEL DIAS – Oi?

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Nós gostaríamos de chamar atenção, ele está entrando num ponto superimportante, porque ele vai começar a elencar todas as instituições que fizeram parte desse acidente e a sequência de erros. Ele vai começar a falar a respeito de empresas que participaram disso, fizeram vistas grossas e deram continuidade ao processo que redundou nessa tragédia terrível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABEL DIAS – É, então, só para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu não iria interromper, mas já interrompendo, já que houve a interrupção, eu queria, até me valendo do que a nossa colega querida companheira Senadora Leila – que deve ter percorrido, em viagens como desportista, que ainda é, às vezes, precisando de um apoio físico, ela deve ter percorrido duas vezes a circunferência do nosso Planeta –, e eu comentava com ela que quem entra num coletivo desses perde a individualidade e não sabe nem onde é que está indo, nem como, nem o porquê, muito menos com qual medida de segurança, o que aumenta muito a responsabilidade do tutor ou dos tutores, porque não se sabe de nada, ninguém sabe de nada, não só neste voo ou de...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É muito clara uma sucessão de um jogar para o outro, está muito claro aqui. E, me desculpe, eu fui atleta e um atleta não é igual a um passageiro normal. O passageiro vai lá, escolhe a empresa. Não, o atleta entrega a vida dele, a responsabilidade ao coletivo, ao clube, à causa dele, como toda a equipe que estava ali dentro. Todo mundo entregou, confiando que as pessoas iriam escolher a melhor forma de eles chegaram ao objetivo final que era o jogo lá, a competição.

Então, nós vamos acompanhar isso aqui, mas para nós aqui é muito claro que houve uma sucessão de erros, mas ninguém pode se abster desses erros, desde a base, desculpe, desde o clube que passou para a agência, para a Off Side, que escolheu a LaMia e tudo. A gente tem que entender que essas pessoas foram negligentes com a vida desses atletas, desses profissionais da comunicação, porque eles entregaram, eles não se preocuparam. Ninguém vai competir, trabalhar e fala assim: "Vem cá, qual é a empresa com que nós vamos? Qual é o hotel em que nós vamos ficar? O que nós vamos comer?". Não, nós estamos entregando as nossas vidas. Eu entreguei 20 anos a minha vida ao meu clube, à minha confederação, e, vendo essa negligência, esse absurdo, esse descaso que aconteceu com esses atletas e esses profissionais da comunicação, esses técnicos, enfim, todo mundo que estava ali, não adianta, nós vamos escutar tudo aqui, mas a gente tem que ver o que o Governo brasileiro, o que nós como Senadores, o que nós poderíamos fazer para provocar os governos, essas instituições dos outros países, porque, diante disso, não se pode ficar calado, inclusive o próprio clube nesse sentido.

Sei que deram amparo, não faltou amparo às famílias, mas foi uma sucessão... Ninguém pode se omitir e dizer que o problema foi da Colômbia, da Bolívia. Não! Pensando numa vida que eu estava falando: "Meu Deus, o que pensar, qual o sentimento por que esses atletas passaram naquele momento ali, os profissionais que estavam ali dentro, as famílias?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá nem para imaginar, porque eu passei uma vida nisso, gente. Eu entrei num avião e saí num avião, entreguei a minha vida para essas pessoas, como esses atletas. Igual.

Então, nós vamos ouvir, mas é claro que ninguém aqui pode ser omitir diante dessa situação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É importante o aspecto objetivo, além da emoção, de tudo o que nós vivemos e vamos viver, propostas, sugestões objetivas sejam o fecho das intervenções no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com certeza esse será o objetivo dessa nossa manhã de trabalho e de outras que poderão vir para a gente poder não deixar esse assunto caia no esquecimento, porque está quase caindo.

O SR. ABEL DIAS – Senador, eu concordo com V. Exa. e lhe dou os nomes em cadeia para a gente acessar todos eles. Então, a ideia dessa construção é realmente nomear quem está envolvido nessa negligência e nessa sucessão de negligências, não é só o piloto. A gente tem a tendência de olhar o piloto, mas não é só ele, não é só o final; todos estão realmente envolvidos.

Aqui a gente chama atenção para a Off Side. Por quê? Porque a Off Side, como operador logístico, poderia também ter visto essa documentação e ter entendido que a Chapecoense não poderia voar com a LaMia para a Colômbia. Está o.k.? Então, antes do voo, a gente teve a autorização da Anac, que a gente já passou, na negativa da Anac, na verdade, ao voo e as autorizações prévias de Bolívia e Colômbia para esse voo acontecer. Aqui, há o um desenvolvimento de todo o racional do que estava acontecendo, da negociação entre as companhias, mas, voltando, aqui, a gente elenca mais um nome que é a companhia Martel, que é uma especialista em aprovações de voo. Então, como uma especialista em aprovações de voo pega uma documentação, ingressa no sistema da Anac essa documentação e não analisa que esse voo não pode acontecer? É condição precedente o seguro, há uma autorização de voo. Então, mais uma companhia que não fez o seu trabalho com excelência e que poderia ter evitado que esse voo decolasse. Então, aqui a gente já falou de LaMia, falamos das autorizações da Bolívia, falamos das autorizações da Colômbia, da empresa Off Side, da empresa Martel.

E, seguindo, a gente tem a questão própria da constituição da empresa LaMia. A LaMia é constituída primeiro na Venezuela, depois ela migra para a Bolívia. Tem os seus seguros desde 2012 negociados com o mesmo corretor que é o seu consultor para seguros, e aí vai muito de encontro com a questão das indenizações às famílias. Essas companhias foram constituídas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem negociando os seus seguros há anos sem nenhum acidente até então. E, quando ocorreu um acidente, a companhia aérea não teve o suporte devido da sua seguradora.

Esse seguro sempre foi negociado numa base de cobertura de US$300 milhões, desde 2012 até 2015. Em 2015, a LaMia, junto com a AON, o seu corretor, decide mudar essa apólice para 25 milhões, e coloca algumas exclusões, principalmente a exclusão ao território colombiano, que é o principal motivo da negativa da indenização às famílias, coisas que não existiam até 2015, isso entrou em 2016 na apólice, que é justamente a apólice que dá respaldo a esse voo.

E por que isso ocorreu? Por diversos motivos: economia financeira mesmo, mudança do mercado de Londres, a LaMia deixou de pagar algumas apólices e era malvista no mercado. Enfim, existiram vários conceitos econômicos que delimitaram essa decisão, mas aqui o principal é que uma companhia que tem a obrigação de ser o consultor, ou a responsabilidade de ser o consultor dessa empresa aérea deixou essas famílias desamparadas, porque colocou uma apólice que não amparou a operação. É uma apólice que não cobre voos para a Colômbia, primeiro, e, se cobrisse, o limite dessa apólice não cobriria as indenizações devidas às famílias. Então, aqui há mais uma companhia que sabia dos voos para a Colômbia, que sabia das exclusões dos voos para Colômbia nas apólices e permitiu que isso acontecesse, que é Aon Londres. Então, mais uma vez a gente tem mais uma companhia envolvida, mais uma empresa... Não é um regulador, é um corretor de seguros, mas poderia ter alertado a LaMia: "Não faça esse tipo de voo. Você não pode ir para lá". Então, é mais uma companhia envolvida, é mais uma companhia que foi negligente na questão de proteger para que isso não acontece.

O pós-acidente... Então, ao final dessa história é: a companhia de seguros em desespero, poucos dias depois do acidente, fala: "Tudo bem. Eu vou pagar essa apólice, sem exclusão territorial, sem exclusão por estar transportando atletas". Eu acho que acalmou a ansiedade um pouco. Em pouco tempo depois, a companhia decide negar a cobertura de seguro, retira essa sua fala de que iria pagar e cria um fundo humanitário.

O que é um fundo humanitário? O fundo humanitário eles criam com a intenção de pagar indenizações, de fazer acordo com as famílias, mas sem se envolver e sem assumir a culpa do que aconteceu, sem assumiu que aquilo estava coberto nas suas apólices. Do meu ponto de vista, da parte de seguros propriamente dita, isso tem a ver com: "Eu não vou assumir uma responsabilidade que não está na apólice; vou fazer acordos para começar a encerrar esses assuntos e não judicializá-los". Mas aí há um viés econômico também, porque, quando eu crio um fundo humanitário, eu não preciso mais pagar a indenização baseada na cobertura da apólice; eu pago o que eu quiser fazer em acordos, eu pago o que eu estiver proposto a fazer em acordos. Então, criar um fundo humanitário também é uma forma de viabilizar uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia para a resseguradora, para a seguradora, porque as propostas que foram feitas não chegam à metade do que era a cobertura da apólice, que já era pequena, baseada no risco que ela estava transportando.

Então, sendo aqui bem direto na questão das indenizações das famílias – e mais da metade das famílias não aceitou esse fundo humanitário –, esse fundo humanitário denota uma espécie do que a gente fala vulgarmente como um cala-boca às famílias: "Eu pago um determinado valor pelo que aconteceu, encerro o assunto e dou a isenção a todo mundo, inclusive à companhia aérea...". Então, é isenta a companhia aérea; a família não pode mais entrar com nenhum processo contra a companhia aérea. É isenta, porque se criou um precedente, a seguradora, a resseguradora, todos os seus representantes. Então, é praticamente falar que esse acidente não aconteceu. É pegar um dinheiro e falar que esse acidente não aconteceu, é esquecer tudo que houve com essas 77 famílias. Então, é mais um absurdo que acontece pós-acidente.

Existe ainda mais da metade dessas famílias que não aceitaram o fundo por entenderem realmente que isso é um absurdo e por não quererem isentar principalmente o maior culpado, que realmente é a LaMia. Então, ter a isenção da LaMia em um documento é absurdo para as famílias.

Então, quero deixar muito claro que esse fundo, apesar de parecer ser benéfico, em algum momento ele é muito prejudicial às famílias no sentido de dar uma isenção ao algoz da tragédia toda.

A SRA. FABIENNE BELLE – Na verdade, algumas famílias acabaram aceitando esse fundo porque já não têm fôlego econômico. São 31 meses após a tragédia sem terem recursos financeiros para manter seus filhos e se manterem. Então, algumas famílias foram obrigadas a aceitar por questões financeiras.

O SR. ABEL DIAS – Senador, encerro aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora com a palavra o Dr. Volnei... O copo me impediu de ler.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – É muito simples: Volnei Schwaikartt.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Volnei Carlos.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade.

Vou falar neste microfone até porque quero manusear algumas páginas aqui

Eu cumprimento o nosso Senador catarinense Esperidião Amin, que já naquele momento do acidente protocolou, à época como Deputado, um projeto de lei instituindo o Dia Nacional do Futebol, também subscrito pelo Deputado João Rodrigues.

Por que eu inicio com isso? Porque a exposição de motivos trata justamente das manifestações pelo Brasil e mundo afora da dor das famílias e de toda comunidade nacional e internacional, mas enaltecia o legado de estimular a solidariedade e fraternidade, que deveria ser firmado. Aceito, subscrevo esse projeto, mas só depois que as famílias tiverem essa mesma solidariedade e respeito. Nós somos advogados, eu a e Dra. Cleusa, uma família que não se curvou, mesmo em dificuldade financeira extrema, pois podemos ser de um país sempre visto como de segunda categoria, mas precisamos mostrar ao mundo que nós podemos mudar.

Por isso eu não quero repetir aqui muito do que foi falado e peço também que seja subscrita a previsão do art. 96 do Regimento Interno para que as petições e reclamações, inclusive nossas, tivessem um prazo aberto para nós sugerirmos mudanças no processo legislativo, inclusive marcado ontem pela edição da medida provisória que abre o mercado aeronáutico.

E abre o mercado para quem, Senador? Para outras LaMias? Abre o mercado para quem? Para a mesma Anac, que não vistoria os documentos e chancela saídas de voo, como fez com a seleção argentina no limite – sabia disso e escreveu lá "excepcional"? Excepcional era o quê? Levar o Messi quase sem combustível para Buenos Aires? Essa mesma Anac que ainda recebe os seguros que são encaminhados, mas não são conferidos?

Senador Lasier, sou gaúcho também e sei do seu jornalismo sempre combativo. Nós precisamos de um Senado que se levante.

Esse seguro pode não estar pago, pode estar assegurado pela Bisa – esse banco à moda... Esse banco boliviano é o maior da Bolívia, visivelmente caloteiro – e ressegurado por uma seguradora que eu não vou nominar, mas de que milhões de brasileiros são clientes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Então, tem que nominar.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – Os senhores terão oportunidade de fazer isso porque eu acredito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O lugar é aqui.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – Pelos documentos é Tokio Marine, que seria a maior seguradora... Resseguradora. O que eu queria saber é quantos voos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Me permite interrompê-lo?

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos comparar isso com ISS, que aí todo mundo vai entender. Se eu contrato, pode ser pessoa física ou jurídica, um prestador de serviço pago e ele não recolhe o ISS, eu sou o responsável. Pessoa jurídica ou física, ou seja, eu tenho a responsabilidade de saber se ele pagou, se ele recolheu. Imagina quando se trata de seguro e resseguro. É só para dizer por que eu insisti na identificação.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – Eu iria falar, mas eu acredito que há mais para nós investigarmos: quantos voos do Brasil estão ressegurados pela mesma seguradora? Quantos?

Vamos inverter. Países que nós respeitamos no mundo fariam, Senador... Vamos pegar um exemplo nacional: uma agroindústria que tem um potencial lesivo, sem ampla defesa, sem contraditório, é fechada imediatamente quando há uma suspeita. Essa seguradora vai continuar operando livremente, e nós, como Brasil, não fazemos nada? Absolutamente nada?

Vamos lá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Inclusive sob o aspecto da regra...

Vou interromper de novo. Acho que será a última vez.

Existe um livro muito interessante: *A Emoção e a Regra*, de Domenico de Masi. Quanto à emoção, todo mundo sabe o que estamos vivendo de emoção. Eu me lembro perfeitamente daquela noite e daquele "alvorecer", entre aspas. Mas o que eu queria registrar é o seguinte: nós temos de sublimar a parte emocional, a Casa, e tratar da regra.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O nosso assunto... Claro que faz parte da nossa vida a emoção, mas a nossa responsabilidade é a regra, ou seja, lei, regramento legal e respectivo cumprimento.

O SR. VOLNEI CARLOS SCHWAIKARTT – Eu gostaria que o Senador interrompesse tantas e quantas vezes sejam necessárias até porque aumenta essa discussão diante da qual é necessário que ninguém se cale.

Quando há um relato de todas as empresas que falharam, eu não vou deixar de fora a Anac. Parece que o nosso estilo brasileiro é sempre jogar a culpa nos outros. O Estado brasileiro nunca reconhece as suas ilegalidades, as suas falhas, e é por isso que este País nunca muda para melhor.

Existe um decreto... O Abel falou sobre o plano de voo, mas não vamos esquecer uma outra parte: esse voo negado com saída no Brasil, a princípio, iria até Cochabamba. De Cochabamba a Medellín, dariam 2,8 mil quilômetros, e esse avião não teria caído, porque teria uma margem, no limite, de 200km. Por interferência local, ele foi a Santa Cruz de la Sierra, que dá 3.002km. E aí aconteceu o que todos sabem.

Mas antes disso, a mesma Anac... E o controle aéreo de Plácido de Castro, em Rio Branco, tomou conhecimento desse mesmo voo, e ele sobrevoou o Brasil por 679km. E aí é uma regra clara desde 1989: ele deveria ter sido mandado baixar porque não poderia voar para lá. Não é um sobrevoo? Sobrevoo. Mas nós fizemos vista grossa, porque ele chega, faz... Aqui eu tenho até a conversação com a torre: ele faz a conversação, e damos as costas ao avião, ele eleva alguns milhares de pés, com uma sinonímia de redução de consumo de combustível, mas nós não enxergamos. Quer dizer, então vamos esquecer as nossas agências? Não sou partidário dessa teoria. Se nós não enfrentarmos os problemas que o Brasil comete diariamente, nós não mudamos nada.

Então o processo legislativo... Está em discussão o Código da Aeronáutica. Nós todos voamos muito todos os dias. As empresas que entabularam acordo tinham, sim, consciência de distância, combustível, etc. e tal. Mas vamos reduzir isso para nós, consumidores, e não como atleta, como a senhora foi; como consumidores. Nós ingressamos no avião. Alguém dos senhores sabe dizer quanto de combustível esse avião tem? Com tanta tecnologia, e nós não conseguimos receber no celular que esse avião está abastecido e tem a sua autonomia. Nós não queremos resolver os pequenos problemas, e assim choramos pelos maiores. Nós não sabemos se existe seguro, nós não sabemos qual seguradora. Eu, como consumidor, quero escolher não a Tokio Marine, eu quero ter autonomia para dizer "eu quero outra". Eu não quero uma caloteira, certo? São essas bases jurídicas de mudança legislativa que nos tornarão um país sério, pedindo desculpa pelos erros cometidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que falo, de repente, de uma forma um pouco com emoção, porque eu conheci todos aqueles, e por isso eu quis que a filha do Sandro Pallaoro usasse a tribuna, porque essas mortes não podem ficar assim, em vão. E digo mais: essa equipe que se foi teria sanado neste momento todos os problemas, eis que tinham uma competência extrema, e eles não gostariam do silêncio, eles não gostariam porque eles não eram assim.

Eu quero ser breve aqui, não ser repetitivo, mas quero que fique aberta a possibilidade de discussão nesta Comissão, no processo legislativo, porque nós precisamos enfrentar e entabular uma conversação com o Estado boliviano, que parece estar tão distante. E também é possível com eles sentar, eis que é um país vizinho.

Eu agradeço. Não quero me alongar. E agradeço a participação dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com certeza, o objetivo é esse, já tinha comentado aqui com a Fabienne. Vamos tentar, após as oitivas, encaminhar as nossas obrigações como Senado da República. Isso não vai ficar do jeito que parece estar. Tenho a convicção de que esses três Senadores que aqui se encontram vão saber, de uma maneira muito peculiar, retransmitir isso para a Casa, assim como este que vos fala, para que a gente possa tomar as providências e que os problemas possam ser sanados.

Senador Lasier.

Posteriormente, vou passar a palavra ao Marcel Camilo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente Nelsinho. Quero ser breve. Eu estou ali ocupado com a CCJ, onde estamos sabatinando candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público, mas ao saber do andamento desta audiência, fiz questão de dar uma chegada aqui, porque não nos sai da memória aquele acontecimento trágico, que impactou não apenas o mundo do futebol, mas o mundo inteiro.

Eu atuei muitos anos na crônica esportiva, como disse o Volnei, depois é que passei para a crônica política, e na imprensa convivi com muitas delegações, com muitos jogadores, e posso dizer que fui um amigo do Mário Sérgio. Mário Sérgio morou em Porto Alegre, foi um grande jogador do Internacional, aficionado também do turfe e uma pessoa admirável. Sofri muito com aquela tragédia pelos vários amigos que tinha lá.

Vejo nesta audiência o grande mérito de também o Senado Federal produzir um documento para todas essas entidades e todos esses envolvidos, Anac, a companhia aérea, os responsáveis – ou irresponsáveis – por aquele voo, que não poderia ter tido seguimento, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi um conjunto de negligências que causou aquela tragédia. E o Brasil tem sido azarado em vários momentos nos últimos anos exatamente por falta de fiscalização, por falta de seriedade.

Então eu vim aqui rapidamente, Presidente Nelsinho, me congratular com a iniciativa dos companheiros que requereram esta audiência, para que também aqui se produza esse documento, para que também tenhamos uma participação em alertar e em colaborar para que os responsáveis sejam punidos, para que isso não fique em vão, afinal, tanto sofrimento causou aquela tragédia, não apenas às famílias que choram os seus entes queridos que se perderam na ocasião – e entre eles eu lamentei muito pelo Mário Sérgio, pelos companheiros da imprensa que estavam naquela comitiva, pelos jogadores, e pelo abalo que se causou ao mundo do futebol, que até hoje choramos. Eu venho aqui para reforçar esse apelo para que esse documento seja expedido, essa participação do Senado Federal, que tenha a sua participação.

Era apenas isso. Queria ouvir um pouco, saber o que estava acontecendo aqui, pedindo licença para voltar para a CCJ, onde estamos em uma atividade bastante intensa no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço, Senador Lasier.

Vamos só ouvir o Marcel. Aí, fecha essa Mesa, e V. Exa...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado.

O SR. MARCEL CAMILO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos os Senadores presentes. Obrigado pelo espaço. Estou aqui representando não só o Neto, sobrevivente, mas as outras sete famílias que perderam seus entes queridos. O Neto, na verdade, não está aqui porque para ele é muito difícil essa situação como um todo. Todos aqueles perderam seus entes queridos e sofrem muito. Eu perdi vários amigos. Não estou aqui só na qualidade de advogado, mas como amigo de muitos deles. Mas o Neto morre todo dia, porque todo dia o Neto tem que falar, o Neto tem que explicar, o Neto tem que dizer, o Neto tem que comparecer, e o Neto é gente, o Neto é ser humano, o Neto tem coração, o Neto tem sentimento, o Neto tem família. Mas eu tenho certeza de que o Neto, neste momento, está assistindo à Comissão, e o Neto tem todo o interesse em ajudar para que isso seja esclarecido.

Não querendo me estender, e como diz o Dr. Esperidião Amin, a emoção é muito importante, mas a gente tem que ser objetivo, mas eu só queria dizer uma frase que o Neto me disse e que eu acho que representa muito não só o cerro, aquela devastação do monte, da montanha. O Neto me disse o seguinte: "Marcel, quando eu estava naquele avião e apagaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as luzes, o silêncio era mortal. Escutar o vento no avião é algo significativo". E acho que hoje as famílias têm esse barulho do vento na cabeça. Eu acho que as famílias hoje sentem essa escuridão, não por não indenização, mas por falta de esclarecimento, por falta de responsabilidades, por negligência.

Dr. Abel bem diz da sucessão dos erros que aconteceram – e agora sai a emoção e volta o advogado. Todas essas empresas continuam a operar o Brasil. Não cometeram erros no Brasil, é verdade, mas cometeram erros com cidadãos brasileiros. Nós tivermos 71 vítimas, das quais 67 são cidadãos brasileiros, pagam seus impostos, tinham suas famílias, e a Tokio Marine continua operando, a AON continua operando, e nós ficamos inertes, de mãos atadas, porque nada podemos fazer.

Acompanho as ações dos Estados Unidos. Acompanho as ações dos Estados Unidos ponto a ponto. Não tenho tanto contato, mas o meu respeito e admiração pela Mara e pela Fabienne são enormes. Eu não perdi marido, eu não perdi filho, eu perdi amigos de longa data. Então a solidariedade é muito grande. Às vezes sou um pouco disperso e não acompanho muito o que eles fazem, mas de outro lado estou buscando nos Estados Unidos as reparações. As incongruências, as incoerências são absurdas. São absurdas! Como uma AON, que é uma empresa especializada em seguro, sabendo do que a LaMia fazia, propõe um seguro, seja de 25 ou de US$300 milhões, sabendo qual era a operação da companhia? Isso é mais ou menos o corretor que sabe que eu tenho um filho com menos de 24 anos dentro da minha casa e não põe isso na minha apólice. Estou errado, Dr. Abel?

O SR. ABEL DIAS (*Fora do microfone.*) – Certíssimo.

O SR. MARCEL CAMILO – Essa é a conclusão. Aonde nós vamos chegar? Como é que nós vamos reparar? E como é que nós vamos mudar? Eu viajo muito e todas as vezes eu pego a minha passagem aérea e digo assim: Bom, quem é o seguro? Quem é o ressegurador? Esse cara pagou? Esse cara não pagou?

Nós temos um momento agora, a Avianca, que passa por dificuldade. Quem não voou de Avianca nos últimos 12 meses ou 24 meses antes da quebra? A Avianca pagou o seguro? A Avianca punha combustível? Eu não estou aqui para denegrir a imagem da Avianca, eu só estou dizendo o seguinte, gente: desde 2016 que esse acidente aconteceu e, desde então, eu não vi mudarem absolutamente nada! Nada!

É óbvio: o que nós vamos fazer com o passado? Nada. As vidas não retornam, os filhos não vão ver seus pais, as esposas nunca mais vão ver seus maridos. E dali para frente, o que se alterou? O que mudou? Quais são as responsabilidades? O que o governo da Bolívia já fez, a não ser menosprezar aqueles que o procuraram, as agências? Foram tratados como vermes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram tratados como pessoas que não deveriam estar ali: "Por que vocês estão incomodando aqui? Por que vocês atravessaram a fronteira e vieram até aqui?" É muito fácil, é muito simples: assumam as suas responsabilidades. Cadê o *rate* boliviano? Cadê o seguro? A gente não vê um centavo! A agência colombiana, a Aerocivil, onde está? Não tem seguro?

As incongruências a que me refiro, gente... É que, quando você começa a ler os relatórios e começa a falar com gente especializada... Eu não sou especializado, mas o Dr. Abel é, em seguros... Eles começam a dizer... "Mas, espera um pouquinho só. Como é que é? Montenegro? Mas Montenegro é aeroporto, Montenegro é a cidade. Vai à direita, vai à esquerda..." É uma coisa absurda, gente! É fora de propósito!

Então, assim, o que nós vamos fazer para mudar? Ou mais uma vez nós vamos esperar a pessoa entrar no avião, morrer e, aí, dizer: "Olha só, a Bisa não vai pagar. A Tokio Marine não tem responsabilidade. Ah, mas a gente cria um fundozinho humanitário." Fundo humanitário... Estive seis vezes com o fundo humanitário. Só me justifiquem. Se vocês me justificarem o que é o fundo humanitário, nós aceitamos o acordo. Eu só quero a justificativa, eu aceito o dinheiro. Diga para mim: o que é o fundo humanitário? De onde vem o dinheiro do fundo humanitário? O que é o fundo humanitário se não é esmola? Dr. Abel dourou a pílula... Esmola! Esmola, porque, a partir do momento em que ela assumir as responsabilidades, entra uma cadeia inteira que pode ser processada, esse é o xis da questão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL CAMILO – Uma cadeia rica... Gente, nós estamos falando de agências que têm seguros milionários, trilionários, só que, a partir do momento em que um der o ar disso, a cadeia inteira despenca.

E, aí, nós estamos sob o quê? Simplesmente submetidos à boa vontade do governo boliviano, à boa vontade do governo colombiano, que não têm boa vontade nenhuma, nenhuma boa vontade! E nós não conseguimos chegar a lugar nenhum, porque tudo permanece como está: 29 de novembro de 2016 permanece até hoje, e nós não temos mudanças de regras, e nós não temos nada que altere isso, nada, nada. Continuamos tendo equipes de futebol voando, continuamos tendo cidadãos voando – sabe disso a Leila, que voou milhões de vezes; temos vários amigos em comum no voleibol inclusive.

É neste sentido, gente: o que nós vamos fazer para mudar isso? Claro que todo mundo precisa de dinheiro. Claro... O caso dele: a família não aceitou e está em dificuldade. Agora, se realmente o cidadão brasileiro não conseguir ser contemplado nessa situação... Como nós vamos fazer isso? O que a gente pode fazer para alterar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente não puder contar realmente com vocês, que são representantes do povo, com vocês, que são aqueles que têm a caneta na mão e podem nos auxiliar para tentar mudar essa legislação e nos ajudar a fazer com que os governos dos países vizinhos mudem sua postura, essas famílias vão continuar passando pelo 29 de novembro de 2016 pelo resto da vida. Muitos pais já morreram...

Eu não quero mais me alongar, mas só peço a vocês: nós precisamos de apoio, nós precisamos de ajuda, nós precisamos que isso tenha uma solução. E eu digo às pessoas que estão envolvidas comigo: "Eu tenho uma triste notícia para vocês. Mesmo que tudo isso se resolva – porque você acha que isso tem ponto final –, isso não tem ponto final". Para isso não existe ponto final. Nenhuma condenação, nenhuma indenização fará passar a dor que a pessoa sente, mas, se você souber que conseguiu fazer algo para quem ficou, para as outras pessoas, talvez isso acalente um pouquinho a sua dor e você consiga levar a sua vida com tranquilidade.

Agora, da forma que está, gente, é muito difícil, é muito complicado. É muito difícil você subir com a filha de um jogador no avião e ouvi-la falar assim: "Tio, nós vamos ver o papai porque vamos mais perto do céu?". Emoção e emoção!

Vamos tentar alterar isso, Senadores, vamos tentar fazer algo diferente! Eu peço pelas famílias, são elas que mais sofrem. Cada uma delas está atrás de uma tela, assistindo, o que não deve ser nada fácil, porque a dor da perda é muito grande.

Queria agradecer.

Desculpem as lágrimas, mas é complicado... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Desfaz-se neste momento a primeira Mesa de debatedores. Dou total liberdade para qualquer manifestação que se queira fazer neste instante, antes de a gente chamar os outros debatedores: alguém quer falar mais alguma coisa?

A SRA. FABIENNE BELLE – Eu gostaria só de ressaltar o que o Marcel falou. Nós estivemos na Bolívia, nós estivemos na Colômbia. Nós somos muito mal recebidos, nós somos muito maltratados. Inclusive, o Vice-Presidente da Bisa chegou a discutir comigo. Então, é uma realidade: nós somos muito maltratados em ambos os países.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Eu gostaria só de ratificar o nosso pedido para uma próxima audiência. Então, se for o caso, além do Itamaraty, nós gostaríamos também da presença do Ministério Público, já que vamos pensar num canal de negociação internacional. Então, acho que seria bastante importante para aumentar a nossa força e engrossar a nossa voz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Diante da sugestão de V. Sa., passo aos Srs. Senadores para proporem para a gente poder oficializar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pontualmente perfeita: Ministério das Relações Exteriores. Eu comentava com a nossa Senadora Leila: nós não podemos, não temos autorização, nem mesmo para convidar, eu creio, as embaixadas, os embaixadores desses países, mas o Itamaraty é o funcionário para isso, e o Ministério Público realmente tem que ser considerado. Eventualmente, talvez, a Advocacia-Geral da União, para que o assunto seja do Brasil. Então, acho que disso a assessoria poderia, desde já, cuidar, para que, ao concluirmos esta audiência, fosse marcada uma outra com a participação destas instituições, conforme sugeriu a D. Maria Regina: Ministério das Relações Exteriores, que tem a responsabilidade institucional; o Ministério Público; e, se é um assunto do Brasil, a Advocacia-Geral da União seria cabível.

O SR. MARCEL CAMILO – Senador...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCEL CAMILO – Essas empresas atuam no Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL CAMILO – O Ministério Público, perfeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Determino à assessoria técnica que faça as anotações devidas para que a gente possa tomar as providências na próxima reunião.

Então, desfaz-se a primeira Mesa.

Convido, para a segunda mesa de debatedores: Sra. Dhayane Pallaoro Vicenzi, filha do Sr. Sandro Luiz Pallaoro, Presidente da Chapecoense falecido no acidente; Sra. Suzana Soares Melo, Advogada da Chapecoense; Sr. Thiago Degasperin, do Departamento Jurídico da Presidência da Chapecoense; e o Sr. Cesair Bartolomei, Vice-Presidente Jurídico da Associação Chapecoense de Futebol. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, já que V. Exa. está incluindo, a Senadora Leila mencionou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A Anac.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já está presente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Está presente, não é?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Atendo um pedido da Sra. Dhayane Pallaoro Vicenzi: ela vai abrir, mas ela se sente mais à vontade ouvindo da plateia os debatedores. Então, com a palavra, a Sra. Dhayane Pallaoro Vicenzi.

A SRA. DHAYANE PALLAORO VICENZI – Bom dia a todos.

Não estava prevista a minha fala. Eu vim hoje como cidadã comum também para... Fiquei muito feliz quando soube da audiência e quis participar, porque também tinha interesse de que esse momento acontecesse. Agradeço ao nosso Senador Esperidião Amin, que me recebeu muitíssimo bem, e também ao Valdir Colatto, que me acompanhou até aqui.

Sinto o dever também de fazer a minha participação, primeiro, como um familiar que também sofre e passa por diversos problemas. Estou aqui representando dezenas de pessoas que não têm condições emocionais de estarem neste momento aqui, mas que deram apoio para que eu aqui estivesse. E também, com o fato ocorrido, eu sempre me senti com uma responsabilidade pela pessoa do meu pai em esclarecer o que eu pudesse a respeito do assunto.

Quando tudo aconteceu e a gente começou a entender e a organizar as coisas, a gente sempre buscou qualquer informação que pudesse ter em *e-mails* e no telefone, quando foi possível recebê-lo de volta. Fomos voluntariamente ao Ministério Público, acredito que de oito a nove meses após o acidente, e quis entregar tudo que eu podia e tudo que eu sabia, porque eu convivi com todas aquelas pessoas que estavam no avião. Era uma diretoria de excelência. O Senador talvez tenha convivido e tenha presenciado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu me orgulhei e sofri muito também com isso, como havaiano que eu sou.

A SRA. DHAYANE PALLAORO VICENZI – Porque, quando o meu pai entrou na presidência, era um time sem série, em 2010. E, em 2016, a gente estava representando o País: uma cidade do interior que tinha um time na Série A desde 2014, um feito que, se alguém escrevesse no passado, ninguém acreditaria que a gente alcançaria. E eles fizeram todo um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho de excelência, de competência. Então isso sempre me incomodava, porque eles sempre fizeram o melhor. Se eles soubessem de qualquer vestígio de irregularidade, quem conheceu o meu pai, diversos da diretoria, sabe que isso seria evitado e eles ainda estariam lutando por que empresas como essas não existissem.

Naquela oportunidade eu tive como esclarecer algumas coisas. Não era uma obrigatoriedade. O jogo foi na quinta. Tinham que escolher uma companhia aérea na sexta. Havia outras opções. Eles pediram outras opções. Foi a única que deu o o.k., que poderia fazer esse transporte. Isso ficou claro inúmeras vezes. Todas as vezes eram feitas várias cotações. E várias....

Então, algumas famílias têm esse peso de, além de ter que conviver com essa dor, querer esclarecer essas coisas, porque a gente sabe como eles eram, a gente sabe da competência deles, da honestidade deles e da responsabilidade que eles também tinham.

Então, hoje eu estou aqui... Para que isso aconteça, sei que vocês vão conduzir... Pedi isso e estou presenciando. Eu tinha muito medo de viver uma decepção de não saber o que aconteceria, mas eu tenho certeza de que a gente vai conseguir solucionar isso. Também sinto essa responsabilidade de ver as soluções para todo esse caso. Acho importante e sei que meu pai e muitas dessas pessoas gostariam disso.

Então, é isso que eu represento.

Agradeço imensamente a oportunidade a cada um de vocês, aqui, hoje. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dhayane, pode ficar à vontade. Se quiser se dirigir ao seu lugar, fique à vontade.

Com a palavra, Cesair Bartolomei.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Bom dia a todos.

Peço permissão para, na pessoa do nosso Senador catarinense Esperidião Amin, cumprimentar todos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

É muito difícil para nós da Chapecoense, com amigos, companheiros, amigos fraternos que nós perdemos também, não só o Sandro, Davi Barela Dávi, entre tantos outros, é muito difícil uma cidade do interior, que saiu do anonimato para o estrelato, saiu atrás de um sonho, e voltar uma lenda. É muito difícil tratar disso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou na Chapecoense desde a sua fundação como conselheiro, como advogado, mas, na Diretoria da Chapecoense, a partir de março do ano passado. De 2018 para cá, eu assumi a Vice-Presidência Jurídica da Chapecoense.

O nosso Presidente – Maninho, carinhosamente chamado –, Plínio David de Nes Filho, teve muita lucidez quando contratou este que está ao meu lado esquerdo, Thiago Degasperin, um jovem e brilhante advogado que fez com que a Chapecoense se aproximasse de todas as famílias e que todas as famílias se aproximassem da Chapecoense. Porque o acidente não só deixou a população de Chapecó estarrecida e sem ação, mas principalmente aqueles que dirigiam a Chapecoense, porque se tratava do maior acidente aéreo esportivo do mundo.

Nós tivemos que aprender junto com os familiares a tratar desse assunto. Quando se trata da vida das pessoas, do sentimento das pessoas, é muito difícil você penetrar na mente de todos e fazer com que todos estejam no mesmo caminho. Cada um tem uma forma de verificar o acidente. Eu não sou diferente.

Eu perdi o meu compadre Davi Barela Dávi, com quem trilhei a minha vida desde a infância, fizemos cinco anos de faculdade juntos, viajávamos juntos todo final de semana para Cruz Alta, fazíamos 620km toda sexta-feira meio-dia e voltávamos ao domingo após o meio-dia para fazer o curso de Direito, porque em Chapecó não havia. Perdi ali um pedaço de mim, porque a nossa amizade transcendia qualquer coisa. Perdi um irmão.

Nós conhecíamos todos os jogadores. Os jogadores faziam parte da sociedade de Chapecó. Chapecó entrou numa consternação sem precedentes, mas nós precisávamos dar uma resposta às famílias. E a gente começou, em 2017, em agosto, com a contratação do Thiago Degasperin. As famílias começaram a se aproximar da Chapecoense, porque tinha acontecido um rompimento – e não vamos aqui buscar culpados, não, porque não é esse o objetivo. O objetivo nosso, da Chapecoense, é buscar soluções, e soluções que tragam conforto às famílias que ficaram, porque as pessoas que se foram, essas não voltam mais.

Nesse projeto que eu aceitei, nesse desafio que eu aceitei, eu disse: "Eu vou, Maninho, desde que eu tenha autonomia para reaproximar todas as famílias, fazer negociações com eles, procurar acertar o maior número de ações possível para dar, pelo menos, um alento aos filhos dos pais que se foram". Graças a Deus, a gente conseguiu!

Hoje, das ações trabalhistas de todos os jogadores e dos funcionários, nós já estamos com 92% delas acordadas e homologadas judicialmente, Sr. Presidente. A Chapecoense está assumindo um passivo de R$45 milhões para serem pagos em 10 anos. É longo? É, mas o nosso orçamento é 10% do orçamento de qualquer time grande de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Nós não podemos dar o passo maior que a perna, como se diz lá no nosso Estado. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chapecoense está fazendo os acordos, que serão cumpridos na sua íntegra, do primeiro ao último centavo. Esse é o compromisso que nós assumimos.

E a gente não sela nenhum acordo sem que a Diretoria Financeira nos dê o aval, dizendo: "Pode fazer nesse valor, nessas condições". Assim a gente está fazendo. Tanto que, para fazer esse acordo, eu solicitei à Diretoria Administrativa e ao Conselho Gestor, que se reúnem – a Diretoria Administrativa e a Diretoria do Conselho Deliberativo – numa assembleia-geral do Conselho Deliberativo específica para esse assunto. E nessa assembleia nós tivemos a unanimidade entre todos os conselheiros para que prosseguíssemos com os acordos. E nós estamos tendo sucesso. E esse "sucesso" – entre aspas, porque indenizar a vida de amigos e coisa e tal não é sucesso – nós estamos tendo ao fazer esses acordos graças à benevolência, à compreensão dos familiares, mas principalmente aos meus colegas advogados, que tiveram, e estão tendo, a capacidade de saber que a Chapecoense não é a única culpada por esse acidente, conforme já foi dito aqui.

Nós não estamos fugindo da nossa responsabilidade. A Chapecoense nunca fugiu da responsabilidade dela, como também nunca dissemos: "Ó, fulano, ciclano foi o culpado por isso". Não! Houve uma sucessão de erros que fez acontecer isso.

O maior time da história da Chapecoense se foi naquele sonho que nós não conseguimos conquistar. E o Nacional, de Medellin, por um gesto humanitário grande, nos concedeu o título de Campeão Sul-Americano, cuja medalha eu tive a oportunidade de passar hoje às mãos do Presidente: a medalha de campeão da Sul-Americana. Que fique registrado isso nos *Anais* desta Casa.

A Chapecoense está fazendo o possível e o impossível, mas nós temos que manter o time na Série A. Se nós não mantivermos o time na Série A, nós não vamos conseguir cumprir com aqueles compromissos. A Chapecoense tem que ter parte do dinheiro do seu orçamento dirigido para a Série A. E cada ano que nós permanecemos na Série A o custo fica maior. A Senadora sabe o que significa isso. Para se manter no topo, custa mais caro. Para fazer futebol de primeira, para conseguir combater e jogar contra os grandes times do centro do País, nós precisamos ter uma folha de pagamentos maior. Os jogadores não vêm mais por meia dúzia de reais; eles já querem salários equiparados aos desses clubes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – E tudo isso é um drama para nós, porque nós temos que conciliar, fazer os acordos, manter o time na Série A, cumprir com nossos compromissos financeiros, além de manter toda a estrutura da Chapecoense. E a filha do Sandro está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela sabe o que o pai dela passava, quantas noites ele ficou sem dormir, pensando em como ia buscar dinheiro para poder pagar o time no final do mês.

Então, na Chapecoense, Sr. Presidente, a gente está fazendo o possível e o impossível para a gente ter um diálogo franco, aberto. Graças a Deus, nós tivemos ressonância nas famílias todas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Mas graças ao trabalho, quero voltar a dizer, do Thiago Degasperin, esse jovem advogado que hoje é Presidente da Subseção da OAB de Chapecó. É uma grata e honrosa satisfação tê-lo junto à Chapecoense fazendo esse trabalho.

Eu não tenho dúvida de que nós, na Chapecoense, precisamos, mais do que nunca, dos senhores do Senado Federal e principalmente do Itamaraty. Se o Itamaraty, o Governo Federal, o Governo brasileiro não entrar nesse processo aí, não vai acontecer absolutamente nada! Os senhores me desculpem! Os senhores legislam, mas quem executa são eles. Parece-me que é isso, não é, Senadora?

Então, se nós não tivermos o apoio muito forte mesmo do Itamaraty e da Presidência da República, nós vamos ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – ... sérias dificuldades para poder minimizar o sofrimento dessas famílias.

Só quem perdeu alguém sabe o quanto isso custa, sabe como é passar o dia a dia... Meu irmão faleceu em 1979, vítima de um acidente. Ele era pai de uma filha de nove meses, que eu tive que ajudar a criar. Todo dia, corremos atrás para dar a ela uma boa condição de vida, para que ela pudesse ser o que ela é hoje, uma mãe maravilhosa, que deu um bisneto para a minha mãe. Quero dizer que só a gente, que sentiu na carne, sabe o que é perder um ente querido. E a Chapecoense perdeu um time inteiro, uma diretoria toda. De um momento para outro, em questão de segundos, nós ficamos sem assoalho, sem saber onde pisar, sem saber aonde ir, a quem buscar, o que buscar, como fazer, como lidar com isso aí.

Então, em nome da Chapecoense, como sou o representante oficial, eu gostaria de deixar aqui, Senador Esperidião Amin, Presidente desta Comissão, e à Senadora um pedido para que nos ajudem, fazendo com que o Itamaraty e o Governo Federal entrem nessa nossa luta que há três anos estamos travando.

A Chapecoense, dentro da possibilidade dela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – De acordo com o meu relato, vocês estão entendendo que nós estamos fazendo o possível e o impossível. Agora, as nossas forças estão terminando e estamos precisando de alguém maior, com mais representatividade, e aí é só o Governo Federal.

Essa é a minha manifestação.

Muito obrigado.

Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Sr. Thiago Degasperin, vou fazer um registro para que o nosso Presidente Nelsinho Trad submeta à apreciação, Senadora Leila.

Acho que as palavras do Dr. Cesair Bartolomei me sugerem acrescentar aos agentes já solicitados o Ministério da Justiça, além da Advocacia-Geral da União, que age judicialmente, para que contribua com a ação política do Itamaraty. Isso nós já deliberamos. Então, vou deixar aqui essa sugestão, para que o Presidente Nelsinho Trad submeta isso ao Plenário.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que cabe isso, é Ministério da Justiça e da Segurança. Então, acho que seria oportuno que, na próxima audiência, que já foi aprazada, fosse incluída também essa convocação.

Com a palavra o Dr. Thiago Degasperin.

O SR. THIAGO DEGASPERIN – Muito bom dia a todos!

Primeiro, quero agradecer ao Dr. Cesair Bartolomei pelas generosas palavras tecidas a mim, mas quero dizer também que nada se faz sozinho. Sem o apoio dele, sem o apoio do corpo jurídico da Chapecoense, sem o apoio dos colegas advogados, sem o apoio e a compreensão das famílias das vítimas, nada disso seria possível.

Também é importante salientar o apoio da Afav-C, presidida pela Fabienne Belle, que há pouco se manifestou, bem como o do Presidente da Abravic, Dr. Fabiano Porto.

Muito brevemente, quero falar e trazer alguns pontos sobre os esforços empreendidos pela Chapecoense no auxílio às famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como primeiro ponto, quero apenas trazer para vocês que, poucos dias após o acidente aéreo, o clube promoveu todas as rescisões trabalhistas, providenciou o pagamento dos seguros de vida contratados pelo clube e pela CBF aos atletas e à comissão técnica, que somam aproximadamente 40 vezes o salário da carteira de trabalho, bem como realizou o pagamento de todas as premiações decorrentes do Campeonato Brasileiro e da Copa Sul-Americana. Mas tudo isso nada mais é do que a obrigação legal do clube.

Como segundo ponto, nós iniciamos conversas e aproximação com as famílias. Por iniciativa da Afav-C, representada pela Presidente Fabienne Belle e pela Vice-Presidente Mara Paiva, nós passamos, como clube, a pensar não apenas na reconstrução da Chapecoense, mas também na reestruturação das famílias.

Como terceiro ponto, o clube e a Afav-C assinaram um protocolo de intenções com o objetivo de nivelamento das informações que a associação possuía em seu poder, que os advogados das famílias possuíam em seu poder e que o clube também possuía em seu poder, buscando nivelar todos em conhecimento e também firmando parcerias de não exploração de imagem das famílias das vítimas.

Também ficou estabelecido por esse protocolo de intenções que todos os valores recebidos pela Chapecoense, seja por doações nacionais ou internacionais, fossem divididos na proporção de 50% para o clube e de 50% para as famílias. O clube também sinalizou a doação às famílias de 40% de todos os valores que poderão ser conquistados com as duas demandas propostas no Brasil contra a Bisa, a LaMia, a DGAC e a Aasana.

Como quarto ponto, o clube e a Afav-C viajaram para a Bolívia, para a Colômbia e para os Estados Unidos com o objetivo de subsidiar uma ação criminal que tramita na Bolívia e também de buscar elementos para ações conjunta contra os responsáveis por esse grave acidente.

Como quinto ponto, o clube contratou um especialista em seguros e em aviação, que é o Dr. Abel, que acabou de se manifestar nesta Casa, com o objetivo de auxiliar todos na compreensão e nos apontamentos relacionados ao acidente aéreo, para atuar diretamente com a Afav-C, elaborando pareceres e laudos técnicos. E, dessa aproximação, surgiram várias parcerias com as famílias e com as associações.

Recentemente, após incessante trabalho da Afav-C, em parceria com a Chapecoense, foi criada a Fundação Vidas. O que é a Fundação Vidas? A Fundação Vidas nasceu da necessidade das famílias – é o que todos estão aqui abordando – de cuidar de quatro pilares: saúde, educação, moradia e alimentação dos familiares das vítimas. Essa fundação nasce com um período determinado de quatro anos. Portanto, ela não vai ter duração eterna. É apenas o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período em que as famílias mais estão precisando. Então, a Chapecoense, para isso, mobilizou uma quantia em dinheiro e faz aportes mensais a essa fundação. Comprou uma sala comercial, onde ela pode funcionar. E o maior desafio agora é colocar essa fundação em pleno funcionamento, para que a gente consiga realmente conquistar todo o potencial que essa fundação pode alcançar para atender os familiares nesses quatro pilares.

O clube também possui um convênio, realizado com a Abravic, que é também uma associação criada para atender aos familiares das vítimas, pelo qual também faz aportes mensais com o objetivo de minimamente auxiliá-los na sua reestruturação.

Então, em acuradíssima síntese, esses foram alguns dos esforços empreendidos pelo clube para que fosse possível essa reaproximação com as famílias.

Quero agradecer a oportunidade em nome da Chapecoense.

Permanecemos à disposição para eventuais apontamentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Dr. Thiago.

Antes de passar a palavra para a Dra. Suzana, eu convido já para fazer parte da Mesa, até pelo adiantado da hora – vou dar mais cinco minutos para cada um –, o Sr. Claudio Ianelli, Subintendente de Ação Fiscal da Anac, e o Sr. César Neves, Coordenador-Geral de Monitoramento de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Com a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Susep é vinculada a quem?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (*Fora do microfone.*) – Ao Ministério da Economia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas já foi da Justiça?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (*Fora do microfone.*) – Não, não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sempre foi da Economia?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES (*Fora do microfone.*) – Era da Fazenda, agora é da Economia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, a Dra. Suzana...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu queria retificar, então, a minha sugestão para o Ministério da Economia, porque o IRB foi privatizado, hoje é uma instituição privada, não é? Não existe mais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente. Está retificado.

Com a palavra a Dra. Suzana. Peço brevidade pelo adiantado da hora.

A SRA. SUZANA SOARES MELO – Bom dia... Boa tarde a todos.

Inicialmente, eu gostaria de expressar o nosso apoio e solidariedade. Meu nome é Suzana Soares Melo, sou advogada do escritório Cavallazzi, Andrey, Restanho & Araujo, e nós representamos a Chapecoense e algumas famílias em busca da realização de reparação na Justiça, tanto aqui no Brasil quanto na Colômbia.

Nós gostaríamos então de, já expressando essa solidariedade, falar da importância do trabalho que vem sendo feito, um trabalho conjunto da Chapecoense com a Afav-C, de que temos aqui as representantes, a Fabienne e a Mara, Presidente e Vice-Presidente, que têm feito um trabalho muito importante nessa construção da busca da verdade e das provas para fazer frente ao processo judicial, e a Chapecoense também, em conjunto com todo esse processo.

A partir disso, nós reunimos, então, elementos de prova para buscar a reparação, tanto aqui no Brasil, em busca de uma indenização perante as autoridades bolivianas – estamos falando aqui de DGAC e Aasana, que são os órgãos responsáveis pela aviação civil na Bolívia – e também de uma ação de reparação perante o seguro, que é a Bisa Seguros, e a companhia aérea LaMia. Então, nós temos uma ação de reparação, que tramita na Comarca de Chapecó, representando então a Chapecoense e algumas das famílias, e essa ação vai entrar em um momento importante, que é justamente a questão relacionada a uma audiência de conciliação para posterior emissão de carta rogatória e apresentação de defesa.

É importante salientar aqui justamente a relevância deste momento, em que há autoridades presentes, e que é importante a gente ter uma reunião de esforços, inclusive, para a realização da segunda audiência, que já está agendada, com a participação de autoridades internacionais inclusive, para que tenham essa oportunidade, inclusive, de se comprometer perante os familiares e as vítimas para a solução do caso.

Além dessa ação no Brasil, também, por intermédio de advogados locais, houve ajuizamento para a Chapecoense e para as famílias de uma ação de reparação de danos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perante as autoridades da Colômbia – a gente está falando aqui da Aerocivil e também da seguradora da própria Aerocivil na Colômbia. É uma ação que teve uma audiência prévia de conciliação, em que não se obteve êxito e, portanto, mais uma vez ressalto a importância aqui da confluência de esforços para que se chegue à realização da justiça efetiva nesse caso. Já foi há quase três anos o acidente, e a gente está em busca da responsabilização das autoridades, dos responsáveis pelo acidente aéreo.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade e salientar a importância deste momento em que todos estamos aqui imbuídos do mesmo propósito, de buscar a justiça aos familiares, representados aqui pela Mara, pela Fabienne e pela Dhayane, que estão aqui presentes. A gente agradece essa participação e, na verdade, a todos os familiares e sobreviventes desse trágico acidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações da Dra. Suzana.

Para que V. Exas., Srs. Senadores, possam estar cientes, bem como os demais participantes, nós recebemos pelo Portal e-Cidadania alguns questionamentos.

Da Mirian Nunes, de São Paulo: "O Estado tem algum tipo de responsabilidade sobre este acidente?". Algum advogado que puder responder, na hora das respostas, manifeste-se.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, fica você com essa pergunta.

Anadjena Gomes, do Ceará: "Esse tema requer urgência. Os familiares das vítimas precisam de respostas e providências". Apenas uma constatação.

Cícero Avelar, de Minas: "O que pode ser feito para acelerar o processo de indenização para as famílias [que sofrem]?".

Renato Nery, Pernambuco: "Que haja o amparo devido aos familiares".

Thony Ricardo, de Minas Gerais: "A realidade é que depois de tanto tempo [...] [as] pendências indenizatórias [precisam ser resolvidas]. Além de [...] falta de respeito com a família, fere a dignidade deles".

Ezequiel Amorim, de São Paulo: "Familiares precisam de [uma] resposta rápida".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz questão de ler isso agora para que vocês observem que o Brasil todo está irmanado nesse mesmo objetivo que a gente. Diversos locais, diversas regiões.

Com a palavra o Dr. Claudio.

V. Sa. dispõe de cinco minutos.

O SR. CLAUDIO BESCHIZZA IANELLI – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente, por meio de quem cumprimento toda a Mesa, Exmos. Srs. e Sras. Senadoras presentes, todos os familiares, todos os presentes, muito bom dia – boa tarde já.

Primeiramente, eu gostaria de deixar claro que a Anac se solidariza neste momento com todos os familiares das vítimas do acidente.

Uma coisa sobre a qual eu também gostaria de fazer uma consideração neste momento é que no Brasil nós temos duas autoridades de aviação civil, Presidente: nós temos o Comando da Aeronáutica e a Anac.

O Comando da Aeronáutica é responsável pelo controle do espaço aéreo, ou seja, a aprovação dos planos de voo não é competência da Anac, é competência do Comando da Aeronáutica. A Anac, sim... A competência da Anac é regular toda a operação da aeronave.

É importante colocar isso, principalmente aos senhores familiares que estiveram, por exemplo, nos Estados Unidos, vendo isso lá. O FAA, que é a agência americana, controla... Lá não existe essa divisão. É uma única agência que controla tanto o espaço aéreo quanto a operação das aeronaves. Só estou colocando isso porque, quando se questiona por que o controlador de voo no Brasil não adotou este ou aquele procedimento, não é a Anac que vai poder responder a essa questão. Essa questão tem que ser respondida pelo Comando da Aeronáutica, que é quem faz toda a parte de controle do espaço aéreo. Isso é só para a gente pontuar as responsabilidades de cada setor.

Rapidamente, eu gostaria de dizer que a Anac não autorizou o voo em questão. A Anac não autorizou; nesse momento, por uma decisão, foi pego um voo comercial, foi tomado um voo comercial até a cidade de Santa Cruz de La Sierra; e lá, em Santa Cruz de La Sierra, foi tratado o voo *charter*. Então, como já foi dito aqui "n" vezes, as autoridades competentes para tratar desse assunto... Não é uma questão de se eximir de qualquer responsabilidade, mas é uma questão de separação de responsabilidades, de atribuir responsabilidades a quem de direito. Esse voo nasceu na Bolívia, então a autoridade boliviana e a autoridade colombiana, porque é o destino, teriam que fazer, como foi dito aqui, todas as checagens, com todas as responsabilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer a vocês também que no Brasil nós temos uma regulação que trata de assistência às vítimas de acidentes, e ela está passando por uma reformulação. Inclusive, no final do ano passado, em novembro de 2018, nós fizemos um seminário internacional, em que estiveram presentes autoridades americanas e europeias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLAUDIO BESCHIZZA IANELLI – ... e também houve a presença de algumas associações de famílias de vítimas, que trouxeram contribuições para nós melhorarmos o nosso documento, a nossa regulação.

Essa regulação, depois dessas melhorias que nós vamos fazer e aprimoramentos, será submetida a consulta pública, com a qual toda a sociedade brasileira poderá contribuir.

É isso. Eu queria... É um momento muito difícil. A minha área é que cuida dessa regulação, que trata da assistência às vítimas. Nós fizemos já simulações com seis companhias no Brasil da aplicação do Plano de Assistência às Vítimas. Essa ação é inédita no mundo. Nós estivemos na Icao. Nós fazemos parte de um grupo de trabalho, e o Brasil foi até elogiado por tomar essa atitude de fazer as simulações do Planos de Assistência às Vítimas.

Presidente, era isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Dr. Claudio.

Eu determino à nossa assessoria técnica que insira na lista dos próximos convidados, convocados, o Comando da Aeronáutica, para nós esclarecermos essas dúvidas.

Com a palavra o Dr. César Neves.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Obrigado.

Boa tarde a todos.

Obrigado pelo convite, Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas pelo adiantado da hora, V. Sa. dispõe de cinco minutos.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Sim.

Cumprimento os Senadores presentes: Esperidião Amin e Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Coordenador-Geral de Monitoramento de Conduta da Susep (Superintendência de Seguros Privados), uma autarquia que fiscaliza as seguradoras, as resseguradoras brasileiras e as entidades de previdência. Então, o que a gente faz é supervisionar e regular.

Nesse contexto, eu ouvi todos. Sou o último a falar. Então, eu queria esclarecer a diferença entre o seguro de vida e o seguro de responsabilidade civil. A minha maior contribuição aqui seria esse esclarecimento.

Primeiro, vou dizer que o seguro de vida quem contrata são os próprios passageiros, eles têm seus seguros de vida ou a empresa contratou para eles; no caso de jogadores, a CBF. Então, as seguradoras estavam no Brasil, são seguradoras brasileiras. E resseguradores brasileiros. Esses seguros foram pagos.

O que é o seguro de responsabilidade civil, que está sendo questionado, que está sendo discutido? Agora vou falar de uma maneira geral e depois falarei um pouco do seguro no Brasil, rápido.

O seguro de responsabilidade é para proteger o segurado contra ações judiciais de reparação de perdas, sejam elas pessoais ou corporais, ou perdas materiais. Então, na verdade, o segurado, nessa operação, em que não havia nenhuma seguradora brasileira, ou ressegurador brasileiro, ou *brocker*, ou corretor brasileiro, era a LaMia.

Então, a LaMia contratou uma proteção baixa, muito baixa para os padrões internacionais, para protegê-la contra ações judiciais no caso de ocorrência de um evento gerador, que é queda ou abalroamento, um acidente.

A proteção é contratada para que no momento do acidente... As vítimas, com todo direito, entram na Justiça e têm o seu direito assegurado pela justiça, a companhia seguradora paga até o limite da cobertura e o que superar o limite... Vamos supor que a indenização para uma determinada vítima o juiz determinou que seria – ou um acordo judicial – um milhão. Se a cobertura é de 40 mil, a seguradora paga 40 mil, e a responsabilidade, a outra responsabilidade, um milhão menos 40 mil, é da própria empresa. Seguro de responsabilidade civil no mundo inteiro funciona assim. Então, não há que se falar em responsabilidade de nenhuma empresa supervisionada pela Susep.

Quando a gente está ouvindo falar em Tokio Marine como resseguradora, é uma resseguradora – pelo que eu pude entender – em Londres. Nós temos a Tokio Marine operando no Brasil, uma seguradora, uma S.A. brasileira, que não assumiu esse risco.

Então, dentro da apólice – agora não tenho detalhes dessa apólice –, a Tokio Marine, dentro do risco que foi passado a ela numa operação de resseguro, se estivesse coberto esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evento no contrato, ela teria que pagar a indenização às vítimas até o limite da importância assegurada.

No Brasil, nós temos um seguro obrigatório. Então todas as empresas aéreas brasileiras têm que contratar o seguro que se chama Reta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – É um seguro obrigatório cuja resolução a gente alterou agora de 2017. Os valores são baixos desse seguro obrigatório. Agora, esquecendo esse acidente, no Brasil, nas operações dos voos no Brasil, a importância assegurada, o capital assegurado é apenas de 40 mil obrigatórios. Só que o que as grandes empresas brasileiras fazem? Elas contratam o obrigatório, porque é lei, é óbvio, e elas contratam o facultativo com apólices bem maiores.

Por exemplo, se recordarmos os acidentes da Gol e da TAM, as apólices da Gol e da TAM eram muito grandes, os acordos judiciais foram feitos e quem pagou dentro da apólice foram as empresas responsáveis. É claro que as empresas – grandes empresas – se protegem e contratam seguros a maior, mas uma pequena empresa poderia muito bem só voar com Reta, com 40 mil por passageiro. E aí, numa ação judicial, se o juiz determinasse um milhão, a diferença ficaria para quem foi o responsável. A seguradora não é responsável, ela só garante uma parte daquela responsabilidade. É só para esclarecer. Estou aqui para... Sempre podem surgir dúvidas, operação de seguro é complexa, ainda mais um seguro de responsabilidade civil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma perguntinha, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – César, nós estamos falando de uma queda no contrato que foi de 300 milhões para 25. É isso? Não existe um teto? Como isso acontece?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Como é essa negociação internacional, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso, porque nós estamos falando de uma queda drástica de 300 milhões para 25 milhões.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Eu não conheço a legislação boliviana. Então, não sei qual é o valor do limite de voo na Bolívia, qual é o limite por passageiro.

O SR. ABEL DIAS – Presidente, posso responder?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Justamente sobre isso, vou ajudar a complementar sua resposta.

Nessa questão, o seguro, os 25 mil cumprem com a legislação igual ao Reta no Brasil, é muito baixo.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – É muito baixo.

O SR. ABEL DIAS – O que a Senadora pergunta é se esse seguro era de 300 e veio para 25. Sim, desde 2012, esses sinistros, essas apólices são negociadas a US$300 milhões a cobertura de RC, justamente o que o César comentava, essa cobertura que cobre a responsabilidade da empresa, e, em 2015, a LaMia deixa de pagar essa apólice, tem problemas na renovação e a corretora Aon consegue negociar uma apólice de 25, menos de 10% da apólice.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – O que ele falou é que o seguro obrigatório seria de 25, então, pela lei boliviana, eles tinham a cobertura obrigatória. Só que uma companhia séria entende que 25 é muito pouco e vai buscar fora.

Quando se busca um seguro desses fora, você coloca o seguro... Primeiro, você precisa de uma seguradora, e a seguradora era a Bisa. Provavelmente ficou com um risco muito baixo, e eles colocam, chamam um corretor, um *broker*, para colocar fora do país, porque, mesmo no Brasil, as grandes resseguradoras... O IRB, que é um grande ressegurador, também vai ficar com uma parte pequena, mas imaginem na Bolívia.

Então, vai se buscar onde? Normalmente, no mercado londrino.

O mercado londrino, vendo a situação da LaMia, vendo todo esse passado que eu acompanhei aqui, nas discussões, falou: "Esse risco eu não aceito". Uma resseguradora não precisa aceitar o risco. Uma seguradora também não. Ele falou: "Esse risco eu não aceito. Só aceito até o limite da lei: 25 milhões".

Então, quem assumiu o risco?

Quem assumiu o risco foi a LaMia. Assumiu o risco de voar com aquele limite de 25 milhões. Se ocorresse um evento, ela teria que arcar com a diferença. Se todas as perdas fossem superiores a 25 milhões, a LaMia sabia que deveria arcar com a diferença.

O SR. MARCEL CAMILO – Só corroborando com a Senadora Leila, eu acho que a maior informação aqui é assim: o próprio especialista em seguro disse que o *rate* brasileiro é de R$40 mil. Nós não estamos falando de US$25 milhões. Esses R$40 mil vezes 180 pessoas, dentro de uma aeronave, não chegam a R$25 milhões!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – É verdade.

O SR. MARCEL CAMILO – Não chegam a R$25 milhões! E nós estamos discutindo como se essa mudança, de 300 para 25, fosse uma catástrofe! Catástrofe é o *rate* brasileiro, que é de 40 mil!

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Isso está na Lei 7.565, de 1986.

O SR. MARCEL CAMILO – Não importa. Eu quero que o senhor entenda que eu não estou discutindo. Lógico que é uma lei. E é uma lei que prevê R$40 mil!

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Também concordo com o senhor.

O SR. MARCEL CAMILO – E, aí, nós estamos discutindo R$325 milhões, dentro do que não é suscetível, dentro de uma situação que... E volto a repetir: o senhor está dando a explicação do seguro e da responsabilidade civil perfeitamente. O problema aqui é que a gente já transcendeu a responsabilidade civil. Nós estamos transcendendo.

A situação aqui é mais ou menos a seguinte: por que a Aon orientou de 300 para 25? Para fazer o seguro? Por que ela não queria perder o negócio? Esse é o meu questionamento. Esse é o questionamento que eu faço.

Por que que vai se tirar de 325 e se faz com uma companhia que já está em débito? Se não existisse o seguro, não subiria o avião.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Provavelmente por isso, para subir o avião. Então, as leis bolivianas determinaram, e eu não sabia, que os 25 milhões eram o limite, e eles conseguiram colocar – colocar é passar o risco – no mercado internacional o valor suficiente só para o avião subir, porque o mercado internacional, vendo a situação, falou: "Esse risco eu não quero".

O SR. MARCEL CAMILO – E o que me surpreende é que no Brasil não são nem 25 milhões: são 40 mil por passageiro!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, nós estamos falando de 40 mil para pais de família, enfim... Estou realmente perplexa.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – São 40 mil para proteger a empresa...

O SR. MARCEL CAMILO – Sim, mas é o seguro...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mas uma empresa que tem milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ter que proteger uma empresa que tem milhões?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – É o teor do... Não sou eu que estou falando...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpe-me. É a empresa que tem que se responsabilizar por vidas, porque ela é que está encarregada de oferecer um trabalho.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Como é que é o processo? A Justiça determina a indenização. Quando a Justiça determina a indenização, quem paga? A seguradora, até o limite da importância segurada. E, quanto ao que passar da importância segurada, paga quem é o responsável pela ação, quem causou o problema, que é o próprio segurado. Agora, quanto ao valor e repensar isso, eu concordo com a senhora. Essa lei é de 1986.

O SR. THIAGO DEGASPERIN – Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Neste momento, eu queria introduzir o que nós fizemos na semana passada: nós abrimos o mercado brasileiro para investidores internacionais, quer dizer, nós flexibilizamos isso também?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Todos teriam que ficar no limite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós fizemos.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – ... que é baixo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É, vamos ter que repensar isso aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, as consequências de cada decisão política legislativa...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Tudo correndo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo corrido, sem avaliação dos impactos... Olha... Há um pensamento do Morris West do livro *As Sandálias do Pescador* que sempre me assustou: uma das formas mais sutis de corrupção é não avaliar as consequências de cada decisão que se toma. Eu acho que nós temos que avaliar essa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – César, com licença, eu gostaria de fazer uma participação aqui.

É claro que, como leiga – eu não entendo nada disso –, o que nós sabemos é que, em um determinado momento, a LaMia comunica à AON que estava começando a transportar times de futebol. Então, pelo que eu entendo, de maneira leiga, isso é agravamento de risco. Portanto, a AON concorda em continuar transportando – ou melhor –, em começar a transportar times de futebol com esse valor muito abaixo do que seria o ideal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – ... o razoável. Exatamente. Muito obrigada.

Eu acredito, de forma leiga... Eu não consigo imaginar como um *broker*, que tem o papel de fazer... Ele está vendendo um produto. Se ele vende um produto, ele tem que ser responsabilizado por isso, porque, além de não haver – não existe – um limite para pagar as indenizações, ainda se fixar um valor muito abaixo do que era praticado e ainda assim com um agravamento de risco do transporte de times de futebol. Eu fico imaginando se, por acaso, esse avião tivesse caído – em vez de o Mário Sérgio estar lá dentro – com o Messi, o que seria?

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Eu vi pouco o Mário Sérgio jogar, mas ele era craque. São épocas diferentes, mas a gente tem que fazer a menção aqui. O Messi é craque, e o Mário Sérgio também...

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Mas, César, não... O que eu estou querendo dizer é o seguinte...

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Agora, dentro da operação...

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Eu estou querendo dizer do valor do Mário Sérgio morto. Eu não estou querendo falar do Mário Sérgio vivo, porque ele já não está mais.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – ... eu imagino que a comunicação foi feita, porque, como se fala, é comum. A comunicação agora é trazer para o Brasil. Se a gente aumenta o risco, altera o risco, tem que comunicar à seguradora. Eu comunico à seguradora que eu aumentei meu risco, e, se houver um corretor, este comunica à seguradora, que diz: "Aceito", ou não. Mas o que aconteceu neste caso? O risco, de verdade – indo para uma responsabilidade civil cujo limite é de 25 milhões ou de 40 mil no Brasil, da empresa, da seguradora, da Bisa ou da Tokio Marine –, não aumentou, porque a importância segurada não aumentou. O que aumentou, de verdade, foi – e eu poderia ter orientado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O AON como *broker* da operação, a gente não tem como saber se ele orientou ou não... Ela teria que... À empresa, à LaMia... E dizer: "LaMia, o risco da Tokio não aumentou em nada, porque está limitado a 25, o que aumentou foi o seu risco".

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Mas, César, nós temos *e-mails* que comprovam isto, estou errada? Nós temos *e-mails* que comprovam essa negociação.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Que tentaram aumentar, e não conseguiram.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Não, na verdade, não foi isso. A LaMia pede para que seja feita uma negociação razoável e diz para a AON que, a partir daquele momento, eles estavam com um novo cliente, eles estavam começando um novo perfil de cliente, estavam começando a transportar times de futebol e as coisas continuaram da mesma forma.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Muita irresponsabilidade da LaMia de, com esse seguro nesse valor, assumir esse tipo de risco. Então...

O SR. THIAGO DEGASPERIN – César, permita-me. O que a Mara está dizendo é que a LaMia avisou a AON. E a AON disse: "Não vejo problema em continuar com essa apólice de seguros transportando jogadores de futebol".

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Se foi feito isso, foi mal orientada.

O SR. THIAGO DEGASPERIN – Foi. Foi isso que falaram.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – É, aí eu não disse: "Não vejo problemas". Isso é força de expressão do Thiago, é claro, porque nós estamos aqui numa conversa coloquial. Mas ela disse, ela fechou com US$25 milhões, sabendo que a LaMia estava começando a praticar o transporte de times de futebol.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – É, se ela orientou desse jeito, realmente, como *broker*, ela era representante do segurado, ela orientou muito mal o segurado.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – É justamente por isso que eu fiz questão de que nós prestássemos atenção a esse detalhe, porque esse detalhe não é um detalhe, isso é importantíssimo. Ele era um prestador de serviços, ele estava vendendo um produto.

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – Eu não sei qual é a companhia que leva a Seleção Brasileira. É claro que a companhia que leva a Seleção Brasileira não tem um capital segurado de 40 mil por pessoa, ela contratou esse obrigatório, porque está na lei. Então, 40 mil não é nada, ela tem aqui, por exemplo, o total/ano dessa apólice da maior seguradora brasileira dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$8 milhões de prêmio. Prêmio é o que se paga para a seguradora, o capital segurado é muito maior.

Se a gente for no facultativo, essa mesma empresa que é a Mapfre já tem 100 milhões, quer dizer, é muito maior o prêmio quanto a essa segurada, é muito maior no facultativo brasileiro. Então, as grandes empresas brasileiras contratam esse facultativo. Esse obrigatório para uma grande empresa, para a empresa responsável, para uma empresa bem orientada não é nada, isso é só para cumprir uma lei de 1986. "Tá, vamos cumprir a lei de 1986, porque eu acho que os senhores estão certos de pensarem na lei?".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CÉSAR DA ROCHA NEVES – É, cumpre, e aí, ela, por si só, por ser uma empresa que quer proteger os seus acionistas com outras perdas futuras, ela contrata um seguro de responsabilidade civil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, agradecemos as considerações.

Passo, conforme o combinado, rapidamente a palavra à Dra. Suzana para responder a Mirian, porque foi a única pergunta que carece de resposta nessa primeira participação do e-Cidadania, Mirian Nunes, de São Paulo: "O Estado tem algum tipo de responsabilidade sobre esse acidente?".

A SRA. SUZANA SOARES MELO – Bem, Mirian e todos os demais, esta audiência pública está mostrando justamente a investigação num radar de possivelmente todos os envolvidos em relação a esse assunto.

Então, como foi bem colocado aqui, não há ainda 100% de todas as respostas acerca das pessoas e das autoridades envolvidas nesse acidente aéreo. Como foi colocado, um avião cai por inúmeras causas confluindo no mesmo momento. Já foram identificadas responsabilidades das autoridades bolivianas, colombianas, e se busca o reconhecimento pela Justiça, e estão sendo investigados, então, todos os demais responsáveis a respeito desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Dra. Suzana.

Apenas para registrar:

Deyse Cristyna, de Rondônia: "Como a empresa boliviana será responsabilizada?" – nós estamos buscando isso;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matheus Souza, do Rio Grande do Norte: "Levando em consideração a legislação trabalhista, não há como afastar a responsabilidade do Chapecoense quanto aos seus empregados." – isso já foi respondido pelos advogados, que estão fazendo jus às suas responsabilidades;

Keline Davi, de Santa Catarina: "Por que a culpa caiu sobre o Chapecoense, pagando indenizações [...], e o governo boliviano, que liberou o voo, e a LaMia, estão isentos?" – estamos buscando reparar isso também;

Danilo Mendes, do Distrito Federal: "As famílias precisam ser indenizadas, nem que seja pela CBF.";

Grasiela Morai, da Bahia: "Como o Estado pode resolver essas pendências?" – já foi respondido;

Lígia Leonardo: " [...] Culpar o Estado por todos os problemas [...]. Inacreditável." – é uma constatação que ela fez;

Luiz Fernando de Oliveira, de Pernambuco: " A tragédia afetou as famílias das vítimas muito mais do que [...] [o próprio clube]. Justiça deve ser feita!" – que é o que nós estamos buscando.

Bom...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, com relação a esse questionamento do nosso internauta, eu gostaria de perguntar aos representantes do Chapecoense com relação à CBF, a todos aí que puderem responder, porque nós estamos falando de uma equipe do Brasil – é claro, a Chapecoense estava representando o País em uma competição sul-americana.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – A CBF tem um seguro de dez salários na carteira de cada atleta que participa da competição da Série A e Série B, patrocinadas por ela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Certo.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – E isso aí, a CBF, imediatamente, logo após o acidente, honrou com essa parte. Essa é parte que nós...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dez salários?

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Dez salários. Por exemplo, se o jogador ganha R$100 mil, o seguro vai pagar R$1 milhão para aquele atleta; são dez vezes o valor do salário. Já a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Chapecoense, não; a Chapecoense tinha um seguro adicional. Como poucos clubes têm isso aí, ela tinha um de 30 vezes o valor do salário, inclusive 13º salário; a Chapecoense tinha. Mas a Chapecoense, por ser um time pequeno, e por uma precaução que nós tínhamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Eu não encontrei até agora... Porque as pessoas que contrataram isso aí, Senadora, não estão mais aqui para nos responder. Então, há algumas perguntas que eu também me faço e para as quais eu estou buscando as respostas e não consigo achar porque as respostas foram com elas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Foram com elas. Certo. E eu pergunto ao senhor: o senhor acha que a CBF poderia ajudar mais no caso...

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Poderia, poderia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Nós estamos falando da Chapecoense, como o senhor falou. E eu fui atleta e sei que...

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Pela arrecadação que eles fazem...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Exatamente. Não poderia a CBF neste momento ser solidária? Até porque, pelo que eu percebo, e estamos aqui com os parentes e com as pessoas envolvidas, está muito nas costas da Chapecoense.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Poderia. Entre poderia e deveria a diferença é muito grande.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim! Não estou tirando a responsabilidade da Chapecoense...

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Com licença...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só um minutinho, só para concluir.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Não, e nós não estamos fugindo da nossa responsabilidade também.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso, mas, como instituição que rege o futebol brasileiro, pelo porte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o time estava representando o Brasil.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Isso.

... e pela força que a CBF tem até em termos econômicos... Nós sabemos o que é um campeonato brasileiro, nós sabemos os patrocínios que a CBF tem, porque, enfim, isso aqui não é... Todo mundo sabe!

Faça um clamor à CBF para que olhe com carinho essa situação, porque as famílias... Inclusive o que estamos vivendo aqui é uma questão diplomática, é uma questão diplomática, puramente diplomática. Nós já entendemos o nosso papel com relação à agência reguladora, a Anac, às seguradoras, com relação a 40 mil... Estou perplexa. Temos que ver isso aqui na Casa em outro momento, na lei. Mas o objeto desta audiência é o desastre, são os atletas.

Como eu falei, fui atleta, sou atleta, e, como eu falei, esses atletas entregaram a vida deles... Eles estavam ali treinando, trabalhando, representando uma equipe, representando o País e entregaram essa questão administrativa, que não era da alçada deles, para as pessoas, para os gestores, para as agências, enfim, para as pessoas que estavam envolvidas para levá-los até lá para competirem, porque eles cobrados dentro do campo.

Então, o que eu questionei, o que eu falei aqui é justamente isto: que nós não podemos nos eximir. Como é uma questão diplomática, esta Casa tem que agir. Nós temos que, de fato, agir como representantes do Governo brasileiro inclusive. O Presidente tem que estar junto. O Executivo tem que estar, mas nós temos aqui, como Senado, que trabalhar nesse sentido para buscarmos ajudar. São 31 meses sem resposta!

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – E até agora só quem tirou dinheiro do...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A Chapecoense.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas uma consideração.

Determino à assessoria técnica que inclua no rol dos próximos convidados convocados a CBF.

A SRA. FABIENNE BELLE – Só fazendo um parêntese ao que o Cesair falou, a CBF pagou os seguros referentes aos jogadores. Não foram todas as famílias que receberam.

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Não. Só os jogadores. Repórteres, comissão técnica e o resto que estava no avião não receberam. Só quem tinha vínculo com o clube como jogador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIENNE BELLE – E também eu queria colocar a Conmebol nesse comentário da Leila, porque eles eram responsáveis por organizar a competição. Então, nós não podemos olhar só a CBF.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Já convocamos a primeira vez e vamos convocar a segunda vez a Conmebol.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Uma pergunta: e as emissoras às quais os jornalistas... Ali havia jornalistas, e eu gostaria de saber também, sobre esses jornalistas que representavam essas instituições, como foi o tratamento às suas famílias. Alguém pode responder, por favor?

O SR. CESAIR BARTOLOMEI – Algumas famílias...

Mara, depois tu me corrijas se eu estiver errado.

O que aconteceu foi o seguinte: algumas famílias de jornalistas propuseram ações, a maioria propôs ações contra suas empregadoras, o seu órgão de imprensa, e algumas, além daquilo, propuseram ações contra a Chapecoense. Então, existem 14 ações – aliás, 15 agora, que entrou uma na semana passada – contra a Chapecoense de responsabilidade civil que estão em tramitação na Justiça comum. Esse será um segundo passo que a Chapecoense vai avaliar e vai verificar se é pertinente ou não, porque nós entendemos que, primeiro de tudo, sem menosprezar qualquer membro da imprensa brasileira ou estrangeira que estava dentro daquele avião, a nossa obrigação maior era com aqueles com quem tínhamos contrato de trabalho. E com esses estamos fazendo acordos e honrando.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Eu gostaria de pedir licença para esclarecer, porque o meu marido foi uma vítima e estava ligado a uma emissora, a uma grande emissora.

O que acontece? Como o Cesair disse, as ações trabalhistas correm completamente separadas das ações cíveis e, possivelmente, das criminais.

Com relação às emissoras, muitas delas não assumiram as suas responsabilidades. Foram liberados... No caso da Fox, foi liberado um seguro. Eu não posso falar muito porque a minha ação está correndo em segredo de Justiça, mas as famílias vão aceitando as indenizações à medida das suas necessidades. Então o que a gente tem que pensar é que todos morreram, mas depois disso você tem que fazer o cálculo do lucro cessante, você tem que fazer o cálculo correto das indenizações, então o que fica muito claro é que, para algumas emissoras, a responsabilidade era da Chapecoense porque contratou o voo, mas na verdade o meu marido morreu trabalhando. Ele não foi passear na Colômbia, ele não resolveu passar férias, ele estava lá trabalhando, assim como os outros funcionários das outras emissoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente tem tido uma certa dificuldade para que essas emissoras assumam as suas responsabilidades trabalhistas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu gostaria de fazer um requerimento para avaliarmos os representantes das emissoras que estavam no voo, para a gente convocar também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Determino à assessoria técnica que faça essa avaliação e me dê as condições para assim proceder.

José Luiz, vamos rever essa questão do seguro ridículo que a aviação no Brasil paga.

Ele é o assessor jurídico das minhas ações, então já está determinado ao vivo aqui.

Pois não.

O SR. JOSEMEYR OLIVEIRA – Presidente, desculpe-me, mas eu queria... Primeiro, só para terminar... Eu conversei com a Fabienne ali, e nós vamos, então, terminar agradecendo. Eu, particularmente, agradeço estar aqui desde o primeiro momento, quando conversei com um rapaz do gabinete do Renan Calheiros, o Rangel, que não está presente. Nós ali conversamos, e hoje esse trabalho todo está sendo iniciado. Mas eu queria deixar aqui uma questão, que não é para fazermos nada, mas é importante o que nós vamos falar – eu pedi licença à Fabienne.

Nós recebemos o Ricardo Albacete, a Chapecoense junto conosco, e isso faz uma diferença, porque muita coisa que foi perguntada aqui nós só tivemos acesso porque ele entregou para nós – Afav-C e Chapecoense – toda a história do ano 2012, desde aquelas questões do chinês, etc., ele entregou tudo, e quando ele vai para a Bolívia, e toda a história, Cesair, que envolve a AON, a Bisa e as seguradoras, as antigas seguradoras, nós temos todos os *e-mails.* Nós sentamos com ele nos Estados Unidos e conhecemos o Marco Rocha, o rapaz que era o piloto, na verdade, do Albacete desde o ano 2012, o Quiroga era piloto dessa aeronave desde o ano 2012, e nós temos um farto material. Nós tentamos que a Bolívia e tentamos que a Colômbia entendesse esse material, porque nós achávamos que teria sentido eles entenderem os erros internos deles. Nós perdemos. Nós estivemos com o Cônsul da Bolívia, ele estava saindo de lá, nós estivemos ali, e ele disse para nós: "No momento certo o país vai se envolver", via isso que estamos fazendo aqui agora. Então nós temos isso. Quando o Albacete estiver aqui, nós o convidamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ele está confirmado na próxima reunião.

O SR. JOSEMEYR OLIVEIRA – Quando ele estiver aqui, vai ter a fala dele, mas nós, para conseguirmos entender, pedimos, e ele entregou. E aí foi um trabalho do Abel e outros técnicos, que debulharam essa documentação. Por isso que nós falamos: nós temos a história, é troca de mensagem, é troca de *e-mail*.

Olha, eu quero fazer isto: a partir da agora, nós vamos trabalhar com um time de futebol, e esse time de futebol é um clube pequeno, de uma cidade pequena, então pode ser um seguro pequeno. Há esforços das seguradoras para não deixar os aviões no chão, e todos correram risco, inclusive o próprio Presidente da Bolívia, que, dez dias antes, voou com uma comitiva nesse avião. Por que fomos carimbados? Nós não sabemos. Quis Deus que fosse assim.

Queria agradecer.

Eu pedi a palavra agora, mas é muito importante este início. Nós todos precisamos de muita orientação de Deus para que possamos saber o que fazer com tanto material.

Agradeço à Chapecoense, que nos permitiu – através do Plínio, que não está aqui – fazer uma série de viagens.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu creio que, para nos organizarmos... O assunto não terminou hoje...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... temos uma reunião já marcada. A convocação da CBF – ou convite, como se queira –, eu acho, facultaria também que V. Exa. verificasse se alguma outra Comissão Permanente poderia participar, numa reunião conjunta, em função dessa transversalidade de competências que nós estamos chamando.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas isso é uma coisa para V. Exa. com a assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos verificar isso.

O SR. JOSEMEYR OLIVEIRA – Senador, só para finalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tentando responder, deixo uma pergunta no ar, já que esta Comissão vai se estender. O mundo do futebol é um mundo extremamente seleto e fechado; todo mundo sabe disto: participar de futebol não é fácil. Como essa empresa chega ao mundo do futebol? Esta é a primeira pergunta que eu faço: como essa empresa chegou ao mundo do futebol?

Segunda pergunta que eu faço: quem conseguiu pôr essa empresa para voar com grandes equipes de futebol sul-americanas?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Conmebol.

O SR. JOSEMEYR OLIVEIRA – Então, assim, muito me estranha, muito me estranha desde o começo, Senadora – eu participei desde a terça-feira à noite do acidente –, o seguinte: quem indicou?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai me desculpar, mas essa todo mundo sabe: Conmebol.

O SR. JOSEMEYR OLIVEIRA – E, aí, sim: como isso chegou até essas equipes? Quem comunicou? Quem avalizou? Quem disse "voe pela LaMia, que voar pela LaMia é legal, voar pela LaMia é diferente"? Olha só... Não quero me alongar, mas, assim, acho que CBF e Conmebol são imprescindíveis para sabermos de onde vem todo esse tipo de coisa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bem, apenas um encaminhamento para todos: nos primeiros 15 dias de agosto nós vamos promover a próxima audiência, porque vamos convocar os embaixadores tanto da Bolívia quanto da Colômbia, e isso requer uma diplomacia, há a necessidade de todo um trato para que possam dar certo todos esses encaminhamentos. Além disso, acato aqui as sugestões dos nobres Senadores Leila do Vôlei e Esperidião Amin.

Queria agradecer as presenças de V. Exas., que nos auxiliaram nos trabalhos, e dizer a todos vocês, em especial aos familiares das vítimas – eu sou uma pessoa muito observadora, sou médico –, que o olhar de vocês é diferente. A gente observa isso. Podem ter certeza de que nós estamos juntos para achar um bálsamo, para que possa suprir um pouco desse sofrimento que vocês carregam no olhar.

Está encerrada a reunião.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só uma coisa, Sr. Presidente. Eu não faço parte desta Comissão. Quero muito agradecer ao senhor o convite e dizer que pode contar comigo, porque essa causa é nossa. Muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E essa presença, Sr. Presidente, eu queria realçar, porque, mesmo sem integrar a Comissão, certamente a Senadora Leila...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – É de grande valia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... nos traz um exemplo eloquente por si só.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vivo, não é?

Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e oito minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Eliziane Gama, Jayme Campos, Otto Alencar e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 25ª e 26ª Reuniões da Comissão, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 24, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 23, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 25, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/19

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do dia 19 de junho de 2019, nesta quarta-feira, às 10h09.

Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Primeira parte: indicação de autoridade.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 24, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - Em 13/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 26, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUíS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 13/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Já ao meu lado o Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães e o Sr. Luís Fernando de Andrade Serra, a quem recebemos com todas as honras inerentes aos cargos que ocupam e irão ocupar.

Concedo, neste instante, a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à sua exposição, regimentalmente, é de 20 minutos.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Senador, é sempre com grande satisfação e alguma trepidação também que comparecemos, nós diplomatas, perante esta Comissão. Trata-se da quarta e muito provavelmente última vez em que tenho a honra de participar de um exercício como este, sempre útil e necessário, tendo em vista que a função de embaixador no exterior se vê sempre muito fortalecida e amparada pelo interesse, pelo acompanhamento da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Portanto, é dentro deste contexto que me apresento. Desta vez houve o Senhor Presidente da República por bem indicar meu nome para exercer o cargo de Embaixador na República Portuguesa.

Pensei muito, Senador, no que dizer sobre a República Portuguesa nesta câmara. Eu poderia provavelmente me deter sobre os dados, sobre o estado do nosso comércio, sobre fatos mais relevantes da política interna, eventualmente, de Portugal, mas eu preferi talvez, num primeiro momento, introduzir o tema de uma maneira um pouco diferente. Eu acho que, usando uma analogia que não é necessariamente perfeita, todo brasileiro costuma ter um time de futebol ideal na cabeça e, depois dos resultados de ontem, talvez com mais razão ainda. A nossa percepção, enquanto cidadãos, da República Portuguesa é também única. Acho que uma diversidade de fatores nos unem e nos aproximam de Portugal, seja a história, evidentemente a cultura, a gastronomia, os laços que se formaram, a enorme colônia portuguesa que ainda permanece em nosso País e contribui para o nosso desenvolvimento, tudo isso faz parte, portanto, de um conjunto de fatores que justificam que esse posto em Portugal seja um pouco mítico dentro da carreira diplomática, onde grandes embaixadores e grandes personalidades políticas também para lá se deslocaram e exerceram a função de embaixador. Portanto, é com muita honra, se esta Comissão vier por bem e o Plenário também, que me deslocarei para esse País.

No meu caso específico, minha ligação com Portugal é evidente. Meu nome não poderia ser mais indicativo. Simas Magalhães, os Simas são açorianos de origem e se deslocaram para o Brasil, sobretudo para o Rio Grande do Sul e para a Bahia também. E lá, na época colonial evidentemente, um deles, o Simas, se radicou na Bahia e foi piloto das expedições de reconhecimento da costa. Os outros Simas açorianos no Rio Grande do Sul são muito próximos também. Eu tenho alguns contatos com eles. E do lado da minha esposa mais ainda, os dois avós paternos e maternos são portugueses, de nacionalidade portuguesa inclusive. Portanto, eu acho que, no meu caso, vai fechar um ciclo, retornar um pouco às origens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A função de Embaixador em Portugal, em função desse contexto justamente que eu venho lhe descrever, é um pouco distinta. Eu estou levando dois excelentes colaboradores comigo, dois ministros de segunda classe reconhecidos na carreira. Basicamente a Embaixada vai ser tocada pelos ministros. O Embaixador tem, essencialmente, como função em Portugal, sobretudo, um pouco, como nós costumamos dizer, mostrar a bandeira. Nós vamos ter que nos deslocar, conhecer, reforçar as nossas amizades, promover novas, assegurar que os contatos se realizem, que os Senadores e Deputados que por acaso venham me visitar em Lisboa disponham de um ambiente tranquilo e de contatos úteis, ter presente um pouco também os aspectos culturais que cercam, e muito, a Embaixada em Portugal, preocupar-me também eventualmente, em algum momento, com o comércio bilateral.

Eu sou, no momento, Embaixador no Paraguai e tenho curiosamente duas agendas totalmente contrastante entre si. O Paraguai, o Senador Major Olimpio teve o prazer de visitar, esteve comigo lá. Nós temos alguns temas que são permanentes lá; o de segurança é um deles evidentemente, mas o da integração física também. Somos mais de 300 mil brasileiros naquele país, que é a segunda ou terceira maior migração de brasileiros para o exterior. Em Portugal, nós somos mais de 100 mil já, além de todos os estudantes que por lá estão terminando a sua graduação ou preparando o seu mestrado.

Inversamente, dentro dessa dinâmica, em Portugal é um outro tipo de agenda evidentemente. Nós trabalhamos essencialmente sob o plano pessoal, sob o plano individual e são eles que produzem os resultados na verdade.

Eu acho que eu tenho um plano de trabalho para a Embaixada bastante bem delineado. Eu quero crer que a cultura será um aspecto muito importante do nosso relacionamento e pretendo – tive a oportunidade de adiantar isso a V. Exa. – promover a cultura dos Estados brasileiros em Portugal propriamente dito.

Eu acho que o grande desconhecido continua a ser os aspectos culturais dos nossos Estados tão ricos e tão variados, e que, muitas vezes, tiveram imbricações importantes com a cultura portuguesa. Com a ajuda, espero, desta Comissão e dos Governadores pretendo promover semanas dos Estados brasileiros em Portugal, com culinária, arte, artesanato, enfim, os diversos aspectos que cercam a vida cultural de cada um dos nossos Estados federativos.

A promoção comercial também será uma preocupação minha, na medida em que temos um comércio bilateral inferior ao que tenho, hoje em dia, com o Paraguai. Eu acho que é um enorme potencial inexplorado. E isso é reconhecido por vários dos embaixadores que me precederam e que tentaram, evidentemente, também se preocupar com o tema. Mas vamos fazer um esforço adicional sobre esse tema. Eu acho que merece diversificar um pouco a pauta. Hoje em dia, ela é essencialmente concentrada em produtos agropecuários, complexo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soja no caso brasileiro, azeite de oliva no caso de Portugal e algum vinho que eventualmente tomemos por aqui.

Os brasileiros em Portugal, que é outro tema sempre presente e candente nas nossas relações, não só com Portugal, mas com vários outros países, inclusive o Paraguai, por exemplo.

O perfil da nossa migração está mudando, do grosso da nossa migração. Nós tivemos muita gente de poucos recursos, enfim, de condições econômicas mais desfavorecidas, que, num primeiro momento, migraram para Portugal na busca de novas oportunidades. Hoje em dia, alguns dos senhores já terão sido testemunhas disso – Senador, bem-vindo –, o perfil está mudando. Temos muitos aposentados brasileiros hoje em dia. Temos, eu diria, classe média e média alta também se deslocando para Portugal. Temos, portanto, uma variedade hoje, um complexo muito distinto e muito variado, Presidente. Isso significa que eles exigem uma atenção especial.

Eu estou mencionando os brasileiros não só pelo fato de serem nossos concidadãos e o embaixador ter uma responsabilidade especial com relação a eles, mas porque a demanda sobre a nossa rede consular em Portugal tem sido muito grande. E eu estou convencido de que algo tem que ser feito. Talvez melhorar um pouco os métodos de trabalho. Temos lá excelentes colegas trabalhando nisso, mas, se vocês forem no consulado em Lisboa, haverá algumas dificuldades para serem atendidos. Muita gente e pouca gente ao mesmo tempo. É o contraste entre poucos funcionários do setor consular e a demanda, que é enorme e que é só cartorial, basicamente, porque o consulado não emite vistos.

E aqui deixo talvez, Sr. Presidente, uma ideia e uma sugestão para que esta Comissão examine, inclusive, em momento oportuno. Os Estados Unidos da América reinvestem em seu setor consular a totalidade do que arrecada, que é uma soma evidentemente astronômica. No caso brasileiro, e eu fui Subsecretário das Comunidades Brasileiras no exterior, nós arrecadamos em torno de R$150 mil por ano em imposto; Nova York, até recentemente porque houve a mudança da política de vistos. Por mais de uma vez eu tentei que essa mesma ideia prosperasse nesta Casa e na Câmara, inclusive. Tivemos um projeto que inseriu uma emenda e, na época, infelizmente o Presidente Temer vetou esse parágrafo específico, por instruções da Fazenda. É uma gota d'água dentro do orçamento brasileiro, mas, se pudesse ser reinvestido no Sistema Consular brasileiro, a diferença seria dramática. Nós teríamos uma oportunidade de fazer muitos outros consulados itinerantes para atingir justamente a população que vive longe dos consulados e que tem dificuldades, trabalha; poderíamos melhorar toda a nossa parte de informática; poderíamos contratar mais funcionários locais, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, fica, portanto, uma espécie de uma ideia, que, se fosse explorada corretamente, eu tenho certeza de que traria um benefício enorme para os nossos concidadãos e para a rede consular brasileira.

Eu queria também tratar da parte de promoção... É evidente que nós temos que diversificar a pauta, não podemos continuar a ter uma pauta tão limitada. Portugal está crescendo. Está crescendo de uma forma sistemática, tem um governo curioso. Houve uma aliança do Partido Socialista, hoje o Primeiro-Ministro, com os partidos de esquerda, e que curiosamente – pelo menos para nós soa curioso – se chama geringonça.

É um Presidente mais conservador, sem dúvida nenhuma, mas essa coabitação das forças do centro-direita e do centro-esquerda tem sido muito bem-sucedida em Portugal. Botou-se ordem na casa: de crescimento negativo, nos últimos três anos, passamos a crescimento positivo; o desemprego caiu e está em torno de 7% hoje em dia. Portugal está perseguindo com afinco os cinco pilares de sua política externa; um dos quais é justamente a internacionalização da economia portuguesa a respeito da União Europeia, evidentemente, da política europeia. Dentre outros, há a política do Atlântico, inclusive; eles têm interesses específicos em suas ex-colônias também.

Tudo isso faz com que tenha sido um dos nossos mais assíduos e constantes apoiadores no contexto da negociação, por exemplo, Mercosul–União Europeia, em que Portugal tem sempre defendido o ingresso do Brasil, e a conclusão dessa negociação, agora, mais recentemente inclusive, com a OCDE também. Tem nos apoiado, com frequência, nas nossas pretensões eleitorais também, e nós, reciprocamente, temos reciprocado.

Tenho boas notícias no plano estritamente bilateral, acho que o Ministro de Estado está planejando uma viagem, possivelmente ainda no segundo semestre. Nós temos a Comissão Permanente Bilateral, que vai se reunir uma vez ainda este ano e provavelmente uma vez mais no primeiro semestre do ano que vem, antecedendo justamente a Cimeira.

A Cimeira é o grande instrumento político que temos...

Não sei se o meu tempo já acabou ou se está acabando... (*Pausa.*)

Tenho mais cinco minutos.

É o grande instrumento político de coordenação com Portugal. Desde 2016, infelizmente, não houve oportunidade de realizá-la. O Itamaraty está se esforçando para que ainda este ano, neste semestre, ou no próximo, em 2020, possamos ter uma cimeira Brasil–Portugal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero me estender demais, Senador. Eu acho que Portugal desperta interesse natural. Os brasileiros para lá se deslocam por amizade, por interesse, por turismo. O Embaixador não necessariamente promove isso tudo. Isso tudo é absolutamente espontâneo da parte de nosso cidadão e, ao contrário, o Embaixador se beneficia desse fenômeno.

Portanto, eu acho que encerraria por aqui meus comentários iniciais. Estou evidentemente às ordens dos Srs. Senadores para as perguntas que queiram formular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães pelas palavras ora proferidas.

Consulto o Plenário se podemos abrir o processo de votação das Mensagens nºs 24 e 26, em função até da particularidade da manhã de hoje, com a presença do Ministro Sergio Moro na Comissão de Justiça.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, determino à assessoria que deixe à disposição dos Srs. Senadores o processo de votação na cabine, do lado esquerdo de V. Exas.

Abro a lista de inscrição para o uso da palavra para algum questionamento ao Sr. Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães.

Inscrito, pela ordem, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, bom dia às pessoas que nos acompanham pela transmissão de internet, ao Exmo. Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra e ao Exmo. Embaixador Simas Magalhães.

Eu tive a satisfação de relatar esse processo em relação ao Senador Simas Magalhães e também tive a felicidade de constatar o papel desenvolvido pelo Embaixador na Embaixada do Paraguai. A própria história de vida do Embaixador Simas Magalhães já mais do que recomenda, e eu tenho certeza da homologação do Senado mais formalmente do que qualquer circunstância neste momento.

Quero dizer, Sr. Presidente, que não me cabem mais questionamentos a fazer. O *curriculum* do Embaixador Simas Magalhães, com mais de 40 anos de atividade à disposição do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso País... Ele tem trabalhado verdadeiramente empunhando a bandeira, como ele colocou na sua manifestação, em muitas atividades, quer no Brasil, quer no exterior.

É só para desejar a V. Exa. toda saúde e tranquilidade. Eu tenho certeza de que as relações Brasil-Portugal ganharão muito neste momento com a presença do nosso Embaixador Simas Magalhães.

Parabéns a V. Exa., parabéns Embaixador Luís Fernando.

Então, encerro as minhas considerações, Presidente.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminentes Embaixadores.

Em primeiro, eu queria secundar o Senador Major Olímpio nos cumprimentos que fez ao primeiro expositor, Embaixador Carlos Simas Magalhães. Nós nos vimos ontem. Ele fez a gentileza, Sr. Presidente, de me visitar em meu gabinete, quando conversamos longamente; eu já o conhecia de outra sabatina aqui. Ele, que já passou por esta Comissão algumas vezes por ser um Embaixador experimentado, que já exerceu as suas funções na Polônia, no Marrocos, no Paraguai e agora em Portugal, e em outras várias missões que realizou ao longo da sua longa profícua e competente trajetória no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, vai agora a uma Embaixada muito importante. Aliás, o Paraguai também o é, sendo um Estado tão próximo, em relações quase que siamesas com o Brasil, que é o irmão Paraguai, mas vai para, digamos, a Pátria Mãe brasileira, que é Portugal.

Então, eminente Embaixador, de fato, na sua exposição, ficou clara a relevância do tema. V. Exa. tocou, por exemplo, num assunto sensível, que são os temas consulares, que afetam evidentemente também a Embaixada, como V. Exa. coloca, com muita demanda e pouca estrutura. É claro que é um tema antigo. Eu me lembro aqui daquele episódio que tivemos no passado, felizmente superado, dos dentistas brasileiros em Portugal. E hoje há uma expressão muito grande de brasileiros naquele país, já que a legislação portuguesa, recentemente modificada, tornou ainda mais benevolente a concessão da cidadania lusitana aos seus descendentes. Ao mesmo tempo, é claro, há também uma permissão muito generosa para a permissão de residência permanente àqueles que aplicam recursos em Portugal. Então isso, naturalmente, aumentará muito a demanda consular. É um ponto.

Por outro lado, V. Exa. ontem me relatava, por exemplo, os esforços que já estão sendo feitos atualmente, aos quais o senhor vai dar continuidade, na questão comercial, citando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aviação militar brasileira, com a possibilidade de fazer ali uma venda expressiva, o que é muito positivo. Então, de fato, é um campo fértil a ingressar.

E também na conversa que tivemos ontem, eu relembrava – somente fazendo o que não é nenhuma pergunta; é só um registro, Sr. Embaixador – a relevância em aprendermos com o modelo português no que se refere ao turismo. Porque é impressionante observar, Sr. Presidente, como o Brasil ainda claudica em matéria de turismo. Um País com as dimensões brasileiras, com o tamanho que nós temos, lamentavelmente tem um movimento turístico muito pequeno, e isso tem que ser revertido. Isso tem que ser revertido, evidentemente, através de um trabalho de planejamento, científico, racional, ao lado do empresariado, do Governo, das universidades.

Portugal é um exemplo viçoso de como isso aconteceu positivamente, à semelhança da Espanha, seu vizinho, na Península Ibérica. Aproveitando na Europa a questão do sol, a proximidade evidentemente, a gastronomia, a culinária, a simpatia do povo lusitano, tudo isso estimulou muito. Por outro lado, Portugal tem uma população pequena, de cerca de dez milhões de habitantes, salvo engano, e creio que não pode mandar tantos turistas ao Brasil. Mas podemos estimular ainda mais para que esses turistas venham; são turistas que têm uma capacidade econômica mais alta e que, evidentemente, interessam ao nosso País. Então, aí também haverá certamente um trabalho fecundo por parte de V. Exa.

Por fim, Sr. Presidente, o Embaixador Simas mencionou aqui, a título de curiosidade, a fórmula portuguesa, a famosa geringonça, que ninguém acreditou que desse certo e está dando – não é? –, aparentemente está dando, colhendo bons resultados. Em nossas permanentes idas a Portugal, eu discutia isso recentemente. Tive a oportunidade de fazê-lo em um debate até de um artigo "Semipresidencialismo à brasileira", inspirado no modelo português, porque é um modelo que vem dando certo. Mas isso, evidentemente, não é atividade diplomática, e sim política nossa, mas faço a referência porque S. Exa. menciona o modelo político da geringonça portuguesa, que deu certo, mercê, talvez, de uma política de conciliação, de cordialidade entre os partidos, capitaneada pelo Presidente Marcelo, que é um professor de Direito, um jornalista renomado, um homem extremamente equilibrado e muito competente.

Então, eminente Embaixador, eu queria concluir aqui as minhas observações, cumprimentando V. Exa. pela carreira como um todo, que é digna de nota. Temos amigos em comum que sempre testemunharam, colegas de V. Exa. do Itamaraty, a sua dedicação extraordinária e que agora o coloca numa embaixada igualmente muito relevante, que é a Embaixada em Portugal, certamente a mais afetiva de todas que temos nesse concerto das nações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então agradeço a V. Exa., cumprimento-o, mais uma vez, e desejo muito boa sorte e bom sucesso nas funções junto à República portuguesa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães para responder aos comentários do nobre Senador Antonio Anastasia.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES (Para exposição de convidado.) – Sr. Senador, muito obrigado por suas observações. O senhor tocou em dois ou três pontos que são particularmente relevantes.

O senhor menciona aí rapidamente a política de defesa...

Está funcionando isto? Está?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES – Mencionei rapidamente a política de defesa. O senhor tem toda a razão: o KC-390, para nós, com a entrada no mercado europeu, está orçamentado já finalmente no orçamento português e eu acho que é uma grande operação comercial que vai se realizar a curto prazo e que abre, como o senhor bem ressaltou, um mercado importante para nós e de visibilidade, sobretudo, inclusive, com relação a esse produto específico. E pode ter desdobramentos depois no futuro.

Turismo eu acho interessante. Se nós pudéssemos pensar e raciocinar e se os agentes promotores de turismo também nos ajudassem nisso, há uma enormidade de marcos portugueses no nosso País, sem mencionar sequer as missões, por exemplo, que é um exemplo talvez visualmente maior.

Eu me lembro de que, estando ainda em Assunção, nós tentamos, junto ao Vaticano, criar justamente o circuito das missões vinculado. No Vaticano, parece que há alguns circuitos turísticos de natureza religiosa também e isso teria sido – creio eu, porque não prosperou essa ideia – um bom marco, uma boa iniciativa. A ideia está ressurgindo, os operadores privados estão retomando esse tema, mas o senhor tem razão: nós temos que atrair talvez um turismo de melhor qualidade também.

Há um problema que vai se colocar mais adiante – e aí me permite entrar nos temas consulares também – que é a permissão prévia para ingresso no território Schengen. Como o senhor sabe, a partir de 2021, se eu não me engano, todo brasileiro, aliás, *erga omnes*, ou seja, afeta todos os outros que queiram entrar no território Schengen... Até agora, hoje em dia, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não me engano, muitos dos nossos concidadãos, inclusive em Portugal, se valeram, num primeiro momento, sem dúvida nenhuma, da não exigência de visto. E eram migrantes econômicos evidentemente. Isso vai mudar um pouco o perfil do turismo brasileiro, creio eu, lá, mas esperemos que não seja de repercussão dramática.

Sobre os temas consulares, Senador, eu não sei se o senhor já tinha tido a oportunidade de chegar ao salão, eu deixei aqui uma ideia de reincorporação ao Itamaraty da renda consular. Isso nos permitiria melhorar muitíssimo o atendimento, melhorar a informática, agendamento de contratos e, em Portugal, é particularmente importante: como o senhor disse, está crescendo a nossa presença, a demanda já é bastante grande, tem gerado críticas inclusive, e nós precisamos olhar isso com o maior carinho. Talvez a Comissão possa, inclusive, se interessar sobre esse tema.

Esses seriam talvez... Não sei se esqueci alguma coisa. Acho que não.

Algum ponto? (*Pausa.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sr. Embaixador Carlos Alberto, eu gostaria de fazer uma pergunta bastante objetiva e direta.

A cooperação entre o Brasil e Portugal é densa e multissetorial. Na área econômica, temos diversos temas de interesse comum, incluindo temas relacionados ao aprofundamento da cooperação no setor de energia. Como se dá o relacionamento entre os dois países nessa área estratégica? Temos novos acordos ou protocolos sendo negociados?

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador.

Eu acho que, na área de energia, sobretudo, é a Galp portuguesa, em parceria com a Petrobras, que tem uma presença bastante grande e forte aqui no nosso território. Temos soja, podemos pensar em biodiesel também. Não se o senhor está a par, há uma empresa do Rio Grande do Sul que esteve recentemente em Assunção, inclusive, com um projeto de investimento de mais de US$1 bilhão. Eles vão fabricar essencialmente biodiesel de quinta geração, que atende, portanto, aos padrões de proteção ambiental dos Estados Unidos e da Europa. Ao mesmo tempo, estarão fabricando brevemente, em São Paulo também, numa nova fábrica três vezes o tamanho da fábrica que eles pretendem instalar no Paraguai. E isso abre um mercado também de biodiesel muito interessante com relação a Portugal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portugal obedece evidentemente à política comunitária nessa área e, como o senhor sabe, o diesel propriamente dito está sendo desativado na Europa a médio prazo, eu diria, inclusive. Terão que ser buscadas alternativas, e o biodiesel surge como uma das possíveis.

Talvez seriam esses os comentários que eu teria a dizer no momento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço as considerações do Embaixador Carlos Alberto.

Venho questionar se existe mais algum Senador inscrito para fazer alguma pergunta ao Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, indicado pelo Senhor Presidente ao cargo de Embaixador do Brasil na República portuguesa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não tenho nenhuma indagação a fazer a não ser reiterar o que já foi confirmado tanto por V. Exa. quanto pelo Senador Anastasia, que sempre nos guia, sempre coloca o foco na direção e no sentido devidos, para desejar ao nosso futuro Embaixador em Portugal, se o Plenário permitir e Deus também, sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos dar prosseguimento às nossas tarefas.

Concedo a palavra neste instante, agradecendo ao Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, a quem peço para continuar aqui ao nosso lado, ao Sr. Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto a República francesa e ao Principado de Mônaco.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado é de 20 minutos.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA (Para exposição de convidado.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é, com muita honra e muita humildade, que me submeto, mais uma vez, pela quarta vez por sinal, ao crivo desta Comissão.

Eu sinto que este exercício é fundamental para que os embaixadores brasileiros captem as demandas da sociedade que V. Exas. canalizam. E acho também que a nossa presença aqui, de alguma forma bem reduzida, mas para nós significativa, contribui para confirmar o protagonismo do Senado Federal na política brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinto que, se V. Exas. me confirmarem nesse cargo, estarei coroando uma carreira de 47 anos e meio a serviço da diplomacia brasileira. Se V. Exas. me confirmarem, será meu 11º posto em 4 continentes diferentes. Essa experiência quero, se possível, levar a Paris, para fazer do cargo de embaixador um dínamo dessas relações bilaterais, que são, para mim, na minha avaliação, as mais completas que o Brasil tem com um país europeu. Isso porque, além de todas as vertentes que são cobertas pelo relacionamento bilateral franco-brasileiro, vertente cultural, científica, tecnológica, industrial, financeira, econômica, afetiva, temos também, e é caso único com um pais europeu, uma fronteira comum.

A fronteira franco-brasileira no Amapá é a maior que a França tenha com qualquer país estrangeiro e isso dá outro significado ao relacionamento bilateral. Eu acho inclusive, nesse relacionamento bilateral, que temos duas colunas vertebrais, se é possível dizer, que são justamente a cooperação transfronteiriça e a cooperação naval. A cooperação transfronteiriça porque, como disse, o Brasil tem uma fronteira com a França, que é a maior que a França tem, e é uma fronteira que precisa ser revitalizada, na qual existem alguns problemas que precisam ser resolvidos. A cooperação naval, por outro lado, é a mais importante que o Brasil tem com qualquer país do mundo, porque um dos programas em curso envolve a soma de 9 bilhões de euros e prevê a construção de quatro submarinos convencionais e um submarino a propulsão nuclear, com transferência de tecnologia. Esses investimentos estão em curso, já criaram um estaleiro e uma base em Itaguaí, e eu sinto que esse vai ser um dos motores do relacionamento bilateral por muitos anos.

Eu queria dizer também que, no relacionamento comercial, nós temos com a França um déficit que é mais ou menos crônico, mas que não chega a ser dramático, porque, evidentemente, reduziu um pouco o nosso superávit, mas não a ponto de preocupar. O que preocupa é justamente a queda desse fluxo comercial que, em 2012, atingiu US$10 bilhões e hoje está em US$6,5 bilhões.

Uma coisa que não preocupa nas relações comerciais franco-brasileiras é a diversificação da nossa pauta. Por incrível que pareça, nós exportamos muito mais bens de alto valor agregado, como aviões, para a França do que para qualquer outro país do primeiro mundo. Nos meses de janeiro e fevereiro, o campeão das vendas do Brasil para a França foram justamente aviões, que é o que há de mais tecnológico que nós exportamos para o mundo. Então, 26% das exportações brasileiras no primeiro bimestre foram aviões. E, infelizmente, se a gente não incrementar essas exportações, teremos mais ou menos o mesmo volume de exportado do ano passado.

Agora, eu queria falar também dos investimentos franceses no Brasil: são maiores do que os investimentos franceses na China, o que é um caso realmente único, talvez, entre os países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

europeus. Talvez Portugal e Espanha possam dizer a mesma coisa. Talvez o diferencial do investimento francês é que criou, pelo menos, 500 mil empregos diretos aqui no nosso Brasil. Isso é muito bom. Eu espero que venham outros investidores, em outras áreas também, mas acredito que, por exemplo, poderia haver maior competição entre as próprias redes de supermercado francesas que estão aqui no Brasil.

Eu, se confirmado, também serei Embaixador no Principado de Mônaco, que é importante para nós porque é a sede da Organização Hidrográfica Internacional e nós temos um candidato a diretor para o ano que vem. Já tivemos dois diretores no passado dessa Organização Hidrográfica Internacional e, no ano que vem, deveremos ter outro candidato, o comandante Costa Neves. E uma das minhas missões vai ser, se confirmado por V. Exas., justamente apoiar essa candidatura, que é tão importante para nós, dadas as vinculações que a Organização Hidrográfica Internacional tem com outros organismos, como a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a Organização Marítima Internacional e a Organização Meteorológica Mundial.

E, finalmente, eu gostaria de dizer... Não sei se eu ainda tenho tempo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Tem, sim; dez minutos.

O SR. LUíS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Dez minutos.

Bom, eu queria também dizer que eu, se confirmado, estarei servindo em Paris pela segunda vez.

Na primeira vez, eu fui conselheiro na embaixada e lembro que o embaixador me encomendou um trabalhinho para entregar ao Dr. Ulysses Guimarães. Tratava-se de um estudo sobre o voto distrital na França. E eu me dediquei a isso com muito afinco e entreguei finalmente aquele trabalho. E lembro que eu cheguei a algumas conclusões bastante válidas. A França, durante a sua história, oscilou entre o voto proporcional e o voto majoritário e finalmente se decidiu pelo voto majoritário. E esse voto majoritário é distrital e uninominal.

Fazem, mesmo na França, algumas críticas a esse sistema distrital, porque, segundo os inimigos dessa modalidade, o voto distrital municipalizaria as eleições. E isso é em parte verdade, mas, na França pelo menos, esse voto distrital não tirou as possibilidades de estadistas como Michel Rocard e Raymond Barre se elegerem. E eu acredito, por exemplo, que no Brasil o Dr. Ulysses não perderia suas eleições em Rio Claro por causa do voto distrital.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Quase perdeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUíS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Mas, em todo caso, o voto distrital também, na França, é atacado pelo fato de que não dá voz às minorias. Cria maiores estabilidades, mas evidentemente polariza o voto e não concede, digamos, voz àquelas minorias que o voto proporcional costuma proteger.

O sistema distrital francês, entretanto, tem suas distorções. E as distorções estão no fato de que os distritos não são iguais. E esses distritos não sendo iguais acabam, digamos, reforçando o voto rural em detrimento do voto urbano. Só para terem uma ideia, são 577 Deputados na Assembleia Nacional francesa para uma população de 67 milhões, quer dizer, o quociente é mais ou menos 100 mil, mas na cidade de Paris, que tem mais de 3 milhões de habitantes, só são eleitos 20 Deputados, ao passo que em distritos rurais do sul o quociente é 30 mil, o que produz uma bancada ruralista muito além dos 2 milhões de agricultores que existem na França.

Qual é a consequência disso tudo para o Brasil? É que a França é o país mais protecionista em matéria de agricultura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Perde um pouquinho para a Suíça...

O SR. LUíS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Mas a Suíça não está negociando com o Brasil. A União Europeia... Mas eu acho que tem razão: a Suíça. Mas está avançando mais o tratado com a EFTA do que o tratado com a União Europeia.

E, realmente, não é uma coincidência que a França seja o país que mais emperra essas negociações entre a União Europeia e o Mercosul, porque os seus agricultores são politicamente muito fortes, desproporcionalmente fortes, e bloqueiam aquilo que seria a essência do acordo, que, a meu ver, deveria implicar uma abertura do mercado agrícola europeu aos produtos do Mercosul e uma abertura do mercado industrial do Mercosul aos produtos europeus.

É uma situação que eu vi se repetir na Coreia, de onde saí, e não só na Coreia, mas no Japão também, na Suíça, como bem sublinhou o Senador Esperidião Amin. É um grande problema para nós, porque realmente, quando nós queremos agregar valor aos produtos agrícolas, encontramos realmente barreiras, embargos de todo tipo. Mas esse não é um assunto que me diga respeito, porque nós temos uma Embaixada para cuidar disso em Bruxelas.

Sinto que é muito difícil reverter politicamente esse quadro. Jamais, acredito eu, haverá mudanças nessa composição da Assembleia Nacional Francesa. Bom, ao falar da Assembleia Nacional Francesa, eu queria apenas lembrar que a França está na Quinta República, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criada por De Gaulle, um mito fundador, e essa Quinta República é muito *sui generis*, talvez a mais *sui generis* das Repúblicas europeias, porque ela não é parlamentarista, não é semiparlamentarista, mas tem primeiro-ministro, tem coabitação, apesar de que o Presidente realmente tem uma força que a gente não vê nas outras Repúblicas europeias.

Eu, casualmente, na minha primeira encarnação na França, pude assistir de perto à segunda coabitação, que foi entre o Presidente Mitterrrand, socialista, e o gaullista Édouard Balladur. Foi uma convivência muito civilizada, devo dizer, que não repetiu, digamos, os embates que existiram na primeira coabitação, que foi entre o Presidente Mitterrand e o Primeiro-Ministro Jacques Chirac. Depois, houve mais outra coabitação, mas a essa... Eu só assisti à segunda.

Eu queria também falar um pouquinho sobre a nossa cooperação transfronteiriça, que é muito importante para o Estado do Amapá, do nosso Presidente aqui no Senado. A França, muitas vezes, nos culpa pelo que nós não fazemos, mas nós fazemos muito mais do que a França, porque realmente a discriminação está praticamente evidente hoje em dia, depois de 23 anos passados da assinatura do acordo que isentou de visto os cidadãos franceses e brasileiros, com exceção da Guiana – a Guiana não entrou naquele acordo, e hoje, depois da construção da ponte sobre o Rio Oiapoque, ficou evidente que há uma assimetria que nos prejudica, contra a qual prometo me bater, se confirmado for por V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra.

Concedo a palavra aos Srs. Senadores para os questionamentos de praxe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Por determinação do Senador Anastasia, eu vou fazer duas pequenas observações: uma, de natureza bairrista, porque quem vai morar na França sabe que primeiro é a Itália, depois a França, e não existe Itália, não é? Não existe italiano. E na França também as regiões têm uma força muito grande, sem suprimir o patriotismo. Mas é curioso que, quando o senhor quiser chocar os seus anfitriões, mande buscar ostra lá em Florianópolis, porque eles ficam com um ciúme e uma inveja que vai lhe fazer muito bem.

O SR. CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES (*Fora do microfone.*) – Ponta dos Ganchos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, Ponta dos Ganchos é o melhor *resort*, mas a ostra nas baías de Florianópolis chegou a um estágio de convivência, de harmonia tal que a ostra francesa, beneficiada pela grande variação de maré, leva de dois anos a dois anos e meio para deixar de ser semente e ser ostra comercial, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chile isso acontece em 18 a 24 meses e no Ribeirão da Ilha chega a seis meses. Ou seja, é uma vantagem competitiva diabólica.

Uma vez, eu recebi o embaixador francês. Ele comeu três dúzias de ostra do Ribeirão e ficou com inveja.

Então, o senhor pode chocá-los com isso e daqui a pouco vai poder chocá-los não apenas com a cachaça mineira, mas também com os vinhos de altitude de Santa Catarina. Vinhos de acima de 950 metros que estão chegando a um nível muito elogiável.

Mas, falando agora sobre negócio, eu acho que o seu papel – e o senhor, certamente, já compreende isso – é que a França, com o Brexit, se é que o Brexit vai se consumar – fazendo um parêntese, na minha visão, eu já disse isto aqui, mas vou repetir –, se assemelha ao caso do Samuel com a Sara. Eu escolhi os nomes de propósito, é claro. O Samuel perguntou para Sara: "O que eu posso fazer para agradá-la? Posso lhe dar uma Mercedes? Posso lhe dar um colar de diamantes de três voltas?" "Não, Sara quer divórcio". Samuel repeliu: "Sara, divórcio é muito caro".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o que a Inglaterra está vivendo. Quer divórcio, mas o divórcio é caro, *so expensive*.

Então, eu acho que a França, de alguma forma, aliás, de qualquer forma, tem o seu papel elevado com o anúncio do Brexit, assim como foi De Gaulle, que, pelo menos, retardou a entrada da Inglaterra, vetou a Inglaterra. E eu acho que nós precisamos, o mundo e o Brasil, que a União Europeia dê certo, ou continue dando certo, ou sobreviva, ou subsista, e seja um elemento de equilíbrio nesse desequilíbrio internacional que nós estamos vivendo. Acho que o seu papel na percepção disso e o grau de influência, e junto com outros países, sem esquecer Portugal pelas nossas ligações óbvias, mas eu acho que nós precisamos recorrer à União Europeia, especialmente França e Alemanha, que agora são os dois grandes tutores, sem prejuízo para a Itália, para a Espanha e para outros países – afinal, é uma união –, mas são o peso da população e da economia e da influência política, acho que coloca a sua missão, com essa sua bagagem de 47,5 anos de experiência, no proscênio dessa nossa busca de participação na construção de um equilíbrio na redução do desequilíbrio nas relações internacionais.

Só para concluir, todos nós estamos percebendo que, nessas tentativas de fomentar hostilidade no Oriente Médio, agora especialmente na questão do Golfo Pérsico e também nos estímulos que o Brasil tem recebido para tomar um partido mais agressivo na questão do Irã, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que a Europa tem demonstrado um equilíbrio que influencia, e é uma boa influência, razão pela qual só faço essa reflexão.

Se o senhor achar que pode ou deve fazer algum comentário a respeito desse papel da França e da Europa, de um modo geral, na redução do desequilíbrio internacional, eu ficaria muito satisfeito.

Muito obrigado e boa sorte.

O SR. LUíS FERNANDO DE ANDRADE SERRA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Eu acho que é muito conveniente que eu faça alguns comentários ao que V. Exa. acaba de dizer.

Eu acredito realmente que, com o ocaso, o crepúsculo da Chanceler da Alemanha, a França vai retomar um protagonismo que lhe foi retirado há alguns anos. É evidente que nada acontece na União Europeia sem que haja um acordo franco-alemão. Se a França não quer, a coisa não prossegue; se a Alemanha não quer, tampouco prossegue, e acaba aí. Isso eu senti nos sete anos em que morei na Alemanha e, nesses anos, eu queria muito que a Alemanha fizesse pressão sobre o *lobby* agrícola francês, porque a política industrial é alemã, e a política agrícola é francesa. Eu queria que houvesse uma pressão do *lobby* industrial alemão sobre o *lobby* agrícola francês para que as negociações entre Mercosul e União Europeia avançassem. Naquele momento, os alemães me disseram: "Olha, não dá. Não dá porque a independência das duas políticas é tal que realmente não é possível fazer isso".

Mas, em todo caso, eu acredito piamente que a França, se retomasse o protagonismo na União Europeia, poderia fazer até mais que a Alemanha, porque sinto que a Alemanha, ao abandonar a sua autonomia energética, ficou dependente da torneirinha russa. Quando ela desativou as usinas nucleares, ficou inteiramente dependente do gás russo, e isso lhe dá menos autonomia, menos independência para fazer as pressões que cabem em certos momentos.

Quanto ao Brexit, eu não sei se é inevitável, mas eu tenho a impressão de que, se se consumar, o Brasil, quer dizer, o Mercosul deveria iniciar rapidamente as negociações para um acordo comercial com essa Grã-Bretanha que estaria separada da União Europeia, inclusive para provar à União Europeia que os protecionistas são eles, e não nós, porque eu tenho a impressão de que essa negociação se encerraria em seis meses, com êxito, e não levaria 20 anos, como está levando a negociação entre a União Europeia e o Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito também que, no passado, nós cometemos alguns errinhos. Eu nunca fui dessa área, mas a impressão que eu tinha é que o processo avançava com a União Europeia enquanto existia a negociação da Alca. No dia em que foi enterrada a negociação da Alca, a União Europeia passou 15 anos sem fazer uma concessão para nós. Antes disso, era uma concessão dos Estados Unidos para a Alca seguida de uma concessão da União Europeia para o Mercosul. E as coisas avançavam. Esse pêndulo nos era muito, muito favorável. No dia em que enterramos a Alca, por coincidência ou não, foram 15 anos sem uma concessão europeia. E até hoje eles continuam brecando toda tentativa nossa de obter algum benefício a mais na área agrícola.

Não sei se respondi à sua questão, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra.

Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão.

Consulto os Srs. Senadores e a Sra. Senadora se nós continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos embaixadores.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda ao resultado da votação.

O Sr. Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa, obteve 12 votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção.

Assim como o Sr. Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e ao Principado de Mônaco, obteve 12 votos SIM; nenhum NÃO; nenhuma abstenção.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto meus cumprimentos, desejando-lhes êxito nas honrosas missões, com a proteção de Deus nessa nova fase da vida de cada um de V. Exas.

Sempre à disposição, a Comissão de Relações Exteriores e a nossa Casa, o Senado da República, para auxiliá-los naquilo que for pertinente.

Muito obrigado.

Encerro esta parte da reunião para os cumprimentos e as fotos oficiais. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Segunda parte da reunião deliberativa.

Reabro a reunião.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador para proferir seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passamos logo às informações sobre o indicado.

Alexandre Ramagem Rodrigues, 47 anos, filho de João Rodrigues e Anna Beatriz Antongini Ramagem, graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2000), é delegado de polícia do Departamento de Polícia Federal desde 2005.

O currículo do ora indicado dá notícia de atuação nos três campos de atividade do órgão: polícia judiciária, polícia administrativa e atividade meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Completou o curso de formação da Academia Nacional de Polícia em 2005 e tomou posse no Estado de Roraima. Desde então, passou por ciclos de especialização, bem como cursos de aperfeiçoamento profissional para cada uma das classes da carreira, até a classe especial, onde se encontra na atualidade.

Após passagem exitosa pela Superintendência Regional em Roraima, o órgão central da Polícia Federal requisitou, em 2011, sua lotação em Brasília, visando a criação e a chefia da Unidade de Repressão a Crimes contra a Pessoa. Na sequência e à vista dos conhecimentos adquiridos em gestão de estrutura policial e logística operacional mediante participação em diversa operações policiais, ingressou na atividade meio da Polícia Federal. Assim, foi responsável pelas Divisões de Administração de Recursos Humanos e de Estudos, Legislações e Pareceres da Polícia Federal.

Em 2017, tendo em conta a evolução dos trabalhos da Operação Lava Jato, no Rio de Janeiro, foi convidado a integrar a equipe de policiais responsáveis pela investigação e inteligência de Polícia Judiciária no âmbito dessa operação. À vista das atividades desenvolvidas, foi designado responsável pela coordenação do trabalho da Polícia Federal junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro.

O indicado assumiu, em 2018, a Coordenação de Recursos Humanos da Polícia Federal, na condição de substituto ao Diretor de Gestão de Pessoal da Polícia Federal. Também no ano passado, foi incumbido, em razão de seus conhecimentos operacionais, de segurança e de inteligência, da Coordenação de Segurança do então candidato à Presidência da República, o Senhor Jair Messias Bolsonaro.

No romper de 2019, o Delegado Alexandre Ramagem foi requisitado para atuar como assessor especial da Secretaria de Governo da Presidência da República, em função direta de auxílio ao Ministro de Estado Carlos Alberto Santos Cruz, na qual se encontra até o momento presente.

Além das qualificações descritas, o indicado atua, desde 2012, como professor da Academia Nacional de Polícia ministrando as seguintes disciplinas, e cito aqui as disciplinas. Participou também da coordenação de grandes eventos, tais como: membro da coordenação da Conferência das Nações Unidas Rio+20; Copa das Confederações; Copa do Mundo; e Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Em conformidade com a legislação, o indicado apresentou documento escrito, no qual demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e atributos morais para o exercício do cargo de Diretor-Geral da Abin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, apresentou declaração, também por escrito de que:

1) seu irmão, Bruno Ramagem Rodrigues, exerce a função de agente de Polícia Federal, lotado na Diretoria Executiva da Polícia Federal desde 2005;

2) não participa no presente como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais;

3) não se encontra em polo passivo de ação judicial e figura na condição de autor da ação de responsabilidade civil por danos morais contra a empresa Folha da Manhã S/A, Editora Boa Vista Ltda., ação julgada procedente em primeira instância e confirmada em segunda. Encontra-se agora em cumprimento de sentença.

4) não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais.

O indicado entregou ainda certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, bem como certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública do Distrito Federal.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin, para proferir seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Pois não, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Julio Glinternick Bitelli, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. Julio Glinternick Bitelli nasceu em 3 de dezembro de 1960, na cidade de Santo André, em São Paulo. É filho de Agostinho de Souza Bitelli e Rosemary Glinternick Bitelli.

Obteve título de bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo em 1983 e de mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School em 2003. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1985; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1994; e o Curso de Altos Estudos em 2007, ocasião em que apresentou a tese "A Argentina, o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: baliza da parceria estratégica ou trincheira de uma rivalidade minguante?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1986 e Segundo-Secretário em 1991. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1997, a Conselheiro em 2004, a Ministro de Segunda Classe em 2008 e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: Primeiro-Secretário em Washington; Primeiro-Secretário e Conselheiro em Buenos Aires; Conselheiro e Ministro-Conselheiro em La Paz; Coordenador Executivo dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável na Rio+20, em 2012; Embaixador em Túnis; Chefe de Gabinete do Ministro; Chefe de Delegação na I Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Secretaria Iberoamericana, em Cartagena (2015); e Embaixador em Bogotá (2016).

Recebeu diversas condecorações, entre elas: a Ordem do Libertador San Martín, Argentina, no grau de Oficial, e Ordem do Mérito Civil, Espanha, no grau de Comendador, ambas em 1988; Medalha do Pacificador em 2012; Ordem de Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, Ordem do Mérito da Defesa e Aeronáutico, no grau de Grande Oficial, e Medalha Mérito Tamandaré, todas em 2015; Ordens do Mérito Militar e Naval, as duas no grau de Grande Oficial, em 2017.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino do Marrocos. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Com capital em Rabat e população de 34 milhões de habitantes, o Reino do Marrocos é uma monarquia constitucional que conta com Parlamento bicameral e Produto Interno Bruto da ordem de US$118 bilhões. Sua localização geográfica lhe confere importância internacional: é ponto de confluência entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, bem como de encontro entre a África e a Europa.

A história do país remonta à Antiguidade. Ademais, merece destaque o fato de ter sido a única parte do norte da África que se manteve independente do Império Turco Otomano. Como fator de estabilidade política do país, aponta-se a constância da dinastia reinante: é a mesma desde 1611.

Aliás, o processo de mudanças políticas promovido pelo monarca Mohamed VI, entronizado em 1999, parece ser o responsável pelo fato de a chamada "primavera árabe" não ter atingido o Reino como em outros países.

No campo econômico, o Marrocos se mostra diversificado e integrado às cadeias regionais e globais de produção. Conta com um dos maiores percentuais de terras cultiváveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mundo árabe com sistema financeiro e setor de serviços desenvolvidos. Desde meados da década de 1990, o Marrocos adota políticas de viés reformista e orientação liberal, consistentes em privatizações, simplificações tributárias e reforma no sistema de subsídios a bens básicos de consumo. Segundo o Banco Mundial, em 2018, o Marrocos alcançou o patamar de 5ª maior economia da África.

No âmbito das relações bilaterais, a partir da década de 2000, verificou-se adensamento. No período, houve intensificação do fluxo de visitas setoriais e de alto nível, bem como ampliação e diversificação da pauta de cooperação bilateral. Aliás, experimentou-se grande expansão do intercâmbio comercial, aumentado em mais de nove vezes entre 2000 e 2012, ano em que alcançou seu pico histórico.

Entretanto, o comércio bilateral apresenta desequilíbrio em favor do Marrocos (déficit de US$417 milhões para o Brasil, em 2018). Está agrupado em poucos produtos. As importações brasileiras têm-se concentrado em produtos derivados de fosfato (correspondentes a mais de 85% da pauta de importações) e as exportações para o Marrocos têm sido tradicionalmente reunidas em produtos agrícolas, com destaque para o açúcar (57% das exportações de 2018).

Politicamente, o relacionamento bilateral tem sido marcado por diálogo fluido e por trocas de votos e apoios mútuos a candidaturas em foros multilaterais. Os dois países contam com mecanismo de consultas políticas, estabelecido em 1999. A última edição foi realizada em maio de 2017, em Rabat.

Vale o registro de que, em anos recentes, verificou-se intensificação do contato entre Parlamentares brasileiros e marroquinos, mormente com a criação, em 2015, dos grupos parlamentares Brasil-Marrocos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório, razão pela qual a minha manifestação é favorável à aprovação do nome do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o relatório do Senador Esperidião Amin e encerramos esta parte da reunião.

Deliberação das atas das reuniões anteriores.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Deliberação das atas das reuniões anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação das atas da 25ª e 26ª Reuniões da Comissão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de encerrar, convoco os Srs. Senadores para as nossas próximas reuniões, que ocorrerão na terça, quarta e quinta-feira, respectivamente, às 10 horas. Na terça-feira, nós teremos uma audiência pública proposta pelo Senador Marcio Bittar; na quarta-feira, sabatina do indicado da Abin, com a relatoria do Senador Antonio Anastasia, e, na quinta-feira, a sabatina de dois Embaixadores, tendo uma das relatorias o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes do encerramento, eu venho solicitar a V. Exa.: nós aprovamos na quinta-feira passada o cronograma do nosso plano de avaliação da política pública concernente à guerra cibernética. No dia 3 de julho, está anunciado um ensaio, para o qual eu creio que todos os membros da Comissão serão convidados, do que seria um ataque cibernético. Nós temos que agendar a reunião de abertura, ou seja, de instalação deste plano, e eu estimaria que isso acontecesse certamente antes do recesso, até para que nós deflagremos o cronograma aprovado, que se encerra em novembro. Ou seja, nesse lapso de tempo, nós temos que encetar várias iniciativas, inclusive visitas técnicas à fortaleza digital, e reunir representantes da sociedade civil.

Eu não preciso lhe dizer que esse tema virou mais do que momentoso, virou nevrálgico. O que nós estamos assistindo ali, na sala ao lado, é fruto de guerra cibernética, sem adjetivos. E, como consta do artigo muito inteligente redigido na segunda-feira da semana passada, publicado na segunda-feira da semana pelo Embaixador Rubens Barbosa, a guerra cibernética é permanente, está acontecendo.

Então, eu queria pedir que a assessoria de V. Exa. agendasse essa data com antecedência para que nós possamos fazer todos os convites e tornar realmente esse trabalho, que é inovador e absolutamente inédito, produtivo para a Comissão, para o Senado e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão a V. Exa.

Determino à nossa assessoria que proceda à agilidade nos encaminhamentos propostos pelo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião, nada mais havendo a tratar em relação a ela.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Confúcio Moura, Paulo Paim, Paulo Rocha e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2019 - CRE, de autoria Senador Marcio Bittar (MDB/AC). **Finalidade:** Audiência Pública com a finalidade de debater os impactos de reformas da previdência social na economia global, em atendimento ao Requerimento nº 13 de 2019-CRE, de autoria do Senhor Senador Marcio Bittar. **Participantes:** Embaixador Fernando Schmidt Ariztía, Embaixador da República do Chile no Brasil; Embaixador Ioannis Pediotis, Embaixador da Grécia no Brasil. Sr. Vladimir Kuhl Teles, Subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia (representante de: Sr. Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia, senhoras e senhores!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

A presente audiência pública tem o objetivo de debater os impactos de reformas da previdência social na economia global, em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, do nobre Senador Marcio Bittar.

Eu gostaria de agradecer a presença da Senadora Renilde e do Senador Marcio Bittar na nossa audiência.

Tenho a honra de cumprimentar e convidar para integrar esta mesa de trabalho o Embaixador Fernando Schmidt Ariztía, Embaixador da República do Chile no Brasil; o Embaixador Ioannis Pediotis, Embaixador da Grécia no Brasil;, e o Sr. Vladimir Kuhl Teles, Subsecretário de Política Macroeconômica, representando aqui o Ministro Paulo Guedes, Ministro da Economia.

Recebam os senhores nominados os nossos cumprimentos.

Aos demais convidados não foi possível o comparecimento por problema de agenda, como justificaram perante esta Comissão.

Apenas quero informá-los de que esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal.

A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania.

A participação dos internautas é sempre bem-vinda aos nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu gostaria, com muita honra, de passar a Presidência ao Senador Marcio Bittar, autor do requerimento, e eu irei ficar no local destinado aos Senadores que participam da audiência pública.

Então, passo a Presidência ao Senador Marcio Bittar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Bom dia a todos!

Substituir o Presidente é uma tarefa bastante difícil, mas é um prazer.

Esclareço aos senhores palestrantes que vou conceder a palavra por 20 minutos para cada um, com possibilidade de prorrogação para conclusão de suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e Srs. pelos Senadores inscritos.

Apenas faço uma breve explicação. A iniciativa da audiência tenta trazer para o Senado da República e, por extensão, ao Congresso Nacional toda luz possível para aqueles Parlamentares que estão abertos verdadeiramente ainda ao debate, com as experiências dos países. Escolhemos um dos países da América Latina, o Chile, que tem uma economia pujante, que exibe indicadores sociais e econômicos que o Brasil ainda precisa alcançar. E, no nosso velho continente ocidental, há os pais da Filosofia; a Grécia nos traz uma experiência também importante. E aqui está um representante do Ministério da Economia.

Então, o desejo do autor é o de que a gente possa, cada vez mais, esclarecer que as reformas que o Brasil precisa fazer são um processo econômico por que passou o mundo. Quem passou por elas mais rápido e mais cedo sofreu menos, teve menos trauma, teve menos atribulação na vida política. Quem demorou mais passou por situações mais difíceis, mais complicadas. E a experiência desses países, creio, ajudam o Brasil a nortear a sua reforma. E é muito mais uma questão econômica do que político-partidária. São contas que fecham ou não.

Então, essa é a iniciativa.

Esclareço aos palestrantes, aos convidados, os Embaixadores da Grécia e do Chile, como disse o nosso Presidente, que muito mais importante do que a presença de algumas pessoas na audiência é a audiência que a TV Senado e os mecanismos de comunicação do Senado da República colocam, neste momento, para o País inteiro.

Para dar início à audiência, concedo a palavra – vão falar os três expositores primeiro – para o Embaixador Fernando, Embaixador da República do Chile no Brasil, por favor.

O SR. FERNANDO SCHMIDT ARIZTÍA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, para mim é uma grande honra estar aqui no Senado Federal para expor sobre o sistema previdenciário do Chile. Tenho aqui uma apresentação sobre esse sistema em linhas muito gerais.

Os senhores devem me desculpar, porque sou um diplomata, mas não sou um especialista em previdência, mas vou tentar fazer o máximo para dar conhecimento, em linhas gerais, do sistema previdenciário chileno e da reforma.

A minha exposição vai ser praticamente pautada neste sistema: o sistema previdenciário do Chile; orçamentos previdenciários e coberturas; sistema de aposentadorias; e reforma do sistema.

Quanto ao sistema previdenciário chileno, para começar, eu gostaria de falar um pouco sobre a estrutura do sistema previdenciário. Ele está organizado em quatro áreas: sistema de aposentadorias, seguridade e saúde no trabalho, sistema de saúde, seguro-desemprego. Concentrar-nos-emos apenas no primeiro tópico mencionado e em sua reforma, atualmente em discussão no parlamento chileno.

Começaremos identificando primeiramente aqueles que contribuem para o sistema previdenciário chileno como um todo. Primeiro, sou eu, o trabalhador, que é quem contribui principalmente para isso. Aloca entre 18% e 19% do seu salário mensal, que é dividido em 10% da contribuição previdenciária e no pagamento da comissão das Associações de Fundos de Pensão, AFP – vamos relatar um pouco mais sobre o que isso consiste. Elas administram a poupança previdenciária, que varia entre 0,77% e 1,47% do salário, até o momento. Depois, há 7% da renda tributável obrigatória, a partir de 2018, que vai para o Fundo Nacional de Saúde, o Fonasa. No caso dos contribuintes com contrato indefinido, agrega-se 0,6% como seguro-desemprego.

O segundo maior contribuinte é o empregador, que arca com o valor em contribuições entre 2,53% e 4,74% da renda tributável de cada trabalhador. Essa porcentagem se divide em: a) 1,3% por seguro invalidez e de vida de seus empregados, o sistema SIS; b) 0,93%, destinado a um seguro por eventuais acidentes no trabalho ou enfermidades profissionais; e c) 2,4% pelo seguro-desemprego, no caso dos trabalhadores com contrato indefinido. Esse percentual diminui a 0,3%, no caso dos trabalhadores com contratos definidos. Passemos agora a centrar-nos somente no sistema de aposentadorias, que é o que recebe 10% da contribuição previdenciária de cada trabalhador e pelo qual a AFP cobra do trabalhador uma taxa variável de administração, segundo já vimos.

Devemos destacar que, antes de 1980, o Chile tinha um sistema de distribuição que havia entrado em colapso. Em novembro daquele ano, foi instaurado um sistema previdenciário sob

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um esquema de capitalização individual de caráter obrigatório e universal. As contribuições individuais são administradas por entidades privadas denominadas, segundo já dizíamos, Administradoras de Fundos de Pensão (AFP). Essas instituições são supervisionadas pela Subsecretaria da Previdência Social. Desse novo sistema, foram excluídas as Forças Armadas, os carabineiros, os policiais e os que continuaram, por diversos motivos, ancorados no sistema antigo de distribuição.

Em suma, no novo sistema, cada pessoa possui uma conta onde deposita suas contribuições ou economias previdenciárias, que são capitalizadas e ganham uma rentabilidade pelos investimentos que as AFPs realizam. Os investimentos das AFPs podem ser colocados em cinco tipos de fundos de investimentos regulamentados por lei. Eles vão desde o Fundo A, que é o mais arriscado pelas características do tipo de títulos, ao Fundo E, que é o de menor risco. Esses fundos distribuem seus investimentos no Chile e no exterior.

O patrimônio acumulado é de propriedade do trabalhador, o contribuinte, e é totalmente independente do patrimônio da administradora. Ao término da vida ativa, esse capital acumulado é devolvido ao afiliado ou aos seus beneficiários sobreviventes, na forma de alguma das modalidades de pensão, isto é, como retirada programada, como anuidade, como renda temporária, como anuidade diferida e como retirada programada com anuidade. Em outras palavras, o indivíduo é o dono de seus fundos e é quem tem direitos exclusivos sobre eles.

O sistema caracteriza-se também pela liberdade de escolha dos afiliados, de tal forma que, primeiro, o trabalhador pode escolher a administradora ou a AFP que gerencia suas economias previdenciárias e mudar quando deseja; segundo, o trabalhador também pode escolher a idade que deseja se aposentar, ou seja, aposentadoria por velhice ou aposentadoria antecipada; terceiro, o trabalhador pode escolher a modalidade de pagamento de sua pensão; quarto, igualmente, ele pode escolher o tipo de fundo no qual vai investir suas economias. O sistema foi reformado, em 2008, e o Congresso está discutindo hoje, novamente, um pacote de reformas. Pode-se dizer que o projeto de capitalização individual e o sistema de distribuição coexistem no projeto atualmente em discussão, porque pensões muito baixas estão sendo recebidas geralmente como resultado de economias insuficientes.

Por que chegamos a isso? Por que estamos discutindo no Congresso Nacional uma nova reforma do sistema previdenciário? Primeiro, ninguém calculou, em 1980 e em 1981, as mudanças demográficas que ocorreriam após décadas. Atualmente, os chilenos vivem mais. No caso das mulheres, a expectativa de vida é de 91 anos ou mais, mas há apenas 35 anos de contribuição previdenciária; no caso dos homens, a expectativa de vida é de 80 anos ou mais, e sua contribuição previdenciária corresponde a 40 anos de trabalho. Em segundo lugar, não foi bem calculada a contribuição dos trabalhadores independentes, muitos dos quais não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuíram desde o início. Em terceiro lugar, houve muitos que não contribuíram seja porque, em conluio com o empregador, burlaram a obrigatoriedade de fazê-lo e gastaram seu salário inteiro ou simplesmente porque não trabalharam. Em quarto lugar, também não foram considerados, na época, os possíveis déficits previdenciários, isto é, períodos em que a pessoa não contribuiu para o sistema. Em quinto lugar, finalmente as baixas inesperadas nas taxas de juros globais não foram consideradas adequadamente. Em sexto lugar, houve falta de educação financeira entre os contribuintes para o sistema.

Para que o sistema funcione adequadamente, é necessário, é indispensável que o contribuinte participe ativamente no manejo e no controle de seus próprios fundos, o que não aconteceu na maioria dos casos. Não obstante, apesar dos seus gargalos, o sistema funciona em suas linhas principais – vejamos –, por um lado porque o indivíduo é o dono absoluto de suas economias e, por outro, porque o sistema ofereceu uma lucratividade alta aos usuários. Hoje em dia, aproximadamente, 70% dos fundos acumulados correspondem à rentabilidade líquida. Os 30% restantes são a contribuição líquida dos contribuintes.

Além disso, o sistema provou ser uma alavanca de desenvolvimento. Atualmente, quase 80% do PIB do país são de economia previdenciária. No entanto, o sistema está longe de ser perfeito. O Governo reconhece isso, e o Congresso está discutindo sobre a nova reforma, principalmente pelas razões já apontadas antes. Assim, um senso de justiça gerou um novo olhar sobre o sistema de aposentadorias chileno, a partir do que se denomina de os três pilares, que são: primeiro, o pilar solidário, que busca prevenir a pobreza na velhice e a invalidez da pessoa, protegendo aqueles mais vulneráveis que não pouparam em nenhum sistema de pensões ou que o fizeram de forma insuficiente – isso se financia com recursos públicos, isto é, através de impostos –; segundo, o pilar contributivo, isto é, a contribuição obrigatória e a capitalização individual, que buscam suavizar o consumo entre a etapa ativa e passiva das pessoas; e, por último, o pilar voluntário, em que os contribuintes podem realizar um depósito previdenciário voluntário, com benefícios tributários, conforme as necessidades de pensões ou antecipação de aposentadoria que tenham para complementar a contribuição obrigatória desses 10%.

Esse senso de justiça se traduziu no atual projeto de reforma do sistema – aí as palavras são muito pequenas –, que o Executivo enviou ao Congresso para sua discussão e eventual aprovação. O mencionado projeto contempla os seguintes objetivos: 1) melhoria das pensões dos atuais e futuros beneficiários, atendendo a uma necessidade do pilar solidário; 2) melhoria das pensões da classe média e de todos aqueles que desejam adiar a idade de aposentadoria; 3) maior proteção aos idosos ou aos dependentes com algum tipo de deficiência grave; 4) geração de melhores aposentadorias por idade no marco do pilar contributivo; e 5) melhoria do sistema e abertura para novos atores, para que não sejam apenas as AFPs os participantes, e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto a isso, melhoria da informação e da educação dos usuários do sistema e geração de uma maior fiscalização a partir de uma demanda social.

Para melhorar as pensões da classe média, onde está a maioria dos chilenos, para melhorar as pensões das mulheres e dos que desejam postergar sua idade de aposentadoria, são contempladas as seguintes medidas: após os 65 anos, é estabelecida uma contribuição mensal pelo Estado de 0,15 UF – uma UF é igual a R$154,25 –, para cada ano de contribuição. Essa contribuição tem o máximo de 16 anos para mulheres e de 22 anos para homens. Um suplemento mensal é criado pelo Estado para mulheres de classe média, equivalente a 0,015 UF para cada ano trabalhado, após 16 anos de contribuições.

Para a classe média, em geral, é estabelecido um benefício estatal que acrescenta 50% à renda recebida pela pessoa na idade de se aposentar. Essas medidas beneficiariam cerca de 490 mil pensionistas em um primeiro estágio e cerca de 815 mil no segundo e comprometeriam os recursos do Estado em cerca de US$700 milhões por ano.

Para dar maiores proteções aos idosos ou a dependentes, devido a graves deficiências, o projeto de lei estabelece um subsídio de dependência, de responsabilidade do Estado, de 80 mil pesos, focado nos mais pobres, e um seguro de dependência do empregador, para os que contribuem com pelo menos cinco anos, nos casos dos homens – esse seguro atingirá 0,2% da contribuição mensal. Estima-se que essa medida beneficiará cerca de 121 mil dependentes. No primeiro caso, a medida beneficiava 1,75 milhão de pessoas; no segundo caso, como dizíamos, beneficiava praticamente mais de um milhão de pessoas, 850 mil pessoas, 490 mil pessoas na primeira etapa e 815 mil pessoas na segunda etapa.

Para melhorar as pensões por velhice – isto é importante, é onde está concentrada a discussão mais ávida no Parlamento chileno –, são discutidas as seguintes medidas: aumentar a taxa de contribuição gradualmente, que não será mais de apenas 10% do salário, pois esse valor será acrescido de um adicional de 4%, mais as custas do empregados – esses 4% adicionais seriam administrados por um conselho público autônomo, que ainda está em discussão –; estabelecer um seguro para lidar com os chamados déficits previdenciários, administrados pelas administradoras do fundo do desemprego, cobrados do respectivo fundo; incentivar o adiamento da idade de aposentadoria, permitindo a retirada da metade da diferença produzida entre a idade legal e a idade efetiva de aposentadoria, isto é, se uma pessoa pode se aposentar legalmente aos 60 anos, mas se, na verdade, ela o faz aos 70 anos, 50% da contribuição nesses dez anos podem ser retirados de uma só vez; estabelecer o sistema de cobrança de contribuições. Estima-se que, a longo prazo, as pensões de velhice aumentem 40% em relação ao cenário atual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, para melhorar o sistema e permitir a entrada de novos atores, para melhorar a fiscalização e também a educação previdenciária, algo básico no sistema previdenciário chileno, que não funcionou devidamente, como dizíamos, estabelece-se o seguinte: entrada de novos atores para administrar fundos de pensão, como fundos de compensação, associações de poupança e crédito etc; flexibilidade de regras que ajudem outros atores a administrar fundos de pensão, para que os atores novos e antigos possam distribuir os lucros entre os afiliados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SCHMIDT ARIZTíA – Busca-se promover as transferências informadas de fundos e à AFP, enfatizando muito a questão de educação em matéria previdenciária. E, finalmente, mais poderes de supervisão serão concedidos à superintendência de previdência.

Para concluir, apesar dessas reformas no sistema que o próprio Governo está introduzindo para gerar mais solidariedade, transparência e transversalidade, suas linhas principais não desaparecem. O indivíduo é o protagonista de sua vida enquanto ele está em idade de trabalhar e é o dono de suas economias.

Da mesma forma, o sistema demonstrou ser uma alavanca de desenvolvimento com cerca de US$236 bilhões, equivalentes a quase 80% do PIB do país.

Finalmente, grande parte do que o indivíduo recebe no final de sua vida laboral corresponde aos lucros gerados pelo sistema. No entanto, dadas as lacunas na lei original, o Chile está, atualmente, passando de um sistema de financiamento principalmente individual para um sistema tripartite, no qual o Estado também intervirá e as contribuições dos empregadores serão ampliadas.

Com o projeto de lei apresentado, a contribuição do Estado para o sistema previdenciário aumentará gradualmente de 0,8% do PIB para 1,42% do PIB.

Em relação aos tempos vindouros, disse o economista David Bravo, ex-Presidente da Comissão de Assessoria Previdenciária durante o Governo da ex-Presidenta Bachelet, que: "De toda forma, será necessário continuar modificando o sistema no futuro. Provavelmente, as taxas de contribuição devem subir mais, mas precisamos começar agora, considerando que essas taxas também aumentarão gradualmente. Com esta reforma, corrigiremos um dos três problemas da lei de 1981 ou de baixas taxas de contribuição, mas os outros dois permanecerão, as diferentes idades de aposentadoria entre homens e mulheres e a situação anômala dado o fato de que as Forças Armadas e carabineiros têm um sistema diferente do resto dos chilenos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que essa exposição, Sr. Presidente, tenha sido útil para o debate sobre o sistema previdenciário no Brasil. Na Embaixada do Chile, estamos totalmente à sua disposição para canalizar as consultas que esta Casa desejar formular sobre o sistema de aposentadoria chileno e as reformas propostas pelo Executivo ao nosso Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O Parlamento brasileiro é que agradece a presença do Embaixador da República Chilena no Brasil.

Passo a palavra, com satisfação, ao Embaixador da Grécia no Brasil, Sr. Ioannis.

O SR. IOANNIS PEDIOTIS (Para exposição de convidado. *Tradução simultânea.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de me desculpar pelo fato de minha apresentação ser feita em inglês, mas creio que eu poderia poupá-los do meu português.

Em segundo lugar, dado que o meu passado é direito, eu não pretendo ser um especialista em economia.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Só para lembrar os colegas Senadores que é no canal 19 a tradução.

Pode continuar.

O SR. IOANNIS PEDIOTIS (*Tradução simultânea.*) – Para aqueles que não mudaram o canal, creio que deveria repetir o que disse.

Eu preciso me desculpar por a minha apresentação ser em inglês, pelo fato de a minha apresentação ser em inglês. O meu português não está no limite, no nível em que gostaria antes de fazer a apresentação. Então, acho que seria bom poupá-los do meu português.

Em segundo lugar, dado que o meu passado é direito, eu não pretendo ser um especialista em economia.

Em terceiro, por favor, mantenham em mente os seguintes dados da Grécia: a Grécia é membro da União Europeia desde 1982, significando que estamos desfrutando do apoio da União Europeia, mas também temos que respeitar suas regras, regulações e restrições.

A renda nacional, o PIB nacional da Grécia, a renda *per capita* – perdão – é de 23 mil euros. E a população é aproximadamente a metade da de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no assunto com que estamos lidando hoje, deixe-me começar dizendo que a expansão, o aumento da expectativa de vida era um dos objetivos da humanidade, mas ele está se tornando um problema político crucial. No mundo desenvolvido, as populações estão envelhecendo, e preocupações com a viabilidade no longo prazo dos sistemas de proteção social estão se tornando mais altas, quando a geração *baby boomers* está saindo da força de trabalho. Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores jovens substituindo-os está gradualmente declinando, à medida que as taxas de nascimento caem no mundo desenvolvido, nos anos desde a queda dessa geração, depois dessa geração de bebês da população, depois da Segunda Guerra Mundial.

Sobre esse desenvolvimento demográfico, há dois desafios centrais dos sistemas de pensão no mundo desenvolvido: primeiro, as pessoas estão vivendo mais e recebem pensões por períodos estendidos; segundo, as taxas de nascimento caem e as populações decrescem. Então, a força de trabalho se torna menor e os contribuintes, por esse sistema de pensões e aposentadorias, se tornam mais escassos.

Isso também acontece na Grécia. O envelhecimento da população é o desafio mais crucial a ser adereçado pelo sistema de pensão da Grécia e também pela sociedade grega. De acordo com a Eurostat, que é a agência oficial da União Europeia, a população da Grécia irá diminuir de 10,8 milhões, em 2016, para 7,7 milhões, em 2070. Enquanto isso, o número de pensionistas irá aumentar de 2,6 milhões, em 2016, para 2,97 milhões, em 2050, e, depois, irá diminuir para 2,58 milhões, em 2070. Por isso, o Parlamento grego adotou em maio de 2016 uma reforma de pensões dirigida, entre outras coisas, para adereçar eficientemente o impacto desse desenvolvimento demográfico no sistema de pensões grego. Esperamos atingir esse objetivo. De acordo com o exercício de projeção das pensões, estima-se que os gastos com pensões caiam de 17,3% do PIB, em 2016, para 12,9% do PIB, em 2040.

Exceto pela população que fica mais velha, a reforma previdenciária foca em abordar desafios do sistema de pensões, como os desequilíbrios financeiros e a alta fragmentação do sistema do passado, as desigualdades, por conta das diferentes regras de contribuições e benefícios que se aplicavam, as altas taxas de trabalho informal, a administração ineficiente do sistema prévio e as repercussões da crise recente – altas taxas de desemprego, salários que caem e aumento de emprego informal. Por isso, o trabalho de delinear um sistema de pensões e garantir a sustentabilidade a longo prazo era urgente e extremamente desafiador. A reforma previdenciária queria criar um sistema socialmente justo, que garantisse a justiça social e o equilíbrio intergeracional para simplificar e racionalizar o sistema e garantir sustentabilidade de longo prazo com um sistema redistributivo de características.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os princípios fundamentais da reforma são igualdade de justiça social. Sob esses dois princípios, as seguintes políticas concretas estão sendo aplicadas: a integração de todos os sistemas de pensões numa agência de seguridade social que cobre de forma mandatória, obrigatória, salários, trabalhadores autônomos, agricultores e todos os tipos de pensões, num fundo integrado para pensões auxiliares e de desabilitados.

Todas as contribuições e benefícios, todas as regras têm que ser harmonizadas. Regimes especiais foram abolidos, eliminando, portanto, injustiças prévias do sistema. A pensão principal consiste numa pensão nacional e o benefício de contribuição definida. Esse componente, a pensão nacional, é financiado pelo orçamento nacional para oferecer proteção contra a pobreza e a exclusão social. São 384 euros por mês de contribuição para 2016. O segundo componente da pensão principal é o elemento dos ganhos.

As pensões são calculadas com base nas garantias, nas contribuições da vida do trabalhador, da vida laboral, estabelecendo uma conexão mais próxima entre as contribuições e os benefícios. Os benefícios de bem-estar são independentes do sistema de pensão, significando que o benefício de 360 euros é provido por mês para os idosos não garantidos. A assistência à saúde também é separada, e o seu financiamento também é separado.

A reforma da pensão é considerada a mais crucial reforma de todos os sistemas de pensões, desde 1932, quando a seguridade social na Grécia se tornou obrigatória e a organização principal de seguridade social foi estabelecida. Um novo sistema garante sustentabilidade, igualdade intergeracional e distribuição igualitária de sacrifícios, introduzindo regras uniformes para jovens e recém-segurados, recalculando as pensões daqueles que já estão aposentados. O sistema estabelece igualdade total. Ele melhora as funções redistributivas do sistema de pensão, garantindo taxas mais altas de recuperação para o sistema nacional de pensões. O sistema evita a pobreza, garantindo um padrão decente para os idosos que ainda estão em vida.

O que é mais importante é que a implementação da reforma é um componente que está acompanhado de uma reforma administrativa sem precedentes. A integração de todos os fundos de pensão públicos em uma agência de seguridade social trouxe mais de 8.435 funcionários públicos de oito diferentes agências em uma, com diferentes sistemas de TI, esquemas e culturas, sob um time gerencial, em janeiro de 2017. Foi uma empreitada incrível e um desafio fantástico para o Governo grego. A integração de todos os fundos, os arquivos e a eficiência administrativa simplifica os procedimentos, prevê cálculos de pensões futuras e direitos de forma totalmente automática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As economias são estimadas em 2,8% do PIB até 2020, com cortes de gastos de dois terços. De 2025 em diante, o financiamento estatal estará dirigido para cobrir solenemente a pensão nacional, 4,8% do PIB, e não haverá necessidade para financiamento extra, uma vez que o déficit será eliminado. O primeiro ano de operação com o novo sistema se concluiu com um resultado financeiro positivo de 777 milhões de euros, contra um déficit estimado de 765 milhões de euros, que havia previamente, um sinal importante de recuperação para o sistema previdenciário.

As regras harmonizadas também estão seguindo um plano intensivo de harmonização, de limpeza do sistema previdenciário. As pensões, a concessão... O prazo será de três meses para a concessão de pensões. Como mencionado, isso terá um impacto fiscal pesado no médio e longo prazo. Em 2016, os gastos com pensões atingiram 17,3% do PIB, enquanto que em 2017, o primeiro ano da implementação total da reforma, declinaram em um ponto percentual.

Com relação aos desafios futuros, as pensões na Grécia parecem ter tido um papel significativo em amortecer os efeitos negativos dos pensionistas, dado que a taxa de pobreza das pessoas de 65 anos ou mais, de 2016 a 2018, que foi o período da crise mais intensa, foi significativamente baixada em 6,1 pontos percentuais. Isso não significa que os pensionistas na Grécia estão melhores do que em qualquer outro lugar na Europa. Pelo contrário, as pensões na Grécia... Houve um vácuo em outras áreas de gastos. O gasto na Grécia é menor do que em outros países europeus – em assistência à saúde, benefícios com pessoas com deficiências, benefícios familiares –, mas o Governo está tomando ações para melhorar o gasto social, para progressivamente sair do sistema de pensão como sendo o principal gasto do Governo. Isso é um trabalho que ainda está sendo desenvolvido, e um período de transição é necessário para que essas ações sejam implementadas com suavidade.

Concluindo, eu deveria frisar que, de acordo com as relevantes projeções e o *design* específico da reforma, a reforma vai garantir a sustentabilidade no longo prazo do sistema de pensões e efetividade no sistema grego. Eu tenho que mencionar que foi imperativo para nós garantir que o sucesso da reforma de 2016 no sistema previdenciário garantiria no longo prazo um decente nível de benefícios sobre restrições, colocadas pelo nível de crescimento econômico, junto ao superávit orçamentário. De acordo com as projeções, podemos alegar que atingimos esse objetivo que tínhamos.

Eu me limitarei a isso.

Eu gostaria de agradecer ao Presidente. Obrigado pela honra de me convidar a vir aqui.

Posso responder quaisquer perguntas que possa haver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Agradeço ao Sr. Iannis Pediotis.

Agora, passamos a palavra, de pronto, ao Sr. Vladimir Teles, representando aqui o Ministério da Economia.

V. Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. VLADIMIR KUHL TELES (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado. Muito bom dia a todos e a todas.

A economia brasileira passa por um enorme desafio no momento, que é dado por uma significativa transformação demográfica do País, assim como numa série de outros países no mundo. Então, enquanto no passado os pais tinham muitos filhos, hoje os pais têm menos filhos. Consequentemente, você tem menos pessoas contribuindo para pagar por um número cada vez maior de aposentadorias, à medida que os pais vão envelhecendo. Nós podemos ver isso em estatísticas do IBGE, mas mesmo em evidências anedóticas do dia a dia.

Meu pai, por exemplo, tinha 15 irmãos. Ele é de uma família cearense, do interior do Ceará, e tinha 15 irmãos. Nenhum desses 15 irmãos nem ele teve 15 filhos. Todos eles tiveram menos. Acho que o que teve mais teve 5 filhos. E por aí vai. Os filhos deles tiveram menos filhos ainda. Então, com o passar do tempo, a população foi tendo cada vez menos filhos, e, consequentemente, foi acontecendo o seguinte: no sistema previdenciário brasileiro, que é um sistema de repartição, são os filhos que pagam as aposentadorias dos pais. Você soma a contribuição de todos os filhos daquela geração e paga a aposentadoria dos que são idosos, que são os seus pais.

Conforme você vai tendo menos filhos, você vai tendo menos pessoas que estão contribuindo para as aposentadorias. E, conforme, obviamente, as pessoas vão vivendo mais tempo – felizmente, a expectativa de vida vai crescendo –, você também precisa pagar por mais tempo essas aposentadorias. Você tem um número maior de pessoas recebendo e um número menor de pessoas pagando. Então, naturalmente, essa conta não vai fechar, e o que vai acontecer é um déficit da previdência que vai crescendo, ano após ano, por causa dessa dinâmica demográfica. Isso é algo comum a todos os países do mundo. E não é à toa que todos os países precisaram fazer reformas da previdência e continuamente precisam fazer reformas na previdência com regularidade.

Vou dar um exemplo: o Japão. O Japão é um país que é muito mais velho que o Brasil e gasta, em proporção do PIB, muito menos que o Brasil com aposentadoria. E eles estão, no momento, querendo fazer uma reforma da previdência, porque percebem que não terão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições fiscais de suportar o pagamento de aposentadorias no médio prazo. Só para traduzir em números esse fato, no Japão, hoje, 27,4% da população é idosa, e eles gastam 9,4% do PIB em aposentadorias. O Brasil, por sua vez, tem 8,6% da população idosa e já gasta 13,1% do seu PIB em aposentadorias.

Em outras palavras, quando o Brasil, à medida que ele for envelhecendo – e ele está envelhecendo muito rapidamente, essa trajetória está muito rápida –, chegar a um nível de envelhecimento da população, digamos assim, similar ao do Japão, o Brasil já estará gastando 40% ou mais do PIB em aposentadoria, muito mais do que a carga tributária atual permite. Então, é absolutamente inviável manter o sistema previdenciário atual, por uma questão matemática. Não é uma questão de ideologia; é uma questão pura e simplesmente matemática.

Se você comparar o Brasil com outros países emergentes, outros países com PIB *per capita* similar ao do Brasil, ele gasta mais em aposentadoria do que todos os demais, do que todos os seus pares. Como eu mencionei, ele gasta 13,1% em aposentadoria. Outros países: o Chile gasta 2,8; Israel, 4,8; Coreia do Sul, 3,1; Irlanda, 3,5; Nova Zelândia, 4,8. E todos esses países já têm uma população mais envelhecida do que a brasileira, mas gastam bem menos que o Brasil.

Então, o Brasil tem um problema seriíssimo de crescimento dos gastos com aposentadoria e, ao mesmo tempo, tem uma redução das contribuições com aposentadoria, porque você tem cada vez menos jovens para pagar essas aposentadorias em termos relativos. Então, isso implica um sério problema fiscal.

E o Brasil se encontra em um segundo problema: se ele estivesse nessa trajetória, mas estivesse com um nível de dívida pública baixo, o que aconteceria? Você poderia até pensar, embora não fosse prudente, em postergar uma reforma da previdência, mas o Brasil encontra-se num nível de dívida/PIB muito alto. Então, comparando com outros países emergentes, ele é um dos países com maior nível de dívida/PIB do Planeta, se comparado com outros países emergentes. Ele está atrás apenas do Egito. Ele está à frente, por exemplo, de Argentina, Paquistão, Uruguai, Índia, Chile, Peru... Eles têm uma dívida/PIB muito menor do que a brasileira, muito menor mesmo. É cerca de seis vezes menor, por exemplo, a da Rússia com relação à do Brasil, dependendo de como você contabiliza dívida bruta. No conceito do FMI, a dívida bruta brasileira é de 87,9% do PIB. Pelo conceito do FMI, a Rússia tem 14% do PIB apenas; o Chile, 25%; o Peru, 26%; Turquia, 29%; Indonésia, 29%. Portanto, os outros países emergentes têm uma dívida bruta muito menor com relação ao PIB do que o Brasil.

O Brasil já está numa situação fiscal muito deteriorada e tem uma perspectiva de aumento de gasto da previdência muito problemática, por causa da dinâmica demográfica da população. Então, torna-se urgente realizar uma reforma da previdência. E nós temos aí a primeira razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária para fazermos uma reforma da previdência, que é uma razão fiscal. Pura e simplesmente, nós não temos condições fiscais de bancar a previdência na sua trajetória atual.

Os senhores bem sabem que o nível de gastos obrigatórios – e a previdência é um gasto obrigatório – cresce ano após ano. A previdência é o gasto obrigatório que mais força o crescimento dos gastos, e isso implica cada vez menos espaço para gastos discricionários, que são extremamente relevantes. Gastos discricionários são os gastos, por exemplo, com infraestrutura, com investimentos, com compra de remédios para hospitais, com compra de livros didáticos para escolas. Então, são gastos extremamente relevantes. E, se você não faz uma reforma da previdência, você vai chegar a um ponto em que não vai conseguir cumprir com gastos básicos, que, embora sejam discricionários, não são obrigatórios do ponto de vista legal. Em outras palavras, é uma questão de sobrevivência de contas públicas, de gastos básicos necessários para as condições de vida da população.

Então, a primeira razão pela qual nós precisamos fazer uma reforma da previdência é uma razão fiscal.

A segunda razão é uma razão econômica. Então, à medida que a dívida pública vai crescendo e você vai tendo uma evolução demográfica dessa magnitude, você impacta o crescimento econômico de quatro maneiras.

A primeira maneira, que é a maneira mais imediata, é através do risco país. Então, à medida que os agentes observam que a dívida pública vai crescer, vai ter uma trajetória explosiva, o risco país também explode. Com ele, o prêmio de risco e, consequentemente, a taxa de juros. Isso, por sua vez, reprime o investimento e, com ele, o crescimento econômico. Então, não havendo uma reforma, deve haver a explosão da dívida e, consequentemente, uma brutal recessão. Sem a reforma, em 2023, nós já passaríamos de 100% da dívida com relação ao PIB, certo? Então, nós teríamos uma situação muito problemática.

A segunda razão econômica pela qual a reforma é importante para o crescimento é que, à medida que você aumenta a dívida pública, você aumenta o seu gasto com os juros: porque você está aumentando a dívida, você aumenta o gasto com o serviço da dívida. Então, todos nós acreditamos que o gasto com juros é elevado, o gasto com o serviço da dívida é elevado, mas ele só é elevado porque nós nos endividamos. Quanto mais nos endividarmos, mais nós gastaremos com juros. Então, na realidade, a ideia de que você vai fazer a reforma porque você quer privilegiar gasto com juros... É o contrário: ao fazer a reforma você vai se endividar menos e gastar menos com juros.

E por que gastar com juros é ruim? Porque, basicamente, para você se endividar, você está tirando uma parcela da poupança da economia para rolar a dívida pública. Então, você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as famílias e as empresas, que fazem sua poupança, colocam no banco. O banco vai emprestar uma parte para investimento produtivo das firmas e, outra parte, para o Governo rolar a sua dívida. Quanto maior for o tamanho da dívida pública, maior a parte que vai para a rolagem da dívida e menor, então, a parte para o investimento privado. Consequentemente, menor o crescimento econômico. Então, quanto maior o nível de dívida, maior o gasto com juros e, consequentemente, menor o investimento privado e o crescimento.

A terceira razão econômica pela qual a previdência e, consequentemente, a dívida afetam o crescimento é a carga tributária. A carga tributária brasileira hoje, se comparada com a de outros países emergentes, já é elevada. Então, se você explode o tamanho da dívida, e a dívida vai aumentando cada vez mais, você, indubitavelmente, vai ter que, em determinado momento, aumentar a carga tributária. Aumentando a carga tributária, você reduz também a poupança e o investimento. Por quê? Porque, se você faz um investimento e vai ter um retorno, sobre esse retorno incide determinada carga tributária; se você aumenta a carga tributária, o retorno líquido de impostos do seu investimento se reduz. Isso é um desestímulo para você fazer investimento e para poupar, então o investimento é reduzido pela perspectiva de uma maior carga tributária no futuro. Assim, isso tem uma implicação negativa sobre o crescimento.

Um quarto aspecto é que o *share* de força de trabalho da economia, sem a reforma, tende a ser reduzido. Consequentemente, o número de pessoas produzindo em proporção ao total vai caindo e, com isso, o PIB *per capita* cai. É uma questão também matemática, não é uma questão de decisão econômica, é uma consequência simples.

Então, na realidade, você tem um impacto substancial no crescimento econômico causado pelo envelhecimento da população. E a reforma da previdência é uma forma de você evitar que esse desenvolvimento da demografia brasileira seja catastrófico em termos econômicos.

E há uma terceira razão pela qual é necessário fazer a reforma. Eu falei da primeira razão, a razão fiscal; a segunda razão é uma razão econômica; e a terceira razão é uma questão de justiça social.

O sistema previdenciário brasileiro é extremamente injusto nos moldes atuais. É um sistema que dá privilégios previdenciários substanciais a quem ganha mais e, consequentemente, ele acaba, para isso, cobrando imposto. Infelizmente, nossos impostos são regressivos, ou seja, é cobrado mais imposto de quem é mais pobre. Então, os mais pobres acabam tendo que pagar impostos para que sejam subsidiadas as aposentadorias dos mais ricos. Isso é absolutamente injusto, e a reforma tributária endereça esse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para citar um exemplo. Vamos pegar um trabalhador que se aposenta com um salário mínimo; contribui com base em um salário mínimo ao longo da vida dele e se aposenta com um salário mínimo. Vamos pegar o caso de um homem com uma esposa cinco anos mais nova. A diferença de quanto ele vai receber de previdência com relação a quanto ele pagou, hoje, é de R$205.309. Então, ele vai ganhar mais em termos de previdência, em média, R$205 mil em relação ao que ele pagou. Com a Nova Previdência, esse trabalhador, com um salário mínimo, vai ganhar R$206.246. Então, ele não é prejudicado; ele até tem um pequeno aumento, um ligeiro aumento. Esse trabalhador mais pobre não é prejudicado. Já o trabalhador que está no teto da previdência, que contribui sobre o teto, na média ele ganha 11 salários mais ou menos, um pouco mais de R$11 mil. Ele recebe atualmente, em termos de subsídio previdenciário, R$594.350 – um trabalhador exatamente nas mesmas condições, com uma esposa cinco anos mais jovem, a mesma idade e daí por diante. Então, ele recebe hoje, nas condições atuais, mais do que o dobro, cerca de duas vezes e meia na realidade, o subsídio previdenciário que o mais pobre recebe. Agora, com a Nova Previdência, ele passa a receber quanto? R$162.347. Ele passa a receber menos subsídio previdenciário do que o mais pobre. Então, há uma correção de injustiça social através da reforma da previdência.

Por que isso acontece? Isso acontece por dois fatores substanciais.

Primeiro, o trabalhador mais pobre, com a Nova Previdência, vai pagar uma contribuição previdenciária menor, a alíquota dele é menor do que é hoje. Então, 75% dos trabalhadores, a fatia dos 75% mais pobres estará pagando uma alíquota previdenciária menor do que a que paga hoje. E o mais rico vai pagar uma alíquota maior. Então, isso está incidindo exatamente sobre o trabalhador mais rico.

A segunda questão é a da idade mínima. Com a idade mínima... O trabalhador mais pobre hoje já se aposenta com a idade, em média, muito próxima dos 65 anos. Então, ele não está contribuindo mais tempo.

Já o trabalhador mais rico, não. O trabalhador mais rico se aposenta mais cedo, muito mais cedo em média. Consequentemente, ao colocar a idade mínima, ele vai ter que passar mais tempo contribuindo. Então, qual é a situação da idade mínima hoje?

Hoje acontece o seguinte. O trabalhador mais pobre tem que trabalhar mais tempo e tem que ficar contribuindo mais tempo para sustentar o benefício do mais rico, que se aposenta mais cedo. Então, isso é absolutamente injusto. De onde vem o direito do mais rico de obrigar o mais pobre a poupar por ele? Quer dizer, além de o outro ser mais pobre e pagar mais imposto, ainda tem que poupar pelo mais rico. Isso não faz sentido nenhum, é absolutamente injusto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os impactos econômicos estimados, também em termos econômicos, para a população mais pobre são muito substanciais. Então, à medida que você evita uma recessão, você tem, na realidade, um impacto muito mais benéfico sobre os mais pobres, que são os mais atingidos por recessões. Quem é que fica desempregado em geral? É o mais pobre. Quem é que vai para a informalidade? É o mais pobre. Quem é que tem maior rotatividade no mercado de trabalho? É o mais pobre. Então, quem sofre na recessão, no baixo crescimento, é o mais pobre, não é o mais rico. Então, se você não faz a reforma e o crescimento vai lá para baixo, quem vai sofrer? É o mais pobre. Então, a reforma beneficia o mais pobre, tanto de forma direta, por meio de ajuste na alíquota e do tempo de aposentadoria, quanto de forma indireta, ao proteger o crescimento econômico e o emprego.

Então, nesse sentido, é fundamental, tanto do ponto de vista fiscal, do ponto de vista do crescimento econômico e do ponto de vista de justiça social, que façamos uma boa Nova Previdência.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Esta Presidência agradece e cumprimenta os convidados.

Como eu havia dito no começo, o portal e-Cidadania oferece às pessoas em suas casas, em seus Estados, a possibilidade de interagir com o Congresso Nacional. Várias perguntas foram enviadas, muitas delas concordando com a reforma da previdência. Nós selecionamos três perguntas para o Subsecretário de Política Macroeconômica do Ministério da Economia, o Sr. Vladimir, porque nos parece que elas vêm numa mesma direção e, ao mesmo tempo, tratam de um tema só, porque há uma afirmação de que a reforma prejudicaria, seria injusta, prejudicaria as pessoas. Então vou formular aqui as três, porque me parece que elas vão na mesma direção.

Uma é do Denilson Domingos, de São Paulo, que diz o seguinte: "Nesse desmonte [para ele é um desmonte] previdenciário quem sempre pagará a conta é o trabalhador, nessa luta de classes [ele tem uma visão, parece, marxista, conscientemente ou não] por enquanto o prejuízo é nosso." Então, quer dizer, a primeira indagação que faz o Denilson, é: é verdade que há um desmonte da previdência e que a reforma recairia nas costas da classe trabalhadora, dos mais humildes do País?

A segunda é do Antonio Neto, da Paraíba. Ele diz: "Para termos um sistema previdenciário que funcione de verdade, teríamos que deixar de utilizar os recursos arrecadados para outros fins."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele vem naquela direção de uma afirmação repetida quase *ad aeternum* por vários sindicatos classistas, de que o problema da previdência é a má gestão, quer dizer, aplicaram em outros lugares e é por isso que temos problemas. A conclusão de quem tem essa afirmação, de quem acredita nela, é que bastaria uma boa gestão, não gastar com outra finalidade, que estaria resolvido o problema.

A terceira – a meu juízo, as três vêm na mesma direção – é da Mirian Nunes, também de São Paulo: "Minha geração corre o risco de chegar aos 70 anos sem conseguir se aposentar. O que vimos até hoje foi uma má administração de recursos."

Parece-me que as três vêm numa mesma direção. Passo a palavra para o representante do Ministério da Economia para que faça suas considerações sobre suas perguntas.

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Muito obrigado.

A primeira pergunta é se ela prejudica o trabalhador e o mais pobre.

Na realidade, não. Conforme os dados que apresentei, na realidade, o trabalhador mais pobre não é afetado em termos de benefício previdenciário – é um cálculo atuarial, pela previdência –, aquele que contribui até um salário mínimo, certo? No setor público, isso também é verdade. Nós fizemos o cálculo atuarial para várias categorias do setor público, e o que acontece é o seguinte. Há uma redução substancial do privilégio, digamos assim, previdenciário, do subsídio previdenciário no setor público, em especial nas categorias que têm o maior benefício no setor público hoje. Então, na realidade, a conta está caindo justamente sobre as classes que foram mais privilegiadas no passado, e não sobre os mais pobres. Isso é uma conta aritmética, basta você fazer o cálculo atuarial.

Eu posso citar alguns exemplos. As pessoas perguntam sempre sobre o juiz federal, por exemplo. Um juiz federal tem uma redução... Ele ganha hoje, com esposa 5 anos mais nova... Se um juiz federal ficou 5 anos, por exemplo, no setor privado e depois se tornou juiz federal, que é, basicamente... O juiz, em geral, tem que ficar um período antes de se tornar juiz no setor privado. Ele ganharia o subsídio previdenciário hoje, com uma esposa 5 anos mais nova, de R$5.958.228,00. Então, hoje, existe um enorme privilégio para essa categoria. Isso é reduzido em R$4 milhões, esse subsídio previdenciário para o juiz federal. Então, está havendo uma redução substancial do subsídio para as classes mais beneficiadas. Na verdade, está recaindo sobre quem? Não é sobre o mais pobre, é sobre os mais privilegiados. A conta está sendo paga por lá.

A segunda pergunta era sobre...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Basta utilizar direito os recursos...

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Isso, a utilização dos recursos, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Perfeito, obrigado.

Então, isso não é verdade por quê? Porque o problema não é um problema de estoque, é um problema de fluxo. Então, o déficit da previdência tem crescido ano após ano substancialmente. E por que ele tem crescido? Porque você tem tido cada vez menos pessoas jovens para um número cada vez maior de pessoas idosas. Então, isso é uma consequência da mudança demográfica que você tem.

O déficit da previdência hoje já está na casa dos 280, 290 bilhões. Não há... Se você, digamos assim, cortar todos os gastos discricionários do Brasil, todos os gastos discricionários federais no Brasil... São da ordem, hoje, de cerca de 80 ou 90 bilhões. Então, digamos assim, você está gastando no lugar errado. Corta de todos os lugares que você está gastando: dá um terço do déficit da previdência. Corta tudo, todos os gastos discricionários: você corta e dá um terço do déficit da previdência. Então, não é porque você está gastando no lugar errado, é porque você simplesmente está aumentando o déficit ano após ano. É uma questão de fluxo, porque você tem cada vez mais pessoas idosas recebendo em comparação, *vis-à-vis*, com pessoas que estão contribuindo no mercado de trabalho, é um problema de fluxo. E esse problema vai piorar, porque a população vai envelhecer cada vez mais. Então, não há como solucionar esse problema sem resolver a questão da previdência.

Desculpe, a terceira pergunta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Era na mesma direção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pergunto ao Presidente desta Comissão, Senador Nelsinho, se gostaria de fazer...

Com a palavra o Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Bem, primeiro parabenizar V. Exa pela sensibilidade de trazer os dois Embaixadores, o Embaixador Fernando e o Embaixador Ioannis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Chile e da Grécia respectivamente, e fazer uma pergunta ao Vladimir, do Ministério da Economia.

Logo no início dos nossos trabalhos aqui nesta legislatura, eu fiz um...

Bom, primeiro eu queria saber: aqueles maiores devedores da previdência, em relação à anistia que houve, ou não pagou, deixou para trás... Eu pedi a relação dos 500 maiores devedores. Não chegou até hoje aqui para mim. Isso é importante, fazer a cobrança desse pessoal? Porque, se nós, pessoas físicas, ficamos devendo alguma coisa relativamente a essa questão da Receita, no dia seguinte caímos na malha fina e somos obrigados a pagar de acordo com o que estabelece a legislação. Queria saber: é importante recuperar esse crédito que está aí nas nuvens, como está na moda falar? Se é, quais as medidas que o Governo está adotando para poder ir para cima desses devedores?

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Muito obrigado pela pergunta.

Na realidade, é muito importante, claro, você tem que cobrar de todos os devedores. Acho que há dois aspectos a serem destacados nesse caso. O primeiro aspecto é que o saldo de dívida é uma variável de estoque, e a reforma da previdência está lidando com problema de fluxo, é um fluxo de pagamento. Então, mesmo que você conseguisse recuperar todas as dívidas de previdência, você reduziria o déficit da previdência em um ano, mas, no ano seguinte, você teria um déficit maior ainda e daí por diante. Então é um problema de fluxo o problema que está sendo atacado com a reforma da previdência, não um problema de estoque.

A segunda razão, ou a segunda explicação, que é importante dar é a seguinte. Os devedores são cobrados, mas a taxa de recuperação é relativamente baixa, porque muitos desses devedores são empresas que faliram: a Transbrasil, a Varig... Então, é um monte de empresas que não existem mais, que faliram, que não tinham condições de pagar suas contas. Você cobra, vão incidindo multas e juros, essa dívida vai crescendo e, então, elas ficam com uma dívida imensa, mas são devedores que, na prática, já não existem mais. Então, o que você consegue recuperar é muito pouco. E é muito pouco não porque você não está cobrando ou não está indo atrás, é muito pouco porque simplesmente não existe mais aquela pessoa jurídica, e a cobrança vai sendo feita, há responsabilização sobre quem deve pagar, mas, mesmo que você diga "você é responsável por isso", essa pessoa não tem mais condições de pagar, já faliu, e você não vai conseguir, de fato, recuperar. Então, há dificuldade por causa disto, porque são empresas que faliram que são as maiores devedoras – no caso da previdência. Mas, gostaria de insistir: é um problema de fluxo, não de estoque, não de priorizar um certo grupo que não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu gostaria de pedir, por favor, ao nobre Senador que passe seu contato. Vou providenciar a lista desses devedores, as informações. Passaremos ao senhor, sem sombra de dúvida.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Agradeço a sua gentileza.

Outra questão. Já se pensou em fazer algum Refis para fazer com que não esses devedores que já faliram paguem, mas para alguns que às vezes precisam de um estímulo para poder quitar o seu débito, já se pensou nisso?

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Com certeza, sim, porque, se você for pensar... Você já teve inúmeros Refis sobre inúmeros tipos de dívidas. Foi uma estratégia adotada no País fazer uma espécie de Refis para adiantar pagamentos, ou possibilitar alguns pagamentos, para aumentar a receita corrente de um ano e, consequentemente, reduzir a quantidade de contingenciamentos nesse ano. Mas o problema é que não afeta o fluxo e, além disso, piora o fluxo, porque muitas vezes você está antecipando, às vezes, em alguns Refis, uma receita que você teria no futuro. Então, nesse ano atual você não tem um contingenciamento tão alto, no ano em que você faz um Refis, mas, daqui a dois ou três anos, você perdeu aquela receita. Às vezes você faz hoje esse Refis achando que a economia vai crescer e, então, você teria uma receita suficiente daqui a dois ou três anos, mas, às vezes, a economia não cresce, e você fica numa situação muito pior, que é o que está acontecendo neste ano. Você fez vários Refis nos últimos anos, você teve várias receitas extraordinárias que não são recorrentes por causa desses Refis dos últimos anos e, no ano atual, você tem uma arrecadação muito baixa e, consequentemente, uma necessidade de contingenciamento muito mais alta. Isso é muito complicado, porque gera problemas. E, se o mercado vir, por exemplo, que você não está resolvendo o problema, você está só fazendo uma emenda através de um Refis, o mercado não vai investir, então não vai haver crescimento, e o crescimento vai cair ainda mais. Então, além de você perder a arrecadação do Refis, você ainda perde a arrecadação futura e perde o crescimento da economia no futuro. Então, é algo, digamos assim, que pode ser feito, acho que é importante, principalmente para possibilitar a alguns devedores que consigam pagar suas dívidas, equacionar uma parte do problema, mas que não resolve de forma alguma o problema da previdência.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Bem, para mim está absolutamente clara essa questão do fluxo. Inclusive, eu sou um defensor dessa reforma. Sei que não vão ser fáceis os encaminhamentos que a gente vai ter que fazer aqui nesta Casa, mas...

Quando eu fui Prefeito de Campo Grande – fui por 8 anos –, nós fizemos uma ação em relação à recuperação fiscal dos débitos que vocês, economistas, chamam de "débitos podres", que ficam lá só dando tchau para você e você não consegue trazer esses recursos para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cofres públicos. E criamos lá um programa, um Refis – há muitos anos a Prefeitura não tinha –, e qual foi a nossa surpresa? Que a gente conseguiu arrecadar nesse Refis do IPTU, que é um dos impostos mais fortes que o Município tinha, a receita equivalente a um IPTU normal. E aí você acaba privilegiando o devedor. Aquele que paga em dia a gente precisava inserir também com algum plano e criamos lá uma fidelização de adimplência: a cada ano de adimplência que o contribuinte pagava, ele acumulava pontos. Quando chegava a quatro anos que ele acumulava de adimplência – igual a esses programas de milhagem–, ele tinha um percentual a mais de desconto no seu imposto a ser pago. Qual foi o resultado disso? Atingimos 89% de adimplência do IPTU.

E a gente estudou muito essa questão. O principal fato que faz um indivíduo pagar o imposto – o próprio nome já diz, é imposto, é uma coisa que você tem que impor – é o desconto que você oferece para ele. Se você oferece um desconto atrativo – e lá, em Campo Grande, esse desconto, se não me engano, para pagamento à vista era de 20%, era o maior desconto do Brasil –, você faz com que o contribuinte deixe de viajar, deixe de fazer alguma compra, deixe de aumentar sua casa, mas quite seu imposto.

O segundo ponto é a credibilidade que o gestor transfere para o seu contribuinte; e o terceiro é a visualização das obras, ele vê que o dinheiro que ele está pagando para o ente público está retornando em obras.

Então, imagino – não sei se vou ser ouvido – que vocês possam, aproveitando esse encaminhamento que nós vamos dar de passar a limpo a previdência do Brasil, fazer um programa no sentido de recuperar e trazer para dentro aquele contribuinte que está inadimplente e oferecer àquele que paga em dia os seus tributos um benefício para que ele assim possa continuar. E, com isso, eu tenho certeza, nós vamos viver um novo tempo, um novo momento no nosso País. A gente precisa fazer esse enfrentamento e deixar a economia do nosso País atrativa para os investimentos que a gente escuta dizer que todo mundo quer vir fazer a partir no momento em que isso se tornar uma realidade, cabe a nós proporcionar esse terreno. Pode ter certeza de que assim nós vamos fazer.

Era essa consideração que eu queria deixar ao senhor.

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Quero cumprimentar o Senador Presidente desta Comissão, Nelsinho. Foi Prefeito de uma cidade muito querida, capital do Mato Grosso do Sul. Acho que a taxa de inadimplência do IPTU das capitais brasileiras deve ser algo acima de 50%, não é? Você conseguiu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Adimplência 89%, a maior adimplência.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Mas, para ter uma ideia, a taxa de inadimplência das capitais deve ser o quê?

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – De 40% a 50%.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – De 50%. Campo Grande conseguiu uma coisa inédita no País, incentivando o bom pagador.

Pode ser um bom exemplo para o Brasil também copiar.

Eu vou passar a palavra, então –não havendo mais oradores inscritos –, para as considerações finais pela ordem de falas: Embaixador no Brasil do Chile, da Grécia e, por fim, representante do Ministério da Economia, com uma última indagação do autor do requerimento.

Neste Planeta globalizado, nesta economia globalizada, qual a importância... Se os Embaixadores e o nosso representante do Ministério da Economia entendem qual é a importância do saneamento das contas públicas, da saúde fiscal de um país como o Chile, e o seu impacto na América Latina, no Brasil e no mundo? Como também qual é o papel de uma Grécia saneada, com saúde fiscal para o Mercado Comum Europeu e, por consequência, na economia global?

E, por fim, as considerações finais e também a mesma indagação: o que representa para a América Latina e para o mercado mundial o Brasil saneado, o Brasil com as contas em dia, com a economia estável?

Então, eu passo a palavra para as considerações finais e também, se possível, para responder a essas indagações, pela ordem, ao Embaixador Fernando, Embaixador da República do Chile no Brasil.

O SR. FERNANDO SCHMIDT ARIZTÍA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Respondendo à sua pergunta, naturalmente, o impacto do saneamento das contas é crucial para um bom funcionamento da economia. Se não se tem tudo isso em conta, os equilíbrios macroeconômicos funcionando dentro disso, o sistema previdenciário é um assunto muito ruim para a confiabilidade dos agentes econômicos. E não só para isso.

Mas, no caso do Chile, esse caso não está estritamente ligado às contas públicas, mas, sim, a um dever de justiça. Os gargalos que nós tivemos durante os anos nos estão chamando a reformular um novo sistema previdenciário, a reformar o sistema financeiro, mantendo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linhas fundamentais desse sistema: o indivíduo que é dono das suas contas e não o Estado ou algum agente externo, o indivíduo é o dono das contas.

Segundo, de que está baseado na liberdade de escolha, na liberdade de escolher entre os fundos. Isso naturalmente implica importância de uma educação financeira, para todos os indivíduos terem um correlato educativo, terem um correlato de justiça social, terem um correlato de várias coisas expostas aqui.

E, como consideração final, gostaria de oferecer tudo o que uma Embaixada pode oferecer: contatos com todos os agentes, seja no Parlamento, seja no setor público ou privado para colocar novas informações, para aprofundar novas informações na etapa decisiva que já vai começar logo aqui na Casa, nesta Casa, desse elemento fundamental para a economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Muito obrigado, Embaixador.

Passo a palavra para as considerações finais ao Embaixador Ioannis, da Grécia no Brasil.

O SR. IOANNIS PEDIOTIS (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Presidente.

Eu tenho que admitir que eu aprendi muito hoje com as apresentações, tanto do meu colega chileno quanto do Sr. Teles aqui.

Eu descobri que os problemas são comuns nos sistemas previdenciários, não importa qual é o país, mais ou menos comuns. Nós tivemos a crise em 2009 e em 2010 na Grécia. Essa crise teve um papel crucial na economia grega e também no sistema de pensões e previdência do meu país. E, em geral, foi uma reforma que tinha que ser feita. Como eu disse, foi a primeira grande reforma, desde 1932, desde o ano em que a seguridade social foi estabelecida na Grécia. E foi uma grande oportunidade para nós de modernizar o sistema e ter a oportunidade de predizer – se é que alguém pode fazer isso – o que aconteceria daqui 40 anos ou 50 anos.

Nós temos que encarar um período muito difícil, eu não quero supor que o seu sistema vá passar muito inocentemente e muito facilmente. Eu acho que a sociedade grega reagiu a isso, porque nos primeiros anos isso causou algumas reduções nas pensões, e nós, de fato, reduções. Havia protestos e muitas manifestações, mas eu acho que a sociedade grega aos poucos entendeu que essa era a única forma possível, porque, como todos os cavalheiros aqui disseram, não é uma questão política, é uma questão aritmética.

Então, muito obrigado pela honra de participar aqui e muito obrigado pelas informações tão valiosas que ouvi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Passo a palavra ao Exmo. Sr. Vladimir para suas considerações finais e também para dizer um pouco da importância das reformas econômicas no Brasil na economia global.

O SR. VLADIMIR KUHL TELES – Muitíssimo obrigado pela oportunidade de vir à Casa. Estamos sempre à disposição para sempre que precisarem ou desejarem. Estaremos sempre à disposição para prover esclarecimentos ou informações, conforme solicitado pelo Sr. Senador.

Com relação à necessidade de reforma fiscal, isso é fundamental no caso brasileiro. O Brasil passou – e tem passado ao longo da última década – por uma severa crise econômica. Então, se nós formos avaliar, nós temos duas razões fundamentais para a crise econômica que nós passamos, uma delas é fiscal e a outra é uma queda substancial de produtividade causada por políticas econômicas desastrosas realizadas nos últimos governos.

A questão da crise fiscal, ela é de primeira ordem. Se você não segura a dívida pública, se você deixa a dívida pública crescer de forma substancial, você vai ter consequências imediatas sobre o crescimento econômico, sobre o bem-estar, porque você vai impedir investimentos públicos necessários, gastos públicos necessários para o bem-estar, e você também terá um impacto substancial mesmo sobre a inflação. Porque, uma vez que você tem descontrole fiscal, você perde também o controle monetário e, consequentemente, você corre o risco de volta de uma hiperinflação.

Então, é substancial para o bem-estar e para a proteção do mais pobre, que é quem sofre com a falta de gastos públicos em áreas prioritárias, que é quem sofre com inflação alta, é fundamental o controle de gastos públicos para proteger a população, a economia, mas especialmente a população mais pobre do País.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não havendo mais oradores inscritos, eu quero apenas fazer algumas considerações finais bastante breves.

Primeiro, Nelsinho, aproveito para te agradecer e te cumprimentar pela rapidez e pela presteza com que tem apreciado requerimentos de minha autoria. Não é a primeira audiência pública que a gente realiza a partir de uma iniciativa minha. Então, quero publicamente te agradecer. Muito obrigado pela atenção, pela presteza, pela rapidez com que você na Presidência me tem atendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Apenas uma complementação. Gostaria de estender esse cumprimento a toda nossa assessoria da Comissão, que, de pronto, sempre está à disposição para a gente fazer essas realizações.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Endosso o agradecimento e quero dizer que, para o segundo semestre, nós temos desafios tão grandes quanto este ou mais. Inclusive, um seminário internacional em que eu, o Presidente Nelsinho, o Presidente Davi Alcolumbre e membros do Executivo estamos trabalhando para ser comandado por esta Comissão.

As considerações finais. Creio que a audiência de vocês, através das redes sociais e do e-Cidadania, com certeza milhares de pessoas ouviram as explanações dos que aqui se fizeram presentes.

O nosso interesse, como membros da Comissão, é tentar demonstrar, cada vez mais, como existem questões basicamente econômicas, objetivas, matemáticas, que empurram a necessidade de se fazerem reformas econômicas no Brasil, como fez o Chile, lá muito atrás; como fez a Grécia, mais recentemente; como fez a Europa ocidental praticamente toda mais lá atrás. E o Brasil tem que fazer porque não tem como fechar as contas.

Fundamentalmente, é comum – e o Embaixador da Grécia talvez tenha percebido isso agora, que está falando aqui no Brasil – que, no mundo democrático, onde há transparência das informações, nós podemos dizer que todo ele – Graças a Deus! – envelheceu. Então, não é possível manter um sistema no qual cinco trabalhavam para um, hoje são dois para um, daqui a pouco vai estar um para um e daqui a pouco isso inverte.

Então, isso aconteceu no mundo inteiro. Ainda bem, a população envelheceu. E, para isso, é preciso que a previdência acompanhe. Existem caminhos diferentes. O Chile adotou um caminho que é interessante, que, a meu ver, é o caminho correto, é uma nova previdência, como me parece que o Ministro da Economia mais ou menos imagina para o Brasil. Grosso modo, a nova previdência seria o que o Chile fez. E agora, até com o amadurecimento do Chile, já fazendo correções, porque é assim mesmo, você cria uma nova previdência e o tempo vai dizer onde há alguma questão a ser corrigida. Mas, fundamentalmente, qual é a ideia? Que a pessoa, ao ingressar no mercado de trabalho, vai fazer uma opção livre, ela vai decidir a que plano ela quer aderir e ela vai recolher por esse plano, o Estado fica um pouco mais à vontade para fazer suplementação, como o caso que está sendo estudado agora no Chile para corrigir aquelas categorias que caíram em desgraça.

É uma opção, mas, de qualquer forma, a questão de que o mundo inteiro envelheceu e que tem que ser adaptado há. E, para não dizer no caso brasileiro – e aí claramente a reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da previdência é a favor dos mais pobres –, porque, daqui a pouco, se nós continuamos com as pensões... E o Embaixador da Grécia mencionou, eles tiveram que acabar com as aposentadorias especiais. É o que o Brasil tem que fazer. O Congresso Nacional, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário brasileiros convivem com pensões extraordinárias, previdências extraordinárias que não têm mais como subsistir. Vamos ser reais e sinceros. A média dos salários dos aposentados do serviço público brasileiro do Legislativo está em quase R$28 mil, essa é a média. Então, se nós continuarmos a ter grupos no Brasil que ganham R$30 mil, R$40 mil, R$50 mil, R$60 mil ou R$70 mil, como há hoje, não há previdência que aguente. E, inclusive, além de não tolerar, quem está pagando por essas pensões são aqueles mais pobres, é o conjunto do povo brasileiro. Portanto, é também uma questão de corrigir injustiça.

A reforma que está na Casa aponta para acabar com todas as aposentadorias, com todos os sistemas especiais que há no Brasil, promovendo justiça, colocando todo mundo no Brasil para o teto geral do INSS, que é do Regime Geral, que é hoje de pouco mais de R$5 mil. Isso é arrumar a casa, arrumar o Brasil e corrigir graves injustiças que convivem no nosso País.

Não é possível conviver com pensões tão precoces, como temos no Brasil. Cada Estado, cada político, cada Senador, cada Deputado Federal conhece vários agentes públicos que se aposentaram com menos de 50 anos de idade. Vão ter muito mais tempo de aposentados do que o tempo com que contribuíram.

Então, eu espero que esta audiência – e essa foi a finalidade – tenha ajudado a fazer com que milhares de brasileiros compreendam cada vez mais a necessidade urgente de que o Brasil promova as reformas econômicas a partir da reforma da previdência e o efeito que há no mundo. Se o Chile quebra, isso impacta a América Latina, impacta o mundo. Se a Grécia não faz a reforma... E aí, você tem ali o Mercado Comum Europeu, ele protege, mas também cobra. Por que protege, mas cobra? Porque é um sistema no qual um depende do outro. Se um deles sai da economia, cai na economia, impacta, que dirá o Brasil, que é uma das maiores economias do mundo.

Portanto, era esse o espírito da audiência pública e entendo que a gente o alcançou.

Para terminar a nossa audiência, a deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho, ainda, a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convocação para a próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoco as Sras. e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 26 de junho, quarta-feira, às 10h, no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa, para a sabatina do Sr. Alexandre Rodrigues, indicado para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Encerramento.

Agradeço mais uma vez a participação das Sras. e dos Srs. Senadores, das autoridades aqui presentes e dos nossos convidados: Sr. Vladimir, que veio no lugar do Sr. Adolfo, Secretário de Política Econômica do Ministério e ocupou o lugar com o mesmo brilhantismo, talvez até com mais; Embaixador da República do Chile no Brasil, Fernando Schmidt, e do Ioannis, Embaixador da Grécia no Brasil, pela disposição de virem falar a esta Comissão sobre a experiência de seus respectivos países com diferentes processos de reforma da previdência social, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre o tema no Brasil. Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Marcos do Val, Flávio Arns, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Jorge Kajuru, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Jayme Campos, Juíza Selma, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Randolfe Rodrigues e Renilde Bulhões. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 23, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom-dia a todas as senhoras e aos senhores.

Damos início à 29ª Reunião, dia 26 de junho de 2019, quarta-feira, às 10h02min.

Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Apenas um comunicado aos Srs. Senadores.

Comunicamos a abertura do prazo de apresentação de emendas ao PLN 05, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020, e dá outras providências, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O prazo de apresentação de emendas na nossa Comissão se abre hoje, dia 26 de junho, com encerramento dia 2 de julho.

Determino à nossa assessoria que faça chegar um lembrete aos Srs. Senadores dia após dia, até chegar o dia 2 de julho.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas, no endereço http://cn/emendas, e a via impressa, assinada pelos Srs. Senadores membros da Comissão e entregues na Secretaria da Comissão.

A reunião para a apreciação das emendas será no dia 3 de julho vindouro, às 12h.

1ª PARTE

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 23, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações: *1 - Em 19/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 - A arguição do indicado a Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência será realizada nesta Reunião.

Convido, com muito prazer, para que tome assento à mesa, o Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, ao qual damos as boas-vindas. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, indicado ao cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Informo ao indicado que o tempo destinado à sua exposição é de 20 minutos, prorrogáveis de acordo com a necessidade.

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES (Para exposição de convidado.) – Primeiramente, quero dar o meu bom-dia aos presentes nesta Comissão.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Nelsinho Trad, e estendo os cumprimentos ao Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val.

Cumprimento o Exmo. Senador Relator da Mensagem nº 23, de 2109, nesta Comissão, Senador Antonio Anastasia, Relator desta indicação.

Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, demais Parlamentares presentes, autoridades militares, autoridades civis, senhoras e senhores aqui presentes, é um privilégio, com muita honra, comparecer hoje perante esta Comissão para ser submetido à arguição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme indicação de meu nome pelo Poder Executivo para ocupar a função de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, a nossa Abin.

Apresento, assim, de forma sucinta, minha experiência profissional e demais informações relativas à formação técnica adequada às afinidades intelectual e moral para o exercício da referida função.

No exercício do cargo de Delegado de Polícia Federal, apraz-me apresentar a trajetória de exercícios e funções e missões por todo o Pais, alcançando reconhecidos resultados no decorrer de minha carreira.

Iniciei na função de Policial Federal no Estado de Roraima, oriundo da primeira turma de delegados do meu concurso, em 2005. Desde o início de minha carreira, empreendi ciclos de especialização, além de cursos de aperfeiçoamento profissional para cada uma das classes superiores até alcançar a classe especial, último nível da carreira de Delegado da Polícia Federal.

Em 2007, fui nomeado Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, período em que a Polícia Federal em Roraima desenvolveu capacidade de inteligência operacional elevada, com repressão a crimes financeiros, fazendários, com combate a entorpecentes e demais ilícitos. Logo fui alçado à função de Delegado Regional Executivo e substituto Superintendente Regional, ingressando, assim, na atuação de gestão do órgão policial. Nesse período, a Superintendência de Roraima executou planejamento de atuação em pleito eleitoral que se tornou um dos modelos para emprego pelo órgão central a outras unidades da Federação.

No ano de 2011, assumi, em Brasília, a chefia da Unidade de Repressão a Crimes contra a Pessoa. Iniciou-se um período de intensa capacitação do efetivo da Polícia Federal nessa *expertise* com integração de entes e órgãos de diversos Estados da Federação. Assumi, nessa função, a presidência das investigações da Polícia Federal com tramitação originária no Superior Tribunal de Justiça. Operações policiais de combate a grupos de extermínio foram deflagradas em vários Estados do País. construindo integração com os serviços de inteligência de diversas secretarias de segurança nos Estados.

Após esse ciclo de atuação operacional e de inteligência, face ao conhecimento da realidade do efetivo e da estrutura em diversos Estados da Federação, ingressei na atividade-meio da Polícia Federal, sendo responsável pela Divisão de Administração de Recursos Humanos e pela Divisão de Estudos, Legislações e Pareceres da Polícia Federal. O exercício de funções na atividade de gestão de pessoas permitiu o desenvolvimento de minhas capacidades como gestor público, incremento institucional e zelo pelos servidores e suas carreiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É pertinente assinalar que, nesse período, após capacitação e habilitação como docente, iniciei ainda atividade como Professor da Academia Nacional de Polícia.

Em retorno ao exercício das atividades de repressão e inteligência, fui convidado em 2015 a desenvolver base operacional e de inteligência no Estado do Amazonas como Coordenador do Grupo de Investigações Sensíveis de Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes, com atuação em operações contra facções, PCC, Comando Vermelho e Família do Norte, e ainda integração de inteligência com países estrangeiros, com resultado de apreensões de entorpecentes no México, Estados Unidos e Venezuela.

Nesses anos em exercício nos Estados e no órgão central da Polícia Federal, recebi periódicas convocações para integrar a coordenação dos grandes eventos sediados pelo Brasil naquela época. Nessa função, fui responsável pelas seguintes atividades: fui membro da coordenação do evento Conferência das Nações Unidas Rio+20 em 2012; fui Coordenador Ouro do evento Copa das Confederações em 2013; fui Coordenador Ouro do evento Copa do Mundo 2014; fui Coordenador Operacional da reunião Brics e Unasul 2014; fui Coordenador Operacional do evento Olimpíadas Rio 2016. Pelo trabalho de segurança e inteligência realizado como Coordenador Operacional do evento Olimpíadas Rio 2016, após reconhecimento da atuação pelo Comitê Olímpico Internacional, fui agraciado com a Medalha da Ordem do Rio Branco, conferida pelo Ministério das Relações Exteriores.

No ano de 2017, integrei equipe de investigação e inteligência da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Em razão do desenvolvimento dos trabalhos em diversas instâncias judiciais, coordenei o trabalho da Polícia Federal junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, resultando na deflagração de diversas operações policiais.

No início de 2018, retornei ao órgão central da Polícia Federal, agora para assumir como Substituto da Diretoria de Gestão de Pessoal na função de Coordenador de Recursos Humanos, com atuação de gestão sobre todo o efetivo policial e administrativo e superintendências regionais, além de atuação junto à Esplanada dos Ministérios e a outros Poderes nos assuntos concernentes à instituição.

No segundo semestre de 2018, fui convocado a assumir a coordenação da segurança do Presidente eleito Jair Bolsonaro. Essa missão de coordenação culminou no empreendimento de trabalho intenso de inteligência, inclusive de forma integrada a outros órgãos e entes, com todos os cuidados e análises inerentes até o evento Posse Presidencial.

Já no começo deste ano de 2019, fui convidado a assumir a Superintendência da Polícia Federal no Estado do Ceará em meio aos eventos de crise de segurança pública retratados naquele momento naquela unidade federativa. Acabei sendo nomeado à função de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superintendente. Todavia, não entrei em exercício, vez que foi requisitado para atuar como Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República em função direta de auxílio ao Ministro de Estado Carlos Alberto dos Santos Cruz, substituído recentemente pelo General de Exército Luiz Eduardo Ramos.

Neste momento, indicado a Diretor-Geral da Abin, mantenho a motivação de cumprimento das obrigações e responsabilidades de atendimento ao Estado brasileiro, a exercer agora o papel fundamental da inteligência de fornecer informações oportunas, abrangentes e confiáveis às autoridades brasileiras, necessárias ao processo decisório nacional.

À inteligência cabe acompanhar e avaliar conjunturas internas e externas, buscando identificar ameaças, riscos e oportunidades aos interesses nacionais. Elencadas na Política Nacional de Inteligência, constam as principais ameaças ao Estado brasileiro contra as quais a atividade de inteligência deve atuar. Dentre elas, estão espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos, terrorismo, armas de destruição em massa, criminalidade organizada e corrupção. Todas essas ameaças são objeto de acompanhamento pelos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, de acordo com as suas *expertises* e respectivas esferas de competência.

Ressalto que a inteligência desenvolve suas atividades em estrita observância ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos princípios, direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição. Trata-se de atividade especializada alicerçada em doutrina comum, pautada pela conduta ética, pressupondo conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade.

No contexto democrático brasileiro, fiscalização e controle externo da atividade de inteligência são exercidos pelo Congresso Nacional, pelas Comissões de cada Casa e ainda por meio da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. O exercício da atividade de inteligência, sob estrita observância ao estabelecido em sua relação institucional de atribuições e controles, permite a atuação sistêmica e eficiente no âmbito nacional e internacional, de modo a prover informações seguras e com maior grau de completude possível aos processos decisórios.

Neste momento, é necessário empregar esforços para o fortalecimento dos instrumentos essenciais da inteligência de Estado, valorizando e empreendendo ações integradas, com intercâmbio de dados e conhecimentos em âmbito nacional e internacional, observando o fiel cumprimento da legislação em vigor e a conduta ética em compasso com os mecanismos de controle interno e externo presentes no exercício da atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, ao apresentar as linhas gerais das experiências pessoal e profissional adquiridas nesses anos de serviço de atividade policial, inteligência operacional e gestão, dirijo-me aos Exmos. Srs. Senadores, que compõem tão significativa e importante Comissão, a fim de submeter o meu nome à aprovação desta eminente Casa para desempenhar a função de Diretor-Geral de Agência Brasileira de Inteligência, com a certeza de que continuarei a cumprir as tarefas que me forem confiadas com o mesmo entusiasmo e conduta republicana desempenhados nesses anos de carreira no serviço público.

Muito obrigado a todos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Se puder abrir a votação enquanto nós escutamos a sabatina dos Senadores... Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não havendo objeção do Plenário, indago se podemos abrir o processo de votação da Mensagem 23, de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica, secreto, na cabine à minha direita, à esquerda dos Srs. Senadores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando prosseguimento à arguição, conforme a lista de inscrições, concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença em plenário da Sra. Rebeca Teixeira Ramagem Rodrigues, esposa do indicado, Alexandre Ramagem Rodrigues; do Deputado Federal Hiran Gonçalves; do Gen. Carlos Peixoto; do Gen. Joaquim Maia Brandão Júnior; do Gen. Darke Nunes Figueiredo; do Sr. Frank Márcio de Oliveira; do Sr. Gibran Mota; da Sra. Juliana Nicola Kilian; e do Sr. Ricardo Rovere.

Lembro a todos que esta reunião é interativa e que aqueles que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o nobre Senador Antonio Anastasia, Relator desta mensagem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad, Sr. Vice-Presidente Marcos do Val, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Permita-me, Presidente, um cumprimento ao Deputado Hiran Gonçalves, que é o meu Vice-Presidente no Grupo Brasileiro do Parlatino, e ao Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues, eminente sabatinado.

Sr. Presidente, como vimos pela exposição do indicado, estamos diante de uma pessoa de altíssima qualificação. Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senhor Presidente da República por essa indicação. O Dr. Alexandre, como demonstrou aqui agora ao relatar a sua trajetória, reúne de modo muito feliz uma tríplice experiência: técnica, acadêmica e, ao mesmo tempo, administrativa. No âmbito da Polícia Federal, que é a instituição na qual ele exercer as suas funções, e o faz com muito brilho e denodo, o Dr. Alexandre já praticamente, a despeito de jovem, o que é um ponto muito positivo, felizmente, conseguiu, na sua experiência, granjear, de fato, atividades em todos os segmentos específicos da atividade da Polícia Federal. Então, esse é o primeiro passo.

O segundo, que é muito importante também, Sr. Presidente, talvez até mais relevante que a leitura seca e fria do currículo, é o contato pessoal, com a conversa longa que tivemos, que é importante para o Relator fazer a sua convicção e que foi muito proveitosa, em um dos vários encontros que tive com o Dr. Alexandre. Eu quero dizer aos meus pares que aqui se encontram que, na conversa que tive, Senadora Mara, fui testemunha de uma pessoa comprometida com o trabalho, de alguém culto, dedicado, equilibrado, tranquilo, como deve ser para uma função desta, e, de fato, com todo o preparo para exercer a direção do órgão central brasileiro da inteligência, que é a Abin, que, aliás, neste ano, como ele me noticia, comemora 20 anos de existência. Portanto, não há nenhuma dúvida de que, sob o ponto de vista da indicação e das condições de exercer as funções, o Dr. Alexandre tem toda e completa condição de fazê-lo muito bem. Então, como Relator, eu faço questão de agregar ao meu relatório este registro, de fato, por ser de justiça.

E a minha experiência como professor por muitos anos na Universidade Federal de Minas Gerais me permitiu, de fato, Alexandre, desenvolver, talvez, essa capacidade de, nas conversas, identificar, de fato, a potencialidade de cada qual. Tenho certeza de que V. Exa. será muito bem-sucedido e exitoso na missão que lhe é atribuída, de muita responsabilidade, à frente da Abin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero tão somente fazer uma indagação, eminente Presidente, se me permite. Nós todos sabemos – e, no relatório feito agora, na apresentação do Dr. Alexandre, isto foi mencionado – que nós temos muitos problemas no Brasil, que, felizmente, é uma nação pacífica, mas somos todos, no mundo hoje, potencialmente vítimas de terrorismo, de crimes cibernéticos, de atentados e de outros tipos de atividades malsãs. Todas elas, salvo engano – e quem diz isto não é uma pessoa especializada nesses assuntos, mas o senso comum nos indica –, têm, no seu veio comum, digamos assim, hoje, as questões da internet. É na internet que residem os piores malfeitos, questões relativas à lavagem de dinheiro internacional, a terrorismo internacional, aos crimes cibernéticos, evidentemente, *ça va sans dire*, como falam os franceses. Então, todos esses aspectos estão relacionados a esse ponto. E a inteligência tem que utilizá-la muito. Conversando com V. Exa., numa das nossas entrevistas, eu relembrava que, quando Governador de Minas, naqueles movimentos espontâneos populares de 2013, como todos fomos surpreendidos, mas, na internet, já se verificava esse movimento. A minha indagação a V. Exa. é se V. Exa. considera, naquilo que tem conhecimento por ora, no âmbito da Abin – e aproveito para saudar aqui, Presidente, como V. Exa. mencionou, as autoridades federais que aqui se encontram, especialmente do Exército Brasileiro –, que nós temos condições de avançar mais, de dedicar mais esforços, mais recursos? O que será necessário para termos no Brasil uma inteligência que tenha os meios necessários? Sem os meios... Eu sei que V. Exa. tem um elemento humano muito bom com os quadros técnicos da Abin, mas vai precisar também dos elementos tecnológicos. E nós já estamos à altura de fazer face a essas novas exigências, a esses novos desafios do mundo moderno, para que a inteligência tenha condições de oferecer à autoridade toda segurança necessária?

Concluo, Sr. Presidente, cumprimentando, mais uma vez, o Presidente pela escolha e dando uma especial saudação ao Dr. Alexandre, que será certamente aqui aprovado, assim como no Plenário, e será um grande Diretor-Geral da Abin, para felicidade e tranquilidade da Nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu gostaria apenas que o nobre sabatinado anotasse as perguntas, porque, como temos muitos Senadores inscritos, eu gostaria de fazer uma rodada de quatro em quatro e, aí, V. Sa. responderia as quatro primeiras perguntas.

Com a palavra o Senador Major Olimpio, de São Paulo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – S. Presidente, quero me inscrever também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, Senadores, o Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues, por seu currículo e história de vida, transborda condições para servir o País em qualquer atividade. Eu já tive o privilégio de conhecê-lo atuando e sou testemunha mais do que presente da sua capacidade, da sua liderança, sendo, num segundo momento, até por essas qualidades, o indicado do Senhor Presidente para uma missão dessa natureza.

Eu gostaria de indagar ao Dr. Ramagem, nessa sua experiência de mais de 15 anos do lado da lei e da segurança em múltiplas missões, sobre a questão da informação. Ela é fundamental dentro de qualquer processo. Muito embora já com 20 anos a Abin, ela vem de uma estrutura anterior que é o SNI (Sistema Nacional de Informações), que acabou sendo estigmatizado como uma utilização de informações por um governo de natureza militar naquele momento e acabou, em determinado momento, sofrendo perseguições e desestruturação. Nós devemos ter uma preocupação muito grande em relação ao fortalecimento dessa estrutura.

Eu, particularmente, apresentei um projeto que trata do marco regulatório da inteligência no Brasil, que é um projeto que tem aqui, nesta Casa, o Senador Amin como Relator. Eu acredito que nós devamos perseverar pela criação desse marco regulatório.

Simplesmente para estimular V. Sa., que eu tenho certeza absoluta de que aqui terá a unanimidade da confiança do Senado como Diretor-Geral, não só neste ato formal, mas no dia a dia das nossas atividades, que V. Exa. possa descrever como é que nós poderíamos avançar nesse campo da sistematização. Eu digo isso, porque, no campo da informação... Por exemplo, no Estado de São Paulo, onde eu sou um profissional da segurança pública, eu vejo um sistema que foi criado de informações integradas da Polícia Militar com um sistema de informações da Secretaria da Administração Penitenciária, que faz uma monitoração permanente das atividades hoje, principalmente, da facção PCC, mas eu vejo uma estrutura muito calcada, doutor, nas pessoas. Se determinadas pessoas hoje saírem das suas funções, acaba o sistema de informações. De forma muito prática a V. Sa., em relação à monitoração do PCC no Estado de São Paulo: o Promotor Lincoln Gakiya, o Juiz Paulo Sorci, Juiz da Vara de Execuções Criminais, têm se debruçado, estimulado e conduzido ações que eu creio que devam ser observadas e até estimuladas, mandadas e criadas, se não existirem nos demais Estados brasileiros.

Eu falo até em relação à atividade da Abin. Eu tive a oportunidade de estar no Paraguai com o Ministro da Justiça, com a Embaixada brasileira, e tem sido feito um trabalho muito efetivo de inteligência, e inteligência ligada ao sistema prisional. O representante da Abin, o Dias, que é amigo pessoal nosso, inclusive, para treinamento, difusão de conhecimento, é um entrosamento menos pessoal e mais institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, até para estimular V. Sa. neste momento, pergunto qual seria sua visão, e aí já encarecendo o apoio oficial de V. Sa. e da Abin para avançarmos com o marco regulatório da inteligência que deva dar substância para o sistema como um todo. No pensamento de V. Sa., como avançar com essas atitudes, muitas vezes individuais e pessoais, para que elas sejam sistematizadas em todo o País para a produção do conhecimento e da informação?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do nobre Senador Major Olimpio, de São Paulo.

Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo, para fazer o seu questionamento.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Presidente.

Queria agradecer também o Senador Anastasia pelas palavras em deferência ao Dr. Alexandre, o que nos ajuda a conhecer o nosso eminente Presidente.

Primeira pergunta: os limites entre uma espionagem cibernética e uma guerra cibernética são tênues, similares ao que imaginamos como a diferença entre o que seja segurança cibernética ou defesa cibernética. De qualquer forma, hoje em dia, saber quem realiza, por que realiza e onde realiza esses métodos parece ser crucial. Afinal, *hackers* já fazem parte de nossos noticiários pelos motivos mais diversos, muitos deles graves, e podem atingir a nossa infraestrutura crítica, pleitos eleitorais etc. Como V. Exa. planeja a nossa segurança cibernética e a coordenação com o Exército, que cuida de nossa defesa cibernética, em consonância com o Ministério da Defesa? Quais os objetivos e os métodos dessa segurança cibernética e os seus obstáculos legais?

Depois, também, Dr. Alexandre, nós notamos que, entre as áreas prioritárias de atuação da Abin, estão os temas de segurança das fronteiras, migrações, meio ambiente, não proliferação de armas de destruição em massa e lavagem de dinheiro. Como V. Exa. avalia essa gama de prioridades?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Fechando esta rodada – já falaram o Senador Anastasia, Major Olimpio, e Mara Gabrilli –, o questionamento será feito por este que lhes fala.

Caríssimo Alexandre Ramagem Rodrigues, primeiramente, para registrar o excelente relatório, que tive a oportunidade de ler, feito pelo Senador Antonio Anastasia, devidamente completado pelas palavras de improviso ora realizadas no início desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, todos nós estamos diante de uma situação em que o Brasil quer uma resposta: refiro-me a essa questão das interceptações de mensagens de autoridades do nosso País, o que gerou uma crise que todos nós estamos vivenciando.

Eu gostaria que V. Sa. tecesse alguns comentários a respeito dessa situação e nos dissesse quais as providências que o órgão chefiado por V. Sa. poderia tomar, e deverá tomar, no sentido de evitar que situações dessa natureza possam continuar acontecendo no nosso País. Entendo, e presumo, que a ação preventiva do serviço de inteligência deva ser a tônica para a gente poder, usando a ferramenta do conhecimento, se antecipar às ações criminosas que poderão daí advir.

Afora essa questão, há outra situação que eu gostaria de questionar em relação ao quadro de pessoal da Abin, já que V. Sa., a partir do momento em que tiver sua aprovação referendada pelo Plenário, deverá encontrar uma agência com um determinado número de funcionários. Toco nesse assunto porque já chegou até nós que é um número insuficiente diante das demandas do nosso País. Qual seria a sua postura e quais as medidas que poderia tomar para organizar um quadro técnico que possa fazer frente às ações que, tenho convicção, pelo seu histórico e por sua passagem por onde esteve, irá desenvolver a contento na Agência Brasileira de Inteligência?

Então, fecho as minhas perguntas no grupo de quatro Senadores e passo a palavra a V. Sa. para dar resposta a esses quatro.

Posteriormente, apresentarão suas questões os Senadores Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho e Telmário Mota, próximo grupo que fará questionamentos.

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Muito obrigado.

Primeiramente, quero agradecer pelas palavras, Senador Antonio Anastasia, fico muito feliz e lisonjeado.

Agradeço também a possibilidade de responder algumas perguntas que focam na questão cibernética, que está em voga. Agradeço a oportunidade para fazer esses esclarecimentos.

Nós temos, no Brasil, divididas as atribuições de segurança e defesa. Prioritariamente, elas são vinculadas ao Exército Brasileiro. Um dado: em 2018 houve o registro de cerca de 20 mil ataques aos sistemas brasileiros, metade deles confirmados, cerca de 10 mil ataques confirmados por ano, o que dá cerca de quase um ataque por hora no Brasil. Em sua maioria, são ataques para derrubar um *site*, problemas insignificantes, mas mais de um terço deles diz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeito a fraudes ou à captação de dados. Desde 2014 não se baixa esse nível de 9 mil ataques confirmados, fora o que nós não temos conhecimento, dadas as nossas capacidades.

A questão do Exército Brasileiro atuar na segurança e na defesa cibernética transcende a questão militar para a civil, mas lógico que também, sem sobreposição e com auxílio, outros entes trabalham nessa questão. A Polícia Federal trabalha nessa questão com uma análise das infrações penais, com os procedimentos. O Ministério da Ciência e Tecnologia trabalha muito nessa questão. Recentemente foi aberta uma audiência pública pelo Ministério da Ciência e Tecnologia junto ao BNDES para verificar questões da Internet das Coisas, visando a questão do 5G, que se avizinha.

Nesse contexto todo, a Abin trabalha como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência. Como órgão central, faz esse fluxo de informações e, mais ainda, tem setores técnicos e escolas que estão aptos para o trabalho com toda a comunidade.

Nós temos na Abin o nosso Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (Cepesc), em que nós desenvolvemos *softwares* e *hardwares* para auxílio às outras Forças. Dou exemplo do que está sendo construído no Cepesc: dispositivos, plataformas criptográficas de alto desempenho, que é um *desktop* criptografado; plataformas criptográficas portáteis e móveis, que são os HDs externos e os *pen drives*, tudo com tecnologia nacional; e o nosso terminal de comunicação seguro.

Além disso, nossos centros, que irradiam para toda a comunidade de inteligência, trabalham com análise de artefatos maliciosos, essas questões de incidentes, criptografia, ataques cibernéticos e ainda proteção a infraestruturas críticas. Todas essas questões que eu coloquei são tratadas dentro do centro, mas ainda são pedidas em concurso público. Os servidores que entram para determinada *expertise* na Abin já entram com essas capacidades pelo programa do edital.

Além disso, há um programa de sucesso na Abin, que é o nosso Programa Nacional de Proteção às Comunicações Sensíveis. Ele se iniciou justamente para auxiliar a Marinha do Brasil, a nossa Marinha, na questão de indústria nuclear. É um programa preventivo, é um programa que auxilia na análise de riscos, na análise dos sistemas, inclusive colocando, indicando normatizações a serem feitas e, mais, na sensibilização dos seus servidores, que é tarefa das mais importantes, a situação comportamental. Não adianta gastar US$75 bilhões, como os norte-americanos, se não houver um comportamento de segurança.

O mais importante dessa questão é poder trabalhar com a parte privada. A Abin almeja... E esta é a grande necessidade de investimentos da Abin: almejar trabalhar com o setor privado, com os acadêmicos, com as universidades, com as indústrias e com pessoas, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a questão cibernética no Brasil não enseja apenas ataques de países, um jovem de 17 anos pode derrubar uma usina hidrelétrica, por exemplo. Então, essas questões estão em voga, estamos capacitados, precisamos dos incentivos para poder atuar da melhor forma.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos ao segundo grupo de Senadores.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Caro Presidente Nelsinho Trad, Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, indicado para a Direção-Geral da Abin, eu gostaria de fazer algumas perguntas que serão muito importantes na sua sabatina para ocupar esse relevante cargo da República, que é de uma importância estratégica enorme para o Brasil. Obviamente, tendo a confiança do Presidente Jair Bolsonaro, é claro que o Senado, a Câmara Alta do País, tem o maior interesse em analisar de forma detalhada essa indicação, ao mesmo tempo sabendo que o senhor traz na bagagem uma larga experiência e, obviamente, tem todas as condições e está talhado para ocupar esse cargo tão relevante.

Gostaria de fazer algumas perguntas mais pontuais, mais diretas.

A primeira delas seria: por que um delegado da Polícia Federal comandar a Abin? Essa seria a pergunta de fundo.

A segunda pergunta: sabendo-se que as informações de inteligência são significativamente uma questão preponderante para o combate à criminalidade organizada e que o trabalho de inteligência fortalece as ações institucionais na propagação da segurança pública, gostaria de saber como será a sua gestão na consolidação desse trabalho de interagências e como se daria a sua integração junto aos projetos de Centro Integrado de Comando e Controle propostos pelo Ministério da Justiça e de Segurança Pública? Seria através de uma ação transversal, obviamente, essa participação.

A terceira pergunta seria: o atual Governo demonstra uma aproximação mais dedicada com os governos norte-americano e israelense, que manifestadamente detêm uma estrutura institucional de gerência de informações de inteligência muito forte. A pergunta seria: qual será sua proposta para enveredar em ações conjuntas favorecendo o intercâmbio de informações que podem ser vantajosas para o combate ao crime organizado e às possíveis ações de grupos terroristas no Território nacional?

A outra pergunta seria: como se dá na atualidade o relacionamento dos órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência? Quais os desafios e o que pode ser melhorado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta, e eu não poderia deixar de fazê-la, é sobre as questões recorrentes no meu Estado, o Estado de Roraima, nas áreas de fronteira, principalmente hoje, quando nós vemos a migração de mais de 180 mil venezuelanos que já por ali passaram ou que estão no nosso Estado, em torno de 50 mil atualmente. Obviamente, nessa esteira de migração, vem um contingente elevadíssimo de pessoas que cometeram graves delitos e são pessoas de infiltração muito perigosa para estarem convivendo com a população do nosso País, especificamente do Estado de Roraima. Como a inteligência da Abin está trabalhando no sentido de monitorar em tempo real a presença desses venezuelanos, que já tem causado verdadeiro pânico na população do meu Estado?

São essas as perguntas, Dr. Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para fazer o seu questionamento, com a palavra o Deputado Flávio Bolsonaro, do Rio de Janeiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, bom-dia. Bom-dia a todos, bom-dia, Dr...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Desculpem: Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Eu nem reclamei porque ainda estou também fazendo a transição aqui, Presidente.

Enfim, não são nem questionamentos, Presidente Nelsinho, Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues, Delegado da Polícia Federal. O Senador Chico Rodrigues foi ao ponto que eu iria nos meus questionamentos. É óbvio que é uma posição superestratégica, de extrema confiança, porque é aquela responsável por assessorar o Presidente da República em importantes tomadas de decisão, inclusive para se antecipar a problemas graves que possam vir a paralisar setores estratégicos do nosso País, enfim, identificar diversos gargalos, tratar da segurança dele também, de toda a sua família.

Eu não ia nem entrar no assunto, Presidente, porque não sei se o Dr. Ramagem está sabendo – eu fiquei sabendo vindo para cá – do gravíssimo incidente que aconteceu agora nessa viagem do Presidente até o Japão. Tripulante de um dos aviões que faziam o seu acompanhamento, do avião reserva na verdade, um oficial da Aeronáutica foi apreendido com cocaína dentro da mochila. É algo surreal, dá vontade de dizer umas palavras bem baixas para uma pessoa que faz uma coisa dessas acreditando que não vai ser pego.

Olhem a importância de ter a informação, a iniciativa para prevenir que situações como essa aconteçam. Parece que ele está detido; foi uma escala em Sevilha, e ele está lá detido, um criminoso. Bandido bom é aquele que a gente conhece deitado, enterrado. Essa é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação que realmente é difícil tentar tipificar, é difícil definir qual foi a conduta desse criminoso, desse bandido.

Não se sabe se é apenas – eu digo "apenas" porque vou falar de algo mais grave depois – um traficante de drogas usando um avião oficial que fazia a reserva, um avião reserva do Presidente da República, ou se tem intenção política com isso, de tentar criar mais um empecilho contra o atual Governo, mais um problema num momento importante que estamos vivendo no Brasil, de decisões fundamentais que o Congresso vai ter que tomar, vai ter que se posicionar. É uma situação inaceitável, Senador Marcos do Val, chega a tirar do controle a vontade que vem na cabeça na hora de deparar com uma situação como essa.

Enfim, está lá o vagabundo apreendido em Sevilha, e o Governo já se posiciona totalmente a favor de colaborar com tudo o que for possível para que isso seja elucidado o quanto antes – se ele estava fazendo por conta própria, se estava contando que ninguém ia revistar o avião, se foi alguém que mandou. Então, é para o senhor ver a quantidade de problemas, o quão complexa é a missão do serviço de inteligência, de todo o aparato de inteligência que envolve o Presidente da República.

É só para desejar a V. Exa. muito sucesso. Que Deus lhe dê muita sabedoria e força, para assessorar o Presidente com informações importantes, seguras, porque o futuro do Brasil também passa pelas mãos de V. Exa. e de sua equipe. Então, o que o Senador Chico Rodrigues colocou aqui é fundamental: ter uma equipe que disponha não só de tecnologia de ponta, à frente daquelas usadas por marginais, mas também um pessoal qualificado que tenha a visão, a percepção e a iniciativa de identificar o que é importante buscar para alimentar o Presidente da República e toda sua equipe antes de tomarem decisões importantes e para evitar situações como essa, inclusive, acho até que das mais esdrúxulas, perto dos grandes problemas que nós enfrentaremos pela frente, em que o senhor, à frente da Abin, vai ser fundamental.

Então, goza de total confiança. A sua qualificação, o seu currículo... Acho que por isso se escolheu um delegado da Polícia Federal, um segmento, um exercício de uma função... Para chegar até onde o senhor chegou, já passou por vários crivos, e sua competência não é questionada de jeito nenhum.

Então, só desejar sucesso. Conte conosco, que seja uma missão bem-sucedida.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para fazer o seu questionamento, Senador Telmário Mota. Posteriormente, Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente Senador Nelsinho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nosso sabatinado, Dr. Alexandre, é uma honra, fiz questão de estar presente aqui.

Dr. Alexandre, sem dúvida nenhuma, qualificação V. Exa. tem de sobra para esse cargo tão importante para a República brasileira e para o País. V. Exa. é tão sortudo para esse novo desafio, e está preparado, que teve aqui como Relator um dos melhores quadros que esta Casa tem. O Senador Antonio Anastasia é um orgulho para o Senado, orgulho para o Brasil e orgulho para Minas Gerais, não tenho nenhuma dúvida. É um homem centrado, uma pessoa comprometida com a verdade sobretudo. Então, V. Exa. já passou por um grande crivo. Só em dizer que ele é o Relator e que o aprovou, eu já votei. Então, você já ganhou o meu voto.

E também fico honrado porque V. Exa., na Polícia Federal, serviu no nosso Estado – meu, do Chico, do Deputado Hiran, do Senador Mecias. V. Exa., então, conhece este País de ponta a ponta. Ontem, até por uma infelicidade, um dos grandes Ministros que temos, o da Infraestrutura, nós estávamos numa audiência pública e ele começou do Rio Grande do Sul, passou por São Paulo, foi ao Mato Grosso, entrou no Nordeste, entrou no Norte e não foi a Roraima. Até perguntei para ele se tinha acabado a gasolina do avião, porque eu ia ceder a minha verba de gabinete para abastecer e ele chegar lá, porque Roraima está precisando tanto... Então, V. Exa. já veio de lá – isso nos honra bastante –, conhece essa realidade.

E eu estava ouvindo a fala do Senador Flávio Bolsonaro e a indignação dele, que é correta, porque, de qualquer forma, atinge, ou tenta atingir, o Presidente. Já imaginou, Dr. Alexandre, que grandes desafios você terá pela frente? Aonde o crime chegou! Quer dizer, envolve pessoas que estão dando segurança e suporte logístico ao Presidente da República! Eu não acredito que tenha cunho político não, é marginalidade mesmo, é a ousadia da marginalidade. Se o cara vai fazer isso de cunho político, é preciso ter muito roxo, porque ele sabe que é um risco muito grande. Agora, pela marginalidade, ele faz. Então, veja o constrangimento criado para o Presidente, para o País – parece um país vulnerável, o que não é. Mas olhe só a missão de V. Exa.! Sabe por quê? Porque a Abin foi desmontada.

Eu quero dar um testemunho aqui. Eu ia com a Presidenta Dilma Rousseff para Roraima quando o Eduardo Cunha aceitou o *impeachment* dela. O avião presidencial tem *wi-fi*. Eu estava no *wi-fi* ali e vi a hora em que ele aceitou. Quinze minutos depois, a Presidente chamou a bancada para uma conversa. Acho até que o Deputado Hiran estava com a gente nesse dia, não foi? Eu falei para ela: "Então, o Eduardo acatou?" Ela disse: "Que acatou?" Quinze minutos depois – ela ia com o Ministro José Eduardo junto, o Ministro da Justiça –, e ela não sabia, a Presidente da República não sabia que o Presidente da Câmara Federal tinha acatado a proposta de *impeachment*. Por quê? Porque estava sem informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí a gente vai para uma linguagem muito simples. O Chacrinha dizia: "Quem não se comunica se trumbica." E quem tem informação tem poder. O Brasil precisa voltar a ter poder.

V. Exa. tem uma grande missão. Acredito em V. Exa. Vá com Deus!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, último deste bloco.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Presidente.

Eu apenas quero cumprimentar o Dr. Alexandre e dizer que é uma alegria poder ter um quadro da qualidade, da importância, da experiência e do vigor da juventude de V. Exa. numa função que consideramos estratégica para o Brasil.

Em outro momento, essa instituição foi usada de forma duvidosa, mas tenho certeza de que, no Governo atual, ela prestará um serviço estratégico ao Brasil e ao Governo brasileiro. O que nós temos aqui a fazer é lhe desejar sorte, como também nos colocar à sua disposição para que possamos ver essa instituição importante prestar seus serviços com a qualidade e com a confiabilidade que nós esperamos.

Sucesso, e que Deus possa guiar os seus passos!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para encerrar este bloco, passo a palavra ao Senador Jaques Wagner. É o último Senador a fazer questionamento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom-dia, Presidente Nelson Trad, Vice-Presidente Marcos Do Val, Dr. Alexandre Rodrigues, indicado para dirigir a Agência Brasileira de Inteligência. Cumprimento os outros colegas aqui presentes.

Eu fiz questão até, Presidente, de votar antes de perguntar, porque eu entendo que quem ganhou a eleição tem o direito de montar a sua equipe e, a menos de um descalabro de currículo, que eu espero que não aconteça em nenhuma indicação, não nos cabe aqui... Até porque não vai ser em cinco minutos de interrogação que nós vamos conhecer a capacidade, apesar de que, lendo o seu currículo, sei que V. Exa. já demonstrou valor em outras missões que teve.

Eu queria tocar na questão que diz respeito muito mais ao Estado democrático de Direito. Hoje há uma série de questionamentos, questionamentos que foram aprofundados com os vazamentos, ou com os "hackeamentos" – eu não sei exatamente qual foi a metodologia com que se obtiveram as informações com a autoridade brasileira –, mas também não é para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente se assustar tanto porque, há bem pouco tempo, no escândalo do Wikileaks, a própria Presidente da República estava sendo monitorada, o Presidente da Petrobras, ou seja, todas as empresas de grande importância para nós tinham o controle de uma das nações, por acaso a de maior economia do mundo, o que recoloca o que eu tenho dito: a grande briga atualmente não é ideológica; a grande briga hoje é comercial. Não houve nenhuma cizânia entre China e Estados Unidos em função das suas ideologias ou dos seus modelos. A cizânia é porque a China avançou, depositou 36% das novas patentes de 5G, os Estados Unidos depositaram 13%, se não me engano, ou 12%, e aí começa a briga comercial, que é a briga que se impõe.

O Presidente Trump, independentemente de eu achá-lo bom ou ruim – porque não me cabe, cabe ao povo americano elegê-lo, criticá-lo ou não –, faz o trabalho que ele entende ser correto. Ele está protegendo as fronteiras do ponto de vista comercial e impondo restrições para poder ampliar o parque de empregos. Não que eu concorde com a tática dele, mas os Estados Unidos hoje têm as menores taxas de desemprego de sua história, 3,4%, 3,5%. Então, a briga é comercial. Se nós não entendermos isso – estou à vontade porque digo isso a quem de direito – e formos ficar fazendo briga ideológica, acho que nós vamos nos perder no tempo. A briga é comercial, a guerra é comercial.

Eu era Governador do Estado da Bahia e uma vez chamei todos os dirigentes de bancos na Bahia para fazermos um *pool*, um compartilhamento contra o estouro de caixas eletrônicos, o que para a população é um absurdo, porque aquilo invade famílias etc. e tal. E os gerentes dos bancos, os diretores, disseram: "Governador, até entendo a sua preocupação, mas a nossa não é essa. O que tem lá no caixa eletrônico é R$100 mil, R$150 mil. O *hacker*, quando entra aqui, num ataque cibernético, me leva R$30 milhões, R$40 milhões. Então, nós estamos investindo em outra área." Veja como é contraditório: a segurança da população e a segurança... Então, o que eu quero dizer é: V. Sa. é profissional de carreira. Para isso a estabilidade foi admitida no Brasil, para que se possa cumprir bem a sua missão. Eu só espero que a Abin e o SNI, como já foi dito aqui antes, não tenham nenhum contorno de polícia política. Eu acho que não é esse o papel dela. O antecessor do Gen. Heleno, Gen. Etchegoyen, que eu conheci, foi Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, sob o comando do Gen. Villas Bôas, com quem eu tive vários diálogos, é um profissional, na minha opinião, dos mais qualificados dentro do Exército brasileiro, e, pelo que me consta, deixou uma Abin bastante profissionalizada no sentido de obter, para o Presidente da República, informações estratégicas, e não informações comezinhas, que são próprias de uma polícia política.

Então, na verdade, o meu desejo – não vou nem falar de recomendação, pois como Diretor-Geral vai responder ao seu chefe imediato e à Presidência da República – é que a gente possa... Eu fui, por acaso, Ministro da Defesa e sei da importância entre as nações dessa questão da Abin, ou seja, a qualidade de informação para a Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o que o Senador Flávio acabou de relatar aqui, realmente, a gente fica entre o susto, a perplexidade e a expectativa, porque não é bem o papel da Abin, apesar de que é o papel do GSI, sob o comando do Gen. Heleno, tratar das viagens e da segurança. Eu me lembro de que, quando eu era Ministro, a gente embarcava na base aérea e tinha aquele raio-X. Agora imagine a petulância, realmente, de alguém entrar com trinta e tantos quilos. O valor estimado é de R$10 milhões. É para desmoralizar o País, para desmoralizar a instituição Presidência da República? Porque vira lá fora um negócio complicado para nós. A notícia que saiu: "O avião do Presidente da República Federativa do Brasil carregava "x" quilos de cocaína".

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – O cara nem fala o nome do outro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O nome do outro não existe. Não sei se ele foi posto lá a serviço de alguém, se era um traficante, porque realmente era uma petulância, imaginar que ele ia trafegar e vender R$10 milhões. Então, é só para mostrar como é importante.

E a guerra contra o narcotráfico nós não vamos ganhar na delegacia de polícia de cada Estado. O Secretário de Segurança Pública do meu Estado é colega seu, que é mais velho do que V. Sa. na Polícia Federal. Ali a gente fica enxugando gelo. Ou a gente vai conseguir bater nos grandes fornecedores, nas grandes rotas de tráfico, ou o pobre coitado do Secretário de Segurança Pública prende um menino que vendeu 1g e esse aí estava levando trinta e tantos quilos.

Então, eu só lhe desejo boa sorte. V. Sa., com 14 anos, já passou por várias missões na Polícia Federal. Seguramente, essa é das mais nobres. É por isso que eu insisto: ela é muito mais ampla, ela é estratégica. Ela não é a luta que a Polícia Federal faz no dia a dia. Ela é para abastecer a quem é de direito à informação de qualidade. Eu espero que V. Sa., Presidente da Abin, possa enaltecer o papel da Abin e não, como já foi dito aqui, que seja confundida com qualquer polícia política comezinha para ficar investigando papel ideológico. Eu estou repetindo isso porque eu tenho dito: você ganha eleição com ideologia, mas não governa só com ideologia. Ou você tem pragmatismo de governar para 200 milhões ou nós não vamos tirar o País daquilo que nós estamos vivendo hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Dr. Alexandre Ramagem Rodrigues para, de uma forma sucinta, responder às perguntas e aos questionamentos dos Srs. Senadores.

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Agradeço as indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, o questionamento do Senador Major Olimpio vai muito em cima do que trata o Sistema Brasileiro de Inteligência. O Sistema Brasileiro de Inteligência tem a Abin como seu órgão central, com responsabilidade por todo o planejamento, toda a execução, toda a supervisão e todo o controle de toda atividade de inteligência no Brasil e a preocupação, inclusive, com seus subsistemas. Se nós pensarmos que, em cada Estado, nós possuímos ainda Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros, todos os órgãos federais juntos, e ainda as questões fiscais, de saúde e educação, e os órgãos de controle, nós temos cerca de 300 instituições ou entes praticando inteligência como atividade meio no País. O que se necessita na Abin não é uma restruturação, nem estruturação – essa já está feita pelos seus normativos –, é uma evolução dessa integração com padronização para se analisar corretamente os fluxos para um melhor assessoramento para a tomada de decisões, e capacitação integrada entre os entes e interagências, para podermos desenvolver de uma melhor forma nosso Sistema Brasileiro de Inteligência.

Em resposta à indagação da Senadora Mara Gabrilli, sobre a questão das ameaças, nossa Política Nacional de Inteligência é a grande doutrina, é o grande normativo de orientação da inteligência no Brasil. Discorre sobre diretrizes, sobre planos, sobre todas as condutas, sobre como a Abin deve se pautar, a parte ética, obediência ao ordenamento pátrio, em defesa da soberania nacional, do Estado democrático de direito, da sociedade, da dignidade da pessoa humana. Ali estão as atribuições da nossa Abin para tratar das ameaças. Quais ameaças? Espionagem, sabotagem, contraterrorismo, monitoramento das tecnologias de uso dual, a questão cibernética, que já abordei antes, toda a questão de terrorismo, organizações criminosas e também a corrupção.

Respondendo agora ao nosso Presidente, essas questões, entrando ainda na questão cibernética, são o que está no condão... É o que se apresenta hoje, um grande infortúnio, o acontecido e o acontecido antes, na questão do Wikileaks, mas se puder tirar a parte positiva é que levanta a preocupação das instituições nesse sentido. Precisamos andar muito para que haja uma prevenção – não só a prevenção, mas a detecção também, e a neutralização, para poder obstruir que essa inteligência adversa consiga atuar. Nós não temos os investimentos de que grandes potências conseguem dispor para uma inteligência, mas isso não deixa a nossa inteligência sob total risco. Nós temos que tentar deixar mais cara essa possibilidade de que os ataques aconteçam. Como eu coloquei anteriormente, esses ataques são naturais, é o jogo dos países tentar obter informações para trabalhar com interferência externa, para tentar ter ganho para seu próprio país em detrimento do desenvolvimento dos seguintes, mesmo de aliados.

No tocante ao quadro de pessoal, sim, a Agência Brasileira de Inteligência ficou num hiato de cerca de dez anos sem concurso. Recentemente houve um concurso para 300 vagas. Ainda assim, o número de cargos efetivos ocupados é bem inferior ao código de vagas em aberto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devido a suas vacâncias. O concurso que se apresentou é um concurso similar... Concursos de inteligência e concursos de segurança pública são concursos distintos dos demais. Têm fases, grandes fases. São concursos dispendiosos. São concursos em que, além das provas objetivas e discursivas, ainda entram na questão de exames médicos, toxicológicos, psicológicos e físicos, além de todo um curso de formação. Há uma questão dos excedentes, que poderiam completar bastante esse código de vagas. Auxiliariam, logicamente, toda a nossa Abin. É uma bandeira a ser colocada. Mas tem o porém de nós vivermos, neste momento, severas restrições orçamentárias. Então, é uma questão, dentro do prazo do concurso público, que será discutida e levada ao Ministério da Economia para se verificar a possibilidade de atendimento dessa demanda.

Respondendo ao nosso Senador Chico Rodrigues, a questão da escolha de um delegado de Polícia Federal para a direção-geral da nossa Agência Brasileira de Inteligência. O objetivo principal é tentar buscar uma *expertise* de sucesso, uma *expertise* de resultado, de operações, que é uma inteligência operacional tática, trazer para o seio da prevenção, do controle, do *compliance*, para que se evite... Ninguém aguenta mais que se chegue a praticar crimes de corrupção e de desvio. Temos que auxiliar os órgãos de controle, CGU, TCU, AGU e demais nos Estados nesse sentido. De fora dos quadros, na função, é um permissivo legal. Não é propriamente um ineditismo. A Agência Brasileira de Inteligência está no seio de um ministério preponderantemente militar. Então, a escolha de um servidor civil para uma agência civil se mostrou adequada. O delegado de Polícia Federal é a autoridade policial em âmbito federal. É responsável, então tem como mister o zelo e a higidez da coisa pública, os bens e serviços da União. Com tudo que eu passei na Polícia Federal, nos seus três pilares, tanto com diversas operações policiais como pela parte de Sistema Brasileiro de Inteligência, com polícia administrativa e segurança pública em grandes eventos, e ainda trabalhando no órgão central da Polícia Federal com gestão sobre todos os órgãos, eu tenho certeza de que conseguirei, estarei creditado a trabalhar na direção geral na nossa Abin, em conjunto a todos os servidores. A questão do Centro Integrado de Comando e Controle foi em um momento dos grandes eventos. Foi uma possibilidade grande de integração, um sucesso de integração interagências, um sucesso para o Sistema Brasileiro de Inteligência. Eu tive a oportunidade de trabalhar em Centro Integrado de Comando e Controle Regional no Mato Grosso, em Brasília, no Rio de Janeiro, em Salvador, e ainda no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, aqui em Brasília. É uma questão a ser aprimorada, como eu havia colocado, de maior integração, de fluxo, capacitações e padronizações.

Em nosso Estado de Roraima fui muito feliz. Passei meus dias lá, como eu coloco, bebi água do Rio Branco. Nosso Presidente da República costuma citar primeiro a questão de crise e também a questão de tanta riqueza no Estado. Pode ser um dos modelos para o Brasil de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celeiro de alimentos para o mundo, e, ao mesmo tempo, um modelo de desenvolvimento, de preservação, de ecologia; e um modelo de desenvolvimento sustentável. Roraima está em uma crise financeira, crise de saúde pública, crise de criminalidade, muito agravada pela questão de migração do Estado ao lado, que é acompanhada, que é a Venezuela. A migração teve um aumento exponencial nos últimos anos. O saldo entre os que entram e saem é cerca de 500. Cerca de 500 ficam no Brasil. Então a União está com atenção redobrada à questão do Linhão para que Roraima possa prosperar com todas as suas riquezas, riquezas agrícolas, riquezas de campo, a posição geográfica, o sol. E mais, como forma de escoamento, que é toda atividade de interferência externa que atua no Brasil, acaba querendo atrapalhar esse escoamento do Brasil, pela nossa Guiana para chegar ao Panamá; no Acre, pelo Peru; e o Centro-Oeste, ali pelo Chile.

O Senador Flávio Bolsonaro colocou a questão que se apresentou hoje, um absurdo, grave desvio de função. Que seja retirado, para um servidor militar não manchar os demais 300 mil servidores militares. Tem que haver, vai haver cooperação com as congêneres de polícia, de investigação e de inteligência, os rigores da lei a esta pessoa, e a investigação, porque ninguém chega com uma certa quantidade de entorpecentes sem uma fonte de origem e sem um contato. Todas essas questões têm que ser levantadas. A inteligência tem que estar nisso e precisamos evoluir nessa questão.

Resposta ao Senador Jaques Wagner. Com toda a certeza, a questão Estados Unidos e China é muito mais do que barreiras tarifárias. A questão é muito mais de dominação econômica mundial. Está sendo colocada ali verdadeira teoria de jogos, que é inteligência estratégica, como proceder e entrar. E mais, uma análise tentativa cibernética. O Brasil não pode ficar recebendo os resultados parado. Nós temos que entrar nesse jogo para verificar, com inteligência estratégica, nossas possibilidades e nossas oportunidades, sem agredir o mercado mundial.

A questão da carne suína é preponderante. A questão do aço é preponderante. Na questão da soja, o Brasil tem capacidade de chegar a 75% do abastecimento de soja da China. É uma questão a ser analisada: será que a China vai querer ter o monopólio de um país apenas? Nós temos que trabalhar com essa inteligência estratégica para que nós tenhamos sempre uma melhor logística, baratear nosso produto e deixá-lo com maior qualidade.

A questão 5G é a grande guerra cibernética. O norte-americano coloca como quarta força o cibernético, com muita razão. É um paralelo bem feito com a realidade brasileira. Lá eles colocam no *cyber* comando de defesa e na NSA. Nós aqui no Brasil estamos com nosso Exército brasileiro e as outras forças, de forma suplementar. A questão 5G é uma batalha em que não se sabe realmente os problemas que os norte-americanos estão colocando, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espionagem, ou se é receio de dominação. Já alertaram os ingleses e os alemães, que já seguraram, enquanto isso, o desenvolvimento do 5G. Há muita propaganda de que pode até fazer mal à saúde. O Brasil está tratando de forma devida essa questão. Já há leilões agendados para verificar se essa tecnologia vai entrar como auxílio, dada a sua densidade, ou se nós vamos ficar sujeitos a uma dominação de espionagem.

A questão do trato com... A Política Nacional de Inteligência coloca bem claro que a Agência Brasileira de Inteligência trabalha sem viés ideológico e sem viés político-partidário. Nós vamos trabalhar sempre de acordo com o governante, de acordo com a necessidade do governante. Queremos aprimorar a inteligência de forma que seja mais objetiva, pragmática, rápida. Não há como competir com a informação, ainda mais nos níveis de hoje em dia. A informação chega de todo lado, a qualquer momento. A inteligência tem que trabalhar a informação, vendo sua origem, sua autenticidade, credibilidade, seu cerne, seu escopo e suas consequências. Trabalhamos e trabalharemos sempre dentro das propostas de diretrizes legais de governo para auxiliar o Estado no seu desenvolvimento.

Acredito ter respondido a todas as indagações, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o Sr. Alexandre.

Passo a palavra à Senadora Kátia Abreu. É a última a perguntar.

Posteriormente, quebrando até um pouco o protocolo, eu vou passar a palavra ao Deputado Iran, que deseja fazer uma saudação a V. Sa., vez que é do Estado que V. Sa. já serviu.

Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, que sempre com as suas colocações dá um tempero bastante interessante às discussões.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O policial Dr. Alexandre está muito bem avaliado no relatório do Senador (*Fora do microfone.*)

Anastasia, nosso Senador maravilhoso e muito confiável. Todos nós sabemos da competência e da confiabilidade dele. E também, com o padrinho que o senhor tem, eu acho que eu já seria Presidente da República. O Gen. Heleno e o Gen. Villas Bôas me deram as melhores recomendações. Eles também são pessoas importantes para mim. A opinião deles, para mim, é superimportante.

Eu gostaria apenas, Dr. Alexandre, de fazer duas perguntas. A primeira é sobre orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nos falta e quanto custa para nós termos uma agência de inteligência razoável – não precisa hoje virar os americanos amanhã – ao longo do tempo? O que seria preciso investir em termos de equipamentos para que nós pudéssemos, de fato, combater todos esses ataques cibernéticos, combater o terrorismo, o tráfico de drogas nas nossas fronteiras principalmente, o contrabando de agroquímicos para a agricultura brasileira também nas fronteiras? O que falta e quanto custa isso, para que a gente possa ter noção – nós já estamos em via de fazer o orçamento, estamos com ele sendo encaminhado – também no sentido de pessoal e, principalmente, separadamente, na questão de equipamentos?

A outra questão não é uma pergunta, mas muito mais uma solicitação. Eu sei que o trabalho da Abin é direcionado ao Estado brasileiro, às questões de segurança nacional, mas nós estamos nesse ataque cibernético, sofrendo muito do ponto de vista pessoal, e não só os políticos. São crimes com relação à honra de qualquer pessoa, ao tráfico de drogas na internet, à pedofilia, ao tráfico de mulheres, calúnia e difamação.

Neste ano, nós tivemos uma homenagem aqui, um prêmio que nós damos, todos os anos, para as mulheres em destaque. Fizemos uma homenagem a uma falecida – é sempre uma falecida e uma mulher que está atuando – que foi linchada no interior de São Paulo, porque soltaram *fake news* de que ela era bruxa e usava e matava crianças para fazer as bruxarias. Ela não teve tempo nem de dizer o nome. Ela foi assassinada publicamente e depois ficou comprovado que foi *fake news*. Eu estou indo no extremo, porque esse caso faz quatro meses que aconteceu aqui, e eu fiquei chocada com o risco disso, além daquele das brincadeiras das crianças com esses jogos que levam ao suicídio.

Estudando sobre o assunto – não sou especialista; gostaria até de ser, como meus filhos são –, eu percebo que todas as redes sociais não são identificáveis. Um celular pós-pago é identificado quando você compra – não era. O pré-pago ainda não é identificado. Mas, hoje, no Twitter, no Instagram, no Face e nos *e-mails*, não existe um cadastro, você pode fazer isso falsamente, com um CPF e identificação de outra pessoa, e cometer esses crimes todos os dias.

Então, o senhor não precisa, se não puder, me dar uma resposta agora, mas que a Abin nos pudesse sugerir o que poderíamos fazer em termos de lei, de regulação para cercar tudo isso. Comigo agora, por exemplo, eles editaram um pedaço de uma entrevista minha e emendaram num pronunciamento, como se eu estivesse falando duas coisas diferentes e colocando em dúvida o meu caráter e a minha palavra. Então, isso é uma coisa inadmissível, porque eles são milhares. Não sei o que acontece que eles arrumam tantos desocupados para fazer isso, como no caso agora do decreto do armamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, desses crimes cibernéticos, um de que eu tenho pavor é daqueles chamados *deepfakes*, em que você hoje pode, com a tecnologia de inteligência artificial, fazer um vídeo falso com seu rosto, você falando, e com a sua voz.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, existe. Existe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não sei para que a gente está existindo mais.

Então, a gente precisa do apoio da Abin, embora não seja a sua função principal, claro. Mas, com a sua inteligência e com o seu preparo, com a experiência de toda a equipe, que pudesse nos sugerir algo. Imagine a gente obrigar o Brasil inteiro a se identificar pessoalmente para abrir um Twitter, um Insta e um Face? Acho que seria uma revolução nacional. As pessoas... Até os adolescentes hoje abrem essas redes sem precisar de uma identificação real, porque, às vezes, na internet, você identifica o CPF, mas eu posso pôr o CPF dele e cometer crimes, porque não é presencial.

Então, qual a outra alternativa que, quem sabe, vocês poderiam nos dar?

A outra questão que me preocupa demais são os ataques às estações de tratamento de água, que também são um crime cibernético, que estão na lista desses crimes, são uma questão de saúde pública e não deixam de ser um terrorismo, uma ação terrorista.

Então, eram apenas essas as minhas considerações.

Quero desejar muita boa sorte e repetir aqui o que disse Jaques Wagner: nós estamos vivendo um período muito difícil, de mudanças de práticas, comportamentos e costumes que estão assustando muitos de nós, e nós esperamos, sinceramente, a sua atuação pragmática, institucional e que o senhor cumpra bem o seu dever dentro da prerrogativa e não atenda às vezes ao clamor e aos desejos outros que não sejam aqueles que nós esperamos de V. Exa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Queremos apenas agradecer a Senadora Kátia Abreu e informar ao sabatinado, Dr. Alexandre, que o Senador Esperidião Amin é o autor da proposta do requerimento aprovado nesta Comissão que definiu como política pública a política de defesa cibernética delegada ao Exército Brasileiro, pela Estratégia Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Defesa. Esse tema foi proposto na Comissão de Relações Exteriores, foi aprovado, e nós vamos iniciar os trabalhos em breve. Já até iniciamos.

Quero deixar registrado o convite que vamos fazer à sua instituição, a Abin, para participar do programa de avaliação da política nacional da guerra cibernética.

Apêndice da nossa Comissão, existe a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Um ano, ela é presidida pelo Presidente da CREDN da Câmara dos Deputados – no caso, este ano, o Deputado Eduardo Bolsonaro –; e, no ano subsequente, é presidida pelo Senado, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – no caso, o Senador que lhes fala.

Nós também vamos promover o início das atividades desta Comissão. Teremos dois anos de trabalho pela frente em conjunto para o desenvolvimento da política de inteligência do nosso País. Já tivemos uma reunião com o Gen. Heleno a respeito dessa questão e, em alguns pontos, nós já avançamos. Delegamos ao Vice-Presidente, Senador Marcos do Val, a condução necessária ao conteúdo dessas questões, e tem cumprido exemplarmente essa missão.

Antes de V. Sa. responder à Senadora Kátia, passo a palavra ao Deputado, pedindo escusas por não ter cedido o tempo antes, mas existe aqui uma prerrogativa de o Senador falar na frente.

Muito obrigado.

O SR. HIRAN GONÇALVES (Bloco/PP - RR) – Sr. Presidente, meu querido colega Nelsinho; Sr. Vice-Presidente Marcos do Val, eu quero é agradecer pela deferência. Essa deferência é uma deferência que é uma prerrogativa de V. Exa.

Eu quero fazer uma saudação aos Senadores e Senadoras presentes e às autoridades civis e militares que estão aqui participando desta reunião.

Mais do que uma saudação, eu quero fazer um testemunho, Dr. Alexandre. O senhor, se eu não me engano, começou a sua carreira na Polícia Federal lá em Roraima, e nós fomos colegas.

Há muita gente, Alexandre, que... Eu sou Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, então todo mundo aqui me identifica como oftalmologista, ninguém sabe que eu sou policial também, eu sou médico legista. Nós tralhamos juntos lá: eu, na medicina legal; e você, como Delegado da Polícia Federal. Aliás, você cometeu uma falha grave aqui ao saudar a minha querida colega, também ex-Delegada, Dra. Rebeca, que hoje é Procuradora. Você se esqueceu de dizer que bebeu a água do Rio Branco e conheceu a Dra. Rebeca lá em Roraima, que, aliás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Nelsinho, era minha paciente. Eu operei a Rebeca, felizmente ela não está usando óculos até hoje – mas já saiu da garantia, viu, Rebeca?

Eu queria aqui fazer este testemunho da sua retidão de caráter, da sua competência, da sua seriedade com a coisa pública. Você é um policial que nós temos em excelente conta, um excelente gestor e, mais do isso, uma excelente pessoa, um excelente caráter, um grande pai de família, um excelente pai das suas filhas.

Eu fiquei até agora, fiz questão de esperar para poder registrar este momento, porque é um momento que eu espero que não seja o apogeu da sua carreira, porque você tem uma carreira longa pela frente, pela juventude, mas que desempenhe bem esse cargo importante, que o Presidente Jair Bolsonaro, de maneira muito feliz, delegou a você. O Brasil precisa de pessoas da sua qualidade para prestar serviços à nossa Nação.

Também queria fazer minhas as palavras dos meus antecessores aqui, no sentido de você cuidar do nosso País sem viés ideológico e com muito equilíbrio, como é uma característica da sua personalidade.

Parabéns.

Eu tenho certeza de que você será aprovado aqui e no Plenário e fará uma gestão que vai nos orgulhar a todos.

Um grande abraço e que Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas para informar a todos os presentes e ao Dr. Alexandre o número bastante grandioso de perguntas que vieram do e-Cidadania, passou de 50 perguntas, com a participação de todo o País, e eu vou lê-las após a resposta de V. Sa.

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Primeiro, quero agradecer as palavras do Deputado Hiran, as emocionantes palavras do Deputado Hiran. Fico muito feliz em poder ajudar com trabalho e companheirismo.

Em resposta à nossa Senadora Kátia Abreu, de fato, a evolução das legislações é natural.

Quando se trata de tecnologia e, ainda, de crime organizado, essas questões dão saltos de inovação. Tem que estar completamente atento a essas mudanças e o trabalho é contínuo de estudos. Por exemplo, as estratégias que foram fixadas há cinco anos já não cuidam do que hoje tem que se tratar. O próprio *Big Data* não está previsto nas estratégias anteriores e é algo com que a Abin está trabalhando e muito solucionará essas questões levantadas pela senhora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive em ajuda às infrações penais, se houver procedimentos nessas questões. A Abin está tentando se preparar.

O orçamento é reduzido, não se compara ao das grandes potências. Estamos no nível de congêneres médias. Cerca de 90% do nosso orçamento é para pessoal e custeio. A questão dos investimentos é que é uma necessidade. Eu venho e virei sempre aos senhores para trabalhar esses desenvolvimentos de legislação, de tratamento para delimitar, de forma cirúrgica, quais investimentos para ter resultados a apresentar para a nossa sociedade.

Toda nação de Primeiro Mundo, toda economia pujante, toda democracia consolidada tem uma inteligência de confiança de suas instituições e da sociedade. É onde a gente quer levar a nossa Abin neste momento.

Quero pegar a parte singular do tratamento de água – eu coloquei aqui antes do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento –, e já vem sendo trabalhado. Vamos aprimorar a análise de risco, verificação de sistemas, normativos e conscientização dos servidores. Essa é a melhor forma de tornar mais difíceis quaisquer desses ataques.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito bem.

Até em respeito a todos que participaram, a partir do momento em que V. Sa. achar interessante compilar as perguntas para a gente poder fazer uma resposta naquilo que aqui está descrito...

Veio lá de São Paulo, CAL B: "O senhor acredita que a Abin deve passar por um 'choque de gestão', aproximando-a mais da [...] [Polícia Federal] e demais órgãos de segurança pública?".

Luiz Yago, também de São Paulo: "[...] como o senhor pretende reestruturar o Sistema de Inteligência Brasileiro? A Abin poderá ser considerada a CIA do Brasil?".

Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro: "No caso recente do Intercept, que tipo de políticas preventivas podem ser instituídas para proteger o sigilo da comunicação entre [...] [as autoridades e] os Poderes?".

Alberto Moraes, do Rio de Janeiro: "A Abin tem um déficit de pessoal evidente, o que prejudica a atuação desse importante órgão [que V. Sa. vai assumir]. Como o senhor pretende lidar com esse problema?".

John Damasceno, de Goiás: "Como o senhor pretende lidar com [...] [o problema da defasagem de recursos humanos da agência]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paula Leticia, de Minas: "[...] qual a sua opinião no que se refere à inclusão da atividade de inteligência na Constituição [...]?".

Matheus Gomes, do Rio de Janeiro: "Como o senhor vê o atual quadro de servidores do órgão diante dos desafios que se impõem ao novo Governo? O que fará para fortalecê-lo?".

Julia Costa, do Distrito Federal: "[...] o senhor pretende recompor o defasado quadro de servidores da Abin, convocando os aprovados do último concurso?".

Marcio Seltz, do Distrito Federal: "[...] o senhor tem a intenção buscar melhorias [...] [estruturais] para a carreira dos oficiais [...] da Abin?".

Talita, de São Paulo: "O senhor apoia aposentadoria especial para os servidores da Abin?" "O senhor defende alguma alteração na Lei de Inteligência?".

E o último veio lá do meu Estado, Edson Júnior: "Nós somos sabedores de que a Abin está no Ministério da Economia. O senhor é a favor ou contra a migração do Coaf da Economia para a Justiça?".

Esse botou você numa dividida aí por que nós já passamos.

V. Sa. tem a palavra para responder às perguntas.

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Primeiramente, a primeira questão: não acredito em um choque de gestão. Acredito em direcionamentos de trabalho, em primeiramente auxiliar, como já coloquei, os órgãos de controle na atividade de prevenção, de *compliance*, é uma força motriz, e a inteligência poderá participar e ajudar nesse desenvolvimento da prevenção, para que não se chegue ao crime.

Outra questão, como também já coloquei, é trabalhar mais de forma objetiva, pragmática; evoluir o Sisbin, como coloquei aqui.

E há uma questão muito importante que eu não havia colocado: sair do secretismo absoluto. Uma inteligência com 0% de risco é uma inteligência que não funciona, uma inteligência que fica engessada. Nós temos que acreditar nesse companheirismo nos pontos focais, na análise de dados, para poder trabalhar.

Comparação com a CIA: modelo para nós, modelo de capacitação, como outras congêneres internacionais, para se aprender, para dialogar, para informações em duas vias, mas há outras congêneres de nível médio, com que podemos fazer um trabalho ainda maior de auxílio de caminhos de estruturação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as questões de déficit de pessoal eu acredito já ter respondido. É uma bandeira o concurso, os excedentes, que estão pleiteando. Eu quero, se confirmada a minha indicação, sentar com seus representantes, verificar as estratégias. Como eu coloquei, nós estamos num momento de graves restrições orçamentárias, vamos verificar dentro da validade do concurso, para ter um efetivo ainda maior e capacitado.

A Abin merece estar em nossa Constituição, é algo a ser trabalhado, trabalhar com as nossas Comissões.

As atribuições da Abin se colocam como ações e planejamentos sigilosos, dadas as suas coberturas e seus trabalhos, portanto há que se colocar como atividade de risco. Muitas vezes o servidor da Abin não anda nem em equipe, anda sozinho, em grave risco, cumprindo com suas atribuições. É meu objetivo, tive a oportunidade de sentar com as representações de classe, as associações – cumprimento o colega que está aqui –, já nesse período de transição. Sentamos, verificamos bandeiras, problemas, tive a felicidade de ter a menção de que estão felizes com o meu conhecimento da atividade meio. Preguei a eles que estaremos não sempre alinhados, como é normal em gestão e associação, mas sempre terão da administração a proximidade, a lealdade e a transparência para se trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não. Vamos dar sequência à participação popular.

Evandro, do Distrito Federal: "Por trabalhar com segurança pública, não deveria a Abin ser contemplada com aposentadoria especial?".

Renato Casale Neto, apenas uma mensagem de otimismo em relação a V. Sa.: "Muito legal [a sua indicação]".

Evandro, de novo, do Distrito Federal: "Existe alguma razão para os vencimentos dos servidores da Abin serem tão inferiores aos de outras carreiras típicas de Estado?".

Telbia Bia, do Distrito Federal: "O Brasil está em sétimo lugar como o que mais tem sofrido com ataques de *hackers*. [Como] o que o senhor tende a evitar [...] [tal situação]?".

Leo Carvalho, de Rondônia: "Sr. Alexandre Ramagem, quais ações o senhor, como Diretor-Geral da Abin, pretende tomar para recompor o quadro de servidores defasado da agência?".

Paula Leticia, de Minas: "[Sr.] Alexandre Ramagem, como o senhor pretende lidar com a falta de efetivo da Abin, que possui 63,5% de cargos vagos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Euller, de Alagoas: "Considerando que a agência possui apenas 35% dos seus cargos ocupados, como pretende lidar com a questão da defasagem de recursos humanos?".

Alberto Silva, do Rio de Janeiro: "[...] como o senhor pretende valorizar a inteligência de Estado no Brasil?".

Florence Cardoso, de Goiás: "Existe um certo melindre na sua indicação por parte das Forças Armadas, uma vez que o senhor passou na frente de vários oficiais qualificados? Isso pode prejudicar o teu trabalho?".

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Acredito já ter respondido às questões dos cargos, é uma bandeira necessária e que será estudada.

A aposentadoria especial vem da atividade de risco e está sendo discutida no âmbito da relatoria na Câmara dos Deputados.

Carreira típica de Estado: sim, deve ser enquadrada como carreira típica de Estado. Não é o momento de reivindicações remuneratórias, mas é uma questão a ser trabalhada.

Ataques de *hackers*: acredito ter discorrido sobre a questão. Temos que trabalhar com prevenção, com detecção para neutralizar e obstruir todos esses ataques que podem ser de Estados estrangeiros como até de adolescentes.

Forças Armadas: tenho um relacionamento sempre muito bom, desde o trabalho em fronteiras, trabalho em grandes eventos. Estão ao meu lado. Estou aqui feliz com a participação de diversos oficiais. É sempre muito bom trabalhar alinhado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando sequência aos nossos trabalhos, João Alípio, do Paraná: "A Abin utilizará a *expertise* das universidades públicas para aumentar o nível técnico de seus trabalhos?". Fica aqui essa sugestão.

John Damasceno, de Goiás, é na mesma linha: "Diretor Alexandre, como o senhor pretende lidar com o problema [...] de recursos humanos da agência?".

Gustavo Figueiredo também faz o mesmo questionamento.

Luan Carlos Pereira, também na mesma linha: "[...] quais as medidas [...] que a Abin possa se equiparar com as agências dos países desenvolvidos?

Luciano Rodrigues: "Quais as propostas [...] relevantes?".

Anna Alice, do Rio de Janeiro: "[...] se pretende [...] fazer mudanças na [...] Abin?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daniel, de Roraima: "Como aplicar a lei que define a Abin o órgão central da atividade de inteligência, mas subordinada ao GSI, opaco e anacrônico?".

Bruno Almeida, do Maranhão: "Qual sua opinião sobre o PL 2.719, de 2019, que estabelece o Marco Regulatório para Atividade de Inteligência?".

Evandro, do Distrito Federal: "Multiplicidade de bases de dados não integradas e compartilhadas dificulta a atividade para todos os órgãos do Sisbin. O que fazer?".

Roberta Coelho: "Como o senhor enxerga a falta de prerrogativas da Abin para a realização de intercepção telefônica e infiltração?". Isso precisa ser enfrentado.

Joselito dos Santos Correia, da Bahia: "Sr. Alexandre Ramagem, parte da força de trabalho da Abin é composta por Anistiados/CLT e os demais estatutários. Como lidar com a situação?".

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – É nossa intenção, como já colocado, trabalhar com as universidades, com o meio acadêmico, com as indústrias, com os particulares, fomentar bolsas nesse sentido, conforme os modelos internacionais, para que o desenvolvimento não seja apenas de Governo ou de Estado; nós precisamos da *expertise* acadêmica e privada nesse sentido. Vamos evoluir nessa questão. Já discutimos essa questão e vamos evoluir.

Tem razão, o Sistema Brasileiro de Inteligência absorve muita informação. É necessária uma padronização, como eu já coloquei anteriormente, para fazer um trabalho efetivo de acompanhamento, análise, para oferecer aos agentes políticos, para o processo decisório confiável e oportuno. Como já coloquei, o PL é um marco regulatório. Temos que trabalhar sempre, de forma atenta, que os marcos regulatórios deixem possibilidades de avanços, alterações, dadas as inovações que sempre acontecem.

Questão de interceptação telefônica. Com a Constituição Cidadã, é um direito, nas questões de garantias fundamentais. A interceptação de sinais de comunicações está no art. 5º, inciso XII, exclusiva para investigação criminal, após uma análise jurisdicional. A Abin pratica uma inteligência de Estado, uma inteligência para assessoramento ao processo decisório. É de natureza consultiva; é distinta, portanto. Ela auxilia toda a segurança pública com elementos informativos, notícias de crimes, análises de situações e, após uma exposição do que estava como sigiloso, após aberto em uma ação pública, há a análise de todos os fenômenos para verificar vulnerabilidades e oportunidades

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A última leva de... (*Fora do microfone.*)...perguntas da sabatina. E eu queria agradecer a participação popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sonia, do Rio de Janeiro: "Como foi no caso das eleições americanas, é possível afirmar que não sofremos influência de outros países, com *fake news*?".

Sueli Roriz, do Rio de Janeiro: "Qual a sua posição, de agir integrada com outras agências, inclusive privadas, para melhores resultados das ações exercidas pela Abin?".

Paula Leticia, de Minas Gerais: "[Que bom que] o Sr. já exerceu o cargo de Coordenador de RH do Departamento de Polícia Federal e [...] [deve saber muito bem que] a falta de efetivo é um obstáculo. Como lidar?".

Também da Paula Leticia: "[...] a Abin possui mais de 2.600 cargos vagos. Pretende recompor parte do quadro de oficiais e agentes?".

Ivete, do Sergipe: "A CPI mista das *fake news* está para ser instalada no Congresso. Espero que não haja omissão da Abin nessa questão que muito aflige os brasileiros".

O SR. ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES – Bem, é de doutrina internacional a questão de prevenção à espionagem e à interferência externa. Ocorre que, é de conhecimento, nós temos que evoluir para essa questão da prevenção, da detecção e para poder neutralizar e obstruir.

Na questão de entes privados, como eu já coloquei, nós temos que trabalhar pontos focais, verificar sua credibilidade para, juntos, evoluirmos toda a tecnologia para o desenvolvimento do Brasil.

Em investigação criminal, nós podemos adquirir tecnologias estrangeiras, porque, dentro de um processo, vai ajudar dentro de um caso concreto. Nós temos que fomentar nossa independência tecnológica brasileira, para que nós não tenhamos que depender de tecnologia estrangeira, que vai gerar vulnerabilidades ao nosso sistema.

A Abin está atenta aos caminhos legislativos, ainda mais nessa questão das *fake news*, e trabalharemos, sim, em conjunto para aprimorar, para a prevenção, identificação e auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a participação de todos, em especial da Dra. Rebeca Teixeira Ramagem Rodrigues, que está aqui, demonstrando o apoio que a família empresta ao novo indicado, que disso vai precisar muito.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues, indicado ao cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, obteve 14 votos SIM; nenhum NÃO, e nenhuma abstenção.

Proclamado o resultado.

Pela ordem, o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Quero dar os parabéns ao novo Diretor da Agência Brasileira de Inteligência. É um resultado que eu já previa, como já tinha dito para o senhor antes. Seja bem-vindo a essa missão. O Brasil necessita tanto de informações, mas não entendeu ainda a importância das informações. Tem um desafio muito grande, mas conte com a gente daqui, da CRE. Parabéns! Sucesso!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Faço as palavras que agora profiro de mesmo conteúdo das ora proferidas pelo Senador Marcos do Val, na certeza de que juntos deveremos colocar a Abin no mais alto topo da eficiência e da credibilidade de que o nosso País precisa.

É uma missão, realmente, bastante honrosa que V. Sa., a partir deste momento, com a certeza da aprovação do Plenário, onde nós vamos tentar colocar na pauta hoje ainda, deverá instituir no seu currículo. E pode ter a certeza de que terá apoio por parte desta Comissão e também da Comissão de Inteligência, ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como médico e observador que sou das pessoas, defino o Sr. Alexandre Ramagem Rodrigues com uma palavra: equilíbrio. O senhor demonstrou isso em todas as suas peregrinações por este Congresso, e é mais do que justo este quórum e esta aprovação que obteve nesta Comissão.

Agradecendo a presença do indicado e de todos os participantes aqui, manifesto os meus cumprimentos, desejando-lhe êxito na honrosa missão e, com uma salva de palmas, encerramos esta reunião. (*Palmas.*)

Antes, porém, deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convite do Exército.

Comunico aos membros desta Comissão que foi encaminhado aos respectivos gabinetes de V. Exas. o convite feito pelo General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante de Defesa Cibernética, referente ao evento promovido pelo Exército brasileiro, denominado Exército Guardião Cibernético. Esclareço que o evento será realizado dia 3 de julho, das 9h às 10h, na instalação do ComDCiber. Os Srs. Senadores que quiserem participar podem entrar em contato com o Escritório de Projetos do ComDCiber, pelo telefone (61)3415-3640.

Nada mais havendo a tratar, convoco os Srs. Senadores para a reunião amanhã, quando teremos a sabatina de dois embaixadores, às 10h da manhã.

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Esperidião Amin, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 25, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 27, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 37, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, do REQ 34/2019 - CRE e do REQ 33/2019 - CRE, debater a situação das famílias vítimas do acidente com o voo da Chapecoense, ocorrido em novembro de 2016. O caso permanece com pendências securitárias, indenizatórias e judiciais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, além daqueles que constam nos requerimentos acima mencionados: Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério Público da União;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representante da Advocacia Geral da União; Representante do Ministério da Economia; Representante do Comando da Aeronáutica; Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Representante da emissora FOX Sports; Representante da emissora RBS; Embaixador da Bolívia; Embaixador da Colômbia; Representante da Honeywell International INC; e Representante da Inter-American Commission on Human Rights." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/27

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 30ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Itens da pauta.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 19/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 27, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 13/06/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, com muito prazer, para que tomem assento à mesa, os Srs. Embaixadores Julio Glinternick Bitelli e Flávio Soares Damico, aos quais, em nome dos colegas Senadores, damos as boas-vindas. (*Pausa.*)

Concedo, neste instante, por um prazo de 20 minutos, a palavra ao Sr. Embaixador Julio Glinternick Bitelli, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Com a palavra o Sr. Embaixador Julio Glinternick Bitelli.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Marcos do Val, Srs. Senadores e Senadoras, eu queria começar dizendo que é uma grande honra para mim estar nesta Comissão novamente. É a terceira vez que eu passo por este ritual, que é da maior importância, porque é uma demonstração da vitalidade da democracia brasileira e nos dá, como representantes diplomáticos, a legitimidade que nós precisamos para representar bem o nosso País.

Eu queria dizer que é um privilégio compartilhar esta Mesa com o Embaixador Flávio Damico, com quem tive a oportunidade de servir em diferentes momentos da carreira e que é um dos grandes nomes do Itamaraty, e que será uma honra, caso esta Comissão e a Plenária do Senado assim considerem, poder servir o Brasil no Reino do Marrocos.

Marrocos é um país muito especial na África. Quando nós pensamos em relações diplomáticas com países africanos, em geral isso nos remete aos anos 60, na época da descolonização. Na verdade, a relação diplomática com Marrocos é muito mais antiga. Em 1861, o Brasil abriu um consulado em Tânger, e, em 1906, o primeiro representante diplomático brasileiro apresentou credenciais ao Sultão do Marrocos.

É um país que, como os senhores podem ver pelo mapa, tem uma posição estratégica muito importante: é uma espécie de dobradiça entre a África e a Europa. É um país que tem uma longa tradição de multiculturalidade, uma longa tradição de abertura, de tolerância religiosa. É um país que tem grande potencial.

No caso das relações com o Brasil, nós tivemos a visita do Rei Mohamed VI ao Brasil em 2004, que deu um grande impulso às relações. Desde 2013, há voos regulares diários do Brasil para Marrocos, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

É um mercado muito interessante: são 35 milhões de habitantes, num país que tem um crescimento econômico sustentado nas últimas duas décadas. É um país que vem crescendo de maneira muito sólida por mais de 20 anos e com o qual nós temos um comércio interessante, mas ainda muito aquém do potencial, que está concentrado em alguns poucos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos. O Brasil compra basicamente fosfato do Marrocos e vende produtos agrícolas, sobretudo milho e açúcar. Há um grande potencial de expansão desse comércio.

Há uma negociação, que já teve um início, mas que precisa ser desenvolvida, para um acordo entre Mercosul e Marrocos. Neste momento, as prioridades do Mercosul são o acordo com a União Europeia, mas o acordo com Marrocos está ali esperando o seu momento para ser negociado.

Como eu dizia, é um país que tem crescido a uma média de 4% nos últimos 20 anos e que tem um baixo desemprego, 10% da população. A inflação está muito sob controle, menos de 2% em geral. É um país que, quando houve a Primavera Árabe, não ficou imune aos ventos de liberalização. Embora não tenha sido palco de grandes tumultos, aprovou uma nova Constituição em 2011, uma Constituição que é muito moderna em vários sentidos. É um país islâmico, mas é um país, como eu dizia, que tem uma tradição de tolerância religiosa importante. Tem uma comunidade judaica importante e reconhece essa comunidade na sua Constituição como parte constituinte da identidade marroquina. É uma monarquia ainda. Como se diz, o Rei não é a Rainha da Inglaterra; o Rei de Marrocos reina. Sobretudo em política externa, o Rei é uma figura muito determinante.

A agenda de política externa, como os senhores sabem, é dominada por um tema específico que é o tema do Saara Ocidental, que é uma disputa em aberto. Há um processo das Nações Unidas para solucionar esse tema. Marrocos reivindica Saara Ocidental como território marroquino. A Frente Polisário declarou a independência como República Árabe Democrática Saarauí nos anos 70. A chamada Rasd é reconhecida por cerca de 30 países, mas tem havido, desde o início do século XXI, um processo de desreconhecimento da Rasd. Muitos países foram deixando de reconhecer como independente a Rasd. A posição brasileira é muito sólida, é uma posição que dita que o processo em curso nas Nações Unidas é o que determinará o futuro dessa região e que a solução tem que ser uma solução negociada, aceita pelas duas partes, mas que seja com base em fundamentos realistas e que leve em conta o direito à autodeterminação do povo do Saara.

Sobre a política externa, que, como eu dizia, é uma área em que o Rei tem uma participação muito direta, quais são as prioridades do Marrocos, além da questão do Saara Ocidental? Pela própria posição geográfica, a questão de imigração é um tema central da agenda marroquina. Marrocos tem a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, um país que gera imigração sobretudo para os países europeus. É um país de trânsito: imigrantes ou potenciais imigrantes da África Subsaárica usam o Marrocos para tentar chegar à Europa. E também é um país que recebe, por seu desenvolvimento econômico relativo na região, muitos imigrantes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países vizinhos. Então, é um país de trânsito, de emissão de migração, de recepção, que, portanto, tem esse tema como tema central da sua agenda.

Outro tema da agenda externa marroquina é a questão do diálogo entre as religiões. Houve uma visita importante do Papa Francisco ao Marrocos recentemente. Há um processo importantíssimo de revalorização da dimensão judaica da cultura marroquina, e o Rei está pessoalmente envolvido nisso. Marrocos tem esse papel importante nesta questão que, nos tempos atuais, adquire particular relevância, que é a do diálogo das religiões.

Há um elemento importante também que está ligado à questão do Saara, que é a volta do Marrocos à União Africana. Quando, nos anos 70, se declarou a independência do Saara Ocidental, que foi reconhecida por vários países, a chamada Rasd foi admitida na União Africana, e o Marrocos saiu em protesto a isso e ficou muitos anos fora da União Africana. Em 2017, em uma decisão que se provou muito sábia, o Governo marroquino voltou à União Africana, apesar de a Rasd continuar sendo membro da União Africana. Isso abriu muitas portas para a diplomacia marroquina na África. Há uma política agressiva no bom sentido, há uma ofensiva diplomática marroquina na região que tem rendido muitos frutos.

Em termos econômicos – isto é importante para o Brasil –, o Marrocos tem mais de 50 tratados de livre comércio com muitos países ao redor do mundo, inclusive com os Estados Unidos, com a União Europeia e com a Turquia. São acordos de livre comércio importantes e que têm efeito muito grande na modernização da economia marroquina.

Nos últimos anos, há um grande esforço, também capitaneado pelo Rei Mohammed VI, de desenvolvimento da infraestrutura no país. Hoje, a infraestrutura marroquina é um modelo não só para a África, mas para muitos países do mundo. O país tem o porto mais importante da África, que é o Porto de Tanger, que tem trens de alta velocidade e que investiu muito nessa questão da infraestrutura, que, como nós sabemos, é fundamental para o desenvolvimento econômico do país.

Em termos de potencialidade econômica, também é interessante notar que Marrocos é o país que tem, por exemplo, a maior área de terras úteis em termos de agricultura de toda a região do Magrebe, que tem um potencial agrícola muito importante. É uma área em que pode haver cooperação com o Brasil. O Brasil, sobretudo na África, é visto como um modelo pelo grande desenvolvimento do nosso agronegócio nas últimas décadas. Então, esse é um elemento que pode também ser muito explorado na relação bilateral.

Em termos econômicos, Marrocos tem essa posição estratégica e tem a questão da mão de obra barata, o que o torna competitivo no mercado internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma estabilidade político-econômica que nem todos os países da região têm. Essa monarquia liberal dá a Marrocos, já há muitos anos, uma estabilidade política que em alguns países vizinhos não ocorre.

O potencial, então, em termos de comércio com o Brasil e de desenvolvimento é muito grande.

Nós tivemos, há muito pouco tempo, há alguns dias, a visita a Brasília do Chanceler do Marrocos, o Chanceler Nasser Bourita, uma visita extremamente produtiva. Foram sete acordos assinados, alguns acordos muito importantes. Inclusive, houve um acordo que, para Marrocos, era particularmente importante, o acordo para evitar bitributação em termos de transporte aéreo e transporte marítimo. Como eu dizia, há um voo diário do Brasil para Casablanca, da Royal Air Maroc, e se assinou finalmente esse acordo.

Assinou-se um acordo de cooperação e facilitação de investimentos, que é o primeiro acordo dessa categoria assinado com os países da região do Magrebe.

Assinou-se um tratado de cooperação e defesa, Presidente. Marrocos tem o terceiro orçamento da África em termos de defesa. Não por acaso, os primeiros são o Egito e a Argélia, que é um vizinho com o qual Marrocos tem relações difíceis em função da questão do Saara. Então, também nessa área de cooperação e defesa, de material de defesa, há um potencial muito grande que o Brasil pode explorar.

Temos a presença de brasileiros no Marrocos. Eu não quero me estender; eu terminaria com isso. Lá há cerca de 300 brasileiros. Essa é a colônia brasileira no Marrocos. Mas esse voo diário acaba trazendo um efeito colateral indesejado, infelizmente, que é o fato de muitos brasileiros serem usados como "mulas" no tráfico de drogas. Com isso, nós temos hoje, no Marrocos, 40 brasileiros presos, dos quais 19 são mulheres, e isso gera para a embaixada o trabalho adicional, obviamente, de prestar assistência consular a esses nacionais que estão detidos, o que tem sido feito com o auxílio de um advogado que foi contratado pela embaixada especificamente para isso. A gente espera, obviamente, que esse problema vá diminuindo, mas é um problema da agenda bilateral que está lá.

Então, eu paro por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Embaixador Julio Glinternick Bitelli, designado ao Reino do Marrocos.

Eu gostaria de registrar a presença, em plenário, da Embaixadora Eugenia Barthelmess, Diretora do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer tê-la aqui conosco!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Presidente, quero saber se é possível iniciar a votação enquanto nós escutamos os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Os Senadores que concordam com a proposição do Senador Marcos do Val permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à assessoria técnica que abra o painel de votação.

Agora, no mesmo tempo de 20 minutos, com a palavra o Sr. Embaixador Flávio Soares Damico, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Posteriormente, teremos as perguntas da sabatina, dos nobres Senadores que aqui se fazem presentes, bem como da participação popular no e-Cidadania. Já chegaram várias perguntas aqui, através da participação popular.

Com a palavra o Embaixador Flávio Soares Damico.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Muito bom dia, Sr. Presidente!

Começo a minha exposição saudando as Senadoras e os Senadores aqui presentes e também o Vice-Presidente da Comissão, o Senador Marcos do Val.

Inicialmente, eu gostaria de deixar consignado o meu agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores por submeterem meu nome ao Senado para ocupar o cargo de Embaixador na República do Paraguai.

Fico muito honrado em estar novamente perante a Comissão de Relações Exteriores nesta sabatina, em cumprimento ao rito consagrado na Constituição de 1988, para expor o programa de trabalho que tenciono implementar, caso V. Exas., em primeira instância, e posteriormente o Plenário venham a aprovar meu nome.

Agradeço também ao Senador Roberto Rocha por seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É difícil, Srs. Senadores, exagerar a amplitude das relações do Brasil com o Paraguai. É natural que as relações bilaterais com países vizinhos, em circunstâncias normais, sejam mais intensas do que com outros parceiros internacionais. Geografia é destino.

Para citar apenas um dado, nos seis meses deste ano, o Presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, avistou-se com o Presidente Bolsonaro em cinco diferentes ocasiões. Foi o líder estrangeiro com quem o Chefe de Estado brasileiro mais se encontrou.

Mas as relações com o Paraguai são bem mais do que o bom relacionamento entre os Presidentes e as chancelarias. Todos os entes de Estado; os três Poderes; os respectivos Ministérios Públicos; as agências do Executivo, entre elas as Forças Armadas, a Polícia Federal, os Ministérios da Justiça, Energia, Infraestrutura e Economia; o Gabinete de Segurança Institucional; a Receita Federal, entre outros, e a sociedade dos dois países interagem de modo intenso e regular.

Quanto ao Poder Legislativo, além dos contatos regulares entre Parlamentares por intermédio do Parlasul, o Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Paraguai discute com frequência temas de interesse comum, e vários membros do nosso Parlamento frequentemente visitam o país vizinho.

A nossa embaixada conta com um conjunto de adidanças para apoiar o seu trabalho regular. Temos adidanças das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Receita Federal, da Agência Brasileira de Inteligência, todas com impactos muito positivos na relação bilateral.

Como os senhores podem ver no mapa, compartilhamos com o Paraguai uma longa fronteira comum, que se estende por 1.339km, dos quais 700km são de fronteira seca. Dois Estados da Federação, Paraná e Mato Grosso do Sul, são lindeiros ao Paraguai, com óbvias e importantes implicações para esses entes federativos.

O Paraguai também abriga uma das maiores comunidades de origem brasileira no mundo. Estima-se que 330 mil brasiguaios vivam naquele país, oferecendo contribuição inestimável para o desenvolvimento do setor agrícola paraguaio.

Nossas relações políticas datam de longe. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai, e mantemos relações diplomáticas desde 1844.

Srs. Senadores, o estado da relação bilateral não poderia ser melhor. Além de significativa cooperação em vários domínios, temos ampla convergência de visões sobre as principais questões políticas na América do Sul e sobre os caminhos do Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa Itaipu Binacional irmana nossos países na produção de energia, o que é essencial para o desenvolvimento econômico.

Com respeito ao Paraguai moderno, é importante sublinhar o excepcional desenvolvimento da economia desse país, a partir de duas vertentes distintas: a chamada Marcha para o Leste, iniciada nos anos 60, movimento muito similar ao que ocorreu no Brasil, também quando a partir da construção de Brasília se ocupou o Centro-Oeste; e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em decorrência disso, hoje, os setores mais importantes da economia paraguaia e também os maiores exportadores são a agropecuária e o setor energético. Esses desenvolvimentos auspiciosos contribuem para superar estereótipos e a noção de que, por sua mediterraneidade, o Paraguai não estaria destinado a um futuro econômico promissor.

Desse modo, o Paraguai tem sido um dos países com melhor desempenho no mundo, sendo capaz de sustentar elevadas taxas de crescimento mesmo quando seus vizinhos maiores, como Brasil e Argentina, não têm tido a *performance* que gostaríamos que tivessem. Nos últimos 17 anos, entre 2002 e 2018, o produto do Paraguai dobrou em termos reais, enquanto no mesmo período o produto do Brasil cresceu apenas 50%. A média de crescimento do Paraguai foi de 4,1% no período, e a do Brasil, de apenas 2,3%. Assim, caso sustente esse crescimento, o Paraguai estará em alguns anos alcançando o restante da região.

Em termos de renda *per capita,* a renda *per capita* do Paraguai, em termos de paridade do poder de compra, já se aproxima da brasileira: US$13,5 mil contra US$16 mil do Brasil. No entanto, o Paraguai ainda ocupa a antepenúltima posição na América do Sul em termos de renda *per capita* em dados correntes.

Esse bom desempenho econômico paraguaio não seria possível de ser sustentado caso não houvesse uma excelente gestão macroeconômica. Os grandes dados mostram que a estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2019 no Paraguai, que originalmente se situava em 4%, deve situar-se um pouco mais abaixo disso, em torno de 3,8%.

O desemprego também é bastante baixo, 6,9%, e a inflação paraguaia encontra-se sob controle, situando-se próxima ao centro de sua meta, 4% – isso ocorre a despeito das recentes cheias, que tiveram um impacto muito grande sobre os preços no país.

O Paraguai conta também com um sistema de metas que contribui para manter o déficit fiscal em patamares muito baixos, abaixo de 1,5% do PIB. E, nos últimos três anos, o Paraguai logrou pela primeira vez colocar títulos no exterior e se encontra a um grau de obter o grau de investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito ao comércio bilateral, o intercâmbio total entre Brasil e Paraguai alcançou US$4,1 bilhões no ano anterior (2018), com superávit de US$1,8 bilhões para o Brasil. Esses são os dados do nosso Ministério da Economia, mas eles não incorporam o comércio de fronteira, que é muito intenso, e também as exportações de energia por parte de Itaipu – a parcela não consumida da energia paraguaia, que é recomprada pelo Brasil. Isso acabaria levando o comércio bilateral a uma situação de quase equilíbrio.

É interessante notar que, apesar de serem países que exportam majoritariamente produtos primários nas suas correntes de comércio com o restante do mundo, entre si Paraguai e Brasil trocam primordialmente produtos manufaturados: 95% das exportações brasileiras são produtos manufaturados; e, no caso do Paraguai, 55%. Então, nesse caso, temos um comércio de altíssima qualidade e diversificado. Esse cenário de crescentes trocas na área de manufaturados decorre da crescente integração produtiva entre Brasil e Paraguai, por força de investimentos externos no vizinho país, oriundos especialmente do Brasil.

Uma das prioridades paraguaias é atrair capital externo. O investimento externo estrangeiro que o país recebe é relativamente limitado, mais ou menos 1% do seu PIB por ano, e, para tanto, o Paraguai tem buscado aprimorar seu ambiente de negócios e sua segurança jurídica. Os fatores positivos para a atração de investimentos são: disponibilidade de energia; mão de obra jovem, abundante e relativamente barata; baixos impostos. E o governo paraguaio empenha-se em atrair capital externo para a criação de regimes especiais de incentivo, e o principal deles é o chamado esquema de Maquila, que é voltado prioritariamente à exportação.

O Brasil comparece com 70% desses investimentos e tem um estoque de investimentos – há um estoque total de investimentos de empresas brasileiras – no país de US$970 milhões. As empresas instaladas sob esse regime exportam anualmente cerca de US$460 milhões, e o Brasil é destino de 80% dessas exportações.

O regime de Maquila tem agregado densidade a essas cadeias regionais de valor e contribui para o aumento da competitividade das empresas brasileiras e da sua capacidade de inserção no mercado internacional.

Senhores, ainda que haja muitos desenvolvimentos positivos na economia paraguaia, o país e o Brasil compartilham desafios comuns de monta, notadamente na área de segurança, que nos impelem à cooperação. O evidente fortalecimento das organizações criminosas transnacionais que atuam nos dois países só pode ser enfrentado em conjunto. Hoje gangues brasileiras como o PCC atuam no Paraguai e se fazem presentes até nos presídios, recrutando adesões e se organizando para explorar todas as vertentes do tráfico. Infelizmente, crimes como tráfico de drogas e de armas, contrabando e lavagem de dinheiro cresceram significativamente com a estruturação maior dessas redes criminais. Investir na cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilateral é imprescindível, especialmente porque os investimentos nessa vertente têm alta relação custo-benefício. Cabe ressaltar que o combate ao crime transnacional é uma das prioridades do Governo paraguaio, que se mostra muito receptivo à cooperação brasileira.

Destaco ainda que, por seus prejuízos ao setor produtivo brasileiro, a questão do contrabando de cigarros, que se deve, em parte, à diferença de níveis de tributação entre os dois países, é um tema de grande preocupação. O agravamento do problema no Paraguai abre paradoxalmente melhores perspectivas para o aumento da cooperação entre os dois países. Há crescentemente um maior reconhecimento da seriedade dessa questão.

No combate ao narcotráfico, a parceria da Polícia Federal com seu congênere paraguaio redundou também em aumento significativo das apreensões de drogas, e se negocia no momento o aumento da presença de oficiais de ligação brasileiros na Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai.

Na área de inteligência, o Brasil também participa, prestando cooperação importante para a estruturação do sistema nacional de inteligência do Paraguai.

A despeito de todos esses avanços, eu acho que uma palavra de cautela é necessária. Há de se ter presente a estrutura deficiente de setores do Estado paraguaio e as enormes necessidades frente aos recursos disponíveis. Igualmente, algumas das reformas importantes implementadas pelo Governo que constam de sua agenda não necessariamente serão aprovadas no prazo definido.

No que diz respeito aos brasiguaios, a comunidade brasileira ou de origem brasileira que vive no Paraguai é responsável por grande parte da produção de soja no país. Frequentemente, essa comunidade se vê envolvida em disputa por terras, uma vez que 60% das terras são de sua propriedade nas regiões produtoras. Há grande insegurança jurídica com respeito a títulos de propriedade, e o tema se presta à politização.

No que diz respeito à cooperação e infraestrutura, a integração física entre o Paraguai e o Brasil recebeu importante impulso recentemente com a Declaração Presidencial Conjunta de dezembro de 2018. Ficou decidido, então, que a parte brasileira financiaria a segunda ponte sobre o Rio Paraná e com isso desafogaria a Ponte da Amizade, construída em 1965. A parte paraguaia financiará a ponte sobre o Rio Paraguai, entre Coronel Murtinho e Carmelo Peralta, que será muito importante para o corredor bioceânico...

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI (*Fora do microfone.*) – Porto Murtinho.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Porto Murtinho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso será importante para o corredor bioceânico e para as exportações da soja brasileira produzida no Centro-Oeste. E a parte paraguaia levará também adiante a construção de uma ponte sobre o Rio Apa, em Mato Grosso do Sul.

No mês de maio último, os Presidentes dos dois países lançaram a pedra fundamental para a construção da segunda ponte sobre o Rio Paraná.

A ponte sobre o Rio Paraguai, Sr. Presidente, como o senhor bem sabe, é um projeto estratégico que trará enormes implicações positivas para o Estado de Mato Grosso do Sul e encurtará as distâncias percorridas pela produção brasileira para alcançar os portos do Pacífico. Sei o quanto esse tema é do interesse da Comissão, que realizará audiência sobre o corredor bioceânico, com a presença de diplomatas dos países envolvidos nessa iniciativa.

Passemos agora a Itaipu. A usina hidrelétrica binacional é uma obra de engenharia física, diplomática e jurídica sem par, que permitiu à relação bilateral superar a carga negativa de conflito de 150 anos atrás, por intermédio de uma associação estratégica com resultados amplamente positivos para ambos os lados. Criada por um tratado jurídico perfeito, com base no princípio da igualdade de direitos sobre o aproveitamento elétrico dos recursos hídricos compartilhados no Rio Paraná, Itaipu é hoje líder mundial na produção de energia limpa e renovável e responde por 15% do abastecimento brasileiro de energia e por 86% do consumo paraguaio. Itaipu é, em suma, um exitoso paradigma da integração energética bilateral.

A fase inicial da usina, sua construção, entrada em operação e pagamento da dívida, estará completada em 2023, quando sua dívida estará totalmente quitada e quando seu tratado completará 50 anos. Ao final desse período, Itaipu será um ativo de valor estimado de pelo menos US$60 bilhões e gerará energia a custos menores, por não ter de fazer frente à carga de juros e amortizações.

Por força do dispositivo do tratado, o modelo do Anexo C, coração da adequação financeira da operação da usina, deverá ser revisto para fazer frente às novas realidades. Com isso se coloca aos dois Governos um bom problema: como dividir entre países e entre produtores e consumidores os recursos liberados pela conclusão do pagamento da dívida do empreendimento? Cabe assinalar que a circunstância da relativa coincidência dos ciclos políticos entre os dois países, de cinco anos no Paraguai e de quatro anos no Brasil, recomendaria que a negociação da revisão do tratado estivesse encerrada antes de 2022 e idealmente ratificada pelos dois Parlamentos, para evitar que circunstâncias eleitorais se imiscuam em um tema de grande complexidade técnica e política.

É também importante que o Brasil comece a discutir domesticamente suas expectativas com respeito à renovação do tratado. E é natural que o lado paraguaio tenha começado antes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua preparação, em função da relevância de Itaipu para a sua economia. Segundo estou informado, no lado brasileiro se inicia o processo de trazer à mesa os interlocutores domésticos para configurar a nossa posição negociadora.

Srs. Senadores, em face do que acabo de expor, o programa de trabalho do posto, que deflui desse elenco de circunstâncias e que tenciono levar adiante caso V. Exas. venham a aprovar meu nome, envolveria as seguintes vertentes: na área de investimentos, apoiar as empresas brasileiras interessadas em investir no Paraguai; na área de infraestrutura, atuar com vistas a viabilizar os planos de desenvolvimento da integração física entre os dois países; com respeito aos brasiguaios, oferecer apoio à população brasileira e de origem brasileira com vistas a evitar que seus direitos a propriedade e segurança venham a ser afetados. Quanto às atividades de cooperação na área jurídica, de inteligência militar e de combate aos crimes transnacionais, contrabando, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e armas, a embaixada deveria propiciar as condições para a atuação dos diferentes adidos, atuar em ligação com as autoridades paraguaias e dar continuidade aos programas em andamento e à sua ampliação. Sobre a renegociação do Tratado de Itaipu, vamos acompanhar e analisar o desenvolvimento das posições negociadoras do Paraguai e fazer a defesa das posições decididas pelo Brasil.

Em termos sucintos, Srs. Senadores, essas seriam as principais atividades da embaixada, obviamente sem prejuízo de outras áreas, como a promoção da cultura e da língua portuguesa, a promoção do turismo no Brasil e outras atividades que no Paraguai sejam consideradas prioritárias para setores e empresas brasileiras.

Obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Flávio Soares Damico. Eu gostaria de parabenizá-lo por suas palavras e também de cumprimentar os dois embaixadores por observarem o tempo destinado a cada um.

Neste momento, eu abro para a sabatina e dou a palavra aos Srs. Senadores inscritos.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Roberto Rocha, de acordo com o que foi passado pela assessoria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Relator tem precedência.

O Senador Roberto Rocha está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, é um grande prazer poder recebê-los e relatar especialmente o caso do Embaixador Flávio.

Eu quero, desde já, dizer que tive a satisfação de recentemente fazer uma viagem a Singapura, onde o Embaixador ainda é o Dr. Flávio. Ele recebeu este Senador com muita presteza, com muita cordialidade, com muita atenção, desde o aeroporto, na chegada, até o aeroporto, na saída.

Aquele país, cidade-país, Singapura, tem a metade do tamanho da ilha de São Luís. E só é metade porque eles já aterraram 240 quilômetros quadrados. Originalmente, o tamanho é um terço do tamanho da ilha de São Luís, que tem 1,4 mil quilômetros quadrados aproximadamente. Singapura nasceu com 500 e hoje está com 730 e 5,5 milhões de pessoas aproximadamente. Tem uma renda *per capita* extraordinária, um dos melhores IDHs da Ásia e do mundo.

Eu lamento ter que constatar que não é preciso a gente ir a Singapura para saber que tamanho não é documento. Aqui mesmo no Brasil, a gente pode testemunhar isso, não é, Senador Anastasia? Tamanho não é documento. Por uma via totalmente inversa, a gente constata isso aqui, como brasileiros. Em um país com a dimensão que tem o nosso, há tantas dificuldades e tanto potencial ainda inexplorado!

Eu vejo que o Dr. Flávio, ao sair de Singapura e ir para o Paraguai, vizinho nosso, leva uma bagagem muito grande, até porque ele já carrega muita experiência ao longo da sua vida diplomática.

A minha ida a Singapura se deu por duas razões específicas, em viagem oficial, e uma delas foi para discutir um projeto nosso que tramita aqui sobre os *resorts* integrados, os *resorts* cassinos, ou seja, cassinos dentro de *resorts*. Em Singapura, só há dois cassinos dentro de *resorts*. Se você chegar à cidade, ao país, você não sabe que há cassinos, nem mesmo dentro do hotel. Um custou US$6 bilhões, o outro custou US$5 bilhões. O que foi feito é que o governo, de forma inteligente, estimulou essa atividade econômica, não o cassino pelo jogo, mas o cassino como política pública de turismo. Em Singapura, o número de turistas passou de 6 ou 7 milhões para 18 milhões; está caminhando para 20 milhões. O Brasil, há 20 anos, patina em seis milhões de turistas. É uma vergonha, uma vergonha! Não há no mundo nenhum país com mais potencial turístico inexplorado do que o Brasil.

Mas o que foi que ouvimos lá, Dr. Flávio, em todas as reuniões que fizemos? Eu preciso dizer isto. Em todas as reuniões que fizemos, que foram muitas – fizemos reuniões com a agência reguladora dos cassinos, fizemos reuniões com os empreendedores, com esse mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo Marina Bay, que deseja também investir no Brasil e que está agora interessado no Japão, que acaba de abrir para o mercado de cassinos –, ouvimos que três fundos soberanos juntos têm US$1 trilhão para fazer investimentos. De todos, a gente ouviu: "Vocês vão votar a reforma da previdência ou não? Senão, a gente não tem como fazer nenhum tipo de investimento". É ou não é? Há 17 mil quilômetros de distância, o grau de consciência entre eles é, muitas vezes, maior do que o de muitos nossos companheiros de Congresso, lamentavelmente. É uma coisa que é importante para o Governo? Não! É importante para o País e para o mundo.

Tratando desta sabatina, eu queria apenas colocar para o Dr. Flávio, ditas essa questão de Singapura e essa questão da previdência – eu não poderia deixar de fazer esse relato neste momento –, que o Paraguai, até pouco tempo, em que pese todo o grau de importância que tem para nós brasileiros, até pela empresa binacional que temos, que é Itaipu, tinha um PIB muito pequenino em relação ao do Brasil. Quando a gente compara os números, a gente vê que o PIB da Argentina é menor do que o de São Paulo, que o PIB da região de Campinas é maior do que o do Chile – o Chile tem um PIB menor do que o da região metropolitana de Campinas –, que o Uruguai tem um PIB menor do que o do bairro de Santo Amaro, em São Paulo. O do Paraguai não existia. Mas, de um tempo para cá, o Paraguai abriu sua política econômica, e há muitos empresários e industriais brasileiros indo para o Paraguai. V. Exa., Senador Nelsinho, ali próximo, conhece bem isso. E eu fico pensando: por que o Brasil é tão fechado?

Em Singapura – o Dr. Flávio acompanhou –, nós apresentamos para algumas autoridades daquele país, quando fomos visitar sobretudo o Porto de Singapura, que é um porto extraordinário... E, quando eu vejo o Porto de Singapura, Senador Nelsinho, eu fico pensando: o Porto do Itaqui é um terreno excelente para um dia ser um grande porto, tamanho o potencial que ele tem, bem no meio da Alca. É o maior porto, o melhor das Américas, com 27m de calado natural, próximo de todos os mercados econômicos, asiático, americano, europeu e africano. E aí a gente apresenta um projeto que tramita neste Senado que abre uma porta muito importante para o mundo, a partir do Porto do Itaqui na ilha de São Luís.

Então, eu queria ouvir um pouco do Dr. Flávio o que ele já conhece dessa nova ordem política, econômica e seguramente social no Paraguai, que está sendo feita muito por incentivo de capital brasileiro. O Brasil tem o costume de fazer a política de Robin Hood às avessas, e nesse caso nem é Robin Hood às avessas, porque é o mais pobre mandando para o mais pobre. Muitas vezes, faz o Robin Hood às avessas, como no caso de São Luís. Temos minério, temos trinta e poucos quilômetros de ferrovia, e 80% da carga vão pela ferrovia Carajás. O minério bruto sai de São Luís. Aí, se quiser comprar prego ou trilho, vai ter que ir à China. Nem sequer ICMS fica porque há a Lei Kandir. Só ficava o apito do trem. Agora foi que conseguimos aprovar um projeto de *royalties* para os Municípios maranhenses. Aí temos alumínio. A Alumar fez uma transmissão de São Luís para Tucuruí. Alumínio é energia sólida, produzia lingote. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai se fazer panela ou alfinete em outro canto do mundo. Aí temos a soja, produzida em monocultura. Hoje nem trator precisa mais de tratorista, tudo é não tripulado. Então, não há emprego. Vai de caminhão ou de carreta para o Porto do Itaqui. A soja vai embora. Se quiser comprar algum produto manufaturado, vai lá fora. É absolutamente equivocado. O que falta? Manufatura, cadeia produtiva, agregação de valor, que é o que o Paraguai está fazendo agora, não é?

Eu queria fazer esse paralelo entre o que o Paraguai está fazendo... E não quero levar o debate aqui para a questão local do meu Estado, porque o meu Estado tem um projeto que é de interesse nacional, uma Zona de Processamento de Exportação, que é o que o Paraguai está fazendo. Qual é o paralelo que V. Exa. vê entre o que o Paraguai está fazendo e o projeto que se chama Zema, que você conheceu nessa viagem que fizemos e que pode efetivamente ajudar no crescimento econômico do nosso Estado, gerando oportunidade de emprego e renda para os brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Roberto Rocha.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia. S. Exa. cede, da forma gentil que lhe é peculiar, à Senadora Mara Gabrilli, que abrilhanta esta reunião com a sua presença.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Senador Anastasia.

Eu até queria dizer ao Embaixador Julio Bitelli que eu, vindo para cá, vinha ouvindo o senhor pelo rádio.

Agora, para os dois, tanto para o Embaixador Julio quanto para o Embaixador Flávio, quero dizer que muito me orgulha saber que temos Embaixadores como vocês que conseguem manter a nossa diplomacia com toda a característica próspera que sempre teve, para mostrar que o Brasil é um país que está sempre à frente das ajudas humanitárias – esse é o País que nós somos. E muito me orgulha o fato de vocês poderem levar essa característica brasileira, independentemente de como esteja atualmente a nossa política internacional.

Eu queria perguntar, começando pelo Embaixador Julio e dizendo o seguinte: neste mês de junho de 2019, Brasil e Marrocos firmaram um conjunto de acordos envolvendo as áreas de investimentos diretos, transportes aéreos, cooperação entre academias diplomáticas, defesa, eliminação de bitributação, intercâmbio, aplicação de tecnologia agrícola e negociações comerciais triangulares. Qual o escopo desses acordos e como eles vão afetar o relacionamento bilateral qualitativa e quantitativamente? V. Exa. poderia falar sobre cada um desses atos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só isso, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O próximo Senador a fazer a sabatina com as perguntas é o...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Eu posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode, deve.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – A gente só está com o Embaixador... São os dois?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Isso!

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Está bom. Perdão!

Embaixador Flávio Damico, o Presidente Mario Benítez destacou, em seu discurso de posse, que o Paraguai seria o protagonista na construção de uma verdadeira integração regional, com respeito à autonomia de cada país, baseado em interesses comuns. Próximo de completar um ano do início do mandato presidencial, em que medida esse discurso se associa à prática atual do Governo paraguaio?

Faço outra pergunta. O Produto Interno Bruto paraguaio cresceu 4,3% no período de 2016 a 2018. O que tem sido feito no país vizinho para a obtenção de números tão expressivos? E de que forma esse crescimento favorece as relações econômicas com o Brasil?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Senadora Mara.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Nelsinho Trad.

Dignos Embaixadores Flávio Damico e Julio Bitelli, é uma honra estarem aqui.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhores diplomatas que acompanham esta reunião, Sr. Presidente, é muito interessante observar a exposição de ambos os Embaixadores ora sabatinados, porque vemos duas realidades muito distintas, inclusive em relação ao Brasil. O Paraguai, onde o Embaixador Flávio Damico exercerá suas funções, tem uma relação siamesa com o Brasil. Na realidade, desde a nossa colonização, muito própria entre Portugal e Espanha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Paraguai teve um papel de destaque, que acabou culminando, infelizmente, no século anterior, com uma guerra, já superada, mas que participou vivamente da nossa história. E, hoje, como bem lembraram tanto as indagações feitas pelo Senador Roberto Rocha, como as que foram feitas pela Senadora Mara Gabrilli, há um entrosamento econômico muito próximo entre os dois países não só, como V. Exa. se referiu na sua exposição, em relação à Usina de Itaipu. O relacionamento econômico se desdobra na presença de uma imensa colônia brasileira no Paraguai e num relacionamento que gera também alguns problemas graves, como V. Exa. mencionou, como é o caso do cigarro, que muito nos preocupa, e outros problemas também na área do descaminho. Mas, fundamentalmente, é um relacionamento econômico muito entrosado.

O Paraguai – V. Exa. vem agora de Singapura, como lembrava o Senador Roberto – tem pretensões legítimas de ser a Singapura da América do Sul ou o Panamá da América do Sul, como grande polo logístico e de plataformas de montagem de indústrias, inclusive levando como uma verdadeira sangria para o seu território... Mercê de uma mão de obra barata e de um estímulo, como disse o Senador Roberto em sua exposição, às indústrias, com menos burocracia, com menos tributação, está, na verdade, carreando e sangrando nosso Brasil em termos de empresas.

Por outro lado, o Embaixador do Brasil em Assunção, eminente Senador Nelsinho – pela vizinhança do Paraguai com o seu Estado, Mato Grosso do Sul, V. Exa. sabe disso muito bem –, tem um protagonismo político extraordinário. Certamente, não posso fazer um *ranking*, mas o Embaixador do Brasil em Assunção deve ser o Embaixador, vamos dizer assim, líder sob o ponto de vista político mais respeitado e com mais relevância das suas funções, o que nos impõe muitas responsabilidades. Lembro-me de que, há alguns poucos anos, em uma crise política grave no Paraguai, a presença do Itamaraty conseguiu, de maneira pacífica, superar aquele momento, e, felizmente, não tivemos ali, como se temia, até mesmo problemas de conflitos.

Essa relevância, portanto, V. Exa. terá de sopesar com muito equilíbrio. Ao mesmo tempo, terá de fazer um esforço para defender as nossas empresas, para garantir o protagonismo político e, evidentemente, para adensar ainda mais as relações político-econômicas entre os dois países. É um desafio grande a que a experiência e a trajetória de V. Exa. muito o credenciam, porque o Paraguai para o Brasil – e não só para os Estados limítrofes do Paraná e de Mato Grosso do Sul – tem uma relevância imensa na nossa economia.

Aliás, como também lembravam o Senador Roberto e a Senadora Mara, o Paraguai não é o mesmo de alguns anos atrás. Eu tenho o hábito de visitar o Paraguai. É um país hoje que eu não diria rico, mas em franco desenvolvimento. A sua capital apresenta bairros extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modernos, urbanos. Inclusive, poucos sabem, meu caro Presidente Nelsinho Trad, mas o nível de escolaridade paraguaia é maior que o da brasileira, o que nos espanta. E é uma realidade. O nível médio é superior ao nível brasileiro. A renda *per capita*, pelo que V. Exa. menciona, já está praticamente empatada.

Então, nós percebemos que há um avanço muito célere de uma nação pequena e que remonta, talvez, ao tempo pré-guerra do Paraguai, onde o modelo econômico paraguaio foi saudado à época, talvez inspirado nas missões jesuíticas, como um modelo econômico autônomo e muito desenvolvido.

Então, V. Exa. terá um grande desafio.

As perguntas que eu iria fazer já foram antecipadas pelos meus dois colegas, mas desejo também a V. Exa. muitas felicidade e boa sorte nesse posto, que certamente é dos mais cruciais do nosso Itamaraty.

O Embaixador Julio Bitelli, por outro lado, terá no Marrocos, talvez, não tanto um protagonismo, comparado *vis-à-vis* com Assunção, evidentemente.

Mas, por outro lado, é interessante observar, Embaixador Bitelli, como Marrocos tem se aproximado do Brasil e da América Latina como um todo. Eu vim recentemente do evento do Parlatino, e lá nós tivemos a presença da Shura do Catar, que é a assembleia daquele Estado, e também da Câmara de Conselheiros do Marrocos, que corresponde ao Senado marroquino, como observadores no Parlatino.

Aqui mesmo no Brasil, o grupo parlamentar presidido com muito brilho pela Senadora Mara Gabrilli demonstra o interesse que eles têm no nosso Brasil. E há uma atividade muito ativa, digamos assim, muito presente de S. Exa. o Embaixador do Marrocos no País, que é extremamente afável e que está atento não só às questões do Saara Ocidental, que é de fato um drama internacional, mas já há muito superado, mas também à potencialidade econômica que tem o Marrocos e a sua história.

V. Exa. foi Embaixador em Tunes. Então, conhece bem o Magrebe e já está bem acostumado com as questões daquela região.

Como V. Exa. apontou – no seu relatório, o Senador Amin, que lamentavelmente não pôde estar aqui em razão da sua viagem e que pediu para eu representá-lo e apresentar a V. Exa. os melhores encômios, expressou-se exatamente neste sentido –, aquele é um país com grande potencialidade: é a quinta economia da África, com uma população expressiva. Há uma linha aérea que nos liga a um país que tem um grande portal de entrada para os nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos. É rico em fosfato, que nós não temos. Então, há a necessidade de um compartilhamento maior.

Presidente Nelsinho, é um país muito rico em história. V. Exa. conhece o Marrocos.

Eu também gosto de história, Senador Roberto Rocha, e uma das cenas mais interessantes de antes da Primeira Guerra Mundial é a visita do Cáiser Guilherme a Tânger, com a sua entrada triunfal, causando ali, naquela famosa questão, exatamente a canhoneira Panther em Agadir. E depois houve a própria entrada do Cáiser, demonstrando, então, a relevância geopolítica de uma nação que não chegou a ser colônia, mas que foi protetorado da França e jamais submetida ao Império Otomano.

Então, é um país que tem muito orgulho da sua história e que passou, como V. Exa. mencionou, quase incólume pela Primavera, mas também com a nova Constituição que o atual Rei, Mohammed, acabou promulgando – ou outorgando, melhor dizendo – em favor de sua população.

Mas, talvez, o ponto crucial para que V. Exa. tenha, de fato, o seu empenho seja essa questão econômica, porque se nota a vontade do Marrocos de se aproximar mais, o que é positivo. É uma nação simpática, que adora o futebol.

Aliás, permita-me aqui lembrar uma nota para o meu caso muito triste, um episódio famoso. O Senador Carlos Viana, por azar meu, acaba de entrar na sala, porque ele é cruzeirense, e eu sou atleticano, e a risada dele é fatal e triste. Houve uma tragédia futebolística em Marraquexe alguns anos atrás, e, naturalmente, isso acabou nos aproximando mais, pela solidariedade do povo marroquino em relação àquela derrota que o Atlético teve para a equipe marroquina. Mas isso já é coisa do passado, a despeito da antipatia de alguns cruzeirenses, como o Senador Viana, que, simpaticamente, gosta de fustigar esse assunto.

Mas eu queria, então, concluindo e pedindo escusas por ter divagado, porque houve esta coincidência da entrada do Senador Viana, que é meu conterrâneo, dizer, caro Embaixador Bitelli, que V. Exa., então, tem ali também uma grande avenida, um grande bulevar, em homenagem aos franceses que lá estiveram, para estreitar relações, porque eles estão querendo fazer isso.

Então, a economia marroquina nos instiga. E, certamente, nós mandamos muitos turistas para lá, e eles podem vir aqui também, adensando as nossas relações.

Cumprimento ambos, que representam aqui, de fato, o grande escol que é o corpo diplomático brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações, sempre pertinentes e recheadas de uma sabedoria que nos encanta, do nobre Senador Antonio Anastasia.

Eu vou fazer as minhas perguntas. Aí os dois embaixadores poderão responder.

Ao Embaixador Julio quero dizer que Brasil e Marrocos iniciaram uma parceria econômica relevante, nas últimas duas décadas, na área de integração de adubos e fertilizantes marroquinos à base de fosfato à cadeia de produção agrícola no Brasil. Compramos produtos derivados de fosfato e vendemos produtos agrícolas, sem prejuízo no comércio de outros bens. Entretanto, o intercâmbio sofreu forte retração nos últimos anos e reduziu-se de US$2,15 bilhões, em 2012, para US$1,4 bilhão, em 2018, quase 50%.

Muito apreciaria as considerações de V. Exa. sobre a possibilidade de recuperação do patamar mais elevado desse intercâmbio e de diversificação de pauta bilateral de comércio. Entendo que a rápida aprovação do acordo de livre comércio seja um instrumento relevante a esse objetivo.

Embaixador Flávio, V. Sa. já teceu comentários a respeito de dois projetos estratégicos para a bancada de Mato Grosso no Sul, da qual sou coordenador. Um deles é relativo à rota bioceânica, que vai interligar Brasil, Paraguai, Argentina e Chile ao Pacífico, fazendo com que se diminua em oito mil quilômetros marítimos a distância para que a gente possa atingir o continente asiático, reduzindo em 40% o frete para a drenagem dos produtos agrícolas. Vai ser realmente um *boom* de desenvolvimento não só para o nosso Estado, mas especialmente para o nosso País. E a outra questão é a da segurança, que é o projeto que já vem sendo edificado pela Defesa Nacional, principalmente pelo Exército, denominado Sisfron, no qual a alta tecnologia está sendo empregada para o controle de nossas fronteiras. São 1,2 mil quilômetros de fronteira que nós temos para ser empreendida através desse projeto.

São esses dois assuntos para os quais eu peço muita atenção ao Embaixador Flávio.

E há outro assunto que eu não poderia deixar de mencionar e que quero até passar aos nobres Senadores.

Abriram-se muitas escolas de nível superior nas cidades vizinhas que fazem fronteira com o Brasil, no caso em Pedro Juan Caballero e em Ponta Porã, no meu Estado. Qual foi a minha surpresa ao constatar que as escolas de Medicina que lá abriram hoje têm dez mil estudantes brasileiros? São dez mil estudantes brasileiros estudando Medicina do outro lado, como a gente diz. Esse é um problema que reflete em toda a circunstância social da pequena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade de Ponta Porã, que está tentando se organizar em função desse *boom* demográfico que acabou havendo, e no posterior regresso desse pessoal ao nosso País. Sei que esse é um assunto que deve ser conduzido pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, para que se possa em empreender as provas Revalida a esses formados que deverão começar a sair da faculdade agora, mas, com certeza, vai ser uma demanda que a nossa Embaixada no Paraguai vai ter de atenção a esses estudantes brasileiros.

Eram essas as considerações, lembrando ao Embaixador Flávio – ainda bem que ele está no Brasil hoje! – que hoje nós temos um jogo com o Paraguai e que não vai haver muita conversa fiada. A amizade vai ser interrompida nos 90 minutos e até o tempo necessário para esgotar o jogo.

Eram essas as considerações.

Com a palavra o Embaixador Julio, primeiro, para responder as perguntas e, posteriormente, o Embaixador Flávio.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar agradecendo à Senadora Mara Gabrilli a generosidade das suas considerações e dizer que é esse tipo de reconhecimento que nos motiva e nos faz funcionar com muito empenho como representantes do Brasil.

Com relação à pergunta de V. Exa. específica sobre os acordos assinados durante a visita recente do Chanceler Nasser Bourita, sem dúvida foi um momento que pode ser uma mudança de patamar importante nas relações bilaterais. Os acordos assinados são variados, são importantes.

Eu mencionaria, sobretudo, o acordo para evitar a bitributação em transporte aéreo e transporte marítimo, o que era uma reivindicação marroquina de longo tempo. Nós sabemos da importância da ligação aérea, que hoje existe diariamente, entre o Brasil e o Marrocos, pela companhia marroquina Royal Air Maroc, e como isso dá uma qualidade à relação, uma densidade à relação muito importante. Então, manter esse serviço é essencial. Eu sou hoje Embaixador na Colômbia, como a senhora sabe, e nós estamos vendo agora como a interrupção dos voos da Avianca entre Bogotá e as capitais nordestinas, por exemplo, tem um potencial importante de prejudicar a relação. Então, o que se puder fazer para preservar essa ligação aérea tem que ser feito, e eu acho que esse acordo de bitributação é muito importante.

Outro acordo assinado é o Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos. Ele tem uma importância que está relacionada com o que o Senador Anastasia também mencionava e o Sr. Presidente mencionava, que é a necessidade de diversificação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comércio bilateral. O comércio bilateral entre Brasil e Marrocos é hoje muito concentrado em poucos produtos: nós compramos basicamente fosfato e derivados de fosfato e vendemos alguns produtos agrícolas. Para se ter uma ideia, quatro produtos agrícolas – milho, açúcar, pimenta e tabaco – são 90% das exportações brasileiras ao Marrocos. Então, é preciso diversificar, o potencial está ali, e esse acordo de facilitação de investimentos é um caminho para que a gente vá nesse sentido.

Outro acordo importante é o Acordo-Quadro – como nós chamamos – de Cooperação em Matéria de Defesa, que permite que exportações brasileiras no campo da defesa sejam mais facilitadas. Como eu mencionava na minha exposição, o Marrocos tem o terceiro maior orçamento da África em defesa. É um país que tem vizinhos complexos, relações complicadas com alguns vizinhos, e o Brasil tem um potencial muito grande de contribuir nesse ramo do comércio, o marroquino. Nós temos uma *expertise* importante. Há já negociações em curso com a Embraer, por exemplo, com a Avibras, e isso pode gerar frutos que terão um efeito positivo na diversificação do nosso comércio bilateral.

Outro acordo assinado é o Acordo de Extradição e Transferência de Presos. Infelizmente, como nós vimos, essa facilitação do transporte aéreo entre os dois países tem um efeito lateral ruim, que é a utilização de cidadãos brasileiros como mulas para levar drogas ao Marrocos e, dali, tentar chegar à Europa. Isso gera uma quantidade importante de brasileiros, nossos concidadãos, detidos no Marrocos. E esse Acordo de Extradição e Transferência de Presos pode ter um efeito também positivo nesse sentido.

Outro acordo que parece, às vezes, menos importante, mas que tem um potencial que não deve ser subestimado é o acordo de cooperação entre academias diplomáticas. No Instituto Rio Branco, nós temos uma longa tradição de acolher estudantes de outros países, e isso tem um efeito na qualidade das nossas relações com esses países que não tem preço. Meus colegas de turma no Instituto Rio Branco de outros países rapidamente passaram a ocupar cargos muito importantes nos seus países de origem. E levam daqui, depois de dois anos, uma boa vontade e um conhecimento em relação ao Brasil que não tem preço, na verdade. Então, essa cooperação entre academias diplomáticas também tem um efeito na qualidade da relação que é muito relevante.

O Senador Anastasia menciona essa aproximação, esse esforço da diplomacia marroquina de se aproximar da América Latina. Isso tem várias razões. Uma delas – e nunca é possível separar política de economia, essas coisas são intrinsecamente ligadas – é que grande parte dos países que ainda reconhecem a República Árabe Saaraui Democrática estão na América Latina. Então, essa ofensiva de charme do Marrocos na região – e o Chanceler Bourita não só veio ao Brasil, mas fez um périplo regional – está ligada também a um esforço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marroquino de convencimento em relação à sua posição no diferendo do Saara. Então, essa aproximação com a América Latina tem esse elemento também.

Outro elemento que é comum a vários países africanos, que eu pude observar também na Tunísia, é que esses países acabam tendo uma relação com as ex-metrópoles muito próxima e muito intensa. E há uma determinação política invariavelmente de tentar diversificar, diminuir essa dependência em relação às ex-metrópoles. No caso do Marrocos, que foi protetorado espanhol e francês, há uma relação econômica comercial muito importante com esses países...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – ... e há um interesse em diversificar.

Termino com as suas perguntas, Senador. De novo, a questão da diversificação do comércio. O grande esforço vai ser, sem prejuízo dessas transferências importantes de fosfato, produtos agrícolas, diversificar nossa pauta comercial. Vamos trabalhar nesse sentido. O acordo de livre comércio é uma aspiração e certamente ajudaria muito.

Como recompor o comércio bilateral? Na verdade, essa queda que houve – nós tínhamos 2 bilhões em 2014 e caímos para 1,4 bilhão agora – é observável em toda a nossa relação comercial. Foram anos de recessão no Brasil, e isso teve um impacto negativo, mas é importante notar, Sr. Presidente, que, no ano 2000, essa pauta comercial era de US$220 milhões, e hoje nós estamos em 1,4 bilhões e num trabalho de recomposição que está intrinsecamente ligado à situação interna da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente. Agradecemos as respostas do Embaixador Julio.

Com muito prazer, gostaria de registrar a presença do Embaixador Alejandro de la Peña Navarrete, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), que terá uma audiência pública logo após o término desta reunião. Muito obrigado. Honra-nos muito a sua presença, bem como a do Senador autor do requerimento, o nosso querido Fernando Bezerra, Líder do Governo nesta Casa.

Com a palavra, para responder os questionamentos dos Srs. Senadores, o Embaixador Flávio Soares Damico, que representará o nosso País na República do Paraguai.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Obrigado, Senador.

Eu começo agradecendo as palavras generosas dos Senadores a meu respeito e também ao Embaixador Bitelli. Caso eu tivesse tomado o tempo necessário para saudar a longa amizade que mantenho com ele, isso tomaria todos os meus vinte minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Roberto Rocha, Relator da minha sabatina, inspirado por sua visita a Singapura, pergunta-nos se haveria um paralelo a ser feito entre o projeto da zona de exportação do Maranhão e as trajetórias econômicas de Singapura e do Paraguai. De fato, há um elemento comum, que deflui da circunstância de que todos esses projetos de desenvolvimento são voltados a atrair capitais externos para a instalação de empresas no setor manufatureiro. Esses projetos são radicalmente distintos, por exemplo, do que acontece com a nossa Zona Franca de Manaus. Essa é uma distinção importante a se ter presente, uma vez que a Zona Franca é voltada precipuamente para o mercado doméstico brasileiro, ao passo que tanto o Paraguai quanto Singapura, por suas próprias condições, países pequenos e com população relativamente escassa, buscam transformar-se em plataformas de exportação.

Isso não quer dizer que esse tipo de modelo seja adequado apenas para países pequenos. Há um certo país "pequeno" chamado China que reproduziu, em escala obviamente muito maior, o modelo de desenvolvimento singapurense, com resultados absolutamente sensacionais.

Enfim, capital externo... O mundo de hoje, essas circunstâncias econômicas internacionais são tais que há uma abundância de capitais buscando investimentos produtivos. E obviamente esse investimento... Capital, enfim, é uma espécie muito assustadiça e que busca sempre facilidades; e leva muito em conta, obviamente, o ambiente de negócios, as circunstâncias do mercado de trabalho e também a perspectiva de mercados. Então, no caso paraguaio, especificamente, situado entre Argentina e Brasil, duas grandes economias – efetivamente a economia brasileira é muito maior que a argentina –, na zona de maquila, que são as empresas que recebem esse incentivo fiscal, elas são absolutamente voltadas ao mercado brasileiro.

Como bem apontou o Senador Anastasia, isso traz algum risco para as empresas brasileiras, uma perspectiva de sangramento, uma vez que empresas que poderiam continuar investindo no nosso País preferem dirigir-se ao Paraguai. Porém, o fato é que a baixa tributação, a segurança jurídica e circunstâncias do mercado de trabalho no Paraguai permitiriam a sobrevivência dessas empresas, que teriam como alternativa fechar suas portas ou se deslocar para outros mercados ainda mais distantes. Nós temos relatos de várias empresas brasileiras que deslocaram as suas atividades produtivas para a China. Aí, no caso, ficando no Paraguai, pela alta qualidade do intercâmbio bilateral que mantemos, Brasil e Paraguai, centrado na área de manufaturas, pelo menos estaríamos mantendo uma certa paridade, isso em termos de empregos que se criam e empregos que são gerados, ao contrário do que acontece com a China: provavelmente, as nossas empresas irão para a China, mas o nosso intercâmbio envolve muito mais produtos agrícolas ou matérias primas brasileiras contra produtos manufaturados chineses. E, obviamente, o fato é que essa é uma oportunidade para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos e, caso as empresas brasileiras dela não se aproveitem, empresas de outros países poderão fazê-lo.

Então, de alguma maneira... Enfim, não chega a ser uma proposição totalmente perdedora, mas o senhor tem razão em apontar o fato de que pode ser complicado para as nossas empresas, e é também um sinal de alerta quanto a reformas que talvez devamos fazer no Brasil para manter essas empresas aqui, produzindo no nosso País.

A Senadora Mara Gabrilli, que infelizmente se retirou, fez perguntas muito interessantes sobre o Paraguai, também vinculadas às perguntas que me foram endereçadas pelo Senador Anastasia e pelo Senador Roberto Rocha, a primeira das quais a respeito de como o crescimento do PIB favorece as relações econômicas com o Brasil.

Num certo sentido, nós vemos agora... Eu me permito citar o Barão do Rio Branco. Em 1905, referindo-se às relações do Brasil com o Paraguai, ele disse que o Brasil só almejava ver o Paraguai crescer e se tornar cada vez mais autônomo e mais forte, porque isso teria um efeito necessariamente positivo sobre a economia daquele pais e sobre a qualidade das relações bilaterais. O Paraguai hoje crescendo, com uma economia pujante, obviamente, tira fôlego dessas atividades ilegais que se aproveitam muito do fato de que as fronteiras dos dois países não têm a presença dos Estados na proporção que se esperava.

Isso me traz à sua pergunta, Senador, a respeito do Sisfron. Efetivamente, as fronteiras são um elemento de ligação e trazem, por vezes, o que há de bom e o que há de ruim nos dois governos. E, obviamente, o recurso, a alta tecnologia é absolutamente essencial para suprir a carência de recursos humanos para podermos policiar bem essas fronteiras. O Paraguai também está muitíssimo interessado, Senador, em se valer disso, e há em estudos a discussão sobre a possibilidade de que o Brasil venha a ceder dois veículos aéreos não tripulados, os *drones*, para o Paraguai para que eles também possam contar com um tipo de monitoramento similar. Eu acho que essa é, mais uma vez, uma daquelas circunstâncias de ganha-ganha na relação bilateral, que, enfim, acontecem em várias outras circunstâncias.

O senhor mencionou novamente a rota bioceânica. Eu acho que é um projeto da mais alta relevância para o agronegócio brasileiro. É essencial que sejamos capazes de passar além dos Andes para encurtar significativamente as distâncias com os nossos mercados consumidores, que se localizam majoritariamente na Ásia; não apenas a China, mas todos os demais países da região.

Como o Senador Roberto Rocha mencionou, eu sou Embaixador em Cingapura e pude observar bastante bem que as perspectivas de colocação de produtos brasileiros na Ásia são enormes e vão muito além da China. Eu citaria, como uma das alternativas, todo o mercado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sudeste asiático, que compreende 640 milhões de pessoas e que se estima que, por volta de 2030, constituirá, em conjunto, a sexta maior economia do mundo.

Então, esse é um projeto de grande descortínio, de grande visão, e que, com certeza, trará resultados extremamente importantes para o nosso Centro-Oeste, essa grande região agrícola que se desenvolveu no Brasil bastante recentemente.

Eu não poderia deixar de notar, Senador, que o crescimento da economia paraguaia e essa sua marcha para o leste é realmente caudatária do mesmo processo brasileiro. O Paraguai se beneficia de boas terras para a agricultura tropical, evidentemente se beneficiando do fato de que nós, no Brasil, desenvolvemos essa agricultura tropical, e é um país que, apesar de mediterrâneo, se encontra entre dois rios importantes e caudalosos, que permitem escoar a sua produção. Em um certo sentido, o Paraguai, talvez forçando um pouco a metáfora, é mais ou menos como o meio-oeste americano: uma zona agrícola extremamente rica situada entre o Mississípi e o Missouri – no caso do Paraguai, entre os Rios Paraná e Paraguai.

O senhor alerta também, Sr. Presidente, para a situação das escolas de Medicina na fronteira. Esse é um problema que abrange não só o Paraguai, mas também a Bolívia. O fato é que temos uma grande demanda dos estudantes brasileiros por se graduarem em Medicina, e, dada a rigidez com que as nossas escolas selecionam as pessoas, eles acabam encontrando outras alternativas de perseguir seus sonhos.

No caso do Paraguai, por um trabalho levado adiante, de forma magnífica, pelos consulados brasileiros, nós logramos regularizar toda a situação dos estudantes de Medicina. Eles não estão no Paraguai em título precário. Eles contam com uma carteira de identificação como imigrantes regularizados, situação que não acontece na Bolívia.

Agora, evidentemente, nós vamos ter, uma vez completados esses estudos – o senhor muito bem aponta –, a necessidade de os Ministérios da Educação e da Saúde estarem atentos para que, enfim, tenhamos profissionais do mais alto nível e capazes de fazer um bom atendimento a nossa população.

Eu acho que, com isso, eu terei atentado para todas as perguntas que me foram colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Como o senhor bem disse, hoje é um dia em que essa amizade ficará esquecida por uns 90 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apesar de botafoguense, vou torcer um pouco para o Gatito, goleiro do Paraguai, não ser tão bombardeado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria apenas de lembrá-los que a participação popular sempre é bem-vinda. Nós temos aqui questionamentos que já foram respondidos. Quero agradecer a participação da Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro. Vou ler as perguntas e destinarei alguns minutos para breves comentários dos dois embaixadores.

Da Sônia Beatriz: "Que tipo de relações comerciais são feitas entre Brasil e Paraguai e que mudanças poderiam ser feitas com esta indicação?".

Do Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "Haja vista a proximidade e por ter se tornado rota de fuga de diversos bandidos procurados, far-se-á algum pacto de cooperação [...]?". Relativo ao projeto Sisfron, não é?

Do Gustavo Rojas, de São Paulo: "Quais os principais desafios da negociação do anexo C de Itaipu?".

Agora, para o Embaixador que vai para o Marrocos.

Luiz Fernando, de Pernambuco: "Como pretende desenvolver relações econômicas, culturais e científicas [...] nos países para que gere crescimento no Brasil?".

E o Luiz, do Rio de Janeiro: "Haja vista o crescente número de críticas, infundadas, qual o papel da nossa Embaixada no Marrocos para melhorar a imagem do Brasil?".

Agradeço mais uma vez a participação popular.

Rapidamente, os comentários dos dois Embaixadores.

Com a palavra o Embaixador Julio.

O SR. JULIO GLINTERNICK BITELLI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, então, em primeiro lugar, em relação à questão do comércio, nós falamos aqui bastante já sobre a necessidade de diversificação, e é isso que vai orientar sobretudo a atuação da embaixada.

Em relação à imagem do Brasil, acho que, independentemente do momento político interno, há 200 anos nossas embaixadas fazem o mesmo, que é levar o que há de melhor do Brasil para o exterior, explicar o que acontece no Brasil e defender as posições brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Embaixador Flávio.

O SR. FLÁVIO SOARES DAMICO – Obrigado, Senador. É importante a participação popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à primeira pergunta, a mudança na relação Brasil-Paraguai, acho que não há nada a mudar; se melhorar até estraga. Realmente, o patamar de entendimento entre os dois países chegou a um nível absolutamente desejável, tanto no plano bilateral quanto no plano do Mercosul.

Quanto à questão sobre a rota de fuga, o pacto de cooperação, é importante salientar que o Governo do Paraguai estende a mais ampla cooperação com o Brasil. A tramitação dos pedidos de extradição é a mais rápida possível. Nós contamos com uma extrema boa vontade do lado paraguaio em todos os temas de cooperação jurídica. Então, essa é uma área que eu creio estar absolutamente coberta. Estudam-se ainda formas de aperfeiçoar ainda mais, mas eu creio que isso seria apenas para tratar de problemas pontuais.

A última questão, a questão realmente técnica, é muito mais complexa: quais são os desafios para a renegociação do anexo C? Basicamente, o anexo C define as circunstâncias pelas quais será calculado o preço da tarifa da Usina de Itaipu, e esse preço da tarifa atende a quatro quesitos diferentes: o ressarcimento dos custos da dívida externa de Itaipu, a remuneração dos custos de Itaipu, o pagamento dos *royalties* e o pagamento da energia extra não consumida pelo Paraguai.

Esse é um sistema que se diz sistema de... Tudo isso é embasado pelo fato de que há um compromisso do Brasil e do Paraguai de comprarem toda a energia de Itaipu, e essa é a base que permitiu que, ao longo desses 50 anos, se pudesse pagar a usina. Agora, ao terminar o prazo de amortização da dívida, em 2023, teremos juros e amortizações totalmente pagas. E esses recursos que montam, mais ou menos, a US$2 bilhões por ano estarão disponíveis na Itaipu Binacional. E aí será o caso, provavelmente seguindo o princípio de que tudo é dividido irmãmente, de esses recursos serem divididos entre Brasil e Paraguai. E aí deveremos tomar decisões: se isso nos conduzirá a um rebaixamento das tarifas no Brasil e no Paraguai também ou a outras formas de utilização desse excedente.

Então, como eu salientei na minha exposição, trata-se realmente daqueles bons problemas; não é um problema de quem vai assumir uma dívida. Não, isso deveria nos unir. Agora, evidentemente, para um país com a receita fiscal relativamente reduzida, como o Paraguai, a tentação de contar com esses recursos, seja para investimentos, seja para gastos sociais, é bastante grande. No nosso país, também temos outras várias destinações possíveis. Então, é por isso que, no processo de preparação das posições negociadoras brasileiras, é importante que contemos com todos os interlocutores interessados no tema para que a posição negociadora final tenha a mais ampla legitimidade e possa ser trazida ao Congresso Nacional para sua eventual ratificação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as respostas proferidas aqui pelos dois Embaixadores.

Determino à nossa assessoria técnica que já faça a apuração dos votos dos Embaixadores.

Enquanto isso, passamos à segunda parte da pauta: deliberativa.

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 37, de nossa autoria, de que passo a fazer a leitura e a justificativa.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 37, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, do REQ 34/2019 - CRE e do REQ 33/2019 - CRE, debater a situação das famílias vítimas do acidente com o voo da Chapecoense, ocorrido em novembro de 2016. O caso permanece com pendências securitárias, indenizatórias e judiciais. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, além daqueles que constam nos requerimentos acima mencionados: Representante do Ministério das Relações Exteriores; Representante do Ministério Público da União; Representante da Advocacia Geral da União; Representante do Ministério da Economia; Representante do Comando da Aeronáutica; Presidente da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Representante da emissora FOX Sports; Representante da emissora RBS; Embaixador da Bolívia; Embaixador da Colômbia; Representante da Honeywell International INC; e Representante da Inter-American Commission on Human Rights.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Justificativa.

Quase três anos depois da maior tragédia da história do futebol brasileiro e mundial, familiares das vítimas da queda do voo da Chapecoense cobram respostas e solicitam o pagamento das indenizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fim de complementar as informações já expostas na audiência anterior, esta audiência poderá auxiliar nas possíveis providências e soluções para os litígios e indenizações já que os prazos legais estão próximos da prescrição.

Sala da Comissão, 25 de junho de 2019.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à assessoria que coloque no painel o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado da votação das indicações nesta Comissão.

Sr. Embaixador Julio Glinternick Bitelli, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos: 10 votos SIM; nenhum voto NÃO. Nenhuma abstenção.

Sr. Embaixador Flávio Soares Damico, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai: 10 votos SIM; nenhum voto NÃO. Nenhuma abstenção.

Uma salva de palmas pela aprovação dos nobres Embaixadores. (*Palmas.*)

Agradecendo a presença dos indicados e de todos que acompanharam a nossa reunião, cumprimento-os, desejando-lhes êxito nas honrosas missões.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, para as fotos a que vamos proceder nas despedidas.

Logo em seguida, em cinco minutos, daremos início à audiência pública proposta pelo nobre Senador Fernando Bezerra Coelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quinze minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Renilde Bulhões, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Paim e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Angelo Coronel e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 30ª e 31ª reuniões da CRE, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 30, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 31, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 32, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia do Norte." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/02

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Bom dia a todos.

Damos início, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, à 32ª Reunião, hoje, dia 2 de julho de 2019, terça-feira, às 10h.

Declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 30, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria registrar, com muita satisfação, a presença do nosso amigo empresário Genésio Spillere, que vai receber daqui a pouco minutos o diploma José Ermírio de Moraes, no nosso Senado Federal, e agradecer a V. Exa. por poder fazer a leitura agora.

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

O Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado nasceu em 17 de julho de 1955, na cidade do Rio de Janeiro. É filho de Renato Machado e Zilda Machado.

Obteve título de bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1977. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1979; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1986; e o Curso de Altos Estudos em 2000, ocasião em que apresentou a tese "A plataforma continental brasileira e o direito do mar: considerações para uma ação política".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1995, a Ministro de Segunda Classe em 2003 e a Ministro de Primeira Classe em 2009.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Santiago; Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço; Conselheiro na Embaixada em Washington; Conselheiro na Embaixada em Ottawa, Canadá; Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente junto à Unesco, em Paris; Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais; Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia; Representante Permanente da Missão do Brasil junto às Nações Unidas; Ministro de Estado das Relações Exteriores, no período de 2013 e 2014; Embaixador em Washington; e, desde 2016, Embaixador em Lisboa.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Estado do Catar. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de monarquia absolutista, com parlamento unicameral. Localizado em uma pequena península na margem sul do Golfo, Doha é a sua capital. O país conta com população superior a 2,5 milhões de habitantes, dos quais 88% são estrangeiros.

A diplomacia do Catar busca se destacar por meio da promoção de grandes eventos internacionais, a exemplo da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em 2001 e da Copa do Mundo de Futebol a ser realizada em 2022.

O país detém a maior renda *per capita* do mundo, mas sua economia segue sendo extremamente dependente do comércio internacional de hidrocarbonetos, sobretudo petróleo e gás. O petróleo foi descoberto no subsolo catariano em 1939. Vale ressaltar que esse setor responde por 65% da renda nacional do país.

Brasil e Catar estabeleceram relações diplomáticas em 1974, após duas décadas de contatos formais e de visitas privadas de altas autoridades. Em 2005, o Brasil abriu Embaixada residente em Doha. Em 2007, foi reaberta a Embaixada do Catar residente no Brasil, sendo que, desde 2010, o Catar é considerado o país da Península Arábica de diálogo mais fluido em nível de chefia de Estado. Além disso, estima-se em 1,2 mil o número de brasileiros vivendo no Catar, segundo dados da Embaixada.

O intercâmbio comercial bilateral intensificou-se, de modo sensível, a partir de 2000. Ele cresceu aproximadamente 419% no período de 2007 a 2015, tendo alcançado a cifra de US$1,3 bilhão. Nesse intervalo, o saldo da balança comercial mostrou-se favorável ao Brasil até 2011, tendo apresentado déficit a partir de 2012, em razão das crescentes importações brasileiras de gás natural e ureia. O meu Estado, particularmente, é um importador de ureia.

O Brasil exporta principalmente minério de ferro, alumina e produtos alimentícios, com destaque para carne de frango. Mais uma vez, o meu Estado e o Paraná são protagonistas no lado da exportação. Por outro lado, importa gás natural liquefeito, polietileno e fertilizantes, sobretudo ureia.

No plano dos investimentos bilaterais, o relacionamento apresenta grande potencial de expansão. Estima-se em cerca de US$320 bilhões os ativos do fundo soberano no Catar. Vou repetir especialmente para aqueles que acham que nós devemos dar primazia para negociações com Israel, quero lembrar que o fundo de investimento do Catar é de US$320 bilhões – *salaam aleikum* –, Qatar Investment Authority (QIA)

Nessa ordem de ideias, o Catar tem estoque de investimento de aproximadamente US$5 bilhões no Brasil, em áreas como transporte aéreo, na Latam, bancos, agricultura, petróleo e gás, editorial e de educação – Grupos Abril, Anglo e Sigma; editoras Saraiva, Ática e Scipione. Sobressaem, no entanto, investimentos nos setores imobiliário e financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado pela tolerância, pela compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço a relatoria do Senador Esperidião Amin.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Muito obrigado pela presença.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Observação:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para proferir o seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Roberto Abdalla, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, conforme o art. 52, inciso IV.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Humberto Abdalla e Celeste Ramos Abdalla e nasceu em 21 de dezembro de 1959, em Recife, Estado de Pernambuco.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco em 1982. Já em 1983, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, e iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário no ano seguinte. Para progressão na carreira, concluiu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (1992) e de Altos Estudos (2007), este último com a tese "O Conselho de Cooperação do Golfo e o Acordo de Livre Comércio com o Mercosul: relevância para os interesses brasileiros". Ainda na área acadêmica, registre-se sua pós-graduação em Londres, Reino Unido.

Ascendeu a Primeiro-Secretário em 1995; a Conselheiro, em 2003; a Ministro de Segunda Classe, em 2007; e a Ministro de Primeira Classe, em 2014. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas internamente, destacam-se a de Adjunto do Cerimonial da Presidência da República, entre 1995 e 1998; Chefe de Gabinete do Departamento de Serviço Exterior, em 2002; Coordenador da Coordenação-Geral de Planejamento de Pessoal, entre 2002 e 2005; Chefe da Divisão do Oriente Médio-II, de 2005 a 2010; e Diretor do Departamento do Serviço Exterior, entre 2013 e 2015.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres, de 1998 a 2001; Embaixador no Kuwait, de 2010 a 2013; e Embaixador em Doha, de 2015 até o presente.

O Embaixador Roberto Abdalla recebeu importantes condecorações ao longo de sua carreira de países como Portugal, Alemanha, Argentina, França, Líbano, Chile e Finlândia, além das mais importantes comendas nacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de resumo executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Helênica, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

Brasil e Grécia estabeleceram relações diplomáticas em 1912, com a abertura de missão diplomática do Brasil em Atenas.

No plano multilateral, a convergência entre Brasil e Grécia depende, em grande medida, das posições da União Europeia, visto que, em geral, Atenas acompanha as posições do bloco europeu.

A relação Brasil-Grécia registra também relevante componente populacional. Estima-se que cerca de 4 mil nacionais brasileiros residam na Grécia. Os fluxos de turistas brasileiros à Grécia também são significativos, com destaque para as ilhas do Mar Egeu, que recebem aproximadamente 60 mil turistas brasileiros por ano.

O então Ministro de Estado das Relações Exteriores Celso Amorim visitou duas vezes a capital da Grécia: em 2003, por ocasião de encontro de Chanceleres da União Europeia-América Latina, e, em 2009, no que constituiu a primeira visita bilateral de Ministro de Relações Exteriores brasileiro à Grécia. Na ocasião, foram assinados instrumentos importantes para a cooperação bilateral: Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica; Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre as duas Chancelarias; Memorando de Entendimento para Cooperação entre Academias Diplomáticas; Acordo sobre Extradição; e Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

Os esforços da política externa grega têm sido concentrados, sobretudo, na gestão das duas crises simultaneamente enfrentadas pelo país, relacionadas à sua dívida, aspecto central da crise econômica da zona do euro, e aos fluxos de migrantes oriundos da Turquia. O país tem buscado angariar apoio, sobretudo no marco europeu, à flexibilização das políticas de austeridade, defendidas principalmente pela Alemanha, e à possibilidade de reestruturação de sua dívida junto aos credores oficiais.

No caso da crise migratória, verifica-se um descompasso entre a pressão local gerada pela presença de cerca de 60 mil migrantes no território grego e a evolução lenta e insuficiente das duas principais alternativas em vista para aliviar a grave crise humanitária decorrente dessa situação: a melhoria nas condições de instalação dos demandantes de asilo na Grécia, e a implementação dos compromissos de realocação assumidos pelos demais países europeus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2018, o Brasil teve o primeiro déficit comercial com a Grécia, de US$500 mil. Não obstante, o comércio bilateral teve grande aumento em relação a anos anteriores, sendo de US$344,9 milhões em 2018, em comparação a 138,4 milhões, em 2017. Ao lado das exportações brasileiras, houve expansão das vendas de tabaco, que, em 2017, eram de US$15,4 milhões para 26,4 milhões, em 2018. Similarmente, a exportação de sementes, minérios e combustíveis também apresentou crescimento.

Pela natureza regimental dessa peça, não se acrescentam conclusões opinativas.

Era isso, Sr. Presidente. Este é o relatório que deveríamos acompanhar, seguido do voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço ao Senador Zequinha Marinho.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos ao item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 32, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Então, concedo a palavra ao Sr. Senador Mecias de Jesus para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente Marcos do Val, colegas, Sras. e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Maria Edileuza Fontenele Reis para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia do Norte.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata.

A Sra. Maria Edileuza Fontenele Reis nasceu em 1º de maio, em Viçosa, Ceará. É filha de Luiz Pedro Fontenele e Rita Silva Fontenele.

Concluiu o curso de Comunicação Social pela Universidade de Brasília, Distrito Federal, em 1975. É também graduada pela Escola Internacional de Língua e Civilização Francesa, onde concluiu o Curso de Cultura e Civilização Francesa em 1976. Em 2002, concluiu especialização no Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Roma, na Escola de Altos Estudos em Relações Internacionais. Sua tese de doutorado, segundo o currículo recebido do Itamaraty, encontra-se em elaboração e tem como título "Brics como mecanismo político-diplomático de coordenação e cooperação".

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982; e o Curso de Altos Estudos em 1998, no qual apresentou trabalho intitulado "Brasileiros no Japão: o elo humano das relações bilaterais".

A diplomata indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1978 e Segunda-Secretária em 1980. Por merecimento, chegou à Primeira Secretaria em 1989, Conselheira em 1995, Ministra de Segunda Classe em 2000 e Ministra de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeira-Secretária em missão transitória na embaixada em São Domingos, 1993 a 1994; Cônsul-Geral Adjunta nos Consulados Gerais em Tóquio, 1996 a 2001, e Roma, 2001 a 2004; Diretora-Geral do Departamento da Europa, 2006 a 2010; Cônsul-Geral e Embaixadora em Paris, 2014 a 2017; Delegada permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2017.

Foi agraciada em diversas condecorações nacionais e estrangeiras e é outorgada diversos artigos, e é autora, aliás, de diversos artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Bulgária e a República da Macedônia do Norte, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

A República da Bulgária localiza-se no sudeste da Europa. O país é membro da União Europeia, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e do Conselho da Europa. É também Estado fundador da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

Nossas relações diplomáticas com a Bulgária, Sr. Presidente, foram estabelecidas em 1961 e foram marcadas por certo distanciamento devido à orientação comunista de Sófia, durante a Guerra Fria, e também pela concentração dos esforços daquele país em favor da adesão às estruturas euro-atlânticas. Houve aproximação a partir do ano 2000, com uma série de encontros bilaterais de alto nível, sendo no último deles, em fevereiro deste ano, entre o Ministro das Relações Exteriores no Brasil, Embaixador Ernesto Araújo, e a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária, Ekaterina Zaharieva, em Varsóvia, à margem da Conferência Ministerial para a Promoção de um Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio.

Vale o registro do memorando de entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Educação e de Ciência da Bulgária, assinado em 1º de fevereiro de 2016, bem como da colaboração prestada pelo Brasil ao Governo búlgaro em suas missões na Antártida, com aperfeiçoamentos na logística de transporte.

A pauta de exportação brasileira em 2018 foi composta de produtos básicos, que representaram 96,3% do total. Os minérios de cobre e seus concentrados, sozinhos, corresponderam a 92% das exportações brasileiras. Do lado búlgaro, sua pauta exportadora concentra-se em produtos manufaturados, que em 2018, correspondeu a 98,2% do total. Os produtos que ingressam no Brasil são adubos ou fertilizantes, preparações utilizadas na alimentação de animais, instrumentos e aparelhos de medida e de verificação, fios, cabos e condutores para uso elétrico, aparelhos para interrupção e proteção de energia, enzimas preparadas e inseticidas, formicidas e herbicidas.

Convém destacar que o mercado búlgaro se apresenta promissor para investidores brasileiros, haja vista sua baixa carga tributária, bem como o fato de que as indústrias que se instalam em áreas com alto índice de desemprego recebem plena isenção.

Em relação à Macedônia do Norte, o Estado brasileiro reconheceu sua independência no ano de 1995, tendo as relações diplomáticas sido estabelecidas em 1998.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre destacar a manifestação de apoio da Macedônia do Norte à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) proposta pelo Brasil e à candidatura do Embaixador Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). De outro lado, Sr. Presidente, o Brasil apoiou a eleição da Macedônia do Norte para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Por derradeiro, vale mencionar o modesto comércio bilateral que mantemos com a Macedônia do Norte, que alcançou a cifra de US$28,2 milhões em 2018.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Era o que eu tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado, Senador Mecias de Jesus.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

Convite da Marinha. Comunico aos membros desta Comissão que foram encaminhados para os respectivos gabinetes de V. Exas. o convite feito pelo Capitão de Corveta Thiago de Oliveira Romano, Assessor Parlamentar da Marinha, para acompanhar o exercício operacional do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. O objetivo da visita é apresentar a denominada Força que vem do Mar, uma força militar de elite da Marinha do Brasil, responsável por servir o País nas mais difíceis ocasiões.

O exercício será realizado no dia 12 de julho de 2019, sexta-feira, no Campo de Instrução de Formosa, Goiás.

A Marinha do Brasil providenciará o deslocamento dos Parlamentares, e os interessados podem entrar em contato com a Assessoria Parlamentar da Marinha pelo telefone (61) 99536-1509.

Deliberação das atas das reuniões anteriores. Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 30ª e 31ª reuniões da Comissão, realizadas no dia 27 de junho de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e dois minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Juíza Selma, Dário Berger, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Romário, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Emendas ao PLDO de 2020**. **Finalidade:** Reunião destinada à deliberação das Emendas ao PLN 005/2019-CN (PLDO/2020), que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências", perante esta Comissão. Relator: Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Márcio Bittar, lido pelo Relator Ad Hoc, Senador Esperidião Amin. Esta Comissão aprova as seguintes Emendas: **Emendas ao Anexo de Prioridades e Metas: Emenda nº 1:** 147F – Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, Quantidade Meta: 100; **Emenda nº 2:** 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército, Quantidade Meta: 9; **Emendas ao texto: Emenda nº 3:** Referência - Inciso I Item 63, tipo de emenda - Aditiva; **Emenda nº 4:** Referência - Inciso II Item 4, tipo de emenda - Aditiva; **Emenda nº 5:** Referência - Inciso II Item 4, tipo de emenda - Aditiva; **Emenda nº 6:** Referência - Inciso I, tipo de emenda - Aditiva; e **Emenda nº 7:** Referência - Inciso II, tipo de emenda - Aditiva. As emendas aprovadas são encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a presente Ata, para as devidas providências. É aprovada a presente Ata pela Comissão, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 33ª Reunião do dia 3 de julho de 2019, quarta-feira, às 13h, da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas da Comissão de Relações Exteriores ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019, conhecido como Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.".

Temos como Relator o Senador Marcio Bittar, que, em função de um compromisso junto ao Ministério da Saúde, não pôde estar presente. Eu designo, então, como Relator *ad hoc,* o Senador Esperidião Amin.

Observações: em 26/6/2019, a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional divulgou comunicado sobre o prazo de apresentação de emendas neste Colegiado.

Rememoramos que a abertura do prazo para o recebimento das emendas aconteceu no dia 26 de junho de 2019, e o encerramento, no dia 2 de julho de 2019, às 16h.

Foram apresentadas 85 emendas, abrangendo a inclusão de metas e emendas ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias pelas Sras. e pelos Srs. Senadores membros desta Comissão.

Agradecemos a profícua contribuição dos integrantes desta Comissão pelo empenho na elaboração de relevantes propostas de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Para leitura do relatório...

Antes, porém, algumas observações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a leitura do relatório designo *ad hoc* o Senador Esperidião Amin.

Suspendo a reunião, até que o relatório possa chegar as suas mãos...

Já está!

Com a palavra o Senador Esperidião Amin para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sras. e Srs. Senadores, eu vou fazer a leitura do texto que já tinha sido apresentado pelo Senador Marcio Bittar, com alterações que eu vou ler e que estão consubstanciadas no relatório que será apresentado.

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre as propostas de emenda apresentadas à Comissão referentes ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências".

Começo do relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram apresentadas 85 propostas. Destas, 53 buscam incluir ações no Anexo de Prioridades e Metas, e 32 referem-se ao texto do projeto.

O Parecer Preliminar aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização prevê que cada Comissão poderá apresentar duas emendas.

Foram apresentadas 32 ao texto, que foram dirigidas ao Anexo III e ao Corpo da Lei.

Dessas propostas de emendas ao Anexo de Prioridades e Metas, que são em número de 53, 18 são para ações distintas, sendo as outras coincidentes com outras tantas apresentadas.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais.

Procuramos acatar todas as propostas dirigidas ao texto do projeto de LDO, uma vez que, de acordo com o Parecer Preliminar, não há limite para apresentação de emendas ao texto, exceto a Proposta 23, por substituir o §2º do art. 2º do projeto, que consideramos relevante para ser suprimido.

Portanto, esta seleção diz respeito ao Anexo de Prioridades e Metas. A proposta se restringe à Emenda 147F, que diz respeito à implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, e a segunda é a 3138, de implantação do Sistema de Aviação do Exército. Confere?

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pelo:

I – Acolhimento e apresentação das seguintes emendas:

1. Ao Anexo de Prioridades e Metas, a proposta de apresentação da Emenda nº 5, 147F, implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional, com os respectivos números repetitivos. [Ou seja, essa emenda foi apresentada por mais de um proponente].

1.1. Segundo, a proposta de Emenda 13, na Ação 3138, de implantação do Sistema de Aviação do Exército, do Senador Nelsinho Trad, que engloba várias outras propostas devidamente numeradas.

2. Ao Anexo III do texto, as propostas:

2.1. Repito, 5 e seguintes, de implantação do Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional;

2.2 A emenda nº 13, da Ação 3.138, do Senador Nelsinho Trad;

2.3. Atividades de registro e fiscalização de produtos controlados;

2.4. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e ao Programa Nuclear da Marinha;

2.5. E 22 e 26: despesas com manutenção e ampliação da rede de balizamento marítimo, fluvial e lacustre, a fim de contribuir com o cumprimento das atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil, constantes do art. 17 da Lei Complementar 97, de 9 de junho de 99.

II – Não acolhimento das demais emendas.

São o relatório e o voto, Sr. Presidente, devendo ainda ser apontados os números das emendas convergentes, se houver, para as duas prioritárias, que são a Emenda nº 5, e suas idênticas, e a proposta de Emenda nº 13, de V. Exa., que não tem similar.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório.

Apenas para registrar que houve um entendimento aqui, entre os Senadores, colocando as prioridades e abrangendo a questão de uma das políticas públicas da nossa Comissão, que é em relação à defesa cibernética, e outra demanda encaminhada pelo próprio Exército brasileiro na questão já citada pelo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informamos também que acabamos de sair da Comissão de Justiça, onde está também abrigada a emenda que estabelece as diretrizes prioritárias para a execução do Sisfron, sistema tão importante de defesa, de inteligência nas fronteiras do nosso País. Dessa forma, nós nos sentimos contemplados com as ações de diretrizes encaminhadas através dessas já nominadas pelo nobre Relator *ad hoc*.

Continua em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, só queria aduzir ao que V. Exa. falou que eu me congratulo muito com o fato de a Comissão de Constituição e Justiça ter priorizado a atenção ao sistema de defesa das nossas fronteiras, que é por onde têm vindo para o Brasil armas e drogas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Continua em discussão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – São as mesmas?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – São.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório lido pelo Relator *ad hoc*, Esperidião Amin.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, só a leitura das duas, para conhecimento das duas escolhidas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Esperidião Amin, apenas de uma forma sintética...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só as duas, resumidamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Resuma as duas que foram elencadas como prioridades para a Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As duas emendas que recomendarão ao Anexo III – não ao corpo da lei, mas ao Anexo III... As emendas legislativas foram todas aprovadas, com particular exceção para a Proposta nº 23, que visava substituir o §2º do art. 2º do projeto.

Foram incluídas a implantação do Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional, que tem – creio – seis ou sete repetições, e a Emenda nº 13, que é a implantação do Sistema de Aviação do Exército.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Maravilha! Está bom, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de parabenizar a Comissão. Uma delas é minha emenda, a 18, que é a implantação do Sistema de Defesa Cibernética para Defesa Nacional, que, de fato, é uma coisa gravíssima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu só não tinha marcado o seu número.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pois é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas o seu número é mais (*Fora do microfone.*)

importante do que o outro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É, eu sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E lamentamos que V. Exa. não tenha visitado conosco hoje o Centro de Defesa Cibernética, hoje pela manhã.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É porque eu não fui convidada. Eu recebi o convite? Desculpe, Presidente. Eu pensei que tinha sido lá o povo da Defesa que não tinha me convidado, mas eu acredito que você me convidou.

E já foram lá conhecer?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Fomos hoje. Assistimos a ataques cibernéticos, inclusive nas contas bancárias de alguns Senadores.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Que coisa interessante! A minha estava limpa lá? Nossa, eu tenho um pavor! Você sabe o que eles estão fazendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Hoje foi prioridade para os marmanjos; não foi prioridade para a mulher.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É coisa de meninos, não é? Está certo.

Da mesma forma que eles fazem desenho animado, eu, na minha cabeça, penso que é o mesmo princípio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Foi a sua prioridade, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu quero dar os meus parabéns!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ele sobreviveu porque aceitou. Senão, ele ia...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Aos 47 do segundo tempo, nós fizemos um entendimento, porque, quando eu cheguei a esta Casa, eu sempre tive esta percepção. Esta é a Casa da conciliação, é uma Casa Revisora, em que os Senadores têm que ter essa característica de poder conciliar...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... e tirar o resultado comum.

Então, assim foi feito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas isso aqui foi fantástico. Eu estava só complementando, na coisa do desenho animado... Da mesma forma que a gente põe os bonecos para falarem, e a boca mexe, eles fazem isso conosco: pegam a nossa imagem, você se movimentando e falando coisas simuladamente, que não têm nada a ver. Há até um nome em inglês, eu esqueci agora. Eles estão fazendo isso para todo lado. Não tem quem não acredite; a pessoa está vendo o vídeo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso, para mim, é um dos mais graves. O Anastasia disse que não sabia que existia isso. Eu falei: "Então, você fique preparado, porque, a qualquer hora, você vai estar me xingando por aí sem saber".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para terminar... A cereja do bolo desses encaminhamentos: nós acabamos de sair da Comissão de Justiça, e lá foi aprovado o Sisfron, que foi uma emenda nossa, como prioridade na Comissão de Justiça. Então, está contemplada essa questão da segurança.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu queria parabenizá-lo, porque poderia também eu ser a autora dessa emenda, dessa proposta, porque você sofre mais com isso, por conta do seu Estado, e nós vamos discutir na Comissão de Agricultura – eu estava lá agora – justamente sobre o contrabando de agroquímicos na fronteira lá com Mato Grosso, o Paraná, o Rio Grande do Sul, e isto aqui tem que ter um monitoramento enorme. Além dos agroquímicos, que talvez seja o menor dos fatos, há o contrabando de armas e de drogas ali na nossa fronteira.

Então, quero parabenizá-lo por essa escolha, por essas duas metas que foram muito bem escolhidas pelo Relator. Parabéns pelo trabalho! Fico muito feliz com esse resultado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora vou ler, diante da senhora, as duas escolhidas. Primeiro, quero lhe dizer que lá, na Comissão de Constituição e Justiça (*Fora do microfone*.)

eu disse o seguinte: as últimas prisões – disse falando pelos Senadores do Mato Grosso do Sul – foram todas de tráfico por terra, tanto para arma quanto para droga. Arma e droga, porque, para avião, está mais difícil agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente. Agora, imagine no tempo dos *drones* e no tempo dos satélites se pode ser possível alguém não ser pego.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, só quero reler o que foi escolhido. O Relator é o Senador Marcio Bittar; eu sou o Relator *ad hoc*.

Número 1.1. A proposta de Emenda nº 13, na Ação 3138: implantação do Sistema de Aviação do Exército, do Senador Nelsinho Trad, que abrange as propostas 6, 14, 33, 39, 40 e 47. A proposta de Emenda nº 5, Ação 147F: implantação de Sistema de Defesa Cibernética

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Defesa Nacional, do Senador Randolfe Rodrigues, que engloba a proposta 18, da Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada! Agora, sim, estou registrada nos *Anais* daqui do Senado, com essa emenda.

Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião, eu gostaria de lhe agradecer pela indicação para Relatora do acordo de Mercosul e União Europeia. Agradeço-o publicamente. Talvez seja a primeira vez que eu agradeço uma relatoria, porque era um grande sonho que eu acalentava nos últimos 20 anos. Nada eu acredito que seja mais importante, neste momento mais difícil que o Brasil está passando, do que esse acordo. Ele chegou na hora certa.

Vinte anos de trabalho. Nos últimos cinco, nós renovamos todas as propostas, eu, e o Armando Monteiro, como Ministros, ainda, da Presidente Dilma. Ninguém acreditava nisso, todo mundo olhava com ar de deboche: "Vocês vão começar tudo de novo?" E eu e o Armando Monteiro formos, renovamos as trocas e, depois, o Aloysio Nunes Ferreira, no Governo do Temer, também fez um ótimo trabalho. Agora, no Governo Bolsonaro, nós somos coroados com esse acordo.

Então, nesses últimos anos, acho que são essa relatoria e a da Universidade Federal do Norte do Tocantins que estão me dando um grande prazer na minha vida.

O senhor pode ter certeza da minha dedicação, da concordância com os colegas para que a gente possa acrescentar e trabalhar juntos para que esse acordo possa ser cada vez mais aperfeiçoado. Para corrigir as distorções, caso alguns setores se sintam prejudicados, o Estado brasileiro serve é para isto: para acudir aqueles que, naquele momento, poderão ficar prejudicados.

Então, nós temos que ir acertando as coisas ao longo do caminho para que todos fiquem contemplados e nenhum setor seja destruído ou dizimado; que todos possam ter a condição perfeita de acompanhar o País nesse acordo histórico não só para os dois continentes, mas para o mundo todo. Nós estamos falando de 25% do PIB mundial.

E, mais um detalhe: este acordo – já é opinião minha – vai ajudar a consertar a briga dos Estados Unidos e da China. Eu tenho que ele terá também essa grande função, e eu pretendo desempenhar, com muita envergadura, com muita altivez e com muita democracia, conversando com o Governo, com os membros da Comissão, do Senado, para a gente fazer uma coisa o mais rápido possível, e que fique selado como uma história do senhor, da sua passagem aqui, na Presidência desta Comissão.

Muitíssimo obrigada pela confiança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faço minhas as palavras da Senadora Kátia Abreu sobre a importância do acordo. Só tenho uma avaliação a mais para dizer e vou apresentá-la detalhadamente, quando do relatório, que eu sei que vai ser brilhante e vai ser aprovado.

Devamos a celeridade ou a saída da paralisia da Europa em relação a esse acordo à encrenca dos Estados Unidos com a China. Como se diz no interior de Goiás e se dizia em Tocantins também, mutuca tira boi do mato.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É verdade! É por isso que eu disse que esse acordo vai consertar essa briga rapidinho.

E outra coisa que nos beneficiou é que o mandato da Comissão Europeia atual está terminando agora. Eles querem deixar um legado e escolheram esse. Eu achei ótimo, lindo! Também esse componente foi importante, e, com certeza, a diplomacia brasileira, com o Governo também – a gente não vai retirar a competência e o trabalho do Governo, que eu acho que a gente não deve fazer isso.

O senhor está corretíssimo.

Mais uma vez, obrigada.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Na certeza de que escolhemos uma Senadora extremamente competente para uma relatoria tão importante como essa para o nosso País. Tinha que ter um toque feminino para coroar de êxito toda essa questão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor fica me devendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito. Golaço da dupla! Ninguém faz nada sozinho, não é, meu colega? Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório.

As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em atendimento às normas regimentais, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, bem como a da presente reunião, para que seja encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos, Fiscalização e Controle juntamente com as emendas aprovadas.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, membros desta Comissão, para a nossa reunião deliberativa agendada para amanhã, quinta-feira, dia 4 de julho, às 10h, neste Plenário.

Além disso, informo a todos os pares que não haverá nenhuma demanda de nenhum embaixador a ser sabatinado nesta Comissão ao término do trabalho antes do recesso, ou seja, estamos em dia e em ordem.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 32/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de debater a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) para a segurança nacional, em atendimento ao disposto no REQ 32/2019-CRE, de autoria dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val. **Participantes:** Sr. General de Divisão Ivan Ferreira Neiva Filho, Chefe do Escritório de Projetos do Exército (representante de: Ministro de Estado da Defesa); e Sr. General de Brigada R1 Sérgio Luiz Goulart Duarte, Gerente do Projeto SISFRON. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/09

(Texto ainda não revisado.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos, às senhoras e aos senhores.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa, da 56ª Legislatura do Senado.

A pauta.

A presente audiência pública tem como objetivo debater a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron –, para a segurança nacional, em atendimento ao Requerimento nº 32, de 2019, protocolado aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de nossa autoria e do Senador Marcos Durval, Vice-Presidente.

Tenho a honra de anunciar e convidar para integrar esta mesa de trabalho o General de Divisão Ivan Ferreira Neiva filho, Chefe do Escritório de Projetos do Exército e o General de Brigada Sérgio Luiz Goulart Duarte, Gerente do Projeto Sisfron. (*Pausa.*)

Apenas para informá-los que esta audiência pública é realizada, em caráter interativo, com a transmissão para todo o Brasil pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população que quiser participar, enviando observações e perguntas aos palestrantes, a fim de tirar quaisquer dúvidas, pode fazê-lo por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania.

A participação da população, da sociedade e dos internautas é sempre de extrema valia para a democracia e para os nossos trabalhos.

Registrando a presença das seguintes autoridades que se fizeram nominar ao nosso corpo técnico: Chefe da Assessoria de Governança do Portfólio Estratégico do Exército, Sr. General

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Governança do Portfólio Estreito do Exército, Sr. Gen. de Divisão José Caixeta Ribeiro; Comandante de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército, Sr. Gen. de Brigada Carlos Alberto Dahmer; assessor do programa Sisfron, Sr. Cel. Marcos Neto dos Reis.

Esclareço aos Srs. palestrantes que vou conceder a palavra por 20 minutos para cada um, com a possibilidade de prorrogação para conclusão das exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações realizadas não só pelo portal e-Cidadania mas também por alguma Senadora ou Senador que assim quiser fazê-lo.

Para dar início à audiência, concedo a palavra ao Sr. General de Divisão Ivan Ferreira Neiva Filho, Chefe do Escritório de Projetos do Exército. Informo que terá 20 minutos prorrogáveis no ponto que acharmos necessário para conclusão.

Com a palavra, o Sr. Gen. de Divisão Ivan Ferreira Neiva Filho.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente da Mesa, antes de mais nada, eu queria dizer da satisfação, da honra e agradecer pelo convite para que nós pudéssemos apresentar esse sistema, que eu tenho certeza absoluta que é uma ferramenta importantíssima para o Estado brasileiro. O senhor tenha certeza de que o que nós vamos apresentar aqui hoje é muito mais do que uma solução militar para um problema militar, mas, na verdade, uma ferramenta que o Estado brasileiro está construindo e da qual dispõe para cumprir uma série de tarefas, uma série de missões que são fundamentais na atual conjuntura.

Esta apresentação, de acordo com o seu convite, nós vamos dividir em duas etapas. Eu vou fazer uma primeira apresentação, em que vou tratar do Sisfron como um todo e o contexto mais amplo em que está incluído; depois, na segunda etapa, o Gen. Duarte, que é o gerente do projeto Sisfron, vai detalhar um pouco mais as características e as condicionantes do próprio sistema, então, vamos descer na parte um pouco mais técnica só para dar mais visão àquilo que vou falar de maneira mais genérica.

Eu sou o Chefe do Escritório de Projetos do Exército. Como tal, eu sou responsável pela gestão de um portfólio de programas estratégicos do Exército, que são programas que transformam a Força Terrestre, que preparam a Força Terrestre para cumprir uma missão no século XXI, dentro de um contexto novo, um contexto extremamente desafiador que vai nos trazer realidades para as quais nós estamos ainda nos preparando. Entre esses programas, alguns deles de destaque, como, por exemplo, o Guarani, o Programa Astros

esses programas, alguns deles de destaque, como por exemplo o Guarani, o programa Astros, enfim, o programa da aviação, a cibernética, programas de vulto para a força terrestre, e dentre eles, um dos programas mais importantes é o Sistema Integrado de Monitoramento Fronteiras (Sisfron).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse contexto, eu gostaria de trabalhar um pouco mais, de tratar um pouco mais do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Para nós começarmos a fazer isso, antes de mais nada é preciso que tratemos da questão da fronteira brasileira; as características peculiares da fronteira brasileira que tornam essa faixa do nosso território, uma faixa bastante expressiva do nosso território, uma questão que precisa ser foco das preocupações nacionais.

Os dados por si só falam. São quase 17 mil quilômetros de fronteiras, uma das fronteiras mais extensas do mundo; são dez países lindeiros, são 570 Municípios, 11 Estados, ou seja, diversos níveis... Diversos entes da Federação que participam dessa faixa, que estão envolvidos nas questões relativas a essa faixa, uma diversidade física e geográfica muito grande. Nós estamos tratando de fronteiras do Pampa, uma fronteira no Rio Grande do Sul, mas também estamos tratando de uma fronteira no Mato Grosso, no Pantanal; uma fronteira de selva, na Amazônia.

Enfim, falamos, na verdade, de faixas de fronteiras – não é uma única fronteira – que têm características peculiares e fazem com que qualquer solução para o controle desse território deva ser também regionalizado, também deva ter características peculiares, de acordo com esse território.

Não há a menor dúvida de que é uma faixa onde a presença do Estado, de maneira geral... Obviamente, em alguns pontos a coisa é um pouco diferente, mas de maneira geral a presença do Estado é fraca. Nós temos áreas muito extensas de fronteira ainda muito pouco habitadas, onde a presença do Estado se faz quase somente por meio da atuação das suas Forças Armadas. E nós precisamos reconhecer, não há a menor dúvida, que o paradigma com que estamos hoje controlando a nossa fronteira, em última análise é o mesmo paradigma, o mesmo modelo que o português, nos séculos XVI e XVII, ao chegar no Brasil e se instalar, e construir essa fronteira, adotou.

Na verdade, a presença física do homem em pontos-chave, em pontos que demandam o interior, que controlam o acesso ao interior é o patrulhamento a pé, ou embarcado em pequenas embarcações; é o monitoramento baseado num sensor básico que é o olho humano, em alguns casos reforçado pelo equipamento de visão, mas muito simplificado ainda. Enfim, é o mesmo paradigma, guardadas as devidas proporções, que o português usava quando chegou ao Brasil, nos séculos XVI e XVII.

O que o Sisfron se propôs e o que está conseguindo fazer agora é mudar esse paradigma; é introduzir... Como dizia o antigo gerente do programa, é trazer o controle da fronteira para a área digital; é introduzir maciçamente tecnologia nesse controle e nesse monitoramento da fronteira. Agregar à presença humana – porque essa não vai deixar de acontecer nunca – uma quantidade de sensores, uma quantidade de meios de comunicação, enfim, meios de alta tecnologia que permitirão amplificar essa capacidade da presença humana na faixa de fronteira. Esse basicamente é o desenho do Sisfron. Ao que o Sisfron se propõe é isso, é trazer a tecnologia mais moderna do mundo, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conceitos mais modernos que existem no mundo para esse contexto e com isso reforçar a presença humana e amplificar a nossa capacidade de controlar essa extensa faixa do território.

a nossa capacidade de controlar essa extensa faixa do território. Não há a menor dúvida dos riscos que a falta de controle, ou o controle reduzido dessa faixa pode trazer: são os crimes transfronteiriços, crimes internacionais, é o tráfico, narcotráfico, contrabando, que afetam não somente a faixa de fronteira, mas vai afetar, na verdade, grandes cidades brasileiras.

A consequência de um pequeno controle ou da dificuldade de controlar essa faixa de fronteira, na verdade se faz sentir nas grandes cidades: é o crime organizado, é o narcotráfico, os crimes mais diversos, que começam e passam pela fronteira, chegando onde a nossa população está mais concentrada. Ou seja, o que nós estamos tratando não é um problema localizado à faixa de fronteira, na verdade, nós estamos tratando de um problema nacional e, ao resolvermos ou mitigarmos os riscos que acontecem hoje em dia nessa faixa, nós vamos resolver questões, que são questões de vulto nacional.

E é interessante também observar que a nossa própria base legal no que tange ao controle de fronteiras, diversas normas, diversas leis, que começam na própria Constituição Federal e eu não vou destrinchá-las agora, não é o caso, mas é importante destacar que a nossa concepção de controle de fronteira, em toda a legislação brasileira, isso é muito claro, ela é uma concepção integrada. Ela só funciona e ela só vai funcionar se houver uma atuação integrada em diversos órgãos.

As Forças Armadas, por tradição, que estão na faixa de fronteira e têm poder de atuar, poder de polícia de atuar nessa faixa, mas também a todas as agências ligadas à questão de segurança: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais, Polícia Militar, Polícia Civil Estadual, enfim, a Receita Federal, diversos órgãos, diversas agências que têm, por determinação legal, que atuar de maneira integrada. Se não houver essa atuação integrada, não haverá sucesso no controle dessa faixa de fronteira.

O Sisfron nasceu com essa concepção. Ele nasceu como um sistema que permite ou favorece essa integração. O desenho do Sisfron é feito para isso, para favorecer a integração entre as agências. E mais, há um documento importantíssimo para nós, que é o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, gerenciado hoje pelo GSI, pelo Gabinete de Segurança Institucional, que expande essa coordenação também aos países vizinhos, ou seja, a atuação na nossa faixa de fronteira é uma atuação integrada internamente ao Brasil e que procura a coordenação com os vizinhos e, de novo, o Sisfron é um instrumento que já nasceu com essa concepção, ele já nasceu concebido dessa forma: uma ferramenta de integração das agências nacionais, dos diversos órgãos nacionais e também de cooperação internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou descer a detalhes sobre os Sisfron agora, como o Sisfron funciona. Posteriormente, como eu disse, o General Duarte, que é o gerente do programa, ele vai detalhar um pouco mais.

Basta agora comentar que o Sisfron é um sistema que integra diversas capacidades, basicamente, capacidade de sensoriamento, monitoramento da área de fronteira, com a capacidade de tratar os dados obtidos nessa faixa de fronteira. Então, não basta obter esses dados. Esses dados são tratados, são levados ao decisor, para que possa desencadear uma ação oportuna, tempestiva e adequada.

Basicamente esse é o conceito. Baseado em tecnologia, nós trazemos informação, obtemos informação na faixa de fronteira, trazemos acenos de decisão, auxiliamos o processo decisório ou facilitamos, agilizamos esse processo, de maneira que a atuação possa acontecer de maneira coordenada posteriormente.

de maneira que a atuação possa acontecer de maneira coordenada posteriormente.

A concepção, o desenho do Sisfron o Gen. Duarte posteriormente irá apresentar-lhes. Se os senhores me permitirem, eu não vou descer a esse detalhe agora, mas, desde já, o Senador Trad esteve lá conosco e o convite já fica aberto para esta Casa, enfim. Aqueles que tiverem interesse e tiverem curiosidade de conhecer como funciona o Sisfron *in loco*, ele já está funcionando em uma faixa do terreno, já está entregando e isso que nós estamos falando em termos teóricos, na prática, já está acontecendo. Então, o convite já está feito para que venham conhecer essa faixa do terreno.

Pois bem, mas eu gostaria de descer um pouco mais em alguns aspectos referentes ao planejamento geral do sistema. Ele foi concebido para ser implantado por faixas do terreno. Como eu falei, a nossa fronteira é muito diversa, ela tem diferenças bastante expressivas entre essas faixas e o sistema foi desenhado de maneira que cada uma dessas faixas seja implementada a um tempo distinto, de maneira que pegue características locais. É difícil falarmos de um único sistema, um único Sisfron. Na verdade, nós vamos integrar diversos sistemas com características locais e com desenhos locais em função do terreno, em função das condições de cada um desses terrenos.

Ele está desenhado em nove faixas, mas que, na verdade, isso é um planejamento flexível, que está sendo de alguma forma flexibilizado. Ele era planejado para ser instalado inicialmente de 2012 a 2021. A primeira faixa, que já foi implementada, já está funcionando e já está praticamente toda ela aprovada no seu funcionamento, está lá em azul, aparece em azul naquele quadro, é o chamado projeto-piloto. São 650 km que já estão instalados na fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Então, essa faixa de fronteira já está funcionando, o sistema já está implantado e em fase final de testes. O Senador teve oportunidade – bom dia, Senadora. Como vai a senhora? – de conhecer pessoalmente essa faixa do terreno e pôde constatar que já é uma realidade nesse terreno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos agora numa fase que talvez seja o maior esforço de contratação que o Exército já tenha feito na sua história, que é a expansão da primeira fase para as fases seguintes. O Gen. Dahmer, que está aqui presente, é o responsável pela contratação dessa expansão do Sisfron. Como previsto, nós estamos expandindo agora para a chamada fase 2.

A fase 2 do Sisfron vai contemplar a fronteira do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso com a Bolívia. Então, ela se inicia, ela pega um trecho do Pantanal, ainda Mato Grosso do Sul, e depois a fronteira entre o Mato Grosso e a Bolívia até o limite com Rondônia. Então, é a segunda fase do Sisfron que está sendo implantada.

Ao mesmo tempo, nós estamos expandindo para o sul, nós estamos contratando a expansão para o Paraná e Santa Catarina, as fronteiras com o Paraguai e a Argentina. É a chamada fase 3 do Sisfron, que também estará sendo implantada no curto prazo, já está sendo contratada nesse momento e já numa flexibilização do planejamento inicial, já num avanço em direção à Amazônia, que é uma área que para nós está se tornando bastante sensível.

Nós estamos implantando a chamada fase 3 Alfa, que é a expansão do Sisfron para os pelotões de fronteira na região da Cabeça do Cachorro, da fronteira do Brasil, do Amazonas, com a Colômbia e com o Peru. Então, a Cabeça do Cachorro

Brasil, do Amazonas, com a Colômbia e com o Peru. Então, a cabeça do cachorro e, posteriormente, a calha do Juruá.

Se os senhores tiveram oportunidade, posteriormente, de comparar, as principais rotas hoje elencadas pela Polícia Federal ou pela Abin com relação à entrada de droga no País, correspondem exatamente a essas fases que nós estamos expandindo, ou seja, nós estamos expandindo o Sisfron de maneira a tentarmos bloquear as rotas que hoje são as principais rotas de entrada no País, sejam elas por meio do Mato Grosso, por meio do Paraná, Santa Catarina, e pela calha do Rio Amazonas. Esse é o desenho da expansão do Sisfron que nós estamos fazendo agora. Esse é o movimento que estamos tentando fazer. Isso equivale a aproximadamente 37% da faixa inicialmente planejada. E mais o início de instalação, no território amazônico, que não era previsto nesse momento agora.

Além disso, é importante destacar que o sistema está construindo e já está instalada uma série de centros de coordenação. Por que eu chamo atenção para isso? Se os senhores e as senhoras observarem, cada um desses pontos é um centro já instalado ou sendo instalado agora – os que estão em azul estão sendo instalados –, que permite a ação integrada das diversas agências. Nesses centros, há infraestrutura para que as agências, de maneira coordenada, possam controlar operações de repressão ao tráfico, ou repressão ao crime internacional. Então, já está pronta, funcionando e disponível, nessa atuação interagência, uma série de instalações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Trad e a Senadora tiveram oportunidade, por exemplo, de entrar em alguns desses centros, lá no Mato Grosso do Sul, que são instalações já preparadas e que já estão entregando... O importante é isso, elas já estão entregando uma capacidade de atuação integrada, capacidade de troca de informação, capacidade de coordenação de ações.

Além disso, é importante nós destacarmos e é importante a gente ter em mente o que nos impediu de já termos hoje o Sisfron concluído. O Sisfron começou em 2012 e nós tínhamos um planejamento inicial de que ele deveria ser concluído em 2021. No entanto, há um fator fundamental para ser apresentado e discutido nesta Casa. Inicialmente, o Sisfron era previsto para ter um orçamento – e isso em valores atuais, de hoje – de cerca de R$12 bilhões. Esse era o desenho original, esse era o orçamento original previsto para o sistema, que faria com que, em 2012, ao ser iniciado... E havia, à época, uma perspectiva muito clara por parte do Governo de aporte de recursos dessa monta. E a perspectiva era de que em 2021 nós tivéssemos já as nove fases instaladas. O que aconteceu, na verdade, é que nesse período de 2012 a 2019, nós recebemos R$2 bilhões, um sexto do valor original. Essa é a origem das limitações para a expansão do Sisfron.

Na verdade, embora tivesse havido, lá na origem, uma perspectiva muito clara de que haveria um aporte constante de recursos nessa faixa da curva que está em cima, o que se efetivamente apresentou foi um aporte de recursos muito aquém da perspectiva. Isso nos trouxe a essa situação em que das nove fases, nós conseguimos hoje ter pronta, implantada, funcionado a primeira fase e parte da infraestrutura seguinte. Por isso, nós fomos obrigados a fazer um replanejamento da implantação do Sisfron. Esses R$10 bilhões que restam ainda de implantação, nós relocamos e postergamos

restam ainda de implantação, nós relocamos e postergamos as entregas até 2035, que não é um quadro, de maneira alguma, favorável. Isso adia a entrega de um sistema fundamental para o País. E mais: isso nos traz um risco, aqui na frente, de nós estarmos entregando uma solução que, conceitualmente, já está antiquada. Esse é um risco que nós temos.

Essa extensão muito longa de prazo faz com que nós tenhamos que manter atualizado o conceito do sistema, sob o risco de, aqui à frente, nós já estarmos, de certa forma, obsoletos nas nossas entregas. Essa é uma preocupação permanente nossa.

Ou seja: do nosso planejamento original, de cerca de 12 bilhões, nós teríamos que ter recebido cerca de 10 bilhões, até 2019, e, efetivamente, recebemos 2. Esse contexto provoca, sem a menor sombra de dúvida, uma vulnerabilidade, na medida em que nós não conseguimos entregar para a Nação brasileira, para a sociedade brasileira, uma solução que a Nação precisa. E precisa de maneira bastante veemente.

Nós tínhamos, inicialmente, um planejamento para entregar em nove anos, de 2012 a 2021. No entanto, tivemos que prorrogar até 2035. E eu posso lhes assegurar: não há mais como prorrogar. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é mais prorrogável. Sob o risco, como eu falei, de nós estarmos entregando soluções, lá à frente, que serão já obsoletas na entrega.

No entanto, eu gostaria de mostrar um pouco dos impactos que isso já está causando e quais são os benefícios que o sistema já está trazendo hoje. Somente essa faixa implantada, somente cerca de um sexto daquilo que estava planejado, até agora, já funcionando... O que que nós já estamos conseguindo fazer?

O volume de apreensões tem aumentado, e aumentado bastante na área de atuação dele. Mas, mais importante do que isso, nós estamos conseguindo atuar de maneira integrada. O importante o seguinte: o Sisfron está se mostrando uma ferramenta de integração entre as agências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – E esse quadro é um quadro bastante relevante para nós, em que ele mostra o protagonismo das ações que, aos poucos, deixou de ser... A parcela de ação do Exército, como protagonista da ação, passou a se reduzir com a maior integração com essas outras agências. Ou seja, o que que está acontecendo hoje? O Exército faz um papel de afunilar, de forçar que o crime se desloque para determinadas áreas, onde, aí sim, os órgãos de segurança pública vão atuar. Esse é o desenho atual. O Exército patrulha áreas de fronteira onde os órgãos de segurança pública têm dificuldade de atuar. E, com isso, obriga o criminoso a se deslocar para determinadas áreas, onde, aí sim, as agências – a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, as polícias militares – vão poder atuar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Eu só queria concluir mostrando um outro impacto, que, para mim, é fundamental.

Esse dado – para mim é, talvez, o dado mais importante desta apresentação – nasceu de um relatório da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e ele mostra que custa ao Brasil cerca de 285 bilhões, por ano – por ano –, a violência pública. Daí, é muito simples. Nós concluímos o seguinte: se o Sisfron conseguir reduzir, pela sua implantação, cerca de 3,5%

Se o Sisfron conseguir reduzir, pela sua implantação, cerca de 3,5% desse custo da violência, ou seja, do impacto da violência na sociedade brasileira, em um ano, o Sisfron se paga. Eu não sou economista, mas é fácil observar o retorno sobre o investimento que o Sisfron traz: um ano de redução em 3,5% do custo da criminalidade no Brasil, do custo da violência no Brasil paga o restante do Sisfron, ou seja, a relação custo/benefício é óbvia e clara.

Para finalizar, o Sisfron, além de se pagar dessa forma, ele se paga de novo; ele tem uma segunda entrega. Esse é um levantamento da Fipe que mostra quais são os efeitos que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos feitos hoje no Sisfron, aqueles 2 bilhões que nós já investimos, produziram para a economia brasileira. Eles já geraram – 2 bilhões investidos –, segundo a Fipe, efeitos na nossa economia, já giraram na nossa economia cerca de 3,7 bilhões. Induziram um valor na cadeia produtiva de cerca de 6,6 bilhões, ou seja, ele está se pagando. Geraram um impacto de quase 2 bilhões no próprio PIB; geraram cerca de 8,5 mil empregos em todo o Território Nacional. São empresas nacionais que produzem materiais de alta sofisticação para serem empregados no Sisfron. Os 2 bilhões que nós empregamos no Sisfron já giraram cerca de 2,4 bilhões em salários, ou seja, o sistema está se pagando ao girar a economia. Ele se pagaria muito mais se nós conseguíssemos reduzir mais ainda os efeitos da violência, mas ele já se paga simplesmente pelo giro dos investimentos que são feitos produzem na economia. Ele já pagou cerca de 1,2 bilhão em tributos.

Diversas empresas nacionais são rebocadas por esse programa, e há um potencial de cerca de 40 bilhões para o futuro com os novos investimentos previstos. Se acontecerem, os novos investimentos permitirão cerca de 40 bilhões de valor gerado à economia; 50 mil empregos por ano; 7 bilhões em tributos; além de desenvolvimento da tecnologia e incremento da exportação. O Sisfron se paga duplamente. Ele se paga ao reduzir o custo da violência e se paga pelo efeito socioeconômico gerado na nossa sociedade pelo próprio investimento que é feito no Brasil.

Minhas senhoras e meus senhores, eu lhes agradeço pela atenção. A minha intenção era lhes apresentar os grandes números do sistema, e agora o Gen. Duarte vai detalhar um pouco mais, mostrar um pouco mais o que é isso, o que é essa solução que já está acontecendo no terreno.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Gen. de Divisão Ivan Ferreira Neiva Filho, que, de uma maneira muito própria, fez essa apresentação.

Eu peço à assessoria técnica que disponibilize essa apresentação para os Senadores, diante de alguns tópicos extremamente relevantes que foram ali incluídos.

E gostaria de fazer um registro: com o apoio da Senadora Soraya e da Senadora Simone, nós colocamos uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça que foi aprovada por esta Casa. É uma emenda de fortalecimento das instituições de Segurança Pública nas fronteiras.

A aprovação dessa emenda visa à modernização das estruturas físicas das unidades da Polícia Federal para auxiliar no combate ao tráfico de drogas e entorpecentes

para auxiliar no combate ao tráfico de drogas e entorpecentes e do crime organizado em todo o País. Visa dar mais suporte à investigação e prevenção a crimes de uso indevido, tráfico ilícito e produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causam dependência física e psíquica. Queremos também com essa emenda aprimorar o combate à criminalidade com ênfase em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da nossa região de fronteira, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

É importante fazer esse registro, porque todo o Senado prioriza a emenda inerente ao problema que a sua região apresenta. E nós conseguimos convencer os outros pares para que essa emenda fosse uma prioridade no plano de metas do orçamento vindouro. Era essa a explicação que se fazia necessária.

Agora, com muito prazer, passo a palavra ao General de Brigada Sérgio Luiz Goulart Duarte, Gerente do projeto Sisfron. Antes, porém, agradeço a presença da Senadora Soraya, lá do Mato Grosso do Sul. Muitos lá a intitulam como a madrinha do Exército brasileiro.

Com a palavra o Gen. Duarte.

O SR. SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – Exmos. Sr. Senador Nelsinho Trad, Senadora Soraya, senhoras e senhores, meu muito bom-dia!

Eu gostaria inicialmente de ratificar, reforçar o agradecimento do Gen. Neiva a esta oportunidade de virmos aqui conversar um pouco, apresentar o nosso Sisfron.

Na minha apresentação, eu vou, como o Gen. Neiva comentou, falar um pouco da concepção, mas procurando mostrar, com exemplos, com observações práticas, o que é realmente o Sisfron, como ele funciona.

O Sisfron, como foi muito dito, é um sistema de monitoramento. Então, o primeiro objetivo dele é obter informações. E uma primeira área de atuação nossa é o sensoriamento, são sensores, como o Gen. Neiva bem comentou. O primeiro sensor nosso é o olho do ser humano, que é a nossa capacidade de visualizar alguma coisa. O Sisfron vai trazer tecnologia, já está trazendo ferramentas para aumentar e muito a nossa capacidade de sensoriamento. E o que são esses sensores? Há vários tipos. Nós temos, por exemplo, os *drones*, a aeronave não tripulada, binóculos, óculos de visão noturna, radares de vigilância terrestre, um emaranhado de equipamentos que vão fornecer uma quantidade muito grande de dados. Esses dados que vão, como nós comentamos, ampliar e muito esses dados iniciais que nós temos numa determinada área.

Bom, e o que eu faço com esses dados? O próximo passo, o nosso bloco de atuação também do Sisfron chamamos de apoio à atuação. Esses dados precisam ser enviados para algum lugar. Então, também uma parcela muito importante do Sisfron são os meios de comunicações que nós temos para que tudo o que foi captado nos sensores trafegue e chegue a algum local onde será tratado.

Então, as comunicações táticas ou comunicações estratégicas que nós mostraremos em infovias permitem que esses estados fluam até onde? Até um centro de comando e controle

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fluam até onde? Até um centro de comando e controle. Nesses centros, todos esses dados serão analisados, processados, produzindo-se algo inteligente, algo sólido para que o decisor possa atuar. É o que nós chamamos de "formar a consciência situacional". Então, não é o Sisfron que atua, é o comandante da área, da fração, que vai, com esses dados, fazer uma atuação.

O Sisfron poderia terminar nessas duas áreas, mas também não adianta nós termos os sensores, os meios de comunicação, a capacidade de análise, e a tropa, quando for atuar, ter os recursos limitados. Então o Sisfron também contribui em outras áreas que nós chamamos de apoio a operação e Obras de Engenharia, que são para facilitar o trabalho daquela tropa que vai realizar uma determinada ação. Então, no apoio a operação, o Sisfron adquire viaturas, embarcações, para que a tropa que vai realizar aquela operação tenha melhores condições.

E também constrói quarteis. Muitas vezes nós precisamos ter um quartel novo para que aquela unidade, aquela tropa, possa realizar melhor a sua missão, dentro, inclusive, da Estratégia Nacional de Defesa, que diz que nós temos que adensar unidades na região da fronteira.

Além disso, todas essas áreas sempre com a preocupação de nós termos uma coordenação com os demais órgãos do seu órgão de segurança pública.

Senador, um ponto importante – nós falamos muito que o Sisfron é um sistema, é um sistema de sistemas –, eu queria ressaltar esse ponto que o Gen. Neiva comentou, da limitação orçamentária, que pode causar a quebra de um sistema, isso é que é importante que as pessoas entendam. Se eu não tiver todo o sistema funcionando, eu posso ter os sensores – captei muito –, mas eu não tenho meios de comunicação funcionando para que eu possa transmitir essas informações. E eu posso ter os sensores, os meios de comunicação, mas a minha parte de processamento, de *softwares*, está desatualizada, e não conseguirmos atualizá-lo. Então, tudo isso tem que funcionar integrado e para isso os recursos têm que ser suficientes. Também não adianta eu ter os sensores, os meios de comunicação, conseguir processar e não ter meios para fornecer à tropa para fazer melhor, para cumprir melhor a sua missão.

O Sisfron, como o Gen. Neiva comentou, já é uma realidade. Aqui nós já temos, ainda no projeto piloto, a imprensa já noticiou, algumas apreensões fruto do que foi levantado no sensoreamento e do trabalho conjunto com os órgãos de segurança pública.

Vou passar aqui – daquilo que eu comentei na concepção – algumas entregas já realizadas pelo Sisfron, isso só no projeto piloto. Então, senhores:

– Duzentos e setenta binóculos militares, melhorando a capacidade do nosso militar de observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Monóculos de visão noturna: 327. Então, operar à noite, a pessoa que faz o ilícito opera à noite. Na Amazônia – eu tive a oportunidade de comandar a Amazônia –, o cidadão normal, à noite, para, vai descansar. O ilícito é à noite, e nós hoje temos melhores condições de operar à noite com equipamentos como esses.

– Radares. Nós temos radares de vigilância terrestre que podem captar um alvo humano a uma distância razoável, uma viatura. Nós temos tanto em vigilância terrestre, quanto em viaturas, quanto em torres – tanto o radar como as câmeras de longo alcance –, aumentando a nossa capacidade de vigilância. Já foi entregue essa quantidade que está aí no nosso quadro.

vigilância. Já foi entregue essa quantidade que está aí no nosso quadro.

Eu falei dos sensores e vou falar do outro braço agora: e as comunicações? Os sensores estão muito bons, e as comunicações? O Sisfron já disponibilizou várias viaturas de comunicações e equipamentos. Vejam nesta tabela, que eu não vou detalhar, a quantidade de equipamentos que estão agora com os nossos soldados, para que eles possam transmitir aquelas informações, tudo que foi levantado pelos nossos sensores.

Eu falei da parte de comunicações táticas, agora falarei das comunicações estratégicas. Nós temos várias torres, que chamamos de infovia. Quase todas no Mato Grosso do Sul já estão instaladas, chegando ao Mato Grosso também, de onde as comunicações fluem, para que possamos enviar aqueles dados que foram coletados. Das 68 torres, 36 já foram instaladas.

Quero destacar um ponto no próximo eslaide: o caráter da integração desse meio. Então, hoje, no Mato Grosso do Sul, a Polícia Rodoviária Federal já instala equipamento dela nas nossas torres. Então, essa integração acontece; isso é economia de recurso para a polícia que ele pode empregar em outros equipamentos. Então, 17 torres nossas já estão com equipamento da Polícia Rodoviária Federal.

A Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul já está utilizando 25 torres nossas com seus equipamentos. Então, esse caráter sobre o que o Gen. Neiva conversou bastante, sobre o trabalho integrado com a segurança pública é uma realidade. Na expansão nós continuamos ainda. Essas torres permitem que possamos colocar equipamentos dos órgãos de segurança pública – Marinha e Aeronáutica também estão trabalhando conosco.

Eu falei da parte de sensores e da parte de comunicações. O *software* de comando e controle é um *software* nacional, o C2 em Combate – comando, controle e combate. Já entregamos em três unidades para que os militares possam, com essa ferramenta moderna, acompanhar todas as informações e colocar os dados todos para que possam fazer um acompanhamento e ter um controle melhor da situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falei dos sensores, das comunicações, do centro de comando e controle. Agora, falarei do apoio à operação, dando alguns exemplos de entrega do Sisfron.

São 29 torres de iluminação, também de uso dual, que podem ser utilizadas por órgãos de segurança pública também.

Há oito embarcações de reconhecimento e vigilância Guardian. São embarcações de grande capacidade de deslocamento. Eu tive oportunidade de acompanhar isto na Amazônia: muitas vezes o traficante ou quem comete ilícitos está em uma voadeira, só ele e o pacote. Praticamente metade da voadeira fica do lado de fora da água; se coloca o motor potente, ele vai embora, mesmo à noite. E nós temos de ter disponibilidade de recursos e velocidade para também acompanhar e deter aquele ilícito. Então, nós temos oito embarcações de alta capacidade e com armamento para que a nossa tropa possa fazer a missão da melhor forma.

Esse aqui é um ponto muito importante também. O Sisfron integrou o que a gente chama de "ambulancha", uma lancha adaptada para ambulância. Isso é muito importante não só para uso militar, mas para uso civil também. Então, vejam que, no interior da "ambulancha", há condições melhores para transportar um ferido ou para fazer um atendimento médico. Essa também foi uma entrega do nosso Sisfron.

Embarcações logísticas: nós chamamos Ferry Boat 140 toneladas.

140 toneladas. São embarcações que permitem que aquela tropa possa se deslocar melhor, levando os seus meios logísticos, e também podem ser utilizadas pelos órgãos de segurança – e já estão sendo utilizadas. Esse aqui é o caso do Forte Coimbra, nós colocamos lá em Coimbra essa embarcação.

Também na parte do apoio à operação, alguns equipamentos de engenharia: motoniveladoras. E também podendo lá ter o caráter dual: facilita o deslocamento de uma tropa e são utilizadas para o benefício da sociedade.

Um posto de atendimento médico avançado: isso foi distribuído pelo Sisfron, para facilitar a tropa, mas também pode ser empregado numa catástrofe. Nós temos isso para, junto com os órgãos de segurança pública ou os órgãos que atuam junto a alguma calamidade, poder utilizar essa estrutura também.

O Sisfron entregou vinte e quatro cavalos mecânicos. O cavalo mecânico é essa viatura com capacidade, e esse cavalo mecânico trabalha integrado com pranchas – a gente chama de prancha –, vinte e três de 45 toneladas e três de 60 toneladas, para fazer o seguinte conjunto: o cavalo com a prancha carregando uma viatura. Isso vai aumentar a capacidade de deslocamento daquela tropa para alguma operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falei dos sensores, comunicações, centros de comando e controle. Fomos para o apoio à operação, aqueles meios que nós entregamos para a tropa conseguir cumprir a sua missão da melhor forma. Outra área em que o Sisfron também investiu e investe bastante são as obras de engenharia: construção de aquartelamento para que as tropas possam ter, por exemplo, para as viaturas que nós compramos, uma garagem para que possam colocar essas viaturas. Estação de tratamento de água em Forte Coimbra: a tropa nossa tem melhores condições com estação de tratamento de água. Quartéis: esse aqui é de comunicações, é o Comando do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica em Campo Grande, para que aqueles equipamentos todos possam ser guardados em melhores condições, e o Batalhão de Inteligência, também em Campo Grande.

Bom, então, a concepção do Sisfron. Eu quis colocar essa parte mais prática: são sensores, capacidade de captar, capacidade de transmitir o que eu captei, capacidade de processar, também se adquirindo meios para que aquela tropa que vai cumprir aquela missão a cumpra da melhor forma.

Conclusão. Eu queria colocar um eslaide sobre algo que o Gen. Neiva comentou lá no início, a concepção do Sisfron, que é um sistema de sensoriamento e de apoio, mas quero destacar: à operação integrada... (*Pausa.*)

Quero registrar aqui a presença do Senador Angelo Coronel.

Satisfação! Prazer em revê-lo!

Então, destacando: operação integrada, para fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado. Senhores, esta é a concepção: a presença e a capacidade de ação do Estado.

Eu vou mostrar uma imagem agora que é exatamente isso na prática.

Esta foto, senhores, é lá na nossa Brigada de Dourados, isso aí é uma tropa de cavalaria, um pelotão de cavalaria mecanizado. Os cavalarianos dizem: essa nuvem, essa poeira que o pelotão faz. Pena que não tem som, porque os senhores veriam o barulho do aço e do ferro, em estradas vicinais, a qualquer hora do dia ou da noite, com sensores e equipamentos ali, empurrando, pressionando o ilícito para outros locais, para que os nossos órgãos de segurança possam

pressionando o ilícito para outros locais, para que os nossos órgãos de segurança possam atuar melhor. Isso aí reflete na motivação da nossa tropa e auxilia na transformação do Exército. Eu quis trazer esse exemplo para mostrar que isso é o que está acontecendo hoje em Dourados.

Contamos com os senhores para que possamos expandir essa ideia para toda a nossa fronteira.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Um desses aí já assusta. Imaginem dez, não é? Os caras devem estar correndo até agora.

Vamos lá.

Queria agradecer a presença do Senador Angelo Coronel, que foi conosco para a fronteira ver de perto a operação do Sisfron. Agradecer as palavras muito bem colocadas pelo General de Brigada Sérgio Luiz Goulart Duarte. Agradecer também a presença nesta reunião do Chefe da Assessoria do Ministério da Defesa, Sr. General Carlos Maurício Barroso Sarmento.

Abro agora para os Srs. Senadores, a fim de que possam fazer os questionamentos sobre alguma dúvida em função dessas palestras apresentadas.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Nelsinho Trad, no nome de V. Exa. cumprimento todos que aqui estão, Senador Angelo Coronel, servidores, as pessoas que estão assistindo a nós.

Cumprimentos os nossos Generais, General Neiva e General Goulart. É um prazer enorme tê-los aqui hoje.

Quero dizer que, como sul-mato-grossense, sou muito grata pelo Sisfron ter sido implantado ali. Nós temos muito orgulho do Sisfron! E temos batalhado bastante. Eu já contei para vocês que a nossa bandeira é: "Mato Grosso do Sul protegido, Brasil em paz".

Estive com o Ministro Sérgio Moro, pedindo a ele que utilizasse o Sisfron. Ele esteve nos Estados Unidos. E eles estão fazendo, lá na na fronteira tríplice, um projeto-piloto, fazendo ali um polo de informação concentrada. Como ele mesmo disse, é lógico que nós não temos a mesma estrutura dos Estados Unidos, mas está copiando a ideia. Eu insisti que nós já temos um local onde a informação pode ser concentrada e que já provou dar certo na greve dos caminhoneiros, mas, aí, cada um puxa a sardinha para o seu lado. E como a gente puxa para o nosso, eu vou ter que respeitar. Mas eu tenho insistido nisso.

Há um bom tempo a gente vem conversando sobre isso, lutando. Então, eu queria saber, perante o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, o que os senhores... Porque a gente está tentando trabalhar com emendas, fazer a nossa parte, mas queria saber se vocês já estiveram com os Ministros, porque é também uma questão da segurança, porque tem que tirar verba dali também, dos dois Ministérios. Se já estiveram com eles, como foi essa conversa. Porque em todos os Ministérios por onde andamos, é óbvio, a choradeira é impressionante. Ninguém tem dinheiro para nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem eu estive no Comando Militar de Campo Grande, e é uma tristeza geral. Semana passada estive na Defurv com os policiais civis. Saí de lá deprimida, juro por Deus! Eles me fizeram

Na semana passada, estive na Defurv com os policiais civis e saí de lá deprimida, juro por Deus! Eles me fizeram um pedido de munição, de armas usadas, de coisas simples. E eu levei isso para o Secretário, no Ministério da Justiça, e, na hora em que ele olhou aquilo, ele disse para mim: "É só isso que você está pedindo?". Tamanha é a necessidade e o desespero! Ali eles reformam a delegacia com o dinheiro deles. A Delegada Aline está fazendo um trabalho incrível. E há um índice muito grande de suicídio, de separação. Foi triste, foi triste!

Ontem, fui para o Comando Militar. A choradeira é a mesma. É uma tristeza! Gente, é verdade! Está feia a coisa, não é?

Temos que aprovar essa reforma da previdência. É lógico que ela não vai fazer um milagre sozinha! Depois tem que vir a tributária. Temos que aprovar a MP 881, referente à liberdade econômica, e uma série de coisas, para que caminhemos, para que sobre dinheiro no nosso caixa. Porém, esse Governo, o nosso Governo é um Governo que prega o Estado mínimo em saúde, em educação, em segurança pública e, é lógico, na economia. Então, nós estamos voltados para essas três questões.

No Brasil, há um caos. A nossa segurança pública é um caos!

Então, eu quero saber se deram esperança para vocês. Quero dizer – estou até colocando isto no Twitter – que vocês fazem milagre. São um exemplo de gestão. É impressionante o que vocês conseguem fazer com tão pouco! De R$12 bilhões,foram R$2 bilhões só. Não dá nem para acreditar até onde vocês chegaram com essa verba! Então, mais uma vez, meus parabéns! É um orgulho!

E quero saber também se a gente pode acompanhar vocês dentro desses dois Ministérios, para traçar uma meta com eles. Eu faço questão de estar ali cobrando dia a dia, mas eu gostaria de ir lá com vocês, se vocês precisarem. Faço questão disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Angelo Coronel para fazer a sua pergunta.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Quero cumprimentar o nosso General de Brigada – eu fico aqui muita à vontade, porque há um general ali na frente e um coronel aqui atrás; ficamos em casa –, o nosso Presidente Nelsinho e o nosso General de Divisão, o Ivan.

Eu sou até um pouco suspeito para falar desses *fronts*, porque, durante minha campanha, eu sempre defendi – não vou dizer que esta tenha sido a bandeira principal –, nos palanques, que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país com uma fronteira seca de 17km, com talvez 5% sendo fiscalizados pelo Exército brasileiro... Eu até tive o prazer de visitar parte dela em Mato Grosso. Passa governo, entra governo, e o monitoramento das fronteiras não é olhado com uma lupa mais apurada. Sempre digo que, se nós temos tráfico de drogas no Brasil e tráfico de armas, com certeza elas entram pelas nossas fronteiras secas. Nós não somos produtores de cocaína, não somos produtores de drogas sintéticas e muito menos de armas pesadas. E, quando você vê em batidas da Polícia apreensão de fuzis, eles não vão entrar pela aviação, mas entram pelas fronteiras terrestre, não tenho a menor dúvida disso.

Nós temos a situação do contrabando de cigarros

não tenho a menor dúvida disso.

Nós temos a situação do contrabando de cigarro, que já é também uma grande praga no Brasil, principalmente oriundo do Paraguai, e não há uma fiscalização efetiva.

Eu estou querendo até me reunir mais com pessoal do Exército para ver qual é a força-tarefa que a gente pode fazer, contando aqui com o apoio também dos Senadores que defendem a segurança pública como prioridade, para que a gente saia para combater a causa, e não deixe para o efeito, porque não adianta você comprar viaturas para equipar os Municípios do Brasil, comprar armas leves para equipar os nossos soldados de polícia que estão no serviço militar, se você não coíbe, se você não veda a entrada dos malefícios, que são a droga e as armas pesadas.

Eu já discuti outro dia até com o nosso Senador Jaques Wagner e com Otto Alencar, nos nossos voos de retorno à Bahia, que eu não sei... Eu até me queixei de Wagner – porque ele já foi Ministro da Defesa – de por que na época dele também não havia essa pressão maior no desenvolvimento, na evolução do projeto Sisfron.

Recentemente também foi anunciado um grande satélite brasileiro que iria ajudar em muito o Sisfron, mas parece que o satélite está ainda no papel, não está na sua evolução total. Pelo que eu vi, ao vivo e a cores, lá no Mato Grosso, na ida pelo convite feito por V. Exas., é que existem ainda também as torres, que são passíveis de ataque, são passíveis de serem demolidas, pode ser realmente colocada até, quem sabe, uma bomba, ou cortar... E, se é satélite, já fica mais difícil as pessoas cometeram essas avarias, porque satélite é satélite.

Eu cheguei aqui já no meio da apresentação do nosso Gen. Sérgio Duarte e do nosso Gen. Neiva – com quem eu tive o prazer de estar lá, e já vi que ele foi o cérebro dessa questão do Sisfron e que é um amante do nosso carro metálico de rodas –, mas pergunto: em que pé está, o que evoluiu nesse satélite que vai colaborar, que vai corroborar a questão do Sisfron? Quais são as perspectivas de monitoramento de toda a nossa fronteira seca? Se existe um cronograma para isso, para atendermos aí a divisa com dez Estados, se não me falha a memória, dez países; se existe já um cronograma do Exército para isso, para que a gente, de uma vez por todas, feche essa sangria, feche esse queijo suíço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a nossa fronteira, cheia de buracos, e que a gente possa ter uma segurança pública no nosso Brasil, que, é claro, não vai ser no curto prazo, mas pelo menos no médio prazo.

Se o Exército Brasileiro não assumir essa bandeira... Porque não é uma bandeira de partido político, não é a bandeira de Presidente; eu acho que é a bandeira das Forças Armadas. E, como o Exército para mim é o grande Comandante das Forças Armadas nacionais, é ele quem tem que assumir isso. E cabe a nós Parlamentares, com emendas de bancada, colocarmos, alocarmos dinheiro para que o Sisfron não fique só no projeto, não fique só no embrião; que realmente nasça o filho e ele cresça para que possa, no futuro, proteger a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu gostaria de agradecer a presença do Senador Jaques Wagner, que prestigia e enriquece a nossa reunião.

Vou fazer a minha pergunta e, aí, conceder três minutos para as respostas das três perguntas para cada um.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios – olhem que dado forte, meus colegas Senadores –, 88% dos Municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são rota de tráfico. Repito: 88% dos Municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

rota de tráfico. Repito: 88% dos Municípios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. É um número altíssimo para uma região composta apenas por dois Estados e com um menor número de cidades fronteiriças. Sabemos que as fronteiras secas que fazemos com a Bolívia e com o Paraguai são ingredientes que justificam esse triste dado estatístico. Fazem, então, da região importante espaço do tráfico de drogas para consumo interno e para exportação. Os dados indicam também que possivelmente existe uma malha de transporte interligada a outras regiões do País, pela facilidade de acesso aos grandes centros de distribuição proporcionada pela posição geográfica da área. A própria pesquisa da nossa Confederação Nacional de Municípios indica também que 83% dos Municípios pesquisados nesses dois Estados apontaram ter problemas específicos em relação à droga crack. Os problemas descritos e relacionados especificamente ao crack são, além do vício e da degradação a que leva o ser humano, como consequência: o furto, 18%, violência e roubo, 15%. Geralmente esses três problemas aparecem de forma quase igualitária, pois em localidades onde furtos e roubos crescem a violência normalmente vem atrelada. A pesquisa da CNM tem muitos outros dados que demonstram a gravidade da situação do tráfico e uso de drogas nos Municípios da faixa de fronteira. Sabemos que é um problema que exige abordagem transversal e não apenas repressiva, porém, sendo na fronteira, a ação dos sistemas de vigilância e da defesa se faz necessária e é fundamental.

Pergunto aos Srs. Generais: como V. Sas. entendem que mecanismos como o SIsfron possam ser mais eficaz para o combate do tráfico de drogas e demais ilícitos na fronteira?

Quem vai responder à pergunta da Soraya?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Se o senhor permitir, eu posso tentar fazer um apanhado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, com a palavra, por cinco minutos, Gen. Ivan Ferreira Neiva Filho.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, antes de mais nada, eu queria agradecer-lhe pela pergunta, porque me permite de alguma forma trabalhar um pouco mais os dados que apresentei inicialmente. Eu vou tentar sintetizar muito o conceito básico que o Sisfron tentar trazer como capacidade para a sociedade brasileira. Não é uma capacidade somente para o Exército brasileiro. A sociedade está-se valendo e tem que se valer do seu Exército para entregar-lhe como um todo uma capacidade nacional. Eu vou tentar sintetizar num conceito só: inteligência. O combate ao crime, não há a menor dúvida, o combate ao crime transfronteiriço, o combate ao ilícito tem que ser baseado num esforço nacional de inteligência, porque se não for assim... São 17 mil quilômetros de fronteira – o senhor comentou isso, Senador – extremamente porosa, extremamente difícil de ser guarnecida fisicamente. Se nós não tivermos um trabalho de inteligência muito bem feito... E aí é inteligência coordenada. Não adianta a inteligência ficar limitada ao órgão que a produz. Essa inteligência tem que ser trabalhada e difundida para os órgãos que vão poder atuar. Se não for dessa forma será impossível nós fazermos face

dessa forma, será impossível nós fazermos face a essa porosidade da fronteira. Um dos primeiros eslaides que eu apresentei mostrava justamente isso. A própria concepção da nossa legislação já fala nisso.

Ao criarmos o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), o Governo brasileiro já pensou numa solução integrada. A solução tem que ser integrada. Se não for assim, não vai funcionar, como a senhora falou. E nós procuramos em todos os escalões, desde a ponta da linha. A senhora viu em Ponta Porã. Lá em Ponta Porã, o Comandante do Regimento de Ponta Porã já procura a integração localmente, com a Polícia Militar, com a Polícia Federal, com a Receita Federal. A senhora viu isso lá. E isso tem que se expandir, e está se expandindo nos níveis superiores. Localmente, nas cidades, nos Municípios, na faixa de fronteira, nos comandos regionais, nas áreas regionais, a senhora citou Campo Grande, até chegarmos aqui a Brasília.

Então esse esforço de coordenação é básico e é fundamental. É inteligência sendo produzida. E utilizamos o sistema como uma ferramenta de integração, de coordenação. O desenho do sistema já é esse. Nós temos uma plataforma de integração das diversas agências. Ele já permite isso. Os meios que são colocados já nos permitem isso aí.

O Senador Angelo Coronel nos perguntou sobre o cronograma, com relação a isso. A nossa previsão inicial, eu a apresentei, era que nós tivéssemos, em 2021, concluídas as nove fases do Sisfron.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, limitações orçamentárias, históricas já, nos impedem isso. Para o senhor ter um dado que eu apresentei aqui anteriormente, nós tínhamos um planejamento, a valores de hoje, de cerca de R$12 bilhões para construir o sistema como um todo, 12 bilhões. As nove fases, as nove faixas do Sisfron, cobrindo todo o território nacional. Nós tivemos até hoje, até a data de hoje, cerca de 2 bilhões.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Dez países?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Com os dez países. Toda a fronteira, 17 mil quilômetros, nove faixas de fronteira, a valores de hoje, nós estimamos uma necessidade de cerca de 12 bilhões, dos quais cerca de 10, já deveríamos ter recebido até a data de hoje. Recebemos 2.

A previsão inicial do Sisfron, quando ele foi concebido lá atrás, era que ele se encerrasse, e entregássemos a última faixa de fronteira em 2021. No entanto, fruto dessa redução do aporte orçamentário, nós fomos obrigados a replanejar para estendermos essas entregas até 2035, o que de toda forma não é uma boa solução. Nós entregaremos a última fase do Sisfron já talvez com um conceito antiquado, ou seja, a redução...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – ... do aporte orçamentário ao longo dos tempos nos gerou uma vulnerabilidade, que é não termos o sistema implantado com a rapidez que nós gostaríamos e que a sociedade exige de nós.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Coronel, para poder... General. É porque é a mesma farda. E a gente fica preocupado.

É só uma questão de numerologia: 35 bilhões...

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Vamos lá: 12 bilhões é o orçamento do sistema como um todo, a preços atuais.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Quer dizer, para concluir o sistema hoje, precisaria 12 bilhões.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Precisaria 10, porque já recebi 2.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Dois. Com 10 bilhões, o Sisfron estaria 100% pronto?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Sim, senhor.

Agora vamos puxar um outro dado para o senhor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Isso aí é o cronograma financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Financeiro.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – E o físico, com 10 bilhões em caixa hoje?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Com 10 bilhões em caixa hoje, se nós conseguíssemos colocar em caixa hoje, em cerca de cinco ou seis anos nós conseguiríamos estar com o sistema todo implantado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Está bom, obrigado.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Eu gostaria só de puxar um dado para o senhor, que talvez aumente essa sua preocupação, ou de certa forma, esse questionamento que o senhor me fez. Há um dado da Secretaria de Assuntos Estratégicos, da SAE, da Presidência, um dado de 2015 na verdade, mas que é atual, que fala que o custo da violência no Brasil hoje são R$285 bilhões por ano. Esse é o custo da violência, que nós pagamos em seguro, nós pagamos em perdas

... de reais por ano. Esse é o custo da violência. Nós pagamos em seguro, nós pagamos em perdas, nós pagamos em aparato de segurança, enfim, são R$285 bilhões por ano.

Se nós conseguíssemos reduzir isso em 3,5% por um ano, nós pagávamos os R$10 bilhões que estão faltando. Ou seja, em relação ao retorno sobre o investimento... Eu não sou economista, eu não gosto de raciocinar em termos econômicos, mas eu acho que esse é um dado fácil para a gente: o retorno sobre o investimento, ou seja, sobre esse esforço se paga de uma maneira imediata.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Vocês chegaram a fazer assim uma projeção, com o Sisfron pronto, do quanto seria evitado em termos de entrada de armas e drogas? Chegaram, pelo menos, a formar uma ideia?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – O dado exato eu não tenho. É realmente difícil dizer, mas dá para se depreender. Dado o aumento, nessa faixa de fronteira, do número de apreensões que aconteceu quando o Sisfron passou a estar efetivamente implantado, eu tenho certeza absoluta de que a redução será bastante sensível.

E uma coisa que está acontecendo: esse dado da apreensão não é um bom dado, porque, na verdade, ele mostra o resultado inverso. O que a mim mais me interessa é o seguinte: a mudança do comportamento que nós estamos provocando em cima do traficante, que está obrigado a ter muito mais dificuldades, que foi obrigado, infelizmente, a migrar para outras áreas e, por isso, outras rotas estão aparecendo, de modo que nós temos de estender o Sisfron para outras faixas. Essa mudança de comportamento é que, no final, gera para ele uma vulnerabilidade que facilita que o órgão de segurança pública possa atuar e prendê-lo. O bandido passa a errar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esse o contexto em que o Sisfron vai se apresentar, não só no aumento da apreensão, mas na mudança de comportamento que provoca a atuação da polícia de uma maneira mais eficaz.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – General, nesse dado de R$12 bilhões, já está incluso o satélite?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Está o satélite... Na verdade, nós somos usuários do satélite. O satélite já está funcionando, já está implantado. Nós, agora, estamos instalando as estações terrestres para utilizarmos o satélite, o SGDC. Ele já está funcionando. Ele não é pago pelo SIsfron; é pago por outro orçamento, mas nós somos usuários do satélite – e seremos cada vez mais. Como o senhor falou, a melhor forma de trocarmos dados é via satélite.

Eu acho que, talvez, o General Duarte...

O SR. GENERAL DE BRIGADA R1 SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – Senadora, só para complementar muito pouco do que o General Neiva á comentou sobre a integração, que também a senhora comentou. Aquela infovia, aquele exemplo claro, como o General Neiva comentou, do trabalho do nosso comandante na parte mais tática, só foi possível não só no nível do Ministério, é que houve uma aproximação com o nível mais tático, aquelas torres que eu coloquei de compartilhamento. Então, isso é possível tanto na aproximação no nível mais elevado como no nível tático, que é o que nós estamos buscando sempre, ou seja, operações conjuntas.

Eu não coloquei o eslaide, até para não ficar muito longo, mas nós temos vários equipamentos que nós já emprestamos para os órgãos de segurança também. Meios de comunicação nós emprestamos, assim como óculos de visão noturna etc. Então, isso também é buscado para o nosso pessoal na ponta da linha.

Senador, com relação ao satélite, como o Neiva já comentou, ele está em implantação, porque é uma parte militar e uma parte civil. E o satélite será muito utilizado em outras áreas da fronteira.No Mato Grosso do Sul e parte do Mato Grosso, nós utilizamos as comunicações para trafegar aqueles dados todos utilizando aquelas torres de infovia. Na Amazônia, é inviável, pois não há cmo colocar torres no meio da selva amazônica. Então, nós vamos utilizar muito o satélite. Já estamos bem na ponta do Mato Grosso. Já temos quatro pelotões de fronteira que receberão as estações do satélite, e toda a Amazônia fará um uso muito grande do satélite também.

E, complementando, como senhor comentou do tempo, aqueles seis anos que o General Neiva referiu é que não se consegue fazer uma solução num ano só, porque são áreas diferentes, são ambiente operacionais diferentes...

fazer uma solução num ano só, porque são áreas diferentes, são ambientes operacionais diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem que ser estudo um de cada área. A solução da Amazônia não é a mesma solução, não será a mesma solução que nós utilizamos no Mato Grosso. Por isso que o tempo também de seis anos não é só comprar, não são equipamentos de prateleira. Nós temos que ter a concepção de cada área, como vai ser implementada.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Então, General, está em dia o recurso, porque seis anos, R$12 bilhões para concluir, receberam R$2 bilhões agora, leva ainda de cinco a seis anos. Então, o cronograma financeiro está no grau.

O SR. GENERAL DE BRIGADA R1 SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – Não – não.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Os R$2 bilhões que nós recebemos foram ao longo da história. Nós recebemos R$2 bilhões de 2012 até hoje. Era para termos recebido nesse período cerca de R$10 bilhões, de 10 a 12.

Então, na verdade, um sexto...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Ah, então, vocês só receberam do início do projeto até hoje R$2 bilhões?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Sim, senhor – sim, senhor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – De 2012?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – De 2012 até o ano de 2019, nós recebemos praticamente R$2 bilhões, grandes números, R$2 bilhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – General, mas como está a negociação com o Executivo? Porque, em termos de emendas, a gente consegue pouca coisa. Então, nós precisamos trabalhar com o Executivo.

Eu queria saber aquilo, se já estiveram em contato com os dois Ministérios e como a gente pode ajudar. Eu estou à disposição.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Eu não tenho a menor dúvida, o apoio desta Casa é fundamental, porque as emendas vão complementar o orçamento, que está muito limitado, a senhora sabe disso, nós temos um orçamento muito limitado. Nós temos, esse ano, o orçamento previsto para nós foi na faixa de R$300 milhões, dos quais cerca de um terço foi contingenciado.

Então, nós temos hoje em execução nesse momento cerca de R$220 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Só para o Sisfron ou o orçamento geral?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Só para o Sisfron. Não, Sisfron – Sisfron.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Duzentos e vinte milhões para o Sisfron...

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Hoje nós temos sendo executados cerca de R$220 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Até dezembro?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Até dezembro, com a possibilidade de serem descontingenciados cerca de cem, mais cem em cima disso aí.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas é pouco?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – É pouco, é muito pouco.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – E não existe uma conversa...

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Nós estamos trabalhando...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Isso dos dois Ministérios? Esse valor junta os dois Ministérios?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – É o nosso, é para o Sisfron, é nosso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – É o orçamento geral?

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – É o orçamento geral do Sisfron.

Nós estamos trabalhando, nós trabalhamos permanentemente no sentido de tentar ampliar o nosso orçamento, não só para esse programa, mas para todos os outros. No entanto, há uma limitação de teto, não há a menor dúvida, esbarra num teto de possibilidades.

Agora, eu não tenho a menor dúvida, é fundamental para a Nação brasileira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, então, contem comigo e, na hora em que for para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ... ir lá ajudar a pedir, eu vou com vocês.

O SR. GENERAL DE BRIGADA R1 SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – Só completando, como o General Neiva enfatizou bastante, esse valor de R$220 milhões não é suficiente para nós terminarmos. E aquilo que eu coloquei naquele desenho todo, se houver um atraso muito grande, parte do sistema pode não estar funcionando. O que acontece muitas vezes é termos sistemas incompletos. Há um equipamento muito bom, mas eu não tenho como transmitir a informação, eu não tenho como processar, eu não tenho como atuar.

Há alguma coisa, mas não é ideal.

A concepção de sistema, de tudo funcionando é muito importante. Então, só há alguma coisa, mas perde muito da capacidade de resposta, como o Senador comentou.

Isso é muito importante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – E de adquirir, de repente, o que está mais avançado, não é? Tem que comprar o que está menos avançado, não é?

Mas vocês também desenvolvem, não é?

O SR. GENERAL DE BRIGADA R1 SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Não só importam tecnologia, mas também desenvolvem...

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Existe uma opção estratégica brasileira para todos os seus programas, desde a origem, que é baseada na seguinte ideia: qualquer projeto forte de Defesa, tem que ser um projeto forte de desenvolvimento.

Então, a maior parte dos equipamentos utilizados em todos os programas estratégicos, não somente do Sisfron, foram desenvolvidos nacionalmente ou fabricados nacionalmente. Com isso, a gente consegue duas coisas: primeiro, a gente gera tecnologia nacional, tecnologia de ponta, negada no mundo inteiro, mas a gente consegue correr atrás, radares, por exemplo, é um caso típico, e, por outro lado, a gente está investindo em geração de emprego e renda no País.

Radares, por exemplo, é um caso típico. E, por outro lado, a gente está investindo em geração de emprego e renda no País. É aquilo que comentei: o Sisfron se paga duas vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL DE BRIGADA R1 SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – Só mais um ponto. Esse ponto do radar, que o Gen. Neiva comentou, é muito importante. Nós compramos. Uma empresa desenvolveu no País, porque a expectativa é de mais vendas. Com atraso orçamentário, se não conseguir ter mais compras, pode ser uma conclusão muito cruel, porque a empresa pode fechar ou perder o seu capital mais valioso, que é um engenheiro brasileiro que está trabalhando aqui, desenvolvendo. Esse lado cruel pode não aparecer, mas, com o atraso, pode ser muito sentido.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a participação dos Srs. Senadores. Nós temos dois Embaixadores aguardando na nossa sala.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Eu gosto sempre de apresentar algum tipo de solução.

Eu tenho feito um estudo em que os cinco maiores bancos do Brasil – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Itaú, Bradesco e Santander – recolhem por volta de 120 bilhões das nossas contas com aquelas tarifinhas de R$60, R$20, que nem reclamamos. Isso – eu tenho alguns espiões no segmento – chega a 120 bilhões. Os bancos dizem que isso chega a 30 bi.

Olhe bem, existe a Cide-Combustíveis, que é para fomentar o segmento. Eu estou aqui estudando com o meu assessor. Já pedi para ele para fazer logo esse estudo para tentarmos criar aqui a Cide-Segurança. E o recurso dessas tarifas bancárias, um percentual dessas tarifas bancárias – hoje o Governo não recebe nada dessas tarifas bancárias –, seriam destinados uns 10 milhões para o Sisfron e a outra parte dessa Cide eu também quero destinar para o fortalecimento dos hospitais públicos do Brasil. Então, senhores membros do Exército, podem anotar o nome: Cide-Segurança, porque eu acho que a segurança é a salvação deste País. País sem segurança é um país fraco, é um país vulnerável. Precisamos criar esse vínculo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. está honrando o nome que carrega: Angelo Coronel.

Bom, eu vou relatar aqui algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania.

Luiz Claudio, do Rio de Janeiro: "Tendo em vista que, antes de o Sisfron estar ativo e após a sua criação, ainda há contrabando e tráfico, qual mudança vem sendo notada?".

Já o Paulo Ferreira, lá do Rio Grande do Norte: "Acredita ser razoável a inclusão das viaturas e veículos de transportes da policia e do Estado nesse sistema de satélite?".

Rafaela Silva, de Sergipe: "Por que até o momento esse projeto não foi ampliado para toda a área fronteiriça?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Forence Lofrano, do Acre: "Temos um Presidente militar, Capitão Bolsonaro. Espero, até por ter votado nele nos dois turnos, que ele honre a farda e priorize os projetos do nobre Exército Brasileiro, dentre eles, esse do Sisfron".

Robson dos Anjos, de Minas: "Como os brasileiros podem ajudar as Forças Armadas na efetivação do Sisfron?".

German Meana, Minas Gerais: "O Brasil encontra-se capacitado para o uso de um sistema de segurança tecnológico, satelital e drones armados?".

Milena Santana, da Bahia: "O Governo está investindo em monitoramento de fronteiras?".

Adones Araújo, do Maranhão: "Como fortalecer o monitoramento das fronteiras? Quais as tecnologias que seriam necessárias

o monitoramento das fronteiras? Quais as tecnologias que seriam necessárias?

Apenas para constatar que a gente leu aqui oito perguntas, cada uma de um Estado diferente, para que os senhores generais e os Senadores observem como este é um assunto que toca as pessoas.

Eu dou dois minutos para V. Sas. responderem.

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Sim, senhor.

Eu lhe agradeço muito pelas perguntas porque demonstram exatamente o que o senhor falou. O problema de segurança pública, o problema de controle da fronteira, na verdade, é muito mais amplo do que simplesmente a faixa de 150km a partir da fronteira. Ele nos afeta. Eu sou carioca. Então, eu sou afetado, meu Estado natal é afetado, e como, por problemas que nascem na fronteira.

Não há a menor dúvida da necessidade de expansão, que é ligada, hoje, a uma questão orçamentária. O que nós precisamos é de ter mais recursos para expandir. A questão tecnológica, que poderia ter sido, no passado, um obstáculo para a expansão, já está superada. Nós já temos, hoje, tecnologia nacional eficaz testada produzindo resultados na fronteira. Então, são sensores baseados em radar, sensores eletrônicos, sensores ópticos, sensores baseados em aeronaves não tripuladas, nacionais, com tecnologia grandemente nacional, que já estão atendendo à demanda.

Então, o que impede, hoje, a expansão e a efetivação completa do Sisfron é uma questão orçamentária.

Agora, foi perguntado se já está produzindo resultado.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL DE DIVISÃO IVAN FERREIRA NEIVA FILHO – Eu não tenho a menor dúvida de que está. Já estão acontecendo, localmente, resultados que, expandidos, trarão para a sociedade uma redução do nível de violência, sem a menor sombra de dúvida.

Muito obrigado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... Duarte.

(*Interrupção do som.*)

O SR. GENERAL DE BRIGADA R1 SÉRGIO LUIZ GOULART DUARTE – ... o caráter de integração do Sisfron. Nós batemos muito, a palavra que nós mais utilizamos é integração, com os órgãos de segurança, para que, aí sim, nós possamos ter resultados cada vez melhores. Integração é a nossa palavra mais forte.

Acredito que, com isso, a gente encerra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, agradecemos a participação dos Srs. Generais, bem como dos assessores que vieram prestigiar esta reunião, e quero dizer a V. Sas. que esta é uma Comissão que vos pertence. É uma Comissão da defesa nacional, e o Exército Brasileiro sempre será muito bem-vindo a esta Casa, especialmente a esta Comissão.

Agradeço a presença do Senador Angelo "General", porque, depois desta colocação, ele já foi guindado por mim ao posto de, pelo menos, duas estrelas.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Nelsinho, já que V. Exa. também é da região e um lutador pela segurança pública...

Conversando aqui com o Wagner, surgiu-nos, num pensamento comum, uma ideia: o MPF está querendo pegar R$2,5 bilhões para fazer uma fundação que ninguém sabe para que será. Então, R$2,5 bilhões que estão aí nas contas paradas, de bens arrecadados pela Operação Lava Jato, também poderiam ir para o Sisfron. É segurança pública! Então, V. Exa., em nome da Comissão, como Presidente, pode fazer esse requerimento ao Ministério Público Federal para que destine esse recurso para o Exército tocar o Sisfron.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Determino à nossa Secretaria que se debruce nessa proposta e, se encontrar viabilidade, que assim o faça.

Senador Jaques Wagner, que foi nosso Ministro da Defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria só... Eu fiz questão de vir a esta reunião... Não conheço o assunto tão profundamente e seguramente como o General Ivan Neiva e como o General Goulart, que se dedicam profissionalmente às duas matérias, mas é evidente que, à frente do Ministério da Defesa durante nove meses, eu me orgulho muito de ter tentado contribuir. O problema fiscal brasileiro, infelizmente, sempre é um drama. Mesmo assim, conseguimos, em cada uma das Forças... Cada uma das Forças tem um programa tecnológico

Cada uma das Forças tem um programa tecnológico vinculado, a FAB tem um, a Marinha tem outro e o Exército tem alguns programas.

Eu só queria, então, saudar a sua iniciativa de valorizar toda a equipe que veio e dizer que, realmente, quando eu ouço o Governo Federal, não só este, ou mesmo o Ministério da Justiça, sempre falar de segurança, eu acho que não teria melhor investimento que esse investimento. Ele foi pensado para isso.

Eu ao tempo que fui Ministro da Defesa, fui Governador de Estado. E é duro a gente dizer, mas, na verdade, o secretário de segurança pública enxuga um gelo na ponta, porque quando o atacado chega, o resto virou um formigueiro. O *crack* é uma destruição da juventude nossa e é, infelizmente, a droga do pobre, porque o pobre não tem dinheiro para pagar a cocaína, que é igualmente danosa, mas estou dizendo que o *crack* tem uma rapidez de destruição mental que é uma coisa... E eu, como Governador, via a incidência sobre a juventude pobre desse mal.

Então, eu acho que em vez de... Às vezes, a gente ouve muita conversa, acho que a gente tem que ter foco. Se o problema é fiscal, a gente tem que ter foco. Diminuiria muito mais do que – eu acho – o que o general citou na ponta. Porque você ficar contratando policial militar, e é o que eu digo, vira um formigueiro depois que entra. Reparem a petulância do traficante, ele vai procurar o local onde ninguém imagina que por ali estaria. Esse último episódio desagradou a todos nós, de um funcionário nosso – por assim dizer nosso, porque é funcionário público – tendo a petulância de transportar um volume que é... Agora, onde é que ele foi procurar? Foi procurar onde ninguém desconfiaria. Essa é a arte do bandido, é a arte do ladrão. Ele vai ficar onde? Ele não ficar onde todo mundo vai procurar, ele consegue se infiltrar em outro lugar, porque são empresas multibilionárias, o dinheiro que isso rende.

E eu acho que a outra fonte que a gente poderia juntar nesta Comissão, Presidente, eu estou até lhe sugerindo isso... Muita gente fala de fora: "Isso aqui é rota". O.k. Nós temos o Fundo da Amazônia, podemos ter fundo também de controle dessa coisa. Parte desses equipamentos, a tecnologia vem de fora, por mais que a gente desenvolva aqui dentro, a matriz é de lá. Então, poderia ter cooperação internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente dos Estados Unidos está querendo levantar um muro que custa muito mais caro do que custaria completar o Sisfron daqui, o que daria muito mais efetividade ao combate, porque a gente sabe que aqui há uma ordem.

Então, é só para parabenizar o esforço profissional do Exército Brasileiro, que é a força de ocupação efetivamente, é aquela mais numerosa em ocupação. Eu tive orgulho de ver a extensão, no entorno de Manaus, da nossa fibra ótica lançada cheia de tecnologia nacional, como é que a gente vai conviver com águas ácidas no Rio Negro, etc. – então, eu só faço questão de parabenizá-la. E parabenizo V. Exa. que, estando nessa posição, pode aproveitar a sugestão que o Angelo Coronel colocou, como a sugestão da gente buscar parcerias internacionais que possam acelerar, já que a gente tem um problema fiscal.

Agora, eu não tenho dúvida de que o investimento de melhor custo benefício para a garantia da segurança... O cigarro não é cocaína, o cigarro vem de indústria, cocaína vem de fundo de quintal. E o volume de cigarro que vem para cá, já se estima 35% do consumo nosso é desse cigarro contrabandeado para cá.

Então, eu acho que é um trabalho para ser feito

cigarro contrabandeado para cá.

Então, eu acho que há um trabalho para ser feito, e eu creio que o Sisfron, sem dúvida nenhuma, precisava ser acelerado.

Eu só tenho a dizer – e já falei aqui com o Senador Angelo Coronel – que os dois bilhões que chegaram foram parte de quando eu não era Governo diretamente, mas era torcedor do Governo. Sem nenhuma crítica a outros governos, mas esse é um programa que já não é de um governo: é um programa de Estado e do Exército Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Queríamos agradecer a presença sempre com muita ternura da nossa Senadora, que enriquece esta manhã, Renilde Bulhões.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos e das autoridades aqui presentes, especialmente os nossos convidados: o Sr. General de Divisão Ivan Ferreira Neiva Filho, Chefe do Escritório de Projetos do Exército, e o Sr. General de Brigada R1 Sérgio Luiz Goulart Duarte, Gerente do Projeto Sisfron.

Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, de pronto, após despedir das autoridades militares, nós vamos iniciar a sabatina dos dois Embaixadores marcada para hoje.

Muito obrigado, e um bom dia.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia nove de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Dário Berger, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 30, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 31, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/09

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 30, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 02/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 31, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ROBERTO ABDALLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Helênica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 02/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido neste momento para que tome assento à mesa o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado e o Sr. Embaixador Roberto Abdalla, aos quais, em nome dos Srs. Senadores, damos as boas-vindas. (*Pausa.*)

Concedo, neste instante, a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 15 minutos, prorrogáveis, se for necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, porém, como nós já temos os relatórios técnicos e também o relatório dos Relatores já devidamente lidos, gostaria de propor a abertura do processo de votação para que os Senadores possam participar, em função de inúmeros compromissos em Comissões que todos nós temos.

Indago aos Srs. Senadores e à Sra. Senadora se podemos abrir o processo de votação das Mensagens 30 e 31 de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica na cabine à direita.

Os Srs. Senadores que quiserem, já tiverem o juízo formado acerca do voto, poderão para ali se dirigir.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, questão de ordem.

Eu queria aproveitar esta questão de ordem para parabenizar os dois Embaixadores, que vão representar bem o Brasil lá fora, principalmente o do Catar, onde teremos Copa do Mundo. Esperamos que, quando os brasileiros chegarem lá, a Embaixada esteja de portas escancaradas para nos receber e que saiamos de lá com o hexacampeonato brasileiro. Acho que V. Exa. vai, no momento certo, ao Catar.

Vou votar favorável à indicação de todos.

Temos de ir a outras Comissões, mas desejo boa sorte aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o pé-quente Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad.

Sra. Senadoras, Srs. Senadores, é uma honra participar, pela quarta vez, de uma arguição nesta Casa, a Casa do povo brasileiro. É sempre, para mim, um motivo de grande orgulho estar aqui, poder conviver com os Srs. Senadores e aprender e ouvir recomendações que naturalmente surgem e que serão sempre muito acolhidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Intenciono ser breve e dividir a minha exposição em três partes: um breve histórico de nossa relação com o Catar, a situação atual política e econômica do Catar e as propostas, digamos, uma reflexão sobre algumas ideias de atuação no Catar caso V. Exas. hajam por bem me confirmar.

O Catar é de uma região, como se vê no mapa, de ocupação humana muito antiga, desde os primórdios da civilização, porém não chegou a se constituir um centro irradiador de poder naquela altura, mas sempre esteve dependente de outros impérios, desde o Império Persa, o Império Romano, depois o Califado, enfim. E esteve, portanto, sempre ligado a algum centro hegemônico de poder. Ele se torna um protetorado britânico no início do século XX, mas, desde o século XIX, a família Al Thani, que é a família dos emires, já, desde o século XIX, claramente se destaca como uma liderança política importante na região.

O país começa tendo como principal atividade econômica a pesca de pérolas, que decai a partir da década de 30, dos anos 1930, porque surgem as pérolas de cultivo, então as pérolas de pesca se tornam menos competitivas. Porém, já no fim da década de 30 encontra-se petróleo e gás no Catar, e o país começa a exportar petróleo em 1949. Com isso, vê rapidamente aumentarem suas rendas, que estavam deprimidas, mas apenas em 1971, num movimento junto com outros países do Golfo, ele se torna independente, bem a tempo de auferir os rendimentos da primeira crise do petróleo, de 1973. Aí, com o aumento do preço do barril, o Catar passa a ter um grande aumento de suas rendas.

O Brasil estabelece relações diplomáticas com o Catar em 1974, mas nós temos embaixada em Doha apenas desde 2005. Sem dúvida, a presença da nossa embaixada em Doha levou a um aumento muito importante das trocas comerciais com o Catar. Também contribuíram para isso as visitas de altos dignatários dos dois países. Só para me referir a coisas recentes, acabou de ocorrer uma visita a Doha do Ministro Marcos Pontes, da Ciência, Tecnologia e Inovações, uma visita que naturalmente dará um grande ímpeto a nossa cooperação com o Catar nessa área.

Eu dizia que houve um grande aumento dos rendimentos no Catar, porém a exploração real dessa nova riqueza vem a partir de 1995, quando assume o Emir Hamad Al Thani, pai do atual Emir, e ele começa numa política de modernização do país e diversificação econômica, investimento pesado em educação, cultura. Põe a sua segunda esposa, xeica Mozah, como a Presidente da Fundação Catar, que é a responsável pelo ensino, pelos museus. O atual Emir assume em 2013, quando seu pai abdica em favor dele, o Emir Tamim, e ele continuará o projeto de renovação que o seu pai imprimiu.

O Catar, porém, dotado de tantas riquezas e de uma modernização grande, começa a buscar um perfil externo mais forte e começa a chamar para si eventos, como a Copa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mundo. Neste ano, houve lá o Mundial de Atletismo. São vários eventos que o Catar sedia exatamente como uma forma de estabelecer a marca Catar como uma marca de excelência, de modernidade.

E também busca uma atuação diplomática e política de mediação. É muito interessante o fato de que, em Doha, atualmente, há negociações entre os Estados Unidos e o Talibã para a transição, com a saída dos Estados Unidos do Afeganistão. Em Doha, também aconteceu, nesse fim de semana, um encontro do Talibã com o Governo do Afeganistão exatamente para a transição. Então, isso mostra que o Catar gosta de ser e busca ser uma ponte entre vários interesses.

Essa atividade do Catar levou, em 2017, a que seus vizinhos, notadamente Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos e Bahrein, estabelecessem um bloqueio, por terra, mar e ar, contra o Catar, uma situação que perdura até hoje e que gerou uma série de incertezas. Isso tudo é matizado pelo fato de que, no Catar, existe a maior base americana aérea na região e um importante comando aéreo americano na região, que opera em todos os países que são focos de distúrbios, a base de Al Udeid. Portanto, se há pressão dos vizinhos, o Catar, até por ter uma parceria muito forte com os Estados Unidos, se mantém numa situação de estabilidade.

O que o bloqueio fez – nisto eu posso entrar mais tarde – foi, ao contrário, diversificar as parcerias do Catar com outros países, o que, sem dúvida, ajudou ainda mais a economia do Catar. Só para lhes dar uma ideia sobre isso, o Catar tem apenas 2,8 milhões de habitantes, dos quais cerca de pouco menos de 300 mil são cataris; os outros são imigrantes. É o país considerado de maior renda *per capita* do mundo: são US$128 mil PPP, o que é algo extremamente interessante. O Catar é o maior exportador de gás liquefeito do mundo. Então, toda essa riqueza foi usada também para a modernidade, para a cultura, para a educação, de modo que hoje o Catar é um país plenamente alfabetizado e com pleno emprego.

Na nossa relação com o Catar, nós temos um certo equilíbrio entre exportação e importação, embora as nossas exportações ainda se concentrem em poucos produtos. Acho que temos espaço para ir muito além disso. Exportamos muita carne de frango, mas hoje em dia menos carne de boi – temos que aumentar –, exportamos minério de ferro, alguma coisa de máquinas. E as importações são, fundamentalmente, de ureia de fertilizantes e gás natural liquefeito, mas pouca coisa.

O campo dos investimentos é que é muito interessante. Existe um fundo soberano do Catar, o QIA, que tem cerca de US$320 bilhões em ativos no exterior. O Catar estima-se que tenha no Brasil um estoque de investimentos de cerca de 5 bilhões, em várias áreas, desde investimentos na Latam, em óleo e gás, no setor imobiliário, no setor financeiro, enfim, mas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimentos que sem dúvida poderão e deverão – e eu me empenharei para isso – aumentar muito.

Isso me leva à última parte da minha exposição, que são algumas reflexões sobre ideias de ação.

Eu disse que a nossa pauta de exportação tem muito espaço para crescer. Eu acho que, se temos a presença muito grande no mercado de frangos, que é praticamente nosso, o nosso agro tem todas as condições de crescer em termos de vendas para o Catar, e em várias áreas, não só de carne de boi, como eu disse, mas de soja, milho, enfim, outras áreas em que nós somos extremamente competitivos.

Quando houve o bloqueio em 2017, foi cortada... O Catar recebia cerca de 90% dos seus alimentos através dos vizinhos. Então, da noite para o dia, houve um corte de fornecimento muito grande. Isso fez com que o Catar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ... renovasse suas parcerias com outros países, e aí outros entraram em áreas em que eu acho que nós podemos fazer mais, podemos entrar mais. E sem dúvida isso é algo que eu pretendo explorar. O Embaixador Abdalla, que está aqui, descreve em seu relatório de gestão exatamente isso: não houve muito apetite nosso nessa altura. E eu realmente gostaria de, em conversas nos nossos ministérios e com os produtores, buscar maneiras de mudar esse quadro.

Eu acho que a Copa do Mundo pode e deve ser usada como uma vitrine nossa, porque a nossa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – ... excelência no futebol também deve ser entendida como uma excelência em tudo, na produção, em todas as áreas, e, portanto, temos que usar isso em nosso favor.

Além disso, nas áreas de defesa já há uma cooperação importante, mas isso deve continuar e se expandir; no setor de óleo e gás; e especialmente a busca de financiamentos do Catar para obras de infraestrutura no Brasil, as PPIs, um ponto que sem dúvida nenhuma é um campo muito fértil para os investimentos catares.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – E mais, só para concluir, isso tudo passa necessariamente por uma continuação e por uma intensificação das visitas de alto nível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na região. Todos sabem que na região e na cultura árabe, nada substitui as relações pessoais de amizade e confiança. Portanto, precisamos ter as visitas de parte a parte, cada vez mais, e com isso cimentar as relações entre o Brasil e o Catar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a colaboração do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, pelo adiantado da hora, por ter sido bastante preciso na sua explanação.

Faço o mesmo apelo ao Embaixador Roberto Abdalla...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente! Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Não seria mais viável, após cada explanação, o debate? Porque foge um pouco, quando entra outra informação de outro país.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está. Se V. Exa. quiser fazer perguntas, com a palavra V. Exa.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Seria mais dinâmico e o esquecimento seria mais aliviado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode fazer.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Embaixador Luiz, hoje o Brasil é o segundo maior produtor de soja, onde o agronegócio realmente desponta muito. A China, hoje, compra 80% da nossa soja. O Catar fica, saindo do Brasil para a China, bem mais perto. Existe alguma perspectiva, ou existe algum interesse – não sei se V. Exa. já levantou – de o Catar entrar também nessa rota da compra da soja brasileira? Ou também de produtos como o milho? Existe alguma ideia? Não sei se eles trazem dos Estados Unidos. Queria saber de V. Exa. sobre isso.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Senador, pela pergunta.

Não há dúvida de que obviamente eu ainda não comecei contatos com os ministérios aqui, em respeito ao fato de que eu ainda não fui aprovado pelo Senado. Mas sem dúvida é algo que eu vou buscar, exatamente para implementar cada vez mais, e diversificar, porque como eu disse, o nosso agro atende todas as áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Catar, que teve que buscar essa diversificação, encontra, no Brasil, um parceiro ideal. Agora, de fato há um problema de rotas, hoje em dia, por causa do bloqueio, que torna, às vezes, a distribuição de bens um pouco mais difícil, mas eu tenho toda a intenção de buscar, junto aos ministérios setoriais aqui e aos produtores, maneiras de implementar e ampliar cada vez esse leque nosso de exportações para o Catar.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – É porque preocupa muito o Brasil ficar somente... praticamente preso à China. Oitenta por cento da nossa soja são exportados para a China. Nós precisamos buscar mercados alternativos para que a gente dilua essa concentração das compras da China aqui no Brasil.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sem dúvida.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Então, é importante, já que o Catar, eu acredito, não usa a nossa soja, e, para ir à China, tem que passar pelo Catar, praticamente... Então, seria uma das suas bandeiras que eu gostaria que defendesse, logo na sua chegada.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Obrigado.

Usa pouco, não é, Roberto? Usa sim, mas pouco, não é?

Usa sim, soja sim, mas ainda muito pouco.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Alguém quer fazer mais algum questionamento para o Embaixador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com certeza. V. Exa., aqui, sabe que manda.

Vamos passar, então, a palavra ao Embaixador Roberto Abdalla. Posteriormente, quem quiser fazer alguma participação, fique à vontade para fazer as perguntas aos Embaixadores.

V. Exa. tem 15 minutos.

O SR. ROBERTO ABDALLA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, só para lembrar que, mesmo indo para a Grécia, o nosso Embaixador não pode olvidar a questão de que formamos aqui uma tríplice aliança: *abdallah* quer dizer "o servo de Deus". Não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. ROBERTO ABDALLA – Muito obrigado, Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad; Sras. e Srs. Senadores, membros desta Comissão, eu gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade de estar aqui com V. Exas., nesta manhã, para lhes submeter a minha indicação a Embaixador do Brasil na República Helênica.

Agradeço igualmente ao Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e extensivamente ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, pela proposição de meu nome.

Com anuência de V. Exa., eu gostaria de registrar, aqui em plenário, a presença da nossa ex-Embaixadora na Sérvia e na Etiópia, Isabel Heyvaert, assim como a do Embaixador Adalnio Ganem, que foi nosso Cônsul-Geral em Miami e Embaixador no Panamá. Muito obrigado pela presença de vocês.

É um prazer voltar a esta Comissão pela terceira vez. Tive a honra de ser por ela aprovado em 2009, para exercer as funções de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait, junto ao Reino do Bahrein, e, em 2015, para Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Sras. e Srs. Senadores, qualquer menção que se faça à Grécia nos remete, de imediato, à Antiguidade Clássica, à Atenas de Péricles, à democracia, aos deuses do Olimpo e muito mais, mas o moderno Estado grego difere, em muitos aspectos, do berço político e filosófico daquela grande civilização.

O moderno Estado grego foi fundado a partir de sua independência do Império Otomano, há cerca de 200 anos, e incorpora, igualmente, elementos de cultura bizantina e otomana.

Ao longo de sua existência, passou por períodos de grande instabilidade política. Houve alternância de períodos monárquicos com períodos republicanos; guerra civil; ditadura militar, até se iniciar o processo de redemocratização em 1974, com a extinção definitiva da monarquia e a fundação da atual República Helênica.

A Grécia é um país de 132 mil quilômetros quadrados; conta com 11 milhões de habitantes, dos quais 98%, de religião ortodoxa; e é considerada um país desenvolvido.

Malgrado a profunda crise que se instalou no país a partir de 2010, o país registrou no ano passado um PIB de US$217 bilhões e uma taxa de crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua renda *per capita* é de US$28 mil – dados de 2008; ocupa a 31ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, e tem uma taxa de alfabetização de quase 99%.

A Grécia é uma república parlamentarista, é membro da Otan desde 1952 e membro da União Europeia desde 1981 – foi o 10º país a se juntar à União Europeia. Conta com um Parlamento unicameral de 300 membros eleitos pelo voto popular para mandato de quatro anos. O Presidente da República não tem poderes executivos e é eleito pelo Parlamento com mandato de cinco anos.

Desde 2015 até ontem, a Grécia era governada pelo Primeiro-Ministro Aléxis Tsípras, da coalizão de esquerda radical Syriza em coligação com o partido Anel, dos Gregos Independentes.

As eleições legislativas estavam previstas para outubro, mas, em função dos resultados das eleições de maio, que foram municipais, regionais e para o Parlamento Europeu, elas foram antecipadas para o dia 7 de julho.

O Partido Nova Democracia, de centro-direita, sagrou-se vitorioso com 40% dos votos, seguido pelos Syriza, com 32% dos votos. Seis partidos estarão representados no novo Parlamento grego. O Nova Democracia, com 160 Parlamentares, conseguiu, assim, a maioria absoluta, sendo seguido por 86 Parlamentares do Syriza.

O novo Primeiro-Ministro é o Kyriákos Mitsotákis, e o novo Ministro das Relações Exteriores, Nikos Dendias.

No presente, não é possível tratar da Grécia sem examinar, ainda que brevemente, a questão da crise econômico-financeira que se instalou no país a partir de 2010, cujos efeitos perversos se estendem até o dia de hoje.

A atividade econômica grega está concentrada em unidades produtivas pequenas, suscetíveis a choques externos em larga medida, e também dependente do dinamismo no mercado europeu e das instituições europeias.

O setor agrícola responde por 4,1% do PIB, seguido pelo setor industrial, com 17%; e, depois, pelo setor serviços, que é o maior setor da economia grega, com 79% do PIB, e que abriga as duas maiores atividades gregas que são o turismo e os transportes marítimos.

Em 2008, a economia grega já apresentava desequilíbrio importante nas contas externas e nas contas públicas; tinha uma relação dívida pública/PIB de 108% e déficit em transações correntes de 14,5%. De 2008 a 2016, o país teve crescimento negativo. Em 2011, a taxa de crescimento do PIB grego foi de 0%... Perdão. Foi a pior delas: -9,1%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2016 é que a taxa de crescimento foi de 0%.

Para que se tenha ideia da gravidade da crise grega, nesses quase dez anos de crise, a economia grega foi reduzida em 25%. É uma coisa brutal, não é? Mesmo assim, a partir de 2017, o PIB voltou a crescer. Em 2017, apresenta uma taxa de crescimento de 1,4%. No ano passado, 1,9%. E a previsão é de que este ano o país cresça 1,8%.

A crise comprometeu, como vocês sabem, seriamente a solvência do país. Para enfrentá-la, foi preciso que o governo grego negociasse com a chamada Troika – composta pelo Banco Central Europeu, pela Comissão Europeia e pelo FMI – três programas de resgate que se materializaram através de três memorandos de entendimento, no valor de 280 bilhões de euros, esse foi o valor da ajuda europeia à Grécia para sair da crise. Em troca dessa ajuda financeira, a Grécia se viu obrigada a reestruturar sua economia de acordo com as linhas adotadas pelas principais economias da União Europeia. Foram, então, tomadas medidas de austeridade, iniciadas reformas liberalizantes com vista à redução do déficit fiscal e à eliminação do déficit em conta corrente.

Promoveu-se a seguir uma série de medidas que foram amplamente divulgadas pela imprensa em todo o mundo, como elevação de impostos indiretos, corte de serviços públicos, revisão de direitos trabalhistas, redução nominal do salário mínimo de cerca de 20% em 2012, corte de gasto nas áreas de saúde pública e educação e reduções seguidas nos salários de funcionários e aposentadorias. Para que os senhores tenham uma ideia, houve uma redução de um terço no nível pessoal de renda dos gregos nesse período, mas, sem dúvida nenhuma, o efeito mais perverso da crise que atingiu a Grécia foi o desemprego. A taxa de desemprego em 2013 chegou a 28%. E agora se concentra na faixa de 19%, que ainda é altíssima. E, entre os jovens de 15 a 24 anos, essa faixa chega a 39%.

Em agosto de 2018, a Grécia concluiu o programa de ajustes econômicos e se encontra agora sob supervisão quadrimestral da União Europeia e suas instituições credoras. Apesar dos avanços alcançados, o país ainda se encontra sujeito a severas restrições. Um dos compromissos do governo grego, por exemplo, foi com a formação de superávits primários de 3,5% até 2022 e de 2,2% até 2060, o que afetará negativamente a taxa de crescimento do país. É preciso registrar também que a dívida pública grega ainda permanece altíssima. No ano passado ela atingiu 184% do PIB.

Brasil e Grécia estabeleceram relações diplomáticas em 1912, portanto, 107 anos atrás. Interessa ao Brasil manter e aprofundar um diálogo fluido com a Grécia e também desenvolver um projeto de cooperação, sobretudo em função do singular papel que o país exerce no Mediterrâneo Oriental e também em frente à posição que a Grécia ocupa no âmbito da União Europeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil desperta grande interesse e simpatia junto ao governo e à sociedade gregos em face da sua relevância como ator político e econômico no cenário global e a diversos elementos da nossa cultura. Para dar um exemplo, o papel do Brasil nos Brics motivou uma cátedra na Universidade de Pireu, haja vista o interesse da sociedade.

A realização, no Rio de Janeiro, em 2016, dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com os quais a Grécia mantém laços históricos sentimentais, ampliou em muito o nosso nível de exposição, deixando claro o nosso potencial de extensão e fortalecimento do nosso poder brando.

Para o adensamento de relações bilaterais e de cooperação, é, obviamente, interessante estabelecer uma agenda de visitas de altas autoridades. No passado, a então Presidente Dilma Rousseff visitou a Grécia, o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras também visitou o Brasil, houve trocas de visitas de chanceleres e houve reuniões de consultas políticas em 2013 e 2016. Obviamente, dada a importância do Brasil e do papel que a Grécia ocupa na União Europeia, esse mecanismo de consultas políticas é um exercício que interessa ao Brasil.

No plano multilateral, são frequentes os apoios mútuos a candidaturas e proposições nossas, a Grécia sempre nos apoia nesses organismos internacionais e vice-versa. Em 2015, um dado importante: a Grécia apoiou a postulação do Brasil à vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o Brasil, por sua vez, sempre procurou apoiar a Grécia em todos os seus pleitos junto ao FMI.

Em termos de comércio, o comércio bilateral estava em queda desde 2011, mas voltou a crescer no ano passado, atingindo o valor de US$345 milhões. As nossas exportações totalizaram US$172 milhões, enquanto a Grécia exportou para o Brasil US$177 milhões. Há aí, então, um pequeno déficit para o Brasil de US$500 mil.

A pauta do comércio bilateral é pouco diversificada e concentrada em produtos de baixo valor agregado. Na verdade, 78% das exportações brasileiras são de produtos básicos e 20% de manufaturados. Exportamos principalmente café, chá mate, especiarias e tabaco.

Quanto às importações brasileiras, 96% dos bens que importamos da Grécia são manufaturados, seguidos de 2% de semifaturados e 1,7% de produtos básicos. Importamos, sobretudo, combustíveis minerais, basicamente nafta para petroquímica.

A Grécia, entretanto, apresenta um saldo positivo na balança de serviços com o Brasil. Há dois anos esse saldo foi de US$242 milhões, sobretudo em razão da presença no Brasil de empresas marítimas que fazem transporte de produtos de base, como soja e minérios, e também no setor de petróleo e gás, em que elas atendem às plataformas continentais e outros pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o atual contexto de limitada atividade econômica na Grécia, temos que ter presente que as oportunidades comerciais deverão se manter restritas num futuro próximo. Isso não significa que a médio prazo e a longo prazo elas não possam ganhar volume.

Há, entretanto, muitas outras possibilidades, sobretudo na área de cooperação. Eu, de princípio, já diria turismo, em que temos muito a aprender com a Grécia. A Grécia recebeu no ano passado 36 milhões de turistas, dentre os quais 60 mil brasileiros, e também de cooperação trilateral, a Grécia tem procurado fazer cooperação trilateral com Israel, Jordânia, Chipre. Então, poderíamos aí identificar áreas de interesse comum para desenvolvermos projetos de cooperação. E outro elemento que contribuiria seria a reativação de um voo semanal entre o Brasil e a Grécia, que existiu no passado e foi desativado.

Atualmente a Embaixada seguirá atuando na preservação dos interesses brasileiros naquele país. Para tanto, buscarei o apoio das várias câmaras – a Câmara Brasil-Grécia de Comércio, Industria e Turismo, o Conselho Empresarial Brasil-Grécia, o Conselho de Negócios Grécia-América Latina, e a Federação Helênica de Empresas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ABDALLA – Sem querer me estender muito, Senador, no plano parlamentar eu acho que vale muito a pena registrar a celebração, em 2014, em Atenas, da sétima seção da Eurolatte, que contou com uma expressiva delegação brasileira, e também a atividade do Grupo Parlamentar de Amizade Grécia-Brasil.

No plano cultural, há dois anos nós criamos a Casa do Brasil, que é um centro dedicado à atividade não apenas cultural, mas também comercial do Brasil na Grécia; é um ponto que já logrou entrar na agenda cultural de Atenas, e lá são realizados cursos de Português, oficinas de manutenção de identidades, exposições de artistas brasileiros, aulas de capoeira e muito mais. Manter e ampliar esse espaço obviamente será uma tarefa central que tenciono desenvolver caso conte com a aprovação de V. Exas.

Uma última palavra acerca da comunidade brasileira. São 4 mil brasileiros que residem na Grécia. Como V. Exas. sabem, a contínua assistência aos brasileiros, sejam eles residentes, sejam eles turistas, constitui uma tarefa fundamental da ação diplomática no exterior. Para tanto, contarei com auxílio do Conselho de Cidadania Brasileira na Grécia, que é um órgão colegiado eleito pela comunidade brasileira, e com os consulados do Brasil honorários em Salônica, Míconos e Pireu. Na medida do possível, procurarei aprofundar as atividades, além de identificar outros projetos que complementem os já existentes.

Em linhas gerais, Sr. Presidente, era o que eu gostaria de comentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a atenção de V. Exas. e me coloco à disposição para esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Grécia, realmente, é um país paradisíaco e tem algo lá que V. Exa. não citou: o grande azeite. O melhor azeite que existe neste mundo eu acho que é o azeite grego, bem puro.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta, para fazer apuração da votação dos Embaixadores.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Gostaria de solicitar a V. Exa., nobre Senador Angelo Coronel, que preside esta reunião aqui, substituindo o nosso Presidente oficial, que está aqui ao meu lado, o Senador Nelsinho Trad, meu companheiro e companheiro de longa jornada do seu pai, o querido Nelson Trad, lá na Câmara dos Deputados, que obviamente essas sabatinas são, em tese, basicamente apenas a ratificação da indicação do Governo de nomes que são expressivos na diplomacia nacional, visto que têm uma experiência acumulada altíssima. Do Embaixador Roberto Abdalla, na verdade, conhecemos o seu currículo, e do próprio Luiz Alberto Figueiredo Machado também. Eu diria que, para grandes postos, grandes nomes, grandes experiências, para que possam facilitar nas relações diplomáticas a presença viva, e ativa, e proativa do Brasil em todos esses fóruns. Obviamente, uma embaixada tem essa ação de capilaridade junto ao Governo do Brasil, do nosso País, e a esses governos em que V. Exas. conduzem as embaixadas.

Inicialmente, duas questões eu gostaria de deixar aqui para breve resposta e comentário dos Srs. Embaixadores. Primeiro, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado está indo para um país que tem a maior renda *per capita* do Planeta, alguma coisa agressiva, US$52 mil. Essa é a renda *per capita* do Catar, que vive sobre um verdadeiro lençol petrolífero. Portanto, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua economia é a economia que move o mundo hoje, que é obviamente o petróleo e o gás natural. Então, eu gostaria de fazer dois questionamentos a V. Exa.

Diz o relatório do ilustre Senador Esperidião Amin, qualificado Senador desta Casa, com uma experiência enorme, com uma capacidade de raciocínio fantástica e com uma responsabilidade muito grande quando se trata de questões parlamentares também, que o Fundo Soberano do Catar, o Qatar Investment Authority, é da ordem de US$320 bilhões. Por outro lado, o estoque de investimentos do Catar no Brasil é de aproximadamente em R$5 bilhões, em áreas como transporte aéreo, no caso da Latam, é investidor da Latam, bancos, agricultura, petróleo e gás, editorial e educação: grupos Abril, Anglo, Sigma, Editora Saraiva, Ática, Scipione. Sobressaem, entretanto, investimentos nos setores imobiliários e financeiros. Haveria, portanto, grande espaço para a busca de maiores investimentos daquele país no Brasil. Qual o papel da embaixada brasileira no desempenho dessas novas prospecções em função obviamente de um capital elevadíssimo que tem o Catar?

A segunda indagação, Sr. Embaixador: o Catar, com seus 11,5 mil quilômetros quadrados, quase a metade dos 21,9 mil quilômetros quadrados de Sergipe, o menor Estado brasileiro, é dono de um PIB dos maiores da Terra, com US$63,2 milhões por ano, por habitante, segundo o Banco Mundial. O Brasil, para comparação, tem US$9,8 mil de *per capita*/ano. Graças principalmente ao gás natural, ao petróleo e aos investimentos no mercado financeiro, o minúsculo emirado cresceu de forma exponencial a partir dos anos 1990. Antes era, na verdade, um país com as dificuldades que têm os demais países do mundo. Com o objetivo de tornar-se uma potência mundial até 2030, o Catar encara a organização da Copa de 2022 como uma parte importante nesse planejamento para dar-lhe uma visão global. Pretendemos, inclusive, Embaixador, quem sabe, estar lá, e que o senhor esteja lá também. Os catares compreendem o maior torneio de futebol do mundo como uma chance de mostrar o seu poder. Qual tem sido a participação do Brasil – esta é a pergunta – em termos públicos e privados nesse grande projeto do Catar e quais as possibilidades de se incrementar essa participação?

Inicialmente, eu faria as duas indagações a V. Exa. e depois ao Embaixador Roberto Abdalla.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Senador.

São dois pontos fundamentais. Sem dúvida, o Catar tem um estoque de recursos enorme nas mãos e tem buscado diversificar os seus investimentos. Inicialmente, ele partiu para áreas mais tradicionais, países mais tradicionais, como o Reino Unido, os Estados Unidos. O Emir do Catar está nos Estados Unidos hoje. Ele, ontem, jantou na Casa Branca e já anunciou compra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de aviões, mais investimentos etc., etc., e é isso o que nós queremos. Nós queremos também fazer parte dessa prosperidade do Catar.

A Embaixada tem um papel que eu vejo como instrumental ao mostrar a realidade brasileira para as autoridades locais e, sem dúvida, algo que eu disse na minha exposição, é fundamental a visita de autoridades brasileiras ao Catar, porque é uma região do mundo em que as coisas são feitas no aperto de mão, na confiança, olho no olho. E eu tenho a certeza de que a presença nossa, cada vez maior, com visitas levará a que naturalmente seja feito isso. Só para lhes dar um exemplo, está prevista uma missão da Secretaria das PPIs ao Catar, porque é uma área natural em que o Catar pode ter uma grande participação, em investimentos nos projetos nossos de PPIs. Então, é exatamente isto o que a Embaixada tem que fazer, faz e, se eu for aprovado, continuará a fazer: a promoção, cada vez mais, de oportunidades de investimento no Brasil.

Quanto à Copa do Mundo, nossa participação. O Catar já buscou e nós já temos uma cooperação com eles na parte de organização da Copa. Há uma simpatia natural muito grande no Catar pelo futebol brasileiro. Nós temos atletas lá, temos técnicos, preparadores físicos no Catar, enfim, o próprio Emir, mais de uma vez, já demonstrou uma grande simpatia pela Seleção Brasileira, eles vieram agora, na Copa América, participar. Enfim, é, sem dúvida, o futebol uma porta de entrada do Brasil e eu acho que nós, por todos os títulos, temos como aproveitar isso para fortalecer ainda mais a relação.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu ouvi com atenção as explicações de V. Exa. e, como o Emir está nos Estados Unidos também pelos petrodólares abundantes de que eles dispõem, e o senhor se referiu à possibilidade de compra de aviões dos Estados Unidos, nós gostaríamos também de que V. Exa., nessa articulação diplomática, mostrasse, e obviamente eles sabem, mas o vendedor, um bom vendedor procura o cliente, para que comprassem os aviões da Embraer, porque, queira ou não, hoje os aviões de médio porte da Embraer já estão realmente no mercado mundial, em todos os continentes. E, lógico, tenho certeza de que é uma das grandes bandeiras.

Eu digo isso com muito orgulho, porque, quando fui Deputado Federal, de 1991 a 2010, eu fui o Relator, na Câmara dos Deputados, do projeto de privatização da Embraer, à época, muito polêmica, mas nós sabíamos exatamente a dimensão que tinha aquela empresa genuinamente brasileira, desenvolvida nos hangares da Embraer, em São José dos Campos. Um dos seus grandes baluartes – sem citar outros – são Montenegro, o Cel. Ozires Silva, com quem mantivemos uma relação muito próxima naquele período de transição. E, obviamente, a Embraer, depois da sua privatização, tomou conta do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que V. Exa. possa, na verdade, dizer ao Emir: "Emir, olha, a Embraer é um orgulho para o mundo e é brasileira, genuinamente brasileira".

Quero agradecer V. Exa. por essa resposta precisa e desejar também que o senhor tenha um pé-quente, para, em 2022, nós ganharmos a Copa do Mundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Aí está resolvida a sua missão.

O senhor já foi aprovado ali por 11 votos favoráveis e nenhum contra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Onze jogadores. (*Risos.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito bom, Coronel. Muito bom, Senador. São bons presságios.

Com relação também ao Embaixador Roberto Abdalla, que vai ocupar uma missão num país que realmente é emblemático, que tem a sua história milenar – a Grécia, a Grécia dos deuses, dos templos, etc. –, nós sabemos a dificuldade por que passa a Grécia hoje na Comunidade Europeia e as ações que foram desenvolvidas para a sua recuperação econômica. Em 2018, oito anos e três programas de ajuda financeira. Depois, por parte dos europeus e do Fundo Monetário Internacional, a Grécia saiu oficialmente da tutela financeira ligada aos programas de auxílio da União Europeia e do FMI, após ter conduzido uma série de reformas dos impostos na aposentadoria – o que hoje nós também fazemos aqui – e no salário dos funcionários públicos. O país tem quase 1 milhão de desempregados, 43% dos jovens, para uma população de 11 milhões de habitantes. Diante do nível astronômico da dívida pública, que chega a 178% do PIB, a Grécia também se beneficiará de medidas para reduzir o peso dos empréstimos e das prorrogações das datas dos pagamentos. Sob pressão da Alemanha, entretanto, o país deve concluir todas as reformas prometidas para ter acesso a esse "relaxamento" – entre aspas – do pagamento das contas. Contraditoriamente, a saída da tutela garantirá à Grécia uma vigilância extrema, até 2022, nunca vista antes na Europa. Qual o balanço político e econômico que V. Exa. pode fazer de todo esse processo? A primeira pergunta.

A segunda pergunta. Na eleição realizada neste domingo, 7 de julho de 2019, o partido conservador Nova Democracia, de Kyriákos Mitsotákis, obteve 158 dos 300 assentos disponíveis no Parlamento. Portanto, a maioria, pouco mais da maioria absoluta. As promessas de maiores investimentos, empregos bem remunerados e menos impostos conquistaram os gregos, desgastados pelos anos de austeridade prescrita pela União Europeia e pelo índice de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desemprego mais alto da Zona do Euro. A pergunta é: há espaço para essa expansão prometida pelo novo Governo? O que se espera do cenário econômico dos Balcãs para os próximos anos em termos políticos e econômicos?

Sei que V. Exa. vai enfrentar um país em crise, mas obviamente com uma história milenar. E, lógico, tenho certeza de que a União Europeia e o próprio Banco Mundial entendem a posição política e estratégica da Grécia no cenário das grandes nações.

Eu gostaria de deixar essas perguntas a V. Exa.

O SR. ROBERTO ABDALLA – Muito obrigado, Senador.

Eu vou procurar responder às duas perguntas numa só, porque elas estão, de certa forma, relacionadas.

A questão da crise grega se tornou muito mais séria pelo fato de a Grécia ser membro da União Europeia. Até o caso grego, não houve, na União Europeia, nenhum país que enfrentasse as dificuldades que a Grécia enfrentou. Até 2008, por exemplo, a economia grega ia muito bem. De 1997 a 2007, a renda *per capita* grega cresceu 33% e a Grécia vinha crescendo a taxas de crescimento do PIB de 4% anuais, mas a Grécia sempre teve uma dívida pública muito alta.

O que a Grécia fazia? A Grécia pegava dinheiro emprestado – o dinheiro era barato antes da crise de 2008 –, pagava os serviços da dívida e assim foi rolando a dívida. Com a crise de 2008, o dinheiro ficou caro. Então, a Grécia se viu incapacitada de emprestar dinheiro barato para cobrir o serviço da sua dívida, e foi o que lançou a Grécia, digamos, na crise que se iniciou em 2010.

Tudo teria sido muito mais fácil do ponto de vista de solução da crise se ela não fosse membro da União Europeia, porque não há nenhum caso até hoje de *default* na União Europeia, muito menos na Zona do Euro. Não fosse ela da Zona do Euro, o que ela teria feito? Teria adotado a solução clássica: declarar moratória em metade da dívida ou em uma parte da dívida, fazer uma maxidesvalorização da moeda e começar a reconstruir sua economia a partir de então.

Isso não foi possível. Por quê? Por que, se a Grécia fizesse *default* e, pior ainda, se a Grécia saísse da Zona do Euro, quais seriam as consequências para a própria União Europeia? Isso nunca foi visto antes. Então, o remédio em cima da Grécia, dado à Grécia foi muito amargo, foi muito mais amargo do que o aplicado a outras economias.

Há que se lembrar que era mais ou menos a época dos chamados PIIGS, Portugal, Itália, Grécia, Espanha, Irlanda. Então, havia também um grande medo de contaminação. Quer dizer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a Grécia faz *default*, o que vai acontecer com os outros países da União Europeia? O que vai acontecer com o resto da Zona do Euro? Então, foi um remédio, foram medidas muito austeras que a Europa aplicou à Grécia.

O senhor me pergunta: a Nova Democracia, que se elegeu ontem, tem espaço para retirar a Grécia dessa crise? Sim e não. Sim, porque toda a questão, digamos, fiscal da Grécia está equacionada; ela tem um grande peso, que é produzir superávits primários de 3,5% até 2022, que é alto, e depois, 2,6% até 2060, um horizonte muito largo, que continua alto e que obviamente compromete a taxa de crescimento do país.

Agora, qual será a solução? É voltar à Europa e dizer assim: "Olha, essas promessas são viáveis, o povo grego, a sociedade grega necessita respirar numa economia que foi reduzida a um quarto". Para o senhor ter uma ideia, o PIB da Grécia só vai chegar aos níveis anteriores aos da crise em 2033 – estamos em 2019 –, mas será preciso coordenar com a União Europeia qual é a fórmula que se pode alcançar para dar à sociedade grega e ao novo governo grego espaço de manobra para voltar a crescer, para reduzir impostos, para aumentar salários e dar um pouco de folga a essa sociedade, a essa população que tem passado por momentos de muitas dificuldades. Não se tem notícia na história de uma maior crise, com remédios tão austeros, no século XXI e mesmo no século XX, dessa dimensão.

É preciso dizer também que a Nova Democracia já governou a Grécia antes. Na verdade, a crise se instalou na Grécia quando ela era governada pela Nova Democracia. Então, agora, é um novo momento dessa Nova Democracia, desse partido, com uma conjuntura completamente distinta. Então, espaço para mudar há, e o cenário econômico é de franca recuperação. O senhor veja, a questão do crescimento está mais ou menos encaminhada: o país cresceu 0% em 2016, mas ano passado cresceu 1,9%; este ano tem previsão de crescer 1,8%. Então, tudo vai depender também da estabilidade da Zona do Euro, de como o resto da Europa vai se comportar e do desenvolvimento do mundo como um todo.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Resultado.

Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão.

Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar: 11 votos SIM.

Brancos e abstenção: zero.

Ou seja, foi conduzido por unanimidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Embaixador Roberto Abdalla, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República helênica: também com 11 votos SIM.

Não houve brancos, nulos nem abstenção.

Agradeço a presença dos indicados. Manifesto meus cumprimentos e desejo-lhes êxito nas honrosas missões. Que a Deusa Deméter o conduza, nesse período, na Grécia para que a Grécia realmente volte a ter a fartura dos seus tempos áureos. E que o deus do futebol também ilumine o nosso Embaixador para que V. Exa. abra os caminhos para o nosso hexacampeonato.

Convite da Marinha. Comunico aos membros desta Comissão que foi encaminhado aos respectivos gabinetes de V. Exas. convite feito pelo Capitão de Corveta Thiago de Oliveira Romano, assessor parlamentar da Marinha, para acompanhar o exercício operacional do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. O objetivo da visita é apresentar a denominada força que vem do mar, uma força militar de elite da Marinha do Brasil, responsável por servir ao País nas mais difíceis ocasiões. O exercício será realizado no dia 12 de julho de 2019, sexta-feira, no Campo de Instrução de Formosa, em Goiás. A Marinha do Brasil providenciará o deslocamento dos Parlamentares, e os interessados podem entrar em contato com a Assessoria Parlamentar da Marinha, pelo telefone 61-995361519.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, desejando a todos uma boa condução. Que Deus os guie!

(*Iniciada às 10 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Lasier Martins, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Marcos do Val, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Roberto Rocha, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 10/2019 - CI, de autoria do Senador Zequinha Marinho, e REQ 30/2019 - CI, de autoria do Senador Zequinha Marinho. **Finalidade:** Debater a definição e importância do Plano Estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento do Estado do Pará. **Participantes:** Adalberto Tokarski, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; Newton Araújo Silva Júnior, Diretor Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab; Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Karoline Brasileiro Quirino Lemos, Diretora de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Rui Marques Lourenço, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Pará - SINDOPAR. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 36, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao REQ 33/2019-CI, a inclusão da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos) entre os convidados a participar da audiência pública de instrução do PLS 261/2018." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Faz uso da palavra o Senador Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/18

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Comunicado. Arquivamento de documentos recebidos.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, a Presidência comunica o encerramento do prazo para manifestação e o consequente arquivamento dos seguintes documentos: Ofícios nº 1 e nº 3, de 2019, da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Aviso nº 205, TCU-Plenário (Tribunal de Contas da União).

Comunicado da Presidência. Audiência pública interativa.

Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar do debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o 0800-612211

Da audiência pública. A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a definição e a importância do plano estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento daquela região, em especial do Estado do Pará, em atendimento aos Requerimentos nºs 10 e 30, de 2019, de nossa autoria.

Para a audiência foram convidados especialistas da área, a quem convido para que tomem assento à mesa: Dr. Adalberto Tokarski, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem-vindo! Quero convidar também o Dr. Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) – bem-vindo, Dr. Guilherme! Convido ainda a Dra. Karoline Brasileiro Quirino Lemos, Diretora de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) – bem-vinda!; e o Dr. Newton Araújo Silva Júnior, Diretor-Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – bem-vindo, Diretor! Convido também o Rui Marques Lourenço, Presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Pará (Sindopar).

Informo aos convidados que o tempo para as exposições será de 10 minutos, podendo acrescentar dentro da necessidade. Nós temos com uma concorrência muito grande na CCJ, indicação de membro do CNJ, mas, logo, logo, espero que nossos Senadores estejam de volta, até porque nós temos aqui na lista 20 presenças confirmadas.

Inicialmente, com a palavra o Sr. Adalberto, Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para a sua exposição. Por favor, Adalberto.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI (Para exposição de convidado.) – Senador Zequinha Marinho, é um prazer enorme estar aqui para tratar desse tema. Eu tenho costume de fazer a apresentação em pé, mas parece que fica um pouco mais difícil para a televisão. Bom dia, senhoras e senhores, todos os presentes aqui, meus colegas de Mesa.

Senador, vou falar rapidamente da importância do Arco Norte para o escoamento de grãos do Brasil. Antes de começar, eu cumprimento meu colega de Diretoria, Dr. Franscisval Mendes, que é lá do Mato Grosso. Eu vou passar, rapidamente, por esses quatro temas. Só falar que a Antaq – alguns não conseguem identificar – e a ANTT foram criadas junto com o Dnit, na Lei nº 10.233. É uma autarquia em regime especial, hoje vinculada ao Ministério de Infraestrutura. Agora, o nosso PL das agências traz outra autonomia. Acho que é importante para o Brasil as agências reguladoras terem uma autonomia maior.

Entrando no tema, produção e exportação de grãos, como dá para ver, é o seguinte: eu estou colocando um painel soja no mundo. O mundo produz 367 milhões de toneladas de soja. Estados Unidos, Brasil e Argentina detêm 81% dessa produção no mundo. O Brasil – olha lá na frente – detém 48%. Quase 50% de toda a soja exportada no mundo – eu vou mostrar que a gente tem o consumo interno e a nossa exportada – é produzida pelo Brasil, é exportada pelo Brasil.

E vem o milho. O milho é um pouquinho diferente. No mundo, é 1,099 bilhão de toneladas. Por que esse 1 bilhão, maior que a soja? Olha só, o milho tem um volume maior e um peso maior, só que ele não tem o mesmo valor da soja. E vamos pegar esses três países que produzem muito: Estados Unidos, Brasil e Argentina. Os Estados Unidos produzem 33%; o Brasil, 8,3%; e a Argentina, 3,5%. A nossa exportação, lá na frente, na última coluna, nós exportamos 17,5%. Vocês veem, na soja, quase 50%, que é a última coluna, contra 17,5% do milho. Por que isso? O milho, Senador, a gente estava produzindo só para o consumo interno, mas veio o quê? O advento da safrinha. Cada vez mais a gente vai estar incorporando essa safrinha melhor, e essa participação do Brasil na exportação vai aumentar bastante.

Falando aqui do nosso tema, o Arco Norte, na verdade, foi feita uma prospecção, que é a seguinte: vamos pegar o paralelo 16; para cima do paralelo 16 é o Arco Norte. Por que isso? Porque a evolução da produção começou no Sul, Sudeste e, depois, veio para o centro do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde está mais escuro é onde se produzem mais grãos – mais especificamente, soja e milho. Aí é o seguinte: Senador, nós produzimos, entre soja e milho, 217 milhões de toneladas. Já no Arco Norte se produzem 128 milhões, que é 59%. O consumo interno do Arco Norte, que é essa parte acima do paralelo 16, é de 25 milhões. Dos 128 milhões que se produzem, consomem pouco. Por quê? Essa região é produtora, tem poucas indústrias e já exporta 27 milhões. Você vê, o consumo e a exportação estão quase iguais. E, daqueles 128, tirando esses 52 milhões, vem o excedente de 75 milhões, do qual, eu até brinco, uma boa parte vai praticamente ao lombo de caminhão, porque, imagina, 2,1 mil quilômetros, sai de caminhão. Há a Ferronorte, que já tira uma quantidade grande, mas vai para Sul e Sudeste esse excedente. E, lá abaixo do paralelo 16, produz 88 milhões... Você vê que, acima, já são 128, Senador, mais que a parte debaixo, só que o consumo interno do Sul e Sudeste... Ôpa, olha o consumo enorme: 80 milhões. O que é isso? Para a produção de frango, para a produção de suínos. Então, um consumo grande. Sobrou só o quê? Oito milhões de toneladas. Então, há um superávit de oito. E há o excedente que vem lá de cima, de 75 milhões. Então, somando 75 mais 8, o Sul exporta 84 milhões.

O que seria interessante? É logico que eu estou colocando uma tabela, porque os números finais estão em 2017. Em 2018, já avançou mais. Nós estamos produzindo mais e exportando mais no Arco Norte. Qual é o futuro – e é importante para o Brasil? É você aumentar essa exportação pelo Arco Norte, porque sai dos portos da Região Norte, que ficam mais perto da Europa, ficam mais perto do leste dos Estados Unidos e ficam mais perto do Canal do Panamá, que foi duplicado, e você consegue chegar à China num custo menor, mais perto do que os portos do Sul e Sudeste. Então, tem a tendência de aumentar para lá.

Mas vamos lá. Vamos ver o que aconteceu. Eu peguei aqui o ano de 2009 e o de 2017 para ver a evolução, Senador Zequinha. Em 2009, o Brasil produzia, complexo soja e milho, 108 milhões. Em 2017, foi para 217 milhões, veja só, aumento de 229%. Na exportação, o Brasil exportava 43 milhões e passou a exportar 111 milhões, isso acima do paralelo 16. Acima do paralelo 16, que é o Arco Norte, houve um aumento, de 2009 para 2017, de 398%. E abaixo? Cresceu também, mas, olha só, 233%. E por que cresceu lá no Sul, Senador? Porque nós continuamos mandando produtos lá para o Sul, e fica excedente lá.

Vamos lá. Eu vou falar um pouquinho do Arco Norte. O que é esse Arco Norte? É tipo uma visão de um plano estratégico, uma visão de uma região para você poder fazer comparações, que compreende portos ou estações de transbordo dos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.

Isso aí vai pegando a parte mais norte – é lógico que, com o Maranhão, há uma parte do Nordeste também.

A participação do Arco Norte na movimentação portuária de soja e milho passou de 20%, em 2010, para 40%, em 2018. Opa! Já demos um salto grande.

E o que seria o Arco Norte? Se houvesse um visor aqui para marcar, eu diria que é da metade do mapa para cima, principalmente – a gente vai falar – Itaqui, Vila do Conde, Santana e Santarém. Saem esses produtos pelo Rio Madeira e pelo Rio Tapajós, de que a gente vai falar com mais detalhes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, eu só quero pegar um número. O gráfico mostra que, em 2010, a produção no Arco Norte era de 46 milhões – são 20% lá no final – e, em 2018, foi para 87 milhões, que são 40% do total do Brasil. Avançamos bastante. Eu só coloquei isso aí e pus os três pontos seguintes...

Essa evolução como é que vem? Ela está acontecendo porque, primeiro, em Miritituba e Itaituba, várias estações de transbordo de cargas já foram construídas e estão operando e outras estão entrando em operação, no Rio Tapajós. No Rio Madeira, nós tivemos três novas estações de transbordo de carga enormes – uma da Cargill, outra da Amaggi e a outra da Bertolini –, somadas ao porto público, que já movimenta grãos, e somadas a um TUP pequeno da Cargill. Então, já saía, mas agora começou a aumentar também.

Para onde vai do Madeira? Do Madeira vai para Itacoatiara – lá é esmagado um tanto – e vai também para Santarém, e bem pouquinho, para Vila do Conde. E de Miritituba e Itaituba? Praticamente quase 100% vão para a região de Barcarena, que é Vila do Conde. E um pouco vai para onde? Para Santana. Qual vai para Santana? A de Caramuru. Na verdade, é uma soja preparada para alimentar peixe lá na Europa. Então, é um produto já com valor agregado. Mas não é bem o farelo; é um componente melhor que o farelo, porque do farelo você tira tudo... É um componente... Ao longo da apresentação, vou lembrar exatamente o que é. É uma proteína, é isso – é uma proteína.

E por que que eu deixei só isso aí? Porque os craques do Dnit vão estar aqui para falar da 163. Mas o que deu para perceber é o seguinte: para sair de 40 milhões para 80 milhões... Em Miritituba – eu vou mostrar daqui um pouco –, começou no zero, há poucos anos, e já são mais de 10 milhões de toneladas saindo de lá. Esse avanço veio com o avanço da 163. E, para chegar a Itaituba e Miritituba – com detalhe o Dnit vai falar –, são 50km ou um pouquinho mais e, a Santarém, há mais um trechinho. Mas nós já estamos chegando lá.

Aqui é o mapa do Arco Norte, pegando só parte da Amazônia.

E aqui é o seguinte: a movimentação portuária. Eu vou detalhar. De Porto Velho, milho e soja: em 2010, eram 4,3 milhões; em 2018, 9,9 milhões – já passamos de 10 milhões saindo de Porto Velho. Por quê? Porque há três estações de transbordo de carga lá e há várias estações de transbordo de carga, Senador, em Miritituba.

Só que foi fundamental o quê? Haver um porto, ou melhor, três portos, que é o Porto da ADM, na região de Barcarena; o Porto da Hidrovias do Brasil, também na região de Barcarena, e o Porto da Bunge, também na região de Barcarena. Há estação de transbordo de carga onde você chegar para receber o navio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Vamos lá!

Muito rapidamente, essa é a movimentação do Porto Velho com detalhes. Eu vou deixar isso e vou andar um pouquinho mais rápido.

Em Itaquatiara, também há uma movimentação que vem crescendo ano a ano.

Essa é a de Itaituba-Miritituba. Aquele número ali de 5,7 milhões em 2018 é referente só às estações de transbordo de carga que informaram para a Antaq. Há algumas que acabaram de ser inauguradas e que não entraram no processo ainda da estatística, mas, para 2019, o número passou um pouco de dez milhões de toneladas, somados milho e soja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Itaituba, no caso específico, está Caramuru, do outro lado do rio. Todas as outras estão em Miritituba, do lado direito, à margem direita do Rio Tapajós.

Essa é a movimentação portuária em Santarém. Veja só, Senador: em 2018, foram quase nove milhões de toneladas. Ela vem crescendo ano a ano. Há investimento novo da Cargill. Em Santarém, está detalhado um pouquinho mais. E em Santana? Veja só, houve um declínio em Santana. Falam: mas como? Foram cinco milhões de toneladas em 2010, chegando a oito milhões de toneladas, e agora há 1,576 milhão de toneladas. Sabem por quê? Movimentava-se minério. E aí caiu o porto ao lado do porto público e declinou. A parte boa é a seguinte: boa parte desse 1,576 milhão de toneladas é de grãos, e vai aumentar bastante isso aí.

Mas vamos ao histórico da movimentação portuária de Santana. Está lá o resumo; não vou me deter nisso.

Em Vila do Conde – olha só! –, sai de 18 milhões de toneladas em geral para, em 2018, 29 milhões de toneladas. Isso é toda e qualquer carga! Depois, está lá: soja no Brasil e em Barcarena. Na verdade, começou a movimentar em Barcarena grãos, milho e soja, no ano de 2014. Saiu de 1,380 milhão de toneladas para 9 milhões de toneladas, no caso da soja, e saiu de 260 mil toneladas de milho para seis milhões de toneladas. Então, foram 15 milhões de toneladas em Barcarena nesses poucos anos, de 2014 a 2018; em 2019, já há um pouquinho mais.

Eu vou passar um pouco rápido.

O Porto de Itaqui – estou falando disto porque faz parte do Arco Norte – também vem crescendo nos últimos anos.

Dessa aí eu não poderia deixar de falar. Falo em Arco Norte.

Senador, o senhor defende muito a implantação da Hidrovia do Tocantins. Se nós tivéssemos essa saída, pegávamos mais dez milhões de toneladas na região do Araguaia, no nordeste de Mato Grosso, saindo para Barcarena. Então, precisamos – está aí a nossa diretora aquaviária – do derrocamento do Pedral do Lourenço. Foram gastos R$3 bilhões nas eclusas, e ela tem pouca serventia. Precisamos fazer o derrocamento, para funcionar isso aí também. É uma hidrovia que pode atender comboio de 200m, para chegar à capacidade de 19 mil toneladas nessas eclusas. Então, pode ter um ganho o Brasil, com a movimentação, com a saída pelo Pará, muito grande, com essa hidrovia funcionando.

Eu quero falar um minuto sobre o transporte de passageiros. A Antaq tem uma visão muito detalhada sobre esse transporte, fez um estudo sobre transporte de passageiros em 2013 e, agora, em 2018, com a Universidade Federal do Pará.

São 10 milhões de passageiros, a movimentação de passageiros. Não é uma coisa qualquer. São 559 embarcações, 97 Municípios atendidos. Desses 97, tenho certeza de que 50, pelo menos, não têm outra chegada; é só o rio. Então, ele é estratégico, esse transporte regional, mas não é só esse, não. Há embarcações que vão do Pará para o Amazonas que têm 700, 800 vagas para pessoas, para transportar 800 pessoas.

A Antaq trabalha na regulação para melhorar a qualidade, inclusive há uma campanha do Rio Limpo, Amazônia Viva, porque fala-se muito no meio ambiente da Amazônia e às vezes se faz pouco.

E aqui, Senador, é um mapa preocupante para o Pará. Olha só: o verdinho são os terminais prontos, funcionando, que estão principalmente no Amazonas. O vermelho, instalação; azul, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obras. O vermelho, em projetos. No Pará, você vê que só tem em projeto e alguns em obra. Então, nós precisamos, se a gente olhar com detalhe, de mais investimento para vários terminais, pois há várias cidades que não são assistidas por terminais decentes na Amazônia.

Eu vou até dar um pulo aqui – não está aí a informação. Vou voltar ao transporte de passageiros. Nós precisamos, tanto para o Estado do Pará quanto para o Estado do Amapá, da construção de terminais de passageiros. Isso é fundamental para a sociedade da Amazônia. Então, eu quis colocar isso, está dentro do Arco Norte, não é a movimentação de grãos, mas ela é estratégica para o Brasil.

Finalizando, o seguinte: a Antaq só tem 395 servidores no Brasil. É o terceiro menor número de servidores entre as dez agências. No Pará, nós temos a maior unidade regional do Brasil – temos 14 unidades regionais, 12 postos avançados dentro dos portos.

Na parte de estatística aquaviária, a gente tem excelência. Quem fala sobre estatística de movimentação portuária no Brasil, realmente, é a Antaq.

Então, era mais ou menos com isso que eu queria finalizar, dizendo o seguinte: a evolução do Arco Norte é você ter um avanço no transporte de grãos no Brasil, que fica assim, eu até brinco: sai um caminhão lá do Mato Grosso e vem arrebentando as estradas, principalmente federais, e quem paga, se for de caminhão, é a sociedade. Então, precisamos de mais ferrovias e de utilizar o transporte hidroviário.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Dr. Adalberto, pela exposição. Esse é um setor estratégico, que precisa ser olhado com muita atenção.

Com a palavra a agora o Dr. Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento do Dnit.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO (Para exposição de convidado.) – Bom, Senador Zequinha Marinho, obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui. Senhoras e senhores, eu vou fazer uma apresentação compartilhada com a minha colega, diretora da parte aquaviária, Caroline. Depois dessa brilhante palestra do Adalberto, eu vou até me furtar a passar mais rápido o meu primeiro eslaide, que é a justificativa da importância do Arco Norte.

Mas a primeira parte dessa apresentação, já depois de bem falado pelo Alberto da importância, é em relação ao que o departamento, o que o Dnit vem fazendo em relação às rodovias especificamente. Então, aqui há uma pequena demonstração das principais rodovias federais em que nós estamos atuando, seja na parte de execução de obra, seja na parte de projetos e estudo de viabilidade nessa região mais voltada ao escoamento da produção. E a gente vai entrar um pouquinho em detalhes aqui sobre cada uma delas e depois a gente fica à disposição para tirar algumas dúvidas, eventuais dúvidas em relação aos procedimentos e em que estágio se encontra cada um desses empreendimentos.

Bom, no primeiro deles, a gente vai falar da BR-364, que liga Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, até Porto Velho. É uma rodovia já implantada. Parte dela no Mato Grosso está sofrendo adequações de manutenção e parte lá em Rondônia também está sofrendo intervenções de manutenção. Há uma perspectiva, já houve estudo relacionado à possibilidade de realizar concessão na BR-316, mas isso ainda não está implementado, mas são todas as rodovias que obtêm e têm contratos de manutenção no Dnit, tanto contratos de manutenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estruturada, que a gente chama de contratos de restauração, quanto contratos de conservação mais simples.

A próxima rodovia de que a gente vai falar é a BR-163, que, como o Adalberto falou, é um importante corredor que liga Cuiabá até Santarém. Dentro de Cuiabá parte dessa rodovia já está concedida até Sinop e, depois de Sinop até o Porto de Miriituba, ou até Santarém, a rodovia está sofrendo em parte da sua pista que já está pavimentada contratos de conservação, e o Exército brasileiro está atuando nos quilômetros faltantes de pavimentação, que são aproximadamente 50km, um pouco menos. E a nossa perspectiva é de que neste ano a gente consiga finalizar essa pavimentação da BR-163 para que a gente facilite ainda mais o escoamento.

Na BR-163, que é coincidente com a BR-230, nessa... Não aparece, mas na região ali entre Miriituba e Rurópolis, nós temos um contrato de implantação da BR-163, parte dela ainda não está pavimentada. E, de Rurópolis até Santarém, ela já está toda pavimentada, é simplesmente um contrato de manutenção que o Dnit possui. Então, em relação à BR-163, é isso.

Aqui no quadro de baixo, a gente tem as informações relacionadas ao que nós temos de LOA 2019 para este ano e o que está sendo proposto pelo Dnit para o ano que vem para essas rodovias.

Na BR-174, dentro do Mato Grosso até a divisa com Amazonas, a gente tem dois segmentos: num em que há uma parte pavimentada, há um contrato de conserva, e, no outro segmento, há um convênio com o Estado do Mato Grosso em que estamos realizando projeto de implantação dessa rodovia e da mesma forma os detalhes da questão orçamentária.

Na região da BR-242 – e aqui ela está sobreposta a 364, num pequeno pedaço –, o que mais importa aqui no Mato Grosso é a região onde ela não se encontra pavimentada. Da BR-242 até a BR-158, uma parte dessa rodovia não está implantada, apesar...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Onde é?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Na verdade, é da 163, para a parte leste, até a 158, onde tem uma parte que não está pavimentada.

Nós já possuímos contratos de licitação, via contratação integrada. A questão que está faltando é o licenciamento ambiental, sobre o qual estamos em discussão junto com o Ibama, e também os estudos de componente indígena, junto com a Funai.

Há uma proposta de alteração de traçado para proteger uma região que é sagrada pelas aldeias da terra indígena no Xingu, e a gente está ainda na discussão da definição do traçado. Então, ainda está na fase de elaboração de projetos e estudos ambientais. Mas é um importante corredor que vai ligar a 158.

Depois da 158, já indo em direção a Goiás e vindo do Distrito Federal, a gente tem a BR–080. Esse é corredor importante também, que vai permitir que a gente ligue a 158 ao Estado de Goiás. Da BR–080 também estamos na fase de elaboração de projetos e também estamos na fase de elaboração de estudos ambientais para a obtenção da licença de instalação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Ela é bem curtinha, não é?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Ela é bem curtinha. É um trecho bem específico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É a Cascalheira?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Ribeirão Cascalheira até São Miguel do Araguaia. É até a divisa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Até a divisa com o Estado de Goiás. No Estado de Goiás, a gente tem uma ponte que se chama Luiz Alves. Essa ponte já está contratada e estamos prestes a ter a licença de instalação liberada. A gente tem 50 milhões empenhados, já no contrato, para executar essa ponte. E do lado de Goiás, a gente também já tem um contrato ou uma licitação feita – está-se resolvendo o processo licitatório para terminar a implantação da 080, pois falta uma parte também.

No Mato Grosso e no Pará, também a 158 e a 155. Esse é um grande corredor, um corredor muito importante. Na 158, no Mato Grosso, a gente tem uma grande parte já implantada. Há uma discussão ainda em relação ao contorno da terra indígena, e o Dnit está também elaborando estudos ambientais para que a gente consiga a liberação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – É onde fica a terra indígena?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – No Mato Grosso, exatamente.

No contorno da terra indígena.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – É no Município de Alto de Boa Vista.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Exatamente. Não vou me atrever a falar o nome da terra indígena, mas a gente ainda tem uma discussão em relação ao traçado desse segmento.

Indo ao Estado do Pará, são as rodovias que foram federalizadas há poucos anos. Era uma rodovia com plataforma estadual. Como ela foi federalizada, a gente precisa fazer uma intervenção de alargamento da plataforma e implantação de acostamentos. Essa é uma importante rodovia que vai ligar até Marabá. Nós já temos os contratos feitos. Estamos na fase de elaboração de projetos. Temos pontes metálicas já bem antigas, cujos projetos para a reconstrução delas já estão sendo finalizados. Muito provavelmente nos próximos dias teremos já o primeiro projeto pronto, para que a gente consiga já iniciar a execução dessas pontas ainda nesse segundo semestre. Então, temos os contratos de manutenção para a adequação da plataforma e reconstrução do pavimento nesse segmento.

Na BR–230, a Transamazônica, a gente tem contratos já de implantação de segmentos que ainda não finalizaram e temos também vários contratos de implantação de substituição das pontes de madeira por pontes de concreto. O que está afetando a evolução desse empreendimento, de fato, é a questão orçamentária, pois a gente tem uma restrição um pouco alta nesse aspecto.

E a BR–319, também uma rodovia que liga Porto Velho até Manaus, parte dela, nas duas pontas, está já pavimentada.

E hoje o Dnit está atuando no processo de atualização do projeto da BR–319, assim como na liberação do licenciamento ambiental, pois a gente precisa fechar os estudos de impacto ambiental, o EIA/Rima, para apresentar ao órgão licenciador para a obtenção da licença de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalação para a construção, na verdade, a reconstrução do pavimento que já foi reconstruído, na década de 70, da BR–319. É um empreendimento que também está entre as prioridades, nos nossos estudos.

Falando um pouco só do que nós temos de rubricas de manutenção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – ...nos Estados – e aí estou falando de forma bem ampla, não estou detalhando, mas é uma fotografia do que tem de disposição orçamentária para os Estados do Mato Grosso, da LOA de 2019 e no que está sendo proposto, pelo Dnit para o Ploa 2020 –, que seriam em Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A gente percebe que há uma proposta de tentar manter pelo menos o patamar que este ano foi disponibilizado.

Com relação a estudos de viabilidade, ou seja, aqui a gente está falando de estudos que já foram concluídos e de estudos que estão em andamento e que irão propor intervenções nas rodovias existentes ou a proposição de implantação de novas rodovias. Então, o estudo de viabilidade é a primeira fase de uma proposta de adequação de capacidade de uma rodovia ou de implantação dessa rodovia.

Então, nós estamos falando, por exemplo, aqui, do estudo de viabilidade da BR-230, no Amazonas, que é uma rodovia que existe, está implantada, mas não está pavimentada. Então, o estudo de viabilidade está sendo elaborado para a pavimentação dessa rodovia.

Vou passando aqui a cada rodovia.

A gente tem um estudo voltado à complementação da BR-163, acima do Rio Amazonas. A gente tem um estudo que está sendo desenvolvido para ligar a 156, lá no Amapá, na divisa com o Estado do Pará, em Laranjal do Jari, até Roraima. Então, é um estudo que está sendo desenvolvido. Já estamos com 56% concluídos. Ele vai fazer uma integração entre estes três Estados: Amapá, Pará e Roraima.

A gente tem um estudo também na 401, que já está concluído, e é para a implantação da BR-401, a adequação de capacidade, na verdade. Temos um trecho da BR-316, também concluído no Pará. São estudos que já estão concluídos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – Esse da 316 é o quê?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – É uma adequação de capacidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – É uma adequação?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Exatamente.

É um estudo que indica...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – Da entrada até Santa Maria?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – É um estudo que pretende avaliar o que precisa hoje a rodovia, em função da demanda de tráfego que a gente tem.

A 153 também é um estudo de adequação de capacidade, que já se encontra concluído.

Na 235, Tocantins–Maranhão, aí também pega um pedacinho do Pará. Esse é um estudo de viabilidade que está sendo desenvolvido, ainda no momento, e está com 41% concluídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É a em Santa Maria das Barreiras e a divisa, não é?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Isso. E pega um pouquinho até o Estado do Pará, pois ainda não existe a 235 ali.

A própria 242, que liga a 153 até a 158, atravessa a Ilha do Bananal. É um estudo de viabilidade que está sendo realizado. A gente tem uma certa dificuldade até de andar com esse estudo, porque ele atravessa a Ilha do Bananal e é até difícil a gente obter autorização para fazer os estudos naquela região.

A 364, que foi concluída, precisa de adequação de capacidade – já foi indicado isso nos estudos –, assim como a 174, que também foi concluído.

Todos esses estudos que estão concluídos poderão ou virarão projeto de engenharia.

A 174, Mato Grosso; a 070, também no Mato Grosso, também concluído; 158, na parte que já está pavimentada, já foi elaborado esse estudo de viabilidade para avaliar a necessidade de adequação de capacidade da rodovia. Da 080, como eu falei, hoje já estamos fazendo o projeto, mas já houve esse estudo de viabilidade concluído, que propôs a pavimentação. Como eu falei, na 230, da divisa com o Pará até Lábrea, no Amazonas, também o estudo de viabilidade já está avançado, 66%. E da BR-010, passando ali, no Estado de Tocantins até dentro do Pará, há um estudo de viabilidade que está em andamento. Em parte da 010, também já está sendo proposta a realização de projetos...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – A 010 não começa em Estreito, no Maranhão, e vai até Santa Maria do Pará?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – É, ela começa lá em cima. Mas esse lote desse estudo de viabilidade não pega toda aquela extensão, ele é limitado a essa proposta.

De forma geral, é nessas intervenções no modal rodoviário que o Dnit se encontra tanto na parte de obras quanto na parte de estudos e projetos. Então, é uma fotografia bem rápida do que que está sendo feito pelo departamento nessa região.

E agora eu vou passar a palavra para...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Só um minutinho.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Acabou a rodovia aí?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – A rodovia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu notei uma aqui que parece que não está no seu radar, é a BR-422, nasce na 230, na cidade de Novo Repartimento, passa em Tucuruí e vai até Limoeiro, lá embaixo, na beira do Rio Tocantins.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Dessa rodovia, de fato, a gente já recebeu demandas. A gente tem uma nova proposta de contratação de estudo de viabilidade para que a gente inicie estudo de viabilidade de rodovias que a gente ainda não iniciou. Então, provavelmente, ela já vai entrar nessa nova rodada de estudos de viabilidade para fins de avaliar...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É importante para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Fica registrado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O.k.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Eu passo agora a palavra para a Dra. Karoline falar da parte aquaviária.

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Queria agradecer o convite de estar aqui com vocês. Vou apresentar os empreendimentos em andamento e que estão em planejamento também na Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do Dnit.

O Adalberto já explanou muito bem a importância do transporte hidroviário para o desenvolvimento do Arco Norte. Eu vou explanar as ações que estamos adotando nas principais hidrovias, que são as hidrovias: do Madeira, Amazonas, Tapajós, Tocantins-Araguaia e Guamá-Capim.

Para as hidrovias do Amazonas e do Madeira. No caso do Amazonas, temos um Evtea praticamente já concluído, só faltam algumas questões até administrativas para concluir essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Traduzindo o Evtea todinho...

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.

Então, esse estudo de viabilidade identifica quais intervenções são necessárias e que tenham retorno econômico e ambiental em que o Governo Federal deve investir. E, no caso da Diretoria Aquaviária, ela tem contratado estudo de viabilidade também com o projeto básico e executivo na sequência, a mesma empresa já produz os projetos também, inclusive executivos.

O Evtea da hidrovia do Madeira já está 100% concluído. Os investimentos aportados foram em torno de 25 milhões.

Com relação aos investimentos para hidrovias da Amazônia Ocidental, em que a gente destacou o Amazonas e o Madeira, na LOA de 2019 são R$18,6 milhões, e a gente está solicitando R$244 milhões no Ploa de 2020. A gente inseriu aqui as informações também não só para a manutenção das hidrovias, mas também para a execução de portos e a manutenção dos portos ao longo dessas hidrovias.

Cabe aqui destacar que estamos executando os serviços de dragagem na Hidrovia do Madeira. É um contrato de cinco anos, estamos iniciando o terceiro ano agora. A previsão de dragagem é de um milhão de metros cúbicos este ano. A empresa já recebeu ordem de remobilização. A autorização ambiental foi emitida no mês passado. A empresa já está mobilizada e deve iniciar os serviços já na próxima semana ali nas proximidades de Porto Velho.

Com relação a Tapajós-Teles Pires, o Evtea está com 52% concluídos. O Evtea Tocantins-Araguaia está ainda no início, com 13% concluídos; e o do Guamá-Capim, 63%. O total de investimentos é de R$32,3 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Só um minutinho. A Hidrovia Araguaia-Tocantins ou Tocantins Araguaia...

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Tocantins-Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Consideraria a partir de que lugar? Marabá? Ou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Marabá.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pegando realmente o Araguaia?

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Vai pegar o Araguaia também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Passa por Tucuruí...

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – O Evtea, Senador, é uma ferramenta muito importante. Antes de o Dnit contratar os Evteas, não havia um panorama geral. O Evtea é desde o Araguaia, chegando até o final, Tocantins, chegando a Belém.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, mas nós queremos que seja mais: Rio das Mortes, Araguaia, Tocantins...

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Na verdade, o nome da hidrovia é Tocantins–Araguaia ou Araguaia-Tocantins, mas ele entrou nesse detalhe do Rio das Mortes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente. Ele é muito importante também naquela região.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, vale dizer que o Rio das Mortes é o quarto rio menos poluído do mundo. Então, esse rio tem o nome de Rio das Mortes, por causa de cachoeiras, enfim, mas é um rio extremamente importante nessa bacia.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Ele está bem vivo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bem vivo, mas precisamos fazer melhor.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Ele é pouco assoreado e, então, possibilita navegar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Presidente da República foi agora a Barra do Garças e Aragarças lançar um grande programa ambiental de recuperação do Araguaia, com reflorestamento de 10 mil hectares à margem do Rio Araguaia. É claro que isso é um projeto que a gente espera realmente, porque, acontecendo, ele pode ser extremamente importante para toda essa bacia.

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Dando continuidade aqui, estão previstos para o Ploa 2020, para manutenção das hidrovias da Amazônia Oriental, R$111,6 milhões; e, na LOA de 2019, foram R$18,6 milhões. Como eu comentei, a gente está incluindo, nesse valor de R$111 milhões, a manutenção e a operação dos portos, a construção de novos terminais, além da manutenção das hidrovias. Como o Adalberto também destacou, vou falar a respeito das eclusas de Tucuruí. Hoje elas não estão operando. Está em andamento, na DAQ, a elaboração do termo de referência para contratar um serviço de diagnóstico e de uma manutenção corretiva dos equipamentos, para que a gente deixe as eclusas em condição de operar e possamos, no ano que vem, fazer uma contratação de cinco anos para operação e manutenções corriqueiras dessa eclusa. Então, para que, quando a gente concluir o Pedral do Lourenço, a gente tenha uma eclusa em condições de operar adequadamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao derrocamento do Pedral do Lourenço, a gente está ainda em etapa de licenciamento ambiental. Já entregamos o EIA/Rima, que foi aceito agora em maio pelo Ibama, e foram agendadas audiências públicas. A primeira vai acontecer em Marabá, no dia 1º de julho. Na sequência, do dia 1º ao dia 5, acontecerão outras audiências na região também. Isso tudo com o objetivo de a gente conseguir a licença prévia. A expectativa é de que, no ano que vem, a gente esteja com a licença de instalação, até o segundo semestre, em condições de dar a ordem de início dos serviços, efetivamente, de derrocamento do Pedral. Hoje a gente tem o projeto básico finalizado e estamos trabalhando na elaboração do projeto executivo.

O outro ponto que o Adalberto levantou foram as IP4 (Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte), que, em grande parte, estão localizadas na Região Norte. Nós temos hoje 44 já concluídas, 16 em construção, e estão previstas 28. Mais especificamente, no Estado do Pará, a gente já conta com duas IP4 concluídas, que são a de Santarém e de São Miguel do Guamá. Estão em construção sete, inclusive com previsão de conclusão ainda este ano, e temos um planejamento, para 2020, do estudo para a construção de mais cinco IP-4 no Pará, no ano que vem.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Diretora, se você me permite. Na minha apresentação, para somar um pouco, Senador... O seu Estado, o Governo do Estado, vem construindo e continua construindo também essas instalações para transporte de passageiros. Salvo engano, tem R$60 milhões para investimento este ano. Por que eu estou falando isso? Porque é fundamental que os Governos dos Estados também apoiem isso aí. E é só o seu Estado que faz, na Amazônia.

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Para concluir a apresentação do DNIT, a gente destacou aqui os valores de LOA de 2019 para rodovias, que foi R$437,74 milhões; Ploa para 2020, R$136 milhões. De manutenção rodoviária, a LOA de 2019, R$990 milhões; e a Ploa de 2020, R$1,86 bilhão. Para hidrovias, o montante é de R$356 milhões para a Ploa de 2020, para o Arco Norte.

Obrigada a todos pela atenção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Agradecemos a Dra. Karoline e convidamos para usar a palavra agora o Dr. Newton Araújo Silva Júnior, Diretor-Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Bom dia a todos! Eu gostaria de agradecer o convite, cumprimentar o Senador Zequinha Marinho, nosso Presidente; Wellington Fagundes, Senador de outras lutas, de milho, Ceasa, Ceagesp, já tivemos outras batalhas aí com abastecimento.

E é nesse recorte que eu gostaria de me posicionar, até porque o nosso *core business* é exatamente esse. Agora mesmo nós estamos lançando o Plano Safra, no Palácio do Planalto, e é de fundamental importância a análise do custo Brasil, do chamado custo Brasil. A Conab tem se debruçado, cada vez mais, nessas informações, tentando observar e até direcionar se for possível.

Aproveito o convite, essa minha estada aqui, em nome de Conab, para nos colocar à disposição das áreas de infraestrutura do País. A gente já tem trabalhado junto com algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

áreas desse recorte, estivemos conversando, por exemplo, na greve dos caminhoneiros, dando algumas orientações, o que a gente poderia fazer, o que a gente acha de tabelamentos, o que a gente acha do escoamento, da forma de escoar a nossa produção. É muito transparente a questão dos grãos, como foi mostrado aqui pelo Diretor Adalberto, da Antaq, quando coloca a importância dos grãos na balança comercial, na movimentação, no fluxo desses portos. Então, a gente acaba de anunciar uma safra recorde de quase 239 milhões de toneladas – 238,9 milhões de toneladas.

E quando a gente observa que nos portos do Arco Norte, por exemplo, em questão de cinco, seis anos, 2013 a 2018, passaram de 10 milhões de toneladas para quase 32 milhões de toneladas, segundo números do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, a gente vê a importância desses números.

Então, a Conab quer estar junto, quer estar perto, quer ser considerada nesses aspectos para a gente estabelecer a importância das nossas informações para consubstanciar políticas de infraestrutura, é o nosso grande gargalo. A gente tem analisado, Senador, por exemplo, a questão dos fertilizantes que adentram já num fluxo contrário, em que, no ano de 2018, 1,3 milhão de toneladas de fertilizantes adentraram por meio dos portos do Arco Norte e, somente nos cinco primeiros meses deste ano, já são 2,3 milhões de toneladas estabelecendo aí até custo de produção. O custo de produção vai nos orientar para estabelecer, por exemplo, preços mínimos. Preços mínimos é o que nós estamos discutindo agora lá no Palácio do Planalto com relação ao Plano Safra. Então, é de importância fundamental o custo Brasil e o que representam esses portos.

Não fizemos nenhuma apresentação, porque estamos aqui muito mais bebendo nessa fonte importante de informações da Antaq, da ANTT, dos demais colegas que falaram em seguida.

Mas a gente tem que... Nos posicionamos muito favoravelmente a uma determinação, uma política de desenvolvimento desses portos.

Estive um dia desses conversando com o Ted Lago, que é o Presidente do Porto do Maranhão, exatamente sobre o fluxo de informações, o que a gente podia fazer e vice-versa. A gente já levando para ele lá, que tem um calado importante, está tentando Panamax e tudo naqueles portos, para a gente trabalhar junto...

E aí gostaria de me disponibilizar e pedir aos dirigentes aqui da Antaq, do Dnit e dos demais órgãos que militam nessa ceara, para a Conab estar junto nessas projeções e propiciar importantes fundamentos para a política para esse setor. A gente estava analisando, por exemplo, que os portos do Pará, que é o recorte hoje, já se aproximam, segundo a CTLog, lá do Ministério da Agricultura, do limite de capacidade de fluxo. Eu não sei até se os nossos colegas vão coadunar, mas há alguns números que a gente prospectou de lá: por exemplo, a Abiove, para a projeção de 2019, para o Porto de Santarém, já prevê 5,2 milhões de toneladas, e, segundo o potencial operacional que a gente tem, pela CTLog, são cinco milhões de toneladas. Então, já estava extrapolando esse limite em 200 mil toneladas.

Há alguma reserva. O sistema Belém a Guajará está com alguma reserva, tem alguma sobra aí. Mas alguns outros portos do chamado Arco Norte já estão próximos do limite da sua capacidade de fluxo de movimentação de cargas. Então, são importantes informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito preocupado, por exemplo, com a questão da Rodovia 163, com a Ferrogrãos, a gente tem certeza de que o nosso custo Brasil, o nosso custo de produção e, portanto, o investimento do País que agora, por exemplo, no Plano Safra são 230 bilhões – tem que ver o número que fechou, o final não sei, mas é muito dinheiro... E se a gente conseguir atender mais pessoas, mais gente, mais produtores, isso vai depender muito do custo de produção, do chamado custo Brasil. Então, as rodovias realmente estão se sucateando, com um tempo de vida muito pequeno. Se a gente conseguisse trabalhar os demais modais – a Conab trabalha sempre com essa perspectiva – seria bem melhor.

Temos estudos, por exemplo, da CNA, que apontam que em US$46 por tonelada, quando comparado com o escoamento de safra das rotas de Sorriso, por exemplo, para Paranaguá... Se for por Santos ou Paranaguá, chega a US$126; se usarmos Miritituba ou Belém, seriam US$80 – com uma diferença de mais ou menos US$1,2 bilhão por ano só com relação à cadeia de soja.

São importantes informações. A Conab tem condições de fazer algumas predições, pode ajudar, gostaria de considerar isso nas suas análises.

Agradecemos o convite e nos colocamos à disposição para ajudar no que for possível, principalmente em vista da relevância dos grãos nesse fluxo de mercadorias e produtos que passam dentro desses portos do chamado Arco Norte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem, Dr. Newton. Nós queremos agradecer ao senhor, que está sempre projetando safra após safra, o que é um papel da empresa que o senhor representa. É importante que, no País, a questão da infraestrutura cresça junto com a produção, porque um sinal amarelo está ligado, nossa infraestrutura está ficando aquém daquilo que o campo, principalmente, produz. Então, a gente precisa focar com carinho, com muita responsabilidade para correr atrás disso. Muito obrigado, Dr. Newton.

Vamos continuar ouvindo agora a exposição do nosso Sindopar (Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Pará), agradecendo aqui pela presença, pela vinda – é tão distante, mas aqui veio trazer a sua colaboração. Muito obrigado. Por favor, sua exposição, Dr. Rui Marques Lourenço.

O SR. RUI MARQUES LOURENÇO – Bom dia, Senador, agradecendo o convite. Bom dia a todos os senhores e aos colegas de Mesa.

Aqui ainda não foi colocada a produção do algodão, a produção do algodão de Sinop, de Lucas do Rio Verde e de Sorriso. É um apelo dos cooperativados e das grandes *traders*, como a Cargill, como a Maggi, como a ADM, como a Louis Dreyfus, que hoje já estão fazendo o estudo de viabilidade de fazer o escoamento desse algodão por Miritituba, atravessando de balsa até o Porto de Barcarena, até o Porto de Vila do Conde. Uma outra *commodity* que também que não se comentou aqui é o cacau de São Félix do Xingu. Então, há aí potenciais de *commodities* para fazer o escoamento.

E o papel do Sindicato dos Operadores Portuários é apresentar soluções logísticas para dar evidentemente a competitividade do País. O Brasil é um país continental. E a disputa do Arco Norte, das regiões que ligam Rio Madeira, Manaus, Macapá, Santarém, Vila do Conde... Eles não são tão competitivos por conta da facilidade da infraestrutura das Regiões Sudeste e Sul em comparação à da Região Norte. Eu acho que temos que olhar com muito cuidado principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a área de escoamento, em que nós como operadores portuários cuidamos da carga para chegar ao outro lado. O que mais chama a atenção é que, estrategicamente, a região está mais próxima de todos os outros continentes. Então, por uma questão até de frete marítimo...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Você viu a diferença do custo...

O SR. RUI MARQUES LOURENÇO – Absurda.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... colocado pela Conab?

O SR. RUI MARQUES LOURENÇO – Pela Conab.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Cento e vinte e seis para oitenta.

O SR. RUI MARQUES LOURENÇO – Isso em dólares. Imagina. Então, o que a gente quer aqui deixar como um fator determinante para dar essa competitividade é melhorar essa estrutura portuária, contando com essa colaboração da Antaq e do Dnit. Nós, como papel de operadores portuários, nos colocamos à disposição para dar a solução logística, porque nós temos todo o *know-how*, temos uma equipe técnica preparada. Nossos associados também são do setor de hidrovias, então o que falta para nós aqui é um pouquinho mais de inspiração nessa questão da competitividade.

Agradeço aqui a oportunidade de o Sindopar poder contribuir com esse estudo e nos colocamos à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Nós que agradecemos, Rui, pela sua vinda e pela sua colocação.

Agora, encerradas as exposições, eu queria dar a palavra ao nosso querido Senador do Mato Grosso, combativo Senador, ligado ao setor produtivo, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Bom dia, Presidente, nosso companheiro Senador Zequinha Marinho, companheiro do Bloco Vanguarda, a todos os palestrantes. Já que foram falados na palavra de todos, aqui devagarzinho a gente vai fazendo as citações.

Em relação à Conab, eu gostaria, se possível, de ter um posicionamento maior da Conab em relação exatamente à nossa capacidade de armazenagem e à estratégia de armazenagem, porque a gente percebe, principalmente no caso da 163, que a carga acaba ficando armazenada muito mais no caminhão do que estrategicamente em um projeto de escoamento da nossa produção. Sabe-se que já o Ministério dos Transportes, com o Ministério da Agricultura, começou a fazer um trabalho alguns anos atrás que minimizou o problema, mas ainda sabemos que a carga vai, digamos, muito em um momento só, ou seja, colhe e tem que tirar. Isso acaba sendo prejudicial para os transportadores, porque também têm que enfrentar tudo ao mesmo tempo, para os produtores, porque têm que vender ou entregar o produto ao mesmo tempo, e não sei quem ganha com isso, se as *trades* ganham com isso ou não, e aí há também o desgaste das estradas em um momento muito crucial, que é exatamente o momento da chuva. A gente sabe que, no Paraguai, choveu, para. Não se transita nas estradas que não são asfaltadas ou que não têm qualidade.

Então, eu queria talvez uma consideração maior nessa linha, mas a gente sabe que, se não fossem os portos do Arco Norte, se não fosse essa possibilidade da saída também pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estradas que temos lá, a 364 e 163, com certeza o Brasil não teria como escoar essa produção. O Adalberto, como conhecedor dessa área de portos, poderia falar talvez. Eu não peguei a fala do Adalberto, talvez tenha sido a fala com mais profundidade, mas se quiser acrescentar alguma coisa nesse aspecto, eu acho que seria importante.

Também se fala muito dessa... Nós tivemos agora, inclusive, a presença do Ministro Tarcísio em Mato Grosso. Fomos visitar o maior terminal ferroviário da América Latina, em Rondonópolis, minha cidade natal, que hoje é administrado pela Rumo. Lá o Ministro pôde ver como é o funcionamento e o aperfeiçoamento do que está acontecendo naquele terminal.

Mas, infelizmente, a ferrovia não consegue escoar a produção, porque temos problema em São Paulo. Enquanto em Mato Grosso nós temos a velocidade de 80km/h, em São Paulo a velocidade é, em média, de 15km/h, devido aos problemas dos contornos das cidades. O que a gente espera? Estamos trabalhando exatamente para que haja a prorrogação da concessão da Malha Paulista, para que também a Rumo possa fazer os investimentos em Mato Grosso. Tem de se fazer isso primeiro na Malha Paulista, para fazer os investimentos em Mato Grosso. Com isso, haveria a possibilidade de dobrar a capacidade de transporte. Inclusive, lá já estão implantando também o transporte de contêineres. Muita mercadoria já está vindo de São Paulo em contêineres, inclusive naquela condição de contêiner duplo. Há um nome técnico que eu não vou aqui me atrever a falar. Depois vocês podem me ajudar.

Fale aí, Adalberto! Qual é o nome?

O SR. ADALBERTO TOKARSKI (*Fora do microfone.*) – *Double-deck*.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – *Double*...

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – *Deck*.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – *Double-deck*.

Mas, para isso, numa ferrovia antiga, há pontes que têm de ser substituídas, ou, no caso, é preciso rebaixar a ferrovia.

Mas o certo é que o potencial de transporte ferroviário, principalmente em Mato Grosso, é fundamental. Nós estamos no centro do Brasil e no centro da América do Sul. Então, nós estamos muito distantes dos portos.

E ainda na Conab... Eu vi uma matéria também de que a Conab está pretendendo vender muitos dos seus armazéns. Dentro dessa venda, quer vender para diminuir a capacidade de armazenagem da Conab? Ou seria para reestruturar isso em regiões mais estratégicas? É claro que o País mudou muito a sua área de produção. Então, pode ser que... Eu gostaria de saber qual é a estratégia da Conab nesse aspecto.

Nós, em Mato Grosso, tínhamos uma companhia de armazenagem, e o governo, à época, resolveu desarticular, ou seja, extinguir. Eu penso que é isso possível – não sei qual é a ideia do Governo – desde que, realmente, os financiamentos, os recursos para se fazer armazenagem nas propriedades existam. O Governo lançou um programa muito tempo atrás, que era um programa de infraestrutura da Amazônia, de R$6 bilhões, e, na verdade, o recurso não foi praticamente aplicado pelo BNDES.

Então, eu gostaria de saber qual é a estratégia da Conab nesse aspecto. Se tivermos boa armazenagem, eu acredito que possamos melhorar muito o fluxo de transportes no Brasil. Sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida alguma, somos um País rodoviário, e não há como nós não investirmos também nas nossas rodovias.

Essa é uma pergunta destinada mais para o Dr. Luiz Guilherme, que é Diretor de Planejamento. Eu acho que, como Diretor de Planejamento, você faz o planejamento também da área aquaviária e ferroviária. É isso? Está tudo na sua pasta?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – A competência da DPP engloba tudo, apesar de, na parte aquaviária e ferroviária, a gente trabalhar em apoio junto às diretorias finalísticas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas em termos de planejamento orçamentário, sim, não é?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – É, em planejamento orçamentário...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É o único, não é?

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Tudo competência da DPP, e é finalizado hoje na Diretoria de Administração e Finanças.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está bem!

Aqui foi falado de algumas rodovias, e no nosso caso lá, eu não sei se está dentro da proposta da audiência pública, mas a BR-080 para nós é extremamente importante também – eu gostaria, se fosse o caso –, e a BR-242 como um todo. Nós temos já o trecho da BR-158 até Querência, aí depois o espaço até Santiago do Norte, e de Santiago do Norte até o Nortão, inclusive as pontes estão sendo concluídas. Então, falta o trecho no meio. O Ministro esteve lá em Água Boa, muito próximo dessa região.

Então, a conclusão da BR-242, sem dúvida nenhuma, é ligar o Araguaia ao Nortão de Mato Grosso, consequentemente também aos portos de um lado ou de outro. Esse aí é um posicionamento que eu gostaria até também de saber do planejamento como se está falando para o ano que vem em termos de recurso.

Temos ainda a BR-158. O Ministro foi em Água Boa e falou da possibilidade de voltar a sua construção pelo traçado original. Isso é bastante polêmico, ao meu ver, inclusive eu disse para o Ministro. Eu, a princípio, acho isso muito, muito, mas muito preocupante, porque nós já temos um projeto no desvio pronto, com licença ambiental, com um trecho já licitado, com condições de começar praticamente as obras. Esse trecho, na verdade, do desvio, eu falo que são os males que vêm para bem, porque ali vai beneficiar seis cidades. E eu penso que fazendo o desvio, no futuro, nós teremos condições de fazer o traçado original.

É possível fazer o traçado original? Eu penso que nós teremos muitas dificuldades, mesmo com total vontade do Presidente da República, mas lá no traçado original foi criada a reserva e hoje nós não temos nem projeto, não temos estudos ambientais, então, eu acredito que esse projeto e os estudos ambientais não ficariam prontos em menos de três a quatro anos, de forma muito otimista. Então, eu quero aqui deixar bem claro, porque aqui é uma audiência pública e isso vai estar gravado, e amanhã nós vamos ser cobrados. Dr. Tokarski, V. Sa. conhece muito bem aquela região, então aqui eu posso falar, porque estou na Casa representando a população, não estamos aqui para um debate específico. Mas, claro, cada um, principalmente o Dr. Luiz Guilherme, se quiser colocar o seu posicionamento. Mas eu quero que fique claro, porque amanhã esse assunto vai ser muito discutido no Araguaia. E se não começarmos o desvio, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que dentro de mais cinco, seis, sete, dez anos vai ficar essa história do desvio ou o traçado original. A não ser que mude muito, mas muito essa questão da política ambiental e indigenista no País.

Gostaria eu e quero aqui deixar bem claro que o meu posicionamento é que ficassem prontos os dois: tanto o desvio, para beneficiar as cidades, mais investimentos, socialmente claro que é muito bom, como o traçado original. E a minha sugestão, Dr. Luiz Guilherme, eu já fiz lá eu gostaria que – porque esse, sim, está na sua pasta – o Dnit fizesse o projeto pelo menos das pontes. Na verdade, é uma ponte só, no traçado original, de 40m e mais quatro ou seis bueiros, que são rios pequenos, só com bueiro resolve.

Então, que se fizesse pelo menos para mostrar um gesto de que nós estamos conseguindo vencer, que o Dnit fizesse o projeto dessa ponte – parece-me que é uma ponte de 40m – e mais as outras passagens, de acordo com o projeto a indicar – pequenas pontes ou bueiros.

Se conseguirmos fazer o projeto e licitar, com certeza, é uma sinalização de que nós estamos conseguindo romper essas resistências ambientais e indigenistas. E como essas pontes interessam também àqueles que lá trafegam, sejam indígenas ou sejam brancos, vamos começar fazendo alguma coisa e não deixar abandonado o contorno que já está licitado.

Então, essa é a minha sugestão muito clara: quero que faça as duas, vou lutar para fazer as duas, trabalhar para que tanto o projeto original como também o desvio possa acontecer. Porque uma contempla socialmente muito a região, vai ampliar também a produção, e a do trajeto original, é claro, é mais barata, é mais reta, é mais fácil de ser executada. E poderíamos pensar inclusive, no futuro, em fazer uma concessão, principalmente no trecho onde é a reserva, porque isso nós já temos no Mato Grosso, no Parecis, um exemplo. Os próprios índios é que cobram o pedágio, e com isso houve mais riqueza para que aqueles índios que lá vivem. Então, por que não fazermos esse gesto também neste momento em que a gente quer ajudar os nossos irmãozinhos a saírem da pobreza com que vivem lá? Fica aqui a minha sugestão também nesse sentido.

E ainda há a BR-242 também concluindo no sentido de Tocantins, que é outra estrada extremamente importante, porque também vamos acessar mais a Hidrovia Araguaia-Tocantins. Então, da BR-158 até São Félix do Araguaia precisa ser feito esse trecho e de São Félix atravessar a ponte, teria que ser construída uma ponte, e pela Ilha do Bananal, que todo Estado do Tocantins também luta muito por essa estrada. Então, eu estou aqui fazendo não só observação, mas colocando aqui os posicionamentos também que defendemos lá no Estado de Mato Grosso.

Claro, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, nós queremos melhorar a conexão de todos os modais. Então, Dra. Karoline, não queremos que o seu setor fique como o patinho feio, não queremos que o setor ferroviário também fique como o patinho feio. Sabemos da força da indústria automobilística, é preciso manter as nossas estradas, é preciso construir novas estradas, mas a gente vê que, neste momento, pelo menos o Governo está focado na ferrovia.

E há aqui inclusive o PLS 261 tramitando, o Senador Jean Paul Prates é o Relator, que trata exatamente da modalidade de construção de ferrovia por autorização. O Ministro Tarcísio está muito focado nisso. Eu penso que isso é bom para o Brasil, principalmente em relação à Ferrovia Ferrogrão. Lá o Ministro esteve também para falar da Ferrovia Fico, que é a Ferrovia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Integração no Centro-Oeste. E como dizia sempre aqui o Blairo, Senador Zequinha, a ferrovia para buscar carga – e ferrovia de carga no caso do nosso Centro-Oeste são principalmente as *commodities* agrícolas e minerais –, como a maioria hoje é mineral agrícola, tem que ir onde está a roça, e a roça está no Mato Grosso. Então, para viabilizar a Norte-Sul, a carga está no Mato Grosso, por isso a Ferrovia Fico é extremamente importante. Tanto a Água Boa...

E essa audiência foi muito representativa. O Ministro teve a oportunidade de ver a força daquela região. Claro, no futuro inclusive pode fazer com que essa ferrovia, além de Água Boa, vá também integrando até o Nortão de Mato Grosso. E que a Ferrovia Ferrogrão possa ser construída também e, claro, a Ferrovia Ferronorte, saindo de Rondonópolis, indo a Cuiabá e também integrando até o Nortão. Esse é o desejo de todos nós mato-grossenses para que a gente possa integrar muito mais a Amazônia. Agora, a hidrovia nós queremos também, a Hidrovia Paraguai-Paraná é extremamente importante. A história de Mato Grosso foi a Hidrovia Paraguai-Paraná. Eu sempre tenho dito hoje que não são mais os rios que têm que se adaptar às embarcações, é perfeitamente possível, com a tecnologia existente, fazer com que as embarcações se adaptem às nossas hidrovias. E nós temos muito potencial. Então, a Hidrovia Paraguai-Paraná, a Hidrovia Rio das Mortes, do Araguaia-Tocantins, para nós são extremamente importantes. Eu acho que talvez possa ter falado aqui Teles Pires-Tapajós, não sei, outras que possam ter viabilidade.

Então, nós queremos ajudar, sim, com que a Dra. Karoline Brasileiro, como o nome é tão forte, possa fazer com que esse Brasil brasileiro possa utilizar mais ainda aquilo que Deus nos deu. Como lá dizia um Deputado de Mato Grosso, vamos fazer com que essas estradas líquidas funcionem, ou seja, as nossas hidrovias possam funcionar melhor e, claro, sem deixar nenhum modal abandonado, ou seja, fazendo com que todos os modais possam ter a conexão e ajudando o Brasil, porque o nosso produtor já mostrou, mais do que nunca, que tem competência.

Conseguimos ter hoje a agricultura de precisão; a pecuária, da mesma forma, nós temos hoje uma pecuária de ponta. Hoje a pecuária já virou uma indústria, com lavouras hoje que não são safrinhas, são safronas. Agora, Senador, eu gostaria inclusive de convidá-lo para que, numa oportunidade, fosse a Mato Grosso.

Agora, em Sinop, nós vamos inaugurar a quarta energia de etanol a partir do álcool de 1 milhão de litros por dia. Nós já temos em Lucas uma de 500 mil. Inauguramos agora, no fim de semana passado, lá em Sorriso. Quero convidar toda a Comissão para estar lá, inclusive o Presidente Davi, que também queria estar. Eu acho que, na próxima, ele vai estar lá conosco. Vai ser aniversário de Sinop. É uma cidade que tem se desenvolvido muito, a capital do Nortão, administrada por uma mulher competente, a Prefeita Rosana Martinelli, do meu Partido, falo com orgulho. A região está experimentando muito esse desenvolvimento.

Aí, sem dúvida nenhuma, nós da Amazônia precisamos muito um do outro e reconhecemos isso. Mato Grosso não vai se desenvolver mais – e pode se desenvolver muito... Eu tenho dito que Mato Grosso pode produzir tudo que produz o Brasil. Só a região do Araguaia pode produzir tudo que produz Mato Grosso, sem nenhum problema ambiental. Agora, nós precisamos desenvolver o Pará, nós precisamos desenvolver Rondônia, nós precisamos que essa infraestrutura realmente se consolide em toda a região. Então, a luta do paraense é a luta do mato-grossense, a luta de quem está em todos os Estados da Amazônia. A Amazônia é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi, uma vez, aqui, um Deputado de Mato Grosso. Estava havendo uma reunião com os ambientalistas. O João Teixeira disse: "Se vocês estão achando que nós vamos ficar lá na Amazônia só lustrando carcunda de jacaré para turista tirar fotografia? Não! Nós queremos produzir, gerar riqueza, fazer com que este País possa se desenvolver". É claro que é gerando emprego e também respeitando a questão ambiental. Sem dúvida nenhuma, a questão ambiental é fundamental, porque nós queremos desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Claro que isso é o que todos nós esperamos.

Eu quero parabenizar o Senador Zequinha. Eu sei que falei muito, Senador Zequinha, mas toda essa questão da logística, toda a questão da infraestrutura, para nós da Região Amazônica, é questão de vida, de sobrevivência, porque o amazônida que vive lá está ali porque ele foi chamado principalmente pelo Governo. No meu caso, nós temos mais de 80 mil famílias que estão assentadas na terra e não têm documento. Então é outro aspecto também a questão da regularização fundiária, é fundamental porque a depredação acontece muito mais exatamente quando não se tem o documento e as pessoas ficam lá abandonadas.

Aqui, todos vocês, eu acho que estão nesta Mesa com uma responsabilidade muito grande nesse momento que o Brasil vive, de retomada do desenvolvimento e retomada do emprego. Acho que essa audiência tem esse aspecto, e aqui críticas que possam existir têm que ser para animá-los a enfrentar esse desafio. Todos aqui são órgãos extremamente importantes para o Brasil.

Eu disse para o Ministro Tarcísio: não tem Ministro da Economia que se sustente com o desemprego acelerado como está acontecendo. Se a gente não retomar o desenvolvimento através da geração de emprego, não tem Ministro que vá se sustentar. Da mesma forma o Ministro Tarcísio, que é um Ministro extremamente competente, só tem ajudado o Governo, só arrecadou para o Governo até agora, eu disse para ele: Ministro Tarcísio, está na hora de começar a fazer com que o Governo invista nas nossas estradas, porque daqui a pouco não tem Ministro que se sustente também se voltarmos com o tapa-buraco, aquele caos que já existiu. Hoje as nossas estradas já estão em condição de média para baixo, e nós não podemos voltar.

Aí eu quero, sim, apoiar o ministério, porque sei que o Ministro Tarcísio está no rumo certo, é um Ministro competente, com uma equipe também extremamente competente; ele fez questão de buscar técnicos competentes, agora, claro: nós estamos aqui na Comissão para apoiá-lo também, apoiá-lo para que ele tenha recurso para que principalmente esse recurso arrecadado volte para a nossa infraestrutura.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem, Senador. Queremos agradecer suas considerações.

Eu quero aproveitar aqui os participantes da Mesa para ler alguns questionamentos feitos pelos nossos amigos que acompanham a audiência a distância.

Urubatan Filho, aqui do Distrito Federal, formula três perguntas. A primeira diz o seguinte: "Pedral do Lourenço e as operações das eclusas de Tucuruí, haverá solução? E a hidrovia Teles-Pires, os investimentos acontecerão?". Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta, também do Urubatan Filho: "A Fepasa (Ferrovia Paraense S.A.) irá acontecer ou declinará? Caso saia, não inviabiliza a Ferrovia Norte-Sul entre Açailândia e Barcarena?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira pergunta que ele faz: "Dnit aquaviário: a parceria com a Usace envolve ações no Pará? E em quais regiões ou pontos do Estado?".

A última pergunta é do Leandro Souza, também daqui do Distrito Federal: "O que a região ganhou e o que deixou de ganhar, em termos de infraestrutura, por ter rejeitado a divisão do Pará em três novos Estados?".

Eu posso responder essa e posso também dar uma opinião sobre a segunda pergunta do Urubatan, mas eu gostaria... Eu volto a palavra nesse momento para...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu não sei se foi feito algum comentário sobre a questão do Pedral do Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Do Lourenço, sim. É a primeira pergunta do Urubatan Filho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E, também, eu queria, Dr. Luiz Guilherme, deixar aqui um pedido em relação à 174, de Juína a Vilhena, porque já temos o EVTEA, mas parece-me que não há nenhuma demanda, não foi feito, por parte do Dnit de Mato Grosso, para o projeto.

Então, eu gostaria, inclusive, de ver a possibilidade ainda de se colocar algum recurso... Não sei se o Dnit vai colocar algum recurso específico para o projeto de estrada ou vai ser só um recurso geral para o Brasil.

Gostaria, inclusive, se for o caso, se tiver específico para alguma... Porque, no caso, é uma estrada extremamente importante que liga Rondônia a Mato Grosso e já está sendo feita a manutenção. Acho que, neste momento, como já há o EVTEA, seria muito boa a possibilidade de desenvolvermos o projeto.

Pelo menos só para o projeto, depois, ano que vem, a gente fala em recursos para a obra.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Com a palavra, agora, o Dr. Adalberto, da Antaq, para responder a possíveis questionamentos, acrescentar alguma coisa e já fazer as suas considerações finais.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Obrigado, Senador. Eu vou responder, vamos dizer assim, falar sobre o questionamento do Senador Wellington Fagundes, e tratar um pouquinho também do posicionamento do Presidente da Conab, porque ele colocou alguma coisa também sobre os portos, questionando já a capacidade.

Eu vejo da seguinte forma, o Dnit fazendo chegar o asfalto à 163 até Miritituba e, depois, Santarém, a iniciativa privada nessa área responde automaticamente, ou melhor, já está respondendo. São várias estações de transbordo de cargas que estão sendo construídas ainda em Miritituba, então, podem chegar mais.

Nos portos lá da frente, que é a região de Barcarena e Santana. Em Barcarena, os três portos privados que existem lá têm uma capacidade maior ainda, mas eu concordo com o Senador Wellington Fagundes, Senador Zequinha Marinho, o armazenamento estrutura para que o produto saia o ano inteiro. O que acontece? Fica ruim para o produtor porque ele tem que produzir e escoar e são poucos meses. A gente vê um declínio inclusive no Porto de Itaqui. Chega no mês de outubro fica quase parado ou diminui muito.

Então, Senador Zequinha, a questão de armazenamento é importante. Agora, no Pará há algo que o Governo Federal, no meu entendimento, pode fazer, pôr para licitar um terminal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dedicado a fertilizante em Santarém. Em um passado recente, pensou-se e tentou-se isso aí, foi feita uma consulta, não havia muito interesse, mas nós estávamos no meio da crise.

Agora, esse de 1 milhão foi para 2,5 milhões, mas, veja só, só no Rio Tapajós já saem 10 milhões, poderiam vir 8 milhões. Então, entra muito pouco fertilizante. Por quê? Não há um terminal dedicado para receber isso aí. Aonde chega? Por barcaças? Então, precisamos de um terminal.

Outra coisa que a própria CNA defende, pegar e licitar Outeiro para a área de terminais para grãos. Eu acho que vale retomar essa discussão, por que o que o Governo Federal pode fazer? Oferecer áreas para a licitação. E o restante? Iniciativa privada. Ela já está... Tanto que é o seguinte, vai vir, já estamos pedindo autorizações, para você movimentar o grão no navio, que é um flutuante, o navio fica parado, chega a barcaça e do outro lado atraca o navio.

Então, vai haver outras soluções que a iniciativa privada está fazendo. O que a gente precisa, talvez, é do seguinte: segurança da navegação, dragagem do Tapajós, sinalização do Tapajós; no Madeiro já está sendo feito, então é cada vez melhorar mais.

O Usace, já para falar que o corpo do Exército americano, até porque a Antaq chamou a primeira vez para vir discutir, está fazendo uma interação com o Dnit, no sentido de trazer aquele conhecimento de dragagem, de autodragagem para o Brasil. Então, seria isso.

Senador, coloco-me à disposição desta Comissão até para a gente falar sobre transporte de passageiros na Amazônia no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

Para suas considerações, Dr. Newton Araújo, da Conab.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Só queria registrar, Presidente, como já tem um pessoal nosso nos aguardando no bloco... Tudo aqui está sendo registrado. Então, não sintam desestímulo pela minha ausência. Eu gostaria de ouvir a todos, mas depois vamos pegar todo o material. A assessoria permanece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Tudo bem.

Compreendendo esta situação, daqui a pouco também estarei lá.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Respondendo ao Senador Wellington Fagundes, inicialmente ele indaga sobre a capacidade estática de armazenagem lá... Eu vou fazer o recorte do Mato Grosso. São 1.855 unidades armazenadoras graneleiras, totalizando a capacidade de 33 milhões de toneladas. E há um déficit de quase outras 30 milhões de toneladas. É muita coisa. Não obstante a gente ter duas safras, tem muita coisa de cima do caminhão, como o senhor mesmo falou, há um trânsito intenso, tem a questão das *tradings*, tem a questão da soja cujo preço tem um valor agregado e às vezes tem essa preferência dentro dessas unidades armazenadoras.

A gente está providenciando um estudo com a Conab voltando a companhia de abastecimento e desenvolvimento rural e a gente sugerindo, por exemplo, nesses locais o investimento em unidades armazenadoras, como muito acertadamente o senhor levantou. Então, a gente vê isso, vê a necessidade de armazéns dentro da fazenda, de Silobags... Enfim, essa questão é crucial realmente. Está-se perdendo dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje o milho – há filmes que eu tenho recebido – está a céu aberto. Se virar o tempo, pode acontecer uma perda importante. Isso não é desejável. Então, a gente está querendo caminhar nessa direção para, já nos próximos planos, a gente conseguir delinear melhor essa falta.

O Mato Grosso é o Estado que tem mais armazéns, mas é o que tem o maior déficit também por causa da produção. O produtor produz muito e realmente está faltando um investimento, um apoio nesse sentido.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, dentro do planejamento da Conab, existe ainda a possibilidade de, digamos, desarticular ou desativar alguns e construir novos ou esses novos a serem construídos seriam mais uma política de desenvolvimento para que a iniciativa privada o fizesse?

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – A gente está mais inclinado, inclusive por determinação da Ministra Tereza Cristina... Não é realmente o nosso *core business*. Nós estamos com a capacidade estática do País de 155 milhões a 160 milhões de toneladas. Um dia desses eram 166; o negócio está regredindo. A gente deve apresentar esse número e vai ser até motivo de reflexões.

Mas a Conab tem tão somente 1,3 milhão de toneladas, ela já está fora da armazenagem, objetivamente, está fora. Então, o que a gente tem que fazer é apoiar. Há alguns lugares, por exemplo, no Nordeste, que a gente chama de armazém de abastecimento, o que é uma que social que a gente tem que ter, porque, nessas localidades, por exemplo, o Ceará tem 20% ou mais de armazéns públicos. Se, de uma hora para outra, você dispensar isso, poderia haver um trauma muito grande. Já no Estado do Mato Grosso, é 0,00, não tem.

Então, a gente está fazendo a coisa paulatina, com muita responsabilidade, observando isso tudo, mas a nossa intenção é que a gente diminua consideravelmente, principalmente por causa do custo, do dinheiro gasto para manutenção de uma atividade que não é mais a nossa linha principal de ação.

Então, na questão de desmobilização, nós estamos considerando isso, estamos mantendo, estamos fazendo 92 complexos armazenadores, e a gente colocou 27 para alienação, mas com toda a responsabilidade. Todas essas 27 unidades estavam completamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – ... ou não estavam utilizadas ou estavam subutilizadas de forma muito forte. Então, a gente está saindo.

Eu fico feliz com o Diretor Adalberto falando que tem capacidade, a gente espera isso mesmo, a gente só faz um retrato: pelo que temos discutido, a capacidade de fluxo de movimentação de carga nos portos, são técnicos da área num fórum do Ministério da Agricultura, avizinha-se a possibilidade do limite em algumas unidades, mas, se a iniciativa privada responder, com certeza isso será resolvido.

Acho que respondi.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, doutor.

Nós queremos convidar agora o Dr. Rui Marques, do Sindopar, do Estado do Pará, para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI MARQUES LOURENÇO – Em relação a essa capacidade de armazenagem, ela é preponderante, porque o que nós como sindicato vemos na zona portuária é que os navios ficam fundeados, e o fundeio do navio, para o cliente exportador ou para o que fecha o contrato, o importador, custa uma diária de US$56 mil. Então, se nós não tivermos a prancha do navio pronta, que seria a carga, no porto, pronta para ser embarcada, por essas questões de retração da logística, ainda temos que adicionar a esse custo da competitividade, da diferença entre os portos, a *detention* do navio. Então, nós temos um trabalho gigantesco pela frente para poder otimizar toda essa parte logística da região.

Sobre outros questionamentos também, eu gostaria de... Como sindicato a gente tem muito interesse em saber do desenvolvimento das questões que estão em projetos, como o da ferrovia de Marabá que liga até o Porto de Vila do Conde. Isso é um fator muito importante porque a logística é muito pesada, nós temos um fluxo de carretas sendo movimentadas nesse trecho, em torno de 450 carretas, que prejudica bastante as estradas. Então, a ferrovia é uma questão muito importante para o desenvolvimento também da região.

E o Pedral do Lourenço: eu acho que o Dnit vai fazer um posicionamento para a gente saber o s*tatus* atual desse projeto. Isso é muito importante. Porque se fala da eclusa, mas a eclusa, para funcionar e fazer toda essa ligação, precisa da veia hidroviária, e a veia hidroviária está interrompida pelo pedral.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Tudo bem?

Vamos chamar agora a Dra. Karoline Lemos, Diretora de Infraestrutura Aquaviária do Dnit. Por favor.

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Foi perguntado a respeito do derrocamento do Pedral do Lourenço, se haverá solução. E a resposta é "sim", haverá solução. Temos um processo longo de licenciamento ambiental, mas que está evoluindo bem apesar de ser um processo moroso até, mas ele está tendo respostas importantes. Uma delas é o agendamento da audiência pública para obtenção da licença prévia, que já está prevista para agora, entre 1º e 5 de julho. É um passo bem importante para a gente, que está pleiteando esse licenciamento ambiental. Já está perto. A expectativa é que a gente consiga então ele ir até o segundo semestre do ano que vem, para que a gente consiga iniciar efetivamente as obras de derrocamento do pedral. E se a gente conseguir cumprir esse cronograma, que não depende só do Dnit, mas depende muito do Ibama, a previsão de conclusão das obras é até 2023.

E todas as providências com relação às eclusas de Tucuruí estão sendo adotadas, de maneira que, quando a gente tiver realmente o derrocamento executado e as obras finalizadas, a gente tenha a eclusa em condições de operar e prestar um serviço adequado para os usuários. A gente já está adotando todas as providências.

Também foi perguntado se acontecerão investimentos na Hidrovia do Teles Pires. Hoje a gente está elaborando um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental na Hidrovia Tapajós-Teles Pires, e o percentual de execução dele está em 52%. Então, a partir do resultado desses estudos, serão indicadas quais intervenções devem ser executadas para garantir a navegabilidade na hidrovia; e também será indicado realmente se existe uma viabilidade técnica, econômica e ambiental. Então, a gente precisa confirmar todas essas soluções, com a conclusão desses estudos de viabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta que foi feita é a respeito do contrato da Usace. O Dnit tem esse contrato com o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos, que presta serviço para o Dnit e para a DAQ especificamente. Nós temos, no escopo desses trabalhos com o Usace, o escopo de cursos, treinamentos e transferência de conhecimento do setor hidroviário. Os técnicos de todos os Estados, do Dnit e também da Antaq, de universidades interessadas no setor hidroviário e aquaviário são convidados para participar desses treinamentos. Então, temos uma abrangência nacional para transferir esses conhecimentos. O último curso que a gente fez foi de eclusas na semana passada e vale registrar que houve uma aderência muito boa, com muitos interessados em aprender sobre esse tema.

Já o Usace focou muito o seu trabalho, desde o início, na Hidrovia do Madeira e já concluiu um trabalho importante para que nos ajude a conhecer melhor o comportamento dessa hidrovia e nos auxilie também nesse serviço de dragagem que temos contratado e outras intervenções que precisamos fazer.

Está prevista a atuação do Usace também no Rio Tapajós. A gente já fez o planejamento para eles ajudarem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KAROLINE BRASILEIRO QUIRINO LEMOS – Sim, já no Pará.

E eles têm ajudado também em consultoria para a DAQ com relação à análise dos projetos do derrocamento do Pedral do Lourenço. Então, a resposta é sim, o Usace também está ajudando e atuando nas intervenções dos empreendimentos no Estado do Pará.

Acho que eram esses os pontos que foram perguntados. Espero ter respondido a todos. Eu me coloco à disposição para outros questionamentos que surjam. Estamos à disposição na DAQ e no Dnit.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Dra. Karoline.

Nós queremos chamar agora, para seus comentários e considerações finais, o Dr. Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Dnit, por favor.

O SR. LUIZ GUILHERME RODRIGUES DE MELLO – Senador Zequinha Marinho, obrigado.

Respondendo a algumas colocações do Senador Wellington Fagundes, começando pela BR-174, em Mato Grosso, de Juína a Vilhena, sim, a gente já tem o EVTEA concluído e a gente vai fazer o termo de referência para a contratação do projeto, como foi bem colocado. No ano que vem, a gente discute questões orçamentárias para a obra.

Com relação a 080, nós já temos licença prévia, é uma rodovia realmente extremamente importante, ela liga a divisa até a BR-158. A gente já tem o projeto básico, mas a gente ainda não tem a licença de instalação. Então, a gente tem um problema ainda a ser resolvido relacionado ao Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) com a Funai e, da mesma forma, a gente ainda não tem LOA para este ano de 2019. Então, a gente pode contratar para fazer projeto, mas não para executar a obra infelizmente. Mas ainda não temos a licença de instalação por essa questão que está sendo discutida ainda no âmbito da Funai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à BR-242, em Mato Grosso, como bem falou o Senador Wellington, é um corredor de extrema importância. Nós temos dois segmentos: um segmento já pavimentado, cujas pontes estão em construção, algumas pontes que ficaram sem construção estão em andamento neste momento; o outro segmento é o segmento que ainda não está implantado, há uma discussão ainda relacionada a traçado, como eu havia comentado aqui, e também há uma discussão ainda na fase de licenciamento de estudos ambientais para fins de obtenção de licenciamento ambiental, e a gente ainda não tem a licença prévia. Então, isso tudo está ainda sendo resolvido. Nós temos três contratos realizados; porém, a gente não pode ainda executar a obra, estamos ainda na fase de projeto e definição dos traçados para depois obter a licença de instalação.

Na BR-158, Mato Grosso, é uma discussão realmente bem complexa. O contorno da terra indígena realmente encarece bastante o empreendimento, aumenta as distâncias, como foi colocado, porém também vai atender algumas cidades por onde o contorno passa. A questão é que, no traçado original, houve um impedimento de realização de estudos por atravessar uma terra indígena, então, lá atrás, o Dnit resolveu realizar estudos para realizar o contorno da terra indígena. Nós já temos um contrato feito, no lote A; o lote B, nós ainda vamos contratar – temos LP, mas ainda não temos LI, e essa LI também está pendente em função das discussões com a terra indígena.

De pronto, são essas as considerações que o Senador Wellington Fagundes colocou relacionadas a rodovias. Também estamos à disposição para qualquer dúvida em relação aos projetos, estudos de viabilidade nessa parte rodoviária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Dr. Guilherme.

O Urubatan pergunta aqui sobre a Ferrovia Paraense, se irá acontecer ou vai declinar, e, caso saia, se não inviabiliza a Ferrovia Norte-Sul, entre Açailândia e Barcarena.

Eu tenho certeza de que não vão acontecer as duas ao mesmo tempo: ou uma ou outra.

Se ocorrer, primeiro, a Ferrovia Norte-Sul, no trecho Açailândia-Barcarena, a Fepasa – que não se chama mais Fepasa, seu nome agora é Ferrovia Gabriel Hermes – passará obrigatoriamente na cidade de Rondon do Pará e, em seguida, ligará a Norte-Sul. Então, encostaria ali e terminaria. Não há por que fazer duas ferrovias paralelas passando tudo na mesma região.

Se a Ferrovia Gabriel Hermes acontecer primeiro, a Norte-Sul é que vai se ligar à Gabriel Hermes. Então, uma não inviabiliza a outra, e certamente as duas não serão construídas ao mesmo tempo. Então não há muita dificuldade nisso.

O Leandro, que também acompanha pelo portal e-Cidadania, pergunta aqui sobre o que a região ganhou ou deixou de ganhar em termos de infraestrutura por ter rejeitado a divisão do Pará em três novos Estados. Nessas alturas, o Pará deixaria de ser um Estado; ele seria uma região composta de três Estados. Naturalmente, do ponto de vista político, ganharia força. Nós teríamos aqui três bancadas distintas, de três Senadores, cada uma delas; e na Câmara Federal, de igual forma. Quem tem força política, quem tem comando naturalmente ajuda a resolver seus problemas com maior velocidade. A região certamente ganharia muito na construção da sua infraestrutura de logística indubitavelmente – não é? –, além da facilidade maior para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governantes na questão da gestão da administração do território, dos espaços. Mas é uma questão passada, página virada; vamos continuar a vida.

Eu gostaria, neste momento, de apresentar aqui um requerimento extrapauta. Excepcionalmente faremos a inclusão deste requerimento extrapauta para a deliberação de um requerimento de autoria do Senador Jean Paul Prates por tratar-se de aditamento de uma audiência pública prevista para o dia 27 de junho.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao REQ 33/2019-CI, a inclusão da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANPTrilhos) entre os convidados a participar da audiência pública de instrução do PLS 261/2018.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Em votação o requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou, então, incluir o convite a esse representante da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores e dos nossos convidados.

Convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 25 de junho, terça-feira, às 11h, neste Plenário, com comparecimento do Ministro de Estado de Infraestrutura, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas.

Eu agradeço todos os senhores que puderam dispensar conosco aqui. Eu lamento a concorrência, neste horário, com outras reuniões, mas reputo da maior importância.

Eu sou do Estado do Pará, e o nosso mandato vai estar 100% dedicado a essa questão da logística regional. E aí não é só no Estado do Pará; é em toda uma região. A gente precisa trabalhar de forma pesada. Vamos atuar junto à Comissão de Orçamento, da qual eu sou membro, só que sou Relator da parte da receita – não da despesa. Colocaram-me no lado do dinheiro, não foi para gastar o dinheiro, mas eu tenho certeza de que nós vamos conversar muito com o Presidente da Comissão, com o Relator, para que possamos garantir aos senhores pelo menos boa parte dos recursos de que nós vamos precisar para avançar com a logística do Arco Norte.

Muito obrigado, Dr. Guilherme, Dra. Karoline, Dr. Adalberto, Dr. Newton e Dr. Rui pela presença de cada um, assim como de todos os senhores que nos prestigiaram nesta ocasião.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Lasier Martins, Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Antonio Anastasia e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2019 - CI, de autoria do Senador Wellington Fagundes, REQ 4/2019 - CI, de autoria do Senador Carlos Viana, REQ 8/2019 - CI, de autoria do Senador Alessandro Vieira, REQ 13/2019 - CI, de autoria do Senador Alessandro Vieira, e REQ 18/2019 - CI, de autoria do Senador Esperidião Amin. **Finalidade:** Expor assuntos de relevância do Ministério da Infraestrutura (art. 50, § 1º da Constituição, e art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal), bem como debater a Ferrovia de Integração Centro Oeste - FICO (REQ 03/2019-CI), a renovação antecipada dos contratos de concessão das ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória a Minas (REQ 04/2019-CI), a modernização e expansão do sistema ferroviário brasileiro (REQ 08/2019-CI e REQ 13/2019-CI), além da execução do contrato de concessão dos trechos BR-116/376/PR e BR-101/SC - Curitiba a Palhoça, controlado pela Arteris S/A - Auto Pista Litoral Sul (REQ 18/2019-CI). **Participante:** Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 37, de 2019** que: "Requer que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de discutir, em audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o programa “Novo Mercado de Gás”." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 40, de 2019** que: "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II do RISF, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de diligência em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para discutir a Ferronorte no trecho Rondonópolis - Cuiabá - Sinop." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 39, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre elementos de fundamentação para o anunciado projeto "incorporação reversa" que se desenvolve visando incorporar a Centrais Elétricas - ELETROSUL à Companhia de Geração Térmica de Energia - ELETROBRÁS - CGTEE." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 41, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater, numa sequência de três reuniões, as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Carlos Viana, Kátia Abreu, Eduardo Gomes, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze, Eduardo Braga e Antônio Anastasia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Ata. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 299 do TCU – Plenário, Tribunal de Contas da União –, que encaminha, para conhecimento da Comissão, cópia de acórdão proferido pela Corte acerca de auditoria, com o objetivo de avaliar os obstáculos ao desenvolvimento da navegação de cabotagem, nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019. O expediente, disponível para consulta na página da Comissão, aguardará eventuais manifestações das Sras. e Srs. Senadores, pelo prazo de 15 dias, após o qual, será arquivado.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 307, do Tribunal de Contas da União, que encaminha, para conhecimento da Comissão, cópia de acórdão proferido pela Corte acerca de solicitação formulada pela CI, em outubro de 2018, de realização de fiscalização para avaliar o procedimento de licenciamento ambiental das obras da BR-319/AM/RO, a fim de se apurarem os fatos e, eventualmente, se identificarem os responsáveis e se quantificar o dano ao erário referente à degradação do pavimento no trecho entre o KM 621,7 e o KM 655,7, bem como à inutilidade dos estudos ambientais produzidos por contratos do Dnit para o atendimento das exigências de licenciamento ambiental do empreendimento.

O TCU comunica à Comissão que a solicitação foi concedida e terá prazo de atendimento de 180 dias, a contar de 5 de junho de 2019.

No dia 28 de maio, a Presidência encaminhou, para autuação, uma série de documentos recebidos pela Comissão. Documentos que apresentavam – em cumprimento ao §2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 2016, Lei das Estatais – as análises anuais de atendimento de metas e resultados na execução dos planos de negócios e da estratégia de longo prazo de algumas empresas estatais e suas subsidiárias.

Um desses documentos, contendo relatório apresentado pelo Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística – EPL –, foi convertido no Ofício "S" nº 13, de 2019; outro relatório, encaminhado pelo Petrobras Gás – Gaspetro, foi autuado como Ofício "S"nº 17, de 2019.

Os processados foram encaminhados para análise prévia da Consultoria Legislativa do Senado Federal, que concluiu que os relatórios e análises de metas e resultados, tanto da EPL quanto da Gaspetro, referentes ao exercício de 2018, cumpriram as determinações do art. 23, § 2º da Lei das Estatais. Assim, as matérias não serão distribuídas para a relatória, ficando disponíveis para eventuais manifestações das Sras. e Srs. Senadores, pelo prazo de 15 dias, após o qual serão consideradas conhecidas pela Comissão e arquivadas.

Comunicado da Presidência.

Audiência pública interativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos, gostaria de informar que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente reunião destina-se ao comparecimento do Ministro de Estado da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas, para expor assuntos de relevância do Ministério, nos termos do art. 50, § 1º da Constituição, e art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, bem como para debater a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, Fico, a renovação antecipada dos contratos de concessão das ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória a Minas, a modernização e expansão do sistema ferroviário brasileiro e a execução do contrato de concessão dos trechos BR-116, 376, Paraná, e BR-101, Santa Catarina, Curitiba a Palhoça, controlada pela Arteris S/A, Autopista Litoral Sul, em atendimento aos Requerimentos nºs 3, 4, 8, 13 e 18, de 2019, da CI, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Esperidião Amin.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Ministro de Estado da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas.

Cumprimento o Sr. Ministro Tarcísio Gomes de Freitas, a quem desde logo agradeço, em nome do Senado Federal, pelo comparecimento a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Meus agradecimentos igualmente aos demais presentes e àqueles que nos prestigiam com a sua audiência pela internet ou outros canais de comunicação do Senado Federal.

Vou direito ao ponto. É imprescindível diversificar e desconcentrar nossa matriz de transporte, obviamente sem deixar de investir na expansão e conservação das rodovias. Entendo que o momento para esse debate é oportuno, pois na atual conjuntura, as reformas do Estado foram elevadas ao centro da agenda política e, entre elas, creio que a modernização dos transportes seja uma das mais urgentes. Desse modo, uma das principais reivindicações do setor produtivo é a ampliação da malha ferroviária. Esta é uma questão da maior relevância e que teremos, nesta audiência, a oportunidade de discutir.

Atualmente, cerca de 60% das cargas são transportadas por rodovias, enquanto somente de 15 a 20% são escoadas por estradas de ferro.

Essa desproporção demonstra a necessidade da maior integração entre os modais, como acontece em outros países, reduzindo, assim, os custos do frete.

O caso da soja brasileira é emblemático: mesmo tendo registrado avanços recentes, ainda perde muito em competitividade de transporte para os Estados Unidos. Enquanto no Brasil o frete equivale a 50% do preço da soja, nos Estados Unidos, o custo de levar o grão até o porto fica somente em 15% do seu valor total.

Outro tema que não podemos negligenciar é o da conservação e interligação das rodovias por contratos de concessão. Mediante a atração do capital privado, precisamos fortalecer os processos estabelecendo mecanismos que garantam o efetivo cumprimento dos contratos.

Para atender os propósitos esperados nesta audiência, seguiremos a nossa pauta, que versa sobre tópicos de extrema necessidade e relevância para as regiões do País, bem como para a integração de todo o Território nacional.

Faço esses registros cumprimentando aqui os Senadores que subscreveram os requerimentos de convite ao Ministro Dr. Tarcísio a esta Comissão, oportunizando não só à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, mas aos brasileiros, mais informações com relação àquilo que está na agenda do Ministério, na agenda do Governo.

E eu quero reiterar agradecimento ao Ministro, porque ele foi convidado para vir uma vez e acabou vindo duas. Na última oportunidade, aqui esteve em razão de uma agenda com o Presidente Bolsonaro na Câmara. Não foi possível fazermos a audiência, mas naquela sentada, naquele momento, já antecipou algumas das pautas relevantes que nós teríamos a tratar na Comissão. E, hoje, volta à CI para fazer a sua apresentação e, ao final, ter também a oportunidade de ouvir as Sras. e os Srs. Senadores.

Eu comunico à Comissão que, além da agenda com o Ministro, Dr. Tarcísio, neste momento, na CI, nós teremos na parte da tarde, às 14h, a presença do Ministro de Minas e Energia, o Ministro Bento, já confirmada a sua participação aqui na Comissão de Infraestrutura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Esperidião Amin com a palavra pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Além de saudar o Ministro, eu queria deixar registrado que estou apresentado um requerimento, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, para que o Ministério de Minas e Energia nos forneça os documentos, inclusive relatório da Deloitte, que fundamentam a chamada incorporação reversa da Eletrosul à CGTEE. Eu não vou me alongar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu queria pedir aos pares que permitissem a deliberação desse requerimento que está sendo apresentado e a deliberação dele o mais rápido possível, até para que o Ministro esclareça isso na sua vinda mais tarde.

Em síntese, a Eletrosul é uma empresa regional que ainda dá lucros. Ela está sendo incorporada à CGTEE do Rio Grande do Sul. A Eletrosul tem atuação em quatro Estados do Brasil: Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande. É a única entidade federal que tem sede em Santa Catarina, a única.

Todas as outras de âmbito regional têm sede em outros Estados. Ela está sendo incorporada – ela dá lucros – a uma empresa que acumulou prejuízos de R$4 bilhões nos últimos anos. O nome disso é incorporação reversa. A meu ver, isso fere até os princípios mais elementares do capitalismo. O fórum de Santa Catarina, a bancada de Santa Catarina teve hoje uma audiência com o Ministro. E esse documento da Deloitte, que justificaria essa coisa curiosa, não é de conhecimento dos representantes do Estado de Santa Catarina nem dos outros representantes.

Então, eu estou fazendo essa solicitação. Gostaria de contar com a boa vontade dos companheiros para que aprovassem o requerimento para que nós tivéssemos acesso à instrução deste processo, como é chamado, de incorporação reversa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin. O requerimento já se encontra sobre a mesa. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estou encaminhando à Secretaria para processá-lo. E, ao final da audiência com o Ministro Tarcísio, nós deliberaremos outras matérias, inclusive alguns requerimentos, e estará incluído o requerimento de V. Exa. para fazer constar já da audiência de hoje à tarde com o Ministro Bento. Agradeço a V. Exa.

Passo, neste momento, a palavra a S. Exa. o Ministro de Estado Tarcísio Gomes de Freitas. Informo ao Ministro que o tempo para a exposição será de 15 minutos, com tolerância desta Presidência. E, na sequência, as Sras. e Srs. Senadores terão oportunidade de fazerem seus questionamentos ou ponderações que acharem necessários. Os autores têm preferência na fala, e todos os inscritos devidamente.

Ministro, com os nossos agradecimentos, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS (Para exposição de Ministro.) – Bom dia a todos.

Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado; Srs. Senadores, é uma honra para mim estar, mais uma vez, aqui no Senado Federal. É sempre uma grande oportunidade de fazer a prestação de contas. Eu acho que é uma coisa devida, importante, necessária o Executivo estar no Parlamento, que é o titular do controle externo, pela Constituição, prestando contas, falando do que foi feito e do que será feito. Então, é com muita alegria que a gente vem à Comissão fazer essa prestação de contas e falar um pouco hoje também sobre o transporte ferroviário, que é tema da audiência. A gente vai colocar um pouco da estratégia do Ministério da Infraestrutura para fazer essa mudança na distribuição da matriz de transporte, que o Senador Marcos Rogério muito bem colocou.

Bom, nós começamos o ano e fizemos uma reestruturação no Ministério da Infraestrutura. Nós tínhamos lá uma quantidade de cinco secretarias e reduzimos para quatro. Hoje, nós estamos lá com secretarias que tratam do transporte terrestre e uma que trata do transporte aquaviário e navegação. Então, nós acrescentamos a navegação como uma atividade importante, com o intuito de favorecer ou impulsionar a cabotagem. A cabotagem para nós é fundamental. Observem que nós temos um transporte de cabotagem que vem crescendo a taxas interessantes. Vem crescendo 12, 15, às vezes, 18% ao ano, mas tem condição de crescer 25, 30%. Em breve, nós vamos lançar um plano para a cabotagem, para eliminar alguns fatores de custo, de maneira a tornar o transporte ainda mais atrativo. Temos uma secretaria cuidando da aviação civil e uma secretaria que cuida do fomento de parcerias.

Como nós colocamos no início do ano, uma das estratégias do Ministério da Infraestrutura é uma transferência maciça de ativos para a iniciativa privada, isso como forma de responder o nosso problema fiscal. Nós temos uma deficiência fiscal importante e só vamos ter condição de fazer investimentos em infraestrutura se nós contarmos com uma participação expressiva da iniciativa privada.

Na primeira vez em que nós estivemos no Senado, nós dissemos: "Olha, vamos fazer 23 leilões de concessão antes dos cem primeiros dias do Governo, antes de abril". E fizemos! Então, foram leiloados 12 aeroportos. A primeira vez que a gente fez leilão no sistema de blocos no Brasil, leilão muito bem-sucedido. E esse sucesso mostra, na verdade, apetite do investidor estrangeiro, mostra que o Brasil está na pauta, que os nossos ativos são bons e que há, de fato, um interesse na exploração desses ativos. Então, foram os 12 aeroportos em três blocos.

Bloco Nordeste, capitaneado lá pelo Aeroporto de Recife, discutimos bastante isso com o Senador Fernando Bezerra e tivemos um grande sucesso. Dizem que o sucesso foi devido ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato de o Aeroporto de Juazeiro estar no bloco, dizem que Pe. Cícero abençoou. Aí eu não sei se é verdade, mas é uma questão de dívida lá com Padim Ciço.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Tivemos o bloco Centro-Oeste, que é um bloco que atende ao agronegócio, com os aeroportos de Rondonópolis, Sinop, Alta Floresta e Cuiabá. E o bloco Sudeste, que é um bloco muito vocacionado para óleo e gás, com os aeroportos de Vitória e Macaé.

Isso aí vai representar 3,5 bilhões de investimentos; investimentos que vão começar tão logo o contrato seja assinado, e gerar uma outorga à vista, *upfront,* de 2,3 bilhões. E nós temos mais 1,8 bilhão que nós vamos auferir ao longo dos anos de concessão. Então, são 4,1 bilhões de outorga, mais 2,3 bilhões *upfront* no momento da assinatura do contrato.

Fizemos o leilão da Ferrovia Norte-Sul, foi um parto de porco-espinho para ele nascer, mas o porco-espinho nasceu, nasceu bonito, nasceu gordinho. Foi um leilão bastante interessante que nos surpreendeu, surpreendeu pelo ágio de 100%, surpreendeu... Nós tivemos a Rumo vencendo esse leilão. E o que a gente pode esperar a partir da assinatura do contrato, que vai se dar em agosto, vai ser já o movimento do início de operação imediata na direção norte, na direção do Porto de Itaqui. E, no prazo de um ano e meio, os investimentos vão ser feitos, vão ser praticamente R$3 bilhões de investimento, deixando essa linha operacional no sentido de Santos – o que é uma coisa bastante interessante. Então, uma ferrovia que originalmente está vocacionada para *commodities*, a gente vai perceber que vai atender muito a carga geral.

Aliás, fizemos agora, estamos começando a fazer e fizemos recentemente, a partir de Rondonópolis em direção a São Paulo, as primeiras operações *double-stack* do Brasil, ou seja, estamos trabalhando com os contêineres empilhados. Isso vai aumentar a nossa capacidade de transporte ferroviário. Então, nós já temos carga geral, nós temos carga frigorificada saindo de contêiner a partir do Mato Grosso em direção a São Paulo, em direção a Santos. E isso vai se tornar frequente. Nós vamos também ter a carga de Santos industrializada, a carga de São Paulo subindo para o Centro-Oeste, por meio de contêiner, tanto no sistema Malha Paulista, Ferronorte quanto no sistema Ferrovia Norte-Sul – Malha Paulista e Ferrovia Norte-Sul.

Fizemos a licitação de dez terminais portuários, três em Cabedelo, em Vitória, e seis em Vila do Conde, em Belém, todos os terminais de líquidos importantes também para essa logística de líquidos, que representam investimentos da ordem R$630 milhões e geraram a outorga de R$667 milhões. E a gente percebe o apetite do investidor. Muito interessante, porque na lógica, no nosso modelo, a gente sempre licita os terminais portuários com uma outorga simbólica, uma outorga de R$1. O que nos interessa, ao final das contas, é a realização dos investimentos. E nós auferimos R$667 milhões de outorga, também outorga paga à vista, paga para o *front.*

Há outros avanços. Nós temos alguns leilões já programados. No dia 9 de agosto, vamos fazer mais três leilões de terminais, dois terminais em Santos. Nós teremos líquidos em Santos e em Paranaguá, um terminal de celulose. No dia 18 de setembro, nós teremos o leilão da rodovia que liga Jataí a Uberlândia, uma rodovia que liga, então, Goiás ao Estado de Minas, ao Triângulo Mineiro, importante para o agronegócio. Está no TCU, com previsão de, assim que sair do TCU, a gente fazer a publicação do edital – e deve fazer a publicação ainda no ano de 2019 –, fazermos o leilão inclusive em 2019, dependendo do momento em que sair do Tribunal, da 101 Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Catarina, de Paulo Lopes até a divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, naquele trecho sul da 101. E firmamos aí 12 contratos de adesão, ou seja, para terminais privados, alguns de muita envergadura. Vou citar um terminal no Açu, que faz a regaseificação de GNL, ligado, então, a duas térmicas, que representam aí, que vão gerar três mil megawatts, três gigas de energia, um investimento da ordem de R$13 bilhões, com uma geração de 13 mil empregos diretos e indiretos. Então, é algo bastante relevante.

Em maio, nós fizemos uma reunião do Conselho do Programa de Parceria de Investimentos. A gente pode dizer que foi a maior reunião do Conselho, pela relevância. Nós qualificamos 22 aeroportos, que vão representar investimentos superiores a R$5 bilhões. Tivemos aí três blocos: o bloco Sul, com os aeroportos de Curitiba, Bacacheri, Foz do Iguaçu, Londrina, Joinville, Navegantes, Pelotas, Bagé e Uruguaiana, o bloco Norte I – citei o Norte I porque nós vamos fazer o bloco Norte II, que virá na sétima rodada –, com os aeroportos de Manaus, Boa Vista, Porto Velho, Tefé, Tabatinga, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e o bloco Central, com os aeroportos de Goiânia, Palmas, São Luís, Teresina, Imperatriz e Petrolina. Então, são três blocos de aeroportos, que vão proporcionar, então, mais conectividade. Eu acho que isso é um movimento importante para a aviação do Brasil, que se alia a outros movimentos importantes, e, mais uma vez, eu louvo o Parlamento pela aprovação da MP 863, que abriu ao capital estrangeiro as empresas de aviação, e, como reflexo disso, a gente já teve um novo entrante no mercado, a Air Europa, que se estabeleceu, e a gente vem mantendo conversas com mais três companhias que hoje operam no Chile e na Argentina e têm interesse também de operar no mercado brasileiro.

É óbvio que só isso não resolve. A gente tem um mercado extremamente regulamentado, e o excesso de regulação e a dificuldade de regulação também afastam o investidor, e uma das nossas missões, uma das coisas em que nós estamos trabalhando é a desregulamentação, que é uma das diretrizes do nosso Presidente Bolsonaro.

Temos algumas concessões que estão praticamente aptas para ir para a consulta pública: uma importante em Minas Gerais, que é a 381-262, pegando Minas e Espírito Santo, ou seja, Belo Horizonte e Governador Valadares, e a 262 até Vitória, que vai ter um investimento aproximado de R$9,1 bilhões. É a rodovia que mais mata gente no Brasil, além de ser uma rodovia que atende ao Vale do Aço. Está com seu estudo pronto e indo para consulta pública. A 163 Pará 230, que tem um investimento aí de, praticamente, R$2 bilhões, com estudo aprovado, e a ideia é iniciar a audiência pública também agora. Todas essas rodovias que vou falar iniciam a audiência pública até o final do mês de julho.

Observem que nós estamos num trabalho enorme lá para fazer a pavimentação da 163 Pará, uma pavimentação que é histórica. Fizemos 10 quilômetros agora, neste mês de junho, e estamos caminhando firmes na direção daquilo que foi prometido, que era acabar a pavimentação até Miritituba até o final do ano.

A gente, conseguindo realizar, cumprir essa meta – e vamos conseguir –, acaba com aquelas imagens daquelas filas, daqueles atoleiros. É uma coisa muito importante para o agronegócio, tendo em vista que do Mato Grosso devem subir para Miritituba, já a partir do ano que vem, 12 milhões de toneladas, 13 milhões de toneladas de grãos.

Também estamos aqui, Senador Irajá, com a 153, Goiás-Tocantins, que vai incorporar um pedaço da 080 e 414, também com investimento previsto de quase R$8 bilhões. O início da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública deve-se dar até o final do mês de julho. Então, os estudos estão praticamente concluídos para a gente fazer a nova licitação. Essa rodovia já esteve sob concessão, que teve um processo de caducidade.

Estamos trabalhando na estruturação das novas licitações das rodovias do Paraná. E temos mais 7 mil quilômetros de rodovias que estão em estudo hoje, sob responsabilidade do BNDES. Essas rodovias representam praticamente 50 bilhões de novos investimentos.

Temos oito terminais portuários que estão em estudo para novos arrendamentos – Itaqui, Santos, Suape e Paranaguá –, além de duas desestatizações. Estamos começando o estudo da primeira desestatização, que é da Docas do Espírito Santo, sendo levado a termo pelo BNDES. Esses arrendamentos de terminais devem representar R$4 bilhões de investimento.

Priorizamos no conselho algumas obras para que sejam objeto de lupa no que diz respeito ao licenciamento ambiental. Destaco o derrocamento do Pedral do Lourenço, que é muito importante para a gente viabilizar a hidrovia do Tocantins.

Da BR-319, do Amazonas, a gente já está fazendo os projetos, a readequação desses projetos, porque o nosso intuito é, no ano que vem, já retomar a pavimentação da 319, que é um marco, é uma rodovia que se acabou, que já foi pavimentada. Então, a partir de 1978, na década de 70, o usuário pegava o seu carro em Porto Velho e ia dirigindo até Manaus. Infelizmente, nós perdemos essa estrada, mas a nossa ideia é retomar.

Retomamos a obra da 135, Maranhão, a recuperação e manutenção da 135, mas nós temos uma atividade de licenciamento importante para fazer a duplicação de Bacabeira até Miranda do Norte.

Estamos avançando bastante no diálogo com os indígenas, principalmente com os povos do Xingu, para fazer o licenciamento da 242, Mato Grosso, para poder retomar a obra, importante para o Senador Jayme Campos e para todo o agronegócio pujante do Mato Grosso. Além disso, a 080, Mato Grosso, é objeto dos nossos esforços de licenciamento.

Na 135, Bahia, nós temos um problema de cavernas. Observem que a 135 é uma rodovia importante que atravessa, corta vários Estados. E há trechos não pavimentados ainda na Bahia e em Minas Gerais. Então, a nossa ideia é fazer a pavimentação desses trechos.

Além daquele trabalho bacana que está sendo feito no Piauí, Senador Elmano, de alargamento da rodovia... Nós vamos chegar ao final do ano com 140km de alargamento feitos, ou seja, adaptando aquela plataforma antiga de 6m a uma plataforma de 12,5m. É uma coisa que realmente já está tendo repercussão no que diz respeito à diminuição de acidentes e ao salvamento de vidas. Então, o número de mortes neste ano na 135, Piauí, já foi menor, menos da metade do número de mortos no mesmo período do ano passado. Então, a intervenção que está sendo feita já está gerando resultados.

A gente começou uma coisa bastante interessante, que foi o diálogo com as bancadas. Começamos a fazer isso já no início do ano, visando ao remanejamento de recursos orçamentários.

Então, como o recurso é pequeno, é necessário concentrar os recursos naquelas obras que são mais relevantes e que estão em andamento, e também na manutenção. A gente tem tido o aval das bancadas para fazer os remanejamentos. Aqui eu já presto a minha homenagem às bancadas que têm anuído com esses remanejamentos. Esses remanejamentos têm proporcionado, então, a retomada de obras importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos várias entregas nesse período, até em função disso.

Em fevereiro, nós inauguramos 79km na BR-235, Bahia, e 34km na 101, Alagoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Além do contorno de Iconha, na 101, Espírito Santo.

Em março, inauguramos a revitalização do Aeroporto de Macaé, que logo depois foi leiloado. Inauguramos a restauração da pista do Aeroporto de Montes Claros, em Minas, e a pista do Aeroporto de Curitiba, no Paraná.

Em abril, inauguramos a duplicação de 54km da BR-050, em Cristalina-Catalão; o novo terminal do Aeroporto de Macapá – ficou muito bacana, com a presença do Presidente da República; e a modernização do Aeroporto de Marabá.

Em maio, inauguramos o Viaduto da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, o Aeroporto de Uberlândia, o Aeroporto de Imperatriz e 20km de duplicação da 163, Paraná.

Em junho, 8km de duplicação da 470, Santa Catarina – o Senador Esperidião Amin esteve conosco lá na primeira entrega, mas a gente já viu que nós temos condição de chegar a 20km duplicados até o final do ano. A obra está andando bem em dois lotes; o alinhamento e reforço dos Berços 3 e 4 do Porto de Itajaí; as marginais da via expressa de Florianópolis, na 282; conseguimos concluir a pavimentação de 10km, na 163 do Pará; concluímos o Trevo do Morro Reuter, na 116, Rio Grande do Sul; e a travessia de Monte Alegre, na 365, Minas; e estamos praticamente finalizando 12km de duplicação da 381, Minas.

Vamos contar com o nosso Senador Rodrigo Pacheco na inauguração e também no lançamento da consulta pública da 381.

A primeira etapa da revitalização e ampliação do Aeroporto de Foz de Iguaçu. E estamos retomando algumas obras: a dragagem do Porto de Rio Grande está praticamente concluída; da Ponte do Abunã a gente termina concretagem nesta semana, até o dia 29.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Devemos fazer, em breve, uma visita lá.

Começamos a duplicação da BR-316, Castanhal-Salinópolis; reativação de IP4 no Amazonas, Borba, Beruri e Canutama; pavimentação da 156, Amapá, que está em mobilização – a gente vai começar agora.

Vamos levar o Lucas Barreto lá e o próprio Senador Davi para ver essa obra.

O acesso a Capuaba e o Contorno Mestre Álvaro, duas obras importante no Espírito Santo.

Iniciamos a construção da segunda ponte de Foz.

Uso de criatividade, porque, observem, não há dinheiro para fazer investimento de R$450 milhões, mas a gente tem Itaipu, que tem obrigação de aplicar aquele recurso que sobra. Então, o que fizemos? Um convênio com o Governo do Estado do Paraná. O Governo do Estado do Paraná sub-rogou todos os nossos contratos de construção e supervisão. Itaipu paga o Governo do Paraná, porque aí a gente foge da questão do teto; eles fazem a obra, a gente supervisiona, e assim a gente colocou a obra para rodar. Criatividade pura.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Depois, quando eu falar nossa estratégia para ferrovias, eu vou falar dessa criatividade também.

Fiol II: a obra está em bom ritmo.

Duplicação da 116, Rio Grande do Sul: a ideia é entregar pelo menos 60km em 2019. Nós não tínhamos entregado sequer 1km de duplicação até o momento.

Retomamos a duplicação da Reta Tabajara, Senador Jean Paul, lá no nosso... no Rio Grande do Norte, na 304; os viadutos da saída de Teresina que estão em andamento, a nossa 343, do nosso Senador veín trabalhador, e vamos, em breve, dar a ordem de serviço da ponte Xambioá, Senador Irajá. Vamos ver aí, só a data agora, para a gente ir lá, dar a ordem de serviço.

Fora isso, estamos conduzindo aí a pauta dos caminhoneiros, então, o estímulo ao cooperativismo, uma nova tabela que seja mais aceita por todos, por embarcadores, por caminhoneiros. Eu pensava que iria ser um desafio quase insuperável estabelecer o consenso, e não está sendo, a gente está conseguindo construir o consenso. Isso vai ser fundamental para restabelecer a paz aí no transporte rodoviário de carga.

Enfim, iniciamos um processo importante de desburocratização, que foi o Documento de Transporte Eletrônico, que está congregando 15, 20 documentos num único documento. A gente faz a aquisição dos dados de transporte, origem, destino, dados fiscais com o veículo em movimento, sem a necessidade de parada em posto fiscal e, com o veículo em andamento, a gente faz o agendamento no porto. Então, ele chega no porto, abre a cancela e já sabe onde tem que parar, onde vai fazer o desembarque.

Enfim, temos aqui algumas coisas importantes no Congresso, que é o PLS 261, de 2018. A gente tem mantido uma agenda de trabalho aí constante com o Senador Jean Paul. É um projeto que está no foco da nossa estratégia, para ferrovias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – O novo marco legal de licenciamento, que está na Câmara, a modernização da lei de licitações e contratos, que está lá também, e a gente vem acompanhando com carinho aqui o processo de modernização na cabotagem. Nós temos também contribuições para fazer nesse processo.

Então, eu vou passar aqui um pouco para a questão das ferrovias. O trabalho das ferrovias compreendeu primeiro um diagnóstico. A gente verificou primeiro como estava a nossa performance, a nossa posição em relação aos nossos pares e a nossa situação, e a gente repara que o Brasil tem uma baixa densidade de malha, comparado a outros países de dimensões continentais, um pequeno *share* no modal de transporte, uma pequena participação das ferrovias no modo de transporte e pouco investimento por quilômetro de malha.

Então, na configuração que a gente tem que mudar nós temos uma malha total de 28 mil quilômetros e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... nós já chegamos a ter 36. Nós tivemos um impulso grande de 1854 a 1913 e, nos 13 primeiros anos do século XX, nós chegamos a construir dez mil quilômetros de ferrovia, mas o fato é que nós só temos 28 mil quilômetros e a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

expansão hoje vem num ritmo lento e, para mudar esse ritmo, nós estabelecemos uma estratégia que está calcada em alguns pilares.

Um primeiro pilar são as novas concessões ferroviárias. Nós fizemos a concessão da Ferrovia Norte-Sul, estamos concluindo os estudos para a concessão da Ferrogrão e concessão da Fiol, a Fiol que vai ligar Caetité a Ilhéus, na Bahia, essa é uma concessão importante, vai atender hoje o minério de ferro, mas com possibilidade de a gente expandir essa ferrovia mais tarde para o oeste, pegando também o agronegócio baiano e ligando, chegando até a Norte-Sul. A concessão da Ferrogrão, que vai ligar Sinop a Miritituba.

A Ferrogrão é uma revolução, Senador Jayme, porque nós temos o Mato Grosso lá, produzindo 62, talvez, esse ano, 65 milhões de toneladas de grãos, plantando lá em nove milhões de hectares. A gente tem a possibilidade de plantar ali ainda mais dez, 14 milhões de hectares. Ou seja, o Imea disse que a gente pode chegar a 120 milhões de toneladas em 2028.

Ou seja, tudo que a gente fizer de logística para Mato Grosso é pouco, ainda vai faltar.

Então, a Ferrogrão vai ter um papel fundamental, vai ser uma ferrovia que vai ligar Mato Grosso aos portos do Arco Norte, a Miritituba, que, alguns anos atrás, tinha uma capacidade instalada de 3 milhões de toneladas e hoje já tem de 14 milhões de toneladas. Isso vai ter uma repercussão muito grande no frete. São as duas concessões que estão na pauta.

O segundo pilar da estratégia é a prorrogação antecipada dos contratos de concessão de ferrovia existentes. Isso vai proporcionar investimentos nessas ferrovias. É bom que se diga o seguinte: nós não vamos fazer a prorrogação de todas as malhas, nós vamos fazer daquelas que representam vantajosidade para a administração. E a vantajosidade tem que estar muito clara. Então, por exemplo, estamos discutindo e discutimos bastante com as bancadas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Senador Nelsinho, a prorrogação da Rumo, da Malha Paulista. Nós temos um investimento importante que vai ser feito lá, um investimento da ordem de R$6 bilhões, nos próximos cinco anos, o que vai elevar a capacidade da ferrovia dos atuais 35 milhões de toneladas para 75 milhões de toneladas. Ou seja, são 40 milhões de toneladas a mais que vão ser proporcionadas por esses investimentos em pátios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... investimentos em duplicação, em rebaixamento de linha. Como eu falei, a gente já está operando o *double stack* de Mato Grosso, de Rondonópolis para São Paulo, então, a gente viu que foi necessário fazer rebaixamento de linha para que isso fosse possível. Então, é um aumento de capacidade expressiva. E o concessionário, a partir desse aumento de capacidade, vai fazer o quê? Vai buscar trazer carga para sua ferrovia. E isso, obviamente, vai ter um reflexo imediato no frete.

Nós concluímos os processos de prorrogação da Vale. A Vale também tem contrapartidas muito claras, e nós vamos fazer, por exemplo, como contrapartida, a construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, e aí tem uso da criatividade pura, Senador Marcos Rogério. O senhor observe o seguinte: a gente faz a precificação da ferrovia, a gente coloca lá o que a ferrovia vai ter de receita, tiramos da receita o custo operacional, tiramos do custo operacional a depreciação, os impostos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... os investimentos que vão ser feitos na própria linha na eliminação de conflitos urbanos, na eliminação de conflito cidade-ferrovia, nas travessias em nível, então, todas essas eliminações de conflitos representam investimentos na própria linha. Quando a gente subtrai isso da depreciação imposta, a gente tem o valor líquido. A gente traz esse valor líquido ao valor presente e a gente tem o valor da outorga, e essa outorga deveria ser paga à União. Ou seja, não seria nenhum absurdo colocar 6 bilhões, 6,5 bilhões nos cofres do Tesouro; seria até interessante para amortizar o nosso estoque de dívida. E, em vez de colocar esse dinheiro no Tesouro, a gente está capturando esse dinheiro no sistema ferroviário. A concessionária vai pagar a sua outorga fazendo uma obra ferroviária. Por exemplo, no caso da Vitória a Minas, vai ser feita a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Então, ele vai construir uma ferrovia que vai ligar produção, vai ligar o Vale do Araguaia à Ferrovia Norte-Sul. A gente está falando de uma bacia de produção de 16 milhões de toneladas ali.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – E, no final das contas, o que é isso? É oferta, é mais oferta ferroviária. Então, no final, quando a ferrovia estiver pronta, aquilo que não despertaria interesse do privado, porque o VPL é negativo, o Valor Presente Líquido é negativo, em função do risco de engenharia, em função do risco de meio ambiente, passa a ter VPL positivo, porque a gente venceu o risco de engenharia.

Quando a ferrovia estiver pronta, de quem é a ferrovia? Do Estado. A ferrovia é da União, e o que a União vai fazer? Vai licitar a operação. E quando licita a operação, se eu já venci o risco de engenharia, eu vou auferir uma nova outorga. Então, aquela primeira outorga vira uma nova outorga. Eu faço a ferrovia, fico com o equipamento e gero uma nova outorga. Então, fiquei com a ferrovia, criei uma nova outorga, que vai poder ir para o Tesouro ou ser reinvestida no sistema. A gente poderia pegar, por exemplo, a nova outorga da Fico, que está indo até Água Boa, e estender a ferrovia, por exemplo, até Lucas do Rio Verde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – É uma grande possibilidade.

Então, com isso a gente vai fazer a segregação da linha da MRS, em São Paulo, que vai permitir, por exemplo, o investimento no trem intercidades. Vai ser o primeiro trem de passageiros de média velocidade que vai ligar Americana, Campinas a São Paulo. Nós vamos fazer a extensão da Vitória–Minas ligando Cariacica até Anchieta, que é um trecho importante. A gente deixa de operar com mineroduto e passa a operar minério por ferrovia, usando as pelotizadoras e o porto de Ubu, que estão hoje ociosos. A gente vai fazer a ferrovia de integração do Centro-Oeste, ou seja, estamos impulsionando e colocando vários equipamentos, fora a própria ampliação de carga da malha paulista por meio da prorrogação.

Há de se ressaltar também que a regulação vai ser revista no contrato. De que forma? Hoje, nós temos algumas dificuldades para fazer investimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... e para operar o direito de passagem, e essas dificuldades simplesmente vão desaparecer. Por quê? Nós vamos ter obrigações muito claras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



servidões muito claras de investimento, que vão ser distribuídas ao longo do tempo. Esses investimentos vão ter data para acontecer e punições muito rigorosas no caso de não cumprimento.

Nós vamos ter também o estabelecimento das regras para acesso à malha, ou seja, nós vamos eliminar as barreiras de entrada, vai estar muito bem definido quais são os critérios para que maquinistas possam acessar a malha, quais são os critérios de manutenção ou os requisitos de manutenção das composições para que haja acesso a essas malhas. Nós vamos ter o estabelecimento dos critérios para transferência de eletrônica embarcada para despacho de trens, nós vamos ter o estabelecimento da quantidade de pares de trem/dia e o valor de tarifa-teto. Ou seja, as tarifas dentro dos acordos operacionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... se dão num ambiente de livre negociação, mas a gente estabelece a tarifa-teto.

E além disso nós vamos monitorar o índice de saturação da via. Isso significa que esse índice de saturação vai estar atrelado a um gatilho de investimento. A partir do momento que a via satura, dispara-se o gatilho de investimento e a gente vai então determinar novos investimentos para que a gente sempre mantenha capacidade ociosa para recepcionar carga de terceiro. Isso já está funcionando. Hoje a gente já tem a FCA operando na malha paulista, a gente tem carga da MRS operando na malha paulista, nós temos carga da Rumo operando na linha da VLI, nós temos carga da Rumo e da VLI operando em Carajás.

O direito de passagem, absolutamente, não é uma dificuldade, ele vai acontecer, vai ser exercido, até porque a gente está criando um excedente de capacidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Só para se ter uma ideia, a linha de Carajás foi duplicada e nós temos hoje uma linha operando com 240 milhões de toneladas de capacidade, quando a Vale tem usado, lá no Norte, 199 milhões. Ou seja, eu tenho 40 milhões de toneladas excedentes, e aí o melhor negócio para o concessionário é abrir a linha, porque eu tenho uma receita de operação com um custo de manutenção que é extremamente marginal. Então, do ponto de vista econômico, faz muito sentido.

A partir do momento que a gente começa a proporcionar o choque de oferta, o direito de passagem deixa de ser um problema. E o outro pilar da nossa estratégia é justamente as autorizações que são objeto do PLS 261, de 2018. Essas autorizações vão aproximar o nosso modelo do modelo americano, ou seja, a partir do momento que uma determinada empresa, que um determinado investidor tenha interesse em operar um determinado segmento, ele vai receber uma autorização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... para operar. Ele vai fazer um investimento, ele vai ligar "a" a "b", e vai ser autorizado a fazer investimento. Toma o risco de engenharia, mas, em compensação, ganha a perpetuidade. A perpetuidade faz muita diferença na decisão de investir: não faz o menor sentido eu tomar um risco de capital, que é muito elevado, para depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter o bem devolvido após um período de reversibilidade. Isso é um risco grande para quem resolve tomar essa decisão de investir, e a gente torna o processo, dessa forma, mais simples, menos burocrático e também mais ágil, e a gente elimina esses riscos. Então, o operador ferroviário que tem o objetivo de fazer uma implantação toma aquele risco de engenharia, mas, em compensação, tem a perpetuidade, tem a liberdade de tarifa, a gente controla a tarifa por meio da concorrência, por meio da disponibilização de novos trechos, e nós temos certeza que este...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... movimento é um movimento que vai proporcionar a utilização de trechos abandonados na Malha Sul, que vai proporcionar a utilização de trechos abandonados na malha da Transnordestina, principalmente aqueles que ligam as capitais do Nordeste, que vão poder servir, de repente, a outros fins, tanto para carga quanto para passageiros; trechos que estão sem uso também em Minas Gerais, na Bahia, além, obviamente, da execução de novos segmentos, como, por exemplo, a própria extensão da Fiol, que poderia ser feita dentro do sistema de autorização.

E não dá para falar em ferrovia sem falar na Transnordestina – acho que o Senador Fernando Bezerra está lá, ansioso, o Senador Elmano também, e se eu não falasse em Transnordestina ia ser espetado aqui. Nós iniciamos uma negociação, que é uma negociação bastante dura, com uma concessionária, onde nós estamos impondo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... que seja empregado capital próprio para a retomada imediata de obras. Foi feita uma proposta de composição – parte capital próprio, parte recursos de fundo –, e nós não aceitamos, por uma razão simples: senão a responsabilidade ia ficar toda nossa, de aprovar todos os projetos pendentes ainda e conseguir no TCU a liberação para utilização desses recursos. Nós impusemos, então, que a obra este ano fosse retomada totalmente com recursos próprios, estabelecemos o montante de R$257 milhões para isso, e houve acordo, e a ideia é que a empresa inicie a mobilização de imediato, para a retomada da obra da Transnordestina.

Então, eu acho que isso é uma grande notícia, e aí, a partir do ano que vem, a gente caminha... neste segundo semestre a gente caminha com a aprovação desses projetos ainda pendentes, o que liberaria no TCU a utilização dos recursos disponíveis nos fundos para essa obra. Além disso, a gente está negociando também a possibilidade de vir um usuário investidor que faça o investimento e, como contrapartida, terá o direito de operar determinado segmento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Então, são as maneiras que nós visualizamos para retomar o empreendimento da Transnordestina.

A gente deve ter em breve – e a nossa ideia é levar o Presidente da República lá, para dar a ordem de serviço de reinício – essa retomada. A gente está agora só acertando a questão de cronograma, mas provavelmente deve ser em agosto a retomada da obra nas três frentes. Então, basicamente é isso, falei muito em linhas gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu vim aqui para debater, acho mais importante agora ouvir os Srs. Senadores do que falar. Estou pronto para as discussões.

Agradeço a oportunidade.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador, pois não, pela ordem.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Apenas para parabenizar V. Exa. mais uma vez por objetivamente trazer aqui o Ministro. Quero cumprimentar o Ministro Tarcísio que, sempre que solicitado, esteve à disposição desta Casa. E quero dizer que esses exemplos devem ser seguidos pelos outros auxiliares do Senhor Presidente, para a gente poder tirar as dúvidas. Parabéns a V. Exa., de manhã o Ministro Tarcísio, de tarde o Ministro Bento. Estaremos aqui juntos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, membro desta Comissão também.

E agradeço desde logo as manifestações do Ministro Tarcísio, que está um craque, tecnicamente preparadíssimo e politicamente habilidoso, afinadíssimo. De todas as disposições feitas, ele pinçou os temas que são do interesse, obviamente, da população, que cada um dos Sras. e Srs. Senadores representam aqui na Comissão, já dando respostas efetivas, o que é muito importante.

De Rondônia, ele só falou da Ponta do Abunã... A 319, que faz a ligação entre Porto Velho e Manaus, está na agenda de compromisso do Governo. Eu agradeço.

Aproveito a oportunidade, já que ele falou muito do Nordeste, Senador Líder Fernando Bezerra, para cumprimentar V. Exa. Esta semana que se encerrou, tive a oportunidade de estar na terra do nosso Líder Fernando Bezerra, conhecendo Petrolina, uma cidade maravilhosa, acolhedora...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Capital brasileira da fruticultura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... conhecemos lá algumas culturas extraordinárias, da manga, da uva. Eu fiquei encantado com aquela cidade e encantado também com o Prefeito Miguel Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Talvez, não sei, é a melhor parte da família, né, Espiridião: muito jovem, mas extremamente preparado e ousado nos projetos que tem para a cidade. E eu fiquei realmente tocado pelo que vi lá.

Parabéns a V. Exa. Parabéns ao Prefeito Miguel Coelho e ao povo de Petrolina, que é carinhoso, receptivo, foram momentos realmente de grande aprendizado. Cumprimento V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Depois da sua visita, nós estamos aguardando a visita do Ministro Tarcísio, porque há importantes obras sendo tocadas pelo Dnit lá em Petrolina também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Olha aí. Quando ele for, vou pegar carona para ir junto, voltar. O Presidente da Caixa já esteve três vezes, o Presidente da Caixa estava conosco na missão.

Mas eu queria abrir agora oportunidade para os Senadores autores dos requerimentos: Wellington Fagundes, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Esperidião Amin.

Espiridião presente, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para não destoar, eu vou começar pela parte boa, porque assim a gente vai no mesmo ritmo de aplauso, de alegria. Líder do Governo é sempre alegre.

Eu quero também fazer minhas as manifestações públicas de aplauso à atuação do Ministro. Conhece o assunto, procura falar a verdade em consonância com os fatos e com as possibilidades, e me reportando à sua estada em Santa Catarina, que ele mesmo assinalou, nos dias 17 e 18 passados – segunda e terça-feira da semana passada –, eu reitero as suas observações, muito embora ele tenha ficado devendo – eu faço questão de deixar assinalado –, primeiro, uma visita à região da Baía da Babitonga, compreendendo aí o Porto Itapoá, que é um modelo surpreendente de eficiência. Até o Senador Heinze foi lá para ver se sequestrava o porto para o Rio Grande do Sul. Meu amigo querido foi lá para roubar o porto. Se pudesse, rebocaria o porto. Eu tenho que vigiar os meus amigos, imagine!

Há o Porto de São Francisco do Sul. São Francisco é um nome muito apelativo. Nós temos pelo menos algumas famílias – Olsen, por exemplo, família de origem escandinava, que nós brincamos dizendo que eles tinham comprado a passagem para o porto de São Francisco da Califórnia; chegaram ao porto de São Francisco do Sul e se deram bem, ou seja, continuaram por lá. Mas deve realmente uma visita àquela região que é altamente importante para a economia de Santa Catarina e do sul do Brasil.

Refiro-me à BR-280, que o Ministro conhece. Também em relação aos arranjos que estão sendo feitos sobre os portos de Imbituba, Laguna, BR-285, BR-163 lá no extremo oeste, a 282, de que o Ministro tem uma visão muito clara, mas me atendo à sua visita, em termos de 470, temos uma longa caminhada. Quero registrar, para o senhor deixar anotado, que não dá para esperar o ano que vem para lançar o edital da 470, Ministro. Isso é algo que está apalavrado desde 2015 – não com o senhor, mas com o Governo. Portanto, a secretaria que trata desse assunto, que tem mudado de nome e de domicílio, sabe que nós sustamos o arranjo equivocado – aliás, prejudicial a Santa Catarina – na 153 para que houvesse tempo de licitar a 470. Então, não tem cabimento esperar mais um ano. Estou me referindo ao trecho seguinte ao que pode ser uma outorga daqui a pouco, que é até Indaial. Então, isso não ficou bem claro mesmo durante a sua estada. (*Pausa.*)

Eu não quero atrapalhar o telefone do Chico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, a 470 é realmente uma prioridade que o senhor conhece. Visitou – nós somos muito gratos – o Porto de Itajaí, a inauguração do Berço 4, com as suas histórias, que V. Exa. conhece também; mas eu vou me fixar no ponto do meu requerimento.

Ministro, vou repetir o que está escrito no cabeçalho:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contorno viário da Grande Florianópolis, assim como as outras obras da 101, já concedida, como, por exemplo, a Ponte de Camboriú, que o senhor viu, na marginal oeste e na marginal leste, mas, especificamente, o contorno viário da grande Florianópolis é parte da obrigação da concessionária, que assinou o contrato em 2008. O prazo para a execução da obra era fevereiro de 2012. Sete anos e quatro meses depois. Isso me faz lembrar até aquele trecho da Bíblia e de Camões: "Sete anos de pastor Jacó servia. Labão, pai de Raquel, serrana bela. Mas não é a ele que servia, servia a ela, e a ela só por prêmio, prêmio pretendia."

O Heinze veio aqui para se defender. Foi a Itapoá tentar levar o porto para o Rio Grande do Sul, escondido de mim.

Mas eu queria voltar, então.

Ministro, vou lhe fazer uma pergunta singela: a obra é de 2008. Deveria ter sido inaugurada há 7 anos. O meu pedido para o senhor é um só: quando é que nós vamos ter o cronograma da obra? Não é a obra, não; é o cronograma.

No meu modesto entender, só teremos o cronograma quando as sete partes da obra, que são as partes críticas – e o senhor as conhece: o emboque norte, o emboque sul, o trevo da 282 e os quatro túneis – tiverem data de início, especialmente os túneis, que não demorarão menos de três anos. Enquanto eles não forem iniciados, enquanto nós não tivermos a data de início deles, nós não teremos a data do início da obra; aliás, do término da obra.

Eu não quero embaraçá-lo, mas quero deixar registrado aqui este pedido. Quando é que o Ministro Tarcísio, que a ANTT, que nós não permitiremos que deixe nem o senhor nem o Presidente como rainha da Inglaterra... Já que este assunto, agências, está na pauta, eu concordo que elas não podem deixar o Ministro, que é o agente político, e o Presidente, que é o homem que foi eleito, como rainha da Inglaterra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E quando a agência reguladora nos deixa sem data do início de etapas capitais de uma obra, sem a data do início nós não podemos ter a data de conclusão, nem como fiscalizar. Como é que eu vou fiscalizar uma obra que tem trechos cruciais ou etapas iniciais não iniciados e sem data para início?

Eu quero, piorando um pouquinho o nível de cordialidade, mas não deixando de cumprir com o meu dever, lhe pedir: por favor, cuide para que nós tenhamos data de início das questões que o senhor sabe que são capitais.

E só quero lembrar que a falta desse contorno significa colocar o Mercosul e o tráfego brasileiro à mercê de um congestionamento cruel.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa é a pergunta, esse é o busílis da questão, ou seja, é o nó, é o que nós precisamos saber, nós catarinenses e brasileiros; qual é o cronograma desta obra, que é a parte fundamental do requerimento que o convidou? Na esperança que V. Exa. possa satisfazer esse pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin, um dos autores do requerimento para convite do Ministro a esta Comissão.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, eu tenho uma outra reunião e, já pelo adiantado da hora, têm os que fizeram o requerimento que vão falar. Eu quero hoje fazer um agradecimento ao Ministro Tarcísio.

Na primeira vez que ele veio aqui, nós tivemos um entrevero ali, já superado há muito tempo, e fui informado pelo Presidente Davi que o senhor o comunicou que, agora dia 30 de Junho, o senhor dará a ordem de serviço para a retomada da BR-156. E aqui eu quero lhe agradecer do fundo do coração pelo povo do Amapá, pelo povo do Oiapoque.

Essa obra estava parada há oito anos e o senhor retoma essa obra da Rumo Norte. Há também a obra da Rumo Sul, que são quatro lotes; e o quarto lote, que é uma obra delegada para o Governo do Estado, está *sub judice;* o Dnit está tentando resolver e eu espero que tenhamos essa solução para o Vale do Jari, que já foi um vale próspero, com empresas de celulose, de mineração, hoje está abandonado e as pessoas estão saindo também do Vale do Jari.

Há o compromisso do senhor em dar celeridade também à obra Rumo Sul, porque já tem dinheiro na conta nessa obra delegada. Então, fica aqui o meu agradecimento, lembrando que o Senador Lasier estava aqui. Terminou a BR, a estátua está de pé lá, que o povo do Amapá vai fazer para o senhor com certeza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Avisar também ao senhor que fui informado pela Marinha que, até o dia 20 de julho, eles aumentarão o calado do arco lamoso da foz do Rio Amazonas do canal norte e, com isso, nós teremos os super pacs de 90 mil toneladas indo a Miritituba e aumentará muito a capacidade não só de buscar os grãos, mas também de fazer a logística inversa de levar os insumos.

Então, Ministro, hoje eu vim aqui parabenizar e lhe agradecer do fundo do coração pelo povo do Amapá, pelo povo do Oiapoque.

Muito obrigado pela atenção que deu e, claro, foi uma pressãozinha de leve aqui na primeira reunião, mas que o senhor se sensibilizou e a gente está muito grato.

Conte conosco também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Lucas Barreto Senador.

O Senador Lucas Barreto agradece publicamente aqui, mas, de vez em quando, ele faz uns banquetes por aí que, se ele o chamar para agradecer nesses, vale a pena viu? É o nosso mestre da gastronomia de boa qualidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Principalmente se for peixe.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, o peixe dele é imbatível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Búfalo também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Essa semana ele variou; três.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, é porque V. Exa. não conhece o pitu bem feito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Esse é imbatível. Eu fui conhecer Pitu na casa do Senador Lucas Barreto. Eu não conhecia Pitu.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Isso é porque os senhores ainda não almoçaram na casa da Senadora Kátia, não comeram o leitão à pururuca que a gente comeu lá. Então...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o que eu falo: ser baixo clero é terrível.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Comida une povos e pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade. Aliás, parabéns. Eu vi o artigo, muito bem escrito, semana passada. Parabéns a V. Exa.

Na ordem dos que apresentaram requerimentos para o convite ao Ministro à Comissão, está presente o Senador Carlos Viana, que tem a palavra, neste momento, como autor do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em primeiro lugar, meu boa tarde às Sras. Senadoras e Srs. Senadores, desejando uma ótima semana para todos nós, aos presentes e aos que nos acompanham.

Quero dizer da minha satisfação de estar com o Ministro aqui mais uma vez. Digo, na mesma sequência do Senador Barreto, da satisfação em ter sempre o seu gabinete aberto para que a gente possa conversar, levar as sugestões, buscar as soluções. Então, meus parabéns, Ministro, que sempre é portador de boas notícias, numa fase em que nós estamos buscando fazer com que o País de fato caminhe.

Eu quero dizer a V. Exa. que, na semana passada, participei de um grande encontro de empresários em Minas Gerais, onde nós, Senadores, somos muito cobrados com relação à questão do desenvolvimento do Estado. Eu tomei a liberdade de apresentar as primeiras tratativas sobre a 381, e posso lhe dizer claramente que foi uma satisfação muito grande, por parte de todos, a possibilidade de que no segundo semestre nós já tenhamos confirmada a concessão e a abertura para o capital privado na concessão e na duplicação da rodovia. Digo que o anúncio está sendo esperado lá com muita satisfação. É claro, temos alguns posicionamentos, mas com relação àquele assunto que conversamos, da tarifa dinâmica, foi muito bem aceito, e creio que já abrimos um caminho muito importante para que nós possamos ter essa concessão da rodovia aprovada nas audiências públicas.

Eu gostaria muito que o Sr. Ministro nos colocasse por dentro sobre os prazos. Primeiro, a questão dessa concessão da 381, para que a gente possa ter já a fronteira desse conhecimento, do que já está pronto; e a questão das concessões da 262 e da 040, que nós estávamos no aguardo, segundo V. Exa., do Tribunal de Contas e de um novo decreto, se nós já estamos encaminhados com isso para liberação das concessões para novos investidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também que o senhor nos posicionasse sobre a questão do aeroporto da Pampulha. Hoje a nossa bancada mineira inclusive já me procurou, na expectativa de que a gente possa clarear um pouco mais essa decisão, em relação ao aeroporto da Pampulha.

E, Ministro, o que me preocupa muito, e sempre deixei isso claro para o senhor, é essa questão da antecipação dos contratos para a Vitória-Minas e a utilização das ferrovias que hoje estão em mãos já dos concessionários e que vencem daqui a oito, dez anos. Já foram antecipadas? Essa decisão já foi tomada, como foi divulgado, ou nós ainda podemos discutir esse assunto de uma maneira mais ampla?

São os meus posicionamentos e agradeço sua participação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Carlos Viana, e, dando sequência agora à lista de inscritos, uma vez que os demais subscritores não estão presentes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele vai responder de três em três? Como vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai. Vamos fazer de três em três, ou de cinco em cinco. Acho que na sequência de três ele responde e a gente avança na nossa lista de inscritos aqui.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Ministro. Bom dia, colegas Senadores.

Nós estávamos ainda na CAE falando sobre dívida pública e não pude estar aqui para ver a sua manifestação, mas eu gostaria de saber, acho que o senhor pode adivinhar todas as minhas perguntas, sobre a prorrogação da concessão das ferrovias. Já que o trecho da Norte-Sul está perdido, sem o direito de passagem – infelizmente, só por cinco anos e com uma carga de 1,5%, isso não dá o direito nem é de passagem, não dá o direito de ninguém investir numa situação dessas. O contrato é claro, o aditivo é claríssimo, que são apenas cinco anos. Por que que eu estaria clamando tanto se os operadores independentes tivessem entendido que o direito de passagem existe? Então, por que será que só os donos da concessão e o Ministério da Infraestrutura compreendem que o direito de passagem está estabelecido? Será que eu sou maluca? Será que ninguém está me procurando? Ou inventei isso da minha cabeça? Ou será que o mundo veio abaixo, os operadores independentes, tendo a convicção de que ficaram de fora da Ferrovia Norte-Sul? Então, eu queria, assim... eu gostaria muito que o senhor me convencesse, para eu os convencer. Se isso for possível, eu não tenho nenhum problema de voltar atrás, certo? Eu não tenho nenhum compromisso com a inverdade ou com causa perdida. Não, se me convencer, eu os convenço. Mas eu, até hoje, não consegui uma resposta clara, objetiva de por que a Ferrovia Norte-Sul ficou com 30 anos de contrato e o direito de passagem com cinco, sendo 1% ou menos disso a carga a que eles têm obrigação de dar o direito de passagem.

A outra questão: como é que o Governo está fazendo a prorrogação dessas malhas com uma Adin da Procuradora-Geral da República estimulada por todo o setor com relação à inconstitucionalidade da lei que foi aprovada ainda no Governo do Michel Temer, agora, autorizando a prorrogação antecipada, sem licitação? Isso está em curso, cuja Relatora é a Ministra Cármen Lúcia, não sei como ela vai julgar, mas ela deverá julgar, certo? Então, em caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negativo, tudo bem. Em caso positivo, de ela achar que a Procuradora-Geral está certa, essas prorrogações caem todas por terra. Eu, como leiga, apenas da roça, de formação em psicologia, vejo, de forma gritante, a inconstitucionalidade dessa lei.

A outra questão é: com relação à prorrogação da Malha Paulista dez anos antes, já prorrogando mais trinta, nós então estaremos fazendo um contrato de 40 anos, praticamente, em média, com todas elas. Este contrato e toda essa prorrogação está no Tribunal de Contas da União. Eu gostaria de saber se o senhor trouxe para nós Senadores quais são as condições dessa prorrogação, quanto a Rumo tem que investir, quanto ela já investiu no seu primeiro contrato em valores nominais, em que trechos ela investiu e, nessa prorrogação, o que ela vai investir, valores e prazos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de saber se uma empresa que descumpre contrato, quando ganha uma concessão de tantos quilômetros de ferrovia no País e deixa de utilizar dois terços dessas ferrovias sem nenhuma explicação para ninguém – a outorga foi para funcionar todas, se não tivesse interesse, então, que não entrasse e não pegasse todos os lotes –, eu quero saber dessas ferrovias abandonadas, o senhor trouxe números para nós sobre como elas se encontram hoje em termos de investimento ou precariedade? O que essas autorizadas, o que essas outorgadas fizeram de investimento, de acordo com o contrato, ou não estava escrito nada nesse contrato?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com relação às multas, só a Rumo tem mais de 940 multas em litígio com a União. Então, a minha pergunta objetiva é: como uma empresa pode entrar num edital, ganhar um trecho novo, prorrogar os seus contratos antigos devendo e litigando com a União e descumprindo os contratos com relação ao funcionamento das ferrovias paralisadas, não só a Rumo como a VLI, que é dona de 99% dos trechos ferroviários do País, sendo que opera um terço e dois terços estão paralisados.

Não sou contra as concessões, eu só gostaria de saber, com toda a certeza absoluta, sobre os investimentos e sobre o direito de passagem também na prorrogação desses novos trechos. Nós aqui no Brasil vivemos uma coisa muito inusitada. Em todo o mundo, as pessoas que operam ferrovias são operadoras de ferrovia, ocasionalmente elas têm cargas; no Brasil não, as duas donas de 90% das ferrovias no Brasil não são transportadoras, uma é produtora de minério de ferro e a outra é produtora de açúcar, álcool e madeira. Então, a ferrovia presta serviço ao negócio principal delas; o negócio principal das duas não é o transporte ferroviário. Por isto o meu desespero em garantir o direito de passagem: elas não têm interesse em transporte; elas têm interesse em transportar barato a carga delas.

A Valec calculou o preço da Ferrovia Norte-Sul, já há alguns anos, em mais de R$3 bilhões. Corrigindo levemente pela inflação, pelo IGP-M, ela vale seis. O leilão foi por 2,7, mas muito comemorado pelo Governo. Então, há quase dez anos já era avaliado em 3,5 bilhões. Tudo bem, vamos levar em conta que o Brasil não está precisando de dinheiro, mas essa diferença do que vale a ferrovia pelo que foi vendida, pelo menos poderia nos dar o direito de termos competição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber se o senhor tem noção de quanto foi o preço médio da tarifa ferroviária nos anos 2017/2018. Existe uma tarifa fixa, manipulada, orientada e regulada pela Antaq, e uma tarifa variável, que ninguém sabe como é calculada. Quando existe concorrência, eles brigam e essa taxa variada se reduz. Como são só duas, é óbvio que a taxa variável aumenta. Então, na época de safra, Heinze, é em torno de 120% do valor do frete rodoviário; em média, 90% do frete rodoviário. Então, essas ferrovias, para nós, eu sinceramente não sei para o que vai servir, a não ser, é claro, para o minério de ferro, que é super importante, e para o açúcar e álcool da Rumo, e o minério da VLI. Para os demais brasileiros, eu gostaria que o senhor me convencesse. O senhor sabe que eu o conheço há muito tempo, trabalhamos juntos no Governo da Presidente Dilma, conheço o seu preparo, mas, do ponto de vista técnico, as mudanças não foram possíveis para me convencer. Eu gostaria, com toda a sinceridade, que o senhor hoje tentasse, porque eu estou aberta a ser convencida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa.

Asseguro a palavra ao Ministro, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Vamos lá.

Vou começar pelas questões do Senador Esperidião Amin. No final das contas, a gente tem que, de fato, estabelecer um cronograma. Há um cronograma já estabelecido que prevê o final da obra em novembro de 2022, a obra do contorno, e até discordo um pouco da questão "olha, eu só consigo estabelecer um cronograma a partir do momento em que o túnel estiver contratado". Eu acho que a gente tem aí aquela questão do que é caminho crítico na obra e, por incrível que pareça, eu acho que, em uma primeira análise, pode parecer que o túnel é um caminho crítico. São quatro túneis. O túnel é sempre uma obra geotécnica interessante, pode parecer complexa, mas muito pior, naquela região, não é o túnel, até porque a gente já conhece, já sabe fazer túnel, já fizemos vários túneis em Santa Catarina. São seria esse o problema. O maior problema da obra do contorno de Florianópolis é a quantidade de solo mole, e o tempo que a gente vai gastar para ter os adensamentos desses solos moles. Nós vamos dividir essa obra em trechos, de maneira que a gente consiga até dar funcionalidade para cada um desses trechos isoladamente, porque hoje o que está feito não tem funcionalidade. Então a gente tem, por exemplo, o trecho que vai da 101, no entrocamento onde está o lixão, até a SC-281...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Aterro sanitário.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Aterro sanitário, desculpe. Aterro sanitário. Muito bem colocado, Senador.

Mas até a SC-281 a gente tem condição de operacionalizar. Então, acho que de imediato nós temos que dar prioridade às interseções: às duas interseções do contorno com a 101 e a interseção do contorno com a 282. Isso já vai proporcionar funcionalidade a trechos do contorno. Investir, então, no trecho norte, que começa agora. A gente viu lá o início da mobilização. Esse trecho terminaria no final de 2021, em função dos tempos de adensamento dos aterros sobre o solo mole. Cada aterro sobre solo mole vai passar oito, nove meses adensando. Em seguida, nós vamos fazer ao mesmo tempo o trecho intermediário, onde nós teremos o túnel 4. A ideia é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

terminar esse trecho até o final de 2021 também, e o trecho sul terminaria até o final de 2022, até novembro de 2022.

Agora, eu acho que esse cronograma precisa ser estressado, e eu preciso abrir e detalhar cada uma dessas etapas para facilitar o controle, para facilitar o acompanhamento. Nós vamos trabalhar muito para cumprir esse prazo de novembro de 2022, ou seja, nós estamos raciocinando com 36 meses de obra, aproximadamente – pouco mais de 36 meses de obra, 39 meses de obra a partir de agora.

Então, essa é a ideia e nós vamos fazer, intensificar a fiscalização, porque a gente sabe o quanto essa obra é importante para o Estado de Santa Catarina, deu para sentir até a repercussão que isso tem na questão da mobilidade urbana da Grande Florianópolis, o quanto esse contorno vai desafogar.

Eu acho que a visita ao campo deu para sair, deu para nos trazer o senso de urgência. E pode ter certeza de que essa obra vai estar numa prioridade. Nós vamos estabelecer... Então, no cronograma, inclusive, vamos colocar data para contratação de cada uma dessas obras de arte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Me permite redarguir?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Claro, claro!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse cronograma o senhor está anunciando aqui pela primeira vez?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Sim, sim, sim. Estou, estou, estou, estou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ninguém sabia disso, mas eu vou lhe fazer um pedido especial.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor me promete que, na próxima visita que eu fizer ao seu gabinete, esse cronograma vai estar na parede?

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Prometo, prometo, prometo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – E mais do que isso, eu acho que mais importante que prometer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sabe que eu nasci no Dia de São Tomé, não é?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Sim, o senhor já me contou. (*Risos.*)

E eu acho que mais importante que ter o cronograma na parede é ter o cronograma vivo, é ter o cronograma cumprido e é fazer com que o cronograma seja cumprido. O senhor pode ter certeza de que nós vamos colocar toda a energia para cobrar da concessionária esse cumprimento de cronograma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que isso faz parte dum movimento também de resgate, eu acho que essas empresas precisam recuperar a credibilidade. A gente tem insistido muito nisso com as concessionárias, é uma questão quase de educação do mercado, que é realmente fazer com que elas sejam tomadas por esse senso de responsabilidade e passem a entender que é necessário cumprir os contratos, cumprir as avenças, cumprir aquilo que foi determinado.

Há um dever de casa para ser feito também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... porque, observe, houve aquela mudança de trecho, em função daquele assentamento habitacional que provocou a necessidade por uma questão ambiental de a gente fazer os outros três túneis. Isso tem que ser reequilibrado no contrato. Vamos providenciar o reequilíbrio também para que não haja nenhuma pendência do ponto de vista administrativo, para que a obra flua.

E nós vamos estar permanentemente monitorando. E eu pretendo fazer mais visitas ao Estado, porque o olho do dono é que engorda o gado. Não é isso? Então, a gente tem que estar presente. O senhor tem o nosso compromisso de fazer com que... O senhor pode estar certo de que nós vamos fazer com que essa obra aconteça. Nós temos já os projetos de interseções aprovados. Isso é importante para que elas já comecem a fazer as interseções, as duas da 101 e a da 282.

Com relação às questões do Senador Carlos Viana, nós temos aqui... E talvez eu tenha que até conjugar alguma das questões do Senador Carlos Viana com as questões a Senadora Kátia, porque alguma coisa é comum. Mas, enfim, falando da 381, Minas; 262, Espírito Santo, então, o processo, o projeto está praticamente finalizado e a nossa ideia é lançar consulta pública até o dia 30 de julho, ou seja, submeter, então, a sociedade à consulta pública até 30 de julho. É o tempo em que agora a gente faz a aprovação do projeto na agência, incorporando as inovações no contrato de concessão, como aqui V. Exa. bem colocou a questão da tarifa dinâmica, ou seja, a ideia de ter o incentivo para que a concessionária, de fato, comece a auferir a tarifa pela pista duplicada a partir do momento em que ela entregue a obra. Isso já vai ser feito assim na 153, Goiás-Tocantins, e deverá ser feito assim na 381, Minas.

Um projeto extremamente desafiador, tem um Capex elevado. É importante ouvir a sociedade e também ouvir o mercado para que minimamente seja atrativo, porque, observe, é um projeto extremamente desafiador; para mim é um dos projetos mais difíceis do Brasil para ser feito, em função da quantidade de interferências, da quantidade remoções de famílias. Nós temos interferências importantes, como o gasoduto lá que atravessa e abastece o Vale do Aço, da Gasmig, que tem que ser removido, ao mesmo tempo, com cuidado para não desabastecer a região. A obra é uma obra que envolve muitas obras de arte, muitos viadutos, em função das retificações de trecho. Tem um Capex extremamente elevado e a chegada a Belo Horizonte é extremamente complexa do ponto de vista de reassentamentos.

Só para se ter uma ideia, nós tentamos contratar, o Dnit tentou contratar há tempos, há alguns anos, os lotes da chegada de BH, e nunca houve interessados. E por que não houve interessados? Porque ninguém queria assumir uma obra na incerteza de que aquela quantidade de famílias iria ser realmente removida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu digo, faço um apelo ao Parlamento: nós precisamos de um instrumento melhor para fazer desocupações e desapropriações. A lei vigente no Brasil é o decreto-lei que é de 1941, está extremamente desatualizada e não considera as repercussões que nós temos hoje. Hoje a gente já relativizou muito o conceito de propriedade. A pessoa, às vezes, é um invasor, está numa área que foi ocupada de forma irregular, e a gente simplesmente não faz uma reintegração de posse, isso não é mais possível. Mas, ao mesmo tempo, a gente precisa da segurança jurídica para fazer as desocupações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... para que isso não fique na discricionariedade dos defensores públicos, do Ministério Público. A gente precisa de um rito, e acho que uma nova legislação pode estabelecer esse rito. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Não sei.

Então, é importante que a gente tenha segurança jurídica para fazer isso.

A previsão, Senador, é 30 de julho para a gente fazer a consulta pública. A ideia é de que a gente faça lá em Minas essa abertura de consulta pública, inclusive com a inauguração de 12km de trecho duplicado da 381, que nós estamos concluindo agora.

Com relação às concessões da 262 e 040, são aquelas concessões da terceira etapa que acabaram não dando certo, as concessionárias estão com inadimplemento elevado e foi criada, então, a alternativa na 448 para que fosse feita a devolução. É o caminho intermediário à caducidade. Essa devolução carecia de uma regulamentação, e essa regulamentação é um processo complexo.

Houve muita discussão em relação à questão da indenização dos investimentos não amortizados, até em função da repercussão fiscal que pode haver para a União. Isso foi extremamente debatido entre o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Economia. Acho que finalmente a gente chegou a um consenso. Nós já assinamos o decreto, está hoje no Ministério da Economia. Acho que isso vai passar agora rápido pela Ministério da Economia e a gente vai ter a baliza legal que é o decreto de regulamentação da Lei 13.448 para que a gente possa fazer, então, levar a termo esses processos de devolução.

E aí nós imediatamente vamos iniciar os estudos para as novas concessões, para que haja substituição desses concessionários.

Obviamente, a devolução é uma questão consensual. A gente só pode ter a concessão de volta se o concessionário assim quiser, se o concessionário devolver. É uma coisa de comum acordo entre as partes. No entanto, se não houver, se o concessionário não acudir com a devolução, não sinalizar para a devolução, nós vamos levar a termo processos de decretação de caducidade, em função dos inadimplementos dos contratos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um pedido de complemento: As duas concessionárias já se manifestaram? Pelo menos a 040?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – A 040 sim...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quer devolver?

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Sim. A 060 e a 262 não.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, obviamente, a gente precisa ter a regra do jogo clara, que vai vir com regulamento... E mais: com a resolução da agência, que trata do investimento não amortizado que está hoje em consulta pública, a regra do jogo precisar estar clara, para que a empresa possa tomar, então, a sua decisão empresarial.

Como é uma coisa que é de comum acordo, se o processo for extremamente severo, a empresa resolve pagar para ver a caducidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me, aqui, Ministro, só fazendo um parêntese: a empresa que não quiser fazer a devolução de forma espontânea, que ela, pelo menos, cumpra o contrato e coloque a manutenção da rodovia em dia, porque o pedágio está sendo pago, mas o serviço, se o Estado não exigir, ela não quer devolver, então, ela terá de prestar o serviço a contento para o motorista.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Na verdade, se ela não devolver ela teria que cumprir o contrato, e o contrato já é inexequível, porque, pelo contrato, a integralidade da rodovia já tinha que estar duplicada. E vai ser impossível as concessionárias fazerem essa duplicação, até porque elas não têm dinheiro. Não têm dinheiro, não têm capital e não vão ter crédito. Então, provavelmente, não restará outra alternativa ao Estado se não fazer essa decretação de caducidade, ou seja, fazer a retomada da concessão, e é um processo muito chato, mas que vai ser enfrentado se for necessário.

Nós enfrentamos isso na 153, Goiás-Tocantins, e decretamos a caducidade naquela concessão. E vamos fazer da mesma forma em todas as concessões que estão inadimplentes, em que há inadimplemento.

Observe que já há inúmeras constatações do Tribunal de Contas da União acerca do inadimplemento dos contratos, e, enfim, a gente pode também demonstrar que, se os descontos não tivessem sido tão agressivos naquela oportunidade, naquele momento da licitação, a situação financeira dessas concessões seria absolutamente diferente. Então, de certa forma, há um comportamento oportunista, e eu acho que a devolução amigável das concessões é um excelente caminho, é um caminho de consenso, é um caminho que vai, também, contar com o apoio dos credores. Os credores vão ser fundamentais neste processo.

Então, acho que a gente está chegando perto da questão da resolução desse problema.

V. Exa. perguntou sobre o aeroporto da Pampulha, estou vendo o Senador Anastasia, que também tem muito interesse nesse assunto... Nós não vamos tomar nenhuma decisão antes de ouvir a bancada de Minas. Nós temos que tomar uma decisão negociada.

O que que nos move a pensar na abertura do aeroporto da Pampulha? E não seria uma abertura total, seria uma abertura parcial. É a questão da sustentabilidade da Infraero. A Infraero opera, hoje, com R$35 milhões de prejuízo/ano na operação da Pampulha, isso é muito ruim para a empresa. Observe que, quando o aeroporto de Confins foi licitado, não havia nenhuma cláusula, nada que dissesse: "Olha, a Pampulha vai ser fechada". Absolutamente. Pelo contrário: o Evtea apresentado no momento da licitação previa o movimento de 1 milhão de passageiros/ano na Pampulha.

Outra coisa: se nós fecharmos o aeroporto da Pampulha, como é que fica a questão da aviação geral, a aviação de pequeno porte?

Imaginem a aviação geral ocupando os *slots*, tomando o espaço dos aviões de grande porte, que têm que pousar em Confins. Então, qual é a solução? Simplesmente vamos acabar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o aeroporto da Pampulha? Vamos fechar o aeroporto da Pampulha definitivamente? Para onde é que a aviação geral irá? Então, essa é pergunta que nós temos que fazer.

Existem soluções? Existem soluções. Será que uma solução é passar o Aeroporto da Pampulha para o Governo de Minas? Não sei se é, porque observem: o Governo de Minas tem tido dificuldade para manter os seus aeroportos; observe que a Infraero vai começar, por meio de convênio, a operar o aeroporto de Divinópolis; observe que a gente está colocando dinheiro do Fundo Nacional de Aviação Civil para a manutenção do aeroporto de Ipatinga. Não vejo o Governo de Minas, hoje, em condições financeiras de fazer a operação do aeroporto, ainda que seja uma operação de menor envergadura, com menos gente, mais barata.

Uma solução que pode atender é, eventualmente, a gente incluir a Pampulha, como já está previsto hoje, na sétima rodada de concessões, e o novo concessionário da Pampulha levar também os 49% de participação da Infraero em Confins; ou seja, ele leva a Pampulha e ganha um assento em Confins. Quer dizer, ele passa também a tomar as decisões em Confins, ele passa ter lugar no *board* em Confins. Então, pode ser uma saída.

E nós estamos dispostos a discutir essa saída, discutir todas as possibilidades com a bancada de Minas. Nós não vamos tomar nenhuma decisão que não seja...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É uma ótima notícia, Ministro, inclusive porque essa questão de se tornar sócio em parte de Confins facilita a continuação de um grande programa de desenvolvimento que foi iniciado, inclusive, à época em que o Senador Antonio Anastasia era Governador do Estado de Minas Gerais e que é fundamental para todo o vetor norte da nossa região metropolitana.

Hoje, uma abertura totalmente do aeroporto da Pampulha para voos inclusive interestaduais comprometeria e muito o projeto de desenvolvimento que está sendo ora feito para o vetor norte da capital. Essa é uma excelente notícia que V. Exa. está trazendo.

Acredito que o Senador Anastasia, que está ali, acompanhe o mesmo posicionamento de discutirmos uma solução para que Pampulha continue funcionando, mas que seja mais um ponto para o desenvolvimento regional, em Minas Gerais, da aviação.

Nós estamos dispostos a ajudar. Inclusive, o Governo de Minas – falo aqui pelo Secretário de Desenvolvimento – está disposto a sentar e conversar, buscando uma solução conjunta entre o nosso Estado e o Ministério.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Nós temos essa disposição, Senador, e agradeço a disposição de V. Exa. para nos ajudar nisso.

Observe que não movimentamos a portaria, está lá, não vamos fazer nada sem construir essa solução, pensando obviamente o futuro, pensando a longo prazo e fazendo algo também acordado com o Governo do Estado de Minas. A gente tem mantido uma excelente relação lá com o Governador Zema e com a sua equipe de secretários. Eu tenho certeza de que a gente pode chegar ao ótimo, em termos de solução. Só existe um ótimo, porque o que não é ótimo é subótimo. Então... Mas eu acho que a gente consegue sim, eu acho que várias cabeças juntas nós vamos pensar em uma boa solução.

Eu deixo aqui, como provocação, só essa questão de o que que a gente faz com a aviação geral, enfim, até levando em consideração aquilo que foi posto no Evtea no momento da licitação do aeroporto de Confins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ministro, como nós temos aqui ainda muitos inscritos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o Aeroporto de Carlos Prates, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... os inscritos querem falar.

Infelizmente, a gente não pode permitir muito debate, em respeito àqueles que estão inscritos.

Eu quero aqui anunciar que estão inscritos ainda os Senadores Telmário Mota, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Elmano Férrer, Chico Rodrigues, Luis Carlos Heinze e Eduardo Gomes; e, como proponente, também eu estou inscrito, poderia falar; eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – O Lucas já falou.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Lucas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – O Lucas já... Fazendo o registro, certo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ótimo, ótimo.

Eu vou pedir primeiro que fale o Senador Telmário Mota, para que eu possa, na condição de proponente, falar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Excelência, ele ainda tem que responder à Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É porque as respostas estão muito longas, e eu achei que já tinha concluído.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos exaurir o tema, porque sairemos daqui satisfeitos.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Eu até gostaria de fazer o seguinte: eu vou passar algumas questões que a Senadora Kátia Abreu colocou, mas acho que a Senadora coloca questões que são muito importantes, muito relevantes. Seria interessante programar fazer uma apresentação sobre todo o nosso programa ferroviário e os motivos que nos levaram a tomar determinadas decisões no Ministério ou aqui mesmo, no Senado, para a gente tentar exaurir os assuntos.

Eu não sei se vou ter capacidade, em pouco tempo, de esgotar todas as questões, mas eu vou tentar passar por todas elas.

A primeira questão é com relação à Adin e até sobre a observação de que a Adin é estimulada por todo o setor. Na verdade, não é. E basta ver a quantidade de *amicus curiae* em favor da União na ação que está no Supremo. Algumas associações do agronegócio entraram em favor da União no Supremo. Posso citar Aprosoja, posso citar Ampa... Então, na verdade, o próprio agronegócio, de maneira geral – de maneira geral – é favorável às prorrogações. Enxerga as prorrogações como uma possibilidade de a gente ter investimentos no curto prazo, ter aumento de capacidade, ter choque de oferta. Então, nós temos uma série de *amicus curiae.* Aliás, surpreendeu não só o agro; a indústria também. A própria Fiemg entrou com *amicus curiae* do lado da União. A Fiesp entrou com *amicus curiae* do lado da União. A Aprosoja entrou com *amicus curiae* do lado da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Claro! Todos são donos de carga e não vão operar a carga; então, não conhecem como é que funciona...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... a operação de cargas, certo? Agora, os que operam carga, que vão transportar para a Aprosoja, que vão transportar para a CNI, para todo mundo, não sabem como é que é a operação.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Bom, eu acho que se eles entraram com *amicus curiae*, essas associações são importantes, são entidades importante e devem saber por que é que estão entrando em favor da União.

Enfim, há de se verificar o seguinte: a legislação passou pelo Congresso; foi aprovada por este Senado; foi aprovada pela Câmara dos Deputados. E uma legislação, a partir do momento em que é aprovada, tem presunção de constitucionalidade. Então, não haveria por que a gente deixar de aplicar em função de uma arguição de inconstitucionalidade feita pela Procuradora-Geral da República.

E eu posso falar para V. Exa. que eu tenho me reunido com frequência com a 3ª Câmara do Ministério Público Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Assim foi feito, por exemplo, para a licitação da Ferrovia Norte-Sul, e temos debatido as prorrogações de contrato das concessões de ferrovia. E, de maneira geral, os Procuradores que compõem a 3ª Câmara – o Dr. Thiago, de São Paulo; o Dr. Fernando Martins, de Minas Gerais; o Dr. Osmar Veronese, do Rio Grande do Sul – são favoráveis à prorrogação e até estranharam a ação da Procuradora-Geral.

Observem que o tema não é pacífico no Ministério Público Federal. Não há consenso no Ministério Público Federal com relação à inconstitucionalidade. Boa parte dos procuradores da República acha que a legislação é constitucional sim, e, obviamente, ela foi apreciada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tem presunção de constitucionalidade, e não haveria por que nós não levarmos a termo os processos em função de uma arguição de inconstitucionalidade.

Tenho conversado com alguns ministros do Supremo sobre isso também e a percepção que eu tenho hoje é bastante favorável com relação ao próprio julgamento.

Observem: é uma forma criativa de fazer investimentos. Eu pergunto de que outra forma a FICO sairia do papel. De que outra forma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Bom, a gente está falando da segregação da linha de Minas-São Paulo, da segregação da linha de carga de passageiros dentro da cidade de São Paulo. Isso vai aumentar em 6 milhões de toneladas a capacidade da MRS em São Paulo. Nós estamos falando da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que é uma ferrovia *greenfield*, que vai atender ao Vale do Araguaia, vai atender ao agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos uma audiência pública lá em Água Boa agora, onde vai ser a origem da ferrovia até Mara Rosa, em Goiás. Nós vamos ter a extensão da Estrada de Ferro Vitória-Minas, de Cariacica até Anchieta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Está escrito nos contratos.

Os investimentos estão perfeitamente definidos. Até respondendo a uma pergunta de V. Exa., a Rumo vai investir RS$7,5 bilhões no aumento de capacidade.

Aliás, é uma coisa interessante: eu visitei o terminal da Rumo – o Senador Wellington Fagundes esteve comigo, em Rondonópolis –, e eles estão processando de 1,5 mil a 1,8 mil carretas/dia de grãos; ou seja, 75 mil toneladas/dias. Eles montam composições de 12 mil toneladas de grãos que saem de Rondonópolis em direção ao Porto de Santos. É interessante: uma carreta bitrem leva 50 toneladas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Uma composição está levando 12 mil. Eles estão fazendo já 22 milhões de toneladas/ano por ferrovia. E isso é uma coisa bastante relevante. Ou seja, metade de o que está saindo, do que está sendo exportado do Mato Grosso em direção a Santos, está saindo pela ferrovia. E é um dado bastante atual: nós acabamos de visitar o terminal, acabamos de ver isso acontecendo, de verificar a montagem dos trens. Então, o transporte ferroviário está tomando impulso.

Além disso, a carga geral começa a sair por ferrovia do Mato Grosso para o Sudeste e do Sudeste para Mato Grosso. A gente está fazendo as operações *double-stack* de carga frigorificada, e isso vai acontecer também na Ferrovia Norte-Sul.

Com relação até ao preço, à precificação da Ferrovia Norte-Sul, a gente fica muito tranquilo com relação ao valor, primeiro porque foi...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... extremamente escrutinado pelo Tribunal de Contas da União. A gente não faz uma concessão sem o Tribunal de Contas da União aprovar. O Tribunal de Contas teve acesso a todos os números, a todas as contas e aprovou a nossa concessão. Nós tínhamos uma outorga mínima de R$1,3 bilhão e tivemos um lance de R$2,7 bilhões, e é o que tem que ser comemorado, sim.

E é bom lembrar que o concessionário que ganhou a ferrovia vai ter que fazer R$3 bilhões de investimento para botá-la para operar. Vai fazer investimentos na conclusão de obras da Valec, que não foram terminadas e que são obras de arte especiais; vai fazer todo o sistema de sinalização e segurança, que a ferrovia não tem; vai adquirir material rodante... Então, são R$3 bi que vão ser investidos no próximo ano e meio, para fazer com que a operação aconteça desde Itaqui até o Porto de Santos.

O direito de passagem está efetivamente funcionando, porque, se não estivesse, as cargas da Rumo não passariam na ferradura de MRS, as cargas da VLI não passariam da ferradura da MRS, as cargas da VLI não passariam na malha da Rumo, e as cargas da Rumo não passariam na Estrada de Ferro Carajás e nem na malha da VLI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Só para a senhora ter ideia, R$120 milhões é receita/ano da MRS com direito de passagem. Aliás, é a melhor coisa do mundo para um operador, desde que ele tenha capacidade na via, porque, com o custo de manutenção residual, eu consigo gerar receita tendo capacidade ociosa. E é justamente o que os investimentos vão trazer: capacidade ociosa.

Observe que os 7,5 bilhões da Rumo vão elevar a capacidade que hoje é de 35 milhões de toneladas para 75 milhões de toneladas/ano. O que significa isso? Significa que... E isso vai ser feito nos primeiros cinco anos de contrato – é o que está previsto. E há punições muito claras para o descumprimento de contrato no caso do não investimento.

Isso significa o seguinte: significa que aquele concessionário que está com 40 milhões de carga a mais, excedente, na via, vai brigar para trazer carga para sua malha. Isso vai ter um reflexo no frete.

Além disso, nós não vamos assinar contratos com concessionárias inadimplentes. Então, observem: as multas da Rumo vão ser pagas no processo, as 940 multas, e ela está abrindo mão das ações judiciais, inclusive da ação judicial em que ela não era obrigada a respeitar o teto tarifário. O teto tarifário é coisa de 1 bilhão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Isso.

Vai passar a respeitar o teto tarifário da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Então, nós estudamos muito essa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – É. Hoje não respeita, é a única concessionária que não respeita. Mas ela vai passar a respeitar. Isso está no acordo. Isso está no contrato. Porque, caso contrário, nós não faremos a prorrogação.

Estamos debatendo essa prorrogação com o Ministério Público Federal, com o Ministério Público junto ao TCU, com o Tribunal de Contas da União, está lá... Nós temos mais de 30 apontamentos do Tribunal como aperfeiçoamentos a essa prorrogação que nós estamos procurando levar a termo.

Como eu falei, nós tomamos todos os cuidados para garantir o direito de passagem. Então, o contrato está estabelecendo quais são os requisitos que o operador tem que ter de treinamento, o maquinista tem que ter treinamento, para acessar de uma malha a outra; nós estamos estabelecendo os requisitos de transferência de eletrônica embarcada, para fazer o despacho de trens; nós estamos estabelecendo os requisitos mínimos de manutenção de uma composição, para acessar outra. Isso, para evitar as barreiras de entrada. Nós estamos estabelecendo a quantidade de pares de trem/dia que vão ser disponibilizados para terceiro; nós estamos estabelecendo a tarifa teto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Nas prorrogações.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Nas prorrogações.

Nós estamos estabelecendo as tarifas teto, porque o ambiente é de livre negociação de tarifa, mas o teto, o teto tarifário está sendo estabelecido em contrato. É dali para baixo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quantos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ministro, vamos... Eu vou pedir vênia...

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Se a senhora pegar, por exemplo, a Estrada de Ferro Carajás...

(*Soa a campainha*.)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... tem 240 milhões de toneladas. Nós vamos usar 200, tem 40 milhões de toneladas disponíveis. A carga da Norte-Sul não pega isso hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir vênia à Senadora Kátia Abreu e ao Ministro Tarcísio...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senão, nós vamos monopolizar a audiência pública em cima de V. Exa. com o Ministro. Não dá. Há outros Senadores inscritos, e, para ser respeitoso com os demais Senadores, eu vou assegurar a palavra aos demais Senadores, e, na sequência, o Ministro, dentro das respostas que ele vai dar aos demais...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Senador...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Presidente, pela ordem, para colaborar com o debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Eu também estou curioso pelas respostas do Ministro, mas como ele disse, antecipadamente, que vai mandar um material especial para discutir a questão do setor ferroviário, eu vou aguardar. Retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Mas quero fazer uma observação rápida também de agradecimento ao Ministro, pela atenção com a bancada, nos momentos em que foi demandado, tendo o Tocantins as notícias anteriores da Ferrovia Norte-Sul. A do leilão e a que o Ministro está explicando são as notícias de operação da Polícia Federal, superfaturamento, fim da Ferrovia Norte-Sul praticamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero preservar aqui o direito à informação, concordar com a estratégia de que nós tenhamos um momento especial para o debate do setor ferroviário e retirar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Na sequência...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, nós teremos direito...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência, o Senador Telmário Mota está inscrito, o Senador Jean Paul, o Senador Wellington, Elmano Férrer, Chico Rodrigues, Luis Carlos Heinze e Eduardo Gomes, que retirou a sua inscrição.

Eu vou ouvir, na sequência, todos os Senadores. Vou pedir vênia para poder limitar o tempo a cinco minutos, e, ao final, o Ministro poderá dar as respostas. E, se ficar, eventualmente, alguma pendência e, no final, algum Senador quiser acrescentar, a gente faria, porque eu tenho, às 14h, uma outra audiência, com o Ministro de Minas e Energia, nesta Comissão.

Então, eu tenho procurado ser, na Comissão, o mais voluntarioso possível, no sentido de deixar o Ministro à vontade para responder e os Senadores para questionar, mas há um cronograma aqui que a gente precisa cumprir, para não ser desrespeitoso com o nosso próximo convidado também, que chega às 14.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Presidente, eu vou tentar ser rápido para cumprir esse horário, porque, infelizmente, ficamos sacrificados em função das demais participações.

Mas eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar as Senadores, os Senadores, o Ministro, Dr. Tarcísio Gomes...

Ministro Tarcísio, sabe aquele ditado "o homem certo, no lugar certo, na hora certa"? Sem nenhuma dúvida, é V. Exa.

V. Exa. tem se destacado. Hoje deu uma aula de conhecimento técnico, de procedências... Nem seria procedência, mas de conhecimento político. V. Exa. realmente tem sido muito competente nessa carteira.

Mas eu estava vendo bem a exposição de V. Exa. e me lembrei de quando eu era criança, filho de uma empregada doméstica com um vaqueiro. E, quando os proprietários da casa onde minha mãe trabalhava faziam uma festividade, eles chamavam as crianças para receber presente, uma coisa e outra, e ali um ganhava um carrinho, um avião, um caminhão, e eu, de família muito pobre, humilde, não tinha nada, filho de empregada doméstica, enquanto um ganhava um barco, eu fazia meu barco das latas de sardinha; enquanto um ganhava um caminhão, eu emendava duas caixas de leite para fazer o meu caminhão. Mas brincava, do mesmo jeito.

E eu vendo aqui V. Exa., foi lá ao Rio Grande do Sul, passou por Santa Catarina, entrou em São Paulo, foi a Minas Gerais, foi para o Mato Grosso, foi a Mato Grosso do Sul, passou em Pernambuco, aterrizou no Piauí, entrou no Norte por Tocantins, foi lá a Macapá, veio a Manaus, a gasolina de V. Exa. acabou. Não chegou a Roraima. Não chegou a Roraima! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria convidar V. Exa. para abastecer o avião de V. Exa. com o meu recurso de Senador, se o Senado permitir, para que V. Exa. chegasse até lá. E sabe por que eu quero que V. Exa...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador.. Olhe, com esse recurso não será possível.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Ah! Não?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque é muito pouco. Não dá. Não dá. (*Risos.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu queria só botar uma gasolinazinha...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Vamos fazer, então, uma cota aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... um querosene. Vamos fazer uma cota, para o avião de V. Exa. chegar a Roraima.

Sabe por que eu quero que V. Exa. chegue a Roraima? Porque lá nós temos seis BRs, e só uma é asfaltada. Só uma! Só uma é asfaltada. Olhe só.

Para o senhor ter uma ideia, a BR-401, que liga Roraima ao Bonfim, tem 70km de Normandia, que é um Município, em que eu nasci e que não tem asfalto; a 433 liga Normandia à 174, atravessa o Estado – não tem asfalto; a 431 não tem asfalto; a 432 não tem asfalto; quanto à 210, também parte dela não tem asfalto. E é importante, inclusive, até uma ferrovia que ligasse o Pará ao Estado de Roraima. Então, esse é um ponto que eu queria que V. Exa. considerasse.

Outra coisa, Ministro: nós colocamos... Roraima, hoje, tem 11,1 mil quilômetros de malha viária; desses, só 1,6 mil é asfaltado. E as BRs não são. Então, isso sacrifica. Sabe o que acontece? Oitenta e três por cento da população abandonam o campo e vão embora para a cidade, onde não há indústria, não há absolutamente nada! Então, nós precisamos realmente pavimentar essas localidades.

E olha que a bancada tem carinho. Em 2017, nós colocamos 154 milhões para o Dnit; em 2018, nós colocamos 70 milhões para o Dnit. E, se V. Exa. for ver as nossas estradas, são da pior qualidade.

Agora, eu também queria registrar que a vida inteira o Dnit, em Roraima, foi comandado pelo maior ladrão do Brasil, Romero Jucá, aquele que a Justiça do Brasil não tem coragem de prender, porque ele sabe todos os podres desses ministros; aquele que, aqui no Senado, quer participar da reunião de Líder, e o Presidente não tem moral para tirar. Mas, se ele for, eu vou tirar na marra, porque lá não é mais lugar para ladrão. O povo de Roraima não quis mais.

Então, são essas coisas com que a gente não pode conviver, Ministro.

E eu queria aqui aproveitar este momento e também dizer para V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Já concluindo, Sr. Presidente.

Há um estudo que nós temos: só do PAC, são 4,7 mil obras paralisadas. Isso daria, de pronto, 500 mil empregos – 500 mil empregos! Se essas obras estivessem em atividade no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Roraima, nós teríamos 68 obras paralisadas; nós geraríamos 7,2 mil empregos no meu Estado de Roraima, o que significaria 7,1 milhão por mês, 85,9 milhões por ano na economia do Estado de Roraima, que está vivendo uma grande crise.

Então, eu queria trazer esse dado e mostrar para V. Exa. que o Estado de Roraima hoje, lamentavelmente, tem muitas obras paradas no Brasil e, se essas obras voltarem a funcionar, vão gerar emprego, vão gerar renda, vão movimentar a economia.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Telmário Mota.

Na sequência, Senador Jean Paul Prates.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jean Paul, eu faço questão aqui de dizer que eu poderia estar falando antes, como proponente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... mas fiz questão de pedir para falar depois V. Exa., exatamente porque eu acho que V. Exa., como Relator de um projeto que é também uma bandeira do Ministro, vai também nos dar condições para que a gente possa colocar outras perguntas aqui, indagações nessa área. Então, seria muito importante, inclusive, V. Exa., como Relator, falar como V. Exa. está vendo a aprovação, como o senhor está sentindo o clima da aprovação do seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está com a palavra, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Senador Wellington, Presidente Marcos Rogério...

Ministro Tarcísio, é um prazer estar com V. Exa. mais uma vez. De fato, eu quero até dividir a minha fala em dois ou três gomos, porque vou falar primeiro das ferrovias, que é o que está mais em pauta para mim, mas também, depois, de dois outros aspectos aqui em relação à fala do Ministro.

Srs. Senadores, Senadoras, Ministro, eu tenho a dizer que, por enquanto, o nosso trabalho está indo muito bem. Nós estamos trabalhando, inclusive a Senadora Kátia, na revisão das próprias concessões também. Então, uma coisa que a gente quer dizer aqui é que, nesse processo de aprimoramento habitual, normal, do processo legislativo, nós estamos tentando também incluir algumas provisões que vão ajudar o Ministério e qualquer que seja o Governo que venha a suceder este Governo também a optar por dois instrumentos extremamente modernos e atualizados – e, aí, os atualizariam, através desta lei, a concessão e a autorização.

Então, a importância do projeto que o autor José Serra fez... Já tinha uma importância enorme, que era, como o Ministro disse, introduzir a autorização como instrumento de política setorial na área ferroviária, e nós também estamos aduzindo a isso alguns incrementos e aprimoramentos que advêm da própria conversa com os agentes a serem regulados e com outros envolvidos também, chamados *stakeholders*, que incluem os usuários, os beneficiados finais do processo de revitalização das ferrovias que este Governo vem conduzindo e em que vimos trabalhando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero até salientar a importância do nosso trabalho conjunto, Ministro, e da sua equipe também. Quero, na pessoa do Marcos Kleber, fazer um elogio à equipe e o agradecimento pelo nosso entendimento também à Presidência da Comissão. Tudo isso tem soado muito bem aos ouvidos dos Senadores e Senadoras e tem, de fato, resultado num trabalho muito técnico, muito esmiuçado.

Nós já tivemos duas audiências públicas complexas, plenas de grandes sugestões, um trabalho muito complexo mesmo. Teremos uma terceira esta semana, se não me engano quinta-feira, aqui, para tratar especificamente dos trens urbanos e daquela questão da desapropriação, etc., que é uma questão que a gente quis separar da questão maior, que é o transporte de carga.

Estamos trabalhando, como disse, nas concessões. Isso significa, Senadora Kátia, que vai, sim, afetar algumas dessas concessões, porque lei está acima de concessão. Lei só não retroage para atingir o direito adquirido quando de outra lei, mas em cima de concessões, inclusive as concessões assinadas, se uma lei vier impor determinadas regras, determinados compromissos, elas valerão sim para as concessões existentes também. Então, não vou entrar agora no mérito da questão de ter antecipado ou não, porque vai se alongar demais, mas já foram dados esclarecimentos muito bons da parte do Ministro em relação a isso. Mas quero dizer que a lei tem esse condão sim. Nós teremos conjuntamente, tudo em harmonia, como estamos trabalhando aqui, mas teremos o condão sim de afetar esse marco legal, até porque a ideia da lei é exatamente estabelecer um novo marco regulatório para as ferrovias como um todo. Não haveria sentido a gente introduzir as autorizações e deixar as concessões arcaicas, antigas e difíceis de se implementar, como tem sido hoje: muitos controles... A gente sabe que há a reversão dos bens ao final, e isso exige uma série de coisas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, em outros segmentos, nos quais eu tenho até experiência, nós já temos reversões em concessões desse tipo, como no próprio setor de petróleo, onde não existe essa complexidade de controles tão grande, a ponto do centavo. Isso inclusive tem atrapalhado – e eu já entro em uma das perguntas

Quanto a esses trechos abandonados, normalmente o que os agentes têm nos relatado é que é muito difícil revitalizar, porque o Governo faria questão de muitas indenizações, de recolocação das ferrovias no estado anterior de recepção desses investimentos, enfim... Isso impossibilita, porque o que acontece é que o agente que está com essas concessões abandonadas fica lá dormindo mesmo, não tem interesse nem em tocar no assunto, porque pode vir uma conta enorme para pagar. Então, nós vamos ter que, depois de passada essa lei, nos debruçar sobre esses casos. Talvez a gente coloque alguma provisão sobre isso, para justamente facilitar que o Governo receba de volta essas concessões, e, eventualmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... essas indenizações ou esses *status quo ante bellum* sejam verificados do ponto de vista de como o cara também recebeu aquela linha, e não se colocar em estado novo, porque, senão, ele mesmo operaria esse projeto. Quer dizer, não faz muito sentido. Se ele não se interessou até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, é porque provavelmente quer desistir daquilo, mas não pode, porque vai vir uma conta gigantesca. Então, algum comentário sobre isso talvez nos ajude aqui a entender esse processo.

Já falei da modernização das concessões. Acho que...

O Ministro falou aí de tarifa teto, índice de saturação da malha, que abre concurso para novas capacidades em expansão, gatilho de investimentos... Isso é extremamente bem-vindo e vai ser incorporado nesse processo todo, porque nós, volto a dizer, como sempre, estamos tratando de monopólio natural, e monopólio natural é regulado. É regulado e ponto. Não há como, não há quem quebre monopólio natural.

Esses dias eu recebi contato de um eleitor, de uma pessoa, dizendo que outro dia eu falei que nem Deus quebra monopólio natural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aí o cara reclamou que eu estava blasfemando. Não era isso, era apenas para entender a magnitude do que é um conceito. É um conceito natural. Não é uma questão que depende de Governo, não é uma questão que depende de direita ou esquerda. O fato é que você só tem uma linha, aquela linha é mais eficiente para a sociedade que exista ali, e, a partir do momento em que você tiver concorrência, duas linhas ao lado, aí você tem competição; mas, quando você tem uma só, é monopólio natural e tem que ser regulado, e todos os Governos fazem isso, dos mais liberais até as economias mais fechadas.

Passando para duas coisas que eu peguei aqui da sua fala, Ministro Tarcísio, uma foi a questão do... É uma coisa que me incomoda um pouco quando a gente ouve: excesso de regulação, excesso de regulamentação em um determinado setor, e isso parece um mantra, e às vezes é o contrário, é falta de regulamentação. Então, quando o senhor se referiu ao setor aéreo, eu me incomodo muito, por exemplo, com o que eu chamo de procedimentos caóticos.

Vou falar do ponto de vista do usuário: você chega para viajar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... todo dia é uma pergunta diferente. Já repararam? Todo dia é uma pergunta diferente, se a mala está de um peso, se alguém embalou sua mala, se você pegou daqui, dali... Toda vez é uma pegadinha. Eu digo que elas fazem, às vezes, de propósito, para deixar o cara nervoso. O cara vai viajar, todo dia tem um procedimento... "Ah, agora é assim; agora tem que desligar o celular; agora não desliga o celular; agora pode usar a bagagem assim ou assado; agora bota em cima; agora bota embaixo...". Não há procedimento nenhum.

O que me causa espécie é que se diga que há muita regulamentação. Para mim falta regulamentação, porque é só dizer para elas: você tem que pedir para o cara embalar bagagem desse tipo, não pode carregar isso ou aquilo, há muitas que já são bastante padronizadas...

Como eu sou filho de aeromoça, vivi a vida inteira, a minha infância, com essa questão, eu percebia... Era aeromoça internacional, então era TWA, era uma outra... E era um período também diferente. Hoje parece que realmente incomoda bastante isso.

Até os bancos não são regulamentados, cada empresa usa de um jeito, o espaço é de um jeito, cobra de um jeito ou de outro... Eu acho é o contrário: está faltando regulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E realmente comprovei isso quando fui à Anac, reclamar do absurdo dos preços tarifários lá para Natal. A gente tem hoje situações – já comentei com vocês todos – em que ir para João Pessoa é metade do preço de ir para Natal. Não é explicável. Do ponto de vista logístico, não dá para entender – e mesmo do ponto de vista do movimento.

Fui procurar a Anac com a bancada toda do Rio Grande do Norte, e a Anac, surpreendentemente, para mim, diferentemente dos outros segmentos de que estamos falando aqui, que são regulados, inclusive, em alguns casos, com tarifa- teto – mas claro que aí são monopólios naturais –, disse: "Não, nós não regulamos preço de jeito nenhum. Não há como a gente fazer ingerência em preço".

Isso atinge outros Estados. Já conversei com Estados mais remotos aqui, como Rondônia e Roraima, conversamos várias vezes, e me causa espécie que a agência reguladora diga: "Não é comigo. Isso é totalmente livre".

Eu saúdo o mercado livre, mas eu acho que o mercado livre, quando há agência reguladora, tem que haver alguém para olhar... "Vem cá, pera aí: isso aqui está estranho. Vocês são só duas... Por uma circunstância de mercado, são só duas nesse determinado ponto. O seu preço está sendo combinado com outro, porque o horário é o mesmo, o preço é o mesmo, e é altíssimo! Então, há alguma coisa errada aí". Antes de ir ao Cade! Por que, o que que foi... Eu fui obrigado a ir ao Cade. Porque, aí, me disseram: "Não. Tem que ir ao Cade. Isso é matéria de Direito Econômico, Concorrencial". O.k., fomos ao Cade.

Aí, as empresas foram reclamar: "Poxa, o Senador foi ao Cade. Isso é pesado demais, não precisava tanto!" Mas se eu fui à agência reguladora do setor e ela lavou as mãos, disse que não podia fazer nada... No caso do petróleo, eu sei aonde ir: vou à ANP, reclamo de posto de combustível. Está tudo publicado lá, e ela tem ingerência sobre isso – antes de ir ao Cade, antes de ir ao Procon.

Na Aneel, a mesma coisa. Nessa que a gente mencionou aqui, da... A gente vai ter também que discutir isso, como é que a agência vai ficar, particionada ou não, das ferrovias. Também haverá uma. E, aí, monopólio natural, nem se fala! Tarifa de gás, menos ainda! Vamos falar hoje à tarde sobre isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, a Anac, nada! Tem que se ir ao Cade mesmo. Então, saber sobre isso.

E eu acho que a regulamentação, em geral, vai ter que ser... Não é aumentada, ficar mais pesada, mas aprimorada, para a entrada dessas novas empresas, às quais a gente também quer dar as boas-vindas e desejar que sejam muito felizes aqui no mercado e que nos ajudem a ter tarifas competitivas.

Por fim, a questão de arrendamento de terminais.

A gente já teve uma conversa lá no Ministério rapidamente, mas, em termos públicos, aqui... Nós temos lá o nosso Porto Ilha, de Areia Branca, e aí eu queria ver se estava na lista, se isso já foi tratado, se seria de bom grado a gente trazer o setor de sal para conversar sobre esse assunto, já que eles são os usuários exclusivos desse terminal, saber do interesse deles, e como será regulamentado isso quanto ao acesso. É a mesma questão das nossas ferrovias, só que aí não é exatamente monopólio natural – às vezes é e às vezes não é, depende dos teoristas aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o acesso, preferência, tarifa, capacidade de expansão... Como é que isso vai ser regulado, se há alguma lacuna legal... A gente deveria, talvez, supri-la.

Por fim, questão ainda das aéreas.

Nós, lá no Rio Grande do Norte e no Nordeste, como um todo, nos ressentimos muito da falta de uma regulamentação mais firme sobre a cabotagem. E a cabotagem, neste caso, não é de navio, é diferente.

Eles se referem a cabotagem, Senadora Kátia, como sendo aquele *stopover* de voos. O cara faz Paris, Natal e Fortaleza, Fortaleza, Recife, Paris... E faz a *stopover,* e, às vezes, aí, as capitais então se revezam em receber turistas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É muito importante que a gente possa abrir essa janela. É um pleito do setor turístico.

Nós estamos agora, com a tramitação de projeto de lei sobre turismo, com algo também a respeito disso, há previsões a respeito disso, mas seria interessante o Ministério se pronunciar sobre isso, já que esse assunto normalmente fica na pauta do Ministério do Turismo e, aí, se esquece da parte da logística, que tem a ver com reabastecimento de aeronaves, uso de aeroportos etc. etc. Então, Ministro, tem que se pronunciar sobre isso mais cedo ou mais tarde.

Por fim, pauta local, Ministro.

Não posso deixar de registrar: quanto à Reta Tabajara, está de volta a obra. Deixamos o Ofício nº 45, de 2019, entregue em abril, que lista, no entanto, outras coisas: a obra do Gancho do Igapó, na zona norte de Natal; a duplicação, pelo menos parcial – o início do projeto –, da 304, que liga Natal a Mossoró, que são as duas principais cidades do Estado; a federalização de alguns trechos – 221, 404... – e um pedaço da 104, que é BR, mas que, no Estado, passa por várias RNs, fica aquela confusão de quem é a estrada, de quem é o trecho; e três viadutos que estão listados lá no ofício: um na BR-304, acesso sul do aeroporto – estão as máquinas lá, inclusive, estão lá os pedaços de concreto, mas a gente quer saber que hora que sai também do papel ou do chão –, e dois na BR-101.

É isso.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jean Paul.

Vou passar a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes, Vice-Presidente da Comissão, antes apenas reforçando que há vários Senadores inscritos. Mas, dos presentes aqui, além do Senador Wellington Fagundes, o Senador Heinze e o Senador Eduardo Braga.

Na sequência, o Ministro terá a palavra para dar as respostas e os esclarecimentos que julgar necessários.

O Senador Wellington Fagundes tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar Ministro.) – Quero esclarecer que eu estou falando na condição de proponente. Então, claro que tenho um tempo maior. Mas vou tentar ser breve também, até porque temos também o horário bastante avançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de sugerir, Presidente, uma próxima audiência com o Ministro da Infraestrutura, já que é uma pauta muito longa. Que a gente pudesse começá-la bem mais cedo. E, se fosse possível, não no dia de terça, que é o dia mais... Mas fazer num outro dia, porque esse é muito complexo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington, sugestão excelente. Eu diria até que seria interessante que ela focasse na pauta das ferrovias, porque é uma situação mais específica, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, primeiro, quero agradecer ao Ministro a forma tão prestativa que sido dada por ele no atendimento e na ida aos Estados. Aqui foi relatada, inclusive pelos Senadores, a presença do Ministro em muitos Estados brasileiros. No meu caso, de Mato Grosso, também é a mesma situação. Tivemos lá a presença do Ministro em Água Boa e em Rondonópolis. Rondonópolis é a minha cidade natal, que tem o maior terminal ferroviário da América Latina.

Eu gostaria, inclusive, de fazer um convite aqui, Presidente, para que a Comissão fosse lá. Nós vamos aprovar aqui um requerimento que está aí já na pauta, extrapauta, que é em parceria com a Assembleia Legislativa, porque estarão lá os Deputados Estaduais, visitando o terminal no dia 4. E, no dia 8, nós teremos também uma audiência lá na Assembleia Legislativa – em Cuiabá, em parceria com a Assembleia –, da Comissão, que eu espero ser aprovada. E aí seria, talvez, uma boa oportunidade para a gente convidar os nossos companheiros da Comissão.

E falo isso porque, quando fui pela primeira vez a Itaqui, no Maranhão, uns 15 anos atrás... Fui convidado a ir lá por um diretor da Antaq e, lá chegando, eu liguei para um Deputado do meu partido, amigo, que estava chegando lá, e eu queria convidá-lo para ir comigo. Ele era nascido lá, e nunca tinha ido ao terminal. E, em Rondonópolis, foi a primeira vez que o Governador foi lá também conhecer o terminal.

Então, eu acho que, quando todos nós temos a possibilidade de fazer essas visitações *in loco*, a gente começa a ter mais sensibilidade para mostrar o que que é prioridade para o Brasil. E, no caso de Mato Grosso, e, aí, o Centro-Oeste brasileiro todo, o Tocantins... Porque os nossos Estados todos vivem a mesma complexidade. O Tocantins mais ainda, porque precisaríamos fazer com que a hidrovia Araguaia-Rio das Mortes-Tocantins-Araguaia realmente se viabilize, porque ajudaria muito também aquela região de Goiás, Mato Grosso, Tocantins. Mas nós estamos no centro do Brasil.

Então, para nós, essa questão da infraestrutura, da logística, é extremamente importante.

Nós vamos aumentar agora, nessa colheita já, mais de 20% a produção de milho e soja. Então, se não fossem os portos do Arco Norte, não haveria condições de escoar essa produção.

Apesar de não ser do Ministério da Infraestrutura, Ministro, eu acho que a questão do armazenamento é um trabalho que nós precisamos fazer em conjunto, porque o que acontece lá no Nortão de Mato Grosso? Colhe-se e tem que se levar tudo ao mesmo tempo. O grande armazém é a carreta do caminhão. Quando existe trem – no caso, em Rondonópolis –, felizmente ele vai mais rápido, mas realmente é o que está acontecendo na 163 todo ano. Aqueles atoleiros não são, na verdade, só por falta de investimento na estrada, mas também porque a política de desovar a nossa produção não tem escalonamento. Quando a gente vai ao Paraguai, se estiver chovendo, para; não se trafega numa estrada não asfaltada no Paraguai se estiver chovendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso algumas medidas nesse sentido, principalmente de fazer os silos pulmões, para que a gente tenha condições de escoar essa produção de forma escalonada.

Isso seria bom para o produtor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque ele poderia escolher o momento de vender, e ainda para o País, para não ter que se levar tudo ao mesmo tempo e causar essa convulsão que acontece na 163, lá no Pará. E fala-se da conclusão de um pedaço – para concluir –, mas, enquanto se precisa concluir lá, já se está acabando o resto aqui, porque o volume de carretas é muito grande.

E, nesse aspecto, Ministro... Por isso a importância também, claro, de ampliar nossas estradas, todas elas; concluir a 242... Isso aqui V. Exa. sabe muito bem; conhece muito bem a geografia e a necessidade do Mato Grosso e também essa questão das ferrovias.

Então, Senadora Kátia, é claro que pode haver pontos divergentes, mas para a FICO é fundamental essa prorrogação, para que a gente tenha a expectativa do investimento.

O Blairo...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – A Malha Paulista condiciona, a Fico...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – As duas. No nosso caso, as duas. No nosso caso, a Malha Paulista, para resolver o problema... Porque, em Rondonópolis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... a ferrovia está lá *full*, 100%; ela não tem como ampliar o volume de carga por problemas de São Paulo: enquanto em Mato Grosso a velocidade é 80km/h, chega a São Paulo a 15km/h.

Então, a empresa tem capacidade de duplicar o volume de carga, mas não o faz porque ela não tem a nova...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – A FICO.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não; é porque a senhora falou de Rondonópolis. Agora eu voltei aqui para a ferrovia Ferronorte.

Nós queremos que a ferrovia, e esse foi o objetivo de levar o Ministro lá – eu sou de Rondonópolis, natural de Rondonópolis –, saia de Rondonópolis e avance a Cuiabá e ao Nortão. E, para isso, ela está disposta a fazer, mas ela tem que ter a renovação da Malha Paulista. Por quê? Para investir, ela tem que ter a capacidade de duplicar as obras. Não é duplicar a linha; é duplicar a capacidade. Ou seja, há muitas passagens urbanas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... em São Paulo.

Então, se não for feita essa renovação, ela não o fará, porque não terá capacidade para fazer, para levar a carga. E o Ministro esteve lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à FICO, aí já é o contrário.

O Blairo dizia, e falou isso muitas vezes com o Ministro, que ferrovia de carga no Centro-Oeste tem que ir à roça, onde está a produção. E a Ferrovia Norte-Sul, hoje, não tem a carga necessária para viabilizá-la. Portanto, esse ramal saindo de Goiás e chegando a Água Boa, inicialmente – porque nós queremos que vá até Água Boa e, depois, de Água Boa até o Nortão, para se encontrar também lá com o Nortão. E, aí, o Ministro apresentou lá algo que eu achei bastante inteligente.

Com essa renovação, vai-se permitir que a Vale construa o trecho de Campinorte, mais próximo ali de Campinorte, até Água Boa, e depois que esse trecho estiver pronto é que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... será feita uma nova licitação, para que possamos fazer o trecho de Água Boa até Sinop e Sorriso. Imaginem quando encontrarmos todas essas ferrovias, e ainda com a construção da Ferrogrão, que é fundamental para Mato Grosso.

Por isso, Senador Jean Paul, eu fiquei aqui na expectativa da fala de V. Exa., porque, realmente, se aprovarmos também a autorização, as concessões, através de autorização, nós poderemos agilizar mais, e vejo que é isso que o Ministro está procurando. Por isso nós todos apoiamos.

A Ferrogrão... Estou vendo aqui, lá, ao fundo, o Quintella, que tem trabalhado muito nisso.

Se for por autorização, há quem tenha interesse de fazer. Já está demonstrado. Os investidores querem fazer. Então, não vai depender de licitação... Vai ser muito mais rápido!

E isso é uma solução que não é só para Mato Grosso; é uma solução para o Brasil, porque nós vamos tirar um pouco de toda essa carga, o congestionamento das nossas BRs.

Mas aí, Ministro, nem tudo são flores, eu vou aqui fazer a minha reclamação. Primeiro, já agradeci tudo que foi feito pelo Mato Grosso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Inclusive em Rondonópolis está sendo feita a duplicação – as obras avançaram, depois da ida de V. Exa. lá – no trecho da 364, do Trevão até o Lourencinho, e a gente precisa também fazer a duplicação da ponte do Lourencinho – é pequena, 40m, mais mil metros. E, para minha surpresa, a concessionária da 163 está fazendo o trecho dos dois pontos de quilômetros. Até agora pedi fotos, estão trabalhando nos dois pontos, nos 3km da BR-163 – para chegar ao Trevão. Depois vai ter que fazer o Trevão, enfim...

Só que houve aquela decisão do Tribunal de Contas, no sentido de suspender inclusive as passagens urbanas de Rondonópolis, de Nova Mutum, de Sorriso, e eu quero aqui também me somar ao Ministério, porque aí, sim, é que vai inviabilizar a concessionária. E enquanto não se define se vai ser a devolução ou a caducidade, eu penso que a gente tinha que trabalhar aqui, Senadora Kátia, inclusive num projeto, talvez pela própria Comissão... Eu falo aqui também a todos os Senadores, ao Senador Braga, que tem muita experiência, Senador Braga, porque mesmo que seja a devolução dessas concessões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... vai demorar no mínimo três anos para que essa licitação seja novamente concluída e as obras iniciadas. Então, eu ainda insisto que aqueles dois decretos feitos pelo Presidente Michel Temer... A gente tem que encontrar uma solução para colocar aquilo de pé, porque talvez essa seria a forma mais fácil.

Por exemplo, no caso da concessionária de Mato Grosso, da BR-163, tanto em Mato Grosso como Mato Grosso do Sul, há empresas interessadas em comprar, que já se manifestaram, mas, devido a já estar praticamente vencido, ninguém quer comprar. Mas eu penso que seria melhor para o Brasil se a gente encontrasse essa solução. E aí é o novo Congresso, com essas novas condições todas.

E aí, Ministro, só para concluir, para minha surpresa, esta semana chegou à Comissão de Orçamento um remanejamento de recursos exatamente do Mato Grosso, da BR-163, da duplicação da BR-163, retirando recurso da duplicação do trecho de Rondonópolis-Cuiabá, que é o trecho que tem mais acidentes frontais no Brasil – e acidente frontal com uma carreta e um veículo é morte na certa! Por isso, fiquei assustado de ver retirar recurso da 163. E sei que V. Exa. tem colocado isso com muita prioridade.

Também foi retirado recurso do contorno de Barra do Garças.

O Presidente da República acabou de ir lá, para lançar, foi publicada a licitação da drenagem no dia em que o Presidente estava, nós fizemos todo o trabalho para que isso acontecesse, e está retirando. Retirando esse recurso, vai inviabilizar a obra e vai ficar um negócio absurdo, porque as obras das pontes estão prontas, só falta a drenagem e o encabeçamento.

Então, eu quero aqui pedir também essa atenção, Ministro.

E foram retirados da 158 também: 8.535.000. No caso da 158, com a presença de V. Exa. lá, abrindo a possibilidade da construção novamente pelo traçado original na reserva Maraiwatsede, eu aqui, Presidente, quero encerrar dizendo o seguinte: aquilo que eu falei na audiência pública eu quero repetir aqui: se voltarmos na ideia de fazer a construção pela reserva, eu acredito que nós vamos gastar mais dois, três, quatro anos para isso, porque, dentro desse trecho original, nós não temos licenças ambientais.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Qual reserva?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Maraiwatsede, na 158, indo inclusive para o Tocantins.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas tudo bem, é que o Dnit fez o projeto de um contorno. O que eu sugiro aqui e quero insistir, inclusive pedindo a audiência para os Prefeitos ainda nesta semana com V. Exa.: vamos fazer o projeto da ponte; vamos fazer a coisa em partes.

Se a gente conseguir construir as pontes e bueiros lá, e os índios e a Funai permitirem, já seria um grande começo para a gente consolidar a construção da 158 no traçado original, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso não impede que a gente faça o contorno, já que há projeto, licença ambiental... Vai ficar um pouco mais caro? Mas a produção daquela região responde rapidamente.

Isso vai beneficiar muito o Tocantins, porque nós queremos fazer também da 158 a 242, até São Félix do Araguaia, e, claro, ligar também pelo lado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Vamos seguir.

Na próxima, vamos começar às 8 da manhã, para liberar o Ministro um pouco mais cedo e para a gente dar conta das demais agendas, não é, Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – E já está chegando outro Ministro aí?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Aqui entra um e sai outro. Aqui é na forma.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E há pauta aqui para votar, para deliberar ainda.

Com a palavra, Senador Luis Carlos Heinze, que não usou o art. 14 para o Senador Esperidião Amin, mas tem a palavra agora.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou usar agora o art. 14. (*Risos.*)

Falou de mim, vai levar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Apenas o seguinte: estamos trabalhando, Ministro Tarcísio, num segundo porto para o Rio Grande do Sul. Santa Catarina já tem cinco portos e está fazendo mais dois, nós estamos trabalhando o segundo porto no Rio Grande do Sul e fomos olhar o modelo de Itapoá, que é um modelo sensacional, totalmente privado. Aquilo funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano. Esse modelo que nós temos trabalhado no litoral norte do Rio Grande do Sul. Agradeço também à Marinha do Brasil, que, pela primeira vez... Pela primeira vez, não: depois de 1955, pela primeira vez esteve lá, a nosso pedido, fazendo uma batimetria na região de Torres, no norte do Rio Grande do Sul.

Ministro, também quero agradecer, quanto à BR-116 – falando de tantas mortes e problemas em várias BRs – V. Exa., atendendo a um pedido da bancada gaúcha, do próprio Governador de Estado, está mandando mais um pouco de dinheiro para aquilo lá, e a gente sabe que não termina a obra.

E, nessa linha da falta de dinheiro para tudo... E eu vi aqui nosso Senador fazer uma colocação: PIB zero, inflação praticamente zero, e com 12,5% milhões de desempregados no Brasil. Então, nós temos que fazer alguma coisa, e a infraestrutura é extremamente importante. Nós temos que fazer alguma coisa.

E eu tenho focado, no Rio Grande do Sul, neste meu mandato, nas parcerias público-privadas. Reunimos na Serra Gaúcha... Nós tínhamos lá 46 Municípios da Serra Gaúcha, Campo de Cima da Serra, Vale do Calçado, já juntamos agora a Grande Porto Alegre – aqui está o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito Jarbas, da fronteira do Rio Grande do Sul –, para falar sobre concessões e privatizações. Esse é o tema que a gente está trabalhando lá com Prefeitos, com lideranças empresariais, com Vereadores, porque eles que estão clamando por isso, e sabendo da exiguidade de recursos que o Governo Federal tem e também o próprio Governo do Estado. Estivemos lá com o Prefeito Pasin, de Bento Gonçalves, que liderou o movimento, com o Presidente Elton, da Associação Comercial de Bento, com a Serra Gaúcha e todas as regiões.

Aqui há alguns trechos de duplicação e prorrogação, e nós vamos continuar essa reunião. Quero agradecer a presença da EPL, a presença do Dnit e a presença também do Ministério dos Transportes, todos presentes lá, e nós vamos continuar essa reunião agora, aqui em Brasília, para dar celeridade não só a esses trechos dessa região, mas de outras regiões do Estado. É a única saída que nós temos para ter rodovias em funcionamento, com os esparsos recursos que há por parte do Governo Federal.

Faço coro com o Senador Jean Paul, com a Senadora Kátia Abreu e com o próprio Senador Wellington Fagundes na questão das ferrovias. Eu acho que, aí, Sr. Presidente, nós temos que fazer uma audiência específica – um dia inteiro, se for o caso – para discutir. Nós temos, no Rio Grande do Sul, a Malha Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. E existe interesse, porque, hoje, a concessionária – ouviu, Senadora Kátia?

Ah, a Senadora Kátia está ali.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Ouço perfeitamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A Senadora Kátia está mostrando os cursos aqui. Infelizmente, a concessionária hoje... Não é culpa deles. Já era com a LL, hoje é com a Rumo. Eles fazem o preço do transporte ferroviário no mesmo preço do transporte rodoviário. "Quanto custa um caminhão daqui a São Paulo? "Cem". "Eu vou cobrar R$95". Praticamente o mesmo preço. Não há vantagem nenhuma.

Então, com toda dificuldade para eu chegar com a carga até a ferrovia e, da ferrovia, depois, lá, ao local de desembarque, é um problema. Então, nós temos que ter, Senador Marcos, um dia específico para debater a Malha Sul, que interessa ao Rio Grande do Sul, a Santa Catarina e Paraná. O que que nós vamos fazer?

No meu Estado, especificamente, o Procurador Veronese... Eu tenho trabalhado junto com ele faz mais de dez anos. Há mais de 1,2 mil quilômetros de ferrovia abandonados. Eles não estão usando. Prontos!

Eu sei do problema das rampas, eu sei do problema da bitola... O.k! O que fazer? Vamos abandonar? Não. Eu acho que o Governo Bolsonaro tem que fazer uma discussão específica sobre como fazer. E não há outra forma, a não ser concessão. A concessão tem que vir, e é o que nós queremos discutir, a questão das ferrovias.

Aproveitando, Ministro, está aqui o Prefeito Jarbas Martini. Ele está aqui, na BR-472, a questão daquela ponte que nós temos, de Uruguaiana a Itaqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O maior porto seco da América Latina é o Porto Seco de Uruguaiana. Todas as cargas que vêm de São Paulo para chegar à Argentina, por exemplo, passam por essa ponte. É uma ponte, colegas, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1889! Era uma ponte ferroviária que, hoje, é uma ponte de uma mão só. E, aí, V. Exa. sabe – nós já conversamos – sobre a questão do Tribunal de Contas da União. Estivemos lá com o diretor do Dnit, conversando com o Ministro Bruno Dantas, para que nós possamos ajustar essa questão. É imperioso que a gente ajuste. E eles querem, agora, cancelar a licitação. Imaginem! Faz quase 20 anos que nós trabalhamos essa questão, foi feita uma licitação, há recursos no Orçamento, e, agora – imagine, Senador Marcos –, anular uma licitação, para retomar esse processo todo de novo? Então, eu acho que é uma falta de bom senso do Tribunal de Contas da União. É preciso uma discussão com os técnicos do DNIT, com a empresa projetista, sobre o que fazer.

Então, eu estou pedindo agora uma audiência agora com o Ministro José Múcio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ..., para que ele possa chamar os seus técnicos, enfim, e nós chegarmos a um denominador comum para aquela região. É imperioso. E digo: é o maior porto seco da América Latina.

E Uruguaiana, que é ligada a Itaqui por essa ponte, que é uma ponte ferroviária adaptada para rodoviária, uma ponte com sinaleira... A rodovia é do Mercosul. É a BR-472, que liga Itaqui, do Prefeito Jarbas, a Uruguaiana, uma ponte de 1889. Agora a licitação foi feita, a caro custo, e nós temos que retomar esse assunto.

Então, Ministro, esse é o ponto importante para nós fecharmos essa questão aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Luis Carlos Heinze.

Na sequência, dois Senadores inscritos: o Senador Líder Eduardo Braga e, concluindo, o nosso mestre, Senador Anastasia.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Primeiro quero cumprimentar V. Exa., Presidente Marcos Rogério, cumprimentar o nosso Ministro da Infraestrutura, Ministro Tarcísio, e, ao cumprimentar o Ministro, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, quero dar um depoimento do empenho, da forma sempre eficiente e gentil com que o Ministro Tarcísio tem enfrentado os desafios da infraestrutura no País.

Veja: o Ministério foi ampliado, porque ele era Ministério dos Transportes, e se transformou no Ministério da Infraestrutura. Portanto, aumentaram os problemas. Nós temos um grave gargalo.

Ainda há pouco, o nosso eminente Senador Heinze falava dos números que acabaram de ser divulgados, da inflação de 0,06%, portanto zero; do PIB, lamentavelmente, pela 17ª vez, revisto para baixo, se aproximando de zero... No entanto, 12,5% de desemprego. É claro que isso não é culpa de um Governo que acaba de assumir, isso é uma questão estrutural que está acontecendo no País e que passa, necessariamente, por uma melhoria da competitividade e uma redução do custo Brasil.

Para melhorar a competitividade e a redução do custo Brasil, nós precisamos avançar na infraestrutura: portos, aeroportos, estradas, ferrovias, infraestrutura de dados, etc. Tudo isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa melhorar no Brasil, para que nós possamos ser mais eficientes e termos, obviamente, uma logística, que é o termo do século XXI. Quem é competente e eficiente na logística, obviamente, conseguirá ser competitivo num mercado tão disputado como o mercado internacional.

Mas, Ministro, primeiro, quero dar esse depoimento sobre a atuação de V. Exa., e veja: Marcos Rogério me conhece, os Srs. Senadores também me conhecem. Eu não sou fácil em elogios. Portanto, faço este elogio de uma forma muito consciente, diante do desafio de V. Exa.

A segunda coisa que eu queria colocar ao nosso eminente Ministro era um agradecimento do povo de São Gabriel da Cachoeira, pela BR-307, porque praticamente estavam isolados o Município de São Gabriel, com o porto de Camanaus e Cucuí, e até mesmo o acesso ao aeroporto, e o Beck entrou, e as obras estão acontecendo, e isso está avançando.

Mas eu estive ontem, Ministro, com o Presidente Jair Bolsonaro, tratando de uma pauta institucional sobre o Amazonas que envolve Zona Franca e a BR-319, e abordei a questão da MP que facilita ou que reposiciona, de forma correta, o licenciamento ambiental de obras já existentes, como é o caso da BR-319. E fui informado pelo Presidente de sua disposição em avançar com essa MP proximamente. Ele cobrou do Chefe da Casa Civil, do Onyx, e o Onyx disse que estava a depender de um pequeno entendimento entre o Ministério de V. Exa. e o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Então, eu perguntei ao Presidente se poderia abordar com V. Exa... Ontem, inclusive, eu mandei uma mensagem ao seu WhatsApp, porque creio, Ministro, que nós estamos diante de uma oportunidade importantíssima para o Brasil e para o Amazonas e a Zona Franca, porque o Presidente irá presidir, Senador Marcos Rogério, a primeira reunião do Conselho de Administração da Suframa, no dia 12 de julho, e se dispôs, inclusive, se essas tratativas estiverem resolvidas, a anunciar notícias alvissareiras para o povo do Amazonas com relação à BR-319.

E, ao mesmo tempo, V. Exa. já disse a mim, num despacho, com relação à retomada do trecho da BR-319... É importante, porque os amazonenses e brasileiros estão assistindo a esta sua audiência pública, o senhor poder anunciar o que que acontecerá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... naquele trecho logo a seguir do Tupana, logo a seguir de Igapó-Açu, que é de aproximadamente 57 km que serão licitados e, portanto, asfaltados na BR-319.

Ao mesmo tempo, quero pedir que V. Exa. fale um pouco sobre a estratégia de manutenção na BR-319 no ano de 2019, porque nós esperamos que, diante da eficiência do Ministro, tenhamos uma manutenção mais eficiente e mais proativa na BR-319.

Portanto, primeiro quero reconhecer o esforço de V. Exa. com relação aos portos do interior do Estado, que estão avançando.

Estive hoje com o Secretário de Aviação Civil e com o Secretário de Infraestrutura do Amazonas, tentando avançar na questão dos aeroportos regionais, que é um outro tema importante que eu acho que V. Exa. poderia abordar.

E, para não extrapolar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... e não usar mais do que deveria sobre o tema, até porque quero ficar para ouvir todas as respostas do eminente Ministro, quero cumprimentar o Senador Marcos Rogério e dizer que acho oportuníssima uma nova vinda do Ministro, porque não se trata mais apenas do Ministério dos Transportes. Trata-se do Ministério da Infraestrutura, que tem a responsabilidade de fazer com que o Brasil avance sobremaneira na área de logística, e acho que nós poderíamos ter um debate mais aprofundado com relação ao tema.

No mais, quero cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Eduardo Braga.

Eu já sinalizava para o Ministro sobre a possibilidade de a gente fazer uma próxima agenda, para tratar dos temas que foram aqui abordados de forma transversal por alguns Senadores, porque, numa única audiência como esta, a gente não consegue esgotar. O Ministro já se manifestou no sentido de se colocar à disposição, de disponibilidade para vir. Penso que nós estamos com o primeiro semestre praticamente esgotado, mas no início do segundo semestre a gente faria, e aí começaria a audiência às 8h, 9h da manhã, para a gente poder alongar e esgotar os temas sem as contingências que a gente, infelizmente, tem que impor em razão do tempo, da exiguidade do tempo.

Senador e Professor Anastasia, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Presidente, muito obrigado pela gentileza em me conceder a palavra de modo muito célere nesta Comissão, mas eu nem vou fazer perguntas ao eminente Ministro.

Queria, primeiro, endossar as indagações que foram feitas ao Ministro pelo meu colega de bancada, Senador Carlos Viana. Ouvi as respostas de V. Exa. e agradeço. Fico muito sensibilizado com a preocupação de V. Exa. com as questões relativas ao nosso sistema ferroviário. V. Exa. sabe o que isso representa para Minas Gerais, que é um Estado em que nós usamos a palavra "trem" inclusive para tudo que possa existir. Então, é muito próprio de nosso Estado.

Da mesma forma, as questões da BR-381. V. Exa. relatou as dificuldades, sabemos, mas o empenho de V. Exa. é muito dedicado.

Endosso também as palavras elogiosas e totalmente procedentes do Senador Eduardo Braga em direção a V. Exa., que é conhecido como um Ministro muito eficiente, muito trabalhador e muito dedicado.

As palavras, também, sobre Pampulha, no qual eu já havia me antecipado, eu agradeço. Nós teremos uma solução conjunta com o Governo do Estado, com o Ministério de V. Exa. e com a Infraero. Ninguém pretende fechar Pampulha. Jamais! É dar uma alternativa, de modo que não prejudique a grande concepção econômica que foi Confins.

E, já para concluir, queria só dar uma boa notícia: V. Exa. falava aqui da Lei de Desapropriação, que é muito antiga. Eu apresentei aqui, com base na experiência peruana, um projeto de lei que cria uma forma mais rápida, por desapropriação amigável e de autocomposição. Essa lei já foi aprovada aqui no Senado, está na Câmara, e eu faço voz para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ela seja aprovada brevemente, porque, eminente Presidente Senador Marcos Rogério, é um tema em que ele tem toda a razão, o Ministro: é um grande problema, é um nó górdio que temos, o problema da desapropriação. Então, acredito que isso vá avançar.

Por outro lado, temos hoje, na pauta do Senado, V. Exa. foi alertado, um projeto de lei que, ao contrário, cria dificuldades. É aquele que, de fato, praticamente impede as desapropriações ou, pelo menos, as consolida em relação àquelas pessoas que estão às margens das ferrovias, de estradas... V. Exa. citou a entrada para Belo Horizonte, um exemplo clássico disso, o gasoduto, então, vai prejudicar eventuais duplicações. A matéria é um pouco complexa, e eu mesmo tenho uma emenda nesse sentido.

Mas agradeço muito.

Desculpe-me Senador Marcos Rogério: fui além do minuto que tinha pedido.

Parabéns, Ministro Tarcísio.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador e Professor Anastasia, essa Presidência agradece a V. Exa.

V. Exa. tem um poder de síntese extraordinário, abordando temas que são da maior relevância para o País e para o Estado de Minas Gerais.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou assegurar a palavra agora ao Ministro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... eu gostaria de usar o meu tempo para contraditar, antes de ele responder a todos. São apenas dois pontos para que ele termine as minhas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora, eu vou dar... Quanto tempo a senhora precisa?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Um minuto?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não é nem perto do que o senhor concedeu a todos que elogiaram o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas na hora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu prometo que vou elogiar também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na hora das perguntas, V. Exa. falou o tempo que quis...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou elogiar também, pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu não tenho essa régua não, Senadora.

V. Exa. tem a palavra e, na sequência, o Ministro, com as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ministro, eu acho que a nossa luta teve vitórias. Fico muito feliz de o senhor não ter conseguido colocar no trecho... Muito triste por não ter colocado no trecho da Ferrovia Norte-Sul, com tanta clareza, o direito de passagem, mas está em tempo de corrigir, e o senhor está corrigindo. Depois da nossa grita, de tantos colegas Senadores aqui e tantas entidades, o senhor está garantido o direito de passagem. Está clarificando os investimentos – R$3 bilhões mais R$7 bilhões, que vão pagar as multas, que são quase R$1 bilhão, dão quase uma ferrovia nova.

Então, quero parabenizá-lo por ter avançado nesses pontos em que nós estamos gritando aqui há quase quatro meses, especialmente eu.

Ainda, o cumprimento da tarifa-teto. Parabéns se o senhor conseguir fazer com que a Rumo garanta a tarifa-teto. Não faz mais do que a obrigação dela cumprir.

Eu só tenho dois pontos aqui – rapidamente – sem resposta, que é o seguinte: com relação à Adin, eu não tenho nenhuma implicância com a possibilidade de ter autorização. Eu só estou dizendo que, na Constituição, no transporte público não é permitido autorização; apenas concessão e permissão. Portanto, todas as duas têm que ser feitas com licitação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Agora, nós temos que fazer uma PEC para incluir autorização. Foi o que nós fizemos onde, Ministro? Nos portos privados mistos.

A segunda coisa é a seguinte: nessas prorrogações que o senhor está corrigindo o direito de passagem, vai colocar o percentual de capacidade de carga de cada uma? Vai ficar escrito no contrato quantos por cento, mas não vai ser 1% igual à ferrovia do Tocantins, a Norte-Sul. Ótimo.

E, com relação às ferrovias abandonadas, eu também gostaria de conhecer os investimentos das ferrovias abandonadas, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, no Paraná, Santa Catarina, Bahia, Espírito Santo, um monte de ferrovias importantes, porque isso tudo cria uma sinergia importantíssima para o País.

Então, essas são as minhas considerações.

E parabenizo por esta parte, mas ainda registro e pergunto se, quem sabe, nessas prorrogações que interessam tanto à Rumo... E a gente muda a Constituição, vota, apoia, trabalha para colocar a autorização, mas que pudessem ampliar na Norte-Sul o percentual do direito de passagem. Aí ficaria maravilhoso para o Brasil inteiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Ministro Tarcísio.

Vou assegurar dez minutos, porque foram muitas perguntas, para tentar fazer um resumo – eu sei que são muitas as ponderações –, para a gente poder concluir a tempo da próxima audiência.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Vamos lá.

São muitas questões. Vou tentar ser o mais sucinto possível aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às questões do Senador Telmário Mota, nós fomos a Roraima, sim, mas nós temos o aeroporto... Não falta combustível, não. O Aeroporto de Boa Vista está previsto na sexta rodada de concessões. Então, a gente está estruturando a concessão do Aeroporto de Boa Vista.

Hoje, a bancada de Roraima vai ao Dnit, para a gente tratar de remanejamento de recursos, para tentar fazer o melhor aproveitamento.

O IP4 de Caracaraí foi autorizado pela Antaq, são R$26 milhões de investimento lá.

Estamos avançando na BR-432, que vai ter uma série de investimentos.

Nós temos aqui a possibilidade de concluir neste ano, em 2019, 30km de pavimentação, e nós temos praticamente R$98 milhões que serão aplicados na manutenção.

Então, nós temos aqui a BR-432, dividida em quatro lotes: um primeiro lote com 37km, tem 40% executado; o lote 2 foi concluído em 2018; o lote 3 que está bastante priorizado e tem 80% executado, a gente conclui este ano, são 43km; e o lote 4, que está com o Exército, que vai concluir 6km agora, em 2019.

Com relação às questões do Senador Wellington, nós tivemos que fazer esses remanejamentos para priorizar algumas obras. Então, o que que a gente está fazendo? Cobrindo um santo, descobrindo o outro, mas de acordo com o ritmo de cada obra e com as condições de cada obra. Então, o que a gente está tirando hoje a gente vai recompletar amanhã.

Essas obras que nós tiramos justamente foi para garantir recursos para a BR-381 Minas, para que ela não parasse, em função da prioridade, a BR-116 Rio Grande do Sul, a Ponte do Abunã, e a conclusão de um trecho grande da BR-101 Nordeste, da duplicação em Alagoas.

Isso foi proposto, foi efetivado, mas nós vamos restabelecer os recursos na primeira oportunidade. A gente já está estudando com o Ministério da Economia uma forma de fazer esse restabelecimento.

Sobre a Ponte do Ibucuí, Senador Heinze, nós vamos realmente trabalhar para ver se conseguimos recuperar a licitação. Nós temos muito claro que aquela ponte é uma prioridade, é uma ponte muita antiga... É uma região que tem muita cheia, a água sempre fica ali, quase no limite da plataforma...

Temos R$20 milhões de recursos na LOA deste ano e nós vamos tentar fazer, então, o restabelecimento desses recursos.

E já eu peço aqui o apoio dos nobres Senadores, pelo seguinte: o nosso orçamento está cada vez menor, e a previsão para o ano que vem de pré-limite, por parte do Ministério da Economia, é ainda pior do que foi neste ano. Então, nós vamos fazer proposições e vai ser muito importante contar com as emendas das bancadas, para que a gente possa levar infraestrutura aos Estados. Eu sei que não tem faltado apoio.

Há até uma pergunta do Senador Eduardo Braga, com relação à questão da manutenção. Não tem faltado recurso, nós vamos caprichar na manutenção da 319, neste ano, Senador, justamente porque a bancada não tem faltado no que diz respeito à questão dos recursos para manutenção.

Realmente retomamos a manutenção da 307, no Amazonas. A gente tem se comunicado bastante, o Senador tem mandado para nós as informações, com muita diligência, da situação de isolamento daquela região, do pessoal em Camanaus, etc. Conseguimos botar o Exército para iniciar a manutenção e estamos resolvendo, com o ICMBio, aquelas questões que faltam, para a gente poder atacar também áreas onde a gente ainda não tem autorização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos totalmente favoráveis à MP. Eu acho que se precisa de clareza nessa questão, principalmente daquilo que já está previsto nas faixas de domínio. Para que a gente possa ter um licenciamento mais célere, mais expedito, é fundamental isso. No que diz respeito a nossa parte em entendimento com o Ministério do Meio Ambiente, nós vamos nos esforçar para que o Presidente possa fazer esse anúncio em julho lá.

E estamos já trabalhando no projeto de adequação da 319, para que possamos tocar a licitação e, no ano que vem, começarmos realmente esses 57km de Tupã, a partir do Igarapé-Açu para frente, que é a retomada da obra da 319. A gente já falou, um pouco antes, da retomada da obra da Transnordestina e agora da retomada da obra da 319. Então, nosso objetivo é retomar obras importantes que estão paralisadas e que vão fazer toda a diferença para a sociedade, para a população do Estado do Amazonas e para o Estado de Rondônia.

Não conseguimos ainda, por questão de agenda, percorrer o trecho, mas nós vamos percorrer. A minha ideia é a de que a gente percorra ainda em julho. De repente, a gente aproveita até o recesso parlamentar para fazer essa trilha lá, percorrendo a 319. Acho que é muito importante e também desperta em nós o senso de urgência. A ideia é levar pessoas do Ibama, para que eles possam sentir, ali na região, a situação da rodovia e a necessidade imperiosa de se fazer o quanto antes a 319 e perceber que não se trata de um empreendimento novo; trata-se de um empreendimento que existia. É uma rodovia que foi asfaltada no final da década de 70 e início da década de 80. Pegava-se um veículo em Porto Velho e se chegava a Manaus dirigindo. Então, nós temos clareza absoluta disso e sabemos que é necessário para tirar o Estado de Amazonas do isolamento.

Então, isso é uma questão de conectividade, de integração, de justiça social, e vamos perseguir esse objetivo.

No ano que vem a gente começa, de fato, a pavimentação da 319. Então, tenho certeza de que essa MP vai ser um resgate.

E já deixo aqui o meu convite a V. Exa. e ao Senador Marcos Rogério também, para que a gente possa, juntos, percorrer a 319, se Deus quiser, ainda no mês de julho.

Senador Jean Paul, a Reta Tabajara está no contrato. Neste período, está chovendo, mas a ideia é intensificar as obras assim que terminar a chuva. A gente realmente conseguiu retomar a obra.

O viaduto do Gancho está em desapropriação, estamos fazendo desvios, e a obra se inicia em setembro.

A duplicação da 304 está em estudo pelo BNDES. A gente qualificou como prioridade nacional, de maneira que a gente está estudando a viabilidade até de fazer uma concessão nesse trecho, do Rio Grande do Norte até Fortaleza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Sim, com certeza, com absoluta certeza.

O Porto-Ilha está com Evtea em andamento. A ideia é qualificar no Programa de Parceria de Investimentos ainda este ano e fazer a licitação do arrendamento, provavelmente, no início do ano que vem. E, aí, nós temos toda a disposição para discutir com o setor salineiro o melhor modelo para o porto. Nós podemos ter, obviamente, um modelo de exploração que não dê exclusividade ou que permita, realmente, o acesso à carga por parte de terceiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A federalização, principalmente no que diz respeito à 104, é viável. A gente já tem estudo sobre isso. A grande questão hoje é recurso.

E, mais uma vez, faço um apelo às bancadas para que nos ajudem no que diz respeito ao direcionamento de emendas, para que possamos prover os recursos para os Estados, assim como nós tratamos, lá em Santa Catarina, Senador Amin, na questão da prioridade da 470, da 282, da 280... Obviamente, a gente tem interesse de manter aquelas obras que estão em andamento, que estão andando bem, como a 285, lá no sul do Estado.

E V. Exa. tem o nosso compromisso também de acelerar o processo de construção da 470.

Enfim...

BR-101... No segundo semestre, a gente deve concluir o sétimo viaduto, entre Natal e Parnamirim. Isso é fundamental.

Senador Heinze, acreditamos, de fato, que as PPPs são a solução. Estamos bastante sensíveis com a questão que V. Exa. coloca sobre as necessidades de logística, principalmente para atender à Serra Gaúcha, que é uma região importante, no que diz respeito à produção.

V. Exa. colocou as questões da Malha Sul, e isso combina também com as questões colocadas pela Senadora Kátia Abreu e pelo Senador Jean Paul. A ideia é estabelecer um modelo, e eu acho que o projeto de autorização vai nos permitir isto, que a gente desconecte esses trechos não utilizados das bacias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... de cada concessionária e possa repassar isso para usuários interessados em outras concessões, dentro do regime de autorização. A gente vê viabilidade nisso, vê interessados nisso. Como V. Exa. bem colocou, já há interesse. Então, a ideia é redistribuir essas bacias geográficas, essas bacias ferroviárias, de maneira que a gente possa aproveitar o potencial que cada uma dessas malhas têm, de acordo com o porte de cada um dos operadores. Isso vai valer para a malha da Transnordestina e vai valer também para a malha sul.

Concluindo, eu me coloco à disposição – sei que o tempo hoje foi curto – para aprofundar essas questões. Eu tenho certeza de que algumas dúvidas ainda remanescem.

Nós temos feito um trabalho muito interessante a várias mãos com o Senador Jean Paul no que diz respeito ao PLS 261, que é uma grande aposta para nós, é muito importante dentro da nossa estratégia, e a nossa ideia é ter aí um instrumento que nos permita proporcionar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – ... mais competição ainda para o setor ferroviário. Nossa equipe permanece à disposição.

Da mesma forma, Senadora Kátia Abreu, vou ter o maior prazer em receber a senhora ou visitá-la no gabinete também, para trazer mais esclarecimentos e para construir, em conjunto com a senhora também, saídas para as aflições que a senhora corretamente coloca aí, na audiência de hoje.

Enfim, no mais eu agradeço aí a paciência e a atenção dos Srs. Senadores, e a gente permanece o tempo todo aí, à disposição de V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, serei muito breve.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela condução desta audiência muito importante. Fui um dos proponentes e me sinto recompensado. Só gostaria de, ao agradecer as colocações do Ministro, fazer duas colocações muito rápidas.

Primeiro, quero registrar a presença do Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, Dr. Comin, e do ex-Procurador-Geral de Justiça. Espero que não estejam procurando nenhum de nós. (*Risos.*)

E quero registrar também a presença do nosso sempre Deputado e ex-Prefeito de Blumenau João Paulo Kleinübing.

E quero dizer, Ministro – é a segunda e última questão –, que está presente o Vereador Pitanta, 11 mandatos de Vereador; 11 mandatos consecutivos. Parece que ainda existem uns seis sobreviventes da sua primeira eleição, há 44 anos. Ele é Vereador da Palhoça, e ele me trouxe a informação de que nenhum daqueles caminhões está trabalhando.

Então, eu queria reiterar um apelo a V. Exa., para enquadrar todos aqueles atores – no sentido duplo da palavra – na rota do compromisso que V. Exa. reiterou hoje aqui, compromisso no qual eu acredito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, que foi um defensor insistente para que nós realizássemos esta importante audiência pública que hoje acontece.

Nós já estamos aqui há mais de três horas debatendo os temas relacionados à infraestrutura do País, e o Ministro está com toda a disposição para responder, esclarecer, acrescentar informações, de maneira que só temos que reiterar agradecimentos.

Quero registrar, na esteira do que fez o eminente Senador Esperidião Amin, a presença também conosco aqui dos procuradores lá do meu Estado, o Procurador-Geral de Justiça (PGJ) Dr. Aluildo e também o Ildemar Kussler, Procurador do Ministério Público do meu Estado. São particulares amigos e que visitam o Congresso Nacional neste momento. São bem-vindos.

Registro também a presença do Presidente da Câmara de Vereadores da minha cidade de Ji-Paraná, Affonso Cândido.

Bem-vindos ao Senado Federal.

Ministro, V. Exa. tem a palavra para as suas considerações.

Na sequência, nós vamos deliberar apenas alguns requerimentos e encerraremos a audiência de hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu queria, então, aprovar o requerimento de audiência pública sobre capotagem... (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... porque eu soube que o Governo já está bem adiantado numa medida provisória, e há vários nomes que dariam três, quatro audiências públicas em conjunto da CI com a CAE. E eu gostaria, então, de pedir aos colegas que a gente pudesse aprovar, em seguida à saída do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Enquanto o Ministro faz a fala dele, eu recolho o requerimento e a gente pauta na sequência.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Só, mais uma vez, externar os meus agradecimentos. É sempre bom vir ao Senado prestar contas, debater, perceber também e recepcionar as demandas dos Srs. Senadores. Tenho tido aqui o melhor ambiente de trabalho possível. Tenho contado com muita ajuda dos Srs. Senadores. Manifestei, da outra vez em que estive aqui, o bom semestre legislativo que nós tivemos – e louvo o Senado por isso –, com aprovações de matérias muito importantes, como a abertura do capital estrangeiro, como a questão da Lei das Agências, que dão excelentes sinais para os investidores nacionais e estrangeiros, que sinalizam na direção da fortaleza, do fortalecimento da regulação. Então, nós ficamos muito satisfeitos. Eu me coloco à disposição para vir ao Senado quantas vezes forem necessárias para debater todos os temas. Saio daqui com alguns deveres de casa e com alguns compromissos assumidos. Os senhores podem ter certeza de que vão contar com todo o nosso empenho no Ministério da Infraestrutura.

Então, desde já, agradeço a atenção e me coloco à disposição para vir aqui mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece, mais uma vez, a S. Exa. o Ministro de Estado Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, sempre muito atencioso com a Comissão e com o conjunto dos Senadores.

Como já antecipado, nós vamos estabelecer para o início do segundo semestre, dentro dessa tratativa que foi proposta aqui, o retorno do Ministro à Comissão para abordarmos, de forma específica e mais profunda, a questão das nossas ferrovias. Eu vejo que há interesses aqui de praticamente todos os Estados da Federação e é um tema que não se esgota numa audiência pública como esta, em que você aborda um conjunto de temas dentro da lógica de infraestrutura do País.

Mais uma vez, agradecimentos sinceros pela disposição de estar conosco.

Antes de encerrarmos a reunião, faremos a inclusão extrapauta de alguns requerimentos.

O Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, propõe que a audiência pública que realizaremos, em seguida, com o Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, seja conjunta com a CDR. Em requerimento de igual teor, já foi aprovado por aquela Comissão, na última quarta-feira, e não há óbices por parte da CI ou do Ministro de Minas e Energia a que a próxima reunião seja desenvolvida conjuntamente.

Assim, passaremos à deliberação do Requerimento. 37, de 2019.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 37, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de discutir, em audiência pública, conjuntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o programa "Novo Mercado de Gás".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Consulto se há algum Senador que queira se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 40, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II do RISF, a realização de diligência em parceria com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para discutir a Ferronorte no trecho Rondonópolis - Cuiabá - Sinop.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

A diligência será realizada no dia 8 de julho de 2019, para discutir a Ferronorte no trecho Rondonópolis- Cuiabá-Sinop.

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: representantes do Ministério da Infraestrutura, do Tribunal de Contas da União, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e da Rumo.

É o requerimento do nobre Senador Wellington Fagundes, Vice-Presidente desta Comissão.

Indago se algum Senador quer se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo, em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento de nº 39, de 2019.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 39, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre elementos de fundamentação para o anunciado projeto "incorporação reversa" que se desenvolve visando incorporar a Centrais Elétricas - ELETROSUL à Companhia de Geração Térmica de Energia - ELETROBRÁS - CGTEE.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Consulto se há Senadores que queiram se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo, em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 41, da Senadora Kátia Abreu.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 41, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater, numa sequência de três reuniões, as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO)

A Senadora requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater, numa sequência de três reuniões, as restrições e potencialidades da utilização da navegação de cabotagem no Brasil, inclusive como forma de instruir o PL 2.948, de 2019, (que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências), para eliminar restrições ao afretamento e à aquisição de embarcações para uso na navegação brasileira, sob relatoria da Senadora, abordando os seguintes assuntos críticos:

a) tratamento burocrático presente nos portos brasileiros, que determina que o processo de alfandegamento se assemelha aos procedimentos para exportação;

b) efeitos sobre os custos do modelo de praticagem exercido no País, em função da reserva de mercado concedido à Marinha no processo de formação;

c) impactos sobre a eficiência, a produtividade e os custos da utilização do modelo de contratação de mão de obra nos portos por meio do Órgão Gestor de Mão de Obra;

d) avaliação dos resultados e metas obtidos pelo sistema Porto sem Papel, que tem como objetivo principal reunir em um único meio de gestão as informações e a documentação necessárias para agilizar a análise e a liberação das mercadorias no âmbito dos portos brasileiros;

e) identificar os principais determinantes dos custos do combustível no Brasil, inclusive comparados internacionalmente;

f) avaliar os custos e benefícios da política de proteção da indústria naval;

g) examinar a posição internacional do Brasil na utilização da navegação de cabotagem por meio de uma análise comparativa, inclusive levando em consideração o tamanho da nossa costa marítima (8 mil quilômetros de litoral) e da concentração populacional na região litorânea – temos 80% da população brasileira situados a uma distância de até 200km da costa;

h) avaliação da política de financiamento do Fundo de Marinha Mercante – total dos recursos financiados e a composição desse financiamento em termos de tipos de embarcações e a natureza das aplicações (novas embarcações e/ou reformas);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) avaliação dos custos e dos impactos do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante;

j) as regras estabelecidas pela Antaq com relação ao afretamento de embarcações;

k) as regras de fiscalização e cobrança de taxas pela Anvisa.

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro da Infraestrutura;
2. Diretor-Presidente da Antaq;
3. Ministro da Economia;
4. CEO do Estaleiro Atlântico Sul, Sr. Harro Burmann;
5. CEO do Estaleiro Mondego, Sr. Jorge Ferraz;
6. Osvaldo Agripino Junior, advogado maritimista e professor de Mestrado e Doutorado da Univali;
7. Presidente Executivo da Abimaq, José Velloso Dias Cardoso;
8. Presidente da Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro, André de Seixas;
9. Luiz Antonio Fayet, Consultor e Especialista em Logística;
10. Presidente do Syndarma (Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima), Bruno Lima Rocha;
11. Representante do BNDES;
12. Diretor da Empresa de Navegação Posidonia, Sr. Abrahão Salomão;
13. Diretor-Presidente da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), Murillo Barbosa;
14. Diretor-Presidente da ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários), José di Bella; e
15. Presidente do Conapra (Conselho Nacional de Praticagem), Gustavo Martins.

É o requerimento da nobre Senadora Kátia Abreu.

Indago se há algum Senador que queira se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo, submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não havendo mais nada a tratar na longa manhã de hoje, encerraremos a presente reunião, já convidando as Sras. e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião de audiência pública, em que receberemos o Ministro Bento Albuquerque, a partir das 15h, nesta sala da Comissão de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Agradeço a presença de todos, em especial a do nosso convidado o Ministro de Estado da Infraestrutura, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, e das Sras. e dos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (18ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (21ª REUNIÃO), EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Jayme Campos, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Lasier Martins, Juíza Selma, Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcos do Val e Antonio Anastasia. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 37/2019 – CI e REQ 37/2019-CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Expor assuntos de relevância do Ministério de Minas e Energia (art. 50, § 1º da Constituição, e art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal). **Participantes:** Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia e Bruno Eustáquio de Carvalho, Secretário Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra as Senadoras Kátia Abreu e Zenaide Maia e os Senadores Luiz Carlos Heinze, Jean Paul Prates, Jayme Campos, Vanderlan Cardoso, Esperidião Amin e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Declaro aberta a Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, a 18ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos da presente audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado no Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando no telefone 0800-612211.

A presente reunião conjunta destina-se ao comparecimento, às Comissões, do Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com fundamento no §1º do art. 50 da Constituição Federal, que estabelece que:

> § 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

A CI e a CDR terão, pois, a oportunidade de ouvir e questionar o Ministro de Minas e Energia acerca dos desafios, das propriedades, dos projetos estratégicos, do cronograma de obras e da agenda legislativa e regulatória da pasta.

Além disso, em razão da aprovação dos Requerimentos nºs 37, de 2019, da CI, e 37, de 2919, da CDR, ambos de autoria do Senador Izalci Lucas, também será objeto de discussão com o Ministro o programa Novo Mercado de Gás.

Para dar início à audiência, já se encontra à Mesa o Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio de Carvalho.

Esta Presidência dá boas-vindas ao Ministro e também ao Dr. Bruno Eustáquio.

Na verdade, o foco da nossa audiência pública de hoje está direcionado à questão do gás, que é o tema central. Esta Comissão tem, ao longo desses últimos meses, perpassado por esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema. Inclusive da vinda do Ministro em outra ocasião, aqui, a gente começava a abordagem acerca desse tema, que é fundamental para o País.

Eu estive recentemente na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, justamente tratando também dessa questão do gás. Então, quando o Ministro fez o pedido para comparecer a esta Comissão para tratar desse assunto, eu me senti muito honrado, como Presidente da Comissão, e o tema está conectado com os objetivos, traçados para esta Comissão, a serem debatidos.

É uma grande satisfação, portanto, receber na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal o Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia. Cumprimento igualmente cada um dos Srs. Senadores e Senadoras.

Estamos aqui reunidos para exercer o nosso papel e cumprir o nosso dever com o País, dedicando o nosso trabalho e a nossa atenção às grandes questões nacionais. Desse modo, creio ser da maior importância ouvirmos o Ministro a respeito do novo modelo de mercado de gás.

Não existe crescimento econômico sem planejamento e investimento inteligente em infraestrutura. Eu seu bem disso. O País é carente de infraestrutura. Venho de um Estado que precisa e muito, Senador Heinze, de investimentos em infraestrutura. E sabemos que o gás tem enorme potencial para compor, de modo expressivo, nossa matriz energética. Trata-se de um combustível limpo, cujas reservas são abundantes, e que, com os investimentos certos, pode-se tornar bem mais acessível.

Sr. Ministro, por favor, corrija-me se houver erro de atualização desses dados, mas seu que, apesar do grande potencial, apenas pouco mais de 10% da energia que nosso País consome vem do gás natural. No ano passado, quase um terço do gás produzido não pôde ser distribuído e teve de ser reinjetado nos campos produtores. Por quê? Por falta de logística para o escoamento, por deficiências regulatórias e por ineficiências econômicas no atual mercado de gás. O resultado é que nós consumidores, domésticos ou industriais, compramos gás da Bolívia, dos Estados Unidos, da Nigéria, de Angola e pagamos um alto preço por isso. É um cenário que do ponto de vista econômico e estratégico não faz muito sentido. O mercado de gás é sem dúvida um dos gargalos que o Brasil precisa vencer de alguma forma e o mais rapidamente possível desatar esse nó, destravar esse processo.

Tenho certeza de que o Ministro Bento Albuquerque vai nos ajudar nessa tarefa, nesse desafio. É a pessoa certa, imbuída dos melhores propósitos com relação a esse tema, que é um tema caro para a Comissão de Infraestrutura, é um tema caro para o País. Por isso, cumprimento-o de forma muito verdadeira, muito sincera, pela iniciativa de trazer esse tema e compartilhar conosco na Comissão de Infraestrutura.

Indago ao Senador Heinze...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ao final? Agradeço V. Exa.

Passaremos, de imediato, a palavra ao Ministro Bento Albuquerque para sua exposição, e ao final os Senadores que queiram se manifestar com questionamentos ou ponderações, terão a palavra para fazê-lo ao Ministro.

Com a palavra o Ministro de Estado, Dr. Bento Albuquerque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para exposição de Ministro.) – Boa tarde, Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

É com grande alegria que eu retorno a esta Comissão.

E também gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar o Senador Heinze e o Senador Jean Paul. Eu fui recebido hoje aqui no Senado, quando cheguei, pelo Senador Jean Paul, uma feliz coincidência.

Eu gostaria de saudar os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, aproveito para, publicamente... Já tinha feito aqui nos bastidores da Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade. Aliás, é o Relator do principal projeto que tramita na Comissão hoje, que trata do marco regulatório das nossas ferrovias, fazendo um trabalho fantástico de audiências públicas, de promoção do bom debate para aperfeiçoar a norma.

Antes, aproveito para fazer um registro e pedir escusas ao Ministro. A nossa reunião, inicialmente, era às 14 horas, depois passamos para as 15 horas. São 15h40min, e estamos iniciando agora em razão do alongamento da reunião anterior, com o Ministro Tarcísio, que aqui esteve – reunião que foi muito produtiva. Então, agradeço a compreensão de V. Exa. Não é praxe da Comissão atrasar, mas hoje tivemos uma situação excepcional. Então, minhas escusas em nome da Comissão.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Por favor, Presidente, eu entendo.

A Comissão de Infraestrutura, o setor de infraestrutura, como o senhor tem colocado, é fundamental para o País. Temos muito trabalho pela frente, e hoje, eu acredito, com a apresentação que nós faremos aqui sobre o Novo Mercado de Gás, vamos trazer mais trabalho também para a sua Comissão e, certamente, para os Senadores que aqui têm dado uma grande contribuição ao País.

Senador, o senhor, com suas palavras – o senhor me permita –, quase roubou a minha introdução, porque, quanto às suas colocações, eu não tenho nada a corrigir; muito pelo contrário, foram muito bem feitas. A nossa vinda hoje aqui é fruto da minha presença aqui no dia 26 de março. Estas palavras são *ipsis literis* o que eu falei naquela data: "... vamos realizar agora, no mês de junho, uma nova rodada de reuniões [é por isso que nós estamos aqui hoje], em que vamos apresentar as principais ações empreendidas no âmbito do Novo Mercado de Gás", que foi colocado aqui nessa oportunidade como uma das ações prioritárias do Ministério de Minas e Energia, uma das ações prioritárias do Governo Bolsonaro. Essa é a razão pela qual aqui estamos.

E quais são os objetivos do Novo Mercado de Gás?

O senhor colocou aqui com muita propriedade: aproveitar o gás do pré-sal, da Bacia de Sergipe e Alagoas. O noticiário, na imprensa, na semana passada, falou dessas descobertas importantíssimas. O Senador Jean Paul certamente sabe que essas reservas ficam localizadas muito próximas ao litoral, diferentemente do pré-sal, que está a uma distância bem superior – mas aí nós estamos falando de algo entre 60 e 70 quilômetros do litoral, o que permite o aproveitamento muito mais rápido e também com menor custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro – o senhor colocou em suas palavras iniciais – é ampliar os investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento, transporte e distribuição do gás natural.

Trata-se também de aumentar a geração termelétrica do País. O senhor mesmo fez este comentário: 10% da energia é muito pouco – é menos um pouco ainda do que 10%, mas é bem próximo. Temos que aproveitar isso.

E há que se retomar a competitividade da indústria, que nós perdemos. Houve uma redução da atividade industrial muito grande nos últimos 10 anos, e principalmente por conta do custo da energia. Então, nós destacamos aqui essas indústrias – celulose, fertilizante, petroquímica, siderurgia, vidros, cerâmica – que pagaram,2 eu diria, com preço muito caro por conta também do valor da energia e, além do mais, da pouca atividade econômica que o País vivenciou nesse período.

Quando a gente fala em gás natural, a gente procura ver o que está acontecendo.

Aqui nós procuramos pegar alguns países, de todos os continentes, para apontar o preço do gás. Começando ali pelos Estados Unidos... E são países... Eu acabei de vir da reunião do G20, lá no Japão, dos ministros de energia. A maioria... Esses países todos fazem parte do G20. O senhor veja: nos Estados Unidos, o preço do gás é de US$3,13; na Argentina, US$4,6; no Reino Unido, US$8,06 – e ali é semelhante também, na França etc. –; na Rússia, US$7,98; no Japão, US$8; e, no Brasil, US$10,40.

Se nós formos ver nos últimos dez anos o preço do gás natural nas distribuidoras no Brasil: ele saiu de algo próximo a R$10 para R$40 – estamos falando em dez anos. E o impressionante é que, como o senhor colocou também nas suas palavras iniciais, a nossa produção foi aumentando, e um terço é reinjetada. Isso é por conta de quê? Nós não temos infraestrutura, não temos uma demanda. E isso pode ser justificado também por aquela questão ali: no Brasil nós temos 9,4 mil quilômetros de gasodutos; na Argentina, que tem um território bem menor do que o nosso, três vezes superior: 28,9 mil quilômetros de gasodutos; nos Estados Unidos, há 490 mil quilômetros. Então, isso, de certa forma, mostra a participação, na matriz elétrica, do gás: aqui, 13%; na Argentina, 52%; e, nos Estados Unidos, 33%. E o preço é aquele que nós já comentamos aqui.

Nós também temos notícia de que o gás, nos últimos dez anos, tem sido muito benéfico para as economias de diversos países. Particularmente nos Estados Unidos, permitiu aquilo que se chama de reindustrialização do país, em face do custo. Isso foi de dez anos para cá. E essa é a nossa meta quando pensamos em proporcionar algo semelhante ao nosso País.

Aonde queremos chegar? Àquilo que o senhor também já muito bem colocou: acesso às infraestruturas essenciais – aquelas que nós já mencionamos –; aperfeiçoamentos para o sistema de transporte dessa molécula; medidas de estímulo à competição; e uma liberalização do mercado, que, efetivamente, não existe.

E como, em março, quando eu estive aqui, eu disse ao senhor que essa era uma ação prioritária do Governo Bolsonaro, como é que nós decidimos realizar esse trabalho e apresentar essa proposta? Por meio de um comitê criado no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética. Criamos esse comitê composto pelo Ministério da Economia; Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Empresa de Pesquisa Energética; e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses foram os principais agentes que, coordenados pelo Ministério de Minas e Energia, apresentaram ontem uma proposta de resolução para a aprovação do CNPE, coisa que ocorreu no início da noite de segunda-feira.

Então, Presidente, eu gostaria de pedir a gentileza do senhor, porque eu vou passar a palavra agora ao Secretário Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, que foi o coordenador desse comitê e que, acredito eu, poderá falar com maior propriedade sobre o que nós apresentamos e o que foi aprovado ontem pelo CNPE.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia, Bruno Eustáquio de Carvalho.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Senador; boa tarde, Ministro, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores.

Esta é uma belíssima oportunidade, no dia seguinte ao de um ato de política energética, política setorial, que também dialogam com a política econômica e com a política social. O gás tem estas três dimensões: uma dimensão setorial, de política energética, de introdução à matriz, de ampliação de sua participação. O Ministro comentou aqui que nós estamos falando de 12%, 13% de participação hoje na matriz elétrica. Nós estamos falando de uma projeção de 3% a 4%, incremental, para os próximos dez anos no nosso planejamento decenal de energia. Há, ao todo, uma expectativa de, inclusive, dobrar a nossa produção, saindo atualmente de 114 milhões de metros cúbicos/dia para algo em torno de 230, 250. Então, há toda uma dimensão setorial e um componente social porque tem efeito nos domicílios, e também tem uma dimensão econômica.

Este eslaide aqui mostra exatamente a função objetiva dessa política do Ministério da Energia: viver um futuro planejado nesse setor. Então, há que se mencionar aqui, primeiro, que esse é um trabalho feito a várias mãos, com a participação da Empresa de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia; do próprio CADE, através daquilo que lhe compete, respeitando sempre as atribuições de cada uma das instituições; da Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis: e, obviamente, de uma participação fundamental do Ministério da Economia; e também do *staff* todo do Ministério de Minas e Energia.

Algumas bases conceituais. Essa apresentação se assemelha bastante com a apresentação que foi feita no CNPE. Esse eslaide é exatamente para mostrar de o que nós estamos falando, de uma cadeia que você pressupõe uma etapa de exploração, produção e escoamento desse gás produzido e explorado em águas muito profundas para a Unidade de Processamento de Gás Natural. Essas unidades permitem você tratar esse gás, que, muitas vezes, não vêm nas suas melhores condições físicas ou químicas. Você tem também, vindo de fora desse sistema, gás em estado comprimido, e aí você precisa dos terminais de GN para poder fazer a expansão e a introdução desse gás no segmento de transporte. Esse segmento de transporte, como o Ministro bem comentou, é uma infraestrutura essencial desse processo, que leva esses gases às distribuidoras, que fazem a sua distribuição para os consumos termelétricos industriais e não termelétricos.

Então, essa, de certa forma, é a cadeia, são segmentos que compõem o mercado do gás, são segmentos muito similares ao setor de energia elétrica – então nós temos uma etapa de geração –; temos também similaridade com o setor de saneamento básico e também com o setor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ferrovias. O Tarcísio esteve aqui agora há pouco, e alguns conceitos que se aplicam nessa agenda do Novo Mercado de Gás também se aplicam a outras infraestruturas de rede de modo geral.

E qual é o diagnóstico complementar ao que o Ministro comentou? Nós temos aí três grandes desafios. Temos um desafio tributário de melhor acomodação da questão tributária em função das características do gás. O gás é um bem fungível e, na medida em que a gente tributa o gás de uma certa forma não associado ao fluxo, a gente tende a distorcer um pouco essas questões. Nós temos uma questão de acessibilidade às infraestruturas. Há aqui que se comentar todo um trabalho que a doutrina busca de se liberarem essas infraestruturas, dar o acesso para que se tenha competitividade e isso se traduza, em última análise, em melhoria dos preços ou redução dos preços. E, sobretudo, a questão do monopólio. Esses, basicamente, são os grandes desafios que foram identificados.

Há que se comentar aqui que esse trabalho do Comitê de Promoção da Concorrência observou todos os instrumentos legais, a Lei 11.909, os decretos; enfim, há toda uma massa crítica dentro do próprio Poder Executivo que deu belíssimas contribuições para a construção desse diagnóstico e também do prognóstico que o Ministro bem apresentou aqui.

E o que mais nós temos aí, então, levadas em consideração essas três dimensões de barreiras de entrada? Nós temos hoje a Petrobras com 77% da produção. Ela também é responsável por 100% da importação – isso a gente chama de monopsônio. Nós temos ainda a Petrobras operando 100% das infraestruturas essenciais, uma detenção de toda a capacidade da malha de transporte, participação acionária nos transportes. Ela também participa como sócia em 20 das 27 distribuidoras. Então, naquele desenho que a gente colocou lá da produção até a distribuição, o que se verifica é essa presença de um agente dominante nesses segmentos, e obviamente isso, de certa forma, tem efeitos nessa competitividade.

Há que se comentar aqui que a Petrobras participou das discussões do Novo Mercado de Gás. Então, tudo que nós estamos comentando com os senhores é construído numa arena em que há participação da Petrobras, assim como de outros agentes. A relação com a parte relacionada foi muito bem trabalhada, e há toda uma documentação para essa originalidade do processo. Então, de um modo geral nós temos essa situação hoje, e toda essa questão tem repercussões, no final da história, naquilo que toca à sociedade é componente social dessa agenda, que é o preço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Nós temos hoje 46%, em termos médios – isso é um dado de 2018 – da composição do preço associada à molécula; nós temos 13% associados ao transporte – então, na medida em que você tem liberações ou essa quebra, você tem uma tendência de entrada de novos *players*, e isso tende a trazer, a ajustar automaticamente o preço. Nós temos aí um papel da distribuição da ordem de 17%, tudo isso em termos médios, e também uma tributação de PIS/Cofins e ICMS de 24%. Digamos que essa é a composição da estrutura tarifária que hoje se paga relativamente ao gás natural.

Elaborado esse diagnóstico, com muita clareza sobre o prognóstico... Esse trabalho do Ministério de Minas e Energia, em coordenação com as demais instituições, observa vários instrumentos. Então, ele tenta também organizar uma série de instrumentos que estão nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições, de modo a trazer mais efetividade. Então, a própria resolução do CNPE é um instrumento da política do Ministério de Minas e Energia; nós temos em andamento um termo de cessação de condutas entre Petrobras e o Cade; a própria Agência Nacional do Petróleo, através de suas resoluções, tem um papel fundamental nessa etapa de transição; temos os Estados com uma necessidade, obviamente, em alguma medida, de dar um salto do ponto de vista regulatório e, para isso, foram colocadas medidas, estão sendo trabalhadas medidas no Ministério da Economia, através do plano de transparência econômica e os equilíbrios dos Estados; nós temos também aí um papel fundamental do Congresso Nacional para o aprimoramento do Legislativo nesse marco setorial; e há a questão que eu havia comentado anteriormente que se refere ao ajuste do Sinief e outras medidas que têm a ver com essa questão de fungibilidade do gás.

Bom, esse trabalho resultou, para os senhores terem uma ideia, em mais de 40 encontros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Nós tivemos 45 agentes do setor de empresas, associações, consultores, academia envolvidos. Nós temos aqui a participação do BNDES. Esse processo também contou com uma estrutura decisória que se assemelha hoje aos moldes da análise de impacto regulatório com a análise multicritério. E obviamente nós tivemos vários produtos que foram encaminhados dentro do próprio Conselho Nacional de Política Energética e também será dada a devida transparência a esses documentos.

Quais foram os resultados em última análise desse trabalho, que inova no sentido da transição? No segmento de escoamento, a gente, de certa forma materializou, dentro dos princípios que estão por trás dessa resolução do CNPE, transparências e regras com diretrizes da própria ANP. No segmento do transporte, um segmento fundamental para que a gente possa abrir tanto os extremos e obviamente dar o choque no preço, a desverticalização, ou seja, essa questão dos ativos, a separação funcional e comportamental na transição; e a liberação de capacidade. Então, temos aí também dois aspectos considerados como diretriz desse processo do CNPE. E, no segmento da distribuição, na ponta, na verdade, há que se considerar toda a transparência dos contratos celebrados, dos contratos de compra de gás e, sem dúvida nenhuma, um aperfeiçoamento da regulação subnacional.

Então, é importante comentar que o Governo Federal tem o seu papel, o Congresso tem o seu papel e o Estado tem seu papel para que a gente possa alcançar a máxima eficiência ou a máxima potência com essa resolução. Essa resolução sozinha não resolve; você precisa, sim, de o Estado, de o Congresso Nacional estarem fortemente engajados para que a gente alcance, de fato, as nossas estimativas de impacto para os próximos anos.

Bom, e quais são essas estimativas de impacto? Aqui é somente para os senhores terem uma ideia, foram elaborados vários estudos pelo Ministério da Economia, o Ministério de Minas e Energia, mas aqui, somente a título de ilustração, isso já até foi comentado pelo Ministro ontem, para os senhores terem uma ideia, um choque no preço que resulte numa queda da ordem de 10%, isso implicaria o incremento do PIB industrial da ordem de 2,1. Então, nós temos um gradiente de curvas aqui, mostrando uma variação de cada uma delas para a variação, para o choque no preço.

Então, de 10% para 2,1%; de 30% estamos falando ali aproximadamente de 6%, 5%, 4% após o primeiro ano. Então, nós temos aí um gradiente importante. Isso, na verdade, reflete um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco, digamos, da expectativa e da própria retomada da indústria com essa abertura do novo mercado do gás.

A espinha dorsal que balizou esse trabalho, também fortemente trabalhado com a parte relacionada, que é a própria Petrobras, em última análise, considera bem no início princípios que estão lastreados na Lei 11.909; medidas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Medidas voltadas para o agente regulador federal, para empresa de planejamento energético, para os próprios Ministérios; nós temos aqui, de certa forma, também uma preocupação com o agente dominante; previsibilidade é uma palavra-chave da própria agenda do Ministro – e aí novamente o papel da agência reguladora na transição é de fundamental importância; boas práticas regulatórias extensivas e em harmonia com os Estados; competitividade; fomento à exploração e produção de gás em terra – aqui eu gostaria de chamar a atenção, Ministro: a Lei 13.365 abriu, em 2016, o direito de não obrigatoriedade da Petrobras nos leilões do pré-sal. Isso resultou no que nós acompanhamos, na segunda, terceira, quarta e quinta rodadas, em um ágio da ordem de 97%. Então, são medidas que têm uma elasticidade de efeito enorme.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – E o que se verificou nessas mesmas rodadas de blocos exploratórios e leilões em áreas terrestres não perseguiu essa mesma *performance* por uma série de condicionantes, algumas restrições, etc. Então, há o espírito, há por trás dessa agenda nossa uma proposta de retomar as discussões, porque exploração e produção de gás em terra é desenvolvimento regional.

A nossa infraestrutura de gás está fortemente concentrada na costa e também temos os grandes vetores de comunicação da Bolívia e da Argentina, mas temos a clara compreensão de que, primeiro, há oferta e há também o apetite dos pequenos, não das *majors*... Hoje, nós temos mais de 30 empresas competindo de um modo geral em águas ultraprofundas e nós temos leilões desertos em áreas terrestres. Então, há que se ponderar que a busca desse equilíbrio é de fundamental importância.

E, por último, esse passo dessa resolução novamente não exaustiva: o trabalho começa a partir de hoje. Foi isso nós comentamos ontem. Nós tivemos resolução do CNPE, temos uma série de outras ações em curso. Essa agenda... Nós sabemos do processo de transição; isso não é do dia para a noite. Então, cabe a gente, como política setorial, avaliar os efeitos desta resolução combinados com outros instrumentos. Então, também há nessa proposta de política do CNPE um acompanhamento para a gente fechar o ciclo de avaliação da política pública.

Em linhas gerais, nos princípios, eu poderia destacar aqui que a gente está chamando atenção para coordenação do sistema de transportes pelos transportadores independentes; respeito aos contratos e governanças das empresas e agências reguladoras – o Brasil é forte e tradicionalmente conhecido pelo respeito aos contratos, em especial no setor de infraestrutura...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Obviamente está ali também uma ampliação da concorrência, evitando os monopólios regionais, que são princípios que também estavam presentes na fala do Ministro; recomendações ao agente dominante: disponibilização de informações sobre acesso às instalações de escoamento, que, de modo geral, são as infraestruturas essenciais.

E obviamente isso significa, em última análise, também, que, ao dar essa transparência, permite com que você tenha esses movimentos dos novos ou futuros agentes para que isso, de fato, traga previsibilidade, inclusive na tomada decisão desses agentes para que possam entrar ou não.

É muito importante que, nesse processo de transição, sejam resgatados os conceitos de transparência dos contratos, o respeito à compra e venda de gás o consumidor cativo; oferta de capacidade disponível na malha de transportes de gás; e, obviamente, essa implementação do modelo de desverticalização de transporte.

Práticas sugeridas aos Estados. Então, eu comentei aqui anteriormente que há um conjunto de instrumentos, e a gente tem buscado se organizar, inclusive no tempo, com essa política, para que se busque nos Estados esse aumento de transparência nas suas metodologias; efetiva separação entre comercialização e distribuição, porque esse é um ponto que o setor elétrico já passou e, obviamente, nós tivemos resultados bem positivos e, sem dúvida nenhuma, há um aqui um espaço oportuno para que aconteça no mercado de gás.

Aquilo que eu comentei anteriormente, essa harmonização das boas práticas de regulação federal, alcançando ou penetrando um nível subnacional. Nós temos agências no Brasil inteiro. Nós estamos falando de mais de 50 agências multissetoriais que, obviamente, têm limitações do ponto de vista de recursos humanos. Mas também há aí um espaço oportuno para se melhorar contratos, para se melhorar a governança regulatória e todo um processo de tomada de decisão dessas agências.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Demais ações que essa resolução também busca endereçar. Então, nós temos aí a questão do próprio Gasbol, está em processo de chamada pública; nós temos aí uma belíssima oportunidade para, nesse caso e na partida, trazer competitividade. Esse é um gás que está chegando a um preço da ordem de US$7 a US$8 por BTU. Então, nós temos aí, nesse processo de renegociação, um remanescente de 18 milhões de metros cúbicos; com isso trazer, sim, competitividade e, obviamente, também contagiar todo o ambiente, todo o segmento de transportes.

Elaboração de subsídios para exploração e produção de gás em terra, então, buscando um pouco daquele meu comentário Inicial. E definição de um modelo de governança do programa e ações de monitoramento.

Bom, nós combinamos uma dobradinha, eu e o Ministro. Então, a palavra volta para ele nessa condução.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa., Dr. Bruno Eustáquio de Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retorno a palavra ao Ministro para as suas considerações; e, na sequência, teremos as falas, os questionamentos dos Senadores.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (Para exposição de Ministro.) – Obrigado, Presidente.

Então, apenas para finalizar, e também dentro daquilo que nós colocamos aqui na nossa introdução, nós viemos aqui em março para apresentar as ações prioritárias do Ministério de Minas e Energia, e, no caso particular do gás, nós entendemos que esse trabalho que foi realizado nesses seis meses é um marco histórico efetivamente para o setor. Na transição desse mercado, a gente procura a concorrência, para que ele possa efetivamente apresentar os resultados que até hoje não apresentou. Os Estados têm um papel primordial, tendo em vista que, pela Constituição, eles têm o monopólio da distribuição. E nós entendemos, Presidente, que o Congresso Nacional tem um papel central nesta discussão e vai ter também um papel muito importante no aperfeiçoamento do marco legal.

Uma das decisões que nós tomamos, no âmbito do Ministério e também em conversa com os outros integrantes do Conselho Nacional de Política Energética, foi que nós não apresentaríamos nenhuma proposição formal ao Congresso Nacional, e, sim, colocaríamos aquilo que nós entendemos que deva ser tema para aperfeiçoamento legislativo. Então, quanto a essas propostas, eu acho que têm que ser discutido, à luz do ordenamento jurídico atual, o regime de outorga para transporte e estocagem; acesso às infraestruturas essenciais, sejam elas escoamento, processamento e terminais de GNL – nós temos apenas três terminais de GNL no País, num país de tamanho territorial; mecanismo de dependência da atividade de transporte de gás natural, uma coisa também cuja forma, nos parece, como está hoje não está atendendo as necessidades; e os mecanismos de redução da concentração na oferta de gás natural. Então, tudo isso hoje faz parte do nosso ordenamento jurídico e nós entendemos que o Congresso Nacional, como eu disse, tem um papel central no aperfeiçoamento dessa legislação.

Então, Presidente, eu encerro aqui a nossa apresentação, nos colocando à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência cumprimenta o Sr. Ministro Bento Albuquerque pela exposição e agradece a distinção com a Comissão em trazer esse programa, fazer o lançamento, na verdade, do programa Novo Mercado de Gás, justamente na Comissão de Infraestrutura. Achei extremamente oportuno esse debate e sei que, a partir de agora, o desafio ainda é grande, que é implementar, mas a lógica do planejamento é justamente essa.

Passo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Ministro Bento Albuquerque e Bruno também, Secretário Executivo do Ministério, é importante, Ministro, trazer esse tema e mostrar o que é o Brasil, não é? Discutíamos, alguns dias atrás, lá na Argentina, hidroelétricas. Lá no meu Estado, há mais de 3 mil megawatts de energia elétrica que nós temos ainda sob o Rio Uruguai, duas barragens com a Argentina, duas barragens em Santa Catarina, obras vultosas para um Estado que é carente em energia.

Aqui é mostrada a capacidade do gás que nós temos. Nós temos biomassa. É preciso mostrar também, há lixo para ser transformado, lixo urbano – no Brasil inteiro, Senador Marcos Rogério – em energia. Ele é um problema ambiental, e podemos fazer riquezas, recursos, e ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existem as cooperativas de lixo que vão poder trabalhar, os catadores, gerando-se emprego. Aí nós temos, Senadora Kátia Abreu – que chega em boa hora –, o etanol, nós temos o biodiesel.

Este é um país fabuloso. E temos também o próprio petróleo aqui no Brasil. Portanto, quando a vê o preço americano, US$0,3...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois é!

E o Brasil com US$10,40 alguma coisa tem que ser feita. Então, esse é o potencial, esse é o desafio de V. Exa., como Ministro, e nossa, como Senadores da República, juntamente com o Congresso Nacional, para que gente possa fazer o aproveitamento racional dessas riquezas.

Quando a gente vê 9,3 mil quilômetros de gasodutos no Brasil contra 490 mil... Hoje, com o Ministro Tarcísio aqui estávamos debatendo também as ferrovias, as hidrovias, as rodovias, todas as carências que nós temos hoje. Ferrovia, Jean Paul, até que não é o caso, porque nós já tivemos ferrovias. No Rio Grande do Sul, 3 mil quilômetros construídos – isso há muitas décadas, em outros governos, e depois se abandonou esse meio de transporte. Então, há muita coisa para ser feita. Acho que esse é o nosso papel neste momento.

Portanto, nessa questão energética, aqui é o gás, e nós vamos discutir outras formas de produção de energia: eólica, solar, biomassa, hídrica. O Brasil tem esse potencial. É seu destino ser essa grande nação. Nós temos e conduzi-la, resolver os gargalos.

O chamado custo Brasil seguramente é o grande ponto que nós temos aqui, que faz com que o nosso gás seja três vezes o custo do gás norte-americano, para chegar à mesa de um consumidor cuja renda *per capita* é 500 vezes menor que a de um consumidor americano. Portanto, esse é o desafio em que nós estaremos juntos, Ministro Bento, para resolver os impasses e ir fazendo aquilo que nós precisamos fazer. Afinal, a nossa energia ainda é muito cara.

Os produtores rurais, Senador Campos, hoje reclamam do custo da irrigação, das taxas que estão pagando. Ontem era cobrado... As taxas que estão sendo cobradas no meio rural de uma maneira geral, no Rio Grande do Sul, na pequena propriedade, não é na grande propriedade, o pessoal já está... O custo da nossa energia já está muito elevado, e nós com um potencial fantástico de produção de energia, de todas as de que eu falei, citando os casos que nós temos ali.

Portanto, estamos juntos. No que depender de nós, vamos ajudá-lo também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Luis Carlos Heinze.

Na sequência, Senador Jean Paul está inscrito.

Antes, apenas quero fazer o registro das seguintes autoridades: Sra. Symone Christine de Santana Araújo, Diretora do Departamento de Gás Natural; do Sr. Márcio Félix Carvalho Bezerra, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível; e do Sr. Aldo Barroso Cores Junior, Coordenador-Geral de Processamento de Infraestrutura e Logística.

Esta Comissão agradece a presença da senhora e dos senhores.

Senador Jean Paul com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Presidente, obrigado.

Ministro, parabéns! Mais uma vez obrigado por estar aqui conosco. Bruno, obrigado também pela presença e pelas explicações.

Preciso pedir desculpas a vocês e dizer que as justificações me parecem completamente insuficientes. Eu continuo sem entender qual é esta tal política do novo gás natural. Não entendi ainda, não vi qual é a novidade disso aí. Desculpem-me a sinceridade. Acho, Ministro – já tenho dito isso publicamente e tenho de dizer na sua frente –, que o Ministério está sendo "bypassado", alguém de fora está comandando esse processo, sinceramente. Porque ou é gente que não entende de gás natural – e aqui nós temos a equipe do Ministério, que tem pessoas que entendem de gás natural – ou são pessoas que estão se fazendo de desentendidas.

Deixa eu explicar por que eu estou fazendo esse ponto aqui. Se puder até projetar, não sei se tem aí, o primeiro eslaide que ele colocou do Bruno, com a cadeia toda colocada.

Mas só, coloquialmente, dizer o seguinte: o mercado de gás natural, o gás natural em geral, indústria do gás natural, o setor, a cadeia produtiva, como queira chamar, é composta basicamente de três grandes gomos que estão ali. Os campos produtos de produção – para ser bem coloquial –, que são antecedidos, claro, da parte exploratória, do camarada que correu o risco de furar e achar ou não petróleo ou o gás, o gás pode ser associado ou não, enfim, vários detalhes aí. Mas, ao final das contas, é um campo de produção de gás, que é no mar ou na terra.

Depois você tem uma parte intermediária ali, que é de logística basicamente, que é de transporte. Nesse transporte, o gás, infelizmente, na maior parte das vezes é transportado por dutos; portanto, é um monopólio natural, não se discute se é porque quer a Petrobras ou porque quer o Governo de esquerda ou de direita. É um monopólio natural, esse é um conceito econômico altamente regulado em todo o mundo. Na Austrália, nos Estados Unidos, na China, na Coreia do Norte, em qualquer lugar, dos diapasões políticos mais variados, monopólio natural é regulado pelo Estado. Por quê? Porque monopólio natural é aquela atividade que é mais eficientemente desenvolvida por apenas um agente e não por mais de um.

O exemplo que eu dou sempre, bem mais claro, do metrô: é furar uma cidade inteira para ter três metrôs para o camarada ter o direito de escolher que metrô vai pegar de um ponto "a" para um ponto "b", sendo esses os mesmos pontos. Não faz o menor sentido para a sociedade, esburacar a cidade toda e fazer de "a" para "b" três ligações em vez de uma – não faz sentido. Então, monopólio natural é normalmente essa atividade econômica que é mais eficientemente exercida por um agente apenas do que por vários. E, obviamente, isso obriga a regulação forte, Senadores, porque, obviamente, se o camarada tem essa posição privilegiada de ser o único, por natureza, ele vai se aproveitar daquilo. O ser humano é assim. Naturalmente, vai botar um preço mais alto, etc. Por isso, esse tipo de atividade é altamente regulada.

Então, esse miolo ali – fora o GNL, o qual é uma coisa a parte aí, que transforma o gás numa *commodity* mundial hoje em direção, isso é uma tecnologia mais recente – faz com que o gás tenha mercados regionais, onde você não chega com o GNL, e mercados parcialmente globalizados, mas não totalmente, porque a maior parte do volume de gás do Brasil, de gás nacional ou de gás importado, por exemplo, é consumida por terra, via monopólios naturais de gasodutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há tem uma terceira parte, que é onde ela chega ao consumidor. É a distribuição de gás canalizado. Se for outro tipo de gás é outro tratamento, mas a distribuição de gás canalizado também é uma mistura entre monopólio natural e monopólio de escala, que é o seguinte... O Brasil decidiu isso, isso está numa emenda constitucional. O meu ponto é provar, ao final, aqui é que todo esse arcabouço já existe, basta exercê-lo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E já foi exercido e continua sendo exercido. Não sei qual é a novidade desse processo. Mas vou chegar lá.

Na distribuição de gás canalizado, o Brasil optou, lá numa emenda constitucional – se não me engano em 1995, Governo Itamar, Ministro Alexis Stepanenko, eu participei de audiências públicas nessa época sobre isso –, por um modelo em que cada Estado teria a concessão, cada Estado regula o seu monopólio local de distribuição de gás canalizado, de forma que normalmente ele dá isso a uma empresa apenas, porque ela vai fazer um investimento. E ela vai ganhar como?

O mercado final tem três segmentos grandes: o residencial comercial, o industrial e a geração de energia, que é o que você chamou ali de gás não térmico e gás de usinas térmicas. Na verdade, esse não térmico pode ir para residências e comércios de pequena escala, pequenininho... Então, são só aquelas malhas fininhas que vão chegando, como o cabo de luz que chega na nossa casa, que tem um investimento altíssimo e um retorno pequeno. Cada casa daquela paga, claro, que às vezes é uma tarifa social, às vezes têm incentivos... Então, esse negócio do mercado residencial e comercial, principalmente a infraestrutura de instalação, que esburaca a cidade, entra pelas ruas adentro, condomínios, etc., custa muito mais caro do que o retorno inicial que isso dá. Esse negócio de mercado residencial e comercial, e até os setores sociais, é subsidiado, na verdade, compensado com subsídio cruzado, com a margem que a distribuidora... A mesma distribuidora, por isso que é importante que seja a mesma. Ela ganha alto em uma térmica, por exemplo, ou em um cliente industrial, onde há uma margem maior e um volume do gás maior para vender.

Nas térmicas, houve até dúvidas. A própria Petrobras colocou nos Governos passados dúvidas sobre se ela deveria se submeter ao monopólio local ou não ao vender diretamente para uma térmica dela mesma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Há ações jurídicas, inclusive, em relação a isso.

A tese é que tem que passar pela distribuidora de gás, porque é com essa pequena margem, mesmo que o duto seja deste tamaninho, de um palmo de duto e um relógio, daquele produto que é muito gás para uma térmica com uma margenzinha qualquer, um centavo de dólar ali, aquele dinheirinho que ele ganha ali é que vai ajudar a pagar a linha residencial e a linha comercial numa cidade mais longínqua ou até o abastecimento de gás canalizado a uma cidade do interior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lógica do monopólio local da distribuição é esta: subsídios cruzados, compensações cruzadas, ganhando num segmento e investindo no outro, e, ao mesmo tempo, obtendo lucros. Tanto é assim, nós não estamos rescrevendo a história aqui, que empresas, como uma japonesa Mitsui, participam desse mercado, junto com a Petrobras, como sócia em algumas distribuidoras e em algumas sem ela. Então, esse mercado já existe. "Ah, mas é um monopólio, tem que quebrar." Não é assim exatamente, nem todo monopólio é um monopólio maligno. Monopólio maligno é aquele que é conquistado.

Aliás, é um dos grandes paradigmas ou paradoxos, na verdade, do capitalismo. É aquele em que o cara busca, busca, busca ganhar de todo mundo. "Ah, eu sou o único que vende computador, porque fui o mais competente." Aí o órgão antitruste tem que vir quebrar o meu monopólio porque eu fui competente. Quer dizer, é um paradoxo, mas é do exercício empresarial e da regulação empresarial mundial, desde o truste da Standard Oil que é assim. Ele foi muito bem-sucedido, genial, acumulou todas as operações de petróleo dos Estados Unidos na época, antes de o automóvel existir, sob a égide de uma empresa só, e o Governo foi lá e quebrou aquele monopólio. Esse era um monopólio maligno, porque ele dominava um mercado que era tendenciosamente livre.

Agora, quando o Ministro Paulo Guedes diz: "Eu estou em guerra contra os monopólios", e aponta para um monopólio natural de transporte de gás, eu só posso ver Dom Quixote ali lutando contra moinhos que, simplesmente, não são ofensivos a ele. Quando eu vejo que ele ataca monopólios locais de distribuição, eu fico preocupado com quem investiu e comprou aquelas concessões – japoneses, franceses, espanhóis, no Rio de Janeiro, gás natural, e outros que tem aí, em São Paulo, não me lembro agora de todos –, participantes do mercado de gás natural nas cidades, nos Estados, que compraram uma concessão que tem que ser exclusiva, porque ela é compensatória intercruzada. Então, eu fico me perguntando: que modelo é esse e aonde se quer chegar com isso? Porque, na verdade, todo o arcabouço legal – e eu vou mostrar isso aqui – para se desenvolver o mercado de gás está aí.

E aí eu quero apontar inclusive incompetências até das nossas gestões, e quando eu digo "nossas" é do Partido dos Trabalhadores nos Governos Lula e Dilma. Eu não tenho nenhum problema de assumir erros, não. Houve erro? Houve. Quer ver um erro? Os nossos Governos, tanto o de Fernando Henrique, final da Lei do Petróleo de 1997, e todos, de Lula e Dilma, nunca conseguiram fazer resolver a questão da capacidade cheia dos dutos da Petrobras. Se estava cheia, ou a ANP tinha poder para dizer: "Vá lá e faça um concurso aberto"... Isso tudo está em lei, está em portaria, já existe, está escrito lá. Eu menciono aqui: a Lei do Petróleo, art. 56, art. 65 – não vou ler para não os cansar, mas é só procurar –; Portaria 115, que eu mencionei outro dia e li aqui, de 2000, que prevê que ANP pode inclusive arbitrar tarifas para entrar no gasoduto do outro.

Então, havia o seguinte impasse – para ser bem coloquial –: alguém ia lá e dizia assim: "Petrobras, quero entrar no seu duto, você é dona desse duto" – por exemplo, os que foram vendidos agora malogradamente, em relação à TAG. Ela pedia aquele acesso. A Petrobras dizia: "Está cheio o meu duto". Então, ela tinha duas opções regulatórias: ou mandar fazer um concurso aberto para chamar para nova capacidade de investimento, ou dizer assim: "Você está mentindo, eu vou mandar uma delegação aí e vou provar que você está mentindo, que você não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

usando o duto todo e você tem que deixar o fulano de tal que está produzindo gás entrar". Não havia problema nenhum, isso está tudo posto, essas leis existem.

O que eu estou espantado é como é que alguém chegou agora, ontem, pegou o bonde andando literalmente – já que eu estou relatando coisa de ferrovia, para pegar um exemplo do meu dia a dia ultimamente – e entrou no trem andando e disse: "Não, vamos mudar tudo; agora vamos botar para quebrar; o gás não se desenvolveu".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Realmente não se desenvolveu, talvez por erros nossos também, mas erros que são corrigíveis com o que já está posto. Para que vender a malha de duto da Petrobras no Nordeste inteira? Não tenho nada contra a empresa que comprou, a Engie. Todos participaram no processo, estava tudo lá aparentemente legítimo, com várias contestações. Vai haver judicialização, vai haver um monte de problema porque foi errado esse processo.

Por que a Petrobras tinha que fazer isso? "Ah, porque a Petrobras é dominante." E se fosse a da Shell, você ia fazer isso? Se as redes NTS e a TAG fossem da Shell por alguma razão histórica... É da Petrobras porque a Petrobras foi monopolista durante não sei quantas décadas, porque foi construída pelo Estado brasileiro, mas se fosse da Shell, a gente ia lá pegar e dizer: "Não, vai vender isso aí para alguém outro"?. Não. Ia obrigar a entrar no acesso, e a Shell iria continuar operando seus dutos lá no Nordeste.

Vendeu para o monopólio privado: quem garante que, se você não teve competência, Estado brasileiro, para regular o livre acesso ao duto quando você tinha duas instâncias – como acionista da Petrobras e como agência reguladora –, agora sem ser acionista majoritário da empresa que opera, quem garante que você, só com o poder regulatório, que nunca foi exercido, vai fazer isso?

Outra coisa, Lei do Gás. Eu falei várias vezes aqui: era completamente desnecessária; para mim foi um atestado de incompetência da ANP. E isso aqui é outro atestado de incompetência da ANP, não é? Infelizmente tenho que falar isso. Claro que todos os funcionários, todos os reguladores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... as pessoas que fazem parte da ANP vão entender que eu estou me referindo à incompetência nesse aspecto. A ANP é uma das agências inclusive que eu defendo e reputo como uma das mais competentes do sistema de agências que nós ajudamos a criar em 1997, em 1998. Agora, nesse aspecto aqui, ela foi completamente inepta. E graças à inépcia, nós estamos agora discutindo a reinvenção da roda: tudo que vocês estão propondo já está posto, é só colocar para funcionar. Eu não vi qual é a novidade regulatória que vai ser apresentada, a não ser essa questão de quebrar efusivamente os monopólios locais e o monopólio do transporte, que é inquebrável – é inquebrável! Como é que se quebra o monopólio do transporte? O monopólio de transporte é monopólio natural, não vai quebrar, vai só passar de mão. "Ah, não gosto da Petrobras, vai ser da Engie; ah, não gosto mais da Engie, agora vai ser da Shell." Isso não resolve o problema. O que resolve o problema é regulá-lo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... é forçá-lo a dar passagem para os outros operadores, quem quer que seja: o importador de gás ou o produtor local ali de gás. Isso funciona dessa forma.

Então, eu queria entender isso. Qual é realmente a novidade? – para gente poder até ter o embate, pois não consigo nem criticar porque eu não vi qual é a novidade.

E outra coisa: dizer que essa – e aí é mais para quem está nos assistindo – profecia de dizer que vai abaixar o gás, e o Ministro... Desculpe-me, Ministro Bento, mas o Ministro coirmão lá está fazendo uma presepada, uma profecia "autocumprível". Eu ia até colocar ali na projeção, mas aí me chamaram... Basta mostrar o gráfico de entrada do gás natural do pré-sal, em que estão expostos desde 2012 os planos de produção da Petrobras, que dá para perceber que, a partir de 2020/2021, triplica a quantidade de gás do pré-sal que entra no mercado. Ora, se isso por si só não fizer o preço de gás baixar, eu não sei mais o que vai fazer.

Então, essa balela de dizer que está quebrando o monopólio das distribuidoras de gás no Estado, obrigando os Governadores a pensarem no impensável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma coisa completamente impensável chegar para empresas privadas e dizer: "Olha, agora eu preciso quebrar o monopólio de vocês; como é que a gente vai fazer?". Isso é uma coisa desconfortável, completamente fora de propósito.

Fazer tudo isso e dizer que vai baixar o preço do gás, eu digo também, faço essa profecia. Se a gente amanhã almoçar juntos, eu e o Presidente Marcos Rogério, o preço do gás vai baixar em 2021. Vai abaixar não é por causa do nosso almoço: é por causa de que vai triplicar a produção de gás do pré-sal que vai entrar no mercado. Oferta maior, preço mais baixo – acabou, não precisa nada disso aí.

Isso aí precisa é de um bom piloto – e o Ministro Bento Albuquerque é um bom piloto; a EPE, o Bruno, o Márcio que está ali são bons pilotos. Não precisa afetar isso tudo. Isso aí é presepada! – desculpem a palavra, mas isso é presepada, isso é para inglês ver. Não existe isso. Não vai entrar ninguém: vai deixar de entrar e nem vai entrar ninguém novo no mercado por conta disso.

Agora, as consequências nesse caso, especificamente da TAG e de outros, são meramente de venda de ativos. Aí as consequências vão para os gestores da Petrobras, que deveriam se defender, por exemplo, no Cade, na forçação de barra para vender refinaria. E, nesse caso da TAG, aí a responsabilidade é dele, pois se vai na pessoa física – e avisando bem: diretor de Petrobras e conselho de administração que estão vendendo ativos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... sem necessidade, para agradar Governo e para agradar um Cade com um relatório que não terminou, serão responsáveis, na pessoa física, pelas gestões e pelas decisões que tomarem. Então, vamos lá com cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, muito obrigado. Desculpe essa veemência, mas realmente eu queria entender mais e talvez estimulá-lo a desenvolver melhor esse modelo, e queria me colocar à disposição para ajudá-los. Eu acho que tem saída isso aqui, mas não precisa fazer essa micagem toda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece V. Exa., Senador Jean Paul, que é um estudioso do assunto, conhece a matéria e, portanto, fala com bastante segurança e propriedade acerca do assunto.

O Senador Jean Paul – vou usar um termo aqui que não é demérito –, embora seja do PT e naturalmente pudesse ter um papel de maior beligerância dentro da linha de oposição, que é natural dentro das democracias, faz um trabalho aqui que acrescenta muito ao debate técnico da Comissão, ajuda muito na construção de soluções importantes para o País. Faço esse registro publicamente porque conheço o trabalho de V. Exa. e sou testemunha desse empenho, não só nessa matéria como é no caso da relatoria do marco legal do nosso setor de ferrovias, as nossas ferrovias. Tenho sido testemunha do esforço de V. Exa. no sentido de contribuir com o País.

Senadores, a Senadora Kátia Abreu está inscrita. O Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O meu é rapidinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Kátia, V. Exa. por permuta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos.

Senador Jean Paul, o almoço, se baixar o preço do gás, nós marcamos para amanhã, tá? (*Risos.*)

Senador Jayme Campos, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério; Ministro Bento Albuquerque; Bruno; demais membros do Ministério das Minas e Energia aqui presentes; Sras. e Srs. Senadores; serei rápido.

Depois do Jean Paul, que deu uma verdadeira aula, com um pleno conhecimento de causa... Não é, Ministro? Em que pese ser PT, não tem a cara de PT, só a barba, mas o resto não tem nada de PT. (*Risos.*)

Ele é um PT *light*, "lightíssimo". É um prazer conviver com ele e tomar verdadeiras aulas aqui. Ele é Relator de uma matéria muito importante, o marco legal, o Projeto 261, que, com certeza, vai melhorar, sobremaneira, a questão da logística em nosso Brasil.

Sr. Ministro, Bruno, eu estava lendo hoje alguns *sites* que diziam que o gás vai baixar nesses próximos dias em 40%. Fiquei muito feliz. Isso está em vários *sites* de jornais e me fez lembrar aqui o saudoso parente Embaixador Roberto Campos, depois Senador Roberto Campos. Certa feita, eu era Prefeito de Várzea Grande e ele era Senador da República. Ele foi eleito em 1982, tomou posse em 1983; e o Júlio Campos, meu irmão, Governador, também tomou posse em 1983; eu fui eleito Prefeito naquela oportunidade.

Eu vim a Brasília depois de um tempo e estava aí o Plano Cruzado, que congelou, todo mundo sabe, os produtos, tudo neste País. Eu visitava um gabinete aqui em Brasília. E lá eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntei: "Senador Roberto Campos, como o senhor está vendo o Plano Cruzado, que congelou, melhorou as coisas, e o povo está naquele entusiasmo?". Os senhores lembram muito bem. Ele me disse uma frase que me chamou muito a atenção. E eu vou chegar ao ponto que eu queria chegar. Ele me disse: "Olha, se fosse tão fácil acabar com a inflação, que era de 60%, 50% ao mês, os militares que estavam antes, que tinham toda possibilidade, inclusive tinham metralhadora" – naquela época, acho que era mosquetão, era o FAL – "com FAL, com tanque de guerra, já tinham acabado com a inflação". Era muito mais fácil, você tinha tudo na mão, tinha as Forças Armadas, metralhadora, tanque de guerra, e não acabou com a inflação. "O senhor aguarda o resultado lá na frente, que alguém vai pagar essa conta, que vai ser muito cara". De fato, ocorreu depois, quando acabou o Plano Cruzado, que algumas instituições financeiras brasileiras quase quebraram, arrebentou o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. O próprio BNH foi para o pau naquela época, o senhor lembra muito bem, que era o Banco Nacional de Habitação, e foi exterminado.

O que eu indago? Já comentaram, e V. Exa. vem trazer aqui, Ministro, o planejamento em relação à atuação do seu ministério, sobretudo nessa área do gás. Eu quero saber, de fato e de direito, se vai abaixar o gás, se não vai abaixar o gás. O gás do Brasil é um dos mais caros do Planeta. Aqui em Brasília mesmo, um bujão de gás de 20 litros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não, eu estou falando de um bujão de gás, mas, por conseguinte, vai atuar na cadeia toda. Muito caro também é o petróleo; é da cadeia.

Dito isso, eu quero saber, de fato, se vai haver essa possibilidade, se vai ou não vai acontecer. É a velha história também... Estou com quase 70 anos de idade, fui Governador, duas vezes Senador, três vezes Prefeito, também lá atrás, mas não é de hoje, é de 20, 30 anos, que um dia o Brasil ia ser autossuficiente em petróleo, que ia abaixar e até hoje não baixaram nada. O diesel e a gasolina sempre subiram. Disseram que, com a nova política energética do Brasil, o etanol ia baixar. Agora está o novo modelo, que é a questão do milho que está sendo esmagado, produzindo etanol de milho, o DDG, para fazer confinamento, fazer ração, etc. Então, a gente fica naquela expectativa.

Os senhores que atuam na área... E a sociedade muitas vezes cobra... Há uma esperança, é aquela velha história: a esperança é a última que morre. Sempre sonhando que um dia nós teremos um petróleo mais barato, pelo menos com condições de nós trabalharmos mais facilmente em relação à produção no Brasil, sobretudo para quem trabalha no campo. O cidadão poderia trafegar com seu automóvel, se possível, de segunda a segunda. Hoje uma grande parcela usa o carro só no fim de semana. São os domingueiros, só tiram o carro no sábado à tarde da garagem, porque não têm condições de pagar esse petróleo, a gasolina, o etanol muito caro.

Indago: existe essa possibilidade de fato? Que nós precisamos, com certeza, melhorar o ambiente aqui do Brasil, precisamos. Particularmente em Mato Grosso, nós temos uma usina que V. Exa. conhece. Tivemos já no ministério com o nosso Secretário lá em relação àquela termelétrica lá para usar, o que seria, com certeza, uma redenção muito grande para nós em relação ao custo da produção. Em Mato Grosso, hoje, lamentavelmente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... quase 80% a 85% da nossa produção saem *in natura,* porque nós não temos condições de competitividade pelo fato de que... Além do mais, essa questão de logística e a questão de energia, muito cara... Caríssima é a energia no Mato Grosso. Com o gás, vamos facilitar, sobremaneira, atendendo o nosso distrito industrial da capital, que está parado. Está possivelmente numa negociação com a Bolívia a possibilidade. Entretanto, havia um problema lá atrás que aconteceu com a JBS, que é detentora daquela termelétrica lá, e a Petrobras tem uma restrição da renovação de fornecimento.

Mas, de forma clara aqui, há perspectiva? Quanto tempo vai demorar para, de fato, nós termos o gás num preço melhor para atender às nossas demandas, sobretudo o gás de cozinha? Este é que é o mais importante. Aqui em Brasília, sabe quanto custa? Se não me falha a memória, é de R$90 a R$100.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Hoje a menina me pediu lá no apartamento. Eu tenho uma senhora que mora comigo: "Senador, me arrume R$100 para comprar...". Eu falei: "Que gás caro, Divina! É muito caro, segura nosso gás aqui. Não estamos aguentando nem pagar o gás aqui com o salário de Senador. É muito caro".

Eu pergunto: tem chance ou não tem? Eu espero certamente... Como bem disse o Jean Paul, esse negócio de renovar a concessão tem os parâmetros legais aqui, tudo legal, o marco legal já de 1997, 1998, Governo FHC e assim por diante, é preciso colocar em prática.

Há uma expectativa enorme, gigantesca. Hoje o Ministro da Infraestrutura esteve conosco na CI, que é o nosso querido amigo Tarcísio. Foi bacana a explanação dele. É estrada, é ferrovia para cá, é porto, não sei o que mais. Mas, na prática, precisa acontecer. Eu conversava com o Senador Wellington Fagundes quando eu saí daqui, Presidente Marcos, e ele falou: "Mas, Senador, é muito bonito, mas essa conversa já tem seis meses". Há seis meses que o Governo Bolsonaro já está aí, dia 30 de junho, e nada, de fato, concreto está acontecendo, nada real. Nós precisamos, de fato, acontecer, realizar.

Nós melhoramos, com certeza, Ministro, o ambiente do Brasil. Aqui é muito difícil, e o Governo tem esse papel preponderante de criarmos, com certeza, bons momentos, seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... público, seja privado, para que o Brasil volte à sua retomada de crescimento econômico, gerando mais emprego e mais renda para o povo brasileiro.

Essa é minha observação, sobretudo a questão da indagação em relação ao gás, se vai de fato baixar, e em relação também à nossa termelétrica do Mato Grosso; quero ver quando que... Ele está fazendo um adendo aqui que vai almoçar porque vai baixar o gás lá. Nós vamos aguardar.

Vamos ver se o almoço sai rápido, viu, Jean Paul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a V. Exa. e parabenizo. Sei da sua competência, sobretudo do seu compromisso com a nossa Nação, com o nosso Brasil.

A todos, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, por suas colocações.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, se me permite, só um complemento à colocação do Senador Jayme.

Esse período, Senador Jayme, em que a gente desfrutou da autossuficiência já ocorreu, nós já tivemos esse período – foi muito breve. E, de fato, nós do Governo do PT na época cometemos um erro de esticá-lo demais. Vou lhe explicar o que aconteceu.

Desde 2006, nós somos autossuficientes em petróleo; conquistamos, portanto, isso que perseguimos por cinco décadas correndo atrás. Nossos avós já diziam: "Olha, um dia o Brasil vai ser autossuficiente em petróleo e vai se desconectar um pouco da oscilação estrondosa dos preços internacionais". Não dá para se desconectar completamente senão a gente vira a Venezuela. Não é o caso, não é o que se preconiza, mas dá para segurar em patamares. Por exemplo: aconteceu um furacão não sei onde, não temos nada com isso; vamos segurar o nosso preço, que o exportador do agro vai continuar com o mesmo preço de frete durante aqueles cinco dias em que dá aquele pico de preço de petróleo internacional. Nós já podemos fazer isso hoje. E aí começamos a fazer isso com aquela política de reajuste em patamares.

Só que ocorreu o infortúnio de, por ser ano eleitoral, a gente esticar, o Governo decidiu esticar: "Não; mais pouquinho, aguenta aí, tal", e começaram aquelas críticas – a Petrobras estava perdendo porque estava esticando muito, o preço estava abaixo.

Este modelo, para mim, continua sendo o ideal, desde que sendo colocando transparência, com períodos bem definidos para diesel, para gasolina, etc., com os parâmetros da equação dados de antemão para que qualquer um possa calcular o frete que vai ser aplicado no seu produto dali a seis meses, dali a três meses, dali a dois dias. Então, isso continua sendo, para mim, o modelo ideal, porque isso é um exercício da nossa autossuficiência a favor do nosso produtor industrial, do nosso produtor agro, entendeu? Porque aí nós não estamos conectados diretamente *on-line* com as oscilações internacionais; pode dar um pipoco lá de uma guerra, algum...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... tipo de idiossincrasia qualquer no mercado, pipoca o preço, cinco dias a gente segura o nosso precinho, e vai chegar ao mercado chinês, ao mercado japonês com competitividade, porque o Japão é um país que, este sim, tem que estar totalmente sujeito à oscilação internacional – este, sim. Agora, nós transformarmos, como o Governo Temer fez, num Japão energético, ter o nosso preço de combustível e de petróleo oscilando *on-line,* em tempo real, com o mercado internacional é uma estultice do ponto de....

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... vista de quem conquistou autossuficiência em petróleo. Todos os países que conquistaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autossuficiência em petróleo desfrutaram disso. E aí só para mostrar o resultado: nós tivemos os períodos – claro que coincidiu com o ciclo das *commodities* lá fora – em 2008 e 2010, que foi o auge disso aí; nossos setores produtivos bombando, exportando como nunca, produzindo para nós mesmos aqui industrialmente também, baseados em fretes previsíveis, usando a autossuficiência em petróleo a nosso favor.

Então, nós já vivemos isso. Botamos a perder parcialmente. A política entrou em cima e destruiu o processo todo, e agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... tenta se colocar um castelo de cartas, que, a meu ver, não faz o menor sentido num país com a realidade que a gente tem hoje.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Senadora Kátia Abreu, V. Exa. tem a palavra.

Na sequência, Senador Vanderlan Cardoso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Ministro Almirante Bento Albuquerque... Eu não sei qual é mais importante: se é almirante ou ministro. Acho que são os dois, não é? Almirante, ministro...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – Almirante eu sempre serei.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Almirante... É, eu também acho, prefiro.

Almirante Ministro, eu sinceramente não sou especialista na área e, na verdade, eu vim aqui com a expectativa de uma apresentação sua sobre a política de gás e de refino, que são duas coisas que estão na pauta e que são muito interessantes, e eu gostaria muito de ouvi-lo.

Eu soube que a apresentação foi rápida e que não aprofundou – talvez o senhor quisesse dar oportunidade aos Senadores –, mas eu vim tomar aula mesmo, sinceramente. Então, eu gostaria de conhecer esse programa de gás, quais as vantagens e não vantagens. Porque, assim, em princípio, somando um e um, dois, a gente vê que todo mundo refina mais do que produz, e nós estamos o contrário. Então, se a gente vender as nossas refinarias, no caso de combustível, nós vamos vender as mesmas e continuaremos com o mesmo tanto ou não seria melhor abrir, mas que novas refinarias de petróleo viessem para o Brasil, ou aquelas duas que não estão conclusas pudessem ser vendidas, porque aí a gente teria um aumento real? Então, a minha dúvida é: vender as nossas que já estão produzindo, e nisso haverá uma obrigatoriedade de aumento de ampliação, e em quanto tempo destas empresas que serão outorgadas ou que serão vendidas para elas, as nossas refinarias... Eu queria entender um pouco melhor, tanto a política de gás quanto a política do refino de petróleo, em que também nós somos importadores. E o nosso combustível, a nossa matriz é muito cara: gás, petróleo, diesel, gasolina – tudo caríssimo. E isso faz com que o País cresça menos, que haja um custo Brasil potencializado.

Então, de verdade, eu queria assistir à sua apresentação.

Depois, talvez, eu tenha algumas dúvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não apresentou. Apresentou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Já apresentou?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Foram duas horas e meia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi? Ai, que pena! Mas me disseram que foi tão rápido. Ah, não...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – Mas não vão faltar oportunidades.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, eu vou deixar só esse questionamento do refino e vou ouvir a resposta que o senhor vai dar aos colegas; quem sabe assim eu aprenda um pouco.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas, normalmente, nos membros das Forças Armadas eu tenho muita confiança, desde criança, e acho que não têm a tendência de entregar o País; sempre ao contrário, sempre prezaram pela soberania, pelo patrimônio nosso. A não ser que talvez o senhor esteja fazendo contrariado, porque foi uma ordem maior para que isso fosse privatizado. Também gostaria de saber sua opinião: é o seu desejo, como Almirante, como membro das Forças Armadas, o senhor acha que a gente deve vender e privatizar o refino? O senhor acha que não há risco? Não estamos comprometendo as futuras gerações? Então, para mim é importante a sua opinião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quero só fazer um adendo para a Senadora Kátia. Como sempre, ela é uma campeã, a nossa *pop star* aqui. Bela pergunta: resumiu – só pelo final seu aí eu acho que está de bom tamanho a sua participação nesta audiência pública. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senadora Kátia Abreu. E informo à Comissão que todo o acervo apresentado pelo Ministro, pelo Secretário Executivo ficará à disposição da Comissão e das Sras. e Srs. Senadores, tanto da CI quanto das demais Comissões também.

Com a palavra o Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério; Sr. Ministro Bento Albuquerque; Bruno Eustáquio; Sras. Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes; meus cumprimentos.

Eu tive o prazer de estar com o senhor junto com a bancada goiana para, pelo menos, tentar resolver a questão de uma empresa que foi privatizada no Estado de Goiás, que é a Enel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma empresa que comprou a Celg e faz essa distribuição de energia e é considerada, Ministro, como a gente conversou lá, a pior empresa de distribuição de energia do País.

Eu ouvi atentamente aqui a fala da Senadora, atentamente, com relação às privatizações. Sou favorável às privatizações e concessões, talvez não no modelo como foi feito no passado nem no modelo que foi feito com a privatização da nossa Celg.

O senhor, prontamente, tomou uma atitude, o que nos surpreendeu muito, a mim e à bancada. No outro dia o senhor já tinha a resposta e ligou para cada um dos que compõem a nossa bancada, dos Deputados e Senadores, para dar a informação, e chamou o Presidente da Enel, e ali foi feito um plano de ação apresentado a nós.

Eu ouvi aqui também do Senador Jayme com relação ao gás, e isso vale também para os combustíveis. Se a discussão não passar, Sr. Ministro – e falávamos sobre isso lá naquele dia –, por um acordo feito com os Estados, Senador Jayme, Senadora Kátia, Senador Jean Paul, com a redução dos impostos estaduais, talvez a discussão do gás... Pode ser que o Governo dê o gás. "Aqui não se vai pagar nada". Mas, nos Estados, com a alta carga tributária que vem em cima de gás, de energia, dos combustíveis, o preço ainda vai ficar muito alto.

Então, essa discussão – primeira pergunta – está sendo feita com os Estados? Porque, se ela não for feita com os Estados, nós podemos produzir aí cinco ou dez vezes mais do combustível que a gente consome no País. Hoje, nós somos autossuficientes, como o próprio Senador falou aqui. Somos mesmo. Nós temos essa bênção. Mas temos o petróleo mais caro do mundo devido aos altos impostos do nosso País.

Discutimos, também, naquele momento, a questão da energia – e isso foi motivo de audiência pública na CCT –, as fontes de energia que nós temos no nosso País. E falamos sobre as PCHs, termossolar, eólica, uma série de fontes que há. No nosso País, as PCHs, principalmente – a Senadora Kátia participou –, nós temos um potencial de geração de energia com as PCHs, que vêm para resolver um problema ambiental, já que são pequenas represas, e grande parte dessa água vai para o subsolo. Elas geram, se forem liberadas as licenças ambientais, só das que já estão mapeadas nos Estados, Senador Jayme... E seu Estado é campeão disso, nós sabemos o potencial que houve lá e os investimentos e a liberação das licenças...

Outra pergunta, Ministro: está sendo feito um trabalho com os Governos dos Estados, principalmente com os Estados que têm esse potencial de PCHs, para que seja feita a liberação urgente dessas PCHs, assim como de outras, como termossolares e tudo o mais, para que nós possamos, além de ter energia, gerar emprego e renda neste País? Só no meu Estado de Goiás, se liberassem as que já estão mapeadas, prontas, com pedido de licença, nós vamos gerar 45 mil postos de trabalho e vamos ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... cerca de 2,6 mil megawatts de energia. Então, isso está sendo feito para se ter essa agilidade.

No mais, quero parabenizar a Comissão de Infraestrutura por um debate tão rico como este. Quero parabenizar o senhor, que é um homem de resultados, e pude provar isso no dia em que nós estivemos lá com o senhor e a sua equipe. E eu tenho certeza de que, destravando isso aí, tendo a anuência dos governadores, que estão todos com dificuldades, mas também estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a garganta muito grande para arrecadar, a gente vai resolver esse problema, não só do gás, mas dos combustíveis, da energia e assim por diante.

Essa é a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço, Senador Vanderlan.

Só fazendo um adendo à sua fala, quero ressaltar que, de fato, os Estados estão com uma goela muito grande, na medida em que 80% da receita dos Estados de ICMS está calcada em cima de energia, telefonia, cigarros, bebidas e remédios. Quando você forma a cadeia verde e amarela, vê que praticamente só em seis atividades produtivas incide o ICMS.

Em Mato Grosso, lamentavelmente, nós tínhamos o problema do agronegócio, com isenção do ICMS, tendo em vista que há a Lei Kandir – e, inclusive, nós temos que rever, até pelo fato de que os Estados não estão suportando mais. E aquela compensação que, no passado, tinha que ser feita aos Estados, hoje, o Governo Federal – a Senadora Kátia conhece bem, como todos aqui conhecem – não está repassando aos Estados.

Então, a maioria, como o seu Estado de Goiás, o Mato Grosso, e os demais Estados aqui estão em dificuldades pela falta da compensação da Lei Kandir, o FEX, que agora é a nova modalidade. A Mato Grosso, por exemplo, há dois anos não se repassa dinheiro. Por isso, cresce a goela do Estado, a cada dia que passa, aumentando a questão dos impostos, que pesam, sobremaneira, infelizmente, para o setor produtivo.

Pela ordem de inscrição, Senadora Zenaide, por favor, com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, só pela ordem rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer um contraponto a vocês.

Eu não vejo muita opção. De fato, a gente está niilisticamente tentando discutir uma coisa que não tem solução. O que os Estados teriam a fazer? Qual a opção que eles têm?

Em todo o mundo, energia, gás e petróleo são altamente tributados e, por motivos diferentes, tanto quanto cigarros e outras coisas, que são bens de consumo menos dispensáveis, embora às vezes até deletérios à saúde, etc. Por essa razão, desestimula-se esse consumo. De outra parte, quando você abaixa demais o imposto sobre combustível, principalmente o fóssil, você estimula o desperdício, você tem uma série de outras consequências.

Na Europa, por exemplo, 70% do preço que se paga na bomba de gasolina é imposto. E, quando o preço sobre, se o árabe ganha US$1,00, o europeu, o alemão ganha US$2,00, para fazer escolas, para fazer... Aí, quando a gente vai à Alemanha, acha tudo bonito. De onde vocês acham que vem esse dinheiro? Do Estado alemão. O Estado francês tributa pesadamente também.

Então, vamos repensar, vamos tirar da caixa esses mantras que nós estamos usando, porque eles também, para o mundo empresarial, podem ser extremamente prejudiciais. Toda a vida a gente defende mercado livre para tudo – vejam o exemplo –, e, agora, estão aí o agro e o setor industrial prejudicados por um discurso exacerbado sobre mercado no segmento de combustíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos exercendo a nossa vantagem de sermos autossuficientes e estamos prejudicando a competitividade dos nossos setores exportadores. Só não vê quem não quer!

Então, a gente tem que ter cuidado ao repetir esses mantras. Estados não tributam vorazmente gasolina, diesel, etc. Isso é uma consequência da nossa política tributária errada? Então, vamos fazer a reforma tributária. Agora, que opção tem um Estado como o Rio Grande do Norte ou um Estado como o próprio Rio de Janeiro, que são produtores de petróleo, etc., que têm *royalties*, que têm tudo isso? Mas, se eles não tivessem essa receita, o que fariam? O que é que os Estados fariam? Em que eles tributariam?

Então, temos que pensar nisso também antes de a gente sair repetindo, às vezes, uma coisa ou outra, porque acaba sendo um tiro no pé.

Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vou só fazer um questionamento a V. Exa., permite-me?

O senhor falou da Europa. Muito bem. Lá pagam-se muitos impostos, todavia há serviços públicos de boa qualidade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade – é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vamos fazer, vamos dar uma separada no joio do trigo aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, aí, é exatamente, é como exercer essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não é isso? E boa educação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas a tese é boa. Veja, a tese é boa. A prática é que é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... boa saúde, bom transporte. Só isso aí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A prática é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Antes da Senadora Zenaide, por favor, Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só fazendo uma observação, Senador Jayme, eu tenho acompanhado muito esse crescimento dos impostos no Brasil. Não é só o dos Estados, há o da União, há a Cide, há uma série de impostos, mas é só nós pegarmos aí por base, Senador, há um ano e pouco, um litro de combustível, de gasolina, saía da refinaria por R$1,49, certo? E ele chegou, naquela questão da Petrobras, com tanto prejuízo que a Petrobras tinha, veio a Lava Jato e tudo o mais... Para dar satisfação aos acionistas e colocar dinheiro no bolso dos acionistas, a Petrobras pegou a gasolina e elevou para R$2,11. Ela bateu mais de R$5. Quando bateu R$5, a população, que está desempregada e não tem recurso...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – ... deixou de consumir. Deixou de consumir, houve uma queda de quase 20% na gasolina. Aí, não havia mais onde pôr a gasolina. A Petrobras começou a abaixar o preço. Baixou o preço, voltou o consumo, porque a gasolina abaixou.

Então, não é... O Governador de São Paulo, o Doria, abaixou o querosene de aviação de 25% para 12%, conseguiu mais de 600 novos voos, a arrecadação dele de imposto do querosene de aviação quase dobrou, em menos de um ano.

Então, não é essa questão de... Olha, imposto alto no nosso País, o que é que acontece? Imposto alto, sonegação alta. Não quer dizer arrecadação. O País está passando por dificuldades. É essa a defesa.

Então, nós precisamos ter o quê? Enquanto na Europa 70% são de gasolina, entre distribuição e tudo, no nosso País hoje, está saindo a um e oitenta e pouco da refinaria e está chegando a R$5. Então, dá mais de 150%. São essas contas que nós temos que fazer.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone.*) – Com a palavra, a Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos; Sr. Ministro Bento Albuquerque; Bruno; depois de falarem vários especialistas aqui em economia, tributação e sobre petróleo e gás, eu queria me deter ao seguinte: há dois anos, foi vendida a NTS, que era a Nova Transportadora do Sudeste, de gás, vendida, na época, por US$4,2 bilhões, sendo que US$2,59 bilhões eram de ação e US$1,64 bilhões, de títulos da dívida, e ela vem acumulando – vai ser uma pergunta –, ela vem acumulando altos lucros, porque a Petrobras precisa alugar esses dutos.

A minha pergunta é a seguinte... Porque, como Kátia, a Senadora Kátia perguntou, a preocupação da gente é a seguinte: essas privatizações... Quando eu ouvi agora sobre essa privatização da TAG, me chamou a atenção a da NTS. Não só por isso, porque foi privatizada sem licitação e sem passar pelo Congresso, porque, quanto à da NTS, ainda houve uma opinião aqui, se eu não me engano foi do Senador Tasso Jereissati, que a achava duvidosa. Portanto, foi a Brookfield, quer dizer, não pode ser um monopólio da Petrobras, mas pode ser um monopólio de outro fundo? A pergunta é essa.

E como é que se vende para usar sem ter nenhum compromisso de expandir esse transporte de gás? Quer dizer, o Brasil construiu, são mais de 2km, passou para um fundo de investimento, e a Petrobras, num trimestre, foi R$1 bilhão o aluguel desses dutos.

Então, a gente questiona isso. Não é contra se ter concessão público-privada. O que me chama a atenção – eu sou médica de formação, não era nem para estar falando sobre isso, mas aqui a gente tem que entender de tudo um pouco – é que sempre nas nossas concessões a gente perde o controle administrativo-financeiro, são 90%, são 80% e, na verdade, é a história do monopólio. Mas, na verdade, a gente só tira o monopólio da Petrobras e passa para um fundo de investimento, seja ele a Engie francesa ou esse outro, e ele não tem nenhum compromisso de ampliar essa distribuição de gás, de fazer qualquer coisa. A gente não está exigindo as contrapartidas, e isso é muito ruim, porque está chamando a atenção... Acho até que é importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para todos os senhores porque essa questão de tributação de concessão público-privada era muito uma caixa-preta e hoje se discute isso abertamente, que é muito importante.

Aí eu perguntava: qual a vantagem dessa venda para a Petrobras, dessa operação de venda da NTS, como está sendo feito, nos mesmos termos, a da TAG? Por quê? Porque, quando a gente olha, você vende uma empresa por um valor menor do que o lucro líquido dela em cinco anos. Em cinco anos, já cobriu isso, porque já tem quem vai comprar o seu serviço. Então, fica difícil para a gente entender, por isso que eu estou aqui fazendo essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu indago a V. Exa... Já temos aqui Senadora Zenaide, Senador Jean Paul, Senador Vanderlan, Senadora Kátia, e me parece que Luiz Carlos Heinze também tinha feito uma observação, e o Ministro não teve ainda a oportunidade de responder a nenhuma dessas indagações. Não é isso, Ministro?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu indago a V. Exa., até pelo adiantado da hora – daqui a pouco vai haver a Ordem do Dia –, a gente tem inscrito o Senador Telmário. Eu não sei se o ilustre, mestre, professor e Senador Esperidião Amin vai fazer alguma indagação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O mínimo de cortesia que eu tenho que praticar em retribuição a esses adjetivos todos é dizer que me considero representado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito obrigado, como sempre gentil. V. Exa. é nosso mestre aqui.

Então, eu indago aqui o seguinte: Ministro, o senhor prefere responder já – temos apenas na ordem de inscrição o Senador Telmário – ou o senhor prefere responder em bloco?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – O senhor pode colocar porque aí a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Com a palavra o Senador Telmário, que será também rápido até para a conclusão dos nossos trabalhos aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – (*Fora do microfone.*) ... situação de Roraima. Apesar de ter tido uma vitória no julgamento, meia vitória, aí da Justiça com relação ao mandado que o Ministério Público Federal em Manaus impetrou contra a passagem do Linhão de Tucuruí, mas uma coisa me chamou a atenção: eu estava domingo agora numa entrevista em Roraima e havia um membro do Ministério Público que tinha vindo do atroari-uaimiri. Na hora o jornalista perguntou dele se o atroari-uaimiri tinha recebido o Plano Básico Ambiental. Na hora ele disse que não.

Então, olha o que ele colocou – eu queria colocar para o senhor ver, depois quero te passar isso, Ministro Bento, por favor:

> Acredite se quiser. Fontes da Parabólica [não foi o Procurador] garantem que até ontem, as lideranças dos índios Waimiri-Atroari não haviam recebido o Plano Ambiental Básico (PAB), documento inicial para que eles comecem a discutir com as comunidades a aceitação da construção do Linhão de Tucuruí, que atravessa 123 km de suas terras ao longo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> BR-174. O consórcio Transnorte encaminhou aquele documento para a Fundação Nacional do Índio [...] faz mais de dois meses, que após análise preliminar o devolveu para que fossem feitas algumas correções. Desde então, a Funai não o recebeu de volta.

Eu vou lhe passar isso aqui para o senhor mandar para lá para a gente, porque é um absurdo.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Aguardando aqui. Eu acho que os demais, todos os Senadores, já fizeram as suas indagações.

V. Exa. está com a palavra para que possamos, com certeza, esclarecer algumas indagações feitas pelos ilustres e eminentes Senadores e Senadoras. Com a palavra o ilustre Ministro Bento Albuquerque.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Inicialmente, eu queria agradecer todas as perguntas, principalmente os comentários que são efetivamente bastante coerentes e também repletos de pontos para reflexão.

O Senador Luiz Carlos Heinze efetivamente não fez uma pergunta, ele apenas fez uma colocação e citou vários temas em relação à segurança energética do Rio Grande do Sul e das possibilidades que tem, inclusive de aproveitamento de novas hidrelétricas e, no caso, binacional com a Argentina, como também da possibilidade do gás argentino que se tornará uma realidade – acreditamos nós – num curto espaço de tempo. Em cinco anos, a Argentina será outra por conta de Vaca Muerta.

Desculpa, Senador. Eu estava olhando para cá. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele mudou de lado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi para a esquerda.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Aí eu me perdi.

Mas eu estava comentando aqui, Senador, que o senhor efetivamente não fez uma pergunta pontual, mas o senhor fez vários comentários em relação à segurança energética, particularmente lá do Estado do Rio Grande do Sul e – eu diria – da Região Sul do País, que tem um potencial muito grande pelas possibilidades de aproveitamento hidráulico das hidrelétricas binacionais com a Argentina. Temos lá dois projetos que vamos retomar, e isso faz parte da conversa. O senhor esteve lá presente na viagem do Presidente Bolsonaro à Argentina, e estamos trabalhando com a Secretaria de Energia da Argentina para retomar isso.

Mas, voltando ao gás, Vaca Muerta, que é uma região do sul da Argentina, da Patagônia, ali é um pré-sal deles, de *shale gas*, que realmente virou a situação do preço do gás nos Estados Unidos e permitiu, como eu falei, a reindustrialização daquele país. Vaca Muerta certamente entrará na nossa matriz energética também no Rio Grande do Sul em alguns anos. Pensamos nós que, em dois ou três anos, fará parte da nossa matriz energética, como a Bolívia já faz, como o pré-sal fará e como também as descobertas em Sergipe e em Alagoas também farão.

Eu concordo, Senador, em gênero, número e grau quando o senhor coloca que os instrumentos já existem e já existem há muito tempo, há mais de 20 anos, desde a Lei do Petróleo de 1997, e depois foram sendo aperfeiçoados, como o senhor aqui bem colocou, com a criação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das agências reguladoras. Assim, o Estado brasileiro foi se aperfeiçoando ao longo do tempo. Infelizmente, os resultados são esses números que são incontestes. Não é possível que o nosso preço do gás tenha subido quatro vezes em dez anos, e isso com as condições que nós temos de novos descobrimentos, etc. e de exploração. Isso aí efetivamente é uma coisa que não tem explicação.

E o que nós fizemos... Eu entendo a sua, se o senhor me permite, angústia, até pela sua formação técnica e pelo seu conhecimento.

Eu acho que a Senadora Kátia Abreu... O ministério estará sempre aberto à senhora para fazer as apresentações que a senhora assim desejar, mas eu diria à senhora que a senhora tem aqui ótimas pessoas, muito mais perto, que poderão dar informações tão precisas quanto a senhora poderá obter lá, no ministério, mas nós faremos isso.

Mas, Senador, voltando aqui à sua colaboração, eu entendo a sua angústia de que não viu nada de forma objetiva. Mas, vem cá, o que vai se mudar, etc.? Eu vou pedir depois para o Bruno colocar algumas coisas que o senhor mesmo citou ali na cadeia do gás para explicar aquilo que nós percebemos. Mas o que nós estamos fazendo é exatamente isto: pegando os instrumentos que já existem. Por isso, nós criamos esse comitê e discutimos com aqueles atores. Recebemos 45 agentes do setor de gás, todos puderam dar as suas contribuições, sejam elas verbais ou por escrito. Recebemos, se eu não me engano, 40 contribuições por escrito de diversos atores e que estão lá registradas. E a resolução do CNPE, uma coisa que o senhor falou muito bem, já existe tudo aí.

O último artigo da resolução de ontem do CNPE, que é o art. 8º, diz o seguinte:

> Recomendar que o Ministério de Minas e Energia, em articulação com o Ministério da Economia, a ANP, a EPE e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, monitore a implementação das ações necessárias à abertura do mercado de gás, devendo propor medidas adicionais e complementares ao CNPE, caso necessário.
>
> [E aqui diz a periodicidade.]
>
> §1º Em até sessenta dias, deverão ser definidas a governança e as informações necessárias ao monitoramento, bem como o formato e periodicidade para seu encaminhamento.
>
> §2º Para assegurar a transparência do monitoramento, deverá ser disponibilizado relatório trimestral simplificado com o status de cada uma das medidas definidas pelo CNPE.

É por isso que nós estamos aqui no dia de hoje também, quando no dia 26 de março eu vim a esta Comissão e disse que voltaria para apresentar o nosso trabalho, coisa que o fizemos no dia de hoje, e vamos continuar fazendo isso com diálogo e transparência e principalmente com a colaboração aqui, porque, como eu disse, o Congresso Nacional tem um papel central nisso, no que diz respeito a monitoramento daquilo que nós estamos realizando em relação às políticas públicas – e muitas delas vêm do Congresso Nacional, dentro da esfera de competência do Congresso Nacional – e àquelas também do Poder Executivo, e é isso que nós estamos fazendo aqui.

Então, eu gostaria de colocar esses pontos e passar aqui. Só para abordar, até em consideração ao senhor, da forma como o senhor colocou tecnicamente e muito bem colocado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, esses pontos da cadeia do gás, coisas que nós vimos nesse trabalho do comitê, que o Bruno vai tentar esclarecer para o senhor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Especificamente à venda das malhas de dutos e a questão da alegada quebra de monopólios na distribuição de gás nos Estados. Isso preocupa muito aos Estados, à própria Abegás e aos investidores que entraram nessas concessões. Qual a necessidade disso diante disso que foi falado?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Olha só, nada está sendo imposto. É muito importante esse diálogo, essa transparência. Dentro das esferas de competência, estamos fazendo. Conversamos com 11 Estados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma proposta então, não é?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É uma proposta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos no estágio das propostas. Que bom!

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – E tudo, o senhor vai ver aqui... Até porque o senhor sabe que não é por decreto – e aí eu vou até adiantar aqui uma resposta para o Senador Jayme Campos – que nós vamos baixar o preço. Nós temos exemplos clássicos e até recentes de quando se tentou fazer isso, e o custo foi muito maior depois, a conta foi muito cara, não é? Então, não é isso. Por favor, não é isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Por isso que é bom esclarecer.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – E nós estamos aqui nesse sentido.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso que é boa essa audiência.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Eu agradeço ao senhor a possibilidade que nos dá de esclarecimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado. Agradeço também.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Mas eu vou pedir para o Bruno, rapidamente, só colocar aqui três pontos de esclarecimento daquela cadeia que o senhor comentou – e a Senadora aí já tem uma aula inicial daquilo que nós apresentamos aqui.

Por favor, Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou assegurar mais três minutos para o Secretário Executivo e, na sequência, a gente parte para as considerações finais.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Perfeito, Ministro. Obrigado.

Eu jamais seria louco de contradizer o Ministro de Estado.

Então, para clarificar, a resolução do CNPE está inspirada em todos os documentos que foram produzidas desde 1997. Isso é claro. Isso é óbvio. Onde está a novidade aí na resolução do CNPE? É a transição. O senhor muito bem comentou que os instrumentos normativos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão aí percebem muito bem, têm muita clareza no diagnóstico e sabem muito bem onde você quer chegar. Nós não estamos combatendo o monopólio natural no CNPE. Jamais, jamais faríamos isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Que bom saber disso.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Isso é uma lógica natural de toda a relação do poder concedente com uma concessionária e, como o senhor muito bem comentou, depende de uma agência reguladora robusta. Então, em todos os Estados, em qualquer país do mundo, acho que este é o pressuposto, e não há que se falar em atuar sobre, é o conceito no monopólio natural. Ele existe e existe por uma certa natureza; agora, cabe, sim, ao poder concedente, através da sua agência reguladora, garantir os seus interesses, do poder concedente, preservar que aquilo chegue com qualidade à ponta e obviamente resguarde a sustentabilidade econômica da concessionária. Então, esse é o prisma da regulação.

Então, a resolução inova porque ela aponta – e eu posso exemplificar para o senhor – passos para que você saia de um ponto "a" para um ponto "b", como, por exemplo, o acesso ou a transparência no acesso às infraestruturas essenciais. Isso não está regulamentado em nenhum ato normativo acima da própria resolução do CNPE. Isso é uma atribuição da própria ANP. Então, a ANP, sim. Por isso, é importante comentar que a ANP participou com bastante profundidade nessa agenda, o Cade também participou, porque essa resolução do CNPE tem o lastro, a sua espinha dorsal comunica com o Cade naquilo que ele tem de avaliar o comportamento da empresa com relação à acessibilidade de infraestrutura. Então, novamente, nós não estamos falando em venda de ativo, nós estamos falando em acessibilidade da infraestrutura, e isso faz parte de um regramento de doutrina de infraestruturas essenciais que o senhor bem conhece.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Significa que a Petrobras vender a TAG é uma decisão da Petrobras, não tem nada a ver com o ministério?

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Da Petrobras.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O ministério jamais deu ordem para que vendesse?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não é uma política de Estado, é uma política da empresa?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É política da empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é importante clarificar, muito importante. A Petrobras está vendendo porque quer.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Nós temos...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Porque está no plano de negócios da Petrobras que foi aprovado pelo conselho de administração, tudo como...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parcialmente também o Governo tomou decisão, mas, enfim, é uma decisão empresarial e não setorial, é uma política setorial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Para a gente, Senador, é muito claro. Assim, a gente tem buscado sempre, sob a governança do Ministro aqui, delinear o interesse público e o interesse de propriedade. A Petrobras tem o interesse de propriedade e nós temos o interesse público. Ela é uma empresa criada para operacionalizar objetivos do Ministério de Minas e Energia lá atrás. Esses objetivos são dinâmicos, mudam, o CNPE existe para exatamente a gente ir acompanhando e regulamentando em maior essência.

E mais um outro exemplo que eu trago para o senhor, e aí saindo um pouco da dimensão da regulação federal pragmaticamente. Então, esse exemplo que eu dei do acesso à infraestrutura é aquilo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – ... que está sendo colocado nessa resolução do CNPE para que a ANP o faça.

Eu trago uma outra contribuição – e aí é uma contribuição dessa resolução – não no sentido de determinar, mas no sentido de orientar que os Estados observem com mais cuidado os seus contratos de concessão. Nós recebemos 11 Estados da Federação durante esses 60 dias e foram unânimes com relação a: "Precisamos olhar para dentro". O senhor muito bem conhece contratos de regulação. Nós estamos falando em contratos de concessionária com uma taxa de remuneração da ordem de 20%. Quem paga isso? Nós. É isso. É assim que funciona. Você tem um contrato pesado. Regulação por custo o senhor também conhece muito bem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lembrando que isso corresponde a compromissos de investimento em áreas não econômicas.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Exato.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lembra da compensação.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Exatamente. E tem o componente social.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se é alto de um lado, mas banca outras coisas do outro.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Perfeito.

Mas é só trazendo assim: contratos com uma taxa de remuneração da ordem de 20%, enquanto nós estaríamos falando em outros setores, só para título de exemplificação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Setores que não têm subsídio cruzado.

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – Claro, não têm subsídio cruzado. Nós estamos aí falando de contratos de 30 a 50 anos. Enfim, é uma resolução que convida também os Estados a refletirem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é bom.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO – ... sobre o seu papel nesse processo.

Como eu bem comentei, essa resolução só tem a potência máxima se a gente trouxer ao Congresso. Por quê? Vou encerrar, rapidinho. Porque essa resolução do CNPE tem o condão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de atender a sua estatal, que é a Petrobras. Ela tem essa borda. Agora, a implicação dessas doutrinas de acesso à infraestrutura essencial deverá ser aplicada a outras empresas, e isso transcende a borda do Poder Executivo. Isso passa para o Congresso Nacional. Foi exatamente o que o ministro colocou aqui.

Por isso que a sua participação é de fundamental importância, para que a gente consiga garantir que o monopólio natural permaneça, mas ele permaneça sob condições ótimas de regulação, independentemente se é Estado ou se não é Estado.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço o Secretário Bruno Eustáquio. Eu estou acelerando um pouquinho porque nós estamos em processo de votação nominal lá no Plenário. A Ordem do Dia já começou e está havendo votação nominal...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Presidente, é rápido aqui. Com relação ao que o Bruno falou, que vai haver, viu, ministro, com isso daí favores que vão estar sendo feitos a alguns Estados, e os governadores bem-intencionados vão pegar carona nessa lei e já acabar com essas agências distribuidoras de gás que existem no Estado. No meu Estado de Goiás, tem lá agência de gás com diretoria, presidente e tudo, nunca distribuiu um metro cúbico de gás.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o exemplo de muitos Estados, inclusive no meu. Antes de passar a palavra para as considerações finais do ministro, eu faria duas indagações, ministro, regionais, lá do meu Estado, da minha região.

A pergunta é: há uma política para ampliação da malha de dutos no Brasil, em particular quanto à Amazônia? Há uma política de instalação e ampliação da malha de dutos para o desenvolvimento dos Estados da Região Norte? Qual a política do Governo Federal para o aproveitamento do gás de Urucu? Lembrando que Urucu está queimando mais gás do que Rondônia precisa para fomentar a indústria regional.

Esses dois questionamentos. Há um projeto antigo, uma demanda antiga de Rondônia, que é desse gasoduto, não sei se V. Exa. tem condições de me dar essa informação objetivamente nesse momento, mas é uma indagação que faço e que é da maior relevância para o Estado de Rondônia.

V. Exa. tem a palavra para as considerações.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Queria agradecer, Presidente, a oportunidade mais uma vez, e falar rapidamente aqui alguns pontos que foram colocados que, apesar de não serem do gás, eu considero importantes.

O Senador Vanderlan Cardoso mencionou a questão das PCHs. As PCHs nós entendemos no Governo que é uma das soluções para nossa matriz energética. É uma solução regional, de certa forma com custo baixo e que atende não só a geração de energia, mas também emprego, desenvolvimento local e outras coisas.

O que nós estamos fazendo de forma objetiva? Estamos trabalhando de forma integrada do Ministério com os órgãos vinculados, no caso, a Aneel. No caso da PCH, nós dependemos de licença ambiental estadual. E já logramos êxito no Mato Grosso do Sul, em que a Aneel firmou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acordo com o Instituto de Meio Ambiente daquele Estado e nós já temos uma série de PCHs que já têm uma licença prévia de instalação para serem implementadas a curto prazo.

É dessa forma que nós vamos trabalhar e vamos alcançar os objetivos, como o senhor disse, de resultados.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Os incentivos serão iguais aos da eólica?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – O incentivo de cada matriz energética é tratado de forma diferenciada. No caso da eólica, da solar, eles já estão numa outra fase agora, os subsídios estão numa fase descendente.

No que diz respeito a PCH, eu não tenho a lhe informar agora que tipo de incentivo teria, mas nós temos muitos projetos apresentados, o que significa que a política atual é favorável a esse tipo de investimento. Mas eu fico lhe devendo essa resposta.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – O Banco da Amazônia suspendeu a linha de crédito para PCHs, ninguém sabe por quê.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Eu não sei.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Ministro, o que a gente pediria ao senhor é uma interferência junto aos fundos, como o FCO, o Banco da Amazônia e assim por diante, para que, assim como a eólica, a termossolar e tudo mais, as PCHs sejam tratadas do mesmo modo, ou seja, que haja recursos para que sejam executadas essas usinas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ministro, só concluindo aqui, a reunião está terminando já.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só fazer um apelo novamente. Estou vendo nosso mestre do gás lá, o companheiro aliado do senhor no ministério. Não se esqueça da nossa termelétrica no Mato Grosso. Não sei como é que está a tratativa com a empresa. Já estivemos no ministério poucos dias atrás.

É fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Mato Grosso, e a nossa termelétrica está fechada lá. Lamentavelmente, no passado bem recente, houve algumas coisas obscuras.

Todavia, eu acho que é fundamental o ministério se interessar pelo funcionamento da operação com o gás da Bolívia, de que todo mundo tem conhecimento. E espero que o ministério nos ajude. É fundamental, sobretudo para a região metropolitana, que congrega mais de 1 milhão de habitantes.

E só fazendo um adendo aqui ao Senador Vanderlan, com todo respeito a V. Exa., sobre o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). Eu particularmente tenho a tese de que nós temos que ter esse fundo para o desenvolvimento da região nossa, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília. Entretanto, nós não podemos perder de vista nunca, jamais esse fundo. Poucos dias atrás aconteceu um fato que me chamou a atenção: só uma usina que estão construindo lá, um empresário lá, que lamentavelmente é muito beneficiado pelo FCO, através do Banco do Brasil, levantou R$200 milhões. Duzentos milhões! E esse dinheiro está fazendo muita falta também para os pequenos e médios empresários. Há que ser revista a forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, porque uma pequena meia dúzia de cidadãos iluminados que têm acesso ao Banco do Brasil são quem está levando essa grana.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – E para PCH, 10 milhões para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não, pegaram agora para três. Um cidadão só pegou R$200 milhões, o que é um crime, é um escárnio. Eu, como Senador aqui, não vou abrir mão de lutar contra, naturalmente também, esses tubarões e barões de Mato Grosso, que têm levado uma grande parcela do FCO. Não sou contra; agora, 200 milhões, em detrimento, muitas vezes, de algumas centenas de cidadãos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não, particularmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Duzentos milhões. Isso assusta, não é? É assustador, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Para PGH ou PCH?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – PCH. Usina. É um negócio esdrúxulo, cá entre nós aqui. Tem que ser rediscutida e revista essa forma de aplicação também do fundo constitucional. Não só do FCO, mas com o advento da criação do FDCO...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... também, que é outra fonte de investimentos, ou seja, de desenvolvimento, que é para o setor privado e para o público.

Hoje o FCO, na verdade, está sendo usado como balcão de negócios pelo Banco do Brasil, e eu sou contra literalmente.

Só fazer esse adendo, para V. Exa. se situar melhor em relação ao fundo nosso lá.

Aí vem um empresário que quer gerar quinhentos empregos, vai pedir 5 milhões, 10 milhões, há um pau na estrada, uma tora, que não sai.

Mas concluindo aqui, cumprimento o senhor. E não nos esquecemos aqui da nossa termelétrica lá em Cuiabá, Ministro. Só isso aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Senador Jayme.

Ministro, para as considerações.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Não está esquecido, Senador. E por uma feliz coincidência, tempos atrás, quando nós estávamos tratando da questão do Novo Mercado de Gás, o nosso País é tão grande e tem realidades tão diversas, como foi apontado aqui pelo Presidente, Marcos, agora falando da Amazônia, que nós estamos trabalhando regionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de Mato Grosso, eu tive oportunidade de conversar com o Governador e com os empreendedores lá. Estamos tratando do caso de Mato Grosso, particularmente, no sentido de reativar porque também é um absurdo aquilo que ocorre lá.

No que diz respeito às suas perguntas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Gasoduto.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – ... gostaria de dizer para o senhor que nós, recentemente, também fruto desses estudos todos que estão sendo realizados no ministério, sentimos a necessidade de reativar um estudo antigo, que é o gás em terra, que se refere, basicamente, à Amazônia. Nós estamos estudando isso. E, no que diz respeito à viabilidade de expansão de dutos, ocorrerá em qualquer lugar que se mostrar economicamente viável.

Eu quero dizer para o senhor também que, não só na região do Estado de Rondônia, mas também da Amazônia como um todo, isso está sendo muito considerado e já estamos sendo procurados por diversos empreendedores com intenção de realizar investimentos, até porque nós estamos abrindo novas matrizes energéticas, nos nossos leilões, que visam o aproveitamento do gás dessa Região Amazônica.

Presidente, eu fico devendo à Senadora Kátia Abreu a apresentação. Nós vamos procurá-la, Senadora, dentro da sua disponibilidade. Viremos aqui na hora em que a senhora achar conveniente e vamos fazer a exposição para a senhora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Isso. Virá aqui e apresentará, porque é muito importante o seu conhecimento e o seu esclarecimento em relação a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Só a última pergunta: todo esse programa é convicção? O senhor tem total convicção sobre a privatização dessas refinarias...

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – A senhora falou muito bem aqui agora. A senhora colocou, e eu anotei aqui. A senhora me perguntou se eu era favorável ou não à privatização. Isso aí é um programa de Governo. O Governo foi eleito dentro dessa política liberal, mas não é por conta disso que a Petrobras fez a venda da TAG nem vai fazer a venda das refinarias. Isso está no plano de negócios da empresa, está de acordo com aquilo que ela tem, está dentro das atribuições e esferas de competência dela. Agora, pessoalmente, eu gostaria de dizer para a senhora que sou favorável. Eu acho que o nosso País tem que ter capacidade de exercer a sua soberania, defender os seus interesses. Então, se é interesse nacional, eu tenho que ter condições de controlar e fiscalizar. Quem vai realizar a atividade econômica, eu não estou muito preocupado com isso. Eu estou preocupado se tenho condições de exercer a minha soberania, seja defendendo as riquezas que o País tem, seja controlando e fiscalizando. Então, essa é a resposta que eu queria dar para a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos, quero agradecer a presença de todos, em especial de nossos convidados: o Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e o Secretário Executivo Adjunto do Ministério, Bruno Eustáquio de Carvalho, que comparecem aqui para fazer essa apresentação e responder também aos questionamentos dos Senadores.

Agradeço imensamente a presença dos Senadores, que estão aqui num esforço grande desde o início da manhã até agora à tarde, nessas duas audiências públicas extremamente importantes: a primeira com o Ministro Tarcísio, de Infraestrutura, e agora com o Ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia.

Por fim, convoco para a próxima reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, agendada para o dia 27 de junho, quinta-feira, às 11h, neste Plenário, para a realização de audiência pública para instruir o PLS 261, de 2018.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Paulo Paim, Marcos do Val, Arolde de Oliveira e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Plínio Valério, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 33 e 36/2019-CI, de autoria Senador Jean Paul Prates. **Finalidade:** Instruir o PLS 261, de 2018, de autoria do Senador José Serra, que "dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto- Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências". **Participantes:** Jean Carlos Pejo, Secretário Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional; Geraldo Freire Garcia, Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento Regional; Fernando Couto Garcia, Procurador do Município de Belo Horizonte. Victor Carvalho Pinto, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. O Senador Wellington Fagundes faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/27

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos, lembro a todos que a população pode participar do debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados, por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado 261, de 2018, que dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário e infraestruturas de propriedade privada, autoriza a autorregulação ferroviária, disciplina o trânsito e o transporte ferroviário, altera o Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 7 de janeiro de 2011, e dá outras providências, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Infraestrutura nºs 33 e 36, de 2019, de minha autoria, Senador Jean Paul Prates, Relator da Comissão do PLS 261, de 2018.

Para a audiência foram convidadas autoridades especialistas na área. Na verdade, nós já fizemos três audiências... Aliás, duas audiências sobre o transporte ferroviário de cargas; esta terceira se destina precipuamente à área do transporte de passageiros, principalmente urbano. Então, vamos chamar para a audiência – que foram convidadas – essas autoridades e especialistas nesse segmento específico do setor ferroviário.

Convido, para que tomem assento à mesa, o Sr. Jean Carlos Pejo, Secretário Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional; o Sr. Geraldo Freire Garcia, Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto; Fernando Couto Garcia, Procurador do Município de Belo Horizonte; e Victor Carvalho Pinto, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Olha, nós estabelecemos aqui um tempo inicial de 20 minutos. Vamos trabalhar com ele, mas, claro, com a tolerância que eu vou dar aqui... Vou avisar, mais uma vez, como eu sempre faço, aos que participam aqui, às vezes, pela primeira vez, que a campainha que toca e, às vezes, assusta a gente, é para um minuto de término, ou seja, para perorar. Então, não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assustem, porque a campainha não é o tempo final; é, sim, um minuto faltando para terminar. E, às vezes, quando a gente dá mais tempo, ela toca de novo. Por isso que, às vezes, incomoda um pouco, mas, enfim, vou tentar administrar a campainha também.

Teremos 20 minutos, com uma tolerância, eventualmente, para terminar o raciocínio, etc., porque a gente queria também ter um pouco desse debate, que é importante, e eu queria antecipar – quebrar aqui um pouco a regra geral das coisas, que é deixá-los falar antes – algumas questões que talvez a gente gostasse de ver aqui. Eu, já como Relator desse projeto como um todo e nesse capítulo especificamente, alerto o seguinte: quando o Relator pega um projeto, já vem uma coisa escrita por outras pessoas e já debatida. Então, não nos cabe também ficar reinventando a roda, mas tampouco ficar adstrito ao texto que veio para nós.

Então, eu estou diante de um capítulo, particularmente, sobre a questão dos trens urbanos de passageiros em geral, em que eu me coloco diante de algumas questões, algumas bem básicas e outras mais complexas. Exemplo: este negócio é viável, do ponto de vista de negócio no mundo, no Brasil, nas cidades brasileiras, etc.? É um negócio viável? Com ou sem subvenção estatal? Ou seja, é necessário que o Estado ajude esse negócio a ser viável ou não é? Para não ser, o que que é necessário que se faça? Fala-se muito que é necessário que se usem áreas ancilares, que se admitam receitas acessórias para o negócio de trens urbanos, para que eles, de fato, proliferem – ou prosperem, melhor dizendo – melhor do que necessariamente com dinheiro estatal diretamente injetado ali. Então, essa é uma das dúvidas.

Uma dúvida muito importante: até onde isso é serviço público e onde não é serviço público? Há linhas de trens urbanos ou de passageiros que podem ser dedicadas, por exemplo, a uma facilidade como um aeroporto, um porto, um acesso específico ou até mesmo um *shopping center*, um restaurante, digamos, de maior porte, etc. Nada impede que alguém faça acessos a uma comutação simples entre um aeroporto e um estacionamento ou até algumas estações de metrô, exclusivamente para acesso a esses lugares. Isso é serviço público ou não é? Os demais são ou não? Um serviço público que concorre diretamente, por exemplo, com um ônibus urbano. Isso impacta muito no que a gente pode regular ou não, no que a gente pode fazer ou não, porque serviço público só pode ser concessão ou permissão.

Do ponto de vista da regulação... Ela é federal, ela é estadual, ela é municipal? Até onde vai Município, até onde vai Estado em relação a ferrovias desse tipo? Então, essa complexidade jurisdicional às vezes dificulta um pouco.

Que metas podem ser estabelecidas nesse negócio, ao se fazer um plano de desenvolvimento novo? Que tipo de autorregulação ou até onde pode ir uma autorregulação? E até onde entra a regulação da agência reguladora propriamente dita?

E, por fim, dois assuntos bem complexos que eu herdei, porque já vieram no projeto, que são a promoção ou fazer desapropriações para novas linhas nas cidades e como funciona isso. Particularmente, aqui o texto é um pouco confuso; leva a crer até que a lei estaria dando um condão ao privado, para fazer a desapropriação ou para desfrutar dela diretamente, sendo que isso me parece um pouco difícil.

E a outra coisa é a instituição da contribuição de melhoria, que, no caso do projeto que chegou, indica isso para áreas rurais que seriam beneficiadas com a passagem de uma ferrovia, e, portanto, poderia haver aí uma valorização do imóvel, o que ensejaria uma contribuição de melhoria em favor da administração ferroviária que está ali passando. Isso também me parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

merecer um pouco de aprimoramento redacional, para não dar confusão jurídica com o nosso arcabouço geral, civil, etc.

Então, essas são algumas questões preliminares que me aparecem.

Eu não posso deixar de lamentar a ausência de uma associação que foi convidada. Preciso registrar isso e lamentar a ausência da ANPTrilhos, a Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos, portanto, das concessionárias, como CBTU, SuperVia, CPTM, os metrôs, os VLTs, a Alstom e outras empresas privadas e públicas que infelizmente não vieram, disseram que não poderiam vir a esta audiência. Eu lamento, porque é um assunto de extremíssima importância para eles; são exatamente as entidades ausentes que serão reguladas e atingidas diretamente por esses poucos artigos dessa nova lei que trata desse segmento, mas, infelizmente, talvez por impossibilidade, eu não sei, não houve justificativa, não vieram, mas eu registro que foram convidados e, portanto, tiveram a oportunidade de apresentar seus comentários. Eu aguardo, claro, abertamente, aqui, o gabinete está à disposição para recebê-los em separado, se assim preferirem.

Com isso dito, vamos passar, então, a palavra ao Jean Carlos Pejo, Secretário Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos, do nosso amigo Ministro Gustavo Canuto, Ministério do Desenvolvimento Regional.

E mando um abraço para o nosso Ministro.

O SR. JEAN CARLOS PEJO (Para exposição de convidado.) – Em primeiro lugar, Senador Jean Paul Prates, é uma alegria, uma honra enorme estar aqui no Senado Federal, para a gente conversar sobre ferrovia, porque essa é a grande paixão da nossa vida. Então, acho que é uma oportunidade ímpar, especial, é uma alegria muito grande, e, em nome do Senador, eu cumprimento todos os nossos colegas aqui da Mesa e cumprimento todos aqui presentes.

Espero que a gente tenha uma reunião bastante produtiva, especialmente nas questões dos debates. E, quanto a parte daquilo que o Senador muito bem colocou, eu acredito que a gente esteja abordando aqui na nossa apresentação.

O ponto fundamental é que o que nós vamos discutir hoje é a aplicação do projeto de lei à mobilidade urbana e aos sistemas de transporte ferroviário regional sobre trilho. Não vamos entrar em detalhes sobre o projeto de lei em si, porque é algo que já vem se discutindo bastante. Isso é bastante aderente àquilo que o Senador colocou sobre a aplicação.

Então, o primeiro ponto essencial é onde que nós podemos trabalhar. A lei aplica o seguinte: exploração indireta pela União do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada entre portos brasileiros e fronteiras nacionais que transponham os limites do Estado ou território ou que se conectem às ferrovias federais. Ou seja, esse é o ambiente em que nós podemos atuar dentro da lei.

O que nós podemos fazer dentro do sistema de passageiros sobre trilhos no escopo básico da lei? É o transporte urbano metropolitano? Então, dando um exemplo básico: a malha da CBTU, nas cidades onde o sistema opera – Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa, Natal, Recife –; o sistema da Trensurb, de Porto Alegre; os sistemas do Rio de Janeiro – SuperVia, o sistema CPTM... Então, são sistemas onde é aplicado.

Por que que eu estou dizendo esses sistemas e eu não estou dizendo o sistema de metrô? Porque esses sistemas são sistemas que estão dentro do Sistema Ferroviário Nacional. Mesmo aqueles que foram já passados para concessão estadual ou mesmo privados são sistemas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são oriundos da rede ferroviária e sistemas que são integrados. Já os metrôs não se aplicam ao nosso programa.

Então, uma extensão do metrô de São Paulo, uma extensão do metrô Rio, por exemplo, não se aplica ao escopo da lei. Isso é importante a gente conhecer, para que todos saibam onde ele pode ser aplicado.

Outra coisa que pode ser colocada dentro do objeto da lei são as áreas de Rides. Como nós temos as áreas de Rides definidas, como aqui, o Distrito Federal, com Goiás, nós temos Pernambuco, com o Ceará... Então, nas áreas, nós podemos sim, dentro do escopo da lei, implantar, dentro desse regime de permissão, sistema de transporte sobre trilho. E também o transporte regional.

O que eu chamo atenção, no transporte regional, é a questão das concessões ferroviárias, porque hoje, na malha nacional, praticamente o serviço de carga é todinho subconcessão, mas parte de mais da metade dessas vias não é plenamente utilizada. Então, as concessionárias, dentro do programa da antecipação da renovação das concessões, estão devolvendo essas malhas, estarão devolvendo essas malhas, segundo regras preestabelecidas, para que sejam utilizadas, seja para transporte de carga de curta distância, a chamada *shortline*, mas também para trens regionais de passageiros, que é uma oportunidade muito boa para aplicação da lei.

Outra questão importante, que se refere à renovação das concessões, é que as obrigações das empresas são a construção dos contornos ferroviários. O que são esses contornos ferroviários? Esses contornos ferroviários são obras que vão tirar os trens grandes e pesados das cidades. Então, aqueles trechos das cidades serão também entregues para utilização, seja da União ou seja dos entes federativos, nesses casos, especialmente nas cidades. Então, é uma oportunidade também de poder implantar sistemas de movimentação de passageiros sobre trilhos.

Então, essa primeira parte, em que eu quis dar essa contextualização, é o que nós podemos fazer dentro do objeto da lei.

Aí, há os aspectos importantes que o Senador comentou, durante a apresentação inicial, sobre a valorização dos espaços urbanos. O Geraldo, em seguida, vai fazer uma apresentação, dando um detalhamento maior sobre como aproveitar esse espaço e os resultados disso em vários lugares onde são praticados.

Então, voltando para onde nós podemos estar desenvolvendo os nossos programas, esses programas não se recomendam ou, até sendo um pouco mais forte e mais duro, eles não devem ser confinados ao equipamento de transporte, à movimentação das pessoas, mas ao entorno. Para quê? Para que aquele entorno seja trabalhado, e trabalhado de maneira bastante efetiva, não só no ambiente urbano lá, da cidade, com a parte do desenvolvimento regional, desenvolvimento de negócios, ao longo desse trecho, como também no ambiente regional, onde também isso se aplica. Aplica-se na questão de locais turísticos, locais que têm uma atratividade muito grande para que seja utilizado o sistema de transporte, dentro de um programa geral. O Geraldo vai explicar bem essa questão.

Outro ponto a que eu gostaria de chamar bastante atenção e que não é sempre colocado de maneira clara é que, quando a gente coloca um equipamento urbano, qual é a vantagem que o sistema ferroviário tem com relação aos demais sistemas de transporte coletivo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande vantagem que o sistema ferroviário tem é que, para transportar o mesmo número de pessoas, pela característica do sistema roda-trilho, permite-se colocar mais pessoas num menor espaço.

Então, nós temos uma sobra de espaço, que é uma condição muito favorável para o urbanismo, para colocar sistemas como ciclofaixa... Ou seja: tornar o ambiente das cidades mais agradável. E a isso a lei se aplica muito bem, para que os empreendimentos sejam colocados nessa forma.

E outra questão que eu também gostaria de aproveitar a oportunidade e colocar é que, dentro de todo o desenvolvimento do sistema de transporte sobre trilho, aquelas estações que tenham uma movimentação maior de passageiro também podem ser muito bem um sistema de inclusão social, porque, ao lado dessas estações, pode o privado, dentro daquilo que ele vai desenvolver lá no programa – e a regra do jogo quem estabelece somos nós, poder concedente –, ter que construir também centros de lazer, centros para criança e unidades poliesportivas que tragam o trem como um fator de inclusão social; e, além disso, ele ter o desenvolvimento do negócio dele. Mas as condições básicas daquilo que está sendo oferecido dentro do entorno são condições que nós podemos apresentar.

Da minha parte – e vou deixar o Geraldo complementar um tema que é bastante interessante –, eu também quero dizer que, dentro lá da linha que o Senador Jean muito bem colocou, quando a gente entra no ambiente das cidades, existem regras dentro da cidade que têm que ser obedecidas. Então, são o Plano Diretor do Município, que tem que se ajustar; há o próprio Plano de Mobilidade Urbana, que tem que ser respeitado. Qualquer alteração dentro do ambiente urbano que envolva a mobilidade tem que ser inserida no Plano Geral de Mobilidade. Ou seja, existem regras que são importantes serem seguidas.

Por isso que nós entendemos importante... E até quando foi feita uma análise, Senador, do projeto da lei pela Secretaria, de maneira formal, nós estamos também dando a sugestão para que os entes federativos, especialmente as cidades, também venham discutir o tema, para que a gente possa colocar da melhor maneira possível, para que essa ação, além de ser positiva para o cenário do sistema ferroviário, além de atrair as pessoas, ela tenha uma integração que seja boa com a cidade.

Só para finalizar essa questão, nós estamos com um programa que julgamos que é muito importante, que é a questão da integração cidade-porto, porque, em sequência à boa logística, cada vez nós temos caminhões maiores, mais pesados, trens maiores, mais longos, que impactam negativamente a vida das cidades.

Então, nós temos que trazer condições em que o aparelho de transporte de logística eficiente não crie problema para a cidade. Pelo contrário: ele seja um fator que melhore a qualidade de vida da cidade. Então, é muito importante não perder de vista que o programa, os novos empreendimentos, mesmo com uma maior liberdade de desenvolvimento desses empreendimentos, sejam feitos sempre olhando aquilo que melhor beneficia a cidade.

E, finalmente – acredito que o Geraldo vai tocar um pouco mais nesse tema –, acho que é muito importante a gente ter um conceito diferenciado sobre a questão da desapropriação, olhar a desapropriação não como uma desapropriação de tirar as pessoas daquele seu ambiente, mas aquela condição de trazer um equipamento de transporte que dê uma apropriação para essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas, ou seja, que dê uma condição igual ou melhor àquilo que ele tinha dentro do ambiente que o empreendimento vai trazer.

Eu passaria agora a palavra para o Geraldo, para o Geraldo poder comentar sobre a melhor utilização dos espaços.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Jean.

Com a palavra o Sr. Geraldo Freire Garcia, Assessor Especial do Ministro do Desenvolvimento Regional.

Obrigado, Geraldo.

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Bom dia! Bom dia, Senador Jean, bom dia Secretário, colegas da Mesa... Bom dia, senhoras e senhores.

A introdução que o Senador fez foi muito importante, porque esse é o debate. É viável, funciona bem, é bom negócio, interessa ao privado... Acho que combina muito com o que a gente vai trazer hoje para a discussão.

Deixa eu ver aqui se eu vejo como funciona...

Ele tem aquela setinha do meio, a luzinha? Essa desliga. Não? Então está bom.

Bom, eu vou começar com duas pequenas afirmações e vou trabalhá-las durante a apresentação.

Vamos passar um pouco pela questão de desapropriação, contribuição por melhoria, a questão da prestação de serviço, um conjunto de colocações que o Senador colocou ali, num primeiro momento.

Então, as afirmações são as seguintes: a primeira, eu acho que é senso comum: bons transportes melhoram a vida das pessoas. A cidade que oferece bons transportes permite que as pessoas usufruam dos serviços urbanos, e bons transportes também valorizam as áreas próximas às estações e geram riqueza e desenvolvimento.

Por que, afinal, o transporte valoriza o local aonde ele chega? Primeiro, porque ele aumenta a acessibilidade, ou seja, a facilidade de as pessoas se deslocarem entre os pontos de interesse; e, segundo, porque ele aumenta a produtividade. Aliás, a cidade tem muito a ver com a aproximação dos meios de produção, com a aproximação dos diversos conhecimentos que compõem o desenvolvimento. A aproximação desses meios facilita o próprio desenvolvimento, ou seja, o enriquecimento da cidade. Então, o local aonde chega o transporte naturalmente se valoriza. E, quanto mais próximo da estação do transporte, maior a valorização.

Eu vou dar um exemplo aqui, porque a gente pergunta: "O transporte, afinal, é lucrativo?" Porque a gente sempre ouve falar: "Ah, transporte não é lucrativo, precisa ser subsidiado...". Olha, isso pode ser verdade em alguns locais, mas não é uma verdade absoluta.

Vamos ver aqui um exemplo da receita da Tokyo Metro.

Veja que 40% da receita dela é proveniente da tarifa, ou seja, aproximadamente 60% é receita não tarifária. Está aí um caso em que não é necessário subsídio. Se a gente pegar, por exemplo, o metrô de Cingapura, é a empresa mais lucrativa do país.

Bom, o motivo eu já exponho de imediato; depois, a gente entra no detalhe. Isso aí é uma foto em Shybuya, foi uma foto que eu mesmo tirei em Tóquio, no Japão, quando estudei lá as questões de transporte, inclusive. Veja que ali há um trem urbano, o JR (Japan Railways). Ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

faz um anel em torno da cidade de Tóquio. A estação do trem é um prédio gigantesco, as várias estações do metrô são grandes *shopping centers*, grandes hotéis, *flats*, áreas de serviço, escritórios. Aqui, eu vou mostrar algumas estações de Tóquio, mais duas, mas eu poderia mostrar aqui dez, vinte, que são grandes *shoppings centers*, são as melhores áreas da cidade que são exatamente na proximidade do metrô.

Saindo do Japão, que é tão distante, e sobre o qual a gente tem, digamos assim, pouca informação, mas indo aqui para a Flórida, que é uma região próxima que a maioria de nós conhece, nós temos ali, entre Miami e Orlando, um projeto chamado Brightline, um trem-bala, um trem de alta velocidade, com uma distância semelhante a Rio e São Paulo, um projeto que começou depois do nosso, mas que já está pronto, pelo menos o trecho que vai até West Palm Beach. Então, nós temos um primeiro trecho ali, Miami, Fort Lauderdale, West Palm Beach, já em funcionamento. Se os senhores entrarem na internet, já poderão até comprar a passagem. E há o trecho em Orlando ainda em construção.

O que é interessante nesse projeto? Ele foi financiado com recurso privado, 100%, não há dinheiro público nesse projeto. É claro, o público financia, mas o dinheiro é privado – financia no sentido da operação bancária, do capital inicial, mas ele é 100% privado. Afinal de contas, então, por que uma empresa vai investir US$9 bilhões num projeto, digamos assim, que não é lucrativo? Claro que é lucrativo. De onde vem o lucro deles? Das estações. Então, essa aí é a estação de Miami, já pronta. Aí você vê, há uma imagem projetada, mas essa estação já está pronta e é exatamente isso aí. E toda a região em torno dos pontos do trem Brigthline se valorizou durante o projeto. Então, eles conseguem suportar o projeto com a exploração imobiliária.

Isso aí é um modelo esquemático, é um eslaide que eu trouxe do Japão, até vou ver se eu faço um em português, porque aí a gente vê que está em inglês. Mas a ideia é de que o metrô seria o centro e, no entorno do metrô, há as áreas que a gente chama de uso misto, ou seja, as várias funções urbanas próximas à estação do metrô: residência, comércio, órgãos de governo, hospital, universidade, áreas de lazer. Enfim, não é uma função, mas um bairro autônomo, quase uma cidade. E, lembrando que, quanto mais próximo da estação, e aí não mostra bem, maior a densidade, porque, se a área é mais valorizada, quer dizer que mais gente quer morar lá, mais gente quer trabalhar lá. Então, a gente aumenta a densidade.

Esse aí é o exemplo da estação de Shinjuku, talvez a maior de Tóquio. É pena que essa imagem do alto não mostre exatamente a altura dos prédios! Mas, se a gente pegar aquele ponto central ali, a gente vê que há um prédio de 70 andares.

Como é que isso funciona? Então, vamos para a parte conceitual. Primeiro, eu mostrei, digamos assim, exemplos.

Respondendo, Senador, à sua primeira questão, se era viável, digo que é, sim, viável. É viável não em termos conceituais, mas porque, no mundo prático, nós temos vários exemplos acontecendo. Então, a resposta não precisa ser necessariamente conceitual, mas é uma resposta real.

Vamos, então, analisar aqui como é que isso acontece e como tratar essa questão.

O valor de um imóvel é composto, digamos assim, de quatro camadas. Esse é um material, inclusive, do Banco Mundial. O primeiro é aquele valor que eles chamam de intrínseco, o valor que você pagou pelo imóvel. Depois, se eu fizer investimentos no imóvel, o imóvel se valoriza. Depois, se outras pessoas fizerem investimento nas proximidades do meu imóvel, propiciando o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento daquela área, o esforço do outro também valoriza o meu imóvel. E, finalmente, quem pode valorizar o meu imóvel é o próprio Governo. E como o Governo valoriza um imóvel? Há três maneiras. A primeira é se ele traz infraestrutura, e não necessariamente transporte. Mas, se eu levar saneamento, se eu levar água, se eu levar iluminação, eu estou valorizando aquela área – quando digo eu, falo do Governo, do coletivo, do esforço de todos.

A outra ação é o que a gente chama de alteração no coeficiente de aproveitamento do terreno, usando o termo do Estatuto da Cidade. O que é o coeficiente de aproveitamento do terreno? Se eu tenho um terreno, eu posso construir três vezes a área dele. Se eu aumento para seis, é claro que eu valorizei o terreno, não é?

E a outra questão é a alteração do uso do solo. Vou dar um exemplo bem pragmático e, em seguida, um menos claro. Se eu transformo uma área rural em urbana, ele se valoriza. Eu alterei o uso do solo. Mas, se eu transformo uma área residencial em comercial ou ambas, eu também valorizo o terreno. O.k.

Mas, se o Governo valoriza o terreno, por um esforço coletivo, por uma implantação de infraestrutura, por um recurso que vem do trabalho da coletividade, para quem ou com quem deve ficar essa valorização? Aí nós começamos a entrar na discussão do projeto de lei. Se eu não distribuir, se eu não tiver um mecanismo de distribuição dessa valorização, ela vai ficar com quem é o proprietário. Dependendo da situação, numa desapropriação ou numa compra antecipada por uma empresa privada, essa pessoa se apropria da valorização. Muito melhor seria, muito melhor é, onde isso é tratado de forma mais equilibrada, que a valorização decorrente de investimento público seja distribuída entre os proprietários; os investidores; o próprio Governo, que está botando dinheiro ali e que pode receber um retorno; e os operadores do sistema de transporte, que é o caso que a gente mostrou no sistema de Tóquio.

Aí vem um conceito internacional que trata do assunto, que se chama *Land Value Capture*.

É muito bom hoje a gente contar com a presença aqui do colega Victor Pinto, que é um estudioso do assunto e que tem um material muito bom sobre isso, que, aliás, faz parte desta minha apresentação, Victor, parte daquilo em que você vem trabalhando.

O *Land Value Capture* é um conceito que prevê que esse incremento no valor do solo, decorrente dessas novas infraestruturas e decisões regulatórias de Governo, seja distribuído de forma mais equilibrada entre os vários atores que participam do processo.

Há duas formas de fazer a distribuição: por meio de taxação e por meio do desenvolvimento. A taxação, o Senador colocou aqui, na primeira fala, a questão a contribuição por melhoria, já é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade, mas, convenhamos, taxação nunca é agradável. A sociedade nunca recebe bem um novo imposto, um aumento de imposto. É muito melhor, e é onde eu vou focar, a captura da valorização por meio do desenvolvimento da cidade.

O nosso Estatuto prevê a outorga onerosa do direito de construir. Eu vou mostrar aqui esquematicamente, que é aquilo que eu falei: se eu estou permitindo um acréscimo na construção, na altura, na área de aproveitamento de construção do terreno, eu estou criando uma valorização por uma decisão do Governo. Esse adicional de construção pode ser vendido e esse caso aqui que eu estou mostrando é usado no Brasil no projeto do Porto Maravilha. A parte adicional vendida no mercado foi usada para financiar as infraestruturas. Nesse caso, a infraestrutura é um conceito de engenharia, aquilo que está abaixo da terra: passagem das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiações, saneamento, água, enfim. Essas infraestruturas foram pagas com os recursos provenientes da venda do adicional de construção. Porto Maravilha, no Rio, já usando a nossa legislação, o Estatuto da Cidade.

Essa aí é só uma imagem do projeto, que tem 17 quilômetros de ciclovia; 28, de VLT; um projeto muito bonito – o próprio teleférico do Morro da Providência – que tem toda a integração com os vários meios de transporte da cidade do Rio de Janeiro.

Como funcionam os projetos conjuntos? São dois termos que se chamam: *Land Readjustment* e *Urban Redevelopment* (rearranjo dos terrenos e redesenvolvimento urbano). O que seria o rearranjo dos terrenos? Pegando uma área, eu a redistribuo, para melhorar as vias, criar áreas verdes... Ao fazer esse rearranjo urbano – às vezes também permitir usos maiores do terreno –, ao fazer essa redistribuição, eu estou valorizando toda a área.

Como contrapartida, o proprietário cede uma parte do terreno. Parte desse terreno cedido vira as próprias infraestruturas e parte vira um terreno, que volta para o Governo ou para o empreendedor, que se torna uma parte lucrativa do negócio. Esse é o conceito *Land Readjustment*, muito usado no Japão, mas também não só no Japão. O conceito nasceu na Alemanha e é usado em vários países desenvolvidos ou não; inclusive, a Colômbia usa, o Nepal, a Índia, mas também Japão, Alemanha... Não só em lugares de terremoto. E, aliás, talvez o Japão tenha se desenvolvido muito, Senador, em função de ter que reconstruir a cidade várias vezes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – É. E foi destruída, destruída pelo terremoto, destruída pela Segunda Guerra Mundial. Tóquio foi destruída três vezes e reconstruída. Então, é fantástica a história de Tóquio.

Aí é um exemplo também no Japão, a área antes e depois do reordenamento. Vou voltar aqui. Então, é uma área de redesenvolvimento urbano.

E o nosso Estatuto tem a previsão. Chama-se Operação Urbana Consorciada, que é remanejar o parcelamento, que é exatamente isso, *Land Readjustment*, remanejamento do parcelamento, uso e ocupação do solo, mediante contrapartida dos proprietários, conceito perfeito.

Algumas limitações. Esse aí, Victor, já é do seu material, algumas limitações da nossa legislação, porque aqui nós vamos começar a tratar a questão do PL. Eu vou dar uma passadinha nos itens do PL, mas vejam que estou abordando só a questão urbana, porque o Secretário Jean já trata a questão da ferrovia como um todo.

A primeira limitação da nossa legislação é a desapropriação, também mencionada, Senador, pelo senhor no começo da fala. A nossa desapropriação é, digamos assim: vamos tirar a pessoa que está morando aqui e vamos botá-la longe. Mas como assim? Ah, não. Aqui vai ser um lugar, digamos, de pessoas que têm mais poder aquisitivo. Então, vá embora. Ora, espere aí. No Japão, o termo que eles usam é compensação. Por quê? Porque a pessoa não sai de onde está. Ela entrega o imóvel e recebe outro ao final do projeto, melhor, mais valorizado, numa área melhor. Então, eu não estou tirando a pessoa; eu estou melhorando a vida da pessoa, não é verdade? A nossa legislação não permite isso, não permite, digamos, esse rearranjo dos valores, essa distribuição entre essas pessoas que já moravam lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A desapropriação... O Poder Público não pode pagar pelo imóvel valor superior ao de mercado, Lei nº 8.666. Beleza! Essa restrição pode ser superada na hipótese de execução do reparcelamento por uma empresa concessionária, que recebeu a concessão e vai negociar diretamente com os proprietários. Claro que é um processo superdifícil, mas, de qualquer forma, é uma possibilidade.

A outra limitação é que a nossa legislação não permite a troca do imóvel desapropriado por outro, nem sua entrega após a imissão na posse pelo Poder Público, ou seja, entrega-se o imóvel para o Governo, mas, depois, você não pode receber de volta. Então, duas limitações importantes para a Operação Urbana Consorciada.

Vamos falar do *Urban Redevelopment* e mais duas limitações da legislação. O *Urban Redevelopment* é semelhante, só que, em vez de fazer todo um reparcelamento, eu faço uma junção de todos os imóveis para construir um grande. Isso é muito feito exatamente naquelas áreas da estação do metrô para poder fazer esses prédios grandes, como é feito em Tóquio, como é feito agora em Nova York, como está sendo feito em Miami. Enfim, a gente tem tantos exemplos. E como nós estamos fazendo no Brasil também. Já temos alguns casos, como, por exemplo, a CBTU, em Belo Horizonte, a Trensurb, em Porto Alegre. E há alguns projetos muito interessantes nesse sentido.

Então, a gente junta os terrenos, produz um maior e distribui essa valorização. Aquelas pessoas que cederam os seus terrenos, os seus imóveis vão receber um imóvel de maior valor depois de pronto. Então, isso interessa ao proprietário. Eu não tenho que tirar a pessoa, não tenho que fazer um esforço. Ela quer fazer parte do negócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – O nosso instrumento... Será que eu consigo mais uns cinco minutos, Senador? Um minuto só? Ah, muito obrigado! Legal!

O nosso Estatuto da Cidade tem um instrumento chamado Consórcio Imobiliário, em que, semelhantemente ao *Urban Redevelopment*, o proprietário transfere ao Poder Público municipal seu imóvel e, ao final, recebe unidades imobiliárias urbanizadas e edificadas. Mas quais são as limitações? Vamos lá de novo. O imóvel que eu vou entregar para o proprietário ao final do projeto – está lá no Estatuto da Cidade – será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras. Ora pois, então a pessoa entrega o seu imóvel, mas não vai ter lucro nenhum. Por que ela vai querer entregar o imóvel? Ela não faz parte do negócio. É a nossa legislação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Exatamente. Não acho que a legislação tinha essa intenção, eu acho que ela não percebeu a potencialidade do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Exatamente. Acho que é hora de a gente fazer... Esse PLS permite que a gente faça um debate em torno dessas questões. E a segunda limitação... Ah, não, desculpa. Melhor seria se os proprietários também pudessem receber parte da valorização trazida pelo empreendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda é que só é possível executar o Consórcio Imobiliário em áreas subtilizadas. Ora, área subtilizada é aquela que não está usando o potencial do terreno, enfim... Cria-se uma série de limitações, sendo que esses consórcios são feitos com um conjunto de terrenos. Se eu tenho um que está usando a área completa e outro não, eu falo: só posso usar nesse subutilizado, não posso fazer nesse que está completo. Então, eu limitei o instrumento todo. Eu tenho que usar o conjunto dos terrenos, senão ele não acontece. E é por isso que a gente não consegue fazer acontecer alguns instrumentos, como esse Consórcio Imobiliário.

Eu vou dar um exemplo rápido aqui de um potencial. Veja a Estação Shopping. Depois de ver a de Shinjuku, você vê a Estação Shopping aqui, um vazio enorme em torno dela, grandes áreas ainda não construídas. Aquela área verde é preservação ambiental e aquela área roxa é um projeto já existente, que chama Transbrasília. A área em azul claro está vazia e a área em vermelho é a área de maior valorização possível.

Se a gente olhar, esses são prédios lá da Estação de Shinjuku, 70 andares, um grande *shopping center*. Isso aí eu trouxe 22 quadras de Manhattan, onde passa o metrô, lá embaixo, perto ali do Central Park...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – ... e uma superquadra. Ora, eu coloco tudo no entorno da estação do Metrô Shopping, a uma distância de 800m, que representa uma caminhada de dez minutos. Ou seja, eu coloco tudo a uma distância a pé, 22 quadras de Manhattan, uma superquadra e dois grandes prédios da Estação de Shinjuku. Está aí o potencial que a gente está desperdiçando porque ainda temos algumas limitações para a gente tratar na legislação. Poder-se-iam traçar ciclovias, emendar no projeto cicloviário de Brasília, novas linhas de ônibus fazendo o sistema de alimentação, e eu teria realmente um projeto de grande porte. O PLS aborda alguns temas. O art. 8º: ordenamento urbanístico orientado pelo trânsito – é exatamente disso que nós estamos falando; comercialização de produtos ali nas áreas da estação apenas licenciados pela administração ferroviária, ou seja, quem está fornecendo o transporte precisa se beneficiar também, ter outros lucros além da tarifa; projeto urbanístico do entorno, aquelas grandes áreas urbanas, propiciar o aproveitamento eficiente do solo urbano, de modo a maximizar os efeitos positivos da mobilidade – quanto mais eu concentro próximo da estação, mais passageiros eu tenho no metrô, melhor negócio se torna o transporte, mais empresas vão querer oferecer o serviço; tarifa de ocupação do solo na faixa de domínio privado da empresa que vai operar o sistema; e, finalmente, ali embaixo, receita decorrente da revenda e exploração imobiliária de imóveis produzidos poderá compor a remuneração do agente executor.

Esses são itens do PLS que estão plenamente aderentes a essa apresentação que a gente fez. Não acho que sejam suficientes porque não estão tratando a fundo a questão da desapropriação, ainda que haja um item ali, que eu pulei, que o proprietário pode ser parte do negócio. Ele entrega o imóvel e passa a ser acionista da empresa para receber isso ao final do empreendimento.

Por último, eu vou mostrar essa imagem do Brightline de Londres. O metrô de Londres é o primeiro do mundo. Quero só lembrar que ele foi feito antes da criação do automóvel, porque a cidade estava engarrafada de carroça e cheirava a bosta de cavalo. Ou seja, os caras estavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito além da gente. O nosso metrô demorou cem anos. Mais de cem anos depois, chegou o metrô de São Paulo. O Brightline, apesar de ser já um dos maiores metrôs do mundo – desculpe, o Crossrail –, eles estão fazendo uma expansão de 100 quilômetros do metrô. Parte dele vai ser inaugurada este ano. Vocês vão estar lá.

Agora, o que é importante? Quando eles apresentaram o projeto, eles não apresentaram só o custo do projeto. Eles apresentaram o quanto o projeto vai gerar de riqueza. Ora, nós também sabemos fazer esse cálculo. Olha lá a riqueza que a expansão do metrô de Londres vai trazer: 42 bilhões de libras. Isso está disponível no *site*, Crossrail. A linha vai se chamar Elizabeth II, em homenagem à rainha. E há a questão de geração de empregos, novos imóveis, a economia de tempo das pessoas, a melhoria da qualidade de vida. Então, antes de falar que o metrô vai custar 9 bilhões, quanto ele vai gerar de riqueza? As duas coisas têm que ser trabalhadas juntas.

Gente, muito obrigado.

Obrigado, Senador, pela extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Eu coloco aí a bibliografia também.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, meu amigo.

Vamos rapidamente para o Fernando Couto Garcia, Procurador do Município de Belo Horizonte.

Obrigado, Fernando, por estar aqui com a gente.

O SR. FERNANDO COUTO GARCIA – Obrigado, Senador. Primeiramente, é uma grande honra ter recebido o convite do Senado Federal, a quem agradeço na pessoa de V. Exa., Senador Jean Paul Prates.

Vou tentar estruturar a minha exposição em torno, Senador, dos seus três questionamentos iniciais. Na sua fala, V. Exa. se referiu a três questões que considera serem passíveis de um debate mais amplo: a questão relacionada ao conceito de serviço público ferroviário, e as consequências disso na viabilidade da adoção do regime de autorização; a questão da possibilidade da promoção da desapropriação, também pelo privado, nesse caso pelo delegatário desse serviço, seja ele público ou não, que é um particular; e, por fim, a questão da contribuição de melhoria e das suas relações com esse tema.

Primeiramente, a Constituição não diz se a atividade ferroviária é um serviço público. O que a Constituição diz é que ela é um serviço e pode ser explorada mediante concessão, permissão ou autorização. Depois, lá no art. 175, ela diz que o serviço público é explorado mediante concessão ou permissão, precedido de licitação; não há autorização.

A interpretação que se costuma dar a isso, entre os estudiosos do assunto no meio jurídico, é a de que cabe ao legislador, no nosso caso aqui, ao Congresso Nacional, definir se um determinado serviço vai ser explorado no regime privado, que é o regime de autorização – nesse caso, ele não vai ser um serviço público, vai ser explorado no regime privado –, ou se ele vai ser explorado no regime público; e, no regime público, nós temos uma bipartição: permissão ou concessão. Se for no regime público, a licitação é uma necessidade. Se for no regime privado, ela não necessariamente tem que ser feita. É o Congresso Nacional que vai decidir isso. E, ao fazer essa decisão, o Congresso Nacional pode optar, como já o fez para outros setores, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adotar um modelo de assimetria regulatória, ou seja, de usar mais de um modelo ao mesmo tempo. É o que acontece, por exemplo, no setor portuário, em que nós temos os portos organizados, que podem ser concedidos pela União – inclusive a União não tem nenhum hoje nessa situação; tinha, até algum tempo atrás, o Porto de Imbituba, em Santa Catarina, mas a concessão terminou –, podem também arrendar só alguns terminais do porto organizado, porque é um porto público, mas existem também os chamados portos privados ou TUPs, que são explorados mediante autorização, e a atividade que é ali desenvolvida não caracteriza serviço público. Nós temos os TUPs concorrendo com os portos organizados. Os TUPs têm algumas vantagens; os portos organizados têm outras. No setor de telecomunicações, também acontece uma coisa bastante parecida; no setor de energia elétrica, também há situações dessa assimetria regulatória.

O que esse projeto de lei que nós estamos discutindo procura introduzir é justamente essa mesma assimetria regulatória – que é avaliada positivamente no setor portuário, no setor da energia elétrica, no setor de telecomunicações – também para o setor ferroviário.

Portanto, parece-me que a Constituição não definiu se o serviço tem que ser explorado como serviço público, mediante concessão ou permissão, ou se ele vai ser explorado mediante autorização ou mediante uma combinação das duas hipóteses. Quem deve decidir isso é o Congresso Nacional, e o projeto de lei representa justamente uma oportunidade para que isso seja feito.

Passando para a segunda questão: a desapropriação. Eu concordo com a leitura de V. Exa., Senador Jean Paul Prates, de que o projeto de lei, na sua redação atual, permite que o futuro autorizatário da infraestrutura ferroviária possa, se tiver uma autorização específica que lhe seja dada em lei ou contrato, promover desapropriações. O projeto de lei permite isso. Isso não discrepa do que nós temos na legislação brasileira atualmente vigente.

A nossa atual Lei de Desapropriações, na sua redação em vigor, o Decreto Lei 3.365, de 1941, prevê no seu art. 3º que: "Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de Poder Público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato". Essa expressão "funções delegadas do Poder Público" é uma expressão bastante ampla. Entende-se que a autorização é uma das espécies de delegação. Portanto, no ordenamento jurídico atualmente existente, mesmo que o projeto de lei não falasse nada sobre o assunto, seria perfeitamente possível sustentar a possibilidade, a juridicidade, a legalidade de atribuir a esse autorizatário o poder de promover desapropriações.

Há aí uma diferença que é muito importante de ser percebida. Em outros debates que esta Casa já realizou sobre o tema da desapropriação, talvez não tenha ficado clara e, quando ela não fica clara, gera muitas confusões. Há uma diferença entre decretar a utilidade pública ou o interesse social de um determinado bem, para que esse bem seja passível de desapropriação, e a atividade executiva de promoção da desapropriação.

O que o art. 3º da lei em vigor e o que também o projeto de lei permitem é que esse delegatário do Poder Público faça a promoção da desapropriação, ou seja... Acredito até que a redação pode ficar mais clara, mas, como está modificando justamente o art. 3º, que é o artigo que fala de quem promove a desapropriação, parece-me claro que o objetivo é alterar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente esse aspecto, embora, claro, seria interessante evitar qualquer tipo de interpretação equivocada.

Então, o delegatário não escolhe qual bem é passível de desapropriação; quem escolhe é o Poder Público. Então, continua sendo necessário um decreto, que é um decreto do Chefe do Poder Executivo, da União, do Estado, do Distrito Federal ou dos Municípios, que declare utilidade pública de determinado e, portanto, o torne suscetível de ser desapropriado. E há também duas exceções da legislação federal, salvo engano, para que o DNIt e a ANTT também façam essa declaração de utilidade pública. São as duas únicas exceções que eu conheço em que não há decreto do Chefe do Poder Executivo. Fora o caso do DNIT e da ANTT, precisa-se sempre de decreto. Estamos falando de um serviço federal em que seria necessário, inclusive, um decreto do próprio Presidente da República, e nós sabemos como a tramitação dos decretos presidenciais não é nada simples, não é fácil de obter algo do tipo. Então, isso o decreto não muda.

Essa promoção das desapropriações pelo particular, embora gere estranheza, é muito antiga na nossa legislação. E já houve outras tentativas de ampliá-la ou de deixar mais claras quais são as situações que se encaixam naquilo que hoje a lei traça como um conceito geral, funções delegadas do Poder Público. A mais notória, e eu tive a oportunidade de ser testemunha ocular dela, foi durante a edição da Medida Provisória nº 700, de 2015. Apesar de ser Procurador do Município de Belo Horizonte de carreira há mais de 10 anos, eu passei três anos cedido para União Federal, trabalhando aqui em Brasília. Nessa época, eu estava no antigo Ministério das Cidades, que participou das discussões que geraram a edição da Medida Provisória 700, que tinha como um dos seus principais temas alterações de redação do Decreto-Lei 3.365, de 1941, e também da legislação registral que tratava do assunto.

Essa medida provisória, que caducou sem ser apreciada pelo Congresso Nacional, alterava também o art. 3º até de maneira mais corajosa e agressiva do que a versão que está agora no projeto de lei. Na verdade, eu acho que nós podemos até dizer que o projeto de lei, na parte que altera o Decreto-Lei 3.365, de 1941, é uma espécie, Senador Jean Paul Prates, de versão descafeinada da Medida Provisória 700. Ele é uma síntese que pega os aspectos principais, abandona alguns aspectos que poderiam gerar alguma polêmica e vai só naquilo que foi o essencial. Particularmente, prefiro até a versão com cafeína. Acho que algumas alterações na Medida Provisória 700, que lá estavam, fazem falta aqui.

Na época, no Congresso Nacional, essa medida caducou justamente, porque o prazo fatal para a sua apreciação pelo Congresso Nacional coincidiu com a tramitação do processo de *impeachment*. Então, essa não foi nem a única, mas várias medidas provisórias caducaram, porque, evidentemente, o Congresso Nacional tinha uma questão de extrema importância, de importância capital, que demandava a sua deliberação, e se concentrou nela. Aí isso não foi levado à votação, e a medida provisória, infelizmente, caducou, embora tenha recebido na época apoios importantes.

Essa medida provisória, que ampliou esse elenco e essa possibilidade de desapropriação por particulares, foi uma medida provisória que recebeu na época uma contribuição muito importante da Prefeitura de São Paulo. Eu me lembro até de que a então Relatora do projeto de lei de conversão da medida provisória na Comissão Mista, a Deputada Soraya Santos, comentou, numa reunião com integrantes do Governo, que recebeu, inclusive, na época, uma ligação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeito Fernando Haddad, então Prefeito de São Paulo, que solicitava a ela que fizesse o máximo esforço para que essa medida provisória pudesse ser apreciada e aprovada.

E, realmente, acredito que essa medida provisória tenha feito falta. Talvez, com ela, alguns projetos urbanísticos importantes que o Município de São Paulo vinha tentando implementar tivessem saído da gaveta mais rápido, justamente pela agilidade que essa desapropriação promovida pelo particular pode propiciar, estando baseada, é claro, num decreto de utilidade pública. Então, o ato, vamos dizer assim, soberano, o ato mais agressivo, que é o enquadramento do imóvel como suscetível de desapropriação, continua sendo um ato da autoridade pública.

Devo dizer da minha experiência, Senador, com essa questão. Devo dizer que, em geral, as concessionárias e outras delegatárias de serviço público não gostam quando se cogita transferir a elas a atividade de promoção de desapropriação, não só porque é uma atividade extremamente desgastante, mas também porque a percepção das empresas em geral é a de que elas têm uma maior dificuldade negocial com os proprietários do que o Governo, têm menos poder de barganha. E, às vezes, na fixação do preço, a má fama das entidades públicas acaba contando a seu favor, porque o particular pensa assim: "Não vou aceitar esse acordo ruim, porque senão não vou receber nada". Mais vale um pássaro na mão do que dois voando, ainda mais se nós estivermos falando de Estados e Municípios que têm atrasos sistemáticos no pagamento de precatórios. Se for União, tudo bem. A União paga os precatórios rigorosamente em dia. Se estivermos falando de Estados e Municípios, o particular aceita mesmo o mais rápido possível, pelo medo do inadimplemento ou de uma demora tão grande que, na visão dele, quase se equipara ao inadimplemento. Quando nós estamos falando de concessionários, normalmente, e mais ainda no setor ferroviário, são grandes empresas com patrimônio expressivo, a possibilidade de o particular, em caso de litígio sobre o valor do imóvel, receber esse valor de uma maneira rápida é muito maior.

Então, acredito até que, se essas empresas assumirem a atividade de promoção de desapropriação, as indenizações vão ser mais justas e vão subir, porque não terão esse deságio gerado pelo risco de inadimplemento do Poder Público. E mais: o projeto de lei também, como a Medida Provisória 700, não obriga que isso ocorra em todos os casos. O projeto permite que lei ou contrato atribua essa função de promoção de desapropriação para o delegatário. Na modelagem do empreendimento, o Poder Público vai avaliar se ele pretende naquele caso reter para si esse poder ou se ele pretende delegar ao particular. O particular não vai ter esse poder em todos os casos necessariamente. Ele poderá ter esse poder, como já pode hoje. O projeto deixa isso mais claro, porque ele tem um elenco concreto de quem pode receber essa competência, enquanto hoje nós temos essa visão geral – funções delegadas do Poder Público pode gerar mais controvérsia –, mas é uma possibilidade que já existe e que constitui, no fundo, uma relativização bem-vinda do direito de propriedade.

Nós sabemos que na nossa Constituição o direito de propriedade não é absoluto. Não é justificável que o direito de propriedade possa funcionar como um verdadeiro poder de veto sobre empreendimentos que transcendem em muito os interesses daquele proprietário, sobretudo se nós estivermos falando de empreendimentos lineares, como ferrovias. E, às vezes, por questões ambientais, urbanísticas, de preservação do patrimônio cultural, as alternativas locacionais, ou seja, de alteração do traçado são altamente restritas. Não é razoável que alguém, só por ser proprietário de um imóvel sobre o qual vai passar um pequeno trecho de uma ferrovia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessa nacional, possa se aproveitar dessa circunstância para capturar o interesse público e exigir a indenização que ele quiser fixar, por causa da falta de alternativa, sendo que o que a legislação prevê é a indenização justamente pelo preço de mercado.

Se o cálculo da indenização, se os laudos estiverem bem-feitos, o patrimônio do particular não está sendo reduzido. Ele está sendo trocado pelo equivalente, ainda que isso seja uma agressão, porque a desapropriação é uma imposição, não há uma redução do seu patrimônio, há apenas uma alteração do que constitui aquele patrimônio, e ele pode comprar um outro imóvel em condições parecidas, em outra situação, se quiser, ou pode ficar com o dinheiro, enfim, pode fazer aquilo que entenda que é o melhor, mas não pode, só por conta da circunstância da eventualidade de o seu imóvel estar num traçado, ele exercer um verdadeiro poder de veto sobre o empreendimento, que afeta o interesse de milhões de pessoas e o interesse nacional muitas vezes.

E aí, Senador, parece-me importante pontuar que a timidez do projeto de lei no aproveitamento do conteúdo da Medida Provisória 700 pode gerar alguns problemas. Se nós formos revisitar a Medida Provisória 700, veremos que ela não só alterou diversos dispositivos do Decreto-Lei 3.365, de 1941, a nossa Lei de Desapropriações, como, de certa forma, espelhou essas alterações na legislação registral, sobretudo a Lei 6.015, que é a Lei de Registros Públicos. E o projeto de lei não repete esse espelhamento. Isso pode gerar algum risco de ineficácia de certas medidas, por exemplo, o projeto aproveita uma possibilidade que está lá na Medida Provisória 700 que é a permissão de alienação de direitos decorrentes da imissão imediata na posse. O Poder Público, quando vai desapropriar, e não há acordo com o proprietário sobre o valor da desapropriação e ele tem urgência em tomar a posse do imóvel, para dar início à implementação do seu empreendimento, ele pode depositar o valor previsto no laudo em juízo, continuar discutindo o valor da indenização, e vem uma ordem judicial que determina que ele seja imediatamente imitido na posse, ou seja, a posse é transferida para o Poder Público antes do final do processo de desapropriação.

Quando nós estamos falando de empreendimentos urbanísticos como esses que motivaram o Prefeito Fernando Haddad a se interessar pela Medida Provisória 700, isso é dramático, porque, no caso dos empreendimentos de renovação urbana, de reparcelamento, o Poder Público desapropria o imóvel para repassar o imóvel para um particular que vai dar aquela destinação urbanística. Ele não precisa ser o dono do imóvel, ele quer requalificar a área simplesmente, que a área seja mais verde, que a área tenha mais ciclovias, enfim. Então, não é para poder ser dono de imóveis para alugar para terceiros. Ele vai desapropriar, porque há um proprietário que está sendo obstáculo à implementação daquele empreendimento, depois vai repassar para um terceiro. Só que, se o processo da desapropriação não termina, ele não tem a propriedade, ele tem só imissão provisória na posse. Como é que ele vai passar para o terceiro?

E aí a Medida Provisória 700 tentou resolver isso criando um outro direito real, transformando essa imissão imediata ou imissão provisória na posse, que já existe na nossa legislação, num direito real transmissível, que, consequentemente, pode inclusive ser dado em garantia para financiamentos bancários. O projeto de lei aproveita isso, só que o projeto de lei não altera a redação da Lei de Registros Públicos para prever que esse direito real é passível de registro, como uma promessa de compra e venda, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, sem essa alteração, é possível que haja um impasse nos cartórios, porque nós vamos depender de que o registrador interprete a alteração na Lei de Desapropriações como já automaticamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COUTO GARCIA – ... geradora de uma alteração no regime registral. E os registradores são conservadores por natureza, por conta do risco de responsabilização pessoal decorrente do descumprimento da lei. Então, pode surgir um impasse. Por que não aproveitar as alterações da Lei de Registros Públicos que já estavam lá na Medida Provisória 700?

Por fim, para terminar os meus últimos 30 segundos, é a questão da contribuição de melhoria. Parece-me, Senador Jean Paul Prates, que nós precisamos de uma nova lei complementar de contribuição de melhoria. Nossa legislação é muito antiga, é da década de 60. Não por acaso, a contribuição de melhoria não funciona na prática, ela não é implementada. Quando há algum Município que a gente ouve falar que implementa, quando a gente vai olhar de perto a experiência não é contribuição de melhoria nada, é uma vaquinha. O pessoal vai lá e se organiza, e tem contribuições voluntárias. E, se o particular quiser resistir, ele resiste. E me parece, não estamos na CCJ, que esse tema seja reserva de lei complementar.

Então, acredito que esses são os pontos principais em que V. Exa. havia manifestado interesse. Espero ter conseguido endereçá-los.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Fernando, muito obrigado por ter vindo para estar com a gente aqui, compartilhando a sua experiência, que foi aqui também em Brasília, mas agora é lá em Belo Horizonte. Veio até aqui para nos expor esse histórico importante e que, certamente, vai levar a outras decorrências naquilo que nós já estamos figurando em relação à desapropriação e em relação ao reordenamento urbano.

Vou passar para o Victor. Victor, dá para fazer em 20 minutos?

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certinho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, meu amigo Victor.

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO – Boa tarde a todos!

Agradeço especialmente ao Senador Jean Paul Prates pelo convite. Como servidor aqui da Casa, para mim é uma honra passar para o lado de cá do balcão e poder falar também como um especialista.

Grande parte do que eu teria dito, se tivesse sido o primeiro a falar, já foi dito. Então, vou aproveitar esta oportunidade para falar menos, mas também para tratar de alguns assuntos que ainda não entraram na discussão. Eu queria começar chamando a atenção para o confronto da realidade brasileira em comparação com aquelas fotografias que o Geraldo mostrou aqui do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Japão. Ele mesmo também trouxe fotografias aqui do Distrito Federal, mostrando o subaproveitamento completo do nosso sistema ferroviário. Mas eu, que sou paulistano também, embora esteja que há 25 anos, em Brasília, chama-me a atenção o subaproveitamento do entorno das estações do metrô de São Paulo.

Quem anda por ali... Eu não só frequento, como a minha família tem propriedades, uma propriedade próxima à estação de metrô, eu posso dar o testemunho do absoluto subaproveitamento desse entorno de estações do metrô da cidade mais rica do País. Até por experiência própria, eu posso dizer.

A minha família tem uma pequena loja próximo à estação Vila Mariana, que são conjuntos de casas geminadas, e nós somos frequentemente consultados por interessados, por incorporadores sobre a possibilidade de vender para justamente ser feita uma verticalização. Porque, assim que o metrô foi implantado, foi alterado o zoneamento daquela região para permitir a verticalização. Quer dizer, essa ideia do desenvolvimento orientado pelo transporte é muito antiga, não tinha esse nome, mas já existia isso desde a década de 70 no mínimo, aqui no meio brasileiro.

E as leis de zoneamento, os planos diretores foram alterados para viabilizar isso. Mas não aconteceu. A gente volta lá, 30, 40 anos depois, e continuam as mesmas casinhas. Por quê? Porque o incorporador não consegue comprar tudo, sempre falta um. No nosso caso lá, por exemplo, o imóvel é muito pequeno, ele tem 116 metros quadrados, então, o incorporador precisa comprar aproximadamente dez móveis contíguos para viabilizar um aproveitamento adequado. E ele não consegue. Não necessariamente, porque um ou outro proprietário quer extrair uma renda pouco maior. Nós também temos problemas em que a desapropriação é necessária, problemas fundiários dos mais variados, desde empresas que estão em recuperação judicial ou em falência, inventários que ainda não foram concluídos, condomínios gerados em função de heranças em que há muita gente que é proprietária do imóvel... São infinitos. São situações de irregularidade fundiária mesmo, de ocupação, de problemas de matrícula...

A desapropriação tem uma grande vantagem, entre outras, porque, de certa forma, ela supera tudo isso. Como era uma forma originária de aquisição da propriedade, tudo que havia antes desaparece. Então, todos aqueles problemas que poderiam existir passam a ser problema de quem vai receber o dinheiro, mas o uso da propriedade é liberado, segue em frente livre para o empreendedor.

Eu considero que a possibilidade da desapropriação para essas operações de reparcelamento do solo e as alterações promovidas no decreto-lei de desapropriações citadas aqui pelo Fernando se aplicam, inclusive, fora do contexto ferroviário. Então, elas têm um valor em si mesmas de extraordinária importância. São inúmeras situações em que esses reordenamentos urbanos são necessários.

O Secretário até mencionou aqui o entorno das áreas portuárias. Nós temos, nas grandes capitais brasileiras que foram criadas em torno de portos na origem, áreas portuárias que demandam uma reordenação. Hoje em dia, grande parte da logística é feita por portos que estão longe da área urbana, são portos mais recentes, mas aqueles portos antigos ainda estão lá na cidade, de certa maneira quase atrapalhando a cidade e com um potencial fabuloso, a exemplo do Porto Maravilha que é uma iniciativa meritória no Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A possibilidade de desapropriação das áreas que se façam necessárias para viabilizar esses projetos é absolutamente fundamental. E nós não podemos nos acostumar a uma visão muito restritiva do objeto da desapropriação que é o que prevalece entre nós, apesar de a legislação desde o decreto-lei de 1941 ser mais ampla, quando se imagina que só se pode desapropriar o equipamento que vai ser mantido como bem público. Se nós observarmos com atenção o entorno de obras públicas em todo o Brasil, principalmente urbanas, obras rodoviárias, ferroviárias, de toda natureza, vemos com frequência que a cidade foi seccionada pela obra pública e que o tecido urbano antigo não foi alterado. Então, ela não só não está sendo aproveitada em termos da receita que ela poderia gerar, como ela está gerando problemas de incômodo no entorno imediato daquele equipamento.

Então, em lugar de gerarmos receita, valor econômico, nós estamos gerando desvalorização em muitos casos, pelo menos no entorno mais imediato, em que o equipamento pode gerar ruído, em que o equipamento pode gerar tráfego de carga, poluição, etc. Então, é preciso reordenar todo o entorno de uma intervenção de grande porte no meio urbano para que ela não gere efeitos negativos e para que ela possa, então, gerar efeitos positivos que sejam aproveitados economicamente, como foi dito anteriormente.

Como Consultor aqui do Senado, eu tive oportunidade de participar da equipe que elaborou a minuta posteriormente apresentada, que se tornou projeto de lei. Então, eu gostaria de trazer aqui para os senhores um pouco da reflexão que foi incorporada ao projeto.

Os objetivos urbanísticos desse tipo de intervenção constam do projeto. O Secretário aqui já os expôs muito bem. São objetivos que, ao mesmo tempo, têm a ver com a política de mobilidade, que precisa ter uma demanda assegurada para viabilizar economicamente o transporte de massas. São objetivos urbanísticos, quer dizer, você dar o pleno aproveitamento do solo urbano, cumprindo, assim, a função social da propriedade, e a redução desses impactos negativos, evitar impactos negativos quando a intervenção não reordena o entorno.

Uma preocupação que houve e que está incorporada ao projeto é que ele é muito claro ao dizer que qualquer intervenção no meio urbano tem que respeitar o plano diretor e o plano de desenvolvimento urbano integrado quando for região metropolitana. Isso é muito importante, porque uma parte, vamos dizer, da hostilidade que a sociedade tem com relação a esse tipo de projeto é que já houve no passado tentativas de se fazerem grandes projetos urbanos sem adequada discussão urbanística, ou seja, projetos impostos unilateralmente por um Prefeito, porque a sociedade é pega de surpresa, de repente todo mundo fica sabendo que vai ser desapropriado. A desapropriação tem todos esses problemas que o Fernando citou.

Então, ao vincular qualquer intervenção urbana ao plano diretor e ao plano metropolitano, porque já são regulamentados pelo Estatuto da Cidade e pelo Estatuto da Metrópole, tem *status* até constitucional, indiretamente o que está se dizendo? Que esse tipo de intervenção, primeiro, vai estar integrado no planejamento geral da cidade. Não tem nenhuma intervenção que impacta mais uma cidade do que o transporte de massas, especialmente o transporte ferroviário, os metrôs. Então, essas intervenções têm que estar integradas no planejamento urbano, não só pelo impacto no entorno imediato, mas pelo impacto geral na cidade.

Esses planos têm um regime jurídico de elaboração e aprovação. Quer dizer, o Estatuto da Cidade garante participação popular, são aprovados por lei. Então, é a Câmara Municipal que vai aprovar um plano diretor desse. E, depois, existe o projeto específico da intervenção urbana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto urbanístico, que também tem que ser aprovado pelo Município. Quer dizer, no caso, nós não temos muito bem resolvido no Direito brasileiro esses projetos de intervenção em áreas já urbanizadas, mas, digamos assim, é um projeto de reparcelamento do solo. Então, ele tem equivalência a um projeto de parcelamento do solo. Então, é um projeto que tem que ser aprovado pela prefeitura. Como um projeto de reparcelamento do solo, a prefeitura vai poder usar todas as prerrogativas que ela tem quando ela aprova um projeto de parcelamento do solo. Quais são essas prerrogativas? Definir as chamadas diretrizes de urbanização. O que há nessas diretrizes, de acordo com a Lei 6.766?

A prefeitura define as praças, as ciclovias, a drenagem, se tiver recursos hídricos, o uso desses recursos hídricos, ou seja, a prefeitura define tudo que ela vai precisar para si, os equipamentos para escolas, para postos de saúde, para esportes, para cultura... Então, a prefeitura faz parte do projeto, ela diz tudo o que vai precisar naquele entorno, e o resto é área privada que vai ser aproveitada economicamente para viabilizar o conjunto da intervenção.

Outra coisa que eu gostaria de destacar aqui é que o projeto prevê a criação, para executar esse tipo de intervenção, de uma sociedade de propósito específico. Essa sociedade pode ser criada pelo operador ferroviário ou não, pode ser criada por outro arranjo qualquer. Então, essa sociedade de propósito específico é uma técnica de financiamento de projetos bastante conhecida – a terminologia em inglês é *project finance* – em que você segrega as receitas e as despesas de um projeto e o patrimônio de um projeto para que ele alcance viabilidade econômica e possa ser financiado depois por capital ou por dívida, eliminando riscos associados aos seus diversos atores. O que eu quero dizer com isso? Um projeto constituído como uma sociedade de propósito específico, em que se demonstra a viabilidade financeira desse projeto, alcança facilidade para obter financiamento bancário, para emitir debêntures, para conseguir financiamento das mais variadas formas do próprio mercado.

Agora, nós colocamos algumas regras para o caráter imobiliário dessa sociedade. A principal delas é a possibilidade de que os proprietários se tornem sócios dessa sociedade de propósito específico. Como? Integralizando o capital através da entrega do imóvel. Isso é uma modalidade de *land readjustment,* dentre aquelas que o Geraldo citou, empregada em alguns países. O projeto não obriga, apenas abre essa possibilidade, mas eu acho que ela cria possibilidades extraordinárias para viabilizar essas operações. Por quê? A outra técnica de *land readjustment* muito conhecida é uma espécie de permuta de imóveis, que o Geraldo também apresentou aqui muito bem, em que o proprietário entrega um determinado imóvel e recebe em troca outro imóvel que vai ser construído depois. Para isso, você já tem que ter o projeto final muito bem-acabado, você tem que saber exatamente o que vai ser esse projeto final. E você tem todo um processo difícil de negociação dessas permutas. Uma pequena casa térrea vale quantos apartamentos que vão ser construídos de que metragem? Você tem que avaliar as duas coisas: quanto vale a casa, quanto vale o apartamento. Então, a dificuldade de você chegar a um acordo numa situação desta é maior. Agora, se você permite que o proprietário simplesmente se torne um sócio desse empreendimento, especialmente se o empreendimento está bem desenhado e tem comprovada a viabilidade financeira dele, é muito mais simples.

O proprietário simplesmente vai entregar o imóvel, vai ser avaliado esse imóvel, e isso vai se tornar uma cota da capital da sociedade ou de um fundo imobiliário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembraria que o Brasil hoje tem centenas de fundos imobiliários que funcionam muito bem. Isso já é uma realidade conhecida das pessoas. Hoje em dia, qualquer pessoa, através de sua corretora, pode investir até R$100 num fundo imobiliário e se tornar cotista de um empreendimento de grande porte. Então, isso já é uma coisa muito simples. A ideia aqui do projeto é simplesmente fazer a conexão dessa situação com esse sistema que já funciona muito bem.

Outro aspecto que não foi levantado até o momento é que nós, de fato, explicitamente, fizemos uso de toda a reflexão que o Congresso já tinha feito em torno da MP 700 e trouxemos da MP 700 um elemento importante que endereça um problema muito comum: a situação das pessoas que não são proprietárias dos imóveis que habitam, especialmente os posseiros em núcleos urbanos informais consolidados, como favelas e outras situações das mais variadas que respondem por uma parcela enorme do desenvolvimento urbano brasileiro. Todos nós sabemos disso. A atual Lei de Desapropriações não permite que essas pessoas sejam desapropriadas, essas pessoas não têm imóveis para serem desapropriados. Então, o Poder Público tem uma enorme dificuldade em justificar um pagamento para essas pessoas saírem de lá, para poder, então, ser feito o empreendimento. Por outro lado, não seria justo bloquear o empreendimento pela presença dessas pessoas ali, desses assentamentos ali. Se o assentamento regular não justifica o obstáculo ao empreendimento, não vai ser o assentamento irregular que vai justificar. Então, nós temos que ter uma solução de indenizar essas pessoas. Então, nós trouxemos da MP 700 um dispositivo nesse sentido que permite uma indenização por todo o investimento que elas já fizeram ali na região.

Eu acho que o Fernando esclareceu muito bem os questionamentos do Senador sobre desapropriação e contribuição de melhoria. Eu apenas destacaria o seguinte: nós não podemos confundir a natureza privada do empreendimento, seja ferroviário, seja empreendimento imobiliário ao redor, com uma suposta ausência de interesse público ou de utilidade pública do empreendimento. Eu acho que quem quer que tenha prestado atenção aqui à posição do Secretário e do Geraldo percebeu claramente o enorme interesse público que existe em fazer esse aproveitamento urbanístico do entorno dos equipamentos de transporte coletivo. Isso é fundamental para as cidades brasileiras. As nossas cidades sofrem de problemas terríveis de excessivo espraiamento, de periferias enormes que se espalham caoticamente, digamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO – ... assim, justamente porque nós não conseguimos fazer o adensamento onde ele tem que ser feito.

Então, o mercado imobiliário procura glebas onde elas existem, e elas existem lá na periferia distante. Nós tivemos que oferecer glebas bem situadas no centro de cidades para gerar o melhor aproveitamento urbano possível e permitir o adensamento. Hoje em dia, a sociedade brasileira discute muito mobilidade, a questão do pedestre, a questão da bicicleta, até do patinete. Nós precisamos redesenhar as cidades para viabilizar isso, afastando assim a necessidade do automóvel. Para redesenhar a cidade, nós precisamos justamente de remembrar esses terrenos, fazer a infraestrutura de transporte coletivo e, no entorno dela, criar um ambiente favorável a esses modos de transporte não motorizados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é de enorme interesse público isso e, com isso, a gente consegue oferecer imóveis em áreas adensadas e com infraestrutura. Esse é até um caminho para a política habitacional brasileira, que tem que oferecer imóveis dessa natureza, não imóveis distantes da malha urbana. Então, o interesse público, a meu ver, é absolutamente claro, lembrando que não é interesse público abstrato, é interesse público em que um plano diretor vai definir onde e como vão ser feitos esses empreendimentos. Também não é o empreendedor privado, da cabeça dele; ele vai estar executando um projeto público, ainda que em regime de concessão, de autorização, de direito privado.

Sobre a questão da contribuição de melhoria, eu acho que é um tema que precisa ser aprofundado. Como o Fernando disse muito bem, nós temos que rever toda a legislação desse tributo, mas eu destacaria o seguinte: primeiro, a contribuição de melhoria é um mecanismo de financiamento viável, empregado, por exemplo, na Colômbia, com muita frequência. Muitas obras são financiadas pela contribuição de melhoria. No nosso caso específico, ela tem um papel importante que é o seguinte: uma coisa é reurbanizar o entorno da estação por uma necessidade urbanística, agora, existem imóveis em que não há necessidade de se reurbanizar, que estão além desse perímetro mais imediato, mas que também se valorizam. Então, também não é justo que eles recebam essa valorização sem uma contribuição específica, e é um ganho econômico que tem que ser transformado em um ganho financeiro para o projeto. Na nossa avaliação, quando fizemos o projeto, entendemos o seguinte: a arrecadação da contribuição de melhoria é que vai ser do empreendedor, não a fixação da contribuição de melhoria. Então, como tributo que ela é, assim como a desapropriação, por analogia, ela tem que ser instituída por lei, ela tem que observar todos os requisitos previstos no Código Tributário e na legislação específica de contribuição de melhoria. A analogia, a meu ver, é exata com o que foi dito sobre desapropriação. A prerrogativa é sempre do Poder Público, agora, a contribuição é para financiar uma obra, então, nada mais justo que quem faça a obra receba a contribuição. Talvez seja necessário um ajuste maior nisso, mas a ideia de que apenas a arrecadação, que é feita pelo empreendedor, nós entendemos que poderia estar contemplada no projeto como foi feito.

Agradeço muito a oportunidade e fico à disposição para perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Victor, eu que agradeço a você por estar hoje aqui e estar nos ajudando nesse processo todo, juntamente com a Liliane e o pessoal da assessoria do Senado. Muito obrigado. Para nós é uma satisfação contar com a assessoria de vocês.

Eu queria salientar aqui a importância deste assunto, apesar de parecer um pouco inóspito às vezes, um pouco jurídico demais, a questão dos direitos reais que envolvem isso, mas me dá a impressão, ao ouvir vocês aqui, principalmente o ministério, o Fernando teve essa experiência também lidando com isso, que nós tocamos a superfície do assunto, por questão da matéria do setor ferroviário, de fato, e acaba abrindo caminhos literalmente para algumas importantes questões do reordenamento urbano em si.

Aí, aproveitando aqui e tomando a liberdade de começar um pequeno debate rápido, sem querer alongar demais, só para arrematar alguns entendimentos, anotei aqui três itens que eu queria que vocês falassem rapidamente cada um, Jean, Geraldo, se possível, uma coisa que me ficou lá do início ainda. A questão da regulação, voltando aos trens urbanos e interurbanos, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde vai hoje – para o usuário, para a audiência saber –, de forma bem simples, quem regula isso de fato hoje no Brasil e até onde podemos alterar isso. Claro que uma lei pode quase tudo, mas até onde deveríamos mexer nessa ordem de jurisdições entre Federação, Estados e Municípios.

Agregando o Fernando à segunda pergunta, voltando à questão do serviço público. Vocês acham que faz falta a gente eventualmente acabar com a dúvida e colocar alguma coisa numa lei, nesta ou noutra, em que a gente defina claramente até onde vai o conceito de serviço público no caso de transporte ferroviário? O limite poderia ser, por exemplo, até onde ele compete diretamente com o rodoviário urbano? A partir disso, linhas turísticas, linhas específicas, tudo isso já não seria, porque seriam parte de projeto privado, atividades ligadas por lei, mas não necessariamente serviço público? Poderia haver alguma limitação mais clara sobre isso? Porque isso vai delimitar também o que pode ser autorizado e o que tem que ser concessionado e toda a decorrência disso, no sentido dos controles, de reversão de bens, etc., etc. Então, essa é uma segunda pergunta, essa questão de serviço público e não serviço público. Porque me parece que alguém, obviamente alguns vão levantar que, do ponto de vista de um trem urbano essencial para uma pessoa ir do trabalho para casa, isso se assemelha por demais a um ônibus, portanto seria um serviço público urbano. E as demais linhas talvez não precisassem ficar nesse quadro, uma linha turística, uma linha como eu mencionei, meramente comercial, que oferecesse serviço específico de passageiro e carga para uma cidade do interior, enfim, não estariam nesse mesmo quadro.

Por fim, o terceiro item é em relação a questão de se inserimos aqui um pouco mais de especificidade sobre desapropriações e até sobre contribuições de melhoria ou se a gente estaria mais ou menos contemplado com os textos, apesar de uma alteração que salta aos olhos, que é no §3º do art. 44 proposto, em que o projeto original diz que "a entidade poderá desapropriar". Isso gerou tanta confusão, porque muita gente veio me perguntar se a gente estava propondo que os privados desapropriassem, e a gente então tem que inserir, como na outra MP, no outro parágrafo da mesma natureza, dizer que "poderá promover a desapropriação". É bem diferente. Esclarecido isso, mesmo assim, se vocês acham que há outras coisas – Victor também – que a gente poderia especificar melhor, ou deixar assim para ferrovias e partir para uma iniciativa legislativa diferente no sentido de desapropriações em geral, salientando que, quando o Victor chamou a atenção para essa questão da ocupação informal, dos núcleos mais informais, esse é o Brasil real. A gente vai encontrar muito, principalmente na questão dos trens urbanos. Não é um parágrafo isolado para atender a um caso muito específico; é a maior parte dos casos. Em Natal mesmo, capital do meu Estado, a gente sabe perfeitamente que, por onde passam essas ferrovias, se aglomeraram pessoas em torno. Em algumas servidões já abandonadas, também. Então, esse processo de – entre aspas – "titularizar" rapidamente, ou mesmo que informalmente, para efeito de serem indenizados por investimentos ali realizados, eu acho que é um passo extremamente importante. É por isso que eu estou dizendo que aqui parece que a gente está tratando uma coisa muito específica, talvez inóspita, mas que gera uma série de repercussões e ideias, ou para outras legislações ou para, aqui mesmo, tentar resolver alguns problemas bastante crônicos do planejamento urbano e das ferrovias no Brasil.

Então, só esse capítulo que a gente está falando... Para quem não está acompanhando a lei toda e o projeto, quero dizer a vocês: esse é um projeto extremamente complexo porque ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem aqui, no seu projeto original, que nós vamos mudar, 69 artigos. E nós estamos falando, nessa audiência pública aqui, da Seção 9ª, que tem quatro artigos, quatro artigos que tratam desse tema. Imaginem o quanto esse assunto rende. São quatro artigos em uma lei de 69 artigos, e foi tudo isso aqui. Então, eu queria ouvir a opinião de vocês sobre isso, porque de fato a gente pode abrir *hiperlinks* legais, legislativos, enormes; ou não, ou simplesmente deixar a coisa o mais simples possível, resolver o problema pontual da ferrovia urbana e partir para uma outra solução legislativa mais complexa, uma nova tramitação, etc. Essa era a minha pergunta, mais operacional, mesmo.

Jean, por favor, e Geraldo.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Vou procurar responder rápido para que todos possam também se manifestar, até começando pela última observação do Senador.

Eu tive oportunidade de ver, 15 dias atrás, o trabalho que tem sido muito bem feito na cidade de Medellín, com relação à questão dos assentamentos – que nós colocamos ali – irregulares. Então, eles desenvolveram um sistema de teleférico, um teleférico que, pelo trabalho social, teve um sucesso que no Rio de Janeiro não teve. Então, a diferença não é do sistema, não é do tipo de equipamento ser melhor ou deixar de ser melhor; é o trabalho social. O trabalho social feito em Medellín é muito bom, e está sendo feito ainda. Então, os mecanismos que eles adotaram com relação a como solucionar...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você pode explicar rapidamente, exemplificar o que aconteceu em Medellín especificamente?

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Explico, sim. Medellín, como boa parte conhece, até porque foi muito colocado em filmes, pela história de Pablo Escobar e outros, é uma cidade que, por ter uma parte de topografia muito parecida com o Rio de Janeiro – lá não tem mar, mas tem muito morro –, acabou crescendo muito para as regiões dos morros, com assentamento irregular, com comunidades vivendo em uma violência total, quando surgiu a solução de poder incluir essas pessoas através de um sistema de transporte pelo teleférico. Mas a inclusão pelo teleférico foi parte, porque o trabalho social que foi feito foi muito grande. Primeiro, para onde o teleférico ia avançando, ia se criando uma condição de qualidade, dentro do ambiente, diferenciada – ou seja, construindo núcleos, tipo o nosso Minha Casa, Minha Vida, naquelas regiões onde se promoveu, junto com o núcleo habitacional e as substituições daquelas casas de madeira por sistemas de alvenaria – algumas dessas sendo aproveitadas sem construir nenhum sistema tipo de apartamento, mas tirando aquela condição de casa de madeira por uma casa de alvenaria – a criação de escolas nessas regiões. Tive a oportunidade de ver várias escolas que foram sendo construídas ao longo do empreendimento do teleférico, e as pessoas sendo trabalhadas para isso. Centros de lazer – isso que me deu a ideia, que eu estava comentando com os colegas antes de começar a reunião – para as crianças do lado da estação do teleférico.

Com essa inclusão, as pessoas que viviam ali começaram a sentir que elas eram pessoas. Não era só a conexão delas com a cidade, que passava a existir de uma maneira mais eficiente, mas o trabalho de integração, o trabalho de mantê-las naquela região, que é a vida delas, mas não manter sem nenhum aparelho à sua disposição, mas tendo escola, tendo centro de lazer. Isso tudo fez com que a criminalidade... É claro que ações da área de segurança também foram realizadas, mas não teriam tido êxito se as pessoas não estivessem a favor do Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ou seja, quando o Poder Público se esconde, outros ocupam esse espaço; agora, quando o Poder Público se apresentou e buscou trazer essa inclusão, as coisas foram crescendo juntas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Então, o sistema do teleférico foi subindo e essa condição fez com que as pessoas aderissem. Então, eu acho que no nosso trabalho, é claro que os ajustes têm que ser feitos em questão de se poder ter um valor de ressarcimento a que esse pessoal tem direito. Se está vivendo naquela região, não se pode tirar a pessoa e jogá-la em qualquer canto. Então, o sistema de transporte pode ser, sim, um fator de inclusão social.

É um tema grande. Eu vou fazer, até por dever de ofício, uma apresentação sobre a viagem lá em Medellín. Eu vou convidar, para poder ter um pouquinho mais de tempo para a gente colocar, mas é um *briefing* para não tomar muito tempo.

Com relação à questão da regulamentação, esse é um tema, Senador, em que a gente tem um trabalho muito grande pela frente, porque o Brasil, desde o sistema de concessão das ferrovias, deixou de operar trem de passageiros.

Então, nós não temos trens de passageiros, a não ser os trens metropolitanos. Nós começamos a ter uma legislação, uma regulamentação com relação aos sistemas de trem que nós pensamos em operar, ou seja, nós precisamos diferenciar – ainda não há isto – o que é um trem regional, o que é um trem de longo percurso, o que é um trem metropolitano, questões básicas de regulamentação que precisam ser desenvolvidas.

Nós temos notícia – não é, Geraldo – de um trabalho que foi feito pela Universidade de Santa Catarina – inclusive esse trabalho foi levado lá para a ANTT –, que pode ser, sim, uma semente para poder analisar esse estudo e poder, em cima desse estudo, chegar a uma regulamentação geral com relação ao transporte de passageiros. Então, nós temos muito o que fazer na questão do passageiro.

Com relação ao público-privado, que é a terceira questão, esse é um tema fundamental a ser tratado. Por quê? Porque há atividades, mesmo que sejam desenvolvidas pelo setor privado, como nós temos... Nós não temos a Linha 5? Hoje o sistema de transporte em São Paulo está mais operado por sistema privado do que público. Hoje as Linhas 1, 2 e 3 do metrô são menores do que as Linhas 4, 5, 15, que estão em operação por concessionário privado. E já há a construção da Linha 6, que vai ser privada; ou 17, que já tem concessão privada, só não começou a operar; as Linhas 8 e 9 da CPTM, que já estão levadas para a iniciativa privada. Agora, o serviço é público. Então, quando a gente olha esse envolvimento do sistema metropolitano, mesmo sendo desenvolvido pelo setor privado, ele tem que atender esse vetor, que é da questão pública.

Agora, há casos em que existem, sim, possibilidades de haver os transportes: *shoppings*, sistema turístico... Existem várias empresas de turismo que têm um interesse danado em que haja conexões para determinadas cidades que têm atração turística. Nós temos várias cidades, inclusive de atração turística aqui no Brasil, que podem muito bem ser servidas por um trabalho de trem. Grande parte dessas cidades tem acessibilidade, pelo menos tem uma faixa de domínio de ferrovia que não está sendo utilizada hoje, mas a faixa de domínio existe, e tem uma atratividade forte para um serviço eminentemente privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aspectos que eu só queria abordar para concluir essa questão do público e privado, usando até o Japão aqui do Geraldo. Eu tive oportunidade de ver lá no Japão sistemas de transporte de carga, inclusive dentro das cidades. Por exemplo: pega um centro de distribuição e leva essa carga de um centro de distribuição até os pontos remotos, onde vai ser distribuída aquela carga. Bom, esse sistema, por si só, é um sistema que já atende o interesse do grupo privado, mas esse grupo privado, por serem regiões de uma densidade grande de passageiros, oferece o serviço de passageiros.

Bom, esse sistema, por si só, é um sistema que já atende o interesse do grupo privado, mas esse grupo privado, por serem regiões de uma densidade grande de passageiros, oferece o serviço de passageiros. E, no Japão, o serviço de passageiros prestado por essas empresas tem até uma tarifa menor do que a tarifa pública convencional dos ônibus ou mesmo do sistema de trilhos que há pela cidade.

Então, essas possibilidades também existem. É um foco por que, às vezes, a gente passa despercebido. E um ponto que hoje, na Semob, estamos trazendo, porque é uma responsabilidade nossa a questão do transporte de mercadoria dentro da cidade. Então, isso tem um impacto que pode trazer o interesse para um serviço de carga que traga o passageiro. Agora, no transporte de massa, realmente o serviço privado é importante estar conectado com a determinação daquilo que o serviço público orienta.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Geraldo.

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Obrigado, Senador.

Eu sou engenheiro, e engenheiro não entende dessas coisas de lei, se é melhor, se é pior, se deve fazer uma, duas, juntar, separar.

Eu vou tratar da questão do serviço público de regulação de forma bem prática, dando um exemplo. O transporte coletivo é um serviço público, ele interessa à comunidade toda. A prestação desse serviço pode ser pública, privada, mista. Quando a gente pega a W3 aqui – e, a partir dela, eu quero falar um pouco da regulação –, nós temos, segundo informações que eu recebi, 147 linhas de ônibus sobrepostas no mesmo trecho. Se a gente pegar um projetinho e for desenhar, vai desenhar uma, porque você precisa de uma linha. Faz integrações na Estação Asa Norte, Estação Asa Sul, talvez uma ali no centro, perto da Rodoviária. Então, se a gente tem 147 linhas, o que a gente tem, na verdade, é uma explícita ausência do Poder Público, ele deixou à deriva, e isso vem de longa data, sabe-se lá por quê.

Tive a oportunidade de falar isso com o Governador Ibaneis, também com o Secretário de Mobilidade do DF, que foi Ministro dos Transportes, Valter Casimiro. Vamos botar um olho nisso, ver o que está acontecendo. Quem define a linha é o Poder Público. Não pode ser o privado que vai dizer: "Eu passo aqui à hora que eu quiser". Quem define a linha é o Poder Público; agora, quem presta o serviço, aí a gente entra... São vários aspectos, circunstâncias diferentes e tal.

Nós temos uma legislação sendo tratada aqui e muito bem encaminhada na secretaria – o Secretário começou a tratar desse assunto recentemente – que é a questão da autoridade metropolitana, porque, se numa cidade já é difícil fazer o reordenamento das linhas – e isso é fundamental, porque o bom uso do transporte depende do bom traçado das linhas de transporte –, imaginem numa região metropolitana, em que estamos tratando de várias cidades e cada uma quer fazer do seu jeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Londres, nós temos uma autoridade metropolitana, que estamos usando como modelo nesse nosso projeto – depois você pode falar onde está, onde se encontra –, a TfL (Transport for London). É uma autoridade metropolitana de transporte que define as linhas metropolitanas. Então, acho que a gente deve ter, sim, essa questão no Brasil. Nós estamos tratando. Já temos um projeto apresentado, Secretário? Já apresentamos o projeto?

O SR. JEAN CARLOS PEJO (*Fora do microfone.*) – Ainda não, mas estamos ajustando o projeto de lei dentro...

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Então, nós vamos apresentar para que a gente tenha, em regiões metropolitanas ou Ride, uma autoridade que define: "as linhas são aqui".

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Todas as linhas.

O SR. GERALDO FREIRE GARCIA – Claro, lógico, porque isso define o fluxo da cidade. Inclusive, estando bem definido, você também tem, a partir daí, onde a cidade vai sofrer expansão, porque uma coisa é conectada à outra, uma coisa induz a outra.

Bom, era isso.

Sobre a questão da desapropriação, eu gostaria muito de ouvir o que o Victor tem a falar, onde a gente deve colocar, aonde a gente deve chegar, porque os estudos dele embasaram muito, digamos assim, o que eu tratei a respeito disso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Primeiro o Fernando, depois o Victor, na mesma ordem.

O SR. FERNANDO COUTO GARCIA – Primeiro, Senador, a questão do corte do serviço público. V. Exa. está interessado nesta questão. Vou fazer, primeiro, uma distinção aqui. Eu não tenho conhecimento suficiente da infraestrutura ferroviária para dar uma opinião sobre a questão dos projetos *brownfield,* as áreas em que já há alguma infraestrutura implementada, que podem eventualmente demandar um tratamento diferenciado para isso. Eu acho que precisaria de um estudo de alguém que conhece, em detalhes, a infraestrutura existente para fazer essa afirmação de uma forma mais concreta e não em abstrato.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas você sabe disso tudo se já são concessões ou tem alguma autorização?

O SR. FERNANDO COUTO GARCIA – Não, não existe autorização, que eu saiba, para a questão ferroviária hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Todos são concessões hoje. O.k.

O SR. FERNANDO COUTO GARCIA – Nós temos muita infraestrutura que não está em funcionamento, uma boa parte da nossa infraestrutura.

Em relação a projetos *greenfield,* que vão começar do nada e para que não existe ainda uma infraestrutura, eu vejo muita dificuldade em traçar, na lei, com a generalidade e a abstração que são atributos da lei, um corte para dizer: olha, isso aqui vai ficar reservado só para concessão e permissão, ou seja, regime público, e isso aqui vai poder ser autorização. Eu sou mais simpático à solução da assimetria regulatória: os dois regimes vão conviver para todas as atividades e vamos vendo o que vai acontecer. E o Poder Público não vai perder o controle disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por quê? Ele tem autorização. No regime privado, não vai simplesmente o particular chegar do nada e dizer: "Não, vou fazer uma rodovia aqui, estou começando." Não, ele vai ter que pleitear autorização, vai ter que instruir, vai ter que apresentar os projetos, os estudos, o impacto. E o Poder Público pode dizer: "Não, esse seu projeto conflita com outro projeto que eu tenho aqui, público, nesse caso, vai haver uma canibalização aqui, vai haver um parasitismo dos projetos, negada a autorização."

Então, a autorização, como já existe no setor portuário, serve justamente para permitir que o Poder Público não perca o controle sobre o regime privado. Então, o regime é privado, mas autorizado, não é uma atividade econômica qualquer, totalmente livre para a iniciativa privada, sem autorização.

Acredito que talvez, se V. Exa. ainda sentir necessidade de um reforço em relação a isso, particularmente, eu optaria por um reforço de caráter formal, ou seja, em vez de fazer o corte por tipo da atividade, talvez uma solução seria exigir que a decisão que defere a autorização para que a atividade seja exercida no regime privado conte com uma fundamentação qualificada, ou seja, que o gestor público, que a autoridade pública que vai ter que conceder a autorização seja obrigada por lei a fazer uma fundamentação específica e detalhada a respeito do possível impacto que aquela autorização vai gerar sobre serviços que estão sendo exercidos ou virão a ser exercidos, no curto prazo ou no médio prazo, no regime público. E aí essa análise ficaria para ser feita com base em elementos mais concretos, de modo que a gente evite o risco de que uma solução genérica e abstrata, como aquela que pode ser dada pela legislação, acabe por inviabilizar os benefícios ou dificultar os benefícios que a mudança que está sendo discutida pode gerar.

Em relação à desapropriação, eu particularmente entendo que, quanto mais se escreve, maior a dificuldade de se angariar consenso. Acredito que o projeto de lei, como está redigido hoje, é um avanço na questão da desapropriação. E aí me parece que é uma questão muito mais de sensibilidade política sobre a possibilidade de se angariar consenso sobre acréscimos do que propriamente uma questão técnica. Eu falei aqui da Medida Provisória nº 700 como um exemplo positivo, mas talvez esse possa ter sido um erro do Governo na época da tramitação da Medida Provisória nº 700, porque, mesmo com a tramitação do processo de *impeachment,* se o Governo tivesse sido um pouquinho mais minimalista na época, tivesse deixado de lado algumas alterações que geraram polêmica, por exemplo, a alteração no regime de juros, que gerou na época uma grande dificuldade por conta dos processos de desapropriação para fins de reforma agrária, talvez essa medida provisória pudesse ter tramitado mais rápido e ter sido aprovada antes do processo de *impeachment* ter chegado no finalmente. Aí, talvez, hoje a gente estaria com um regime jurídico melhor.

Então, eu acho que esta é uma sensibilidade que, com certeza, Senador, V. Exa. vai ter, muito mais do que qualquer técnico: qual é a capacidade de se angariar consenso em torno de um número excessivo de modificações?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Fernando.

Victor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO – Comentando a questão também de serviço público, atividade econômica, eu queria trazer um pouco da experiência que nós vivemos, testemunhamos aqui no Senado. Eu estou aqui desde 2002 e acompanhei muito de perto a discussão da reforma portuária. As pessoas que são dessa área, todas, acompanharam muito de perto a enorme polêmica que houve em torno dos terminais de uso privado. O próprio Senado fez inúmeras audiências públicas, a sociedade. Eu nunca vi tantos pareceres de juristas, de economistas, dizendo que... A polêmica na época era se o terminal, que tinha outro nome, de uso privativo poderia prestar serviço para terceiros ou se só poderia prestar serviço para o próprio proprietário. Então, houve polêmicas enormes, pareceres mais afirmativos, definitivos, enfáticos, dos maiores juristas do País.

O Governo, no início, também era muito firme em torno de não permitir isso. Quer dizer, o terminal privativo é só para o proprietário, não pode prestar serviço a terceiro justamente por entender que serviço portuário é serviço público. No entanto, de maneira quase surpreendente para mim, e acho que para todo mundo, em determinado momento – acredito que foi na gestão da Presidente Dilma –, o Governo inverteu a posição. Ele falou: "Não, realmente nós precisamos de investimento portuário. O investimento está acontecendo nos terminais privativos, e nós temos mais é que incentivar essa modalidade. E por que não permitir que se faça investimento para atender o público em geral e não só o próprio investidor?". Foi uma grande surpresa. Eu lembro que a Senadora Ideli Salvatti, por exemplo, que sempre foi contra essa proposta, tornou-se Ministra da Casa Civil, se não me engano, e passou a liderar justamente essa nova visão, que é saudável, porque, nem na política nem na vida, nós não podemos nos petrificar; temos que estar sempre abertos a ouvir o outro e realmente avaliar se a visão contrária não é melhor do que aquela que nós estamos defendendo em cada momento.

Então, quero crer que deu certo. Hoje em dia, mudou-se até o nome: a palavra "privativo" passou a ser "privado", porque privativo é o que é da própria pessoa, e privado é apenas um regime jurídico. Acredito que isso deu certo. Hoje em dia, existem esses investimentos enormes em terminais privados e tal. Anteriormente, talvez a gente pudesse fazer uma reflexão semelhante em torno do celular. Telecomunicações sempre foi tida como serviço público, mas, na década de 90, resolveram dizer o seguinte: "Por que a gente não pode ter livre iniciativa, investimento privado, etc., no celular?" E deu certo também. Hoje em dia, existe aí essa grande competição entre as várias operadoras oferecendo serviços de telefonia celular.

Vendo a experiência de outros países... Por exemplo, esse projeto da Flórida que o Geraldo apresentou me parece ser 100% privado. Em outros países, não existe a necessidade de categorizar essas coisas tão rigidamente. Acredito que a Inglaterra também tem, em várias áreas de infraestrutura, projetos que são privados, embora regulados. Lembro também que os terminais de uso privado portuários são regulados, o celular é regulado. Então, o fato de ser privado não quer dizer que não vai estar regulado.

Confesso que não foi uma reflexão que eu tenha feito – acho que a nossa equipe também não fez, na época da elaboração do projeto, uma reflexão mais aprofundada sobre essa classificação...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO – ... na mobilidade urbana –, mas eu tenderia a pensar da maneira como o Fernando apresentou aqui. Eu acho que abrir uma possibilidade para que o gestor, no caso concreto, avalie o que é melhor talvez seja saudável.

Eu tenho muita preocupação em a gente, a partir de Brasília – digamos –, enrijecer a legislação e coibir a criatividade dos entes subnacionais, especialmente de quem está realmente com a mão na massa, que são os Estados e Municípios, no caso da mobilidade urbana. Acho muito importante a gente ter uma legislação que proteja o interesse público, evite abusos, mas que também garanta a liberdade para o gestor criativo vir com novas ideias e novos modelos. Depois, quando a gente vir que há algum abuso, a gente talvez faça alguma coisa para coibir e, quando der certo, a gente pode fazer alguma coisa para expandir.

Então, essa ideia que o Fernando esposou aqui de assimetria regulatória eu veria também com bons olhos, deixando que os Prefeitos, os Governadores, os gestores, no caso concreto, pudessem avaliar.

Reconheço que a hipótese de um transporte urbano em regime de autorização contrariaria, digamos assim, o nosso entendimento atual desse setor – ela seria alguma coisa exótica. Mas eu não teria receio de abrir uma possibilidade para que, dentro do processo decisório democrático e fundamentado das políticas públicas, que é o que já está presente na legislação tanto urbana quanto de mobilidade, houvesse essa possibilidade. Eu acho que talvez fosse o caso de a gente fazer alguma adaptação no projeto com relação à Lei da Mobilidade Urbana. Eu acho que vocês do Ministério levantaram essa necessidade, que me parece realmente pertinente. Talvez alguma conexão melhor com a Lei da Mobilidade Urbana seja boa para evitar qualquer tipo de contradição entre uma legislação e outra.

Realmente, confirmando aqui a hipótese que o Fernando levantou, quando nós resolvemos aproveitar um pouco da reflexão e do trabalho do texto da MP 700, houve a preocupação realmente de excluir tudo o que era atrito, quer dizer, tudo que era polêmico. Por exemplo, a MP 700 permite desapropriações no regime do RDC em que não existe ainda o projeto básico nem o executivo. Então, existe uma grande polêmica nas associações profissionais dos engenheiros e arquitetos a respeito desse regime jurídico do RDC. Como nós entendemos que não era assunto aqui para entrarmos numa polêmica dessas, nós excluímos essa situação.

Também havia muita crítica à MP 700 sobre a questão dos projetos que são feitos sem adequado projeto urbanístico, etc., embora seja uma crítica injusta, porque a MP 700 contemplava isso. Enfim, nós fizemos questão também de fazer essa vinculação com o plano diretor, com o projeto urbanístico específico aprovado pelo Município.

Realmente houve essa preocupação de aproveitar o mínimo possível, o mínimo necessário da MP 700, embora ela realmente tenha outras contribuições importantes. Talvez a questão do registro público que você citou, Fernando, seja pertinente para levar até o fim essa ideia de aproveitar os direitos decorrentes da imissão provisória na posse e dar pleno aproveitamento a esses direitos, mas, realmente, foi esta a reflexão: aproveitar o mínimo possível.

Eu acho, Senador, que, de fato, esta audiência pública revelou que existem vários outros problemas na legislação que são muito mais profundos, seja na legislação de desapropriação, seja na legislação urbanística, no Estatuto da Cidade – há muita coisa a ser melhorada nessa legislação. Mas me parece que o projeto fez o necessário para excluir problemas. Eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele está bem desenhado nesse aspecto. Talvez outras proposições, no futuro, possam endereçar esses problemas mais amplos que o senhor levanta com toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Victor.

Eu queria agradecer a todos vocês quatro que vieram e salientar que eu deixei correr um pouco frouxo o tempo aqui no final, porque, de fato, eu particularmente encontro, nessas audiências públicas, uma possibilidade até de a gente fazer um debate. Praticamente são três razões. Primeiro, as posições contextualizantes, mas, logo em seguida, algum debate e até alguns acordos já. Ontem, por exemplo, tivemos uma reunião aqui sobre assentamento, sobre energia eólica e solar nos assentamentos, e nós imediatamente acordamos alterações no projeto de lei, na mesma hora que estávamos aqui falando.

E aqui também, de certa forma, estamos decidindo que profundidade dar a esse pequeno capítulo aí, que parece pequeno, como eu disse, mas é um enorme *hiperlink* para uma realidade urbana adjacente às ferrovias e para essa questão dos serviços públicos. Enfim, quando a gente toca nisso aí, são quatro artigos que vão abrir um tremendo arcabouço de provisões que já existem e outras que talvez possam ser suscitadas a partir desse debate.

Eu queria registrar que marcaram presença aqui nesta audiência os Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Flávio Bolsonaro, eu mesmo, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Marcos do Val, Paulo Paim...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu cheguei.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... Arolde de Oliveira.

Antes de encerrarmos, eu preciso lembrar...

Senador, quer dar uma palavrinha? Chegou a tempo.

Vamos lá. Senador Wellington Fagundes com a palavra.

Tome tempo para se organizar, sem problema.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu, primeiro, quero pedir desculpa pelo adiantado da hora. Ninguém almoçou ainda e eu sei que o estômago deve estar mandando uma mensagem nervosa para o cérebro, mas é que eu tive três eventos. Eu estava com uma equipe de Mato Grosso, 50 produtores rurais que vieram aqui fazer um curso no Senai de empreendedorismo rural, presidentes de sindicatos, portanto, do interior todo do Mato Grosso, ainda tive uma outra audiência e estava lá no Plenário agora onde eu queria registrar a presença deles todos. Mas eu gostaria de ter acompanhado a audiência inteira.

Primeiro, quero destacar o papel do Senador Jean Paul na nossa Comissão de Infraestrutura, que tem sido um grande destaque, e não é elogio aqui por elogio, mas é realmente um Senador extremamente competente, preparado, está relatando esse projeto que é fundamental para o Brasil. A forma e os detalhes, claro, ele tem feito audiência para discutir, para fazer um aperfeiçoamento e produzir uma legislação que venha realmente ajudar o Brasil neste momento da necessidade e da carência de investimento.

Estávamos ali discutindo exatamente o momento que vive o Brasil. Eu estou aqui há 28 anos: seis mandatos como Deputado Federal e agora no quinto ano como Senador e já tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de ver muitas crises aqui no Brasil. Uma hora é crise política, outra hora é a crise econômica, mas já estamos aqui perdurando há uns cinco, seis anos numa crise acumulada: econômica e política ao mesmo tempo. E qual nós vamos resolver primeiro, Senador Jean Paul?

Quando o Presidente do Banco Central esteve aqui nos visitando para sua sabatina, eu, como Líder do Bloco Vanguarda, o recebi e perguntei a ele exatamente qual crise ele, como experiente... Ele é neto do Roberto Campos, nascido em Mato Grosso, ali, bem próximo de Cuiabá. Eu, inclusive, fui cabo eleitoral, era um grande fã do Roberto Campos, porque também teve um grande papel no Mato Grosso e no Brasil, foi Senador por Mato Grosso e ajudou também muito o nosso Estado.

Eu quero registar que estou aqui também com o Deputado Victório Galli, que também é do meu Estado de Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bem-vindo, Deputado Galli.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... e está aqui presente conosco. E eu perguntava a ele exatamente: qual crise? Seria a econômica ou a política? E ele, no seu conhecimento de economia, falou: "A econômica". Eu disse: olha, como veterinário, eu quero discordar, porque eu acredito que não tem crise econômica que se consiga superar com a crise política, principalmente num País como o nosso em que acaba uma eleição e aquele revanchismo fica aflorado.

Eu disse agora num pronunciamento, Senador Jean Paul, e V. Exa. é um exemplo disso, é um Senador do PT, mas aqui nós já estamos batizando que o Senador Jean Paul é o PT do novo...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas eu já estou me rebatizando de PT de novo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... do PT do novo, exatamente por causa do bom senso.

Então, eu dizia lá: governar, como dizia Juscelino Kubitschek, é a arte de saber perdoar. Quem ganha tem que ser mais humilde que quem perde. Então, o governante tem que ser o agregador. Na campanha eleitoral, cada um coloca suas posições, inclusive ideológicas, para convencer o eleitor. Depois, quem ganhou tem a obrigação de trabalhar e, principalmente, no caso do Executivo, governar para todos, de preferência, sempre tomando decisão para atender, se possível, a grande maioria.

Neste momento, eu penso que, no Brasil, nós precisamos convergir exatamente para os investimentos necessários, porque, como eu disse também ao Ministro Tarcísio, não há Ministro da Economia que se sustente num país onde o desemprego vai aumentando a cada dia. Isso traz desesperança. Então, nós vamos voltar à geração de emprego com infraestrutura, assim como eu disse para o Ministro Tarcísio. Num país como o Brasil, rodoviário essencialmente, porque abandonamos as nossas ferrovias – nós as abandonamos: tínhamos trinta e tantos mil quilômetros de ferrovias, hoje temos 12 mil funcionando, uns dizem que são 10 mil, outros dizem que são 12 mil, vamos ficar no meio termo, mas o importante é que nós diminuímos muito a nossa malha ferroviária –, eu disse ao Ministro: não há Ministro da Infraestrutura também que se sustente se voltar o país do tapa-buracos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu me lembro do Presidente Lula logo quando começou o desafio que foi vencer aquela malha toda esburacada – e a nossa malha ainda é uma malha precária, quer dizer, precisando de muito investimento. Para isso, Senador Jean Paul, precisamos de segurança jurídica.

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura e Logística. Em todos os encontros que fazemos com os empresários o que se questiona é exatamente a segurança jurídica. Quem vai investir num contrato de longo prazo se muda como política de governo? Não, tem que ser política de Estado, permanente. Eu sou, inclusive, autor da PEC 39, que traz exatamente essa questão, e está aqui, precisamos votá-la, está tramitando, já está na pauta. Espero, inclusive quero pedir o apoio do Senador Jean Paul, que a gente coloque isso para ser votado porque é a reclamação do investidor.

Então, nós temos que fazer com que esses investimentos venham para o Brasil, e investimento consolidado. Aqui estamos discutindo autorização de ferrovia, para se construir uma ferrovia totalmente privada. Quem vai fazer uma ferrovia dessa não vai pensar em cinco anos, dez anos; vai pensar em 50 anos, 100 anos. É assim que o investidor vai vir para o Brasil.

Então, falando isso – praticamente um discurso, e eu gostaria de aqui poder abordar tudo que aqui foi falado, mas tudo isso aqui vai ficar nos *Anais*, e nós teremos oportunidade de, depois, estudar um pouco melhor, principalmente com a síntese do Senador Jean Paul –, eu queria aqui, principalmente ao Jean, colocar uma angústia de nós mato-grossenses. Nós temos lá em Cuiabá um VLT inacabado, Senador Jean Paul, uma obra em que já se gastou mais de...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou me agregar a você e pegar carona para falar a mesma coisa. Faço minha as suas palavras em relação a Natal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Também existe isso em Natal?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – É obra da Copa do Mundo...

Então, está lá, e infelizmente foi um erro do Governo de uma decisão, naquela época, de comprar as máquinas. Estão todas as máquinas lá – novíssimas à época, mas já estão se deteriorando, porque tecnologia... Um celular: você compra um celular hoje, e daqui a seis meses ou um ano já existe tecnologia nova, e aquele já está superado. E estão lá esses maquinários, e não existe uma decisão. Passaram quatro anos do ex-Governador, e não se tomou uma decisão. Estão lá. E o Governador agora entrou. E nós queremos uma solução.

Então, eu gostaria aqui, se for possível, de ouvir aí rapidamente uma sugestão do que fazer, porque lá está se discutindo: "Não, vamos mudar novamente o modal; vamos abandonar aquilo lá". O que é que nós vamos fazer com essas máquinas? Jean, você poderia dizer se tem comprador? Se tem possibilidade? O que fazer com isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Reformular o trajeto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Reformular.

É importante dizer que o VLT não é só para o transporte; ele não visa apenas e tão somente ao transporte: é uma urbanização também da cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso foi mostrado aqui, inclusive.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Foi mostrado.

Então, eu gostaria de pedir – porque o tempo não será suficiente –, inclusive, se for possível, para a gente fazer, Senador Jean, especificamente sobre esse assunto, até uma audiência pública, em Mato Grosso, da Comissão, para a gente discutir com alto nível; não é com paixão política, não. Nós precisamos ter a solução para o Estado.

E aqui, depois, quanto a ferrovias, eu quero mais uma vez fazer o convite, Senador Jean Paul: agora no dia 4, quinta-feira, a Assembleia Legislativa – os deputados – vai visitar lá em Rondonópolis o maior terminal ferroviário da América Latina. Eu quero convidar todos vocês e inclusive o Senador. Se for o caso e se for possível, que a gente pudesse ir lá, inclusive em nome da Comissão, para conhecer. Levamos o Ministro da Infraestrutura poucos dias atrás lá, e ele ficou encantado. Agora nós queremos fazer com que aquela ferrovia avance. E talvez a autorização seja o melhor caminho.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Saindo de Rondonópolis e chegando a Cuiabá; e de Cuiabá até o Nortão. E essa ferrovia tem total viabilidade.

Agora, para isso, qual é o problema? É preciso resolver o problema da Malha Paulista: enquanto a velocidade em Mato Grosso é de 80km por hora, em São Paulo ela é de 15km por hora. Então, o Estado das onças está na frente de São Paulo em ferrovia, pelo menos nesse trecho, não é? (*Risos.*)

Nesse aspecto – não vou aqui me delongar –, quero apenas fazer o convite, já que V. Exa. está aqui à frente dessa área tão importante. Eu gostaria sim de recebê-lo no meu Estado para *in loco* conhecer a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Wellington.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer suas palavras generosíssimas, vindas de uma pessoa que é membro importante e experiente desta Casa, tanto da Câmara quanto do Senado.

Eu cheguei agora aqui, tentando fazer um trabalho de me juntar a vocês e melhorar o País, independentemente de estar na oposição ou de ter estado e ajudado governos anteriores, não só Lula e Dilma, como até o Governo Fernando Henrique, com a lei do petróleo e outros marcos regulatórios importantes que estão em vigor, com sucesso, até hoje.

Também quero dizer que estamos trabalhando aqui com os ministros, particularmente com os que eu considero ministros. Alguns do Governo – aí eu boto o chapéu da oposição para falar – parecem antiministros, mas há alguns ministros, de fato, com "m" maiúsculo, como o Ministro Canuto, o Ministro Tarcísio, o Ministro Marcos Pontes, da Ciência e Tecnologia, com quem nós temos trabalhado muito bem.

Vocês sabem que nós temos aí uma Governadora em exercício no Rio Grande do Norte, com muitas dificuldades, herdando um orçamento penurioso. E nós temos que trazer investimentos novos para os nossos Estados como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito até a vinda do Senador Styvenson, que está aqui conosco, do Rio Grande do Norte, para também fazer aqui o meu coro ao Senador Wellington, quanto ao VLT de Natal, à CBTU e aos ofícios que têm já sido trocados e saber, mais ou menos, qual é o *status* disso e propor eventualmente que nós façamos uma reunião também em Natal sobre isso. É a complementação desse VLT tão importante para nós, para a cidade de Natal, Parnamirim, até Nísia Floresta. Então, é realmente um projeto que as pessoas não sabem exatamente para onde vai. E seria uma coisa importante que o ministério retomasse essas discussões, mesmo que não se sinta premido a prometer nada necessariamente, mas, pelo menos, que a gente consiga evoluir e ter uma ideia de como ajudar, Styvenson, e colaborar, tanto no Governo do Estado – temos uma Governadora com muito ímpeto, que trabalhou na conquista dessa obra – como nós também aqui no Legislativo, tanto a bancada da Câmara dos Deputados quanto nós aqui no Senado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero falar, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Uma hora extra aqui para o Jean. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jean, não sei se já chegou a informação, porque nós acabamos o Plenário. A partir do encerramento do Plenário, nós estamos ao vivo. Então, o senhor está falando também para o Brasil todo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estamos ao vivo, podendo falar para Natal e para todo o Brasil.

Obrigado, Jean. Nosso xará vai ganhar uma hora extra antes do almoço.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Senador Wellington Fagundes, Senadores, é uma satisfação estar no Senado, na Casa do Povo. Responderei objetivamente à sua pergunta, que é muito importante.

Há 15 dias, nós tivemos uma segunda reunião com o Governador do Estado. Há um pouquinho menos de um mês, ele esteve conosco na Secretaria de Mobilidade. E, naquela reunião com ele, nós entendemos que é preciso chegar a uma solução. Então, o que eu propus ao Governador e ele entendeu de imediato e achou que era interessante... Nós promovemos, há dez dias, uma reunião, lá na Semob, em que reunimos o Governador do Estado de Mato Grosso, o Dr. Mauro Mendes, que apresentou todo o histórico; convidamos para participar e estiveram presentes os órgãos de controle, o TCU, a CGU; chamamos a Caixa Econômica Federal; chamamos o Conselho Curador do FGTS; enfim, chamamos todos os elementos responsáveis.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O Ministério Público também?

O SR. JEAN CARLOS PEJO – O Ministério Público foi o único que não foi, mas nós vamos explicar a sequência dos fatos. Acho que até é uma oportunidade boa para a gente poder contar exatamente como as coisas estão avançando.

Então, essa reunião geral foi exatamente para poder colocar todos os setores, com todas as informações, para um caso que é muito complexo. Ele é um caso complexo porque, desde a origem, já começou com muito problema: se era sistema BRT, se era sistema VLT; depois se decidiu pelo sistema VLT e iniciou-se uma obra com o sistema VLT, uma obra cujo controle de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

execução não foi executado como era importante que fosse feito. Por quê? Porque construíram os trens antes de se construir a via onde seriam colocados esses trens. Então, houve problemas de toda parte. Não vamos nos alongar em contar os problemas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Abriu a cidade inteira.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – É, recortou a cidade. E o povo de Cuiabá é quem está pagando o preço de todas essas ações desordenadas. E pior do que a ação desordenada foi que acabaram acontecendo casos graves de gestão da obra. Inclusive houve um caso, conforme explicou, muito bem detalhado, para todos, o Governador Mauro Mendes, em que houve até delação premiada do ex-Governador, o que praticamente impede qualquer continuidade com o consórcio atual. Recentemente, também houve a decisão judicial, colocando o contrato como já extinto.

Então, nessa circunstância, o que nós combinamos com o Governador? Definiu-se um grupo de trabalho, com um representante de cada um dos setores, para ir lá, a Cuiabá, onde haverá uma reunião com o Ministério Público, para que isso seja discutido com o Ministério Público, dentro do cenário atual, que é complexo porque, apesar de ser financiamento, não é uma obra de OGU, não é do Orçamento Geral da União, é um financiamento parte do FGTS, parte do BNDES, com recursos do FAT, mas aí são valores que já foram colocados de mais de um bilhão naquele programa, muito material entregue já, os trens prontos, e essa desordenação da obra recortou a cidade. Então, há que se chegar a uma alternativa de solução.

Então, nós estamos já aguardando a indicação da data que Governo do Estado ficou de marcar, para que, discutindo com o Ministério Público, se encontre qual é a melhor solução para que, em Cuiabá, o sistema seja entregue para o povo da cidade. Não podem continuar as coisas como estão.

Essa é uma fotografia real do que nós tivemos dez dias atrás.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Então, esta encaminhado já.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Então, aquilo que podemos dizer...

(*Soa a campainha*.)

O SR. JEAN CARLOS PEJO – ... que estava adormecido durante esses cinco anos, hoje nós estamos trabalhando juntos, de mãos dadas, o Ministério do Desenvolvimento Regional junto com o Governo do Estado, na busca da melhor solução. E, para isso, nós trouxemos os órgãos de controle, todo mundo colocando, de maneira clara, transparente, aquilo que é possível de ser feito para se ter uma solução no mais curto prazo.

Eu espero que a gente tenha, após essa reunião lá, no Mato Grosso, em Cuiabá, com a participação do Ministério Público, uma nova estação. Nós partimos com o trem agora, chagamos a uma nova estação onde se indiquem quais são os caminhos e a real solução para se poder retomar o sistema da maneira que for a melhor para o povo de Cuiabá, para o povo de Mato Grosso, que é a solução que se está buscando que o Governo do Estado tome. A solução técnica passa pelo Governo, que é o contratante da obra. A nossa parte é dar as condições para que, efetivamente, as coisas aconteçam da melhor maneira possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria ainda fazer uma indagação, Senador. Não sei quantos por cento, em Natal, por exemplo, estão feitos de investimento – quantos por cento da obra. Tem ideia?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depende do que você considerar que é o total...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – O total do investimento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque nós estamos falando de um investimento adicional da ordem de 150 milhões, que seria a linha branca: os Municípios de Parnamirim, São José de Mipibu e Nísia Floresta, área metropolitana de Natal.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – O caso lá do Rio Grande do Norte é um caso...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já tem área em funcionamento?

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Já há um sistema que é operacional...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito melhor, não é?

O SR. JEAN CARLOS PEJO – ... mas o caso do Rio Grande do Norte é muito diferente do caso de Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já havia sido.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – O caso lá do Rio Grande do Norte é uma questão de se ajustar a questão de orçamento com as próprias prioridades necessárias para a região.

Nós temos conversado, muitas vezes, lá com a Governadora.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso, exato.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – A Fátima tem vindo conversar com o ministro, comigo, várias vezes. Estamos agora resolvendo o caso lá da Avenida Roberto Freire, de Natal. Então, nós estamos bastante sensíveis, o ministro também bastante sensível.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito integrados.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Estamos muito juntos.

O caso do Rio Grande do Norte, realmente, para alegria do Senador Jean...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Está fácil! (*Risos.*)

O SR. JEAN CARLOS PEJO – ... é um caso diferente do caso de Cuiabá, mas a que nós vamos dar solução.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Objetivamente, a pergunta, então, do Mato Grosso. Lá, no Mato Grosso, já há mais de 60% – ou talvez 70% – de todo o investimento já feito, e lá também o que se cobra é a possibilidade de funcionar pelo menos um trecho e colocar aqueles trens para rodar, porque a tendência de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

máquina parada é ficar obsoleta e, digamos, ser danificada muito, inclusive correr o risco de fogo, capinzal...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É importante dar um sinal à população também de que aquilo vai andar de algum jeito.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Exatamente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Principalmente na artéria principal, onde se corta a cidade. A ponte já está pronta, então poderia funcionar, e aquilo, inclusive... Aí a pergunta objetiva que eu quero fazer é exatamente esta. Discute-se também que o VLT não tem custo-benefício possível de funcionar em Cuiabá. Quando eu falo Cuiabá, é Cuiabá e Várzea Grande, porque a linha começa em Várzea Grande, no aeroporto, que foi inclusive concessionado.

Aí eu quero registrar inclusive que a esposa do Senador Jayme Campos é Prefeita de Várzea Grande, e o Senador Jayme também está à frente dessa luta. O Prefeito de Cuiabá, o Emanuel Pinheiro, também. E eu acredito que foi outro erro. Começou-se a obra sem se ouvir as duas prefeituras. As prefeituras não participaram das decisões, não foram ouvidas. Então, essa foi mais uma questão. E entendo, até porque legalmente o Município é o soberano, que a decisão principal tem que ter o alvará municipal para fazer qualquer obra, seja ela federal ou estadual.

E, claro, os dois Prefeitos – a Prefeita Lucimar Campos, bem como o Prefeito Emanuel Pinheiro – querem participar dessa decisão.

Então, são dois aspectos. A primeira pergunta é: é possível um custo/benefício viável para uma situação como a de Cuiabá? E a segunda – só porque eu não quero interromper mais, Senador Jean...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Fica aqui a proposta à Comissão – são duas situações. Eu vou fazer o requerimento para que dessa discussão a Comissão de Infraestrutura do Senado participe, até porque temos o Senador Jayme Campos, que também é de lá, então já fica aqui o nosso convite e o nosso pedido também para que a Comissão possa oficialmente participar dessa reunião, porque, afinal de contas, há recurso federal também. Então, é uma responsabilidade de todos nós, como Senadores Federais e também como moradores de Mato Grosso. É por isso que eu quero aqui ao Secretário, oficialmente, ao Ministério dizer que nós não abrimos mão de participar dessa discussão.

Então, o requerimento será aprovado, com certeza, na semana que vem, e, na condição de Vice-Presidente da Comissão, eu tenho certeza de que eu terei o apoio de todos os companheiros. Não podemos fazer essa aprovação neste momento, porque esta é uma reunião extraordinária. Na próxima terça-feira eu acredito que estaremos aprovando.

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Senador, isso agrega um valor enorme às discussões que estão sendo feitas. A participação do Parlamento nesse programa agrega muitíssimo valor, com certeza, dentro do ambiente do âmbito do MDR, e pessoalmente será, para mim, uma satisfação grande participar desse grupo de trabalho, discutindo um tema de uma importância bastante grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo à questão, claro, existem sistemas de VLTs que não têm tanta dependência de subsídio. Cada empreendimento depende muito das condições, sejam de receita operacional, sejam de receita não operacional, o que nós discutimos muito hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aliás, começamos a audiência de hoje fazendo essa pergunta justamente: quando é viável sem subsídio?

O SR. JEAN CARLOS PEJO – Então, a gente colocou aqui, durante a exposição, as possibilidades. Agora, o que nós pedimos e o Governo do Estado está apresentando? É a questão dos custos operacionais, de todos os estudos que existem com relação ao sistema, porque, segundo a exposição que o Governador nos fez, lá na reunião com todos, a intenção do Governador é de que esse sistema seja substituído por um sistema de BRT. Agora, seja o sistema "a", seja o "b", tem que haver estudos bem determinados, até porque para a mudança de um sistema há algumas portarias, como eu disse antes: apesar de não ser recurso direto do orçamento da União, é do FGTS e do FAT, então existem regulamentos em que os objetos são importantes que sejam mantidos. As alternativas de solução podem acontecer, mas o máximo de informações possíveis é que vai poder determinar qual é a solução a seguir.

O que nos foi apresentado na reunião realizada há duas semanas é que o sistema do VLT, pelo que foi estudado pelo Governo do Estado, tem dificuldade de se manter, precisa de subsídios, e o Governo do Estado teria dificuldades para poder manter o sistema.

Agora, esses são números que serão apresentados com bastante detalhe e ao longo deste trabalho. Nós vamos ter a oportunidade até, na reunião que for marcada aqui para discutir o tema – e com certeza o Governador vai estar junto, com dados do que se avançou durante esses dias, em que vai haver o envolvimento do Ministério Público, com esse intervalo de tempo que eles estão preparando as informações... Tenho certeza de que vai ser muito rica a reunião que será realizada aqui no Senado.

Eu acho que essa é uma notícia muito boa para a solução, da participação aqui do Senado, do Parlamento, na busca... (*Falha na gravação.*)

... VLT de Cuiabá que, há mais de cinco anos, está criando um problema sério para o cidadão de Cuiabá.

Então, pode ter certeza de que, de nossa parte, dentro do ambiente do MDR, nós estamos aí juntos na busca da solução, utilizando tudo aquilo que a gente tenha de conhecimento, seja no aspecto normativo, seja até no apoio na parte técnica, para poder auxiliar a melhor solução para o Estado do Mato Grosso e mesmo para o Brasil, já que há muito recurso público envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jean Paul, só para esclarecer, porque nós estamos ao vivo e com certeza muita gente está nos cobrando, a assessoria já veio aqui...

Eu fui candidato a Governador na eleição passada, e o atual Governador Mauro Mendes também era concorrente. E na campanha eu cobrei dele, porque ele era Prefeito à época. Eu disse por várias vezes que ele foi omisso nessa questão, porque a decisão de BRT e VLT ficou realmente... Era BRT, VLT, BRT... A briga de grupos entendendo qual que era... E a população não foi consultada. E principalmente aqueles que representam a população local, que é o Prefeito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e os Vereadores de Cuiabá, o Prefeito e Vereadores de Várzea Grande, não foram; não houve nenhuma reunião oficial. E, agora, ele é Governador, então eu estou aqui cobrando que essa solução tem que ser encontrada.

Ele pediu um ano. Eu acho que um ano é muito tempo, mas nós queremos ajudar para que, claro, em um ano essa solução seja tomada e vamos ajudar aqui. Eu e o Senador Jayme Campos, se for o caso, colocando recurso de emenda no orçamento, envolvendo toda a bancada, porque, claro, se ganhamos a eleição nós temos obrigação de resolver os problemas, e obras inacabadas são o grande problema do Brasil. Só no meu Estado, em Mato Grosso, são mais de 500 obras inacabadas. Nós gastaríamos o Orçamento da União de alguns anos só para concluir as obras inacabadas: as creches, as escolas e tantas obras inacabadas no Brasil afora.

Eu sempre tenho entendido que a obra inacabada é a pior, não serve para nada, porque é o desperdício do recurso público, um investimento que não está servindo para o uso da população, e ainda tem que gastar. No caso do VLT, está pagando juros, está pagando a manutenção, que é extremamente alta, e ainda tendo uma depreciação muito grande.

Então, aqui o questionamento agora não é olhar para trás, é olhar para frente. Nós queremos ajudar o Governador, queremos ajudar o Mato Grosso a resolver esse cancro, essa ferida no corpo central da cidade. Isso tem que ser resolvido.

Agora, acho difícil a mudança do modal para BRT. A pergunta seria: o que fazer? Vamos vender para o Rio Grande do Norte as nossas máquinas? Talvez aí seja uma solução. E ainda – não vamos nos estender, depois eu vou ter uma conversa no particular – as linhas, os trilhos podem servir para um BRT, digamos, porque eu sei que existe aquele pneu em cima de trilho, talvez esse também, não sei, mas aí teria que mudar as máquinas também. Então tudo isso são situações...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ou conjugar os sistemas também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Se for BRT, parece-me que praticamente tem que mudar completamente o sistema, pouco se aproveitaria, a não ser a desapropriação, que já foi feita, a ponte, enfim... Aliás, o espaço que está aberto.

Porém, eu fico satisfeito. Há dois Jean aqui – um é bom, dois é muito melhor ainda... (*Risos.*)

E dois extremamente competentes! E faço aqui também um agradecimento ao Fernando, ao Victor e ao Geraldo por esta audiência. Com certeza, nós já ganhamos muito, e vão ganhar, sim, o Estado do Rio Grande do Norte, o Estado de Mato Grosso e o Brasil, porque tudo isso representa a experiência, em que a gente precisa aproveitar aquilo que foi ruim para que se torne um aprendizado e a gente não cometa os mesmos erros.

A Copa do Mundo foi um bom evento, o Brasil ganhou muito, e não podemos falar só daquilo que aconteceu errado. O Brasil ganhou muito com a Copa do Mundo. Em Mato Grosso mesmo não tivemos um incidente durante a Copa do Mundo. Não tivemos um incidente! Aliás, do Mato Grosso, veio para cá a equipe, toda a equipe que fez o evento veio para cá reforçar, dar o apoio em Brasília, porque o estádio... Não tivemos nenhum... A receptividade, nós tivemos as melhores notas. O estádio de Cuiabá foi considerado o quarto melhor projeto do mundo, uma arquitetura maravilhosa. Infelizmente, depois o Governo não deu a manutenção, mas aconteceram todos os jogos, com estádio lotado, sem nenhum problema, e depois o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que assumiu disse que a obra não estava pronta. Como não estava pronta? Podia haver algum detalhe a mais a ser feito, e caberia ao Governo a continuidade. Não pode um governante que ganhou as eleições viver quatro anos falando mal do Governo passado. Não, já foi, já ganhou a eleição, agora é hora de governar. E aí esse papel... Eu perdi a eleição, mas sou Senador, tenho a obrigação de ajudar o meu Estado. E o Mauro, inclusive, foi Prefeito do meu partido, apoiado por mim. Então a campanha já passou, agora é trabalhar pelo Brasil e pelo Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador Wellington. Eu quero parabenizá-lo também por esse espírito republicano, que é o mesmo que você apontou a mim. Estamos justamente numa mesma postura de construção, de derivar soluções, terminar obras.

Quero também salientar a importância do seu trabalho à frente da Frente Logística, a frente parlamentar que versa sobre logística nacional. É extremamente importante esse trabalho. É uma liderança já notória, a que desejo me somar, sempre que puder ajudar nessas construções de novas obras e no término das que ainda faltam.

Logística é uma coisa que não tem fim. Toda hora você está expandindo, toda hora você precisa aprimorar, modernizar, com equipamentos novos, tecnologias novas que surgem. Logística, eu digo sempre, é a última coisa... O ser humano não vai conseguir resolver com a digitalização, com a virtualização. Até que inventem como desintegrar um copo d'água, e ele aparecer lá na Europa, vamos ter, de fato, que pegar esse copo e levar para lá, para que ele apareça lá. Qualquer carga, qualquer pessoa, terá que ser transportada, de alguma forma, fisicamente. Não há virtualização da logística.

Então é um assunto antigo, dos mais antigos que a humanidade conhece; porém, o que vai perdurar provavelmente mais até do que o ciclo do petróleo e outras fontes energéticas, todos os outros problemas em que nós estamos aí evoluindo sempre.

Eu queria agradecer mais uma vez a vocês, pedir desculpa pelo adiantado da hora, de utilizá-los todo este tempo, mas eu acho que foi muito rico para nós. É um agradecimento sincero que eu faço. Sempre que as pessoas vêm aqui, vêm voluntariamente, arcando com custos, tudo isso, com o tempo. A gente às vezes abusa do tempo, fica aqui explorando os nossos bons palestrantes, nossos bons apresentadores que vêm nos ensinar coisas para que nós façamos boas leis para o País, para que não cometamos deslizes de legislar onde já há legislação, ou para buscar justamente as lacunas legislativas que nos faltam para evoluir no mundo real.

Antes de encerrarmos, eu lembro às Sras. e aos Srs. Senadores que se encerra amanhã, dia 28 de junho, às 18h, o prazo para apresentação de sugestões às emendas desta Comissão de Infraestrutura à Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2020, o PL nº 5, de 2019.

Por fim, agradeço mais uma vez a presença de todos, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores presentes, e dos nossos convidados.

Convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 2 de julho, terça-feira, às 11h, neste plenário, para discutir e deliberar acerca justamente das emendas da Comissão à LDO.

Está encerrada a reunião.

Agradeço mais uma vez a todos. Boa tarde.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 6 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Dário Berger, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Carlos Viana, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zenaide Maia, Marcos do Val, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Elmano Férrer, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Lucas Barreto e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI à LDO**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 5, de 2019-CN (PLDO 2020), que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências", a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas na Comissão: Senador Rodrigo Pacheco. Relator *ad hoc*: Senador Jayme Campos. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas: **Emendas de meta: Emenda 1** - Adequação de Trecho Rodoviário - Vilhena - Porto Velho - na BR-364/RO; código 7XA3; meta - 700 km. **Emenda 2** - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG; código 7S59; meta - 51 km. **Emendas ao texto: Emenda 3** - Artigo 130 (aditiva). **Emenda 4** - Artigo 11, inciso XV (aditiva). **Emenda 5** – Artigo 10, inciso VII (aditiva). O Senador Jayme Campos faz uso da palavra. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente, para publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezesseis minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/02

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Item único, não terminativo.

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Relatoria das emendas na Comissão: Senador Rodrigo Pacheco.

Relatório.

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 30, 31, 38, 43, 44, 64, 73, 87, 88, 96 e 97;

II) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto nºs 79, 83 e 84;

III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, nºs 15 e 76;

IV) pelo não acolhimento, no mérito, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Em razão da ausência do Relator, devidamente justificada em razão de saúde, Senador Rodrigo Pacheco, designo o Senador Jayme Campos como Relator *ad hoc* e, neste momento, passo a palavra a S. Exa., Senador Jayme Campos, para proferir o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, por delegação de V. Exa., Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, se me permite, eu gostaria já de entrar na fase de apreciação das propostas, tendo em vista que essa matéria já se encontra nesta Comissão e todos os Srs. Senadores já tiveram acesso e a oportunidade de ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, ressaltamos que a aplicação dos critérios dispostos nos subitens 2.3.1 e 2.3.2 leva à inadmissão de sugestões de emendas apresentadas por vários autores. Isso decorre da adoção de critérios técnicos e objetivos para apreciação das propostas, aos quais não nos furtaríamos de submeter as pretensões manifestadas por cada par.

Não obstante, compulsando as competências regimentais da Comissão de Serviços de Infraestrutura, à qual compete opinar sobre quaisquer matérias atinentes a obras públicas, pareceu-nos razoável rever as convicções de outrora e assentir que propostas não alinhadas com os temas típicos do colegiado pudessem ser ao menos discutidas. Nesses termos, e dada a subtração da correlação entre as competências das comissões e a estrutura orgânica do Governo, por força da Resolução nº 3 de 2015-CN, adotamos critério menos severo de aferição de admissibilidade por inexistência de caráter institucional, no espírito consagrado por aquela norma primária.

Ainda assim, não identificarmos alinhamento de algumas propostas com os temas tratados pela comissão ou diretamente com a realização de obras, mas tão só com o planejamento urbano, a concessão de subvenção econômica ou o incentivo à produção. Nesse diapasão, manifestamo-nos pela inadequação das sugestões de Emendas nºs 30, 31, 43, 64, 73, 87, 96 e 97, por lhes faltar caráter institucional, nos termos aludidos no item 43.1 do Parecer ao Relatório de Atividades do CAE/CMO para o PLOA 2019. São iniciativas que fogem à seara competencial estrita deste Colegiado.

Também recomendamos a inadmissão das sugestões apostas aos nºs 38, 44 e 88, por lhes faltar interesse nacional. São programações que, conquanto encerrem indubitável mérito e versem sobre áreas de políticas públicas pertinentes com o universo de atribuições da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinam-se ao atendimento de demandas localizadas, segundo entendimento corrente do Comitê de Admissibilidade de Emendas (CAE/CMO).

Sobre as demais propostas, aplicamos os critérios de valoração contemplados neste Relatório. Foram afastadas, pois, as sugestões quanto à infraestrutura hídrica e de desenvolvimento local integrado sustentável, que podem ser mais bem apreciadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo por possuir competência materialmente mais próxima. Da mesma forma, as ações para fomento à pesca e à aquicultura, abrigadas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ou as de saneamento, sob os auspícios da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pormenorizando a análise, selecionamos as seguintes sugestões que apresentaram desejável dispersão espacial, para serem convertidas em emendas de autoria da Comissão para o Anexo VIII, que enumera as metas e prioridades da Administração Pública para 2020:

4. Sugestão de Emenda nº 15, apresentada pelo conspícuo Senador Marcos Rogério, destinada à 7XA3 – adequação de trecho rodoviário Vilhena-Porto Velho, na BR-314/RO, com meta de 700 km; e

5. Sugestão de Emenda nº 76, de minha autoria, voltada – ou seja, do Senador Rodrigo Pacheco – à 7S59 – construção de trecho rodoviário entroncamento BR-364, entroncamento BR-365, na BR-154/MG, propondo a conclusão de 51 km.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, recomendamos o não-acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de duas emendas por Comissão permanente para o Anexo VIII, regulado sob o item 2.2.2, “b”, do parecer preliminar da CMO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas prestigia as funções de Governo de concentração exclusiva da Comissão, segundo competências opinativas regimentais, e atende, ademais, a desejável dispersão espacial dos empreendimentos. Pelas razões ilustradas, votamos pela aprovação do parecer nos seguintes termos:

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades de nºs 30, 31, 38, 43, 44, 64, 73, 87, 88, 96 e 97;

II) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto de nºs 79, 83 e 84;

III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades, de nºs 15 e 76;

IV) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2019.

Esse é o relatório do Senador Rodrigo Pacheco, que eu tenho o privilégio e a honra de aqui ser nomeado por V. Exa. como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Jayme Campos. Eu agradeço pela apresentação do voto.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovadas, as emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para as devidas providências.

Agradeço imensamente V. Exa., Senador Jayme Campos, por aceitar a indicação, por estar presente na Comissão.

Nós teríamos, na sequência, reunião deliberativa com alguns itens da pauta, mas considerando que nós temos hoje... A CCJ está em votação de indicados ao CNJ; a Comissão de Brumadinho também está com atividade – inclusive, a sala da Comissão está sendo ocupada neste momento pelos trabalhos da CPI –, e com a agenda do Plenário daqui há pouco, eu vou redesignar a pauta para a próxima terça-feira, e a gente fica apenas com essa parte.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Por fim, agradeço a presença de todos e convoco a próxima reunião para a próxima semana, na terça-feira, inicialmente às 11h, salvo adequação.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Otto Alencar, Jorginho Mello, Telmário Mota, Paulo Paim, Paulo Rocha, Marcos do Val, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 16/2019 - CDR, de autoria do Senador Otto Alencar, para a instrução do OFS 29/2018, de autoria de Agência Nacional de Águas. **Finalidade:** Debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), com ênfase nos seguintes pontos: i) situação atual quanto à operação federal do PISF e arranjos com os operadores estaduais; ii) desafios para a conclusão das obras, para a gestão e operação do sistema e para sua viabilidade financeira-econômica; e iii) regulação tarifária e garantia de acesso a água para os estados do Nordeste setentrional e medidas para a segurança hídrica nos estados doadores. **Participantes:** Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional; Flávia Barros, Coordenadora do Comitê de Integração do PISF-CIPISF (representante de: Chistianne Dias Ferreira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA); Marco Aurélio Ayres Diniz, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaiba – CODEVASF; e Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte. Usaram da palavra os Senadores: Otto Alencar, Marcelo Castro, Fernando Bezerra, Jean Paul Prates, Elmano Férrer e Zenaide Maia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/12

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9/2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunicados.

Recebemos a carta-denúncia, endereçada à Presidência desta Casa Legislativa, assinada por alguns representantes de cooperativas de mineração de garimpeiros de Serra Pelada, que relata alguns obstáculos para o exercício da garimpagem pelos moradores de Serra Pelada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... surgidos com imposições institucionalizadas que beneficiam outros interessados em detrimento da população local.

Informo que a presente carta se encontra à disposição dos Senadores membros desta Comissão e que, havendo interesse em relatar essa manifestação da sociedade civil de Serra Pelada, procurem a secretaria de apoio da CDR, podendo analisar o conteúdo, bem como sugerir audiência pública sobre o tema e demais providências aos poderes constituídos.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12/2019, após a divulgação do documento se estabelece o prazo de 15 dias para a manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para atuação.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão.

No dia 19 de junho, realizaremos audiência pública em continuidade ao debate acerca da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), pela Petrobras, com a presença da Petrobras e de representantes da ANP. No dia 26 de junho, realizaremos audiência pública para debatermos a política de preço dos combustíveis, também pela Petrobras, suas consequências na atração de investimento em refino e em infraestrutura logística e impacto para os consumidores. E no dia 3 de julho, teremos audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, informo que a presente reunião é destinada à audiência pública para debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2019, CDR, do Senador Otto Alencar, bem como da complementação da instrução do Ofício "S" nº 29, de 2018.

Esclareço que a nossa reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira parte destinada a ouvir o Ministro do Desenvolvimento Regional, que gentilmente se prontificou a debater o tema com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras. Após ouvirmos o Ministro, será composta uma segunda Mesa com a Governadora de Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, juntamente com Flávia Barros, Coordenadora do Comitê de Integração do Pisf-Cipisf, especialista em recursos hídricos da Agência Nacional de Águas, representando a Agência Nacional de Águas (ANA), e Marco Aurélio Ayres Diniz, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Solicito aos Senadores Elmano e Otto que conduzam S. Exa. ao Plenário da Comissão.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra dos Senadores e das Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado: 0800-612211.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Gustavo Canuto para fazer a sua exposição.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer e cumprimentar o Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, também a Governadora Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, o Senador Plínio Valério, o Senador Elmano Férrer, o Senador Styvenson Valentim, o nosso Líder no Senado, Senador Fernando Bezerra Coelho; também Senadora Zenaide Maia, pela presença, Jean Paul Prates, e o autor do requerimento, do convite, o Senador Otto. Agradeço a oportunidade, Senador, de estarmos aqui para apresentar e poder esclarecer alguns pontos relativos a uma obra tão importante como a transposição do São Francisco. Também cumprimento o Presidente da Codevasf, o Marco Aurélio, a Coordenadora do Comitê de Integração do Pisf, Sra. Flávia Barros, todas as demais autoridades e imprensa.

É com prazer que estamos aqui, novamente, nesta Casa, para falar sobre uma obra de um rio que eu não preciso dizer da importância, mas a alguns números deve ser chamada a atenção. A Bacia do Rio São Francisco tem mais de 2,8 mil quilômetros de extensão: atende 507 Municípios, seis Estados mais o Distrito Federal. Tem 80% da sua utilização para irrigação, o que é algo emblemático para a questão social, econômica e de desenvolvimento de toda essa região. E precisamos cuidar muito bem desse rio.

Então, além da discussão aqui da própria obra da transposição, da sua operação, também falaremos um pouco sobre a revitalização e a importância de garantirmos que a riqueza natural desse rio não fique esquecida e que não pensemos apenas nas obras físicas, mas também na revitalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, iniciando, o objetivo é garantir a segurança hídrica nos quatro Estados beneficiários: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Temos aí uma vazão projetada de 127 metros cúbicos por segundo; 99 metros no Eixo Norte; 28 metros no Eixo Leste. Essa obra pode vir atender a 12 milhões de pessoas, garantindo a segurança hídrica. Muitos aqui são da região e sabem que o problema não é só a falta d'água, mas a incerteza de ter ou não água, de ter ou não ter chuva. A pior coisa que pode acontecer é um reservatório cheio, que não foi utilizado, porque havia um risco. E aí esse reservatório transborda, e plantações não foram irrigadas, entre outras atividades que deixaram de ser feitas. O objetivo é dar segurança, garantindo que toda a população possa de fato utilizar os recursos.

A gente vai para o grau de segurança hídrica. Esse foi o índice utilizado para o Plano Nacional de Segurança Hídrica. Dividiu-se o grau em mínimo, baixo, médio, alto e máximo, como podem ver ali no gráfico, gráfico do País. Em 2035, a situação realmente se concentrará nos quatro Estados beneficiários. Uma grande parte da Bahia também sofre de uma escassez hídrica severa, mas sem sombra de dúvida, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco são os Estados mais afetados pela escassez hídrica. E esse é o motivo principal da transposição ter sido idealizada. E por isso é tão importante finalizarmos essa obra.

Aqui um gráfico rápido para falar da dimensão da obra. Em verde, os dois Eixos principais. Em laranja, temos os estruturantes; o Ramal do Agreste levando água a mais de 68 Municípios do Agreste pernambucano; os complementares, o Ramal do Salgado garantindo uma ligação direta com o Rio Salgado para o Castanhão, em Fortaleza; e o Ramal do Apodi, que vai levar água para o Seridó do Rio Grande do Norte, tão importante. Então, o Cinturão das Águas, importantíssimo para agilizar a chegada da água em Fortaleza. Lá do Reservatório de Jati já é possível a derivação e essa água pode chegar mais rápido e garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza, que é um dos objetivos principais.

Bom, qual é a situação hoje do Eixo Norte? Essa lâmina apresenta a execução, 97%. Mas eu acho que esse número agregado diz pouco. Então, o que acontece? A gente hoje tem uma necessidade de suplementação orçamentária de R$185 milhões. Felizmente, ontem, com um gesto muito republicano do Congresso Nacional, alinhado com a Casa Civil, alinhado com o Governo... E eu quero agradecer aqui ao Senador Fernando Bezerra pelo trabalho de articulação que foi feito, pela excelente condução. E conseguimos garantir esses recursos. Então, R$200 milhões foram garantidos para a continuidade do Eixo Norte. Essa quantia é suficiente para levar essa obra até o final do ano sem sobressaltos. Então, é uma grande vitória, uma vitória de todos nós, porque não teremos problemas orçamentários para a execução do Eixo Norte.

Hoje, na prática, o que acontece com o eixo? Aqui é um mapa, um diagrama de todas as obras, principais infraestruturas do eixo, a situação que estamos. Logo depois da EBI-3, no Reservatório Negreiros, um pouco antes dele, há um dique, o dique para acesso a Negreiros, que teve um problema em agosto do ano passado.

Depois de uma análise técnica das soluções de engenharia mais adequadas, iniciaram-se as obras em outubro. E essa técnica de engenharia exige que sejam feitas injeções ao longo do dique e verificado se essas injeções foram ou não suficientes.

O prazo inicial que foi definido seria agora, dia 15 de maio. Depois dos testes, verificou-se que realmente não foram suficientes aquelas injeções, de modo que novas injeções serão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessárias para garantir a segurança, principalmente, de toda a população que está ali à jusante desse dique, ainda porque, em primeiro lugar, nós estamos aí com a lembrança muito clara do que aconteceu em Brumadinho, do que aconteceu em Mariana e não queremos que uma obra hídrica cause qualquer tipo de risco à população. Por isso essa cautela e por isso a necessidade de só liberar a água quando tivermos a certeza absoluta de que o dique está íntegro, sem nenhum tipo de vazamento e nenhuma possibilidade de rompimento.

Então, com essa situação, o prazo vai se estender um pouco. Ainda temos a expectativa de que consigamos fechar isso até o final de julho, agosto, para que a água possa voltar a ser bombeada e que, em cinco meses, ela chegue até o Reservatório de Jati, o que nos leva para meados de janeiro, final de janeiro, se tudo ocorrer conforme o cronograma que a empresa nos apresentou.

E eu coloco aqui para as Sras. e Srs. Senadores a nossa dificuldade de prever os prazos, porque são obras de engenharia complexas, nós dependemos das empresas, que nos dão um cronograma... Neste caso específico, é um método de engenharia que depende de realização e verificação, para saber se ele funcionou ou não, e, por isso, esse prazo acaba se alargando. Mas a Secretaria, o Dr. Marcelo, que está aqui, o nosso Secretário Nacional de Segurança Hídrica, está em cima fazendo essa gestão para que, realmente, isso aconteça. Todos nós torcemos, sabemos da importância dessa água seguir o seu curso o mais rápido possível, mas precisamos, em primeiro lugar, garantir a segurança de toda a população.

A Meta 2N e a Meta 3N estão praticamente concluídas, com pequenas obras e intervenções ainda necessárias. Assim que tivermos a liberação do dique, voltaremos a bombear, um bombeamento contínuo, e deveremos chegar ao Reservatório de Jati até janeiro do ano que vem, possibilitando, por meio do Cinturão das Águas do Ceará, que essa água chegue até a região metropolitana de Fortaleza e garanta a segurança hídrica daquela região.

Aqui algumas fotos só para demonstrar a beleza dessa obra, a riqueza e a dimensão que a obra tem. A primeira é a estação de bombeamento; ali o Reservatório Tucutu; e um aqueduto mostrando como é uma obra de engenharia complexa, mas que já mostra um rio no meio de uma área tão árida. É uma imagem muito bela de se ver.

O Eixo Leste foi entregue em 2017. Há ainda algumas pequenas intervenções que precisam ser feitas, mas que não comprometem a passagem da água, o caminho das águas. Não há créditos adicionais requeridos. Então, a nossa questão orçamentária para o Eixo Leste também está suprida.

Colocando aqui no diagrama, o que acontece no Reservatório de Cacimba Nova, um pouco antes ali da EBV-4, é que foi identificado um acúmulo de água depois do barramento. O que está sendo feito agora? Foram colocados alguns medidores para verificar se esse vazamento é adequado, é o esperado ou se está acima do que é tolerável. Se estiver acima do tolerável, intervenções serão necessárias. Se estiver adequado, podemos seguir.

Então, hoje o eixo leste não está bombeando, por conta dessa intervenção, dessa verificação. A gente precisa ter certeza de que o reservatório Cacimba Nova está hígido, está íntegro. Com isso, deve demorar umas duas semanas, quinze dias, e já teremos esse resultado dessa verificação. E aí, a depender do que esses testes mostrarem, a gente pode voltar a bombear ou vai ter que fazer uma intervenção mais importante e maior no reservatório Cacimba Nova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, isso não gera risco a Campina Grande porque hoje o Epitácio Pessoa está com uma cota suficiente para alguns meses. Não há esse risco de desabastecimento. Temos uma questão do Rio Paraíba, que dizem que ali há uma dificuldade porque há uma captação, uma necessidade de manter um fluxo. Estamos atentos a isso. É uma preocupação, mas, como eu disse, a segurança em primeiro lugar.

Também cabe ao Ministério zelar pela lei de segurança de barragens e a gente não pode descuidar. A ANA hoje está na estrutura do Ministério e ela está realmente muito mais rígida e muito mais criteriosa, tanto nos procedimentos de enchimento quanto de liberação desses reservatórios.

Fotos também para demonstrar. A foto da direita, canto inferior direito, chama muita atenção porque é a chegada ali em Monteiro, quando chega no Rio Paraíba, que é a entrega da água efetiva. É isso que queremos ver em breve no eixo norte. Realmente entregando a água para o rio, que é objetivo de todos e a obra foi feita realmente para integrar essas bacias, garantir e dar segurança hídrica.

Ramal do Agreste. O Ramal do Agreste, tão caro ao nosso Líder, tão preocupado que está realmente com... É uma obra emblemática, uma obra totalmente do Governo Federal, uma execução primorosa. Felizmente o RDC integrado nos traz essa qualidade da execução da obra. É uma obra belíssima, realmente belíssima.

Temos uma dificuldade orçamentária. Ontem também conseguimos os R$180 milhões, mas ainda faltam R$335 milhões para garantir a continuidade da obra até o final do ano. Então, com o recurso orçamentário que foi obtido com o acordo de ontem, teremos aí tranquilidade para ir até agosto. Mas precisamos de recursos adicionais para seguir essa obra. Já estamos em trabalho, aqui já estamos conversando com o Senador Fernando Bezerra para conseguir esses recursos adicionais, mas não tenho dúvidas de que conseguiremos e essa obra não vai ser paralisada.

Vejam que são 2.500 funcionários mobilizados em uma obra que vai levar água e garantia para 68 Municípios do Agreste pernambucano. Alguns deles inclusive abastecidos com carro-pipa. Então, é uma substituição de uma obra estruturante, definitiva, com uma ação paliativa, que é o carro-pipa, que vem há mais de vinte anos abastecendo a população, mas que deve ser em sua medida substituída por obras estruturantes.

Aqui a gente quer mostrar um vídeo para ter a magnitude dessa obra emblemática do Governo Federal.

Saindo ali da sua captação, Barro Branco.

Tem som?

Ressaltar a qualidade da obra. Essa obra vai avançando, ficando toda pronta. Ela não é feita em pedaços.

Conforme o canal vai ficando pronto, toda a obra lateral também é realizada. Então, é um exemplo de uma obra de engenharia, de como a gente deve fazer para ter um resultado concreto.

São vários canais, são várias frentes de trabalho. O Ramal do Agreste é algo que devemos defender, porque o resultado e o benefício que ele trará é inestimável.

A explosão.

Cortar a pedra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dos túneis, que são lindíssimos. (*Pausa.*)

Vamos seguir.

A obra é muito bela. O vídeo é muito interessante.

Bom, aqui eu queria chamar a atenção para a nossa situação financeira do Pisf.

Ali estão todas as ações principais, a manutenção, os reservatórios estratégicos, Eixo Norte e Eixo Leste.

Primeiro quadro, até maio, o que a gente já executou, e ali a nossa projeção de execução de junho até dezembro.

Aquela linha tracejada em vermelho é o que nós tínhamos de dotação. Agora está resolvido. Conseguimos dotação para todos eles. Então, para manutenção houve um aumento de R$100 milhões; para reservatórios, um aumento de R$20 milhões; para o Eixo Norte, um aumento de R$200 milhões; e o Eixo Leste não precisou de um adicional. Isso nos leva até o final do ano. Então, aquela linha tracejada vai até dezembro. Isso está resolvido. Não temos mais que nos preocupar com a situação orçamentária.

A situação financeira ainda precisa ser equalizada. Temos uma disponibilidade aquém da necessária, mas é uma discussão que também está sendo feita com a Economia, para que a gente possa garantir a continuidade da obra sem nenhum tipo de paralisação ou redução do ritmo.

É só para os senhores e as senhoras terem realmente ciência dos valores envolvidos, da magnitude desse empreendimento. É ali acumulada uma execução financeira de quase R$1 bilhão para finalizar e andar, prosseguir com as obras do São Francisco.

Ramal do Agreste, uma situação parecida. A questão orçamentária não está totalmente equalizada, porque os senhores podem ver que julho e agosto nos demandarão R$190 milhões; o nosso aumento de dotação foi de R$180 milhões. Então, iremos aí até agosto com a questão orçamentária.

Financeira, a mesma situação, e ainda temos recursos que estão abaixo da nossa necessidade, mas trabalhando para que a gente possa conseguir essa ampliação e garantir a execução da obra sem mais percalços.

Não tenho dúvida de que conseguiremos garantir tanto o orçamentário quanto o financeiro, e essa obra vai trazer o benefício tão esperado. Também são R$800 milhões de investimento do Governo Federal em uma obra hídrica importantíssima.

Operação e manutenção.

É importante dizer... Investimentos, transposição, o Projeto de Integração do São Francisco já passa dos seus 11 anos de execução, já tem mais de R$10 bilhões investidos, uma obra de muitos governos, um sonho para a região, mas de nada adiantará terminarmos essa obra se não tivermos condições de operar e realmente levar essa água a todos.

A questão da operação e manutenção é uma articulação e uma concertação interfederativa; dependemos, os quatro Estados beneficiários.

E aqui eu queria deixar o meu agradecimento, em nome da Governadora Fátima Bezerra, mas também ao Governador Camilo, ao Governador Paulo Câmara e ao Governador João Azevedo. A gente precisa, de fato... Todos, no início da nossa gestão, fomos procurá-los, conversar sobre essa situação. Eles se colocaram à disposição para avançarmos na discussão e podermos implementar as câmaras de conciliação e arbitragem na AGU para um ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de discussão controlado em que pudéssemos avançar. Ainda há algumas questões da operação e manutenção que precisam ser alinhadas com os Estados, mas todos têm a boa vontade. Estamos num ambiente totalmente adequado para isso, para chegarmos a uma conciliação. Todos iremos nos beneficiar. Não dá para imaginar uma obra de R$10 bilhões de investimento do Governo Federal que, por uma questão de não chegarmos a um consenso, não possa ser devidamente utilizada.

Então, agradeço, Governadora. Eu sei que está avançando, as discussões estão avançando na Câmara e é isso que esperamos.

Bom, o sistema de gestão é extremamente complexo, custo elevado, a forma de fazê-lo com segurança, tanto ao Governo Federal, mas, de fato, que não inviabilize as finanças dos governos estaduais, é a principal dificuldade. Então, o sistema de gestão e sustentabilidade e o modelo tarifário e pagamento, além dos modelos de garantia, são importantíssimos para a gente poder avançar. É complexa, não é hierárquica e as decisões de um parceiro comprometem todos os demais, comprometem o atendimento dos objetivos. Só iremos avançar na gestão do Pisf com um diálogo muito republicano entre o Governo Federal e os governos estaduais. Essa é a única forma de chegarmos a um consenso e a uma conciliação.

Um rápido histórico: em 2005, quando foi assinado o termo de compromisso e foi dada a outorga, tanto a preventiva como a definitiva, definimos as principais obrigações de cada lado. O prazo atual da outorga definitiva, que foi prorrogado inúmeras vezes para que começasse a operação comercial, é até 31/12. Então, isso é de extrema relevância e a forma de começar realmente a operação é com um contrato assinado. Temos quatro Estados, mas, se não tivermos pelo menos um contrato assinado, não é possível dar início à operação comercial e a questão da outorga definitiva está comprometida. Então, é com isso que nós estamos correndo, por isso a importância da Câmara, por isso é importante já avançarmos e chegarmos num texto de um contrato que possa viabilizar a operação, pelo menos do Eixo Leste, e, se tudo correr bem, ali o Eixo Norte chegará e o Ceará logo será beneficiado com as águas do São Francisco.

Aqui uma cópia do termo, deixando claro o compromisso que todos assumiram – o Ministro da Integração, o Ministro do Meio Ambiente, Minas e Energia, Casa Civil e os quatro Governadores da época dos quatro Estados beneficiados. Isso foi dia 1º de setembro de 2005. Então, de lá para cá, passaram-se quase nossos 14 anos. Então, é muito tempo para a gente poder alinhar realmente e entender como fazer cumprir esse termo.

Aqui, basicamente, as responsabilidades que foram definidas no termo: o que cabia à União e o que cabia aos Estados; à União, a construção, que estamos aí finalizando os eixos, alguns ramais associados ainda precisam, estão em projetos, precisam ser executados; e aos Estados, a cobrança e o pagamento dos custos de operação e manutenção e a garantia à Operadora Federal (OF) de que esses pagamentos seriam feitos.

E aqui eu queria ressaltar que não há discussão em controverso, todos os Estados concordam, entendem que é obrigação deles realizar o pagamento da operação e manutenção. O que se discute é a forma de fazê-lo. Então, não há nenhuma dúvida sobre quem deve arcar com os custos de operação e manutenção do São Francisco. A discussão não está aí, a discussão está na forma de fazê-lo para dar garantia suficiente e não onerar em demasia os Estados que também estão com economias combalidas. E uma tarifa adicional ou um imposto adicional realmente comprometeria a atuação e os cidadãos daqueles Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as várias outras questões que nós temos, a recuperação e a delegação dos reservatórios estratégicos é uma dificuldade do Governo Federal. Primeiro, porque há um investimento importante que precisa ser feito nesses reservatórios. Ontem também, no acordo que foi feito, conseguimos 20 milhões para a recuperação dos reservatórios estratégicos. Ainda não é o montante total necessário, mas já ajuda a caminharmos para este fim.

Aqui é um diagrama bem simples para demonstrar qual é o papel da União e qual é o papel dos Estados em relação à operação do Projeto de Integração do São Francisco. À União cabe adução de água bruta até o ponto de entrega. Então, captamos do Rio São Francisco, fazemos todo o caminho e, no ponto de entrega, que é um ponto em que há uma medição, a gente passa para o governo estadual. Dali em diante, o governo estadual faz a adução de água bruta e depois o seu tratamento para distribuição.

Então, é importante deixar claro que não cabe ao Governo Federal a distribuição da água nem o tratamento dessa água. O acordo é: levamos até os pontos de entrega, que são pré-definidos, já estão no projeto, e dali em diante os governos estaduais precisam fazer esta adução e essa distribuição para vários usos.

A forma dessa regulação, parte é regulação da ANA, em relação à operadora federal que hoje está definida como a Codevasf – a Codevasf é a operadora federal do Projeto de Integração do São Francisco –, e a regulação estadual... Cada Estado monta as suas próprias regras de como fazê-lo.

São, basicamente, dois instrumentos: o contrato, que é essa relação comercial entre a operadora federal e o operador estadual; e o PGA, que é um documento elaborado pela ANA que vai definir qual é o volume, quais são os valores, os custos, os preços. Então, é ali que se definem todos esses critérios que vão, de forma indireta, balizar também o contrato.

O modelo tarifário. Tarifa única definida pela ANA, composta de dois componentes: um deles é a disponibilidade e outro o consumo. Disponibilidade, independentemente do uso, os Estados devem arcar com esse custo pelo volume que foi previamente contratado, proporcional à vazão disponibilizada. Ali a gente está falando quais são as vazões disponibilizadas – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. E uma tarifa de consumo específica para a utilização do quanto foi bombeado.

Eu queria chamar a atenção, porque custo realmente é maior do que o custo usual de uma companhia de saneamento de uma captação normal. Em média, temos aí 26 centavos por metro cúbico. E aqui no Pisf, a tarifa de consumo é de 52 centavos. Agora, a água cara é a água que não existe. Então, o São Francisco foi feito para levar segurança hídrica. Para quem já teve ausência, escassez de água, impossibilidade de utilizar esse recurso... Apesar de ser um preço mais alto, é um meio de você levar água para as pessoas.

Então, acho que a discussão sobre valor da tarifa, técnicas, tecnologias, melhorias, eficiência pode vir a abaixar, mas, de qualquer forma, é um meio de a gente levar segurança hídrica e desenvolvimento para todas as regiões.

A proposta inicial é de cofaturamento, criação de um encargo tarifário de segurança hídrica por lei estadual. Mas, aí, no que está se avançando nas discussões, é que caberá aos Estados definirem a forma como querem ou como podem fazer isso – alegaram dúvida quanto à natureza jurídica da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui a relação contratual: hoje é o operador federal, operador estadual – e cada Estado vai definir a maneira de fazê-lo.

O modelo de garantia é um outro ponto muito controverso. Garantia, os senhores sabem, é: na ausência daquele pagamento, como é que você se socorre, como é que a União tem a garantia de que vai poder arcar com os custos? – afinal, a ideia é que isso não fique no OGU, isso não fique a cargo da União, mas seja de fato financiado pelos Estados.

Um aporte inicial e provisão de devedores duvidosos. Há a uma discussão muito grande pelo aporte inicial, mas tudo isso está sendo tratado na câmara de conciliação, com seus devidos representantes.

E ali é a utilização do FPE.

São alternativas que estão hoje na mesa, mas não há uma posição ou não foi batido o martelo ainda da maneira como isso será feito. O que é importante é que existe a necessidade de o Governo Federal saber que o financiamento de operação e manutenção vai ser feito pelos Estados. Precisamos chegar a um instrumento jurídico que nos dê esse conforto. Essa é a dificuldade, e é por isso que, apesar de estarmos lá com isso definido de 2005, hoje ainda não temos uma definição clara de como faremos isso. Mas eu tenho convicção que, dessa maneira republicana com que estão sendo conduzidos os trabalhos, com o apoio da AGU – e aí eu agradeço ao Ministro André, que desde o primeiro momento se colocou muito disposto e colocou um mediador dele, que é um dos diretos dele, é uma pessoa do alto escalão da AGU e está conduzindo os trabalhos justamente pela importância e relevância que esse tema tem para o Governo Federal. Assim, está sendo conduzido por um mediador que é muito próximo do Ministro André, e o Ministro André pessoalmente também está atento e conduzindo esses trabalhos para que a gente chegue de fato a um consenso.

Modicidade tarifária. Como disse, água cara é melhor do que aquela água que não existe. Mas, de qualquer forma, sabemos do custo, da dificuldade e de que é isso que vai impactar os cidadãos, impactar o bolso dos Estados, a economia dos Estados. Então, estamos buscando alternativas para baratear o custo da água. Providência da União: planejamento principalmente para compra de energia, que corresponde a mais de 70% do custo de operação. Então como comprar energia? Ter um método, um planejamento adequado para isso pode fazer muita diferença no custo final. E também receitas acessórias – a gente vai mostrar aqui no final que o potencial de geração de energia ao longo dos canais dos eixos é muito grande.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Caminhemos.

Os Estados pedem um subsídio para que isso seja feito de forma escalonada. Está em discussão, mas é que sabemos também das dificuldades de ajuste fiscal da União. Então, é a dificuldade de podermos caminhar nesse sentido, porque a União já fez todo o investimento em infraestrutura. Agora também, é preciso fazer o pagamento de operação e manutenção. E, diga-se de passagem, já estamos fazendo isso, porque Paraíba e Pernambuco já vêm recebendo água há um bom tempo, desde 2017, sem arcar com esses custos de operação e manutenção. Então, a União já está tendo uma despesa adicional de operação e manutenção do São Francisco para poder levar água, justamente pela importância e necessidade que sabemos que existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São demandas dos Estados, como a isenção de alguns impostos, tudo isso está em análise. É importante a garantia de não contingenciamento do repasse dos Estados para a União para que esse recurso seja, de fato, utilizado para operação e manutenção do Pisf e que não seja utilizado para outro fim, para garantir essa saúde do empreendimento e a tranquilidade que precisamos para um abastecimento de água contínuo.

O sistema de acompanhamento e utilização dos recursos é pela Codevasf. Esse é um pedido dos Estados, com o qual eu compartilho e concordo. Eu acho que é importante saber como o dinheiro do Estado está sendo utilizado. A Codevasf é a operadora federal. Então, a transparência desses gastos, exatamente como cada real foi investido, é essencial para essa relação que queremos e temos criado com os Estados para que saibam que o dinheiro de seus concidadãos está, de fato, sendo investido para o São Francisco, para a operação e manutenção.

Modelos propostos. A relação contratual entre operador federal e operador estadual é o que está na mesa hoje. O consórcio público é uma possibilidade. O MDR vê com bons olhos um consórcio público com a União e os demais Estados para fazer uma obrigação e ratear, de fato, não só a responsabilidade, mas um comprometimento de decisão sobre os rumos a tomar. Muitas decisões vão ser tomadas ao longo da vida da transposição, do projeto. Então, é essencial que possamos ter esse companheirismo.

E a outra é realmente a operação e a manutenção privada. Uma concessão já está em estudo no BNDES. Os cenários devem ser apresentados em julho. Estavam previstos para serem apresentados agora em março, mas infelizmente não foi possível. A um primeiro olhar, verificou-se que se precisavam aprofundar os estudos. Somente em julho, teremos esses cenários, que poderão apontar um caminho, uma possibilidade de fazermos uma concessão futura para operação e manutenção.

As placas. Há uma grande insolação em toda a área do São Francisco, uma rede de transmissão instalada com capacidade muito superior à necessidade que as subestações elétricas têm, pontos de conexão, áreas já desapropriadas, um estudo que mostra que temos uma capacidade instalada de 2,4GW, temos uma capacidade de produção de 4.200 GWh/ano. E o consumo para fornecer os 26,4, que hoje é a nossa capacidade instalada de bombeamento, é de 630GWh/ano. Ou seja, há uma sobra, um potencial de utilização de receita acessória muito grande para fazer a manutenção. Aqui são as manchas, o potencial de insolação e de geração de energia. Podem ver que essas vermelhas têm um potencial maior.

É isso, senhores. Eu só gostaria de falar rapidamente sobre as obras estruturantes. E aqui, inclusive, em respeito à Governadora, é importante o Ramal do Apodi, uma obra que vai garantir a chegada da água ao Estado do Rio Grande do Norte, mas é uma obra orçada em R$2,3 bilhões. Também temos o Ramal do Piancó, que entendemos ser necessário. O Piancó está orçado em R$300 milhões. E há necessidade adicional do Ramal do Agreste, para que a gente possa, de fato, finalizar e caminhar com essa obra.

Então, ressalto novamente a importância, o avanço que já obtivemos em relação ao modelo de operação e manutenção, uma conversa muito franca com os Estados, mas dependemos, para que essa obra tenha alcance de fato de sua finalidade, de uma parceria com os quatro Estados beneficiários para que essa operação e o custo do financiamento disso não recaiam aos cofres da União, porque isso iria realmente inviabilizar a operação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – A gente precisa desse companheirismo e dessa atenção dos Estados.

Agradeço a oportunidade da presença novamente a V. Exas. e, Presidente, novamente estou aqui à disposição sempre que a Comissão precisar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ministro.

Passo inicialmente a palavra ao autor do requerimento, nosso querido Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Izalci Lucas Silva, Sr. Ministro Gustavo Canuto, Srs. Senadores e Senadoras que aqui estão, eu quero agradecer a presteza de V. Exa., Ministro, por ter comparecido. Esse é um tema muito importante para o Nordeste, não só para o Nordeste, mas também para o Estado de Minas, para o Estado da Bahia, que são os dois Estados que produzem a água hoje.

As águas do São Francisco, V. Exa. sabe, são formadas só por Bahia e Minas Gerais; os outros Estados não contribuem absolutamente com suprimento de água na calha principal do Rio São Francisco. Na Bahia, por exemplo, à margem direita, nós hoje não temos nenhuma contribuição dos rios que, no passado, contribuíam com a água para a calha principal do Rio São Francisco. Em um dos principais, o Rio Paramirim, para suprimento da Bahia central, na região das Serras, o Governo do Estado fez várias barragens, porque precisava para suprimento e consumo humano, consumo animal e até para irrigação. Então, esse Rio Paramirim, que é um rio importante da margem direita, não coloca mais água nenhuma, absolutamente nenhuma água, no Rio São Francisco. Depois, vem o Rio Santo Onofre, que desaguava ali em Paratinga, na margem direita também do Rio São Francisco; o Rio Itaguaçu, que desaguava próximo da região de Irecê; o Rio Jacaré também, o outro, o Rio Paulista, ou seja, à margem direita do Rio São Francisco, todos esses rios não contribuem com 1m^3 de água mais.

Eu quero mostrar isso apenas para dizer que a produção de água para a calha do São Francisco está diminuindo, está praticamente tendo metade do que tinha há 30, 40 anos.

Aí vamos para a Bahia. Os três rios que contribuem com o Rio São Francisco são: o Rio Carinhanha, que é um rio caudaloso até porque ele tem suprimento na maior bacia aquífera, no maior aquífero daquela região, que é o Aquífero de Urucuia – V. Exa. deve conhecer –, um aquífero muito importante. O Rio Carinhanha é produto desse Aquífero de Urucuia, esse contribui; o Rio Corrente, que nasce em Correntina, numa bacia que tem mais ou menos uns 30 olhos d'água, alguns dos quais estão sendo revitalizados agora com o replantio, pela iniciativa dos produtores; e o Rio Grande, que vem lá formado pelo Rio de Ondas, que passa em Barreiras, o Rio Preto, que passa em Formosa do Rio Preto, o Arrojado, que passa próximo de Santa Maria da Vitória, enfim, é uma bacia ali de Luís Eduardo, Barreiras que forma o Rio Grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, na Bahia, nós só temos três rios colocando água no São Francisco. Esses da margem direita, todos, morreram, são caminhos de areia. Eu conheço todos, andei com todos vivos e já andei com todos mortos.

Indo para Minas Gerais, o senhor viu agora o desastre da tragédia de Brumadinho, no Córrego do Feijão. O Córrego do Feijão é afluente do Rio Paraopeba – há o Parauapebas, que é no Pará, e há o Paraopeba, que é em Minas. O Córrego do Feijão era um afluente do Rio Paraopeba. A barragem se rompeu, a tragédia aconteceu. Parece que até se esquece muito rápido da morte de pobre, não é? São trezentos e tantos pobres que morreram naquela tragédia. Ninguém fala mais nisso, mas esse rejeito todo, o dióxido de ferro, o mercúrio, a argila e outros metais pegaram a calha do Rio Paraopeba. A sorte é que antes da barragem de Três Marias, Fernando, há uma barragem em Minas, que é a barragem de Retiro Baixo. Essa barragem de Retiro Baixo foi superimportante para que esse rejeito não chegasse – o Ministro sabe disso – a Três Marias. Não é isso, Ministro? Que não chegasse a Três Marias, porque, se esse rejeito chegasse a Três Marias, à barragem de Três Marias, nós estaríamos com rejeito na calha principal do Rio São Francisco.

Então, a gravidade em Minas Gerais, Ministro, é muito grande, até porque para quem está com volume e excesso de suprimento de água para todas as atividades, como é o Estado de Minas Gerais, que é a caixa d'água do Brasil – o senhor sabe, é a caixa d'água do Brasil, tem afluente por tudo quanto é canto, tem água em tudo quanto é canto –, não há uma preocupação com o meio ambiente nem com essa questão dos barramentos das mineradoras. Agora, estamos com outra barragem com problemas que pode estourar, e já se esvaziou a cidade de Barão de Cocais, mas pode estourar a qualquer momento.

Depois, a barragem de Três Marias. A barragem de Três Marias hoje, Ministro, pelo relatório de hoje, não está recebendo uma gota d'água do seu principal rio de suprimento, que é o Paracatu. O senhor pode entrar no relatório agora – está aqui, na minha mão –, o relatório que é encaminhado, que eu vejo todos os dias. Está aqui: barragem de Três Marias. Ela hoje está com um volume útil de 82,34%. Ela está recebendo hoje, Fernando, 0% de vazão afluente. Vazão afluente, o senhor sabe, é a vazão que está entrando na barragem, que vem para entrar na barragem. E vazão defluente, em Três Marias, de 382m³ por segundo, para suprimento, consumo humano das cidades que ficam a jusante de Três Marias, sobretudo Pirapora, que é um símbolo do São Francisco, onde havia o porto, onde havia a hidrovia que chegava até juazeiro – o Fernando sabe disso. O porto hoje está a 1,5 mil metros da calha do rio. É um areião para chegar lá. Então, não há mais hidrovia do São Francisco.

Então, o senhor vê que ele está soltando aqui 382m³ para suprimento de Pirapora, na margem direita do São Francisco. Do outro lado, há uma ponte de ferro. Você a atravessa – feita por Juscelino Kubitschek –, vai encontrar a cidade de Buritizeiro, que vive também do São Francisco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, essas cidades ribeirinhas a jusante de Três Marias estão todas com problema de abastecimento de água. Sabe por quê? Porque a captação, quando elas estão cheias, é próxima, 200m, 300m. A captação, quando seca, como está agora, está com pouca água, vai pegar lá em cima. O Fernando foi Ministro, cansou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer adutora para ir captar lá na calha do rio, lá, aquele trabalho que você fez lá, na adutora do Feijão, a captação já está lá na frente, Fernando, porque a água está acabando. Então, eu vejo com essa preocupação.

Por exemplo, há uma barragem antes de Três Marias, Ministro, que é no Rio Preto, a Barragem de Queimados, que está com 0% de vazão afluente, ou seja, não está entrando água nenhuma na Barragem de Queimados, que é antes de Três Marias. Agora, depois de Três Marias, você vai para Sobradinho, que está numa situação em que há muito tempo não estava. Graças a Deus, as chuvas foram volumosas, nós estamos hoje com 46,78% do volume útil em Sobradinho, que é um volume substancial. Sobradinho tem uma quantidade de água, por exemplo, quem está recebendo água de Sobradinho e chega ali acredita que nunca mais vai faltar água, mas pode faltar um dia, porque é um mar de água. Só para o senhor ter ideia, mesmo com aterramento de 20% que tem na Bacia de Sobradinho hoje – Três Marias está com 40% de aterramento, ou seja, a bacia hoje só tem 60% para acúmulo de água, 40% é sedimento –, então, Sobradinho tem 22% de sedimentos, de aterramento, mas Sobradinho, o volume morto são quase 5 bilhões de metros cúbicos de água, é muita água. Por isso, essa alegria toda. São 5 bilhões de volume morto, é muita água.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, eu brinco com o Fernando, que é um entusiasta do rio tanto quanto eu, que Sobradinho, para quem sai do Sertão atrás de uma gota d´água e vê um mar de água daqueles: "A solução está aqui, não vai acabar mais nunca. Esse Otto Alencar é um filósofo, é um poeta, fica falando de revitalização. Ele não sabe nada disso". Mas eu estou mostrando a gravidade da situação para 20, 30 anos adiante, porque, em 2017, a Barragem de Sobradinho chegou a 4% do volume útil, Ministro. O senhor acompanha isso? O senhor lembra que, em 2017, chegou a 4% do volume útil? Por que chegou? Porque não choveu como choveu agora e o que choveu lá atrás não deu para entrar nas barragens. Por que não deu para entrar? Porque a Bacia do São Francisco, tanto dos seus rios tributários ou afluentes ou a própria calha, está completamente assoreada, entupida, aterrada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. deve saber, mas vou lembrar ao senhor, que está entrando por ano de sedimento, areia, argila, barro, 28 milhões de toneladas na calha do Rio São Francisco. Eu quero perguntar: se o rio ficar com suas calhas todas obstruídas, vai chegar água em Sobradinho? Chega, Ministro? Não vai chegar. Então, é como se fosse, digamos que o coração é a barragem e as coronárias estão entupidas. Adianta eu fazer transfusão de sangue? Não, o sangue não vai chegar porque os canais estão entupidos. O sangue do rio é a água e os canais são os canais que drenam para as barragens. Se os canais estiverem entupidos, dentro de 20 anos, com segurança posso dizer ao senhor, mais ou menos 30 anos, não vai chegar uma gota d´água em Sobradinho. Não sou terrorista, esse estudo é de técnicos americanos. A Codevasf tem também, você deve ter também lá essa projeção.

Então, o que eu falo: hoje, ontem, R$500 milhões para a transposição, que é certo, porque tem que fazer o atendimento de urgência. Está com sede tem que botar água, mas tem que haver um projeto, Ministro, de revitalização do São Francisco. Seria aí o quê? A cirurgia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

urgência, bota na sala e opera, para dar água para quem está com sede, mas a cirurgia eletiva, que você pode marcar, planejar, tem que haver um projeto de revitalização do Rio São Francisco. Os governos têm que entender isso.

Eu acho que tanto a ex-Presidente Dilma como o Presidente Lula, o ex-Presidente Michel Temer – eu fui lá com o Fernando fazer uma exposição dessa natureza – e o Bolsonaro, com quem eu estive duas vezes e só falei disso, estão roucos de tanto ouvir falar nisso! Está todo mundo rouco. Eu falo muito nisso, não preocupado comigo nem com onde eu vivo e nem com a Bahia, porque a Bahia tem como se virar. Se faltar água em Sobradinho, tem onde botar água... Lá em cima do nordeste, não vai, lá em cima do norte, não vai, mas, no oeste, vai; na Chapada Diamantina, vai; no Recôncavo, há água; no sul e no sudeste, há água. Não é comigo, não! É com as futuras gerações do Nordeste.

A Paraíba tem metade da água que um ser humano precisa por ano para se manter vivo. Um ser humano precisa, mais ou menos, já botando um pouquinho alto, de 600m^3 por ano – seria 600 mil litros – para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... cozinhar, para tomar um banho e para beber. A Paraíba tem 350m^3 *per capita* de água de superfície e do subsolo, de aquífero. Então, é uma situação grave, como também no Agreste de Pernambuco, no Sertão do Agreste da Paraíba, na região do Rio Grande do Norte. Todas essas regiões, sobretudo no Ceará, precisam urgentemente de abastecimento de água! Urgentemente! E tem que botar água...

Agora, se colocarem água, botando 14 bilhões, 15 bilhões na transposição, e não colocarem nada na revitalização, isso é crime contra o patrimônio do povo brasileiro! É crime...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agora mesmo, só existem lá R$10 milhões para revitalização. Vão botar quinhentos e tantos milhões para transposição e R$10 milhões para revitalização. É uma coisa – me perdoem, não V. Exa. e nós os Senadores aqui – irresponsável, que não vem de agora. Isso aconteceu também com Dilma... O mentor da transposição, que, na hora, foi importante, o Presidente Lula, também não se preocupou com a revitalização.

Essa revitalização tem que ser feita tanto quanto está se fazendo agora essa transposição. Ou se encontram recursos para isso... E o Governo tem recurso para isso, eu não tenho dúvida. Falta o quê? É decisão para salvar um rio que pode salvar a vida de 30 milhões de brasileiros.

Senão, vamos ter o quê? A migração que sempre aconteceu por falta de água. A migração foi para São Paulo, para Paraná, para Minas, para o Centro-Oeste agora. E a migração do nordestino agora vai ser para o Norte, para onde há...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... água: Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima. Vai ser essa a migração.

Ontem, eu conversava com o Senador Jayme Campos, que tem uma propriedade no Mato Grosso. Ele tem 70 funcionários, e todos são migrados do Nordeste, fugindo da seca, da miséria da seca.

Para se salvar da seca, só pode acontecer no Nordeste, nos Estados receptores, que não são produtores, a revitalização do São Francisco. Se o Governo quiser levantar uma bandeira e entrar pela porta da frente dizendo que fez pelo Nordeste, a transposição não é tudo; é a revitalização que terá que acontecer. Senão, as novas gerações nordestinas terão que fazer o mesmo movimento que fizeram os avós de muitos deles, migrando no pau de arara – agora, é de avião e de ônibus –, para o Norte, para o Centro-Oeste e até para o Sul, porque ninguém suporta a falta de água.

Deus botou esse elemento na Terra e disse: "Esse aqui ninguém vai substituir". Quanto à energia, há a solar, a eólica, a de biomassa, há vários tipos, há a do diesel, há a da termoelétrica. Agora, e a água? Digam um substituto para água. Nenhum! Então, essa é a minha preocupação, é a minha bandeira. Eu sou a favor da transposição do Rio São Francisco, sempre fui, até porque eu fui ver a transposição do Rio Colorado. Passei um mês no Colorado, vendo como foi feita a transposição. V. Exa., inclusive poderia perguntar ao Governo americano como foi feita a utilização, como foi paga a utilização, como é paga a utilização do custeio operacional dessa obra enorme, que quem tem que pagar é o consumidor no fim. Os Estados serão aqueles que vão fornecer a água, mas quem vai pagar é o consumidor; ver como foi feito lá no Colorado, como está sendo pago esse recurso da transposição do Rio Colorado ou de outros rios, porque no Brasil nós não temos ainda nenhuma transposição em funcionamento, não temos *expertise;* pegar isso e colocar para ver como é que vai funcionar o custeio operacional dessa grande obra de engenharia.

Eu louvo a iniciativa do Presidente Lula, na época do Ministro da Integração Ciro Gomes, do Ministro Fernando Bezerra. Todos esses...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Ciro Gomes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ciro Gomes, eu falei.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu entendi que você tinha falado Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É porque eu estou falando há muito tempo. Eu já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu entendo a paixão de V. Exa., eu fico mesmo entusiasmado com V. Exa. quando fala desse tema, mas é porque tem o nosso Líder também inscrito, e outros.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu já vou terminar, já vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou terminar. Eu vou terminar, até porque lá na Bahia se diz que qualquer discurso com mais de 20 minutos, o povo passa para dormir, e eu não quero botar ninguém para dormir aqui hoje. Então, estou encerrando, agradecendo a V. Exa. A minha veemência tanto é pela defesa da transposição como é mais ainda pela defesa da revitalização do Rio São Francisco.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço e parabenizo V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, só corroborando com as palavras do Senador Otto Alencar, e dizer que eu ratifico tudo que ele disse, incluindo o Rio Parnaíba. Então, é a revitalização do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, que são os dois maiores rios do Nordeste, que estão morrendo e que precisam ser revitalizados.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, nosso grande Líder.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Ministro Gustavo Canuto, parabenizá-lo pela sua exposição e dizer que há uma iniciativa que foi tomada recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que precisa ser aprofundada aqui nesta Comissão, que foi o lançamento do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Lá nesse plano fica muito clara a priorização para o desenvolvimento do Nordeste baseada no eixo da sustentabilidade. Portanto, essa preocupação do Senador Otto Alencar está claramente, digamos assim, sublinhada, apoiada nos eixos para a promoção do desenvolvimento do Nordeste.

Eu queria fazer aqui uma sugestão. Na realidade, a grande preocupação hoje do Brasil é geração de emprego, e o Governo Federal tem um papel importante na geração do emprego para os brasileiros que estão aí na fila dos desempregados já há mais de quatro anos em função da grave recessão econômica em que o País mergulhou. Um dos primeiros passos que a gente precisa garantir é a não paralisação das obras do Governo Federal. Nesse particular, o Ministério do Desenvolvimento Regional tem um papel fundamental sobretudo na região mais pobre do País, que é a Região Nordeste. Aqui a gente viu, pela exposição do Ministro, que mesmo nessa situação de restrição orçamentária, o Ministério do Desenvolvimento Regional está tocando duas obras que, só essas duas obras – a transposição e o Ramal do Agreste – vão consumir quase R$2 bilhões este ano, gerando mais de 4 mil empregos diretos nas obras, nos canteiros, que estão mobilizados no Ceará e em Pernambuco.

Eu, então, queria fazer uma sugestão: primeiro, da Comissão de Desenvolvimento Regional, com a autorização do Ministro Gustavo Canuto, convidar o Ministro Paulo Guedes para visitar essas obras, porque o Ministro Paulo Guedes hoje é Ministro da Economia, mas é o Ministro do Planejamento. Até o dia 30 de agosto, o Governo de Bolsonaro vai mandar a sua primeira proposta de orçamento, vai também mandar o PPA para os próximos quatro anos. E a gente precisa ver assegurada na proposta orçamentária a continuidade dessas obras e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outras que precisam ser iniciadas, como o Ramal do Apodi, no Rio Grande do Norte, como o Ramal do Agreste, como o avanço das vertentes litorâneas na Paraíba, como a retomada dos estudos para o Eixo Sul, na Bahia, como a retomada do Eixo Oeste, que ia pegar água de Sobradinho e levar para os rincões do Sertão do Piauí. Tudo isso são projetos que estão já uns como pré-projetos, outros já com projetos básicos, mas nós temos uma formidável carteira de obras hídricas que poderá evitar esse cenário que o Senador Otto falou de a população do Nordeste migrar agora para a Região Norte do País em busca da água. A água tem como chegar e é importante que a gente possa ver, no orçamento do próximo ano, essa preocupação com a revitalização, mas sobretudo também com a continuidade das obras que já estão encaminhadas e que têm o consenso de toda a bancada do Nordeste.

Acho até que este deveria ser um primeiro movimento de mobilização da bancada, é apoiar o MDR, apoiar o Ministro Gustavo Canuto, para que ele possa dar sequência para, primeiro, não haver nenhuma obra parada – já será uma grande boa sinalização – e, segundo, ver no orçamento do próximo ano a sequência de outras obras que podem ser lançadas.

Finalmente, eu quero aqui também chamar a atenção de decisões que o Governo Federal vai tomar brevemente, no curso desses 30 dias, que são importantes para poder reforçar a necessidade de orçamento no MDR, não só para o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas também para esse conjunto de obras hídricas.

Fala-se aí do dinheiro do PIS/Pasep, que tem 20 bilhões, para poder dar uma animada na economia, liberar para o consumo. E veio uma proposta do Secretário de Economia, Dr. Waldery, de pegar uma parte desse dinheiro para liquidar a dívida. Esquece! Esquece, porque não faz nem cócegas com a dívida pública que o Brasil tem. Uma parte desse dinheiro deve ser fonte para reforçar o orçamento das obras públicas. Nós estamos precisando é injetar mais recursos para que possamos ver a conclusão do Ramal do Agreste e o início dessas obras que acabei de mencionar, que unem o Nordeste, que unem o Nordeste. O CAC (Cinturão das Águas) tem que prosseguir, a Adutora do Agreste, em Pernambuco, tem que prosseguir, o Ramal do Apodi tem que prosseguir. Então, nós precisamos nos unir no Brasil que queremos construir e que é possível.

Portanto, eu quero aqui encerrar as minhas colocações, parabenizando o esforço do Ministro Gustavo Canuto, cumprimentando-o pela presença assídua no Congresso Nacional, aqui no Senado e na Câmara, sempre trazendo temas importantes para o debate e para a mobilização das bancadas, no sentido de defender os interesses regionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, é coisa rápida.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria concordar com o Senador Fernando Bezerra, mas dizer e relembrar, bater na mesma coisa: o suprimento de águas por longos anos só vira com a revitalização, imediatamente a revitalização, eu não tenho a menor dúvida disso.

Eu concordo com ele, com essas proposições todas. O Governo tem que abrir os olhos para isso e fazer um programa, estabelecer um programa de 20, 30 anos de revitalizar o rio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, se ele voltar a ser vivo, como era há 50 anos, pode produzir nordestino à vontade, que água não vai faltar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, apenas para salientar aqui aos demais palestrantes...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Há um regimento que nós temos que seguir, mas eu já vou...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Falando bem rapidamente, até para deixar espaço para os demais participantes que estão aqui.

Ministro, elogiar, para variar, como eu sempre faço, o seu desprendimento, a sua dedicação, e dizer o quão importante, pessoal, é a parte contratual, a parte contratual tarifária desse processo. Ela é uma construção tão ou mais difícil do que a construção dos canais, porque ela envolve um compromisso de disponibilidade, que é um compromisso, Senador Otto, do Governo Federal. Quando os Estados assinarem compromissos, assumindo que vão operar e manter os canais, ao mesmo tempo estará assinando o compromisso de disponibilidade o Governo Federal. Então, essa questão da manutenção, da produção, digamos, de água, da disponibilidade de água continuará sendo uma responsabilidade federal.

Então, esse balanço, pelo que entendi aqui, Ministro – depois podemos discutir melhor, com a Governadora Fátima e os demais palestrantes aqui –, envolve disponibilidade e envolve consumo. Esses dois componentes são da tarifa. Agora, há uma que vai antes de tudo, que é justamente a disponibilidade de água. Está se pagando por disponibilidade, independentemente de ela ser consumida ou não. Então, essa é uma questão extremamente importante, porque, se há restrição de oferta, há risco de restrição de oferta, não dá para fazer projeto nenhum de irrigação, projeto nenhum de desenvolvimento regional nos nossos Estados sem haver a garantia de suprimento.

Era isso o que eu queria salientar e deixar as demais questões para os demais palestrantes.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, está inscrito aqui o Senador Elmano, mas, antes, eu até consulto os demais Senadores, porque nós convidamos também a Governadora Fátima Bezerra, que foi presidente desta Comissão, e que, inclusive, fez este trabalho de avaliação sobre a segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. Eu indago aos Senadores e ao próprio Ministro – porque regimentalmente há essa questão – se eu posso conceder também para a Governadora, que é nossa convidada e vai participar da segunda Mesa, a Governadora Fátima Bezerra.

Então, Governadora, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Bom, primeiro quero aqui cumprimentar o Senador Izalci, Presidente da Comissão, o Senador Otto Alencar, que foi o propositor, e agradecer o convite; cumprimentar o Ministro Gustavo Canuto; cumprimentar aqui também o Dr. Marcelo Borges,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário Nacional de Segurança Hídrica, e, em seu nome, Marcelo, cumprimentar os demais servidores do Ministério do Desenvolvimento.

Cumprimento também a Christianne Dias Ferreira, Diretora da Agência Nacional de Águas, e o Marco Aurélio, que está respondendo pela Codevasf. Saúdo os demais Senadores, nas pessoas dos meus queridos companheiros, Senadores que brilhantemente representam o povo do Rio Grande do Norte nesta Casa, que são a Senadora Zenaide e o Senador Jean Paul Prates. Um abraço também muito especial ao Senador Elmano.

Ministro, Senador Izalci, primeiro quero dizer aqui, muito rapidamente, que esse tema do São Francisco é um tema que toca muito forte o nosso coração de nordestina, porque... Eu costumo dizer, Ministro, que eu conheço a seca não pelo livro de história. Assim como o Presidente Lula, eu vi a seca de perto. Eu senti, na minha própria pele, as durezas da seca, as consequências trágicas que a seca trazia. E falo exatamente daquele período ainda da década de 70, em que nós não tínhamos as políticas sociais de ação protetiva para a população, de forma que, passado esse período, sempre, para mim, é motivo de muita emoção falar do São Francisco, porque isso, para nós, sertanejos, para nós, povo do Nordeste, do Semiárido do Nordeste, era um sonho quase impossível. Mas, graças a Deus, esse sonho se tornou realidade.

É evidente que a gente tem que ser justo, reconhecer aqui o papel de estadista que o Presidente Lula teve, por ter tido a coragem de ter tirado o projeto da gaveta, assim como aqui mencionar o papel de vários ministros que, ao lado dele... E, depois, da própria Presidenta Dilma, que, em que pese todas as dificuldades à época, deixou essa obra 94% em construção. Assim como aqui também destacar o papel do Governo Temer e do Governo de agora – e é para isso que estamos aqui, não é, Ministro? –, no sentido de cobrar a conclusão desta obra, porque ela é muito importante, Senador Izalci.

Só quem sabe o que é, por exemplo, acordar às vezes de madrugada, perambulando – está entendendo? – por uma cacimbinha, para encontrar água em condições de beber, sabe o que que significa a transposição das águas do São Francisco.

Nós temos exatamente, no Nordeste setentrional, no meu Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco e no Ceará, o chamado coração do Semiárido nordestino. É lá onde se concentra a região mais populosa do Semiárido nordestino.

Vejam bem: recentemente, Senadora Zenaide e Senador Izalci, passamos por sete anos de estiagem. Os nossos reservatórios, a sua capacidade hídrica chegou praticamente a zero. Eu digo isso, repito, para ressaltar mais uma vez a importância da questão do São Francisco.

É uma obra grandiosa. É a obra do século. E o importante da obra do São Francisco é a gente ter o olhar humano para ela. Ela tem a dimensão do ponto de vista social, porque é garantir segurança hídrica para uma região – ela vai beneficiar mais de 12 milhões de pessoas –, mas tem valor humano, do ponto de vista de assegurar algo que está na Constituição, algo, enfim, referendado pelos organismos internacionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – ...como, por exemplo, a ONU, que coloca a água como bem universal e o direito que a população tem à água, não só em quantidade, Ministro Canuto, mas também em qualidade aceitável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas considerações, o que eu quero aqui colocar muito rapidamente é que o projeto de integração da Bacia do São Francisco vai entrar no Rio Grande do Norte por dois caminhos. O primeiro é exatamente a água do São Francisco que vai passar por Cabrobó, em Pernambuco, vai seguir até o Reservatório Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras, na Paraíba, e depois será levada naturalmente pelo Rio Piranhas-Açu. Ou seja, a primeira entrada das águas do São Francisco se dá exatamente pelo Rio Piranhas-Açu.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Mas há uma outra entrada também, que deve acontecer pela construção, como o Ministro aqui colocou, do Ramal Apodi, que se encontra ainda, nesta fase, precisando de recursos. Como o Ministro disse, é uma obra orçada em mais de R$2 bilhões.

O fato que quero chamar aqui à atenção é que, no projeto de integração das bacias do São Francisco, para ele beneficiar como um todo a população do Rio Grande do Norte, não basta só a entrada pelo Rio Piranhas-Açu. Se o Ramal do Apodi não for construído, nós ficaremos com metade dos Municípios do Rio Grande do Norte sem ter acesso ao benefício das águas do São Francisco.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – E lá, Ministro, nesse contexto do Ramal Apodi-Mossoró, é sempre bom lembrar que se encontra a segunda cidade em matéria de densidade população do Rio Grande do Norte, que é Mossoró. Não é verdade? O senhor imagine, num contexto de colapso, como é que seria, por exemplo, acudir Mossoró com carro-pipa. Seria impossível isso.

Por isso que eu quero enfatizar essa questão da importância, repito, da conclusão dessa obra do Eixo Norte do São Francisco, mas lembrando que não basta só as águas do São Francisco adentrarem no Rio Grande do Norte pelo Rio Piranhas-Açu; é imperativo que o Ramal Apodi realmente seja construído, para, aí sim, Ministro, a gente avançar no Plano Nacional de Segurança Hídrica, naquilo que diz respeito, inclusive, ao Rio Grande do Norte...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – ... como, por exemplo, concluir o São Francisco e concluir Oiticica, que, se Deus quiser, uma vez concluída, vai se tornar o terceiro reservatório mais importante do Rio Grande do Norte em matéria de capacidade hídrica.

E quero aqui mais uma vez dizer a V. Exa. que, no que depender desta Governadora e da sua equipe, se não atrasar o repasse financeiro por parte do Governo Federal, o senhor se prepare para estar lá conosco, porque nós vamos concluir Oiticica este ano e entregá-la com água ao povo do Rio Grande do Norte no ano que vem.

Destaco ainda também, dentro do Plano Nacional de Segurança Hídrica, por exemplo, o Projeto Seridó, que vai ser a redenção daquela região, na medida em que o Projeto Seridó se constitui...

(*Soa a campainha.*)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – ... de um conjunto de adutoras, como, por exemplo, a Barragem Nova Dinamarca, lá de Serra Negra do Norte. E repito: esse Projeto Seridó, que está no Plano Nacional de Segurança Hídrica, que vai estar contido no PPA do Governo Federal, uma vez concluído, vai garantir a segurança hídrica para essa importante região do Rio Grande do Norte, que é o Seridó, pelos próximos 50 anos.

Mas destaco também que, no Plano Nacional de Segurança Hídrica, a outra região, a oeste, igualmente está contemplada com o Ramal Apodi-Mossoró, como, por exemplo, o Sistema Adutor Santa Cruz-Pau dos Ferros, Santa Cruz-Mossoró, com Armando Ribeiro Gonçalves-Currais Novos, com Oiticica-Caicó, também com o estudo de aproveitamento dos recursos hídricos para a Região Metropolitana da Grande Natal.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – De forma que quero aqui dizer que, como Governadora, antes de mais nada, Ministro, mais uma vez o meu apelo, mais uma vez, respeitosamente, a minha cobrança pela conclusão do Eixo Norte. O Rio Grande do Norte precisa saber quando é que as águas chegarão ao Rio Grande do Norte.

Senador Izalci, é o último Estado a receber as águas, porque, primeiro, ele começou por Pernambuco, depois parte da Paraíba, o Ceará, e o Rio Grande do Norte é o último Estado.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O primeiro.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – O Rio Grande do Norte?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É, vem de lá para cá.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – É*?* (*Risos.*)

Mas, enfim, cabe aqui destacar, claro, aquilo que o Ministro colocou, todo o esforço já em curso, no que diz respeito à questão da gestão dessas águas. É verdade. Recentemente estivemos aqui, quando da instalação da comissão de conciliação, os quatro Estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Paraíba –, e o próprio Ministro aqui reconhece toda a nossa disposição pela via do debate, os estudos de viabilidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – ... técnica, etc., para que nós cheguemos exatamente a um entendimento, no sentido de que tenhamos a sustentabilidade dessa grandiosa obra que é essa transposição das águas, trazendo segurança hídrica ao povo do Rio Grande do Norte.

Agora, eu tenho dito ao Ministro: além da calamidade financeira que o Rio Grande do Norte vive, ora, se eu não vir uma gota d'água do São Francisco adentrar no Rio Grande do Norte, aí não tem como vir cobrar para eu pagar essa água, não é, Izalci? (*Risos.*)

Enfim, nós estamos, claro, tratando disso com toda a seriedade. Inclusive, quero dizer ao Ministro que, no âmbito interno, nós constituímos já um comitê, formado pela nossa Secretaria de Recursos Hídricos, o Igarn e outras entidades, com a presença de representantes do Comitê de Bacias do Rio Piranhas-Açu, nós estamos em contato direto com a Agência Nacional de Águas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – E quero mais uma vez aqui também parabenizar o belo trabalho, do ponto de vista técnico, trabalho responsável que a Agência Nacional de Águas tem desempenhado em todo o País. E lá o Rio Grande do Norte, Ministro, tem dado uma contribuição muito, muito, muito importante.

Então, por fim, volto a fazer, Ministro, a pergunta que não quer calar: quando é que as águas do São Francisco chegarão ao Rio Grande do Norte?

E, por fim mesmo, Senador Izalci, permita-me aqui dizer também da minha alegria de voltar a esta Casa, na condição agora de Governadora, principalmente a esta Comissão, que, por designação do meu partido, à época, tive a honra de presidir. E ressalto não o meu trabalho em particular, mas, junto com os demais Senadores que integravam a Comissão, à época, e que continuam integrando, como o Senador Elmano...

Na época, Ministro, deixamos aqui dois trabalhos importantes. Cumprindo o Regimento do Senado Federal, que estabelece ser competência exclusiva desta Casa avaliar os programas e as políticas executadas pelo Governo Federal, em 2017 escolhemos, como foco de avaliação da política pública, exatamente a segurança hídrica e a gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. E, nesse aspecto, Senador Izalci, esta Comissão do Senado Federal entrará para a história, por ter tido um papel decisivo naquela época, o de protagonizar todo o movimento pela retomada da obra do São Francisco.

Por dever de justiça, devo dizer que o Ministério da Integração de então foi parceiro nosso nessa luta. Foi daqui que partiram todas aquelas iniciativas de Caravana das Águas, de mobilizar os demais Estados, audiências públicas... Nós fomos, inclusive, *in loco*, ver a obra do São Francisco. E todo aquele trabalho que nós fizemos, de mobilização social, teve um desfecho muito positivo no que diz respeito à retomada da obra, e nós terminamos concluindo, repito, com o relatório que nós apresentamos, que foi aprovado nesta Casa, que tratava exatamente da segurança hídrica e da gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste.

E, no ano seguinte, para minha alegria também, escolhemos, como política pública a ser avaliada, exatamente a Política Nacional de Segurança de Barragens. Isso foi feito com base num relatório da Agência Nacional das Águas, que já antevia, infelizmente, Senador Izalci, essas tragédias anunciadas, como foi a questão de Brumadinho. E aqui esteve, exatamente como Relator, o Senador Elmano, esse Senador respeitado, competente e muito atuante, que tem dado uma grande contribuição.

Por fim, Ministro, quero aqui também reforçar as palavras do Senador Fernando Bezerra, nosso Líder: é necessário que o Ministério da Economia entenda que segurança hídrica é fundamental, é imperativo, é estruturante para o desenvolvimento. Recentemente, estivemos com o senhor – o Presidente da República, inclusive, lá esteve –, quando da retomada dos trabalhos do Conselho Deliberativo da Sudene, e lá foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – ... com base nos debates que já vinham sendo feitos nos Governos anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São cinco eixos. E o primeiro eixo, lá, do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, é exatamente segurança hídrica e conservação ambiental. Então, como garantir segurança hídrica sem o andamento dessas obras, sem a conclusão dessas obras? E, para tanto, é fundamental o financiamento, é imperativo claro, exatamente a questão do orçamento.

O Senador Otto – e vou concluir mesmo – traz aqui o tema da revitalização, e sei, Senador Izalci, que essa será uma preocupação desta Comissão, como foi no passado. Até porque, se a gente quer que o São Francisco dê vida aos irmãos nordestinos, como é a função dele, é preciso dar vida ao São Francisco. E a vida ao São Francisco passa pelo programa de revitalização.

O programa de revitalização, Senadora Zenaide, tem vários itens, um deles fundamental: cuidar dos resíduos sólidos, cuidar do lixo; outro deles, fundamental, é o saneamento ambiental, o tratamento de esgoto dos Municípios por onde passa o São Francisco.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – E, aí, se não houver verba do Governo Federal, nós não vamos tratar do esgoto, do saneamento ambiental, nem dos resíduos sólidos, porque os Municípios não dispõem de dinheiro suficiente para isso, muito menos o Estado.

Então, Senador Izalci, desculpe-me por ter me alongado, mas é um tema muito importante.

E quero falar aqui não só em meu nome, mas no dos demais Governadores do Nordeste, mais uma vez colocando aqui claramente a necessidade, Ministro, da conclusão, realmente, do Eixo Norte. Esse projeto precisa ser concluído, precisa ser entregue ao povo nordestino, para a segurança hídrica dessa importante Região.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ministro, só temos mais dois Senadores inscritos.

Passo ao Senador Elmano Férrer e, depois, ao Senador Marcelo Castro.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa., eu cumprimento os demais Senadores aqui presentes, as Senadoras, e faço um cumprimento especial nosso ao dinâmico e competente Ministro Gustavo Canuto.

Embora, Sr. Presidente, o Estado do Piauí não esteja dentro desse projeto de integração do São Francisco, eu queria externar uma preocupação que tenho desde 2015, quando eu cheguei a esta Casa, inclusive, fundamentada em experiências passadas de instituições públicas que gerenciam muitos programas e ações governamentais, que diz respeito à questão da operacionalização e da manutenção desse sistema de transposição, quer dizer, para levar água para o Ceará, para o Rio Grande do Norte, já está lá na Paraíba, etc.

Nós sabemos, partindo do princípio de que as empresas estatais de saneamento, como elas se houveram ao longo do tempo... Claro que há algumas empresas boas e empresas que, inclusive, já estão extintas, e a privatização, a concessão a empresas privadas é uma realidade. Então, eu vejo a complexidade dessa obra desde o princípio.

Eu estive, inclusive, na época, com o Ministro da Integração Gilberto Occhi, e posteriormente, com Hélder Barbalho, quando a Presidência desta Comissão era da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atual Governadora do Rio Grande do Norte. E eu quero trazer um testemunho também sobre isso. Ela foi uma lutadora. Trouxe o Ministro Hélder, parece-me, umas cinco vezes, sem falar das outras em que Gilberto Occhi veio aqui, a esta Comissão. Como o nosso Ministro está vindo agora, por várias vezes, aqui a esta Comissão, já compareceu. Inclusive, compareceu até no Estado do Piauí, onde fez uma visita a um projeto paralisado desde 1985, quando teve início.

Vou fazer um rápido comentário sobre esses dois projetos, mas eu queria, primeiro, externar a minha preocupação, que já é uma preocupação do atual Ministro e dos órgãos também envolvidos nessa questão da gestão no sistema – eu vejo isso com grande preocupação desde 2015 – e que envolve os governos estaduais já listados aqui. Essa é uma preocupação que eu tenho com relação à operacionalização e à manutenção dessa grande obra.

Outra questão, inclusive levantada pelo nosso Otto Alencar, que tem sido um baluarte aqui nas questões hídricas, sobretudo sobre a revitalização do São Francisco, é que todas as micro e macrobacias do Nordeste – todas as macrobacias e microbacias – estão assoreadas. Aquilo que ele disse do Rio São Francisco, no Rio Parnaíba é idêntico. Quer dizer, o que ele traduziu aqui, em rápidas palavras, sobre a situação de morte do Rio São Francisco, a mesma coisa ocorre com relação ao Rio Parnaíba, que é um rio genuinamente nordestino – o Rio São Francisco nasce nas alterosas, nasce em Minas Gerais.

Então, a revitalização... Primeiro, a morte de muitos rios temporários no Nordeste é uma realidade, tanto no Rio Grande do Norte, quanto no Ceará, no Piauí, enfim, é uma realidade inconteste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – E isso decorre da nossa insensibilidade; de nós, representantes, que muitas vezes agimos de forma corajosa, como agiu aqui a Fátima, mas também da própria população, sobretudo da população.

Então, a revitalização tem que ser feita em todas as bacias hidrográficas do Nordeste.

E me preocupa, Sr. Presidente, nosso nobre Ministro, quando, na hileia amazônica, rios como o Tocantins e o Madeira já se estão assoreando. Isso é preocupante. Aqui, inclusive, fizemos uma audiência pública, tratando da transposição do Tocantins, que a literatura registra há mais de cem anos. Há mais de cem anos se fala na transposição do Tocantins para o São Francisco.

Então, Sr. Presidente, eu queria só externar essas duas preocupações, com relação à gestão desse sistema...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – ... e ao assoreamento.

E também o nosso Líder falou aqui sobre obras paradas.

O Ministro, aliás, teve a oportunidade – e o Piauí todo ficou muito feliz com a visita de V. Exa. – de ir aos Tabuleiros Litorâneos. É um projeto de irrigação à margem do Rio Parnaíba,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se arrasta há mais de 30 anos. Inclusive, no princípio, contou com recursos internacionais do Banco Mundial. Mas o Ministro esteve lá, constatou com seus próprios olhos, com a sua sensibilidade, a situação daquele projeto. E está em andamento. O Ministro deu um andamento àquele projeto.

E temos também, Ministro, o outro tabuleiro litorâneo, que é do mesmo período: o tabuleiro litorâneo, o projeto de irrigação cujas águas são todas captadas do Rio São Francisco.

E agora eu queria fazer uma pergunta.

Eu estive em Jati e vi lá o primeiro reservatório, que vai jogar água, de um lado, para o Ceará – principalmente o Ceará –, que tem, à esquerda, um canal em construção pelo Governo do Estado.

A nossa grande Soraya não tem problema de água lá em Mato Grosso; tem com o excesso de água.

Ministro, e, à direita, há o Rio Salgado, a que o senhor fez referência. E o Rio Salgado... Parece-me que, do Jati, vai ao Rio dos Porcos, que vai para o Rio Salgado. Aliás, estou fazendo esta pergunta porque eu nasci a 200m do Rio Salgado e eu sei a importância dele. E ele leva água para a Bacia do Castanhão, que é um reservatório de 6,7 bilhões de metros cúbicos, que vai alimentar, aliás, suprir de água a cidade de Fortaleza.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Então, eu me pergunto: esse canal, que é um canal natural – o Rio dos Porcos e o Rio Salgado deságuam lá no Jaguaribe e, consequentemente, nesse grande reservatório, que é o maior do Nordeste, com 6,7 bilhões –, está incluído nesta fase, agora, da execução do projeto? A minha pergunta é sobre essa parte. Existe, à esquerda, um canal sendo construído pelo Governo do Estado, que foi delegado para o Governo. A minha pergunta é se o Rio Salgado vai entrar – que é outra que vai drenar água para a cidade de Fortaleza, através do Castanhão –, se está dentro do cronograma de execução deste ano. Essa é uma pergunta.

A outra, permita-me, vai ser bem rápida. Aliás, o nosso querido e estimado Marcelo, Parlamentar brilhante que está neste Congresso há 28 anos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Ele foi colega do Bolsonaro no primeiro mandato. Ele tem uma ideia diferente da que eu tenho.

O Estado do Piauí tem muitos recursos hídricos. Tem o Rio Paranaíba, o rio a que me referi, e rios subterrâneos, que são dois aquíferos. Depois do Guarani, no Rio Grande do Sul, os maiores são esses dois no Piauí: Aquífero Serra Grande a Aquífero Cabeças. E os técnicos da CPRM...

Eu sei que estou demorando, mas o Piauí é o Estado que mais necessita da ação do Poder Público.

Nós temos... Nós não. Eu abracei essa ideia, mas a ideia nasceu da CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, hoje Serviço Geológico do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PI) – Então, os técnicos conceberam... Quer dizer, captar água lá no rio subterrâneo do Aquífero Cabeças, onde já existe, nobre Ministro, 38 poços tubulares, com vazão acima de 200 mil litros horários. São 38 poços, feitos há 34 anos, ainda na época do Governo Sarney, para um projeto de irrigação que não aconteceu. Mas estão lá esses poços.

Os técnicos, geólogos e engenheiros da CPRM conceberam a ideia de um projeto para levar água dessa região para 51 Municípios do Semiárido, que têm problemas permanentes.

No Estado do Piauí, gastam-se, por ano, R$100 milhões com carro-pipa. Cem milhões de reais com carro-pipa! E o Governo brasileiro gasta de R$900 mil a quase R$1 bilhão, todo ano, com a Operação Carro-Pipa. Até quando nós vamos continuar, digamos, com obras emergenciais cujos recursos não se traduzem em obras permanentes de infraestrutura? Como seria essa adutora do sertão para quase 600 mil pessoas que padecem de água todos os anos e vêm operações emergenciais há mais de 50 anos, Ministro? Não são 20 anos; são mais de 50 anos! Quando nós vamos realmente levar soluções definitivas, como é essa transposição, que é uma obra gigantesca?

Eu sei, Ministro, que nós temos grandes problemas a resolver, não só na Região Nordeste, mas na Região Norte, enfim... E, hoje, sob a sua responsabilidade, nobre Ministro, há não só o que era afeto ao Ministério da Integração Nacional, mas tudo que ocorre nas cidades brasileiras. De cem brasileiros, 84 estão nas cidades. Esse é um grande desafio.

Eu queria só fazer essas rápidas considerações e lembrar que existe uma concepção de um projeto da Adutora do Sertão, que é uma coisa que nasceu em uma instituição séria como a CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, hoje Serviço Geológico do Brasil.

Queria deixar aqui esse registro, ao tempo em que... Estou aqui há mais de quatro anos e eu nunca vi tanto Ministro nesta Casa do Parlamento como tem acontecido agora. O exemplo maior é o Ministro da Fazenda, que permanentemente está não só nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados, em defesa de muitos projetos, e o mais importante é o que vamos votar aqui, o da previdência.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a presença do nobre Ministro, ressaltar a importância do nosso Presidente e a iniciativa do Otto Alencar em fazer a proposição desta audiência pública. Por último, agradeço a minha querida Governadora, que se houve com tanta competência, com tanto entusiasmo, com tanto amor às causas do Nordeste, sobretudo as do Rio Grande do Norte. Essa atuação dela resultou na eleição dela para Governadora do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Muito bem.

Agradeço.

Nosso grande Presidente da CMO, Marcelo Castro, que conseguiu ontem, de forma brilhante, por unanimidade do Congresso, aprovar o PLN 4.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (*Fora do microfone.*) – Inclusive trazendo dinheiro para o São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Também.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Senadores, Governadora Fátima Bezerra, nossa colega aqui, nossa eterna colega...

Presidente, V. Exa. tocou no assunto de ontem. Estou aqui no Congresso já há uns 20 anos, há cinco mandatos de Distrito Federal. Pode ter acontecido, mas eu não me recordo de 450 Deputados votarem "sim"; de 61 Senadores votarem "sim". Não houve um "não", não houve nenhuma abstenção, não houve nada. Ou seja, um projeto dessa envergadura, dessa importância demonstrou o quanto a classe política, muitas vezes tão atacada, tem consciência da responsabilidade dos seus atos, em um projeto de alcance social tão importante quanto esse que votamos ontem à tarde aqui.

Essa é uma atitude que enaltece, que engrandece o Parlamento. De quantas discussões V. Exa. participou, o Senador Elmano Férrer, aquele puxa-encolhe, vai e vem, diástoles e sístoles, vai para cima, vai para baixo, "não vai dar certo", "não vai ser aprovado"? E aprovamos por unanimidade. Isto é o que o Parlamento tem que fazer: parlamentar, dialogar, convencer, demonstrar e não cansar nunca, porque, na democracia, é assim: é demorado, mas a gente termina chegando a uma situação mais real, mais consentânea, mais de acordo com a realidade.

E, nesse papel... Estou falando isso, naturalmente do Elmano e de V. Exa., mas também esteve aqui e está presente uma pessoa que foi fundamental nesse diálogo, que o nosso Ministro Gustavo Canuto. Ele foi muito sensível, participou dos diálogos, das articulações junto conosco. O pessoal do Governo também, os Líderes, a Casa Civil e todos mais agiram no sentido do convencimento, do esclarecimento. E, desse conjunto todo, Executivo, Legislativo, todo mundo com boa vontade, chegamos à aprovação desse PL tão importante. Então, era esse panorama que eu queria dar.

Parabenizo a nossa Governadora Fátima, que fez aqui uma excelente explanação sobre os problemas no Nordeste, mostrando a sua competência e sua capacidade. Por isso, eu não tenho o menor receio aqui de afirmar que ela será uma excelente Governadora do grande e querido Estado do Rio Grande do Norte.

Agora, Ministro, aproveitando a sua presença, vou falar para V. Exa. aqui o que eu tenho falado para todos os Ministros da Integração desde que estou aqui e que não tem surtido nenhum efeito. Só tenho falado de graça, tenho perdido o meu tempo. Mas, como eu já estou acostumado, eu vou falar mais uma vez.

Eu vejo que o Ministério se preocupa muito com as grandes obras – Castanhão, transposição do São Francisco –, e, com isso, as pessoas ficam com a sensação de que estão cumprindo o seu dever e que estão resolvendo os seus problemas. São desimportantes as grandes obras? Não. Pelo contrário, são importantíssimas. Mas essas obras, sem a capilaridade, não chegam, não melhoram, não resolvem o problema das pessoas. Então, faz-se uma transposição dessa, não sei por quantos mil quilômetros vão os canais...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Passa água ali em um canal; quem estiver à distância de 6km ou de 200km do canal é a mesma coisa; as pessoas não têm acesso. O sujeito mora em uma casa perto de uma lagoa. "Ah, o canal agora passou!" "A que distância está o canal?" "A 6km, 10km, 20km, 50km, 200km..." Olha o tamanho do Nordeste! O que resolveu para esta pessoa? Em que melhorou a vida dessas pessoas? Não melhorou nada.

Então, eu tenho uma tese vinda da prática que resolve com a gente invertendo as equações. Por exemplo: hoje no Brasil, pela legislação que nós temos, é proibido distribuir água que não seja potável. Eu penso exatamente o contrário. O grande problema da água do Nordeste não é de água potável. Água potável não representa 10% da água. O grande problema é água para os animais beberem, para as pessoas tomarem banho, para lavar roupa, para cozinhar. Isso representa, no mínimo, 90% da água.

Ora, o Nordeste é riquíssimo em água que é um pouco ou mais salobra, tem um pouco ou mais teor de sal. Por quê? Porque o Nordeste, no Semiárido, é um grande cristalino. Quando a água vem de lençóis freáticos, como o Senador Elmano Férrer falou aqui, normalmente essa água é de boa qualidade, é água potável. Quando a água vem do cristalino, que é água não acumulada em lençóis freáticos, em camadas, mas sim em fendas geológicas, já definidas e encontradas pela Sudene desde a década de 60, essa água, às vezes, pode ser boa, quando é em rochas calcárias, e pode ser mais ou menos salobra.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – E elas têm todas utilidades quando são salgadas, menos uma: a de beber. Ora, se você perguntar a uma pessoa como ela quer resolver seu problema, ela quer água para tudo e para beber. Só que água para tudo é 90%; a de beber não chega a 10%. E esses 10% de água você resolve com a cisterna. E hoje as cisternas são praticamente universais no Nordeste.

Então, sou da tese de que nós deveríamos, naqueles lugares inacessíveis, que só têm água no cristalino e em que a água é salgada, fazer poços e distribuir a água salgada, o que hoje é proibido por lei. E as pessoas fariam tudo com essa água, menos beber. E beberiam de onde? Da cisterna, onde eles captariam da chuva ou, quando houver uma seca extrema, o carro-pipa vai lá e bota água.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Hoje o carro-pipa tem que botar água de 15 em 15 dias. Por quê? Porque a água é para ele beber, tomar banho, cozinhar, dar para os animais, lavar etc. Não! Se a cisterna fosse só para beber e a outra água estivesse funcionando, botava água uma vez que daria para o ano inteiro. Ninguém bebe uma cisterna de água por ano, nenhuma família bebe. São 15 mil litros; é só fazer as contas. Por que hoje o carro-pipa tem de ir de 15 em 15 dias? Porque a água tem de ser para tudo.

Eu acho tão simples, tão lógico, só que todo mundo com quem eu falo não faz. Acho que acham que está errado. Se acharam que estou errado, vamos aonde já está feito e está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionando. Com pouco recurso se resolvem 100% dos problemas da água do Nordeste, gastando pouco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu diria que com uma parcela do que está sendo gasto na transposição do São Francisco, que é necessária, que é importantíssima, mas temos de ter a consciência de que não resolve o problema daquela população a que a água não foi destinada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A nossa última inscrita é a nossa querida Vice-Presidente desta Comissão, minha querida amiga Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar Ministro.) – Quero cumprimentar o Presidente Senador Izalci e o Ministro Gustavo Canuto e elogiar, Fátima, a objetividade, a capacidade técnica de mostrar... Cumprimento o nosso Elmano, o nosso Presidente da CMO, que está fugindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É.

Mas como se puxou o assunto da CMO, eu queria fazer a seguinte pergunta. Estou olhando aqui que o Eixo Norte, onde está o Rio Grande do Norte, com as duas vertentes. Piranhas-Açu, cujo canal já é natural, já sai mais barato, porque é o Rio Piranhas que vai levar para as Barragens de Oiticica e Armando Ribeiro Gonçalves, e, como a Senadora falou, a gente não pode abrir mão do Apodi-Mossoró, porque seria deixar mais da metade...

Aí eu vi aqui, Sr. Ministro, que há a necessidade financeira de 2019 do Eixo Norte, R$480,552 milhões. Isso está garantido ou é o que falta? Daí vem minha pergunta.

O SR. GUSTAVO CANUTO – O valor de R$480 milhões é o total. A necessidade financeira que a gente tem em cima do que foi pago, os R$63 milhões... O RAP pago de R$63 milhões mais a despesa paga em 2019, mais os R$480 milhões a pagar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Esse recurso está garantido ou seria necessário...?

O SR. GUSTAVO CANUTO – Não, é necessária uma ampliação. Hoje a gente tem...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, é aqui onde eu venho...

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (*Fora do microfone.*) – Ele está dizendo que hoje tem...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Hoje tem?

O SR. GUSTAVO CANUTO – Não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, aí eu diria o seguinte: ontem, com o PLN 4, a gente ficou muito feliz porque houve esses R$500 milhões para a transposição. Eu perguntaria: a prioridade da utilização desses R$500

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões não seria para esse Eixo Norte, que já tem 97% executados, em andamento? A pergunta é essa, Ministro.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Posso adiantar a resposta à Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Como ela foi a última inscrita, a gente aproveita, se o senhor quiser responder de trás para a frente. V. Exa. tem a palavra.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Senadora, os R$500 milhões foram solicitados especificamente para alguns créditos. Para o Eixo Norte, a gente pensou aí na questão orçamentária: R$200 milhões eram necessários para o Eixo Norte em orçamento; R$100 milhões para a operação, que é pagamento de energia, então é essencial; R$20 milhões para os reservatórios estratégicos; e R$180 milhões para o Ramal do Agreste. Ali, a preocupação principal era suplementação de crédito, mas, no financeiro, a gente precisa realmente ter um aporte adicional e uma ampliação dos nossos limites de pagamento no PAC para dar conta do Eixo Norte até o final. Essa é uma preocupação que ainda existe, mas vamos fazer o possível para que não seja um entrave. Nossa preocupação principal era o crédito, agora isso está suprido.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Ministro, permita-me: e quanto restariam para a conclusão, quanto será necessário para a conclusão do Eixo Norte, em termos de financiamento?

O SR. GUSTAVO CANUTO – Quanto falta?

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Quanto falta?

O SR. GUSTAVO CANUTO – O limite de pagamento é mensal e é para todo o órgão; aí vai depender das nossas prioridades em cima das necessidades que virão. Não é que está especificado, já carimbado para o Eixo Norte. A gente fica entre habitação – Minha Casa, Minha Vida – e segurança hídrica. Todo mês há uma definição e uma briga do Dr. Marcelo para que mais recursos financeiros sejam aportados à Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, e menos para a Secretaria Nacional de Habitação. Essa é a dificuldade. Então, não dá para, de antemão, já falar que há falta ou não. O que a gente precisa é ampliar todo o limite de pagamento do ministério para dar conta de todas as políticas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ministro, antes de responder aos demais Senadores, temos também as perguntas do e-Cidadania, nosso 0800.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Ayran Lima, da Bahia: "O Rio São Francisco ficou assoreado com a transposição feita no Governo anterior; não seria melhor investir antes na recuperação do rio?".

Anadjena Freitas, do Ceará: "O estudo de viabilidade econômica financeira já foi realizado?".

Juliete Santos, do Ceará: "Como justificar o atraso na transposição?".

Betinho Silva, do Espírito Santo: "Haja vista que já foi gasto muito dinheiro com esta transposição do Rio São Francisco, esta integração trará realmente benefício ao rio?".

Loren Camargos, de Minas Gerais: "Visando ao desenvolvimento sustentável de uma das áreas de maior concentração populacional do Semiárido, é uma boa iniciativa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Lima, de Pernambuco: "Acho importante a integração se for antecedida pela revitalização".

Valdemagno Torres, de Pernambuco: " [...] [Como anda o] projeto de integrar São Francisco e Araguaia, transpondo os dois rios e beneficiando o Nordeste [...]?".

Essas são as perguntas do 0800-612211 e do Portal e-Cidadania.

Com a palavra V. Exa.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Obrigado, Presidente.

Então, rapidamente só colocando aqui cada questionamento que foi posto. Senador Otto Alencar, em relação ao programa de revitalização, é uma preocupação concreta, real, necessária. Na semana passada, tivemos um evento lá em Aragarças, Juntos pelo Araguaia, que foi um piloto de uma forma que imaginamos que possa ser um caminho. É um programa de revitalização das sub-bacias do Rio Araguaia, em parceria com os dois Estados – com os três na verdade, mas principalmente Mato Grosso e Goiás –, e pensamos que algo similar pode ser feito com o São Francisco, Bahia e Minas Gerais, como os dois Estados que contribuem para a cara do Rio São Francisco. Então, ali foi celebrado um acordo de cooperação técnica. Nos mesmos moldes pensamos em fazer com Bahia e Minas Gerais, porque a preservação, a conservação, a proteção e a recuperação das nascentes, além daquelas áreas de recarga das nascentes que realmente são os aquíferos, isso é essencial que façamos.

Já em 2017, 2016, houve a criação, a definição do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, a instalação de um comitê governamental na Casa Civil, então a estrutura está montada. Nosso problema sempre foi recursos. Já há uma sinalização do Ministério do Meio Ambiente, do Ministro Ricardo Salles, da utilização de reversão de multas ambientais para viabilizar a revitalização. No caso do Araguaia, já houve uma definição de até R$100 milhões, para o São Francisco vamos caminhar, tanto São Francisco quanto Parnaíba.

Então, essa é uma preocupação hoje do Governo Federal. Lá foi dado o primeiro passo. A gente precisa avançar em relação ao São Francisco. Agora, já existe o Comitê de Bacia, já existe um plano de ação, a gente sabe da preocupação, da necessidade de realmente proteger e garantir as nascentes, as margens do rio, impedir todo esse processo erosivo de assoreamento. O Senador Otto Alencar tem toda razão, é uma preocupação constante. De nada adiantará termos água brotando se não tivermos as calhas, esses afluentes, desimpedidas para poder chegar até a calha principal. Mas essa é uma procuração que a Codevasf tem.

Hoje a Codevasf tem R$78 milhões para ações de revitalização. Não está completamente descontingenciado. Se eu não me engano, quarenta e poucos milhões é o que está descontingenciado, principalmente ações de saneamento, diga-se de passagem. Há necessidade de que não só cuidemos da qualidade, mas também da quantidade de água. Essa é a nossa preocupação.

Mas, nesse caso, digo: revitalização está na pauta. O Presidente da República foi ao Araguaia já para sinalizar o primeiro programa. Isso vai ser repetido para o Parnaíba, para o São Francisco. Foi o começo, mas não vai se encerrar ali. É uma preocupação do Governo Federal de fato. E a sugestão do Senador de conhecer a operação e manutenção do Colorado é muito bem-vinda, vamos fazer isso sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Fernando Bezerra, nosso Líder, bem lembrou o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, em que tivemos a participação de todos os Governadores do Nordeste. Foram seis eixos estratégicos. O primeiro, como bem lembrou a Governadora Fátima, é a conservação ambiental e a segurança hídrica. A primeira entrega do Governo foi o Plano Nacional de Segurança Hídrica, pela preocupação que o MDR tem com essa pauta, especialmente no Nordeste: 95 intervenções, mais de R$24 bilhões de investimento, e ali estão descritas várias obras, intervenções estruturantes para mudar essa realidade e a gente sair de uma situação paliativa, que não é definitiva, que é o carro-pipa – necessária, mas um custo anual muito alto e que acaba sempre trazendo essa insegurança para a população. O Plano Nacional de Segurança Hídrica tem esse viés, várias intervenções; a nossa dificuldade agora é como financiá-las, como fazer, mas esse é um objetivo principal.

A visita proposta pelo Senador Fernando Bezerra do Ministro Paulo Guedes, eu acho que é uma excelente iniciativa. Farei o convite, sim, para que o Ministro conheça a importância dessas obras, veja o que está acontecendo, a dimensão dessas obras e a necessidade da sua continuidade, a impossibilidade de qualquer tipo de paralisação.

Também ressalto as obras com os Estados, o Canal do Sertão alagoano, Vertente Litorânea, Adutora do Agreste, Cinturão das Águas, como essenciais para fazer a distribuição, como foi bem colocado aqui. Não adianta a gente só fazer a aorta, temos que fazer realmente as artérias saírem e chegarem a toda a população e a toda a região, ver a água passando não é o nosso objetivo.

Senador Jean Prates, primeiro, quero agradecer a gentileza. Um ponto que eu queria ressaltar é sobre o volume de água e o comprometimento que o São Francisco traz ao rio. A transposição, na capacidade hoje implantada dela de 26m³/s, vai representar, em cima dos 750m³ que hoje tem de vazão o Rio São Francisco, muito pouco. Então, não é a transposição que está matando o Rio São Francisco. O que está matando o Rio São Francisco é a não preservação, a não recuperação das nascentes, da margem, o desmatamento que aconteceu, a não preservação da mata ciliar, o assoreamento constante de seus afluentes. Então, uma coisa não inviabiliza a outra. O São Francisco levar a água e captar não mata o rio. O que mata o rio é não ter água entrando, como bem colocou o Senador Otto. A gente precisa garantir que os afluentes funcionem. Temos que desmistificar isso, é um mito, não existe isso. A vazão da captação é muito reduzida em relação à vazão do rio. Lembramos que, quando o projeto foi idealizado, a vazão do São Francisco superava 1.800m³/s. Hoje está em 750m³/s, uma situação muito precária, mas ainda assim muito baixa em relação aos 26m³/s já instalados e mesmo quanto ao total da vazão de 126m³/s se estivessem todas as bombas, toda a instalação pronta, entregues os 99 e os 28. Então, não é essa situação, não é esse o problema do volume de água.

Governadora, primeiro, o Pisf, concordo, é uma obra e um sonho de Estado. Nós temos que reconhecer todo o empenho dos Governos anteriores, mas eu ressalto o compromisso do Governo atual em entregar essa obra. E falando sobre isso, quero ressaltar que ontem, no acordo, na decisão que foi feita para votação do PLN 4, o R$1,5 bilhão, dos quais R$1 bilhão foram destinados para habitação e R$500 milhões para o São Francisco, segurança hídrica, foi o que havia de disponibilidade, para mostrar a relevância que isso tem para o Governo. Do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobrava de recursos, "olha, isso é de fato importante, a gente vai usar o último recurso que nós temos para a segurança hídrica".

Então, esses R$500 milhões vêm em muito boa hora para garantir e nos dar a tranquilidade para seguir com essas obras, mas demonstram a importância que tem, a relevância que tem isso para o Governo, tanto é que a economia, mesmo tendo que raspar o tacho do que havia, de uma reserva, colocou os R$500 milhões para a transposição, para segurança hídrica.

Não preciso dizer a importância da limitação do recurso água, um recurso natural que o Brasil tem em abundância, a maior riqueza que temos, comparativa com o mundo todo. Temos que cuidar muito bem dos nossos recursos. Aí eu chamo a atenção para a gestão de recursos hídricos e parabenizo a Agência Nacional de Águas pelo trabalho que vem sendo executado. A produção material acadêmica da ANA é muito boa. A gente precisa transformar aquele material em ações práticas, fortalecer os comitês de bacia, fortalecer o CNRH, para que a gente possa de fato começar a ter o plano de ação e executar esse plano de ação. A gente precisa de recursos para cuidar das nossas bacias. Os comitês têm um papel fundamental, a ANA como reguladora; e principalmente o levantamento dessas informações, para a gente saber a melhor decisão política, a melhor política pública, é essencial para garantirmos esse recurso natural, que é limitado e deve ser muito bem cuidado.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Ministro, respeitosamente: em decorrência dessas dificuldades orçamentárias, o senhor não arriscaria colocar um cronograma preciso? Eu digo isso porque o senhor sabe o respeito que a gente tem pelo seu trabalho, por sua equipe. Somos testemunhas, sim, do empenho, do caráter republicano que o senhor imprime ao ministério, mas, como Governadora, permita-me aquilo que eu sempre disse, antes como Senadora e hoje, como Governadora, mais ainda: é preciso, essa obra tem que ser concluída, ela tem que ser entregue. Trazer esse debate aqui para o Congresso Nacional é muito importante para que o Congresso Nacional, através da Comissão apropriada, como é a Comissão de Desenvolvimento urbano, possa fazer a mobilização necessária junto ao Governo Federal, junto ao Ministério da Economia, para que tenhamos o orçamento, Ministro. A gente não pode ficar indefinido numa obra já com 97% em construção, em conclusão. Nós precisamos realmente ter um calendário concreto com relação ao término dessa obra.

O SR. GUSTAVO CANUTO – Orçamento para este ano, em cima das projeções, das necessidades que foram traçadas pela Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, está garantido com a decisão de ontem. Então, o Eixo Norte tem os R$200 milhões que eram necessários para garantir a execução durante todo o ano. Portanto, o orçamento não é a dificuldade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Nossa dificuldade hoje é financeira, a gente vai atrás dessa ampliação para garantir que todas as faturas possam ser pagas, mas crédito disponível, crédito orçamentário existirá, os empenhos serão realizados. Então, disso não há dúvida.

Previsão de entrega, que eu sei que é o que a Governadora mais se preocupa. Primeiro, a definição para começar a água a chegar, e chegar finalmente ao Rio Grande do Norte. A gente primeiro precisa chegar em Jati. Se o cronograma da empresa que está fazendo as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obras do dique se concretizar, se a nova verificação se mostrar adequada, não houver mais vazamentos, se a gente puder começar o bombeamento em setembro, essa água vai chegar em Jati em janeiro. A previsão que foi dada pela equipe aqui é de que, de Jati até Morros e o reservatório Boa Vista, que é a primeira derivação que pode chegar ao Piranhas-Açu, leva-se mais uns 120, 180 dias.

Então, a gente está falando aí de 4 a 6 meses a partir de janeiro para ter a derivação. Realmente, é um tempo que ainda vai ser necessário.

E aqui eu queria aproveitar, Presidente, rapidamente, para agradecer à equipe, não só ao Marcelo, mas ao Wilson, à Mariana, à Juliana, ao Rafael e ao Jimo, que têm trabalhado incansavelmente para levantar as informações, fazer com que isso se torne realidade. Então, pessoal, agradeço a todos eles, que estão ali, sentados, sempre participam das audiências...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Então, o empenho do Ministério e da Secretaria é total. Infelizmente, é uma obra de engenharia, tem seus percalços, tem suas dificuldades, há imprevistos que acontecem, mas a resposta o Ministério tem que dar quando o imprevisto chega. Eu sei da necessidade e da urgência que o Rio Grande do Norte tem. O Ramal do Apodi também: 2,3 bilhões, está no Plano Nacional de Segurança Hídrica. Há dificuldade de conseguir esse recurso. Sabemos da necessidade para que o Rio Grande do Norte possa ser devidamente atendido e não descansaremos até conseguirmos os recursos. É o pensamento da Secretaria, é o pensamento do Ministério. Há necessidade de que isso seja, de fato, atendido.

Senador Elmano, eu não preciso dizer do apreço que eu tenho pelo senhor. O senhor sempre é muito gentil e sábio nas colocações. Foi um prazer ir ao Piauí conhecer o Tabuleiros na sua presença, na sua companhia. Espero podermos voltar lá para inaugurar aquela bomba que estava lá faltando para termos essa garantia para o Tabuleiros. E digo: revitalização, Parnaíba, tanto quanto São Francisco, é essencial, não podemos descuidar. A situação do Piauí é melhor do ponto de vista hídrico, mas, se a gente descuidar, logo, logo teremos problemas também. Então, está no radar, é um dos projetos-piloto, um dos projetos para a gente atender.

Em relação ao CAC, que o senhor perguntou: chega em Jati, vai pelo CAC 53 quilômetros e, dali, deriva para um pequeno riacho até chegar no Salgado e, de lá, segue. Isso tudo está previsto, a obra do CAC é do Governo do Estado do Ceará. Sabemos que até o quilômetro 53 já está pronta, não há nenhum problema. Então, a água, chegando em Jati, já segue pelo CAC e, chegando ao quilômetro 53, já chega ao Salgado e, de lá, segue seu rumo para a região metropolitana de Fortaleza. Essa é a previsão, por isso é que estamos correndo. Gostaríamos que essa água chegasse antes do final do ano. A depender de como vai ser o dique, a previsão hoje é janeiro do ano que vem, essa é a nossa previsão nova para chegar em Jati e, de lá, derivar pelo CAC e, finalmente, chegar à região metropolitana de Fortaleza.

Os 38 poços. A Adutora do Sertão: vou atrás. Marcelo, por gentileza, veja essa questão dos poços da PRM. Sem dúvida alguma, é o objetivo a gente substituir a Operação Carro-Pipa por situações definitivas, estruturantes, para dar segurança e parar de gastar todos os anos milhões. E já foram bilhões, já gastamos mais de 1 bilhão... No ano passado, foram seiscentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e poucos milhões, mas ainda é uma quantia muito alta para se gastar com carro-pipa. Então, sem dúvida alguma, a gente vai atrás disso para tentar substituir, no que for possível, a Operação Carro-Pipa por uma situação mais definitiva.

A colocação do Senador Marcelo Castro. Espero que ele não tenha que repetir a colocação, e, na nossa gestão, a gente possa dar uma resposta adequada. Parece uma ideia muito interessante. De fato, a gente sabe que grande parte da água utilizada não é para o consumo; outras, em volume muito grande... Há limitações hoje, como bem colocou o Senador, legais e normativas, para a gente poder fazer.

Temos o Programa Água Doce, programa muito exitoso, que está dentro da Secretaria, que realmente faz a perfuração de poços profundos e consegue dessalinizar. Há a parte do concentrado utilizada para dessedentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – ... para a produção de vegetação e a parte realmente doce utilizada pela população. Temos um problema aí de gestão para fazer a operação e a manutenção desses sistemas, que é o que mais nos dificulta – não é tecnologia, não é implantação do sistema, mas é manter esse sistema funcionando depois de implantado. Mas é um caminho interessante.

Quanto à colocação de que as famílias que estão a 5 ou 7km estão tão longe da água como as que estão a 200, eu tenho que discordar do Senador. Por quê? Já existe nas condicionantes da outorga para o São Francisco que aquelas comunidades da margem a 5km, PBA 15, têm que ter atendimento. Isso é repassado para os Estados, são TEDs que o Governo Federal faz para os Estados, e é responsabilidade dos Estados executar essas obras. Elas não estão no ritmo que gostaríamos e que essas comunidades gostariam, mas há essa previsão. Então, eu digo: estar a até 5km não é o mesmo que estar a 200. Essas comunidades estão sendo atendidas, o recurso está sendo disponibilizado, mas depende, realmente, da efetivação pelos Estados para que isso possa se tornar realidade, para que essas famílias tenham acesso à água.

Senadora Zenaide, Vice-Presidente, como colocamos aqui, a situação financeira nos preocupa. É o que a gente precisa equalizar e equacionar agora, no momento. Não sei se a Senadora está com a planilha...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Ali a gente coloca, para ser mais exato... Está lá no finalzinho. Lá no Pisf está o cronograma de execução.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Isso, ali está o completo.

Rapidamente, vou colocar o que aconteceu no Eixo Norte – são os gráficos e a nossa projeção de financeiro. Fazendo rapidamente, dá mais ou menos 50 milhões... Um, dois, três, cinco, quatro, seis, sete: temos aqui sete meses, 50 milhões.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO CANUTO – Então, dá 350 milhões de execução para garantir a obra do Eixo Norte. É isso que a gente precisa a partir de junho até dezembro, são 350 milhões para o Eixo Norte.

Para se ter uma ideia: hoje o nosso limite de pagamento no Ministério é de 600 milhões. O decreto do dia 30 fez uma redução considerável, que é isso que a gente precisa reverter e ampliar, mas o que a gente precisa para o eixo exatamente, a partir de junho, é uma média de 50 milhões ao mês para terminar o Eixo Norte, entre as outras ações.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO CANUTO – Até o final do ano. Cinquenta milhões em média por mês de junho até dezembro. Dá um pico ali em agosto, mas depois desce um pouquinho. Então, um pouco menos do que isso: uns 320, não é Marcelo? Mais ou menos por aí, 320 milhões para finalizar.

É isso que a gente vai priorizar e, aí, no que for possível dentro das nossas limitações, sem dúvida alguma... Água para nós é essencial. O MDR tem isso como prioridade, mas também não posso deixar de lado, como bem foi colocado, outras políticas que o Ministério tem. A política de habitação também é essencial, há um déficit considerável que não posso desconsiderar; não se pode descobrir um santo para cobrir outro. Então, é preciso ter esse bom senso e esse cuidado para garantir que todos eles prossigam, mas eu sei que a água é essencialíssima.

Presidente, em relação aos questionamentos aqui dos internautas, eu digo o seguinte. Ficou assoreado. Investir antes... Acho que não é antes nem depois, mas paralelamente. Acho que as duas coisas são necessárias. Acho que não dá para a gente deixar uma obra que está com 97%, que está prestes a entregar água para dois Estados importantíssimos, principalmente garantindo segurança hídrica para Fortaleza. Não há como não investir; sem dúvida alguma, há necessidade de investimento em revitalização. Isso é urgente, premente, e conseguir esses recursos é essencialíssimo.

O estudo de viabilidade econômico-financeira já foi realizado para a questão da revitalização. São várias pequenas ações. Então, não é um grande projeto, uma grande obra, mas você está falando de várias nascentes, recuperação... É diferente a ideia disso. O que já foi feito foi um mapeamento do que seria necessário, quais são as várias ações necessárias. Nossa dificuldade maior agora é ter o recurso para fazer isso. No Governo anterior, Plano Novo Chico, já havia essa previsão. Foi feito um levantamento dentro do Ministério da Integração, muito detalhado, do que era necessário, mas há necessidade de conseguir esses recursos.

Como justificar o atraso da transposição? Como disse, é uma obra de engenharia complexa, imprevistos acontecem. O que o Governo pode fazer é ficar em cima das empresas para que, assim que aconteça o imprevisto, tomar logo a decisão e definir um novo rumo. É isso o que temos feito. A decisão foi tomada em outubro do ano passado por esse método de engenharia. Precisamos lembrar que, talvez, aquele mais rápido não necessariamente seja o mais módico. Então, há que se balancear a velocidade de uma obra com a disponibilidade orçamentária e financeira. Por isso é que essa decisão de engenharia foi tomada. Esperávamos que tivéssemos isso já concluído, mas a segurança vem em primeiro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Visar o desenvolvimento sustentável em uma área de maior concentração populacional no Semiárido. É uma boa iniciativa, sem sombra de dúvida. São 507 Municípios. O São Francisco, além de ser geração de energia elétrica, há nove usinas hidrelétricas ali. A questão, como eu disse, 80%, é de irrigação. Então, é para produção. Tem um desempenho econômico importantíssimo, que reforça a necessidade da revitalização, para que a gente mantenha todas essas comunidades com ganho, com renda, com emprego.

Como anda o projeto de integração São Francisco-Araguaia? A transposição do Tocantins ainda está em estudo. Ela precisa evoluir, mas ainda está no início dos seus estudos. A gente primeiro quer terminar a do São Francisco antes de pensar numa segunda transposição. Acho que é importante a gente finalizar um projeto. Já está analisando, mas, para de fato levar isso a cabo, primeiro vamos terminar o que a gente começou.

Eu espero que tenha atendido os questionamentos.

Estou aqui à disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu agradeço a presença do Ministro aqui na nossa Comissão e vou suspender – pediria, Senador Elmano, que acompanhasse o Ministro –, porque nós temos ainda uma segunda fase da nossa audiência pública.

Eu vou pedir à Senadora Zenaide para assumir aqui para que possa dar andamento à audiência.

Agradeço, mais uma vez, a presença de V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vamos.

Eu quero também registrar a presença aqui do João Gomes de Souza Neto, que é Vereador da Câmara Municipal de Campina Grande e Presidente da Comissão de Recursos Hídricos, e também do Marcelo, Secretário Nacional de Segurança Hídrica, e do Paulo Bauer, que esteve conosco até há pouco, da Casa Civil.

(*Suspensa às 11 horas e 39 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 41 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Está reaberta a reunião.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passaremos à segunda parte da audiência pública, destinada a instruir o Ofício "S" nº 29, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018, de autoria da Agência Nacional de Águas (ANA), e debater sobre o estágio atual do Projeto de Integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, em atendimento ao Requerimento nº 16, de 2019, do Senador Otto Alencar.

Primeiro solicito à assessoria que chame o Senador Otto.

Já para compor a Mesa, convido aqui a Flávia Barros, Coordenadora do Comitê de Integração do Pisf-Cipisf, Especialista em Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas (ANA), representando essa autarquia.

Também convido Marco Aurélio Ayres Diniz, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba, Codevasf. Marco Aurélio, seja bem-vindo!

Cada expositor terá 20 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurando igual prazo para a resposta, que poderá ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será pela ordem de inscrição, intercalando-se os oradores de cada partido.

Reiterando aqui, a participação do cidadão na nossa audiência pode ser feita pelo Portal e-Cidadania e também pelo Alô Senado, 0800-612211.

Concedo imediatamente a palavra à Sra. Flávia Barros, representante da ANA, para fazer sua exposição.

A SRA. FLÁVIA BARROS (Para exposição de convidado.) – Bom dia.

Gostaria, primeiramente, de agradecer o convite para que a ANA pudesse vir aqui fazer seu comentário sobre relação do Pisf, o nosso papel com relação ao Pisf.

O Pisf é um projeto tão importante para todos nós que, inclusive, a ANA agora instituiu esse comitê de integração da transposição do Pisf, do projeto de integração do Pisf. Eu estou coordenando esse projeto lá na ANA, por isso estou aqui representado o órgão.

Como o Ministro já fez uma explanação maravilhosa, nos facilita muito falar um pouco sobre o Pisf agora. Então, gostaria só de ressaltar algumas questões que ele falou. Realmente o Pisf é o maior projeto de integração do País. Coloquei aí algumas fotos para a gente ter noção da grandiosidade dessa obra. Ele é de uma enorme complexidade. Então, justifica-se, inclusive, esse prazo de execução, de implementação.

Não existe um projeto similar no mundo. A gente procura identificar algum exemplo parecido, para nos espelhar, em operação, em algumas ações. E tem várias questões federativas. Ele envolve tanto os Estados receptores como os Estados doadores da água da bacia do Rio São Francisco. Após a implementação dos dois eixos, a gente ainda vai ter enormes etapas pela frente para realmente concluir e garantir o desenvolvimento regional do Nordeste do Brasil. Então, não é só a conclusão da obra, mas a conclusão da obra e a gente colocar esse modelo de operação em pé. A ANA tem um papel regulador. E a gente entende também que tem um papel indutor nesse trabalho. Como já foi também comentado, existe o sistema de gestão do Pisf e a ANA está ali como órgão regulador do Pisf.

Vou falar rapidamente das nossas atribuições. A ANA tem três grandes atribuições com relação ao Pisf. A primeira é regular o uso dos recursos hídricos. Com relação à regulação, nós que demos a outorga do Pisf e temos a atribuição de fiscalizar se a quantidade de água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outorgada está sendo retirada do Pisf. Depois veio um decreto que nos deu atribuição de avaliar e de certificar as obras da União que tinham recursos de mais de R$10 milhões. Então, o Pisf foi um desses projetos que foi certificado pela ANA.

Em função do porte do Pisf e da necessidade de garantir a sua sustentabilidade, foi assinado um protocolo, um termo de compromisso que o Ministro, inclusive, comentou, que foi o pacto que os Estados fizeram com a União para a construção do Pisf e, ali, tanto a União tinha suas atribuições quanto os Estados também. A gente está encaminhando essas ações e, agora, o que a gente está esperando é a assinatura dos contratos pelos Estados, e estão bem avançadas agora as discussões, para que a gente realmente inicie a operação do Pisf.

A gente regula o serviço de adução de água bruta, então, a questão da tarifa, que daqui a pouco vou comentar, o que foi ressaltado pela Governadora do Rio Grande do Norte, o custo dessa água, e também segurança de barragens, outra atribuição da ANA. A ANA fiscaliza a segurança de barragem. Então, em todas as barragens construídas pelo Pisf, a ANA faz essa fiscalização.

Com relação à outorga, já foi também comentado aqui, mas eu gostaria de registrar, de novo, que, ao emitir a outorga, a ANA fez todo o balanço hídrico da água do Rio São Francisco. Essa vazão outorgada é uma vazão garantida para a transposição do São Francisco. Então, esta preocupação: "Não, o rio está secando, não tem água", essa vazão é garantida para a bacia do São Francisco.

Também na resolução foi previsto o Plano de Gestão Anual. Acho interessante ressaltar também o que é o Plano de Gestão Anual. Ele é um planejamento que os Estados passam para a operadora federal, que atualmente é a Codevasf, de quanto de água vão precisar em cada eixo do Pisf e em cada portal de entrega. A ANA vai fiscalizar se essa água foi entregue e se foi, realmente, naquela quantidade.

Então, uma atenção que tem que ser dada, e a gente tem feito essa articulação com os Estados, é: fazer o PGA real, realmente, onde precisam de água, pedindo aqueles pontos, para evitar roubo de água ao longo do canal, porque a ANA vai fiscalizar e só será possível tirar água da transposição ao longo dos canais nos pontos autorizados que constam no PGA. E o PGA pode ser revisto. Então, quando o Estado identifica, às vezes, os Senadores ou um Deputado identifica a necessidade de tirar água ao longo do canal, vai até a ANA, faz a solicitação, o Estado pede a revisão do PGA. Não é impossível. Agora, o que não dá é que essas autorizações não estejam constantes no PGA. Isso não é possível acontecer.

A resolução também tem condicionantes. O Ministro comentou que uma delas é o início da operação comercial do Pisf, depois de várias prorrogações, que será dia 31 de dezembro deste ano. Para que ela seja considerada operação comercial, precisa da implantação da cobrança, que a gente cobre, que esses valores cubram os custos de operação e manutenção e que o Estado assine o contrato com a operadora federal. Então, a gente está, agora, aguardando a assinatura dos contratos entre os Estados e a operadora federal, que, no caso, é a Codevasf, para considerar o início da operação do Pisf. O Pisf está em pré-operação. Então, a gente está nessa fase de ajustes, de aprendizados com a operação do Pisf.

O Certoh já foi comentado, que foi um grande pacto que a gente tem certeza de que vai ser respeitado. E a gente aguarda a conclusão agora, com a assinatura dos contratos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à tarifa, e sempre dizem: "Ah! O custo da água do Pisf", o Decreto 5.595, de 2005, com as suas alterações, regulamenta qual é a composição da tarifa do Pisf. Então, o que é uma receita requerida? Há a receita requerida que, mesmo quando não há bombeamento, tem um custo, porque é o custo de operação do canal, fundo de reposição. Então, ele especifica todos os custos e isso está no decreto, a cobrança pelo uso da água, que é repassada para o comitê da bacia, taxas de administração, seguros, encargos, energia elétrica – independentemente de o Pisf estar sendo bombeado ou não, esse custo existe –, a depreciação e as despesas administrativas. E há o custo variável. Esse custo variável é que é em função do bombeamento, o custo de energia e também os custos administrativos disso.

Para regulamentar isso, existe uma Resolução da ANA, que é essa 2.333, de 2017, que define várias questões como os procedimentos de faturamento, os direitos e deveres dos operadores. Isso tudo está regulamentado nessa resolução da ANA.

Os custos. Uma curiosidade: quais são os custos do Pisf para este ano. Este ano, em função do PGA... Porque todos esses custos são em função da vazão bombeada no Pisf. Os Estados. Este ano, o Ceará, pediu 12 metros cúbicos por segundo; Paraíba, 3,6; Pernambuco, 0,7. Em função dessa vazão, são calculados tanto os custos fixos quanto os custos variáveis e aqueles valores que o Ministro já mostrou. O custo fixo é R$0,26 e o custo variável, R$0,52.

De custo variável, se verificarem ali, o Rio Grande do Norte, Senadora, não vai pagar nada, porque ele ainda não está recebendo água. Então, é feito o custo fixo em valor de vazão total de água, e a União arca com a porcentagem que os Estados não receberem no custo fixo. E o custo variável o Estado vai pagar quando ele receber água e em função da vazão que ele demandar. Se ele demandar muita água, o custo dele vai ser maior. Então, é proporcional à vazão demandada pelo Estado.

Como é o custo de energia? Também já foi comentado aqui. É de 70% do valor da tarifa. A ANA agora está, inclusive, com essa resolução em audiência pública. Convido vocês a entrar na página da ANA e fazer sugestões com relação a essa revisão da resolução.

Por que hoje o custo da energia é muito alto? Porque a Codevasf, que é a operadora Federal, está comprando energia anualmente. Ela não está conseguindo fazer um planejamento para o custo dessa energia. Então, quando a gente não tem previsibilidade, não consegue fazer um planejamento, paga mais caro. Então, a ideia da ANA agora foi fazer a revisão da resolução para que tenha uma previsão de vazão mínima, média e máxima. Com isso, espera possibilitar à Codevasf que ela compre, por um longo prazo, energia fixa em função da vazão mínima, energia flexível e uma energia de curto prazo quando a demanda do Estado for maior. Com isso a gente espera conseguir reduzir um pouco o custo da energia até que estudos, fontes alternativas venham a ser viabilizadas no Pisf.

Para finalizar, a ANA, além de regular, também fiscaliza. Então, todas as ações reguladas pela ANA são fiscalizadas pela ANA: uso da água, vazão retirada, serviços públicos, as vazões entregues nos pontos pedidos pelos Estados. A gente avalia se a vazão foi entregue, se foi entregue na quantidade solicitada, a questão da tarifa. Nós vamos acompanhar financeiramente esses custos e os gastos da Codevasf. Então, o custo da tarifa a Codevasf passa para a ANA, a ANA faz uma avaliação e é ela que aprova o valor da tarifa do Pisf.

E também segurança de barragem. Como o Ministro disse, não está bombeando no Eixo Leste porque há uma barragem lá que está com problema. Então, a ANA falou: "Parem o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bombeamento e resolvam o problema da segurança da barragem". Na primeira operação do Eixo Leste, em função da grande demanda para Campina Grande em 2017, os enchimentos foram mais rápidos do que o recomendável para a segurança de barragem, mas agora a gente espera que isso não seja mais necessário. Campina Grande está resguardada. E, no Eixo Norte, agora, que o enchimento dessas barragens respeite todas as questões de segurança de barragem.

O nosso acompanhamento é desde 2005. A gente vai fazer esse acompanhamento do Pisf o tempo todo, sem problema algum. As barragens do Eixo Leste, todas já têm seus planos de segurança e os PAS, e as do Eixo Norte, o Ministério está elaborando à medida que elas estão sendo construídas. E a ANA faz esse acompanhamento constante.

Eu queria só, ainda, dizer que me facilitou muito a minha apresentação ver que o Ministro tinha feito uma apresentação maravilhosa. Ele abordou todos os temas. Então, eu quis só ressaltar algumas questões que não tinham ficado tão claras ou passadas.

E queria só lembrar que realmente essa grande preocupação da garantia... Dizem que o São Francisco está secando, que a transposição vai acabar com o São Francisco, foi até comentado que Sobradinho está com uma vazão afluente muito baixa. Por sorte, agora, com o período chuvoso – hoje, no *site* da ANA, isso tudo está publicado lá, disponível –, a vazão afluente no Reservatório de Três Marias é de 200 metros cúbicos por segundo. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FLÁVIA BARROS – Isso. Eu fiquei assustadíssima na hora em que falaram zero.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FLÁVIA BARROS – Isso. Eu pedi, e eles já fizeram a correção. Ainda bem! Agora, está 200 e a defluente está na ordem de 400 metros cúbicos por segundo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FLÁVIA BARROS – Dos Municípios a jusante, como Três Marias e Sobradinho, que têm aquelas vazões defluentes, todas essas.

Eu gostaria de agradecer.

Aqui eu trouxe fotos só para mostrar a grandiosidade da obra, uma das bombas, uma das estações de bombeamento, medidores de vazão. Ali está a equipe da ANA medindo a vazão num canal. E ali uma TUD, Tomadas de Uso Difuso, que são as saídas de água dos reservatórios para atendimento das populações locais, que é aquilo que um dos Senadores comentou: "Ah! Perto do canal também precisa de água". O projeto prevê isso. Então, são essas saídas. E ali são os medidores de vazão na chegada em Monteiro para atender o Estado da Paraíba. Ali a gente também tem controle. Aqueles dois pontinhos lá são medidores de vazão que são telemétricos. A gente recebe a medida aqui na ANA diariamente.

Então, a ANA tem todo um controle. Está articulando com a Codevasf para que a gente faça isso de forma bem sistemática. Quando iniciar a operação comercial, essas informações estarão todas disponíveis para a sociedade, para a gente dar a transparência que esse projeto exige para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só ressaltar ainda a minha satisfação de trabalhar nesse projeto. Depois que eu tive essa oportunidade lá na ANA – é um projeto importantíssimo para o País e, principalmente, para aquela região, não tenho a menor dúvida –, hoje eu sou a defensora número um do Pisf.

Muito obrigada a todos.

Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero agradecer a Sra. Flávia Barros, da ANA. Como ela falou, o projeto é de uma importância fundamental.

O nosso autor do requerimento, o Senador Otto Alencar, lembrou algo importante, que é a revitalização do rio. Em nenhuma hora – eu queria dizer isso –, ele foi contra a transposição; pelo contrário. Cuidar do rio é essencial, porque, se não houvesse essas barragens e a distribuição, a água iria para o mar, e o assoreamento continuaria o mesmo.

Eu acho que foi importante, Senador Otto, falar sobre isso, porque, do jeito que a gente está se debruçando sobre essa transposição, nós temos, esta Casa, o Congresso Nacional, de cobrar recursos para a revitalização desse rio, que tem uma importância fundamental para a gente.

Antes, eu vou passar a palavra para o Sr. Marco Aurélio Ayres Diniz...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só queria justificar aqui... (*Fora do microfone.*)

Sra. Presidente, eu estou em três Comissões hoje: nesta Comissão, na de Assuntos Sociais e na de Constituição e Justiça, a CCJ, que está lá votando uns projetos importantes. Por isso, eu vou para um canto, vou para outro. Quero pedir desculpas, porque eu não pude ouvir aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Da ANA.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... as declarações da Dra. Flávia Barros.

O Dr. Marco Aurélio é o Diretor-Presidente da Codevasf, que é o órgão que mais tem *expertise* na revitalização do São Francisco.

O senhor é funcionário de carreira?

O SR. MARCO AURÉLIO AYRES DINIZ – Não, não. Eu sou funcionário de carreira de uma companhia de saneamento no Maranhão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ah! Sim.

O SR. MARCO AURÉLIO AYRES DINIZ – E estou aqui a serviço da Codevasf.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É do ramo.

O SR. MARCO AURÉLIO AYRES DINIZ – Sou do ramo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só quero pedir desculpas, porque não posso ficar aqui; eu tenho que ir para lá e para cá. Está havendo uma votação lá agora...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, tudo bem. Eu assumo aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... sobre a mudança da...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Na CAS eu não tenho votação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É a PEC da MP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pode ir, Senador. Depois o senhor pega na íntegra a palavra.

Eu vou passar aqui, imediatamente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Eu peço desculpas aí, porque estou no "sistema carrocel" hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Concedo a palavra agora ao Sr. Marco Aurélio Ayres Diniz, Diretor-Presidente da Codevasf, para fazer a sua exposição.

O SR. MARCO AURÉLIO AYRES DINIZ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Primeiramente, quero cumprimentar a Senadora Zenaide Maia, cumprimentar também a Flávia Barros, da ANA, e dizer que infelizmente o Senador não está presente, mas quero parabenizá-lo. Já conheço o Senador há muito tempo, lutando por essa questão da revitalização, e eu me coaduno na mesma visão dele. Sei que a questão da revitalização é premente não só para o Rio São Francisco, mas para todos os outros rios do nosso Brasil.

Eu vou aproveitar para falar um pouco da Codevasf, que alguns ainda não conhecem. O Rio Grande do Norte, infelizmente, ainda não está na nossa área de atuação, mas sabemos que em breve pode estar, não é, Senadora Zenaide?

A Codevasf é a operadora federal, através do Decreto 8.207, de 2014. É uma empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional; é um dos braços operacionais do Ministério do Desenvolvimento Regional. Sua missão é desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

A Codevasf, até 2000, atuava apenas na Bacia do São Francisco, mas, ao longo do tempo, pelos bons serviços prestados, teve a sua área de atuação ampliada, graças ao conhecimento, ao reconhecimento tanto da população quanto da classe política. E, recentemente, pela Lei 13.702, que foi votada em 2018, a nossa área foi mais ainda ampliada. Por exemplo, no Maranhão, que é o meu Estado, as 12 bacias hidrográficas hoje fazem parte da área de atuação da Codevasf.

Isso faz com que 27% do nosso Território nacional hoje esteja hoje em nossa área de atuação; temos 12 Estados já na nossa área, e o Distrito Federal também...

Estivemos recentemente no Araguaia – tive a oportunidade de acompanhar o Ministro Canuto –, onde se falou sobre a revitalização. Como ele bem falou, já vai começar a revitalização lá no Araguaia, que é essencial, e, após isso, no Rio São Francisco e no Rio Parnaíba. Eu vou dizer também a ele para não se esquecer dos nossos. Nós temos rios que precisam também de revitalização.

Prossigo: 17 bacias hidrográficas principais; 33% no Semiárido; 43% na Amazônia Legal. Hoje, com essa área de expansão, nós vamos atender a 1.641 Municípios.

Aqui eu vou passar um videozinho institucional, só para gente conhecer um pouquinho a nossa Codevasf.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCO AURÉLIO AYRES DINIZ – Essa área colorida aí é justamente a nossa área de atuação.

Atividades em nível pré-operacional. Isto aqui é com relação à Codevasf.

Nós já fizemos a reestruturação organizacional. Inclusive, dentro do nosso organograma hoje, já está o organograma do Pisf devidamente aprovado e já atuando nessa visão, que é a operação do Pisf.

Nós temos também, já no Pisf, o apoio na vigilância patrimonial de infraestrutura lá em Pernambuco.

Participamos, de forma bem atuante, na questão de discussões com os Estados receptores, inclusive nas salas de situações, com a presença da ANA, do MDR, da AGU, do antigo Ministério do Planejamento, do Ministério da Economia, enfim, para definirmos a forma de pagamentos, garantias financeiras, o início de cobrança pela prestação de serviços, entre outras coisas.

Desenvolvimento de instrumentos para o modelo de gestão.

Participamos também de audiências públicas promovidas pela ANA. Essas audiências públicas são via internet. A próxima audiência pública será com relação à adução e para tratarmos também dessa questão da energia.

A Flávia Barros tocou muito bem no assunto da energia, porque é um dos nossos gargalos. Nós sabemos que o insumo principal da operação é a energia; é cerca de 70% do nosso custo.

Foi falada aqui essa questão de audiências de licitação que nós fazemos no mercado livre. A nossa empresa é a única empresa pública federal dependente atuando no mercado livre. Todo final de ano a gente pede, solicita ao MDR, que está pré-operando, para nos passar a demanda. Em cima disso é que nós fazemos a compra no mercado.

Agora, existem dois cenários diferentes: existe o cenário da pré-operação, e vai existir o cenário da operação. No da pré-operação realmente há muitas incertezas. A gente sabe que existem paralisações, não há um fornecimento de água contínuo, e está tudo sendo testado, os equipamentos sendo testados. Então, realmente é muito imprevisível. Nós não temos realmente como prever esse consumo de energia.

Aqui está o nosso organograma do Pisf montado. Existe uma parte que funciona em Brasília e outra parte que funciona em Salgueiro, em Pernambuco. Esse pessoal já está todo treinado, já está trabalhando lá, e a gente aguarda somente o estartar da operação.

Para iniciarmos a operação comercial, de acordo com o art. 8º da Resolução da ANA 2.333, de 2017, precisamos da aprovação do Plano de Gestão Anual, o PGA. O PGA somos nós, a Codevasf, que elaboramos junto com a Fundação Getúlio Vargas, que foi contratada também por nós. E, lá, depende da chancela tanto da ANA quanto do MDR.

Assinatura e publicação do nosso primeiro PGA, que é esse PGA de 2019 que nós já encaminhamos para a ANA.

Instalação, calibração e teste dos equipamentos de vazão. Aí, por questões estratégicas e também por uma questão de vandalismo, o MDR preferiu colocar esses medidores de vazão mais para a frente, entre a pré-operação e a operação. E a assinatura do contrato entre a Codevasf e um operador estadual. Foi o que o Ministro ressaltou muito bem, que a gente só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depende da assinatura de um dos operadores estaduais para começarmos a operar. E a licença de operação emitida pelo Ibama.

As atividades em nível de operação. Aqui é o que a Codevasf já está fazendo para que ela possa receber essa operação. A contratação da operação e manutenção. Nós já começamos a licitação disso aí, já está em fase de habilitação.

E a gente vai finalizar coincidentemente com o término do contrato de operação e manutenção que foi feito pelo MDR. O MDR contratou para pré-operação. Ele vai finalizar em agosto e, em agosto, nós vamos poder começar a operação do Pisf.

Contratação do apoio técnico também já está em curso. Nós temos um acordo com a Usace, que é o corpo técnico militar dos Estados Unidos, que é para a modelagem, a criação do *software* que vai fazer a modelagem hidráulica e hidrológica.

E o Plano de Gestão Anual, o de 2019, de que eu já falei, que está concluído e encaminhado à ANA para aprovação.

Bom, aqui nós temos três pilares do Pisf, que são o social, o econômico e a sustentabilidade ambiental, em que os atores são os sociais, os econômicos, os ambientais, os políticos e os governamentais.

Os nossos desafios. Sobre isso o Ministro também falou amplamente, deixou bem claro que os nossos gargalos são a disponibilidade orçamentária e financeira, os acordos de garantias financeiras com os Estados, com a União e a forma de pagamento, a estruturação das operadoras estaduais, porque elas também precisam se estruturar para poder receber nos portais essa água, e a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável da Área de Abrangência do Pisf.

Esse plano foi feito pelo MDR. Como eu falei ainda há pouco, Senadora Zenaide, apesar de esses Estados, com exceção de Pernambuco, não estarem ainda na nossa área de abrangência, pela *expertise* que a Codevasf tem em desenvolvimento regional, nós estamos também preparados para isso.

Por fim, era isso.

Gostaria de agradecer pelo convite de poder participar aqui desta audiência pública com vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu agradeço aqui ao Dr. Marco Aurélio Diniz e quero colocar algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania:

Sônia Silva, do Rio de Janeiro, pergunta se "Foi pensado um projeto para a fauna e a flora, por conta de espécies em extinção?"

Cristofer Alexandre, de São Paulo, "Debate de extrema importância, recurso escasso e imprescindível para que haja uma expansão na qualidade de vida e economia da Região [Nordeste]!"

Ligia Moreira, de São Paulo, "Chega a ser um absurdo transpor um recurso natural para levar água ao Nordeste gastando bilhões. Vejam Las Vegas, por exemplo."

Eu vou passar aqui para a Flávia Barros, da ANA, para dar uma resposta rápida aqui.

A SRA. FLÁVIA BARROS – Bom dia aos ouvintes.

Sônia, na licença de instalação e na licença de operação existem os projetos ambientais e, nesses projetos, existe a previsão de manutenção e preservação da flora e fauna. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe um trabalho grande que o MDR já está fazendo e vai continuar durante toda a operação do PISF. Então, isso foi pensado, sim, e consta nas licenças que o Ibama deu ao projeto.

Concordo com o Cristofer, realmente, sobre a importância desse debate. Quanto mais a sociedade conhecer o projeto e trabalhar, maior será a transparência da importância deste projeto para a sociedade.

E, Ligia, realmente é um projeto que, para o Governo Federal e para o Nordeste brasileiro, é de grande importância, apesar do seu custo, mas ele vai trazer um benefício que compensa esse custo gasto pela União para atender a região. Com relação a Las Vegas, existe um reservatório enorme lá, a barragem Hoover Dam, que foi construída para atender Las Vegas e que também teve seus custos, que os Estados Unidos bancaram na ocasião.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Flávia, respondeu plenamente.

Aqui, por incrível que pareça, a gente, neste Congresso, e as pessoas em geral falam muito dos Estados Unidos né? Como se a gente estivesse fazendo algo errado.

Primeiro, eu queria deixar claro... Quero parabenizar o Senador Otto Alencar que está dando visibilidade à importância disto aqui e ele falou sobre a revitalização do rio. Eu quero deixar claro que o rio não está assoreado por causa da transposição dele. Na verdade, se a gente não fizer a transposição desse rio para se ter água para o Nordeste, para o Semiárido, essa água do rio vai para o mar, de qualquer jeito, e não é uma condição *sine qua non,* ele não está sendo assoreado. É importante dizer que não está sendo assoreado por causa da transposição dele. Existe uma preocupação e a gente sabe que revitalizar é essencial.

O Senador tem razão, porque a gente depende dessa água. Água é vida, água é desenvolvimento, água é emprego e renda. Quem vai investir onde não há segurança hídrica desde o turismo a qualquer atividade? Eu cito o exemplo do Rio Grande do Norte, que tem Serra do Mel, um dos maiores produtores de caju, e uma dessas empresas que beneficiava o caju, fazendo suco, retirou-se por falta de água.

Então, sem água não há desenvolvimento. E é importante a gente saber que o Estado brasileiro, sim, é quem tem que ser responsável pela segurança hídrica deste País. Por isso que eu parabenizo aqui o Ministro e quem já criou isso aí. Não precisa dizer que D. Pedro já tinha isso em mente, já conhecia a situação do Nordeste. E olhe que não havia nenhum rio assoreado, provavelmente, mas a água não chega a gente. Acho que a interligação entre bacias hidrográficas deste País é importante, sim. Não o mar... Eu sei que o meio ambiente já procurou ver essa questão de deixar a vazão dos rios no mar menor – poderia ser que interferisse no equilíbrio do mar –, mas é provado hoje que a água do mar, em quase sua totalidade, são precipitações de chuva já em alto mar. O rio não contribui isso tudo para a água do mar.

Então, foi importante. E eu quero agradecer a presença de cada um, saber o que a ANA (Agência Nacional de Águas)... Ele deu uma demonstração aqui sobre a Codevasf, a importância de ter sido ampliada... Foi criada, mas já se viu a necessidade disso, até porque já existe um projeto transpondo o Rio Tocantins para o São Francisco, porque é o rio mais volumoso. Quer dizer, tudo isso já existe, e a gente tem que interligar as bacias. Eu sei que isso é mais complicado, porque muita gente diz que o peixe lá do rio talvez não sobreviva, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acredito que os peixes sobrevivam, como o ser humano, que tem uma capacidade de sobrevivência grande.

Então, eu quero agradecer a todos vocês. Isso é de uma importância fundamental. E no Rio Grande do Norte, que não é diferente, a gente já vê, por exemplo, que a Bahia, o sul, o eixo sul é para a Bahia – não é? – da transposição... Então, já vendo isso, que precisa, sim, da transposição, a gente está cobrando. Por isso que eu perguntei ao Ministro se os 500 milhões, ontem, do PLN 4, que foram para a transposição, que era justamente a parte dele que dava para terminar o eixo norte da gente, que já tem 97% pronto... Por isso que eu questionei: "O Governo não tem interesse em usar esse recurso para finalizar um dos grandes eixos e os outros que estão iniciados com 22 ou 11?". Não, eu acho que tem que ser para todos, mas eu teria um olhar bem diferenciado se eu fosse o gestor.

Deixe-me ver aqui. Vamos... A última página está onde para eu fechar aqui a...

Esta Presidência agradece a disposição dos convidados em comparecer a nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dezenove de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Otto Alencar, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Plínio Valério, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 24/2019 – CDR e REQ 27/2019 - CDR, ambos de autoria dos Senadores Jaques Wagner e Izalci Lucas. **Finalidade:** Debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro. **Participantes:** Márcio Félix Carvalho Bezerra, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - SPG (representante de: Ministério de Minas e Energia); Hélio da Cunha Bisaggio, Superintendente de Infraestrutura e Movimentação (representante de: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP); Claudia da Costa Vasques Zacour, Gerente Geral da Carteira de Aquisições e Desinvestimentos e Relacionamentos com Órgãos Externos (representante de: Petrobrás); Raquel de Oliveira Sousa, Advogada especialista em petróleo e gás; e, Marcelo Lima de Mendonça, Diretor de Estratégia e Mercado (representante de: Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás - Abegás). **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 37, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia para discutir, em audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, o programa “Novo Mercado de Gás”." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/19

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunicados.

Recebemos cópia do Acórdão 1.257/2019, do Plenário do Tribunal de Contas da União, referente aos autos do Processo TC 027.119/2018-1, que trata de auditoria com o objetivo de avaliar a gestão de segurança das barragens de usos múltiplos, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Informo que o presente Acórdão encontra-se na Secretaria de Apoio da CDR à disposição dos Senadores membros desta Comissão.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação do documento, se estabelece o prazo de 15 dias para a manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão.

No dia 26 de junho, realizaremos audiência pública para debatermos a política de preços de combustíveis pela Petrobras e suas consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores.

No dia 3 de julho, teremos audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2019, da CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins.

Expediente, conforme pauta previamente distribuída. Esta reunião é destinada a debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás (TAG), bem como apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro, atendendo ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 24/2019 – CDR, de autoria do Senador Jaques Wagner, com a minha subscrição.

Destaco que a presente audiência é uma continuação da audiência realizada em 8 de maio passado quando recebemos, para tratar do mesmo tema, o Sr. Paulo César Ribeiro Lima, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras; Sr. Deyvid Bacellar, Diretor Jurídico da Federação Única dos Petroleiros (FUP); Manoel Carnaúba, representante do setor produtivo da Região Nordeste; e Marcus Cavalcanti, Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos. Cada expositor terá 15 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abrimos a fase de interpelação pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de 5 minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica. A palavra às Sras. e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas pelos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão; e pelo Alô Senado: 0800-612211.

Já passo imediatamente aqui convidando para comporem a Mesa Márcio Félix Carvalho Bezerra, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, representante da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SPG) do Ministério de Minas e Energia.

Convido também Hélio da Cunha Bisaggio, Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Convido também Claudia da Costa Vasques Zacour, Gerente-geral da Carteira de Aquisições e Desinvestimentos e Relacionamentos com Órgãos Externos, representante aqui da Petrobras. Tudo bem, Claudia?

Convido Raquel de Oliveira Sousa, advogada especialista em petróleo e gás; e Marcelo Lima de Mendonça, Diretor de Estratégias de Mercado, representante da Abegás.

Registro a presença do nosso querido autor do requerimento, Jaques Wagner.

Já concedo logo a palavra ao Sr. Márcio Félix Carvalho Bezerra, para fazer a sua exposição.

O SR. MÁRCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia, (*Fora do microfone.*) Senador Izalci Lucas, Senador Jaques Wagner, os colegas aqui de Mesa, os presentes e os que estão acompanhando a distância.

Eu trouxe uma curta apresentação, que está sendo colocada na tela. Vamos dizer assim: falando primeiramente aqui, vai ser uma apresentação mais macro, para se dar uma ideia geral, e, claro, no debate, a gente pode entrar mais em detalhes. E, com que os outros colegas aqui vão falar, eu acho que a gente vai ter um apanhado, um entendimento da situação. Então, sob o ponto de vista...

Eu agradeço aqui, em nome do Ministério de Minas e Energia, o convite da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aqui do Senado.

E também já digo que o nosso Ministro Bento Albuquerque, conforme ele prometeu quando veio à Comissão de Infraestrutura em maio, está agendando e, provavelmente na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana que vem, deve estar na Comissão de Infraestrutura do Senado e na Comissão de Minas e Energia da Câmara para tratar desse tema do gás natural.

Uma lâmina muito simples e direta para mostrar como é que funciona, como é que está hoje distribuída a cadeia produtiva que envolve o gás natural, desde a exploração e produção ou a importação, passando pelo escoamento, pelo processamento, no caso em plantas de processamento de gás natural, regaseificação, quando é importação de gás liquefeito, a oferta ao mercado, o sistema de transporte está com essa cor um pouco diferente porque é o objeto da nossa audiência de hoje, a distribuição, e, finalmente, o consumo.

E aqui a gente pontua a participação da Petrobras, começando na esquerda em cima, na exploração e produção. Dos 112 milhões de metros cúbicos por dia de gás que são produzidos atualmente no País, 75% estão sob a titularidade da Petrobras. A Petrobras hoje, seguindo aí da esquerda para a direita, tem – nos sistemas de escoamento, que é o que leva das áreas produtoras até as plantas de processamento, sem entrar ainda na infraestrutura de transporte ou distribuição, a infraestrutura hoje ainda na mão da Petrobras – participação em todos dutos de escoamento *offshore*, ou seja, tirar um gás de algum ponto do mar do Território brasileiro para ir para a costa só passando por dentro de uma infraestrutura hoje da Petrobras. Não há outro agente com essa estrutura. No gás do pré-sal, notadamente, é mais ainda.

A Petrobras no processamento e regaseificação. O gás é produzido e precisa ser colocado sobre especificação da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis para que ele possa ir para o mercado, e ela produz também o GLP, o gás de cozinha, nesse processamento, e o condensado, enfim, outros produtos. Quando é importado – hoje a gente tem três terminais no País, um quarto está sendo inaugurado: temos um no Ceará, um na Bahia, um no Rio de Janeiro e vamos ter agora um em Sergipe –, a regaseificação. Os três atuais terminais são da Petrobras. Esse que está sendo instalado em Sergipe é o primeiro que não tem participação da Petrobras.

Seguindo aqui na oferta ao mercado, embora a Petrobras produza 75%, ela compra praticamente todo o gás dos outros produtores, já que ela detém infraestrutura. Então, 95% dos 79 milhões de metros cúbicos por dia ofertados ao mercado estão na mão da Petrobras.

Eu pulei ali, mas a Petrobras tem o controle de todos as UPGNs e terminais de GNL. Então, as plantas de processamento de gás hoje todas são da Petrobras. Há uma pequena planta anunciada na Bahia por um investidor privado, mas hoje há esse quadro.

No transporte... Mas, antes de entrar no transporte, por que a gente oferta 79 milhões se produz 112 milhões e ainda se importa GNL da Bolívia? Por que a Petrobras é um grande – lá na ponta a gente vai ver –, é o maior consumidor de gás do País. Além de ser produtora, ela consome nas plataformas para gerar energia, nas refinarias, a Petrobras tem termelétricas... Então, somando tudo, o que vai efetivamente para o mercado já é bem menor do que a gente dispõe, fora o que se injeta para aumento de recuperação dos seus reservatórios.

Então, no transporte, é importante que a gente diga que a Petrobras detém toda a capacidade de transporte da TAG, que é objeto aqui. Embora ela esteja e já tenha sido fechado o negócio há poucos dias, depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, a Petrobras detém contratos, tem cinco contratos de transporte com término previsto entre 2026 e 2033, ou seja... E a Transpetro, que é a empresa subsidiária da Petrobras para operação, é que opera a TAG e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai continuar operando. A representante da Petrobras, Dra. Claudia, depois poderá dar mais detalhes.

Então, a gente está trabalhando – e este é o objeto da vinda do Ministro Bento Albuquerque ao Congresso na semana que vem – para que ele explique as medidas que estão sendo tomadas ou que estão sendo propostas na iniciativa chamada Novo Mercado de Gás. Esse Novo Mercado de Gás vai ter uma reunião no CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) na próxima segunda-feira, e o Ministro deve vir, na terça e na quarta que vem, ao Senado e à Câmara, e com certeza há necessidade de mudanças legislativas que vão ser abordadas por ele.

Seguindo aqui, a Petrobras é sócia em 20 das 27 distribuidoras. A gente tem 26 entes federados – 27, com o Distrito Federal –, mas nem todos os Estados têm – o Distrito Federal tem uma companhia, a Cebgas – companhia, e alguns Estados têm mais de uma, que é o caso de São Paulo e do Rio de Janeiro. E há algumas empresas que, embora existam, só existem no papel, porque elas nunca comercializaram nada, como, por exemplo, no Estado do Pará.

Então, esse é o quadro geral do gás, que vem funcionando historicamente dessa forma e que teve algumas mudanças: o Congresso aprovou, em 2009, uma lei chamada Lei do Gás, mas que acabou não fazendo muito efeito nessa concentração do mercado.

Falando sobre o processo de desinvestimento da Petrobras, sobre o qual certamente a Dra. Claudia vai falar aqui, eu perguntei para ela no começo, a gente tem, acho que o Governo tem trabalhado para ter uma independência, ter uma institucionalidade entre o que é empresa, que é a Petrobras; o que é Governo, que é política pública, que é apresentado no caso aqui pelo Ministério de Minas e Energia; e o que é regulação da agência – e o nosso Diretor Cesário, que cuida da área de gás está aqui presente, junto com o Superintendente Hélio Bisaggio.

Então, essa sistemática de desinvestimento, que foi aprovada no Tribunal de Contas da União, foi objeto de um decreto presidencial há um ano ou um pouco mais e foi objeto desse julgamento aí no Supremo há poucos dias, quando houve essa definição.

Eu não vou entrar em detalhes, mas quero só dizer o seguinte: existe uma sistemática de desinvestimento, que a Petrobras segue. É definida a carteira de projetos que são colocados para efeito de desinvestimento. Existe uma sistemática toda que passa internamente à Petrobras, em algumas situações entrando no Conselho de Administração – o Senador Jaques Wagner conhece muito bem, porque ele já foi inclusive membro do Conselho da Petrobras.

Então, hoje a composição é de: seis membros indicados pelo acionista controlador, que é a União; dois membros dos acionistas minoritário; um representante eleito pelos empregados. Esses nove membros é que tomam as decisões sobre desinvestimento, uma vez que a própria assembleia geral ordinária já deu esse empoderamento para que isso seja feito.

A Diretoria Executiva da Petrobras tem um presidente e sete diretores, eleitos pelo Conselho de Administração. Eu queria chamar atenção para o art. 14 da Lei 13.303, aprovada no Congresso, em 2016, e sancionada nesse mesmo ano. "O acionista controlador da sociedade de economia mista deverá preservar a independência do Conselho de Administração no exercício de suas funções.". Então, fruto, enfim, da mistura entre as instituições durante um determinado período, essa lei surgiu, foi aprovada em 2016 – a discussão dela já começou bem antes –, e colocou uma série de regras para indicação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membros do Conselho; por exemplo, um ministro de Estado e um secretário não podem mais ser membros de um conselho de administração ou quem teve representação política.

Enfim, é a lei que está em vigor, que a gente segue e que, além das recomendações, para a Petrobras ser uma empresa com ações listadas na Bolsa de Nova York e na Bolsa de São Paulo, quer dizer, na Comissão de Valores Mobiliários e da SEC, que é a CVM americana, existe a necessidade de se ter pelo menos quatro membros independentes – quer dizer, os dois representantes dos acionistas minoritários são independentes –, e a União tem que indicar também, desses seis, pelos menos dois, que são independentes. E eles têm, por lei, por tudo, uma independência.

Então, o processo de desinvestimento, embora haja conversa, haja diálogo, o fato é que não é o Governo, não é o Ministério de Minas e Energia que decide se tal projeto vai entrar ou não na carteira dos desinvestimentos da Petrobras. Era isso que eu queria dizer com esse eslaide.

A gente está trabalhando, e aí a preocupação é legítima... "Espere aí, mas o monopólio que está na mão da Petrobras vai ser passado para privado? Como é que isso acontece?" Eu mostrei, inicialmente, aquela sequência em que a Petrobras domina toda a cadeia produtiva do gás natural até hoje. Mesmo vendendo a TAG e a NTS, a Petrobras continuou usando toda a capacidade, operando através de uma subsidiária e tendo contratos de longo prazo.

Então, praticamente, perdoe-me aqui se eu estiver falando alguma coisa errada, Dra. Claudia, mas não é um desinvestimento; é uma negociação financeira que tem um fluxo de caixa. Em vez de ser proprietária, é como se você tivesse um prédio, alugasse ou vendesse o prédio e continuasse com o contrato para morar a vida inteira naquele prédio. Enfim, sem entrar no mérito de se financeiramente é bom ou não, o fato é que o domínio da Petrobras continua.

O Governo está trabalhando em uma iniciativa chamada Novo Mercado de Gás, que, essa sim, é objeto da apresentação, do debate que o Ministro Bento Albuquerque vem fazer aqui, no Congresso, na semana que vem, que visa ter um mercado mais aberto, dinâmico, competitivo. Embora outros setores tenham crescido muito, houve uma abertura do mercado, a Lei 9.471, de 1997, com a emenda à Constituição aprovada em 1995, que flexibilizou o monopólio da União – na realidade, o monopólio da União persiste; o que acabou foi o monopólio atribuído à Petrobras... O setor de exploração e produção cresceu muito nesse período, mas o setor de refino praticamente não mudou, e o setor de gás, menos ainda. Então, é uma mudança muito recente.

Independentemente de ser Petrobras ou serem outras empresas, estão se trabalhando esses quatro pilares: promover a concorrência, que o gás seja o indutor de desenvolvimento do País com integração com o setor elétrico industrial – isso é muito importante. O Estado do Rio ontem mesmo aprovou medidas para viabilizar ou aumentar a possibilidade de sucesso desse tipo de investimento no Estado do Rio de Janeiro, que é o que detém a maior reserva de gás no seu litoral, embora não seja do Estado do Rio de Janeiro, seja da União, mas, por proximidade física, tem essa vantagem competitiva.

A Constituição de 1988 atribuiu aos Estados o monopólio do serviço de distribuição de gás canalizado e, respeitando isso, está-se procurando trabalhar, como é o caso do Rio de Janeiro, em que o Estado está tomando iniciativa de promover um aperfeiçoamento da sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regulação, assim como já temos aí exemplos de nove Estados importantes da Federação – todos são, claro, importantes, mas nove Estados importantes – no setor de gás natural, que têm produção, ou que têm indústria que o utilizem em larga escala; já nove Estados, dos 27 entes federados, estão fazendo esse trabalho voluntariamente.

E, claro, sobre barreiras tributárias, há uma discussão. O Presidente Rodrigo Maia esteve ontem num evento lá – eu estava em São Paulo –, e ele mencionou que, assim que for aprovada a Comissão Especial da Previdência, ele vai instalar a Comissão da Reforma Tributária na Câmara. Então, é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA – ... uma coisa pensada há muito tempo – bom, já estou aqui concluindo...

O que se espera disso aqui? Melhorar o aproveitamento do gás do pré-sal, das descobertas de gás em Sergipe, e outras descobertas que existem pelo País afora, além de outras que, com certeza, vão surgir; ampliar investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento, transporte, distribuição de gás natural – o Brasil ainda usa, hoje, ainda tem gás de cerca de 13% da matriz energética, e tem potencial para ter muito mais; o gás, mundialmente, é o combustível da transição energética. O Brasil já tem uma matriz bastante limpa, mas o gás, paradoxalmente, embora seja de origem fóssil, ajuda a aumentar a capacidade de energias renováveis no País, notadamente hidrelétrica, hidráulica, eólica e solar. Por quê? Nas térmicas a gás... O vento varia ao longo do dia, o sol, as hidrelétricas enfrentam períodos de estiagem... Então, essa sazonalidade, às vezes diária, essa variação diária da oferta de energia é equilibrada por térmicas a gás, por exemplo. E o País tem vivido uma desindustrialização – celulose, os exemplos aqui: Senador Jaques Wagner, da questão da fábrica de fertilizantes nitrogenados; a petroquímica, e a Bahia também é um Estado bastante importante nisso aí; siderurgia, questão de vidros, cerâmica... Todas as áreas que precisam de gás para serem mais competitivas têm perdido competitividade, até fecharam fábricas; têm perdido alguns empreendimentos para o Paraguai, por exemplo, por este ofertar energia mais barata. Então, isso tudo é o resultado que a gente espera desse Novo Mercado de Gás – inclusive mexer na disponibilidade que eventualmente a TAG tenha, nos gasodutos que a TAG tem, para que eles possam servir como um elemento de desenvolvimento do País.

E, finalizando, já que aqui a pergunta também é a questão da TAG específica para o desenvolvimento do Nordeste, eu acho importante pontuar, primeiro, que o Nordeste – e eu, falando ali, desde o litoral do Maranhão, indo até o litoral da Bahia – tem áreas não só no mar, mas também em terra; o Maranhão já tem uma grande produção de gás no meio do Estado, onde hoje a geração elétrica é de 1,5GW, que é um parque bastante forte, o maior do País hoje, mas, nessa competição olímpica, ele vai ser ultrapassado por Sergipe daqui a pouco. Então, há uma série de empresas que estão ali naquele quadro à direita, algumas bastante conhecidas mundialmente e que têm blocos ou que estão investindo em exploração e produção; muitas delas com um potencial maior para gás natural.

Temos essa infraestrutura, em vermelho, é a estrutura da TAG, esse gasoduto que atravessa a Bahia e que se conecta... O Gasoduto do Sudeste e Nordeste se conecta com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

malha do Sudeste e vai até o Ceará, Fortaleza. Então, a gente tem o gasoduto litorâneo e uma pequena infraestrutura no Maranhão.

Vamos ter três germinais de GNL, com inauguração até o final do ano, na virada do ano, oficialmente, do terminal de Sergipe. Temos um terminal na Bahia de Todos os Santos e temos um terminal em Pecém, lá no Ceará. Então, o Nordeste tem alguma infraestrutura, é uma infraestrutura ainda muito litoral, mas a região tem oferta de gás, coisa que o Norte praticamente não tem. O Estado do Pará, como falei, não tem nenhuma e tem grandes empreendimentos industrias que seriam mais competitivos com gás, mas isso hoje não acontece. No leilão de Roraima, foi viabilizada uma alternativa de produção de gás na Amazônia e, via GNL, operar uma térmica lá em Boa Vista.

Potencial de novos projetos. Eu diria que vários sonhos que têm sido acalentados há muitos anos, como o polo do gás químico. O Brasil é dependente não só de fertilizantes, mas de uma série de insumos para a indústria química – tintas, vernizes, produção de aglomerado de madeira etc. Então, a área gás-química tem um potencial muito grande. O Rio Grande do Norte, em particular, do Senador Jean Paul Prates, que esteve aqui há pouco, sempre sonhou juntar o gás com o sal para fazer um desenvolvimento integrado, pois há uma série de aproveitamentos industriais, de fertilizantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA – Há uma série de leilões em exploração e produção vindo em geração de energia e integração com os renováveis, pois o Nordeste é um grande produtor de eólica e solar por vocação, mas há o gás também para balancear isso regionalmente.

Eu agradeço aqui, Senador Izalci, a oportunidade e fico depois à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu é que lhe agradeço e o parabenizo.

Já passo imediatamente a palavra ao Hélio da Cunha, para fazer também a sua exposição.

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO (Para exposição de convidado.) – Primeiramente, cumprimento o Senador Izalci Lucas, Presidente, o Senador Jaques Wagner e todos os demais presentes e agradeço o convite, em nome da ANP, pela oportunidade de vir à Comissão.

Tenho uma apresentação breve. Como já foi falado bastante sobre o marco e sobre o desenvolvimento do Nordeste, a minha apresentação vai se concentrar mais nos aspectos regulatórios que estão sendo propostos agora no programa Novo Mercado de Gás, mas cujas diretrizes são as mesmas que o Gás para Crescer, que foi desenvolvido no Governo anterior, os principais aspectos.

Bom, não está conseguindo... Vamos ter que passar lá, não é?

Acho que esse não é o primeiro eslaide, acho que já é o segundo...

Então, os antecedentes são que o programa Gás para Crescer estabeleceu um novo desenho de mercado para a indústria do gás natural. E ele estabeleceu diversos aspectos a serem colocados em relação ao que está disposto hoje em dia na Lei do Gás, que, como já foi falado pelo Secretário Márcio Félix, veio para tratar mais especificamente do transporte de gás natural, mas não proporcionou a abertura de mercado que era esperada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto é a formação do sistema de transporte com contratação de capacidade na modalidade de Entrada/Saída – esse é o pilar fundamental da proposta –, e a desverticalização com certificação de independência para os transportadores existentes e total para os novos. A ideia desse ponto aí, o que eu acho que pode tranquilizar o sistema todo de desinvestimento, é que a ANP passa a fazer, a partir da edição do Decreto 9.616 no fim do ano passado, a certificação de independência dos transportadores; ou seja, o transporte de gás natural é um monopólio natural, a movimentação de gás natural é uma indústria de rede, é um monopólio natural tanto no transporte quanto na distribuição, e o importante é que esses elos da cadeia sejam desverticalizados para que haja competição. Esse é o principal aspecto que há para tratar da parte, por exemplo, do desinvestimento da TAG. E diversos outros aspectos foram colocados, como a comercialização, falando da distribuição também, o acesso a infraestrutura essencial para permitir competição nos gasodutos, no sistema de transporte.

As ações já efetivadas até hoje depois desse sistema foram o projeto de lei, que não avançou no Governo anterior, a Tomada Pública... A ANP, então, no fim do ano passado, fez uma Tomada Pública de Contribuições nº 6, de 2018, acerca de medidas para o incremento da concorrência na indústria do gás natural. Na sequência, foi publicado, no fim do ano passado, em dezembro do ano passado, o Decreto 9.616, alterando o decreto que regulamentava a Lei do Gás e introduzindo conceitos como sistema de transporte, certificação de independência dos transportadores e o regime de Entrada/Saída. E o primeiro passo para a abertura do mercado a ANP está dando com a chamada pública para alocação de capacidade no gasoduto Bolívia-Brasil, já contratando no sistema de Entrada/Saída, cuja audiência pública foi realizada no último dia 10 de abril. Já foram feitas a consulta e a audiência, e estamos consolidando os comentários e discutindo com o agente. A gente espera que até o final do mês de julho o edital da TBG já esteja na rua para que se possa contratar capacidade.

Então, como eu já falei, a chamada pública da TBG foi o primeiro passo na direção da direção da implementação do regime de Entrada/Saída. Estava discutido como no programa Gás para Crescer e foi mantido no Novo Mercado de Gás.

A edição do decreto deu competência para que a ANP regule o sistema de entrada e saída e a independência do transportador, que é fundamental para dar competitividade ao mercado de gás natural. E todas as ações da ANP são sempre amplamente discutidas com os agentes por meio de consultas, audiências públicas e agora há uma etapa anterior que são as Tomadas Públicas de Contribuição, em que a gente pega um primeiro corte do mercado, qual é a opinião do mercado sobre as medidas que vão ser adotadas.

Como eu já falei, o acesso ao sistema de transporte é pré-condição para o desenvolvimento de um mercado concorrencial de gás natural e toda a experiência mundial mostra que a independência do transportador é fundamental. Os americanos do Norte fizeram a independência do transportador na década de 1930 do século passado. Os europeus evoluíram entre a última década do século passado e a primeira década deste século. Então, é muito importante isso.

A transição para o mercado concorrencial deve levar em conta um processo de evolução, assim como ocorreu em outros países, no qual a adaptação do marco legal e regulatório seja acompanhada pela entrada de um número crescente de agentes no mercado. Como eu já falei, o Novo Mercado de Gás tem o mesmo desenho de mercado discutido para o Gás para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Crescer. Como toda a discussão, está evoluindo, com a evolução no sistema que está se propondo agora.

Esse novo desenho de mercado coloca basicamente a separação das atividades de transporte das atividades potencialmente concorrenciais, quais sejam, a produção, exploração e comercialização. Na produção e exploração, a gente já tem uma competição, já existem dezenas de empresas fazendo exploração e produção de petróleo no Brasil. Mas, na parte de comercialização, como o Secretário Márcio Félix mostrou, a Petrobras ainda continua com uma posição extremamente dominante.

As regras para a independência do transportador. Reserva de capacidade no transporte no modelo de Entrada e Saída. As tarifas de transporte aprovadas pela ANP. A coordenação dos transportadores. Os códigos comuns de rede, que são os *network codes*, que são como os diversos sistemas, uma vez que a Petrobras está desinvestindo desses sistemas. Ela já desinvestiu do sistema do Sudeste, que é operado pela NTS. Está desinvestindo agora da TAG, que é o sistema do Nordeste. Esses sistemas têm que ser interconectados e o que faz essa interconexão, o que faz esses diversos sistemas se falarem são os códigos comuns de rede, que são elaborados em cima de diretrizes estabelecidas pela ANP, mas são elaborados pelo mercado, ou seja, pelo transportadores e pelos diversos carregadores, usuários do sistema de transporte. E a transparência no oferecimento de contratação de serviços.

Pelo lado de política, a gente acredita que deve ser implementado, para haver competitividade no mercado, um programa de liberação de gás, *Gas Release* – um programa de venda obrigatória de gás pelo agente dominante –, e a liberação de capacidade de transporte, consequente para que esse gás que elas estão disponibilizando ao mercado seja transportado.

O objetivo é o surgimento de um mercado líquido e competitivo, que depende da criação de mecanismos de mercado que deem transparência na formação de preços e permitam uma sinalização de liquidez no curto prazo. Como eu já disse, implantação de zonas de entrada e saída. Na Chamada Pública da TBG, a gente já está usando esse procedimento. Na verdade, há dois pontos de entrada: um na Bolívia, outro em Paulínia. E são zonas de saída. Basicamente, as zonas correspondem às distribuidoras. Cada zona de saída é uma distribuidora em Mato Grosso. Em São Paulo há três distribuidoras, mas há quatro zonas, porque é uma região mais complexa. Então, na zona do Comgás, foram estabelecidas duas zonas de saída – cada uma das outras duas distribuidoras é uma zona – e uma zona de saída em cada uma das distribuidoras do Sul.

O agente tem que reservar e utilizar a capacidade de transporte nos pontos de entrada e saída com flexibilidade. Ou seja, um sistema de Entrada e Saída é como se o sistema de gasodutos fosse um lago: você pode colocar gás e retirar gás em qualquer ponto. Então, isso dá muita flexibilidade ao sistema e permite que você tenha maior diversidade de agentes operando, uma vez que, quando você se conecta ao sistema, você pode entrar e sair nos diversos pontos. Você pode vender para qualquer agente que esteja no sistema a partir do momento em que você conseguiu entrar no sistema. Então, você consegue fazer a negociação em *hub* virtual, que é o próximo ponto.

A comercialização em *hubs* virtuais. Quando você divide o sistema em áreas de mercado, que são essas áreas onde o sistema de Entrada e Saída é implementado, você tem uma área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de mercado, você pode implementar um *hub* virtual. Qualquer agente que esteja vendendo pode vender para qualquer agente que esteja comprando. Então, você facilita as negociações. E o surgimento de *hubs* de gás natural que permitam o uso eficiente da infraestrutura.

A evolução do mercado competitivo vai da ausência de *hubs* de negociação, que é a situação atual que nós temos, com um mercado de negociação física de gás natural, qual seja... Por exemplo, na TBG, o gás entra em Mutum e sai em Porto Alegre, ou sai em Curitiba, ou sai em Paulínia. Ele tem uma origem e um destino especificados no contrato, onde você compra e onde você vende. Essas negociações são bilaterais, referenciadas a pontos físicos do duto – como eu falei, o gás entra em Mutum ou em Paulínia e sai em um ponto físico – e o contrato é customizado pelos agentes. O que compra e o que vende fazem um contrato customizado.

Com o surgimento dos *hubs* virtuais pode surgir, primeiro, um mercado de balcão, com negociação bilateral ou com ajuda de *brokers*, referenciada ao ponto de negociação virtual; ou seja, quem compra e quem vende não compra mais o gás em Mutum e entrega em Porto Alegre; passa a comprar o gás e vender no ponto virtual. Eu vou ao ponto virtual oferecer o meu gás a um preço que algum comprador queira pagar. Então, em vez de eu comprar o gás em Mutum e entregar em Porto Alegre, quem quer vender vende o gás no *hub* virtual e quem quer comprar vai ao *hub* virtual comprar o gás.

E os contratos são padronizados e de menor prazo. Como se falou, por exemplo, o contrato de fornecimento da Bolívia é um contrato de 20 anos. O contrato de transporte feito equivalente para completar isso... A gente tem contratos da TVG que vão até 2041. Ou seja, a capacidade do duto está ocupada por um agente só durante muito tempo. Com isso, a gente consegue menor prazo nos contratos e dar mais liquidez ao mercado.

E, no futuro, a gente espera que o mercado seja um mercado organizado, um mercado tipo de bolsa, com negociação anônima, com liquidação por *clearing* no ponto virtual, ou seja, sem risco para a contraparte, como é na bolsa. A bolsa tem as garantias que têm que ser dadas na bolsa. Os agentes que operam na bolsa têm que ter garantias. Ou seja, sem risco para a contraparte e, evidentemente, com contratos padronizados.

A transição. A primeira é a adoção da obrigatoriedade da independência e autonomia do transportador, como já falei. A escolha pelos transportadores entre os três modelos aceitos, ou seja, *ownership unbundling* ou ITO ou ISO, do seu enquadramento na regra de desverticalização e a cooperação para organizar o transporte de gás por meio do sistema de transportes disciplinado pelos códigos comuns de rede, como eu já falei, a serem elaborados a partir de diretrizes emanadas pela ANP, mas pelos agentes de mercado. Isso tem que ser feito pelos agentes de mercados, que são os que conhecem as suas infraestruturas e têm como dizer qual é a melhor forma de operá-las.

E a adoção do acesso às infraestruturas essenciais, que é o acesso aos gasodutos de escoamento, aos terminais de GNL, e às unidades de processamento de gás natural.

Então, como eu já falei, os códigos comuns de rede são elaborados de modo transparente, de forma coordenada pela ANP, mas pelos agentes do mercado.

Os três modelos aceitos de independência são o *ownership unbundling.* A empresa verticalmente integrada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – ... é totalmente separada do proprietário e da operação do sistema de transportes, que é o que nós tivemos agora na NTS, que é uma empresa separada da Petrobras, é o modelo que a gente acredita que eles proponham para ser utilizado para eles. O modelo ISO é um modelo intermediário, em que a operação do sistema é feita por uma empresa separada da empresa verticalmente integrada, que continua com a propriedade dos ativos de transporte, mas não a posse; quem passa a operar o sistema de transporte é o operador independente. E o último modelo que é o ITO, em que a empresa verticalmente integrada continua com a propriedade do sistema de transporte e a operação do sistema de transporte, só que tem que colocar um sistema de *compliance* rígido para que não haja comunicação entre a empresa verticalmente integrada e a operação do sistema de transporte. Qualquer um dos três modelos são aceitos na literatura internacional. Isso é muito importante.

Como a gente pode ver na seta do lado direito, quanto mais para cima, nesse eslaide, menor é a necessidade de supervisão do regulador em cima do agente que opera, porque a gente entende, por exemplo, que um operador totalmente independente e proprietário do sistema de transporte vai ter interesse em maximizar a eficiência do seu sistema e ter uma maior quantidade de movimentação possível.

Então, as conclusões são: o modelo proposto, que está sendo implementado pela ANP, foi analisado e corroborado pela Agência Internacional de Energia, que editou um documento no ano passado, no qual reconheceu que o modelo que está sendo adotado é um modelo válido. Reconhecendo a natureza complexa da reforma do mercado de gás natural, o relatório também inclui recomendações que q equipe de análise considera que sustentaria a implementação de um mercado de gás efetivo eficiente, ou seja, permitir que os mercados determinem os preços de gás natural sem interferência e mudança na política direta de intervenção em participação no mercado para a política com ênfase na regulação e monitoramento das atividades dos participantes do mercado.

Obrigado. Era isso o que eu tinha para falar.

Mais uma vez, agradeço o convite.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Dr. Hélio e já passo, imediatamente, à Sra. Claudia da Costa, também para fazer a sua apresentação.

A SRA. CLAUDIA DA COSTA VASQUES ZACOUR (Para exposição de convidado.) – Bom, enquanto os eslaides não aparecem ali na tela, aproveito a oportunidade para agradecer ao Senador pelo convite. É uma excelente chance de esclarecer uma série de aspectos do programa de desinvestimento da Petrobras, em especial relativos à alienação de participação majoritária da Petrobras na TAG.

Primeiramente, falaremos brevemente dos aspectos gerais dos desinvestimentos na Petrobras, da sua sistemática, para depois entrarmos especificamente nos aspectos pertinentes ao Projeto Noronha 2, que foi o projeto empreendido pela Petrobras para a alienação de 90% de participação no capital social da TAG.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adentrando primeiramente aos aspectos gerais sobre o desenvolvimento na Petrobras, é importante esclarecer que, quando falamos de desinvestimento, estamos sempre falando de alienação de titularidade. Então, quando a Petrobras estabelece outros mecanismos para a transferência de seus negócios para terceiros por outros negócios jurídicos, não se está falando de desinvestimentos. Dou como exemplo o arrendamento das Fafens, agora, que está no mercado; não se trata de desinvestimento. Repisando, transferência de titularidade, ou seja, venda de ações ou ativos que se constituem unidades de negócios.

O fundamento jurídico para que a Petrobras adentre esse tipo de negócio jurídico, ou seja, aliene seus ativos e as ações de sua titularidade é a Lei Geral do Petróleo e a própria Lei 3.303, que é a Lei das Estatais.

A metodologia pela qual nós empreendemos esses projetos é regida por padrões internos específicos. Para a nossa finalidade aqui hoje, chamamos atenção da sistemática de desinvestimentos, sobre a qual o Secretário Márcio Félix deu algumas pinceladas aqui. Essa sistemática estabelece um procedimento competitivo que atende a todos os princípios da Administração Pública, tais como publicidade, isonomia, impessoalidade, legalidade e eficiência. Além disso, obedece às melhores práticas de mercado em fusões e aquisições, porque seria insuficiente apenas o atendimento aos princípios da Administração Pública sem que se buscassem as melhores práticas de mercado – dessa forma a Petrobras perderia valor na alienação dos seus ativos. E é uma atividade de caráter estratégico para a companhia.

No que se refere à consagração da sistemática como uma metodologia correta para que sejam empreendidos os desinvestimentos, primeiramente, eu gostaria de chamar atenção para o Acórdão 442, do TCU, que reconheceu a adequação dos dispositivos da sistemática aos princípios da Administração Pública e recomendou à Casa Civil que estudasse a regulamentação dessas atividades no âmbito das estatais federais. Dessa recomendação, então, surgiu a edição do Decreto 9.188, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas adequadas à nossa sistemática. Em outras palavras, a nossa sistemática, que já estava em vigor com a edição do decreto, sofreu algumas pequenas modificações para estar inteiramente aderente ao Decreto 9.188.

Em seguida, já no início de 2018, foi editado um outro decreto, que é o 9.355, este específico para cessão de direitos de exploração e produção, que não são o tema da nossa discussão aqui hoje, mas trago apenas para ilustrar. A sistemática de desinvestimentos, como já havia dito, está adaptada a ambos os decretos.

De alguma forma, já passei rapidamente por esses antecedentes.

O TCU, em uma etapa anterior à edição do Acórdão 442, havia determinado, em dezembro de 2016, que a Petrobras não assinasse os contratos de compra e venda de seus projetos, porque entendeu que a sistemática então vigente apresentava algumas fragilidades. Foi então que nós fizemos modificações a essa sistemática que culminaram com a edição do Acórdão 442, que, de alguma forma, consagrou que a sistemática adequada, com as modificações implementadas pela Petrobras, se prestaria de forma suficiente ao atendimento dos princípios da Administração Pública.

Então, apenas repassando, os direcionadores da revisão que foi implementada pela Petrobras visavam assegurar os princípios da Administração Pública; aperfeiçoar a rastreabilidade dos atos do processo; melhorar a governança corporativa com elevação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limite de competência interno para aprovação das diversas fases dos processos de desinvestimento; mas, em especial, primamos pela manutenção da eficiência e economicidade dos processos de desinvestimento.

A fiscalização do TCU conferiu uma grande segurança à condução desses processos de desinvestimentos para a companhia. Foi um divisor de águas muito importante para que nós pudéssemos obter sucesso nos projetos de desinvestimento da Petrobras empreendidos a partir de 2017.

Essa figura foi trazida pelo secretário, aqui ela apenas aparece com um pouco mais de detalhe, mostra as fases pelas quais um projeto de desinvestimento passa na companhia. Nos quadrinhos vermelhos abaixo, os senhores podem ver que, por diversas vezes, esses projetos, durante a sua evolução, passam pelo crivo da Diretoria Executiva da companhia e, ao final, no que nós chamamos de Portão 5, passa pelo Conselho de Administração, na maior parte das vezes, que é o órgão competente para a autorização para a alienação da participação societária ou da venda do ativo que não seja representado por ações.

Adentraremos agora então os aspectos específicos do projeto de venda da transportadora TAG. Informações gerais sobre o projeto – acredito que os senhores já tenham informações sobre as características específicas da TAG. Visava-se, no início, à alienação de participação de 90% da TAG. O modelo, quando nós dizemos que um modelo de alienação é de M&A, nós queremos dizer que nós estamos fazendo um processo competitivo por meio da sistemática, usando as melhores práticas de fusões e aquisições. Significa que não estamos fazendo uma venda de Bolsa de Valores quando dizemos que vamos adotar um modelo de M&A.

A TAG tem 4,5 mil quilômetros de gasodutos; 91 pontos de entrega; 12 estações de compressão; tem uma capacidade instalada de 75,1 milhões de metros cúbicos por dia contratados pela Petrobras; quem presta os serviços de operação e manutenção é a Transpetro; os contratos de transporte de longo prazo, como frisou o Secretário Márcio Félix, estão em vigor por prazos que variam entre sete e treze anos, até o seu término; tem um faturamento líquido de aproximadamente R$5 bilhões por ano; a dívida aparece aí também para os senhores. Acredito que nós podemos passar adiante, porque talvez esses detalhes não sejam tão pertinentes para as finalidades do nosso estudo aqui hoje.

As fases do projeto. Se os senhores se recordam, há três eslaides atrás eu mostrei essa figura, e ela aparece de novo aqui, mas ela aparece com as datas específicas das diversas aprovações da Diretoria Executiva pelas quais passou o projeto de alienação da TAG. Então, tivemos um Portão 0, que é a deliberação da diretoria para a entrada na carteira, em 27/4/2017; ele foi evoluindo com diversas novas apresentações à Diretoria Executiva para aprovações intermediárias e culminou com a aprovação para o *signing*, ali no detentor de limites de competência, que foi o Conselho de Administração, em 25/4/2019. O *signing* já ocorreu. Houve, então, a aprovação das autoridades competentes, inclusive Cade, para a conclusão da operação, que ocorreu agora, na semana passada, com o pagamento do valor da venda, pelo grupo vencedor, de aproximadamente R$33 bilhões para a Petrobras, pela transferência de 90% das ações da TAG à titularidade do grupo adquirente.

O histórico de competitividade do projeto. Como os senhores podem ver na base dessa pirâmide, temos as empresas que foram previamente selecionadas para receber a chamada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para manifestação de eventual interesse na oportunidade de aquisição da TAG. Como os senhores sabem, essa publicação de oportunidade é pública, então, concomitantemente ao envio a essa lista selecionada de potenciais compradores, nós publicamos no sítio de relação com investidores essa oportunidade, para que eventuais outros interessados que atendam aos critérios de admissibilidade do processo competitivo possam manifestar interesse. Isso ocorreu especificamente na TAG, nós tivemos aproximadamente 20 novos entrantes no processo que, apesar de não terem sido previamente identificados pela Petrobras, manifestaram interesse e participaram do processo competitivo.

Ao longo do processo, tivemos 28 empresas que efetivamente assinaram acordo de confidencialidade para acessar os dados e se tornarem aptas a apresentarem propostas. Tivemos três consórcios que submeteram propostas não vinculantes, e, ao final, esses mesmos três consórcios submeteram também propostas vinculantes. Finalmente, o grupo vencedor, capitaneado pela empresa Engie, levou a melhor proposta e adquiriu a titularidade de 90% de participação na TAG.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA DA COSTA VASQUES ZACOUR – Eu já estou quase terminando, Senador.

Acho importante mencionar a decisão judicial proferida na ação direta de inconstitucionalidade, ocorrida em 27/6/2018. Houve o deferimento de uma liminar pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que estabeleceu que a alienação do controle acionário de empresas estatais ou de suas subsidiárias ou controladas exigiria prévia autorização legislativa e licitação. Houve, então, posteriormente, uma decisão da Petrobras, de maneira conservadora, de suspender o desenvolvimento de alguns de seus projetos que implicavam alienação de controle, mas que, em um momento subsequente, após reflexão e após a emissão de parecer da Advocacia-Geral da União – que entendeu que a Petrobras já cumpria as exigências da cautelar, ou seja, prévio dispositivo legal permitindo a criação de subsidiárias e evidentemente a sua extinção e procedimento competitivo –, nós demos prosseguimento a esses projetos na linha desse parecer citado nessa linha alínea segunda aí da apresentação – Parecer 1514, de 2018, da AGU.

O contrato de alienação de 90% da TAG foi anunciado, como já mencionei, em 25 de abril de 2019. O *closing* ocorreu na semana passada, com o pagamento que já mencionei. E. mais recentemente, acredito que tenha sido na semana passada, tivemos uma nova decisão judicial proferida no âmbito dessa ação direta de inconstitucionalidade no Supremo, que entendeu, pelo voto médio dos ministros, que aquelas sociedades de economia mista que já tenham suas subsidiárias constituídas não precisariam de autorização legal para efetuar o desinvestimento para a alienação do controle dessas subsidiárias, apenas no que se refere às suas subsidiárias.

A exigência de autorização legislativa, todavia, não se aplica, portanto, à alienação de controle de suas subsidiárias e controladas da sociedade economia mista, dentre as quais a Petrobras. Nesse caso, a operação pode ser realizada sem a necessidade de licitação, desde que sejam atendidos os procedimentos que observem os princípios da Administração Pública. Portanto, temos, mais uma vez, dessa vez no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemática que já fora aprovada pelo TCU referendada como um procedimento adequado ao atendimento dos princípios da Administração Pública para alienação de ativos no âmbito das estatais federais.

O *closing*, como já mencionei, foi publicado, em comunicado ao mercado, em 13/6/2019, mediante o pagamento dos R$33,5 bilhões para a Petrobras; sendo que aproximadamente R$2 bilhões foram utilizados para pagamento de uma dívida que a TAG possuía junto ao mercado financeiro, especificamente junto ao BNDES.

Eram essas as observações que eu tinha a fazer.

Agradeço a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dra. Claudia.

Passo imediatamente à Sra. Raquel de Oliveira Sousa.

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA – Bom dia, Senador, demais Senadores presentes, Senador Jaques Wagner, Senadora Zenaide. Senador Izalci Lucas, obrigado pelo convite. E bom dia a todos os presentes.

Eu acho que, depois de ouvir todas as explanações anteriores à minha, fica fácil aqui reafirmar algumas palavras que nós temos dito desde o início de 2016, quando iniciamos um combate a essa sistemática de desinvestimento da Petrobras, que a venda da TAG, em especial, é um crime contra a soberania do Brasil e contra o patrimônio construído pelo povo brasileiro. Eu vou utilizar alguns dados aqui para demonstrar isso.

Nós ouvimos aqui muito... E acho que depois da apresentação do Secretário Márcio Félix, aquele fluxograma mostra muito claramente qual é a importância da TAG para este País. É uma malha de dutos imensa, nova, construída com dinheiro público – toda com dinheiro público. Uma empresa que teve um lucro líquido, em 2016, de R$7 bilhões, foi vendida por R$33 bilhões, ou seja, praticamente menos que cinco anos de seu lucro líquido.

Eu ouvi também o secretário dizer: "Bom, nós vendemos o prédio e alugamos de volta os apartamentos". A Administração Pública, diz a Constituição Federal, no art. 37, que um dos princípios que ela deve seguir é o princípio da eficiência. É eficiente vender uma empresa por menos de cinco anos do seu lucro líquido? Essa é uma primeira pergunta que se coloca aqui.

Os prejuízos com esse tipo de venda já foram anunciados lá atrás quando se vendeu a NTS. Eu vou aqui fazer uma demonstração de o que aconteceu na NTS. A NTS é a Transportadora do Sudeste. Nós temos duas grandes malhas no País, duas grandes empresas: a NTS, que fazia todo transporte de gás no Sudeste, e a TAG, Norte e Nordeste do País. Primeiro, disseram o seguinte: "Vamos acabar com o monopólio". Acabar com monopólio de quem? Acabamos com o monopólio da Petrobras para dar o monopólio para duas empresas privadas aqui no País. Há um fundo de investimento, a Brookfield, que comprou a Nova Transportadora do Sudeste também por cinco anos do seu lucro líquido. E agora nós temos um monopólio da TAG pela Engie, que também comprou a maior malha de dutos do País por cinco anos do seu lucro líquido.

Isso significa que, do ponto de vista da soberania nacional, a Petrobras, que produz praticamente todo o gás do País, está na mão de duas empresas privadas para fazer o seu transporte de gás. Isso é eficiente? Isso garante a concorrência? Isso garante a soberania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional? Essas são as perguntas que eu acho que têm que ser respondidas aqui nesta audiência.

No caso da NTS, vamos pegar o exemplo para depois chegar à TAG. A NTS tinha um lucro previsto decorrente dos contratos de aluguéis de R$49 bilhões de reais até 2028. Isso foi entregue para a Brookfield – isso foi entregue. E há a tal da chamada cláusula *ship-or-pay*. Todo mundo diz que, no mercado de gás, assim como no mercado elétrico, é comum esse tipo de cláusula. É correto, é verdade. É correto desde que não tenha sido a Petrobras a construtora daqueles dutos. A Petrobras construiu os dutos, vendeu os dutos e estabeleceu contra si uma cláusula *ship-or-pay*. Por quê? No exemplo das elétricas, se eu encontrasse uma outra empresa que construísse as linhas de transmissão, seria correto que ela estabelecesse uma cláusula *ship-or-pay*. Por quê? Se o meu negócio não der certo, a empresa que construiu a linha de transmissão não é obrigada a arcar com os riscos do meu negócio. Mas aqui, no caso da Petrobras, não existia esse risco. Então, a Petrobras estabeleceu uma cláusula contra si, no caso da NTS.

Os efeitos disso... Aqui nós não temos os dados completos, nós temos os dados apenas de um ano, do segundo trimestre de 2017 ao segundo trimestre de 2018, no caso da NTS. E os próprios relatórios trimestrais da Petrobras mostram, comprovam o prejuízo para a Petrobras e para o Brasil que essa venda causou. Os dados estão ali. Segundo trimestre de 2017: aumento dos gastos logísticos em função do pagamento de tarifas a terceiros pela utilização de gasodutos a partir da venda da NTS – R$1 milhão. Terceiro trimestre – porque aqui são os gastos, os prejuízos que foram contabilizados – de 2017: aumento dos gastos logísticos pela utilização dos gasodutos em função do pagamento de tarifas a terceiros a partir da NTS – R$2 milhões. E assim por diante.

Em menos de 18 meses, a Petrobras vai ter pagado de aluguel para a Brookfield todo o dinheiro que recebeu pela venda. Isso tudo ocorreu antes da venda da TAG. A venda da NTS mostrou que vender o prédio para alugar os apartamentos de volta não foi um bom negócio para a Petrobras, não foi um bom negócio para o Brasil. E depois se repete o mesmo modelo de venda no caso da TAG – o mesmo modelo de venda. E é isto que está em discussão aqui. Qual é a eficiência de se fazer esse tipo de venda? Qual é a moralidade de se fazer uma venda idêntica? Isto está dito: mesmo modelo de venda, mesmo perfil de venda, no caso da TAG.

Aqui nós vamos entrar na discussão jurídica, porque muito se fala aqui da decisão do TCU. A decisão do TCU na época, por exemplo, em que foi vendida a NTS, dizia o seguinte: que aquela sistemática da Petrobras deixava dúvida se os negócios realizados com base nela tinham sido vantajosos para a Petrobras. A realidade mostrou depois que não foram vantajosos, a NTS mostrou isso. O TCU, depois, é lógico, fez uma nova sistemática para Petrobras. E nós temos aqui todas as críticas a isso. O TCU tem papel de fiscalizar. Se o TCU entendia que aquela sistemática estava errada, o TCU tinha que determinar que a Petrobras seguisse a lei. E existe uma lei básica, simples para a Petrobras, simples. O art. 67 da Lei de Petróleo estabelecia a possibilidade de edição de um decreto para regulamentar o procedimento simplificado de licitação da Petrobras, o Decreto 2.745, de 1998.

Acontece que nem aquele decreto, aquele simples decreto, a direção da Petrobras resolveu seguir. Resolveu criar uma norma que é essa tal sistemática de desinvestimento, em que fizeram uma adaptação da modalidade convite. Ora, quando a gente trata de licitação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplica-se o princípio da tipicidade; os tipos são aqueles determinados em lei. Não cabe à Petrobras nem ao TCU fazer o papel que cabe a Senadores e a Deputados, que é o de legislar. E foi isso que o TCU fez.

E aqui nós ouvimos falar também dos dois decretos editados pelo Presidente Michel Temer, o de nº 9.188 e o de nº 9.355, que, segundo os representantes da Petrobras e do Governo, dariam uma base legal para essas vendas. Aqui, mais uma vez, eu quero dizer que esses decretos não podem ser validados por um simples motivo: o legislador... Isto ficou muito claro durante a discussão do projeto de lei que veio depois a ser transformado na Lei das Estatais, a Lei 13.303: uma das grandes preocupações do legislador naquele momento era impedir a adoção de novos regimes simplificados de licitação para a Petrobras e para a Eletrobras. O parecer do Senador Tasso Jereissati naquele momento, que foi o parecer final, era neste sentido: que a vontade do legislador era proibir a edição de novos decretos com novos procedimentos simplificados de licitação. Por isso, inclusive, a Lei 13.303 revogou o art. 67 da Lei de Petróleo.

Parece que essa decisão do legislador não agradou o Presidente Michel Temer à época. Por quê? Às vésperas da entrada em vigência dos arts. 28 a 94, que eram os que estabeleciam as regras de licitação para todas as estatais – para todas –, o Presidente edita dois decretos que na prática rasgam os arts. 28 a 94 da Lei das Estatais, estabelecendo condições diferentes daquelas que o legislador assim dispôs.

Então, esses dois decretos, que são hoje objetos de duas ações diretas de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal, implicam um sério e frontal ataque ao princípio da separação de Poderes. Por quê? Porque, por meio deles, o Presidente resolveu rasgar uma lei debatida exaustivamente por este Congresso. Nesse decreto, inclusive, se estabelecem regras – porque aqui a gente está falando de moralidade, de transparência, de eficiência – que não garantem esses princípios. Nesses dois decretos, você tem uma inversão das fases de licitação que permite, inclusive, que o vencedor ao final seja vencido. Por quê? Porque, mesmo que ele tenha apresentado... Numa licitação digna deste nome de "licitação", primeiro, você tem um julgamento e depois se negocia com o vencedor. Nos dois decretos, no de nº 9.355 e no de nº 9.188, não existe um julgamento. Primeiro, existe uma negociação em que pode ser retirada, inclusive, do vencedor ou do potencial vencedor a sua vitória – negociar condições que nem sempre são aquelas que interessam ao Poder Público.

Então, esses dois decretos são manifestamente inconstitucionais. Por quê? Eles têm por objetivo negar vigência à Lei 13.303, aprovada aqui nesta Casa. Isso ficou muito claro na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.942, que discute a inconstitucionalidade do Decreto 9.355, em que o Ministro Marco Aurélio determinou a suspensão dos efeitos daquele decreto. E o Ministro-Presidente Toffoli, ao cassar, ao suspender aquela liminar, usou um fundamento que diz tudo e diz o seguinte: que a Petrobras precisava fazer parcerias, precisava de determinadas liberdades que não eram possíveis pela Lei 13.303. Ou seja, o próprio Ministro-Presidente reconhece que aqueles decretos têm por finalidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA – ... revogar os dispositivos aprovados por esta Câmara, por esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando à questão da TAG. A decisão do Supremo não foi um salvo-conduto para vender a TAG. A decisão do Supremo, com todas as discordâncias que eu tenho – mas me atendo ao que foi decidido na ADI 5.624 –, entende que não é necessária a autorização legislativa, entende que não seria necessária a licitação, mas diz que no mínimo deveria ser garantida a observância dos princípios constitucionais do art. 37, em especial a competitividade. Mas, se tivermos cuidado de ler a decisão do acórdão da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, lá está escrito com todas as letras que, na venda da TAG, não foi observado o procedimento competitivo digno desse nome – digno desse nome! Essa discussão permanece. Inclusive, em uma das reclamações constitucionais que estavam com o Ministro Edson Fachin, nós entramos com os embargos de declaração questionando essa situação, porque para nós aquela decisão do Supremo na ADI 5.624 não esvazia o conteúdo da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Por quê? Porque aquele tribunal, que é soberano na análise das provas e dos fatos, disse que não foi garantida a competitividade, disse que não foi garantida a eficiência, disse que não foi garantida a transparência dentro da venda da TAG.

Por fim, eu gostaria de ressaltar que, apesar da decisão do Supremo dizer que não é necessária a autorização legislativa, eu tenho um posicionamento particular em relação a algumas situações. Eu acho que em algumas empresas, em algumas situações como essa não é possível deixar na mão do gestor os rumos da política energética do País. Nós temos uma situação hoje em que a Petrobras ou o Brasil ficaram reféns da Engie, refém da Brookfield. Toda a produção de gás do pré-sal terá que ser escoada pela NTS. Toda a produção de gás do Nordeste terá que ser escoada pelos dutos da TAG – toda!

Sergipe, o Estado onde eu vivo, anunciou há pouco tempo uma grande descoberta – que não é tão nova assim, mas anunciou uma grande descoberta de gás. Bom, nós temos todo um tesouro. E aqui eu queria relembrar a história do tesouro na ilha. Eu tenho um tesouro na ilha, só que esse tesouro só tem qualquer valor se eu conseguir tirar esse tesouro da ilha. Então, o que dá valor para o tesouro é o barco que vai transportar. Nós tínhamos o tesouro e nós tínhamos o barco: infelizmente, por uma política que não atende aos princípios da Administração Pública, nós vendemos o barco – nós vendemos o barco! O nosso tesouro, o valor dele agora, quem vai determinar não somos mais nós: quem vai determinar é a Engie, quem vai determinar é Brookfield.

Então, apesar da decisão do Supremo, nós entendemos que esta Casa, que o Congresso Nacional, tem que se atentar para essa discussão, e tem que tomar parte nessa discussão, e tem que tomar uma posição: se aqui nós queremos ter uma política, de fato, de desenvolvimento do País, de desenvolvimento da nossa indústria, ou se nós queremos ficar reféns e entregar todo o nosso grande ouro – o nosso grande ouro, porque hoje a Petrobras faz este papel, ou seja, o nosso grande ouro é o nosso petróleo, é o nosso gás –, se nós queremos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA – ... entregar isso e abrir mão de termos uma nação soberana e uma nação desenvolvida.

É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Raquel.

E passo já, imediatamente, ao último a fazer a apresentação, Marcelo Lima de Mendonça.

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA (Para exposição de convidado.) – Quero agradecer o convite do Senador Izalci, que é Presidente da Comissão, para a gente poder contribuir. Quero cumprimentar também o Senador Jaques Wagner e o Senador Jean Paul Prates.

A Mesa já colocou aqui, já abordou o tema, mostrando como é a cadeia do gás natural, já mostrou o funcionamento do sistema de transporte. Então, eu vou buscar ser sucinto na minha apresentação, até para a gente poder... Eu acho que o debate também vai ser muito rico para poder esclarecer as dúvidas, mas eu gostaria de trazer um pouco também da visão e da consequência de algumas dessas ações e de como isso pode impactar o mercado.

Sobre esse ponto principal, até o Márcio Félix também já colocou muito bem sobre como é hoje: o sistema ainda é muito integrado. Então, a gente não consegue ter acesso de você comprar esse gás de vários ofertantes. É justamente nesse ponto que a gente precisa avançar. Daí, viemos ao ponto que a gente está discutindo aqui, que foi a venda dos ativos de transporte, de 90% da NTS e 90% da TAG.

Em transporte e distribuição de gás natural, a expansão da infraestrutura de transporte e distribuição é fundamental para o desenvolvimento da indústria de gás natural. É necessário que todos os elos da cadeia estejam fortalecidos, para que você tenha realmente uma indústria de gás madura em que você possa desenvolver toda essa potencialidade. O Brasil tem um potencial de dobrar sua produção de gás natural nos próximos dez anos, e você só vai conseguir atingir isso se você conseguir monetizar esse gás, não é?

Como foi colocado aqui pela apresentação anterior, a gente tem um tesouro, tem uma riqueza para explorar, e essa riqueza só se concretiza se eu consigo trazer esse gás para a terra, se eu tenho utilização desse gás, porque o gás que hoje está sendo reinjetado muitas vezes por não ter uma estrutura suficiente não gera *royalties,* não gera emprego, não gera impostos. Então é isto: esse ciclo a gente precisa quebrar e trazer esse gás para conseguir desenvolver o mercado de gás natural, desenvolver a demanda, que muitas vezes fica esquecida. A gente está falando de desenvolver oferta, mas muitas vezes a gente esquece a demanda. É preciso desenvolver as aplicações de gás natural para que você possa realmente monetizar esse gás.

Falando um pouco desse sistema de transporte, hoje nós temos, de dutos de transporte, cerca de 9,4 mil quilômetros e cerca de 35 mil quilômetros de redistribuição. Vocês podem ver que as distribuidoras continuam fazendo seus investimentos, apesar da crise.

Esse crescimento, ao longo dos últimos oito anos, foi um crescimento de quase 80% em relação à malha de distribuição. A malha de transporte, por outro lado, não vem crescendo à mesma proporção. Então, é necessário, com esse desenvolvimento dessa oferta de gás natural, que venha o crescimento também dessa infraestrutura.

A infraestrutura da TAG, entrando especificamente na TAG, tem uma movimentação de cerca de 74 milhões de metros cúbicos/dia e uma malha de gasodutos em torno de 4,5 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilômetros, com 10 instalações de compressão de gás natural, sendo 6 próprias e 4 alugadas, 91 pontos de entrega presentes em 10 Estados. Então, é uma infraestrutura robusta, mas hoje o gás continua muito concentrado no litoral. É preciso desenvolver a infraestrutura de gás para que a gente possa atingir toda a potencialidade e desenvolver todos os Estados da Federação. É preciso que a gente desenvolva. E, dentro dos próprios Estados, hoje, existem muitos Municípios que também não têm gás. Então, é preciso que a gente desenvolva essa infraestrutura, para que a gente possa desenvolver o Brasil como um todo.

Hoje, essa infraestrutura de 4,5 mil quilômetros, que movimenta 74 milhões de metros cúbicos tem uma ociosidade muito alta. Como foi colocado aqui, existe uma taxa, o *ship-or-pay*, que é paga. Na verdade, ela é paga pelo consumidor final e é paga pelos distribuidores, porque a Petrobras repassa essa cobrança. Então, essa ociosidade é paga pelo usuário final do sistema.

Fazendo um comparativo aqui em relação a sistemas de transporte de outros países, vemos aqui a Itália, por exemplo, que tem uma rede muito equivalente à nossa, com uma extensão territorial muito inferior: ela tem 9.,5 mil quilômetros de rede. O Reino Unido, 7,6 mil. A Espanha tem uma extensão de rede superior à do Brasil. A Áustria tem 2 mil quilômetros. E observamos – fazendo uma comparação pela densidade, como uma densidade da rede de transporte em relação à área do território – que é mais de 20 vezes essa proporção. Então, o Brasil explora muito mal a sua potencialidade. Mesmo já existindo 9 mil quilômetros de rede, o que já foi um avanço porque o mercado de gás natural ainda é um mercado que começou a se desenvolver no início da década de 80 e cresceu com a chegada da Gasball, ainda é um mercado muito recente. Então, é necessário que a gente retome novamente os investimentos para poder aproveitar essa potencialidade, a potencialidade que a gente possui hoje somente na oferta.

Com a venda da TAG, venda de 90% da TAG, na prática, o mercado não mudou. Hoje, com essa venda de 90% da empresa, isso não significou a abertura de mercado, porque os dutos permanecem 100% contratados, e a Petrobras segue responsável pela operação desses dutos. Então, na verdade, mesmo vendendo os ativos, não existe uma mudança significativa nesse mercado. Hoje eu não posso, eu não consigo contratar um gás de um outro produtor. O Márcio Félix já colocou ali que 25% da produção já são de outros agentes e 95% dessa comercialização são feitos pela Petrobras, mas hoje eu também não consigo acessar essa infraestrutura. As distribuidoras de gás natural realizaram recentemente uma chamada pública para contratar esse gás, recebemos várias propostas, mas muitas dessas propostas apresentam condições precedentes que requerem justamente o rompimento dessas barreiras de mercado. Então, ainda existem condições para serem ultrapassadas para que a gente tenha uma abertura de mercado efetiva, e sem isso a gente não consegue fazer esse crescimento de mercado.

Tarifa de transporte. É importante a gente trabalhar na modicidade tarifária. Considerando o crescimento da oferta de gás natural nos próximos anos, é essencial que o modelo tarifário do transporte de gás continue utilizando mecanismos que promovam a modicidade tarifária. Isso significa fazer o *roll in* da tarifa. O que eu quero dizer com isso? Que novos volumes que sejam incrementados na malha venham a contribuir para você reduzir a tarifa como um todo. Isso é significativo para você ter um benefício para todo o sistema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A tarifa postal. Hoje essa tarifa existe essa tarifa e é calculada por gasoduto, mas hoje você tem uma média dessa tarifa para atender ao mercado final justamente porque você tem mercados em desenvolvimento, mercados em crescimento – e acho que o tema desta Comissão que é justamente tratar a questão do Nordeste tem uma influência muito grande porque a malha da TAG, que é uma malha mais recente, é uma malha que não está totalmente amortizada e, então, vai ter um potencial para tornar a tarifa... A tarifa do Nordeste tem um potencial de ser a tarifa mais alta do Brasil, a tarifa de transporte mais alta do Brasil. É preciso que a gente trabalhe para que não haja um impacto na industrialização do Nordeste, na competitividade do Nordeste, atraindo justamente essas empresas para outras regiões. Acho que essa é uma preocupação que a gente tem que ter. E, dentro dessa questão, quando se está discutindo também vários *hubs,* é preciso a gente tomar cuidado também com o empilhamento dessas tarifas; por exemplo, uma produção de gás que entre na malha da NTS, se ela for abastecer a Região Nordeste, que não haja esse somatório de tarifas, justamente para não reduzir a competitividade da Região Nordeste.

Outro ponto também que eu quero trazer: novos projetos de terminais de regaseificação e termelétricas. No sistema em 2007, quando houve o problema de abastecimento de gás natural, quando o sistema de gás não foi capaz de suprir todo o sistema termoelétrico, naquela época houve um casamento forçado entre o gás natural e o sistema elétrico, e hoje os sistemas acabaram ficando muito interdependentes. Em qualquer decisão, para você beneficiar o sistema termelétrico, o sistema elétrico, você acaba prejudicando o sistema de gás, e isso traz algumas consequências para o nosso mercado.

Nessa metodologia que a gente vai estabelecer nessa discussão do Novo Mercado de Gás natural, é importante, é essencial que nesse planejamento a gente esteja atento para que esses projetos não fiquem sempre ancorados na costa brasileira, justamente próxima à área produtora. O grande benefício de uma central termelétrica é sua produção de energia dentro do centro de carga, reduzindo os custos de transmissão, reduzindo os custos e as perdas desse sistema. Se você tira essa térmica e a coloca na costa, você insere uma perda nesse sistema – e você poderia estar justamente permitindo criar âncoras para o desenvolvimento da infraestrutura. É preciso tomar cuidado para que esses sistemas não beneficiem o *bypass* na distribuição e o *bypass* no sistema de transporte. Uma térmica é um alavancador de uma infraestrutura, um alavancador de investimentos e de empregos para trazer desenvolvimento de outras regiões. Então, acho que é importantíssimo, quando a gente pensar nesse novo modelo, não pensar no modelo que beneficie somente um sistema, não beneficie somente uma área, mas beneficie o mercado como um todo.

É lógico que eu tenho que verificar a competitividade, o benefício para o setor elétrico, mas eu não posso deixar o setor de gás a reboque do setor elétrico. É preciso que a gente pense no setor de gás como setor de gás. E a gente tem mercado para desenvolver: novas aplicações em que o Brasil está rateando há anos para desenvolver, e nós temos vizinhos aqui aproveitando sua potencialidade. Por exemplo, gás natural para veículos pesados: é uma utilização que já está amplamente difundida na Europa e nos Estados Unidos trazendo benefícios para redução de emissões, benefícios consequentemente para a saúde pública...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA – ... e o Brasil não tem explorado isso.

Então, nessa situação, é necessário que a gente aproveite essa potencialidade. Hoje o Brasil produz veículo a gás, produz ônibus e caminhões a gás em São Paulo e exporta para a América Latina. Então, não aproveitamos a nossa potencialidade. É necessário que a gente desenvolva. Cogeração, por exemplo: a produção... A cogeração traz uma eficiência de mais de 90%, enquanto uma térmica de ciclo combinado traz de 60%. Eu não exploro essa potencialidade e poderia estar desenvolvendo,

Acho que a gente precisa olhar esse mercado de uma forma integrada e ter cuidado para que essas novas regulamentações não tragam um risco de judicialização, como ocorreu na Medida 579. Por exemplo, nessas novas regulações que estão sendo discutidas no Estado do Rio de Janeiro, nós estamos fazendo uma análise desses impactos, mas me parece que a medida que foi tomada lá também vai acabar trazendo riscos de judicialização para o mercado.

Essa é a contribuição que eu queria trazer para vocês, para a gente poder discutir mais amplamente durante o debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Dr. Marcelo.

E vamos já conceder a palavra aos Senadores. O primeiro Senador inscrito é o autor do requerimento, o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados – cumprimento também o Senador Jean Paul Prates –, eu, primeiro, quero dizer que acho importante ter conseguido obter... E elogio o trabalho de V. Exa., porque, no primeiro convite, não tivemos o mesmo sucesso, e agora temos as representações tanto do Ministério quanto da Petrobras e da ANP. Não que a de vocês... Mas é que vocês são sociedade civil. É nesse sentido que eu estou dizendo.

Eu queria separar e vou pontuar cada coisa.

Primeiro, em relação à fala do Dr. Márcio, eu quero insistir em dizer, até pela fala do último orador, que o Ministério é, como designação da Presidência da República, o legítimo representante do acionista majoritário, que é a sociedade e o povo brasileiro. Portanto, por mais que se tente – e não me parece que é isso que está caracterizado – dizer que há a autonomia da Petrobras, eu não vejo como o ministério se colocar à parte desse processo, principalmente estando à frente do Ministério o Ministro Bento, cuja história é uma história de se importar com as questões nacionais, como é próprio de todos os membros das Forças.

Então, eu acho que é impossível. A alienação que está sendo feita, na medida em que já foi concretizada, vai trazer – eu não vou falar nem da Petrobras, na medida em que da Petrobras vou falar à parte – o chamado desenvolvimento do País. Eu não vejo nenhum objetivo cumprido do desenvolvimento do mercado de gás a partir das duas alienações feitas. Então, eu quero dizer que não há como se isentar.

E, de novo, nós estamos aqui vendo o raciocínio binário: é sim ou não, é zero ou cem. Há uma distância muito grande. Na verdade, nós estamos reproduzindo o programa de privatização da época do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, a despeito de que eu era oposição, eu entendia que o papel da oposição era minimizar dano, mas o Governo preferiu estabelecer o binário, a dicotomia modernos e dinossáuricos, ou seja, nós deixamos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitar o programa de privatização para atrair novos investimentos para o Brasil, por exemplo, chamando sócios para determinadas empresas, mesmo que a gestão fosse privada, para fazer investimento.

No caso da Petrobras agora é a mesma coisa. Aí eu passo à Dra. Claudia. Quer dizer, é óbvio que a senhora falou das formas e insistiu, a despeito do contraditório com a Dra. Raquel, que foram cumpridas todas as formalidades, vou chamar assim. E me perdoe, sei que não é do meu estilo, mas, lembrando do *impeachment* da ex-Presidente Dilma, também se diz que foram cumpridas todas as formalidades, mas a principal delas, provar o crime, não houve.

Então, no caso aqui, a que eu estou me referindo? As formalidades podem ter sido cumpridas, mas o objetivo do desinvestimento continua sendo, nas últimas diretorias da Petrobras, simplesmente a questão de como diminuir o seu endividamento ou a sua alavancagem, ou seja, não se pensa a empresa como algo que descortina um futuro. Eu estou dizendo isso, porque eu não vejo outro objetivo no desinvestimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O mundo inteiro... Eu tenho aqui a entrevista do Presidente da Shell não querendo se limitar à exploração de petróleo. Nós estamos trabalhando numa Petrobras monotemática, ou seja, amanhã, como já aconteceu, eu tenho aqui os gráficos dos ciclos, com uma eventual... Eu era membro do Conselho de Administração da Petrobras quando o petróleo estava a 34 o barril e foi a cento e pouco, não sei exatamente como está agora. Mas todo mundo sabe que, se você trabalha só em AIP, em qualquer queda do petróleo, sua margem vai embora, quem vai ganhar é o refino.

Distribuir o seu risco na cadeia produtiva, ou seja, da exploração eventualmente até a terceira geração, que seria a petroquímica, parece-me mais entender com o planejamento da companhia. Reparem, eu não estou... Por isso, eu separei o Ministério da companhia. Eu não estou falando agora dos interesses do País, já que o acionista majoritário é a sociedade brasileira. Estou dizendo, como companhia... Perdoe-me a franqueza, eu sei que a senhora já está na companhia, é uma profissional competente há muito tempo, atravessou o nosso Governo. Eu não estou falando de ideologia aqui, eu estou falando de planejamento da companhia, nós estamos falando para a companhia virar uma monotemática praticamente. Cai o preço do petróleo amanhã, que a gente não tem a capacidade de controlar, está muito mais na Liga Árabe o controle desse preço, e nós vamos perder competitividade.

Eu queria lembrar que, na própria redução do endividamento da Petrobras, pelo menos os dados que eu tenho aqui, apenas 25% foram do desinvestimento, 75% foram de formação de caixa, como formava caixa a própria TAG. Mas eu queria... Por isso é que eu quero entender: a lógica é só diminuir a alavancagem? Então, nós estamos gerindo a maior empresa nacional sob a lógica do livro caixa. Na minha opinião, sinceramente – eu sei que essa decisão talvez não esteja no nível da diretoria, não sei onde está –, eu acho que realmente é reduzir demais o horizonte da Petrobras.

Ao Dr. Hélio eu queria dizer o seguinte: na sua exposição, que foi muito mais uma exposição de como a ANP enxerga que deve funcionar o mercado, parece-me que falta – eu gostaria que o senhor depois citasse – o tema que eu considero fundamental. É monopólio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural, todo mundo sabe disso. Não vão se construir dois gasodutos paralelos, como é o metrô. Em todo o monopólio natural, o elemento mais importante para a agência, que ela teria poder para isso, era exatamente o estabelecimento de taxa de retorno, porque, se vier monopólio natural, quem entra e quem sai na rede? Quanto se cobra da rede?

Hoje, como foi dito aqui pelo Dr. Marcelo, muita gente está reinjetando gás como estoque, não é nem para melhorar necessariamente a produção, é porque você não tem como transportar. Então, a depender do preço que está se cobrando, é melhor você guardar o seu gás. Portanto, não estamos desenvolvendo nada.

Então, eu não vejo a agência nacional estabelecer aquilo que eu acho fundamental. É monopólio natural? É. Como é que vai ser a taxa de transporte disso? Senão, nós vamos ter outros querendo entrar e tendo que pagar tarifas absurdas, porque, à medida que o mercado cresça, nós vamos demandar mais. Então, eu não vi, na sua fala, esse aspecto que eu acho fundamental.

Eu não vou fazer perguntas à Dra. Raquel, porque concordo com várias coisas que a senhora disse, inclusive me perdoe também. O *ship-or-pay* é muito pior do que dizer que bota alguém – a Petrobras já fez isso – para construir o prédio e depois vai alugar. Agora é diferente, porque, no *ship-or-pay,* você está garantindo, por 20 anos, que você vai pagar. Se o mercado do gás cair e não houver aceitação, a Petrobras vai pagar. Então, é um negócio da China. Está supergarantido para quem comprou que, trafegue ou não trafegue molécula de gás por aquele gasoduto, ela está com essa receita. É por isso que os fundos de pensão, que não são, vamos dizer, ousados nos seus investimentos, porque são mais conservadores, adoram esse tipo de investimento. Não há possibilidade de perda, além de não haver uma regulação das taxas que vão ser cobradas por isso aí.

Ao Dr. Marcelo, eu queria só agradecer. É a primeira vez que eu o vejo. Nós na Bahia somos sedentos efetivamente, e o Governador está pensando agora, já que é um monopólio estatal, em eventualmente distribuir, porque o nosso território é imenso, é do tamanho da França ou da Espanha, para poder exatamente ampliar o investimento para novos investidores em vez de concentrar. É evidente que nós temos um sócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A Petrobras é uma sócia. A Mitsui é outra sócia. Então, nós temos que decidir em conjunto, mas para nós já estamos raciocinando nessa subdivisão exatamente para poder ampliar o foco e a utilização.

Presidente, eu saio com as mesmas dúvidas e fico um pouco aterrorizado de saber que o programa da Petrobras de desinvestimento está lastreado fundamentalmente nessa questão da alavancagem. Meu pai me dizia que só cresce quem fica devendo. É óbvio que há um limite para a dívida para a gente não entrar em *default*. Mas eu também não vejo na venda... Aí é mais para o Ministério ou para própria ANP. Faz-se uma venda dessas, qual é obrigação – não vi em nenhum lugar escrito – de investimento do novo dono da TAG ou da ANTS? Porque, se estamos pensando em desenvolvimento do País, quem diz: "O senhor vai entrar?". Por isso é que eu acho que a modalidade de vender 51% em vez de 90% era muito mais interessante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dar folga ao comprador e dizer: "A sua obrigação você não vai pagar aqui, você vai trabalhar para poder ampliar a possibilidade de negócio".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo também a palavra ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Izalci, obrigado. Obrigado pela oportunidade também. Obrigado a todos que vieram aqui.

Como a gente está com pressa hoje e para deixá-los também à vontade para responder, eu quero ratificar alguns pontos que o Senador Jaques já colocou e fazer algumas ponderações adicionais.

Em primeiro lugar, a advogada Raquel colocou, enfatizou aquela questão dos princípios da Administração Pública. Vou lembrá-los: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, aos que a disciplina do Direito também acrescenta a proporcionalidade e a racionalidade. É sobre racionalidade que eu queria repisar o argumento do Senador Jaques.

Qual é a racionalidade por trás da venda de ativos em função de, alegadamente, a Petrobras estar endividada? Para mim, que estou há muitos anos nesse setor de petróleo, como o Márcio, como a Claudia, como o Marcelo também e como os demais talvez com menos tempo mais igualmente conhecedores do tema, empresas de petróleo se endividam... Empresas de petróleo têm um ciclo especial de vida e de movimentação financeira. Normalmente, empresas integradas se endividam quando encontram grandes reservas.

Grandes reservas encontradas, uma sorte do geólogo, uma sorte e competência da empresa, dão uma descoberta excelente, verifica-se, então, uma reserva provada, uma avaliação daquela reserva, e aquela mesma reserva é que vai servir em grande parte de garantia para a empresa se endividar.

A maior parte do mercado hoje não se autofinancia. As empresas de petróleo integradas se autofinanciam no risco, na parte de risco, na exploração, porque nenhum banco quer explorar, que acreditar no geólogo. Isso é piada corrente no setor. Todo mundo se autofinancia até a hora em que encontra a reserva. Encontrou a reserva, aquela reserva passa a ser a garantia do financiamento do desenvolvimento da produção. É ou não é? Então, quem emprestou consciente e com reservas garantidas para garantir eventualmente um *default*.

Então, a Petrobras não fez nada errado. Ela não foi se endividar mais ou menos do que qualquer outra empresa. Só a dívida é grande porque a reserva que ela encontrou e o trabalho que ela tem pela frente também é grande. Então, Senador Izalci, é natural isso.

Não me cabe absolutamente... Acho criminoso assacar um argumento de que a empresa, estando endividada, e se aproveitar das situações pregressas, de investigação, da colocação da Petrobras na mídia, eventualmente da deterioração da sua imagem, de gestores anteriores... Acho criminoso utilizar isso como argumento para dizer que vão se vender ativos. É vender o pé, é vender o sapato. Não é vender um barco só não, é vender tudo, é a roupa. Então, quando se fala em vender a BR, vender refinarias ou vender uma rede de dutos sem compromisso...

Eu vou ler já para esticar aqui uma coisa. Vou ler aqui. Está aqui... Este é o *teaser* que deveria ser o edital. Eu não sei... Isso tudo vai ser analisado pelo Supremo, que vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

provocado para isto: se isso aqui é uma forma de edital e se isso aqui tem legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e outros princípios da Administração Pública, que o Supremo manteve para essas atividades, é bom que se diga.

Isto aqui é um *teaser* feito por um banco estrangeiro, o Banco Santander, em que ele diz o seguinte:

> Qual é a oportunidade? A Petrobras está executando processo de alienação de 90% da participação da TAG, subsidiária integral da Petrobras. TAG é uma companhia de comprovado histórico, que possui autorizações de longo prazo para gasoduto de gás natural, totalizando 4,5 mil quilômetros, localizados nas Região Norte e Nordeste do Brasil, totalmente contratadas [totalmente contratadas] pela Petrobras [ou seja, um negócio que já tem um cliente prontinho e arrumado] em contratos *ship-or-pay* de longo prazo. A maior parte do OIM e outras atividades operacionais são executadas pela Transpetro, subsidiária da Petrobras. Os ativos são regulados pela agência regulatória local, ANP.

Acabou. Eu gostaria de ver mais um *bullet* aqui dizendo: quem comprar terá que investir na capacidade de expansão, fazer um concurso aberto, consultar todos os produtores locais e investir na expansão desses gasodutos, porque, fora isso, o que está escrito aqui é que eu estou vendendo meus pés, minhas botinas, para andar no mercado de gás. É isso que está se fazendo.

Qual é a racionalidade disso, gente? Para defender o processo, não sou contra. Se justificar a venda, não há problema. E estamos falando, inclusive, Senador Jaques, do ponto de vista do mercado em si. Quem é acionista da Petrobras, se não está enxergando isso, comece a passar a enxergar. Estamos vendendo o pé da empresa. BR é a mesma coisa que vem por aí.

Agora o mais espantoso foi o que eu denuncie na semana passada aqui, que, aliás, o jornal denunciou antes. Como nós estamos tão tumultuados aqui, é tanta coisa ao mesmo tempo, as pessoas não conseguem dar conta, mas foi o Cade... A Petrobras, Dra. Claudia, foi ao Cade. Eu me lembro, eu fui advogado da Petrobras, *trainee* da Petrobras no tempo em que era obrigado a recorrer até a última instância, porque era Administração Pública.

Nós não podíamos chegar agora, como fizeram com o Cade... Eu não consigo entender. O Cade abriu um processo estimulado por uma associação nova de importadores de combustíveis que apareceu no ano passado, tem menos de um ano de vida. A associação reúne justamente as pessoas que são mais beneficiadas hoje com a política de preços do Governo, é quem mais está ganhando com importação de combustível, fazendo até com que as refinarias da Petrobras trabalhem a metade da capacidade, de 60%, 70% da capacidade. Aí os caras vão, estimulam o Cade a entrar com a Petrobras, com uma medida, com atitude anticompetição, no mercado de refino. Não existe mercado de refino, existe mercado de combustíveis. A origem dos combustíveis para esse mercado pode ser o refino, pode ser a importação. Esse mercado é livre. E o Governo mandou que seja mais livre ainda, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora é paridade de preço com a importação, ou seja, é o preço lá de fora somado do frete e dos custos de colocação do produto aqui.

Então, a Petrobras tem que praticar esse preço. E os que importam participam também e estão entrando no mercado, tanto que cresceu. Basta olhar qualquer gráfico aí de entrada de produto importado e a gente vai conferir que num país autossuficiente em petróleo, quando ele pela primeira vez chega a autossuficiência depois de décadas de luta, dos nossos avós dizerem para nós que o País perseguia a autossuficiência, que a Petrobras existia para isso, para nós nos livrarmos, parcialmente ou totalmente, da oscilação incontrolável dos preços internacionais de petróleo e gás, aí o País chegou a esse patamar e o Governo passado fez a opção de dolarizar, em tempo real, os produtos finais na bomba. Então, nós estamos hoje sujeitos... Ainda bem, como eu disse na outra vez, que não tivemos ainda, Senador Jaques, um furacão ou uma guerra no Oriente Médio, porque, senão, o pipoco dos preços batia direto nas nossas bombas no dia seguinte, aliás, na mesma hora, que é como manda a regra hoje.

Por isso é que tivemos greve de caminhoneiro. Por isso é que os afretadores e os exportadores de grãos do "agropop" lá estão sofrendo com isto: a imprevisibilidade do frete. Não é possível prever, porque não sabem nem a fórmula que a Petrobras está usando, não é transparente essa regra.

Voltando, o Cade, então, induzido por essa associação que está ganhando com isso agora, vai e cutuca a Petrobras: "Petrobras, você é dominante no mercado de refino". O que é que faz a Petrobras? A Dra. Claudia pode talvez explicar. Não sei, não consigo entender absolutamente como é que ela vai lá e, em vez de se defender e dizer: "Não, meus amigos, eu não sou dominante de mercado de combustível, não. O mercado é de combustível, todo mundo está livre aí para comprar combustível onde quiser. Aliás, todo mundo está livre para investir em refinaria. Aliás, todo mundo está livre, inclusive, para vir aqui e me propor parceria de refino. Eu estou aberta à parceria de refino, está aqui a diretora tal, recebe aqui várias já, desde cinco, seis anos que está lá aberta uma birosca para receber proposta em refinaria. Ajudem-me aqui a fazer *upgrade* nas refinarias atuais. Ajudem-me aqui a fazer expansão ou, então, vão construir sua própria refinaria"... Mas não, a Petrobras se calou, foi lá, entregou e imolou oito refinarias. "Não, Cade, desliga esse negócio aí e estão aqui oito refinarias, metade da capacidade de refino do País, que eu estou lhe entregando aqui para fechar esse acordo".

Que diabo é isso? Como é que pode fazer um negócio desses? Sinceramente eu me indigno, porque eu amo a Petrobras. Eu me frustrei na vida quando saí de lá e não pude fazer carreira lá dentro. Então, eu chego a me emocionar com isso, porque realmente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Foi exitoso fora também.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu, paralelamente, fiz toda a minha vida profissional ajudando o setor de petróleo e, claro, também ajudando a Petrobras. Então, quando eu vejo isso, fico tão indignado.

Quem está por trás disso? Márcio, por favor, você é meu amigo há muitos anos, você me conhece. O Ministério manda, orienta Petrobras a fazer isso? Isso é uma orientação? Eu até aceito isto, política setorial do Governo Bolsonaro: "Nós vamos sair do refino. A Petrobras precisa sair. Então, eu estou mandando". Só que eu falei isso há alguns meses, talvez isso tenha precipitado esse processo. Eu falei: ou o Governo... O Governo está num impasse: ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele assume que está interferindo na Petrobras dizendo a ela para vender o refino, a BR e os gasodutos, ou ele vai dizer que a Petrobras é autônoma, pode fazer o que quiser, e a sociedade vai ter que responsabilizar os atuais gestores, porque é um absurdo isso aqui, não tem explicação. Qual é a estratégia que a gente vai usar aqui? Nós temos que definir, mas o Governo está num impasse.

Ministério de Minas e Energia, Ministro Bento, Secretário Márcio Félix, é política de governo vender o refino da Petrobras, abrir o mercado de refino para entrarem outros dessa forma? Será que essa é a única forma de fazer: vender ativos amortizados que a empresa vai precisar para refinar? A gente não tinha capacidade deficiente de refino? Nós não estávamos numa estratégia em que, à época, o malfadado Diretor Paulo Roberto acabou com aquele processo se enrolando todo? Mas as teses que ele defendeu no início, sempre digo a todos, eram corretíssimas.

O País chegou à autossuficiência. Precisa, sim, comprar duas refinarias em países de consumo final, Estados Unidos, Japão, que mais que sejam – todos os países árabes e países que viraram exportadores de petróleo fizeram isso – e precisa, sim, investir em novas refinarias no Brasil. Foi procurar parceiros, foi fazer projetos, apresentar projetos à ANP para duas novas, três novas refinarias no Brasil. Depois a coisa virou outra história que factualmente precisava ser investigada, foi punida, etc. Mas o plano estratégico daquela época estava corretíssimo. Aí, de repente, mudou. A Petrobras vai virar uma empresa integrada, uma Anadarko – uma empresa integrada –, vai só vender petróleo, vai tirar o petróleo, vai refinar metade e a outra metade vai para o concorrente dela no mercado cativo que ela tem.

No gás, há compromisso de expansão? Há concurso aberto? Quer dizer que a gente não era capaz de regular, como eu dizia desde 2008? O atual Diretor Cesário está aqui conosco. Eu sempre dou esse depoimento. O Cesário, como Superintendente de Gás, o primeiro deles lá da ANP, tentou fazer – e eu até ajudei na época – um conjunto de portaria de gás natural para regular o gás, o transporte de gás, que é a atribuição precípua de uma agência reguladora. Se a agência reguladora não fizer, ninguém faz.

Não precisa de lei do gás. Eu sempre disse, em 2009, que não precisava da lei do gás, porque a lei do gás vinha para regular uma coisa que a ANP tinha que fazer. Mas, desde 1999, 2000, o Cesário e uma equipe muito boa tentaram e fizeram as portarias. "Ah, não tiveram sucesso, a Petrobras é dominante, etc.". Quer dizer que, como a Petrobras é dominante, então, ela responde: "Olha o meu gasoduto está cheio, ANP". E a ANP acredita? Ela está mentindo? E, se ela estiver mentindo, a ANP tem que ter força de fazer valer a sua autoridade. Se ela não está mentindo, então, é hora de fazer um concurso aberto para expansão. É simples: se consultam todos os outros *players,* os caras assumem novos *ship-or-pay* e alguém, a Petrobras ou outro, porque está aberto o mercado para isso, constrói um *loop* ou constrói outro gasoduto para dar conta da capacidade de transporte.

Eu não entendo qual é o problema. Por que ela tem que vender esses dutos? Só se for para fazer caixa mesmo, como você disse aqui. Mas aí eu acho uma estultice absoluta e acho que têm que ser responsabilizados os gestores seriamente, porque não estou falando nem de... Vejam, não estou usando expressões histriônicas, nacionalistas, crime de lesa-pátria, e respeito muito e prezo quem diz que é. Estou falando apenas a linguagem de mercado: vender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses ativos numa empresa integrada, como a Petrobras é, como ela almejou sempre ser, é um crime contra a empresa, contra os acionistas. Então, tem que ser averiguado isso.

O monopólio natural selvagem é isso que a gente vai ter, então? Nós vamos ter monopólios naturais livres, porque, se a gente não controlava quando não havia duas instâncias, como o Senador Jaques colocou... Nós tínhamos duas instâncias, como acionistas da empresa e como poder regulador da agência. Agora, vamos ter uma só. Se não controlava com duas, vão controlar com uma?

Para mim, só tem sentido essa venda, esse *teaser* aqui, se houvesse, no mínimo, o compromisso de dobrar essa capacidade aqui. Sem isso, não faz o menor sentido, é venda de ativo para fazer caixa, sem a menor racionalidade; portanto, altamente contestável. A da BR, que vem por aí, nem se fala, e a das refinarias, pelo amor de Deus... Esse processo do Cade é absolutamente incompreensível, absolutamente inaceitável.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Perdoe-me, eu só...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só terminando para agradecer a vocês todos. Perdoem-me pela veemência. Não é agressividade nenhuma. Gosto de todos vocês, gostaria muito... E prezo, inclusive, o fato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de vocês serem as pessoas que estão aí hoje, porque, pelo menos, a gente tem um papo, tem uma cordialidade, tem uma conversa, tem um histórico de operações e de contribuições para o setor. Se fossem pessoas novatas, seria pior, porque seria convicção do inocente ou do ignorante. Aqui, não. Aqui eu tenho certeza de que eu inoculei algumas dúvidas em vocês. E espero que a gente consiga reverter parte desse processo.

Desculpe-me, Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, era só para parabenizá-lo, porque hoje é aniversário dele. Não vou dizer qual é a idade. Então, eu o parabenizo pela participação e pela data natalícia.

É só para dizer que eu também acho um absurdo, porque, quando se oferecem seis, a sua tendência é de queda de preço. Ninguém oferece logo seis para a venda. Na verdade, você deveria, porque não se acha refinaria em qualquer lugar, valorizar o ativo, na medida em que já há o anúncio de quero vender, em vez de esperar alguém que queira...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já baixou.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já matou.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É leilão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É leilão.

Marcelo, só para finalizar, essa questão da tarifa postal, que é um princípio parecido com o da própria distribuidora de gás, que é compensar um lado com outro... E eu estou com vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Abegás, sempre defendendo o monopólio de escala nos Estados com a compreensão do fato de que, numa escala, quem ganha uma coisa numa térmica, num anelzinho, com uma tarifa baixinha, mas de muito volume, é quem vai pagar as malhas residenciais, os investimentos sociais das distribuidoras de gás.

Mas, aqui no caso da tarifa postal, que é mais ou menos a mesma lógica, já está mudando. Tenho informado vocês que, lá no meu Estado, a Potigás já foi contactada pelos novos acionistas no sentido de fazer uma reunião para mudar o processo, para ser um pedágio por uso. Já vai começar a ser cobrado de forma bastante lucrativa, digamos assim.

Quem regula essa taxa de retorno desse monopólio natural? Ela existe? Porque devia estar aqui, o monopólio natural devia estar aqui escrito. O ganho aqui é 13,5%, nem mais, nem menos. Se der 14%, tem que devolver a tarifa; se der 13% abaixo ou 13,5%, há uma compensação aqui. O monopólio natural é isso, mas aqui não está escrito. Como é que ele vai fazer? Como é que vai recuperar os 8 bilhões ou 9 bilhões que botaram aqui? Por simplesmente comprar, porque não há compromisso de investimento, que eu saiba não há.

É isso. Obrigado pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, primeiro, eu quero também parabenizar o nosso aniversariante.

Depois das colocações tanto do nosso Senador Jaques Wagner quanto do Jean Paul, que são especialistas na área, um já foi do Conselho de Administração, o outro, funcionário da Petrobras, eu só quero também... Como contador que sou, também tenho essas dúvidas. Nessa questão da tarifa, como é que não fala nada da tarifa? Na questão dos investimentos, também achei que...

Bem, o objetivo principal dessa audiência é dar oportunidade para que a Petrobras, a ANP e o Ministério possam esclarecer... Mas são questões tão óbvias... Sinceramente, essa questão da expansão, eu espero que esteja aqui, que a resposta venha nesse sentido.

Mas quero dizer que, para mim, é uma honra muito grande presidir esta audiência pública. É um assunto de interesse do País. Até me passaram mensagens se eu não ia participar ali do Moro. Eu falei assim: "Tem gente demais lá que entende, juristas, advogados". Cada um resolve o seu problema lá. Eu estou preocupado aqui é com o desenvolvimento regional, a geração de emprego e renda, que é o mais importante e de que a população está precisando.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até porque, Presidente, eu tenho dito que a Casa e o País precisam se debruçar na agenda central do País, que é desenvolvimento e geração de emprego. A gente vive nas agendas periféricas.

É óbvio que há a denúncia de um crime cometido por um ex-juiz, mas ontem nós ficamos debatendo arma. Eu queria debater emprego, e esse tema que nós estamos debatendo aqui, para mim, é muito mais nobre do que o tema de lá, porque diz respeito ao futuro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E eu, inclusive, tenho um programa de rádio, na Rádio Atividade, todo domingo, das 7h às 9h, e tenho um quadro só com notícia boa. Há um rapaz que era da Bandeirantes e que fez um *site* que está estourando, porque realmente a gente só vê notícia ruim. Ali não deve nem ter espaço para a imprensa, para discutir a questão ali. E aqui que talvez seja o assunto mais importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que a gente está precisando, não tem nenhuma divulgação, porque me disseram exatamente que o que vende jornal é só notícia ruim. Notícia boa não vende.

Mas eu quero fazer agora só o processo inverso, para fazer não só as respostas, mas também as considerações finais.

Eu vou passar, então, imediatamente para o Marcelo Lima de Mendonça para responder e também fazer as duas considerações, agradecendo já a sua presença.

O SR. MARCELO LIMA DE MENDONÇA – Obrigado pela contribuição, por poder participar. Na verdade, eu fui pouco acionado, acho que os amigos aqui, os pertencentes da Mesa vão fazer mais colocações, mas quero reforçar toda essa questão, essa preocupação com a competitividade do Nordeste e o fortalecimento de todos os elos da cadeia.

E, até no comentário do Jean Paul, quero colocar, até reforçar esse questionamento: se a questão da tarifa é em cima de uma receita requerida, que é com isso que é calculada a tarifa, como é que o operador pode estar tentando uma tarifa adicional? Eu não tinha ainda ciência dessa modalidade, mas até quero reforçar também para a gente da ANP se já chegou a algum posicionamento. Mas eram estes pontos: nossa preocupação de que esse é um mercado sadio e que construamos um mercado de gás natural para o gás natural.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Marcelo.

Passo a palavra imediatamente para a Raquel de Oliveira Sousa, para que também faça suas considerações.

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA – Eu acho que o que fica claro, após todo o debate, inclusive as explanações dos Senadores, é, primeiro, de fato, qual...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sem querer interrompê-la e já interrompendo, eu me esqueci de ler aqui as perguntas, porque às vezes a senhora pode também responder a algumas delas, do e-Cidadania e do 0800-612211.

Thony Ricardo, de Minas Gerais: "Essa venda beneficia em que de forma direta a economia do nosso País?".

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro: "Após tantas vendas e privatizações com escândalos, será que essa não se tornará mais um caso?".

Jose Lima, da Bahia: "Se a Petrobras vender a TAG, terá que contratá-la para fazer o transporte do gás para a própria estatal. Não é de interesse nacional?".

Wilson Barbosa, de São Paulo: "Por que a Petrobras tem que ter transportadora se a atividade fim dela é a extração, refino e armazenamento? Não seria menor o custo?".

E quero registrar aqui também a presença do Antonio Henrique Vaz Santos, Assessor Parlamentar da Agência Nacional do Petróleo; Lucas Mota de Lima, Assistente Técnico do Ministério de Minas e Energia; José Cesário Cecchi, Diretor da Agência Nacional do Petróleo; e Tatiele Lima Guimarães, Assessora Parlamentar do Ministério de Minas e Energia.

Desculpe-me e passo a você, Raquel, para as considerações.

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA – O que eu queria deixar assentado, aqui, ao final? É que a venda da TAG não atende nenhum dos princípios do art. 37. Não atende a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

legalidade, porque foi vendida com base em uma sistemática de desinvestimento que não é uma norma legal vigente no País. Não houve transparência. O Senador Jean Paul, inclusive, mostrou o *teaser*. E o que diz aquele *teaser*? Nada, diz apenas o que é a TAG. Qual foi a avaliação? Como se chegou ao preço de 33 bilhões? Foi a oferta, mas essa oferta foi feita com base numa avaliação; uma avaliação que foi feita por um banco privado, e, mesmo no Decreto 2.745, que era do procedimento simplificado da Petrobras, diz que tem que haver uma comissão de licitação. Não houve comissão de licitação. Nós temos nessa sistemática de desinvestimento um banco privado usurpando função pública.

Não se atendeu ao princípio da eficiência por vários motivos. Primeiro, o preço por quanto foi vendido: menos de cinco anos do seu lucro líquido. E uma coisa que o Senador colocou muito bem, aqui no caso da cláusula *ship-or-pay*: vamos pegar o caso, por exemplo, da NTS. Na NTS, os grandes campos do pré-sal, por exemplo, ainda não começaram, não estão em produção; começam agora em 2020. Só que a Petrobras está pagando, no caso, por exemplo, da NTS, por toda a capacidade do duto, mesmo sem utilizar. A mesma coisa com a TAG: mantém-se uma outra subsidiária, que é a Transpetro, efetuando toda a logística e a manutenção.

Ah! E voltando ao aspecto da legalidade, há uma coisa que é importante: o art. 65 da Lei do Petróleo diz expressamente que a Petrobras deveria constituir uma subsidiária para transporte desse gás. O art. 65 é muito claro ao dizer que esse transporte deveria ser feito por uma subsidiária. A Petrobras sequer poderia vender a TAG em razão desse artigo, mas vendeu.

Bom, ainda no princípio da eficiência, qual é a eficiência de se manter refém de duas empresas privadas? E aqui as perguntas que foram colocadas são: "De que forma isso beneficia o País?". A Petrobras, como uma empresa que tem que seguir os princípios da Administração Pública, tem também que levar em consideração o interesse nacional. Qual é o interesse da Emgea? Qual é o interesse da Brookfield em manter uma tarifa barata? O Marcelo, aqui representante da Abegás, falou: "Olha, essas cláusulas, essa tarifa do *ship-or-pay* é repassada para a tarifa final, para o consumidor".

Significa, então, que nós temos aqui um monopólio de duas empresas privadas cujo objetivo é apenas o lucro, porque, quando a gente fala da intervenção do Estado na economia, no caso, por exemplo, da Petrobras, das empresas que atuam, ele tem que levar em consideração o interesse público. Então, no caso da Petrobras, o interesse público é também de ter uma tarifa final, um gás a preço barato na mesa do consumidor, um gás barato para mover o País. Qual é o interesse da Emgea? Qual a interesse da Brookfield nesse sentido?

E, por fim, da moralidade – da moralidade. Por quê? Nós vimos um negócio, no caso da NTS, que foi lesivo à Petrobras, porque, quando a gente fala fazer caixa, é importante fazer caixa... Bom, mas no caso da NTS não se fez caixa! O que a Petrobras já despendeu com pagamento do aluguel daqueles dutos por meio da cláusula *ship-or-pay* não foi economia; foi contabilizado como prejuízo.

E aqui eu acho que a gente tem que começar a tratar também dessa questão da Petrobras quebrada. Olhem, nos últimos leilões de petróleo, a Petrobras tem disputado e dito que tem dinheiro. Para pegar o leilão em março do ano passado, quando a Petrobras comprou alguns blocos, pagou 2,2 bilhões e disse que aquilo equivalia a 0,9% do que ela tinha para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investir no quadriênio 2018-2021. Bom, regrinha de três básica: 244 bilhões de capacidade de investimento.

Então, essa discussão de que é preciso vender ativos para fazer caixa não se mantém. A Petrobras tem capacidade de investimento – tem capacidade de investimento. Segundo, se a decisão é de vender, que se venda de forma eficiente a garantir o melhor preço, a garantir a competitividade e a garantir também que, no caso, como foi colocado, essas vendas tenham depois uma contrapartida ao Brasil. Qual foi a contrapartida ao Brasil que se teve com a venda da TAG? Infelizmente nenhuma. E com a da NTS? Também não.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA – Ou seja, o nosso tesouro hoje praticamente não é mais nosso, porque nós dependemos de duas empresas privadas para transportá-lo. A decisão da venda da TAG, assim como a da NTS implicou deixar o Brasil refém de tarifas para transportar o seu gás, e isso sinceramente atenta contra todos os princípios constitucionais; até o princípio da razoabilidade, que o Senador Jean Prates aqui colocou, não se justifica.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Raquel.

Passo para as considerações finais também a palavra à Sra. Claudia da Costa Vasques.

A SRA. CLAUDIA DA COSTA VASQUES ZACOUR – Bom, eu fiz algumas anotações aqui dos principais pontos que eu entendo relevante esclarecer.

Inicialmente me dirigindo aos Srs. Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner, a tônica das manifestações de ambos fala muito do tom monocórdico da Petrobras no que se refere a sua desalavancagem. Eu gostaria de deixar bem claro que a desalavancagem é realmente muito importante para a companhia. Hoje a companhia continua ainda muito mais endividada do que os seus pares. Ela hoje precisa ainda diminuir a sua dívida para obter financiamentos mais baratos e assim se tornar mais alinhada aos seus pares internacionais. Isso se faz por meio de desinvestimentos e se faz também por uma rígida disciplina de capital.

Mas os desinvestimentos não têm como única finalidade a desalavancagem da companhia. Os desinvestimentos hoje estão inseridos num programa muito maior de gestão ativa de portfólio, que também alia a Petrobras a seus principais pares internacionais. Toda grande companhia de petróleo faz uma gestão ativa de portfólio. O que significa isso?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA DA COSTA VASQUES ZACOUR – Significa, na gestão normal dos seus negócios, selecionar aqueles ativos para os quais a companhia está mais vocacionada, concentrar os seus investimentos nesses negócios, abrindo mão da titularidade de outros. Não obstante a venda desses ativos, digamos assim, de cuja titularidade a companhia pode prescindir não significa que a companhia vai deixar de estar presente nesse segmento de negócio. Em nenhum momento a Petrobras pretende, por exemplo, sair do segmento de refino, como eu ouvi aqui muitas vezes; o que nós pretendemos fazer é um reposicionamento da companhia no segmento de refino. Nós queremos otimizar nossa carteira e queremos continuar sendo uma grande companhia refinadora de petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adentrando a questão que também foi pontuada aqui da celebração do termo de compromisso com o Cade, eu gostaria de lembrar que a decisão de alienação de oito refinarias da companhia mais uma vez se fez no âmbito da decisão dos seus órgãos internos competentes, no âmbito de uma gestão ativa de portfólio, buscando melhorar sua carteira de investimentos; e não para atender a esses órgãos reguladores. É claro que o termo de compromisso com o Cade veio se aliar a essa decisão interna da companhia de reposicionamento em refino, tornando esse projeto de alienação dessas oito refinarias mais atrativo para eventuais investidores na medida em que mitiga os riscos jurídicos e concorrenciais de num segundo momento o próprio Cade ver problemas na aquisição dessas refinarias pelos eventuais vitoriosos no processo competitivo.

Finalmente gostaria de pontuar algumas questões relativas ao Decreto 9.188, apenas para reafirmar que não só do ponto de vista das autoridades fiscalizadoras da Petrobras, mas também do Supremo o atendimento aos princípios da Administração Pública vem sendo consagrado. Então, o fato de não se empreender uma licitação convencional não significa de modo algum que os princípios da Administração Pública não estão sendo cumpridos. Pelo contrário, o princípio da eficiência em especial está sendo consagrado na medida em que se alia aos procedimentos licitatórios adotados pela sistemática o princípio da eficiência na medida em que se atraem para esse processo melhores práticas de fusões e aquisições adotadas no mercado internacional.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CLAUDIA DA COSTA VASQUES ZACOUR – Gostaria também de pontuar finalmente que os projetos de desinvestimento da Petrobras contam com a assessoria financeira de instituições que assessoram a companhia nesse processo. Não se trata de a companhia se despojar de suas prerrogativas no momento em que se engaja nesses projetos. A atuação da companhia é extremamente importante nesses projetos. Há, sim, estabelecimentos de comissão de alienação, na medida em que os próprios decretos preveem como obrigatória a instituição dessas comissões. E o banco... Não é o banco que faz a avaliação. Quem faz a avaliação para a venda desses ativos é a própria Petrobras, a sua controladoria, e é esse o valor que serve como balizador para que nós possamos empreender o projeto de desinvestimentos.

Acredito que era tudo o que eu tinha a acrescentar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Passo a palavra aqui ao nosso representante Hélio da Cunha também para fazer suas considerações.

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – Bom, respondendo aqui primeiramente aos questionamentos dos Senadores Jaques Wagner e Jean Paul Prates, quanto ao estabelecimento de tarifas pela ANP, a partir da Lei do Gás, em 2009, que a ANP começou a... Tinha-se o entendimento, antes da Lei do Gás, de que a ANP não tinha competência para estabelecer tarifas; era livre negociação, conforme diziam os artigos lá da Lei do Petróleo na parte de transporte. Então, a partir da Lei do Gás é que a ANP começou a aprovar as tarifas, e se deu o primeiro caso, que foi o Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, cuja aprovação de tarifa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fez. Inclusive, a Petrobras judicializou isso recentemente, mas a gente fez um estabelecimento de tarifa, e ela até recalculou a tarifa e aceitou a tarifa apresentada pela Petrobras antes do desinvestimento.

Hoje em dia, se for olhar os processos todos que a ANP tem feito, especialmente nesse da chamada pública da TBG, que é um processo longo, como a gente está mudando o sistema de contratação do sistema ponto a ponto – ou postal, que era o anterior lá da TBG –, que era o tradicional, conforme estabelecia a lei, para o de entradas e saídas, era o entendimento, foi feita uma negociação com a TBG, a gente conversou durante um ano e meio, fazendo reuniões semanais. E a gente tem uma nota técnica dando qual é a base remuneratória de ativos, e em cima dela foi calculada uma tarifa, foi estimada uma tarifa máxima, que foi para audiência e consulta pública, consulta e audiência pública.

A gente está revendo isso após os comentários da consulta e audiência pública e a gente deve publicar esse resultado, com a tarifa calculada pela ANP, que vai ser efetivamente utilizada na chamada pública para alocação de capacidade, agora na época em que o edital da TBG for lançado. A gente fez também esse cálculo para o Gasoduto Lateral Cuiabá e outros gasodutos que têm entrado.

Quanto à ampliação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – Com a TAG os contratos são anteriores, são anteriores a essa época. O contrato do Gasene chegou a ter alguma intervenção da ANP, mas os outros contratos são contratos antigos firmados, o contrato Malhas, e que vencem agora em 24, 25, cujo valor de remuneração a gente não tem.

Para Urucu-Manaus, que é da TAG, a gente já fez aprovação da tarifa. A Petrobras, se não me engano, começou falando numa tarifa, na época de 2010-2013, em torno de R$20; em 2013, a gente fixou em R$13 a tarifa dela.

Quanto à ampliação da malha, o atual sistema vigente, com a introdução da Lei do Gás, colocou o sistema de concessão, e, a partir desse momento, a gente não teve mais ampliação da rede. Então, a gente acredita que, para a ampliação da malha, não que isto fosse impeditivo total, mas o procedimento que existia antes, com o PMAT e outras coisas, dificultava um pouco essa ampliação, fora que foi numa época, agora, em que nós também tivemos recessão. Mas basicamente o único gasoduto em que foi efetivamente feita uma chamada porque entrou no PMAT é o Gasoduto Itaboraí, Comperj, para Guapimirim, que tinha 13km, ou seja, a lei deu uma engessada, num modelo proposto lá na época da Lei do Gás. E eu imagino que qualquer projeto que seja daqui para a frente seja um retorno ao sistema autorizativo, que a gente acredita que facilite e ajude a fomentar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – ... o surgimento de novos gasodutos, a ampliação e o surgimento de novos gasodutos.

Qualquer oferta nova de capacidade, agora, depois da edição do decreto, no fim do ano passado, vai ser feita no modelo de entrada e saída. E o que ocorre hoje é que as contratações que foram feitas pela Petrobras, em razão da grande flexibilidade dos contratos que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitia, causavam congestionamento contratual, ou seja, hoje em dia é muito difícil, dentro do modelo atual, novos entrantes conseguirem espaço dentro dos gasodutos, devido à flexibilidade dos contratos atualmente em vigor.

Para o caso da TBG, por exemplo, estão sendo liberados, no fim do ano, 18 milhões de metros cúbicos de gás, que vão ser descontratados, ao final do ano, restando ainda dois contratos, na verdade, três contratos – mas um é só de saída, que é o CPAC, de 2005 –, que vão causar uma capacidade remanescente. Para os senhores terem ideia, se não fossem ajustados os contratos vigentes, a TBG poderia ofertar, no máximo, 3 milhões de metros cúbicos de gás natural: sairiam 18; entrariam 3. Então, a Petrobras foi e informou: vou ter 12 milhões, vou ter uma capacidade "x", eu quero uma capacidade "x" de entrada no ponto "a" e no ponto "b" e quero uma capacidade de saída nas zonas 1, 2, 3, 4, que foram estabelecidas na licitação. Com isso, foi possível, além dos 18, a gente estar ofertando, na verdade, de entrada, 21 milhões de metros cúbicos de capacidade.

Então, o modelo de entrada e saída a gente acredita que fomente a maior... O modelo de entrada e saída não é o mais eficiente, em razão do congestionamento que a Petrobras causou na sua contratação devido ao excesso de flexibilidade, ele consegue liberar capacidade que não seria normal na literatura quando você passa do sistema ponto a ponto para o sistema de entrada e saída, mas, como aconteceu na TBG, a gente acredita que nos outros casos irão acontecer também situações desse tipo, mas ele é o sistema que mais facilmente permite que diversos carregadores estejam dentro do sistema, ou seja, que novos entrantes possam acessar o sistema. E a gente acredita que isso vai facilitar bastante o aumento, o acesso dos produtores e dos importadores, dos diversos agentes ao sistema de gás natural.

Então, eu já falei do congestionamento contratual. Para os senhores também terem uma ideia, a TAG solicitou formalmente para a ANP já a realização de chamada pública no seu sistema, porque ela tem 20 milhões de metros cúbicos contratados no seu sistema, na malha integrada, não esquecendo Urucu-Coari-Manaus, que é malha isolada, e a Petrobras, devido ao excesso de flexibilidade, nem ela, consegue contratar mais. Ela hoje tem 20 milhões contratados e, na verdade, está movimentando de 22 a 23 milhões, por dia, pagando, para isso, tarifas maiores de transporte extraordinário. Nem a Petrobras mesmo consegue contratar devido à flexibilidade que os contratos dela permitem.

Então, a gente está concluindo o processo da TBG e, a partir daí, a gente vai começar a fazer os processos das outras empresas, de chamada pública, para alocação de novos carregadores ou de aumento de oferta de capacidade. A gente acredita que, como ocorreu na TBG, ocorrerá também na NTS, na TAG uma possibilidade de maior contratação de volume.

Quanto aos novos proprietários, a gente acredita, como os contratos todos estão vencendo e as tarifas são reguladas, que eles vão ter um incentivo para fazerem novos investimentos, porque, senão, daqui a alguns anos, quando acabarem esses contratos, eles vão estar sendo remunerados por O&M; uma vez que todos os ativos vão estar depreciados, eles vão estar, depois de um certo momento, sendo remunerados por O&M. Então, eles vão ter todos os incentivos, acabado esse ciclo de contratos – alguns casos seriam em 2031, outros casos seriam 2033 –, e passariam a ser remunerados por O&M. A gente acredita que quem investiu essa quantidade de dinheiro não vai querer ser remunerado por O&M e vai ter todo interesse em fazer novos investimentos para ser remunerado em cima da base remuneratória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ativos dele. Então, com isso, a gente acredita que esse modelo que está sendo implementado vá atrair novos investimentos.

Eu acho que eu cobri a maior parte das perguntas dos senhores. Se ficou faltando alguma dúvida, eu esclareço posteriormente.

Mais uma vez, eu agradeço o convite e as perguntas que foram formuladas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço e já passo imediatamente ao Márcio, também para fazer suas considerações finais.

O SR. MÁRCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA – Obrigado mais uma vez, Senador Izalci, Senador Jean Paul Prates. Parabéns pelo aniversário, Senador Jaques Wagner!

Falar por último – ou quase por último; por último é o nosso Presidente –, dos convidados, já permite a gente, enfim, procurar fazer um resumo geral e endereçar as questões colocadas aqui.

Primeiro, se me permite, Dr. Bisaggio, traduzir um pouco aí a sua fala muito importante, mas para que todos tenham compreensão, é que, paradoxalmente, devido ao conjunto de complexidade de contratos simultâneos que existem, a própria Petrobras não consegue botar, mas há capacidade ociosa nesses dutos que não está sendo utilizada. Então, o Brasil é um país de grandes dimensões – mas mesmo se comparássemos com países menores, do tamanho de Estados aí grandes como a Bahia –, e a gente não tem nenhuma empresa, ou não tinha nenhuma empresa, que atue nesse setor, que não a Petrobras. Em outros países, a gente tem vários atores. Hoje, todo o sistema está na mão da Petrobras.

A mudança, a chamada Lei do Gás, em 2009, de lá para cá, quando ela mudou a possibilidade da construção de gasodutos de transporte, que é esse a que a gente está se referindo, a TAG, era por modelo de autorização, ou seja, o empreendedor chegava e dizia assim: "Olha, eu quero construir um gasoduto ligando Salvador a Barrreiras". E: "Tudo bem, vá lá e faça". Agora, se alguém quer fazer isso hoje, o cara tem um projeto e aí tem que se submeter a um leilão público, que vai demorar um tempo, e o fato é que não houve nenhuma construção de 1km de transporte, de 2009, nesses últimos dez anos.

Então, o gasoduto... A estrutura que a gente olha no mapa do Ceará até o sul da Bahia e se integrando com o Sudeste tem vários gargalos; ela não é, assim, essa capacidade de 75 milhões; ela tem vários pontos, tem fluxos invertidos e tem uma ociosidade gigantesca. Por exemplo, de Salvador, de Catu, para o sul, não há nada praticamente. O Gasene, em cuja viabilização o senhor, Senador Jaques Wagner, ajudou – a Bahia teve um papel bastante importante na construção desse gasoduto –, hoje, vamos dizer assim, tem trechos de altíssima ociosidade. Então, a gente talvez tenha congestionamento entre a parte ali da Bahia para cima, mas da Bahia para o sul a gente não tem.

Então, em relação a essa mudança aí, o Ministro Bento Albuquerque, como já falei, vem aqui semana que vem, tanto no Senado como na Câmara, para explicar esse novo mercado de gás, para onde esses pontos estão sendo endereçados, e, com certeza, ele vai precisar do Congresso Nacional para revisitar ou visitar alguns pontos importantes e esclarecer essas questões.

E, em relação ao negócio em si da TAG, a todos aqueles princípios da Administração Pública, no Estado de direito em que nós vivemos, isso foi ponto pacífico na decisão do Supremo Tribunal Federal, do seu Plenário; não foi uma decisão liminar. Então, essa decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi tomada por ampla maioria, não foi também 6 a 5; foi, nesse caso aí, acho que 9 a 2. Então, mostra que houve um consenso grande do Supremo no entendimento desse caso. Então, é claro que o Congresso Nacional tem a sua prerrogativa, e não me cabe aqui debatê-la, mas o fato é que foram legitimados nas instituições brasileiras, tanto no Tribunal de Contas da União quanto no Supremo esses pontos.

Claro que o questionamento deve existir sempre, o diálogo. Acho que tem que abrir mais. Algumas coisas foram abertas. Acho que a gente mesmo fala que a Petrobras tem que mostrar mais como é o processo, porque, quando se fala em licitação, isso é quase... Numa licitação, então, tem que mostrar como isso é feito, não é? A Dra. Claudia mostrou aqui em partes.

Sobre a questão principal em relação ao Ministério de Minas e Energia ou do Governo, que os dois nobres Senadores aqui questionaram, qual o nosso papel? O mundo passou por algumas mudanças desde aquele problema da Enron, da contabilidade lá da Enron, lá, nos Estados Unidos – a Enron também tinha negócios no Brasil. A contabilidade foi maquiada. Então, a Comissão de Valores Mobiliários americana baixou uma série de normas, e os Estados Unidos aprovaram uma lei chamada Sarbones-Oxley, que modificou a questão de contabilidade mundo afora e exigiu uma série de coisas que as empresas que têm ações em bolsa, como a Petrobras, têm que seguir. Isso, tudo bem. Foi uma questão internacional mais antiga, mas que tem reflexos. Mudou a realidade do mundo para muitas coisas.

O nosso País passou por vários desafios, ou passa, continua passando, e a gente vai superando, espero, para gerar emprego, gerar renda, que é o que importa, desenvolvimento nacional, regional. A gente tem uma Lei das Estatais aprovada no Congresso Nacional em 2016, é a Lei 13.303, que fez uma mudança muito grande na relação do Governo, como representante da União, com as suas estatais.

Então, Senador Jaques Wagner, o senhor, que foi membro do Conselho de Administração da Petrobras, como Ministro de Estado, na época; hoje não poderia, a partir dessa lei não poderia mais ser. Então, vamos dizer assim, o Ministério de Minas e Energia não tem nenhuma pessoa que trabalhe no Ministério no Conselho da Petrobras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRCIO FÉLIX CARVALHO BEZERRA – Isso.

E vários requisitos, que foram colocados, juntando com essas regras de Comissão de Valores Mobiliários, seja brasileira, seja americana, onde a Petrobras tem ações. No caso particular da Petrobras, da Eletrobras também, a gente tem uma série de limitações. A União, claro, aponta o Presidente da Petrobras para o Conselho, aponta seis membros do Conselho – um deles é o próprio Presidente da Petrobras –, mas ela tem, pela própria Lei 13.303, que deixar, preservar uma independência, e a sistemática aprovada e revisada fez com que a própria Petrobras, através da sua Diretoria Executiva e do seu Conselho, faça essas aprovações.

Eu concordo com os senhores que há uma série de questões estratégicas do País que tem que ser analisadas. É muito difícil a gente separar uma empresa estatal, uma empresa de economia mista, que tem ações em bolsa e, ao mesmo tempo, tem ações de controle da União, como é que a gente encontra esse equilíbrio? O que o Governo está fazendo, por exemplo, no caso do refino, que foi mencionado aqui, não é bem a questão aqui do TAC, mas no caso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refino o Conselho Nacional de Política Energética se reuniu, debateu... Quer dizer, até debater, houve várias discussões, ouviu-se muita gente, e colocou-se, aprovou-se uma política pública dando orientações em relação... Se o agente dominante vai fazer o desinvestimento, ele não pode passar as refinarias todas para uma empresa só. Então, há uma série de regras que foram aprovadas nesse sentido, no limite do que nos cabe.

O Ministro Bento vem aqui, na semana que vem, para debater exatamente o Novo Mercado de Gás, que são essas medidas, algumas coisas que o Dr. Hélio aqui mencionou, mas mostrar como isso se comporta. A lógica que nós vemos e o que está atraindo investidores para o Brasil é que a gente vai poder ter mais investimentos. No Brasil, talvez por muito tempo, havia essa discussão, e até não era adequado, considerado politicamente correto falar que o Brasil era maior do que a Petrobras, porque a Petrobras era tão grande que era do tamanho do Brasil.

E a gente começou a perceber que a Petrobras esbarrou em alguns limites de capacidade de investimento. Há, como a Dra. Claudia falou, o endividamento da empresa, e ele cresceu. Estava caindo e voltou a crescer, passou da casa do US$100 bilhões. A Petrobras perdeu o grau de investimento, aquele *investment grade*, ou seja, a Petrobras paga mais juros. A Petrobras paga, por ano, de juros, o que seria, em uma plataforma, um sistema de produção no pré-sal. Então, reduzir isso é uma coisa.

Eu não estou aqui falando em nome da Petrobras. Eu acho que da Petrobras a Dra. Claudia é a interlocutora. Embora ela tenha toda a capacidade, todo o conhecimento, mas para falar sobre essa questão da Petrobras como um todo, o Presidente Castello Branco esteve aqui, na Câmara, na semana passada, se eu não me engano, e está sempre à disposição para conversar.

Então, é para mostrar que talvez a gente analisar sob o um ponto de vista um negócio, pode parecer estranho que pagou não sei quanto, mas a Transpetro está sendo remunerada não mais pela Petrobras; está sendo remunerada pela empresa que comprou.

Então, a gente tem uma nova realidade e a gente precisa testá-la. No limite da nossa capacidade, a gente vai procurar influenciar para que seja o melhor para o País.

Obrigado pela oportunidade, Senadores e Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou passar também às considerações para os Senadores, mas já quero, como a gente tem quórum para deliberar, propor – e se V. Exas. concordarem e assinarem comigo – de a gente fazer uma audiência pública em conjunto, não sei se com a Infraestrutura, onde vai estar presente o Ministro Bento, porque eu acho que grande parte dessas respostas desta audiência também estão com o Ministro Bento. Então, vamos formalizar aqui um requerimento de audiência pública, para a gente fazer em conjunto, lá na Comissão de Infraestrutura essa audiência. Eu acho que é um complemente a essas audiências nossas aqui.

Se concordarem, a gente já assina...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e já aprovamos também aqui a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, havendo a concordância, considero aprovado o requerimento de audiência pública com o Ministro Bento em conjunto com as demais Comissões.

Eu só, nas considerações finais, gostaria de que o Dr. Hélio, só para me esclarecer um pouco melhor – V. Sa. falou sobre os contratos existentes, que são flexíveis e que impedem de se fazer algumas coisas –, falasse um pouquinho para a gente sobre esses contratos, que são mais flexíveis, que eu não entendi bem. E, depois, antes de responder, pergunto se algum Senador quer...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu só pediria licença, Senador Izalci, porque eu estava quase na minha hora de falar lá, e eu preciso voltar. Eu queria deixar apenas umas palavras finais aqui em relação a alguns posicionamentos, agradecendo sempre a todos vocês pelos esclarecimentos que são, obviamente, muito válidos e muito preciosos para nós, alguns dos quais, inclusive, arrefecem alguns pontos de preocupação, mas nem todos. Eu diria ainda, alguns fios desencapados que ficam aqui.

Na questão da alavancagem, Claudia, claro que é uma alavancagem sem precedentes da Petrobras, porque também, como eu disse, naquele raciocínio da empresa de exploração e produção que descobre uma reserva também sem precedentes. Então, evidentemente, o volume acaba atingindo um valor alto.

Então, na questão do refino, também, eu não disse que ela iria sair do refino; eu disse que ela está vendendo boa parte, metade do refino, e eu acho que isso é demais. Para quem já amortizou, são refinarias que não são novinhas, não estão sendo pagas ainda; já foram amortizadas, já estão consumidas pelo tempo e precisam, inclusive, de *upgrade*s, de aprimoramentos. Muitos já foram feitos, mas eu veria com mais bons olhos parceiros para entrarem como parceiros nessas novas unidades, dentro das próprias refinarias existentes, sem perder o controle delas, sem abrir mão de pedações de mercado.

E isso vai dar pano para manga ainda, porque há muita discussão. Senadores que são do Rio Grande do Sul, por exemplo. No Paraná existe um ponto específico que preocupa, que é a SIX, que é uma tecnologia nova, tecnologia que a Petrobras desenvolveu. Tudo isso está sendo vendido, tudo isso. Isso faz parte de uma ponte para o futuro em relação... Sem nenhuma menção ao maldito plano econômico anterior, mas uma ponte para a transição energética para a Petrobras. É uma área em que muita gente está investindo, no próprio Canadá, em outros lugares, petróleo de areias betuminosas, petróleo de xisto, em que a Petrobras tem uma precedência e está vendendo isso para fazer caixa. Qual é o ponto estratégico para fazer essa venda? Então, há vários pontos sensíveis que comandam aí.

Sobre a questão da gestão ativa de portfólio e da... Eu chamo de terceirização dos editais. Eu quero apenas ler aqui para as pessoas que estão nos assistindo outra parte desse chamado *teaser* do Santander. Não tenho nada contra o Santander, mas, assim, eu acho que esse processo tem que ser esmiuçado melhor. Tem aqui:

> Informação para contato.
> As partes interessadas não devem entrar em contato acerca do Processo, sob quaisquer circunstâncias, com a vendedora nem com nenhum diretor, executivo ou funcionário da Petrobras ou da TAG, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quaisquer afiliadas das companhias. Todas as comunicações devem ser direcionadas ao Santander, o qual está atuando como assessor financeiro exclusivo da Petrobras no processo, através do endereço de *e-mail* pbr-noronha@santander.com.br.

Isso para mim é um terceirizado para vender ativo da União. Não sei se isso é princípio de Administração Pública, mas, enfim, quem vai julgar isso são várias pessoas; não sou eu. Eu só estou levantando o ponto.

A questão do Cade tudo bem. Continuo achando que está fraco esse processo, esse argumento.

Quero falar da outra coisa que mitificaram recentemente. O Senador Jaques pediu para eu lembrar aqui, que eu vivo dizendo aqui. O Ministro Paulo Guedes, que, na verdade, Márcio, infelizmente me parece que é quem está comandando esse processo, passando por cima do Ministro Almirante Bento. Eu não gostaria de que fosse assim, porque, como o Senador Jaques colocou, é importantíssimo que o Ministro, pelo histórico que ele tem e pelo perfil profissional que ele tem, participasse desse processo, mas o Ministro Paulo Guedes tem dito que ele vai baixar o preço, vai dar um choque de preço no gás no Brasil.

Eu queria dizer que isso é uma profecia autocumprível. Não é por que ele vai, como ele diz, quebrar monopólios do gás País afora, quebrar o monopólio das distribuidoras de gás nos Estados, quebrar o monopólio do transporte, que é um monopólio natural, é inquebrável. O monopólio natural não se quebra; o monopólio natural se regula. Não tem como quebrar, nem Deus quebra o monopólio natural. É um conceito econômico, não é brasileiro, não é de esquerda, não é nada; é um conceito econômico. Nos Estados Unidos, o monopólio natural é natural. Na Austrália, o monopólio natural é natural. Não se quebra o monopólio natural, mas o Ministro Paulo Guedes quer alegar, quer vender uma tese falsa de que ele, mágico, vai quebrar monopólios no setor de petróleo, de gás, aliás, e vai, então, baixar a tarifa do gás.

Quero dizer que a tarifa tende a abaixar de todo jeito, porque o gás do pré-sal, em planos da Petrobras, desde 2012, está amplamente veiculado, os perfis de produção do gás do pré-sal. Vai entrar 2020, 2021, 2022 é que dá o pico, começa a produzir grandemente gás para entrar no mercado do Sudeste.

No caso do Nordeste, também uma coisa que vai ter que se olhar: houve agora uma grande descoberta anunciada, uma semana depois da venda da malha de dutos do Nordeste toda. Uma semana depois, anuncia-se uma reserva que estava já em estudos há muito tempo – esse anuncio, se foi antes ou depois também é uma coisa a se olhar –, mas a bacia de Sergipe e Alagoas vai enfiar gás também no sistema.

Então, não precisa o Paulo Guedes agir. É só deixar quieto. Se ele comer uma banana amanhã, ao meio-dia, e disser: "Eu vou comer essa banana amanhã, ao meio-dia, e o gás vai baixar em 2020, 2021", vai abaixar em 2021. Então, não há necessidade de entrar nessa conversa mole aí.

Sobre o livre acesso, Hélio, espera aí, que eu tenho que pegar aqui uma outra... Porque, na verdade, eu não sei se o Hélio estava na ANP nessa época, mas eu participei, por isso que eu posso, com o Cesário, até testemunhar que nós tínhamos, sim, poder de regulação das tarifas. Nós tínhamos aqui: em 1997 foi a lei, em 1998 nós confirmamos o contrato de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão, que tem cláusula sobre isso. Lembrando que a lei de 1997 tem uma cláusula só que fala de livre acesso. Livre acesso também é um conceito. Dentro dele, são livros e livros de teoria. Dentro desse conceito, está o conceito de monopólio natural de tarifa regulada, taxa de retorno regulada, tudo isso, concurso aberto, etc. Quando se fala concurso aberto, já está se dizendo isso.

Mas havia, particularmente, a Portaria 115, a famosa Portaria 115. Nós ajudamos a escrever, aliás, na época, como consultores, no ano 2000. Art. 24, vou aqui para ele:

> As tarifas praticadas pelo transportador deverão:
> I – refletir as modalidades de serviço de transporte [...];
> II – considerar o Produto [...];
> III – considerar as distâncias [...];
> IV – considerar carga tributária [...];
> V – não ser discriminatórios [...];
> VI – considerar os custos de operação [...].
> Parágrafo único. A ANP poderá fixar os valores das tarifas propostas pelo Transportador, ou mesmo já acordadas entre Transportador e Carregador [olha aí, inclui, entra no contrato do cara], caso receba reclamações, com as devidas justificativas, de Carregadores ou de Terceiros Interessados, ou considere tais valores incompatíveis com os de mercado.

Então, nós não estamos fracos, não. Isto aqui é portaria da ANP; não é qualquer coisa, não. Na época, o pessoal passava por cima: "Ah, portaria da ANP...". Eu sempre preconizei essa história de que a gente estava praticamente ridicularizando a ANP ao fazer a Lei do Gás. A Lei do Gás era desnecessária, atravancou o setor – ao contrário de ajudar –, e, para mim, passou atestado completo de incompetência da ANP em regular monopólios naturais.

Estou fazendo a ressalva, porque, um dia desses, eu falei isso, e o cara ficou ofendido, dizendo: "Incompetência da ANP?". Não, a ANP é competentíssima, eu sempre digo. Ajudei a criar, ajudei a fazer os organogramas, e acho que é uma das agências que melhor funcionam, mas o atestado de incompetência dela, ao regular monopólios naturais, o que é uma função precípua de uma agência reguladora, em qualquer lugar do mundo, do mais capitalista até o mais socialista, foi passado com a Lei do Gás. Foi isso o recibo, foi um atestado.

Então, só parra pontuar isso, que, na verdade, não é tanto quanto parece. Essa história pregressa, de 1997 para cá, tem detalhes que nós deixamos escapar, inclusive aqui, no próprio Parlamento.

E isso, só para finalizar, implica também afetar uma afirmação, Hélio, que era muito importante e convincente, como você disse: "Olha, quem comprou por 9 bilhões uma rede de gás tende a investir, porque vai ficar só com a tarifa O&M. Isso pressupõe que a agência reguladora tem força para diminuir tarifas, não investir nada, e ele ficar só com uma merrequinha lá para pagar O&M. Mas, se a tarifa, a ANP nunca teve esse poder antes e o quer para coibir o monopólio natural, praticar abusos ou dizer alguma coisa que não fosse verdade, como é que eu garanto que a ANP vai ter poder para ameaçar a tarifa, para ser diminuída para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficar apenas o suficiente para cobrir O&M, e o cara ter induzimento para investir mais? Eu não estou certo disso. Se não foi feito antes, por que vai ser feito agora?

Então, finalizando, todos esses alertas aqui não são para ser chato, não são para ser do contra, nada; é apenas colaborando com a nossa experiência, inclusive dentro do próprio processo, em vários governos. Vejam que eu estou falando que trabalhei como assessor no Governo Fernando Henrique. Depois, passei pelos governos do PT, trabalhando e ajudando, e agora tentando ajudar aqui. Agora, nesse caso, está difícil, porque não dá para convencer a forma de vendas, a estratégia. Diante da autossuficiência, diante do que é a Petrobras hoje, tudo isto aqui não faz o menor sentido. Então, eu estou procurando ainda as respostas para isso e espero que as minhas indagações sirvam de alerta e de motivo para se pensar melhor o que fazer. É isso.

Obrigado a todos de novo e peço desculpas por eu ter que sair correndo para falar lá. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, como o especialista maior é o Jean Paul, eu acho que ele já tocou em vários pontos, que, apesar dos esclarecimentos, continuam a nos preocupar. Eu quero tocar em dois pontos particularmente.

A Dra. Claudia falou sobre a alavancagem da Petrobras. Ao mesmo tempo, eu queria lembrar que nenhuma outra companhia de petróleo, pelo menos que esteja no meu conhecimento, que boa parte desse investimento alavancado, também se tenta vender que foi a corrupção. A corrupção deve ser um pedaço, que é sempre não é bem-vindo, mas o que eu quero dizer é que em grande parte da nossa alavancagem, em uma boa parte da alavancagem houve investimentos que talvez fossem não necessários ou não iminentes, mas, por exemplo, nós somos os únicos que descobrimos o pré-sal. Então, boa parte desse investimento foi gasta dentro do pré-sal, e nós temos um ativo fantástico à disposição da companhia. Ela passou a ser detentora de um ativo, então, *vis-à-vis* àquilo que está previsto como reserva. Eu não sei se a... Eu estou falando do ponto de vista de ativo e de alavancagem.

Então, eu continuo dizendo que uma companhia desse porte, independentemente de se é pública ou privada, estatal ou não, não pode ficar só no financeiro. Essa é a minha opinião sincera. É óbvio que tem que ter. Eu estou à vontade, porque o meu Estado, que há 16 aos, ou pelo menos a 13, é governado por mim e agora pelo Governador Rui Costa, mantém seu equilíbrio fiscal com toda a dificuldade que a gente vive.

Então, eu não sou a favor de nenhuma orgia fiscal, seja no setor público, seja nas empresas. Porém, há horas em que você investe. Nós investimos e conseguimos chegar. É óbvio que, se a gente não tivesse chegado ao pré-sal, a gente talvez estivesse com um problema maior ainda. Por isso não teria esse ativo.

Só para dizer, eu não concordo. É obvio que a lei foi aprovada. Foi em um péssimo momento que viveu o Brasil, de criminalização da política. Então, por que um ministro não pode ter assento num conselho de administração de uma empresa, um Ministro de Minas e Energia, ou um Ministro da Casa Civil? Então, na minha opinião, aquilo foi na onda da criminalização da política, que terminou neste momento que a gente está vivendo agora, que é um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente preocupante, em que as pessoas estão indo tudo para o braço. Então: "Eu quero armas, se o Supremo não decidir assim ou assado". As ameaças que vêm de alguns setores das forças eu acho um absurdo. Parou-se de preservar a institucionalidade deste País. Então, não se pode sentar, mas eu, por mim, poderia, porque eu acho que um Ministro tem uma responsabilidade muito grande, e a companhia é, querendo ou não, uma das grandes operadoras de todo o sistema de energia do País.

Em relação ao Dr. Hélio, eu quero, a despeito do que já foi citado pelo Jean Paul, o parágrafo único que ele citou aqui, em relação ao poder regular, eu entendo que havia os contratos, existem os contratos. Os contratos eram entre a Petrobras e a sua subsidiária, o que é uma situação totalmente diferente da Petrobras e uma empresa que está adquirindo esse ativo.

Então, eu não sou operador do direito, mas aprendi que fatos supervenientes poderiam demandar, porque a agência, evidentemente, cuida a política de petróleo para os brasileiros, não para a Petrobras. Eu não estou falando disso como uma acusação; estou falando disso como constatação. Então, se está sendo vendido e passaria a ser monopólio natural privado – que é óbvio que o público, querendo ou não, tem ingerência muito mais na pressão política –, eu acho que era elemento suficiente para você chegar para a Petrobras com a agência.

Óbvio que a Petrobras também não gostaria, porque não iria conseguir o valor que consegue, mantendo os contratos que foram previstos para, exatamente, recuperar investimento que foi feito. Boa parte dele ela já recuperou – acho que não foi todo ainda depreciado – e, na hora de vender, na minha opinião, até porque a Petrobras já assinou o contrato *ship-or-pay* por mais 20 anos, eu acho que agência nacional poderia dizer, em defesa do interesse da sociedade, esse contrato, na medida dessa troca de controle acionário, não pode ser... Estou falando especulativamente, porque eu não sei se seria possível ou não, mas, na minha opinião era algo...

Nós precisamos empoderar nossas agências. Eu vivi o tempo em que tudo aqui se falava agência, agência, agência, às vezes, que era o modelo. Os Estados Unidos têm agências, o jogo é bem mais duro. As agências do ponto de vista da punição, são bem mais duras do que nós temos aqui. Porque, se é economia de mercado, quanto mais economia de mercado, na minha opinião, mais poder regulatório. Senão, quem tiver unha maior sobe nas paredes, e não acho que seja isso a vontade de ninguém.

Então, eram os comentários que eu queria fazer.

Agradeço a todos os cinco as contribuições aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou passar para o Dr. Hélio e, em princípio, também para a Dra. Claudia – se mais alguém quiser fazer alguma consideração –, para fazer essas considerações.

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – O primeiro ponto, explicando aqui a congestão contratual que existe. A flexibilidade dos contratos da Petrobras, por exemplo, na malha sudeste, ela tem contratado 42 milhões de metros cúbicos de gás natural, e ela pode nominar para amanhã, para a semana que vem, em qualquer ponto, 42 milhões para entrar e 42 milhões para sair. Então, não há nenhum ponto na malha sudeste em que você tenha o recebimento de mais de 42 milhões. Ou seja, com essa possibilidade de o transportador não saber o que ela vai nominar amanhã, se ela vai nominar 42, vão ser 25 em Cabiúnas, terminal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de GNL do Rio de Janeiro, sei lá, vão ser 17, e não entra mais gás em lugar nenhum, mas amanhã ela pode nominar: "Em Paulínia, eu quero 15, que é o limite lá do ponto, e eu quero 18".

Então, como ela pode nominar? Ao máximo da entrada e ao máximo da saída, em qualquer ponto, com total flexibilidade, ela não deixa que outro agente consiga nominar, porque algum agente... Como é que o transportador vai oferecer o serviço, se ele não pode dar garantia de que amanhã o terceiro vai poder entrar naquele ponto.

Como os contratos são muito flexíveis, os contratos são mais antigos, são muito flexíveis, não tem como você controlar, o terceiro nominar. Por exemplo, um terceiro nomina: "Olha, eu quero amanhã 5 milhões em Cabiúnas". A Petrobras vai e nomina, por exemplo, 25, que é a capacidade total do ponto. Aí como ele vai atender o terceiro? Ele não vai ter como atender o terceiro. Então, esse é o problema do congestionamento contratual da Petrobras.

Não sei se agora ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Não dá para fazer um ajuste nisso?

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – Pois é, agora, com os modelos de entrada e saída, o que a gente está acordando com a Petrobras é a mesma coisa que aconteceu na TBG: eles vão indicar quais são os volumes dentro daquele máximo diário que eles têm contratado. Por exemplo, na TBG são 12 milhões. Então, ele falou que iria contratar – por exemplo, não me lembro se foi isso – 9 milhões em Mutum, 3 milhões em Paulínia, e eu vou contratar, de saída, 2 milhões no Rio Grande do Sul, 1 milhão no Paraná, na área da Comgás 1, 2 milhões; na área da Comgás 2, 1 milhão. E ele foi fazendo isso, e conseguimos liberar 21 milhões para a contratação de outros carregadores no sistema.

Então, é isso que tem que se fazer agora na NTS e depois, posteriormente, na TAG. E aí você tem capacidade. A gente acredita que vai surgir capacidade para ser contratado, porque a malha, se nós fizermos uma... A gente tem modelagens lá. Também a experiência que a agência tem foi crescendo com o tempo. Na década passada, a agência não tinha muita experiência, por exemplo, em modelagem de malha de gasodutos. Hoje a gente já tem alguma expertise. Foi contratada uma consultoria, depois o pessoal foi treinando. A gente hoje tem o programa para fazer a modelagem.

Na malha... No sistema de entrada e saída, como eu falei, tem que ser como se fosse um lago, você tem que considerar que é um lago. Então, não fica toda a capacidade disponível, mas a gente tem simulações, por exemplo, em que você consegue movimentar, no gasoduto Bolívia-Brasil, 47 milhões de metros cúbicos por dia, com gás vindo de Paulínia, com gás vindo de Mutum.

Então, não é isso necessariamente que vai poder ser oferecido, como não foi, num modelo de entrada e saída, mas a capacidade existe. Agora, a Petrobras tem que indicar: "Olha, a partir de agora, vou nominar no máximo 15 milhões em Cabiúnas, 8 milhões na Baía de Guanabara, 13 milhões não sei onde, e a saída vai ser no Estado do Rio, na Ceg 5 milhões, na Ceg Rio eu quero 4 milhões, não sei onde, Minas, eu quero 3 milhões", e aí a gente consegue distribuir o restante da capacidade existente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só para esclarecer, como há o princípio do equilíbrio do contrato, em termos de cláusula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

econômica, mesmo... Porque hoje não há interesse nenhum, porque já recebem, independentemente de qualquer coisa, a Petrobras paga. Talvez seja o caso de pedir realmente um equilíbrio para resolver essa questão.

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A ociosidade do excesso.

O SR. HÉLIO DA CUNHA BISAGGIO – Isso. O que está acordado com eles é que eles vão nominar agora, até porque eles querem ver o novo do Comperj e ele vai ter de entrar no sistema. Ele só vai poder entrar no sistema de entrada e saída se tiver alguma capacidade para ser oferecida. A gente não vai deixar ser contratado sem que haja capacidade oferecida para todos os agentes. Nesse momento, eles vão ter que informar isso para a gente poder fazer uma chamada pública e alocar a capacidade corretamente.

A mesma coisa no Nordeste. Como eu falei lá, quando foi feita a solicitação de chamada pública foi feita pela TAG, subsidiária integral da Petrobras, porque ela não conseguia contratar para a Petrobras uma quantidade adicional que a Petrobras movimenta. Ela informou para a gente: "Olha, pelos contratos eu não consigo contratar mais um metro cúbico e eles estão movimentando 2 ou 3 milhões de metros cúbicos". A Petrobras paga isso como transporte extraordinário, uma tarifa maior do que a tarifa de transporte normal, até porque se entrarem os 3 milhões, como a base regulatória de ativos é a mesma, então, o que estabelece uma tarifa máxima anual... A tarifa é uma remuneração anual máxima permitida que é dividida pela quantidade, então, se divide por 20 milhões se tem um valor e se divide por 23 milhões se tem um valor menor. Então, por metro cúbico movimentado fica um valor menor. E isso a gente vai fazendo, mas depende da manifestação dos agentes.

E aí, o caso de a Petrobras ser dona do gás e dona da transportadora, fica aquela negociação... O que existia – agora, voltando lá para a Portaria 115, que não era mais a que estava quando eu entrei na ANP, eu entrei em 2005 e fim de 2005 já eram as Resoluções 27, 28 e 29, que tratavam de chamada por alocação de capacidade, não era mais essa Portaria 115, de 2000 –, o que havia na época era, como foi falado, em caso de conflito. Como na negociação o gás era da Petrobras e a transportadora era da Petrobras, não havia o conflito, ele não chegava com o problema aqui. A gente começou a ter conflito, por exemplo, em outro setor agora com o início das importações. Os agentes não conseguiam espaço nos dutos da Petrobras operados pela Transpetro ou nos terminais da Petrobras e vinham falar conosco. Mas é porque um terceiro querendo acessar o sistema. A Petrobras querendo acessar o sistema, ela não vai criar conflito e os contratos eram todos fechados entre eles.

Então, havia essa parte. O que a gente fazia nessa época das Resoluções 27, 28 e 29? A gente tinha uma nota técnica que dava a metodologia de cálculo da tarifa. Então, a metodologia tinha que ser seguida, mas a taxa de retorno e a tarifa especificamente a gente não arbitrava, mas ele tinha que seguir uma metodologia: "Olha, você vai usar a metodologia Wacc com as seguintes premissas" e se chegava a um número. O que a gente verificava era se ele seguiu a metodologia. E isso depois que a gente estabeleceu essa metodologia, que foi, se eu não me engano, em 2006.

A partir da Lei do Gás é que a gente começou a fazer efetivamente, a utilizar a metodologia e a aprovar a tarifa. E, mais recentemente, nos casos da GOM, no caso da TBG, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente fez foi efetivamente aprovar a tarifa. No caso da TBG, como a gente está tendo consulta e audiência pública, incorporar os comentários trazidos pelos agentes que a gente acha pertinentes para se ter uma tarifa final que seja razoável. Para se ter ideia, a tarifa que foi para a consulta pública estava na faixa de 8,9% ou 8,8% e a gente tem que ver qual vai ser o recálculo de tarifa, que é em que o pessoal está trabalhando agora.

Estabelecimento de tarifa. Eu falei, uma nota técnica com a metodologia de cálculo. Eu acho que basicamente os pontos são esses. Se ficou algum esclarecimento adicional, eu posso complementar também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, tendo em vista as colocações do Senador Jean Paul Prates, pergunto à Dra. Claudia se quer fazer alguma consideração.

A SRA. CLAUDIA DA COSTA VASQUES ZACOUR – Apenas umas observações finais.

Com relação à cláusula de *ship-or-pay*, que foi bastante mencionada aqui, nesta audiência, eu só queria deixar claro que elas constam desses contratos desde o seu nascedouro. E o fato de a gente ter feito a alienação da TAG não tem nenhuma influência no fato de que essas cláusulas já estavam lá e assim continuarão.

O que muda com a venda da TAG é que os dividendos que a TAG vier a auferir e que distribuiria para a Petrobras passa a distribuir para o novo acionista. "Ah, então a Petrobras perde esses dividendos?". Sim, ela perde esses dividendos que foram efetivamente trocados por uma antecipação de fluxo de caixa, que foi o pagamento dos 33 bilhões recebidos agora *upfront*.

Esse pagamento, então, é dedicado a pagamento de dívida e a reposicionamento da companhia na sua gestão ativa de portfólio. Volto a bater nesta tecla: esses valores recebidos – não só pela alienação da TAG, mas pela alienação dos demais ativos em desinvestimento – são carreados para outros investimentos para os quais a Petrobras se acha vocacionada e que são mais lucrativos do que aqueles em que ela está desinvestindo.

Finalmente, gostaria de deixar claro que preço de venda da TAG foi um preço justo. Foi bastante questionado aqui o preço de venda. O preço de venda, além de atender aos requisitos do processo no que se refere a estarem dentro da avaliação interna produzida pela própria Petrobras, recebeu o atesto de quatro instituições financeiras independentes como tendo sido um valor justo sob a ótica de mercado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Reforço também aqui a discussão e agora efetivação do Requerimento 37, de 2019:

> Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Minas e Energia para discutir, em audiência pública desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo conjuntamente com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, o programa “Novo Mercado de Gás”.

Para que a gente possa complementar essas duas audiências que fizemos.

Então, eu quero aqui agradecer a presença de todos os convidados, agradecer a presença de todos e declarar encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Flávio Arns, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Jorge Kajuru, Major Olimpio, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Telmário Mota, Marcos do Val, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto e Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 25/2019 – CDR de autoria do Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e REQ 26/2019-CDR, de autoria da Senadora Zenaide Maia. **Finalidade:** Debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores. **Participantes:** Sérgio Araujo, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis - Abicom; Flávio Santos Tojal, Gerente Geral de Marketing da Petrobrás; Décio Fabricio Oddone, Diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Ricardo Medeiros de Castro, Departamento de Assuntos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Alexandre Manoel Angelo da Silva, Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Economia; Claudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo do Ministério de Minas e Energia; Leonardo Gadotti Filho, Presidente Executivo da Plural (representante de: Representante do Movimento Combustível Legal); Paulo Cesar Ribeiro Lima, Consultor Técnico da Associação dos Engenheiros da Petrobras-AEPET (representante de: Felipe Campos Cauby Coutinho, Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET); e, Dary Beck Filho, Diretor da Frente Única dos Petroleiros - FUP (representante de: José Maria Rangel, Coordenador Geral da Frente Única dos Petroleiros - FUP). Usaram da palavra os Senadores Jaques Wagner, Jean Paul Prates e Zenaide Maia. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Comunicados.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão. No dia 3 de julho, teremos audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins.

Comunico que no mesmo dia 3 de julho realizaremos uma reunião deliberativa.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências, investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores, atendendo ao Requerimento nº 25, de 2019, CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas, e ao Requerimento 26, de 2019, CDR, de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 15 minutos para fazer sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica.

A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do site da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que dividiremos a apresentação em duas Mesas.

Já convido para compor a 1ª Mesa: Sérgio Araújo, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Convido também Flávio Santos Tojal, Gerente Geral de Marketing da Petrobras.

Convido Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Convido Ricardo Medeiros de Castro, Economista-Chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.

Convido Cláudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustível Derivados de Petróleo, representante do Ministério de Minas e Energia.

Iniciando, concedo imediatamente a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Sérgio Araújo, para fazer a sua exposição.

O SR. SÉRGIO ARAUJO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Senador Izalci Lucas pelo convite para a Abicom, para ter a oportunidade de estar aqui apresentando a visão da Abicom num assunto que é tão polêmico, atual e polêmico, que é a política de preço de combustíveis pela Petrobras e os impactos que essa política de preço causa na segurança para a atração de investimentos, seja em refino, seja em infraestrutura logística de que tanto precisamos.

Eu vou fazer uma breve apresentação. A Abicom já mandou para os Srs. Senadores e está no site um material mais detalhado.

Bom, a Abicom talvez seja a associação mais nova que exista nesse mercado de combustível. Ela foi fundada em julho de 2017. Atualmente, nós temos nove associados. Desses nove associados, é importante informar para os senhores que cinco deles têm origem na atividade de distribuição de combustíveis, quatro deles com sede lá no Norte e Nordeste do País e um com sede no Paraná. Então, lá em Recife, a gente tem a Êxito, tem a BCI, a Petro Energia e a TMP, que eram empresas que trabalhavam originalmente só com distribuição regional de combustíveis, e a Ciapetro, que atua no mercado do Paraná. Temos também a Sul Plata, que tem origem na operação logística do Grupo Cattalini, que tem o maior terminal de combustíveis líquidos instalados no País, lá no Porto de Paranaguá, e atua também no segmento de transporte rodoviário. E temos três trades que fazem parte também da nossa associação.

O objetivo da Abicom é de fato trabalhar de forma que seja promovida a concorrência trazendo benefício final para os consumidos. O que a gente busca no momento como desafios é uma precificação transparente alinhada ao mercado internacional, que possa promover uma maior competitividade para o setor e, como falei, construindo um ambiente propício e seguro para que os investimentos sejam realizados e com isso a gente elimine o susto e o risco de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eventual desabastecimento em futuro próximo, como estaremos colocando aqui ao longo desta minha breve apresentação.

Nesse sentido e muito alinhado com o que estamos fazendo aqui hoje, a Abicom está sempre disposta e tem participado de todos as iniciativas do Governo, participou de todas as reuniões do antigo programa Combustível Brasil e tem participado também de uma forma muito ativa no programa Abastece Brasil, que tem como objetivo realmente discutir e debater as ações necessárias para garantir o abastecimento nacional num ambiente competitivo e, como já falei, que propicie segurança para a realização de investimentos.

O fator motivador para a criação da Abicom, ou seja, para que as empresas distribuidoras e demais empresas entrassem nesse mercado de importação, foi o reposicionamento da Petrobras em 2016. Até aquela data, a Petrobras era exclusiva no abastecimento primário dos combustíveis líquidos e, em 2016, num reposicionamento, a Petrobras declarou em fatos relevantes que não seria mais responsável por 100% do abastecimento nacional. Chegou a indicar alguns polos que foram batizados de PFL, não do partido, mas de Pontos de Fornecimento Limitado, onde ela colocava que, considerando a otimização do uso de suas refinarias, ela poderia atender no limite até somente 50%, 60% da demanda habitual.

Além disso e nesse mesmo instante, a Petrobras também teve liberdade para ter a sua própria política de preço e resolveu, então, alinhar os seus preços ao mercado internacional. Naquele momento, ela colocou um preço acima da paridade, o que contribuiu também para motivar a entrada de novos agentes nesse mercado. Então, basicamente, esses dois pontos foram os que motivaram as distribuidoras de um modo geral, e não só as associadas da Abicom, a abrirem as suas empresas de acordo com as portarias, as resoluções da ANP.

Atendendo as resoluções da ANP, as distribuidoras abriram as suas empresas importadoras, realizaram investimentos expressivos em infraestrutura, em desenvolvimento e treinamento de pessoal, para garantir que elas teriam produto para atender aos seus contratos com a revenda e com os seus clientes de um modo geral. Esse reposicionamento da Petrobras foi visto como realmente um movimento bem interessante e que propunha a transferência de benefício para a sociedade estimulando a competitividade, dando transparência na política de preço, estimulando a eficiência; enfim, caminhando para o estabelecimento de um mercado aberto. E o que nós verificamos após esse reposicionamento da Petrobras foi a diversificação na oferta de fornecedores; não só a Petrobras está responsável e está habilitada para a venda de combustíveis líquidos para as distribuidoras.

Aqui eu trago o exemplo de um gráfico mostrando o movimento dos volumes do óleo diesel tipo S10, que é o de baixo teor de enxofre. A partir do reposicionamento de preço da Petrobras, a gente vê, na linha azul, que o volume vendido pela Petrobras foi gradualmente sendo reduzido e o volume das empresas independentes passou a aumentar a partir desse reposicionamento, até que, em dezembro de 2017, a Petrobras, verificando um aumento muito expressivo nos volumes principalmente de óleo diesel importado, mudou mais uma vez sua política. Ela já tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mudado em julho a sua política, passando a fazer reajustes diários e pontuais, mas fez uma redução bastante importante no preço do diesel, em 1º de dezembro de 2017, reduzindo o preço em 5,8%, o que tornou inviável a importação de diesel por agentes independentes.

A partir dessa data, a gente pode observar a linha cinza, que representa o somatório do volume das empresas associadas da Abicom; e a laranja representa o total das importações por agentes independentes, que foi reduzido substancialmente, e depois essa redução foi mais acentuada com a decretação do programa de subvenção, em maio de 2018, causado pela paralisação dos caminhoneiros, o que é de conhecimento de todos. Então, a partir desse momento, as operações de importação por parte dos agentes privados se tornaram, em grande parte do tempo, inviáveis. Em alguns momentos foram viabilizadas, mas isso está refletido no volume efetivamente importado pelos agentes independentes. Só um número: em 2017, as associadas da Abicom contribuíram no abastecimento nacional com algo em torno de 11% a 12% do volume de diesel vendido naquele ano. Hoje, a gente não chega a 2% do volume vendido de diesel pelas associadas.

Esse gráfico é para introduzir o assunto final nosso, que é uma proposta que eu vou apresentar ao longo dos eslaides, mas mostrando aí uma forte correlação da demanda dos combustíveis líquidos com a variação do PIB. A gente verifica aí que de 2004 até 2013, 2014, nós tivemos um aumento na demanda da ordem de 90%, realmente num período curto e uma evolução de demanda bastante acentuada. Isso, eu diria, para os dois principais derivados de petróleo, tanto gasolina quanto diesel. E, se vocês observarem, isso tem uma relação realmente muito grande com o PIB.

Eu estou mostrando esse gráfico, mostrando a correlação, para depois apresentar esse outro que é resultado de um estudo feito pela EPE. Existem outros estudos que fazem também projeção de demanda e avaliação de como vai ficar a garantia do abastecimento nacional. Mas esse gráfico mostra que hoje já existe um gap entre a oferta de derivados de petróleo, principalmente diesel e gasolina, e que esse gap tende a crescer com o crescimento, como falei, do PIB.

Eu não me lembro exatamente quanto é que foi considerado nesse estudo da EPE, mas acho que é algo em torno de 1,8%, 2% de crescimento, o que não deve acontecer neste ano; mas todos nós que estamos aqui esperamos que a partir de 2020, de fato a gente tenha um crescimento. E tendo esse crescimento, mesmo que a gente decida hoje, seja investidor privado, seja a própria Petrobras, decida investir na ampliação da capacidade de refino, mesmo considerando o incentivo que o programa RenovaBio tem dado para que os biocombustíveis tenham uma maior participação na matriz energética brasileira – isso tudo está sendo considerado nesse estudo –, a gente aponta para um déficit em 2027, que é mais ou menos quando uma nova refinaria poderia estar disponibilizando aí gasolina e diesel para o nosso mercado, aponta aí para um déficit da ordem de 1,1, 1,2 bilhões de litros por mês, no ano de 2027.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faz-se necessário de fato, para garantir e suportar qualquer crescimento deste Pais, realizar investimentos, seja em refino, seja em infraestrutura logística. Como o refino – como coloquei, há um projeto para uma nova refinaria – tem uma maturação, é muito demorado, e nós estamos falando de seis a oito anos... Aqui com certeza há especialistas que dominam muito mais esse assunto. Mas a gente pode colocar que com relação a uma decisão de investimento em refino, a gente não tem uma resposta imediata na oferta de derivado. Fica claro que precisam ser feitos investimentos imediatos em infraestrutura.

Só mostrar para vocês que a importação não é uma novidade. A importação, pelo menos até 2010... Se vocês lembrarem da curva do terceiro ou quarto eslaide, onde a gente viu esse crescimento de 2003 a 2014, no consumo de derivados, a partir de 2010, a gente vê volume expressivo de importação de diesel e um volume razoável de importação de gasolina. A importação de gasolina... Qualquer previsão para importação do volume de gasolina é prejudicada na assertividade da previsão em função da participação do etanol hidratado que, dependendo da condição de preço, ocupa um espaço maior ou menor para os veículos do ciclo Otto. Mas o fato é que desde 2010 a gente enxerga – esses são dados da própria ANP –, volumes interessantes importados.

A diferença é que, até 2015, 100% desse volume era importado e comercializado pela Petrobras, e a partir de 2016, nós temos um volume com a participação de agentes privados também.

Agora, nesse gráfico aí, já aparece o primeiro trimestre ou quadrimestre de 2019, mostrando que, no diesel...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... nós temos uma dependência da ordem de 25% da demanda e, na gasolina, em torno de 15%.

Deixe-me acelerar aqui. O novo Governo, o novo Ministro de Minas e Energia estabeleceu três prioridades para sua gestão: uma delas é o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, que é louvável e é necessária realmente. É um assunto com o qual a gente convive há muito. Quem, como eu, está nesse mercado há mais de 30 anos sabe que essa é uma luta constante, na qual a gente precisa avançar, mas cujos objetivos, sem o apoio de fato do Governo e desta Casa aqui, do Senado, como também da Câmara, a gente terá maior dificuldade de atingir; outra prioridade é a avaliação de alternativas para a equalização do preço do GLP, que está sendo tratada e não é objeto desta nossa reunião; e a atração de investimento para a criação de competição no refino e logística, também um dos três pilares nas prioridades do Ministério de Minas e Energia.

E na nossa visão isso só vai se concretizar se a gente conseguir implantar um ambiente que tenha previsibilidade, que dê segurança jurídica para os investimentos acontecerem e que tenha também a isonomia entre os agentes que atuam nesse mercado. Isso é fundamental para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja recuperada a credibilidade dos investidores que, de fato, têm essa disposição de investir. Lembrando que, dos nossos associados, alguns acreditaram nessa abertura, realizaram investimento e estão hoje com investimentos totalmente ociosos. Vou dar um exemplo aqui: eu tenho um associado que tem um terminal em Itacoatiara, e ele não consegue movimentar nada. Em 2019, muito pouco produto entrou naquele terminal, um investimento de R$80 milhões, com alta tecnologia, e está lá parado, totalmente ocioso.

Aqui é para colocar, reforçar o ponto...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... que eu já falei da necessidade de investimento. Quando a gente fala em investimento em infraestrutura, fala em infraestrutura portuária, em armazenagem, refino e logística. Há diversos estudos já realizados pela EPE, pela Plural, que está aqui representada – eu estou vendo o Leonardo Gadotti no Plenário –, pelo IBP, alguns dos quais eu vi, que falam de R$10 bilhões até R$30 bilhões nos próximos dez anos. Na nossa visão, esses investimentos só acontecem se nós tivermos realmente transparência, segurança e tudo aquilo que coloquei no eslaide anterior.

O caminho possível. Nessa questão que é objeto da discussão desta audiência de hoje, a política de preço, a gente entende – uma vez que nós estamos falando de commodity negociada no mercado futuro, como funciona no mercado internacional – que a volatilidade é alta e os reajustes são diários. No entanto, a gente entende também que a gente vive num País cujo Governo tem uma necessidade de dar previsibilidade também para o consumidor, em específico aos caminhoneiros, que são aqueles que têm uma maior sensibilidade à variação de preço, com uma frequência muito elevada, como foi muito discutido em maio do ano passado e em abril deste ano, quando voltamos a discutir essa questão da sustentabilidade da atividade dos caminhoneiros. A gente entende isso.

E, com essa visão, a Abicom preparou uma proposta – e tem discutido isso já há muito tempo, desde maio de 2018...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... e já apresentamos esse material no Abastece Brasil e tivemos a oportunidade de conversar com alguns Ministérios também.

A ideia é muito simples, é basicamente o seguinte: a Petrobras e os agentes importadores precisam aumentar o preço, quando aumenta o preço do petróleo e quando aumenta a taxa de câmbio. E, quando isso acontece, a receita do Governo com os royalties aumenta proporcionalmente. A ideia é que se faça um estudo – e eu não tenho aqui a pretensão de apresentar um produto acabado – e que se proponha um debate, uma discussão, um estudo para avaliar a necessidade, se é factível o uso desse excedente de receita do Governo num produto do qual quase 50% é imposto e se a gente poderia utilizar parte – não o todo, mas parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– desse recurso excedente ao Orçamento da União para dar ao consumidor final, em especial aos caminhoneiros, uma suavização na volatilidade do preço.

Então, era isso o que eu tinha para apresentar. Essa é a proposta para debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sérgio Araujo e passo imediatamente a palavra ao Flávio Santos Tojal, também para sua exposição.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Izalci Lucas, Senador Jean Paul Prates! Agradeço a oportunidade de a Petrobras mais uma vez estar presente a esta Casa, tentando trazer mais subsídios ao debate da questão da política de energia de combustíveis.

Dando início, nesse primeiro eslaide a gente tenta contextualizar um pouco a cadeia de comercialização de combustíveis, quer dizer, a Petrobras não é o único agente que está colocado na cadeia. Hoje, como o Sérgio apresentou anteriormente, a gente tem importação, refino, centrais petroquímicas, formuladores, importadores, além de fornecedores de combustíveis renováveis: no caso da gasolina, existe a adição de etanol anidro na proporção de 27%; no caso do diesel, a adição de 10% no produto que é vendido pela Petrobras. Então, a formação – que eu acredito que seja uma das preocupações deste debate –, o preço final, o preço ao consumidor final sofre algumas agregações além daquele preço que é cobrado pela Petrobras na porta da refinaria.

Tentando quebrar um pouco a estrutura desse preço, no caso do diesel, a Petrobras fica com 53%, de acordo com dados da ANP e da USP, no período de coleta de dados de 9 a 15 deste mês de junho, consideradas as principais capitais do País, as capitais que são utilizadas para apuração do IPCA. Então, considerando essa conta hoje, para esse período, do preço médio que é visto na bomba dessas capitais, 53% cabem à Petrobras, ou seja, a Petrobras hoje está comercializando o diesel a R$2,06, R$2,07.

O preço que é percebido na bomba hoje está em torno de R$3,63, segundo monitoramento da Agência Nacional de Petróleo.

No caso da gasolina, ficam com a Petrobras 29% apenas do preço total que é percebido na bomba. Hoje, de acordo com acompanhamento e monitoramento da ANP, o preço médio está em torno de R$4,48, então, cabe à Petrobras R$1,76.

Para se ter uma ideia – está cortando ali o canto do eslaide –, se nós abastecermos hoje um carro colocando R$200 de gasolina, abastecendo com R$200, a Petrobras está recebendo R$58 desse montante; de tributos aí somam R$90, quer dizer, é uma parcela importante a ser discutida também. Ou seja, além da própria gasolina A, que é a comercializada pela Petrobras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe uma parcela importante de tributos, uma parcela importante de etanol, que é colocada, e uma parcela que cabe ao segmento de distribuição e revenda.

Em termos de histórico, o mercado permaneceu fechado até o ano de 1996, os preços eram definidos pelo Governo com base em custo de produção, e gradativamente houve uma desregulamentação dessa política. Em 1997, com a Lei 9.478, os preços passaram a ser vinculados ao mercado internacional e houve uma liberação gradativa dos preços dos produtores. A partir de 1998, a Petrobras passou a fazer reajustes mensais com base nas variações das cotações de derivados de petróleo e variação cambial. E, a partir de 1999, essa liberação de preço gradativa seguiu até 2002, quando os preços estavam completamente liberados, e a gente passou a viver no País uma situação de mercado aberto e competitivo.

Em termos de mercado aberto, é um ambiente de livre competição; ocorrem importações por terceiros – foi criada a Transpetro, separando-se aí os ativos logísticos da Petrobras, de maneira também a prestar serviço e suporte a outros agentes –; os preços passam a ser definidos livremente pelos agentes do setor, sendo necessário observar a legislação de defesa da concorrência. E mais recentemente, com a Lei das Estatais, Lei 13.303, buscou-se conciliar o interesse público com a organização societária das empresas de economia mista. E aí chamo a atenção para o art. 8º, §2º, em que quaisquer obrigações e responsabilidades que sejam assumidas por uma empresa de economia mista, que é o caso da Petrobras, em condições diferentes às de qualquer agente do setor privado, deverão ter previsão legal.

Em seguida, tentarei contextualizar um pouquinho a situação de petróleo e commodities em relação a outros produtos. O petróleo e derivados, diesel, gasolina, por aí afora, são commodities, que, por definição, são produtos com pouca ou nenhuma diferenciação – gasolina aqui, gasolina em outro país, em outro lugar é o mesmo produto –, são produzidos em larga escala e negociados internacionalmente. Exemplo disso, além do próprio petróleo e dos derivados: metais – ferro, cobre... –; produtos agrícolas – café, algodão, soja... Existe uma diversidade grande de produtos que a gente classifica e trata como commodities, que seguem uma lógica de mercado e precificação internacional.

Em termos de formação de preços, entrando um pouco mais fundo no foco da discussão, como é que são precificadas, então, essas commodities? A partir do custo de oportunidade, ou seja, do valor do produto no mercado internacional, mais as demais parcelas para colocá-lo em determinado ponto de venda e a avaliação de como funciona a concorrência, de como seus concorrentes estão formando os seus próprios preços, que é o que a gente chama de Preço de Paridade de Importação, vulgarmente PPI, no jargão do setor. Ou seja, é uma referência – o PPI não é um preço – que serve de base de cálculo para que cada agente chegue a um número diferente. É a referência estabelecida por cada concorrente no mercado para tentar avaliar qual é a estratégia comercial dos demais agentes e formar o seu próprio preço. Repetindo um pouco, é o valor da commodity no mercado internacional, numa condição de mercado aberto, e da percepção de como os competidores estão se comportando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo possível seria considerar um centro importante de suprimento, que é o Golfo americano. Seria a cotação, o preço FOB lá no próprio Golfo, os custos para trazer esse produto até o País, o preço de frete e outras despesas, como o seguro, que está associado a isso aí, inspeção da carga, desembaraço, sobre-estadia, atrasos de navio na hora de descarga, perdas que ocorrem no processo, internalização no País e fretes rodoviários até cada ponto de venda. Tentando detalhar um pouco mais, cada ponto de venda teria a sua própria referência, o seu próprio preço de paridade. Exemplo: eu teria um preço em Santos; um preço em São Paulo; um preço em Brasília, e assim por diante, considerando os custos que participam e concorrem para a formação dessa referência, que nós estamos chamando aqui de Preço de Paridade de Importação.

Em termos de política de preço da Petrobras, como o Sérgio mencionou, a política que está vigendo hoje foi estruturada em outubro de 2016; tem como base, como fundamento o Preço de Paridade de Importação, acrescido de alguma margem competitiva para cobrir possíveis riscos, perdas e tentar posicionar a Petrobras em relação aos seus concorrentes; e os seus reajustes atualmente não têm frequência pré-definida.

Esse gráfico tenta mostrar, em relação ao preço do diesel, como foi a evolução das cotações e do preço Petrobras com e sem tributos federais. A linha amarela equivale ao Preço de Paridade, colocando já a cotação do mercado internacional, do transporte e a internalização do produto; e a linha verde equivale ao preço da Petrobras, que, de outubro de 2016 até junho de 2017, seguia a prática de reajustes mensais. Então, a linha amarela é a nossa avaliação de Preço de Paridade de Importação.

Como a Abicom mesmo colocou aqui, o Sérgio, houve, naquele período mais para próximo de junho de 2017, um acirramento na competição. O reajuste mensal não estava mais dando conta e a Petrobras teve perda de share importante naquele período, a gente chegou a perder, no caso do Diesel, em torno de 30% de share, e mudamos para reajustes sem periodicidade definida, buscando modular e melhor participar do processo concorrencial.

É importante observar ali também naquele período, entre junho e agosto, uma elevação – a linha vermelha é o preço da Petrobras com tributos, não é ainda o preço percebido na bomba, mas só o preço da Petrobras com tributos –, o impacto que, na época, houve com o alinhamento do PIS/Cofins tanto no Diesel quanto na gasolina. A gasolina, inclusive, passou um pouco daquele percentual; mas o impacto que isso trouxe foi o distanciamento que o preço com tributos verificou em relação ao preço de realização, o preço cobrado, praticado pela Petrobras.

A gente vai, então, durante todo o período de 2017, o restante de 2017 e 2018... Eu chamo atenção, de novo, ali para o período de abril de 2018 e junho de 2018, em que há um salto expressivo. Ali foi que se construiu uma conjuntura totalmente adversa. A gente teve uma elevação muito grande das cotações de derivados e preços do petróleo no mercado internacional e também tivemos uma elevação muito grande da taxa cambial; a gente vê pela inclinação da curva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma maneira, se a gente pegar, se conseguirem focar tanto na linha verde quanto na linha amarela, no período entre fevereiro, março e abril de 2018, o valor, o preço do diesel em março de 2018 é praticamente o mesmo preço que a Petrobras estava adotando no início da sua política, em outubro de 2016, ou seja, passado ali um ano e meio, a gente teve praticamente o mesmo preço. É natural do mercado de commodities essa variação, essa flutuação, essa volatilidade de preços que a gente observou nesse período.

O que é difícil tratar são esses períodos como a gente teve de pré-greve dos caminhoneiros, em março, abril e maio de 2018, no qual tivemos uma elevação, eu diria, não é nem uma volatilidade, poderia talvez ser melhor traduzida como um choque que a gente teve nas cotações internacionais com elevação de mais de vinte 20%, 30%, conjugando cotação de derivados e câmbio.

No eslaide seguinte, o mesmo traçado, mostrando a gasolina. De novo, eu chamo ali a atenção. Em junho de 2017, tivemos uma elevação grande em termos de PIS/Cofins, o que também distanciou bastante o preço com tributos do preço cobrado em porta de refinaria. E a política de preço é praticamente a mesma que a gente adota em relação aos dois produtos.

Por último, fechando, quer dizer, reflexões finais da apresentação. O preço de realização da Petrobras, que é esse preço que a gente cobra na porta da refinaria de gasolina, corresponde a 53% e 29% do preço final...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... respectivamente, considerados diesel e gasolina, ou seja, é uma parte, eu diria, especialmente no caso da gasolina, que não consegue sozinha responder pelos impactos que são percebidos na bomba pelo consumidor final.

Ou seja, existem outras parcelas – e elas não são tão constantes, eu utilizei os eslaides anteriores no caso do PIS/Cofins –, mas outras parcelas também variam. O próprio preço do etanol e do biodiesel também variam no mercado, ou seja, outras parcelas concorrem, parcelas importantes, para a formação desse preço. Portanto, no debate de alternativas de uma política energética que consiga de alguma maneira mitigar impactos para o consumidor final, essas parcelas merecem, sim, ser observadas.

A gente ressalta, mais uma vez, que a Petrobras não determina preço de distribuição e revenda, os preços que são percebidos na bomba pela sociedade, pelos consumidores finais. E, por último, a Petrobras respeita a livre concorrência e tem como principal eixo de sua política o acompanhamento das cotações internacionais e da taxa de câmbio.

Senador, mais uma vez, muito obrigado e desculpe-me por ter passado um pouco do tempo concedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Flávio e já passo, imediatamente, ao Décio Oddone, também para fazer as suas considerações.

Registrando aqui a presença da nossa Senadora Zenaide e do nosso Senador Jean Paul, especialista na Petrobras.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE (Para exposição de convidado.) – Um bom dia a todos, Senador Izalci, Senador Jean Paul, Senadora Zenaide, é um prazer estar aqui para debater esse assunto tão importante.

As apresentações que foram feitas até agora foram ilustrativas, há uma série de gráficos, não vou ser repetitivo, vou apenas tratar de ressaltar alguns temas.

Quando nós falamos de preço de combustível, nós precisamos olhar três fatores que compõem o preço do combustível na bomba e a gente tem falado muito no preço da Petrobras, no preço do combustível em si, da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, mas o preço final na bomba é composto: do preço do combustível, que é uma commodity, como o Tojal já falou; das margens de distribuição e revenda; e dos impostos.

Se a gente não olhar essa cadeia de forma integrada, a gente não vai conseguir entender claramente como é que os preços são formados e como é que os preços variam até chegar ao consumidor, e eu quero dizer que isso está sendo feito.

A ANP vem conversando com o Cade – há um representante do Cade aqui na Mesa – desde antes da greve dos caminhoneiros sobre a questão da posição da Petrobras no refino, o que foi agora objeto de um acordo entre o Cade e a Petrobras, para investimentos em refinarias. O Cade também soltou uma série de medidas, nove medidas, para melhorar o setor de abastecimento no Brasil, logo em seguida à greve dos caminhoneiros. E o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), recentemente e pela primeira vez, desde que o monopólio da Petrobras foi extinto formalmente em 1997, aprovou uma série de resoluções que olham para este assunto de forma estruturada. Se não me engano, em 9 de maio, aprovou uma resolução que trata dos formatos de investimentos em refinarias; no dia 12 de junho, aprovou uma resolução que trata sobre o setor de distribuição e também dos impostos, recomendações para o Ministério da Economia e para o Confaz relacionadas com impostos; e, esta semana agora, uma sobre gás natural, que complementa, digamos, esse conjunto de medidas que busca dar maior competição e transparência ao mercado de combustíveis.

Então, olhando de forma segmentada, como a gente deve olhar a formação de combustíveis, eu quero começar falando de preço da gasolina, do diesel e do GLP, da commodity.

Então, quando nós olhamos os preços dos combustíveis no Brasil, já foi mostrado aqui, os preços foram liberados em 1º de janeiro de 2002. Quando nós percebemos a variação desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preços ao longo desses quase 20 anos, a conclusão que nós chegamos é que a maior parte do tempo esses preços estiveram desconectados com os preços do mercado internacional.

A gente lembra facilmente, porque está recente, o período de 2011/2014, em que os preços aqui da gasolina e diesel estiveram muito abaixo do mercado nacional e a Petrobras sofreu as consequências que sofreu e a indústria de etanol também sofreu as consequências que sofreu. O que a gente não recorda com facilidade é que no período anterior e no período posterior os preços aqui também estiveram desconectados com o mercado internacional.

Quando nós olhamos o período 2008/2010, 2014/2017, o gráfico ali – que foi mostrado – parcialmente mostra isso, estou com ele ali na tela do Senador para colar, mostra que os preços estão muito acima do mercado internacional. Justamente nas duas recessões que nós tivemos no Brasil, entre 2008/2010 e 2014/2017, nós convivemos aqui com preços de gasolina e diesel muito acima do mercado internacional, quer dizer, aprofundando o processo de esfriamento da economia, afetando inflação, afetando taxa de juros, deixando...

O Manoel, do Ministério da Economia, está aqui olhando, sinalizando positivamente.

Então, a gente não teve essa sequência de preços alinhados ao mercado internacional, o que é necessário para um país como o Brasil. Por que que é necessário? Apesar de nós sermos produtores de petróleo, somos exportadores de petróleo; por não termos capacidade de refino suficiente no Brasil nós somos obrigados a importar. Ora, ao importar produtos, nós temos que ser capazes de comprar esses produtos lá fora, trazer para cá e vender ao consumidor. Foi mostrado aqui, em uns eslaides na apresentação da Petrobras, isso. Então, alguém tem que comprar o derivado que falta no Brasil para vender no nosso mercado. Isso determina que os preços têm que seguir a paridade de importação.

O ideal para nós é que nós estivéssemos em uma situação em que houvesse excedente de petróleo, como há e vai haver em maior quantidade no Brasil, que houvesse também excedente de capacidade de refino, que nós pudéssemos industrializar este petróleo aqui e exportar derivados e não o petróleo bruto, mas, para isso, nós precisamos de refinarias, novas refinarias ou ampliações das refinarias; para isso, nós precisamos de investimentos e, para termos investimentos, nós temos que ter preços alinhados ao mercado internacional, senão ninguém vai investir em refinaria, nem a Petrobras nem nenhum outro agente privado.

Então, a racionalidade para o preço de paridade internacional está dada por isso. É um fato da vida, é uma commodity, é inexorável. Nenhum país é formador de preços de combustíveis, todos somos tomadores de preços de combustíveis e os que tentaram criar mecanismos para controlar preço não funcionaram, não tiveram sucesso.

O que aconteceu no Brasil mais recentemente? Usando os próprios gráficos da Petrobras. A Petrobras estabeleceu uma política de preços nova em outubro de 2016, que foram preços alinhados ao mercado internacional com uma margem. Mudou essa política, se não me engano, Tojal pode me ajudar aqui, em 1º de julho de 2017, quando passou a aplicar reajustes diários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi mencionado aqui que perdeu participação de mercado, especialmente no mercado de diesel, e passou a reajustes diários, acho, em outubro de 2017, se não me engano, julho ou outubro, não estou seguro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Julho.

Não adiantou. A Petrobras só recuperou a marca Share quando ela baixou os preços em dezembro de 2017, não foi mencionado aqui, mas eu lembro.

Então, houve uma redução efetiva de preço, e aqueles preços que estavam muito acima do mercado internacional, que favoreciam a importação por terceiros e pela Petrobras, se aproximaram mais dos preços internacionais. Aí, evidentemente, a janela de oportunidade – o incentivo à importação – diminuiu. Por isso é que nós vimos a redução das importações. Isso é ruim para o setor importador, reconheço, mas ressalto que é excelente para a sociedade brasileira e para o consumidor brasileiro, e essa é uma preocupação que o agente regulador tem que ter.

Então, a partir daí, nós tivemos o episódio da greve dos caminhoneiros, a questão da subvenção no diesel, e a ANP fez uma consulta pública sobre a questão da periodicidade nos preços de combustíveis (se a gente deveria ou não deveria estabelecer regras de periodicidade mínima para repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis). Por que nós fizemos isso? Fizemos porque a sociedade está clamando por estabilidade nos preços. Essa consulta foi feita, houve uma série de estudos, o Ministério da Economia – na época, o da Fazenda – se pronunciou, e a conclusão a que nós chegamos, com auxílio do Ministério da Economia na época, foi que não era adequado para a sociedade brasileira estabelecer qualquer tipo de periodicidade no repasse dos reajustes de combustíveis e que a melhor política, do ponto de vista da regulação do Estado, é não ter política.

As companhias têm liberdade de formação de preços; os preços são livres no Brasil desde 1º de janeiro de 2002. Então, que se pratique essa liberdade como está estabelecido na lei, sem qualquer tipo de periodicidade para repasse de reajuste. É o que a Petrobras finalmente está praticando – e eu saúdo essa iniciativa – desde recentemente, quando não existe mais periodicidade de repasse de preços de combustíveis no Brasil.

Como é que nós vamos chegar a um ambiente mais competitivo nas commodities? Um ambiente competitivo vem com competição; competição vem com disputa. Então, nós precisamos de aumento na disputa no setor de refino – isso está equacionado, pois acho que com essa decisão do Cade e da Petrobras de encaminharem vendas de refinarias, com a importação que é necessária e importante para complementar o mercado brasileiro, nós precisamos ser cada vez menos dependentes de importação. Que fique bem claro isso do ponto de vista de regulação e de política, e que esses preços sejam formados no ambiente competitivo e sejam divulgados de forma transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, voltando àquela discussão que nós tivemos sobre repasse de aumento de preço de derivados, a conclusão a que nós chegamos é que deveria haver transparência na formação de preço. Eu vou voltar a um assunto que acho que é importante: até o mês de abril deste ano, a Petrobras divulgava os preços da gasolina e do diesel de uma forma pouco transparente. A Petrobras entrega diesel e gasolina para as distribuidoras em cerca de 35 pontos ao longo do Território brasileiro. O preço que a Petrobras divulgava era o preço médio, a média aritmética, sem considerar os volumes praticados em cada ponto. Então, aquele preço que a gente via no jornal, na televisão, todo dia – "preço da gasolina no Brasil é de R$2 ou de R$2,01, e subiu de R$2,01 para R$2,03" – aquilo era um preço que não estava presente em nenhum ponto do Território brasileiro. Era uma média aritmética dos 35 pontos, sem considerar os volumes entregues em cada um daqueles pontos. Isso era muito ruim para o entendimento da sociedade e para a competição.

Reconheço que a Petrobras, antes que a ANP publique a resolução sobre transparência de preços – que vai publicar –, se antecipou; a partir de outubro do ano passado, passou a divulgar esses preços de forma atrasada, no mês anterior, e a partir de abril passou a publicar instantaneamente os preços praticados em cada um desses pontos. Hoje, se nós olharmos no site da Petrobras, os preços divulgados são os preços praticados em cada um desses pontos.

Existe outro fator importante: é que a ANP também passou a divulgar os preços de paridade de importação de referência, calculados por uma agência internacional de renome, como uma referência. Já foi dito aqui que preço de paridade de importação é um cálculo, depende de cada um, depende da capacidade transacional de cada agente, depende dos custos de cada agente, mas é uma referência. Então, a sociedade hoje tem condições de olhar para os preços de paridade de importação, calcular de forma independente e avaliar se os preços praticados no Brasil pelos agentes estão muito ou pouco dissociados desses valores. Não em valor absoluto, mas, se estiver 30% acima ou 30% abaixo – como já esteve no passado –, alguma coisa está errada. Então, é isto que nós, com a transparência, permitimos que a sociedade entenda (a formação de preço) e legitime, para que tenhamos um processo em que os preços no Brasil realmente estejam alinhados aos preços do mercado internacional.

Eu sei que a amostragem é muito curta – é muito curta –, mas, quando nós olharmos os gráficos (e o gráfico da Petrobras mostrava isso), os preços praticados pela Petrobras nos últimos meses estão muito próximos aos preços de referência internacionais. Eu diria que esse período de quase 20 anos talvez seja o espaço de tempo em que os preços estiveram mais alinhados aos preços internacionais. Claro, repito, que é uma amostragem muito pequena, mas é isto que a gente, como sociedade, quer ver: transparência e competição.

Então, esperamos que a maior competição no refino, a maior competição na logística, que também depende, como foi mencionado aqui, de investimentos – em logística nós temos visto uma série de leilões de venda de terminais em portos públicos, o que é muito positivo para atrair esses investimentos –, isso vai se encarregar de criar um ambiente em que o preço das commodities (a gasolina, o diesel, o GLP) seja estabelecido de forma competitiva e transparente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para terminar a questão das commodities, a gente fala muito de preço nos Estados Unidos, do preço da gasolina no Estados Unidos e no Brasil. Nos últimos meses, se nós olharmos a diferença, como nós temos 73% de gasolina aqui e 27% de etanol, o preço da commodity de gasolina no Brasil na bomba é mais barato do que o preço de commodity na bomba nos Estados Unidos. A diferença está em imposto e em margens. Aqui no Brasil os impostos estão na faixa de R$1,90 por litro; e nos Estados Unidos estão na faixa de R$0,40. As margens de distribuição e revenda no Brasil estão na faixa de R$0,60, e nos Estados Unidos estão na faixa de R$0,20. Quando a gente olha para o diesel, as diferenças são bem menores: os impostos estão mais próximos, o preço de commodity é mais próximo, e as margens de distribuição e revenda também estão bastante alinhadas. Quando nós olhamos para GLP, gás de cozinha, o botijão, a Petrobras vende a R$26 – os nossos cálculos de paridade estão abaixo disso –, o imposto federal é da ordem de R$2, os impostos federais estão na faixa de R$10. Então, nós temos um custo com refinaria e com mais impostos na faixa de R$38, de R$37, e o preço médio ao consumidor brasileiro é de R$69, R$70 – em alguns lugares, mais do que isso. Onde é que está a diferença? A diferença está no resto da cadeia. Então, nós precisamos olhar esse resto da cadeia também.

Então, qual é esse resto da cadeia? Primeiro, impostos. Nós precisamos encarar seriamente a questão dos impostos nos combustíveis no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Mais cinco minutinhos?

... por razões fiscais e por razões competitivas também. A competição tem que ser justa, os agentes que competem no mercado – e nós estimulamos a competição – têm que competir em condições de igualdade.

Nós temos que trabalhar contra a sonegação, contra a fraude, contra a adulteração. Isso é muito importante para que o mercado seja saneado. E, para isso, nós precisamos de "monofasia" tributária – carregar no elo do produtor os impostos –, porque isso dificulta aquela famosa questão das liminares que a gente já viveu no Brasil e vive ainda. A gente precisa, como foi comentado aqui, a isonomia tributária. Hoje um refinador tem condições de tributação diferentes de um formulador, de um importador. Então, isso não indica que a competição é justa (e ela precisa ser), e isso também pode estimular a sonegação.

E nós temos que trabalhar junto aos Estados – isso é a parte mais difícil, não é? Falar nesta Casa aqui sobre tributo e ICMS eu acho que é uma redundância, mas é importante –, nós precisamos trabalhar uma melhoria no ICMS. O ICMS sobre combustíveis é perverso: primeiro, ele funciona como um acelerador dos aumentos e das reduções de preço, porque o preço de referência usado pelos Estados é um percentual do preço na bomba; então, quando chega o momento de preço na bomba, aumenta o ICMS; como aumenta o ICMS, aumenta o preço na bomba, o que aumenta ICMS de novo, na subida e na redução. Então, isso aumenta a volatilidade na bomba e aumenta a volatilidade na arrecadação dos Estados. O ideal seria termos um ICMS ad rem, um valor fixo por litro, que mitigaria essa flutuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão importantíssima em relação ao ICMS é a diferença de alíquota. Como os Estados estabelecem as suas alíquotas, a diferença em alíquotas é de até 20% entre Estados limítrofes. Isso também é um problema enorme que estimula sonegação e acaba diminuindo arrecadação dos Estados. Então, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) se preocupou com isso na resolução aprovada nesse mês de junho e recomendou que o Ministério da Economia trate desse assunto. Acho que a gente está pela primeira vez estruturalmente tratando desse assunto.

Por fim, para terminar, Senador – se me der mais dois minutos aqui –, a questão das margens de distribuição e revenda. As margens de distribuição e revenda têm que ser estabelecidas num ambiente o mais competitivo possível, numa competição justa, como já mencionei, e que sejam as mais baixas possíveis para o consumidor. Quem vai estabelecer esses valores são os competidores, é o mercado. Nós precisamos trabalhar para ter redução de custo Brasil, dos nossos custos elevados. O custo de capital no Brasil é caro; nossa logística é deficiente; temos enormes dificuldades num país continental como o Brasil para fazer movimentação de produtos; não temos ferrovias; não temos cabotagem; não temos oleodutos, e a maior parte dos nossos transportes é por caminhão; assim, é claro que o nosso custo tende a ser mais alto. Então, nós precisamos trabalhar para abaixar esse custo, nós temos que trabalhar para atrair investimentos para a logística, mas também temos que trabalhar para que a regulação ajude a competição. E hoje a nossa regulação restringe a competição.

Também, para nós da ANP, essa mesma resolução do CNPE estabeleceu que nós estudemos isso. Hoje a nossa resolução cria barreiras para a competição, o que já foi debatido aqui nesta Casa muito – eu já estive aqui. Há a questão da venda direta de etanol que esbarra em questão tributária, a venda direta de outros produtos, uma série de medidas na área do GLP, no engarrafamento de botijões e tudo mais, o que restringe a liberdade de contratação dos agentes.

Então, em resumo, Senador, nós precisamos é de competição e de transparência na commodity; nós precisamos de racionalidade no sistema tributário; e nós precisamos de eficiência e competição, mas no setor de distribuição e revenda. Só assim nós vamos ter preços de derivados justos no Brasil. Os preços têm que ser justos, têm que seguir o mercado, têm que ser estabelecidos de forma competitiva e conhecidos pela sociedade de forma transparente.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta Casa mais uma vez. É sempre um prazer e uma obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Décio e concedo imediatamente a palavra ao Sr. Ricardo Medeiros de Castro, também para fazer a sua exposição.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO (Para exposição de convidado.) – Enquanto os eslaides não aparecem aqui, eu gostaria, primeiro, de agradecer o convite, de agradecer aqui ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, à Senadora Zenaide, ao Senador Jean Paul, aos demais presentes. É uma grande honra estar aqui, em nome do Cade, participando desse debate.

Eu não sei se houve alguma questão em relação aos eslaides aqui, mas eu pretendo fazer uma apresentação bem breve, bem sucinta, e acho que a Mesa aqui já ilustrou bem a discussão sobre o que aconteceu com o preço de derivados e de combustíveis. Há aqui uma proposta apresentada pela Abicom em relação a como analisar essa questão de combustíveis, e eu acho que pode...

Aqui estão os eslaides, mas eu gostaria só de comentar que o Cade não analisa, ele não é uma agência setorial como a ANP ou como outras agências, que de fato analisam preço. O Cade analisa questões sobre o ambiente concorrencial em si, ou seja, nós tratamos da proteção da livre concorrência. Práticas de cartel, venda casada, preços predatórios são punidos pelo Cade quando há esse tipo de excesso, quando há esse tipo de abuso de práticas anticompetitivas. Da mesma forma, o Cade também analisa atos de concentração entre empresas – e aqui podem ser fusões, aquisições, joint ventures.

Na área de petróleo, foram analisados alguns casos envolvendo esse setor, mas especificamente em relação à advocacia da concorrência, que é a possibilidade de o Cade atuar de maneira a auxiliar na melhora da regulação e da legislação, nós fizemos recentemente várias notas técnicas com auxílio da ANP – a ANP está de parabéns por ser uma agência aberta para análise e para debate da sua própria regulação, e se aproximou do Cade com esse grupo de trabalho Cade-ANP, em que vários assuntos foram colocados ao debate público.

E, aqui, nós também formulamos algumas medidas em que, na greve dos caminhoneiros especificamente, o Cade entendeu que seriam interessantes para melhora do ambiente concorrencial na parte de refino e na parte de derivados de petróleo.

Quando a gente analisa o setor de refino, esse é um setor muito caro ao direito concorrencial. Por quê? Porque isso está na gênese do direito concorrencial, no nascimento do direito antitruste. Se a gente pensar o que aconteceu com a Standard Oil nos Estados Unidos... Primeiro, formou-se essa Standard Oil de Ohio... Era uma empresa que foi aumentando, foram comprando todas as empresas que havia no setor, especificamente em Ohio e posteriormente nos Estados Unidos, e se formou um grande truste, um truste que buscava sair da regulação estatal e conseguiu, em 1880, cerca de 90% do refino nos Estados Unidos. Em 1890, se formou a lei concorrencial norte-americana, pelo Sherman Act, e, em 1911, se conseguiu dividir a Standard Oil e acabar com o quase monopólio que havia nesse caso.

No Brasil, recentemente, nós tivemos um acordo com a Petrobras, como já salientado pelo Décio, mas existe muito esse debate ideológico, quando a gente fala sobre o refino, que fica entre entreguistas e nacionalistas. Isso já era debatido lá em Vargas, quando da constituição da Petrobras e mesmo antes disso, se a gente pensa no direito concorrencial, primeiro foi feito por Vargas, e, logo em seguida, foi revogado. Foi a primeira lei que criou o Cade, e, logo em seguida, o Cade deixa de existir. Posteriormente, em 1962, ele retoma, o direito concorrencial é retomado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mercado brasileiro, o diagnóstico que se tem é de que, enfim, a Petrobras domina o refino, tem 98% do refino e tem um quase monopsônio. Ela é a operadora de 93% de exploração em petróleo no Brasil. Então, mesmo em distribuição, há, para a aviação, grande participação da BR e também a participação de grandes consumidores. A BR tem também um grande market share.

Quando a gente vai analisar outros temas que estão em debate no Cade, houve uma denúncia feita pela Abicom de preço predatório, que foi analisada e chegou-se a um acordo com o Cade para justamente ter algo que, nos Estados Unidos, já se tinha há muito tempo, há mais de uma década, que foi o debate sobre o refino. Nós fizemos essa nota técnica também no Departamento de Estudos Econômicos, mostrando que existiam ganhos se o desinvestimento da Petrobras, que havia sido proposto, fosse desenhado de outra forma, porque a gente vê, por exemplo, que o Brasil tem cerca de 98% de participação da Petrobras, ao mesmo tempo em que a nossa capacidade de refino é muito inferior à de vários outros países semelhantes, como o Canadá, que têm, por exemplo, uma desconcentração do mercado muito maior.

Havia teses de que a concentração gera poder de mercado; outros autores dizem que não. Nós, na nota técnica, mostramos que, sim, há poder de mercado quando se constitui um grande agente de refino nacional, e nós debatemos por que é frágil a tese de que não gera poder de mercado.

Eu não vou querer entrar a fundo sobre o mérito da nota técnica. Simplesmente digo que havia indícios de que a ocupação do refino... Há uma grande capacidade ociosa nas refinarias, e essa capacidade aumenta... A gente vê, por exemplo, que, em comparação à América do Norte e à Europa, aqui, na América do Sul, você tem uma utilização muito inferior das refinarias. Esse é um indício de poder de mercado. Além disso, a própria Petrobras já indicava que a sua margem EBITDA era superior às dos seus pares. Se virmos as apresentações da própria Petrobras, ela menciona que compra insumo a preço de paridade de exportação e vende os derivados a preço de paridade de importação, o que é mais um sintoma de poder de mercado doméstico.

Enfim, a gente tem outros casos aqui que a gente poderia mostrar não só de gasolina, porque, quando a gente analisa gasolina, talvez haja uma série de ruídos aí, mas, quando a gente olha, por exemplo, o preço de óleo combustível – isso são dados do Ministério de Minas e Energia –, o preço brasileiro ficou muito acima do preço internacional. É a mesma questão em relação a gás natural e GLP.

No Cade, no Departamento de Estudos Econômicos, nós mostramos que havia outra forma de fazer o desinvestimento da Petrobras que não criasse monopólios regionais e que não tivesse uma participação passiva da Petrobras nesses desinvestimentos, e isso aí poderia ter... Eram estes três pontos: a participação passiva, que protegeria, criaria uma espécie de hedge da Petrobras; os monopólios regionais; e a desconcentração no Sudeste, que continuaria concentrado mesmo com o desinvestimento que havia sido proposto à época.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou entrar na discussão aqui sobre os modelos econômicos, mas só mostro que a teoria, pelo menos, indica que é possível haver diminuição de presos se houvesse um outro desenho desses desinvestimentos, e foi aceito pela Petrobras, ou seja, acredito que a sociedade brasileira hoje está muito melhor com o desenho atual que foi proposto e foi combinado e acordado com o Cade do que na situação anterior.

É óbvio que aqui a gente está tratando do setor em geral e de como lidar com os preços. Eu só pontuaria que essa proposta da Abicom é semelhante ao que aconteceu, por exemplo, no Chile e no Peru, de criação de fundos em que eventualmente haja uma proteção contra a volatilidade excessiva. A volatilidade excessiva já é analisada na doutrina desde 1981, com Shiller, com LeRoy, com Porter, autores que analisavam o efeito de traders barulhentos, mas, enfim, esse é outro tipo de literatura que eu acho que não é aplicada neste caso aqui, porque em volatilidade excessiva nós temos instrumentos em vários outros mercados para lidar com esse tipo de questão. Por exemplo, na Bolsa, você tem o circuit breaker, você tem volatilidade excessiva quando o Estado interfere no câmbio... O problema é que, quando aplicado isso, e pegando a experiência do Peru e do Chile, você pode ter um custo social muito elevado em constituir fundos desse tipo, que são financiados por toda a população.

Se não me engano, no Chile o fundo foi de 1,2 bilhão em alguns anos, e o problema é qual o benefício que se tem, em especial se não é uma atuação pontual para impedir uma volatilidade, que é um outlier no preço. Se ele não for um outlier, se ele não retornar imediatamente à media, eventualmente você pode estar criando um prejuízo para a sociedade muito grande ao colocar um equilíbrio que não é aquele equilíbrio de mercado. E, mais do que isso, quando a gente vê um debate sobre estabilização do preço, você também pode ter efeitos anticompetitivos, já que o próprio cartel é um debate a respeito de estabilização de preços. Está certo que aqui é feito de maneira pública, não estou comparando e dizendo que são a mesma coisa cartel e o debate que está sendo proposto pela Abicom, que tem, como eu disse, fundamento, tanto na experiência internacional como na doutrina, mas você tem que ter cuidado a respeito dos efeitos concorrenciais que um debate sobre preço entre rivais pode ter.

Então, eu só teria esse cuidado ao examinar esse tipo de propostas. Daí fica talvez até uma pergunta para a Abicom: quais seriam os cuidados concorrenciais que a gente poderia ter nesse tipo de debate?

Agradeço e peço desculpas por alongar a minha explicação. Deixo aqui o meu endereço de e-mail para contatos e fico à disposição para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Ricardo e já passo imediatamente ao Claudio Akio Ishihara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui nesta Casa novamente, representando o Ministério de Minas e Energia, para contribuir com este debate que é tão importante para a sociedade e para a população em geral.

Cumprimento os Senadores aqui presentes, a Senadora Zenaide, Jean Paul, o Presidente, Senador Izalci, nosso Senador de Brasília, meus colegas aqui de Mesa, senhoras e senhores presentes.

Eu estruturei uma apresentação basicamente pensando no tema e também nas competências, logicamente, que dizem respeito ao Ministério de Minas e Energia.

Sou o Claudio Ishihara, sou responsável pelo Departamento de Combustível e Derivados de Petróleo, e, nesse caso específico, diesel, gasolina, GLP e esses outros produtos líquidos.

Só para chover um pouco no molhado, todos já falaram um pouco disso, mas é importante, no nosso caso específico do midstream, ou seja, tirando exploração e produção, que é um outro universo do setor, o nosso setor no Ministério, no nosso departamento cuida da parte de refino e importação. Também há participação das usinas de biocombustíveis, etanol e biodiesel, não necessariamente no meu departamento – há outro departamento específico –, mas, a partir do momento em que esses biocombustíveis são misturados ao diesel e à gasolina, eles também são acompanhados lá, no departamento.

Aí há um outro grande setor, que é o de distribuição, e, mais à ponta, a revenda varejista e os grandes clientes, que, na realidade, fazem a ponta lá com o setor, com a comunidade, com a sociedade e com os consumidores em geral.

Só para pontuar um pouco – eu acho que isso já foi falado aqui algumas vezes –, são mais de 134 mil agências no mercado., É um setor que fatura R$500 bilhões, é o terceiro maior mercado de combustíveis automotivos, o 7º mercado mundial de derivados de petróleo, e uma coisa importante, que representa até o que a Abicom, que está se tornando uma entidade cada vez mais forte nesse setor... É representado um pouco nisso aí... Agentes privados operam a maior parte da parcela de importação: 78% da gasolina e 72% do diesel. Em dados momentos no passado, já se chegou a quase 100%, em função da margem que era permitida, que era a janela de oportunidade que foi falada aqui anteriormente.

O setor é grandioso. São 55 bilhões de litros de óleo diesel por ano, 38 bilhões de gasolina, etanol já está em mais de 19 bilhões, GLP 13,3 bilhões de quilos, e QAV mais 7,1 bilhões de litros.

Questão de preços. Nós do Governo, principalmente do Ministério de Minas e Energia, somos balizados logicamente – não só nós, mas também toda a sociedade, o Brasil como um todo – pelas leis, e, nesse caso específico, eu gostaria de citar essa Lei 9.478, que, desde 2002, como já ressaltado pelo Tojal e os que me precederam, tornou o mercado livre. Dessa forma, cada agente econômico pode livremente praticar sua política de preço. Vejam, senhores, que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estou falando de praticar os seus preços, mas política de preços, porque, eventualmente, pode-se ter algum interesse específico de reduzir um pouco mais a sua margem ou crescer um pouco mais a sua margem, e isso todos os setores que têm commodities fazem igual – seja gasolina, seja trigo, seja ferro, minério de ferro, qualquer um. É da mesma forma que eles atuam, ou seja, onde houver oportunidade, há o interesse da empresa, e ele aumenta um pouco a sua margem.

Da composição de preços já foi falado aqui. Há três grandes grupos que a gente separou para ficar um pouco mais simples a apresentação: produto, tributos e margens. Entre os tributos, nós temos tributos federais, PIS, Cofins e Cide, e estaduais, no caso, basicamente o ICMS. Basicamente, não; somente o ICMS. E aquele gráfico ali, à direita, no canto, representa um pouco qual é o peso de cada grande grupo desses nos três principais produtos que nós consideramos em termos da parte de derivados.

Vejam os senhores que, no caso de tributos, como ressaltado anteriormente pelo Décio, há uma participação muito expressiva em termos de tributos. Não é de outra maneira que, por exemplo, a gasolina, no Estado do Rio de Janeiro, que é o maior produtor de petróleo do mundo, tem uma gasolina mais cara do que em Pacaraima, que fica lá na divisa com Roraima, mas, enfim, são condições diferentes de fornecimento, porque principalmente a questão de tributação estadual explica bastante isso.

O diesel, por ter esse componente mais social, tem uma tributação menor, e o GLP também menor. No caso do diesel, especificamente, como já mencionado, a parcela de participação da Petrobras, do produtor ou do importador é muito maior do que na gasolina. Isso se explica talvez muito em função dessa participação da tributação, que é menor. E, no caso de GLP específico, a margem de distribuição é muito grande, porque há todo um trabalho de recebimento, de envasilhamento dos botijões, que é suportado pelas distribuidoras, e também, inclusive, de requalificação desses botijões.

Isso já foi apresentado aqui, eu não vou me deter muito, mas é para mostrar um pouco a relação do preço praticado, no caso, pelo produtor interno ali na costa – no caso, o produtor interno é a Petrobras – em comparação somente com a cotação do US Gulf. Não é paridade de importação, coisa que o Décio bem lembrou.

Já está disponível no sítio eletrônico da ANP o preço calculado por uma importante empresa que faz esse acompanhamento de preços e coloca já um preço internalizado aqui no Brasil. E isso serve de quê? De balizamento para que outros agentes entendam, vejam o preço e, a partir dali, em função das suas oportunidades de negócios no exterior, possam trazer e competir neste nosso mercado.

Uma mesma coisa que eu queria ressaltar é: por que nós usamos a cotação do US Gulf? Porque 57% da importação de gasolina e 84% da importação de óleo diesel vêm dos Estados Unidos. Então, é importante ter esse balizamento em função desse preço, porque é o mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em termos de commodities mais próximo do Brasil, e isso representa também o maior fornecedor de produtos importados ao Brasil.

Esse outro eslaide é só para mostrar um pouco que, diferentemente, no caso do refino, que está praticamente todo nas mãos da Petrobras, em outros setores existe uma certa participação maior de outros produtos, de outros agentes no mercado. No caso de óleo diesel, gasolina, etanol e, especialmente, GLP, vejam os senhores que cada cor dessas representa uma empresa diferente participando no mercado. Então, diferentemente do refino, em que 98% ou mais da capacidade de refino no País está hoje em nome da Petrobras, no caso da distribuição existem outras empresas. Logicamente há uma discussão: "Ah, as três grandes, as quatro grandes dominam de 80% a 90% do mercado". É um fato, mas isso não ocorre só no Brasil, não. Em vários outros países, ocorre isso. Isso precisa ser discutido e debatido, e o que se precisa, no nosso entender, é fazer com que essas empresas tenham essa participação, mas que não abusem desse poder que eventualmente elas tenham, seja formando cartéis ou, então, tendo eventualmente um quase monopólio em algumas situações regionais.

Assim, no final, o que eu queria destacar é isto: a prática de preço de mercado é condição necessária para a entrada de investidor privado. Nós já fizemos um... Nós tivemos o programa Combustível Brasil, já falado aqui, em que nós conversamos com diversos agentes. Todos eles foram unânimes em apontar isto: precisamos ter condição de mercado para atração de investimento. A intervenção do Governo pode até ser boa em um dado momento, em determinada conjuntura, mas pode ser que, em determinado momento futuro, isso mude e não fique tão atrativo para eles. Então, por isso, eles falam: "Olha, brincar com condições de mercado eu sei; agora, com intervenção, eu já não sei brincar direito, não sei trabalhar muito bem nessa questão".

O Ministro Bento anunciou, em recente workshop realizado no Ministério de Minas e Energia, esse programa Abastece Brasil, que sucede o programa Combustível Brasil. Basicamente, são prioridades definidas e até já destacadas anteriormente, aqui na agenda prioritária do próprio Ministério, a promoção da concorrência, a atração de investimento e, principalmente, o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, que é uma coisa que, no Brasil, não é muito divulgada, mas já está crescendo muito. Nós estamos muito preocupados, porque isso pode tomar condições assim ou, pelo menos, ter um crescimento tão grande, como acontece hoje na Nigéria, no México, com mortes bem expressivas. Recentemente houve um acidente com a morte de uma criança no Estado do Rio de Janeiro e é uma coisa que eu acho que, independentemente de qualquer situação, precisa ser evitada, porque a vida é a coisa mais importante que existe.

Uma coisa que já foi destacada pelo Décio aqui e que eu só queria reprisar, porque isso é muito importante para nós, é a questão dessas Resoluções 9 e 12. Essas resoluções trazem um pouco o retorno aos anseios do que nós percebemos e recebemos ao lidar um pouco com essa questão de poder de mercado da Petrobras – não só da Petrobras, mas eventualmente no futuro pode haver algum outro agente que seja forte sob o ponto de vista de refino, de ativo de refino –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e como essas empresas eventualmente, em um momento de desinvestimentos, devem fazer. São orientações, não há nenhuma obrigação para que a Petrobras faça esses desinvestimentos, mas felizmente isso se alinha ao planejamento de negócio da Petrobras de desinvestimentos. Então, o que a gente faz é, sob o ponto de vista de políticas energéticas, colocar algumas diretrizes que nós entendemos que são interessantes para a atração desses investimentos e a atração da competição no País.

Da mesma forma, foi editada a Resolução nº 12, que trata já um passo adiante na cadeia, ou seja, na distribuição e na revenda. E um fato muito importante com que a gente nem sempre lida muito, de que nem sempre se fala muito é a questão de movimentação de combustíveis. Hoje a maior parte dessa infraestrutura de movimentação de combustíveis e que é primordial, por exemplo, para a importação... Como o Décio lembrou, se nós não tivermos refinarias aqui, nós vamos precisar ter infraestrutura para importar, porque a demanda vai continuar crescendo. Então, nós precisamos pensar: qual é nosso nível de exposição ao mercado externo e como fazer, então, para que façamos essa atração de investimentos não só no refiro, mas também em infraestrutura de movimentação de combustíveis?

É um "spoilerzinho".

Então, aqui na questão de refino, já falei um pouco, era o que a gente estava falando. Isso é um pouco espelhado o que a Petrobras está fazendo. Eu acho que não há nenhuma novidade aqui.

Nós só acrescemos aqui duas refinarias no Estado do Ceará e do Maranhão. Essas refinarias estavam em projeto de desenvolvimento pela Petrobras. A partir do momento em que a Petrobras saiu desses dois empreendimentos...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... os próprios Estados se sensibilizaram pela necessidade do desenvolvimento desses projetos, até porque eles viram que, se não fizessem isso, poderia haver alguma situação, como a do Comperj, em que para eles já há algum investimento, já há movimentação de pessoas naquelas regiões todas. Então, eles entenderam que era necessário, sim, continuar esse desenvolvimento, até porque cabe realmente, em termos de oferta e demanda, uma refinaria dessas no País. Eles estão procurando, então, parceiros independentes e externos, para que façam esses empreendimentos acontecerem.

Desinvestimento na Petrobras. E uma coisa que a gente espera é que haja uma ação conjunta e um acordo de cooperação entre a Petrobras e uma empresa chinesa para conclusão do Comperj.

Como eu havia falado, essa questão de movimentação de combustíveis é primordial para o País. Em mais de 7.000km de costa era natural que a cabotagem fosse o principal meio de transporte de combustíveis. E não foi de outra sorte que nós, em conjunto com o na época Ministério dos Transportes e mais a SPPI, fizemos um trabalho conjunto para a identificação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principais necessidades de terminais localizados em portos públicos, importantes ou primordiais para a movimentação de combustíveis e a garantia de abastecimento de combustíveis no País. Foram feitos dez leilões, que foram todos exitosos. Existe uma previsão, agora em agosto, já para a área de Santos, e o que nós estamos fazendo agora no âmbito do Abastece Brasil é uma reflexão do que foi feito, uma avaliação do que ainda é necessário, para, então, a partir daí, definirmos uma nova priorização dos novos terminais...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... que seriam necessários para a garantia do abastecimento no País.

Nós ficamos falando de substituição, que é bem concentrada, mas, em 2018, nós tivemos quatro grandes empresas estrangeiras que entraram no País. E aí existe uma lógica de que é melhor você comprar uma empresa já estabelecida do que começar do zero. E elas compraram participações de empresas. Então, a PetroChina, a Vitol, a Total, a Glencore, todas empresas internacionais, vieram ao País se somar. Então, não existem mais somente aquelas empresas nacionais eventualmente até ligadas a multinacionais aqui no País, mas há quatro novas empresas que já estão atuando agora, além das mais de centenas de empresas regionais, que estão cada vez mais crescendo no País.

Uma coisa só para fazer rapidamente a nossa conclusão, para não me alongar muito, é não interferência na política de preços praticada pela Petrobras – não só pela Petrobras, mas por qualquer outro agente. Isso para nós é muito claro e estabelecido na Lei 9.478. De forma também que, nesse sentido, o MME busca incentivar essas medidas que promovam a concorrência no setor e, por conseguinte, a atração de investimentos.

Então, citando o que já está na apresentação, a Resolução 9 e a Resolução 12, editadas recentemente, também há uma assinatura da portaria de debêntures que o Ministro assinou. E isso visa à atração de investimentos, e também a criação e o lançamento do programa Abastece Brasil pelo Ministro, para fazer com que a gente consiga alavancar, sob o ponto de vista de política energética, o setor de combustíveis no País.

No fim, a mensagem que eu queria deixar é esta: a implementação da maior competição no abastecimento de combustível...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... visa benefícios da sociedade e a proteção do consumidor contra preço, qualidade e oferta de produto. Isso está claramente expresso nas diretrizes da política energética da 9.478 e é o que nós seguimos hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Dr. Claudio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou indagar aqui à nossa Senadora Zenaide, aos Senadores Jean Paul e Zequinha se a gente... Nós temos mais uma Mesa de mais cinco participantes, que são os representantes da Federação Única dos Petroleiros e os caminhoneiros. Eu indago se fazemos as perguntas logo para esta Mesa ou vamos aguardar e ouvir todo mundo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, particularmente, eu tenho um problema, porque eu preciso presidir uma Comissão, agora às 11h. Eu gostaria de colocar as minhas questões. Eu não vou nem poder ouvir a respostas.

Eu vou ter que pedir desculpas a vocês, mas quero, para o registro da Casa, fazer as minhas colocações, ouvir as respostas que os demais Senadores certamente têm interesse de ouvir e o público também e ir lá presidir, porque é uma Comissão importante. Eu fiz a chamada dessa audiência pública sobre energia eólica nos assentamentos, que é importante para o meu Estado e para a Região Nordeste como um todo, que está desenvolvendo eólica. Os assentamentos estão excluídos desse processo, e a gente está tentando resolver esse problema.

Então, eu pediria que eu pudesse fazer minhas colocações rapidamente aqui, pedindo desculpas a todos os presentes aqui para me ausentar, mas ficarei atento às respostas evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Como um dos autores do requerimento – e a Senadora Zenaide também –, vou conceder a V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... a inversão para falar primeiro, para que V. Exa. possa presidir a Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria colocar minha fala em duas etapas aqui. A primeira é entender melhor o processo do Cade. Desculpem-me ir direto, porque a gente tem pressa, mas é entender especificamente esse processo do Cade, com a Abicom, com a ANP, com o estudo envolvido, porque, aparentemente, para quem está fora, com todo o respeito ao processo, esse processo é um escândalo, parece bastante complicado, bastante complexo de entender e explicar.

Pelo que eu entendi, a Abicom, que é uma associação de importadores, ingressou com uma denúncia de processo no Cade em fevereiro de 2018. O Sérgio ontem esteve comigo me explicando, inclusive, o que é a Abicom, quem participa, quem não participa, qual foi a intenção inicial dela. E a intenção inicial da associação foi garantir determinadas condições de fornecimento da Petrobras diante de uma postura nova que a Petrobras adotou, a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Pedro Parente na época, quando ele estabeleceu uma coisa chamada PFLs, que são Pontos de Fornecimento Limitados. Então, a Petrobras que tinha outrora, como tinha o monopólio, a obrigação do suprir todo o País, a partir da abertura do mercado, passou a ter a possibilidade de dizer não a algumas cotas que ela tinha estabelecido. E foi o que fez o Presidente na época, inclusive, induzindo – o Sérgio pode confirmar esse diálogo, ele me contou ontem – e dizendo: "Virem-se, eu não posso suprir vocês todos. Virem-se aí com as importações, vão procurar os importadores, os traders e vão procurar outras formas de fornecimento. Eu só posso garantir 50% da quota de cada um de vocês em alguns pontos específicos, chamados PFLs (Pontos de Fornecimento Limitados)".

A partir daí, nesses pontos, parece que passou a haver uma política. A Petrobras foi se defender – isso é natural da concorrência – e começou a praticar ajustes de mercado pontuais para se defender do excesso ou da entrada de produtos, apesar de ter sido do próprio Presidente – e essas é que são as contradições desse processo – da Petrobras, já em outra gestão. Então, passou a haver atividades no sentido de se defender da concorrência do produto importado. Aí a Abicom, então, foi praticamente induzida a entrar com esse processo no Cade. Basta isso, acabou. Era isso só. Misteriosamente – e é aí que preciso de esclarecimentos – isso passou a ser um processo a envolver refino e a mandar ou discutir a hegemonia da Petrobras no refino.

Aí preciso fazer uma colocação fundamental. É o seguinte: o mercado não é de refino, não existe mercado de refino, existe mercado de combustível. Quem produz para o mercado de combustível é a refinaria nacional ou a que está lá fora e que, para efeitos da jurisdição nacional, o importador é o agente que traz o produto. Então, você tem duas origens de produtos: um importado e o produto refinado no Brasil. Esse é o mercado de combustível. E todos vocês afirmaram que ele é livre e que tem 134 agentes etc, etc. As refinarias, desde 1997 – ajudei a escrever a lei... Está liberado. Quem quiser fazer refinaria pode pedir uma autorização simples. Não precisa concessão, não precisa edital, não precisa licitação, não precisa nada. Vá à ANP com o projeto, a ANP dá autorização – é uma autorização – e você constrói sua refinaria.

Aí, bom, as condições de mercado. Havia as flutuações, os processos das patamares que talvez afugentassem investidores. Eu acho que não, eu acho que a razão não é essa. A razão de quem conhece o mercado de petróleo é que não houve novos acréscimos de refinarias no continente americano, como um todo, nas últimas décadas. Houve, talvez, uma exceção por conta do shale oil, nos Estados Unidos, que quebrou um pouco a regra. Houve um cara lá que construiu uma refinaria – até o conheço – de 60 mil barris, parecida com a nossa lá no Rio Grande do Norte, para refinar, especificamente no pé dos Montes Apeninos, um pedaço de óleo do shale oil. Fora isso, não houve nenhum agente econômico que tenha acrescido capacidade de refino no território do continente americano como um todo nas últimas décadas. Parece-me que é assim. Por que isso? Porque havia excesso de capacidade. Houve uma época em que houve o boom do petróleo etc e etc. E a tendência é de que haja sobra porque, com a substituição do petróleo gradualmente, você vai ter mais sobra, e os investimentos das empresas integradas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devem se concentrar mais, justamente, nos usos do petróleo, no próprio combustível. Aí vem até uma questão ancilar aqui que é o erro estratégico que reputo à Petrobras de sair dessas áreas.

Voltando a esse processo do Cade, por que o Cade se estendeu a aceitar uma proposta da Petrobras, voluntária? Quer dizer, há um determinado momento em que ela é instigada por um processo menor – com todo o respeito, mas um processo bem menor – e é posta em dúvida a atuação competitiva dela. Aí, misteriosamente, a ANP entra, alimenta esse processo com uma espécie de um estudo sobre o monopólio do refino e passa o processo a versar sobre o mercado de refino que é uma coisa que, como eu disse, não existe. Na minha cabeça, não existe mercado de refino. O refino é uma atividade, não é um mercado. E aí, mais misteriosamente ainda, a Petrobras surge, Flávio – o Tojal conheço há 200 anos... Não consigo entender a Petrobras como uma empresa de mercado... Ou ela é de mercado ou é do Governo. Como uma empresa de mercado, ela não pode se sujeitar a um processo no Cade, ir lá e simplesmente imolar oito refinarias em troca de um processo menor como esse. Isso não tem a menor proporção, está errado, vai ser contestado, e é um escândalo. O Cade não pode parar de investigar um procedimento dele em função da entrega de oito refinarias, porque a Petrobras disse que vai vender oito refinarias.

A outra questão é a seguinte: a Petrobras está vendendo oito refinarias porque ela quer, porque acha um bom negócio fazer isso, ou porque o Governo mandou? Ontem perguntei ao Ministro Bento aqui, e ele me disse, claramente, com todas as palavras que o Governo não mandou, que a Petrobras está tomando essa decisão porque é uma empresa de mercado e acha que isso é um bom negócio. Significa que os gestores que estão lá vão responder, algum dia, aos acionistas pelo absurdo que se está fazendo agora. Quer vender oito refinarias porque foi acusada, levianamente, levemente, de monopólio de refino, quando isso não existe. Ela simplesmente vai lá e entrega oito refinarias. "Cade, fica quietinho aí, não faz faça mais nada não". Isso é aceitável, Ricardo? É isso o que o Cade vai fazer?

A pergunta é para ANP. Se fosse a Shell, a Esso ou a Cosan que tivessem domínio no mercado – conquistado com méritos próprios – de refino, com todas as importações abertas, a ANP iria lá fazer um estudo para dizer que o cara é hegemônico e levar ao Cade para o Cade mandar o sujeito vender suas oito refinarias, de dezesseis? Será que a ANP faria isso? Será que isso não seria visto pelo mercado privado como uma ultra intervenção, como um grau altíssimo de intervenção no domínio econômico, na competição, no mercado, nos investimentos que a Shell, que a Esso ou que a Cosan teriam feito? Então, vamos fazer uma mudança de sujeitos e parar de ver a Petrobras como um elemento que foi vilipendiado, que acabou, que morreu, que está falida, quebrada... Não é nada disso.

Os erros que os Governos anteriores cometeram... E ontem, aqui, assumi dois ou três. Não tenho medo de assumir os erros do Governo dos Partidos dos Trabalhadores não! Nós erramos como qualquer outro Governo erra. Agora, esses erros são completamente desproporcionais ao que se quer vender como erro para justificar um erro muito maior. É terrível o que se está fazendo aqui. Está se forçando uma empresa a vender ativos sem a menor justificativa. A justificativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concentrar investimentos no pré-sal é simplesmente ridícula! É ridícula! Nenhuma empresa que ache uma reserva dessa... Aí, depois, vêm dizer: "Nós queremos depender menos das importações, nós queremos preço justo." Como? Você lutou esse tempo todo para ser autossuficiente em petróleo, diz que tem um déficit de refino, não trabalha no... Qual é a indução que a ANP está fazendo para investimentos em novas refinarias? Nenhuma, não vi nenhuma. Estou vendo a indução a vender refinarias existentes. Que graça tem isso? Entrar no mercado brasileiro comprando refinaria amortizada, toda bonitinha, arrumada pela Petrobras, eu também faço. Também quero ser empresário desse jeito. Quero ver o cara entrar em uma refinaria nova. Comprar duto da Petrobras, no Nordeste inteiro, para cobrar pedágio da própria Petrobras, que usa 100% da capacidade que já está contratada também é bom, é ótimo negócio. Quero ver quem vai construir os novos loops, quem é que vai dobrar aquela capacidade de passagem de dutos. Onde está esse compromisso? Eu não vi. Desculpem-me. É apenas porque não estou vendo a razão disso aí.

Como é que cortam o pé da empresa? O downstream de uma empresa de petróleo integrada é o pé da empresa, é onde ela entra no mercado, é como ela consegue vender diretamente. A Petrobras tem hegemonia no mercado brasileiro por mérito próprio, porque o Estado brasileiro optou, durante muito tempo, por exercer um monopólio porque ninguém queria entrar aqui. A partir dos anos 90, nós abrimos, consensualmente. Todos chegaram a um consenso – partidos de esquerda, de direita –, todos chegaram à conclusão de que havia uma capacidade limitada de investimentos, que havia um mercado maduro, que o Brasil podia, como Estado, ser maduro o suficiente para regular o setor, para criar uma agência reguladora forte, competente. Eu ajudei a fazer as casinhas da ANP, os organogramas da ANP. Nós estávamos orgulhosos desse processo. Agora, a ingerência direta dentro da empresa de petróleo principal, que ainda é uma longa manus do Estado nesse processo, que pode ser usada para beneficiar, para nós tirarmos proveito da autossuficiência que nós conquistamos para regularizar um pouco o mercado... Não é fazer como foi descrito aí, claro, um patamar abaixo dos preços internacionais de 2011 a 2014. Foi um erro, isso foi um erro. Mas esse erro não justifica uma política de preço – já para entrar na segunda parte da pergunta – em que o Estado... Agora está se usando o argumento – e ontem, o tempo todo, tive de combater isso – de que os Estados têm que diminuir os impostos sobre os combustíveis. Não têm que diminuir imposto sobre combustível nenhum. Os Estados só têm isso para viver. O Estado tem isso e a energia. O Estado brasileiro vai viver de que, minha gente? Essa é a tese do Estado mínimo de novo? Quer dizer, aí todo mundo vai à Alemanha e acha bonitinha a escola pública alemã! Vai à França e acha lindo o hospital público francês! Tudo de graça. Como é que aquilo é feito? Temos que cair na real, gente.

Não é porque as pessoas se corromperam, porque a política ou sei lá quem, o Governo, se desgastou e foi todo enlameado por escândalos de corrupção – não só os governos de agora, mas todos os anteriores – que a gente vai negar o Estado brasileiro. O Brasil, culturalmente, depende da atividade do Estado, tem desigualdades imensas em seu território, não pode prescindir disso. Estado mínimo é conversa para Avenida Paulista, para a Zona Sul do Rio. Vamos tomar Chopp na praia de Ipanema e falar de Estado mínimo. Para eles, tanto faz. Vá lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Rio Grande do Norte ver o que é o Estado mínimo. Se o Estado mínimo acontece lá... Então, os Estados precisam dessa receita sim.

Os impostos sobre o combustível, no Brasil, não são altos, não são. Comparar com os Estados Unidos é uma bobagem. Nós Estados Unidos há uma cultura de automóveis. O cara lá não tem carteira de identidade, tem driver license. Eu morei lá. Eu não tinha carro. Fui tirar uma carteira de identidade, e o cara me disse: "O senhor tem que tirar uma non-driver license." O sujeito não é um cidadão, ele é um motorista. Quando ele é um cidadão sem ser motorista ele é um não motorista. É uma cultura que não dá para comparar com a nossa, pelo amor de Deus! Nós temos que nos comparar com países europeus, com países asiáticos, que estão se desenvolvendo. Esses países têm receita forte de impostos advindos de atividades que são facilmente tributáveis e facilmente fiscalizáveis, como o consumo de energia, como o consumo de combustível.

Então, o problema não é aí. O problema do combustível cresceu – meu amigo consumidor que está em casa ouvindo – porque o Governo anterior e estes abraçaram uma política de paridade completa, em tempo real, em dólar, ao preço internacional, num País autossuficiente em petróleo. Ou seja, jogaram fora cinco décadas de luta para conquistar a autossuficiência para ter um preço internacional. E aí dizem que o preço é justo. O que é o preço justo que a gente vai querer almejar? É um preço em que o Estado abre mão dos impostos? É um preço em que Petrobras se iguala a todas as empresas privadas do mundo e busca lucro máximo? É um preço em que ela vira um produtor independente, exportador de petróleo, sem refinaria ou com metade das refinarias? Como a gente chega à autossuficiência de refino se a Petrobras, para começar, já vende metade do seu parque sem compromisso nenhum de quem está comprando de aumentar nada? Não vi isso. E a gente fica eternamente oscilando ao sabor internacional.

Você falou de um gatilho, de um mecanismo de volatilidade excessiva. Não vi nenhum. Sabe qual foi o mecanismo contra a volatilidade excessiva que a gente teve? Greve de caminhoneiros. Quando a gente tiver uma guerra no Oriente Médio ou um furacão... Isso não aconteceu, veja que não aconteceu nenhuma intempérie de grande porte e fora no nosso controle desde que se assumiu essa nova política. Esse teste não aconteceu ainda. Aquele foi pequeno. Espere um pipoco no Oriente Médio ou um furacão no Golfo do México para ver. Aí vão fazer o quê? Ou outra greve dos caminhoneiros? Aí vai o Presidente Bolsonaro e diz: "Vou congelar o diesel." Isso não é política de preço combustível. Você não vai deixar pipocar lá para US$100, US$120, US$130, US$140 o barril, porque estoura o País. O País não está acostumado com isso, não foi acostumado com essa realidade.

Então, há perguntas que eu queria fazer: em relação a esse processo do Cade, se o Cade vai realmente deixar isso acontecer, se não vai reagir a isso, quer dizer: vai aceitar esse estudo e esse compromisso e, em lugar de terminar a investigação, acusar devidamente a Petrobras do que ela foi fazer e multar, ou fazer alguma punição específica? Se a Petrobras vai se sujeitar a essa ingerência também; se é ela que está, realmente, querendo vender as refinarias? Qual é a razão estratégica por trás disso? Não dá para entender. Vai virar uma produção independente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vai virar uma Anardarko, vai virar uma Kerr-McGee, uma empresa independente de petróleo, só produzir petróleo para exportar?

Da Abicom, saber talvez se realmente o processo foi assim, se tudo o que vocês queriam era regular aqueles pontos de incerteza de abastecimento; e da ANP, qual é a política a que se quer chegar? Quando a gente vai conseguir a tal segurança e independência em relação às oscilações internacionais, ou pelo menos... Eu não quero o desgarramento completo, vou até repetir o que eu falei ontem: nós não queremos uma Venezuela aqui, com preço baixíssimo de diesel e tal, subsidiar a nossa economia toda com petróleo vendido lá fora e, dentro, um preço totalmente artificial, não é isso. Mas eu, só para até terminar com uma proposição concreta, e até fazendo coro com a proposta que vocês fizeram em questão do royalty, continuo achando que, para o Brasil, nas condições – do Brasil "Brasil"; não é comparar com os Estados Unidos, nem Europa, nem Japão, muito menos... O Japão é importador absoluto de tudo que é energia; então, ele, sim, tem que flutuar o tempo todo ao sabor das oscilações no mercado energético e petrolífero, porque ele depende completamente dele. Nós, ao contrário, lutamos para não estar nessa dependência completa. Mas também não queremos ser uma ilha. Então, qual é o meio-termo? É um processo em patamares, recuperar a ideia do processo em patamares, e exercê-la direito, com periodicidade definida, sim; então, para o diesel são três dias, cinco dias – claro que não vão ser dois anos, não é possível, mas de dias para o diesel, dias para a gasolina –, e os parâmetros da equação: pode haver 75 parâmetros dentro da equação, mas, se cada um dos 75 fatores for conhecido e calculável por qualquer estagiário da Fundação Getulio Vargas, qualquer afretador do Brasil vai ter um "carinha" lá com uma planilha de Excel e vai poder calcular o frete dele daqui a um mês, dois meses, 45 dias, 60 dias. É isso que a gente quer. Essa política de preços que está aqui está afetando já, e isso vai ser obviamente diagnosticado daqui a pouco; ninguém está falando isso, mas o exportador do agro já está afetado por isso; o produtor industrial já está afetado por isso; e quem for da CNI ou da CNA que fizer coro com essa política aí está dando um tiro no pé, está sendo ingênuo ou mal-intencionado. Mas está errado. Isso não é bom para o Brasil, nós não lutamos todas essas décadas para chegar a esse ponto e ficar totalmente sujeitos ao preço internacional, em tempo real e em dólar.

Então, essa é genericamente a visão que eu queria expor aqui, e o comentário de vocês, quando possível, pedindo mais uma vez desculpas por ter que me ausentar aqui no meio.

Obrigado.

Obrigado, Presidente, pela tolerância e pela chance de falar aqui antes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. é especialista, e são importantes os questionamentos de V. Exa.

Senadora Zenaide também como autora do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fora do microfone.) – Não, eu prefiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vamos aguardar outra... O.k.

Então, eu vou... Senador Zequinha, vou fazer outra Mesa, V. Exa. prefere...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A próxima.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Na próxima? Está ótimo.

Então, eu vou desfazer essa Mesa, agradecendo a todos. Evidentemente, eu sei que alguns têm algum compromisso, mas, antes de sair, a gente dá a palavra para as considerações finais.

Nós vamos desfazer a Mesa e pedir que todos tomem assento ali.

Quero convidar para compor a segunda Mesa...

Convido para compor, então, a segunda Mesa Alexandre Manoel Angelo da Silva, que é o Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Secap), do Ministério da Economia.

Convido também Leonardo Gadotti Filho, Presidente Executivo do movimento Combustível Legal; Paulo Cesar Ribeiro Lima, Consultor Técnico, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras; José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam); Dary Beck Filho, Diretor de Finanças, Administração e Patrimônio do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, representando aqui a Federação Única dos Petroleiros. (Pausa.)

Eu vou já iniciar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... para a gente poder ganhar tempo. Então, eu concedo a palavra ao Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, para fazer também a sua apresentação.

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de, em nome do Ministério da Economia, agradecer ao Senador Izalci Lucas pela oportunidade de debater esse tema e, aproveitando também o ensejo, cumprimentar V. Exa. e, em nome de V. Exa., cumprimentar todos os presentes na Mesa e os demais Senadores presentes nesta audiência.

Muito já foi falado aqui, Senador. Então, basicamente a gente não vai ter o que acrescentar em termos de conteúdo, eu diria, mas, dado que nós fomos convidados, o nosso relato aqui é basicamente deixar claro qual é a visão do atual Governo para o setor de combustíveis, o que, na verdade, é uma visão do Ministério de Minas e Energia; a gente apenas assessora e dá apoio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é esse o nosso roteiro. Vou falar um pouquinho do que o Ministério da Economia vem, nessa parte de assessoria...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... participando no setor de energia e, em particular, no setor de combustíveis, e aqui é a consideração final.

Então, deixar claro que o Ministério da Economia não tem uma opinião na formulação da política pública energética, que é, realmente, do Ministério de Minas e Energia, que é responsável também pela supervisão e implementação, pelo zelo do abastecimento nacional, mesmo porque ele é o poder concedente e tem todo um apoio intelectual para isso da empresa de pesquisa energética, que fundamenta tanto as políticas deles de curto prazo quanto de longo prazo, até mesmo por meio do balanço energético que eles elaboram. Nós, lá no Ministério da Economia, estamos apenas na tentativa de sermos aqueles anjinhos lá perto do Ministério de Minas e Energia, dizendo: "Olha, tua política tem que ter concorrência, tem que prezar pelo consumidor lá, aquele agente difuso, que não tem representante muito claro." – porque nós devemos sempre zelar pela concorrência, pela promoção de preços competitivos, porque isso vai trazer mais bem-estar para o consumidor. A gente tenta fazer sempre isso com o maior rigor técnico: há uma equipe lá muito capacitada, sempre com análise de impacto regulatório, as nossas proposições sempre buscam assessorar o Ministério de Minas e Energia nesse sentido, e a gente faz isso participando de diversos fóruns, entre eles o RenovaBio e o CNPE, que é o Conselho Nacional de Política Energética, de que foi tão falado aqui, sempre nessa direção de que as diretrizes de política energética possam se fundamentar na promoção da livre concorrência. É isso que o corpo técnico do Ministério da Economia preza, e nisso a gente tem sido muito beneficiado de ter um tão competente e tão zeloso pela política de promoção da concorrência como é o Diretor Presidente Décio Oddone, que vem trabalhando muito próximo, desde o Ministério da Fazenda, e agora também no Ministério da Economia. Ficou muito clara aqui a visão dele de que nós, em grande medida, compartilhamos, sabendo que a agência é completamente independente. Da mesma forma, a gente procura acompanhar a parte da regulação, que está bem alinhada, dado que, como ele deixou muito claro aqui, a busca deles lá é pela promoção da concorrência. E, claro, o Cade, pela sua atividade inata de buscar prevenir práticas anticoncorrenciais ou qualquer conduta nociva à concorrência.

Então, a agenda do Ministério da Economia tem, nesses últimos anos, buscado isso, e, de certa forma, nós participamos, contribuímos, nessa maior previsibilidade que hoje existe nos cronogramas nas rodadas de licitação de petróleo, no aprimoramento também da política de controle local, que tinha vários entraves, vários obstáculos ao investimento, ao aperfeiçoamento do regime de partilha, e isso redundou, depois de longos anos sem leilão de petróleo, com basicamente um custo de oportunidade altíssimo, na volta dos leilões: em 2017, 2018 foram feitos quatro leilões, que geraram uma arrecadação direta de quase R$14 bilhões para os cofres públicos. Também, depois de cinco anos de um contrato completamente idiossincrático – como as pessoas falam, uma "jabuticaba", que foi a cessão onerosa –, depois de cinco anos de revisão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

este Governo, graças a Deus, conseguiu chegar a um acordo neste ano, e isso vai possibilitar ao País ainda em outubro, eu acho, começo de novembro, fazer o maior leilão do mundo de petróleo, que vai leiloar, justamente, esse excedente da cessão onerosa, que, só de maneira direta, vai fornecer um bônus estimado aí em mais de R$100 bilhões – R$106 bilhões –, apenas estimativa. Enfim, é sempre nesse sentido, é uma agenda que redundou nessa nossa busca por mais competição, mais produtores, maior investimento, que gera mais emprego e arrecadação.

Ainda nessa agenda, nós temos participado lá, junto com diversos atores, todos esses atores que eu coloquei aqui – MME, ANP, EPE, Cade –, dessa agenda do novo mercado de gás, que é uma agenda que visa aperfeiçoar a prática regulatória tanto no setor de transporte quanto também no setor downstream, e promover a concorrência no upstream, promover essa concorrência, e o acesso aos dutos – escoamento de produção e as outras essential facilities no upstream –, de tal forma que haja realmente uma liberalização desse mercado e se possam alcançar preços competitivos do gás natural e também dos seus derivados, seja o metano, etano, butano... Aí haverá, com certeza, preços competitivos em vários insumos da cadeia no setor industrial, permitindo uma retomada da industrialização.

Essa agenda gera tantas oportunidades, são múltiplas oportunidades, que é difícil até elencá-las. Se esse aperfeiçoamento, tanto na regulação no downstream lá na distribuição, quanto também essa liberação de capacidade no setor de transporte e essa promoção de concorrência na parte do upstream for feita, os ganhos para a sociedade brasileira são tão múltiplos que é difícil, mais uma vez, reitero, elencar os benefícios esperados que estão ali propostos.

Em particular, no setor de combustíveis, as três principais agendas que nós temos acompanhado já foram bastante reiteradas aqui, de diversas formas, tanto pela ANP, quanto também na fala dos diversos agentes que aqui estiveram na primeira Mesa. Em particular, gostaria de ressaltar a Resolução CNPE 9, de 2019, que foi um ato que terminou redundando, por circunstâncias, conjuntamente nesse termo de compromisso de cessação de conduta do Cade, desse acordo, de comum acordo com a Petrobras, e esse é o direcionamento básico da Resolução do CNPE, com vista a diminuir a concentração do mercado de refino, 98%, como foi dito aqui, e, com vista a promover a concorrência, teve apoio também do Ministério da Economia.

Houve outra Resolução também, como a gente vai falar aqui, da distribuição de combustíveis, sobre que também foi falada, a Resolução CNPE nº 12, que é basicamente um enforcement para a agência reguladora terminar vários estudos, entre eles, venda direta do etanol, novos arranjos societários. Também há determinações ao Ministério da Economia em particular, o Ministério da Economia como Secretário Executivo do Confaz, para ver melhor essa questão da monofasia tributária, e também há uma agenda aos demais Ministérios do Governo para promover estudos e o Governo ter uma posição em relação a essa parte concorrencial.

Nós também temos trabalhado na política de diferenciação de preços do GLP, como vou falar aqui, e, foi até a última fala do Senador que arguiu aqui o representante do Cade, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhamos, em particular, na Resolução do CNPE, nisso que redundou nessa venda de oito das 13 refinarias da Petrobras que são responsáveis por 98% da capacidade de refino – ressalto aqui a fala do representante do Cade –, que foi uma venda que buscou, esse acordo aí feito se preocupou também para que não houvesse uma transferência de um monopólio público para um monopólio privado, e aí há todo um arranjo, evitando, inclusive, a formação de monopólios locais ou regionais.

É esse o desenho que foi proposto, justamente com esse intuito de ampliar a concorrência e trazer preços competitivos, atrair investimentos. Lembrando aqui também que essa agenda do mercado de gás vai ajudar também, bastante, a essa competição aí do preço de combustíveis, porque até a gente imagina que possa haver, futuramente, no Brasil um mercado inclusive de automóveis também bastante abastecidos pelo gás natural se tudo caminhar na direção que se está pretendendo, o que vai gerar, claro, maior competição nesse mercado.

Também, outra resolução bastante importante, o Décio frisou-a bastante aqui na fala dele, essa questão de que essa é uma resolução que não tem efeitos práticos tão fortes quanto a outra, Senador, que é a nº 9, mas ela é uma resolução no sentido de que recomenda: "Olha, Governo, termina teus estudos, porque a gente precisa ter uma agenda concreta". Então, faz um enforcement aí, até à própria agência reguladora, a vários Ministérios, no sentido de dizer: "Olha, a gente precisa ter uma visão conjunta e alinhada sobre o que a gente quer com a venda direta do etanol". Claro que do ponto de vista concorrencial o Ministério da Economia, por uma questão, como eu falei para o senhor, por uma questão até da natureza, não pode ficar contra essa agenda, porque ela traz, em tese, mais produtores para o mercado, traz uma maior concorrência. Agora, claro que a gente sabe que isso não pode ser feito sem uma forma segura e que traga realmente segurança na transição.

Também os estudos foram no sentido de trazer o fim da tutela regulatória, porque, na verdade, a liberalização da fidelidade da bandeira do distribuidor nos postos, que nada mais é do que a ANP deixar de fiscalizar se essa fidelização da bandeira está existindo ou não, e também outros usos do GLP que possam existir, porque hoje existem várias restrições para o uso do GLP, entre outros estudos, mas, nesse sentido, de a agência finalizar a visão dela sobre esses vários segmentos aí do mercado de combustíveis.

Além disso, também essa resolução do CNPE também recomendou ao Governo, e são vários Ministérios, quais são os arranjos societários possíveis nesse setor, como é que a gente define aqui o acesso aos oleodutos. E, como o Décio aqui enfatizou, a monofasia tributária precisa do Confaz, em tese, se não for aqui, por esta Casa, vocês vão se definir ou não? Então, é uma resolução que pede, recomenda que todas essas partes que são envolvidas na política pública aqui do setor de combustíveis possam terminar seus estudos e deixar claro para a sociedade o que querem. Assim eu entendi essa Resolução nº 12.

E, inclusive, ao próprio MME há uma recomendação, que fez parte aqui da agenda deles, como eles colocaram aqui, que é a agenda do Governo, do setor energético, que o MME se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articule com outros órgãos para acelerar e aprofundar esse combate à sonegação e a adulteração de combustíveis. O nosso papel lá, no Ministério da Economia, é sempre no sentido da ampliação da concorrência com vistas a trazer preços mais competitivos e a atrair investimento.

E assim, também, a gente tem buscado o fim da diferenciação de preços também no GLP. Hoje a gente tem um entendimento no Ministério...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... de que esse fim da diferenciação de preços deve vir concomitantemente ao fim da política que hoje é estabelecida pela Petrobras e essa política tem que ter uma maior clareza para o mercado. Então, ele teria que vir, como hoje há indícios de que esse preço está um pouco acima no mercado internacional, você teria que mudar a política, acabar com a diferenciação e a Petrobras seguir o preço do mercado internacional de maneira mais transparente.

Enfim, é essa que é a nossa fala aqui, Senador, no sentido de dizer que quem lidera a política de combustíveis no Governo e quem tem realmente a dizer sobre a formulação, o que vai acontecer é o Ministério das Minas e Energia. O nosso foco lá, no Ministério da Economia é sempre no sentido de lembrar ao Ministério das Minas e Energia que a gente deve focar na ampliação da concorrência e arranjos de mercado...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... que possam trazer maior competição. E enfatizar que o CNPE e o Cade têm sido fundamentais para sinalizar a mudança na política energética nacional.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Alexandre.

E já passo aqui para o Leonardo Gadotti, também para fazer a sua exposição.

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Izalci!

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Bom dia, Senador Izalci! Eu queria, em nome da Plural e das suas associadas, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, discutindo esse tema de tamanha relevância. Da mesma maneira, cumprimento a Senadora Zenaide, o Senador Zequinha, o Diretor Décio, aqui representando todos os demais companheiros de Mesa, senhoras e senhores, bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe uma apresentação que, de alguma maneira, mostra, os gráficos podem ser muito similares, mas vou tentar sumarizar da melhor forma possível. Inicialmente, o código nosso de integridade é importante citar, a Plural aí, em observância ao seu Código de Integridade e Conduta, não trata, entre outros, dos seguintes temas: preço dos produtos comercializados pelas associadas ou seus concorrentes, incluindo descontos concedidos, margens de lucro, condições de venda e concessão de crédito a clientes, mudanças programadas de preço e quaisquer outras questões que impactam o preço de venda final.

As informações que os senhores estarão vendo hoje aqui são baseadas em dados históricos e agregados e dados públicos.

Sobre a associação propriamente dita, esses são os nossos associados, grandes empresas na área de distribuição de combustíveis, logística primária e produção de lubrificantes. São 16 sócios no total.

Inicialmente, eu queria mostrar, para colocar em perspectiva, o crescimento esperado de oferta e demanda até 2027. Isso são dados da EPE e que demonstram que particularmente no óleo diesel nós temos, até 2027, considerando um crescimento de PIB eu diria que modesto, na ordem de 1,5%, 1,8%, 2% ao ano no máximo, estamos falando em crescimento do consumo de óleo diesel da ordem de 50% versus a oferta que existe hoje no mercado, basicamente de produto produzido no Brasil pelas refinarias da Petrobras.

Biodiesel também, uma distância de praticamente 50% acompanha no diesel, logicamente. Gasolina, em função do programa RenovaBio, um crescimento bem menor, mas, no etanol, a gente vê também algo em torno de quase 50% de crescimento entre agora, a oferta de hoje do mercado, e a oferta planejada para 2027.

E, para isso, a gente precisa, para chegar nesse ponto, de atração de investimentos, como a gente vem discutindo aqui, destravamento da infraestrutura. Acho que o Governo já deu uma boa demonstração com os leilões recentes aí, de alguns portos, o que facilita a cabotagem. A gente precisa de uma política para biocombustíveis, um marco nessa questão, de como é que vai funcionar. Recentemente, vivemos a questão de represamento de preços por parte da Petrobras, um sofrimento enorme por parte dos produtores de etanol, o que praticamente inviabilizou, durante algum tempo investimentos na área. Agilidade no que diz respeito a licenciamento ambiental. Não se pode conviver, para se obter uma primeira licença de projeto, são quase dois anos espera para se ter um licenciamento ambiental. Se a gente quer atrair investimentos, a gente precisa ser, de alguma maneira, mais ágil nessas questões. E, logicamente, melhoria do ambiente concorrencial, sobre que a gente vai poder ver, à frente, algumas sugestões.

Isso são dados feitos por uma consultoria contratada, o BCG, baseado naquela estimativa de demanda para 2027. As perspectivas de investimentos de curto prazo no Brasil, estamos falando aí em menos de dez anos agora, são de R$82 bilhões na área de infraestrutura basicamente. Estou falando aí em dutos e não são novos dutos, simplesmente melhorar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições dos dutos atuais, dos dutos de mercado. Em níveis de terminais portuários, R$1,6 bilhão, expectativa para que melhorem as condições dos nossos portos. Em ferrovias, não estou falando de novos trilhos, mas simplesmente de mais material rodante e terminais ferroviários, estamos falando na ordem de R$3,9 bilhões de investimentos.

Para se fazer frente àquela demanda estimada de biocombustíveis, são necessários R$38 bilhões, mais de R$38 bilhões na construção de novas usinas, seja de etanol, seja de biodiesel, e a infraestrutura multissetorial, que também agrega outros setores da economia, além de combustíveis. Aí, eu falo de novas ferrovias, novos portos, novos aeroportos, mais R$37 bilhões.

Então, isso é o que a gente precisa para destravar as questões de infraestrutura. E, só para os senhores terem uma ideia, é um exemplo que eu cito sempre. Quando se fala de infraestrutura em combustíveis líquidos, hoje um navio de um importador, como o da Abicom ou de uma das distribuidoras sócias da Plural, mesmo da Petrobras, um navio de 40 mil toneladas aporta em Santos, ele carrega mil bitrens para que esse produto seja escoado de Santos hoje. É a única forma de escoamento de Santos. Os dutos estão sobrecarregados e não há outra maneira de você tirar o produto de lá. Então, para ver o problemão que nós temos na área de infraestrutura.

Aqui eu procuro mostrar, em algumas janelas de tempo, o que já vem acontecendo no nosso mercado quando se fala de precificação. Eu acho que nós já tentamos de tudo se nós voltarmos no passado. Lembrando um pouco, até 1993, tínhamos o monopólio, alta inflação, os preços eram controlados. Quando se anunciava preço de aumento de gasolina, isso era manchete especial no jornal, a televisão parava para dar esse anúncio e isso era um gatilho para subir preço de todos os produtos. Isso causou um trauma na sociedade brasileira e hoje existe uma memória nossa que se lembra desse tempo de inflação quando se fala de aumento de preço de produto. Isso ainda continua indo para as primeiras páginas dos jornais. O que não acontece em economias mais modernas.

Muito bem, lá, em 1994, tivemos o Plano Real, que estancou as questões inflacionárias, em 1997, a lei do petróleo é promulgada, a criação da Agência Nacional do Petróleo, um novo marco regulatório, liberação de preços, criação de 350 novas distribuidoras no Brasil, uma avalanche de liminares e começamos a viver as questões ligadas à sonegação. E, sempre, o nosso consumidor, que é a quem interessa no final ter produtos de qualidade, preço e segurança, vem sofrendo com isso desde o esse princípio. Quando a gente voltar na época, lá, do monopólio, os postos fechavam às 8h da noite, os senhores lembram, não abriam nos fins de semana, eram reajustes frequentes, filas nos postos para carregar, não aceitavam cartão de crédito, muito mal e mal com cheques você podia pagar. Isso é um passado recente nosso.

Isso veio evoluindo ao longo do tempo. A gente conseguiu, na fixação de um marco e liberação de preço, novas ofertas para o consumidor. Isso começou a melhorar, os postos começaram a abrir. Chegamos na estabilidade artificial que vivemos entre 2005 e 2015. Começamos a abrir para importação, meio que vaga-lume – começa, para –, porque esse controle de preços por parte do Governo afetou também essa questão de importação, afetou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimento e nós vimos, naquela época, saírem do Brasil grandes empresas distribuidoras, como Esso, ExxonMobil, como Texaco, como Repsol, como a Jeep. Essas empresas foram embora do Brasil, por quê? Questões ligadas, principalmente, a sonegação, adulteração, o ambiente de negócios se corrompeu naquele momento. E agora estamos vivendo, desde 2016, a primeira tentativa nossa, porque acho que chegamos a um ponto importantíssimo. A gente está começando a modernizar esse mercado no que diz respeito à precificação, que é a PPI, Paridade por Preço Internacional.

Então, o mercado é quem está definindo preços. Na ponta, a gente consegue ver uma volatividade. A sociedade tem que começar a aprender a conviver com a volatividade no preço do óleo e câmbio. Acho que a gente ainda traz aquela nossa memória de que a gasolina, o preço da gasolina é algo muito importante e cada vez que aumenta, vai para a televisão. Nós temos um problema de comunicação. A gente tem que informar melhor a sociedade sobre como esses preços funcionam, como é que esse mercado funciona em economias mais modernas. A gente necessita atrair urgentemente investimentos. E investimentos a gente vai atrair na medida em que demonstra que quem controla preço é mercado e não é governo. Por fim, nós precisamos buscar novas fontes de suprimentos, seja nas questões de refino, com novas refinarias, com investimentos nas atuais ou com novas fontes de suprimento, basicamente através de importação de produto. E com isso levar maior eficácia, com benefício, ao consumidor. É isso que no final interessa.

Isso aqui é um exemplo, um estudo feito pelo BCG, a avaliação das refinarias do parque de refino da Petrobras antes – é um exemplo interessante –, antes da aplicação da PPI, da Paridade de Preço Internacional, quando diversos bancos internacionais avaliaram o parque de refino da Petrobras em US$1 bilhão, se fôssemos levar as questões da forma como o preço era fixado no Brasil até então. Do lado direito, os senhores e as senhoras vão ver que, na medida em que se implementa Preço de Paridade Internacional, quando as refinarias podem vender o seu produto baseado nos mercados e na concorrência externa, esse mesmo parque de refino passa a ser avaliado em R$36 bilhões. É isso que o investidor quer na prática ver para poder trazer dinheiro para esse negócio no Brasil.

Agora eu trago um exemplo na prática do que vem acontecendo com preços nesses primeiros seis meses do ano no Brasil. Então, já dentro do mercado a PPI, usando o Preço de Paridade Internacional, de janeiro deste ano até agora, recentemente, 22 de junho, você tem a decomposição do preço da gasolina. Já foi dito aqui e não vou voltar, mas o que é importante é que, enquanto na refinaria os preços cresceram 15%, que é o que é anunciado nos jornais, nas bombas só cresceram 3% nesses primeiros seis meses do ano. Então, esse é um problema de comunicação que nós temos hoje no Brasil. Na medida em que se anuncia que o preço sobe na refinaria tantos por cento, esse preço não sobe linearmente nas bombas. Há outros fatores de decomposição de preço ou composição de preço que vão impactar aquele preço final. E é isso que a gente tem que, num esforço enorme, informar a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só o exemplo claro está aí. São preços públicos, publicados pela ANP e que demonstram que, enquanto sobe 15% na refinaria, o etanol anidro caiu três; o preço PIS/Cofins não aumentou porque é um preço absoluto, é um valor absoluto; o ICMS subiu 2%; margens de revenda, frete e distribuição caíram 9%.

Quando a gente vai para o diesel, a mesma fotografia, entre janeiro deste ano e junho, dia 22 de junho, os preços na refinaria subiram 14%; biodiesel caiu os mesmos 14%; ICMS, que já foi exposto aqui e que tem um fator que agrega custo nessas situações, subiu 1%; margens de distribuição, revenda e fretes caíram oito. O preço na bomba só subiu quatro. Então, isso tem que ser comunicado. É isso que a gente tem, através de um esforço grande, que comunicar e não simplesmente o preço que hoje acontece na refinaria.

Se nós pegarmos o que aconteceu desde a aplicação do PPI, os diversos momentos que aconteceram entre 2017, junho de 2017, e agora, a gente consegue vislumbrar que o preço do petróleo, o preço do cru é aquela faixinha roxa dentro dos preços da gasolina. As faixas são assimétricas, ou seja, o que acontece na gasolina, o que acontece no petróleo vai acontecer nas outras faixas de composição de preço da gasolina.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Então, quando vocês olham a parte branca, é o que se demonstra como fretes, margens. E o preço final de bomba está lá em cima, R$4,45 agora, na última pesquisa.

Quando a gente vai para o óleo diesel é exatamente a mesma figura. As faixas são assimétricas. Quando sobem, sobe o ICMS; lá em cima, os preços bomba; quando cai, o preço cai da mesma forma, da mesma maneira. Isso são dados públicos, compostos aqui para demonstração do que vem acontecendo no mercado desde 2017.

Bom, por fim, só para voltar ao ponto inicial da nossa conversa. Quais são os pontos fundamentais, porque já foram vários ditos aqui estou só reforçando, para atrair e reter investimentos tão necessários para o Brasil poder desenvolver esse mercado. Primeiro, livre competição. O PPI já é uma demonstração disso. Ter um mercado como definidor de preço. Ele é quem vai dizer amanhã... E aquela questão, quando eu demonstrei o que acontece na gasolina ou no diesel, subiu 14, na bomba só subiu 3, aquilo é mercado trabalhando, é o mercado sendo na prática desafiado. Multiplicidade de oferta no suprimento de derivados. Eu acho que é o passo que está sendo dado na questão das refinarias é um, mas precisamos trazer, importar preço. Importação de preço faz o preço da refinaria, dá o molde do preço da refinaria. Por isso é que é importante o PPI. Eu preciso ter infraestrutura boa, eficiente para poder trazer produto de fora e fazer competição com a refinaria; estabilidade regulatória que promove a competição saudável sem dúvida é importante; simplificação tributária, senhores.

Hoje o Brasil tem 27 legislações de ICMS. Cada um dos produtos tem uma alíquota diferente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Trânsito de produtos entre Estados é uma loucura. A sonegação no setor hoje, avaliada pela Fundação Getúlio Vargas, é de R$4,9 bilhões por ano. Nós precisamos urgentemente simplificar as questões tributárias no Brasil para poder estancar essa questão da sonegação e da inadimplência. Por fim, importantíssimo para atração de investimentos é a garantia da segurança jurídica, com a aplicação efetiva da lei.

E aqui eu faço um apelo aos Srs. Senadores e Sras. Senadores. No âmbito do Senado Federal, nós estamos com uma aprovação do PLS 284, 2017, da Senadora Ana Amélia, que fala sobre o devedor contumaz. Nós temos um segmento no setor, infelizmente, empresas que são constituídas para sonegar. Esse é o modelo de negócio.

Infelizmente, na hora em que essas empresas vão às secretarias estaduais de Fazenda e o caso chega à Justiça, a Justiça não consegue identificar, separar o devedor eventual, aquele que por algum problema de caixa não paga, porque está com problema financeiro, daquele que tem como modelo de negócio sonegar. E esse PLS vai ajudar, vai dar respaldo para a Justiça para identificar e punir esse devedor contumaz. Então, fica aqui o apelo final para esta Casa.

Senador Izalci, muito obrigado pela oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Leonardo e já passo imediatamente ao nosso Consultor Técnico, Paulo Cesar Ribeiro.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Izalci, os Senadores presentes, todo o público, os companheiros de Mesa. É uma honra estar aqui.

Eu fui Engenheiro da Petrobras desde a década de 1980. Depois fui Consultor Legislativo da Câmara, do Senado; aposentei-me como Consultor Legislativo da Câmara, mas não deixei de ser Engenheiro da Petrobras. Então, muito honrosamente estou aqui representando a Associação dos Engenheiros da Petrobras. Essa primeira fala minha aqui vai ser em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Queria muito agradecer ao Presidente, o Felipe Coutinho, que muito generosa e honrosamente me concedeu esta oportunidade. Agradecimentos a todos. É uma honra estar aqui.

Vou falar um pouquinho, fazer uma introdução, falar sobre o que é de fato PPI. A Aepet, muito objetivamente, traz aqui uma proposta de preço para a Petrobras. E eu vou transmitir para os senhores essa proposta de preço da Aepet, a sustentabilidade dela, um eventual fundo provisório e as conclusões.

A primeira coisa é falar que o monopólio da União, na área de exploração, produção, pesquisa, lavra, existe, está na Constituição. Então, o refino, o transporte por duto, a exploração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e produção são monopólios da União, monopólios da União. E a União poderá ou não contratar empresas para realizar as atividades dos incisos I a IV do art. 177. Eu até entendo que uma atividade de refino teria que ser uma atividade contratada pela União, porque isso é o que está na Constituição. Aqui se trata de petróleo, refino, gasolina, diesel, como se fosse banana e tal. Mas não é bem assim.

Falo também da Lei 9.847. O abastecimento nacional de combustíveis é uma atividade de utilidade pública, utilidade pública.

Falo sobre PPI. Aqui foi dito PPI, PPI. A Petrobras, não sei se intencionalmente ou não, quando usa PPI, fala que é Preço de Paridade Internacional. Isso não é verdade. PPI é Preço de Paridade de Importação. Fico satisfeito por o representante da Petrobras aqui até ter esclarecido muito bem qual é a política de fato da Petrobras. A política de fato da Petrobras não é Preço de Paridade Internacional; é Preço de Paridade de Importação. O que significa isso? Que o diesel produzido pela Petrobras no Brasil, na refinaria da Petrobras, é vendido no Brasil a preço mais alto do que o do mercado internacional de onde vem o diesel, que é o dos Estados Unidos. Então, isso aí tem variado no tempo, mas aquela medida provisória lá do ano passado que estabeleceu a subvenção econômica de R$0,30 por litro deixou muito claro que aquela subvenção econômica, de certa forma, está associada a essa diferença entre o Preço de Paridade Internacional e o Preço de Paridade de Importação. Isso aí varia um pouco no tempo, mas os R$0,30 por litro é um valor bem razoável.

E eu quero fazer aqui uma crítica à administração da Petrobras por aceitar uma subvenção econômica de R$0,30 por litro para um produto que não é importado. Esse produto não é importado. Como é que ela recebe uma subvenção? Subvenção econômica é uma coisa muito séria para atividades que não são lucrativas. A Petrobras, com um lucro altíssimo... Como é que a administração da Petrobras aceita receber do miserável povo brasileiro R$0,30 por litro de um diesel que é produzido no Brasil com petróleo do Brasil?

Então, está clara aí a diferença entre PPI, Preço de Paridade Internacional e Preço de Paridade de Importação? A Petrobras pratica Preço de Paridade de Importação para um produto que não é importado. Então, isso aí, para a gente, já é uma coisa inacreditável.

Então, segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobras – está publicado no sítio –, a margem de lucro operacional da Petrobras, isto foi no dia 15 de maio de 2019, está na faixa de 109%. Isto quer dizer o quê? Que nós somos extremamente eficientes, que nós temos uma empresa extraordinária, que é a Petrobras, e não sua administração, porque quem está lá produzindo petróleo são os técnicos. E eu trabalhei lá no início da produção em águas profundas. Então, são os técnicos, que garantem essa margem altíssima, pela competência técnica dos engenheiros e dos técnicos.

Então, a Petrobras produz um diesel que custa R$1,11 por litro e está vendendo hoje a R$2, com uma margem... Vende a R$2,09 ou R$2,08, não sei, com uma margem de 109%. Então, o que nós temos no Brasil é uma empresa extremamente eficiente que tem um custo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção – isto por alto; é abaixo de US$40 o barril –, tem um custo médio de refino de US$2,5 por barril. Isso é o custo médio de refino da Petrobras.

Em um país sério, o baixo custo de produção é aproveitado para cobrar pouco do consumidor. Aqui, não. Nós temos um baixíssimo custo de produção e temos uma margem de lucro operacional de 109%. Então, a Aepet, apesar de reconhecer que isso beneficia a Petrobras, vender a R$2,09, e não vender a R$1,7 ou R$1,8, que é o preço nos Estados Unidos, mesmo assim a Aepet reconhece a importância de se praticar um preço que não seja o Preço de Paridade de Importação.

O que aconteceu com esse Preço de Paridade de Importação? Houve a possibilidade, no Brasil, de haver um grande aumento, porque nós saímos de um preço que, de certa forma, era controlado de fato – e eu tenho críticas à política anterior, do Governo PT, severas críticas, por sinal –, mas o fato é que subiu o preço do diesel, subiu o preço na bomba... Quando você pratica PPI, que é o Preço de Paridade de Importação, você abre para a importação do produto. Por quê? Porque você passa a ter um mercado competitivo em cima do PPI, que é mais alto que nos Estados Unidos, que são esses R$0,30 por litro.

Com esse PPI, qual é a consequência mais dramática para o Brasil? É que as refinarias ficam ociosas. Estão falando aqui que é preciso aumentar as refinarias do Brasil. Nós estamos com 30% de ociosidade nas refinarias do Brasil. Sabem por quê? Por causa do PPI, por causa do Preço de Paridade de Importação. Se a Petrobras praticasse o preço lá dos Estados Unidos, o Brasil seria autossuficiente em diesel. Nós podemos produzir perto de 50 bilhões de litros de diesel e mais 5% de biodiesel. Nós não seríamos nem importadores de diesel. Vejam que é surreal. É surreal a gente cobrar do povo brasileiro um preço mais alto que o de lá dos Estados Unidos. Ali está 24%, mas o último dado que eu peguei mostrava 28% de ociosidade das refinarias.

A consequência disso é que a refinaria fica ociosa e a Petrobras passa a exportar diesel. Ela não vai refinar. Em vez de ela usar os 30% que estão ociosos, ela exporta o petróleo cru. Então, isso aqui é um modelo colonial. Sabem o que é modelo colonial? Ser exportador de matéria-prima. Sabem o que é refino? É atividade industrial. Dá lucro em qualquer situação. Você compra matéria-prima, industrializa e vende o produto. Você sempre vai ter uma margem de lucro. É claro que varia ao longo do tempo, mas é uma atividade importantíssima, industrial. Nós estamos caminhando para o modelo... Como é o modelo do minério de ferro. Nosso modelo do minério de ferro é esse modelo colonial de exportar minério de ferro e comprar aço da China, e nós fazemos a mesma coisa com o óleo diesel.

É importante demais mencionar aqui que a resiliência financeira da Petrobras depende mais da atividade de refino. Então, a gente teve... Olha o que é o preço do petróleo! Vai a 120, vem a vinte e poucos... Hoje, nós estamos a 65. Isso aí é o mercado de petróleo. Sempre foi assim. Altíssima volatilidade. Mas, mesmo com essa volatilidade toda, a geração de caixa da Petrobras, o Ebit da Petrobras é muito estável. Por que é muito estável? Porque tem o refino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, privatizar refinaria, vender refinaria... Nenhuma empresa cogita fazer o que a Petrobras está fazendo, com esse aval do Cade. Isso chega a ser... Não vou nem falar o que é isso.

Então, a Petrobras propõe uma nova política de preço, tem várias considerações aí, mas o fato básico é o seguinte: ter como base lá o preço lá dos Estados Unidos, de onde vem o diesel... Quando sobe muito, a gente caminha para um preço de paridade de exportação e também considera custos. Nosso custo é muito baixo, tem fórmulas, fórmulas complexas... Eu não vou entrar nessa fórmula aqui, mas quem quiser conversar comigo, a gente discute todas essas fórmulas aí.

Mas o importante é o resultado dessa política que a Associação dos Engenheiros da Petrobras está propondo, que é a redução em relação ao preço dos Estados Unidos. Por exemplo, hoje a gente está aqui perto de 70. Nós estamos com um brent a 65. Então, nós estamos ali com R$2,35 para R$2,01. Então, hoje geraria uma redução lá no preço na refinaria de 34. Se o preço do petróleo subir muito, chegar a R$3,74, essa redução aumenta muito, e a Petrobras praticaria só R$2,97.

Tudo isso que a Aepet fez é com base no quê? Num preço justo e em alta rentabilidade. Aqui não tem baixa rentabilidade, não. Isso é alta rentabilidade. Então, é sustentabilidade econômica absoluta para a Petrobras.

Se a gente tiver que importar... Vamos dizer que a importação, no caso do óleo diesel, é residual. Nós estamos ali com 49 bilhões, 50 bilhões em produção, 10% de biodiesel... Se tiver que importar, é residual. Aí, realmente, a gente precisa, talvez, criar um mecanismo... Eu sugiro um mecanismo até similar ao que foi criado no ano passado, que foi aquela subvenção econômica. Mas não é uma subvenção econômica de R$9,5 bilhões; é uma subvenção econômica de alguns milhões. Nós não vamos dar subvenção econômica aqui para a Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Isso não tem o menor sentido.

Eu queria fazer um comentário aqui. Senador, é o seguinte: o Fonseca, que é o Presidente da Abcam, quebrou o pé e não vai poder vir, mas pediu para eu o representar aqui. Ele me deu carta branca para falar também aqui em nome da Abcam. Então, eu poderia aqui continuar com a apresentação? É uma pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

Posso falar aqui em nome da... Posso continuar, então, aqui... Vou falar alguns minutos mais aqui, em nome da Abcam, está certo? Estou autorizado?

Bom, então, eu trouxe aqui... Isso aqui é, de certa forma, para fazer uma acusação. Apesar de não estar sendo muito claro ali, quero fazer aqui uma acusação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A TAG... Eu vou falar da TAG aqui, porque o mesmo raciocínio da TAG se aplica às refinarias. A TAG é uma empresa que teve uma receita de 4,9 bilhões no ano de 2018 e de 4,5 bilhões em 2017 e tem um custo dos serviços prestados de 1,098.

Primeira pergunta que faço aqui, até para o Sr. Décio Oddone, Diretor-Geral da ANP: o monopólio natural, que tem que ser regulado pela ANP... Uma empresa tem uma receita de 4,9 para um custo de serviço prestado de 1 bilhão? Quatro vírgulas cinco vezes mais? Aí você fala: "Mas...".

No caso da Petrobras, não tinha tanto problema, porque ficava tudo dentro da Petrobras. A TAG era uma subsidiária integral, pagava... A TAG era do mesmo grupo. Aquele custo ali é, basicamente, Transpetro. Tudo lá dentro do mesmo grupo. Quando você venda a TAG, como ela foi vendida, por 8,6 bilhões... Então, a TAG por 8,6 bilhões... Eu vi aqui o número de refinarias: 36 bilhões... São esses números altíssimos.

O que representa a venda da TAG? A impossibilidade, qualquer possibilidade de redução do custo do transporte de gás natural no Brasil. Por quê? Elas vão pagar 8,6 bilhões. Vinte e dois bilhões... Isto de dólares. Dá uns R$35 bilhões. Já foram contratados empréstimos de 22 bilhões, de bancos... Até o Banco do Brasil. Acho que Itaú, Bradesco... Custo financeiro alto. Vinte e dois bilhões é o contratado.

A privatização da TAG representa simplesmente a inviabilidade técnica de se reduzir, porque eu entendo que regulação de um monopólio natural é uma regulação por custo. Então, a Petrobras poderia realmente ter um custo baixíssimo de transporte do gás, por quê? Porque ela tem a Transpetro operando com baixíssimo custo.

Como os compradores da TAG vão ter que recuperar US$8,6 bilhões, vão ter que recuperar os encargos financeiros que vão pagar dos empréstimos, vão chegar lá na ANP para o Sr. Décio Oddone e falar assim: "Olha, esse aqui é o monopólio natural, mas olha aqui a minha planilha de custos. Minha planilha de custos, para recuperar os 8,6 e os encargos, eu vou precisar ter uma receita de 4,9 bilhões, que é a receita da TAG". E foi só por isso que ela comprou. E tem mais, não tem risco nenhum nisso aqui. Isso aqui é capitalismo sem risco. Esses contratos, tudo Ship-or-Pay, tudo Ship-or-Pay. Atividade toda vendida. É receita garantida. É o capitalismo sem risco. Agora eu queria ver essa empresa construir indústrias, aumentar a malha de indústria no Brasil. Não, vem nesse tipo de coisa, está certo?

Como muito bem colocou aqui o Diretor-Geral da ANP, a gente realmente, a gente praticou... A Petrobras, de 2002 até 2014, a Petrobras praticou, na média, preço do mercado internacional do diesel e da gasolina também muito próximo. Isso aqui não acho que prejudicou o povo brasileiro, não; diretamente, não, mas isso aqui tem repercussão, sim. A Petrobras não deveria ter feito isso, a não ser que o Brasil tivesse uma política fiscal que incentivasse a construção de refinarias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por exemplo, você tem – vamos falar só de tributos federais – PIS, Cofins e Cide, no diesel não tem Cide, hoje está zerado, mas já teve. Então, você tem que ter uma política fiscal para que, com uma política dessa, tenha investimento no Brasil em refino. Com essa política da Petrobras, fica dois anos, três anos acima, dois, três anos abaixo, é impossível qualquer investidor privado investir no Brasil de fato. Concordo, essa política não poderia ter sido executada sem uma política fiscal que gerasse investimento e até gerasse importação. Se nós não temos refino, vai ter que importar, reduz o tributo da importação. Se nós não temos refino, precisa reduzir, precisa fazer investimento em refinaria, reduz o tributo para quem vai investir em refino.

Agora, tem a contraparte que seria o quê? Um problema no Orçamento Geral da União, que você vai ter que fazer um subsídio.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, o que que eu proponho? Isso aqui já é uma proposta minha. Eu sempre propus isso. Para esse resíduo, se tributasse a exportação do petróleo cru.

Não sei se os senhores sabem, mas a Rússia tem uma capacidade de refino duas vezes maior que o Brasil. Enquanto nós não somos autossuficientes em refino, a Rússia tem uma capacidade de refino duas vezes maior do que o consumo da Rússia. E como é que ela conseguiu isso? Tributando a exportação do petróleo cru. E lá na Rússia, por incrível que pareça, tributa-se até a exportação do derivado e gera-se um preço mais baixo para o povo Russo.

Eu não estou nem defendendo isso aqui, apesar de que, conceitualmente, está correto. Agora a diferença é muito grande. Na exportação, é 60% do Imposto de Exportação; no derivado, é 30%. Eles agora dizem que vão acabar com isso até 2024, mas, é claro, já construíram um parque de refino daqueles, já construíram toda a indústria de petróleo, talvez vá para o mercado concorrencial.

Então, eu falei da TAG, eu vou falar aqui do refino. A privatização das refinarias acaba com qualquer possibilidade de preço baixo aqui no Brasil de óleo diesel e de gasolina. Simplesmente por quê? Por causa de custo.

Se a Petrobras tem um custo de 1,042 por litro de diesel, o comprador... Aqui eu pus colocando US$20 bilhões; se for US$86, vai dar mais. Então, vai ter o custo de capital. Quem é que produz 1,1 milhão de barris por dia, no Brasil? Só a Petrobras. Esses compradores da refinaria vão ter que importar ou comprar da Petrobras. Por quanto? Por 65. Chega lá em 1,8, que já é maior do que o preço nos Estados Unidos hoje. Então, aqui, é inviabilizar qualquer possibilidade de o povo brasileiro ter um combustível a preço razoável.

Agora, a gente compara. Nós Estados Unidos são 135 refinarias. São 29 lá no Texas. Aquilo lá no Texas, que gera o preço lá no Texas, o preço lá no Golfo dos Estados Unidos, que no diesel, hoje, deve estar 1,7, 1,8, é porque lá tem concorrência. Lá, só no Texas, são 29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

refinarias. Lá tem concorrência. Olhem a margem, a rede de dutos dos Estados Unidos, é uma coisa gigantesca. Então, lá, há concorrência.

Aqui é isso. Quem disse que tem monopólio regional no Brasil não sou eu. É só vocês pegarem o estudo técnico do BNDES, do ano passado, que fala que aqui no Brasil nós temos o quê? Lá são 135, aqui a Petrobras tem 13. É 98% do refino. Onde poderia haver competição, que tem quatro – no Estado de São Paulo –, não estão colocadas à venda. O que foi colocado à venda é onde tem monopólio regional. Aí falam: "Eu vou competir com a Refap, com a Repar". São só dois agentes. Vai ter que levar de caminhão, talvez, lá do Rio Grande do Sul para o Paraná. Então, é comparar alhos com bugalhos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, para concluir.

Os Estados Unidos têm competição, tem concorrência, e têm um preço, de diesel, de 1,7, 1,8. Amanhã, pode ter um decreto do Presidente da República falando assim: "No Brasil, quando o petróleo for produzido lá e o derivado for produzido lá, vamos praticar o preço do mercado dos Estados Unidos". Amanhã!

Vocês sabem quantos anos nós vamos demorar para sair desta situação aqui em que não se tem duto, em que não se tem refinaria, em que não se tem competição para os Estados Unidos? Talvez séculos. Como o petróleo tem um horizonte talvez mais curto, nós não vamos chegar nunca. Nós vamos privar o povo brasileiro de entregar, amanhã, um preço igual ao dos Estados Unidos – que pode ser amanhã – para entrar numa falsa concorrência, com custos altíssimos, que vão inviabilizar o preço dos Estados Unidos. Não há possibilidade técnica, no Brasil, de se praticar o preço dos Estados Unidos. Por quê? Porque vai ter o custo de aquisição das refinarias e vão ter que trazer um produto importado.

Quero agradecer muito a tolerância e colocar-me à disposição dos senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao Paulo.

Vou passar imediatamente a palavra para Dary Beck Filho, que é Diretor de Finanças, Administração e Patrimônio do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e representante da Federação Frente Única dos Petroleiros (FUP).

O SR. DARY BECK FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e todas!

Queria saudar a Senadora Zenaide Maia, que está presidindo a sessão. Em nome dela, quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes. Quero saudar os que estão nos assistindo, também, pela TV Senado, nesta audiência pública.

Falar por último é sempre um problema, porque muitos dos elementos que a gente vai trazer para o debate já foram colocados. Mas queria, primeiro, desmistificar algumas coisas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram ditas aqui que, para mim, não condizem bem com a verdade. A primeira coisa que me incomodou bastante foi uma cooperação feita entre a Petrobras e a Standard Oil, nos Estados Unidos.

A Standard Oil, nos Estados Unidos, era uma empresa privada. Todos os crimes corporativos que a gente conhece hoje, cartel, dumping, surgiram com essa empresa privada dos Estados Unidos. Eles faziam concorrência desleal de todo jeito. Há vários documentários que falam sobre isso, qualquer pessoa pode assistir, mostrando como atuava o Sr. Rockefeller, como ele enriqueceu sua família, sacaneando seus competidores das formas mais variadas, negando trem, negando trilho para transportar produtos. Aí, comparar com uma empresa estatal, monopólio criado por um movimento popular, que foi O Petróleo é Nosso, uma empresa de estado com uma empresa privada é, no mínimo, uma desonestidade intelectual feita aqui.

Uma tinha uma função absoluta de procurar o lucro máximo, de qualquer jeito, que era a Standard Oil, enquanto que a Petrobras sempre teve, enquanto foi monopólio, a função de garantir o abastecimento de combustíveis a preços justos em todo o Território brasileiro. A Standard Oil não tinha essa tarefa, não procurava ter essa tarefa. Então, essa comparação é indevida.

A segunda questão que vi aqui, quando o pessoal fala que petróleo é que nem café, açúcar, soja, é uma commodity, é uma mercadoria, que nome bonito esse. Aí eu pergunto para os que estão me assistindo e me ouvindo: o que aconteceria com o mundo se acabasse o café hoje? O mundo iria parar? Não, o pessoal iria tomar mais chá, outras coisas. Lá no Rio Grande do Sul, iriam tomar mais chimarrão. É isso aí – obrigado, Senador. Quero saudar aqui o Senador Izalci, que voltou aqui –, então, o mundo ia continuar.

Agora faço o mesmo exercício com o petróleo. O petróleo acabou, não tem mais petróleo. O que vai acontecer com o mundo? Vai acabar o mundo! Sabem aqueles comentários de fim do mundo? Um daqueles tem um meteoro, um ataque zumbi, um vulcão, um deles é o fim do petróleo. Se acabar o petróleo hoje, três quartos da população do mundo morrem de fome rapidamente, porque não tem transporte, não tem comida, não tem roupa. Então, dizer que petróleo é igual a soja, igual ao café!

Desde a primeira guerra do Iraque, todas as guerras que houve no mundo têm a ver com petróleo, todas as guerras: Argélia, Síria, Afeganistão. Eu não vejo os Estados Unidos movimentando grandes porta-aviões por causa do café. Então, essa é outra comparação indevida. A gente tem que parar de falar essas falácias, essas mentiras para tentar enganar as pessoas. A gente tem que dizer para a população que está nos escutando a verdade: petróleo é um insumo especial e essencial para a nossa civilização.

Se sumir o petróleo, a civilização que existe hoje no mundo rui, ela vai virar outra coisa. Não tem substituição para o petróleo, não tem área agricultural para plantar soja para criar biodiesel e cana para etanol, não existe. Não existe avião cargueiro que vá funcionar com etanol, não existe. A tecnologia hoje não chega e não vai chegar. Existe uma questão intrínseca do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

petróleo, que entrega uma quantidade de energia muito além do que qualquer outro tipo de insumo de energia primária, como a gente chama o petróleo. Então, essas comparações são indevidas.

Vamos falar do preço. Foi falado muito aqui do preço, do preço do diesel. Achei interessante que não apareceu nenhuma apresentação sobre o preço do gás de cozinha aqui. Só falaram que o preço do gás de cozinha tem um custo de R$29, mas o povo brasileiro está pagando 80, 75. Por quê? Onde está essa diferença? Quem ganha com essa diferença? As distribuidoras privadas. O setor privado está enfiando a mão no povo brasileiro, no GLP, no gás de cozinha. Então, as donas de casa de Pernambuco têm que usar espiriteira com álcool, o que criou uma epidemia de queimaduras, porque as empresas privadas do setor, com todo respeito ao palestrante aqui, estão lucrando o máximo possível com o gás de cozinha.

"Ah! Mas, se venderem as refinarias vão baixar os preços". Veja bem, o Paulo já falou ali da questão da composição. A pergunta óbvia é qual empresa privada internacional que vai comprar uma refinaria no Brasil para cobrar menos que o preço internacional? Isso é falso. Quem diz isso mente. Eu digo aqui que o Presidente da Petrobras mente, é um mentiroso quando diz que vender as refinarias vai baixar o preço. Quero que ele me mostre tecnicamente qual empresa vai entrar no Brasil para cobrar menos do que cobra lá fora.

Essa política de preços de importação submete o povo brasileiro a coisas que ele não vive. Por exemplo, o xeique árabe... Outra coisa que falaram aqui, que o petróleo, que não tem quem comanda o preço do petróleo. Isso é falso, por favor. Eu fico admirado que seja uma pessoa que trabalha na agência reguladora dizer uma barbaridade dessas. O maior produtor de petróleo do mundo é a Arábia Saudita. A Arábia Saudita, se quiser, controla o preço do petróleo de qualquer jeito. Foi o que aconteceu em 2015. Em 2014, o petróleo chegou a bater US$150, aí começou a valer a pena: "Puxei o gás dos Estados Unidos". Aí o que o xeique árabe fez? "Os caras estão começando a produzir lá, eu vou perder mercado". Abriu a torneira. O petróleo bateu US$27. Um dos problemas de caixa da Petrobras foi que a Petrobras investiu para produzir, pensando que iria produzir e ganhar dinheiro a US$70, e, quando viu, o petróleo chegou a US$27. Isso aqui não tem controle de preço. Por favor! Se o xeique árabe da Arábia Saudita acordar de mau humor, ele levanta o preço: "Quero trocar os meus carros de luxo que estão muito velhos, vou comprar tudo novo agora". Pá! Controla o preço e ele manda no Catar, ele manda nos Emirados Árabes. Se o Catar quisesse fazer alguma bobagem, já manda o exército da Arábia Saudita lá: "Bem, quem sabe...".

Então, por favor, não vamos mentir para o povo brasileiro. Estamos mentindo para o brasileiro para aplicar uma política suicida, destruidora, rapinando o povo brasileiro. Para quê? Por quê? É isso que eu quero saber. Eu quero saber quem é que está realmente ganhando dinheiro nesse negócio, que é para ganhar dinheiro, alguém ganhou dinheiro. O povo brasileiro está se ferrando. Greve de caminhoneiro por quê? Porque nós temos que pagar o preço do petróleo importado. Mas que é isso? Que é isso? Qual o sentido disso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa assim: antes da descoberta do pré-sal, nós não tínhamos petróleo suficiente. Realmente a gente iria precisar fazer concorrência, processo de concorrência, iria ter que trazer de fora, nós iríamos ter que importar petróleo se começasse a crescer muito a economia. Depois da descoberta do pré-sal, acabou, nós temos petróleo para dar e vender. Quer dizer, já estamos dando e vendendo, mas... Nós temos petróleo para dar e vender, para segurar a nossa economia, para fortalecê-la.

Nós estamos abrindo mão dessa vantagem competitiva, já que o pessoal gosta muito de mercado, de ter energia barata para quem? Por quê? Aí pergunta-se: "Ah! Mas daí tem que ter um preço aqui, porque daí as pessoas vão botar refinaria aqui dentro". Se o preço aqui dentro é o preço de importação e eu tenho uma refinaria lá fora que está operando a 60%, por que eu vou construir refinaria aqui? Eu boto a refinaria lá fora a 60% e importo. Ponto. Resolvi.

Qual o incentivo que a Equinor, uma empresa que produz petróleo aqui no Brasil, no pré-sal, e a Shell, também que é produtora aqui, qual o incentivo que essas empresas têm de construir uma refinaria no Brasil se elas podem importar das refinarias que elas já têm? Nós vamos entrar numa lógica que é lógica internacional, é o preço internacional.

Os russos têm um grande parque de refino sobrando, sobrando. O que vai acontecer? Eles são grandes produtores de petróleo também, mas talvez sejam meio burros: construíram um monte de refinarias para eles e tal, está sobrando refinaria. Sabe, aqui que é bom, é bom de a gente ter pouca refinaria, vender logo as nossas e tal. Esses caras que trabalham anos produzindo petróleo, são exportadores há séculos, esses não sabem como fazer política com petróleo; nós, que agora descobrimos o pré-sal, descobrimos isso. Agora nós sabemos. Vamos entregar as refinarias logo. Então, por favor...

Outra coisa: o Cade. "Ah! Não pode ter monopólio, não sei o quê". Cada refinaria... O grande ativo de cada refinaria daquelas não é a unidade industrial, é o mercado cativo que a refinaria tem, esse é o ativo. Se até pudesse botar aquele mapinha ali iria ajudar.

Ninguém, ilustre Senadora da Bahia, vai sair da RLAM, como dizem nossos amigos baianos, para comprar gasolina mais barata na Regap, em Minas; ou na Abreu e Lima, em Pernambuco. O grande ativo da RLAM é a Bahia, o mercado da Bahia, mercado cativo. Qual empresa privada vai cobrar preço menor tendo um mercado cativo com os importadores trazendo residual?

Eu já fui de uma empresa. A Refap S.A. foi uma tentativa do Fernando Henrique Cardoso privatizar o refino. Eram 30% só da Repsol YPF. Durante dez anos, estivemos nessa situação lá. O que fazia a Refap S.A., que era uma empresa estatal, mas tinha lá os seus sócios privados, e os sócios privados exigiam que tivesse lucro? Ela cobrava um preço maior do que a Petrobras, no limite. Ela ia no limite: eram R$0,03, R$0,04, R$0,05, R$0,10 para não perder o mercado geográfico. Ela cobrava mais. O que vai acontecer? Vou ter oito refinarias cobrando preço maior porque elas têm... Quem é que vai... Tu vendes a Reman, lá em Manaus. Quem é que vai disputar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mercado da Reman? Ah, por favor, não mintam, tchê! Não mintam! Digam logo que vocês querem entregar isso...

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – porque vocês não gostam dessa empresa estatal maravilhosa que a gente tem que é a Petrobras, que é desenvolvimento e tecnologia, gera emprego, gera renda no nosso País, que vocês querem entregar logo tudo para o capital internacional, porque alguém está ganhando dinheiro com isso.

Para encerrar, eu tenho que fazer uma denúncia aqui. Agora, a gente foi surpreendido esse ano aqui. Foi criada pela direção da Petrobras mais uma jabuticaba: o tal do bônus, que é um tal de Programa de Remuneração Variável – para eles –, que vai dar, segundo os cálculos, para o presidente da empresa algo em torno de R$13 milhões este ano. Olha como é que funciona o sistema. É o seguinte: eu crio uma meta para mim. A direção da empresa criou uma meta: vender refinarias. Se ela vender refinarias, cumpriu a meta e ganha um bônus. Estão rapinando a empresa ainda. Eles vão destruir a empresa e aproveitar para rapiná-la.

Olha, sinceramente, eu sugiro aqui aos ilustres Senadores que investiguem isso que é uma vergonha. É isto: ao presidente R$13 bilhões e cada diretor vai ganhar algo parecido. Para quê? Para destruir a empresa, vai destruir a empresa – é isso –, vai entregando ao mercado o que a empresa tem cativo e que poderia servir para ela alavancar e para garantir o faturamento e ainda vão ganhar um bônus para destruí-la. Olha que lindo isso! Se isso não é corrupção... Sabe? Os "caras" falam muito em corrupção, mas fazem esse tipo de manobra.

Então, chamo, conclamo os Senadores e Senadoras que estão aqui, também os que estão nos assistindo e a população brasileira que nos ajudem. Ajudem-nos, da Federação Única dos Petroleiros...

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – ... e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, a lutar contra essa destruição, rapina que estão fazendo com a Petrobras que isso só vai servir para enriquecer alguns em detrimento de toda a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, agradeço e já vamos entrar imediatamente com os Senadores, mas antes, como autor também do requerimento, eu quero fazer aqui também a leitura dos nossos telespectadores que ligaram no Alô Senado.

Sérgio Melo, do Rio de Janeiro: "Por que Macaé, sendo a Capital Nacional do Petróleo, tem o preço dos combustíveis mais caro para os consumidores?"

Roseli Maria Baran: "Por que não mudamos essa matriz de poluentes? Não temos mais oxigênio na atmosfera. Por que não implantamos energia solar já?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luciano Lopes, do Paraná: "Quais as consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores?"

Sônia Beatriz Silva, do Rio de Janeiro: "Por que não existe um investimento em meios de transportes mais baratos para os combustíveis, como, por exemplo, ferroviário?"'

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro também: "Existe uma política para a diminuição de tantos impostos sobre os combustíveis? Por que um País grande produtor de petróleo tem um dos combustíveis mais caros da América Latina?"

Cheryl Berno, do Rio de Janeiro também: "Não deixem que vendam a Petrobras Distribuidora porque o combustível ficará muito mais caro e não chegará nos locais mais pobres e distantes".

Leandro Alves Souza, do Distrito federal: "Quando é que os usineiros vão poder vender etanol direto para os postos?"

Bem, eu queria fazer uma pergunta para o representante do Ministério de Minas e Energia. Recentemente, o Ministério de Minas e Energia anunciou a criação do programa Abastece Brasil. O programa visa estimular o desenvolvimento do mercado de combustível por meio de inventivo da concorrência do setor. Assim, gostaria de saber como o cidadão na ponta, o trabalhador e o microempresário poderão se beneficiar e quais os impactos esperados para a nossa economia?

E uma pergunta para o representante do Cade: creio que essa seja uma oportunidade para o Cade explicar para a Abicom e para os contribuintes sobre a discussão que tem saído no noticiário que trata a suposta venda de combustível pela Petrobras abaixo da cotação internacional nos principais pontos de importação de combustível no País. Cabe destacar que o mercado é muito sensível, e a política de preço de combustível impacta diretamente o dia a dia do contribuinte final que são os trabalhadores deste País.

Concedo a palavra à nossa nobre Senadora e também autora do requerimento, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Sr. Senador Izalci, nosso Presidente. Em nome de Paulo Cesar Ribeiro Lima e de Leonardo Gadotti Filho, eu quero cumprimentar todos os palestrantes aqui. Esta é uma audiência pública importante porque a gente dá visibilidade à população.

Mas uma coisa que me chamou a atenção da primeira Mesa e eu quero parabenizar a direção da Petrobras e o Ministério da Economia porque as falas foram bem alinhadas. Todos mostraram a mesma coisa: a importância de privatizar. Já foi privatizada TAG, a subsidiária NTS, as refinarias. Então, é difícil... Eu assisto a muitas audiências públicas, mas as falas tiveram um alinhamento que, se você ouvisse uma, era como se ouvisse todas, até os gráficos praticamente eram iguais. Então, parabéns porque a Petrobras, o Ministério da Economia e o Cade, que faz parte, foram unânimes em querer provar aqui para o Brasil que vale a pena vender o patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que me chamou a atenção aqui foi que se falou muito em preço justo, que tinha que se alinhar ao mercado internacional. Para mim, preço justo é aquele que é justo para a sociedade e para o consumidor.

Se houve erros no Governo anterior... Não sou uma técnica, eu sou médica de formação, mas queria dizer o seguinte: se houve erros, não me interessa de que Governo, vamos corrigi-los. Agora, sinceramente, amigos, privatizar um patrimônio... Como a gente diz, não pode ser um monopólio, mas o monopólio é natural.

Nós tivemos aqui... Dois anos atrás, foi privatizada a NTS, que distribuía todo o gás da Região Sudeste. São 2 mil quilômetros. Justamente se vendeu uma empresa cujo valor que foi cobrado é menor do que cinco anos do lucro líquido dessa empresa. Quer dizer, a gente não pode ter o monopólio com a Petrobras ou com o Governo, mas pode ter o monopólio da Brookfield? A gente não pode ter o monopólio da TAG, que é Norte e Nordeste? Eu sou Nordeste. O Rio Grande do Norte era um dos maiores produtores de petróleo em terra, a gente tem uma refinaria que não é das maiores, que é a Clara Camarão, e tiraram logo a autonomia administrativo-financeira dela no final de 2016, juntaram com a exploração do petróleo, Izalci, e ela funciona – eu acho – com menos... A capacidade ociosa deve ser mais de 30%, que de onde a gente vem com a questão das refinarias. O transporte aqui de gás já está... E dizem que a gente precisa de competitividade. Não foi permitido nem licitação. A gente reclamou não foi só porque o Congresso Nacional não participou disso; é porque nem licitação... Ou seja, nós saímos da Petrobras. Não entendo como é que você vende algo que é seu, que dá lucro e que você vai alugar. A Petrobras vai ter que usar os gasodutos, e não existiu nenhum compromisso de ampliar esses gasodutos. Foi falado aqui que são técnicos, que entendem muito mais, mas isso qualquer brasileiro entende.

Esse alinhamento, por exemplo, de gasolina. Como se falou, a gente vende o óleo bruto em real, não se paga nem imposto, e a gente importa a gasolina, o diesel, o botijão de gás. Por mais que se queira apresentar algumas coisas aqui, para a população foi, sim, de R$2,65 a gasolina – teve período aí, teve dia – para R$5.

Os caminhoneiros não vieram aqui representados, mas eu tive uma reunião com eles, e eles se preocupam com isso. O pior disso tudo, gente, é que a gente está vendendo isso tudo num período que há 30 milhões de pessoas entre desempregados e subempregados.

E sobre os impostos? Aí eu falaria: alguém lembra da MP 795, de dezembro de 2017? Depois que foi vendido o pré-sal, o Governo mandou uma MP, que era chamada de um trilhão e não chamou nem a atenção da sociedade, mas a Shell, a British Petroleum, esse povo... Ela se transformou na Lei 13.586, de 2018, e houve a renúncia fiscal de todos os impostos, gente" De todos, e chamou a atenção por isso. Imposto de Renda retido na fonte e IPI, esses dois formam o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios que estão, em sua maioria, sem condições de pagar nem a folha de pagamento. Então, PIS, Pasep, Cofins e CSLL por 25 anos! Nem Estados, nem Municípios e nem Distrito Federal foram consultados e, desde de janeiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2018, deixaram de receber essa quantidade de imposto, que chama a atenção para um País de que, de três a quatro anos, se diz que está falido, que se tem de vender porque está falido.

E sobre essa importância de dar credibilidade aos investidores – desculpem-me, mas eu venho ouvindo isso –, desmontou-se a CLT, tiraram-se todos os direitos dos trabalhadores porque iria gerar emprego e dar credibilidade ao capital que vinha de fora. Fez-se de tudo nesse País para dar essa credibilidade e, para dar essa credibilidade, a gente tinha... Eu perguntei: "Por que vamos anistiar, vamos fazer renúncias fiscais para petrolíferas estrangeiras? "Não, porque é a única maneira de dar credibilidade de elas entrarem no País".

Nada contra essa concessão público-privada, que tem que ter, mas a pergunta que é a seguinte: por que, sempre que vamos fazer essa concessão, Izalci, meu amigo Jaques Wagner aqui e todos que estão me ouvindo, a gente sempre perde autonomia administrativo-financeira?

Quando se privatiza, são 80% da Embraer, são 90% do transporte de óleo. Fica difícil acreditar que a venda do transporte para uma empresa, que a venda das nossas refinarias que estão aí ociosas... Há uma capacidade ociosa, com que a gente podia agregar valor, o que se faz no mundo inteiro, e aqui os técnicos estão provando que o fato que faz a gasolina não baixar é porque a gente está importando. E ninguém vem para cá. Isso é capitalismo, não é? Capitalismo não vem para lugar nenhum sem...

Agora, era ótimo. Eu costumo dizer aqui: una-se aos bancos porque, se eu fosse banqueira, dona de banco, com certeza, eu queria estar nesse País também como ele está, porque, se quase 50% do Orçamento da oitava ou nona economia do mundo já estão na minha conta, eu não tenho o mínimo interesse em investir em infraestrutura e em construção civil.

E, para finalizar, digo só o seguinte: nada disso aqui resolve o problema deste País se o Governo não investir no setor que gera emprego e renda. Se não investir... Eu não votei no Bolsonaro. Como todos, nós estamos querendo ajudar, minimizar e nós sabemos que pode desidratar, pode fazer reforma de previdência, proibindo os trabalhadores... Está provado, que, se não investir, Izalci – o senhor é um homem experiente – se não investir... Brasília, a grande, Distrito Federal tem mais de 350 mil pessoas desempregadas. Então, já que existem o Ministério da Economia e outros, vamos investir, gente! Este Congresso está aqui, independente de cor e de partido. Essa preocupação da gente não é de partido "a", "b" ou "c"; a gente está aqui para ajudar.

Mas ele falou, por exemplo, que, quando se reduziu a importação, foi pela recessão. A inflação não caiu. Eu sou dona de casa, eu faço minha feira. Os produtos que a gente vê cair o preço é pela recessão. Eu converso com os donos de supermercados e nas feiras. As pessoas param de comprar. Se você tira 30 milhões de pessoas subempregadas e desempregadas do mercado consumidor, é claro que vai cair. Pode até cair esse preço de consumo e o posto de gasolina baixar o preço porque não está vendendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para resumir, é o seguinte: não acredito que seja vendendo o nosso patrimônio a preço de banana no final de feira que nós vamos sair desta crise, não. Agora, invista – vou dar um exemplo – na construção civil, que emprega do homem rude ao doutor, e, com certeza, a gente alavanca.

Então, só reafirmando: aqui não é ninguém que é contra Governo, o Governo é eleito; a gente só está pedindo que tenha um olhar diferenciado e que não seja só para esse tipo de coisa. Você não vai vender o que é seu para alugar pagando caro por isso. E essa venda da NTS, que já não devia ter vendido a TAG porque já faz dois anos e se tem a experiência, não é boa. Nas nossas refinarias, vamos trabalhar, vamos investir para elas chegarem à sua capacidade total e vamos ver se a gente tributa esse petróleo bruto que sai para lá para a gente não tributar e entrar aqui em preço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, cumprimento V. Exa., a Senadora Zenaide e os demais Senadores que já estiveram e que já foram. Cumprimento todos os palestrantes.

Realmente, para mim, Presidente, é um enigma os caminhos que estão sendo tomados, particularmente em relação ao mercado de gás e de petróleo e da Petrobras no Brasil.

Eu sou do ramo porque minha vida profissional na Bahia começou no Polo Petroquímico de Camaçari, quando o então Presidente Ernesto Geisel, numa visão estratégica de país, a despeito de eu ter sido da oposição, mas, pelo menos com uma visão estratégica de país, resolveu implementar um polo petroquímico exatamente para poder adensar a cadeia do petróleo, porque, cada vez que você adensa a cadeia do petróleo, você corre menos risco. Se oscila o preço e eu estou na cadeia, eu distribuo o risco por toda a cadeia. Então, eu perco aqui, ganho lá na ponta; perco na ponta, ganho aqui. Esse é um jogo que se faz por conta do chamado mercado.

Então, eu sou dessa época e vi nascer. Só fui para a Bahia por conta disso. Cheguei à Bahia em 1974 e estava nascendo o polo petroquímico. Existia a atual Nitrofértil, que tinha outro nome na época, e a Ciquini, mas o grosso foi todo desenvolvido pelo governo militar com dinheiro público. Aliás, um modelo extremamente inteligente que era o modelo tripartite. Você vê que, quando a gente pensa o País, as soluções saem inteligentemente. Como era o modelo? Era um terço do Estado como alavancador, um terço da iniciativa privada brasileira e um terço de quem detinha a tecnologia. Ou seja: "Vocês venham para cá, mas venham trazendo tecnologia para espalhar para todo mundo". Isso foi o governo militar que fez e depois veio o Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, com a Petroquisa etc., etc., etc. Então, eu vi isso tudo brotar e nascer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fruto de uma outra decisão do Governo brasileiro que foi a fundação da Petrobras que foi a fundação da Petrobras.

A primeira refinaria brasileira foi a Refinaria Landulpho Alves, que hoje, se estivesse a 100% da carga, seria a segunda maior refinadora. Infelizmente, estão travando a empresa provavelmente para dizer que a empresa... O custo fixo o mesmo, a produção é menor, então, é improdutiva; se a produtividade é baixa, temos que vender. Vamos vender, o cara vai botar para rodar 100% e pronto, está resolvido o problema.

É uma conta que é difícil de se explicar, porque como já foi dito aqui – eu não sou de ofender ninguém – beira a tentativa de fazer a gente de tolo, de ingênuo, sob um receituário que eu não sei onde é que deu certo.

Eu estou falando porque fui Governador, Senador Izalci, e os chineses queriam ir lá plantar soja. Muitos prefeitos diziam: "Ah, vai gerar emprego!" Eu dizia: "Não dou a licença. Só dou a licença se vocês verticalizarem a cadeia". Eu não tenho interesse... "Você vai fazer o que com o meu grão? Vai botar num caminhão, vai botar num navio, vai levar para lá. Só fala chinês o seu grão?" "Não, vai ter que falar brasileiro". E acabei conseguindo que eles entendessem que, se quisessem a dádiva do solo que eu tenho para produzir soja, tinham que trazer alguma coisa a mais, que eram os empregos na cadeia.

Isso é pensar o País, não tem nada a ver com esquerda e direita. Infelizmente, no Brasil, tudo vira isso: um debate de ideologia. O cara é de esquerda ou de direita? Não tem nada a ver com isso! Tem a coisa de ser esperto, de querer estar numa posição melhor para poder ganhar. Então, eu não entendo.

Eu fiz isso como Governador, enfrentando. E tinha interesse do investimento chinês e conseguimos. Foi como a gente verticalizou a cadeia toda de energia eólica. Por quê? Porque Deus deu um presente aos baianos, e eu, como representante deles, tenho o melhor ou dos melhores ventos, sem concorrer com o Rio Grande do Norte, para a produção de energia eólica, porque é um vento – como a gente brinca na Bahia – maneiro. Ele é unidirecional e não é de rajadas. Então, o equipamento para gerar é um equipamento muito mais barato, porque não tem... Ora o vento está assim, ora o vento está assado, ele é praticamente unidirecional. Eu disse: tudo bem, vocês querem instalar? Eu quero o parque industrial aqui. E está lá um parque industrial montado! De torres, de... Óbvio que a tecnologia central veio de fora, mas eu estou incorporando.

Então, eu não consigo entender como uma... Não é o dono, eu estou dizendo... Somos dezenas de milhares de técnicos, de engenheiros. A gente faz algo que ninguém no mundo conseguiu fazer: descobre a joia da coroa, que é o nosso pré-sal... E como já foi dito aqui, as guerras... Não somos ingênuos. Depois do pré-sal resolveram refazer a Quarta Frota do Atlântico Sul norte-americana, porque "onde tem decisão estratégica eu quero estar presente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é cabeça conspirativa; é a realidade, gente! Nós estamos fazendo, aqui no Brasil, Trump ao contrário, por incrível que pareça. Ele lá está fazendo o quê? A China está aqui, eu boto barreira nisso, boto barreira no aço, boto barreira naquilo. Eu quero o meu emprego aqui dentro. Nós estamos fazendo tudo ao contrário.

Eu conheço antidumping, porque como Governador da Bahia, era procurado pelos produtores de calçados para dizer: "O senhor tem que falar com o Governo Federal para fazer antidumping com calçado que chega aqui a meio dólar, a um dólar, que era subfaturado lá para poder entrar aqui". O que era o antidumping? Botar imposto.

Nós aqui estamos fazendo o seguinte: eu falo que a estratégia é o preço paridade internacional. Para quê? Para vender as refinarias. Nós estamos cuidando da vida dos outros! Não estamos cuidando da nossa vida. Quem tem interesse em vender gasolina exportada para cá são eles; eles que tragam um preço mais baixo ainda, que é o custo de lá mais o custo de transporte. Eu que estou preocupado com eles. Aí eu boto como o preço da Petrobras o preço de lá mais o transporte aqui. O.k., para o pessoal que é importador, beleza, eu tenho como competir. Mas, amigo, se você quer competir, você tem que oferecer preço mais baixo e não me obrigar a equiparar o preço mais em cima. Eu confesso que para mim é antidumping ao contrário. Eu digo que o preço aqui é internacional, mas quem produz gasolina está entregando. É uma coisa que nós estamos vivendo... As histórias só serão contadas depois de muito tempo.

Reparem, Jean Paul deu outro dia esse exemplo e eu quero repetir, não sei se ele já falou isso aqui. É como se a McDonald's... Pelo amor de Deus, todo mundo adora a economia de mercado, desde que não seja no meu quintal; todo mundo adora economia de mercado, mas se eu puder ter um monopólio privado, eu estou aqui. Isso todo mundo sabe, ninguém é menino, quem tem unha maior sobe na parede. É como se a McDonald's tivesse o monopólio de venda de hambúrguer aqui em Brasília e ela dissesse: "Não, eu vou dar metade para o Big Burger para poder haver competição aqui". Na cabeça de quem entra isso? Só de uma empresa pública de alguém que não está pensando no País, na minha opinião.

Nós, quando compramos... Eu quero registrar aqui que eu fui Conselho de Administração da Petrobras. Quando foi comprada Pasadena, a decisão não tinha sido do Governo Lula, tinha sido uma direção correta do Governo Fernando Henrique Cardoso; não estava escolhida qual refinaria era. Qual era a previsão? Se eu tiver petróleo sobrante, eu prefiro levar para minha refinaria e faturar na cadeia produtiva, no refino lá, nos Estados Unidos. E procuraram uma refinaria. Se pagaram com roubo ou se não pagaram com roubo, eu não sei. Do ponto de vista estratégico do País e da Petrobras, estava corretíssimo. É o maior mercado consumidor, então, vamos procurar uma refinaria lá. Hoje, nós estamos fazendo o contrário: a gente tem refinaria aqui, não roda 100% e importa emprego, porque petróleo refinado significa emprego que vem na veia. Quem é que refinou? É holandês, é americano, é chinês, o que for, que está vindo com seus empregos aqui, no preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não consigo entender. Nós estamos com 15 milhões de desempregados" Por isso que eu digo que é Trump ao contrário. Ele provavelmente está bem na população, porque o desemprego lá está em 3,3% ou 3,4%, tem uma economia que neste momento está aquecida. O que o povo quer? O povo quer prosperidade, o povo não vive de ideologia. De ideologia vivemos nós, que somos Senadores, políticos, a academia. O povo não vive disso, o povo vive de prosperidade. Nós fomos eleitos e reeleitos quatro vezes na Bahia porque a gente entregou prosperidade. Eu tive a glória de viver a menor taxa de desemprego da história da Bahia. A gente botou lá 150 mil casas populares e por aí vai... Então, eu não consigo entender.

Por exemplo, é estranho que quem oferte seis ou oito refinarias seja a Petrobras ao Cade e não uma exigência do Cade à Petrobras. O monopólio, Presidente, está aí, passou pelos governos militares, pelo Governo Collor, pelo Governo Itamar, pelo Governo Fernando Henrique, pelo Governo Lula, pelo Governo Dilma e agora que despertaram que têm que quebrar o monopólio que está escrito na Constituição?

Eu não quero nem saber, não quero falar só da questão da coisa, eu quero saber do ponto de vista econômico o que é que vai representar isso. Não sei, se já estamos trabalhando com o preço internacional, vai cair preço como? Nós vamos mudar a regra agora? Se não se tem estabilidade jurídica, quem é que vai investir aqui? Com essa confusão que está, menos investidores querem imobilizar seu patrimônio aqui. Tudo bem, para quem joga na bolsa está ótimo.

Reparem, quando eu fui do Conselho de Administração da Petrobras, a gente tinha consultorias superqualificadas inglesas que vinham de seis em seis meses para explicar projeção no mercado. Quando eu estava lá, estava 33, 34, um barril. Não havia quem projetasse, Presidente, acima de US$50. Nas melhores, foi a cento e não sei quanto.

O Rio de Janeiro quebrou, pela doença do royalty. Mau uso do dinheiro, corrupção também, inchaço da máquina pública, e por aí vai. Por quê? Securitizaram a previdência toda, com o preço do petróleo onde? Cá em cima. Quando o preço do petróleo veio cá embaixo, como é que paga? Isso é conhecido no mundo inteiro, a doença holandesa... Isso é velho. Não é possível que a gente não aprendeu isso, que esse bicho sobe e desce. Eu mesmo não entendo: era 30, foi para cento e tanto, desceu a 20 e agora está 60. Então, o que que faz alguém que tem produção de petróleo? Distribui risco ao longo da cadeia: eu vou perder aqui, vou ganhar ali.

Então, eu queria dar esse depoimento.

Não tenho uma pergunta a fazer, mas, como nós somos Senadores, somos responsáveis... Porque, amanhã, o meu neto, o seu neto, as próximas gerações vão dizer: "Vocês estavam lá e não viram nada?"

E eu quero insistir aqui: por favor, não tragam ideologia para debater na Mesa. Eu não quero falar de ideologia. Eu estou falando de negócio! Quem fez a Petrobras, o Polo Petroquímico de Camaçari, chama-se governo militar. E sabe quem saiu para fora? A maioria foram os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estrangeiros. Acabou que os brasileiros se compuseram e tiveram a maioria. Está lá um polo petroquímico extremamente competitivo, com muitas empresas nacionais. Por isso que eu estou falando que não é ideologia.

Eu estava na Mesa dos assessores do Presidente da República, do Presidente Lula, quando ele determinou que não queria mais – na minha opinião, equivocadamente –, para estimular as empresas petroquímicas no Brasil, que a Petrobras fosse detentora da petroquímica, que fosse majoritária. Que entrasse minoritariamente, para deixar a gestão privada funcionar. Foi o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contra a minha opinião, porque eu continuava acreditando que a gente deveria estar na cadeia inteira. Mas foi ele que decidiu isso. Por isso que a Petrobras entrou na Braskem, entrou em outros lugares, para alavancar a indústria nacional de petroquímica.

Então, eu sou obrigado a dar esse depoimento, porque não conheço tudo, longe de mim. Agora, eu queria insistir, Presidente: vamos falar de negócio. Vai baixar o preço do gás como, se eu tenho o monopólio natural? Porque, perdoe-me, eu sei que o companheiro é da ANP...

Então, reparem: se já estava difícil controlar preço, que é a função da agência... Porque, lá fora, o pessoal desce a madeira, quando o cidadão pisa fora da linha. Aqui a gente ainda não tem esta musculatura.

Foi votada agora uma lei das agências, para poder dar mais musculatura, porque tem que ter, quanto mais mercado, quanto mais economia de mercado, economia livre, mais agência com poder. Porque, senão, é óbvio: o cara vai querer maximizar seu lucro. Aí, eu pergunto: se já era difícil controlar numa empresa pública, como é que vai controlar na privada? O caboclo fecha a refinaria e vai embora. Não é assim que eles fazem? Na hora que parou de dar margem, fecha aqui e deixa aí, hibernada, e vamos para outro lugar.

Então, eu estou extremamente preocupado, porque eu acho que a gente achou o filé, que foi o pré-sal, achou um outro filé muito mais importante, na minha opinião, que foi antecessor ao pré-sal, que é a inteligência da Petrobras, desenvolvida por seus engenheiros, técnicos – não estou falando de diretor –, e talvez a gente esteja jogando isso fora e amanhã a gente vai chorar, como já foi dito aqui.

Chamavam a gente de República de bananas. Graças a Deus, não somos mais. Mas, do jeito que vai, exportando ferro, soja, carne... A carne ainda tem uma transformação; não é uma indústria, mas há um frigorífico. E vamos exportar só petróleo bruto? Não acho que seja o melhor negócio do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Como há algumas perguntas direcionadas, eu vou passar, primeiro, para as considerações finais e para responder também, ao representante do Cade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO – De novo, eu agradeço a oportunidade de debater aqui na Mesa desta Comissão do Senado.

Várias questões foram colocadas em relação ao papel do Cade não só pelos debatedores, mas pelos Senadores que fizeram as suas perguntas.

O que eu posso dizer é que, primeiro, no Brasil, a gente tem uma dificuldade de entender como a economia funciona e como o capitalismo funciona. Nós temos várias tabelas de preço no Brasil. Eu posso comentar desde tabela de honorários médicos, honorários advocatícios... Sempre há o desconto padrão. O Ecad tem uma tabela de músicas. Enfim, há uma série de tabelas no Brasil. E, quando a gente fala de gasolina, a gente fala do art. 39, X, do Código de Defesa do Consumidor, que é aplicado de maneira indistinta por vários Procons ao longo do Brasil, que, na greve dos caminhoneiros, por exemplo, punia pessoas que precificavam em R$5 a gasolina.

Eu questiono vocês: não existe regulação de preço-teto de gasolina. Essa é uma regulação ex post que pode colocar um pai de família na cadeia, porque está desobedecendo a lei de economia popular. E a lei de economia popular não é aplicada a bancos. Como bem comentou a Senadora Zenaide, os bancos têm margem de lucro muito grande no Brasil. Você vê um banco podendo ofertar empréstimos e crédito rotativo do cartão de crédito a 1.000%. Eu vi um caso de uma senhora que emprestou R$400, cobrou R$500 e estava respondendo por um processo penal. Esse é o capitalismo que nós queremos no Brasil? Um capitalismo em que existe uma ingerência em relação a preços que é aplicada muito mais a pobres, muito mais a pessoas que não têm o porte de bancos? Mas, para grandes empresas, não se aplica esse mesmo tipo de legislação, esse mesmo tipo de regulação, em especial para a gasolina.

Quando a gente olha o que aconteceu no Cade... Eu posso dar a minha experiência, porque participei, em 2007, do gabinete do Conselheiro Ricardo, que fez um voto divergente da maioria do Conselho à época e que analisou o caso da denúncia de preço predatório que estava sendo feita em relação a Ipiranga e a Manguinhos. A Refinaria Ipiranga e a Refinaria Manguinhos, que trabalhavam nesse setor, apresentaram uma denúncia formal ao Cade de que os preços estavam abaixo dos custos. Eu vi os custos e posso dizer que estavam, sim, abaixo.

Quando a gente olha esses gráficos dizendo que o lucro é muito grande no refino ou que existe um grande... Sim, é verdade, mas o problema é o seguinte: estão colocando vários mercados de maneira homogênea, quando a gente deveria saber que o petróleo não é petróleo; existem vários tipos de petróleo, existem grades de petróleo.

A refinaria não é refinaria; existem vários tipos de refinaria por complexidade de refinaria. Você tem que comparar refinarias que têm o mesmo nível de complexidade e que craqueiam petróleo com o mesmo nível de densidade e de pureza. E, quando a gente junta tudo isso num grande mercado, acaba-se perdendo como que é a dinâmica desse tipo de estratégia comercial. Isso tudo para falar que, se a gente analisasse petróleo leve craqueado por uma empresa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teria um nível de complexidade semelhante àquelas empresas e que produzisse derivados leves, pelos cálculos que foram apresentados no caso, seria possível haver, sim, algum tipo de prejuízo.

E esse tipo de discussão iria ser... Quando foi apresentada... De novo, foi apresentada uma denúncia de preço predatório e, à época, o Cade entendeu que não havia indícios de que a Petrobras estaria tendo prejuízo. E isso eu falo em 2007, antes do escândalo da Lava Jato, que demonstrou que, de fato, a Petrobras teve prejuízos em alguns períodos. E, de novo, em 2007, esse era um período em que o preço nacional estava muito abaixo do preço de paridade de importação e que, de repente, ficou acima. Então, quando se fala sobre entrar e dizer qual é o preço que a empresa deve precificar, qual é a estratégia comercial que ela deve utilizar, eu acho que as pessoas olham a Petrobras como uma empresa passível de se adentrar nela e precificar os vários mercados.

Quando a gente fala do ponto de vista geográfico, você tem que entender que existe um mapa de calor, não existe um ponto no tempo e um único preço; existem vários preços. Então, é isso que as pessoas têm que entender. Esse é um processo extremamente complexo, um processo que é difícil do ponto de vista técnico. E a Petrobras apresentou um termo de compromisso de cessação que é previsto em lei. É comum o Cade assinar, o que é previsto no art. 85 da Lei 12.529, de 2011, do Cade. E o Cade assinou o acordo de que, ao mexer na estrutura do setor, esse tipo de denúncia e de conduta ficaria menos provável de acontecer.

Não há nada de irregular nesse tipo de conduta do Cade. Pelo contrário. Nós tínhamos feito, eu particularmente assinei um estudo específico, demonstrando que existe alta correlação entre concentração e preços de derivados, concentração de refino e preço de derivados. E isso foi feito não só nos Estados Unidos, mas toda a doutrina demonstra isso.

E, quando se fala que existe grande ociosidade na indústria e grandes margens de lucro em refino, eventualmente essa ociosidade baixa quando você tem concorrência interna. O colega mencionou talvez com umas palavras que beiram à injúria, mas eu diria um pouco acaloradas, que eu não fui honesto do ponto de vista intelectual, ao comparar o que aconteceu com o Sherman Act. Eu não estou dizendo que aconteceu a mesma coisa, mas o fato de ser uma empresa pública ou uma empresa privada não retira todo esse debate que é extremamente complexo, de que eu acabei de falar, e que, de fato, acontece. E posso dar o meu depoimento pessoal sobre o que eu vi e o que eu calculei em relação ao que aconteceu no passado e o que poderia acontecer aqui.

De novo, não é o Cade que vai determinar qual é o preço. Às vezes, a gente pensa na Petrobras como espectadores de um time de futebol que ser o técnico e quer precificar em nome da empresa. Não cabe ao Cade precificar, o Cade não é agência. E de novo eu gostaria de louvar aqui o que a ANP fez não só por abrir a sua regulação, mas por entender que, em determinadas regulações, é melhor não interferir. Foi o que aconteceu.

De novo eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade de esclarecer esses pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que, de novo, não é a mesma comparação o que aconteceu nos Estados Unidos e o que aconteceu aqui no Brasil. Aqui no Brasil existiam particularidades, existiam justificativas para o acordo que foi firmado. Esse acordo tende a melhorar o ambiente concorrencial por quê? Enfim, a empresa já tinha até mesmo proposto um dos investimentos, e nós mostramos: "Olha é possível melhorar esse desenho de desinvestimento".

O colega mencionou que alguém da Bahia não vai sair para Minas Gerais para comprar gasolina. É óbvio. Quem vai falar, por exemplo, que as refinarias que estão no Rio Grande do Sul e no Paraná não competem? Mas existe uma zona cinzenta, talvez Santa Catarina, que se beneficia da concorrência entre ambos. Por isso essa análise ingênua e simplória de que não existe nenhum tipo de possibilidade de concorrência ou mesmo de benefício em relação a uma desconcentração do setor tende a mascarar quais são os reais debates que estão nesse mercado, nesse debate.

Enfim, peço desculpas pelo alongado da minha resposta, mas eu acho que, dado que foi mencionado várias vezes o Cade, precisava-se pelo menos desse esclarecimento a respeito de quais foram a justificativas do acordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Passo, também para suas considerações finais, ao Sr. Décio, da ANP.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Agradeço mais uma vez a oportunidade de me manifestar e tentar fazer uma colocação, um esclarecimento que não caminhe para a questão ideológica e, sim, para a questão pragmática de condução de negócio.

Eu queria começar respondendo ao Senador Jean Paul Prates, que fez uma pergunta explícita: se a ANP teria encaminhado ao Cade uma provocação sobre a questão do domínio da Petrobras no mercado de refino se fosse uma empresa privada.

Eu diria que possivelmente não, porque não teria chegado àquele ponto, porque dificilmente uma empresa privada teria tido autorização do Cade para deter 98% da capacidade de refino no Brasil durante tanto tempo. Mas, se isso tivesse acontecido, era obrigação da ANP fazer o que ela fez em relação à Petrobras.

E lembro que isso foi feito em um momento, em um ambiente em que a Petrobras já havia anunciado a venda de refinarias em um formato que já foi mencionado pelo Cade aqui de clusters regionais, em que ela manteria um cluster no Sudeste, um monopólio regional no Sudeste, ela venderia um pedaço, 60% de um cluster regional no Sul com as refinarias em Canoas e em Araucária e manteria um cluster regional no Nordeste, em que venderia 60% das Refinarias de Abreu e Lima e de Landulpho Alves. Então, a Petrobras seria beneficiária de 100% do monopólio regional no Sudeste e seria beneficiária de 40% dos monopólios regionais no Sul e no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era obrigação da ANP alertar o Cade para esta situação, tendo em vista a possibilidade da criação de três monopólios regionais com a participação de uma empresa.

Então, queria deixar isso aqui bem claro. Acho que nós atuamos cumprindo o nosso dever.

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Se durante 20 anos isso não foi feito, não me corresponde aqui responder.

Peço licença aqui, Senador Izalci, para continuar.

Outro comentário do Senador Jean Paul Prates foi sobre a questão dos impostos. Ninguém aqui sugeriu redução de impostos federais ou estaduais; o que nós colocamos é a racionalização dos impostos. Quer dizer, a discussão da alíquota é uma discussão soberana nos governos, agora, a discussão sobre a racionalização da aplicação dos impostos, acho uma responsabilidade da sociedade, e nós, como agente regulador do setor, temos também a responsabilidade de colocar esse tema.

Também o Senador falou da questão da dependência das oscilações internacionais e criação de mecanismos de mitigação de variações de preço. Bom, essas são questões afetas à política, ficam no âmbito aí do Ministério de Minas e Energia, que tem atuado diligentemente para estabelecer políticas, contrariamente ao que a gente vinha vendo. Então é uma decisão que não compete à agência. Se há ou não há interesse político do Governo brasileiro de estabelecer mecanismos de mitigação de variações de preços internacionais é uma questão que é afeta ao Governo.

Em relação à periodicidade, sim, nós fizemos um estudo exaustivo sobre a questão de se é conveniente ou não haver periodicidade no repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis, e a avaliação técnica que nós fizemos indica que não, porque a periodicidade estabelece prazos e indica para os agentes os momentos de reajuste, e isso cria comportamentos inadequados.

Paulo Cesar falou aqui do faturamento da TAG. Eu quero dizer que essas transportadoras, sejam controlados pela Petrobras ou por qualquer outra empresa, são companhias reguladas, a tarifação é regulada, e a ANP aplica as resoluções vigentes para o cálculo das tarifas.

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Em relação ao Dary, eu quero dizer o seguinte: você falou muito sobre se o petróleo é estratégico. Eu sempre lembro uma frase da ex-Primeira-Ministra inglesa Margaret Thatcher, ela dizia o seguinte: todo mundo fala que o petróleo é estratégico; não existe nada mais estratégico que comida, mas ninguém propõe a estatização da produção de alimento. Então, acho que estratégico é extrair o recurso, estratégico é não fazer opção pela pobreza, deixando os nossos recursos eternamente para ser explorados. Nós precisamos ter urgência, ter senso de urgência no Brasil, explorar o pré-sal e os nossos recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mais rapidamente possível, enquanto eles ainda têm valor para ajudar a tirar brasileiros da miséria. Temos 50 milhões de brasileiros na faixa de pobreza, não podemos abrir mão desses recursos e temos de ter senso de urgência para tirar esses recursos.

Quero também dizer aqui que eu não compartilho com as palavras que foram colocadas aqui de ataques ao Ricardo, do Cade, ao Presidente da Petrobras, que foi chamado de mentiroso, e aos diretores da Petrobras, que foram acusados de corruptos. Quero deixar claro aqui que a gente não compactua com essas afirmações.

Em relação à questão da Arábia Saudita, sim, é verdade, a Arábia Saudita tem um poder muito grande no mercado de petróleo, mas hoje quem define mais preço é o mercado americano, mais que o saudita, porque a capacidade de reação de preço do shale é muito rápida. Movimentações de preço afetam a produção de petróleo nos Estados Unidos de uma forma muito rápida, é um ciclo muito rápido, e o mercado internacional mudou desde que o shale passou a ter a relevância que tem.

Quero também lembrar que a Petrobras é uma companhia de capital aberto. Mais de 50% do capital da Petrobras hoje está na mão de acionistas privados. A Petrobras tem um mandado – e foi colocado aqui pelo Tojal na apresentação dele – de maximizar o valor para o seu acionista. Se alguma ação que a Petrobras tomar afetar os interesses da Petrobras, ela tem que ser ressarcida por isso.

Então, a Petrobras hoje não trabalha para defender os interesses da sociedade brasileira: a Petrobras trabalha para defender os interesses dos seus acionistas. Evidentemente que o acionista controlador é o Estado brasileiro, mas a Petrobras não é um agente do Estado que trabalhe em nome do Estado. A Petrobras é uma empresa de capital aberto que trabalha legitimamente – eu sou o primeiro a defender isso – para maximizar o valor para o seu acionista, e isso aumenta a responsabilização dos órgãos de Estado, aumenta a responsabilização da ANP e aumenta a responsabilização do Cade.

Se a Petrobras, que detinha o monopólio e atuava como agente estatal no passado, hoje deixa de investir em determinados ativos porque prefere colocar seus recursos no pré-sal, que tem maior rentabilidade, estamos de acordo. Agora, alguém tem que investir nesses segmentos em que a Petrobras deixou de colocar recursos. Aí estamos falando dos campos maduros do Nordeste, estamos falando dos campos maduros da Bacia de Campos, estamos falando das refinarias, estamos falando do mercado de gás. Se a Petrobras não tem recursos para construir refinarias e prefere usar os recursos que tem para explorar um campo no pré-sal, eu concordo. Agora, alguém tem que construir refinarias, e temos que criar as condições para que isso aconteça.

À Senadora Zenaide eu respondo aqui que preço justo nós vamos ter só com competição e transparência. Quer dizer, a sociedade, percebendo que há competição na formação de preços e conhecendo de forma transparente como esses preços são conformados, vai poder legitimar. Não acredito que haja outra forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, em relação ao Senador Jaques Wagner, na mesma linha, a minha resposta é curta. Como é que nós podemos controlar preços? Os preços são livres no Brasil, por lei, desde 1º janeiro de 2002. A única forma de termos preços justos é com competição, de novo, e com transparência.

Muito obrigado pela oportunidade. É sempre um prazer estar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Flávio Santos Tojal.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Boa tarde de novo.

Agradeço ao Senador Izalci Lucas, aos colegas de Mesa e aos demais presentes pela atenção. Agradeço também pela oportunidade de poder participar deste debate, desta audiência pública, trazendo informações referentes à política de preços da companhia, o que, acreditamos, contribui com esta Casa na discussão de políticas públicas aplicadas no País, em especial no segmento de energia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Flávio, e já passo, também para suas considerações finais, para o Sérgio Araújo.

O SR. SÉRGIO ARAUJO – Boa tarde.

Mais uma vez obrigado pela oportunidade de me posicionar.

Eu tenho dois pontos somente para comentar.

Um é em resposta à pergunta colocada pelo Senador Jean Paul, que quer saber qual é a visão da Abicom sobre o TCC assinado pela Petrobras e pelo Cade, como a Abicom está vendo isso.

Na nossa visão, o TCC não responde às questões que foram colocadas pela Abicom no Cade, de avaliação das práticas de preços predatórios e subsídios cruzados que a gente identificou e apresentou ao Cade. A simples aceitação da proposta da Petrobras de venda de parte do parque de refino, eu acho que ela... Assim, a direção da Petrobras passa a ter um aval do Cade também para avançar com um programa que já havia sido anunciado anteriormente, mas não responde efetivamente às colocações feitas pela Abicom.

Nesse sentido, a Abicom já protocolou, na última segunda-feira, um embargo pedindo que o Cade revisite esse TCC, avalie corretamente os pontos, e não arquive, como está previsto, manifestação da Abicom, como também o inquérito administrativo que foi impetrado pelo Presidente do Cade com base no estudo feito pelo grupo de trabalho composto por técnicos especialistas da ANP e Cade. Então, esse é o primeiro ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que eu queria reforçar a proposta que a Abicom fez de que seja realmente feita uma avaliação dessa possibilidade de uso das receitas excedentes de royalties, que são, como falou o Paulo Cesar, uma receita adicional de uma exportação de óleo que poderá ajudar a Petrobras na manutenção da sua política de preço sem exigir ou sem provocar intervenções do Executivo, como a gente verificou em abril passado, quando a presidência da Petrobras queria dar um reajuste, e a decisão dela, da Petrobras, teve de ser retornada com a visão política do Presidente da República de que teria impacto no consumidor, especificamente, nos caminhoneiros. Essa medida, na nossa visão, ajuda a Petrobras nesse sentido e ajuda também o consumidor, porque pode dar uma suavização, sem falar em subsídio, nos efeitos da volatilidade de preço das commodities.

Eram esses pontos.

Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dary Beck Filho, também para suas considerações finais.

O SR. DARY BECK FILHO – Quero agradecer, de novo, o convite. Estamos, lá na Federação, sempre à disposição para fazer esse debate.

Queria fazer alguns comentários. Primeiro peço desculpas. Acho que exagerei um pouquinho. É que a comparação... Tu concordaste comigo que a comparação é entre laranja e banana. São duas coisas bem diferentes. Mas tudo bem! Eu peço desculpas se exagerei.

Falando em comparações, de novo: petróleo e comida. No caso de comida, é o seguinte: eu faço um canteirinho no fundo do quintal da minha casa, planto tomate, e tenho tomate; mas não tenho petróleo. Tirando a época lá do Texas, fim do século XIX, quando os caras furavam o quintal e saía petróleo, hoje não é isso. Então, por favor, vamos falar sério. Eu gosto de falar sério. Não há como plantar soja para fazer biodiesel para substituir o diesel. Não existe isso, não vai acontecer isso. Nem álcool etanol para substituir a gasolina. E querosene de aviação. Não tem isso, não existe. Tecnicamente não vai acontecer.

Então, construir refinarias, eu topo. Quero que construam mais refinarias no Brasil, mas não vamos entregar de graça o mercado, como vocês estão propondo. É só isso! Tem como fazer. Tem como fazer. Se quiser, tem. Em vez de dar um trilhão para as produtoras de petróleo levarem nosso petróleo bruto embora, por que não fizeram um acordo com eles? É o seguinte: "Eu te dou incentivo fiscal se tu construíres uma refinaria aqui dentro. É isso! E não precisa ser grande, pode ser de 20 mil barris. Tu ganhas um incentivo, mas constróis uma refinaria". Pronto! Resolvido!

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – Então, é isso que tira o brasileiro da miséria. Não é cobrando gás de cozinha a R$80 que se vai tirar brasileiro da miséria, pelo contrário! Não é cobrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

combustível caro, muito mais caro do que o preço do combustível do Golfo do México, que se vai tirar brasileiro da miséria, pelo contrário! É isso que está levando o brasileiro para a miséria e está fazendo as donas de casa se queimarem com álcool! Elas usam lenha! No País que já foi a quinta economia do mundo, o povo está usando lenha, porque as pessoas querem cobrar mais caro aqui dentro do que seria preciso.

Encerro e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

Passo imediatamente a palavra para o José da Fonseca. Ah, o José da Fonseca não veio!

Concedo a palavra a Paulo Cesar Ribeiro Lima.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Quero fazer um comentário aqui. Eu vou lembrar aqui os números. A receita da TAG é de R$4,9 bilhões. O custo do serviço prestado é de 1,09 para o monopólio natural regulado pela ANP. Eu não conheço nada parecido com isso. Nunca vi isto no mundo: regulação por custo. Eu chego a imaginar de onde vem um absurdo desses. Infelizmente, eu falo: "Mas será que esses contratos já não foram assinados, a criação da TAG, o desmembramento, a NTS, os contratos ship or pay? Já não estava ali no fundo a privatização da TAG?". Agora, esses R$4,9 bilhões vão ter que ser mantidos, porque são US$8,6 bilhões pagos à Petrobras mais os encargos financeiros.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, numa regulação por custo, acabou qualquer possibilidade no Brasil de reduzir o custo do transporte de gás, de reduzir a tarifa no Norte e no Nordeste. Eu vi ontem aquela audiência sobre a TAG. É lamentável!

O shale realmente hoje é muito importante. Mas quando a Arábia Saudita entrou forte... E não é só a Arábia Saudita. Aqui temos dois players importantes, que é a Rússia e a Arábia Saudita. Se eles entram no acordo, eles acabam, inviabilizam o shale, porque, quanto ao shale, nós vamos falar em um custo de pelo menos US$50. Está certo? Então, se joga o petróleo abaixo de US$50, acaba a indústria de shale. Nos Estados Unidos, talvez, isso não interesse a ninguém. Aí se voltou com US$65, e o shale já está todo a vapor. Mas a Arábia Saudita, principalmente, e os países do Oriente Médio podem jogar o petróleo a US$40 e acabar com o shale. Agora o impacto no orçamento deles foi gigantesco. Então, é um problema extremamente complexo.

Discordo radicalmente quando o senhor sugere que o preço de paridade de importação é justo para um diesel que é fabricado com petróleo produzido no Brasil e refinado no Brasil. Não é justo. O preço de paridade de importação praticado pela Petrobras não é um preço justo. Agora, não quero tirar nenhum importador do mercado, porque, se precisamos de gasolina, nós vamos ter de resolver o problema. Como? É só reduzir o tributo da gasolina importada! Agora, isso é inteligente? Talvez, não o seja, mas, pelo menos provisoriamente, a gente tem de partir para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Agora, cobrar do povo brasileiro preço de diesel como se fosse importado não considero um preço justo mesmo!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – O royalty tem um problema, por quê? Porque essa receita já está com a União e está, basicamente, com Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo – mais com Rio de Janeiro –, então é uma receita deles. Criar um fundo... Eu sou muito favorável a um fundo de estabilização no Brasil, agora, não vamos nos comparar com Chile e Peru, que não têm petróleo. Lá, realmente, a população tinha que compor um fundo de um bilhão. Lá há impacto no contribuinte. Aqui é uma coisa que vai ficar dentro do próprio setor. Aqui eu estou falando de um imposto de exportação que não existe, residual, só para criar um fundo para estabilizar preço, porque, quando chega a 120, a 100 e a 70, a Petrobras tem uma lucratividade altíssima exportando petróleo: ela gasta 40, exporta a 60; 35 talvez, com margem de lucro de 100% no óleo bruto. Imaginem quando chega lá a 100! Então, é tributar a exportação, porque aí é uma coisa nova; eu não vou tirar recurso nem da União nem do... Apesar de achar... Essa distribuição de royalties no Brasil é...

Com relação a um trilhão, só royalty dá um trilhão. Só royalty! Você pega lá 100 bilhões de barris no pré-sal, deduz de Imposto de Renda, 15%, dá 15 bilhões; multiplica por 60, dá 900 bilhões; Imposto de Renda mais Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, 34%, já dá 300 bilhões; multiplica pelo câmbio, dá 1,1 ou 1,2 trilhão, só pela dedução do royalty. E o royalty empobrece todo mundo, porque a empresa paga o royalty, o Estado do Rio recebe, e as empresas deduzem no Imposto de Renda e tiram de onde? Do FPE e do FPM. Só royalty dá um trilhão. Agora, é muito mais que um trilhão. Então, o pré-sal hoje empobrece...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – ... o Distrito Federal, empobrece o Nordeste, empobrece o Centro-Oeste, empobrece o Norte. Agora, nem só royalties. Ainda vem essa IFRS, que joga navios, plataforma arrendada, joga como ativo; taxa de exaustão do ativo acelerada; entra também como depreciação... É uma lambança! Em 39 anos de petróleo, eu nunca vi uma lambança como a da Lei 13.586. Basta ler o art. 1º da Lei 13.586.

Então, eu encerro aqui.

Queria agradecer muito a oportunidade, agradecer novamente à Aepet a oportunidade de estar aqui em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobras; agradecer muito à Abcam, que me deu carta branca para falar aqui em seu nome. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Já passo a palavra também, para as suas considerações, ao Leonardo Gadotti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Muito obrigado, Senador Izalci. Mais uma vez, foi um prazer estar aqui com o senhor, com todos os demais membros da Mesa, com essa audiência, discutindo um tema tão importante, relevante.

Eu acho que todos alinhamos e concordamos que o País precisa urgentemente de investimentos, investimentos altíssimos em infraestrutura, para pelo menos dar suporte à demanda esperada. Investimento gera emprego, gera riqueza. E a única forma, como o Estado está falido, não investe mais – essa é a grande questão hoje, o grande problema –, a forma de atrair investimento, a primeira delas é segurança jurídica. A gente precisa de estabilidade nessas questões jurídicas. A gente precisa do PPI. Infelizmente, podem alguns não gostar disso, mas é a forma comum do trabalho. É assim que as economias modernas trabalham: você importa preço e, com isso, você atrai; você tem regra, você tem previsibilidade, por incrível que pareça, e atrai o investimento. A gasolina mais barata do mundo se vende na Venezuela. Olhem o que aconteceu com a PDVSA.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Então, é isso. Acho que é um exemplo também a não ser seguido.

Eu acho que essa discussão é muito mais técnica do que ideológica. E, nesse sentido, a Plural se coloca à disposição, Senador, para participar de mais fóruns como este, de trazer a sua contribuição, o seu suporte técnico e a experiência das suas empresas para poder contribuir com esse desafio, que eu acho que todos temos pela frente. No desafio, cabe a cada um de nós dar sua participação para poder, de alguma maneira, sair do outro lado.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Leonardo.

Já passo também para o último orador para fazer as suas considerações, Alexandre Manoel Angelo.

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – Em primeiro lugar, gostaria de, mais uma vez, agradecer, Senador, a V. Exa. por esta oportunidade.

Do que foi falado, eu acho que eu teria só o dever aqui, até por estar participando da agenda... Eu acho que a questão do refino já foi muito bem esclarecida, tanto pelo representante do Cade quanto pela ANP, pelo Diretor Presidente Décio Oddone.

Eu gostaria de acrescentar só um pouco em relação à questão do gás, porque ficou restrita aqui, como se o preço não tivesse possibilidade de cair por conta de ter se restringido a uma discussão do transporte, e mais precisamente, a questão de duas transportadoras. Queria dizer que a agenda que o Governo encaminhou e que aprovou no CNPE, na segunda-feira...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... muito mais do que a privatização na parte do transporte, no downstream, sabendo que isso é um monopólio natural, é do aperfeiçoamento da regulação. Repiso isso na parte da distribuição da liberação da capacidade, que hoje está de 30% a 40% ociosa. Mas a grande aposta para a queda no preço é a questão realmente de você promover essa competição na parte do alto-mar, em que você tem mais de 30 empresas produzindo, para que elas possam – e a empresa dominante hoje, a incumbente atua como monopsonista, basicamente a única compradora de preço nesse mercado – nessa competição, nesse acesso a esses dutos de escoamento e essas outras essential facilities na parte lá do alto-mar, no upstream, ter acesso; e aí, sim, você gera competição, você permite que hoje, com uma empresa que é monopsonista, você possa operar nesse mercado de competição.

O que está sendo feito também aqui, Senador, é uma coisa que me deixa muito tranquilo em participar dessa agenda, a gente tem lido e tem se esforçado bastante para, junto dos especialistas, entender: a gente está fazendo algo no mercado de gás com um atraso em torno de 30 anos. É o que a Inglaterra fez em 1985, a Espanha, a Alemanha. E os resultados – infelizmente, o Senador não está mais aqui –, ao contrário do que o Senador Jaques Wagner colocou – vamos falar de negócio, etc. –, é muito ao contrário do que ele falou: a gente tem realmente mercados crescendo, com segurança jurídica principalmente, e vai precisar desta Casa, futuramente, certamente, para que essa quebra de monopólio que está se fazendo com uma empresa hoje possa ser estendida, para que a gente não possa também ter monopólios privados. Obviamente, o mercado dinamicamente – ele está correto nisso aí – vai se arranjar para também ter... Todo mundo quer o seu monopólio, isso é claro. Esta Casa tem que se movimentar rápido...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... para que a gente não saia de um monopólio público para um privado. Então, isso vai precisar ser feito. Mas o que o Governo está fazendo hoje, com muita tranquilidade: a gente está fazendo uma agenda, infelizmente com atraso de 30 anos no nosso País, o que faz com que o preço do gás nosso seja o terceiro entre os maiores do mundo, quando não há nenhuma justificativa, em termos econômicos e em termos das nossas riquezas naturais também, para precisarmos ter um preço tão caro, prejudicando a nossa indústria, prejudicando o nosso consumidor, dificultando a oportunidade de investimento, geração de emprego e renda.

Eu só queria esclarecer isso aqui, porque eu acho que ficou meio... Foram duas agendas que foram postas aqui, e eu acho que a gente limitar essa discussão do preço só à parte do transporte é pouco em relação à agenda que o Governo está encaminhando.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Eu queria fazer um comentário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Faça. É só para a gente fazer o encerramento. Um minuto.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – De fato, eu estou falando aqui do transporte, que deve representar cerca de 13%. A distribuição, em que vocês estão querendo atuar, de fato, é monopólio dos Estados, a distribuição do gás canalizado é monopólio dos Estados. Eu acho que tem realmente muitos problemas, eu acho que o Governo está certo de tentar convencer os Governadores, porque há muito problemas realmente, e se pode reduzir esse custo lá nos Estados.

Agora, o grande preço é a molécula, é o gás. Desde 1997, se pegarem todos os leilões do pré-sal, é tudo 30%, 40%. A Petrobras, em muitos, nem participa mais. Já acabou há muito tempo o monopólio na produção. É claro que há uma parte ainda em que, de fato, ela opera, mas hoje a Petrobras deve estar com 70% do mercado, mas, já em 2022, em 2024, já cai para 50%, 60% e vai cair muito. Então, isso já está resolvido. A produção já está resolvida. Já há competição. E a Petrobras...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – ... é simplesmente mais uma.

Agora, o que foi dito ontem... O gás barato é hoje no Brasil, hoje a Petrobras podia cobrar da fábrica de fertilizantes dela não 10 ou 12, ela podia cobrar 5 ou 6 hoje. Hoje! Agora, a gente também não pode criar muita ilusão com o pré-sal, porque há estudo aí da EPE, e é só pegar o custo de produção do gás no pré-sal, que está muito alto.

Aí entra a ANP de novo. Cabe à ANP: "Esse seu plano de desenvolvimento da produção, em que você está reinjetando todo esse gás, eu não vou aprovar esse plano". Aí vai haver gás! Agora, se a ANP não fizer isso... Hoje, a produção de gás no Brasil aumentou demais, mas olhem a reinjeção! Um terço é reinjetado. Então, o que a gente precisa no Brasil é regulação! Regulação. Hoje. O grande problema, a grande falha... O preço do gás está assim por causa de regulação. Então, não vamos criar aqui...

Agora, podem vir com essa coisa toda, com essa festa, novo mercado de gás, e amanhã a Petrobras pode baixar o gás. Não há transparência nenhuma no custo de gás! Por que a Petrobras cobra da fábrica de fertilizantes dela 12? Talvez seja para inviabilizar o negócio: "Olhem, essas fábricas de fertilizantes dão prejuízo, e eu vou privatizar, vou hibernar". É uma irresponsabilidade, se for isso mesmo – não estou afirmando que é isso. Agora, não há transparência no custo do gás, como eu apresento transparência no custo do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo Cesar.

Como foi citada a ANP, se a ANP quiser fazer alguma... Senão, a gente vai ficar o debate aqui o dia todo, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Só um minuto, Senador, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Primeiro, respondendo ao Paulo Cesar, eu concordo plenamente que precisa de regulação. É o que estamos fazendo: trabalhando para haver regulação, especialmente trabalhando para haver regulação interpolítica. O que a gente tem visto nos últimos tempos é uma ação integrada dos órgãos reguladores – ANP e Cade estão aqui – que encontrou agora o guarda-chuva da política através dessas resoluções do CNPE que eu acabei de mencionar na minha fala inicial. Então, não acredito que eu tenha vivido, nos meus mais de 30 anos na indústria, um momento em que houvesse tanta atuação no âmbito da formação da política quanto atuação dos órgãos reguladores. Pode melhorar? Pode melhorar, sim, deve melhorar, vai melhorar. Especificamente em relação à questão da transparência do preço do gás natural, concordo plenamente e digo que a ANP está a ponto de soltar uma resolução estabelecendo transparência na divulgação dos preços do gás natural no Brasil também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Senador Zequinha, nós estamos encerrando. V. Exa. Quer fazer alguma colocação?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Apenas dizer da satisfação de poder ver o debate.

Acho que o Brasil está encurralado entre duas coisas na questão energética. Uma, pagando uma das taxas mais altas no consumo de energia elétrica. E quem é que vive sem energia? Eu sou do Estado do Pará, um Estado que produz e que gasta apenas pequena parte dessa energia, manda embora, não pega nada de volta. É uma confusão. A gente precisa cuidar disso aqui, para ver se conserta um pouco disso, mas vivemos às voltas lá com a taxa lá em cima.

Dois: combustível. Para onde nós vamos com combustível tão alto, e quem é que vive sem gastar combustível, sem se locomover. A gente precisa encontrar saídas, saídas que o Governo precisa entender também, porque a gente discute um negócio desse – apesar de ter chegado uma turma do meu Estado que eu tive que atender ali –, e eu vi que há solução. Há solução. Precisa ter coragem, precisa ter determinação, precisa ter vontade de fazer isso acontecer.

Esse é um tema que não esgota tão fácil. Eu gostaria de pegar o seu contato, professor. Precisamos discutir umas coisas, se o senhor tiver condições de nos ajudar, para subsidiar alguns debates que faremos no futuro com relação a esses e outros aspectos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, quero dizer da alegria e gratidão de tê-los aqui na construção da abertura de conversas e debates que podem colaborar certamente para amanhã encontrarmos algumas saídas que aliviem a nossa população.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 20ª e 21ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos que compareceram a esta Comissão para esta audiência.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Comunicados.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão. No dia 3 de julho, teremos audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins.

Comunico que no mesmo dia 3 de julho realizaremos uma reunião deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências, investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores, atendendo ao Requerimento nº 25, de 2019, CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas, e ao Requerimento 26, de 2019, CDR, de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 15 minutos para fazer sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica.

A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do site da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Comunico que dividiremos a apresentação em duas Mesas.

Já convido para compor a 1ª Mesa: Sérgio Araújo, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Convido também Flávio Santos Tojal, Gerente Geral de Marketing da Petrobras.

Convido Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Convido Ricardo Medeiros de Castro, Economista-Chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.

Convido Cláudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustível Derivados de Petróleo, representante do Ministério de Minas e Energia.

Iniciando, concedo imediatamente a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Sérgio Araújo, para fazer a sua exposição.

O SR. SÉRGIO ARAUJO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Senador Izalci Lucas pelo convite para a Abicom, para ter a oportunidade de estar aqui apresentando a visão da Abicom num assunto que é tão polêmico, atual e polêmico, que é a política de preço de combustíveis pela Petrobras e os impactos que essa política de preço causa na segurança para a atração de investimentos, seja em refino, seja em infraestrutura logística de que tanto precisamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma breve apresentação. A Abicom já mandou para os Srs. Senadores e está no site um material mais detalhado.

Bom, a Abicom talvez seja a associação mais nova que exista nesse mercado de combustível. Ela foi fundada em julho de 2017. Atualmente, nós temos nove associados. Desses nove associados, é importante informar para os senhores que cinco deles têm origem na atividade de distribuição de combustíveis, quatro deles com sede lá no Norte e Nordeste do País e um com sede no Paraná. Então, lá em Recife, a gente tem a Êxito, tem a BCI, a Petro Energia e a TMP, que eram empresas que trabalhavam originalmente só com distribuição regional de combustíveis, e a Ciapetro, que atua no mercado do Paraná. Temos também a Sul Plata, que tem origem na operação logística do Grupo Cattalini, que tem o maior terminal de combustíveis líquidos instalados no País, lá no Porto de Paranaguá, e atua também no segmento de transporte rodoviário. E temos três trades que fazem parte também da nossa associação.

O objetivo da Abicom é de fato trabalhar de forma que seja promovida a concorrência trazendo benefício final para os consumidos. O que a gente busca no momento como desafios é uma precificação transparente alinhada ao mercado internacional, que possa promover uma maior competitividade para o setor e, como falei, construindo um ambiente propício e seguro para que os investimentos sejam realizados e com isso a gente elimine o susto e o risco de um eventual desabastecimento em futuro próximo, como estaremos colocando aqui ao longo desta minha breve apresentação.

Nesse sentido e muito alinhado com o que estamos fazendo aqui hoje, a Abicom está sempre disposta e tem participado de todos as iniciativas do Governo, participou de todas as reuniões do antigo programa Combustível Brasil e tem participado também de uma forma muito ativa no programa Abastece Brasil, que tem como objetivo realmente discutir e debater as ações necessárias para garantir o abastecimento nacional num ambiente competitivo e, como já falei, que propicie segurança para a realização de investimentos.

O fator motivador para a criação da Abicom, ou seja, para que as empresas distribuidoras e demais empresas entrassem nesse mercado de importação, foi o reposicionamento da Petrobras em 2016. Até aquela data, a Petrobras era exclusiva no abastecimento primário dos combustíveis líquidos e, em 2016, num reposicionamento, a Petrobras declarou em fatos relevantes que não seria mais responsável por 100% do abastecimento nacional. Chegou a indicar alguns polos que foram batizados de PFL, não do partido, mas de Pontos de Fornecimento Limitado, onde ela colocava que, considerando a otimização do uso de suas refinarias, ela poderia atender no limite até somente 50%, 60% da demanda habitual.

Além disso e nesse mesmo instante, a Petrobras também teve liberdade para ter a sua própria política de preço e resolveu, então, alinhar os seus preços ao mercado internacional. Naquele momento, ela colocou um preço acima da paridade, o que contribuiu também para motivar a entrada de novos agentes nesse mercado. Então, basicamente, esses dois pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram os que motivaram as distribuidoras de um modo geral, e não só as associadas da Abicom, a abrirem as suas empresas de acordo com as portarias, as resoluções da ANP.

Atendendo as resoluções da ANP, as distribuidoras abriram as suas empresas importadoras, realizaram investimentos expressivos em infraestrutura, em desenvolvimento e treinamento de pessoal, para garantir que elas teriam produto para atender aos seus contratos com a revenda e com os seus clientes de um modo geral. Esse reposicionamento da Petrobras foi visto como realmente um movimento bem interessante e que propunha a transferência de benefício para a sociedade estimulando a competitividade, dando transparência na política de preço, estimulando a eficiência; enfim, caminhando para o estabelecimento de um mercado aberto. E o que nós verificamos após esse reposicionamento da Petrobras foi a diversificação na oferta de fornecedores; não só a Petrobras está responsável e está habilitada para a venda de combustíveis líquidos para as distribuidoras.

Aqui eu trago o exemplo de um gráfico mostrando o movimento dos volumes do óleo diesel tipo S10, que é o de baixo teor de enxofre. A partir do reposicionamento de preço da Petrobras, a gente vê, na linha azul, que o volume vendido pela Petrobras foi gradualmente sendo reduzido e o volume das empresas independentes passou a aumentar a partir desse reposicionamento, até que, em dezembro de 2017, a Petrobras, verificando um aumento muito expressivo nos volumes principalmente de óleo diesel importado, mudou mais uma vez sua política. Ela já tinha mudado em julho a sua política, passando a fazer reajustes diários e pontuais, mas fez uma redução bastante importante no preço do diesel, em 1º de dezembro de 2017, reduzindo o preço em 5,8%, o que tornou inviável a importação de diesel por agentes independentes.

A partir dessa data, a gente pode observar a linha cinza, que representa o somatório do volume das empresas associadas da Abicom; e a laranja representa o total das importações por agentes independentes, que foi reduzido substancialmente, e depois essa redução foi mais acentuada com a decretação do programa de subvenção, em maio de 2018, causado pela paralisação dos caminhoneiros, o que é de conhecimento de todos. Então, a partir desse momento, as operações de importação por parte dos agentes privados se tornaram, em grande parte do tempo, inviáveis. Em alguns momentos foram viabilizadas, mas isso está refletido no volume efetivamente importado pelos agentes independentes. Só um número: em 2017, as associadas da Abicom contribuíram no abastecimento nacional com algo em torno de 11% a 12% do volume de diesel vendido naquele ano. Hoje, a gente não chega a 2% do volume vendido de diesel pelas associadas.

Esse gráfico é para introduzir o assunto final nosso, que é uma proposta que eu vou apresentar ao longo dos eslaides, mas mostrando aí uma forte correlação da demanda dos combustíveis líquidos com a variação do PIB. A gente verifica aí que de 2004 até 2013, 2014, nós tivemos um aumento na demanda da ordem de 90%, realmente num período curto e uma evolução de demanda bastante acentuada. Isso, eu diria, para os dois principais derivados de petróleo, tanto gasolina quanto diesel. E, se vocês observarem, isso tem uma relação realmente muito grande com o PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou mostrando esse gráfico, mostrando a correlação, para depois apresentar esse outro que é resultado de um estudo feito pela EPE. Existem outros estudos que fazem também projeção de demanda e avaliação de como vai ficar a garantia do abastecimento nacional. Mas esse gráfico mostra que hoje já existe um gap entre a oferta de derivados de petróleo, principalmente diesel e gasolina, e que esse gap tende a crescer com o crescimento, como falei, do PIB.

Eu não me lembro exatamente quanto é que foi considerado nesse estudo da EPE, mas acho que é algo em torno de 1,8%, 2% de crescimento, o que não deve acontecer neste ano; mas todos nós que estamos aqui esperamos que a partir de 2020, de fato a gente tenha um crescimento. E tendo esse crescimento, mesmo que a gente decida hoje, seja investidor privado, seja a própria Petrobras, decida investir na ampliação da capacidade de refino, mesmo considerando o incentivo que o programa RenovaBio tem dado para que os biocombustíveis tenham uma maior participação na matriz energética brasileira – isso tudo está sendo considerado nesse estudo –, a gente aponta para um déficit em 2027, que é mais ou menos quando uma nova refinaria poderia estar disponibilizando aí gasolina e diesel para o nosso mercado, aponta aí para um déficit da ordem de 1,1, 1,2 bilhões de litros por mês, no ano de 2027.

Faz-se necessário de fato, para garantir e suportar qualquer crescimento deste Pais, realizar investimentos, seja em refino, seja em infraestrutura logística. Como o refino – como coloquei, há um projeto para uma nova refinaria – tem uma maturação, é muito demorado, e nós estamos falando de seis a oito anos... Aqui com certeza há especialistas que dominam muito mais esse assunto. Mas a gente pode colocar que com relação a uma decisão de investimento em refino, a gente não tem uma resposta imediata na oferta de derivado. Fica claro que precisam ser feitos investimentos imediatos em infraestrutura.

Só mostrar para vocês que a importação não é uma novidade. A importação, pelo menos até 2010... Se vocês lembrarem da curva do terceiro ou quarto eslaide, onde a gente viu esse crescimento de 2003 a 2014, no consumo de derivados, a partir de 2010, a gente vê volume expressivo de importação de diesel e um volume razoável de importação de gasolina. A importação de gasolina... Qualquer previsão para importação do volume de gasolina é prejudicada na assertividade da previsão em função da participação do etanol hidratado que, dependendo da condição de preço, ocupa um espaço maior ou menor para os veículos do ciclo Otto. Mas o fato é que desde 2010 a gente enxerga – esses são dados da própria ANP –, volumes interessantes importados.

A diferença é que, até 2015, 100% desse volume era importado e comercializado pela Petrobras, e a partir de 2016, nós temos um volume com a participação de agentes privados também.

Agora, nesse gráfico aí, já aparece o primeiro trimestre ou quadrimestre de 2019, mostrando que, no diesel...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... nós temos uma dependência da ordem de 25% da demanda e, na gasolina, em torno de 15%.

Deixe-me acelerar aqui. O novo Governo, o novo Ministro de Minas e Energia estabeleceu três prioridades para sua gestão: uma delas é o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, que é louvável e é necessária realmente. É um assunto com o qual a gente convive há muito. Quem, como eu, está nesse mercado há mais de 30 anos sabe que essa é uma luta constante, na qual a gente precisa avançar, mas cujos objetivos, sem o apoio de fato do Governo e desta Casa aqui, do Senado, como também da Câmara, a gente terá maior dificuldade de atingir; outra prioridade é a avaliação de alternativas para a equalização do preço do GLP, que está sendo tratada e não é objeto desta nossa reunião; e a atração de investimento para a criação de competição no refino e logística, também um dos três pilares nas prioridades do Ministério de Minas e Energia.

E na nossa visão isso só vai se concretizar se a gente conseguir implantar um ambiente que tenha previsibilidade, que dê segurança jurídica para os investimentos acontecerem e que tenha também a isonomia entre os agentes que atuam nesse mercado. Isso é fundamental para que seja recuperada a credibilidade dos investidores que, de fato, têm essa disposição de investir. Lembrando que, dos nossos associados, alguns acreditaram nessa abertura, realizaram investimento e estão hoje com investimentos totalmente ociosos. Vou dar um exemplo aqui: eu tenho um associado que tem um terminal em Itacoatiara, e ele não consegue movimentar nada. Em 2019, muito pouco produto entrou naquele terminal, um investimento de R$80 milhões, com alta tecnologia, e está lá parado, totalmente ocioso.

Aqui é para colocar, reforçar o ponto...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... que eu já falei da necessidade de investimento. Quando a gente fala em investimento em infraestrutura, fala em infraestrutura portuária, em armazenagem, refino e logística. Há diversos estudos já realizados pela EPE, pela Plural, que está aqui representada – eu estou vendo o Leonardo Gadotti no Plenário –, pelo IBP, alguns dos quais eu vi, que falam de R$10 bilhões até R$30 bilhões nos próximos dez anos. Na nossa visão, esses investimentos só acontecem se nós tivermos realmente transparência, segurança e tudo aquilo que coloquei no eslaide anterior.

O caminho possível. Nessa questão que é objeto da discussão desta audiência de hoje, a política de preço, a gente entende – uma vez que nós estamos falando de commodity negociada no mercado futuro, como funciona no mercado internacional – que a volatilidade é alta e os reajustes são diários. No entanto, a gente entende também que a gente vive num País cujo Governo tem uma necessidade de dar previsibilidade também para o consumidor, em específico aos caminhoneiros, que são aqueles que têm uma maior sensibilidade à variação de preço, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma frequência muito elevada, como foi muito discutido em maio do ano passado e em abril deste ano, quando voltamos a discutir essa questão da sustentabilidade da atividade dos caminhoneiros. A gente entende isso.

E, com essa visão, a Abicom preparou uma proposta – e tem discutido isso já há muito tempo, desde maio de 2018...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... e já apresentamos esse material no Abastece Brasil e tivemos a oportunidade de conversar com alguns Ministérios também.

A ideia é muito simples, é basicamente o seguinte: a Petrobras e os agentes importadores precisam aumentar o preço, quando aumenta o preço do petróleo e quando aumenta a taxa de câmbio. E, quando isso acontece, a receita do Governo com os royalties aumenta proporcionalmente. A ideia é que se faça um estudo – e eu não tenho aqui a pretensão de apresentar um produto acabado – e que se proponha um debate, uma discussão, um estudo para avaliar a necessidade, se é factível o uso desse excedente de receita do Governo num produto do qual quase 50% é imposto e se a gente poderia utilizar parte – não o todo, mas parte – desse recurso excedente ao Orçamento da União para dar ao consumidor final, em especial aos caminhoneiros, uma suavização na volatilidade do preço.

Então, era isso o que eu tinha para apresentar. Essa é a proposta para debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sérgio Araujo e passo imediatamente a palavra ao Flávio Santos Tojal, também para sua exposição.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Izalci Lucas, Senador Jean Paul Prates! Agradeço a oportunidade de a Petrobras mais uma vez estar presente a esta Casa, tentando trazer mais subsídios ao debate da questão da política de energia de combustíveis.

Dando início, nesse primeiro eslaide a gente tenta contextualizar um pouco a cadeia de comercialização de combustíveis, quer dizer, a Petrobras não é o único agente que está colocado na cadeia. Hoje, como o Sérgio apresentou anteriormente, a gente tem importação, refino, centrais petroquímicas, formuladores, importadores, além de fornecedores de combustíveis renováveis: no caso da gasolina, existe a adição de etanol anidro na proporção de 27%; no caso do diesel, a adição de 10% no produto que é vendido pela Petrobras. Então, a formação – que eu acredito que seja uma das preocupações deste debate –, o preço final, o preço ao consumidor final sofre algumas agregações além daquele preço que é cobrado pela Petrobras na porta da refinaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tentando quebrar um pouco a estrutura desse preço, no caso do diesel, a Petrobras fica com 53%, de acordo com dados da ANP e da USP, no período de coleta de dados de 9 a 15 deste mês de junho, consideradas as principais capitais do País, as capitais que são utilizadas para apuração do IPCA. Então, considerando essa conta hoje, para esse período, do preço médio que é visto na bomba dessas capitais, 53% cabem à Petrobras, ou seja, a Petrobras hoje está comercializando o diesel a R$2,06, R$2,07.

O preço que é percebido na bomba hoje está em torno de R$3,63, segundo monitoramento da Agência Nacional de Petróleo.

No caso da gasolina, ficam com a Petrobras 29% apenas do preço total que é percebido na bomba. Hoje, de acordo com acompanhamento e monitoramento da ANP, o preço médio está em torno de R$4,48, então, cabe à Petrobras R$1,76.

Para se ter uma ideia – está cortando ali o canto do eslaide –, se nós abastecermos hoje um carro colocando R$200 de gasolina, abastecendo com R$200, a Petrobras está recebendo R$58 desse montante; de tributos aí somam R$90, quer dizer, é uma parcela importante a ser discutida também. Ou seja, além da própria gasolina A, que é a comercializada pela Petrobras, existe uma parcela importante de tributos, uma parcela importante de etanol, que é colocada, e uma parcela que cabe ao segmento de distribuição e revenda.

Em termos de histórico, o mercado permaneceu fechado até o ano de 1996, os preços eram definidos pelo Governo com base em custo de produção, e gradativamente houve uma desregulamentação dessa política. Em 1997, com a Lei 9.478, os preços passaram a ser vinculados ao mercado internacional e houve uma liberação gradativa dos preços dos produtores. A partir de 1998, a Petrobras passou a fazer reajustes mensais com base nas variações das cotações de derivados de petróleo e variação cambial. E, a partir de 1999, essa liberação de preço gradativa seguiu até 2002, quando os preços estavam completamente liberados, e a gente passou a viver no País uma situação de mercado aberto e competitivo.

Em termos de mercado aberto, é um ambiente de livre competição; ocorrem importações por terceiros – foi criada a Transpetro, separando-se aí os ativos logísticos da Petrobras, de maneira também a prestar serviço e suporte a outros agentes –; os preços passam a ser definidos livremente pelos agentes do setor, sendo necessário observar a legislação de defesa da concorrência. E mais recentemente, com a Lei das Estatais, Lei 13.303, buscou-se conciliar o interesse público com a organização societária das empresas de economia mista. E aí chamo a atenção para o art. 8º, §2º, em que quaisquer obrigações e responsabilidades que sejam assumidas por uma empresa de economia mista, que é o caso da Petrobras, em condições diferentes às de qualquer agente do setor privado, deverão ter previsão legal.

Em seguida, tentarei contextualizar um pouquinho a situação de petróleo e commodities em relação a outros produtos. O petróleo e derivados, diesel, gasolina, por aí afora, são commodities, que, por definição, são produtos com pouca ou nenhuma diferenciação – gasolina aqui, gasolina em outro país, em outro lugar é o mesmo produto –, são produzidos em larga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escala e negociados internacionalmente. Exemplo disso, além do próprio petróleo e dos derivados: metais – ferro, cobre... –; produtos agrícolas – café, algodão, soja... Existe uma diversidade grande de produtos que a gente classifica e trata como commodities, que seguem uma lógica de mercado e precificação internacional.

Em termos de formação de preços, entrando um pouco mais fundo no foco da discussão, como é que são precificadas, então, essas commodities? A partir do custo de oportunidade, ou seja, do valor do produto no mercado internacional, mais as demais parcelas para colocá-lo em determinado ponto de venda e a avaliação de como funciona a concorrência, de como seus concorrentes estão formando os seus próprios preços, que é o que a gente chama de Preço de Paridade de Importação, vulgarmente PPI, no jargão do setor. Ou seja, é uma referência – o PPI não é um preço – que serve de base de cálculo para que cada agente chegue a um número diferente. É a referência estabelecida por cada concorrente no mercado para tentar avaliar qual é a estratégia comercial dos demais agentes e formar o seu próprio preço. Repetindo um pouco, é o valor da commodity no mercado internacional, numa condição de mercado aberto, e da percepção de como os competidores estão se comportando.

Um exemplo possível seria considerar um centro importante de suprimento, que é o Golfo americano. Seria a cotação, o preço FOB lá no próprio Golfo, os custos para trazer esse produto até o País, o preço de frete e outras despesas, como o seguro, que está associado a isso aí, inspeção da carga, desembaraço, sobre-estadia, atrasos de navio na hora de descarga, perdas que ocorrem no processo, internalização no País e fretes rodoviários até cada ponto de venda. Tentando detalhar um pouco mais, cada ponto de venda teria a sua própria referência, o seu próprio preço de paridade. Exemplo: eu teria um preço em Santos; um preço em São Paulo; um preço em Brasília, e assim por diante, considerando os custos que participam e concorrem para a formação dessa referência, que nós estamos chamando aqui de Preço de Paridade de Importação.

Em termos de política de preço da Petrobras, como o Sérgio mencionou, a política que está vigendo hoje foi estruturada em outubro de 2016; tem como base, como fundamento o Preço de Paridade de Importação, acrescido de alguma margem competitiva para cobrir possíveis riscos, perdas e tentar posicionar a Petrobras em relação aos seus concorrentes; e os seus reajustes atualmente não têm frequência pré-definida.

Esse gráfico tenta mostrar, em relação ao preço do diesel, como foi a evolução das cotações e do preço Petrobras com e sem tributos federais. A linha amarela equivale ao Preço de Paridade, colocando já a cotação do mercado internacional, do transporte e a internalização do produto; e a linha verde equivale ao preço da Petrobras, que, de outubro de 2016 até junho de 2017, seguia a prática de reajustes mensais. Então, a linha amarela é a nossa avaliação de Preço de Paridade de Importação.

Como a Abicom mesmo colocou aqui, o Sérgio, houve, naquele período mais para próximo de junho de 2017, um acirramento na competição. O reajuste mensal não estava mais dando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conta e a Petrobras teve perda de share importante naquele período, a gente chegou a perder, no caso do Diesel, em torno de 30% de share, e mudamos para reajustes sem periodicidade definida, buscando modular e melhor participar do processo concorrencial.

É importante observar ali também naquele período, entre junho e agosto, uma elevação – a linha vermelha é o preço da Petrobras com tributos, não é ainda o preço percebido na bomba, mas só o preço da Petrobras com tributos –, o impacto que, na época, houve com o alinhamento do PIS/Cofins tanto no Diesel quanto na gasolina. A gasolina, inclusive, passou um pouco daquele percentual; mas o impacto que isso trouxe foi o distanciamento que o preço com tributos verificou em relação ao preço de realização, o preço cobrado, praticado pela Petrobras.

A gente vai, então, durante todo o período de 2017, o restante de 2017 e 2018... Eu chamo atenção, de novo, ali para o período de abril de 2018 e junho de 2018, em que há um salto expressivo. Ali foi que se construiu uma conjuntura totalmente adversa. A gente teve uma elevação muito grande das cotações de derivados e preços do petróleo no mercado internacional e também tivemos uma elevação muito grande da taxa cambial; a gente vê pela inclinação da curva.

Da mesma maneira, se a gente pegar, se conseguirem focar tanto na linha verde quanto na linha amarela, no período entre fevereiro, março e abril de 2018, o valor, o preço do diesel em março de 2018 é praticamente o mesmo preço que a Petrobras estava adotando no início da sua política, em outubro de 2016, ou seja, passado ali um ano e meio, a gente teve praticamente o mesmo preço. É natural do mercado de commodities essa variação, essa flutuação, essa volatilidade de preços que a gente observou nesse período.

O que é difícil tratar são esses períodos como a gente teve de pré-greve dos caminhoneiros, em março, abril e maio de 2018, no qual tivemos uma elevação, eu diria, não é nem uma volatilidade, poderia talvez ser melhor traduzida como um choque que a gente teve nas cotações internacionais com elevação de mais de vinte 20%, 30%, conjugando cotação de derivados e câmbio.

No eslaide seguinte, o mesmo traçado, mostrando a gasolina. De novo, eu chamo ali a atenção. Em junho de 2017, tivemos uma elevação grande em termos de PIS/Cofins, o que também distanciou bastante o preço com tributos do preço cobrado em porta de refinaria. E a política de preço é praticamente a mesma que a gente adota em relação aos dois produtos.

Por último, fechando, quer dizer, reflexões finais da apresentação. O preço de realização da Petrobras, que é esse preço que a gente cobra na porta da refinaria de gasolina, corresponde a 53% e 29% do preço final...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... respectivamente, considerados diesel e gasolina, ou seja, é uma parte, eu diria, especialmente no caso da gasolina, que não consegue sozinha responder pelos impactos que são percebidos na bomba pelo consumidor final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, existem outras parcelas – e elas não são tão constantes, eu utilizei os eslaides anteriores no caso do PIS/Cofins –, mas outras parcelas também variam. O próprio preço do etanol e do biodiesel também variam no mercado, ou seja, outras parcelas concorrem, parcelas importantes, para a formação desse preço. Portanto, no debate de alternativas de uma política energética que consiga de alguma maneira mitigar impactos para o consumidor final, essas parcelas merecem, sim, ser observadas.

A gente ressalta, mais uma vez, que a Petrobras não determina preço de distribuição e revenda, os preços que são percebidos na bomba pela sociedade, pelos consumidores finais. E, por último, a Petrobras respeita a livre concorrência e tem como principal eixo de sua política o acompanhamento das cotações internacionais e da taxa de câmbio.

Senador, mais uma vez, muito obrigado e desculpe-me por ter passado um pouco do tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Flávio e já passo, imediatamente, ao Décio Oddone, também para fazer as suas considerações.

Registrando aqui a presença da nossa Senadora Zenaide e do nosso Senador Jean Paul, especialista na Petrobras.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE (Para exposição de convidado.) – Um bom dia a todos, Senador Izalci, Senador Jean Paul, Senadora Zenaide, é um prazer estar aqui para debater esse assunto tão importante.

As apresentações que foram feitas até agora foram ilustrativas, há uma série de gráficos, não vou ser repetitivo, vou apenas tratar de ressaltar alguns temas.

Quando nós falamos de preço de combustível, nós precisamos olhar três fatores que compõem o preço do combustível na bomba e a gente tem falado muito no preço da Petrobras, no preço do combustível em si, da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, mas o preço final na bomba é composto: do preço do combustível, que é uma commodity, como o Tojal já falou; das margens de distribuição e revenda; e dos impostos.

Se a gente não olhar essa cadeia de forma integrada, a gente não vai conseguir entender claramente como é que os preços são formados e como é que os preços variam até chegar ao consumidor, e eu quero dizer que isso está sendo feito.

A ANP vem conversando com o Cade – há um representante do Cade aqui na Mesa – desde antes da greve dos caminhoneiros sobre a questão da posição da Petrobras no refino, o que foi agora objeto de um acordo entre o Cade e a Petrobras, para investimentos em refinarias. O Cade também soltou uma série de medidas, nove medidas, para melhorar o setor de abastecimento no Brasil, logo em seguida à greve dos caminhoneiros. E o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), recentemente e pela primeira vez, desde que o monopólio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras foi extinto formalmente em 1997, aprovou uma série de resoluções que olham para este assunto de forma estruturada. Se não me engano, em 9 de maio, aprovou uma resolução que trata dos formatos de investimentos em refinarias; no dia 12 de junho, aprovou uma resolução que trata sobre o setor de distribuição e também dos impostos, recomendações para o Ministério da Economia e para o Confaz relacionadas com impostos; e, esta semana agora, uma sobre gás natural, que complementa, digamos, esse conjunto de medidas que busca dar maior competição e transparência ao mercado de combustíveis.

Então, olhando de forma segmentada, como a gente deve olhar a formação de combustíveis, eu quero começar falando de preço da gasolina, do diesel e do GLP, da commodity.

Então, quando nós olhamos os preços dos combustíveis no Brasil, já foi mostrado aqui, os preços foram liberados em 1º de janeiro de 2002. Quando nós percebemos a variação desses preços ao longo desses quase 20 anos, a conclusão que nós chegamos é que a maior parte do tempo esses preços estiveram desconectados com os preços do mercado internacional.

A gente lembra facilmente, porque está recente, o período de 2011/2014, em que os preços aqui da gasolina e diesel estiveram muito abaixo do mercado nacional e a Petrobras sofreu as consequências que sofreu e a indústria de etanol também sofreu as consequências que sofreu. O que a gente não recorda com facilidade é que no período anterior e no período posterior os preços aqui também estiveram desconectados com o mercado internacional.

Quando nós olhamos o período 2008/2010, 2014/2017, o gráfico ali – que foi mostrado – parcialmente mostra isso, estou com ele ali na tela do Senador para colar, mostra que os preços estão muito acima do mercado internacional. Justamente nas duas recessões que nós tivemos no Brasil, entre 2008/2010 e 2014/2017, nós convivemos aqui com preços de gasolina e diesel muito acima do mercado internacional, quer dizer, aprofundando o processo de esfriamento da economia, afetando inflação, afetando taxa de juros, deixando...

O Manoel, do Ministério da Economia, está aqui olhando, sinalizando positivamente.

Então, a gente não teve essa sequência de preços alinhados ao mercado internacional, o que é necessário para um país como o Brasil. Por que que é necessário? Apesar de nós sermos produtores de petróleo, somos exportadores de petróleo; por não termos capacidade de refino suficiente no Brasil nós somos obrigados a importar. Ora, ao importar produtos, nós temos que ser capazes de comprar esses produtos lá fora, trazer para cá e vender ao consumidor. Foi mostrado aqui, em uns eslaides na apresentação da Petrobras, isso. Então, alguém tem que comprar o derivado que falta no Brasil para vender no nosso mercado. Isso determina que os preços têm que seguir a paridade de importação.

O ideal para nós é que nós estivéssemos em uma situação em que houvesse excedente de petróleo, como há e vai haver em maior quantidade no Brasil, que houvesse também excedente de capacidade de refino, que nós pudéssemos industrializar este petróleo aqui e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exportar derivados e não o petróleo bruto, mas, para isso, nós precisamos de refinarias, novas refinarias ou ampliações das refinarias; para isso, nós precisamos de investimentos e, para termos investimentos, nós temos que ter preços alinhados ao mercado internacional, senão ninguém vai investir em refinaria, nem a Petrobras nem nenhum outro agente privado.

Então, a racionalidade para o preço de paridade internacional está dada por isso. É um fato da vida, é uma commodity, é inexorável. Nenhum país é formador de preços de combustíveis, todos somos tomadores de preços de combustíveis e os que tentaram criar mecanismos para controlar preço não funcionaram, não tiveram sucesso.

O que aconteceu no Brasil mais recentemente? Usando os próprios gráficos da Petrobras. A Petrobras estabeleceu uma política de preços nova em outubro de 2016, que foram preços alinhados ao mercado internacional com uma margem. Mudou essa política, se não me engano, Tojal pode me ajudar aqui, em 1º de julho de 2017, quando passou a aplicar reajustes diários.

Já foi mencionado aqui que perdeu participação de mercado, especialmente no mercado de diesel, e passou a reajustes diários, acho, em outubro de 2017, se não me engano, julho ou outubro, não estou seguro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Julho.

Não adiantou. A Petrobras só recuperou a marca Share quando ela baixou os preços em dezembro de 2017, não foi mencionado aqui, mas eu lembro.

Então, houve uma redução efetiva de preço, e aqueles preços que estavam muito acima do mercado internacional, que favoreciam a importação por terceiros e pela Petrobras, se aproximaram mais dos preços internacionais. Aí, evidentemente, a janela de oportunidade – o incentivo à importação – diminuiu. Por isso é que nós vimos a redução das importações. Isso é ruim para o setor importador, reconheço, mas ressalto que é excelente para a sociedade brasileira e para o consumidor brasileiro, e essa é uma preocupação que o agente regulador tem que ter.

Então, a partir daí, nós tivemos o episódio da greve dos caminhoneiros, a questão da subvenção no diesel, e a ANP fez uma consulta pública sobre a questão da periodicidade nos preços de combustíveis (se a gente deveria ou não deveria estabelecer regras de periodicidade mínima para repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis). Por que nós fizemos isso? Fizemos porque a sociedade está clamando por estabilidade nos preços. Essa consulta foi feita, houve uma série de estudos, o Ministério da Economia – na época, o da Fazenda – se pronunciou, e a conclusão a que nós chegamos, com auxílio do Ministério da Economia na época, foi que não era adequado para a sociedade brasileira estabelecer qualquer tipo de periodicidade no repasse dos reajustes de combustíveis e que a melhor política, do ponto de vista da regulação do Estado, é não ter política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As companhias têm liberdade de formação de preços; os preços são livres no Brasil desde 1º de janeiro de 2002. Então, que se pratique essa liberdade como está estabelecido na lei, sem qualquer tipo de periodicidade para repasse de reajuste. É o que a Petrobras finalmente está praticando – e eu saúdo essa iniciativa – desde recentemente, quando não existe mais periodicidade de repasse de preços de combustíveis no Brasil.

Como é que nós vamos chegar a um ambiente mais competitivo nas commodities? Um ambiente competitivo vem com competição; competição vem com disputa. Então, nós precisamos de aumento na disputa no setor de refino – isso está equacionado, pois acho que com essa decisão do Cade e da Petrobras de encaminharem vendas de refinarias, com a importação que é necessária e importante para complementar o mercado brasileiro, nós precisamos ser cada vez menos dependentes de importação. Que fique bem claro isso do ponto de vista de regulação e de política, e que esses preços sejam formados no ambiente competitivo e sejam divulgados de forma transparente.

Então, voltando àquela discussão que nós tivemos sobre repasse de aumento de preço de derivados, a conclusão a que nós chegamos é que deveria haver transparência na formação de preço. Eu vou voltar a um assunto que acho que é importante: até o mês de abril deste ano, a Petrobras divulgava os preços da gasolina e do diesel de uma forma pouco transparente. A Petrobras entrega diesel e gasolina para as distribuidoras em cerca de 35 pontos ao longo do Território brasileiro. O preço que a Petrobras divulgava era o preço médio, a média aritmética, sem considerar os volumes praticados em cada ponto. Então, aquele preço que a gente via no jornal, na televisão, todo dia – "preço da gasolina no Brasil é de R$2 ou de R$2,01, e subiu de R$2,01 para R$2,03" – aquilo era um preço que não estava presente em nenhum ponto do Território brasileiro. Era uma média aritmética dos 35 pontos, sem considerar os volumes entregues em cada um daqueles pontos. Isso era muito ruim para o entendimento da sociedade e para a competição.

Reconheço que a Petrobras, antes que a ANP publique a resolução sobre transparência de preços – que vai publicar –, se antecipou; a partir de outubro do ano passado, passou a divulgar esses preços de forma atrasada, no mês anterior, e a partir de abril passou a publicar instantaneamente os preços praticados em cada um desses pontos. Hoje, se nós olharmos no site da Petrobras, os preços divulgados são os preços praticados em cada um desses pontos.

Existe outro fator importante: é que a ANP também passou a divulgar os preços de paridade de importação de referência, calculados por uma agência internacional de renome, como uma referência. Já foi dito aqui que preço de paridade de importação é um cálculo, depende de cada um, depende da capacidade transacional de cada agente, depende dos custos de cada agente, mas é uma referência. Então, a sociedade hoje tem condições de olhar para os preços de paridade de importação, calcular de forma independente e avaliar se os preços praticados no Brasil pelos agentes estão muito ou pouco dissociados desses valores. Não em valor absoluto, mas, se estiver 30% acima ou 30% abaixo – como já esteve no passado –, alguma coisa está errada. Então, é isto que nós, com a transparência, permitimos que a sociedade entenda (a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

formação de preço) e legitime, para que tenhamos um processo em que os preços no Brasil realmente estejam alinhados aos preços do mercado internacional.

Eu sei que a amostragem é muito curta – é muito curta –, mas, quando nós olharmos os gráficos (e o gráfico da Petrobras mostrava isso), os preços praticados pela Petrobras nos últimos meses estão muito próximos aos preços de referência internacionais. Eu diria que esse período de quase 20 anos talvez seja o espaço de tempo em que os preços estiveram mais alinhados aos preços internacionais. Claro, repito, que é uma amostragem muito pequena, mas é isto que a gente, como sociedade, quer ver: transparência e competição.

Então, esperamos que a maior competição no refino, a maior competição na logística, que também depende, como foi mencionado aqui, de investimentos – em logística nós temos visto uma série de leilões de venda de terminais em portos públicos, o que é muito positivo para atrair esses investimentos –, isso vai se encarregar de criar um ambiente em que o preço das commodities (a gasolina, o diesel, o GLP) seja estabelecido de forma competitiva e transparente.

Só para terminar a questão das commodities, a gente fala muito de preço nos Estados Unidos, do preço da gasolina no Estados Unidos e no Brasil. Nos últimos meses, se nós olharmos a diferença, como nós temos 73% de gasolina aqui e 27% de etanol, o preço da commodity de gasolina no Brasil na bomba é mais barato do que o preço de commodity na bomba nos Estados Unidos. A diferença está em imposto e em margens. Aqui no Brasil os impostos estão na faixa de R$1,90 por litro; e nos Estados Unidos estão na faixa de R$0,40. As margens de distribuição e revenda no Brasil estão na faixa de R$0,60, e nos Estados Unidos estão na faixa de R$0,20. Quando a gente olha para o diesel, as diferenças são bem menores: os impostos estão mais próximos, o preço de commodity é mais próximo, e as margens de distribuição e revenda também estão bastante alinhadas. Quando nós olhamos para GLP, gás de cozinha, o botijão, a Petrobras vende a R$26 – os nossos cálculos de paridade estão abaixo disso –, o imposto federal é da ordem de R$2, os impostos federais estão na faixa de R$10. Então, nós temos um custo com refinaria e com mais impostos na faixa de R$38, de R$37, e o preço médio ao consumidor brasileiro é de R$69, R$70 – em alguns lugares, mais do que isso. Onde é que está a diferença? A diferença está no resto da cadeia. Então, nós precisamos olhar esse resto da cadeia também.

Então, qual é esse resto da cadeia? Primeiro, impostos. Nós precisamos encarar seriamente a questão dos impostos nos combustíveis no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Mais cinco minutinhos?

... por razões fiscais e por razões competitivas também. A competição tem que ser justa, os agentes que competem no mercado – e nós estimulamos a competição – têm que competir em condições de igualdade.

Nós temos que trabalhar contra a sonegação, contra a fraude, contra a adulteração. Isso é muito importante para que o mercado seja saneado. E, para isso, nós precisamos de "monofasia"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



tributária – carregar no elo do produtor os impostos –, porque isso dificulta aquela famosa questão das liminares que a gente já viveu no Brasil e vive ainda. A gente precisa, como foi comentado aqui, a isonomia tributária. Hoje um refinador tem condições de tributação diferentes de um formulador, de um importador. Então, isso não indica que a competição é justa (e ela precisa ser), e isso também pode estimular a sonegação.

E nós temos que trabalhar junto aos Estados – isso é a parte mais difícil, não é? Falar nesta Casa aqui sobre tributo e ICMS eu acho que é uma redundância, mas é importante –, nós precisamos trabalhar uma melhoria no ICMS. O ICMS sobre combustíveis é perverso: primeiro, ele funciona como um acelerador dos aumentos e das reduções de preço, porque o preço de referência usado pelos Estados é um percentual do preço na bomba; então, quando chega o momento de preço na bomba, aumenta o ICMS; como aumenta o ICMS, aumenta o preço na bomba, o que aumenta ICMS de novo, na subida e na redução. Então, isso aumenta a volatilidade na bomba e aumenta a volatilidade na arrecadação dos Estados. O ideal seria termos um ICMS ad rem, um valor fixo por litro, que mitigaria essa flutuação.

A outra questão importantíssima em relação ao ICMS é a diferença de alíquota. Como os Estados estabelecem as suas alíquotas, a diferença em alíquotas é de até 20% entre Estados limítrofes. Isso também é um problema enorme que estimula sonegação e acaba diminuindo arrecadação dos Estados. Então, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) se preocupou com isso na resolução aprovada nesse mês de junho e recomendou que o Ministério da Economia trate desse assunto. Acho que a gente está pela primeira vez estruturalmente tratando desse assunto.

Por fim, para terminar, Senador – se me der mais dois minutos aqui –, a questão das margens de distribuição e revenda. As margens de distribuição e revenda têm que ser estabelecidas num ambiente o mais competitivo possível, numa competição justa, como já mencionei, e que sejam as mais baixas possíveis para o consumidor. Quem vai estabelecer esses valores são os competidores, é o mercado. Nós precisamos trabalhar para ter redução de custo Brasil, dos nossos custos elevados. O custo de capital no Brasil é caro; nossa logística é deficiente; temos enormes dificuldades num país continental como o Brasil para fazer movimentação de produtos; não temos ferrovias; não temos cabotagem; não temos oleodutos, e a maior parte dos nossos transportes é por caminhão; assim, é claro que o nosso custo tende a ser mais alto. Então, nós precisamos trabalhar para abaixar esse custo, nós temos que trabalhar para atrair investimentos para a logística, mas também temos que trabalhar para que a regulação ajude a competição. E hoje a nossa regulação restringe a competição.

Também, para nós da ANP, essa mesma resolução do CNPE estabeleceu que nós estudemos isso. Hoje a nossa resolução cria barreiras para a competição, o que já foi debatido aqui nesta Casa muito – eu já estive aqui. Há a questão da venda direta de etanol que esbarra em questão tributária, a venda direta de outros produtos, uma série de medidas na área do GLP, no engarrafamento de botijões e tudo mais, o que restringe a liberdade de contratação dos agentes.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em resumo, Senador, nós precisamos é de competição e de transparência na commodity; nós precisamos de racionalidade no sistema tributário; e nós precisamos de eficiência e competição, mas no setor de distribuição e revenda. Só assim nós vamos ter preços de derivados justos no Brasil. Os preços têm que ser justos, têm que seguir o mercado, têm que ser estabelecidos de forma competitiva e conhecidos pela sociedade de forma transparente.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta Casa mais uma vez. É sempre um prazer e uma obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Décio e concedo imediatamente a palavra ao Sr. Ricardo Medeiros de Castro, também para fazer a sua exposição.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO (Para exposição de convidado.) – Enquanto os eslaides não aparecem aqui, eu gostaria, primeiro, de agradecer o convite, de agradecer aqui ao Senador Izalci, à Senadora Zenaide, ao Senador Jean Paul, aos demais presentes. É uma grande honra estar aqui, em nome do Cade, participando desse debate.

Eu não sei se houve alguma questão em relação aos eslaides aqui, mas eu pretendo fazer uma apresentação bem breve, bem sucinta, e acho que a Mesa aqui já ilustrou bem a discussão sobre o que aconteceu com o preço de derivados e de combustíveis. Há aqui uma proposta apresentada pela Abicom em relação a como analisar essa questão de combustíveis, e eu acho que pode...

Aqui estão os eslaides, mas eu gostaria só de comentar que o Cade não analisa, ele não é uma agência setorial como a ANP ou como outras agências, que de fato analisam preço. O Cade analisa questões sobre o ambiente concorrencial em si, ou seja, nós tratamos da proteção da livre concorrência. Práticas de cartel, venda casada, preços predatórios são punidos pelo Cade quando há esse tipo de excesso, quando há esse tipo de abuso de práticas anticompetitivas. Da mesma forma, o Cade também analisa atos de concentração entre empresas – e aqui podem ser fusões, aquisições, joint ventures.

Na área de petróleo, foram analisados alguns casos envolvendo esse setor, mas especificamente em relação à advocacia da concorrência, que é a possibilidade de o Cade atuar de maneira a auxiliar na melhora da regulação e da legislação, nós fizemos recentemente várias notas técnicas com auxílio da ANP – a ANP está de parabéns por ser uma agência aberta para análise e para debate da sua própria regulação, e se aproximou do Cade com esse grupo de trabalho Cade-ANP, em que vários assuntos foram colocados ao debate público.

E, aqui, nós também formulamos algumas medidas em que, na greve dos caminhoneiros especificamente, o Cade entendeu que seriam interessantes para melhora do ambiente concorrencial na parte de refino e na parte de derivados de petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente analisa o setor de refino, esse é um setor muito caro ao direito concorrencial. Por quê? Porque isso está na gênese do direito concorrencial, no nascimento do direito antitruste. Se a gente pensar o que aconteceu com a Standard Oil nos Estados Unidos... Primeiro, formou-se essa Standard Oil de Ohio... Era uma empresa que foi aumentando, foram comprando todas as empresas que havia no setor, especificamente em Ohio e posteriormente nos Estados Unidos, e se formou um grande truste, um truste que buscava sair da regulação estatal e conseguiu, em 1880, cerca de 90% do refino nos Estados Unidos. Em 1890, se formou a lei concorrencial norte-americana, pelo Sherman Act, e, em 1911, se conseguiu dividir a Standard Oil e acabar com o quase monopólio que havia nesse caso.

No Brasil, recentemente, nós tivemos um acordo com a Petrobras, como já salientado pelo Décio, mas existe muito esse debate ideológico, quando a gente fala sobre o refino, que fica entre entreguistas e nacionalistas. Isso já era debatido lá em Vargas, quando da constituição da Petrobras e mesmo antes disso, se a gente pensa no direito concorrencial, primeiro foi feito por Vargas, e, logo em seguida, foi revogado. Foi a primeira lei que criou o Cade, e, logo em seguida, o Cade deixa de existir. Posteriormente, em 1962, ele retoma, o direito concorrencial é retomado.

No mercado brasileiro, o diagnóstico que se tem é de que, enfim, a Petrobras domina o refino, tem 98% do refino e tem um quase monopsônio. Ela é a operadora de 93% de exploração em petróleo no Brasil. Então, mesmo em distribuição, há, para a aviação, grande participação da BR e também a participação de grandes consumidores. A BR tem também um grande market share.

Quando a gente vai analisar outros temas que estão em debate no Cade, houve uma denúncia feita pela Abicom de preço predatório, que foi analisada e chegou-se a um acordo com o Cade para justamente ter algo que, nos Estados Unidos, já se tinha há muito tempo, há mais de uma década, que foi o debate sobre o refino. Nós fizemos essa nota técnica também no Departamento de Estudos Econômicos, mostrando que existiam ganhos se o desinvestimento da Petrobras, que havia sido proposto, fosse desenhado de outra forma, porque a gente vê, por exemplo, que o Brasil tem cerca de 98% de participação da Petrobras, ao mesmo tempo em que a nossa capacidade de refino é muito inferior à de vários outros países semelhantes, como o Canadá, que têm, por exemplo, uma desconcentração do mercado muito maior.

Havia teses de que a concentração gera poder de mercado; outros autores dizem que não. Nós, na nota técnica, mostramos que, sim, há poder de mercado quando se constitui um grande agente de refino nacional, e nós debatemos por que é frágil a tese de que não gera poder de mercado.

Eu não vou querer entrar a fundo sobre o mérito da nota técnica. Simplesmente digo que havia indícios de que a ocupação do refino... Há uma grande capacidade ociosa nas refinarias, e essa capacidade aumenta... A gente vê, por exemplo, que, em comparação à América do Norte e à Europa, aqui, na América do Sul, você tem uma utilização muito inferior das refinarias. Esse é um indício de poder de mercado. Além disso, a própria Petrobras já indicava que a sua margem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EBITDA era superior às dos seus pares. Se virmos as apresentações da própria Petrobras, ela menciona que compra insumo a preço de paridade de exportação e vende os derivados a preço de paridade de importação, o que é mais um sintoma de poder de mercado doméstico.

Enfim, a gente tem outros casos aqui que a gente poderia mostrar não só de gasolina, porque, quando a gente analisa gasolina, talvez haja uma série de ruídos aí, mas, quando a gente olha, por exemplo, o preço de óleo combustível – isso são dados do Ministério de Minas e Energia –, o preço brasileiro ficou muito acima do preço internacional. É a mesma questão em relação a gás natural e GLP.

No Cade, no Departamento de Estudos Econômicos, nós mostramos que havia outra forma de fazer o desinvestimento da Petrobras que não criasse monopólios regionais e que não tivesse uma participação passiva da Petrobras nesses desinvestimentos, e isso aí poderia ter... Eram estes três pontos: a participação passiva, que protegeria, criaria uma espécie de hedge da Petrobras; os monopólios regionais; e a desconcentração no Sudeste, que continuaria concentrado mesmo com o desinvestimento que havia sido proposto à época.

Eu não vou entrar na discussão aqui sobre os modelos econômicos, mas só mostro que a teoria, pelo menos, indica que é possível haver diminuição de presos se houvesse um outro desenho desses desinvestimentos, e foi aceito pela Petrobras, ou seja, acredito que a sociedade brasileira hoje está muito melhor com o desenho atual que foi proposto e foi combinado e acordado com o Cade do que na situação anterior.

É óbvio que aqui a gente está tratando do setor em geral e de como lidar com os preços. Eu só pontuaria que essa proposta da Abicom é semelhante ao que aconteceu, por exemplo, no Chile e no Peru, de criação de fundos em que eventualmente haja uma proteção contra a volatilidade excessiva. A volatilidade excessiva já é analisada na doutrina desde 1981, com Shiller, com LeRoy, com Porter, autores que analisavam o efeito de traders barulhentos, mas, enfim, esse é outro tipo de literatura que eu acho que não é aplicada neste caso aqui, porque em volatilidade excessiva nós temos instrumentos em vários outros mercados para lidar com esse tipo de questão. Por exemplo, na Bolsa, você tem o circuit breaker, você tem volatilidade excessiva quando o Estado interfere no câmbio... O problema é que, quando aplicado isso, e pegando a experiência do Peru e do Chile, você pode ter um custo social muito elevado em constituir fundos desse tipo, que são financiados por toda a população.

Se não me engano, no Chile o fundo foi de 1,2 bilhão em alguns anos, e o problema é qual o benefício que se tem, em especial se não é uma atuação pontual para impedir uma volatilidade, que é um outlier no preço. Se ele não for um outlier, se ele não retornar imediatamente à media, eventualmente você pode estar criando um prejuízo para a sociedade muito grande ao colocar um equilíbrio que não é aquele equilíbrio de mercado. E, mais do que isso, quando a gente vê um debate sobre estabilização do preço, você também pode ter efeitos anticompetitivos, já que o próprio cartel é um debate a respeito de estabilização de preços. Está certo que aqui é feito de maneira pública, não estou comparando e dizendo que são a mesma coisa cartel e o debate que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo proposto pela Abicom, que tem, como eu disse, fundamento, tanto na experiência internacional como na doutrina, mas você tem que ter cuidado a respeito dos efeitos concorrenciais que um debate sobre preço entre rivais pode ter.

Então, eu só teria esse cuidado ao examinar esse tipo de propostas. Daí fica talvez até uma pergunta para a Abicom: quais seriam os cuidados concorrenciais que a gente poderia ter nesse tipo de debate?

Agradeço e peço desculpas por alongar a minha explicação. Deixo aqui o meu endereço de e-mail para contatos e fico à disposição para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Ricardo e já passo imediatamente ao Claudio Akio Ishihara.

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui nesta Casa novamente, representando o Ministério de Minas e Energia, para contribuir com este debate que é tão importante para a sociedade e para a população em geral.

Cumprimento os Senadores aqui presentes, a Senadora Zenaide, Jean Paul, o Presidente, Senador Izalci, nosso Senador de Brasília, meus colegas aqui de Mesa, senhoras e senhores presentes.

Eu estruturei uma apresentação basicamente pensando no tema e também nas competências, logicamente, que dizem respeito ao Ministério de Minas e Energia.

Sou o Claudio Ishihara, sou responsável pelo Departamento de Combustível e Derivados de Petróleo, e, nesse caso específico, diesel, gasolina, GLP e esses outros produtos líquidos.

Só para chover um pouco no molhado, todos já falaram um pouco disso, mas é importante, no nosso caso específico do midstream, ou seja, tirando exploração e produção, que é um outro universo do setor, o nosso setor no Ministério, no nosso departamento cuida da parte de refino e importação. Também há participação das usinas de biocombustíveis, etanol e biodiesel, não necessariamente no meu departamento – há outro departamento específico –, mas, a partir do momento em que esses biocombustíveis são misturados ao diesel e à gasolina, eles também são acompanhados lá, no departamento.

Aí há um outro grande setor, que é o de distribuição, e, mais à ponta, a revenda varejista e os grandes clientes, que, na realidade, fazem a ponta lá com o setor, com a comunidade, com a sociedade e com os consumidores em geral.

Só para pontuar um pouco – eu acho que isso já foi falado aqui algumas vezes –, são mais de 134 mil agências no mercado., É um setor que fatura R$500 bilhões, é o terceiro maior mercado de combustíveis automotivos, o 7º mercado mundial de derivados de petróleo, e uma coisa importante, que representa até o que a Abicom, que está se tornando uma entidade cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vez mais forte nesse setor... É representado um pouco nisso aí... Agentes privados operam a maior parte da parcela de importação: 78% da gasolina e 72% do diesel. Em dados momentos no passado, já se chegou a quase 100%, em função da margem que era permitida, que era a janela de oportunidade que foi falada aqui anteriormente.

O setor é grandioso. São 55 bilhões de litros de óleo diesel por ano, 38 bilhões de gasolina, etanol já está em mais de 19 bilhões, GLP 13,3 bilhões de quilos, e QAV mais 7,1 bilhões de litros.

Questão de preços. Nós do Governo, principalmente do Ministério de Minas e Energia, somos balizados logicamente – não só nós, mas também toda a sociedade, o Brasil como um todo – pelas leis, e, nesse caso específico, eu gostaria de citar essa Lei 9.478, que, desde 2002, como já ressaltado pelo Tojal e os que me precederam, tornou o mercado livre. Dessa forma, cada agente econômico pode livremente praticar sua política de preço. Vejam, senhores, que eu não estou falando de praticar os seus preços, mas política de preços, porque, eventualmente, pode-se ter algum interesse específico de reduzir um pouco mais a sua margem ou crescer um pouco mais a sua margem, e isso todos os setores que têm commodities fazem igual – seja gasolina, seja trigo, seja ferro, minério de ferro, qualquer um. É da mesma forma que eles atuam, ou seja, onde houver oportunidade, há o interesse da empresa, e ele aumenta um pouco a sua margem.

Da composição de preços já foi falado aqui. Há três grandes grupos que a gente separou para ficar um pouco mais simples a apresentação: produto, tributos e margens. Entre os tributos, nós temos tributos federais, PIS, Cofins e Cide, e estaduais, no caso, basicamente o ICMS. Basicamente, não; somente o ICMS. E aquele gráfico ali, à direita, no canto, representa um pouco qual é o peso de cada grande grupo desses nos três principais produtos que nós consideramos em termos da parte de derivados.

Vejam os senhores que, no caso de tributos, como ressaltado anteriormente pelo Décio, há uma participação muito expressiva em termos de tributos. Não é de outra maneira que, por exemplo, a gasolina, no Estado do Rio de Janeiro, que é o maior produtor de petróleo do mundo, tem uma gasolina mais cara do que em Pacaraima, que fica lá na divisa com Roraima, mas, enfim, são condições diferentes de fornecimento, porque principalmente a questão de tributação estadual explica bastante isso.

O diesel, por ter esse componente mais social, tem uma tributação menor, e o GLP também menor. No caso do diesel, especificamente, como já mencionado, a parcela de participação da Petrobras, do produtor ou do importador é muito maior do que na gasolina. Isso se explica talvez muito em função dessa participação da tributação, que é menor. E, no caso de GLP específico, a margem de distribuição é muito grande, porque há todo um trabalho de recebimento, de envasilhamento dos botijões, que é suportado pelas distribuidoras, e também, inclusive, de requalificação desses botijões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso já foi apresentado aqui, eu não vou me deter muito, mas é para mostrar um pouco a relação do preço praticado, no caso, pelo produtor interno ali na costa – no caso, o produtor interno é a Petrobras – em comparação somente com a cotação do US Gulf. Não é paridade de importação, coisa que o Décio bem lembrou.

Já está disponível no sítio eletrônico da ANP o preço calculado por uma importante empresa que faz esse acompanhamento de preços e coloca já um preço internalizado aqui no Brasil. E isso serve de quê? De balizamento para que outros agentes entendam, vejam o preço e, a partir dali, em função das suas oportunidades de negócios no exterior, possam trazer e competir neste nosso mercado.

Uma mesma coisa que eu queria ressaltar é: por que nós usamos a cotação do US Gulf? Porque 57% da importação de gasolina e 84% da importação de óleo diesel vêm dos Estados Unidos. Então, é importante ter esse balizamento em função desse preço, porque é o mercado em termos de commodities mais próximo do Brasil, e isso representa também o maior fornecedor de produtos importados ao Brasil.

Esse outro eslaide é só para mostrar um pouco que, diferentemente, no caso do refino, que está praticamente todo nas mãos da Petrobras, em outros setores existe uma certa participação maior de outros produtos, de outros agentes no mercado. No caso de óleo diesel, gasolina, etanol e, especialmente, GLP, vejam os senhores que cada cor dessas representa uma empresa diferente participando no mercado. Então, diferentemente do refino, em que 98% ou mais da capacidade de refino no País está hoje em nome da Petrobras, no caso da distribuição existem outras empresas. Logicamente há uma discussão: "Ah, as três grandes, as quatro grandes dominam de 80% a 90% do mercado". É um fato, mas isso não ocorre só no Brasil, não. Em vários outros países, ocorre isso. Isso precisa ser discutido e debatido, e o que se precisa, no nosso entender, é fazer com que essas empresas tenham essa participação, mas que não abusem desse poder que eventualmente elas tenham, seja formando cartéis ou, então, tendo eventualmente um quase monopólio em algumas situações regionais.

Assim, no final, o que eu queria destacar é isto: a prática de preço de mercado é condição necessária para a entrada de investidor privado. Nós já fizemos um... Nós tivemos o programa Combustível Brasil, já falado aqui, em que nós conversamos com diversos agentes. Todos eles foram unânimes em apontar isto: precisamos ter condição de mercado para atração de investimento. A intervenção do Governo pode até ser boa em um dado momento, em determinada conjuntura, mas pode ser que, em determinado momento futuro, isso mude e não fique tão atrativo para eles. Então, por isso, eles falam: "Olha, brincar com condições de mercado eu sei; agora, com intervenção, eu já não sei brincar direito, não sei trabalhar muito bem nessa questão".

O Ministro Bento anunciou, em recente workshop realizado no Ministério de Minas e Energia, esse programa Abastece Brasil, que sucede o programa Combustível Brasil. Basicamente, são prioridades definidas e até já destacadas anteriormente, aqui na agenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prioritária do próprio Ministério, a promoção da concorrência, a atração de investimento e, principalmente, o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, que é uma coisa que, no Brasil, não é muito divulgada, mas já está crescendo muito. Nós estamos muito preocupados, porque isso pode tomar condições assim ou, pelo menos, ter um crescimento tão grande, como acontece hoje na Nigéria, no México, com mortes bem expressivas. Recentemente houve um acidente com a morte de uma criança no Estado do Rio de Janeiro e é uma coisa que eu acho que, independentemente de qualquer situação, precisa ser evitada, porque a vida é a coisa mais importante que existe.

Uma coisa que já foi destacada pelo Décio aqui e que eu só queria reprisar, porque isso é muito importante para nós, é a questão dessas Resoluções 9 e 12. Essas resoluções trazem um pouco o retorno aos anseios do que nós percebemos e recebemos ao lidar um pouco com essa questão de poder de mercado da Petrobras – não só da Petrobras, mas eventualmente no futuro pode haver algum outro agente que seja forte sob o ponto de vista de refino, de ativo de refino – e como essas empresas eventualmente, em um momento de desinvestimentos, devem fazer. São orientações, não há nenhuma obrigação para que a Petrobras faça esses desinvestimentos, mas felizmente isso se alinha ao planejamento de negócio da Petrobras de desinvestimentos. Então, o que a gente faz é, sob o ponto de vista de políticas energéticas, colocar algumas diretrizes que nós entendemos que são interessantes para a atração desses investimentos e a atração da competição no País.

Da mesma forma, foi editada a Resolução nº 12, que trata já um passo adiante na cadeia, ou seja, na distribuição e na revenda. E um fato muito importante com que a gente nem sempre lida muito, de que nem sempre se fala muito é a questão de movimentação de combustíveis. Hoje a maior parte dessa infraestrutura de movimentação de combustíveis e que é primordial, por exemplo, para a importação... Como o Décio lembrou, se nós não tivermos refinarias aqui, nós vamos precisar ter infraestrutura para importar, porque a demanda vai continuar crescendo. Então, nós precisamos pensar: qual é nosso nível de exposição ao mercado externo e como fazer, então, para que façamos essa atração de investimentos não só no refiro, mas também em infraestrutura de movimentação de combustíveis?

É um "spoilerzinho".

Então, aqui na questão de refino, já falei um pouco, era o que a gente estava falando. Isso é um pouco espelhado o que a Petrobras está fazendo. Eu acho que não há nenhuma novidade aqui.

Nós só acrescemos aqui duas refinarias no Estado do Ceará e do Maranhão. Essas refinarias estavam em projeto de desenvolvimento pela Petrobras. A partir do momento em que a Petrobras saiu desses dois empreendimentos...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... os próprios Estados se sensibilizaram pela necessidade do desenvolvimento desses projetos, até porque eles viram que, se não fizessem isso, poderia haver alguma situação, como a do Comperj, em que para eles já há algum investimento, já há movimentação de pessoas naquelas regiões todas. Então, eles entenderam que era necessário, sim, continuar esse desenvolvimento, até porque cabe realmente, em termos de oferta e demanda, uma refinaria dessas no País. Eles estão procurando, então, parceiros independentes e externos, para que façam esses empreendimentos acontecerem.

Desinvestimento na Petrobras. E uma coisa que a gente espera é que haja uma ação conjunta e um acordo de cooperação entre a Petrobras e uma empresa chinesa para conclusão do Comperj.

Como eu havia falado, essa questão de movimentação de combustíveis é primordial para o País. Em mais de 7.000km de costa era natural que a cabotagem fosse o principal meio de transporte de combustíveis. E não foi de outra sorte que nós, em conjunto com o na época Ministério dos Transportes e mais a SPPI, fizemos um trabalho conjunto para a identificação das principais necessidades de terminais localizados em portos públicos, importantes ou primordiais para a movimentação de combustíveis e a garantia de abastecimento de combustíveis no País. Foram feitos dez leilões, que foram todos exitosos. Existe uma previsão, agora em agosto, já para a área de Santos, e o que nós estamos fazendo agora no âmbito do Abastece Brasil é uma reflexão do que foi feito, uma avaliação do que ainda é necessário, para, então, a partir daí, definirmos uma nova priorização dos novos terminais...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... que seriam necessários para a garantia do abastecimento no País.

Nós ficamos falando de substituição, que é bem concentrada, mas, em 2018, nós tivemos quatro grandes empresas estrangeiras que entraram no País. E aí existe uma lógica de que é melhor você comprar uma empresa já estabelecida do que começar do zero. E elas compraram participações de empresas. Então, a PetroChina, a Vitol, a Total, a Glencore, todas empresas internacionais, vieram ao País se somar. Então, não existem mais somente aquelas empresas nacionais eventualmente até ligadas a multinacionais aqui no País, mas há quatro novas empresas que já estão atuando agora, além das mais de centenas de empresas regionais, que estão cada vez mais crescendo no País.

Uma coisa só para fazer rapidamente a nossa conclusão, para não me alongar muito, é não interferência na política de preços praticada pela Petrobras – não só pela Petrobras, mas por qualquer outro agente. Isso para nós é muito claro e estabelecido na Lei 9.478. De forma também que, nesse sentido, o MME busca incentivar essas medidas que promovam a concorrência no setor e, por conseguinte, a atração de investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, citando o que já está na apresentação, a Resolução 9 e a Resolução 12, editadas recentemente, também há uma assinatura da portaria de debêntures que o Ministro assinou. E isso visa à atração de investimentos, e também a criação e o lançamento do programa Abastece Brasil pelo Ministro, para fazer com que a gente consiga alavancar, sob o ponto de vista de política energética, o setor de combustíveis no País.

No fim, a mensagem que eu queria deixar é esta: a implementação da maior competição no abastecimento de combustível...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... visa benefícios da sociedade e a proteção do consumidor contra preço, qualidade e oferta de produto. Isso está claramente expresso nas diretrizes da política energética da 9.478 e é o que nós seguimos hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Dr. Claudio.

Eu vou indagar aqui à nossa Senadora Zenaide, aos Senadores Jean Paul e Zequinha se a gente... Nós temos mais uma Mesa de mais cinco participantes, que são os representantes da Federação Única dos Petroleiros e os caminhoneiros. Eu indago se fazemos as perguntas logo para esta Mesa ou vamos aguardar e ouvir todo mundo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, particularmente, eu tenho um problema, porque eu preciso presidir uma Comissão, agora às 11h. Eu gostaria de colocar as minhas questões. Eu não vou nem poder ouvir a respostas.

Eu vou ter que pedir desculpas a vocês, mas quero, para o registro da Casa, fazer as minhas colocações, ouvir as respostas que os demais Senadores certamente têm interesse de ouvir e o público também e ir lá presidir, porque é uma Comissão importante. Eu fiz a chamada dessa audiência pública sobre energia eólica nos assentamentos, que é importante para o meu Estado e para a Região Nordeste como um todo, que está desenvolvendo eólica. Os assentamentos estão excluídos desse processo, e a gente está tentando resolver esse problema.

Então, eu pediria que eu pudesse fazer minhas colocações rapidamente aqui, pedindo desculpas a todos os presentes aqui para me ausentar, mas ficarei atento às respostas evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Como um dos autores do requerimento – e a Senadora Zenaide também –, vou conceder a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... a inversão para falar primeiro, para que V. Exa. possa presidir a Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria colocar minha fala em duas etapas aqui. A primeira é entender melhor o processo do Cade. Desculpem-me ir direto, porque a gente tem pressa, mas é entender especificamente esse processo do Cade, com a Abicom, com a ANP, com o estudo envolvido, porque, aparentemente, para quem está fora, com todo o respeito ao processo, esse processo é um escândalo, parece bastante complicado, bastante complexo de entender e explicar.

Pelo que eu entendi, a Abicom, que é uma associação de importadores, ingressou com uma denúncia de processo no Cade em fevereiro de 2018. O Sérgio ontem esteve comigo me explicando, inclusive, o que é a Abicom, quem participa, quem não participa, qual foi a intenção inicial dela. E a intenção inicial da associação foi garantir determinadas condições de fornecimento da Petrobras diante de uma postura nova que a Petrobras adotou, a partir do Presidente Pedro Parente na época, quando ele estabeleceu uma coisa chamada PFLs, que são Pontos de Fornecimento Limitados. Então, a Petrobras que tinha outrora, como tinha o monopólio, a obrigação do suprir todo o País, a partir da abertura do mercado, passou a ter a possibilidade de dizer não a algumas cotas que ela tinha estabelecido. E foi o que fez o Presidente na época, inclusive, induzindo – o Sérgio pode confirmar esse diálogo, ele me contou ontem – e dizendo: "Virem-se, eu não posso suprir vocês todos. Virem-se aí com as importações, vão procurar os importadores, os traders e vão procurar outras formas de fornecimento. Eu só posso garantir 50% da quota de cada um de vocês em alguns pontos específicos, chamados PFLs (Pontos de Fornecimento Limitados)".

A partir daí, nesses pontos, parece que passou a haver uma política. A Petrobras foi se defender – isso é natural da concorrência – e começou a praticar ajustes de mercado pontuais para se defender do excesso ou da entrada de produtos, apesar de ter sido do próprio Presidente – e essas é que são as contradições desse processo – da Petrobras, já em outra gestão. Então, passou a haver atividades no sentido de se defender da concorrência do produto importado. Aí a Abicom, então, foi praticamente induzida a entrar com esse processo no Cade. Basta isso, acabou. Era isso só. Misteriosamente – e é aí que preciso de esclarecimentos – isso passou a ser um processo a envolver refino e a mandar ou discutir a hegemonia da Petrobras no refino.

Aí preciso fazer uma colocação fundamental. É o seguinte: o mercado não é de refino, não existe mercado de refino, existe mercado de combustível. Quem produz para o mercado de combustível é a refinaria nacional ou a que está lá fora e que, para efeitos da jurisdição nacional, o importador é o agente que traz o produto. Então, você tem duas origens de produtos: um importado e o produto refinado no Brasil. Esse é o mercado de combustível. E todos vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afirmaram que ele é livre e que tem 134 agentes etc, etc. As refinarias, desde 1997 – ajudei a escrever a lei... Está liberado. Quem quiser fazer refinaria pode pedir uma autorização simples. Não precisa concessão, não precisa edital, não precisa licitação, não precisa nada. Vá à ANP com o projeto, a ANP dá autorização – é uma autorização – e você constrói sua refinaria.

Aí, bom, as condições de mercado. Havia as flutuações, os processos das patamares que talvez afugentassem investidores. Eu acho que não, eu acho que a razão não é essa. A razão de quem conhece o mercado de petróleo é que não houve novos acréscimos de refinarias no continente americano, como um todo, nas últimas décadas. Houve, talvez, uma exceção por conta do shale oil, nos Estados Unidos, que quebrou um pouco a regra. Houve um cara lá que construiu uma refinaria – até o conheço – de 60 mil barris, parecida com a nossa lá no Rio Grande do Norte, para refinar, especificamente no pé dos Montes Apeninos, um pedaço de óleo do shale oil. Fora isso, não houve nenhum agente econômico que tenha acrescido capacidade de refino no território do continente americano como um todo nas últimas décadas. Parece-me que é assim. Por que isso? Porque havia excesso de capacidade. Houve uma época em que houve o boom do petróleo etc e etc. E a tendência é de que haja sobra porque, com a substituição do petróleo gradualmente, você vai ter mais sobra, e os investimentos das empresas integradas devem se concentrar mais, justamente, nos usos do petróleo, no próprio combustível. Aí vem até uma questão ancilar aqui que é o erro estratégico que reputo à Petrobras de sair dessas áreas.

Voltando a esse processo do Cade, por que o Cade se estendeu a aceitar uma proposta da Petrobras, voluntária? Quer dizer, há um determinado momento em que ela é instigada por um processo menor – com todo o respeito, mas um processo bem menor – e é posta em dúvida a atuação competitiva dela. Aí, misteriosamente, a ANP entra, alimenta esse processo com uma espécie de um estudo sobre o monopólio do refino e passa o processo a versar sobre o mercado de refino que é uma coisa que, como eu disse, não existe. Na minha cabeça, não existe mercado de refino. O refino é uma atividade, não é um mercado. E aí, mais misteriosamente ainda, a Petrobras surge, Flávio – o Tojal conheço há 200 anos... Não consigo entender a Petrobras como uma empresa de mercado... Ou ela é de mercado ou é do Governo. Como uma empresa de mercado, ela não pode se sujeitar a um processo no Cade, ir lá e simplesmente imolar oito refinarias em troca de um processo menor como esse. Isso não tem a menor proporção, está errado, vai ser contestado, e é um escândalo. O Cade não pode parar de investigar um procedimento dele em função da entrega de oito refinarias, porque a Petrobras disse que vai vender oito refinarias.

A outra questão é a seguinte: a Petrobras está vendendo oito refinarias porque ela quer, porque acha um bom negócio fazer isso, ou porque o Governo mandou? Ontem perguntei ao Ministro Bento aqui, e ele me disse, claramente, com todas as palavras que o Governo não mandou, que a Petrobras está tomando essa decisão porque é uma empresa de mercado e acha que isso é um bom negócio. Significa que os gestores que estão lá vão responder, algum dia, aos acionistas pelo absurdo que se está fazendo agora. Quer vender oito refinarias porque foi acusada, levianamente, levemente, de monopólio de refino, quando isso não existe. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

simplesmente vai lá e entrega oito refinarias. "Cade, fica quietinho aí, não faz faça mais nada não". Isso é aceitável, Ricardo? É isso o que o Cade vai fazer?

A pergunta é para ANP. Se fosse a Shell, a Esso ou a Cosan que tivessem domínio no mercado – conquistado com méritos próprios – de refino, com todas as importações abertas, a ANP iria lá fazer um estudo para dizer que o cara é hegemônico e levar ao Cade para o Cade mandar o sujeito vender suas oito refinarias, de dezesseis? Será que a ANP faria isso? Será que isso não seria visto pelo mercado privado como uma ultra intervenção, como um grau altíssimo de intervenção no domínio econômico, na competição, no mercado, nos investimentos que a Shell, que a Esso ou que a Cosan teriam feito? Então, vamos fazer uma mudança de sujeitos e parar de ver a Petrobras como um elemento que foi vilipendiado, que acabou, que morreu, que está falida, quebrada... Não é nada disso.

Os erros que os Governos anteriores cometeram... E ontem, aqui, assumi dois ou três. Não tenho medo de assumir os erros do Governo dos Partidos dos Trabalhadores não! Nós erramos como qualquer outro Governo erra. Agora, esses erros são completamente desproporcionais ao que se quer vender como erro para justificar um erro muito maior. É terrível o que se está fazendo aqui. Está se forçando uma empresa a vender ativos sem a menor justificativa. A justificativa de concentrar investimentos no pré-sal é simplesmente ridícula! É ridícula! Nenhuma empresa que ache uma reserva dessa... Aí, depois, vêm dizer: "Nós queremos depender menos das importações, nós queremos preço justo." Como? Você lutou esse tempo todo para ser autossuficiente em petróleo, diz que tem um déficit de refino, não trabalha no... Qual é a indução que a ANP está fazendo para investimentos em novas refinarias? Nenhuma, não vi nenhuma. Estou vendo a indução a vender refinarias existentes. Que graça tem isso? Entrar no mercado brasileiro comprando refinaria amortizada, toda bonitinha, arrumada pela Petrobras, eu também faço. Também quero ser empresário desse jeito. Quero ver o cara entrar em uma refinaria nova. Comprar duto da Petrobras, no Nordeste inteiro, para cobrar pedágio da própria Petrobras, que usa 100% da capacidade que já está contratada também é bom, é ótimo negócio. Quero ver quem vai construir os novos loops, quem é que vai dobrar aquela capacidade de passagem de dutos. Onde está esse compromisso? Eu não vi. Desculpem-me. É apenas porque não estou vendo a razão disso aí.

Como é que cortam o pé da empresa? O downstream de uma empresa de petróleo integrada é o pé da empresa, é onde ela entra no mercado, é como ela consegue vender diretamente. A Petrobras tem hegemonia no mercado brasileiro por mérito próprio, porque o Estado brasileiro optou, durante muito tempo, por exercer um monopólio porque ninguém queria entrar aqui. A partir dos anos 90, nós abrimos, consensualmente. Todos chegaram a um consenso – partidos de esquerda, de direita –, todos chegaram à conclusão de que havia uma capacidade limitada de investimentos, que havia um mercado maduro, que o Brasil podia, como Estado, ser maduro o suficiente para regular o setor, para criar uma agência reguladora forte, competente. Eu ajudei a fazer as casinhas da ANP, os organogramas da ANP. Nós estávamos orgulhosos desse processo. Agora, a ingerência direta dentro da empresa de petróleo principal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que ainda é uma longa manus do Estado nesse processo, que pode ser usada para beneficiar, para nós tirarmos proveito da autossuficiência que nós conquistamos para regularizar um pouco o mercado... Não é fazer como foi descrito aí, claro, um patamar abaixo dos preços internacionais de 2011 a 2014. Foi um erro, isso foi um erro. Mas esse erro não justifica uma política de preço – já para entrar na segunda parte da pergunta – em que o Estado... Agora está se usando o argumento – e ontem, o tempo todo, tive de combater isso – de que os Estados têm que diminuir os impostos sobre os combustíveis. Não têm que diminuir imposto sobre combustível nenhum. Os Estados só têm isso para viver. O Estado tem isso e a energia. O Estado brasileiro vai viver de que, minha gente? Essa é a tese do Estado mínimo de novo? Quer dizer, aí todo mundo vai à Alemanha e acha bonitinha a escola pública alemã! Vai à França e acha lindo o hospital público francês! Tudo de graça. Como é que aquilo é feito? Temos que cair na real, gente.

Não é porque as pessoas se corromperam, porque a política ou sei lá quem, o Governo, se desgastou e foi todo enlameado por escândalos de corrupção – não só os governos de agora, mas todos os anteriores – que a gente vai negar o Estado brasileiro. O Brasil, culturalmente, depende da atividade do Estado, tem desigualdades imensas em seu território, não pode prescindir disso. Estado mínimo é conversa para Avenida Paulista, para a Zona Sul do Rio. Vamos tomar Chopp na praia de Ipanema e falar de Estado mínimo. Para eles, tanto faz. Vá lá para o Rio Grande do Norte ver o que é o Estado mínimo. Se o Estado mínimo acontece lá... Então, os Estados precisam dessa receita sim.

Os impostos sobre o combustível, no Brasil, não são altos, não são. Comparar com os Estados Unidos é uma bobagem. Nós Estados Unidos há uma cultura de automóveis. O cara lá não tem carteira de identidade, tem driver license. Eu morei lá. Eu não tinha carro. Fui tirar uma carteira de identidade, e o cara me disse: "O senhor tem que tirar uma non-driver license." O sujeito não é um cidadão, ele é um motorista. Quando ele é um cidadão sem ser motorista ele é um não motorista. É uma cultura que não dá para comparar com a nossa, pelo amor de Deus! Nós temos que nos comparar com países europeus, com países asiáticos, que estão se desenvolvendo. Esses países têm receita forte de impostos advindos de atividades que são facilmente tributáveis e facilmente fiscalizáveis, como o consumo de energia, como o consumo de combustível.

Então, o problema não é aí. O problema do combustível cresceu – meu amigo consumidor que está em casa ouvindo – porque o Governo anterior e estes abraçaram uma política de paridade completa, em tempo real, em dólar, ao preço internacional, num País autossuficiente em petróleo. Ou seja, jogaram fora cinco décadas de luta para conquistar a autossuficiência para ter um preço internacional. E aí dizem que o preço é justo. O que é o preço justo que a gente vai querer almejar? É um preço em que o Estado abre mão dos impostos? É um preço em que Petrobras se iguala a todas as empresas privadas do mundo e busca lucro máximo? É um preço em que ela vira um produtor independente, exportador de petróleo, sem refinaria ou com metade das refinarias? Como a gente chega à autossuficiência de refino se a Petrobras, para começar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

já vende metade do seu parque sem compromisso nenhum de quem está comprando de aumentar nada? Não vi isso. E a gente fica eternamente oscilando ao sabor internacional.

Você falou de um gatilho, de um mecanismo de volatilidade excessiva. Não vi nenhum. Sabe qual foi o mecanismo contra a volatilidade excessiva que a gente teve? Greve de caminhoneiros. Quando a gente tiver uma guerra no Oriente Médio ou um furacão... Isso não aconteceu, veja que não aconteceu nenhuma intempérie de grande porte e fora no nosso controle desde que se assumiu essa nova política. Esse teste não aconteceu ainda. Aquele foi pequeno. Espere um pipoco no Oriente Médio ou um furacão no Golfo do México para ver. Aí vão fazer o quê? Ou outra greve dos caminhoneiros? Aí vai o Presidente Bolsonaro e diz: "Vou congelar o diesel." Isso não é política de preço combustível. Você não vai deixar pipocar lá para US$100, US$120, US$130, US$140 o barril, porque estoura o País. O País não está acostumado com isso, não foi acostumado com essa realidade.

Então, há perguntas que eu queria fazer: em relação a esse processo do Cade, se o Cade vai realmente deixar isso acontecer, se não vai reagir a isso, quer dizer: vai aceitar esse estudo e esse compromisso e, em lugar de terminar a investigação, acusar devidamente a Petrobras do que ela foi fazer e multar, ou fazer alguma punição específica? Se a Petrobras vai se sujeitar a essa ingerência também; se é ela que está, realmente, querendo vender as refinarias? Qual é a razão estratégica por trás disso? Não dá para entender. Vai virar uma produção independente, vai virar uma Anardarko, vai virar uma Kerr-McGee, uma empresa independente de petróleo, só produzir petróleo para exportar?

Da Abicom, saber talvez se realmente o processo foi assim, se tudo o que vocês queriam era regular aqueles pontos de incerteza de abastecimento; e da ANP, qual é a política a que se quer chegar? Quando a gente vai conseguir a tal segurança e independência em relação às oscilações internacionais, ou pelo menos... Eu não quero o desgarramento completo, vou até repetir o que eu falei ontem: nós não queremos uma Venezuela aqui, com preço baixíssimo de diesel e tal, subsidiar a nossa economia toda com petróleo vendido lá fora e, dentro, um preço totalmente artificial, não é isso. Mas eu, só para até terminar com uma proposição concreta, e até fazendo coro com a proposta que vocês fizeram em questão do royalty, continuo achando que, para o Brasil, nas condições – do Brasil "Brasil"; não é comparar com os Estados Unidos, nem Europa, nem Japão, muito menos... O Japão é importador absoluto de tudo que é energia; então, ele, sim, tem que flutuar o tempo todo ao sabor das oscilações no mercado energético e petrolífero, porque ele depende completamente dele. Nós, ao contrário, lutamos para não estar nessa dependência completa. Mas também não queremos ser uma ilha. Então, qual é o meio-termo? É um processo em patamares, recuperar a ideia do processo em patamares, e exercê-la direito, com periodicidade definida, sim; então, para o diesel são três dias, cinco dias – claro que não vão ser dois anos, não é possível, mas de dias para o diesel, dias para a gasolina –, e os parâmetros da equação: pode haver 75 parâmetros dentro da equação, mas, se cada um dos 75 fatores for conhecido e calculável por qualquer estagiário da Fundação Getulio Vargas, qualquer afretador do Brasil vai ter um "carinha" lá com uma planilha de Excel e vai poder calcular o frete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele daqui a um mês, dois meses, 45 dias, 60 dias. É isso que a gente quer. Essa política de preços que está aqui está afetando já, e isso vai ser obviamente diagnosticado daqui a pouco; ninguém está falando isso, mas o exportador do agro já está afetado por isso; o produtor industrial já está afetado por isso; e quem for da CNI ou da CNA que fizer coro com essa política aí está dando um tiro no pé, está sendo ingênuo ou mal-intencionado. Mas está errado. Isso não é bom para o Brasil, nós não lutamos todas essas décadas para chegar a esse ponto e ficar totalmente sujeitos ao preço internacional, em tempo real e em dólar.

Então, essa é genericamente a visão que eu queria expor aqui, e o comentário de vocês, quando possível, pedindo mais uma vez desculpas por ter que me ausentar aqui no meio.

Obrigado.

Obrigado, Presidente, pela tolerância e pela chance de falar aqui antes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. é especialista, e são importantes os questionamentos de V. Exa.

Senadora Zenaide também como autora do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fora do microfone.) – Não, eu prefiro...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vamos aguardar outra... O.k.

Então, eu vou... Senador Zequinha, vou fazer outra Mesa, V. Exa. prefere...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A próxima.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Na próxima? Está ótimo.

Então, eu vou desfazer essa Mesa, agradecendo a todos. Evidentemente, eu sei que alguns têm algum compromisso, mas, antes de sair, a gente dá a palavra para as considerações finais.

Nós vamos desfazer a Mesa e pedir que todos tomem assento ali.

Quero convidar para compor a segunda Mesa...

Convido para compor, então, a segunda Mesa Alexandre Manoel Angelo da Silva, que é o Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Secap), do Ministério da Economia.

Convido também Leonardo Gadotti Filho, Presidente Executivo do movimento Combustível Legal; Paulo Cesar Ribeiro Lima, Consultor Técnico, representante da Associação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Engenheiros da Petrobras; José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam); Dary Beck Filho, Diretor de Finanças, Administração e Patrimônio do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, representando aqui a Federação Única dos Petroleiros. (Pausa.)

Eu vou já iniciar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... para a gente poder ganhar tempo. Então, eu concedo a palavra ao Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, para fazer também a sua apresentação.

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de, em nome do Ministério da Economia, agradecer ao Senador Izalci Lucas pela oportunidade de debater esse tema e, aproveitando também o ensejo, cumprimentar V. Exa. e, em nome de V. Exa., cumprimentar todos os presentes na Mesa e os demais Senadores presentes nesta audiência.

Muito já foi falado aqui, Senador. Então, basicamente a gente não vai ter o que acrescentar em termos de conteúdo, eu diria, mas, dado que nós fomos convidados, o nosso relato aqui é basicamente deixar claro qual é a visão do atual Governo para o setor de combustíveis, o que, na verdade, é uma visão do Ministério de Minas e Energia; a gente apenas assessora e dá apoio, é esse o nosso roteiro. Vou falar um pouquinho do que o Ministério da Economia vem, nessa parte de assessoria...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... participando no setor de energia e, em particular, no setor de combustíveis, e aqui é a consideração final.

Então, deixar claro que o Ministério da Economia não tem uma opinião na formulação da política pública energética, que é, realmente, do Ministério de Minas e Energia, que é responsável também pela supervisão e implementação, pelo zelo do abastecimento nacional, mesmo porque ele é o poder concedente e tem todo um apoio intelectual para isso da empresa de pesquisa energética, que fundamenta tanto as políticas deles de curto prazo quanto de longo prazo, até mesmo por meio do balanço energético que eles elaboram. Nós, lá no Ministério da Economia, estamos apenas na tentativa de sermos aqueles anjinhos lá perto do Ministério de Minas e Energia, dizendo: "Olha, tua política tem que ter concorrência, tem que prezar pelo consumidor lá, aquele agente difuso, que não tem representante muito claro." – porque nós devemos sempre zelar pela concorrência, pela promoção de preços competitivos, porque isso vai trazer mais bem-estar para o consumidor. A gente tenta fazer sempre isso com o maior rigor técnico: há uma equipe lá muito capacitada, sempre com análise de impacto regulatório, as nossas proposições sempre buscam assessorar o Ministério de Minas e Energia nesse sentido, e a gente faz isso participando de diversos fóruns, entre eles o RenovaBio e o CNPE, que é o Conselho Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Política Energética, de que foi tão falado aqui, sempre nessa direção de que as diretrizes de política energética possam se fundamentar na promoção da livre concorrência. É isso que o corpo técnico do Ministério da Economia preza, e nisso a gente tem sido muito beneficiado de ter um tão competente e tão zeloso pela política de promoção da concorrência como é o Diretor Presidente Décio Oddone, que vem trabalhando muito próximo, desde o Ministério da Fazenda, e agora também no Ministério da Economia. Ficou muito clara aqui a visão dele de que nós, em grande medida, compartilhamos, sabendo que a agência é completamente independente. Da mesma forma, a gente procura acompanhar a parte da regulação, que está bem alinhada, dado que, como ele deixou muito claro aqui, a busca deles lá é pela promoção da concorrência. E, claro, o Cade, pela sua atividade inata de buscar prevenir práticas anticoncorrenciais ou qualquer conduta nociva à concorrência.

Então, a agenda do Ministério da Economia tem, nesses últimos anos, buscado isso, e, de certa forma, nós participamos, contribuímos, nessa maior previsibilidade que hoje existe nos cronogramas nas rodadas de licitação de petróleo, no aprimoramento também da política de controle local, que tinha vários entraves, vários obstáculos ao investimento, ao aperfeiçoamento do regime de partilha, e isso redundou, depois de longos anos sem leilão de petróleo, com basicamente um custo de oportunidade altíssimo, na volta dos leilões: em 2017, 2018 foram feitos quatro leilões, que geraram uma arrecadação direta de quase R$14 bilhões para os cofres públicos. Também, depois de cinco anos de um contrato completamente idiossincrático – como as pessoas falam, uma "jabuticaba", que foi a cessão onerosa –, depois de cinco anos de revisão, este Governo, graças a Deus, conseguiu chegar a um acordo neste ano, e isso vai possibilitar ao País ainda em outubro, eu acho, começo de novembro, fazer o maior leilão do mundo de petróleo, que vai leiloar, justamente, esse excedente da cessão onerosa, que, só de maneira direta, vai fornecer um bônus estimado aí em mais de R$100 bilhões – R$106 bilhões –, apenas estimativa. Enfim, é sempre nesse sentido, é uma agenda que redundou nessa nossa busca por mais competição, mais produtores, maior investimento, que gera mais emprego e arrecadação.

Ainda nessa agenda, nós temos participado lá, junto com diversos atores, todos esses atores que eu coloquei aqui – MME, ANP, EPE, Cade –, dessa agenda do novo mercado de gás, que é uma agenda que visa aperfeiçoar a prática regulatória tanto no setor de transporte quanto também no setor downstream, e promover a concorrência no upstream, promover essa concorrência, e o acesso aos dutos – escoamento de produção e as outras essential facilities no upstream –, de tal forma que haja realmente uma liberalização desse mercado e se possam alcançar preços competitivos do gás natural e também dos seus derivados, seja o metano, etano, butano... Aí haverá, com certeza, preços competitivos em vários insumos da cadeia no setor industrial, permitindo uma retomada da industrialização.

Essa agenda gera tantas oportunidades, são múltiplas oportunidades, que é difícil até elencá-las. Se esse aperfeiçoamento, tanto na regulação no downstream lá na distribuição, quanto também essa liberação de capacidade no setor de transporte e essa promoção de concorrência na parte do upstream for feita, os ganhos para a sociedade brasileira são tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

múltiplos que é difícil, mais uma vez, reitero, elencar os benefícios esperados que estão ali propostos.

Em particular, no setor de combustíveis, as três principais agendas que nós temos acompanhado já foram bastante reiteradas aqui, de diversas formas, tanto pela ANP, quanto também na fala dos diversos agentes que aqui estiveram na primeira Mesa. Em particular, gostaria de ressaltar a Resolução CNPE 9, de 2019, que foi um ato que terminou redundando, por circunstâncias, conjuntamente nesse termo de compromisso de cessação de conduta do Cade, desse acordo, de comum acordo com a Petrobras, e esse é o direcionamento básico da Resolução do CNPE, com vista a diminuir a concentração do mercado de refino, 98%, como foi dito aqui, e, com vista a promover a concorrência, teve apoio também do Ministério da Economia.

Houve outra Resolução também, como a gente vai falar aqui, da distribuição de combustíveis, sobre que também foi falada, a Resolução CNPE nº 12, que é basicamente um enforcement para a agência reguladora terminar vários estudos, entre eles, venda direta do etanol, novos arranjos societários. Também há determinações ao Ministério da Economia em particular, o Ministério da Economia como Secretário Executivo do Confaz, para ver melhor essa questão da monofasia tributária, e também há uma agenda aos demais Ministérios do Governo para promover estudos e o Governo ter uma posição em relação a essa parte concorrencial.

Nós também temos trabalhado na política de diferenciação de preços do GLP, como vou falar aqui, e, foi até a última fala do Senador que arguiu aqui o representante do Cade, nós trabalhamos, em particular, na Resolução do CNPE, nisso que redundou nessa venda de oito das 13 refinarias da Petrobras que são responsáveis por 98% da capacidade de refino – ressalto aqui a fala do representante do Cade –, que foi uma venda que buscou, esse acordo aí feito se preocupou também para que não houvesse uma transferência de um monopólio público para um monopólio privado, e aí há todo um arranjo, evitando, inclusive, a formação de monopólios locais ou regionais.

É esse o desenho que foi proposto, justamente com esse intuito de ampliar a concorrência e trazer preços competitivos, atrair investimentos. Lembrando aqui também que essa agenda do mercado de gás vai ajudar também, bastante, a essa competição aí do preço de combustíveis, porque até a gente imagina que possa haver, futuramente, no Brasil um mercado inclusive de automóveis também bastante abastecidos pelo gás natural se tudo caminhar na direção que se está pretendendo, o que vai gerar, claro, maior competição nesse mercado.

Também, outra resolução bastante importante, o Décio frisou-a bastante aqui na fala dele, essa questão de que essa é uma resolução que não tem efeitos práticos tão fortes quanto a outra, Senador, que é a nº 9, mas ela é uma resolução no sentido de que recomenda: "Olha, Governo, termina teus estudos, porque a gente precisa ter uma agenda concreta". Então, faz um enforcement aí, até à própria agência reguladora, a vários Ministérios, no sentido de dizer: "Olha, a gente precisa ter uma visão conjunta e alinhada sobre o que a gente quer com a venda direta do etanol". Claro que do ponto de vista concorrencial o Ministério da Economia, por uma questão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu falei para o senhor, por uma questão até da natureza, não pode ficar contra essa agenda, porque ela traz, em tese, mais produtores para o mercado, traz uma maior concorrência. Agora, claro que a gente sabe que isso não pode ser feito sem uma forma segura e que traga realmente segurança na transição.

Também os estudos foram no sentido de trazer o fim da tutela regulatória, porque, na verdade, a liberalização da fidelidade da bandeira do distribuidor nos postos, que nada mais é do que a ANP deixar de fiscalizar se essa fidelização da bandeira está existindo ou não, e também outros usos do GLP que possam existir, porque hoje existem várias restrições para o uso do GLP, entre outros estudos, mas, nesse sentido, de a agência finalizar a visão dela sobre esses vários segmentos aí do mercado de combustíveis.

Além disso, também essa resolução do CNPE também recomendou ao Governo, e são vários Ministérios, quais são os arranjos societários possíveis nesse setor, como é que a gente define aqui o acesso aos oleodutos. E, como o Décio aqui enfatizou, a monofasia tributária precisa do Confaz, em tese, se não for aqui, por esta Casa, vocês vão se definir ou não? Então, é uma resolução que pede, recomenda que todas essas partes que são envolvidas na política pública aqui do setor de combustíveis possam terminar seus estudos e deixar claro para a sociedade o que querem. Assim eu entendi essa Resolução nº 12.

E, inclusive, ao próprio MME há uma recomendação, que fez parte aqui da agenda deles, como eles colocaram aqui, que é a agenda do Governo, do setor energético, que o MME se articule com outros órgãos para acelerar e aprofundar esse combate à sonegação e a adulteração de combustíveis. O nosso papel lá, no Ministério da Economia, é sempre no sentido da ampliação da concorrência com vistas a trazer preços mais competitivos e a atrair investimento.

E assim, também, a gente tem buscado o fim da diferenciação de preços também no GLP. Hoje a gente tem um entendimento no Ministério...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... de que esse fim da diferenciação de preços deve vir concomitantemente ao fim da política que hoje é estabelecida pela Petrobras e essa política tem que ter uma maior clareza para o mercado. Então, ele teria que vir, como hoje há indícios de que esse preço está um pouco acima no mercado internacional, você teria que mudar a política, acabar com a diferenciação e a Petrobras seguir o preço do mercado internacional de maneira mais transparente.

Enfim, é essa que é a nossa fala aqui, Senador, no sentido de dizer que quem lidera a política de combustíveis no Governo e quem tem realmente a dizer sobre a formulação, o que vai acontecer é o Ministério das Minas e Energia. O nosso foco lá, no Ministério da Economia é sempre no sentido de lembrar ao Ministério das Minas e Energia que a gente deve focar na ampliação da concorrência e arranjos de mercado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... que possam trazer maior competição. E enfatizar que o CNPE e o Cade têm sido fundamentais para sinalizar a mudança na política energética nacional.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Alexandre.

E já passo aqui para o Leonardo Gadotti, também para fazer a sua exposição.

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Izalci!

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Bom dia, Senador Izalci! Eu queria, em nome da Plural e das suas associadas, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, discutindo esse tema de tamanha relevância. Da mesma maneira, cumprimento a Senadora Zenaide, o Senador Zequinha, o Diretor Décio, aqui representando todos os demais companheiros de Mesa, senhoras e senhores, bom dia!

Eu trouxe uma apresentação que, de alguma maneira, mostra, os gráficos podem ser muito similares, mas vou tentar sumarizar da melhor forma possível. Inicialmente, o código nosso de integridade é importante citar, a Plural aí, em observância ao seu Código de Integridade e Conduta, não trata, entre outros, dos seguintes temas: preço dos produtos comercializados pelas associadas ou seus concorrentes, incluindo descontos concedidos, margens de lucro, condições de venda e concessão de crédito a clientes, mudanças programadas de preço e quaisquer outras questões que impactam o preço de venda final.

As informações que os senhores estarão vendo hoje aqui são baseadas em dados históricos e agregados e dados públicos.

Sobre a associação propriamente dita, esses são os nossos associados, grandes empresas na área de distribuição de combustíveis, logística primária e produção de lubrificantes. São 16 sócios no total.

Inicialmente, eu queria mostrar, para colocar em perspectiva, o crescimento esperado de oferta e demanda até 2027. Isso são dados da EPE e que demonstram que particularmente no óleo diesel nós temos, até 2027, considerando um crescimento de PIB eu diria que modesto, na ordem de 1,5%, 1,8%, 2% ao ano no máximo, estamos falando em crescimento do consumo de óleo diesel da ordem de 50% versus a oferta que existe hoje no mercado, basicamente de produto produzido no Brasil pelas refinarias da Petrobras.

Biodiesel também, uma distância de praticamente 50% acompanha no diesel, logicamente. Gasolina, em função do programa RenovaBio, um crescimento bem menor, mas, no etanol, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente vê também algo em torno de quase 50% de crescimento entre agora, a oferta de hoje do mercado, e a oferta planejada para 2027.

E, para isso, a gente precisa, para chegar nesse ponto, de atração de investimentos, como a gente vem discutindo aqui, destravamento da infraestrutura. Acho que o Governo já deu uma boa demonstração com os leilões recentes aí, de alguns portos, o que facilita a cabotagem. A gente precisa de uma política para biocombustíveis, um marco nessa questão, de como é que vai funcionar. Recentemente, vivemos a questão de represamento de preços por parte da Petrobras, um sofrimento enorme por parte dos produtores de etanol, o que praticamente inviabilizou, durante algum tempo investimentos na área. Agilidade no que diz respeito a licenciamento ambiental. Não se pode conviver, para se obter uma primeira licença de projeto, são quase dois anos espera para se ter um licenciamento ambiental. Se a gente quer atrair investimentos, a gente precisa ser, de alguma maneira, mais ágil nessas questões. E, logicamente, melhoria do ambiente concorrencial, sobre que a gente vai poder ver, à frente, algumas sugestões.

Isso são dados feitos por uma consultoria contratada, o BCG, baseado naquela estimativa de demanda para 2027. As perspectivas de investimentos de curto prazo no Brasil, estamos falando aí em menos de dez anos agora, são de R$82 bilhões na área de infraestrutura basicamente. Estou falando aí em dutos e não são novos dutos, simplesmente melhorar as condições dos dutos atuais, dos dutos de mercado. Em níveis de terminais portuários, R$1,6 bilhão, expectativa para que melhorem as condições dos nossos portos. Em ferrovias, não estou falando de novos trilhos, mas simplesmente de mais material rodante e terminais ferroviários, estamos falando na ordem de R$3,9 bilhões de investimentos.

Para se fazer frente àquela demanda estimada de biocombustíveis, são necessários R$38 bilhões, mais de R$38 bilhões na construção de novas usinas, seja de etanol, seja de biodiesel, e a infraestrutura multissetorial, que também agrega outros setores da economia, além de combustíveis. Aí, eu falo de novas ferrovias, novos portos, novos aeroportos, mais R$37 bilhões.

Então, isso é o que a gente precisa para destravar as questões de infraestrutura. E, só para os senhores terem uma ideia, é um exemplo que eu cito sempre. Quando se fala de infraestrutura em combustíveis líquidos, hoje um navio de um importador, como o da Abicom ou de uma das distribuidoras sócias da Plural, mesmo da Petrobras, um navio de 40 mil toneladas aporta em Santos, ele carrega mil bitrens para que esse produto seja escoado de Santos hoje. É a única forma de escoamento de Santos. Os dutos estão sobrecarregados e não há outra maneira de você tirar o produto de lá. Então, para ver o problemão que nós temos na área de infraestrutura.

Aqui eu procuro mostrar, em algumas janelas de tempo, o que já vem acontecendo no nosso mercado quando se fala de precificação. Eu acho que nós já tentamos de tudo se nós voltarmos no passado. Lembrando um pouco, até 1993, tínhamos o monopólio, alta inflação, os preços eram controlados. Quando se anunciava preço de aumento de gasolina, isso era manchete especial no jornal, a televisão parava para dar esse anúncio e isso era um gatilho para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subir preço de todos os produtos. Isso causou um trauma na sociedade brasileira e hoje existe uma memória nossa que se lembra desse tempo de inflação quando se fala de aumento de preço de produto. Isso ainda continua indo para as primeiras páginas dos jornais. O que não acontece em economias mais modernas.

Muito bem, lá, em 1994, tivemos o Plano Real, que estancou as questões inflacionárias, em 1997, a lei do petróleo é promulgada, a criação da Agência Nacional do Petróleo, um novo marco regulatório, liberação de preços, criação de 350 novas distribuidoras no Brasil, uma avalanche de liminares e começamos a viver as questões ligadas à sonegação. E, sempre, o nosso consumidor, que é a quem interessa no final ter produtos de qualidade, preço e segurança, vem sofrendo com isso desde o esse princípio. Quando a gente voltar na época, lá, do monopólio, os postos fechavam às 8h da noite, os senhores lembram, não abriam nos fins de semana, eram reajustes frequentes, filas nos postos para carregar, não aceitavam cartão de crédito, muito mal e mal com cheques você podia pagar. Isso é um passado recente nosso.

Isso veio evoluindo ao longo do tempo. A gente conseguiu, na fixação de um marco e liberação de preço, novas ofertas para o consumidor. Isso começou a melhorar, os postos começaram a abrir. Chegamos na estabilidade artificial que vivemos entre 2005 e 2015. Começamos a abrir para importação, meio que vaga-lume – começa, para –, porque esse controle de preços por parte do Governo afetou também essa questão de importação, afetou o investimento e nós vimos, naquela época, saírem do Brasil grandes empresas distribuidoras, como Esso, ExxonMobil, como Texaco, como Repsol, como a Jeep. Essas empresas foram embora do Brasil, por quê? Questões ligadas, principalmente, a sonegação, adulteração, o ambiente de negócios se corrompeu naquele momento. E agora estamos vivendo, desde 2016, a primeira tentativa nossa, porque acho que chegamos a um ponto importantíssimo. A gente está começando a modernizar esse mercado no que diz respeito à precificação, que é a PPI, Paridade por Preço Internacional.

Então, o mercado é quem está definindo preços. Na ponta, a gente consegue ver uma volatividade. A sociedade tem que começar a aprender a conviver com a volatividade no preço do óleo e câmbio. Acho que a gente ainda traz aquela nossa memória de que a gasolina, o preço da gasolina é algo muito importante e cada vez que aumenta, vai para a televisão. Nós temos um problema de comunicação. A gente tem que informar melhor a sociedade sobre como esses preços funcionam, como é que esse mercado funciona em economias mais modernas. A gente necessita atrair urgentemente investimentos. E investimentos a gente vai atrair na medida em que demonstra que quem controla preço é mercado e não é governo. Por fim, nós precisamos buscar novas fontes de suprimentos, seja nas questões de refino, com novas refinarias, com investimentos nas atuais ou com novas fontes de suprimento, basicamente através de importação de produto. E com isso levar maior eficácia, com benefício, ao consumidor. É isso que no final interessa.

Isso aqui é um exemplo, um estudo feito pelo BCG, a avaliação das refinarias do parque de refino da Petrobras antes – é um exemplo interessante –, antes da aplicação da PPI, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paridade de Preço Internacional, quando diversos bancos internacionais avaliaram o parque de refino da Petrobras em US$1 bilhão, se fôssemos levar as questões da forma como o preço era fixado no Brasil até então. Do lado direito, os senhores e as senhoras vão ver que, na medida em que se implementa Preço de Paridade Internacional, quando as refinarias podem vender o seu produto baseado nos mercados e na concorrência externa, esse mesmo parque de refino passa a ser avaliado em R$36 bilhões. É isso que o investidor quer na prática ver para poder trazer dinheiro para esse negócio no Brasil.

Agora eu trago um exemplo na prática do que vem acontecendo com preços nesses primeiros seis meses do ano no Brasil. Então, já dentro do mercado a PPI, usando o Preço de Paridade Internacional, de janeiro deste ano até agora, recentemente, 22 de junho, você tem a decomposição do preço da gasolina. Já foi dito aqui e não vou voltar, mas o que é importante é que, enquanto na refinaria os preços cresceram 15%, que é o que é anunciado nos jornais, nas bombas só cresceram 3% nesses primeiros seis meses do ano. Então, esse é um problema de comunicação que nós temos hoje no Brasil. Na medida em que se anuncia que o preço sobe na refinaria tantos por cento, esse preço não sobe linearmente nas bombas. Há outros fatores de decomposição de preço ou composição de preço que vão impactar aquele preço final. E é isso que a gente tem que, num esforço enorme, informar a sociedade.

Olha só o exemplo claro está aí. São preços públicos, publicados pela ANP e que demonstram que, enquanto sobe 15% na refinaria, o etanol anidro caiu três; o preço PIS/Cofins não aumentou porque é um preço absoluto, é um valor absoluto; o ICMS subiu 2%; margens de revenda, frete e distribuição caíram 9%.

Quando a gente vai para o diesel, a mesma fotografia, entre janeiro deste ano e junho, dia 22 de junho, os preços na refinaria subiram 14%; biodiesel caiu os mesmos 14%; ICMS, que já foi exposto aqui e que tem um fator que agrega custo nessas situações, subiu 1%; margens de distribuição, revenda e fretes caíram oito. O preço na bomba só subiu quatro. Então, isso tem que ser comunicado. É isso que a gente tem, através de um esforço grande, que comunicar e não simplesmente o preço que hoje acontece na refinaria.

Se nós pegarmos o que aconteceu desde a aplicação do PPI, os diversos momentos que aconteceram entre 2017, junho de 2017, e agora, a gente consegue vislumbrar que o preço do petróleo, o preço do cru é aquela faixinha roxa dentro dos preços da gasolina. As faixas são assimétricas, ou seja, o que acontece na gasolina, o que acontece no petróleo vai acontecer nas outras faixas de composição de preço da gasolina.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Então, quando vocês olham a parte branca, é o que se demonstra como fretes, margens. E o preço final de bomba está lá em cima, R$4,45 agora, na última pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente vai para o óleo diesel é exatamente a mesma figura. As faixas são assimétricas. Quando sobem, sobe o ICMS; lá em cima, os preços bomba; quando cai, o preço cai da mesma forma, da mesma maneira. Isso são dados públicos, compostos aqui para demonstração do que vem acontecendo no mercado desde 2017.

Bom, por fim, só para voltar ao ponto inicial da nossa conversa. Quais são os pontos fundamentais, porque já foram vários ditos aqui estou só reforçando, para atrair e reter investimentos tão necessários para o Brasil poder desenvolver esse mercado. Primeiro, livre competição. O PPI já é uma demonstração disso. Ter um mercado como definidor de preço. Ele é quem vai dizer amanhã... E aquela questão, quando eu demonstrei o que acontece na gasolina ou no diesel, subiu 14, na bomba só subiu 3, aquilo é mercado trabalhando, é o mercado sendo na prática desafiado. Multiplicidade de oferta no suprimento de derivados. Eu acho que é o passo que está sendo dado na questão das refinarias é um, mas precisamos trazer, importar preço. Importação de preço faz o preço da refinaria, dá o molde do preço da refinaria. Por isso é que é importante o PPI. Eu preciso ter infraestrutura boa, eficiente para poder trazer produto de fora e fazer competição com a refinaria; estabilidade regulatória que promove a competição saudável sem dúvida é importante; simplificação tributária, senhores.

Hoje o Brasil tem 27 legislações de ICMS. Cada um dos produtos tem uma alíquota diferente...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Trânsito de produtos entre Estados é uma loucura. A sonegação no setor hoje, avaliada pela Fundação Getúlio Vargas, é de R$4,9 bilhões por ano. Nós precisamos urgentemente simplificar as questões tributárias no Brasil para poder estancar essa questão da sonegação e da inadimplência. Por fim, importantíssimo para atração de investimentos é a garantia da segurança jurídica, com a aplicação efetiva da lei.

E aqui eu faço um apelo aos Srs. Senadores e Sras. Senadores. No âmbito do Senado Federal, nós estamos com uma aprovação do PLS 284, 2017, da Senadora Ana Amélia, que fala sobre o devedor contumaz. Nós temos um segmento no setor, infelizmente, empresas que são constituídas para sonegar. Esse é o modelo de negócio.

Infelizmente, na hora em que essas empresas vão às secretarias estaduais de Fazenda e o caso chega à Justiça, a Justiça não consegue identificar, separar o devedor eventual, aquele que por algum problema de caixa não paga, porque está com problema financeiro, daquele que tem como modelo de negócio sonegar. E esse PLS vai ajudar, vai dar respaldo para a Justiça para identificar e punir esse devedor contumaz. Então, fica aqui o apelo final para esta Casa.

Senador Izalci, muito obrigado pela oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Leonardo e já passo imediatamente ao nosso Consultor Técnico, Paulo Cesar Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Izalci, os Senadores presentes, todo o público, os companheiros de Mesa. É uma honra estar aqui.

Eu fui Engenheiro da Petrobras desde a década de 1980. Depois fui Consultor Legislativo da Câmara, do Senado; aposentei-me como Consultor Legislativo da Câmara, mas não deixei de ser Engenheiro da Petrobras. Então, muito honrosamente estou aqui representando a Associação dos Engenheiros da Petrobras. Essa primeira fala minha aqui vai ser em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Queria muito agradecer ao Presidente, o Felipe Coutinho, que muito generosa e honrosamente me concedeu esta oportunidade. Agradecimentos a todos. É uma honra estar aqui.

Vou falar um pouquinho, fazer uma introdução, falar sobre o que é de fato PPI. A Aepet, muito objetivamente, traz aqui uma proposta de preço para a Petrobras. E eu vou transmitir para os senhores essa proposta de preço da Aepet, a sustentabilidade dela, um eventual fundo provisório e as conclusões.

A primeira coisa é falar que o monopólio da União, na área de exploração, produção, pesquisa, lavra, existe, está na Constituição. Então, o refino, o transporte por duto, a exploração e produção são monopólios da União, monopólios da União. E a União poderá ou não contratar empresas para realizar as atividades dos incisos I a IV do art. 177. Eu até entendo que uma atividade de refino teria que ser uma atividade contratada pela União, porque isso é o que está na Constituição. Aqui se trata de petróleo, refino, gasolina, diesel, como se fosse banana e tal. Mas não é bem assim.

Falo também da Lei 9.847. O abastecimento nacional de combustíveis é uma atividade de utilidade pública, utilidade pública.

Falo sobre PPI. Aqui foi dito PPI, PPI. A Petrobras, não sei se intencionalmente ou não, quando usa PPI, fala que é Preço de Paridade Internacional. Isso não é verdade. PPI é Preço de Paridade de Importação. Fico satisfeito por o representante da Petrobras aqui até ter esclarecido muito bem qual é a política de fato da Petrobras. A política de fato da Petrobras não é Preço de Paridade Internacional; é Preço de Paridade de Importação. O que significa isso? Que o diesel produzido pela Petrobras no Brasil, na refinaria da Petrobras, é vendido no Brasil a preço mais alto do que o do mercado internacional de onde vem o diesel, que é o dos Estados Unidos. Então, isso aí tem variado no tempo, mas aquela medida provisória lá do ano passado que estabeleceu a subvenção econômica de R$0,30 por litro deixou muito claro que aquela subvenção econômica, de certa forma, está associada a essa diferença entre o Preço de Paridade Internacional e o Preço de Paridade de Importação. Isso aí varia um pouco no tempo, mas os R$0,30 por litro é um valor bem razoável.

E eu quero fazer aqui uma crítica à administração da Petrobras por aceitar uma subvenção econômica de R$0,30 por litro para um produto que não é importado. Esse produto não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importado. Como é que ela recebe uma subvenção? Subvenção econômica é uma coisa muito séria para atividades que não são lucrativas. A Petrobras, com um lucro altíssimo... Como é que a administração da Petrobras aceita receber do miserável povo brasileiro R$0,30 por litro de um diesel que é produzido no Brasil com petróleo do Brasil?

Então, está clara aí a diferença entre PPI, Preço de Paridade Internacional e Preço de Paridade de Importação? A Petrobras pratica Preço de Paridade de Importação para um produto que não é importado. Então, isso aí, para a gente, já é uma coisa inacreditável.

Então, segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobras – está publicado no sítio –, a margem de lucro operacional da Petrobras, isto foi no dia 15 de maio de 2019, está na faixa de 109%. Isto quer dizer o quê? Que nós somos extremamente eficientes, que nós temos uma empresa extraordinária, que é a Petrobras, e não sua administração, porque quem está lá produzindo petróleo são os técnicos. E eu trabalhei lá no início da produção em águas profundas. Então, são os técnicos, que garantem essa margem altíssima, pela competência técnica dos engenheiros e dos técnicos.

Então, a Petrobras produz um diesel que custa R$1,11 por litro e está vendendo hoje a R$2, com uma margem... Vende a R$2,09 ou R$2,08, não sei, com uma margem de 109%. Então, o que nós temos no Brasil é uma empresa extremamente eficiente que tem um custo de produção – isto por alto; é abaixo de US$40 o barril –, tem um custo médio de refino de US$2,5 por barril. Isso é o custo médio de refino da Petrobras.

Em um país sério, o baixo custo de produção é aproveitado para cobrar pouco do consumidor. Aqui, não. Nós temos um baixíssimo custo de produção e temos uma margem de lucro operacional de 109%. Então, a Aepet, apesar de reconhecer que isso beneficia a Petrobras, vender a R$2,09, e não vender a R$1,7 ou R$1,8, que é o preço nos Estados Unidos, mesmo assim a Aepet reconhece a importância de se praticar um preço que não seja o Preço de Paridade de Importação.

O que aconteceu com esse Preço de Paridade de Importação? Houve a possibilidade, no Brasil, de haver um grande aumento, porque nós saímos de um preço que, de certa forma, era controlado de fato – e eu tenho críticas à política anterior, do Governo PT, severas críticas, por sinal –, mas o fato é que subiu o preço do diesel, subiu o preço na bomba... Quando você pratica PPI, que é o Preço de Paridade de Importação, você abre para a importação do produto. Por quê? Porque você passa a ter um mercado competitivo em cima do PPI, que é mais alto que nos Estados Unidos, que são esses R$0,30 por litro.

Com esse PPI, qual é a consequência mais dramática para o Brasil? É que as refinarias ficam ociosas. Estão falando aqui que é preciso aumentar as refinarias do Brasil. Nós estamos com 30% de ociosidade nas refinarias do Brasil. Sabem por quê? Por causa do PPI, por causa do Preço de Paridade de Importação. Se a Petrobras praticasse o preço lá dos Estados Unidos, o Brasil seria autossuficiente em diesel. Nós podemos produzir perto de 50 bilhões de litros de diesel e mais 5% de biodiesel. Nós não seríamos nem importadores de diesel. Vejam que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surreal. É surreal a gente cobrar do povo brasileiro um preço mais alto que o de lá dos Estados Unidos. Ali está 24%, mas o último dado que eu peguei mostrava 28% de ociosidade das refinarias.

A consequência disso é que a refinaria fica ociosa e a Petrobras passa a exportar diesel. Ela não vai refinar. Em vez de ela usar os 30% que estão ociosos, ela exporta o petróleo cru. Então, isso aqui é um modelo colonial. Sabem o que é modelo colonial? Ser exportador de matéria-prima. Sabem o que é refino? É atividade industrial. Dá lucro em qualquer situação. Você compra matéria-prima, industrializa e vende o produto. Você sempre vai ter uma margem de lucro. É claro que varia ao longo do tempo, mas é uma atividade importantíssima, industrial. Nós estamos caminhando para o modelo... Como é o modelo do minério de ferro. Nosso modelo do minério de ferro é esse modelo colonial de exportar minério de ferro e comprar aço da China, e nós fazemos a mesma coisa com o óleo diesel.

É importante demais mencionar aqui que a resiliência financeira da Petrobras depende mais da atividade de refino. Então, a gente teve... Olha o que é o preço do petróleo! Vai a 120, vem a vinte e poucos... Hoje, nós estamos a 65. Isso aí é o mercado de petróleo. Sempre foi assim. Altíssima volatilidade. Mas, mesmo com essa volatilidade toda, a geração de caixa da Petrobras, o Ebit da Petrobras é muito estável. Por que é muito estável? Porque tem o refino. Então, privatizar refinaria, vender refinaria... Nenhuma empresa cogita fazer o que a Petrobras está fazendo, com esse aval do Cade. Isso chega a ser... Não vou nem falar o que é isso.

Então, a Petrobras propõe uma nova política de preço, tem várias considerações aí, mas o fato básico é o seguinte: ter como base lá o preço lá dos Estados Unidos, de onde vem o diesel... Quando sobe muito, a gente caminha para um preço de paridade de exportação e também considera custos. Nosso custo é muito baixo, tem fórmulas, fórmulas complexas... Eu não vou entrar nessa fórmula aqui, mas quem quiser conversar comigo, a gente discute todas essas fórmulas aí.

Mas o importante é o resultado dessa política que a Associação dos Engenheiros da Petrobras está propondo, que é a redução em relação ao preço dos Estados Unidos. Por exemplo, hoje a gente está aqui perto de 70. Nós estamos com um brent a 65. Então, nós estamos ali com R$2,35 para R$2,01. Então, hoje geraria uma redução lá no preço na refinaria de 34. Se o preço do petróleo subir muito, chegar a R$3,74, essa redução aumenta muito, e a Petrobras praticaria só R$2,97.

Tudo isso que a Aepet fez é com base no quê? Num preço justo e em alta rentabilidade. Aqui não tem baixa rentabilidade, não. Isso é alta rentabilidade. Então, é sustentabilidade econômica absoluta para a Petrobras.

Se a gente tiver que importar... Vamos dizer que a importação, no caso do óleo diesel, é residual. Nós estamos ali com 49 bilhões, 50 bilhões em produção, 10% de biodiesel... Se tiver que importar, é residual. Aí, realmente, a gente precisa, talvez, criar um mecanismo... Eu sugiro um mecanismo até similar ao que foi criado no ano passado, que foi aquela subvenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica. Mas não é uma subvenção econômica de R$9,5 bilhões; é uma subvenção econômica de alguns milhões. Nós não vamos dar subvenção econômica aqui para a Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Isso não tem o menor sentido.

Eu queria fazer um comentário aqui. Senador, é o seguinte: o Fonseca, que é o Presidente da Abcam, quebrou o pé e não vai poder vir, mas pediu para eu o representar aqui. Ele me deu carta branca para falar também aqui em nome da Abcam. Então, eu poderia aqui continuar com a apresentação? É uma pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

Posso falar aqui em nome da... Posso continuar, então, aqui... Vou falar alguns minutos mais aqui, em nome da Abcam, está certo? Estou autorizado?

Bom, então, eu trouxe aqui... Isso aqui é, de certa forma, para fazer uma acusação. Apesar de não estar sendo muito claro ali, quero fazer aqui uma acusação.

A TAG... Eu vou falar da TAG aqui, porque o mesmo raciocínio da TAG se aplica às refinarias. A TAG é uma empresa que teve uma receita de 4,9 bilhões no ano de 2018 e de 4,5 bilhões em 2017 e tem um custo dos serviços prestados de 1,098.

Primeira pergunta que faço aqui, até para o Sr. Décio Oddone, Diretor-Geral da ANP: o monopólio natural, que tem que ser regulado pela ANP... Uma empresa tem uma receita de 4,9 para um custo de serviço prestado de 1 bilhão? Quatro vírgulas cinco vezes mais? Aí você fala: "Mas...".

No caso da Petrobras, não tinha tanto problema, porque ficava tudo dentro da Petrobras. A TAG era uma subsidiária integral, pagava... A TAG era do mesmo grupo. Aquele custo ali é, basicamente, Transpetro. Tudo lá dentro do mesmo grupo. Quando você venda a TAG, como ela foi vendida, por 8,6 bilhões... Então, a TAG por 8,6 bilhões... Eu vi aqui o número de refinarias: 36 bilhões... São esses números altíssimos.

O que representa a venda da TAG? A impossibilidade, qualquer possibilidade de redução do custo do transporte de gás natural no Brasil. Por quê? Elas vão pagar 8,6 bilhões. Vinte e dois bilhões... Isto de dólares. Dá uns R$35 bilhões. Já foram contratados empréstimos de 22 bilhões, de bancos... Até o Banco do Brasil. Acho que Itaú, Bradesco... Custo financeiro alto. Vinte e dois bilhões é o contratado.

A privatização da TAG representa simplesmente a inviabilidade técnica de se reduzir, porque eu entendo que regulação de um monopólio natural é uma regulação por custo. Então, a Petrobras poderia realmente ter um custo baixíssimo de transporte do gás, por quê? Porque ela tem a Transpetro operando com baixíssimo custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como os compradores da TAG vão ter que recuperar US$8,6 bilhões, vão ter que recuperar os encargos financeiros que vão pagar dos empréstimos, vão chegar lá na ANP para o Sr. Décio Oddone e falar assim: "Olha, esse aqui é o monopólio natural, mas olha aqui a minha planilha de custos. Minha planilha de custos, para recuperar os 8,6 e os encargos, eu vou precisar ter uma receita de 4,9 bilhões, que é a receita da TAG". E foi só por isso que ela comprou. E tem mais, não tem risco nenhum nisso aqui. Isso aqui é capitalismo sem risco. Esses contratos, tudo Ship-or-Pay, tudo Ship-or-Pay. Atividade toda vendida. É receita garantida. É o capitalismo sem risco. Agora eu queria ver essa empresa construir indústrias, aumentar a malha de indústria no Brasil. Não, vem nesse tipo de coisa, está certo?

Como muito bem colocou aqui o Diretor-Geral da ANP, a gente realmente, a gente praticou... A Petrobras, de 2002 até 2014, a Petrobras praticou, na média, preço do mercado internacional do diesel e da gasolina também muito próximo. Isso aqui não acho que prejudicou o povo brasileiro, não; diretamente, não, mas isso aqui tem repercussão, sim. A Petrobras não deveria ter feito isso, a não ser que o Brasil tivesse uma política fiscal que incentivasse a construção de refinarias.

Então, por exemplo, você tem – vamos falar só de tributos federais – PIS, Cofins e Cide, no diesel não tem Cide, hoje está zerado, mas já teve. Então, você tem que ter uma política fiscal para que, com uma política dessa, tenha investimento no Brasil em refino. Com essa política da Petrobras, fica dois anos, três anos acima, dois, três anos abaixo, é impossível qualquer investidor privado investir no Brasil de fato. Concordo, essa política não poderia ter sido executada sem uma política fiscal que gerasse investimento e até gerasse importação. Se nós não temos refino, vai ter que importar, reduz o tributo da importação. Se nós não temos refino, precisa reduzir, precisa fazer investimento em refinaria, reduz o tributo para quem vai investir em refino.

Agora, tem a contraparte que seria o quê? Um problema no Orçamento Geral da União, que você vai ter que fazer um subsídio.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, o que que eu proponho? Isso aqui já é uma proposta minha. Eu sempre propus isso. Para esse resíduo, se tributasse a exportação do petróleo cru.

Não sei se os senhores sabem, mas a Rússia tem uma capacidade de refino duas vezes maior que o Brasil. Enquanto nós não somos autossuficientes em refino, a Rússia tem uma capacidade de refino duas vezes maior do que o consumo da Rússia. E como é que ela conseguiu isso? Tributando a exportação do petróleo cru. E lá na Rússia, por incrível que pareça, tributa-se até a exportação do derivado e gera-se um preço mais baixo para o povo Russo.

Eu não estou nem defendendo isso aqui, apesar de que, conceitualmente, está correto. Agora a diferença é muito grande. Na exportação, é 60% do Imposto de Exportação; no derivado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é 30%. Eles agora dizem que vão acabar com isso até 2024, mas, é claro, já construíram um parque de refino daqueles, já construíram toda a indústria de petróleo, talvez vá para o mercado concorrencial.

Então, eu falei da TAG, eu vou falar aqui do refino. A privatização das refinarias acaba com qualquer possibilidade de preço baixo aqui no Brasil de óleo diesel e de gasolina. Simplesmente por quê? Por causa de custo.

Se a Petrobras tem um custo de 1,042 por litro de diesel, o comprador... Aqui eu pus colocando US$20 bilhões; se for US$86, vai dar mais. Então, vai ter o custo de capital. Quem é que produz 1,1 milhão de barris por dia, no Brasil? Só a Petrobras. Esses compradores da refinaria vão ter que importar ou comprar da Petrobras. Por quanto? Por 65. Chega lá em 1,8, que já é maior do que o preço nos Estados Unidos hoje. Então, aqui, é inviabilizar qualquer possibilidade de o povo brasileiro ter um combustível a preço razoável.

Agora, a gente compara. Nós Estados Unidos são 135 refinarias. São 29 lá no Texas. Aquilo lá no Texas, que gera o preço lá no Texas, o preço lá no Golfo dos Estados Unidos, que no diesel, hoje, deve estar 1,7, 1,8, é porque lá tem concorrência. Lá, só no Texas, são 29 refinarias. Lá tem concorrência. Olhem a margem, a rede de dutos dos Estados Unidos, é uma coisa gigantesca. Então, lá, há concorrência.

Aqui é isso. Quem disse que tem monopólio regional no Brasil não sou eu. É só vocês pegarem o estudo técnico do BNDES, do ano passado, que fala que aqui no Brasil nós temos o quê? Lá são 135, aqui a Petrobras tem 13. É 98% do refino. Onde poderia haver competição, que tem quatro – no Estado de São Paulo –, não estão colocadas à venda. O que foi colocado à venda é onde tem monopólio regional. Aí falam: "Eu vou competir com a Refap, com a Repar". São só dois agentes. Vai ter que levar de caminhão, talvez, lá do Rio Grande do Sul para o Paraná. Então, é comparar alhos com bugalhos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, para concluir.

Os Estados Unidos têm competição, tem concorrência, e têm um preço, de diesel, de 1,7, 1,8. Amanhã, pode ter um decreto do Presidente da República falando assim: "No Brasil, quando o petróleo for produzido lá e o derivado for produzido lá, vamos praticar o preço do mercado dos Estados Unidos". Amanhã!

Vocês sabem quantos anos nós vamos demorar para sair desta situação aqui em que não se tem duto, em que não se tem refinaria, em que não se tem competição para os Estados Unidos? Talvez séculos. Como o petróleo tem um horizonte talvez mais curto, nós não vamos chegar nunca. Nós vamos privar o povo brasileiro de entregar, amanhã, um preço igual ao dos Estados Unidos – que pode ser amanhã – para entrar numa falsa concorrência, com custos altíssimos, que vão inviabilizar o preço dos Estados Unidos. Não há possibilidade técnica, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, de se praticar o preço dos Estados Unidos. Por quê? Porque vai ter o custo de aquisição das refinarias e vão ter que trazer um produto importado.

Quero agradecer muito a tolerância e colocar-me à disposição dos senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao Paulo.

Vou passar imediatamente a palavra para Dary Beck Filho, que é Diretor de Finanças, Administração e Patrimônio do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e representante da Federação Frente Única dos Petroleiros (FUP).

O SR. DARY BECK FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e todas!

Queria saudar a Senadora Zenaide Maia, que está presidindo a sessão. Em nome dela, quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes. Quero saudar os que estão nos assistindo, também, pela TV Senado, nesta audiência pública.

Falar por último é sempre um problema, porque muitos dos elementos que a gente vai trazer para o debate já foram colocados. Mas queria, primeiro, desmistificar algumas coisas que foram ditas aqui que, para mim, não condizem bem com a verdade. A primeira coisa que me incomodou bastante foi uma cooperação feita entre a Petrobras e a Standard Oil, nos Estados Unidos.

A Standard Oil, nos Estados Unidos, era uma empresa privada. Todos os crimes corporativos que a gente conhece hoje, cartel, dumping, surgiram com essa empresa privada dos Estados Unidos. Eles faziam concorrência desleal de todo jeito. Há vários documentários que falam sobre isso, qualquer pessoa pode assistir, mostrando como atuava o Sr. Rockefeller, como ele enriqueceu sua família, sacaneando seus competidores das formas mais variadas, negando trem, negando trilho para transportar produtos. Aí, comparar com uma empresa estatal, monopólio criado por um movimento popular, que foi O Petróleo é Nosso, uma empresa de estado com uma empresa privada é, no mínimo, uma desonestidade intelectual feita aqui.

Uma tinha uma função absoluta de procurar o lucro máximo, de qualquer jeito, que era a Standard Oil, enquanto que a Petrobras sempre teve, enquanto foi monopólio, a função de garantir o abastecimento de combustíveis a preços justos em todo o Território brasileiro. A Standard Oil não tinha essa tarefa, não procurava ter essa tarefa. Então, essa comparação é indevida.

A segunda questão que vi aqui, quando o pessoal fala que petróleo é que nem café, açúcar, soja, é uma commodity, é uma mercadoria, que nome bonito esse. Aí eu pergunto para os que estão me assistindo e me ouvindo: o que aconteceria com o mundo se acabasse o café hoje? O mundo iria parar? Não, o pessoal iria tomar mais chá, outras coisas. Lá no Rio Grande do Sul, iriam tomar mais chimarrão. É isso aí – obrigado, Senador. Quero saudar aqui o Senador Izalci, que voltou aqui –, então, o mundo ia continuar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.113546/2019-10

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora faço o mesmo exercício com o petróleo. O petróleo acabou, não tem mais petróleo. O que vai acontecer com o mundo? Vai acabar o mundo! Sabem aqueles comentários de fim do mundo? Um daqueles tem um meteoro, um ataque zumbi, um vulcão, um deles é o fim do petróleo. Se acabar o petróleo hoje, três quartos da população do mundo morrem de fome rapidamente, porque não tem transporte, não tem comida, não tem roupa. Então, dizer que petróleo é igual a soja, igual ao café!

Desde a primeira guerra do Iraque, todas as guerras que houve no mundo têm a ver com petróleo, todas as guerras: Argélia, Síria, Afeganistão. Eu não vejo os Estados Unidos movimentando grandes porta-aviões por causa do café. Então, essa é outra comparação indevida. A gente tem que parar de falar essas falácias, essas mentiras para tentar enganar as pessoas. A gente tem que dizer para a população que está nos escutando a verdade: petróleo é um insumo especial e essencial para a nossa civilização.

Se sumir o petróleo, a civilização que existe hoje no mundo rui, ela vai virar outra coisa. Não tem substituição para o petróleo, não tem área agriculturável para plantar soja para criar biodiesel e cana para etanol, não existe. Não existe avião cargueiro que vá funcionar com etanol, não existe. A tecnologia hoje não chega e não vai chegar. Existe uma questão intrínseca do petróleo, que entrega uma quantidade de energia muito além do que qualquer outro tipo de insumo de energia primária, como a gente chama o petróleo. Então, essas comparações são indevidas.

Vamos falar do preço. Foi falado muito aqui do preço, do preço do diesel. Achei interessante que não apareceu nenhuma apresentação sobre o preço do gás de cozinha aqui. Só falaram que o preço do gás de cozinha tem um custo de R$29, mas o povo brasileiro está pagando 80, 75. Por quê? Onde está essa diferença? Quem ganha com essa diferença? As distribuidoras privadas. O setor privado está enfiando a mão no povo brasileiro, no GLP, no gás de cozinha. Então, as donas de casa de Pernambuco têm que usar espiriteira com álcool, o que criou uma epidemia de queimaduras, porque as empresas privadas do setor, com todo respeito ao palestrante aqui, estão lucrando o máximo possível com o gás de cozinha.

"Ah! Mas, se venderem as refinarias vão baixar os preços". Veja bem, o Paulo já falou ali da questão da composição. A pergunta óbvia é qual empresa privada internacional que vai comprar uma refinaria no Brasil para cobrar menos que o preço internacional? Isso é falso. Quem diz isso mente. Eu digo aqui que o Presidente da Petrobras mente, é um mentiroso quando diz que vender as refinarias vai baixar o preço. Quero que ele me mostre tecnicamente qual empresa vai entrar no Brasil para cobrar menos do que cobra lá fora.

Essa política de preços de importação submete o povo brasileiro a coisas que ele não vive. Por exemplo, o xeique árabe... Outra coisa que falaram aqui, que o petróleo, que não tem quem comanda o preço do petróleo. Isso é falso, por favor. Eu fico admirado que seja uma pessoa que trabalha na agência reguladora dizer uma barbaridade dessas. O maior produtor de petróleo do mundo é a Arábia Saudita. A Arábia Saudita, se quiser, controla o preço do petróleo de qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jeito. Foi o que aconteceu em 2015. Em 2014, o petróleo chegou a bater US$150, aí começou a valer a pena: "Puxei o gás dos Estados Unidos". Aí o que o xeique árabe fez? "Os caras estão começando a produzir lá, eu vou perder mercado". Abriu a torneira. O petróleo bateu US$27. Um dos problemas de caixa da Petrobras foi que a Petrobras investiu para produzir, pensando que iria produzir e ganhar dinheiro a US$70, e, quando viu, o petróleo chegou a US$27. Isso aqui não tem controle de preço. Por favor! Se o xeique árabe da Arábia Saudita acordar de mau humor, ele levanta o preço: "Quero trocar os meus carros de luxo que estão muito velhos, vou comprar tudo novo agora". Pá! Controla o preço e ele manda no Catar, ele manda nos Emirados Árabes. Se o Catar quisesse fazer alguma bobagem, já manda o exército da Arábia Saudita lá: "Bem, quem sabe...".

Então, por favor, não vamos mentir para o povo brasileiro. Estamos mentindo para o brasileiro para aplicar uma política suicida, destruidora, rapinando o povo brasileiro. Para quê? Por quê? É isso que eu quero saber. Eu quero saber quem é que está realmente ganhando dinheiro nesse negócio, que é para ganhar dinheiro, alguém ganhou dinheiro. O povo brasileiro está se ferrando. Greve de caminhoneiro por quê? Porque nós temos que pagar o preço do petróleo importado. Mas que é isso? Que é isso? Qual o sentido disso?

Uma coisa assim: antes da descoberta do pré-sal, nós não tínhamos petróleo suficiente. Realmente a gente iria precisar fazer concorrência, processo de concorrência, iria ter que trazer de fora, nós iríamos ter que importar petróleo se começasse a crescer muito a economia. Depois da descoberta do pré-sal, acabou, nós temos petróleo para dar e vender. Quer dizer, já estamos dando e vendendo, mas... Nós temos petróleo para dar e vender, para segurar a nossa economia, para fortalecê-la.

Nós estamos abrindo mão dessa vantagem competitiva, já que o pessoal gosta muito de mercado, de ter energia barata para quem? Por quê? Aí pergunta-se: "Ah! Mas daí tem que ter um preço aqui, porque daí as pessoas vão botar refinaria aqui dentro". Se o preço aqui dentro é o preço de importação e eu tenho uma refinaria lá fora que está operando a 60%, por que eu vou construir refinaria aqui? Eu boto a refinaria lá fora a 60% e importo. Ponto. Resolvi.

Qual o incentivo que a Equinor, uma empresa que produz petróleo aqui no Brasil, no pré-sal, e a Shell, também que é produtora aqui, qual o incentivo que essas empresas têm de construir uma refinaria no Brasil se elas podem importar das refinarias que elas já têm? Nós vamos entrar numa lógica que é lógica internacional, é o preço internacional.

Os russos têm um grande parque de refino sobrando, sobrando. O que vai acontecer? Eles são grandes produtores de petróleo também, mas talvez sejam meio burros: construíram um monte de refinarias para eles e tal, está sobrando refinaria. Sabe, aqui que é bom, é bom de a gente ter pouca refinaria, vender logo as nossas e tal. Esses caras que trabalham anos produzindo petróleo, são exportadores há séculos, esses não sabem como fazer política com petróleo; nós, que agora descobrimos o pré-sal, descobrimos isso. Agora nós sabemos. Vamos entregar as refinarias logo. Então, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: o Cade. "Ah! Não pode ter monopólio, não sei o quê". Cada refinaria... O grande ativo de cada refinaria daquelas não é a unidade industrial, é o mercado cativo que a refinaria tem, esse é o ativo. Se até pudesse botar aquele mapinha ali iria ajudar.

Ninguém, ilustre Senadora da Bahia, vai sair da RLAM, como dizem nossos amigos baianos, para comprar gasolina mais barata na Regap, em Minas; ou na Abreu e Lima, em Pernambuco. O grande ativo da RLAM é a Bahia, o mercado da Bahia, mercado cativo. Qual empresa privada vai cobrar preço menor tendo um mercado cativo com os importadores trazendo residual?

Eu já fui de uma empresa. A Refap S.A. foi uma tentativa do Fernando Henrique Cardoso privatizar o refino. Eram 30% só da Repsol YPF. Durante dez anos, estivemos nessa situação lá. O que fazia a Refap S.A., que era uma empresa estatal, mas tinha lá os seus sócios privados, e os sócios privados exigiam que tivesse lucro? Ela cobrava um preço maior do que a Petrobras, no limite. Ela ia no limite: eram R$0,03, R$0,04, R$0,05, R$0,10 para não perder o mercado geográfico. Ela cobrava mais. O que vai acontecer? Vou ter oito refinarias cobrando preço maior porque elas têm... Quem é que vai... Tu vendes a Reman, lá em Manaus. Quem é que vai disputar o mercado da Reman? Ah, por favor, não mintam, tchê! Não mintam! Digam logo que vocês querem entregar isso...

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – porque vocês não gostam dessa empresa estatal maravilhosa que a gente tem que é a Petrobras, que é desenvolvimento e tecnologia, gera emprego, gera renda no nosso País, que vocês querem entregar logo tudo para o capital internacional, porque alguém está ganhando dinheiro com isso.

Para encerrar, eu tenho que fazer uma denúncia aqui. Agora, a gente foi surpreendido esse ano aqui. Foi criada pela direção da Petrobras mais uma jabuticaba: o tal do bônus, que é um tal de Programa de Remuneração Variável – para eles –, que vai dar, segundo os cálculos, para o presidente da empresa algo em torno de R$13 milhões este ano. Olha como é que funciona o sistema. É o seguinte: eu crio uma meta para mim. A direção da empresa criou uma meta: vender refinarias. Se ela vender refinarias, cumpriu a meta e ganha um bônus. Estão rapinando a empresa ainda. Eles vão destruir a empresa e aproveitar para rapiná-la.

Olha, sinceramente, eu sugiro aqui aos ilustres Senadores que investiguem isso que é uma vergonha. É isto: ao presidente R$13 bilhões e cada diretor vai ganhar algo parecido. Para quê? Para destruir a empresa, vai destruir a empresa – é isso –, vai entregando ao mercado o que a empresa tem cativo e que poderia servir para ela alavancar e para garantir o faturamento e ainda vão ganhar um bônus para destruí-la. Olha que lindo isso! Se isso não é corrupção... Sabe? Os "caras" falam muito em corrupção, mas fazem esse tipo de manobra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, chamo, conclamo os Senadores e Senadoras que estão aqui, também os que estão nos assistindo e a população brasileira que nos ajudem. Ajudem-nos, da Federação Única dos Petroleiros...

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – ... e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, a lutar contra essa destruição, rapina que estão fazendo com a Petrobras que isso só vai servir para enriquecer alguns em detrimento de toda a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, agradeço e já vamos entrar imediatamente com os Senadores, mas antes, como autor também do requerimento, eu quero fazer aqui também a leitura dos nossos telespectadores que ligaram no Alô Senado.

Sérgio Melo, do Rio de Janeiro: "Por que Macaé, sendo a Capital Nacional do Petróleo, tem o preço dos combustíveis mais caro para os consumidores?"

Roseli Maria Baran: "Por que não mudamos essa matriz de poluentes? Não temos mais oxigênio na atmosfera. Por que não implantamos energia solar já?"

Luciano Lopes, do Paraná: "Quais as consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores?"

Sônia Beatriz Silva, do Rio de Janeiro: "Por que não existe um investimento em meios de transportes mais baratos para os combustíveis, como, por exemplo, ferroviário?"'

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro também: "Existe uma política para a diminuição de tantos impostos sobre os combustíveis? Por que um País grande produtor de petróleo tem um dos combustíveis mais caros da América Latina?"

Cheryl Berno, do Rio de Janeiro também: "Não deixem que vendam a Petrobras Distribuidora porque o combustível ficará muito mais caro e não chegará nos locais mais pobres e distantes".

Leandro Alves Souza, do Distrito federal: "Quando é que os usineiros vão poder vender etanol direto para os postos?"

Bem, eu queria fazer uma pergunta para o representante do Ministério de Minas e Energia. Recentemente, o Ministério de Minas e Energia anunciou a criação do programa Abastece Brasil. O programa visa estimular o desenvolvimento do mercado de combustível por meio de inventivo da concorrência do setor. Assim, gostaria de saber como o cidadão na ponta, o trabalhador e o microempresário poderão se beneficiar e quais os impactos esperados para a nossa economia?

E uma pergunta para o representante do Cade: creio que essa seja uma oportunidade para o Cade explicar para a Abicom e para os contribuintes sobre a discussão que tem saído no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noticiário que trata a suposta venda de combustível pela Petrobras abaixo da cotação internacional nos principais pontos de importação de combustível no País. Cabe destacar que o mercado é muito sensível, e a política de preço de combustível impacta diretamente o dia a dia do contribuinte final que são os trabalhadores deste País.

Concedo a palavra à nossa nobre Senadora e também autora do requerimento, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Sr. Senador Izalci, nosso Presidente. Em nome de Paulo Cesar Ribeiro Lima e de Leonardo Gadotti Filho, eu quero cumprimentar todos os palestrantes aqui. Esta é uma audiência pública importante porque a gente dá visibilidade à população.

Mas uma coisa que me chamou a atenção da primeira Mesa e eu quero parabenizar a direção da Petrobras e o Ministério da Economia porque as falas foram bem alinhadas. Todos mostraram a mesma coisa: a importância de privatizar. Já foi privatizada TAG, a subsidiária NTS, as refinarias. Então, é difícil... Eu assisto a muitas audiências públicas, mas as falas tiveram um alinhamento que, se você ouvisse uma, era como se ouvisse todas, até os gráficos praticamente eram iguais. Então, parabéns porque a Petrobras, o Ministério da Economia e o Cade, que faz parte, foram unânimes em querer provar aqui para o Brasil que vale a pena vender o patrimônio.

E o que me chamou a atenção aqui foi que se falou muito em preço justo, que tinha que se alinhar ao mercado internacional. Para mim, preço justo é aquele que é justo para a sociedade e para o consumidor.

Se houve erros no Governo anterior... Não sou uma técnica, eu sou médica de formação, mas queria dizer o seguinte: se houve erros, não me interessa de que Governo, vamos corrigi-los. Agora, sinceramente, amigos, privatizar um patrimônio... Como a gente diz, não pode ser um monopólio, mas o monopólio é natural.

Nós tivemos aqui... Dois anos atrás, foi privatizada a NTS, que distribuía todo o gás da Região Sudeste. São 2 mil quilômetros. Justamente se vendeu uma empresa cujo valor que foi cobrado é menor do que cinco anos do lucro líquido dessa empresa. Quer dizer, a gente não pode ter o monopólio com a Petrobras ou com o Governo, mas pode ter o monopólio da Brookfield? A gente não pode ter o monopólio da TAG, que é Norte e Nordeste? Eu sou Nordeste. O Rio Grande do Norte era um dos maiores produtores de petróleo em terra, a gente tem uma refinaria que não é das maiores, que é a Clara Camarão, e tiraram logo a autonomia administrativo-financeira dela no final de 2016, juntaram com a exploração do petróleo, Izalci, e ela funciona – eu acho – com menos... A capacidade ociosa deve ser mais de 30%, que de onde a gente vem com a questão das refinarias. O transporte aqui de gás já está... E dizem que a gente precisa de competitividade. Não foi permitido nem licitação. A gente reclamou não foi só porque o Congresso Nacional não participou disso; é porque nem licitação... Ou seja, nós saímos da Petrobras. Não entendo como é que você vende algo que é seu, que dá lucro e que você vai alugar. A Petrobras vai ter que usar os gasodutos, e não existiu nenhum compromisso de ampliar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esses gasodutos. Foi falado aqui que são técnicos, que entendem muito mais, mas isso qualquer brasileiro entende.

Esse alinhamento, por exemplo, de gasolina. Como se falou, a gente vende o óleo bruto em real, não se paga nem imposto, e a gente importa a gasolina, o diesel, o botijão de gás. Por mais que se queira apresentar algumas coisas aqui, para a população foi, sim, de R$2,65 a gasolina – teve período aí, teve dia – para R$5.

Os caminhoneiros não vieram aqui representados, mas eu tive uma reunião com eles, e eles se preocupam com isso. O pior disso tudo, gente, é que a gente está vendendo isso tudo num período que há 30 milhões de pessoas entre desempregados e subempregados.

E sobre os impostos? Aí eu falaria: alguém lembra da MP 795, de dezembro de 2017? Depois que foi vendido o pré-sal, o Governo mandou uma MP, que era chamada de um trilhão e não chamou nem a atenção da sociedade, mas a Shell, a British Petroleum, esse povo... Ela se transformou na Lei 13.586, de 2018, e houve a renúncia fiscal de todos os impostos, gente" De todos, e chamou a atenção por isso. Imposto de Renda retido na fonte e IPI, esses dois formam o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios que estão, em sua maioria, sem condições de pagar nem a folha de pagamento. Então, PIS, Pasep, Cofins e CSLL por 25 anos! Nem Estados, nem Municípios e nem Distrito Federal foram consultados e, desde de janeiro de 2018, deixaram de receber essa quantidade de imposto, que chama a atenção para um País de que, de três a quatro anos, se diz que está falido, que se tem de vender porque está falido.

E sobre essa importância de dar credibilidade aos investidores – desculpem-me, mas eu venho ouvindo isso –, desmontou-se a CLT, tiraram-se todos os direitos dos trabalhadores porque iria gerar emprego e dar credibilidade ao capital que vinha de fora. Fez-se de tudo nesse País para dar essa credibilidade e, para dar essa credibilidade, a gente tinha... Eu perguntei: "Por que vamos anistiar, vamos fazer renúncias fiscais para petrolíferas estrangeiras? "Não, porque é a única maneira de dar credibilidade de elas entrarem no País".

Nada contra essa concessão público-privada, que tem que ter, mas a pergunta que é a seguinte: por que, sempre que vamos fazer essa concessão, Izalci, meu amigo Jaques Wagner aqui e todos que estão me ouvindo, a gente sempre perde autonomia administrativo-financeira?

Quando se privatiza, são 80% da Embraer, são 90% do transporte de óleo. Fica difícil acreditar que a venda do transporte para uma empresa, que a venda das nossas refinarias que estão aí ociosas... Há uma capacidade ociosa, com que a gente podia agregar valor, o que se faz no mundo inteiro, e aqui os técnicos estão provando que o fato que faz a gasolina não baixar é porque a gente está importando. E ninguém vem para cá. Isso é capitalismo, não é? Capitalismo não vem para lugar nenhum sem...

Agora, era ótimo. Eu costumo dizer aqui: una-se aos bancos porque, se eu fosse banqueira, dona de banco, com certeza, eu queria estar nesse País também como ele está, porque, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quase 50% do Orçamento da oitava ou nona economia do mundo já estão na minha conta, eu não tenho o mínimo interesse em investir em infraestrutura e em construção civil.

E, para finalizar, digo só o seguinte: nada disso aqui resolve o problema deste País se o Governo não investir no setor que gera emprego e renda. Se não investir... Eu não votei no Bolsonaro. Como todos, nós estamos querendo ajudar, minimizar e nós sabemos que pode desidratar, pode fazer reforma de previdência, proibindo os trabalhadores... Está provado, que, se não investir, Izalci – o senhor é um homem experiente – se não investir... Brasília, a grande, Distrito Federal tem mais de 350 mil pessoas desempregadas. Então, já que existem o Ministério da Economia e outros, vamos investir, gente! Este Congresso está aqui, independente de cor e de partido. Essa preocupação da gente não é de partido "a", "b" ou "c"; a gente está aqui para ajudar.

Mas ele falou, por exemplo, que, quando se reduziu a importação, foi pela recessão. A inflação não caiu. Eu sou dona de casa, eu faço minha feira. Os produtos que a gente vê cair o preço é pela recessão. Eu converso com os donos de supermercados e nas feiras. As pessoas param de comprar. Se você tira 30 milhões de pessoas subempregadas e desempregadas do mercado consumidor, é claro que vai cair. Pode até cair esse preço de consumo e o posto de gasolina baixar o preço porque não está vendendo.

Então, para resumir, é o seguinte: não acredito que seja vendendo o nosso patrimônio a preço de banana no final de feira que nós vamos sair desta crise, não. Agora, invista – vou dar um exemplo – na construção civil, que emprega do homem rude ao doutor, e, com certeza, a gente alavanca.

Então, só reafirmando: aqui não é ninguém que é contra Governo, o Governo é eleito; a gente só está pedindo que tenha um olhar diferenciado e que não seja só para esse tipo de coisa. Você não vai vender o que é seu para alugar pagando caro por isso. E essa venda da NTS, que já não devia ter vendido a TAG porque já faz dois anos e se tem a experiência, não é boa. Nas nossas refinarias, vamos trabalhar, vamos investir para elas chegarem à sua capacidade total e vamos ver se a gente tributa esse petróleo bruto que sai para lá para a gente não tributar e entrar aqui em preço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, cumprimento V. Exa., a Senadora Zenaide e os demais Senadores que já estiveram e que já foram. Cumprimento todos os palestrantes.

Realmente, para mim, Presidente, é um enigma os caminhos que estão sendo tomados, particularmente em relação ao mercado de gás e de petróleo e da Petrobras no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou do ramo porque minha vida profissional na Bahia começou no Polo Petroquímico de Camaçari, quando o então Presidente Ernesto Geisel, numa visão estratégica de país, a despeito de eu ter sido da oposição, mas, pelo menos com uma visão estratégica de país, resolveu implementar um polo petroquímico exatamente para poder adensar a cadeia do petróleo, porque, cada vez que você adensa a cadeia do petróleo, você corre menos risco. Se oscila o preço e eu estou na cadeia, eu distribuo o risco por toda a cadeia. Então, eu perco aqui, ganho lá na ponta; perco na ponta, ganho aqui. Esse é um jogo que se faz por conta do chamado mercado.

Então, eu sou dessa época e vi nascer. Só fui para a Bahia por conta disso. Cheguei à Bahia em 1974 e estava nascendo o polo petroquímico. Existia a atual Nitrofértil, que tinha outro nome na época, e a Ciquini, mas o grosso foi todo desenvolvido pelo governo militar com dinheiro público. Aliás, um modelo extremamente inteligente que era o modelo tripartite. Você vê que, quando a gente pensa o País, as soluções saem inteligentemente. Como era o modelo? Era um terço do Estado como alavancador, um terço da iniciativa privada brasileira e um terço de quem detinha a tecnologia. Ou seja: "Vocês venham para cá, mas venham trazendo tecnologia para espalhar para todo mundo". Isso foi o governo militar que fez e depois veio o Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, com a Petroquisa etc., etc., etc. Então, eu vi isso tudo brotar e nascer, fruto de uma outra decisão do Governo brasileiro que foi a fundação da Petrobras que foi a fundação da Petrobras.

A primeira refinaria brasileira foi a Refinaria Landulpho Alves, que hoje, se estivesse a 100% da carga, seria a segunda maior refinadora. Infelizmente, estão travando a empresa provavelmente para dizer que a empresa... O custo fixo o mesmo, a produção é menor, então, é improdutiva; se a produtividade é baixa, temos que vender. Vamos vender, o cara vai botar para rodar 100% e pronto, está resolvido o problema.

É uma conta que é difícil de se explicar, porque como já foi dito aqui – eu não sou de ofender ninguém – beira a tentativa de fazer a gente de tolo, de ingênuo, sob um receituário que eu não sei onde é que deu certo.

Eu estou falando porque fui Governador, Senador Izalci, e os chineses queriam ir lá plantar soja. Muitos prefeitos diziam: "Ah, vai gerar emprego!" Eu dizia: "Não dou a licença. Só dou a licença se vocês verticalizarem a cadeia". Eu não tenho interesse... "Você vai fazer o que com o meu grão? Vai botar num caminhão, vai botar num navio, vai levar para lá. Só fala chinês o seu grão?" "Não, vai ter que falar brasileiro". E acabei conseguindo que eles entendessem que, se quisessem a dádiva do solo que eu tenho para produzir soja, tinham que trazer alguma coisa a mais, que eram os empregos na cadeia.

Isso é pensar o País, não tem nada a ver com esquerda e direita. Infelizmente, no Brasil, tudo vira isso: um debate de ideologia. O cara é de esquerda ou de direita? Não tem nada a ver com isso! Tem a coisa de ser esperto, de querer estar numa posição melhor para poder ganhar. Então, eu não entendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz isso como Governador, enfrentando. E tinha interesse do investimento chinês e conseguimos. Foi como a gente verticalizou a cadeia toda de energia eólica. Por quê? Porque Deus deu um presente aos baianos, e eu, como representante deles, tenho o melhor ou dos melhores ventos, sem concorrer com o Rio Grande do Norte, para a produção de energia eólica, porque é um vento – como a gente brinca na Bahia – maneiro. Ele é unidirecional e não é de rajadas. Então, o equipamento para gerar é um equipamento muito mais barato, porque não tem... Ora o vento está assim, ora o vento está assado, ele é praticamente unidirecional. Eu disse: tudo bem, vocês querem instalar? Eu quero o parque industrial aqui. E está lá um parque industrial montado! De torres, de... Óbvio que a tecnologia central veio de fora, mas eu estou incorporando.

Então, eu não consigo entender como uma... Não é o dono, eu estou dizendo... Somos dezenas de milhares de técnicos, de engenheiros. A gente faz algo que ninguém no mundo conseguiu fazer: descobre a joia da coroa, que é o nosso pré-sal... E como já foi dito aqui, as guerras... Não somos ingênuos. Depois do pré-sal resolveram refazer a Quarta Frota do Atlântico Sul norte-americana, porque "onde tem decisão estratégica eu quero estar presente".

Não é cabeça conspirativa; é a realidade, gente! Nós estamos fazendo, aqui no Brasil, Trump ao contrário, por incrível que pareça. Ele lá está fazendo o quê? A China está aqui, eu boto barreira nisso, boto barreira no aço, boto barreira naquilo. Eu quero o meu emprego aqui dentro. Nós estamos fazendo tudo ao contrário.

Eu conheço antidumping, porque como Governador da Bahia, era procurado pelos produtores de calçados para dizer: "O senhor tem que falar com o Governo Federal para fazer antidumping com calçado que chega aqui a meio dólar, a um dólar, que era subfaturado lá para poder entrar aqui". O que era o antidumping? Botar imposto.

Nós aqui estamos fazendo o seguinte: eu falo que a estratégia é o preço paridade internacional. Para quê? Para vender as refinarias. Nós estamos cuidando da vida dos outros! Não estamos cuidando da nossa vida. Quem tem interesse em vender gasolina exportada para cá são eles; eles que tragam um preço mais baixo ainda, que é o custo de lá mais o custo de transporte. Eu que estou preocupado com eles. Aí eu boto como o preço da Petrobras o preço de lá mais o transporte aqui. O.k., para o pessoal que é importador, beleza, eu tenho como competir. Mas, amigo, se você quer competir, você tem que oferecer preço mais baixo e não me obrigar a equiparar o preço mais em cima. Eu confesso que para mim é antidumping ao contrário. Eu digo que o preço aqui é internacional, mas quem produz gasolina está entregando. É uma coisa que nós estamos vivendo... As histórias só serão contadas depois de muito tempo.

Reparem, Jean Paul deu outro dia esse exemplo e eu quero repetir, não sei se ele já falou isso aqui. É como se a McDonald's... Pelo amor de Deus, todo mundo adora a economia de mercado, desde que não seja no meu quintal; todo mundo adora economia de mercado, mas se eu puder ter um monopólio privado, eu estou aqui. Isso todo mundo sabe, ninguém é menino, quem tem unha maior sobe na parede. É como se a McDonald's tivesse o monopólio de venda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de hambúrguer aqui em Brasília e ela dissesse: "Não, eu vou dar metade para o Big Burger para poder haver competição aqui". Na cabeça de quem entra isso? Só de uma empresa pública de alguém que não está pensando no País, na minha opinião.

Nós, quando compramos... Eu quero registrar aqui que eu fui Conselho de Administração da Petrobras. Quando foi comprada Pasadena, a decisão não tinha sido do Governo Lula, tinha sido uma direção correta do Governo Fernando Henrique Cardoso; não estava escolhida qual refinaria era. Qual era a previsão? Se eu tiver petróleo sobrante, eu prefiro levar para minha refinaria e faturar na cadeia produtiva, no refino lá, nos Estados Unidos. E procuraram uma refinaria. Se pagaram com roubo ou se não pagaram com roubo, eu não sei. Do ponto de vista estratégico do País e da Petrobras, estava corretíssimo. É o maior mercado consumidor, então, vamos procurar uma refinaria lá. Hoje, nós estamos fazendo o contrário: a gente tem refinaria aqui, não roda 100% e importa emprego, porque petróleo refinado significa emprego que vem na veia. Quem é que refinou? É holandês, é americano, é chinês, o que for, que está vindo com seus empregos aqui, no preço.

Então, não consigo entender. Nós estamos com 15 milhões de desempregados" Por isso que eu digo que é Trump ao contrário. Ele provavelmente está bem na população, porque o desemprego lá está em 3,3% ou 3,4%, tem uma economia que neste momento está aquecida. O que o povo quer? O povo quer prosperidade, o povo não vive de ideologia. De ideologia vivemos nós, que somos Senadores, políticos, a academia. O povo não vive disso, o povo vive de prosperidade. Nós fomos eleitos e reeleitos quatro vezes na Bahia porque a gente entregou prosperidade. Eu tive a glória de viver a menor taxa de desemprego da história da Bahia. A gente botou lá 150 mil casas populares e por aí vai... Então, eu não consigo entender.

Por exemplo, é estranho que quem oferte seis ou oito refinarias seja a Petrobras ao Cade e não uma exigência do Cade à Petrobras. O monopólio, Presidente, está aí, passou pelos governos militares, pelo Governo Collor, pelo Governo Itamar, pelo Governo Fernando Henrique, pelo Governo Lula, pelo Governo Dilma e agora que despertaram que têm que quebrar o monopólio que está escrito na Constituição?

Eu não quero nem saber, não quero falar só da questão da coisa, eu quero saber do ponto de vista econômico o que é que vai representar isso. Não sei, se já estamos trabalhando com o preço internacional, vai cair preço como? Nós vamos mudar a regra agora? Se não se tem estabilidade jurídica, quem é que vai investir aqui? Com essa confusão que está, menos investidores querem imobilizar seu patrimônio aqui. Tudo bem, para quem joga na bolsa está ótimo.

Reparem, quando eu fui do Conselho de Administração da Petrobras, a gente tinha consultorias superqualificadas inglesas que vinham de seis em seis meses para explicar projeção no mercado. Quando eu estava lá, estava 33, 34, um barril. Não havia quem projetasse, Presidente, acima de US$50. Nas melhores, foi a cento e não sei quanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Rio de Janeiro quebrou, pela doença do royalty. Mau uso do dinheiro, corrupção também, inchaço da máquina pública, e por aí vai. Por quê? Securitizaram a previdência toda, com o preço do petróleo onde? Cá em cima. Quando o preço do petróleo veio cá embaixo, como é que paga? Isso é conhecido no mundo inteiro, a doença holandesa... Isso é velho. Não é possível que a gente não aprendeu isso, que esse bicho sobe e desce. Eu mesmo não entendo: era 30, foi para cento e tanto, desceu a 20 e agora está 60. Então, o que que faz alguém que tem produção de petróleo? Distribui risco ao longo da cadeia: eu vou perder aqui, vou ganhar ali.

Então, eu queria dar esse depoimento.

Não tenho uma pergunta a fazer, mas, como nós somos Senadores, somos responsáveis... Porque, amanhã, o meu neto, o seu neto, as próximas gerações vão dizer: "Vocês estavam lá e não viram nada?"

E eu quero insistir aqui: por favor, não tragam ideologia para debater na Mesa. Eu não quero falar de ideologia. Eu estou falando de negócio! Quem fez a Petrobras, o Polo Petroquímico de Camaçari, chama-se governo militar. E sabe quem saiu para fora? A maioria foram os estrangeiros. Acabou que os brasileiros se compuseram e tiveram a maioria. Está lá um polo petroquímico extremamente competitivo, com muitas empresas nacionais. Por isso que eu estou falando que não é ideologia.

Eu estava na Mesa dos assessores do Presidente da República, do Presidente Lula, quando ele determinou que não queria mais – na minha opinião, equivocadamente –, para estimular as empresas petroquímicas no Brasil, que a Petrobras fosse detentora da petroquímica, que fosse majoritária. Que entrasse minoritariamente, para deixar a gestão privada funcionar. Foi o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contra a minha opinião, porque eu continuava acreditando que a gente deveria estar na cadeia inteira. Mas foi ele que decidiu isso. Por isso que a Petrobras entrou na Braskem, entrou em outros lugares, para alavancar a indústria nacional de petroquímica.

Então, eu sou obrigado a dar esse depoimento, porque não conheço tudo, longe de mim. Agora, eu queria insistir, Presidente: vamos falar de negócio. Vai baixar o preço do gás como, se eu tenho o monopólio natural? Porque, perdoe-me, eu sei que o companheiro é da ANP...

Então, reparem: se já estava difícil controlar preço, que é a função da agência... Porque, lá fora, o pessoal desce a madeira, quando o cidadão pisa fora da linha. Aqui a gente ainda não tem esta musculatura.

Foi votada agora uma lei das agências, para poder dar mais musculatura, porque tem que ter, quanto mais mercado, quanto mais economia de mercado, economia livre, mais agência com poder. Porque, senão, é óbvio: o cara vai querer maximizar seu lucro. Aí, eu pergunto: se já era difícil controlar numa empresa pública, como é que vai controlar na privada? O caboclo fecha a refinaria e vai embora. Não é assim que eles fazem? Na hora que parou de dar margem, fecha aqui e deixa aí, hibernada, e vamos para outro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou extremamente preocupado, porque eu acho que a gente achou o filé, que foi o pré-sal, achou um outro filé muito mais importante, na minha opinião, que foi antecessor ao pré-sal, que é a inteligência da Petrobras, desenvolvida por seus engenheiros, técnicos – não estou falando de diretor –, e talvez a gente esteja jogando isso fora e amanhã a gente vai chorar, como já foi dito aqui.

Chamavam a gente de República de bananas. Graças a Deus, não somos mais. Mas, do jeito que vai, exportando ferro, soja, carne... A carne ainda tem uma transformação; não é uma indústria, mas há um frigorífico. E vamos exportar só petróleo bruto? Não acho que seja o melhor negócio do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Como há algumas perguntas direcionadas, eu vou passar, primeiro, para as considerações finais e para responder também, ao representante do Cade.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO – De novo, eu agradeço a oportunidade de debater aqui na Mesa desta Comissão do Senado.

Várias questões foram colocadas em relação ao papel do Cade não só pelos debatedores, mas pelos Senadores que fizeram as suas perguntas.

O que eu posso dizer é que, primeiro, no Brasil, a gente tem uma dificuldade de entender como a economia funciona e como o capitalismo funciona. Nós temos várias tabelas de preço no Brasil. Eu posso comentar desde tabela de honorários médicos, honorários advocatícios... Sempre há o desconto padrão. O Ecad tem uma tabela de músicas. Enfim, há uma série de tabelas no Brasil. E, quando a gente fala de gasolina, a gente fala do art. 39, X, do Código de Defesa do Consumidor, que é aplicado de maneira indistinta por vários Procons ao longo do Brasil, que, na greve dos caminhoneiros, por exemplo, punia pessoas que precificavam em R$5 a gasolina.

Eu questiono vocês: não existe regulação de preço-teto de gasolina. Essa é uma regulação ex post que pode colocar um pai de família na cadeia, porque está desobedecendo a lei de economia popular. E a lei de economia popular não é aplicada a bancos. Como bem comentou a Senadora Zenaide, os bancos têm margem de lucro muito grande no Brasil. Você vê um banco podendo ofertar empréstimos e crédito rotativo do cartão de crédito a 1.000%. Eu vi um caso de uma senhora que emprestou R$400, cobrou R$500 e estava respondendo por um processo penal. Esse é o capitalismo que nós queremos no Brasil? Um capitalismo em que existe uma ingerência em relação a preços que é aplicada muito mais a pobres, muito mais a pessoas que não têm o porte de bancos? Mas, para grandes empresas, não se aplica esse mesmo tipo de legislação, esse mesmo tipo de regulação, em especial para a gasolina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha o que aconteceu no Cade... Eu posso dar a minha experiência, porque participei, em 2007, do gabinete do Conselheiro Ricardo, que fez um voto divergente da maioria do Conselho à época e que analisou o caso da denúncia de preço predatório que estava sendo feita em relação a Ipiranga e a Manguinhos. A Refinaria Ipiranga e a Refinaria Manguinhos, que trabalhavam nesse setor, apresentaram uma denúncia formal ao Cade de que os preços estavam abaixo dos custos. Eu vi os custos e posso dizer que estavam, sim, abaixo.

Quando a gente olha esses gráficos dizendo que o lucro é muito grande no refino ou que existe um grande... Sim, é verdade, mas o problema é o seguinte: estão colocando vários mercados de maneira homogênea, quando a gente deveria saber que o petróleo não é petróleo; existem vários tipos de petróleo, existem grades de petróleo.

A refinaria não é refinaria; existem vários tipos de refinaria por complexidade de refinaria. Você tem que comparar refinarias que têm o mesmo nível de complexidade e que craqueiam petróleo com o mesmo nível de densidade e de pureza. E, quando a gente junta tudo isso num grande mercado, acaba-se perdendo como que é a dinâmica desse tipo de estratégia comercial. Isso tudo para falar que, se a gente analisasse petróleo leve craqueado por uma empresa que teria um nível de complexidade semelhante àquelas empresas e que produzisse derivados leves, pelos cálculos que foram apresentados no caso, seria possível haver, sim, algum tipo de prejuízo.

E esse tipo de discussão iria ser... Quando foi apresentada... De novo, foi apresentada uma denúncia de preço predatório e, à época, o Cade entendeu que não havia indícios de que a Petrobras estaria tendo prejuízo. E isso eu falo em 2007, antes do escândalo da Lava Jato, que demonstrou que, de fato, a Petrobras teve prejuízos em alguns períodos. E, de novo, em 2007, esse era um período em que o preço nacional estava muito abaixo do preço de paridade de importação e que, de repente, ficou acima. Então, quando se fala sobre entrar e dizer qual é o preço que a empresa deve precificar, qual é a estratégia comercial que ela deve utilizar, eu acho que as pessoas olham a Petrobras como uma empresa passível de se adentrar nela e precificar os vários mercados.

Quando a gente fala do ponto de vista geográfico, você tem que entender que existe um mapa de calor, não existe um ponto no tempo e um único preço; existem vários preços. Então, é isso que as pessoas têm que entender. Esse é um processo extremamente complexo, um processo que é difícil do ponto de vista técnico. E a Petrobras apresentou um termo de compromisso de cessação que é previsto em lei. É comum o Cade assinar, o que é previsto no art. 85 da Lei 12.529, de 2011, do Cade. E o Cade assinou o acordo de que, ao mexer na estrutura do setor, esse tipo de denúncia e de conduta ficaria menos provável de acontecer.

Não há nada de irregular nesse tipo de conduta do Cade. Pelo contrário. Nós tínhamos feito, eu particularmente assinei um estudo específico, demonstrando que existe alta correlação entre concentração e preços de derivados, concentração de refino e preço de derivados. E isso foi feito não só nos Estados Unidos, mas toda a doutrina demonstra isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando se fala que existe grande ociosidade na indústria e grandes margens de lucro em refino, eventualmente essa ociosidade baixa quando você tem concorrência interna. O colega mencionou talvez com umas palavras que beiram à injúria, mas eu diria um pouco acaloradas, que eu não fui honesto do ponto de vista intelectual, ao comparar o que aconteceu com o Sherman Act. Eu não estou dizendo que aconteceu a mesma coisa, mas o fato de ser uma empresa pública ou uma empresa privada não retira todo esse debate que é extremamente complexo, de que eu acabei de falar, e que, de fato, acontece. E posso dar o meu depoimento pessoal sobre o que eu vi e o que eu calculei em relação ao que aconteceu no passado e o que poderia acontecer aqui.

De novo, não é o Cade que vai determinar qual é o preço. Às vezes, a gente pensa na Petrobras como espectadores de um time de futebol que ser o técnico e quer precificar em nome da empresa. Não cabe ao Cade precificar, o Cade não é agência. E de novo eu gostaria de louvar aqui o que a ANP fez não só por abrir a sua regulação, mas por entender que, em determinadas regulações, é melhor não interferir. Foi o que aconteceu.

De novo eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade de esclarecer esses pontos.

Eu acho que, de novo, não é a mesma comparação o que aconteceu nos Estados Unidos e o que aconteceu aqui no Brasil. Aqui no Brasil existiam particularidades, existiam justificativas para o acordo que foi firmado. Esse acordo tende a melhorar o ambiente concorrencial por quê? Enfim, a empresa já tinha até mesmo proposto um dos investimentos, e nós mostramos: "Olha é possível melhorar esse desenho de desinvestimento".

O colega mencionou que alguém da Bahia não vai sair para Minas Gerais para comprar gasolina. É óbvio. Quem vai falar, por exemplo, que as refinarias que estão no Rio Grande do Sul e no Paraná não competem? Mas existe uma zona cinzenta, talvez Santa Catarina, que se beneficia da concorrência entre ambos. Por isso essa análise ingênua e simplória de que não existe nenhum tipo de possibilidade de concorrência ou mesmo de benefício em relação a uma desconcentração do setor tende a mascarar quais são os reais debates que estão nesse mercado, nesse debate.

Enfim, peço desculpas pelo alongado da minha resposta, mas eu acho que, dado que foi mencionado várias vezes o Cade, precisava-se pelo menos desse esclarecimento a respeito de quais foram a justificativas do acordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Passo, também para suas considerações finais, ao Sr. Décio, da ANP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Agradeço mais uma vez a oportunidade de me manifestar e tentar fazer uma colocação, um esclarecimento que não caminhe para a questão ideológica e, sim, para a questão pragmática de condução de negócio.

Eu queria começar respondendo ao Senador Jean Paul Prates, que fez uma pergunta explícita: se a ANP teria encaminhado ao Cade uma provocação sobre a questão do domínio da Petrobras no mercado de refino se fosse uma empresa privada.

Eu diria que possivelmente não, porque não teria chegado àquele ponto, porque dificilmente uma empresa privada teria tido autorização do Cade para deter 98% da capacidade de refino no Brasil durante tanto tempo. Mas, se isso tivesse acontecido, era obrigação da ANP fazer o que ela fez em relação à Petrobras.

E lembro que isso foi feito em um momento, em um ambiente em que a Petrobras já havia anunciado a venda de refinarias em um formato que já foi mencionado pelo Cade aqui de clusters regionais, em que ela manteria um cluster no Sudeste, um monopólio regional no Sudeste, ela venderia um pedaço, 60% de um cluster regional no Sul com as refinarias em Canoas e em Araucária e manteria um cluster regional no Nordeste, em que venderia 60% das Refinarias de Abreu e Lima e de Landulpho Alves. Então, a Petrobras seria beneficiária de 100% do monopólio regional no Sudeste e seria beneficiária de 40% dos monopólios regionais no Sul e no Nordeste. Era obrigação da ANP alertar o Cade para esta situação, tendo em vista a possibilidade da criação de três monopólios regionais com a participação de uma empresa.

Então, queria deixar isso aqui bem claro. Acho que nós atuamos cumprindo o nosso dever.

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Se durante 20 anos isso não foi feito, não me corresponde aqui responder.

Peço licença aqui, Senador Izalci, para continuar.

Outro comentário do Senador Jean Paul Prates foi sobre a questão dos impostos. Ninguém aqui sugeriu redução de impostos federais ou estaduais; o que nós colocamos é a racionalização dos impostos. Quer dizer, a discussão da alíquota é uma discussão soberana nos governos, agora, a discussão sobre a racionalização da aplicação dos impostos, acho uma responsabilidade da sociedade, e nós, como agente regulador do setor, temos também a responsabilidade de colocar esse tema.

Também o Senador falou da questão da dependência das oscilações internacionais e criação de mecanismos de mitigação de variações de preço. Bom, essas são questões afetas à política, ficam no âmbito aí do Ministério de Minas e Energia, que tem atuado diligentemente para estabelecer políticas, contrariamente ao que a gente vinha vendo. Então é uma decisão que não compete à agência. Se há ou não há interesse político do Governo brasileiro de estabelecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mecanismos de mitigação de variações de preços internacionais é uma questão que é afeta ao Governo.

Em relação à periodicidade, sim, nós fizemos um estudo exaustivo sobre a questão de se é conveniente ou não haver periodicidade no repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis, e a avaliação técnica que nós fizemos indica que não, porque a periodicidade estabelece prazos e indica para os agentes os momentos de reajuste, e isso cria comportamentos inadequados.

Paulo Cesar falou aqui do faturamento da TAG. Eu quero dizer que essas transportadoras, sejam controlados pela Petrobras ou por qualquer outra empresa, são companhias reguladas, a tarifação é regulada, e a ANP aplica as resoluções vigentes para o cálculo das tarifas.

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Em relação ao Dary, eu quero dizer o seguinte: você falou muito sobre se o petróleo é estratégico. Eu sempre lembro uma frase da ex-Primeira-Ministra inglesa Margaret Thatcher, ela dizia o seguinte: todo mundo fala que o petróleo é estratégico; não existe nada mais estratégico que comida, mas ninguém propõe a estatização da produção de alimento. Então, acho que estratégico é extrair o recurso, estratégico é não fazer opção pela pobreza, deixando os nossos recursos eternamente para ser explorados. Nós precisamos ter urgência, ter senso de urgência no Brasil, explorar o pré-sal e os nossos recursos o mais rapidamente possível, enquanto eles ainda têm valor para ajudar a tirar brasileiros da miséria. Temos 50 milhões de brasileiros na faixa de pobreza, não podemos abrir mão desses recursos e temos de ter senso de urgência para tirar esses recursos.

Quero também dizer aqui que eu não compartilho com as palavras que foram colocadas aqui de ataques ao Ricardo, do Cade, ao Presidente da Petrobras, que foi chamado de mentiroso, e aos diretores da Petrobras, que foram acusados de corruptos. Quero deixar claro aqui que a gente não compactua com essas afirmações.

Em relação à questão da Arábia Saudita, sim, é verdade, a Arábia Saudita tem um poder muito grande no mercado de petróleo, mas hoje quem define mais preço é o mercado americano, mais que o saudita, porque a capacidade de reação de preço do shale é muito rápida. Movimentações de preço afetam a produção de petróleo nos Estados Unidos de uma forma muito rápida, é um ciclo muito rápido, e o mercado internacional mudou desde que o shale passou a ter a relevância que tem.

Quero também lembrar que a Petrobras é uma companhia de capital aberto. Mais de 50% do capital da Petrobras hoje está na mão de acionistas privados. A Petrobras tem um mandado – e foi colocado aqui pelo Tojal na apresentação dele – de maximizar o valor para o seu acionista. Se alguma ação que a Petrobras tomar afetar os interesses da Petrobras, ela tem que ser ressarcida por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Petrobras hoje não trabalha para defender os interesses da sociedade brasileira: a Petrobras trabalha para defender os interesses dos seus acionistas. Evidentemente que o acionista controlador é o Estado brasileiro, mas a Petrobras não é um agente do Estado que trabalhe em nome do Estado. A Petrobras é uma empresa de capital aberto que trabalha legitimamente – eu sou o primeiro a defender isso – para maximizar o valor para o seu acionista, e isso aumenta a responsabilização dos órgãos de Estado, aumenta a responsabilização da ANP e aumenta a responsabilização do Cade.

Se a Petrobras, que detinha o monopólio e atuava como agente estatal no passado, hoje deixa de investir em determinados ativos porque prefere colocar seus recursos no pré-sal, que tem maior rentabilidade, estamos de acordo. Agora, alguém tem que investir nesses segmentos em que a Petrobras deixou de colocar recursos. Aí estamos falando dos campos maduros do Nordeste, estamos falando dos campos maduros da Bacia de Campos, estamos falando das refinarias, estamos falando do mercado de gás. Se a Petrobras não tem recursos para construir refinarias e prefere usar os recursos que tem para explorar um campo no pré-sal, eu concordo. Agora, alguém tem que construir refinarias, e temos que criar as condições para que isso aconteça.

À Senadora Zenaide eu respondo aqui que preço justo nós vamos ter só com competição e transparência. Quer dizer, a sociedade, percebendo que há competição na formação de preços e conhecendo de forma transparente como esses preços são conformados, vai poder legitimar. Não acredito que haja outra forma.

Finalmente, em relação ao Senador Jaques Wagner, na mesma linha, a minha resposta é curta. Como é que nós podemos controlar preços? Os preços são livres no Brasil, por lei, desde 1º janeiro de 2002. A única forma de termos preços justos é com competição, de novo, e com transparência.

Muito obrigado pela oportunidade. É sempre um prazer estar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Flávio Santos Tojal.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Boa tarde de novo.

Agradeço ao Senador Izalci Lucas, aos colegas de Mesa e aos demais presentes pela atenção. Agradeço também pela oportunidade de poder participar deste debate, desta audiência pública, trazendo informações referentes à política de preços da companhia, o que, acreditamos, contribui com esta Casa na discussão de políticas públicas aplicadas no País, em especial no segmento de energia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Flávio, e já passo, também para suas considerações finais, para o Sérgio Araújo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO ARAUJO – Boa tarde.

Mais uma vez obrigado pela oportunidade de me posicionar.

Eu tenho dois pontos somente para comentar.

Um é em resposta à pergunta colocada pelo Senador Jean Paul, que quer saber qual é a visão da Abicom sobre o TCC assinado pela Petrobras e pelo Cade, como a Abicom está vendo isso.

Na nossa visão, o TCC não responde às questões que foram colocadas pela Abicom no Cade, de avaliação das práticas de preços predatórios e subsídios cruzados que a gente identificou e apresentou ao Cade. A simples aceitação da proposta da Petrobras de venda de parte do parque de refino, eu acho que ela... Assim, a direção da Petrobras passa a ter um aval do Cade também para avançar com um programa que já havia sido anunciado anteriormente, mas não responde efetivamente às colocações feitas pela Abicom.

Nesse sentido, a Abicom já protocolou, na última segunda-feira, um embargo pedindo que o Cade revisite esse TCC, avalie corretamente os pontos, e não arquive, como está previsto, manifestação da Abicom, como também o inquérito administrativo que foi impetrado pelo Presidente do Cade com base no estudo feito pelo grupo de trabalho composto por técnicos especialistas da ANP e Cade. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que eu queria reforçar a proposta que a Abicom fez de que seja realmente feita uma avaliação dessa possibilidade de uso das receitas excedentes de royalties, que são, como falou o Paulo Cesar, uma receita adicional de uma exportação de óleo que poderá ajudar a Petrobras na manutenção da sua política de preço sem exigir ou sem provocar intervenções do Executivo, como a gente verificou em abril passado, quando a presidência da Petrobras queria dar um reajuste, e a decisão dela, da Petrobras, teve de ser retornada com a visão política do Presidente da República de que teria impacto no consumidor, especificamente, nos caminhoneiros. Essa medida, na nossa visão, ajuda a Petrobras nesse sentido e ajuda também o consumidor, porque pode dar uma suavização, sem falar em subsídio, nos efeitos da volatilidade de preço das commodities.

Eram esses pontos.

Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dary Beck Filho, também para suas considerações finais.

O SR. DARY BECK FILHO – Quero agradecer, de novo, o convite. Estamos, lá na Federação, sempre à disposição para fazer esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria fazer alguns comentários. Primeiro peço desculpas. Acho que exagerei um pouquinho. É que a comparação... Tu concordaste comigo que a comparação é entre laranja e banana. São duas coisas bem diferentes. Mas tudo bem! Eu peço desculpas se exagerei.

Falando em comparações, de novo: petróleo e comida. No caso de comida, é o seguinte: eu faço um canteirinho no fundo do quintal da minha casa, planto tomate, e tenho tomate; mas não tenho petróleo. Tirando a época lá do Texas, fim do século XIX, quando os caras furavam o quintal e saía petróleo, hoje não é isso. Então, por favor, vamos falar sério. Eu gosto de falar sério. Não há como plantar soja para fazer biodiesel para substituir o diesel. Não existe isso, não vai acontecer isso. Nem álcool etanol para substituir a gasolina. E querosene de aviação. Não tem isso, não existe. Tecnicamente não vai acontecer.

Então, construir refinarias, eu topo. Quero que construam mais refinarias no Brasil, mas não vamos entregar de graça o mercado, como vocês estão propondo. É só isso! Tem como fazer. Tem como fazer. Se quiser, tem. Em vez de dar um trilhão para as produtoras de petróleo levarem nosso petróleo bruto embora, por que não fizeram um acordo com eles? É o seguinte: "Eu te dou incentivo fiscal se tu construíres uma refinaria aqui dentro. É isso! E não precisa ser grande, pode ser de 20 mil barris. Tu ganhas um incentivo, mas constróis uma refinaria". Pronto! Resolvido!

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – Então, é isso que tira o brasileiro da miséria. Não é cobrando gás de cozinha a R$80 que se vai tirar brasileiro da miséria, pelo contrário! Não é cobrando combustível caro, muito mais caro do que o preço do combustível do Golfo do México, que se vai tirar brasileiro da miséria, pelo contrário! É isso que está levando o brasileiro para a miséria e está fazendo as donas de casa se queimarem com álcool! Elas usam lenha! No País que já foi a quinta economia do mundo, o povo está usando lenha, porque as pessoas querem cobrar mais caro aqui dentro do que seria preciso.

Encerro e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

Passo imediatamente a palavra para o José da Fonseca. Ah, o José da Fonseca não veio!

Concedo a palavra a Paulo Cesar Ribeiro Lima.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Quero fazer um comentário aqui. Eu vou lembrar aqui os números. A receita da TAG é de R$4,9 bilhões. O custo do serviço prestado é de 1,09 para o monopólio natural regulado pela ANP. Eu não conheço nada parecido com isso. Nunca vi isto no mundo: regulação por custo. Eu chego a imaginar de onde vem um absurdo desses. Infelizmente, eu falo: "Mas será que esses contratos já não foram assinados, a criação da TAG, o desmembramento, a NTS, os contratos ship or pay? Já não estava ali no fundo a privatização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da TAG?". Agora, esses R$4,9 bilhões vão ter que ser mantidos, porque são US$8,6 bilhões pagos à Petrobras mais os encargos financeiros.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, numa regulação por custo, acabou qualquer possibilidade no Brasil de reduzir o custo do transporte de gás, de reduzir a tarifa no Norte e no Nordeste. Eu vi ontem aquela audiência sobre a TAG. É lamentável!

O shale realmente hoje é muito importante. Mas quando a Arábia Saudita entrou forte... E não é só a Arábia Saudita. Aqui temos dois players importantes, que é a Rússia e a Arábia Saudita. Se eles entram no acordo, eles acabam, inviabilizam o shale, porque, quanto ao shale, nós vamos falar em um custo de pelo menos US$50. Está certo? Então, se joga o petróleo abaixo de US$50, acaba a indústria de shale. Nos Estados Unidos, talvez, isso não interesse a ninguém. Aí se voltou com US$65, e o shale já está todo a vapor. Mas a Arábia Saudita, principalmente, e os países do Oriente Médio podem jogar o petróleo a US$40 e acabar com o shale. Agora o impacto no orçamento deles foi gigantesco. Então, é um problema extremamente complexo.

Discordo radicalmente quando o senhor sugere que o preço de paridade de importação é justo para um diesel que é fabricado com petróleo produzido no Brasil e refinado no Brasil. Não é justo. O preço de paridade de importação praticado pela Petrobras não é um preço justo. Agora, não quero tirar nenhum importador do mercado, porque, se precisamos de gasolina, nós vamos ter de resolver o problema. Como? É só reduzir o tributo da gasolina importada! Agora, isso é inteligente? Talvez, não o seja, mas, pelo menos provisoriamente, a gente tem de partir para isso. Agora, cobrar do povo brasileiro preço de diesel como se fosse importado não considero um preço justo mesmo!

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – O royalty tem um problema, por quê? Porque essa receita já está com a União e está, basicamente, com Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo – mais com Rio de Janeiro –, então é uma receita deles. Criar um fundo... Eu sou muito favorável a um fundo de estabilização no Brasil, agora, não vamos nos comparar com Chile e Peru, que não têm petróleo. Lá, realmente, a população tinha que compor um fundo de um bilhão. Lá há impacto no contribuinte. Aqui é uma coisa que vai ficar dentro do próprio setor. Aqui eu estou falando de um imposto de exportação que não existe, residual, só para criar um fundo para estabilizar preço, porque, quando chega a 120, a 100 e a 70, a Petrobras tem uma lucratividade altíssima exportando petróleo: ela gasta 40, exporta a 60; 35 talvez, com margem de lucro de 100% no óleo bruto. Imaginem quando chega lá a 100! Então, é tributar a exportação, porque aí é uma coisa nova; eu não vou tirar recurso nem da União nem do... Apesar de achar... Essa distribuição de royalties no Brasil é...

Com relação a um trilhão, só royalty dá um trilhão. Só royalty! Você pega lá 100 bilhões de barris no pré-sal, deduz de Imposto de Renda, 15%, dá 15 bilhões; multiplica por 60, dá 900

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhões; Imposto de Renda mais Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, 34%, já dá 300 bilhões; multiplica pelo câmbio, dá 1,1 ou 1,2 trilhão, só pela dedução do royalty. E o royalty empobrece todo mundo, porque a empresa paga o royalty, o Estado do Rio recebe, e as empresas deduzem no Imposto de Renda e tiram de onde? Do FPE e do FPM. Só royalty dá um trilhão. Agora, é muito mais que um trilhão. Então, o pré-sal hoje empobrece...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – ... o Distrito Federal, empobrece o Nordeste, empobrece o Centro-Oeste, empobrece o Norte. Agora, nem só royalties. Ainda vem essa IFRS, que joga navios, plataforma arrendada, joga como ativo; taxa de exaustão do ativo acelerada; entra também como depreciação... É uma lambança! Em 39 anos de petróleo, eu nunca vi uma lambança como a da Lei 13.586. Basta ler o art. 1º da Lei 13.586.

Então, eu encerro aqui.

Queria agradecer muito a oportunidade, agradecer novamente à Aepet a oportunidade de estar aqui em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobras; agradecer muito à Abcam, que me deu carta branca para falar aqui em seu nome. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Já passo a palavra também, para as suas considerações, ao Leonardo Gadotti.

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Muito obrigado, Senador Izalci. Mais uma vez, foi um prazer estar aqui com o senhor, com todos os demais membros da Mesa, com essa audiência, discutindo um tema tão importante, relevante.

Eu acho que todos alinhamos e concordamos que o País precisa urgentemente de investimentos, investimentos altíssimos em infraestrutura, para pelo menos dar suporte à demanda esperada. Investimento gera emprego, gera riqueza. E a única forma, como o Estado está falido, não investe mais – essa é a grande questão hoje, o grande problema –, a forma de atrair investimento, a primeira delas é segurança jurídica. A gente precisa de estabilidade nessas questões jurídicas. A gente precisa do PPI. Infelizmente, podem alguns não gostar disso, mas é a forma comum do trabalho. É assim que as economias modernas trabalham: você importa preço e, com isso, você atrai; você tem regra, você tem previsibilidade, por incrível que pareça, e atrai o investimento. A gasolina mais barata do mundo se vende na Venezuela. Olhem o que aconteceu com a PDVSA.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Então, é isso. Acho que é um exemplo também a não ser seguido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que essa discussão é muito mais técnica do que ideológica. E, nesse sentido, a Plural se coloca à disposição, Senador, para participar de mais fóruns como este, de trazer a sua contribuição, o seu suporte técnico e a experiência das suas empresas para poder contribuir com esse desafio, que eu acho que todos temos pela frente. No desafio, cabe a cada um de nós dar sua participação para poder, de alguma maneira, sair do outro lado.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Leonardo.

Já passo também para o último orador para fazer as suas considerações, Alexandre Manoel Angelo.

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – Em primeiro lugar, gostaria de, mais uma vez, agradecer, Senador, a V. Exa. por esta oportunidade.

Do que foi falado, eu acho que eu teria só o dever aqui, até por estar participando da agenda... Eu acho que a questão do refino já foi muito bem esclarecida, tanto pelo representante do Cade quanto pela ANP, pelo Diretor Presidente Décio Oddone.

Eu gostaria de acrescentar só um pouco em relação à questão do gás, porque ficou restrita aqui, como se o preço não tivesse possibilidade de cair por conta de ter se restringido a uma discussão do transporte, e mais precisamente, a questão de duas transportadoras. Queria dizer que a agenda que o Governo encaminhou e que aprovou no CNPE, na segunda-feira...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... muito mais do que a privatização na parte do transporte, no downstream, sabendo que isso é um monopólio natural, é do aperfeiçoamento da regulação. Repiso isso na parte da distribuição da liberação da capacidade, que hoje está de 30% a 40% ociosa. Mas a grande aposta para a queda no preço é a questão realmente de você promover essa competição na parte do alto-mar, em que você tem mais de 30 empresas produzindo, para que elas possam – e a empresa dominante hoje, a incumbente atua como monopsonista, basicamente a única compradora de preço nesse mercado – nessa competição, nesse acesso a esses dutos de escoamento e essas outras essential facilities na parte lá do alto-mar, no upstream, ter acesso; e aí, sim, você gera competição, você permite que hoje, com uma empresa que é monopsonista, você possa operar nesse mercado de competição.

O que está sendo feito também aqui, Senador, é uma coisa que me deixa muito tranquilo em participar dessa agenda, a gente tem lido e tem se esforçado bastante para, junto dos especialistas, entender: a gente está fazendo algo no mercado de gás com um atraso em torno de 30 anos. É o que a Inglaterra fez em 1985, a Espanha, a Alemanha. E os resultados – infelizmente, o Senador não está mais aqui –, ao contrário do que o Senador Jaques Wagner colocou – vamos falar de negócio, etc. –, é muito ao contrário do que ele falou: a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente mercados crescendo, com segurança jurídica principalmente, e vai precisar desta Casa, futuramente, certamente, para que essa quebra de monopólio que está se fazendo com uma empresa hoje possa ser estendida, para que a gente não possa também ter monopólios privados. Obviamente, o mercado dinamicamente – ele está correto nisso aí – vai se arranjar para também ter... Todo mundo quer o seu monopólio, isso é claro. Esta Casa tem que se movimentar rápido...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... para que a gente não saia de um monopólio público para um privado. Então, isso vai precisar ser feito. Mas o que o Governo está fazendo hoje, com muita tranquilidade: a gente está fazendo uma agenda, infelizmente com atraso de 30 anos no nosso País, o que faz com que o preço do gás nosso seja o terceiro entre os maiores do mundo, quando não há nenhuma justificativa, em termos econômicos e em termos das nossas riquezas naturais também, para precisarmos ter um preço tão caro, prejudicando a nossa indústria, prejudicando o nosso consumidor, dificultando a oportunidade de investimento, geração de emprego e renda.

Eu só queria esclarecer isso aqui, porque eu acho que ficou meio... Foram duas agendas que foram postas aqui, e eu acho que a gente limitar essa discussão do preço só à parte do transporte é pouco em relação à agenda que o Governo está encaminhando.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Eu queria fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Faça. É só para a gente fazer o encerramento. Um minuto.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – De fato, eu estou falando aqui do transporte, que deve representar cerca de 13%. A distribuição, em que vocês estão querendo atuar, de fato, é monopólio dos Estados, a distribuição do gás canalizado é monopólio dos Estados. Eu acho que tem realmente muitos problemas, eu acho que o Governo está certo de tentar convencer os Governadores, porque há muito problemas realmente, e se pode reduzir esse custo lá nos Estados.

Agora, o grande preço é a molécula, é o gás. Desde 1997, se pegarem todos os leilões do pré-sal, é tudo 30%, 40%. A Petrobras, em muitos, nem participa mais. Já acabou há muito tempo o monopólio na produção. É claro que há uma parte ainda em que, de fato, ela opera, mas hoje a Petrobras deve estar com 70% do mercado, mas, já em 2022, em 2024, já cai para 50%, 60% e vai cair muito. Então, isso já está resolvido. A produção já está resolvida. Já há competição. E a Petrobras...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – ... é simplesmente mais uma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que foi dito ontem... O gás barato é hoje no Brasil, hoje a Petrobras podia cobrar da fábrica de fertilizantes dela não 10 ou 12, ela podia cobrar 5 ou 6 hoje. Hoje! Agora, a gente também não pode criar muita ilusão com o pré-sal, porque há estudo aí da EPE, e é só pegar o custo de produção do gás no pré-sal, que está muito alto.

Aí entra a ANP de novo. Cabe à ANP: "Esse seu plano de desenvolvimento da produção, em que você está reinjetando todo esse gás, eu não vou aprovar esse plano". Aí vai haver gás! Agora, se a ANP não fizer isso... Hoje, a produção de gás no Brasil aumentou demais, mas olhem a reinjeção! Um terço é reinjetado. Então, o que a gente precisa no Brasil é regulação! Regulação. Hoje. O grande problema, a grande falha... O preço do gás está assim por causa de regulação. Então, não vamos criar aqui...

Agora, podem vir com essa coisa toda, com essa festa, novo mercado de gás, e amanhã a Petrobras pode baixar o gás. Não há transparência nenhuma no custo de gás! Por que a Petrobras cobra da fábrica de fertilizantes dela 12? Talvez seja para inviabilizar o negócio: "Olhem, essas fábricas de fertilizantes dão prejuízo, e eu vou privatizar, vou hibernar". É uma irresponsabilidade, se for isso mesmo – não estou afirmando que é isso. Agora, não há transparência no custo do gás, como eu apresento transparência no custo do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo Cesar.

Como foi citada a ANP, se a ANP quiser fazer alguma... Senão, a gente vai ficar o debate aqui o dia todo, mas...

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Só um minuto, Senador, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Primeiro, respondendo ao Paulo Cesar, eu concordo plenamente que precisa de regulação. É o que estamos fazendo: trabalhando para haver regulação, especialmente trabalhando para haver regulação interpolítica. O que a gente tem visto nos últimos tempos é uma ação integrada dos órgãos reguladores – ANP e Cade estão aqui – que encontrou agora o guarda-chuva da política através dessas resoluções do CNPE que eu acabei de mencionar na minha fala inicial. Então, não acredito que eu tenha vivido, nos meus mais de 30 anos na indústria, um momento em que houvesse tanta atuação no âmbito da formação da política quanto atuação dos órgãos reguladores. Pode melhorar? Pode melhorar, sim, deve melhorar, vai melhorar. Especificamente em relação à questão da transparência do preço do gás natural, concordo plenamente e digo que a ANP está a ponto de soltar uma resolução estabelecendo transparência na divulgação dos preços do gás natural no Brasil também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Senador Zequinha, nós estamos encerrando. V. Exa. Quer fazer alguma colocação?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Apenas dizer da satisfação de poder ver o debate.

Acho que o Brasil está encurralado entre duas coisas na questão energética. Uma, pagando uma das taxas mais altas no consumo de energia elétrica. E quem é que vive sem energia? Eu sou do Estado do Pará, um Estado que produz e que gasta apenas pequena parte dessa energia, manda embora, não pega nada de volta. É uma confusão. A gente precisa cuidar disso aqui, para ver se conserta um pouco disso, mas vivemos às voltas lá com a taxa lá em cima.

Dois: combustível. Para onde nós vamos com combustível tão alto, e quem é que vive sem gastar combustível, sem se locomover. A gente precisa encontrar saídas, saídas que o Governo precisa entender também, porque a gente discute um negócio desse – apesar de ter chegado uma turma do meu Estado que eu tive que atender ali –, e eu vi que há solução. Há solução. Precisa ter coragem, precisa ter determinação, precisa ter vontade de fazer isso acontecer.

Esse é um tema que não esgota tão fácil. Eu gostaria de pegar o seu contato, professor. Precisamos discutir umas coisas, se o senhor tiver condições de nos ajudar, para subsidiar alguns debates que faremos no futuro com relação a esses e outros aspectos.

No mais, quero dizer da alegria e gratidão de tê-los aqui na construção da abertura de conversas e debates que podem colaborar certamente para amanhã encontrarmos algumas saídas que aliviem a nossa população.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 20ª e 21ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos que compareceram a esta Comissão para esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Comunicados.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão. No dia 3 de julho, teremos audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2019, CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins.

Comunico que no mesmo dia 3 de julho realizaremos uma reunião deliberativa.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências, investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores, atendendo ao Requerimento nº 25, de 2019, CDR, de autoria do Senador Izalci Lucas, e ao Requerimento 26, de 2019, CDR, de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 15 minutos para fazer sua exposição e em seguida abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica.

A palavra dos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do site da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Comunico que dividiremos a apresentação em duas Mesas.

Já convido para compor a 1ª Mesa: Sérgio Araújo, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom).

Convido também Flávio Santos Tojal, Gerente Geral de Marketing da Petrobras.

Convido Décio Oddone, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Convido Ricardo Medeiros de Castro, Economista-Chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.

Convido Cláudio Akio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustível Derivados de Petróleo, representante do Ministério de Minas e Energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando, concedo imediatamente a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Sérgio Araújo, para fazer a sua exposição.

O SR. SÉRGIO ARAUJO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Senador Izalci Lucas pelo convite para a Abicom, para ter a oportunidade de estar aqui apresentando a visão da Abicom num assunto que é tão polêmico, atual e polêmico, que é a política de preço de combustíveis pela Petrobras e os impactos que essa política de preço causa na segurança para a atração de investimentos, seja em refino, seja em infraestrutura logística de que tanto precisamos.

Eu vou fazer uma breve apresentação. A Abicom já mandou para os Srs. Senadores e está no site um material mais detalhado.

Bom, a Abicom talvez seja a associação mais nova que exista nesse mercado de combustível. Ela foi fundada em julho de 2017. Atualmente, nós temos nove associados. Desses nove associados, é importante informar para os senhores que cinco deles têm origem na atividade de distribuição de combustíveis, quatro deles com sede lá no Norte e Nordeste do País e um com sede no Paraná. Então, lá em Recife, a gente tem a Êxito, tem a BCI, a Petro Energia e a TMP, que eram empresas que trabalhavam originalmente só com distribuição regional de combustíveis, e a Ciapetro, que atua no mercado do Paraná. Temos também a Sul Plata, que tem origem na operação logística do Grupo Cattalini, que tem o maior terminal de combustíveis líquidos instalados no País, lá no Porto de Paranaguá, e atua também no segmento de transporte rodoviário. E temos três trades que fazem parte também da nossa associação.

O objetivo da Abicom é de fato trabalhar de forma que seja promovida a concorrência trazendo benefício final para os consumidos. O que a gente busca no momento como desafios é uma precificação transparente alinhada ao mercado internacional, que possa promover uma maior competitividade para o setor e, como falei, construindo um ambiente propício e seguro para que os investimentos sejam realizados e com isso a gente elimine o susto e o risco de um eventual desabastecimento em futuro próximo, como estaremos colocando aqui ao longo desta minha breve apresentação.

Nesse sentido e muito alinhado com o que estamos fazendo aqui hoje, a Abicom está sempre disposta e tem participado de todos as iniciativas do Governo, participou de todas as reuniões do antigo programa Combustível Brasil e tem participado também de uma forma muito ativa no programa Abastece Brasil, que tem como objetivo realmente discutir e debater as ações necessárias para garantir o abastecimento nacional num ambiente competitivo e, como já falei, que propicie segurança para a realização de investimentos.

O fator motivador para a criação da Abicom, ou seja, para que as empresas distribuidoras e demais empresas entrassem nesse mercado de importação, foi o reposicionamento da Petrobras em 2016. Até aquela data, a Petrobras era exclusiva no abastecimento primário dos combustíveis líquidos e, em 2016, num reposicionamento, a Petrobras declarou em fatos relevantes que não seria mais responsável por 100% do abastecimento nacional. Chegou a indicar alguns polos que foram batizados de PFL, não do partido, mas de Pontos de Fornecimento Limitado, onde ela colocava que, considerando a otimização do uso de suas refinarias, ela poderia atender no limite até somente 50%, 60% da demanda habitual.

Além disso e nesse mesmo instante, a Petrobras também teve liberdade para ter a sua própria política de preço e resolveu, então, alinhar os seus preços ao mercado internacional. Naquele momento, ela colocou um preço acima da paridade, o que contribuiu também para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

motivar a entrada de novos agentes nesse mercado. Então, basicamente, esses dois pontos foram os que motivaram as distribuidoras de um modo geral, e não só as associadas da Abicom, a abrirem as suas empresas de acordo com as portarias, as resoluções da ANP.

Atendendo as resoluções da ANP, as distribuidoras abriram as suas empresas importadoras, realizaram investimentos expressivos em infraestrutura, em desenvolvimento e treinamento de pessoal, para garantir que elas teriam produto para atender aos seus contratos com a revenda e com os seus clientes de um modo geral. Esse reposicionamento da Petrobras foi visto como realmente um movimento bem interessante e que propunha a transferência de benefício para a sociedade estimulando a competitividade, dando transparência na política de preço, estimulando a eficiência; enfim, caminhando para o estabelecimento de um mercado aberto. E o que nós verificamos após esse reposicionamento da Petrobras foi a diversificação na oferta de fornecedores; não só a Petrobras está responsável e está habilitada para a venda de combustíveis líquidos para as distribuidoras.

Aqui eu trago o exemplo de um gráfico mostrando o movimento dos volumes do óleo diesel tipo S10, que é o de baixo teor de enxofre. A partir do reposicionamento de preço da Petrobras, a gente vê, na linha azul, que o volume vendido pela Petrobras foi gradualmente sendo reduzido e o volume das empresas independentes passou a aumentar a partir desse reposicionamento, até que, em dezembro de 2017, a Petrobras, verificando um aumento muito expressivo nos volumes principalmente de óleo diesel importado, mudou mais uma vez sua política. Ela já tinha mudado em julho a sua política, passando a fazer reajustes diários e pontuais, mas fez uma redução bastante importante no preço do diesel, em 1º de dezembro de 2017, reduzindo o preço em 5,8%, o que tornou inviável a importação de diesel por agentes independentes.

A partir dessa data, a gente pode observar a linha cinza, que representa o somatório do volume das empresas associadas da Abicom; e a laranja representa o total das importações por agentes independentes, que foi reduzido substancialmente, e depois essa redução foi mais acentuada com a decretação do programa de subvenção, em maio de 2018, causado pela paralisação dos caminhoneiros, o que é de conhecimento de todos. Então, a partir desse momento, as operações de importação por parte dos agentes privados se tornaram, em grande parte do tempo, inviáveis. Em alguns momentos foram viabilizadas, mas isso está refletido no volume efetivamente importado pelos agentes independentes. Só um número: em 2017, as associadas da Abicom contribuíram no abastecimento nacional com algo em torno de 11% a 12% do volume de diesel vendido naquele ano. Hoje, a gente não chega a 2% do volume vendido de diesel pelas associadas.

Esse gráfico é para introduzir o assunto final nosso, que é uma proposta que eu vou apresentar ao longo dos eslaides, mas mostrando aí uma forte correlação da demanda dos combustíveis líquidos com a variação do PIB. A gente verifica aí que de 2004 até 2013, 2014, nós tivemos um aumento na demanda da ordem de 90%, realmente num período curto e uma evolução de demanda bastante acentuada. Isso, eu diria, para os dois principais derivados de petróleo, tanto gasolina quanto diesel. E, se vocês observarem, isso tem uma relação realmente muito grande com o PIB.

Eu estou mostrando esse gráfico, mostrando a correlação, para depois apresentar esse outro que é resultado de um estudo feito pela EPE. Existem outros estudos que fazem também projeção de demanda e avaliação de como vai ficar a garantia do abastecimento nacional. Mas esse gráfico mostra que hoje já existe um gap entre a oferta de derivados de petróleo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente diesel e gasolina, e que esse gap tende a crescer com o crescimento, como falei, do PIB.

Eu não me lembro exatamente quanto é que foi considerado nesse estudo da EPE, mas acho que é algo em torno de 1,8%, 2% de crescimento, o que não deve acontecer neste ano; mas todos nós que estamos aqui esperamos que a partir de 2020, de fato a gente tenha um crescimento. E tendo esse crescimento, mesmo que a gente decida hoje, seja investidor privado, seja a própria Petrobras, decida investir na ampliação da capacidade de refino, mesmo considerando o incentivo que o programa RenovaBio tem dado para que os biocombustíveis tenham uma maior participação na matriz energética brasileira – isso tudo está sendo considerado nesse estudo –, a gente aponta para um déficit em 2027, que é mais ou menos quando uma nova refinaria poderia estar disponibilizando aí gasolina e diesel para o nosso mercado, aponta aí para um déficit da ordem de 1,1, 1,2 bilhões de litros por mês, no ano de 2027.

Faz-se necessário de fato, para garantir e suportar qualquer crescimento deste Pais, realizar investimentos, seja em refino, seja em infraestrutura logística. Como o refino – como coloquei, há um projeto para uma nova refinaria – tem uma maturação, é muito demorado, e nós estamos falando de seis a oito anos... Aqui com certeza há especialistas que dominam muito mais esse assunto. Mas a gente pode colocar que com relação a uma decisão de investimento em refino, a gente não tem uma resposta imediata na oferta de derivado. Fica claro que precisam ser feitos investimentos imediatos em infraestrutura.

Só mostrar para vocês que a importação não é uma novidade. A importação, pelo menos até 2010... Se vocês lembrarem da curva do terceiro ou quarto eslaide, onde a gente viu esse crescimento de 2003 a 2014, no consumo de derivados, a partir de 2010, a gente vê volume expressivo de importação de diesel e um volume razoável de importação de gasolina. A importação de gasolina... Qualquer previsão para importação do volume de gasolina é prejudicada na assertividade da previsão em função da participação do etanol hidratado que, dependendo da condição de preço, ocupa um espaço maior ou menor para os veículos do ciclo Otto. Mas o fato é que desde 2010 a gente enxerga – esses são dados da própria ANP –, volumes interessantes importados.

A diferença é que, até 2015, 100% desse volume era importado e comercializado pela Petrobras, e a partir de 2016, nós temos um volume com a participação de agentes privados também.

Agora, nesse gráfico aí, já aparece o primeiro trimestre ou quadrimestre de 2019, mostrando que, no diesel...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... nós temos uma dependência da ordem de 25% da demanda e, na gasolina, em torno de 15%.

Deixe-me acelerar aqui. O novo Governo, o novo Ministro de Minas e Energia estabeleceu três prioridades para sua gestão: uma delas é o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, que é louvável e é necessária realmente. É um assunto com o qual a gente convive há muito. Quem, como eu, está nesse mercado há mais de 30 anos sabe que essa é uma luta constante, na qual a gente precisa avançar, mas cujos objetivos, sem o apoio de fato do Governo e desta Casa aqui, do Senado, como também da Câmara, a gente terá maior dificuldade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atingir; outra prioridade é a avaliação de alternativas para a equalização do preço do GLP, que está sendo tratada e não é objeto desta nossa reunião; e a atração de investimento para a criação de competição no refino e logística, também um dos três pilares nas prioridades do Ministério de Minas e Energia.

E na nossa visão isso só vai se concretizar se a gente conseguir implantar um ambiente que tenha previsibilidade, que dê segurança jurídica para os investimentos acontecerem e que tenha também a isonomia entre os agentes que atuam nesse mercado. Isso é fundamental para que seja recuperada a credibilidade dos investidores que, de fato, têm essa disposição de investir. Lembrando que, dos nossos associados, alguns acreditaram nessa abertura, realizaram investimento e estão hoje com investimentos totalmente ociosos. Vou dar um exemplo aqui: eu tenho um associado que tem um terminal em Itacoatiara, e ele não consegue movimentar nada. Em 2019, muito pouco produto entrou naquele terminal, um investimento de R$80 milhões, com alta tecnologia, e está lá parado, totalmente ocioso.

Aqui é para colocar, reforçar o ponto...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... que eu já falei da necessidade de investimento. Quando a gente fala em investimento em infraestrutura, fala em infraestrutura portuária, em armazenagem, refino e logística. Há diversos estudos já realizados pela EPE, pela Plural, que está aqui representada – eu estou vendo o Leonardo Gadotti no Plenário –, pelo IBP, alguns dos quais eu vi, que falam de R$10 bilhões até R$30 bilhões nos próximos dez anos. Na nossa visão, esses investimentos só acontecem se nós tivermos realmente transparência, segurança e tudo aquilo que coloquei no eslaide anterior.

O caminho possível. Nessa questão que é objeto da discussão desta audiência de hoje, a política de preço, a gente entende – uma vez que nós estamos falando de commodity negociada no mercado futuro, como funciona no mercado internacional – que a volatilidade é alta e os reajustes são diários. No entanto, a gente entende também que a gente vive num País cujo Governo tem uma necessidade de dar previsibilidade também para o consumidor, em específico aos caminhoneiros, que são aqueles que têm uma maior sensibilidade à variação de preço, com uma frequência muito elevada, como foi muito discutido em maio do ano passado e em abril deste ano, quando voltamos a discutir essa questão da sustentabilidade da atividade dos caminhoneiros. A gente entende isso.

E, com essa visão, a Abicom preparou uma proposta – e tem discutido isso já há muito tempo, desde maio de 2018...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO ARAUJO – ... e já apresentamos esse material no Abastece Brasil e tivemos a oportunidade de conversar com alguns Ministérios também.

A ideia é muito simples, é basicamente o seguinte: a Petrobras e os agentes importadores precisam aumentar o preço, quando aumenta o preço do petróleo e quando aumenta a taxa de câmbio. E, quando isso acontece, a receita do Governo com os royalties aumenta proporcionalmente. A ideia é que se faça um estudo – e eu não tenho aqui a pretensão de apresentar um produto acabado – e que se proponha um debate, uma discussão, um estudo para avaliar a necessidade, se é factível o uso desse excedente de receita do Governo num

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto do qual quase 50% é imposto e se a gente poderia utilizar parte – não o todo, mas parte – desse recurso excedente ao Orçamento da União para dar ao consumidor final, em especial aos caminhoneiros, uma suavização na volatilidade do preço.

Então, era isso o que eu tinha para apresentar. Essa é a proposta para debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sérgio Araujo e passo imediatamente a palavra ao Flávio Santos Tojal, também para sua exposição.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Izalci Lucas, Senador Jean Paul Prates! Agradeço a oportunidade de a Petrobras mais uma vez estar presente a esta Casa, tentando trazer mais subsídios ao debate da questão da política de energia de combustíveis.

Dando início, nesse primeiro eslaide a gente tenta contextualizar um pouco a cadeia de comercialização de combustíveis, quer dizer, a Petrobras não é o único agente que está colocado na cadeia. Hoje, como o Sérgio apresentou anteriormente, a gente tem importação, refino, centrais petroquímicas, formuladores, importadores, além de fornecedores de combustíveis renováveis: no caso da gasolina, existe a adição de etanol anidro na proporção de 27%; no caso do diesel, a adição de 10% no produto que é vendido pela Petrobras. Então, a formação – que eu acredito que seja uma das preocupações deste debate –, o preço final, o preço ao consumidor final sofre algumas agregações além daquele preço que é cobrado pela Petrobras na porta da refinaria.

Tentando quebrar um pouco a estrutura desse preço, no caso do diesel, a Petrobras fica com 53%, de acordo com dados da ANP e da USP, no período de coleta de dados de 9 a 15 deste mês de junho, consideradas as principais capitais do País, as capitais que são utilizadas para apuração do IPCA. Então, considerando essa conta hoje, para esse período, do preço médio que é visto na bomba dessas capitais, 53% cabem à Petrobras, ou seja, a Petrobras hoje está comercializando o diesel a R$2,06, R$2,07.

O preço que é percebido na bomba hoje está em torno de R$3,63, segundo monitoramento da Agência Nacional de Petróleo.

No caso da gasolina, ficam com a Petrobras 29% apenas do preço total que é percebido na bomba. Hoje, de acordo com acompanhamento e monitoramento da ANP, o preço médio está em torno de R$4,48, então, cabe à Petrobras R$1,76.

Para se ter uma ideia – está cortando ali o canto do eslaide –, se nós abastecermos hoje um carro colocando R$200 de gasolina, abastecendo com R$200, a Petrobras está recebendo R$58 desse montante; de tributos aí somam R$90, quer dizer, é uma parcela importante a ser discutida também. Ou seja, além da própria gasolina A, que é a comercializada pela Petrobras, existe uma parcela importante de tributos, uma parcela importante de etanol, que é colocada, e uma parcela que cabe ao segmento de distribuição e revenda.

Em termos de histórico, o mercado permaneceu fechado até o ano de 1996, os preços eram definidos pelo Governo com base em custo de produção, e gradativamente houve uma desregulamentação dessa política. Em 1997, com a Lei 9.478, os preços passaram a ser vinculados ao mercado internacional e houve uma liberação gradativa dos preços dos produtores. A partir de 1998, a Petrobras passou a fazer reajustes mensais com base nas variações das cotações de derivados de petróleo e variação cambial. E, a partir de 1999, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

liberação de preço gradativa seguiu até 2002, quando os preços estavam completamente liberados, e a gente passou a viver no País uma situação de mercado aberto e competitivo.

Em termos de mercado aberto, é um ambiente de livre competição; ocorrem importações por terceiros – foi criada a Transpetro, separando-se aí os ativos logísticos da Petrobras, de maneira também a prestar serviço e suporte a outros agentes –; os preços passam a ser definidos livremente pelos agentes do setor, sendo necessário observar a legislação de defesa da concorrência. E mais recentemente, com a Lei das Estatais, Lei 13.303, buscou-se conciliar o interesse público com a organização societária das empresas de economia mista. E aí chamo a atenção para o art. 8º, §2º, em que quaisquer obrigações e responsabilidades que sejam assumidas por uma empresa de economia mista, que é o caso da Petrobras, em condições diferentes às de qualquer agente do setor privado, deverão ter previsão legal.

Em seguida, tentarei contextualizar um pouquinho a situação de petróleo e commodities em relação a outros produtos. O petróleo e derivados, diesel, gasolina, por aí afora, são commodities, que, por definição, são produtos com pouca ou nenhuma diferenciação – gasolina aqui, gasolina em outro país, em outro lugar é o mesmo produto –, são produzidos em larga escala e negociados internacionalmente. Exemplo disso, além do próprio petróleo e dos derivados: metais – ferro, cobre... –; produtos agrícolas – café, algodão, soja... Existe uma diversidade grande de produtos que a gente classifica e trata como commodities, que seguem uma lógica de mercado e precificação internacional.

Em termos de formação de preços, entrando um pouco mais fundo no foco da discussão, como é que são precificadas, então, essas commodities? A partir do custo de oportunidade, ou seja, do valor do produto no mercado internacional, mais as demais parcelas para colocá-lo em determinado ponto de venda e a avaliação de como funciona a concorrência, de como seus concorrentes estão formando os seus próprios preços, que é o que a gente chama de Preço de Paridade de Importação, vulgarmente PPI, no jargão do setor. Ou seja, é uma referência – o PPI não é um preço – que serve de base de cálculo para que cada agente chegue a um número diferente. É a referência estabelecida por cada concorrente no mercado para tentar avaliar qual é a estratégia comercial dos demais agentes e formar o seu próprio preço. Repetindo um pouco, é o valor da commodity no mercado internacional, numa condição de mercado aberto, e da percepção de como os competidores estão se comportando.

Um exemplo possível seria considerar um centro importante de suprimento, que é o Golfo americano. Seria a cotação, o preço FOB lá no próprio Golfo, os custos para trazer esse produto até o País, o preço de frete e outras despesas, como o seguro, que está associado a isso aí, inspeção da carga, desembaraço, sobre-estadia, atrasos de navio na hora de descarga, perdas que ocorrem no processo, internalização no País e fretes rodoviários até cada ponto de venda. Tentando detalhar um pouco mais, cada ponto de venda teria a sua própria referência, o seu próprio preço de paridade. Exemplo: eu teria um preço em Santos; um preço em São Paulo; um preço em Brasília, e assim por diante, considerando os custos que participam e concorrem para a formação dessa referência, que nós estamos chamando aqui de Preço de Paridade de Importação.

Em termos de política de preço da Petrobras, como o Sérgio mencionou, a política que está vigendo hoje foi estruturada em outubro de 2016; tem como base, como fundamento o Preço de Paridade de Importação, acrescido de alguma margem competitiva para cobrir possíveis riscos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdas e tentar posicionar a Petrobras em relação aos seus concorrentes; e os seus reajustes atualmente não têm frequência pré-definida.

Esse gráfico tenta mostrar, em relação ao preço do diesel, como foi a evolução das cotações e do preço Petrobras com e sem tributos federais. A linha amarela equivale ao Preço de Paridade, colocando já a cotação do mercado internacional, do transporte e a internalização do produto; e a linha verde equivale ao preço da Petrobras, que, de outubro de 2016 até junho de 2017, seguia a prática de reajustes mensais. Então, a linha amarela é a nossa avaliação de Preço de Paridade de Importação.

Como a Abicom mesmo colocou aqui, o Sérgio, houve, naquele período mais para próximo de junho de 2017, um acirramento na competição. O reajuste mensal não estava mais dando conta e a Petrobras teve perda de share importante naquele período, a gente chegou a perder, no caso do Diesel, em torno de 30% de share, e mudamos para reajustes sem periodicidade definida, buscando modular e melhor participar do processo concorrencial.

É importante observar ali também naquele período, entre junho e agosto, uma elevação – a linha vermelha é o preço da Petrobras com tributos, não é ainda o preço percebido na bomba, mas só o preço da Petrobras com tributos –, o impacto que, na época, houve com o alinhamento do PIS/Cofins tanto no Diesel quanto na gasolina. A gasolina, inclusive, passou um pouco daquele percentual; mas o impacto que isso trouxe foi o distanciamento que o preço com tributos verificou em relação ao preço de realização, o preço cobrado, praticado pela Petrobras.

A gente vai, então, durante todo o período de 2017, o restante de 2017 e 2018... Eu chamo atenção, de novo, ali para o período de abril de 2018 e junho de 2018, em que há um salto expressivo. Ali foi que se construiu uma conjuntura totalmente adversa. A gente teve uma elevação muito grande das cotações de derivados e preços do petróleo no mercado internacional e também tivemos uma elevação muito grande da taxa cambial; a gente vê pela inclinação da curva.

Da mesma maneira, se a gente pegar, se conseguirem focar tanto na linha verde quanto na linha amarela, no período entre fevereiro, março e abril de 2018, o valor, o preço do diesel em março de 2018 é praticamente o mesmo preço que a Petrobras estava adotando no início da sua política, em outubro de 2016, ou seja, passado ali um ano e meio, a gente teve praticamente o mesmo preço. É natural do mercado de commodities essa variação, essa flutuação, essa volatilidade de preços que a gente observou nesse período.

O que é difícil tratar são esses períodos como a gente teve de pré-greve dos caminhoneiros, em março, abril e maio de 2018, no qual tivemos uma elevação, eu diria, não é nem uma volatilidade, poderia talvez ser melhor traduzida como um choque que a gente teve nas cotações internacionais com elevação de mais de vinte 20%, 30%, conjugando cotação de derivados e câmbio.

No eslaide seguinte, o mesmo traçado, mostrando a gasolina. De novo, eu chamo ali a atenção. Em junho de 2017, tivemos uma elevação grande em termos de PIS/Cofins, o que também distanciou bastante o preço com tributos do preço cobrado em porta de refinaria. E a política de preço é praticamente a mesma que a gente adota em relação aos dois produtos.

Por último, fechando, quer dizer, reflexões finais da apresentação. O preço de realização da Petrobras, que é esse preço que a gente cobra na porta da refinaria de gasolina, corresponde a 53% e 29% do preço final...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – ... respectivamente, considerados diesel e gasolina, ou seja, é uma parte, eu diria, especialmente no caso da gasolina, que não consegue sozinha responder pelos impactos que são percebidos na bomba pelo consumidor final.

Ou seja, existem outras parcelas – e elas não são tão constantes, eu utilizei os eslaides anteriores no caso do PIS/Cofins –, mas outras parcelas também variam. O próprio preço do etanol e do biodiesel também variam no mercado, ou seja, outras parcelas concorrem, parcelas importantes, para a formação desse preço. Portanto, no debate de alternativas de uma política energética que consiga de alguma maneira mitigar impactos para o consumidor final, essas parcelas merecem, sim, ser observadas.

A gente ressalta, mais uma vez, que a Petrobras não determina preço de distribuição e revenda, os preços que são percebidos na bomba pela sociedade, pelos consumidores finais. E, por último, a Petrobras respeita a livre concorrência e tem como principal eixo de sua política o acompanhamento das cotações internacionais e da taxa de câmbio.

Senador, mais uma vez, muito obrigado e desculpe-me por ter passado um pouco do tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Flávio e já passo, imediatamente, ao Décio Oddone, também para fazer as suas considerações.

Registrando aqui a presença da nossa Senadora Zenaide e do nosso Senador Jean Paul, especialista na Petrobras.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE (Para exposição de convidado.) – Um bom dia a todos, Senador Izalci, Senador Jean Paul, Senadora Zenaide, é um prazer estar aqui para debater esse assunto tão importante.

As apresentações que foram feitas até agora foram ilustrativas, há uma série de gráficos, não vou ser repetitivo, vou apenas tratar de ressaltar alguns temas.

Quando nós falamos de preço de combustível, nós precisamos olhar três fatores que compõem o preço do combustível na bomba e a gente tem falado muito no preço da Petrobras, no preço do combustível em si, da gasolina, do diesel e do gás de cozinha, mas o preço final na bomba é composto: do preço do combustível, que é uma commodity, como o Tojal já falou; das margens de distribuição e revenda; e dos impostos.

Se a gente não olhar essa cadeia de forma integrada, a gente não vai conseguir entender claramente como é que os preços são formados e como é que os preços variam até chegar ao consumidor, e eu quero dizer que isso está sendo feito.

A ANP vem conversando com o Cade – há um representante do Cade aqui na Mesa – desde antes da greve dos caminhoneiros sobre a questão da posição da Petrobras no refino, o que foi agora objeto de um acordo entre o Cade e a Petrobras, para investimentos em refinarias. O Cade também soltou uma série de medidas, nove medidas, para melhorar o setor de abastecimento no Brasil, logo em seguida à greve dos caminhoneiros. E o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), recentemente e pela primeira vez, desde que o monopólio da Petrobras foi extinto formalmente em 1997, aprovou uma série de resoluções que olham para este assunto de forma estruturada. Se não me engano, em 9 de maio, aprovou uma resolução que trata dos formatos de investimentos em refinarias; no dia 12 de junho, aprovou uma resolução que trata sobre o setor de distribuição e também dos impostos, recomendações para o Ministério da Economia e para o Confaz relacionadas com impostos; e, esta semana agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma sobre gás natural, que complementa, digamos, esse conjunto de medidas que busca dar maior competição e transparência ao mercado de combustíveis.

Então, olhando de forma segmentada, como a gente deve olhar a formação de combustíveis, eu quero começar falando de preço da gasolina, do diesel e do GLP, da commodity.

Então, quando nós olhamos os preços dos combustíveis no Brasil, já foi mostrado aqui, os preços foram liberados em 1º de janeiro de 2002. Quando nós percebemos a variação desses preços ao longo desses quase 20 anos, a conclusão que nós chegamos é que a maior parte do tempo esses preços estiveram desconectados com os preços do mercado internacional.

A gente lembra facilmente, porque está recente, o período de 2011/2014, em que os preços aqui da gasolina e diesel estiveram muito abaixo do mercado nacional e a Petrobras sofreu as consequências que sofreu e a indústria de etanol também sofreu as consequências que sofreu. O que a gente não recorda com facilidade é que no período anterior e no período posterior os preços aqui também estiveram desconectados com o mercado internacional.

Quando nós olhamos o período 2008/2010, 2014/2017, o gráfico ali – que foi mostrado – parcialmente mostra isso, estou com ele ali na tela do Senador para colar, mostra que os preços estão muito acima do mercado internacional. Justamente nas duas recessões que nós tivemos no Brasil, entre 2008/2010 e 2014/2017, nós convivemos aqui com preços de gasolina e diesel muito acima do mercado internacional, quer dizer, aprofundando o processo de esfriamento da economia, afetando inflação, afetando taxa de juros, deixando...

O Manoel, do Ministério da Economia, está aqui olhando, sinalizando positivamente.

Então, a gente não teve essa sequência de preços alinhados ao mercado internacional, o que é necessário para um país como o Brasil. Por que que é necessário? Apesar de nós sermos produtores de petróleo, somos exportadores de petróleo; por não termos capacidade de refino suficiente no Brasil nós somos obrigados a importar. Ora, ao importar produtos, nós temos que ser capazes de comprar esses produtos lá fora, trazer para cá e vender ao consumidor. Foi mostrado aqui, em uns eslaides na apresentação da Petrobras, isso. Então, alguém tem que comprar o derivado que falta no Brasil para vender no nosso mercado. Isso determina que os preços têm que seguir a paridade de importação.

O ideal para nós é que nós estivéssemos em uma situação em que houvesse excedente de petróleo, como há e vai haver em maior quantidade no Brasil, que houvesse também excedente de capacidade de refino, que nós pudéssemos industrializar este petróleo aqui e exportar derivados e não o petróleo bruto, mas, para isso, nós precisamos de refinarias, novas refinarias ou ampliações das refinarias; para isso, nós precisamos de investimentos e, para termos investimentos, nós temos que ter preços alinhados ao mercado internacional, senão ninguém vai investir em refinaria, nem a Petrobras nem nenhum outro agente privado.

Então, a racionalidade para o preço de paridade internacional está dada por isso. É um fato da vida, é uma commodity, é inexorável. Nenhum país é formador de preços de combustíveis, todos somos tomadores de preços de combustíveis e os que tentaram criar mecanismos para controlar preço não funcionaram, não tiveram sucesso.

O que aconteceu no Brasil mais recentemente? Usando os próprios gráficos da Petrobras. A Petrobras estabeleceu uma política de preços nova em outubro de 2016, que foram preços alinhados ao mercado internacional com uma margem. Mudou essa política, se não me engano, Tojal pode me ajudar aqui, em 1º de julho de 2017, quando passou a aplicar reajustes diários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi mencionado aqui que perdeu participação de mercado, especialmente no mercado de diesel, e passou a reajustes diários, acho, em outubro de 2017, se não me engano, julho ou outubro, não estou seguro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Julho.

Não adiantou. A Petrobras só recuperou a marca Share quando ela baixou os preços em dezembro de 2017, não foi mencionado aqui, mas eu lembro.

Então, houve uma redução efetiva de preço, e aqueles preços que estavam muito acima do mercado internacional, que favoreciam a importação por terceiros e pela Petrobras, se aproximaram mais dos preços internacionais. Aí, evidentemente, a janela de oportunidade – o incentivo à importação – diminuiu. Por isso é que nós vimos a redução das importações. Isso é ruim para o setor importador, reconheço, mas ressalto que é excelente para a sociedade brasileira e para o consumidor brasileiro, e essa é uma preocupação que o agente regulador tem que ter.

Então, a partir daí, nós tivemos o episódio da greve dos caminhoneiros, a questão da subvenção no diesel, e a ANP fez uma consulta pública sobre a questão da periodicidade nos preços de combustíveis (se a gente deveria ou não deveria estabelecer regras de periodicidade mínima para repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis). Por que nós fizemos isso? Fizemos porque a sociedade está clamando por estabilidade nos preços. Essa consulta foi feita, houve uma série de estudos, o Ministério da Economia – na época, o da Fazenda – se pronunciou, e a conclusão a que nós chegamos, com auxílio do Ministério da Economia na época, foi que não era adequado para a sociedade brasileira estabelecer qualquer tipo de periodicidade no repasse dos reajustes de combustíveis e que a melhor política, do ponto de vista da regulação do Estado, é não ter política.

As companhias têm liberdade de formação de preços; os preços são livres no Brasil desde 1º de janeiro de 2002. Então, que se pratique essa liberdade como está estabelecido na lei, sem qualquer tipo de periodicidade para repasse de reajuste. É o que a Petrobras finalmente está praticando – e eu saúdo essa iniciativa – desde recentemente, quando não existe mais periodicidade de repasse de preços de combustíveis no Brasil.

Como é que nós vamos chegar a um ambiente mais competitivo nas commodities? Um ambiente competitivo vem com competição; competição vem com disputa. Então, nós precisamos de aumento na disputa no setor de refino – isso está equacionado, pois acho que com essa decisão do Cade e da Petrobras de encaminharem vendas de refinarias, com a importação que é necessária e importante para complementar o mercado brasileiro, nós precisamos ser cada vez menos dependentes de importação. Que fique bem claro isso do ponto de vista de regulação e de política, e que esses preços sejam formados no ambiente competitivo e sejam divulgados de forma transparente.

Então, voltando àquela discussão que nós tivemos sobre repasse de aumento de preço de derivados, a conclusão a que nós chegamos é que deveria haver transparência na formação de preço. Eu vou voltar a um assunto que acho que é importante: até o mês de abril deste ano, a Petrobras divulgava os preços da gasolina e do diesel de uma forma pouco transparente. A Petrobras entrega diesel e gasolina para as distribuidoras em cerca de 35 pontos ao longo do Território brasileiro. O preço que a Petrobras divulgava era o preço médio, a média aritmética,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem considerar os volumes praticados em cada ponto. Então, aquele preço que a gente via no jornal, na televisão, todo dia – "preço da gasolina no Brasil é de R$2 ou de R$2,01, e subiu de R$2,01 para R$2,03" – aquilo era um preço que não estava presente em nenhum ponto do Território brasileiro. Era uma média aritmética dos 35 pontos, sem considerar os volumes entregues em cada um daqueles pontos. Isso era muito ruim para o entendimento da sociedade e para a competição.

Reconheço que a Petrobras, antes que a ANP publique a resolução sobre transparência de preços – que vai publicar –, se antecipou; a partir de outubro do ano passado, passou a divulgar esses preços de forma atrasada, no mês anterior, e a partir de abril passou a publicar instantaneamente os preços praticados em cada um desses pontos. Hoje, se nós olharmos no site da Petrobras, os preços divulgados são os preços praticados em cada um desses pontos.

Existe outro fator importante: é que a ANP também passou a divulgar os preços de paridade de importação de referência, calculados por uma agência internacional de renome, como uma referência. Já foi dito aqui que preço de paridade de importação é um cálculo, depende de cada um, depende da capacidade transacional de cada agente, depende dos custos de cada agente, mas é uma referência. Então, a sociedade hoje tem condições de olhar para os preços de paridade de importação, calcular de forma independente e avaliar se os preços praticados no Brasil pelos agentes estão muito ou pouco dissociados desses valores. Não em valor absoluto, mas, se estiver 30% acima ou 30% abaixo – como já esteve no passado –, alguma coisa está errada. Então, é isto que nós, com a transparência, permitimos que a sociedade entenda (a formação de preço) e legitime, para que tenhamos um processo em que os preços no Brasil realmente estejam alinhados aos preços do mercado internacional.

Eu sei que a amostragem é muito curta – é muito curta –, mas, quando nós olharmos os gráficos (e o gráfico da Petrobras mostrava isso), os preços praticados pela Petrobras nos últimos meses estão muito próximos aos preços de referência internacionais. Eu diria que esse período de quase 20 anos talvez seja o espaço de tempo em que os preços estiveram mais alinhados aos preços internacionais. Claro, repito, que é uma amostragem muito pequena, mas é isto que a gente, como sociedade, quer ver: transparência e competição.

Então, esperamos que a maior competição no refino, a maior competição na logística, que também depende, como foi mencionado aqui, de investimentos – em logística nós temos visto uma série de leilões de venda de terminais em portos públicos, o que é muito positivo para atrair esses investimentos –, isso vai se encarregar de criar um ambiente em que o preço das commodities (a gasolina, o diesel, o GLP) seja estabelecido de forma competitiva e transparente.

Só para terminar a questão das commodities, a gente fala muito de preço nos Estados Unidos, do preço da gasolina no Estados Unidos e no Brasil. Nos últimos meses, se nós olharmos a diferença, como nós temos 73% de gasolina aqui e 27% de etanol, o preço da commodity de gasolina no Brasil na bomba é mais barato do que o preço de commodity na bomba nos Estados Unidos. A diferença está em imposto e em margens. Aqui no Brasil os impostos estão na faixa de R$1,90 por litro; e nos Estados Unidos estão na faixa de R$0,40. As margens de distribuição e revenda no Brasil estão na faixa de R$0,60, e nos Estados Unidos estão na faixa de R$0,20. Quando a gente olha para o diesel, as diferenças são bem menores: os impostos estão mais próximos, o preço de commodity é mais próximo, e as margens de distribuição e revenda também estão bastante alinhadas. Quando nós olhamos para GLP, gás de cozinha, o botijão, a Petrobras vende a R$26 – os nossos cálculos de paridade estão abaixo disso –, o imposto federal é da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ordem de R$2, os impostos federais estão na faixa de R$10. Então, nós temos um custo com refinaria e com mais impostos na faixa de R$38, de R$37, e o preço médio ao consumidor brasileiro é de R$69, R$70 – em alguns lugares, mais do que isso. Onde é que está a diferença? A diferença está no resto da cadeia. Então, nós precisamos olhar esse resto da cadeia também.

Então, qual é esse resto da cadeia? Primeiro, impostos. Nós precisamos encarar seriamente a questão dos impostos nos combustíveis no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Mais cinco minutinhos?

... por razões fiscais e por razões competitivas também. A competição tem que ser justa, os agentes que competem no mercado – e nós estimulamos a competição – têm que competir em condições de igualdade.

Nós temos que trabalhar contra a sonegação, contra a fraude, contra a adulteração. Isso é muito importante para que o mercado seja saneado. E, para isso, nós precisamos de "monofasia" tributária – carregar no elo do produtor os impostos –, porque isso dificulta aquela famosa questão das liminares que a gente já viveu no Brasil e vive ainda. A gente precisa, como foi comentado aqui, a isonomia tributária. Hoje um refinador tem condições de tributação diferentes de um formulador, de um importador. Então, isso não indica que a competição é justa (e ela precisa ser), e isso também pode estimular a sonegação.

E nós temos que trabalhar junto aos Estados – isso é a parte mais difícil, não é? Falar nesta Casa aqui sobre tributo e ICMS eu acho que é uma redundância, mas é importante –, nós precisamos trabalhar uma melhoria no ICMS. O ICMS sobre combustíveis é perverso: primeiro, ele funciona como um acelerador dos aumentos e das reduções de preço, porque o preço de referência usado pelos Estados é um percentual do preço na bomba; então, quando chega o momento de preço na bomba, aumenta o ICMS; como aumenta o ICMS, aumenta o preço na bomba, o que aumenta ICMS de novo, na subida e na redução. Então, isso aumenta a volatilidade na bomba e aumenta a volatilidade na arrecadação dos Estados. O ideal seria termos um ICMS ad rem, um valor fixo por litro, que mitigaria essa flutuação.

A outra questão importantíssima em relação ao ICMS é a diferença de alíquota. Como os Estados estabelecem as suas alíquotas, a diferença em alíquotas é de até 20% entre Estados limítrofes. Isso também é um problema enorme que estimula sonegação e acaba diminuindo arrecadação dos Estados. Então, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) se preocupou com isso na resolução aprovada nesse mês de junho e recomendou que o Ministério da Economia trate desse assunto. Acho que a gente está pela primeira vez estruturalmente tratando desse assunto.

Por fim, para terminar, Senador – se me der mais dois minutos aqui –, a questão das margens de distribuição e revenda. As margens de distribuição e revenda têm que ser estabelecidas num ambiente o mais competitivo possível, numa competição justa, como já mencionei, e que sejam as mais baixas possíveis para o consumidor. Quem vai estabelecer esses valores são os competidores, é o mercado. Nós precisamos trabalhar para ter redução de custo Brasil, dos nossos custos elevados. O custo de capital no Brasil é caro; nossa logística é deficiente; temos enormes dificuldades num país continental como o Brasil para fazer movimentação de produtos; não temos ferrovias; não temos cabotagem; não temos oleodutos, e a maior parte dos nossos transportes é por caminhão; assim, é claro que o nosso custo tende a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser mais alto. Então, nós precisamos trabalhar para abaixar esse custo, nós temos que trabalhar para atrair investimentos para a logística, mas também temos que trabalhar para que a regulação ajude a competição. E hoje a nossa regulação restringe a competição.

Também, para nós da ANP, essa mesma resolução do CNPE estabeleceu que nós estudemos isso. Hoje a nossa resolução cria barreiras para a competição, o que já foi debatido aqui nesta Casa muito – eu já estive aqui. Há a questão da venda direta de etanol que esbarra em questão tributária, a venda direta de outros produtos, uma série de medidas na área do GLP, no engarrafamento de botijões e tudo mais, o que restringe a liberdade de contratação dos agentes.

Então, em resumo, Senador, nós precisamos é de competição e de transparência na commodity; nós precisamos de racionalidade no sistema tributário; e nós precisamos de eficiência e competição, mas no setor de distribuição e revenda. Só assim nós vamos ter preços de derivados justos no Brasil. Os preços têm que ser justos, têm que seguir o mercado, têm que ser estabelecidos de forma competitiva e conhecidos pela sociedade de forma transparente.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui nesta Casa mais uma vez. É sempre um prazer e uma obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Décio e concedo imediatamente a palavra ao Sr. Ricardo Medeiros de Castro, também para fazer a sua exposição.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO (Para exposição de convidado.) – Enquanto os eslaides não aparecem aqui, eu gostaria, primeiro, de agradecer o convite, de agradecer aqui ao Senador Izalci, à Senadora Zenaide, ao Senador Jean Paul, aos demais presentes. É uma grande honra estar aqui, em nome do Cade, participando desse debate.

Eu não sei se houve alguma questão em relação aos eslaides aqui, mas eu pretendo fazer uma apresentação bem breve, bem sucinta, e acho que a Mesa aqui já ilustrou bem a discussão sobre o que aconteceu com o preço de derivados e de combustíveis. Há aqui uma proposta apresentada pela Abicom em relação a como analisar essa questão de combustíveis, e eu acho que pode...

Aqui estão os eslaides, mas eu gostaria só de comentar que o Cade não analisa, ele não é uma agência setorial como a ANP ou como outras agências, que de fato analisam preço. O Cade analisa questões sobre o ambiente concorrencial em si, ou seja, nós tratamos da proteção da livre concorrência. Práticas de cartel, venda casada, preços predatórios são punidos pelo Cade quando há esse tipo de excesso, quando há esse tipo de abuso de práticas anticompetitivas. Da mesma forma, o Cade também analisa atos de concentração entre empresas – e aqui podem ser fusões, aquisições, joint ventures.

Na área de petróleo, foram analisados alguns casos envolvendo esse setor, mas especificamente em relação à advocacia da concorrência, que é a possibilidade de o Cade atuar de maneira a auxiliar na melhora da regulação e da legislação, nós fizemos recentemente várias notas técnicas com auxílio da ANP – a ANP está de parabéns por ser uma agência aberta para análise e para debate da sua própria regulação, e se aproximou do Cade com esse grupo de trabalho Cade-ANP, em que vários assuntos foram colocados ao debate público.

E, aqui, nós também formulamos algumas medidas em que, na greve dos caminhoneiros especificamente, o Cade entendeu que seriam interessantes para melhora do ambiente concorrencial na parte de refino e na parte de derivados de petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente analisa o setor de refino, esse é um setor muito caro ao direito concorrencial. Por quê? Porque isso está na gênese do direito concorrencial, no nascimento do direito antitruste. Se a gente pensar o que aconteceu com a Standard Oil nos Estados Unidos... Primeiro, formou-se essa Standard Oil de Ohio... Era uma empresa que foi aumentando, foram comprando todas as empresas que havia no setor, especificamente em Ohio e posteriormente nos Estados Unidos, e se formou um grande truste, um truste que buscava sair da regulação estatal e conseguiu, em 1880, cerca de 90% do refino nos Estados Unidos. Em 1890, se formou a lei concorrencial norte-americana, pelo Sherman Act, e, em 1911, se conseguiu dividir a Standard Oil e acabar com o quase monopólio que havia nesse caso.

No Brasil, recentemente, nós tivemos um acordo com a Petrobras, como já salientado pelo Décio, mas existe muito esse debate ideológico, quando a gente fala sobre o refino, que fica entre entreguistas e nacionalistas. Isso já era debatido lá em Vargas, quando da constituição da Petrobras e mesmo antes disso, se a gente pensa no direito concorrencial, primeiro foi feito por Vargas, e, logo em seguida, foi revogado. Foi a primeira lei que criou o Cade, e, logo em seguida, o Cade deixa de existir. Posteriormente, em 1962, ele retoma, o direito concorrencial é retomado.

No mercado brasileiro, o diagnóstico que se tem é de que, enfim, a Petrobras domina o refino, tem 98% do refino e tem um quase monopsônio. Ela é a operadora de 93% de exploração em petróleo no Brasil. Então, mesmo em distribuição, há, para a aviação, grande participação da BR e também a participação de grandes consumidores. A BR tem também um grande market share.

Quando a gente vai analisar outros temas que estão em debate no Cade, houve uma denúncia feita pela Abicom de preço predatório, que foi analisada e chegou-se a um acordo com o Cade para justamente ter algo que, nos Estados Unidos, já se tinha há muito tempo, há mais de uma década, que foi o debate sobre o refino. Nós fizemos essa nota técnica também no Departamento de Estudos Econômicos, mostrando que existiam ganhos se o desinvestimento da Petrobras, que havia sido proposto, fosse desenhado de outra forma, porque a gente vê, por exemplo, que o Brasil tem cerca de 98% de participação da Petrobras, ao mesmo tempo em que a nossa capacidade de refino é muito inferior à de vários outros países semelhantes, como o Canadá, que têm, por exemplo, uma desconcentração do mercado muito maior.

Havia teses de que a concentração gera poder de mercado; outros autores dizem que não. Nós, na nota técnica, mostramos que, sim, há poder de mercado quando se constitui um grande agente de refino nacional, e nós debatemos por que é frágil a tese de que não gera poder de mercado.

Eu não vou querer entrar a fundo sobre o mérito da nota técnica. Simplesmente digo que havia indícios de que a ocupação do refino... Há uma grande capacidade ociosa nas refinarias, e essa capacidade aumenta... A gente vê, por exemplo, que, em comparação à América do Norte e à Europa, aqui, na América do Sul, você tem uma utilização muito inferior das refinarias. Esse é um indício de poder de mercado. Além disso, a própria Petrobras já indicava que a sua margem EBITDA era superior às dos seus pares. Se virmos as apresentações da própria Petrobras, ela menciona que compra insumo a preço de paridade de exportação e vende os derivados a preço de paridade de importação, o que é mais um sintoma de poder de mercado doméstico.

Enfim, a gente tem outros casos aqui que a gente poderia mostrar não só de gasolina, porque, quando a gente analisa gasolina, talvez haja uma série de ruídos aí, mas, quando a gente olha, por exemplo, o preço de óleo combustível – isso são dados do Ministério de Minas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia –, o preço brasileiro ficou muito acima do preço internacional. É a mesma questão em relação a gás natural e GLP.

No Cade, no Departamento de Estudos Econômicos, nós mostramos que havia outra forma de fazer o desinvestimento da Petrobras que não criasse monopólios regionais e que não tivesse uma participação passiva da Petrobras nesses desinvestimentos, e isso aí poderia ter... Eram estes três pontos: a participação passiva, que protegeria, criaria uma espécie de hedge da Petrobras; os monopólios regionais; e a desconcentração no Sudeste, que continuaria concentrado mesmo com o desinvestimento que havia sido proposto à época.

Eu não vou entrar na discussão aqui sobre os modelos econômicos, mas só mostro que a teoria, pelo menos, indica que é possível haver diminuição de presos se houvesse um outro desenho desses desinvestimentos, e foi aceito pela Petrobras, ou seja, acredito que a sociedade brasileira hoje está muito melhor com o desenho atual que foi proposto e foi combinado e acordado com o Cade do que na situação anterior.

É óbvio que aqui a gente está tratando do setor em geral e de como lidar com os preços. Eu só pontuaria que essa proposta da Abicom é semelhante ao que aconteceu, por exemplo, no Chile e no Peru, de criação de fundos em que eventualmente haja uma proteção contra a volatilidade excessiva. A volatilidade excessiva já é analisada na doutrina desde 1981, com Shiller, com LeRoy, com Porter, autores que analisavam o efeito de traders barulhentos, mas, enfim, esse é outro tipo de literatura que eu acho que não é aplicada neste caso aqui, porque em volatilidade excessiva nós temos instrumentos em vários outros mercados para lidar com esse tipo de questão. Por exemplo, na Bolsa, você tem o circuit breaker, você tem volatilidade excessiva quando o Estado interfere no câmbio... O problema é que, quando aplicado isso, e pegando a experiência do Peru e do Chile, você pode ter um custo social muito elevado em constituir fundos desse tipo, que são financiados por toda a população.

Se não me engano, no Chile o fundo foi de 1,2 bilhão em alguns anos, e o problema é qual o benefício que se tem, em especial se não é uma atuação pontual para impedir uma volatilidade, que é um outlier no preço. Se ele não for um outlier, se ele não retornar imediatamente à media, eventualmente você pode estar criando um prejuízo para a sociedade muito grande ao colocar um equilíbrio que não é aquele equilíbrio de mercado. E, mais do que isso, quando a gente vê um debate sobre estabilização do preço, você também pode ter efeitos anticompetitivos, já que o próprio cartel é um debate a respeito de estabilização de preços. Está certo que aqui é feito de maneira pública, não estou comparando e dizendo que são a mesma coisa cartel e o debate que está sendo proposto pela Abicom, que tem, como eu disse, fundamento, tanto na experiência internacional como na doutrina, mas você tem que ter cuidado a respeito dos efeitos concorrenciais que um debate sobre preço entre rivais pode ter.

Então, eu só teria esse cuidado ao examinar esse tipo de propostas. Daí fica talvez até uma pergunta para a Abicom: quais seriam os cuidados concorrenciais que a gente poderia ter nesse tipo de debate?

Agradeço e peço desculpas por alongar a minha explicação. Deixo aqui o meu endereço de e-mail para contatos e fico à disposição para os debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Ricardo e já passo imediatamente ao Claudio Akio Ishihara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui nesta Casa novamente, representando o Ministério de Minas e Energia, para contribuir com este debate que é tão importante para a sociedade e para a população em geral.

Cumprimento os Senadores aqui presentes, a Senadora Zenaide, Jean Paul, o Presidente, Senador Izalci, nosso Senador de Brasília, meus colegas aqui de Mesa, senhoras e senhores presentes.

Eu estruturei uma apresentação basicamente pensando no tema e também nas competências, logicamente, que dizem respeito ao Ministério de Minas e Energia.

Sou o Claudio Ishihara, sou responsável pelo Departamento de Combustível e Derivados de Petróleo, e, nesse caso específico, diesel, gasolina, GLP e esses outros produtos líquidos.

Só para chover um pouco no molhado, todos já falaram um pouco disso, mas é importante, no nosso caso específico do midstream, ou seja, tirando exploração e produção, que é um outro universo do setor, o nosso setor no Ministério, no nosso departamento cuida da parte de refino e importação. Também há participação das usinas de biocombustíveis, etanol e biodiesel, não necessariamente no meu departamento – há outro departamento específico –, mas, a partir do momento em que esses biocombustíveis são misturados ao diesel e à gasolina, eles também são acompanhados lá, no departamento.

Aí há um outro grande setor, que é o de distribuição, e, mais à ponta, a revenda varejista e os grandes clientes, que, na realidade, fazem a ponta lá com o setor, com a comunidade, com a sociedade e com os consumidores em geral.

Só para pontuar um pouco – eu acho que isso já foi falado aqui algumas vezes –, são mais de 134 mil agências no mercado., É um setor que fatura R$500 bilhões, é o terceiro maior mercado de combustíveis automotivos, o 7º mercado mundial de derivados de petróleo, e uma coisa importante, que representa até o que a Abicom, que está se tornando uma entidade cada vez mais forte nesse setor... É representado um pouco nisso aí... Agentes privados operam a maior parte da parcela de importação: 78% da gasolina e 72% do diesel. Em dados momentos no passado, já se chegou a quase 100%, em função da margem que era permitida, que era a janela de oportunidade que foi falada aqui anteriormente.

O setor é grandioso. São 55 bilhões de litros de óleo diesel por ano, 38 bilhões de gasolina, etanol já está em mais de 19 bilhões, GLP 13,3 bilhões de quilos, e QAV mais 7,1 bilhões de litros.

Questão de preços. Nós do Governo, principalmente do Ministério de Minas e Energia, somos balizados logicamente – não só nós, mas também toda a sociedade, o Brasil como um todo – pelas leis, e, nesse caso específico, eu gostaria de citar essa Lei 9.478, que, desde 2002, como já ressaltado pelo Tojal e os que me precederam, tornou o mercado livre. Dessa forma, cada agente econômico pode livremente praticar sua política de preço. Vejam, senhores, que eu não estou falando de praticar os seus preços, mas política de preços, porque, eventualmente, pode-se ter algum interesse específico de reduzir um pouco mais a sua margem ou crescer um pouco mais a sua margem, e isso todos os setores que têm commodities fazem igual – seja gasolina, seja trigo, seja ferro, minério de ferro, qualquer um. É da mesma forma que eles atuam, ou seja, onde houver oportunidade, há o interesse da empresa, e ele aumenta um pouco a sua margem.

Da composição de preços já foi falado aqui. Há três grandes grupos que a gente separou para ficar um pouco mais simples a apresentação: produto, tributos e margens. Entre os tributos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos tributos federais, PIS, Cofins e Cide, e estaduais, no caso, basicamente o ICMS. Basicamente, não; somente o ICMS. E aquele gráfico ali, à direita, no canto, representa um pouco qual é o peso de cada grande grupo desses nos três principais produtos que nós consideramos em termos da parte de derivados.

Vejam os senhores que, no caso de tributos, como ressaltado anteriormente pelo Décio, há uma participação muito expressiva em termos de tributos. Não é de outra maneira que, por exemplo, a gasolina, no Estado do Rio de Janeiro, que é o maior produtor de petróleo do mundo, tem uma gasolina mais cara do que em Pacaraima, que fica lá na divisa com Roraima, mas, enfim, são condições diferentes de fornecimento, porque principalmente a questão de tributação estadual explica bastante isso.

O diesel, por ter esse componente mais social, tem uma tributação menor, e o GLP também menor. No caso do diesel, especificamente, como já mencionado, a parcela de participação da Petrobras, do produtor ou do importador é muito maior do que na gasolina. Isso se explica talvez muito em função dessa participação da tributação, que é menor. E, no caso de GLP específico, a margem de distribuição é muito grande, porque há todo um trabalho de recebimento, de envasilhamento dos botijões, que é suportado pelas distribuidoras, e também, inclusive, de requalificação desses botijões.

Isso já foi apresentado aqui, eu não vou me deter muito, mas é para mostrar um pouco a relação do preço praticado, no caso, pelo produtor interno ali na costa – no caso, o produtor interno é a Petrobras – em comparação somente com a cotação do US Gulf. Não é paridade de importação, coisa que o Décio bem lembrou.

Já está disponível no sítio eletrônico da ANP o preço calculado por uma importante empresa que faz esse acompanhamento de preços e coloca já um preço internalizado aqui no Brasil. E isso serve de quê? De balizamento para que outros agentes entendam, vejam o preço e, a partir dali, em função das suas oportunidades de negócios no exterior, possam trazer e competir neste nosso mercado.

Uma mesma coisa que eu queria ressaltar é: por que nós usamos a cotação do US Gulf? Porque 57% da importação de gasolina e 84% da importação de óleo diesel vêm dos Estados Unidos. Então, é importante ter esse balizamento em função desse preço, porque é o mercado em termos de commodities mais próximo do Brasil, e isso representa também o maior fornecedor de produtos importados ao Brasil.

Esse outro eslaide é só para mostrar um pouco que, diferentemente, no caso do refino, que está praticamente todo nas mãos da Petrobras, em outros setores existe uma certa participação maior de outros produtos, de outros agentes no mercado. No caso de óleo diesel, gasolina, etanol e, especialmente, GLP, vejam os senhores que cada cor dessas representa uma empresa diferente participando no mercado. Então, diferentemente do refino, em que 98% ou mais da capacidade de refino no País está hoje em nome da Petrobras, no caso da distribuição existem outras empresas. Logicamente há uma discussão: "Ah, as três grandes, as quatro grandes dominam de 80% a 90% do mercado". É um fato, mas isso não ocorre só no Brasil, não. Em vários outros países, ocorre isso. Isso precisa ser discutido e debatido, e o que se precisa, no nosso entender, é fazer com que essas empresas tenham essa participação, mas que não abusem desse poder que eventualmente elas tenham, seja formando cartéis ou, então, tendo eventualmente um quase monopólio em algumas situações regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, no final, o que eu queria destacar é isto: a prática de preço de mercado é condição necessária para a entrada de investidor privado. Nós já fizemos um... Nós tivemos o programa Combustível Brasil, já falado aqui, em que nós conversamos com diversos agentes. Todos eles foram unânimes em apontar isto: precisamos ter condição de mercado para atração de investimento. A intervenção do Governo pode até ser boa em um dado momento, em determinada conjuntura, mas pode ser que, em determinado momento futuro, isso mude e não fique tão atrativo para eles. Então, por isso, eles falam: "Olha, brincar com condições de mercado eu sei; agora, com intervenção, eu já não sei brincar direito, não sei trabalhar muito bem nessa questão".

O Ministro Bento anunciou, em recente workshop realizado no Ministério de Minas e Energia, esse programa Abastece Brasil, que sucede o programa Combustível Brasil. Basicamente, são prioridades definidas e até já destacadas anteriormente, aqui na agenda prioritária do próprio Ministério, a promoção da concorrência, a atração de investimento e, principalmente, o combate à sonegação e à adulteração de combustíveis, que é uma coisa que, no Brasil, não é muito divulgada, mas já está crescendo muito. Nós estamos muito preocupados, porque isso pode tomar condições assim ou, pelo menos, ter um crescimento tão grande, como acontece hoje na Nigéria, no México, com mortes bem expressivas. Recentemente houve um acidente com a morte de uma criança no Estado do Rio de Janeiro e é uma coisa que eu acho que, independentemente de qualquer situação, precisa ser evitada, porque a vida é a coisa mais importante que existe.

Uma coisa que já foi destacada pelo Décio aqui e que eu só queria reprisar, porque isso é muito importante para nós, é a questão dessas Resoluções 9 e 12. Essas resoluções trazem um pouco o retorno aos anseios do que nós percebemos e recebemos ao lidar um pouco com essa questão de poder de mercado da Petrobras – não só da Petrobras, mas eventualmente no futuro pode haver algum outro agente que seja forte sob o ponto de vista de refino, de ativo de refino – e como essas empresas eventualmente, em um momento de desinvestimentos, devem fazer. São orientações, não há nenhuma obrigação para que a Petrobras faça esses desinvestimentos, mas felizmente isso se alinha ao planejamento de negócio da Petrobras de desinvestimentos. Então, o que a gente faz é, sob o ponto de vista de políticas energéticas, colocar algumas diretrizes que nós entendemos que são interessantes para a atração desses investimentos e a atração da competição no País.

Da mesma forma, foi editada a Resolução nº 12, que trata já um passo adiante na cadeia, ou seja, na distribuição e na revenda. E um fato muito importante com que a gente nem sempre lida muito, de que nem sempre se fala muito é a questão de movimentação de combustíveis. Hoje a maior parte dessa infraestrutura de movimentação de combustíveis e que é primordial, por exemplo, para a importação... Como o Décio lembrou, se nós não tivermos refinarias aqui, nós vamos precisar ter infraestrutura para importar, porque a demanda vai continuar crescendo. Então, nós precisamos pensar: qual é nosso nível de exposição ao mercado externo e como fazer, então, para que façamos essa atração de investimentos não só no refiro, mas também em infraestrutura de movimentação de combustíveis?

É um "spoilerzinho".

Então, aqui na questão de refino, já falei um pouco, era o que a gente estava falando. Isso é um pouco espelhado o que a Petrobras está fazendo. Eu acho que não há nenhuma novidade aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós só acrescemos aqui duas refinarias no Estado do Ceará e do Maranhão. Essas refinarias estavam em projeto de desenvolvimento pela Petrobras. A partir do momento em que a Petrobras saiu desses dois empreendimentos...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... os próprios Estados se sensibilizaram pela necessidade do desenvolvimento desses projetos, até porque eles viram que, se não fizessem isso, poderia haver alguma situação, como a do Comperj, em que para eles já há algum investimento, já há movimentação de pessoas naquelas regiões todas. Então, eles entenderam que era necessário, sim, continuar esse desenvolvimento, até porque cabe realmente, em termos de oferta e demanda, uma refinaria dessas no País. Eles estão procurando, então, parceiros independentes e externos, para que façam esses empreendimentos acontecerem.

Desinvestimento na Petrobras. É uma coisa que a gente espera é que haja uma ação conjunta e um acordo de cooperação entre a Petrobras e uma empresa chinesa para conclusão do Comperj.

Como eu havia falado, essa questão de movimentação de combustíveis é primordial para o País. Em mais de 7.000km de costa era natural que a cabotagem fosse o principal meio de transporte de combustíveis. E não foi de outra sorte que nós, em conjunto com o na época Ministério dos Transportes e mais a SPPI, fizemos um trabalho conjunto para a identificação das principais necessidades de terminais localizados em portos públicos, importantes ou primordiais para a movimentação de combustíveis e a garantia de abastecimento de combustíveis no País. Foram feitos dez leilões, que foram todos exitosos. Existe uma previsão, agora em agosto, já para a área de Santos, e o que nós estamos fazendo agora no âmbito do Abastece Brasil é uma reflexão do que foi feito, uma avaliação do que ainda é necessário, para, então, a partir daí, definirmos uma nova priorização dos novos terminais...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... que seriam necessários para a garantia do abastecimento no País.

Nós ficamos falando de substituição, que é bem concentrada, mas, em 2018, nós tivemos quatro grandes empresas estrangeiras que entraram no País. E aí existe uma lógica de que é melhor você comprar uma empresa já estabelecida do que começar do zero. E elas compraram participações de empresas. Então, a PetroChina, a Vitol, a Total, a Glencore, todas empresas internacionais, vieram ao País se somar. Então, não existem mais somente aquelas empresas nacionais eventualmente até ligadas a multinacionais aqui no País, mas há quatro novas empresas que já estão atuando agora, além das mais de centenas de empresas regionais, que estão cada vez mais crescendo no País.

Uma coisa só para fazer rapidamente a nossa conclusão, para não me alongar muito, é não interferência na política de preços praticada pela Petrobras – não só pela Petrobras, mas por qualquer outro agente. Isso para nós é muito claro e estabelecido na Lei 9.478. De forma também que, nesse sentido, o MME busca incentivar essas medidas que promovam a concorrência no setor e, por conseguinte, a atração de investimentos.

Então, citando o que já está na apresentação, a Resolução 9 e a Resolução 12, editadas recentemente, também há uma assinatura da portaria de debêntures que o Ministro assinou. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso visa à atração de investimentos, e também a criação e o lançamento do programa Abastece Brasil pelo Ministro, para fazer com que a gente consiga alavancar, sob o ponto de vista de política energética, o setor de combustíveis no País.

No fim, a mensagem que eu queria deixar é esta: a implementação da maior competição no abastecimento de combustível...

(Soa a campainha.)

O SR. CLAUDIO AKIO ISHIHARA – ... visa benefícios da sociedade e a proteção do consumidor contra preço, qualidade e oferta de produto. Isso está claramente expresso nas diretrizes da política energética da 9.478 e é o que nós seguimos hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Dr. Claudio.

Eu vou indagar aqui à nossa Senadora Zenaide, aos Senadores Jean Paul e Zequinha se a gente... Nós temos mais uma Mesa de mais cinco participantes, que são os representantes da Federação Única dos Petroleiros e os caminhoneiros. Eu indago se fazemos as perguntas logo para esta Mesa ou vamos aguardar e ouvir todo mundo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, particularmente, eu tenho um problema, porque eu preciso presidir uma Comissão, agora às 11h. Eu gostaria de colocar as minhas questões. Eu não vou nem poder ouvir a respostas.

Eu vou ter que pedir desculpas a vocês, mas quero, para o registro da Casa, fazer as minhas colocações, ouvir as respostas que os demais Senadores certamente têm interesse de ouvir e o público também e ir lá presidir, porque é uma Comissão importante. Eu fiz a chamada dessa audiência pública sobre energia eólica nos assentamentos, que é importante para o meu Estado e para a Região Nordeste como um todo, que está desenvolvendo eólica. Os assentamentos estão excluídos desse processo, e a gente está tentando resolver esse problema.

Então, eu pediria que eu pudesse fazer minhas colocações rapidamente aqui, pedindo desculpas a todos os presentes aqui para me ausentar, mas ficarei atento às respostas evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Como um dos autores do requerimento – e a Senadora Zenaide também –, vou conceder a V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... a inversão para falar primeiro, para que V. Exa. possa presidir a Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria colocar minha fala em duas etapas aqui. A primeira é entender melhor o processo do Cade. Desculpem-me ir direto, porque a gente tem pressa, mas é entender especificamente esse processo do Cade, com a Abicom, com a ANP, com o estudo envolvido, porque, aparentemente, para quem está fora, com todo o respeito ao processo, esse processo é um escândalo, parece bastante complicado, bastante complexo de entender e explicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu entendi, a Abicom, que é uma associação de importadores, ingressou com uma denúncia de processo no Cade em fevereiro de 2018. O Sérgio ontem esteve comigo me explicando, inclusive, o que é a Abicom, quem participa, quem não participa, qual foi a intenção inicial dela. E a intenção inicial da associação foi garantir determinadas condições de fornecimento da Petrobras diante de uma postura nova que a Petrobras adotou, a partir do Presidente Pedro Parente na época, quando ele estabeleceu uma coisa chamada PFLs, que são Pontos de Fornecimento Limitados. Então, a Petrobras que tinha outrora, como tinha o monopólio, a obrigação do suprir todo o País, a partir da abertura do mercado, passou a ter a possibilidade de dizer não a algumas cotas que ela tinha estabelecido. E foi o que fez o Presidente na época, inclusive, induzindo – o Sérgio pode confirmar esse diálogo, ele me contou ontem – e dizendo: "Virem-se, eu não posso suprir vocês todos. Virem-se aí com as importações, vão procurar os importadores, os traders e vão procurar outras formas de fornecimento. Eu só posso garantir 50% da quota de cada um de vocês em alguns pontos específicos, chamados PFLs (Pontos de Fornecimento Limitados)".

A partir daí, nesses pontos, parece que passou a haver uma política. A Petrobras foi se defender – isso é natural da concorrência – e começou a praticar ajustes de mercado pontuais para se defender do excesso ou da entrada de produtos, apesar de ter sido do próprio Presidente – e essas é que são as contradições desse processo – da Petrobras, já em outra gestão. Então, passou a haver atividades no sentido de se defender da concorrência do produto importado. Aí a Abicom, então, foi praticamente induzida a entrar com esse processo no Cade. Basta isso, acabou. Era isso só. Misteriosamente – e é aí que preciso de esclarecimentos – isso passou a ser um processo a envolver refino e a mandar ou discutir a hegemonia da Petrobras no refino.

Aí preciso fazer uma colocação fundamental. É o seguinte: o mercado não é de refino, não existe mercado de refino, existe mercado de combustível. Quem produz para o mercado de combustível é a refinaria nacional ou a que está lá fora e que, para efeitos da jurisdição nacional, o importador é o agente que traz o produto. Então, você tem duas origens de produtos: um importado e o produto refinado no Brasil. Esse é o mercado de combustível. E todos vocês afirmaram que ele é livre e que tem 134 agentes etc, etc. As refinarias, desde 1997 – ajudei a escrever a lei... Está liberado. Quem quiser fazer refinaria pode pedir uma autorização simples. Não precisa concessão, não precisa edital, não precisa licitação, não precisa nada. Vá à ANP com o projeto, a ANP dá autorização – é uma autorização – e você constrói sua refinaria.

Aí, bom, as condições de mercado. Havia as flutuações, os processos das patamares que talvez afugentassem investidores. Eu acho que não, eu acho que a razão não é essa. A razão de quem conhece o mercado de petróleo é que não houve novos acréscimos de refinarias no continente americano, como um todo, nas últimas décadas. Houve, talvez, uma exceção por conta do shale oil, nos Estados Unidos, que quebrou um pouco a regra. Houve um cara lá que construiu uma refinaria – até o conheço – de 60 mil barris, parecida com a nossa lá no Rio Grande do Norte, para refinar, especificamente no pé dos Montes Apeninos, um pedaço de óleo do shale oil. Fora isso, não houve nenhum agente econômico que tenha acrescido capacidade de refino no território do continente americano como um todo nas últimas décadas. Parece-me que é assim. Por que isso? Porque havia excesso de capacidade. Houve uma época em que houve o boom do petróleo etc e etc. E a tendência é de que haja sobra porque, com a substituição do petróleo gradualmente, você vai ter mais sobra, e os investimentos das empresas integradas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

devem se concentrar mais, justamente, nos usos do petróleo, no próprio combustível. Aí vem até uma questão ancilar aqui que é o erro estratégico que reputo à Petrobras de sair dessas áreas.

Voltando a esse processo do Cade, por que o Cade se estendeu a aceitar uma proposta da Petrobras, voluntária? Quer dizer, há um determinado momento em que ela é instigada por um processo menor – com todo o respeito, mas um processo bem menor – e é posta em dúvida a atuação competitiva dela. Aí, misteriosamente, a ANP entra, alimenta esse processo com uma espécie de um estudo sobre o monopólio do refino e passa o processo a versar sobre o mercado de refino que é uma coisa que, como eu disse, não existe. Na minha cabeça, não existe mercado de refino. O refino é uma atividade, não é um mercado. E aí, mais misteriosamente ainda, a Petrobras surge, Flávio – o Tojal conheço há 200 anos... Não consigo entender a Petrobras como uma empresa de mercado... Ou ela é de mercado ou é do Governo. Como uma empresa de mercado, ela não pode se sujeitar a um processo no Cade, ir lá e simplesmente imolar oito refinarias em troca de um processo menor como esse. Isso não tem a menor proporção, está errado, vai ser contestado, e é um escândalo. O Cade não pode parar de investigar um procedimento dele em função da entrega de oito refinarias, porque a Petrobras disse que vai vender oito refinarias.

A outra questão é a seguinte: a Petrobras está vendendo oito refinarias porque ela quer, porque acha um bom negócio fazer isso, ou porque o Governo mandou? Ontem perguntei ao Ministro Bento aqui, e ele me disse, claramente, com todas as palavras que o Governo não mandou, que a Petrobras está tomando essa decisão porque é uma empresa de mercado e acha que isso é um bom negócio. Significa que os gestores que estão lá vão responder, algum dia, aos acionistas pelo absurdo que se está fazendo agora. Quer vender oito refinarias porque foi acusada, levianamente, levemente, de monopólio de refino, quando isso não existe. Ela simplesmente vai lá e entrega oito refinarias. "Cade, fica quietinho aí, não faz faça mais nada não". Isso é aceitável, Ricardo? É isso o que o Cade vai fazer?

A pergunta é para ANP. Se fosse a Shell, a Esso ou a Cosan que tivessem domínio no mercado – conquistado com méritos próprios – de refino, com todas as importações abertas, a ANP iria lá fazer um estudo para dizer que o cara é hegemônico e levar ao Cade para o Cade mandar o sujeito vender suas oito refinarias, de dezesseis? Será que a ANP faria isso? Será que isso não seria visto pelo mercado privado como uma ultra intervenção, como um grau altíssimo de intervenção no domínio econômico, na competição, no mercado, nos investimentos que a Shell, que a Esso ou que a Cosan teriam feito? Então, vamos fazer uma mudança de sujeitos e parar de ver a Petrobras como um elemento que foi vilipendiado, que acabou, que morreu, que está falida, quebrada... Não é nada disso.

Os erros que os Governos anteriores cometeram... E ontem, aqui, assumi dois ou três. Não tenho medo de assumir os erros do Governo dos Partidos dos Trabalhadores não! Nós erramos como qualquer outro Governo erra. Agora, esses erros são completamente desproporcionais ao que se quer vender como erro para justificar um erro muito maior. É terrível o que se está fazendo aqui. Está se forçando uma empresa a vender ativos sem a menor justificativa. A justificativa de concentrar investimentos no pré-sal é simplesmente ridícula! É ridícula! Nenhuma empresa que ache uma reserva dessa... Aí, depois, vêm dizer: "Nós queremos depender menos das importações, nós queremos preço justo." Como? Você lutou esse tempo todo para ser autossuficiente em petróleo, diz que tem um déficit de refino, não trabalha no... Qual é a indução que a ANP está fazendo para investimentos em novas refinarias? Nenhuma, não vi nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou vendo a indução a vender refinarias existentes. Que graça tem isso? Entrar no mercado brasileiro comprando refinaria amortizada, toda bonitinha, arrumada pela Petrobras, eu também faço. Também quero ser empresário desse jeito. Quero ver o cara entrar em uma refinaria nova. Comprar duto da Petrobras, no Nordeste inteiro, para cobrar pedágio da própria Petrobras, que usa 100% da capacidade que já está contratada também é bom, é ótimo negócio. Quero ver quem vai construir os novos loops, quem é que vai dobrar aquela capacidade de passagem de dutos. Onde está esse compromisso? Eu não vi. Desculpem-me. É apenas porque não estou vendo a razão disso aí.

Como é que cortam o pé da empresa? O downstream de uma empresa de petróleo integrada é o pé da empresa, é onde ela entra no mercado, é como ela consegue vender diretamente. A Petrobras tem hegemonia no mercado brasileiro por mérito próprio, porque o Estado brasileiro optou, durante muito tempo, por exercer um monopólio porque ninguém queria entrar aqui. A partir dos anos 90, nós abrimos, consensualmente. Todos chegaram a um consenso – partidos de esquerda, de direita –, todos chegaram à conclusão de que havia uma capacidade limitada de investimentos, que havia um mercado maduro, que o Brasil podia, como Estado, ser maduro o suficiente para regular o setor, para criar uma agência reguladora forte, competente. Eu ajudei a fazer as casinhas da ANP, os organogramas da ANP. Nós estávamos orgulhosos desse processo. Agora, a ingerência direta dentro da empresa de petróleo principal, que ainda é uma longa manus do Estado nesse processo, que pode ser usada para beneficiar, para nós tirarmos proveito da autossuficiência que nós conquistamos para regularizar um pouco o mercado... Não é fazer como foi descrito aí, claro, um patamar abaixo dos preços internacionais de 2011 a 2014. Foi um erro, isso foi um erro. Mas esse erro não justifica uma política de preço – já para entrar na segunda parte da pergunta – em que o Estado... Agora está se usando o argumento – e ontem, o tempo todo, tive de combater isso – de que os Estados têm que diminuir os impostos sobre os combustíveis. Não têm que diminuir imposto sobre combustível nenhum. Os Estados só têm isso para viver. O Estado tem isso e a energia. O Estado brasileiro vai viver de que, minha gente? Essa é a tese do Estado mínimo de novo? Quer dizer, aí todo mundo vai à Alemanha e acha bonitinha a escola pública alemã! Vai à França e acha lindo o hospital público francês! Tudo de graça. Como é que aquilo é feito? Temos que cair na real, gente.

Não é porque as pessoas se corromperam, porque a política ou sei lá quem, o Governo, se desgastou e foi todo enlameado por escândalos de corrupção – não só os governos de agora, mas todos os anteriores – que a gente vai negar o Estado brasileiro. O Brasil, culturalmente, depende da atividade do Estado, tem desigualdades imensas em seu território, não pode prescindir disso. Estado mínimo é conversa para Avenida Paulista, para a Zona Sul do Rio. Vamos tomar Chopp na praia de Ipanema e falar de Estado mínimo. Para eles, tanto faz. Vá lá para o Rio Grande do Norte ver o que é o Estado mínimo. Se o Estado mínimo acontece lá... Então, os Estados precisam dessa receita sim.

Os impostos sobre o combustível, no Brasil, não são altos, não são. Comparar com os Estados Unidos é uma bobagem. Nós Estados Unidos há uma cultura de automóveis. O cara lá não tem carteira de identidade, tem driver license. Eu morei lá. Eu não tinha carro. Fui tirar uma carteira de identidade, e o cara me disse: "O senhor tem que tirar uma non-driver license." O sujeito não é um cidadão, ele é um motorista. Quando ele é um cidadão sem ser motorista ele é um não motorista. É uma cultura que não dá para comparar com a nossa, pelo amor de Deus! Nós temos que nos comparar com países europeus, com países asiáticos, que estão se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvendo. Esses países têm receita forte de impostos advindos de atividades que são facilmente tributáveis e facilmente fiscalizáveis, como o consumo de energia, como o consumo de combustível.

Então, o problema não é aí. O problema do combustível cresceu – meu amigo consumidor que está em casa ouvindo – porque o Governo anterior e estes abraçaram uma política de paridade completa, em tempo real, em dólar, ao preço internacional, num País autossuficiente em petróleo. Ou seja, jogaram fora cinco décadas de luta para conquistar a autossuficiência para ter um preço internacional. E aí dizem que o preço é justo. O que é o preço justo que a gente vai querer almejar? É um preço em que o Estado abre mão dos impostos? É um preço em que Petrobras se iguala a todas as empresas privadas do mundo e busca lucro máximo? É um preço em que ela vira um produtor independente, exportador de petróleo, sem refinaria ou com metade das refinarias? Como a gente chega à autossuficiência de refino se a Petrobras, para começar, já vende metade do seu parque sem compromisso nenhum de quem está comprando de aumentar nada? Não vi isso. E a gente fica eternamente oscilando ao sabor internacional.

Você falou de um gatilho, de um mecanismo de volatilidade excessiva. Não vi nenhum. Sabe qual foi o mecanismo contra a volatilidade excessiva que a gente teve? Greve de caminhoneiros. Quando a gente tiver uma guerra no Oriente Médio ou um furacão... Isso não aconteceu, veja que não aconteceu nenhuma intempérie de grande porte e fora no nosso controle desde que se assumiu essa nova política. Esse teste não aconteceu ainda. Aquele foi pequeno. Espere um pipoco no Oriente Médio ou um furacão no Golfo do México para ver. Aí vão fazer o quê? Ou outra greve dos caminhoneiros? Aí vai o Presidente Bolsonaro e diz: "Vou congelar o diesel." Isso não é política de preço combustível. Você não vai deixar pipocar lá para US$100, US$120, US$130, US$140 o barril, porque estoura o País. O País não está acostumado com isso, não foi acostumado com essa realidade.

Então, há perguntas que eu queria fazer: em relação a esse processo do Cade, se o Cade vai realmente deixar isso acontecer, se não vai reagir a isso, quer dizer: vai aceitar esse estudo e esse compromisso e, em lugar de terminar a investigação, acusar devidamente a Petrobras do que ela foi fazer e multar, ou fazer alguma punição específica? Se a Petrobras vai se sujeitar a essa ingerência também; se é ela que está, realmente, querendo vender as refinarias? Qual é a razão estratégica por trás disso? Não dá para entender. Vai virar uma produção independente, vai virar uma Anardarko, vai virar uma Kerr-McGee, uma empresa independente de petróleo, só produzir petróleo para exportar?

Da Abicom, saber talvez se realmente o processo foi assim, se tudo o que vocês queriam era regular aqueles pontos de incerteza de abastecimento; e da ANP, qual é a política a que se quer chegar? Quando a gente vai conseguir a tal segurança e independência em relação às oscilações internacionais, ou pelo menos... Eu não quero o desgarramento completo, vou até repetir o que eu falei ontem: nós não queremos uma Venezuela aqui, com preço baixíssimo de diesel e tal, subsidiar a nossa economia toda com petróleo vendido lá fora e, dentro, um preço totalmente artificial, não é isso. Mas eu, só para até terminar com uma proposição concreta, e até fazendo coro com a proposta que vocês fizeram em questão do royalty, continuo achando que, para o Brasil, nas condições – do Brasil "Brasil"; não é comparar com os Estados Unidos, nem Europa, nem Japão, muito menos... O Japão é importador absoluto de tudo que é energia; então, ele, sim, tem que flutuar o tempo todo ao sabor das oscilações no mercado energético e petrolífero, porque ele depende completamente dele. Nós, ao contrário, lutamos para não estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



nessa dependência completa. Mas também não queremos ser uma ilha. Então, qual é o meio-termo? É um processo em patamares, recuperar a ideia do processo em patamares, e exercê-la direito, com periodicidade definida, sim; então, para o diesel são três dias, cinco dias – claro que não vão ser dois anos, não é possível, mas de dias para o diesel, dias para a gasolina –, e os parâmetros da equação: pode haver 75 parâmetros dentro da equação, mas, se cada um dos 75 fatores for conhecido e calculável por qualquer estagiário da Fundação Getulio Vargas, qualquer afretador do Brasil vai ter um "carinha" lá com uma planilha de Excel e vai poder calcular o frete dele daqui a um mês, dois meses, 45 dias, 60 dias. É isso que a gente quer. Essa política de preços que está aqui está afetando já, e isso vai ser obviamente diagnosticado daqui a pouco; ninguém está falando isso, mas o exportador do agro já está afetado por isso; o produtor industrial já está afetado por isso; e quem for da CNI ou da CNA que fizer coro com essa política aí está dando um tiro no pé, está sendo ingênuo ou mal-intencionado. Mas está errado. Isso não é bom para o Brasil, nós não lutamos todas essas décadas para chegar a esse ponto e ficar totalmente sujeitos ao preço internacional, em tempo real e em dólar.

Então, essa é genericamente a visão que eu queria expor aqui, e o comentário de vocês, quando possível, pedindo mais uma vez desculpas por ter que me ausentar aqui no meio.

Obrigado.

Obrigado, Presidente, pela tolerância e pela chance de falar aqui antes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. é especialista, e são importantes os questionamentos de V. Exa.

Senadora Zenaide também como autora do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fora do microfone.) – Não, eu prefiro...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vamos aguardar outra... O.k.

Então, eu vou... Senador Zequinha, vou fazer outra Mesa, V. Exa. prefere...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A próxima.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Na próxima? Está ótimo.

Então, eu vou desfazer essa Mesa, agradecendo a todos. Evidentemente, eu sei que alguns têm algum compromisso, mas, antes de sair, a gente dá a palavra para as considerações finais.

Nós vamos desfazer a Mesa e pedir que todos tomem assento ali.

Quero convidar para compor a segunda Mesa...

Convido para compor, então, a segunda Mesa Alexandre Manoel Angelo da Silva, que é o Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria, da Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (Secap), do Ministério da Economia.

Convido também Leonardo Gadotti Filho, Presidente Executivo do movimento Combustível Legal; Paulo Cesar Ribeiro Lima, Consultor Técnico, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras; José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam); Dary Beck Filho, Diretor de Finanças, Administração e Patrimônio do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, representando aqui a Federação Única dos Petroleiros. (Pausa.)

Eu vou já iniciar...



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... para a gente poder ganhar tempo. Então, eu concedo a palavra ao Sr. Alexandre Manoel Angelo da Silva, para fazer também a sua apresentação.

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de, em nome do Ministério da Economia, agradecer ao Senador Izalci Lucas pela oportunidade de debater esse tema e, aproveitando também o ensejo, cumprimentar V. Exa. e, em nome de V. Exa., cumprimentar todos os presentes na Mesa e os demais Senadores presentes nesta audiência.

Muito já foi falado aqui, Senador. Então, basicamente a gente não vai ter o que acrescentar em termos de conteúdo, eu diria, mas, dado que nós fomos convidados, o nosso relato aqui é basicamente deixar claro qual é a visão do atual Governo para o setor de combustíveis, o que, na verdade, é uma visão do Ministério de Minas e Energia; a gente apenas assessora e dá apoio, é esse o nosso roteiro. Vou falar um pouquinho do que o Ministério da Economia vem, nessa parte de assessoria...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... participando no setor de energia e, em particular, no setor de combustíveis, e aqui é a consideração final.

Então, deixar claro que o Ministério da Economia não tem uma opinião na formulação da política pública energética, que é, realmente, do Ministério de Minas e Energia, que é responsável também pela supervisão e implementação, pelo zelo do abastecimento nacional, mesmo porque ele é o poder concedente e tem todo um apoio intelectual para isso da empresa de pesquisa energética, que fundamenta tanto as políticas deles de curto prazo quanto de longo prazo, até mesmo por meio do balanço energético que eles elaboram. Nós, lá no Ministério da Economia, estamos apenas na tentativa de sermos aqueles anjinhos lá perto do Ministério de Minas e Energia, dizendo: "Olha, tua política tem que ter concorrência, tem que prezar pelo consumidor lá, aquele agente difuso, que não tem representante muito claro." – porque nós devemos sempre zelar pela concorrência, pela promoção de preços competitivos, porque isso vai trazer mais bem-estar para o consumidor. A gente tenta fazer sempre isso com o maior rigor técnico: há uma equipe lá muito capacitada, sempre com análise de impacto regulatório, as nossas proposições sempre buscam assessorar o Ministério de Minas e Energia nesse sentido, e a gente faz isso participando de diversos fóruns, entre eles o RenovaBio e o CNPE, que é o Conselho Nacional de Política Energética, de que foi tão falado aqui, sempre nessa direção de que as diretrizes de política energética possam se fundamentar na promoção da livre concorrência. É isso que o corpo técnico do Ministério da Economia preza, e nisso a gente tem sido muito beneficiado de ter um tão competente e tão zeloso pela política de promoção da concorrência como é o Diretor Presidente Décio Oddone, que vem trabalhando muito próximo, desde o Ministério da Fazenda, e agora também no Ministério da Economia. Ficou muito clara aqui a visão dele de que nós, em grande medida, compartilhamos, sabendo que a agência é completamente independente. Da mesma forma, a gente procura acompanhar a parte da regulação, que está bem alinhada, dado que, como ele deixou muito claro aqui, a busca deles lá é pela promoção da concorrência. E, claro, o Cade, pela sua atividade inata de buscar prevenir práticas anticoncorrenciais ou qualquer conduta nociva à concorrência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a agenda do Ministério da Economia tem, nesses últimos anos, buscado isso, e, de certa forma, nós participamos, contribuímos, nessa maior previsibilidade que hoje existe nos cronogramas nas rodadas de licitação de petróleo, no aprimoramento também da política de controle local, que tinha vários entraves, vários obstáculos ao investimento, ao aperfeiçoamento do regime de partilha, e isso redundou, depois de longos anos sem leilão de petróleo, com basicamente um custo de oportunidade altíssimo, na volta dos leilões: em 2017, 2018 foram feitos quatro leilões, que geraram uma arrecadação direta de quase R$14 bilhões para os cofres públicos. Também, depois de cinco anos de um contrato completamente idiossincrático – como as pessoas falam, uma "jabuticaba", que foi a cessão onerosa –, depois de cinco anos de revisão, este Governo, graças a Deus, conseguiu chegar a um acordo neste ano, e isso vai possibilitar ao País ainda em outubro, eu acho, começo de novembro, fazer o maior leilão do mundo de petróleo, que vai leiloar, justamente, esse excedente da cessão onerosa, que, só de maneira direta, vai fornecer um bônus estimado aí em mais de R$100 bilhões – R$106 bilhões –, apenas estimativa. Enfim, é sempre nesse sentido, é uma agenda que redundou nessa nossa busca por mais competição, mais produtores, maior investimento, que gera mais emprego e arrecadação.

Ainda nessa agenda, nós temos participado lá, junto com diversos atores, todos esses atores que eu coloquei aqui – MME, ANP, EPE, Cade –, dessa agenda do novo mercado de gás, que é uma agenda que visa aperfeiçoar a prática regulatória tanto no setor de transporte quanto também no setor downstream, e promover a concorrência no upstream, promover essa concorrência, e o acesso aos dutos – escoamento de produção e as outras essential facilities no upstream –, de tal forma que haja realmente uma liberalização desse mercado e se possam alcançar preços competitivos do gás natural e também dos seus derivados, seja o metano, etano, butano... Aí haverá, com certeza, preços competitivos em vários insumos da cadeia no setor industrial, permitindo uma retomada da industrialização.

Essa agenda gera tantas oportunidades, são múltiplas oportunidades, que é difícil até elencá-las. Se esse aperfeiçoamento, tanto na regulação no downstream lá na distribuição, quanto também essa liberação de capacidade no setor de transporte e essa promoção de concorrência na parte do upstream for feita, os ganhos para a sociedade brasileira são tão múltiplos que é difícil, mais uma vez, reitero, elencar os benefícios esperados que estão ali propostos.

Em particular, no setor de combustíveis, as três principais agendas que nós temos acompanhado já foram bastante reiteradas aqui, de diversas formas, tanto pela ANP, quanto também na fala dos diversos agentes que aqui estiveram na primeira Mesa. Em particular, gostaria de ressaltar a Resolução CNPE 9, de 2019, que foi um ato que terminou redundando, por circunstâncias, conjuntamente nesse termo de compromisso de cessação de conduta do Cade, desse acordo, de comum acordo com a Petrobras, e esse é o direcionamento básico da Resolução do CNPE, com vista a diminuir a concentração do mercado de refino, 98%, como foi dito aqui, e, com vista a promover a concorrência, teve apoio também do Ministério da Economia.

Houve outra Resolução também, como a gente vai falar aqui, da distribuição de combustíveis, sobre que também foi falada, a Resolução CNPE nº 12, que é basicamente um enforcement para a agência reguladora terminar vários estudos, entre eles, venda direta do etanol, novos arranjos societários. Também há determinações ao Ministério da Economia em particular, o Ministério da Economia como Secretário Executivo do Confaz, para ver melhor essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da monofasia tributária, e também há uma agenda aos demais Ministérios do Governo para promover estudos e o Governo ter uma posição em relação a essa parte concorrencial.

Nós também temos trabalhado na política de diferenciação de preços do GLP, como vou falar aqui, e, foi até a última fala do Senador que arguiu aqui o representante do Cade, nós trabalhamos, em particular, na Resolução do CNPE, nisso que redundou nessa venda de oito das 13 refinarias da Petrobras que são responsáveis por 98% da capacidade de refino – ressalto aqui a fala do representante do Cade –, que foi uma venda que buscou, esse acordo aí feito se preocupou também para que não houvesse uma transferência de um monopólio público para um monopólio privado, e aí há todo um arranjo, evitando, inclusive, a formação de monopólios locais ou regionais.

É esse o desenho que foi proposto, justamente com esse intuito de ampliar a concorrência e trazer preços competitivos, atrair investimentos. Lembrando aqui também que essa agenda do mercado de gás vai ajudar também, bastante, a essa competição aí do preço de combustíveis, porque até a gente imagina que possa haver, futuramente, no Brasil um mercado inclusive de automóveis também bastante abastecidos pelo gás natural se tudo caminhar na direção que se está pretendendo, o que vai gerar, claro, maior competição nesse mercado.

Também, outra resolução bastante importante, o Décio frisou-a bastante aqui na fala dele, essa questão de que essa é uma resolução que não tem efeitos práticos tão fortes quanto a outra, Senador, que é a nº 9, mas ela é uma resolução no sentido de que recomenda: "Olha, Governo, termina teus estudos, porque a gente precisa ter uma agenda concreta". Então, faz um enforcement aí, até à própria agência reguladora, a vários Ministérios, no sentido de dizer: "Olha, a gente precisa ter uma visão conjunta e alinhada sobre o que a gente quer com a venda direta do etanol". Claro que do ponto de vista concorrencial o Ministério da Economia, por uma questão, como eu falei para o senhor, por uma questão até da natureza, não pode ficar contra essa agenda, porque ela traz, em tese, mais produtores para o mercado, traz uma maior concorrência. Agora, claro que a gente sabe que isso não pode ser feito sem uma forma segura e que traga realmente segurança na transição.

Também os estudos foram no sentido de trazer o fim da tutela regulatória, porque, na verdade, a liberalização da fidelidade da bandeira do distribuidor nos postos, que nada mais é do que a ANP deixar de fiscalizar se essa fidelização da bandeira está existindo ou não, e também outros usos do GLP que possam existir, porque hoje existem várias restrições para o uso do GLP, entre outros estudos, mas, nesse sentido, de a agência finalizar a visão dela sobre esses vários segmentos aí do mercado de combustíveis.

Além disso, também essa resolução do CNPE também recomendou ao Governo, e são vários Ministérios, quais são os arranjos societários possíveis nesse setor, como é que a gente define aqui o acesso aos oleodutos. E, como o Décio aqui enfatizou, a monofasia tributária precisa do Confaz, em tese, se não for aqui, por esta Casa, vocês vão se definir ou não? Então, é uma resolução que pede, recomenda que todas essas partes que são envolvidas na política pública aqui do setor de combustíveis possam terminar seus estudos e deixar claro para a sociedade o que querem. Assim eu entendi essa Resolução nº 12.

E, inclusive, ao próprio MME há uma recomendação, que fez parte aqui da agenda deles, como eles colocaram aqui, que é a agenda do Governo, do setor energético, que o MME se articule com outros órgãos para acelerar e aprofundar esse combate à sonegação e a adulteração de combustíveis. O nosso papel lá, no Ministério da Economia, é sempre no sentido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da ampliação da concorrência com vistas a trazer preços mais competitivos e a atrair investimento.

E assim, também, a gente tem buscado o fim da diferenciação de preços também no GLP. Hoje a gente tem um entendimento no Ministério...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... de que esse fim da diferenciação de preços deve vir concomitantemente ao fim da política que hoje é estabelecida pela Petrobras e essa política tem que ter uma maior clareza para o mercado. Então, ele teria que vir, como hoje há indícios de que esse preço está um pouco acima no mercado internacional, você teria que mudar a política, acabar com a diferenciação e a Petrobras seguir o preço do mercado internacional de maneira mais transparente.

Enfim, é essa que é a nossa fala aqui, Senador, no sentido de dizer que quem lidera a política de combustíveis no Governo e quem tem realmente a dizer sobre a formulação, o que vai acontecer é o Ministério das Minas e Energia. O nosso foco lá, no Ministério da Economia é sempre no sentido de lembrar ao Ministério das Minas e Energia que a gente deve focar na ampliação da concorrência e arranjos de mercado...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... que possam trazer maior competição. E enfatizar que o CNPE e o Cade têm sido fundamentais para sinalizar a mudança na política energética nacional.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Alexandre.

E já passo aqui para o Leonardo Gadotti, também para fazer a sua exposição.

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Izalci!

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Bom dia, Senador Izalci! Eu queria, em nome da Plural e das suas associadas, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, discutindo esse tema de tamanha relevância. Da mesma maneira, cumprimento a Senadora Zenaide, o Senador Zequinha, o Diretor Décio, aqui representando todos os demais companheiros de Mesa, senhoras e senhores, bom dia!

Eu trouxe uma apresentação que, de alguma maneira, mostra, os gráficos podem ser muito similares, mas vou tentar sumarizar da melhor forma possível. Inicialmente, o código nosso de integridade é importante citar, a Plural aí, em observância ao seu Código de Integridade e Conduta, não trata, entre outros, dos seguintes temas: preço dos produtos comercializados pelas associadas ou seus concorrentes, incluindo descontos concedidos, margens de lucro, condições de venda e concessão de crédito a clientes, mudanças programadas de preço e quaisquer outras questões que impactam o preço de venda final.

As informações que os senhores estarão vendo hoje aqui são baseadas em dados históricos e agregados e dados públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a associação propriamente dita, esses são os nossos associados, grandes empresas na área de distribuição de combustíveis, logística primária e produção de lubrificantes. São 16 sócios no total.

Inicialmente, eu queria mostrar, para colocar em perspectiva, o crescimento esperado de oferta e demanda até 2027. Isso são dados da EPE e que demonstram que particularmente no óleo diesel nós temos, até 2027, considerando um crescimento de PIB eu diria que modesto, na ordem de 1,5%, 1,8%, 2% ao ano no máximo, estamos falando em crescimento do consumo de óleo diesel da ordem de 50% versus a oferta que existe hoje no mercado, basicamente de produto produzido no Brasil pelas refinarias da Petrobras.

Biodiesel também, uma distância de praticamente 50% acompanha no diesel, logicamente. Gasolina, em função do programa RenovaBio, um crescimento bem menor, mas, no etanol, a gente vê também algo em torno de quase 50% de crescimento entre agora, a oferta de hoje do mercado, e a oferta planejada para 2027.

E, para isso, a gente precisa, para chegar nesse ponto, de atração de investimentos, como a gente vem discutindo aqui, destravamento da infraestrutura. Acho que o Governo já deu uma boa demonstração com os leilões recentes aí, de alguns portos, o que facilita a cabotagem. A gente precisa de uma política para biocombustíveis, um marco nessa questão, de como é que vai funcionar. Recentemente, vivemos a questão de represamento de preços por parte da Petrobras, um sofrimento enorme por parte dos produtores de etanol, o que praticamente inviabilizou, durante algum tempo investimentos na área. Agilidade no que diz respeito a licenciamento ambiental. Não se pode conviver, para se obter uma primeira licença de projeto, são quase dois anos espera para se ter um licenciamento ambiental. Se a gente quer atrair investimentos, a gente precisa ser, de alguma maneira, mais ágil nessas questões. E, logicamente, melhoria do ambiente concorrencial, sobre que a gente vai poder ver, à frente, algumas sugestões.

Isso são dados feitos por uma consultoria contratada, o BCG, baseado naquela estimativa de demanda para 2027. As perspectivas de investimentos de curto prazo no Brasil, estamos falando aí em menos de dez anos agora, são de R$82 bilhões na área de infraestrutura basicamente. Estou falando aí em dutos e não são novos dutos, simplesmente melhorar as condições dos dutos atuais, dos dutos de mercado. Em níveis de terminais portuários, R$1,6 bilhão, expectativa para que melhorem as condições dos nossos portos. Em ferrovias, não estou falando de novos trilhos, mas simplesmente de mais material rodante e terminais ferroviários, estamos falando na ordem de R$3,9 bilhões de investimentos.

Para se fazer frente àquela demanda estimada de biocombustíveis, são necessários R$38 bilhões, mais de R$38 bilhões na construção de novas usinas, seja de etanol, seja de biodiesel, e a infraestrutura multissetorial, que também agrega outros setores da economia, além de combustíveis. Aí, eu falo de novas ferrovias, novos portos, novos aeroportos, mais R$37 bilhões.

Então, isso é o que a gente precisa para destravar as questões de infraestrutura. E, só para os senhores terem uma ideia, é um exemplo que eu cito sempre. Quando se fala de infraestrutura em combustíveis líquidos, hoje um navio de um importador, como o da Abicom ou de uma das distribuidoras sócias da Plural, mesmo da Petrobras, um navio de 40 mil toneladas aporta em Santos, ele carrega mil bitrens para que esse produto seja escoado de Santos hoje. É a única forma de escoamento de Santos. Os dutos estão sobrecarregados e não há outra maneira de você tirar o produto de lá. Então, para ver o problemão que nós temos na área de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu procuro mostrar, em algumas janelas de tempo, o que já vem acontecendo no nosso mercado quando se fala de precificação. Eu acho que nós já tentamos de tudo se nós voltarmos no passado. Lembrando um pouco, até 1993, tínhamos o monopólio, alta inflação, os preços eram controlados. Quando se anunciava preço de aumento de gasolina, isso era manchete especial no jornal, a televisão parava para dar esse anúncio e isso era um gatilho para subir preço de todos os produtos. Isso causou um trauma na sociedade brasileira e hoje existe uma memória nossa que se lembra desse tempo de inflação quando se fala de aumento de preço de produto. Isso ainda continua indo para as primeiras páginas dos jornais. O que não acontece em economias mais modernas.

Muito bem, lá, em 1994, tivemos o Plano Real, que estancou as questões inflacionárias, em 1997, a lei do petróleo é promulgada, a criação da Agência Nacional do Petróleo, um novo marco regulatório, liberação de preços, criação de 350 novas distribuidoras no Brasil, uma avalanche de liminares e começamos a viver as questões ligadas à sonegação. E, sempre, o nosso consumidor, que é a quem interessa no final ter produtos de qualidade, preço e segurança, vem sofrendo com isso desde o esse princípio. Quando a gente voltar na época, lá, do monopólio, os postos fechavam às 8h da noite, os senhores lembram, não abriam nos fins de semana, eram reajustes frequentes, filas nos postos para carregar, não aceitavam cartão de crédito, muito mal e mal com cheques você podia pagar. Isso é um passado recente nosso.

Isso veio evoluindo ao longo do tempo. A gente conseguiu, na fixação de um marco e liberação de preço, novas ofertas para o consumidor. Isso começou a melhorar, os postos começaram a abrir. Chegamos na estabilidade artificial que vivemos entre 2005 e 2015. Começamos a abrir para importação, meio que vaga-lume – começa, para –, porque esse controle de preços por parte do Governo afetou também essa questão de importação, afetou o investimento e nós vimos, naquela época, saírem do Brasil grandes empresas distribuidoras, como Esso, ExxonMobil, como Texaco, como Repsol, como a Jeep. Essas empresas foram embora do Brasil, por quê? Questões ligadas, principalmente, a sonegação, adulteração, o ambiente de negócios se corrompeu naquele momento. E agora estamos vivendo, desde 2016, a primeira tentativa nossa, porque acho que chegamos a um ponto importantíssimo. A gente está começando a modernizar esse mercado no que diz respeito à precificação, que é a PPI, Paridade por Preço Internacional.

Então, o mercado é quem está definindo preços. Na ponta, a gente consegue ver uma volatividade. A sociedade tem que começar a aprender a conviver com a volatividade no preço do óleo e câmbio. Acho que a gente ainda traz aquela nossa memória de que a gasolina, o preço da gasolina é algo muito importante e cada vez que aumenta, vai para a televisão. Nós temos um problema de comunicação. A gente tem que informar melhor a sociedade sobre como esses preços funcionam, como é que esse mercado funciona em economias mais modernas. A gente necessita atrair urgentemente investimentos. E investimentos a gente vai atrair na medida em que demonstra que quem controla preço é mercado e não é governo. Por fim, nós precisamos buscar novas fontes de suprimentos, seja nas questões de refino, com novas refinarias, com investimentos nas atuais ou com novas fontes de suprimento, basicamente através de importação de produto. E com isso levar maior eficácia, com benefício, ao consumidor. É isso que no final interessa.

Isso aqui é um exemplo, um estudo feito pelo BCG, a avaliação das refinarias do parque de refino da Petrobras antes – é um exemplo interessante –, antes da aplicação da PPI, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paridade de Preço Internacional, quando diversos bancos internacionais avaliaram o parque de refino da Petrobras em US$1 bilhão, se fôssemos levar as questões da forma como o preço era fixado no Brasil até então. Do lado direito, os senhores e as senhoras vão ver que, na medida em que se implementa Preço de Paridade Internacional, quando as refinarias podem vender o seu produto baseado nos mercados e na concorrência externa, esse mesmo parque de refino passa a ser avaliado em R$36 bilhões. É isso que o investidor quer na prática ver para poder trazer dinheiro para esse negócio no Brasil.

Agora eu trago um exemplo na prática do que vem acontecendo com preços nesses primeiros seis meses do ano no Brasil. Então, já dentro do mercado a PPI, usando o Preço de Paridade Internacional, de janeiro deste ano até agora, recentemente, 22 de junho, você tem a decomposição do preço da gasolina. Já foi dito aqui e não vou voltar, mas o que é importante é que, enquanto na refinaria os preços cresceram 15%, que é o que é anunciado nos jornais, nas bombas só cresceram 3% nesses primeiros seis meses do ano. Então, esse é um problema de comunicação que nós temos hoje no Brasil. Na medida em que se anuncia que o preço sobe na refinaria tantos por cento, esse preço não sobe linearmente nas bombas. Há outros fatores de decomposição de preço ou composição de preço que vão impactar aquele preço final. E é isso que a gente tem que, num esforço enorme, informar a sociedade.

Olha só o exemplo claro está aí. São preços públicos, publicados pela ANP e que demonstram que, enquanto sobe 15% na refinaria, o etanol anidro caiu três; o preço PIS/Cofins não aumentou porque é um preço absoluto, é um valor absoluto; o ICMS subiu 2%; margens de revenda, frete e distribuição caíram 9%.

Quando a gente vai para o diesel, a mesma fotografia, entre janeiro deste ano e junho, dia 22 de junho, os preços na refinaria subiram 14%; biodiesel caiu os mesmos 14%; ICMS, que já foi exposto aqui e que tem um fator que agrega custo nessas situações, subiu 1%; margens de distribuição, revenda e fretes caíram oito. O preço na bomba só subiu quatro. Então, isso tem que ser comunicado. É isso que a gente tem, através de um esforço grande, que comunicar e não simplesmente o preço que hoje acontece na refinaria.

Se nós pegarmos o que aconteceu desde a aplicação do PPI, os diversos momentos que aconteceram entre 2017, junho de 2017, e agora, a gente consegue vislumbrar que o preço do petróleo, o preço do cru é aquela faixinha roxa dentro dos preços da gasolina. As faixas são assimétricas, ou seja, o que acontece na gasolina, o que acontece no petróleo vai acontecer nas outras faixas de composição de preço da gasolina.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Então, quando vocês olham a parte branca, é o que se demonstra como fretes, margens. E o preço final de bomba está lá em cima, R$4,45 agora, na última pesquisa.

Quando a gente vai para o óleo diesel é exatamente a mesma figura. As faixas são assimétricas. Quando sobem, sobe o ICMS; lá em cima, os preços bomba; quando cai, o preço cai da mesma forma, da mesma maneira. Isso são dados públicos, compostos aqui para demonstração do que vem acontecendo no mercado desde 2017.

Bom, por fim, só para voltar ao ponto inicial da nossa conversa. Quais são os pontos fundamentais, porque já foram vários ditos aqui estou só reforçando, para atrair e reter investimentos tão necessários para o Brasil poder desenvolver esse mercado. Primeiro, livre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competição. O PPI já é uma demonstração disso. Ter um mercado como definidor de preço. Ele é quem vai dizer amanhã... E aquela questão, quando eu demonstrei o que acontece na gasolina ou no diesel, subiu 14, na bomba só subiu 3, aquilo é mercado trabalhando, é o mercado sendo na prática desafiado. Multiplicidade de oferta no suprimento de derivados. Eu acho que é o passo que está sendo dado na questão das refinarias é um, mas precisamos trazer, importar preço. Importação de preço faz o preço da refinaria, dá o molde do preço da refinaria. Por isso é que é importante o PPI. Eu preciso ter infraestrutura boa, eficiente para poder trazer produto de fora e fazer competição com a refinaria; estabilidade regulatória que promove a competição saudável sem dúvida é importante; simplificação tributária, senhores.

Hoje o Brasil tem 27 legislações de ICMS. Cada um dos produtos tem uma alíquota diferente...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Trânsito de produtos entre Estados é uma loucura. A sonegação no setor hoje, avaliada pela Fundação Getúlio Vargas, é de R$4,9 bilhões por ano. Nós precisamos urgentemente simplificar as questões tributárias no Brasil para poder estancar essa questão da sonegação e da inadimplência. Por fim, importantíssimo para atração de investimentos é a garantia da segurança jurídica, com a aplicação efetiva da lei.

E aqui eu faço um apelo aos Srs. Senadores e Sras. Senadores. No âmbito do Senado Federal, nós estamos com uma aprovação do PLS 284, 2017, da Senadora Ana Amélia, que fala sobre o devedor contumaz. Nós temos um segmento no setor, infelizmente, empresas que são constituídas para sonegar. Esse é o modelo de negócio.

Infelizmente, na hora em que essas empresas vão às secretarias estaduais de Fazenda e o caso chega à Justiça, a Justiça não consegue identificar, separar o devedor eventual, aquele que por algum problema de caixa não paga, porque está com problema financeiro, daquele que tem como modelo de negócio sonegar. E esse PLS vai ajudar, vai dar respaldo para a Justiça para identificar e punir esse devedor contumaz. Então, fica aqui o apelo final para esta Casa.

Senador Izalci, muito obrigado pela oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Leonardo e já passo imediatamente ao nosso Consultor Técnico, Paulo Cesar Ribeiro.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar o Senador Izalci, os Senadores presentes, todo o público, os companheiros de Mesa. É uma honra estar aqui.

Eu fui Engenheiro da Petrobras desde a década de 1980. Depois fui Consultor Legislativo da Câmara, do Senado; aposentei-me como Consultor Legislativo da Câmara, mas não deixei de ser Engenheiro da Petrobras. Então, muito honrosamente estou aqui representando a Associação dos Engenheiros da Petrobras. Essa primeira fala minha aqui vai ser em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobras. Queria muito agradecer ao Presidente, o Felipe Coutinho, que muito generosa e honrosamente me concedeu esta oportunidade. Agradecimentos a todos. É uma honra estar aqui.

Vou falar um pouquinho, fazer uma introdução, falar sobre o que é de fato PPI. A Aepet, muito objetivamente, traz aqui uma proposta de preço para a Petrobras. E eu vou transmitir para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os senhores essa proposta de preço da Aepet, a sustentabilidade dela, um eventual fundo provisório e as conclusões.

A primeira coisa é falar que o monopólio da União, na área de exploração, produção, pesquisa, lavra, existe, está na Constituição. Então, o refino, o transporte por duto, a exploração e produção são monopólios da União, monopólios da União. E a União poderá ou não contratar empresas para realizar as atividades dos incisos I a IV do art. 177. Eu até entendo que uma atividade de refino teria que ser uma atividade contratada pela União, porque isso é o que está na Constituição. Aqui se trata de petróleo, refino, gasolina, diesel, como se fosse banana e tal. Mas não é bem assim.

Falo também da Lei 9.847. O abastecimento nacional de combustíveis é uma atividade de utilidade pública, utilidade pública.

Falo sobre PPI. Aqui foi dito PPI, PPI. A Petrobras, não sei se intencionalmente ou não, quando usa PPI, fala que é Preço de Paridade Internacional. Isso não é verdade. PPI é Preço de Paridade de Importação. Fico satisfeito por o representante da Petrobras aqui até ter esclarecido muito bem qual é a política de fato da Petrobras. A política de fato da Petrobras não é Preço de Paridade Internacional; é Preço de Paridade de Importação. O que significa isso? Que o diesel produzido pela Petrobras no Brasil, na refinaria da Petrobras, é vendido no Brasil a preço mais alto do que o do mercado internacional de onde vem o diesel, que é o dos Estados Unidos. Então, isso aí tem variado no tempo, mas aquela medida provisória lá do ano passado que estabeleceu a subvenção econômica de R$0,30 por litro deixou muito claro que aquela subvenção econômica, de certa forma, está associada a essa diferença entre o Preço de Paridade Internacional e o Preço de Paridade de Importação. Isso aí varia um pouco no tempo, mas os R$0,30 por litro é um valor bem razoável.

E eu quero fazer aqui uma crítica à administração da Petrobras por aceitar uma subvenção econômica de R$0,30 por litro para um produto que não é importado. Esse produto não é importado. Como é que ela recebe uma subvenção? Subvenção econômica é uma coisa muito séria para atividades que não são lucrativas. A Petrobras, com um lucro altíssimo... Como é que a administração da Petrobras aceita receber do miserável povo brasileiro R$0,30 por litro de um diesel que é produzido no Brasil com petróleo do Brasil?

Então, está clara aí a diferença entre PPI, Preço de Paridade Internacional e Preço de Paridade de Importação? A Petrobras pratica Preço de Paridade de Importação para um produto que não é importado. Então, isso aí, para a gente, já é uma coisa inacreditável.

Então, segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobras – está publicado no sítio –, a margem de lucro operacional da Petrobras, isto foi no dia 15 de maio de 2019, está na faixa de 109%. Isto quer dizer o quê? Que nós somos extremamente eficientes, que nós temos uma empresa extraordinária, que é a Petrobras, e não sua administração, porque quem está lá produzindo petróleo são os técnicos. E eu trabalhei lá no início da produção em águas profundas. Então, são os técnicos, que garantem essa margem altíssima, pela competência técnica dos engenheiros e dos técnicos.

Então, a Petrobras produz um diesel que custa R$1,11 por litro e está vendendo hoje a R$2, com uma margem... Vende a R$2,09 ou R$2,08, não sei, com uma margem de 109%. Então, o que nós temos no Brasil é uma empresa extremamente eficiente que tem um custo de produção – isto por alto; é abaixo de US$40 o barril –, tem um custo médio de refino de US$2,5 por barril. Isso é o custo médio de refino da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um país sério, o baixo custo de produção é aproveitado para cobrar pouco do consumidor. Aqui, não. Nós temos um baixíssimo custo de produção e temos uma margem de lucro operacional de 109%. Então, a Aepet, apesar de reconhecer que isso beneficia a Petrobras, vender a R$2,09, e não vender a R$1,7 ou R$1,8, que é o preço nos Estados Unidos, mesmo assim a Aepet reconhece a importância de se praticar um preço que não seja o Preço de Paridade de Importação.

O que aconteceu com esse Preço de Paridade de Importação? Houve a possibilidade, no Brasil, de haver um grande aumento, porque nós saímos de um preço que, de certa forma, era controlado de fato – e eu tenho críticas à política anterior, do Governo PT, severas críticas, por sinal –, mas o fato é que subiu o preço do diesel, subiu o preço na bomba... Quando você pratica PPI, que é o Preço de Paridade de Importação, você abre para a importação do produto. Por quê? Porque você passa a ter um mercado competitivo em cima do PPI, que é mais alto que nos Estados Unidos, que são esses R$0,30 por litro.

Com esse PPI, qual é a consequência mais dramática para o Brasil? É que as refinarias ficam ociosas. Estão falando aqui que é preciso aumentar as refinarias do Brasil. Nós estamos com 30% de ociosidade nas refinarias do Brasil. Sabem por quê? Por causa do PPI, por causa do Preço de Paridade de Importação. Se a Petrobras praticasse o preço lá dos Estados Unidos, o Brasil seria autossuficiente em diesel. Nós podemos produzir perto de 50 bilhões de litros de diesel e mais 5% de biodiesel. Nós não seríamos nem importadores de diesel. Vejam que é surreal. É surreal a gente cobrar do povo brasileiro um preço mais alto que o de lá dos Estados Unidos. Ali está 24%, mas o último dado que eu peguei mostrava 28% de ociosidade das refinarias.

A consequência disso é que a refinaria fica ociosa e a Petrobras passa a exportar diesel. Ela não vai refinar. Em vez de ela usar os 30% que estão ociosos, ela exporta o petróleo cru. Então, isso aqui é um modelo colonial. Sabem o que é modelo colonial? Ser exportador de matéria-prima. Sabem o que é refino? É atividade industrial. Dá lucro em qualquer situação. Você compra matéria-prima, industrializa e vende o produto. Você sempre vai ter uma margem de lucro. É claro que varia ao longo do tempo, mas é uma atividade importantíssima, industrial. Nós estamos caminhando para o modelo... Como é o modelo do minério de ferro. Nosso modelo do minério de ferro é esse modelo colonial de exportar minério de ferro e comprar aço da China, e nós fazemos a mesma coisa com o óleo diesel.

É importante demais mencionar aqui que a resiliência financeira da Petrobras depende mais da atividade de refino. Então, a gente teve... Olha o que é o preço do petróleo! Vai a 120, vem a vinte e poucos... Hoje, nós estamos a 65. Isso aí é o mercado de petróleo. Sempre foi assim. Altíssima volatilidade. Mas, mesmo com essa volatilidade toda, a geração de caixa da Petrobras, o Ebit da Petrobras é muito estável. Por que é muito estável? Porque tem o refino. Então, privatizar refinaria, vender refinaria... Nenhuma empresa cogita fazer o que a Petrobras está fazendo, com esse aval do Cade. Isso chega a ser... Não vou nem falar o que é isso.

Então, a Petrobras propõe uma nova política de preço, tem várias considerações aí, mas o fato básico é o seguinte: ter como base lá o preço lá dos Estados Unidos, de onde vem o diesel... Quando sobe muito, a gente caminha para um preço de paridade de exportação e também considera custos. Nosso custo é muito baixo, tem fórmulas, fórmulas complexas... Eu não vou entrar nessa fórmula aqui, mas quem quiser conversar comigo, a gente discute todas essas fórmulas aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o importante é o resultado dessa política que a Associação dos Engenheiros da Petrobras está propondo, que é a redução em relação ao preço dos Estados Unidos. Por exemplo, hoje a gente está aqui perto de 70. Nós estamos com um brent a 65. Então, nós estamos ali com R$2,35 para R$2,01. Então, hoje geraria uma redução lá no preço na refinaria de 34. Se o preço do petróleo subir muito, chegar a R$3,74, essa redução aumenta muito, e a Petrobras praticaria só R$2,97.

Tudo isso que a Aepet fez é com base no quê? Num preço justo e em alta rentabilidade. Aqui não tem baixa rentabilidade, não. Isso é alta rentabilidade. Então, é sustentabilidade econômica absoluta para a Petrobras.

Se a gente tiver que importar... Vamos dizer que a importação, no caso do óleo diesel, é residual. Nós estamos ali com 49 bilhões, 50 bilhões em produção, 10% de biodiesel... Se tiver que importar, é residual. Aí, realmente, a gente precisa, talvez, criar um mecanismo... Eu sugiro um mecanismo até similar ao que foi criado no ano passado, que foi aquela subvenção econômica. Mas não é uma subvenção econômica de R$9,5 bilhões; é uma subvenção econômica de alguns milhões. Nós não vamos dar subvenção econômica aqui para a Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Isso não tem o menor sentido.

Eu queria fazer um comentário aqui. Senador, é o seguinte: o Fonseca, que é o Presidente da Abcam, quebrou o pé e não vai poder vir, mas pediu para eu o representar aqui. Ele me deu carta branca para falar também aqui em nome da Abcam. Então, eu poderia aqui continuar com a apresentação? É uma pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

Posso falar aqui em nome da... Posso continuar, então, aqui... Vou falar alguns minutos mais aqui, em nome da Abcam, está certo? Estou autorizado?

Bom, então, eu trouxe aqui... Isso aqui é, de certa forma, para fazer uma acusação. Apesar de não estar sendo muito claro ali, quero fazer aqui uma acusação.

A TAG... Eu vou falar da TAG aqui, porque o mesmo raciocínio da TAG se aplica às refinarias. A TAG é uma empresa que teve uma receita de 4,9 bilhões no ano de 2018 e de 4,5 bilhões em 2017 e tem um custo dos serviços prestados de 1,098.

Primeira pergunta que faço aqui, até para o Sr. Décio Oddone, Diretor-Geral da ANP: o monopólio natural, que tem que ser regulado pela ANP... Uma empresa tem uma receita de 4,9 para um custo de serviço prestado de 1 bilhão? Quatro vírgulas cinco vezes mais? Aí você fala: "Mas...".

No caso da Petrobras, não tinha tanto problema, porque ficava tudo dentro da Petrobras. A TAG era uma subsidiária integral, pagava... A TAG era do mesmo grupo. Aquele custo ali é, basicamente, Transpetro. Tudo lá dentro do mesmo grupo. Quando você venda a TAG, como ela foi vendida, por 8,6 bilhões... Então, a TAG por 8,6 bilhões... Eu vi aqui o número de refinarias: 36 bilhões... São esses números altíssimos.

O que representa a venda da TAG? A impossibilidade, qualquer possibilidade de redução do custo do transporte de gás natural no Brasil. Por quê? Elas vão pagar 8,6 bilhões. Vinte e dois bilhões... Isto de dólares. Dá uns R$35 bilhões. Já foram contratados empréstimos de 22 bilhões,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de bancos... Até o Banco do Brasil. Acho que Itaú, Bradesco... Custo financeiro alto. Vinte e dois bilhões é o contratado.

A privatização da TAG representa simplesmente a inviabilidade técnica de se reduzir, porque eu entendo que regulação de um monopólio natural é uma regulação por custo. Então, a Petrobras poderia realmente ter um custo baixíssimo de transporte do gás, por quê? Porque ela tem a Transpetro operando com baixíssimo custo.

Como os compradores da TAG vão ter que recuperar US$8,6 bilhões, vão ter que recuperar os encargos financeiros que vão pagar dos empréstimos, vão chegar lá na ANP para o Sr. Décio Oddone e falar assim: "Olha, esse aqui é o monopólio natural, mas olha aqui a minha planilha de custos. Minha planilha de custos, para recuperar os 8,6 e os encargos, eu vou precisar ter uma receita de 4,9 bilhões, que é a receita da TAG". E foi só por isso que ela comprou. E tem mais, não tem risco nenhum nisso aqui. Isso aqui é capitalismo sem risco. Esses contratos, tudo Ship-or-Pay, tudo Ship-or-Pay. Atividade toda vendida. É receita garantida. É o capitalismo sem risco. Agora eu queria ver essa empresa construir indústrias, aumentar a malha de indústria no Brasil. Não, vem nesse tipo de coisa, está certo?

Como muito bem colocou aqui o Diretor-Geral da ANP, a gente realmente, a gente praticou... A Petrobras, de 2002 até 2014, a Petrobras praticou, na média, preço do mercado internacional do diesel e da gasolina também muito próximo. Isso aqui não acho que prejudicou o povo brasileiro, não; diretamente, não, mas isso aqui tem repercussão, sim. A Petrobras não deveria ter feito isso, a não ser que o Brasil tivesse uma política fiscal que incentivasse a construção de refinarias.

Então, por exemplo, você tem – vamos falar só de tributos federais – PIS, Cofins e Cide, no diesel não tem Cide, hoje está zerado, mas já teve. Então, você tem que ter uma política fiscal para que, com uma política dessa, tenha investimento no Brasil em refino. Com essa política da Petrobras, fica dois anos, três anos acima, dois, três anos abaixo, é impossível qualquer investidor privado investir no Brasil de fato. Concordo, essa política não poderia ter sido executada sem uma política fiscal que gerasse investimento e até gerasse importação. Se nós não temos refino, vai ter que importar, reduz o tributo da importação. Se nós não temos refino, precisa reduzir, precisa fazer investimento em refinaria, reduz o tributo para quem vai investir em refino.

Agora, tem a contraparte que seria o quê? Um problema no Orçamento Geral da União, que você vai ter que fazer um subsídio.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, o que que eu proponho? Isso aqui já é uma proposta minha. Eu sempre propus isso. Para esse resíduo, se tributasse a exportação do petróleo cru.

Não sei se os senhores sabem, mas a Rússia tem uma capacidade de refino duas vezes maior que o Brasil. Enquanto nós não somos autossuficientes em refino, a Rússia tem uma capacidade de refino duas vezes maior do que o consumo da Rússia. E como é que ela conseguiu isso? Tributando a exportação do petróleo cru. E lá na Rússia, por incrível que pareça, tributa-se até a exportação do derivado e gera-se um preço mais baixo para o povo Russo.

Eu não estou nem defendendo isso aqui, apesar de que, conceitualmente, está correto. Agora a diferença é muito grande. Na exportação, é 60% do Imposto de Exportação; no derivado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é 30%. Eles agora dizem que vão acabar com isso até 2024, mas, é claro, já construíram um parque de refino daqueles, já construíram toda a indústria de petróleo, talvez vá para o mercado concorrencial.

Então, eu falei da TAG, eu vou falar aqui do refino. A privatização das refinarias acaba com qualquer possibilidade de preço baixo aqui no Brasil de óleo diesel e de gasolina. Simplesmente por quê? Por causa de custo.

Se a Petrobras tem um custo de 1,042 por litro de diesel, o comprador... Aqui eu pus colocando US$20 bilhões; se for US$86, vai dar mais. Então, vai ter o custo de capital. Quem é que produz 1,1 milhão de barris por dia, no Brasil? Só a Petrobras. Esses compradores da refinaria vão ter que importar ou comprar da Petrobras. Por quanto? Por 65. Chega lá em 1,8, que já é maior do que o preço nos Estados Unidos hoje. Então, aqui, é inviabilizar qualquer possibilidade de o povo brasileiro ter um combustível a preço razoável.

Agora, a gente compara. Nós Estados Unidos são 135 refinarias. São 29 lá no Texas. Aquilo lá no Texas, que gera o preço lá no Texas, o preço lá no Golfo dos Estados Unidos, que no diesel, hoje, deve estar 1,7, 1,8, é porque lá tem concorrência. Lá, só no Texas, são 29 refinarias. Lá tem concorrência. Olhem a margem, a rede de dutos dos Estados Unidos, é uma coisa gigantesca. Então, lá, há concorrência.

Aqui é isso. Quem disse que tem monopólio regional no Brasil não sou eu. É só vocês pegarem o estudo técnico do BNDES, do ano passado, que fala que aqui no Brasil nós temos o quê? Lá são 135, aqui a Petrobras tem 13. É 98% do refino. Onde poderia haver competição, que tem quatro – no Estado de São Paulo –, não estão colocadas à venda. O que foi colocado à venda é onde tem monopólio regional. Aí falam: "Eu vou competir com a Refap, com a Repar". São só dois agentes. Vai ter que levar de caminhão, talvez, lá do Rio Grande do Sul para o Paraná. Então, é comparar alhos com bugalhos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, para concluir.

Os Estados Unidos têm competição, tem concorrência, e têm um preço, de diesel, de 1,7, 1,8. Amanhã, pode ter um decreto do Presidente da República falando assim: "No Brasil, quando o petróleo for produzido lá e o derivado for produzido lá, vamos praticar o preço do mercado dos Estados Unidos". Amanhã!

Vocês sabem quantos anos nós vamos demorar para sair desta situação aqui em que não se tem duto, em que não se tem refinaria, em que não se tem competição para os Estados Unidos? Talvez séculos. Como o petróleo tem um horizonte talvez mais curto, nós não vamos chegar nunca. Nós vamos privar o povo brasileiro de entregar, amanhã, um preço igual ao dos Estados Unidos – que pode ser amanhã – para entrar numa falsa concorrência, com custos altíssimos, que vão inviabilizar o preço dos Estados Unidos. Não há possibilidade técnica, no Brasil, de se praticar o preço dos Estados Unidos. Por quê? Porque vai ter o custo de aquisição das refinarias e vão ter que trazer um produto importado.

Quero agradecer muito a tolerância e colocar-me à disposição dos senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar imediatamente a palavra para Dary Beck Filho, que é Diretor de Finanças, Administração e Patrimônio do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e representante da Federação Frente Única dos Petroleiros (FUP).

O SR. DARY BECK FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e todas!

Queria saudar a Senadora Zenaide Maia, que está presidindo a sessão. Em nome dela, quero saudar todos os Senadores e Senadoras presentes. Quero saudar os que estão nos assistindo, também, pela TV Senado, nesta audiência pública.

Falar por último é sempre um problema, porque muitos dos elementos que a gente vai trazer para o debate já foram colocados. Mas queria, primeiro, desmistificar algumas coisas que foram ditas aqui que, para mim, não condizem bem com a verdade. A primeira coisa que me incomodou bastante foi uma cooperação feita entre a Petrobras e a Standard Oil, nos Estados Unidos.

A Standard Oil, nos Estados Unidos, era uma empresa privada. Todos os crimes corporativos que a gente conhece hoje, cartel, dumping, surgiram com essa empresa privada dos Estados Unidos. Eles faziam concorrência desleal de todo jeito. Há vários documentários que falam sobre isso, qualquer pessoa pode assistir, mostrando como atuava o Sr. Rockefeller, como ele enriqueceu sua família, sacaneando seus competidores das formas mais variadas, negando trem, negando trilho para transportar produtos. Aí, comparar com uma empresa estatal, monopólio criado por um movimento popular, que foi O Petróleo é Nosso, uma empresa de estado com uma empresa privada é, no mínimo, uma desonestidade intelectual feita aqui.

Uma tinha uma função absoluta de procurar o lucro máximo, de qualquer jeito, que era a Standard Oil, enquanto que a Petrobras sempre teve, enquanto foi monopólio, a função de garantir o abastecimento de combustíveis a preços justos em todo o Território brasileiro. A Standard Oil não tinha essa tarefa, não procurava ter essa tarefa. Então, essa comparação é indevida.

A segunda questão que vi aqui, quando o pessoal fala que petróleo é que nem café, açúcar, soja, é uma commodity, é uma mercadoria, que nome bonito esse. Aí eu pergunto para os que estão me assistindo e me ouvindo: o que aconteceria com o mundo se acabasse o café hoje? O mundo iria parar? Não, o pessoal iria tomar mais chá, outras coisas. Lá no Rio Grande do Sul, iriam tomar mais chimarrão. É isso aí – obrigado, Senador. Quero saudar aqui o Senador Izalci, que voltou aqui –, então, o mundo ia continuar.

Agora faço o mesmo exercício com o petróleo. O petróleo acabou, não tem mais petróleo. O que vai acontecer com o mundo? Vai acabar o mundo! Sabem aqueles comentários de fim do mundo? Um daqueles tem um meteoro, um ataque zumbi, um vulcão, um deles é o fim do petróleo. Se acabar o petróleo hoje, três quartos da população do mundo morrem de fome rapidamente, porque não tem transporte, não tem comida, não tem roupa. Então, dizer que petróleo é igual a soja, igual ao café!

Desde a primeira guerra do Iraque, todas as guerras que houve no mundo têm a ver com petróleo, todas as guerras: Argélia, Síria, Afeganistão. Eu não vejo os Estados Unidos movimentando grandes porta-aviões por causa do café. Então, essa é outra comparação indevida. A gente tem que parar de falar essas falácias, essas mentiras para tentar enganar as pessoas. A gente tem que dizer para a população que está nos escutando a verdade: petróleo é um insumo especial e essencial para a nossa civilização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se sumir o petróleo, a civilização que existe hoje no mundo rui, ela vai virar outra coisa. Não tem substituição para o petróleo, não tem área agriculturável para plantar soja para criar biodiesel e cana para etanol, não existe. Não existe avião cargueiro que vá funcionar com etanol, não existe. A tecnologia hoje não chega e não vai chegar. Existe uma questão intrínseca do petróleo, que entrega uma quantidade de energia muito além do que qualquer outro tipo de insumo de energia primária, como a gente chama o petróleo. Então, essas comparações são indevidas.

Vamos falar do preço. Foi falado muito aqui do preço, do preço do diesel. Achei interessante que não apareceu nenhuma apresentação sobre o preço do gás de cozinha aqui. Só falaram que o preço do gás de cozinha tem um custo de R$29, mas o povo brasileiro está pagando 80, 75. Por quê? Onde está essa diferença? Quem ganha com essa diferença? As distribuidoras privadas. O setor privado está enfiando a mão no povo brasileiro, no GLP, no gás de cozinha. Então, as donas de casa de Pernambuco têm que usar espiriteira com álcool, o que criou uma epidemia de queimaduras, porque as empresas privadas do setor, com todo respeito ao palestrante aqui, estão lucrando o máximo possível com o gás de cozinha.

"Ah! Mas, se venderem as refinarias vão baixar os preços". Veja bem, o Paulo já falou ali da questão da composição. A pergunta óbvia é qual empresa privada internacional que vai comprar uma refinaria no Brasil para cobrar menos que o preço internacional? Isso é falso. Quem diz isso mente. Eu digo aqui que o Presidente da Petrobras mente, é um mentiroso quando diz que vender as refinarias vai baixar o preço. Quero que ele me mostre tecnicamente qual empresa vai entrar no Brasil para cobrar menos do que cobra lá fora.

Essa política de preços de importação submete o povo brasileiro a coisas que ele não vive. Por exemplo, o xeique árabe... Outra coisa que falaram aqui, que o petróleo, que não tem quem comanda o preço do petróleo. Isso é falso, por favor. Eu fico admirado que seja uma pessoa que trabalha na agência reguladora dizer uma barbaridade dessas. O maior produtor de petróleo do mundo é a Arábia Saudita. A Arábia Saudita, se quiser, controla o preço do petróleo de qualquer jeito. Foi o que aconteceu em 2015. Em 2014, o petróleo chegou a bater US$150, aí começou a valer a pena: "Puxei o gás dos Estados Unidos". Aí o que o xeique árabe fez? "Os caras estão começando a produzir lá, eu vou perder mercado". Abriu a torneira. O petróleo bateu US$27. Um dos problemas de caixa da Petrobras foi que a Petrobras investiu para produzir, pensando que iria produzir e ganhar dinheiro a US$70, e, quando viu, o petróleo chegou a US$27. Isso aqui não tem controle de preço. Por favor! Se o xeique árabe da Arábia Saudita acordar de mau humor, ele levanta o preço: "Quero trocar os meus carros de luxo que estão muito velhos, vou comprar tudo novo agora". Pá! Controla o preço e ele manda no Catar, ele manda nos Emirados Árabes. Se o Catar quisesse fazer alguma bobagem, já manda o exército da Arábia Saudita lá: "Bem, quem sabe...".

Então, por favor, não vamos mentir para o povo brasileiro. Estamos mentindo para o brasileiro para aplicar uma política suicida, destruidora, rapinando o povo brasileiro. Para quê? Por quê? É isso que eu quero saber. Eu quero saber quem é que está realmente ganhando dinheiro nesse negócio, que é para ganhar dinheiro, alguém ganhou dinheiro. O povo brasileiro está se ferrando. Greve de caminhoneiro por quê? Porque nós temos que pagar o preço do petróleo importado. Mas que é isso? Que é isso? Qual o sentido disso?

Uma coisa assim: antes da descoberta do pré-sal, nós não tínhamos petróleo suficiente. Realmente a gente iria precisar fazer concorrência, processo de concorrência, iria ter que trazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



de fora, nós iríamos ter que importar petróleo se começasse a crescer muito a economia. Depois da descoberta do pré-sal, acabou, nós temos petróleo para dar e vender. Quer dizer, já estamos dando e vendendo, mas... Nós temos petróleo para dar e vender, para segurar a nossa economia, para fortalecê-la.

Nós estamos abrindo mão dessa vantagem competitiva, já que o pessoal gosta muito de mercado, de ter energia barata para quem? Por quê? Aí pergunta-se: "Ah! Mas daí tem que ter um preço aqui, porque daí as pessoas vão botar refinaria aqui dentro". Se o preço aqui dentro é o preço de importação e eu tenho uma refinaria lá fora que está operando a 60%, por que eu vou construir refinaria aqui? Eu boto a refinaria lá fora a 60% e importo. Ponto. Resolvi.

Qual o incentivo que a Equinor, uma empresa que produz petróleo aqui no Brasil, no pré-sal, e a Shell, também que é produtora aqui, qual o incentivo que essas empresas têm de construir uma refinaria no Brasil se elas podem importar das refinarias que elas já têm? Nós vamos entrar numa lógica que é lógica internacional, é o preço internacional.

Os russos têm um grande parque de refino sobrando, sobrando. O que vai acontecer? Eles são grandes produtores de petróleo também, mas talvez sejam meio burros: construíram um monte de refinarias para eles e tal, está sobrando refinaria. Sabe, aqui que é bom, é bom de a gente ter pouca refinaria, vender logo as nossas e tal. Esses caras que trabalham anos produzindo petróleo, são exportadores há séculos, esses não sabem como fazer política com petróleo; nós, que agora descobrimos o pré-sal, descobrimos isso. Agora nós sabemos. Vamos entregar as refinarias logo. Então, por favor...

Outra coisa: o Cade. "Ah! Não pode ter monopólio, não sei o quê". Cada refinaria... O grande ativo de cada refinaria daquelas não é a unidade industrial, é o mercado cativo que a refinaria tem, esse é o ativo. Se até pudesse botar aquele mapinha ali iria ajudar.

Ninguém, ilustre Senadora da Bahia, vai sair da RLAM, como dizem nossos amigos baianos, para comprar gasolina mais barata na Regap, em Minas; ou na Abreu e Lima, em Pernambuco. O grande ativo da RLAM é a Bahia, o mercado da Bahia, mercado cativo. Qual empresa privada vai cobrar preço menor tendo um mercado cativo com os importadores trazendo residual?

Eu já fui de uma empresa. A Refap S.A. foi uma tentativa do Fernando Henrique Cardoso privatizar o refino. Eram 30% só da Repsol YPF. Durante dez anos, estivemos nessa situação lá. O que fazia a Refap S.A., que era uma empresa estatal, mas tinha lá os seus sócios privados, e os sócios privados exigiam que tivesse lucro? Ela cobrava um preço maior do que a Petrobras, no limite. Ela ia no limite: eram R$0,03, R$0,04, R$0,05, R$0,10 para não perder o mercado geográfico. Ela cobrava mais. O que vai acontecer? Vou ter oito refinarias cobrando preço maior porque elas têm... Quem é que vai... Tu vendes a Reman, lá em Manaus. Quem é que vai disputar o mercado da Reman? Ah, por favor, não mintam, tchê! Não mintam! Digam logo que vocês querem entregar isso...

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – porque vocês não gostam dessa empresa estatal maravilhosa que a gente tem que é a Petrobras, que é desenvolvimento e tecnologia, gera emprego, gera renda no nosso País, que vocês querem entregar logo tudo para o capital internacional, porque alguém está ganhando dinheiro com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, eu tenho que fazer uma denúncia aqui. Agora, a gente foi surpreendido esse ano aqui. Foi criada pela direção da Petrobras mais uma jabuticaba: o tal do bônus, que é um tal de Programa de Remuneração Variável – para eles –, que vai dar, segundo os cálculos, para o presidente da empresa algo em torno de R$13 milhões este ano. Olha como é que funciona o sistema. É o seguinte: eu crio uma meta para mim. A direção da empresa criou uma meta: vender refinarias. Se ela vender refinarias, cumpriu a meta e ganha um bônus. Estão rapinando a empresa ainda. Eles vão destruir a empresa e aproveitar para rapiná-la.

Olha, sinceramente, eu sugiro aqui aos ilustres Senadores que investiguem isso que é uma vergonha. É isto: ao presidente R$13 bilhões e cada diretor vai ganhar algo parecido. Para quê? Para destruir a empresa, vai destruir a empresa – é isso –, vai entregando ao mercado o que a empresa tem cativo e que poderia servir para ela alavancar e para garantir o faturamento e ainda vão ganhar um bônus para destruí-la. Olha que lindo isso! Se isso não é corrupção... Sabe? Os "caras" falam muito em corrupção, mas fazem esse tipo de manobra.

Então, chamo, conclamo os Senadores e Senadoras que estão aqui, também os que estão nos assistindo e a população brasileira que nos ajudem. Ajudem-nos, da Federação Única dos Petroleiros...

(Soa a campainha.)

O SR. DARY BECK FILHO – ... e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, a lutar contra essa destruição, rapina que estão fazendo com a Petrobras que isso só vai servir para enriquecer alguns em detrimento de toda a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, agradeço e já vamos entrar imediatamente com os Senadores, mas antes, como autor também do requerimento, eu quero fazer aqui também a leitura dos nossos telespectadores que ligaram no Alô Senado.

Sérgio Melo, do Rio de Janeiro: "Por que Macaé, sendo a Capital Nacional do Petróleo, tem o preço dos combustíveis mais caro para os consumidores?"

Roseli Maria Baran: "Por que não mudamos essa matriz de poluentes? Não temos mais oxigênio na atmosfera. Por que não implantamos energia solar já?"

Luciano Lopes, do Paraná: "Quais as consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores?"

Sônia Beatriz Silva, do Rio de Janeiro: "Por que não existe um investimento em meios de transportes mais baratos para os combustíveis, como, por exemplo, ferroviário?"'

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro também: "Existe uma política para a diminuição de tantos impostos sobre os combustíveis? Por que um País grande produtor de petróleo tem um dos combustíveis mais caros da América Latina?"

Cheryl Berno, do Rio de Janeiro também: "Não deixem que vendam a Petrobras Distribuidora porque o combustível ficará muito mais caro e não chegará nos locais mais pobres e distantes".

Leandro Alves Souza, do Distrito federal: "Quando é que os usineiros vão poder vender etanol direto para os postos?"

Bem, eu queria fazer uma pergunta para o representante do Ministério de Minas e Energia. Recentemente, o Ministério de Minas e Energia anunciou a criação do programa Abastece Brasil. O programa visa estimular o desenvolvimento do mercado de combustível por meio de inventivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da concorrência do setor. Assim, gostaria de saber como o cidadão na ponta, o trabalhador e o microempresário poderão se beneficiar e quais os impactos esperados para a nossa economia?

E uma pergunta para o representante do Cade: creio que essa seja uma oportunidade para o Cade explicar para a Abicom e para os contribuintes sobre a discussão que tem saído no noticiário que trata a suposta venda de combustível pela Petrobras abaixo da cotação internacional nos principais pontos de importação de combustível no País. Cabe destacar que o mercado é muito sensível, e a política de preço de combustível impacta diretamente o dia a dia do contribuinte final que são os trabalhadores deste País.

Concedo a palavra à nossa nobre Senadora e também autora do requerimento, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia, Sr. Senador Izalci, nosso Presidente. Em nome de Paulo Cesar Ribeiro Lima e de Leonardo Gadotti Filho, eu quero cumprimentar todos os palestrantes aqui. Esta é uma audiência pública importante porque a gente dá visibilidade à população.

Mas uma coisa que me chamou a atenção da primeira Mesa e eu quero parabenizar a direção da Petrobras e o Ministério da Economia porque as falas foram bem alinhadas. Todos mostraram a mesma coisa: a importância de privatizar. Já foi privatizada TAG, a subsidiária NTS, as refinarias. Então, é difícil... Eu assisto a muitas audiências públicas, mas as falas tiveram um alinhamento que, se você ouvisse uma, era como se ouvisse todas, até os gráficos praticamente eram iguais. Então, parabéns porque a Petrobras, o Ministério da Economia e o Cade, que faz parte, foram unânimes em querer provar aqui para o Brasil que vale a pena vender o patrimônio.

E o que me chamou a atenção aqui foi que se falou muito em preço justo, que tinha que se alinhar ao mercado internacional. Para mim, preço justo é aquele que é justo para a sociedade e para o consumidor.

Se houve erros no Governo anterior... Não sou uma técnica, eu sou médica de formação, mas queria dizer o seguinte: se houve erros, não me interessa de que Governo, vamos corrigi-los. Agora, sinceramente, amigos, privatizar um patrimônio... Como a gente diz, não pode ser um monopólio, mas o monopólio é natural.

Nós tivemos aqui... Dois anos atrás, foi privatizada a NTS, que distribuía todo o gás da Região Sudeste. São 2 mil quilômetros. Justamente se vendeu uma empresa cujo valor que foi cobrado é menor do que cinco anos do lucro líquido dessa empresa. Quer dizer, a gente não pode ter o monopólio com a Petrobras ou com o Governo, mas pode ter o monopólio da Brookfield? A gente não pode ter o monopólio da TAG, que é Norte e Nordeste? Eu sou Nordeste. O Rio Grande do Norte era um dos maiores produtores de petróleo em terra, a gente tem uma refinaria que não é das maiores, que é a Clara Camarão, e tiraram logo a autonomia administrativo-financeira dela no final de 2016, juntaram com a exploração do petróleo, Izalci, e ela funciona – eu acho – com menos... A capacidade ociosa deve ser mais de 30%, que de onde a gente vem com a questão das refinarias. O transporte aqui de gás já está... E dizem que a gente precisa de competitividade. Não foi permitido nem licitação. A gente reclamou não foi só porque o Congresso Nacional não participou disso; é porque nem licitação... Ou seja, nós saímos da Petrobras. Não entendo como é que você vende algo que é seu, que dá lucro e que você vai alugar. A Petrobras vai ter que usar os gasodutos, e não existiu nenhum compromisso de ampliar esses gasodutos. Foi falado aqui que são técnicos, que entendem muito mais, mas isso qualquer brasileiro entende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse alinhamento, por exemplo, de gasolina. Como se falou, a gente vende o óleo bruto em real, não se paga nem imposto, e a gente importa a gasolina, o diesel, o botijão de gás. Por mais que se queira apresentar algumas coisas aqui, para a população foi, sim, de R$2,65 a gasolina – teve período aí, teve dia – para R$5.

Os caminhoneiros não vieram aqui representados, mas eu tive uma reunião com eles, e eles se preocupam com isso. O pior disso tudo, gente, é que a gente está vendendo isso tudo num período que há 30 milhões de pessoas entre desempregados e subempregados.

E sobre os impostos? Aí eu falaria: alguém lembra da MP 795, de dezembro de 2017? Depois que foi vendido o pré-sal, o Governo mandou uma MP, que era chamada de um trilhão e não chamou nem a atenção da sociedade, mas a Shell, a British Petroleum, esse povo... Ela se transformou na Lei 13.586, de 2018, e houve a renúncia fiscal de todos os impostos, gente" De todos, e chamou a atenção por isso. Imposto de Renda retido na fonte e IPI, esses dois formam o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios que estão, em sua maioria, sem condições de pagar nem a folha de pagamento. Então, PIS, Pasep, Cofins e CSLL por 25 anos! Nem Estados, nem Municípios e nem Distrito Federal foram consultados e, desde de janeiro de 2018, deixaram de receber essa quantidade de imposto, que chama a atenção para um País de que, de três a quatro anos, se diz que está falido, que se tem de vender porque está falido.

E sobre essa importância de dar credibilidade aos investidores – desculpem-me, mas eu venho ouvindo isso –, desmontou-se a CLT, tiraram-se todos os direitos dos trabalhadores porque iria gerar emprego e dar credibilidade ao capital que vinha de fora. Fez-se de tudo nesse País para dar essa credibilidade e, para dar essa credibilidade, a gente tinha... Eu perguntei: "Por que vamos anistiar, vamos fazer renúncias fiscais para petrolíferas estrangeiras? "Não, porque é a única maneira de dar credibilidade de elas entrarem no País".

Nada contra essa concessão público-privada, que tem que ter, mas a pergunta que é a seguinte: por que, sempre que vamos fazer essa concessão, Izalci, meu amigo Jaques Wagner aqui e todos que estão me ouvindo, a gente sempre perde autonomia administrativo-financeira?

Quando se privatiza, são 80% da Embraer, são 90% do transporte de óleo. Fica difícil acreditar que a venda do transporte para uma empresa, que a venda das nossas refinarias que estão aí ociosas... Há uma capacidade ociosa, com que a gente podia agregar valor, o que se faz no mundo inteiro, e aqui os técnicos estão provando que o fato que faz a gasolina não baixar é porque a gente está importando. E ninguém vem para cá. Isso é capitalismo, não é? Capitalismo não vem para lugar nenhum sem...

Agora, era ótimo. Eu costumo dizer aqui: una-se aos bancos porque, se eu fosse banqueira, dona de banco, com certeza, eu queria estar nesse País também como ele está, porque, se quase 50% do Orçamento da oitava ou nona economia do mundo já estão na minha conta, eu não tenho o mínimo interesse em investir em infraestrutura e em construção civil.

E, para finalizar, digo só o seguinte: nada disso aqui resolve o problema deste País se o Governo não investir no setor que gera emprego e renda. Se não investir... Eu não votei no Bolsonaro. Como todos, nós estamos querendo ajudar, minimizar e nós sabemos que pode desidratar, pode fazer reforma de previdência, proibindo os trabalhadores... Está provado, que, se não investir, Izalci – o senhor é um homem experiente – se não investir... Brasília, a grande, Distrito Federal tem mais de 350 mil pessoas desempregadas. Então, já que existem o Ministério da Economia e outros, vamos investir, gente! Este Congresso está aqui, independente de cor e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de partido. Essa preocupação da gente não é de partido "a", "b" ou "c"; a gente está aqui para ajudar.

Mas ele falou, por exemplo, que, quando se reduziu a importação, foi pela recessão. A inflação não caiu. Eu sou dona de casa, eu faço minha feira. Os produtos que a gente vê cair o preço é pela recessão. Eu converso com os donos de supermercados e nas feiras. As pessoas param de comprar. Se você tira 30 milhões de pessoas subempregadas e desempregadas do mercado consumidor, é claro que vai cair. Pode até cair esse preço de consumo e o posto de gasolina baixar o preço porque não está vendendo.

Então, para resumir, é o seguinte: não acredito que seja vendendo o nosso patrimônio a preço de banana no final de feira que nós vamos sair desta crise, não. Agora, invista – vou dar um exemplo – na construção civil, que emprega do homem rude ao doutor, e, com certeza, a gente alavanca.

Então, só reafirmando: aqui não é ninguém que é contra Governo, o Governo é eleito; a gente só está pedindo que tenha um olhar diferenciado e que não seja só para esse tipo de coisa. Você não vai vender o que é seu para alugar pagando caro por isso. E essa venda da NTS, que já não devia ter vendido a TAG porque já faz dois anos e se tem a experiência, não é boa. Nas nossas refinarias, vamos trabalhar, vamos investir para elas chegarem à sua capacidade total e vamos ver se a gente tributa esse petróleo bruto que sai para lá para a gente não tributar e entrar aqui em preço.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, cumprimento V. Exa., a Senadora Zenaide e os demais Senadores que já estiveram e que já foram. Cumprimento todos os palestrantes.

Realmente, para mim, Presidente, é um enigma os caminhos que estão sendo tomados, particularmente em relação ao mercado de gás e de petróleo e da Petrobras no Brasil.

Eu sou do ramo porque minha vida profissional na Bahia começou no Polo Petroquímico de Camaçari, quando o então Presidente Ernesto Geisel, numa visão estratégica de país, a despeito de eu ter sido da oposição, mas, pelo menos com uma visão estratégica de país, resolveu implementar um polo petroquímico exatamente para poder adensar a cadeia do petróleo, porque, cada vez que você adensa a cadeia do petróleo, você corre menos risco. Se oscila o preço e eu estou na cadeia, eu distribuo o risco por toda a cadeia. Então, eu perco aqui, ganho lá na ponta; perco na ponta, ganho aqui. Esse é um jogo que se faz por conta do chamado mercado.

Então, eu sou dessa época e vi nascer. Só fui para a Bahia por conta disso. Cheguei à Bahia em 1974 e estava nascendo o polo petroquímico. Existia a atual Nitrofértil, que tinha outro nome na época, e a Ciquini, mas o grosso foi todo desenvolvido pelo governo militar com dinheiro público. Aliás, um modelo extremamente inteligente que era o modelo tripartite. Você vê que, quando a gente pensa o País, as soluções saem inteligentemente. Como era o modelo? Era um terço do Estado como alavancador, um terço da iniciativa privada brasileira e um terço de quem detinha a tecnologia. Ou seja: "Vocês venham para cá, mas venham trazendo tecnologia para espalhar para todo mundo". Isso foi o governo militar que fez e depois veio o Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, com a Petroquisa etc., etc., etc. Então, eu vi isso tudo brotar e nascer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fruto de uma outra decisão do Governo brasileiro que foi a fundação da Petrobras que foi a fundação da Petrobras.

A primeira refinaria brasileira foi a Refinaria Landulpho Alves, que hoje, se estivesse a 100% da carga, seria a segunda maior refinadora. Infelizmente, estão travando a empresa provavelmente para dizer que a empresa... O custo fixo o mesmo, a produção é menor, então, é improdutiva; se a produtividade é baixa, temos que vender. Vamos vender, o cara vai botar para rodar 100% e pronto, está resolvido o problema.

É uma conta que é difícil de se explicar, porque como já foi dito aqui – eu não sou de ofender ninguém – beira a tentativa de fazer a gente de tolo, de ingênuo, sob um receituário que eu não sei onde é que deu certo.

Eu estou falando porque fui Governador, Senador Izalci, e os chineses queriam ir lá plantar soja. Muitos prefeitos diziam: "Ah, vai gerar emprego!" Eu dizia: "Não dou a licença. Só dou a licença se vocês verticalizarem a cadeia". Eu não tenho interesse... "Você vai fazer o que com o meu grão? Vai botar num caminhão, vai botar num navio, vai levar para lá. Só fala chinês o seu grão?" "Não, vai ter que falar brasileiro". E acabei conseguindo que eles entendessem que, se quisessem a dádiva do solo que eu tenho para produzir soja, tinham que trazer alguma coisa a mais, que eram os empregos na cadeia.

Isso é pensar o País, não tem nada a ver com esquerda e direita. Infelizmente, no Brasil, tudo vira isso: um debate de ideologia. O cara é de esquerda ou de direita? Não tem nada a ver com isso! Tem a coisa de ser esperto, de querer estar numa posição melhor para poder ganhar. Então, eu não entendo.

Eu fiz isso como Governador, enfrentando. E tinha interesse do investimento chinês e conseguimos. Foi como a gente verticalizou a cadeia toda de energia eólica. Por quê? Porque Deus deu um presente aos baianos, e eu, como representante deles, tenho o melhor ou dos melhores ventos, sem concorrer com o Rio Grande do Norte, para a produção de energia eólica, porque é um vento – como a gente brinca na Bahia – maneiro. Ele é unidirecional e não é de rajadas. Então, o equipamento para gerar é um equipamento muito mais barato, porque não tem... Ora o vento está assim, ora o vento está assado, ele é praticamente unidirecional. Eu disse: tudo bem, vocês querem instalar? Eu quero o parque industrial aqui. E está lá um parque industrial montado! De torres, de... Óbvio que a tecnologia central veio de fora, mas eu estou incorporando.

Então, eu não consigo entender como uma... Não é o dono, eu estou dizendo... Somos dezenas de milhares de técnicos, de engenheiros. A gente faz algo que ninguém no mundo conseguiu fazer: descobre a joia da coroa, que é o nosso pré-sal... E como já foi dito aqui, as guerras... Não somos ingênuos. Depois do pré-sal resolveram refazer a Quarta Frota do Atlântico Sul norte-americana, porque "onde tem decisão estratégica eu quero estar presente".

Não é cabeça conspirativa; é a realidade, gente! Nós estamos fazendo, aqui no Brasil, Trump ao contrário, por incrível que pareça. Ele lá está fazendo o quê? A China está aqui, eu boto barreira nisso, boto barreira no aço, boto barreira naquilo. Eu quero o meu emprego aqui dentro. Nós estamos fazendo tudo ao contrário.

Eu conheço antidumping, porque como Governador da Bahia, era procurado pelos produtores de calçados para dizer: "O senhor tem que falar com o Governo Federal para fazer antidumping com calçado que chega aqui a meio dólar, a um dólar, que era subfaturado lá para poder entrar aqui". O que era o antidumping? Botar imposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Nós aqui estamos fazendo o seguinte: eu falo que a estratégia é o preço paridade internacional. Para quê? Para vender as refinarias. Nós estamos cuidando da vida dos outros! Não estamos cuidando da nossa vida. Quem tem interesse em vender gasolina exportada para cá são eles; eles que tragam um preço mais baixo ainda, que é o custo de lá mais o custo de transporte. Eu que estou preocupado com eles. Aí eu boto como o preço da Petrobras o preço de lá mais o transporte aqui. O.k., para o pessoal que é importador, beleza, eu tenho como competir. Mas, amigo, se você quer competir, você tem que oferecer preço mais baixo e não me obrigar a equiparar o preço mais em cima. Eu confesso que para mim é antidumping ao contrário. Eu digo que o preço aqui é internacional, mas quem produz gasolina está entregando. É uma coisa que nós estamos vivendo... As histórias só serão contadas depois de muito tempo.

Reparem, Jean Paul deu outro dia esse exemplo e eu quero repetir, não sei se ele já falou isso aqui. É como se a McDonald's... Pelo amor de Deus, todo mundo adora a economia de mercado, desde que não seja no meu quintal; todo mundo adora economia de mercado, mas se eu puder ter um monopólio privado, eu estou aqui. Isso todo mundo sabe, ninguém é menino, quem tem unha maior sobe na parede. É como se a McDonald's tivesse o monopólio de venda de hambúrguer aqui em Brasília e ela dissesse: "Não, eu vou dar metade para o Big Burger para poder haver competição aqui". Na cabeça de quem entra isso? Só de uma empresa pública de alguém que não está pensando no País, na minha opinião.

Nós, quando compramos... Eu quero registrar aqui que eu fui Conselho de Administração da Petrobras. Quando foi comprada Pasadena, a decisão não tinha sido do Governo Lula, tinha sido uma direção correta do Governo Fernando Henrique Cardoso; não estava escolhida qual refinaria era. Qual era a previsão? Se eu tiver petróleo sobrante, eu prefiro levar para minha refinaria e faturar na cadeia produtiva, no refino lá, nos Estados Unidos. E procuraram uma refinaria. Se pagaram com roubo ou se não pagaram com roubo, eu não sei. Do ponto de vista estratégico do País e da Petrobras, estava corretíssimo. É o maior mercado consumidor, então, vamos procurar uma refinaria lá. Hoje, nós estamos fazendo o contrário: a gente tem refinaria aqui, não roda 100% e importa emprego, porque petróleo refinado significa emprego que vem na veia. Quem é que refinou? É holandês, é americano, é chinês, o que for, que está vindo com seus empregos aqui, no preço.

Então, não consigo entender. Nós estamos com 15 milhões de desempregados" Por isso que eu digo que é Trump ao contrário. Ele provavelmente está bem na população, porque o desemprego lá está em 3,3% ou 3,4%, tem uma economia que neste momento está aquecida. O que o povo quer? O povo quer prosperidade, o povo não vive de ideologia. De ideologia vivemos nós, que somos Senadores, políticos, a academia. O povo não vive disso, o povo vive de prosperidade. Nós fomos eleitos e reeleitos quatro vezes na Bahia porque a gente entregou prosperidade. Eu tive a glória de viver a menor taxa de desemprego da história da Bahia. A gente botou lá 150 mil casas populares e por aí vai... Então, eu não consigo entender.

Por exemplo, é estranho que quem oferte seis ou oito refinarias seja a Petrobras ao Cade e não uma exigência do Cade à Petrobras. O monopólio, Presidente, está aí, passou pelos governos militares, pelo Governo Collor, pelo Governo Itamar, pelo Governo Fernando Henrique, pelo Governo Lula, pelo Governo Dilma e agora que despertaram que têm que quebrar o monopólio que está escrito na Constituição?

Eu não quero nem saber, não quero falar só da questão da coisa, eu quero saber do ponto de vista econômico o que é que vai representar isso. Não sei, se já estamos trabalhando com o



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preço internacional, vai cair preço como? Nós vamos mudar a regra agora? Se não se tem estabilidade jurídica, quem é que vai investir aqui? Com essa confusão que está, menos investidores querem imobilizar seu patrimônio aqui. Tudo bem, para quem joga na bolsa está ótimo.

Reparem, quando eu fui do Conselho de Administração da Petrobras, a gente tinha consultorias superqualificadas inglesas que vinham de seis em seis meses para explicar projeção no mercado. Quando eu estava lá, estava 33, 34, um barril. Não havia quem projetasse, Presidente, acima de US$50. Nas melhores, foi a cento e não sei quanto.

O Rio de Janeiro quebrou, pela doença do royalty. Mau uso do dinheiro, corrupção também, inchaço da máquina pública, e por aí vai. Por quê? Securitizaram a previdência toda, com o preço do petróleo onde? Cá em cima. Quando o preço do petróleo veio cá embaixo, como é que paga? Isso é conhecido no mundo inteiro, a doença holandesa... Isso é velho. Não é possível que a gente não aprendeu isso, que esse bicho sobe e desce. Eu mesmo não entendo: era 30, foi para cento e tanto, desceu a 20 e agora está 60. Então, o que que faz alguém que tem produção de petróleo? Distribui risco ao longo da cadeia: eu vou perder aqui, vou ganhar ali.

Então, eu queria dar esse depoimento.

Não tenho uma pergunta a fazer, mas, como nós somos Senadores, somos responsáveis... Porque, amanhã, o meu neto, o seu neto, as próximas gerações vão dizer: "Vocês estavam lá e não viram nada?"

E eu quero insistir aqui: por favor, não tragam ideologia para debater na Mesa. Eu não quero falar de ideologia. Eu estou falando de negócio! Quem fez a Petrobras, o Polo Petroquímico de Camaçari, chama-se governo militar. E sabe quem saiu para fora? A maioria foram os estrangeiros. Acabou que os brasileiros se compuseram e tiveram a maioria. Está lá um polo petroquímico extremamente competitivo, com muitas empresas nacionais. Por isso que eu estou falando que não é ideologia.

Eu estava na Mesa dos assessores do Presidente da República, do Presidente Lula, quando ele determinou que não queria mais – na minha opinião, equivocadamente –, para estimular as empresas petroquímicas no Brasil, que a Petrobras fosse detentora da petroquímica, que fosse majoritária. Que entrasse minoritariamente, para deixar a gestão privada funcionar. Foi o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contra a minha opinião, porque eu continuava acreditando que a gente deveria estar na cadeia inteira. Mas foi ele que decidiu isso. Por isso que a Petrobras entrou na Braskem, entrou em outros lugares, para alavancar a indústria nacional de petroquímica.

Então, eu sou obrigado a dar esse depoimento, porque não conheço tudo, longe de mim. Agora, eu queria insistir, Presidente: vamos falar de negócio. Vai baixar o preço do gás como, se eu tenho o monopólio natural? Porque, perdoe-me, eu sei que o companheiro é da ANP...

Então, reparem: se já estava difícil controlar preço, que é a função da agência... Porque, lá fora, o pessoal desce a madeira, quando o cidadão pisa fora da linha. Aqui a gente ainda não tem esta musculatura.

Foi votada agora uma lei das agências, para poder dar mais musculatura, porque tem que ter, quanto mais mercado, quanto mais economia de mercado, economia livre, mais agência com poder. Porque, senão, é óbvio: o cara vai querer maximizar seu lucro. Aí, eu pergunto: se já era difícil controlar numa empresa pública, como é que vai controlar na privada? O caboclo fecha a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

refinaria e vai embora. Não é assim que eles fazem? Na hora que parou de dar margem, fecha aqui e deixa aí, hibernada, e vamos para outro lugar.

Então, eu estou extremamente preocupado, porque eu acho que a gente achou o filé, que foi o pré-sal, achou um outro filé muito mais importante, na minha opinião, que foi antecessor ao pré-sal, que é a inteligência da Petrobras, desenvolvida por seus engenheiros, técnicos – não estou falando de diretor –, e talvez a gente esteja jogando isso fora e amanhã a gente vai chorar, como já foi dito aqui.

Chamavam a gente de República de bananas. Graças a Deus, não somos mais. Mas, do jeito que vai, exportando ferro, soja, carne... A carne ainda tem uma transformação; não é uma indústria, mas há um frigorífico. E vamos exportar só petróleo bruto? Não acho que seja o melhor negócio do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Como há algumas perguntas direcionadas, eu vou passar, primeiro, para as considerações finais e para responder também, ao representante do Cade.

O SR. RICARDO MEDEIROS DE CASTRO – De novo, eu agradeço a oportunidade de debater aqui na Mesa desta Comissão do Senado.

Várias questões foram colocadas em relação ao papel do Cade não só pelos debatedores, mas pelos Senadores que fizeram as suas perguntas.

O que eu posso dizer é que, primeiro, no Brasil, a gente tem uma dificuldade de entender como a economia funciona e como o capitalismo funciona. Nós temos várias tabelas de preço no Brasil. Eu posso comentar desde tabela de honorários médicos, honorários advocatícios... Sempre há o desconto padrão. O Ecad tem uma tabela de músicas. Enfim, há uma série de tabelas no Brasil. E, quando a gente fala de gasolina, a gente fala do art. 39, X, do Código de Defesa do Consumidor, que é aplicado de maneira indistinta por vários Procons ao longo do Brasil, que, na greve dos caminhoneiros, por exemplo, punia pessoas que precificavam em R$5 a gasolina.

Eu questiono vocês: não existe regulação de preço-teto de gasolina. Essa é uma regulação *ex post* que pode colocar um pai de família na cadeia, porque está desobedecendo a lei de economia popular. E a lei de economia popular não é aplicada a bancos. Como bem comentou a Senadora Zenaide, os bancos têm margem de lucro muito grande no Brasil. Você vê um banco podendo ofertar empréstimos e crédito rotativo do cartão de crédito a 1.000%. Eu vi um caso de uma senhora que emprestou R$400, cobrou R$500 e estava respondendo por um processo penal. Esse é o capitalismo que nós queremos no Brasil? Um capitalismo em que existe uma ingerência em relação a preços que é aplicada muito mais a pobres, muito mais a pessoas que não têm o porte de bancos? Mas, para grandes empresas, não se aplica esse mesmo tipo de legislação, esse mesmo tipo de regulação, em especial para a gasolina.

Quando a gente olha o que aconteceu no Cade... Eu posso dar a minha experiência, porque participei, em 2007, do gabinete do Conselheiro Ricardo, que fez um voto divergente da maioria do Conselho à época e que analisou o caso da denúncia de preço predatório que estava sendo feita em relação a Ipiranga e a Manguinhos. A Refinaria Ipiranga e a Refinaria Manguinhos, que trabalhavam nesse setor, apresentaram uma denúncia formal ao Cade de que os preços estavam abaixo dos custos. Eu vi os custos e posso dizer que estavam, sim, abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha esses gráficos dizendo que o lucro é muito grande no refino ou que existe um grande... Sim, é verdade, mas o problema é o seguinte: estão colocando vários mercados de maneira homogênea, quando a gente deveria saber que o petróleo não é petróleo; existem vários tipos de petróleo, existem grades de petróleo.

A refinaria não é refinaria; existem vários tipos de refinaria por complexidade de refinaria. Você tem que comparar refinarias que têm o mesmo nível de complexidade e que craqueiam petróleo com o mesmo nível de densidade e de pureza. E, quando a gente junta tudo isso num grande mercado, acaba-se perdendo como que é a dinâmica desse tipo de estratégia comercial. Isso tudo para falar que, se a gente analisasse petróleo leve craqueado por uma empresa que teria um nível de complexidade semelhante àquelas empresas e que produzisse derivados leves, pelos cálculos que foram apresentados no caso, seria possível haver, sim, algum tipo de prejuízo.

E esse tipo de discussão iria ser... Quando foi apresentada... De novo, foi apresentada uma denúncia de preço predatório e, à época, o Cade entendeu que não havia indícios de que a Petrobras estaria tendo prejuízo. E isso eu falo em 2007, antes do escândalo da Lava Jato, que demonstrou que, de fato, a Petrobras teve prejuízos em alguns períodos. E, de novo, em 2007, esse era um período em que o preço nacional estava muito abaixo do preço de paridade de importação e que, de repente, ficou acima. Então, quando se fala sobre entrar e dizer qual é o preço que a empresa deve precificar, qual é a estratégia comercial que ela deve utilizar, eu acho que as pessoas olham a Petrobras como uma empresa passível de se adentrar nela e precificar os vários mercados.

Quando a gente fala do ponto de vista geográfico, você tem que entender que existe um mapa de calor, não existe um ponto no tempo e um único preço; existem vários preços. Então, é isso que as pessoas têm que entender. Esse é um processo extremamente complexo, um processo que é difícil do ponto de vista técnico. E a Petrobras apresentou um termo de compromisso de cessação que é previsto em lei. É comum o Cade assinar, o que é previsto no art. 85 da Lei 12.529, de 2011, do Cade. E o Cade assinou o acordo de que, ao mexer na estrutura do setor, esse tipo de denúncia e de conduta ficaria menos provável de acontecer.

Não há nada de irregular nesse tipo de conduta do Cade. Pelo contrário. Nós tínhamos feito, eu particularmente assinei um estudo específico, demonstrando que existe alta correlação entre concentração e preços de derivados, concentração de refino e preço de derivados. E isso foi feito não só nos Estados Unidos, mas toda a doutrina demonstra isso.

E, quando se fala que existe grande ociosidade na indústria e grandes margens de lucro em refino, eventualmente essa ociosidade baixa quando você tem concorrência interna. O colega mencionou talvez com umas palavras que beiram à injúria, mas eu diria um pouco acaloradas, que eu não fui honesto do ponto de vista intelectual, ao comparar o que aconteceu com o *Sherman Act*. Eu não estou dizendo que aconteceu a mesma coisa, mas o fato de ser uma empresa pública ou uma empresa privada não retira todo esse debate que é extremamente complexo, de que eu acabei de falar, e que, de fato, acontece. E posso dar o meu depoimento pessoal sobre o que eu vi e o que eu calculei em relação ao que aconteceu no passado e o que poderia acontecer aqui.

De novo, não é o Cade que vai determinar qual é o preço. Às vezes, a gente pensa na Petrobras como espectadores de um time de futebol que ser o técnico e quer precificar em nome da empresa. Não cabe ao Cade precificar, o Cade não é agência. E de novo eu gostaria de louvar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aqui o que a ANP fez não só por abrir a sua regulação, mas por entender que, em determinadas regulações, é melhor não interferir. Foi o que aconteceu.

De novo eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade de esclarecer esses pontos.

Eu acho que, de novo, não é a mesma comparação o que aconteceu nos Estados Unidos e o que aconteceu aqui no Brasil. Aqui no Brasil existiam particularidades, existiam justificativas para o acordo que foi firmado. Esse acordo tende a melhorar o ambiente concorrencial por quê? Enfim, a empresa já tinha até mesmo proposto um dos investimentos, e nós mostramos: "Olha é possível melhorar esse desenho de desinvestimento".

O colega mencionou que alguém da Bahia não vai sair para Minas Gerais para comprar gasolina. É óbvio. Quem vai falar, por exemplo, que as refinarias que estão no Rio Grande do Sul e no Paraná não competem? Mas existe uma zona cinzenta, talvez Santa Catarina, que se beneficia da concorrência entre ambos. Por isso essa análise ingênua e simplória de que não existe nenhum tipo de possibilidade de concorrência ou mesmo de benefício em relação a uma desconcentração do setor tende a mascarar quais são os reais debates que estão nesse mercado, nesse debate.

Enfim, peço desculpas pelo alongado da minha resposta, mas eu acho que, dado que foi mencionado várias vezes o Cade, precisava-se pelo menos desse esclarecimento a respeito de quais foram a justificativas do acordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Passo, também para suas considerações finais, ao Sr. Décio, da ANP.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Agradeço mais uma vez a oportunidade de me manifestar e tentar fazer uma colocação, um esclarecimento que não caminhe para a questão ideológica e, sim, para a questão pragmática de condução de negócio.

Eu queria começar respondendo ao Senador Jean Paul Prates, que fez uma pergunta explícita: se a ANP teria encaminhado ao Cade uma provocação sobre a questão do domínio da Petrobras no mercado de refino se fosse uma empresa privada.

Eu diria que possivelmente não, porque não teria chegado àquele ponto, porque dificilmente uma empresa privada teria tido autorização do Cade para deter 98% da capacidade de refino no Brasil durante tanto tempo. Mas, se isso tivesse acontecido, era obrigação da ANP fazer o que ela fez em relação à Petrobras.

E lembro que isso foi feito em um momento, em um ambiente em que a Petrobras já havia anunciado a venda de refinarias em um formato que já foi mencionado pelo Cade aqui de *clusters* regionais, em que ela manteria um *cluster* no Sudeste, um monopólio regional no Sudeste, ela venderia um pedaço, 60% de um *cluster* regional no Sul com as refinarias em Canoas e em Araucária e manteria um *cluster* regional no Nordeste, em que venderia 60% das Refinarias de Abreu e Lima e de Landulpho Alves. Então, a Petrobras seria beneficiária de 100% do monopólio regional no Sudeste e seria beneficiária de 40% dos monopólios regionais no Sul e no Nordeste. Era obrigação da ANP alertar o Cade para esta situação, tendo em vista a possibilidade da criação de três monopólios regionais com a participação de uma empresa.

Então, queria deixar isso aqui bem claro. Acho que nós atuamos cumprindo o nosso dever.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Se durante 20 anos isso não foi feito, não me corresponde aqui responder.

Peço licença aqui, Senador Izalci, para continuar.

Outro comentário do Senador Jean Paul Prates foi sobre a questão dos impostos. Ninguém aqui sugeriu redução de impostos federais ou estaduais; o que nós colocamos é a racionalização dos impostos. Quer dizer, a discussão da alíquota é uma discussão soberana nos governos, agora, a discussão sobre a racionalização da aplicação dos impostos, acho uma responsabilidade da sociedade, e nós, como agente regulador do setor, temos também a responsabilidade de colocar esse tema.

Também o Senador falou da questão da dependência das oscilações internacionais e criação de mecanismos de mitigação de variações de preço. Bom, essas são questões afetas à política, ficam no âmbito aí do Ministério de Minas e Energia, que tem atuado diligentemente para estabelecer políticas, contrariamente ao que a gente vinha vendo. Então é uma decisão que não compete à agência. Se há ou não há interesse político do Governo brasileiro de estabelecer mecanismos de mitigação de variações de preços internacionais é uma questão que é afeta ao Governo.

Em relação à periodicidade, sim, nós fizemos um estudo exaustivo sobre a questão de se é conveniente ou não haver periodicidade no repasse dos reajustes dos preços dos combustíveis, e a avaliação técnica que nós fizemos indica que não, porque a periodicidade estabelece prazos e indica para os agentes os momentos de reajuste, e isso cria comportamentos inadequados.

Paulo Cesar falou aqui do faturamento da TAG. Eu quero dizer que essas transportadoras, sejam controlados pela Petrobras ou por qualquer outra empresa, são companhias reguladas, a tarifação é regulada, e a ANP aplica as resoluções vigentes para o cálculo das tarifas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Em relação ao Dary, eu quero dizer o seguinte: você falou muito sobre se o petróleo é estratégico. Eu sempre lembro uma frase da ex-Primeira-Ministra inglesa Margaret Thatcher, ela dizia o seguinte: todo mundo fala que o petróleo é estratégico; não existe nada mais estratégico que comida, mas ninguém propõe a estatização da produção de alimento. Então, acho que estratégico é extrair o recurso, estratégico é não fazer opção pela pobreza, deixando os nossos recursos eternamente para ser explorados. Nós precisamos ter urgência, ter senso de urgência no Brasil, explorar o pré-sal e os nossos recursos o mais rapidamente possível, enquanto eles ainda têm valor para ajudar a tirar brasileiros da miséria. Temos 50 milhões de brasileiros na faixa de pobreza, não podemos abrir mão desses recursos e temos de ter senso de urgência para tirar esses recursos.

Quero também dizer aqui que eu não compartilho com as palavras que foram colocadas aqui de ataques ao Ricardo, do Cade, ao Presidente da Petrobras, que foi chamado de mentiroso, e aos diretores da Petrobras, que foram acusados de corruptos. Quero deixar claro aqui que a gente não compactua com essas afirmações.

Em relação à questão da Arábia Saudita, sim, é verdade, a Arábia Saudita tem um poder muito grande no mercado de petróleo, mas hoje quem define mais preço é o mercado americano, mais que o saudita, porque a capacidade de reação de preço do *shale* é muito rápida. Movimentações de preço afetam a produção de petróleo nos Estados Unidos de uma forma muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rápida, é um ciclo muito rápido, e o mercado internacional mudou desde que o *shale* passou a ter a relevância que tem.

Quero também lembrar que a Petrobras é uma companhia de capital aberto. Mais de 50% do capital da Petrobras hoje está na mão de acionistas privados. A Petrobras tem um mandado – e foi colocado aqui pelo Tojal na apresentação dele – de maximizar o valor para o seu acionista. Se alguma ação que a Petrobras tomar afetar os interesses da Petrobras, ela tem que ser ressarcida por isso.

Então, a Petrobras hoje não trabalha para defender os interesses da sociedade brasileira: a Petrobras trabalha para defender os interesses dos seus acionistas. Evidentemente que o acionista controlador é o Estado brasileiro, mas a Petrobras não é um agente do Estado que trabalhe em nome do Estado. A Petrobras é uma empresa de capital aberto que trabalha legitimamente – eu sou o primeiro a defender isso – para maximizar o valor para o seu acionista, e isso aumenta a responsabilização dos órgãos de Estado, aumenta a responsabilização da ANP e aumenta a responsabilização do Cade.

Se a Petrobras, que detinha o monopólio e atuava como agente estatal no passado, hoje deixa de investir em determinados ativos porque prefere colocar seus recursos no pré-sal, que tem maior rentabilidade, estamos de acordo. Agora, alguém tem que investir nesses segmentos em que a Petrobras deixou de colocar recursos. Aí estamos falando dos campos maduros do Nordeste, estamos falando dos campos maduros da Bacia de Campos, estamos falando das refinarias, estamos falando do mercado de gás. Se a Petrobras não tem recursos para construir refinarias e prefere usar os recursos que tem para explorar um campo no pré-sal, eu concordo. Agora, alguém tem que construir refinarias, e temos que criar as condições para que isso aconteça.

À Senadora Zenaide eu respondo aqui que preço justo nós vamos ter só com competição e transparência. Quer dizer, a sociedade, percebendo que há competição na formação de preços e conhecendo de forma transparente como esses preços são conformados, vai poder legitimar. Não acredito que haja outra forma.

Finalmente, em relação ao Senador Jaques Wagner, na mesma linha, a minha resposta é curta. Como é que nós podemos controlar preços? Os preços são livres no Brasil, por lei, desde 1º janeiro de 2002. A única forma de termos preços justos é com competição, de novo, e com transparência.

Muito obrigado pela oportunidade. É sempre um prazer estar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Concedo a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Flávio Santos Tojal.

O SR. FLÁVIO SANTOS TOJAL – Boa tarde de novo.

Agradeço ao Senador Izalci Lucas, aos colegas de Mesa e aos demais presentes pela atenção. Agradeço também pela oportunidade de poder participar deste debate, desta audiência pública, trazendo informações referentes à política de preços da companhia, o que, acreditamos, contribui com esta Casa na discussão de políticas públicas aplicadas no País, em especial no segmento de energia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Flávio, e já passo, também para suas considerações finais, para o Sérgio Araújo.

O SR. SÉRGIO ARAUJO – Boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez obrigado pela oportunidade de me posicionar.

Eu tenho dois pontos somente para comentar.

Um é em resposta à pergunta colocada pelo Senador Jean Paul, que quer saber qual é a visão da Abicom sobre o TCC assinado pela Petrobras e pelo Cade, como a Abicom está vendo isso.

Na nossa visão, o TCC não responde às questões que foram colocadas pela Abicom no Cade, de avaliação das práticas de preços predatórios e subsídios cruzados que a gente identificou e apresentou ao Cade. A simples aceitação da proposta da Petrobras de venda de parte do parque de refino, eu acho que ela... Assim, a direção da Petrobras passa a ter um aval do Cade também para avançar com um programa que já havia sido anunciado anteriormente, mas não responde efetivamente às colocações feitas pela Abicom.

Nesse sentido, a Abicom já protocolou, na última segunda-feira, um embargo pedindo que o Cade revisite esse TCC, avalie corretamente os pontos, e não arquive, como está previsto, manifestação da Abicom, como também o inquérito administrativo que foi impetrado pelo Presidente do Cade com base no estudo feito pelo grupo de trabalho composto por técnicos especialistas da ANP e Cade. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que eu queria reforçar a proposta que a Abicom fez de que seja realmente feita uma avaliação dessa possibilidade de uso das receitas excedentes de *royalties,* que são, como falou o Paulo Cesar, uma receita adicional de uma exportação de óleo que poderá ajudar a Petrobras na manutenção da sua política de preço sem exigir ou sem provocar intervenções do Executivo, como a gente verificou em abril passado, quando a presidência da Petrobras queria dar um reajuste, e a decisão dela, da Petrobras, teve de ser retornada com a visão política do Presidente da República de que teria impacto no consumidor, especificamente, nos caminhoneiros. Essa medida, na nossa visão, ajuda a Petrobras nesse sentido e ajuda também o consumidor, porque pode dar uma suavização, sem falar em subsídio, nos efeitos da volatilidade de preço das *commodities*.

Eram esses pontos.

Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dary Beck Filho, também para suas considerações finais.

O SR. DARY BECK FILHO – Quero agradecer, de novo, o convite. Estamos, lá na Federação, sempre à disposição para fazer esse debate.

Queria fazer alguns comentários. Primeiro peço desculpas. Acho que exagerei um pouquinho. É que a comparação... Tu concordaste comigo que a comparação é entre laranja e banana. São duas coisas bem diferentes. Mas tudo bem! Eu peço desculpas se exagerei.

Falando em comparações, de novo: petróleo e comida. No caso de comida, é o seguinte: eu faço um canteirinho no fundo do quintal da minha casa, planto tomate, e tenho tomate; mas não tenho petróleo. Tirando a época lá do Texas, fim do século XIX, quando os caras furavam o quintal e saía petróleo, hoje não é isso. Então, por favor, vamos falar sério. Eu gosto de falar sério. Não há como plantar soja para fazer biodiesel para substituir o diesel. Não existe isso, não vai acontecer isso. Nem álcool etanol para substituir a gasolina. E querosene de aviação. Não tem isso, não existe. Tecnicamente não vai acontecer.

Então, construir refinarias, eu topo. Quero que construam mais refinarias no Brasil, mas não vamos entregar de graça o mercado, como vocês estão propondo. É só isso! Tem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



fazer. Tem como fazer. Se quiser, tem. Em vez de dar um trilhão para as produtoras de petróleo levarem nosso petróleo bruto embora, por que não fizeram um acordo com eles? É o seguinte: "Eu te dou incentivo fiscal se tu construíres uma refinaria aqui dentro. É isso! E não precisa ser grande, pode ser de 20 mil barris. Tu ganhas um incentivo, mas constróis uma refinaria". Pronto! Resolvido!

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARY BECK FILHO – Então, é isso que tira o brasileiro da miséria. Não é cobrando gás de cozinha a R$80 que se vai tirar brasileiro da miséria, pelo contrário! Não é cobrando combustível caro, muito mais caro do que o preço do combustível do Golfo do México, que se vai tirar brasileiro da miséria, pelo contrário! É isso que está levando o brasileiro para a miséria e está fazendo as donas de casa se queimarem com álcool! Elas usam lenha! No País que já foi a quinta economia do mundo, o povo está usando lenha, porque as pessoas querem cobrar mais caro aqui dentro do que seria preciso.

Encerro e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

Passo imediatamente a palavra para o José da Fonseca. Ah, o José da Fonseca não veio!

Concedo a palavra a Paulo Cesar Ribeiro Lima.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Quero fazer um comentário aqui. Eu vou lembrar aqui os números. A receita da TAG é de R$4,9 bilhões. O custo do serviço prestado é de 1,09 para o monopólio natural regulado pela ANP. Eu não conheço nada parecido com isso. Nunca vi isto no mundo: regulação por custo. Eu chego a imaginar de onde vem um absurdo desses. Infelizmente, eu falo: "Mas será que esses contratos já não foram assinados, a criação da TAG, o desmembramento, a NTS, os contratos *ship or pay*? Já não estava ali no fundo a privatização da TAG?". Agora, esses R$4,9 bilhões vão ter que ser mantidos, porque são US$8,6 bilhões pagos à Petrobras mais os encargos financeiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Então, numa regulação por custo, acabou qualquer possibilidade no Brasil de reduzir o custo do transporte de gás, de reduzir a tarifa no Norte e no Nordeste. Eu vi ontem aquela audiência sobre a TAG. É lamentável!

O *shale* realmente hoje é muito importante. Mas quando a Arábia Saudita entrou forte... E não é só a Arábia Saudita. Aqui temos dois *players* importantes, que é a Rússia e a Arábia Saudita. Se eles entram no acordo, eles acabam, inviabilizam o *shale*, porque, quanto ao *shale*, nós vamos falar em um custo de pelo menos US$50. Está certo? Então, se joga o petróleo abaixo de US$50, acaba a indústria de *shale*. Nos Estados Unidos, talvez, isso não interesse a ninguém. Aí se voltou com US$65, e o *shale* já está todo a vapor. Mas a Arábia Saudita, principalmente, e os países do Oriente Médio podem jogar o petróleo a US$40 e acabar com o *shale*. Agora o impacto no orçamento deles foi gigantesco. Então, é um problema extremamente complexo.

Discordo radicalmente quando o senhor sugere que o preço de paridade de importação é justo para um diesel que é fabricado com petróleo produzido no Brasil e refinado no Brasil. Não é justo. O preço de paridade de importação praticado pela Petrobras não é um preço justo. Agora, não quero tirar nenhum importador do mercado, porque, se precisamos de gasolina, nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter de resolver o problema. Como? É só reduzir o tributo da gasolina importada! Agora, isso é inteligente? Talvez, não o seja, mas, pelo menos provisoriamente, a gente tem de partir para isso. Agora, cobrar do povo brasileiro preço de diesel como se fosse importado não considero um preço justo mesmo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – O *royalty* tem um problema, por quê? Porque essa receita já está com a União e está, basicamente, com Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo – mais com Rio de Janeiro –, então é uma receita deles. Criar um fundo... Eu sou muito favorável a um fundo de estabilização no Brasil, agora, não vamos nos comparar com Chile e Peru, que não têm petróleo. Lá, realmente, a população tinha que compor um fundo de um bilhão. Lá há impacto no contribuinte. Aqui é uma coisa que vai ficar dentro do próprio setor. Aqui eu estou falando de um imposto de exportação que não existe, residual, só para criar um fundo para estabilizar preço, porque, quando chega a 120, a 100 e a 70, a Petrobras tem uma lucratividade altíssima exportando petróleo: ela gasta 40, exporta a 60; 35 talvez, com margem de lucro de 100% no óleo bruto. Imaginem quando chega lá a 100! Então, é tributar a exportação, porque aí é uma coisa nova; eu não vou tirar recurso nem da União nem do... Apesar de achar... Essa distribuição de *royalties* no Brasil é...

Com relação a um trilhão, só *royalty* dá um trilhão. Só *royalty*! Você pega lá 100 bilhões de barris no pré-sal, deduz de Imposto de Renda, 15%, dá 15 bilhões; multiplica por 60, dá 900 bilhões; Imposto de Renda mais Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, 34%, já dá 300 bilhões; multiplica pelo câmbio, dá 1,1 ou 1,2 trilhão, só pela dedução do *royalty*. E o *royalty* empobrece todo mundo, porque a empresa paga o *royalty*, o Estado do Rio recebe, e as empresas deduzem no Imposto de Renda e tiram de onde? Do FPE e do FPM. Só *royalty* dá um trilhão. Agora, é muito mais que um trilhão. Então, o pré-sal hoje empobrece...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – ... o Distrito Federal, empobrece o Nordeste, empobrece o Centro-Oeste, empobrece o Norte. Agora, nem só *royalties*. Ainda vem essa IFRS, que joga navios, plataforma arrendada, joga como ativo; taxa de exaustão do ativo acelerada; entra também como depreciação... É uma lambança! Em 39 anos de petróleo, eu nunca vi uma lambança como a da Lei 13.586. Basta ler o art. 1º da Lei 13.586.

Então, eu encerro aqui.

Queria agradecer muito a oportunidade, agradecer novamente à Aepet a oportunidade de estar aqui em nome da Associação dos Engenheiros da Petrobras; agradecer muito à Abcam, que me deu carta branca para falar aqui em seu nome. Agradeço muito a oportunidade de estar aqui com vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Já passo a palavra também, para as suas considerações, ao Leonardo Gadotti.

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Muito obrigado, Senador Izalci. Mais uma vez, foi um prazer estar aqui com o senhor, com todos os demais membros da Mesa, com essa audiência, discutindo um tema tão importante, relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que todos alinhamos e concordamos que o País precisa urgentemente de investimentos, investimentos altíssimos em infraestrutura, para pelo menos dar suporte à demanda esperada. Investimento gera emprego, gera riqueza. E a única forma, como o Estado está falido, não investe mais – essa é a grande questão hoje, o grande problema –, a forma de atrair investimento, a primeira delas é segurança jurídica. A gente precisa de estabilidade nessas questões jurídicas. A gente precisa do PPI. Infelizmente, podem alguns não gostar disso, mas é a forma comum do trabalho. É assim que as economias modernas trabalham: você importa preço e, com isso, você atrai; você tem regra, você tem previsibilidade, por incrível que pareça, e atrai o investimento. A gasolina mais barata do mundo se vende na Venezuela. Olhem o que aconteceu com a PDVSA.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO GADOTTI FILHO – Então, é isso. Acho que é um exemplo também a não ser seguido.

Eu acho que essa discussão é muito mais técnica do que ideológica. E, nesse sentido, a Plural se coloca à disposição, Senador, para participar de mais fóruns como este, de trazer a sua contribuição, o seu suporte técnico e a experiência das suas empresas para poder contribuir com esse desafio, que eu acho que todos temos pela frente. No desafio, cabe a cada um de nós dar sua participação para poder, de alguma maneira, sair do outro lado.

Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Leonardo.

Já passo também para o último orador para fazer as suas considerações, Alexandre Manoel Angelo.

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – Em primeiro lugar, gostaria de, mais uma vez, agradecer, Senador, a V. Exa. por esta oportunidade.

Do que foi falado, eu acho que eu teria só o dever aqui, até por estar participando da agenda... Eu acho que a questão do refino já foi muito bem esclarecida, tanto pelo representante do Cade quanto pela ANP, pelo Diretor Presidente Décio Oddone.

Eu gostaria de acrescentar só um pouco em relação à questão do gás, porque ficou restrita aqui, como se o preço não tivesse possibilidade de cair por conta de ter se restringido a uma discussão do transporte, e mais precisamente, a questão de duas transportadoras. Queria dizer que a agenda que o Governo encaminhou e que aprovou no CNPE, na segunda-feira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... muito mais do que a privatização na parte do transporte, no *downstream*, sabendo que isso é um monopólio natural, é do aperfeiçoamento da regulação. Repiso isso na parte da distribuição da liberação da capacidade, que hoje está de 30% a 40% ociosa. Mas a grande aposta para a queda no preço é a questão realmente de você promover essa competição na parte do alto-mar, em que você tem mais de 30 empresas produzindo, para que elas possam – e a empresa dominante hoje, a incumbente atua como monopsonista, basicamente a única compradora de preço nesse mercado – nessa competição, nesse acesso a esses dutos de escoamento e essas outras *essential facilities* na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parte lá do alto-mar, no *upstream*, ter acesso; e aí, sim, você gera competição, você permite que hoje, com uma empresa que é monopsonista, você possa operar nesse mercado de competição.

O que está sendo feito também aqui, Senador, é uma coisa que me deixa muito tranquilo em participar dessa agenda, a gente tem lido e tem se esforçado bastante para, junto dos especialistas, entender: a gente está fazendo algo no mercado de gás com um atraso em torno de 30 anos. É o que a Inglaterra fez em 1985, a Espanha, a Alemanha. E os resultados – infelizmente, o Senador não está mais aqui –, ao contrário do que o Senador Jaques Wagner colocou – vamos falar de negócio, etc. –, é muito ao contrário do que ele falou: a gente tem realmente mercados crescendo, com segurança jurídica principalmente, e vai precisar desta Casa, futuramente, certamente, para que essa quebra de monopólio que está se fazendo com uma empresa hoje possa ser estendida, para que a gente não possa também ter monopólios privados. Obviamente, o mercado dinamicamente – ele está correto nisso aí – vai se arranjar para também ter... Todo mundo quer o seu monopólio, isso é claro. Esta Casa tem que se movimentar rápido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE MANOEL ANGELO DA SILVA – ... para que a gente não saia de um monopólio público para um privado. Então, isso vai precisar ser feito. Mas o que o Governo está fazendo hoje, com muita tranquilidade: a gente está fazendo uma agenda, infelizmente com atraso de 30 anos no nosso País, o que faz com que o preço do gás nosso seja o terceiro entre os maiores do mundo, quando não há nenhuma justificativa, em termos econômicos e em termos das nossas riquezas naturais também, para precisarmos ter um preço tão caro, prejudicando a nossa indústria, prejudicando o nosso consumidor, dificultando a oportunidade de investimento, geração de emprego e renda.

Eu só queria esclarecer isso aqui, porque eu acho que ficou meio... Foram duas agendas que foram postas aqui, e eu acho que a gente limitar essa discussão do preço só à parte do transporte é pouco em relação à agenda que o Governo está encaminhando.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – Eu queria fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Faça. É só para a gente fazer o encerramento. Um minuto.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – De fato, eu estou falando aqui do transporte, que deve representar cerca de 13%. A distribuição, em que vocês estão querendo atuar, de fato, é monopólio dos Estados, a distribuição do gás canalizado é monopólio dos Estados. Eu acho que tem realmente muitos problemas, eu acho que o Governo está certo de tentar convencer os Governadores, porque há muito problemas realmente, e se pode reduzir esse custo lá nos Estados.

Agora, o grande preço é a molécula, é o gás. Desde 1997, se pegarem todos os leilões do pré-sal, é tudo 30%, 40%. A Petrobras, em muitos, nem participa mais. Já acabou há muito tempo o monopólio na produção. É claro que há uma parte ainda em que, de fato, ela opera, mas hoje a Petrobras deve estar com 70% do mercado, mas, já em 2022, em 2024, já cai para 50%, 60% e vai cair muito. Então, isso já está resolvido. A produção já está resolvida. Já há competição. E a Petrobras...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO CESAR RIBEIRO LIMA – ... é simplesmente mais uma.

Agora, o que foi dito ontem... O gás barato é hoje no Brasil, hoje a Petrobras podia cobrar da fábrica de fertilizantes dela não 10 ou 12, ela podia cobrar 5 ou 6 hoje. Hoje! Agora, a gente também não pode criar muita ilusão com o pré-sal, porque há estudo aí da EPE, e é só pegar o custo de produção do gás no pré-sal, que está muito alto.

Aí entra a ANP de novo. Cabe à ANP: "Esse seu plano de desenvolvimento da produção, em que você está reinjetando todo esse gás, eu não vou aprovar esse plano". Aí vai haver gás! Agora, se a ANP não fizer isso... Hoje, a produção de gás no Brasil aumentou demais, mas olhem a reinjeção! Um terço é reinjetado. Então, o que a gente precisa no Brasil é regulação! Regulação. Hoje. O grande problema, a grande falha... O preço do gás está assim por causa de regulação. Então, não vamos criar aqui...

Agora, podem vir com essa coisa toda, com essa festa, novo mercado de gás, e amanhã a Petrobras pode baixar o gás. Não há transparência nenhuma no custo de gás! Por que a Petrobras cobra da fábrica de fertilizantes dela 12? Talvez seja para inviabilizar o negócio: "Olhem, essas fábricas de fertilizantes dão prejuízo, e eu vou privatizar, vou hibernar". É uma irresponsabilidade, se for isso mesmo – não estou afirmando que é isso. Agora, não há transparência no custo do gás, como eu apresento transparência no custo do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Paulo Cesar.

Como foi citada a ANP, se a ANP quiser fazer alguma... Senão, a gente vai ficar o debate aqui o dia todo, mas...

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Só um minuto, Senador, se me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. DÉCIO FABRICIO ODDONE – Primeiro, respondendo ao Paulo Cesar, eu concordo plenamente que precisa de regulação. É o que estamos fazendo: trabalhando para haver regulação, especialmente trabalhando para haver regulação interpolítica. O que a gente tem visto nos últimos tempos é uma ação integrada dos órgãos reguladores – ANP e Cade estão aqui – que encontrou agora o guarda-chuva da política através dessas resoluções do CNPE que eu acabei de mencionar na minha fala inicial. Então, não acredito que eu tenha vivido, nos meus mais de 30 anos na indústria, um momento em que houvesse tanta atuação no âmbito da formação da política quanto atuação dos órgãos reguladores. Pode melhorar? Pode melhorar, sim, deve melhorar, vai melhorar. Especificamente em relação à questão da transparência do preço do gás natural, concordo plenamente e digo que a ANP está a ponto de soltar uma resolução estabelecendo transparência na divulgação dos preços do gás natural no Brasil também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Senador Zequinha, nós estamos encerrando. V. Exa. Quer fazer alguma colocação?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Apenas dizer da satisfação de poder ver o debate.

Acho que o Brasil está encurralado entre duas coisas na questão energética. Uma, pagando uma das taxas mais altas no consumo de energia elétrica. E quem é que vive sem energia? Eu sou do Estado do Pará, um Estado que produz e que gasta apenas pequena parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa energia, manda embora, não pega nada de volta. É uma confusão. A gente precisa cuidar disso aqui, para ver se conserta um pouco disso, mas vivemos às voltas lá com a taxa lá em cima.

Dois: combustível. Para onde nós vamos com combustível tão alto, e quem é que vive sem gastar combustível, sem se locomover. A gente precisa encontrar saídas, saídas que o Governo precisa entender também, porque a gente discute um negócio desse – apesar de ter chegado uma turma do meu Estado que eu tive que atender ali –, e eu vi que há solução. Há solução. Precisa ter coragem, precisa ter determinação, precisa ter vontade de fazer isso acontecer.

Esse é um tema que não esgota tão fácil. Eu gostaria de pegar o seu contato, professor. Precisamos discutir umas coisas, se o senhor tiver condições de nos ajudar, para subsidiar alguns debates que faremos no futuro com relação a esses e outros aspectos.

No mais, quero dizer da alegria e gratidão de tê-los aqui na construção da abertura de conversas e debates que podem colaborar certamente para amanhã encontrarmos algumas saídas que aliviem a nossa população.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 20ª e 21ª Reuniões da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos que compareceram a esta Comissão para esta audiência.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Elmano Férrer, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 13/2019 - CDR, de autoria do Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), apoiado pelo Senador Lasier Martins (PODE/RS); e, REQ 22/2019 - CDR, de autoria do Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Finalidade:** Tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados. **Participantes:** André Nunes, Coordenador Geral de Gestão de Praia (representante de: Secretaria do Patrimônio da União); Ricardo Domingues, Secretário Executivo (representante de: Associação Brasileira de Resorts); e, João Pita de Freitas (representante de: Ministério do Turismo). Usaram da palavra os Senadores Lasier Martins, Styvenson Valentim, Dário Berger e a Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Santo Amaro do Maranhão, combinado com o art. 93, I, do RISF, com o objetivo de realizar audiência a fim de contribuir com a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018,que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, uma vez que a matéria trata de assunto de grande relevância e impacto social e econômico." **Autoria:** Senador Elmano Férrer (PODE/PI). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 36, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as políticas públicas da pesca, bem como a produção, comercialização do pescado, transporte e emissão de licenças, geração de empregos, o defeso e o potencial que o Brasil apresenta para o pleno desenvolvimento da pesca no país." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 38, de 2019** que: "Requer a realização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública destinada a debater a Pauta Nacional do Transporte Escolar." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 64, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prática do naturismo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com 3 emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação da matéria, com as Emendas de 1 a 3-CDR. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 281, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar prazo idêntico ao prazo de manutenção da Zona Franca de Manaus para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 402, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação com 3 emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da CDR pela aprovação da matéria, com as Emendas de 1 a 3-CDR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9/2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nossos pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunico que, no dia 26 de junho de 2019, encerrou-se, nos termos da Instrução Normativa nº 12/2019, o prazo para a manifestação dos membros da CDR em relação à carta-denúncia de Serra Pelada. O Senador Zequinha Marinho, por meio do Memorando do Gabinete do Zequinha Marinho nº 057/2019, manifestou interesse na discussão da matéria neste colegiado. A mencionada carta-denúncia encontra-se já autuada pelo Plenário

Recebemos um *e-mail,* a resposta do Sr. Claudio Akio Ishihara, Diretor de Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo, representando o Ministério de Minas e Energia, ao meu questionamento feito na 22ª Reunião, Extraordinária, da CDR, realizada no dia 26 de junho, em audiência pública para discutir a política de preço dos combustíveis pela Petrobras.

Pergunta. Recentemente o Ministério de Minas e Energia anunciou a criação do programa Abastece Brasil. O programa visa a estimular o desenvolvimento do mercado de combustível por meio de incentivos da concorrência do setor. Assim, gostaria de saber como o cidadão na ponta, o trabalhador e o microempresário poderão se beneficiar e quais os impactos esperados para nossa economia.

Resposta. A iniciativa Abastece Brasil busca estabelecer um ambiente de negócio atrativo ao investidor, estimular diversificação de agentes, bem como atuar no combate a práticas ilícitas e danosas à competição saudável do setor de combustível. O benefício ao consumidor vem com um nível elevado de concorrência em todas as etapas do abastecimento de combustíveis, situação em que as mais excessivas práticas são contestadas por outros agentes, garantindo a oferta de produtos com qualidade e preço adequados ao consumidor. Ademais, caso não ocorra investimento no refino e/ou infraestrutura para o recebimento de combustíveis importados, terminais aquaviários, poderá ocorrer um cenário hipotético de não ter oferta suficiente de combustível para atendimento à demanda futura do País, com prejuízos à economia, ao consumidor brasileiro, seja ele trabalhador, microempresário ou cidadão.

Comunico também que, após esta reunião, realizaremos a 24ª Reunião Extraordinária da CDR para deliberar emendas da CDR ao PLDO 2020.

Expediente. Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião está dividida em duas partes. Na primeira parte, audiência pública para tratar de limitações de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados. Na segunda parte, deliberativa, destinada à discussão e votação de matérias.

Primeira parte, então, audiência pública. Esta audiência tem a finalidade de tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, atendendo aos Requerimentos nº 13, de 2019, CDR, e nº 22, de 2019, CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins, que já se encontram presentes.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá 15 minutos para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritas, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Convido para comporem a Mesa, André Nunes, Coordenador-Geral do Núcleo de Gestão de Praias, Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União do Ministério da Economia. Convido também João Pita de Freitas, representante do Ministério do Turismo. Muito bem, João! E convido Ricardo Domingues, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Resorts.

Informo a todos que a Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento Regional justificou por *e-mail* a impossibilidade de enviar um representante para esta audiência, em decorrência do assunto tratado estar fora da competência do Ministério.

Ao Sr. Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Sr. Secretário, refiro-me ao ofício da CDR, para agradecer, em nome do Sr. Ministro Ricardo Salles, o honroso convite para participar da audiência pública que se destina a tratar de limitações de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados. Infelizmente, na data determinada para o evento, o secretário designado pera representar o Ministério do Meio Ambiente não poderá comparecer. MDR.

Registro aqui a presença dos autores dos requerimentos, Senador Styvenson e Senador Lasier Martins.

Já concedo a palavra imediatamente ao primeiro expositor, Sr. André Nunes, para fazer a sua exposição.

O SR. ANDRÉ NUNES (Para exposição de convidado.) – Bom dia!

Bom dia a todos os convidados e Senadores!

Hoje é um dia muito especial para mim, primeiro porque eu represento a minha Secretaria, o que não é um dia qualquer na vida de um servidor público; e segundo por estar nesta Casa novamente, o que muito me honra. Muito obrigado pelo convite, em nome da SPU, do Secretário Fernando Bispo. É sempre importante a gente trazer o entendimento da Secretaria, que tem um papel fundamental no desenvolvimento do País, para todos vocês.

É uma apresentação bem rápida, com alguns pontos muito significativos para a gente na SPU, e para a população usuária de praias. Trago aqui uma foto da nossa praia mais famosa para falar da transferência da gestão dessas praias para os Municípios.

Primeiro, uma fala sobre a Secretaria de Patrimônio da União, que, embora nos 165 anos, é pouco conhecida. Pouca gente sabe do esforço que a gente vem fazendo ao longo desse século e meio na administração dos imóveis. Nós administramos hoje cerca de 680 mil imóveis. Hoje já é um pouco mais. Esse é o número de dezembro de 2018. Até 1999 era uma secretaria vinculada ao Ministério da Fazenda. Em 1999 passou, com esse olhar estratégico sobre os imóveis, ao Ministério do Planejamento. No final dos anos 90, a gente teve uma legislação, a nº 9.636, que hoje rege ainda, que estabelece a gestão desses bens estratégicos, já com um olhar mais focado na utilidade desses imóveis do que propriamente no seu valor – valor venal, evidentemente –, e também fundamentando a geração de receitas patrimoniais. Em 2003, mudou um pouco isso. A gente passa a ter estoque de terras para provisão habitacional. Houve um grande esforço para combater o déficit habitacional do País, com o PAC, e depois o Minha Casa, Minha Vida. Nisso tudo a gente teve uma colaboração muito importante. E agora, a partir de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2014, 2015 até agora, um novo esforço na arrecadação, para diminuir a dívida pública. Agora, em 2019, com a nova mudança de governo, a gente volta então ao Ministério da Fazenda, agora nomeado como Ministério da Economia, e é uma das secretarias da Secretaria Especial da Desestatização e Desinvestimento, hoje como Secretaria de Coordenação Governança do Patrimônio da União (SPU). A prioridade é a geração de receitas, mas mantém o foco na função socioambiental e na função estratégica desses imóveis da União.

Aí uma rápida classificação desses bens imóveis. São os bens de uso especial, que são aqueles utilizados no serviço público, como esta Casa, como os prédios públicos. Mesmo quando são da União e utilizados por Estados e Municípios, também recebem essa caracterização.

Os bens dominiais são todos aqueles vagos ou utilizados por particulares; e os bens de uso comum do povo, que tem dois tipos: são os rios federais, o mar territorial e as praias. Eles nascem bens de uso comum do povo, eles não alteram essa natureza. E os calçadões, praças, ruas, onde há uma afetação, como bem de uso comum do povo. Uma rua pode deixar de ser rua, uma praça pode deixar de ser praça. É muito difícil, mas acontece. Então, há essa pequena diferenciação.

Agora já entrando no objeto da nossa fala, em 2015, nós tivemos a Lei nº 3.240, que, no art. 14, autoriza a transferência da gestão das praias marítimas urbanas. É importante que fique claro isso: a gente está falando de praias marítimas urbanas nessa lei, inclusive com área de exploração econômica. A própria lei excetua isso: corpos d'água, as áreas necessárias e essenciais à defesa nacional, as áreas já utilizadas pela União, ou seja, que têm alguma utilização de bem de uso especial da União. Utilizadas, não seriam transferidas aos Municípios. Nos portos e nas unidades de conservação federais, seria intransferível a sua gestão aos Municípios. Não por este instrumento, evidentemente.

E aqui eu copiei um pedaço da lei, porque ela especifica, ela já traz algumas premissas fundamentais. "A transferência prevista neste artigo ocorrerá mediante assinatura de termo de adesão [...]". Isso quer dizer que não é um contrato, eu não tenho contrato firmado com Município, embora eu tenha um termo de adesão com diversas cláusulas e obrigações para ambas as partes.

"O termo de adesão será disponibilizado no [...] [*site*] do [...] [Patrimônio da União] para preenchimento eletrônico e preverá, entre outras cláusulas". A própria lei já traz algumas cláusulas.

"A sujeição do Município às orientações normativas e à fiscalização pela [...] [SPU]". Ou seja, o Município vai se submeter às orientações normativas nossas, legislação patrimonial e fiscalização.

"O direito dos Municípios sobre a totalidade das receitas auferidas com as utilizações autorizadas". Eu acho que esta é a grande novidade que cabe aos Municípios: com essa transferência, eles farão jus às receitas patrimoniais decorrentes dos contratos que ele mesmo firmar, além evidentemente da gestão.

"A possibilidade de a União retomar a gestão, a qualquer tempo, devido a descumprimento de normas da [...] [SPU] [...]". Ou seja, a gente pode rescindir essa adesão a qualquer momento, é claro que por interesse público superveniente ou alguma quebra de cláusula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"A reversão automática da área à [...] [SPU] no caso de cancelamento do termo de adesão". É que, em algum momento, ficou-se em dúvida sobre a quem retornaria e como seria esse retorno.

"A responsabilidade integral do Município, no período de gestão municipal, pelas ações ocorridas, pelas omissões praticadas e pelas multas e indenizações decorrentes". Ou seja, há um encargo grande para o Município.

A partir do que a lei coloca, fomos à rua para fazer os termos do termo de adesão – redundância. A primeira delas é que não há transferência de propriedade: o que era da União continua sendo da União, as praias continuam sendo da União. Daí decorre o poder de fiscalização da União sobre os Municípios.

Transferência de contrato de utilização para o Município: as receitas desses contratos, principalmente nos contratos vigentes da União com o Município e com particulares, podem ser transferidas para a gestão municipal, o Município passa a representar a União nesses contratos.

Transfere competência para fiscalização das praias, inclusive com a aplicação de sanções, e para destinar áreas para uso de terceiros e para o seu próprio – cessões e permissões. Essa também é uma novidade para o Município. O Município passa a fazer a gestão autorizando, então, a utilização das praias e ele mesmo fazendo esses contratos para utilização disso.

Não dispensa as demais autorizações e licenças nem a aplicação da Lei 8.666. Houve uma discussão muito grande em torno disso, porque alguns Prefeitos entendiam que não precisavam mais aplicar as leis e essa lei, porque já estava na administração deles, e não é isso.

A SPU vai apoiar as superintendências e os Municípios no planejamento integrado e na fiscalização, ou seja, não é a mera transferência para os Municípios e jogar os problemas, que são inúmeros, no colo dos Prefeitos. É apoiar nisso e buscar soluções conjuntas para essas situações.

A transferência da gestão não resolve ações judiciais em curso nem as multas aplicadas pela SPU, até porque as ações judiciais decorrem de ilícitos, assim como as multas da SPU e as ações de demolição decorrem de ilícitos. Até que isso se resolva, essa transferência não esvazia.

O Município já tem obrigações previstas em lei para atuar como fiscal nas praias. Desde 1998, na Lei 9.636, já há essa incumbência para Estados e Municípios atuarem na proteção das praias.

Já havia obrigação também à União para apoiar o Município na elaboração dos planos de intervenção e ordenamento da orla, desde 2004, com o Decreto 5.300.

E a SPU vai instituir os indicadores e metas para a qualificação continuada das praias, porque, se a gente transfere a qualificação continuada, não tem sentido a gente não ter um retrato nem poder medir isso no tempo, como apoio às políticas públicas, para direcionamento, enfim, e até para a criação de novas políticas públicas.

A partir dessas premissas, fomos para a rua com diversas ações. Foram as seis audiências públicas que nós fizemos junto com o Ministério Público Federal, que tem sido um companheiro forte na construção desse termo de adesão e, agora, nas capacitações também. A partir dessa minuta construída com mais de 400 mãos, nós deixamos isso em consulta pública por dois meses na internet, onde novamente recebemos contribuições e fechamos um texto, que foi publicado por uma portaria do Secretário Sidrack, em 2017, Portaria 113. Isso tudo está disponível no nosso *site* para a população, para quem tiver interesse, isso e muito mais coisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir da publicação da lei e de termos desenvolvido, a muitas mãos, esse termo de adesão, isso foi disponibilizado aos Municípios, que passaram, então, a buscar a adesão. Dos 295 Municípios com fronteiras com o mar, 95 já pediram, porque ontem no final da tarde, já entrou mais um Município, que é Olinda, em Recife, nosso último requerente. E, desses 95 que pediram, 56 já têm a gestão das suas praias.

Ali eu coloquei uma divisão por região para se ter uma ideia de como está. É surpreendente a ação do Sul e do Sudeste em relação ao Nordeste. É bem maior.

E aí é como está a situação por Estado, onde vocês podem perceber os seus Estados. O Rio Grande do Sul ali também está muito bem. Eu achei que a adesão fosse ser pequena lá por conta do verão, que é frio, mas tem uma adesão muito grande e uma gestão muito eficiente nos Municípios lá.

A partir disso, então, quais as ações que nós empreendemos? Como isso tudo é muito novo na SPU, essa questão... A gente tem diversos instrumentos de gestão territorial, mas, nesse da gestão compartilhada, embora esteja no nosso dia a dia há muito tempo, não havia ainda um núcleo, um lugar específico para atender essa nova demanda na SPU. Então, nós criamos o Núcleo de Gestão de Praias, que eu coordeno hoje, com mais técnicos de diversas áreas da SPU disponíveis para trabalhar nisso.

No âmbito do GI-Gerco, que era o Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, nós criamos um grupo de trabalho permanente lá para apoiar as ações da SPU e até para aprovar esses indicadores, porque a SPU se limita à questão patrimonial desses territórios, mas as questões ambientais, as questões de segurança e outras questões, que precisam ser medidas e avaliadas, fazem parte desse grupo.

Contratamos a Universidade Federal de Santa Catarina, via TED, para elaborar, então, o modelo de relatório anual com indicadores de qualificação continuada, essa questão de medir essa qualificação, que é importantíssima; uma estratégia de fomento para a elaboração dos Planos de Gestão Integrada, que é o fundamento final desse negócio – enfim, que a gente consiga o planejamento integrado desses territórios, com ganhos para toda a sociedade –; desenvolver uma metodologia de avaliação e acompanhamento desses PGIs, porque não é porque o Município faz um Plano de Gestão Integrada, até dentro do *script* do que deve ser um Plano de Gestão Integrada, que ele é suficiente e adequado. Então, a gente tem que ter como avaliar isso de maneira apropriada. E a revisão da metodologia dos manuais do Projeto Orla, que é um projeto estruturado que nós temos na SPU, junto com o MMA, porque nós temos manuais desde 2002 na rua, sendo utilizados Brasil afora. Eu acho que é hora – já são 17 anos – de a gente poder revisar.

A partir disso, nós fomos, então, para as oficinas regionais de capacitação em gestão de praias. Fizemos quatro, ano passado, um serviço de 300 pessoas capacitadas.

Fizemos em companhia do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Turismo, Ministério das Cidades, que disponibilizaram técnicos para participar com a gente, entre eles o João, que está aqui na mesa comigo; nós da SPU, o pessoal do Ministério Público Federal, da Quarta Câmara de Coordenação, que é a área deles de meio ambiente e patrimônio, com uma participação importantíssima nesses eventos, inclusive cedendo o lugar para nós fazermos isso; e a AGU, enfim, a própria área de contencioso da AGU e dos respectivos Estados e a nossa Consultoria Jurídica participaram dessas oficinas com o viés de apoiar os Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ações para 2019, que nós estamos fazendo hoje, e 2020, já iniciadas e previstas. Continuar monitorando e aprovando os projetos do TED com a Universidade de Santa Catarina.

Nove oficinas estaduais de capacitação e gestão de praias. Como são oficinas de três dias, aí já são 27 dias, quase um mês de capacitação ininterrupta. Já fizemos duas, uma no Rio Grande do Sul e outra no Rio de Janeiro. Excelentes as oficinas, com mais de cem pessoas participando no Rio de Janeiro e cerca de 80 pessoas no Rio Grande do Sul. Um evento multissetorial com as universidades, enfim, com o setor privado, em que muita gente participou e a discussão foi muito boa.

Temos ainda duas oficinas regionais que pretendemos fazer na Região Norte, com Amapá, Pará e Maranhão, porque a questão do oceano lá não é a mesma do resto do litoral do País. Lá, as praias são mais praias estuarinas, de outra conformação territorial. A gente tem que trabalhar melhor isso. E a gente também finaliza uma contratação com a Universidade Federal do Pará para um sexto manual do Projeto Orla.

E, aí, continuamos com o suporte às capacitações de fiscais da SPU e municipais. Já que os Municípios passam a ter essa competência da fiscalização, é importante a capacitação desses técnicos para atuarem junto com a gente.

E, aí, a regulamentação de uma novidade, que foi a Lei nº 13.813, de 2019, que alterou o art. 14 da Lei nº 13.240, que permitiu a inclusão não só de praias marítimas urbanas, como já estava previsto, mas também as praias rurais ou não urbanas, marítimas, e as orlas estuarinas, fluviais e lacustres.

Então, toda essa frente molhada de rios federais, lagos federais e do mar a gente pode tratar como uma transferência dessa gestão para os Municípios. E é um grande problema isso, porque a gente sai de 20 mil quilômetros de praias, e a gente passa para 100km de rios, e a gente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NUNES – ... sai de um escopo de 295 Municípios para cerca de 2,5 mil Municípios.

Tenho mais alguns minutos ou é um aviso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ NUNES – Então, obrigado.

É rápido aqui. São só mais uns poucos eslaides.

Os objetivos e desafios que temos em função da inteligência e da publicação dessa lei.

Buscar, evidentemente, a valorização econômica dessas ações, um aumento global da arrecadação. No caso da União, uma arrecadação indireta, porque o aumento da arrecadação se dá nos Municípios e nos Estados, efetivamente, a partir do turismo.

A profissionalização dos serviços de turismo, um turismo qualificado. Uma grande articulação com a Confederação Nacional do Comércio. Nós nos aproximamos deles, e essa ação foi muito bacana, porque eles são formadores em termos de pessoal para trabalhar nas áreas de turismo, hotelaria e restaurantes. Então, eles têm uma grande sinergia com a gente.

O Ministério do Turismo passa a integrar, então, a Coordenação Nacional do Projeto Orla, que está junto da gente trabalhando com isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, a qualificação urbana e ambiental das praias, buscando sustentabilidade no tripé socioeconômico e ambiental.

Planejamento e monitoramento. A gente tem que ter na mão esse controle dessa qualificação continuada junto dos Municípios e em apoio a essas ações e, assim, poder mirar as políticas públicas com mais precisão.

E a qualificação e priorização dos investimentos, que eu acho que é a coisa mais significativa que nós temos aqui. Sempre é, claro, mas, nas épocas de pouca grana, a gente poder qualificar os investimentos do Ministério do Turismo, do Desenvolvimento Regional, para a certificação desses Municípios de praias, prioritários para certos recursos públicos e privados. Então, a pretensão é grande e os resultados também. Mas a pretensão é grande.

E aqui é uma questão muito significativa para gente. Esta é uma foto muito bacana lá da Praia de Jeribá, Armação de Búzios. Apesar de a foto ser bonita e os guarda-sóis estarem bem instalados, há uma irregularidade aí, que é a reserva de espaços na praia. Se eu quiser me sentar nessa cadeira ou pedir para alguém remover essa cadeira, muito provavelmente eu terei problemas. A reserva à limitação de acesso. Primeiro, o que é bem de uso comum do povo está estabelecido no Código Civil e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Ou seja, praias, mar territorial, rios, esses que eu delimitei antes, são inalienáveis. Alienação no mundo do patrimônio da União, para quem não sabe, é doação, venda e permuta. A gente não pode vender a praia, não pode permutar ou trocá-la.

E o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a Lei nº 7.661, especifica que as praias são bens de uso comum do povo, sendo assegurado sempre livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluído em áreas protegidas pela legislação específica. Ou seja, para eu vetar uma circulação na praia ou a de qualquer um da população que utiliza esse espaço, ele tem que estar em área de segurança nacional ou estar incluído em alguma outra lei que proteja esse espaço do acesso de pessoas comuns.

Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na zona costeira que impeça ou dificulte o acesso, assegurado no *caput* do artigo.

Aí o Decreto nº 5.300, que regulamenta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, coloca no §1º:

> §1º O Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental [não define se é federal ou estadual], assegurará no âmbito do planejamento urbano o acesso às praias e ao mar, ressalvadas as áreas de segurança nacional ou áreas protegidas por legislação específica, considerando os seguintes critérios [...].

Ele dá aí três critérios para garantir que a prefeitura tenha poder para fazer o acesso às praias. Ou seja, não é porque um condomínio novo, cercado e fechado, tenha lá os seus 15km de extensão que a prefeitura não tenha que atuar, por força de decreto, para garantir o acesso às praias.

E:

> II – nas áreas ocupadas por loteamentos à beira-mar, sem acesso à praia, o Poder Público, em conjunto com o órgão ambiental, definirá as áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> de servidão de passagem, responsabilizando-se por sua implantação, no prazo máximo de dois anos, contados a partir da publicação deste Decreto.

Evidentemente, isso não foi cumprido. Este decreto é de 2004 e aí a gente tem diversas áreas pelo País em que isso ainda é proibido, infelizmente.

> III - nos imóveis rurais, condomínios e quaisquer outros empreendimentos à beira mar, o proprietário será notificado pelo Poder Público Municipal, para prover os acessos à praia, com prazo determinado, segundo condições estabelecidas em conjunto com o órgão ambiental.

Ou seja, no âmbito do planejamento integrado, que é o que estamos nos propondo a fazer, apoiando os Municípios... Quando digo nós é todo o Governo Federal, com a MTUR, MMA e agora, se Deus quiser e muito em breve, como o MDR também, é para a gente apoiar os Municípios e identificar os lugares mais adequados para que isso seja feito e, no que for cabível, a desapropriação da área, enfim, para ter essa passagem.

O último eslaide é a conclusão disso, muito rapidamente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NUNES – Reserva de áreas públicas para exploração econômica ou uso restrito é ilegal. Não há, no ordenamento jurídico, algo que permita isso, a não ser naqueles casos: haver uma lei específica ou ser uma área de segurança.

Da mesma forma, impedir ou restringir o acesso à área pública é ilegal, quando não vinculada a evento regularmente autorizado, que são as permissões de uso que o SPU faz e que os Municípios poderão fazer daqui para frente.

Num evento, às vezes, tem de haver limitação de público, questão de segurança, enfim. Num casamento, não se é obrigado a convidar a cidade toda, quando esse casamento ocorre na praia. Portanto, isso é permitido dentro das regras estabelecidas.

A ocupação de área de praia com mesas e cadeiras, sejam elas alugadas ou não, por estabelecimentos comerciais deve ocorrer a partir da demanda da população, sem reserva de locais ou restrição de acessos, ou seja, existem donos de restaurante que sonham em ter uma área cercada na frente do seu restaurante para poder cobrar consumação daquele território para o uso de quem não é seu cliente. Então, a questão é diferente. Acho que a disposição de mesas e cadeiras é permitida, desde que haja demanda para isso, sem essa reserva de espaço. Contra isso atua até a questão do livre comércio, enfim.

Da mesma forma, o aluguel de cadeiras, mesas e guarda-sóis por particulares é permitido, sem a reserva de locais ou restrição de acesso. Isso é uma coisa significativa também, porque há muita gente que vive de alocar cadeira, alocar guarda-sol. Não há problema que isso ocorra – evidentemente tem que ter autorização do Município –, mas isso não é de forma reservada: "Aqui são as minhas cadeiras, lá são as suas, você não pode trazer cadeira de casa, porque eu tenho a minha para alugar". É esse tipo de coisa que se quer combater.

E aí o uso responsável das praias constrói o legado das próximas gerações. A gente está falando de democracia, a gente está falando de acesso ao espaço público, de respeito à livre circulação das pessoas e isso eu acho que é o grande legado que a gente deixa para as próximas gerações. A questão fundamental de combater isso eu acho que é educação mesmo. Eu acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a comunidade tem que saber desses direitos que a Constituição lhe garante e a gente tem trabalhado muito pesado nesse sentido.

É isso.

Muito obrigado.

Aqui os dados. Se alguém quiser, depois isso vai está disponível aqui. Quem quiser entrar em contato e chamar a gente para conversar ou alguma coisa assim está aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

E passo imediatamente a palavra ao Sr. Ricardo Domingues, para fazer também a sua exposição.

O SR. RICARDO DOMINGUES (Para exposição de convidado.) – Olá, bom dia a todos!

Bom dia a todos os Senadores!

Bom dia a todos os presentes!

Vamos falar um pouco...

Agradeço o convite e a oportunidade de expor um pouco a Associação Brasileira de Resorts.

A associação surgiu 20 anos atrás com a união de 18 *resorts* que identificaram a necessidade de defender o setor e principalmente parametrizar os serviços oferecidos por eles, porque até então muitos empreendimentos se autodenominavam como *resorts*, porém não tinham a cultura, não tinham os valores e não tinham a responsabilidade que os *resorts* têm. Então, no ano de 2000, criamos a associação.

Atualmente, são 53 associados que representam 15 mil quartos, estão presentes em 13 Estados. Muitos dos Estados que o João vai visitar para treinar e qualificar os fiscais e a Prefeitura Municipal, onde apoiam, empregamos 21 mil empregos diretos e faturamento de R$2,1 bilhões.

Aqui, a gente tem uma fotografia da geografia dos *resorts*, onde estão localizados. Dois terços deles estão localizados na praia, em área marítima, e um terço no que a gente chama de campo.

Como informado anteriormente, são 21 mil empregos diretos, 84 mil famílias beneficiadas e 105 mil empregos induzidos. Os *resorts* têm uma outra característica que eles impedem o êxodo rural. Então, quando você cria uma estrutura, um *resort* em uma determinada área, você cria oportunidades para os moradores locais não se deslocarem ou procurarem emprego ou oportunidades em outras regiões. Então, eles têm uma característica muito interessante que é valorizar e criar oportunidades para cidadãos daquele Município.

No ano passado o setor hospedou quase 4,5 milhões de turistas. Fizemos investimentos da ordem de R$370 milhões só em linha branca, alimentos e bebidas, ar-condicionado, enxoval e todos os insumos para operar o *resort*, e investimentos em *retrofit* e ampliação da ordem de R$170 milhões.

Quem frequenta *resorts* aqui, para ter uma fotografia de qual é o parâmetro de *resorts*: 12% são negócios, são executivos que se hospedam em *resorts*, seja através de congressos; 60% lazer, férias, e a grande maioria frequenta nas férias de julho, janeiro, fevereiro e feriados; depois nós temos um índice elevado de grupos de eventos, são eventos e incentivos a lançamentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto, premiação, qualificação de empresas; um pequeno percentual de tripulação, que são tripulações de companhias aéreas; e outros 9%.

Aqui são os principais mercados que consomem e frequentam *resorts*. Então, a gente tem Argentina, Chile e Uruguai, que são países próximos ao Brasil, com uma oferta interessante de aéreo; Estados Unidos, agora com a liberação do Ministério do Turismo do visto americano a gente já sente o impacto e o aumento de turistas americanos em *resorts*; alemães e portugueses, que são mercados fortes principalmente para a região do Nordeste, que recebem voos, fretamentos, desses países europeus.

Queria falar um pouco sobre o processo de classificação, como é que os empreendimentos compõem a associação. O processo acontece em três etapas. A primeira etapa é a fase documental, a segunda etapa é a fase qualitativa e a terceira quantitativa.

Eu vou me ater um pouco mais na documental, mas antecipo que a fase qualitativa é um preenchimento de uma matriz, nós temos uma matriz que são 350 itens divididos em sete campos, em que o empreendimento que gostaria de se filiar à associação se autointitula e preenche a matriz. Essa matriz são perguntas dicotômicas: sim ou não. Ao preencher essa matriz, a gente pede uma série de documentos e, na sequência, na fase qualitativa, vai um editor independente fiscalizar o empreendimento e ver se, de fato, ele é um empreendimento legal, se oferece serviço condizente e afere todos os serviços. Então, a gente, por exemplo, faz um teste de solicitar um ovo, um ovo frito às 5h da manhã, pede para passar uma camisa às 6h30min da manhã, de tal ordem que você pudesse, de fato, experimentar o serviço do resort. E a terceira fase é a fase quantitativa, em que a gente avalia se esse empreendimento de fato é um *resort*, ou se ele se denomina como *resort*, e não é. Acontece muito de alguns empreendimentos localizados em praias se autodenominarem como *resorts*, e a gente até fala que é um pseudoresort, porque ele não atende às premissas básicas legais para fazer parte e compor a associação.

E aí, na fase documental, a gente pede essa série de documentos que são aferidos na hora em que o empreendimento se candidata a afiliar à associação. Primeiro, um registro como empresa hoteleira; depois, sem o habite-se, ele nem avança no processo de filiação; o Alvará de Funcionamento atualizado; Inscrição Estadual e CNPJ; Alvará de Vigilância Sanitária ou equivalente, dependendo da região; também observamos os atos societários constitutivos e em vigor da empresa, até para ver se a empresa, de fato, é legalizada ou não; descrição dos *resorts* que exploram no País, às vezes, há mais de um empreendimento, então, é feita toda a análise documental.

Temos a identificação de um representante legal, que vai ser o elo de interlocução com a associação; o comprovante de recolhimento do valor determinado pela entidade; documentos e condições descritas no processo de classificação, é um outro ponto que a gente avalia; a outorga do direito de uso de água quando aplicável; autorização de funcionamento emitida pelo Corpo de Bombeiros. Então: "Ah, eu tenho só o registro que foi solicitado". Não, se ele não tiver já entregue para o Corpo de Bombeiros, a gente nem avança no processo de qualificação.

Comprovante de realização da Cipa; cobertura de seguros – todos os *resorts* devem ter uma cobertura de seguros contra roubo ou furto e de responsabilidade civil, que é apresentada no processo de filiação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma outra preocupação é a operação anual. A gente se preocupa muito com aqueles empreendimentos que surgem somente no verão, operam quatro, cinco, seis meses ao longo do ano e, na baixa temporada, vão embora, o que gera desemprego. Ele contrata para a alta temporada e depois destrata e fecha as portas. A gente conhece muitos empreendimentos que trabalham dessa forma, principalmente em regiões que têm uma sazonalidade mais acentuada.

E, por último, são aferidas todas as obrigações sociais, fiscais, municipais, estaduais e federais.

Dentro do âmbito de ações ambientais, essa é uma fotografia da matriz de classificação: a gente observa tudo isso, e tudo que tiver "M" é mandatório, caso não tenha, esse empreendimento já não passa na matriz de classificação.

Então, a gente tem aqui, primeiro, ações de redução de energia de consumo de energia elétrica. Todos são obrigados a terem alguma política de redução de energia elétrica.

Ações de redução do consumo de água – água consciente, uso consciente da água – e ações para o gerenciamento de resíduos sólidos com foco na redução e reutilização e reciclagem deste.

Estação de tratamento de efluentes; programa de treinamento para colaboradores; ações de seleção de fornecedores para promover a sustentabilidade – aqui você se preocupa muito em rastrear e procurar a origem da produção desses fornecedores, comprando sempre e obrigatoriamente de fornecedores legalizados, que têm filosofia ambiental.

Ações de uso de produtos biodegradáveis; ações para sensibilização de hóspedes com relação à sustentabilidade; valorização cultural da cultura local, os *resorts* têm uma área específica onde, uma vez por semana ou, em alguns casos, todos os dias, há uma feira de artesanato, incentivando a comunidade local a produzir produtos típicos da região, o que é um atrativo a mais para o turista que fica em um *resort*.

Ações de utilizações de energia limpa: há vários projetos em andamento, em alguns casos já na prática, de produção de energia fotovoltaica.

Redução certificada de emissões: obtenção de certificados de créditos de carbono.

Certificações ambientais e utilização de material reciclado.

Aqui eu compartilho com os senhores as fotos aéreas de todos os *resorts* de praia que são associados para que tenham uma ideia da sua geografia e da sua ligação com a praia. A gente começa pelo Sul do País: Costão do Santinho. A gente tem a estrutura dele e a ligação com a praia e areia; subindo é o Infinity Blue, que fica na região de Balneário Camboriú. Na Região Sudeste, no Rio de Janeiro, Búzios Beach; no Guarujá, o Casa Grande Resort; Club Med Rio das Pedras, no Rio de Janeiro; Sofitel Jequitimar, no Guarujá. Na Região Nordeste, começando pela Bahia é o Arraial d'Ajuda Eco Resort; Beach Park, no Ceará; também o Beach Park, no Ceará – são cinco *resorts* que compõem o complexo do Beach Park –; Cana Brava Resort, na região de Ilhéus; Catussaba, na Bahia; Club Med Itaparica; Club Med Trancoso; Costa Brasilis, na Bahia; Costa do Sauípe – os cinco hotéis da Costa –; Dom Pedro Laguna, no Ceará; Palladium Imbassaí, na Bahia; Iberostar, também no mesmo Estado; Iberostar, o segundo complexo do grupo espanhol; Jatiúca, Alagoas; La Torre, na Bahia, na região de Porto Seguro; Nannai, Porto de Galinhas, em Recife; o Ocean Palace, a sua estrutura margeando o mar em Natal; Porto Seguro Resort, na cidade de Porto Seguro; Pratagy, em Maceió; Salinas de Maragogi, em Maragogi, Alagoas; a estrutura do Serhs Natal, no Rio Grande do Norte; Serrambi, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pernambuco, bem na fronteira com Alagoas; Summerville, em Porto de Galinhas; Tivoli Praia do Forte, na Bahia; e Transamerica Comandatuba, também na Bahia, na região de Ilhéus.

Era isso o que eu tinha que para expor inicialmente, a relação dos *resorts* e a preocupação que nós temos de filiar somente empreendimentos que estejam legalizados, preocupados com o meio ambiente e que respeitem as leis.

Obrigado, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Sr. Ricardo.

E já passo, imediatamente, ao João Pita, representante aqui do Ministério do Turismo.

O SR. JOÃO PITA DE FREITAS (Para exposição de convidado.) – Primeiro, bom dia a todos!

Agradeço a oportunidade de me fazer aqui presente representando o Ministério do Turismo.

Peço desculpas pela não apresentação, não tivemos oportunidade de fazer um material, por conta até do convite que me foi feito ontem, muito tarde.

Mas eu devo dizer que o Ministério do Turismo se faz presente neste momento junto com a SPU. E começamos a trabalhar muito fortemente esse assunto praias no ano passado – no meu caso, mais para o final do ano passado. Tudo o que eu pudesse vir a dizer aqui para vocês já veio explanado com o André Nunes aqui, no começo das apresentações.

Bom, mas de qualquer forma, espero poder contribuir aqui com as perguntas e respostas para vocês. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço.

Inicialmente, concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, autor do requerimento; depois... Aliás, passo imediatamente ao Senador Lasier Martins, mas antes vou só ler aqui as perguntas do e-Cidadania, porque, se V. Exas. quiserem, podem comentar alguma coisa.

Nós recebemos aqui do Kleber Tavares, do Ceará: "Concordo que deve haver, sim, uma certa distância para comércios e barracas".

Alyson Ricardo, do Rio de Janeiro: "Como funcionaria a alimentação dos banhistas? Não prejudicaria o lazer? Qual o problema dos comércios nas praias?".

Beatriz Soares, de Alagoas: "Sou completamente a favor dos comerciantes, é através deles que vem o sustento de muitos. O que falta é a fiscalização em alguns lugares".

João Luiz Romão, do Rio de Janeiro: "Praia é feita para banhistas, não para comércio. As areias são invadidas por barracas e cadeiras. As famílias estão sem espaço para o lazer".

Claudia Branquinho, do Distrito Federal: "As praias são bens públicos e deve ser assegurado o livre e franco acesso a elas. Restringir acesso é abuso de poder".

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins, também autor do requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente Senador Izalci Lucas.

Senhores convidados, meus colegas, assessores aqui presentes, imprensa, Presidente, há uma música muito bonita, muito popular e famosa do Jorge Ben Jor, que diz: "Nós vivemos num país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza", o que é uma verdade e muito nos orgulha. Só que este País tropical e de tanta beleza, em certos lugares, tem feito restrições, não tem pertencido a todos. E aí eu quero ler o que a Constituição, no art. 20, inciso VII, diz: são bens da União praias e terrenos marítimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A legislação já foi bastante recapitulada aqui na participação do Sr. André Nunes, mas eu queria ler o art. 21 do Decreto 5.300, de 7 de dezembro de 2004, do Presidente da República, que diz o seguinte: "As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional [que não vem ao caso aqui no nosso debate] ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica". Então, são bens públicos de uso comum do povo, assegurado sempre livre e franco acesso a elas e ao mar em qualquer direção e sentido.

Uma das razões desse requerimento desta audiência pública, Sr. Presidente, senhores convidados, deve-se a uma série de reclamações que temos recebido aqui no Senado, nesses últimos anos, e também para uma conferência própria, principalmente no Nordeste, porque nas praias do Sul quase não se vê o que muito bem definiu aqui o Sr. André Nunes: reserva de espaços; esse é o problema, essa é a causa da nossa reunião.

Nada a contestar a riqueza de *resorts* que nós temos pelo Brasil de altíssima qualidade, favorecendo altamente o turismo, a economia e a oferta de empregos. Tudo a favor. O problema são restrições à mobilidade das pessoas, é a falta de melhor definição com as servidões de passagem e são inúmeros casos por esse Brasil afora, principalmente no Nordeste, principalmente locais onde tivemos oportunidade de ir conferir: Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Qual é o tempo que eu tenho, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Tem um minuto.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Obrigado.

Há casos, por exemplo, que foi objeto, inclusive, de reportagem pelo jornal *Tribuna do Ceará*: "*C*obranças para acessar faixas de areia em barracas de praia pode gerar multas até 4,3 mil". "Justiça Federal decide que barraca de praia não deve impedir circulação de ambulantes". Há um caso aqui, inclusive, de um estabelecimento instalado na praia com grade para dificultar o acesso.

Há praias que nós visitamos, como, por exemplo, uma das praias mais bonitas do Brasil, Praia dos Carneiros, em Pernambuco. Lá houve uma verdadeira apropriação da praia, de um trecho de 1km mais ou menos, onde se instalaram pousadas e restaurantes a pouquíssimos metros da praia, do mar. Ali entram aquelas pessoas que pagam o estacionamento e atravessam uma cerca, onde há uma fiscalização rigorosa de quem está chegando lá. Quem quer usar essa praia tem que andar perto de 1km. Aí, sim, lá, bem distante, sem a mesma beleza daquele centro da Praia dos Carneiros, onde, inclusive, existe uma capelinha, que até dono tem atualmente – um determinado morador comprou a capelinha e estabelece os horários de visita –, bom, aí a servidão é distante, a parte mais bonita não é acessível ao povo.

Há uma outra praia em Pernambuco, Praia do Xaréu, uma das mais lindas praias. Lá se estabeleceu um restaurante e ocupa um enorme espaço com barracas, mesas e cadeiras, onde serve os almoços e onde as pessoas que frequentam só podem beber naquela praia a bebida ofertada, vendida pelo restaurante, não podem levar bebida própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há mais outras praias que foram focadas aqui e agora, principalmente as praias que ficam entre Maragogi, em Alagoas, e um pouco antes de Maceió. E para o outro lado, entre Maragogi, que é uma das praias mais lindas também que nós temos no Nordeste, em direção a Pernambuco, num espaço ali de 20km, há inúmeras praias pequenas, todas praticamente com reservas e restrições ao convívio, porque se colocam tal quantidade de barracas, de guarda-sóis, de mesas que só quem está hospedado ali nas redondezas pode frequentar. Quem quer fazer uma visita, se instalar ali, não tem espaço. Então, eu poderia enumerar inúmeras pessoas que frequentam principalmente o Nordeste sabem disso. O meu colega, que está atendendo agora uma outra Comissão, volta daqui a pouco, o Styvenson, sabe também de casos do Rio Grande do Norte, porque ele é um Senador potiguar, e assim por diante.

Então, nós requeremos esta audiência para saber, por exemplo, do Sr. André Nunes se há fiscalização, de quando em quando se dá essa fiscalização, qual é o critério para cessões e concessões de restaurantes bem próximos à orla, a poucos metros, e sobre a liberação dessas grandes barracas, que servem almoço e que praticamente inibem quem não quer almoçar ali de ficar, porque não há espaço, nem para se instalar com um guarda-sol. São inúmeros os casos. Quem frequenta o Nordeste sabe disso.

Então, havendo legislação, me parece que o problema é de fiscalização. O que se pode fazer para tornar, realmente, o País abençoado por Deus, o País tropical, mas que sirva a todos que queiram veranear, que queiram visitar, que queiram desfrutar livremente, sem restrições – sem restrições! O problema são as dificuldades que são criadas nesses espaços privilegiados da natureza, de tanta beleza, onde não há a mesma facilidade para quem quer se instalar, para quem não quer se hospedar, para quem não quer frequentar o restaurante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – O problema é esse, em resumo, é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Indago aos demais Senadores, se querem fazer, porque eu vou fazer um conjunto de... (*Pausa.*)

Senador Veneziano.

Bem, vou passar, então, para as respostas e já para as considerações finais.

Passo, então, imediatamente, vou fazer na ordem inversa, para o representante do Ministério do Turismo, João Pita, se tem alguma consideração.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Eu acho que depois do meu pronunciamento, até porque houve aqui manifestações, mas algumas fugiram um pouco do tema principal. Evidentemente, seria interessante que todos se pronunciassem, mas, com relação à fiscalização, que compete à área da União, gostaria de ouvir o Sr. André Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. André.

O SR. ANDRÉ NUNES – Então, Senador Lasier, a fiscalização da SPU é constante. Ela varia de superintendência para superintendência. Nós temos 27 superintendências, com dois postos avançados, um em Santos e outro em Parnaíba. Ela é permanente, a fiscalização é permanente, mas – como é que eu vou dizer? – a continuidade dos serviços também é permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No grupo do GI-Gerco, em que nós começamos a trabalhar essa questão toda junto com os outros atores do Governo, nós nos reunimos com o Ministério Público Federal para fazer um levantamento de ações judiciais que há na região das praias, porque é incrivelmente grande isso. São mais de 5 mil ações só em praias marítimas urbanas. Aqui estão fora as praias marítimas rurais. E é imenso o número de judicialização.

Então, com foco nisso, com foco nessa qualificação desse território, é nisso em que nós estamos empenhados em trabalhar junto com Ministério Público e com a AGU, para haver um grande acordo federal e com Estados e Municípios para passarmos a limpo isso, porque não dá para ser esse negócio. Todo dia a AGU ganha uma ação, e a gente tem de derrubar uma barraca em algum lugar ou tirar uma cerca. Todo santo dia há uma ação que chega ao fim ou até mesmo que não suba para uma ação judicial, que seja só da SPU. Todo santo dia neste País, lá do Cassino até lá em cima, no Maranhão, no Pará, temos ações sendo realizadas por técnicos da SPU, da AGU e dos Municípios.

A briga é muito grande, Senador. Todas essas praias que o senhor citou de Alagoas e do Ceará – do Rio Grande do Norte não citou nenhuma especificamente –, em todos esses lugares a ação da SPU é muito forte e a represália também é muito forte. Nós padecemos muito, a nossa superintendência, os nossos técnicos nessas ações de campo nas comunidades. Às vezes, a própria prefeitura se volta contra a gente, a própria comunidade. E começam: "Ah, emprega um monte de gente e vai ficar um monte de gente desempregado!". Às vezes, a coisa complica, e a gente tendo de chamar o trator e derrubar mesmo com ação judicial.

E, quando a coisa não vai, não é levada como deve ser, sem uma ação integrada que a gente vem fazendo, acontece o que acontece em Salvador. A SPU, em algum momento foi noticiada das irregularidades, tomou providências, as providências não chegaram a cabo, houve ação judicial. E sempre havia uma ação da prefeitura: "Deixa disso, porque as barracas estão aí há muito tempo". Em algum momento, um juiz foi lá e decretou a derrubada de mais de 500 barracas em Salvador. Em Salvador não há mais barraca de praia. Não há mais. Nem baiana serve acarajé na praia em Salvador. Não há mais, porque a gente não teve uma ação tempestiva e eficiente na remoção dessas barracas, enfim, ao devolver isso ao uso público. Era justamente a mesma coisa: "Você não pode sentar aqui, porque aqui eu tenho de vender a minha cerveja e tal. Eu reservo espaço". "Quer sentar aqui e não quer consumir, não pode, porque tem de consumir". Todo dia há isso na SPU. O nosso dia a dia no litoral, fora as outras coisas, é combater esse tipo de coisa. É diário, recorrente e, às vezes, eficiente, às vezes, não eficiente. Eu tenho de reconhecer que, às vezes, a gente não consegue levar a cabo...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Permita-me só uma pergunta, com a licença do Presidente.

Quem estabelece a servidão de passagem é o estabelecimento comercial, a pousada, ou o hotel, ou até mesmo o *resort*, ou o Ministério, o seu setor é ouvido? Porque a impressão que se tem é de que essas servidões atualmente são estabelecidas para as conveniências do estabelecimento comercial, e não para a liberação do povo, dos visitantes que querem conhecer mais de perto determinadas praias.

O SR. ANDRÉ NUNES – Isso é feito pelo Município, de forma planejada, evidentemente com o órgão estadual de meio ambiente ou federal, como a lei colocou. Eu coloquei nos últimos eslaides ali. Isso é feito pelo Município. A SPU atua na condição de planejador de espaço, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a gente não pode interferir no espaço de particulares ou mesmo do Município. No que é área da União, a gente tem-se empenhado para que essas revisões sejam abertas. Enfim, são cessionários, utilizatários, foreiros da União, e a gente cancela a parte da ocupação deles para garantir esses acessos. Mas é uma questão muito difícil, muito controversa.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Não lhe parece que é inadequado caber ao Município essa liberação de servidores, porque o Município tem interesse comercial, ele aufere impostos com aquele estabelecimento que ele quer proteger.

O SR. ANDRÉ NUNES – Mas ele também é o responsável pela legislação de ocupação do solo urbano e rural, enfim, é responsável pela gestão territorial do solo, o que é, o que não é, o zoneamento é do Município, não é da União. E a gente fica tentando consertar, por isso tem que chegar junto com o Município para respaldar o Município nessas ações de qualificação, enfim, colocar o Município para jogo e a gente conseguir ir à frente com isso, senão fica nesta: "Fica no Município área da União, não vou me meter, a União não pode". Então, acho que o que pode acontecer de pior para o País é a gente não atuar e não atuar de forma conjunta. Estamos trabalhando para...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – O que me parece é que isso teria solução através de legislação federal, porque, se há um decreto que diz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – ... que é liberada, em qualquer direção, a frequência, em qualquer sentido da praia, o Município não pode restringir. Talvez uma legislação federal resolva esse problema.

O SR. ANDRÉ NUNES – Talvez. A gente está à disposição para contribuir no que for possível, mais do que possível, no que a gente conseguir apoiar, porque há total interesse da SPU em que as praias sejam devolvidas à população.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu estava já nas considerações finais, mas, com a chegada do nosso querido Senador Styvenson, que é o autor do requerimento, vou passar a V. Exa. para também fazer suas considerações.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Obrigado, Senador Izalci, Sr. Presidente, todos os Senadores aqui presentes.

Eu estava acabando de relatar o projeto do Senador Veneziano. Passou, viu, Veneziano? Vai para a outra Comissão.

O nosso objetivo aqui hoje é que fique bem claro que não somos contra os hotéis, os *resorts*, a ocupação. Eu não sou contra, pelo contrário, eu tenho que promover no meu Estado. Agora, eu tenho também que promover justiça para as pessoas que não têm acesso aos *resorts*, ainda uma pequena parcela. Eu queria que fosse muito grande essa parcela, imensa essa parcela brasileira, pelo menos os brasileiros pudessem hoje estar usufruindo de toda essa estrutura que eu vi dos *resorts*.

Existem algumas restrições não só dos *resorts*, dos hotéis, mas também das próprias pessoas que estão loteando espaços da praia e chegam a intimidar a gente. Eu digo isso porque a minha região é de praia e muitas vezes eu fico até com receio de caminhar em certos lugares, porque já está totalmente fechado com barracas, com estrutura que muitas vezes suja o meio ambiente, cobra da pessoa. E, se eu levar minha cadeira, não posso usar aquele espaço? Se eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quiser me deitar naquele chão, eu não posso, porque está dentro do espaço que está sendo cobrado?

Então, o intuito foi que as pessoas, o cidadão que está assistindo, as pessoas que estão indo buscar a praia, aquele limite de terra, tenham a mesma oportunidade. Se a gente conseguir chegar a um ponto comum, a uma intersecção entre o desenvolvimento econômico e essa não limitação, não restrição a pessoas transitarem por ali...

Vou dar um exemplo de um *resort* que existe no meu Estado que o senhor não citou, acho que não faz parte do seu grupo. Na praia de Touros, uma praia bem distante, quase inacessível, aconselho as pessoas a irem, é linda a praia, o *resort* que está nessa praia. O que acontece? Muitos lugares que não são urbanos, como eu tinha visto, que não têm esse acesso, esse fluxo de pessoas, existe outro problema: o fluxo de carros, de veículos. Aí, atrapalha o *resort;* aí, atrapalha o banhista. Inverteu agora a situação. Onde não é urbano, onde passou a ser um lugar restrito, um lugar que deveria ter segurança, tranquilidade e tudo isso passam agora os 4x4, passam os quadriciclos que o próprio *resort* aluga, sem nenhum tipo de restrição. E aquilo causa situações de risco para quem está conduzindo, que muitas vezes não tem habilidade, não tem nada, porque o ser humano hoje pensa que sobe em cima de um quadriciclo daquele, Senador Lasier, e sabe pilotar. Aí, acontecem acidentes com as próprias pessoas que foram ali pagar por aquele serviço.

Então, essa forma de a gente buscar esse conhecimento é através dos senhores que aqui... Pena que eu não assisti todas, apenas do senhor. Acho um número grande, quase 700 mil imóveis. Eu fiquei impressionado com aquilo quando eu vi, só do Governo Federal. É um negócio imenso, a manutenção deve ser altíssima.

O SR. ANDRÉ NUNES – Seiscentos e cinquenta mil estão com particulares, estão utilizados por particulares.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Quase 700 mil. Então, ocupar hoje essa área do Governo Federal de praias, se tiver essa condição de que se ocupe e não traga muito prejuízo, acho que uma dificuldade para os *resorts*... Eu creio que hoje os hotéis já estão sendo bem penalizados por algumas medidas que estão sendo tramitadas aqui, pela acessibilidade, por algumas mudanças na lei que podem onerar cada vez mais o setor hoteleiro. A gente está aqui discutindo só a questão de transitar em uma área que é para todos, em uma área pública. Então, fica bem claro, Senador Izalci, que nem eu nem... Tenho certeza de que também o Senador Lasier, não somos contra, não temos nada, eu não sou contra os *resorts.* Pelo contrário, tem que ter mesmo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – E tem que ter mais, cada vez mais equipados, para gerar emprego, para gerar turismo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Pois é. Essa restrição que eu e o Senador Lasier ou quem estiver aqui em faixa de praia, eu acho que é contra. Desculpar também, porque hoje está um corre-corre. Eu não pude assistir tudo. Fui propositor e não pude assistir, não pude ficar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós vamos entrar daqui a pouco na sessão deliberativa, mas acho que ficou muito claro aqui na apresentação que existe a legislação, e o que falta é fiscalização. Então, dentro dessa questão da fiscalização, eu perguntaria aqui à SPU... A União arrecada com permissão de uso, e não com cessão de praias. Qual é o valor da arrecadação dessa permissão de uso que é utilizada para fiscalização? E, se o produto dessa arrecadação foi utilizado na fiscalização de praias, qual o investimento da SPU na área de fiscalização? E aí, antes de passar para as considerações e encerramento da reunião, vou passar para a Senadora Mara, grande Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Eu só queria fazer um parêntese na fala do nosso querido Senador Styvenson, para a gente lembrar que, na verdade, a acessibilidade não está onerando ninguém. Isso já era lei anteriormente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Não... Estou falando que já era uma lei anterior. O que houve foi uma proposta para modificar a lei e diminuir. E é claro que a gente não quer que diminua a quantidade de apartamentos acessíveis. Sempre lembrando que qualquer projeto que se faça, a acessibilidade, o desenho universal, na planta, se encarecer, encarece 1% no máximo, mas não encarece. Agora, quanto àquelas edificações antigas que têm que se adequar, na legislação atual, 5% dos apartamentos devem se adequar para uma pessoa cadeirante, como eu, que tenha como entrar no banheiro, fazer o giro, tomar um banho, mas os outros 5% não contam com uma adequação desse nível. É para uma pessoa que tem mobilidade reduzida, mas toma banho em pé, no chuveiro, ou, então, para um surdo poder ter um equipamento, uma campainha que acende uma luz, ou mesmo algum dispositivo para cego, mas não é uma mudança estrutural nos outros 5%.

Então, é importante a gente esclarecer, porque não é uma medida de acessibilidade que chegou agora no mundo para encarecer. Não, já é lei, e fui eu que relatei também, que era a Lei Brasileira de Inclusão, aprovada em 2015.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Muito bem, Senadora Mara!

Eu vou passar, então, só para as considerações finais e essas respostas às perguntas.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente, só para uma pequena contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa questão da ocupação das nossas orlas, isso é um problema recorrente, e há muito tempo se tenta construir um entendimento para essa ocupação racional, e efetivamente não se consegue.

A impressão que eu tenho é de que já foi pior. Existe hoje, principalmente no meu Estado, o Estado de Santa Catarina... Eu não assisti, mas eu vim ouvindo pelo rádio a questão do Costão do Santinho e a questão do Infinity Blue, lá em Balneário Camboriú, e nós temos outros exemplos em Florianópolis, com os nossos *beach clubs*, que sofreram ações de toda e qualquer natureza em função de uma falta de uma regulamentação própria com que se possa estabelecer uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regra para que todos possam usufruir daquele patrimônio natural que são as nossas praias e as nossas orlas. O problema é encontrar uma legislação que venha ao encontro desse entendimento.

O mais razoável, Presidente, seria que todos tivessem a consciência necessária de que a orla é um bem público, a que não se pode proibir o acesso, de que todos podem usufruir e que todos possam, de uma maneira ou de outra, ocupar. Agora, o que leva a esse tipo de audiência pública, Senador Styvenson e Senador Lasier, são certamente os exageros, as reservas de espaço, quer dizer, os exageros, aí o abuso. E, por falta de uma legislação, os Municípios têm uma grande dificuldade, sofreram muito, inclusive com ações judiciais, com essa... Na verdade, o Brasil está virado em operações, e operações, e operações policiais, etc. e tal. Quando muito, se fazem também operações policiais para esse tipo de ocupação, causando uma grande insegurança na população local, dificultando, assim, o empreendedorismo, a atividade econômica e não levando a termo nenhum ponto positivo que mereça ser destacado.

Entretanto, eu quero aqui concordar com o Dr. André, que é o Secretário que representa a Secretaria do Patrimônio da União, no sentido de que, delegando isso ao Município, eu acho que as questões ficam mais fáceis, porque é o Município que regula a ocupação do solo; é o Município que sente efetivamente os problemas advindos dessa questão; é no Município, o primeiro ente federado, que a população vai bater diante de um abuso que possa estar ocorrendo; é no Município onde as praias e as orlas estão localizadas. Portanto, quanto mais se municipalizar essa legislação, facilitando o entendimento, eu acho tanto melhor.

E acho que aqui nós poderíamos, Presidente, formar quem sabe uma comissão para estudar essa questão da ocupação das nossas... Viu, Styvenson? Viu, Lasier? Seria uma pequena comissão. Nós temos uma assessoria aqui primorosa, no sentido de produzir para nós mesmo aqui, na nossa CDR, uma sugestão de projeto de lei ou de qualquer outro tipo de legislação com que pudéssemos efetivamente enfrentar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar para as considerações, eu vejo assim: o Senador Lasier leu, inclusive, a Constituição. Acho que a legislação é muito clara: a ocupação é pública, e não pode haver restrição, quer seja para o Norte, para o Sul, para o Leste ou para o Oeste, tem que haver essa liberdade de passagem. Então, o que falta é fiscalizar a lei que já existe. O que a gente pode buscar é passar para o Município a fiscalização, mas qualquer lei que a gente possa produzir aqui seria para restringir o acesso da população, o que já está garantido pela Constituição. A questão é a fiscalização.

E aí eu perguntei: qual é a participação da SPU em termos de fiscalização com o produto da arrecadação, se existe um investimento? Daquilo que ela concede, da utilização de uso, parte disso vai para fiscalização, nesse caso específico das praias?

O SR. ANDRÉ NUNES – São vários pontos.

Obrigado pela participação dos Senadores, obrigado pela pergunta.

A arrecadação da SPU, toda a receita patrimonial da SPU bate nos 700 milhões anuais. O nosso orçamento eu acho que está nos 50 milhões, e nada do que se arrecade é específico para a fiscalização ou para qualquer outra coisa. A nossa arrecadação é caixa único, não há nada, e a gente divide o orçamento. E isso é distribuído lá dentro, eu não tenho os valores. O que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplica de multa pela União no local não volta para ser utilizado em fiscalização, é isso que eu quero dizer.

Já para o Município é, as multas que Município aplicar a partir da transferência da gestão das praias têm que ser aplicado na praia. A gente não pode vincular receitas nos Municípios, receita de contrato, de permissão de uso que ele faça, assim como a nossa também não é porque a própria lei não o fez, mas a gente vinculou a receita das multas aplicadas pelo Município na utilização das praias.

E aqui, para o Senador Dário Berger, a questão de transferir para o Município é muito eficiente, mas não é tudo. No seu Estado, um Município fez um decreto, parcelando a praia para os restaurantes. Então, não dá para deixar só na mão do Município, tem que ter o Estado, o Estado de Santa Catarina, o Estado do Rio Grande do Sul, o órgão estadual de meio ambiente, o órgão estadual de planejamento tem que estar envolvido nisso. É uma construção a muitas mãos.

E, Senador Izalci, fiscalização por fiscalização não resolve. Nós fiscalizamos os 20 mil quilômetros de praia deste País, nós fiscalizamos os 100 mil quilômetros de rio deste País, e só fiscalizar não resolve, o que resolve é educação. A gente tem de chegar à comunidade e colocar a comunidade para discutir o litoral. Não dá para a comunidade ficar tolhida das discussões ou só sair no jornal. A comunidade tem de participar da discussão. O dono do restaurante tem que saber que aquilo é proibido, como também o dono do hotel.

Então, eu queria sugerir para o Ricardo... Foi muito bacana a sua fala, Ricardo. Eu gostei muito. E também quero fazer uma sugestão para você, para incluir na pontuação dos *resorts* o acesso à praia, o livre e franco acesso à praia de quem não é utilizador. Eu acho que é um ponto positivo isso. Ou eu muito me engano, ou o público que frequenta os *resorts* não pactua da exclusão da comunidade local das áreas públicas. Posso estar enganado, mas acho que não é por aí.

Então, é isso. Eu acho que, pela educação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NUNES – Se vocês fizerem esse evento, esse grupo de estudos, a SPU estará à disposição para contribuir no que for possível. Como eu já lhe disse, Senador, a gente tem muita coisa, a gente tem muita agonia para tratar disso. Eu acho que vocês são fundamentais na construção de uma solução coletiva e mais adequada para a gestão territorial da praia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para complementar, a concessão para os Municípios é comum? Praticamente todos os Municípios já têm essa concepção de fiscalização e de utilização da praia?

O SR. ANDRÉ NUNES – Se não me engano, 95 Municípios já a solicitaram. Dos 295 Municípios com fronteiras com o mar, 95 já a solicitaram, e 56 já a têm. Só 56 Municípios têm a gestão territorial, que é a gestão dos contratos, esse negócio todo. Mas eles já têm a incumbência, desde 1998, de fiscalizar esses territórios.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Ricardo fará suas considerações finais. Lembramos que ainda temos duas reuniões ordinárias, uma para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar das emendas da Comissão e também de matérias deliberativas. Então, fala o Ricardo e em seguida...

O SR. RICARDO DOMINGUES – Boa tarde! Boa tarde novamente!

Quero agradecer a oportunidade de falar um pouco mais sobre o segmento de *resorts*.

Uma das preocupações que a gente tem é que, de fato, às vezes, há uma confusão de iniciativa privada com *resorts* ou de hotéis com *resorts*. Então, eu fiz questão de mostrar um pouco a associação ali: há 53 *resorts*, que passam por um crivo rigoroso para a afiliação. Então, alguns não o são, porque não atendem ao critério mínimo necessário. A gente está falando de um País que tem 8 mil quilômetros de litoral. Somados os *resorts*, está se chegando a 4 quilômetros de litoral. E a fiscalização em *resorts* acontece de maneira muito mais rigorosa do que em segmentos paralelos que estão ali muitas vezes vendendo produtos sem nenhuma tributação, sem nenhuma nota. Invariavelmente, em alguns *resorts*, há casos em que há fiscalização duas vezes na semana para aferir o produto, a qualidade do produto, enquanto as barracas que estão paralelas ao serviço do *resort*, muitas vezes, não têm o mesmo tratamento rigoroso.

Eu peço até para o André que ele possa também não só olhar os *resorts* – muitas vezes, todo mundo quer olhar só o grande –, mas também principalmente aferir de que maneira esses pequenos, embora gerem emprego e divisas, estão vendendo os produtos. Muitas vezes, não há segurança e higiene alimentar, o que vai afetar eventualmente um turista que está na praia. Então, essa é uma preocupação.

Quanto ao que disseram os Senadores Styvenson e Lasier, a gente menciona a preocupação de democratizar os *resorts*. A gente tem trabalhado há 20 anos exatamente com o objetivo de democratizar. Imaginem que, em 53 *resorts*, a nossa taxa de ocupação média anual é de 59%. Isso significa que eu tenho 41% de potencial de crescimento, mas a minha precificação, a minha tributação é muito mais elevada do que em outros destinos internacionais. Então, nós fizemos um estudo com alguns *resorts* do Caribe, principalmente República Dominicana, Jamaica e México, e a tributação brasileira é superior em 43% aos *resorts* caribenhos. Então, é muito mais barato, e a gente perde turistas indo para o exterior, porque é mais barato ficar em um *resort* gerando divisa e emprego em outro país do que se hospedando nos nossos próprios empreendimentos. O custo de operação de um *resort* é muito elevado.

Mas estamos trabalhando para aumentar a taxa de ocupação, principalmente em meses de baixa temporada. O Senador sabe que, em Santa Catarina, eu sou de lá, a gente sofre muito a sazonalidade. A preocupação de tentar trazer movimento para a baixa temporada de algumas regiões é importante, então, flexibiliza preço, às vezes trabalha num preço em que não ganhe nada, mas não tenha prejuízo, de tal forma que se traga movimento para o *resort*.

Por fim, eu gostaria só de contribuir com a Senadora. Os *resorts* hoje, todos eles, têm acessibilidade como um dos indicadores na matriz de classificação. Então, foi feito, dentro da matriz, um projeto junto com a ABNT, de normas técnicas, para que todos os *resorts* tivessem acessibilidade 360º, e toda a infraestrutura do *resort* é acessível, senão ele já não passa na matriz e não entra na associação. Então, a gente tem essa preocupação de livre circulação, um índice razoável de usabilidade de cadeirantes nos *resorts*, e temos trabalhado muito com a Senadora no sentido de buscar um consenso quanto à numerologia, qual o parâmetro para que a gente possa oferecer. Mas, sim, todos passam por um crivo extremamente rigoroso, inclusive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério do Turismo, três anos atrás, utilizou a nossa matriz de classificação e inseriu no Sistema Brasileiro de Classificação do Ministério do Turismo, que atualmente não está mais em prática, mas utilizou a nossa matriz devido à forma rigorosa como a gente trabalhou a matriz.

Eu agradeço a oportunidade de explicar, fico à disposição dos Senadores, caso queiram, a Associação Brasileira de Resorts está à disposição de desenvolver um projeto em conjunto inclusive com o Ministério do Turismo, para que a gente possa validar a questão do acesso à praia sugerida por André.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Passo imediatamente para as considerações finais do Sr. João Pita, representante do Ministério do Turismo.

O SR. JOÃO PITA DE FREITAS – Olá, eu gostaria de fazer uma observação aqui quanto à fala que fizemos aqui sobre o Termo de Adesão à Gestão de Praias. Eu estava em Balneário Camboriú mês passado para fazermos o Plano de Gestão Integrada, um dos momentos do PGI, e lá nós discutimos junto à sociedade civil organizada – porque, quando vamos fazer um PGI, quando essa titularidade é passada para o Município fazemos esse PGI – e lá, junto com a sociedade civil organizada, nós trabalhamos como deve ser feita, inclusive, a utilização das praias. Então, trabalhamos a questão da acessibilidade. Uma das discussões grandes que tivemos com a questão da acessibilidade, não apenas da acessibilidade, mas qualificar essa acessibilidade, porque não adianta o cadeirante chegar à praia e não ter como utilizar, fazer uso daquele espaço. Então, foi uma questão importante que discutimos lá.

Outra questão que estávamos discutindo... E até convidei aqui o nosso amigo Ricardo para se fazer presente nas próximas reuniões, que serão feitas em agosto, porque vamos discutir também como será feita essa questão em Balneário, em praias que têm *resort*. O consumo ali vai ficar por conta só do *resort*? Por quê? Para quê? A sociedade está reclamando disso. A sociedade civil organizada, que apareceu nessa nossa reunião, reclamou desse momento também. Falou: "E aí? Como vai ser feito esse consumo?". Nem todo mundo que quer ter acesso a esse espaço tem o recurso financeiro para consumir naquele espaço, porque, geralmente, os preços utilizados no *resort* para alimentação e bebida não são, necessariamente, os do cara que aparece lá com quiosque. Enfim, essa questão foi discutida lá.

E eu peço, como já pedi para o Ricardo aqui, para a gente conseguir, na próxima reunião, caso o senhor queira se fazer presente também – pelo que entendi, o senhor também é da Região Sul, correto? –, o senhor ou algum outro representante, para essas reuniões... É extremamente importante que haja uma participação ativa e cada vez mais forte da sociedade civil organizada nessas reuniões.

Cada uma das praias tem sua particularidade. A gente viu que a Praia Central de Balneário Camboriú tem uma realidade totalmente diferente das do Estaleiro e do Estaleirinho, que são praias lá da região. A Praia Central tem à sua frente prédios de vários andares, 50 andares, 40 andares. Todo mundo desce para a praia. Não cabe todo mundo ali dentro. O acesso às praias de Estaleiro e Estaleirinho é difícil por conta da vegetação de restinga que há ali naquele espaço.

Mas, de qualquer forma, faremos novas reuniões não só em Balneário Camboriú, mas em outros Municípios que têm esse Termo de Adesão à Gestão de Praias, porque cada praia tem a sua necessidade diferente. E enfatizo que a sociedade civil deve se fazer presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a disposição dos convidados de comparecer a esta Comissão.

Eu encerro esta audiência e início já a segunda parte desta reunião.

Antes de entrar em votações, eu quero propor a dispensa da leitura e aprovação da ata da 22ª Reunião da Comissão.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam queiram se permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Obrigado.

Já entro, imediatamente, na segunda parte, reunião deliberativa.

Passaremos à discussão e votação de matérias.

Item 1...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, ao seu lado direito...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Eu perguntaria a V. Exa. e, obviamente, ouvindo os demais companheiros... A minha preocupação é por força das outras obrigações inerentes aos Senadores e Senadoras junto às demais Comissões. Tenho receio de que não vamos ter oportunidade de deliberar. Existe um item, no qual estou na condição, designado por V. Exa., de Relator, sobre o tema naturismo. Não sei se poderíamos fazer a inversão em face de já estarmos, ao longo desses últimos 40 dias, tendo uma postergação não deliberada, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu vou fazer um apelo aos Senadores que puderem ficar aqui para a gente deliberar. Nós vamos fazer contato com outros Senadores que estão chegando também. Quando chegar na pauta nesse item, se houver quórum, a gente coloca em votação, mas apelo aqui aos participantes da Comissão para permanecerem porque temos matéria deliberativa nesse momento.

Bem, o item 1 da pauta é do Senador Elmano Férrer. Ele não está presente, mas é uma matéria que já foi discutida aqui por duas vezes e faltava a formalização desse requerimento.

Então, eu vou pedir aqui ao Senador Veneziano para que possa, *ad hoc,* relatar esse requerimento.

Vou fazer a leitura.

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 35, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Santo Amaro do Maranhão, combinado com o art. 93, I, do RISF, com o objetivo de realizar audiência a fim de contribuir com a instrução do Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei do Senado nº 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, uma vez que a matéria trata de assunto de grande relevância e impacto social e econômico.

Autoria do Senador Elmano Férrer.

E eu concedo, então, a palavra ao Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas gostaria, na ausência do nosso companheiro Senador Elmano Férrer, acostar-me às motivações expostas por S. Exa. no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Zequinha.

Será cumprida a decisão da Comissão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Venho solicitar a V. Exa. a retirada de pauta do item nº 5, Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2018, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, do MDB, de Pernambuco, da nossa relatoria, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acato o pedido de V. Exa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 281, DE 2018
- Não terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar prazo idêntico ao prazo de manutenção da Zona Franca de Manaus para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- A matéria segue para apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Item 2.

2ª PARTE
ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 36, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e analisar as políticas públicas da pesca, bem como a produção, comercialização do pescado, transporte e emissão de licenças, geração de empregos, o defeso e o potencial que o Brasil apresenta para o pleno desenvolvimento da pesca no país.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para fazer o seu encaminhamento do requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o meu requerimento vem ao encontro e tem como objetivo debater e analisar as políticas públicas da pesca, bem como da sua produção, comercialização, transporte e emissão de licença, geração de empregos e defesa do potencial que o Brasil apresenta para o pleno desenvolvimento da pesca no País.

Acho isso muito importante e eu gostaria de dar alguns subsídios aqui que eu acho de suma importância para o esclarecimento dos Srs. Senadores e da própria população como um todo.

Primeiro, os principais problemas enfrentados pelos pescadores do País, segundo o MAPA, são: desde 2017, foi suspensa a exportação de pescados para a União Europeia por falta de adequação do setor às exigências internacionais, causando um prejuízo milionário, principalmente para o Sul do País.

Eu digo Sul do País, porque Santa Catarina é o maior produtor de pescado do Brasil, mas não é só o maior, Presidente, ele é responsável por aproximadamente metade de tudo que é capturado. De tudo que é pescado no País, metade é credenciado a Santa Catarina. De forma, Senador Veneziano, que essa atividade, para nós, custa muito caro, é uma atividade muito burocrática. E essa burocracia, inclusive com essa indefinição do Ministério da Pesca, da Secretaria-Executiva da Pesca ir para a Agricultura, ou ir para não sei aonde, ou ir para a Presidência da República, só veio a prejudicar substancialmente o setor. E, lamentavelmente, nós estamos enfrentando esse problema.

A atividade está extremamente burocratizada por leis ambientais rigorosas, aplicação de multas muitas vezes sem parecer técnico e científico, o que traz enorme insegurança jurídica para o setor. A maior parte das embarcações em uso no País não tem licença de pesca, assim como as indústrias pesqueiras também não têm licença de operação. Mas qual é a culpa disso? A culpa é do sistema que efetivamente não funciona, que não concede as licenças e que não permite a operação como deveria ser permitido.

Outro problema latente é a falta de fiscalização permanente aos pescadores não regulamentados, realizando pesca predatória. O que acontece muito em Santa Catarina é o seguinte: rigor extraordinário àquelas embarcações regulamentadas e esquecimento total para os pescadores não regulamentados, que realizam a pesca predatória.

Portanto, em segundo lugar, eu quero também dizer dos motivos da relevância da atividade pesqueira para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é o maior detentor de recursos hídricos do mundo, possuindo cerca de 7 mil quilômetros de recursos renováveis, 8,5 mil quilômetros de costa marinha, razão por que deve aumentar, controlar e atrair investimentos para o setor pesqueiro sempre atento à questão da sustentabilidade. Um dos maiores potenciais do Brasil é a aquicultura, no entanto, é preciso organizar, estruturar, conhecer e desenvolver a aquicultura, que seria a produção de pescados, e a pesca nacional também.

O País tem tudo para gerar empregos, renda, alimentos para nossa população e, obviamente, para exportar também pescados. Todavia, o Brasil ocupa apenas o 13º lugar do mundo em produção de pescado, estando, por incrível que possa parecer, atrás de países com menor potencial para o desenvolvimento do setor como: Bangladesh, Vietnã e Egito – um verdadeiro desperdício do nosso potencial.

Eu, na época – eu sou Senador de segundo tempo do mandato –, consegui conviver com o Ministério da Pesca. Ali imaginava eu que estaria a solução para parte dos nossos problemas. E ele foi exercido inclusive pelo atual Governador do Pará, Hélder Barbalho, que começou a fazer um excelente trabalho.

E aí muda Governo, vem Governo, etc. e tal, e aconteceu o que aconteceu, o que todos os senhores que são foram Deputados e que agora nos honram com a presença aqui no Senado acompanharam e presenciaram. Vem Governo, que faz uma reorganização administrativa, e aquilo que era ministério passa a ser secretaria; a secretaria não funcionava embaixo da Secretaria da Agricultura e, então, vai para a Presidência da República, o que é pior ainda, porque daí mesmo é que não vai funcionar. E o que aconteceu? Nós estamos em um limbo. A situação é precária, ela é dramática, para ser mais sincero, com relação a Santa Catarina.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou fazendo um pedido de audiência pública para discutir esse tema que eu julgo de extrema relevância não só para Santa Catarina, mas para o Brasil. Entretanto, eu não defini ainda os nomes e eu quero definir os nomes posteriormente. Inclusive, eu quero deixar aberto para V. Exas., pois, se tiverem sugestões de nome que possa engrandecer o debate na construção de um novo tempo desburocratizado, em que possamos estabelecer uma eficiência jurídica mais adequada, uma segurança para que os nossos pescadores que estão legitimamente licenciados possam exercer a sua atividade, elas serão bem-vindas.

Só para terminar, nós estamos terminando a safra da tainha, que começa em 1º de maio – e não me recordo do final dela. Nós em Santa Catarina não recebemos nenhuma licença para pesca industrial, foram canceladas todas as licenças, sem nenhuma explicação lógica. Ninguém mais do que eu, luta pela preservação das espécies, pela preservação da natureza, pelo desenvolvimento sustentável, pelo equilíbrio das nossas ações. Entretanto, eu não posso imaginar e permitir que, no ministério, entre um secretário-executivo ou outro ministro que chega lá e simplesmente não concede as licenças, com os pescadores ficando com seus barcos todos efetivamente no estaleiro. O que que acontece com isso? V. Exa. imagina que eles não estão pescando? Eles estão pescando – não digo todos, mas muitos –, porque é a sobrevivência deles; só que eles estão pescando sem a devida licença. Então, é preciso dar um norte para essa situação, é preciso ter mais agilidade, é preciso ter mais compromisso, sobretudo porque essa é uma atividade importantíssima para o País e muito importante também para Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero alertar o Senador de que nós só podemos marcar depois de definir os nomes. Então, a gente fica guardando até semana que vem para ter alguns nomes para depois marcar a audiência o mais rápido possível.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu coloco em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu convido o Senador Veneziano para ocupar a Presidência, já que o requerimento do item 3 é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 38, de 2019.

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 38, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública destinada a debater a Pauta Nacional do Transporte Escolar.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Pode até parecer estranha nesta Comissão essa audiência, mas o Ministério das Cidades está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Então, essa matéria está ligada à nossa comissão. Eu pediria o apoio de V. Exas. para fazermos esta audiência pública, para debater exatamente a pauta nacional do transporte escolar, convidando aqui os representantes do Contran, Denatran, Denatran, Inmetro, ANTT e da Secretaria da Fazenda também.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de S. Exa., Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa. e caminho já para o item 4.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2018
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática do naturismo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Laura Carneiro (MDB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação com 3 emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria segue para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, Senadora Mara Gabrilli, querido Senador Dário Berger eu pediria a V. Exas. a compreensão para que nós avancemos à análise e, se puder ter a aquiescência, já o faço.

Análise.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 64, de 2018, vem ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo por se tratar de "políticas relativas ao turismo", conforme o inciso VII do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, há dois pontos ase apreciar. De início, há que se considerar que o naturismo moderno é bem organizado e difundido em todos os continentes. Desde 1951, ocorrem congressos mundiais de naturismo. O Brasil sediou o XXI Congresso na praia de Tambaba, praia da nossa querida região do nosso Estado da Paraíba, em 2008. Há uma Federação Internacional Naturista desde 1953, entidade que congrega associações naturistas de 42 países do mundo, incluindo a Federação Brasileira de Naturismo, fundada em 1988. No Brasil, existem 17 associações em nove Estados e no Distrito Federal.

Como se vê, a prática já existe *de facto* no País.

O segundo ponto a ser analisado é o da necessidade de regulação. Já existem algumas leis estaduais e municipais que tratam do tema. Em âmbito federal, já se tentou regular a prática pelo Projeto de Lei nº 1.411, de 1996 (no Senado Federal, Projeto de Lei da Câmara nº13, de 2000), do Deputado Fernando Gabeira, que fixa normas gerais para a prática do naturismo e dá outras providências. Esse projeto, que teve muita repercussão na época em que foi apresentado, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em de março de 2000. Nesta Casa, teve pareceres favoráveis aprovados pela CCJ, em novembro de 2002; e na CAS, em março de 2003. Ficou pronto para pauta no Plenário do Senado até janeiro de 2011, quando foi arquivado definitivamente.

A principal questão que faz buscar a regulação da matéria é que o nudismo pode ser enquadrado como ato obsceno pelo art. 233 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, que é o nosso Código Penal. Há a possibilidade de outros crimes em espaços naturistas, especialmente nas praias de naturismo: importunação sexual (art. 215-A), registro não autorizado da intimidade sexual (art.216-B), entre outros.

Pelo exposto, a iniciativa da Deputada Laura Carneiro é louvável.

Do ponto de vista da constitucionalidade do PLC nº 64, de 2018, podem-se assinalar alguns dispositivos que permitiriam a prática: direito à liberdade e livre manifestação do pensamento, liberdade de associação e criação dessas e punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, consoante o *caput* e os incisos II, XVII, XVIII e XLI do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Acreditamos, portanto, que o naturismo não fere a Constituição nem as leis do País, desde que realizado com a proteção a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus praticantes, incluindo menores que frequentam com as suas famílias, e o respeito aos não praticantes.

É relevante, portanto, que haja legislação que trate de normas gerais sobre a matéria, visto que a definição de normas específicas deve continuar sendo feita por Estados e, em especial, pelos Municípios em que se instalem esses espaços naturistas.

Ao continuar a tratar da proposição, constatamos vários problemas com relação à redação e à técnica legislativa.

Para melhor técnica legislativa, os dispositivos do art. 3º da proposição poderiam ser facilmente incorporados ao texto do art. 2º, que deve ter sua redação corrigida.

Também, deve-se eliminar a tautologia de permitir a – abro aspas – "prática do naturismo" – fecho aspas – por apenas "naturismo", definido como "conjunto de práticas"; bem como adequar o texto às redações dadas pela Lei Geral do Turismo – Lei nº 11.771, de 2008 – aos meios de hospedagem e à legislação rural aos imóveis rurais.

Além disso, há a permissão, pelo *caput* do mesmo artigo, apenas do "naturismo de banhistas", mas o PLC trata de outros espaços naturistas, além das praias.

Verificamos, também, que há uma referência equivocada a locais impedidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que deve ser excluída, pois, nos locais proibidos pelo estatuto, não se estabeleceriam, por definição, espaços naturistas: esses espaços são estabelecimentos comerciais com jogos de bilhar ou sinuca, casas de jogo, locais de apostas, entre outros. Mas é imprescindível estabelecer que menores só podem frequentar espaço naturista, quando acompanhados dos pais ou responsáveis, conforme dita o próprio estatuto.

Por fim, é forçoso deixar claro que o naturismo praticado, segundo as normas trazidas na proposição, não infringe o art. 233 do Código Penal nacional.

Com a incorporação de dispositivos do art. 3º pelo art. 2º do projeto, os arts. 4º e 5º passariam a ser renumerados para arts. 3º e 4º, respectivamente.

Eis o nosso voto, Sr. Presidente, companheiros Senadores e Senadoras.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2018, de autoria da Deputada Laura Carneiro, com as seguintes emendas. A emenda é da CDR:

> Emenda nº - CDR
> (ao PLC nº 64, de 2018)
> O art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:
> .....

V. Exas. têm o acesso ao teor de todo o dispositivo.

> Emenda nº - CDR
> (ao PLC nº 64, de 2018)
> Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2018.

Emenda também da CDR:

> Emenda nº - CDR
> (ao PLC nº 64, de 2018)
> Renumerem-se para arts. 3º e 4º, os atuais arts. 4º e 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 64 [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eis o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria, com três emendas que apresenta.

As senhoras e os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O item 5 foi retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Zequinha Marinho.

2ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE LEI N° 402, DE 2019
- Não terminativo -

Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Ricardo Tripoli (PSDB/)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação com 3 emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou direto à Análise.

Nos termos do art. 104-A, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre essa matéria.

Conforme dispõe o art. 21, XX, da Constituição Federal, compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano. O art. 230, da Carta Magna, por sua vez, atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. Não há reserva de iniciativa em favor de outro Poder.

Como aponta o parecer da CDH, a concessão do título de Cidade Amiga do Idoso representará um passo importante na implementação do Estatuto do Idoso, pois prestigiará os Munícipios que tenham se empenhado no cumprimento dessa lei. Dependem da esfera local as medidas mais relevantes a serem adotadas, como a conservação das calçadas, sem o que o idoso, assim como as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em geral, acabam sendo excluídas do espaço público.

Com vistas ao aperfeiçoamento da proposição, apresentamos três emendas.

A primeira, para definir como objetivo do Programa a promoção do envelhecimento ativo e não apenas saudável. A segunda, para acrescentar a acessibilidade entre os aspectos a serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerados no plano de ação a ser adotado pelo Município. E as modificações propostas devem-se à necessidade de combater a visão preconceituosa que condena o idoso a uma vida de repouso e passiva.

Entendemos, pelo contrário, que as pessoas devem permanecer em atividade, física e mental, enquanto dispuserem de saúde. O Poder Público, por sua vez, deve assegurar condições para tanto, o que inclui a implementação de medidas destinadas a promover a acessibilidade à cidade como um todo, seja mediante conservação das calçadas, seja por meio da adaptação de edificações e meios de transporte.

A terceira emenda atribui ao Poder Executivo a disciplina dos procedimentos a serem observados na outorga do título de Cidade Amiga do Idoso. Seu objetivo é facilitar a compatibilização do projeto com o Decreto 9.328, de 3 de abril de 2018, que institui a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, a qual prevê o reconhecimento pelo Governo Federal de políticas públicas, programas, ações, serviços ou benefícios, implementados pelos Municípios, que promovam o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável da população idosa por meio da concessão de certificados, selos e congêneres.

Trata-se de iniciativa meritória, que queremos reforçar com o presente projeto.

O voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PL nº 402, de 2019, com as seguintes emendas:

Emenda nº - CDR

Acrescente-se, no art. 1º, do PL nº 402, de 2019, a expressão “e ativo” após a palavra “saudável” [para o envelhecimento saudável e ativo do idoso].

Emenda nº - CDR

Acrescente-se ao art. 2º, do PL nº 402, de 2019, o seguinte inciso:

“Art. 2º.....

.....

IX – acessibilidade.

.....”

Emenda nº - CDR

Dê-se ao art. 4º, do PL nº 402, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 4º Os Municípios que lograrem implementar características amigáveis quanto aos aspectos previstos no *caput*, do art. 2º, receberão a titulação de “Cidade Amiga do Idoso”, a ser outorgada nos termos de regulamento”.

Muito obrigada.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para discutir.) – Bem, preliminarmente, eu quero cumprimentar e parabenizar a Senadora Mara Gabrilli, que é Relatora desse projeto, pelo relatório que apresenta e pela sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimentar também o autor, que, pelo que eu percebo aqui, veio da Câmara dos Deputados, mas não identifica o autor...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Ricardo Tripoli.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ricardo Tripoli, de São Paulo, PSDB de São Paulo.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, aproveito também para estender os meus cumprimentos ao Deputado Ricardo Tripoli.

Na verdade, é um projeto que me salta aos olhos, me traz um brilho todo especial essa matéria, uma vez que o grande objetivo disso, a grande finalidade é incentivar os Municípios a adotarem medidas e práticas para um envelhecimento saudável e adequado, de forma a aumentar a qualidade de vida do pessoal da terceira idade. É um incentivo extremamente interessante.

Eu, que fui Prefeito por diversos mandatos, faria esforço para me adequar a essa realidade para que eu pudesse ser contemplado com o diploma de... Como é que é o diploma mesmo?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Cidade Amiga do Idoso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cidade Amiga do Idoso, porque assim eu estaria contribuindo para a elevação da autoestima do cidadão da terceira idade, para o seu orgulho próprio e também para a sua convivência harmônica com a sua cidade, no local onde ele vive, porque viver em comunidade significa ocupar os espaços comuns. E, para ocupar os espaços comuns, eles têm que ter certamente uma estrutura, uma infraestrutura necessária para que, principalmente os mais idosos e os portadores de algum tipo de deficiência etc. e tal possam deles usufruir de maneira adequada.

De maneira que eu quero expressar aqui a minha alegria de poder votar um projeto dessa natureza, cujo alcance é um alcance extremamente significativo no aspecto social, atingindo a terceira idade, da qual, inclusive, eu já estou fazendo parte, segundo a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu também.

Bem, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório que argui pela aprovação da matéria com três emendas que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A matéria será encaminhada a apreciação do Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 7 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e sete minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Lasier Martins, Paulo Paim, Paulo Rocha, Sérgio Petecão, Dário Berger e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Elmano Férrer, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Emendas da CDR ao PLDO 2020**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (PLN 05, de 2019 - CN), que serão apresentadas à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Coordenador das Emendas: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. Aprovada a indicação das seguintes Emendas de Meta, assim renumeradas: **Emenda nº 01** – AÇÃO 214S / Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas / QUANTIDADE META 400 e **Emenda nº 02** – AÇÃO 7K66 / Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado / QUANTIDADE META 100. São acolhidas, também, as sugestões de Emendas ao Texto apresentadas, renumeradas: **Emenda nº 03** – REFERÊNCIA Inciso I, Item 63 / Aditiva; **Emenda nº 04** – REFERÊNCIA Artigo 11 / Aditiva; **Emenda nº 05** – REFERÊNCIA Inciso I, Item 63 / Aditiva; **Emenda nº 06** – REFERÊNCIA Artigo 93 / Aditiva; **Emenda nº 07** – REFERÊNCIA Artigo 93 / Aditiva; **Emenda nº 08** – REFERÊNCIA Inciso I, Item 63 / Aditiva; **Emenda nº 09** – REFERÊNCIA Artigo 11, Inciso XXV / Aditiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 23ª Reunião da Comissão da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (PLN 05, de 2019 - CN), que serão apresentadas à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar, na forma do art. 87, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Comissão poderá apresentar até duas emendas de acréscimo de metas e qualquer número de emendas de cancelamento de metas e de emendas ao texto.

A Comissão somente poderia receber sugestões de emendas de membros de seu colegiado e referentes a matérias de sua competência regimental.

Na forma regimental, a Comissão recebeu 99 sugestões de emendas de inclusão de metas e 7 sugestões de emendas de texto.

Eu vou pedir ao Senador Dário para assumir a Presidência, para que eu possa fazer aqui a leitura, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Passo a palavra, então, ao Senador Izalci Lucas, para apresentação da sugestão das emendas.

Concedo, portanto, a palavra ao coordenador dessa matéria, que também é o Senador Izalci, para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise.

No que tange ao Anexo de Prioridades e Metas, foram apresentadas propostas em número que extrapola o limite máximo de duas emendas reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações que, no nosso entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais pertinentes.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das propostas de nºs 13 e 27. Nesse caso, será viabilizada a apresentação de duas emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do PLDO 2020, destinadas às seguintes ações:

• ação 214S, "Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas", com meta de 400 atividades produtivas apoiadas, atendendo, em parte, à Proposta nº 55;

• ação 7K66, "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", com meta de 100 projetos apoiados, atendendo, em parte, à Proposta 93.

No tocante às emendas de texto, votamos pela aprovação de todas elas.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLDO 2020. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Coloco em discussão o relatório apresentado pelo Senador Izalci. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Devolvo a palavra ao eminente Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Então, ficam aprovadas as Emendas propostas ao Anexo de Prioridades e Metas da LDO 2020 de nºs 13 e 27, contemplando parcialmente os nºs 55 e 93, que são renumeradas como Emendas de nºs 1 e 2, bem como as Emendas de Texto nºs 41, 73, 84, 86, 87, 90 e 106, que serão renumeradas como Emendas de nºs 3 a 9.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos Orçamentários, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Aprovação da presente ata.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 24ª Reunião da Comissão da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Arolde de Oliveira, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência registra as presenças da Prefeita de São Felix do Araguaia, do Estado do Mato Grosso, Senhora Janailza Taveira Leite (SD/MT) e do Deputado Estadual Souza Neto (PHS/RN). Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 14/2019 - CRA, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Finalidade: Instruir o PLS 384/2016, de autoria do Senador José Agripino, que "altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel". Participantes: Lívio Teixeira de Andrade Filho, Coordenador-Geral de Fontes Alternativas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME); Dougmar Nascimento das Mercês, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Juraci Moreira Souto, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag); Darlan Santos, Diretor-Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne); Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica). A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, e os Senadores Jean Paul Prates e Wellington Fagundes, fazem uso da palavra. Ao término da Audiência Pública, a Senhora Presidente comunicou a abertura do prazo para a apresentação de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (PLN nº 05, de 2019), conforme o seguinte calendário: Abertura: nesta data, 26 de junho, quarta-feira. Encerramento: 02 de julho, terça-feira, às 12 horas. Deliberação: 03 de julho, quarta-feira, às 11 horas. Por fim, a Senhora Presidente procede à leitura do seguinte requerimento: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil, sua destinação e quais as medidas que podemos buscar para atuar de forma eficaz para a proteção da economia e da saúde humana", em relação a esse crime que só cresce em nosso país. Os convidados serão encaminhados posteriormente para a Secretaria da Comissão. Autoria: Senadora Soraya Thronicke. O Requerimento lido retornará à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos no dia de hoje.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Queria agradecer a presença de todos.

A iniciativa foi do Senador Jean Paul Prates para esta audiência pública. É um assunto de extrema relevância, ainda mais hoje, quando estamos falando tanto de economia sustentável, queremos produzir respeitando o meio ambiente, mas queremos que as pessoas tenham condição de ganhar e prosperar – não é, Senador?

Eu quero destacar a presença do Deputado Souza Neto, Deputado Estadual do Rio Grande do Norte. O Deputado é Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar.

Muito obrigada, Deputado, pela sua presença hoje.

Esta Presidência comunica que ontem foi aprovado o relatório preliminar do PLDO 2020 na Comissão Mista de Orçamento. Estamos, portanto, na iminência da abertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, o PLN nº 5, de 2019, pendente apenas da anuência do Presidente do Congresso Nacional.

Assim sendo, solicito às assessorias dos Srs. Senadores membros desta Comissão que fiquem atentas à divulgação do prazo por esta Secretaria.

Muito obrigada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 384, de 2016, de autoria do Senador José Agripino, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária previstos no Capítulo III do Título VII da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2019, da CRA, de iniciativa do Senador Jean Paul Prates.

Informo que esta audiência é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e no Alô Senado: 0800-612211.

Convido para compor a Mesa nossos ilustres oradores: Lívio Teixeira de Andrade, Coordenador-Geral de Fontes Alternativas da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Dougmar Nascimento das Mercês, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Juraci Moreira Souto, Secretário de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Um dos nossos palestrantes vai sair por uns minutinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Chamo aqui Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), e Darlan Santos, Diretor-Presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne).

Senador Jean Paul Prates, dou-lhe a palavra para as considerações iniciais.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Soraya, demais Senadores e Senadoras, pessoas que estão nos ouvindo pela transmissão do Senado – esta é uma audiência interativa da qual podem participar também –, meus convidados e amigos palestrantes de hoje, juntamente com a Presidente da Comissão, damos as boas-vindas, agradecendo pela atenção. A gente sabe que é sempre um trabalho vir a Brasília conversar conosco, nos esclarecer, então, é sempre um motivo para agradecimentos da nossa parte. Por outro lado, é uma oportunidade sem precedentes, eu acho, para esclarecer determinados assuntos, para enaltecer nossas atividades econômicas, como a Presidente colocou, de grande valor para o futuro do Brasil, para a transição energética do nosso País.

Então, nessa situação específica em relação aos assentamentos – apenas para contextualizar as pessoas sobre o que nós estamos tratando aqui hoje –, o setor energético de fontes renováveis, antigamente chamado de energia alternativa... Hoje não chamo mais de alternativa, nós estamos combatendo esse termo porque as energias renováveis eólica, solar e a própria hidrelétrica, que já estava na base do nosso sistema, não são alternativas, não, elas são fontes principais hoje do Brasil. No caso do nosso Nordeste, existem dias em que a eólica supre 70%, 80% do consumo energético. Se não houvesse eólica hoje no Nordeste, se não tivesse sido desenvolvida ao longo da última década, a partir principalmente de 2003 – mas mais acentuadamente a partir de 2008/2009 com os leilões reversos, que vão ser claramente explicados aqui –, nós teríamos um apagão hoje no País, numa região inteira, porque, se você chega a pontos de picos, de dias em que você tem 70% da energia suprida pela força dos ventos, isso significa que, se eles não estivessem ali sendo coletados, provavelmente nós teríamos apagão; não seria nem racionamento, seria apagão mesmo, corte de energia.

Então, a importância dessas fontes cresceu enormemente. Alguns dos palestrantes certamente vão salientar isso, temos aqui a Associação Brasileira de Energia Eólica, a Associação Brasileira de Energia Solar – o Rodrigo teve que dar um pulinho ali embaixo porque está sendo lançada uma frente no mesmo horário e ele foi dar uma palavrinha lá e já volta.

Mas quero acentuar que, como cresceram tanto, existem hoje áreas que estão ainda excluídas desse benefício e que estão no meio, como o Darlan provavelmente vai mostrar nos mapas, de áreas extremamente nobres para aproveitamento do potencial eólico e solar. E essas áreas estavam excluídas, e hoje têm estado excluídas, meramente por questões regulatórias, por faltar o entendimento quanto ao uso dessas áreas, que são justamente as áreas de assentamento. E paradoxalmente são áreas inclusive que necessitam de receita extra.

Mas isso também encerra vários conflitos, e nós chegamos a ver projeto de lei inicial, com toda boa intenção para regular isso, mas vimos vários problemas. Por exemplo, quando se propôs que cada assentado negociasse diretamente com cada megaempresa de energia, isso não tem a menor proporção. Não há condição disso para um assentado, com o vizinho negociando com outra, criando-se uma série de ladrilhos impedidos, porque uma empresa dessa precisa de uma área extensa para fazer um parque eólico, por exemplo, ou mesmo uma fazenda solar de grande porte, e aí você estaria bloqueado com vários pequenos ladrilhos comprometidos com diferentes empresas, até porque, nesse mercado, normalmente funcionam agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

comissionados para buscar contratos de arrendamento de terras e tal. Então, eles têm uma certa competição entre eles. Estava-se criando um verdadeiro xadrez sobre isso.

Outra razão para não fazer isso é porque você criaria uma casta diferente de assentados: os assentados ricos, que recebem *royalties* de eólicas por ceder parte de seu terreno para colocar um aerogerador; e os demais assentados com a vida de sempre. Mas você teria aí uma desigualdade dentro do mesmo assentamento, e isso ninguém quer fazer.

Então, nós estivemos propondo... E, observando esse processo – antes mesmo de assumir aqui no Senado, eu presidi uma entidade também da área de energia renovável e recursos naturais, e o Darlan veio me suceder lá –, e nós já vínhamos fazendo esse trabalho no Rio Grande do Norte com o Incra, em que propusemos um sistema de o Incra comandar o processo. Obviamente que tem que ser garantido que os assentamentos realmente recebam essa verba, que não seja para ficar no caixa único de Brasília, porque senão também não é bom para eles.

Então, estamos aqui na verdade, Presidente Soraya, numa negociação simulada e vendo que cenários serão possíveis para que finalmente os assentamentos das nossas regiões do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, de algumas áreas da própria Bahia e de outras áreas do Brasil possam desenvolver potencial solar e eólico, gerar energia para o Brasil e, ao mesmo tempo, receber condignamente as compensações que qualquer proprietário de terra recebe. E o Incra fazendo as vezes, como lhe cabe, de negociador, agenciador e administrador disso, juntamente com as associações de cada assentamento, que certamente vão discriminar como isso seria distribuído dentro do próprio assentamento. Essa é a razão de estarmos aqui na audiência.

Acredito que o projeto ainda sofra emendas, há prazo ainda para emendas, o próprio Relator, Wellington Fagundes, deixou-nos saber disso. Então, acho que vai haver aprimoramentos, mas a gente vai chegar a um bom termo. É um projeto positivo, em que todo mundo ganha. Se for habilidosamente construído, todo mundo ganhará: os empreendedores, porque vão ter muito mais facilidade de negociação, um ponto de referência muito mais próprio; os assentados de assentamentos em geral; o próprio Incra, fazendo o seu papel. De maneira que todos, então, seriam satisfeitos com uma solução de consenso adequada. É isso, é esse o motivo.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos vocês. É muito importante que vocês estejam aqui porque nós estamos fabricando um marco legal, um marco regulatório para que essas áreas, para que esse "conflito", entre aspas, entre assentamentos e empreendimentos eólicos e solares e outros que eventualmente possam ser incluídos... Até PCHs, foi tentado que se colocassem aqui dentro. Tudo isso a gente vai, então, discutir hoje e certamente chegar a uma boa solução para o Brasil.

É isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito bom.

Concedo a palavra agora a Lívio Teixeira de Andrade. Por dez minutos, Lívio. O.k.? Por dez minutos, e, se precisar, a gente dá uma tolerância, está bem?

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO (Para exposição de convidado.) – Está o.k.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite pela Presidente da Comissão de Agricultura, Senadora Soraya. É uma honra para a gente participar deste debate. Eu gostaria de cumprimentar os Senadores presentes e também a Mesa de oradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como o tempo é bem curto, a gente vai tentar ser bem rápido para não atrasar. A ideia é apresentar para vocês um panorama do setor da fonte eólica e solar no Brasil. Então, a gente vai dividir essa apresentação em três partes: o setor elétrico, com panorama; os potenciais da expansão de geração de energia da fonte solar e eólica; e os leilões regulados.

Vamos ao panorama, então. O setor elétrico tem desafios contínuos, e a gente tem que ter o aperfeiçoamento para a tomada de decisões para as questões de futuro, para atender às demandas de energia. A gente destaca que a gente tem que promover a expansão da matriz, garantir a segurança energética, atender os objetivos de desenvolvimento sustentável, tudo pensando numa tarifa justa. A gente tem que também considerar as potencialidades e as diversidades de fontes que estão distribuídas ao longo do País para poder aproveitar as diversidades delas, principalmente locais, como é o caso até do projeto de lei do Senado.

Eu destaco também os novos pilares do setor energético, que são: governança, previsibilidade, estabilidade com segurança jurídica e regulatória.

O setor elétrico, hoje, está com capacidade instalada de 165 mil megawatts, com 147,5 mil quilômetros de linhas de transmissão. O País está praticamente todo interligado, com mais de 99% de interligação entre as regiões do País, e isso para atender 84,4 milhões de unidades consumidoras. A gente gera uma energia anual de 557 mil gigawatts/hora, o que representa, na América Latina, 50% da geração de energia.

O setor elétrico tem a capacidade instalada por fonte. Destaco aqui que a gente tem uma matriz bastante renovável: a eólica hoje está com 9,1% da capacidade instalada no País, com 15.064MW; a hídrica está com 64% da capacidade instalada; a eólica também já passou a biomassa; e a gente tem a solar, cujo crescimento começou mais tarde, ainda é pequena, 1,3%, mas com um potencial de crescimento muito grande ao longo dos anos.

Do lado, a gente traz as importações de energia do Brasil, destacando o intercâmbio com o Paraguai, através da Usina de Itaipu. A gente compra o excesso de energia de Itaipu que o Paraguai não utiliza, que é a maior parte. Depois a gente tem intercâmbio também com a Argentina, Venezuela e Uruguai.

O planejamento do setor energético brasileiro tem uma visão de longo prazo, de curto e médio prazos e um monitoramento. Na visão de longo prazo, a gente tem o Plano Nacional de Energia (PNE). A gente já realizou o PNE 2030 e agora a gente está em fase final de elaboração do PNE 2050, que provavelmente sairá em dezembro deste ano. Na visão de curto e médio prazos, a gente tem o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), que é um documento informativo e indicativo da expansão do setor de energia na visão do Governo. Com relação ao monitoramento, o ministério tem reuniões periódicas para avaliar as demandas, as necessidades de energia e todos os problemas que acontecem no setor elétrico. E, em relação aos leilões, a gente tem hoje sete tipos de leilões, que são o A-1 ao A-7, que são realizados para a compra de geração de energia. Temos leilões de transmissão, que nos interessam.

Nesse eslaide, há a evolução da capacidade instalada. A gente faz uma projeção de acordo com o PDE 2027. Então, a gente traz os dados de 2018 e os dados de 2027. A gente destaca aqui que a solar centralizada, em 2018, estava com 1,1% da capacidade instalada, e a eólica com 8,8% – isso em 2018. A projeção para 2027 é de que a solar centralizada chegue a 4,1% e que a eólica a 12,7%, ou seja, um crescimento razoável. Um outro destaque que a gente pode fazer é que as renováveis, em 2018, eram 85% da matriz de energia elétrica e que em 2027 a gente ainda, praticamente, está mantendo esse nível de renováveis – vai ter 78%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora uma visão da geração distribuída: em 06/2019 a gente estava com 1.029MW de geração de geração distribuída, com destaque para a energia solar, que é o carro-chefe da geração distribuída, pela própria tecnologia, facilidade de implantação da tecnologia nos telhados. Isso tem um empreendimento. São unidades, quantidades de empreendimentos que têm essa potência de 84.391, e isso em 18/06. A gente destaca que agora, em junho, a geração distribuída atingiu 1GW de potência instalada.

Também aqui trago uma projeção da geração distribuída para o ano de 2027. Pode-se perceber que é um crescimento exponencial, e eu digo que sempre que a gente faz previsão para geração distribuída, tanto o ministério como a Aneel, a gente sempre tem errado para baixo – é um sinal de que ela está crescendo, pela própria questão de os preços terem se reduzido bastante nos últimos anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – Aqui a gente traz o potencial de solar, de geração centralizada, que é de 28.519GW – é enorme. E de geração distribuída, 164GW.

Também aqui a expansão da solar. A gente destaca que o Brasil foi o 11º país, em 2018, em instalação de energia solar, e hoje a matriz está com 3.132MW.

Agora, com relação ao potencial de eólica, a gente está com 1,94GW de potência instalada em 2018 – só em 2018 –, e o somatório dá 14,71GW. O Brasil ocupa o quinto lugar em capacidade instalada de eólica.

Também trago o potencial de eólica. A gente percebe que ele vai crescendo de acordo com a altura das torres. O Brasil tem mais de 800GW de potencial.

Leilões. A gente percebe que, no último leilão, A-4 e A-6, tanto a eólica como a solar foram bastante competitivas, chegando a preços bem menores do que os de outras fontes, como PCH, CGH, gás natural e biomassa.

Aqui, atendendo ao pilar da previsibilidade, a gente traz as projeções dos próximos leilões para 2019, 2020 e 2021.

E, para finalizar, a gente entende que esse projeto tem uma sinergia muito grande com a diversificação da nossa matriz. Em 2017, o ministério fez a primeira análise sobre o projeto de lei – a gente foi favorável –; em 2018, fizemos duas análises também e fomos favoráveis. Esperamos que prossiga o projeto.

Obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Lívio. Foi bastante esclarecedor. O principal disso tudo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta, pela ordem.

Antes de tirar o eslaide, pediria para voltar, só para tirar uma duvidazinha que me ficou, rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, fique à vontade.

Senador, com a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mestre Lívio, desculpe-me.

Pode projetar de novo? Houve uma estatística ali que eu...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desculpe-me, pessoal.

Por isso eu me antecipei para não tirar dali.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Fique à vontade, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não deu, não deu. Deixe para depois.

É onde está... Pode passar, pode passar todos. Mais um pouco. Esse aí. Volta.

Capacidade... É o quinto em capacidade instalada em 2018 – não é o quinto em potência instalada geral – é o *ranking*. Foi o que mais instalou eólicas em 2018, em quinto lugar.

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, no *ranking* embaixo – acumulada –, o Brasil está na oitava posição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Está certo.

Obrigado.

Desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Lívio.

Agora, com a palavra Dougmar Nascimento das Mercês, do Incra, por dez minutos.

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS (Para exposição de convidado.) – Sra. Presidente Soraya, na pessoa de quem cumprimento todos os membros desta Mesa; Srs. Senadores; senhoras e senhores, bom dia.

Como já foi falado aqui nesta Mesa, nesta reunião, o tema realmente é muito importante para o desenvolvimento sustentável e para que a gente possa proporcionar realmente aos assentados da reforma agrária uma justiça social. Está alinhado esse tema com o propósito do atual Presidente do Incra, Gen. Jesus Corrêa, no sentido de alterar a governança do instituto, da autarquia. Essa governança está baseada em dois pilares: no pilar estratégico, e a proposta vai ao encontro desse pilar estratégico, e também na gestão do Incra nas suas atividades cotidianas.

Com relação a essa parte da gestão do Incra, o Presidente está atuando em cima de uma readequação da estrutura organizacional do Incra, para exatamente adequar essa estrutura organizacional aos projetos estratégicos. Também ele busca adequar as normas à legislação atual do Incra, no sentido também de atender aos objetivos estratégicos e, por fim, a uma mudança cultural do perfil do servidor, mudando esse perfil para um viés técnico, especificamente técnico.

Então, essa abordagem traz duas situações: uma abordagem fazendo uma avaliação sobre a situação legal do projeto e uma outra abordagem conduzindo para o lado de situações fáticas, ou seja, das condições reais existentes dentro de um projeto de assentamento.

Então, a Lei 8.629 é uma lei, como já foi dito aqui, que regulamenta os dispositivos previstos na nossa Constituição Federal, no que tange à reforma agrária. Então, prevê essa lei que o beneficiário, ao receber o título definitivo ou a concessão de uso de um lote, tem o compromisso de cultivar o imóvel, direta ou pessoalmente, ou por meio do seu núcleo familiar, e de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de dez anos. Então, essa lei, esse artigo faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

referência ao art. 189 da Constituição Federal, em que se estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio de concessão de uso inegociáveis pelo prazo de dez anos. Então, essa é uma cláusula constitucional.

O projeto de lei busca mudar aquele artigo inicial que eu informei, o art. 21, no sentido de criar uma excepcionalidade naquele artigo, estabelecendo o que se segue, ou seja, estabelecendo essa excepcionalidade nos contratos com terceiro, com o objetivo de exploração de potencial para a produção de energia eólica e solar. Então, no nosso entendimento, essa colocação, essa excepcionalidade contraria a Constituição. Ainda no art. 22 da lei que regulamenta a Constituição, estabelece-se que, uma vez que o beneficiário realize alguma concessão, se parte do domínio do seu lote seja para terceiro, parcial ou inteiramente, fica passível de rescisão do contrato e retorno do imóvel ao órgão alienante ou concedente, ou seja, o imóvel retornaria para a posse do Incra.

Aí, o projeto de lei também altera essa lei no sentido de que o Incra autorizará ao beneficiário da reforma agrária a celebração de contratos com terceiros, objetivando a exploração do referido potencial na forma estabelecida em regulamento.

Então, daí cabem duas análises. Uma é a análise do ponto de vista do beneficiário. A maioria dos beneficiários que estão no projeto de assentamento não possuem o título definitivo. Esse é um diagnóstico existente, esse é um dado do problema. Então, 10% das cerca de 974 famílias assentadas, 10% desse efetivo possuem o título definitivo.

Mas, ainda que ele possua esse título definitivo, prevê a Constituição que ele não pode ceder o seu lote para terceiro durante um período de dez anos. Do ponto de vista do beneficiário que não possui o título definitivo, essa área ainda... Trata-se de uma área pública, ou seja, uma área da União pertencente ao Incra, porque o beneficiário não possui o título de domínio. E em se tratando de uma área pública, de uma área da União, há necessidade, portanto, segundo a Lei 8.666, de 1993, da licitação. Então, nesse processo, para chegar ao alcance do seu objetivo, nas áreas do projeto de assentamentos não consolidados, portanto, de domínio do Incra, deveriam ser submetidos esses projetos a uma licitação.

Tratando-se dessa Lei 4.504, de 1964, que trata do Estatuto da Terra, ela estabelece que:

> A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País [...].

Ou seja, o projeto está alinhado com essa proposta. Mas a autoridade competente que tem o poder da União para tratar desse tema é o Incra, conforme estabelece o parágrafo único.

Então:

> Art. 2º [...]
> § 2º É dever do Poder Público:
> a) [...]
> b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, nessa primeira fala aí, o nosso parecer técnico é de que o beneficiário, até que sejam cumpridas todas as causas resolutivas, inclusive aquela de não ceder o seu lote a terceiro ao longo de um período de dez anos, detém unicamente a posse e o direito de exploração do lote, sendo vedado qualquer tipo de negociação parcial ou total a terceiro.

Portanto, nenhuma lei veta o Incra de proceder a acordos com terceiro com benefício ao projeto de assentamento, e o Incra já tem estabelecido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS – ... essas políticas públicas em favor dos assentados.

Outro aspecto a ser debatido é esse dos 30% da área do imóvel.

Então aí são situações fáticas em que nós colocamos as condições das dimensões dos lotes nas demais regiões do País, particularmente na Região Nordeste, em que esses lotes têm dimensões muito pequenas, de dois hectares, e a instalação de um gerador dentro de um lote desse pode vir a inviabilizar a produção agrícola que deve ser, conforme a reforma agrária, a principal fonte de renda do assentado.

Há o problema que foi colocado pelo Senador, de que os recursos oriundos desses projetos não virão para o Incra nem retornarão em atendimento aos interesses dos assentados, mas sim para o Tesouro. Então o recurso que vem dessas fontes vai para o Tesouro e não necessariamente retorna para o projeto de assentamento.

E alguns impactos, particularmente na parte dos projetos eólicos, que devem ser analisados pelos diversos atores que estão envolvidos nesse projeto, uma vez que experiências relatadas indicam, apontam, para diversos impactos, tanto para a parte da saúde humana no que diz respeito à parte dos ruídos; o impacto eletromagnético, para as situações de interferência da radiodifusão; e o impacto ambiental.

Dentro desse contexto, então, mais uma vez, é necessário que vários atores coloquem os seus pareceres técnicos antes da implementação desses projetos em cada assentamento.

Para finalizar, o Incra entende que essa proposta de ampliar a energia no campo realmente vai promover o acesso de bolsões de miséria, de pessoas isoladas, a algumas áreas, um acesso a situações de evolução, de desenvolvimento econômico e social, particularmente promovendo o acesso dessas pessoas à educação, à saúde, a atividades culturais e o acesso a novas tecnologias.

Portanto, o Incra apoia esse projeto, desde que o Incra seja o autor que irá nortear toda a implementação desse projeto, que está alinhado aos objetivos da autarquia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Dougmar.

Na sequência, passo a palavra ao Juraci Moreira Souto.

O SR. JURACI MOREIRA SOUTO (Para exposição de convidado.) – Bom dia para todas e todos.

Quero saudar a Senadora Presidente desta Comissão, os demais Senadores aqui presentes, os convidados e convidadas.

Primeiro, quero reafirmar a importância dessa iniciativa. A Contag já inclusive apresentou aqui um parecer dando a sua posição favorável à iniciativa do Projeto de Lei 384.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E quero dizer que, para nós da organização sindical, que representamos sindicalmente os nossos assentados e assentadas da reforma agrária, é uma grande oportunidade que nós vamos ter de, além de contribuir com as inovações, poder acessar essa possibilidade de ter, como um dos objetos da atividade dentro do lote da reforma agrária, da nossa parcela, com essa proposta, além de trazer nossa contribuição, nós visualizamos também uma fonte geradora de renda. Além de contribuir com os recursos naturais e tal, acessando esses recursos renováveis, a gente também visualiza, dentro do projeto, da proposta de reforma agrária, uma fonte geradora de renda, de sustentabilidade econômica e financeira para a família que está ali.

Então a Contag vem aqui reafirmar o seu apoio e colocar à disposição desta Comissão, para ajudar, para contribuir, para poder fazer valer essa iniciativa e a gente caminhar junto nessa grande empreitada, nesse grande desafio que é fazer da nossa proposta de reforma agrária no Brasil um projeto cada vez mais viável, social, que responde, que evita que o trabalhador saia do campo e venha para a cidade, diminuindo cada vez mais o chamado êxodo rural brasileiro.

Já oferecemos aqui o nosso parecer técnico, mas queríamos ressalvar aqui alguns pontos em que nós achamos que é importante reafirmarmos as nossas preocupações. Dentro do nosso próprio parecer, nós trazemos aqui algumas preocupações que é importante serem observadas no processo de quando estivermos executando as ações.

Uma delas é a gente observar a limitação do espaço ocupado dentro da gleba, para a gente não tornar a gleba, o lote da reforma agrária uma grande usina elétrica, porque não é esse o objetivo da reforma agrária. Mas também não é com isso que nós vamos evitar e vamos nos negar a fazer, a participar desse processo, que nós entendemos que é um processo que ajuda no progresso do País, ajuda a economizar os nossos recursos hídricos, que estão numa crise ultimamente. Todos nós somos testemunhas: cada vez mais há diminuição daquilo que toca às hidrelétricas brasileiras, não é? Então a gente está dando essa nossa contribuição.

Agora não podemos também desconfigurar – em parte, eu concordo com o representante do Incra – o objetivo da reforma agrária, que é produzir alimento saudável, garantir a segurança alimentar do País e das famílias que dependem dos alimentos saudáveis, que vêm da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária, e garantir também renda. O lote ou a gleba da reforma agrária tem que ser uma fonte de renda para a família que está ali; ela tem de tirar dali o seu sustento. Por isso é que nós apoiamos essa iniciativa, porque, além de contribuirmos oferecendo mais esse recurso de produção de energia renovável, podemos transformar essa iniciativa em uma fonte de renda, não desconfigurando o principal objetivo da reforma agrária, que é produzir alimentos e garantir a função social da propriedade.

Então, esse é o primeiro ponto que a gente traz como preocupação, também não deixando de apoiar a iniciativa.

Outro ponto que a gente registra como preocupação aqui é relativo ao enquadramento sindical. Eu não sei se vocês sabem, mas, por exemplo, quando você produz leite e fabrica queijo na propriedade, ainda que de forma bastante artesanal, o enquadramento que é feito pela Previdência Social, pelo nosso INSS, é o de que essa pessoa deixou de ser um segurado especial e passou a ser um industrial, uma pessoa que está mexendo com uma indústria na sua propriedade pelo fato de ele transformar o leite artesanalmente, com a própria família, na sua própria casa, em queijo. Estou citando um exemplo. Então, a nossa preocupação aqui é se isso também não viria como um objeto de desenquadrar essa família da sua condição de segurado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

especial para fins de acessar os benefícios da Previdência Social. Então, a gente precisa avançar nesse processo, mas com esses cuidados.

Outro objeto das nossas preocupações é que, como foi feito até hoje, nós tenhamos uma participação efetiva da organização social e sindical que representa essas famílias. Estou me referindo aqui mais especificamente aos nossos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais no processo da ação no Município, no assentamento. Que a gente possa garantir a presença, a participação e a orientação dos nossos sindicatos nessas ações que futuramente nós vamos realizar!

E, por último, Sra. Presidente, Senadora, existe também no Brasil... Todos sabemos das dificuldades que o País está atravessando para incrementar o Plano Nacional de Reforma Agrária na sua concepção propriamente dita, conforme já tem sido feito. Ultimamente, a gente tem tido dificuldades de parte do próprio Incra em avançar nessa direção das desapropriações de terras para o assentamento de famílias. Está havendo no País também outra forma de acesso à terra, que é o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Então, como o projeto prevê os acessos das famílias que estão na reforma agrária, nós trouxemos como sugestão no nosso parecer que, também para as famílias que tiveram acesso à terra através do Programa Nacional de Crédito Fundiário, isso pudesse ser estendido. Então, é outra sugestão que a gente está trazendo.

Estamos trazendo nossas preocupações, mas não diminuindo em nada o nosso apoio ao projeto de lei, que nós achamos que é fundamental, pois é mais uma fonte de renda, é mais uma forma de fazer a manutenção da família ali e de lhe dar qualidade de vida para ela sobreviver e estar presente na sua gleba, no seu lote.

Então, agradeço a oportunidade que foi dada à Contag. Quero dizer que a Contag está à disposição para, no momento em que for chamada, trazer aqui as suas ideias e fazer a defesa da classe trabalhadora rural do País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Juraci. Estamos sempre de portas abertas.

Passo a palavra agora para Darlan Santos.

O SR. DARLAN SANTOS – Bom dia!

Eu gostaria de agradecer aqui o convite à Senadora Soraya e ao Senador Jean Paul Prates. Tenho o prazer de estar aqui fazendo este debate no Senado.

O Cerne foi convidado inicialmente pelo Incra, no Rio Grande do Norte, a fazer uma análise da viabilidade técnica do uso dessas áreas de assentamento para projetos de geração de energia. É claro que isso tem uma justificativa. O Rio Grande do Norte realmente apresentou um destaque na geração principalmente eólica a partir de 2009, quando ocorreu o primeiro leilão de energia dentro do mercado regulado, e já se alinha agora para o crescimento em relação aos projetos solares centralizados. Entendemos que esse vai ser o mesmo caminho que foi seguido pelos projetos eólicos. E a gente vai ver o incremento da capacidade instalada não só no Rio Grande do Norte, mas na Região Nordeste.

Tendo dito isso, eu queria só colocar aqui, primeiramente, um primeiro histórico de como a gente chegou a esse ponto. Novamente, não vou entrar em questões relativas à administração do Incra, mas, sim, me ater à discussão técnica em relação ao que está acontecendo lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

As falas dos amigos que precederam a minha, a do Lívio, a do Dougmar e a do Juraci, contextualizaram a questão, trataram da questão regulatória, da necessidade, mas a minha apresentação vai se ater, de maneira visual, ao que está acontecendo no Rio Grande do Norte, principalmente em relação à localização de projetos de geração e à localização das áreas de assentamento.

Então, uma justificativa que foi colocada para a gente e que a gente acompanha, evidentemente, é o elevado potencial energético do Estado, em se tratando de energia eólica e energia solar.

Há grande número de projetos já instalados. Batemos neste ano já a marca de mais de 4 *gigawatts* instalados, apenas de eólica, no Rio Grande do Norte, e já existe mais de 1,5 *gigawatt* contratado para ser instalado lá no local. Estou falando só de eólica, mas a gente vai acompanhar também, novamente, um processo de instalação de solar na mesma região. Evidentemente, não vou entrar aqui em critérios também da capacidade de conexão. Isso seria outra discussão.

Há expectativa novamente da inserção da fonte solar.

Há grande número de áreas de assentamento em locais com elevado potencial energético – isso a gente vai poder visualizar aqui, nos próximos eslaides – e o convite, o chamamento do Incra para a gente tentar, conjuntamente, construir uma proposta que possibilite o uso – quero destacar este termo – de parte da área do assentamento para a geração de energia como fator de contribuição à fixação do homem na terra. Esse é outro ponto que está em análise também. É um pouco mais delicado, porque se chegou ao consenso de que, realmente, existem várias zonas dentro da gleba. É uma zona que envolve a moradia, a produção, uma área livre. E se está estudando a viabilidade de que apenas a parte livre, que não envolve produção nem a própria moradia, possa ser usada para a implementação desse projeto. E o convite gerou o apoio técnico do Cerne no estudo técnico dessa viabilidade.

Quais foram os dados considerados nessa análise de viabilidade? Todos os dados são dados públicos. Por exemplo, o recurso energético se deu com base no Atlas Eólico feito para o Estado do Rio Grande do Norte. Os dados do recurso solar são dados do Inpe. Os dados da localização dos projetos em operação são disponibilizados pela Aneel e pela própria EPE. Os dados das áreas de sombra, que são as áreas de possível interferência de um parque eólico em outro parque eólico, o que prejudicaria a sua produção, também são dados públicos disponibilizados pela EPE e pela Aneel. Os dados sobre infraestrutura e acesso são disponibilizados pelo IBGE.

Nós começamos a trabalhar no desenvolvimento de um modelo para análise – e este é o ponto a que vou chegar um pouquinho lá na frente – da atratividade de cada um desses assentamentos para um potencial de geração de energia a partir de fonte eólica e solar. E é a partir desse índice de atratividade que se faria a precificação para o processo de licitação, ou seja, áreas que tenham maior atratividade em função de potencial, em função de vários fatores, teriam um valor diferenciado na licitação, e áreas com menores atratividades teriam um menor valor.

Aqui é uma situação para a gente começar a entender o Estado do Rio Grande do Norte. Este aqui é o atlas do potencial energético a partir do vento. As áreas mais roxinhas e vermelhinhas são as áreas que apresentam maior potencial. Em função disso – e não poderia ser diferente –, cada pontinho desse é um aerogerador instalado no Rio Grande do Norte. Aí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente começa a ver a coincidência: evidentemente, onde há mais potencial de geração é onde os projetos são desenvolvidos.

Aí a gente entra com as áreas de assentamentos do Estado do Rio Grande do Norte. A gente vê que há áreas realmente em regiões onde há muito potencial e muitos projetos e que há assentamentos, aqui nesta área mais azul, onde não há tanto vento, vamos dizer assim.

Se a gente der um *zoom* aqui, a gente vai encontrar situações dessa natureza. Cada pontinho desse agora é um aerogerador apenas de uma região no Rio Grande do Norte. Esses aerogeradores, esses parques estão instalados em regiões onde há elevado potencial. No entanto, se vocês perceberem, nenhuma máquina – talvez, seja só uma questão de *zoom* –, evidentemente, está dentro da área de assentamento por questões legais. No entanto, várias dessas áreas estão em áreas com elevadíssimo potencial de geração a partir do vento.

Aqui, de maneira complementar, já é o recurso solar. Enquanto naquela região, a primeira, à direita e mais acima, que chamamos de região da mata, há grande quantidade de aerogeradores, porque ali há muito potencial eólico, na região aqui mais à esquerda, que é mais vermelhinha, há mais sol. Então, eu consigo contemplar também alguns assentamentos que não estariam contemplados pela geração eólica.

E aqui começou um pouquinho o trabalho que foi feito em conjunto com o Incra. Então, nós temos vários assentamentos em regiões em que eu tenho elevado recurso. Como é que a gente começaria a fazer essa divisão? Primeiro, nós zoneamos o Estado, nós subdividimos o Estado em nove zonas. Aqui este é um detalhe, onde já estão as áreas de assentamento. Circundado ali pela área de assentamento, está o que a gente chamou aqui – é só um exemplo – de Zonas 1, 2 e 3. Cada zona dessas é dividida em lotes, e cada lote pode ter um, dois, três, quatro assentamentos. Que critérios a gente utilizou para unificar esses assentamentos dentro de cada lote? Proximidade, recurso energético. Aí a gente utilizou alguns critérios para desenvolver esses lotes.

Então, vamos começar efetivamente a "criterizar" essas áreas. Eu tenho as zonas do Estado, eu tenho os lotes definidos, e esses lotes são constituídos por alguns assentamentos. No entanto, eu preciso começar a criterizá-los para chegar àquele índice de atratividade que a gente comentou. Um dos pontos que foi colocado é o critério em relação à anuência do assentamento, ou seja, se o assentamento demonstra interesse ou não em participar desse processo. Esse critério é um critério excludente: se o assentamento entende por bem que ele não quer participar desse projeto, o.k., ele não participa. Alguma pendência jurídica é outro critério excludente dentro desse processo. Não é que ele não possa, posteriormente, depois da resolução dessas questões, voltar a participar desse processo, mas, de início, seria um critério excludente.

Os outros quatro critérios são critérios que vão ter pesos diferentes nessa análise. Um dos critérios é se eu tenho área livre suficiente para fazer o projeto. Aí eu tenho que fazer uma distinção entre projeto eólico e solar. O projeto eólico realmente demanda uma área maior em função das distâncias exigidas entre uma máquina e outra, e o solar, não, é uma geração concentrada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DARLAN SANTOS – Ele tem um peso máximo de 30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se eu tenho um projeto já no entorno, se eu tenho projetos próximos da área do assentamento, isso significa que aquela área possivelmente já está muito bem estudada e caracterizada em relação a recurso energético. O peso dela máximo seria 10.

Há a área sombreada por outros projetos. Se eu tenho uma área de assentamento, qual é a porcentagem dessa área que está sombreada por um projeto? Ela tem um peso 20. E o recurso energético é o que tem maior peso. As áreas em que há maior índice de velocidade de vento têm peso 40.

Esses índices é que vão determinar o que seria o índice de atratividade. Isso ainda não está precificado, ainda não é real, ainda não é valor, é apenas um índice. No entanto, para a gente chegar a isso, o Incra tem que fornecer ou vai especificar um parâmetro monetário para isso, ou seja, eu tenho uma referência monetária que é fornecida pelo Incra, e essa referência monetária, junto com esse índice de atratividade, é que vai especificar o valor de referência para um processo de uma possível licitação desses lotes predeterminados. O.k.?

Lembro aqui os quatro parâmetros técnicos que são utilizados para calcular o índice de atratividade. Esse índice de atratividade, multiplicado por essa referência monetária por hectare do Incra, é que daria o valor da licitação para aquele determinado lote.

Eu já estou finalizando a apresentação.

Com isso, a gente espera fazer agora, já nas próximas semanas, a consolidação e a validação desse modelo para "criterizar" esses lotes; a precificação efetiva do lote para o processo de licitação; a geoespacialização da análise – trata-se de colocar isso em forma de mapa, para obter um melhor entendimento – da atratividade e da precificação como resultado.

Também a gente vinha conversando com o Incra sobre a necessidade de se fazerem audiências públicas para discussão e publicização desse processo.

Neste momento, há a saída do Cerne do processo. A construção do processo de licitação é algo que a gente entende que é o Incra tem que fazer, e o Cerne não participa mais. Ele entrou na contribuição técnica para fazer esse estudo. Por isso é que eu destaquei ali apenas o Incra.

É claro que, por último, é feita a análise da jurisprudência para o estabelecimento desse processo, que também é uma discussão que eu acredito que pode ser feita aqui inicialmente. Mas, nesse processo, a gente também deixou o Cerne fora dessa questão, para o Incra fazer essa discussão.

É isso.

Agradeço a participação. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Darlan.

Convido para fazer parte da Mesa Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Concedo agora a palavra à Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica, Elbia Gannoum.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Boa tarde a todos!

Presidente Soraya, muito obrigada pela palavra. Cumprimento V. Exa. pela discussão e agradeço pela oportunidade de estar aqui.

Cumprimento, em particular, o Senador Jean Paul, nosso colega do setor de energia que muito trabalhou pelas renováveis, principalmente no Rio Grande do Norte. Parabéns pelo requerimento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador e eu já discutimos bastante esse tema. O socioeconômico das fontes renováveis é um tema que a gente trata há muitos anos, e temos um desejo muito grande de fazer as mudanças necessárias para contribuir ainda mais para o desenvolvimento socioeconômico que as fontes renováveis trazem para o Brasil, principalmente no Nordeste, no Semiárido.

Eu vou trazer aqui os números do setor eólico. Hoje, o Lívio, pelo Ministério de Minas e Energia, já apresentou os dados da eólica. E, de fato, nós estamos vivendo um momento muito importante, um momento virtuoso da fonte eólica no Brasil.

A ABEEólica, a Associação Brasileira de Energia Eólica, representa toda a cadeia produtiva da indústria. Nós temos mais de cem associados. E o nosso objetivo é contribuir para o crescimento da fonte no Brasil e também contribuir para que a geração de energia no Brasil venha a partir de fontes renováveis, de fontes limpas, e também traga desenvolvimento socioeconômico.

Nós temos mais de cem associados, desde os fabricantes de aerogeradores aos fornecedores de serviços, e temos uma indústria muito bem desenvolvida no Brasil, embora a eólica seja bem recente.

Há até o conceito de que o Senador estava falando, o das fontes alternativas. O conceito de fonte alternativa foi muito bem utilizado na Europa quando estavam trazendo as fontes renováveis como alternativa ao fóssil. O Brasil não traz as renováveis como alternativa ao fóssil porque o Brasil é um País altamente renovável na produção de energia. Essas fontes são complementares àquelas renováveis que nós já tínhamos. Agora, como elas estão alcançando uma potência instalada muito grande, como têm um potencial muito grande, nós chamamos de fontes renováveis modernas ou as novas renováveis.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – São as principais, não é?

A SRA. ELBIA GANNOUM – Isso. Nós já estamos entrando no dia a dia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Sem subsídios.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Sem subsídios.

Vou trazer o contexto mundial rapidamente, porque o Lívio já falou sobre isso.

O Brasil, hoje, ocupa o 8º lugar na capacidade instalada de energia eólica. E o que é interessante? Em 2013, nós estávamos na 13ª posição. Em cinco anos, nós já fomos para o 8º lugar. Fomos o quinto país que mais instalou eólica no ano passado. E aí temos países como a China, os Estados Unidos, a Alemanha, a Índia. Então, o Brasil é um país que tem investido muito em fonte eólica, está sempre entre os primeiros, trazendo grandes investimentos. Em termos de capacidade instalada, nós estamos instalando, em média, por ano, principalmente nos últimos cinco anos, algo na ordem de 2 *gigawatts*, como fizemos no ano passado.

O Brasil tem uma vantagem enorme para a produção de energia eólica. Os fabricantes de equipamentos nos dizem o tempo todo – os fabricantes de aerogeradores – que o Brasil tem o melhor vento do mundo para a produção de energia eólica.

Na última sexta-feira, Senadora, nós começamos a safra dos ventos, nós colhemos os ventos. Nós não plantamos, mas colhemos prosperidade, principalmente no Nordeste brasileiro. Na sexta-feira, nós batemos 84% de atendimento da carga do Nordeste e um fator de capacidade da ordem de 70%. O fator de produtividade por máquina, na média mundial, é de 23%. A média

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

brasileira é em torno de 42%. Só que, na sexta-feira, nos batemos 70%, no início da safra, porque, lá na frente, a gente chega a 80%, a 82%.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Vai de quando a quando?

A SRA. ELBIA GANNOUM – A safra vai da segunda metade de junho até dezembro. É o período de colheita mesmo. A safra é grande. É a colheita de vento.

Um aspecto interessante é que a gente só colhe o benefício do vento, porque ele passa intacto. É um recurso renovável. Então, nós não gastamos o recurso. Isso é muito interessante para o Brasil.

E, nesse contexto brasileiro, como eu estava dizendo, a eólica é muito nova no Brasil. Nós começamos, efetivamente, com investimentos fortes em eólica a partir do leilão de 2009. Neste ano, nós estamos comemorando dez anos da realização do primeiro leilão. Lá em 2009, quando nós fizemos o primeiro leilão, a gente não tinha nem 1 *gigawatt* instalado. Dez anos depois, nós estamos comemorando também – no último mês, comemoramos – 15 *gigawatts* instalados. E nós passamos a ser a segunda fonte de geração de energia no Brasil. A primeira é a hidrelétrica, a segunda é a fonte eólica. E vamos continuar nessa trajetória de crescimento, instalando cerca de 2 *gigawatts*/ano. E a eólica deve permanecer nessa segunda posição por um longo período, porque a eólica é a pioneira dessas novas fontes renováveis. E, agora, a solar está vindo nesse caminho virtuoso e importante também.

Hoje até estou vestida de solar, Rodrigo, em homenagem. A cada dia, eu coloco uma fonte renovável diferente. Ontem, eu estava vestida de biomassa. (*Risos*.)

Esse aspecto é muito importante, Senadora, Senadores presentes, porque nós precisamos entender que os nossos recursos energéticos – a maioria deles é renovável e limpa – não são concorrentes entre si, mas são complementares. A matriz elétrica brasileira e a matriz energética brasileira vão utilizar todos os recursos disponíveis que nós temos. Vamos, inclusive – o Ministro estava agora na Câmara dos Deputados –, usar o gás natural também como recurso de transição energética.

Nós não temos problemas com recursos energéticos, nós temos muitos. O nosso grande problema é o bom problema de fazer a gestão desses recursos, e nós estamos fazendo isso com competência nos últimos anos, o que nos deixa bastante orgulhosos.

Então, nessa questão de matriz, como o nosso colega do Ministério já apresentou, a nossa matriz é 84% renovável. A gente tem a tendência de ficar nesse patamar justamente pela quantidade de recursos que temos para produzir. E há a perspectiva futura, quando falamos de matriz de 2030, de sempre seguir nessa linha de aproveitamento.

Quando olhamos para os nossos hoje – isso muda todo dia – 15,3 *gigawatts* estão instalados, vemos que a maioria está no Nordeste, principalmente no Semiárido, nessas regiões menos favorecidas do ponto de vista econômico. Aí é que está o ponto na discussão: nós podemos levar desenvolvimento econômico para essas regiões. E, quando nós estamos falando de assentamento – isto vou destacar um pouco mais –, temos um grande potencial também no sul do País, com destaque para o Rio Grande do Sul. Hoje, o nosso Estado maior produtor de energia eólica é o Rio Grande do Norte, seguido da Bahia.

Esse potencial já foi apresentado aqui, o Lívio já falou de algo da ordem de 800 *gigawatts*. Isto é muito importante entendermos: se o Brasil tem 800 *gigawatts* de potencial, nós nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

precisamos ficar brigando sobre a terra em que vamos instalar esse potencial, porque nós nunca vamos usar tudo isso.

Então, não é uma questão de briga ambiental ou de uso, até porque, quanto ao aspecto ambiental, não há tanta discussão. Na realidade, a gente precisa ter sabedoria para explorar esse recurso, não pensando simplesmente no eletro, na produção de energia elétrica, porque o Brasil tem muitos recursos para utilizar. Mas nós temos que capturar as externalidades positivas desses recursos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELBIA GANNOUM – E, nessa captura, nós estamos neste debate, mostrando o quanto a energia eólica – depois, o Rodrigo vai falar sobre a solar – pode contribuir.

O Darlan comentou que quando nós utilizamos... Eu até vou passar rapidinho porque o Lívio já falou, mas quero mostrar justamente os benefícios e até a proposta do PLS, o que nós consideramos, esses benefícios sociais.

O Darlan disse o seguinte: na eólica, você precisa de uma área maior. E a gente está discutindo esta história dos 30%. Sim, nós precisamos de uma área maior para a produção eólica porque os aerogeradores pedem distâncias, mas o uso efetivo da terra é da ordem de 3% a 5%. Até onde se sabe, energia eólica é a única forma de produção de energia que não anula as demais atividades econômicas. É um recurso, é uma atividade complementar, não concorrente com outra.

Então, se eu tenho agricultura, se eu tenho pecuária, eu vou instalar um parque eólico e vou continuar com agricultura e pecuária. Eu não anulo aquele terreno. O uso efetivo é da ordem de 3% a 5%. Isto é muito relevante na nossa discussão, que estamos fazendo, do uso efetivo da terra, do assentamento. Nós temos que ficar muito atentos a esse ponto. No conceito econômico, em economia, é uma produção de um bem não concorrente com outro bem, mas sim complementar, que traz a renda como complemento. Nós temos exemplos no Nordeste, no Piauí e no Rio Grande do Norte, de que a atividade de agricultura e pecuária, que era a atividade principal, quando chega o parque eólico, chega a ser a atividade secundária, porque o arrendamento da terra, o recurso que vem do arrendamento da terra é muito maior do que o daquela atividade que existia.

É isso que traz para essas regiões um crescimento muito grande e um desenvolvimento econômico muito grande. A energia eólica está chegando a essas regiões e está mudando fortemente o IDH dessas regiões, está mudando a cara da economia dessas regiões. Nós estamos falando de desenvolvimento econômico, mas nós estamos falando, principalmente, de desenvolvimento social. Esse é o ponto central da discussão, e é por isso que nós estamos aqui. Nós queremos, realmente, aproveitar esse recurso para trazer essa externalidade positiva que a eólica tem, que as renováveis têm, que essas renováveis modernas têm para trazer também o desenvolvimento socioeconômico.

Então, das discussões que fizemos aqui, das considerações sobre o PLS e sobre a utilização de 30%, nós achamos muito adequado o que está proposto. Então, já temos muito conhecimento em fazer parques eólicos, a nossa regulação é bem madura já, nós já temos um processo grande de aprendizado nos últimos cinco ou seis anos. Precisamos de alguns ajustes regulatórios, e o PLS traz essa missão. E aí a gente quer aproveitar isso e propor alguns ajustes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mas sempre nessa linha de entender essa externalidade e de aproveitar o máximo possível essa externalidade para trazer esse desenvolvimento.

Então, o nosso ponto central é esse. Desculpa, eu passei um pouquinho do meu tempo, mas quero deixar claro que, embora já sejamos uma indústria grande, temos muitos investimentos e um potencial muito grande e queremos aproveitar ao máximo esse investimento para trazer desenvolvimento para o Brasil, principalmente nessas regiões.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Elbia.

Por fim, concedo a palavra a Rodrigo Lopes Sauaia.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Muito obrigado, Presidente Soraya.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a oportunidade, o convite de estar aqui na CRA para debater hoje esse tema importante.

Faço aqui meu agradecimento especial também a Jean Paul Prates, ao Senador Jean Paul Prates, pela iniciativa de promover este debate.

Faço meus cumprimentos aos demais Parlamentares aqui presentes e aos colegas de Mesa.

Eu vou tomar a liberdade, se me permitir, Senadora, de compartilhar com V. Exa., com os Senadores aqui presentes e com os demais participantes um material que nós preparamos e que tem um pouco de informações. São dados de mercado a respeito da energia solar fotovoltaica. E, com isso, vou ganhar alguns minutinhos, para a gente poder avançar no debate.

Então, eu vou passar a vocês esse material. Peço o apoio da equipe para que compartilhe com os demais.

Vou, então, começar aqui rapidamente, primeiramente apresentando a Absolar. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica é a entidade nacional que representa o setor solar fotovoltaico brasileiro em todos os seus elos da cadeia produtiva, de forma transversal. A Absolar representa hoje 394 empresas do setor. A entidade tem crescido na mesma velocidade do mercado, que eu vou mostrar para vocês que é exponencial.

Então, aqui eu deixo os dados dos nossos associados de referência – vou passar rápido por isso, para a gente ganhar tempo no debate –, que nós trazemos sempre com muito orgulho para os eventos em que passamos.

Essa curva de crescimento exponencial que vocês observam do lado esquerdo, no gráfico, é o crescimento da fonte solar fotovoltaica. Só para dar uma ideia, de 2017 para 2018, adicionamos 100 *gigawatts* de energia solar fotovoltaica no mundo. A expectativa agora, de 2019, é a de que o mercado cresça 129 *gigawatts* no Planeta. O principal fator que leva a esse grande avanço é a redução do preço da tecnologia, assim como a fonte eólica, que a Elbia muito bem apresentou, como sempre o faz. A solar fotovoltaica está se tornando cada vez mais competitiva, acessível e democrática, porque é uma fonte que pode ser instalada em escala pequena, desde uma residência de baixa renda até uma escala grande, uma grande usina, para gerar energia para milhares de brasileiros de uma única vez.

Cabe dizer que as renováveis, de forma geral, lideram o mundo em geração de empregos de qualidade. São 11 milhões de empregos no mundo, dos quais 3,6 milhões de empregos são da fonte solar fotovoltaica. Ela ainda não é a fonte que mais gera energia, mas já é uma das que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais gera empregos renováveis no Planeta. E vejam que essa contribuição tem ocorrido de forma significativa.

A expectativa para os próximos anos do crescimento do mercado é muito boa para as fontes renováveis. Podemos dizer, Presidente, que o século XX foi um século, não aqui no Brasil, mas no mundo, movido a combustíveis fósseis. Na geração de energia elétrica, no transporte, no aquecimento, os combustíveis fósseis levaram o mundo ao nível de desenvolvimento que temos hoje, e temos que ser muito gratos a esse desenvolvimento.

Agora, o século XXI acompanha uma grande transição e está previsto para ser o século das renováveis. Como os analistas de mercado já mostram, aproximadamente 40% da energia elétrica produzida no mundo virão de fonte solar fotovoltaica; mais a eólica, com 17%; a hídrica, com praticamente 10%. E a biomassa também está contribuindo. Isso se dará até 2050.

O Brasil está posicionado para ser uma grande liderança solar, graças aos nossos excelentes recursos solares fotovoltaicos de Norte a Sul do Brasil, nas regiões urbanas e principalmente nas regiões rurais. E hoje temos mais ou menos 1%, 1,2% de participação na matriz. Mas a expectativa para 2040 aqui no Brasil, segundo analistas de mercado também, é a de que a fonte solar fotovoltaica atinja 32% da matriz elétrica brasileira em 2040, também com uma participação importante de hídrica, de eólica, de biomassa e de outras formas de geração flexível, mostrando aí esse trabalho conjunto das diferentes fontes de forma sinérgica, como já foi destacado anteriormente.

Mostro aqui a energia solar fotovoltaica e as sinergias que isso tem com as aplicações junto à sociedade brasileira. Essa tecnologia já foi vista no passado como distante, cara, restritiva, só possível para poucos países e para poucas pessoas. Essa já não é mais a realidade no mundo e muito menos no Brasil. Já temos sistemas fotovoltaicos em habitação de baixa renda, em residências, em comércios, em indústrias, junto a produtores rurais, em prédios públicos – escolas, hospitais, postos de saúde –, gerando economia, para o Governo Federal e os Governos estaduais e municipais poderem fazer suas atividades.

Na geração distribuída, eu queria destacar um ponto importante. Apesar de todo esse avanço e dos avanços regulatórios que existiram com o apoio da Agência Nacional de Energia Elétrica, o Brasil, diferentemente da maioria dos países que trabalham o avanço das renováveis, ainda não tem o marco legal para a geração distribuída renovável. Falta esse marco legal, garantindo o direito dos consumidores brasileiros de gerar e de consumir a sua própria energia renovável. Temos o marco regulatório, mas não o marco legal. É preciso trabalhar esse item, e aqui, na Casa do Legislativo brasileiro, temos uma enorme oportunidade para trabalhar esse tema.

Eu vou avançar um pouco também, para a gente poder chegar a temas específicos da apresentação.

Eu queria fazer um destaque. Na geração distribuída, solar fotovoltaica, que são justamente os sistemas junto a residências, comércios, indústrias, prédios públicos e zona rural... Na zona rural, hoje, os projetos junto ao segmento rural já representam 5% em quantidade de projetos e mais de 9% em investimentos em potência instalada. Então, já é uma fração importante e crescente do avanço da energia solar fotovoltaica o uso dessa tecnologia no campo.

Além disso, temos as grandes usinas da geração centralizada. Eu não vou investir muito tempo do nosso debate aqui hoje nesse tema, apesar dos importantes avanços da tecnologia e da fonte, que hoje já têm preços competitivos também na solar fotovoltaica, mas eu quero falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

um pouco mais dos usos e das aplicações junto ao campo, que é o foco principal do debate hoje quando a gente fala dos assentamentos.

Primeiro, a energia solar fotovoltaica tem muita sinergia com o segmento rural, com o uso junto ao agronegócio da pequena à média e à grande escala.

Aqui a gente pode ver alguns exemplos de aplicação. Sistemas fotovoltaicos são utilizados para irrigação, para bombeamento de águas.

Eu vou passar aqui para vocês, para falar de alguns dos usos.

Então, há o bombeamento de águas superficiais ou poços artesianos para diversas finalidades, para uso junto aos animais, para piscicultura, aquicultura, irrigação de lavouras, resfriamento de processos produtivos. É possível também usar a solar fotovoltaica junto a secadores, a processos de iluminação e de dessalinização, a sistemas de monitoramento, a cercas elétricas, comunicação e processos produtivos.

São inúmeros os benefícios e usos dessa tecnologia no campo, trazendo como vantagem a qualidade do fornecimento de energia elétrica, que é um problema no campo. A solar fotovoltaica pode ajudar a levar energia para regiões hoje desconectadas da rede. Às vezes, o produtor rural ou aquele ambiente, aquela propriedade rural tem grande potencial para sua atividade agrícola, mas não tem energia para irrigar, para refrigerar, para aquecer, quando necessário. E a solar fotovoltaica pode ajudar também trazendo economia direta para o produtor rural – a energia elétrica hoje já é mais barata do que a que é comprada muitas vezes da rede. Pode ajudar, inclusive, a gerar outra atividade que gere renda e riqueza e ajude no desenvolvimento social em áreas improdutivas da propriedade ou numa área construída, um telhado, um estacionamento, uma fachada de um edifício já construído.

Existem vários estudos que já mostram, como esse estudo do Banco Mundial de 2017, que é mais barato para o produtor rural gerar energia renovável com a solar, a eólica, a biomassa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – ... do que instalar um gerador a diesel na sua propriedade rural. Muitas vezes, o produtor rural só enxerga o custo azul, aquele custo inicial de instalação. E aí ele acaba se confundindo e acreditando que o sistema de diesel é mais barato. Mas, depois que você compra o gerador a diesel, você precisa comprar o combustível, você precisa fazer a operação, a manutenção, e isso tudo custa. E, quando você coloca esses custos, que são justamente o custo cinza, o custo branco e o custo vermelho, na conta e os compara com o custo de um sistema fotovoltaico, mesmo, é verdade, o pré-eólico, a biomassa e outras renováveis, você vê que o custo inicial nas fontes renováveis pode parecer um pouco maior, mas que o custo de operação e de vida útil desse sistema é muito menor, chega a ser menos da metade do que o custo do gerador a diesel. Então, isso gera grandes economias para os produtores nas áreas isoladas, que não têm ainda acesso à rede de energia elétrica.

Eu queria também aproveitar aqui – Elbia, acho que hoje eu vou te surpreender – para dizer que, além da eólica, que faz esse brilhante trabalho de poder combinar a geração de energia com o uso da terra para outras atividades, a solar fotovoltaica começa essa caminhada, a gente está aprendendo a fazer isso. E estamos aprendendo... Veja que interessante: antes a gente não tinha uma palavra para chamar esse avanço tecnológico; hoje ela já existe e se chama agrofotovoltaica, que é a combinação do agro com a energia fotovoltaica. Em vez de você utilizar só a área plantada – 1ha é a medida dada aqui no exemplo – para produzir batatas, hortaliças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou o seu produto agrícola ou usar aquela área só para produzir energia renovável, você combina as duas na mesma área. Assim, você passa a produzir mais batata, por exemplo, ou hortaliça do que produzia antes, porque você tem a ajuda do sombreamento seletivo dos módulos fotovoltaicos e produz energia, menos do que se estivesse toda aquela área para gerar energia apenas. Mas, dessa forma, muito mais riqueza e valor são produzidos nessa área para os produtores do que se eles estivessem usando apenas uma das suas finalidades.

Por isso, aqui, já vem uma contribuição nossa: talvez, essa conta dos 30% precise ser pensada para essas evoluções tecnológicas que permitem usar a mesma área para duas funções, seja para o vento, seja para a solar, seja para a biomassa. Há diferentes formas de aproveitar a mesma área para múltiplas funções.

E, aqui, para não ficar apenas no discurso – já está acabando o meu tempo –, eu mostro para vocês quatro exemplos de sistemas agrofotovoltaicos em operação. Por exemplo, na Itália, há um sistema – está ali no canto superior esquerdo – que faz o cultivo de tomate, de melancia, de frutas da estação e de trigo. O que vocês veem aqui é uma colheitadeira de trigo passando embaixo dos módulos fotovoltaicos e colhendo esse trigo ao mesmo tempo em que aqueles módulos estão gerando energia elétrica, ou seja, agregando as atividades e o valor para o campo.

Depois, a gente tem um exemplo no Japão, de 2013. Veja que a tecnologia está evoluindo, mas isso vem sendo feito lá fora. Ali o cultivo é de berinjela, de amendoim, de tomate, de repolho, de pepino, de inhame e até de frutas cítricas.

Há um exemplo na França – esse é mais recente, de 2018 –, com o cultivo de hortaliças, como alface, junto com a solar fotovoltaica.

E aqui está o último exemplo, que, para não ficar muito longe, está no Chile, nosso quase vizinho de fronteira, que tem um sistema fotovoltaico levado pelo Instituto Fraunhofer, de 2019, bem recente, para o cultivo, mais uma vez, de hortaliças. Este tipo de aplicação aqui no Brasil, de cultivo de hortaliças com a solar fotovoltaica, faz muito sentido, porque o Brasil tem tanto sol, que, às vezes, para a produção rural, é sol demais, queimando a produção rural. Aí se usa, então, o sombreamento dos módulos para dar essa funcionalidade e gerar energia elétrica ao mesmo tempo, protegendo a produção rural.

Para finalizar, eu queria apenas fazer um convite a todos vocês para debater esses e outros temas. Inclusive, teremos uma apresentação específica de agrofotovoltaica. Convido-os para o nosso evento anual, a Intersolar South America, que este ano reunirá em São Paulo 200 expositores, 15 mil visitantes e mil congressistas para falar de tudo sobre energia solar fotovoltaica, inclusive da sua sinergia com o campo.

Finalizo, agradecendo mais uma vez pela oportunidade e pelo debate, colocando-me à disposição para as perguntas da próxima etapa.

Presidente, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Rodrigo, muito obrigada.

Quero agradecer a presença do Relator desse projeto de lei, o Senador Wellington Fagundes. Seja bem-vindo! É importantíssima a sua presença aqui.

Vou passar a palavra para os senhores. A gente tem feito em blocos as perguntas. Eu tenho duas perguntas a fazer. Eu deixo as minhas... Como vocês vão falar mais e melhor do assunto, que é um assunto que dominam, eu vou deixar os meus questionamentos e pedir para o pessoal de casa que nos está assistindo que nos mande as perguntas pelo *site* do e-Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

e pelo Alô Senado, pelo número 0800-612211. As perguntas também podem ser enviadas pelo www.senado.leg.br/ecidadania.

Leticia Bortolazzo, de São Paulo, fez a seguinte pergunta: "Como podemos analisar a reforma agrária no Brasil como meio de efetivação da justiça social?". É bem abrangente essa pergunta, mas, nesse caso, vamos focar o nosso tema de hoje.

Luan Carlos, de Santa Catarina, pergunta: "Quais efeitos essa regulamentação trará para o País?".

Mirian Nunes, de São Paulo, questiona: "Quais políticas públicas estão sendo aplicadas na prática atualmente em prol da reforma agrária?".

Há muita gente interessada na reforma agrária.

Faço uma pergunta para o Juraci sobre o questionamento da utilização de 30% dessa área: qual seria a proposta? O que seria o ideal? Eu queria entender isso. Eu não sei se vocês acharam muito ou pouco. Mas depois vocês respondem.

Eu gostaria de saber – e qualquer um pode responder ou complementar – qual é a dimensão, qual é o impacto econômico nessas comunidades. Quero saber se, por hectare, a agricultura dá mais, a pecuária dá mais. O que vai ser feito? A Elbia disse que já é mais do que a agropecuária. Porém, eu queria saber: que percentual é a mais? Qual é o impacto econômico que pode haver nessas comunidades?

Além de tudo, a questão dos leilões, para mim, não ficou muito clara, não. A regulamentação dos leilões será distribuída por áreas. O próprio Darlan falou sobre dividir o Estado em tantas áreas da reforma agrária, sobre dividir em nove leilões. Eu não entendi isso muito bem. Eu gostaria que vocês esclarecem melhor como isso pode se dar.

Então, muito obrigada.

Eu estou encantada, estou muito animada. Como Deus é bom, não é? A gente tem tudo, de Norte a Sul! E ainda temos muito vento, vento, vento! É incrível!

De janeiro à primeira quinzena de junho, nós temos a safrinha, então?

A SRA. ELBIA GANNOUM – A gente não para de gerar. Gera-se menos, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Entendi. Está bom.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta, mais uma vez, obrigado.

Relator, muito obrigado também pela presença.

Eu tomo a iniciativa de falar aqui rapidamente. Minha fala realmente é muito rápida. O Relator, certamente, terá vários comentários a fazer também.

Quero apenas salientar que o que posso chamar de nosso projeto de lei em favor dessa situação é muito curto, é bastante curto, bastante simples, genérico, geral, mas extremamente importante em alguns conceitos, e um deles é o que eu queria salientar aqui, especialmente porque eu ouvi do Dougmar uma colocação sobre a questão da destinação dos recursos.

Quero solicitar que vocês até repaginem ou revejam esse conceito, porque, na verdade, todo esse esforço que está sendo feito aqui é justamente para destinar aos assentamentos essa receita.

Então, se o Tesouro resolver isso de alguma forma – pode-se dizer que é do Tesouro e pronto! – e dedicar isso para políticas de assentamento etéreas, nós perderemos esse condão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

e, mais do que isso, teremos talvez os assentamentos como adversários dos projetos. Quando passa a ser uma coisa que rompe a sua regularidade e entra na sua propriedade forçosamente, através de um procedimento que o Incra vai fazer, independentemente de ele querer ou não, ele passa a ter que conviver com um projeto que não contribui diretamente com ele, que traz externalidades, que traz conflitos, inclusive, na época da construção. Isso é inevitável. Todos nós sabemos que, durante a fase de construção, existem várias tensões, que são administradas hoje perfeitamente pelas empresas. Mas elas existem!

E tudo isso se faz quando um proprietário de terra é privado e quando a cidade, que está recebendo também o empreendimento, está sendo considerada, porque todo mundo vai ganhar. A partir do momento em que o camarada é excluído daquilo, é obrigado a receber um projeto desses e sabe que não vai ganhar nada, que, no final, o dinheiro vai para o Tesouro e que nunca mais ele vai ver o dinheiro... Por isso, nós colocamos um artigo... O Senador Wellington, inclusive, aditou ao projeto original do Senador José Agripino um dispositivo que diz o seguinte... No §6º de uma lei anterior, que já existe desde 1993, a Lei nº 8.629, ele inseriu o seguinte: "É direito dos beneficiários da reforma agrária a participação no resultado da exploração, realizada em áreas de projeto de assentamento, de recursos hídricos e eólicos para fins de geração elétrica." Aqui a gente vai até corrigir, porque o recurso é hídrico, eólico e solar. Enfim, nisto aqui, há uma correção para se fazer.

Mas é direito dos beneficiários da reforma agrária a participação no resultado da exploração de sua terra, cujo valor será revertido em benefício do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade ambiental do assentamento e, portanto, propriamente do imóvel ou do conjunto de imóveis que está sendo diretamente afetado pela atividade econômica, na forma estabelecida em regulamento.

Depois, é dito no §7º: "É devida aos beneficiários da reforma agrária a indenização por danos e prejuízos causados em decorrência de obras e empreendimentos de interesse público em áreas de projetos de assentamento, na forma estabelecida em regulamento".

Atenção, são duas coisas diferentes! Uma coisa é a participação do empreendimento, como proprietário de terra, no caso de eólicas e solares, que, dentro da sua terra, recebe normalmente uma participação de 0,5%, 1%, ou 1,5% da geração ou um valor x por aerogerador instalado. Todos os arranjos são privados. É diferente do setor de petróleo. Existe, na Lei nº 9.478, um artigo que diz que o proprietário da cabeça de poço tem direito a receber de 0,5% a 1%, de acordo com o que a ANP estabelecer. Mas petróleo é um recurso não renovável. Então, existe uma espécie de *royalty* ao proprietário de terra – chama-se participação do superficiário – , dada por lei.

No caso da eólica, estabeleceu-se, como é um mercado bem mais livre do ponto de vista da negociação, que o proprietário de terra é um proprietário qualquer, livre. Não há desapropriação, não há nada. É bom que se esclareça isso para quem não conhece o processo.

As empresas eólicas, as empresas solares, as empresas de energia procuram os proprietários de terra, onde elas veem que existe algum potencial, e negociam diretamente os seus contratos. Nessa negociação, há um acordo em participar daquele projeto, percentualmente em relação ao volume de energia gerado ou em relação a qualquer outro critério, como presença no gerador de uma instalação solar, enfim. De alguma forma, esse é um pagamento que é uma participação no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra coisa é a segunda coisa que o Senador Wellington colocou aqui, corretamente: separadamente, indenizações por danos e prejuízos causados, em decorrência das obras. Então, por exemplo, uma carreta gigante que carrega uma pá eólica passa por determinada faixa de terra, num assentamento – normalmente, esses acessos são bem precarizados, as casas são muito próximas da via de acesso, e ali passa, no máximo, um carro pequeno –, e faz tremer uma casa, em que ocorrem rachaduras. Pode haver levantamento de poeira excessivo e irregular durante o período em que trafegam vários caminhões. Então, as indenizações são acertadas, algumas dentro do âmbito do licenciamento ambiental e outras no decorrer da própria obra, que são um extra, que ocorrem depois, sem previsão.

As empresas perfeitamente lidam com isso. Nunca tivemos – não é, Elbia e Rodrigo? – litígio nenhum em relação a proprietários de terra com relação a isso. Então, não vamos agora tentar criar um artificialmente, colocando o assentamento isolado do processo totalmente, impedido de se beneficiar diretamente disso, enquanto, ao lado, um proprietário de terra privado vai ser justamente parceiro do projeto, ainda sendo indenizado por perdas e danos que ocorram na obra, o que é uma coisa normal dentro do processo.

Então, apenas quero salientar esse ponto para o pessoal do Incra.

Obviamente, transições de governo são sempre assim, mas todo mundo está pegando as coisas e começando um processo, um trabalho de gestão novo, tudo isso. Mas até abri um diálogo com vocês e com as pessoas que já estudaram isso, no Rio Grande do Norte, na gestão passada. Houve um entendimento de que o Incra do Rio Grande do Norte estava à frente, servindo meio como lanterna, usando aquilo como um projeto piloto. Eles, realmente, compreenderam muito bem isso, sabem, é claro, a realidade local também. Seria interessante manter esse diálogo e corrigir só esse pontinho aí, já que a lei virá desse jeito. Não importa o que o Governo queira, a lei virá dessa forma, pois esse é o objetivo dessa lei.

Então, eu quero só salientar esse ponto, para que a gente já vá se acostumando com esse aspecto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Isso foi bem lembrado! Esse ponto realmente, Dougmar, ficou obscuro. Até me assustei na hora e acabei não falando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Foi. E olha que eu sou Governo, mas eu estou com o projeto. Entendo que...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – O projeto é a favor do Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O projeto é totalmente a favor do Governo.

Então, eu acho que, em relação a esse ponto, a gente vai ter que sentar e conversar, porque os proprietários lá e os assentados têm que ganhar. Isso vai gerar energia e pagamento de imposto, enfim, a cadeia toda. Mas isso aí ficou realmente... Parece que é um núcleo duro aqui. Não sei se é, mas, enfim, você vai poder falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – A gente vai amolecer o coração deles.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Nós vamos, nós vamos.

Com a palavra o Relator do projeto, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Como Relator.) – Sra. Senadora Soraya, nossa Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui neste momento, já que a nossa vida aqui, na terça e na quarta, realmente é muito conturbada.

Estou acabando de vir da posse na Agência Nacional de Transportes Terrestres. Temos problemas sérios tanto em Mato Grosso do Sul como em Mato Grosso e no Brasil todo com as nossas concessões rodoviárias – todas elas estão numa situação de indefinição. É claro que, quando falamos principalmente do Centro-Oeste, por estarmos longe dos portos e no centro do Brasil, a logística é fundamental também para viabilizarmos qualquer negócio, principalmente no nosso caso, porque somos Estados com vocação eminentemente agropecuária. Então, esse tema aqui também tem muito a ver com a logística, porque ele é fundamental.

Eu quero cumprimentar o Senador Jean Paul, que foi o autor desse requerimento. O objetivo é exatamente ouvi-los, para que a gente possa aperfeiçoar o nosso trabalho.

A consultoria já me informou sobre vários aspectos que foram aqui abordados por todos vocês – e eu cumprimento todos, para não ficar me delongando nos cumprimentos – e que é possível, inclusive, nós acatarmos.

Eu vou aqui deixar bem claro que tudo que foi falado nós vamos analisar – a assessoria está aí anotando. Eu não posso aqui discorrer sobre tudo aquilo que vocês falaram, exatamente porque não tive a oportunidade de ouvir todos.

Eu vou começar aqui com algumas perguntas que já haviam sido preparadas.

Eu gostaria de saber de todos os representantes, principalmente do Incra e da Contag, a opinião sobre as alterações contidas no texto do substitutivo proposto em relatório ao PLS que nós estamos aqui discutindo, que, desde dezembro do ano passado, nós já tínhamos apresentado nesta Comissão e que agora foi ratificado, no mês de março.

Então, eu quero afirmar para vocês que ainda há tempo para a alteração do relatório, e seria muito bem-vinda a contribuição dos setores interessados.

Nesse sentido, eu indago aqui, e a resposta a essa minha indagação não necessariamente tem que ser feita toda agora. Vocês podem mandar, inclusive, por escrito depois, se tiverem alguma nova contribuição, sugestão a ser feita. Então, falo isso mais a título de deixá-los à vontade também, porque sei que, numa audiência pública, às vezes, vocês não têm tempo para expor tudo em detalhes. Então, eu estou aqui aberto a receber isso. Podem enviar para a Comissão, podem enviar diretamente, para que a gente possa aperfeiçoar esse trabalho.

Vamos às perguntas, então.

Notícia veiculada em 21/06/16, no *site* do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), intitulada "Energia solar é realidade em assentamentos de agricultores familiares da Paraíba", relata o caso do assentamento Mata de Vara de 523ha, no Município de Pedras de Fogo, habitado por 106 famílias de agricultores, das quais 28 utilizam o sistema fotovoltaico na irrigação de lavouras, estudo financiado pelo banco com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os projetos, todos eles, foram elaborados pela Cooperativa da Agricultura e Serviços Técnicos do Litoral Sul Paraibano, empresa credenciada pelo Incra para atuação em seu Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.

Esse é o sistema *off-grid*, ou seja, sistema isolado, não conectado à rede, geralmente utilizado para suprir bombas para a retirada de água de poços e irrigação também de culturas, entre outras aplicações.

Sendo esse sistema fundamental para a melhoria da produtividade da agropecuária em assentamentos pouco assistidos por energia elétrica e também para a melhoria da qualidade de vida dos assentados, quais são as informações relativas ao seu estímulo e à adoção e os resultados dos assentamentos onde foi adotado? O Incra dispõe desses dados? Pode ser que alguma dessas perguntas também vocês já tenham aqui abordado – eu quero pedir escusas –, mas fica aqui, de qualquer forma, a posição como Relator.

Segundo ponto: outra solução trata dos sistemas de energia fotovoltaica conectados à rede, sendo possível reduzir os gastos que o agricultor familiar já possui junto à concessionária. Entretanto, o debate aqui é sobre se o assentado rural pode não só reduzir gastos, mas também auferir renda com a venda de energia elétrica produzida em seu lote em parceria com terceiros.

Ocorre que o art. 21 da Lei 8.629, de 1993, diz que "os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou por meio de seu núcleo familiar, mesmo que por intermédio de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos". A expressão "cultivar o imóvel", ao nosso ver, é inadequada. O que se cultiva são lavouras, não o imóvel. Nele deve ser possível o desenvolvimento de atividades pecuárias, agroindústria caseira ou comunitária, turismo rural ou ecológico, entre outras. E por que não exploração econômica da energia solar ou eólica?

Nesse sentido, o PLS nº 384, de 2016, não deveria alterar o *caput* do art. 21, para remeter ao regulamento das atividades econômicas que devem ser desenvolvidas nos assentamentos, permitindo a parceria e talvez não a cessão com terceiros?

Pergunto também aos representantes do Ministério de Minas e Energia, da Absolar, da ABEEólica e também do Cerne se há algum estudo nacional ou mesmo de caso localizado apontando o potencial econômico do aproveitamento de energia solar ou eólica em regiões onde existem assentamentos rurais. Dito de outra forma, há alguma perspectiva ou interesse do setor privado em explorar tais fonte de energia, especialmente em assentamentos rurais? O que moveria os empresários do setor a investir em projetos preferencialmente localizados em assentamentos rurais, em detrimento de outras propriedades rurais igualmente bem localizadas?

Então, essas são as perguntas. Depois eu posso, inclusive, passar uma cópia para que vocês possam levar.

Eu afirmaria aqui, Presidente, que eu acho que o objetivo nosso é fazer uma lei para permitir que todos os assentados possam gerar renda, possam gerar riqueza. Nós já deparamos com alguns problemas no passado, e há ainda hoje. No meu Estado, por exemplo, o grande problema é a questão da regularização fundiária. Tudo que nós estamos falando aqui depende também de documento, porque ninguém vai fazer parceria ou investimento se aquela pessoa não está numa situação estável.

No meu Estado, nós temos mais de 80 mil assentados. Sempre falamos isso com uma certa angústia, porque são pessoas que foram para lá há 30, 40 anos, do Brasil inteiro, chamadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pelo Governo para "integrar para não entregar" a Amazônia, e essas pessoas estão lá sem documento.

Quando foi feito o decreto da medida provisória, no ano passado, nós discutimos muito no Palácio, na Casa Civil, porque, por exemplo, um dos itens que previa a legislação... A legislação foi feita há quanto tempo? Poderia precisar, em nome do Incra? Há 30, 40?

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS (*Fora do microfone*.) – O Estatuto da Terra é de 1964.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dá quantos anos isso?

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS – E a Lei 8.629 é de 1993.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, previa-se, por exemplo, um assentado com a característica de um trabalhador rural artesanal. As coisas mudaram muito. Hoje, há filhos de assentados que já são formados em Agronomia, Zootecnia, Veterinária, em profissões da área, e que voltam para o assentamento, voltam para a propriedade, que não tem documento ainda – muitas delas –, e voltam já com a cabeça de um profissional tecnificado. Então, eles precisam usar também de toda a tecnologia e pesquisa para que tenham, inclusive, condições de competitividade no mercado.

Por exemplo, eu posso falar do meu Estado, Mato Grosso – eu estou falando de Mato Grosso, mas poderia falar de Mato Grosso do Sul também, do Centro-Oeste de modo geral. Nós falamos de boca cheia que somos o maior produtor do Brasil, o maior produtor de soja, o maior produtor de milho, o maior produtor de algodão, que somos o maior exportador dessas *commodities* e também da proteína animal, mas, olha, nós ainda importamos grande parte do hortifrutigranjeiro de outros Estados – Goiás, inclusive, é um grande produtor aqui na Região Centro-Oeste. Por quê? Porque a tecnologia para o pequeno, a assistência técnica para o pequeno foi abandonada no meu Estado – vou falar mais especificamente de Mato Grosso, mas eu acho que essa é a realidade de muitos outros Estados – de uns 12 a 15 anos para cá. Eu estou dizendo que isso ocorreu por parte do Governo dos Estados, principalmente no caso de Mato Grosso. Se há vocação, vamos produzir em larga escala. Então, criamos grandes programas e incentivos ao produtor, como o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão, da soja, enfim, e esses produtores se tecnificaram. Nós temos lá agricultura de ponta. Nós temos uma pesquisa muito forte, só que, em contrapartida, o pequeno, cada vez mais, foi deixado para segundo plano.

Então, o que eu gostaria, como Relator aqui, é de ter o sentimento de que o coração do representante do Incra está batendo tão forte quanto o nosso para que a gente possa solucionar esses problemas, porque, na verdade, é lá que se gera mais empregos, onde está o cidadão, com a sua família. Nós não podemos fazer o que aconteceu em Portugal: incentivou-se todo mundo a ir para as cidades, e, de repente, não havia mais produtor. Há uns oito, dez anos, o país passava por uma crise danada, e o que fez o Governo? Fez um trabalho para buscar de volta a juventude que pudesse ter vocação, porque as terras rurais estavam todas abandonadas – muitas foram compradas pelos espanhóis, e, depois, os espanhóis também as largaram. Hoje já existe novamente uma boa produção em Portugal.

Se pudéssemos ter a orientação de vocês em tudo que fizermos aqui, até para termos a iniciativa de outros projetos no sentido de apoiar essa produção, nós gostaríamos. Eu me sentiria muito atendido com esta audiência pública exatamente se vocês fizessem a crítica ao que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui, mas também nos trouxessem alternativa não só em relação a esse projeto, mas também em relação a outras condições que vocês vivem no dia a dia e que podem ser a solução da geração de emprego tão necessária neste País. E a cada dia nós estamos aprofundando...

A nossa Presidente falou: "Olha, eu sou Governo". Todos nós somos Governo, porque o Governo é para ajudar o País. Oposição por oposição, estamos aqui com o PTdoB. O nosso Senador... Não, o PT do novo. O Senador Jean Paul Prates está fazendo tudo, relatando inclusive um projeto extremamente importante na questão da infraestrutura para permitir que a gente possa ter a construção de ferrovias por autorização, para ser mais rápido, para obter investimento direto. Imaginava-se antes: "Mas vai ser um Senador do PT que vai relatar? Vai ser contra o Governo". Não! Eu tenho certeza de que ele é a favor do País – todos nós aqui somos a favor do País. Sei que o Presidente coloca muito a questão ideológica na frente, mas governar, ao meu ver, como dizia Juscelino Kubitschek, é a arte de saber perdoar; governar é a arte de saber priorizar. E eu espero que o Governo, o próprio Presidente vá amadurecendo – são quatro anos, com possibilidade de reeleição. Se esse amadurecimento acontecer, é claro que é o País que vai ganhar com isso.

Então, Presidente, agradeço a oportunidade, inclusive, de estar aqui relatando esse projeto, mas gostaria realmente de ouvir muito mais as críticas, porque quem vive o dia a dia como vocês é que pode nos ajudar com a solução.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador.

O próprio Gen. Jesus Corrêa, em nome do Incra, assumiu aqui o compromisso de a gente achar uma forma de agilizar a regularização dessas terras – são 600 mil títulos esperando. Tudo isso vai trazer desenvolvimento econômico. Não importa: para o Prefeito do PT lá, passando a reforma da previdência, com todas essas facilidades, desburocratizando, vai sobrar dinheiro. Menos Brasília e mais Brasil! Num governo municipalista, vai sobrar dinheiro lá na ponta, e ele vai fazer um excelente governo. Então, é bom para todo mundo, para todo mundo.

Bem, eu não sei em que ordem... Algumas coisas vocês, de repente, poderão responder posteriormente. O que veio do e-Cidadania eu vi que é bastante abrangente e mais voltado para o Incra, então eu vou entregar para o Dougmar. Aí eu gostaria que vocês... Eu não sei quem começa primeiro. Aquela primeira pergunta... Vamos começar pelos 30% e vamos avançando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, até por curiosidade, nesta semana, nós estivemos lá em Mato Grosso, em Rondonópolis, minha cidade natal. A Sílvia, que é Diretora da Sesai, na área de saúde, do Ministério da Saúde, foi lá reinaugurar a obra de uma unidade da Casai no Município de Rondonópolis e, depois, foi visitar também uma aldeia indígena, onde há um laticínio sendo produzido. Ela pôde averiguar... Veja como é difícil a situação. A maior dificuldade dos índios não foi produzir o leite; foi colocar o produto no mercado, porque as pessoas não queriam comprar o produto por não acreditarem na higiene. Então, para o pequeno produtor, toda dificuldade existe. Nós estamos falando dos índios, mas também há dificuldade para outros pequenos.

A matéria aqui não tem nada a ver, mas eu também gostaria, amanhã, de receber contribuições. Eu estou falando de todos aqueles que querem produzir, principalmente, no caso, dos pequenos, de quem a gente está falando. Então, é só um exemplo para enriquecer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho. Todos nós temos aqui a obrigação e o compromisso de ajudar na geração de emprego e renda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só para aproveitar o gancho do queijo – antes que eu me esqueça –, o Senador Anastasia, ontem, nos deu um queijo artesanal, e ressalto que foi aprovado, no Plenário, o nosso projeto de lei de isenção de IPI para maquinário dos produtores de queijo artesanal.

Daqui a uma semana ou duas – eu quero avisar a todos os produtores de queijos artesanais do Brasil inteiro, lembrando meu Mato Grosso do Sul, que entrem em contato conosco para trazer o queijo –, nós teremos uma tarde aqui de queijos e vinhos para promover os queijos artesanais do Brasil inteiro. Então, entrem em contato conosco, mandem seus queijos ou venham, porque os Parlamentares todos vão comer queijo na outra semana.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – E divulgar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Isto é o principal: divulgar, conhecer e ouvir as demandas, mais demandas, porque a gente tem agilizado muito isso.

O SR. JURACI MOREIRA SOUTO – Presidente Soraya, há três coisinhas sobre as quais eu gostaria de fazer um comentário rapidamente.

A primeira é com relação aos 30%. Nós não tínhamos um estudo técnico, num primeiro momento, que nos levasse a sugerir que as pessoas pudessem ocupar, dentro da área da gleba ou do lote do assentado, no máximo 30%. Isso foi mais na lógica de não desconfigurar a concepção social do Programa Nacional de Reforma Agrária, porque a concepção social da reforma agrária é produzir alimento, garantir a segurança alimentar do nosso povo e garantir renda, uma vida estável e saudável, economicamente também, e social para as famílias que estão lá.

No entanto, eu devo confessar para todos nós aqui que, em função do que foi trazido a esta Comissão, a esta audiência, hoje, de avanço tecnológico, compatibilização das funções e utilização da terra e do solo por mais de uma atividade agrícola e econômica, e também admitindo a presença dos equipamentos da geração das energias renováveis, nós vamos, inclusive, Senador, com certeza, oferecer novas sugestões. Com certeza! Nós já apresentamos aqui o nosso parecer, mas vamos, a partir de hoje... A nossa visão desse tema até hoje poderá ter sido uma e, a partir de hoje, com os elementos que todos nós pudemos observar aqui, que foram trazidos para nós, poderá ter uma mudança, sem, contudo, abrir mão da função social da reforma agrária, que é produzir alimento. Vamos valorizar e continuar valorizando muito essa iniciativa de alternativas de renda e de produção para os assentamentos.

Agora, o último ponto.

Acho que, em relação aos 30%, foi...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Vamos analisar.

O SR. JURACI MOREIRA SOUTO – Não é uma coisa fechada. Não é um pensamento... Poderá haver. Nós vamos estudar com mais profundidade a partir dos elementos trazidos aqui e da compatibilização, da convivência dessas ações, dessas atividades. Podemos até sugerir para o nosso Relator, o Senador, algumas ideias novas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, nós só acreditamos que a iniciativa, toda ela, possa vir a dar certo, na lógica do social, do econômico ou mesmo dos recursos naturais, dos renováveis, se as famílias, se as pessoas se sentirem protagonistas dessa ação.

Por isso é que nós defendemos e vamos continuar defendendo que os beneficiários da reforma agrária, em tudo que for feito dentro do seu terreno, dentro do seu lote, dentro da sua gleba, sejam os protagonistas da ação ali; que eles sejam olhados, no primeiro momento, como agentes protagonistas da ação e que os benefícios gerados dessa ação possam garantir qualidade de vida para as famílias.

Então, também fazemos essa defesa e achamos que é por aí que tudo pode acontecer. Há uma condição real de dar certo. E quem ganha com isso é o nosso Brasil, é o nosso País.

A SRA. ELBIA GANNOUM (*Fora do microfone*.) – Eu queria responder algumas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

Presidente Elbia, por favor.

A SRA. ELBIA GANNOUM – Obrigada, Senador Jean Paul, cumprimentando o Senador Wellington Fagundes, Relator da matéria.

Algumas perguntas foram feitas aqui. Eu vou tentar responder duas ou três, e também os nossos colegas vão responder. Principalmente, o Senador Wellington perguntou: "Mas o setor privado teria interesse em investir nessas regiões?". E a Senadora Soraya também falou: "Como você vai fazer esse leilão? Como se dá esse processo?".

O Darlan mostrou o potencial eólico, com destaque para o Rio Grande do Norte, mas nós temos todo o potencial eólico do Brasil já mapeado. O que faz com que os investidores decidam investir em determinadas regiões, em determinado projeto, que nós chamamos de sítio ou de parque, é aquele potencial gerador. Então, a primeira coisa que você faz é medir o vento e ver se aquele vento ali é bom para a geração de eólica. Então, como a gente já tem esse mapeamento... No que o Darlan mostrou, já está ali o endereço certo do vento. Então, é naquele endereço.

E como o setor privado vai investir? Nós temos os leilões regulados no Brasil, acontecem dois ou três por ano. Então, nós fazemos um estudo de viabilidade econômica daquele projeto. Uma vez o projeto sendo viável, nós partimos para leilões ou partimos também para mercado livre – hoje nós fazemos contratações em mercado livre. Então, o interesse está associado à potencialidade do projeto em particular. E o que nós vemos é que essas regiões têm essa potencialidade. O Senador Jean Paul até mencionou. Nós temos situações em que há um sítio de um fazendeiro, de um privado que tem aquele sítio eólico, e há um vizinho de terra de reforma agrária que não pode porque a legislação não permite. Então, hoje, o nosso desafio, o nosso fator impeditivo está associado à regulação. Se eu tenho uma regulação adequada, eu tenho o sinal de investimento adequado, porque o potencial, a riqueza já está ali, e nós vamos explorar esse potencial. A gente não precisa de nada mais especial, de falar: "Ah, vou fazer um leilão especial com um projeto numa área de reforma agrária". Não! Aquela área de reforma agrária é uma área tão rica quanto a do vizinho. A gente só precisa que a regulação esteja adequada. Então, esse é o ponto central.

A Senadora Soraya – que pena que ela não está aqui – fez uma pergunta muito importante. Ela disse que gostaria de saber do ganho desse desenvolvimento econômico e social que eu mencionei tanto, quando você compartilha as atividades econômicas, de qual é essa diferença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de ganho. E aí eu respondo a todos: isso depende da região. A Região Sul, por exemplo, que é uma região que produz gado, que produz arroz, é uma região que, como a gente sabe, pela natureza, é um pouco mais rica na produção agrícola. Então, quando você leva a atividade eólica, você está fazendo uma complementação, e talvez elas estejam bem próximas de retorno. Porém, quando você vai para o Semiárido... O Governador Wellington Dias conta uma história muito interessante do Seu João e a produção de feijão. Num sítio eólico no Estado do Piauí, o Seu João produzia feijão e tinha uma renda da ordem de R$1 mil por ano com a produção do feijão; e aí, na sua terra, ele fez um arrendamento para usar aerogeradores. E ele, com dois ou três aerogeradores no seu quintal, recebe por mês – ele recebia R$1 mil por ano – na ordem de R$3 mil por conta do arrendamento. Então, é essa a diferença. Isso passa a ser a atividade principal, principalmente nessas regiões. Então, é isso que a gente precisa entender.

A ABEEólica está agora preparando um estudo de IDH e de ganhos socioeconômicos mais robustos, com estatísticas para demonstrar isso.

Senador, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero aproveitar para registrar a presença de importantes Senadores nesta audiência pública de hoje: no painel, Senador Esperidião Amin, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Marcelo Castro, Senadora Soraya, que presidiu até agora aqui, Senadora Mara Gabrilli, Senador Lasier Martins, Senadora Juíza Selma, Senador Izalci Lucas, eu mesmo, Jean Paul Prates, Senador Telmário Mota, Senador Paulo Rocha, Senador Zenaide Maia, Senador Chico Rodrigues, Senador Jayme Campos, Senador Wellington Fagundes, Relator desta lei, e Senador Angelo Coronel. Não membros presentes: Senador Flávio Bolsonaro, Senador Jorge Kajuru e Senador Marcos do Val.

Seguindo com as respostas, o Sr. Lívio quer fazer um esclarecimento, e o Dougmar.

Se me permite, Lívio primeiro, Dougmar depois.

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Lívio, por favor.

O SR. LÍVIO TEIXEIRA DE ANDRADE FILHO – Senador Jean Paul, eu tenho só uma questão para responder, que foi feita pelo Relator, Senador Wellington Fagundes, com relação a se o Ministério teria algum estudo sobre o potencial de geração de energia solar e eólica em assentamentos rurais. Eu desconheço, Senador. Acho que não há nenhum estudo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas, Senador Wellington, quero esclarecer que aquilo que o Darlan teve oportunidade de apresentar – a que a Presidente Elbia se referiu – foi um piloto feito no Rio Grande do Norte pelo Cerne, juntamente com a ABEEólica e com o próprio Incra, no ano passado, até meados do ano passado e um pouco este ano também, em que foram diagnosticadas áreas de grande potencial eólico e solar que são vizinhas a assentamentos. Então, elas podem ser expandidas para dentro desses assentamentos.

Na verdade, eu nem mencionei isso, mas já estavam em curso várias negociações informais; as empresas estavam assediando, no bom sentido, abordando, melhor dizendo, esses assentados para que assinassem contratos como se proprietários fossem. E aí tínhamos esse problema da insegurança fundiária, que o Senador relatou também. O que fazer? Se eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

tenho título, não tenho titulação, o Incra vai ficar em cima de mim, não está na lei que eu posso fazer isso com o meu pedaço de terra, então o que a gente faz? Aí começamos, então, a trabalhar, há um ano e meio, nesse processo juntamente com o Incra.

Então, esse mapeamento, pelo menos em relação a alguma amostra, existe, e é possível perfeitamente fazer simulações com esses casos já mapeados. Inclusive há áreas que têm um potencial bastante alto e que estão no meio de áreas...

Talvez fosse bom até projetar de novo o mapa, se fosse o caso, para o Senador ver, porque é bastante emblemático ver as áreas dos assentamentos ali colocados, enquanto o Dougmar faz a sua resposta, o seu comentário. Eu pediria que se reprojetasse a apresentação do Darlan, do Cerne, especificamente esse mapa onde é mostrada essa área de "conflito", entre aspas, no bom sentido.

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS – Eu gostaria de pedir desculpas porque, naquele momento em que eu estava comentando os §§6º e 7º, a campainha tocou, o meu tempo finalizou, e eu tive que...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Ainda tinha um minuto.

O SR. DOUGMAR NASCIMENTO DAS MERCÊS – Pois é. Eu tive que correr, por conta da explicação, e não adentrei maiores detalhes daqueles §§6º e 7º.

Eu gostaria de esclarecer aqui que o Incra – se eu não fui bastante ou suficientemente claro – é totalmente favorável ao projeto. O Incra está com suas atenções voltadas para atender a justiça social. E, dentro dessa justiça social, a gente enxerga que a infraestrutura básica de um assentamento é necessária para o desenvolvimento social e econômico dos assentados. Então, o Incra está com o Governo, está direcionado para atender e apoiar qualquer iniciativa dessa natureza.

O que nós colocamos é que, dentro do projeto de lei, existe uma condicionante de que o terceiro vai fazer o contrato diretamente com o assentado. E nós sugerimos aqui, como contribuição para esse projeto de lei, colocar o Incra como autoridade, como poder para capitanear todo esse processo, de maneira que a gente possa produzir a segurança do assentado juridicamente. Obviamente, através dos contratos que serão realizados com os terceirizados, todos os requisitos necessários para a defesa do assentado e para a contribuição da justiça social serão inseridos nesse contrato. Então, o Incra solicita tão-somente o direito de exercer a sua competência e o seu dever de capitanear todo esse processo licitatório, uma vez que a maior a parte dos assentamentos está sob o domínio da autarquia. Eles não estão consolidados. São áreas públicas e, portanto, sendo áreas públicas, a autoridade competente para conduzir esse processo com o terceiro é o Incra.

Então, eu acho que essa abordagem abarca todas as grandes perguntas aí. Quanto a algumas questões mais detalhadas, nós nos colocamos à disposição para respondê-las, reforçando, Senador, que nós do Incra somos totalmente favoráveis a esse empreendimento. Não tenha dúvida disso.

Muito obrigado.

O SR. DARLAN SANTOS – Só fazendo a complementação em relação à dúvida da Senadora Soraya, quanto a lote e zona: nós dividimos o Estado, e foi mais uma divisão em relação à localização, ao adensamento de projetos. Nós tínhamos projetos eólicos em uma determinada região, em outra região, então nós separamos dessa forma. Na verdade, o processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de licitação não é da zona, e sim de lotes – lote por lote –, sendo que num processo licitatório podem ser licitados um, ou dois, ou três lotes, inclusive de zonas diferentes.

E aí há até uma questão interessante que envolve a descentralização da aplicação de recursos. Então, em vez de o processo fazer uma concentração massiva em uma única região, porque estaria licitando lotes apenas de uma zona – aí é uma proposta, algo que pode ser analisado –, pode-se colocar que, dentro de um processo licitatório, se coloquem lotes de zonas diferentes para tentar favorecer. Além disso, há outro aspecto também: de que no processo se coloquem lotes que estão em regiões com recurso eólico muito bem caracterizado, muito bom, e lotes que estão em regiões boas também, mas que não sejam... Então, é uma forma de não priorizar apenas os lotes que estão em regiões muito boas, para que lotes que estão em regiões boas também, mas que não são comparáveis àquelas, também possam participar e façam parte do processo. Então, essa é a primeira questão.

A segunda é em relação – só complementando o que a Elbia colocou – ao interesse do mercado por determinadas regiões.

Dentro da análise, a gente vai encontrar situações muito diferentes, e aí eu consigo mostrar aqui nesses eslaides para vocês. Por exemplo, eu tenho – eu acho que não conseguem ver, mas o.k. Nós temos situações como a daquele lotezinho, pequenininho, em amarelo ali, mais no quadrante à esquerda, aqui em cima, o primeiro lotezinho, o primeiro assentamento ali. Vejam que ele é um lote, é um assentamento de um tamanho pequeno. Dificilmente esse assentamento vai conseguir abarcar um projeto inteiro aí dentro. No entanto, se a gente conseguisse pegar uma área privada ao lado, nessa área privada – é o que acontece hoje normalmente –, poderia ser desenvolvido um projeto nessa região. É uma região que ainda tem um potencial eólico que pode ser aproveitado, principalmente porque hoje no Brasil se está trabalhando com máquinas de maiores alturas, maiores potências. Então, uma região que, cinco anos atrás, não tinha tanta viabilidade econômica, hoje começa a ter. E essa área pode ser usada simplesmente para complementar o projeto. Na análise econômica, o projeto só se tornava de pé acima de 150 megas, por exemplo, e na área privada eu não tenho essa área toda. Então, eu consigo complementar esse projeto dentro desse lote pequenininho.

Vamos pegar agora nessa região mais central aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Há quantos hectares ali?

O SR. DARLAN SANTOS – Os projetos atuais são projetos de maior dimensão...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Especificamente esse, de complementação, seria de quantos hectares?

O SR. DARLAN SANTOS – Nesse assentamento eu não sei o valor. Não sei nem qual é o número desse assentamento, teria que ver na tabela.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas, chutando, não é grande, né?

O SR. DARLAN SANTOS – Não, não é grande, até porque esse é o assentamento inteiro, lembrando que, na análise, apenas parte desse assentamento poderia ser utilizada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isto que eu ia esclarecer, pessoal: ali são os assentamentos, não são os lotes.

O SR. DARLAN SANTOS – Isso, não são os lotes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só salientando: o Incra vai ter um papel muito difícil tecnicamente. Ele tem que se preparar para fazer isso, porque vai ter o papel de tecnicamente definir os lotes, com a limitação que a lei vai dar, seja de 30% por gleba, seja de 30% ou 40% do assentamento como um todo ou da área útil – a gente vai discutir isso, vai chegar a uma limitação, mas haverá de ter uma limitação. O Incra vai pegar essa limitação e definir os lotes a serem licitados dentro dos assentamentos. Portanto, um assentamento grande como aquele vai ter uma parte que vai ser transformada num lote, e esse lote vai para o mercado para receber propostas. À proposta mais vantajosa, obviamente, o Incra vai dar a vitória, e o assentamento será beneficiado com a proposta mais vantajosa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – É possível também fazer... Os assentados podem fazer cooperativas e contratar por meio da cooperativa?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eles já têm normalmente cooperativas ou associações. O Juraci pode até explicar como funciona. Isso é importantíssimo, porque as pessoas têm uma visão preconceituosa desse processo de assentamento, de assentado, de acampamento, de movimentos sem terra...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – São produtores rurais.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um processo de conquista. Eu acho que até vale a pena numa notinha você falar, para que as pessoas conheçam de fato. Muita gente, como eu disse aqui, da zona sul de São Paulo, da zona sul do Rio, da Avenida Paulista, às vezes, não conhece esse tipo de processo. Às vezes a gente discute essas coisas e parece que se está discutindo outro Planeta. Na verdade, é bom reservar um tempinho para ouvi-lo sobre isso.

O SR. DARLAN SANTOS – Outra situação é um lote de dimensão maior em que, ali sim, se poderia viabilizar um projeto desde o início. É um lote maior, então, não tem nenhum projeto no entorno; é uma situação de um projeto realmente novo. Eu teria que fazer todo o processo, que envolve campanha de medição, desenvolvimento de projeto básico, cadastramento em leilão e participação efetiva no leilão, e, após isso, a implementação efetiva do projeto.

Outra situação é uma área, um assentamento em que eu tenho dimensões compatíveis e já tenho um projeto ao lado. Essa área poderia servir para uma ampliação desse projeto.

Então, vejam que temos situações muito díspares, que levam em consideração o tamanho do assentamento, o recurso energético do assentamento e se eu tenho projetos no entorno desse assentamento. Evidentemente, em assentamentos que já tenho projeto no entorno, teoricamente, é um projeto em que toda fase de desenvolvimento de conceito de projeto já está estabelecido. Provavelmente, até as empresas que têm projeto ao lado já devem ter toda a caracterização e já teriam até uma simulação de quanto se geraria de energia dentro desse assentamento.

Então, eu queria só destacar que a atratividade do mercado por determinados assentamentos é variável, em função de todos esses pontos que comentei.

E ainda há outro ponto. Como demonstrado na apresentação em relação ao recurso solar, e aqui a gente está falando de eólica, no caso do Rio Grande do Norte – que é um caso que realmente pode ser replicado, caso esse projeto avance –, nas áreas onde não há um recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

eólico compatível, é interessante ver que é exatamente onde a gente tem o recurso solar, o que, por si só, também é algo fantástico.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

Antes de passar para o Rodrigo, que pediu a palavra, eu quero registrar a presença da Prefeita do Município de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, a Sra. Janailza Taveira Leite – seja bem-vinda, Prefeita. Ela é da terra do Relator, mas é natural da terra do Jean Paul Prates, o Rio Grande do Norte. Está aí uma dobradinha.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A senhora veja como é a competência da mulher. A senhora está registrando que ela é da terra do Senador Jean Paul. Ela foi para São Félix e, em um ano e pouco, ganhou a eleição do mais tradicional político da cidade. E eu apoiei o outro ainda! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Parabéns, Prefeita!

Com a palavra o Rodrigo.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Obrigado, Presidente Soraya.

Eu vou dar uma resposta a cada uma das perguntas, das três perguntas, uma de cada Senador que nos prestigiou com suas colocações.

Primeiro, com relação à pergunta feita sobre porcentagem diária que V. Exa. nos fez aqui, parece-nos que, pela ótica da energia solar fotovoltaica, justamente levando em consideração esse avanço tecnológico que permite agora não pensar as áreas como competição de finalidade, mas como colaboração e sinergia de finalidade, talvez se deva abrir espaço na redação legislativa para incluir essas inovações. Então, a sugestão seria – não sei como exatamente em porcentagem, em número – uma forma, por exemplo, de cálculo da área, no caso de substituição de atividade, no entanto excetuando-se ou descontando-se do cálculo os momentos em que há complementação de atividade na mesma área, em que se mantém a atividade rural e combina ou incorpora uma nova atividade. É uma sugestão.

Com relação ao comentário feito pelo Senador Jean Paul Prates a respeito da correção do texto, eu queria só aproveitar a oportunidade para dar uma sugestão também. O texto inicial mencionava as fontes hídrica e eólica, acabou não mencionando a solar. Quem sabe não é também uma oportunidade, no momento de fazer uma atualização do texto... Existem muitas propriedades rurais que têm biomassa à disposição, que podem...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rodrigo, acabamos de decidir aqui juntos...

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... eu e o Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone.*) – Deixe-o concluir!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É só para lhe dar a boa notícia.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Por favor! Melhor do que eu falar é o Senador falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Acabamos de decidir o seguinte – veja se agrada, porque eu acho que é a solução para isso tudo: fontes renováveis para a geração de energia.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Perfeito, perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, o projeto passaria a ser sobre a exploração do potencial de fontes renováveis para a geração de energia.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Perfeito, mais democrático, mais abrangente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Facilita inclusive a remuneração, porque a remuneração é pelo uso da fonte, não pela geração de energia.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Excelente! Muito bem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma de uma reserva indígena de Mato Grosso. Eu fui visitar uma reserva para inaugurar uma obra. Chegando lá, havia uma fonte de energia muito forte. Para fazer o bombeamento da água havia uma gangorra, e duas crianças ficavam brincando na gangorra. Entendeu? (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Tecnologia molecular.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Molecular, humana... Estava lá e funcionando.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Dá menos trabalho.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Veja como é produtiva e profícua uma reunião como esta, em que já saem recomendações e sugestões incorporadas ao texto.

Com relação aos comentários feitos pelo Senador Relator Wellington Fagundes, eu vou rapidamente comentar a parte da fotovoltaica, que ele muito bem destacou. Então, de fato, existem duas formas diferentes de se aproveitar a energia solar fotovoltaica em propriedades rurais.

Uma delas é nos sistemas isolados. Aí você não precisa conectar aquele sistema fotovoltaico à rede. Você pode ter, por exemplo, um bombeamento de água que ocorre diretamente em corrente contínua. O que significa isso na prática – para quem talvez não acompanhe mais a fundo? Eu aprendi isso este ano, porque eu não sou um especialista do campo, mas estou fazendo o possível para aprender. É mais produtivo para o campo irrigar de dia do que de noite – eu não sabia disso. É mais produtivo para o produtor rural irrigar de dia do que de noite. Por que ele irriga de noite? Porque ele tem um desconto no valor da energia elétrica dele. Agora, com a solar fotovoltaica, ele pode irrigar de dia, sem estar conectado à rede, utilizando um bombeamento de água direto com o sistema fotovoltaico. Então, o sol brilhou, ele irrigou; é automático. Então, essa é uma forma. Esse é um sistema isolado. Você pode fazer a mesma coisa para produzir gelo, para fazer aquecimento, ou seja, há outras atividades que podem ser utilizadas como piscicultura, como aquicultura, como produção rural, dessalinização, entre outras finalidades.

Além disso, a gente tem os sistemas conectados à rede. Então...

Desculpe-me. Só respondendo à pergunta: "Quais as informações de estímulos e os resultados?". Quanto aos estímulos para os sistemas isolados hoje, por enquanto, não existe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

programa, não existe uma ação estruturante. Aí está uma grande oportunidade. O que existe de estímulo é a economia, porque hoje um sistema desse já é mais barato do que um gerador a diesel. Como eu mencionei durante a apresentação, chega a ser duas vezes mais barato um sistema renovável, como o de solar fotovoltaica, do que usar um gerador a diesel. Não por conta do preço do sistema; o preço do gerador a diesel pode ser até menor, mas, quando você coloca o combustível, quando você coloca a operação, a manutenção, esse preço chega a ser duas vezes maior do que o preço de compra, operação e manutenção de um sistema fotovoltaico *off-grid*, desconectado da rede. Os resultados, então, têm sido muito interessantes. O uso, infelizmente, ainda é pontual, há muito espaço para usar isso no campo.

Hoje os investimentos em geração distribuída conectada à rede – agora eu estou mudando de foco – são 9,2% de toda a geração distribuída solar fotovoltaica no Brasil. Isso dá mais de R$400 milhões que os produtores rurais já investiram em solar fotovoltaica no campo. Isso é a ponta do *iceberg* de uma grande oportunidade a ser desenvolvida.

"A venda dessa energia seria possível?". Hoje em dia, não é permitida a venda direta de energia, mas o produtor rural consegue gerar riqueza, valor e renda de outras formas. Primeiro, com a economia, fazendo uso, por exemplo, como o próprio Senador Relator mencionou, de um financiamento incentivado, como um financiamento do Proinfa... Desculpe, do Proinfa não. Perdão. Um financiamento dos fundos constitucionais, do Pronaf – desculpe, não Proinfa; Pronaf –, Mais Alimentos e Pronaf Eco, de que podem fazer uso para instalar tanto eólica quando solar. Desde 2015, isso agora é permitido. E, além disso, eles podem fazer um contrato e se coordenar numa cooperativa ou num consórcio. Muitos deles já estão para a atividade produtiva organizados em cooperativas ou em associações e podem se organizar em cooperativas de geração de energia também para oferecer...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nessa linha, dois vizinhos podem se juntar para fazer uma produção? Dois vizinhos que são empresas separadas, com terrenos separados – não estou falando de assentamento também não. É possível dois vizinhos, que são duas empresas que consomem, fazerem uma geração fotovoltaica ou qualquer uma outra e compartilharem o consumo?

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – É possível. Eles podem fazer isso através justamente da Resolução Normativa 482 da Agência Nacional de Energia Elétrica, que é uma regulamentação, mas não existe uma lei que garanta esse direito. Isto é um ponto de preocupação do nosso setor: falta solidificar esse enorme avanço que foi feito lá em 2012 nos termos da letra da lei. Ainda não temos isso em lei, mas temos já na regulamentação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aceitamos sugestão também.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Pois vamos trabalhar. Com prazer.

Eles podem se reunir para eles próprios fazerem uso dessa energia ou, então, para eles oferecerem essa energia para empresas, para pessoas físicas, para prefeituras, para escolas, para hospitais, para postos de saúde, para delegacias. Eles podem fazer isso na forma de um contrato de longo prazo de prestação de serviço. Ele não vai vender energia, ele vai alugar o sistema, que pode estar na propriedade de um assentamento, trabalhando em conjunto com a produção de produtos agrícolas também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – É mudar a natureza: em vez de vender, alugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou aproveitar que você está com a palavra e passar-lhe a pergunta do Marcelo Oliveira, do Rio Grande do Sul: "A energia solar é boa, porém é cara e precisa de muito espaço. Por que não discutimos energia nuclear? Setenta e cinco por cento da energia da França é nuclear". É só para você responder ao Marcelo.

O SR. RODRIGO LOPES SAUAIA – Primeiro, Marcelo, obrigado pelo seu comentário e pela sua pergunta.

As fontes em si, a nosso ver, não precisam, em hipótese alguma, competir. Elas vão atender a finalidades complementares. Há espaço no Brasil para as diferentes fontes em diferentes finalidades. Especificamente sobre a energia solar fotovoltaica, vou lhe trazer duas informações importantes. Primeiro, em relação ao potencial brasileiro de energia solar fotovoltaica, ajudando a desmistificar a questão da área, olhando apenas as áreas de melhor potencial, a gente viu os números impressionantes do setor eólico, de 800GW de potencial no Brasil inteiro. O potencial técnico solar fotovoltaico mapeado pela Empresa de Pesquisa Energética, do Governo Federal, é de 28,5 mil gigawatts. É de cair o queixo! Isso é mais de 174 vezes a matriz elétrica brasileira inteira de hoje, todas as fontes somadas. Então, é um potencial impressionante. Não falta sol para produzir energia elétrica em nenhum Estado do Brasil, e podemos aproveitar isso a nosso favor. Então, área não é um problema, até porque você pode tanto usar o solo quanto usar o telhado de uma área já construída.

No que diz respeito a preço, há boa novidade para você também. Hoje, as duas fontes renováveis mais baratas do Brasil estão sentadas aqui à mesa: energia eólica, número um; energia solar fotovoltaica, número dois. As mais baratas do Brasil. No passado, sim, essas fontes já foram caras: eólica já foi cara, solar já foi cara, biomassa já foi cara. Hoje, essas fontes são competitivas, porque o nosso País tem os melhores recursos renováveis do mundo e porque as fontes reduziram seu preço muito fortemente. De 2010 até 2018, a energia solar fotovoltaica ficou 83% mais barata. É de cair o queixo.

Então, por conta dessas novidades todas, acreditamos que essa fonte tenha muito a contribuir com o avanço da matriz do nosso País, gerando aí oportunidades e riquezas para o produtor rural de pequeno porte também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Rodrigo.

Alguém mais gostaria de acrescentar alguma coisa? Elbia? Nossos dois do Executivo? Não? Tudo o.k.? (*Pausa.*)

Então, eu quero agradecer a presença de todos vocês.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu gostaria de registrar o seu entusiasmo, porque, a essa altura, às 14h, ninguém almoçou, e ela está gostando do tema, está estimulando para que a gente possa falar mais.

Então, parabéns, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Vocês estão pedindo para acabar. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Parabéns! É dessa energia que o Brasil precisa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Energia renovável. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Não há quem não fique estimulado vendo o Executivo, o Legislativo, a sociedade, a população participando. Independentemente de ideologia, independentemente de partido, nós estamos juntos no mesmo propósito. Então, eu fico muito feliz em saber dessas coisas.

Nós temos que prosperar, o Brasil tem condições de ser a maior potência do mundo, e nós seremos. Eu tenho certeza disso.

Gente, muito obrigada pelo esforço. Desculpem eu fazer vocês ficarem com fome.

Nós estamos aqui à disposição sempre e aguardando sugestões – não é verdade, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agora, Presidente, vamos tirar uma foto aí...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... porque, lá no meu Estado, é o Juruna dizendo: tem que levar o documento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu não vou encerrar, porque tenho um requerimento para ler.

A gente tira a foto agora. (*Pausa.*)

Requerimento da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil, sua destinação e quais as medidas que podemos buscar para atuar de forma eficaz para a proteção da economia e da saúde humana", em relação a esse crime que só cresce no nosso Brasil.

Os convidados serão encaminhados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Só quero deixar claro que... (*Pausa.*)

Eu estive em um evento em Campo Grande, na Receita Federal, nessa segunda-feira, promovido pelo Idesf, na pessoa do Presidente Luciano Barros. Quero parabenizar mais uma vez o Luciano. Aqui vai o meu abraço e o elogio pelo estudo que fizeram.

Como eu havia prometido, estou fechando aqui a leitura do requerimento para uma audiência pública para que vocês estejam conosco aqui, inclusive, discutindo com os Senadores as propostas legislativas para que a gente possa coibir o contrabando e o descaminho de defensivos agrícolas e o prejuízo que isso causa na população – não só na economia do nosso País, porque a gente perde muito, muito com tributos, mas na saúde; é uma questão de saúde pública.

Como a gente sabe, nós temos muito contrabando de cigarro, de bebidas, mas, quanto ao usuário do cigarro e da bebida, o mal é só para ele. O problema desses defensivos é que nós não temos noção do que está sendo aplicado nas nossas lavouras, enfim, do que está sendo utilizado na nossa alimentação. Então, isso é extremamente sério, extremamente grave. E nós vamos, sim, punir com muito rigor, cada vez mais, qualquer tipo de crime, de qualquer natureza.

Quero lembrar que esse contrabando se dá muito no Estado de Mato Grosso do Sul, que é o meu Estado, e nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Então, quem tiver interesse acompanhe conosco, porque a gente vai realizar essa audiência pública.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conforme o cronograma anunciado pelo Presidente da CMO, ainda pendente da anuência do Presidente do Congresso Nacional, esta Presidência comunica o prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, PLN nº 5, de 2019, conforme o seguinte calendário: a abertura é nesta data, 26 de junho, quarta-feira; o encerramento se dará dia 2 de julho, terça-feira, ao meio-dia, ou seja, às 12h; a deliberação será no dia 3 de julho, quarta-feira, às 11h, aqui, na próxima reunião.

Esclareço que as emendas deverão ser enviadas pelo Sistema de Emendas e a via impressa, impreterivelmente, assinada pelo Senador membro da CRA, entregue perante a Secretaria desta Comissão. Para a segurança do próprio Parlamentar, ratifico que a Secretaria da Comissão não está autorizada a receber emendas sem a assinatura do seu respectivo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos e de todas. Agradeço também aos que estão nos acompanhando na TV e na internet.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e doze minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Luiz Carlos Heinze, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Jayme Campos e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLDO 2020. A Presidência comunica terem sido apresentadas 66 (sessenta e seis) Propostas de Emendas ao PLDO 2020, 52 (cinquenta e duas) de Inclusão de Metas e 14 (quatorze) ao Texto da Lei. Finalidade: Apreciação e votação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 05/2019 (PLDO 2020), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relator das Emendas da CRA: Senador Lasier Martins. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 08 (oito) Emendas ao PLDO 2020, sendo 02 (duas) Emendas de Inclusão de Metas e 06 (seis) Emendas ao Texto da Lei, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Emendas de Inclusão de Meta: Emenda nº 1 – CRA – Ação: 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Meta: 400; Emenda nº 2 – CRA – Ação: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Meta: 25.000. Emendas ao Texto da Lei: Emenda nº 3 – CRA – Referência: Inciso I, Item 63 – Tipo: Aditiva; Emenda nº 4 – CRA – Referência: Artigo 69, Inciso I – Tipo: Aditiva; Emenda nº 5 – CRA – Referência: Artigo 93 – Tipo: Aditiva; Emenda nº 6 – CRA – Referência: Inciso I, Item 63 – Tipo: Aditiva; Emenda nº 7 – CRA – Referência: Inciso I, Item 63 – Tipo: Aditiva; Emenda nº 8 – CRA – Referência: Artigo 10, Inciso VII – Tipo: Aditiva. Usam da palavra os Senadores Soraya Thronicke, Lasier Martins, Jayme Campos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e Kátia Abreu. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta décima quinta Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os trabalhos da CRA no dia de hoje.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à discussão e à votação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, o PLN 5, de 2019, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foram recebidas 66 propostas e emendas, para a LDO. Foram 52 de inclusão de metas e 14 ao texto de lei. A votação será simbólica.

Quero agradecer a presença do Senador Jayme Campos, do Senador Lasier, o Relator. Concedo a palavra o nobre Relator, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Senadora Soraya, Sr. Senador Jayme Campos.

Tendo em vista a definição das emendas a serem apresentadas pela Comissão, foram trazidas a esta CRA 66 emendas de propostas de emendas, das quais 14 são referentes ao texto e 52 são alusivas às metas e prioridades do PLDO 2020.

Análise.

Cumpre realçar, inicialmente, que esta Comissão pode apresentar apenas até duas emendas de inclusão de meta. Essa circunstância constitui intransponível limitação para o atendimento das propostas apresentadas, que contemplam 29 ações orçamentárias distintas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O inegável mérito das indicações acentua ainda mais a complexidade e a responsabilidade na escolha. Dentro da incontornável dificuldade imposta por esse panorama, examinamos as propostas de emenda buscando ponderar a sua importância relativa e a amplitude de alcance com a intenção, ademais, de beneficiar diferentes instituições e de atender o maior número de Senadores apresentantes de sugestões.

Assim, procedemos, ainda, sob a consideração, naturalmente, das normas incidentes no contexto, em particular no que diz respeito à competência temática da Comissão.

Seguindo essas diretrizes metodológicas, propomos a apresentação das seguintes emendas de inclusão de meta por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senadores autores das propostas quando tratando da seguinte ação: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária. Autores das propostas: Dário Berger, Kátia Abreu, Juíza Selma, Jader Barbalho, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Jayme Campos, Marcelo Castro, Paulo Rocha, Marcio Bittar, Izalci Lucas e Wellington Fagundes.

Já no que tange à proposta do fomento ao setor agropecuário, autores: José Maranhão, Kátia Abreu, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Marcelo Castro e Marcio Bittar.

Em referência às emendas ao texto, inexistindo limitação quantitativa para tal espécie de proposição, somos pela apresentação de todas as propostas oferecidas pelos nobres pares, ofertando emenda única, naturalmente, para o atendimento das sugestões de idêntico perfil (nºs 1 a 8, e 10).

Voto.

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, de todas as emendas ao texto do PLDO 2020 elencadas no anexo deste relatório, bem como das seguintes emendas para inclusão de metas no anexo de Prioridades e Metas do PLDO:

Ação orçamentária: pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária, meta 400; fomento ao setor agropecuário, 25 mil.

Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO, inclusive adaptando a justificação das emendas, tal como foram sugeridas, produto e unidade de medida, para o sistema de elaboração de emendas, observado que cumpre apresentar emenda única, naturalmente, para o atendimento das sugestões de emenda de texto de mesmo teor (nºs 1 a 8, e 10).

É o relatório, Sra. Presidente, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Lasier, quero parabenizá-lo e agradecê-lo pelo acolhimento das indicações, das propostas.

E gostaria que o senhor só retificasse, ali na ação orçamentária, quando o senhor disse: "pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária", o senhor mencionou a meta de 40. Aqui no meu relatório está 400.

Só para que fique...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Ah, mil perdões. Realmente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Não há problema.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Eu não enxerguei um dos zeros. É 400, portanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, está bom. Melhorou bastante.

Obrigada, Senador Lasier. Está retificado.

Em discussão a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sra. Presidente, para encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Primeiro, eu quero cumprimentar o ilustre e eminente Senador Lasier, na medida em que, de forma zelosa e criteriosa, acatou as emendas propostas aqui por nossos Senadores e Senadoras.

Eu, particularmente, havia exportado aqui para esta Comissão duas emendas para a Embrapa, na medida em que a Embrapa, sem sombra de dúvida, é uma das empresas do Governo Federal que tem contribuído sobremaneira no aperfeiçoamento, no avanço da agricultura, da pecuária brasileira. Nesse caso, pelo o que eu estou vendo, não foram só propostas minhas, pois vários Senadores contribuíram, inclusive V. Exa., Senadora Soraya, também exportou aqui para esta Comissão, e o Senador Lasier acatou, nesse caso particular.

Estamos esperando que, de fato, isso se concretize para melhorar naturalmente os repasses de recursos financeiros para a Embrapa, que, sem sombra de dúvida, é orgulho de todos nós brasileiros.

Portanto, cumprimento V. Exa., Senadora Soraya, e da mesma forma o Senador Lasier e os demais Senadores que estão participando desta Comissão, preocupados em melhorar, com certeza, a instrumentalização daqueles que fazem, de fato, a agricultura e a pecuária brasileira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Senadora Kátia Abreu, deseja falar? Não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Relator, para discutir, Senador Lasier.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Esta matéria já tem o relatório lido, pronto para ser votado, não é isso? Eu gostaria de pedir a V. Exa. que, na inversão de pauta, diante do relatório já lido pelo Senador Lasier... Nós votamos, e eu queria pedir prioridade desse projeto de que sou Relator, que é de autoria do Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – O do senhor é o próximo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Eu só queria parabenizar a Comissão pelas escolhas, Sra. Presidente, com relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

às duas emendas da LDO, que são sobre a pesquisa de desenvolvimento de tecnologia para agropecuária, principalmente a Embrapa, o que foi muito bem escolhido, graças a Deus, e sobre o fomento ao setor agropecuário, que é do que nós precisamos sempre. Estou na Comissão de Orçamento, e lá nós nos encarregaremos de colocar também na LOA recursos para essas duas ações.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PLDO 2020.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer, com as emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019.

As emendas aprovadas irão a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião para a aprovação da LDO, que, neste momento, se encerra.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Declaro encerrada a presente reunião e convoco a abertura da próxima reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, José Maranhão, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Ângelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 194 de 2019, da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em resposta à solicitação desta Comissão em 29 de maio de 2019 referente aos dados do Censo Agropecuário 2017. Conforme Nota Explicativa em anexo, o Instituto informa que em 25 de julho de 2017 foram divulgados os dados preliminares da referida operação censitária. Os dados definitivos estão em fase final de apuração e tabulação e serão divulgados no final de outubro deste ano no sítio eletrônico do IBGE. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet pelo período de quinze dias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2104, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1283, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para modificar as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação de arroz." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1908, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para prorrogar, para dez anos da publicação dessa lei, o prazo para o interessado requerer os documentos necessários à ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais de área superior a quinze módulos fiscais." Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2505, de 2019 - Não Terminativo - que: "Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 16, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil, sua destinação e quais as medidas que podemos buscar para atuar de forma eficaz para a proteção da economia e da saúde humana", em relação a esse crime que só cresce em nosso país. Convidados: 1. José Guilherme Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); 2. Cleo Matusiak Mazzotti, Superintendente da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul; 3. Luiz Alexandre Gomes da Silva, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Grosso do Sul; 4. Luciano Flores de Lima, Superintendente da Polícia Federal no Paraná; 5. Alexandre da Silveira Isbarrola, Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul; 6. Luciano Stremel Barros, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF); 7. Andreza Martinez, Gerente de Assuntos Regulatórios do Sindicato Nacional da Agricultura de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); 8. Presidente da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Resultado: Aprovado com a inclusão da lista de convidados. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 17, de 2019 que: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a IMAGEM do Brasil diante do resto do mundo em relação ao agronegócio, meio ambiente e reserva legal, para retirarmos a rotulagem ideológica e pacificar a seriedade que sempre existiu do agronegócio com a sustentabilidade ambiental brasileira. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1 - Representante do Ministério de Relações Exteriores; 2 - Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 3 - Representante do Ministério do Meio Ambiente; 4 - Secretario Especial de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten; 5 - Representante da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia - CAMEX; 6 - Representante de Relações internacionais da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária - CNA e 7- Ex-Ministra do Meio Ambiente - Izabella Teixeira. Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 18, de 2019 que: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o uso da técnica do fraturamento hidráulico para exploração do gás de xisto, o fracking, e seus impactos ao solo, ao clima, à saúde, às economias locais e às águas subterrâneas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - Juliano Bueno de Araujo - Fundador e Coordenador Nacional da COESUS - Coalizão Não Fracking Brasil, pelo Clima, Água e Vida; - Nicole Figueiredo de Oliveira - Especialista nas áreas de Mudanças Climáticas, Direito e Sustentabilidade Internacional; - Luciano Henning - Geógrafo; - Luis Roberto Gomes - Procurador da República; - Rubens Harry Born - Consultor da Forest Trend.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). EXTRAPAUTA ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 19, de 2019 que: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de detalhar e aprofundar, no próximo dia 16 de julho, terça-feira, às 10 horas da manhã, os termos do histórico acordo de livre-comércio firmado, no último dia 28 de junho, em Bruxelas, na Bélgica, entre Mercosul e União Europeia (UE). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministra da Agricultura, Tereza Cristina ou representante; 2. Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), Antonio Jorge Camardelli ou representante; 3. Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra ou representante; 4. Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas ou representante especialista em leite; 5. Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro ou representante; 6. Presidente do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Oscar Ló ou representante. Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Resultado: Aprovado. Os Requerimentos lidos retornarão à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Kátia Abreu, Paulo Rocha e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos mais esta reunião.

Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Passamos à leitura.

A presente reunião está destinada à deliberação de cinco itens não terminativos e um requerimento.

Conforme requerimento do Senador Jayme Campos, passamos à deliberação do item 3 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 1283, DE 2019
- Não terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para modificar as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação de arroz.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Senadora Soraya, Sras. e Srs. Senadores, especialmente nossa líder rural aqui, Kátia Abreu, eu quero submeter aos senhores o nosso relatório do projeto de autoria do Senador Luis Carlos Heinze.

Submete-se à apreciação, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei (PL) nº 1.283, de 2019, de autoria do nobre Senador Luis Carlos Heinze, que "altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para modificar as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a importação de arroz".

O PL nº 1.283, de 2019, é composto de dois artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 1º do PL altera o inciso V do art. 1º da Lei nº 10.925, de 2004, para excluir o arroz descascado e o arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou brunido (glaciado), da aplicação das alíquotas zero da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno.

Adicionalmente, por meio de alteração do §5º do mesmo artigo, o art. 1º do PL isenta a contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda no mercado interno dos referidos produtos.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência da futura lei.

O nobre autor da proposição fundamenta a iniciativa defendendo que revigorar as contribuições incidentes na importação permitirá que o produto nacional concorra em igualdade de condições com produtos oriundos do exterior.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

O PL nº 1.283,de 2019, foi distribuído inicialmente ao ilustre Senador Nelsinho Trad, para emitir relatório, em 26/03/2019. No entanto, em 29/05/2019, a matéria foi devolvida pelo Relator, em virtude de não mais pertencer à CRA, tendo sido redistribuída para nossa relatoria.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas à matéria.

Análise.

Os incisos VI e XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal atribuem à CRA a competência para opinar sobre fiscalização de produtos e insumos agrícolas e tributação da atividade rural, respectivamente.

Sra. Presidente, o projeto é louvável. Estou concluindo aqui.

Nesse sentido, cumpre-nos, nesta ocasião, por não se tratar de matéria terminativa, manifestar-nos precipuamente sobre o mérito do PL nº 1.283, de 2019. Aproveitamos o ensejo para nos balizar no relatório prévio do ilustre Senador Nelsinho Trad, que analisou adequadamente a iniciativa.

O projeto em análise promove a elevação das alíquotas de PIS e Cofins aplicáveis à importação de arroz. Nesse sentido, as alíquotas ordinárias de importação que estavam zeradas devem passar para 2,1%, no caso do PIS, e para 9,5%, no caso da Cofins. Os produtos nacionais, por sua vez, devem permanecer com a alíquota vigente.

Tal medida traz justiça aos produtores nacionais. A situação corrente mostra que o custo operacional de produção da saca de 50kg do arroz seria em torno de R$28,23 no mercado interno, ao passo que os concorrentes paraguaios e uruguaios enfrentariam um custo, sem tributos, que não são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

cobrados nos países de origem, da ordem de R$19,69, ou seja, a carga tributária no custo de produção do arroz seria 30,26% maior para os produtores brasileiros devido à legislação nacional.

No setor de colheitadeiras, a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul) estima que a tributação maior para os produtores nacionais varia entre 26,75% e 29,42%, enquanto no setor de defensivos esse percentual seria superior a 20,11%, o que gera a justa contestação de prejuízo de competitividade com a tributação de bens de capital e insumos enquanto os concorrentes não o fazem.

Nesse contexto, cabe ressaltar a justificação do nobre autor do PL, que entende que revigorar as contribuições incidentes na importação permitirá que o produto nacional concorra em igualdade de condições.

Portanto, por um lado, para prevenir uma intensa quebra de isonomia perpetrada por concorrentes de países vizinhos e, por outro, para apoiar os produtores nacionais que enfrentam a crise financeira e fiscal no País, com aumentos significativos nos custos de energia, entendemos ser pertinente a aprovação do PL 1.283, de 2019.

Voto.

Destarte, opinamos pela aprovação do PL 1.283, de 2019, nos termos do art. 133, inciso I, do Risf.

Esse é o voto.

Esse é um projeto, Senadora Kátia, Senadora Soraya, muito importante. Nós estamos perdendo a competitividade. Por quê? Se você for ao Paraguai ou ao Uruguai, lá a carga tributária é quase nada ou zero. O pessoal do Rio Grande do Sul que importa, quer importar, naturalmente... Não há como, porque aqui se tributam os nossos produtos, e lá é zero. Então, nós temos que zerar o PIS e Cofins. Eu acho que o projeto dele é meritório. Não é um projeto demagogo, não é um projeto de proteger qualquer um que seja. É um projeto em defesa naturalmente da agricultura, sobretudo da área plantada do arroz no nosso País.

É isso que eu tinha a dizer e é o meu relatório, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, em discussão a matéria.

Eu vou passar para a Senadora Kátia Abreu, mas eu só queria dar uma palavra com o senhor.

Nós estávamos discutindo justamente agora, e eu estava dizendo que eu estava fazendo o papel de advogada do diabo. O que ocorreu lá foram benefícios previdenciários no momento em que estamos fazendo uma reforma da previdência. Nesse caso, em tese, se fosse por qualquer argumento de diminuir imposto, enfim, eu teria que ser, então, contra. Não é. Aqui, o Brasil ganha por via transversa, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na questão previdenciária, não havia como, só saía do bolso, infelizmente, mas aqui, de outra forma, por vias reflexas, o Brasil ganha.

Então, parabéns pelo relatório! Parabéns também ao Senador Nelsinho, que precisou sair desta Comissão, e parabéns ao autor, Senador Luis Carlos Heinze.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sra. Presidente, esse projeto ainda vai para a CAE? Ele é terminativo na CAE ou vai a Plenário?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – CAE.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – CAE, o.k.

Quero apenas parabenizar o autor, Senador Luis Carlos Heinze, que é do Rio Grande do Sul, que produz quase 90% do arroz que todos os brasileiros consomem. De fato, é meritório. E isso acontece sempre, não só com o arroz, mas acontece também com o leite, mais ou menos nas mesmas condições. E, às vezes, em determinados lugares, há alguém que nos acusa ainda – a nós do setor agropecuário – de não pagar imposto nenhum: "Produtor rural não paga imposto nenhum". Eu gostaria que assim fosse, porque a carga tributária nos Estados Unidos é próxima a zero e, na Europa, não passa de 3% a carga total de impostos sobre a agropecuária.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – V. Exa. me permite um aparte, Senadora Kátia?

Eu vi uma matéria no Terra Viva desta semana em que os comentaristas, os *experts* no assunto diziam que, no Brasil, já foram fechadas praticamente 1,2 milhão de pequenas propriedades que não têm condições de produzir mais o leite. O produtor perdeu a capacidade, porque é muito barato, como V. Exa. está se referindo aqui. E isso porque, na verdade, o preço de um litro de leite no Brasil é bem menor do que o preço de uma lata de cerveja.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Água! É mais barato que uma garrafinha de água.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – E que a cerveja, o que é pior, porque é bebida alcoólica. Uma latinha de cerveja vale por um litro de leite.

Então, 1,2 milhão de pequenas propriedades estão fechando as portas, não têm condições de produzir – não é isso?

Então, V. Exa. tem toda razão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O leite, no mundo inteiro, é subvencionado, especialmente na Europa, onde se paga uma subvenção por cabeça de vaca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que se possui. E, para não serem atingidos pela Organização Mundial do Comércio, eles enquadram num recurso advindo do que as vacas holandesas provocam de turismo na Europa, pelas paisagens bucólicas etc. Então, não faltam argumentos para se pagar subvenção ao leite na Europa. É pesadíssima!

O único produto que me preocupa nessa abertura de mercado entre Mercosul e União Europeia, a que eu sou super favorável, dentro do setor agropecuário, é o leite. Porém, como nós temos o direito de ressalvar alguns produtos – nós não vimos nada aberto ainda, o projeto em si –, com certeza a Ministra da Agricultura deve ter se resguardado de salvaguardar o leite, justamente por conta da sensibilidade... O mundo inteiro sabe que vem de pequenos produtores, que é o único dinheirinho que vem todo dia, que é de pessoas pobres e que é um produto que não se paga. O consumidor tem que beber leite barato. Então, o mundo inteiro, nos países que têm dinheiro, o leite é subvencionado. E para os nossos produtores aqui há quase nada de subvenção.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Permite-me apenas mais um aparte, Senadora?

E é do que sobrevive aqui a maioria das pequenas propriedades. Levantam a mulher, o marido, o filho e até o neto, se tiver, e vão lá cedo tirar o leite para vender uns 50 litros para poderem sobreviver. Na verdade, eles estão ali em uma situação precária, sem grandes linhas de financiamento. Isso eu conheço lá pelo Mato Grosso, e não são poucos, são muitos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, são muitos: 1,2 milhão de pessoas. Cerca de 800 mil comercializam, e de 80% a 85% produzem menos de 50 litros/dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ontem nós estivemos com o Ministro, o Embaixador... Com o Ministro, no Itamaraty, e inclusive eu fiz até uma observação em relação a esse acordo que o Brasil fez com a Comunidade Europeia, Senadora Soraya.

O que está ocorrendo? Passou-se a impressão, Senadora Kátia, de que já vai acontecer amanhã, o que não é verdade. Há um processo de maturação de, no mínimo, quatro anos para iniciar-se de fato. É óbvio, é evidente que alguns países vão tentar correr para ver se conseguem esses dólares em três anos.

Então, tem um processo de maturação esse acordo. Como a senhora disse, é bacana, que a senhora é favorável...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É muito bom.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito bom, agora, demora. Para chegar a se tirar alguma coisa, é um prazo de 19 a 20 anos, de tão demorado que é. Então, eu disse: "Ministro, diga ao Presidente Bolsonaro para ter essa preocupação e prevenir". Olha: foi lá, fez o acordo, assinou, mas cadê o resultado de forma positiva, que até agora não aconteceu?

Então, são coisas que se têm de alinhar bem com a opinião pública para não causar aquela expectativa, como é o caso da previdência, que está gerando a expectativa de que, uma vez aprovada, estão resolvidos os problemas do Brasil. E não é verdade! São no mínimo 10 anos de um processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

maturação para que aconteça essa possibilidade de nós termos R$1 trilhão, R$1,2 trilhão de refresco no caixa do Governo brasileiro.

Então, são políticas que nós temos de ter muito claras, para nós não falarmos, muitas vezes, que o resultado vai acontecer amanhã, porque, quando não acontece, o Governo paga muito caro. A opinião pública está achando que o problema vai ser resolvido da noite para o dia, o que, na verdade, na prática não acontece.

Obrigado, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso é verdade.

Da parte dos europeus, são dois anos para assinar tudo e concluir tudo. Eles são muito cuidadosos, porque a produção agropecuária deles é altamente desproporcional à nossa em termos de competitividade. Lá se subvenciona tudo. Eles não chegam nem perto de nós. Então, eles têm muito mais cuidado que nós no setor agro.

Agora, a PEC da previdência, ontem, foi aprovada na Comissão incluindo a tributação do Funrural sobre as exportações. Essa vai ser uma polêmica...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Tributação do Funrural...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... sobre as exportações de produtos agropecuários.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – E é a mesma taxa... (*Fora do microfone.*)...em relação à pecuária?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Acho que ficou... Se não me engano, alguém me disse ontem, rapidamente, 4%, mas eu não posso garantir que seja isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quatro por cento?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim; uma entidade de classe me encontrou na porta do Congresso e me disse isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Meu Deus, que horror! Aí é pesado!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, hoje, eles estão todos indo para tomar café da manhã com o Bolsonaro. Eu disse: "Vocês todos votaram, então, têm prestígio para pedir o retorno, e ele tem que tentar encontrar uma solução".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando se fala em não tributar as exportações, fica parecendo que o dinheiro fica para os produtores. Na verdade, não fica. Fica longe dos produtores; fica muito mais com os exportadores, e vai tirando do nosso preço lá na área.

O grande problema não é esse. Cada imposto que sai do Brasil... Tudo isso é comércio internacional e ninguém tributa exportação. Então, se o leite em todo o mundo, vamos imaginar, custa 1, o nosso, com imposto, vai custar 1,10. Quem é que vai pagar esses 10? Qual o país que vai se sentir obrigado a pagar os 10 porque o Governo brasileiro cobra esses 10 centavos de imposto? Então, é a competição mundial. Se tiver cheio de impostos, o nosso produto vai ficando para trás.

Eu quero votar a favor desse projeto do Luis Carlos Heinze com relação ao arroz, bem assim na CAE, de que faço parte, onde vou pedir a relatoria para ver se consigo. E que a gente possa pedir urgência para o Plenário e votar rapidamente em favor dos produtores de arroz, os do Rio Grande do Sul especialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – O Senador Dário Berger deseja participar da discussão? (*Pausa.*)

A FPA tem um café da manhã marcado para amanhã com o Presidente Bolsonaro. Então, essas questões...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Amanhã?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, amanhã. Então, é importante levar tudo isso para ele.

E, na verdade, essa questão do Mercosul tem que ter responsabilidade para fazer, mas a vontade é que seja rápido.

Quanto à previdência, Senador Jayme Campos... É a previdência; é a Medida Provisória nº 881, da liberdade econômica, a respeito da qual nós recebemos mais de 300 emendas e estamos trabalhando assim muito para que seja aprovada – então, ela vai ajudar –, e a reforma tributária tem que vir. Então, não é só o milagre da reforma da previdência, não. E eu acho que a população já está conseguindo compreender.

Então, amanhã é a nossa oportunidade de falar.

Encerrada a discussão, coloco em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto de Lei nº 1.283, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E parabéns, Senadora Kátia! Que a senhora consiga a relatoria.

Eu quero fazer uma ressalva e parabenizar. Esta Comissão tem caminhado e tem aprovado muita coisa. A gente tem trabalhado bastante, limpando a pauta. Então, eu quero agradecer muito aos senhores, porque os senhores ajudam a dar andamento. E a gente entrega; a gente faz a nossa parte.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu quero dar o meu testemunho de que V. Exa. tem feito um trabalho bacana, vamos chamar assim, um trabalho com o qual, com certeza, a senhora pode ter a tranquilidade de consciência de que todos nós reconhecemos, sobretudo porque V. Exa. está cumprindo a sua missão como Presidente desta Comissão, de forma altaneira, de forma ativa e, acima de tudo, cumprindo, com certeza, o seu papel nesta Comissão com relação à área em que nós temos obrigação de atuar.

A senhora está de parabéns. Se não estivesse, eu já lhe diria, mas a senhora está indo muito bem aqui e está procurando, a cada dia que passa, aperfeiçoar ainda mais o seu conhecimento, até porque a senhora não era da área. Hoje, a senhora está melhor do que eu e do que a Kátia Abreu, que viemos do campo – e duzentas vezes, não é Kátia?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Uma coisa natural às mulheres: aprendem rápido. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu advogo em certos nichos da área, mas não em toda a área. E, com a paciência de vocês, a gente vai aprendendo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não há nada que não se aprenda neste mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos para o item 1 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2017
- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Deputado Evair Vieira de Melo (PV).

Relatoria: Senador Paulo Rocha.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 08.08.2017, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Paulo Rocha para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Bom dia, Presidenta; bom dia, colegas Senadores e Senadoras.

Trata-se de projeto com origem na Câmara dos Deputados, o qual "institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade".

O projeto, que se constitui de cinco artigos, institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade com o objetivo de elevar o padrão de qualidade do café brasileiro por meio do estímulo à produção, industrialização e comercialização de cafés de categorias superiores.

Na Câmara, o projeto foi analisado pela Comissão de Agricultura e Abastecimento e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 41, de 2017, foi distribuído para a análise da CAE e desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para posterior deliberação do Plenário.

Na CAE foi aprovado o relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passou a constituir o parecer daquela Comissão.

Há toda uma avaliação positiva na análise legislativa, de que obedece a todos os trâmites legais, quer sejam regimentais, quer sejam da própria legislação, da Constituição.

Quanto à juridicidade da proposição... Mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do Direito.

Quanto ao mérito, é relevante destacar que o café é um capítulo da história do Brasil, sem o qual se tornaria impossível explicar o nosso estágio atual de desenvolvimento econômico.

Conforme bem registrado no parecer da CAE, ainda que o café não ocupe mais um papel tão central para a economia brasileira quando comparado ao do início do século XX, notadamente em razão da diversificação de nossa economia, a renda gerada pelo produto é responsável por trazer divisas ao País e pela geração de inúmeros empregos.

Conforme estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), as lavouras da espécie *Coffea canephora* possuem, atualmente, formação muito heterogênea, com plantas expressando características muito distintas quanto à arquitetura, vigor, época e uniformidade de maturação dos frutos, tamanho e peso dos grãos. Esses fatores constituem, portanto, importantes obstáculos ao crescimento da produtividade e da qualidade do produto obtido, o que torna desejável investimento no melhoramento genético da espécie para a obtenção de novas variedades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, Sra. Presidenta, pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei de nº 41, de 2017, com a seguinte emenda: "Suprima-se o §2º do art. 1º do Projeto de Lei [...] nº 41 [...], renumerando-se o §1º como Parágrafo único".

É o voto, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Paulo Rocha, parabéns pelo seu relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O senhor quer tecer mais algum comentário, Senador? Não? O.k.

Terminada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2017, e à Emenda 1, da CRA.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguirmos na tramitação.

Quero parabenizar... Eu gostei muito desse projeto de lei. Quero parabenizar o Deputado Federal Evair Vieira de Melo e o Sr. Senador Paulo Rocha pelo relatório.

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI N° 2104, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 22.05.2019, a Comissão de Meio Ambiente aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu queria comentar da especialidade desse projeto. Ele é fantástico! Sinceramente, eu fui Ministra da Agricultura, Presidente da CNA, e não tinha atentado... Por isso que é bom haver tanta gente aqui, Deputados e Senadores, para acompanhar cada caso.

A Deputada Conceição Sampaio, do PSDB, do Amazonas – quero parabenizá-la pela iniciativa –, inclui na política, na PGPM, que é a política de preço mínimo, Senador Jayme Campos, a origem animal, mas está muito mais focada na piscicultura. O que é a PGPM? Eu costumo dizer que a primeira coisa importante do setor agropecuário que aconteceu foi a criação da Embrapa, a descoberta do Cerrado brasileiro; e a segunda coisa importante que impulsionou a agricultura foi esta Lei 8.427, do ex-Presidente Collor de Mello, que deu um impulso de aumento no PIB de quase 90%, no PIB agropecuário. Ela criou a PGPM, que é uma política de preços mínimos. Toda a parte vegetal está incluída, toda a parte, vamos dizer assim, pecuária, bovina... Produtos animais, de um modo geral, estão incluídos, mas a piscicultura não é encarada nem como vegetal nem como animal, então ficou boiando no limbo.

Esse projeto de lei coloca os "produtos extrativos de origem animal", e eu quero mencionar o pirarucu, que é um peixe da Amazônia – Mato Grosso tem muito, Tocantins, Amazonas, todos os Estados. É um peixe extremamente fino, caríssimo de produzir. Hoje, por exemplo, o pirarucu está cotado a R$4 o quilo no mercado. E a Conab, mesmo não estando na PGPM, já classifica, pelo custo de produção e venda, a R$10 o quilo. Se o pirarucu, se o peixe estivesse incluído na PGPM, já poderia receber essa diferença de preço na veia, como nos Estados Unidos. A PGPM é um seguro de preço, um seguro de custo. Às vezes, quando se fala preço: "Ah, está querendo pagar lucro para o produtor". Não, é exatamente isto: está custando R$4, e o custo de produção é R$10, então essa diferença tira o cidadão do ramo, e ninguém controla mercado. Então, são mecanismos legais que o Estado brasileiro ou qualquer um do mundo produz para acudir esses movimentos do mercado, que às vezes produz demais, às vezes produz de menos.

Então, eu quero louvar muito esse projeto, que com certeza aprovaremos, porque não é só o pirarucu, são todos os peixes.

Nós temos lembrar que hoje, no Brasil, nós já estamos com a tilápia aprovada em todo lugar. A tilápia é o peixe mais competitivo do mundo, é como o frango de granja, vamos assim dizer, que engorda rápido por causa da genética, por causa da ração, então tem um custo menor, e o mundo inteiro prefere comprar esse frango de granja. O pirarucu é como o frango caipira: é um peixe que demora muito mais para ser criado, portanto o seu custo é muito mais elevado, como todos os peixes redondos da Amazônia, mas tem um nicho de mercado muito especial, caro; só pessoas de poder aquisitivo mais alto compram o pirarucu e esses peixes da Amazônia. Então, nós precisamos manter esse nicho de mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos produzindo tilápia, que todo mundo produz, claro – é o frango de granja do mundo inteiro –, vamos vender no Brasil, exportar, mas vamos guardar a nossa especialidade característica do Brasil e da Amazônia, e nós precisamos ter o selo de origem da Amazônia brasileira, o pirarucu.

Então, eu vou só ler o final.

E outra coisa, esta não é a Comissão...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quero só fazer um aparte a V. Exa., permita-me.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esta não é, Presidente, uma Comissão de mérito econômico, claro, apenas de mérito técnico, e isso vai para a CAE, mas, só para adiantar, Senador Jayme Campos, de toda a subvenção colocada à disposição dos produtores para cobrir diferenças de preços, ao longo dos anos de 2009 até 2017, nós só usamos 20%. Então, cabe perfeitamente o pirarucu. Isso significa que nós estamos com uma produção equilibrada. Nós não estamos usando dinheiro de subvenção, porque o preço está regulado pelo mercado, e isso é uma ótima notícia para o Governo. Então, os peixes vão caber aqui nessa política tranquilamente, sem dar nenhuma despesa a mais ao Governo brasileiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senadora Kátia, a senhora me permite só fazer um adendo? Para aqueles que não conhecem bem o pirarucu, o filé de pirarucu é o filé de pintado, por isso que V. Exa. diz que é um peixe especial. Se você pegar o filé do pirarucu e o filé do pintado é o mesmo. Entretanto, o pintado tem um preço diferenciado em relação à tilápia e outros peixes, naturalmente, dos rios brasileiros e do próprio criado em cativeiro. Então, o pirarucu, de fato, está inserido nesse contexto pelo fato de que ele é o pintado nosso, não é isso?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Exatamente, é o pintado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É uma carne diferenciada e muito boa. É isso mesmo, V. Exa. tem toda razão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador.

E eu fico muito feliz pelos produtores do Tocantins que vêm criando em cativeiro, com muita luta, porque o pirarucu é um peixe que demoraram muito a descobrir como reproduzir em cativeiro. Então, milhões e milhões de reais foram investidos até descobrirem – não vou entrar em detalhes aqui, mas é interessantíssima a sua forma de reprodução em cativeiro –, pois ele só se reproduzia ao natural, quando prendiam não se reproduziam. Agora é diferente. Então, quero louvar todos os pesquisadores. A Embrapa Nacional Aquicultura e Pesca é no Tocantins, em Palmas. Eu tive o privilégio de inaugurar e fazer todos os investimentos finais no Governo anterior, como Ministra da Presidente Dilma, e terminamos essa Embrapa Aquicultura e Pesca. Então, são pesquisas e mais pesquisas e agora o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

reconhecimento. Se Deus quiser, vamos aprovar em todo o Senado e no Plenário esse projeto da Deputada Conceição Sampaio, do Amazonas. Não a conheço, mas quero aplaudi-la.

A justificativa do PL menciona o exemplo do pirarucu, peixe típico da Amazônia. Alvo constante da pesca predatória ao longo de décadas, o pirarucu foi alvo de diversas políticas públicas que tinham o objetivo de proporcionar seu manejo e produção sustentável. Destaca-se que essa política já surte efeito, contribuindo com o aumento da população desse peixe recentemente, apenas pelo fato de a Conab já considerar a análise dos seus custos e preços.

É importante ressaltar, contudo, que o pirarucu manejado, tal como outras espécies piscícolas, ainda não podem receber os benefícios da Lei nº 8.427, de 1992, uma vez que não se enquadra como "produto agropecuário", tampouco como "produto vegetal de origem extrativa", as duas únicas categorias abrangidas por essa lei.

Então, eu voto pela aprovação do projeto de lei da Deputada Conceição Sampaio, Projeto de Lei nº 2.104, de 2019 (Projeto de Lei nº 7.678/2017, na Casa de origem), que altera os arts. 1º e 2º da Lei 8.427, de 1992.

Pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, em discussão a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Só para contribuir e, sobretudo, para fazer o encaminhamento e encerrar o processo de votação, eu quero cumprimentar o autor, mas, sobretudo, a Senadora Kátia, que tem um conhecimento fantástico em relação a essa atividade econômica que hoje representa muito para o nosso País, tendo em vista que ninguém pode desconhecer hoje que o Brasil avançou sobremaneira, na medida que temos hoje milhares ou milhões de tanques para criação de peixe em cativeiro. Tem contribuído sobremaneira para o pequeno produtor como também na questão do consumo de uma carne diferenciada. A carne do peixe é uma carne que talvez o Brasil não consuma muito, mas agora me parece que ganha um novo momento, tanto que, no Mato Grosso particularmente, já estamos criando também dentro do Manso, que é uma usina hidrelétrica construída lá, que tem um lago gigantesco, onde estamos também criando peixe.

Nesse caso, Senadora Kátia, nós estamos avançando no Brasil, desde o meu primeiro mandato, em relação à quebra de patente de produtos veterinários. Existia uma verdadeira máfia; não era nem monopólio, era oligopólio. De lá para cá melhorou, quebramos a patente. Hoje já temos o famoso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

genérico, na verdade, mas são produtos que competem em igualdade de condição, com os princípios ativos de toda a cadeia de produtos veterinários, e já estamos avançando.

E avançamos agora também com o peixe. Conforme mostrou a Senadora Kátia, são números insignificantes, que o famoso prêmio ou bônus já dá ao arroz, já dá ao milho, quer dizer, a Conab estabelece um preço mínimo: está-se negociando hoje a R$4, R$5; se a tabela da Conab for R$10, ela subsidia, ou seja, paga o prêmio para o produtor dessa atividade do pescado.

Portanto, quero cumprimentar V. Exa., como *expert*, mestre, PhD nos assuntos da área, sobretudo por ser um projeto meritório, que vai, com certeza, avançar muito mais ainda nessa atividade econômica no nosso Brasil.

Parabéns, Senadora Kátia, pelo belo relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador.

Sra. Presidente, permita-me apenas comentar o que o Jayme Campos disse sobre os genéricos. Muito bem lembrado, esse projeto foi do Senador Benedito de Lira, de Alagoas. Em 2015, quando eu cheguei ao ministério, já havia 12 anos que esse projeto tinha sido aprovado no Congresso sem regulamentação – para se ver o tamanho do *lobby* da produção de medicamentos originais. Nós o regulamentamos em praticamente 90 dias no ministério e colocamos à disposição dos fabricantes. Então – nós estamos em 2019 –, de 2015 a 2019, até que as empresas se organizassem para produzir o genérico, agora já está dando resultados nos genéricos veterinários. Então, eu quero lembrar aqui o ex-Senador Benedito de Lira, de Alagoas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada pela contribuição, Senador Jayme Campos, Senadora Kátia Abreu.

Quero lembrar também que, nessa questão da piscicultura, pela primeira vez entra no Plano Safra a piscicultura. Quero parabenizar a Ministra Tereza Cristina, o Presidente Jair Bolsonaro e o nosso Secretário Jorge Seif, que tem feito um grande trabalho e atuado de forma brava – o Jorge é fantástico – para melhorar esse mercado.

E agora, aprovando essa lei, nós ajudamos mais ainda.

Encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.104, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, quero parabenizar a Deputada Federal Conceição Sampaio, do Amazonas.

Item 4...

Com a palavra, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Excelência, quero fazer uma inversão em relação a uma matéria que já está na Comissão há dias, só para nós a colocarmos em votação, porque é de autoria da Senadora Selma Arruda e eu fui designado como Relator. Se a senhora puder colocar na pauta, eu ficarei muito grato a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – É exatamente ele, Senador.

1ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 1908, DE 2019
- Não terminativo -

Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para prorrogar, para dez anos da publicação dessa lei, o prazo para o interessado requerer os documentos necessários à ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais de área superior a quinze módulos fiscais.

Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 29.05.2019, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, só para me manifestar em relação a esse projeto. Ele é muito meritório e, sem dúvida, pertinente pelo fato de estar pedindo a prorrogação da lei que existe em relação à efetivação dessa regularização fundiária em áreas de até 15 módulos. A Senadora Selma está pedindo uma prorrogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que isso é muito importante e veio num momento ímpar, em que estamos fazendo uma nova discussão em relação ao Código Florestal Brasileiro. A Senadora Selma, como os demais Senadores, todos nós aqui estamos preocupados, e estamos estendendo esse prazo para darmos tempo suficiente para a questão da regularização.

Portanto, eu quero dizer que o meu voto foi favorável.

Eu acho que os demais Senadores serão favoráveis pelo fato de o projeto ser muito meritório. Ele vai atender a demanda de milhares de cidadãos brasileiros que estão à mercê ainda da ratificação do seu registro de imóveis nas áreas rurais, sobretudo nas áreas de fronteira.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Permanece em discussão a matéria.

Senadora Kátia Abreu?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 1.908, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Quero destacar, parabenizando a Senadora Selma e o Senador Jayme Campos, que o Mato Grosso deve estar muito feliz pela aprovação desse projeto.

Obrigada.

Item 5 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 2.505, DE 2019
- Não terminativo -

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu para proferir a leitura do seu relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Nós sabemos que, em várias oportunidades, para determinados segmentos já existe a isenção de IPI e de outros tributos, mas, através de decreto. Nós não temos uma lei específica para determinar e regular essa situação.

O princípio tributário no Brasil e no mundo, todos nós sabemos, é não onerar investimentos e não onerar exportações. O princípio automático mundial é tributar o resultado, tributar o lucro. Então, esse é o princípio do projeto do Senador Acir, que também vai para a CAE para ver a questão do custo e do impacto. E, do ponto de vista de mérito, ele é perfeito: desonera investimentos. Aliás, todos os investimentos, todas as máquinas nunca deveriam ser tributados na sua fabricação.

Vem a exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei 2.505, de 2019, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas".

O art. 1º da proposição prevê a isenção do IPI relacionado a máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, de fabricação em países integrantes do Mercosul, quando adquiridos por agricultor familiar ou por cooperativa de agricultores.

A referida isenção do IPI, nos termos do art. 3º do PL, somente poderá ser utilizada uma vez ao ano, ou ainda, excepcionalmente, nos casos em que ocorra sua destruição completa ou o seu desaparecimento por furto ou roubo – eu queria saber a diferença de furto e roubo.

Já o art. 4º prevê que a manutenção do crédito do IPI fica assegurada às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem empregados na industrialização dos produtos referidos na proposição em análise – segundo o art. 5º, o imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos de série ou originais dos produtos adquiridos nos termos do art. 1º supracitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O PL foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Então, pelo exposto, sou pela aprovação do projeto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Recentemente aprovamos a isenção de IPI para insumos e maquinários para o leite. Então, é a mesma situação, não é, Senadora? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Bem, não havendo mais quem queira discutir, em votação a matéria... Encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Sra. Presidente... Desculpe-me: achei que ia encerrar a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.505, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Quero parabenizar o Senador Acir Gurgacz e a Senadora Kátia Abreu.

Item 6 da pauta.

1ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 16, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir "O contrabando de defensivos agrícolas no Brasil, sua destinação e quais as medidas que podemos buscar para atuar de forma eficaz para a proteção da economia e da saúde humana", em relação a esse crime que só cresce em nosso país. Os convidados serão encaminhados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- Lido em 26.06.2019.

Os convidados são: José Guilherme Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Cleo Matusiak Mazzotti, Superintendente da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul; Luiz Alexandre Gomes da Silva, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Mato Grosso do Sul; Luciano Flores de Lima, Superintendente da Polícia Federal no Paraná; Alexandre da Silveira Isbarrola, Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul; Luciano Stremel Barros, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf); Andreza Martinez, Gerente de Assuntos Regulatórios do Sindicato Nacional da Agricultura de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

Foram chamados somente Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, justamente porque é lá que tem acontecido o contrabando ou o descaminho.

Quer comentar, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria.

Sra. Presidente, eu gostaria de incluir, se fosse possível, o Presidente da Abin, que foi agora sabatinado pelo Senado e aprovado. Parece-me uma pessoa bastante correta e comprometida com essas questões de fronteira, e um dos temas que abordei com ele foi o contrabando de agroquímicos, vindo especialmente dos países vizinhos. Eu pedi a ele uma atenção mais do que especial. Então, eu acho que a Abin pode – ou o Presidente – enviar alguém que pudesse falar sobre as estratégias que estão acontecendo.

Outro importante órgão que deveria participar seria o Ministério da Agricultura, a Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Nós criamos a vigilância de fronteira quando eu estava lá no ministério. A Secretária Nacional de Defesa...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – José Guilherme Leal, da Secretaria de Defesa Agropecuária.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah! Já está aí, o Guilherme. O.k.

Então, peço para incluir alguém da Abin para falar sobre o tema. Eu acho que poderia incluir o Presidente, e ele indicaria alguém, porque nós não conhecemos quem seria. Então, o Presidente da Abin. Eu acho que eles decidem por lá quem enviar, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O requerimento foi lido em 26 de junho de 2019, e ele vai agora à votação com a relação dos convidados.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento da CRA.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a imagem do Brasil diante do resto do mundo em relação ao agronegócio, meio ambiente e reserva legal, para retirarmos a rotulagem ideológica e pacificar a seriedade que sempre existiu do agronegócio com a sustentabilidade ambiental brasileira.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério das Relações Exteriores; representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério do Meio Ambiente; Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República, Fabio Wajngarten: representante da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex); representante de relações internacionais da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA).

Quero justificar esse requerimento de audiência pública.

Nós produzimos, nós somos um celeiro, exportamos e queremos exportar cada vez mais. Nós estamos dando *show* de produção com sustentabilidade, e temos que avançar cada vez mais, Senadora Kátia Abreu. E nós estamos elogiando... O Presidente Bolsonaro... A gente quando quer... A verdade que a gente sente tem que ser dita. A gente pegou um país realmente numa situação econômica muito difícil, mas a gente pegou o País produzindo, encaminhado e produzindo com muita responsabilidade, Senadora Kátia Abreu. A senhora foi Ministra da Agricultura, e nós a parabenizamos.

Os defensivos que têm sido... As moléculas que têm sido liberadas já estavam em processo de liberação – a senhora mesma disse. Então, não é novidade nenhuma. Estamos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Eu queria uma cópia do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

Então, quero parabenizar o agronegócio, parabenizar esses governos que o levaram de uma forma sustentável. Para a gente, isso é um orgulho.

Nós precisamos que lá fora conheçam o agro brasileiro que é sustentável, justamente porque, agora, o mercado, a tendência é crescer cada vez mais. Então, nós precisamos divulgar para o Brasil o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

respeito que o nosso produtor rural tem pelo meio ambiente. Nós preservamos mais do que todas as nações e nós temos esse compromisso. E estão dizendo lá fora que iríamos sair do Acordo de Paris... Enfim, em todas essas questões, nós queremos entrar, discutir e tecer estratégias para que lá fora – e cobrar também do Executivo, por isso é que vem também o Fabio da Secom – nós mudemos a imagem do Brasil. O Brasil é agro, o Brasil é verde. E este Governo é agro e este Governo é verde. Então, todo mundo tem que saber disso.

Então, é por essa razão a audiência pública.

Lido o requerimento, esta matéria retornará para votação na próxima pauta.

Requerimento da CRA...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de discutir o requerimento. Discuto agora ou na próxima reunião? (*Pausa.*)

Eu gostaria de incluir uma pessoa.

Senadora, eu não vejo que o Brasil tenha uma imagem negativa, no resto do mundo, do agronegócio ou de qualquer que seja com relação à questão ambiental. Nós somos o maior exportador dos melhores produtos do mundo. A nossa imagem não é negativa; a nossa imagem é positiva. Nós temos pessoas que economicamente se interessam em derrubar o Brasil do ponto de vista econômico porque sabem da nossa competitividade. Agora, o que tem atrapalhado neste momento a imagem do Brasil lá fora é exatamente – a senhora me desculpe – o próprio Presidente da República, que tem minimizado as questões ambientais. Isso tem me preocupado muito.

Essa fase em que o Presidente Bolsonaro está hoje com relação ao meio ambiente, eu já estive nela há 15 anos. Agia da mesma forma que ele, dava as mesmas respostas, duvidava de tudo e de todo mundo. Então, eu estou falando por experiência própria. Só que as coisas evoluíram muito. Eu acho que todo o setor agropecuário evoluiu bastante. Então, existem determinadas expressões e determinados comportamentos voluntaristas que fazem é nos preocupar.

Agora, pela medição deste mês, aumentou o desmatamento da Amazônia em 60%. É isso que o mundo quer saber. A imagem do Brasil está focada nisso, na prática, nas medidas com que nós nos comprometemos na COP 15, lá atrás, quando nós fizemos o compromisso de reduzir as emissões até 2020. E nós estávamos caminhando muito bem nesse sentido, porque o maior número de emissões é exatamente na área do desmatamento no Brasil, e nós tivemos um recuo numa velocidade muito importante. Foi isso que deu ao Brasil alguns bilhões de dólares em compensação (da Dinamarca e da Noruega) para o Fundo da Amazônia, o que nós estamos perdendo. Se não lhe informaram ainda, os alemães estiveram aqui, agora, e ficaram horrorizados com o que o Brasil está fazendo, e são alguns bilhões de dólares a fundo perdido, que não deixam de ser uma compensação pelo esforço que o Brasil tem feito em preservar a Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, esses instrumentos de controle são necessários. Nós votamos uma lei, quase que por unanimidade, no Congresso Nacional, em que nós concordamos... Não é de prestar contas às ONGs internacionais, àqueles que já desmataram tudo. Esse compromisso é importante e necessário porque nós vendemos produtos, e os nossos consumidores de produtos são exigentes: eles querem qualidade, querem regularidade, mas querem também sustentabilidade social e econômica. Então, se um cliente quer isso, nós temos que ser escravos dos clientes se a gente quiser vender. Também, se não quiser ser escravo de cliente, é só não vender e pronto, não há comércio. Mas o nosso cliente é muito exigente.

Então, a Kátia Abreu... Esse mesmo discurso que o Bolsonaro está tendo em 2019 eu tive 15 anos atrás. O amadurecimento faz com que a gente compreenda as posições e as inovações geopolíticas que acontecem no mundo a todo momento. As placas vão se movendo e nós temos que acompanhar essas mudanças. Então, eu aproveito o motivo da sua audiência pública para reiterar as minhas preocupações, porque muitos produtores rurais podem achar esse discurso muito bonito, agora, eu, que tenho responsabilidade pessoal sobre esse setor – não é sobre pessoas –, devo dizer que esse não é um caminho saudável para a nossa agricultura. Nós precisamos reverter essa imagem que o Presidente Bolsonaro pessoalmente está desfazendo.

Então, desculpe-me a franqueza, eu sei que a senhora é da base do Governo, mas tem sido uma Presidente de Comissão muito moderna, muito atual, tem aqui aberto a discussão desde a pequena propriedade até a grande. Então, não tome isso como uma coisa pessoal, apenas como uma preocupação minha, verdadeira, de que nós estamos retroagindo, nós estamos voltando a um discurso do passado.

Agora, o ponto chave de tudo isso – esquece mercado, esquece comprador, esquece exigência de compradores de mercados internacionais – é que, sem a Amazônia, não há chuva no seu Estado, no meu Estado, não há chuva em São Paulo, não há chuva no Rio Grande do Sul, não há chuva em lugar nenhum. Então, não é só por bondade "ambientalesca" – inventei aqui agora –, é por razoabilidade e por puro pragmatismo. Isso eu aprendi com a Embrapa. Se alguém acha que a Embrapa é ideológica, os cientistas e pesquisadores, precisa refletir sobre isso e retroagir. Eu tive a humildade de sentar horas e horas, dias e dias a fio, para aprender o que era fato e o que era *fake* sobre meio ambiente. Então, a aula mais importante que eu recebi em toda a minha vida no setor agropecuário é como e por que a floresta amazônica faz chover – faz chover no sertão, como dizia aquela música – no resto do Brasil. Então, o Presidente Bolsonaro talvez não esteja informado disso. Não é graça, é verdade. Isso não é falso, isso não é *fake* e não é conversa de ambientalista.

Eu gostaria de incluir aqui a ex-Ministra do Meio Ambiente Izabella, que foi uma ministra excepcional. Ela foi Ministra no mesmo período que eu, até antes de mim. E quero confessar que eu, naquela época, Presidente da CNA, nunca tinha colocado os pés no Ministério do Meio Ambiente, porque eu tinha até medo de ser agredida como Presidente da CNA. E a primeira ligação que eu recebi, como Presidente e ela como Ministra, foi me convidando para ir ao Ministério, porque queria conhecer quais eram as estratégias do agro, para onde o agro queria ir, porque o meio ambiente queria ir junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós fizemos o CAR, nós fizemos o PRA, nós escrevemos o compromisso de Paris junto com o Ministro de Minas e Energia, nós fizemos isso tudo com muita razoabilidade, consultando todos os setores. E, se alguém pode falar de imagem do Brasil na questão de sustentabilidade lá fora, é a ex-Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.

Eram essas as minhas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Perfeito, Senadora.

Só quero acrescentar, Senadora, que, desde o dia em que eu sentei nesta cadeira e também fiz questão de ser membro titular da Comissão de Meio Ambiente, eu disse que o nosso Governo tinha a intenção de juntar a produção, de juntar a agricultura com o meio ambiente, porque eles não são dissociados, são um só. Então, eu venho batalhando com esse discurso, e não está sendo fácil, por incrível que pareça. Então, era o que a senhora queria como Presidente da CNA e Ministra da Agricultura naquele momento. E eu estou bastante envolvida com essa questão.

Eu estive numa agenda ambientalista na Alemanha. Estivemos no Parlamento. Eu, o Arnaldo Jardim e o Paulo Ganime, do Partido Novo, estávamos falando a mesma língua. Porém, a oposição foi a maioria que foi para essa viagem e não tomou cuidado do pragmatismo e de se municiar de informações e de números – números muito bons que vieram dos outros governos, inclusive da sua gestão, muito bons.

E eu pedi para o Ministro Ricardo Salles, pedi para a Ministra Tereza Cristina e fui prontamente atendida. Eles me mandaram um compilado, em português, em inglês, e eu o mandei no grupo para todos os Parlamentares. Infelizmente, a oposição ficou no discurso ideológico e, em nenhum momento, falou o quanto é desmatado, o quanto é isso, não deu números, não deu nada. E, infelizmente, em muitos momentos, nós estivemos assim numa saia justa, porque não era verdade o que falavam. Então, o que nós temos que ter consciência é... E exatamente naquela data, naquela semana, saiu na mídia que um supermercado da Nova Zelândia não iria mais comprar do Brasil. Então, essa discussão está em voga.

Nesta semana, eu jantei na Embaixada alemã, mas essa comissão que estava na segunda-feira não é a comissão que libera o dinheiro do Fundo Amazônia. A comissão que libera o dinheiro do Fundo Amazônia, eu acho que chega na semana que vem, e é um outro evento. Então, é o momento de a gente trabalhar isso, discutir isso e também discutir estratégias de conseguir... No Amapá, em toda a Região Norte, o pessoal reclama que não consegue prosperar, não consegue ganhar dinheiro.

Então, nós só queremos entender; e entender também as questões econômicas que estão por trás disso, como a senhora bem falou. Então, é para discutir e é para ver com a Secretaria de Comunicação do Governo como é que nós vamos trabalhar isso. Conto com a sua colaboração.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, eu gostaria de me manifestar ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na verdade, existe um "xiitismo" ambientalista de algumas entidades. Muitas já amadureceram também. Eu tive enfrentamentos terríveis no exterior, no *Financial Times*, nas universidades europeias principalmente, nos Estados Unidos, enfrentando e, às vezes, até largando a palestra técnica que eu havia levado para enfrentá-los com argumentos e números seriíssimos. Isso parava as plateias e mudava todo o sentido, não pela minha fala, mas pelos números da minha fala, pelas estatísticas, porque isso é o que interessa lá fora.

O Fundo Amazônia só recuará – e vai recuar – se o desmatamento for ampliado, como está sendo ampliado. Nós vamos ficar sem esses recursos.

Agora, também confesso que a utilização do Fundo Amazônia, nesses anos, tanto no Governo da Presidente Dilma, como no do Presidente Lula, quando foi criado isso, desde Copenhague, na Dinamarca, quando nós assinamos a COP e os compromissos de redução das emissões... Naquela época, eu quase morri de susto e de medo de nós não darmos conta. Eu fui para a tribuna, fui contra e depois tive que dar a mão à palmatória, mesmo estando na presidência da CNA, porque foi criado o dinheiro para a recuperação de terras degradáveis, que é o... Como é o nome do recurso para terras degradáveis? ABC, agricultura de baixo carbono. Foram milhões e milhões de reais, e era tudo o que a gente queria. Então, a questão do compromisso trouxe para nós um *plus*. E aí, mesmo sendo oposição ferrenha, eu tive que reconhecer a utilidade e o quanto foi benéfico para nós tudo isso.

Acredito que ainda existam essas pessoas para falar determinadas coisas contra o Brasil, mas acho que um outro ponto importante e relevante que V. Exa., como Presidente da Comissão, poderia falar nessa reunião, inclusive – não sei se amanhã ou na próxima –, ou quando achar conveniente, era sobre a Apex. A Apex nunca teve uma função plena do que ela deveria fazer – confesso que mesmo no Governo da Presidente Dilma. A Apex é muito enfraquecida, poderia ser muito mais forte. As agências de comércio no mundo inteiro têm centenas de assessores, de pessoas, nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia. E nós temos meia dúzia de gente. A política da Apex era muito mais gente trabalhando no Brasil do que gente lá fora.

Então, agora na LDO, eu estou tentando colocar contratação, estou tentando fazer uma emenda única em que a gente pudesse aumentar os adidos agrícolas lá fora através do Ministério da Agricultura – o Itamaraty sempre é contra. Hoje já mudou muito o Itamaraty com relação aos adidos agrícolas. Eles os viam como uns competidores. Eu dobrei os adidos agrícolas em 2015, com um orçamento para eles, que têm que ter orçamento – e é no Ministério da Agricultura. Só que é o Ministério do Planejamento que autoriza. E, com o nosso dinheiro do Ministério da Agricultura, eu consegui dobrar os adidos agrícolas, mas são pouquíssimos ainda. Então, na minha emenda da LDO, estou tentando ver se consigo escrever uma emenda que caiba adido agrícola e gente para a Apex. Não é concursado, é gente contratada, inclusive local, para compor o exército internacional brasileiro para vender produtos. Vira um mercado persa lá fora: ninguém vai bater na sua porta, você que tem que bater e gritar, ainda mais no asiático, que, quando você passa na porta da loja, ele te puxa pelo cabelo para entrar. Eles têm esse hábito. Estou tentando fazer essa emenda na LDO para aumentar essas metas numa só, porque eu só posso apresentar três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A segunda coisa, Presidente, é que, no Fundo Amazônia, eu queria lhe propor... Eles já estão chegando aí a qualquer momento. A senhora falou que será na semana que vem, mas a notícia que eu soube lá da Câmara, da assessoria parlamentar, é que esses alemães vieram verificar o Fundo Amazônia.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Mas quem libera é a outra comissão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ótimo.

Eu imagino assim... Outro dia o Bolsonaro falou que iria aplicar o Fundo Amazônia em determinada coisa que não tinha nada a ver. A Ministra Izabella deu o sangue para conseguir usar esse dinheiro para os Estados fazerem o CAR, que é o raio-X das propriedades, que nos dará a imagem lá fora. O que vai nos dar a imagem é a vida real, são satélites, os olhos do céu. Então, ela conseguiu furar esse bloqueio e conseguiu tirar um pedaço do Fundo Amazônia para fazer uma coisa útil ao meio ambiente, embora parecesse, no início, que era para facilitar a vida de produtor. Não; ela foi muito inteligente e resolveu o problema dela do meio ambiente, que era essa radiografia.

Eu ouvi – não sei mais dizer o que foi, preferi esquecer – alguma sugestão dada para o uso do Fundo Amazônia que não me pareceu razoável. Então, eles estão chegando, e acho que nós deveríamos fazer uma reunião especial desta Comissão. Há muita gente preparada aqui. Nós poderíamos chamar o Itamaraty e apresentar uma proposta que não seria assim de desmanchar tudo, mas de reavaliação e de inclusão de novas propostas no Fundo Amazônia que, de fato, poderiam reduzir essa questão.

O Fundo Amazônia hoje está à disposição... Desculpe por eu me alongar só um pouquinho, mas é porque eles estão chegando e isso está me preocupando. O Fundo Amazônia está muito em função de projetos de ONGs, projetos que não têm conexão. Não estou diminuindo os projetos, mas são projetos localizados, não existe uma coisa sistêmica, organizada, planejada e integrada, que vá, de fato, dar o resultado esperado, manter as nossas chuvas no resto do País e fazer com que os amazônidas possam ganhar dinheiro com isso. Eles não podem ficar lá só olhando para o céu e rezando. Rezar ajuda, mas tem que haver mais coisa.

Então, eu penso... Uma ideia que eu não consegui inovar... Não havia nenhuma discussão, eles estavam felizes do jeito como estava o Fundo Amazônia. Então, sempre é importante, nos momentos de crise, a gente tentar inovar. Qual foi a constatação, para um governo de esquerda principalmente, do responsável pela maioria do desmatamento na Amazônia? Os pequenos agricultores. Isso foi um golpe muito forte, especialmente num governo de esquerda, mas foi uma realidade. E isso não é para ser...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – A reforma agrária.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não é reforma agrária, são os pequenos agricultores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Mas até aqueles que receberam, pela reforma agrária...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não interessa. São os pequenos produtores, porque a lógica é uma só, independentemente se eu ganhei uma pequena propriedade do meu pai, se eu comprei ou se eu ganhei da reforma agrária. Não interessa, o que interessa é o princípio.

O que acontece? Se eu tenho dez hectares, eu não tenho dinheiro, porque não tenho crédito, porque não tenho o documento da terra também. Então, eu conto com o adubo e a força da terra para produzir o meu arroz com feijão, a minha roça. Só que a força da terra sozinha dura três anos. O que faz o pequeno produtor que não tem dinheiro? Ele desmata mais um hectare para pegar a força da mãe natureza para alimentar a sua família. E, se nós déssemos a ele condição de continuar produzindo naquele lugar já desmatado, ele não precisaria abrir mais, porque dá trabalho e é horrível, o trabalho é hercúleo, com as mãos, com o machado.

Então, o que eu imaginei no Fundo Amazônia? Que, se a gente pudesse fortalecer os pequenos agricultores nas áreas já desmatadas, com fornecimento de insumos e tratores, através do Fundo Amazônia, de forma consorciada, de forma cooperativa – vão aparecer mil projetos –, eu acho que esse seria um pragmatismo em que nós resolveríamos o problema social da fome; a manutenção da sua residência no campo, porque nas cidades nós sabemos como está a situação para pessoas que não têm qualificação; nós resolveríamos um problema ambiental; nós juntaríamos o que esses produtores poderiam fornecer para as Prefeituras na merenda escolar, um alimento muito saudável, até mesmo optando por produtos orgânicos, que valem muito mais. Eu já disse que não tenho problema nenhum com produto com agroquímico. Eu como lá em casa, criei meus filhos todos comendo produtos, porque eu confio no produto brasileiro e na aplicação dos agroquímicos,

Então, eu acho que essa é uma ideia, que não é a verdadeira, mas é uma ideia, é um exemplo. E eu acho que a gente poderia se sentar e pensar numa nova discussão, na chegada deles, para a gente conter esse desmatamento.

Agora, conter esse desmatamento... Quando o Presidente combate essa preservação na Amazônia, comparando com o desmatamento total deles, isso dá uma autorização em tese para quem ainda tem três anos e meio de mandato: "Desmata, que será perdoado!". Dá essa impressão, sim. Dá essa impressão. E esse aumento de 60% não nasceu do nada, não; nasceu de uma ordem implícita – nasceu de uma ordem implícita. Aí, sim, nós vamos perder mercado, e o Fundo Amazônia não vai ser nem uma titica perto do que nós vamos perder.

Então, eu acho que a gente poderia discutir isso, inclusive com o Alceu, Presidente da Frente Parlamentar. Nós precisamos não evoluir nesse encantamento, nessa bronca de 15, 20 anos atrás, que não cabe mais na nossa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu estou à disposição para ajudar neste sentido: pragmatismo, realidade, conter os projetos picados, sistematizar tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – E vamos nos unir para prosperar; prosperar e acabar com essas celeumas. Eu gostei bastante da ideia do Fundo Amazônia, Senadora. E aí eu vou entrar em contato lá com a Embaixada alemã, porque é agora, sim, é para ontem.

Lido o requerimento, essa matéria retornará à pauta para votação.

Requerimento da CRA.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater o uso da técnica do fraturamento hidráulico para exploração do gás de xisto, o *fracking*, e seus impactos ao solo, ao clima, à saúde, às economias locais e às águas subterrâneas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Juliano Bueno de Araujo, Fundador e Coordenador Nacional da Coesus (Coalizão Não Fracking Brasil, pelo Clima, Água e Vida); Nicole Figueiredo de Oliveira, Especialista nas áreas de Mudanças Climáticas, Direito e Sustentabilidade Internacional; Luciano Henning, geógrafo; Luis Roberto Gomes, Procurador da República; Rubens Harry Born, Consultor da Forest Trend.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Lido o requerimento, a matéria retornara à pauta para votação. (*Pausa.*)

Finalizando...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu queria incluir um item extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual é o tema? A senhora já passou o requerimento?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Já entregou a cópia? É porque é extrapauta, então eu prefiro...

É sobre o acordo entre Mercosul e União Europeia. É conjunta. Eu já o aprovei na CAE. Por isso que eu estou preocupada: é para a próxima terça, está aprovado, mas eu queria que fosse conjunta, porque eu acho que a Comissão de Agricultura é muito importante participar, no horário nobre da CAE, no seu horário, dessa audiência pública sobre Mercosul e União Europeia, dia 16/6, terça-feira, às 10h.

Eu faço a leitura, e já podemos aprová-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu achei importante... Eu não tenho vindo aqui, porque abuso de poder, todos aqueles projetos, decretos de fato estavam nos absorvendo muito ali na CAE e na CCJ.

A Senadora Eliziane aprovou um requerimento ontem para fazer o debate no Plenário – eu não sei se vai dar tempo de fazer antes, porque aí seria um debate amplo, que eu acho super louvável, de muitos ministros e muita gente no Plenário do Senado –, mas nós já temos um aprovado, para a semana que vem, do Tasso Jereissati, que é o Secretário do Ministério da Economia, o que comandou tudo. Então, o Tasso nos pediu que não incluísse ninguém, que o deixasse primeiro falar tudo.

E, no dia 16, eu fiz questão e pedi à CAE que aprovasse, em conjunto com a Comissão de Agricultura, nós termos um debate mais voltado a nossa área, para a gente entender e esmiuçar tudo isso com cada setor. Então, era esse que eu queria aprovar aqui no dia de hoje.

Eu vou trocar alguns nomes aqui, porque, como já vai haver, não há necessidade.

Eu imaginei... Posso ler?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – Pode ler.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu imaginei nós convidarmos: a Ministra Tereza Cristina para esse debate, para dar o lado do Ministério da Agricultura, porque, com certeza, ela estava totalmente participando, como sempre foi Agricultura, Indústria e Comércio; eu queria convidar o Presidente da Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes), Antonio Jorge Camardelli, Presidente dos exportadores de carne bovina; queria convidar o Presidente da Associação Brasileira de Proteína de aves e suínos, que é o ex-Ministro Turra; e pensei em convidar a OCB, para vir falar do leite aqui nessa discussão, colocar o seu lado.

Então, eu imaginei esses setores como os mais beneficiados e também possivelmente atendidos.

Quem sabe, a gente poderia colocar aqui o café, a CNC (Confederação Nacional do Café) e a Associação dos Produtores de Vinho, que é um dos pontos mais problemáticos do acordo. Embora nós tenhamos uma produção muito pequena, nós temos que arrumar uma subvenção para eles. O vinho é maravilhoso, eu prestigio muito o vinho do Rio Grande do Sul, é de excelente qualidade, mas ele, sozinho, não pode bloquear o acordo Mercosul-União Europeia. Nós temos que ajudá-los, através de subvenção econômica, de qualquer forma, para que eles sobreviviam, porque nós queremos desenvolver esse setor vinícola no Brasil.

Então, seriam estas entidades: a Ministra; carne bovina, proteína animal bovina; proteína animal suína e aves; leite; café; e vinho. Cada um falaria nos seus dez minutos para colocar as suas preocupações.

Então, esses são os nossos convidados, se a senhora concordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Lido o requerimento...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu vou passar a limpo, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, eu queria pedir a V. Exa. para formalizar e entregar na Secretaria.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Vou entregar agora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Por último, esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa.

Ofício nº 194, de 2019, da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em resposta à solicitação desta Comissão, em 29 de maio de 2019, referente aos dados do Censo Agropecuário 2017.

Conforme nota explicativa anexa, o instituto informa que, em 25 de julho de 2017, foram divulgados os dados preliminares da referida operação censitária. Os dados definitivos estão em fase final de apuração e tabulação e serão divulgados, no final de outubro deste ano, no sítio eletrônico do IBGE.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet pelo período de 15 dias.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos. Agradeço, porque nós aprovamos cinco... Limpamos a pauta. Parabéns aos Senadores desta Comissão...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Parabéns à Presidenta da Comissão, nossa Presidente Soraya!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – A todos nós – todos nós!

Então, parabéns, e vamos dar agilidade, graças a Deus, a tudo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Mailza Gomes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Oriovisto Guimarães, Weverton, Jean Paul Prates e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença de Alaerson Maia – Diretor do Parque Científico-Tecnológico (TecnoIF) de Rio Verde; Alessandro Martins - Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional de Catalão e Jataí; Altamiro Mendes Ferreira – Secretário Executivo do Conselho Estadual de Geologia, Mineração e Recursos Minerais; Anastácios Apóstolos Dágios – Presidente do Comitê da Indústria de Defesa e Segurança de Goiás (Comdefesa); André Rafael – Coordenador do Rota da TIC do Ministério de Desenvolvimento Regional; Carlos Eduardo Pereira - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii); Carlos Mendes – Reitor da Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica); Celso Camilo - Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia de Goiânia-GO (Sedetec); Cláudio Lopes Maia - Vice-Diretor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional de Catalão; Adriano Baldy - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo de Anápolis-GO; Cláudio Stacheira - Assessor da reitoria da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Cleomar Rocha – Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Aparecida de Goiânia; Coronel Cícero Ceccato – Comitê da Indústria de Defesa e Segurança de Goiás (Comdefesa); Cristiane Pereira - Parque Tecnológico Alphaville - Cidade Ocidental; Deputado Estadual Delegado Humberto Teófilo (PSL) – Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego); Edward Madureira Brasil - Reitor da Universidade Federal de Goiás; Fábio Stalliviere – Assessor da Diretoria da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii); Vereador Gustavo Cruvinel (PV) – Câmara Municipal de Goiânia e Presidente da Frente Parlamentar Municipal dos Parques Tecnológicos; Haroldo Naves – Presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM); Ivano Alessandro - Reitor da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Jerônimo Rodrigues da Silva – Reitor do Instituto Federal de Goiás (IFG); Vicente Pereira de Almeida – Reitor do Instituto Federal Goiano; Carlos Alberto Andrade Oliveira - Prefeito do município de Goianira, estado de Goiás; Deputado Glaustin Fokus (PSC/GO). Passa-se à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 16, de 2019-CCT, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, com a finalidade de discutir o desenvolvimento regional por intermédio dos Parques Tecnológicos (PqTecs), com a participação do Sr. Rodrigo Romão do Nascimento - Diretor Adjunto do Parque Tecnológico Metrópole Digital, representante de Anderson Paiva Cruz - Diretor do Parque Tecnológico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Metrópole Digital; Sra. Sheila Oliveira Pires - Superintendente Executiva da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), representante de José Alberto Sampaio Aranha - Presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); Sr. Elso Alberti Júnior - Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Parque Tecnológico de São José dos Campos; Sr. Jorge Luis Nícolas Audy - Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Sr. Eduardo Gurgel do Amaral - Diretor do Parque Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os Senadores Vanderlan Cardoso, Presidente da CCT, Wellington Fagundes, Flávio Arns, Styvenson Valentim, a Senadora Mailza Gomes; o Sr. Adriano da Rocha Lima – Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Governo do Estado de Goiás; e o Vereador Gustavo Cruvinel (PV) - Presidente da Frente Parlamentar Municipal dos Parques Tecnológicos fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência dos Senadores Paulo Rocha e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Weverton, Arolde de Oliveira e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 25, de 2019-CCT, de autoria do Senador Izalci Lucas, com a finalidade de tratar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências, com a participação do Sr. Marcelo Marcos Morales - Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Sr. André Luiz Felisberto França - Secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Sra. Priscila Lelis Cagni - Coordenadora-Geral de Programas Estratégicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Sr. Sérgio Gago Guida - Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Comando da Marinha do Brasil; Sr. Denizar Vianna Araújo - Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (MS); Sr. Lelo Coimbra - Secretário Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania (MC). Os Senadores Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Paulo Rocha fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Paulo Rocha, Angelo Coronel e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Weverton, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da décima sétima reunião, que é aprovada. A presente reunião se destina à apreciação das Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências", para apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A Presidência informa que foram apresentadas perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 46 sugestões de emendas de Inclusão de Meta e 37 sugestões de emendas ao Texto da Lei, totalizando 83 sugestões de emendas. O Senhor Presidente coloca em discussão e votação o relatório do Senador Paulo Rocha, que é aprovado pela Comissão. São as seguintes, as Emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovadas: **Emenda nº 1-DE META:** Ação 123B: Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) - Acréscimo de meta: 1; **Emenda nº 2-DE META:** Ação 20V6: Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo - Acréscimo de meta: 100; **Emenda nº 3-AO TEXTO:** Emenda Aditiva – Inciso I Item 63; **Emenda nº 4- AO TEXTO:** Emenda Aditiva - Artigo 54; **Emenda nº 5- AO TEXTO:** Emenda Aditiva - Inciso I Item 63; **Emenda nº 6- AO TEXTO:** Emenda Aditiva – Artigo 12 Parágrafo 1 Inciso II. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2019.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião se destina à apreciação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

Informo que as Sras. e os Srs. Senadores ofereceram 83 emendas, sendo 37 emendas ao texto da lei e 46 emendas de inclusão de metas.

Com a palavra o Relator Paulo Rocha para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos e a todas! Quero saudar os nossos convidados, a assistência, os nossos assessores, a imprensa e os Senadores e as Senadoras.

Primeiro agradeço a deferência do Presidente em me transformar em Relator desta importante tarefa legislativa que o Congresso Nacional tem na construção do Orçamento, principalmente no momento que o nosso País vive, quando precisamos dar as soluções, especialmente para o seu desenvolvimento. É isto que vai resolver todos os problemas do nosso País: dar solução para a economia, gerar emprego, desenvolvimento, distribuição de renda, alavancar as nossas Regiões. Essa é a nossa riqueza. Acho que essa é uma tarefa muito importante do Congresso Nacional.

Todo mundo sabe aqui, principalmente os nossos assessores... Há o companheiro da Consultoria... Há algumas regras, naturalmente, que são regimentais, constitucionais, da legislação, e as Comissões cumprem essas regras. E cabe às Comissões indicar duas emendas. Aqui ainda não estamos discutindo o Orçamento; estamos discutindo a LDO. Portanto, como se diz no jargão mais popular dos trabalhos, trata-se de abrir janelas para assegurar o processo de Orçamento. O Congresso Nacional tem condições de mexer no Orçamento, de modificar o Orçamento que vem do Governo Federal.

Para vocês terem uma ideia, a nossa presença nesta Comissão é importante, é fundamental, porque todo mundo sabe o papel que têm a ciência, a tecnologia, a inovação, a comunicação e a informática no desenvolvimento de um país como o nosso. Tanto é essa a diligência, que os nobres pares apresentaram 83 propostas de emenda, e é uma tarefa muito difícil para o Relator selecionar só duas. Passarei aqui... Naturalmente, busco, com a minha experiência de 24 anos no Parlamento, atender ao conjunto das iniciativas.

Dentre as 83 propostas de emendas, não obstante reconheçamos o inegável mérito de todas elas, há emendas que não dizem respeito às competências regimentais desta Comissão, razão pela qual manifestamo-nos pela inadmissão, nos termos do art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN. Enquadram-se nesse caso as Emendas 20, 25, 26, 27, 42, 51, 74, 75 e 77.

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, em função da limitação imposta pelo parecer preliminar e de acordo com o apoiamento demonstrado, optamos por selecionar as seguintes:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

• Propostas de Emenda 2, 4, 18, 56 e 67 – Ação 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo – Meta: 100, apresentadas pelos Senadores Luiz do Carmo, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli e Paulo Rocha, na forma da Proposta de Emenda 2.

Qual o meu objetivo com isso, Senador Eduardo? Várias iniciativas dos Parlamentares indicavam para pesquisas direcionadas especificamente, Embrapa, etc. Enfim, eu busquei uma emenda programática que pudesse cobrir o conjunto da área de pesquisa. Na hora de indicar a emenda para o orçamento concreto, isso estará aberto, digamos assim, para quem quiser mandar recurso para a Embrapa ou para o setor de inovação e tecnologia. Enfim, essas emendas vieram exatamente para atender a isso, indicadas que foram pelos companheiros cujos nomes aqui já li.

Então, a Proposta 1, Presidente, para ficar claro.

Proposta das Emenda nºs 2, 4, 18, 56 e 67, que tratam da Ação 20V6, que é "Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo", que se chama Meta 100, apresentadas pelos Senadores Luiz do Carmo, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli e Paulo Rocha, na forma da proposta da Emenda 2.

Proposta... A segunda proposta:

Proposta de Emendas 80, 81 e 83, que são da Ação 123B, que é "Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas". O projeto é na Marinha... Aliás, na Aeronáutica, que trata de resolver o problema da logística das cargas, em nível de Brasil todo.

Com o tamanho do nosso País, todo mundo sabe que a gente sofre de logística, e a logística acabou sendo priorizada através das estradas. E agora, em que se está avançando mais ainda na questão das hidrovias e da ferrovia... Mas, aqui, a Aeronáutica está desenvolvendo um projeto que resolve o problema das cargas também via aérea, e o projeto chama-se KC-X, que está incluído na Meta 1, apresentada pelos Senadores Kátia Abreu, Izalci Lucas e Oriovisto Guimarães, na forma da Proposta de Emenda 80.

Então, as duas propostas indicadas para a LDO pela nossa Comissão seriam essas duas.

Repito: a primeira cobre toda a área de pesquisa e desenvolvimento, principalmente indicada para o processo produtivo do País, e a segunda seria essa, do desenvolvimento a partir da Aeronáutica, que se chama Projeto KC-X.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, recomendamos o seu não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de duas emendas por comissão permanente para o Anexo VIII, regulado sob o item 2.2.2, "b", do Parecer Preliminar da CMO.

No que diz respeito às emendas de texto, aquelas de nºs 7, 17, 22, 24, 29, 36, 49, 53, 58, 60, 62, 69 e 79, possuem o mesmo objetivo e serão acolhidas como proposta de emenda da Comissão, na forma proposta pela Emenda de nº 7.

O mesmo ocorre com as propostas das Emendas nºs 8, 16, 21, 23, 28, 37, 45, 52 e 75, na forma da Emenda nº 8.

As demais emendas de texto que não forem inadmitidas ante a legislação pertinente também serão acolhidas como proposta da Comissão.

Presidente, é esse o meu voto:

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação das emendas nos seguintes termos:

I– Pelo não acolhimento, por inadmissibilidade das propostas de Emendas nºs 20, 25, 26, 27, 42, 51, 74, 75 e 77.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

II– Pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Texto nºs 7, 8, 35 e 47.

III– Pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades nºs 2 e 80.

IV– Pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões já expostas, das demais sugestões apresentadas pelos nobres colegas.

Ou seja, repetindo aqui, Senadora Daniella, Senador Luiz do Carmo e Senador Coronel, foram apresentadas 83 emendas, todas pertinentes e muito importantes. No entanto, nós temos que selecionar só duas emendas. Qual foi o meu objetivo, inclusive, a partir das emendas individuais de cada Senador e Senadora? Eu peguei uma que cobrisse todas as áreas de pesquisas, principalmente no que tange ao desenvolvimento no setor produtivo do nosso País. Essa é uma primeira emenda que foi de iniciativa dos Senadores Luiz do Carmo, Jean Paul, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli e Paulo Rocha.

Depois, peguei uma segunda emenda, que é a partir do desenvolvimento de um projeto de transporte desenvolvido pela nossa Aeronáutica, o Projeto KC-X, que também vai ao encontro do desenvolvimento do nosso País e da logística, principalmente do nosso País. Essas duas emendas, portanto, eu escolho, dentre todas as 83 que foram apresentadas.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sr. Relator, obrigado pela leitura do seu relatório,

Eu quero, já que o senhor citou esse projeto da Força Aérea Brasileira, registrar aqui, ainda em tempo, a presença do Coronel Jaime Martins, que está aqui conosco; também o Coronel Fernandes está conosco. O Coronel Casagrande nos apresentou um projeto – e eu achei muito interessante –, que foi defendido pelo senhor. Creio que a defesa aqui é de todos. É um projeto muito bonito, maravilhoso.

Também quero registrar a presença do meu suplente de Senador, que está aqui, Senador Jader; do ex-Deputado Euler; e de todos os Senadores que estão aqui presentes.

A matéria está em discussão. Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Paulo Rocha, que passa a constituir parecer da CCT.

As emendas da CCT aprovadas serão apresentadas perante a Comissão de Planos Orçamentários Públicos e Fiscalização (CMO).

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada do *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Solicito às Sras. e aos Srs. Senadores que permaneçam para darmos início à próxima reunião deliberativa.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Paulo Paim e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Weverton, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 60, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus repertórios." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para encaminhamento ao Plenário do Senado Federal com o objetivo de atender requerimento de tramitação conjunta do Senador Randolfe Rodrigues. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 221, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE PANAMÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panamá, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 117, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Formosense de Apoio à Cultura (ACFAC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 236, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM PRINCESA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 45, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lagarto, Estado de Sergipe." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 77, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos “Dona do Maracatu” para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Sergipe." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 247, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Brotas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miraíma, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 252, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel (*ad hoc*), em substituição ao Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 52, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a atualização periódica dos mapas dos sistemas de navegação para dispositivos de sistema de posicionamento global, GPS." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Aprovado o relatório pela rejeição do Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 10 - Projeto de Lei da Câmara n° 201, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com sete emendas apresentadas. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, para reexame. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 23, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, com o objetivo de debater o tema "Ciência para Educação"." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) e Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Aprovado o requerimento, com a inclusão da Sociedade Brasileira de Computação, sugerida pela Senadora Mailza Gomes. Observação: A Senadora Mailza Gomes faz uso da palavra. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 27, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a segurança cibernética." Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

Sras. e Srs. Senadores, os itens 1 a 8 são terminativos, exigindo votação nominal, que será realizada em conjunto após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

1ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 60, DE 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus repertórios.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- O Substitutivo aprovado será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A matéria será retirada de pauta para encaminhamento ao Plenário do Senado Federal com o objetivo de atender requerimento de tramitação conjunta do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senadora Daniella com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Sim, pela ordem, Sr. Presidente.

Apresento pedido de inversão de pauta para que a gente possa votar o Requerimento nº 23, Sr. Presidente. Trata-se do item 11 da pauta, um pedido de realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater o tema "Ciência para Educação".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Atendendo ao pedido da Senadora Daniella, vamos inverter.

Então, vamos para o item 11.

1ª PARTE
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 23, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, com o objetivo de debater o tema "Ciência para Educação".

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) e outros

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Daniella Ribeiro, e também a Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Daniella com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, a justificativa, pela importância do tema.

A educação, por ser vista como um conjunto de códigos e conhecimentos, e pela necessidade, Sr. Presidente, de debater em todos os níveis e modalidades, tanto formais como não formais, algo que constitui a maior riqueza e fonte de bem-estar de toda e qualquer sociedade humana e, por outro lado, por serem cada vez maiores e mais diversificadas as áreas de influência da ciência na vida humana e na organização e no funcionamento da sociedade, é que enxergamos a necessidade deste debate: como a ciência pode ajudar na educação? Por entendemos a importância, Senadora Mailza, de debatermos esse tema em conjunto, a Educação e a Ciência, é que pedimos conjuntamente, tanto eu como a Senadora Mara Gabrilli, que possamos realizar essa audiência conjunta.

Pedimos a nossos pares a aprovação dessa audiência pública em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Parabéns pela iniciativa, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, a Senadora Mailza gostaria de incluir, fazer a indicação de mais alguém.

Pode falar, Senadora.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia, Presidente, Senadores. É para incluir nessa audiência um representante da Sociedade Brasileira de Computação, porque eu acho interessante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Será incluído.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2.

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 221, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE PANAMÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panamá, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Luiz do Carmo
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Luiz do Carmo, para fazer a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Pediria ao Senador Paulo Rocha que fizesse a leitura, por favor, do relatório do item 2.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, trata-se de outorga para autorizar às chamadas associações comunitárias a implantação de rádio comunitária no interior do País.

Aqui já é de praxe o relatório, que cumpre as formalidades legais, e este é o caso, que atende todos os requisitos tanto regimentais quanto de legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse tipo de projeto, de outorga, inicia no Ministério de Comunicação, vai ao Executivo, ao Gabinete da Presidência, e mandam para a Câmara Federal. A Câmara Federal faz a sua análise, aprova ou não, depois vem para o Senado Federal, que, em última instância também faz a sua avaliação.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra-se disciplinado especificamente na Lei de nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo decreto de 3 de junho de 1998.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

As atas recebidas por meio do ofício de 25 de abril de 2019 trazem a composição atualizada da diretoria da entidade, informação relevante para possibilitar a instrução da matéria.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 221, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, voto pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Panamá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Panamá, Estado de Goiás – o Estado de Goiás é tão poderoso que transformou o Panamá em Município lá –, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Por fim, solicito que a Secretaria da Comissão providencie a juntada da documentação encaminhada a meu gabinete pela entidade outorgada aos autos da presente proposição, para seu adequado registro.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Goiás é famoso mesmo, tem até Nova Veneza.

Senador Luiz do Carmo, esse foi o item 2, que acabou de ler o Senador; e há o item 3 também. O senhor quer fazer um comentário sobre o item 2?

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Não, eu só quero agradecer ao Paulo por ter lido esse relatório.

Estas Comissões aqui são no mesmo horário, então é difícil... Os colegas vêm para dar quórum aqui, vão votar, chegam lá, sai um; é uma confusão danada! Mas devagarzinho vamos ajeitando aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, vamos ao item 3.

1ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 117, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Formosense de Apoio à Cultura (ACFAC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Luiz do Carmo
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Relator, Senador Luiz do Carmo, para fazer a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Presidente, já vamos direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 117, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 117, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Formosense de Apoio à Cultura (ACFAC) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Formosa, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As matérias do item 2 e do item 3, tendo como Relator o Senador Luiz do Carmo, estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Item 4.

1ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 236, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM PRINCESA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Rogério Carvalho, para fazer a leitura do seu relatório. Senador, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Senador Presidente Vanderlan Cardoso.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo um instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, e art. 223, da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto da técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 236, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Princesa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 5.

1ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Lagarto, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra, o Relator, Senador Rogério Carvalho, para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou pedir a dispensa da leitura de parte do relatório, porque ele se repete e está dentro da legalidade, dentro da técnica legislativa e dentro da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Concedida.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Então, vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 45, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para executar serviço de radiodifusão sonora com frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Lagarto, Estado de Sergipe, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Quero dizer que Lagarto é minha terra querida e eu fico muito feliz de nós termos uma rádio universitária educativa na nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Parabéns, Senador.

Vamos para o Item 6.

1ª PARTE
ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Sócio-Cultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu" para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Rogério Carvalho
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra, o Relator, Senador Rogério Carvalho, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Da mesma forma que no parecer anterior, tanto do ponto de vista da técnica legislativa, do seguimento das formalidades já apreciadas pela Câmara e do seguimento de todos os preceitos objetivos técnicos, avaliados e identificados como dentro da regra e da lei, eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 77, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Sociocultural Maria de Souza Campos "Dona do Maracatu"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Japaratuba, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E aqui eu queria convidar a todos para a guerra de cabacinhas que ocorre todos os anos na cidade de Japaratuba, que é uma das festas mais tradicionais do nosso folclore, do folclore sergipano e do folclore brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E, agora, Senador, isso está bem mais divulgado com as rádios, não é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As matérias dos itens 4, 5 e 6, tendo como Relator o Senador Rogério Carvalho, estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

1ª PARTE
ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 247, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Brotas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miraíma, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Styvenson Valentin, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Copiando o Senador Rogério, como essa renovação de concessão de rádio já está dentro dos preceitos legais da constitucionalidade, já posso partir para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 247, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Brotas para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Miraíma, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

1ª PARTE
ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados e outros
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Angelo Coronel
Relatório: pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Com a palavra o Senador Carlos Viana.
S. Exa. não está presente, mas designou o Senador Angelo Coronel como Relator *ad hoc*, para fazer a leitura do seu relatório.
Com a palavra V. Exa.
O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores.
Peço vênia para ir direto à análise do referido projeto.
Cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Irei direto ao voto, Sr. Presidente.
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 252, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Paraíso de Radiodifusão (ACCPR) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.
Esse é o voto, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.
A matéria está em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, para encaminhamento dos nossos trabalhos, como as matérias dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 são correlatas e tratam de outorga de rádio comunitária, eu proponho que a gente as coloque em votação em bloco, logo após o término de três itens não terminativos, que, portanto, não requerem quórum qualificado, que seriam os itens 9, 10 e 12. Nós os aprovamos com o quórum que temos. Depois, abriríamos a votação em bloco das concessões das rádios comunitárias, para que pudéssemos dar oportunidade para os Parlamentares que estão em outras comissões de virem votar, uma vez que há consenso em torno da outorga de rádios comunitárias.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Está acatada a sugestão, Senador Paulo.
Aliás, desde a primeira reunião desta Comissão, por orientação do senhor, nós já temos praticado essa modalidade de votação.
Em votação os projetos constantes dos itens 2 a 8, nos termos dos relatórios apresentados.
O painel eletrônico será preparado para a votação.
Quem vota com os Relatores vota "sim".
Os Senadores já podem votar.
Lembro que são nove votos.
Os Senadores estão presentes aqui. Como é de praxe, vamos buscá-los em outras comissões, até dar o número.
O painel já está aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu quero registrar aqui a presença da minha Líder, Senadora Daniella.

É um prazer enorme ter a senhora aqui na nossa Comissão, bem como a Senadora Mailza, o Senador Styvenson, o Senador Marcos Rogério. É um prazer ter o senhor aqui!

Meu suplente está aqui presente, o Senador Angelo Coronel, um amigo e companheiro. É um prazer enorme tê-lo aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o Senador Rogério Carvalho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Presidente Vanderlan trata bem esse seu suplente. O suplente dele está todo tempo aqui. (*Risos.*) (*Pausa.*)

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A votação será encerrada.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A Comissão aprova por 8 votos os projetos constantes dos itens 2 a 8, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

1ª PARTE
ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a atualização periódica dos mapas dos sistemas de navegação para dispositivos de sistema de posicionamento global, GPS.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Paulo Feijó (PL/)
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: pela rejeição do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, o Senador Styvenson Valentim, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Senador.

A autoria é do Deputado Paulo Feijó.

A proposição busca regulamentar os sistemas de navegação para dispositivos que usam o Sistema de Posicionamento Global, Global Positioning System (GPS), exigindo a atualização periódica de seus mapas.

O projeto tem seis artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º delimita a aplicação da lei, caso aprovada, à atualização dos mapas em dispositivos que usam o Sistema de Posicionamento Global.

O art. 2º determina que os mapas de tais dispositivos sejam atualizados com periodicidade mínima de dois anos. Exige ainda que, em caso do encerramento da oferta comercial do produto, a atualização seja mantida pelo prazo mínimo de cinco anos.

O art. 3º dispõe que os dispositivos comercializados no Brasil devam apresentar, de forma clara e ostensiva, informações sobre a data da última atualização dos mapas instalados.

O art. 4º institui que a atualização dos mapas seja oferecida a todos os usuários, inclusive por meio da internet, sempre que uma nova versão for lançada.

O art. 5º define em R$10.000,00 (dez mil reais) a multa aos infratores, sendo cobrada em dobro em caso de reincidência.

Por fim, o art. 6º estabelece a vigência imediata da lei resultante da proposição.

Vou ler aqui uma parte da análise, Senadores, de que trata esse projeto de lei, para que se possa entender o voto. Eu não posso passar direto para o voto, porque é interessante que eu leia e possa esclarecer esse projeto do Deputado Paulo Feijó.

Quanto aos requisitos constitucionais, a proposição atende ao disciplinamento formal relativo à competência legislativa da União, nos termos dos arts. 24, V, da Constituição, cabendo ao Congresso Nacional manifestar-se sobre ela. Constata-se que o referido projeto não contraria os preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Não obstante ser louvável a iniciativa deste projeto, em que pesem os argumentos favoráveis à proposição, entendemos que, no mérito, não deve prosperar.

O projeto trata de matéria que contém elevada carga tecnológica. Como tal, a rápida evolução do setor acabou por esvaziar os objetivos pretendidos pelo autor. Hoje, passados sete anos da apresentação da proposição na Câmara, a realidade é muito diferente.

É bom lembrar aqui que faz sete anos que esse projeto está tramitando. Quero dizer, Senadora Mailza, que a tecnologia já evoluiu em sete anos. No momento da atualização, ele pensou, de forma correta, de forma adequada, no caso de a tecnologia ficar estagnada.

Em 2012, os dispositivos para navegação por GPS...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Senador Styvenson, de quando é essa...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É de 2012?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Isso!

Em 2012, os dispositivos para navegação por GPS eram extremamente populares, e seu custo de aquisição ainda era considerável, quer dizer, ainda não era tão disponível. Eu lembro que quem tivesse GPS dentro do carro era bem bacana. Lembra, Senador Vanderlan? Atualmente, foram largamente substituídos por aplicativos que podem ser instalados em *smartphones* e *tablets*, facilmente adquiridos pela internet, alguns com planos pagos e outros com opções gratuitas.

Essas inovações tecnológicas ampliaram extraordinariamente as escolhas possíveis para os consumidores, ao mesmo tempo em que cortaram drasticamente o preço dos serviços. Os consumidores podem, hoje, experimentar os serviços que quiserem, com custos baixos, escolhendo aquele que melhor se adequar às suas necessidades.

Convém ressaltar que o Brasil, um País com dimensões continentais, possui mais de cinco mil Municípios em sua organização administrativa. Apesar disso, mesmo nos conjuntos de mapas mais completos, a maior parte dos Municípios não possui cartas rodoviárias detalhadas para navegação. Dessa forma, não se mostra razoável exigir dos fornecedores de sistemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

navegação uma atualização a cada dois anos. Imagina como isso seria feito na Amazônia, já que é para navegação também. Não são só estradas, vias. Há rios também, tudo isso.

Vale frisar que, entre os Municípios de menor porte, a periodicidade proposta para a atualização dos mapas pode ser exagerada, pois a construção de ruas e avenidas e as mudanças de vias são menos frequentes. Assim, é possível que o projeto resulte em custos desnecessários para as empresas, que os repassarão aos consumidores.

Ademais, a atualização obrigatória dos mapas acabará por gerar mais custos para os fornecedores de produtos e serviços de navegação. Esse ônus adicional pode afastar a oferta de novas opções de serviço aos consumidores, especialmente as gratuitas e as de baixo custo, que deixariam de ser viáveis do ponto de vista econômico e financeiro.

Antes de chegar ao voto, Senador Vanderlan, eu só preciso dizer que, quando o então Deputado Paulo Feijó – não sei se ele ainda está na ativa como Deputado – fez o projeto, em 2012, na Casa de origem, ele poderia até ser meritório naquela situação, pois o GPS, realmente, era um produto que ainda estava pouco acessível e pouco evoluído em termos de localização. Mas, hoje, como eu já disse, é um produto bem acessível, atualizado a todo momento e utilizado por vários outros órgãos, até mesmo por aplicativos de prestação de serviços de localização.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição, mesmo o projeto tendo boa técnica jurídica e respeitando a constitucionalidade legislativa. Acho que a forma de atualização já não se aplica mais à atualidade, Senador Vanderlan. A própria tecnologia já se adequou, não precisou de lei para que se adequasse. Então, não precisou cobrar multa para que ela realmente efetivasse o que as pessoas hoje procuram. O próprio comércio, a própria busca pelo produto fez com que eles evoluíssem, melhorassem e se aperfeiçoassem, diminuindo cada vez mais esse erro de localização. Hoje é quase preciso acertar um ponto.

Rejeito o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Agradeço aqui também a presença do Senador Dário Berger.

É uma honra ter o senhor aqui, Senador!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Styvenson Valentim, que passa a constituir o parecer da CCT pela rejeição do projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Quanto ao item 10, há um pedido de retirada de pauta pelo Relator, o Senador Luiz do Carmo, para reexame da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE
ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado João Colaço (PSDB/)
Relatoria: Senador Luiz do Carmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com sete emendas apresentadas.
Observações:
A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.)
O item 11 já votamos.
Passamos ao item 12.

1ª PARTE
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA N° 27, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a segurança cibernética.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros.
Com a palavra o Senador Paulo Rocha.
O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse projeto de lei vem da Câmara e tomou o nº 2.001, de 2015, do Deputado João Colaço, que altera o art. 10 da Lei 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (*Pausa.*)
Eu já estava lendo como Relator *ad hoc*, Presidente. (*Pausa.*)
Na verdade, é o item 12, que trata de um requerimento, de pedido de audiência pública, com o objetivo de discutir segurança cibernética. É de iniciativa do meu colega de Partido Senador Jean Paul Prates. E, por concordar, subscrevo o requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a segurança cibernética".
Nós propomos alguns convidados, cinco convidados, e estamos abertos a sugestões de outros colegas que possam indicar especialistas no assunto.
Trata-se de convidar o Sr. Antônio Carlos de Oliveira Freitas, Diretor do Departamento de Segurança da Informação do GSI; o Sr. Vitor Elisio Menezes, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Sr. Vinícius Caram, Superintendente de Outorga da Anatel; o Sr. Carlos Lauria, Diretor de Relações Institucionais da Huawei no Brasil; e o Sr. Sérgio Paulo Galindo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom).
Estes são os termos do requerimento, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.
Em votação o requerimento.
As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, no dia 10 de julho, ou seja, na próxima semana, será realizada audiência pública com a finalidade de discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura, em cumprimento ao Requerimento nº 8, de 2019-CCT, de autoria do Senador Chico Rodrigues.
Quero agradecer aqui a toda a equipe, na pessoa do Leomar, a toda a nossa equipe, a todos aqueles que participaram desta reunião da CCT, mais uma reunião com a participação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muitos Senadores e Senadoras. Quero agradecer a presença de todos vocês, que sempre estão aqui nos acompanhando.

Eu quero dizer ao Senador Flávio Arns e ao Senador Styvenson, autores do requerimento para a audiência pública realizada na semana próxima passada, sobre criptomoedas, que ela foi um sucesso. Quero parabenizá-los mais uma vez pela iniciativa. Até hoje, os comentários são grandes, e muitas pessoas estão nos contactando, dizendo que foi muito esclarecedora aquela audiência pública.

Então, é sempre importante a participação de todos os Senadores nos requerimentos. O Senador Paulo Rocha acabou de ler aqui um requerimento com pedido de audiência pública. Estamos comunicando aqui a audiência pública.

A nossa Ministra da Agricultura vai estar aqui. Se não me engano... Estou sem os nomes das pessoas que foram aprovadas nesse requerimento, mas acredito que a Embrapa também estará presente. Isso é muito importante para nós – tenho ido bastante à Embrapa, onde há um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação –, para sabermos o que o nosso País tem nessa área.

Da mesma forma, quero falar sobre o que nos foi apresentado aqui em relação ao desenvolvimento desse avião, que quero mostrar aqui para vocês, para quem está nos vendo. Isso é motivo de orgulho para nós.

Senador, isto aqui já foi apresentado.

Agradeço ao pessoal da Força Aérea Brasileira que esteve presente aqui conosco.

Nada mais havendo a tratar, declaro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não. Quanto ao item 10, houve um pedido de retirada de pauta pelo Senador Luiz do Carmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia dez de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência dos Senadores Vanderlan Cardoso e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Marcelo Castro, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Eliziane Gama e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Alessandro Vieira e Weverton. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Aviso nº 259/2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.237/2019, proferido nos autos do Processo TC 017.220/2018-1, que trata de auditoria para identificar atores, políticas, iniciativas e arranjos institucionais relativos à inovação, bem como fatores que podem estar contribuindo para o baixo posicionamento do Brasil nos *rankings* sobre o tema, relatado pela Ministra Ana Arraes. O expediente lido será disponibilizado na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Registra-se a presença de Izabella Ribeiro – Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Raulison Alves Resende - Gerente de Inovação e Difusão Tecnológica de Goiás, Antônio Santiago – Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ricardo Elesbão – Chefe Adjunto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da Embrapa Agroindústria Tropical, Pedro Palatnik – Gerente Bayer, João Flávio Veloso – Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Cleber Oliveira Soares – Diretor Executivo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Murilo Flores – Pesquisador e Ex-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), João Neto – Coordenador-Geral de Inovação do Estado de Goiás, Antônio Carlos de Souza Lima Neto – Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás, Pedro Leonardo de Paula – Presidente da EMATER (Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária), Felipe de Assis Cardoso – Supervisor de Relações Governamentais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Arthur Camata – Assessor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Sylton Lima – Assessor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Garibaldi Alves Rodrigues – Assessor do Deputado Estadual Zé Carapô (DC) da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, Vinícius da Silva Oliveira – Rio Verde (GO), Gustavo Mendanha – Prefeito do Município de Aparecida de Goiânia (GO), Einstein

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Paniago – Secretário de Projetos e Captação de Recursos do Município de Aparecida de Goiânia (GO), Valéria Pettersen – Secretária de Educação e Cultura do Município de Aparecida de Goiânia (GO). Antes do início da audiência pública, o Plenário aprova a inclusão de Paulo Alvim - Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações como expositor, atendendo solicitação do Senador Chico Rodrigues. Passa-se à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 8, de 2019-CCT, de autoria Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), subscrito pelo Senador Paulo Rocha (PT/PA), com a finalidade de discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura, com a participação de Fernando Camargo - Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), representante de Tereza Cristina - Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Paulo Alvim - Secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Os Senadores Paulo Rocha, Izalci Lucas, Renilde Bulhões, Chico Rodrigues, Vanderlan Cardoso e Styvenson Valentim e o Sr. Antônio Carlos de Souza Lima Neto – Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Mecias de Jesus e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Esperidião Amin, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Irajá e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2019 - CSF, de autoria Senador Mecias de Jesus (PRB/RR) e outros. Finalidade: Audiência pública com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 22 de 2000, do Senador Antônio Carlos Magalhães, que "altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual" e, também, a Proposta de Emenda à Constituição nº 34 de 2019, do Deputado Federal Hélio Leite, que "altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica". Participantes: Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia; Eugênio Greggianin, Diretor de Coordenação de Normas Orçamentárias da Câmara dos Deputados; Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, Consultor de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. Daniel Couri, Analista da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal-IFI. Resultado: Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 5, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública para debater como a administração pública poderá utilizar-se da inteligência artificial em suas ações de políticas públicas, em especial, nas atividades desenvolvidas no Senado Federal." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/13

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 13 de junho de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação Ata da 4ª reunião, realizada em 24/04/2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Informo aos membros da Comissão que o Requerimento nº 3, de 2019, da Comissão Senado do Futuro, de autoria do Senador Styvenson Valentim, que visava incluir o nome de Pablo Farias na audiência pública objeto do Requerimento nº 2, de 2019, da Comissão Senado do Futuro, restou prejudicado devido à realização da audiência pública no dia 24/04/2019.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, do Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da Lei Orçamentária Anual e também a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2019, do Deputado Federal Hélio Leite, que altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800 612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para compor a Mesa o Sr. Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia; o Sr. Eugênio Greggianin, Diretor da Coordenação de Normas Orçamentárias e Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados; o Sr. Fernando Moutinho, Consultor de Orçamento do Senado Federal; e o Sr. Daniel Couri, Analista da Instituição Fiscal Independente (IFI) e Consultor de Orçamento do Senado federal.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em três minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclusive presidir a reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu até mereço presidir, porque o principal assunto colocado aqui foi encaminhado por mim. O que eu queria ponderar ao senhor e aos nossos convidados é que, quando eu propus, isso seria um estudo para o futuro, e agora é um estudo para ontem. Por quê? Porque a Câmara dos Deputados, que agiu corretamente e mereço o nosso aplauso, promoveu um fenômeno biológico que V. Exa. estudou na sua juventude, que é o da cissiparidade.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Cissiparidade. V. Exa. tem um linguajar e um vernáculo riquíssimo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse é biologicamente perfeito, ou seja: pegou uma proposta de emeda constitucional – vulgarmente seria fatiou –, art. 165, e mandou para nós, e o 166 pode ser promulgado, que é o que fala das emendas impositivas. O senhor estava lendo quando eu cheguei aqui exatamente o art. 1º da melhor proposta já formulada, a meu ver, que foi a de Antonio Carlos Magalhães: a lei orçamentaria anual é de execução obrigatória. Nem Styvenson é capaz de impedi-la...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Com toda a força...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... com toda a aparência de força!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Aparência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aparência!

Esse começo, essa cabeça do art. 1º e as exceções consagram o orçamento impositivo honesto, e pouco aperfeiçoamento pode ser feito, mas tem que ser feito. Não é possível que 19 anos depois não sejamos capazes de aperfeiçoar, até porque há uma porção de leis estruturantes.

Então, a minha ponderação é a seguinte: discutam, mas proponham um texto. Por quê? Porque urge. Se o Styvenson se encontrar com o leão, vai rugir. Alguém vai rugir, ou ele ou o leão. Quer dizer, é urgente. Nós podemos ter um bom texto se os senhores conseguirem, com o currículo de cada um, atualizar as exceções.

Eu destaco a primeira e a mais importante. O que ficou momentoso agora, com o contingenciamento, corte ou falha de comunicação do Governo, ou comunicação desastrada proposital? Se é o Congresso que aprova a principal lei anual, que é a lei orçamentária, que sempre foi feita – nós sabemos disso – com pouca atenção, pouca acuidade, só pode ser alterada – respeitando-se as circunstâncias que a gente vive na vida pessoal, na vida empresarial, enfim, há bons momentos, maus momentos – por lei. Só isso. Se é aprovada por lei, é alterada por lei. Mas foi a natureza que fez chover ou provocou estiagem? Lei. É a corresponsabilidade.

Só para concluir. Nós assistimos a uma aula de responsabilidade do Congresso brasileiro ao votarmos o PLN 4. Até a negociação, que frequentemente é confundida com negociata, foi republicana, e o resultado foi 450 votos a favor e 61 Senadores: unanimidade. Nós vamos nos habituar se nós tivermos a capacidade de difundir a responsabilidade. Este é o meu apelo aos senhores.

Repito: eu até mereceria presidir, mas a presidência está entregue em mãos e comando absolutamente qualificados e irrepreensivelmente merecedores de elogio.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Muitíssimo obrigado, Senador Esperidião Amin. A recíproca é verdadeira.

Com a palavra o Sr. Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Subsecretário de Estudos Orçamentários, Relações Institucionais e Tecnologia da Informação da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia.

O SR. MÁRCIO LUIZ DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom-dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente eu gostaria de agradecer o convite da Comissão Senado do Futuro para a gente poder estar aqui discutindo um pouquinho o orçamento impositivo. É uma matéria que para gente é bastante importante, tendo em vista que eu já estou nessa área há 15 anos, trabalho na Secretaria de Orçamento Federal já há algum tempo e labuto com a matéria há bastante tempo. Então é um assunto que me instiga bastante. Eu acho que a gente tem bastantes contribuições aqui para quem está na Mesa.

Eu queria agradecer a presença do Presidente da Comissão, Senador Rogério Carvalho, e também dar as boas-vindas e agradecer aos Senadores que estão presentes.

A minha intenção aqui é fazer uma análise em cima das duas PECs que são objeto desta audiência pública. De forma muito sucinta, eu tentei trazer nesse eslaide os principais, vamos colocar assim, recados, os principais comandos que a gente tem em ambas as PECs, em ambas as propostas.

A primeira delas, a do ex-Senador e ex-Presidente da Casa Antonio Carlos Magalhães, fala sobre a sessão legislativa do Congresso, que só poderá ser encerrada após a deliberação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Além disso, ele também trouxe que não pode haver nessa lei orçamentária a ocorrência de programação genérica e também a existência de receitas condicionadas – foi um item importante que ele trouxe nessa proposta de emenda à época.

Outra informação importante também é que essa PEC estabelecia que as despesas que ali estavam como novas programações só poderiam estar ali se fossem adequadamente contempladas com dotações daquelas que estão em andamento, que estão em execução, especificamente quanto a investimento público.

E, por último, ele torna obrigatória a execução de toda a programação constante na LOA. Tanto esse ponto torna obrigatório como o ponto da PEC 34 também torna obrigatório todo o orçamento. Então, eu vou falar um pouquinho desses dois pontos juntos no final desta apresentação.

No caso da PEC 34, ela traz para a gente um dispositivo, que já vem há algum tempo na LDO, há cerca de quatro anos, que é trazer a impositividade para as emendas de bancada estadual, nessa composição de, no primeiro ano, 0,8% da RCL; a partir desse segundo ano, 1% da RCL; e, no terceiro ano, conforme a variação do IPCA. Ela também inclui a impositividade para todo o orçamento, da mesma forma que a PEC 22 está trazendo essa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pretendo passar cada ponto desses de maneira bem objetiva e, enfim, a ideia é que a gente não explore todo o conteúdo, mas que fique naquelas proposições mais específicas, as principais dentro do que foi proposto.

Então, a sessão legislativa só poderá ser encerrada após a deliberação do Projeto de Lei Orçamentária Anual e, além disso, também se alteram os prazos constitucionais do ADCT. Ele traz que o Projeto de Lei Orçamentária Anual deve ser entregue até o dia 31 de maio e devolvido para o Poder Executivo até o dia 22 de dezembro; a LDO, entregue até o dia 20 de fevereiro e devolvida até o dia 30 de abril; e o PPA – são as três leis que a gente tem no orçamento –, entregue até o dia 30 de abril e devolvido até o dia 17 de julho.

Em uma análise bem apertada sobre essa proposição em si, eu entendo que, nos último 20 anos – a gente tem um histórico desses últimos 20 anos –, em apenas 5 deles a sanção do orçamento não ocorreu em dezembro daquele ano em que foi encaminhado o projeto de lei, ou em janeiro, que geralmente é o início do exercício financeiro e acaba-se tendo o orçamento já sancionado. O que a gente está colocando é que, apesar de ser diferente da justificativa da PEC, porque na época... E aí o Senador Esperidião Amin foi muito preciso quando falou que à época era uma realidade. Realmente, a realidade à época, antes dessa PEC de 2000, era de sucessivos orçamentos sendo aprovados em períodos muito posteriores ao início da execução do orçamento em si, do exercício financeiro. Isso era um problema à época, e à época se considerou que deveria haver uma coerência a mais com relação ao envio desse projeto de lei de volta, essa apreciação desse projeto de lei. Embora isso não aconteça muito neste momento, a gente ainda acha que é relevante essa orientação da PEC – embora exista esta consideração sendo feita de que a justificativa não mais cabe.

Com relação aos prazos de envio e apreciação, a gente tem uma preocupação de antecipar os períodos dessas leis, de antecipar bastante o período dessas leis, pois, quando a gente faz antecipação, a gente tem uma possibilidade de imprecisão muito grande nas projeções das receitas que estão lá; e, além disso, a insuficiência de tempo para sua elaboração também é importante.

Então, só para vocês terem uma ideia: nos países da OCDE a gente tem uma média... Os países atendem, inclusive, a recomendação da entidade de que, pelo menos – este é o mínimo –, o Parlamento precisa de três meses para a apreciação do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo. Isso é o mínimo. Então, a média dos países-membros agora, no relatório de 2019 deles, é cerca de 2,87 meses, ou seja, quase 3 meses de análise dessa proposta de orçamento.

A outra posição importante que está sendo trazida pela PEC é a ocorrência de programação genérica e a existência de receitas condicionadas. Quanto ao primeiro item é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante colocar que a gente fez esse levantamento nos últimos seis anos quanto à quantidade de ações orçamentárias que eu tenho dentro do projeto de lei orçamentária e da Lei Orçamentária Anual. São muitas programações orçamentárias, sem dúvida nenhuma, em bastante quantidade: a gente fala em cerca de 1,5 mil a 1,6 mil ações orçamentárias; então, há grande quantidade de ações orçamentárias. Mas, quando a gente verifica essa quantidade, a gente percebe que... A proposição da PEC 22 era com relação principalmente aos investimentos, aos projetos de investimentos que não tinham localização certa no nosso Território; e, quando a gente verifica como é que nós estamos hoje com o projeto, com as leis, com as últimas leis, a gente percebe que a quantidade de ações orçamentárias, tanto em nível de projetos ou em nível de atividades, está bem localizada. E não estou falando de valores, eu estou falando de quantidade; não estou falando de valor monetário, e sim de quantidade de ações. Então essa é uma informação importante, porque hoje já não há mais essa programação genérica no orçamento. Talvez isso já não deveria ser objeto dessa PEC, não é?

Com relação à sistemática adotada, de receitas condicionadas, o que também à época era um problema muito grande: nesses últimos 20 anos a gente percebeu que, cada vez mais, o orçamento precisa estar mais próximo da sua transparência e da coerência das informações que são encaminhadas para o Congresso Nacional. E você eventualmente ter lá a projeção de alguma receita que ainda não foi aprovada dentro do Congresso faz parte desse processo de transparência, inclusive da confiabilidade das estimativas que são colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria pedir um minutinho aqui ao nosso orador para eu transferir a Presidência para o nosso titular.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Bom-dia a todos, bom-dia ao Dr. Fernando, ao Dr. Daniel, ao Dr. Márcio, ao Dr. Eugênio, aos caros colegas Senadores.

Quero agradecer a atenção do nosso querido Senador Rogério Carvalho por ter assumido a Presidência aqui. Estava em uma reunião em nosso gabinete com o Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, e faço questão de registrar a presença do Procurador, Dr. Paulo Sérgio, do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, que veio a Brasília pedir à Procuradora-Geral da República uma intervenção federal na saúde pública do nosso Estado. Os senhores imaginam por quê, não é? Nós estamos lá com uma população, Senador Styvenson, de 20% a mais do que tem o Estado de Roraima. São pessoas vindas da Venezuela. Isso colapsou o nosso sistema de saúde. O Ministério Público de Contas, através do Dr. Paulo Sérgio, veio a Brasília para pedir socorro, juntamente conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas estou aqui, é um prazer grande a presença de vocês aqui. Quero agradecer já, antecipadamente, e quero agradecer mais uma vez. Esta Comissão tem o objetivo de ouvi-los, de aprender com vocês e, a partir daqui, desta conversa com vocês, tirar medidas importantes para o Congresso Nacional, para o Senado da República e para o Brasil.

Em que ponto nós estávamos, Dr. Rogério? Quem estava com a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O Dr. Márcio estava com a palavra. Por favor, o senhor pode continuar, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO LUIZ DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA – Obrigado, Senador Mecias.

Como eu estava dizendo, com relação às receitas comissionadas, nós temos já alguma sistemática adotada nas últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias com relação a isso. O que a gente percebe é que você traz mais confiabilidade às estimativas, traz mais transparência a isso. E outro ponto importante: elas são identificadas, inclusive há uma relação com a despesa, e a despesa também fica condicionada a isso. Então, o que a gente entende é que a receita condicionada é necessária porque traz confiabilidade e transparência às estimativas. Contudo, ela só é executada, ela só acontece – a execução da despesa referente àquela receita condicionada –, se for realmente realizada. Então, há uma trava, há uma segurança nesse tipo de dispositivo em que a gente hoje já atua.

Senador, estou passando aqui alguns itens específicos da PEC, tanto da 22 quanto da 34. Aí, no final, devo fazer uma conclusão sobre isso.

Outra proposição que está na PEC 22 diz respeito a novas programações na lei orçamentária. Então, essas novas programações da lei orçamentária só poderiam ser admitidas se aquelas que estivessem em execução, em andamento, já tivessem sido adequadamente contempladas com dotações.

A gente entende que a análise dessa proposição é muito meritória. A intenção do legislador está bem colocada. Na justificativa, a gente percebe, à época dessa PEC, que ela está se dirigindo aos investimentos do Governo, especificamente dentro dos investimentos a obras e serviços de engenharia, que no orçamento estão em ações do tipo projeto.

A gente vê que esse tipo de dispositivo já vem hoje sendo respeitado por meio do art. 45 da LRF. Nas LDOs dos últimos 10 anos, se não me engano, também há essa previsão. Contudo, a gente entende que não há consenso ainda sobre o que seria adequadamente contemplado, ou suficiente. Talvez a gente devesse melhorar um pouco esse tipo de avaliação. Entende, então, que a orientação que é dada ao órgão central é uma orientação para que sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

priorizados projetos que estão com uma execução acima de 20% da execução do custo total. Contudo, esse controle é bastante difuso. É um controle que, em cada órgão, se dá esse tipo de orientação. A gente entende que ele é o principal responsável pelo cumprimento desse dispositivo. Ou seja, isso já existe, já está na LRF, já vem sendo tratado na LDO, mas ainda carece de aperfeiçoamentos, no nosso ponto de vista.

A outra. Já vou indo para a PEC 34. Gostaria de falar sobre a proposição da impositividade para as emendas de bancada estadual. Essa é a proposição que está trazendo 0,8 ponto da RCL ou 1 ponto da a RCL, e com regra para os investimentos que ultrapassem o exercício financeiro – são os investimentos plurianuais –, e veta, ainda, os prazos para a apuração e o saneamento dos impedimentos técnicos, que hoje a gente tem nas emendas individuais.

Qual é a nossa análise sobre essa proposição da PEC 34, que já está aqui para promulgação inclusive, não é?. A gente entende que ela enrijece um pouco mais o orçamento ao cristalizar no mandamento constituição essa vinculação, ou seja, a gente está vinculando, mais uma vez, o orçamento, com 1% da receita corrente líquida para tratar das emendas impositivas de bancada.

A gente entende que é muito bem-vinda a proposição do Relator da época aqui no Senado, que era o Senador Esperidião Amin, com relação a repetição das emendas para os investimentos novos ou que estão em andamento e que são plurianuais. Isso é realmente muito importante. Mas a gente entende que esse tipo de vinculação absorve parcela significativa da despesa primária discricionária, cuja participação em relação ao PIB já vem sendo reduzida, quase pela metade. Então, se a gente pega a despesa discricionária deste ano e compara com a despesa discricionária de 2010, vê que está praticamente pela metade. Enfim, igual àquele ano que passou. Ou seja, a gente retroagiu a despesa em 10 anos. Então, é mais um motivo preocupante para o Executivo essa vinculação.

Com relação aos vetos referentes aos impedimentos técnicos, aos prazos de apuração: a gente vê isso com muito bons olhos, porque abre a possibilidade de se organizar o processo de reconhecimento e saneamento desses impedimentos técnicos. Inclusive, há dois processos que a gente entende que vão melhorar muito com o advento do veto a esses prazos, que seriam os seguintes. Os beneficiários indicados antes do primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas, ou seja, antes daquele possível contingenciamento que possam vir a ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LUIZ DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA – ... as emendas que foram apresentadas, e os beneficiários serem, na verdade, indicados após esse tipo de indicação. A gente acha que é importante. E também acelerar os PLs, que são aprovados apenas no final do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano. Então, esses são dois itens importantes, e a gente entende que vai ser muito bem-vinda essa parte da PEC nº 34.

Indo já para o encerramento da nossa apresentação, eu queria tratar desses dois assuntos aqui da PEC, os dois de forma conjunta, porque os dois falam, em outras palavras, das mesmas coisas, ou seja, sobre a impositividade total do orçamento. Então, assim, não tratando de regras para emenda individual nem para emenda de bancada e, sim, para todo o orçamento.

De primeira linha, eu gostaria de trazer só essa tabela. É uma tabela que mostra para nós que o orçamento em si, de alguma forma, já é todo obrigatório. Então, eu tenho ali que, com pequenas exceções – por exemplo, do PAC, que são despesas que estão no âmbito de alguma flexibilidade dentro do Poder Executivo –, as demais são despesas de caráter obrigatório.

Então, eu cresci de 2010 para 2018. Eu saí de 89% de uma despesa – é aquela linha em azul – para um crescimento a 95,4% da despesa hoje que já tem um caráter mandatório, que já tem um caráter obrigatório. E, dentro dessas, eu gostaria de destacar esse crescimento que a gente teve com os benefícios previdenciários, BPC, pessoal e encargos, que são as principais rubricas que a gente tem no orçamento hoje.

Então, quando a gente avalia esses dois montantes, a gente entende que, hoje, o orçamento já é bastante obrigatório e, no que diz respeito à sua impositividade, ela já existe.

E isso aqui traz claramente a nossa necessidade, mais uma vez, da aprovação da reforma da previdência, porque 57% de todo valor que a gente tem hoje dentro do orçamento praticamente se refere a previdência, pessoal, BPC, Loas e RMV.

Aqui, de uma outra forma, eu queria também trazer esse gráfico que mostra para a gente esse desbalanceamento que ocorreu durante esse tempo. Então, eu trouxe aqui uma versão de 2002 e outra de 2018. Então, com relação ao PIB, eu tenho uma despesa total que cresceu de 16% para quase 20% do PIB, uma despesa primária do Governo Federal hoje. Só que, entre elas, eu tive esse desbalanceamento. Então, eu tive um crescimento muito maior do Regime Geral da Previdência e do BPC, também com esse crescimento na parte de demais despesas obrigatórias e abono e seguro-desemprego; contudo, quando eu relaciono a parte de pessoal e a parte de despesas discricionárias, nesse período, eu tive um decréscimo, embora o crescimento total da despesa fique bem claro aqui.

E, aqui, de uma outra forma, para que a gente possa ver, inclusive, a composição da receita. Então, no passado, eu tinha uma receita que, inclusive em relação ao PIB, era maior do que a receita que eu tenho hoje, e o crescimento total das despesas obrigatórias, como um todo, hoje quase toma conta de toda a receita. Por isso que, hoje, o Governo... E a gente já,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos últimos quatro anos, convive com um déficit no orçamento, com um resultado primário negativo.

E, além disso, dessas situações que a gente já tem, algumas questões de primeira ordem precisam ser colocadas.

Será que a execução orçamentária do Orçamento como um todo, de forma impositiva, independe de contrapartida? Será que não há algum aspecto técnico ou alguma superação técnica que precisa ser avaliada? Será que eu tenho demanda formal para todos os potenciais beneficiários dos créditos do Orçamento? São perguntas que a gente precisa fazer, porque, eventualmente, há programações no Orçamento para as quais eu não tenho, eventualmente, uma demanda justa, ajustada já para isso. Ou seja, às vezes, eu tenho uns impedimentos de ordem técnica que podem me impossibilitar de fazer o Orçamento, de tratar o Orçamento em si.

A outra coisa que nos traz muita preocupação, dentro da ideia da impositividade, é a limitação que se refere o art. 9º da LRF, que fala sobre o poder cautelar e discricionário que o Governo precisa ter para limitar o Orçamento se tiver uma frustração de receita. Então, hoje, da forma como está a PEC, da forma como ela deve ser promulgada por meio daquele §10º do 165, a gente percebe que não há essa possibilidade, não há essa saída. Então, talvez, isso seja importante ser colocado.

E, por fim, as autorizações que induzem a que o Congresso Nacional transfira ao Poder Executivo uma prerrogativa para decidir o que pode ser executado. Ou seja, é reconhecido dentro do Congresso Nacional que o Poder Executivo precisa de alguma margem de flexibilidade para dar conta da realidade que é posta. E, dentro dessa margem de flexibilidade, eu queria trazer a vocês só um dado aqui, que é da última pesquisa que a gente teve da OCDE, de 2019, sobre esse grau de flexibilidade nos países-membros da OCDE.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO LUIZ DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA – Estou terminando. Falta só a última agora.

Então, só para a gente ter uma ideia, os países da OCDE que podem realocar livremente o seu orçamento, sem precisar inclusive mandar nem para o Ministério da Economia de lá, são poucos realmente. A gente tem um país ali que pode fazer essas realocações livres. Se não me engano, é a Suécia.

Dentro dos outros 25 que estão ali colocados em termos de realocação, a gente pode mensurar que 15 deles precisam solicitar alguma coisa para o Ministério da Economia, ou seja, estão vinculados a algum resultado, estão vinculados a alguma manifestação do órgão setorial ao Ministério da Economia para poder fazer as suas realocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro ponto que eu queria também destacar aqui desse gráfico são os empréstimos – o último ponto aqui –, aqueles empréstimos que podem ser feitos para dotação futura. Então, a gente tem países, por exemplo, onde, no frigir dos ovos, vamos supor, o orçamento seja todo impositivo e onde eu não tenho margem nenhuma para negociação inclusive quanto àquilo que é onde hoje figura a Emenda nº 34, que deve ser promulgada. Há países, inclusive, que podem se financiar, ou seja, emitir títulos para poder executar o orçamento. E aí eu trago países como Dinamarca, Noruega, Suécia, onde a impositividade lá... Eles têm inclusive essa autorização para executar da forma como saiu do Parlamento, e isso pode trazer uma série de consequências. Para isso não há uma contrapartida muito clara aqui no Brasil, e a gente tem que ter muito cuidado com esse tipo de impositividade.

Por fim, eu concluo aqui essa apresentação dizendo que tratar da impositividade do Orçamento sem discutir o atual enrijecimento da peça... Ou seja, a gente precisa desvincular, desobrigar e desindexar o Orçamento em si. Então, se a gente não o fizer, isso pode anular os resultados esperados para a discussão da PEC e a obrigatoriedade da execução do Orçamento.

Eu acho que seria possível devolver ao Parlamento a prerrogativa de definição de alocação dos recursos no processo de elaboração e nas respectivas leis. Contudo, eu ainda continuo com um Orçamento muito obrigado, muito indexado e vinculado a diversas receitas, enfim, que nós temos hoje.

Então, nesse caso, eu acho que esse papel do Senado e do Congresso, da Câmara como um todo, precisa estar ancorado na responsabilidade setorial e fiscal, demonstrando que a preponderância do Congresso Nacional em matéria orçamentária pode ter impactos que precisam ser equacionados, haja vista, ontem, justamente a aprovação do PLN 04. E a renúncia, seja a equacionada, seja a renúncia de receita, evidentemente, ou a aplicação ou redução de despesas, ou as escolhas que necessitam de decisões tempestivas, às vezes, não é razoável eventualmente aguardar três, quatro, cinco meses para poder executar algum crédito que precisa de uma situação mais emergencial.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Nós é que agradecemos, Dr. Márcio, pela sua participação, informando aos nossos telespectadores e aos demais participantes que nós temos depois...

Os requerimentos já foram lidos? (*Pausa.*)

Não. Nós temos requerimentos do Senador Styvenson Valentim, do Senador Zequinha Marinho e do Senador Rogério Carvalho que serão discutidos logo após. Nós vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styverson, alguma sugestão?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Por enquanto, não...

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, nós vamos ouvir o Dr. Eugênio, que é Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias e Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

O senhor tem a palavra, doutor.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN (Para exposição de convidado.) – Prezado Senador Mecias de Jesus, obrigado pelo convite; demais presentes, agradeço a todos.

Falarei rapidamente sobre os aspectos que mais chamaram a atenção na votação e que geraram uma certa apreensão quando tramitou a PEC 34. O principal foi em relação à questão fiscal, se o orçamento impositivo estaria engessando definitivamente todo o Orçamento.

Passarei rapidamente a esclarecer alguns conceitos que eu considero básicos.

Essa separação de despesa obrigatória à qual não se aplica o orçamento impositivo, porque a despesa obrigatória tem orçamentação e evidentemente execução obrigatória, é diferente de quando você fala em orçamento impositivo. Qual é o problema que está por trás disso? É se em uma despesa naturalmente chamada de discricionária existe ou não um dever de execução por parte do gestor, se aquilo é um mero teto orçamentário, que ele pode observar ou não, se existe faculdade. De modo que todos os conceitos do orçamento impositivo estão direcionados às despesas discricionárias, nas quais não existe um dever de orçamentação, na despesa discricionária. É uma diferença enorme. Mas passa... E nem existia também o dever de execução. Por exemplo, numa rodovia de ligação, um perímetro de irrigação, não existe um dever de orçamentação, um dever legal. Mas, agora, com o orçamento impositivo, incluído no Orçamento, passa a haver um compromisso e um dever de execução que a gente vai tentar entender.

A origem, digamos assim, ideológica disso é justamente o papel do Estado de devolver o que é tributado. Você tem uma obrigação tributária, você não escolhe se quer pagar ou não o tributo, você é obrigado a pagar, e o Estado devolve bens e serviços através da orçamentação.

A discussão sobre o orçamento impositivo não é uma discussão antiga no Brasil, embora em outros países a maior parte superou, pois considera que, como uma lei, existe o dever execução. E numa visão mais atual, se considerou que o Orçamento, como provedor de direitos sociais, é uma lei com eficácia inovadora. De modo que o orçamento autorizativo, meramente autorizativo, não se coaduna mais com os princípios constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também é importante uma evolução conceitual no sentido de que esse dever de execução é relativo, não é absoluto, uma vez que ocorrem fatos, impedimentos, necessidade de contingenciamento que afastam o dever de execução. A questão central aí é a seguinte: se uma rubrica não está contingenciada, não há problema, não há impedimento. Ainda assim, o gestor se dava o direito de não executar e nem justificar a falta de execução. Então, essa questão conceitual, que é importante, sofre um avanço evidentemente cheio de problemas, que vai ter que ser ajustado, mas eu considero que isso é um avanço.

Também é importante o seguinte conceito: o orçamento impositivo é compromisso com fins, mas flexibilidade de meios. O que é impositivo não é a dotação em si, o número, mas é o produto, a programação, a direção que é dada na lei orçamentária. E já vem à tona a seguinte questão: "Bom, nós temos que aperfeiçoar muito a lei orçamentária, há programações genéricas". Como uma programação genérica é impositiva, mas o Município beneficiário só é conhecido – ele não está na lei orçamentária – no ano seguinte, através de uma indicação via Siop? Essa também é uma questão em que temos que evoluir.

O fato é que existe uma transição como pano de fundo, uma transmissão de conceitos típicos do Estado liberal para o Estado social. Onde se entendia que a lei orçamentária tinha o conteúdo de um ato administrativo discricionário, à execução da lei orçamentária, como uma faculdade execução, incorpora-se agora o dever de execução nesse modelo impositivo.

Antes da PEC do Presidente Senador Antonio Carlos Magalhães, houve uma iniciativa do então Deputado Delfim Neto, na Câmara, de um projeto de lei complementar que estabelecia o caráter mandatório também de todo o Orçamento, e que não logrou êxito, uma vez que naquela época o Executivo não deu seguimento a essa discussão nem à negociação. Na época, esse projeto considerava como de execução obrigatória – notem: de execução, não é despesa obrigatória –: ações, todas as ações do PPA, as atividades fim, e aí vem o conceito de entrega de bens e serviços, porque nós temos atividades meio e atividades fim. Já estão em manutenção, por exemplo, não tem sentido a despesa de custeio discricionário ser impositiva, porque ela não entrega, teoricamente ela não entrega nada, nenhum bem, nenhum serviço à sociedade, ela é um meio.

Então, desde esse PLC, se conceitua que as atividades fim e os projetos em que a entrega é óbvia, em um projeto, em um investimento, a entrega à sociedade é óbvia... Tanto é que, quando aprovaram a PEC 2 na Câmara, imediatamente saiu a versão de que os investimentos seriam impositivos. Na verdade, foi uma leitura que não está escrita em nenhum lugar, mas foi uma leitura correta que se passou, politicamente, de Deputados, no sentido de que a sociedade vai ter um benefício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a intenção do orçamento impositivo. E a falta de execução inverte o ônus. O ônus de explicar por que não está sendo executado passa a ser do gestor.

Qual o problema do orçamento autorizativo? Ele dá mais flexibilidade para o Executivo. O Executivo prefere o orçamento autorizativo por uma série de razões e a principal é a flexibilidade. Agora, há um problema aqui. A não obrigatoriedade de execução leva a um contingenciamento discricionário, leva a uma execução discricionária, à perda de eficácia do orçamento público como instrumento decisório. E você acaba concentrando o poder financeiro, o poder decisório no Executivo. É uma questão política. Por isso é que a reivindicação do orçamento impositivo sai evidentemente do Legislativo.

Olhando um pouco para trás, a gente vê que o investimento PAC começou a se tornar proeminente na Administração, justamente o investimento que era pouco discutido no Congresso. Existe uma série de mecanismos que faziam com que, na prática, toda decisão final sobre o investimento PAC fosse no Executivo. E os demais investimentos foram se tornando mais escassos.

Voltando um pouco atrás, para se entender um pouco a origem da PEC que resultou, da primeira PEC do orçamento impositivo das emendas individuais, vamos perceber que um levantamento mostrava que Parlamentares da base aliada tinham um valor, uma média de empenho superior à do grupo da oposição. Então, havia tratamento desigual tanto no que se refere ao grupo situação, quanto ao grupo oposição, quanto entre Parlamentares. Não havia o que se chama agora de isonomia no atendimento de Parlamentares.

A PEC tão comentada do Senador Antonio Carlos fazia com que toda a programação da LOA fosse de execução obrigatória. Aí eu acho que havia, não entrava em detalhe... Por exemplo, a uma despesa, como já falei, que já é obrigatória evidentemente não se aplica o conceito do orçamento impositivo. É um equívoco. A despesa obrigatória decorre da lei anterior. Desde a Constituição de 1946, essa despesa era dividida em fixa e variável. As despesas fixas eram como uma obrigação do Congresso. Tanto é que o Congresso não pode cortar a despesa obrigatória. Está na Constituição. E não pode nem aumentar, salvo erro ou emissão. Por quê? Porque não é a lei orçamentária. Ela é consequência. A lei orçamentária é uma mera consequência. Esse é um conceito importante.

Dizia também essa PEC aprovada pelo Congresso que você podia afastar esse dever de execução, quando aplicado, se o Congresso aprovasse uma solicitação para cancelamento ou contingenciamento. Não deliberando em 30 dias, a solicitação era considerada aprovada. Então, esse orçamento impositivo da PEC 34, da PEC 2, é mais moderado realmente, porque não exige esse trâmite entre Poderes. Simplesmente, se o Executivo tiver uma justificação – e naquela versão da PEC 2 a gente tinha colocado a necessidade de o Executivo publicar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificação, mas isso foi retirado –, fazendo isso, ele já se desonera desse encargo da execução.

A LDO de 2014, voltando às emendas individuais, começou a dispor sobre essa execução obrigatória das emendas individuais e acabou dando origem à Emenda à Constituição 86, de 2016, que reduziu em muito o escopo da PEC 22-A, do Senado, uma vez que só tornou obrigatória a execução das emendas individuais. Reconheceu, até por uma iniciativa do Senador Esperidião Amin, a necessidade também – ele fala em solidariedade – de que essas emendas impositivas individuais também sejam contingenciadas, mas numa proporção equitativa, não mais do que aquele contingenciamento, aquele percentual aplicado ao conjunto das programações. E assim foi aprovado, com muitas críticas, em função do reducionismo da proposta, de por que só as emendas individuais são impositivas.

Também havia uma leitura que dizia: as emendas individuais estão se protegendo para não serem contingenciadas além do que é contingenciado no restante das programações, porque havia evidências, constatadas, de que as emendas tanto de bancada quanto individuais sofriam um contingenciamento superior àquele aplicado às demais programações.

Em 2017, passou-se a contemplar o caráter mandatório para as emendas de bancada em 0.6. Em 2019, mais recentemente, todo mundo acompanhou, foi aprovada, então, essa PEC 2. Ela chegou ao Senado e retornou à Câmara.

Houve agora, no retorno da PEC 34, na Câmara, novas alterações, criando-se uma espécie de PEC paralela. A principal: basicamente insere na LDO uma matriz orçamentária que tenta garantir os recursos, montantes agregados relacionados a investimentos. O que está acontecendo? Com a existência do teto, existe uma tendência grande de compressão das despesas discricionárias, principalmente dos investimentos. Então, há aí um instrumento que vai obrigar... Você estabelece uma nova dinâmica nessa tendência muito clara, que é reduzir a zero as despesas discricionárias se não for revisado o teto.

Também novidade aí é o fato de a lei orçamentária agora poder mostrar projeções. Ela não é uma foto só de... Por exemplo, na próxima lei orçamentária, não vai vir só 2020. Existem investimentos de extensa data, plurianuais. Ela vai poder mostrar projeções para os anos seguintes. E também o §15º diz que esse registro centralizado de projetos e investimentos, por Estados e DF, contém análise de viabilidade, estimativa de custo e informações. Sendo o orçamento impositivo, é de boa iniciativa que haja um cuidado maior naquilo que vai ser incluído no orçamento. Então, o Executivo teria um instrumento aí de forma a exigir, no mínimo, algum estudo de viabilidade dos projetos. Enfim, mantém-se o §10, que é principiológico, sobre esse dever de executar as programações, adotando os meios e medidas, mas com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Então, esse conceito não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplica, no meu entendimento, a todos os programas de gestão e manutenção. Só se aplica aos programas temáticos e finalísticos, assim conhecidos há muitos anos e definidos no PPA.

Estabeleceu-se no §11 – isso também é uma novidade que vai vir na PEC paralela – o que já se considerava implícito, mas que poderia gerar confusão, que esse dever de execução não afasta o dever de cumprimento, uma vez que a legislação... Como é que você obriga o Executivo, a Administração a cumprir metas fiscais e, ao mesmo tempo, a executar o orçamento por inteiro? Então, você esclarece aí que o disposto no §10, que é o dever de execução, não afasta o cumprimento de metas fiscais ou limites de despesas e nem a iniciativa eventual de um crédito adicional. Se o Executivo achar que aquela dotação não tem futuro, não tem viabilidade, ele tem que mandar um crédito adicional pedindo o cancelamento. Note-se que aí se aproxima um pouco da PEC original do Presidente Antonio Carlos Magalhães. É óbvio que impedimentos de ordem técnica, caso fortuito, força maior, em todo o Direito, não precisa nem falar, afasta a obrigatoriedade. Você não pode exigir algo impossível. É uma questão de lógica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN – Enfim, houve também uma inclusão de que metade das emendas de bancada será para investimento. Uma análise rápida mostra que o orçamento impositivo das emendas de bancada equalizou os problemas de taxa de execução.

Em 2018, verificando as emendas individuais por autor, os empenhos são quase isonômicos, na faixa de 14 milhões por autor, 14,6 milhões. O valor pago muda bastante, uma vez que cada projeto tem a sua dinâmica. Eu reparei também, fazendo um levantamento bastante rápido, que há um problema de distribuição do valor empenhado por habitante/faixa populacional. Municípios com maior renda *per capita*, PIB *per capita*, da mesma faixa populacional recebem mais recursos. Isso é atribuído, em geral, à capacidade de execução, ou seja, o Orçamento público nesse requisito, onde ele não está contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Municípios com menor renda *per capita*, em média, recebem um valor empenhado por habitante inferior.

No final, eu queria destacar aqui que, entre ganhos e perdas, se você olhar a situação anterior à Constituição Federal, depois da isonomia na apresentação de emendas, isonomia na execução, orçamento impositivo das emendas e tal, existe uma evolução cujo próximo passo, acredito, é fazer com que as emendas se aliem com as políticas públicas, que haja critérios mais universais direcionados ao papel... Existe um papel do Orçamento público que é reduzir desigualdades sociais. Isso, inclusive, aplica-se às emendas.

Do ponto de vista fiscal – acho que o meu colega da IFI vai explorar mais isso –, a gente só queria mostrar o seguinte: o problema central, a dívida que cresce e tal, vem desse confronto entre receita e despesa. A despesa é maior que a receita, mas, olhando a despesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de perto, a gente nota que a despesa obrigatória, que decorre tanto da legislação existente quanto da nova legislação, é o grande problema. E esse grande problema só pode ser resolvido pelo Congresso, pelo Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Dr. Eugênio, obrigado pelas suas palavras.

Nós vamos, imediatamente, passar a palavra ao Dr. Fernando Moutinho.

O senhor tem a palavra.

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores e todos os colegas presentes. A gente agradece a oportunidade de a Consultoria ter sido chamada a contribuir com isso.

O nosso foco...

Vá para o começo. Acho que deve estar no último.

O nosso foco é um pouco o que o Senador Amin levantou. A missão do Senado do Futuro é tentar enfocar uma perspectiva de futuro a partir daqui. Alguns colegas – o Márcio e o Daniel –, possivelmente, vão apontar que hoje essa discussão é meio abstrata, porque estamos trabalhando com absoluta escassez de recursos. Então, contingenciamento vai ter que ser... A gente tentou elaborar alguma coisa, como contribuição para a Comissão, que fosse robusta o suficiente para lidar com a situação de hoje, da extrema escassez, e direcionar a atividade financeira estatal em cenários menos sufocados.

A base dessa nossa intervenção e proposta é um texto em discussão, que está na nossa página. Eu trouxe, inclusive, alguns volumes aqui para quem optar. E nós centramos na questão do orçamento impositivo ou não impositivo. Existe uma série de questões aqui – programações genéricas, banco de projetos – que são relevantes e podem até ser incorporadas, mas o foco que a gente tentou trazer aqui, em função da temática, foi essa noção de impositivo ou não impositivo.

Eu vou tentar mostrar que a gente viveu a República inteira sob a falácia de que o orçamento seria autorizativo, como o Eugênio já apontou, caiu numa falácia ainda maior, que é esse impositivo das emendas, e a gente está tentando levantar alguma coisa que viabilize esse conjunto de práticas mais saudáveis.

Falácia do orçamento autorizativo. Nós vivemos sob um discurso permanente de que o Orçamento é autorizativo. Só que ninguém conseguiu descobrir onde está dito, na Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou em qualquer legislação, exceto na Emenda Constitucional nº 86, de 2015, que o Orçamento é apenas um teto máximo que fixa um cardápio de opções para o Executivo gastar ou não gastar. Essa expressão "cardápio de opções" é de um ex-Ministro da Fazenda, recentemente. Não estou tirando... Ao contrário, a gente olha lá que, desde 1824, as Constituições falam que o Orçamento fixa a despesa. Então, de alguma maneira, eu nunca vi, não há dicionário que diga que fixar seja limitar ou criar um teto.

Enfim, há outras várias fontes normativas, legislação infraconstitucional, decisões do Supremo... Então, esse caráter de mero cardápio de alternativas para o Executivo escolher tira completamente o papel de decisão alocativa, que é o papel que a própria teoria econômica atribui ao Orçamento.

Então, a gente começa por sustentar que essa figura do autorizativo é, literalmente, uma instituição informal no sentido técnico. Quer dizer, é uma instituição que existe porque todo mundo pratica e repete, mas que não tem fundamento nem conceitual, nem jurídico.

Agora, o tal do impositivo das emendas – e aí a gente cumpre o papel difícil de talvez dizer a verdade ao Poder – é pior. Conseguiu piorar o que já existia. Primeiro, porque aquelas noções de erradicação da barganha política com os recursos públicos, como o Eugênio mostrou, ela diminui nas emendas. Mas essa não é, no Brasil e no mundo, em todos os casos de presidencialismo, um ou o único instrumento de barganha. Você tem cargos, você tem concessões de favores, você tem renúncias de receita... Então, qualquer vantagem indevida que o Executivo tivesse nessa mesa de negociação esse desequilíbrio não diminuiu.

Além de tudo e o mais grave é que ele explicita, hoje a Constituição explicita que o Orçamento não é impositivo. Se as emendas impositivas, se as emendas de bancada e as emendas individuais são impositivas, são de execução obrigatória, significa que o resto não é. Então, foi uma imensa involução, uma imensa abdicação que o Parlamento fez, e continua fazendo, da sua prerrogativa de decidir qual é o orçamento público.

Até a palavra "contingenciamento", que também nunca existiu, não há contingenciamento em diploma normativo algum, nem nas portarias, foi legitimada e colocada no texto constitucional. Então, isso foi um retrocesso imenso, além de outros pontos.

Quando a Constituição fala de execução equitativa, ela vai falar de equitativo em relação ao autor das emendas. Isso, para mim, e, enfim, para essa análise que a gente levanta, é um ataque ao princípio constitucional da impessoalidade, porque vai estar distinguindo os gastos em função de quem propôs e não em função do beneficiário que vai receber. O cidadão que precisa de saúde num Município que não foi contemplado por uma emenda de Parlamentar tem tanto direito a receber uma parcela dos recursos públicos quanto aquele que mora no Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi contemplado por uma emenda parlamentar. Então, de certa forma, é o rabo balançando o cachorro em termos da equitatividade e da impessoalidade.

Além disso, dispensa os receptores das emendas da adimplência com as obrigações fiscais, premia o mau gestor e prejudica, a curto e médio prazo, o habitante do Município do mau gestor que não cumpriu as obrigações fiscais, mas mesmo assim não recebe as sanções que a própria legislação fala. Além de tudo, o tal de impedimento de ordem técnica, como você levantou, pode ser qualquer coisa, qualquer portaria, qualquer regulamentação. Então, se o Executivo quiser, na prática, ele vai continuar autorizativo.

Então, essa solução do impositivo das emendas, da Emenda Constitucional 86 e dessa PEC 34, só piorou a situação de certa forma.

Então, como é que se faz? Olha, falar é fácil, criticar é fácil. Certamente, há muita coisa para fazer. Colocar na Constituição é o primeiro passo. Até porque, o Eugênio e o Márcio apontaram muito bem, a ideia não é gastar tudo. Se eu conseguir fazer o que eu pretendo no Orçamento gastando menos, é muito melhor. Então, idealmente – e é o fato, esse é o ponto que ele levantou, essencial –, o Orçamento e as dotações vão fixar metas, objetivos, vão fixar entregas, e essas entregas é que são obrigatórias. Todos os recursos devem ser usados para alcançar essas entregas. O Orçamento seria uma alocação de recursos não genérica, não para gastar, mas para atingir determinadas metas. E essas metas têm que ser impositivas dentro dos limites dos recursos, dentro da marca fiscal.

Então, para atender isso, para atender esse movimento é que a gente propôs uma redação, o Senador Amin disse: "Proponham um texto", a gente chegou a levantar um texto. Em primeiro lugar, o limite fiscal, o teto fiscal. A Lei Orçamentária assegurará duas coisas: o cumprimento das metas fiscais e a execução da programação de trabalho. Isso é principiológico, isso é genérico. Como é que nós vamos fazer isso? Como é que se propõe isso? As metas fiscais, através de... E aí é uma redação que está pronta para recepcionar, de cara, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Limitações fiscais você tem por resultado, na experiência internacional, e por teto de dívida. Se eu coloco uma meta de variação de teto de dívida anual, eu estou automaticamente criando uma meta de resultado.

Então, inicialmente, o ponto de partida – que é um envelope fiscal, há vários nomes para isso – é uma proposta, uma fixação de um limite fiscal. Nesse caso, a gente aponta com limite para montante de dívida, mas sendo compatível outras metas que se queiram fixar em termos de resultado primário, resultado nominal, etc., abrindo para a possibilidade de a legislação regulamentadora criar metas fiscais, criar outro tipo de metas ou outra tradução das metas fiscais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que eu limito isso, qual é a consequência? A transgressão desse limite cria uma paralisação, ao estilo americano mesmo, um *shutdown*, no sentido de que eu não posso empenhar e pagar a dívida, exceto em situações extremas: pessoal, encargos sociais, previdência e saúde, que dizer, despesas necessárias à vida humana literalmente, despesas de natureza alimentar. Salvo isso, você teria uma paralisação para dar coercitividade à obtenção dessas metas fiscais.

Como é que eu faço isso? Eu posso ter eventos, circunstâncias, fatos que mudam essa realidade. Como é que eu adapto isso? Mudanças deliberadas em lei, como bem disse o Senador Amin, mudanças deliberadas no Legislativo. "Olha, eu aumentei o limite de dívida, eu aumentei a meta e eu contive..." Aí a gente não fala de contingenciamento, fala de suspensão de empenho de pagamento, que é o termo da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque é um processo regulado, vinculado, aplica-se a todo mundo, com regras específicas, com regras explícitas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não é um decreto que o Executivo tira da universidade tal e coloca na universidade tal como ele quer, ou seja, é um processo necessariamente voltado ou dirigido, direcionado pelo Congresso, que pode optar, por proposta do Executivo, entre modificar os limites fiscais, eventualmente, ou uma combinação de mudança de limites fiscais e suspensão de limitação e empenho – o que a gente hoje chama hoje indevidamente de contingenciamento.

Agora, não por medida provisória, não por decreto. Isso aí é mudança na legislação que rege o Orçamento, ou seja, mudanças deliberadas pelo Legislativo no Orçamento, e nos limites fiscais, vedado aí qualquer tipo de cancelamento, limitação, contingenciamento discricionário, exceto dessa forma. Aí você abre exceções muito limitadas, que seriam a alocação para restos a pagar de exercícios anteriores e as situações realmente excepcionais de guerra, comoção interna ou calamidade. Isso do ponto de vista fiscal, para evitar resolver um problema fiscal via contingenciamento discricionário, por decreto. "Eu, Executivo, fixo os limites que eu quero!" Isso definitivamente... Eu acho que esse é o maior problema até do dito autorizativo.

E, em contrapartida, uma vez que o gestor tem assegurada essa não contenção, essa não limitação arbitrária, ele tem que motivar a inexecução, ou seja, a programação de trabalho, aquilo que é entregue a ele, em termos de recursos, para entrega de bens e serviços, se não for executada, ele tem que justificar se questionado pelo Congresso ou pelo sistema de controle externo. E, se essa mudança não for considerada justificada, ele está incorrendo em crime de responsabilidade.

Nisso aí, num primeiro momento, possivelmente alguém vai dizer: "Não, isso aí vai gerar uma tremenda insegurança jurídica para o gestor, porque ele não tem meios de objetivar essa justificação". De fato, isso vai, inclusive, incentivar o próprio gestor, o próprio Executivo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver uma legislação regulamentadora que dê sentido a essa noção de fixação de metas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT – ... a essa noção de fixação, à parametrização ou à estruturação de um sistema de resultados que vá associado ao orçamento, que hoje inexiste completamente, que seria acoplado gradualmente ao orçamento de forma seletiva, possivelmente iniciando pelos projetos e atividades finalísticas, e que serviria de fundamento para essa justificação dessa inexecução.

Então, de uma certa forma, é muito limitado, é conceitualmente muito conciso o que a gente está propondo apenas para tratar a noção do que é impositivo e do que não é impositivo. É possível que existam alguns outros elementos tratados na PEC 22 ou na PEC 34 que possam ser incorporados também, mas a gente tentou ficar nesse cerne desse ponto.

Essa é a contribuição que a gente aponta, em termos de crítica e em termos de proposta, para o enfrentamento dessa questão dentro da vocação da Comissão Senado do Futuro. Eu estou apontando para uma revisão profunda, talvez, da forma de explicitar esses elementos.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O Dr. Fernando Moutinho é Consultor de Orçamento do Senado Federal.

O senhor trouxe, sem dúvida nenhuma, uma grande contribuição para a Comissão Senado do Futuro e para o Senado da República. Não tenha dúvida de que o nosso objetivo de um orçamento impositivo é alcançar as metas. É, de fato, isso, Senador Styvenson, o objetivo do orçamento impositivo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Eu estava falando com a colega aqui que eu estou sentindo falta de alguém nessa Mesa: quem fiscaliza.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Quem realmente deve dizer o seguinte: "Foi feito?". E, se não foi feito, como a gente cobra o que não foi feito?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Está muito bacana o que a gente...

O SR. DANIEL COURI – Senador, o Moutinho trabalhou no Tribunal de Contas, viu?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – É, mas ele está na figura de outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – E nós temos também aqui a participação de algumas pessoas que estão nos acompanhando. As pessoas estão discutindo o tema aqui e fazendo perguntas dentro do tema, de fato. Eu estava mostrando aqui para o Dr. Márcio...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – As perguntas são interessantes.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... as perguntas interessantes e dentro do tema, de fato.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Daniel, que é Analista da Instituição Fiscal Independente e Consultor de Orçamento também do Senado Federal.

O senhor tem a palavra.

O SR. DANIEL COURI (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador. Agradeço o convite em nome da IFI. Para a gente é uma satisfação estar presente nesta discussão. Acho que é um tema muito relevante, muito sensível para os Parlamentares.

Embora, do ponto de vista fiscal, as emendas representem um pedaço pequeno do Orçamento, a gente sabe que elas impactam a vida dos Municípios, dos Estados. Então, esse caráter meritório das emendas tem sempre que estar em vista em qualquer análise, ainda que para o Orçamento o volume das emendas seja baixo.

Eu sou o último a falar, já é meio-dia e meia, e o assunto é árido. Então, é um dever moral meu ser muito rápido. Eu vou passar muito rápido pela apresentação.

Eu acho que foi essa nota técnica que motivou o nosso convite para participar desta audiência. Agora, ela trata de um aspecto muito específico da PEC que tinha sido aprovada inicialmente pela Câmara. Então, eu vou passar muito rápido. Eu acho que os aspectos mais importantes estão sendo tratados aqui, é uma questão mais conceitual, mais de propósito mesmo, de qual é o propósito em função do orçamento. Aqui o escopo dessa nota técnica foi muito específico. Então, eu vou passar rapidamente e depois fazer alguns comentários na linha também do que os colegas fizeram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente quero só delimitar aqui um pouco a competência da IFI. A IFI é um órgão do Senado voltado para a transparência nas contas públicas. Ela tem uma competência de se manifestar em questões fiscais relevantes, sempre de forma independente e apartidária. Então, nessa questão das emendas, o que chama a competência da IFI é a questão de ser um evento fiscal relevante, como eu disse, talvez não do ponto de vista material, mas pelo impacto que pode causar na sociedade. Então, tão logo foi aprovada a PEC nº 2, a que foi da Câmara para o Senado, a primeira versão, a gente sentiu a necessidade de dar uma manifestação e uma contribuição para o debate.

Como eu disse, essa nota pegou a primeira versão da PEC, aquela que falava de 1% da receita corrente líquida que iria para emendas de bancada. A gente tentou atualizar. Agora em junho, foi aprovada a PEC 34 na Câmara, e a gente atualizou as contas. As conclusões não mudam muito, mas o impacto é talvez um pouquinho menor do que o que está calculado lá na nota técnica.

Como eu disse, independentemente do caráter meritório, a medida aumenta a rigidez orçamentária, vai um pouco na linha do que o Márcio colocou aqui.

Ela tem um impacto fiscal. Essa questão é um pouco controversa. Há outras notas técnicas indicando que não haveria impacto, mas eu posso explicar depois a visão da IFI.

Ainda que as emendas de bancada não passem a ser uma despesa obrigatória pura – não é, Eugênio? –, também não são uma despesa discricionária pura. Há uma nova categoria, que é uma despesa discricionária, sujeita a contingenciamento, mas só no limite do que for contingenciado nas demais despesas. Então, é como se tivessem interposto uma terceira categoria de despesa no Orçamento. Isso deve causar mais rigidez, deve ter algum impacto ainda que pequeno. E isso reduz a margem fiscal da União, que é basicamente a diferença do teto de gastos para as despesas obrigatórias. Assim, considerando que as emendas impositivas geram um gasto maior pelo simples fato de serem impositivas, são um desafio a mais para o cumprimento do teto de gastos nos próximos anos.

Sobre o histórico eu acho que o Eugênio já falou muito bem, eu acho que a gente pode passar.

Aqui, colocamos um pouquinho o valor em perspectiva. Como eu disse, as emendas representam um quinhão pequeno do Orçamento. A gente está falando aí, no Orçamento autorizado de 2019, de emendas individuais, na casa de R$9 bilhões ou 0,6% da despesa primária total, e das emendas de bancada apenas 4,6 ou 0,3% do Orçamento primário total, sendo que muito provavelmente nem tudo do que está orçado para a emenda vai ser executado por conta principalmente dos impedimentos técnicos e do contingenciamento que tem sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado neste ano e que provavelmente não vai ser revertido, a não ser que haja uma recuperação na receita, ainda que extraordinária.

Para a gente calcular o impacto, a gente fez basicamente dois cenários. Como há alguma incerteza de qual vai ser a receita corrente líquida deste ano – a projeção atual é de R$850 bilhões, mas é possível que haja os recursos da cessão onerosa, é possível que haja uma recuperação cíclica também, que está cada vez menos provável –, a gente, por conta dessa incerteza, resolveu definir dois cenários para a receita corrente líquida. Como ela é a base, no primeiro ano – agora nesta versão já é a base no primeiro e no segundo ano –, a gente utilizou esses dois cenários.

É importante também a gente notar que nem tudo que é orçado para emenda é executado. Historicamente a execução é baixa; nos dias atuais, basicamente porque há os impedimentos técnicos e o contingenciamento. Então, a gente adotou algumas premissas com base no que a gente já viu no passado. É uma conta muito trivial, muito básica, mas para dar algum subsídio do que a gente entende que vai enrijecer ou aumentar a despesa da União.

Então, a gente acha que a aprovação da emenda vai ter um impacto de cerca de R$5 bilhões a R$6 bilhões em três anos. Como eu disse – a gente não precisa ficar discutindo aqui – , é um impacto baixo, mas o nosso papel, o papel da IFI é apontar, fazer essas contas e tentar identificar o impacto fiscal de medidas como essas.

Como eu disse inicialmente, é controversa essa questão de haver impacto, uma vez que as emendas parlamentares só podem ser feitas com o cancelamento de outras despesas. Só que, da forma como é feita atualmente, a proposta orçamentária vem com uma reserva de contingência primária no valor específico para as emendas. Então, na prática, embora a emenda não seja uma dotação – é um tipo de despesa –, na prática o Orçamento vem com uma dotação para a emenda, que é a reserva primária. Nos últimos anos ela cresceu, quando as emendas impositivas cresceram, e acho que, para 2019 – não é, Eugênio? Corrija-me se eu estiver errado –, inclusive, ela nem mais especifica o percentual de receita corrente líquida por conta do teto de gastos; ela fala que a proposta orçamentária vai ter uma reserva no valor da execução obrigatória. É, na prática, uma dotação para emendas impositivas. Se a gente aumenta o percentual da receita corrente líquida, essa dotação vai ampliar – o Márcio pode até também me corrigir se eu estiver errado –, na forma como isso é feito atualmente.

Se vai aumentar, ainda que esse efeito possa ser compensado, você tem um impacto. A própria compensação... Se você está compensando, você está compensando algum impacto. Então, é por conta disso que a gente considerou haver o impacto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o teto de gastos, embora no nível orçamentário já tenha sido alcançado, no nível financeiro, ou seja, incluindo aí a execução não só do orçamento corrente como de restos a pagar, a gente tem uma folga. É muito provável que, neste ano, se não houver uma recuperação da receita, a despesa primária permaneça no nível em que está, conforme a última reavaliação do Poder Executivo. Se assim for, a gente vai ter uma folga de cerca de R$30 bilhões a R$35 bilhões no Orçamento na execução, que importa para o teto de gastos.

Essa foi a apresentação.

Eu queria só fazer umas reflexões aqui na linha do que os colegas já colocaram.

A questão da rigidez orçamentária é importante. A gente está passando por um período de dificuldade no cumprimento das nossas metas fiscais, e a rigidez implica uma dificuldade para a alocação eficiente de recursos. Para o senhor ter noção, Senador, hoje 70% da receita primária arrecadada é vinculada; e 30%... Isso da receita primária. Se considerar a receita financeira também, o percentual é muito maior de receita vinculada. Na despesa, como a gente viu no gráfico ali, cerca de 10% das despesas primárias são discricionárias apenas. Essa rigidez, a rigidez da receita, que é o excesso de vinculações, reflete-se também na conta única, que são as disponibilidades do Tesouro, depositadas no Banco Central. Então, a rigidez, o excesso de vinculações da receita transfere-se para a conta única, e isso gera uma dificuldade de alocação de recursos nos anos seguintes, uma vez que essas vinculações permanecem por força da LRF.

Isso está um pouco por trás das discussões, das dificuldades técnicas que surgiram agora com a aprovação do PLN 4 da regra de ouro. Muito se discutiu se já havia outras fontes para substituir as operações de crédito, e, de fato, é possível que haja, algumas delas incertas, outras mais certas, como o resultado do Banco Central do ano passado, mas há vinculações. O resultado do Banco Central, por exemplo, é vinculado. Isso gerou um intenso debate técnico, por trás de um debate político que existia sobre a regra de ouro, mas, enfim, há uma energia dos técnicos hoje gasta relevante só para superar questões de restrições de rigidez orçamentária. Eu acho que é importante a gente ter isso em mente. Talvez não seja o cenário desejável a gente gastar tanta energia trocando fontes orçamentárias, tentando encontrar recursos para fazer frente às despesas que estão autorizadas e, como o Eugênio disse, devem ser executadas.

Último ponto – e aí também é uma preocupação que eu sempre tenho quando há alterações constitucionais. É muito importante, e a literatura recomenda, que as regras fiscais sejam claras. Essa alteração impõe, cria uma nova categoria de despesa, que são as emendas impositivas. Na verdade, elas já foram criadas com a Emenda 86, mas agora estão se ampliando para as emendas de bancada. É complicado para uma pessoa entender como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funciona o Orçamento. E, a cada momento que a gente altera a lei, a gente parece deixar pontas soltas em outros lugares. Então, acho que é um pouco urgente que a gente enxergue o Orçamento no todo, se as suas regras são harmônicas, e não tentar atacar pontos específicos que deixam fios soltos em outras questões.

É essa a contribuição.

Vamos para o debate, pela hora...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Somos nós que agradecemos, mais uma vez, ao Dr. Daniel.

O objetivo desta audiência pública é exatamente este: que o Orçamento deixe de ter essas pontas soltas e que ele passe a ser, de uma forma geral, impositivo, no sentido de alcançar as metas tão sonhadas pela população brasileira.

Quanto às emendas parlamentares, os senhores, Dr. Eugênio, Dr. Fernando, Dr. Daniel, que estão mais diretamente assessorando os Senadores e os Deputados, sabem que o objetivo dos Senadores e dos Deputados é fazer com que cheguem lá na ponta, lá no seu Município, no Município menos favorecido – como disseram aqui o Dr. Fernando e o Dr. Daniel – também os recursos para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para o saneamento básico.

Essa proposta que os senhores nos trazem no momento é, sem dúvida nenhuma, o que nós desejamos para iniciar esse grande debate de termos um Orçamento mais seguro, mais firme, no sentido de fazer com que as programações, as metas e o objetivo geral sejam alcançados.

Passo a palavra ao nobre e competente Senador do Estado do Rio Grande do Norte – e eu digo grande em todos os sentidos: grande fisicamente, grande intelectualmente, grande no preparo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Mas, neste assunto, eu estou aprendendo. É complexo.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – É, nós estamos aqui... Eu ia dizer inicialmente, inclusive, Senador Styvenson, que eu preciso...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Esta audiência serve para isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... de, no mínimo, mais umas cinco aulas, Dr. Eugênio, Dr. Márcio, para poder começar a discutir com os senhores com um pouco mais de conhecimento sobre o assunto. É importantíssimo, e fico muito feliz com a presença dos senhores aqui porque os senhores estão nos ajudando bastante a fazer uma discussão profunda sobre isso.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. Para interpelar convidado.) – O senhor ainda foi modesto, só precisa de cinco. Eu preciso de infinitas.

Eu entrei agora, Senador, há quatro ou cinco meses – vai fazer cinco meses. Estou tendo esse conhecimento agora. Acho que as pessoas que estão assistindo, Senador Mecias, têm essa dificuldade também porque há uma nebulosidade, são tantos números, é tanta complexidade que não se torna fácil para a população entender, e a quem mais isso interessa é à população. Somos representantes deles, Senador Mecias, Exmo. Presidente Mecias, mas precisamos, claro, fazer bom uso de tudo isso que foi visto.

Uma coisa só que eu não entendo – e eu não entendia quando era civil, quer dizer, antes de ser militar, antes de ser político – em relação a essas emendas individuais, a essas emendas que estão vindo coletivas é a forma como elas foram criadas. Eu as via, até um tempo desse atrás, Sr. Eugênio, como uma forma de manter currais eleitorais. Eu as via, até um tempo atrás, antes de eu chegar aqui, como uma forma de um político ter e manter seus votos, manter Prefeito dentro do seu cercado. Se eu estiver errado, me corrija, porque essa é a ideia que a população tem.

Eu, sinceramente, não sei nem o que vou fazer com as minhas, mas eu quero fazer um bom uso. E espero que o Daniel, como é aqui conselheiro do Senado, o Sr. Fernando, o Sr. Eugênio e a população também me fiscalizem, olhem! Porque eu vou fiscalizar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – O Sr. Márcio vai liberar? Tem que liberar, não é impositivo? (*Risos.*)

Ou não? A não ser que vá ser também cortado com esse contingenciamento.

Então, é essa a dúvida que eu acho que a população tem. Eu aqui, recém-chegado ao Senado, Senador Mecias – o senhor já tem bem mais experiência do que eu, tanto que precisa de cinco aulas, eu preciso de muito mais aí, de fazer uma pós-graduação, uma graduação nesse tema –, acho que é o que a população sente. Era o que eu via e sentia: "Só envio se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me ajudar". E, dentro desse envio, ainda há o mau uso, a obra que não é completa, a má destinação, a apropriação do bem público. Como combater isso? Como eu vou ter certeza? Eu não quero me apropriar do dinheiro público, nem vou permitir que alguém se aproprie dele. Quando chegar a mim, eu vou querer ver o fim, vou querer chegar até o resultado final. Se é para comprar uma caneta, vai ser para comprar uma caneta. E eu vou atrás disso.

Então, é isto que às vezes me falta: esse conhecimento de saber, como Parlamentar, até onde eu posso rastrear esse valor, para conseguir mostrar para a população o que está sendo feito. Se eu mando R$1 para Pau dos Ferros, que é o meu destino, vamos dizer, natal, Mossoró, que esse R$1 chegue de fato e que ele seja realmente gasto da forma mais eficiente possível. É desse tipo de transparência que a gente precisa; não só discutir para quanto vai, quanto vai ser de emenda, quanto vai ser de orçamento, mas tornar mais simples para a população fazer parte disso.

Eu vi aqui algumas perguntas que eu creio que são das pessoas que entendem, que estão dentro da área, mas a maioria não. A maioria só vê uma placa, a maioria só passa por um lugar e vê: obra feita com tantos mil reais. Ainda colocam lá: destinação tal.

A política tem que ser atrativa. A política, Senador Mecias, tem que trazer as pessoas para cá. As pessoas estão repudiando, porque se cobra muito delas e se devolve pouco. E, quando devolve, devolve em forma de curral eleitoral, para mantê-las sempre presas na mão daquele político.

Eu acho que não sou só eu que penso assim; acho que muitos Senadores novos que entraram aqui pensam da mesma forma – os Senadores que ganharam a eleição sem dinheiro público, sem televisão, sem rádio, como foi o meu caso, que não precisam de emendas para se eleger, que não precisam extorquir Prefeitos ou a população. É assim que eu via até então. Então, o que eu não vou fazer é o que eu criticava.

Então, eu queria, dentro dessa pergunta, saber, como Parlamentar, como eu posso ir até o final.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Antes de passar a palavra para os senhores responderem ao Capitão Styvenson, nosso Senador, quero dizer que, quando eu disse que preciso de no mínimo cinco aulas, era exatamente baseado no que disse aqui o Dr. Daniel, o Dr. Fernando, o Eugênio e o Márcio: a peça orçamentária é tão complexa que, com qualquer medida que se faça nela, ela se torna mais complexa ainda, há que se mexer nela toda. Por exemplo, a PEC das emendas impositivas agora, para adotar essa emenda, teve que fazer uma mudança geral no Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como eu fui Deputado Estadual por seis mandatos, Presidente da Assembleia Legislativa por oito anos, eu já conhecia mais ou menos o Orçamento do meu Estado, mas sempre que vinha a peça orçamentária, vinha uma série de pegadinhas. Sempre que vinha, vinha uma série de pegadinhas. Sempre se tinha que analisar novamente. Toda equipe técnica da Assembleia Legislativa tinha que analisar novamente, como é aqui na Câmara dos Deputados, como é no Senado da República. Tem que se analisar tudo novamente, porque às vezes uma pequena mexida muda o Orçamento todo, e há que se analisar de novo. Então, mesmo os grandes *experts* em Orçamento, como nós estamos vendo aqui hoje, eles mesmos estão falando da complexidade do Orçamento. Então, nem mesmo uma pós-graduação que V. Exa. vá fazer vai lhe deixar *expert*. Vai precisar sempre continuar estudando sobre o tema.

Eu quero, antes de passar as palavras para os senhores, se os senhores me permitem, ler algumas perguntas. Nós temos algumas pessoas que fazem perguntas, que participam – e que podem continuar participando – através do nosso portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Nós temos aqui várias perguntas.

O Antonio dos Santos, lá da Paraíba, pergunta – olhe só, Senador Styvenson –: "Há mecanismos para cobrar do Poder Legislativo a aprovação da peça orçamentária antes do período limite?".

Não, não há mecanismo. Pode haver boa vontade. O Senado, a Câmara, o Congresso pode aprovar antes do período limite, mas há mecanismo para o período limite. Para esse há mecanismo. Se não for aprovado no período limite, inclusive, o Congresso é impedido de entrar de recesso, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Ah, é a LDO. Está certo. É só sobre a LDO.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pode-se executar provisoriamente o Orçamento anterior.

O Adelson Rodrigo, de Santa Catarina, diz: "Sou contra a rigidez orçamentária, assim como sou contra o absurdo de artigos inseridos na própria LOA autorizando o Executivo a alterá-la".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou agradecer também à Tais Reis, de Rondônia, à Sonia Beatriz, do Rio de Janeiro, ao Assis Marinho, do Distrito Federal, ao Jose Nilson, de Alagoas, ao Nezio Jose, do Paraná, ao Valdemagno, de Pernambuco, e ao Luciano, de Minas Gerais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É interessante, Mecias, que, dentro da segunda pergunta, a da Tais, ela é a favor da rigidez. Enquanto o Adelson é contra, a Tais é a favor.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – A Tais é favor, exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – A política é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – É interessante. É por isso que há essas discussões todas.

Os senhores gostariam de fazer alguma consideração com relação ao que o Senador Styvenson falou?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Se eu estiver errado, podem me corrigir. Fiquem à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Por favor, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT – Senador, eu acho que não está errado, não, de forma alguma.

Historicamente, enfim, desde a República Velha, pelo menos, o mecanismo de emendas tem sido usado pelo Legislativo também como uma forma de negociação clientelar. A gente tem gradualmente, desde o início do século, e o que a gente aponta nesse trabalho, talvez um pouco contestatário, é o seguinte: o Legislativo tem a prerrogativa de decidir toda a alocação, e aí ele está falando do interesse público. Se ele se autolimita a decidir – as minhas emendas são 1% ou 2% da receita corrente líquida –, ele está abrindo mão de decidir 80%, 89%, 90% da receita, para ficar com 2%. Aí, não há como não achar que há uma motivação clientelista. Por que 14 milhões? O Congresso deveria estar decidindo se vai alocar 5 milhões para o submarino nuclear, se vai alocar 2 bilhões para contribuições às Nações Unidas, se vai alocar... Ou seja, o conjunto da despesa.

Então, nesse caso, é bastante forte essa percepção de que, se eu me limito a distribuir uma determinada parcela igualitária para todo mundo, eu estou abrindo mão de decidir olhando o conjunto. Então, esse é um ponto, ou seja, as emendas, em tese, deveriam não ter limite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum, porque eu estou decidindo o conjunto, quanto que vai de previdência, de defesa, de agricultura.

E o segundo ponto que o senhor falou, de até onde eu posso rastrear esse valor. Há muito recurso em formação, os serviços daqui, de assessoramento daqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT – ... e do gabinete são bastantes, estão à disposição. Então, dá para seguir, sim, o rastro de cada emenda e, eventualmente, o papel do Parlamentar diretamente, ou do seu eleitor, e, no máximo, lá na ponta, na prefeitura, é verificar fisicamente se foi feito, mas o seguimento do recurso é bastante detalhado. Então, é perfeitamente possível o Parlamentar fazer um acompanhamento intensivo, e há Parlamentares que fazem, dessa regularidade, desse atendimento.

Em relação ao Antonio, da tempestividade, de fato, todo esse poder que a gente propõe conferir ao Legislativo, se não tiver uma tempestividade na decisão, aí, sim, ele é capaz de criar impasses, estrangulamentos. De fato, é preciso ainda fazer... Internacionalmente existem, enfim, alternativas provisórias de execução que nós não temos, inclusive. Na verdade, fica dependendo da LDO. Se a LDO não aprovar, não tem. Então, isso é um ponto de grande insegurança e é algo que precisa, sim, ser inserido em qualquer tratamento do que a gente fizer, alguma forma de dizer.

Eu, pessoalmente, defendo que seja mais contundente do que uma execução provisória. Defendo que seja um decurso de prazo. Se o Legislativo não deliberar naquele momento, fica valendo o que o Executivo quer. Isso é um incentivo para o Legislativo deliberar e não ficar...

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. *Fora do microfone*.) – Faz errado.

O SR. FERNANDO MOUTINHO RAMALHO BITTENCOURT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Dr. Eugênio.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN – Acrescento, assim, rapidamente, esse dilema sobre a questão: ter ou não ter. Como é que seria esse dilema sobre a questão ter ou não ter? Como é que seria o País sem emendas? E aí uma coisa que se coloca, olhando a evolução, desde a Constituição de 88, que motivou muito a questão das emendas, é o fato seguinte: sem as emendas nós teríamos que, necessariamente, ter uma legislação que regulasse as transferências voluntárias, principalmente para evitar um fenômeno comum: que o Ministro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área A, B ou C jogue a metade dos recursos no Estado dele – a outra metade para o resto do País.

Então, muita gente estudou essa questão das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. *Fora do microfone.*) – Só que sem a participação do Congresso.

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN – Então, assim, o que eu levantei? Qual o caminho? Por exemplo, nos Estados Unidos, as transferências voluntárias, em boa parte, como é que eles resolvem? Você vota, você não deixa solto. O Legislativo vota um critério, vários critérios, às vezes, complexos. Leva-se em conta população, renda IBGE, política pública, e aquilo é que determina. Então, se, para a infraestrutura urbana, por exemplo, você joga 500 milhões, 1 bilhão, o Orçamento coloca 5 bilhões, 1 bilhão. Agora, como aquilo será distribuído entre Estados e Municípios, isso envolve uma série... Por exemplo, para os Municípios mais carentes, em geral, a política pública se legitima na medida em que atende aos mais necessitados. Então, é o critério da população beneficiada. Se é um programa de moradia, você vai fazer um levantamento estatístico – e nós temos que ter bons levantamentos estatísticos – e aí o Congresso vota uma lei que determina que o gestor leve em conta os seguintes critérios. Então, você afasta o perigo de o Ministro colocar todo o recurso para o lado dele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EUGÊNIO GREGGIANIN – É isso. Eu acho que a gente vê como um caminho, mas tem que ser gradual, porque você teria que ter essa legislação e essa garantia. Isso já foi testado em alguns aspectos. Por exemplo, no MEC, parece que ônibus escolar tem critérios, parece que algumas políticas do MEC já estão nessa linha, ao encontro dessa linha.

Então, essa mudança de modelo para um modelo particularista, em que o Parlamentar tem que capturar as necessidades e o risco de criar uma dependência política, de criar também uma desigualdade na competição eleitoral, eu acho que deve ser feita e acho que o caminho realmente é esse, mas substituindo-se por um modelo em que você já tem mapeadas as necessidades e tal, e aí o Congresso decidiria, no Orçamento, o grande montante, e não cada localidade. Aliás, isso não é feito nem no Orçamento hoje; é feito depois do Orçamento, via uma indicação no Siop, que já é uma coisa meio esquisita, meio estranha, porque o Parlamentar está se tornando Executivo, ordenador de despesas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Se isso é esquisito para o senhor, que está aqui há muito tempo. O senhor me falar isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. *Fora do microfone*.) – Daniel.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL COURI – Eu queria fazer só um comentário em cima do que o Moutinho falou.

Acho que, às vezes, a gente cria uma percepção ruim de que o Congresso participa do Orçamento só por meio das emendas. Eu acho, na verdade, que 100% do Orçamento vem do Congresso. A gente viu ali um gráfico que mostra que 90% das despesas são obrigatórias; se são obrigatórias, elas derivam da Constituição ou de uma lei. Quem definiu 90% das despesas foi o Congresso. Os 10% restante são de políticas públicas também, e, em uma democracia, qualquer decisão de alocação de recursos é feita em condomínio; é o condomínio aqui da Praça dos Três Poderes. Os órgãos elaboram as propostas, o Executivo as consolida e encaminha a proposta orçamentária consolidada; o Congresso delibera sobre ela.

É só uma observação porque vejo que é muito comum a gente ouvir este tipo de comentário de que o Congresso participa pouco do Orçamento. É, sim, uma visão possível de que o Congresso se debruça sobre as emendas principalmente, mas toda alocação de recurso deriva do Congresso, quer seja de uma decisão originária na Constituição, pelo Constituinte derivado, ou por meio de leis.

Era só esse comentário.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu digo o seguinte: o Governo propõe e o Congresso aprova. Na realidade, o correto seria o Governo propor e o Congresso fazer o Orçamento, aprová-lo depois de uma grande discussão. Mas o Governo, quando encaminha a proposta, já a encaminha dizendo que não se pode mexer ali... Você já está proibido de mexer em vários locais. Então, é o Governo que, na realidade, faz o Orçamento. Ele engessa o próprio Orçamento que ele encaminha para o Congresso Nacional discutir. Esse é o pensamento que eu tenho e que não sei se...

O SR. DANIEL COURI – O ponto é que as regras que ditam o processo orçamentário vêm da Constituição, e, de fato, o processo de emendamento alcança um pedaço muito pequeno porque ele não pode alcançar as despesas obrigatórias, as despesas que constituem obrigações constitucionais legais. A provocação, de certa forma, que eu fiz é de que, se a despesa é uma obrigação constitucional legal, ela foi criada no Parlamento por uma vontade legítima da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Perfeito, entendi.

Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO LUIZ DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA – Eu queria falar sobre dois pontos fundamentais e até da fala do Senador Capitão. O meu sonho é entender que, no Parlamento – não só nas emendas, visando às suas metas, visando à entrega da coisa pública a quem mais se destina –, todo o Orçamento fosse com essa intenção; ou seja, para mim, fica muito claro que o papel das câmaras setoriais tanto do Senado quanto da Câmara, do Congresso, precisa ser elevado a outro patamar, caso venha a ocorrer esse nível de impositividade com que a gente está trabalhando agora, porque a ideia é que se tenha realmente uma avaliação sobre, inclusive, o que o Daniel falou da colocação das obrigatórias, que, eventualmente, vêm da Constituição e vêm de legislações específicas, e que o Orçamento apenas orce, como o Eugênio falou. Não há muita discricionariedade nisso, mas é um valor gigantesco dentro do Orçamento, de que se precisa medir o resultado.

Então, eu trago o exemplo da educação. Todo mundo fala que o gasto com a educação no Brasil é equiparado, por exemplo, com países desenvolvidos, países que estão na OCDE, em relação ao PIB. E os nossos resultados no Pisa são os piores possíveis. Mas vamos olhar um pouquinho mais. Qual é o maior *per capita* por aluno? É no ensino superior ou no ensino básico? Vamos ver o resultado do ensino básico, por exemplo. Será que a gente está acima ou abaixo do que é despendido no ensino básico para as crianças? Se a gente for ver por esses detalhes, veremos que estamos muito abaixo, em mais da metade do que investem países desenvolvidos da OCDE, em referência ao ensino básico.

Sim, mas nós temos o Fundeb; nós temos alguns mecanismos de incentivo que são obrigatórios e que estão no Orçamento. E por que, então, Estados como Ceará ou Pernambuco, em alguma medida, têm resultados tão diferentes, no Ideb nosso ou na nossa própria avaliação, daqueles de outros que recebem, inclusive, recursos do Fundeb? Recebem, inclusive, até mais recursos do que esses dois Estados que eu comentei aqui. Então, às vezes, não é o recurso, não é o dinheiro que vai trazer o resultado. O que tem que ser avaliado é que tipo de entrega eu estou adquirindo e que tipo de resultado eu estou tendo a partir dessas obrigações todas que eu tenho no Orçamento. O meu sonho é ver esse tipo de avaliação sendo feita. E essa avaliação tem muito mais legitimidade quando sai daqui, desta Casa. Então, no meu ponto de vista, é isto: vamos fazer uma avaliação de revisão dos gastos, mas desses gastos ditos obrigatórios, que já estão há muito tempo na Constituição ou, enfim, em lei?

Eu tenho outro exemplo: o Fust, que é aquele em que você paga lá um valor tal da sua conta para poder recolher, para poder aplicar na universalização das telecomunicações, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo. Porém, na criação do Fust, ele foi colocado ali para a criação em uma despesa, para você gastar em uma despesa em que se levaria a telefonia fixa para todo o País, para aqueles lugares que não têm. A nossa realidade é outra. Então, hoje eu continuo arrecadando uma receita que eventualmente precisa de uma revisão, porque essa despesa à qual ela está vinculada já não se mostra aderente às demandas da sociedade.

Era só para fechar. Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Então, eu quero...

Senador Styvenson, lamentavelmente nós não temos número para definir, para deliberar sobre os requerimentos. Nós não temos quórum para deliberar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Se o senhor quiser ler, deixar lido aí...

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Pode ser feita a leitura? (*Pausa.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não? Então, está bem, não funciona assim. Seria um requerimento para uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu vi aqui o requerimento de V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – ... para colocarmos a inteligência artificial.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Para utilizarmos a inteligência artificial. (*Fora do microfone.*) Vermos até onde ela... É tão eficiente em empresa privada a inteligência artificial!

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Eu vi o requerimento de V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Temos de colocá-la no setor público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – E os requerimentos do Senador Zequinha e do Senador Rogério Carvalho também são importantes, mas, infelizmente, em função de não termos quórum, vamos agradecer a presença dos nossos debatedores: o Dr. Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, Subsecretário de Orçamento Federal do Ministério da Economia; o Dr. Eugênio, Diretor da Coordenação de Legislação e Normas Orçamentárias da Câmara dos Deputados, a quem também nós queremos agradecer por atender o nosso convite; o Dr. Fernando Moutinho, Consultor de Orçamento e Fiscalização do Senado Federal; e Dr. Daniel, também Consultor de Orçamento do Senado Federal e da Instituição Fiscal Independente.

Agradeço a todos, agradeço aos telespectadores, a todos aqueles que participaram conosco, e damos por encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Irajá, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Dário Berger, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Juíza Selma. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2020)**. Finalidade: Discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 05/2019 – CN, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. RELATOR: Senador Confúcio Moura. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, favorável às duas emendas seguintes de inclusão de Meta: **(01) AÇÃO: 20ZR - Política Produtiva e Inovação Tecnológica | META: 10; (02) AÇÃO: 20Y6 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária | META: 381** e às seguintes emendas de texto: (01) EMENTA: Art. 56-A - Recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da lei - **Artigo 56**; (02) EMENTA: MCTIC-Priorização ao desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e inovação | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III - **Inciso I Item 63**; (03) EMENTA: MCTIC-Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da lei - **Artigo 12 Parágrafo 1 Inciso II**; (04) EMENTA: EMBRAPA - Ressalva pesquisa agropecuária | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III - **Inciso II Item 4**; (05) EMENTA: ESTRADAS VICINAIS - PERMISSÃO DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO - Art. 17, § 1º, inciso IV, alínea f | **TIPO: Modificativa** | REFERÊNCIA: Corpo da lei - **Artigo 17**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo 1 Inciso IV Alinea f; (06) EMENTA: PRIORIZAR SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE EM LOCAIS DE VULNERABILIDADE HUMANITÁRIA | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da lei - **Artigo 36** ; (07) EMENTA: assegurar alocação de recursos para cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Corpo da lei - **Artigo 21**; (08) EMENTA: Programa Minha Casa e Minha Vida | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III - **Inciso I Item 63**; (09) EMENTA: Proteção do contingenciamento - Programa Nacional de Crédito Fundiário | **TIPO: Aditiva** | REFERÊNCIA: Anexo III **- Inciso I Item 63**. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública para debater como a administração pública poderá utilizar-se da inteligência artificial em suas ações de políticas públicas, em especial, nas atividades desenvolvidas no Senado Federal." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no que se refere à produção e oferta de energia elétrica no país, o desequilíbrio entre alto custo, baixa qualidade e ineficiência enfrentado pelos brasileiros." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação**: Incluída a Dra. Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira como convidada em substituição ao Dr. Bruno Valente. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 7, de 2019** que: "Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Análise Crítica do Estado brasileiro, Instituições e Sistema e Regime de Governo após promulgação da Constituição Federal de 1988”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 8, de 2019** que: " Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na Transparência da Administração Pública e na Prevenção à Corrupção e Processos de Investigação”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 9, de 2019** que: " Requer a realização de uma agenda de atividades, envolvendo debates, audiências públicas e missão oficial para estudos, sobre o tema “A Interferência das Notícias Falsas (Fake News) no Debate Público e Ameaças à Democracia”." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 – MINUTA DE PROJETO DE LEI** que: "Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que *estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil*; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que *dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que *institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*, para dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovada a apresentação. Ao final, tendo em vista a necessidade de aprovação da ata da reunião para o devido encaminhamento à Comissão Mista de Orçamento, o Senhor Presidente submete a aprovação da ata da presente reunião à aprovação. **Aprovada.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de julho de 2019.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho às Sras. e aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da 5ª Reunião, realizada em 3 de junho de 2019.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se divide em duas partes. A primeira destina-se à deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020. E a segunda parte destina-se à deliberação de requerimentos e minutas de projetos de lei.

Primeira parte: deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão Senado do Futuro ao PLN 5, de 2019 (PLDO 2020).

Foram apresentadas 23 emendas a esta Comissão, sendo nove emendas referentes ao Anexo de Metas e Prioridades, e 14 emendas, ao texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cada Comissão permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até duas emendas de inclusão de metas, e não há limites para proposição de emendas ao texto.

Passo a palavra ao eminente Relator, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, no prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 23 (vinte e três) propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 – PLDO 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020. Dessas, 9 (nove) foram destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades, e 14 (catorze), ao texto do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme aprovado no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada Comissão Permanente pode apresentar até duas emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2020. Não há limites para as emendas ao texto do projeto.

Nas atribuições da Comissão Senado do Futuro se encaixam uma série de matérias. Porém, as ações mais atinentes ao escopo desta Comissão são aquelas que se caracterizam por apresentar resultados que apenas se concretizam no médio e no longo prazo, como às relativas à pesquisa científica e à educação. Diferentemente de uma estrada, que pode demorar alguns anos para ser construída, mas está pronta para o uso após a sua conclusão, as iniciativas que demandam a formação de capital humano requerem um período longo de maturação. Apesar do mérito de todas as propostas ao Anexo de Metas e Prioridades, tivemos que indicar para a aprovação deste Plenário apenas duas delas, com base nesta perspectiva de longo prazo, inerente ao objetivo desta Comissão.

Tomando também por base as determinações do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 5/2019 (PLDO 2020) e do disposto no artigo 43 da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, optamos por sugerir o acolhimento da ação "20ZR – Política Produtiva e Inovação Tecnológica", proposta pelo Senador Styvenson Valentim, e da ação "20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária", proposta pelo Senador Wellington Fagundes.

Sobre as emendas ao texto do PLDO 2020, o critério para acolhimento foi também a pertinência temática. Desse modo, consideramos meritórias e sugerimos o acolhimento das Emendas 1T, 2T, 3T, 4T, 5T, 6T, 8T, 11T, 13T e 14T, sendo que as Emendas 13T e 14T devem ser aglutinadas pois apresentam o mesmo texto.

Sugerimos as seguintes alterações nos textos das seguintes propostas de emendas, para melhor se adequarem ao texto do PLN nº 5/2019: Emenda 2T – "Inclua-se onde couber no Anexo III – Desenvolvimento científico, pesquisa, capacitação científica e tecnológica e a inovação"; Emenda 4T – "Inclua-se onde couber no Anexo III – Pesquisa e inovação para a Agropecuária"; emenda 6T – passar de art. 37 para art. 36-A; emenda 11T – "Inclua-se onde couber no Anexo III – Despesas destinadas ao Programa Minha Casa Minha Vida"; emendas 13T e 14T – "Inclua-se onde couber no Anexo III – Programa Nacional de Crédito Fundiário".

Para as demais, ou seja, para aquelas não afetas às áreas temáticas da Comissão, sugerimos o não acolhimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além desse óbice, a emenda 7T, em razão de que, conforme o art.16 da Lei nº 4.320/64, os recursos repassados a título de subvenção social devem ser calculados com base no serviço prestado e não comportando repasse para investimentos.

A emenda 10T colide com o art. 61, §1º, inciso II-a, da Constituição Federal (iniciativa privativa do Presidente da República, "criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração").

E as emendas 9T e 12T por não serem atribuições desta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de nove emendas de texto propostas, cujos números são: 1T, 2T, 3T, 4T, 5T, 6T, 8T, 11T, 13T e 14T, sendo que as emendas 13T e 14T devem ser aglutinadas; e das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, pelo maior valor proposto para as metas:

a) "20ZR – Política Produtiva e Inovação Tecnológica" (propostas de emenda número 1); e

b) "20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária" (propostas de emenda número 9).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Parabenizo e aplaudo o eminente Relator, Senador Confúcio Moura, pelo brilhante relatório.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às emendas desta Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019.

As emendas aprovadas nesta Comissão serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos públicos e Fiscalização.

Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no que se refere à produção e oferta de energia elétrica no país, o desequilíbrio entre alto custo, baixa qualidade e ineficiência enfrentado pelos brasileiros.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA).

Com a palavra o autor, para leitura.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, na forma do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a produção e oferta de energia elétrica no País, o desequilíbrio entre alto custo, baixa qualidade e ineficiência dos serviços que a população brasileira enfrenta.

Proponho, para essa audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Rutelly Marques Da Silva, Consultor do Senado Federal;

2. Carlindo Lins Pereira Filho – Consultor e ex-presidente do Conselho Nacional de Energia;

3. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

4. Cassio Bitar Vasconcelos - Defensor Público no Estado do Pará; e

5. Dra. Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira.

Como todo mundo sabe, a necessidade de energia pauta a vida da sociedade; dela também depende a questão econômica do País. Enfim, é um insumo fundamental não só para a qualidade de vida, mas para a economia, para o desenvolvimento.

A gente tem vivido, na maior parte dos nossos Estados, extrema dificuldade. O meu Estado, por exemplo, tem uma das tarifas mais altas do Brasil e, junto com isso, enfrenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades no fornecimento de energia, queda de energia... Eu estive recentemente na cidade de Conceição do Araguaia, minha terra, e constatei que, durante determinadas horas do dia, não se consegue manter ligado um aparelho de ar condicionado, em um lugar extremamente quente, porque a energia sobe e desce a toda hora queimando equipamentos. E em todos os lugares a que se chega se vê um problema.

Nós gostaríamos de, numa audiência pública aqui, com toda tranquilidade, fazer uma análise, Presidente, dessa situação Brasil afora. Sei que lá em Roraima também as coisas não são tão fáceis, não sei bem em Rondônia, do nosso querido Senador Confúcio Moura, mas o Brasil passa por problemas, paga um custo elevadíssimo – por falar nisso, a Aneel está autorizando mais um aumento.

Uma das questões que mais nos intriga nessa questão toda é que as concessionárias estão pressionando todo o tempo o Governo por aumento, reajuste, e não deixam de perder energia com os gatos, com a má gestão do sistema, que é um horror em determinados lugares. Se houvesse uma gestão com mais qualidade, com certeza haveria menos prejuízos e certamente não estariam pressionando o tempo todo por um reajuste de tarifa.

Então, quero aqui pedir a aquiescência dos meus colegas no sentido de aprovar o requerimento para que a gente possa fazer um bom debate e encontrar saídas, encontrar soluções e dar encaminhamento a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Em votação o requerimento do Senador Zequinha Marinho.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Há requerimento sobre a mesa do Senador Styvenson.

Gostaria de saber se o Senador Confúcio poderia fazer a leitura do requerimento do Senador Styvenson. (*Pausa.*)

O Senador Styvenson é bastante assíduo aqui na Comissão. Alguma coisa o impediu de chegar até aqui.

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater como a administração pública poderá utilizar-se da inteligência artificial em suas ações de políticas públicas, em especial, nas atividades desenvolvidas no Senado Federal.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) e outros

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Senado do Futuro, com o objetivo de debater como a Administração Pública poderá utilizar-se da inteligência artificial em suas ações de políticas públicas, em especial, nas atividades desenvolvidas no Senado Federal.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Thiago Marzagão, Controladoria-Geral da União (CGU); Felipe Leitão Valadares Roquete, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Ricardo Fernandes, sócio fundador do Legal Labs Brasil; representante da Associação Brasileira de Inteligência Artificial; representante do Instituto Brasileiro de Inteligência Artificial.

E ele faz a justificativa, que é muito importante. O uso de máquinas e *softwares* para reproduzir funções cognitivas humanas, tais como soluções de problemas e planejamento e tal...

Não vou ler tudo, mas, ao final, ele fala: em razão disso, requeremos a realização dessa audiência pública para debater como a Administração Pública, e o Senado, em especial, pode utilizar a inteligência artificial para ser mais eficiente em suas ações de políticas públicas e como lidar com eventuais erros para minimizá-los.

Era esse, Sr. Presidente, o requerimento do Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – As Sras. e Srs. Senadores que concordam e que aprovam o requerimento do Senador Styvenson permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Senador Zequinha Marinho para assumir a Presidência dos trabalhos, enquanto eu faço a leitura de um projeto de lei de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Boa tarde.

Item 6 da pauta, minuta de projeto de lei de autoria do Senador Mecias de Jesus.

Com a palavra o autor para a leitura do seu projeto.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, eminente Senador Confúcio Moura, eu gostaria de pedir vênia, Sr. Presidente, para fazer a leitura apenas da ementa do projeto, de que, os senhores, certamente, já têm conhecimento.

O projeto de lei se destina, e a ementa traz o seguinte texto: altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil; a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995; e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para dispor sobre o acesso contínuo e gratuito aos serviços públicos digitais, em tese, em termos, para assegurar o acesso contínuo e gratuito aos usuários de serviços públicos digitais considerados essenciais, na forma do regulamento.

É esse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Em discussão o projeto de lei de autoria do Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Como não há quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao seu titular, Senador Mecias de Jesus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 44, inciso I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A via original será entregue à Comissão Mista de Orçamento.

Algum Senador deseja fazer alguma consideração? Senador Confúcio? Senador Zequinha? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Juíza Selma, Fernando Bezerra Coelho, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Telmário Mota e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Comunicado que não houve manifestação sobre os documentos anunciados em 22 de maio de 2019, na 13ª reunião, e que são arquivados. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2019 - CMA, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia. **Finalidade:** Debater o tema “Lucros verdes: como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas preservando o meio ambiente” como parte das ações do “Junho Verde – o Meio Ambiente une”. **Participantes:** Sr. Tiago Alves, CEO da Sunew; Sr. Roberto José de Freitas, Fazenda Santa Brígida (representante de: Marize Porto Costa); Sra. Luciana Villa Nova, Gerente de Sustentabilidade - Natura (representante de: Guilherme Leal). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/11

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia a todos.

Vamos abrir a nossa audiência pública, avisando aos telespectadores que hoje, terça-feira, eu já visitei a todas as Comissões e vi que todas as Comissões estão com quórum baixo. Muitos Senadores estão em viagem, estão chegando, e daqui a pouco eles vão chegando, gradualmente, mas nós não podemos esperar nem fazer todos os convidados ficarem esperando.

Vamos registrar: aberto a todos os telespectadores, para que possam fazer perguntas interessantes.

O tema é fascinante, o tema é grandioso, o tema é complexo e é de uma curiosidade imensa para todo mundo: como operacionalizar, de fato, os lucros verdes.

Tudo isso veio em decorrência da proposição, aprovada por esta Comissão, de ser criado, aqui no Senado, o Junho Verde, para que a gente pudesse debater, na Comissão, temas de largo alcance da sociedade brasileira e do mundo, que fossem aqui discutidos convenientemente.

Havendo número regimental registrado, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, não houve manifestação em relação aos documentos comunicados em 22 de maio, na 13ª, que serão arquivados.

Eu já expliquei: todos poderão participar desta maravilhosa audiência pública sobre "Lucros verdes: como as empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas se tornaram prósperas e competitivas preservando o meio ambiente". Então, há várias fontes.

Todo o pessoal de casa pode participar, os estudantes das mais diversas áreas do conhecimento também podem participar, pelo senado.leg.br/ecidadania. O telefone é 0800-612211 – poderá ser utilizado também. E o portal e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, nós vamos fazer a composição da nossa Mesa, e os nossos convidados não precisam ficar assim, um pouco tímidos ao falar, porque estão falando para o Brasil inteiro. É uma audiência imensa, em que todos falarão nesse sistema da TV Senado, e terá um alcance grandioso. Vocês verificarão isso pelas perguntas que chegarão pelos sistemas.

Então, eu convido o Sr. Tiago Alves, que é CEO da... Eu nem sei falar a palavra aqui: Sunew.

Por gentileza, Tiago Alves. Por favor, sente aqui à minha direita.

Dr. Tiago, fique bem à vontade. Como é que está o senhor? Está bem?

Roberto José de Freitas, da Fazenda Santa Brígida, de Ipameri, Goiás – goiano, Ipameri, cidade tradicional e antiga de Goiás.

Já foi a principal, não foi? É um prazer muito grande!

Luciana Villa Nova, gerente de sustentabilidade da Natura.

Pode sentar aqui, Dra. Luciana. Como é que está a senhora? Veio de São Paulo hoje?

Muito bem!

Então, vamos começar, gente.

Eu vou passar a palavra...

Aqui o nosso tempo é de 15 minutos, 20 minutos, para o senhor apresentar. Se precisar de mais um tempinho, o senhor pode solicitar, viu?

O senhor pode... Eu não li o currículo do senhor, também não precisa, mas se o senhor quiser depois se apresentar, fique bem à vontade, viu? Aperte esse botãozinho, e o senhor pode ficar bem à vontade.

Tem alguma apresentação?

O SR. TIAGO ALVES (*Fora do microfone*.) – Temos. Temos uma apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então está bem.

O SR. TIAGO ALVES – Então, obrigado.

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou o Tiago Alves. A minha formação é em Engenharia Eletrônica. Passei pela Física também, mas, há muitos anos, eu tenho trabalhado com empreendedorismo.

Passei muitos anos fora do Brasil, voltei para o Brasil depois de dez anos no Reino Unido, para exatamente focar nesse projeto, sobretudo pensando nos nossos filhos.

Então, nada melhor do que a gente estar aqui, realmente falando, como o senhor falou, para o Brasil todo sobre sustentabilidade, sobre o meio ambiente, sobre o futuro, o que inclui o futuro científico, tecnológico, desenvolvimentista, industrial... O meio ambiente não é um impedimento a nada disso; ele é um viabilizador de tudo isso.

Então, tendo isso em mente, vou tentar me ater aqui aos 20 minutos.

Deram-me 20 minutos, viu, Presidente?

Tenho um monte de material, mas o conceito-chave que vale a pena a gente discutir aqui, quando a gente fala de meio ambiente, que tem se falado muito, é o conceito de transição energética.

Às pessoas aqui que entre nós viveram lá nas décadas de 70, 80, a gente falava de transição energética, e a principal motivação era: "Ah, um dia o petróleo acaba, não é? E aí? O que que a gente faz?"

A boa notícia é que o petróleo não vai acabar. A má notícia é que, se a gente continuar emitindo ou usando combustíveis fósseis e emitindo gases de efeito estufa do jeito que vai, a gente deve ter aí uns 15 anos de vida como planeta.

Então, a transição energética – e isso vale a pena ser compartilhado com todos – é uma das contribuições que eu quero deixar aqui. Isso não é uma vertente dogmática; é uma verdade científica. Mudanças climáticas estão acontecendo, e a transição energética de combustíveis fósseis para combustíveis renováveis é motivada, sobretudo, por isso.

E aqui é um gráfico muito interessante, porque mostra o seguinte: não há razão para sofrer, gente. A gente tem combustíveis fósseis? Tem, mas os renováveis são imensos!

A solar, essa que está aí demonstrada, é a mais abundante de todas, é a mais presente, é a mais gratuita, e, olha, o Brasil tem um monte! Então, não precisamos sofrer muito. O caminho está mais ou menos definido.

E, aí, aprofundando sobre gases de efeito estufa, existe algo que merece ser explicado, que é o que a gente chama "orçamento de emissões de gases de efeito estufa". O que que isso significa? Se a gente passar de um certo limite, a gente gera efeitos globais de aquecimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vão se tornar irreversíveis. Esse orçamento, a gente já usou 73% dele. Isso não é Tiago, não é a Comissão, não são opiniões; são fatos científicos.

Nesse tema, eu gostaria de trazer algo.

Aqui são fotos.

Eu participei, há pouco tempo, de uma conferência na universidade de Cambridge, de ex-alunos, em que são convidados grandes trabalhos que estão tendo repercussão mundial, e lá eu tive a sorte de participar de uma das conferências, em que a líder do Reino Unido... Inclusive, hoje, a prioridade número um no Reino Unido é aquecimento global. Se você perguntar ao Embaixador do Reino Unido, ele vai provavelmente dizer isso. Então, nesse trabalho, foi muito interessante, porque ela mostrou isto aqui: a presença de gás de CO_2 na nossa atmosfera, voltando quase 1 milhão de anos. Onde há o número um e o número zero, o *homo sapiens* apareceu mais ou menos ali, no meio daqueles dois. A gente pode voltar esse tempo inteiro, na história do Planeta, e o regime é mais ou menos esse: de repente, o *homo sapiens* aparece; de repente, ali, Jesus Cristo nasce, e aí a gente vê o que que acontece com o CO_2.

E não só isso. Se a gente fizer uma análise, isso aqui é muito interessante.

Novamente, não é uma questão política, nem dogmática, nem de opinião, nem do contraditório: são fatos científicos. Se a gente olhar para a análise de crescimento do PIB mundial, a gente tem aquela curva, que casa exatamente com o aumento da demanda energética, que casa com o aumento da temperatura da superfície, que casa com o aumento do nível do mar.

Todas essas coisas têm uma relação de causa e efeito inequívoca. E aqui vale um pouco da anedota por trás desses gráficos: ali há as fontes. O nome da pesquisadora é Emily Shuckburgh.

No final dessa palestra, e isso foi há pouco tempo, as pessoas perguntaram a ela – viu, Presidente? – o seguinte: "Olha, tudo isso é tão impactante, tudo isso é tão convincente... Qual é a proporção dos cientistas da área que debatem a causa humana relacionada com aquecimento global? Porque a gente vê tanto debate, a gente vê tanta...". E a resposta da pesquisadora foi: "Olha, honestamente eu não conheço nenhum cientista, nenhum especialista em clima que discorde dessa causalidade".

Então, esta mensagem eu gostaria de deixar aqui na Comissão, que isso são fatos científicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente colocar um construtor de navio para discutir com um artesão, eles podem ter opiniões diferentes, mas um vai entender de construir navio, o outro vai entender de arte. Quando a gente ouve os especialistas em clima, isso aqui é um fato científico. Então, essa era a primeira contribuição que eu gostaria de dar para esta Comissão.

E aí vêm, agora, os aspectos...

O.k., mas como isso pode ser uma ferramenta de desenvolvimento econômico e industrial para o Brasil?

Mas, antes disso, existe um pouquinho mais de tempero nessa equação.

Muitos de vocês já devem ter ouvido falar do Acordo de Paris. O Acordo de Paris é um combinado entre os países, para limitar a quantidade de gases de efeito estufa, de modo a limitar o aquecimento a 2 graus.

Gente, se nós continuarmos exatamente do jeito que a gente está, será aquela linha vermelha; se a gente realmente seguir à risca o que existe no Acordo de Paris...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Bom dia.

O SR. TIAGO ALVES – Bom dia.

Tudo bem? Tiago.

Então, o objetivo é manter a linha azul, é limitar um pouco abaixo de 2 graus. Hoje a gente está indo no caminho de 5 graus.

Gente, qualquer um que tem filho e neto aqui deve ter uma responsabilidade com relação a isso, porque provavelmente a gente não vai sofrer muito, mas nossos filhos e netos vão sofrer. E isso aqui é mais contundente ainda.

Mesmo mantendo o Acordo de Paris, limitando o aquecimento global a 2 graus, nós vamos, ainda assim, ver uma subida do nível do mar de mais de 60cm. Isso tem consequências imensas geográficas, sobretudo para um país como o Brasil. E, se a gente não cumprir o Acordo de Paris – que é o que parece que vai acontecer –, a tendência será aquela vermelha, e pode acontecer de até mais de 1m de subida do nível do mar.

Novamente: isso não é alarmismo, isso não é debate; isso são convicções científicas, que não cabe muito a gente questionar; cabe à gente realmente atuar em cima delas.

Mas, novamente, voltando ao tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.: como isso tudo se traduz para o Brasil em vantagem competitiva e etc.?

O Sol, na nossa opinião, é uma grande resposta. Como vocês viram antes, ele é a fonte mais abundante, a mais gratuita, a mais limpa...

E, aí, vamos ver alguns números.

Todas as previsões... E aí eu vou falar aqui de previsões com relação ao mundo e com relação ao Brasil, porque a segunda provocação é: como país, o que é que nós vamos fazer?

As únicas fontes de energia que realmente têm uma previsão de crescimento para os próximos 30 anos são a solar e a eólica. Isso é a previsão da Bloomberg, das associações internacionais de energia, etc.

Do lado direito, a gente tem as previsões de crescimento de energia solar. Uma coisa é certa: a gente sempre previu o crescimento, mas a gente sempre errou. Sempre cresceu muito mais do que tinha sido planejado – é o que está demonstrado lá. Então, é algo que já se espera que cresça, mas a gente atualiza os cálculos, e a coisa cresce mais do que deveria – ainda bem, porque é uma boa solução.

Mas aí novamente: o que é que o Brasil está fazendo com relação a isso?

Em primeiro lugar, esses são gráficos da Irena, que é a agência internacional de energia renovável, falando sobre a geração de empregos – que eu acho que é uma matéria muito nobre aqui para a Casa.

A fonte solar é a que mais gera emprego. Eventualmente, a gente vai ter variação geográfica, não sou especialista nisso, mas essas são fontes internacionais.

Então, a gente está falando não só de uma fonte limpa, abundante, gratuita, como de uma que gera emprego. Ela gera desenvolvimento econômico.

Além disso, ela não só...

Uma provocação também do nosso debate são os lucros verdes, e o sentimento é um pouco como: "Olha, como é que empresas conseguem lucrar apesar da sustentabilidade?"

A minha provocação seria o seguinte: por conta da sustentabilidade que as empresas lucram.

Nós temos empresas no Brasil, como a Natura, por exemplo – não vou falar em nome da Luciana –, que são ícones mundiais e com sucesso empresarial porque a sustentabilidade é um fim, não é um meio; não é uma obrigação por lei; é uma questão de princípio, uma questão de fazer o que é certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um dos recados aqui é o seguinte: as empresas estão acordando, os empresários estão acordando, e o Brasil precisa acordar, pois fazer o que é certo dá resultado, fazer o que é certo dá lucro, e não o contrário, em que depois que você dá lucro é que você vê o que tem que ser feito como certo.

E essa aqui é uma lista de algumas das empresas do mundo que já anunciaram que 100% da sua energia vai ser renovável. E novamente: isso não é porque nenhuma dessas empresas é boba; não. Elas são empresas que almejam lucro, mas que também almejam fazer o que é certo. Então, essa é uma terceira provocação que eu deixaria.

Além disso, a evolução da energia solar é inexorável e inequívoca. A gente aqui já está falando no Chile, onde os preços de energia solar são a metade do preço do carvão! Isso não é mais mito, não é previsão do futuro. A gente já está falando em preço de quilowatt-hora de US$0,02!

Hoje, em Minas Gerais, a gente paga R$0,90 na nossa energia. São US$0,02, Isso, vezes quatro, dão R$0,08. Então, estamos falando em energia dez vezes mais barata do que pagamos em casa.

Então, não é uma questão de futuro; é uma questão de presente, que a gente realmente precisa ser articular para movimentar.

O preço da energia solar, desde 1977 para cá, já caiu 250 vezes. E é uma evolução que continua, inclusive trazendo de volta um pouco ao tema Brasil, um pouco à Sunew, a empresa que eu represento, que está desenvolvendo a próxima geração de energia solar.

Mas, um pouco de volta ao Brasil...

Então, a gente viu isso tudo: a gente viu que solar é uma boa resposta, a gente viu que ela gera empregos... Agora, vamos ver como é que o Brasil está nessa parada.

O Brasil tem um potencial solar gigante, e, gente, do nosso *mixer* energético, 2% são de energia solar. Isso realmente merece, pelo menos, a pergunta: por que isso está assim? E qual é o caminho?

O microfone está funcionando bem, pessoal? Está?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TIAGO ALVES – Está.

Aqui a gente faz uma brincadeira, que é a seguinte: a gente pegou o Brasil junto com os três países que têm as maiores instalações solares do mundo. Então, pensando, são dois os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principais fatores que definem, vamos dizer, o que a gente pode chamar de nossa jazida solar: são a incidência solar de um lado e o tamanho do Território, porque a incidência solar é por metro quadrado. Se você fizer um cálculo da nossa jazida solar, a gente tem 1,5 vez o que a China tem, a gente tem 28 vezes o que o Japão tem, e a gente tem 1,2 vez o que o Estados Unidos têm.

Mas vamos ver como isso se traduz em desenvolvimento econômico, como é que isso se traduz em indústria.

Se a gente fosse fazer um gráfico de *pizza* do potencial desses quatro países – a gente escolheu os três países líderes e o Brasil –, a gente tem 38% do potencial, do lado esquerdo. Isso é uma brincadeira numérica: os números são corretos, mas, obviamente, é uma simulação hipotética no mundo, onde você tem os quatros países principais e o Brasil.

Mas, quando você olha para o lado direito, que é a nossa participação, é 0%.

Então, a gente tem 38% do potencial e participa com 0%.

A China tem 27% do potencial e participa com o dobro, que é quase 60%. Os Estados Unidos têm 34% do potencial e têm 23% de participação, o que é compatível. O Japão está dando um *show* de bola: tem 1% do potencial, mas 21% dessa participação. Então, novamente, é uma reflexão de que, nesse jogo, por enquanto, a gente está atrás. Mas isso não tem que ser assim.

Quando a gente olha para as soluções solares...

Isso aqui é a foto de uma fazenda solar.

Na verdade, quando a gente olha do lado da Sunew – e agora vou começar a falar da empresa Sunew, da tecnologia que foi desenvolvida aqui no Brasil.

Na verdade, uma usina solar se parece mais com isso. São as cidades. E, aí, eu vou abusar dos nossos recursos de vídeo e vou mostrar do que é que a gente está falando.

Então, isso aqui é o painel solar do futuro, que, na verdade, não é mais um painel, é uma membrana. Essa aqui é uma tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Se quiser, pode ficar em pé.

O SR. TIAGO ALVES – Inclusive, essas luzes aqui estão sendo alimentadas porque se está convertendo essa luz interna aqui. Então, isso aqui é um material totalmente orgânico e não tem nada que precise ser minerado, purificado, transportado. O processo produtivo é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo de impressão – materiais orgânicos abundantes na natureza. Olha, isso aqui é uma tendência mundial, isso não somos nós, não é o Brasil, isso é algo reconhecidamente como a próxima geração no mundo inteiro.

Agora, a capacidade industrial de produzir isso hoje é liderada pelo Brasil. Por exemplo, aqui no fundo do meu celular vocês estão vendo uma luzinha, não estão? Isso está sendo alimentado por um pedacinho dessa membrana. A versatilidade desse tipo de geração é brutal, mas, novamente, o nosso problema não é estritamente energético. Eu costumo dizer o seguinte: o problema não é falta de elétron, o problema é excesso de C02. Então, é como gerar elétron sem gerar CO2. Isso aqui é a forma mais, novamente, verde possível de se gerar energia.

Então, a Sunew, como falei, é uma empresa brasileira que conta com sócios estratégicos. O BNDES é um banco de fomento que tem participado ao longo da história da empresa, uma empresa com base em Minas Gerais, que conta com o apoio do centro de pesquisas que é o CSem Brasil; e os sócios-fundadores são: uma empresa gestora de *venture* chamada FirCapital; uma empresa do setor de energia que é a Tradener; e a CMU.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO ALVES – Tudo bem? Essa é a sinalização de que passaram 15 minutos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TIAGO ALVES – Está bem, ou vou passar um pouquinho... Não vou passar mais do que dez minutos.

Então, agora, vale a pena a gente aprofundar sobre o que a gente tem no Brasil.

Eu falei do nosso problema verdadeiro, da coisa em dimensão global, das potenciais soluções, de como a energia solar gera recursos, mas qual é a nossa situação? Essa tecnologia que eu acabei de mostrar para vocês, isso aqui é aquela coisa... É sempre bom a gente mostrar os outros falando da gente: isso aqui é um artigo da BBC de poucos meses atrás falando da tecnologia orgânica, falando de novos recordes, falando que novos estudos mostram que pode ser tão eficiente como qualquer outra tecnologia. De fato, a BBC fez um documentário sobre a nossa empresa, veiculou isso no mundo inteiro em parceira com a Apex. Então, aqui também eu gostaria de colocar o agradecimento para a Apex, que foi fantástica nessa iniciativa.

Hoje a gente tem uma base no Brasil, a gente já está começando com operações comerciais na Califórnia. A Califórnia é um *hub* para que isso aconteça.

Aquela foto são... Vocês vão ver um vídeo que mostra em mais detalhes um pouco da nossa estrutura fabril que temos aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos uma empresa certificada B, que é uma certificação de empresas, que costumo dizer, do bem, empresas que realmente se preocupam com o meio ambiente e, como falei, enxergam o meio ambiente não como uma obrigação, mas como uma necessidade de terem resultado empresarial, de terem sucesso no longo prazo.

Os produtos são esse que vocês viram.

Agora eu vou mostrar algumas das instalações em que já estão acontecendo e estão entre as maiores do mundo, e muitos de nós aqui, no Brasil, sequer sabemos que isso existe.

A gente tem pessoas do mundo inteiro, a gente já teve presidentes de multinacionais que pegaram um avião para vir aqui ao Brasil só para ver esse prédio específico. Esse prédio é a nova sede da TOTVS, empresa de *software*, no qual você vê a fachada, sobretudo onde há aquele ponto branco, que é a logo da empresa, impressa com membranas solares, gerando energia.

Então, este é o conceito de energia do futuro: uma energia descentralizada, uma energia que é perto dos centros consumidores, é integrada nas nossas cidades, integrada em nossos prédios com a menor pegada de carbono possível. Essa é uma foto mais próxima disso.

Também aqui perto, em Goiás, está sendo instalada, no centro de pesquisas da Caoa Hyundai, uma fachada seguindo os mesmos conceitos.

Temos aqui os nossos amigos da Natura, e isso já foi anunciado. A Natura tem um prédio fantástico, o núcleo de aprendizado...

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Núcleo de Aprendizagem Natura.

O SR. TIAGO ALVES – Núcleo de Aprendizagem Natura.

Então, essa instalação é para a gente realmente bater no peito como brasileiro, por ter sido liderada por uma empresa como a Natura. Essa instalação é cinco vezes maior do que a maior instalação que já foi feita no mundo com essa tecnologia. Isso é realmente um exemplo mundial que está acontecendo aqui dentro do nosso território, com tecnologia brasileira.

Aqui são soluções, no caso, no Itaú, em uma das entradas do banco, para soluções de claraboia. Você vê que há uma transparência, você pode deixar a luz natural passar. A gente costuma dizer que a energia vai deixar de ser unidimensional para ser multidimensional. Ela não é só a energia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TIAGO ALVES – ... ela é a pegada de carbono, o conforto térmico etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar uma acelerada...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mais um minutinho.

O SR. TIAGO ALVES – Eu vou passar, então, o vídeo da empresa.

Shoppings centers serão os locais nos quais a gente vai ter as fazendas solares do futuro.

Veículos elétricos. A gente não para para pensar que metade da energia elétrica do mundo, da energia consumida, é em veículos.

Mobiliários urbanos.

Aqui para hotéis etc.

Vou mostrar para vocês o vídeo e já encerro.

Estruturas flutuantes, o Brasil é muito rico em hidrelétricas.

Regiões remotas.

Isso aqui, gente, é uma foto na Tanzânia. Eu, às vezes, fico triste, porque isso aqui deveria ser aqui no Brasil. Essa menina que está na foto, a Camila, levou, numa mala de mão, bobinas de energia para alimentar uma escola inteira na Tanzânia. Imagine isso aqui em nossa Região Norte, no Nordeste do Brasil, quando a gente tem milhões de pessoas que não têm acesso à eletricidade?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por favor, uma placa só daquela gera quantos quilowatts?

O SR. TIAGO ALVES – Da ordem de 50W por metro quadrado.

Então, uma residência... O consumo médio de uma família no Brasil consumiria na ordem de 12m^2. Então, uma família média, no Brasil....

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Quantas placas dessas precisaria para uma casa, numa família média?

O SR. TIAGO ALVES – Usaria 12m^2.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Doze metros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TIAGO ALVES – São 12m^2.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Essa daí tem o quê?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Essa daí tem o quê?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Doze metros contra cinquenta, não é?

O SR. TIAGO ALVES – Aquela deve ter 1,5m^2, 2m^2.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É isso aí.

O SR. TIAGO ALVES – Então, a Camila, lá na foto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ela gera quanto de energia?

O SR. TIAGO ALVES – Gera 50W por metro quadrado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Cinquenta watts.

O SR. TIAGO ALVES – Então, a facilidade de transporte, de logística, isso em rios...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Dr. Tiago...

Presidente, permita-me um aparte, uma indagação?

Qual a durabilidade de uma placa, de uma membrana como essa aí?

O SR. TIAGO ALVES – Sim, ela pode ser desenhada para ter uma durabilidade compatível a qualquer outra tecnologia. Por exemplo, em vidro, quando você fala em prédios, então, a durabilidade é medida no tempo que ela leva para cair 20% de eficiência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A capacidade de geração?

O SR. TIAGO ALVES – Cai para 80%.

Então, a gente está falando, essencialmente, de 5 a 20 anos. Se você usar o que se chama uma proteção mais barata em uma aplicação que não precisa de uma durabilidade de 20 anos, você pode chegar em cinco. Se você quiser desenhar algo mais durável para 20 anos, você desenha algo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quer dizer, você aplica essa tecnologia dependendo, naturalmente, do gosto do freguês?

O SR. TIAGO ALVES – Da aplicação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Do gosto do freguês?

O SR. TIAGO ALVES – É, exatamente.

Aqui a gente está vendo a transição de paradigmas. Lembra do Ford quando ele falava que o carro poderia ser de qualquer cor desde que fosse preto? A gente está vivendo essa transição aqui. A gente está vivendo num mundo onde o carro era só preto, e agora o carro pode ter qualquer formato, qualquer cor, qualquer desenho, porque o processo produtivo permite essa flexibilidade.

Por fim, vou terminar mostrando um vídeo rápido para não tomar mais tempo da empresa, mas que vai mostrar algumas dessas aplicações.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

O SR. TIAGO ALVES – Obrigado, pessoal, encerrou. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero agradecer ao Senador Jayme Campos por ter comparecido.

O tema é Lucros Verdes.

Ele iniciou falando sobre energia solar e outras formas alternativas de energia.

Quero agradecer ao Senador Styvenson que está presente. O Rio Grande do Norte dá um exemplo maravilhoso sobre a energia eólica.

Senador Otto Alencar, muito obrigado pela sua honrosa presença, um defensor intransigente desses temas aqui no Congresso Nacional, no Senado.

E o Senador Zequinha, para quem disse: "Olha, Zequinha, vá à Comissão porque o tema é importantíssimo para nós da Amazônia.". Ele veio e tem que participar de outra Comissão, mas, mesmo assim, quero lhe agradecer bastante, Zequinha, pela sua honrosa presença.

Passo a palavra para o Dr. Roberto Freitas pelo tempo de 20 minutos. Fique à vontade.

Eu gostei também do modelo de interatividade e participação do Senador na hora. Achei interessante não esperar para falar todo mundo; vai entrando, vai tirando a dúvida na hora exata, fica bacana assim. Vamos continuar desse jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos, bom dia, Presidente.

Nós estamos aqui para falar de outro tema, do mesmo tema, mas de uma área bem ligada a essa área contemporânea da preocupação com o efeito estufa, com a liberação de CO2. Então, nós vamos mostrar o exemplo de uma fazenda, da Fazenda Santa Brígida, onde a gente já trabalha há 13 anos com o sistema.

Antes, me apresentando, eu sou agrônomo, formado na UFG, sou mestrado em agronomia. Comecei a carreira já há mais de 30 anos como consultor de campo e atuo também na Faculdade de Agronomia da UEG de Ipameri desde a sua fundação em 2001. Essa história um pouco mais longa nos deu o privilégio de acompanhar especialmente o desenvolvimento da agricultura nos cerrados.

A Fazenda Santa Brígida está localizada no Município de Ipameri, Goiás, a 300km de Brasília, em uma região de uma certa altitude, com terras de Cerrado plano. Mostrando um breve histórico, essa fazenda, como todo o Cerrado de Goiás até a década de 70, não era ocupada com a agricultura. Por esse período, surgiram duas plantas com baixa exigência de fertilidade de solo, que foram o arroz e o capim braquiária. Então, houve um movimento de abertura dessas áreas do Cerrado para a agricultura.

Mostrando um pouco como os tempos mudam, na década de 70, o Governo de Goiás comprou uma frota de tratores de esteiras para desmatar o Cerrado num programa chamado Goiás Rural. Para aquele período, desmatar era o progresso. Então, dentro desse sistema a fazenda foi aberta.

Falhou a segunda imagem...

Essa fazenda foi aberta com braquiária, com baixo impacto na correção dos solos do Cerrado, com baixa adubação. Esse pasto se tornou bastante degradado até que, em 2006, a proprietária – que não era da área, tinha pouca vivência na área, e, às vezes, isso, para nós que trabalhamos na área técnica, é favorável – nos procurou. Muitas vezes, a experiência significa resistência na hora de adoção de novos conceitos, de novos paradigmas. Então, a pesquisadora procurou a Embrapa.

Esse aqui era o cenário dos solos da fazenda em 2006.

Aqui é a foto da Dra. Marise, que é a proprietária; ela é dentista. Eu a estou substituindo. Ela deveria estar aqui hoje, mas não pôde por outros compromissos. Então, ela procurou a Embrapa. E tudo de grande na vida eu acho que tem a presença de pessoas. A integração lavoura-pecuária hoje é uma realidade na agricultura brasileira que é maior do que qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa, mas, na origem, pessoas é que atuaram para fazer essa transformação. Então, ali, à direita, está o Dr. João Kluthcouski, mais conhecido como João K. no meio agrícola, que foi quem orientou a proprietária a reverter a situação da fazenda, que era uma fazenda com pastagem degradada, baixíssima capacidade de apascentamento e que gerava prejuízos.

A ideia inicial era fazer um sistema de integração onde a participação, a entrada da agricultura, fazendo a correção de solos e a fertilização desse solo fraco do Cerrado, desse solo ácido e pouco produtivo promoveria uma reforma de pastagem onde a agricultura cobriria os custos de investimento.

No início, fazendo um histórico breve da fazenda, nós efetuamos lá uma correção bem intensiva do solo, houve um investimento nessa correção, a introdução da cultura da soja que é uma cultura altamente responsiva em cultivos iniciais – a soja tem essa característica de dar uma resposta rápida e foi um instrumento de abertura da fazenda para essa transformação de pastagens degradadas em áreas produtivas – e, depois, a inserção da cultura do milho consorciada com capim. Isto é a alma da integração lavoura-pecuária: a introdução de plantas forrageiras dentro do ambiente agrícola. Então, após o ciclo agrícola do milho, a gente tem a formação de pastagens e temos o uso pelos animais.

Ali, a gente tem na foto dois perfis de milho: o milho tradicional sem capim que, infelizmente, muitos agricultores ainda fazem e abaixo o milho consorciado com braquiária mostrando a fartura de raízes dessa braquiária. A braquiária é uma planta nativa da África, de regiões de solo ácido e com adaptação aos solos do Cerrado. Ela consegue se enraizar mesmo no solo profundo não corrigido, fazendo uma reciclagem de nutrientes e principalmente estruturando o solo e colocando matéria orgânica. A mágica do sistema é que essa presença da forrageira serve para nutrir os animais, aumentando a produção, e, ao mesmo tempo, ela vai nutrir o solo. A agricultura ganha com a presença da forrageira. Num primeiro momento, a agricultura era vista como um instrumento de fazer a substituição, de fazer a correção da pastagem, mas a presença da forrageira implica grandes melhorias no ambiente agrícola.

Então, na Fazenda Santa Brígida, no verão, tudo é grão e, no inverno, praticamente toda a área é ocupada com pastagens. Há um sistema de produção o ano inteiro, e essa pastagem vai melhorar o sistema para o próximo ciclo agrícola.

Com o desenvolvimento da fertilidade de solo e o surgimento de cultivares de soja bastante precoces, permitiu a chamada safrinha, que é uma revolução na agricultura brasileira, onde nós fazemos dois cultivos por ano, e, no caso das fazendas integradas, a gente pode considerar que são três cultivos: o cultivo de soja, um grão na safrinha consorciado com pastos e ainda uma pecuária ocupando essa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uns dois anos depois de iniciado o processo com a integração lavoura-pastagem, o componente florestal também tem entrado em algumas áreas da fazenda, onde utilizamos a agricultura para a correção da área e a introdução de componente florestal, no caso da fazenda, o eucalipto, que é o primeiro componente largamente adotado, mas nós temos várias possibilidades de outras plantas, de outras espécies florestais de madeiras mais nobres com características diferentes de adoção, mas que provavelmente vão acontecer num breve período.

Bom, então, fruto desse período, ali a gente tem naquele gráfico a evolução das produtividades na fazenda. A gente colocou aqui a partir de 2009. Aquela barrinha azul é correspondente à soja. Há um crescimento constante nas produtividades. A barra vermelha é o milho, a segunda cultura mais importante e a que mais cresceu porque o milho agradece bastante a melhoria biológica do sistema. A soja tem uma resposta mais pronta à melhoria apenas química, mas, para grandes produtividades de milho, a gente precisa da melhoria biológica. Depois, a introdução de outros cultivos, como sorgo e mais recentemente o cultivo de girassol, que também se ajustou muito bem ao sistema.

Do lado da pecuária, em 2006, com uma capacidade de apenas 0,5UA, ou seja, praticamente dois hectares para um animal, e um ganho de 2,5 arrobas por hectare, a gente passou a ter na fazenda 4UA/ha com 20 arrobas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Eu podia fazer uma pergunta ao senhor?

Por que, na questão do reflorestamento, a opção pelo eucalipto? Por que não as árvores tradicionais do Cerrado, tipo acácia, araticum, angico, aroeira, barbatimão, pequi? Por que não as árvores do Cerrado? Embaixo do eucalipto não nasce nada, porque é praticamente uma árvore que não permite... Nem a braquiária dá debaixo do eucalipto.

Essa é a pergunta pelo seguinte: o que eu estou vendo aí – concordando com o plantio dos grãos, do milho, da braquiária – é uma coisa que pode no futuro levar a uma condição bem grave que é a falta de água para consumo animal, até para consumo humano, porque o senhor sabe que essa raiz de braquiária não dá porosidade ao solo para a penetração de água. Braquiária não dá porosidade ao solo absolutamente, só dão porosidade ao solo as árvores que têm raízes profundas, e essa porosidade permite a realimentação do talvegue, que é o braço subterrâneo de uma nascente, de um rio.

Portanto, o plantio de eucalipto, e respeito à técnica de V. Sa., mas, na minha opinião, as árvores do Cerrado é que deveriam ser preservadas e replantadas até com muita facilidade, porque elas nascem rapidamente: imbaúba, ingá, todas essas – a acácia nasce muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente e tem raízes profundíssimas, que dão porosidade bastante ao solo para a penetração da água da chuva para realimentar os aquíferos.

Então, eu sou um crítico do eucalipto porque onde eu vejo eucalipto, no extremo sul da Bahia, por exemplo, o solo fica totalmente degradado e não há condição nenhuma de plantio de outras gramíneas, até mesmo de frutas. É uma árvore que hoje dá um comércio muito grande para a celulose – no meu Estado, há isso –, mas eu acho que, no caso de áreas para bovinocultura, para a produção de soja, de grãos, deveriam se plantar as árvores nativas, que, aliás, foram colocadas por um ser superior aos homens e aos técnicos, que foi Deus; no caso do eucalipto, são os homens. Então, eu fico com Deus – me permita e desculpe.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Eu concordo em parte. Primeiro, para justificar a presença do eucalipto nesse sistema: se eu quero fazer uma integração numa área incluindo pastagens, eu tenho que ter árvores de crescimento rápido, porque, se eu tiver uma árvore de crescimento lento, eu vou ter que retardar bastante a entrada do componente animal, porque o gado se coçaria nos troncos e quebraria essas árvores. Então, também na fazenda, nós estamos preparando uma etapa de entrar com madeiras nobres nativas, mas aí o componente ficaria agricultura, floresta, para um período mais longo, para depois a gente poder colocar o componente pecuário.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A acácia cresce tão rapidamente como o eucalipto.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – E a outra função do eucalipto é mercado, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já plantei os dois e cresce rápido.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Então, é uma madeira que tem bastante mercado e tem um retorno intermediário. Não é um retorno rápido como grãos, seria um retorno terceiro na escala de tempo, no componente que a fazenda usa: o retorno mais rápido é de grãos; tem um retorno médio, que é o componente animal, os animais; e a floresta de eucalipto, depois de uns seis anos.

Discordaria na questão da infiltração de água: a braquiária faz um verdadeiro milagre na infiltração de água. A braquiária foi uma planta colocada por Deus também, só que não no Brasil. No desenvolvimento dos capins do Cerrado, como os nossos animais são animais de pequeno porte e o pastoreio é um pastoreio leve, esse capim não criou a mesma resistência que a braquiária criou na África. Então, dentre aqueles grandes pastejadores da África, através de milhares de anos de evolução dessa espécie do capim, em um solo tão ácido quanto o nosso, criou-se um capim mais resistente do que o nosso. Então, todas as nossas pastagens, talvez por isso, sejam pastagens africanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas V. Sa. sabe que, com o pisoteio dos animais, o solo fica muito impactado e, periodicamente, deve-se fazer a aração e correção de solo, porque o braquiária, com o pisoteio dos animais, dá um solo muito impactado, impermeável, e aí a água não penetra; chuva vem, e a água não penetra nem um dedo no solo com o solo impactado. E o braquiária – eu estou falando de raízes que não deixam o solo ficar impermeável; estou falando de raízes profundas, para a alimentação de braços subterrâneos de nascentes, de talvegue, até porque, em qualquer propriedade dessas, o Código Florestal determinou que se ficasse uma reserva de áreas sem desmatamento em torno acho que de 30%, não é?

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Vinte por cento na nossa empresa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vinte por cento, o que eu acho pouco. E a minha preocupação não é nem com produção de alimentos. É também, claro, ninguém vive com fome; mas minha preocupação com o Brasil, com as áreas todas do Brasil, é a questão do abastecimento de água, porque a produção está diminuindo muito e o consumo aumentando em todos os setores: consumo animal, consumo humano, consumo industrial, de irrigação, de produção de energia. Então, eu estou falando com o senhor agora e neste País nosso está morrendo uma nascente – neste momento em que eu estou falando com o senhor. Então, a morte das nascentes significa depois a morte dos rios tributários e, consequentemente, a morte dos rios principais, as calhas principais dos rios. No Brasil inteiro é assim. Você vê, aqui perto, o Tocantins perdeu em dez anos 20% do volume médio.

Num período de qualquer estiagenzinha, a hidrovia do Tocantins já não funciona mais, por causa do assoreamento, corrimento de sedimento de terra para dentro da calha do rio – das nascentes dos tributários e da calha principal. Por que isso? Porque o solo fica descoberto, a trovoada vem e leva o sedimento – argila, terra, areia, barro – para dentro da calha do rio. Então, essa é uma preocupação muito grande.

Quando eu vejo, como eu vi há poucos dias aqui, quererem alterar o Código Florestal, dando condição de desmatamento de cinco milhões de hectares a mais no Brasil e se descumprir o Código Florestal, que é, talvez, uma das coisas mais importantes para a preservação do meio ambiente no País nos últimos anos, parece que esse povo não tem filho, não tem neto, porque esse pessoal, no futuro, vai querer beber água de qualidade em quantidade suficiente, não é? O senhor sabe que um ser humano, para ter uma vida mais ou menos normal, precisa anualmente de 500m³ de água por ano, o que seriam 500 mil litros, não é? Há localidades no Brasil hoje que não têm 300m³ *per capita*: o Agreste de Pernambuco, o Agreste de Alagoas, do Ceará nem se fala; a Paraíba tem metade do que precisa o ser humano, por ano, de água. Então, tudo isso por desmatamento da Caatinga, da Mata Atlântica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das florestas. Eu não penso nem no meu caso: eu tenho 71 anos e já estou satisfeito. A Criação me mandou em 28 de agosto de 1947 e eu estou pronto para voltar para a Criação de novo sem nenhum problema, sem criar nenhum caso, e não vou exigir local para ir; mas as futuras gerações – os nossos filhos, os nossos netos – vão precisar de água, e vai ser uma situação muito grave.

Quando eu vejo não se preocupar com água – preocupar só com as florestas, sim, porque, se desmatam as florestas, vai faltar água –, eu fico pensando: será que esse pessoal não pensa no futuro deste País? E esse País, na minha opinião, é o País mais irresponsável do mundo com o meio ambiente. Eu lutei aqui, uns dois anos atrás, para não permitir se plantar cana-de-açúcar na Floresta Amazônica, porque a minha Mata Atlântica da Bahia foi destruída mais ou menos assim. Hoje ela tem 10%, 15%. Agora é que se começou a pensar em replantar a Mata Atlântica. Exatamente os maiores desmatadores, depois que viram as dificuldades, começaram a induzir nas novas gerações isso.

Portanto, eu fico muito preocupado. Eu sou um defensor da pecuária, do agronegócio, mas isso tem que ser feito com muita responsabilidade. Por exemplo, se o senhor tem um riacho, se o senhor tem uma nascente na sua propriedade, cuide de replantar; cerque-a e cuide de replantar em torno dela as árvores que eu citei aqui, do Cerrado e de outras partes, que possam crescer rapidamente, porque, na hora em que o senhor me der, por exemplo, uma nascente entupida, me dê uma retroescavadeira, que eu vou limpar e deixar no solo nu; me dê uma cerca para eu passar o arame nela e me dê as plantas, que eu vou plantar e vou molhar essas plantas com irrigação na mão e, quando elas estiverem com cinco, seis metros, brota água de novo embaixo – porque esse cinturão verde de árvores que você planta, a chuva vai bater, e o solo vai estar com porosidade suficiente, com raízes grossas, raízes de braquiária. Raiz de braquiária não é um fio de cabelo, uma coisa pequena, não é muito grossa, então, essa água vai entrar nesse talvegue, vai aumentar a água no subsolo, no braço da nascente lá embaixo; ela vai encontrar a rocha e, quando ela encontrar a rocha, ela não penetra mais e brota de novo – ela sobe para a superfície e brota de novo.

Já fiz isso várias vezes no meu Estado, recuperando nascentes. Temos um programa lá, chamado Fábrica de Florestas, que foi, inclusive, idealizado por quem mais desmatou no sul da Bahia, que foi o Sr. Norberto Odebrecht. Depois que ele viu o que fez – porque ele começou como madeireiro –, voltou atrás e disse: "Vou plantar tudo o que eu desmatei", e plantou tudo o que desmatou. Fez esse programa Fábrica de Florestas, que é uma coisa que foi copiada hoje pelo oeste da Bahia, pelos plantadores de soja; a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, Aiba, já faz isso perfeitamente.

Portanto a minha preocupação é com isso: eu acho que cada produtor do agronegócio que pensa em ter água deve recuperar cada nascente, cada bracinho de rio que ele tem nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas propriedades. Eu sou defensor, embora nascido no Sertão da Bahia – na minha região só chove de oito em oito anos –, sou um sobrevivente da seca que defende muito essa questão do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Roberto, eu fiz questão de chamar o Senador Otto. Ele estava em outra Comissão, e eu falei: "Deixe-me chamar o Senador Otto, porque ele, realmente, gosta do tema". O senhor não repare ele ter falado bastante, mas é porque ele tem um conhecimento, um amor, uma dedicação muito grande ao tema preservação ambiental, à questão da manutenção das águas, à preservação dos rios. É um baita de um especialista em Rio São Francisco.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Fui atrás do Jayme Campos, porque eu sei que ele também é um amante lá do Mato Grosso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não sou tão especialista como o Senador Otto Alencar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... extraordinário. Então, boi, soja e eucalipto, tudo existe lá no Mato Grosso, não é?

Então, nós vamos... O senhor pode terminar.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Dr. Roberto, só...

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Sim?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só um apartezinho. O Senador Otto já deu uma verdadeira aula aqui, está pronto para ir à ONU falar lá.

Pois bem. Quero só fazer uma pequena explicativa aqui em relação ao que o Senador Otto falou da aroeira, ao que V. Exa. disse aqui. Aroeira só dá no meio da floresta; se você plantar aroeira nesse Cerrado que está aí, a aroeira não produz. Não sei se na Bahia produz, mas, no Mato Grosso, não. Você tem que plantar a muda da aroeira no meio do mato, porque ela cresce de que forma? Ela cresce em direção à luminosidade, procurando o sol. Se você não plantar na floresta, a aroeira não dá; se ela dá, é uma arvorezinha muito pequena. Não sei se percebeu, eu já plantei tanto na floresta, dentro da mata ou foi no Cerrado...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então? Eu falei outros, falei várias: pequi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Por exemplo, V. Exa. fala em acácia: eu não sei a acácia na Bahia como é; na nossa região, na Região Amazônica no Brasil, lá em cima, onde estou particularmente, a acácia é uma árvore muito refinada: dependendo da região, a vida dela é de seis anos no máximo; por si só, ela vai se deteriorando, vão caindo as folhas, e ela vai secando. E ela é uma árvore, ou seja, uma vegetação, que não dá na espessura de corte. Eu imagino aqui, só para concluir a minha participação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu citei três árvores aqui, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Ah, existe ingá, aroeira etc...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Barbatimão...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... barbatimão, lixeira, aqui no Cerrado, eu não sei no Estado de Goiás...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pequi...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A lixeira deve dar muito aí, não é?

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Sim, bastante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O pequi, na região do Goiás.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O barbatimão... Não existe nada melhor para curar as feridas da pele do que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... do que barbatimão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... do que uma parte do barbatimão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Concordo com V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É medicinal. V. Exa. conhece, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Conheço o barbatimão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Temos o pequi sem espinho no Mato Grosso, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – E, pelo que eu estou vendo aqui, a questão de plantar o eucalipto, isso é para fazer também negócio.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Exato.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vamos chegar a um determinado momento em que essa árvore vai ser cortada, ou seja, para fazer o quê? Tábua, palanque, esticador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Celulose...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... celulose etc., porque, na verdade essa é uma combinação de negócio: a pecuária, aqui, com a plantinha de eucalipto; daqui a pouco, é a soja, daqui a pouco é o milho etc.; daqui a pouco é outra atividade econômica que você pode implantar.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É isso, não é verdade?

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – É.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – E só fazer um parêntese aqui, para concluir, porque você tem que falar: em relação à questão que o nosso ilustre e eminente conhecedor, Senador Otto, falou em relação ao Código Florestal brasileiro. Eu acho que o novo Código Florestal brasileiro – eu participei aqui com o Senador Otto – foi feito de forma muito responsável, zelosa, tendo em vista as *commodities* existentes na década de 60; já estava vencido.

E o Brasil, com todo respeito que tenho a V. Exa., que defende o meio ambiente também como defendo – sou produtor rural, sou pecuarista, sou homem do campo –, mas nós somos um dos países que mais preserva. O senhor diz ser das caatingas, da Mata Atlântica; o Mato Grosso tem o privilégio de ter três ecossistemas: temos o Pantanal, temos o Cerrado, temos a Floresta...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu me dirigi mais à questão dos rios, da água...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Claro! Eu também concordo com V. Exa. aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É responsável...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas o que eu estou percebendo – eu não sei no seu Estado, mas sobretudo no Mato Grosso – é que hoje há uma consciência nacional na questão dessa preservação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Da água.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Da água! O produtor rural mato-grossense é quem está cercando as nossas cabeceiras, está replantando, para quê? Para que a água volte, de fato; ela volte com as chuvas. Eu reconheço o que o senhor falou aqui. Por si só, o pisoteio do gato, a terra segue e vira um vidro, que fica ali debaixo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vira um vidro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Às vezes, tem até que passar o quê?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem que fazer aração.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um sombreador ali decerto... Quando você vai para a agricultura, quando você planta, hoje já existe o plantio direto, porque deixa o capim, muitas vezes, para preservar. Quando você colhe a soja, deixa ali e você não precisa de pacificador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já fica ali...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já há material para preservar e ter mais umidade. E a própria cobertura que sobra ali, da própria colheita que ele deixa lá, o resto da soja etc, você corta, e fica um tanto assim. Ele já preserva para dar umidade, tanto é que permite o cidadão fazer hoje plantio direto. Está certo? Não estou fazendo uma defesa em causa própria, muito pelo contrário...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, eu conheço!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sobre o assunto eu tenho um pouco de conhecimento...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O problema é água. Eu estou preocupado é com ela.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É a água. V. Exa. tem toda razão aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a água hoje, com certeza... Lá no Mato Grosso está havendo essa consciência da recuperação das áreas degradadas que foram milhões...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Caiado quer recuperar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quer recuperar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque ele está totalmente assoreado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só que não tem o projeto e não tem o dinheiro. Tem que arrumar, primeiro, o projeto; depois, o dinheiro. Por enquanto, é um fato político.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou repetir agora para V. Exa. uma passagem de Juscelino Kubitschek, quando ele ganhou a eleição para Governador do Estado de Minas Gerais. Ele apresentou o programa de metas dele, que eram metas ambiciosas. Aí, perguntaram qual era o banco que iria financiar a execução física daquelas obras. Ele disse: "O dinheiro para fazer essas obras não está nos bancos, não; está na boa cabeça do Governador".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É verdade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, é o Governador que tem que arrumar o dinheiro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Tomara! Já dizia também o Ruy Barbosa: "Ai de nós se não tivessem os sonhadores!", porque sonhava D. Pedro I, sonhava com a independência do Brasil, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ainda bem que o Plenário não está cheio. Você viu aí como é o negócio? Ali está o ex-Governador Jayme Campos, dois ou três mandatos de Governador lá e de Prefeito; aqui está outro Governador; e está o Styvenson ali no meio só observando, como é policial, não deixando brigar. O senhor está vendo!

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Apartando... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Mas o senhor pode terminar; pode continuar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou querer brigar com o Jayme, rapaz?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senadora Soraya, bem-vinda!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E chegou também outra do Mato Grosso do Sul.

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Mais uma do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Aí a briga vai ficar boa. Mato Grosso do Sul!

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Mato Grosso do Sul foi o berço do Integração Lavoura Pecuária no campo, antes de o sistema estar estudado.

Retornando aos comentários do Senador Otto, em primeiro lugar, esse sistema que nós estamos apresentando não está ocupando sistemas naturais. Então, nós mostramos que, no caso da Fazenda Santa Brígida, o sistema está substituindo pastagens degradadas, que, no Brasil, de longe, nas áreas rurais, é o sistema que mais perde água superficialmente, porque aí nós temos pastagens degradadas, compactadas pelo pisoteio animal. Então, esse sistema está sendo substituído pelo Sistema Integração Lavoura Pecuária. Nas áreas rurais, é o sistema que mais perde água superficialmente, porque aí nós temos pastagens degradadas, compactadas pelo pisoteio animal. Então, esse sistema está sendo substituído pelo Sistema Integração Lavoura Pecuária.

E o propósito maior do Sistema Integração Lavoura Pecuária é ampliar a produção agrícola nas áreas já existentes. Então, não faz parte do propósito de quem defende o sistema o desmatamento de áreas naturais para a implantação de sistemas integrados. E o que nós observamos na prática é que, no aspecto de produção, as fazendas de pecuária que têm área de pastagem degradada ocupada pelo sistema têm aumentado a sua produção pecuária e introduzido a produção agrícola. Então, o sistema responde com a grande ampliação em sistemas já abertos.

Dentro do Sistema Integração Lavoura Pecuária, em relação à presença do componente animal – e isso é um grande paradigma para o agricultor tradicional, que tem medo de esse pé do boi compactar o solo, e isso atrapalhar a produtividade –, os últimos estudos mostram que pastagens pastoreadas apresentam produção de grão na sucessão maior do que onde não há o componente animal. Porque os capins só produzem massa se forem pastoreados, senão, ele vai florescer e parar de crescer. Então, quando eu tenho o componente animal ativo, pastejando na entressafra, aumenta a rebrota aérea dessas pastagens, e também – porque quando você corta uma planta superficialmente parte das raízes vão morrer, porque a planta tem um equilíbrio parte aérea, parte radicular – o pastoreio incrementa a produção de matéria seca na superfície e de raízes que vão melhorar a questão da permeabilidade do solo, da agregação do solo. As raízes de braquiárias são muito poderosas para formar agregados no solo. A prova disso é que, nesse sistema, as produtividades, nesses 13 anos, são crescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto às plantas nativas, eu acho que é uma falha nossa, brasileira, mas isso está começando agora: nós não temos dados de produção ainda das nossas essências florestais. Então, a contribuição da nossa agronomia foi – eu, como um técnico que atua no Cerrado há 30 anos – para o desmatamento do Cerrado, gerando produções econômicas.

Nos últimos anos, têm-se ampliado estudos, principalmente com chuteiras do Cerrado, que mostram que, de repente, hoje, se eu plantar um hectare de pequi, eu vou ganhar mais dinheiro do que com um hectare de soja. Lá em Mato Grosso há um pequi sem espinho... Nós goianos não precisamos de pequi sem espinho, nós sabemos – desculpe a palavra – roer um caroço de pequi, extraindo toda a polpa. Agora, quem é de fora de Goiás ou do Brasil tem medo de enfrentar um caroço de pequi. Então, esse pequi de Mato Grosso sem espinho já está sendo propagado, e já começamos a ter – na nossa universidade lá em Ipameri já temos – exemplares. E eu acho que isso vai ser uma evolução do processo, até porque o mercado de eucalipto em Goiás não é bom. Esse componente, lá em 2006, era perspectiva de maiores ganhos no sistema; hoje, não. Não tem muita vantagem.

O eucalipto tem um papel fundamental no conforto animal. Então, gado pastejando sobre sombra ganha mais peso do que a sol pleno; mesmo o Nelore, que é adaptado ao sol. Também ele reduz velocidade de vento, e o vento é que faz a planta perder mais umidade. Então, o solo, com eucalipto, vai ser mantido mais úmido por quebrar a velocidade de vento na superfície.

Continuando, aquele quadrinho ali está meio complicado, mas a essência dele é que, lá na Fazenda Santa Brígida, a gente faz uma diversificação de cultivos. Nós plantamos, principalmente, soja, mas as áreas são divididas em talhões e nós manejamos com milho de verão, que, no clima de Ipameri, tem excelente produtividade, é tão ou mais lucrativo que soja, consorciado com um tipo de braquiária.

Na soja, a gente usa safrinhas de milho com braquiária, de girassol com braquiária, safrinhas de sorgo. Isso gira no sistema. Então, nós não temos, na Santa Brígida, uma monocultura de soja. A monocultura de soja, sem sobra de dúvida, é o maior problema do agricultor brasileiro hoje. Na entrada da soja no Cerrado, quem ficou com pasto ficou com a fama de atrasado porque os pastos se degradaram. O agronegócio da soja foi muito bem-sucedido, o plantio direto foi uma primeira revolução. Então, um número que a gente tem que jogar: esses sistemas não trazem um ganho imediato de produtividade. O sistema de plantio direto foi adotado não foi para preservar, foi porque era mais fácil fazer plantio direto do que ter que arar toda a área depois de uma colheita.

Em 1980, a média de produtividade de soja no Centro-Oeste brasileiro era de 28,5 sacas por hectare; em 1990, era 29,5, acresceu um saco; na década de 90, quando ocorreu a implantação do plantio direto, terminou chegando, em 2000, com 43 sacas. Os produtores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adotaram o plantio direto não como uma medida preservacionista, mas como medida de facilitar a vida. A preservação do plantio direto gerou esse grande incremento.

E o que é a integração lavoura-pecuária? É um aperfeiçoamento do sistema, possibilitando o uso de plantas de cobertura e possibilitando o uso econômico dessas plantas de cobertura através do apascentamento de animais.

Aqui são cenários da fazenda, cultivos de soja, o milho sempre consorciado com o capim.

Consórcio. Existe no agronegócio intensivo o consórcio? Não existe, porque a mecanização disso é difícil. Eu não consigo colher dois grãos consorciados com máquinas. Agora, aqui o boi colhe o capim e a máquina colhe o milho. Então, a gente consegue consorciar.

Cultivos de sorgo com produtividade elevadíssima. Essa é a planta que a agricultura brasileira despreza pelas qualidades que ela tem. Ela extrai nutrientes do solo com muita eficiência. O agricultor aduba mal e acha que ela atrapalha a fertilidade, mas é porque ela é bastante eficiente e muito resistente à seca. Então, a gente usa no nosso sistema.

O cultivo do girassol para regiões que têm mercado. Mato Grosso, na região dos Parecis, e a gente, no sul de Goiás, tem empresas que compram para a extração de óleo. É uma planta que se encaixou muito bem na diversificação de sistemas e também é adaptada ao consórcio com o capim. Então, é um cultivo crescente lá na região sul de Goiás o girassol consorciado com o capim também. A gente usa lá diversas espécies de capim para fazer a diversificação.

A fazenda é uma unidade polo de referência tecnológica da Embrapa.

Aqui é um sistema novo lançado com o nome da fazenda, que é consórcio de duas plantas forrageiras: o guandu, que é uma leguminosa, mais o capim, aprimorando a diversidade dentro dos sistemas.

Também uma coisa que, na fazenda, é importante, talvez mais importante pelo que ela faz, é a divulgação. Qual é a história dessa fazenda? Lá, em 2006, a John Deere tinha recebido críticas por estar contribuindo com o desmatamento da Amazônia. E a John Deere patrocinou a integração lavoura-pecuária na fazenda, promovendo os dias de campos, convidando a mídia e divulgando o sistema. Então, nesse período, nós já fizemos 13 dias de campos anuais, com mais de 10 mil participantes.

Aqui de novo o João K no nosso primeiro dia de campo, que não era ainda um sistema tão intensivo. De verde, ali está o Ministro Alysson Paulinelli, que foi o fundador da Embrapa, que praticamente está com a gente todos os anos, é um grande divulgador e admirador dos sistemas. Então, aqui é o Alysson, com o Dr. Maurício, ex-Presidente da Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2012, por um movimento surgido da John Deere, do atual Presidente da John Deere, foi criada uma rede ILPF, em que empresas privadas passaram a financiar pesquisas e divulgação do sistemas de integração lavoura-pecuária. Em 2018, a Embrapa entrou no sistema e passou a ser uma rede público-privada em defesa e em divulgação nacional e internacional dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta.

Nesse processo, a gente tem ambição também de ter motivado alguns planos estratégicos. Salvo engano, em 2007 ou 2008 – acho que em 2008 –, recebemos a visita do Ministro Mangabeira Unger, e ele disse, na fazenda, que aquela era uma grande iniciativa, mas que precisava de políticas públicas para apoio a essas iniciativas. Logo depois, foi criado o Plano ABC, baseado em compromissos internacionais do Brasil de preservação, de fixação de carbonos. A gente tem recebido bastantes visitantes. Ali eu acho que é o ex-Senador Osmar Dias, que era Presidente de Agronegócio do Banco do Brasil.

A fazenda foi contemplada também com o primeiro financiamento desse plano de agricultura de baixo carbono, que favorece bastante a adoção pelos agricultores e pecuaristas, porque esses investimentos são altos e o retorno é lento. Então, é muito importante que haja crédito para aprimorar e para ampliar os sistemas.

Também a imprensa divulgou bastante a fazenda. Já houve duas reportagens no Globo Rural. Ali a proprietária está sendo entrevistada numa dessas inserções, mostrando um componente que a gente considera bastante significativo, que foi a matéria orgânica do solo dentro da Fazenda Santa Brígida.

Nós fizemos amostragens de um Cerrado nativo, típico da fazenda, numa gleba ao lado, com 2,4% de matéria orgânica. A pastagem degradada tinha 1,8%. Então, nesses anos, em 2018, foi para 3,2%. De 2,4% que era o Cerrado nativo, subiu para 3,2%. Cada 1% são mais de 20 toneladas de carbono adicionadas ao solo na camada de 0 a 20. Essas raízes influenciam uma profundidade muito maior. Então, estamos estudando o que isso vai fazer de fixação até horizontes de 1m ou até superiores.

Em relação à pastagem degradada, são mais de 30 toneladas de carbono que esse solo está armazenando. Esse carbono que é ruim na atmosfera é maravilhoso no solo do Cerrado, que é um solo leve, com argilas pouco reativas. Então, nada dá mais ganho de produtividade agrícola do que aumentar a matéria orgânica, e a gente só consegue aumentar com manejos. Então, no sistema de integração lavoura-pecuária, a gente tem o manejo que aumenta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – ... essa fixação de carbono.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E são dois anseios mundiais: a produção de alimentos para demanda crescente sem contribuir para a degradação ambiental. Então, dentro do sistema, a gente alcança os dois objetivos.

Pensando que o Brasil tem cerca de 50 milhões de hectares com agricultura de grãos e mais de 50 milhões de pastagens degradadas, a adoção desse sistema seria uma grande contribuição na fixação de carbono. E são sistemas extremamente eficientes para a produção de alimentos, tornando a nossa agricultura ainda mais competitiva do que ela já é.

Na fazenda, a gente se preocupa bastante também com preservação de água. Então, nas áreas agrícolas a gente tem esse tipo de bacia para contenção do escoamento superficial – nas áreas de reserva, também foram promovidas as construções dessas bacias.

Preservação de água na recomposição de matas ciliares. Na verdade, uma recomposição de mata ciliar conserva água, conserva fauna, conserva flora, e é um baita engano do agronegócio brasileiro apoiar medidas de redução de áreas de preservação ambiental. Eu acho que o agronegócio será o setor maior prejudicado rápida e diretamente se esta Casa aprovar sistemas que recuem nessa medida de proteção, porque o fazendeiro às vezes não tem a sensibilidade de perceber que um ambiente bem preservado vai reduzir problemas de pragas, problemas de doenças; quando ele conserva água, ele é o primeiro beneficiário, porque a própria fazenda seca. Então, quando ele preserva, ele vai estar preservando suas nascentes, e toda a comunidade vai estar sendo beneficiada com essa atitude.

Eu acho que falta mais: eu vejo sempre a grande mídia... A grande preocupação, quando se fala em água, fica muito restrita a matas ciliares, mas o maior problema da água é falta de infiltração. Nós temos que melhorar a infiltração de água em toda a bacia, não apenas... A mata ciliar tem muito mais um papel de filtrar a água – porque a água se infiltra bastante – e de deixar as argilas no perfil da mata, e não tanto de gerar água. Então, é bastante importante.

Nós acreditamos que o crescimento desse sistema vai ser muito intenso. Cada região tem a sua característica, cada região vai ter o seu jeito de fazer essa preservação. Eu atuo em algumas áreas mais ao norte, áreas mais quentes, e o milho não produz bem no verão, só que o capim na entressafra produz muito mais do que em Ipameri. Ipameri tem esse clima de Brasília. Se a gente está tendo ganho com esse clima na produção do capim, quando eu for para uma área mais quente, ele fica muito mais produtivo. Então, o frio segura mais o crescimento dessas forrageiras do que a seca, e eu percebi isso claramente quando a gente começou a observar áreas mais ao norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fazenda tem feito essa recomposição também com matas nativas, sem propósito comercial, apenas com propósito ambiental – e os benefícios que isso vai gerar para a própria fazenda

Então, aqui, o cenário da soja. A nossa soja sobre palhada de capim é isso aqui. Plantas daninhas: o problema praticamente desaparece com a adoção do sistema. Perda de água por evaporação do solo praticamente reduzida quase que na totalidade. Então, a gente tem sistemas, além do ganho de produtividade em relação... Eu atuo em fazendas que não preservam, que não integram, e, além de a produtividade ser maior, o custo de produção é menor e vai se tornando cada vez menor.

Fazendo um resumo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – ... em 2006 a fazenda tinha este cenário: 400 bois, 3 funcionários, e, na agricultura, a opção de entrada foi para amortizar a reforma dos pastos. Então, o objetivo inicial era simplesmente viabilizar a fazenda. Em 2019, a fazenda se expandiu, passou a arrendar até áreas externas para crescimento do sistema, e produz praticamente 100 mil sacas de soja, 70 mil de milho, sorgo, girassol, e tem 20 funcionários. Então, a importância social cresceu bastante, e essa intensificação de produção foi feita melhorando o ambiente do solo e melhorando o ambiente da própria fazenda. Isso aqui era a fazenda em 2006 e hoje, em 2019. Até a estética do sistema é diferente. Então, é um sistema extremamente promissor.

Tanto em relação ao plantio direto, como em relação à integração, a gente tem que dar o braço a torcer, como técnico. O agricultor empiricamente adotou essas técnicas antes da pesquisa, e, depois do crescimento das áreas cultivadas, a academia, os institutos de pesquisa agrícola brasileiros estão com bastante vigor, criando tecnologias ou estudando essas tecnologias e ampliando os ganhos possíveis do sistema. Até para quem quer publicar internacionalmente, os pesquisadores que atuam nesse tema conseguem pesquisar nas principais revistas científicas do mundo porque o mundo está observando esse acontecimento, essa nova revolução na agropecuária brasileira.

Hoje a gente pode dizer que os objetivos que eram só recuperar pastos sem gastar dinheiro passaram a ser ganho de produtividade através do sinergismo de lavoura-pecuária, conservação de água, melhoria do perfil do solo, produção de alimentos, e contribuição para a redução de efeito estufa dentro do que nos é possível, fazendo fixação de carbono no solo, porque, como eu já disse, isso ajuda na produção e ajuda na preservação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o paradigma, quando começamos o sistema na fazenda, era se seria possível produzir com sustentabilidade, com preservação. Eu diria hoje, como técnico que atua em sistemas integrados e em sistemas não integrados, que a minha pergunta é: será possível continuar produzindo sem preservação? Eu acho que não. Eu acho que nós estamos no mundo tropical, começamos a nossa agricultura copiando e levamos 50 anos, 60 anos para ter o nosso jeito próprio, e hoje esse jeito próprio cresce, e todas essas questões de matas nativas, tudo isso acho que tem que ser bem discutido.

Então, sintetizando: como nós trabalhamos na Fazenda Santa Brígida? A gente adota técnica de produção de forma bem pragmática, sem considerações ideológicas. Nós misturamos técnicas da chamada revolução verde, que sozinha faliu, como o uso intensivo de fertilizantes, mecanização plena, uso de defensivos, semente melhorada, uso de plantas transgênicas. Nós usamos tudo isso, só que nós usamos também rotação de cultura, cultivos diversificados, e temos uma diversidade biológica que poucas fazendas produtoras de grãos têm; temos o solo sempre com cobertura vegetal, fazemos plantio direto na palha. Então, isso tem feito um grande ganho no sistema.

Quando eu fiz agronomia, a gente não estudava a biologia de solo – lá em 1982/1983. Para o agrônomo daquela época, o solo era apenas o suporte: "Adubando, eu posso tudo". Ficou muito claro, com a evolução da agricultura, que isso não é verdade. Grandes áreas com gastos imensos em correção química do solo estão deixando de produzir porque os solos estão doentes.

Terminando, o nosso cajuzinho de Goiás Velho... Para não terminar como alguém que foi injusto com o solo do Cerrado, porque parece que eu só falei mal do solo do Cerrado, o solo do Cerrado não é bom para soja, não é bom para boi, mas ele produz cajuzinho, produz pequi, mangaba, pitanga, no seu estado natural. E a agronomia brasileira hoje estuda isso também. Inclusive, há uma possibilidade de a gente produzir isso em áreas de preservação. Por que não preservar e mesmo na área de preservação a gente ter renda? Eu acho que essa é uma tendência nova.

Obrigado.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Agradeço muito ao Dr. Roberto Freitas.

Você viu que a participação foi intensa em sua palestra. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o tema aqui é justamente este, lucros verdes. Para os telespectadores, o assunto é interessante. O primeiro palestrante, o Dr. Tiago, falou sobre energia, principalmente energia solar. Deu destaque a isso, mostrando a lucratividade, os lucros obtidos com a produção alternativa de energias limpas. Não é isso mesmo, Doutor?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E depois entrou o Dr. Roberto Freitas, mostrando o outro lado dos lucros verdes, através do plantio correto em solos áridos e ácidos, como o solo do Cerrado.

Por fim, eu queria fazer um agradecimento à Dra. Eliza, Maria Eliza, que está presente, a nossa companheira de campanha política, nossa primeira suplente. Muito obrigado pela sua presença honrosa nesta Comissão, nesta data.

Quero destacar, Dr. Roberto, que lá em Rondônia há uma fazenda, em Machadinho, de propriedade de Giocondo Vale, uma das dez fazendas certificadas do Brasil por justamente aplicar esse modelo. Lá utilizam a seringueira. Daí também o eucalipto, que é também muito importante.

E agora vamos passar a palavra para a Dra. Luciana Villa Nova, para discutir o mesmo tema já abordado aqui.

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Olá! Bom dia, quase boa tarde!

Obrigada mais uma vez pelo convite para a gente estar aqui representando a Natura. Eu sou farmacêutica, bioquímica, formada pela Universidade de São Paulo, e hoje sou mestranda em sustentabilidade pela Fundação Getúlio Vargas, também de São Paulo, e já atuo há quase dez anos na área de sustentabilidade da Natura. Tenho 23 anos de Natura. Eu gostaria de dividir um pouco com vocês a nossa experiência, a nossa trajetória, falando um pouco desse caminho, da evolução da sustentabilidade nos negócios.

Acho que a Natura nasceu com esse princípio pelo próprio nome. Nos anos 1960, ainda quando esse tema da sustentabilidade mal existia, a marca foi constituída com um princípio de trazer cada vez mais um olhar para a natureza no seu próprio significado, no seu nome. Então, vou contar um pouco para vocês essa trajetória, o que é e para aonde a gente está indo. Eu vou fazer um mergulho um pouco por uma região específica, falando um pouco aqui de valorização das nossas riquezas naturais e daquilo que a gente tem de melhor, como o Tiago trouxe, do sol, e uma integração agricultura, pecuária e floresta. Vou trazer um olhar para a Região Amazônica e dizer que a gente pode, sim, trazer a conservação como um princípio de exploração econômica, mas, ao mesmo tempo, de preservação ambiental. E contar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trajetória da Natura e o que a gente vem constituindo ali como modelo para um diálogo com vocês.

Então, reiterando um pouco isso para quem não conhece, a Natura hoje é a maior empresa de cosméticos aqui na América Latina, no Brasil, e traz essas práticas sustentáveis desde a sua formação, no seu DNA. E, quando a gente fala de práticas sustentáveis, uma das crenças maiores que a gente tem é que essa integração com a gente mesmo, com o bem-estar do ser humano com ele mesmo, é uma integração do bem-estar com o outro. A gente não pode cuidar do Planeta se a gente primeiro não tiver essa integração. Por isso é que o descuido do Planeta, o descuido das questões ambientais, sociais nasce também num contexto principalmente cultural da gente com a gente mesmo. Quando você respeita o seu organismo, a sua vida, o seu cuidado, você consegue também se relacionar melhor com o outro e cuidar do outro. Então, esse é o princípio do que a gente acredita ser o bem-estar com a gente mesmo e o estar bem com os outros e com o Planeta.

E, nesse sentido, nós somos uma marca hoje global, com cerca de 850 produtos, nas mais diferentes categorias cosméticas. Temos um índice de inovação bastante agressivo. Então, quando a gente fala do nosso índice de inovação em 65%, isso significa que 65% da nossa receita vem do que nós lançamos de produtos nos últimos dois anos, as inovações que a gente gera. O uso sustentável da biodiversidade brasileira adotado desde 2000 é uma das nossas principais vertentes de inovação tecnológica, que gera as nossas inovações de produtos. A gente trabalha num princípio de inovação aberta, com parceiros em universidades, centros de pesquisa no Brasil e no exterior, para gerar essa inovação, incorporar essa inovação com agilidade em nossos produtos.

Em 2014, a gente lançou uma visão integrando esses quase... A Natura está fazendo 50 anos neste ano. E essa integração e esse princípio de sustentabilidade têm sempre permeado o negócio, o nosso DNA. A gente lançou uma visão de mundo até 2050, o que uma empresa deveria fazer pelo mundo, pelos seus princípios éticos de negócios, o que era esse caminho do novo capitalismo. Imaginando o que seria este Planeta em 2050, a partir de uma série de estudos internacionais e também aqui no Brasil, a gente lançou essa visão de como a empresa deveria operar até o ano 2050, já com metas e compromissos até 2020, muito baseado já nos princípios do ODS, do desenvolvimento sustentável da ONU.

Alguns números aqui para vocês terem uma ideia. Então, a marca Natura está em nove países na América e na Europa, são mais de 6 mil colaboradores, são quase 5 milhões de consumidores já digitais que a gente tem, 100 milhões de consumidores na América Latina, 45 lojas Natura. Então, a gente tem um sistema, um modelo de negócio baseado na venda direta, a partir do empreendedorismo feminino da consultora Natura, e quase 1,7 milhão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultoras na América Latina atuando nesse sistema de empoderamento feminino, de transformação das mulheres a partir do negócio da comercialização de produtos.

Aqui um pouco do nosso reconhecimento, das certificações. A gente também é uma empresa B Corp. A gente foi a maior... Em 2014, quando nos certificamos, nos tornamos a maior do mundo. Esse sistema B Corp nasceu nos Estados Unidos. Não sei se todos conhecem, mas é um modelo que pensa a nova economia, para aonde a sociedade irá e como as empresas deverão interagir com a sociedade e meio ambiente, pensando na promoção de um impacto mais positivo nessa relação.

Nós fomos a maior em 2014 e a primeira no mundo de capital aberto a se tornar uma empresa certificada B Corp. Esse modelo nasceu nos Estados Unidos e vem-se espalhando pelo mundo. A gente vê cada vez mais empresas. Hoje não somos mais a maior, porque o Grupo Danone está se tornando também uma empresa B Corp.

O índice Dow Jones Estabilidade. Fazemos parte do índice Dow Jones também desde 2014. Temos aí uma série de premiações em função do modelo ético-sustentável de sustentabilidade dentro da empresa. Somos uma empresa recentemente certificada UEBT, que significa The Union for Ethical Bio Trade, uma organização europeia que nasceu dentro da ONU e que a Natura apoiou a formação em 2007, para certificar as cadeias de fornecimento sustentável de biodiversidade no mundo, que respeitem tanto o Tratado de Nagoia, quanto a Convenção da Diversidade Biológica.

Somos também uma empresa que recentemente, desde 2006, não faz testes em animais, mas fomos recentemente certificados como uma empresa que não pratica testes em animais para cosméticos também. Recentemente, ganhamos o Champions of the Earth, um prêmio da ONU que premia as melhores empresas em gestão ambiental do mundo.

Nós nos tornamos uma marca mais global. Hoje somos um grupo, Natura & CO, que contempla a compra da marca The Body Shop, uma marca inglesa. Também compramos a marca Aesop recentemente, uma marca australiana. E hoje, junto com a Natura, esse grupo forma o grupo Natura & CO.

Esse grupo, quando a gente fala de Natura, a presença maior da empresa, que nasceu em São Paulo, na América Latina. Quando a gente traz o crescimento com o grupo Aesop e com a The Body Shop, a gente hoje está em 70 países.

E o que uma marca de beleza, então, pode fazer pelo mundo? Qual é a nossa crença a partir dos nossos valores? Como eu disse, a gente acredita muito que o valor cultural de cuidado com o meio ambiente nasce dessa relação social. A Natura, então, acreditando nesse impacto positivo, a nossa visão é a de que uma empresa precisa mudar completamente a forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de operar seus negócios. E, ao longo desses anos, o que a gente vem construindo e quer construir até 2050 é que uma empresa tem que promover impacto positivo. O que significa isso? Ao invés de degradar o meio ambiente, ela precisa regenerar o meio ambiente. Ela precisa contribuir também para um maior desenvolvimento social e inclusão social, seja no Brasil, seja no mercado em que ela operar. Ela precisa trabalhar um modelo em que ela influencie a cultura de consumo, para um consumo mais positivo e mais sustentável. E ela precisa transitar do econômico a partir desse modelo. Então, para a gente esse é o pensamento de futuro. E, aí, a gente vai contar um pouco para vocês como é que a gente opera isso. Através do nosso jeito de fazer produtos que se conectam à visão de lucro verde, que a gente está discutindo um pouco hoje, conversando um pouco hoje.

Nos nossos princípios de produzir produtos, alguns cuidados, alguns valores são fundamentais. Primeiro, o cuidado com a origem, a gente ter a certeza de onde se traz e como é produzido. Então, não só o cuidado com o meio ambiente, mas há pessoas por trás dessa exploração ambiental, dessa preservação ambiental, dessa conservação, desse modelo. Então, qual é o modelo social que está por trás? Então, o cuidado com todas as regras e princípios de direitos humanos.

Contra testes em animais. As embalagens ecológicas, ou seja, não só o cuidado daquilo que está para trás, o nosso ciclo de exploração da matéria-prima, mas também o que vem para frente, como esse produto vai ser usado pelo consumidor e vai ser descartado. Se é seguro para você e para o meio ambiente, ou seja, um produto cosmético, quando ele é usado pelo consumidor, um princípio fundamental é que ele seja seguro na aplicação, mas também ele é descartado no meio ambiente. Ele é usado no banho, ele vai contaminar a água, ele vai interferir no ciclo das águas. Então, como esse produto pode ser cada vez mais seguro e não impactar o meio ambiente quando ele é descartado, seja a embalagem, seja a formulação. Então, todos os nossos princípios de ter produtos biodegradáveis, embalagens recicláveis.

As fórmulas cada vez mais naturais. Então, nesse princípio de impacto positivo, as nossas formulações banindo componentes de origem sintética e componentes de origem petrolífera.

E o compromisso com o clima. A gente comentou muito hoje sobre as mudanças climáticas. É um fato cada vez maior que a gente vai ter uma interferência das mudanças climáticas na economia. Há uma mudança, cada vez maior, de regulações dos países, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, impactando a economia de várias empresas. Então, o consumidor também, em função dessas regulações, começa a ficar cada vez mais atento, cobrando das empresas, exigindo delas compromissos, transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso é um princípio fundamental em função da nossa competitividade. Hoje uma empresa brasileira que quer se internacionalizar e que quer estar presente em vários países do mundo precisa ficar muito mais atenta não só aos seus princípios e valores, mas também àquilo que o consumidor vai demandar cada vez mais dela e ao que as regulações de vários países começam a mudar nesse contexto de competitividade.

Recentemente, para vocês terem uma ideia, fizemos um estudo em que a Comunidade Econômica Europeia fez um grande tratado para a bioeconomia, que seria a nova economia. O novo ciclo econômico da Europa nos próximos 30 anos é a conversão da matriz de petróleo para a matriz a partir da bioeconomia. Então, a partir da matriz natural, vegetal, com biotecnologia, seria desenvolvida uma série de produtos que vão converter o que hoje a gente conhece, o que a gente interage com os produtos que são de origem petrolífera. Esse é um caminho econômico a que a gente vai estar submetido de alguma forma, principalmente as empresas que vão comercializar e interagir com esses mercados.

Como eu falei para vocês, nesse caminho, a Natura se torna uma empresa cada vez mais... Nossos produtos já são vegetarianos, ou seja, todos de base vegetal, e 80% dos nossos produtos já são veganos, ou seja, não usam nenhum componente de origem animal.

Usamos também cada vez mais materiais de origem reciclada para os nossos produtos. Esse é um desafio enorme para o Brasil não só na coleta, mas também no processamento. A gente ainda não tem a tecnologia para atingir níveis de excelência. Hoje, eu já tenho competidores internacionais, inclusive no Brasil, que utilizam materiais reciclados pós-consumo de alta qualidade vinda do exterior. Então, Europa e Estados Unidos já conseguem produzir materiais plásticos ou outros materiais de altíssima qualidade totalmente reciclados.

A gente oferece, desde 1983, refis também, ajudando o consumidor a fazer uma escolha mais consciente de que ele não deve descartar aquela embalagem no meio ambiente e de que ele pode usar mais vezes aquela mesma embalagem. Então, a gente foi a primeira empresa cosmética do mundo a colocar refis no portfólio. Então, isso muda cada vez mais o consumo de plástico, o consumo de vidro. E a gente vem instalando essa matriz no Brasil e precisa, cada vez mais, que essa nova economia de reciclagem seja facilmente viabilizada e patrocinada no País.

A gente neutraliza 100% do nosso carbono. O que significa isso? A Natura emite mais ou menos 300 mil toneladas de carbono/ano. O que nós fazemos? Nós temos um programa chamado programa Carbono Neutro há mais ou menos 12 anos, em que, a cada ano, colocamos metas internas de redução das emissões. Então, nós temos um programa interno que desafia as áreas internas a reduzirem suas emissões, mudando matriz energética – o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto da Sunew foi apresentado aqui e é um dos projetos – ou mudando o nosso portfólio de produtos para reduzir cada vez mais emissão.

O que nós fazemos? Aquilo que a gente não consegue reduzir a gente compensa. Então, a gente compra carbono no mercado. Como a gente faz esse mercado de carbono? A gente compra créditos de carbono hoje no Brasil e na América Latina. São mais ou menos 30 projetos de reflorestamento, por exemplo, ou de mudança de matriz energética. O nosso maior foco hoje está em compra de créditos de carbono na Região Amazônica, que é onde queremos hoje destinar a nossa maior parte dos recursos, tanto para regeneração florestal quanto para conservação.

Isso pode levar, inclusive, renda às famílias. Um projeto que a gente fez há dois anos e que foi implementado com a parceria do Idesam na região do Acre é a compra de créditos de carbono de pequenos produtores rurais. Por 25 anos, eles assumem um compromisso de manter aquela floresta intacta e recebem uma renda por isso. Então, isso aumenta, inclusive, a renda. É um bom exemplo de pagamento de serviços ambientais que a gente vem fazendo hoje no Brasil.

Nesse caminho dos naturais, não há como uma empresa brasileira chamada Natura não ter olhado um dia para os ingredientes naturais da sua própria riqueza da biodiversidade. Nesse mergulho ao longo dos anos, a gente foi se aprofundando. Em 2000, nós lançamos a primeira marca de produtos, a marca Ekos, usando ingredientes da biodiversidade brasileira. Então, foi desbravar um pouco esse conceito de usar a biodiversidade brasileira como matriz de inovação.

E, mais do que a biodiversidade, a gente fala da sociobiodiversidade, que eu não sei se todos sabem, mas é um termo que o Brasil usa, que está na sua política, na sua lei, mas que pouquíssimos países do mundo entendem e conhecem, porque só aqui nós temos uma riqueza tão grande de povos tradicionais, de culturas tradicionais que conseguem trazer para o Brasil essa inteligência entre aquele recurso que, durante anos, durante gerações, as famílias aprenderam a conviver e a interagir com a biodiversidade, com a floresta, têm um conhecimento dessa tradição, de uso desses ingredientes, e a gente consegue, a partir de estudos científicos, transformar isso em produto. Então, o nosso princípio é unir a ciência, a tecnologia e a pesquisa com o conhecimento tradicional dessas famílias, dessas pessoas que vivem há anos se relacionando com a biodiversidade brasileira. Por isso, a gente adota, desde 2000, o tema sociobiodiversidade.

A Natura foi pioneira em fazer essa conversão daquilo que a comunidade conhece com a floresta e, a partir daí, convencer em bioativos. Esses bioativos são princípios tecnológicos e a gente, inclusive, mapeia geneticamente a composição desses ativos para entender a interação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dele com o cabelo, com a pele. Então, a gente constituiu parcerias com universidades, centros de pesquisas, a Embrapa, que também é um grande parceiro nosso, para desenvolver em campo e depois desenvolver em laboratório essas substâncias e converter isso em produto que gera renda. Conectando-se ao consumidor, vai gerar uma renda para as famílias não só pela compra dos ativos, mas a Natura foi pioneira em convergir, a gente teve um trabalho muito grande aqui no Congresso Nacional e aqui no Senado na lei que foi aprovada em 2015, para converter a nossa lei de acesso à biodiversidade.

Apesar de o Brasil ainda não ter ratificado o Tratado de Nagoia – e isso diminuiu um pouco a nossa competitividade, principalmente pela entrada de outros países e de outras empresas no Brasil –, a gente aplica a lei desde 2000 e tem aqui o que a gente chama de repartição de benefícios. Quando a gente acessa um patrimônio genético ou um conhecimento tradicional, a gente reparte o benefício às comunidades. Segundo a lei, a medida provisória de 2002... Depois de várias discussões, no ano de 2015 foi promulgada essa lei, e o que a gente aplica é uma parte da renda que é destinada à conservação da biodiversidade.

A gente não só remete esses recursos. O que nós fazemos? A gente apoia as comunidades e cooperativas de várias regiões do Brasil, mas principalmente da Região Amazônica, a estruturar esses recursos financeiramente em fundos e aplicar isso em projetos que sejam decididos entre conselhos comunitários. Então, essa é a nossa participação. Não é somente o pagamento pela repartição de benefícios, mas também a gestão e governança do território.

E por que a Amazônia? A Amazônia para a gente é uma causa, é uma das principais causas da Natura. A gente está nesse território desde 2000, foi uma das primeiras regiões em que a Natura mergulhou para aprender sobre a biodiversidade. Assim como o Mais Beleza, Menos Lixo, o impacto social, como eu disse para vocês, é fundamental. Não existe mudança em gestão do meio ambiente se a gente não pensar em como as pessoas vão interagir com esse meio ambiente. A gente só degrada por um princípio cultural. Então, se a gente não mudar a cultura, a gente não muda o nosso compromisso com o meio ambiente.

Mas vamos falando um pouquinho mais de Amazônia e o porquê de a Natura estar na Amazônia. Ela é um vetor de desenvolvimento para nós, para o Brasil, a gente acredita que a Amazônia tem um papel fundamental na economia do País. Hoje a gente vem percebendo cada vez mais uma regulação internacional fortíssima, nós temos compromissos de regeneração de florestas até 2030, existe um potencial tecnológico incrível, pouquíssimo conhecido ou explorado – somente de 1% a 3% das espécies vegetais e da biodiversidade animal amazônica é conhecida. Há alguns estudos que indicam que 70% do PIB da América Latina depende dos rios voadores da Amazônia, como são chamados. A gente fala que esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime de águas da Amazônia – entre as águas e a evaporação da água se formam verdadeiros rios voadores – influencia todo o regime de chuvas na Região Sudeste brasileira. Então, a nossa agricultura depende desse regime, assim como a Região Sudeste e Região Sul da América Latina.

E ela também é um vetor que representa um polo mundial de inovação para o mundo. Ela representa, a gente fala que a Amazônia não é o pulmão, mas ela é o ar-condicionado do Planeta, que não só influencia o regime de chuvas para a nossa economia, mas influencia muito fortemente a regulação climática. E a gente tem ali toneladas e toneladas de CO^2 e de gás carbônico retidos em bilhões de anos de constituição dessa floresta, desse bioma. A gente valoriza o que a Amazônia representa para nós hoje, para a nossa economia; para a nossa vida hoje, mas também para as gerações futuras. É por isso que a Amazônia, para nós, é uma causa.

Esses territórios são as regiões em que a Natura interage nesses quase 18 anos de atuação – a gente chama de polos da biodiversidade –; é onde há as bolinhas amarelinhas. São regiões onde a Natura vem desenvolvendo relações com comunidades e cooperativas no modelo de conservação, que é este princípio de que pode ser explorado economicamente, mantendo a floresta em pé e numa combinação de sistemas que a gente chama de agroflorestal. Então, é uma combinação de onde há terras degradadas na Amazônia, a agricultura combinada com a floresta.

Onde a gente tem esses círculos azuis é o que a gente chama de territórios. Um programa da Natura lançado em 2011, chamado Programa Amazônia, tem a função de olhar, com a inovação tecnológica aí de dentro como competitividade da Natura, mas, ao mesmo tempo, como valor de desenvolvimento local. Qual é o valor que a gente quer gerar para além da atuação da Natura junto com essas regiões? Então, a gente tem hoje esses quatro principais territórios. Até neste ano estamos implantando uma série de agendas, parcerias locais e investimentos nacionais e internacionais para gerar desenvolvimento local de economias a partir da sociobiodiversidade. Aqui nós temos projetos sociais, projetos de educação e projetos de conservação de florestas, principalmente.

Quais são os princípios desses territórios? A gente fala da promoção de trabalho e renda a partir do empreendedorismo comunitário. Então, nessas comunidades associadas a gente estimula essa organização para a formação de fundos onde chegam os recursos da repartição de benefícios, e também a gente, pela força da marca, consegue trazer novos parceiros para esses recursos. Educação. A nossa capacitação das cadeias: são mais de 5 mil pessoas capacitadas nesses quase 18 anos. E as casas familiares rurais. É um apoio que a gente dá para que nessas casas familiares rurais se institua a formação de técnicos em Agroecologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, ajudando os jovens hoje a perpetuar – não só os jovens, mas todas as pessoas interessadas da comunidade –, a se formarem em técnico em Agroecologia.

Há um grande papel da mulher amazônida nesse modelo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – As mulheres têm um papel de protagonismo feminino muito grande. São as primeiras a irem a campo fazer modelos de extrativismo, a se ligarem a este conceito. É um papel de geração de renda também e de empoderamento. A gente apoia também a formação de cooperativas e de associações de mulheres na Região Amazônica. E o nosso princípio, como eu falei, é a conservação: a combinação de um sistema agroflorestal e extrativismo.

Um dos modelos inovadores que a gente vem fazendo na região de Tomé-Açu, no Pará, é a produção de palma no modelo agroflorestal, que é um modelo bastante inovador. Há 12 anos a gente vem estudando esse modelo com a Embrapa e agora a gente vem pensando nessa expansão de um modelo inovador no mundo. Nem mesmo as regiões da Malásia e da Indonésia, que historicamente têm a palma como sua principal cadeia de produção, conseguiram ainda chegar a uma inovação tecnológica como essa. E a gente tem recursos internacionais do banco americano USAID, aplicando recursos lá para o desenvolvimento desse sistema agroflorestal em parceria com a Natura. Esse é um dos exemplos.

A gente tem um parque industrial no Pará, que fica em Benevides, próximo a Belém, onde a gente convida empresas a formar essa rede da sociobiodiversidade. Hoje a gente tem uma empresa alemã, a Symrise, que produz óleos vegetais, mas a gente que expandir cada vez mais o convite para que empresas internacionais venham para a Amazônia conseguir traduzir todo esse potencial tecnológico em inovação. Então, a gente convida a ocupar esse parque industrial, um parque bastante grande, a Natura ocupa só um pedaço desse parque e há um condomínio para que outras empresas possam estar presentes. Então, a gente precisa cada vez mais estimular que as empresas vejam na Amazônia uma fonte de recursos de forma sustentável.

São 4.600 famílias que atuam com a gente na Região Amazônica – mais ou menos, se a gente calcular cinco pessoas por família, são 20 mil pessoas impactadas –; 33 comunidades agroextrativistas estabelecidas na maior parte delas em cooperativas. Nesses sete anos de Programa Amazônia, a gente movimentou um volume de negócios na região de R$1,4 bilhão. E a gente, com esse projeto de conservação, com todo esse protocolo de conservação e de capacitação das comunidades, a gente calcula 1,8 milhão de hectares de floresta conservada. Quando a gente compara, através de dados do Prodes e do Inpe, nesse período de 2014 a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017, em que a gente teve esse mapeamento, a gente consegue ter um índice de desmatamento mais baixo do que em outras regiões de conservação na Região Amazônica.

E aí a nossa certificação é UEBT, que a gente começou a ter no ano passado, que certifica as nossas cadeias do ponto de vista de conservação de floresta, do ponto de vista de *fair trial*, de pagamento de preço justo e de desenvolvimento social.

Eu queria passar um vídeo para contar um pouco da história não pelo meu ponto de vista, mas pelas comunidades.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Contando um pouco para vocês a história do patauá. Este óleo vegetal é um azeite amazônico. Esses cachos nascem a 25m de altura e esse óleo foi usado na Segunda Guerra Mundial, uma curiosidade, quando existia a ausência, por causa da guerra na Europa, de azeite de oliva, ele foi um substituto comercializado, porque não existia mais o azeite, havia a falta do azeite. E, com relação a esse óleo, existia um conhecimento tradicional das mulheres que usavam tradicionalmente esse óleo para deixar os cabelos mais bonitos.

Quando a gente se aproximou da Reserva Chico Mendes, a gente conheceu essa tradição. Essa é uma das reservas onde é paga a repartição de benefícios para o acesso ao conhecimento tradicional. E a gente foi entender como esse óleo era explorado por elas e elas já tinham perdido essa tradição do uso do óleo de patauá. Era muito pouco usado até na culinária. Por isso que elas comentam que há até um resgate da história delas na relação com o óleo.

E a gente foi estudar isso geneticamente e percebeu nesses estudos que existia um componente dentro do óleo que realmente tem uma ação sobre o cabelo e o couro cabeludo, inclusive, fortalecendo o cabelo. Isso é uma patente que a Natura desenvolveu da aplicação no produto. A gente não pode patentear a origem, mas a gente patenteia o produto final, em que a gente testou a eficácia de uso na linha Ekos em cabelos. A partir de então, a gente começou a desenvolver essa cadeia.

A complexidade da cadeia era grande por quase dos 25m de altura. Então, junto com outras instituições, a gente fez um aporte financeiro nessa região onde a gente começou a desenvolver o patauá, o óleo, para que a gente pudesse ter cadeirinhas de segurança para que os cooperados possam subir. Então, a gente trouxe essa tecnologia do Japão, onde ela é usada, e também na Malásia e na Ásia para outras explorações de palmeiras. Então, a gente trouxe essa tecnologia e implantou-a com outros parceiros da região para que essa fosse uma tecnologia social implantada na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, a gente tem uma grande produção de pataua. Esse produto foi lançado em 2017 pela Natura. E nesse modelo que a gente faz com as cooperativas há mais ou menos oito grandes microusinas. O que eles fazem? Eles não vendem o fruto mais para a Natura. Já começam a pré-processar. Então, hoje eles já vendem a manteiga, o óleo já pré-processados na própria comunidade. Isso agrega em renda para essas comunidades mais ou menos 30% acima do que se eles vendessem somente o fruto bruto ou a semente diretamente para chegar a nossa fábrica em Benevides.

Então, essa é uma ideia para trazer para vocês de como essa cadeia de valor pode de fato, sim, ser positiva, gerar conservação e ao mesmo tempo promover renda, porque são esses guardiões que vão ajudar a conservar a floresta, são essas pessoas. E a gente tem hoje no Brasil, nessa Região Amazônica, uma das maiores populações tradicionais do mundo, dos povos tradicionais, ribeirinhos, comunidades extrativistas. E essas pessoas têm um papel fundamental na conservação.

Então, é isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem!

Srs. Senadores presentes, todo o público que prestigia este espetáculo de audiência pública, essa foi uma aula em três mãos, memorável. Tenho certeza de que muitos telespectadores gostariam de ter esse material em casa e ele já está disponível no Portal e-Cidadania aqui, no Senado. Também essas apresentações estão disponíveis para os interessados do País inteiro, no portal da própria Comissão de Meio Ambiente. São três temas separados, todos eles convergindo para lucros verdes. Fantástico!

Eu queria agradecer a presença honrosa do Deputado Estadual de Rondônia Edson Martins, que está aqui na nossa direita, que chegou em boa hora e pegou uma parte da sua palestra extraordinária.

Eu quero dizer também que, com a Natura, assinei, quando Governador do Estado, o primeiro acordo para pagamento de créditos ambientais e preservação florestal pela compra de crédito de carbono pelos índios suruís do mundo inteiro! Foi a primeira população indígena a assinar com a Natura. Esse pacto foi com os índios suruís, da cidade de Cacoal, no Estado de Rondônia, surtindo um excelente efeito. É um exemplo fantástico e importante para nós todos do Estado.

Eu quero agradecer a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, há a fase das perguntas. O tempo avançou bastante, porque foram interagindo com as perguntas durante o ato, e já muitas foram respondidas.

Eu consulto os Srs. Senadores se têm mais alguma pergunta para todos, depois de tantas brilhantes apresentações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só queria parabenizar a todos que fizeram aqui exposição. Foi bom para conhecermos todas essas atividades. Temos já algum conhecimento tanto eu como o Jayme.

Eu gostaria de fazer uma sugestão à Dra. Luciana. Na Bahia, no meu Estado, nós temos, no Município de Palmeiras, que fica na Chapada Diamantina, que é uma área de preservação ambiental – há o Parque da Chapada, que é uma região de rios, cachoeiras, florestas, com fauna e flora preservadas –, uma sociedade alternativa. Eu não conheço outra similar. É no Município de Palmeiras, Distrito de Capão...

O SR. TIAGO ALVES (*Fora do microfone*.) – Já estive lá.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Tiago já esteve lá.

Lá há uma sociedade alternativa à sociedade brasileira como um todo. Lá só se consomem produtos originais, orgânicos. Toda a medicação usada também é do conhecimento tradicional dos índios paiaiás. Eles usam lá... E você que já esteve por lá sabe que é assim, não é?

O SR. TIAGO ALVES – Eu andava pelos rios...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi a Capão, não? A sociedade alternativa se chama Capão, no Município de Palmeiras, na Bahia.

Lá só se usam os medicamentos de conhecimento tradicional dos índios da região, das famílias da região, dos quilombos de lá. Há muitas árvores que dão a produção desses medicamentos. Seria interessante que a Natura pudesse conhecer essa localidade na Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Não é porque eu nasci lá, não, mas é o lugar mais bonito do Brasil, não há nada parecido.

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – É lindo. Anotado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não há nada parecido no Brasil. Não é porque eu nasci lá, não, eu não sou bairrista, não!

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Mas é lindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É um lugar bonito. É bonito ou não é?

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – É lindo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Bonito. Pois é. Então, eu queria sugerir que a Natura pudesse ir lá ver essa comunidade, ver os conhecimentos.

Agora mesmo, estava falando com o Dr. Roberto do barbatimão, que é uma planta aqui do Cerrado e da minha região também. Nada como a casca do barbatimão para chá para se usar para azia, para problemas do estômago, até para úlcera, e para cicatrizar feridas expostas. Eu sou médico ortopedista, com residência, fui professor na Universidade Federal da Bahia de ortopedia e traumatologia, mas uso na região a pasta do barbatimão para cicatrizar as feridas.

Eu queria parabenizar a Natura. Sou consumidor dos produtos da Natura, de todos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Que bom! Muito bom. Agradeço. Já está anotado aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria parabenizar a iniciativa da Natura com a Floresta Amazônica. Eu acho importante. A minha preocupação com o meio ambiente é muito grande, como todos aqueles que têm noção do que está acontecendo no Brasil. Portanto, parabenizo a todos.

O meu grande colega e amigo Senador Confúcio Moura, que também é outro que conhece bem isso, foi Governador e sabe do valor que tem uma floresta nativa para preservação da raça humana, para sobrevivência dos seres humanos.

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – E o potencial econômico. Eu acho que é um pedido de olhar para nós brasileiros para a riqueza que nós podemos estar desperdiçando e perdendo, com esses conhecimentos tradicionais, com essas ervas, essas plantas, esses animais, que estão todos nessas regiões, nesses biomas, que poderiam ser mais bem desenvolvidos e até trazer um novo potencial econômico para o País.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós aprovamos aqui, na Comissão de Meio Ambiente, em 2016, a legislação do conhecimento tradicional. Eu era o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e o Relator, se não me engano, foi o Senador Jorge Viana. Não foi isso mesmo?

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Foi isso mesmo. Estivemos juntos, participamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o tempo avançou e há muitas perguntas, eu vou escolher algumas perguntas para respostas rápidas.

A primeira pergunta é do nosso Presidente da Comissão, Fabiano Contarato, que está em viagem internacional – eu sou o Presidente eventual...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Podem ir tranquilos. Muito obrigado ao Jayme, muito obrigado ao Otto, muito obrigado a todos que compareceram.

A primeira pergunta é para a Dra. Luciana e é de autoria do Fabiano: "Como distinguir o *marketing* fiel às produções realmente sustentáveis da maquiagem verde, chamada *greenwashing*?".

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Eu acho que esse é um dos maiores desafios hoje das empresas e dos órgãos reguladores. O próprio consumidor vem questionando muito isso. E a gente percebe essa mobilização pelas redes sociais ou pela força da pressão de organizações do terceiro setor sobre as empresas.

Uma das formas em que a gente acredita é, como eu mostrei aqui, por regulações e certificações. Então, você ter, de fato, auditorias e comprovações que mostrem uma governança do seu processo, que deem transparência para o consumidor é fundamental.

A gente tem duas certificações aqui que mostram a diferenciação de quem faz e de quem só diz que faz. Então, primeiro, há a certificação B Corp, que olha o modelo do negócio da empresa como um todo, se ela está, de fato, no caminho de promover desenvolvimento social, combinando econômico e ambiental. Então, ela olha o modelo de negócio da empresa e qual a operação desse capitalismo. E a gente faz a adoção de algumas práticas também onde há cadeias críticas, como a certificação da biodiversidade, como eu mostrei aqui: UEBT e também outras, como, por exemplo, a gente adota a certificação da produção de Palma, RSPO. Então, tudo isso é um caminho de você começar a qualificar e diferenciar as empresas. A própria certificação de teste em animais foi cada vez mais um compromisso da Natura em não só dizer que faz, mas mostrar que há realmente um caminho de fazer. As certificações são hoje uma forma de o consumidor identificar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Garantir.

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – ... garantir que há uma diferenciação ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Uma pergunta para o Dr. Tiago feita por Carlos dos Santos, da Bahia: "É possível uma empresa conseguir gerar lucro crescente alinhando ações de sustentabilidade aos valores da empresa?".

O SR. TIAGO ALVES – É Carlos o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sim, Carlos dos Santos, da Bahia.

O SR. TIAGO ALVES – Olha, a tese que eu defendo é a de que essa é a única forma. Hoje é indissociável o lucro da boa prática social e ambiental. É possível ter lucro no curto prazo, sem a boa prática social e ambiental, é possível no curto prazo; no longo prazo, essa é a única forma. Então, o convite que eu faço é a gente pensar o contrário. Aquilo que eu falei na apresentação: não é como ter lucro apesar da sustentabilidade, não; é a sustentabilidade gerando um pilar de lucratividade. Esse é o novo paradigma que os nossos consumidores exigem. É um erro empresarial achar que isso é um custo; isso é uma ferramenta habilitadora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Para o Dr. Roberto agora, a pergunta vem de Nézio José, do Estado do Paraná: "Como ampliar, de forma concreta, a participação das pequenas empresas nos processos para tornar a gestão sustentável e ambiental uma realidade?".

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – Os modelos agroecológicos, modelos de integração são modelos que têm uma plástica grande para adaptar aos diversos sistemas, desde médios produtores, como a Fazenda Santa Brígida, até grandes produtores, como os pequenos. Eu vejo até certa facilidade maior nas pequenas propriedades, porque, quando a gente pensa em cultivos consorciados, a agricultura familiar é a agricultura que tem uma produção mais artesanal, maior utilização de mão de obra. Então, eu vejo até com maior facilidade.

O Nézio é do Paraná. Na Região Sul do Brasil é mais fácil ainda do que para nós estamos aqui no Centro-Oeste, porque já há uma mentalidade maior de associativismo, de cooperação. Eu acho que tem um grande futuro, inclusive também na mecanização. Aqui em Goiás, numa pequena propriedade, o produtor não tem acesso nem a máquinas que são adequadas para o seu sistema. Então, o grande agronegócio cresceu no Centro-Oeste, mas a nossa agricultura familiar, por uma série de razões... Eu poderia dizer que há um ambiente de riqueza nas médias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e grandes propriedades, e de pobreza nas pequenas. Como agrônomo, eu acho que uma grande coisa que falta é uma atenção maior com a assistência técnica pública, para poder alavancar esses sistemas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há uma pergunta de Cláudio Siqueira, daqui do Distrito Federal. Eu não sei a quem perguntar, porque acho que interessa tanto à Luciana quanto ao Roberto. Vocês fiquem à vontade para escolher quem irá responder: "Como estabelecer políticas públicas para agregar o selo de qualidade ambiental aos nossos produtos agropecuários?".

O SR. ROBERTO JOSÉ DE FREITAS – A Rede ILPF, que eu citei aqui, está trabalhando no sentido de certificar as propriedades que adotem o sistema. Eu acho que não disse, mas o sistema ILPF já abrange uma área superior a 15 milhões de hectares. É um modelo que tem crescido muito rápido pelas inegáveis vantagens técnicas de produção, facilita tecnicamente a produção, dá estabilidade na comercialização e intensifica a produtividade nas fazendas.

Então, o modelo de integração é um modelo que poupa áreas nativas. Quanto maior a produtividade, quanto maior a produção nos ambientes já explorados, mais nós estaremos poupando a pressão por abertura de novas áreas. Isso merece e já estão estudando a rede lidera esse processo de um selo para os produtos da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Há perguntas demais e tempo de menos.

O Partido Rede Sustentabilidade fez aqui um mundo de perguntas que não será possível fazer. Aqui também da Comissão há muitas perguntas.

Eu vou ler aqui uma da Marve Alves, do Rio de Janeiro, para a senhora: "Por que os produtos sustentáveis são tão caros?".

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Vamos lá. Acho que é uma ótima pergunta, Marve, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É Marve Alves, do Rio de Janeiro.

A SRA. LUCIANA VILLA NOVA – Eu acho que esse é o desafio não só do Brasil, mas do mundo.

Primeiro, quando a gente fala de produtos mais sustentáveis, a gente também está falando de uma cadeia mais correta. Então, como eu disse, a gente está falando de pagamento de preço justo, de não exploração de mão de obra da cadeia para trás. A gente vê regularmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários setores da economia hoje tendo escândalos, empresas passando problemas muito sérios por terem, às vezes, por trás da cadeia, trabalho escravo, exploração de mão de obra ou por uma questão de causar impacto ambiental e poluição ambiental. Então, isso é um custo hoje. Por que é um custo? Porque quem produz uma forma mais sustentável hoje ainda não tem, na maior parte dos países, inclusive no Brasil, políticas que apoiem, de uma forma tributária, os produtos mais sustentáveis. Todo mundo cai no mesmo circuito, e vira um custo para cadeia da empresa fazer de uma forma mais sustentável.

Também tudo que é mais sustentável é mais inovador. Acho que o Tiago trouxe bem o quanto é o custo nos anos 70 da produção de energia solar e hoje quanto vem caindo. Então, existe um ciclo para que aquela cadeia se estabeleça. Quando você tem um subsídio maior para o tradicional e o novo está chegando inovador, ele ainda é muito caro, ele não entrou ainda na lógica da economia. Então, ele também é mais caro.

E toda essa certificação acaba virando custo dentro da empresa. Acho que este é um desafio para todos nós: uma ótima conversa com o Governo para que a gente começa a pensar como a gente favorece as empresas e economia de produtos mais sustentáveis, como que a gente vira esse jogo de que os produtos mais sustentáveis deveriam ser tributados de uma forma diferente dos produtos menos sustentáveis.

Então, essa conta do meio ambiente volta para nós, porque tudo que é poluição, tudo que é dano ambiental gera também impacto na saúde humana. Isso volta como uma outra conta: o custo da saúde pública brasileira, que é o custo das pessoas perdendo saúde mais cedo, que é o custo de você ter que regenerar meio ambiente, você ter que tratar a água, porque ela está mais poluída, você tem que recuperar solo porque ele está mais danificado. Então, isso é um custo que parece invisível, mas que está presente nos custos das contas públicas de qualquer país do mundo. Então, a gente precisa, de alguma forma, rever essa forma de estimular essas cadeias mais sustentáveis.

O SR. TIAGO ALVES (*Fora do microfone*.) – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode, sim, por favor.

O SR. TIAGO ALVES – É importante, inclusive numa conferência da ONU recentemente na Alemanha, a pergunta era a seguinte: "Olha, a gente tem a ciência, a gente tem a regulamentação, a gente tem os produtos, o que que está faltando? Qual o problema? Qual o problema?". Isso alimenta um pouco na pergunta para Luciana, que é o seguinte: falta a conscientização dos consumidores também. Então, não é uma questão de pagar mais caro, não; é uma questão de não pagar o que não é devido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, usando um caso extremo, a gente, há muito tempo, aboliu o trabalho escravo, o trabalho infantil. Você não compraria um produto que usa trabalho infantil. Um produto que é menos sustentável, que causa danos ao meio ambiente, ele também deveria ser refutado, e isso tem que partir dos clientes, do mercado consumidor, de nós, nós que compramos para as nossas casas, termos essa predisposição. Enquanto a gente puder ser comprado por eficiências que não são sustentáveis, esse problema não vai ser resolvido. Isso é um puxão de orelha também em nós, como consumidores, como sociedade, que precisa ocorrer. Alguns governos estão fazendo, algumas empresas estão fazendo, os consumidores também precisam se movimentar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Quero agradecer a todos os palestrantes, ao Dr. Tiago Alves, com extremo conhecimento; ao Dr. Roberto Freitas, com a sua experiência de 30 anos como engenheiro agrônomo, fazendo esse trabalho fantástico de integração lavoura, pecuária e floresta, fantástico, no Cerrado brasileiro; à Dra. Luciana, com o seu conhecimento vasto da empresa Natura, que nos orgulha muito de já estar tomando conta do mundo, isso é impressionante, isso é um orgulho nacional.

Muito obrigado a todos vocês por terem prestigiado esta audiência que faz parte de um concerto de palestras sobre o Junho Verde, uma criação do nosso Presidente Fabiano Contarato, que gostaria de estar aqui presente dirigindo esta audiência pública.

Antes de encerrar, eu lembro a todos que amanhã teremos uma reunião deliberativa, às 14h.

Na próxima terça-feira, dia 18, em continuidade aos debates do Junho Verde, falaremos sobre a desertificação, o balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro.

O dia 17 de junho foi declarado pela Organização das Nações Unidas o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, e é celebrado desde 1995. O Brasil faz parte da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação dos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, desde 1997, com o objetivo de combater a desertificação e mitigar os efeitos da seca.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

Maravilhoso, maravilhoso! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Angelo Coronel, Jorge Kajuru e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Telmário Mota, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões 18ª e 19ª da CMA, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2019 - CMA, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia. **Finalidade:** Debater o tema “Desertificação: balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro" como parte das ações do “Junho Verde – o Meio Ambiente une”. **Participantes:** Sr. Daniel Fernandes Costa, Coordenador Executivo da Associação Caatinga; Sr. José Artur de Barros Padilha, Diretor da Ceralpa (Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Alto Pajeu) e da Base Zero da Ecologia; Sr. Francisco Campello, Analista Ambiental - Superintendência de Pernambuco – IBAMA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/18

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 18ª Reunião, realizada em 5 de junho de 2019, e da 19ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Dentro da programação do Junho Verde – O Meio Ambiente Une, realizaremos hoje audiência pública, objeto do Requerimento nº 20, de 2019, com o tema “Desertificação: balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro".

A reunião será interativa e transmitida ao vivo e está aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, da Secretaria-Geral da Mesa, a secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise em projetos e ações futuras sobre o tema.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até vinte minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em cinco minutos após a exposição inicial.

Antes de convidar os membros da Mesa, vamos falar um pouquinho sobre a desertificação, que é o tema da presente audiência.

A desertificação é a degradação da terra em locais onde já ocorre uma escassez hídrica, como é o caso do Semiárido brasileiro. Esse processo é resultado de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. Essa degradação da terra provoca a redução ou perda da biodiversidade, da produtividade econômica, da fertilidade do solo de terras agrícolas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pastagens naturais ou semeadas, e alterações nos ecossistemas. Esse processo é acentuado pelos sistemas de utilização da terra e de ocupação do território. Mudar esse cenário é nossa tarefa.

O combate à desertificação é obrigação resultante da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, de 1994. Esse combate deve dar-se por meio do aproveitamento integrado da terra, promovendo o desenvolvimento sustentável. Considerando as pressões sobre as populações impactadas pela seca, incluindo os efeitos migratórios associados à desertificação, é fundamental discutimos como viabilizar a recuperação das terras degradadas, o gerenciamento da escassez de água nas regiões afetadas e o desenvolvimento de novas economias adaptadas ao Semiárido. Nesse sentido, convocamos esta audiência pública com especialistas sobre o tema, para que possamos trazer esclarecimentos sobre a desertificação e a degradação do ambiente e, assim, orientar novas ações do Poder Legislativo. Espero que este evento seja de grande proveito para as discussões nesta Comissão de Meio Ambiente.

Nós vamos, então, convidar para compor a Mesa o Daniel Fernandes Costa, que é Coordenador Executivo da Associação Caatinga. (Pausa.)

Também convidamos para compor a Mesa o Sr. José Artur de Barros Padilha, Diretor da Ceralpa (Cooperativa de Energia e Desenvolvimento do Alto Pajeu) e da Base Zero da Ecologia. (Pausa.)

Também convidamos para compor a Mesa o Francisco Campelo, Analista Ambiental da Superintendência de Pernambuco do Ibama. (Pausa.)

Também foi convidado para estar conosco, mas, por motivo de saúde, não pôde estar presente, o Sr. Gertjan Beekman, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (Pausa.)

Nesta primeira parte da audiência pública, nós estaremos aqui passando a palavra aos nossos convidados. Cada um terá o prazo de até 20 minutos para fazer a sua exposição inicial.

Com a palavra o Sr. Daniel Fernandes.

O SR. DANIEL FERNANDES COSTA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar e agradecer o convite da Comissão de Meio Ambiente do Senado na pessoa da Senadora Eliziane Gama. É muito honroso para mim, que represento a Associação Caatinga, estar do lado de pessoas tão gabaritadas como o José Padilha e o Chico Campello, que são referências no combate à desertificação no Semiárido brasileiro. Então, muito obrigado por poder partilhar este momento com vocês. A responsabilidade só aumenta, está bom, Chico?

Eu faço parte da Associação Caatinga. A Associação Caatinga é uma ONG ambientalista que há mais de 20 anos atua na proteção do bioma Caatinga. Nós temos uma atuação nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ceará e Piauí de uma forma mais incisiva e a nossa missão é promover a conservação das terras, florestas e águas da Caatinga para garantir a permanência de todas as formas de vida, portanto, diretamente ligado ao combate à desertificação.

Aqui eu trago um pouco do mapa dos biomas brasileiros. A gente vê a Caatinga ocupando cerca de 11% do Território nacional. São 28 milhões de brasileiros vivendo no Semiárido e que precisam de uma atenção toda especial para que a gente possa promover a convivência com o Semiárido. A seca, como já é sabido de todos, é um fenômeno natural, que inclusive já foi retratada na literatura de José de Alencar e Rachel de Queiroz. Então, a gente tem que tirar condições de convivência e não de combate à seca.

Esse é o estereótipo da grande mídia, que a gente aprendeu nos livros sobre a Caatinga, que a Caatinga não tem biodiversidade, que não tem riqueza e isso é o que infelizmente é sempre retratado. Claro que esse lado existe, mas, comparado com outros biomas de regiões semiáridas do mundo todo, é a região mais biodiversa. Então, trouxe esse eslaide com algumas informações da fonte do Ministério do Meio Ambiente com o número de espécies tanto de fauna e de flora que nós temos no bioma.

E aí é uma transição das imagens na Caatinga no período seco e depois no período chuvoso.

Desertificação. Dentro da Lei da Política Nacional de combate à desertificação, eu trouxe esta definição: degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores e vetores, incluindo as variações climáticas e as ações antrópicas, as ações do homem.

Aqui é o mapa do Estado do Ceará.

O Estado do Ceará está 100% suscetível a um processo de desertificação. De todo o seu território, cerca de 12% já estão em acelerado processo de desertificação. Nós temos três núcleos de desertificação: que é a região de Irauçuba, a região dos Inhamuns e a região dos sertões de Canindé. Então, são núcleos em que a gente já encontra terras extremamente improdutivas, problemas sociais graves, econômicos e ambientais. As pessoas acabam não tendo oportunidade para prover seu próprio sustento e aí acabam migrando para os centros urbanos, no caso, para Fortaleza e região metropolitana, agravando os problemas sociais.

Aqui, um pouco das causas da desertificação. A principal delas, no meu modo de entender, é o desflorestamento, o desmatamento da Caatinga. Hoje, a gente já chegou a mais de 50% de perda da cobertura vegetal original do bioma, e esse desmatamento é muito acentuado em virtude uma matriz energética, no Nordeste, muito concentrada na lenha. As pessoas utilizam a lenha, algumas indústrias do polo de cerâmica e gesso também a utilizam abundantemente, e temos pouco planos de manejo florestal no bioma Caatinga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As queimadas também são atividades que ajudam a acentuar o processo de desertificação, assim como o pastoreio excessivo e a densidade populacional – como eu disse anteriormente, são 28 milhões de brasileiros demandando recursos de hídricos, e recursos hídricos que são limitados naturalmente no Nordeste, como é a água –; a mineração; o uso intensivo do solo na agricultura; e a matriz energética, como eu disse anteriormente.

Aqui, algumas consequências: a gente tem uma queda na produção e na produtividade agrícola; nós temos um agravamento dos problemas sociais através de uma migração da zona rural para a zona urbana; o assoreamento de rios e reservatórios através do processo de erosão; a gente tem uma acentuada perda de biodiversidade, tanto da flora quanto da fauna; perda de solo pela erosão.

Esse dado da ONU que eu trouxe aponta que, até 2045, cerca de 135 milhões de pessoas poderão ser deslocadas, no mundo todo, em virtude do processo de desertificação, que causa mais mortes e desloca mais pessoas do que qualquer outro fenômeno ou desastre natural. Então, a gente está diante de um problema muito sério para o qual nós precisamos, realmente, implementar políticas públicas que façam frente à desertificação.

E, aqui, alguns exemplos que a gente pode implementar na prática para amenizar o processo de desertificação no Semiárido brasileiro: a gente tem a promoção de uma agricultura familiar em bases ambientalmente mais sustentáveis; nós temos a disseminação de tecnologias que possibilitam a convivência do sertanejo, do homem do campo com o bioma de uma forma sustentável; a criação de novas unidades de conservação – a gente precisa aumentar a quantidade de áreas preservadas na Caatinga; planos de manejo florestal e restauração florestal.

A ONU estabeleceu que a próxima década, de 2021 a 2030, é a década de recuperação dos ecossistemas. Então, a gente precisa implementar essa política pública e aderir a essa agenda ambiental global.

Ainda: o PSA. A gente precisa, no meu modo de entender, estimular a conservação da natureza através de incentivos econômicos, e o PSA é um exemplo concreto. E políticas públicas de proteção da Caatinga.

No que tange a políticas públicas, eu trouxe, nesta apresentação, dois exemplos. Na Constituição Federal, no art. 225, que trata dos biomas brasileiros, a Caatinga e o Cerrado, infelizmente, foram esquecidos e não foram reconhecidos como patrimônio nacional. Existe uma PEC – a PEC nº 504/2010 –, tramitando no Congresso Nacional, para reconhecer esses dois biomas como patrimônio nacional, e isso vai ajudar na implementação de uma série de políticas públicas. É como se esses dois biomas não tivessem certidão de nascimento. São biomas que ocupam mais de 30% do território nacional. Essa PEC está tramitando e, a partir da sua promulgação, certamente outras leis de proteção da Caatinga surgirão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro exemplo que eu trago, concreto, de uma política pública que estava em andamento, mas que não temos uma atualização, não sabemos como está o andamento disso, é um decreto de conversão de multas ambientais estabelecidas pelo Ibama. Talvez o Chico Campello possa falar um pouco mais sobre isso. Foi lançado no ano passado o primeiro edital, o primeiro chamamento público. E foram duas chamadas. Uma chamada foi para o Rio São Francisco com ações de restauração florestal e proteção de nascentes no trecho em que mais chove no São Francisco, justamente para promover a segurança hídrica e fazer frente a esse processo de desertificação. E a chamada dois foi para a região do Rio Parnaíba que engloba tanto o Estado do Ceará como o Piauí para implementação de URADs (Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas). São tecnologias sociais que harmonizam a convivência do sertanejo, do homem do campo com o bioma, fazendo com que ele explore o bioma de uma forma sustentável. Então, são políticas públicas que, no modo de entender da Associação Caatinga, sendo implementadas, ajudarão bastante nesse processo de combate à desertificação.

Falando um pouco sobre a nossa atuação no bioma Caatinga, atuamos através de conservação, estimulando a criação de unidades de conservação, de educação ambiental, de restauração florestal, de disseminação de tecnologias sociais, de estímulos a políticas públicas de proteção da Caatinga, de fomento à pesquisa – o bioma Caatinga, comparado com os outros biomas, é o bioma menos estudado, e, então, precisamos também fomentar a pesquisa científica para combater a desertificação – e de comunicação. A gente busca trazer uma informação, uma valorização do nosso bioma.

Este foi o nosso primeiro projeto que é Reserva Natural Serra das Almas, que é um modelo integrado de conservação da Caatinga. O Chico Campello conhece desde a origem. Ela está situada em Crateús, na divisa entre Ceará e Piauí. A gente atua com 40 comunidades rurais no entorno da Reserva Natural Serra das Almas, que é uma unidade de conservação na modalidade RPPN. Aqui está uma imagem aérea. A gente faz o monitoramento com armadilhas fotográficas da fauna, da biodiversidade. É uma imagem aérea da Caatinga cearense no período chuvoso. É uma área de 6.200 hectares na unidade de conservação. É outra imagem de outra estrutura da Reserva Natural Serra das Almas. Aqui mostra um pouco da nossa área de atuação. A gente atua em Crateús, que fica a 400km de Fortaleza. A reserva está a 50km de Crateús. Crateús está dentro de uma das áreas susceptíveis à desertificação no Estado do Ceará. Por isso, essa unidade de conservação foi implementada nessa região. Esses pontinhos pretos são 40 comunidades sinalizadas nas quais a gente atua diretamente, levando educação ambiental, tecnologias sociais de convivência com Semiárido.

Um pouco aí da transição. Caatinga significa, no tupi-guarani, mata branca por esse aspecto. Como uma forma de adaptação, as folhas caem para perder menos água ficando esse aspecto esbranquiçado.

Um pouco da biodiversidade da Caatinga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monitoramento de fauna que a gente realiza na Reserva Natural Serra das Almas. A gente só não tem ocorrência de onça-pintada, mas todos os outros felinos da Caatinga a gente encontra na reserva.

Um programa que a gente desenvolve é o programa de criação de unidades de conservação. O Estado do Ceará hoje tem 36 RPPNs, que são reservas privadas. Criadas com o apoio da Associação Caatinga, foram 24 dessas 36. Então, a gente mobiliza a sociedade para criação de novas unidades de conservação para fazer frente a esse processo de desertificação.

O tatu-bola é uma espécie de bandeira da instituição, foi o mascote da Copa do Mundo justamente para a gente trazer atenção na proteção do nosso bioma. (Pausa.)

Aqui é o cânion do Rio Poti, é uma área de beleza cênica incrível que a gente também ajuda a preservar. Nós, em parceria com o Governo do Estado do Piauí, criamos o Parque Estadual do Cânion do Poti, uma área de 24 mil hectares de Caatinga preservada, também nessa estratégia de diminuir o risco de desertificação na região.

E aqui é um pouco do contexto social que a gente aborda. A gente precisa criar alternativas de convivência com o Semiárido.

Aqui, é a Dona Elizabete recebendo um fogão ecoeficiente. É uma tecnologia que consegue reduzir o consumo de lenha em até 50% e que tem um aspecto interessante: uma chaminé que vai expelir toda a fumaça para fora de casa. Percebam que antes ela tinha um fogão tradicional, e olhem como está o estado do telhado. Naturalmente o pulmão dela deve estar na mesma forma.

Então, é uma tecnologia relativamente barata e muito bem aceita pelas comunidades. (Pausa.)

O antes e o depois.

A gente trabalha com comunidades abaixo na linha de pobreza, então a implementação de uma tecnologia dessa gera um impacto social e ambiental muito forte.

Cisterna de placa também é uma alternativa para captação de água de chuva. A gente consegue armazenar até 16 mil litros de água para que as pessoas possam ter uma água de qualidade durante o período de estiagem. (Pausa.)

Aqui é o Moacir com as suas abelhas. Essa é a abelha Jandaíra, uma abelha nativa da Caatinga que não tem ferrão, por isso ele está muito feliz aí com as abelhas circundando, e a gente estimula a criação dessa abelha nessas 40 comunidades em que a gente atua, com a perspectiva de gerar um ecodesenvolvimento. É um ciclo virtuoso: O Sr. João, para que ele possa ter um retorno financeiro maior com a venda do mel, precisa manter a vegetação em pé, precisa manter a floresta em pé, porque vai aumentar a área de alimentação na abelha e a abelha faz o seu papel de polinização, ela presta um serviço ambiental. Então, é um ciclo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virtuoso: em vez de produzir carvão, desmatar a Caatinga, ele vai criar abelha e ter uma geração de renda.

Aqui são algumas imagens da abelha Jandaíra.

Aqui é o meliponário que nós temos na Serra das Almas, a gente capacita, treina as comunidades e depois entrega gratuitamente essas colmeias e faz todo um monitoramento... Nós não cortamos o cordão umbilical, a gente acompanha por no mínimo dois anos com a assessoria técnica.

Outra tecnologia que a gente leva para o Semiárido é o forno solar. As famílias conseguem preparar seus alimentos sem gerar impacto ambiental; a gente aproveita a luz solar para cozinhar os alimentos.

A gente fez alguns festivais gastronômicos com as donas de casa, é uma tecnologia também muito bem aceita, com impacto zero no meio ambiente. O tempo de cocção do alimento aumenta um pouco, mas, em compensação, a gente não desmatar a Caatinga.

Uma outra ação que a gente desenvolve também é a gestão participativa do resíduo sólido. O resíduo sólido, nas comunidades com as quais a gente trabalha, era enterrado, contaminando o solo e o lençol freático ou, então, queimado, potencializando os efeitos do aquecimento global.

Então, hoje eles conseguem separar o lixo, o que pode ser reciclado eles levam para uma usina de tratamento do lixo, e isso gera renda também. E o composto orgânico eles utilizam em composteiras coletivas para a agricultura familiar.

Outra tecnologia que a Associação Caatinga também leva para o Semiárido é o Sistema Bioágua, um sistema de reutilização de água cinza – a água do chuveiro das nossas casas, da torneira da pia da cozinha. Essa água passa por um processo de filtragem e pode ser utilizada para produção de alimentos. A gente instala um hidrômetro. Em média, cada família reutiliza, por dia, 400 litros de água, e eles acabam produzindo alimentos. Então, a gente promove, em uma ação só, segurança hídrica, reutilização de água, produção de alimentos e também geração de renda, porque o excedente eles comercializam entre si e nas feiras do Município.

As atividades de educação ambiental também precisam ser norteadoras para a gente fazer frente ao desmatamento na Caatinga, ao processo de desertificação. Eu acho que a gente precisa de esclarecimentos e levar isso para os educadores, para que eles possam ser agentes de disseminação. A gente tem capacitado uma série de professores na região e promovido alguns cursos – esse, no caso específico, foi sobre resíduos sólidos.

Aqui é uma exposição de banners e de animais que a gente leva para as escolas, para as universidades, para as empresas, nessa perspectiva de valorizar a Caatinga e de mostrar para as pessoas que a gente precisa conhecer a nossa riqueza para poder preservá-la.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra ferramenta de educação ambiental é uma exposição itinerante. A gente circula por várias cidades, por vários Estados com essa exposição, levando informações sobre a Caatinga.

Nós temos também um mascote do tatu-bola, que faz essa interação com as crianças.

Essa ação é bem interessante. Nós fazemos sessões de cinema. É o cine Tela Verde em comunidades rurais com filmes sobre a temática ambiental. Esses filmes que a gente leva também têm informações sobre desertificação, sobre uso correto do solo, sobre queimada controlada. E a gente promove depois de uma roda de conversa com essas comunidades para que a gente possa solucionar os problemas locais.

Produção de mudas é uma linha de atuação. A gente faz a restauração florestal de áreas degradadas também.

Aqui é uma comunidade fazendo plantio de algumas mudas.

Em 2014, por esse conjunto de ações, nós recebemos o prêmio Dryland Champions da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, que, inclusive, foi entregue pelo Chico Campelo.

A gente tem desenvolvido – meu tempo está acabando – uma série de ações, conforme eu pude passar para os senhores e as senhoras, em prol da preservação do bioma Caatinga. A Caatinga, como eu falei anteriormente, já teve mais de 50% da sua cobertura vegetal desmatada. Então, isso acentua o processo de desertificação. Estudos da ONU apontam que...

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL FERNANDES COSTA – ... em 20 anos, a gente pode ter cerca de um 1,8 bilhão de pessoas passando por severos problemas de acesso à água, e a floresta está diretamente ligada à produção hídrica.

Então, o meu recado é que a gente tenha ações concretas para a proteção da Caatinga, do meio ambiente, como um todo.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Você quer ainda mais um tempo para concluir ou já terminou?

O SR. DANIEL FERNANDES COSTA – Se eu puder ter mais um minutinho...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem.

O SR. DANIEL FERNANDES COSTA – Obrigado, Senadora.

A Associação Caatinga nasceu em outubro de 1998. A gente atua no terceiro setor com esta perspectiva de mobilizar a sociedade em prol da conservação do bioma Caatinga. Existem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras tecnologias de convivência com o Semiárido, e acredito que os amigos palestrantes vão trazer também. A gente também atua no Semiárido nordestino, que promove essa convivência harmoniosa.

Eu acho que a gente tem que criar condições para que o homem do campo se fixe na sua região. Se a gente fizer uma enquete, as pessoas que habitam o Semiárido não querem ir para os grandes centros urbanos; elas querem ter dignidade e oportunidades no campo. Para isso, as ações de proteção do meio ambiente e de uso sustentável precisam ser amplamente disseminadas e levadas para essas comunidades rurais.

É só isso.

Muito obrigado a todos e a todas pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada Daniel. (Palmas.)

Vamos passar agora a palavra ao Sr. José Padilha.

O SR. JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA – Bom dia a todos e a todas. É um grande privilégio, Senadora Eliziane Gama, demais presentes.

Acho da maior importância que a gente possa ter eventos como esse, em que haja uma semeadura, especialmente de uma questão que eu acho que está na base de qualquer tentativa de evolução positiva no interesse social, que é a evolução da consciência.

Eu tenho que dizer aos senhores que me considero um circunstancial nessa questão. Eu tenho como formação engenharia mecânica e dediquei boa parte da minha vida à refrigeração e à climatização artificial, portanto à produção de frigoríficos, a climatizações de hospitais, enfim. É uma atividade sofisticada essencialmente lidando com energia.

Então, nesse sentido, eu gostaria de pontuar que a minha forma de enfocar a questão semiárida, antes de mais nada, é muito otimista. Estou convencido de que o Semiárido brasileiro está definitivamente com a possibilidade aberta de se tornar uma potência produtiva e social. Isso, aparentemente, é um raciocínio que a gente pode desenvolver aqui com a maior simplicidade.

Precisamos nos lembrar que, antes, tudo era deserto na Terra. Portanto, se há 500 anos, quando chegaram aqui os colonizadores, encontraram ainda uma situação igualzinha à que estava no estágio de evolução, que, a cada ano, melhorava mais o bioma de qualquer bioma – o Amazônico, o Cerrado ou o da Caatinga –, nesse intervalo curto, a atuação antrópica é de nossa responsabilidade, pois nós fizemos grande parte disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos o papel de induzir. Esta que eu acho que é a grande animação: o ser humano não tem maior poder; o poder do ser humano é sempre ser simplesmente o indutor. O grande elemento de construção é a natureza. Energeticamente, isso já foi mensurado de maneira científica perfeitíssima. Existem livros maravilhosos sobre essa questão. Eu gostaria de destacar, de saída, os livros do Howard Odum, dos Estados Unidos, que fez aqui uma belíssima conferência no Brasil, em 1977, portanto, três anos depois do choque do petróleo. E fica muito evidente esse poder. O poder é simplesmente o seguinte: para cada uma unidade ação energética do ser humano, a natureza contrabalanceia com 10 mil unidades. Então, imagine o que é o ser humano poder recuperar hoje o bioma Caatinga ou qualquer outro, o Cerrado, quando a ação humana se resume a um e a natureza entra com 10 mil. Então, é a sociedade altamente vantajosa – nós temos um grande sócio.

Eu vou tentar seguir agora o que foi elencado. O Junho Verde, o Meio Ambiente Une, belíssima provocação; e desertificação, um tema da maior importância de ser eleito.

Passe ao seguinte. (Pausa.)

Eu vou pedindo, você vai passando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA – Próximo.

Então, a nossa questão e problema geral em imagens: a desertificação. Vamos ver como ela está.

Seguinte.

No mundo...

Por favor.

Observem que este é o retrato de o que está acontecendo de desertificação e não é só de 500 anos para cá. Evidentemente, em outras partes do mundo, isso começou antes. Mas essa é uma ameaça, porque isso significa dois terços do Território continental mundial.

Seguindo.

Sintomas principais da questão e do problema: são as erosões. Como elas se apresentam, por exemplo, em qualquer lugar do mundo?

Pode passar.

No Brasil é terrível; no Semiárido, então... A identificação da questão erosão no Semiárido está longe de ser percebida, porque ela é simplesmente mortal, ela tira o elemento vital, que é a questão da água contínua no ano todo. O Semiárido tem quatro meses de chuva por ano em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

média e oito meses seco. E acontece que a vida não tem intervalo, a vida são 12 meses. Então, como a natureza resolveu a questão?

Pode passar para o seguinte.

Esse é o território.

Pode seguir.

Quais são os sintomas das erosões no Semiárido?

Seguindo.

Observem: este é o Rio Ipanema, entre Pernambuco e Alagoas.

Passando.

Outras questões no Moxotó, no Pajeú ou no Rio Paraíba, em Itabaiana.

Seguindo.

E aí 20 outras situações. Lamentavelmente, o tempo não permitiria que a gente fosse ver em detalhe. O que isso significa? Isso significa aquilo que eu acabei de falar: uma ação de 10 mil da natureza, induzida por uma ação única do ser humano que fez com que se tivesse uma super energia, tirando o elemento de vitalidade global, porque nós precisávamos ter a vida produzida como comida durante quatro meses – são os quatro meses da chuva –, mas a água de beber tem que durar doze meses.

E como foi que a natureza resolveu isso? Muito simples. O encontro que houve em 1974 nos Estados Unidos reuniu países do mundo inteiro. Em 1974, vocês lembram, o Brasil não estava sendo muito bem-visto, o ambiente acadêmico, e o Brasil não compareceu. Esse encontro teve o título "Mais água para as terras secas". Esse documento – e eu tive o privilégio de receber de presente de Vasconcelos Sobrinho uma cópia desse documento – mostra exatamente o "x" da questão. Qual é? É que, no ambiente semiárido ou em qualquer outro ambiente, só evapora do solo aquela água que estiver umidificada no solo até, muito discretamente, com 60cm profundidade. Então, se essa mesa fosse a superfície do solo, 60cm depois, água quase não consegue mais romper e evaporar. Se for a 1m, é zero, não evapora mais nada. Segundo detalhe é que, durante centenas de milhões de anos... E nós estamos referindo a 9 mil anos de existência da nossa civilização, o tempo que seria do ser humano aqui, aí centenas de milhões de ano, naturalmente, é um tempo muito maior. E o que foi que a natureza fez? Ela construiu todo um processo de organização hídrica – porque, sem água, não há vida – do Semiárido. Como? Criou na parte baixa... E a gravidade está permanente, tudo no mundo cai, a gente sabe disso, a gravidade está permanente o tempo todo. Então, o que acontece sistematicamente? Todo dia, o sol durante 12 horas aquece todo o território, 100% de qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

unidade territorial, que são normalmente as bacias hidrográficas... E eu hoje estou propondo, como engenheiro e também hoje como membro da Academia Pernambucana de Engenharia, que a gente mude o nome para bacias energéticas... A mesma linha que define uma bacia hidrográfica é a mesma que recepcionou o raio solar, a insolação, portanto, e, à noite, é o mesmo território que esfria. Então, durante o dia, aqueceu e dilatou; esfriou, à noite, e contraiu; dilatou, contraiu, dilatou, contraiu; racha e quebra, portanto, fratura. Desse modo, existe um trabalho permanente, ininterrupto por séculos, milênios, fazendo a formação da lógica da vida. Então, quando acontecem as chuvas sazonais e os ventos, esse fraturamento é todo carreado, naturalmente por gravidade, porque a gravidade está presente, como a gente acabou de ver, em todas as situações. E, a partir daí, o que a natureza fez também? Antes, quando havia vulcões e não havia chuva, ela criou diques em forma de arcos romanos, igualzinho a uma lua em quarto crescente ou minguante, de tal maneira que o lombo da lua fica sempre voltado para as nascentes. E, com isso, ela formou todos os baixios do Planeta. E aí o que foi que esse estudo nos Estados Unidos em 1974 constatou? É que os grãos que formam os baixios são pó na superfície, mas, lá embaixo, a 10m, a 15m de profundidade, como é no Rio Jaguaribe ou no Rio Pajeú ou no Rio Moxotó ou em qualquer outro rio, são blocos enormes. Portanto, esse arranjo tem vazios. E de quanto é o volume desses vazios? É de um terço. Portanto, o Semiárido é uma grande caixa d'água a salvo da evaporação. Agora, ela está restrita a 4% do território aproximadamente. A um metro, é uma caixa d'água tampada. Ela não evapora nada, é zero. Isso está disponível ao ambiente acadêmico, científico. Na hora em que a gente compreender isso e compreender que essa energia toda está a serviço da vida, a serviço da recuperação geral, então eu acredito – não sei se vou ver, já estou com 77 anos, não sei dá tempo – que o Semiárido pode ser restaurado em dez anos, completamente, porque não é a ação puramente do Estado – Estado federal, estadual ou municipal. É principalmente a ação natural, a ação energética nessa relação de dez mil para um. Se nós tivermos a capacidade de nos mobilizarmos, como sociedade e Estado, em conjunto, e organizarmos isso de uma maneira simplíssima...

Eu lidei com coisas dificílimas, como fazer, por exemplo, a climatização do Senado, ou então de um grande hospital, o Hospital de Base, ou o Hospital Santa Joana em Pernambuco. Eu passei dois anos dentro do Hospital Santa Joana. E o que é a sofisticação de se fazer uma climatização artificial num hospital, onde uma infecção cruzada pode matar? A sala de cirurgia limpa é uma coisa, a de cirurgia suja é outra, a de terapia de queimados é outra, o lixo hospitalar é outro, o berçário é outro, o prematuro é outro. Ora, se a gente é capaz de fazer isso com alta tecnologia, e a gente tem tecnologia que faz o aeroporto de Brasília, essa maravilha, a gente não vai ter tecnologia de fazer essa coisa simples, de organizar a captura dessa energia natural? É claro que temos! Nós temos universidades maravilhosas, temos centros de ciência e tecnologia, de pesquisa, maravilhosos. Agora, lamentavelmente existe uma coisa chamada mudança de paradigmas. Thomas Kuhn nos disse que o nosso cérebro é tão malicioso que ele distorce aquilo que em que a gente não quer acreditar. Aquilo que não faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte das nossas crenças, o cérebro dá um drible de Garrincha, e sem querer a gente fica cego, sem querer ver o novo, sem querer ver o diferente. Então, nessa essência, é isso aí.

Vamos, em seguida, prosseguir.

Efeito chamativo: o que foi que aconteceu? Então, eu vou pedir que acione ali embaixo, porque com a seca de 2012 – essa agora, que começou em 2012 e ainda está prosseguindo –, simplesmente quem saísse de Recife e fosse para Afogados da Ingazeira ia encontrar, na BR-232 até mais ou menos Cruzeiro do Nordeste, animais mortos de um lado e do outro, e os urubus voando. Por quê? Porque praticamente houve uma dizimação da pecuária por completo. Então, isso provocou uma matéria de jornal no Estado de S.Paulo e a Globo, o Globo Rural, captou. Então, foi um elemento chamativo.

Por favor, passe esse vídeo de quatro minutos.

Tem que voltar? Esse aí já é outro. Esse vídeo tem que voltar. Não pode ser com eslaide expandido não, tem que ser com o eslaide contraído. Você contrai o eslaide e clica em cima do vídeo, ali onde tem o amarelinho. Você contrai o eslaide e clica em cima do amarelinho. (Pausa.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA – Bom, ali nós vimos um efeito, digamos, provocativo, chamativo. Foi em consequência do desastre que estava acontecendo. Só que esse desastre tinha acontecido em 1997, 1998 e 1999, Governo Fernando Henrique Cardoso; Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário. Nessa ocasião, houve uma iniciativa interessante, porque educacional – educação é a base de tudo, consciência é a base de tudo.

Então, vamos ver novamente um videozinho, que foi produzido também por uma instituição. No anterior, foi a Globo; neste, foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário. É uma peça muito bem elaborada e que mostra um modo e, certamente, uma ferramenta a ser utilizada com certeza fazendo esse elemento de base, que é criar uma consciência do saber fazer. Essa é uma questão essencial.

Novamente, vamos mostrar esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, o senhor ainda pode fazer a finalização.

O SR. JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA – Bem, eu acho que o que nós poderíamos mostrar de relevante, diante da disponibilidade do tempo, foi mostrado. Há, certamente, toda uma lógica operacional e que é fundamentalmente uma coisa educacional, mas simplíssima, que pode ser rapidamente disseminada por meio de um programa regional generalizado. Eu imagino que haja uma nucleação de cinco Municípios convergentes, de tal maneira que eles sejam todos vizinhos, e, em cada centro dessa convergência, escolher-se-ia uma unidade de demonstração.

Então, dos 1,2 mil Municípios, aproximadamente, do Semiárido, nós teríamos qualquer coisa como 600... Cerca de 1,2 mil divididos por cinco, seriam 600 aproximadamente... Não, desculpem, seriam 60... Não, também não são 60. Seriam 120 Municípios em cada conjunto e, portanto, distribuindo isso pelos Estados, conforme os Estados, naturalmente, tenham uma relação de nucleação, eu creio que é algo que pode ser feito, num primeiro momento de calibração, durante uns dois anos e, a partir da experiência recolhida nesses dois anos, eventualmente se faça uma ação mais abrangente e mais ousada.

O que eu acho importante considerar é o seguinte, e eu creio que ficou demonstrada uma coisa da maior importância: a ação principal não é feita com dinheiro; a ação principal é feita pela própria natureza, que se encarrega da grande restauração. Então, eu acho que termos a humildade de entender a dimensão humana e a dimensão natural é o ponto "x" da história. Um programa que tire da natureza tudo aquilo que ela, graciosamente, generosamente, nos dá: o sol de cada dia, o esfriamento de cada noite, as chuvas sazonais e os ventos. Então, esse é o milagre com o qual a gente poderia contar, e não vai faltar.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. José Padilha.

Nós vamos passar, agora, a palavra ao Sr. Francisco Campello.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – Bom dia a todas e a todos.

Primeiramente, eu queria parabenizar a iniciativa do Senado desse Junho Verde e, nessa iniciativa, a inserção do tema desertificação. E essa análise de políticas públicas para o solo, eu acho, é extremamente importante.

Queria saudar a mesa, na pessoa da Senadora Eliziane Gama, e parabenizar o Senador Fabiano e agradecer pelo convite. Muito obrigado.

Como os colegas que me antecederam aqui, eu acho que a gente vem passando por uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou olhar o meu tempo ali, porque, senão, eu me perco. (Risos.)

Na realidade, hoje, o que a gente tem aqui nesta Mesa é um reflexo de esforços que vêm sendo feitos há décadas por colegas e pelo que, hoje, vamos dizer assim, a gente tem o Brasil à frente, inclusive, nesse tema da desertificação, sendo um protagonista dentro da Convenção das Nações Unidas. A gente tem um histórico de pessoas que se comprometeram. Eu sou filho de um professor e papai, como professor – e ele foi meu professor –, exigia que a gente fizesse esse reconhecimento público. O colega falou aqui do Prof. Vasconcelos Sobrinho, mas a gente teve Guimarães Duque, que foi também uma pessoa que se dedicou muito e que já, nos anos 40, vinha chamando a atenção para o que hoje a gente fala, assim com tanta naturalidade, de uma revisão de não fazer o combate à seca, mas de estabelecer uma estratégia de convivência. Isso, na realidade, é fruto de um amadurecimento institucional e de compreensões que são extremamente desafiadores. Com o Prof. Vasconcelos Sobrinho tivemos a honra e o prazer de conviver e, de perto, aprender um pouco. Tivemos também dois colegas que eu acho que são extremamente importantes nesse contexto. Um é o Prof. João Ambrósio, que é um pesquisador da Embrapa, que faleceu há pouco. João Ambrósio fez uma inserção muito específica sobre o valor da Caatinga. Eu acho extremamente importante, já que a gente está falando de um ambiente onde essa vegetação é presente, a gente compreender o valor da Caatinga e o seu uso. Eu sou Engenheiro Florestal de formação – também o Prof. Padilha falou muito na abordagem do solo – e acho que a gente tem um componente importante que é também saber usar o que está em cima do solo.

Então, tanto o Prof. Vasconcelos Sobrinho como o Prof. João Ambrósio mostraram a importância de a gente saber usar essa biodiversidade. Eu acho que aí a gente tem um grande desafio na questão do combate à desertificação que é a gente romper com alguns paradigmas e superar alguns preconceitos. E o grande preconceito que a gente tem hoje nesse espaço Semiárido, onde os biomas Caatinga e Cerrado estão muito presentes, é justamente sobre o uso da biodiversidade.

Os colegas que me antecederam aqui chamaram a atenção sobre a questão energética no Nordeste. Mais na frente, vou fazer uma abordagem mais detalhada sobre isso. Mas a gente não consegue superar esta questão da participação da contribuição da biodiversidade no desenvolvimento regional se a gente não superar o preconceito do uso. E o preconceito do uso passa por um grande desafio, que é a gente ter um marco legal que, de fato, dialogue com a realidade socioambiental.

O Brasil tem um marco legal muito bom, mas que precisa – o Brasil é um País de dimensões continentais – atender a essas realidades específicas. Em algumas situações, a gente marginaliza o uso e aí, ao marginalizar o uso, a gente está promovendo o desmatamento. Então, a gente tem um desafio tremendo, porque, infelizmente, existem as pessoas que se aproveitam das fragilidades institucionais para se beneficiarem, mas a gente também precisa, de uma certa forma, ter coragem para enfrentar a questão do uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir licença à Mesa e vou ficar em pé, pois fico inibido sentado. (Pausa.)

Bom, já de início, eu fiz questão de botar como um contraponto a esta questão da desertificação, o balanço das políticas para o melhor uso do solo brasileiro, a relação do homem com a natureza para uma melhor convivência sustentável com a nossa aridez. E aí eu vou fazer referência a dois colegas. A um, que está presente aqui, é o João Sávio, que é do Ministério do Meio Ambiente, e a outro, que é o Jaime, que são pessoas que vêm ajudando a gente a, de uma certa forma, consolidar esses conceitos. A gente precisa, de certa forma, aprender a trabalhar com o tema. Então, se a gente está falando de uma questão ambiental, a gente está falando da aridez. E essa relação do homem com a natureza, hoje, está muito presente em vários compromissos que nós temos para a questão da sustentabilidade.

Só fazendo uma referência ao Prof. Vasconcelos Sobrinho, ele já fazia uma observação muito pertinente sobre a questão da presença do recurso florestal como fonte de energia e, hoje, como várias outras formas. Porém, ele faz uma observação muito importante: mediante sábio manejo dos seus recursos naturais. Essa é sua provocação. O Dia da Caatinga no Brasil é 28 de abril, em homenagem ao Prof. Vasconcelos Sobrinho. Então, ele foi um homem que se dedicou a estudar a Caatinga. Foi a primeira pessoa a tratar o tema de desertificação. Ele reconhecia a importância do uso como estratégia de conservação.

Bom, só rapidamente, para a gente ver que existe, de fato, uma base legal que faz com que a gente possa dialogar sobre isso, começou na Rio-92, quando, vamos dizer assim, provocou a criação das três convenções: a do clima, a da biodiversidade e a da desertificação. Logo em seguida, há o Decreto Legislativo nº 28, de 1997, que aprova o texto da convenção. Depois, há um decreto do Executivo, em 1998, que promulga a convenção no País. E, mais recentemente, em 2015, a gente teve a Lei nº 13.153, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos. Essa política traz na sua estrutura uma comissão que estabelece o processo de diálogo com a sociedade. Então, a gente tem uma base legal extremamente estruturada, que faz uma provocação de como a gente pode trabalhar as políticas públicas.

Bom, aqui é só para chamar a atenção de que nós não estamos isolados. Existem vários compromissos no mundo que provocam essa questão da busca pela sustentabilidade. A Caatinga é parte da reserva da biosfera. E as reservas da biosfera têm como estratégia estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza. É o que a gente aqui fala da convivência. E, hoje, mais recentemente, temos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que é uma provocação de como podemos nos desenvolver com uma base de sustentabilidade.

Bom, aqui é um contexto, um desafio à compreensão da sustentabilidade na convivência com a aridez. Até eu estou me corrigindo nesse sentido. Bom, como eu falei, a gente tem, de fato, que fazer uma superação. Nós temos uma base técnica – o Prof. Padilha fez referência a isso –, mas temos um problema seriíssimo de comunicação. Infelizmente, as iniciativas de uso direto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da biodiversidade, às vezes, são percebidas de forma marginalizada por conta do medo que há sobre o uso. Então, às vezes, os agricultores familiares – estou falando de pequenos agricultores –, empresários, médios produtores que entram nesse ramo do uso sustentável passam por desafios monstruosos.

Eu sou do Ibama, sou Analista Ambiental, e a gente percebe que, na própria casa, a gente tem esse receio. Você aprovar um plano de manejo, que o colega fez menção... O que é o plano de manejo? É o instrumento técnico que estabelece a relação de uso sustentável em cima de 30 anos de estudos que a gente tem hoje na Caatinga. Mesmo assim, para você aprovar um plano de manejo dentro de um órgão ambiental, você leva, às vezes, três anos. Para você liberar um uso de uma área posterior, que já está licenciada, você leva dois anos. Então, como é que uma pessoa pode produzir num clima de tensão? E cada caminhão de lenha que sai para o mercado é alvo de 500 observações, e o instrumento do manejo florestal permite que a floresta seja usada sem destruir, sendo um dos grandes indicadores de combate à desertificação. Então, a gente tem nessa estrutura esses desafios. Temos a convenção que trata principalmente da questão da degradação da terra.

A gente ainda não consegue entender. A gente, às vezes, ouve as pessoas falarem da seca como se fosse uma coisa que ocorreu por um acidente de percurso, às vezes, até culpando os santos, porque não deixam chover, mas a seca é parte integrante do espaço Semiárido, ela é um fenômeno natural e vai acontecer sempre. A gente vê nos países onde há inverno que existe toda uma estratégia já até milenar de convivência com aquela estação que não vai produzir e a gente, infelizmente, fica querendo que a seca seja uma coisa, assim, atípica e não é; a seca é natural do Semiárido, normalmente a gente vai ter oito meses sem chover. Às vezes, há uma seca mais prolongada. Ela é parte do sistema.

Pifou? Vamos ao plano "b" aqui. Vou ver se eu escapo. Vai ser uma pena, porque eu tinha colocado umas imagens para gente – como é que se diz? – poder entender um pouco. Eu venho até aqui. Parece que estão querendo...

Bom, então, uma coisa para que a gente estava chamando a atenção é essa questão de a gente ter que aceitar a seca como um fenômeno natural.

A questão do combate à desertificação passa, de fato, por uma mudança de paradigma. A gente tem que tratar de forma integrada, um processo de gestão ambiental. Então, não é só o quintal produtivo, não é só a cisterna, não é só o Base Zero, não é só o manejo da Caatinga, é um conjunto de esforços de uma gestão integrada dos recursos naturais. Então, isso é um desafio muito grande em termos de políticas públicas, porque normalmente as instituições trabalham cada uma com suas metas e com uma dificuldade de trabalharem de forma articulada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O combate à seca, na realidade, passa por uma estratégia de convivência e isso hoje no espaço Semiárido está muito presente e já existe, de fato, uma consciência de que a gente precisa estabelecer estratégias de convivência.

O colega do Caatinga mostrou aqui uma série de iniciativas. Só para vocês terem uma ideia da importância dessas ações integradas e que, de fato, houve um esforço já nesse sentido de você ter ações de proteção socioambientais associadas a iniciativas produtivas, a gente passou um quadro de seca muito forte recentemente, e nós não tivemos nenhuma, vamos dizer assim, iniciativa de perturbação social como a gente viu em outros tempos: às vezes, pobre agredindo pobre – as feiras nas cidades, em época de seca, eram ameaçadas, porque o povo vinha e invadia a feira para comer. E quem é que está na feira? É um pobre, não é nenhuma multinacional.

Então, a gente passou esse quadro de seca vendo iniciativas extremamente interessantes: eram agricultores levando o seu excedente do seu quintal produtivo para comercializar na feira. Então, isso foi muito positivo, porque a gente, com pequenas iniciativas, conseguiu estabelecer uma estratégia de convivência, e a população conseguiu, além de ter a sua sobrevivência, ainda incorporar renda por conta dessas pequenas ações. Era uma ação articulada entre a área social, a área da pequena produção, que era, no caso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Meio Ambiente, juntos, tentando, de foram articulada, fazer com que a gente pudesse passar por esse quadro de seca dentro de uma estratégia de convivência. Então, eu acho que isso foi muito interessante nesse momento.

Infelizmente a gente está sem imagem, mas eu acho que um grande desafio que a gente tem é compreender aridez e Semiárido. Existe uma confusão muito grande nesse sentido, e normalmente parte das políticas que foram para o Semiárido não dialoga com a semiaridez, que é a questão ambiental, climática, e o que a gente tem são áreas degradadas, às vezes com uma boa intenção por trás, um esforço grande, inclusive de investimentos, mas o resultado que fica são áreas degradadas. Um exemplo disso é um processo de irrigação sem planejamento: 25% hoje dos perímetros irrigados estão salinizados, porque a gente entrou com uma estratégia de irrigação num ambiente onde faltava formação técnica e um modelo inadequado, e existem outras referências nesse sentido. Então, se a gente consegue começar a entender que a aridez dialoga com o clima e isso nos traz vantagens, a gente pode ter iniciativas interessantes.

Parece que a bruxa está solta, e até aqui não está querendo passar! (Risos.)

Um desafio que a gente tem, grande – e aí não vai dar para mostrar –, é um estudo que mostra que nós temos hoje trezentos e poucos milhões de hectares de cobertura florestal de áreas que não estão inseridas no conceito de áreas protegidas pelo Código Florestal. Dentro desses 325 milhões, 110 milhões são ainda de florestas, 242 são de agricultura e pecuária. Se a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiver uma compreensão e instrumentos de política que facilitem ou que – não vou nem usar essa palavra – assegurem o uso sustentável, essas florestas vão perder o espaço de florestas para virarem qualquer coisa menos florestas, porque, ao se fazer uso da floresta, o constrangimento é tão grande que eu prefiro abrir mão da floresta.

E um dos indicadores de desertificação no Brasil é a cobertura florestal. O colega ali foi claro: nós temos hoje 52% de cobertura florestal na Caatinga. É o Semiárido mais populoso do mundo, como a gente disse aqui, e veja: a gente ainda tem 52% de cobertura vegetal. Então, cabe aí uma reflexão, ou seja, como é que uma matriz energética que usa a lenha como um terço de sua base – 40% do parque industrial do Nordeste usa lenha, é à base de lenha – ainda tem 52% de cobertura florestal? Significa que existe uma forma de uso que faz com que essa cobertura ainda se mantenha. E o desafio, como o professor observou na questão da Base Zero, cabe para a gente. A gente precisa fazer uma reflexão sobre isso e estabelecer estratégias de uso para esse recurso.

Recentemente, o Ministério do Meio Ambiente fez um estudo com o Pnud e esse estudo traz de volta estes números: a lenha representa hoje 52% da energia das famílias para preparar os alimentos e – como é que se diz? –, está voltando, e representa 40% da demanda do seu parque industrial. Isso pode ser ruim se a gente não trabalhar com critérios de sustentabilidade. Isso pode ser extremamente interessante do ponto de vista de uma economia verde, de geração de renda no campo e de conservação de paisagem através do uso sustentável.

Já está funcionando?

Pode passar.

Pode passar.

Bom, aqui é um pouco da questão desse estudo que o Ministério do Meio Ambiente fez e vejam como ele chama a atenção para a gente ter um olhar sobre o uso sustentável da biodiversidade.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – Desculpe. Eu pedi mais cinco minutos, pode ser?

Não é só a questão energética. A lenha é extremamente importante para a pecuária, é o suporte forrageiro dessa pecuária extensiva que há no Semiárido. Às vezes, a gente não valoriza essa pecuária, mas com esse quadro de seca, para vocês verem a importância dessa pecuária extensiva, a Paraíba perdeu 40% do rebanho. As comunidades que usam a Caatinga como suporte forrageiro para a pecuária adaptada não tiveram perdas significativas do ponto de vista estatístico. Então, é uma situação que chama a atenção. Por quê? Porque a Caatinga tem um suporte forrageiro muito bom. E essas raças que, às vezes, a gente não valoriza estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente adaptadas a essa realidade e conseguem, com água e havendo um ambiente de passagem, superar isso.

Pode passar.

Pode passar.

Bom, é aquilo que eu falei, ou seja, a questão da aridez e do Semiárido. Às vezes, as políticas que vêm para promover o desenvolvimento da região nos deixam situações como essa de degradação.

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Aqui a questão dos números que eu falei, ou seja, dos desafios sobre o uso das nossas florestas e da Caatinga, está inserida nesse contexto.

Pode passar.

Está passando para outro?

Obrigado.

Aqui eu acho que a gente tem um grande desafio. A gente só combate a desertificação se trabalhar com o uso da biodiversidade, a conservação de solo, porque com isso garante produção; senão, não vai haver saída.

Eu vou passar para os exemplos, porque muitos colegas já falaram aqui sobre essas situações da questão da segurança hídrica, energética e alimentar.

Isto aqui já foi falado: o que a gente teve no Brasil em termos de uma estratégia para uma convivência com a aridez.

A gente tem, de fato, um papel importante com a cooperação técnica. E eu queria registrar aqui, lamentar, a ausência do colega do ICA que não pôde vir por questão de saúde, mas seria extremamente interessante a gente entender como a cooperação técnica está inserida nesse contexto de formação, preparação de quadro, ajudando o Estado brasileiro a buscar, inclusive, recursos externos para trabalhar com a questão do combate à desertificação.

O Ibama vem com um trabalho muito forte de combate ao desmatamento através de uma estratégia de monitoramento. E, hoje, a gente tem, na Bacia do São Francisco, em todos os Estados que fazem parte da bacia, uma ação integrada, de fato, de gestão ambiental coordenada pelo Ministério Público com esse programa de fiscalização preventiva integrada. É uma ação que provoca uma avaliação sobre o impacto das políticas públicas nas áreas nas quais a gente desenvolve a operação. Na Bahia, já se vão mais de 16 anos de experiência com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse programa; em Pernambuco, já está em seu segundo ano. Não é uma ação de fiscalização tradicional, é uma ação de análise das iniciativas para a gestão que vai desde o saneamento até o uso das florestas.

Pode passar, por favor.

Desculpe, sou eu quem passa.

Aqui é um exemplo. É um assentamento, são famílias que vivem hoje do uso da Caatinga. Eu vou só mostrar outra iniciativa na Bahia, vejam, às vezes a gente não sabe olhar para a nossa Catinga, a gente acha que ela não produz nada e, quando a gente vai ver, essa biodiversidade é capaz de gerar uma série de produtos que agregam renda, além de conservar a sua biodiversidade. É um pouco desse esforço que está posto.

Isso aqui é para a gente... Aquilo que falei, um desafio ao nosso comportamento. Isso muita gente acha que é um desmatamento, mas é um plano de manejo, é uma área que é licenciada para o uso sustentável. Diferente de um desmatamento, o solo está protegido, porque o professor sabe que esse é um dos grandes problemas de erosão que a gente tem. Isso aqui também garante a infiltração da água e essa área, logo em seguida, conserva a paisagem e, vejam, uma área de sobreuso e seis meses depois a regeneração. Então, o uso da Caatinga, de uma forma mais direta, mais agressiva, vamos dizer assim, está dentro de um escopo de um planejamento. Isso é um plano de manejo licenciado pelo órgão estadual.

Isso aqui são famílias. O fogão, o colega já falou com muita propriedade.

Eu vou adiantar um pouco, só o que eu quero mostrar... Isso é uma experiência muito interessante, é um assentamento na Paraíba, no qual as próprias famílias fizeram a opção de viver da Caatinga. Então, cada família tem dois hectares...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – ... e vivem só criando gado dentro da Caatinga.

Só quero ir para o final, desculpem-me, para mostrar...

Pronto, vejam, isso aqui é uma iniciativa que está hoje em São Paulo, em um mercado em Pinheiros. É um box permanente de produtos da biodiversidade dos biomas Caatinga e Cerrado. Então, tudo o que nós estamos vendo aí fazem parte do beneficiamento dos produtos da biodiversidade. Então, aqui a gente tem azeite de licuri, granola de licuri, farinha de jatobá, doces, geleias de umbu e maracujá. E isso está sendo superinteressante. Por quê? O que a gente está vendo com isso? Que hoje existem várias comunidades, agricultores e cooperativas que estão vivendo da biodiversidade, vivendo do uso sustentável da biodiversidade. Esse é um dos elementos mais importantes para o combate à desertificação, porém, ressaltando, como o Prof. Padilha falou, de forma integrada, sabendo usar a cobertura florestal de forma correta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproveitando também para produzir e conservar o solo de forma estratégica. Fazendo essa junção, do uso do solo com o uso da floresta, a gente consegue de uma certa forma frear o processo da desertificação.

Agora, em termos de política pública, a gente tem um grande desafio. A gente tem que fazer com que o marco legal seja trabalhado de forma a poder se adaptar a essas realidades, senão um agricultor, quando vai fazer o uso da biodiversidade, o tempo e o desgaste que ele tem com os órgãos estaduais é tão grande que ele parte para a ação clandestina. E aí vem o desmatamento e não o uso sustentável.

Desculpe por ter passado do tempo. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Francisco Campello, pela sua exposição.

Nós temos aqui algumas perguntas que vieram do e-Cidadania e nós temos também aqui outras perguntas que foram encaminhadas à Mesa. Antes, porém, eu quero arguir os colegas. Senador Contarato, V. Exa., como Presidente da Comissão, quer fazer alguma intervenção inicial na sequência?

Pois não, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Senador Styvenson também, se quiser fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. Fora do microfone.) – Não, tudo bem, obrigado, Senadora.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria agradecer inicialmente à Comissão do Meio Ambiente, aos colaboradores, agradecer à Senadora Eliziane.

Senadora Eliziane, eu tenho muito orgulho de estar nesse mandato tendo a senhora como Senadora. Nós conseguimos aí, tenho fé em Deus, vamos instituir esse Junho Verde, que não vai ser só um dia, vai ser o mês de junho, mas, nesta Comissão, o compromisso é que, durante esse mandato em que eu estou aqui, em dois anos, vão ser dois anos de constante debate sobre todos os temas relacionados ao meio ambiente. Como dizia Platão, a sabedoria está na repetição. Eu acho que a gente tem que estar sempre falando, debatendo. Mas não é só audiência pública. Eu já demandei a minha equipe, eles sabem disso, que, ao término da audiência pública, nós temos que ter uma conduta proativa. O que nós podemos fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, foi o Dia Mundial de Combate à Seca e à Desertificação. Nós temos o que comemorar? Nós temos aí a Lei 13.153, que é a lei de política nacional sobre o combate à desertificação. Ela tem que ser revista, atualizada, melhorada? Em quais pontos? Nós somos extremamente abertos a essas sugestões.

Então, eu queria que os palestrantes, desde já, eu agradeço imensamente o comparecimento, que vocês dessem esses argumentos para que nós possamos fazer, sim. É mandar para cá, para a nossa equipe, ao término de cada audiência pública, Senadora, eu estou tendo essa conduta proativa. Não é só vir aqui e falar, por exemplo, sobre desertificação, ou sobre mudanças climáticas, ou sobre proteção aos animais, mas o que nós podemos estar trazendo de concreto para a mudança? Nós vamos elaborar cartilhas? Nós vamos escrever artigos para publicar nos sites, nos jornais de circulação? Nós vamos fazer um projeto de lei? É isso que nós temos que ter.

Eu tive a grata surpresa, eu fui convidado essa semana, na quinta e na sexta-feira, Senadora, pelo Ministério Público Federal e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e fui pessoalmente em várias comunidades, aldeias indígenas. E é muito triste, porque eu acho, como político, é a primeira vez em que eu sou político, eu nunca fui, eu nunca exerci mandato, mas eu defendo que os políticos têm que sair dos muros do Senado. Eles têm que ir lá olhar, no local. Eles têm que ir lá ver o que está acontecendo efetivamente com esses Estados do Nordeste, por que isso está acontecendo, o que a população precisa. É olhar olho no olho, como eu fiz e ouvi de todas as comunidades e aldeias indígenas de que eu participei, eles se emocionaram e falaram assim: é a primeira vez em que um Senador veio ao Estado, veio aqui nos visitar. Mas aí a sensação é de total violência, de total desprezo e violência feita pelo próprio Poder Público. Por quê? Porque essas pessoas estão subjugadas. Pobres e índios que ainda estão, é um verdadeiro Apartheid... Há um muro que separa as rodovias das aldeias indígenas da comunidade, toda a comunidade levantou um muro de quase 4m de altura durante toda a extensão do perímetro. É um Apartheid, como se dissesse: "Aqui vocês não entram".

Há um problema dentro da aldeia, liga-se para o 190, e a Polícia Militar fala: "Não podemos ir". "Por quê?". "Porque é competência da União". Aí, você tem um funcionário da Funai. Quer dizer, não há saúde, não há educação, alto índice de suicídio em jovens indígenas. Nós temos esse problema de desertificação que está assolando. O meu Estado do Espírito Santo tem problema, mas o que nós podemos fazer?

E, se eu puder tocar e sensibilizar os Senadores, é para que eles sejam mais humanizadores, que eles tenham a sensibilidade de se colocar na dor do outro. E para isso nós temos que tirar o paletó e a gravata, e ir lá olhar nos olhos, reconhecer nossas falhas. Eu não tive a procuração de nenhum político, mas eu andei naquelas aldeias indígenas e pedi perdão, perdão, em meu nome e em nome dos políticos, por estar sendo conivente com essa total violação que essas populações estão sofrendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não posso conceber que nós possamos fazer parte disso, ficar aqui nos nossos elevadores privativos. Eu não posso conceber que nós vivemos numa democracia em que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo que o perfil socioeconômico de quem está preso é pobre, afrodescendente, semianalfabeto. Eu não posso admitir que todos têm direito à saúde e as pessoas estão morrendo nos hospitais públicos; que todos têm direito à segurança e o Governo quer armar a população; que todos têm direito à educação e a população, se não for o sistema de cotas, dificilmente entra num curso de Medicina numa universidade federal; que essas populações não têm direito a ter uma vida digna, essa dignidade da pessoa humana.

Desculpe o meu desabafo. Eu sei que vocês não têm nada a ver com isso diretamente, mas eu quero falar que eu estou muito feliz presidindo a Comissão do Meio Ambiente. Quero falar que a iniciativa de convidar uma Senadora para mim tem um simbolismo muito forte, é uma forma de prestigiar. Enquanto aqui nós presenciamos Senadores querendo tirar a participação da mulher nas eleições, eu fiz questão de falar: "Quero que neste mês de junho haja uma representatividade na Presidência da Comissão de Meio Ambiente". É nesse sentido.

Então, se eu puder fazer esse apelo, não só aqui, mas no Plenário, eu vou fazer. Que os Senadores tenham mais sensibilidade com o meio ambiente em todas as áreas e que saiam daqui dos muros do Senado Federal e interajam diretamente com aquele que é o principal destinatário, porque todo o poder emana do povo e é exercido pelos seus representantes. E eu quero muito, eu tenho fé em Deus de que eu não vou decepcionar a população do Estado do Espírito Santo nem a população brasileira.

Muito obrigado.

A minha pergunta é essa: o que a Lei de Política Nacional de Combate à Desertificação, o que precisa melhorar nela, o que a gente pode mudar nela? E como a erradicação da pobreza pode ser implementada com o combate à desertificação? Porque nós temos um problema social muito forte.

No mais, eu quero, mais uma vez, agradecer aos palestrantes na pessoa do Daniel Fernandes Costa, do José Artur de Barros Padilha, do Sr. Francisco Campello.

Eu quero que você tenha essa plena convicção de que esta Comissão está de portas abertas. Enquanto nós estivermos aqui na Presidência, sempre o meio ambiente vai ter vez e voz. Nenhum retrocesso. Nenhuma violação. Chega do desmonte que já está ocorrendo no Ministério do Meio Ambiente!

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O Senador Styvenson tem alguma intervenção?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Não. Eu estava atento aqui ouvindo. Aliás, ele já tinha me dito antes, Senadora Eliziane, que tinha passado por esse, que foi até Mato Grosso do Sul e presenciou, e o fato de ele ter lembrado que a gente conviva, viva, sinta os problemas realmente da população é porque criou-se uma ideia, uma ficção de que nós aqui estamos superprotegidos, não vivemos a realidade das pessoas, não conhecemos e julgamos ou fazemos leis que desconhecemos.

Bom, eu estou, também, há pouco tempo aqui, Fabiano. Eu estou aqui há pouco tempo. Estou igual ao senhor. Cheguei ontem. Esse problema de desertificação atinge meu Estado, o Rio Grande do Norte, e eu percebo que, quanto mais distante da capital, quanto mais presente for a vegetação de Caatinga – parece que é uma regra –, quanto mais distante mais pobre; quanto mais pobre, precisa da lenha para ainda fazer fogão a lenha, manter as olarias, que são várias lá no meu Estado. Aí, criou-se um programa, um projeto para desviar, para se retirar o gás que passa por dutos e ainda alimentar aquilo, mas ainda continuam pilhas e mais pilhas de madeiras em frente àquelas olarias, com a justificativa de que vai movimentar a economia, de que está gerando emprego.

Os carvoeiros também são outro problema, porque estão lá trabalhando até em condições escravas. Acho que no Estado da senhora também deve ser assim. Nosso Estado, por ter uma característica, além de ser grande, além de estar ainda numa situação crítica de economia, as pessoas ainda precisam estar tirando da vegetação para o próprio sustento, o que causa esse problema. Não sei em que nível está em outros Estados, mas no meu é um problema bem presente a desertificação, não só na área de Caatinga, mas acho que na área de dunas, onde houve vegetação que está sendo retirada está havendo esse problema.

E quero agradecer por fazer parte desta Comissão. Às vezes, eu demoro, às vezes, eu atraso, mas é porque são várias comissões, e a gente tem que dar essa atenção. Se nós não tivermos essa atenção com a nossa natureza, com o nosso meio ambiente, não vai adiantar nada a gente discutir economia, segurança, a gente não vai ter nem o que beber, nem o que comer, nem o que produzir mais. Então, acho que a importância daqui, desta Comissão, é justamente essa. E hoje, ela sendo presidida pela Senadora Eliziane, uma mulher, claro que dá esse brilho todinho. Espero só ter essa relação se ainda... Pelo menos é o que eu percebo no meu Estado.

Pegando a sua fala, Fabiano, e andando ali em Açu, no interior, a 180km de Natal, andando justamente em lugares mais distantes, eu consigo ver ainda que o pessoal ainda consegue ir lá no mato pegar aquele feixe de lenha para cozinhar. Parece pouco, mas todo dia se tira aquilo. É pouquinho, mas todo dia você tira aquilo ali. Como uma sabedoria do interior diz: é um galão, uma lata grande de água, com um furinho, uma hora seca, uma hora vai acabar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se ainda existe, não sei se foi dito aqui, Fabiano, essa relação econômica.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador.

Nós temos aqui algumas perguntas que vieram do e-Cidadania. Eu vou juntar para que a gente possa passar aos senhores novamente e a gente já seguir para as nossas considerações finais.

As intervenções que foram feitas pelos colegas, se os senhores puderem fazer algumas anotações seria importante. Uma pergunta da Rede Sustentabilidade coloca o seguinte: "Qual a estimativa de investimento público que vem sendo alocado para o combate à desertificação nos últimos anos no País e qual valor vocês consideram minimamente adequado?".

Outra pergunta: "Como o Congresso Nacional pode contribuir para o combate à desertificação no País?".

Pelo e-Cidadania, a Eliane Lima, do Acre, diz o seguinte: "A transposição do Rio São Francisco acabaria com a desertificação no Nordeste?".

O Leandro Souza, do Distrito Federal: "Qual seria a viabilidade e eficácia de um programa de fertilização e reflorestamento em massa para reverter a desertificação?".

Osman Torres, de Pernambuco, pergunta: "Quantas barragens seriam necessárias para cobrir toda a área do Semiárido nordestino?".

O André Spigariol, de São Paulo, pergunta para o representante do Ibama: "Os cortes do Governo Federal afetaram as políticas públicas para o Semiárido? O programa de construção de poços e cisternas continua?".

E a Deisy Cristyna, de Rondônia, pergunta o seguinte: "O Norte de alguma forma pode ser afetado? Caso a resposta seja sim, quais Estados?".

Essas são as perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Na verdade, eu tinha algumas perguntas, mas, durante a exposição, deu para ter uma compreensão melhor. Então, só quero fazer duas perguntas. Eu queria perguntar para o José Padilha acerca exatamente desse programa, dessa tecnologia que o senhor apresentou referente à questão do Semiárido. O senhor colocou que a gente poderia ter uma recuperação do Semiárido no prazo de dez anos.

Ao mesmo tempo, eu vi que a exposição que o senhor fez, inclusive alguns vídeos e alguns materiais que temos aqui, já tem um tempo significativo. Temos uma revista que data de 1994, aquele vídeo veio de 20 anos. Nós tivemos de lá para cá o programa, que data de 2015, voltado para a questão de alternativas referentes à desertificação, que é a Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Combate à Desertificação, ou seja, temos uma política que data de 2015, temos uma apresentação de tecnologia pelo senhor que já vem de um tempo atrás e temos, infelizmente, ao longo dos últimos anos, uma ampliação e mais problemas referentes à desertificação no Semiárido. Por exemplo, no meu Estado do Maranhão, nós temos Semiárido e Amazônia, mas temos também Municípios também que já estão incluídos nesse nível de preocupação em relação à desertificação.

O que faltou de lá para cá? Faltou boa vontade do Poder Público, faltou orçamento para isso? Enfim, qual a alternativa que poderíamos ter para dar uma resposta mais efetiva e reduzirmos a desertificação nessas nossas regiões em todo o País. Vou me concentrar basicamente nessa pergunta e na outra referente à questão da contribuição da Embrapa contra a desertificação.

Eu estava vendo, por exemplo, alguns dados que mostram que até 2050 nós teremos uma população mundial de 10 bilhões de pessoas, ou seja, nós precisamos de alimentos – não é? – para essa população. Ao mesmo tempo, você vê, eu falava agora há pouco aqui com o Francisco acerca da questão do agronegócio... Porque, às vezes, as pessoas colocam: "Olha, o agronegócio traz, na verdade, um impacto muito grande em relação à questão ambiental". Mas, ao mesmo tempo, também, nós temos lá os pequenos produtores que acabam, às vezes, sem ter, digamos assim, um critério muito mais específico para essa conservação do solo. Não há uma política pública voltada para o acompanhamento desses pequenos produtores, o que acaba trazendo impacto também significativo nessa questão da desertificação, e a Embrapa acaba tendo um papel de contribuição importante nessa questão, em relação à tecnologia, em relação ao alimento. Como é que está a contribuição da Embrapa também neste sentido em relação à questão da desertificação?

Foram várias perguntas, e eu quero passar aqui uma rodada aos senhores, para que pudessem fazer um comentário sobre esses questionamentos.

Nós vamos começar com o Daniel, pode ser?

O SR. DANIEL FERNANDES COSTA – Pode ser, sim, Senadora.

Primeiro, quero cumprimentar os Senadores que estão aqui presentes, na pessoa do Senador Fabiano. Parabéns pela sensibilidade! Isso é muito importante. Como o Senador do Rio Grande do Norte mencionou, precisamos conhecer mais sobre a Caatinga, estar mais aberto para conhecer o sobre o nosso bioma, para que possamos valorizá-lo. E a sua sensibilidade é muito importante.

Eu represento uma instituição do terceiro setor, uma empresa ambientalista, a Associação Caatinga. A gente está há 20 anos lutando pela preservação e valorização do Bioma Caatinga. Na minha fala – eu fui o que fiz a abertura dos três palestrantes –, eu mencionei que algumas políticas públicas podem ser implementadas para valorização do nosso bioma. Nós temos uma política pública que eu considero essencial, Senador Fabiano: nós temos uma Proposta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda à Constituição tramitando no Congresso que reconhece a Caatinga como patrimônio nacional. A Caatinga e o Cerrado são os únicos biomas que ainda não são reconhecidos na Constituição Federal como patrimônio nacional. Eu acho que, partindo dessa premissa, já há uma predisposição pela desvalorização dos dois biomas. O Cerrado é a caixa-d'água do Brasil, e a Caatinga é a região que concentra uma maior densidade demográfica comparada com outras regiões semiáridas do mundo: são 28 milhões de pessoas. Então, eu acho que a gente precisa dar esse status de importância e reconhecê-la como um patrimônio nacional, para que uma série de políticas públicas possam ser estabelecida.

E, como sugestão para uma possível revisão na Política Nacional de Combate à Desertificação, eu colocaria um gancho com uma política de pagamento de serviços ambientais. Eu acho que a gente tem que começar a estimular financeiramente e economicamente a conservação da natureza. Com esse tipo de política e estratégia, a gente vai ter uma série de pessoas, cidadãos comuns como nós, querendo criar as suas unidades de conservação na categoria RPPN, basta que tenhamos incentivos. Pequenos produtores que, por exemplo, possam aderir ao sistema Base Zero, que foi brilhantemente apresentado Prof. José Padilha, podem ter incentivos econômicos, através de um PSA para a implementação dessa ação.

Aqueles produtores que têm um plano de manejo, como o Chico Campello bem colocou, também podem ser remunerados pelos serviços ambientais que estão prestando para a sociedade.

Então, eu acho que essa seria a minha sugestão de criar um link com uma estratégia de pagamentos de serviços ambientais e também elevar o status da Caatinga e do Cerrado a patrimônio nacional, para a gente começar a valorizar esses dois importantes biomas, que representam mais de 30% do Território nacional.

A gente já pode responder alguma pergunta dessas?

Há uma pergunta do Leandro Souza, daqui no Distrito Federal, em que ele fala: "Qual seria a viabilidade e a eficácia de um programa de fertilização e reflorestamento em massa para reverter a desertificação?". Acho que a gente tem que fazer algumas ponderações. Quando uma área chega a um processo de desertificação... No Estado do Ceará, a gente tem três núcleos. O Estado do Ceará tem 100% do seu território susceptível a desertificação e 12% já estão em processo avançado de desertificação. Para a gente poder fazer uma restauração nessas áreas, pelo menos na nossa experiência, é uma dificuldade enorme e o investimento de recursos também é muito alto. Então, a gente tem que começar com uma estratégia. Eu acho que o primeiro passo é preservar os 52% que ainda restam de Caatinga, como o Chico mencionou, e naturalmente também, em paralelo, fazer ações de restauração florestal, que são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos ainda, voltado para política pública, em vigência, o chamamento público do Ibama, que é um programa de conversão de multas ambientais. A primeira chamada pública foi para duas bacias hidrográficas, quais sejam, a Bacia do São Francisco, com ações de restauração florestal... Em toda a área que concentra um índice maior de pluviosidade seria ou será – a gente não sabe como é que vai ser a implementação desse programa na atual gestão – feita a restauração florestal de mata ciliar, evitando o processo de erosão, como o Prof. José Padilha mencionou, e também a proteção de nascentes, que são extremamente importantes para que a gente possa ter disponibilidade hídrica para os pequenos produtores.

A outra bacia hidrográfica é a Bacia do Parnaíba, que engloba o Estado do Ceará e o do Piauí, com ações de tecnologias e convivência com o Semiárido: terraceamento, base zero, cisterna de placa, trabalho com abelha nativa da Caatinga. Então, é um conjunto de ações e estratégicas. E, nesse edital, há a previsão de atender 5 mil pessoas, 5 mil famílias, desculpa. Então, a gente espera que essa política pública, que já está em andamento, seja efetivada.

O que eu queria deixar para o Leandro é que a floresta em pé é uma matemática simples, ela é responsável pela segurança hídrica, pela regulação do clima. Então, se a gente pensa em disponibilidade hídrica no Nordeste brasileiro, não existe outra alternativa se a gente não preservar a nossa vegetação, a nossa floresta. Preservando a floresta, a gente consegue ter regulação do clima, a gente consegue ter chuvas com uma periodicidade maior.

Como o Chico falou, nós passamos agora recentemente pela pior seca da história do Estado do Ceará e não foi diferente em outros Estados do Nordeste, foram oito anos de chuvas abaixo da média, o que comprometeu a produção. Existe um estudo do Estado do Ceará, que posso deixar aqui com vocês, em que eles observaram, em três bacias hidrográficas, que representam cerca de 40% do Estado do Ceará, a avaliação do impacto econômico da degradação ambiental. Esse estudo estima que, só com a degradação do meio ambiente, poluição atmosférica, desmatamento, má gestão dos resíduos sólidos, o Estado do Ceará perde R$2,8 bilhões, por ano, com poluição da água, com o desmatamento da Caatinga. Esse estudo está disponível, inclusive, no site do Governo do Estado, é bem interessante. Isso mostra o quanto de recurso a gente está perdendo ao deixar de proteger o nosso meio ambiente.

Então, era esse o recado inicial, respondendo ao Leandro Souza. Espero que eu tenha atendido a expectativa dele.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A palavra está com o Sr. José Padilha.

O SR. JOSÉ ARTUR DE BARROS PADILHA – Eu não sei se vou insistir num ponto que praticamente permeou toda a minha intenção de me comunicar com todos os senhores. Mas eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de pedir toda atenção para um ponto do qual eu acho que todos nós temos muita consciência mais recentemente: o momento em que o ser humano descobriu o DNA.

Existe um DNA de qualquer coisa. Então, imagine o milagre de se ter, na coisa mais pessoal que nós temos, o nosso DNA. Ele surgiu num momento mágico de amor, em que um espermatozoide e um óvulo se juntaram, e a partir dali ficou definido qual era aquele ser, como ele seria, em todos os aspectos que a gente pudesse colocar dentro da imensa dignidade da vida, em particular da dignidade da vida animal e da vida do ser humano.

Então, dentro disso aí, eu queria insistir nesse ponto. Eu, à medida em que fui percebendo, disse a vocês que realmente a grande coisa em que me aprofundei na vida foi energia termodinâmica. E, se nós todos entendermos que nós somos, cada um, um equipamento termodinâmico – estamos o tempo todo respirando, nos alimentando, pensando, com o coração batendo, circulando tudo isso –, e o DNA de uma região singular, absolutamente singular, singularíssima, como é a Caatinga, o Semiárido, é o único bioma do mundo superpovoado, ele está destinado pela natureza a ser... Consta que as Nações Unidas fizeram um estudo sobre os melhores ambientes habitados por seres humanos. No fim, selecionaram-se dez que eram especiais. Lamentavelmente eu vi isso, li e terminei não guardando na memória para ter esse documento, mas me lembro de que o melhor lugar que foi eleito é um certo lugar qualquer no Canadá. O segundo melhor lugar como habitat humano era um lugar qualquer no Chile. E o terceiro é o nosso Semiárido do Brasil.

Então, se isso – e eu acredito que pode ser pesquisado – é verdade e se, um grande dado, é o mais povoado do... Não há nada tão parecido. E é uma sociedade sobre a qual até escritores como Euclides da Cunha diziam "o sertanejo é um forte", mas não é o sertanejo que é um forte, a vida é um forte. Se Euclides da Cunha fosse ensinar, iria dizer que a Caatinga é forte, que os animais da Caatinga são fortes, etc.

Então, nesse sentido, eu queria dizer a vocês que – desde que eu tenho escrito algumas coisas e tentado produzir – eu cheguei à seguinte conclusão: a vida foi organizada através de um processo que, evidentemente, em algum momento, não havia vida no planeta, a gente sabe disso. E, em certo momento, começou a se organizar um DNA que criou uma auto – veja bem, eu vou frisar bem, auto!, no sentido de que é próprio, não é ninguém que está agindo, ela está acontecendo –, uma autorrevitalização e, no caso, agora, é autorrevitalização, tem o "re", mas anteriormente era autovitalização.

Então, houve no passado uma autovitalização ecológico-produtiva, que era natural e é expansiva. A natureza está sempre aumentando as possibilidades da vida, ela está enriquecendo sempre: os baixinhos estão sempre crescendo, a quantidade d'água semiárida que está a salvo da evaporação, que está lá embaixo – e um terço do segmento geológico que bate no contato e não entra mais, porque há um contato do cristalino, que é impermeável –, ela está sempre aumentando, está sempre se expandindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o que foi que eu percebi? Que nós, seres humanos, inteligentes, chegamos ao ponto de ter hoje o quê? O avião, a internet, a estação espacial. Então, nós não vamos saber resolver o acréscimo, que é fazer com que isso ainda seja expansivo, acelerado? Nós podemos acelerar o processo.

Do mesmo jeito, com a Hidrelétrica do São Francisco foi o quê? O São Francisco é um belo rio, mas ele não colaborava em nada para a sociedade brasileira até 1950, aproximadamente, quando não havia nem Paulo Afonso I. Hoje há Paulo Afonso I, II, III, IV, Itaparica, Xingó, uma maravilha. Ai do Nordeste do Brasil, Maranhão, Piauí, etc. e todo mundo... E hoje, com a interligação da energia elétrica, que é essa grande maravilha, se não houvesse energia elétrica, nós não estaríamos aqui com todos esses recursos luxuosos, não haveria aviões, não haveria nada disso.

Então, vejam bem, se nós entrarmos em consenso, através de uma junção de todos esses saberes e organizações – a Embrapa, a Funai precisa, o Incra precisa, etc. – e esse conjunto for todo articulado, os três Poderes, o Parlamento, o próprio Judiciário tem um papel nisso, o Executivo, em todos os níveis, no nível federal, no nível estadual, no nível municipal, é que eu acho que nos dez anos, respondendo a sua pergunta, é perfeitamente possível para a gente chegar ao ponto em que o processo se torna irreversível. A partir daí a gente vai ter a autorrevitalização ecológica, produtiva, expansiva acelerada. Por quê? Porque nós nos organizamos para fazer a aceleração.

E, nesse sentido, numa discussão realmente já técnica, científica, de prolongamento disto aqui, porque eu concordo plenamente, Senador: não pode ter sentido uma coisa tão rica como esta ficar em um episódio isolado. Ela tem que ter uma continuidade.

Já dizia Heráclito, o obscuro, lá na Grécia, e recentemente um ministro disse: "Tudo é fluxo". Então, não pode parar. Isso que aconteceu agora tem que ter um fluxo que dê continuidade, prossiga e se organize conforme meios modestos. Não é preciso nada estrondoso, mas que não pare e que esse fluxo siga e permita que cada um de nós, enquanto estiver vivo, contribua e possa fazer...

Então, eu sou absolutamente otimista. O Semiárido está fadado a ser uma das regiões mais esplendorosas deste nosso País. Se for verdade o que as Nações Unidas viram, que é o melhor hábitat para os seres humanos, vai se encher de gente o Semiárido.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. José Padilha.

Com a palavra o Sr. Francisco Campello.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO CAMPELLO – Tentando sintetizar a resposta, eu diria o seguinte, na linha do que o colega da Caatinga falou, eu acho que é importante a gente reforçar algumas iniciativas em curso. Essa questão de reconhecer os biomas Caatinga e Cerrado como patrimônios nacionais é fundamental, porque isso dá sustentação para outros desdobramentos. Eu acho que esta Casa tem nisso um papel importantíssimo.

Outra situação recente que eu acho que merece uma reflexão foi o esforço que o Ibama fez para o Programa de Conversão de Multas. Na realidade, a estratégia perseguida era transformar o infrator em um indutor do desenvolvimento local. Então, a pessoa sai da condição de comprometer o meio ambiente para ajudar, de fato, a recuperar o meio ambiente com uma visão econômica. Eu acho que isso é importante.

Acho que outra situação extremamente necessária é, de fato, a gente assegurar as ações de extensão rural. O Prof. Padilha foi muito enfático quando falou que os investimentos são poucos; é muito mais formação técnica e orientação. Então, não é investimento de infraestrutura; é investimento em acompanhamento. Existem várias iniciativas de extensão rural em curso que precisam ser qualificadas.

Dentro dessa mesma observação, eu acho que a gente precisa valorizar o papel que a biodiversidade tem na geração de renda da região e ter um olhar de uma economia verde para o Semiárido.

Veja, a gente tem que um terço da matriz energética do Nordeste depende de biomassa. Isso pode ser uma ameaça e isso pode ser uma grande oportunidade para a região, porque a gente está falando de uma fonte energética local, renovável, de baixo custo e de grande inclusão social; a ela só falta ser sustentável. Esse é o sonho de quem trabalha com planejamento energético. E a gente tem isso. Agora, ele precisa ser sustentável. Para ele ser sustentável, a gente precisa ter órgãos públicos estruturados, não só a União, o Ibama, mas os Estados, principalmente, e os Municípios.

Há iniciativas que o agricultor faz no seu dia a dia, por exemplo, o sistema de pousio do Semiárido, que é um sistema de descanso da terra e reaproveitamento, que, se não estiver bem entendido, a gente tira uma oportunidade de inserir no mercado o fruto desse descanso, que é o material lenhoso que sai do preparo da terra para plantar para comer, para subsistência; não é para uma produção em escala. E isso, às vezes, não consegue chegar à legalidade. Aí, a gente marginaliza o papel que o recurso florestal tem na conservação do solo, porque, se o sertanejo não consegue deixar a terra descansar, e a natureza não recompõe a força da terra, ele vai sempre procurar novas áreas. Então, a gente estará sempre aumentando o desmatamento. Essa compreensão para o uso sustentável é extremamente emblemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente viu aqui exemplos de comunidades que hoje vivem do beneficiamento da nossa biodiversidade, e isso precisa ser reconhecido pelo Estado, como o colega falou, como serviços ambientais.

A pecuária que nós temos no Semiárido é uma pecuária verde. A gente ouve o discurso de pecuária verde, de baixa emissão de carbono, e despreza uma pecuária que vive da biodiversidade, ou seja, o sertanejo não precisa desmatar para formar pasto, porque essas raças de gado – tanto bovina quanto caprina ou equina – que estão lá adaptadas vivem da Caatinga; elas usam o suporte forrageiro da Caatinga, que está extremamente adaptado. E a gente não consegue ter um marco legal que pegue o avanço do conhecimento da Embrapa, já que a senhora fez uma provocação sobre a Embrapa...

O Prof. João Ambrósio estabeleceu formas de manipulação da Caatinga com fins forrageiros. E o agricultor, se for seguir essa orientação do marco legal sobre o uso da floresta, cria impedimentos. Ele passa por um processo burocrático tão severo que ele desiste, e aí ele parte para o tradicional: formar pasto num lugar onde o pasto não é a vocação.

Então, a gente tem este desafio para o uso sustentável da Caatinga: olhar isso de forma mais emblemática, transformar isso dentro de uma leitura de uma economia verde. Se a matriz energética é a base de biomassa e gera emprego, renda e tudo mais, e é sustentável, a gente está dentro do que os ODSs estão pedindo, uma fonte energética renovável; mas a gente marginaliza essa fonte energética. A mesma coisa com a pecuária.

E, por último, eu acho que a gente tem um desafio grande, que é fugir de certos tabus. Reflorestar é importante – eu sou engenheiro florestal de formação, não tenho nada contra o reflorestamento –, agora, reflorestar em ambiente semiárido é extremamente desafiador. Então, a gente tem que ter, de fato, como prioridade buscar alternativas de conservação do que nós temos. Nós temos 52% de cobertura florestal, isso é extremamente emblemático. A gente tem seis vezes mais cobertura florestal do que a gente precisa para as demandas da região. Então, a gente tem que ter uma estratégia para fazer com que essa cobertura se mantenha; e ela só se mantém se a gente fizer uso dela, senão ela não serve.

Hoje a gente tem algumas iniciativas na região com a Embrapa, com o Ministério do Meio Ambiente, através da cooperação técnica com as Nações Unidas, para buscar alternativas para o uso correto dessa biodiversidade. Sem olhar de forma segmentada, eu acho que a gente encontra, nessa busca tanto a questão do solo como do uso do recurso florestal, as alternativas para o combate à desertificação.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Francisco Campello, eu quero lhe agradecer pela sua presença aqui conosco nesta audiência pública. Eu quero agradecer a todas as pessoas que participaram conosco pelo e-Cidadania, a todos que estão aqui em plenário ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos aqui algumas cartilhas que eu quero deixar à disposição dos presentes, para que possam, na verdade, adquirir. Há informações importantes sobre arranjos produtivos locais, resíduos sólidos, vários implementos, cisternas de placas, enfim, é um importante instrumento de informação.

Eu quero agradecer a vocês de coração pela presença aqui nesta audiência pública. Como já foi colocado, esse mês de junho é o mês do Junho Verde, em que nós temos uma programação intensa durante todos os dias do mês, no sentido de fazer um debate mais aprofundado sobre a questão ambiental.

Algumas interferências acabaram inviabilizando um pouco. Eu acabei pegando uma gripe, Francisco, aqui, eu fiquei totalmente congestionada.

São as lutas que se tem em relação à política ambiental brasileira, mas nós somos firmes e fortes, vamos continuar firmes na luta a cada dia mais pela valorização ambiental.

Nós temos vivido aí momentos muito terríveis de retrocessos na política ambiental brasileira, infelizmente, como a falta de prioridade. Mas, ao mesmo tempo, nós temos ativistas, nós temos voluntários, nós temos várias pessoas no Brasil que se interessam e que se debruçam em relação à garantia da nossa proteção ambiental.

Antes de encerrar, quero lembrar que na próxima terça-feira, dia 25, faremos as duas audiências públicas para encerrar os debates desta primeira edição do Junho Verde. A primeira será às 10 horas da manhã, com o tema: "Proteção e o bem-estar dos animais". Às 14 horas, "Semear o futuro para o Brasil florescer: visão das novas gerações sobre desenvolvimento e meio ambiente".

Portanto, quero agradecer a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.113546/2019-10

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jaques Wagner e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, é feito comunicado de que não houve manifestação em relação aos documentos comunicados em 5 de junho, na 18ª reunião, que serão arquivados. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 22/2019 - CMA, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia. **Finalidade:** Debater o tema "Proteção e o bem-estar dos animais". **Participantes:** Sra. Fernanda Abra, Diretora da ViaFAUNA Consultoria Ambiental e Pesquisadora da ESALQ; Sr. Luis Gustavo Patuzzi Bortoncello, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Sra. Monique Mosca Gonçalves, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos!

Agradeço a Deus a oportunidade de haver mais esta reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, não houve manifestação em relação aos documentos comunicados em 5 de junho, na 18ª Reunião, que serão arquivados.

Dentro da programação do Junho Verde – O Meio Ambiente Une, realizaremos hoje audiência pública, objeto do Requerimento nº 22, de 2019-CMA, com o tema "Proteção e Bem-Estar dos Animais".

A primeira edição do Junho Verde foi marcada por temas ambientais, na maioria corriqueiros, que tocam diretamente os usuários do meio ambiente. Recebemos especialistas para discutir o Código Florestal, biomas brasileiros, setor privado e meio ambiente e combate à desertificação. Nessa mesma linha, hoje falaremos sobre proteção e bem-estar dos animais e, no período da tarde, falaremos sobre nossas crianças e jovens no nosso futuro e no meio ambiente.

De tudo que discutimos, a conclusão a que chegamos é a de que os assuntos são apenas aparentemente simples, e daí o porquê de tantos conflitos quando a pauta é ambiental. No entanto, ensinou Paulo Nogueira Neto que o meio ambiente une, sim. É isso que precisamos focar. Todos necessitam da produção de água pelas nossas florestas, da comida que chega ao prato, portanto sem discriminar o agronegócio, mas também sem discriminar a cultura tradicional das comunidades, do indígena. Precisamos viver em harmonia com o ambiente, e o lidar com os animais é um exemplo dessa busca de convivência saudável entre as espécies. Imaginem que a atualidade já nos oferece tecnologia capaz de oferecer *nuggets* a partir da pena da galinha sem matá-la.

Na audiência de hoje, receberemos especialistas para esclarecer questões relacionadas à proteção e ao bem-estar dos animais. Lembremos que, nesta Casa, tramita o Estatuto dos Animais, o PLS 631, de 2015, que virá em caráter terminativo para a Comissão de Meio Ambiente. Nesse âmbito, a audiência de hoje pode ser uma luz para despertar os Senadores desta Comissão para pontos que poderão significar mudanças no trato dos animais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017-SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise de projetos e ações futuras sobre o tema.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em cinco minutos, após as exposições iniciais.

Convido para compor a Mesa a Sra. Fernanda Abra, Diretora da ViaFAUNA Consultoria Ambiental e pesquisadora da Esalq; o Sr. Luis Gustavo Patuzzi Bortoncello, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; a Sra.Monique Mosca Gonçalves, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Foi também convidada a Sra. Luisa Mell, mas ela não confirmou a sua participação.

Eu queria, neste momento, agradecer aos convidados e me colocar à disposição aqui, no Senado Federal.

Eu fui eleito como Presidente da Comissão e, neste mandato de dois anos, reputo como de extrema importância que a Comissão seja muito mais proativa, não se limitando à análise dos projetos e à distribuição das matérias, mas interagindo diretamente com a população, que é o principal destinatário. Se me fosse perguntado qual o meu sonho como Presidente da Comissão, eu diria que meu sonho era que fossem derrubados os muros do Senado e que houvesse essa interação diretamente.

Eu estive pessoalmente em Barão de Cocais para verificar *in loco* o que está acontecendo com essas barragens. Visitei, em Mato Grosso do Sul, a convite do Ministério Público Federal, sete comunidades indígenas que estão tendo seus direitos totalmente violados e subjugados pelo próprio Poder Público. Isso é lamentável. Mas, no que depender de mim nesta Comissão e no Plenário, nenhum direito a menos nós vamos permitir e nenhum retrocesso.

Por isso, eu quero aqui colocar aos palestrantes que usem deste espaço, que usem desta Casa. Nós temos aqui uma inércia por parte de muitos Senadores que fazem parte desta Comissão, mas que, infelizmente, não têm aquela proatividade que eu almejo. Quem sabe um dia isso vai acontecer!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema de hoje com relação à proteção animal é um tema instigante, porque a sociedade clama por isso. Nós temos um problema cultural em alguns países que até se alimentam, por exemplo, de cães. Nós temos o problema de maus-tratos dos animais, o que é muito corriqueiro no Brasil. Nós temos uma legislação frouxa, e, infelizmente, no aspecto criminal, nem a pena de prisão em flagrante ocorre. Nem há prisão em flagrante! Lavra-se, quando muito, um termo circunstanciado, e se coloca o autor em liberdade. Nós não temos uma previsibilidade de uma conduta a título de culpa, mas, sim, como elemento subjetivo da conduta, o dolo. E até mesmo o Projeto de Lei 470, de 2018, que alterou o art. 32 da Lei de Crimes Ambientais, que é a Lei 9.605, modificou a pena de três meses a um ano de detenção para apenas detenção de um a três anos, o que impede a prisão em flagrante. É claro que nós não queremos só o enrijecimento no aspecto criminal, mas que haja responsabilização também no aspecto administrativo e civil em termos de indenização, para que todo aquele que, por ação ou omissão, ocasiona uma ofensa aos animais seja efetivamente penalizado.

Então, nesse sentido, aqui peço a colaboração dos colegas e dos palestrantes para que mandem para a Comissão de Meio Ambiente qualquer sugestão. O que nós podemos fazer para melhorar? Nós somos aqueles que... Todo poder emana do povo, que é representado pelos seus representantes. Então, nós estamos aqui para contribuir. E, no que depender de mim como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, nós vamos lutar em defesa do meio ambiente, que é uma garantia constitucional prevista no art. 225 da Constituição Federal, um direito humano essencial, que transcende o espaço territorial do Estado, da Federação brasileira, que é um direito planetário.

Neste momento, eu passo a palavra à primeira palestrante, a Sra. Fernanda Abra, para proferir a sua fala em até 20 minutos.

Muito obrigado.

A SRA. FERNANDA ABRA – Em primeiro lugar, agradeço muitíssimo o convite do Senador.

Eu me sinto muito à vontade em estar, então, na Casa do povo, discutindo um assunto que deve ser de interesse de todos os brasileiros.

Então, que hoje seja realmente o marco, o início, o meio do caminho, para que a gente possa criar soluções para os impactos que a gente tem atualmente no Brasil.

Eu sou Fernanda Abra. Atualmente, eu sou doutoranda da Esalq, que é um *campus* da USP em Piracicaba. No mês que vem, eu vou defender a minha tese. Então, ainda não sou uma doutora.

Além da pesquisa e do doutorado, eu sou diretora de uma empresa de consultoria, que é a ViaFAUNA, uma empresa especializada em manejo de fauna e em empreendimentos de transporte, e sou consultora do BID, Banco Mundial, nos assuntos relacionados à fauna e a empreendimentos de transporte, principalmente os rodoviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a grande honra de, no mês passado, ter sido a ganhadora do prêmio Future For Nature, que é um prêmio holandês que destaca conservacionistas do mundo todo pelos seus trabalhos em relação à fauna. Tenho muita honra de ter sido uma das ganhadoras e de ter colocado o Brasil em evidência, para trazer mais olhares para a conservação da fauna.

Se há uma coisa de que os brasileiros deveriam ter orgulho, essa é a nossa biodiversidade. Nada mais, nada menos, o Brasil é detentor de 20% de todas as espécies do mundo, que são muito bem distribuídas em seis biomas terrestres que nós temos no País. Apresento a vocês três espécies muito icônicas da nossa fauna, que é o tamanduá-bandeira, o lobo-guará, a anta, que são espécies com as quais eu trabalho atualmente, todas ameaçadas de extinção, que precisão urgentemente de novas soluções, de novas leis, de outros olhares para a conservação das espécies.

Além de o Brasil ser o País mais biodiverso do mundo, as rodovias foi o modal de transporte preferido dos brasileiros. Na década de 30, nós tivemos um Presidente chamado Washington Luís, que ganhou a campanha presidencial com o *slogan* "Governar é abrir estradas". Desde então, o Brasil ampliou grandemente a sua malha estradal. Atualmente, nós temos a quarta maior malha rodoviária do mundo, com 1,7 milhão de quilômetros atualmente, com vistas a uma expansão, principalmente no bioma do Pantanal e no bioma amazônico.

Nós temos a maior biodiversidade do mundo e nós temos muitas rodovias. Então, todos os dias, todas as horas, em todos os lugares, os animais sofrem impactos, que muitas vezes são impactos silenciosos. E as rodovias hoje são um dos maiores impactos para a conservação da fauna em nosso País. As rodovias atuam como um dreno da nossa biodiversidade. E são dois os impactos principais que as rodovias causam na fauna brasileira, que é o atropelamento – o tráfego causa o atropelamento, a mortalidade direta de indivíduos, dos animais – e o efeito barreira, que é um impacto totalmente invisível e silencioso, que significa o não encorajamento do animal a atravessar a rodovia. Isso é tão grave quanto o atropelamento, porque o animal fica isolado em fragmentos florestais. Os animais, como vocês sabem, se movimentam para tudo: busca por comida, busca por água e por abrigo, busca por parceiros sexuais.

E, quando eles não passam mais a atravessar a rodovia e a procurar outros ambientes, a gente tem um problema de ordem genética, de endocruzamentos, e isso enfraquece a população.

Hoje a gente vai focar a questão dos atropelamentos, com impacto visível, mensurável, que realmente é tido pelos especialistas da área da conservação como o maior impacto para as nossas populações silvestres.

Então, eu vou mostrar para vocês alguns resultados do meu doutorado. Como eu sou do Estado de São Paulo, eu trabalhei só com dados das rodovias do Estado de São Paulo. Por ano, as estimativas são as de que morrem 39 mil mamíferos silvestres de médio e grande porte. Então, considerem gambá para cima, gambá de 1kg até anta de 300kg.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma foto de um gato do mato, animal também ameaçado de extinção, vulnerável no Estado de São Paulo, vulnerável na lista brasileira, vulnerável na IUCN. Trinta e nove mil mamíferos por ano morrem só nas rodovias pavimentadas do Estado de São Paulo! Então, o que acontece nas rodovias de Mato Grosso do Sul? O que acontece nas rodovias de Mato Grosso, de Goiás, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro? Nos Estados do Sudeste, há os *hotspots* de biodiversidade do mundo, que é a Mata Atlântica e o Cerrado, onde há a maior expansão rodoviária. Então, o que acontece com as populações de mamíferos silvestres no Brasil? Mais uma vez, as rodovias atuam como um dreno da nossa biodiversidade.

A gente falou do custo biológico. Então, existe a perda de animais por atropelamento. Quando eu atropelo um animal na rodovia, existe o atropelado bicho, e existe o atropelador, que somos nós, eu, você, o Senador, nossa família. Então, eventualmente, algumas colisões com fauna inclusive de grande porte, como uma anta que pesa 300kg, como o tamanduá-bandeira, o cavalo, o búfalo, a vaca, causam acidentes que geram custos humanos, vítimas humanas, que ficam feridas, que perdem suas vidas ou ficam incapacitadas, eventualmente, de acordo com o acidente que se der.

À direita, essa é a notícia do acidente envolvendo fauna silvestre mais grave que já ocorreu no Brasil. Ele ocorreu em 2016, em Mato Grosso do Sul. "*Van* atropela anta, bate [secundariamente] em carreta, pega fogo, e 8 pessoas [infelizmente] morrem." Houve custo biológico, custo humano e, obviamente, custos econômicos. A carreta carregava glifosato. Então, obviamente, houve a questão do material perigoso. Enfim, existem custos humanos gravíssimos relacionados a essa temática. Dou um exemplo do Estado de São Paulo, da Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo. Entre 2003 e 2013, ocorreram quase 30 mil acidentes envolvendo animais nas rodovias, o que corresponde a mais ou menos 3,5% do total de colisões. Por ano, em São Paulo – são dados reais –, houve 530 vítimas leves; 116 vítimas graves ou gravíssimas, que vão carregar sinais dos ferimentos para o resto da vida; e 20 mortes humanas. Então, obviamente, existe o custo humano.

O terceiro custo advindo de uma colisão com fauna em rodovia é o custo econômico. Nesse gráfico à esquerda, a linha cinza – há essas bolinhas brancas no meio – corresponde aos acidentes por ano envolvendo animais silvestres.

Obviamente, qualquer categoria de acidente rodoviário cresce ao longo dos anos, e acidentes envolvendo animais crescem ao longo dos anos. Nós valoramos quanto custa atropelar os animais nas rodovias do Estado de São Paulo: por ano, o Estado de São Paulo gasta R$56 milhões. Essa é uma estimativa muito conservadora que nós fizemos desse caso. Em média, o valor médio por colisão, se gerou vítima ou se não gerou vítima, se houve falecimento de vítima humana, custa em média R$21.656,00. Nós sabemos exatamente quanto custa o atropelamento de espécies específicas. Eu sei quanto custa atropelar uma capivara, com os danos que ela causa, um cavalo, uma vaca, um búfalo etc.

Até agora, a gente falou de tudo o que é feio, o impacto. Então, quando eu atropelo um animal na rodovia, no licenciamento ambiental naquela rodovia houve o envolvimento de uma agência ambiental e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma agência de transporte. Correto? Quando existe um atropelamento de um animal na rodovia, ambas as agências falharam, porque, se o interesse da agência ambiental é salvaguardar a biodiversidade e os recursos naturais, houve a perda, houve o custo biológico, que é o da fauna. Se o interesse da agência de transporte e do empreendedor rodoviário é transportar pessoas e coisas em segurança, houve uma falha nessa prestação de serviço. Falhamos ambientalmente, falhamos na segurança dos usuários, e a terceira coisa é que existem custos econômicos que são compartilhados na sociedade.

Então, como mitigar esse impacto? Quantos animais e vidas humanas podem ser salvas? Existem diversas maneiras de mitigação de atropelamento de fauna em rodovias. Esta é a parte que me encanta: falar da solução. Eu gostaria que todo mundo saísse daqui pensando nisto: existe um problema, mas existem muitas maneiras de mitigar esses impactos. Então, a mensagem é que o Brasil precisa começar a ter rodovias mais sustentáveis, o que é bom para os bichos e bom para as pessoas. E economicamente existe um custo-benefício muito positivo.

Nós precisamos de projetos rodoviários inovadores, de estruturas específicas para a fauna nas rodovias. Quando um projeto rodoviário, um projeto de engenharia nasce, ele, naturalmente, instantaneamente, deveria contemplar a presença da fauna silvestre naquela região e a dinâmica que a fauna vai desempenhar naquele empreendimento. Os animais se movimentam. Eles estão na paisagem, estão no meio ambiente natural, e obviamente haverá conflitos. Então, a ideia é integralizar estruturas específicas de engenharia voltadas para a fauna, para que a gente consiga mitigar esses impactos.

Esse é um exemplo real de um projeto de engenharia, é uma passagem superior de fauna, tanto para a fauna terrestre quanto para a fauna arborícola. Esse é um projeto que a ViaFAUNA fez na Caatinga, na Bahia. Infelizmente, existe um furto de cercas metálicas muito alto. Então, a gente criou um *design* de cerca de bambu, que tem uma duração muito boa de até dez anos na paisagem. Então, a gente cria soluções para biomas específicos, para tipos de fauna específicos.

E aí estes são os resultados que nós temos: diminuições expressivas de atropelamento.

Essa é a anta, o maior animal terrestre que nós temos no Brasil. Esse é um veado-catingueiro usando passagens de fauna inferiores. Há o tamanduá-bandeira, o puma, que é a onça-parda ou suçuarana – são vários nomes em diferentes Estados. Há capivaras, quatis, lobos-guarás, tamanduás-mirins.

Quando vocês veem os bichos passando por baixo da rodovia, isso significa que a fauna ganhou e que os usuários que trafegam naquela rodovia ganharam. Então, é um bom negócio.

Esse é um registro muito atual, é uma passagem inferior de fauna novíssima, que foi instalada em março deste ano, e, dois meses depois, um machão de onça-parda já estava usando essa passagem de fauna. É muito difícil monitorar onça, porque é um animal que anda 30km por dia. Então, uma onça que entra numa passagem de fauna realmente é uma boa coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outros tipos de estruturas, passagens superiores de fauna. Imaginem vocês que os primatas é um dos grupos animais que mais sofrem com as rodovias. Quando a gente constrói uma rodovia, a gente quebra a conectividade florestal. Os macacos não atravessam as rodovias. Vocês podem consultar qualquer banco de dados de atropelamento e verificar que eles são minoria. Por quê? O atropelamento não é ruim para os macacos? Eles não sofrem com os atropelamentos? Não! É que eles sofrem do efeito barreira. A gente precisa de estruturas como essas, que são baratas, que são viáveis, que podem apresentar mil inovações tecnológicas para esse grupo específico de fauna. O Brasil é o País que tem o maior número de espécies de primatas do mundo. E o que a gente faz nas nossas rodovias para favorecer esse grupo específico?

Por favor, dê um *play*! Eu preciso só de uma ajuda para dar um *play* naquele videozinho ali. Vamos ver se a gente consegue.

Esse é um vídeo de uma passagem de fauna que foi instalada pela ViaFAUNA no Parque Estadual da Cantareira. É uma ação mútua dos comerciantes que estavam ali por perto e que cansaram de ver o bando de bugios tentando atravessar a rodovia e nunca conseguindo. A gente gastou R$1 mil para construir uma estrutura como essa. Então, eu não estou falando de coisas... Existem diversos tipos de mitigação, obviamente, algumas mais baratas, outras mais caras.

Pode voltar para a apresentação. Pronto!

Quais seriam, então, os próximos passos? O que a gente precisa no Brasil para avançar com esse tema? Nós precisamos de investimentos em pesquisas que aliem abordagens de projetos multi, inter e transdisciplinares, que envolvam questões ecológicas, questões de engenharia, questões de arquitetura, para criarmos inovações tecnológicas em estrutura e em materiais para as nossas rodovias. Pensem só vocês: eu sou bióloga ecóloga, eu sei do que o bicho precisa, mas, obviamente, eu preciso atuar com o engenheiro e com o arquiteto, para que a gente projete uma estrutura totalmente adequada para a fauna.

O fortalecimento do tópico Ecologia de Estradas no Licenciamento Ambiental de Rodovias. Pelo prêmio do Future for Nature, eu vou dar um treinamento em 20 Estados brasileiros para agências de transporte e meio ambiente, porque hoje, infelizmente, os agentes, os servidores de agências ambientais muitas vezes não sabem o que pedir, especificamente para a fauna, numa licença ambiental. Existe o impacto de atropelamento, mas não se sabe como mitigar, e esse vai ser um dos meus trabalhos a desempenhar no próximo ano.

Melhor coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente e de Infraestrutura; agências ambientais e de transporte. Não é possível que só um olhe para a questão de conservação e o outro só olhe para a segurança humana. Tem que haver uma visão integrada.

Eu aproveito a oportunidade para sugerir ao Senador, eventualmente, grupos específicos de trabalho que tratem de ecologia de estradas, tendo em vista que existem vários assuntos atuais, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reabertura da Estrada do Colono, flexibilização do licenciamento ambiental para as rodovias e uma série de outras coisas. Então, eu me coloco à disposição, tanto para o Senador quanto para os demais que estão aqui presentes.

Eu agradeço imensamente.

Esses são alguns dos meus apoiadores.

Trabalhar com fauna em rodovias é o que eu quero fazer para o resto da vida, e, mais uma vez, eu estou à disposição de todos vocês para que, nos próximos anos, a gente tenha realmente rodovias que sejam mais sustentáveis, economicamente viáveis, mais seguras do ponto de vista humano. E temos muito trabalho pela frente.

Agradeço mais uma vez. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sra. Fernanda.

Eu quero registrar a presença do Senador Styvenson – tenho muito orgulho de estar atuando com o senhor –, do Senador Otto, a quem eu cada dia admiro mais...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – É o Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Desculpe... Senador Confúcio – perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A expositora falou com bastante propriedade – Fernanda, posso chamá-la assim?

A SRA. FERNANDA ABRA (*Fora do microfone.*) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E me fez lembrar muito... Quando eu era delegado da Delegacia de Delitos de Trânsito, eu apurava acidentes de trânsito, e vi muitas vítimas fatais, muitas vítimas com lesões corporais, pessoas que ficaram paralíticas, tetraplégicas com acidentes envolvendo a fauna. E há medidas simples, como aquela que você mostrou ali, que tem um custo de mil reais, mas cujo valor, em todos os aspectos, é incomensurável.

Eu acho que passou da hora de o Poder Público assumir essa responsabilidade e ter um comportamento mais proativo. Nesse sentido, mais uma vez eu reforço essa minha possibilidade de estar aqui aberto a qualquer sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico assim... Eu sei que há um problema, e é claro que não é o objeto específico daqui, mas, por exemplo, me dói, como ser humano, saber que na China as pessoas matam os cães para se alimentar, e isso é uma conduta corriqueira. Aqui eu faço um apelo a todas as autoridades. Já existe abaixo-assinado com milhões de assinaturas.

Acho que o mundo tem que se preocupar com isso e fazer com que essas assinaturas cheguem à Embaixada da China e que haja uma reflexão sobre isso. Longe de interferir na cultura, mas que haja um processo de reflexão.

Eu agradeço. Parabéns pelas colocações! Depois, vou abrir a palavra.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello, para a sua fala em 20 minutos.

Muito obrigado.

O SR. LUÍS GUSTAVO PATUZZI BORTONCELLO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Fabiano Contarato e parabenizá-lo pela defesa intransigente da área socioambiental. Na sua pessoa, Senador, cumprimento as demais autoridades e faço aqui, desde já, o meu agradecimento pelo convite.

Eu sou Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais. Sou Coordenador Regional do Meio Ambiente e faço parte da força-tarefa dos casos de Brumadinho, Nova Lima, Distrito de Macacos e Barão de Cocais, que o senhor acabou de mencionar. Há uns 10, 15 anos cobra-se do Ministério Público uma postura resolutiva, e não somente demandista. Não cabe mais ao promotor só ficar distribuindo um rosário de ações civis públicas, como se dezenas de processos fossem resolver, de forma mágica, um problema que está posto.

Diante desse cenário, e por conta da realidade da região em que trabalho, desenvolvi esse Projeto Asas, que é o resgate da fauna silvestre. No Rio Grande do Sul, meu Estado de nascimento, de criação e de formação, existe a Califórnia da Canção Nativa, cujo prêmio máximo é a Calhandra de Ouro. Este nome vem do sabiá calhandra, um pássaro típico do Rio Grande que só canta solto, não canta na gaiola, não canta em cativeiro.

Veja, não há lugar, Senador, em que nós nos sintamos mais confortáveis em falar da Constituição do que no Senado Federal. Não há. Vamos deixar um pouco o meio ambiente de lado; vamos para os princípios gerais da atividade econômica. A Constituição diz: é princípio geral da atividade econômica a defesa do meio ambiente. Eu podia aqui falar do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Podia, mas, não, eu vou ficar na área econômica agora, porque, se a atividade econômica não defender o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio ambiente, ela contraria a Constituição, ela contraria a base da Constituição; e, se não defende – e, perdoem-me, o agro não é *tech*, o agro não é *pop*, e o agro não é tudo...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. LUÍS GUSTAVO PATUZZI BORTONCELLO – Enquanto a gente pensa em avançar na proteção socioambiental... Porque não existe um dano ambiental puro, senhores. Todo dano ambiental envolve uma comunidade afetada, envolve o atingido. Todo dano ambiental é socioambiental. O Direito Ambiental precisa urgentemente se aproximar das ciências sociais, não só no aspecto dano, mas da proteção. Um rio, uma serra, um monte, que para o Direito Ambiental separa, divide, para muitas comunidades agrega, é o ponto de encontro, é o ponto de convívio.

Eu sou Coordenador Regional do Meio Ambiente nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, os menores IDHs de Minas Gerais, talvez os menores do País. Infelizmente, o Jequitinhonha é a quarta rota de tráfico de aves silvestres, e desde que assumi a coordenação deparei-me com um problema: a briosa polícia de Tiradentes, a Polícia Militar Ambiental mineira fazia a apreensão de centenas de aves silvestres, e não havia um único lugar para onde elas fossem destinadas.

Minas Gerais possuía quatro centros de triagem de animal silvestre. Meses atrás, já neste novo Governo, houve um corte de R$11 mil por mês no orçamento desses Cetas. Os Cetas são vinculados ao Ibama. Um corte de R$11 mil por mês causou o fechamento de dois Cetas em Minas Gerais: Juiz de Fora e Montes Claros. Eles eram responsáveis por receber, tratar e reinserir aproximadamente 6 mil animais silvestres por ano, ao custo de R$11 mil. Essas estruturas foram fechadas.

No Vale do Jequitinhonha não havia uma única estrutura. Não havia.

O que acontece no País quando o criminoso, o traficante é preso em flagrante com a ave? Primeiro, esse é um crime de somenos importância, como bem colocado aqui pelo Senador; segundo, não há para onde se destinar a ave, e a ave fica com o próprio criminoso. Isso incentiva toda a cadeia do tráfico e da manutenção da ave silvestre de forma criminosa. Diante disso, o Ministério Público de Minas Gerais, através da minha coordenadoria, junto com a ONG Caminhos da Serra desenvolvemos o Projeto Asas, que consiste basicamente na recuperação, tratamento e reinserção da ave silvestre.

Quando eu trato de meio ambiente no Brasil, eu tenho que avançar em termos de ciência. Meio ambiente no Brasil já adentra para a área de direito de desastres. Enquanto no plano legislativo e no plano da Administração Pública não se enxergar o direito ambiental também sob o viés de um direito de desastres, a nossa atuação como Estado brasileiro, como Estado mineiro, que é o que eu represento – Estado esse que infelizmente é fiador dos desastres, das tragédias de Mariana e Brumadinho –, enquanto nós não fizermos essa interface com o direito de desastres, a nossa atuação nunca será preventiva, será apenas reativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, vocês vão lembrar-se do Furacão Katrina. Em uma cidade ícone nos Estados Unidos, houve perdas materiais em US$100 bilhões, e há um dano, é atingido o pobre das áreas periféricas, áreas que antigamente foram drenadas para a colocação de pessoas carentes. Eu tenho um desastre ambiental, um fenômeno da natureza, porém potencializado por uma ação do homem.

Este é um pouco mais difícil de lembrar. Em 1952, houve o Grande Nevoeiro de Londres. Esse Grande Nevoeiro causou 4,25 mil mortos. Uma soma de fatores ambientais, porém também com a ação nociva do homem: a perda de intensidade dos ventos sobre o Tâmisa; uma inversão de temperatura – até aí, tudo bem –; porém, uma concentração exagerada de usinas de carvão. Quatro dias de nevoeiro. Uma comparação básica: esse desastre londrino matou mais que o atentado às Torres Gêmeas.

O vazamento de petróleo da plataforma Deepwater Horizon, em Venice, Louisiana, da British Petroleum. Esse episódio é um marco de regulação e de sanção na questão da extração de petróleo nos Estados Unidos. Mais uma vez aqui é uma tragédia puramente humana. Rapidamente, uma comparação com Brumadinho: eu tenho 11 mortos no caso da British Petroleum; na época em que fiz esse eslaide, eu contava com 176 mortos – hoje passa fácil de 200; vamos trabalhar com 230 mortos ao todo. Eu tenho 507 milhões de litros de petróleo despejados no mar para quase 12 bilhões de litros de rejeito. Eu tenho indenização paga pela British Petroleum na casa de R$238 bilhões; a pau e corda, nós conseguimos judicialmente manter bloqueados 11 bilhões da Vale. Vejam as distorções, senhores!

Eu tenho o verão de 2003 na Europa, um dos mais quentes da história. Isso são desastres, senhores. Estima-se que 50 mil pessoas morreram na Europa por causa das altas temperaturas. Genebra registrou temperaturas iguais às do Rio de Janeiro.

O sistema jurídico – e aqui, como Casa Legislativa, como casa fiscalizadora – exige fundamentalmente que se trabalhe o aspecto preventivo, e o Brasil, liderando o *ranking* de países que mais possuem animais ameaçados de extinção, exige um trabalho, sim, preventivo, porque, no aspecto ambiental, no aspecto sobre a fauna silvestre, nós temos um verdadeiro desastre ambiental. O número de espécies que as próximas gerações não vão conhecer cresce gradativamente; é uma progressão geométrica. São milhares de espécies ameaçadas e em extinção. O Estado brasileiro não pode mais ter um papel puramente reativo. E ações desse tipo, como muito bem colocado pela Fernanda Abra, não possuem custos nababescos. Os custos muitas vezes são irrisórios, como os mil reais para a travessia de bugios numa via de trânsito.

Por conta disso...

Tivemos um problema técnico. Há como passar o eslaide por favor? (*Pausa.*)

Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na inexistência de um centro para receber os animais silvestres apreendidos, e a um custo de R$47 mil – R$47 mil foram os custos de construção, manutenção e operação para um ano –, no interior da cidade de Gouveia, próximo a Diamantina, onde sou Promotor Titular, onde fica a sede da minha coordenadoria, instalamos o Projeto Asas; o Ministério Público com a ONG Caminhos da Serra, com apoio do IEF (Instituto Estadual de Florestas) e da PM Ambiental. Foram construídos: reabilitadores, obviamente a partir de um projeto técnico de uma médica veterinária; mantenedores; salas de cirurgia; sala para, eventualmente, a eutanásia; e soltadores.

Este é o exemplo de um viveiro simples de reabilitação.

O fluxo é muito singelo. Inicialmente, eu tenho apreensão da ave pela PM Ambiental ou até mesmo por um terceiro, que acaba levando o animal à polícia. Em seguida, a polícia faz a entrega da ave no Asas. Essa ave passa por uma avaliação com uma médica veterinária, que faz a triagem: se a ave possui condições de ser reinserida, ela vai para o reabilitador; não tendo condições de ser reinserida, ela vai para um mantenedor de adaptação ou, infelizmente, para a eutanásia, quando o sofrimento é imenso e a cura improvável.

Ao final desse trabalho, é realizada a manutenção definitiva da ave – muitas não têm a menor condição de serem reinseridas – ou é feita a soltura. A soltura não é feita de qualquer jeito, obviamente: é feito um estudo da área para ver se há oferta de alimento, se não há superpopulação do animal ou superpopulação de predadores. É construída uma estrutura sobre um pequeno espaço físico para que a ave ganhe segurança na sua reinserção.

Este imóvel foi reformado para servir como sala de cirurgia, e este, como sala de eutanásia. Eu não posso realizar as duas coisas mesmo espaço.

As instalações são singelas, senhores, mas somente este ano essas singelas instalações reinseriram 317 aves ameaçadas de extinção.

Um alimento básico servido a uma espécie, a espécie do papagaio-de-peito-roxo, que é uma espécie típica do Jequitinhonha, ameaçada de extinção.

Esse eslaide eu resolvi introduzir porque essa ave, chamada de gavião piá – eu não a conhecia –, é do Jequitinhonha e há dez anos não havia registro dela na natureza. Quando ela foi apreendida e levada ao Asas, uma equipe da UFVJM foi até lá, porque eles não acreditavam que se tratava de um gavião piá. Infelizmente, ele não tem mais condições de ser reinserido; ficará no mantenedor.

A nossa primeira soltura foi de 31 ou 32 animais num espaço definido. Alguns animais ganham confiança e retomam a liberdade automaticamente, outros ficam na estrutura do soltador; eles saem e voltam para o soltador até ganharem a confiança necessária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso 01, Senador; a primeira ave a ser reinserida do projeto – lembrando, a um custo de R$40 mil, aproximadamente, a estrutura e a manutenção por um ano.

Esse projeto acaba corrigindo uma deficiência do Estado. Hoje os 89 Municípios do Vale do Jequitinhonha têm onde depositar a sua ave apreendida. O próximo passo é a expansão do projeto em Gouveia e a construção de uma instalação semelhante em Teófilo Otoni. Minas Gerais é um Estado territorialmente maior que a França, as distâncias são muito grandes, e não há quem faça o transporte dessas aves. Com a construção dessa segunda estrutura, o Jequitinhonha estará suficientemente atendido nessa questão.

Portanto, senhores, no momento em que nós lutamos para manter as conquistas na área socioambiental, no momento de duros regressos na proteção do meio ambiente, o Ministério Público de Minas Gerais, num viés resolutivo, apresenta uma solução prática, uma solução barata para um problema crônico, porém invisível, que é a destinação, a reabilitação e a reinserção da ave silvestre.

Lembrando Marcelo Yuka, que nos deixou há pouco tempo: "Paz sem voz não é paz... É medo".

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Parabéns, Sr. Luís Gustavo Bortoncello, que brilhantemente não só expôs o problema, mas trouxe uma solução, uma solução barata. Eu fico muito triste, como cidadão, quando vejo que essa omissão do Poder Público é perniciosa. Ela é, assim... Com todo o respeito, ela é podre e cheira mal. Eu vejo que é função do Poder Público garantir todos esses mecanismos de proteção. E, com essa omissão, ele não mensura o valor e a consequência dos atos.

São condutas como a desse projeto, como muito bem colocou a apresentadora Fernanda Abra nas suas colocações, que me fazem acreditar que nós podemos, sim, sonhar com uma sociedade um pouco melhor e deixar para as futuras gerações aquilo que o Brasil tem de tão grandioso, que é essa diversidade de biomas, essa diversificação na fauna e na flora. Parabéns, mais uma vez! E que sejamos multiplicadores disso, desses projetos. Quem estiver nos assistindo, que faça isso na sua comunidade; os promotores de Justiça lá do Espírito Santo, que façam isso lá no Estado, no meu Estado do Espírito Santo e, enfim, em todos os Estados da Federação. Vamos fazer uma grande corrente do bem, vamos nos contaminar, vamos difundir isso! Eu acho que é para isso que nós estamos aqui.

Mais uma vez – corrigindo –, saúdo o Senador, meu amigo, Confúcio Moura, que eu mais uma vez enalteço, o Senador Jayme Campos e o Styvenson. Mais uma vez, muito obrigado por estarem aqui prestigiando.

Quero esclarecer aos colegas expositores que esta Comissão é composta por 34 Senadores – 34, com um tema tão relevante! Eu que mais venho aqui, mas Platão falava que a sabedoria está na repetição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sonho o dia em que nós não tenhamos aqui local, de tanto Senador que vai entrar aqui para participar dessas audiências públicas e desses projetos. Eu tenho um sonho. Assim como Martin Luther King, eu também tenho. E eu tenho fé em Deus de que isso um dia vai se tornar realidade. Por enquanto, nós vamos aí fazer a nossa corrente do bem.

Em seguida, passo a palavra à Sra. Monique Mosca Gonçalves, para sua exposição, por até 20 minutos.

Muito obrigado.

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Eu quero cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senador Fabiano Contarato, agradecendo o convite, e quero parabenizar esta Casa, de uma forma geral, pela iniciativa de colocar em debate um tema de tamanha relevância no nosso contexto social e jurídico atual.

Falar em direito dos animais, em proteção dos animais, é um tema que tem ganhado cada vez mais relevância social, apoio da sociedade e tem provocado mudanças jurídicas substanciais. Ao mesmo tempo, este é um momento político muito delicado, porque, ao mesmo tempo em que a gente tem uma tendência de expansão do sistema jurídico de proteção dos animais, nós temos hoje também um risco de retrocesso muito grande, um risco que está representado nos projetos de lei que trazem de volta uma verdadeira assombração, que é a caça.

Embora o direito dos animais hoje seja visto até como um novo ramo do Direito, esse é um tema muito amplo, e eu vou pautar aqui a minha fala em alguns assuntos principais, que são os assuntos que estão em maior debate hoje de acordo com as proposições legislativas.

Desde 1988, desde a Constituição, a gente tem um preceito que protege os animais contra práticas cruéis. Quando esse preceito foi criado, há mais de 30 anos, falar em direito dos animais era um assunto muito restrito ao campo dos filósofos, apenas restrito ao campo da ética. A sociedade evoluiu, o nosso sistema jurídico evoluiu, o consenso social evoluiu, e hoje esse preceito constitucional mereceu uma distinta interpretação.

Hoje, quando a gente interpreta o art. 225, §1º, inciso VII, da Constituição, que veda a prática de crueldade contra os animais, nós estamos lidando com duas questões complementares. A primeira é uma norma que proíbe a crueldade animal. Essa norma tem natureza de regra, é uma proibição absoluta. Essa norma tem um caráter antropocêntrico muito forte, porque o termo "crueldade" remete a uma ideia de perversão, a uma ideia de prazer em impingir sofrimento. E a ideia dessa vedação absoluta é proteger os nossos próprios demônios humanos, porque há uma relação muito forte entre violência contra animais e violência contra seres humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessa regra antropocêntrica, nós temos hoje reconhecido juridicamente, em nível constitucional, o princípio da senciência animal. Os animais, como seres vivos dotados de sensibilidade, têm valor próprio, um valor que não é só o que eles representam para nós seres humanos; eles têm uma dignidade própria. E isso está escrito não apenas na vedação da crueldade. Isso está protegido no art. 3º, inciso I, da Constituição, que diz o quê? Que um dos objetivos fundamentais da nossa República é constituir uma sociedade livre, justa e solidária, e é dentro do princípio da solidariedade que se exige o dever de respeito a criaturas sencientes. Esse hoje é o sentido da nossa Constituição em relação aos animais.

E, quando a gente vê a interpretação constitucional, nós temos que pensar em dois efeitos principais. O primeiro é: se a senciência animal é um princípio constitucional, nós só temos o direito de violar esse princípio, de impor sofrimento e morte aos animais, quando houver um conflito de interesses, ou seja, quando houver um outro interesse, que seja um interesse humano com a mesma dignidade constitucional. E mais ainda: ainda que haja o interesse legítimo humano para que a gente possa violar esse interesse, é preciso que nesse caso essa ação seja pautada num princípio de inevitabilidade, no sentido de causar o menor prejuízo possível para esse interesse constitucional.

Só que, quando a gente fala em senciência animal, nós estamos lidando com um conceito científico. Nós precisamos buscar um substrato científico para esse conceito, que hoje é um conceito constitucional. O que que é senciência? O que é capacidade de sentir?

A gente tem um documento internacional muito importante, que é a Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal, de 2012, e nós temos também uma concepção científica muito forte de que os animais têm diferentes graus de senciência, de acordo com a espécie. Quais são os animais que são sencientes? Quais são as espécies? E ainda: quais são as espécies que são mais sencientes?

Hoje, a ciência está caminhando para uma compreensão da vinculação entre senciência, consciência e inteligência. Isso significa dizer que, quanto mais se expandem as capacidades cognitivas e volitivas dos animais, quanto mais complexos são os sistemas nervosos dos animais, mais se expandem também as capacidades sensoriais, e o sistema jurídico tem que atentar para esses diferentes níveis.

Só que hoje, diante dessas circunstâncias, a gente vive dois problemas de incongruência muito sérios. A gente vive o que a doutrina estrangeira cunhou chamar de "esquizofrenia legislativa", Senador. Por quê? A nossa Constituição reconhece o princípio da senciência animal. Hoje a gente já fala em dignidade para os animais. Só que, por outro lado, pelo nosso Código Civil, os animais são considerados como coisa, como objetos, assim como quaisquer outros objetos inanimados, e isso é uma incompatibilidade absoluta.

Agora, recentemente, em março, o Superior Tribunal de Justiça, em uma decisão verdadeiramente paradigmática, reconheceu que os animais são sujeitos de direitos e reconheceu o que ele chamou de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"dimensão ecológica do princípio da dignidade da pessoa humana", reconhecendo que o dever de respeito aos animais é fruto da própria dignidade da pessoa humana, que é o fundamento maior da nossa República.

Então, nós precisamos visualizar aí uma necessidade de mudança do nosso sistema privado, para mudar o Estatuto do Animal, de acordo com o que diz a Constituição. E nós temos duas propostas legislativas aqui na Casa.

Existe o PLC 27, de 2018, proposta que reconhece os animais como sujeitos de direito despersonificados – é uma proposta que veio da Câmara. Essa proposta legislativa, sob o ponto de vista da matriz axiológica, está coerente com o que diz a Constituição Federal, porque ela reconhece o princípio da dignidade dos animais e tem um caráter senciocêntrico, na medida em que reconhece, vai de acordo também com essa tendência jurisprudencial.

Qual que é o problema dessa proposta legislativa? Ela diz que os animais são sujeitos de direito despersonificados, mas não estabelece quais são os direitos aplicáveis aos animais, e nós sabemos que o que importa não é o nome que se dá a algo, mas sim o regime jurídico que é aplicável.

Não adianta... É óbvio que existe um efeito simbólico muito importante em dizer que os animais são sujeitos de direito, mas a gente não pode ter uma lei que sirva como mera cosmética conceitual. Nós precisamos de uma legislação que traga efetiva mudança na forma de tratamento com relação aos animais.

O outro projeto aqui, que é o PLS 631, de 2015, traz um estatuto de interesse difuso para os animais. Só que esse projeto já sofre por uma antinomia conceitual. Por quê? Ele reconhece apenas o caráter antropocêntrico da proteção dos animais. Ele se olvida do princípio da dignidade dos animais e do caráter senciocêntrico. Quando eu falo em senciocentrismo, refiro-me ao fundamento da proteção dos animais, do reconhecimento do interesse que os animais têm em não sofrer e não somente o nosso interesse, como seres humanos, de tratá-los com uma mínima dignidade.

Então, esse projeto tem um problema conceitual muito forte, apesar de trazer disposições mais específicas sobre vedações e sobre uma mudança de tratamento. Só que um outro problema muito sério desse projeto é que ele diz que os animais são considerados interesses difusos, mas, ao mesmo tempo, que, na ausência de disposição específica, deve-se aplicar a proteção jurídica das coisas e das pessoas jurídicas. Olhem a confusão que ele traz!

Então, nenhum desses dois projetos atende substancialmente às demandas de que a gente precisa hoje de alteração do sistema jurídico.

Vou trazer só uma experiência do Direito comparado, especialmente com base na legislação da França e de Portugal. Existem questões que a gente precisa tratar também que não estão na pauta. Por exemplo, disposição sucessória em favor do animal: uma pessoa que é sozinha, tem um animal de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estimação e quer garantir que, após a sua morte, aquele animal vai ser bem cuidado. No Direito português, uma disposição sucessória em favor do animal é considerada como ônus de cuidar do animal. Como nós vamos tratar essa questão?

Por outro lado, existem outras questões importantes. Por exemplo, penhora. O animal é considerado coisa. Se há uma dívida, você pode penhorar o animal de estimação da pessoa? São questões que precisam ser tratadas. E questões comerciais.

Então, preciso que a gente tenha um debate mais amplo sobre essas questões.

Um projeto importantíssimo que está na pauta é o Projeto de Lei 542, de 2018, que prevê a possibilidade de custódia compartilhada do animal de estimação. Esse projeto é importantíssimo, porque ele vem para suprir uma lacuna e uma demanda muito forte. Hoje os tribunais têm enfrentado essa questão de demanda de dissolução de sociedade conjugal em que as pessoas têm disputado a guarda do animal de estimação. Hoje a gente tem uma pesquisa do IBGE que aponta que existem mais cachorros e gatos dentro das residências do que crianças. Então, esse é um problema muito sério.

E essa lei é muito importante, porque hoje os tribunais têm decidido de forma díspar. Os tribunais muitas vezes aplicam o regime do direito das coisas, consideram o animal integrante do patrimônio, e aí basta comprovar que foi você que pagou pelo animal que é quem vai ficar com ele. E nós temos já uma vertente mais progressiva na jurisprudência que considera esse estatuto constitucional dos animais para efeito de avaliar quem tem melhores condições de garantir o bem-estar do animal na separação. Essa lei é interessante porque ela prevê que, como regra, deve ser conferida custódia compartilhada do animal.

Então, hoje os tribunais, muitas vezes, têm aplicado de forma análoga as regras de guarda de menores, e isso não é adequado, a gente aplicar a questão da infância e da juventude. A gente precisa de uma disposição específica que seja condizente com a condição dos animais, que são seres sencientes não humanos.

Esse projeto diz o quê? Ele é importante por quê? Ele estabelece a custódia compartilhada como regra e, se não houver acordo, estabelece que o fator de decisão deve ser, primeiro, quem tem melhores condições de cuidar do animal e quem tem maiores vínculos afetivos com o animal. Então, ele vem para conferir segurança jurídica para o nosso sistema. Só que nós ainda enfrentamos...

E aqui vem uma questão muito sensível, porque falar em animal doméstico é muito fácil, todos nós somos muito simpáticos à proteção dos animais domésticos, mas, além do problema de esquizofrenia legislativa, nós enfrentamos um problema de esquizofrenia moral e comportamental, porque, enquanto hoje a gente trata o animal de estimação como verdadeiro membro da nossa família, com verdadeira dignidade, nós tratamos outros animais, especialmente os animais de produção, como verdadeiras máquinas, como verdadeiros objetos de produção. E, se o princípio fundamental da proteção dos animais, Senador, é o princípio da senciência, a gente precisa mitigar minimamente essa nossa esquizofrenia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

moral. É óbvio que, num país de base agropecuária, a gente enfrenta muita resistência em falar em proteção, em dignidade para animais de produção, mas a gente precisa encarar esse problema, a gente precisa colocar isso na pauta de debate.

E outra: um princípio fundamental que é violado no âmbito do nosso sistema de produção é o princípio da informação, do direito do consumidor. A maioria das pessoas desconhece quais são os métodos de produção animal, desconhece como é que aquele alimento chega ao seu prato. E, se a Constituição diz que hoje é um valor constitucional a proteção do bem-estar animal, o consumidor tem direito de saber todos os métodos de produção. Ele tem direito de saber todo sofrimento do animal que é envolvido no sistema de produção para ele poder fazer uma escolha consciente

Hoje eu trago aqui os exemplos dos países desenvolvidos. A União Europeia, por exemplo, tem tratado muito com a concepção de princípio da sustentabilidade ética: o sofrimento dos animais, no âmbito de qualquer atividade econômica, é considerado uma externalidade negativa da atividade. Mas a gente não precisa inventar isso como necessariamente uma barreira para o desenvolvimento econômico, porque, na medida em que a gente tiver a conscientização pública, nós vamos transformar o consumidor no maior ator desse cenário, e através de instrumentos de mercado. O que a gente precisa fazer no Brasil? Dar informação para o consumidor para permitir que o bem-estar animal se transforme em um fator de competitividade entre os produtores. A partir do momento em que a gente possa fazer do bem-estar animal um *marketing* para os produtores, nós vamos permitir...

Isso é importante porque hoje nós estamos vendo a expansão de quê? De autorregulação do mercado. Só que isso não é confiável ainda. Hoje a gente vê muito nos supermercados, por exemplo, "ovos de galinha solta", mas a gente não tem uma intervenção do Estado para dar uma confiabilidade para esse sistema. A União Europeia hoje tem uma proposta de um rótulo europeu de bem-estar animal para dar uma confiabilidade. E, além de rótulos e certificações, nós podemos tratar com incentivos econômicos. Então, é preciso que a gente atente para essa nova tendência.

Bem, mas antes que a gente possa falar em progredir, a gente precisa atentar hoje para o fato de que nós estamos correndo um grande risco de retrocesso. E esse risco está espelhado nos projetos de lei que tratam da volta da caça, uma verdadeira assombração; uma prática que é proibida na nossa legislação há mais de meio século. Hoje o principal projeto é o Projeto de Lei 6.268, de 2016. Esse projeto de lei traz a volta da caça profissional, da caça esportiva. Ele prevê o que chama de reservas sinergéticas, que são verdadeiras fazendas que são utilizadas para pessoas irem lá caçar.

Embora eu não tenha tempo hábil aqui para discutir de forma minuciosa sobre esse problema, eu peço aos senhores... Quando a gente fala em caça, a gente tem que levar alguns pontos em consideração. O primeiro ponto é que os animais selvagens têm um duplo estatuto protetivo: os animais selvagens são, ao mesmo tempo, um bem ambiental, têm que ser protegidos pelo valor ecológico que eles representam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente no âmbito da biodiversidade; e os animais selvagens são também serem sensíveis, têm também a sua dignidade, o seu valor próprio.

Então os animais selvagens, mais ainda, diferentemente dos domésticos, são autossuficientes. O maior interesse que os animais selvagens têm é o interesse de viver no seu *habitat* e livres de qualquer interferência humana. O princípio matriz que rege todo o sistema jurídico de proteção dos animais selvagens é o princípio da não maleficência, é o princípio que diz que nós não temos o direito de interferir na vida e no bem-estar dos animais selvagens, a menos que a gente tenha um interesse legítimo e interesses de matriz constitucional, sob pena de responder civil e administrativamente, inclusive por crime!

A gente sabe que o Direito Penal é o sistema mais drástico de proteção dos bens jurídicos, e o bem-estar dos animais é um bem jurídico muito caro da sociedade atual. E quando a gente pensa hoje, então, em caça, qual é o valor constitucional que justificaria essa atividade? A venda de armas? Comércio de armas? Aí a justificativa de um dos projetos de lei está muito ligada à questão de controle de espécies invasoras, especialmente o javali.

Aí a gente tem que se perguntar... A primeira coisa: a caça é a única forma de realizar esse controle? Quais foram os estudos já realizados que demonstram que não há qualquer meio alternativo para a gente realizar esse controle? E mais, ainda que a gente chegue ao absurdo de falar que a caça é um meio necessário para realizar esse tipo de controle, essa prática deveria ser reservada para pessoas técnicas habilitadas, e não para qualquer pessoa. Por quê? Porque essa prática, essa atividade de abate deveria ser feita de forma a garantir o menor sofrimento possível aos animais.

Mas isso é uma falácia! Nós sabemos que o motivo real desse projeto de lei é trazer de volta a prática da caça como esporte, como diversão. É o quê? Essa prática é a mais pura essência da crueldade, porque ela é um incentivo aos nossos instintos mais primitivos, é sentir prazer com a morte, sentir prazer com o sofrimento! E antes de violar... Essa prática viola o princípio da senciência animal, viola a regra condicional de vedação da crueldade, mas ela viola acima de tudo a dignidade da pessoa humana!

Engana-se quem pensa que a batalha contra a caça, Senador, é uma batalha da causa animal; isso é uma batalha da causa humana! Nós vamos retroceder mais de meio século na nossa evolução moral se a gente permitir que essa prática seja feita. Como nós vamos construir uma sociedade mais livre, justa e solidária permitindo que as pessoas satisfaçam os seus mais primitivos instintos praticando a morte, de forma gratuita, de seres indefesos?

Essa concepção, mais ainda, vai contra o próprio desejo da sociedade de conscientização pública. Hoje a maioria das pessoas não tolera a prática de violência gratuita contra os animais.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Hoje a maioria das pessoas tem um sentimento muito forte de respeito aos animais, basta ver recentes casos como aquele caso da cadelinha do Carrefour; o tanto de repulsa social! A sociedade pede, clama por maiores penas criminais para quem pratica violência e maus-tratos. Nós temos que punir esses caçadores, e não permitir essa prática. Nós temos que punir com pena de prisão, e não retroceder.

Hoje nós temos políticos eleitos com base na causa animal. Não me deixa mentir aqui a Vereadora Denise, de Uberaba, que está presente. Então, nós temos que valorizar aqui as boas iniciativas.

Nós temos que valorizar as pautas que estão aqui nesta Casa, como um projeto que veio de Minas Gerais, que é um projeto que trata da proteção de animais em situação de desastres; a proibição da experimentação animal para cosméticos; a proibição de exportação de animais vivos para o abate, que é uma questão extremamente cruel, que é combatida desde a Declaração Universal dos Direitos dos Animais.

Nós temos que seguir a tendência dos Estados, que têm criado verdadeiros códigos de proteção dos animais, e dos Municípios, que têm implementado políticas públicas para a proteção de animais de rua, políticas públicas baseadas em pilares como o incentivo à adoção.

É uma pena que hoje a Luisa Mell não esteja aqui presente. A Luísa tem combatido com muita força os canis de criação de animais de raça e exaltado a experiência dos países desenvolvidos, que conseguiram combater com maior firmeza práticas relativas a animais de rua, animais em situação de vulnerabilidade. Sabem como foi? Taxando a exploração de animais.

Então, nós precisamos investir em educação, nós precisamos valorizar esses projetos que estão na pauta aqui no Senado em vez de projetos que tragam retrocesso.

Por fim, eu quero trazer apenas aqui considerações sobre três princípios e três instrumentos fundamentais no âmbito da proteção jurídica dos animais, que são: informação, educação e participação pública.

A nossa Constituição diz que a proteção dos animais é um direito e um dever de todos e do Estado. Os animais são seres vulneráveis, eles não têm voz para se defender, e isso só reforça a nossa responsabilidade e o nosso compromisso ético. É muito importante que se invista em educação, educação para o respeito à vida e à senciência dos animais, para a gente mitigar essa esquizofrenia nossa, moral. Uma educação para quê? Para que a gente consiga restringir os casos de sofrimento dos animais aos casos verdadeiramente indispensáveis para os interesses humanos fundamentais.

Muito já se ouviu falar, do ponto de vista político, que falar sobre proteção de animais é um assunto para países desenvolvidos. "Ah, falar em proteção de animais é lá para os suíços, que já não têm problemas humanos. Como é que nós vamos falar em proteção dos animais quando a gente tem fome no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil?". Isso é uma falsidade, essa afirmação, e ela cai por terra na medida em que a gente tem comprovado a relação muito forte que há entre dignidade humana e dignidade animal. De forma que, quanto mais a gente avançar na proteção dos animais, mais nós vamos estar avançando na proteção de nós, seres humanos.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sra. Monique Mosca. Tive oportunidade de conhecê-la em Curitiba, assim como o Luís Gustavo, a Fernanda Abra, hoje uma grata surpresa para mim.

Eu estou muito feliz como cidadão e como Senador.

Eu queria muito que todas as falas, de vocês três – permitam-me usar esse pronome de tratamento – fossem repassadas. Platão falava que a sabedoria estava na repetição, e é importante a gente repassar isso para cada Senador, para cada Deputado Federal, para cada Vereador, para que eles tomem vergonha mesmo e assumam a sua postura.

Isso que todos vocês estão dizendo é o óbvio, é o óbvio que está sendo violado a todo momento. Então, eu fico triste quando se fala em projeto para estabelecer caça aos animais, quando se fala que defender animal quando a população está morrendo... É que essa relação guarda estreita intimidade, vamos dizer assim...

Hoje nós temos problemas que transcendem o Direito, como é o problema da guarda compartilhada. Qual é a natureza jurídica, efetivamente, dos animais?

E estou muito feliz. Eu agradeço a participação dos três palestrantes. Foi de um nível elevadíssimo. Eu tenho certeza de que a minha equipe que está aqui está anotando e pontuando. Podem ter certeza de que toda ideia vai ser avaliada e vai se tornar um projeto de lei. E, assim, no que depender de mim, nós vamos lutar para que seja aprovado. Passou da hora de enfrentarmos isso, e nós vamos cobrar isso na Câmara dos Deputados.

Aqui nós temos... Eu tenho a grata surpresa e peço humildemente perdão por não ter feito... Esse convite foi ampliado, mas o Deputado Federal Fred, que é um amigo... O Fred Costa é um amigo que eu conheci em eventos em conjunto e, desde então, nós tivemos afinidades. Quando eu soube da luta dele, do guerreiro que ele é em defesa dos animais, eu falei: "Poxa, é de pessoas assim que o Parlamento precisa".

Fico muito feliz em saber que a Vereadora Denise está aqui. Muito obrigado pelo seu comparecimento. Coloco esta Comissão à disposição de vocês, do Fred e do Legislativo Municipal.

Quero agradecer a presença aqui do Senador Randolfe, um colega de partido. Eu sempre digo que a minha relação com o Senador Randolfe transcende qualquer coisa; é um encontro de almas mesmo; é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontro de identidades, de lutas muitas vezes não compreendidas por grande parcela da população. Mas nós temos de ter serenidade e sobriedade para lutar por um verdadeiro Estado democrático de direito diante de um Governo que, infelizmente, só tem praticado retrocessos na área ambiental, na área educacional, na área de segurança pública, quando quer armar a população, com políticas públicas direcionadas e pautas do meio ambiente que são pautas urbanas – e não que elas não mereçam o seu valor –, mas o desmonte que está sendo feito no Ministério do Meio Ambiente é inadmissível.

Vejam que, recentemente, nós conseguimos derrubar uma decisão dele com relação à demarcação de terras indígenas, e ele, legislando por decreto, com uma canetada vai... Mas, ontem, o Supremo deu uma demonstração de que está aí para corrigir qualquer ilegalidade e concedeu a liminar.

Então, fico muito feliz. Perdoem-me esse desabafo.

Mais uma vez, agradeço a participação de todos.

Eu quero trazer aqui e valorizar a participação da população pelo Portal e-Cidadania.

Aqui, a Mirian Nunes de Moura, de São Paulo, pergunta: "Quais são as políticas públicas vigentes voltadas para animais que vivem abandonados em regiões urbanas?".

O Leandro Alves Souza, do Distrito Federal: "Como incentivar o bem-estar animal na pecuária sem aumentar exponencialmente o custo da proteína animal ao consumidor?".

A Carolina Cézar, do Distrito Federal: "A legislação voltada para os animais deveria ser mais rígida, para que a população levasse a sério".

Rubens Mendonça, de Mato Grosso: "Temos de primeiro dar dignidade ao ser humano, e não a esta inversão de valores que idolatra animais em detrimento de idosos e crianças".

Erika Mello, do Rio de Janeiro: "Deveriam ser elaborados e levados em consideração estudos sobre a exportação de animais vivos".

Essas foram as participações do e-Cidadania.

Agora, antes de abrir a palavra aos palestrantes para se manifestarem sobre qualquer uma delas, eu consulto os Senadores presentes se alguém quer fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Primeiramente, eu gostaria de saudar o nosso Presidente, Senador Fabiano Contarato, extremamente responsável e preocupado com o tema ambiental em todos os seus aspectos. Em segundo lugar, quero parabenizar todos os palestrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu cheguei aqui, olhei e disse: "Esses meninos vão falar isso tudo..." (*Risos.*)

Eu achei todos bem novos. Mas foi um sucesso extraordinário. Tenho certeza de que todos foram igualmente notáveis, maravilhosos.

A primeira palestrante, a Dra. Fernanda Abra, tocou no assunto da engenharia das estradas, das rodovias, o que me chamou particular atenção devido às unidades de conservação e também a essas áreas protegidas por onde passam as rodovias. Eu fui Governador e tive embaraços seríssimos com rodovias que passam dentro de unidades de proteção. Elas não deveriam passar, mas foi realmente uma situação dramática a necessidade de construir, e a exigência do Ministério Público era realmente que se fizesse uma rodovia com todo um sistema de estradas parques, estradas ecológicas. Mas, lá no nosso Estado, Rondônia, nós não conseguimos a engenharia adequada para fazer, naquele momento, esse trecho rodoviário, até pequeno, mas necessário.

Depois, se puder deixar o seu telefone, o seu *e-mail*, nós vamos entrar em contato mais tarde para a senhora poder nos orientar com essas edificações importantes.

A SRA. FERNANDA ABRA (*Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, quero apenas... Não tenho perguntas formatadas a nenhum dos senhores. Apenas fiquei assim muito feliz com o convencimento ainda maior pelas explanações dentro do direito, explanações muito respeitosas à dignidade dos animais.

Então, quero cumprimentar o Presidente Fabiano pela excelência da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar convidado.) – Querido Fabiano, que muito bem dirige esta Comissão de Meio Ambiente e nos orgulha a todos nós da Rede Sustentabilidade, eu queria cumprimentar a Dra. Monique, o Dr. Luís Gustavo e a Dra. Fernanda Abra.

Coube-me, senhores, por designação do Presidente Fabiano, a relatoria, aqui nesta Comissão, do projeto de lei que considera os animais sujeitos de direitos. Parece-me que a Dra. Monique... E quero, de antemão, pedir desculpas pelo atraso aqui nesta audiência públicas, mas é que aqui vale a máxima de "tudo ao mesmo tempo agora". A gente transforma, neste Senado – e acho que no Congresso Nacional –, as terças e quartas em todo o esforço dos sete dias da semana. Em decorrência disso, as agendas se atropelam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas me parece que V. Sa. já comentou sobre o projeto, sobre seus aspectos. Se não for lhe pedir demais, queria contar com a sua contribuição, com a sua colaboração, assim como dos demais expositores, a respeito do PLC nº 27, de 2018. Quais as principais contribuições que compreendem que nós possamos adotar para apresentar um substitutivo, em definitivo, em relação a esse projeto, e, aí, aprovado aqui na Comissão, se for o caso, levá-lo ao Plenário do Senado ou levá-lo de volta para a Câmara com as alterações.

Por fim, só um rápido comentário dos expositores.

Dados da OMS apontam que, no Brasil, nós temos mais de 30 milhões de animais abandonados. Os dados da OMS dão conta de que são 20 milhões de cachorros e 10 milhões de gatos. É um número, de fato, impactante, assustador.

Eu peço a V. Sas. um rápido comentário sobre o seguinte: dentro dos marcos legais, o que pode ser feito, o que temos e o que pode avançar? E uma rápida análise sobre a política do Governo brasileiro, aliás, do Estado brasileiro, em todos os três níveis de entes públicos – União, Estados e Municípios –, sobre esse tema.

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Obrigada...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Posso fazer uma pequena indagação?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu cheguei um pouco atrasado em relação à fala da Dra. Fernanda, entretanto, tinha até duas indagações para fazer e também estabelecer alguns contraditórios se me permitem V. Sas. aqui.

Um dos enganos – até escrevi aqui – ao qual nós, Parlamentares estamos sujeitos é acreditar que, invariavelmente, sanearemos conflitos sociais candentes com a edição de um novo marco legal. Não que a lei não possa servir a esse propósito; o problema reside em acreditarmos que tão somente esse instrumento é o suficiente. Exemplo disso foi a tentativa de conciliar o direito ao bem-estar animal com os direitos culturais, ambos garantidos pela nossa Constituição, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 96, de 2017, conhecida como a Emenda da Vaquejada.

Na opinião dos senhores, essa alteração constitucional atingiu o propósito da conciliação entre esses direitos? Caso não, como assegurar esse equilíbrio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitam no Congresso Nacional diversas proposições legislativas que versam sobre o bem-estar animal, mas esbarramos sempre no tema produção e abate de animais e empregamos bem o abate humanitário, preocupações éticas, entre outras expressões que, na opinião de alguns setores, soam como atenuadores de consciência; outros dizem que, se impostas essas exigências, a própria produção de carnes e de outros produtos derivados de animais estará irremediavelmente prejudicada, com reflexos na balança comercial e na geração de empregos.

A indagação: na perspectiva dos senhores, essa conciliação é possível? Há, de fato, abatimento animal humanitário ou se trata de eufemismo para agradar os dois lados da equação? Enfim, como garantir o bem-estar animal e a produção do abate animal?

Mas, por outro lado, a par dessas duas perguntas, eu queria fazer apenas um questionamento. Nós vivenciamos, talvez, alguns contraditórios na medida em que... Sr. Presidente, eu venho de um Estado com três ecossistemas: o Pantanal, a Floresta Amazônica e o Cerrado. Eu falo com conhecimento de causa, até porque também sou meio pantaneiro. Não sou morador, mas tinha algumas propriedades. Nós estamos vivenciando um problema gravíssimo no Pantanal do Mato Grosso na medida em que, nesses últimos dez anos, aumentou sobremaneira o número de jacarés.

Os senhores devem ter conhecimento, até porque são estudiosos da matéria, de que o jacaré come, em média, 50kg de peixe por dia – peixes como o pintado, etc. E esse aumento não só causa muita preocupação pelo fato de que escasseou muito o peixe pelo aumento do número de jacarés, mas também porque está inviabilizando até as atividades dos próprios ribeirinhos que moram nas margens dos rios do Pantanal mato-grossense, até mesmo de se alimentarem muitas vezes. Ele comia pintado antigamente; hoje, está comendo, muito mal e porcamente, piranha, que é um peixe que se reproduz muito.

Qual seria uma saída para nós que, naturalmente, compatibilizamos essa questão ambiental, que é fundamental, mas sem prejudicar de tal forma até a exploração do turismo sustentável. Isso pelo fato de que, se não há peixes, o turista não sai dos grandes centros do Brasil, dos Estados Unidos ou de qualquer outro país para ir lá pescar, uma vez que a pesca, hoje, obrigatoriamente, tem que ser do tipo "pesca e solta", ou seja, a pesca esportiva. Esse é um questionamento: qual seria a saída que nós daríamos para essa situação?

V. Sas. têm acompanhado – eu, particularmente, já li reiteradas vezes –, no Estado do Paraná e em outros Estados da Federação, a questão do javali. Aumentou de tal maneira que o próprio Ibama autorizou, há pouco tempo atrás, o abate. Porque o javali faz um verdadeiro derriço. O que isso significa? O cidadão planta com a família, durante um ano, ali na roça, na sua lavoura, para colher o seu milho; e, hoje, o javali anda em bandos. Sabem de quantos? Chega ao absurdo de mil. Por onde ele anda, por onde ele passa, ele arrebenta com a lavoura, e o cidadão, que trabalhou por um ano, o pai, a mãe, o filho, o neto, sabe lá quem mais, depois não tem nada o que colher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero de vocês, que têm *expertise* no assunto, que são estudiosos na matéria pelo que eu vi aqui, é saber qual seria essa saída, sobretudo, para compatibilizar essa situação, que chega a ser grave pelo volume que está aumentando no Brasil, especialmente aqui no Paraná – imagino que está avançando para Santa Catarina –, e, particularmente, sobre a questão do jacaré no nosso Pantanal. Não é pouco!

Hoje, Sr. Presidente, Senador Fabiano, você tem medo de andar em determinadas regiões do Pantanal, que é imenso... O Pantanal nosso aqui é uma das maiores áreas alagadas do Planeta.

Então, qual seria essa saída? Você vai matar o jacaré, você vai pegar esse jacaré – porque o jacaré se alimenta dele –, você vai exportar, vai dar hoje para as pessoas, para os milhões de brasileiros que hoje estão vivendo abaixo da linha da miséria, pessoas que, se almoçam, não jantam, se jantam, não almoçam, ou, às vezes, não tomam sequer o café da manhã... Qual seria uma saída, um instrumento, uma ferramenta que nós teríamos para trazer uma solução entre o vivente, que é o ser humano, e, naturalmente, o próprio animal que nós queremos preservar?

Então, são situações que, talvez, sejam diferenciadas, porque o Brasil tem o privilégio de ter a Caatinga, a Mata Atlântica... São ecossistemas totalmente diferenciados, até porque o Brasil é um país continental, com quase 9 milhões de quilômetros quadrados, esses são fatos que acontecem em regiões diferenciadas. Então, nós temos de ter uma política pública, naturalmente, que nos permita compatibilizar essa situação e sairmos para uma situação que agrade o ser humano e que, com certeza, preserve e dê dignidade aos nossos animais.

Essa é a minha pequena indagação, a minha pequena colaboração, até, naturalmente, pelo pouco conhecimento também. Como estava ali o nosso querido ex-Governador Confúcio, de Rondônia, eu já fui Governador também. Ele foi por duas vezes. Eu fui Governador, por duas vezes Senador, fui por três vezes Prefeito, ou seja, tenho um pouco de conhecimento pelo fato de Mato Grosso ter esse privilégio de ter três ecossistemas: floresta, Cerrado e Pantanal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jayme Campos, pelo enriquecimento que traz a esta audiência pública.

Agora, antes de dar a palavra aos outros dois, peço por gentileza... Porque, senão, vão ficar muitas perguntas para eles responderem, podem esquecer.

Então, com a palavra a Dra. Monique para as suas considerações naquilo que estiver à vontade para responder, inclusive os questionamentos do Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra V. Sa.

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Primeiramente, Senador Randolfe, sobre a questão do PLC nº 27, de 2018, quero ressaltar esse projeto é muito importante do ponto de vista conceitual, porque considerar os animais como sujeitos de direito despersonificados, isto é, esse estatuto está condizente com o estatuto constitucional dos animais e com o princípio da dignidade dos animais.

O problema desse projeto é de efetividade. Como eu disse, esse projeto tem um efeito simbólico, mas ele carece de efetividade. Não adianta nós termos um estatuto que declare que os animais são sujeitos de direito despersonificados se a gente não mudar a forma de tratamento.

Esse projeto pode até causar mais prejuízo, porque, se a gente não mudar a forma de tratamento, nós podemos até degradar a própria condição de dignidade. O que adianta dizer que os animais são sujeitos de direitos e tratá-los como coisas? Mais importante do que o nome que se dá é o regime.

Então, a sugestão que eu faço aqui é que esse projeto mantenha o estatuto de sujeito de direitos despersonificado, mas que ele traga proposições mais específicas sobre um novo regime aplicável aos animais. E essas disposições têm que ser aplicadas principalmente no âmbito da propriedade.

Nós temos um problema muito sério, porque, hoje, a gente reconhece os animais como detentores de uma dignidade própria, diferente da dignidade da pessoa humana, com aquele conceito kantiano ligado à racionalidade, à vedação de transformar o ser humano em meio. Nós precisamos encontrar uma forma de compatibilizar a noção de propriedade e a noção de dignidade própria dos animais. E isso como? Flexibilizando algumas regras no âmbito do direito de propriedade para conferir uma maior proteção a esses animais e, aí sim, termos um estatuto que seja condizente com um sujeito de direito despersonificado.

Então, devemos começar por eleger quais seriam esses direitos aplicáveis aos animais e não apenas declarar essa mudança de estatuto, porque o projeto fala que não se aplica o art. 82 do Código Civil aos animais, ou seja, os animais não são considerados coisas, eles são sujeitos de direitos. Sim, mas qual o regime que é aplicável a eles? Então, nós precisamos ter disposições mais claras.

Sobre as outras considerações que foram feitas aqui, Senador, sobre essa questão de sugestões para esses problemas, o importante, no caso – eu não tenho uma sugestão específica –, é estudar e levar a sério a consideração da natureza senciente dos animais. Então, o que a gente não pode é transformar a morte e a violência contra os animais na primeira hipótese. "Não, nós temos uma proliferação de javalis, vamos fazer o quê? Vamos matar os javalis". Bom, vamos primeiro estudar quais seriam as formas, vamos buscar um respaldo técnico. Será que não seria possível, de repente, esterilizar os animais como a gente faz hoje com a política pública de animais de rua?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Randolfe levantou aqui que, hoje, nós temos milhões de animais em situação de rua, e o que a gente faz? É dever do Poder Público proteger os animais. Então, hoje, muitos Municípios já têm uma lei municipal que protege os animais de rua. Recentemente, nós conseguimos com o Município de Uberaba um compromisso de implementação dessa política.

A política para controle populacional, a gente tem uma lei federal sobre isso, de animais em situação de rua, de animais errantes, é baseada em alguns pilares. Os pilares são: esterilização, registro, incentivo à adoção responsável. Hoje a gente nem fala mais em propriedade de animal doméstico, a gente fala em posse responsável, que é justamente para a gente sobrepor os deveres em razão do direito de propriedade.

Então, mais do que oferecer uma proposta direta de como compatibilizar esses interesses, é preciso que a gente dê os devidos pesos aos interesses em conflito. É isto que é importante: considerar a sério os animais, como dotados de capacidade de sentir, e aí buscar o respaldo técnico antes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dra. Monique, se a senhora me permite.

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rapidamente, é porque acabou de surgir, acabou de vir aqui, Senador Fabiano, uma notícia no Portal G1 que ilustra bem o que V. Sa. está relatando e que tem a ver com o Pantanal, do meu caríssimo Senador Jayme Campos. Dá conta de que, oito anos depois de chocar o Brasil, safári de caça a onças no Pantanal teve a maior parte dos seus crimes prescritos.

Eu aproveito, acrescento esse dado a essa situação da nossa legislação, para o comentário de V. Sa.

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Com certeza, Senador.

Eu nem comentei aqui os problemas ecológicos ligados à caça. Eu procurei pautar na questão do bem-estar, mas todo mundo sabe aqui que a caça não está ligada só à ideia do javali. O caçador que vai caçar quer ver aquela caça como um troféu.

Então, é óbvio que à medida que a gente liberar a caça nós vamos ter um retrocesso ambiental imenso, um risco à biodiversidade imenso. Eu fui promotora lá no Mato Grosso, trabalhei no norte do Mato Grosso, em Lucas do Rio Verde e em outras cidades lá, nós temos um patrimônio ali, uma enorme biodiversidade. Se nós permitirmos essa prática da caça, mais do que esse problema ecológico, a questão de jacarés, que a gente pode resolver com apoio técnico, nós vamos ter um problema ambiental de biodiversidade ainda maior do que o que a gente está enfrentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra, a Sra. Fernanda.

A SRA. FERNANDA ABRA – Obrigada.

Talvez, como bióloga, ecóloga, eu consiga responder a outras questões mais ligadas ao javali, jacaré e, eventualmente, lebre europeia.

O javali e a lebre europeia são espécies exóticas invasoras. Especificamente o javali, foi um erro do próprio Ibama, porque na época havia os criadores comerciais, os javalis eram importados e as estruturas de contenção do javali não eram suficientes. Quando os porcos entravam no cio, etc., os javalis saíam dos criadouros e se reproduziam com porcos domésticos. Hoje, conforme o senhor falou, existe um impacto gigantesco, tanto competição com espécies que são selvagens, quanto um impacto econômico em cultivos agrícolas. Eu mesmo experienciei, em Itápolis, que todos os produtores do Município foram afetados pelo javali.

Na ecologia, é previsto o manejo da fauna, obviamente, e o manejo está em tirar, colocar, manejar e translocar indivíduos. Ecologicamente, o abate é uma técnica para supressão de uma população que fuja de controle. A discussão está em se o abate seria, obviamente não é nada romântico pensar nisso, uma técnica recomendável inclusive.

Uma javalina prenhe tem 12 leitões. Os javalis não têm um predador natural, porque não são um animal brasileiro. A onça parda pega, eventualmente, javali, então, naturalmente, não é um animal que vá ser controlado. Ele come qualquer coisa, vive muito, tem uma ninhada gigantesca, mas a minha crítica é que o erro foi institucional. É um erro do Ibama, não fiscalizou, não controlou, não zelou por controlar o impacto desde o início e eu acho erradíssimo socializar os prejuízos, ou seja, armar o cidadão para que ele faça o controle.

Então, se um erro é técnico, a origem do erro é técnica, deve ser combatido com soluções técnicas. A meu ver, uma das soluções seria: caso se opte pelo abate do javali, quem deveria fazer isso são empresas especializadas, que deveriam ter, essas sim, uma permissão exclusiva do Governo, como aconteceu. No início do problema do javali, havia um clube de caça do Rio Grande do Sul que fazia o abate. Eles foram para Itápolis, abateram alguns indivíduos no início. É erradíssimo qualquer cidadão ter a sua arma, ficar de tocaia no mato, se passa o javali, ele abate, mas, se passa o veado, se passa a paca, se passa o cateto, a gente está criando um problema gigantesco. Então, eu acho que para algo cuja origem é um problema técnico, a solução deve ser técnica e exclusiva de profissionais habilitados.

Na questão do jacaré, amo o seu Estado, obviamente, vou todos os anos lá fazer observação da fauna, o que aconteceu com o jacaré é que, na década de 70, 80, havia os coureiros, ainda era possível fazer o comércio de peles. O que a gente está vivendo hoje é a recuperação da população. Então, uma população que entrou em declínio até a década de 90 hoje está estabilizada. E o jacaré se autorregula com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a oferta de peixes, correto? Então, quando há muita oferta de peixes, o jacaré acompanha a oferta de peixes. Quando há baixa oferta de alimento, a população se retrai e existe uma população menor de jacarés.

Mais uma vez, quando as espécies, tanto silvestres, quanto exóticas, fogem do controle, criam impactos para a agricultura, impactos de diversos tipos, e é previsto, no âmbito da ecologia, no manejo de fauna, o abate de animais. Mais uma vez, não é uma ideia romântica, mas é uma questão técnica que deve ser, sim, debatida e deve-se, nessa técnica, zelar pelas questões de bem-estar animal etc.

Então, acho que, a exemplo de países mais desenvolvidos... Esse tema é amplamente discutido nos Estados Unidos, na África do Sul, no Canadá. Existe o manejo de fauna. Então, existem estudos que embasam perfeitamente o estado daquela população, o tamanho da população, quantos machos, quantas fêmeas, tamanho de ninhada, para que a gente possa, tecnicamente, regular essas populações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Com a palavra, o Sr. Luiz Gustavo para as suas considerações.

O SR. LUIS GUSTAVO PATUZZI BORTONCELLO – Queria fazer um cumprimento particular ao Senador Randolfe, porque, o Senador não vai lembrar, mas, na segunda-feira, logo após o rompimento da barragem da Vale, ele esteve em Belo Horizonte, participei de uma reunião com o senhor, Senador, e o Deputado Alessandro Molon também se fazia presente.

Eu aprendi com o meu sábio e falecido avô que dois erros não fazem um acerto. Então, na questão do abate de espécies invasoras endêmicas, a solução é técnica, porque, do contrário, não há como controlar o excesso. Todos aqui se lembram ou vão se lembrar daquele dentista estadunidense que, anos atrás, no Zimbábue, abateu o leão símbolo do Zimbábue, o Cecil. Esse dentista já havia sido condenado e cumpriu pena por caça ilegal nos Estados Unidos. Foi ao Zimbábue com o único objetivo de abater – como bem colocou a minha colega, Dra. Monique, ter o troféu. Então, há que se separar... Para um problema grave causado por um erro ou uma omissão do Estado, a solução deve ser técnica. E a solução que o Senado, que uma Casa Legislativa deve dar sempre deve ser técnica.

Sobre a questão, na fala do Senador Randolfe, de opções de políticas públicas, agora para a questão do animal doméstico, um dos grandes problemas dos animais domésticos não são propriamente os cães de rua, por exemplo, mas sim os semidomiciliados. O animal semidomiciliado passa o dia na rua, ou seja, reproduzindo, levando para casa ou disseminando doenças, e, à noite, é alimentado, bebe água e se fortalece. O animal semidomiciliado também é um problema sério que carece de educação socioambiental. Há sim opções para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na natureza não existem espaços vazios, senhores. Eu posso recolher um animal aqui, na porta do Anexo II; outro animal vai ocupar esse espaço. A solução dos canis municipais, que muito já se usou, ainda se usa, esses canis não passam de depósitos medievais de animais. O animal deixa de morrer na rua atropelado para morrer por doença lá dentro, logo em seguida.

A solução é uma política pública de controle populacional daquele animal. Se necessário for, ele deve ser devolvido para o local onde foi recolhido, mas vai ser devolvido castrado, vermifugado, com teste de leishmaniose, para que aquele animal ali não vá reproduzir. Vai evitar que outro animal ocupe aquele espaço e que haja uma superpopulação de cães e gatos em âmbito urbano.

A solução não é difícil e não é cara. Existe técnica de castração em que o pós-operatório é um dia e meio.

A SRA. FERNANDA ABRA (*Fora do microfone.*) – Ou não existe pós-operatório.

O SR. LUIS GUSTAVO PATUZZI BORTONCELLO – Ou não há pós-operatório, como bem colocado.

Portanto, as soluções existem e são muito viáveis. O que falta muitas vezes é o interesse da política pública de âmbito local. É por isso que iniciativas como a da Dra. Monique, em Uberaba, semelhante à que houve na região de Diamantina, são fáceis e muito bem-vindas.

Para finalizar, quanto à questão que o Senador Jayme Campos colocou, quando a gente pensa na criação de animais para abate, todo mundo se lembra do gado para os grandes frigoríficos. A gente se esquece de aves e de suínos. Quem acaba fiscalizando os criadores são as próprias empresas, os próprios frigoríficos que vão receber esses animais. O Estado não fiscaliza essa atividade produtiva. A preocupação dessa empresa, e nenhum problema com isso, é que aquele criador consiga tirar daquela rês o maior lucro possível. Falta o Estado não só regular, como fiscalizar.

E, outra, o Brasil convive com uma calamidade, que são os matadouros ilegais, muitos pertencentes a Municípios, em que o dono do açougue leva o animal, abate o animal de qualquer jeito, muitas vezes, à marretada – e isso é uma situação típica do Vale do Jequitinhonha. Posso solicitar uma série de matadouros em que expedimos recomendações ou conseguimos fechar via ação civil pública. O animal é morto à marretada, carneado no chão, num piso simples, de cimento, e a carne é transportada na caçamba aberta de uma caminhonete para os açougues.

Ou seja, num país de dimensões continentais, é impossível pensar em uma solução única para cada problema. A solução, sim, precisa analisar as especificidades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sr. Luiz Gustavo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, passo a palavra ao Deputado Federal Fred Costa para suas considerações.

O SR. FRED COSTA (PATRIOTA - MG) – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Gostaria, primeiramente, de cumprimentar meu dileto amigo Senador Fabiano, parabenizá-lo pela iniciativa e, na pessoa de V. Exa., cumprimentar todos os Senadores que passaram por aqui nesta manhã. Na pessoa da guerreira ativista, protetora dos animais, Vereadora Denise, cumprimentar todos os Parlamentares. E aqui fazer uma menção muito especial aos dois promotores que dignificam a representação do Ministério Público do nosso Estado, não só pela douta competência, mas também – e aqui faço um parêntese para utilizar a frase de um religioso: é impossível você acreditar numa instituição política ou religiosa sem que as pessoas que estão à frente das mesmas demonstrem, em sua coerência de vida, praticar aquilo que defendem –, particularmente, quero dizer que considero modelo o protagonismo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais no trabalho de defesa e proteção dos animais.

Aqui, quando cheguei, já estava em andamento esta audiência pública, aliás, a primeira em que me faço presente aqui, no Senado, por ter uma relação de coração com o tema. E, no auge da modéstia dos dois promotores, acredito eu que não citaram de forma pormenorizada que nós, que estamos num Estado de maior número de Municípios, são 853 Municípios, temos o Ministério Público organizado em passos largos. E já assinou e colocou em prática em vários Municípios um TAQ que trabalha aquilo que eu considero pilar fundamental não só na defesa e proteção dos animais, mas, especificamente para cães e gatos. Refiro-me à educação, castração e adoção.

Aqui torno público que, na minha primeira emenda, que vamos indicar dentro de no máximo 30 dias, estou direcionando para esse trabalho, liderado pelo Ministério Público, de R$2 milhões a R$2,5 milhões para a manutenção, já que não obstante terem viabilizado os castra móveis, nós sabemos que, para essa política pública ter sucesso, ela tem que ser contínua, e, nesse sentido, os custos são bastante elevados.

Aproveitando para falar dos custos, quero tomar a liberdade, embora não seja Senador, de estar compondo esta competente Mesa condutora dos trabalhos, para responder ao cidadão que, de forma democrática, aqui trouxe a sua opinião, o Rubens Mendonça, do Estado do Mato Grosso. Ele disse o seguinte: "Temos que, primeiro, dar dignidade ao ser humano, e não a esta inversão de valores, que idolatra animais em detrimento de idosos e crianças". Quando aqui fiz apologia, e faço, do trabalho do Ministério Público do meu Estado, e também não hesito em dizer que a bandeira prioritária do meu mandato é a defesa e proteção dos animais, faço com um argumento objetivo: se esperarmos a solução de todos os problemas dos seres humanos para, então, nos voltarmos para os problemas dos animais, nós jamais o faremos.

Somado a isso, quero aqui afirmar que, quando estamos falando de defesa e proteção dos animais, de saúde e bem-estar do animal, estamos falando de saúde pública. Quando me referi à questão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle populacional, e o promotor Luiz Gustavo aqui citou uma doença específica que é endêmica na nossa capital, Belo Horizonte, a leishmaniose, nós temos que lembrar que, muito embora haja um investimento enorme e vultoso por parte do Governo Federal e dos entes Federados para a dengue, e tem que haver realmente, a leishmaniose no nosso Estado matou durante quatro anos consecutivamente, e aí, retornando aos últimos oito anos, mais do que a dengue. Então, quando falamos aqui de saúde, de defesa dos animais, também estamos defendendo a saúde do ser humano.

Eu aqui também gostaria de tornar público que, muito embora possam levantar polêmicas, as minhas posições são muito enfáticas. E num país continental, como aqui foi citado, sou radicalmente contra... Tenho o sonho de que a gente consiga aqui, no Senado, na Câmara, logo, no Congresso Nacional, a proibição da utilização de animais para o transporte, logo, transportes de tração animal, sou contra vaquejada, contra rodeio.

Enfim, em que pese as pessoas afirmarem que faz parte da nossa cultura, nós devemos estar sintonizados, e isso é um papel do Parlamento, com os usos, costumes e os momentos, e admitir isso, para mim, é considerar e admitir o que foi citado aqui: que na China cometem uma atrocidade, como no festival de Yulin; mataram aproximadamente 20 mil cães, num ato de crueldade, porque é cultural. Por analogia, o argumento é exatamente o mesmo, lembrando que até pouco tempo atrás, boa parte da Mesa ainda é mais jovem do que eu, era cultural utilizar, no espetáculo circense, animais. Hoje, não só é proibido, como é uma agressão. Enfim, aqui eu poderia citar diversas passagens históricas. Esse tema, realmente, me seduz, me deixa indignado, mas também com muita energia para lutar.

E aqui eu vou partir para a minha conclusão. Gostaria de discorrer a respeito de vários temas, mas considero fundamental que, nos próximos três anos e meio, Senado e Câmara de Deputados, nós possamos avançar, sobretudo, na legislação, que eu considero da impunidade.

Ontem mesmo, não vim para Brasília porque tinha de receber três Prefeitos, mas, sobretudo, porque tinha de levar uma moradora de rua que teve o seu cão envenenado, Beethoven, que, dessa forma, veio a falecer na delegacia de defesa e proteção dos animais. Até quando nós vamos continuar permitindo que as pessoas paguem apenas com uma pena alternativa de direito, muitas vezes, cestas básicas, saiam pela porta da frente das delegacias, zombando, debochando, ironizando e desafiando o Poder Público?

Nesse sentido, não tenho dúvida de que é hora de o Congresso Nacional aprovar reclusão para maus-tratos.

Ontem, ainda perguntava na delegacia – e o faço muito à vontade, porque não só recolhi, na época, milhares de assinaturas, pedi para o hoje Senador e então Governador Anastasia, e aí conseguimos fazer... Mas, de todas as minhas emendas, faço questão de equipar essa delegacia que desenvolve um grande trabalho na nossa capital. E eles me afirmavam: 94% da sua demanda diz respeito a cão e gato. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando de quase sua totalidade. E é absolutamente incompreensível que nós ainda não consigamos avançar nesse sentido.

E, por último, a restrição para utilização dos animais em testes. Em Minas Gerais, conseguimos aprovar a proibição da utilização dos animais na indústria dos cosméticos, projeto de minha autoria. Infelizmente, está com uma ação direta de inconstitucionalidade. A proibição também da comercialização de animais em *pet shops* e onde vendem gêneros alimentícios.

Enfim, nós temos muito para fazer. E fico muito feliz quando a gente chega a uma audiência pública e se depara com a participação de alguns Senadores. Isso é um sinal. Como bem colocou a promotora, hoje temos representação em todas as Casas Legislativas, praticamente. Se temos representação, Casa Legislativa é o que há de mais plural e reflexo da sociedade, é porque a sociedade quer, a sociedade clama. E, com o advento das redes sociais, hoje nós conseguimos mobilizar. E é nossa obrigação dar voz a quem não tem voz.

Parabéns, Senador!

Parabéns a todos vocês, mais uma vez, e, em especial, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Tudo aquilo que for para a defesa e proteção dos animais tem o meu apoio incondicional, irrestrito em qualquer dia, em qualquer hora.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, amigo e Deputado Fred. Tem em mim também um aliado aqui em defesa dos animais, em defesa do meio ambiente. Não tenha dúvida. Não foi por acaso que eu me tornei Presidente desta Comissão.

Agora, eu quero passar a palavra à Vereadora Denise Max, se tiver alguma consideração que queira fazer.

A SRA. DENISE MAX – Boa tarde a todos.

Eu me sinto muito honrada de estar aqui, vendo o excelente nível de participantes e, Senador Fabiano, a sua atitude nobre. Fiquei triste em saber o quanto faltou de Senadores. Fico muito triste.

Desde que me entendo por gente, sou protetora de animais. Hoje sou Vereadora em Uberaba. É o meu segundo mandato, com um excelente número de votos. Fiquei apaixonada pela Fernanda e pelo Luiz Gustavo. Pela Monique, eu já sou. O Fred Costa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DENISE MAX – Nós temos o Dr. Valério também. E nós fizemos essa política...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu voltei à minha cidade natal há 23 anos. E nós temos hoje... Na minha luta em castração, castramos já 18 mil animais. E hoje, com o Ministério Público ao nosso lado, a gente vai muito bem.

Realmente, na questão dos abrigos, nós cometemos erros fatais.

É um erro mesmo a questão da caça, Fred. Uma coisa para a qual a gente atenta muito é a questão dos cães que são usados, que são as vítimas. A gente vê colocarem esses cães para castrar. Os javalis não são cuidados. É triste.

O Senador que estava aqui... Eu sou filha de cuiabano. O meu pai dizia assim: "Visite o Pantanal todo ano antes que ele acabe". Então, eu conheço muito.

Eu acho que hoje, em todos os cantinhos, em todos os segmentos do Brasil, nós temos alguém que fale da causa animal, que entenda a saúde pública, que entenda a prevenção. Eu vejo sempre o encoleiramento, Fred, para leishmaniose, uma prevenção que salvaria muitas vidas. Nós temos políticas fáceis de se fazer, mas, infelizmente, temos quase a total irrelevância do Poder Público, o total descaso com nós cidadãos.

E, quando a gente vê, no Senado Federal, uma promotoria – eu lá embaixo, com a população –, a gente, realmente, fica muito feliz.

Eu ouvi, um dia, uma frase de um jornalista: "Os protetores elegem o Governo e derrubam o Governo". Nós vamos ainda conseguir isso, porque a proteção é muito forte.

Agradeço imensamente e fico muito feliz de estar aqui. É muita emoção. Obrigada. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Agora, eu passo a palavra aos palestrantes para suas considerações finais.

Com a palavra a Fernanda Abra, por gentileza.

A SRA. FERNANDA ABRA – Bom, eu acho que a minha mensagem final é que a gente tem que trabalhar muito, porque, para as rodovias brasileiras, são iniciativas ainda insignificantes pelo tamanho da malha rodoviária. E o meu trabalho, mais uma vez, fica à disposição dos senhores, porque o que eu vejo no futuro é que o Brasil deve ser reconhecido por ter rodovias sustentáveis, por ter respeito à fauna silvestre, por se esforçar em criar soluções e inovações técnicas, tecnológicas para que haja mais respeito pela fauna, segurança humana e, obviamente, comprovação dos custos-benefícios positivos em ter essas ações. A gente precisa melhorar muito tecnicamente a forma como planeja, instala e opera as nossas rodovias para que elas tenham, futuramente, menor impacto possível tanto para a fauna silvestre quanto para a fauna doméstica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não comentei na minha apresentação, mas a fauna mais atropelada é a doméstica. Os animais que são errantes, essa fauna abandonada vaga também pela rodovia e causa acidentes muito graves. Então, existe uma perda muito grande de animais domésticos também nas rodovias.

Eu me coloco à disposição. Quero trabalhar junto com todos vocês. Tenho diversas ideias, uma agenda para a ecologia de estradas ser discutida com os Deputados Federais, com os Senadores, com os Vereadores e etc.

Então, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

Com a palavra o Promotor de Justiça Luiz Gustavo.

O SR. LUIS GUSTAVO PATUZZI BORTONCELLO – Bom, eu reconheço que saio desta Casa, Senador, revigorado na luta. E a nossa luta é na ponta. A sua não é a única, Vereadora. A minha e a da Dra. Monique também são na ponta, também se dão com o pé diretamente no problema.

Para problemas que envolvem a fauna – doméstica ou silvestre –, a solução deve ser técnica. Foram colocadas aqui soluções absolutamente viáveis e exequíveis.

Eu chamo a atenção desta Casa, Senador, chamo a atenção do Estado como um todo para que se mude o viés, se mude o foco de atuação do Estado brasileiro na questão da fauna. O Estado brasileiro não pode mais ser tão somente reativo. É fundamental, obviamente, que se façam políticas reativas, como uma que revê a legislação que envolve o tema. Ela não é unicamente esquizofrênica, como bem colocou a Dra. Monique. Ela está absolutamente distante do seu ideal. E o mais importante: que tenhamos práticas e políticas preventivas. Sem isso, nós estaremos sentados aqui novamente daqui a alguns anos, debatendo os mesmos problemas.

Como Promotor de Justiça, fico muito feliz, muito faceiro com os seus elogios, Deputado Federal. É muito importante que as instituições façam o seu fim primeiro, que é trabalhar em prol do cidadão, que é trabalhar em prol da Constituição. Portanto, saio daqui, Senador, Deputado Federal, Vereadora, revigorado, sabendo que o Parlamento tem pessoas de luta como os senhores. O Ministério Público de Minas Gerais está sempre à inteira disposição. A Dra. Monique e eu não somos mais que servidores públicos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Com a palavra a Promotora de Justiça Monique Mosca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Na verdade, duas questões aqui e uma sugestão para a Casa. Primeiro, todo esse avanço que a gente tem tido em Minas Gerais, Deputado, se deve, especialmente, à criação de um órgão específico dentro do Ministério Público, que é a Coordenadoria de Defesa da Fauna, na pessoa da nossa coordenadora Luciana Imaculada, que faz um trabalho brilhante diuturnamente.

Então, eu deixo a sugestão: hoje a gente precisa desvincular um pouco a questão animal da questão ecológica. Os animais têm que ser protegidos em função da sua função ecológica, mas, quando falamos em ciência animal, nós estamos lidando com o valor essencialmente moral. E é um valor que é autônomo. Embora, muitas vezes, vinculado à questão ambiental, hoje a gente fala muito em direito animal como uma disciplina autônoma. E a gente precisa dar essa devida relevância para que as questões da fauna não fiquem restritas a questões de biodiversidade e a questões de proteção sob o viés coletivo e o viés antropocêntrico.

E, por fim, a minha sugestão aqui: por mais que a gente tenha esforços para a criação de projetos de lei setoriais, por que não a criação de uma lei de política nacional de proteção dos animais? Uma lei geral que, seguindo o exemplo da Paraíba, que tem um código de proteção dos animais com mais de 100 artigos, disciplinando de forma coerente vários setores, preveja, dentro dos seus objetivos, o reconhecimento da senciência animal e o objetivo de compatibilização de interesses humanos e animais; que traga, dentro dos seus princípios, o princípio da dignidade própria dos animais, o princípio da interdependência entre dignidade humana e dignidade animal, o princípio da sustentabilidade ética, o princípio da educação para o respeito aos animais; que preveja, dentre os seus instrumentos, a utilização de instrumentos econômicos, o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias, o estudo para práticas menos agressivas; e que traga, então, um ordenamento com um pouco mais de coerência e harmonia.

O SR. FRED COSTA (PATRIOTA - MG) – Sr. Presidente, se me permitir, mais dois minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. FRED COSTA (PATRIOTA - MG) – Só algumas considerações, a partir do meu lado, Dra. Fernanda.

Problema gravíssimo dos abandonos de animais em rodovias. Eu tenho um projeto de lei, inclusive, que aumenta a pena para quem pratica abandono de animais em rodovia, porque a periculosidade para o animal e para o ser humano aumenta de forma exponencial. Nesse sentido, gostaria do auxílio da senhora, se puder, para que a gente possa aprimorar o texto.

E, concomitantemente, lembrar que nós estamos próximos de o Presidente apresentar um decreto de devolução de concessão de cinco das principais rodovias federais do País, algo em que tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhado muito porque diz respeito à BR-040, que é uma rodovia fundamental para o Brasil e para o meu Estado de Minas Gerais.

Então, acho que seria muito oportuno levarmos a sugestão para o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio, porque eles vão ter que lançar novo edital de licitação dessas rodovias, para que já estejam, então, previstas essas recomendações com relação à fauna.

Então, fica aqui o meu apelo e o meu pedido, se for possível, que a gente conte com a sua experiência, com a sua competência.

Dra. Monique, também um apelo. A senhora citou um projeto de lei, que é de minha autoria também, da contratação emergencial em caso de desastres. Assim como praticava quando era Deputado Estadual e procurava ouvir a sociedade civil organizada, naquele momento, o Ministério Público ainda não tinha a coordenadoria específica, mas, sempre que possível, procurava fazer, e, sobretudo, o Conselho Regional de Medicina e a Anclivepa, que é a associação das clínicas veterinárias. Então, nesse caso e, especificamente, aqui nesse projeto, eu escutei o Conselho Federal de Medicina Veterinária e a Anclivepa. Então, se houver alguma sugestão a fim de que possamos melhorar o texto, será muito bem-vinda. E esse projeto, diferentemente da maioria daqueles afetos à causa animal, não tem oposição.

E aproveito para responder aquilo que é meu sonho, que é o sonho da senhora e, acredito, de todos que se fazem aqui presentes, que é ter uma legislação ampla e específica. Lamentavelmente, no atual cenário dos 513 Deputados Federais e 81 Senadores, seria um sonho distante. A bancada ruralista, que nós temos que respeitar, que chegou, assim como nós, através do voto democrático, é extremamente representativa, como é representativa a bancada daqueles que defendem como esporte, coisa que eu não considero como tal, rodeio e vaquejada. Faz parte da democracia representativa. Foi a população que escolheu e fez com que, em 513 Deputados Federais, nós fossemos apenas três que têm como bandeira prioritária a defesa e proteção dos animais. Em contrapartida, os que defendem o agronegócio, às vezes, em detrimento – às vezes, repito – a políticas públicas de defesa e proteção dos animais, são aproximadamente 250 Deputados. Então, no voto, infelizmente, a gente não consegue, muitas vezes, fazer tudo aquilo que a gente deseja. Não obstante, a nossa garra, a nossa galhardia, o nosso ideal na busca de fazer o melhor para os animais.

Agradeço, mais uma vez, Senador Fabiano, sua compreensão e generosidade em permitir que eu fizesse uso da palavra por duas vezes. E agradeço, mais uma vez, o trabalho do Ministério Público. É um prazer conhecê-la, Fernanda. Também quero citar aqui as entidades, as organizações não governamentais, que são fundamentais e fazem aquilo que o Poder Público deveria fazer e não faz, muitas vezes, com altruísmo, deixando de fazer pela sua própria família para fazer pelos animais. Aqui o meu reconhecimento também aos guerreiros ativistas que se fazem presentes e, na pessoa deles, quero cumprimentar todos que não puderam e que estão nos acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Deputado.

Quero, antes de encerrar esta audiência pública, registrar a presença do Senador Eduardo Girão e do Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, e desde já perguntar se há algum registro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente Fabiano Contarato e todos os demais palestrantes aqui presentes, eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpa por só ter chegado há pouco tempo. Estamos tendo três audiências simultâneas, algumas que eu também subscrevi, mas eu queria fazer um registro, Senador Fabiano, porque V. Exa. é extremamente comprometido desde que chegou aqui com essa causa. E uma vez nós tivemos a oportunidade de conversar, lá no seu gabinete, e eu queria saber se foi discutido isso aqui, Sra. Fernanda, Dr. Luis Gustavo, Dra. Monique... Eu ouvi a fala da Monique agora, no final, sobre a questão de uma lei geral dos animais, algo assim, que você sugeriu, mas eu queria perguntar sobre a questão da vaquejada, se já foi debatido esse assunto hoje, durante o dia...

O Supremo Tribunal Federal definiu lá atrás essa questão, mas pode ser... Nós estamos aqui para isso, para tentar legislar sobre esse assunto, e devemos fazer isso. É competência nossa. Eu queria saber como é que anda esse debate na sociedade e ouvi-los aqui, porque é uma causa que, de certa forma, me interessa também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Presidente da Comissão de Meio Ambiente quer fazer algum questionamento, por gentileza?

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – Apenas cumprimentá-lo, Senador Fabiano, pelo trabalho que vem desenvolvendo aqui, no Senado. Fico muito feliz por podermos estar discutindo aqui, nesta Casa, a questão dos atropelamentos nas nossas rodovias, feliz por ver a presença dos ilustres membros do Ministério Público e da profissional, a Fernanda, que nos orgulha muito pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da ViaFAUNA.

Então, parabéns, Fernanda! Fico feliz por revê-la aqui, no Senado. Parabéns pelo trabalho! Acho que nós temos um desafio enorme.

Está na pauta da Câmara dos Deputados o projeto de lei regulamentando a questão dos atropelamentos nas estradas. Nós precisamos fazer avançar essa pauta, e eu acho que, enfim, o que a gente tem nas nossas estradas é uma carnificina que é ruim tanto para a fauna quanto para os próprios usuários das nossas rodovias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que é um desafio enorme e fico feliz por ver, inclusive, um Deputado membro da nossa Comissão, o Deputado Fred Costa, participando aqui do debate.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Deputado Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Agora, consulto, antes de realmente encerrar, se alguém quer se manifestar sobre a vaquejada, tópico que o Senador Eduardo Girão levantou. Lembro que o Senador Jayme Campos já tinha falado alguma coisa sobre o aspecto cultural e o Deputado Federal Fred manifestou seu repúdio e sua rejeição a esse tipo de comportamento, e eu, com todo o respeito, faço minhas as suas palavras, porque eu, particularmente, sou radicalmente contrário. Para mim, quando há esse conflito entre a cultura e o animal, não tenho dúvida de que você tem que sempre estar olhando o bem-estar do animal.

Passo a palavra a qualquer um dos membros.

O SR. LUIS GUSTAVO PATUZZI BORTONCELLO – De forma bem resumida, sobre a questão da vaquejada, o embate é entre ela como aspecto cultural e como proteção ao meio ambiente, mais especificamente a fauna.

A Suprema Corte reconheceu que a vaquejada traz em si uma crueldade que é intrínseca à sua atividade, e, por conta disso, essa crueldade ao animal não poderia se sobrepor a essa prática cultural, que é mais própria do Nordeste brasileiro.

O que se deve fazer, Congressista, é a ponderação entre a prática cultural e o bem-estar animal. A vaquejada será adequada? Será necessária? Qual o custo-benefício, não em termos monetários, mas em termos de valores éticos? E, como o senhor bem colocou, esse debate pertence, sim, a esta Casa enquanto protagonista no processo legislativo.

Fica apenas a minha observação sobre esse parâmetro, enquanto adequação e enquanto necessidade, entre o valor cultural e uma prática que traz crueldade para o animal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode falar.

A SRA. MONIQUE MOSCA GONÇALVES – Senador, isso é uma questão que hoje está em debate. O Supremo Tribunal Federal considerou a crueldade intrínseca e, por isso, inconstitucional, e é preciso que a gente considere que a cultura não é um procedimento estanque. Se cultura fosse um procedimento estanque, a gente estaria até hoje nas arenas dos gladiadores.

Então, cultura é um processo evolutivo. Só que, para isso, eu entendo que o principal instrumento que a gente vai utilizar para combater esse tipo de prática é a educação, porque, enquanto a vaquejada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tiver o apoio maciço da opinião pública nessas regiões, nós não vamos conseguir combatê-la. É apenas com a educação, com a educação nas escolas, mostrando para as crianças o dever de respeito aos animais, para que a gente tenha uma conscientização pública, e aí a gente consegue avançar com o consenso social, porque o direito dos animais é um direito é um direito de evolução. A ideia desse novo setor não é causar uma revolução social, mas causar uma evolução. Então, é através da educação que vamos evoluir nesse sentido para que a gente possa, no futuro, ter um consenso social sobre uma prática que é tão agressiva a seres que, como nós, são capazes de sentir dor e sofrimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria pedir perdão aos componentes da Mesa, porque eu já tinha dito que iria encerrar agora esta audiência, mas o Senador Wellington acabou de chegar e me pede a compreensão para fazer uma ponderação.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Primeiro, quero saudá-lo, Presidente Fabiano Contarato, pelo seu aniversário, que foi na semana passada. (*Palmas.*)

Então, parabéns nesta data querida e muitos anos de vida e muita iluminação!

Eu quero, aqui, aproveitar esta audiência, quando temos tantos afazeres aqui... Eu gostaria de ter chegado aqui um pouco antes, mas o Ministro da Infraestrutura, o Ministro Tarcísio, está ali na outra Comissão, de Infraestrutura. Mas eu faço questão de, inclusive, entregar aqui aos palestrantes, à Sra. Fernanda, ao Luis Gustavo e à Monique, e à própria Comissão um projeto de lei de minha autoria que dispõe sobre as normas gerais de proteção aos animais em situação de desastre e altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Lei de Crimes Ambientais, e 12.334, que é a de Política Nacional de Segurança de Barragens, para tipificar como crimes de maus-tratos a animais os relacionados a ocorrência de desastres e para incluir os cuidados com os animais vitimados por desastres nessas barragens.

O projeto é bem extenso, mas eu vou ler aqui uma síntese da justificativa, Sr. Presidente, porque a comoção por tantas perdas humanas nas recentes tragédias da Samarco em Mariana e da Vale em Brumadinho torna-se ainda maior quando pensamos na destruição que uma catástrofe dessa magnitude acarreta ao meio ambiente e aos demais seres vivos. O estrago causado pelo rompimento das barragens nessas regiões afetou também muitos animais que acabaram soterrados no lamaçal. Em meio a ruína nos meios urbano e rural, foram vistos cães e gatos cobertos de lama, animais silvestres perdidos e animais de criação: galinhas, bois e vacas atolados por toda a região.

Então, para não me estender muito, como é bastante vasta a justificativa, quero dizer que, como médico veterinário, eu tenho aqui a sensibilidade de que a gente precisa exigir também, nesse programa de barragens, que as empresas façam o preventivo. Não é só, às vezes, tirar os animais. Na supressão vegetal, também é importante que haja até a recuperação das áreas adjacentes com condições para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses animais que estão ali... Falo principalmente dos animais silvestres; os animais domésticos, se for feito um trabalho com antecedência, é perfeitamente possível tirá-los. O silvestre exige mais cuidado, porque, às vezes, ali naquela microrregião está todo o seu *habitat*. Então, tem que haver toda uma readaptação, todo um trabalho a ser feito.

Por isso, eu gostaria de contribuir, gostaria de repassar esse projeto, para que, amanhã, a gente possa discutir aqui, na Comissão de Meio Ambiente, e receber, inclusive, as emendas, as críticas, as sugestões, para que a gente possa aperfeiçoá-lo, e os palestrantes, com certeza, podem nos ajudar muito nisso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Wellington.

Os palestrantes já se colocaram, desde o início, à disposição no sentido de colaborar, contribuir, sugerir, alertar... É esse papel, não só... Mas às vezes está passando, às vezes há um Senador que tem uma ideia e põe isso como projeto de lei pensando que é um ponto positivo, mas, na verdade, ele não tem outro campo de visão, e vocês podem estar nos auxiliando.

Eu quero agradecer a Deus por mais esta audiência pública, agradecer aos Senadores que por aqui passaram durante toda esta manhã, à população, às pessoas que contribuíram através do e-Cidadania, e, mais uma vez, colocar esta Comissão à disposição da população, da sociedade civil, do Ministério Público, das ONGs. Esta Casa é da população e deve servir à população da melhor forma possível em defesa do meio ambiente e, em particular, hoje, em defesa dos animais.

Registro, também, a presença de Vanessa é o Bicho: A libertação animal virá junto com a libertação humana – @gedai.direitosanimais.

Antes de encerrar, lembro a todos que logo mais, às 14h, faremos a última audiência pública desta edição do Junho Verde, com o tema "Semear o futuro para o Brasil florescer: Visão das novas gerações sobre o desenvolvimento em meio ambiente", no Plenário 2 do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião. Mais uma vez, muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia vinte e cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Leila Barros, Marcos do Val, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Juíza Selma, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Plínio Valério, Jaques Wagner, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 29, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 71/2019, que altera o art. 14 da Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 30, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2019 - CMA, seja incluído o convidado PEDRO HENRIQUE ROCHA MEDEIROS, aluno do Centro de Ensino Fundamental 10 de Ceilândia, no Distrito Federal, integrante do Projeto Horta na Escola, coordenado pela Professora Mercy Santos Oliveira, da disciplina de Ciências." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 18/2019 - CMA, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia. **Finalidade:** Debater o tema "Semear o futuro para o Brasil florescer: visão das novas gerações sobre desenvolvimento e meio ambiente". **Participantes:** Charly Sanches, Rede Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade; Pedro Henrique Rocha Medeiros, aluno do Centro de Ensino Fundamental 10 da Ceilândia e delegado da V Conferência Nacional de Jovens e Meio Ambiente de 2018 e Marcela Pimentel Miranda, Jovens pelo Clima. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 21ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Passamos para o item nº 2 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 30, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2019 - CMA, seja incluído o convidado PEDRO HENRIQUE ROCHA MEDEIROS, aluno do Centro de Ensino Fundamental 10 de Ceilândia, no Distrito Federal, integrante do Projeto Horta na Escola, coordenado pela Professora Mercy Santos Oliveira, da disciplina de Ciências.

Autoria:

Autoria: Senador Fabiano Contarato.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Dentro da programação do Junho Verde – o Meio Ambiente Une, realizaremos agora a audiência pública objeto do Requerimento nº 18, de 2019 (CMA), com o tema: Semear o futuro para o Brasil florescer – visão das novas gerações sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Chega hoje o dia da esperada audiência pública em fechamento das jornadas do Junho Verde, que pretende tratar da proteção do meio ambiente e do papel das futuras gerações nesse processo. Este mês foi muito rico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em alertas sobre a importância de tornar a legislação ambiental atualizada às necessidades de um Brasil que seja sustentável.

O meio ambiente tutelado na Constituição da República de 1988 não é qualquer um; é ecologicamente equilibrado, qualificado como sendo aquele bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. É um direito que percorre as gerações. O direito é capaz de prever acordos intergeracionalmente, para que o bem ambiental tenha estatura determinada no ordenamento jurídico, que seja continuamente melhorado, que seja durável, sustentável.

Infelizmente nossos recursos naturais estão repletos de passivos. O que se pode fazer para a legislação funcionar de modo a, em verdade, garantir o acesso à água potável, aos produtos da flora nativa, à convivência com a fauna silvestre e tantos outros benefícios que só os recursos ambientais podem proporcionar à humanidade?

Com essas reflexões, convido a juventude, representada por nossos convidados, para compor a Mesa e dividirem conosco suas preocupações e expectativas quanto ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para esta e futuras gerações.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-61-2211. A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate, e o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017/SGM, a secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise em projetos e ações futuras sobre o tema.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até vinte minutos, e antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em cinco minutos, após as exposições iniciais.

Convido agora, para compor a Mesa, o Sr. Charly Sanches, da Rede Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade; a Sra. Marcela Miranda, do Jovens pelo Clima; o Sr. Pedro Henrique Rocha Medeiros, delegado da 5ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente em 2018, etapa distrital, e facilitador da Primavera 10.

A Secretaria não conseguiu contato com a Sra. Gabriela Dourado França, delegada da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente para convidá-la à audiência.

É com muita alegria que neste momento eu recebo a todos, todos os presentes, os alunos. E quero dizer que é muito bom, como Senador, sentir a preocupação dos jovens com esse tema de tamanha importância e que, infelizmente, está sendo tão violado pelo próprio Poder Público.

Neste momento, passo a palavra ao jovem Charly Sanches.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHARLY SANCHES – Boa tarde a todos.

Primeiramente, queria agradecer aos presentes por estarem aqui neste momento de debate, um debate muito importante. Quero agradecer à Comissão de Meio Ambiente do Senado em nome do seu Presidente, o Senador Fabiano Contarato, e agradecer pelo convite para que nós possamos enriquecer o Junho Verde dentro da programação que foi estabelecida aqui pela Comissão.

Eu sou o Charly, como já fui apresentado, e sou membro da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma), uma rede nacional que busca fazer com que vários movimentos e jovens ambientalistas dialoguem em prol de pautas conjuntas para construir políticas públicas, ações locais e mobilizações nacionais.

Eu venho trazer um pouco.... Após o convite, eu refleti sobre o que seria interessante trazer, na visão das novas gerações, relacionado a desenvolvimento e meio ambiente. Então, o primeiro questionamento que eu queria colocar aqui é sobre como enxergam o desenvolvimento. O que é o desenvolvimento de fato e como ele é aplicado dentro da legislação brasileira pelo Congresso brasileiro e pelo Governo brasileiro?

Para mim, desenvolvimento não são só dados, não são só números; para mim, desenvolvimento não é só econômico, desenvolvimento não é só monocultura, desenvolvimento não é agressivo ao meio ambiente ou às comunidades e populações tradicionais. Então, acho que, quando a gente fala de desenvolvimento, a gente tem que começar a pensar sobre o que, de fato, é o desenvolvimento de que tanto se fala e que tanto se busca e de que forma se está buscando esse desenvolvimento.

O que se enxerga muito é que o debate que diz "Ah, nós buscamos o desenvolvimento, nós atuamos pelo desenvolvimento" não passa de um discurso para tentar mascarar ações que, na verdade, remam em sentido contrário a isso: remam para beneficiar alguns, remam para massacrar outros, remam por um crescimento que, de fato, não desenvolve, a não ser economicamente – e isso quando desenvolve economicamente. No atual cenário, nem isso.

Mas a questão é que o desenvolvimento tem que ser visto como algo muito mais amplo do que isso; ele tem que ser visto como um modelo não só de crescimento econômico, mas como um modelo de sociedade que, de fato, consiga, além de trazer ganhos econômicos, trazer qualidade de vida para as pessoas. E, aí, a gente entra no debate sobre por que tipo de desenvolvimento a gente tem que luar e que tipo de desenvolvimento a gente tem que implantar.

Inclusive – é uma crítica, respeitando e conhecendo a atuação aqui do Senador Fabiano Contarato e de alguns outros que fazem parte da Comissão – é muito triste ver que esta Comissão está esvaziada no momento de um debate tão importante. Os Senadores deveriam estar aqui para ouvir o que a gente tem para falar e, principalmente porque, se eles foram eleitos para a Comissão, é um compromisso que eles têm de cumprir, ou seja, estar nos debates relacionados à Comissão e ouvir a população que vem aqui. Então, é a primeira crítica que eu queria deixar. Espero que seja repassada em algum outro momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu enxergo na questão desenvolvimento e meio ambiente é que o Brasil continua num círculo ou num ciclo que, ano após ano, década após década e século após século, não muda. Nós temos buscado sempre um modelo de desenvolvimento agressivo e que não consegue se encaixar nos padrões de país continental, como é o Brasil. Nós temos cinco macrorregiões e, dentro dessas cinco macrorregiões, várias especificidades. Nós temos vários biomas dentro de um único Estado.

Então, como eu posso propor, como Poder Público, como governante – e eu falo isso em todas as esferas, seja nas esferas municipais, estaduais ou federais –, como a gente pode propor um modelo de desenvolvimento que seja pensado olhando só para um único local? Como eu posso pensar em um modelo de desenvolvimento que não leva em consideração as características de cada local, que não leva em consideração as características de cada população que reside nesse local, que não leva em consideração o tipo de território, o tipo de bioma? Como eu posso falar de desenvolvimento se eu falo em desenvolvimento com olhos fechados, se eu quero implantar algo também de olhos fechados?

Eu acho que, quando a gente for debater desenvolvimento – e esta Casa Legislativa tem que pensar muito nisso quando for debater, de fato, o desenvolvimento e quanto for debater os projetos que são trazidos para cá –, até que ponto esse modelo ou esse projeto que nós estamos debatendo se adequam à realidade em que eles estão sendo implantados?

Eu sou da Amazônia. Eu já vi inúmeras vezes esse desenvolvimento ser implantado, passando por cima de várias pessoas, passando por cima de comunidades, passando por cima de povos tradicionais e principalmente não trazendo nenhum retorno econômico e social que, de fato, possa dizer que foi um empreendimento que buscou o desenvolvimento.

O primeiro questionamento é: que desenvolvimento é esse que a gente busca? Que desenvolvimento é esse que a gente tem debatido? E que desenvolvimento é esse que as Casas Legislativas e os governos têm tentado implantar? Porque eu não vejo desenvolvimento, eu não sei se vocês veem, mas eu vejo pequenas pessoas crescendo em cima de muitos outros, massacrando muitos outros e discursando que estão buscando um desenvolvimento que, na verdade, só é para si, porque à base não chega.

Então, o primeiro ponto é: quando formos debater desenvolvimento, vamos debater desenvolvimento com as pessoas que vão ser atingidas? Vamos debater desenvolvimento pensando nelas e as consultando? Os protocolos de consulta existem, mas até que ponto eles são aplicados? E essa é uma crítica também ao processo da legislação brasileira. Para que termos legislações que amparam se elas não são aplicadas? Porque, se for para existir no papel, é muito fácil.

Essa questão tem que ser levada a um patamar muito mais amplo. Eu acho que, para além de debater desenvolvimento, a gente tem que debater que tipo de desenvolvimento, como esse desenvolvimento vai ser implantado, onde e quem vai ser consultado e quem vai ser beneficiado. Eu acho que é muito fácil ficar falando que se busca desenvolvimento e, no final, não trazer retornos econômicos, não trazer retornos sociais e, principalmente, só trazer danos ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu entro em outro ponto sobre o que eu entendo por desenvolvimento. Eu milito muito pela questão da sustentabilidade, entendendo que o desenvolvimento sustentável está baseado nos seus três pilares – o econômico, o social e o ambiental –, mas eu tenho uma visão muito mais ampla, que acredita nos sete pilares da sustentabilidade. Eu acredito que há como a gente implantar. Não vamos implantar de uma hora para outra, vai ser um processo muito lento, mas o problema é que o primeiro passo tem que ser dado e esse primeiro passo não tem sido dado, ele não tem sido nem tentado... Descaracterizam um modelo de desenvolvimento que nunca sequer tentaram; até mesmo para não tentar, buscam descaracterizá-lo.

Hoje me entristece falar tudo isso, porque eu acho que durante muitos anos nós avançamos. Nós avançamos nos debates, nós avançamos nas conversas, nas negociações. Nós perdemos muito, mas eu também acho que ganhamos muito.

Eu, assim como o companheiro, fui delegado, em 2009 – eu tinha 13 anos –, da III Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, que era uma política pública de governo, que a gente não tem certeza se vai ser implantada, até porque o Governo Bolsonaro extinguiu todas as secretarias e departamentos relacionados à educação ambiental dentro do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação, que realizavam esse processo. É um processo, de fato – eu posso dizer e também acredito que ele deva dizer –, que foi transformador.

Então, hoje, eu vejo que a gente está vivendo um retrocesso. E não é só uma visão unilateral minha. Dados comprovam isso. Todos os dias, isso é comprovado. A Comissão de Meio Ambiente vê isso todos os dias. Hoje, foram aprovados 49 novos agrotóxicos. Nós estamos consumindo mais de 200 novos agrotóxicos. Então, você se questiona: que saúde alimentar a gente está tendo? Porque, primeiro, a gente não sabe exatamente de onde vêm os produtos que a gente consome. Nós não temos lisura no processo de consumo, que era para ser algo que deveria ser implantado. O consumidor tem que saber de onde vêm os produtos que ele consome, mas nem todos a gente sabe. E, hoje, a certeza é que a gente está consumindo cada vez mais veneno, porque não é outra coisa. Essa é uma das coisas que tem atacado. Então, hoje, a gente está voltando no tempo, está andando para trás, indo contrariamente a uma onda mundial que tem caminhado para frente no sentido de debater sustentabilidade, debater políticas de clima, debater estoques de carbono, resgate de carbono. A gente tem remado no sentido contrário por conta de uma pessoa.

O que eu não consigo entender e aceitar é por que uma pessoa consegue derrubar algo que nós levamos anos para construir, consegue derrubar o que muitos querem e do que muitos precisam. O que eu não consigo entender e aceitar é que menos de 1% dos brasileiros, menos de 0,5% dos brasileiros, que é o total de pessoas que legislam dentro das Casas Legislativas e dos Governos, podem decidir e prejudicar tantas pessoas. É uma coisa que não só revolta, sabe? Não é só uma questão de revolta, mas é uma coisa que deixa a gente indignado, porque eles deveriam legislar, deveriam atuar para nos beneficiar, mas eles fazem o movimento contrário. Aí a pergunta é exatamente: por quê? Eles fazem isso porque eles são as pessoas que gritam pelo desenvolvimento que eles tanto pregam. Eles são as pessoas que estão na bancada ruralista, que são a favor da monocultura, que prejudicam agricultores familiares, que expulsam quilombolas das suas terras. Eles são as pessoas que expulsam os indígenas das suas terras. Eles são financiados pelas empreiteiras que constroem as grandes hidrelétricas e os grandes empreendimentos na Amazônia. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem esperado muito de quem não vai dar retorno nenhum nesse sentido. Na verdade, nem tem esperado. A gente tem esperado o mínimo: que a legislação brasileira seja cumprida.

O que eu quero dizer e pontuar é que está mais do que na hora de a gente, de fato, lutar por um novo modelo de desenvolvimento. E como a gente vai fazer isso se a gente não tem apoio, um grande apoio dos governantes? A gente vai fazer isso atuando nas bases. A gente vai fazer como o Jovens pelo Clima faz: indo com as pessoas, fazendo formação, mostrando quais os melhores caminhos. A gente vai fazer como a Rejuma faz: estando nas comunidades tradicionais, estando nas terras indígenas, mostrando quais são seus direitos, mostrando por que a gente deve lutar por eles e por que a gente deve lutar por um modelo de desenvolvimento que, de fato, seja inclusivo, seja justo, seja ambientalmente equilibrado.

Inclusive, devemos mostrar para eles que a legislação para tudo isso. O art. 225 da Constituição está aí para isso. Ele demonstra que todos nós temos o direito de um ambiente equilibrado. Então, por que a gente não cumpre a Constituição? Por que a gente não cumpre o desejo da população, o desejo de quem está atuando todos os dias na base e vendo como é a verdadeira realidade? Enquanto o Governo brasileiro, enquanto as Casas legislativas atuarem sem olhar para as pessoas para quem elas estão atuando, a situação só tende a piorar, e eu, de fato, não acredito que elas se preocupem tanto com isso.

O que eu espero, a partir de hoje, é que as pessoas que estão aqui... E falo para todo mundo mesmo, principalmente para a galera mais nova, é que nós não somos o futuro. O jovem não é o futuro. O jovem é o presente, porque, se ele não faz o agora, não vai ter ninguém para fazer. A gente espera muito de quem não está fazendo nada, de quem está fazendo o contrário. Então, acho que o momento agora é para que a gente, de fato, consiga se unir e criar frentes amplas de diálogo, criar frentes amplas de articulação e mobilização. A gente não vai derrubar só com vontade; a gente vai derrubar com ação, a gente vai derrubar de uma forma propositiva. A gente só muda o cenário quando a gente se organiza e consegue caminhar numa mesma linha e atua numa mesma linha.

Eu acho que, apesar da grande frustração que estão sendo as Casas legislativas e o Governo brasileiro, a gente vai sim... A gente tem muitos aliados aqui. A gente tem pessoas como o Senador Fabiano, a gente tem pessoas como o Senador Randolfe Rodrigues, como a Deputada Joenia Wapichana, que é uma indígena, assim como outros quadros dentro do Poder Legislativo que vão nos ajudar e vão nos apoiar. E a gente tem que se segurar nisso. A gente tem que buscar quem está alinhado com a gente e atuar com quem está alinhado com a gente.

Para finalizar, aproveitando que eu tenho um pouco mais de tempo, eu queria que a gente fosse agora pontos de multiplicação de tudo isso. Cada um vai voltar para sua casa; cada um vai voltar para seu local; alguns, para as suas escolas, para as suas universidades, para suas igrejas, para suas comunidades. Agora, o nosso papel é multiplicar o que a gente vê que é certo e denunciar o que a gente vê que é errado. Vamos, sim, pontuar processos formativos. Se o Governo não dá processo formativo, vamos fazer os nossos processos formativos e mostrar para eles que a gente consegue, e ensinar para eles como se faz, ensinar para o Governo atual que os departamentos de educação ambiental são importantes, mas, se eles não existirem, a educação ambiental também pode ser feita na base. Ela é transversal. Ela é informal. Não é o decreto dele – porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele só legisla por decreto – que vai acabar com os processos que a gente construiu em anos. Ele dificulta, ele machuca, mas, assim mesmo, a gente pode continuar fazendo o que a gente faz todos os dias. A gente pode continuar atuando como deve atuar e como a gente acredita que deve atuar e nunca deixar de acreditar. Então, vamos ser multiplicadores.

Vamos, sim, aplicar o que a gente acredita, vamos nos unir e lutar para que, de fato, o cenário mude, porque eu acho que a inércia é o pior dos cenários. Essa é a minha principal visão.

E só quero aqui deixar algumas frases: que a gente permaneça, que seja – e eu acho que a Comissão pode ajudar muito nisso, Senador – devolvido o orçamento de políticas para o clima, dentro do Governo Bolsonaro; que seja também pautado que a educação ambiental volte, isso junto dos seus departamentos, seja para o Ministério do Meio Ambiente, seja para o Ministério da Educação; que o processo de aprovação de agrotóxicos siga o rito que devia seguir, e não seja apenas instituído pelo Ministério da Agricultura – porque não entendo como o órgão interessado possa ser o órgão que aprova; que o desmatamento da Amazônia diminua e que sejam feitas as políticas para isso; e, principalmente, eu acho que o ponto máximo é que isso tudo só vai ser feito se a gente pedir que a primeira pessoa que fere o meio ambiente saia da pasta: ele não tem que estar na pasta. (Palmas.)

Quem tem que estar na pasta é quem se preocupa, de fato, com o meio ambiente, e não quem tem que responder a um processo por crimes ambientais.

Por enquanto, é isso.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Charly. Eu quero deixar claro que suas falas encontram eco no meu comportamento. Contra tudo isso que o atual Governo vem fazendo no Ministério do Meio Ambiente eu estou aqui lutando; naquilo que eu posso fazer, em termos legislativos, eu tenho feito; o que eu posso fazer, em termos de judicializar, eu estou judicializando, porque o que ele queria fazer, que era acabar com o Ministério do Meio Ambiente, ele não fez de direito, mas ele está desmontando, literalmente, isso.

Agora, pode ter certeza de que existem aqui, sim, Senadores que estão comprometidos com esse tema, porque o meio ambiente defende as vidas humanas que ainda estão por vir, e é necessário que o Governo Federal, que as autoridades, que os políticos... Essa crítica que você faz... Eu fiquei muito feliz quando você iniciou fazendo essa crítica da participação dos Senadores aqui nesta Comissão. Isso me dói, porque isso eu vivo toda semana aqui nesta Comissão. É triste você fazer parte de uma Comissão com 34 Senadores e, infelizmente, não haver participação efetiva deles. Mas a gente tem fé em Deus de que isso vai mudar, e para isso é que nós estamos promovendo... Avançamos com o Junho Verde. Serão dois anos de mandato em que eu estarei aqui à frente desta Comissão com audiências públicas permanentemente.

Eu quero que vocês tenham aqui a casa de vocês, que tenham em mim um interlocutor; podem mandar sugestão, eu sou extremamente acessível a isso e a críticas. Eu sempre me coloco à disposição. O meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente é um direito humano essencial que transcende o Estado do Brasil, que transcende as fronteiras do Brasil, é um direito planetário, é um direito à vida humana. E por isso nós temos que lutar. Todos somos responsáveis, porque todos somos parte da mesma sociedade.

Agora, passo a palavra ao Pedro, para suas considerações.

O SR. SR. PEDRO HENRIQUE ROCHA MEDEIROS – Boa tarde a todos.

Eu queria começar me apresentando. O Charly já me conhece. Participei da V Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, que teve como tema: "Vamos Cuidar do Brasil Cuidando das Águas".

O que falar sobre o desenvolvimento e qual é a ligação que ele tem com meio ambiente? O desenvolvimento só pode acontecer se nós tivermos um lugar para fazer o desenvolvimento, para que aconteça o desenvolvimento. Se nós não cuidarmos do ambiente em que nós vivemos, quem vai cuidar e como nós vamos realizar nele as ações que tanto queremos? As pessoas que mais dizem apoiar são as que estão derrubando. E, sem o apoio, sem visão, a gente não pode ir muito longe. Mas como alcançá-la? Alcançar através das nossas escolas, através do nosso modo de viver, através de todos os lugares em que nós vivemos. Ser luz por onde nós passamos e mostrar para as pessoas que elas podem ser melhores, assim como nós estamos tentando ser.

Cuidar do meio ambiente é algo fundamental porque todos sabemos que o ser humano é o único ser vivo que destrói o ambiente em que ele vive. Então, por que não nós começarmos a tomar conta dele, a proteger uma coisa que é nossa por direito?

A questão dos agrotóxicos, que o Charles também tocou, é algo que é muito importante ser comentado. Nós estamos comendo os vegetais, as frutas ou nós estamos comendo mais os agrotóxicos? Nós estamos nos auto envenenando ou nós estamos sendo envenenados?

A verdade é que muitas vezes nós acabamos apoiando governos e pessoas que dizem estar cuidando de nós e do nosso patrimônio sem estarem nem aí; estão em busca do econômico, estão em busca daquilo que vai beneficiá-los.

A mudança depende de nós, jovens, presente, agora, hoje, porque, se nós formos falar: "Não, mas nós vamos ser o futuro"... Nós não teremos um futuro se nós deixarmos as pessoas que estão à frente hoje destruírem o que é nosso por direito, o que nós temos a possibilidade de cuidar, de tomar conta, de defender. Então, por que não hoje? Por que não começar de agora em vez de esperar a ação de outras pessoas ou esperar a nossa ação posterior, esperar o futuro?

Acredito que todos nós sabemos que os níveis de gás carbônico estão aumentando, certo? Isso acontece por conta de muitas indústrias que nós acabamos apoiando e que não estão nem aí para as questões ambientais; ao contrário de pessoas como nós, estão, como eu já disse anteriormente, de olho no econômico sem pensar que aquilo também faz mal para eles. As ações que eles tomam fazem mal para eles, causam mal a eles, porque ficar de olho no econômico sem ter uma boa qualidade de vida não interessa muito hoje em dia. De que adianta você ter tudo e ter uma péssima qualidade de saúde? De que adianta você ter tudo se você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe cuidar da sua própria saúde, do seu próprio patrimônio? Porque hoje o patrimônio maior não é o seu dinheiro, não é a sua casa, não é o seu econômico; o patrimônio maior é o ambiente em que você vive, o ambiente de que você tem que tomar conta. Se você simplesmente deixar para outro dia, se você largar de mão hoje, isso vai influenciar amanhã, com certeza vai influenciar amanhã, pode ter certeza, porque a sua ação...

Outra pessoa pensa igual a você – vamos supor. É aquela técnica do papelzinho de balinha: você está no seu carro, comendo uma balinha e não quer deixar o lixo lá. Aí você joga pela janela e fala: "Ah, é só esse.". E todo mundo faz essa mesma coisa, todo mundo está poluindo, ninguém está tomando conta. Como você pode dizer que você quer a mudança se você não é ela? Há uma frase que eu levo para a minha vida: seja a mudança que você quer ter. Comece por você aquilo que outras pessoas não são capazes de começar, ou que se dizem capazes, e que são, na verdade, mas não começam. A mudança tem que vir de nós, jovens, que somos presente e futuro. Nós não somos só o futuro, nós somos o agora, o agora e o depois. E nós não vamos ser o depois se nós não tomarmos a nossa influência, se nós não formos vistos agora, se nós não tomarmos conta daquilo que é nosso por direito.

Como a gente vai viver em um ambiente sujo, em um ambiente que nós dizemos "eu cuido", mas que é sujo? Por que você não cuida de pelo menos o que está ao seu redor? Por que você não influencia as pessoas que estão ao seu redor? Pode começar pela sua família, pelo seu colega de escola, pelo seu colega de trabalho, pelo seu colega de universidade. Conscientize! Conscientize, não, sensibilize! Há uma coisa que eu aprendi: você não conscientiza ninguém, você sensibiliza alguém, e essa pessoa vai se conscientizar. Ninguém coloca na cabeça de alguém um raciocínio que ele não teve desde criança. Você pode ver o seu irmão pequeno, por exemplo. Você não coloca na cabeça dele que o que acontece nos videogames tem que ficar nos videogames, porque para ele o que acontece nos videogames pode acontecer na vida real.

Em um dia desses, eu estava conversando com o meu irmão, e ele falou: "Vou começar a subir na parede.". Eu falei: "Como você vai começar a subir a parede?" E ele: É porque eu vi na televisão.". E eu disse: "Nem tudo o que você vê na televisão você deve reproduzir. Você deve começar com o seu superpoder, com aquilo que você pode criar.".

Então, não é ver, por exemplo, hoje, as pessoas dizendo na televisão que vão cuidar e falar: "Ah, eu vou deixar para ela.". Não. Ou então: "Eu vou seguir o exemplo dela!". Não. Tome a sua iniciativa. Comece você a fazer a sua coleta de lixo, comece você a jogar o papel de balinha na lixeira, comece você a se preocupar com você e com as pessoas que estão ao seu redor, porque as pessoas que estão ao seu redor, querendo ou não, sofrem com aquilo que você faz; querendo ou não, elas vão acabar tendo as consequências do mau uso das suas possibilidades. Uma coisa que eu aprendi na conferência é que ninguém pode salvar o mundo sozinho. E ninguém hoje em dia é sozinho. Você tem a sua mãe, você tem o seu pai, você tem o seu amigo... Então, comece a conscientizá-los também.

Fale assim: "Vamos ali comigo, vamos fazer um projeto.". Nesses dias, eu estava comentando com as pessoas da minha escola: "Por que não começar um projeto em uma outra escola? Pelo que eu vejo, só a nossa escola, na nossa região, é que toma essas atitudes para sensibilizar as pessoas. Então, por que não,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós começarmos a ir nessas escolas e começarmos a conscientizá-las, a sensibilizá-las, para que elas tomem atitudes em prol do desenvolvimento, com base na sustentabilidade?"

Sustentabilidade é uma coisa que é muito relativa. Para algumas pessoas, a sustentabilidade é algo que pode ser deixado para um outro plano; para outras, é uma coisa que já tem que começar desde o início. Eu acredito que a cada planejamento nosso, nós temos que ter, sim, a sustentabilidade. Nós temos que ter um modo de sustentar aquilo, de manter aquilo, saber que aquilo vai dar frutos.

A sustentabilidade é você ter em mente alguma coisa que você sabe que realmente vai dar frutos e não pode começar só por você, tem que ser por você, tem que ser pelo Charly, tem que ser pela Marcela, tem que ser pela Mercy, tem que ser por todos vocês que estão aí, por todos vocês que se importam com essa causa.

Era para muitas pessoas estarem aqui hoje, isso aqui era para estar lotado, mas não está, porque as pessoas têm causas maiores para se preocupar.

Se você pensar que o ambiente que você vive, por exemplo, a sua casa, você toma conta dela, não é? Você fecha a porta, você tranca. Então, por que não trancar a porta para as coisas ruins que vão abalar o meio ambiente? Por que não fechar as portas do nosso País para a poluição? Por que não tentar diminuí-la? Por que não fechar as portas para o desmatamento? Por que não prezar pela igualdade? A igualdade é outra coisa que nós temos que levar em conta para o desenvolvimento.

Há os povos indígenas e nós, fora as outras pessoas, os negros... Todo mundo tem que ser tratado de uma maneira igual e eles têm que se envolver, têm que ser um coletivo, uma linha de frente para mostrar que o meio ambiente existe, que o meio ambiente é uma causa pela qual vale a pena lutar, porque o meio ambiente traz consigo muitas coisas que nós não poderíamos trazer sozinhos. Por exemplo, a água. É muito difícil ter água potável sem as usinas de tratamento, sem todas aquelas coisas que nós sabemos que existem, sem os rios... E nós estamos poluindo as nossas fontes de água. O ar, o oxigênio, as árvores influenciam muito nisso, e nós estamos desmatando. Nós estamos acabando com aquilo que nos faz bem, e, com certeza, acabar com isso vai nos fazer mal.

Uma atitude que nós tomamos em nossa escola é a do reaproveitamento da água. Os nossos bebedouros levavam muita água embora, muita água que dava para ser reutilizada de alguma maneira: podia ser reutilizada para lavar o pátio, porque a gente estava usando água limpa. Então, a gente pensou: por que não, em vez de jogar essa água que desce para fora, colocá-la nos baldes, nos nossos barris que a gente tem ao lado do bebedouro, para poder utilizá-la em outras coisas? Isso ajudou bastante. Inclusive, nesses dias, eu estava com a professora de ciências, e ela estava falando que notou que nós, da nossa escola, estávamos nos conscientizando cada vez mais, estávamos mantendo a nossa escola mais limpa. E eu quero facilitar isso, eu quero multiplicar, eu quero levar isso para frente. E eu quero que vocês também levem isto, levem que a importância que vocês dão para o meio ambiente tem que ser levada para outras pessoas.

É isso. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Parabéns, Pedro Henrique Rocha Medeiros, muito obrigado por estar aqui. Eu tenho muito orgulho de vocês!

Eu estava conversando aqui com um colega há pouco que visitei seis comunidades indígenas e voltei de lá... Porque é necessário que o político saia daqui.

A coisa que eu mais defendo é... Eu nunca fui político. Este é o meu primeiro mandato. Eu sou delegado de polícia e professor –, o que eu mais sonho, como político, é que haja, entre aspas, "a derrubada de muros" do Congresso para que os políticos saiam daqui e interajam diretamente com os problemas da comunidade.

Eu saí daqui e fui a Barão de Cocais para ver, conversei com a população de lá para sentir dela aquilo que ela está sofrendo com a iminência de mais um desastre de uma barragem. Eu fui lá em Mato Grosso do Sul, em Dourados, a convite do Ministério Público Federal, e saí de lá extremamente sensibilizado com o depoimento da população indígena. São povos originários, são os nossos parentes que estão sendo violados em todos os aspectos da dignidade da pessoa humana.

Eu fico muito triste e, ao mesmo tempo – aqui confesso para vocês –, eu me sinto envergonhado, envergonhado pelo comportamento de muitos políticos. Eu queria e quero muito, como eu fiz com os índios lá, pedir perdão também a vocês, perdão a vocês pela omissão do Poder Legislativo, pela omissão, às vezes, do Judiciário, às vezes das instituições que compõem o Estado, porque todo poder emana do povo, que é representado por nós, os representantes. Mas, por que nós não estamos fazendo como deve ser feito? Por que está havendo isso? Acabou-se com a Secretaria de Educação Ambiental e estão acabando com o setor de controle do desmatamento. Você está vendo aí a proliferação que, só este ano, acho, já ultrapassou 240, quase 279 novos agrotóxicos. E nós vamos ficar como? Deitados eternamente em berço esplêndido? Então, isso me envergonha também, como político, como cidadão.

Parabéns, Pedro! Parabéns, Charly! Vocês são, sim, a mudança que começa agora. Como eu falo, eu sempre disse que o voto tem um preço; o preço do voto é um futuro que já começa agora. É ele que vai garantir saúde pública de qualidade, educação pública de qualidade, que vai gerar emprego e renda, que vai dar uma educação pública excelente. Pobres daqueles alunos que sonham em fazer um curso de Medicina na Universidade Federal e que, se não for o sistema de cotas, dificilmente vão entrar, porque há concorrência com as escolas particulares e com os cursinhos preparatórios é desleal.

Podem contar comigo aqui na Comissão do Meio Ambiente, do Senado! Enquanto Deus me der vida e saúde, nesses oito anos, eu estarei aqui, defendendo incondicionalmente todos esses valores que eu reputo sagrados, está bom?

Passo a palavra agora à Marcela Miranda, para o seu pronunciamento.

A SRA. MARCELA MIRANDA – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de começar agradecendo à Comissão de Meio Ambiente por essa possibilidade, por essa oportunidade que eles nos deram de estar aqui, especialmente ao Senador Fabiano Contarato pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu nome é Marcela Pimentel Miranda. Eu sou uma das líderes do Movimento Jovens pelo Clima Brasília, juntamente com outros cinco jovens, inclusive duas delas estão bem ali. Eu preparei uma fala principalmente focando no nosso movimento, porque, de certa forma, tudo o que o nosso movimento quer dizer tem a ver com desenvolvimento sustentável. A gente pega tudo disso, a gente surgiu para combater todos esses crimes ambientais e os absurdos que são cometidos. E o que a gente quer, acima de tudo, é poder conciliar o desenvolvimento com a sustentabilidade. Então, eu vou contar um pouco mais sobre nós.

O nosso movimento Jovens pelo Clima Brasília...

Não sei se está passando aqui.

Bom, o nosso movimento Jovens pelo Clima Brasília é inspirado no movimento global contra as mudanças climáticas que se chama Fridays for Future. Ele se iniciou em agosto do ano passado, com a jovem ativista Greta Thunberg, e na época ela tinha apenas 15 anos, que é a idade da maioria que está aqui hoje. E, sentava sozinha à frente do Parlamento da Suécia pedindo medidas eficazes do Governo contra o aquecimento global, em menos de um ano, ela já conseguiu reunir mais de 2 milhões de jovens no mundo inteiro. Ela já realizou duas manifestações globais e os governos já estão sentindo o impacto desse movimento juvenil. Alguns já estão tomando medidas, a exemplo da Inglaterra, que recentemente declarou emergência climática. Então, por que não seguir esse exemplo e tentar trazer isso para o Brasil também?

A pauta do nosso movimento é a mesma desse movimento global, que são as mudanças climáticas. Mas a gente resolveu voltar as nossas atenções para as questões nacionais, porque esse movimento mundial tem a maior representatividade em países desenvolvidos da Europa cujos problemas são bem diferentes dos nossos. Eles lidam principalmente com a questão da queima de combustíveis fósseis, exploração de petróleo. E aqui, infelizmente, a gente ainda lida com problemas muito básicos, como o avanço da agropecuária e o desmatamento.

Bom, a gente iniciou o movimento aqui em Brasília efetivamente após a nossa primeira manifestação, que aconteceu no dia 22 de abril. Então, a gente, na verdade, só está atuando aqui há praticamente dois meses, mas a gente já conseguiu organizar duas manifestações. E a terceira vai ocorrer nesta sexta-feira. Todas elas acontecem em frente ao Congresso Nacional e a nossa intenção é que a gente consiga aumentar em muito o tamanho das manifestações para frente.

Nas duas manifestações que nós fizemos, o número dos participantes quintuplicou entre elas. E, além disso, a gente já conseguiu alcançar 2 mil seguidores nas redes sociais, importantíssimos encontros com Senadores, Deputados e lideranças ambientais do nosso País e hoje a gente conseguiu estar aqui no Senado Federal. E tudo isso comprova a relevância do nosso movimento e a necessidade que a população brasileira tinha de pessoas, no caso, jovens, que assumissem e liderassem uma organização civil que se manifeste, que pressione e que cobre medidas efetivas do Governo contra as crises climática e ambiental nas quais estamos vivendo.

Os jovens do mundo inteiro estão dizendo que não aceitam a negligência e a omissão dos governantes com relação às questões ambientais e os jovens têm o poder de pressionar o Governo. Eles têm o poder de serem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escutados e têm o poder de trazerem mudanças políticas, e essa é a nossa maior intenção ao trazer o movimento aqui, para Brasília. A gente percebeu que faltava um movimento assim no Brasil que resolvesse liderar, que resolvesse questionar o que estava acontecendo com a política brasileira. Por que a população não se posicionava, não questionava, não via esses absurdos, igual os meninos comentaram, que estão acontecendo, essas medidas totalmente contra o meio ambiente que estão sendo tomadas? Por que a população não está se manifestando, não está se opondo a isso e falando: "A gente não aceita, não está certo"? Então, a intenção principal do nosso movimento é de trazer essa voz e de ter essa comunicação com o Governo justamente para pedir esse desenvolvimento sustentável que a gente tanto defende.

Bom, nós resolvemos unir nossa voz a esse movimento mundial e dizer basta aos absurdos ambientais que estão sendo cometidos aqui, porque, gente, nós estamos cansados de ver os políticos gananciosos agindo apenas em prol do lucro e desprezando toda a riqueza natural que nós temos no nosso País. Estamos cansados da impunidade das empresas que estão avançando e destruindo o nosso meio ambiente. Em três anos, vimos dois crimes ambientais horríveis, praticamente iguais, acontecerem no nosso País: a tragédia que aconteceu em Mariana e, menos de três anos depois, em Brumadinho. E o que está sendo feito contra isso? Nós também estamos fartos do descaso das lideranças com a importância que a natureza tem para a manutenção da vida. Nós queremos que isso seja reconhecido. Nós viemos dizer que o dinheiro não compra a vida e o dinheiro não compra o nosso futuro, o futuro dos jovens, de todos nós sentados nesta sala, no Planeta.

Nós já estamos sofrendo as consequências das mudanças climáticas e de todos os outros problemas ambientais. Os cinco anos mais quentes da história foram os últimos cinco anos. O aquecimento dos oceanos bateu recorde no ano passado. O derretimento das geleiras da Antártida já é seis vezes maior do que era há 40 anos. Um milhão de espécies de animais e plantas estão ameaçados de extinção. Tempestades e desastres naturais são cada vez mais intensos e frequentes, e nós conseguimos perceber isso esse ano no Brasil, porque tivemos intensas tempestades no Rio de Janeiro, igual percebemos mais de uma vez esse ano, em São Paulo, no Nordeste, inclusive com várias mortes. Bom, além disso, 16 milhões de refugiados climáticos abandonaram seus lares no ano passado e a previsão é de que, em 2050, sejam 250 milhões de refugiados climáticos. E milhares de pessoas morrem todos os anos devido às mudanças climáticas, por ondas de calor, secas, poluição, deslizamentos, tempestades, furacões. Até quando nós vamos ter que ouvir essas notícias? Até quando milhares de vidas serão exauridas? Até quando nós vamos fechar os olhos para o problema?

Nós precisamos mudar de atitude imediatamente! É preciso que se cumpra o Acordo de Paris, que limita o aumento da temperatura do Planeta a 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais. E, para que esse acordo seja cumprido, é preciso reduzir drasticamente as emissões de gás de efeito estufa. As emissões de carbono devem ser limitadas à metade até 2030, e em 2050 devem estar completamente eliminadas.

O Brasil é o sexto País no mundo que mais emite gás de efeito estufa. Ali no gráfico, a gente vê que 50% dos gases de efeito estufa estão relacionados, até hoje, ao uso da terra, ou seja, desmatamento, degradação do solo, queimadas, e 20%, arredondados, com agropecuária, mais 20% com a energia: queima de combustíveis fósseis no uso de transporte, indústrias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda olhando para esse gráfico, a gente pode ver que mais de 70% das emissões de gás de efeito estufa no nosso País estão relacionadas com o agronegócio. A agropecuária brasileira se fosse um país, seria o 8º maior poluidor do mundo. E a gente pode perceber que o agronegócio nacional funciona como um verdadeiro lobby, influenciando muitas decisões políticas para garantir apenas o ganho de capital. Esse setor está avançando descontroladamente sobre os nossos biomas, para aumentar a área produtiva, visando unicamente ao lucro. E é principalmente aí que nós temos que focar na questão do desenvolvimento sustentável, trabalhar a questão da agricultura sustentável, as agroflorestas, a agricultura de baixo carbono. Existem várias novas alternativas. Então, é preciso mudar a forma de como o agronegócio atua no nosso País.

Vale lembrar que a produção pecuária aqui no Brasil tem a capacidade de triplicar sem derrubar mais nenhuma árvore. A chave para isso tudo está na produtividade e não no aumento de área. Então, de novo a gente bate na questão do desenvolvimento sustentável. Por que não conciliar a produção com uma visão sustentável que vise à proteção e ao respeito ao nosso meio ambiente?

O Brasil já é o País que mais desmata florestas tropicais no mundo. E as florestas são essenciais no combate ao aquecimento global e à manutenção de um desenvolvimento sustentável. As florestas armazenam bilhões de toneladas de carbono todo ano. Elas influenciam regimes de chuva de todo o Planeta e elas garantem a manutenção dos mananciais hídricos. E a destruição desenfreada não só das nossas florestas, mas de todos os biomas no Brasil precisa parar! É preciso entender que todos os ecossistemas mundiais estão interligados, eles dependem um do outro. Então, é preciso preservar cada um deles, seja a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, os Pampas, o Pantanal. Cada um deles tem a sua importância e como um todo, como um conjunto, eles são vitais para a manutenção do clima e de todo o equilíbrio ecológico mundial.

Então, é preciso conciliar a preservação de cada um desses biomas com o desenvolvimento que ocorre neles. A gente aqui está numa cidade que fica no bioma Cerrado e a gente já viu que mais de 50% do Cerrado já foi destruído, e a gente vê esse avanço principalmente na produção de soja sobre o Cerrado e esquece que no Cerrado há nascente de oito das doze bacias hidrográficas brasileiras. O Cerrado é berço de três nascentes de bacias que são de extrema relevância para toda América do Sul. Então, a gente precisa entender a importância singular de cada um dos nossos biomas.

O nosso movimento surgiu para combater as atrocidades ambientais cometidas no nosso País e para lutar contra uma completa catástrofe climática. Então, nós viemos exigir que o Acordo de Paris seja cumprido; nós viemos exigir que o desmatamento no Brasil pare imediatamente! Nós viemos exigir a preservação de todos os nossos biomas, com a demarcação das terras indígenas, porque todos nós sabemos que é o local em que ocorre a maior proteção ambiental.

Nós estamos lutando pelo nosso direito mais básico, o direito à vida. E nós vamos nos manifestar até que a nossa voz seja ouvida e até que as nossas demandas sejam atendidas.

Está tudo errado. O nosso modo de vida é ditado pelo dinheiro, enquanto o nosso Planeta está sendo destruído. A ganância e a ignorância estão condenando o futuro da vida na Terra. Se não repensarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediatamente a nossa relação com o meio ambiente e tomarmos medidas urgentes contra a crise climática, o ecossistema mundial entrará em colapso. Nós não temos mais tempo, nós precisamos conciliar esse desenvolvimento da produtividade com o desenvolvimento sustentável. O nosso Planeta está pedindo socorro e nós temos que atender o seu chamado! A mudança precisa começar agora!

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigada, Marcela. Parabéns pelas suas colocações, pelo brilhantismo com que falou.

Eu quero aqui registrar a presença também da ONG Programando o Futuro, que trabalha com reciclagem de resíduos eletrônicos em Valparaíso, Goiás. (Palmas.)

A Escola Centro Educacional da Asa Norte, que desenvolve projetos de sustentabilidade. Neste ano, o foco é a bioeconomia. Quero agradecer o Prof.Peter. (Palmas.)

Nós temos também, graças a Deus, a participação pelo e-Cidadania, que é um canal de vinculação direta com a população. Todos que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Aqui nós temos aos expositores a manifestação de quatro pessoas. O Cláudio Siqueira, do Distrito Federal, pergunta: "A política ambiental tem sido preterida pelas questões agrícolas, como buscar um equilíbrio nesse sentido?".

A Rosineide Santos, de São Paulo: "Qual seria a viabilidade e eficácia de um programa de fertilização e reflorestamento em massa para reverter a desertificação?".

A Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro: "Porque em um País como o nosso é tão difícil fazer coleta seletiva e diminuir o nível de poluição que é despejada no mar, com nosso esgoto?".

O Leandro Alves, do Distrito Federal: "A nova geração é ecologicamente correta, mas adora comprar um dispositivo eletrônico super poluente todo ano e jogar o velho no meio ambiente".

Ficam abertas aqui aos três expositores, se quiserem fazer suas considerações sobre essas perguntas.

O SR. CHARLY SANCHES – Eu vou pontuar um pouco de cada. Eu acho que, sobre como buscar o equilíbrio no sentido politicamente ambiental e de questões agrícolas, existem vários estudos e várias iniciativas que são modelos no mundo todo. Acho que a Marcela falou muito das questões dos SAFs, dos Sistemas Agroflorestais, que são uma alternativa muito interessante no sentido de que você consegue produzir, você sai da linha da monocultura e você consegue manter a floresta em pé dentro de um único sistema, que é um sistema produtivo e que não é agressivo. Ele existe em pequena escala.

Existem outros meios de pequena escala como a agricultura familiar, mas a questão é que, quando a gente fala de mudar o modo de plantar, a monocultura, não é que a gente defenda acabar com a produção agrícola. Não, a gente quer que exista a produção agrícola, mas que ela seja uma produção agrícola consciente: que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela não produza com muito agrotóxico, como tem sido feito; que ela, de fato, indique e tenhas seus parâmetros de qualidade expostos; e que tenha um controle de acompanhamento sempre transparente. A gente quer também que ela seja uma atividade que consiga gerar não só dados econômicos, mas também emprego e renda, porque, às vezes, no campo, o modelo da monocultura não consegue gerar a quantidade de emprego, já que é todo mecanizado.

Então, quando a gente fala que a gente quer... Não é uma balança de agricultura versus meio ambiente. Não, a gente quer que seja uma atividade que, de fato, seja realizada, mas respeitando toda uma legislação que já está estabelecida, respeitando toda uma lógica tanto social quanto ambiental. É possível. Falta muita vontade de quem está produzindo e dos governos de fiscalizar e fazer com que a legislação seja cumprida. A legislação ambiental não está para passar por cima ou acabar com os meios produtivos. Não, ela está para organizar, ordenar e fazer com que eles sejam eficientes e o menos danosos possível.

A viabilidade e eficácia de um programa de fertilização e o reflorestamento em massa podem reverter a desertificação? Eu acho que existem alguns programas, existem iniciativas. O SAF, inclusive, é visto como uma iniciativa de combater a desertificação, que eu falei que são os Sistemas Agroflorestais. O que eu mais gosto e sempre pontuo é tentar, de fato, fazer o reflorestamento com as espécies nativas, porque eu acho que, se as espécies nativas existiam ali, é porque as condições ambientais eram propícias para que elas estivessem naquele local. Acho que, para combater a desertificação, talvez seja, de fato, implantar e tentar se adequar o mais perto possível do sistema florestal que existia naquele local

Por que em um país como o nosso é tão difícil fazer coleta seletiva e diminuir o nível de poluição que é despejado no mar com o nosso esgoto? A gente tem um Plano Nacional de Resíduos Sólidos, mas a gente tem, de fato, um plano que não está sendo aplicado. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos obrigava os Municípios, por exemplo, a implantar tanto as coletas seletivas quanto os aterros sanitários, que são destinações mais controladas do resíduo sólido. E acaba que, nos anos que foram preestabelecidos, os Municípios não estabeleceram os aterros sanitários. Foram dados novos prazos, e, pelo visto, a gente nunca vai ter, de fato, os Municípios com os aterros sanitários implantados.

A gente entende as dificuldades dos Municípios, principalmente dos menores, mas a gente também vê que não há uma vontade do Governo Federal de auxiliar na implantação desses aterros sanitários, ou seja, massacrando tudo o que foi feito no processo de construção do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que foi um processo muito bonito e que contou com a mão de várias pessoas. Então, o que está faltando, a meu ver, na questão dos resíduos sólidos é vontade política e vontade governamental de implantar o que a Política Nacional de Resíduos Sólidos já traz, que, para mim, é uma política muito completa e que, inclusive, traz muito beneficiamento para quem é catador, para quem recicla, ou seja, traz toda uma cadeia que passa a ser até uma cadeia produtiva do lixo. Para mim, nesse sentido, é falta de vontade.

E o último da nova geração ecologicamente correta é comprar um dispositivo eletrônico superpoluente todo ano. Essa pessoa, na verdade, não está acompanhando muito o avanço tecnológico também, porque o avanço tecnológico, a cada ano, mostra que a gente tem acesso a vários equipamentos que têm sido cada vez menos danosos ao meio ambiente. E aos que são danosos ao meio ambiente, já que a produção continua,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que seja feito, como eu disse, o descarte adequado também previsto na Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Então, o problema não é a gente usar os aparelhos, ou seja lá o que for, até porque todos têm necessidades sociais que já são preestabelecidas. E a gente não quer romper com isso. A gente só quer que seja respeitada a legislação, que esses aparelhos e dispositivos sejam descartados da melhor forma possível, como já prevê a legislação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Neste momento, eu quero deixar bem aberto, bem claro aqui, quebrando o protocolo, que vocês fiquem mais à vontade... Às vezes, queria eu estar aqui sem paletó e gravata, de camiseta, mais à vontade, porque eu quero vocês se sintam em casa. Às vezes, é difícil, parece que há um muro, uma barreira. Não, pode ficar à vontade, agora eu quero quebrar esse protocolo e abrir para quem quiser fazer qualquer colocação, qualquer manifestação. Pode usar o microfone, levantar a mão e falar, pode ficar à vontade para falar.

Pode falar.

O SR. LUAN DE PAULA – Boa tarde! Eu sou Luan de Paula, sou aluno do Cean. O Cean é uma escola daqui da Asa Norte. Dentro do contexto do Plano Piloto, a gente é uma das poucas escolas que levam o tema de sustentabilidade no Plano Piloto.

Na nossa escola a gente tem diversos sistemas ambientais, diversos sistemas de sustentabilidade. Eu mesmo desenvolvo uma agrofloresta circular no fundo da escola. É desenvolvida uma agrofloresta linear por outra aluna também no fundo da escola. É desenvolvida uma companhia. É desenvolvido um meio de isolantes térmicos usando caixas de leite para cobrir o teto da escola. É desenvolvido um viveiro que usa garrafas PET para controlar o clima dentro do viveiro, assim, a gente consegue ter uma diminuição do grau para as mudas se desenvolverem melhor. É uma escola que tem um grande interesse ambiental, é uma escola que tem uma BET (Bacia de Evapotranspiração), que cuida da água suja do banheiro, mas também é uma escola onde a gente luta contra o tempo e a gente luta contra o Governo, de certa forma, porque cada dia mais a nossa educação dentro do Brasil está sendo sucateada, a nossa educação está sendo jogada pela janela.

Os alunos agora vivem num regime semestral de aula, a gente só tem metade das matérias para ter a outra metade das matérias, uma boa parte do conteúdo se perde. Neste ano, no segundo bimestre, de dez matérias de Biologia eu tive duas no segundo bimestre, porque não existe tempo e não existe a capacidade de nós, alunos da escola pública, levarmos esse projeto para frente, pois estamos sempre correndo contra o tempo e contra um Governo que não nos apoia, um governo que claramente está se pondo contra nós há anos, principalmente dentro do DF.

Desde o meu primeiro ano no ensino, somos feitos de laboratório, onde são testados diversos métodos novos de Governo, como se nós fôssemos os ratos de laboratório do nosso plano educacional brasileiro, principalmente nas escolas do DF. Hoje em dia, o aluno não luta para poder sair da escola, para pular o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muro; ele está tentando lutar cada vez mais para estudar, porque a gente tem nossa educação tirada de nós, a gente tem a nossa educação cada vez mais baqueada. Então, o aluno desenvolve um projeto dentro da escola que ele nunca vai conseguir levar para fora, porque ele não vai ingressar numa universidade federal, porque ele não tem o apoio escolar, ele não tem o apoio educacional.

A gente vive num país com síndrome de cachorro vira-lata violenta. A gente olha e fala: "Ai, que bonita uma ação suíça, uma ação canadense", enquanto as piores mineradoras no Brasil são canadenses. Então, até quando a gente vai ser uma colônia? Porque a gente é um país independente que se comporta como um país colonizado. A gente come na latinha do cachorro, entende? A gente come no potinho que os colonizadores entregam para a gente.

Isso é literalmente sentido pela nossa própria alimentação. O Brasil é um dos países que tem a maior diversidade de alimentos do mundo. Ele tem uma diversidade de flora e de fauna enorme. A gente tem uma diversidade alimentícia. Se forem ver o prato de um brasileiro, é um prato composto majoritariamente por alimentos que vêm do exterior, alimentos que a gente não tem, alimentos que, se a gente tem uma produção aqui, é uma produção de alimentos não nativos, quando a gente tem as espécies nativas. A gente tem as PANCs, por exemplo, que são as Plantas Alimentícias não Convencionais. O Brasil é um país rico de alimentos onde a gente come de colonizadores, onde a gente é explorado por colonizadores, onde a gente tem um governo que dá mais e mais abertura para essas pessoas entrarem, essas pessoas destruírem o Brasil.

Então, a gente tem muito discurso de que o brasileiro está destruindo o brasileiro, que é verdadeiro, mas a gente também tem o exterior destruindo o brasileiro e o brasileiro passivo a isso, o brasileiro contente de ser destruído por um do exterior. A gente tem um brasileiro que quer muito mais sempre se destruir, sempre se criticar, em vez de olhar lá fora.

Por exemplo, um comentário sobre telefones celulares e jovens. Eu sou de uma escola pública, entendeu? Um aluno da minha escola, a maioria dos alunos de lá não compra um celular por ano. Isso é uma questão, basicamente uma burguesia que está querendo se criticar, querendo criticar uma geral, quando, na realidade, isso ataca majoritariamente a eles.

Eu quero terminar a minha fala dizendo que a gente vive num mundo onde dinheiro é poder. Infelizmente, a maior forma de poder que a gente tem hoje em dia é o dinheiro, as coisas mais poderosas do mundo são todas pessoas ricas. Se dinheiro é poder, onde a gente coloca o nosso poder? Porque o dinheiro que é o poder não está sendo dado para a educação. Por que a educação não é empoderada? Por que a educação não recebe esse poder que é o dinheiro? Por que a sustentabilidade não recebe esse poder que é o dinheiro? Porque nós somos cada vez mais privados de escolher realmente onde nós colocamos o poder. Eu tenho certeza de que muitos brasileiros não querem colocar o poder numa mineradora que está matando um monte de gente, uma mineradora que está tendo desastres ano sim e ano não.

Eu fui, quando aconteceu o desastre de Mariana, num passeio escolar quando eu era mais novo. Naquele lugar, se você tocava no chão, a sua mão literalmente ardia. As pessoas de lá relatavam que passaram vans jogando sementes quando o desastre aconteceu. As sementes tinham rápido crescimento, porque assim a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semente cresceria e não daria para ver o tamanho da destruição, eram umas áreas de matagais, que não faziam sentido nenhum no meio do lamaçal que era aquela área. O povo que morava naquela região apontou para a gente e falou: "Ah! Não, ali passou na van e jogou sementes dois dias depois do desastre".

Então, a gente está investindo nosso dinheiro, que é o nosso poder; o nosso Governo está investindo nosso dinheiro, nosso imposto, todos os nossos sistemas, e ele não está investindo na gente. O dinheiro, que é o poder, não está sendo dado para nós. O nosso dinheiro está sendo tomado da nossa mão para ser investido em coisas que nos matam, em agrotóxicos que nos matam, em sistemas que não funcionam.

O sistema monocultural não funciona. O sistema monocultural consegue exportar, mas isso é a própria pedra no seu caminho. O sistema monocultural uma hora ele não vai conseguir continuar, a gente não vai conseguir desmatar o Brasil inteiro e continuar produzindo agricultura. Se o Brasil inteiro for desmontado, acabou a agricultura!

É isso que eu queria colocar. Que a gente pense e que a gente olhe sempre onde a gente investe esse dinheiro que é o nosso poder. Por que as nossas escolas são laboratórios. Por que os nossos estudantes que desenvolvem projetos não são reconhecidos? Por que a ciência é um tabu no Brasil? A gente tem um país medieval?

É isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Continua aberta. Se alguém quiser fazer alguma colocação...

A SRA. LÚCIA CRISTINA DUARTE PIMENTEL – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode falar.

A SRA. LÚCIA CRISTINA DUARTE PIMENTEL – Outro dia eu li uma matéria no El País, da Eliane Brum. A Eliane traz uma coisa, ela estava exatamente falando desse movimento ligado à Greta Thunberg, dizendo que vocês são uma geração sem esperança. Essa é uma geração sem esperança e é isso que essa geração está aí mostrando, que a casa está pegando fogo e nós – vamos dizer assim, entre aspas –, os "adultos", estamos aqui dizendo: "Não, esse movimento de vocês é só uma coisa bonitinha. Isso vai passar, em algum momento vocês vão perceber que...". Não sei se a genteatribui a seriedade do que esse movimento representa, do que essa juventude está aqui trazendo.

O Charly trouxe no início o fato de que os Senadores não estão aqui. Não é, Charly? Eu acho que você tem razão. Quer dizer, onde é que estão as pessoas que estão aqui para representar vocês?

Mas, sabe, eu acredito... A gente tem um ditado que diz assim: "Uma andorinha não faz verão". E eu acho que a Greta Thunberg veio para mostrar que uma andorinha faz verão, porque ela está fazendo verão. Fez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e está fazendo. E ela foi lá sozinha, com o cartazinho dela, durante tanto tempo. E ela sustentou isso. E isso chamou a atenção, e isso está fazendo verão.

Então, eu acho que vocês precisam continuar nessa causa, vocês precisam continuar e se manter firmes. Não é fácil. Eu acho que você colocou superbem... Como é que é seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÚCIA CRISTINA DUARTE PIMENTEL – Luan.

Eu acho que essa crítica, essa coisa de: "Ah! Vocês usam celular...", é uma coisa que vem para destruir o movimento.

O Charly disse assim: "Para não tentá-lo, buscam descaracterizá-lo". Você disse isso, não é? Eu acho que é exatamente isso, sabe? Para não tentar novas coisas, para não tentar, eu critico, eu critico quem tem o celular, eu critico quem tem a roupa, e eu desqualifico o que vocês estão fazendo. Olhem as práticas que vocês hoje trouxeram aqui. E é isso que vai poder fazer a mudança, é isso que vai poder fazer a transformação.

Eu acho que vocês estão de parabéns. E continuem lutando, brigando e mostrando que, desse jeito, não existe mesmo país possível.

E, só para finalizar, eu vou dizer que tenho muito orgulho de vocês e da minha filhota, que está ali sentada. (Risos.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado pela participação.

Antes de dar continuidade, eu queria deixar claro aqui, como a Marcela falou muito sobre mudanças climáticas, que nós aprovamos, na Comissão de Meio Ambiente, o monitoramento da implementação de política de mudanças climáticas neste ano. Esse monitoramento nos permitirá convocar autoridades federais – convocar autoridades federais – e requerer informações dos órgãos públicos, para caracterizar como o Governo está se planejando para começar a executar o Acordo de Paris, que inicia seu período de implementação em 2020. Nossa intenção é cobrar postura e compromisso do Governo e daremos conhecimento à sociedade sobre se o Governo vai conseguir ou não cumprir as metas assumidas.

Eu, recentemente, fui convidado, tudo à custa do Governo alemão, porque eles também... Eles estão extremamente preocupados com o rumo que o Brasil está tomando na área ambiental, que é público e notório, não é? E eu não medi palavras para falar a verdade do que está acontecendo aqui no Brasil.

Então, há um investimento no Fundo Amazônia, e até isso estão querendo desvirtuar, mas eu fico muito feliz quando eu vejo vocês e eu tenho muito orgulho de vocês. Quando eu vejo a colocação de cada um de vocês, o brilho nos olhos, a forma como falam, esse empoderamento... Nós temos que nos empoderar; vocês têm que se empoderar disso, efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto a essa síndrome do vira-lata, e realmente ela existe, a gente tem que parar com isso. Nós temos mentes brilhantes, potencialidades, e o que basta, o que é necessário é nós dizermos a que viemos, para que e para onde nós vamos. Não basta você ter na Constituição Federal, que se diz cidadã, que todos são iguais perante a lei, se, infelizmente, hoje, essa não é a realidade.

Assim como Martin Luther King disse que tinha um sonho, eu também tenho. Não canso de falar isso. Eu sonho com um dia chegar aqui e falar: olha... Eu sonho com um dia em que, no Brasil, você não vai ser julgado pela cor da pele; eu sonho com um dia em que, no Brasil, você não vai ser julgado pela sua orientação sexual; eu sonho com um dia em que, no Brasil, você não vai ser julgado por ser mulher ou ser homem; por ser pobre; por ser índio; por ser deficiente. Agora, infelizmente, nós vivemos num Brasil de desiguais, onde se faz questão de criminalizar a pobreza. Quando os crimes de maior prejuízo quem pratica? São os crimes praticados por políticos. Porque, quando acontece um furto, aqui em Brasília, você tem uma vítima. Mas, quando o Governo desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando o Governo desvia verba da educação, ele está matando milhões de pessoas; quando ele desmantela o Ministério do Meio Ambiente, ele está matando vidas. Em toda a sua dimensão.

E para isso que é necessário que vocês continuem com esse brilho nos olhos, com essa vontade de mudar, de dizer: "Olha, nenhum direito a menos. Nada de regresso". Nós vamos continuar lutando por uma sociedade mais justa, fraterna, igualitária, e quem sabe, um dia, todos seremos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, pessoa com deficiência, idoso. Independentemente! Mas, para isso, é necessário que vocês se retroalimentem e cobrem das autoridades; cobrem dos políticos.

Essa cobrança que você fez, Charly, que a colega, professora, fala e que eu falo, eu também estou falando aqui todos os dias. Porque Platão falava que a sabedoria está na repetição, e a gente tem que estar aqui repetindo, repetindo, porque defender o meio ambiente é defender a vida humana em sua plenitude. Eu morro defendendo isso. Por isso que eu me sensibilizo tanto quando eu vejo isso, essa identidade social com as minorias – que não são tão minorias assim. Quando você para e pensa que, aqui neste Senado...

Eu, recentemente, fui Relator de um projeto de lei que queria acabar com a participação das mulheres nas eleições. Olhem! Nós estamos em pleno século XXI. A mulher, até pouco tempo, era subjugada, era considerada semi-incapaz. Apenas em 1932 teve direito ao voto, e agora nós estamos querendo retroagir? Nós estamos com pautas, no Brasil, que parecem da época medieval, que discutem temas em que você tem tabus. Nós temos pautas importantíssimas, que têm que ser enfrentadas pelo Parlamento, pelo Governo, que vão alavancar a economia, que vão gerar emprego e renda, que vão fortalecer a educação.

Quando o Luan fala dos projetos, eu fico aqui vibrando e falo: "Poxa, tem que reverberar isso; tem que ter voz, tem que ter incentivo. Não pode ficar e se limitar ali. Tem que sair dos muros".

Então, eu quero mais uma vez me colocar à disposição mesmo. Eu me coloco. Este mandato é nosso. Este mandato é participativo. Entendeu, Charly? Entendeu, Marcela? Pedro? É para vocês. É por vocês. Eu não colocaria meu nome para passar por esse crivo da população capixaba, que me elegeu como Senador, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não for para fazer diferença, porque a população está cansada dos mesmos com os mesmos resultados. Chega! Chega de político profissional. Chega desse desrespeito com a coisa pública.

Dinheiro público não é dinheiro de ninguém, é dinheiro de todo mundo, e isso tem que ser respeitado. Essas garantias, esses direitos humanos essenciais sagrados estão sendo violados, o que nós não podemos admitir. E vocês são e continuarão sendo a esperança que começa agora, e eu fico feliz quando ouço vocês. Vocês não sabem a felicidade que eu tenho, porque eu venho de uma escola pública, eu sempre estudei em escola pública e eu fico fascinado quando eu vejo a colocação de um ou de outro, ou mesmo daquele que não se manifestou, mas que sabe que está aqui, porque tem responsabilidade, porque está, de qualquer forma, contribuindo para que essa sua voz tenha eco, e vai ter.

Eu tenho fé em Deus que nós vamos mudar isso e que nós não vamos admitir nenhum retrocesso. Podem ter certeza: eu vou estar lá nas comunidades indígenas lutando pelas mulheres, lutando pelas crianças, pelos idosos, pelas minorias, em qualquer circunstância. O que nós temos que fazer é reduzir a desigualdade social, que é gritante, que é latente, que é podre e cheira mal no Brasil; infelizmente é isso o que acontece.

Alguém mais quer fazer alguma colocação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode falar a que está de verde.

A SRA. CLARA BABY ARAÚJO – Boa tarde.

Eu sou uma das administradoras do Jovens pelo Clima, apresentado pela Marcela.

Eu gostaria de, primeiramente, agradecer pela oportunidade dada por vocês, que abriram as portas da Comissão para esses jovens que estão interessados em lutar pelo meio ambiente, que é uma pauta tão importante. E digo que realmente é muito triste ver que os Senadores que deveriam estar aqui, dispostos a cumprir os acordos, como o Acordo de Paris, que foi citado pela Marcela...

Aqui estamos nós, os jovens que ainda temos esperança. Hoje o nosso trabalho deveria ser para andar para frente no que a gente já conquistou, mas, infelizmente, a gente está tendo que lutar para não retroceder. Isso é muito, muito triste.

Também retomo o que a Marcela falou, comentando também o que o Senador Contarato disse: a gente tem capacidade de aumentar realmente a nossa produção, de o agronegócio ser sustentável sem derrubar mais nenhuma árvore. O nosso Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ainda tem a coragem de dizer que o agronegócio brasileiro é um exemplo de sustentabilidade, e isso é uma vergonha.

Também elogio todos esses alunos aqui presentes que têm a coragem de tomar a iniciativa nas suas escolas e convidá-los a ingressar no nosso movimento. A gente está aqui para dar voz a todos vocês, porque todos estamos no mesmo barco. Quero dizer que a participação de cada um é fundamental e também convidá-los

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a nossa próxima manifestação no dia 28, sexta-feira, às 16h, aqui no gramado em frente ao Congresso. A gente tem que fazer um volume. Quem sabe a gente não consegue aumentar o número de pessoas da última manifestação. Isso é por vocês, é por todos nós que ainda temos esperança de que um dia vamos poder comemorar vitórias na preservação ambiental.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode usar o microfone e falar quem quiser.

A SRA. ANA LAÍSE DA SILVA ALVES – Eu!

Boa tarde a todos e todas.

Eu sou a Ana Laíse, hoje estou como presidente de uma ONG socioambiental que se chama Terra Azul, fundada no Ceará, mas que hoje atua em Brasília.

Para mim é uma grande honra estar aqui com vocês. Principalmente, agradeço à Mesa em nome de Charly, Marcela e Pedro, porque eu me sinto muito representada por eles. Há dez anos, mais ou menos, eu estive na Rejuma, que o Charly, representa; eu facilitei processos de pré-conferência, nos quais o Pedro veio representar a gente, isso no Estado do Ceará, e estamos atuando em parceria forte junto com os meninos do Jovens pelo Clima.

A gente trabalha aqui em Brasília com agroecologia e clima também. Então, para mim é uma grande satisfação estar aqui vendo que esse processo de liderança é renovado. Então, eu agradeço muito, por anos atrás eu ter encontrado as pessoas certas na minha vida que me sensibilizaram e me ajudaram a permanecer nesse ativismo ambiental. Foi uma escolha feita lá atrás, mas eu tenho certeza de que é para o resto da vida. Somos multiplicadores. É o que eu desejo para esses jovens. A gente realmente passa a bola, mas permanece junto no jogo com eles. Então, eu fico muito gratificada por ver novas lideranças nesse processo.

Na Terrazul nós trabalhamos a partir do princípio da Carta da Terra. E eu gostaria de deixar uma mensagem aqui para todos da Carta da Terra.

Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Esse é um trecho da Carta da Terra.

Obrigada. (Palmas.)

A SRA. IASMYM DE CALDAS CHAVES – Boa tarde!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou da ONG Programando o Futuro e queria refutar sobre a questão do celular. A gente trabalha com o tratamento de lixo eletrônico. Não apenas com celular, mas com todo o tipo de lixo eletrônico. Por dia, não vou nem dizer por semana, a gente recebe muito equipamento eletrônico tanto antigo como atual. Dependendo da quantidade, a gente tira uma grande quantidade de carvão do solo, como foi comentado pela Marcela.

Quando esse material é passado para a gente, a gente faz o descarte correto. A gente costuma descaracterizar o resíduo. Os tipos de resíduo são colocados em bags, separados, e enviados de novo à indústria que fabricou. Assim, eles transformam em um novo equipamento. E, com o que a gente consegue recondicionar, a gente oferece curso de informática básica, montagem e configuração e robótica.

A gente capacita muitos alunos. Por ano, são mais ou menos, de 700 a 800 alunos. O pessoal aqui da Mesa não me deixa mentir, todos nós somos ex-alunos, conhecemos o projeto e atualmente trabalhamos lá. Eu estou no projeto há cinco anos e o conheço desde os 13.

Desde que iniciei, eu não tinha muita preocupação com o meio ambiente, eu vou ser bem sincera. Desde então, isso se tornou meu foco principal. Às vezes, estou andando na rua e vejo um equipamento: "Gente, tem um equipamento ali!". E não é só isso. Todo mundo hoje tem muito fascínio pela impressora 3D.

A gente recolhe esse plástico, transforma e faz uma impressora 3D. A gente pega esse material e transforma em blocos, a gente fabrica o nosso próprio filamento. A gente trabalha em um ambiente em que todo mundo é família. Independentemente de não ter o mesmo sangue ou parentesco, é um ajudando o outro, todo mundo, temos as reuniões, as puxações de saco, as brigas, mas isso é comum numa família.

E, referente ao que foi dito sobre não se ter o descarte correto do celular, sim, tem grandes projetos, tem empresas que disponibilizam o recolhimento desse material. Agora, a comunidade não se preocupa muito em correr atrás e procurar saber, porque nós temos o pai Google, como o povo diz, e mesmo assim não gastamos nosso tempo com o que é necessário ou o que é importante de pesquisar. Assim que a gente montou o CRC, o Centro de Recondicionamento de Computadores, junto com o MCTIC, a gente disponibilizou os locais em que se podia entregar equipamento de lixo eletrônico, inclusive celulares, pilhas, até o que não é lixo eletrônico a gente acaba recolhendo, para dar o descarte correto.

Sobre ele ter dito que todo ano a geração muda de telefone, isso não é bem a realidade, porque a gente trabalha mais do que a gente consegue consumir, principalmente a juventude de hoje em dia, que está muito preocupada com o meio ambiente. (Palmas.)

O SR. IGOR ASSIS DOS SANTOS – Falar sobre meio ambiente é muito importante, sobre sustentabilidade também, e não tem como desvincular a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente da educação. Nesse ponto, eu gostaria de acentuar aqui a crítica que já foi feita ao que estão fazendo com a nossa educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A semestralidade, que é uma coisa que está sendo aplicada hoje no nosso colégio, o Cean, como cobaias, mesmo, que nós estamos sendo no Brasil, tem um projeto contra educacional, ao meu ver, ao ver de muitos colegas meus no colégio, porque não se está querendo fazer do aluno um ser pensante, um ser que critica.

Aqui há um consenso: quem vai fazer essas mudanças no meio ambiente, quem já está fazendo essas mudanças? Somos nós, jovens, que buscamos as manifestações, etc. E eles estão querendo acabar com essa percepção crítica que nós temos, colocando algumas matérias num mês, algumas matérias em seis meses, outras matérias em outros seis meses, e isso cerceia a capacidade para o nosso estudo, para passar no vestibular, passar na universidade, porque a gente perde muito. Nós, alunos de escola pública, quantos aqui não trabalham além de estudar?

Então, quanto mais o tempo que passa, eles vão querendo, nesse projeto contra educacional, acabar com nosso senso de percepção, acabar com o nosso senso crítico de analisar: "Olha a natureza, olha isso aqui". O Cean, como o Luan já disse, é uma das únicas escolas no Plano Piloto que tem esse projeto, e cada dia que passa não tem mais como colocar para a frente, porque o Governo, há um tempo já, quer transformar a juventude em robôs para a produção, para, quem sabe, no futuro trabalharem na agropecuária, para trabalharem no desmatamento sem perceber o que estão fazendo, sem perceber que estão causando um mal a si próprios e a toda uma população nacional e mundial.

Então, eu gostaria de pedir aqui, também aos Senadores que não estão aqui, infelizmente, mas nós temos um aqui, e alguns outros, que eu saiba, eu gostaria de pedir a vocês essa atenção com a educação, atenção para não deixar que o Governo, que eles façam da nossa educação uma educação robotizada, que eles tirem o nosso senso crítico e o nosso senso de percepção para que a gente possa, cada dia mais... Eu estou no terceiro ano, mas que as gerações futuras dos próximos ensinos médios tenham esse debate sobre o meio ambiente, tenham esses debates sociais sempre, e não fiquem só nessa – entre aspas, com perdão da palavra – "picuinha" de que a gente só trabalhe, só trabalhe, para que a gente não estude, para que a gente não faça uma faculdade, no máximo um curso técnico, porque a educação é que muda o mundo. A gente entende que faz mal o CO2, a gente entende que fazem mal as coisas na camada de ozônio, a gente entende que faz mal por meio da educação, é por meio desses aprendizados. E, quanto mais eles tiram esse senso de percepção da vida e do meio ambiente, mais eles tiram o nosso direito de sermos seres humanos, seres pensantes, mais eles tiram o nosso direito à vida, porque nós mesmos nos boicotamos. Mas a culpa é nossa? Não, a culpa não é nossa, a culpa é de um governo que faz um processo contra a educação, que tem um projeto – é um projeto, sim – de acabar com a nossa percepção crítica, um projeto de acabar com o nosso senso, de acabar com a informação para que a gente só trabalhe, só trabalhe, só trabalhe e não veja o quanto a gente está sendo prejudicado pelo nosso próprio trabalho.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA – Eu queria, rapidinho, primeiro, parabenizar o Senador Fabiano Contarato pela iniciativa deste Junho Verde, parabenizar a Marcela, o Charly e o Pedro pelas exposições e, segundo, fazer um convite a todo mundo pegando a deixa da Aninha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O movimento internacional Carta da Terra, que começou lá na Eco-92 e tem um comitê internacional composto por Fritjof Capra, Leonardo Boff, Vandana Shiva e Severn Suzuki, no ano que vem vai fazer 20 anos, e nós vamos iniciar as comemorações neste sábado, sábado agora, às 9h, na Escola da Natureza. Nós vamos fazer uma roda de conversa sobre a Carta da Terra, principalmente Carta da Terra e equilíbrio de gênero. A partir daí, nós vamos deflagrar um movimento aqui no Brasil de acompanhamento do Festival Internacional da Carta da Terra, que vai acontecer dia 29 de junho do ano que vem simultaneamente em todo o Planeta. Então, está todo mundo convidado: 9 da manhã, ali no Parque da Cidade, na Escola da Natureza. Nós vamos fazer uma roda de conversa e vamos também dançar a dança circular da Carta da Terra. Está todo mundo convidado para se engajar nesse processo.

Mais uma vez, obrigado, Senador. Parabéns pela iniciativa. O seu mandato muito nos honra. A juventude, com certeza, vai um dia ocupar essa cadeira de Senador também para seguir essas propostas e essa contribuição tão relevantes que o senhor tem dado ao nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Pedro.

Eu tenho fé em Deus. Eu espero que vocês, assim como foi dito aqui – salvo engano, pelo Pedro –, façam essa corrente do bem, essa multiplicação, se deixem contaminar por isso, não se deixem abater por crítica ou por esse desmando, às vezes, vindo do próprio Poder Público, de seus dirigentes, Ministros, Presidente, não importa de quem.

Para finalizar, agora vou conceder a palavra à colega ali. Em seguida, vou fazer o encerramento.

Obrigado.

A SRA. CARMEN LÚCIA BARROS DE MESQUITA – Boa tarde.

Meu nome é Carmen, eu sou representante da escola do Pedro, e eu gostaria de agradecer profundamente, de coração, esta oportunidade, Senador Fabiano.

A nossa escola é uma escola que fica numa periferia da Ceilândia, a maioria aqui deve conhecer ou já ouviu falar. Como todos aqui, nós também temos problemas. Como os nossos alunos, vocês são da rede pública e nós estamos representados – não é, Pedro? – pela rede pública, quero falar que, realmente, a nossa realidade é uma realidade muito dura. A gente mata um leão por dia para incentivar esses jovens a terem um sonho e realizá-lo. Como o Pedro está ali e não me deixa mentir, nem a professora, a nossa luta ali é diária, porque nós não somos bem vistos pelos nossos representantes políticos. E a gente sabe o quanto a gente luta para que esses jovens tenham sucesso, um trabalho digno, uma vida digna.

Senador Fabiano, a gente só tem a agradecer por nos dar esta oportunidade de estar aqui – não é, Pedro? Eu acredito que esta seja a primeira vez que o Pedro entrou aqui, assim como eu. Há quanto tempo eu moro aqui em Brasília, mas nunca tive essa oportunidade de estar aqui, participando desta plenária que trata de um assunto de suma importância para todos nós, para esses jovens aí, que não serão o futuro, mas já estão sendo o presente deste mundo de que a gente tem que cuidar, lutando todos os dias por sustentabilidade. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa escola procura sensibilizar muitos nossos alunos em relação a isto: sustentabilidade, meio ambiente, e não só a esses assuntos, mas ao todo.

Como professora, como professores, sabemos que nós não temos o reconhecimento que deveríamos ter. As nossas escolas não são vistas como deveriam pelos nossos representantes, que nós mesmos colocamos lá, infelizmente. Mas, como diz o senhor, a gente tem fé em Deus de que a gente alcançará todos os nossos objetivos, porque eu acho que quem tem fé consegue.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu que agradeço, Professora.

Agradeço a todos.

Concluímos, com esta audiência pública, a primeira edição do Junho Verde. Foi um mês em que a CMA dedicou-se ao debate de diversos sistemas de alta relevância na pauta ambiental. Tratamos da mudança do clima, do Código Florestal, dos biomas brasileiros, das boas práticas da iniciativa privada, do combate à desertificação, da proteção aos animais, além do tema de hoje, com a visão desses jovens sobre o nosso papel na manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Houve uma sessão especial no Plenário em atenção ao Dia Mundial do Meio Ambiente e uma missão à Alemanha. Apresentamos projeto de resolução para instituir o Junho Verde, inserindo o mês de debates no calendário oficial da Casa, iluminando a cúpula do plenário com a luz verde para destacar, hoje e nos anos à frente, a importância da pauta ambiental.

Tivemos ampla cobertura das equipes de comunicação da Casa e imprescindível apoio do pessoal técnico de som, de TV, da Taquigrafia, do e-Cidadania, da Polícia, da Secretaria de Comissões, dos gabinetes parlamentares e da Secretaria da Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço também aos Senadores membros da CMA, que compareceram aos debates e enriqueceram as discussões com perguntas e ponderações, em especial aos que presidiram as reuniões: Senadores Jaques Wagner, Styvenson Valentim, Confúcio Moura e Eliziane Gama.

Agradeço muito especialmente a todos os nossos palestrantes, que nos concederam a oportunidade de aprender a partir de seus estudos e práticas. Saliento que todos os discursos estão sendo transcritos e as apresentações estão publicadas nas páginas de cada reunião e no Portal e-Cidadania.

Por fim, um recado aos nossos jovens, tanto os aqui presentes quanto aqueles que nos acompanham a distância – quero aqui fazer uma ressalva ao Kalil de Oliveira, de Santa Catarina; à Rosineide Aparecida Abreu, de Santos, São Paulo; à Loisleyne Bastos da Rocha Santana, do Paraná, porque infelizmente não deu tempo de fazer todas as perguntas –, que estudam em escolas públicas estaduais ou aqui no Distrito Federal: estão abertas as inscrições para o concurso Jovem Senador 2019. O tema da redação deste ano é:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Cidadão que acompanha o orçamento público dá valor ao Brasil". Todas as regras e prazos podem ser conferidos no site do programa, em senado.leg.br/jovemsenador.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada...

Antes de encerrar, eu queria agora aqui... Eu estou como político; como falei, sou professor em um curso de Direito e sou delegado de polícia há 27 anos, mas eu amo poesia, e não queria deixar de estimulá-los com uma poesia de um poeta inglês, Alfred Lord Tennyson, que no filme Sociedade dos Poetas Mortos faz uma verdadeira convocação, uma convocação que eu faço para vocês.

Venham, amigos.

Não é tarde [...] para procurar um [...] mundo {mais novo}.

[...] {Minha meta é navegar} além do pôr-do-sol.

[...] Embora não tenhamos a força que [...] {antigamente movia céu e terra}.

O que nós somos, nós somos.

[...] {Uma boa índole e corações heroicos}.

Enfraquecidos pelo tempo [...], {mas fortes na vontade}.

[...] {De lutar, procurar, achar e jamais ceder}.

Que Deus abençoe a todos vocês!

Eu queria convidar todos a virem aqui à frente – aqui na mesa, na frente – para a gente tirar uma foto.

E contem comigo. Esta Casa é de vocês! Parabéns a todos! (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e quatorze minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, José Maranhão, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Leila Barros, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Dário Berger, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Zequinha Marinho e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Plínio Valério, Marcos do Val, Telmário Mota e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Escolha de emendas da CMA ao PLDO 2020**. **Finalidade:** Apreciação e votação das propostas de emendas da Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5 de 2019 (PLDO 2020), a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Conforme Parecer Preliminar, aprovado na CMO em 25/6/2019, cada comissão permanente pode apresentar 2 emendas ao Anexo de Prioridades e Metas do referido projeto. Relatoria: Senador JEAN PAUL PRATES. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às 2 (duas) emendas seguintes de inclusão de meta: Nº 1 | AÇÃO: 20VU Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no Âmbito da União, Estados e Municípios | META: 20; Nº 2 | AÇÃO: 20W6 - Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos | META: 200 e às seguintes emendas de texto: Nº 3 | EMENTA: CMA.T01 - Anexo III - Despesas Primárias Obrigatórias - Programa de Regularização Ambiental | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Anexo III - Inciso I, Item 63. Nº 4 | EMENTA: CMA.T02 - relação dos subtítulos relativos às obras e serviços de engenharia | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Corpo da lei - Artigo 130. Nº 5 | EMENTA: CMA.T03 - Art. 69 - Entidades Filantrópicas | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Corpo da lei - Artigo 69, Inciso I. Nº 6 | EMENTA: CMA.T04 - OBRAS INACABADAS | TIPO: ADITIVA | REFERÊNCIA: Corpo da lei - Artigo 10, Inciso VII. O Presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. Com a aprovação do Plenário, a ata é aprovada e será entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Agradeço a Deus por esta oportunidade, por mais esta reunião aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião realizada no dia 25 de junho de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação das propostas apresentadas pelos membros da Comissão para emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020. Cada Comissão Permanente pode apresentar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização até duas emendas de inclusão de metas e não há limites para a proposição de emendas ao texto.

O Relator das propostas é o Senador Jean Paul Prates, a quem concedo a palavra para leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes da leitura do relatório, quero, mais uma vez, aqui, enaltecer e falar da minha admiração, do meu respeito pelo ser humano e pelo Senador, com quem eu venho aprendendo e espelhando-me nesta Comissão.

Essas palavras que eu falo são com muita verdade, você sabe disso.

Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Presidente Fabiano, Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo, um Estado querido, bem conheço, trabalhei lá, como já lhe disse há algum tempo, eu sempre recebo essas suas palavras com muita satisfação e até uma certa inibição, porque V. Exa. é sempre muito generoso conosco.

Estamos aqui hoje, então, de posse de 126 emendas. Fizemos um trabalho aqui de análise só para, antes de ler o relatório, dizer como é que tratamos isso, porque senão parece aquela coisa meio automática, e aqui, na Comissão, também fazendo o meu depoimento, o Senador Fabiano tem conduzido essas coisas de forma muito humana, muito analítica e nada de muito protocolar, naquele sentido de se fazerem as coisas que a assessoria necessariamente conduz, sem absolutamente nenhum detrimento ao trabalho da assessoria, mas nós também temos voz e temos feito isso. Tenho certeza de que o seu trabalho também é pautado dessa forma.

Então, fiz aqui uma análise, apesar de ser rápida, ontem, anteontem, sobre essa questão, e nós dividimos aqui em três grandes grupos, três grupos de emendas, que consideramos mais importantes, mais salutares para o contexto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, lembrando que muitas emendas que estão colocadas aqui são extremamente, aliás, todas elas, meritórias. No entanto, podem ser substituídas por emendas individuais, de Comissões etc., ou outros tipos de emendas.

Nós aqui salientamos, então, a parte de resíduos sólidos – áreas que tiveram, digamos assim, unanimidade, mais regularidade na aparência aqui das emendas apresentadas –, mudanças climáticas e reflorestamento.

Passo a ler o relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 126 (cento e vinte e seis) propostas de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 – PLDO 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019. Dessas, 122 (cento e vinte e duas) foram destinadas ao Anexo de Metas e Prioridades e 4 (quatro) ao texto propriamente dito do projeto.

Conforme aprovado no Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cada Comissão Permanente pode apresentar até duas emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2020. Quanto às emendas ao texto do projeto, não foi estabelecido limite para a apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, apesar do mérito de todas as propostas, como eu disse aqui, ao Anexo de Metas e Prioridades, tivemos que indicar para aprovação deste Plenário apenas duas ações.

Uma das ações que consideramos ser indispensável a inclusão dentre as prioridades da União é "20VU, código para Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no Âmbito da União, Estados e Municípios.". Observe-se que o problema do desmatamento não incide apenas sobre a Floresta Amazônica – sempre que se fala em floresta, imagina-se só a Floresta Amazônica, que, absolutamente, é importante, imprescindível, fundamental que nós tratemos dela –, onde cresceu cerca de 60% em junho de 2019, em comparação com o mesmo mês do ano passado, o desmatamento na Floresta Amazônica, mas afeta também os demais biomas, em especial a Caatinga, que sofre com os severos efeitos da desertificação.

Nós temos pontos de desertificação no mapa da ONU e, em outros mapeamentos realizados internacionalmente e nacionalmente, pontos de desertificação severos em nossa Caatinga também, bem como em outros biomas brasileiros.

Então, políticas de prevenção e controle do desmatamento, manejo e recuperação florestal não se restringem apenas à Floresta Amazônica, embora essa seja o carro-chefe da nossa ação.

Reputamos, Senador Fabiano, que esse seria um tema macro importantíssimo que envolve algumas das emendas apresentadas.

Outra ação, volto a ler, que consideramos muito importante para que se defina como prioridade é a "20W6, código para Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos", uma vez que, de modo geral, as cidades brasileiras não têm conseguido cumprir satisfatoriamente as diretrizes relativas à destinação dos resíduos sólidos e à reciclagem de materiais.

Passo a comentar.

Nós temos, hoje em dia, uma realidade que nós estamos correndo atrás de um prejuízo muito grande, nós sequer atendemos as questões relativas aos aterros sanitários que hoje já são considerados obsoletos na prática internacional de resíduos sólidos.

Nós já deveríamos estar gerando energia, usando os resíduos como matéria-prima para as indústrias de reciclagem e estamos mal e mal conseguindo concluir aterros sanitários.

O meu Estado mesmo é um caso. O lixo continua em lixões, quando muito em lixões; se não voando pela natureza, pelas estradas, pastos e praias do nosso Brasil.

Voltando a ler.

Sobre as propostas de emenda ao texto do PLDO 2020, sugerimos que esta Comissão apresente quatro emendas com fundamento nas propostas apresentadas. Dentre essas propostas, deve-se destacar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que busca proteger o contingenciamento das despesas relacionadas à assistência técnica prestada a agricultores familiares que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental.

Passo a ler o voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de quatro emendas de texto correspondentes às propostas apresentadas, bem como das seguintes emendas ao Anexo de Metas e Prioridades do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, considerando-se o maior valor proposto para as metas :

a) "20VU Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Manejo e Recuperação Florestal no Âmbito da União, Estados e Municípios" (Propostas de Emenda nºs: 30, 73, 92 e 121); e

b) "20W6 Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos" (Propostas de Emenda nºs: 7, 37, 44, 50, 83, e 103).

Sala da Comissão, 3 de julho de 2019.

Senador Jean Paul Prates, Relator.

Assina também o Presidente Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório do Senador Jean Paul Prates permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável às duas emendas de inclusão e quatro emendas de texto desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 44, I, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, as emendas devem ser apresentadas à CMO, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

A via original será entregue à CMO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e trinta e nove minutos do dia três de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, José Maranhão, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Omar Aziz, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Juíza Selma, Dário Berger e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Plínio Valério, Marcos do Val, Telmário Mota, Otto Alencar e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 330, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para isentar imóveis rurais de novos assentamentos do Programa de Reforma Agrária, com até um módulo fiscal, da obrigatoriedade de constituição de reserva legal." **Autoria:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 693, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2920, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 7.797, de 10 de julho de 1989, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos!

Agradeço a Deus a possibilidade de participar de mais esta reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Passamos para o item 3 da pauta, que trata de decisão de não terminativa.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2.920, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 7.797, de 10 de julho de 1989, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, para repassar aos Municípios e ao Distrito Federal 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações: a matéria vai ainda à CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O senhor já fez essa introdução, falando sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O autor do projeto, Senador Vanderlan Cardoso, objetiva, no art. 1º da proposição, acrescentar os §§1º e 2º ao art. 3º da Lei 7.797, de 1989, para determinar que 20% dos recursos do FNMA serão repassados aos Municípios e ao Distrito Federal que cumprirem o disposto no *caput* do art. 18 da Lei 12.305, de 2010, em parcela única, no mês de janeiro de cada ano, observando-se os critérios aplicáveis à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

distribuição dos recursos Fundo de Participação dos Municípios de que trata o art. 159, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal. Dispõe também que os recursos não distribuídos na forma do §1º serão acumulados para distribuição no ano seguinte de acordo com o disposto no mesmo parágrafo.

O art. 2º adiciona §3º ao art. 18 da Lei nº 12.305, de 2010, para estabelecer que os recursos acumulados na forma prevista pelo §1º do art. 3º da Lei nº 7.797, de 1989, proposto pelo projeto, não estejam sujeitos à priorização prevista no §1º do art. 18 da PNRS.

O art. 3º do PL nº 2.920, de 2019, prevê que a lei que dele resultar entrará em vigor na data da publicação.

Vou para a análise.

Com relação ao mérito da proposição, observamos que o autor está correto ao observar que o FNMA, instituído pela Lei nº 7.797, de 1989, tem como objetivo custear projetos de uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental, e que esses objetivos abarcam os projetos de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.

Dessa maneira, notamos que o desígnio do projeto é sanar a falta de recursos para o pleno cumprimento das obrigações ambientais dos Municípios, em especial quanto à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No entanto, advertimos que as alterações ao art. 3º da Lei nº 7.797, de 1989, não tornam claro que os recursos distribuídos deverão ser utilizados para desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, que são, conforme o art. 1º da referida lei, os objetivos do Fundo.

Sendo assim, tais recursos poderiam ser direcionados pelos Municípios a fins não relacionados ao dever do Poder Público de defender e preservar o meio ambiente, imposto pelo art. 225 da Constituição Federal.

Portanto, acreditamos que a proposição merece ajuste, para especificar que os recursos distribuídos deverão ser utilizados com o fim de satisfazer as obrigações ambientais dos Municípios e do Distrito Federal, em especial quanto ao cumprimento das regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Todavia, observamos que os recursos financeiros totais do FNMA, uma vez divididos por todos os Municípios do Brasil, resultarão em um repasse financeiro irrisório para cada um dos Municípios. Sendo assim, propomos uma emenda substitutiva que retire o percentual previsto para destinação dos recursos do FNMA, estabelecido no art. 1º da proposição, com o objetivo de conferir maior flexibilização à aplicação dos recursos do Fundo.

O substitutivo, desse modo, considera prioritária na destinação dos recursos do Fundo a sua aplicação na área de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelos Municípios e pelo Distrito Federal, por meio de alteração do art. 5º da Lei 7.797, de 10 de julho de 1989.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2.920, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI 2.920, DE 2019
Altera a Lei 7.759, de 10 de julho de 1989, que "cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências", para dispor sobre a destinação de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente para manejo de resíduos sólidos.
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Os arts. 3º e 5º da Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º
.....
Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 2º poderão ser repassados aos Municípios e ao Distrito Federal para aplicação no serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos caso cumpram o disposto no *caput* do art. 18 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. (NR)"
"Art. 5º
.....
.....
VIII – Serviço Público de Limpeza Urbana e de Manejo de Resíduos Sólidos.
.....(NR)"
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Styvenson.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa construir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.920, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Antes de passar ao próximo item, eu quero aqui fazer mais um desabafo.

Ontem, o jornal *O Globo* destacou que o desmatamento cresce 60% na Amazônia. É preciso que o Brasil – aí vai um alerta ao Chefe do Executivo – passe a entender que esse acordo do Mercosul com a Europa vincula o Brasil ao cumprimento de acordos internacionais. Nesse acordo, está escrito que é preciso que haja menos desmatamento aqui. E a manchete do jornal *O Globo* de ontem atesta que aumentou em 60% o desmatamento na Amazônia. Vale lembrar que o nosso País se comprometeu com a ONU, em 2009, em reduzir o desmatamento na Amazônia, já em 2020, para cerca de 3,9 mil quilômetros quadrados, mas acontece que o desmatamento no ano passado foi de 7,5 mil quilômetros quadrados.

Eu quero também chamar a atenção dos Senadores e das Senadoras para uma questão que está no noticiário desses dias. A Noruega e a Alemanha são os maiores doadores do Fundo Amazônia. Ontem, atendi uma comissão de Parlamentares da Alemanha. Eles estão preocupados. No Brasil, esse fundo é destinado a combater o desmatamento e, por consequência, a emissão de CO_2. Os dois países não estão concordando com o projeto do Governo. Por quê? Porque o Governo quer direcionar parte do Fundo Amazônia ao pagamento de eventuais indenizações a proprietários de terras que precisam ser desapropriadas. Ele está desvirtuando a finalidade desse fundo. E, nesse fundo, nós já chegamos a R$3,2 bilhões em doações.

Então, expresso aqui a minha preocupação.

A capacidade intelecto-volitiva não precisa ser tão grande, não. Se a floresta desaparecer no norte do País, lá no Sul, nós teremos menos chuvas, menos água, menos agricultura, todos nós vamos perder. Precisamos proteger a Floresta Amazônica para haver chuva, para haver água e mais agricultura, para exportar, para pôr comida no prato do povo brasileiro.

Por fim, com tudo que estamos passando no desmonte das agendas de proteção e de preservação do meio ambiente, ontem – eu pediria a atenção dos colegas –, na coluna de Ancelmo Gois, em *O Globo*, olha só o que foi noticiado, minha gente! Olha a gravidade disto – abro aspas:

> O Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Homero de Giorge Cerqueira, Coronel da PM de São Paulo, reuniu-se com os chefes das Unidades de Conservação do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais e proibiu todos de conversarem com André Trigueiro, reconhecido e premiado jornalista da TV Globo, especializado em meio ambiente.

É um absurdo! Atenta contra a liberdade de expressão de imprensa! Minha solidariedade ao André Trigueiro, que, com brilhantismo, abraça a causa, apaixonado por ela que é, porque ele entende que defender o meio ambiente é defender a vida humana. A minha solidariedade tanto ao jornalista André Trigueiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como a todos os jornalistas, que estão sendo violados neste País na sua liberdade de imprensa! De todos os sinais de que a nossa democracia está atravessando momentos muitos difíceis, cercear a liberdade de imprensa, calar fontes e jornalistas é algo para denunciarmos! Não podemos nos omitir.

Aqui também eu quero fazer outro desabafo. O Chefe do Executivo, na semana passada, lançou uma manchete assim: "Para que serve a OAB?". Eu queria falar para o Chefe do Executivo que o art. 133 da Constituição Federal é claro quando diz que o advogado é indispensável à administração da Justiça.

A OAB, Presidente, existe para garantir as prerrogativas do advogado. O art. 44, inciso I, do Estatuto da OAB, que é a Lei Federal 8.906, de 1994, diz – quero passar isto para o Presidente, eu queria que ele ouvisse isto – que a OAB tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Sem advogado, minha gente, não há justiça ou democracia plena. É preciso entender isso. O direito de defesa é fundamental. Defender a advocacia é defender a igualdade entre o cidadão e o Estado. É o que chamamos de paridade de armas.

E aqui eu já vou aproveitar este termo "paridade de armas", Senador Randolfe. Já que o Presidente gosta tanto de armas, eu queria sugerir que ele usasse a arma da democracia, a arma da OAB, a arma da pacificação social, a arma do respeito humano, a arma da preservação da vida. Eu queria que o Presidente usasse a arma do amor, e não a do ódio. É isso que eu queria!

Infelizmente, nós estamos vivendo um momento em que há um estímulo ao ódio, à intolerância, à violação de direitos. Nós temos que entender que a espinha dorsal de um verdadeiro Estado democrático de direito é a Constituição Federal, que assegura direitos e garantias fundamentais, direitos difusos; que o Brasil é signatário de vários tratados e convenções internacionais e que isso tem que ser respeitado; e que deve haver harmonia e autonomia entre os Poderes – isso também está sendo violado quando o Presidente começa a legislar por decreto.

Perdoem-me o desabafo!

Passo agora a palavra ao Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma observação, aliás duas observações sobre a sua fala, corroborando-a, evidentemente, e me solidarizando não só com a OAB, é óbvio – até como advogado, também tenho que fazê-lo –, mas também especificamente com o jornalista André Trigueiro, que conheço pessoalmente. É um profissional de mão cheia, sempre agindo com isenção. Ele tem, de fato, se especializado na questão do meio ambiente, e isso é muito importante para as nossas causas, para a discussão por igual dessas questões. É um jornalista que merece todo o respeito e que deve ser ouvido, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

principalmente pelos órgãos ambientais, por quem milita nessa área e por quem nela não milita, mas exerce a atividade de regulação e de proteção do meio ambiente.

Acho isso lamentável! Eu não sabia disso, não tinha tomado conhecimento desse pronunciamento. Acho isso lamentável! Além de tudo, além do cerceamento da imprensa, além do banimento de uma pessoa no exercício da sua profissão, além de tudo, há o fato de essa ser uma entidade ligada ao meio ambiente, a favor da qual esse jornalista milita, diferentemente de muitos que estão no Ministério e que atuam com uma postura anti-ministério, não preservando o meio ambiente, mas, ao contrário, agredindo-o, abrindo o nosso meio ambiente e nossas questões ambientais até a pós-verdades.

E, aproveitando para falar de pós-verdades, essa questão da OAB é outra. Parece que algumas pessoas precisam voltar para a escola para aprenderem o que está escrito na Constituição. Todo cidadão, não só os advogados, tem o dever de conhecer pelo menos os princípios gerais da Constituição e para que servem as entidades. Do contrário, nós estamos atentando contra o Estado de direito imediatamente e diretamente, o tempo todo contestando para que serve isso e aquilo, usando redes sociais e robôs humanos e digitais para contestar as instituições brasileiras.

Se a gente chegar a esse ponto, a gente vai ter que refazer o Brasil e ter que explicar para as pessoas para que servem as coisas, para que serve o Congresso Nacional, para que serve o Supremo, para que serve a OAB? Pelo amor de Deus! Aonde é que nós chegamos?

E temos de nos tranquilizar em relação ao nosso dever cumprido conjuntamente. Aos Senadores e ao público, quero informar que, em relação ao desmatamento, nós acabamos de apresentar e aprovar, agora, aqui, anteriormente a esta reunião, justamente uma das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Marcio Bittar, Jaques Wagner e Fabiano Contarato, justamente referente a políticas e estratégias de prevenção e controle do desmatamento, de manejo e recuperação florestal no âmbito da União, dos Estados e Municípios.

Uma das duas propostas, portanto, que saíram desta Comissão para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, juntamente com políticas relacionadas com resíduos sólidos – isso foi aprovado agora, é uma notícia em primeira mão –, foi justamente em relação ao reflorestamento.

Essa estatística que V. Exa. apresentou foi exatamente uma das componentes principais para que nós aprovássemos, entre centenas de emendas que chegaram, uma delas, consolidando os quatro ou cinco Senadores proponentes justamente em relação a esse tema.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Passamos agora ao item 2, que trata de decisão não terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 693, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observação: a matéria vai ainda à CDR em decisão terminativa, a pedido da Secretaria-Geral da Mesa, para remessa do projeto, a fim de que seja lido o requerimento para a tramitação conjunta com o PLC 26/2018.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para fazer a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Não estando presente o Senador, eu solicito que algum Senador presente possa fazer a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. *Fora do microfone*.) – Eu posso fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão para fazer leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para proferir relatório.) – Presidente, Senador Fabiano Contarato, meu irmão, e demais Senadores aqui presentes, neste momento, vou pedir a permissão de vocês para *ad hoc* aqui ler o relatório. Eu queria pedir permissão para ir direto para a análise. Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Com relação ao mérito do PL 693, de 2019, lembramos que o inciso III do art. 4º da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, na sua redação original, reserva uma faixa edificável pertencente ao proprietário lindeiro, que não pode construir numa faixa de 15m após a faixa de domínio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As faixas de domínio são consideradas as áreas de terras determinadas legalmente por Decreto de Utilidade Pública para uso rodoviário cujos limites foram estabelecidos em conformidade com a necessidade prevista no projeto de engenharia rodoviária. Normalmente, possui 40m de cada lado da via, e sobre ela não é permitido nenhum tipo de construção. A sua existência se faz necessária para dar segurança e para os casos em que seja necessário aumentar as faixas de rodagem, construir viadutos, trevos, etc.

As áreas não edificáveis, diferentemente das faixas de domínio, são as faixas de terra com largura de 15m, contados a partir da linha que define a faixa de domínio da rodovia.

Existem hoje no Brasil milhares de residências e comércios construídos em área não edificável, especialmente em áreas urbanas, que permanecem irregulares, dificultando a gestão do uso do solo pela Administração Pública e a regularização fundiária de milhares de edificações.

O caminho proposto pelo autor de reduzir a área não edificável de 15m para 5m, embora positivo em alguns casos, não deveria ser a regra geral, mas sim a exceção. Sugerimos, portanto, uma alternativa que reconheça a existência do problema, regularizando a situação das construções já existentes e abrindo o caminho para que os Municípios, no âmbito da discussão do respectivo Plano Diretor, possam avaliar o tamanho ideal da faixa não edificável.

Dessa forma, entendemos como importante a manutenção da regra que já estabelece como 15m as áreas não edificáveis. Mas admitimos que fique a critério do Município, estabelecido por lei municipal que aprovar o Plano Diretor, a faixa não edificável possa ser reduzida até o limite mínimo de 5m de cada lado. Ao remeter a decisão ao Plano Diretor, asseguramos que ela seja feita a partir de estudos técnicos e esteja alinhada com o plano de desenvolvimento do Município.

Em relação às residências e comércios já existentes, para evitar que continuem na irregularidade, a solução que apresentamos prevê que as edificações já construídas, até a data de 31 de julho de 2018, nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano serão dispensadas da exigência de reserva da faixa não edificável, ressalvando, porém, ao poder municipal, quando necessário, estabelecer exceções por meio de ato devidamente fundamentado.

Dessa forma, considerando meritória a matéria, votamos pela aprovação do PL 693, de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresentamos.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei 693, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº AO PROJETO DE LEI Nº 693/2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei assegura o direito de permanência das edificações, para fins comerciais ou não, na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das faixas de domínio das rodovias federais e ferrovias, sem prejuízo da observância da legislação ambiental aplicável.

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

.....

III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, podendo ser reduzida por lei municipal que aprovar o plano diretor, até o limite mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado, salvo exigências mais rígidas previstas em legislação específica.

.....

§5º As edificações localizadas nas áreas contíguas às faixas de domínio público dos trechos das rodovias e ferrovias que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, e cujas construções tenham sido finalizadas até a data de 31 de julho de 2018, ficam dispensadas da observância da exigência prevista no inciso III do *caput* deste artigo, salvo ato devidamente fundamentado do Poder Público municipal." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Era isso, Presidente.

Neste momento, eu acho que chegou aqui o Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Eu estou contemplado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Eu queria parabenizá-lo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço, Senador Eduardo Girão, pela compreensão, por ter sido Relator *ad hoc*.

Peço compreensão ao Senador Randolfe Rodrigues, meu amigo, por eu ter disponibilizado um Senador para fazer a leitura, até mesmo para dar agilidade.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não!

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Falo em nome do Líder do nosso Partido, o Senador Eduardo Braga, que não se encontra presente hoje no Senado por motivo de doença. Ele me recomendou que eu pedisse vista até a próxima sessão, para que ele, aqui chegando, pudesse estudar e emitir um parecer, aceitando ou rejeitando, porque ele já discutiu previamente esse projeto de lei.

Então, eu solicito vista em nome do nosso Líder, Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Contarato, ratifico aqui o pedido de vistas, em função da atenção ao Senador Eduardo Braga, que deseja participar desta discussão e está em licença médica por uma semana, mas também em função da minha própria relatoria do projeto de ferrovias. Eu precisava esclarecer aqui com o autor e com o Relator, porque nós todos estamos pensando só nas rodovias; as ferrovias ficam mais ou menos como um detalhe aqui. Mas há uma situação importante: na relatoria do marco regulatório das ferrovias, nós estamos considerando o uso dessas áreas lindeiras como uma potencial alavanca para novos investimentos. Então, apenas estar ao sabor do plano diretor municipal, no caso das ferrovias, pode se tratar de um problema ou empecilho para o desenvolvimento do que nós queremos fazer em relação às novas autorizações nas linhas ferroviárias e também nas novas concessões.

Quanto ao problema, particularmente, da ocupação dessas faixas, eu tenho completa compreensão, sou completamente a favor. Minha opinião e convicção são favoráveis a esse projeto. No entanto, em relação às ferrovias, essa semana de consultas adicionais pode nos ajudar talvez a aprimorar um ponto ou outro em relação particularmente às ferrovias e às áreas lindeiras desses projetos que já existem, tanto os que foram abandonados quanto os novos, as novas autorizações. Hoje o que nós estamos concluindo é que investimento em ferrovia é inviável apenas no sentido do transporte. Se esses empreendedores não puderem usar as faixas de domínio para outros fins comerciais, para o aproveitamento de todo gênero, em lugar nenhum nós vamos ter novas ferrovias – e há principalmente a questão dos passageiros.

Estão, sem querer detalhar muito as conclusões que nós estamos tirando da relatoria do marco regulatório das ferrovias, digo que essa é apenas uma trava rápida para nós discutirmos esse conceito, porque realmente ele, talvez, possa afetar de morte um dos princípios básicos do novo marco regulatório das ferrovias.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Fica concedida a vista coletiva.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, já foi pedida vista, que é regimental.

Um projeto tão bom está sendo mal interpretado. Nós não estamos tratando de área pública nenhuma. Nós estamos tratando de terrenos em que há proprietários, depois dos 40m, depois da área pública, para ferrovia, para duplicação de estrada. Enfim, nós estamos tratando de áreas que têm dono. E hoje não se podem edificar 15m. Nós estamos tentando trazer isso para que possa ser legislado pelo Município, dentro das possibilidades do plano diretor, da legislação ambiental. Enfim, ninguém está querendo lotear áreas públicas.

Foi feito o pedido de vista. Eu peço aos Srs. Senadores que, então, as nossas assessorias possam conversar – o Relator, o Senador Randolfe, está construindo o relatório, que já foi falado no plenário; já falamos sobre isso –, para que, enfim, possamos entender o projeto, para que todos possam entender o projeto e para que possamos deliberar. Então, nesse sentido, eu queria fazer um apelo para que as assessorias pudessem conversar efetivamente, sob a supervisão do Relator, para que a gente tivesse um relatório que gerasse um consenso. É uma matéria importante, que não mexe em absolutamente nada de área pública, em nada de expansão, mas na propriedade particular. Isso vai dar um alívio ao Dnit, que tem ações. Foi ouvido o Dnit, foram ouvidos todos os órgãos envolvidos.

Então, é uma forma, Sr. Presidente, de nós... Eu queria ver se a gente o aprovava hoje, porque ele já foi adiado por diversas vezes. Mas eu entendo que é regimental. Tenho todo o respeito aos Senadores que assim não entenderam e não compreenderam. Mas, então, vamos falar sobre isso. Vamos nos debruçar sobre isso.

Peço ao Senador Randolfe que faça essa supervisão, para que a gente possa produzir um relatório, sob a lavra dele, que contemple o que eu estou propondo, para que o projeto não seja desfigurado, para que no projeto seja realmente incluído algo que tem pertinência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jorginho Mello.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, o Regimento não prevê questão de desculpas, mas deixe eu apresentá-la aqui aos senhores, a todos os membros da Comissão, pela impossibilidade da onisciência e da onipresença. Parece-me que só Deus Pai todo poderoso tem esse poder e essa capacidade. Neste mesmo momento desta audiência, eu estava intermediando outra reunião com o Presidente da Casa, Presidente Davi Alcolumbre, e com outro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nosso colega de Partido, Senador Flávio Arns, e com a Deputada Tabata sobre outra matéria, de igual importância para todos nós, que é a proposta de emenda à Constituição referente ao Fundeb. Eu procurei ao máximo exercer o dom da presença em dois locais ao mesmo tempo, mas fica comprovado que esse dom é impossível para nós, reles humanos; há a impossibilidade de ele ser praticado.

Então, apresento meu pedido de desculpas a todos os membros da Comissão. Ainda procurei correr o quanto pude da Presidência para cá e voltar à Presidência, mas faço um pedido de desculpas a V. Exa. e a todos os demais membros da Comissão.

Sobre o projeto, eu quero primeiro exaltar, destacar, cumprimentar o autor da matéria. É uma matéria mais do que pertinente para resolver um problema crucial, que é a resolução de construções às margens das rodovias, e para resolver ainda, Senador Jorginho, outro problema também crucial, igualmente crucial, que tem sido a penalização em demasia de milhares de pessoas por todo o País que construíram, de boa-fé, às margens de rodovias. Então, a matéria vem resolver um problema central sobre as construções feitas às margens de rodovias.

Eu tenho uma preocupação. Estarei à inteira disposição. Eu coloco a nossa assessoria para se reunir com as assessorias dos colegas que aqui pediram vista, com as assessorias do Senador Eduardo Braga, do Senador Confúcio, do Senador Omar, do meu querido amigo Senador Jean Paul Prates, para buscamos uma intermediação.

Eu tenho uma preocupação. O meu interesse, na qualidade de Relator, é contribuir com o projeto do Senador Jorginho, para aprovarmos o projeto no Senado. Mas não basta aprovarmos o projeto no Senado. É fundamental aprovarmos a matéria também na Câmara.

Eu tenho uma preocupação e já a expus para os colegas: ao trazermos matéria nova a este tema, que é um tema específico, a construção às margens de rodovia, esse material pode ir para a Câmara dos Deputados e lá ficar imprensado ou emperrado em debates que podem ocorrer sobre a alteração do Código Florestal. Por isso, tenho procurado trazer essa preocupação aos colegas que têm buscado emendas em relação a essa matéria. Existe na Câmara de Deputados uma Comissão específica debatendo o Código Florestal. O nosso interesse – e acho que é o interesse do autor da matéria – é nós a aprovamos aqui, a matéria ir para a Câmara, conseguirmos a sua aprovação na Câmara, para ela ir para a sanção presidencial.

Então, a minha preocupação é que elementos novos podem distorcer esse objeto, que é meritório em relação à matéria. Mas eu procuro sempre aqui construir e intermediar para obter o consenso. Creio que a tarefa de relatores sempre é buscar o consenso, buscar a mediação. No que é possível, não conflitar, não colocar em votação e construir o consenso, isso é o que procuro fazer quando sou designado para a relatoria.

Então, sugiro que a gente possa buscar uma mediação, contemplar a preocupação do Senador Prates aqui apresentada, tentar contemplar da melhor forma as preocupações que há e fazer a leitura do relatório aqui na próxima semana para apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Obrigado, Senador Randolfe. Quero deixar claro que o senhor não precisa pedir desculpas. Nós entendemos, porque também fazemos parte de várias Comissões. Muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Só quero agradecer ao Senador Randolfe, que, realmente, tem procurado discutir essa matéria. Ele coloca claro: há questões que não dizem respeito, mas não são jabutis. Eu acho que tudo é similar nas discussões: ferrovia, margem de rio, estrada.

Quando falamos do Código Florestal, quando aprovamos o Código Florestal... Nós aprovamos matérias e, depois, vamos ver que elas têm que se adequar. Nada é permanente, absolutamente. E aí há a oportunidade, Senador Randolfe, de nós podermos aperfeiçoar algumas coisas. Nós não estamos aqui determinando como definitivo o projeto. Nós estamos encaminhando para o Plano Diretor das cidades, para as Câmaras Municipais discutirem. Cada uma tem sua peculiaridade. Eu sou de uma região que é entrecortada por rios e igarapés. É uma região em que todas as margens dos rios e igarapés são tomadas por cidades, por moradias.

O Código Florestal foi muito duro quando colocava 15m somente para se construir. E há pessoas que têm vontade de construir ali ou de regularizar as suas áreas. Mas cada momento é um momento. Naquele momento se viveu isso.

Nós tínhamos feito um apelo. Estamos discutindo isso. Há outros projetos na CMA tratando do mesmo assunto. Quanto ao projeto do Senador Jorginho, eu acho que, com a compreensão do Senador Randolfe, a gente pode chegar a um consenso.

Esclarecendo, Presidente, nós não estamos fazendo nada de jabuti, não estamos colocando uma coisa anormal dentro do projeto do Senador Jorginho. Não há isso, não há nada para se espantar.

Falando da minha região, muita gente diz: "Há tribos indígenas desconhecidas na Amazônia". Elas estão à beira dos rios, ninguém consegue viver... A água é que formou a população mundial. Da água é que ela se formou, é da água que nós viemos. Ninguém vive longe da água. Então, não adianta a gente dizer que há população indígena que vive no meio da floresta. Há igarapé que passa ali, há o rio que passa ali, não tenha dúvida sobre isso. Não tenha dúvida! É como qualquer outra cidade! No Espírito Santo, há cidades perto de rios, sabe-se disso. Em Porto Velho, há o Rio Madeira, assim por diante. Aqui, meu querido amigo Randolfe, do Amapá, é amazônica também; há a nossa amiga do Maranhão, também amazônica. Todos nós temos aqui, Presidente Contarato, algumas peculiaridades.

Quando se aprovou o Código Florestal... Hoje, por exemplo... É só uma ideia para você que é da área de Direito e que entende disso muito mais do que eu, como alguns outros aqui, como o Randolfe, que é dessa área. Hoje, foi promulgada a Emenda nº 101, uma PEC do Senado. Vejam que é a Emenda 101, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senado, ou seja, cento e uma vezes já foi emendada a Constituição pelo Senado Federal. É uma emenda de 2003. E, 16 anos depois, hoje, ela foi promulgada. Então, vejam só: na Constituição brasileira, só o Senado já fez 101 emendas, fora a Câmara, porque há outras emendas da Câmara também. Imaginem, então, se não podemos mexer em códigos para nos adequar à nova realidade que nós vivemos!

Por isso, eu sei que o Senador Jorginho está muito preocupado com essa questão. Ontem, nós tentamos chegar a um acordo, não é, Senador? Mas eu acredito que até quarta-feira que vem... Esta é a última Comissão por que a matéria passa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É. Só vai ao Plenário.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Com a anuência do Presidente, nós votaremos isso antes do recesso parlamentar tranquilamente. Dá para a gente conversar com o Presidente.

Era o que eu queria colocar, Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Passamos agora ao item 1, que trata de decisão não terminativa. (*Pausa.*)

Desculpa!

Foi concedida vista coletiva.

Passamos ao item 1, que trata de decisão não terminativa.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para isentar imóveis rurais de novos assentamentos do Programa de Reforma Agrária, com até um módulo fiscal, da obrigatoriedade de constituição de reserva legal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: pela rejeição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CRA em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente e colegas Senadores, esse projeto cujo relatório vou ler estamos hoje a discutir em um momento muito crucial do Brasil. Estamos acompanhando o acordo Brasil-União Europeia, e uma das cláusulas apresentadas foi exatamente a proteção ambiental com os direitos humanos, com a emigração, para que realmente nós tivéssemos a efetividade desse acordo. Nós já discutimos, por várias vezes, na Comissão, acerca dos retrocessos que têm acontecido na questão ambiental e, em cima desse entendimento, fizemos, na verdade, este relatório, Sr. Presidente. Vou iniciar a leitura.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 330, de 2016, do Senador Acir Gurgacz.

O projeto compõe-se de três artigos. O art. 1º do PLS acrescenta §9º ao art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para isentar da obrigação de manter reserva legal imóveis rurais com até um módulo fiscal dos novos assentamentos de Programa de Reforma Agrária estabelecido pelo Poder Público. O art. 2º define como novos assentamentos aqueles instituídos após a data da publicação da lei que resultar da aprovação do projeto, e o art. 3º define esse mesmo termo como cláusula de vigência.

Na justificação, o autor argumenta que, após a aprovação do novo Código Florestal, permaneceram injustiças sobretudo com pequenos proprietários rurais, exemplificando que na Amazônia Legal esse grupo tem o dever de destinar 80% do seu imóvel para reserva legal, restando áreas muito pequenas e inviáveis para o cultivo do solo. Propõe que esse grupo seja, então, isento dessa obrigação quando pertencerem a novos assentamentos do Programa de Reforma Agrária.

O Projeto foi distribuído à CMA e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à matéria nesta Comissão.

Vamos à análise, Presidente.

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em especial a preservação das florestas, conforme art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal.

Primeiro, ele estende a isenção a todas as pequenas propriedades e posses rurais, com até um módulo fiscal, de assentamentos públicos no Brasil, e não só àquelas da Amazônia Legal. Deve-se esclarecer que a dimensão do módulo fiscal geralmente varia conforme a densidade demográfica do Município, podendo valer desde 5ha, como em certos Municípios da Bahia, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, até 100ha, em alguns Municípios de Estados da Amazônia Legal, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O módulo fiscal nos Estados da Amazônia Legal, em sua maioria, corresponde a uma área maior ou igual a 50ha. Portanto, permitir o desmatamento de 100% da cobertura vegetal nesses novos assentamentos, com áreas de até 100ha, pode extrapolar a ideia de "impacto ambiental mínimo", conforme defende o autor.

Lembro que dados recentemente divulgados apresentaram um desmatamento de até 60% na Amazônia.

Esse incremento no desmatamento pode ser ainda mais preocupante se considerarmos que a taxa de desmatamento anual na Amazônia Legal subiu 14% no ano de 2018, em comparação com 2017, atingindo 7,9 mil quilômetros quadrados, a taxa anual mais alta desde 2008.

Essa escalada no desmatamento da Amazônia, somada a propostas que possam resultar no crescimento desse número, pode prejudicar o cumprimento da meta de redução de desmatamento na Amazônia Legal em 80% até 2020. Essa meta foi apresentada em 2009 na Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas nº 15 (COP 15), em Copenhague, e consta na Política Nacional sobre Mudança do Clima, regulamentada atualmente pelo Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. Lembro que, inclusive, essa é uma das cláusulas importantes nesse acordo que firmamos agora entre Mercosul e União Europeia.

Essa meta é monitorada não só pelo Brasil, mas também por países parceiros, como Noruega e Alemanha, que aportam recursos no Fundo Amazônia para redução do desmatamento naquele bioma. O maior doador, a Noruega, já investiu no Fundo mais de R$3 bilhões, e a Alemanha, quase R$200 milhões. O descumprimento da meta poderia ensejar a descontinuidade ou redução do apoio financeiro. Essa foi uma das cláusulas de prevenção do acordo.

Um segundo ponto que deve ser colocado é que o projeto dispensa os novos assentamentos rurais públicos, com até um módulo fiscal, da instituição de reserva legal, porém mantém a regra que obriga a recomposição da reserva legal para os assentamentos existentes onde houve desmatamento após 22 de julho de 2008, marco temporal de referência do Código Florestal.

Tomando como parâmetro a hipótese apresentada na justificação, um agricultor familiar na Floresta Amazônica que desmatou toda a sua reserva legal após o referido marco temporal, via de regra, terá que recompor a vegetação nativa no percentual de 80% da sua área, enquanto o agricultor familiar do "novo" assentamento poderá suprimir 100% da floresta e convertê-la ao uso agrícola.

O contexto criado com a nova ordem jurídica poderia dificultar a regularização ambiental dos já assentados que têm o dever de recompor a reserva legal em 80% na Floresta Amazônica em face do tratamento desigual e mais brando dado aos novos assentados, muito embora não tenha sido esse o propósito do autor. Com relação aos já assentados, em 2017 existiam 145 projetos de assentamentos na Amazônia Legal, recobrindo uma área de mais de 27 milhões de hectares, segundo o Incra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pelos motivos apresentados, não obstante a nobre pretensão do proponente, recomendamos a rejeição da matéria.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2016, Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama. É muito bom ver a sua participação. Parabéns pelo relatório!

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que votam com a Relatora, para rejeitar o projeto, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei do Senado 330, de 2016.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e oito minutos do dia dez de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Eduardo Girão, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Dário Berger, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Fernando Bezerra Coelho e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Telmário Mota, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Plano de Trabalho - Avaliação de Política Pública - PNMC**. **ITEM 1 - Plano de Trabalho** que : "Proposta de Plano de Trabalho para Avaliação da Política Nacional sobre Mudança do Clima" **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 34, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de receber "Contribuições para avaliação dos planos setoriais da PNMC", para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com inclusão de convidados (REQ 44/2019 - CMA). **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 36, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal de 1988 combinado com o art. 90, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e seus instrumentos, como os planos setoriais, com atenção especial ao Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC)." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com as modificações previstas no REQ 44/2019 - CMA. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 37, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de receber "Contribuições em aspectos jurídicos da política sobre clima", para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com inclusão de convidados (REQ 44/2019 - CMA). **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 38, de 2019** que: "Requer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de levantar "Informações relativas aos instrumentos financeiros" para a instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com inclusão de convidados (REQ 44/2019 - CMA). **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 39, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de levantar "Informações sobre estimativas e compromissos no âmbito da PNMC" para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com inclusão de convidados (REQ 44/2019 - CMA). **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 40, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de receber "Contribuições para avaliação do Plano Agricultura de Baixo Carbono" para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado com inclusão de convidados (REQ 44/2019 - CMA). **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 693, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 251, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre o registro das Cotas de Reserva Ambiental." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 643, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 724, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 29, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 71/2019, que altera o art. 14 da Lei Complementar Nº 140, de 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 32, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2019-CMA, com o objetivo de instruir o PLP 71/2019, que altera o art. 14 da Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, sejam incluídos os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 31, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 65/2016, que dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências, com representantes das organizações que relaciona." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 33, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública,em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater o uso da técnica do fraturamento hidráulico para exploração do gás de xisto,o fracking, e seus impactos ao solo, ao clima, à saúde, às economias locais e às águas subterrâneas." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 35, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 693, de 2019, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Prejudicado em virtude da deliberação do PL 693/2019. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 41, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CMA, que tem como finalidade debater a gestão do Fundo Amazônia, as propostas do MMA para a governança dos recursos e a ingerência política no BNDES, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e representante do Tribunal de Contas da União - TCU." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 42, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 27/2019, seja incluído o representante da Associação dos Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - AFBNDES." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Projeto de Lei da Câmara n° 27, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria (REQ 43/2019 - CMA), extrapauta, item 14. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 43, de 2019** que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 27/2018, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 44, de 2019** que: "Requer, nos termos regimentais, aditamento aos requerimentos 34, 37, 38, 39 e 40/2019 - CMA" **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado em aditamento aos requerimentos de Avaliação da Política Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/07/10

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos. Agradeço a Deus por esta oportunidade para mais uma reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada em 3 de julho de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começar a reunião, gostaria de apresentar a vocês um projeto de resolução do Senado para a criação do Programa Senado Baixo Carbono, com atividades e estratégias para o Senado Federal reduzir e compensar emissões de gases de efeito estufa.

Já temos na Casa um excelente trabalho desenvolvido pelo Viveiro do Senado e pelo Núcleo de Ações Socioambientais, que já consegue compensar todas as emissões do Plenário desta Casa, mas ainda temos espaço para avançar, construirmos estes projetos de resolução. Para isso, eu convido todos os Senadores desta Comissão a tomarem parte nesse projeto, que pode trazer ganhos para a Casa.

Em que consiste esse projeto do Senado Baixo Carbono? Bom, o objetivo é reduzir e compensar as emissões de gases de efeito estufa, resultantes das atividades do Senado. A compensação contemplará, no mínimo, as seguintes fontes de emissão: consumo de energia elétrica; consumo de combustíveis pela frota de veículos automotores, inclusive aqueles utilizados mediante contrato de locação; deslocamentos aéreos, aferidos por meio das passagens adquiridas; geração e gestão de resíduos sólidos.

As ações de mitigação e de compensação de emissões ocorrerão por meio de aumento da eficiência energética das edificações e atividades do Senado Federal, geração de energia por meio de painéis fotovoltaicos a serem instalados nas dependências do Senado Federal, execução de projetos de recuperação ambiental de iniciativa do Senado Federal, aquisição de reduções certificadas de emissão de gases de efeito estufa.

A Diretoria-Geral do Senado Federal regulamentará as atividades integrantes do Programa Senado Baixo Carbono, no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação desta Resolução.

Nesta primeira parte da reunião, farei a apresentação do Plano de Trabalho para avaliação da política pública ao longo do presente exercício. Conforme os Requerimentos aprovados de nºs 8 e 13, de 2019, da CMA, estabeleceram, vamos avaliar a Política Nacional sobre Mudança do Clima e seus respectivos Planos Setoriais, em especial, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono.

A proposta de Plano de Trabalho foi publicada na íntegra para conhecimento e considerações dos membros. Farei aqui, portanto, apenas um breve resumo.

Como parte do processo de avaliação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, incluindo o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, a qual está sob minha relatoria, apresento proposta de Plano de Trabalho, propondo:

a) que a avaliação responda às perguntas centrais:

1– Os deveres e obrigações no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima são suficientemente claros e a estrutura institucional correspondente é operacional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2– Há recursos financeiros suficientes e acessíveis para a implementação da política, incluindo o Plano de Agricultura de Baixo Carbono?

3– O regime jurídico em matéria de mudança do clima carece de melhoria para que as responsabilidades sejam cumpridas em plenitude? Se sim, quais as possibilidades de otimização para alcance do objetivo final da UNFCCC?

b) As seguintes atividades:

– Auditoria Operacional Específica relativa à Política Nacional sobre Mudança do Clima, pelo Tribunal de Contas da União.

– Solicitação de informações junto a ministérios e agências reguladoras.

– Levantamento e análise de estudos e avaliações que tenham sido produzidos por entidades públicas e privadas.

– Constituição de grupos de trabalho, utilizando mecanismos de reuniões digitais a distância, definidos com parcerias entre Consultoria Legislativa, técnicos do Senado, instituições, profissionais e técnicos externos com amplo conhecimento das temáticas.

– Audiências públicas para avaliação e debates, conforme cronograma, sobre – aspas – "estimativas e compromissos" – fecha aspas – e instrumentos financeiros, contribuição para avaliação dos planos setoriais, contribuição para avaliação do plano Agricultura de Baixo Carbono, contribuição em aspectos jurídicos da política sobre clima.

– Questionários a técnicos e cientistas debatedores para levantar respostas, estudos recebidos e coletas de informações.

O Plano de Trabalho propõe que essas atividades sejam distribuídas em um calendário que, começando em julho de 2019, possibilite a redação de um relatório final até dezembro de 2019, capaz de produzir uma avaliação legítima em apurar o que seja necessário a uma política pública eficaz.

O Plano de Trabalho está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o Plano de Trabalho apresentado e os Requerimentos associados, 34, 36, 37, 38, 39 e 40, de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os Requerimentos de nºs 34, 36, 37, 38, 39 e 40 da CMA, todos de 2019, e o Plano de Trabalho, conforme apresentado, que passa a orientar a atuação da Comissão na avaliação da Política Pública de Mudança do Clima no presente exercício.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 34, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de receber "Contribuições para avaliação dos planos setoriais da PNMC", para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 36, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal de 1988 combinado com o art. 90, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e seus instrumentos, como os planos setoriais, com atenção especial ao Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC).

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 37, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de receber "Contribuições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em aspectos jurídicos da política sobre clima", para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 38, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de levantar "Informações relativas aos instrumentos financeiros" para a instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 39, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de levantar "Informações sobre estimativas e compromissos no âmbito da PNMC" para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 40, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de receber "Contribuições para avaliação do Plano Agricultura de Baixo Carbono" para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos à segunda parte da reunião, para deliberação das matérias em pauta.

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 693, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Constou da pauta em 3/7/2019.

2. Vista coletiva concedida em 3/7/2019.

Observações:

1. em 3 de julho de 2019, lido o relatório, foi concedida vista coletiva.

2. foi apresentado à CMA o Requerimento 35, pelo Senador Jean Paul Prates, que solicita a realização de audiência pública para debater a matéria, item 10 da pauta.

3. em 9/7/2019, foi apresentado novo relatório pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues;

4. há pedido da Secretaria-Geral da Mesa para remessa do projeto à Mesa do Senado, a fim de que seja lido requerimento para tramitação conjunta com o PLC 26, de 2018;

5. a matéria vai ainda à CDR, em decisão terminativa.

Tendo em vista a ausência do requerente subscritor do requerimento, o Senador Jean Paul Prates, fica julgado prejudicado e não vai ser deliberado o requerimento do eminente senador.

Em virtude da apresentação do novo relatório a esta Comissão, passo a palavra ao Relator para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para proferir relatório.) – Obrigado, Excelência, Presidente Fabiano Contarato.

Vem ao exame deste Colegiado o Projeto de Lei 693, de 2019, de S. Exa. o Senador Jorginho Mello.

A iniciativa de S. Exa. altera a Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Passando imediatamente para a análise, há de se destacar o seguinte:

Com relação ao mérito do PL 693, de 2019, lembramos que o inciso III do art. 4º da Lei do Parcelamento do Solo Urbano, na sua redação original, reserva uma faixa não edificável pertencente ao proprietário lindeiro, que não pode construir numa faixa de 15 metros após a faixa de domínio.

As faixas de domínio são consideradas as áreas de terras determinadas legalmente por Decreto de Utilidade Pública para uso rodoviário cujos limites foram estabelecidos em conformidade com a necessidade prevista no projeto de engenharia rodoviária. Normalmente possui 40 metros de cada lado da via e sobre ela não é permitido nenhum tipo de construção. A sua existência se faz necessária para dar segurança e para os casos em que seja necessário aumentar as faixas de rodagem, construir viadutos, trevos, etc.

As áreas não edificáveis, diferentemente das faixas de domínio, são as faixas de terra com largura de 15 (quinze) metros, contados a partir da linha que define a faixa de domínio da rodovia.

Existem hoje no Brasil milhares de residências e comércios construídas em área não edificável, especialmente em áreas urbanas, que permanecem irregulares, dificultando a gestão do uso do solo pela Administração Pública e a regularização fundiária de milhares de edificações.

O caminho proposto pelo autor de reduzir a área não edificável de 15 para 5 metros, embora positivo em alguns casos, não deveria ser a regra geral, mas sim a exceção. Sugerimos, portanto, uma alternativa que reconheça a existência do problema, regularizando a situação das construções já existentes e abrindo o caminho para que os Municípios, no âmbito da discussão do respectivo Plano Diretor, possam avaliar o tamanho ideal da faixa não edificável.

Em relação às residências e comércios já existentes, para evitar que continuem na irregularidade, a solução que apresentamos prevê que as edificações já construídas, até a data de 31 de julho de 2018, nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, serão dispensadas da exigência de reserva da faixa não edificável,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ressalvando, porém, ao poder municipal, quando necessário, estabelecer exceções por meio de ato devidamente fundamentado.

Dessa forma, entendemos como importante a manutenção da regra que já estabelece como 15 metros as áreas não edificáveis. Mas admitimos que fique a critério do Município, estabelecido por lei municipal que aprovar o Plano Diretor, que a faixa não edificável possa ser reduzida até o limite mínimo de 5 metros de cada lado. Ao remeter a decisão ao Plano Diretor, asseguramos que ela seja feita a partir de estudos técnicos e esteja alinhada com o plano de desenvolvimento do Município.

Em relação à reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado ao longo das águas correntes e dormentes, o autor do projeto, acertadamente –assim assinalo –, isenta de qualquer alteração, pois, mantém a lógica já amplamente debatida e consolidada, considerando que esses 15 metros já representam uma redução em relação aos parâmetros já estabelecidos, considerando suas especificidades especialmente por estarem em áreas urbanas.

Desta forma, Excelência, considerando meritória a matéria, votamos pela aprovação do PL nº 693, de 2019, na forma da emenda substitutiva que apresentamos.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 693, de 2019, na forma do substitutivo que segue.

Esse é o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

A matéria está em discussão, a partir do novo relatório apresentado.

Se algum Senador quiser discutir...

Consulto o Senador Jorginho Mello, que é o autor, se quer fazer uso da palavra.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Fabiano, cumprimento V. Exa. e cumprimento o Senador Randolfe.

Agradeço todo o empenho de V. Exa., o empenho dele, como Relator, todas as tratativas que foram feitas com o único objetivo de encontrarmos uma solução que não nos causasse nenhum tipo de prejuízo – nem ambiental, nem de forma a reserva da faixa de domínio, que é pública. Estamos falando aqui de terrenos da iniciativa privada.

Eu estou tomando conhecimento agora do relatório, finalmente, e vou fazer uma avaliação. Acho que o Senador Randolfe, de forma muito gentil, muito responsável, como sempre o foi, traduziu aqui tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que nós acordamos para que a matéria pudesse tramitar e para que pudéssemos deliberar em Plenário.

Então, eu vou me concentrar aqui para dar mais uma lida, mas entendo que ele expressou o que foi combinado. E, como se diz, o combinado é barato.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato; senhor autor do projeto, Senador Jorginho Mello; e Senador Randolfe, que foi o Relator, quero agradecer.

Nós temos uma demanda, que, seguramente, não é apenas do Rio Grande do Sul – qualquer Estado da Federação tem essas demandas.

Fica bem claro que alguns colegas Senadores, ontem, na reunião de Líderes com o Presidente, tinham dúvidas: "Do que nós estamos falando?". Do centro da rodovia para a margem direita ou para a margem esquerda – o Dnit, o Governo, quem constrói as estradas sabe disto –, há uma faixa de 30m, 40m, 50m, que é a faixa de domínio. Leia-se: não estamos invadindo a faixa de domínio. Esse é um ponto extremamente importante. Agora, é uma faixa não edificável, além da faixa de domínio, que, às vezes, é de 30m, 40m, 50m. Então, é nessa faixa. O Senador Jorginho Mello captou muito bem o desejo.

Por exemplo, só no Município de Nova Prata, Senador Jorginho Mello, no Rio Grande do Sul, nós temos mais de 200 obras.

Então, em nome do Vereador Gilmar Peruzzo, de Nova Prata, e do Vereador Danilo Balotin, que nos demandaram isso, e em nome de uma série de Vereadores, Prefeitos e lideranças empresariais, que nos solicitaram que regularizássemos...

Então, parabéns ao Senador Jorginho e ao Senador Randolfe pela aprovação desse projeto.

Muito obrigado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Randolfe.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto de Lei 693, de 2019, nos termos da Emenda nº 1, CMA, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário, em atendimento ao Ofício nº 487, de 2019, da Presidência do Senado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, eu ia solicitar urgência, mas V. Exa. já a deferiu, em atendimento ao ofício da Mesa.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Encontram-se sobre a mesa os Requerimentos nºs 41 e 42, dos Senadores Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner.

Consulto os Srs. Senadores se podemos incluí-los para apreciação como itens extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão dos itens na pauta.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para a leitura do requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 42, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 27/2019, seja incluído o representante da Associação dos Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - AFBNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Na verdade, Sr. Presidente, eu ia pedir pela ordem, porque eu tenho outro requerimento e, como tenho a obrigação de estar em uma outra comissão, mas este requerimento, na verdade, é um requerimento de aditamento para incluir na sessão de amanhã...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas esse também. É um aditamento para incluir na sessão de amanhã sobre o Fundo da Amazônia um representante do BNDES, porque acho que há informações importantes sobre como foi utilizado o Fundo da Amazônia, na medida em que o Governo extinguiu o conselho, motivo pelo qual há até um mal-estar com algumas embaixadas que são do Fundo. Sei que o Senador Randolfe também tem o aditamento de duas outras pessoas.

Então, é só para incluir o representante da associação dos funcionários.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite – trata-se do mesmo tema –, e se convier, por celeridade processual, V. Exa. pode até colocar os requerimentos para apreciação em conjunto.

O requerimento de minha autoria, tal qual o de S. Exa., o Senador Jaques Wagner, é também para incluir na mesma audiência pública um representante do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que considero indispensável a esse debate, e do Tribunal de Contas da União.

Faço minhas também as mesmas argumentações do Senador Jaques Wagner para o debate, em relação ao Fundo da Amazônia.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 41, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CMA, que tem como finalidade debater a gestão do Fundo Amazônia, as propostas do MMA para a governança dos recursos e a ingerência política no BNDES, sejam incluídos os seguintes convidados: representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e representante do Tribunal de Contas da União - TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadores.

Em votação os Requerimentos nºs 41 e 42, dos Senadores Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Salvo melhor juízo, já se encontra na Secretaria, senão eu peço a inclusão extrapauta, o relatório do Projeto de Lei nº 27, da Câmara, de autoria de S. Exa. o Deputado Ricardo Izar, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos.

É uma matéria que já está aqui há algum tempo e já se encontra com relatório pronto para apreciação por esta Comissão e solicito de V. Exa. a sua inclusão para a devida deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente, Senador. Ele já foi incluído.

Consulto os colegas se alguém tem alguma objeção. (*Pausa.*)

Acredito que não.

Aprovada a inclusão extrapauta.

Antes, porém, eu só pediria um momento de atenção, porque existe ainda um outro requerimento do Senador Jaques Wagner, que eu passo para que ele proceda a leitura. É o Requerimento nº 29, de 2019, de autoria do Senador Jaques Wagner.

Com a palavra o autor para a leitura.

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 29, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 71/2019, que altera o art. 14 da Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, com os convidados que relaciona.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu chamo a atenção, porque esse requerimento foi, inclusive, motivo de retirada de pauta ontem, na sessão do Senado, do PLP 71, de 2019, do Senador Marcio Bittar, que é exatamente um requerimento para que nós façamos uma audiência pública com o objetivo de instruir o PLP 71, de 2019, que altera o art. 14 da Lei Complementar nº 140, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, com os convidados que estão aí relacionados.

Eu, na minha obsessão pela busca sempre de consenso, acho que ainda é possível dialogar com o Senador Marcio e tentarmos – vou chamar assim – um caminho do meio entre a proposta feita por ele e a disposição que existe atualmente. Por isso, o requerimento tem este objetivo: de fazermos uma audiência pública. E se V. Exa. entender conveniente, podemos fazê-la até – não sei se teremos tempo – na semana que vem, para não procrastinar. E aí eu vou tentar conversar com o Senador Marcio para tentarmos chegar a uma possibilidade de caminho e entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O.k.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento apresentado pelo Senador Jaques Wagner.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Jaques Wagner.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, porque há aqui o item 7, Requerimento 32, de 2019, da CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 32, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 29/2019-CMA, com o objetivo de instruir o PLP 71/2019, que altera o art. 14 da Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental, sejam incluídos os convidados que relaciona.

Observações:

Adita a lista de convidados proposta para a audiência objeto do REQ 29/2019-CMA

Com a palavra o autor para leitura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e art. 93, I, do Regimento Interno, solicitamos uma audiência pública objeto de receber contribuições para avaliação do Plano de Agricultura de Baixo Carbono e para instruir a Avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13, da CMA. Trata-se, Excelência, de um debate indispensável para, inclusive, uma construção e um debate internacional que está sendo travado sobre as questões do aquecimento global e sobre as alternativas de agricultura de baixo carbono, que o Brasil, obviamente, não pode ser excluído dela.

Então, é nesse sentido que nós solicitamos, obviamente, a apreciação desse requerimento, de autoria de V. Exa., Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora, peço licença a todos os presentes para conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para inclusão do seu projeto e leitura do relatório extrapauta que foi agora anexado.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2018

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Ricardo Izar (PSD/)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador para leitura do voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para proferir relatório.) – Obrigado, Excelência.

Trata-se do PL 27, de 2019, de autoria de S. Exa. o Deputado Ricardo Izar.

Este projeto de lei acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos.

Partindo, então, diretamente para a análise da iniciativa, Presidente, compete a esta Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F do Regimento do Senado, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente conservação da natureza e defesa da fauna.

A Constituição Federal confere ao meio ambiente ecologicamente equilibrado o *status* [...] fundamental, como todos nós sabemos, conforme pressupõe no seu art. 225.

Quanto à competência para legislar sobre o assunto, o inciso VI do art. 24 da CF atribuiu competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

O tema da proteção aos direitos dos animais tem ganhado importância nos últimos anos e tramitam no Senado e na Câmara diversas proposições. Destacamos pelo menos três projetos para instituir um estatuto voltado ao bem-estar dos animais. Trata-se dos Projetos de Lei do Senado 631, 650 e 677, todos de 2015.

Com o objetivo de contextualizar essa matéria em análise, informamos que o Senado aprovou e encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 351, de 2015, do Senador Antonio Anastasia, que tem por objetivo alterar a Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animais não sejam considerados como coisas, embora possam ser classificados na categoria dos bens móveis para os efeitos legais, salvo o disposto em lei especial. Na Câmara dos Deputados, esse PLS tramita como Projeto de Lei nº 3.670.

Observamos que o Direito Ambiental Brasileiro classifica os animais como bens ambientais difusos, cuja titularidade pertence à coletividade, muito embora possam ser apropriados como bens particulares, de acordo com o art. 82 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que conceitua os bens móveis. Entretanto, há, inegavelmente, um dever da coletividade e do Poder Público em defender e proteger os animais, haja vista os dispositivos constitucionais que vedam a crueldade contra esses seres vivos.

Vários países, Presidente, avançaram em suas legislações no sentido de estabelecer que os animais não são coisas ou meros objetos. Disso dá nota robusto texto intitulado "A tutela jurídica dos animais no Direito Civil Contemporâneo", da lavra de Fernando Speck de Souza e Rafael Speck de Souza na coluna da Rede de Direito Civil Contemporâneo.

Na Áustria, desde 1988, o parágrafo 285a do Código Civil prevê essa determinação em relação aos animais.

O parágrafo 90-A do Código Civil alemão possui o mesmo espírito, negando, de um lado, que animais são coisas e aceitando, por outro lado, a aplicação subsidiária das regras de coisas.

Na Holanda, em 2011, o Código Civil passou a prever o seguinte:

> 1. Animais não são coisas.
> 2. As disposições relativas às coisas são aplicáveis aos animais, com a devida observância das limitações, obrigações e princípios legais decorrentes de normas estatutários e não escritas, bem como da ordem pública e dos [...] costumes.

Nisso, o Código Civil holandês se aproximou do Código Civil alemão, que, em 1990, ao mesmo tempo em que passou a considerar que animais não são coisas, determinou que eles devem ser submetidos às regras vigentes para as coisas no que couber, salvo disposição em contrário.

A França seguiu caminho similar. Em 2015, o seu Código Civil estabeleceu que "os animais são seres vivos dotados de sensibilidade" e que "sob a reserva das leis que os protegem, os animais estão submetidos ao regime de bens". Aqui há que se destacar que, nesse aspecto, o código francês foi o que mais avançou.

O Código Civil da Suíça trilhou igual via. Em 2002, o art. 641-A passou a dispor que, de um lado, os animais não são coisas e, de outro lado, "salvo disposição em contrário, as disposições aplicáveis a coisas são aplicáveis para os animais".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Portugal, a Lei de nº 8, de 3 de março de 2017, estabeleceu um Estatuto Jurídico dos Animais, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal, de modo a contemplar maior proteção jurídica aos animais. Essa Lei reconhece sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade e, alterando regra do Código Civil, conceitua-os em um patamar jurídico distinto das coisas móveis e imóveis, porém passíveis de serem objeto do direito de propriedade. E, seguindo a lógica da legislação holandesa, francesa e alemã, o art. 201-D da referida lei portuguesa dispõe: "Na ausência de lei especial, são aplicáveis subsidiariamente aos animais as disposições relativas às coisas, desde que não sejam incompatíveis com a sua natureza."

Há que se destacar, Excelência, que o código português é o antecessor jurídico da nossa ordenação civil. É de conhecimento que a nossa primeira ordenação civil veio das Ordenações Filipinas, do século XVIII, que foi seguida somente pelo Código Civil de 1916 e, depois, pelo nosso atual Código Civil, de 2002. Então, há de se destacar que Portugal, que teve um ordenamento jurídico anterior ao nosso, já avançou em relação a essa definição.

No Brasil, o tema da proteção aos animais não é recente. O Código de Posturas do Município de São Paulo, de 1886, previa multa para cocheiros e condutores de carroça que maltratassem animais com castigos bárbaros e imoderados. Na República Velha, o Decreto nº 16.590, de 1924, foi provavelmente a primeira norma nacional em defesa da fauna, proibindo rinhas de galo e canário, corridas de touros e novilhos e regulamentando o funcionamento dos estabelecimentos de diversões públicas de modo a evitar maus tratos com animais. No Governo Provisório de Getúlio Vargas, o marco legal de proteção aos animais surge com o Decreto no 24.645, de 10 de julho de 1934. Em seu art. 1º, determina que todos os animais serão tutelados pelo Estado e, em seu art. 3º, apresenta um rol de condutas comissivas e omissivas consideradas como maus-tratos. Esses Decretos foram revogados pelo Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991.

Na década de 1960 são publicadas a Lei no 5.197, de 3 de janeiro de 1967, e o Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Pesca), proibindo a pesca predatória e a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha da fauna silvestre em desacordo com as regras legais.

Com fundamento na Constituição de 1988, editaram-se importantes atos legais no sentido de proteger a fauna. A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), tipifica os crimes contra a fauna em sua Seção I, artigos 29 a 37, tutelando direitos básicos dos animais, por exemplo cominando penas a quem "praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos", no seu art. 32.

A Lei 11.794, de 8 de outubro de 2008, estabelece procedimentos para o uso científico de animais das espécies pertencentes ao filo *Chordata*, subfilo *Vertebrata*. Essas espécies devem ser utilizadas conforme as regras dessa lei, para elucidar fenômenos fisiológicos ou patológicos, mediante técnicas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantam, por exemplo, a morte com um mínimo de sofrimento físico ou mental (morte humanitária) e o uso de sedação, analgesia ou anestesia em experimentos que possam causar dor ou angústia nos animais.

Esse breve histórico, Excelência, aponta que vem de longa data a preocupação de nossa sociedade com o bem-estar animal e que há importantes evoluções normativas recentes. O projeto em análise caminha nesse sentido, seguindo o imperativo constitucional de proteção à fauna. Ainda, ao afirmar os direitos desses animais à proteção como princípio da construção de uma sociedade mais solidária, o reconhecimento de sua natureza emocional e de que os animais são capazes de manifestar sentimentos é a mera constatação do que os estudiosos do mundo natural – notadamente biólogos e ecólogos – vêm demonstrando há séculos.

Já é hora de o tema efetivamente ser disciplinado no Brasil.

Antes de concluir, Presidente, quero aqui destacar a importância – pode parecer uma mera alteração do Código Civil: retirar o tratamento de "coisas" para os animais, a coisificação; mas é uma elevação de *status* civilizatório. Não há possibilidade de nós pensarmos na construção humana se a humanidade não tiver a capacidade de ter a convivência pacífica com todas as outras espécies. Nós estamos trazendo simplesmente um princípio: dizer que os animais não humanos são sujeitos de direito e devem ter o tratamento com dignidade. Não estamos com isso proibindo a atividade humana da alimentação proteica necessária. Não estamos, com este diploma legal, intervindo em práticas que podem ser tratadas como culturais. Só estamos elevando a compreensão da nossa ordenação civil.

Por isso, Sr. Presidente, é que, com base no exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2018. E o faço com a sensação de que, aprovado nesta Comissão e, em seguida, se assim for, aprovado pelo Plenário, nós estaremos dando uma contribuição significativa para aperfeiçoar a legislação brasileira no que tange ao tratamento com as outras espécies, com os outros seres.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Randolfe, sempre com bastante propriedade, brilhantismo; um tema pelo qual eu também confesso que sou apaixonado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável da CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Peço, nos termos do 336 do Regimento Interno, urgência da Comissão ao Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Consulto se algum Senador ou Senadora tem alguma objeção ao requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., agradeço a Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Antes de passar de passar a palavra à Senadora Eliziane, eu queria só fazer uma manifestação e um pedido ao Senador Randolfe.

Senador Randolfe, primeiro eu queria externar aqui a todos os profissionais da imprensa a minha solidariedade. Recentemente, nós tivemos uma perda que ainda dói muito. Por pouco tempo que eu o tenha conhecido, sei que ele muito dignificou a honrada classe dos jornalistas. No dia 29 de junho nós perdemos o João Cláudio Netto Estrela e hoje, o jornalista Paulo Henrique Amorim.

Eu quero deixar claro que, como todos sabem, esse é o meu primeiro mandato e eu nunca fui político, sempre tive uma relação muito boa com a imprensa, porque esses são verdadeiros guerreiros. E eu fico triste quando vejo posicionamento jurídicos falando até mesmo da não necessidade de uma graduação, subestimando ou violando direitos, ou violando a liberdade de imprensa dentro de uma democracia e dentro de um momento que o Brasil passa, tão delicado, em que são vocês, profissionais de imprensa, que vão nos ajudar a fortalecer cada vez mais as instituições que compõem o verdadeiro Estado democrático de direito.

Nesse sentido, eu me solidarizo com os familiares do João e do Paulo Henrique Amorim, com todos seus amigos. Tenho certeza de que não só eles, mas todos os profissionais de imprensa dignificam e muito a honrada classe e essa função tão desafiadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu faço um desabafo: depois que eu fiz o curso de Direito fui fazer o curso de Letras/Português na Universidade Federal do Espírito Santo e fazia matérias com alunos do curso de Jornalismo, do curso de Comunicação, e eu dizia: Meu Deus, vocês têm um desafio grande! Porque você pega uma pauta para falar de assuntos diversificados para transformar numa linguagem didática, atender com fidelidade, para comunicar, para falar, seja no rádio, na televisão, no impresso e agora nas mídias sociais e, às vezes, é tão mal valorizado. Se dependesse de mim esses profissionais seriam e, sempre serão, muito valorizados.

Eu queria fazer um apelo também, Senador Randolfe, já que o senhor é o Líder da Rede, no sentido de que intervenha junto ao Presidente do Senado, porque no dia 14 de fevereiro eu fiz dois ofícios, denunciando que esta Casa viola o princípio da isonomia e da igualdade quando nós temos elevadores exclusivos para Senadores; que esta Casa viola esses princípios quando os terceirizados, e apenas eles, são submetidos ao detector de metais. Então, se eles passam daqui para a Câmara dos Deputados 10 vezes, são 10 vezes passados, de forma constrangedora, pelo sistema detector de metais.

Todos somos iguais perante a lei. Eu passaria por esse detector de metal com todo o prazer. Eu defendo que, ou todo mundo passa, ou ninguém passa. E eu não consigo entender um elevador exclusivo, se eu fui eleito pelo povo para representar a população.

Então eu estou falando, porque Platão falava que a sabedoria está na repetição. Eu oficializei isso no dia 14 de fevereiro. Fiz dois ofícios. Eu comuniquei ao Ministério Público do Trabalho. Eu fui à CDH, Comissão de Direitos Humanos, e também manifestei a minha indignação. E já fiz isso aqui na Comissão de Meio Ambiente. E agora eu estou novamente falando e apelando para V. Exa., porque, no mínimo, isso é uma questão de respeito. Foram dois ofícios que eu expedi no dia 14 de fevereiro, e eu sequer obtive resposta, nem que fosse para falar: " foi indeferido o pleito do Senador Fabiano Contarato. Mas uma resposta tem que ser dada. Nós não podemos nos furtar. E eu acho que compete a cada Senador que está aqui avaliar isso, pensar nisso, porque nós fomos eleitos pela população, nós estamos aqui representando a população. Está certo?

Mais uma vez, desculpe o desabafo. Faço esse requerimento. Por gentileza, leve ao conhecimento do Senador Davi Alcolumbre, que eu sei que ele tem sensibilidade, mas que deve uma resposta, não para mim, mas para toda a população brasileira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Será reiterado e encaminhado.

Agradeço o encaminhamento de V. Exa. e, por isso, destaco que me honra liderar a bancada desse partido, tão bem qualificada aqui no Senado. E a reivindicação de V. Exa. é mais do que atual, é mais do que necessária e de acordo com o princípio básico de horizontalidade do tratamento entre todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira manifestação de V. Exa., só destacar, este primeiro semestre foi duro para quem faz jornalismo no Brasil, comprometido com a democracia. Nós tivemos três perdas; três perdas que não têm paralelo, três perdas que não têm possibilidade de substituição no jornalismo e na luta pela democracia no Brasil: Ricardo Boechat, no início do ano; nosso querido João Cláudio Estrella, duas semanas atrás, e agora Paulo Henrique Amorim. São três perdas insubstituíveis para o jornalismo e para a democracia brasileira. E todos nós, na verdade não é só o jornalismo que fica pobre, todos nós ficamos muito mais pobres com a ausência desses três, mais do que jornalistas, militantes pela causa democrática, militantes pelo jornalismo sério e comprometido com a verdade no País.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Os relatores do PL 724 de 2019 e PLS 251 de 2018 pediram a retirada de pauta, o que passo a proceder. Então fora de pauta o PL 724 e o PLS 251.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 251, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre o registro das Cotas de Reserva Ambiental.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 4/12/2018, recebeu parecer favorável da CRA.

2ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 724, DE 2019

- Não terminativo -

Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reúso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Marcelo Castro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria vai ainda à CDR, em decisão terminativa.)

Uma vez que as demais matérias exigem votação nominal e não temos na sala Senadores em número suficiente, ficam adiadas para uma próxima reunião.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria também, antes, deixar aqui o meu pesar à família do jornalista Paulo Henrique Amorim. E eu peguei um impacto muito grande, digo isso como jornalista que sou, acompanhei na universidade os grandes documentários, as grandes apresentações que Paulo Henrique fez e que marcou uma época no Brasil, marcou uma geração no Brasil. Ele parte e deixa para nós um grande legado. Controverso em algumas situações, com opiniões diversas, mas num todo muito respeitado, independentemente do viés político, das opiniões, mas o respeito de uma forma muito ampla em todo o Brasil.

Então, eu quero deixar o meu pesar a toda a sua família, o reconhecimento, a grandeza com que ele contribuiu para a Nação brasileira e para o jornalismo brasileiro. Falo isso também como jornalista.

Presidente, eu queria fazer um adendo aqui aos requerimentos que foram aprovados e quero passar a V. Exa. por escrito.

Referente ao requerimento 34, de 2019, alguns de audiência pública. No 34/2019, eu queria que fosse feita a inclusão aqui do Alfredo Sirkis, que é ex-Coordenador do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, e também do Carlos Rittl, que é Coordenador do Observatório do Clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No requerimento 37, eu peço a inclusão de Rachel Biderman, que é Diretora-Executiva da WRI, e também do André Lima, do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

No requerimento nº 38, eu peço inclusão de Juliano Assunção, que é professor do Departamento de Economia da PUC, e também do Bernardo Appy, que é consultor em Economia, Ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

No requerimento nº 39, eu peço a inclusão do Paulo Moutinho, que é do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, e de Tasso Azevedo, do Observatório do Clima.

E no requerimento nº 40, a inclusão de Luis Fernando Guedes Pinto, do Imaflora, de Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getulio Vargas, e também de Luiz Cornacchioni, que é da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

E no requerimento de informações, Presidente, eu peço a inclusão de dois questionamentos.

O primeiro, do Requerimento nº 36: em que os planos de preservação e controle podem ser aprimorados para que haja reversão da tendência de alta dos desmatamentos dos últimos dois anos?

E o segundo questionamento é: o número e a qualidade da fiscalização e da responsabilização administrativa e criminal por desmatamentos ilegais estão acontecendo com efetividade se comparados com os anos de 2019 a 2014, em que houve queda expressiva de desmatamento, sobretudo na Amazônia.

Eu quero solicitar aqui a V. Exa. esse requerimento extrapauta de aditamento nesses requerimentos que estamos solicitando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente.

Senadora, eu só pediria por gentileza que, como já foram lidos esses requerimentos, colocados em discussão, a senhora formalize isso. E está em discussão o requerimento extrapauta em aditamento conforme formulado pela Senadora Eliziane Gama.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os aditamentos solicitados pela Senadora Eliziane Gama.

Dessa forma, nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 60A498EF002FB23F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.